

TRABALHOS COMPLETOS

RELAÇÕES **CAMPO-CIDADE** EM DISCUSSÃO:
SUPERANDO DUALIDADES EM TEMPOS DE PANDEMIA.



A BECCARIA EM MASSARANDUBA: O ABATE DOMÉSTICO DE PORCOS E ALGUMAS CONTRADIÇÕES

Albio Fabian Melchiorretto¹

RESUMO

O consumo de carne é uma prática em alta escala naturalizada na cultura ocidental. Em contrapartida, a discussão sobre os problemas ambientais causados pela produção da carne está distante para a maioria da população. Por ora, está restrita a alguns espaços. Ao falar em consumo, é interessante também categorizar os diferentes tipos de consumo e abate de animais. Este texto focará a categoria do abate doméstico de porcos numa comunidade de agricultores. Ele está ligado ao projeto de pesquisa de doutorado, que trata das reterritorialização dos espaços rurais. A análise que se propõe acontecerá a partir de uma perspectiva do desenvolvimento regional. Os dados foram colhidos através de entrevistas não-estruturadas e a análise propõe uma cartografia social pensada a partir das leituras da geofilosofia de Gilles Deleuze e Félix Guattari. O território da pesquisa foi uma localidade do interior na cidade de Massaranduba, Santa Catarina. Durante o tempo de pandemia diagnosticamos no território vivencial de pesquisa mudanças de hábitos e costumes, porém a ideia do consumo de carne permanece aparentemente inalterada, pois ela está ligada a uma proposta tradicional da comunidade chamada pelos agricultores de *beccaria*. A produção de carne em escala ou o consumo excessivo parece não fazer parte das preocupações da comunidade. As falas não mostraram também uma preocupação primeira com o meio ambiente, nem o olhar autossustentável e foram percebidas outras contradições. Entretanto, há uma epistemologia dos afetos alinhada a uma ideia de preservação, de cuidado, mas não necessariamente que esta ideia representa um discurso de cuidado a partir de uma ecologia integral.

Palavras-chaves: Abate de porcos. Desenvolvimento Regional. Cartografias. Epistemologia dos afetos.

*Porco-Aranha, Porco-Aranha
Pouco porco e mais aranha
Vai tecendo a sua teia
Mais chouriço, não faz isso
Cuidado!
Ele é o Porco-Aranha*

(Versão brasileira da música tema do Porco-Aranha,
tocada no filme *The Simpsons* (2007).
Disponível em: <https://youtu.be/bPA6sXLaOCg>)

1 INTRODUÇÃO

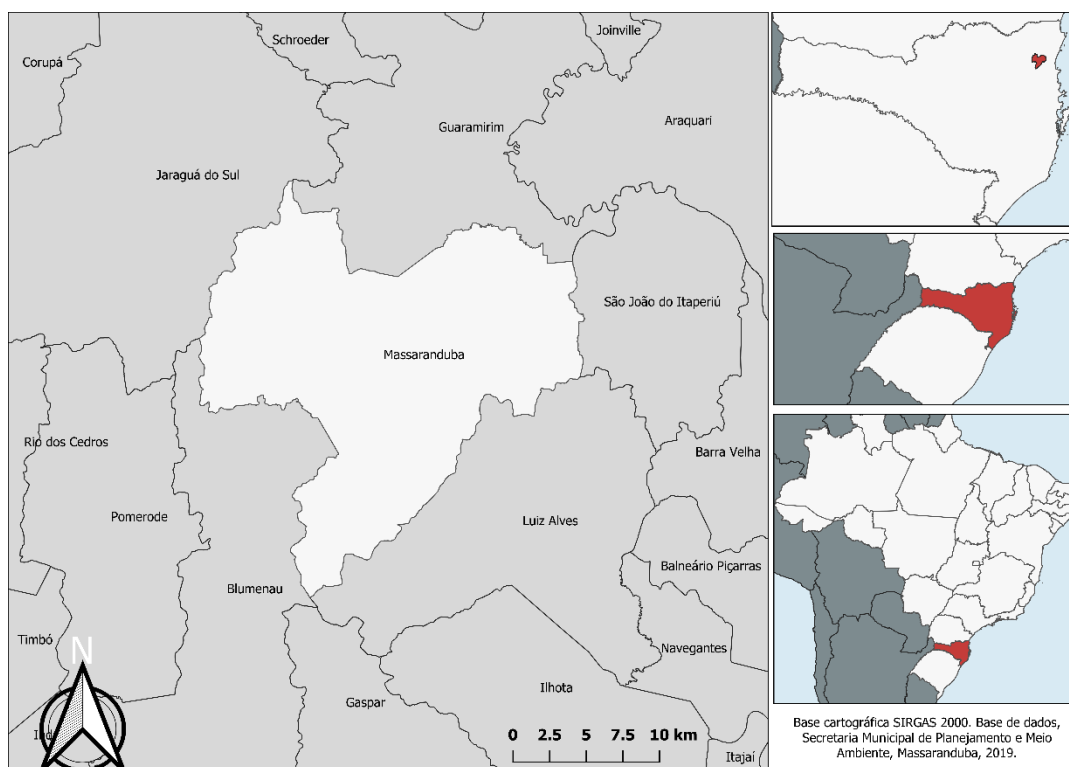
A alimentação pode dizer muito de um povo. As condições dos quais a alimentação se constitui revelam, de certa forma, condições sociais, culturais, climáticas, entre outros de um

¹ Filósofo. Mestre em Educação. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau – FURB. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. E-mail: albio.melchiorretto@gmail.com

território. A prosperidade do capital levou a mudanças significativas da alimentação e da forma de produzir nossos alimentos. Em contrapartida, é preciso considerar que a fome é também impositiva. O que se propõe neste texto é o pensar um tipo de alimento, a partir daquilo que ele representa simbolicamente dentro de um território. Não será a questão da comida em si, mas do conjunto simbólico que ele representa. O alimento desvela um processo identitário de um povo.

Este texto faz parte de uma pesquisa maior, onde é investigado a reterritorialização do rural no município de Massaranduba. Esta, por sua vez tem como um dos objetivos, especificar que tipo de valores e hábitos estão desaparecendo e quais outros são agregados no espaço rural em função da urbanização. A partir desta perspectiva, notou-se que uma das mudanças significativas dentro do espaço rural foi a introdução do consumo de alimentos industrializados em detrimento a produção local. A história do território da pesquisa, segundo Oliveira (1997), já contou com uma sociedade cooperativa de produtores de leite e derivados, e carne suína e derivados. A cooperativa chamava-se *Casella*. Os migrantes reuniam a produção de leite, derivados, milho e aipim e levavam até Itajaí onde vendiam para conseguir outros mercadores. A *Casella* foi desmantelada durante o governo de Getúlio Vargas, quando o Decreto-Lei n. 1.545 impõe uma série de restrições aos migrantes europeus em solo brasileiro.

Mapa 1: Localização de Massaranduba



Fonte: mapa elaborado pelo pesquisador (2020).

Hoje a cooperativa já não existe mais, e encontrar produtos de origem colonial é cada vez mais raro. Com esta observação, ainda incipiente, induzimos que há uma mudança acerca do consumo de alimentos, antes produzidos pelos próprios agricultores, agora, adquiridos via mercado. O que vai ao encontro do pressuposto da pesquisa, que são as mudanças de hábitos.

A cidade de Massaranduba possui uma população aproximada de 17 mil habitantes. Está localizada na Região Norte de Santa Catarina, no Vale do Itapocu. Foi colonizada na segunda metade do século XIX por migrantes europeus que, ao se instalarem na região, dedicaram-se a produção agrícola em pequena escala. Construíram pequenas propriedades, onde nas planícies, predominou a rizicultura, e na região montanhosa buscou-se outras formas de produzir. Em ambos, o cultivo de animais para consumo familiar, num primeiro momento, e para trocas noutra, foi comum. O artigo focará a região de migração italiana de Massaranduba. O gado para o leite e trabalhos pesados; o porco e as aves para o consumo e troca. Com a reterritorialização do rural e a formação do colono-operário, o trabalhador rural em tempo parcial, como destacado por Anjos (1996), rareou o cultivo do animal. Eis o contexto que a pesquisa se insere. Um espaço de transformação, ou como escolhemos chamar de reterritorialização.

O foco na análise está no abate doméstico de porcos. É uma prática que se constituiu historicamente através da fazer e aprender-fazer em atividades familiares. Uma prática com uma certa narrativa cultural do território. O hábito do porco, segundo Oliveira (1997), foi instituído pelos migrantes italianos por conta das necessidades históricas. O animal ocupava pouco espaço e poderia se alimentar de “sobras” do pouco que havia. Após o abate poder-se-ia aproveitá-lo na quase que na sua totalidade. Até chegar ao abate, há todo um cultivo, do nascimento do animal, do cuidado, do crescimento e da preparação para o abate.

A partir desta descrição se insere o objetivo central da pesquisa, que consiste em investigar as relações entre o agricultor e o abate doméstico do porco. Falar da relação me levou às memórias da infância e ao dia da “*beccaria*”. A palavra é usada na região de colonização de origem italiana-bellunesi em Massaranduba. *Beccaria* é uma expressão aportuguesada do vêneto (dialeto românico do norte da Itália). No idioma italiano encontramos o verbo *beccare*, que significa beliscar, mordiscar. *Beccaria* é o dia da “matança” do porco, uma prática familiar em torno do abate e do preparo da carne e de outras iguarias. No dia do abate, a alimentação dos entes envolvidos, acontece a partir daquilo que o próprio animal oferecia, então, passava-se o dia beliscando, algo aqui, mordiscando, algo acolá. Há um certo tipo de ritualização no fazer o abate, preparar o alimento e mordiscar.

Dois pressupostos são importantes para pensar a prática da *beccaria*. Primeiro há uma lógica de consumo não-capitalista e segundo, não há uma preocupação ambiental em si. Para a

beccaria acontecer é preciso antes, a criação do porco com a intencionalidade da engorda para na sequência o abate. É respeitado o tempo de vida do animal. Ele nasce, cresce e é engordado com vistas ao consumo da família e dos envolvidos. Não tem um propósito de comercialização, ou de apressar a engorda para o lucro. O consumo não está dentro de uma lógica do acúmulo do capital. Mas ao mesmo tempo, não é uma prática ambiental voltada para pensar uma ecologia integral. É uma prática que vem dos imigrantes italianos, que ao se instalarem, numa perspectiva de pobreza e miserabilidade, aproveitaram tudo o que era possível. Então, a engorda do porco, com as sobras de alimentos, e com os vegetais disponíveis na propriedade em vez de uma preocupação ambiental, era uma condição de sobrevivência. O que se propõe refletir neste *intermezzo* entre a prática e a necessidade de sobrevivência.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Alguns apontamentos são importantes para construir o terreno de fundo, elas permitirão a instalação de uma cartografia, onde será possível relacionar o agricultor de Massaranduba com o abate de porcos. Na introdução, mencionou-se duas considerações, dadas superficialmente. Nesta seção há intenção de apresentar conceitos importantes para trabalhar a relação proposta. O primeiro deles é a ideia de consciência animal. A segunda, observaremos a relação das comunidades tradicionais com aquilo que compõe a paisagem e por último, um olhar a partir de uma perspectiva ética sobre a prática do abate. Esta discussão, apresentada rizomaticamente, são importantes para a construção do território que se pretende cartografar.

A começar pela primeira observação, talvez a pergunta mais importante para entender nossa preocupação diante da *beccaria*: por que a necessidade do cuidado para com o animal? Para pensar esta questão o *The Cambridge Declaration on Consciousness* (2012) traz algumas provocações. Os signatários da declaração afirmam que há uma consciência entre animais não-humanos. Não se aponta uma métrica, mas é discutida a ideia da presença de uma consciência, onde o animal é capaz de compreender o cenário que está inserido. Mais do que discutir neurociência, é a discussão de uma ideia. Uma reflexão que desdobra em outras. Se o não-humano, de fato, possui uma compreensão de cenário, como analisar o abate para o consumo? A declaração de Cambridge, mais do que respostas, traz problematizações. Nos conduz a pensar uma relação ética com animais não-humanos. Isso nos importa aqui.

Para pensar questões relativas à ética, o primeiro passo é definir o que entendemos por ética. A definição é importante por conta da não unicidade conceitual do tema. Para este artigo aproximaremos a ética como filosofia moral, conceito usando por Florit (2017), ao discutir os

direitos da natureza. Dito isto, retoma-se a proposição da declaração de Cambridge. Ela, em certo grau, é uma resposta a visão antropocêntrica que toma conta de nossos dias. O homem é pensado como centro de tudo. Se tomado de modo radical, desconsidera-se os outros animais e seres vivos, dotados de direito e de pertencimento ao espaço. Como se a lógica bíblica fosse parcialmente tomada. Apenas usa-se do pressuposto do “dominai os animais da terra”, em Gênesis, e ignora-se a questão da justiça social e ambiental presente em Amós (CNBB, 2008). Diante do fato, pensar questões relacionadas ao meio ambiente, é também, uma discussão da ética.

Qual é a nossa responsabilidade com os animais? Há um problema de participação, porque, via de regra, o ser humano hodierno age em função de uma lógica do capital. O que o leva a se relacionar, segundo Florit (2017), de maneira instrumental com a natureza. A vivência está em função da natureza, com os recursos que ela oferece e, o que pode ser produzido e transformado. Reconhecer a instrumentalização é imprescindível para pensar os desdobramentos da relação ser humano e natureza. Mas deparemo-nos um instante na questão, para depois pensar os desdobramentos. O animal, de modo particular, está em qual lugar na relação vivencial com o ser humano? A história evidencia um lugar de servidão, e evidencia uma proposição instrumental com a natureza. Mas, será que este comportamento é o único possível?

Uma outra-forma de pensar o envolvimento entre o ser humano e outros animais é o modo como as comunidades tradicionais se organizam. Elas apresentam o de enfrentamento à lógica do consumismo. Considera-se uma perspectiva de preocupação com os animais. São bens que estão para o homem, mas não estão para o consumo desenfreado e para a produção em série.

A dependência do uso direto da natureza, para a realização das suas necessidades materiais e culturais, a qual acontece em um território específico ocupados tradicionalmente através de uso diversos, que seguem regras coletivas próprias e expressão uma continuidade transgeracional (FLORIT, 2017, p. 127).

O exemplo das comunidades tradicionais é oportuno. Fazem uso dos recursos que existe no meio ambiente, ocupam-se dos animais e dos seres sencientes, mas não o fazem motivados pelo consumo, apropriação desnecessária e acúmulo. Há um tipo de ética que atravessa as relações. Regras que são construídas coletivamente, transmitidas, na maioria das vezes oralmente, que garantem uma relação de cumplicidade e de alteridade com outros seres.

As comunidades tradicionais estão ligadas a um determinado tipo de organização. Segundo Florit (2017), elas implicam numa territorialidade e em questões de relações sociais.

Constituem um modo de vida próprio. Um determinado território tradicional é constituído em torno de um conjunto de regras éticas e de vivências por meio de uma relação moral, entre todos os entes envolvidos. No caso, se pensarmos os padrões da sociedade capitalista, é diferente a relação com o consumo e, há uma relação afetiva com animais. Talvez a premissa da declaração de Cambridge não chegue a esta discussão, mas também, não objetificada do animal. Mesmo que o antropocentrismo presente nos territórios tradicionais, os animais estão para a comunidade com um significado e não como motivação do consumo.

Há um dilema moral no abate de animais? Florit e Grava (2018), afirmam que o processo cotidiano tende a naturalizar o gesto do abate. E aqui, a descrição que eles trazem, abordam tanto uma perspectiva doméstica quanto industrial do abate. A naturalização, dar-se-á pela ação cotidiana. O ato de fazer e refazer o abate pode direcionar a uma aceitação moral, ou ainda, a uma indiferença diante do animal. Numa prática industrial há outro elemento a se considerar. O funcionário o faz de acordo com a submissão a uma condição de proletário. Sua escolha está condicionada a um aspecto de sobrevivência. No abate doméstico há a justificativa do animal que está determinado para isto, como os autores desvelam. Porém, há uma forma de processamento moral no abate. Ele está atrelado às condições de vida, seja como necessidade de sobrevivência, como prática do trabalho, ou ainda, através de um discurso de desenvolvimento econômico. Apontemos a hipótese que a existência de dilemas morais, diante do abate não é gritante ao ponto de propor outra forma de olhar para o animal.

As práticas que resistem a lógica do consumo e podem, em certo grau, nos ajudar a pensar outros-mundos.

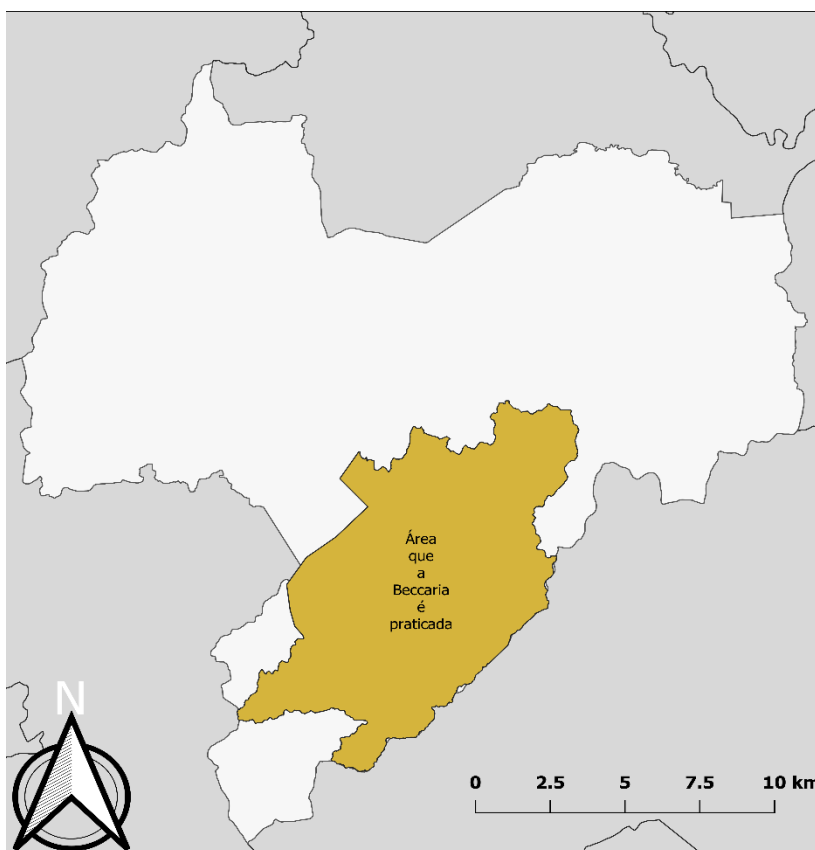
Parece-me que um dos primeiros efeitos do Antropoceno, além evidentemente dos eventos climáticos extremos que já são visíveis por todo o globo terrestre, é, na “cultura ocidental”, que ninguém sabe realmente o que fazer, o que pensar, o que comer ou não comer, onde pisar ou não pisar, como reocupar os espaços, como resistir, como fazer política, o que é a política (os que o sabem com muita segurança, eu diria que há uma grande probabilidade de estarem iludidos) (DANOWSKI, 2019, p. 85).

Na problemática dos efeitos do antropoceno estabelecemos um caminho. Será que o caminho possui uma direção irreversível? Há movimentos que são resistência, para o estabelecimento de um outro-mundo. Não é uma questão de fugir, mas criar estratégias de esperança de crer no outro-devir mundo para pensar a partir da provocação de Danowski (2019). Estabelecer a esperança na perspectiva de apontar e crer num outro-caminho, o da resistência frente a lógica de capital que impõe uma ditadura do consumo.

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

Esta seção tem por intenção de apresentar como foi a construção metodológica da pesquisa. Para dar conta do objetivo estipulado e estabelecer uma cartografia realizou-se uma pesquisa não-estruturada. Primeiro, passemos pela coleta de dados. Ela aconteceu, como já mencionamos, em Massaranduba, na parte da cidade que foi colonizada por migrantes italianos. A formação histórica do município contava com territórios específicos para cada grupo de migrantes europeus. Cada qual, em seus espaços, reterritorializaram de acordo com suas construções culturais e as condições materiais disponíveis. A prática da *beccaria*, como uma ritualização da família em torno do alimento, foi mais evidente na porção ocupada por italianos, e ainda hoje e mantêm esta prática efetiva. Embora, esteja em curso um processo de reterritorialização do rural em função da expansão do urbano, nos espaços de colonização italiana, há ainda uma manutenção de algumas práticas advindas do processo de ocupação de Massaranduba.

Mapa 2: Território onde a *Beccaria* é praticada



Fonte: mapa elaborado pelo pesquisador a partir de relato dos entrevistados (2020).

Apresentado o território da pesquisa, vamos aos sujeitos. Para localizar os sujeitos, numa conversa informal com moradores da região, após a missa em uma das comunidades católicas, perguntou-se a eles, “quando há *beccaria*, quem é que mata o porco?”. Surgiram cinco nomes, que em contato com eles, três se dispuseram a uma conversa. Identificados os sujeitos, optou-se por uma entrevista não-estruturada. É o tipo de entrevista “em que é deixado ao entrevistado decidir-se pela forma de construir uma resposta” (LAVILLE; DIONE, 1999, p. 188). Aqui o objetivo é qualitativo e perceber como o indivíduo relaciona-se com o abate doméstico. Então, a conversa teve um tema, a *beccaria*, e foi perguntado a ele como ela era organizada, e a partir de então, fez-se falar. Os entrevistados ficaram livres para enumerar os principais aspectos de acordo com a própria perspectiva e vivência. Coletados os dados, a intenção foi desenvolver uma cartografia.

A pesquisa foi interrompida pela pandemia. Mas este é o menor dos problemas. “A planetarização da pandemia do COVID-19 representa o fim da globalização neoliberal e transmissão a um novo período de caos sistêmico” (AUGUSTO; SANTOS, 2020, p. 27). A crise da COVID-19 acelerou uma longa crise da hegemonia estadunidense, e por consequente atinge as periferias econômicas. Dentro deste cenário é que a pesquisa se situa. Qualquer apontamento passa pelo momento ímpar que a planeta passa. Então, se relatará como a pandemia alterou as rotinas dos entrevistados. Existe a intenção de mostrar um recorte daquilo que afetou a cotidianidade de pessoas que vivem numa pequena cidade. Para mostrar o recorte recorre-se aos números divulgados pelo Portal Transparência COVID-19: Governo de Santa Catarina (<http://transparenciacovid19.sc.gov.br/>). E diante das medidas sanitárias tomadas a pesquisa retornou a três dos quatro entrevistados através de aplicativo de vídeo-chamada. Os entrevistados que retornaram a pesquisa possuem acesso a Internet.

Para cartografar os dados recorreu-se a Gilles Deleuze (1990). O autor propõe a cartografia como uma análise crítica do presente, com intenção de perceber os diversos agenciamentos que nos produz e ao mesmo tempo nos sujeita. Não é um mapeamento físico, mas trata das relações, dos jogos de poder, dos enfrentamentos, das enunciações e da estetização de si mesmo diante de práticas realizadas. “É preciso instalarmo-nos sobre as próprias linhas, que não contentam apenas em compor um dispositivo, mas atravessam-no, arrastam-no, de norte a sul, de leste a oeste ou em diagonal” (DELEUZE, 1990, p.155). A cartografia permite perceber linhas que são avessas a uma linearidade. Aquilo que está no *intermezzo* das diversas relações que inter cruzam os entes, o meio, o pesquisador, a reflexão, e como diria Deleuze, e...e...e...

4 DADOS E ANÁLISE

A *beccaria* é uma ação organizada que desvela um conjunto de práticas. Em certo grau ações ritualizadas. Há uma liturgia (aqui usado para expressar um conjunto de práticas e elementos que se constituem pela regularidade da repetição) dos eventos e dos entes envolvidos. Ela é estruturada dentro de um roteiro. O primeiro, a escolha do animal.

Nós não temos apego ao porco. Apenas cuidamos dele. Ele tem uma vida. Tem que crescer, se for uma fêmea reproduzir. Tem uma vida. Só matamos quando chega uma certa idade. Estiver gordo, grande. Para isso é cuidado. Bem tratado, não só com lavagem, mas ração também (Entrevistado 2).

Não é qualquer animal que é levado ao abate. Ele tem um estágio de desenvolvimento. O Entrevistado 2 desvela que o tempo do animal é respeitado pelo agricultor. Não é a o crescimento acelerado como da indústria da carne. Ele tem um processo de crescimento próprio, e também um tipo de alimentação. Via de regra, aproveita-se o excedente da alimentação humana, mas também, acrescenta-se produtos processados para animais. Se pensarmos uma preocupação unicamente sustentável, a prática da *beccaria* tem em si, algumas contradições. O animal recebe também ração processada. O discurso de cuidado do animal tem uma limitação clara, respeita-se o tempo, mas práticas do capital são inseridas aos poucos. Estas contradições se fazem presentes ao longo de todas as falas, e poderíamos perguntar, será que a prática tradicional está ameaçada?

Há um elemento comercial na presença do porco em algumas das pequenas propriedades. “Eu tenho leitões para vender. Fico só com um ou dois, para comer. E a leitoa [...] Tem muita gente que compra para comer no final do ano. Diz que dá sorte. Eu não ligo para isso, mas vende. Se não tirar, não sobra” (Entrevistado 3). A fala dele corrobora com o Entrevistado 2. Há um cuidado, mas não está na ação de pensar o animal. Mas, de pensar a relação comercial. Ele está para ser vendido. Ele está para ser “comido”. Eis sua função. “Não é bonito tirar a vida. Mas a gente faz porque é parte da cultura” (Entrevistado 2). Mesmo assim, com a consciência da morte, é considerado que o elemento da *beccaria* tem um aspecto cultural, embora, aconteça a venda de filhotes. Não é uma produção em série, como insiste o Entrevistado 1. Evidencia um aspecto antropocêntrico. Nesta perspectiva o porco está para o ser humano, como uma necessidade e como uma abordagem cultural.

A perspectiva do ser humano centralizador é forte. Nas falas geradas não aparece uma preocupação ética clara diante do fato. O ato de tirar a vida do animal foi naturalizado. “Porque

eu sempre fiz isso, e faço rápido, não lembro de como começou, mas sempre fiz”, afirma o Entrevistado 1. Já o Entrevistado 2, reconhece uma estética, na fala, “não é bonito tirar a vida”, mas não há um elemento de impedimento. O Entrevistado 3 reconhece uma limitação, “para matar, eu não tenho coragem mais, já fiz, hoje não mais.” Mesmo assim, nenhum deles relata problemas de ordem ética com o abate, ou se relacionam de forma a pensar o direito dos animais, ou a consciência, conforme visualizamos da declaração de Cambridge. Há uma aceitação tranquila que o animal está para o uso do ser humano, não indiscriminado, com critérios, com cuidado, mas sem uma ação de cuidado com ambiental, mas um uso, de acordo com estes sujeitos, pode ser categorizado como aceitável. Então, qual o limite do aceitável e do não aceitável no abate de animais?

Há um elemento valorativo e ele é antropocêntrico. O ponto de partida não é o ser humano, mas sim, o animal. E isso fica evidente naquilo que os sujeitos enunciaram. O Entrevistado 1 confia, “não gosto de quando tem gente perto na hora de matar. Faço com um tiro certo na cabeça. Gente perto só atrapalha. Fica com pena, fica falando, daí a gente se desconcentra”. Já o 3 revela, “nem vou perto, diz que se ‘agente’ fica com pena o animal demora para ‘morrê’. Eu fico de fora. Uma vez, tentei matar com a faca, e o animal saiu correndo, nunca mais”. A preocupação da morte instantânea ou o menor sofrimento possível do animal não tem como base o direito do animal. Mas sim, o direito dos entes envolvidos. Por isso, afirma-se que há uma liturgia em torno da morte. O sofrimento é um elemento que atrapalha a ritualização. Portanto, o convencimento que o animal está para o abate é necessário para o sucesso da morte e para o início dos trabalhos da *beccaria* em si acontecer.

O animal não pode sofrer porque ele será convertido em alimento. Esta é a máxima. A passagem do animal em alimento acontece por rituais diferentes. O Entrevistado 1 vê como um processo que lhe garante certa recompensa. “Então, sou chamado. Não faço de graça. Cobro por dia trabalhado. Às vezes é mais rápido, às vezes demora um pouco mais.” O Entrevistado 2 diz que o animal nem grita, recebe uma marretada e já morre. O Entrevistado 3 contrata. Inclusive, afirmou que o Entrevistado 1 é seu contratado. Considera-se o que Florit (2017) chama atenção, da transformação dos recursos da natureza em favor de uma forma de uso. Este território não é uma comunidade tradicional, como descrita pelo autor, mas tem aspectos tradicionais que são mantidos. O abate é doméstico. Ele é assim apenas para o porco. Nenhum dos entrevistados trouxe a liturgia com o gado. Ele é conduzido ao abatedouro. Diz o Entrevistado 2, “Com o gado é diferente, só o que o abate acontece no açougue. A gente não vê, só pega a carne pronta.” Apenas o porco tem um aspecto de transformação de ritualizado da

esfera privada. Faz parte de uma história de vivência. Algo próprio e de pertencimento ao território.

Após o abate, voltando ao porco, a *beccaria* se concretiza. Outro aspecto tradicional se faz presente que é a divisão de tarefas. Há uma questão de gênero envolvida, e pelas falas, ela é naturalizada pelos papéis de cada qual. Se o ato de matar em si, é uma prática masculina, a organização passa a contar com a presença feminina. “Depois da morte, ele [o porco] é colocado para tirar o couro com água quente, daí vem a “mulher” ajudar. Antes disso faço tudo sozinho”, diz o Entrevistado 2. O 3, corrobora com o mesmo raciocínio. “Daí quando o animal tá morto, eu chamo a “mulher” e nós vamos para a limpeza e o corte das carnes.” A uma disposição instrumental, e uma função que na *beccaria*, a mulher assume um papel secundário, ela apenas auxilia. A lógica do instrumento da morte, conforme Florit (2017) descreve.

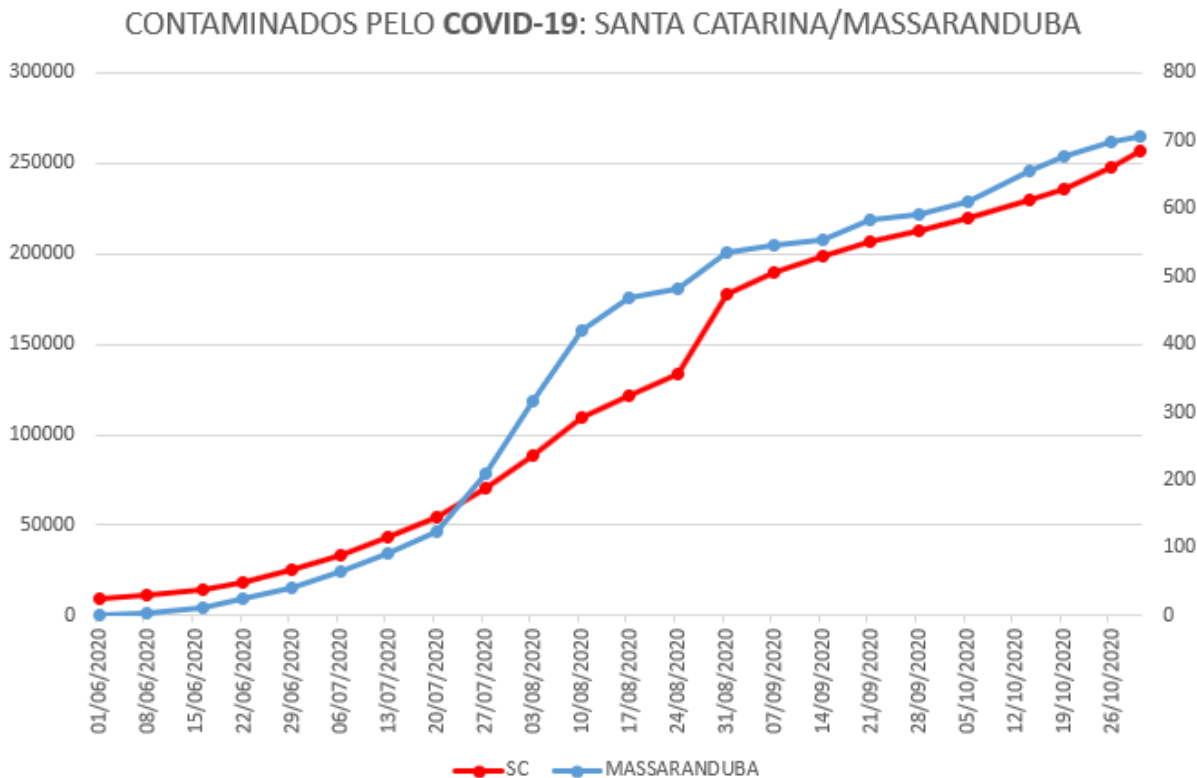
Até aqui evidenciou-se a ritualização da morte e a liturgia dos papéis. Há o petiscar e mordiscar do porco durante o preparo do alimento não tem o mesmo peso. Em todas as entrevistas, o peso da ação está na transformação do animal em alimento. Depois da morte o rumo é um tanto instrumentalizado. É só carne. “A gente faz a carne, torresmos, morcilha, aproveita tudo o que pode. Mas é aquilo, o porco da casa é diferente da carne comprada” (Entrevistado 3). Há uma crença que aquilo é mais saudável que outro. Não há uma preocupação ou reflexão sobre o consumo de carne, mas como disse ele, é aquilo que nós mesmos fizemos. Portanto, um valor no uso e consumo. Em certa forma, aproxima-se com a lógica das comunidades tradicionais, de um uso direto da natureza para a realização de necessidades, como Florit (2017) aponta.

5 A COVID-19 E O TERRITÓRIO DA PESQUISA

O município de Massaranduba apresenta números que diferem da realidade nacional e estadual quanto o COVID-19. Os números da doença no Brasil ampliaram-se a partir do mês de março de 2020. O município registrou o primeiro caso em 30 de março de 2020. Contudo após o primeiro caso, até 01 de junho não houve outro registro. Enquanto Brasil e Santa Catarina passaram pelo aumento significativo dos casos, problemas severos na ocupação de leitos hospitalares e medidas restritivas, a cidade passou ileso por dois meses. O ritmo de proliferação do vírus trouxe um conforto perigoso. “Como demorou para aparecer os casos, o povo achou que estaria livre” (Entrevistado 1). Uma sensação de segurança que não correspondeu aos números nos meses seguintes. A partir de junho os casos se ampliaram num ritmo maior que aquele registrado dentro de Santa Catarina, se comparamos proporcionalmente os dois

territórios. Massaranduba, até agora, registrou único óbito. Por isso, desconsideraremos, neste pesquisa as vítimas fatias do COVID-19.

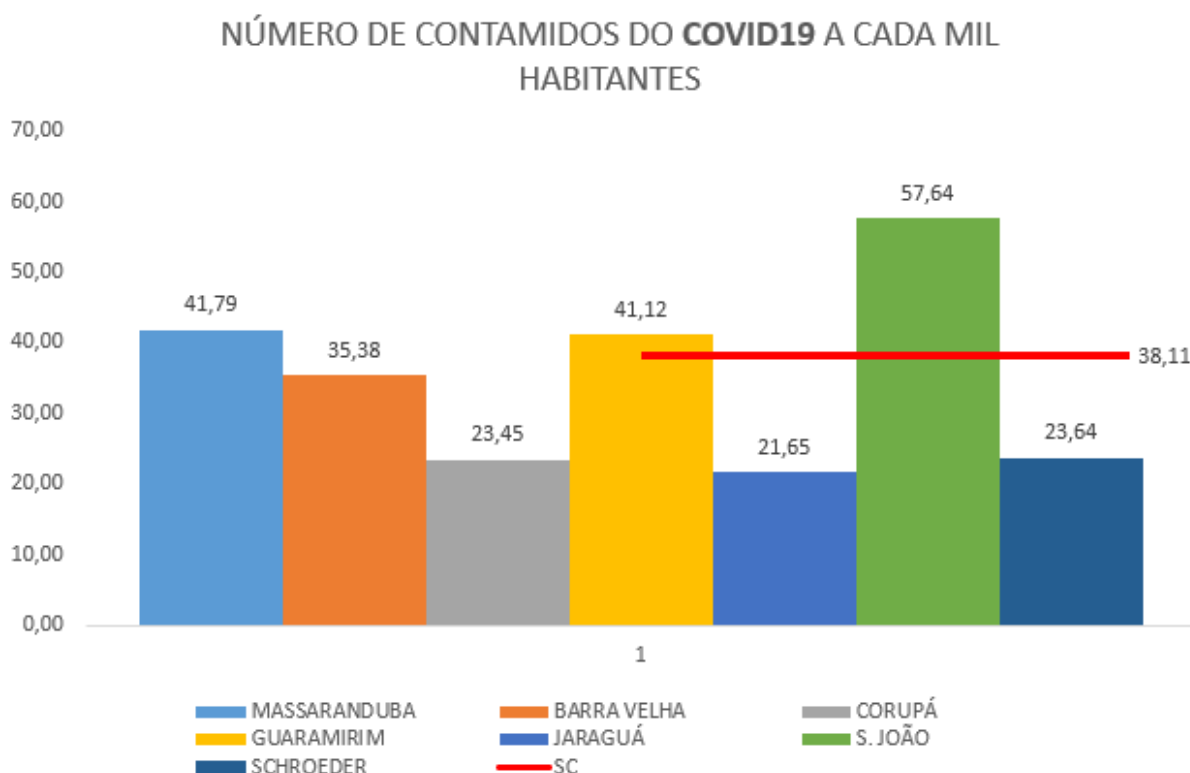
Gráfico 1: Registro comparativo de casos



Fonte: Gráfico elaborado pelo pesquisador a partir do Portal Transparência COVID-19: Governo de Santa Catarina

Para fins didáticos contaremos as semanas de contágio a partir de 01 de junho. Com o início da oitava semana de contágio é que Massaranduba apresentou níveis superiores, proporcionalmente, aos de Santa Catarina. A situação se manteve pelas semanas seguintes, até o final de outubro. Convém mencionar o que a data de limite de análise foi 30 de outubro. Não é nosso objetivo investigar estes números, registra-se a fins de descrição. Para efeitos de estudo o efeito comparativo com os municípios do eterno permite um quadro mais detalhado. Para efeito de estudos, aplicou-se como parâmetro de comparação os casos a cada mil habitantes. O entorno é formado pela Microrregião do Vale do Itapocu. Ela é composta por sete municípios, e segundo o IBGE e COORDENAÇÃO (2017), dois deles são considerados municípios rurais, Massaranduba e São João do Itaperiú. Por sinal, são os dois que apresentam maior taxa de contaminação proporcional do vírus. Será que a fala do Entrevistado 1 que reconhece uma falsa de ideia de segurança estendeu-se ao território rural de ambos os municípios?

Gráfico 2: Comparação entre os municípios da microrregião do Vale do Itapocu



Fonte: Gráfico elaborado pelo pesquisador a partir do Portal Transparência COVID-19: Governo de Santa Catarina

Até evidenciou-se os números do contexto de pandemia, agora entra-se com os dados gerados a partir dos atores da pesquisa. Perguntou-se aos entrevistados, utilizando a estratégia de conversa por vídeo-chamada, como dito na seção da metodologia, duas questões. A primeira, “como você está com a pandemia?” e a segunda, “a pandemia alterou suas rotinas?”. A primeira questão, dentro da metodologia das entrevistas semiestruturadas tinha por intenção gerar informações gerais acerca do modo de vida que foi imposto por esta nova condição. A segunda questão estava amarrada com a objetivo proposto por este estudo. A rotina que se refere aqui é a prática já consolidada da *beccaria*. A prática envolve a família, vizinhos e em alguns casos, um terceiro elemento. Este terceiro é aquela pessoa responsável por coordenar o abate, como já descrevemos na seção anterior. Como os atores da pesquisa são agricultores de propriedades familiares, parece óbvio que a reunião entorno da *beccaria* é um encontro de aglomeração, ainda que minimamente.

Ao perguntar como os entrevistados se sentem, duas visões ficaram claras. Havia uma visão de cuidado e também o negacionismo. “É preciso se cuidar. A gente não sabe de onde isso vem” (Entrevistado 1) e “Aqui em casa a gente segue tudo. Cuidado é sempre necessário” (Entrevistado 3). As duas situações são marcadas pela lógica do cuidado. Apesar de uma ideia

de tranquilidade nas primeiras semanas de contágio, a preservação dá o tom. Quando o Entrevistado 1 diz não saber de onde vem, ele não se referia a origem, mas os possíveis contaminados. O Entrevistado 3 estende uma ideia de cuidado para além do momento. Enquanto isso o Entrevistado 2 possui uma postura negacionista, “acho que esse vírus não vai chegar aqui. É coisa inventada. A gente tá salvo”. Não conseguimos voltar a conversar com ele após a aceleração da contaminação. Mas, no momento onde o quadro foi de poucos contaminados, a postura deste ator era de contrariedade as evidências apresentados no macro contexto estadual e nacional.

A segunda questão, que se alinha ao objetivo central deste texto, evidencia mudanças de hábitos e costumes. No caso da *beccaria*, também houve a mesma categorização dos dados anteriores. O Entrevistado 1 disse, “então nesse tempo, vamos evitar, o melhor é comprar carne no mercado. Só um vai.” O Entrevistado 3 deixa transparecer uma ideia de precaução, “sorte que ainda temos reserva no freezer. Não precisa.” Enquanto que Augusto e Santos (2020) deixam claro o caráter de crise que o COVID-19 estabeleceu na ordem mundial, nossos atores, parecem ainda não sentir os efeitos. Existe uma lógica do cuidado, mas o acesso a alimentação encaixa-se na lógica do consumo e do mercado. Se a *beccaria* surgiu como necessidade, o passar dos anos, manteve alguns traços, mas está bem enraizada uma lógica consumista. É consumista, não no sentido estrito, mas no sentido de existência, Se o abate do porco desaparecer opta-se por alternativas de mercado. Enquanto que a formação histórica evidenciava um movimento de resistência ao mercado com a *Casella*, o momento atual encobre qualquer ação alternativa ao capitalismo esquizofrênico (DELEUZE, 1990).

O negacionismo do Entrevistado 3 continua dar o tom. “Eu queria matar um porco, mas ninguém quer me ajudar. Tão tudo com medo.” A centralidade da ação gira em torno das perspectivas do ator. Ele não se mostra preocupado com o contexto e com as normas sanitárias que insistem no distanciamento. Acusa os entes próximos de medrosos. A lógica do consumo, ou da alternativa, se torna invisível diante da proposição do Entrevistado 3. Perguntado como ele iria fazer se não pudesse abater o animal, ele apenas respondeu “vou me virando”.

6 CONSIDERAÇÕES E ALGUNS ENTRELAÇAMENTOS

A reflexão em torno de uma lembrança de infância, a *beccaria*, me parecia mais tranquila, que agora após a análise dos sujeitos. As primeiras lembranças são de um dia de atividades atípicas em torno de uma ação, de certa forma, normal. Mas agora, revisitando as lembranças, ouvindo os sujeitos e cartografando as falas, percebe-se que existe uma ritualização

em torno da prática e contradições. A ação nasce diante do modo de vida precarizado dos migrantes europeus, neste caso, os italianos que foram colocados nas montanhas de Massaranduba. O porco, criado e domesticado tornou-se uma necessidade de alimentação, uma saída diante dos poucos recursos que tinham disponíveis. Em torno do cultivo e do abate nasceram aspectos, que se perpetuaram ao passar do tempo se ritualizando. Estes aspectos se contradizem diante da lógica da produção em série, do acúmulo e da geração de lucro. Não existe uma preocupação da ordem ambiental em torno da *beccaria*. Ela está aí e respeita algumas condições tradicionais.

O apelo moral diante do abate é invisibilizado. Um dos sujeitos até afirmou que é feio matar. Feio é diferente de errado. A estética se sobrepôs à ética. Mas diante não-beleza da morte, há uma naturalização antropocêntrica. O animal está para a morte, então abatê-lo não é um problema de ordem moral. Faz parte da linha histórica de uma liturgia. A reflexão em torno do animal é limitada. Se, a prática do abate é de certa forma instrumentalizada, poderíamos afirmar que a reflexão moral também é instrumentalizada. Como se as condições éticas estivessem limitadas a uma razão instrumental, mas é contraditório. O abate está na esfera do privado. E neste caso, a reflexão moral, não é para uma vida pública, mas para uma vida privada. Talvez, esta perspectiva poderia servir para reflexões futuras a partir de uma abordagem habermasiana.

Até quando a *beccaria* resistirá? Alguns elementos em torno da criação dos porcos foram reterritorializados. A quantidade de agricultores que mantem a criação dos porcos, sensivelmente é menor a cada ano. A reterritorialização do rural em função de um modo de vida urbana causa transformações profundas no campo. No caso dos porcos, a alimentação já não é mais a mesma. Há a introdução de alimentos processados. A prática de abater gado sofreu alterações. Ao longo da pesquisa não ouvimos ninguém falar na alteração do modo de abate do porco, como do gado. Já existe há a presença de alguém que faz o abate como prestação de serviço. Pode ser um ato isolado, mas pode ser também, a transformação de um costume, que num primeiro momento era uma reunião familiar e agora já não mais. A introdução de um estranho à família rompe com um aspecto que caracterizava a *beccaria* como tal e passa a transformá-la numa ação diferenciada.

O objetivo deste artigo estava em investigar as relações entre o agricultor o abate doméstico. Nela percebemos algumas contradições como um descompasso numa ideia de preservação e práticas ambientais. Talvez o mais gritante naquilo que os sujeitos apresentaram é a perspectiva centrada no próprio homem. O animal em si parece não ter grande importância no cenário. Ele está para o ser humano. As questões de gênero também não são discutidas, está para uma função. O abate, mesmo que, com o cuidado descrito, evidencia uma ocupação

antropocêntrica, e faz tudo em volta girar em torno dele. Mesmo respeitando o tempo do animal. Mas não é para a vida do animal é para o homem. Talvez, esta prática centrada e pouco reflexiva é o elemento que negue uma reflexão pública de questões éticas.

A COVID-19 trouxe mudanças de hábitos e costumes nos mais diferentes contextos. No caso da pesquisa ela desvelou mais uma contradição. Enquanto que numa perspectiva histórica a *beccaria* surgiu como outra-possibilidade, agora ela está ali como alternativa, mas não como resistência. Se a região criada por migrantes italianos teve inúmeros relatos de resistência e formação de uma nova terra – para usar uma expressão deleuziana, agora não se pensa mais assim. A contradição está na manutenção de práticas voltadas ao consumo a partir de origens-outras.

O artigo, na tentativa de investigar uma relação, deixa abertas questões, que poderia sugerir estudos futuros. Por exemplo, qual o limite aceitável no abate de animais? Como pensar uma manutenção de uma prática de exploração do animal? Há uma questão de justiça ambiental envolvida neste tipo ação? E o valor do animal enquanto um ser senciente onde fica? São diversas linhas que atravessam um território com uma prática, que sob olhar dos sujeitos envolvidos, não tem nenhum problema. Mas a invisibilidade da reflexão, poderia desvelar quais outros problemas? Em suma, a relação entre o agricultor e o abate mostraram uma questão de ordem cultural, nascida de uma proposta de imigrantes colocados sob determinadas condições de vida, mas está longe de estar superada enquanto problema ambiental, mesmo que a ordem moral pouco aparece no debate entre os envolvidos.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Flávio Sacco dos. **A agricultura familiar em transformação: o caso dos colonos-operários de Massaranduba (SC)**. 2 Ed. Pelotas: UFPEL/Editoria Universitária, 1995.

AUGUSTO, Cristiane Brandão; SANTOS, Rogério Dutra dos (*Org.*). **Pandemias e pandemônio no Brasil**. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020.

BRASIL. Decreto-Lei n. 1.545, de 25 de agosto de 1939. Dispõe sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros. Disponível em, <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1545-25-agosto-1939-411654-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 18 nov. 2019.

CNBB, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. **Bíblia Sagrada**. Brasília; São Paulo: Edições CNBB; Canção Nova, 2008.

DANOWSKI, Déborah. *Mundos sob os fins que vêm*. In: DIAS, Susana Oliveira. WIEDEMANN, Sebastian. AMORIM, Antonio Carlos Rodrigues. (orgs.). **Conexões:**

Deleuze e cosmopolíticas e Ecologias radicais e nova terra e... Campinas: ALB/Clima Com, 2019, p. 85–97.

DELEUZE, Gilles. **¿Que es un dispositivo?** *In.* Michel Foucault, filósofo. Barcelona: Gedisa, 1990, pp. 155-161.

FLORIT, Luciano Félix. Ética ambiental ocidental e os direitos da natureza. Contribuições e limites para uma ética socioambiental na América Latina. **Revista Pensamiento Actual**, v. 17, p. 121-136, 2017.

FLORIT, Luciano Félix. GRAVA, Diego da Silva. Da morte artesanal à morte industrial: estratégias discursivas para a naturalização da morte. **Anais do 18º Congresso Mundial de Antropologia: K-O**, Florianópolis, p. 3790-3808, 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; COORDENAÇÃO de geografia. **Classificação e Caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil**: uma primeira aproximação. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

LAVILLE, Christian. DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artes Médicas; Belo Horizonte: UFMG, 1999.

OLIVEIRA, Didymea Lazzaris. **Por um pedaço de terra “Luís Alves”**: sua colonização a partir de 1877. Itajaí: Editora UNIVALI, 1997.

THE Cambridge Declaration on Consciousness. 2012. Disponível em: <<http://fcmconference.org/img/CambridgeDeclarationOnConsciousness.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2019.

SISTEMA PARTICIPATIVO DE GARANTIA ORGÂNICOS JEQUITINHONHA: O DESAFIO DA PARTICIPAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA

Aloísia Rodrigues Hirata¹

Sueli Gomes Fernandes²

Luiz Carlos Dias da Rocha³

Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco⁴

Ademilson Gonçalves da Silva⁵

Dário Oliveira⁶

RESUMO

O Sistema Participativo de Garantia (SPG) é uma metodologia de avaliação da conformidade orgânica baseada na participação ativa dos atores interessados que se organizam em rede. Com o apoio do Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV) e orientação de membros colaboradores do IFSULDEMINAS, agricultores e agricultoras do Vale do Jequitinhonha, Nordeste de Minas Gerais, constituíram o SPG Orgânicos Jequitinhonha. Neste sistema, as visitas de pares e de verificação são importantes mecanismos avaliação da conformidade orgânica e de controle social. As visitas acontecem duas vezes por ano envolvendo famílias e colaboradores e visam principalmente a avaliação da conformidade, a interação das famílias e as trocas de experiências. Impossibilitado pela pandemia de realizarem as visitas, o Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC) do SPG Orgânicos Jequitinhonha desenvolveu um método de visitas remotas. O objetivo deste trabalho foi compreender como se deu essa adaptação e quais os resultados alcançados. Trata-se de uma pesquisa-ação, onde os autores participaram ativamente da implantação da metodologia pesquisada. Destacamos como resultados o controle social exercido de forma satisfatória em sistema remoto, maior interação entre as famílias, além de proporcionar aprendizagem no uso das tecnologias digitais que eram consideradas inacessíveis pelos agricultores familiares do Vale do Jequitinhonha.

Palavras-chave: certificação participativa, extensão rural, controle social, SPG, agricultura familiar.

1. Introdução

O Sistema Participativo de Garantia (SPG), também conhecido como certificação participativa, é uma metodologia de avaliação da conformidade orgânica que se baseia na participação ativa de todos os atores envolvidos ou interessados no processo de produção e na garantia da qualidade orgânica. Atualmente, o Brasil possui 27 SPGs que juntos são responsáveis por quase 8.000 agricultores e agricultoras orgânicos certificados (BRASIL, 2020).

Na região Nordeste de Minas Gerais conhecida como Alto Vale do Jequitinhonha foi constituído em 2016 o SPG Orgânicos Jequitinhonha, com o objetivo de proporcionar aos

¹ Doutoranda FEAGRI/UNICAMP; Técnica em Assuntos Educacionais IFSULDEMINAS, aloisia.hirata@ifsuldeminas.edu.br

² M.Sc. em Ciências Agrárias/Agroecologia, Ass. Téc. Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica. susuagro@yahoo.com.br

³ D.Sc. em Entomologia, Prof. Agroecologia e Entomologia do IFSULDEMINAS-Campus Inconfidentes. luiz.rocha@ifsuldeminas.edu.br

⁴ Professora Doutora FEAGRI/UNICAMP. soniaberga@yahoo.com

⁵ Técnico em Agropecuária. Ass. Téc. Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica. demagoncalves@hotmail.com

⁶ M.Sc. em Produção Vegetal no Semiárido, Ass. Téc. Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica. darioagronomia@hotmail.com

agricultores e agricultoras agroecológicos(as) desta região o acesso aos mercados para orgânicos, fortalecer as práticas agroecológicas e associativistas, além de promover a construção do conhecimento agroecológico. Logo após a constituição, o SPG teve seu Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC) credenciado junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Esse SPG, segundo Fernandes et al. (2020), tem como base as associações relacionadas às feiras no municípios do Vale do Jequitinhonha.

O processo de avaliação da conformidade orgânica que culmina na certificação das unidades de produção requer o envolvimento e participação dos atores envolvidos, especialmente dos agricultores e agricultoras. A participação enquanto conquista abordada por Demo (2009) é um processo que vai se construindo aos poucos e que nunca pode se dar por suficiente, nem acabado. Nesse sentido os SPGs vem a cada dia buscando construir diferentes formas de participação e envolvimento dos agricultores e agricultoras no processo de avaliação da conformidade orgânica. A participação ativa dos agricultores e agricultoras, técnicos, consumidores e demais interessados nos diferentes espaços de construção do conhecimento e controle social, além de gerar credibilidade para o sistema participativo, ao mesmo tempo, pode ampliar o nível de confiança entre produtores e consumidores o que leva a maior possibilidade de sucesso e longevidade de um SPG (HOME et al., 2017).

Em 2020, a participação presencial nas diversas atividades do SPG, em especial nas visitas de pares, ficou comprometida em função da pandemia do Coronavírus. O Brasil registrou seu primeiro caso de contaminação pelo Coronavírus em fevereiro de 2020 e a partir de março o país já decretou estado de emergência. As previsões alarmantes sobre alto risco de contaminação e a previsão do colapso no sistema de saúde pública, fez com que todos tivessem suas rotinas alteradas e buscassem o isolamento como principal medida de proteção. As aulas foram suspensas, muitos comércios foram fechados e boa parte dos serviços públicos foram transformados em *home office*. Uma situação inimaginável para a geração atual que impactou a vida de todos, provocando profundas mudanças comportamentais, como por exemplo uma elevação na demanda por alimentos orgânicos indicando uma maior preocupação dos consumidores com a saúde.

Em virtude desta situação, os agricultores e colaboradores do SPG Orgânicos Jequitinhonha se viram diante do seguinte impasse: como manter os processos participativos de avaliação da conformidade, realizar o controle social e as troca de experiências sem provocar as aglomerações tão perigosas em tempos de pandemia do Coronavírus?

Apesar da pandemia ter provocado o aumento da demanda por alimentos orgânicos, também impôs uma série de limitações para a oferta desses alimentos, em especial à certificação via SPG, visto que a participação ficou praticamente inviabilizada diante dos riscos de contaminação dos envolvidos. Além da preocupação com a segurança manifestada pelos agricultores, ainda em março de 2020 o MAPA encaminhou aos OPACs do País um ofício com orientações a respeito do período de restrições para contenção do avanço da epidemia provocada pelo Coronavírus (COVID-19) (MAPA, 2020a). No Ofício, o MAPA manifesta a necessidade de uma ação cautelosa na realização das atividades em campo que envolvessem possibilidades de aglomeração. No mês seguinte, atendendo à solicitações do Fórum Brasileiro de SPGs e OCS (Organizações de Controle Social) um novo Ofício fora publicado restringindo a realização de procedimentos presenciais para a avaliação da conformidade orgânica (MAPA, 2020b). Essa situação estimulou e provocou a necessidade de inovar e adaptar os mecanismos de controle social, ressignificando a participação.

Este trabalho tem por objetivo descrever como se deu a adaptação nos procedimentos de controle social no SPG Orgânicos Jequitinhonha buscando compreender os impactos e resultados alcançados.

1.1 As visitas de pares como mecanismo de avaliação da conformidade

No processo de avaliação da conformidade orgânica em um SPG são utilizados diferentes mecanismos de controle social como reuniões, visitas de pares, visitas de verificação, registros e dias de campo nas unidades avaliadas. As visitas de pares constituem um importante mecanismo de avaliação da conformidade. Segundo a Instrução Normativa N° 19 de 2009, os objetivos da avaliação da conformidade nos SPGs são:

“promover ações de natureza preventiva que garantam o cumprimento dos regulamentos da produção orgânica; identificar as não conformidades; assessorar os fornecedores para a resolução das não conformidades e para o aperfeiçoamento dos sistemas produtivos e promover a troca de experiências entre os participantes”.
(BRASIL, 2009)

Em geral, os SPGs realizam no mínimo duas visitas anuais, sendo a visita de pares e a visita de verificação. A diferença principal entre elas, é que na visita de verificação acontece a decisão da avaliação da conformidade, ou seja, é na visita de verificação que será decidido se a unidade de produção atende às normas legais e do OPAC, enquanto a de pares tem o objetivo de sugerir melhorias ou analisar respostas a eventuais não conformidades e monitorar o andamento das atividades da unidade produtiva por meio da participação dos membros do grupo. Komori et al. (2020) afirmam que as visitas de pares extrapolam a função de controle de processos se configurando como um momento de busca coletiva de soluções onde acontecem a construção do conhecimento agroecológico por meio troca de experiência, saberes e formação educativa.

O SPG Orgânicos Jequitinhonha é constituído por 6 núcleos de agricultores e agricultoras, onde cada núcleo, está circunscrito a uma localidade geográfica, em geral, em um município/comunidade rural. As visitas de pares acontecem no primeiro semestre do ano e envolve os membros do próprio núcleo sob a coordenação de um dos membros. Também participam dessas visitas, os técnicos do Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV), que atuam como colaboradores do SPG. Analisando o intercâmbio de conhecimentos entre agricultores, Kirchner (2014) constatou que as visitas de pares constituem o principal mecanismo de intercâmbio de saberes dos SPGs.

Além de servir de instrumento de controle social e ferramenta para a construção do conhecimento agroecológico ressalta-se ainda que as visitas de pares constitui uma excelente oportunidade de fortalecer as relações sociais no campo por meio da maior interação das famílias e, conforme destacado por Komori et al. (2020), a motivação vivenciada nas relações solidárias durante o desenvolvimento das visitas de pares cria vínculos entre as famílias. Esses vínculos fortalecem as relações de confiança entre os pares, princípio básico dos SPGs, além de contribuir para criação de espaços de aprendizagem, convivência e diálogo, tão necessários no meio rural.

1.2 Contexto Regional de constituição do SPG Orgânicos Jequitinhonha

O Vale do Jequitinhonha está localizado na região Nordeste de Minas Gerais e apresenta em suas características a Agricultura Familiar que é predominante em todos os

municípios. A produção de hortaliças tem uma abrangência temporal maior e nos casos em que há a disponibilidade de água, a produção segue o ano todo. Nos processos produtivos ligados à Agricultura Familiar da região, o emprego de tratores, adubos químicos sintéticos e agrotóxicos é baixo e mesmo nas áreas convencionais há a preocupação com a produção de alimentos seguros. Este pensamento agroecológico, traduzido em práticas rotineiras de agricultores e agricultoras, ocorre de maneira natural e representa um aspecto facilitador na transição agroecológica e nos processos de certificação orgânica.

A comercialização é realizada principalmente em feiras livres, local em que a diversidade de produtos é uma característica marcante. Outro componente presente nas feiras e que faz parte da identidade do Vale é o artesanato, em especial com argila.

Neste terreno e acrescentando as demandas por ações de convivência com a seca ora intensificada pela ocupação das chapadas pela monocultura de eucalipto, foi criado, em 1994, o Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV), que teve como base a força do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turmalina apoiado por organizações não governamentais e a Igreja Católica. A entidade possui como missão a realização de ações que contribuam com o desenvolvimento da agricultura familiar e aqui destacamos aquelas que permitam a melhoria da qualidade de vida das famílias e a proteção a meio ambiente. Desde sua criação, as ações têm como base os valores da instituição que considera o protagonismo, a solidariedade, a transparência e o respeito às diversidades culturais, políticas e sociais (CAV, 2015; CAV, 2020). Estas ações dialogam com a recuperação de áreas degradadas, implantação de sistemas agroflorestais, produção agroecológica, geração de emprego e renda, proteção aos recursos hídricos e convivência com a seca, com destaque para o programa um milhão de cisternas (P1MC), dentre outros (CAV, 2020).

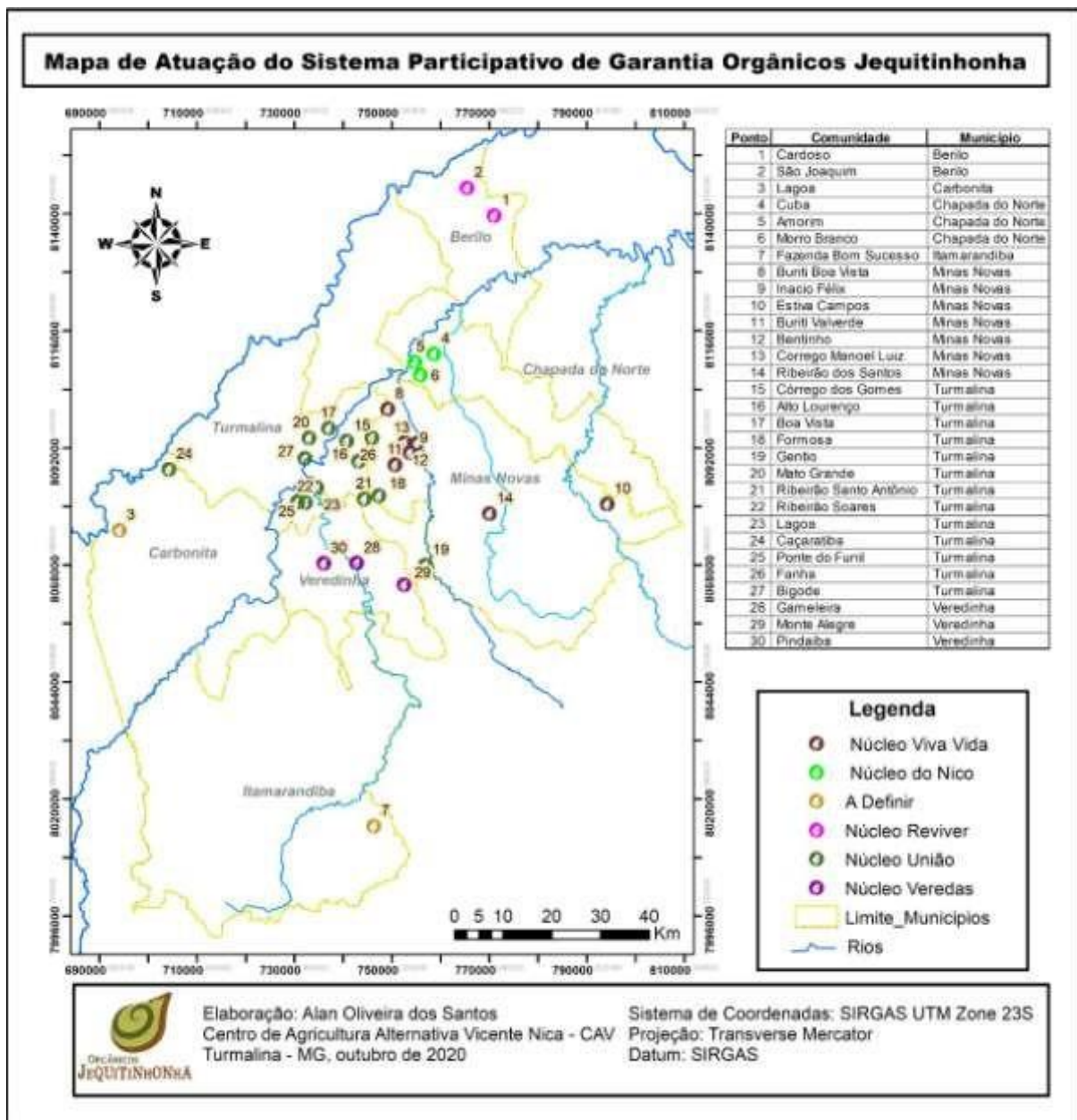
Considerando a demandas das famílias, os valores que embasam o funcionamento do CAV e os princípios que direcionam o funcionamento de um sistema participativo, o despertar para a instituição apoiar o desenvolvimento de ações para a criação de um SPG no Jequitinhonha foi uma consequência. A partir desta união de fatores, começou a ser gestado o SPG Orgânicos Jequitinhonha que trouxe a materialização dos procedimentos participativos para avaliar a conformidade dos sistemas de produção em relação às normas de produção orgânica no País com vistas a estabelecer garantias para a sociedade da qualidade dos produtos e fortalecer o associativismo e a produção agroecológica presente.

O SPG Orgânicos Jequitinhonha foi constituído em 2016 e tem atuação no Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais. Atualmente conta com 19 agricultores certificados, sendo 100% considerados agricultor familiar⁷. Visando proporcionar mais interação entre os agricultores, facilitar a participação nas atividades de avaliação da conformidade e proporcionar uma gestão horizontal, o SPG Orgânicos Jequitinhonha se organiza em núcleos no território, sendo que cada núcleo possui um coordenador. Atualmente são 06 núcleos de certificação, sendo 4 com agricultores certificados e 2 em processo de certificação. A definição de núcleo se dá em função da proximidade geográfica para diminuir distâncias e tempo de viagem para participação nas atividades.

A Figura 01 apresenta a localização dos núcleos de certificação do SPG Orgânicos Jequitinhonha.

Figura 01 - Área de atuação e localização dos núcleos de certificação ligados ao Sistema Participativo de Garantia Orgânicos Jequitinhonha.

⁷ De acordo com os critérios estabelecidos na Lei 11.326 de 2004 conhecida por Lei da Agricultura Familiar.



Elaboração: Alan Oliveira dos Santos (2020)

Em geral, o controle social exercido pelos agricultores e agricultoras de cada grupo se dá pela realização de reuniões, visitas de pares e de verificação, realização de feiras semanais e dias de campo.

2. Procedimentos Metodológicos

Este trabalho foi desenvolvido no SPG Orgânicos Jequitinhonha seguindo as orientações da pesquisa-ação enquanto metodologia de pesquisa. A pesquisa-ação, de acordo com Tripp (2005) é um procedimento de investigação-ação que utiliza técnicas de pesquisas reconhecidas para descrever os efeitos das mudanças de uma ação na prática. Essa metodologia de pesquisa exige a participação dos pesquisadores na resolução do problema ou ação investigada e está centrada no agir participativo e na ideologia de ação coletiva

(BALDISSERA, 2001). A pesquisa-ação segue uma sistemática cíclica e pode variar de caso a caso. Nesta pesquisa, seguimos as seguintes etapas:

- diagnóstico da situação problema na prática que se pretendia resolver;
- planejamento da ação;
- desenvolvimento do planejamento; - monitoramento do processo e - avaliação dos resultados.

O uso da pesquisa-ação enquanto metodologia só foi possível devido o envolvimento e participação dos autores deste trabalho na atividade pesquisada, visto que 5 dos 6 autores são membros colaboradores do SPG Orgânicos Jequitinhonha. O uso dessa metodologia também se justificou pelo compromisso de melhoria contínua do processo de avaliação da conformidade orgânica que agricultores e colaboradores assumiram ao constituírem o SPG.

2.1 Trajetória da pesquisa

A pesquisa foi realizada no período de março de setembro de 2020. Envolveu 29 fornecedores do SPG Orgânicos Jequitinhonha. Todas as informações que subsidiaram essa pesquisa foram coletadas mediante a participação dos autores nos processos de avaliação da conformidade, cuja problemática diagnosticada se deu em março de 2020.

As discussões foram realizadas e acompanhadas via grupo de *Whatsapp*. A realização das visitas de pares remotas aconteceu de abril a maio, sendo registradas por meio de vídeos, fotos, áudios e textos que foram sendo produzidos durante as visitas. Esse material foi sistematizado, organizado e analisado posteriormente pelos membros colaboradores. Foi realizado por uma das autoras deste trabalho um relatório de cada visita, sistematizando todas as discussões geradas com a atividade. Por meio desse relatório foi possível avaliar, juntamente com os agricultores, os resultados da ação.

3. As visitas remotas no SPG Orgânicos Jequitinhonha

As visitas remotas enquanto uma adequação das visitas de pares no processo de avaliação da conformidade orgânica cumpriu seus objetivos, em especial o de proporcionar condições para a garantia da qualidade orgânica dos alimentos, identificar não conformidades, promover a troca de experiências, além de promover maior interação entre os agricultores, diminuindo a sensação de isolamento social, mantendo viva a dinâmica de participação e responsabilidade solidária entre os membros no SPG Orgânicos Jequitinhonha.

No SPG Orgânicos Jequitinhonha, as visitas constituem como principal meio de verificação da qualidade de seus procedimentos. Antes do período de pandemia do Coronavírus, as visitas aconteciam de forma presencial, em duas etapas por ano. As unidades de produção estão localizadas no Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, nos municípios de Turmalina, Veredinha, Minas Novas e Chapada do Norte e mais recentemente houve a inclusão de mais dois núcleos, um referente ao município de Berilo e outro núcleo com a junção dos municípios de Carbonita e Itamarandiba. Os procedimentos de avaliação da conformidade orgânica realizados por meio das visitas contaram com a participação de membros da mesma localidade e membros de outros municípios, de forma a garantir a tomada de decisões de forma mais coletiva e participativa.

Com o avanço da pandemia e aumento dos casos de COVID-19 nos municípios do Vale do Jequitinhonha, sobretudo a partir do mês de março, todas as visitas às unidades produtivas e outras atividades coletivas e presenciais foram suspensas, evitando assim a aglomeração de seus membros. Os agricultores, em sua maioria, são pessoas que apresentam algum fator de risco em relação à doença, principalmente possuir idade avançada. Além disso,

por meio de ofício subsequente, o MAPA, recomendou aos Organismos Participativos a suspensão de processos de certificação em estágios iniciais e a prorrogação da validação dos certificados dos membros que não apresentaram não conformidades em visitas anteriores (MAPA, 2020b). Sugeriu ainda que cada organismo avaliasse o grau de risco para realização dos procedimentos em cada uma de suas regiões de atuação.

O SPG Orgânicos Jequitinhonha, desde a sua formalização vem se destacando no comprometimento de seus membros na execução de seus procedimentos de avaliação, condição inclusive, descrita no relatório de manutenção do credenciamento do OPAC de 2017. “*Percebe-se seriedade nos procedimentos e comprometimento dos membros com as práticas agroecológicas*” .

Diante do cenário configurado com a pandemia, agricultores e técnicos perceberam a necessidade de repensar seus procedimentos. Esta pesquisa que foi iniciada pelo diagnóstico, seguiu um novo ciclo de ações, conforme descrito a seguir.

a) O diagnóstico

A situação de isolamento social e a não realização das atividades coletivas presenciais passou a preocupar os membros do SPG, pois, a realidade imposta poderia comprometer de forma significativa, não só a qualidade dos procedimentos de verificação, mas as valiosas trocas de conhecimento e as relações de cooperação entre os seus membros. Aliado a isso, alguns membros, sobretudo aqueles em estágio inicial de transição, relataram desmotivação e dificuldades em prosseguir com as práticas agroecológicas sem a colaboração do grupo.

b) O planejamento

Diante da necessidade de superar a situação, alguns agricultores que assumem papel de liderança no SPG em interação com os técnicos do CAV iniciaram um diálogo para construir uma estratégia que possibilitasse a continuidade das ações coletivas de forma segura para a saúde dos envolvidos, sem prejuízo para a continuidade das práticas participativas e agroecológicas.

Embora o uso de redes sociais e grupos de conversa como o *Whatsapp* seja muito utilizado hoje em dia no Brasil, ainda não era uma prática comum entre os membros do SPG Orgânicos Jequitinhonha. Porém, diante da impossibilidade de visitas e reuniões, a estratégia foi a criação de um grupo de *Whatsapp* para os membros e colaboradores de cada um dos municípios componentes do SPG Orgânicos Jequitinhonha visando facilitar a comunicação, a disseminação da troca de experiências e a realização das práticas coletivas de avaliação da conformidade orgânica das unidades de produção. Apesar do receio quanto à dificuldade de acesso à internet nas comunidades rurais, observou-se que a participação dos agricultores e agricultoras ocorreu de forma bastante significativa e a interação entre eles se dava em diversos momentos do dia, sobretudo, no início do período noturno, com a finalização das atividades produtivas nas propriedades.

Com a aproximação do período em que comumente são realizadas as chamadas visitas de pares na região, houve a proposição por parte da coordenação dos núcleos e de técnicos do CAV, de realização das visitas remotas, no ambiente virtual do grupo de *Whatsapp* do SPG Orgânicos Jequitinhonha. A sugestão foi para que todos os membros de alguma forma pudessem participar da execução da atividade. Para os membros já certificados a visita remota teria a finalidade de renovação ou não dos certificados e para os que se encontravam no período de conversão para o sistema orgânico a visita teria a finalidade, dentre outras, de acompanhar a situação de transição. Acordou-se também que todos os membros do grupo de *Whatsapp* teriam a responsabilidade de acompanhar as visitas. A princípio alguns membros demonstraram

bastante insegurança com a realização do procedimento virtual, sobretudo pela dificuldade de lidar com os equipamentos celulares e com a instabilidade da internet nas comunidades. Entretanto, observou-se uma abordagem bastante solidária por parte da maioria, relatando que nenhum fornecedor seria prejudicado, caso apresentasse dificuldades com o procedimento.

Para a realização das visitas remotas elegeu-se, de forma coletiva, no ambiente virtual do grupo, coordenadores para cada dia de visitas, os quais ficariam responsáveis por conduzir o procedimento e fomentar o diálogo entre os membros. Elaborou-se ainda uma agenda de apresentações e um roteiro para orientar a gravação do material pelos agricultores, contendo as seguintes informações:

- a situação das áreas certificadas e paralelas;
- a comercialização dos produtos, sobretudo em tempos de isolamento;
- a atualização dos registros da unidade de produção;
- a entrada e uso de insumos nas propriedades;
- as medidas de cuidados com o solo, água, a vegetação nativa e os resíduos sanitários;
- o relato da família sobre a importância de obterem a renovação dos certificados.

Para cada dia agendou-se a apresentação de dois fornecedores do mesmo município. Baseado nas orientações do MAPA, acordou-se ainda que, os fornecedores que não haviam recebido visitas presenciais anteriormente, ou que, mesmo tendo sido visitados, apresentassem algum risco de descumprimento dos princípios da produção orgânica, não poderiam ser certificados por meio do procedimento virtual.

c) A realização das visitas remotas

As visitas remotas realizadas pelo SPG Jequitinhonha tiveram a participação de 21 agricultores visando a renovação dos certificados e 8 fornecedores que, por se encontrar no início do processo, não seriam certificados por meio da visita remota, porém, participaram das visitas com o intuito de apresentar a situação de avanço no processo de transição e resultados da adoção das práticas agroecológicas, além de troca de experiências. A

apresentação de cada unidade de produção se deu pelo envio de áudios, fotografias e vídeos, em horários pré-determinados entre os membros. Todo o material foi avaliado e discutido pelos demais membros do núcleo. A duração das visitas, em sua maioria, foi de cerca de 5 horas conforme a facilidade de funcionamento da internet nos locais. Ao todo, 52 pessoas participaram das visitas. Essa participação se deu no grupo de *Whatsapp* por meio de manifestações de opinião, sugestões, dúvidas e compartilhamento de experiências em relação à situação dos fornecedores avaliados. O perfil de membros do grupo caracteriza-se principalmente por membros das famílias fornecedoras, esposas, maridos, filhos e colaboradores.

d) O monitoramento do processo

As informações compartilhadas pelos agricultores e agricultoras e demais participantes das visitas, bem como a decisão sobre a condição das unidades de produção foram registradas em ata, com a participação dos colaboradores que salvaram os arquivos digitais para posterior consulta. Apesar de alguns agricultores terem apresentado dificuldades com a internet, todos executaram a atividade com êxito e enviaram informações suficientes para subsidiar a avaliação da condição das unidades. O processo se deu de forma bastante participativa com o envolvimento de homens, mulheres, jovens e idosos que superaram as dificuldades com o uso da tecnologia, da escrita e da comunicação e contribuíram de forma efetiva na tomada de decisão pela certificação de 19 fornecedores e pela suspensão dos certificados de 2 fornecedores pelo cometimento de não conformidades.

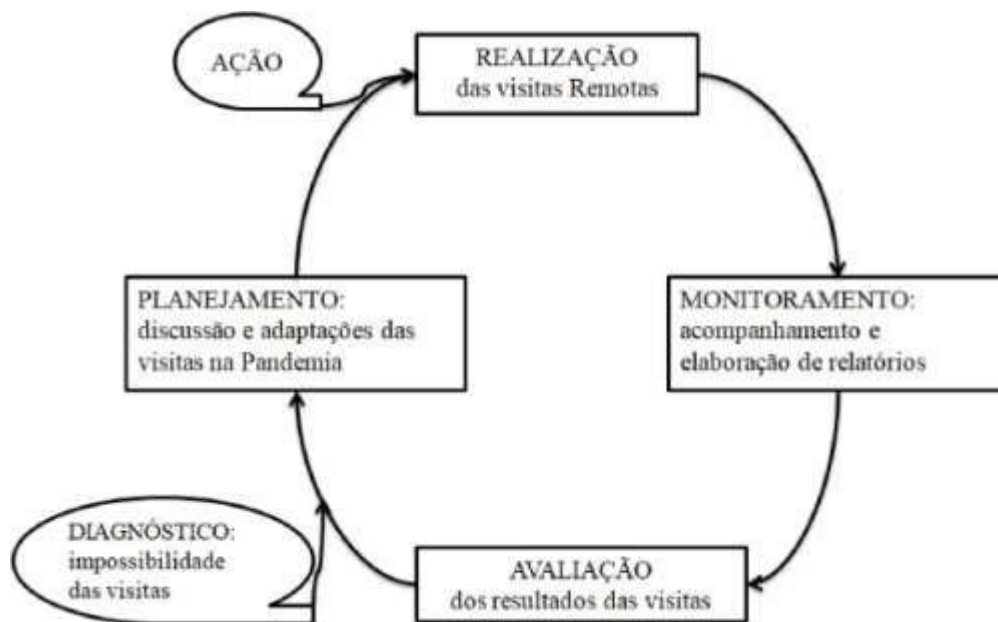
e) A avaliação

Segundo a avaliação feita pelos agricultores, o procedimento virtual gerou mais confiabilidade, uma vez que, os fornecedores repassaram todas as informações solicitadas de forma transparente e houve a participação de um maior número de pessoas, em especial o envolvimento de outros membros da família, quando comparado às visitas presenciais. A transparência e a confiabilidade produzidas pelas ações coletivas são primordiais para a manutenção da credibilidade nos Sistemas Participativos de Garantia. Sugeriu-se, inclusive, a continuidade do uso dos procedimentos virtuais em outras etapas futuras, quando houver quaisquer dificuldades de realização das atividades presenciais, como em períodos chuvosos que dificultam o acesso a algumas propriedades. Além disso, o método remoto pode diminuir significativamente os custos de deslocamento entre as unidades de produção e facilitar o envolvimento de membros localizados em unidades mais distantes.

Observou-se também que os agricultores permaneceram no ambiente virtual do grupo de *Whatsapp*, mesmo após a finalização do período de visitas remotas, promovendo constante diálogo sobre os aspectos produtivos, compartilhando fotos, vídeos e áudios com relatos sobre as suas experiências, no período entre visitas. Estas relações diárias, embora virtuais, tem colaborado para a execução do controle social no SPG Orgânicos Jequitinhonha e para a diminuição da sensação de isolamento nos núcleos neste período de pandemia que antes eram habituados a se reunirem com frequência, sobretudo em momentos de reuniões, intercâmbios e capacitações.

Na Figura 2 é possível visualizar as fases da pesquisa-ação em que o procedimento adotado fora realizado e acompanhado.

Figura 2 - Representação das fases da pesquisa-ação na realização das atividades.



Elaboração: Autores

Levando em conta esse ciclo, o momento atual é de novo planejamento, com base na análise dos resultados dessa pesquisa-ação que buscou superar o desafio por meio da intervenção, acompanhamento e avaliação da ação na prática.

Na etapa de planejamento que reinicia o ciclo da investigação ação, analisamos que a situação imposta pela pandemia provocou agricultores e técnicos a construir e ressignificarem a participação. Recorremos à Bordenave (1983) para compreender o significado da participação;

Bulhões faz parte do nosso grupo mas raramente toma parte das reuniões; Fazemos parte da população do Brasil, mas não tomamos parte das decisões importantes; Edgar faz parte da nossa empresa, mas não tem parte alguma no negócio (BORDENAVE, 1983 p.22).

Nesse sentido, considerou-se que todos os agricultores membros de um determinado núcleo de certificação deveriam não só fazer parte do grupo de *Whatsapp* e acompanhar a visita remota do companheiro, mas, para que fosse considerado uma participação ativa, ele deveria manifestar, ou seja, toma parte das decisões. Sua participação poderia ser manifestada de diferentes formas, como enviar mensagem escrita, áudio ou mesmo um símbolo. Assim, um “ok” um “de acordo” ou até mesmo um símbolo de “afirmativo” passou a significar uma participação ativa.

Nesta pesquisa-ação, analisou-se também o nível da participação, pois, mesmo uma participação ativa pode conter diferenças na qualidade da participação. De novo recorremos a Bordenave (1983), para quem “a prova de fogo da participação não é quanto se toma parte, mas como se toma parte” (BORDENAVE, 1983, p23). Neste sentido em primeiro lugar, o grupo analisou que a participação não é uma condição igual para todos. Se para alguns era simples enviar uma mensagem fazendo uma observação ou comentando os vídeos da visita, para outros não era bem assim. Um símbolo de afirmativo, conhecido no *Whatsapp* como *like*, já era suficiente devido às condições de escolaridade e familiaridade com a tecnologia. Outro ponto analisado nesta experiência foi o nível de participação. Assim, não é sobre a quantidade de *likes* ou comentários e áudios que foram enviados, mas o que significa cada manifestação. O fato de ter havido duas suspensões por não conformidades detectadas durante as visitas remotas e o grupo ter identificado, manifestado e decidido pela suspensão, conforme acompanhado e monitorado, indicou que, mais do que fazer parte, os agricultores tomaram parte das decisões, inclusive de decisões difíceis como esta, a de suspender o certificado de um companheiro.

4. Considerações Finais

O funcionamento de um sistema participativo de garantia traz consigo a necessidade do controle social por meio da participação ativa dos membros do sistema. É por meio desta participação que são gerados princípios como a confiança e a transparência sobre as ações realizadas. Decidir sobre a realização de visitas remotas, mesmo diante do conhecimento dos desafios a serem enfrentados, em especial no uso da tecnologia por agricultores e agricultoras, demonstra compromisso e seriedade dos membros do SPG Orgânicos Jequitinhonha em relação aos procedimentos de avaliação da conformidade e da manutenção da qualidade dos mesmos.

A realização das visitas remotas, além do atendimento de forma satisfatória dos parâmetros legais para o funcionamento de um OPAC, possibilitou em soma, a integração dos membros reduzindo a sensação de isolamento durante a Pandemia, trazendo motivação para os distanciados. A troca de experiências promovida por meio do compartilhamento dos vídeos,

fotos ou descrições detalhadas das unidades de produção foi destacada pelos participantes como uma estratégia que gerou maior aproximação entre eles, em especial, daqueles que estão chegando.

O acesso às tecnologias digitais e a incorporação destas às ações cotidianas dos agricultores e agricultoras do SPG Orgânicos Jequitinhonha, vistas inicialmente como uma dificuldade que poderia promover exclusões, evidenciou a capacidade e a determinação dos agricultores. O processo foi marcado pela superação das dificuldades que iniciaram desde a falta de um celular ou do acesso à internet, até mesmo a falta de habilidade. A superação veio por meio da aquisição do aparelho, contratação de planos para uso de internet e até mesmo a inclusão de novos membros para fortalecer a participação da família. Cada superação foi considerada pelos membros como comprometimento com o sistema (no caso de adquirir um aparelho ou internet) e também uma conquista, como nos casos de adesão dos jovens e apropriação da tecnologia pelos mais velhos.

Outro fator relevante refere-se à multiplicação da experiência que em pouco tempo chegou a outros SPGs do País. Após a experiência ter sido compartilhada com o Ministério da Agricultura e com representantes de outros sistemas participativos, logo surgiram as solicitações de compartilhamentos detalhados do processo para possibilitar a implantação e adaptações para outras regiões.

Nota-se que as adversidades que poderiam ter sido danosas à credibilidade do sistema, proporcionaram resultados positivos, onde o resultado mostrou que a criatividade e o pensamento coletivo podem fazer a diferença. Neste aspecto, a previsão de adaptação dos métodos de geração de credibilidade constante do Art. 68 da IN 19/2009 (BRASIL, 2009), atuou como importante aliada não prejudicando a livre atuação do SPG, que pode, a partir de uma realidade nova e desfavorável, construir uma solução inovadora, possibilitando a participação de todos.

Por fim, são comuns os questionamentos sobre como será o novo normal na realização das práticas de avaliação da conformidade orgânica nos SPGs. Certamente não há resultados suficientes para uma proposta de substituição total dos procedimentos presenciais pelos processos remotos, porém, é passível de compreensão que as ferramentas ora disponíveis passarão a fazer parte do cotidiano dos OPACs em situações pontuais de adversidades, promovendo a aproximação dos membros na realização das atividades e garantindo as condições para a manutenção dos princípios e características que embasam o sistema participativo.

Agradecimentos:

Aos agricultores e agricultoras do SPG Orgânicos Jequitinhonha, ao Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica, ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas e à Universidade Estadual de Campinas/Faculdade de Engenharia Agrícola pelo apoio na realização deste trabalho.

Referências Bibliográficas

- BALDISSERA, A. Pesquisa-ação: uma metodologia do “conhecer” e do “agir” coletivo. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v.7, n.2, p.5-25, Ago. 2001. Disponível em: <http://revistas.ucpel.edu.br/index.php/rsd/article/viewFile/570/510>. Acesso em: 23 out. 2020.
- BORDENAVE, J.E.D. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BRASIL. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos.** Brasília, DF: Ministério da Agricultura, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/arquivosorganicos/CNPO_MAPA_31_10_20202.xlsx>. Acesso em: 01 nov. 2020.

BRASIL. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa 019, 2009.** Aprova os mecanismos de controle e informação da qualidade orgânica. Disponível em <<http://sistemasweb.agricultura.gov.br/sislegis/action/detalhaAto.do?method=consultarLegislacaoFederal>> Acesso em: 28 abr. 2015.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Ofício circular 012/CPO/DTEC/SDA/MAPA.** Brasília, DF: Ministério da Agricultura, 17 mar. 2020a.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Ofício circular 015/CPO/DTEC/SDA/MAPA.** Brasília, DF: Ministério da Agricultura, 15 abr. 2020b.

CAV. Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica. **Boletim Vale Saber: Boletim Informativo Mensal, Edição n° 58, Ano 06, jan. 2015.** Disponível em <<https://www.admin.cavjequi.org/uploads/1ace8506561141e5bd2055b5746f98c0.pdf>>. Acesso em 31 out. 2020.

CAV. Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica. **Histórico.** Disponível em <<https://www.cavjequi.org/sobre>>. Acesso em 31 out. 2020.

DEMO, P. **Participação é conquista: noções de política social participativa.** São Paulo: Cortez, 2009, 1-176.

FERNANDES, S.G.; OLIVEIRA, D.; SILVA, A.G. **Sistema participativo de garantia “Orgânicos Jequitinhonha”.** p. 162-167. In: HIRATA, A.R.; ROCHA, L.C.D. Sistemas participativos de garantia do Brasil: Histórias e Experiências. Orgs. - Pouso Alegre/MG : 2020. 225p il..

HOME, R.; BOUAGNIMBECK, H.; UGAS, R.; ARBENS, M.; STOLZE, M. Participatory guarantee systems: organic certification to empower farmers and strengthen communities. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v.41, n.5, p.526-545, 2017. DOI: 10.1080/21683565.2017.1279702

KIRCHNER, C. Participatory Guarantee Systems (PGS): How PGS can Intensify Knowledge Exchange Between Farmers. In: IFOAM Organic World Congress 2014, „Building Organic Bridges“, **Annals...** 13-15 October, Istanbul, Turkey, 2014.

KOMORI, O.M.; PRATA, V.G.; PEDROSA, R.A.; RIBEIRO, A.P.; CARNEIRO, C.; ROCHA, R. **Associação dos Produtores orgânicos do Mato Grosso do Sul: da auditoria ao sistema participativo de garantia.** p. 169-175. In: HIRATA, A.R.; ROCHA, L.C.D. Sistemas participativos de garantia do Brasil: Histórias e Experiências. Orgs. - Pouso Alegre/MG : 2020. 225p il..

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, v.31, n.3, p.443-466, set./dez. 2005. Disponível em:
<<https://doi.org/10.1590/S151797022005000300009>>. Acesso em 28 out. 2020.

Concepção de educação do campo para professores que atuam em um assentamento de reforma agrária.

Amanda Matheus Tsuchiya¹

Orientador: Vitor Machado²

Introdução

O projeto de educação do campo surge no final do século XX, decorrente das críticas dos trabalhadores e trabalhadoras sobre a precariedade pedagógica e ao abandono em que estavam submetidas as escolas nas áreas de acampamento e assentamentos de reforma agrária. Inicialmente foi um movimento que buscava o direito à educação aos filhos e filhas dos camponeses, mas depois as reivindicações foram tomando novos contornos, especialmente nos territórios vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), onde se iniciam debates acerca da construção de uma proposta de educação mais orgânica aos interesses dos camponeses e de uma escola que fosse local de formação humana e que favorecesse a perspectiva de um projeto popular de desenvolvimento do campo (CALDART, 2004).

A partir das discussões é criado um Setor de Educação do MST, e é iniciado a elaboração da proposta pedagógica do MST. Evidentemente que o professor atuante nesse contexto deveria ter clareza quanto aos objetivos da Educação do Campo, vinculando a discussão metodológica da educação ao processo do conhecimento do coletivo do Assentamento.

No final da década de 1980, frente a precariedade pedagógica dos professores atuantes nas áreas de reforma agrária, decorrentes da má formação docente e/ou ausência desta, os movimentos sociais e sindicais do campo pautam as instâncias do governo reivindicando formação docente qualificada e pertinente às necessidades do contexto de atuação. É a partir da luta dos movimentos sociais do campo que se observa a implantação de políticas públicas para a educação dos sujeitos do campo e para a formação inicial e continuada de educadores atuantes no campo, como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), Programa de apoio à Formação Superior em Educação do Campo (PROCAMPO) e o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO).

Esse artigo busca compreender quais são as concepções presentes no ideário dos docentes que atuam em uma escola localizada em um assentamento de escola agrária. Para isso é realizada uma revisão bibliográfica sobre a função social do professor e da escola na etapa de

¹ Graduanda em Pedagogia na Universidade Júlio de Mesquita Filho – UNESP/FC.

² Graduado em Ciências Sociais, com Mestrado em Sociologia e Doutorado em Educação. Professor da Faculdade de Ciências de Bauru.

desenvolvimento social e econômico correspondentes a globalização da economia e reestruturação produtiva, que configuram a acumulação flexível e determinam o desenvolvimento econômico hegemônico no século XXI. No Brasil, o Estado responde a demanda de formação de professores para cobrir as necessidades de universalização da educação básica com uma política de formação aligeirada e de baixo custo, que pode se dar em ambiente não-universitário ou até mesmo virtual, descaracterizando o professor enquanto pesquisador. Entender a política de formação de professores nesse contexto mais abrangente é fundamental para entendermos de que lógica é revestido o modelo educacional gerido pelo Estado, e suas implicações no sistema de ensino.

A segunda parte deste trabalho busca abordar a trajetória da educação do campo, visando compreender sua historicidade e apreender as contradições que emergem da sua materialidade, especialmente quando ela adentra no campo das políticas públicas, onde vai gradativamente ganhando abrangência e perdendo radicalidade, inclusive com relação a seleção e capacitação dos educadores atuantes no campo.

Objetivos

O objetivo inicial dessa pesquisa era analisar qual a concepção de Educação do Campo presentes no ideário de professores e gestores que atuam em uma escola, localizada no interior de um assentamento de reforma agrária, no Estado de São Paulo. Nosso estudo pretendia verificar, também, de que forma essas concepções são materializadas enquanto práticas pedagógicas. Porém, devido a pandemia de COVID-19 fomos impossibilitados de prosseguir com as entrevistas como havíamos planejado, ficando restritos a visitar a escola onde iríamos realizar esse trabalho.

Sendo assim, esse trabalho se dispôs a fazer uma análise bibliográfica sobre o tema da educação do campo, abrangendo a questão da formação de professores na conjuntura atual e a legislação que versa sobre o tema.

Materiais e métodos

Essa pesquisa tem cunho bibliográfico, onde nos baseamos em registros disponíveis de autores que produziram conteúdos relevantes sobre o tema estudado, além dos documentos oficiais que legislam sobre a Educação do Campo em todo o território nacional, com destaque para as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (BRASIL, 2002)

e nos princípios políticos e filosóficos contidos no documento “Nossa concepção de educação e de escola”, produzido pelo setor de educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (MST, 2005).

Podemos considerar também o teor exploratório do trabalho, onde delimitamos um campo de trabalho, e fomos até a escola conhecer a equipe gestora e os professores, inicialmente um diálogo e levantando informações que pudessem ser relevantes na análise a qual esse trabalho se propõe.

Resultados e discussão

A prática docente é embasada, mesmo que de forma pouco consciente, em determinada concepção de aluno, função social da escola, formas metodológicas, ensino-aprendizagem e sobre os conteúdos a serem trabalhados. Também são determinantes no agir docente as políticas públicas que orientam a educação em seus diferentes níveis, inclusive nas licenciaturas.

O período histórico em que se elaborou a legislação educacional brasileira, durante as décadas de 1980 e 1990, no período de redemocratização, ocorre em um momento em que o mundo estava em um processo de globalização da economia, com internacionalização do capital e reestruturação produtiva, configurando a acumulação flexível e envolvendo grandes transformações nas esferas econômicas e políticas. O Estado diminui seu papel na garantia de direitos sociais, sem perder sua centralidade de intervenção em setores estratégicos, ao contrário do que pregam os discursos globalizantes e neoliberais. Frente a essa conjuntura passa-se a demandar uma educação de um novo tipo, e, portanto, um novo perfil de professor (LEHER, 2003).

Dentro desse contexto, Kuenzer (1999) analisa que a proposta do governo em reformular a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, inclui o novo modelo de formação de professores, correspondente as novas demandas do mundo do trabalho, em conformidade com o ponto de vista da acumulação flexível. Essas novas políticas, apesar do discurso que prega o compromisso com a universalização da educação básica, na prática, estão vinculadas a uma concepção de sistema educacional que articula formação e mercado, e retoma uma dualidade estrutural ao separar a educação profissional da escolaridade acadêmica.

Ao analisar as políticas voltadas para o ensino superior, Kuenzer afirma que há uma “flexibilização” do modelo tradicional de universidade, transferindo o controle *do processo* para o *produto*. Essa política de formação de professores reveste-se da lógica do modelo: como a

educação científico-tecnológica e a educação superior não são pra todos, é desperdício investir na formação de professores para os filhos e filhas da classe trabalhadora (KUENZER, 1999).

Freitas (2012) analisa que há posições conflitantes sobre a função do professor adotada pelas políticas públicas de educação, que compreendem o docente como um tarefeiro, que deve cumprir funções determinados sem autonomia e comprometido com interesses mercadológicos. Em contrapartida, a outra concepção, mais presente nos movimentos sociais, está ligada a uma visão mais emancipadora de educação, entendendo este enquanto intelectual que concebe seu próprio trabalho.

O conceito de educação do campo surge no início do século XX e tem a ver com o protagonismo dos trabalhadores do campo e suas organizações, se configurando como um projeto de escola com especificidades inerentes a histórica luta de resistência camponesa. Para Caldart (2004), na gênese do compromisso/decisão com a educação escolar assumida pelo MST, houve uma ruptura progressiva com um conceito mais tradicional de educação, e vai tomando lugar uma pedagogia vinculada as práticas e teorias da educação popular, onde o eixo da elaboração da proposta pedagógica do MST tem como objetivo construir na escola um local de formação humana que favorecesse a perspectiva de um projeto popular de desenvolvimento do campo.

Conforme apontam os documentos produzidos pelo Setor de Educação do MST, a educação escolar deve ter como base o trabalho com temas geradores, partindo da experiência de vida das crianças (práticas cotidianas), para que se desenvolvam os conceitos científicos. Dessa forma, a escola consegue fazer relações entre educação e produção, buscando transformar a realidade concreta a partir de uma perspectiva social mais ampla. Para isso é necessário que haja, além de uma posição teórica, um posicionamento político dos envolvidos com esse projeto de educação, reafirmando a busca de superação do modo capitalista de produção, visando os princípios organizativos que os movimentos sociais reivindicam, em um novo modelo de desenvolvimento do campo, a partir de novas formas de produção e trabalho.

Há, porém, alguns entraves que se projetam dessa centralidade dada a relação entre educação e produção, entre elas a necessidade de cuidado para evitar que o projeto de educação do campo seja reduzido a perspectivas pragmáticas e instrumentalizadoras, perdendo de vista a perspectiva omnilateral do sujeito (CALDART, 2009).

Também, em contraponto a educação do campo, diversos autores apontam que esse tipo de pedagogia tem limitações (Souza, 2012; Orso, 2016). Souza (2012) destaca que esse tipo de pedagogia traz um retorno ao ruralismo pedagógico, corrente de pensamento presente

principalmente após 1930, onde as propostas visavam manter o homem na área rural, com propostas de adequação entre educação e trabalho no campo. A autora ainda afirma que a especificidade da educação do campo não pode estar vinculada apenas aos aspectos culturais do campo e seus elementos, mas deve estar voltada a totalidade do conhecimento humano, tendo em vista que o capitalismo é totalizante e suas leis universais, e que rural e urbano fazem parte do mesmo movimento do capital, uma vez que este não é singular.

No final da década de 1980, frente a precariedade física e pedagógica, com professores decorrentes da má formação ou ausência de formação para o exercício da profissão, os movimentos sociais e sindicais do campo pautam as instâncias do governo reivindicando escolas do campo, com a preocupação de formação docente qualificada e pertinente as necessidades do contexto de atuação (MOLINA E ANTUNES-ROCHA, 2004), o que implicou em um envolvimento mais direto com o Estado na disputa pela formulação de políticas públicas específicas que compensassem a histórica discriminação e exclusão dessa população do acesso a políticas de educação.

Embora a LDB 9394/96, no seu artigo 28 já estabelecesse diretrizes para a educação básica para o campo, afirmando a legitimidade as adaptações do ensino, com conteúdos curriculares e metodologia, adequações no calendário escolar e adequação a natureza do trabalho, de acordo com as especificidades da vida rural e de cada região (BRASIL, 1996), é com a aprovação das “Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo” em 2002 e sua complementação por meio Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008, que esse tema é abordado de forma mais profunda, sendo esses documentos as primeiras políticas públicas específicas para a educação no campo.

Essas políticas públicas para a educação básica do campo, englobam as diferentes etapas da Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnico de Nível Médio, “destinando-se aos agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros” (BRASIL, 2008).

Diante do contexto de pressões feitas pelos movimentos sociais para o acesso e conclusão da educação em seus vários níveis, são instituídos programas como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), criado em 1998, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso e vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, e posteriormente, o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do

Campo (PROCAMPO), e o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), ambos vinculados ao Ministério da Educação.

A partir disso há a implantação de políticas públicas, da alfabetização de jovens e adultos à educação superior, de ações voltadas para a formação inicial e continuada de educadores do campo” (MOLINA;ANTUNES-ROCHA, 2004, p. 221). Diante desse contexto surgem o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO), e o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), ambos vinculados ao Ministério da Educação.

O PRONERA surge como um meio de democratizar o acesso à educação na alfabetização e escolarização de jovens e adultos, formação de educadores para as escolas de assentamentos de Reforma Agrária e na Formação técnica-profissional de nível médio e superior, além de organizar, produzir e editar os materiais didático-pedagógicos necessários à execução do programa, com o objetivo de executar políticas de educação em todos os níveis nas áreas de Reforma Agrária.

Porém, conforme Diniz (2015, p. 2), ao longo de sua atuação o PRONERA contou com cinco manuais normalizadores, sendo que a estrutura organizacional do programa na época de sua fundação era bastante diversificada, contando com diferentes entidades da sociedade civil, sendo fruto de uma ampla participação da sociedade civil e tendo um caráter democrático participativo. Em 2001, o PRONERA foi incorporado ao INCRA e houve uma reedição do seu Manual de Operações, onde há apontamentos sobre a intencionalidade de ampliar projetos no campo para educação superior, porém também fica explícito nesse documento uma terminologia assistencialista aparece com respeito aos atendidos pelo programa, que são referenciados com “público beneficiário”. Em 2011, Manual de Operações reeditada traz mais mudanças, principalmente quanto aos itens da operacionalização, e dos projetos atendidos pelo PRONERA e de seus critérios de aprovação. Também enfatiza a não inserção de disciplinas curriculares nem práticas educativas que privilegiam movimentos sociais e entidades afins, e impede a previsão de resultados qualitativos do curso tendo por base o acompanhamento dos movimentos sociais. A contratação de professores passa a ser feita por meio de processo seletivo com ampla concorrência para atuar nos cursos do PRONERA.

Embora dentro de uma relação conflituosa e movediça, o Pronera trouxe avanços significativos na democratização os sujeitos do campo. Conforme dados ofertados por Molina (2014, p. 230), no período de 1998 a 2014, cerca de 200 mil trabalhadores rurais se

escolarizaram nos diferentes níveis de ensino: da alfabetização à conclusão dos ensinos fundamental e médio, aos cursos técnicos e profissionalizantes e aos cursos superiores. Além disso, de acordo com a autora, mais de 60 universidades tem parceria com o Pronera e mais de 200 convênios foram firmados neste período.

Uma das políticas mais significativas do MEC para a educação do campo talvez seja o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo – Procampo, visto que a formação de professores é um setor extremamente importante e estratégico. O documento que versa sobre o Procampo, indica que os projetos devem apresentar organização curricular por etapas equivalentes a semestres regulares cumpridas em Regime de Alternância entre Tempo-Escola e Tempo-Comunidade. Entende-se por Tempo-Escola os períodos intensivos de formação presencial no campus universitário e, por Tempo-Comunidade, os períodos intensivos de formação presencial nas comunidades camponesas.

D'Agostini e Titton (2014) verificam que aparentemente estes cursos apresentam potenciais para se diferenciar e construir um acúmulo de experiências de formação mais crítica e popular, com possibilidade e maleabilidade pedagógica. Porém, há questionamentos sobre a apropriação de um discurso popular pelas políticas públicas de aceleração, flexibilização e barateamento dos custos com educação.

As primeiras experiências de Licenciatura em Educação do Campo iniciaram em 2007, com quatro universidades para realizarem experiências pilotos: Universidade Federal de Brasília (UNB), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Sergipe (UFS). Estes projetos foram considerados turmas especiais, com financiamento próprio e com maior autonomia de elaboração dos projetos políticos pedagógicos dos cursos. Posteriormente, estes cursos entraram na lógica das políticas públicas regidas por editais e efetivadas por programas, através do Procampo. Os conflitos ideológicos, técnicos, administrativos fizeram com que os projetos e intenções originárias sofressem alterações e adaptações para poderem ser aprovados e reconhecidos pela estrutura universitária e pelo próprio Ministério da Educação (MEC) e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). A partir do momento em que os cursos passam de especiais para regulares nas universidades as dificuldades e a perda de autonomia político-pedagógica na elaboração dos projetos é ainda maior pela necessidade de adequação à estrutura universitária e às questões burocráticas (D'AGOSTINI; TITTON, 2014).

Por fim, cabe expor que o caso da educação do campo, seu atendimento via políticas públicas é praticamente restrito a programas de governo, sem perspectiva de continuidade, na

forma de decretos, programas e editais (D'AGOSTINI; TITTON, 2014). Essa lacuna leva o governo Bolsonaro, em 2020, a lançar o decreto nº 20.252, que enxuga significativamente o INCRA, extinguindo a Coordenação responsável pela Educação do campo, e impossibilitando a continuidade de programas como o Pronera, responsável por formar 164.894 camponeses e camponesas nos 27 estados da federação, no período de 1998 a 2011, conforme dados do IPEA (2015).

Conclusão

O projeto de educação do campo surge frente a precariedade e abandono ao qual as escolas no campo foram historicamente submetidas, e foi construído com o protagonismo dos movimentos sociais e sindicais do campo, destacadamente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Após algumas experiências iniciais, os trabalhadores do campo passam a perceber que não bastava uma escola *no* assentamento, era necessária uma escola *de* assentamento, com um projeto pedagógico orgânico aos interesses dos camponeses, e vinculada aos desafios que estavam colocados na sua realidade objetiva, em um projeto pedagógico e metodológico que tem grande vinculação com as práticas e teorias da educação popular, e influência das perspectivas socialistas/emancipatórias de educação.

Conforme há um envolvimento mais direto do Estado na formulação de políticas públicas específicas para a educação do campo, as escolas de Assentamentos de Reforma Agrária vão progressivamente se afastando desse projeto inicial, e com isso também vão perdendo sua radicalidade de origem.

Porém, cabe ressaltar que as pressões sociais decorrentes das ações dos sujeitos de movimentos sociais e sindicais do campo trouxeram avanços significativos no que tange a legislação e a aquisição de direitos sociais relacionados a educação, em seus diferentes níveis de ensino. Além disso, houve uma grande implantação de políticas públicas voltadas para a formação de educadores do campo, setor estratégico frente ao papel essencial que tem os professores e professoras que atuam nas escolas.

Entendemos que a prática docente é embasada, mesmo de forma pouco consciente, em determinada concepção de aluno, função social da escola, formas metodológicas, ensinoaprendizagem e sobre os conteúdos a serem trabalhados. Também são determinantes ao embasar o agir dos professores as políticas públicas que fornecem as diretrizes da educação básica, em suas diferentes modalidades, e de formação dos profissionais da educação. Ao analisarmos os documentos do Setor de Educação do MST, pudemos perceber que a concepção

de trabalho docente presente é o de um professor intelectual, que concebe o próprio trabalho e tem comprometimento em defender os direitos da classe trabalhadora.

Ao adentrar no campo das políticas públicas de educação, que concebem o professor enquanto um tarefeiro, devendo cumprir funções determinadas sem autonomia e comprometido com interesses mercadológicos e com o particularismo burguês, emergem contradições latentes, visto que o interesse dos movimentos de lutas sociais e do Estado são antagônicos.

Podemos perceber, também, que o PRONERA, apesar dos avanços significativos que trouxe para a democratização da educação para os trabalhadores e trabalhadoras e seus filhos e filhas, também vai se afastando gradativamente do movimento de origem e empalidecendo o caráter deliberativo dos movimentos sociais e sindicais que. Com isso, perde autonomia inclusive em um elemento importante e estratégico: a contratação de professores passa a ser feita por meio de processo seletivo com ampla concorrência para atuar nos cursos do PRONERA.

Quanto ao Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo – PROCAMPO, apesar de aparentemente estes cursos apresentarem potenciais para se diferenciar e construir um acúmulo de experiências de formação mais crítica e popular, com possibilidade e maleabilidade pedagógica, há questionamentos sobre a apropriação de um discurso popular para legitimar políticas públicas de aceleração, flexibilização e barateamento dos custos com educação, visto que ele adota a Regime de Alternância entre Tempo-Escola e Tempo-Comunidade. Esse modelo de formação docente contrasta com a exigência da sociedade contemporânea, há uma crescente incorporação da ciência e da tecnologia aos processos produtivos e sociais. A relação entre educação e trabalho passa a ser mediada pelo conhecimento, compreendido como domínio de conteúdos e desenvolvimento de habilidades cognitivas superiores, o que exige formação inicial e continuada, em níveis crescentes de complexidade, além de serem exigidos novas formas de comportamento.

Frente a atual conjuntura, exige-se um novo perfil de professor, capaz de apreender as dimensões pedagógicas presentes nas relações sociais e produtivas, de modo a identificar as novas demandas da educação e a que interesse elas se vinculam. Portanto, não basta o professor saber apenas o conteúdo específico de sua área, mas transpô-lo para situações educativas, conhecendo os modos como se dá a aprendizagem em cada etapa de desenvolvimento humano, as formas de organizar o processo de aprendizagem e os procedimentos metodológicos próprios de cada conteúdo. Para tal, demanda-se do professor o nível de graduação, e mais, graduação universitária, em face da necessidade de formação interdisciplinar que só uma universidade

pode propiciar, e sempre ligada à extensão e as práticas, como forma de articulação entre teoria e intervenção na realidade.

Porém, há entraves que se originam dessas condições, pois as políticas para o ensino superior não fornecem subsídios para que a formação docente ocorra nesses moldes. Com a universalização da educação básica no Brasil, o Estado respondeu a demanda de professores estimulando a iniciativa privada através da redução dos custos envolvidos nos cursos de formação em nível superior, que poderiam se dar de forma aligeirada ou até mesmo à distância. Essa lógica é adequada ao modelo da educação básica idealizado pelo Estado burguês, pois se a educação científica-tecnológica e a educação superior não são para todos, é desperdício investir na formação qualificada de professores para os trabalhadores. Para estes, servem os professores precariamente qualificados, com salários rebaixados e condições precárias de trabalho.

Quanto mais as escolas vinculadas a assentamentos de reforma agrária adentram no campo das políticas públicas, se tornando políticas oficiais do Estado, mais surgem grandes limitações quanto as possibilidades de oferecer uma educação emancipatória, baseada na educação popular e de base socialista para os camponeses. Embora essa estratégia traga avanços em relação aos direitos sociais, deixa de ser um espaço de resistência ao perder autonomia, inclusive não podendo decidir quais professores darão aulas em suas escolas. Além disso, manter a ilusão de que os camponeses estão sendo tratados de forma “diferenciada” pelas políticas públicas pode ser entendido como uma forma de aliviar as tensões sociais e abrandar a luta de classes.

Por fim, cabe ressaltar que o caso da educação do campo, e seu atendimento via políticas públicas é praticamente restrito a programas de governo, sem perspectiva de continuidade, na forma de decretos, programas e editais. Essa lacuna leva o governo Bolsonaro, em 2020, a lançar o decreto nº 20.252, que enxuga significativamente o INCRA, extinguindo a Coordenação responsável pela Educação do campo, e impossibilitando a continuidade de programas como o Pronera, responsável por formar 164.894 camponeses e camponesas nos 27 estados da federação, no período de 1998 a 2011, conforme dados do IPEA (2015).

Referências bibliográficas

BRASIL/MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária-PRONERA: Manual de Operações**. Edição revista e atualizada. Brasília, 2004.

BRASIL/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Edital nº 2, de 23 de abril de 2008 – Chamada pública para seleção de projetos de instituições públicas de ensino superior para o PROCAMPO.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/edital_procampo.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2020.

BRASIL. Resolução CNE/CEB 1/2002. Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo. **Diário Oficial da União**, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 32. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13800rceb001-02-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 20 mar. 2019.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do movimento Sem Terra.** 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 35-64, mar./jun.2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v7n1/03.pdf>> Acesso em: 20 mar. 2019

D'AGOSTINI, Adriana; TITTON, Mauro. POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA EDUCAÇÃO DO CAMPO: LIMITES E POSSIBILIDADES. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 6, n. 1, p. 155-173, dez. 2014. ISSN 2175-5604. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/10218>>. Acesso em: 22 Mar. 2020. doi:<http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v6i1.10218>

DINIZ, Daise Ferreira. O programa nacional de educação na reforma agrária (PRONERA) no contexto do estado democrático de direito: movimentos sociais e gestão participativa. In: **37ª Reunião Nacional da ANPEd.** 2015. p. 20-20.

FREITAS, Carmen. A FUNÇÃO SOCIAL DO PROFESSOR: CONCEPÇÕES EM CONFLITO. **Revista Trabalho Necessário**, [S.l.], v. 10, n. 15, June 2018. ISSN 1808-799X. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6870/5153>>. Acesso em: 22 mar. 2020. <https://doi.org/10.22409/tn.10i15.p6870>.

KUENZER, Acacia Zeneida. As políticas de formação: a constituição da identidade do professor sobrance. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 20, n. 68, p. 163-183, Dez. 1999. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173301999000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 mar. 2020.. <https://doi.org/10.1590/S0101-73301999000300009>.

LEHER, Roberto. Reforma do estado: o privado contra o público. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 203-228, Set. 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198177462003000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 mar. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1981-77462003000200003>.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** São Paulo: Martins Fontes, 2002

MOLINA, Mônica Castagna. Contribuições das licenciaturas em educação no campo para as políticas de formação de educadores. **Educ. Soc., Campinas**, v. 38, nº. 140, p.587-609, jul.set., 2017. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/es/v38n140/1678-4626-es-38-14000587.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2020.

MOLINA, Monica C.; ANTUNES-ROCHA, Isabel. Educação do Campo: história, práticas e desafios no âmbito das políticas de formação de educadores—reflexões sobre o PRONERA e o PROCAMPO. **Reflexão e Ação**, v. 22, n. 2, p. 220-253, 2014.

MST. Nossa concepção de educação e de escola. IN: **Caderno de Educação nº 13**. Dossiê MST – Escola. 1ª ed. São Paulo. 2005.

ORSO, Paulino José. Pedagogia histórico-crítica no campo. In: BASSO, Jaquelina Daniela; SANTOS NETO, José Leite dos; Bezerra, Maria Cristina dos Santos (org.). **Pedagogia histórico-crítica e educação no campo: história, desafios e perspectivas atuais**. história, desafios e perspectivas atuais. São Carlos: Pedro & João Editores, 2016. p. 93-117.

RAMAL, Camila Timpani. O ruralismo pedagógico no Brasil: revisitando a história da educação rural. **X Jornada do HISTEDBR, Vitória da Conquista**, 2011. Disponível em < http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada10/files/e2qdukOb.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2020.

SOUSA, Marilsa Miranda de. ESTADO, MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO DO CAMPO: UMA SINTONIA COM O IMPERIALISMO. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 4, n. 2, p. 110-120, jul. 2013. ISSN 2175-5604. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9390/6828>>. Acesso em: 22 Mar. 2020. doi:<http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v4i2.9390>.

CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS: RETRATOS DE MUNICÍPIOS DO SUDOESTE PAULISTA

André de Camargo Macedo¹

Vanilde Ferreira de Souza Esquerdo²

Ricardo Serra Borsatto³

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) tem constituído um importante mercado institucional para a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar nos últimos anos. Dentre os principais objetivos do PAA estão: a garantia de alimentos em quantidade e qualidade para pessoas em estado de insegurança alimentar e nutricional, a circulação de recursos na economia local e o fortalecimento de organizações de agricultores familiares. Apesar da relevância constatada em numerosos estudos científicos, o PAA em sua trajetória recente tem passado por transições institucionais e normativas que afetaram o seu orçamento. Este texto apresenta dados sobre a execução do PAA em 18 municípios situados no sudoeste do estado de São Paulo durante um período de sete anos (2011-2017). Para o levantamento dos dados foram utilizados dados secundários obtidos pelo banco de dados da Transparência Pública do PAA referentes à produção vegetal, valores monetários e agricultores familiares que participaram do programa, na modalidade Compra com Doação Simultânea. Esperamos com a apresentação dos resultados oportunizar informações e elementos relevantes para a constituição de estudos futuros sobre políticas públicas para a agricultura familiar brasileira.

Palavras-chave: Agricultura familiar, políticas públicas e desenvolvimento rural

Introdução

Apesar da agricultura familiar ser responsável pela maior parte da produção de alimentos em países em desenvolvimento, a sua capacidade de acessar mercados ainda é limitada (SWENSSON, 2015). No Brasil, a percepção do Estado sobre a relevância da agricultura familiar na produção de alimentos inicia-se somente a partir de pressões de organizações sociais rurais na metade da década de 1990 (ANJOS et al., 2004). Esse processo induziu a elaboração de um conjunto de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento da agricultura familiar.

A primeira política pública de abrangência nacional criada para a agricultura familiar foi o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), elaborado no ano de 1996. Este programa estabeleceu o fornecimento de créditos de investimento e custeio com juros menores do que praticados ao agronegócio para pequenos produtores rurais (OLIVEIRA; BACCARIN, 2016). No entanto, embora o PRONAF tenha favorecido a produção familiar com o acesso a créditos, a comercialização da produção e a aceitação dos produtos no mercado ainda se manteve um obstáculo a ser superado para maior inclusão econômica da agricultura familiar (BATISTA et al., 2016).

¹ Mestrando da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp/FEAGRI

² Professora Doutora da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp/FEAGRI

³ Professor Doutor da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar Lagoa do Sino

Nesse contexto, as políticas públicas de abertura de mercados institucionais para os agricultores familiares como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ganham destaque. Criado em 2003, como um dos programas estruturantes do Projeto Fome Zero, o PAA estabelece mercados institucionais que adquirem gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares (BRASIL, 2012a). Os alimentos têm como destino pessoas em condição de insegurança alimentar e nutricional e aquelas que são atendidas por redes socioassistenciais e de equipamentos públicos de alimentação residentes do próprio território em que os produtos são produzidos.

Numerosos estudos têm apontado que a implementação do PAA tem contribuído, de forma significativa, em diferentes aspectos como inserção econômica para os agricultores familiares, estímulo à circulação de dinheiro na economia local, fortalecimento e desenvolvimento de organizações coletivas, diversificação da produção familiar, aumento do auto consumo da agricultura familiar e diminuição da insegurança alimentar nutricional de populações urbanas e rurais (AGAPTO et al., 2012; ALMEIDA et al., 2019; BATISTA et al., 2016; GRISA et al., 2011; OLIVEIRA; BACCARIN, 2016; SANTOS; FERREIRA; ALMEIDA, 2016).

No entanto, no decorrer de sua trajetória, o PAA tem passado por processos de transições institucionais e normativos que mudaram o papel das instituições e organizações participantes da sua execução. Além disso, o programa têm sido alvo de reduções orçamentárias devido às crises econômicas e políticas enfrentadas pelo Brasil nos últimos anos (TRICHES; GRISA, 2015). Fatos que afetaram diretamente o acesso dos agricultores familiares ao programa.

Devido à relevância que o PAA tem, esta pesquisa tem o objetivo de apresentar dados sobre a execução do PAA em 18 municípios situados no sudoeste do estado de São Paulo durante um período de sete anos (2011-2017).

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

O PAA foi instituído pela Lei Nº 10.696, de 2 de julho de 2003, e alterado pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. Os propósitos principais deste programa são a promoção de acesso à alimentação e o incentivo à agricultura familiar. Para tanto, o PAA trouxe inovações na burocracia estatal, visto que até então o Estado promovia compras institucionais somente pelo processo de licitações públicas em que o menor preço era o único parâmetro para a realização das compras. Uma dessas inovações refere-se à mudança no processo de aquisição de alimentos pelo estado, o PAA dispensa o processo licitatório para a compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar e os destina a grupos sociais em situação de insegurança alimentar (BORSATTO et al., 2020; GHIZELINI, 2018; HESPANHOL, 2013).

Além dos objetivos de fortalecimento da agricultura familiar e o acesso à alimentação para indivíduos em situação de insegurança alimentar, o PAA busca o apoio à formação de estoques públicos, aumento da biodiversidade, incentivo à produção orgânica e agroecológica, estímulo ao cooperativismo e a construção e consolidação de circuitos locais e redes de comercialização (BRASIL, 2012b). O programa ainda conta com objetivos que se encontram implícitos, como a preservação da cultura alimentar regional, circulação de dinheiro da economia local, distribuição de renda, exploração mais racional do espaço rural e fomento a sistemas agroalimentares localizados (BATISTA et al., 2016; BECKER; DOS ANJOS, 2010; SAMBUICHI et al., 2020; VINHA; SCHIAVINATTO, 2015).

O programa opera em seis modalidades: Compra Direta (CDAF), Compra com Doação Simultânea (CDS), incentivo à produção e ao consumo de leite, apoio à formação de estoques, aquisição de sementes e Compra Institucional. O trabalho ora apresentado, estudou a modalidade Compra com Doação Simultânea (CDS) que promove a articulação entre os alimentos produzidos pelos agricultores familiares e a doação para as entidades da rede socioassistencial, (cozinhas comunitárias, escolas, asilos, hospitais públicos e etc.). No estudo de Hespanhol (2013), afirma-se que a modalidade CDS teve um maior êxito sobre o acesso aos recursos do programa em virtude de uma maior simplicidade burocrática.

O PAA conta com um Grupo Gestor responsável pela orientação e o acompanhamento da execução do programa (BRASIL, 2020). O grupo é composto por diferentes ministérios: Cidadania; Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Planejamento, Orçamento e Gestão; Educação; Fazenda e a Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo. A operacionalização do programa vem sendo realizada pelos estados e municípios em parceria com o Ministério da Cidadania e pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Os recursos para a execução do programa são provenientes, em sua maior parte, do Ministério da Cidadania.

O PAA também serviu como um programa modelo a ser difundido. Países em desenvolvimento adotaram mercados institucionais inspirados pelo PAA, tendo como maior exemplo o “*Purchase from Africans for Africa*”, ou PAA África. Essa difusão do programa, de acordo com pesquisadores, evidencia o importante papel de instrumentos como o PAA na inserção econômica, apoio produtivo, bem-estar e segurança alimentar de populações socialmente vulneráveis, além de oportunizar sistemas de produção mais biodiversos e valorizar alimentos com forte identidade cultural (CLEMENTS, 2015; MIRANDA; GYORI; SOARES, 2017; NIEDERLE, 2014; RAHMANIAN et al., 2016; SWENSSON, 2015).

No entanto, a partir de 2013, o programa passou por um conjunto de mudanças operacionais e normativas. Essas mudanças afetam principalmente o papel da CONAB, que naquele momento era o principal órgão de operacionalização do PAA, e passa a ter o seu protagonismo reduzido. Tais transições refletiram na redução dos recursos do programa, a mudança no modelo de convênio para o termo de adesão e na forma de participação dos agricultores familiares no PAA. Naquele momento, houve uma priorização à participação individualizada dos agricultores, excluindo a necessidade de participação em associações ou cooperativas (VALADARES; SOUZA, 2015; VASCONCELOS et al., 2019). Assim, atualmente há duas formas de os agricultores familiares participarem do PAA na modalidade CDS: por Termo de Adesão junto ao ente (município, estado ou Distrito Federal) podendo participar de forma individual e pela CONAB em que os agricultores familiares devem estar organizados em associações ou cooperativas.

Outro fato que encadeou a diminuição dos recursos para operacionalização do PAA foram as acusações da chamada “Operação Agro Fantasma”, realizada pela Polícia Federal em 2013 no estado do Paraná. De acordo com essa operação, havia um mau gerenciamento do PAA sendo conduzido de forma ilícita. Essa operação executou vários mandados de prisão, busca e apreensão em agricultores familiares, gestores municipais, gestores de associações e cooperativas e operadores da CONAB (TRICHES; GRISA, 2015).

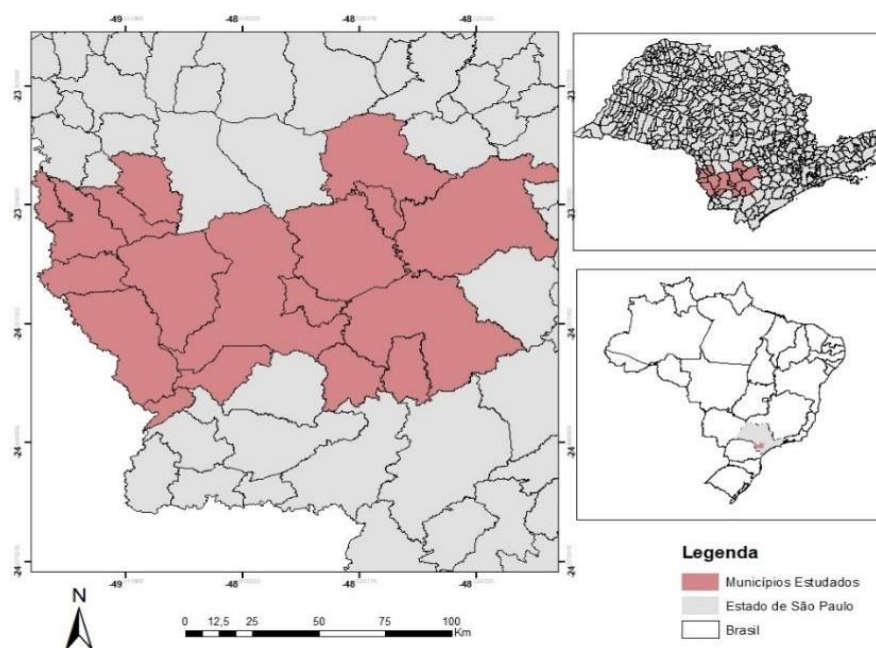
Por fim, a crise política e as transições de governo do Brasil também contribuíram para a diminuição dos recursos do PAA. No estudo de Sambuichi et al. (2020) aponta-se que de 2011 a 2018, o PAA teve uma redução orçamentária de 77%. Com o programa restringindo consideravelmente sua atuação, coloca-se em risco a segurança alimentar e nutricional das populações antes beneficiadas, principalmente as rurais, as quais tinham garantidas uma renda que contribuía muito para a dinâmica familiar, oriunda de um mercado que apoia a inclusão social e econômica dos agricultores familiares.

Metodologia

Localização e descrição da área de estudo

O recorte da pesquisa foi de 18 municípios: Angatuba, Barão de Antonina, Bom Sucesso de Itararé, Buri, Capão Bonito, Campina do Monte Alegre, Coronel Macedo, Guapiara, Itaberá, Itapetininga, Itapeva, Itaporanga, Itararé, Nova Campina, Ribeirão Grande, Riversul, Taquarituba e Taquarivaí, localizados no sudoeste do estado de São Paulo.

Figura 1. Localização geográfica dos 18 municípios, estado de São Paulo, Brasil.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Os municípios são de pequeno a médio porte, com a população variando de aproximadamente 4.000 habitantes (Barão de Antonina) até 160.000 (Itapetininga). Além disso, todos os municípios estão inseridos ou próximos (Angatuba e Itapetininga) de uma região conhecida como “Ramal da Fome”, que se caracteriza pela presença de municípios com Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) nos quesitos longevidade, educação e renda abaixo da média estadual e até mesmo inferior à média nacional. Dos municípios estudados somente Itapetininga e Itapeva estão acima da média nacional do IDHM. Porém, todos os municípios selecionados detêm o IDHM abaixo da média do estado de São Paulo (BRASIL, 2010).

A ocupação fundiária desta região consiste em uma agricultura empresarial altamente tecnificada e especializada (silvicultura, grãos e pastagens) e ao mesmo tempo, conta com a presença de unidades de agricultores familiares, assentamentos rurais e populações tradicionais pouco tecnificados e capitalizados que cultivam diversificados sistemas de produção (hortaliças, leite, grãos e etc.) (CEPÊDA; CARVALHO, 2016).

Abordagem e métodos analíticos da pesquisa

Trata-se de uma pesquisa de caráter descritivo e exploratório, em que se realizou uma sistematização e análise de dados secundários referentes à operacionalização do PAA. A coleta de dados foi feita na plataforma Transparência Pública do PAA, durante o segundo semestre do ano de 2018. Os dados coletados foram: número de contratos, valor de contratos, número de agricultores beneficiários, número de organizações beneficiárias e destino dos produtos entregues ao programa durante um período de sete anos (2011-2017) de execução do PAA no recorte dos 18 municípios. Por fim, foi realizada uma importação dos dados para planilhas do programa Microsoft Excel com a finalidade de proceder a análise dos dados e a construção de gráficos e tabelas.

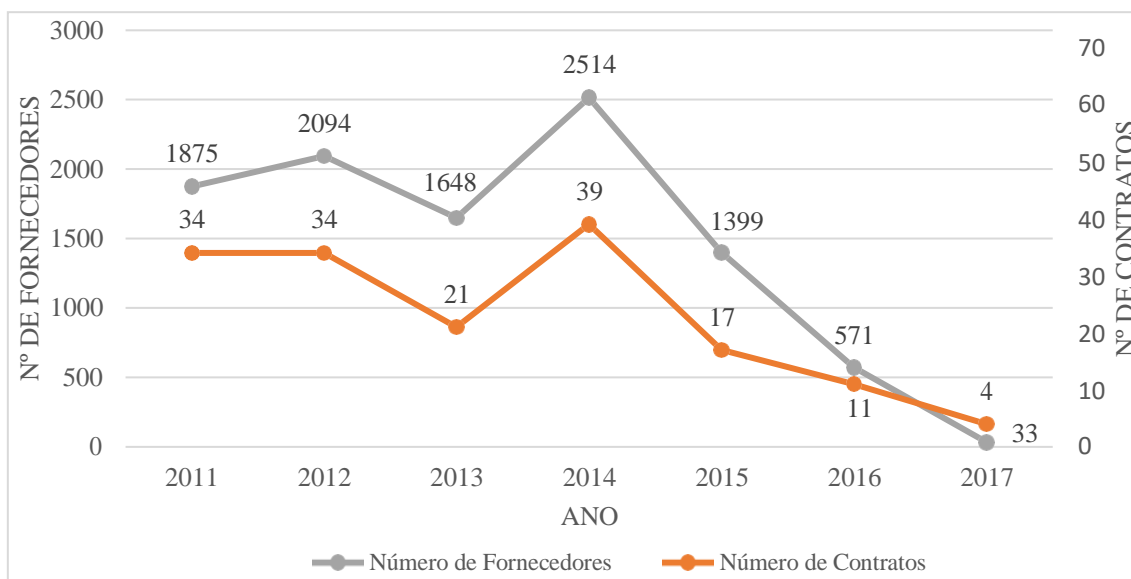
Além disso, utilizou-se a plataforma Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) do Censo Agropecuário para coletar o número de estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar de cada um dos 18 municípios analisados (IBGE, 2017).

Resultados e Discussões

Os resultados da pesquisa demonstram grande relevância do PAA na inclusão produtiva dos agricultores familiares nos municípios estudados. De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, os municípios estudados possuem 7.346 estabelecimentos agropecuários de agricultores familiares em seu território; no período analisado, cerca de 5 mil agricultores familiares dos municípios analisados comercializaram parte de sua produção via PAA, resultando em uma participação significativa dos agricultores familiares do território ao programa em diferentes contratos e anos (IBGE, 2017). Nesse período estudado, também foram encontradas 29 organizações de agricultores familiares que foram responsáveis pela comercialização da produção dos agricultores via PAA.

Analisando cada ano do período estudado (2011-2017), identifica-se o ano de 2014 como o de maior número de contratos firmados com os agricultores familiares (2.514) e de contratos com as organizações de agricultores (39) (Figura 2). No entanto, é a partir de 2014 que se percebe o decréscimo da participação dos agricultores e das organizações familiares junto ao PAA, sendo que no último ano de análise (2017) somente 33 agricultores familiares participaram do programa em apenas quatro organizações de agricultores.

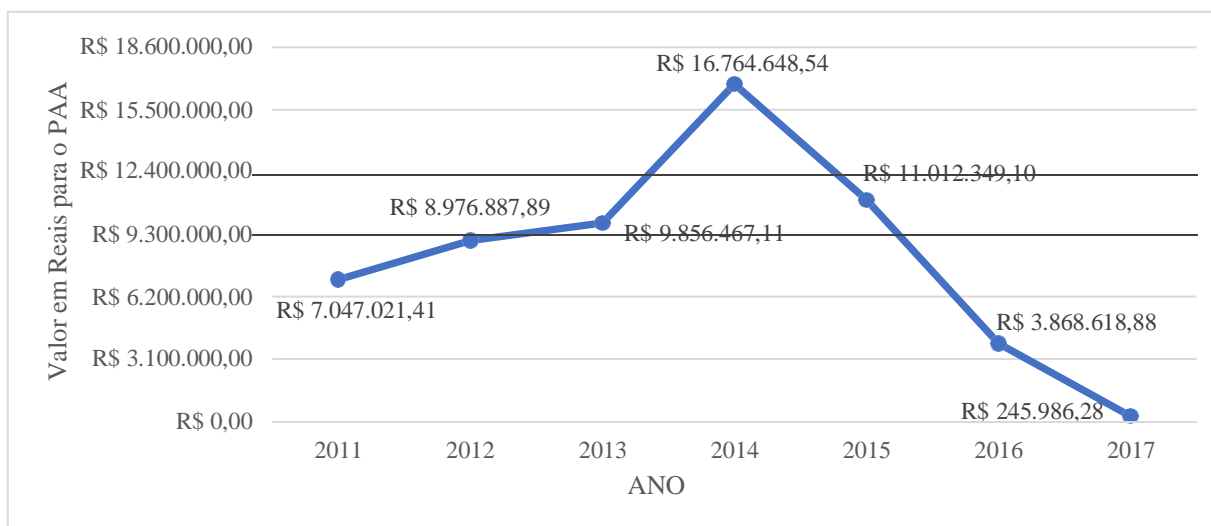
Figura 2. Número de agricultores fornecedores e número contratos firmados com o PAA nos municípios estudados.



Fonte: Elaborado pelos autores.

No âmbito dos recursos monetários aportados pelo PAA no território, o programa atingiu o seu pico de investimento no ano de 2014 e se manteve alto no ano seguinte, apesar da significativa diminuição de agricultores participantes do programa no ano de 2015, quando comparado a 2014. A queda dos recursos monetários inicia-se a partir de 2016 (Figura 3). A redução orçamentária em 2017, em comparação com 2011, foi de 97%.

Figura 3. Valores monetários destinados pelo PAA para os municípios estudados.

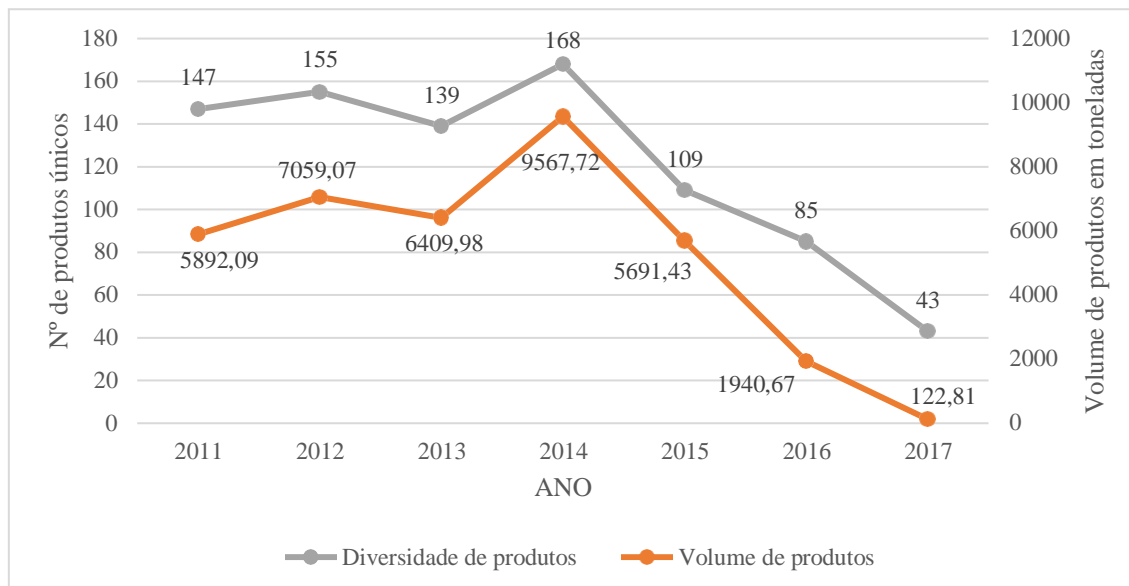


Fonte: Elaborado pelos autores.

O PAA também apresentou grande diversidade de gêneros alimentícios entregues pelos agricultores familiares ao programa (Figura 4). Durante os sete anos analisados, no ano de 2014 houve o maior número de diversidade de gêneros alimentícios comercializados pela agricultura familiar juntamente ao PAA (168), enquanto que em 2017 houve o menor número (43). Os dados também apontaram a queda de quantidade

de gêneros alimentícios fornecidos ao PAA (Figura 4). Enquanto que em 2012 foram comercializadas 7.059,07 toneladas de alimentos para o programa, no ano de 2017 a quantidade caiu para 122,81 toneladas.

Figura 4. Diversidade e volume de gêneros alimentícios fornecidos ao PAA nos municípios estudados.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Os alimentos comercializados pelos agricultores familiares para este mercado institucional foram doados às pessoas residentes dos municípios analisados em sua grande maioria (Tabela 1). Em todos os anos analisados, o PAA entregou mais de 80% dos gêneros alimentícios nos próprios municípios em que foram produzidos, cumprindo o objetivo de fortalecer os circuitos locais e regionais do PAA.

Tabela 1. Destino dos gêneros alimentícios comercializados via PAA nos municípios estudados.

Ano	% de produtos comercializados nos municípios estudados	% de produtos comercializados fora dos municípios estudados
2011	89%	11%
2012	88%	12%
2013	94%	6%
2014	84%	16%
2015	92%	8%
2016	100%	0%
2017	100%	0%

Fonte: Elaborado pelos autores.

A partir dos resultados apresentados é possível destacar que o PAA teve um papel importante em oportunizar recursos para a economia local e distribuir alimentos para as populações em estado de insegurança alimentar dos municípios estudados até o processo de desestruturação do programa. Tal constatação se articula com o estudo de Miranda e Gomes (2017) em municípios paranaenses do Vale do Ribeira onde apontaram a

relevância do PAA no aquecimento do mercado local, na diversificação da produção e na melhoria da qualidade de vida dos agricultores.

Considerações Finais

O PAA, no recorte dos municípios analisados, adquiriu e distribuiu uma diversidade de gêneros alimentícios para pessoas em estado de insegurança alimentar, assim como houve uma participação significativa dos agricultores familiares no programa. Contudo, há necessidade de realizar entrevistas com os principais atores que operacionalizavam o PAA para confirmar e compreender melhor a dinâmica deste mercado institucional nos municípios estudados.

Outro ponto que merece atenção foi o marcante processo de desestruturação do PAA no decorrer dos anos. No contexto da pandemia do COVID-19 e do regresso do Brasil ao mapa da fome, o PAA surge como uma opção relevante para a garantia da segurança alimentar e nutricional para as populações urbanas e rurais (IBGE, 2020). No entanto, para isso necessita da mobilização governamental para dispor de orçamento necessário para a execução do programa. Devido a pandemia do COVID-19, o governo federal disponibilizou R\$ 500.000,00 para a operacionalização do PAA, porém este recurso ainda está distante dos valores que foram destinados à execução do programa durante os anos de 2011 a 2015. Além disso, passado o contexto da pandemia não há certeza da garantia de orçamento para o programa.

Dessarte, a pesquisa ora apresentada oportuniza a elaboração de estudos mais aprofundados para analisar os efeitos da desestruturação do PAA. Como esse processo afetou e tem afetado os agricultores familiares que participavam deste mercado institucional? Principalmente os agricultores mais descapitalizados que enxergavam no programa uma opção para garantir a segurança alimentar das suas famílias. Outro questionamento para futuras agendas de pesquisa refere-se à população que recebia esses alimentos. Como as pessoas que tinham acesso aos alimentos doados pelo programa, estão se alimentando depois do seu processo de desestruturação?

Referências Bibliográficas

AGAPTO, J. P. et al. Avaliação do programa de aquisição de alimentos (PAA) em Campina do Monte Alegre, Estado de São Paulo, a partir da percepção dos agricultores. **Informações Econômicas**, v. 42, n. 2, p. 13–21, 2012.

ALMEIDA, A. F. C. S. DE et al. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): um caso de Big Push Ambiental para a sustentabilidade no Brasil. 2019.

ANJOS, F. S. et al. Agricultura Familiar e Políticas Públicas: o Impacto do Pronaf no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 42, p. 529–548, 2004.

BATISTA, L. M. G. et al. The perception of family farmers of Program de aquisição de Alimentos (PAA) on the meaning of being part of PAA and their understanding of concepts related to food, nutrition and health. **Saúde e Sociedade**, v. 25, n. 2, p. 494–504, 2016.

BECKER, C.; DOS ANJOS, F. S. Segurança alimentar e desenvolvimento rural: limites e possibilidades do Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar, em municípios do Sul gaúcho. **Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas**, v. 17, n. 1, p. 61–72, 2010.

BORSATTO, R. S. et al. Desafios do programa de aquisição de alimentos (PAA) em fomentar autonomia de agricultores familiares. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 10, n. September, p. 1104–1122, 2020.

BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/>. Acesso em: 11 mar. 2020.

_____. **CONAB Programa de Aquisição de Alimentos - Renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa!** Cartilha PAA, 2012a. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/images/arquivos/agricultura_familiar/Cartilha_PAA.pdf>. Acesso em: 5 mai. 2020.

_____. **Decreto nº 7775, De 4 de Julho de 2012**, 2012b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7775.htm>. Acesso em: 4 fev. 2020

_____. Ministério Da Cidadania. **Grupo Gestor - GGPAA**. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa/programa-de-aquisicao-de-alimentos/grupo-gestor>>. Acesso em: 2 nov. 2020.

CEPÊDA, V. A.; CARVALHO, J. G. **Diagnósticos Socioeconômicos dos Municípios de Buri e Campina do Monte Alegre**. São Carlos: Ideias Intelectuais e Instituições - UFSCar, 2016.

CLEMENTS, E. A. Addressing rural poverty and food insecurity through local food purchasing and school lunch programs: PAA Africa , PRONAE and the creation of institutional markets in Mozambique. **Revista NERA**, v. 18, n. 26, p. 28–50, 2015.

GHIZELINI, A. A. M. Programa de Aquisição de Alimentos e diversificação: possibilidades para a recampesinização e suas limitações estruturais. In: **Abastecimento Alimentar: Redes Alternativas e Mercados Institucionais**. UFFS ed. Chapecó: 2018. p. 170–193.

GRISA, C. et al. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. **Revista Agriculturas**, v. 8, n. 3, p. 34–41, 2011.

HESPANHOL, R. A. M. Programa de Aquisição de Alimentos: Limites e Potencialidades de Políticas de Segurança Alimentar para a Agricultura Familiar. **Sociedade & Natureza**, v. 25, n. 3, p. 469–483, 2013.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>>. Acesso em: 2 ago. 2020.

IBGE. **10,3 milhões de pessoas moram em domicílios com insegurança alimentar grave | Agência de Notícias | IBGE**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28903-10-3-milhoes-de-pessoas-moram-em-domicilios-com-inseguranca-alimentar-grave>>. Acesso em: 2 nov. 2020.

MIRANDA, A. C.; GYORI, M.; SOARES, F. V. Fase II do Programa PAA África: Resultados e lições aprendidas. **International policy centre for inclusive growth**, 2017.

MIRANDA, D. L. R.; GOMES, B. M. A. O Programa Nacional de Aquisição de

Alimentos e agricultura familiar no Vale do Ribeira, Paraná, Brasil. **Sustentabilidade em Debate**, v. 8, n. 1, p. 67–79, 2017.

NIEDERLE, P. A. Afinal, que Inclusão produtiva? A contribuição dos novos mercados alimentares. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Eds.). . **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. [s.l.] Brasília: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, 2014. p. 168–196.

OLIVEIRA, J. A.; BACCARIN, J. G. Organização Espacial e Execução do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar entre 2003 - 2012. **Revista Equador (UFPI)**, v. 5, n. 2, p. 120–138, 2016.

RAHMANIAN, M. et al. What types of markets to support agroecology? Reflections from the FAO agroecology symposia. **Sustainable value chains for sustainable food systems**, p. 193, 2016.

SAMBUICHI, R. H. R. et al. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como estratégia de enfrentamento aos desafios da COVID-19. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 4, p. 1079–1096, 2020.

SANTOS, L. DE L.; FERREIRA, D. P.; ALMEIDA, L. M. DE M. C. Capital Social e Redes: uma Análise dos Efeitos do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar em Municípios Diferenciados no Estado de Goiás. **Revista de Políticas Públicas**, v. 20, n. 1, p. 253–272, 2016.

SWENSSON, L. F. J. **Institutional Procurement of Food from Smallholder Farmers: The Case of Brazil**. FAO ed. Roma: FAO, 2015.

TRICHES, R. M.; GRISA, C. Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência. **Revista Nera**, p. 10–27, 2015.

VALADARES, A. A.; SOUZA, M. G. P. **A trajetória recente do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): uma análise das mudanças normativas e institucionais que deram nova inflexão ao programa**. Nota Técnica (Nº21). Brasília:DF: 2015.

VASCONCELOS, F. DE A. G. et al. Public policies of food and nutrition in Brazil: From Lula to Temer. **Revista de Nutrição**, v. 32, n. February, 2019.

VINHA, J. F. DE S. C.; SCHIAVINATTO, M. Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Revista NERA**, n. 26, p. 183–203, 2015.

PESQUISA CIDADÃ FORTALECE A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA INTEGRAÇÃO CAMPO-CIDADE NA REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE

Antonio Carlos Pries Devede¹
Rudson Haber Canuto²
José Miguel Garrido Quevedo³
Cristina Maria de Castro¹
Sylvia Helena de Espíndola Salles⁴

RESUMO: A agroecologia reúne conhecimentos e procedimentos metodológicos para superar as crises das sociedades contemporâneas. A pesquisa cidadã sobre sistemas agroecológicos de produção promove a visão sistêmica que possibilita aos camponeses traçar estratégias para redefinir a realidade agrária. Nesse trabalho, registramos as contribuições do envolvimento dialógico de camponeses e pesquisadores no planejamento, implantação, manejo e avaliação de sistemas agroflorestais (SAF). A metodologia aprender fazendo é sempre um direcionador pedagógico nos mutirões agroflorestais organizados pela Rede Agroflorestal do Vale do Paraíba que reúne camponeses, técnicos, educadores e pesquisadores interessados em desenvolver os SAF. Entretanto, a barreira para as populações tradicionais do Litoral Norte assimilarem esses sistemas como modelo de produção de alimentos saudáveis sem a necessidade da queima ou do pousio prolongado deve ser transposta com a flexão das leis de proteção ambiental e a inclusão desses povos na gestão das unidades de conservação. Os SAF produzem mais alimentos, serviços ecossistêmicos e são mais resilientes que as monoculturas no advento das mudanças do clima. Durante a pandemia, os produtos dos SAF passaram a compor cestas vivas e os insumos colhidos nesses sistemas foram utilizados para expandir as áreas de cultivo. Além de gerar renda, promover a inclusão social e recuperar o ambiente, a ação coletiva reduz a vulnerabilidade social e alimentar.

Palavras-chave: agroecologia, alimento vivo, reforma agrária, restauração ecológica, mutirão agroflorestal.

CITIZEN RESEARCH STRENGTHENS FOOD AND NUTRITION SECURITY IN THE FIELD-CITY INTEGRATION IN THE METROPOLITAN REGION OF THE PARAÍBA VALLEY AND THE NORTH COAST

ABSTRACT: Agroecology gathers knowledge and methodological procedures to overcome the crises of contemporary societies. Citizen research on agroecological production systems promotes a systemic view that allows peasants to outline strategies to redefine agrarian reality. In this work, we record the contributions of the dialogical involvement of peasants and researchers in the planning, implementation, management and evaluation of agroforestry systems (AFS). The learning by doing methodology is always a pedagogical driver in agroforestry task force organized by the Vale do Paraíba Agroforestry Network, which brings together peasants, technicians, educators and researchers interested in developing AFS.

¹ Engº Agrº, Pesquisador científico, Dr.(a) Polo Regional Vale do Paraíba - APTA/SAA, antonio.devede@sp.gov.br, cristina.castro@sp.gov.br

² Discente do Curso Superior em Agroecologia, UNITAU, habercanuto@yahoo.com.br

³ Engº Agrº, Perito Ambiental, Mestre INCRA-SP, jose.quevedo@spo.incra.gov.br

⁴ Bióloga, Técnico de apoio a pesquisa Tecnológica e Científica, Polo Regional Vale do Paraíba - APTA/SAA, syhespindola@hotmail.com

However, the barrier for traditional populations of the North Coast to assimilate these systems as a model for the production of healthy food without the need for burning or prolonged fallow must be overcome with the flexion of environmental protection laws and the inclusion of these peoples in the management of the conservation units. AFSs produce more food, ecosystem services and are more resilient than monocultures in the wake of climate change. During the pandemic, AFS products started to form living baskets and the inputs collected in these systems were used to expand the areas under cultivation. In addition to generating income, promoting social inclusion and restoring the environment, collective action reduces social and food vulnerability.

Keywords: agroecology, live food, agrarian reform, ecological restoration, agroforestry task force.

INTRODUÇÃO

A colonização do Vale do Paraíba na região Sudeste do Brasil iniciou no ciclo do ouro (séc. XVII), da cana-de-açúcar (séc. XVIII), consolidou-se com a expansão do café nas montanhas (1780) que degradou os solos e foi substituído por pastagens (1880) e a monocultura do eucalipto (1990) (DEVIDE et al. 2014).

A derrubada e o avanço da exploração predatória sobre a Mata Atlântica deixaram um rastro de devastação social e cultural. A ocupação do território seguiu o modelo nômade e predatório baseado na queima da floresta (DEAN 2007), no extermínio dos índios puri-coroados por bandeirantes que levou à perda da memória biocultural (RIBEIRO 1987). A penetração do sertão somente foi possível mediante essa nativização/indianização do português bandeirante (DEAN 2007, WEGNER 2000) que ocorreu de maneira mais intensa no litoral (BEGOSSI et al. 2010). Ao redor das vilas que se constituíam no Vale do Paraíba e no litoral, fazia-se necessário certa produção e processamento mínimo de diversos recursos biológicos (farinhas de milho e mandioca, o arroz, a carne bovina e suína) para o suprimento local e das tropas. Assim, a paisagem atual é a herança de processos fisiográficos e biológicos, do patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação das comunidades (AB'SABER 2003).

O processo de ocupação como colônia de exploração definiu as características biogeográficas do Vale do Paraíba que precisa se reinventar para sustentar em recursos naturais (água) e alimentos o crescimento populacional. Uma estimativa no estado do Espírito Santo revela a geração de um posto de trabalho a cada cinco hectares em média de dois assentamentos de reforma agrária, enquanto nos mesmos municípios foi gerado um posto de trabalho à cada 937 hectares de eucalipto plantado (LIMA et al. 2016). No Vale do Paraíba, a cada cinco hectares de agricultura familiar, são gerados até três postos de trabalho para produzir alimentos frescos e fortalecer a segurança alimentar, enquanto o eucalipto gera um posto de trabalho a cada 125 hectares (LABREGO 2008 op. cit. FREITAS JUNIOR, SOLERA 2011).

Desde a década de 1980 se defende uma silvicultura com fins múltiplos e reflorestamento ecológico com espécies nativas nas serranias do Vale do Paraíba (AB'SABER et al. 1990, GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO et al. 2018). Entre os maiores problemas do Brasil para essas áreas que sofreram predações irremediáveis pelos ciclos econômicos, no entorno de cidades, em solos pobres, beira-rio, cabeceiras de drenagem, vertentes de forte declividade, inclui-se a necessidade do reflorestamento combinando florestas homogêneas e reflorestamento ecológico (AB'SABER et al. 1990).

A Mata Atlântica apresentava-se com 82% da cobertura remanescente dispersa em fragmentos com até 20 hectares até o ano de 2005 (KRONKA et al. 2005), considerados pequenos para a proteção da biodiversidade e vulneráveis às gramíneas forrageiras não nativas,

consideradas uma das maiores barreiras biológicas para restauração das florestas tropicais (MANTOANI, TOREZAN 2016), por aumentar a intensidade do fogo e suprimir espécies nativas (FLORY et al. 2015). As múltiplas feições do relevo com diferentes gradientes altitudinais conferem atributos singulares para a Mata Atlântica se tornar *hotspot* de biodiversidade, porém, as poucas áreas extensas conservadas ocorrem apenas nos locais de difícil acesso (AB’SABER 2003).

Apesar de muito alterada, a cobertura florestal apresentou crescimento de 1962 para 2011 nas sub-regiões do vale paulista, de 133% no Vale Médio (região industrializada) e 77% no Alto Vale, sub-região rural (SILVA et al. 2017). Nos últimos 10 anos, o incremento médio da vegetação na bacia do Paraíba do Sul foi de 33% (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO 2020). Dentre os fatores que podem ter favorecido o aumento de áreas de florestas nativas, destacam-se: o maior controle dos incêndios em função da necessidade de se proteger extensas áreas de eucalipto; na maioria das vezes, os incêndios são gerados por populações locais para promover a ‘limpeza de pastagens’; o isolamento de locais de produção agropecuária e populações rurais, o envelhecimento da população e o êxodo rural para a periferia das cidades com a transição de pecuária leiteira para eucalipto ou carne que reduz os postos de trabalho e a necessidade de monoculturas florestais se adequarem às normas ambientais vigentes de proteção de matas ciliares que se regeneram com o tempo. Segundo o Governo do Estado de São Paulo, são 213 mil hectares de áreas ocupadas por pastagens como de alto potencial de auto-recuperação ecológica e 113 mil ha como médio potencial na região (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO 2018).

Em decorrência dos danos ambientais, um dos principais problemas desta bacia é a vulnerabilidade hídrica, uma vez que nascentes e o próprio rio Paraíba do Sul que é utilizado para fins domésticos e industriais, não só como fonte de abastecimento, mas, também, como receptor de efluentes, ladeado pelas Serras do Mar e Mantiqueira, sofre com ciclos recorrentes de seca com chuvas abaixo da média capaz de gerar tendências negativas nas vazões com impacto provável de fatores antropogênicos (MARENGO, ALVES 2005) e uma combinação de falta de chuvas e temperaturas mais elevadas (NOBRE et al. 2016).

Passados quatro séculos de exploração da região do Vale do Paraíba, sua relação com o Litoral Norte foi restabelecida com a criação da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN) (Figura 1), com a unificação técnico-econômica do território que amplia as conexões geográficas pelos fluxos de informação e capital em sintonia com o Plano de Ação da Macrometrópole Paulista (EMPLASA 2016). Entretanto, esta ação desconsidera a construção de um projeto socioambiental e econômico para regiões peculiares, majoritariamente urbana, mas com disparidades sociais intra e interregional (GOMES et al., 2018). Marca esse cenário a insegurança alimentar e nutricional na RMVPLN como importadora de alimentos frescos e processados de outras regiões do país e do exterior em face da globalização, além da constante ameaça de perda da biodiversidade em decorrência da degradação ambiental provocada pela transição do urbano e rural nos eixos da BR-116 no vale e da BR-101, no litoral. Enquanto no Vale do Paraíba a degradação foi acentuada, no litoral a legislação ambiental federal e estadual foi eficaz para manter a natureza intocada, porém, desqualificando o papel das comunidades tradicionais desse território.

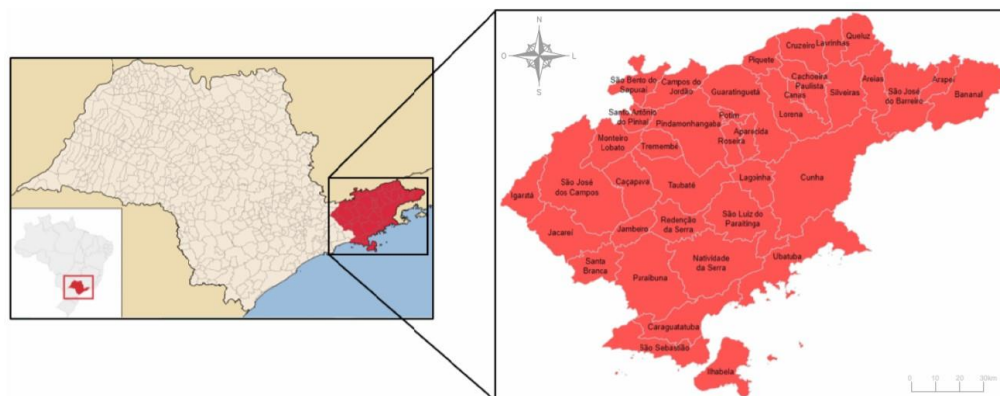


Figura 1 – Localização da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte.

Na primeira seção desse trabalho é realizada uma abordagem que reúne os elementos que tipificam a agricultura e comunidades rurais (tradicionais ou não) no Vale do Paraíba e Litoral Norte paulista, e os desafios da agricultura de baixo uso de insumos externos.

Na segunda seção, são abordados os aspectos da comunicação social e ciência cidadã em Agroecologia como subsídio à construção de novos caminhos para superar as dificuldades da conjuntura atual e aproximar as populações do campo e da cidade por meio dos SAF e os efeitos na mudança da biogeografia.

Por último, na terceira seção, descrevemos as conexões campo-cidade nos territórios da RMVPLN que se formaram para superar a insegurança alimentar durante a pandemia de Covid-19.

AGRICULTURA NO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE

Sistemas tradicionais, reforma agrária e o novo rural no Vale do Paraíba

Os assentamentos de reforma agrária no Vale do Paraíba têm origem das distorções constituídas historicamente no planejamento da Macrometrópole Paulista e de maneira mais intensa nas disparidades socioeconômicas intra e inter-regional que ocasionaram o êxodo rural e a formação de bolsões de pobreza com pessoas vivendo em condições precárias de moradia, em áreas com oferta deficiente de serviços públicos e infraestruturas social e urbana, áreas irregulares, ambientalmente sensíveis ou de risco. As ocupações em tais áreas inadequadas ou desprovidas dos benefícios da vida urbana constituem importante componente do déficit habitacional (GOMES et al., 2018).

As áreas de reforma agrária têm em comum o uso anterior com pastagem e eucalipto. Nos assentamentos Nova Esperança I e Conquista, em São José dos Campos e Tremembé, a topografia suave ondulada a plana, respectivamente, fez nascer uma agricultura vinculada ao agronegócio (monoculturas com o pacote da revolução verde - máquinas, fertilizantes sintéticos e agrotóxicos). Nos assentamentos Manoel Neto, Olga Benário e Macuco, em Taubaté, Tremembé e Lagoinha, respectivamente, o relevo forte ondulado naturalmente colocou os assentados à margem desse modelo. Via de regra, não houve um plano de restauração dos solos para fins agrícolas. No assentamento Olga Benário, a destoca das cepas dos eucaliptos remanescentes foi realizada com trator no sentido 'morro abaixo' que removeu a camada superficial rica em matéria orgânica e minerais. O resultado foi a exposição do subsolo em muitas áreas, erosão e o entulhamento de nascentes e cursos d'água cota abaixo (LEITE 2018).

Os projetos de fomento da produção agrícola dessas áreas via PROCERA - Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária e PRONAF - Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, na maioria das vezes focaram o cultivo de citros em bases convencionais. Dada a situação crítica do ambiente, os resultados foram insatisfatórios. Pois, os agroecossistemas especializados requerem maiores quantidades de energia auxiliar por unidade

de área, de modo a se perseguir, no curto prazo, maior produtividade e retorno do capital investido (CAPORAL, COSTABEBER 2004).

O desejo latente dos agricultores de modificar o modelo de agricultura de alto uso de agroquímicos; considerando que esses produtos em relevo montanhoso e em solos permeáveis pode contaminar os corpos d'água, atingir os aquíferos subterrâneos (MOREIRA et al. 2012) e reduzir a riqueza de espécies espontâneas (CÉSAR et al. 2013); favoreceu a conversão de muitas áreas de citros abandonados em sistemas agroflorestais (SAF).

A reforma agrária não pode limitar-se à ação unilateral do domínio das técnicas de produção, de comercialização, etc., mas, deve unir este esforço indispensável a outro igualmente imprescindível: o da transformação cultural, intencional, sistematizada, programada (FREIRE 1992, p. 58).

Mas, também, há o novo rural composto por pessoas com formação e especialidade de trabalho em diversas áreas que buscam empreender em terras herdadas ou adquiridas em regiões turísticas do vale, nas serras da Bocaina e Mantiqueira, com objetivo de desenvolver um conjunto de atividades agropecuárias, em nichos específicos de mercados (GRAZIANO DA SILVA 2002).

É com esse grupo eclético e sentimento de transformação socioambiental que a Agroecologia e as agroflorestas se expandem na agricultura familiar, especialmente na reforma agrária no Vale do Paraíba.

Insegurança alimentar em populações tradicionais do Litoral Norte

Nos municípios do Litoral Norte há diversas áreas com populações tradicionais conhecidas mundialmente por *indigenous people* em situação de vulnerabilidade alimentar. Exemplos em Ubatuba ocorrem nos bairros do Cambury, Sertão da Fazenda (RAIMUNDO, SIMÕES 2016), Sertão de Ubatumirim (DEVIDE, 2004), Caçandoca (LUCHIARI, ISOLDI 2007), onde os caiçaras e quilombolas miscigenados coexistem com o cenário de restrições ao uso do solo. Mas a realidade da vulnerabilidade alimentar durante a pandemia de Covid-19 se estendeu por todo Litoral Norte, incluindo os povos indígenas de diversas aldeias (TROMMER 2020).

Caiçaras são povos de origem mista, de colonos portugueses e ameríndios, residentes no litoral sudeste brasileiro que mantêm atividades de subsistência relacionadas à exploração de recursos naturais, como a pesca e a agricultura (BEGOSSI et al. 2010). As comunidades quilombolas descendentes de escravos, por diversos fatores estruturais, buscam o reconhecimento, a cidadania e a reconquista de territórios de seus antepassados (LUCHIARI, ISOLDI 2007). Uma das características que esses povos herdaram da cultura indígena foi utilizar mais de uma unidade ecogeográfica na paisagem, integrando diferentes práticas de produção para obter diversidade de produtos no ecossistema (TOLEDO, BARRERA-BASSOLS 2015).

Entretanto, com a criação de áreas protegidas, como o Parque Estadual da Serra do Mar (PESM), considerada a maior unidade paulista de conservação de proteção integral (UC-PI) que abrange 23 municípios (litorâneos e de planalto), o padrão nacional que banir os direitos dos povos tradicionais (RAIMUNDO, SIMÕES 2016) colocou esses povos em situação de vulnerabilidade alimentar. O conflito socioambiental é uma das causas da perda da biodiversidade de etnovarietades de espécies cultivadas que evoluíram há séculos nas mãos das populações, em função da restrição ao cultivo tradicional que consiste no pousio itinerante para o cultivo da bananeira acrescido do uso do fogo nos roçados de mandioca e lavoras anuais, na biogeografia de ilhas entremeadas à matriz florestal (MACEDO, MING 2019).

Apesar do PESH estabelecer a Zona Histórico-Cultural Antropológica (ZHCA) que abrange áreas com povos tradicionais, a implantação do Programa de Interação Socioambiental não efetivou ações de gestão compartilhada, como é o caso do Plano de Uso Tradicional no Sertão de Ubatimirim (RAIMUNDO, SIMÕES 2016). Essa comunidade é peculiar porque mantém o predomínio da atividade tradicional ligada à terra e é reconhecida por ser uma das poucas que entraram em embate direto com as UC para garantir a continuidade das práticas agrícolas (MACEDO, MING 2019).

Dentre as espécies mais frequentes nos roçados caiçaras, se destacam etnovariedades com elevado grau de domesticação, como as mandiocas (*Manihot esculenta* Crantz), carás (*Dioscorea* spp.), taros (*Colocasia* sp.) e bananas (*Musa* spp.) que são dependentes do cultivo continuado, além de juçara (*Euterpe edulis* Mart.) e o cambuci (*Campomanesia phaea* (O. Berg) L.R. Landrum) com importante participação na economia das famílias do Ubatimirim (MACEDO, MING 2019). Comunidades que detêm vasto conhecimento sobre o uso de plantas podem contribuir para novos modelos de produção, como os sistemas agroflorestais (OLIVEIRA JUNIOR, CABREIRA 2012).

Porém o declínio das plantações tradicionais ocorre em toda extensão do litoral brasileiro. Além de modificar as atividades de subsistência, a restrição ambiental favorece o êxodo rural e é uma das causas do parcelamento das terras, pois a população tradicional acaba cedendo à pressão do turismo especulativo (PERONI, HANAZAKI 2002). A perda dos conhecimentos ecológicos sobre os ciclos de itinerância de pousio / roça que contribuem para o aumento da diversidade manejada indica a urgência de estratégias para a manutenção da diversidade e do conhecimento vinculado aos sistemas tradicionais (PERONI, HANAZAKI 2002). Macedo e Ming (2019) defendem que os agricultores tradicionais ocupem posições importantes nas tomadas de decisões ligadas à conservação da biodiversidade nas unidades de conservação, pois, têm importante papel na conservação dos ambientes que manejam conferindo o direito de permanecer em seus territórios originais por suas relações “harmônicas” com a natureza e amplificadoras da biodiversidade em florestas culturais (VIANNA 1996).

A situação das comunidades quilombolas é crítica, como na Caçandoca em Ubatuba na qual o modo de vida tradicional foi desestruturado pela urbanização turística e a UC-PI. As pessoas abandonaram a terra para ingressar no mercado de trabalho, interrompendo o sistema comunitário de uso de recursos naturais, da produção e da troca de alimentos (LUCHIARI, ISOLDI 2007). Muitos quilombolas retornaram posteriormente em busca da reconquista da terra e da cidadania. No Quilombo da Fazenda a população permaneceu mais unida gerando renda com ações do turismo de base comunitária. Porém, o período atual acentuou a insegurança alimentar em face da pandemia e restrições ambientais aos roçados tradicionais. A alternativa são as campanhas de arrecadação de donativos para a reforma da casa de farinha, construção de ponte (pinguela) e aquisição de cestas básicas. Nessa comunidade, a pesquisa participativa identificou um grande conhecimento local que influenciam o uso das plantas medicinais que caracteriza a importância de trabalhos de resgate e valorização do conhecimento ancestral por essas comunidades (YAZBEK et al. 2019). Embora esteja garantido por lei na Constituição de 1988, na prática, a conquista da cidadania quilombola exige articulação política e uma longa espera, pois os negros sempre estiveram excluídos do processo de formação da nação brasileira (LUCHIARI, ISOLDI 2007).

Para evitar o contágio de Covid-19 a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do estado de São Paulo publicou a Resolução SIMA n. 28/2020 que autoriza os povos e comunidades tradicionais a plantar as roça de coivara que consiste no corte e na queima da capoeira para o cultivo de subsistência (DEVIDE 2004). Porém, fora dos limites da UC e mediante cadastro da associação e abertura de processo digital de comunicação da roça no sistema de gestão ambiental da SIMA. Também, abriu a Consulta Pública para a participação de representantes de comunidades tradicionais no Grupo de Trabalho que envolve todo o

território paulista no âmbito da Resolução SMA 189/2020 que define os critérios para o uso sustentável da vegetação nativa, retificada pela Resolução SIMA 82/2020. Entretanto, como beneficiar essas populações com sistemas produtivos sustentáveis sem que se permita o pousio prolongado e a rotação de áreas para que a vegetação natural possa acumular fitomassa suficiente a fim de reciclar nutrientes e manter estável a produção de alimentos por mais tempo? Como garantir melhores condições de vida nessas comunidades sem o investimento público em infraestrutura, como estradas, passagens / pontes, a reforma da casa de farinha e a inclusão digital?

AGRICULTURA DE BAIXO USO DE INSUMOS EXTERNOS

As alternativas ao modelo de agricultura tradicional de corte e queima em florestas tropicais, propostas para reduzir seus impactos negativos, naturalmente acabam direcionando as atividades agrícolas para sistemas de cultivo intensivo e estritamente voltados para o mercado (JÚNIOR et al., 2008). É neste cenário que é proposta a transição em direção à Agricultura Sustentável de Baixos Inputs Externos (LEISA – Low-External-Input and Sustainable Agriculture), compreendida como o processo de conversão de um sistema agrícola convencional ou tradicional em desequilíbrio, a outro econômica, ecológica e socialmente equilibrado (REIJNTJES et al. 1995). O principal objetivo é otimizar os recursos locais nas agriculturas autóctones de regiões pouco aptas para um uso elevado de inputs externos (CAPORAL, COSTABEBER 2004). Para isso, é fundamental resgatar a memória biocultural das populações tradicionais a fim de promover sistemas que estejam em harmonia na paisagem do Litoral Norte e Vale do Paraíba.

Assim como a transdisciplinaridade da Geografia preconiza o envolvimento de atores com a paisagem em que vivem, a Agroecologia emerge como ciência que se utiliza dos princípios da Ecologia no desenho de agroecossistemas sustentáveis (GLIESSMAN 2018). Os agroecossistemas sucessionais ou SAF baseados na agroecologia, na biodiversidade e na sucessão podem retornar o ambiente degradado ao estado natural após um período transicional de manejo de espécies nativas e exóticas (PONTES et al. 2019). Isso reduz os custos, amplia o tempo de manejo e conecta os agricultores às atividades de restauração. Esses sistemas são elaborados com o uso do potencial natural de cada local (GÖTSCH 1995, MELI et al. 2019), prevendo-se a realização de podas nas espécies arbustivas e arbóreas para o aumento da luminosidade a fim de manter a fotossíntese e a produção de culturas alimentícias no sub-bosque (SILVA 2002, PONTES et al. 2019); para aportar matéria orgânica, reciclar nutrientes (KUMAR, NAIR 2004) e restaurar a estrutura física e a fertilidade do solo (FONSECA et al. 2018). Assim, o sistema se torna menos dependente por recursos externos com baixa demanda de mão de obra nos tratamentos culturais, proporcionando o bem estar ao trabalhador rural (BROWN et al. 2018) e a resiliência das culturas às mudanças do clima (ALTIERI et al. 2015). Ao unir a produção de alimentos com a conservação dos recursos naturais os SAF produzem serviços ecossistêmicos (PONTES et al. 2019), provém habitat para fauna e melhoram a conservação da biodiversidade por permitir maior conectividade entre fragmentos, reduz a pressão sobre as áreas protegidas e contribuir com a diminuição dos gases de efeito estufa por meio do sequestro e da fixação de carbono (MOSCOGLIATO, TOREZAN 2017; IPCC 2006).

COMUNICAÇÃO SOCIAL E CIÊNCIA CIDADÃ EM AGROECOLOGIA

O reconhecimento da categoria da agricultura familiar no Brasil nas últimas décadas tem demandado políticas com o enfoque agroecológico alicerçadas no uso de recursos locais autocontrolados por famílias e comunidades rurais (PETERSEN, SILVEIRA 2017).

As ciências sociais têm contribuído para o entendimento de que os camponeses estão entre nós para ficar, e que o mundo estaria muito pior se eles houvessem efetivamente desaparecido. As ciências agrárias, por sua vez, em vez de continuar se fiando na crescente capacidade humana de controlar a natureza por meio do aporte intensivo de energia e insumos industriais, já vêm incorporando a compreensão de que a agricultura é a arte da coprodução entre o ser humano e a natureza e que os camponeses são os grandes mestres dessa arte (PETERSEN 2009).

Como ponto de partida da estratégia de comunicação social com a agricultura familiar sobre agroecologia no Vale do Paraíba em assentamentos de reforma agrária nos municípios de São José dos Campos, Tremembé e Taubaté, foi inicialmente adotada a prática tradicional de cursos, oficinas e visitas técnicas (QUEVEDO et al. 2004). Na última década teve início um processo de educação popular com o objetivo fundamental de provocar nos atores locais o aprofundamento na tomada de consciência da realidade na qual e com a qual estão se relacionando (FREIRE 1992), a partir do estudo da paisagem e sua relação histórica do modelo de ocupação / exploração que deram forma à biogeografia.

Uma importante base acadêmica dessa aprendizagem experiencial em agroecologia aplicada foi fornecida por John Dewey (1979), considerando que toda a aprendizagem foi colocada no contexto do conhecimento prévio e da experiência. Atualmente, o campo transdisciplinar da agroecologia fornece uma plataforma para aprendizagem experiencial com base em uma visão expandida de pesquisa sobre agricultura sustentável.

Na filosofia de libertação educacional de Paulo Freire (1970), os professores e os alunos aprendem juntos e se concentram principalmente nos resultados da educação, com a distribuição dos benefícios dos sistemas agrícolas (FREIRE 1987). Na agroecologia a estratégia de co-aprendizagem possibilita desenvolver e aplicar tecnologias para garantir a produtividade e a segurança dos sistemas alimentares futuros (FRANCIS et al. 2011). Mas, para o avanço social na paisagem com abordagem participativa é essencial que o processo de desenvolvimento parta de um razoável grau de organização dos grupos sociais locais para ação coletiva e inovações tecnológicas (PETERSEN 1999).

O ano de 2011 registra o início do projeto ‘Vitrine Agroecológica: as bases das pesquisas em Agroecologia’, inicialmente desenvolvido no Polo Regional Vale do Paraíba (APTA/SAA), em Pindamonhangaba e que posteriormente expandiu-se para outras regiões. Esse projeto reuniu camponeses, educadores, técnicos e pesquisadores para a implantação, o manejo e avaliação participativa de SAF, como meio de disseminar as novas formas de produção e consumo essenciais para redução dos efeitos da crise ecológica e social de sociedades modernas (GUZMÁN, WOODGATE 2013). É nesse contexto que a abordagem da agroecologia possibilita a emancipação econômica e política das parcelas socialmente mais vulneráveis da população rural com aderência aos diversos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (PETERSEN, SILVEIRA 2017). A avaliação rápida e prática dos SAF coroa a união do ensino, pesquisa e extensão para o aperfeiçoamento contínuo dos conhecimentos sobre o cultivo agroflorestal com foco no resgate da memória biocultural e restauração da paisagem.

Dentre as espécies mais frequentes nesses SAF destacam-se: a leguminosa arbórea gliricídia (*Gliricidia sepium* (Jacq.) Kunth ex Walp.) e a bananeira (*Musa* spp.), geralmente alternadas em linhas de cultivo intercalar com faixas de plantio de diversidade de plantas de ciclo curto e anuais em associação (MICCOLIS et al. 2019). Neste caso, aumenta-se o aporte de fertilizantes naturais produzidos localmente por meio do manejo da poda na arbórea, do aproveitamento do pseudocaule da bananeira e do uso sistemático de culturas de cobertura e adubação verde que maximizam a reciclagem de nutrientes para aumentar e manter a fertilidade

dos solos para uma agricultura mais rentosa que sustente culturas mais exigentes como o *Citrus* sp. e olerícolas.

Diversos módulos de SAF foram implantados em mutirão em uma área de 2,0 hectares no Polo Regional (Figura 2). A participação popular foi essencial na transição do modelo de pesquisa de monoculturas responsivas e dependentes em agroquímicos para pesquisa cidadã em agricultura sustentável. Os funcionários participaram dos estudos e trocaram informações com os camponeses e em certo grau a participação popular, também, supriu a baixa oferta de mão de obra com a aposentadoria e a não recomposição do quadro funcional pelo governo do estado.

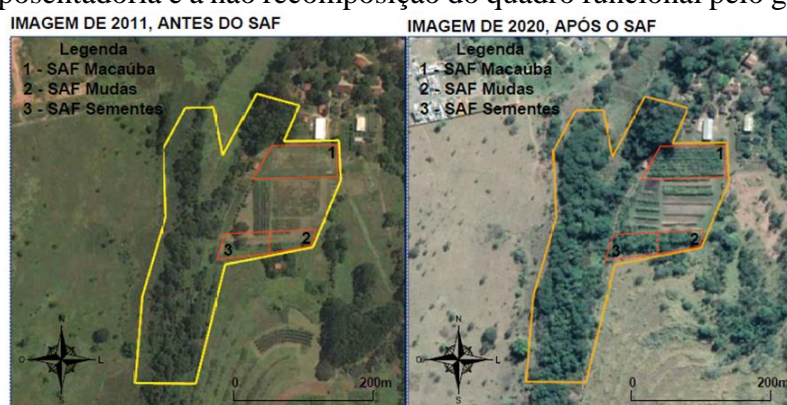


Figura 2 – Mudanças na biogeografia da área da Vitrine Agroecológica no Polo Regional Vale do Paraíba (APTA/SAA) do ano de 2011 para 2020.

Para promover a agricultura conservacionista e o equilíbrio ecológico são pesquisadas técnicas de manejo de cordões de vegetação (*alley cropping*) que são barreiras vivas para conter a erosão do solo e o efeito do vento à entrada de insetos e sementes de plantas indesejáveis. Plantas arbustivas e arbóreas são podadas para aportar matéria orgânica e reciclar nutrientes, mas, também, produzem sementes que são canalizadas para mutirões de instalação / manejo de novas vitrines agroflorestais na agricultura familiar. As espécies perenes manejadas são: gliricídia, flemíngia (*Flemingia macrophylla* (Willd.) Kuntze ex Merr.), margaridão (*Tithonia diversifolia* (Hemsl.) A.Gray); e as semiperenes: guandu (*Cajanus cajan* (L.) Millsp.), tefrósia (*Tephrosia vogelii* Hook.f.), capim-guatemala (*Tripsacum laxum* Nash.) e cana (*Saccharum officinarum* L.). As leguminosas estabelecem associações simbióticas com bactérias do solo para realizar a fixação biológica do nitrogênio (FBN) e fornecer resíduos ricos em N. Já as gramíneas são fontes de carbono e lignina que auxiliam na reestruturação dos solos, com a cana e o capim-guatemala picados e misturados ao esterco de curral fresco para retornar ao sistema como composto orgânico de frutíferas e lavouras anuais. Dentre as espécies utilizadas em rotação ou em consórcio, destacam-se as plantas de inverno: aveia-branca (*Avena sativa* L.), chícharo (*Lathyrus sativus* L.), tremoço (*Lupinus albus* L.); e de verão: crotalárias (*Crotalaria juncea* L. e *C. spectabilis* Roth); sorgo-vassoura (*Sorghum bicolor* (L.) Moench); mucuna-preta (*Mucuna pruriens* (L.) DC.) em plantio na resteva do milho (*Zea mays* L.) de verão e labe-labe (*Lablab purpureus* (L.) Sweet.) sobre o milho safrinha, pois, tolera a geada. Os adubos verdes, tais como crotalárias, feijão-de-porco (*Canavalia ensiformis* (L.) DC.), tremoço e chícharo, também, são plantados nas entrelinhas de culturas comerciais. A adubação verde é cortada na floração e, além de adicionar matéria orgânica ao solo, ativa a micorrização que beneficia as plantas cultivadas mediante o aumento da eficiência no aproveitamento dos nutrientes e ativação de resistência a fitopatógenos do solo, além de reduzir a necessidade de capina de plantas espontâneas. A implantação e o manejo desses sistemas de produção resultou no aperfeiçoamento técnico em agroecologia e SAF, como subsídio às dezenas de vitrines implantadas no Vale do Paraíba, Serra da Mantiqueira e Litoral Norte por meio de mutirões agroflorestais (DEVIDE et al. 2014, DEVIDE et al. 2017, DEVIDE, COUTINHO 2019).

Estudo de caso de um sistema agroflorestal

O escalonamento de atividades na implantação de SAF é necessário quando há baixa oferta de recursos (mão de obra, mudas, sementes, fertilidade) que impedem que as operações sejam realizadas em sincronia, conforme recomendação de diversos agroflorestores (GÖTSCH 1995, SILVA 2002, MICCOLIS 2019). Neste estudo é caracterizada a implantação escalonada de um SAF (SAF Macaúba) com foco na pesquisa no desempenho de variedades de banana com macaúba (*Acrocomia aculeata* (Jacq.) Lodd. ex Mart.), araribá (*Centrolobium tomentosum* Guillem. ex Benth.) e diversidade de frutíferas nativas. Inicialmente, a grama-batatais (*Paspalum notatum* Flüggé) foi roçada e realizado o plantio direto de estacas de gliricídia (ago./2016) com 1,5 m de altura e dois padrões diamétricos (inferior ou superior a 5 cm). Variedades de banana foram plantadas posteriormente (nov./2017), na linha da gliricídia que foi podada e a madeira picada disposta sobre o solo com as folhas por cima no entorno das bananeiras, rendendo em base seca de matéria herbácea e lenhosa, respectivamente, 2,8 t ha⁻¹ e 13,4 t ha⁻¹, além de obter-se a média de 14 estacas para uso no plantio de novas áreas que equivale a 11.200 estacas por hectare e 5,8 t ha⁻¹ de massa seca (MELLO et al. 2019). Após nova roçada e abertura de quatro sulcos mecanizados com 1,0 m de distância entre si nas entrelinhas do consórcio gliricídia/banana; foi semeado quiabo ‘Santa Cruz Km 47’ nas duas linhas centrais e nas linhas laterais, um coquetel de sementes de crotalária-juncea e guandu (dez./2017). Simultaneamente, plantou-se diversidade de arbóreas nativas que complementam o preenchimento do SAF: nas linhas a palmeira juçara (*Euterpe edulis* Mart.) pimenta dedo-de-moça (*Capsicum baccatum* L.) e cará-moela (*Dioscorea bulbifera* L.); e nas entrelinhas centrais do quiabeiro as frutas nativas e diversidade de arbóreas. A mamona-preta ‘Paraguaçu’ foi semeada entre os berços das arbóreas para recobrir o solo e produzir grãos e fitomassa.

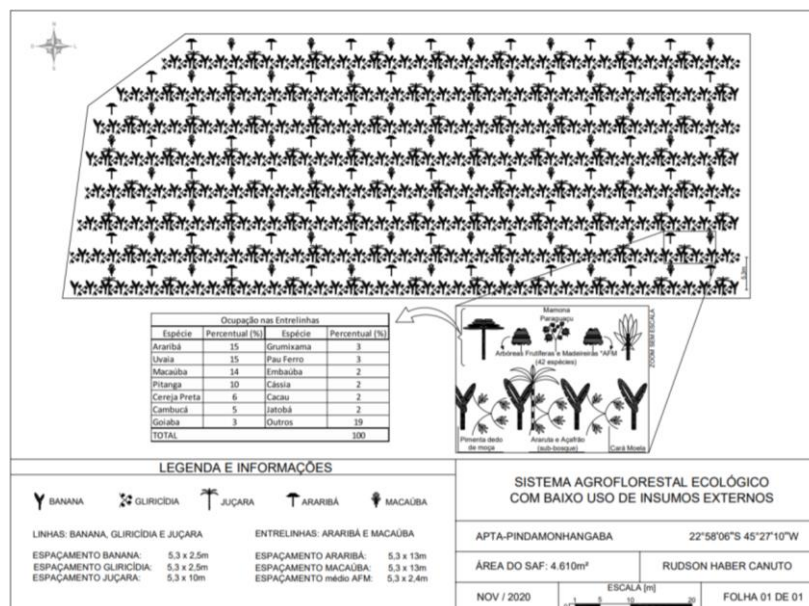


Figura 3 - Arranjo das espécies em sistema agroflorestal ecológico com baixo uso de insumos externos no Polo Regional Vale do Paraíba (APTA/SAA) em Pindamonhangaba (SP).

Dentre os aspectos que caracterizam a sustentabilidade desse sistema destacam-se: a mecanização reduzida em roçada e abertura de sulcos para o cultivo mínimo sobre a cobertura viva de grama-batatais que realiza a FBN (DÖBEREINER 1966) e a diversidade de frutas nativas. Isso reduz o uso de combustíveis fósseis, protege a bioestrutura do solo e otimiza a mão de obra. A qualidade da estaca da gliricídia não influenciou na regeneração e no aporte de matéria fresca em poda anual em 2018 e 2019 que resultou na média de 46,7 t ha⁻¹ de matéria fresca. A crotalária cresceu mais rápido que o guandu que se beneficiou da proteção inicial, foi

cortada a 0,70 m de altura (altura do guandu) e a fitomassa disposta sobre o solo na linha do quiabeiro com o guandu despontando após o corte e em mar./2019 sendo roçado com microtrator no início da produção das bananeiras. A mamona foi colhida e podada em fev.-abr./2019 e out./2020. Durante o Curso de Longa Duração em Agroecologia (jun.-ago./2019) os participantes realizaram o manejo / colheita de bananas, mamona, pimentas e a avaliação rápida e prática de indicadores de sustentabilidade (DEVIDE 2019), com o desempenho das variedades de banana apresentados na tabela 1 (modificado de AZEVEDO et al. 2019).

Tabela 1. Comportamento de variedades de banana em SAF ecológico com baixo uso de insumos externos no Polo Regional Vale do Paraíba (APTA/SAA) em Pindamonhangaba (SP)

Genótipo	Origem	Altura no Dossel	Circunferência Pseudocaule	Número de Pencas por	Rendimento por hectare	Resistência	
		-----cm-----		unid.	tonelada	Mal do Panamá	Sigatoka negra
BRS Platina	Embrapa	420 (± 20)	66 (± 4,6)	6,0 (± 1,7)	20-30	resistente	suscetível
Prata anã	IAC	430 (± 27)	76 (± 3,7)	6,7 (± 0,7)	15	moderada	suscetível
Mel	Local	450 (± 39)	72 (± 2,5)	5,9 (± 1,1)	15	-	-
Ouro	Local	450 (± 37)	62 (± 3,7)	6,3 (± 0,6)	10	resistente	moderada
Maçã	Multiplanta	480 (± 49)	77 (± 5,2)	8,3 (± 1,0)	10	suscetível	suscetível
Nanica	Multiplanta	500 (± 69)	92 (± 6,6)	12,5 (± 1,2)	25	resistente	suscetível
Figo	Local	520 (± 00)	75 (± 0,0)	6,0 (± 0,0)	16	resistente	resistente
Prata	Multiplanta	750 (± 00)	112 (± 0,0)	0,0 (± 0,0)	13	moderada	suscetível
BRS Conquista	Embrapa	770 (± 21)	94 (± 4,2)	14,0 (± 0,0)	48	resistente	resistente

A bananeira é considerada a âncora econômica em muitos SAF e por sua capacidade de modificar o ambiente no curto prazo e como ‘criadora’ de espécies mais exigentes, como a palmeira juçara (RAIMUNDO 2001, DEVIDE et al. 2015). Os diferentes portes das bananeiras possibilitam o emprego em modelos contrastantes de SAF com uso de variedades mais baixas na agricultura sintrópica com o cultivo de olerícolas em faixas intercalares e àquelas de porte alto em SAF regenerativos biodiversos. Se destacam as novas variedades de banana, como a BRS Conquista, resistente às doenças, com elevada capacidade produtiva e resiliente às mudanças do clima (DEVIDE et al. 2019). Isso é importante para aumentar a perenidade dos bananais tradicionais no Litoral Norte que apresentam características agroflorestais. Mas a sistematização de árvores em seu interior para o manejo de poda precisa ser regulamentada, pois, não é realizada por receito de conflito com órgãos de fiscalização ambiental (RAIMUNDO, SIMÕES 2016). Nesses ambientes o cultivo tradicional da banana melhora as propriedades físicas e químicas dos solos em comparação aos solos de floresta (RAIMUNDO 2001) e isto também foi constatado nas áreas dos SAF no Polo Regional em Pindamonhangaba.

Avaliação rápida e prática de indicadores de sustentabilidade

Para avaliar o SAF Macaúba como subsídio à evolução do manejo e qualificação da mão de obra, adaptou-se um método de avaliação rápida e prática de indicadores de sustentabilidade com a participação de pessoas ligadas ao ensino, pesquisa, extensão e agricultores familiares (DEVIDE et al. 2013), para comparar o desempenho do SAF em tela com outros dois sistemas implantados em mutirão agroflorestal no Polo Regional. O objetivo dessa iniciativa é criar uma plataforma do saber, aproximar o conhecimento empírico camponês das pesquisas e promover o diálogo entre os atores para o aperfeiçoamento do manejo do SAF.

A metodologia de análise consistiu no caminhamento em zigue-zague nas áreas de SAF e amostragem em cinco pontos após dez passos. Foram avaliados seis indicadores de sustentabilidade, realizando-se o debate para atribuir notas entre 1 (ruim) e 5 (ideal) a cada componente da análise em comum acordo para:

- 1) Resistência do solo (RS) à penetração de haste de ferro, com essa operação realizada pela mesma pessoa no montante de avaliações comparativas.

- 2) Vegetação espontânea (VE): avaliou-se a densidade e diversidade de espécies espontâneas presentes em uma moldura de madeira de 25 x 25 cm.
- 3) Organismos vivos (OV): contagem dos organismos vivos na camada superficial do solo (0-20 cm) em amostra retirada com enxadão, destorroada sobre lona plástica com notas atribuídas em termos de densidade e diversidade.
- 4) Taxa de cobertura do solo (TC): avaliou-se pela projeção visual efetiva do dossel da vegetação arbustiva e arbórea sobre o solo.
- 5) Vegetação âncora (VA): avaliou-se a situação visual, fitossanitária e nutricional, da(s) espécie(s) âncora(s) de maior valor interesse econômico, como a bananeira e frutas nativas.
- 6) Matéria orgânica (MO): nota atribuída para intensidade e duração da reação da matéria orgânica do solo à água oxigenada, a partir de amostra indeformada de solo coletada com cilindro metálico de 461 cm³, reservada em saco plástico e com posterior adição de 50 ml de água oxigenada.

As notas de 1 a 5, para valores mínimos e máximos de cada quesito, foram plotadas manualmente em um gráfico radar, desenhado em cartolina, para facilitar a visualização das ações prioritárias de manejo em cada sistema (Figura 4). Esse trabalho contou com a participação média de 20 pessoas entre agricultores e técnicos. Foram comparados ao SAF Macaúba, dois modelos de SAF biodiversos regenerativos de mata ciliar (SAF Mudas e SAF Sementes), implantados em mar./2013 com mudas arbóreas ou coquetel de sementes arbóreas; em ambos os casos com a bananeira Conquista a cultura âncora, culturas anuais e diversidade de adubos verdes. Esses SAF foram enriquecidos nos anos posteriores com a semeadura e o plantio de mudas de frutas nativas e no sub-bosque implantou-se araruta (*Maranta arundinacea* L.) e açafraão (*Curcuma longa* L.) que são tolerantes à sombra.

A resistência do solo e o aporte da matéria orgânica são fatores inter-relacionados nos SAF (Figura 4). A melhoria nestes aspectos foi obtida por meio da poda de arbustos e árvores no verão, quando as chuvas e o aumento da temperatura favorecem o crescimento das espécies de serviço, aceleram a decomposição dos resíduos no solo e incremento da atividade biológica. Durante a estiagem no outono-inverno (época da coleta de dados), é natural que o ressecamento do solo provocasse o aumento da resistência à penetração da barra de ferro. A poda, também, favorece o crescimento das espécies no sub-bosque com destaque para as plantas alimentícias não convencionais (PANC) beneficiadas com a capina seletiva (DEVIDE 2015).



Figura 4 – Gráfico radar com referência ao desempenho de três modelos de SAF na Vitrine Agroecológica do Polo Regional em Pindamonhangaba – SP (2019).

Promover a implantação e o manejo de SAF em mutirões aproxima o saber acadêmico e popular. Aprender a agrofloresta requer princípios e processos educativos construtivista e experimental que abra os caminhos para educação do futuro, com uma visão biocêntrica que enxerga o humano como um dos seres inteligentes do planeta, que deve agir cumprindo sua função para melhorar o meio em que vive (AMADOR 2018).

MUDANÇAS NA BIOGEOGRAFIA COM SISTEMAS AGROFLORESTAIS

O encadeamento de mutirões agroflorestrais no Polo Regional e na agricultura familiar em diversos municípios do Vale do Paraíba, contou com a participação frequente de camponeses da reforma agrária, agricultores familiares e empresários rurais de núcleos com produção orgânica ou em transição agroecológica, empreendedores do novo rural, técnicos de ATER, pesquisadores, educadores e acadêmicos. Esse público constituiu a equipe de trabalho da Rede Agroflorestral do Vale do Paraíba que está difundindo os SAF para regenerar a paisagem na bacia hidrográfica do Paraíba do Sul com ações norteadas pela Agroecologia e o conhecimento compartilhado, rompendo com a ideia de progresso (SIVA 2017).

Inicialmente, os SAF foram implantados em áreas degradadas. Porém, com a aprovação dos sistemas, ano após ano, os agricultores expandiram os SAF por toda a propriedade rural, inclusive, convertendo áreas com monoculturas perenes em SAF biodiversos, com o aumento do número de adeptos a cada novo mutirão. Como resultado, a biogeografia nos assentamentos está sendo modificada, como na Figura 5, em que ocorreu a conversão de áreas cobertas por gramíneas em SAF. No caso em tela, o Sítio Nossa Senhora Aparecida (acima) e o Sítio Ecológico (abaixo), próximos da reserva legal (área de floresta) do assentamento, tornaram-se trampolins de fauna, enquanto a unidade situada entre esses dois sítios manteve-se pouco alterada no intervalo de nove anos entre análises.



Figura 5 – Sistemas agroflorestrais agroecológicos redefinem a biogeografia do assentamento de reforma agrária Nova Esperança I em São José dos Campos (SP).

Nos sítios com SAF, as gramíneas passaram a ser roçadas e utilizadas como *mulching*, melhorando a conservação do solo. Isso, também, beneficia os remanescentes florestais e árvores isoladas, uma vez que reduz a frequência e a severidade dos incêndios provocados pela mão humana, tradicionalmente, realizados para a limpeza de pastagens extensivas. Os SAF são estratégicos para restaurar paisagens degradadas. Entre os modelos praticados, destacam-se: o

SAF Simples, como sistema adequado para agricultores interessados em obter o máximo rendimento de cultivos anuais em associação com espécies arbóreas; e o SAF Biodiverso, com produção extensiva e foco na restauração do ambiente por meio da associação de diversidade de frutíferas e espécies arbóreas nativas, que ocupam os diversos estratos da sucessão vegetal (SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE 2018). Esses sistemas podem atuar de maneira contrastante sobre a comunidade de plantas espontâneas, conforme o arranjo, manejo e sombreamento que produzem. Assim, melhoram a eficiência no controle de gramíneas não nativas (DEVIDE 2015) e possibilitam banir o manejo químico (MOORE et al. 2011) que não é desejável nesses ambientes devido à declividade do relevo, permeabilidade dos solos e proximidade dos cursos d'água (CÉSAR et al. 2013). O sombreamento do solo é a base do manejo agroecológico de gramíneas invasivas. Além de produzir diversidade de alimentos, forragens e produtos florestais, os SAF geram renda e aliviam a pobreza no meio rural (ALTIERI, NICHOLLS 2017; FAO 2017). A integração da pesquisa, ensino e extensão rural também supre a insuficiente ATER para o desenvolvimento dos SAF a partir do protagonismo do professor-camponês.

A integração dos SAF com outras atividades produtivas, também, é uma opção para camponeses que buscam maior eficiência no uso do solo. O Sítio Terra de Santa Cruz, no município de Aparecida, se destaca como propriedade rural que integra os SAF à produção aquícola de alevinos (Figura 6).

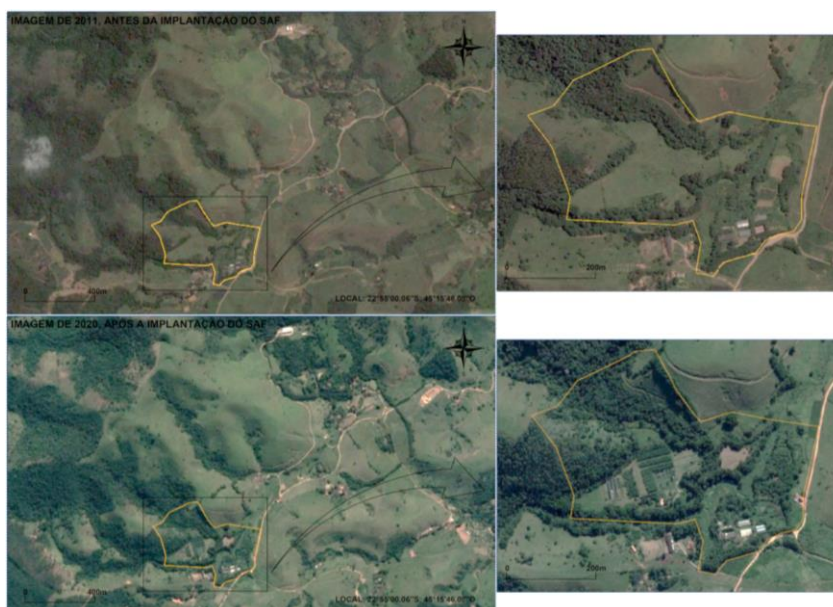


Figura 6 – Redefinição da biogeografia no sítio Terra de Santa Cruz situado no município de Aparecida (SP).

No sistema integrado, o efluente da criação dos peixes é tratado em lagoas artificiais que abrigam plantas aquáticas (macrófitas) aptas a remover o excesso de contaminantes (e.g. nitrogênio e fósforo). Enquanto a água purificada retorna para as baias de criação de peixes, de tempos em tempos, a água bruta e as plantas aquáticas são utilizadas para fertilizar os SAF. No horizonte de nove anos ocorreu a expansão dos módulos agroflorestais associados à criação de peixes na unidade de produção que é modelo por preservar as matas ciliares e a vegetação que reforça a recarga hídrica na transição planície-encosta (Figura 6). Entretanto, os produtores relatam que durante a pandemia houve queda no consumo e conseqüentemente na geração de renda, porque os produtos dessa unidade (frutas desidratadas, vinagre de frutas e açafrão em pó) eram destinados à revenda em entrepostos na capital do estado.

CONEXÕES CAMPO-CIDADE NOS TERRITÓRIOS DA RMVPLN

Os integrantes da Rede Agroflorestal do Vale do Paraíba estenderam suas participações em atividades na região litorânea, ampliando o fluxo de sementes, de mudas e saberes durante vivências, implantação e manejo de SAF no Sertão do Taquari, em Paraty (RJ) e em Ubatuba, no sertão do Taquaral, em Picinguaba na Fazenda da Caixa e no Cambury. Durante a pandemia de Covid-19, essa conexão se tornou mais efetiva na RMVPLN. Produtores e intermediários do litoral passaram a acessar áreas de produção agroecológica do Vale do Paraíba para buscar os recursos alimentares necessários para compor cestas para venda direta ao consumidor. Se destaca o projeto ‘Cesta Viva para a comunidade - Mais do que Cestas Vivas ecológicas e naturais, queremos partilhar saberes, criar diálogos e fomentar soberania e autonomia’, criado e mantido com recursos financeiros *crowdfunding* para abastecer populações tradicionais em situação de vulnerabilidade social que atingiu a doação de 2.060 cestas vivas de produtos agroecológicos da agricultura familiar e vitrines agroecológicas da APTA, além da difusão dos recursos genéticos e conhecimentos sobre os SAF (Figura 7).

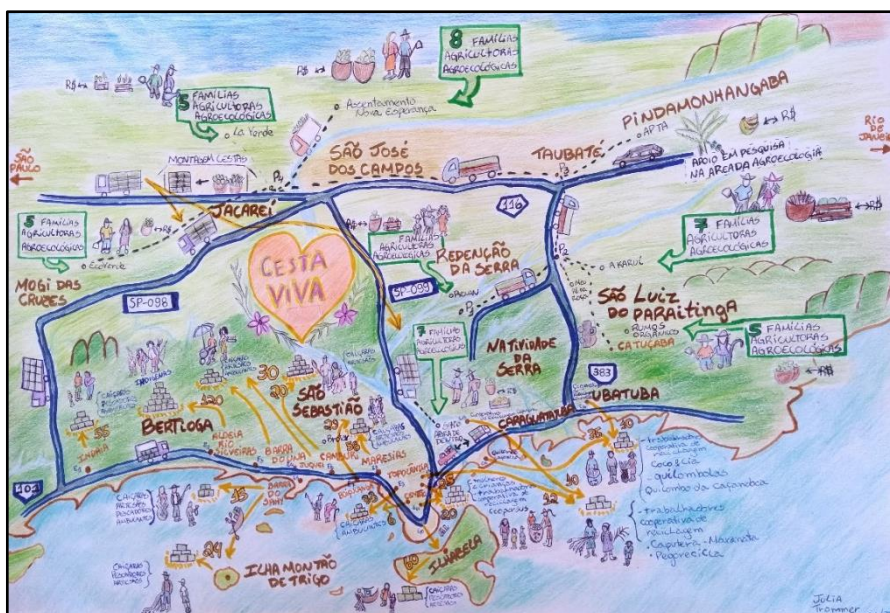


Figura 7 – A rota da Cesta Viva que uniu o Vale do Paraíba e Litoral Norte durante a pandemia de Covid-19 (TROMMER 2020).

Nesse período, ocorreu o aparelhamento dos agricultores familiares que já realizavam a venda direta no Vale do Paraíba. O uso de aplicativos facilitou o comércio de cestas vivas e fortaleceu arranjos produtivos já criados; e.g. Feira Agroecológica do Parque Vicentina Aranha, em São José dos Campos, que fechou na pandemia. Assim, as CSA- Comunidade que Sustenta a Agricultura, em língua inglesa, *Community-supported Agriculture* e Organismos de Controle Social (OCS) da região saíram fortalecidos.

A CSA é uma tecnologia social de venda direta de alimentos que revaloriza as identidades alimentares territoriais, gera renda fixa estável aos agricultores e estimula o planejamento anual, evita perdas e elimina a intermediação na comercialização. Além disso, parte dos consumidores garantem o acesso a alimentos orgânicos produzidos localmente, mantendo laços sociais com agricultores familiares (JUNQUEIRA, MORETTI 2018), participando, inclusive, de atividades de plantio, manejo e colheita de produtos agroflorestais. Já a OCS se destaca como uma nova forma de garantir a qualidade do produto orgânico por meio da certificação / fiscalização realizada entre pares (entre agricultores) (PIZZAIA et al. 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agroecologia apresenta um arcabouço de conhecimento e procedimentos adequados para superar as crises das sociedades contemporâneas nas diversas condições socioambientais, culturais, política e econômica.

A pesquisa cidadã sobre sistemas agroecológicos de produção e a metodologia aprender fazendo são sempre direcionadores nos mutirões agroflorestais que despertam a visão sistêmica da realidade agrária e das demandas regionais, o que possibilita aos camponeses traçar as estratégias para modificar a biogeografia e a realidade agrária.

As barreiras para as populações tradicionais do Litoral Norte assimilarem os SAF como modelos de produção agroecológico que possibilitam obter alimentos sem a necessidade da queima ou do pousio prolongado, devem ser transpostas com a flexão das leis de preservação ambiental e a inclusão desses povos na gestão das unidades de conservação.

Durante a pandemia, as relações campo-cidade na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte apresentaram a tendência de se tornarem mais fraternas, por meio da venda direta de alimentos agroecológicos e ações colaborativas ligadas a todas as iniciativas privadas de utilidade pública com origem na sociedade civil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SABER A. N. **Os Domínios de Natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas** / Aziz Ab'Saber – São Paulo (SP) : Ateliê Editorial. 2003. 159 p.

AB'SABER, A.; GOLDEMBERG, J.; RODÉS, L.; ZULAUF, W. Identificação de áreas para o florestamento no espaço total do Brasil. **Estudos Avançados**, v. 4, n. 9, p. 63-119, 1990.

ALTIERI M. A., NICHOLLS C. I. The adaptation and mitigation potential of traditional agriculture in a changing climate. **Climatic Change**, v. 140, n. 1, p. 33-45, 2017.

ALTIERI M. A., NICHOLLS C. I., HENAO A., LANA M. A. Agroecology and the design of climate change-resilient farming systems. **Agronomy for Sustainable Development**, v. 35, p. 869–890, 2015.

AMADOR D. B. Educação agroflorestal e a perspectiva pedagógica dos mutirões agroflorestais. In: **Sistemas Agroflorestais: perspectivas e reflexões**. Canuto, J. C. (Ed.) Brasília, DF : Embrapa. 2018. 228 p.

AZEVEDO L. F., MELLO R. R., DEVIDE A. C. P. Desempenho de genótipos de bananeira em sistema agroflorestal. In: **Congresso Internacional de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento**, 8º, 2019, Taubaté. Anais... Taubaté: UNITAU, 2019, p. 238.

BEGOSSI A., LOPES P. F., de OLIVEIRA L. E. C., NAKANO H. **Ecologia de Pescadores Artesanais da Baía de Ilha Grande**. Ilha Grande (RJ) : Associação para a Pesca, Diversidade e Segurança Alimentar; IBIO; Ministério da Justiça. 2010. 258p.

BROWN S. E., MILLER D.C., ORDONEZ P.J., BATLIS K. Evidence for the impacts of agroforestry on agricultural productivity, ecosystem services, and human well-being in high-income countries: a systematic map protocol. **Environmental Evidence**, v. 7, n. 24, 2018.

CAPORAL F. R., COSTABEBER J. A. **Agroecologia e extensão rural**: Contribuições para a Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre : IICA. 2004. 166p.

CÉSAR R. G., BRANCALION P. H. S., RODRIGUES R. R. Does crotalaria (*Crotalaria breviflora*) or pumpkin (*Cucurbita moschata*) inter row cultivation in restoration plantings control invasive grasses? **Scientia Agricola**, v. 70, p. 268 - 273, 2013.

DEAN W. **A Ferro e Fogo: A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira**. São Paulo (SP) : Cia. das Letras. 2007. 484 p.

DEVIDE A. C. P. **Sertão do Ubatumirim e o Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar: Caracterização Socioambiental**. 2004. 70 f. Monografia (Especialização em Gestão Ambiental de Sistemas Agrícolas). Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG. 2004.

DEVIDE A. C. P. **Sistemas agroflorestais com guanandi (*Calophyllum brasiliense*) em terraço e várzea no Vale do Paraíba do Sul, Brasil**. 2015. 217 f. Tese (Doutorado em Fitotecnia, Agroecologia). Departamento de Fitotecnia, Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2015.

DEVIDE A. C. P. Relato de atividade do Curso de longa duração: Capacitação pedagógico-profissional em agroecologia. **Rede Agroflorestal do Vale do Paraíba**, Pindamonhangaba, 11 jun. 2019.

DEVIDE A. C. P., CASTRO C. M. Pesquisa - Ação em Agroecologia. *In: Encontro Acadêmico da Engenharia Ambiental*, 1º, 2017, Lorena. Anais... Lorena: EEL, 2017. 5p.

DEVIDE A. C. P., CASTRO C. M., LIMA JUNIOR E. O., ROMEIRO L. R. S., ASSUMPÇÃO P. A., SILVA P. V. P., AGUIAR A. S., MARSICANO M. C., OLIVEIRA JUNIOR C. J. F., COUTINHO T. *In: Congresso Brasileiro de Agroecologia*, 8º, 2013, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre : ABA/SOCLA. 2013. 13p.

DEVIDE A. C. P., CASTRO C. M., RIBEIRO R. L. D. Cultivo agroflorestal de bananeira com guanandi resiliente às alterações climáticas. **Pesquisa & Tecnologia**, v. 16, n. 1, 2019.

DEVIDE A. C. P., CASTRO C. M., RIBEIRO R. L. D., ABBOUD A. C. S., PEREIRA M. G., RUMJANEK N. G. História Ambiental do Vale do Paraíba Paulista, Brasil. **Revista Biociências**, v. 20, n. 1, p. 12-29, 2014.

DEVIDE A. C. P., CASTRO C. M., SALLES S. H. E. A bananeira BRS Conquista em sistema agroflorestal regenerativo. **Pesquisa & Tecnologia**, v. 14, n. 1, 2017a.

DEVIDE A. C. P., COUTINHO T. R. Produção agroflorestal fortalece agricultura familiar em Lagoinha – SP. **Rede Agroflorestal do Vale do Paraíba**, Lagoinha, 29 abr. 2019. Disponível em: <<http://redeagroflorestalvaledoparaiba.blogspot.com/2019/04/producao-agroflorestal-fortalece.html>>. Acesso em: 15 set. 2020.

DEWEY J. **Democracia e Educação**. Tradução de Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. 4. ed. São Paulo (SP) : Ed. Nacional. 1979. 416p. (Atualidades pedagógicas, v. 21).

DÖBEREINER J. *Azotobacter paspali* sp. n., uma bactéria fixadora de nitrogênio na rizosfera de *Paspalum*. **Pesq. Agropec. Bras.**, v. 1, p. 357-365, 1966.

EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO – EMPLASA. São Paulo : EMPLASA. 2016.

FAO - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação. **Agroforestry for landscape restoration: exploring the potential of agroforestry to enhance the sustainability and resilience of degraded landscapes**. Rome : FAO. 2017. 28 p.

FLORY S. L., CLAY K., EMERY S. M., ROBB J. R., WINTERS B. Fire and non-native grass invasion interact to suppress tree regeneration in temperate deciduous forests. **Journal of Applied Ecology**, v. 52, p. 992–1000, 2015.

FONSECA R. R., BARBOSA K. S. S., SILVA L. M., SOUSA N. T. B., SILVA G. R., PAULETTO D., OTAKE M. Y. F. Densidade e umidade do solo em sistemas agroflorestais. **Agroecossistemas**, v. 10, n. 2, p. 367 – 374, 2018.

FRANCIS C. A., JORDAN N., PORTER P., BRELAND T. A., LIEBLEIN G., SALOMONSSON L., SRISKANDARAJAH N., WIEDENHOEFT M., DeHAAN R.,

- BRADEN I., LANGER V. Innovative Education in Agroecology: Experiential Learning for a Sustainable Agriculture. **Critical Reviews in Plant Sciences**, v. 30, p. 226–237, 2011.
- FREIRE P. **Extensão ou comunicação?** 24ª ed. Rio de Janeiro (RJ) : Paz e Terra, 1992.
- FREIRE P. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro (RJ) : Paz e Terra. 1987.
- FREITAS JUNIOR G., SOLERA D. A. G. Biogeografia do eucalipto no Vale do Paraíba Paulista (São Paulo, Brasil). **Revista Geográfica de América Central**, Número Especial EGAL, p. 1-14, 2011.
- GLIESSMAN S. Defining Agroecology. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 42, n. 6, p. 599-600, 2018.
- GOMES C., RESCHILIAN P.R., UEHARA A.Y. Perspectivas do planejamento regional do Vale do Paraíba e litoral norte: marcos históricos e a institucionalização da região metropolitana no Plano de Ação da Macrometrópole Paulista. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 10, n. 1, p. 154-171, 2018.
- GÖTSCH E. **Break-through in agriculture**. Rio de Janeiro (RJ) : AS-PTA. 1995. 22 p.
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Inventário Florestal do Estado de São Paulo: Mapeamento da cobertura vegetal nativa**. Coord. Marco Aurélio Nalon, 1. ed. São Paulo (SP) : Instituto Florestal; Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente. 2020. 40 p.
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Oportunidades para restauração de paisagens e florestas na porção paulista do Vale do Paraíba: Plano de Desenvolvimento Florestal Territorial para a porção paulista do Vale do Paraíba**. Coord. Aurélio Padovezi, 1. ed. Porto Alegre : Ideograf. 2018. 132 p.
- GRAZIANO da SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. 2ª. ed. Campinas, SP : UNICAMP, IE. 2002. 151 p. (Coleção Pesquisas, 1).
- GUZMÁN, E. S.; WOODGATE, G. Agroecology: Foundations in Agrarian Social Thought and Sociological Theory. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 37, n.1, p.32-44, 2013.
- INTERGOVERNAMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). **Guidelines for National Greenhouse Gas Inventories: agriculture, forestry and other land use**. Institute for Global Environmental Strategies (IGES). In: Pingoud K., Skog K.E., Martino D.M., Daniel L., Tonosaki M., Xiaoquan Z. (orgs.). Capítulo 12 : Harvested Wood Products. 2006. 33p.
- JUNQUEIRA A. H., MORETTI S. L. A. Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA): tecnologia social de venda direta de alimentos e de revalorização das identidades alimentares territoriais. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 26, n. 3, p. 517-538, 2018.
- KRONKA F. J. N., NALON M. A., MATSUKUMA C. K., KANASHIRO M. M., YWANE M. S. S., PAVÃO M., DURIGAN G., LIMA L. M. P. R., GUILLAUMON J. R., BAITELLO J. B., BORGIO S. C., MANETTI L. A., BARRADAS A. M. F., FUKUDA J. C., SHIDA C. N., MONTEIRO C. H. B., PONTINHA A. A. S., ANDRADE G. G., BARBOSA O., SOARES A. P. **Inventário florestal da vegetação natural do estado de São Paulo**. São Paulo (SP): Secretaria do Meio Ambiente; Instituto Florestal; Imprensa Oficial. 2005.
- LEITE A. C. **Conexões que transformam o ambiente e a sociedade: a Rede Agroflorestal do Vale do Paraíba nos Assentamentos do MST**. 2018. 139 f. Monografia (Graduação em Geografia). Departamento Ciências Sociais e Letras, Universidade de Taubaté, Taubaté, SP. 2018.
- LIMA A. R., GIRARDI E. P., MANCIO D., NUNES D. C. Impactos da monocultura do eucalipto sobre a estrutura agrária nas regiões Norte e Central do Espírito Santo. **Revista NERA**, v. 19, n. 34, p. 12-36, 2016.

- LUCHIARI M. T. D. P., ISOLDI I. A. Identidade territorial quilombola – uma abordagem geográfica a partir da comunidade Caçandoca (Ubatuba/SP). **Terra Livre**, v. 29, n. 2, p. 163-180, 2007.
- MACEDO G.S.S.R., MING L.C. Plantas alimentícias e paisagens: uso e conservação no Sertão do Ubatumirim, Ubatuba, Brasil. **Desenvolv. Meio Ambiente**, v. 52, p. 194-216, 2019.
- MANTOANI M. C., TOREZAN J. M. D. Regeneration response of Brazilian Atlantic Forest woody species to four years of *Megathyrus maximus* removal. **Forest Ecology and Management**, v. 359, p. 141–146, 2016.
- MARENGO J.A., ALVES L.M. Tendências hidrológicas da bacia do rio Paraíba do Sul. **Revista Brasileira de Meteorologia**, v. 20, n. 2, p. 215-226, 2005.
- MELI P., CALLE A., CALLE Z., ORTIZ-ARRONA C. I., SIROMBRA M., BRANCALION P. H. Riparian-forest buffers: Bridging the gap between top-down and bottom-up restoration approaches in Latin America. **Land Use Policy**, v. 87, 104085, 2019.
- MELLO R. R., AZEVEDO L. F., CASTRO C. M., DEVIDE A. C. P. Produção de estacas e aporte de fitomassa em gliricídia. *In: Congresso Internacional de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento*, 8º, 2019, Taubaté. Anais... Taubaté: UNITAU, 2019, p. 215.
- MICCOLIS A., PENEREIRO F. M., VIEIRA D. L. M., MARQUES H. R., HOFFMANN, M. R. **Restoration through agroforestry: options for livelihoods with conservation in the Cerrado and Caatinga biomes in Brazil**. *Experimental Agriculture*, v. 55, n. S1, p. 208-225, 2019.
- MOORE P. L., HOLL K. D., WOOD D. M. Strategies for Restoring Native Riparian Understory Plants Along the Sacramento River: Timing, Shade, Non-Native Control, and Planting Method. **San Francisco Estuary and Watershed Science**, v. 9, n. 2, p. 1-15, 2011.
- MOREIRA J. C., PERES F., SIMÕES A. C., PIGNATI W. A., DORES E. de C., VIEIRA S. N., STRÜSSMANN C., MOTT T. Contaminação de águas superficiais e de chuva por agrotóxicos em uma região do estado do Mato Grosso. **Ciênc. Saúde Coletiva**, v. 17, n. 6, p. 1557-1568, 2012.
- MOSCOGLIATO A. V., TOREZAN J. M. D. Aboveground biomass in reforestation with native species established by means of Taungya agroforestry system. **Hoehnea**, v. 44, n. 2, p. 202-210, 2017.
- NOBRE C.A., MARENGO J.A., SELUCHI M.E., CUARTAS L.A., ALVES L.M. Some Characteristics and Impacts of the Drought and Water Crisis in Southeastern Brazil during 2014 and 2015. **Journal of Water Resource and Protection**, v. 8, p. 252-262, 2016.
- OLIVEIRA JUNIOR C. J. F., CABREIRA P. P. Sistemas agroflorestais: potencial econômico da biodiversidade vegetal a partir do conhecimento tradicional ou local. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, v.7, n.1, p. 212 – 224, 2012.
- PEDROSO JUNIOR N. N., MURRIETA R. S. S., ADAMS C. A agricultura de corte e queima: um sistema em transformação. **Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi Cienc. Hum.**, v. 3, n. 2, p. 153-174, 2008.
- PERONI N., HANAZAKI N. Current and lost diversity of cultivated varieties, especially cassava, under swidden cultivation systems in the Brazilian Atlantic Forest Agriculture. **Ecosystems and Environment**, v. 92, p. 171–183, 2002.
- PETERSEN P. A paisagem social e as abordagens participativas. *In: Abordagens participativas para o desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: AS-PTA/Actionaid-Brasil, p. 85-87, 1999.

- PETERSEN, P. Introdução. *In: Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Revista Agriculturas: experiências em agroecologia*, edição especial, p. 5-15, 2009
- PETERSEN P.F., SILVEIRA L.M. 2017. Agroecology, Public Policies and Labor-Driven Intensification: Alternative Development Trajectories in the Brazilian Semi-Arid Region. *Sustainability*, v. 9, p. 535, 2017.
- PIZZAIA L. G. E., LEAL L. S. G., PASCHOALINO A., FERRAZ J. M. G., DA COSTA M. B. A organização de controle social como possibilidade de fortalecimento do mercado regional de alimentos agroecológicos. *In: Congresso Latino-americano de Agroecologia*, 6º, 2018, Brasília, DF: Anais... Rio de Janeiro (RJ): Revista Brasileira de Agroecologia (Cadernos de Agroecologia, v. 13, n. 1), 2018, 6p.
- PONTES D. M. F., ENGEL V. L., PARROTTA J. A. Forest Structure, Wood Standing Stock, and Tree Biomass in Different Restoration Systems in the Brazilian Atlantic Forest. *Forests*, v. 10, n. 7, p. 588, 2019.
- QUEVEDO J.M.G., MARTINS E., CHAVES A.D.M. Agroecologia: vivenciando a transição em sistemas de produção. *Biológico*, v. 66, n.1/2, p.43-45, 2004.
- RAIMUNDO S. **Nos bananais de Ubatuba (SP): dilemas e desafios para a gestão de unidades de conservação de proteção integral com comunidades tradicionais residentes.** Tese de Mestrado. USP. São Paulo, 2001. 180p.
- RAIMUNDO S., SIMÕES E. Dilemas e desafios para instalação de sistemas agroflorestais no interior e entorno do Parque Estadual da Serra do Mar - Núcleo Picinguaba – (SP). **Campo-Território**: revista de geografia agrária, v. 11, n. 22, p. 464-490, 2016.
- REIJNTJES C., BERTUS H., WATERS-BAYER A. **Agricultura para o futuro.** Uma introdução à agricultura sustentável e de baixo uso de insumos externos. 1ª. ed. Rio de Janeiro (RJ) : AS-PTA, ILEIA. 1995. 324p.
- RIBEIRO B. **O Índio na História do Brasil.** 5. ed. São Paulo : Global. 1987. 144p.
- SILVA F. D. Agroecologia estimula o conhecimento compartilhado e rompe com a ideia de progresso. **Sementeia**, UNICAMP, 2017. Disponível em: <<http://sementeia.org/2017/07/agroecologia-estimula-oVAZ-conhecimento-compartilhado-e-rompe-com-ideia-de-progresso/>>. Acesso em: 11 set. 2020.
- SILVA P. V. 2002. **Sistemas agroflorestais para a recuperação de matas ciliares em Piracicaba – SP.** Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo. Dissertação (Mestrado). 98p.
- TOLEDO V. M., BARRERA-BASSOLS N. **A Memória Biocultural: A importância ecológica das sabedorias tradicionais.** São Paulo: Expressão Popular, 2015. 272 p.
- TROMMER J. **A Rota da Cesta Viva.** *In: A Teia da Resistência: Um livro do Projeto Cesta Viva.* Julho de 2020.
- VIANNA L. P. **Considerações críticas sobre a construção da idéia de população tradicional no contexto das unidades de conservação.** Dissertação (Mestrado) – Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo, 1996.
- WEGNER, Robert. **A conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.
- YAZBEK PB, MATTA P, PASSERO LF, et al. Plants utilized as medicines by residents of Quilombo da Fazenda, Núcleo Picinguaba, Ubatuba, São Paulo, Brazil: A participatory survey. *Journal of Ethnopharmacology*, v. 244 : 112123, 2019.

Experiencia de adubação orgânica na produção de rabanete (*Raphanus sativus* L.): perspectivas de transição agroecológica

Experiment of organic fertilization in the production of radish (*Raphanus sativus* L.): perspectives of agroecological transition

Antonio Wagner Pereira Lopes¹; César Augusto Feliciano²; César Giordano Gênero³; Vera Lucia Silveira Botta Ferrante⁴

(1) Doutor em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável; Universidade de Araraquara (UNIARA); Araraquara; São Paulo; wagnerlopesgo@gmail.com

(2) Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável; Universidade de Araraquara (UNIARA); feliciano.cesar@yahoo.com.br

(3) Doutor em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente; Universidade de Araraquara (UNIARA); giordanoz@hotmail.com

(4) Docente e Pesquisador(a) do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente; Universidade de Araraquara (UNIARA); vbotta@techs.com.br

RESUMO: O cultivo do rabanete (*Raphanus sativus* L.) demanda estratégias mais econômicas e sustentáveis e, neste caso, o uso de fertilizantes orgânicos tem sido uma ferramenta fundamental frente ao incremento da produtividade e melhorias quanto à qualidade da produção. O objetivo da pesquisa foi analisar as características agrônômicas relacionadas à altura, diâmetro de colo e número de folhas de plantas de *R. sativus* cultivadas sob diferentes fontes de adubação orgânica na Universidade de Araraquara (UNIARA), composto por quatro tratamentos e seis repetições, em um delineamento em blocos casualizados, sendo caracterizados por um controle (ausente de adubação) (T1), e também por três fontes de adubos orgânicos: esterco bovino curtido (20%) (T2), composto vegetal (20%) (T3) e húmus de minhoca (20%) (T4). Os parâmetros analisados foram a altura média das plantas (cm), diâmetro médio do colo (mm), e número médio de folhas (n), sendo as avaliações conduzidas aos 35 e 50 dias após semeadura. A adubação orgânica à base de húmus de minhoca propiciou incremento significativo em relação ao controle no que compete à altura de plantas, com resultados positivos e significativos frente ao diâmetro de colo. O fertilizante orgânico caracterizado pelo esterco bovino propiciou maior altura de plantas de *R. sativus* aos 50 dias após semeadura, quando comparado ao controle, enquanto que o composto vegetal não auxiliou frente ao desenvolvimento da cultura no que compete às características agrônômicas analisadas. O adubo orgânico relacionado a húmus de minhoca, à concentração de 20%, auxilia no crescimento e desenvolvimento de plantas de rabanete, principalmente no que tange às características agrônômicas, altura e diâmetro de colo, enquanto o esterco bovino proporcionou maior crescimento da planta.

PALAVRAS-CHAVE: horticultura, fertilizantes, crescimento

ABSTRACT: The radish cultivation (*Raphanus sativus* L.) has been conducted mainly by family farming, for which demands for more economically and sustainable strategies, and in this case, the use of organic fertilizers have been a fundamental tool in relation to increase the productivity and improve the quality production. The objective of the research was to analyze the agronomic characteristics related to height, stem diameter and number of leaves of *R. sativus* plants grown under different sources of organic fertilizers. The experiment was conducted in the University of Araraquara (UNIARA), composed by four treatments and six replicates, in a randomized block design, characterized by a control (without fertilization) (T1), and also by three sources of organic fertilizers: cattle manure (20%)(T2), vegetable compost (20%) (T3), and earthworm humus (20%) (T4). The parameters analyzed were the average plant height (cm), average stem diameter (mm), and average number of leaves (n), with the evaluation performed at 35 and 50 days after sowing. Organic fertilization based on earthworm humus provided a significant increase compared with the control in terms of plant height at 35 and 50 days after sowing, with positive and significant results related with the stem diameter at 50 days after sowing. The organic fertilized characterized by cattle manure provided a higher height of *R. sativus* plants at 50 days after sowing, when compared with the control, while the vegetable compost did not assist the development of radish culture related to agronomic characteristics analyzed. Organic fertilizer related to earthworm humus, at a concentration of 20%, helps the growth and development of radish plants, especially concerning the agronomic characteristics of height, and stem diameter, while cattle manure provides greater growth of *R. sativus* plants.

KEYWORDS: horticulture, fertilizers, growth

INTRODUÇÃO

O rabanete (*Raphanus sativus* L.) é um vegetal comestível da família Brassicaceae, de origem mediterrânea, caracterizado por ser uma planta de ciclo curto e, de certa forma, apresentar rusticidade (RODRIGUES et al., 2013; BASÍLIO et al., 2018). Entretanto, esta cultura necessita de quantidade nutricional adequada para seu desenvolvimento, por intermédio do emprego de fontes e doses equilibradas de fertilizantes, principalmente no que compete aos macronutrientes nitrogênio e potássio, sendo estes os elementos químicos mais demandados pela cultura, e desta forma, é possível obter raízes com tamanho e qualidade adequados para o consumo (ALMEIDA, 2019; CASTRO et al., 2016).

Devido a estas características, e aliadas à simplicidade no que se refere ao seu manuseio, de forma a ser conduzida o ano todo, o rabanete tem sido muito cultivado dentro da agricultura familiar, em que, no intuito de obter bons rendimentos com custos mais baixos, o produtor pode optar pelo emprego de adubos orgânicos em comparativo àqueles de ordem mineral (SILVA et al., 2016; ALGERI et al., 2020; BERILLI et al., 2020). Neste âmbito, a utilização de fontes orgânicas de fertilizantes em hortaliças tem sido uma prática cada vez mais comum dentro das propriedades, haja vista que tais substratos podem ser facilmente obtidos e também apresentar baixo custo, pois muitas vezes, estes compostos são oriundos da própria atividade agropecuária (LOPES et al., 2019).

Além disso, em função de um mercado consumidor cada vez mais preocupado com a qualidade dos produtos agropecuários adquiridos, e também direcionado no que tange à segurança alimentar, os produtores têm buscado estratégias que contribuam sobremaneira quanto ao atendimento destas necessidades, tornando assim um sistema mais sustentável, e orientado pelo emprego de práticas mais ecológicas, de forma a agregar mais valor ao produto final obtido e, conseqüentemente, melhorar os rendimentos financeiros da propriedade (CECCONELO; CENTENO, 2016).

Outro ponto a se destacar, diz respeito às questões de ordem ambiental, frente a uma modificação no que compete às técnicas de cultivo tradicionais, em que, a partir desta mudança de pensamento, frente à adoção de estratégias balizadas em um contexto orgânico e mais sustentável, as condições na propriedade serão gradualmente alteradas quanto a melhorias na estruturação do solo, permeabilidade e qualidade da água, incremento da microbiota do solo, aumento de matéria orgânica e melhorias na quantidade e disponibilidade de nutrientes (VILLAS BÔAS et al., 2004; ALMEIDA, 2019).

Neste cenário, muitas pesquisas recentes foram desenvolvidas através da utilização de diferentes fontes de adubos orgânicos quanto ao desenvolvimento da cultura do rabanete, evidenciando assim, a importância desta estratégia agrícola dentro das hortaliças, principalmente (CECONELLO; CENTENO, 2016; LANNA et al., 2018; LOPES et al., 2019; MEDEIROS et al., 2019; BERILLI et al., 2020). Dentro desta premissa, e também entendendo que a cultura do rabanete não tolera solos de baixa fertilidade (BASHA; EL-AILA, 2015), fica evidente a necessidade da utilização de fertilizantes de origem orgânica como estratégia para se obter uma produção satisfatória e produtos com qualidade. Assim, o objetivo da pesquisa foi analisar as características agrônômicas relacionadas à altura, diâmetro de colo e o número de folhas de plantas de rabanete cultivadas sob diferentes fontes de adubação orgânica.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A pesquisa foi conduzida nas dependências da Fazenda Escola da Universidade de Araraquara (UNIARA), sob condições de casa-de-vegetação. O solo utilizado para o experimento foi coletado na própria instituição, sendo classificado de acordo com Embrapa (2013) como Argissolo Vermelho distrófico, com a coleta realizada na camada de 0-20 cm de profundidade, sendo o mesmo peneirado por intermédio de uma peneira de malha de dois milímetros, de forma a manter a integridade dos torrões até a abertura da malha, e também para retirar todos os agregados maiores e resíduos grosseiros de material orgânico.

Para a instalação experimental, foram utilizados vasos de polietileno de coloração preta, com dimensões de 30 cm de altura e 20 cm de diâmetro, totalizando um volume de 3,0 L, o qual foi preenchido por $\frac{3}{4}$ de solo peneirado. Os tratamentos conduzidos na referida pesquisa foram caracterizados por um controle (ausente de adubação) (T1), e também por três fontes de adubos orgânicos: esterco bovino curtido (20%) (T2), composto vegetal (20%) (T3) e húmus de minhoca (20%) (T4).

Após o enchimento dos vasos com solo, os adubos orgânicos foram incorporados até a camada de 20 cm de profundidade e, a partir de então, os recipientes foram devidamente alocados sob bancadas, presentes no interior da casa-de-vegetação. Para a semeadura, foram utilizadas sementes de *Raphanus sativus* cv. Saxa, sendo inseridas oito sementes por vaso,

em um espaçamento de $0,15 \times 0,05$ m, sendo as avaliações realizadas nas quatro plantas centrais. As plantas foram submetidas à irrigação diariamente por sistema automatizado via aspersão, mantendo a umidade do solo próximo à capacidade de campo. O controle de plantas daninhas foi realizado por capinas manuais.

Os parâmetros analisados foram a altura média das plantas (cm), conduzida por intermédio de uma régua graduada em milímetros, sendo aferida a partir da superfície do solo até a extremidade da folha mais alta; diâmetro médio do colo (mm), conduzido por intermédio de um paquímetro, com a mensuração realizada a uma altura de um centímetro da superfície do solo; e número médio de folhas (n), em que todas estas avaliações foram conduzidas aos 35 e 50 dias após sementeira.

O experimento foi conduzido em um delineamento em blocos casualizados, composto por quatro tratamentos e seis repetições, em um total de 24 vasos (parcelas), sendo os dados sujeitos à análise de variância e as médias comparadas pelo teste de Tukey ($P < 0,05$) através do software estatístico Sisvar 5.6 (FERREIRA, 2014).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O número médio de folhas de rabanete aos 35 dias após sementeira foi maior no tratamento com húmus de minhoca, com média de $3,96 \pm 0,26$ folhas por planta, seguido dos tratamentos controle e esterco bovino, representados por média de $3,79 \pm 0,12$ folhas e $3,56 \pm 0,37$ folhas por planta, respectivamente, com diferença estatística quando comparados ao tratamento à base de composto vegetal, cuja média foi de $2,50 \pm 0,17$ folhas por planta ($F = 7,792$; $gl = 3, 20$; $P < 0,05$) (Figura 1A).

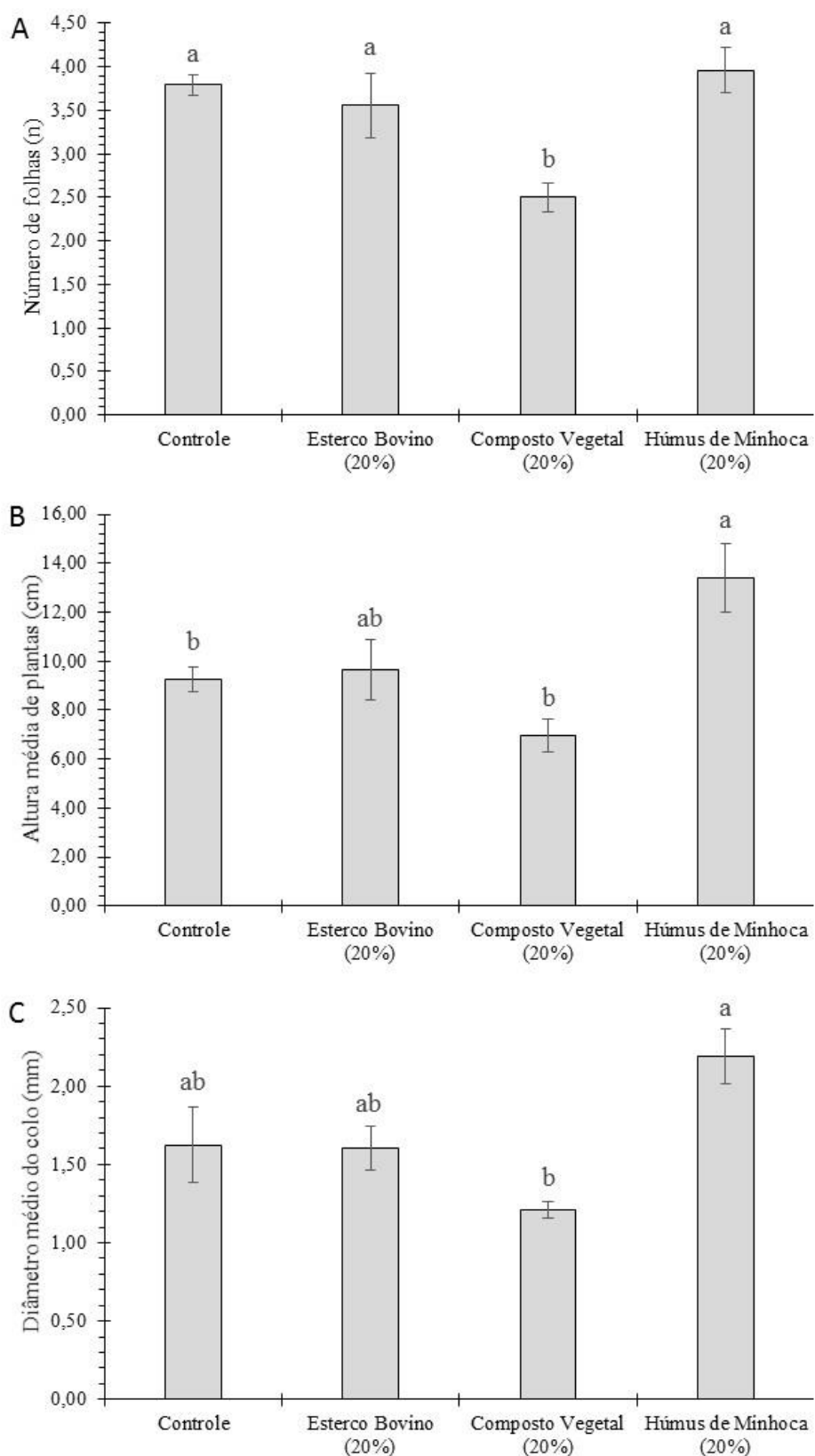


Figura 1. Número médio de folhas (A), altura média de plantas (cm) (B) e diâmetro médio do colo (mm) (C) de plantas de *Raphanus sativus* submetidas a tratamentos aos 35 dias após

semeadura. Valores seguidos de mesma letra não diferem significativamente entre si pelo teste de Tukey ($P < 0,05$). A barra de erros corresponde ao erro padrão ($\pm EP$).

O melhor resultado no que compete à altura média de plantas de rabanete, aos 35 dias após semeadura, foi observado no tratamento com húmus de minhoca, caracterizado por média de $13,4 \pm 1,37$ cm, com diferença significativa em relação aos tratamentos controle, com média de $9,28 \pm 1,24$ cm, e composto vegetal, cuja altura média foi de $6,95 \pm 0,69$ cm ($F = 7,359$; $gl = 3, 20$; $P < 0,05$) (Figura 1B). Com relação ao tratamento com esterco bovino, a média de altura foi de $9,66 \pm 1,24$ cm, não diferindo estatisticamente em comparação aos demais tratamentos (Figura 1B).

O diâmetro médio de colo de plantas de rabanete, aos 35 dias após semeadura, também foi maior no tratamento com húmus de minhoca, com média de $2,19 \pm 0,18$ mm, apresentando diferença significativa apenas em comparação ao tratamento com composto vegetal, caracterizado por média de $1,21 \pm 0,05$ mm ($F = 6,176$; $gl = 3, 20$; $P < 0,05$) (Figura 1C). Para os tratamentos controle e esterco bovino, o diâmetro médio do colo de plantas de rabanete foi de $1,63 \pm 0,24$ mm e $1,60 \pm 0,14$ mm, respectivamente, não apresentando diferença estatística em comparação aos demais tratamentos testados (Figura 1C).

A maior média em relação ao número de folhas de *Raphanus sativus*, aos 50 dias após semeadura, foi observada no tratamento com húmus de minhoca, representado por $5,08 \pm 0,28$ folhas por planta, seguido do tratamento com esterco bovino, com média de $4,50 \pm 0,24$ folhas por planta, com diferença estatística quando comparados ao tratamento com composto vegetal, caracterizado por média de $3,17 \pm 0,22$ folhas por planta ($F = 9,610$; $gl = 3, 20$; $P < 0,05$) (Figura 2A). O tratamento controle apresentou média de $4,25 \pm 0,30$ folhas por planta, não diferindo estatisticamente em relação aos demais tratamentos (Figura 2A).

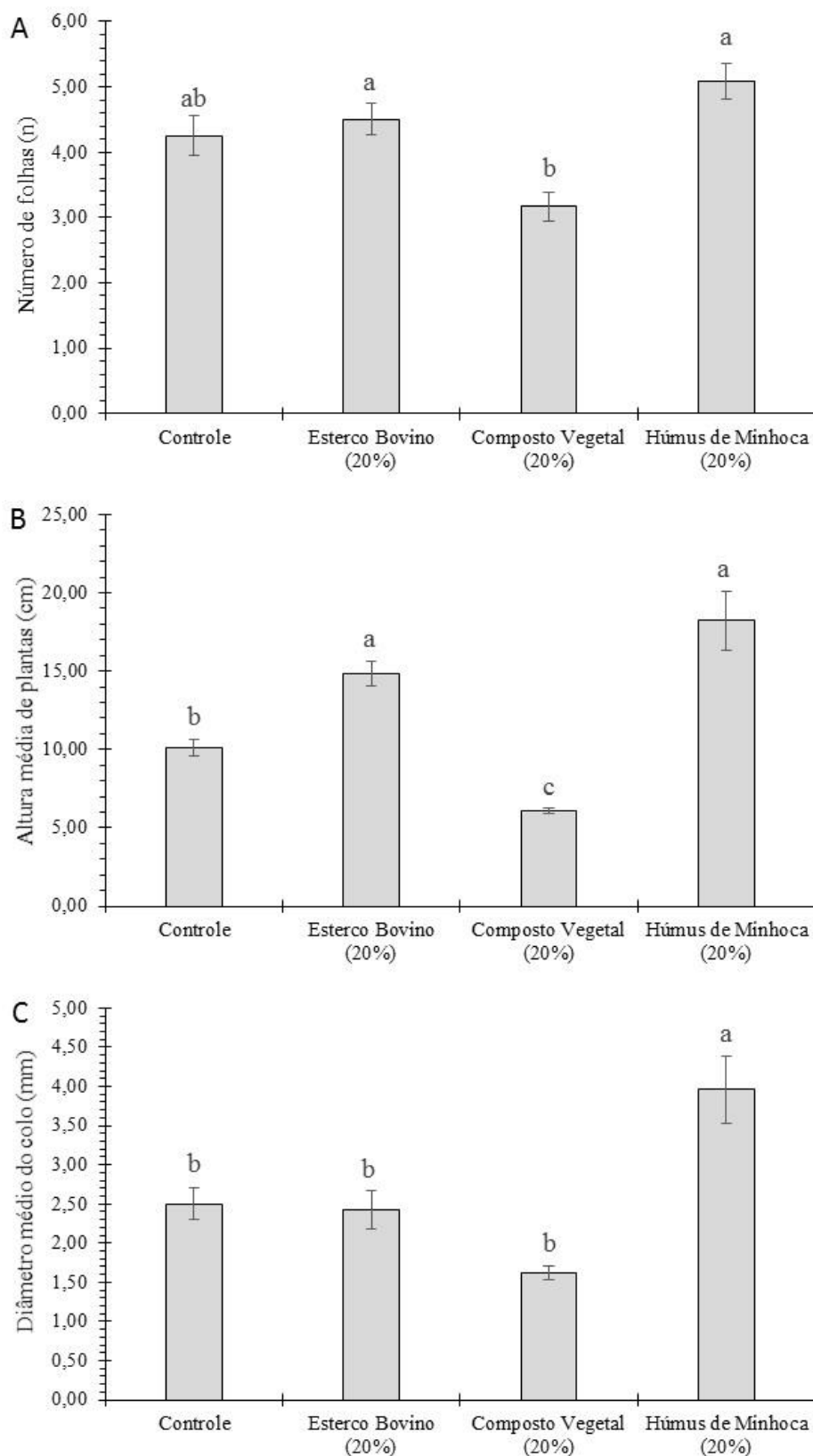


Figura 2. Número médio de folhas (A), altura média de plantas (cm) (B) e diâmetro médio do colo (mm) (C) de plantas de *Raphanus sativus* submetidas a tratamentos aos 50 dias após semeadura. Valores seguidos de mesma letra não diferem significativamente entre si pelo teste de Tukey ($P < 0,05$). A barra de erros corresponde ao erro padrão ($\pm EP$).

A altura média de folhas de *R. sativus* foi estatisticamente superior nos tratamentos com húmus de minhoca e esterco bovino, representados por média de $18,22 \pm 1,86$ cm e $14,84 \pm 0,78$ cm, respectivamente, quando comparados aos tratamentos controle e composto vegetal, cujas médias foram de $10,14 \pm 0,54$ cm e $6,10 \pm 0,14$ cm, respectivamente ($F = 22,390$; $gl = 3, 20$; $P < 0,05$) (Figura 2B).

Ademais, o diâmetro médio de colo de plantas de rabanete foi significativamente maior no tratamento com húmus de minhoca em comparação aos demais tratamentos, com média de $3,96 \pm 0,43$ mm, enquanto que a média dos outros tratamentos esteve abaixo de 2,50 mm de diâmetro ($F = 12,112$; $gl = 3, 20$; $P < 0,05$) (Figura 2C).

No presente estudo, frente aos parâmetros analisados, foi evidente a diferença quanto ao crescimento e desenvolvimento de plantas de rabanete a partir do uso de diferentes fontes de adubação orgânica, principalmente quando adicionado de húmus de minhoca (Figuras 1 e 2). Este fator pode estar intimamente relacionado à disponibilidade de nutrientes essenciais ao desenvolvimento da planta, aliado à concentração adequada de matéria orgânica no solo, fundamentais para o pleno desenvolvimento da cultura (CASTRO et al., 2016). Nesse sentido, de acordo com Fiúza et al. (2011) e Almeida et al. (2019), os coprólitos possuem naturalmente maior qualidade biológica em comparação ao solo de origem, e desta forma, por intermédio da elevada atividade microbiana em húmus de minhoca, este processo pode contribuir com a mineralização e disponibilidade de nutrientes para as plantas de rabanete.

Em trabalho realizado por Almeida et al. (2019), os autores não obtiveram resultados positivos frente ao número de folhas e o diâmetro de raiz nos tratamentos com adição de húmus de minhoca, porém, os mesmos evidenciaram baixa fertilidade dos coprólitos utilizados no experimento. De acordo com Souza et al. (2008), a composição química do húmus de minhoca deve apresentar melhor qualidade nutricional em comparação ao solo de origem, no intuito de justamente atender à necessidade nutricional da cultura, fator este que pode estar intimamente relacionado aos resultados do presente estudo, haja vista que o tratamento à base de húmus de minhoca apresentou melhor desenvolvimento da cultura.

O uso de húmus de minhoca também foi relatado em pesquisa conduzida por Araújo et al. (2020), em que os autores evidenciaram maior desenvolvimento de plantas de rabanete nos tratamentos relacionados à adição de húmus de minhoca, e que, com o aumento na concentração do referido adubo orgânico se obteve maior desenvolvimento da cultura, demonstrando que é possível melhorar o desempenho do cultivo de rabanete com o aumento das doses de coprólitos de minhoca.

O fertilizante orgânico à base de esterco bovino também auxiliou no crescimento de plantas de *R. sativus*, principalmente no que compete à altura de plantas, fato este que pode estar relacionado à disponibilidade de nitrogênio, macronutriente essencial para o pleno desenvolvimento da cultura (ALMEIDA, 2019; CASTRO et al., 2016; BONELA et al., 2017; LOPES et al., 2019). Neste caso, o nitrogênio é constituinte de várias moléculas químicas, e apresenta importante função no incremento da biomassa vegetal, quer seja no número de folhas, como também frente à estruturação da planta no que compete à altura das mesmas (CERQUEIRA et al., 2016).

É importante salientar que a maior expressividade frente ao crescimento de plantas de rabanete, submetida ao tratamento com esterco bovino, foi mais evidente na segunda avaliação (Figura 2), o que pode apresentar relação com a velocidade de decomposição do

substrato orgânico, com conseqüente mineralização e disponibilidade de nutrientes às plantas, haja vista que, de acordo com Peixoto Filho et al. (2013), a taxa de decomposição do esterco bovino é mais lenta quando comparada com outros adubos orgânicos. De acordo com Souza et al. (2010), os nutrientes relacionados à cama de aviário são liberados lentamente, ou seja, e também apresentam reduzida velocidade de decomposição, e devido a cultura do rabanete apresentar ciclo curto, tais plantas podem não conseguir utilizar todos os nutrientes direcionados via adubação orgânica.

Nesse sentido, em relação ao número de folhas, não foi observada diferença estatística entre o tratamento à base de esterco bovino e o controle (Figuras 1 e 2), com resultados semelhantes encontrados com outras fontes orgânicas de origem animal, como cama de aviário e dejetos de suínos (ALGERI et al., 2020). De acordo com Ceconello; Centeno (2016), também não foi observado incremento significativo no número de folhas de rabanetes relacionados com tratamentos à base de diferentes dosagens de vermicomposto.

A quantidade de folhas está direcionada com o processo fotossintético, atrelado com a produção de fotoassimilados, que serão utilizados para o pleno desenvolvimento do cultivo (LINHARES et al., 2010). Porém, para o aumento no número de folhas existe a necessidade de nutrientes disponíveis no solo (BONELA et al., 2017), e devido à possível reduzida velocidade de decomposição do esterco bovino, não foi observada diferença significativa frente ao número de folhas do referido tratamento em comparação ao controle. Para o presente estudo, os maiores valores médios no número de folhas estiveram relacionados ao tratamento à base de húmus de minhoca, cujas plantas apresentaram conseqüentemente maior crescimento e desenvolvimento ao longo do experimento (Figuras 1 e 2).

Ademais, dentro das referidas condições experimentais, ficou evidente que o composto vegetal não propiciou crescimento adequado para a cultura do rabanete (Figuras 1 e 2), fator este que pode apresentar relação com a disponibilidade nutricional do referido fertilizante orgânico. De acordo com Ceconello; Centeno (2016), o desenvolvimento da cultura do rabanete não respondeu positivamente aos tratamentos com aplicação de até duas vezes o recomendado de vermicomposto.

A utilização de fertilizantes orgânicos na cultura do rabanete condiz a uma estratégia positiva no que compete a melhorias na questão de produção e qualidade do alimento a ser comercializado, e com base nas pesquisas, fica evidente a diversidade de adubos orgânicos que podem ser empregados no cultivo do rabanete, atrelado àqueles de origem animal e também vegetal (ALGERI et al., 2020; ARAÚJO et al., 2020; LANNA et al., 2020). Entretanto, o uso destes fertilizantes orgânicos deve ser pautado em dosagens previamente estudadas, justamente no intuito de se evitar a baixa disponibilidade nutricional (ALMEIDA et al., 2019) ou muitas vezes o excesso de sais, relacionado ao efeito salino (LOPES et al., 2019), em que ambos podem prejudicar o desenvolvimento da cultura do rabanete.

Desta forma, no presente estudo, a concentração de 20% de húmus de minhoca propiciou resultados satisfatórios frente ao crescimento de *R. sativus*, e que, de acordo com Araújo et al. (2020), este valor na concentração de coprólitos de minhoca pode ser recomendado em até 40%, o que sugere a novas pesquisas frente a melhorias quanto ao crescimento da cultura do rabanete. Para os demais substratos analisados, a readequação na dosagem poderá potencializar o desenvolvimento da cultura, auxiliando no balanço nutricional e melhorias no que tange à produção e qualidade de *R. sativus*.

CONCLUSÃO

O fertilizante orgânico à base de húmus de minhoca, na concentração de 20%, incrementa significativamente quanto à altura e diâmetro de colo de plantas de *Raphanus sativus* cv. Saxa.

O uso de esterco bovino à concentração de 20% auxilia significativamente no crescimento de plantas de *R. sativus* cv. Saxa. O composto vegetal (20%) não influencia satisfatoriamente no que compete às características agronômicas analisadas em plantas de *R. sativus* cv. Saxa. Esta análise busca contribuir para a discussão de alternativas de sustentabilidade apresentada por diferentes fontes de adubação orgânica.

REFERÊNCIAS

1. ALGERI, A.; LUCHESE, A. V.; SATO, A. J. Dejeito de aves e suínos no cultivo do rabanete. *Revista em Agronegócio e Meio Ambiente*, v. 13, n. 3, p. 933-946, 2020.
2. ALMEIDA, U. O. Características agronômicas do rabanete submetido a diferentes substratos preparados com coprólitos de minhoca. *Agropecuária Científica no Semiárido*, v. 15, n. 4, p. 281-286, 2019.
3. ARAÚJO, R. G. V.; LIMA, J. R. B.; SILVA, A. B.; SANTOS, G. T.; SILVA, J. M.; PAES, R. A. Desenvolvimento de tubérculos de rabanete em função de diferentes concentrações de húmus de minhoca. *Ciência Agrícola*, v. 18, n. 3, p. 1-5, 2020.
4. BASHA, D. M. R. A.; EL-AILA, H. I. Response of foliar spraying with amino acids and integrated use of nitrogen fertilizer on radish (*Raphanus sativus* L.) plant. *International Journal of ChemTech Research*, v. 8, n. 11, p. 135-140, 2015.
5. BASÍLIO, A. G. S.; SOUSA, L. V.; SILVA, T. I.; MOURA, J. G.; GONÇALVES, A. C. M.; MELO FILHO, J. S.; LEAL, Y. H.; DIAS, T. J. Radish (*Raphanus sativus* L.) morphophysiology under salinity stress and ascorbic acid treatments. *Agronomía Colombiana*, v. 36, n. 3, p. 257-265, 2018.
6. BERILLI, S. S.; CAZAROTI, E. F.; MOREIRA, R. M. G.; SALES, R. M.; BERILLI, A. P. C. G. Lodo de curtume como adubo alternativo na produção de rabanete. *Energia na Agricultura*, v. 35, n. 2, p. 214-224, 2020.
7. BONELA, G. D.; SANTOS, W. P.; SOBRINHO, E. A.; GOMES, E. J. C. Produtividade e qualidade de raízes de rabanete cultivadas sob diferentes fontes residuais de matéria orgânica. *Revista Brasileira de Agropecuária Sustentável*, v. 7, n. 2, p. 66-74, 2017.
8. CASTRO, B. F.; SANTOS, L. G.; BRITO, C. F. B.; FONSECA, V. A.; BEBÉ, F. V. Produção de rabanete em função da adubação potássica e com diferentes fontes de nitrogênio. *Revista de Ciências Agrárias*, v. 39, n. 3, p. 341-348, 2016.
9. CECCONELLO, S. T.; CENTENO, L. N. Avaliação de diferentes dosagens de vermicomposto produzido a partir de frutas, legumes e verduras na produção de rabanete (*Raphanus sativus* L.). *Revista Tema*, v. 13, n. 1, p. 93-102, 2016.
10. CERQUEIRA, F. B.; SANTANA, S. C.; SANTOS, W. F.; FREITAS, G. A.; NUNES, T. V.; SIEBENEICHLER, S. C. Doses de nitrogênio nas respostas morfofisiológicas

de coentro (*Coriandrum sativum L.*). *Global Science Technology*, v. 9, n. 1, p. 15-21, 2016.

11. EMBRAPA. *Sistema brasileiro de classificação dos solos*. Brasília: Embrapa. 2013.
12. FERREIRA, D. F. Sisvar: a guide for its bootstrap procedures in multiple comparisons. *Ciência e Agrotecnologia*, v. 38, n. 2, p. 109-112, 2014.
13. FIUZA, S. S.; KUSDRA, J. F.; FURTADO, D. T. Caracterização química e atividade microbiana de coprólitos de *Chibui bari* (Oligochaeta) e do solo adjacente. *Revista Brasileira de Ciência do Solo*, v. 35, n. 3, p. 723-728, 2011.
14. LANNA, N. B. L.; SILVA, P. N. L.; COLOMBARI, L. F.; CORRÊA, C. V.; CARDOSO, A. I. I. Residual effect of organic fertilization on radish production. *Horticultura Brasileira*, v. 36, n. 1, p. 47-53, 2018.
15. LINHARES, P. C. F.; PEREIRA, M. F. S.; PAZ, A. E. S.; PAIVA, A. C. C.; BEZERRA, A. K. H.; FERNANDES, P. L. O. Efeito residual de espécies espontâneas da caatinga no desempenho agrônômico do coentro. *Cadernos de Agroecologia*, v. 6, n. 2, p. 1-5, 2011.
16. LOPES, H. L. S.; SAMPAIO, A. S. O.; SOUZA, A. C. P.; LIMA, D. C.; SOUTO, L. S.; SILVA, A. M.; MARACAJÁ, P. B. Crescimento inicial da cultura do rabanete (*Raphanus sativus L.*) submetida a níveis e fontes de fertilizantes orgânicos. *Revista Brasileira de Gestão Ambiental*, v. 13, n. 1, p. 19-24, 2019.
17. MEDEIROS, T. S.; GOMES, A. R. M. G.; ALVES, M. P. B. MARCELINO, A. S.; SANTOS, D. M. GIONGO, A. M. M. COSTA, A. R. Produção de rabanete (*Raphanus sativus L.*) cultivado sob níveis de esterco bovino e respiração basal do solo. *Brazilian Applied Science Review*, v. 3, n. 2, p. 1348-1357, 2019.
18. PEIXOTO FILHO, J. U.; FREIRE, M. B. G. S.; FREIRE, F. J.; MIRANDA, M. F. A.; PESSOA, L. G. M.; KAMIMURA, K. M. Produtividade de alface com doses de esterco de frango, bovino e ovino em cultivos sucessivos. *Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental*, Campina Grande, v. 17, n. 4, p. 419-424, 2013.
19. RODRIGUES, J. F.; REIS, J. M. R.; REIS, M. de A. Utilização de esterco em substituição a adubação mineral na cultura do rabanete. *Revista Trópica: Ciências Agrárias e Biológicas*, v. 7, n. 2, p. 160-168, 2013.
20. SILVA, P. F.; MATOS, R. M.; ALENCAR, A. E. V.; DANTAS JUNIOR, G. J.; DANTAS NETO, J. Respostas de plantas de rabanete a adubação orgânica. *Cadernos de Agroecologia*, v. 10, n. 3, p. 1-5, 2016.
21. SOUZA, R. M.; NOBRE, R. G.; GHEYI, H. R.; DIAS, N. S.; SOARES, F. A. L. Utilização de água residuária e de adubação orgânica no cultivo do girassol. *Revista Caatinga*, v. 23, n. 2, p. 125-133, 2010.
22. SOUZA, S. R.; FONTINELE, Y. R.; SALDANHA, C. S.; ARAÚJO NETO, S. E.; KUSDRA, J. F. Produção de alface com o uso de substrato preparado com coprólitos de minhoca. *Revista Ciência e Agrotecnologia*, v. 32, n. 1, p. 115-121, 2008.
23. VILLAS BÔAS, R. L.; PASSOS, J. C.; FERNANDES, M.; BÜLL, L. T.; CEZAR, V. R. S.; GOTO, R. Efeito de doses e tipos de compostos orgânicos na produção de alface em dois solos sob ambiente protegido. *Horticultura Brasileira*, v. 22, n. 1, p. 28-34, 2004.

FEMINISMO POPULAR NO PENSAMENTO SOCIAL LATINO-AMERICANO: MULHERES NOS MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO POPULAR COM AGROECOLOGIA

Laura Lyrio Gonçalves¹

Linha para apresentação de trabalho: Gênero e geração no meio rural

Resumo: As mulheres nos movimentos sociais do campo, das florestas e das águas, são parte da luta social por reforma agrária e criação de territórios coletivos nos assentamentos rurais, são parte da luta social por demarcação dos territórios indígenas e quilombolas e por preservação sócioambiental dos territórios das comunidades tradicionais nos diferentes biomas brasileiros, crescentemente ameaçados pelo agronegócio, pelas barragens hidrelétricas, pelas mineradoras e outros processos de expropriação dos povos. Estas sujeitas são protagonistas destas e outras bandeiras de reivindicação política perante o Estado, dialogando com toda a sociedade para construir direitos humanos e políticas de desenvolvimento sustentável, constituindo uma práxis feminista, camponesa e popular para resistir ao avanço violento do capital sobre seus corpos, territórios, comunidades, biomas e povos. Neste sentido, construindo novas relações sociais, as mulheres nos movimentos sociais camponeses atuam por meio de processos de educação popular que fomentam organização popular, a partir de práticas agroecológicas para produção de alimentos saudáveis sem agrotóxicos e transgênicos, capazes de estimular geração de renda e autonomia para as mulheres, assim como também fomentar a soberania alimentar dos povos. Estas iniciativas também tecem articulação do campo e da cidade contra o neoliberalismo e os golpes políticos que fragilizam os regimes democráticos na América Latina. As fontes primárias utilizadas para este trabalho são documentos públicos das mulheres nos movimentos sociais citados, divulgados como forma de diálogo e intervenção na sociedade, tais como: cartilhas de educação popular, notas públicas e conferências realizadas com suporte digital.

Palavras-chave: Feminismo popular; pensamento social latino-americano; movimentos sociais; educação popular; agroecologia.

I. Introdução

O presente trabalho constitui-se como um esforço de sistematização de algumas primeiras reflexões a partir de minha pesquisa de doutorado em andamento no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas (PPG ECsA), do Departamento de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Brasília (ELA/UnB), que tem como tema as políticas agrárias e ambientais desde a perspectiva das mulheres nos movimentos sociais do campo. A participação nos grupos de pesquisa do programa, no Grupo de Estudos sobre Pensamento Crítico Latino-Americano (ECLA) e no Grupo de Estudos Interdisciplinares sobre Gênero (GREIG), constituem também espaços importantes a partir dos quais houve um aprofundamento nos

¹ Doutoranda em Ciências Sociais no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Estudos Comparados Sobre as Américas (PPG ECsA), do Departamento de Estudos Latino-Americanos, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília (ELA/ICS/UnB). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Integrante do Grupo de Estudos sobre Pensamento Crítico Latino-Americano (ECLA), do Grupo de Estudos Interdisciplinares sobre Gênero (GREIG) e do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC/ Via Campesina Brasil). E-mail: lauralyriolaura@gmail.com.

aportes teóricos acionados no processo de investigação interdisciplinar em curso. Assim, até o momento, algumas percepções já podem ser

organizadas e apresentadas em espaços acadêmicos coletivos, de partilha e de troca de contribuições.

O objetivo primeiro deste artigo, portanto, não é publicar conclusões de um projeto de pesquisa já finalizado, mas dialogar numa dinâmica de compartilhamento de reflexões com outras pesquisadoras/es da temática, participando do debate social sobre os desafios candentes de nosso tempo - entre os quais é importante que a questão social, agrária e ambiental esteja presente - e divulgando dados e perspectivas críticas que possam ser interessantes também para outros estudos na área.

Entende-se que para o desenvolvimento de uma pesquisa social voltada para a compreensão do conteúdo dos fenômenos sociais e para a transformação da realidade social, numa perspectiva de emancipação humana, se faz necessária a utilização de categorias de análise como a história, a totalidade, a contradição e a perspectiva dialética, tal como encontramos na teoria social marxiana – ponto de partida nesta análise. Não menos importante, a partir da definição da matriz teórico-metodológica a ser utilizada, também emerge como elemento fundamental a apresentação das referências a serem utilizadas na revisão da literatura sobre o tema em investigação. Correlata à abordagem histórica, os autores e autoras utilizados, foram acionados para contemplar a necessidade de considerar as particularidades das formações sociais brasileira e latino-americana, no empreendimento da pesquisa social voltada à compreensão crítica das relações sociais na região.

Deste modo, resumimos que fazem parte da pesquisa em andamento a utilização da matriz teórico-metodológica da teoria social marxiana, bem como a incorporação crítica de autoras e autores do pensamento social latino-americano cujos trabalhos sejam relevantes para a compreensão da temática sob investigação, no caso, o tema da questão social, agrária e ambiental. Entre eles: Celso Furtado, Octavio Ianni, Florestan Fernandes, Vânia Bambirra, Heleieth Saffioti, Alba Carosio, Lélia González, entre outros. Serão citadas outras produções de outras regiões do mundo também se necessário.

Trata-se, então, de um pensamento social crítico latino-americano no qual necessariamente também estão presentes as produções intelectuais de mulheres latinoamericanas, sujeitas relevantes tanto dos estudos feministas quanto do conjunto das teorias sociais. Objetiva-se que até o final do trabalho tenha sido possível demonstrar que quando as mulheres em sua diversidade escrevem sobre sua realidade social, estão elaborando a partir de si mesmas, mas não apenas sobre si mesmas como se tratassem de contribuições “específicas” para as ciências sociais e humanas: elas estão construindo criativamente novas interpretações sobre diversos temas das ciências sociais e humanas em geral junto com o processo de evidenciar parte da realidade social que esteve invisibilizada.

Em síntese, ainda que de forma resumida, buscar-se-á, portanto, empreender um revisão da literatura sobre o tema na seção II “*Interpretando a questão social, agrária e ambiental no Brasil com o pensamento social crítico latino-americano*”, a partir da apresentação de dados científicos de fontes reconhecidas e oficiais que propiciem o delineamento da realidade concreta na qual as mulheres nos movimentos sociais estão inseridas. Na sequência, analisamos a luta social das mulheres dos movimentos sociais

camponeses e populares com a seção III “*A luta social feminista, camponesa e popular pelo fim do neoliberalismo e a práxis da educação popular e da agroecologia enfrentando as violências contra as mulheres*”, seguida pelas considerações finais do trabalho e a listagem de referências bibliográficas que possam ser úteis para posterior aprofundamento de algum aspecto que a leitora e o leitor considerem relevantes.

II. Interpretando a questão social, agrária e ambiental brasileira com o pensamento social crítico latino-americano

Dados científicos oficiais do Estado brasileiro, publicados pelo Programa Queimadas e pelo Censo Agropecuário 2017, confirmam a existência de um contexto social e agrário-ambiental adverso a partir do qual é importante tecer algumas considerações críticas.

Consoante o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)², em dados levantados pelo Programa Queimadas, houve um aumento intenso das queimadas nos biomas brasileiros ao longo do último ano, com maior gravidade no tocante à Amazônia, ao Cerrado e ao Pantanal. De 01 de janeiro de 2020 a 16 de novembro de 2020 foram identificados 4.886.446 focos de incêndio no total, sendo: 46,2 % na Amazônia (2.207.432 focos); 30,2 % no Cerrado (1.476.259 focos); 14,8 % no Pantanal (723.855 focos); 4,9 % na Mata Atlântica (237.049 focos); 4,6 % na Caatinga (223.681 focos) e 0,4 % no Pampa (18.152 focos) – e 18 focos na categoria de Não identificado. Durante o mesmo período, em 2019, os dados oficiais informam a ocorrência de 339.320 focos de incêndio no total.

O processo de avanço simultâneo das queimadas em todos estes biomas constitui um perigo real de irreversibilidade dos danos, ocasionando perdas da biodiversidade e degradações nas condições de vida dos povos que são ainda de proporções incalculáveis. Por exemplo, como o ciclo hidrológico das chuvas nestes biomas se relacionam com a troca de águas evaporadas entre uma região e outra, as queimadas na Amazônia prejudicam a precipitação das chuvas nos biomas Pantanal e Cerrado. Assim, pensando a partir da questão do acesso à água, podemos identificar que o problema alcança as áreas do campo e da floresta e concomitantemente as regiões urbanas onde também há impacto do aumento das fumaças e das dificuldades de abastecimento hídrico e alimentar.

Conforme divulgado pelo Instituto Sócio-Ambiental (ISA), em análise de Tasso Azevedo, no artigo “*O pior do fogo pode ainda estar por vir*”: estas queimadas não são dinâmicas naturais espontâneas, mas ensejadas pela ação humana, relacionadas às atividades de desmatamento³.

² INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). Disponível em: <http://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/portal>.

³ Tasso Azevedo afirma em sua análise que: “Ao cruzar os dados, observa-se uma enorme sobreposição entre as áreas de alertas de desmatamento e as áreas de focos de calor (fogo) detectados por satélite. O fogo de fumaça densa e alta é típico de queima de floresta. Não se trata de uma simples limpeza de pasto, em geral caracterizada por uma fumaça mais rala e rasteira. Os incêndios florestais dependem essencialmente de dois fatores: combustível e ignição. A floresta derrubada quando seca é o combustível, e a ignição em estação seca é quase sempre uma ação antrópica. Não é acidente. É parte da dinâmica do desmatamento em regiões tropicais. Primeiro, se põem abaixo as grandes árvores; depois passa o correntão para derrubar a vegetação mais baixa; e depois de algumas semanas secando, ateia-se fogo a fim de terminar o serviço. A floresta que queima agora foi derrubada em abril, maio e junho. O que veio abaixo em julho e agosto vai queimar em setembro e outubro. Como a área detectada de desmatamento cresceu muito em julho (278%) e agosto (118% até o dia 23), o pior do fogo ainda está por vir.”. Instituto Sócio-Ambiental

Nesta mesma linha de interpretação, foram realizadas, a partir de 30 de setembro deste ano, sete audiências públicas sobre o tema a partir da formação da Comissão Externa

Queimadas em Biomas Brasileiros (CEXQUEI)⁴, nas quais diferentes organizações apontaram que a relação entre queimadas e desmatamento, acompanhada pela falta de políticas de proteção sócio-ambiental por parte do Estado, tem beneficiado o modelo dos grandes conglomerados econômicos e financeiros ligados ao agronegócio e aos grandes projetos mineradores e hidrelétricos. As queimadas oriundas do desmatamento em grande escala são realizadas com uso de enormes maquinarias ligadas a estes setores do capital; não são efeitos das produções de pequena escala, são formas dos projetos do capital expandirem suas fronteiras agrícolas e mineradoras por sobre os territórios dos povos indígenas, quilombolas, camponeses, de áreas de assentamento de reforma agrária e de comunidades tradicionais.

Portanto, os sujeitos das produções sócio-ambientais sustentáveis, agroecológicas, camponesas e da agricultura familiar, resistem em seus territórios com suas práticas produtivas alternativas a este modelo destrutivo, simultaneamente, portanto, combatendo o avanço do capital, denunciando as violações de direitos e empreendendo luta social unitária por políticas sociais de desenvolvimento sustentável e de proteção social e ambiental.

Na reportagem “*Denúncia: território Kalunga sofre desmatamento criminoso em plena Semana do Meio Ambiente*”⁵, sobre o maior quilombo do Brasil, o território Kalunga, o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) aponta a relação simbiótica entre o agronegócio e as mineradoras nos processos de desmatamento, trazendo o depoimento de uma companheira militante do movimento social residente na região:

Mais de mil hectares de área no Complexo do Prata, região que fica localizada na Chapada dos Veadeiros (GO), sofreu um desmatamento criminoso na última semana, em que foi comemorado o Dia Mundial do Meio Ambiente. A ação foi possivelmente movida por interesses de mineradoras instaladas nessa região, sem qualquer autorização ambiental. Tratores e correntões passaram devastando parte do bioma, que estava completamente preservado até então. O arrendamento foi feito na Fazenda São Domingos, e realizaram o desmatamento na Fazenda Alagoas, de outro proprietário, sem qualquer licença ambiental para a ação. “As investidas das empresas de mineração na região, em vários casos, ocorrem de maneira silenciosa, quando a população toma ciência do assunto já houve processo de instalação, ou quando há algum tipo de agravamento, como danos ambientais e impactos

(ISA), 2020. *O pior do fogo ainda está por vir*. <https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blogdo-isa/o-pior-do-fogo-pode-ainda-estar-por-vir>. Acesso em: 14 de setembro de 2020.

⁴ Mais informações em: QUEIMADAS EM BIOMAS BRASILEIROS. <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/externas/queimadasem-biomas-brasileiros/apresentacoes-em-eventos> . Acesso em: 16 de novembro de 2020.

⁵ MOVIMENTO PELA SOBERANIA NACIONAL NA MINERAÇÃO (MAM), 2020. *Denúncia: território Kalunga sofre desmatamento criminoso em plena Semana do Meio Ambiente*. Disponível em: <http://mamnacional.org.br/2020/06/11/denuncia-territorio-kalunga-sofre-desmatamento-criminoso-em-plena-semana-do-meio-ambiente/> . Acesso em: 14 de setembro de 2020.

socioculturais”, explica Ana Lêda, da coordenação nacional do MAM, que é moradora da região. Segundo matéria do G1, as equipes da Secretaria de Meio Ambiente do Goiás e da Polícia apreenderam cerca de 300 toneladas de calcário, utilizado na correção de solo para possibilitar a exploração agrícola. A matéria, inclusive, também aponta envolvimento de mineradoras na compra e venda da fazenda – sem identificar ao certo, qual interesse econômico teve protagonismo no desmatamento. (MAM, 2020)

As consequências sócio-ambientais desta ofensiva do capital e suas expressões nas áreas do campo e da floresta, com impactos enormes também nas áreas urbanas, não

são processos isolados no problema das queimadas, puderam também ser amplamente constatados por toda a sociedade nos crimes ocorridos em Brumadinho e em Mariana, na bacia do Rio Doce, no estado de Minas Gerais, nas ocasiões dos rompimentos por falta de investimentos em manutenção e vistoria das barragens de rejeitos minerários da Samarco/Vale/BHP Billinton. São cinco anos de impunidade, corajosamente denunciadas pelas atingidas e atingidos por barragens organizadas no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) em “*Crime em Mariana: 5 anos se reproduzindo*”⁶.

As consequências da atual ofensiva do capital comprometem comunidades e ecossistemas inteiros e são, portanto, não apenas um atentado à biodiversidade, mas concomitantemente uma eliminação da diversidade do patrimônio cultural humano que deve ser preservado pelo Estado brasileiro e por toda comunidade internacional. O que tem ocorrido é o extermínio, a destruição das condições de sobrevivência humana e a contínua violação da auto-determinação dos povos nos territórios de diferentes comunidades indígenas, quilombolas, camponesas e tradicionais sob a inércia do Estado, beneficiando os setores hidrelétricos, do agronegócio e da mineração. São processos de expropriação dos povos para fins de extração de matérias-primas a custo praticamente nulo e com subsídios públicos, grilagem de terras, exportação de bens primários e especulação fundiária à serviço do mercado financeiro internacional.

A expropriação dos povos, portanto, terá dois desdobramentos marcantes: o aumento da concentração da terra, então privatizada sob o domínio dos grandes conglomerados econômicos e fundos de investimentos e o aumento da violência e criminalização dos movimentos sociais populares e de direitos humanos no campo, nas florestas e nas periferias – este último aspecto atuando tanto como um meio de expulsão dos territórios coletivos cobiçados pelo capital quanto como uma forma de destruição das condições de resistência e luta social que faça o contraponto, na sociedade e perante o Estado, do projeto de morte hegemônico.

Fontes oficiais confirmam a concentração fundiária no Brasil, após a publicação dos dados parciais e definitivos do último Censo Agropecuário 2017, elaborado pelo Instituto Nacional de Geografia e Estatística (IBGE)⁷. Averigua-se um padrão histórico de desigualdade da distribuição da posse da terra em que mais da metade dos imóveis são dos dois menores estratos entre as pequenas propriedades, que convivem com a existência

⁶ MOREIRA, Gilvander. MOVIMENTOS DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS, 2020. *Crime em Mariana: 5 anos se reproduzindo*. Disponível em: <https://mab.org.br/2020/11/04/artigo-crime-emmariana-5-anos-se-reproduzindo/>. Acesso em: 16 de novembro de 2020.

⁷ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Agro 2017 – Resultados Definitivos – Estabelecimentos. Disponível em: https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/estabelecimentos.pdf. Acesso em: 03 de novembro de 2020.

dos latifúndios: 50,2% dos imóveis correspondem aos grupos de área de menor tamanho em hectare, sendo que 12% são imóveis com menos de 1 ha e 38,2% dos imóveis são de 1 ha a 10 ha. Utilizando-se o trabalho “*A distribuição da posse da terra no Brasil com dados preliminares para 2017*”, de Rodolfo Hoffmann, vemos que o professor da Universidade de São Paulo (USP), analisando com maior profundidade o banco de dados preliminares do Censo Agropecuário 2017⁸, calculou que o índice de Gini⁹ da propriedade da terra no Brasil passou de 0,858, no Censo Agropecuário 2006, para 0,864, no Censo Agropecuário 2017. Acerca destes dados o autor infere que:

Considerando o Brasil como um todo, mostramos, com base nos dados dos Censos Agropecuários de 1975, 1980, 1985, 1995/96, 2006 e 2017, que não há, nesse período tendência crescente ou decrescente para os valores das áreas média e mediana. As medidas de desigualdade também se revelam bastante estáveis, mas há ligeiro aumento da desigualdade da distribuição da posse da terra no país de 2006 para 2017. (HOFFMANN, 2019, p. 14)

Denominar a conjuntura como um contexto de retrocesso civilizatório não constitui um exagero, uma vez que normativas fundamentais da ordem constitucional do país não estão sendo asseguradas pelo Estado, tal como a função social da propriedade da terra, a criação de assentamentos rurais de reforma agrária e a demarcação e garantia dos territórios dos povos indígenas e quilombolas.

Assim, a organização política das mulheres do campo e da floresta em muitos movimentos sociais populares se dá a partir da tomada de consciência deste antagonismo de projetos sociais, oriundo do antagonismo de classes sociais na sociabilidade capitalista. Esta consciência das dimensões históricas e estruturais dos problemas sociais se desdobra na luta social e política destes movimentos sociais que, além de suas ações específicas também atuam em articulações unitárias para fomento de força social, como nos espaços de unidade nacional e internacional da Via Campesina e da Coordenação LatinoAmericana de Organizações do Campo, além das frentes unitárias nacionais como a Frente Brasil Popular e a Frente Povo Sem Medo. Um exemplo deste elemento pode ser auferido na seguinte passagem escrita por Francisca Rodriguez no Caderno de Documentos Preparatórios para a IV Conferência Internacional da Via Campesina que ocorreu no Brasil, em 2004:

Estamos em grande medida conscientes de que o atual processo de globalização traz graves ameaças: o campo, o meio ambiente, a produção e as culturas estão ameaçados de desaparecer, para dar lugar à universalização de centros de produção em massa de transgênicos, longe da sustentabilidade e da preservação do meio ambiente. Este processo impõe às mulheres padrões de vida que, pela discriminação de gênero que ainda se mantém, colocam-nas fora de jogo como produtoras com acesso à terra, processadoras de alimentos, como sujeitos com direitos, enfim, como pessoas, enquanto que as novas definições destes afazeres são determinadas pelo mercado e não pelas pessoas do campo. A emigração relacionada com o empobrecimento e a violência social e

⁸ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). CENSO AGROPECUÁRIO 2017. Resultados Definitivos. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censoagropecuario/censo-agropecuario-2017> Acesso em: 14 de setembro de 2020.

⁹ Índice de Gini: importante indicador de desigualdade calculado para medir desigualdade de renda e de posse da terra. Variando de 0 a 1, quanto mais próximo de 1, maior é a desigualdade.

de gênero no campo, os deslocamentos de pessoas, as expulsões de terras produtivas, conspiram contra a manutenção das comunidades camponesas e suas alternativas de desenvolvimento sustentável e colocam as mulheres em situações de maior discriminação nos países receptores de imigrantes ou nas áreas urbanas. (...) Apesar destes processos de exclusão, destacamos o grande avanço e fortalecimento das nossas organizações próprias de mulheres assim como o maior protagonismo dado nas organizações mistas. Os processos de auto-organização e de auto-empoderamento que as mulheres estão construindo constituem a nova fonte que alentará nossa luta pela reforma agrária. (RODRIGUEZ, 2004, p. 33-34)

Portanto, a leitura de Francisca Rodriguez permanece fortemente atual. O contexto social dos dias de hoje, identificado a partir de pesquisas recentes desenvolvidas por organismos sociais amplamente reconhecidos como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) é de retrocesso profundo dos direitos e das políticas sociais e de desenvolvimento. Estes organismos trazem dados que denunciam o aumento da violência no campo e nas florestas, a expansão da criminalização dos movimentos sociais e das defensoras/es de direitos humanos e o crescimento do extermínio dos povos indígenas, dos povos quilombolas e das comunidades tradicionais. De acordo com as publicações anuais da CPT, *Conflitos no Campo Brasil*, comparando os dados divulgados referentes aos anos de 2018 e 2019, aumentaram o número de conflitos e de assassinatos. Em 2018, no Brasil, foram registrados 1.489 conflitos no campo no total, sendo: 1.124 conflitos por terra, 89 conflitos trabalhistas e 276 conflitos pela água; com um total de 28 assassinatos. Em 2019, demonstrando o preocupante aumento citado, averiguou-se que, no Brasil, houve 1.833 conflitos no campo no total, dentre eles: 1.254 conflitos por terra, 90 conflitos trabalhistas e 489 conflitos por água; com 32 assassinatos no total.

O Conselho Indigenista Missionário (CIMI), na importante publicação “*Congresso Anti-Indígena*”, traz um artigo escrito por Cléber Buzatto intitulado “*Ruralistas no poder: agressões e desafios aos povos indígenas*”, em que o autor identifica que o aumento da violência contra os povos indígenas no campo está relacionado a pelo menos dois fatores: a criminalização das lideranças indígenas e de seus aliados e, a incitação ao ódio contra os povos indígenas por meio de discursos e ações coordenadas pela bancada ruralista. Afirmam que:

Na tentativa de frear a mobilização dos povos em defesa de seus direitos, os ruralistas investiram pesadamente no processo de criminalização de lideranças indígenas e aliados destes junto à sociedade brasileira. Para tanto, dentre outras iniciativas, fizeram uso de duas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) da Funai/Incra como arma principal. Na CPI da Funai/Incra, mais de uma centena de representantes destes segmentos sociais foram vítimas de indiciamento, oito deles membros do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) em relatório oficial destas CPIs aprovado pelos ruralistas e encaminhado para a Polícia Federal em estados como o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Bahia. A incitação ao ódio, à violência e ao preconceito contra os povos indígenas tem sido uma constante em discursos e ações coordenadas por membros da bancada ruralista. A audiência pública organizada pela Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados e realizada em novembro de 2013, no município de Vicente Dutra, no interior do estado do Rio Grande do Sul e o “Leilão da Resistência” realizado em Campo Grande, no estado do Mato Grosso

do Sul, em dezembro de 2013, com o objetivo de arrecadar recursos para financiar milícias privadas contra os povos indígenas são dois casos, dentre outros, extremamente graves neste sentido. (BUZATTO, 2018, p. 45-46)

Infere-se que a violação dos direitos humanos nos territórios dos povos do campo e da floresta é expressão da relação entre vidas humanas ameaçadas e territórios ameaçados, corpo-território articulado perante o capital e a captura do Estado. Nota-se que na denúncia do CIMI, existe o desmantelamento das autarquias federais competentes no tema no âmbito executivo, como o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Fundação Nacional “do Índio” (FUNAI). Além disso, no âmbito legislativo uma série de projetos de leis e medidas provisórias conservadoras se juntam nas ações das bancadas ruralistas. No âmbito jurídico há a ofensiva da criminalização da pobreza e dos movimentos sociais populares de luta social. Ademais, acrescenta-se que a esfera do poder judiciário denota também as contradições sociais: o Supremo Tribunal Federal é onde se movem Ações Diretas de Inconstitucionalidade contra as leis conservadoras oriundas do Congresso Nacional e onde se desenrolam batalhas como o enfrentamento da tese do Marco Temporal (que quer condicionar a demarcação das terras indígenas à comprovação de posse física das mesmas no dia de promulgação da Constituição Federal de 1988, colocando em risco até mesmo os territórios já demarcados).

Nesta perspectiva, este trabalho analisa de forma conjunta a questão social, agrária e ambiental dos tempos hodiernos.

Em Octavio Ianni, a questão social já aparece no Brasil em meio às relações sociais de escravidão. Ainda que muitos pesquisadores sociais pensem que isto não seria possível porque a questão social existiria somente no capitalismo, a perspectiva histórica aponta que: o colonialismo e a escravidão no continente americano constituíram mecanismos de acumulação primitiva para o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas a nível mundial – situando tais forças produtivas, em primeiro lugar, a partir da economia da Inglaterra e, depois sob domínio político também de outros países europeus que se industrializaram. As opressões raciais, étnicas e sexistas mediaram as relações sociais de exploração da força de trabalho humana a nível global, o que possibilitou a emergência histórica do capitalismo como modo de produção geral e, portanto, também propiciou a forma “clássica” da questão social nos países europeus, invisibilizando as relações entre capitalismo, patriarcado e racismo e entre a modernidade e a colonialidade.

Ou seja, quando se fala de escravidão no Brasil não se está reportando a um modo de produção escravista relacionado à antiguidade histórica, mas a relações sociais de escravidão na dinâmica social capitalista da modernidade, pois, modernidade e colonialidade são duas faces da mesma moeda que se expressam de forma distinta conforme diferenças entre territórios e dinâmicas sociais. O autor afirma em “*A ideia de Brasil moderno*” que:

É claro que durante a vigência do regime de trabalho escravo havia uma questão social. O escravo era expropriado no produto do seu trabalho e na sua pessoa. Nem sequer podia dispor de si. Era propriedade do outro, do senhor, que podia dispor dele como quisesse, declará-lo livre ou açoitá-lo até a morte. A contrapartida na perspectiva do escravo, era o suicídio, a tocaia contra o senhor, membros da família deste e capatazes, rebelião na senzala, fuga, formação de quilombo, saque, expropriação. Não havia dúvidas sobre a situação relativa de um e outro, escravo e senhor, negro e branco. Não se abria nenhuma possibilidade de

negociação. A questão social estava posta de modo aberto, transparente. (IANNI, 1996, p. 88)

Uma outra referência fundamental para esta abordagem é Celso Furtado que possui entre suas obras o livro *“A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos”*, cuja terceira parte se inicia com o seguinte capítulo:

“Características das estruturas agrárias”. Ali se encontram passagens pertinentes para nossa reflexão, apontando as relações entre as estruturas agrárias dos países do continente com as formas de organização e de controle social oriundas do passado colonial:

As estruturas agrárias são, na América Latina, não apenas um elemento do sistema de produção, mas também dado básico de toda a organização social. (FURTADO, 1976, p. 79)

O tipo de estrutura agrária que prevaleceu na América Latina desde a época colonial, e que constitui a moldura do facies social da região, caracteriza-se, conforme já indicamos, pelos binômios latifúndio-comunidade indígena e latifúndio-minifúndio. (...) O regime latifundiário tem sua origem no fato de que as terras foram inicialmente doadas em grandes quantidades a um número limitado de pessoas, as quais passaram a controlar, limitar e penalizar o acesso às mesmas. Esse controle se exercia tanto mais facilmente quanto as melhores terras eram aquelas que se beneficiavam de economias externas proporcionadas por investimentos infra-estruturais realizados pelo Governo. Os indivíduos que não dispusessem de recursos financeiros para adquirir terras e não desejassem trabalhar nos latifúndios, ou nestes não encontrassem trabalho, tinham que instalar-se em terras de inferior qualidade ou de localização economicamente desvantajosa, transformando-se necessariamente, em minifundistas. Se os elementos essenciais do quadro institucional são parte da herança colonial, foi no século XIX que teve lugar a apropriação de grande parte das terras latino-americanas e sua transformação em grandes domínios” (FURTADO, 1976, p. 81)

A desigualdade de acesso a terra e sua utilização para o controle social afeta as condições de produção de alimentos saudáveis que garantem a segurança alimentar e nutricional da população e o abastecimento alimentar do campo e da cidade. A questão da fome, portanto, é um elemento atrelado tanto à questão social como à questão agrária e ambiental e isto tampouco passou despercebido na obra de Celso Furtado em discussão. entende-se que:

O controle do uso da terra constitui, em muitas partes da América Latina, uma técnica social utilizada por uma minoria para impor uma rígida disciplina de trabalho a populações que vivem em condições de extrema miséria. É frequente encontrar comunidades rurais cujos membros absorvem, em média, 1500 ou mesmo 1200 calorias diárias, o que significa que uma parte da população deve se privar do estritamente essencial para que a outra esteja em condições de cumprir os horários de trabalho. Ainda assim se extrai dessas comunidades, de uma ou outra forma, um excedente que varia entre um quarto e/ou terço do que ela produz. (FURTADO, 1976, p. 83)

Esta reflexão se torna ainda mais atual com o aumento da população brasileira em estado de insegurança alimentar¹⁰ e a possibilidade de que o Brasil retorne ao Mapa da

¹⁰ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). The state of food security and nutrition in the world. Disponível em: http://www.fao.org/3/ca9692en/online/ca9692en.html#chapter-1_1 . Acesso em: 07 de novembro de 2020.

Fome, da Organização das Nações Unidas (ONU). Trata-se de um contexto relacionado com a expansão da crise sanitária no novo coronavírus, mas também à crise econômica do capital que gera aumento do desemprego e à crise político-social do atual governo federal de perfil conservador que desmonta as políticas sociais e de desenvolvimento do campo. Nota-se, portanto, o desmonte ampliado das políticas concernentes ao universo do campo e das florestas de modo geral, estando sob retrocesso: as políticas da agricultura familiar e de agroecologia, as políticas de seguridade social em interface com o campo, as políticas de segurança alimentar e nutricional, os regimes constitucionais de políticas fundiárias para o desenvolvimento sustentável e a soberania nacional, bem como para a plena cidadania no campo e na cidade e a soberania alimentar dos povos.

No artigo “*O agronegócio e a política brasileira*”, escrito pelo professor Guilherme Delgado, o autor denomina como “erosão dos regimes fundiários” o contexto de desconstrução dos regimes fundiários constitucionais na esfera legislativa, citando a Lei nº. 13.178/2015 sobre “legalização de registros cartoriais em toda zona de fronteira” e a Lei nº. 13.465/2017 sobre legalização de grilagens na Amazônia Legal e sobre privatização dos assentamentos de reforma agrária. A estas duas leis sobre as quais Guilherme Delgado escreveu em 2018, ainda poderíamos hoje acrescentar também a Medida Provisória 910/ 2019 (conhecida como a “*MP da grilagem*” e transformada no Projeto de Lei 2633) que, sob a falsa justificativa de ajudar os pequenos agricultores, na verdade, buscava novamente institucionalizar um caminho de regularização da grilagem

de terras da União, cometidas até 2018 pelas médias propriedades rurais de até 15 módulos fiscais. O professor Guilherme Delgado, revelando o conteúdo do agronegócio e suas práticas no âmbito do poder legislativo, nos explica que:

A erosão e desconstrução dos regimes fundiários constitucionais se dá de diferentes formas. As mais insidiosas e malignas são as macro operações de grilagem de terras públicas (indígena, quilombola, de parques e reservas, de terras produtivas, mas que não cumprem a função social, de “terras devolutas”, “de fronteira”, “de marinha” etc). São erosões que se dão ao abrigo de leis aprovadas pelo Congresso, notoriamente inconstitucionais. (...) Estas ações de macro grilagem pretensamente legalizadas, são precedidas pelo trabalho sujo de “limpeza” das áreas griladas com recurso sistemático `violência privada ou policial. Não são atos isolados dos porões do sistema do agronegócio, mas partes e peças de sua estratégia de acumulação fundiária e de captura de renda e riqueza, para o que a participação no “pacto do poder” dos proprietários de terra é essencial. (DELGADO, 2018, p. 60)

A vida e o bem-estar social da população não tem sido a prioridade do governo federal que, portanto, tem sido denunciado como um governo da morte. O objetivo do atual governo tem sido fortalecer os grandes conglomerados econômicos e dinamizar o mercado de terras com a regularização da grilagem de terras públicas. Trata-se de um contexto de avanço acelerado dos projetos do capital nos territórios, por meio de diferentes formas que possibilitam a captura da terra e dos bens comuns da natureza pela lógica do poder privado, de forma que o extermínio dos povos e a degradação da diversidade de formas de vida no campo e na floresta fazem parte desta mesma ofensiva. Ademais, o aumento da violência no campo, dos assassinatos, ameaças e criminalização fazem parte de um conjunto de práticas de expulsão dos sujeitos dos territórios desejados para o avanço das fronteiras do capital.

Consoante Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos, que desenvolveram importantes elaborações teóricas no âmbito das teorias da dependência e dos estudos sobre o imperialismo, identifica-se no Estado latino-americano uma tendência autoritária e de militarização, acompanhada de um processo denominado como “fascistização” das relações sociais nos momentos em que as elites identificam a necessidade de defesa do sistema capitalista contra o perigo de subversões. Os autores escrevem em *“Brasil: nacionalismo, populismo e ditadura”*, publicado no livro organizado por Pablo Casanova *“América Latina: história de medio siglo”*, que:

En primer lugar, destacamos su aspecto más general que reside em la necesidad de defender desesperadamente el sistema capitalista contra la “subversión del orden” por parte de las clases dominadas. (...) De allí proviene también su segundo aspecto: la necesidad de reprimir sistemática e implacablemente al movimiento popular (...). La represión se hace inescrupulosa, sin dejar-se intimidar por veleidades democráticas. (...) Desaparece el concepto de ciudadanía y de la sociedad civil separada del estado. (...) De su carácter esencialmente represivo proviene el corolario necesario: la militarización de la vida social em su conjunto, es decir, la implantación de una fuerte disciplina tanto em las actividades productivas como em la vida política para imposibilitar la rebeldía de los trabajadores, y también em los más diversos tipos de actividades culturales y hasta em la vida familiar. (...) Por esto la política fascista se preocupa muy particularmente con la formación, de acuerdo con sus principios, de las nuevas generaciones. La militarización de la enseñanza es um fenómeno típico del fascismo. (BAMBIRRA; SANTOS, 1977, p. 161-162)

Estas reflexões permanecem atuais uma vez que identificam e problematizam o autoritarismo como traço constitutivo das formações sociais brasileira e latino-americana. Nossas sociedade foram construídas em processos de colonialismo dos povos e seus territórios, com extermínio e escravidão dos seres humanos racializados como não-brancos, indígenas e negros. As mulheres racializadas, neste contexto, são as que sofreram uma dominação ainda mais profunda. Aníbal Quijano (2005) usa o conceito de “colonialidade” para expressar a continuidade de traços culturais coloniais nos dias de hoje, como é o caso do racismo. Em sua dimensão estrutural o racismo foi uma construção intelectual formulada e amplamente difundida para justificar a expropriação dos territórios e povos colonizados e, portanto, está profundamente enraizado na formação social nacional e latino-americana. Somente por meio da compreensão do racismo e do combate ao mesmo é possível entender adequadamente a questão social e a questão agrária e ambiental a fim de superar as desigualdades de renda e de acesso a terra e ao território. Maria Lugones (2014) no âmbito dos estudos sobre a colonialidade, empreendeu uma crítica feminista à obra de Aníbal Quijano devido a não problematização do autor acerca da situação das mulheres na colonialidade. A fim de visibilizar e denunciar as violações de direitos no cotidiano social das mulheres indígenas e negras, Lugones trabalha com o conceito de “colonialidade de gênero”. Ela afirma que:

Podemos ver que el alcance de la colonialidad del género em el análisis de Quijano es demasiado limitado. Para definir el alcance del género, Quijano asume la mayor parte de lo prescripto por los términos del lado visible/claro hegemónico del sistema de género colonial/moderno. He tomado un camino que me ha llevado afuera del modelo de Quijano de la colonialidad del género para revelar lo que el modelo oculta, o que no nos permite considerar, em el alcance mismo del sistema de género del capitalismo global eurocentrado. Por esto, a pesar de que creo que

la colonialidad del género, como Quijano cuidadosamente la describe, nos muestra aspectos muy importantes de la intersección de raza y género, el marco afirma el borrar y excluir a las mujeres colonizadas de la mayoría de la áreas de la vida social en vez de ponerla al descubierto. (LUGONES, 2014, p. 29)

Em período anterior a publicação dos estudos das teorias da colonialidade, no âmbito das contribuições do pensamento social brasileiro para o pensamento crítico latino-americano, Florestan Fernandes e Heleieth Iara B. Saffioti já apontavam estas relações. Florestan Fernandes (que foi orientador de Heleieth Iara B. Saffioti durante o doutorado da mesma) estudou as relações raciais, a colonização e a formação do capitalismo dependente na região. Heleieth Iara B. Saffioti, por sua vez, elaborou sobre a simbiose capitalismo-patriarcado-racismo como um sistema de dominação articulado e capaz de promover desigualdades de gênero e raça/etnia para formação de uma classe trabalhadora ainda mais oprimida para fins de exploração de sua força trabalho. Em “*Capitalismo dependente e classes sociais n América Latina*”, Florestan Fernandes explica o dilema latino-americano no âmbito do conceito de “capitalismo dependente” e afirma que:

Nos países latino-americanos, entretanto, não possuímos uma democracia real. (...) Não há, simplesmente, compatibilidade entre a “crença na democracia” e o “respeito pelos direitos humanos básicos”, e as consequências da política hegemônica dos Estados Unidos na América Latina. Essa política (ou ausência de política) está introduzindo, de forma crescente, (...) o crescimento da pobreza, e intensificando a expropriação ou a devastação de recursos economicos (...), ajudando a revitalização, sob condições modernas, de estruturas de poder ou de privilégios arcaicos e anti-sociais, pois somente as ditaduras militares ou os regimes autoritários dissimulados conseguem assegurar os alvos visados, de incorporação dos países latinoamericanos ao espaço econômico e sociocultural dos Estados Unidos. (...) Os setores sociais que possuem o controle das sociedades latinoamericanas são tão interessados e responsáveis por esta situação quanto os grupos externos, que dela tiram proveito. Dependência e subdesenvolvimento são um bom negócio para estes dois lados. (FERNANDES, 1975, p. 25-26)

Isso nos faz voltar ao âmago da problemática latino-americana. A modernização autônoma requer uma transformação preliminar de natureza política. Diferentes grupos e classes sociais precisam fazer um esforço intenso para romper com estados mentais, modos de ver e de agir, valores consagrados e organizações institucionalizadas que mantêm um colonialismo invisível dentro de uma situação de dependência de alta visibilidade. (FERNANDES, 1975, p. 151) Em obras escritas por Heleieth Iara B. Saffioti, a sociabilidade capitalista é explicada como uma totalidade dialética na qual se imbricam o patriarcado, o racismo e o capitalismo, que atuam então como mecanismos coadjuvantes desta totalidade. Trata-se do que a autora conceitua como “sistema de dominação-exploração patriarcado-racismocapitalismo”:

Desta sorte, não foi o capitalismo, sistema de dominação-exploração muitíssimo mais jovem que os outros dois, que “inventou” o patriarcado e o racismo. [...] Na realidade concreta, eles são inseparáveis, pois se transformaram, através deste processo simbiótico, em um único sistema de dominação-exploração, aqui denominado patriarcado-racismocapitalismo. (SAFFIOTI, 1987, p. 60)

As classes dominantes usufruem da simbiose dos três sistemas de dominação-exploração [...]. (SAFFIOTI, 1987, p. 64)

Mereceria um estudo teórico mais aprofundado à parte esta importante referência que é toda a obra de Heleieth Iara B. Saffioti. Infelizmente no limite de páginas deste artigo, isto não será possível de empreender no momento. Porém, é fundamental deixar claro que o sistema de dominação-exploração da simbiose patriarcado-racismocapitalismo, identificado por Saffioti, cria relações imbricadas de opressão, discriminação e hierarquização social que atendem aos interesses de privilégios de classe, raça/etnia, gênero/ sexo e sexualidade dos setores sociais dominantes. Isto ocorre porque a dinâmica social de opressões, com discriminações e hierarquizações entre os grupos sociais, operam como válvulas de escape da ordem social competitiva capitalista, ou seja, servem para a desumanização que desvaloriza as forças de trabalho dos grupos constrangidos à desigualdade, criando superexploração. Saffioti afirma que:

Um modo de produção, como fenômeno histórico que é, não surge inteiramente acabado. Em cada uma de suas concreções singulares, o tempo exigido para sua plena realização varia em função de numerosos fatores socioculturais específicos de cada sociedade. Podem-se observar, entretanto, certas invariâncias no que tange à absorção retardada e nunca plenamente realizada de determinados contingentes populacionais pelas relações de produção típicas das sociedades capitalistas. A condição de homem livre do trabalhador nas sociedades competitivas, requisito essencial para a realização histórica do modo capitalista de produção, não se efetiva, imediatamente, para todos os membros da sociedade. (...) Fatores de ordem natural, tais como sexo e etnia, operam como válvulas de escape no sentido de um alívio simulado de tensões sociais geradas pelo modo capitalista de produção; e no sentido, ainda, de desviar da estrutura de classes a atenção dos membros da sociedade, centrando-a nas características físicas que, involuntariamente, certas categorias sociais possuem. (...) é, como se a liberdade formal não se tornasse concreta e palpável em virtude das desvantagens maiores ou menores com que cada um joga no processo de luta pela existência. (...) uma visão globalizadora da sociedade de classes não poderá deixar de percebê-las como mecanismos coadjuvantes da realização histórica do sistema capitalista de produção. (SAFFIOTI, 2013, p. 58-59)

O Estado brasileiro tem apoiado grandes projetos de violação de direitos e simultaneamente tem sido ausente na proteção das pessoas em situação de pobreza e

desigualdade que sofrem estas violações. Se torna cada vez mais evidente que a luta social em defesa dos direitos humanos dos povos do campo e das florestas anda junto com a luta social em defesa dos territórios destes povos, onde o corpo-território é a expressão de vidas humanas de mãos dadas. São resistências plurais ao avanço das fronteiras do capital e empreendendo, na sua diversidade, lutas sociais. Faz parte destas lutas sociais as práxis feministas e populares, das mulheres dos movimentos sociais populares que, numa perspectiva da unidade do campo e da cidade, visam superar o atual contexto de retrocessos nas políticas sociais e de desenvolvimento no país.

III. A luta social feminista, camponesa e popular pelo fim do neoliberalismo e a práxis da educação popular e da agroecologia enfrentando as violências contra as mulheres

Enquanto mulher latino-americana, militante de um movimento social do campo e pesquisadora social, foi possível identificar a possibilidade de contribuir para a superação da invisibilização da diversidade nos espaços políticos e também nos espaços acadêmicos de produção de conhecimento científico. Neste processo, elementos silenciados das

relações sociais se tornam objeto de análise crítica. Assim, desponta esta discussão sobre a práxis educativa e agroecológica no enfrentamento das violências contra as mulheres. Partindo das elaborações de mulheres dos movimentos sociais que abordam o assunto, trazemos a partir do caderno de educação popular “As camponesas e camponeses da Via Campesina dizem: Basta de violência contra as mulheres”, de A Via Campesina, que:

A violência contra as mulheres é um fenômeno mundial e perpassa todas as classes sociais, gerações, orientações sexuais e se dá tanto com mulheres que vivem nas cidades como com as que vivem no campo. Ela se evidencia em dados formais, informais, em relatos de vida, confidências, denúncias e reivindicações dos movimentos e organizações de mulheres e mistos do campo. Essa violência não pode mais ser silenciada! Sabemos que este silenciamento e a consequente ausência de dados e informações compartilham o silêncio e a invisibilidade da dor sofrida em situações de abuso e violação de direitos pelas mulheres em todo o mundo. Esta engrenagem social se evidencia nas múltiplas expressões culturais que hegemonizam a dominação do universo simbólico patriarcal e capitalista no atual contexto histórico. (A VIA CAMPESINA, 2012, p. 5)

As ferramentas coletivas de educação popular com a qual trabalhamos em nossas atividades de comunicação, organização, formação e luta social, são então, neste trabalho, acionadas como verdadeiras fontes não-acadêmicas para a compreensão da práxis agroecológica das mulheres nos movimentos sociais do campo voltada à superação das violências contra as mulheres - incluindo as violações de direitos que advém do avanço das fronteiras do capital por sobre os territórios das comunidades e povos camponeses, indígenas, quilombolas e sem-terras.

A construção do Feminismo Camponês Popular, por exemplo, com o qual muitas mulheres nos movimento sociais da Via Campesina na América Latina se identificam, é uma práxis coletiva empreendida nos espaços dos movimentos sociais, nos quais junto com todas as companheiras de militância buscamos construir saídas políticas e sociais para superação da sociabilidade capitalista neoliberal. Juntas, nós mulheres nos movimentos sociais participamos politicamente como sujeitas de organização popular, de formação política e de luta social, sendo formuladoras em-si-e-para-si de nossos feminismos, contadoras de nossas histórias de vida. No caderno “*Feminismo Camponês e Popular*”, o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) afirma que:

É no capitalismo que a dominação violenta se transforma em exploração e apropriação da vida e do corpo das mulheres de forma mais ampla. Pois o capitalismo como um sistema que vive da exploração do trabalho de homens e mulheres livres, ou seja, não mais escravos, precisava que parte do seu exército industrial de reserva, ficasse com o dever de realizar o trabalho considerado reprodutivo (cozinhar, lavar roupa, cuidar das crianças e idosos, etc), como um “dever natural” e que seria realizado “por amor”. Nesse momento, o capitalismo e o patriarcado estabelecem uma aliança em nome do lucro e do fortalecimento do poder do homem na sociedade. Não podemos esquecer o outro pé desse sistema que também se sustenta na exploração do trabalho e na violência, que é o racismo. O racismo atribui aos brancos a superioridade em relação às diversas outras etnias/raças, principalmente negros e indígenas, atribuindo a essas pessoas, características negativas e depreciativas que servem para justificar a

exploração do seu trabalho e a dominação de um povo sobre outro. (MMC, 2018, p. 19)

Portanto, a primeira afirmação deste trabalho é que: não é nenhum tipo de formulação acadêmica do que o feminismo popular e o feminismo camponês popular seja, no sentido de que os mesmos pudessem ser apreendidos numa poucas páginas escritas e lidas. O que se chama aqui de “feminismo popular no pensamento social latinoamericano” é trazer elaborações das mulheres dos movimentos sociais para pensar novos temas neste leito histórico, como, no caso, o papel das relações sociais agroecológicas para enfrentamento das violências contras as mulheres e as violações de direitos que advém do avanço capitalista neoliberal. Trata-se de “levar esta mensagem às mulheres de tofdo o mundo”, como explicado no documento político “*Declaración de las Mujeres por la Soberanía Alimentaria – Nyeleni 2007*”, em que La Via Campesina afirma:

Nosotras, mujeres provenientes de más de 86 países, de múltiples pueblos autóctonos, de África, de América, de Europa, de Asia, de Oceanía y de distintos sectores y movimientos sociales, nos hemos reunido em Selingué (Mali) em el marco de Nyelene 2007 para participar de la construcción de um nuevo derecho: el derecho a la soberanía alimentaria. Reafirmamos nuestra voluntad de intervenir para cambiar el mundo capitalista y patriarcal que prioriza los intereses del mercado antes que el derecho de las personas. Las mujeres, creadoras históricas de conocimientos en agricultura y en alimentación, que continúan produciendo hasta el 80% de los alimentos em los países más pobres y que actualmente son las principales guardianas de la biodiversidad y de las semillas de cultivo, son las más afectadas por las políticas neoliberales y sexistas.(...) Estamos movilizadas. Lucamos por el acceso a la tierra, a los territorios, al agua y a las semillas. (...) Llevaremos este mensaje a las mujeres de todo el mundo. (LA VIA CAMPESINA, 2009) p. 185-186)

Feminismos plurais como os feminismos decoloniais, os ecofeminismos, o feminismo negro, o feminismo comunitário das mulheres indígenas da Bolívia, entre outros, têm sido fontes inspiradoras para repensar os enigmas latino-americanos num processo de incorporação crítica. Assim, as mulheres nos movimentos sociais populares que trabalham com a perspectiva feminista e com a educação popular e agroecológica possuem também elaborações interessantes que podem ser acionadas.

Para somar no estudo e na construção coletiva destes feminismos das mulheres dos movimentos sociais é importante a participação política nos processos de organização, formação e luta social. Ou seja, aqui fica o convite à organização popular a quem tenha interesse em conhecer mais e em participar desta cirandas de mulheres semeando força social anti-patriarcal, anti-racista, anti-capitalista, anti-imperialista, anticolonial, em suma, a favor da plena cidadania e contra todas as formas de discriminação, opressão e exploração.

Trazendo junto ao pensamento social latino-americano novas elaborações das mulheres latino-americanas, no momento de refletir sobre o tema da questão social, agrária e ambiental, fica evidente a contribuição da produção agroecológica como uma chave de transformação social. A produção agroecológica de alimentos saudáveis gera renda para as mulheres camponesas, sem-terra, pequenas produtoras familiares, entre outras sujeitas do campo e da floresta. No caderno de educação popular “Mulheres camponesas construindo autonomia através da produção de alimentos saudáveis”, o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) explica que:

A face mais concreta da resistência das mulheres – mas talvez a menos visível como tal, acontece na esfera do cotidiano. É na labuta diária em pequenas propriedades que o princípio agroecológico da diversidade da produção ganha vida nas mãos de mulheres que, com suas práticas, demonstram que sabem o que é melhor não só para elas e suas famílias, mas para as comunidades em que vivem. No Nordeste, assim como em outras regiões do país, as mulheres camponesas são as principais guardiãs das sementes crioulas e dos conhecimentos sobre o poder de cura das plantas. Elas também se ocupam da criação de pequenos animais e do cultivo de frutíferas e hortas agroecológicas. E vão além, sendo responsáveis por grande parte do beneficiamento de alimentos que fazem parte da cultura alimentar da região (...). O investimento na ampliação do diálogo com a sociedade é outra estratégia das camponesas a destacar (...) escolhendo enfoques sintonizados com as preocupações ambientais e de saúde da população. (MMC, 2011, p. 24)

A partir da geração de renda familiar desdobra-se uma dinâmica de valorização do trabalho das mulheres nas famílias e nas comunidades, o que busca desconstruir as situações de pobreza e de desigualdade a partir das quais os ciclos de violência podem surgir e se agravar. Também a participação política nos espaços coletivos reestabelece vínculos que podem ajudar a prevenir agressões em situações nas quais se esteja sozinha e isolada da comunidade. Em *“Economia (in)visível das mulheres camponesas”*, caderno de educação popular elaborado também pelo MMC, entende-se que:

A organização da sociedade baseada na cultura patriarcal e machista diminui, inferioriza, desvaloriza e ignora o trabalho realizado pelas mulheres. Reconhecer e valorizar o trabalho das mulheres exige enfrentar esta cultura e construir uma relação de igualdade e respeito entre as pessoas e o ambiente. O sistema capitalista se sustenta na exploração, dependência e subordinação das trabalhadoras e trabalhadores. Reconhecer e valorizar o trabalho das mulheres exige enfrentar a exploração capitalista e construir alternativas de renda de forma autônoma e solidária. (...) Por isso deliberamos pela continuidade e fortalecimento da missão do movimento autônomo, da libertação das mulheres, na construção do projeto popular de agricultura camponesa, agroecológica e na transformação da sociedade, para isso vamos animar os grupos de base existentes e avançar na organização de novos grupos. (MMC, 2012, p. 29)

Em especial, a leitura destes documentos foram feitas visando entender a relação da educação popular com a agroecologia quando esta última se materializa no cotidiano das mulheres dos movimentos sociais do campo enquanto uma ferramenta de enfrentamento às violências contra as mulheres. As citações inseridas são para tecer este elemento no âmbito da análise crítica da questão social, agrária e ambiental. Em *“Organizar a base, produzir alimentos saudáveis, construir caminhos de libertação”*, o MMC explica sobre a importância do direito à alimentação e soberania alimentar, relacionados também à agroecologia:

Mas as mulheres camponesas são espertas e nem todas se iludiram e seguiram a propaganda da revolução verde do modelo capitalista. Eu conheço mulheres que produzem alimentos saudáveis. Plantam de tudo para o consumo da família e também para a comercialização, como batatinha, amendoim, pipoca, plantas medicinais, verduras, frutas. Essas mulheres nunca abandonaram o seu roçado e continuam resistindo a interferência do modelo capitalista. (...) Elas se encontram,

estudam, trocam, vão conhecer outras experiências. É elas que tem, ao longo da história, preservado e conservado uma grande variedade de espécies. Elas tem em suas mãos o controle e o conhecimento das sementes. (...) Juntas vamos somar força na luta pela construção de um Projeto Popular de Agricultura Camponesa, fundamentado nos princípios da agroecologia. Todo o ser humano tem o direito de se alimentar, de produzir seus próprios alimentos, respeitando as diferentes culturas, o ambiente. Enfim, para vivermos com dignidade precisamos de soberania alimentar. (MMC, 2007, p. 18-19)

De acordo com a utilização do pensamento feminista para ampliação dos horizontes do pensamento crítico latino-americano, conforme aponta Alba Carioso ao abordar as temáticas das ausências e dos silêncios:

El conocimiento social debe estar consciente de la necesidad de mostrar, revelar, indagar en los varios sistemas, procesos y prácticas sociales que generan la desigualdad y la discriminación y que son la base y sustento de la explotación en lo concreto, ampliando así la mirada a las desigualdades que no tienen su origen en la clase. El enlace entre discriminación, opresión y explotación, sintetiza un tipo de dominación que es, al mismo tiempo, dominación de clase, de género, y de etnia, entre otras. (CARIOSO, 2017, p. 25)

Muitos autores e autoras não abordam os problemas sociais enfrentados pelas mulheres na América Latina e, então, é em uma bibliografia composta por autoras latinoamericanas que estes temas finalmente constituem objeto de pesquisa e, portanto, são as obras destas sujeitas que possuem capacidade de interlocução e resposta.

Em “*Racismo e sexismo na cultura brasileira*”, Lélia González, importante referência da produção intelectual do feminismo negro brasileiro, aponta sobre “*assumir a própria fala*” e que para além de se discutir (ampliação de) consciência, cabe refletir sobre a dialética entre consciência e memória, precisamente para retomar as narrativas e trajetórias que foram silenciadas pelo que é entendido como consciência e que é definido a partir da história hegemônica dos que tem tido as melhores condições de participação na produção do conhecimento.

A obra da autora, falando sobre a importância do protagonismo das mulheres negras na produção de conhecimento, também inspira as mulheres dos movimentos sociais do campo a também se desafiarem a construir um caminho a partir de nossas memórias e participar da elaboração de contribuições próprias sobre “uma história que não foi escrita”. Lélia González nos explica que:

E o risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (infans, é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala. (...) Por isso, a gente vai trabalhar com duas noções que ajudarão a sacar o que a gente pretende caracterizar. A gente tá falando das noções de consciência e de memória. Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da

verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que memória inclui. Daí, na medida em que é o lugar da rejeição, consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando memória, mediante a imposição do que ela, consciência, afirma como a verdade. Mas a memória tem suas astúcias, seu jogo de cintura: por isso, ela fala através das mancadas do discurso da consciência. O que a gente vai tentar é sacar esse jogo aí, das duas, também chamado de dialética. E, no que se refere à gente, à crioula, a gente saca que a consciência faz tudo prá nossa história ser esquecida. (GONZÁLEZ, 1984, p. 225-226)

Deste modo, para além de ampliar os horizontes do pensamento social latinoamericano e das ciências sociais, é possível ampliar nossas fontes para reconhecimento de diversas memórias que muito tem a dizer sobre a produção de conhecimento e, ademais, alargar nossas fontes bibliográficas dando espaço para a produção intelectual de mulheres latino-americanas, negras, indígenas, camponesas, populares e comunitárias, entre outras, com especial destaque ao material publicado com autoria coletiva, como a partir da organização nos movimentos sociais populares.

Por exemplo, no caderno “*Mulher Sem Terra*”, publicado no ano 2000 e apresentado pelo Coletivo Nacional de Gênero do Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores Sem Terra (MST), aprende-se que:

Discutir sobre a participação e a formação da mulher é de fundamental importância para o avanço da luta pela terra, pela Reforma Agrária e para a transformação da sociedade. Pois, mulheres e homens podem e devem vencer os preconceitos que nos impedem que sejamos livres e iguais. (MST, 2000, p. 4)

Este caderno de educação popular acima citado, foi de fundamental importância em minhas primeiras formações políticas quando conheci o MST, em 2007, ao começar minha atuação política estudantil no grupo de extensão universitária/ comunicação Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA), da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Franca - Universidade Estadual Paulista (UNESP). Assim, foi uma grande alegria participar do momento em que as Mulheres Sem Terra protagonizaram seu Primeiro Encontro Nacional em 2020 – em período anterior ao início do isolamento social durante a pandemia do novo coronavírus. Foi então apresentado publicamente a todas e todos os participantes o último caderno de formação do setor de gênero do MST, finalizado em 2017: “*A conspiração dos gêneros: elementos para o trabalho de base*”, com textos autorais anônimos de diversas mulheres sem terra, com enorme poesia, sensibilidade, força política e esperança para todas as mulheres dos movimentos sociais do campo e da cidade que se desafiam nas trincheiras da educação popular.

Na parte “*Linhas políticas do Setor de Gênero*” deste caderno, afirma-se a relação entre o Feminismo Camponês e Popular com a construção da Reforma Agrária Popular proposta pelo MST, denunciando a divisão sexual do trabalho tal como vemos observando também nos cadernos do MMC e da Via Campesina:

O patriarcado, origem da opressão sobre as mulheres e as Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros, é um sistema fundamentado na divisão sexual do trabalho e na propriedade privada muito anterior ao capitalismo. No modo de produção capitalista, o patriarcado, assim como o racismo, torna-se base de sustentação da ordem do capital, se ampliando a partir da exploração do trabalho e da vida das mulheres. O sistema capitalista, patriarcal e racista, atua em

um sentido de totalidade, articulado no todo da realidade social. O Feminismo foi forjado a partir do legado de resistência e enfrentamento das mulheres na perspectiva de transformação radical da sociedade e das relações de poder. Muitos feminismos surgiram nas disputas das lutas de classes, mas afirmar um Feminismo vinculado organicamente com a classe trabalhadora, tem sido o desafio da luta popular. No campo, nos embates com o agronegócio e com a mineração, surge o Feminismo Camponês e Popular, demarcando a realidade desta luta. Assim, na construção da Reforma Agrária Popular, a luta socialista e feminista deve estar articulada em todas as ações de nossa Organização. (MST, 2017, p. 20)

Empreendendo uma análise de conteúdo destas ferramentas de comunicação popular e de educação popular das mulheres dos movimentos sociais do campo e, incorporando-as como documentos não acadêmicos de relevância social para o desenvolvimento de pesquisa social no âmbito do pensamento social crítico latinoamericano, podemos compreender a realidade social e agrária-ambiental em que estas sujeitas estão inseridas. Cada movimento social e cada cartilha possui suas particularidades e, ao mesmo tempo, dialogam no sentido da transformação social e da construção de novas relações sociais de produção e reprodução da vida.

Neste sentido, destaca-se a participação das mulheres nos movimentos sociais do campo e da floresta, apontando para a contribuição das mesmas como parte da luta social pela terra, pelo território, pela água, pelas sementes e alimentos saudáveis, sejam em movimentos de mulheres ou em setoriais de mulheres em movimentos mistos.

Estas sujeitas participam da luta social em sua totalidade a partir de seus processos de auto-organização voltados ao fortalecimento e acolhimento das mulheres para o resultado de somar no todo da resistência e da construção de novas relações sociais emancipadas. Desmistifica-se a ideia de que a auto-organização ou a luta feminista seja um processo de separação e de fragmentação prejudicial ao acúmulo de forças ou à formação de frentes unitárias nacionais e internacionais.

Na verdade, as mulheres dos movimentos sociais do campo têm demonstrado capacidade de enfrentar o desafio do problema das violências múltiplas contra as pessoas em situação de pobreza e de desigualdade na sociedade de classes, compreendendo que as origens destas desigualdades são estruturais e não culpa ou incapacidade/imaturidade dos indivíduos que sofrem, podendo tais relações sociais de exploração e opressão serem historicamente transformadas. Enfrenta-se a questão social e agrária-ambiental e suas múltiplas expressões.

Por fim, destacam-se as questões que as mulheres nos movimentos sociais do campo trazem para o conjunto dos instrumentos políticos: a divisão social, racial e sexual do trabalho no cotidiano destas sujeitas; a subrepresentação política nos diversos espaços políticos públicos e das organizações coletivas; a ausência do Estado para a proteção social; a ofensiva do capital financeiro para privatizar as políticas de seguridade social; as violências contra as mulheres que afetam sua saúde, seu trabalho, seus estudos, sua participação política, seus vínculos familiares e comunitários. Todos estes elementos ao serem enfrentados pelo conjunto das organizações políticas, dos movimentos sociais e da sociedade, possibilitam desvelar a complexidade profunda do conteúdo das relações sociais de produção e reprodução da sociabilidade capitalista. Explorar de modo aprofundado todos estes pontos não será possível neste trabalho, mas permanece o desafio para futuras pesquisas de todas e todos nós.

Em síntese, o pensamento social crítico latino-americano tem muito a frutificar com estas sementes feministas de educação popular e agroecologia das mulheres dos movimentos sociais do campo e da floresta e que criam pontes de unidade também com as mulheres da cidade.

IV. Considerações finais

Numa perspectiva de superação dos retrocessos civilizatórios em andamento, que se expressam pela perda de direitos, cortes nas políticas sociais e de desenvolvimento e na captura dos territórios e do orçamento público pelo capital financeiro, as mulheres nos movimentos sociais populares são importantes na renovação da criatividade de luta social, com táticas e estratégias próprias que contribuem para a transformação social. É necessário construir caminhos por meio dos quais se possa acolher o que estas sujeitas elaboram, dando visibilidade aos frutos dos processos coletivos que fazem. Ou seja, aprendendo com o protagonismo das mesmas na práxis coletiva de construir por si os seus feminismos a partir de seus processos de organização, formação, articulação, comunicação, entre outras dimensões componentes dos processos de luta social. Assim, o pensamento social latino-americano desponta como um território da teoria social crítica de nossa região no qual se podem plantar os frutos da luta social das mulheres dos movimentos sociais do campo, frutos como suas ferramentas político-pedagógicas publicadas para a ampliação do debate social e da organização política desde uma perspectiva de educação popular e agroecologia.

Aquilo que é fruto da luta social possui sempre em seu conteúdo novas sementes que podem ser inseridas na terra fértil do pensamento social latino-americano, a fim de gerar novas árvores e multiplicar o aprofundamento dos temas fundamentais de nosso tempo, numa dialética entre diferentes espaços sócio-educativos, em diálogos que perpassam o campo, a cidade, os movimentos sociais, as universidades.

V. Referências bibliográficas que podem ser úteis para continuar a prosa

BAMBIRRA, Vânia.; SANTOS, Theotônio. Brasil: nacionalismo, populismo e ditadura. In: CASANOVA, P. *América Latina: história de médio siglo – America del sur*.

México: Siglo veintiuno editores, 1977.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; SILVA, Ana Tereza Reis da. A Educação Popular em Direitos Humanos: Lembranças de ontem, perguntas de hoje. In: SILVA, Ana Tereza Reis da. (Org.). *Leituras críticas em Educação e Direitos Humanos*. Brasília: Liber Livro; Alia opera, 2014.

BUZZATO, Cléber. Ruralistas no poder: Agressões e desafios aos povos indígenas. In: CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI); CAVALLI, Guilherme (Orgs.). *Congresso Anti-Indígena: os parlamentares que mais atuaram contra os direitos indígenas*. Brasília: Cimi, 2018.

CAROSIO, A. Perspectivas feministas para ampliar horizontes del pensamiento crítico latinoamericano. In: SAGOT, M. (Org.). *Feminismos, pensamiento crítico y propuestas alternativas em América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2017.

DELGADO, Guilherme. O agronegócio e a política brasileira. In: CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI); CAVALLI, Guilherme (Orgs.). *Congresso Anti-Indígena: os parlamentares que mais atuaram contra os direitos indígenas*. Brasília: Cimi, 2018.

FERNANDES, Florestan. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 35 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FURTADO, Celso. *A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos*. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

HOFFMANN, Rodolfo. *A distribuição da posse da terra no Brasil, com resultados preliminares para 2017*. In: *Anais do 57º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*, 2019. Disponível em: <https://sober.org.br/57o-congresso-sober/> Acesso em: 14 de setembro de 2020.

IANNI, Octávio. *A idéia de Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

LUGONES, María. *Colonialidade y género: hacia un feminismo descolonial*. In: MIGNOLO, Walter et. al (org.). *Género y descolonialidad*. Buenos Aires: Del Signo, 2014. pp 13-42.

MOVIMENTO DAS TRABALHADORAS E DOS TRABALHADORES SEM TERRA (MST). *Mulher sem terra*. Brasil: ANCA, 2000.

_____. *Caderno de formação setor de gênero – A conspiração dos gêneros: elementos para o trabalho de base*. Brasil: MST, 2017.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS (MMC). *Organizar a base, produzir alimentos saudáveis, construir caminhos de libertação*. Brasil: AMRT, 2007.

_____. *Mulheres camponesas construindo autonomia através da produção de alimentos saudáveis*. Brasil: ANMC, 2011.

_____. *Economia (in) visível das mulheres camponesas*. Passo Fundo: ANMC, 2012.

_____. *Feminismo Camponês e Popular*. Brasil: ANMC, 2018.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SAFFIOTI, Heleieth Iara B. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987. (Coleção Polêmicas)

_____. *A mulher na sociedade de classes: Mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

VIA CAMPESINA. *IV Conferência Internacional da Via Campesina – Documentos preparatórios*. Honduras/Brasil: La Via Campesina, 2004.

_____. *Documentos políticos de La Vía Campesina – 5ª Conferência*. Yakarta: La Via Campesina, 2008.

_____. *As camponesas e os camponeses da Via Campesina dizem: Basta de violência contra as mulheres – Campanha Internacional da Via Campesina*. Brasília: Via Campesina, 2012.

Resumo IX Simpósio:

Prof. Me. Augusto Paschoalino – IFMT/PDL

Profa. Dra. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante – UNIARA

AS FORÇAS, FRAQUEZAS, OPORTUNIDADES E AMEAÇAS DE UMA FEIRA DE PERSPECTIVA AGROECOLÓGICA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA-SP.

O presente trabalho deriva de pesquisa empírica de abordagem qualitativa desenvolvida entre 2017-2019 na feira de produtores orgânicos “Da Roça para a Mesa” do município de Araraquara, que resultou na dissertação de mestrado *“Na contramão da lógica do agronegócio: uma feira de perspectiva agroecológica em Araraquara – SP”* defendida no início de 2019 no programa de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da UNIARA. A pesquisa em questão mesclou os métodos do estudo de caso e da pesquisa-ação, e utilizou-se das técnicas da observação direta, do diário de campo e das entrevistas abertas, além da pesquisa documental, para coleta dos dados analisados. Dentre seus resultados foi possível constatar que a comercialização via circuito curto, em particular a venda direta em feiras de produtores, aliada as práticas agroecológicas, são um importante propulsor do desenvolvimento a nível local, auferindo renda a agricultores, suprimindo a crescente demanda de hortifrúteis saudáveis e dinamizando o comércio local. Partindo dos pressupostos considerados na pesquisa mencionada o presente trabalho tem por objetivo avaliar a feira em questão, utilizando a técnica da matriz SWOT/FOFA, que possibilita olhar de forma objetiva tanto para as forças e oportunidades, quanto para as fraquezas e ameaças de determinado empreendimento, no caso da feira “Da Roça para a Mesa”, com o intuito de demonstrar de forma clara elementos que possam sugerir possíveis caminhos para consolidação e dinamização da feira em questão.

Quadro 2. Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças da feira.

	Forças	Fraquezas
Ambiente interno	<ul style="list-style-type: none"> - Socialização e solidariedade - Clientes fidelizados - Perspectiva de Autogestão - O.C.S. - Apoio de Núcleos de Pesquisa/Extensão - Espaço para atividades culturais e formação - Única feira de orgânicos do município 	<ul style="list-style-type: none"> - Inconstância de alguns produtores - Baixo número de feirantes - Produção poderia ser mais diversificada
	Oportunidades	Ameaças
Ambiente externo	<ul style="list-style-type: none"> - Grupo de consumo/Célula de consumidores responsáveis - Oferta a funcionários do DAAE - Constituição de C.S.As. - A produção orgânica virar uma política pública municipal oficial 	<ul style="list-style-type: none"> - Perda de apoio da Prefeitura e DAAE

Fonte: realizado pelos autores

Quanto às forças: autogestão e solidariedade

No primeiro quadrante das “forças” inerentes ao ambiente interno, foram listados sete aspectos relevantes, cabendo observar que estes aspectos não estão dispostos em ordem de importância. Destacam-se:

O primeiro deles diz respeito ao ambiente propício à socialização e solidariedade encontrada na feira. O clima que paira no ambiente é de acolhimento e reconhecimento mútuo, o que difere drasticamente dos ambientes encontrados em varejos convencionais e mais ainda em grandes supermercados. Em uma simples praça de mercado, há uma conexão entre as pessoas que frequentam a feira.

O segundo aspecto diz respeito à existência de clientela fidelizada. Há não menos que trinta consumidores que vão semanalmente à feira, e muitos outros que vão frequentemente, e já estabeleceram laços estreitos com os feirantes. Os consumidores gastam quantias consideráveis e têm a feira como prioridade para suas compras, na

maioria dos casos justificado pela qualidade e frescor dos produtos, por saberem a procedência, e por serem alimentos orgânicos.

O terceiro aspecto é a perspectiva auto gestonária, encontrada e regulamentada na feira. Essa característica coloca em interação os feirantes e consumidores mais envolvidos, ou seja, os principais agentes da feira, no papel de tomadores de decisões referente ao cotidiano e ao ambiente da feira, empoderando estes agentes. Afinal, são eles os principais interessados no sucesso do coletivo, e os que mais têm conhecimento das necessidades.

O quarto aspecto diz respeito à existência das OCSs, que além de possibilitar a declaração certificando a procedência orgânica dos hortifrutigranjeiros ofertados na feira, possibilita encontros e trocas constantes entre os membros, propiciando intercâmbios sobre práticas agroecológicas, aprofundando os conhecimentos sobre a agroecologia e fortalecendo a relação entre os agricultores.

O quinto aspecto é a ação dos Núcleos de Pesquisa e Extensão da Universidade. A relação do NUPEDOR/NEEA com a feira é bastante próxima, o que possibilita por um lado, o apoio e tutoria da Universidade ao coletivo da feira, como na mediação do diálogo com o poder público, no auxílio em questões jurídicas e burocráticas e na organização de atividades de capacitação e formação. Por outro lado, abre espaço para a realização de pesquisas contínuas por parte de acadêmicos e professores, sobre o universo da feira.

O sexto aspecto é relativo à realização de atividades culturais e de formação. A Praça da Fonte possui uma área bonita e espaçosa, que possibilita atividades culturais e de formação diversas, como apresentações musicais, feiras de trocas de sementes, rodas-de-conversa, atividades voltadas à culinária, dentre outras. Há uma fértil possibilidade de atividades no ambiente, o que dinamiza o espaço e atrai novos consumidores.

O sétimo aspecto diz respeito à feira “Da Roça para a Mesa” ser ainda a única feira de produtos orgânicos do município, com uma qualidade diferenciada dos produtos hortifrutigranjeiros encontrados aí, se comparado aos das demais feiras.

Quanto às fraquezas: transporte, pouca diversificação, pequena adesão

O segundo quadrante é referente às “fraquezas” encontradas no ambiente interno da feira, que assim como os aspectos anteriores, não foram listados por ordem de importância. Destacam-se:

Um primeiro aspecto diz respeito à inconstância de alguns agricultores, que por diversos motivos acabam não sendo frequentes, faltando em algumas semanas. Há especialmente dois que não conseguem estar presentes semanalmente, como o caso de um agricultor do Assentamento Monte Alegre, e de uma agricultora representante da AMCA, do Assentamento Bela Vista. Os motivos variam, mas especialmente se dá por questões financeiras, e dificuldades com o transporte. Houve períodos ou momentos em que a ausência foi justificada pela perda da produção por aspectos climáticos, como fortes chuvas. Mesmo que a maioria dos agricultores seja assídua e os motivos das faltas são justificáveis, a falta constante dos dois citados é prejudicial à feira como um todo, tanto pelos “buracos” causados ambiente, como pelo fato de consumidores irem atrás de seus produtos específicos e não encontrarem.

Um segundo aspecto é o baixo número de feirantes. Quando todos os feirantes estão presentes, agricultores e não agricultores, o número total não ultrapassa a doze, o que, se comparado com outras feiras do município, como a da Praça Pedro de Toledo, é um número baixo. Cabe salientar, porém, as especificidades da feira, em que há apenas produtos hortícolas orgânicos, e feirantes com características e propósitos correlatos à perspectiva da feira. Mas mesmo assim, o baixo número de feirantes é uma fraqueza, pois limita as possibilidades de diferentes produtos. Muitas vezes há falta de oferta de determinados produtos pela alta demanda, e também levando em conta a harmonização espacial, em que o espaço da praça é bastante amplo, e não há tantas barracas.

O terceiro aspecto diz respeito à diversidade dos produtos. Ainda que haja uma boa oferta de diversos produtos, essa oferta poderia ser maior e mais diversificada, sobretudo em relação a frutas e grãos, como melancia, melão, caju, morango, caqui, milho, feijão, ervilha, dentre outros, além de outras “pancs”, como caruru, azedinha, vinagreira, dentre outros.

Quanto às oportunidades: perspectiva de inclusão na política municipal

Dentre as oportunidades da feira, que estão relacionadas ao ambiente externo, ou seja, não diz respeito apenas à feira em si, mas dependem de outros fatores, foram

listadas quatro possibilidades, não necessariamente em ordem de importância, que destacamos:

A primeira oportunidade possível vislumbrada para a feira é a criação de grupo de consumo, também conhecido como célula de consumidores responsáveis, tal e qual algumas iniciativas existentes no país, como o caso da iniciativa do Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar (LACAF) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), associado à Rede ECOVIDA de Agroecologia. No caso, seriam ofertados cestas com valores pré-determinados ao grupo de consumidores interessados, facilitando a organização da produção com a demanda pré-estabelecida. A comunicação poderia ser feita através de aplicativos como o Whatsapp. Cabe salientar que já existe um grupo de consumidores da feira com Whatsapp, entretanto, o grupo troca informações, mas não funciona necessariamente como um grupo específico de consumo.

A segunda oportunidade diz respeito à oferta conjunta aos servidores do DAAE. Esta associada à ideia do grupo de consumo, porém, neste caso, seria um grupo específico dos servidores do DAAE, tendo em vista que a autarquia está agregada à Praça da Fonte, e tem grande número de servidores. Seria uma oportunidade de organizá-los, e difundir a ideia da formação de um grupo de consumo específico de funcionários. Esta medida poderia ter algum apoio institucional da própria autarquia, ou simplesmente uma ação independente, apenas se valendo do fato da proximidade entre a Feira e o DAAE. Atualmente, mesmo tendo sido feita a divulgação em algumas oportunidades, há pouquíssimos servidores que compram na feira, e muitos nem mesmo a conhecem.

A terceira oportunidade é a formalização de uma Comunidade empenhada na produção e sua comercialização na feira. Semelhante ao grupo de consumo, a Comunidade que Sustenta a Agricultura (C.S.A.) deve ter como princípio a divisão de responsabilidade entre agricultor e consumidor, e desta forma estabeleceria uma cota, geralmente com vínculo de um ano, podendo ser paga mensalmente pelos consumidores, atrelada à produção dos agricultores, o que permite que os consumidores recebam produtos sem custos adicionais à sua cota. A C.S.A. possibilita o agricultor ter mais liberdade na produção, pois não fica somente atrelado ao preço de mercado, trazendo maior autonomia e segurança, pois conta com o respaldo da comunidade

cotista. A ideia de responsabilidade compartilhada já é bastante presente na feira “Da Roça para a Mesa”, e é perceptível a existência de relações sólidas e de confiança entre consumidores e agricultores, o que facilitaria acordos de maior prazo, como é o caso de uma C.S.A. Também é perceptível que está se criando uma comunidade em torno da produção da feira.

A quarta oportunidade diz respeito à incorporação oficial da feira pelo poder público municipal. É certo que existe a parceria com a Prefeitura e que existe a intenção de inserir a feira no Programa Municipal Negócio do Campo, por parte da Prefeitura, entretanto, esta possibilidade ainda não se concretizou. É uma oportunidade relevante para a feira ter este respaldo oficial, sendo incorporada como uma modalidade específica ao programa, ela continuaria com suas características diferenciadoras, como a oferta estrita de hortaliças e frutas orgânicas, e o viés da autogestão e economia solidária, que a distinguiria das demais feiras do Programa. Também continuaria com seu regulamento interno, porém seria respaldada por lei municipal, além de, possivelmente, contar com o apoio da gestão municipal de forma mais efetiva.

Quanto às ameaças: riscos de prejuízo por eventual troca da gestão municipal

A principal ameaça listada acerca da feira foi a de perder o apoio da Prefeitura e do DAAE, o que, na prática, acabaria com a feira. O acordo com a Prefeitura, mais especificamente com a Coordenadoria de Agricultura, e com o DAAE, que é o órgão que administra a Praça da Fonte, é semi oficial.

Foram feitas reuniões com a prefeitura, e a feira está autorizada a acontecer com apoio dos órgãos municipais. Entretanto, em um eventual futuro de troca de gestão municipal, e mesmo troca de superintendente do DAAE, este apoio poderia não acontecer mais, o que afetaria diretamente a realização da feira. A inserção no Programa Negócio do Campo, ou alguma outra forma de oficialidade institucional, resguardaria a feira desta ameaça.

Política pública municipal. Importância de um suporte institucional.

APONTAMENTOS SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA EM SÃO PAULO: ENTRE A CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA E A LUTA PELA TERRA

Bárbara El Khalil¹
Eduardo Rezende Pereira²
Joelson Gonçalves de Carvalho³

Esse artigo versa, de maneira geral, sobre a agricultura e a questão agrária paulista, partindo-se do pressuposto de que existem razões suficientes para não se dissociar a problemática regional e urbana da histórica questão agrária no Brasil, uma vez que no processo de industrialização nacional estabeleceram-se imbricações entre o rural e o urbano que condicionaram e foram condicionadas por relações sociais de produção dialéticas e desiguais, mas não necessariamente contraditórias. São Paulo é o estado da federação mais industrializado e mais urbanizado do país e no processo de formação e integração do seu mercado interno e território, contou com avançadas relações capitalistas de produção que foram fundamentais para sua expansão econômica diversificada e, ao mesmo tempo, concentrada. Todavia, a mesma dinâmica que fez São Paulo ser o principal polo urbano-industrial do país também trouxe impactos à dinâmica rural estadual. Nesse sentido, o presente artigo pretende lançar luz ao desenvolvimento capitalista da agropecuária paulista, com o objetivo de analisar como, ao mesmo tempo em que se tornava o estado com uma agricultura moderna, diversificada e rentável, hegemônica pelo agronegócio, São Paulo reiterava, em seu território, a desigualdade, a exclusão e a conflitualidade que materializam e dão sentido à questão agrária estadual.

Palavras-chave: Questão agrária; desenvolvimento socioeconômico; São Paulo.

¹ Mestra em Ciência Política e graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), membra do Núcleo de Pesquisa e Extensão Rural (NuPER/UFSCar) e bolsista na modalidade Apoio Técnico em Extensão no País no projeto "Terra, Agroecologia e Universidade: articulando saberes, trocando experiências e construindo conhecimentos", financiado pelo CNPq. E-mail: babiskhalil@hotmail.com.

² Mestrando em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) com bolsa outorgada pela CAPES, e graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). É membro do Núcleo de Pesquisa e Extensão Rural (NuPER/UFSCar). E-mail: rezende.eduardo@outlook.com.

³ Doutor em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e professor associado do Departamento de Ciências Sociais (DCSo) e dos Programas de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos (PPGPol/UFSCar) e em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos (PPGGOSP/UFSCar). É pesquisador do Núcleo de Pesquisa e Extensão Rural (NuPER/UFSCar) e coordenador do Núcleo de Estudos em Agroecologia (NEA/UFSCar). E-mail: joelsonjoe@yahoo.com.br.

Introdução

Este artigo parte da premissa que a luta pela terra registrada no estado de São Paulo é resultado da secular concentração fundiária associada ao avanço do agronegócio como modelo de desenvolvimento rural-agrícola. A ideia central é deixar claro que com a hegemonização do agronegócio como modelo de desenvolvimento rural, a luta pela terra não se arrefeceu, muito pelo contrário: ganhou novos contornos. Metodologicamente, é importante ressaltar que o agronegócio é entendido neste artigo como a ampliação do conceito de latifúndio, produtor de commodities que, para além da terra, também concentra tecnologia e crédito, expandindo e ampliando o seu controle sobre os territórios e as relações sociais que nele se apresentam (CARVALHO, 2011; 2015).

Todavia, mesmo que apenas com caráter introdutório, é necessário deixar claro que essa realidade apontada não é exclusividade do estado de São Paulo. No Brasil todo, mesmo que de maneira desigual e combinada, houve modificações nas bases técnicas de produção com a modernização agrícola: a agricultura tradicional de pequena escala foi gradativamente perdendo espaço, e se antes o campo era marcado pelo latifúndio monocultor, passou a ser também pelas grandes cadeias agroindustriais, atualmente metamorfoseadas pelo agronegócio que, ao passo em que avança, nega o rural como território de trabalho e vida.

Esse processo não ocorreu sem impactar as cidades. Ilustra esse fato a rápida inversão demográfica entre a população rural e urbana. Se observados os dados populacionais em 1940 e 1950, o Brasil apresentava respectivamente, na população rural, 69% e 64% do total nacional. A transição para um país majoritariamente urbano se deu entre as décadas de 1960 e 1970, período em que a modernização da agricultura, valendo-se em grande parte dos pacotes da revolução verde, foi decisiva para esse êxodo que se deu não por aumento de oportunidades de emprego e renda no urbano, mas pela perda no rural, de modo que o país registrava 56% da população total já residente no urbano em 1970 (IBGE, 2010).

As taxas geométricas de crescimento demográfico são bastante ilustrativas: a da população rural entre as décadas de 1940, 1950 e 1960 foi de 1,57% ao ano, enquanto a urbana, que fora de 3,85% entre 1940 e 1950 saltou para 5,2% ao ano até 1970. Entre as décadas de 1960 e 1970, a taxa de crescimento rural foi de apenas 0,5% e, no auge da modernização agrícola, entre 1970 e 1980, ficou negativa (-0,6%), sendo 4,4% o crescimento da urbana no mesmo período segundo informações dos censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Por fim, desde 1980 a taxa anual de crescimento da população rural ficou negativa, conforme ilustram os dados do censo de 2010 em comparação aos dois censos demográficos anteriores (IBGE, 2010): com o registro de -1,31% de crescimento — comportamento oposto ao urbano, com 2,47%.

Como se sabe, durante a década de 1980, o movimento global do capitalismo promoveu um deslocamento da base produtiva para a financeira, subordinando a primeira à segunda, e eliminando, por seu turno, os condicionantes internacionais favoráveis ao crescimento brasileiro presentes na década anterior. Como resposta, na tentativa de garantir o pagamento da dívida externa, houve cortes nos investimentos públicos e manutenção de subsídios e incentivos às exportações, assim gerando dólares e garantindo superávits que foram transferidos ao exterior. Isso, por sua vez, ratificou uma vez mais a concentração de terra e o agronegócio como agentes importantes para o crescimento (desigual) da nação, e conseqüentemente uma nova fuga, para frente, das elites nacionais. Contudo, todo esse processo não se deu, e nem se mantém, de modo pacífico. É nosso objetivo aqui analisar, de maneira mais específica, como já adiantado, o caso do estado de São Paulo.

São Paulo, com a maior concentração industrial brasileira e com a agricultura mais moderna e diversificada, tornou-se um caso emblemático para se demonstrar que o avanço do capitalismo na agricultura se deu de modo concentrador e gerador de idiossincrasias. Tais fatos são merecedores de análise, até porque nesse estado também se assistiu uma consolidação de lógicas produtivas bem distintas no campo — que variam desde produções altamente capitalizadas e dominadas por grandes empresas, até estruturas totalmente dependentes da mão-de-obra familiar, não obstante a elevada concentração fundiária (CARVALHO, 2011).

Assim, para cumprir o objetivo proposto, o artigo está estruturado em duas seções, além desta introdução e das considerações finais. Primeiramente, busca-se contextualizar o processo de modernização da agricultura e seus condicionantes econômicos de modo a compor um pano de fundo da discussão sobre a questão agrária paulista para, em seguida, demonstrar que através da simbiose da agricultura paulista com o capital financeiro, ligado ao agronegócio, houve, ao mesmo tempo, concentração fundiária e intensificação da luta pela terra.

Modernização agrícola e concentração fundiária: elementos da questão agrária no estado de São Paulo

As origens da questão agrária brasileira estão diretamente ligadas à introdução do capitalismo no campo. Esse processo se sustenta de forma contraditória, pois se por um lado produz concentração de riquezas e terra, por outro dissemina a pobreza e a miséria para aqueles que precisam se sujeitar à renda da terra e vender sua força de trabalho ao capital. Tal processo precisa, portanto, ser compreendida a partir de uma dupla perspectiva: o desenvolvimento do capitalismo no campo e a conflitualidade por ele gerada. O avanço do capitalismo no campo alterou as relações sociais e econômicas da área rural, possibilitando o surgimento do agronegócio e mantendo as estruturas presentes em nossa sociedade desde a colonização do território brasileiro, com destaque à contínua concentração de terras, a permanência do latifúndio e de um modelo econômico agrário exportador (FERNANDES, 2004).

O estado de São Paulo concentra o maior parque industrial da América Latina e a agricultura mais diversificada e moderna do país. Por tais características, há certa invisibilização da questão agrária no estado: o senso comum compreende que ela foi superada, mas, na realidade, existem diversos problemas na estrutura agrária paulista que ainda precisam ser enfrentados. A partir de uma análise pormenorizada dos dados dos Censos Agropecuários, de estudos sobre violência no campo — elaborados por organizações como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), e núcleos de pesquisas como o de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA/UNESP) — os elementos que compõe a questão agrária paulista podem ser identificados.

Para analisar estes elementos em sua totalidade, é preciso compreender como a agricultura paulista se desenvolve ao longo de sua trajetória. Importante dizer que a expansão da agricultura capitalista em São Paulo, como em todos os outros estados brasileiros, segue um ideal de desenvolvimento rural pautado pela “modernização agrícola”. O processo de “modernização” da agricultura se caracteriza pela introdução de máquinas, equipamentos e insumos com elevado grau de incorporação tecnológica, que alteram as bases técnicas da produção agrícola. Tal processo gera desestruturação da agricultura tradicional, caracterizada por pequenas propriedades praticantes da diversificação da lavoura que, por seu “viés arcaico”, com técnicas rudimentares, cede velozmente espaço para a agricultura capitalista. Ao mesmo tempo, a agricultura capitalista estabelece fortes relações intersetoriais com a indústria, geralmente em uma

nítida relação de subordinação. A viabilidade do modelo empresarial de agricultura preconizada por essa modernização, privilegia o latifúndio e a monocultura por seu caráter extensivo que, ao passo em que se mecaniza, nega o trabalho.⁴

O modelo agrícola baseado na elevada produtividade foi incentivado pelo governo federal durante a década de 1980. O poder público ratifica tal matriz através do financiamento. Quanto mais se avançou na consolidação da industrialização nacional, mais se aprofundou a industrialização no campo por meio da constituição de segmentos voltados exclusivamente para o setor agrícola, notadamente a política de crédito rural que tem como objetivo a dinamização do setor agroexportador. O crédito rural se transforma, portanto, em um instrumento fundamental para a montagem e para a consolidação de uma agricultura moderna e capitalista, ressalta-se, porém, que ele não é o único instrumento utilizado pelo governo para apoiar a grande lavoura.

Neste sentido, cabe destaque ao papel desempenhado pela assistência técnica e pelas pesquisas agrônômicas, bem como pelo sistema educacional voltado à formação de mão-de-obra qualificada aos interesses dos setores rurais dinâmicos.⁵ Seu caráter seletivo e concentrador é marcado não só pela concentração de renda como também pela concentração regional, tendo seus maiores beneficiários os grandes produtores, a agroindústria e, de modo regional, a região centro-sul.⁶ É diante desta lógica que a modernização agrícola avança no estado de São Paulo.

A diversificação da agricultura paulista deve-se em grande parte a duas ordens de fatores. O primeiro, de natureza mais endógena, ocorre com a expansão da área agricultável para o oeste, com os donos de terras “velhas” passando a vender suas propriedades, em busca de solos mais férteis, propiciando assim um fracionamento das terras velhas e um aumento das culturas plantadas nas antigas áreas destinadas ao plantio do café. O segundo, de ordem mais exógena, consiste na eclosão da Primeira Guerra Mundial, ocasionando uma forte retração nas importações e, dentre elas, alguns itens alimentares, ampliando a produção interna de alimentos (TARTAGLIA; OLIVEIRA, 1988 apud CARVALHO, 2007).

O processo de diversificação agrícola inicia-se já no final do século XIX e, a partir de então, com o aumento das novas culturas e o incremento tecnológico no campo, transformou a agricultura paulista na mais moderna, dinâmica e diversificada do país. Em grande parte, a cultura do algodão esteve associada à pequena produção realizada por meeiros e arrendatários, demonstrando uma tendência de substituição de culturas permanentes por temporárias. Ademais, segundo Monbeig (1998), além do ciclo produtivo ser rápido, não eram necessárias grandes inversões de capitais.⁷

⁴ A evolução dos indicadores do uso de fatores de produção na agropecuária dos diversos estados brasileiros de 1940 a 1985 pode ser encontrada em Ramos (2005, p. 108).

⁵ Para uma análise apurada das iniciativas governamentais para pesquisa e assistência técnica de 1808 até a década de 1930, consultar Szmercsányi (1998).

⁶ O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), no bojo da reforma do sistema financeiro, estabelecia regras para que os recursos captados pelos bancos comerciais pudessem ser aplicados na agricultura. Os bancos eram obrigados a emprestar 10% dos depósitos à vista para as atividades agrícolas ou repassar os recursos para o Fundo Geral para a Agricultura e Indústria (KAGEYAMA et al, 1990).

⁷ Fatores externos contribuíram para a expansão do algodão em São Paulo: a alta do preço do produto no mercado internacional, em meados da década de 1910, com conseqüente elevação do preço do produto no mercado interno, ocasionaram a substituição do algodão nordestino pelo produzido no próprio estado. Com a Segunda Guerra Mundial, houve novo surto da produção nacional, dado o aumento da demanda externa e a nova elevação do preço do produto. Entretanto, findada a Guerra, outros países, com algodão de melhor qualidade e menor custo, entraram no mercado internacional, provocando importantes mudanças na produção brasileira de algodão. Em São Paulo houve redução dessa cultura desde então (CARVALHO, 2007).

Além das mudanças próprias de cada região do estado, outros fatores afetaram a agricultura de modo geral, acarretando alterações cruciais na dinâmica agrícola paulista e também brasileira. Como exemplo, tem-se a expansão da utilização de componentes químicos — como os corretivos de solos, controladores de pragas e de doenças — e o incremento tecnológico, dado principalmente pelo aumento do número de tratores (KAGEYAMA, 1985). Observa-se, assim, uma especialização seletiva de algumas regiões nas quais o setor primário, através da substituição de atividades exportáveis tradicionais, exclusive o café, e de lavouras de mercado interno, notadamente o milho, o arroz e a mandioca, por culturas exportáveis dinâmicas, como a pecuária bovina, tanto de corte como de leite, e agroenergéticas, como a cana-de-açúcar (IGREJA; CAMARGO, 1992). Em síntese, algumas regiões do estado de São Paulo, a exemplo do oeste, noroeste e norte paulista, voltam sua produção ao mercado externo, com a produção de commodities em larga escala; em outras regiões, como o sul do estado, há continuidade de seus setores agrícolas com culturas tradicionais e voltadas ao mercado interno, processo esse que se consolidou até o fim da década de 1970.

Em todo território nacional, a utilização de máquinas pesadas, insumos específicos, adubação química e o conseqüente aumento da produtividade, são características desse processo de modernização agrícola, também conhecida como revolução verde (GRAZIANO DA SILVA, 1993). A revolução verde é de grande importância para a consolidação dos grandes complexos agroindustriais (CAIs), que ao passo em que são incapazes de amenizar a pobreza rural, agravam, sobremodo, as discrepâncias da estrutura agrária nacional (Quadro 1).

Quadro 1 – Índice de Gini corrigido da distribuição da posse de terra e porcentagens de áreas correspondentes de estabelecimentos agropecuários no Brasil – 1960, 1970 e 1975			
	1960	1970	1975
G* ⁸	0,842	0,844	0,855
(50-)	3,1%	2,9%	2,5%
(10+)	78,0%	77,7%	79,0%
(5+)	67,9%	67,0%	68,7%
(1+)	44,5%	43,1%	45,2%
Média	75 ha	60 ha	65 ha
Mediana	12 ha	9 ha	9 ha

Fonte: Censo Agrícola de 1960 e Censos Agropecuários de 1970 e 1975. Apud Graziano da Silva (1980, pp. 355-360). Alterado pelo autor.

Observados os dados do quadro acima, fica evidente que a concentração na distribuição da posse da terra aumentou entre 1960 e 1975. Além disso, fica patente que a participação da área correspondente aos 50% de estabelecimentos agropecuários brasileiros com área inferior a mediana — ou, como é conhecido, os 50% menos — só foi superior a 3% em 1960. Em paralelo, os estabelecimentos com áreas superiores a 10%, 5% e 1% aumentaram sua participação em todos os anos da série. A discrepância da posse da terra também pode ser observada comparando-se a média e a mediana. Enquanto, na média, em 1975, os estabelecimentos brasileiros tinham 65 hectares, a moda estatística — valor que mais se repete — era de apenas 9%.

⁸ G*: cálculo estimando desigualdades intraestratos em metodologia proposta por Hoffmann (1979).

Portanto, é possível mensurar a estrutura fundiária brasileira analisando o número de imóveis rurais e as suas áreas ocupadas. Dados mais recentes do Índice de Gini apontam que, de forma geral, na série de 1998 a 2017 houve maior concentração de terra no país. Seguindo uma metodologia que considera os números próximos de 0 como baixa desigualdade e próximos de 1 como alta desigualdade, é possível concluir que o Brasil enfrenta uma alta desigualdade na posse de terra — o que evidencia o caráter estrutural da questão agrária. Conforme elucidam os dados do Banco de Luta pela Terra (DATALUTA, 2020), em 1998 o Índice de Gini marcava 0,838; em 2003, 0,816; em 2010, 0,838; em 2011, 0,839; em 2012, 0,833; e em 2014, 0,860.

Essa tendência pode ser observada no estado de São Paulo, sobretudo se considerarmos o seu processo de desenvolvimento econômico, contando, além da sua própria atividade principal — o café —, com uma gama de outras atividades a ela relacionadas, conforme aponta Carvalho (2007). Cabem como exemplos: a agricultura tradicional, produtora de alimentos e matérias-primas; a incipiente atividade industrial, em especial a do beneficiamento; a implantação e o desenvolvimento do sistema ferroviário; as atividades de comércio, com destaque às atividades ligadas a importações e exportações; e, por fim, a criação de um conjunto de infraestruturas, como ferrovias, portos, armazéns, transportes urbanos e comunicações. Destacam-se, ainda, as atividades ligadas à participação governamental na economia local, principalmente via gasto público (CANO, 2007).

Houve, assim, ao mesmo tempo, expansão urbana, demográfica e imigratória, tendo a agricultura, cumprido sua “função clássica” de gerar excedentes de alimentos e matérias-primas que, segundo Cano (2007), já eram reclamados pela expansão urbana em São Paulo. Este processo materializou a existência de lógicas produtivas bem distintas no estado, que variam desde propriedades rurais altamente capitalizadas, dominadas pelo agronegócio, até estruturas majoritariamente dependentes da mão-de-obra familiar, além, evidentemente, da elevada concentração fundiária. O quadro abaixo evidencia a presença dessas distintas lógicas produtivas: para o ano de 2006, a desigualdade da posse da terra foi a maior dentro do período analisado, confirmando a tendência de desigualdade (HOFFMANN, 2007). Os dados podem até sugerir uma ligeira diminuição da desigualdade no censo de 1995/96, mas a mudança do período de coleta dos dados do ano civil para o ano agrícola gerou uma não-captação de estabelecimentos precários neste censo.

Quadro 2 – Índice de Gini (G*) da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. São Paulo, 1970 a 2006. HOFFMANN (2010).						
Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,752	0,755	0,751	0,752	0,749	0,798
Arrendatário	0,701	0,754	0,741	0,744	0,752	0,810
Parceiro	0,484	0,512	0,591	0,703	0,841	0,933
Ocupante	0,741	0,752	0,786	0,799	0,764	0,585
Total	0,779	0,775	0,774	0,772	0,760	0,803

Fonte: Censos Agropecuários apud Hoffmann (2010).

Existe em São Paulo um processo contínuo na intensificação da concentração fundiária. Observados os dados dos censos anteriores, em 1985 os estabelecimentos de até 50 hectares totalizavam 214.163, já em 1995/1996 esse número caiu para 158.913, uma redução, em dez anos, de 25% dos estabelecimentos. No censo de 2006, o número de estabelecimentos rurais até 50 hectares aumentou para 177.177, mas isto não serve

como indicador de desconcentração, uma vez que estes estabelecimentos representam 78% do total em uma área de apenas 15%, e, ademais, no último censo, a tendência de desaparecimento de pequenas propriedades voltou a ser registrada com recenseamento de 164.114 estabelecimentos rurais menores que 50 hectares (IBGE, 2019).

Segundo o Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2019), cujos dados são os mais atualizados, a área dos estabelecimentos agropecuários no estado de São Paulo era de 16.512.145 hectares, sendo 188.068 o total dos estabelecimentos rurais. As maiores áreas de produção agropecuária estavam sob a condição de proprietários e coproprietários de terras tituladas coletivamente — 146.627 estabelecimentos em 12.128.234 hectares —, seguido por arrendatários e parceiros — respectivamente, situados em 18.774 estabelecimentos em 2.098.136 hectares, e 3.324 estabelecimentos em 1.913.383 hectares. As menores áreas estavam sob a condição de concessionários ou assentados aguardando titulação definitiva, de comandatários e, também, de ocupantes, seja a justo título ou por simples ocupação — registrando 184.085, 120.319 e 67.988 hectares, respectivamente.

É importante salientar que essas menores áreas de produção agrícola correspondem juntas a 19.123 estabelecimentos, e se também levarmos em conta os produtores sem área, totalizam-se 19.895 estabelecimentos rurais. Os concessionários ou assentados aguardando titulação definitiva somavam 12.503 estabelecimentos rurais; os comandatários, 4.976; e os ocupantes, a justo título ou por simples ocupação, 1.644 estabelecimentos.

De todos os estabelecimentos agropecuários dirigidos pelo produtor, destaca-se que 110.806 não recebiam assistência técnica, ao passo em que 73.992 recebiam. Se levarmos em conta os dados percentuais, esses números correspondem a 59,96% e 40,04%, respectivamente. O acesso ao financiamento e empréstimo financeiro, de forma geral, também elucida o caráter das desigualdades rurais presentes no estado de São Paulo: 28.528 estabelecimentos agropecuários obtiveram acesso e 160.092 não, correspondendo a aproximadamente 15,13% e 84,87%, respectivamente.

Dos 188.068 estabelecimentos agropecuários paulistas, 184.770 tinham pessoal ocupado com laços de parentesco com o produtor, e 67.346 ocupavam pessoas sem laços de parentesco. Esses números não conseguem, porém, evidenciar diretamente a dimensão do que o campo representa na renda e na vida das famílias trabalhadoras. Segundo o censo do IBGE, em 2017, 489.460 pessoas trabalhavam no campo sob condições de ocupações permanentes, temporárias ou de parceria em estabelecimentos sem laços de parentesco com o produtor — eram 357.212, 121.396 e 10.852 pessoas, respectivamente, ou, em dados percentuais, aproximadamente 72,98%, 24,80% e 2,22% deste total, respectivamente.

O quadro a seguir evidencia a utilização das terras do estado São Paulo em dados gerais por hectare, segundo as classificações de lavouras, pastagens, matas ou florestas e sistemas agroflorestais.

Quadro 3 – Utilização de terras por hectare no estado de São Paulo em 2017		
Tipo de estabelecimento agropecuário		Área por hectare
Lavouras	Permanentes	1.193.574
	Temporárias	6.860.129
	Área para cultivo de flores	36.264
Pastagens	Naturais	1.564.173
	Plantadas em boas condições	3.114.835
	Plantas em más condições	94.679
Matas ou florestas	Naturais	132.497
	Naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	1.864.719
	Florestas plantadas	898.077
Sistemas agroflorestais	Área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastoreio por animais	74.993

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE (2019). Elaboração própria.

A elevada concentração fundiária, causada pela rápida modernização da agricultura paulista, não se deu sem impactos. Especialmente no que se refere às ocupações no meio rural, indicando significativo aumento da produtividade do trabalho e aumento vertiginoso da maquinização da produção, é notável que esse fenômeno ocorreu à revelia do aumento de oportunidades de trabalho na agropecuária. Enquanto em 1960, o estado São Paulo tinha cerca de 1,7 milhões de pessoas ocupadas na agricultura, em 2006, esse número já tinha se reduzido em aproximadamente 400 mil postos, conforme indica o censo de 1975 — mantendo a tendência de redução de pessoal ocupado, registrando uma perda de mais de 77 mil postos de trabalho se comparado os dois últimos censos (IBGE, 2019).

Quadro 4 – Pessoal ocupado e número de tratores em São Paulo - 1975/2017						
Pessoal ocupado	1975	1980	1985	1995-1996	2006	2017
Pessoal ocupado	1.364.942	1.376.463	1.357.113	914.954	910.848	833.195
Tratores	101.359	138.739	159.625	170.573	145.346	175.459
PO/TR	13,47	9,92	8,50	5,36	6,27	4,78

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE (2019). Elaboração própria.

Os dados do quadro acima demonstram a contínua redução de pessoal ocupado nas atividades agropecuárias *pari passu* ao número de tratores no estado e a redução significativa da relação de pessoal ocupado sobre o número de tratores (PO/TR) que, para 1960 era de 63,56 trabalhadores por trator, para uma relação de 4,78 em 2017. Sabe-se que esse desemprego é estrutural no estado e que as vagas perdidas no campo não foram e não são compensadas no urbano.

É característica do agronegócio a utilização de máquinas e equipamentos para otimizar o tempo de plantio e colheita e como forma de aumentar a produtividade do trabalho e a redução dos custos com a mão-de-obra. Todavia, observado o número de tratores e o de estabelecimentos rurais, o cálculo da média de tratores por estabelecimento poderia indicar que quase todas as propriedades rurais teriam um trator. Todavia, a concentração no estado não é apenas de terra, é também de tecnologia: dos 188.068 estabelecimentos registrados no último Censo Agropecuário, apenas 84.616 deles possuíam tratores, ou seja, menos de 45% do total. Ademais, apenas 28.653 possuíam adubadeiras e/ou distribuidoras de calcário, 22.224 possuíam semeadeiras/plantadeiras, e só 9.459, ou 5% do total, possuíam colheitadeiras. O quadro abaixo aponta a quantidade de tratores, implementos e máquinas que são utilizados nos estabelecimentos agropecuários do estado de São Paulo.

Quadro 5 – Número de tratores, implementos e máquinas em estabelecimentos agropecuários no estado de São Paulo em 2017	
Tratores	175.459 unidades
Semeadeiras/plantadeiras	30.407 unidades
Colheitadeiras	16.574 unidades
Adubadeiras e/ou distribuidoras de calcário	39.679 unidades

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE (2019). Elaboração própria.

Diante dos dados aqui apresentados, torna-se necessário reforçar que a capitalização da agricultura não ocorreu sem traumas — haja vista o elevado grau de exclusão, concentracionismo e desigualdade envolvidos neste processo — trazendo consigo o ressurgimento da mobilização social, seguida de repressão e assassinatos (MENDONÇA, 2006). Em esfera nacional, com o processo de redemocratização e o aumento da pobreza, tanto rural quanto urbana, tornaram-se visíveis os novos movimentos sociais de luta pela terra e reforma agrária, bem como o recrudescimento e a institucionalização dos movimentos contrários às reformas no campo.

Em São Paulo, as idiosincrasias também são evidentes e a luta pela terra no estado mais rico do país demonstra o quão complexo e contraditório é o processo de desenvolvimento das forças capitalistas na agricultura brasileira e paulista. Sendo assim, a formação de assentamentos rurais no estado de São Paulo é uma consequência direta do elevado grau de conflito entre posse da terra e exploração do trabalho.

Em que pese os programas estaduais, a exemplo da Revisão Agrária e do Plano de Valorização de Terras Públicas, até a década de 1980, os poucos conflitos ocorridos, no período da ditadura, ocasionaram ocupações de áreas isoladas e residuais na luta pela terra, contudo, no bojo das manifestações pela redemocratização e surgimento de novos atores políticos e sociais, tais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a CPT, o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a luta pela terra ganha maior dimensão e articulação nacional, imprimindo ao poder público, a necessidade de novas respostas.⁹

⁹ Para um estudo sobre a formação de assentamentos rurais anteriores à década de 1980 ver Martins (1979) e Bergamasco et al (1991).

Luta pela terra no estado de São Paulo

Ao longo dos cinco séculos que compõem a trajetória brasileira após a colonização, a resistência das populações camponesas se faz presente: lutas messiânicas, cangaço, ligas camponesas, canudos, contestado. Os camponeses estão em conflito constante com o latifúndio, o Estado e os representantes da classe dominante. A luta pela terra é uma das faces que tal resistência assume e é, na contemporaneidade, pautada por movimentos de trabalhadores rurais que reivindicam reforma agrária. Especialmente a partir do final do século XX, as ocupações de terras improdutivas¹⁰ se configuram como uma das principais ferramentas de luta destes movimentos. As ocupações se tornam a principal forma de acesso às políticas de reforma agrária, sendo “ações de resistência frente à intensificação da concentração fundiária e contra a exploração, que marcam uma luta histórica na busca contínua da conquista da terra e de trabalho, a fim de obter condições de vida e uma sociedade justa” (FERNANDES, 1999, p. 15).

A luta destes camponeses se faz presente, mesmo que de forma invisibilizada, no estado de São Paulo. Até 1984, ano de gênese do MST, os camponeses sem terra se organizavam de forma isolada, com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), por diferentes regiões do estado, em especial Andradina, Pontal do Paranapanema, Itapeva e Campinas. Com a fundação do movimento, sua nacionalização e chegada ao território paulista, a partir da conquista dos assentamentos Sumaré I e Sumaré II, em áreas da Ferrovia Paulista S/A (FEPASA), as bases para a expansão do movimento no solo paulista se consolidam. Nos anos seguintes, de 1985 a 1990, o MST passa a ocupar latifúndios e terras devolutas nas regiões de Bauru, Araçatuba, Itapetininga e Pontal do Paranapanema (FERNANDES, 1999), aumentando, através das constantes ocupações de terras, a pressão pela formação de assentamentos rurais.

Mas, importante destacar, a criação dos assentamentos, a luta pela terra e a política de reforma agrária não caminham na mesma velocidade. Em âmbito nacional, desde o período de redemocratização, as metas da política nacional de redistribuição fundiária são sistematicamente descumpridas.

Quadro 6 – Governos brasileiros e as metas de redistribuição fundiária com resultados total e percentual			
Governos	Meta	Resultado	%
Sarney	1.400,00	90.000	7
Collor	500.000	23.000	4,6
Itamar	80.000	12.600	15,75
FHC	400.000	125.956	31,5
Lula	400.000	226.400	56,6
Dilma	219.000	46.904	21,41

Fonte: elaboração própria a partir dos dados de KHALIL (2019, p. 15).

No âmbito estadual, tal descompasso pode ser observado ao compararmos os dados sobre assentamentos rurais e as ocupações de terra. Segundo o banco de dados DATALUTA (2017), entre os anos 1988 e 2016, 213.998 famílias se organizaram em 1.611 ocupações de terra por todo o estado de São Paulo, contudo, o número de

¹⁰ As terras improdutivas são aquelas que não cumprem a sua função social. A função social da terra está estabelecida pela Constituição Federal de 1988 e cumprir a Função Social da Terra as propriedades rurais precisam garantir “I – aproveitamento racional e adequado; II – utilização adequada de recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.” (BRASIL, 1988, art. 186)

assentamentos criados entre os anos 1979 e 2016 é significativamente menor, mesmo com nove anos a mais de registro, apenas 18.989 famílias foram contempladas com lotes em 272 assentamentos. Até 2017, o INCRA registrou 275 assentamentos rurais no estado de São Paulo que, em seu conjunto, ocupam 348.729,76 hectares, totalizando cerca de 1,4 % da área total do estado (INCRA, 2020; IBGE, 2020).

Os dados acima expostos evidenciam o longo caminho a ser percorrido pelas políticas de redistribuição fundiária em São Paulo. Este descompasso impulsiona uma série de movimentos que pautam a luta pela terra e reforma agrária. Desde os anos 2000, trinta e sete movimentos socioterritoriais se organizam e atuam em diferentes áreas do estado. Em 2016, três movimentos organizaram ocupações em São Paulo: além do MST, a Frente Nacional de Lutas (FNL) e Movimento Radicais Livres (MRL) (DATALUTA, 2017). Cabe destacar que entre os movimentos apontados, o MST segue sendo o mais representativo, conforme o quadro abaixo elucida, tanto por conta do número de ocupações realizadas como também pelo de famílias envolvidas:

Quadro 7 – Ocupações realizadas no estado de São Paulo em 2016		
Movimento	Ocupações	Famílias envolvidas
MST	19	2.519
FNL	12	1.229
Outros	1	200
Total	32	3.948

Fonte: DATALUTA. Banco de Dados da Luta pela Terra (2017).

Em São Paulo, assim como em todos os estados brasileiros, o processo de conquista da terra é muito mais fruto das ocupações organizadas por movimentos sociais do que por projetos de governos que envolvam um número significativo de famílias. Neste sentido, as ocupações se transformam em uma estratégia de ação de tais movimentos, os acampamentos se tornam instrumentos de resistência, e a produção e reprodução social se tornam objetivos centrais no desenvolvimento dos assentamentos.

Torna-se importante evidenciar que o processo de luta anterior à conquista da terra carrega em si uma dimensão inerente à questão agrária brasileira: a conflitualidade. Os movimentos de resistência camponesa travam, ao longo de sua história, uma série de embates com as elites agrárias, com o agronegócio e com o poder público. Segundo a CPT (2020), entre 2010 e 2019, 10.819 conflitos por terra foram travados em todo o território nacional. Nestes dez anos, 383 trabalhadores rurais sem-terra, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, líderes religiosos e outros representantes de comunidades tradicionais foram assassinados. É possível afirmar que diante do atual contexto, de avanço de um projeto notadamente neofascista, o quadro esteja ainda mais agravado, haja vista as queimadas ilegais promovidas por agentes privados e as dimensões que esses feitos tomam em tais localidades.

Os conflitos por terra estão presentes também no estado de São Paulo. Em 2019, a Comissão registrou duas tentativas de assassinato e uma morte em territórios ocupados por movimentos camponeses. Ao longo do ano, 32 conflitos envolvendo trabalhadores rurais, quilombolas, indígenas e caiçaras foram registrados pela pastoral. O quadro abaixo sistematiza os dados referentes às áreas ocupadas por movimentos sociais de trabalhadores rurais sem-terra:

Quadro 8 – Número de conflitos no campo envolvendo trabalhadores rurais sem-terra registrados pela CPT no Estado de São Paulo em 2019			
Região Administrativa	Municípios	Conflitos/Município	Total
Araçatuba	Castilho	1	1
Bauru	Agudos	1	2
	Iacanga	1	
Campinas	Araras	1	7
	Itirapina	1	
	Limeira	2	
	Mogi-Guaçu	1	
	Valinhos	2	
Central	Boa Esperança do Sul	1	2
	São Carlos	1	
Itapeva	Riversul	3	3
Marília	Gália	1	1
Presidente Prudente	Panorama	1	1
Ribeirão Preto	Ribeirão Preto	1	1
Sorocaba	Itapetininga	1	1
Total	15	-	19

Fonte: CPT (2020).

No total, 19 conflitos são contabilizados em nove das 16 regiões administrativas que compõem o Estado de São Paulo. Atualmente, a região de maior conflitualidade é Campinas, onde sete conflitos, uma tentativa de assassinato e um assassinato foram registrados (CPT, 2020). Se em 2019 a região administrativa de Campinas se apresentava como principal foco de violência, ao longo da trajetória da luta pela terra no estado, outras regiões foram protagonistas de embates que culminaram em processos de formações de assentamentos rurais.

As especificidades regionais no processo de formação dos assentamentos rurais no estado não permitem generalizações demasiadas, mas algumas reflexões sobre quatro áreas marcadas pela grilagem e pelas dificuldades de ação e coordenação estatal podem ser realizadas. As regiões do Pontal do Paranapanema, Vale do Ribeira, Sorocaba e Vale do Paraíba possuem características comuns: estão localizadas nos extremos de São Paulo, estão fora das principais rotas de desenvolvimento econômico e possuem elevado percentual de terras devolutas e áreas não discriminadas.

A Região do Vale do Ribeira é caracterizada por uma complexa estrutura agrária e pela presença de conflitos entre comunidades camponesas e unidades de conservação. Ecologistas, quilombolas, indígenas, pequenos agricultores e latifundiários dedicados à cultura da banana são alguns dos diferentes grupos de interesse que se articulam no Vale. Em 2014, a região possuía 443.231 habitantes, dos quais 25,91% (114.821 pessoas) viviam na área rural. Conhecido por ser uma das poucas regiões de conservação da Mata Atlântica no país, o território aglutinava, em 2010, diversas comunidades quilombolas e terras indígenas, além de 6.993 estabelecimentos de agricultura familiar e 150 famílias assentadas (MDA, 2015). Entre os anos 1950 e 1980 a região passa por um processo de grilagem de vastas áreas, que culminam em elevada concentração fundiária e formação de latifúndios sem amparo legal. Este avanço ilegal causa tensões e conflitos:

A melhoria do sistema viário junto com a expansão da agricultura comercial colaborara para a intensificação dos conflitos de terra na região. O processo de terras era bastante duvidoso, pois na maioria das vezes ignorava a presença do posseiro e o fato de muitas terras serem públicas (BERNINI, 2009, p. 42).

As Unidades de Conservação (UCs) constituem 60% de toda a área do Vale do Ribeira. Outra particularidade da região é a existência de sítios arqueológicos que têm entre 2 mil e 2,5 mil anos. Essas especificidades influenciam diretamente na gestão das UCs e nas dinâmicas econômicas e ecológicas do território, aumentando a vulnerabilidade da população local (MARINHO, 2006). Desde os anos 1960, a atividade agrícola preponderante na região é o cultivo da banana, produzida em larga escala e com a utilização de agrotóxicos e insumos químicos. Esta atividade é adotada também pelos pequenos produtores, que, por conta dos decretos que criaram as Unidades de Conservação, passaram a sofrer maiores restrições para trabalhar nas terras. A ausência de segurança sobre suas posses e planos de manejo ecologicamente sustentáveis e viáveis se configuram como um dos maiores desafios enfrentados pelos camponeses daquele território.

Apesar da região de Sorocaba, contígua ao Vale do Ribeira, estar inserida em uma área com altos níveis de industrialização e urbanização, grande parcela de sua população compõe o “Ramal da Fome”, caracterizado pelos baixos níveis de renda e elevado grau de pobreza. O território, localizado no entorno da Serra de Paranapiacaba, reúne pequenas e médias unidades de produção e se caracteriza pela presença de conflitos decorrentes da ação de especuladores imobiliários, motivados principalmente, pela pequena distância dessas áreas em relação à capital paulista.

O Vale do Paraíba é outra região marcada por conflitos e problemas de regularização fundiária. Grande parte de seu território também é composto por Unidades de Conservação e a esta característica soma-se a incidência de conflitos envolvendo pequenos posseiros e especuladores imobiliários. A região é conhecida por ter sido a primeira área do estado a explorar a cafeicultura de grande porte e posteriormente se transformou na mais importante bacia leiteira de São Paulo. Com a emergência de outras bacias leiteiras, a especialização no gado semiconfinado ou confinado para a produção de leite foi a alternativa tecnológica experimentada na região. Mas tal produção encontra concorrência acirrada com outras regiões produtoras (JÚLIO et al, 2006).

O Pontal do Paranapanema é a região que mais concentra conflitos por terra no estado de São Paulo. Seu território se forma a partir de um processo de grilagem de mais de 1,1 milhão de hectares de terras devolutas. Em março de 1984, foram realizadas as primeiras desapropriações de terra na região, transformando 15.110 hectares em áreas destinadas à reforma agrária. Cerca de 460 famílias são assentadas no Gleba XV de Novembro, o primeiro de uma série de outros assentamentos formalizados no território, especialmente a partir dos anos 1990, quando o MST passou a se organizar na região. Nesta mesma década, a conflitualidade presente na região do Pontal do Paranapanema compeliu o poder público a inaugurar uma nova fase nos programas estaduais de ocupação de áreas públicas.

Segundo Ferrante e Barone (2008), as diversas experiências de assentamentos brasileiros, incluindo as realizadas no estado de São Paulo, apresentam dificuldades de gestão por parte dos órgãos públicos responsáveis. A falta de planejamento, a desorganização de um cronograma racional de investimentos, e o esvaziamento cíclico da estrutura de assistência técnica, acabam por prejudicar o desenvolvimento econômico dos produtores assentados.

Entretanto, as estratégias de resistência dos camponeses, as suas formas de ação e de articulação comercial e seus métodos de garantia da produção e reprodução social, nos evidenciam que o campesinato precisa ser entendido nos seus próprios termos. Mesmo que o capitalismo siga se desenvolvendo no campo, não é possível utilizá-lo para qualificar e analisar a agricultura camponesa, especialmente a que se organiza em assentamentos rurais. Os lotes conquistados pelas lutas das famílias de trabalhadores rurais sem-terra não podem ser vistos como uma unidade de produção capitalista, que consequentemente visa maximização dos lucros. Devem, pois, ser vistos como locus de identidade e reprodução social, como espaços de trabalho e de vida, onde os assentados produzem, consomem e geram excedentes comercializáveis.

Um fator importante a ser considerado é relação entre mão-de-obra familiar disponível e a quantidade de trabalho a ser realizada. Em muitos casos, especialmente por conta da limitação do tamanho dos lotes, a mão-de-obra familiar acaba por ser superior à demanda existente. Justamente por isso, é comum que membros da família busquem trabalho em áreas urbanas ou em empresas do agronegócio da região. Esta situação não deve ser interpretada como um fracasso das políticas de assentamentos rurais, mas como uma contradição existente, que torna tais experiências necessárias à reprodução das famílias diante da atual limitação da política pública. Em outras palavras, é importante deixar evidente que, em muitos casos, pela ausência de planejamento público adequado, as atividades desenvolvidas no lote não são suficientes para a manutenção de todo o núcleo familiar¹¹.

Por fim, é preciso apontar que, de forma dialética, os movimentos sociais mantem a pauta da reforma agrária na agenda política. Por sua resistência e luta, o Estado segue, em teoria, sendo responsável pela redistribuição fundiária no país, mesmo que empiricamente sua atuação não seja determinante, nem propositiva.

Referências

BERGAMASCO, S. M. P.; FERRANTE, V. L. B.; D'AQUINO, T. Assentamentos rurais em São Paulo: A roda viva de seu passado/presente. In: **Ciências Sociais Hoje**. São Paulo: Vértice/Anpocs, 1991

BERNINI, C. I. **De posseiro a assentado: a reinvenção da comunidade do Guapiruvu na construção contraditória do assentamento Alves, Teixeira Pereira, Sete Barras-SP**. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/USP), São Paulo (SP), 2009

BRASIL, Governo Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasil: 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm Acessado em: out. 2020.

BRASIL, IBGE. **Cidades e Estados – São Paulo**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp.html> Acessado em: out. 2020.

¹¹ Cabe aqui recuperar uma passagem de Chayanov (1974, p. 101) “Quando a terra é insuficiente e se converte em um fator mínimo, o volume da atividade agrícola para todos os elementos da unidade de exploração se reduz proporcionalmente, em grau variável, porém inexoravelmente. Mas a mão-de-obra da família que explora a unidade, ao não encontrar emprego na exploração, se volta [...] para atividades artesanais, comerciais e outras atividades não-agrícolas para alcançar o equilíbrio econômico com as necessidades da família” (CHAYANOV, 1974, apud GIRARDI, 2008, p. 98).

BRASIL, INCRA. **Painel de Assentamentos: SR 08 – São Paulo**. Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php> Acessado em: out. 2020.

BRASIL, MDA. **Perfil Territorial: Vale do Ribeira – SP**. Brasília (DF): CGMA, mai. 2015.

CANO, W. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. São Paulo (SP): T. A. Queiroz. Republicado pela editora do Instituto de Economia da Unicamp (30 anos de Economia – Unicamp, 1), 2007.

CARNEIRO, R. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX**. São Paulo (SP): Editora Unesp, 2002.

CARVALHO, J. G. **Economia Agrária**. Fundação Cecierj, Rio de Janeiro, 2015.

CARVALHO, J. G. **Questão agrária e assentamentos rurais no Estado de São Paulo: o caso da Região Administrativa de Ribeirão Preto**. Tese de doutorado – Instituto de Economia, Unicamp, São Paulo, 2011.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA/Centro de documentação Dom Tomás Balduino. **Conflitos no Campo – Brasil 2019**. [Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Paulo César Moreira dos Santos [Goiânia]: CPT Nacional, 2020.

DATALUTA/NERA. **Data Luta: banco de dados de luta pela terra**. Presidente Prudente (SP), 2007.

DATALUTA. **Banco de dados de luta pela terra: relatório Brasil 2016**. Presidente Prudente (SP): dez. 2017. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_brasil_2016.pdf Acessado em: out. 2020.

DAVIS, J. H.; GOLBERG, R. A. **A concepto f agribusiness**. Harvard University: Boston, 1957.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo (SP): Cortez. 2001.

FERNANDES, B. M. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. Biblioteca Digital do Desenvolvimento, 2004. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/Desenvolvimento_territorial.pdf. Acessado em: out. 2020.

FERNANDES, B. M. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1979 – 1999)**. Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/USP), São Paulo (SP), 1999.

FERRANTE, V. L. S. B.; BARRONE, L. A. Assentamentos na agenda de políticas públicas: a “trama de tensões” em regiões diferenciadas. In: FERRANTE, V. L. S. B. e WHITAKE, D. C. A. (orgs.). **Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos das políticas de assentamentos rurais**. Série NEAD Especial. Brasília (DF), MDA, 2008.

GIRARDI, E. P. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira**. Tese de Doutorado – Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT/UNESP), Presidente Prudente (SP), 2008.

GONÇALVES, J. S. et. al. Agropecuária Paulista: transformações do período de 1969-1971 a 2002-2004. In: Cano, W; Brandão, C. A; Maciel, C. S.; Macedo, F. C. **Economia Paulista: dinâmica socioeconômica entre 1980 e 2005**. Campinas (SP): Ed. Alínea, 2007.

GRAZIANO DA SILVA, Estrutura Fundiária e Relações de Produção no Campo Brasileiro. In: **Anais do II Encontro da ABCP**. Águas de São Pedro (SP), out. 1980.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O que é questão agrária**. São Paulo (SP): Editora brasiliense, 1993.

HOFFMANN, R. Estimativa da desigualdade dentro de estratos no cálculo do índice de Gini e redundância. In: IPEA. **Pesquisa e Planejamento Econômico**. Rio de Janeiro (RJ), v. 9, n. 3, p. 719-738, dez., 1979.

HOFFMANN, R. Distribuição da renda e da posse da terra no Brasil. In: RAMOS, P. (org.). **Dimensões do agronegócio brasileiro: políticas, instituições e perspectivas**. Brasília (DF): MDA, 2007.

HOFFMANN, R. **Distribuição da posse da terra no Brasil e nas Unidades da Federação, conforme a condição do produtor, 1970 a 2006**. 2010.

IBGE. **Censo Agrícola**. Rio de Janeiro (RJ), 1960.

IBGE. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro (RJ), 1970.

IBGE. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro (RJ), 1975.

IBGE. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro (RJ), 2006.

IBGE. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro (RJ), 2009.

IBGE. **Censo Agropecuário**. 2019.

ITESP. **Terra e cidadãos: Aspectos da Ação de Regularização Fundiária no Estado de São Paulo**. 2ª. Ed. 2000.

JULIO, J. E; et al. **Dinâmicas regionais e questão agrária no estado de São Paulo**. São Paulo (SP): INCRA, 2006.

KAGEYAMA, A. A. (coord.). O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: Delgado, G. et al. (org.) **Agricultura e Políticas Públicas**. Brasília (DF): IPEA, 1990.

KHALIL, B. E. **Políticas agrárias e articulação de escalas: uma análise do ambiente institucional nas compras públicas do município de São Carlos (SP)**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGPol/UFSCar), São Carlos (SP), 2019.

LAUREANO, D. S. **O MST e a constituição: Um sujeito histórico na luta pela reforma agrária no Brasil**. São Paulo (SP): Expressão Popular, 2007.

MARINHO, M. A. Conflitos e possíveis diálogos entre unidades de conservação e populações camponesas: Uma análise do Parque Estadual Intervales e o bairro do Guapiruvu (Vale do Ribeira/SP). Dissertação de Mestrado. FFLCH/USP, 2006.

MARTINS, J. S. **Cativeiro da terra** [1. Ed.: 1979], São Paulo (SP): Hucitec, 6. Ed., 1996.

MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. (org.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre (RS): Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). 1999.

MENDONÇA, S. R. **A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990**; STEDILE, J. P. (org.). São Paulo (SP): Expressão Popular, 1ª ed., 2006.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. HUCITEC Polis. São Paulo, SP, 1998.

NORDER, L. A. **Políticas de assentamento e localidade: os desafios da reconstituição do trabalho rural no Brasil**. Tese de Doutorado, Universidade de Wageningen. 2004.

OLIVEIRA, A. U. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária**. São Paulo (SP): Revista Estudos Avançados, vol. 15 nº. 43, 2001.

RAMOS, P. Questão agrária, salários, política agrícola e modernização da agropecuária brasileira. In: INCRA. **Questão agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual**. São Paulo (SP), 2005.

SZMERCSÁNYI, T. **Pequena história da agricultura no Brasil**. São Paulo (SP): Ed. Contexto, 1998.

TEIXEIRA, G. **O Censo Agropecuário 2006 – Brasil e Regiões**. Mimeo. 2009.

**O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA E OS ENTRAVES DA
QUESTÃO FUNDIÁRIA NOS ENTORNOS DE UNIDADES DE
CONSERVAÇÃO EM MINAS GERAIS: UMA ANÁLISE DO PARQUE
ESTADUAL DO BIRIBIRI, MG**

^I Beatriz Roque dos Santos

^{II} Dr. Alan Faber do Nascimento

RESUMO-A presença e uso humano das áreas naturais para desenvolvimento da agricultura, com comunidades rurais que usufruem da terra, foram pautas de discussões sobre o uso e apropriação destas áreas. Como soluções destas demandas foram sugeridas a inserção de Unidades de Conservação. O que ocorre neste processo em maior parte é que estas áreas foram inseridas sem a participação das comunidades pertencentes ao seu entorno, por este motivo durante seu processo e até os dias atuais, ainda existem conflitos sendo um dos mais agravantes a questão fundiária. Diante desse aparato regulatório, este trabalho tem como objetivo realizar uma análise do processo de inserção do PEBI fazendo o levantamento da questão fundiária e apropriação das terras por parte das três comunidades de seu entorno. Para tanto, será utilizado como metodologia a revisão bibliográfica que trata do tema proposto e a análise do Plano de Manejo do PEBI. Os resultados mostraram que a questão fundiária existente no PEBI não se encontra regularizada em função da falta de recursos financeiros para indenizar a Companhia S.A que detem 95% da área do parque, além de processos de uso e ocupação de áreas irregulares em seu entorno e os conflitos existentes com as comunidades. Diante destes entraves percebe-se o quanto se torna essencial inserir as comunidades nas atividades advindas do PEBI desde seu processo de criação, além de ações pelos órgãos públicos ligados ao seguimento de parques para trazerem soluções para regularizar estas áreas promovendo assim o desenvolvimento da conservação de forma efetiva.

PALAVRAS-CHAVE: Questão fundiária, PEBI, comunidades do entorno

I-Graduada em Turismo pela UFVJM, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Ambiental, Estudante do Mestrado em Estudos Rurais- PPGER UFVJM, beatriz.roque@ufvjm.edu.br

II- Graduado em Turismo pela PUC-SP, Mestre em Ciências Sociais pela PUC-SP, Doutorado em Geografia pela UEP Campus de Rio, Pós-Doutorado em Estudos do Lazer pela UFMG, Professor do Curso de Turismo e do Mestrado em Estudos Rurais- UFVJM, alan.faber@ufvjm.edu.br

INTRODUÇÃO

Muito se tem discutido sobre o desenvolvimento da agricultura nos entornos de Unidades de Conservação. Mais precisamente o centro do debate se pauta na relação das áreas protegidas com a posse de terras, as questões fundiárias e conflitos advindos da expropriação e usos pelas comunidades locais. Em princípio a criação de Unidades de Conservação como forma de preservação exige que os órgãos públicos ligados a implementação delas criem documentos e demarcações de posses de terras, efetuando assim a regulamentação fundiária. (OLIVEIRA, 2010).

Historicamente a questão do uso e apropriação de terras no Brasil é um problema antigo que remonta a um período anterior à própria entrada de europeus no país. Com efeito, quando é elaborado o Tratado de Tordesilhas, o mesmo entrou em contradição com usos costumeiros, casos como o das populações nativas que usufruem as terras para plantio e colheita sendo a agricultura relacionada com os bens da natureza, seguindo os modelos do modo de vida camponês baseados na produção em comunidades (NASCIMENTO, 2016).

Esse modelo camponês encontrado em diferentes épocas está associado com a lavoura familiar, uma vez que ela era organizada para simples reprodução e própria alimentação onde as características como a solidariedade, igualismo da terra eram baseados na família (MASSUQUETI, 2010).

Pensando neste modo de vida camponesa diversas são as problemáticas envolvendo tal tema, sendo os mesmos associados às mudanças ocorridas nos meios rurais onde com o passar dos anos, os campos foram sendo ocupados pelas modernidades e usufruto desordenado das áreas ditas naturais. Neste sentido foram elaboradas propostas durante as Conferências Internacionais ligadas às discussões sobre as formas de manejo da terra e os impactos destas para o meio ambiente. A principal pauta do encontro foi a importância da proteção destas áreas sendo assim implantado no ano de 1937 o primeiro Parque Nacional denominado como: Itatiaia e sucessivamente foram implementadas outras Unidades de Conservação (KURY, 2009).

O modelo de Parques inseridos no país nesta época foram anteriores a lei do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação) que determina a participação das comunidades no processo de planejamento destas áreas seguindo assim o modelo dos EUA. Desta maneira as áreas implantadas eram pertencentes ao poder público, porém em seu entorno há famílias e áreas que precisam ser desapropriadas de acordo com as diretrizes de criação, tornando assim o problema pertinente até os dias atuais a questão fundiária nos entornos de Unidades de Conservação. (MORAIS, 2014).

Neste momento, o país depara-se com um grande problema, que consiste em regularizar a situação fundiária de toda área de um Parque, ou seja, identificar o domínio de todos os imóveis e transformá-los em terras pertencentes ao Poder Público. O objetivo do legislador ao criar a necessidade de algumas UCs serem de posse e domínio público visa, principalmente, viabilizar mecanismos de efetiva proteção de determinado ecossistema de relevância ambiental, econômica e social. Em contrapartida, com a criação de uma UC de domínio público, há a necessidade de se remover as pessoas residentes no local. (KURY, 2009, p.16).

I-Graduada em Turismo pela UFVJM, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Ambiental, Estudante do Mestrado em Estudos Rurais- PPGER UFVJM, beatriz.roque@ufvjm.edu.br

II- Graduado em Turismo pela PUC-SP, Mestre em Ciências Sociais pela PUC-SP, Doutorado em Geografia pela UEP Campus de Rio, Pós-Doutorado em Estudos do Lazer pela UFMG, Professor do Curso de Turismo e do Mestrado em Estudos Rurais- UFVJM, alan.faber@ufvjm.edu.br

Os planos de manejos criados pelas Unidades delimitam áreas restritas ao uso da gestão e tornam os locais habitados por populações como espaços pertencentes ao parque. O plano de manejo da Ilha de Cardoso feito no ano de 1976, por exemplo, antes do SNUC onde suas delimitações não incluiu no processo de criação e implementação as comunidades caiçaras, obrigando as famílias a aceitarem a nova realidade ou migrarem para a região de Cananéia em São Paulo. (ARRUDA, 1999). Outro exemplo foi à criação do Parque Estadual de Ilha Bela criado pelo decreto estadual nº. 414 de 20 de janeiro de 1977, onde em seu projeto de planejamento e gestão da Unidade de Conservação não considerou a existência das populações caiçaras pertencentes ao seu entorno, sendo estas excluídas das atividades (pesca e plantio) que praticavam nas terras, antes não apropriadas pelo parque. (NASCIMENTO, 2016). Na nova realidade são excluídas e proibidas do manuseio de parte de suas terras surgindo desta maneira os conflitos.

O Parque Estadual do Biribiri objeto deste estudo é um exemplo deste modelo de implementação, segundo dados do Plano de Manejo da Unidade de Conservação 95% do PEBI possuem propriedades particulares e não se pode regulamentar (STCP, 2004). No entorno da Unidade de Conservação existem três comunidades que usufruíam dos recursos naturais do PEBI e após sua inserção foram excluídas das atividades. (MORAIS, 2014).

Neste sentido a pesquisa em questão busca conhecer a realidade das comunidades locais após a inserção do PEBI e sua atual situação fundiária, pretende-se também no desenvolvimento desta pesquisa traçar caminhos e soluções para estas comunidades e sua relação com o parque. Na tentativa de responder ao seguinte questionamento: Até que ponto as comunidades do entorno do PEBI conseguem lidar com a inserção do PEBI e as questões fundiárias e quais são suas limitações e soluções para a realidade imposta?

Em Unidades de Conservação e em seus entornos a divisão de terras torna-se um dos maiores conflitos sendo este justificado pelas questões relacionadas às regulamentações destas terras e os entraves sendo eles relacionados: a divisão e propriedades das terras, propriedades particulares ou do estado, além das questões jurídicas ou relacionadas a bens das famílias. (MORAIS, 2014). Neste sentido é criado o direito de análise destes locais também conhecido como o direito agrário:

A regularização fundiária no sentido adotado pelo direito agrário consiste na definição das situações dominiais e possessórias de imóveis rurais situados em determinado espaço territorial. [...] No plano ambiental, a regularização fundiária consiste na solução das situações dominiais e possessórias não no sentido de reconhecê-las e mantê-las intocáveis, como acontece no direito agrário, mas com o objetivo de incorporar as terras ocupadas a justo título ou não ao patrimônio do órgão gestor da unidade de conservação. (AZEVEDO, 2002, p.37).

Pensando nas perspectivas de preservação destes ambientes, a importância das Unidades de Conservação e suas comunidades do entorno, nota-se como se torna essencial conhecer os diversos conflitos relacionados à política de UCs e trazer

I-Graduada em Turismo pela UFVJM, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Ambiental, Estudante do Mestrado em Estudos Rurais- PPGER UFVJM, beatriz.roque@ufvjm.edu.br

II- Graduado em Turismo pela PUC-SP, Mestre em Ciências Sociais pela PUC-SP, Doutorado em Geografia pela UEP Campus de Rio, Pós-Doutorado em Estudos do Lazer pela UFMG, Professor do Curso de Turismo e do Mestrado em Estudos Rurais- UFVJM, alan.faber@ufvjm.edu.br

caminhos que busquem aproximar estes dois extremos, uma vez que ambos são importância para a preservação e desenvolvimento destes locais. (OLIVEIRA, 2010). Para tanto é preciso também que os órgãos públicos busquem formas de planejamento e diagnóstico das áreas em conflitos para suprir as demandas locais e possa em seu desenvolvimento trazer adequações quanto ao uso e apropriação da terra. (KURY, 2009).

Analisando o PEBI a realidade é a mesma onde temos três comunidades conhecedoras dos atrativos e históricos de dentro da UC e também em seu entorno, mais que como os demais exemplos apresentados ao longo do estudo questionam as limitações impostas pelo referido parque, por este motivo é tão importante analisar este entrave através de outras pesquisas e trazer soluções para minimização dos mesmos.

Na tentativa de trazer novo retorno a esta realidade a pesquisa em questão tem como objetivo principal, realizar uma análise do processo de inserção de Unidades de Conservação em áreas rurais, tendo como foco deste estudo a inserção do PEBI na cidade de Diamantina-MG fazendo o levantamento da questão fundiária e apropriação das terras por parte das quatro comunidades de seu entorno. Para tanto será utilizado como metodologia a revisão bibliográfica que trata do tema proposto e a análise do Plano de Manejo do PEBI.

Entende-se que conhecer a realidade das comunidades do entorno antes da inserção da Unidade de Conservação, com os modos de vida baseados na agricultura e após criação. Analisar as demandas inseridas durante este período e a relação das comunidades e a gestão parece ser uma oportunidade de entender os possíveis conflitos existentes advindos do uso da terra atualmente entre esses dois extremos, podendo assim ser sugeridas mudanças e sugestões para a aproximação e consolidação da atividade dentro e no entorno do Parque.

RAÍZES DA AGRICULTURA E OS CONFLITOS EXISTENTES NO CAMPO

No passado da história da agricultura e a forma de manuseio da terra no Brasil e no mundo os seres humanos que nelas viviam utilizavam as matérias primas de forma amena, não causavam quase nenhum impacto. Com o passar dos tempos o homem passa a necessitar de novas formas para obtenção de seu alimento criando novos mecanismos de manuseio das terras usufruindo da natureza e seus recursos. (DORNELAS, 2014).

Quando ele começou a praticar o cultivo e a criação, ele não encontrou na natureza nenhuma espécie previamente domesticada, mas domesticou um grande número delas. Não dispunha também de instrumentos anatômicos adaptados ao trabalho agrícola, mas os fabricou de todas as maneiras e cada vez mais poderosos. Enfim, nenhum saber inato ou revelado lhe ditava a arte e a maneira de praticar a agricultura, e graças a isso, ele pôde ajustar livremente os sistemas de cultivo e de criação extraordinariamente variados e adaptados aos diferentes meios do planeta, transformando-os de acordo com suas necessidades e de acordo com suas ferramentas (MAZOYER e ROUDART, 2010, p.70).

I-Graduada em Turismo pela UFVJM, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Ambiental, Estudante do Mestrado em Estudos Rurais- PPGER UFVJM, beatriz.roque@ufvjm.edu.br

II- Graduado em Turismo pela PUC-SP, Mestre em Ciências Sociais pela PUC-SP, Doutorado em Geografia pela UEP Campus de Rio, Pós-Doutorado em Estudos do Lazer pela UFMG, Professor do Curso de Turismo e do Mestrado em Estudos Rurais- UFVJM, alan.faber@ufvjm.edu.br

O período foi denominado como a revolução agrícola em função das transformações ocorridas nos campos. As transformações foram divididas em cinco etapas sendo elas: a primeira que foi voltada para o período neolítico onde o homem começa a analisar e a mexer na natureza transformando as formas de sobrevivências existentes na natureza, na segunda etapa ele passa a preparar o solo para o plantio, na terceira é inserido o uso de tratores transformando a agricultura e o solo, já na quarta o solo é substituído pelas pastagens artificiais e por ultimo a quinta ou como foi conhecida como a Segunda Revolução Agrícola dos Tempos Modernos que irá inserir novos modelos de produção que visavam tornar produção mais acelerada. (DORNELAS, 2014).

Analisando as cinco transformações no setor agrícola percebe-se que são inseridas novas formas de manuseio e plantio das terras, inserção de mão-de-obra, máquinas e insumos para aumentar a produção.

O modelo de modernização inserido no país é baseado na exploração do trabalhador, na violência e devastação do meio ambiente onde as tradições são descartadas para dar lugar, aos trabalhadores com o objetivo de aumentar mais a produção. Este novo modelo pode ser denominado como o Império. Este pode ser entendido como o modo de reorganizar o mundo social e natural onde promove um avanço no seguimento alimentício, na pratica agrícola e no modo de produção dos agricultores. (PLOGG, 2008).

Neste novo cenário os preços são elevados, os produtos são fabricados com uso de agrotóxicos, o custo de vida aumenta, pois os agricultores precisam pagar taxas, impostos para a produção o que torna seu sustento e dia-a-dia mais difíceis. Os novos camponeses que antes detinham suas terras para sustento vão ter que se adaptar ao novo cenário, ou seja, vão submeter às novas práticas de modernização inseridas nos campos, ou irá migrar para a cidade o que ocorre na maioria das vezes onde o campo é esvaziado para darem lugares às máquinas e estes camponeses saem em busca de uma condição de vida melhor para seus familiares. (ALENTEJANTO, 2011).

Já em meados dos séculos XXI o desenvolvimento da agricultura e suas transformações ganham novas questões e análises sobre o campo e sua funcionalidade. As principais questões levantadas foram: a insistência e concentração nos campos e os impactos, o uso da tecnologia e internalização da agricultura, o processamento da indústria e comercio a questão alimentar como foco em questão maior, o numero de pessoas do que produtos produzidos, a violência e exploração do trabalho e os impactos gerados a natureza pelo uso e manuseio do modelo agrário inserido no campo. (ALETEJANO, 2011).

Se por um lado estas transformações e modelos inseridos no Brasil e no mundo tem como meta trazer o desenvolvimento da agricultura, tornar as terras mais produtivas e ao mesmo tempo gerar capital, por outro lado ela traz impactos que devem ser analisados e pensados em estratégias pra a minimização dos mesmos.

“é preciso reconhecer também os enormes inconvenientes, desse modelo de desenvolvimento: as grandes desigualdades de renda de trabalho entre as regiões; a eliminação, pelo emprobecimento, da maioria dos estabelecimentos; as enormes desigualdades nas densidades da população agrícola e rural com a concentração excessiva de atividades de algumas

I-Graduada em Turismo pela UFVJM, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Ambiental, Estudante do Mestrado em Estudos Rurais- PPGER UFVJM, beatriz.roque@ufvjm.edu.br

II- Graduado em Turismo pela PUC-SP, Mestre em Ciências Sociais pela PUC-SP, Doutorado em Geografia pela UEP Campus de Rio, Pós-Doutorado em Estudos do Lazer pela UFMG, Professor do Curso de Turismo e do Mestrado em Estudos Rurais- UFVJM, alan.faber@ufvjm.edu.br

regiões inteiras; poluições; desequilíbrio da oferta e demanda e grandes flutuações no preço dos produtos agrícolas” (MAZOYER e ROUDART, 2010, p.423).

A questão que mais em evidencia diante destes impactos seria se não o mais importante um dos principais: a questão fundiária. Esta questão vem sendo analisada por diversos estudiosos, em uns estudos eles apontam que a questão fundiária esta relacionada com o uso excessivo e desordenado das terras e outros vão trazer a questão da divisão de terras de forma desigual como a justificativa destes conflitos. Nesta nova realidade as famílias existentes nestes locais que não conseguem acompanhar este desenvolvimento são excluídas das atividades mostrando a desigualdade e avanço acelerado destes novos meios de produção no campo. (SIQUEIRA, 2014).

Se analisarmos as transformações ocorridas no campo dos séculos anteriores até atualmente percebe-se que os dois se interligam entre si uma vez que a modernização transformou o campo e seus modos de produção e ao mesmo tempo usufruiu de grandes números de terras para promover seu desenvolvimento.

A antinomia “reforma agrária” versus “modernização técnica”, que é arranjo político. Esse novo arranjo se articula nos últimos anos do segundo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso e também no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando se constitui uma estratégia de relançamento dos grandes empreendimentos agroindustriais comerciais externos expressivos. Essa estratégia, que estivera abandonada pela política macroeconômica do primeiro governo Cardoso, é adotada por pressão do constrangimento externo do balanço de pagamentos. Ela relança uma política agrícola de máxima prioridade ao agronegócio, sem mudança na estrutura agrária. Isso reforça as estratégias privadas de maximização da renda fundiária e especulação no mercado de terras. Esse arranjo da economia política é altamente adverso ao movimento da camponesa. (WANDERLEY, 2003, p.52)

Como é possível perceber a nova evolução transformou o campo, inserindo o contexto do agronegócio como a saída pra promover o desenvolvimento local, porém analisando a realidade do camponês e suas tradições tal modelo se torna uma contradição ao que eles consideram como a permanência e usufruto de suas terras. (PORTO, 2015).

Nos últimos anos a presença e permanência de vários grupos ligados as tradições locais estão presentes nos ambientes agrários buscando forma de sobrevivência e continuidade de suas culturas. Dois grupos levam destaque sendo eles: A primeira formada por pessoas que usufruem da terra de forma tradicional e a segunda que são aquelas pessoas que sua identidade esta relacionada com algum tipo de violência, conflito ou expansão da agricultura. Os dois grupos buscam sobreviver às crises e transformações ocorridas no campo, preservando seus costumes e pensando em soluções para minimizar tais conflitos. (DORNELAS, 2014).

I-Graduada em Turismo pela UFVJM, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Ambiental, Estudante do Mestrado em Estudos Rurais- PPGER UFVJM, beatriz.roque@ufvjm.edu.br

II- Graduado em Turismo pela PUC-SP, Mestre em Ciências Sociais pela PUC-SP, Doutorado em Geografia pela UEP Campus de Rio, Pós-Doutorado em Estudos do Lazer pela UFMG, Professor do Curso de Turismo e do Mestrado em Estudos Rurais- UFVJM, alan.faber@ufvjm.edu.br

A nova realidade cria no campo um novo modelo onde os agricultores que deixam suas terras para cederem lugar para as máquinas e novas formas de tecnologias advindas da modernidade e das tecnologias inseridas no campo e passam a querer resgatar suas culturas camponesas, sendo exemplos do campesinato. O campesinato são os camponeses que usam a terra para produção e sustento conservando os traços de culturas os costumes locais de suas comunidades. (ALENTEJANO, 2011).

O modo camponês de realizar a agricultura é o equilíbrio entre os interesses comunitários e individuais, ou seja, ocorre de forma coletiva onde todos opinam e decidem os impasses advindos dentro da comunidade, porém os avanços da nova modernidade trouxe impactos e ameaçou até terminar com o modelo de vida praticado pelos camponeses. No Brasil a expansão foi uma época marcada pela violência e pelos conflitos advindos do crescimento e inserção das técnicas no campo. (DORNELAS, 2014).

A questão da modernização tem uma ligação direta com a revolução verde, que foram à inserção de agrotóxicos e máquinas no meio rural a matriz desta revolução é o incentivo a entrada de capital e expansão da agricultura para outros países. A modernização deste modelo de agricultura não reproduz uma forma clássica, mais sim um modelo familiar integrado ao mercado onde a tradição camponesa é incentivada em novas decisões dos camponeses. O agricultor familiar continua camponês e sua família torna-se o incentivo de sua produção e sustento, sofrendo essas transformações no seu modo de vida. (DORNELAS, 2014). A nova realidade transformava a valorização dos produtos agrícolas, onde os produtos tradicionais dão lugar a produtos ditos como modernos:

Como os chamados insumos modernos (...) são fortemente subsidiados, as condições de lucratividade das culturas ditas modernas (justamente porque utilizam maiores proporções de insumos modernos) são maiores; ainda mais porque, sendo quase sempre produtos de exportação e/ou transformação industrial (como cana, café, soja, trigo, etc.), tem sempre uma evolução de preços relativamente mais favorável do que as culturas tradicionais, que são basicamente os produtos alimentícios (arroz, mandioca, feijão, etc.), cujos preços repercutem diretamente no aumento do custo de vida (SILVA, 1982, p.29-30).

Com o desenvolvimento das tecnologias no meio rural o modo de vida camponesa passa a ser vista como um atraso no processo de modernização onde são inseridas atividades da indústria e passam a contratar os trabalhadores por baixo custo de produção. O camponês por sua vez tem sua produtividade focada na família, baseadas nos princípios do campesinato onde o acesso a terra para cultivo e plantio são fundamentais. Com esta nova modernidade muitas atividades são desconectadas do modo de vida dos camponeses fazendo com que eles migram para outros lugares ou queiram lutar pelas suas terras. (DORNELAS, 2014).

No campo em diversos locais do país e até do mundo ainda existem grupos de resistências que apreendem lutando a não aceitar o novo modelo de agricultura e permanecem vivos com seus costumes e tradições. Eles podem ser denominados como as comunidades ou populações tradicionais que ainda mantêm os costumes do

I-Graduada em Turismo pela UFVJM, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Ambiental, Estudante do Mestrado em Estudos Rurais- PPGER UFVJM, beatriz.roque@ufvjm.edu.br

II- Graduado em Turismo pela PUC-SP, Mestre em Ciências Sociais pela PUC-SP, Doutorado em Geografia pela UEP Campus de Rio, Pós-Doutorado em Estudos do Lazer pela UFMG, Professor do Curso de Turismo e do Mestrado em Estudos Rurais- UFVJM, alan.faber@ufvjm.edu.br

campesinato utilizando a terra para seu sustento e conservando seus recursos.(PLOEG, 2008).

As comunidades geralmente vivem em áreas rurais próximas ou dentro de áreas nativas, com atrativos naturais e históricos que devem ser preservados por tal motivo os órgãos ligados ao meio ambiente determinam a inserção de áreas de conservação. (MORAIS, 2014)

As Unidades de Conservação são inseridas como objetivo de proteger a fauna, flora tão diversificadas nestas regiões. A regularização fundiária pode ser entendida neste processo como as demarcações de terras, delimitações pelos entornos das UCs sendo implantados documentos e planos de manejo para demarcar estes locais.

Em Minas Gerais, o órgão ambiental responsável pela regularização fundiária das Unidades de Conservação estaduais é o Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF) que criou, em 2012, a Gerência de Regularização Fundiária (GEREF), para tratar especificamente da situação fundiária das unidades e propor medidas e soluções para que ele aconteça. O IEF age conjuntamente com órgãos administrativos, jurídicos e técnicos para resolver a situação fundiária e essa interdependência por muitas vezes, é causa direta da morosidade e burocracia do processo. (AMBRÓSIO, 2014, p.54).

Se analisarmos as UCs inseridas no estado percebe-se que em sua maioria não trabalham a questão fundiária durante a implementação das mesmas. A realidade muitas vezes é justificada porque a criação e consolidação destas áreas em maior parte ocorreram antes da Lei do SNUC, criada no ano de 2000 que determina a consultoria e a participação das populações dos seus entornos nas demandas advindas da implantação da nova área. (AZEVEDO, 2002).

A região de Minas Gerais possui 80 Unidades de Conservação segundo dados do IEF destas 38 são de proteção integral denominadas como Parques Estaduais, nestas Unidades de conservação a questão fundiária está relacionada com as delimitações e apropriações das terras por parte dos parques ou UCs, em alguns casos o conflito já se encontra regularizado através de ações de uso e desapropriação de terras e outros aguardam por ações de liberação das terras. No quadro a seguir vamos analisar a situação dos parques Estaduais do Alto Jequitinhonha:

Figura I: Situação de regularização dos Parques Estaduais no Alto Jequitinhonha:

Parques do Alto Jequitinhonha	Questão fundiária
Parque Estadual da Serra Negra	Proposta de redefinição dos limites para desapropriação
Parque Estadual do Biribiri	Existência de ações de desapropriação
Parque Estadual do Pico do Itambé	Em processo de desapropriação
Parque Estadual do Rio Preto	Completamente regularizado

I-Graduada em Turismo pela UFVJM, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Ambiental, Estudante do Mestrado em Estudos Rurais- PPGER UFVJM, beatriz.roque@ufvjm.edu.br

II- Graduado em Turismo pela PUC-SP, Mestre em Ciências Sociais pela PUC-SP, Doutorado em Geografia pela UEP Campus de Rio, Pós-Doutorado em Estudos do Lazer pela UFMG, Professor do Curso de Turismo e do Mestrado em Estudos Rurais- UFVJM, alan.faber@ufvjm.edu.br

Parque Estadual Serra do Intendente	Completamente regularizado
-------------------------------------	----------------------------

Fonte: Adaptado de OLIVEIRA, 2010

Como é possível analisar nos dados acima, somente dois dos cinco Parques do Alto Jequitinhonha se encontram regularizados os outros três ainda existem processos e questões judiciais para a consolidação e regularização das terras do seu entorno estas demandas podem levar anos.

No caso do PEBI, tema deste estudo a questão ainda faz parte das questões relacionadas a propriedades particulares, inexistência de recursos indenizatórios e por este motivo o parque não consegue se regularizar sua situação. No próximo capítulo será apresentado a situação atual do parque e as questões relacionadas à questão fundiária que se analisarmos no processo de modernização da agricultura no Brasil e do mundo já se encontravam presentes seja por demarcações de áreas, desapropriação ou expulsão dos camponeses para o uso e modernização do campo e atualmente se encontra nas UCs.

ANÁLISE DA QUESTÃO FUNDIÁRIA DAS COMUNIDADES DO ENTORNO

PEBI

No Estado de Minas Gerais é grande o percentual de comunidades que vivem dentro dos parques estaduais e em seu entorno sendo estas comunidades grandes conhecedoras da fauna, flora e atrativos naturais destas UCs, como: cachoeiras, picos e serras.

Diante disso torna-se indispensável o envolvimento destas comunidades no planejamento e desenvolvimento das ações realizadas dentro do parque. Quanto menos a comunidade participar do processo ecoturístico, menos ecoturístico ele será, independente da presença de atrativos naturais e culturais relevantes e da ocorrência da visitação. (FILETTO, 2007, p.32).

O Parque Estadual do Biribiri (PEBI) localizado no município de Diamantina, Minas Gerais, exemplifica esses conflitos. O PEBI foi criado pelo Decreto Estadual nº 39.909, em setembro de 1998, tendo com o objetivo principal a proteção da fauna e flora, as nascentes dos rios e córregos da região. Além disso, ele é considerado como um centro de oportunidades para o desenvolvimento de pesquisas, estudos científicos e alternativos de uso racional dos recursos naturais, por meio do desenvolvimento de atividades de ecoturismo (MINAS GERAIS, Decreto nº 39.909, 1998, art.1).

Durante a implementação do Parque as três comunidades rurais do entorno: Cidade Nova, Mendanha e Pinheiro foram classificadas de acordo com o Plano de Manejo como zonas de amortecimento, zonas de interesse turístico e rural.

O Bairro Cidade Nova foi criado pela prefeitura com intuito de trazer o desenvolvimento da cidade, desta maneira foram cedidos lotes para as famílias carentes que entravam com a mão de obra e construíam assim suas residências, com o passar do tempo o bairro foi crescendo se tornando atualmente o bairro Cidade Nova. O bairro é uma das principais entradas do Parque sendo classificado como Zona Especial de Interesse Social (MORAIS, 2014). A Zona foi criada com o objetivo principal de promover a questão fundiária existente na região, além de trazer desenvolvimento local com a inserção de novas habitações e promover a qualificação dos espaços urbanos existentes no bairro trazendo o crescimento da comunidade local.

A comunidade de Mendanha é um distrito da cidade de Diamantina e está situada ao Leste do Parque Estadual do Biribiri. A presente comunidade faz parte do Plano de Manejo sendo classificada como região de interesse ambiental em função dos diversos

I-Graduada em Turismo pela UFVJM, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Ambiental, Estudante do Mestrado em Estudos Rurais- PPGER UFVJM, beatriz.roque@ufvjm.edu.br

II- Graduado em Turismo pela PUC-SP, Mestre em Ciências Sociais pela PUC-SP, Doutorado em Geografia pela UEP Campus de Rio, Pós-Doutorado em Estudos do Lazer pela UFMG, Professor do Curso de Turismo e do Mestrado em Estudos Rurais- UFVJM, alan.faber@ufvjm.edu.br

atrativos naturais existentes na região e turístico pela grande demanda que recebe anualmente. (MORAIS, 2014)

A comunidade de Pinheiro está localizada no Oeste da zona de amortecimento e inserida no Noroeste do limite do Parque. Na comunidade existem nucleações que podem ser entendidas como unidades sociais formada por famílias e residências que convivem amigavelmente. Estas nucleações podem ser divididas em quatro núcleos que são: Córrego Fundo, Pinheiro de baixo, Pinheiro de cima e Mata Porco.

A comunidade é formada em sua maioria por casais velhos e adultos analfabetos tendo a principal fonte de renda e sustento local os recursos da aposentadoria e pensões e de atividades exercidas dentro da comunidade como: produção de feijão, mandioca, milho, leite e queijo além do extrativismo vegetal e a criação de gado que atualmente é proibido pela Unidade de Conservação. (MORAIS, 2014)

Todas as três comunidades antes da inserção do PEBI usufruíam das áreas do parque para desenvolverem o plantio, colheita e manuseio da terra além da criação de animais, extração de madeira e caça, detinham características camponesas de tirarem da terra seu sustento familiar.

O processo de criação Parque Estadual do Biribiri não contou com a participação das comunidades do entorno. Conseqüentemente, os moradores não compreendem a importância da implantação desta unidade de conservação e, também não aceitam as imposições que são colocadas pelos gestores. (MORAIS, 2014)

Assim, desde a criação do PEBI os gestores enfrentam dificuldades decorrentes, principalmente da carência de recursos humanos, financeiros e materiais, bem como conflitos socioambientais tanto no espaço geográfico da UC quanto em sua zona de amortecimento.

A questão fundiária também é um grande fator de conflito, tendo em vista que o PEBI ainda possui áreas que não foram regularizadas, “Das propriedades particulares cerca de 95% de sua área é da Companhia Industrial Estamparia S/A e os 5% restantes são pertencentes a pequenos proprietários e posseiros”(MORAIS,2014, p.110).Em função disso, nenhuma ação pode ser feita para promover o crescimento de atividades turísticas dentro e no entorno do parque, uma vez que para desapropriar estes proprietários implica em pagamentos de altos custos não disponíveis no orçamento da atual gestão da Unidade por falta de verba do estado (MORAIS, 2014).

Tais entraves, relacionados à questão fundiária e as mudanças no modo de vida dos moradores locais, têm gerado diversos conflitos diante dos interesses de gestão do Parque, como por exemplo, as queimadas que ocorrem dentro e no entorno do PEBI, além dos usos incorretos e desordenados na região (SOUZA et al.,2012).

Para a minimização destes conflitos é preciso promover diálogo entre o órgão gestor e cada comunidade analisando os impactos destas ações ao meio ambiente e levantando soluções para o retorno satisfatório dos dois extremos.

CONCLUSÃO:

A questão fundiária assim como a inserção de Unidades de Conservação, devem ser analisadas em conjunto com as comunidades locais dos entornos, uma vez que eles já conhecem as áreas e podem ajudar na criação, planejamento e implementação de forma coletiva.

Paradigmático dessa forma de expropriação territorial é que muitas unidades de conservação no Brasil foram criadas sem a participação de todos que vivem no interior ou nas franjas dos seus limites territoriais, caso das comunidades locais que

I-Graduada em Turismo pela UFVJM, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Ambiental, Estudante do Mestrado em Estudos Rurais- PPGER UFVJM, beatriz.roque@ufvjm.edu.br

II- Graduado em Turismo pela PUC-SP, Mestre em Ciências Sociais pela PUC-SP, Doutorado em Geografia pela UEP Campus de Rio, Pós-Doutorado em Estudos do Lazer pela UFMG, Professor do Curso de Turismo e do Mestrado em Estudos Rurais- UFVJM, alan.faber@ufvjm.edu.br

tradicionalmente usufruem dos seus recursos, mas que, invariavelmente, são excluídas e marginalizadas pela política de proteção ambiental baseada na criação de áreas protegidas.

Compete ao órgão que está propondo a criação da nova UC elaborar os estudos técnicos preliminares, realizar a consulta pública e os demais procedimentos para a criação da unidade. A consulta pública, preferencialmente realizada na comunidade diretamente afetada pela criação da UC e com ampla divulgação à sociedade é um procedimento indispensável. Este deve ser um dos momentos para a apresentação da proposta de criação, dos trabalhos técnicos que subsidiam sua extensão, limites e zoneamento e dos propósitos da nova área, esclarecendo todas as dúvidas que a comunidade tem a respeito. (GOMES et al., 2006).

Ações com unidades de conservação e seu entorno pressupõem a presença de pelo menos três atores importantes: os moradores da região e, em alguns casos, os residentes em seu interior; o órgão responsável pela manutenção e administração da unidade; e os agentes promotores de ações na região. Dependendo da história da unidade, do contexto local e, ainda, das características desses atores ocorrem ou não relações entre eles. (NETO,2002, p.17).

Estas comunidades são tradicionais que possuem em seu modo de vida o desenvolvimento da atividade agrícola, as tradições e costumes de seu povo, por este motivo, torna-se essencial a inserção das mesmas nos processos de desenvolvimento das atividades no entorno e dentro da UC. Pensando em soluções para a regularização da parte fundiária das propriedades e das áreas do parque.

Em discussões realizadas dentro do ambiente acadêmico sobre as mudanças ocorridas, no campo e a inserção de novos segmentos nas áreas rurais sejam eles empresas, mineradoras ou como no caso do estudo: uma Unidade de Conservação nota-se o quanto precisam ser repensadas ações de prevenção e regularização das áreas antes mesmo de serem implementadas.

O primeiro passo seria neste caso reuniões com as comunidades rurais do seu entorno para que estas possam opinar e avaliar as delimitações que serão impostas, impactos e retorno para as mesmas. Após este primeiro contato deveria ser apresentado o plano de manejo para ser construído em conjunto e no último momento seria o levantamento dos retornos que estas teriam com a inserção do parque na região, tendo como foco que a atividade agrícola e o uso da terra que são prioritárias e devem ser preservadas.

O que é possível perceber, não só em Minas mais em diversos lugares é que a regularização das áreas não são resolvidas por diversos motivos dentre eles destacam no caso do PEBI: a inexistência de documentos de comprovação das delimitações das áreas dos terrenos, uma vez que só se encontra disponível o plano de manejo e este encontra-se desatualizado, recursos públicos para indenizar os proprietários ou a Companhia S.A, processos judiciais que se encontram em adesão na justiça, entre outros fatores de relevância que impedem o desenvolvimento da regularização fundiária.

Resolver estes empecilhos seria um fator relevante, pois nos dias atuais a maioria dos jovens ou pessoas da própria comunidade migram para a cidade em busca de

I-Graduada em Turismo pela UFVJM, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Ambiental, Estudante do Mestrado em Estudos Rurais- PPGER UFVJM, beatriz.roque@ufvjm.edu.br

II- Graduado em Turismo pela PUC-SP, Mestre em Ciências Sociais pela PUC-SP, Doutorado em Geografia pela UEP Campus de Rio, Pós-Doutorado em Estudos do Lazer pela UFMG, Professor do Curso de Turismo e do Mestrado em Estudos Rurais- UFVJM, alan.faber@ufvjm.edu.br

oportunidades, pois não vêm no campo uma saída por este motivo torna-se essencial valorizar as comunidades que ainda sobrevivem e conservam os costumes advindos da terra para seu sustento. Sem contar que estas são sábias e conservam os costumes, preservando assim estes locais.

Acredita-se que a execução destas sugestões pode gerar resultados satisfatórios tanto para as comunidades quanto para o PEBI, pois promoverá a aproximação e a mesmo tempo fazer com que os moradores possam se sentir inseridas e, assim, entendam a real importância desta Unidade de Conservação.

REFERENCIAS:

ALENTEJANO, P. Questão agrária no Brasil do século XXI: uma abordagem a partir da geografia. 27 f. São Paulo, 2011

AMBROSIO, R. V. Situação fundiária dos Parques Estaduais de Minas Gerais, Dissertação de Ciências Florestais, 186 f, UFL, Lavras, 2014

ARRUDA, R. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação. 79-93, Revista Ambiente e Sociedade, Ano II, 1999

AZEVEDO, J. M. Implicações da nova lógica de ação do Estado para educação Ambiental. 49-71, Educação e Sociedade, v.23, 2002

DORNELAS, R. Modernização agrícola no Brasil e Colonialidades. IN.: Anais 38º Encontro Anual da ANPOCS, 2014, p. 01 - 21.

FILETTO, F. Desenvolvimento de indicadores de sustentabilidade para o ecoturismo em unidades de conservação. 2007. 143 f. Tese (Doutorado em Ciências Florestais) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2007.

GOMES, L. J; SANTANA, V.; RIBEIRO, G. T. Unidades de Conservação no Estado de Sergipe. **Revista da FAPESSE,** Sergipe, v. 2, n. 1, p. 101-112, 2006.

KURY, K.A. Regularização Fundiária em Unidades de conservação: o caso do Parque Estadual do Desengano/RJ, p-34-59, 2009

I-Graduada em Turismo pela UFVJM, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Ambiental, Estudante do Mestrado em Estudos Rurais- PPGER UFVJM, beatriz.roque@ufvjm.edu.br

II- Graduado em Turismo pela PUC-SP, Mestre em Ciências Sociais pela PUC-SP, Doutorado em Geografia pela UEP Campus de Rio, Pós-Doutorado em Estudos do Lazer pela UFMG, Professor do Curso de Turismo e do Mestrado em Estudos Rurais- UFVJM, alan.faber@ufvjm.edu.br

MASSUQUETTI, Angélica. **A Dinâmica da Agricultura Francesa: inovação, transformação e identidade social**. RESR, Piracicaba, v. 48, n. 02, p. 331-356, abr/jun 2010.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP, 2010. Capítulo 1 – Evolução, Agricultura, História (p. 51-70 e da p. 90-96

MINAS GERAIS. **Decreto nº 39.909, de 22 de Setembro de 1998**. Cria o Parque Estadual do Biribiri e dá outras providências. Belo Horizonte, Minas Gerais, 1998.

MORAIS, M. S. **A realidade socioambientais impostas às comunidades locais pela criação dos Parques Estaduais do Biribiri e Rio Preto**. 2014.245 f. Tese (Pós-graduação do Departamento de Geografia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

NASCIMENTO, A. F. **A ilusão urbanística: o papel do Estado na expropriação dos Caiçaras**, Tese de Doutorado, 152 f. Annablume, São Paulo, 2016

NETO, P. S. F. **Entorno de Unidades de Conservação: Estudo de Experiências com UCs de Proteção Integral**, 59 f. Rio de Janeiro, 2002

OLIVEIRA, L. J. D. **Regularização fundiária de unidades de conservação**, Boletim Científico ESMPU, Brasília, a. 9 – n. 32/33, p. 143-176 – jan./dez. 2010

PLOEG, J. D. **Camponeses e Impérios Alimentares: Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**, UFRGS, 373 f. 2008

PORTO, C. W. G. **Bye Bye Brasil aqui estamos: a reinvenção da questão agrária no Brasil**, 86-97. **Conflitos no Campo**, Brasil, 2015

SILVA, J. G. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 192 p.

SIQUEIRA, O. S. **O modo de produção capitalista e a agricultura**. COLÓQUIO – Revista do Desenvolvimento Regional - Faccat - Taquara/RS - v. 11, n. 2, jul./dez. 2014

I-Graduada em Turismo pela UFVJM, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Ambiental, Estudante do Mestrado em Estudos Rurais- PPGER UFVJM, beatriz.roque@ufvjm.edu.br

II- Graduado em Turismo pela PUC-SP, Mestre em Ciências Sociais pela PUC-SP, Doutorado em Geografia pela UEP Campus de Rio, Pós-Doutorado em Estudos do Lazer pela UFMG, Professor do Curso de Turismo e do Mestrado em Estudos Rurais- UFVJM, alan.faber@ufvjm.edu.br

SOUZA, D. E; SCALCO, R. F; XAVIER, K. F. As implicações da criação do Parque Estadual Do Biribiri para a comunidade e para o desenvolvimento do Turismo. **Caderno de Geografia**, v.22, n.38, p.110-132, 2012.

STCP ENGENHARIA DE PROJETOS LTDA. **Plano de Manejo Do Parque Estadual Do Biribiri. Planejamento da Unidade De Conservação**. Volume I e II- Encarte 2.SDS-02/02-Revisão Final.Curitiba-PR: setembro,2004.

WANDERLEY, M. de N. B. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade**. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n.21, p. 42-61, out.2003

I-Graduada em Turismo pela UFVJM, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Ambiental, Estudante do Mestrado em Estudos Rurais- PPGER UFVJM, beatriz.roque@ufvjm.edu.br

II- Graduado em Turismo pela PUC-SP, Mestre em Ciências Sociais pela PUC-SP, Doutorado em Geografia pela UEP Campus de Rio, Pós-Doutorado em Estudos do Lazer pela UFMG, Professor do Curso de Turismo e do Mestrado em Estudos Rurais- UFVJM, alan.faber@ufvjm.edu.br

ECONOMIA POPULAR E AGROECOLOGIA NA ÉPOCA DA COVID 19: ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO, TRABALHO E CONSUMO EM UM MOVIMENTO SOCIAL

Bruna Távora¹
Débora Lins²

Resumo

Esse artigo é uma reflexão teórica sobre as estratégias de economia popular (QUIJANO, 2010) que vem sendo desenvolvidas pelo Movimento dos Pequenos Agricultores na época da Covid 19, no estado do Rio de Janeiro. As ações analisadas são aquelas que destacam o papel da comunicação na organização do consumo e da comercialização de alimentos agroecológicos, bem como na difusão das pautas políticas do MPA. A ação ocorreu por meio da estruturação da Brigada de Comunicação Popular do movimento, que atuou fortalecendo os processos produtivos dos grupos camponeses vinculados ao Sistema de Abastecimento Alimentar Popular (SAAP) do MPA no Estado. Os resultados apontam que a experiência proporciona a formação técnica e profissional de comunicadores e comunicadoras para atuação no campo da agroecologia, consolidando formas de trabalho, cooperação e reciprocidade próprios das economias populares.

Palavras-Chave: Movimentos dos Pequenos Agricultores; Comunicação; Abastecimento Alimentar Popular.

Introdução

A experiência histórica de luta pela terra no Brasil tem desenvolvido, ao longo das décadas, formas de organização e resistência, legando à questão agrária uma centralidade nas lutas brasileiras. Acesso e permanência na terra, recursos para produção de subsistência e por fim, o direito de produzir e comercializar alimentos tem sido pautas pelas quais lutam os povos das florestas, dos rios e das matas, ao mesmo tempo que enfrentam a violência e o genocídio de seus ecossistemas – que combina assassinatos de lideranças, extinção de políticas públicas e devastação ambiental.

Apesar disso, a agroecologia camponesa resiste e se mantém formando redes de apoio e solidariedade, organizando-se através de uma economia popular (QUIJANO, 2007) que, permite o controle do processo total – desde a produção até a distribuição e o escoamento dos alimentos. Hegemonizada por cooperativas, movimentos sociais e associações dirigidas pelos próprios camponeses (as), a agroecologia camponesa representa uma diferença em relação às práticas do agronegócio, comandadas por transnacionais e pelo empresariado rural.

Nesse sentido, neste artigo, combinamos a análise teórica com a observação da experiência do Movimento dos Pequenos Agricultores, comentando especificamente algumas estratégias de comunicação, trabalho e consumo que foram desenvolvidas através da formação de uma Brigada de Comunicação Popular, que atuou entre março e julho de 2020 no estado do Rio de Janeiro. O objetivo da brigada foi consolidar as relações de comunicação entre o movimento e os e as consumidoras, atuar na organização de grupos de consumo, ampliar o vínculo com as famílias camponesas,

¹ Doutoranda da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e membro do Coletivo de Comunicação do Movimento dos Pequenos Agricultores.

² Estudante de graduação do curso de Engenharia de Produção, da UNIRIO e membro do projeto Assessoria técnica aos coletivos produção da agricultura familiar (UNIRIO).

bem como difundir as pautas dos movimentos camponeses no primeiro semestre do isolamento social.

Os resultados apontam que, graças às estratégias de reciprocidade instauradas pela dinâmica das economias populares, foi possível articular um conjunto diverso de profissionais da comunicação que atuaram facilitando o escoamento de alimentos. Um outro resultado observado é que, com isso, foi possível constituir um espaço de aprendizagem acerca do tema comunicação e agroecologia, colaborando ainda com a transição agroecológica, na medida em que possibilita a formação de profissionais em comunicação para a atuação no campo da agroecologia familiar e camponesa.

Sistema de Abastecimento Alimentar Popular do Movimento dos Pequenos Agricultores (SAAP)

No Brasil, são cerca de 30 milhões de brasileiros que residem em zonas rurais e estão divididos em cerca de 4 milhões de territórios em todo o país (BOZA E VINHA, 2020). Apesar disso, as políticas públicas de infraestrutura de estradas e transporte, o crédito para a produção agrícola e as compras públicas da agricultura camponesa e familiar recebem apenas 15% dos créditos, enquanto o agronegócio fica com a maior parte do fundo público destinado a essas políticas (85%) (BOZA E VINHA, 2020).

Nesse contexto, a demanda por uma comunicação permanente entre os movimentos sociais organizados e os públicos consumidores é uma premissa para que o sistema da agroecologia camponesa ocorra, garantindo a soberania e autonomia dos processos de produção e trabalho. Isto porque só é possível consumirmos algo que conhecemos.

O Movimento dos Pequenos Agricultores surge no ano de 1996, no bojo da abertura neoliberal dos anos 1990 e passa a atuar no estado do Rio de Janeiro em 2013. De uma forma geral, o objetivo do movimento é lutar pela soberania alimentar, garantindo não apenas a permanência na terra, mas também a organização política do campesinato, articulado através da produção e do escoamento dos alimentos agroecológicos (PLANO, 2019). Estes que são produzidos pelos Sistemas Camponeses de Produção, e, com a consolidação da luta, passam a constituir um Sistema de Abastecimento Alimentar Popular (SAAP) que busca organizar a totalidade do processo produtivo, abarcando as etapas de produção, comunicação, transporte, distribuição e comercialização de alimentos.

O programa apresentado pelo MPA afirma que isto não ocorre apenas na perspectiva econômica, mas sobretudo, na perspectiva da organicidade do campesinato, no horizonte da construção de uma outra relação entre o homem/mulher e a natureza, e na perspectiva do Poder Popular (PLANO, 2019)

Nesse sentido, podemos afirmar que trata-se de um sistema, ao mesmo tempo, político e econômico que organiza de maneira associada e comunitária, a produção, a distribuição e o escoamento dos alimentos produzidos nos Sistemas Camponeses de Produção a ele vinculados. As formas de comercialização são diversas e envolvem feiras, participação em programas e políticas públicas, organização de grupos de consumo, consignaçoão de alimentos para Unidades de Produção Camponesa, e

arrecadação junto à entidades parceiras para doação na campanha de solidariedade de classe Mutirão contra a Fome³.

Atualmente, no estado do Rio de Janeiro, a experiência de abastecimento popular de alimentos ocorre escoando a produção camponesa e familiar de cerca de 21 territórios localizados do interior e litoral do Estado, e realiza a comercialização em outras 12 cidades (Quatis, Porto Real, Volta Redonda, Barra Mansa, Visconde de Mauá, Resende, Campos dos Goytacazes, Petrópolis, Mangaratiba e na região metropolitana do RJ (Rio de Janeiro, Niterói e Paquetá)). Além disso, incorpora unidades de produção de outros seis estados: Goiás, Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul, Sergipe e Espírito Santo. Em relação a biodiversidade, atualmente está cadastrado na base de dados do SAAP/RJ, uma diversidade de 859 itens ofertados aos cestantes (como são chamados os e as consumidoras).

Sistema Camponês de Produção	Território
Associação de Produtores do Vale do Lúcius	Teresópolis, RJ
CoopaMesqui	Mesquita
Cogumelos Vale da Lua	Nova Friburgo, RJ
Coletivo Terra	Assentamento Terra Prometida – Tinguá, RJ
Dona Mirian e Seu Aldir	Assentamento Campo Alegre -
Márcia - Vargem Grande TERESOPOLIS	Teresópolis, RJ
Naturalmente	Rio de Janeiro, RJ
Sítio Sabor da Montanha	Teresópolis, RJ
Sustenta Chips Banana e Alpim	Duque de Caxias, RJ
Unidade de Produção Camponesa Luciano	Nova Iguaçu, RJ
Unidade de Produção Camponesa Matheus	Assentamento Fazenda Pau Grande, Magé
Unidade de Produção Camponesa Seu Severino	Magé, RJ
Unidade de Produção Camponesa Sítio do Hudson	Paty de Alferes, RJ
Unidade de Produção Camponesa Sítio dos Sonhos	Areial, Três Rios
Unidade de Produção Camponesa Agroecovida	Bonfim, Petrópolis
Unidade de Produção Camponesa Josué	Barra do Pirai, RJ
Quilombo de Santa Justina e Santa Izabel	Mangaratiba, RJ
Unidade de Produção Camponesa Vicente E Cia	Quilombo de Santana, Quatis/RJ
Unidade de Produção Camponesa Thiago	Silva Jardim, RJ
Unidade de Produção Camponesa Sítio Birico	São João da Barra
Unidade de Produção Camponesa Sítio Muxungo	Pitangueiras, Campos dos Goytacazes

Tabela 1: Territórios de localização das famílias camponesas que participam do SAAP no RJ (elaboração própria)

Um trabalho vinculante entre produção e consumo é realizado pelo SAAP. Ao mesmo tempo em que se busca estruturar processos produtivos nos territórios rurais, também se organizam ações para fortalecer e criar grupos de consumo e formas de comunicação cada vez mais ampliadas com as populações das cidades. A prática histórica de organização dos processos produtivos demonstrou a identidade existente

³ Campanha nacional idealizada pelo MPA, lançada em 09 de abril, que tem como objetivo a arrecadação e distribuição de alimentos da agroecologia camponesa da base do movimento para apoiar famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica.

entre produção e consumo, identidade que deve ser levada em consideração ao organizar os processos produtivos da agroecologia (MARTINS, 2019). Fato que demonstra a importância da comunicação, que enquanto ferramenta, tem realizado o diálogo entre o campo e a cidade.

Esse vínculo entre os territórios urbanos e rurais é uma das determinações que definem o significado da agroecologia camponesa. “A agroecologia camponesa não se completa, não se efetiva, se desligada de sistemas de abastecimentos que vinculem campo e cidade, sejam os vínculos criados e mediados pelo Estado e suas políticas de abastecimento (que podem ser em cooperação, em conflito ou híbridas) ou edificados pelo poder popular (PLANO, 2019, p 70)

Essa ciência fornece um conjunto holístico, que envolve tecnologia, produtividade e comunitarismos, culminando em uma estrutura metodológica de trabalho que, ao mesmo tempo, se opõe ao sistema do agronegócio, e investiga novas técnicas produtivas e de cooperação. A agroecologia expressa um acúmulo e uma articulação entre ciência e saberes tradicionais e, desde meados dos anos 1970, vem se consolidando como prática produtiva.

Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. Ela utiliza os agroecossistemas como unidade de estudo, ultrapassando a visão unidimensional – genética, agronomia, edafologia – incluindo dimensões ecológicas, sociais e culturais. Uma abordagem agroecológica incentiva os pesquisadores a penetrar no conhecimento e nas técnicas dos agricultores e a desenvolver agroecossistemas com uma dependência mínima de insumos agroquímicos e energéticos externos (ALTIERI, 2004, p. 90)

A agroecologia pressupõe ainda uma relação equilibrada entre a lógica produtiva e a natureza e também entre os homens e mulheres entre si. Nesse sentido, entendemos que ela se aproxima de uma prática de economia que conveniou-se chamar de Economia Popular. Tema que veremos na próxima seção.

Economias populares, abastecimento alimentar e aprendizagens

Os empreendimentos de economia popular se originaram nas lutas organizadas dos grupos sociais que enfrentam as problemáticas da carestia, organizando formas econômicas para garantir sua sobrevivência e reprodução social. Diante do vazio político deixado pelo estado, milhares de camponeses e camponesas, bem como outros trabalhadores e trabalhadoras da cidade se vinculam em processos econômicos próprios, de modo a garantir sua sobrevivência.

Dentre as estratégias de organização que são observadas nessas economias ditas populares, Anibal Quijano (2007) destaca as práticas de associativismo e auto-gestão. Orlando Nuñez (2007) e Gonzalo Vázquez (2017) analisam, contudo, que essas formas econômicas não advêm *à priori* da existência de valores solidários ou humanistas. Trata-se de um tipo de recurso útil e necessário, uma estratégia de sobrevivência frente à natureza do capitalismo. Diante do aumento cada vez maior da escassez, se impõe a necessidade de organização e vinculação para garantir as diversas etapas que envolvem

a produção e a circulação das mercadorias que produzem. Os sujeitos que operam sua realização são marginalizados dos processos hegemônicos da economia, e, portanto,

São as necessidades materiais produzidas pelas tendências atuais do capitalismo e, por conseguinte, o comportamento da realidade, o que leva os trabalhadores a compreender que, só na medida que saíam e se liberem das regras do jogo do capitalismo, e exercitem práticas sociais será possível reapropriar-se do controle de seu trabalho, recursos e produtos (QUIJANO, 2007, p.154).⁴

O autor explica que, com o contexto de crise do capital, amplos setores de trabalhadores exercitam práticas sociais marcadas pela apropriação do controle sobre o trabalho e em estratégias de reciprocidade para manejar - com menos desvantagem - as relações econômicas do sistema capitalista. Com isso, garantem o acesso às necessidades materiais necessárias para sua existência, em um processo produtivo que não se ancora na acumulação de excedentes, mas na reprodução social da vida dos envolvidos.

Nesse aspecto, as condições materiais e contingenciais da economia popular culminam em uma organização produtiva que resulta em recursos/processos para o benefício comum de seus participantes, e coexiste em uma contradição com as dinâmicas da economia hegemônica (VÁSQUEZ, 2017).

Deste modo, observa-se que, os atores se organizam, ao mesmo tempo, esquivando-se das lógicas da economia capitalista e desenvolvendo formas cooperadas, arranjos institucionais próprios e diversos, e ações políticas aderentes à resolução de seus problemas. Deste modo, gerando uma racionalidade associativa, de reciprocidade, e *reprodutiva*, em que a solidariedade e a noção de cooperação (em oposição ao individualismo) são estruturantes desse modo de fazer (VÁSQUES, 2017; QUIJANO, 2007).

Trata-se de um conhecimento acumulado, expresso em um acervo de reflexões e experiências institucionais, que se desenvolveram tanto em experiências de caráter socialista quanto como alternativa às dinâmicas de exclusão do capitalismo no campo. Também permite a vivência cotidiana de outras racionalidades produtivas, que privilegiam a reprodução social e o ser humano, em detrimento da apropriação privada dos lucros. Essas estratégias passam a organizar a forma social da vida e da cultura dessas grupos, mediando novas aprendizagens, formas de conhecimento e novos vínculos.

Um importante fato a ser destacado é sua potencialidade para constituir uma racionalidade alternativa (FURTADO, 2008) que irradia das práticas concretas, construindo formas de conhecimento, aprendizagens, ações e reflexões que estimulem novas relações entre o homem e a natureza. Nesse sentido, a experiência proporciona o desenvolvimento de uma aprendizagem técnica e possibilita um tipo de formação profissional adequadas às lógicas organizativas dos grupos populares e dos movimentos sociais.

MARTINS (2019), em seu livro acerca dos processos produtivos agroecológicos desenvolvidos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra destaca que as experiências populares promovem inovações, e ao conceber a dimensão participativa e o

⁴ Tradução nossa

controle dos processos produtivos, também geram uma nova ética política, construindo escolhas alternativas ao sentido empreendedor tão difundido pela economia hegemônica. Gestão, produção de conhecimentos e valores de cooperação são instituídos para que as relações de produção ocorram. O autor destaca que, graças a adesão de um conjunto de famílias camponesas, e frente à crise do modelo do agronegócio, a produção de constitui, ao mesmo tempo, em um processo coletivo de resistência ativa, trabalho, conhecimento e novas aprendizagens.

No caso da articulação aqui relatada, por um lado, há um trabalho de organização da produção, e por outro, há um trabalho de organização da comunicação, da distribuição e do consumo realizados de maneira associada e cooperada. De modo que no caso analisado, é possível observar uma articulação da totalidade do processo de produção, distribuição, escoamento e comercialização dos alimentos agroecológicos tornado possível por estratégias de cooperação e reciprocidade.

Comunicação e Trabalho: a Brigada de Comunicação Popular do MPA na época da Covid 19

Na época do isolamento social, o trabalho do SAAP concentrou-se no espaço Raízes do Brasil, localizado no bairro de Santa Tereza, capital do RJ. O espaço, que abarcava outros serviços como restaurante e hospedagem, converteu-se em Centro de Abastecimento Alimentar Popular, passando a atuar exclusivamente na estruturação da logística, organização e distribuição dos alimentos. Atualmente, sua estrutura de trabalho divide-se nas seguintes brigadas: brigada de abastecimento externo (sistematização, finanças e comunicação) e abastecimento interno (montagem de cestas, logística, estocagem e armazenamento).

Desde o início da pandemia da Covid 19, as formas de consumo, comercialização e escoamento tiveram que ser alteradas, pela restrição da circulação de pessoas e mercadorias e pela diminuição das feiras livres – fato que aumentou a demanda pelo escoamento dos alimentos produzidos pelas famílias camponesas. Para atender essa demanda, foi organizado um conjunto de estratégias de trabalho e brigadas de atuação.

Especificamente na região metropolitana, o escoamento se manteve através da Feira Camponesa, que ocorre sábados e quartas-feiras e através da comercialização de Cestas Camponesas. Em outras cidades como Mangaratiba, Quatis, Petrópolis e Silva Jardim, o isolamento social produziu a demanda por entregas de cestas de comercialização e, com isso, foram montados grupos de consumo para o escoamento da produção.

Nessas cidades, a comercialização ocorre por grupos de consumo no whatsapp que agrupam os cestantes e as famílias camponesas. O procedimento é simples e conhecido. É divulgada a lista de alimentos disponíveis, há uma pessoa responsável pela logística que organiza o recebimento dos pedidos e faz o repasse da demanda para as famílias camponesas.

Já na região metropolitana, encontra-se a experiência mais consolidada. Ela é organizada através dos Núcleos Territoriais de Consumo, que somam 21 territórios, agrupando cerca de 65 bairros nas zonas sul, centro, e zona norte no Rio de Janeiro, e nas cidades de Paquetá e Niterói. Já foram comercializadas aproximadamente 170 toneladas de alimentos agroecológicos, dentre os quais 78 toneladas são alimentos frescos, hortaliças, frutas, e outros itens *in natura* oriundos do campesinato fluminense.

O sistema contabiliza 8.940 pedidos de cestas camponesas, contados a partir do dia 21 de março. A compra é realizada por um sistema informacional próprio, que foi compartilhado com o MPA pela Rede Ecológica, e funciona através do acesso pelo site www.cestacamponesa.com.br.

Os grupos são organizados através de aplicativo de *whatsapp*. Cada núcleo possui um coordenador ou coordenadora, que é um cestante responsável por organizar a comunicação e a informação nos Núcleos Territoriais, informando horário de chegada das cestas, tirando dúvidas, fazendo o controle de qualidade dos alimentos recebidos, dentre outras demandas comunicacionais. O SAAP possui, na região metropolitana, 3.754 cestantes consumidores cadastrados. A média de cestas comercializadas mensalmente é de 1000 unidades. Durante a pandemia, foram incorporados cerca de 10 novos cestantes diariamente.

Além das estratégias de comercialização, também destacamos a criação de grupos de consumo de famílias em situação de insegurança alimentar, através da campanha do Mutirão contra a Fome. Em territórios como Rocinha e Mangueira e outros 10 comunidades periféricas do Rio de Janeiro foram montados Comitês Populares do Alimentos, em articulação outros movimentos sociais e lideranças comunitárias, núcleos que organizam a distribuição de alimentos nesses territórios. Além disso, a campanha já somou a doação de 11.326 cestas de alimentos agroecológicos, garantindo ainda o escoamento de cerca de 92 toneladas de comida.

Diante das exigências com o crescimento da demanda na época do isolamento social, o Coletivo de Comunicação constituiu a Brigada de Comunicação Popular para auxiliar nas demandas comunicacionais do SAAP.

A brigada articulou um conjunto de comunicadores que se dispuseram a participar da iniciativa, que funcionou entre março e julho de 2020, aglutinando cerca de 15 profissionais de áreas diversas (produtores de conteúdo, editores de áudio e vídeo, jornalistas, fotógrafos, dentro outros). O trabalho não foi remunerado por salário. Os brigadistas aderiram ao projeto voluntariamente, fato que permitiu ampliar as ações sem aumentar os custos totais. Apesar disso, pelo mesmo motivo, a tendência é que essas experiências sejam esporádicas e ocorram em curtos períodos de tempo, apresentando desafios de continuidade.

A organização do trabalho da brigada foi assim realizada: os/as brigadistas se vincularam a um grupo de *whatsapp*, onde foram socializadas as demandas, bem como os conteúdos, informes, e materiais de áudio, vídeo e texto, que seriam utilizados como dados e matéria-prima para produção de conteúdos que originam as experiências comunicativas.

Tratou-se de uma proposta político-organizativa de frente de massas do MPA/RJ, que foi operacionalizada pelo Coletivo de Comunicação. Os resultados indicam que, além de auxiliar no escoamento dos alimentos, a brigada também se constituiu como espaço de formação profissional para atuação no campo da agroecologia, pois ajudou a desenvolver saberes e conhecimentos técnicos na área da comunicação.

Para aproximar as pessoas, foi feito um chamado em grupos de *whatsapp*, redes sociais ou outros meios, fazendo uma convocação para a participação da Brigada. Foi produzida uma arte gráfica que foi publicada nas redes sociais, e enviada aos grupos de *whatsapp* de temas correlatos.

Foi acrescentada à chamada as principais demandas técnicas, de modo a facilitar o contato de pessoas que possuíam o conhecimento técnico demandado pelo trabalho político-organizativo e econômico do MPA/RJ. O trabalho técnico-profissional foi

dividido nos seguintes Grupos de Trabalho (GTs): GT de Produção de conteúdo [Site]; GT de Produção de conteúdo [Redes Sociais e grupos de whatsapp]; GT Artes Gráficas; GT Vídeo e edição de vídeos; GT Territórios; GT Revisão de Conteúdo e Assessoria de Imprensa; GT Distribuição. Cada brigadista esteve vinculado a um GT e ficou responsável por desenvolver uma experiência comunicativa específica.

A montagem da equipe da brigada se deu através da divulgação da peça comunicativa abaixo, publicada nas redes sociais do movimento e também enviada aos contatos pessoais das pessoas que participam do movimento.



Figura 1: Chamada realizada para composição de brigadistas para atuação na Brigada de Comunicação do MPA

Também foi realizada uma parceria com o projeto de extensão Comunicação e Consicentização realizado pelo Departamento de Letras e Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, através do curso de jornalismo, e que possibilitou incorporar duas alunas extensionistas ao grupo da brigada.

Em razão da época da pandemia da Covid19, as experiências comunicativas se dividiram em três campanhas, que foram deliberadas pela Coordenação Nacional do MPA como linhas políticas a serem desenvolvidas pelos estados. Para responder a cada campanha geral, foram criadas experiências comunicativas particulares, abaixo identificadas.

As experiências comunicativas são ações que são incluídas nas rotinas de produção de conteúdo. O objetivo é não apenas produzir para divulgar para um público externo, mas também que o próprio processo de produção seja um processo instrutivo para os e as comunicadoras que atuam. Essa perspectiva, vincula-se a ideia de comunicação como mediação social e da comunicação popular como aquela que transforma as perspectivas de pensamento e ação (FREIRE, 1983; PERUZZO, 1998). Nesse sentido, a comunicação objetivou combinar as estratégias de divulgação para a comercialização, com a demanda por mobilização social através da divulgação das pautas da agroecologia camponesa.

Abaixo seguem descritas as campanhas realizadas:

Campanha 1. *“Fique em Casa, Seguiremos Produzindo seu Alimento!”*. Esta campanha foi impulsionada pela Via Campesina. O objetivo consistiu em demonstrar o papel da produção familiar camponesa e agroecológica no momento da crise, garantindo comida saudável na mesa da população brasileira. Para realizá-la, devolvemos as seguintes experiências comunicativas:

a) ***Deu na Roça Tem Na Cesta.*** Consistiu na divulgação do alimento da estação que precisava ser escoado pelas compras do Sistema de Abastecimento Popular de alimentos, através das Cestas Camponesas. Incluía ainda informações sobre história e cultura do Alimento. A divisão do trabalho entre os brigadistas ficou assim dividada: ***1 designer no GT de*** Produção Gráfica e 1 produtor de conteúdo do GT Produção de Conteúdo. O público prioritário eram os e as cestantes-consumidoras que estão nos grupos de whatsapp dos Núcleos Territoriais das Cestas Camponesas;



Figura 2: Panfleto digital “Deu na Roça, Tem na Cesta” divulgando a produção do limão galego, produzido pelo Seu Ismael (Coletivo Terra/ Assentamento da Reforma Agrária Terra Prometida – Duque de Caxias (RJ))

b) ***Comer é um Ato Político. Cozinhar é um Ato Revolucionário.*** Divulgação do preparo de uma receita com itens que constam na lista de compras do Sistema de Abastecimento Popular de alimentos. Para organizar essa experiência, o trabalho foi assim dividido: ***1 designer no GT de*** Produção Gráfica e 1 produtor de conteúdo do GT Produção de Conteúdo. O público prioritário eram os e as cestantes-consumidoras que estão nos grupos de whatsapp dos Núcleos Territoriais das Cestas Camponesas e e seguidores das Redes Sociais.

c) ***O que é Agroecologia camponesa?*** Produção de conteúdos para postagens semanais, com enfoque na afirmação da agroecologia como sistema de abastecimento alimentar viável, curadoria de notícias com conteúdo político e informativo, e outros temas como cultura e território, denúncia de ações do agronegócio. Temas que tiveram como objetivo difundir a perspectiva holística da agroecologia, bem como visibilizar o campesinato, sujeito político implicado no processo de produção. Para organizar essa experiência, o trabalho foi assim dividido: ***1 designer no GT de*** Produção Gráfica e 1 produtor de conteúdo do GT Produção de Conteúdo. O público prioritário eram os e as seguidoras das redes sociais.



Figura 3: Panfleto digital publicado nas redes sociais, difundindo a perspectiva integrada da agroecologia camponesa, que envolve produção alimentar diversificada, como a pesca.

Campanha 2: *Mutirão contra a Fome*. O objetivo foi divulgar a solidariedade camponesa e entre os movimentos sociais, no período da crise, enfatizando a campanha de arrecadação financeira Mutirão contra a Fome, desenvolvida pelo movimento. Foram divulgadas a distribuição de cestas camponesas para comunidades em vulnerabilidade social, informes com número da conta para depósitos, estímulo as relações de solidariedade de classe e divulgação da proposta organizativa dos Comitês Populares do Alimento, metodologia de trabalho da campanha.

Experiência comunicativa:

a) *Postagens Solidariedade de Classe*. Divulgação com fotos e dados sobre os alimentos doados pela campanha, apresentação de imagens de plantio e colheita, menção das instituições que doaram. O trabalho foi desenvolvido por um designer do GT Artes Gráficas e por uma jornalista do GT de Produção de Conteúdo. O público prioritário eram os seguidores de redes sociais; contatos das organizações que doaram; potenciais doadores; organizações políticas e outras possíveis alianças institucionais.



Figura 4: Panfleto digital de balanço do Mutirão Contra a Fome no período de Abril a Junho de 2020

b) **Organização dos Comitês Populares do Alimento** através de comunicação interpessoal em encontros presenciais para a doação dos alimentos e de grupos de *whatsapp* contendo as famílias que recebem os itens. Nos grupos, são trocadas mensagens sobre organização das entregas, troca de receitas e troca de informação sobre o uso de alimentos frescos e não tão comuns na dieta alimentar dos grupos que recebem.

Os Comitês tem o objetivo de consolidar o vínculo entre o MPA e as famílias urbanas, consolidando o elo do campo e da cidade através do alimento.

Esse foi um conjunto de experiências comunicativas que buscaram destacar a importância da organização do trabalho da comunicação nos processos produtivos da agroecologia camponesa. Assim construindo estratégias para que o alimento chegue até a mesa das famílias urbanas. Essas estratégias envolveram o escoamento para a comercialização e o escoamento para a doação.

Entende-se que a ação antagoniza com a lógica do agronegócio, tanto no campo quanto na cidade, pois constitui formas de produção e alimentação distintas das determinadas pelo sistema agroalimentar hegemônico.

Conclusões

Através do fortalecimento de vínculos entre as Unidades de Produção Camponesa e os consumidores da cidade, e relações de comunicação e organização do trabalho, ancorados em premissas da economia popular, - como reciprocidade, ajuda mútua e cooperação, - tem sido possível escoar alimentos das famílias camponesas, e organizar comercialização e ações de solidariedade para enfrentar os desafios da Covid 19.

Assim sendo, este trabalho buscou sintetizar as formas organizativas desenvolvidas através de relações de reciprocidades e solidariedade, próprias das economias populares organizadas pelas classes trabalhadoras, no interior do Movimento dos Pequenos Agricultores. Pelo exposto, foi observado que, graças às estratégias de reciprocidade, foi possível estruturar um trabalho que possibilitou o aumento da capacidade de comunicação, abastecimento e escoamento de alimentos agroecológicos.

Além disso, tratou-se de sistematizar as estratégias de comunicação em experiências agroecológicas. Ainda que organizada em pequena escala, permite não apenas concretizar a produção e distribuição alimentar das Unidades de Produção Camponesas vinculadas ao MPA, como também permite desenvolver aprendizagens e conhecimentos próprios de comunicação orientados para uma economia popular do sistema agroalimentar.

Referências

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4º ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 120 p. 2004.

ALTIERI, M. **Agroecologia: Bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3º ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Editora Expressão Popular, AS-PTA, 2012.

BOZA, Eider. VINHA, Janaina. **Mercado popular de alimentos: território da agricultura camponesa e da luta pela soberania alimentar no município de São Gabriel da Palha (ES)**. Boletim Goiano de Geografia, v. 40, 2020

CHISTOFFOLI, Pedro; AZERÊDO, Raoni. **A relação cooperação – autogestão. Aspectos históricos de uma difícil e necessária construção dialética**. In: MAZIN, Angelo; NOVAES, Henrique; PIRES, João; LOPES, Joice. (org). **QUESTÃO AGRÁRIA, COOPERAÇÃO E AGROECOLOGIA**. Ed. Outras Expressões, São Paulo, 2016.

FREIRE, Paulo. **Comunicação ou extensão**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983

FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial** .Ed. definitiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

MARTINS, Adalberto. **A produção ecológica do arroz e a Reforma Agrária Popular**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2019

NÚÑEZ, Orlando. **La economía popular, asociativa y autogestionaria**. In: **CORAGGIO, L. (org)**. LA ECONOMÍA SOCIAL DESDE LA PERIFERIA. CONTRIBUCIONES LATINOAMERICANAS, Ed. Altamira, Buenos Aires, 2007

PERUZZO, Cecília. **Comunicação nos Movimentos Populares**. São Paulo, Ed Vozes, 1998

QUIJANO, Aníbal. **¿Sistemas alternativos de producción?** In: **CORAGGIO, L. (org)**. LA ECONOMÍA SOCIAL DESDE LA PERIFERIA. CONTRIBUCIONES LATINOAMERICANAS, Ed. Altamira, Buenos Aires, 2007

PLANO Camponês por Soberania Alimentar e Poder Popular. MOVIMENTO dos Pequenos Agricultores (MPA). São Paulo, Outras Expressões, 2019

VÁSQUEZ, Gonzalo. **Antecedentes de la Noción de Economía Popular: La Perspectiva Coraggiana**. DOSSIER. CdS, Nº 6, DICIEMBRE/2017

SISTEMAS PRODUCTIVOS Y SOBERANÍA ALIMENTARIA EN CENTROAMÉRICA: RETRATO DE DOS ESPACIOS RURALES.

Carlos Ayala Durán¹.

Resumen: La soberanía alimentaria es un concepto en construcción. La contribución de la academia, acompañando a los agricultores alrededor del mundo, ha sido fundamental para estructurar esta interpretación de las realidades agrarias. De tal forma, se han teorizado cinco ejes que ayudan a estructurar e identificar indicadores para la soberanía alimentaria. Estos ejes son: acceso a recursos, modelos de producción, transformación y comercialización, consumo alimentario y derecho a la alimentación y políticas agrarias. A la luz de estos ejes, se analiza el estado de sistemas de producción agrícola en Centroamérica, con especial atención a la producción de maíz. Específicamente, se toman dos estudios de caso de asentamientos en dos países diferentes: Petén en Guatemala (2 comunidades) y Ciudad Arce en El Salvador. El presente texto muestra que existe un mayor acceso a recursos y un sistema de producción más diversificado en el caso guatemalteco. En el caso salvadoreño, el eje de transformación/comercialización se ve fortalecidos mediante la existencia de numerosos mercados formales e informales dentro del municipio, así como en las grandes ciudades cercanas incluyendo la capital del país. Finalmente, se destacan retos a medio plazo y la necesidad de un acompañamiento de políticas agrarias para fomentar la soberanía alimentaria de las poblaciones de estos lugares, y potencialmente, de sus respectivos países.

Palabras clave: Guatemala, El Salvador, soberanía alimentar, maíz.

Resumo: A soberania alimentaria é um conceito em construção. A contribuição da academia, dando acompanhamento aos agricultores no mundo, tem se tornado fundamental para estrutura-la como uma forma de interpretar as realidades agrárias. Assim, autores realizaram uma teorização sobre cinco eixos temáticos que ajudam a estruturar e identificar indicadores para a soberania alimentar. Sendo eles: Acesso aos recursos, modelos de produção, transformação e comercialização, consumo alimentar e direito à alimentação e políticas agrárias. Tendo esses eixos como base, o presente texto analisa o estado de sistemas de produção agrícola na América Central, com especial atenção na produção de milho. Especificamente, se utilizam dois estudos de caso de assentamentos em dos países centro-americanos: Petén, na Guatemala e Ciudad Arce em El Salvador. O presente texto evidencia que existe um maior acesso a recursos e um sistema de produção mais diversificado no caso da Guatemala. Em El Salvador, o eixo da transformação / comercialização se torna mais fortalecido graças à existência de vários mercados formais e informais no município e nas cidades próximas, incluindo a capital do país. Finalmente, se evidenciam desafios no meio prazo e é salientada a necessidade de acompanhamento das políticas públicas para fomentar o a soberania alimentaria dos moradores desses assentamentos, e potencialmente, dos cidadãos guatemaltecos e salvadorenhos.

Palavras chave: Guatemala, El Salvador, soberania alimentar, milho.

¹ Doctor en Desarrollo Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Introducción

La soberanía alimentaria ha sido un concepto de reciente creación pero que se muestra fértil para la elaboración de estudios socio- agrarios en países de Latinoamérica y el mundo, mismos que se consideran como menos industrializados y con amplios sectores rurales. Algunos estudiosos, citaban que la soberanía alimentaria era una (si no es que la única) forma por la cual se podría solucionar la crisis global de los precios en los alimentos en 2008 (ROSSET, 2008).

La soberanía alimentaria surge fundamentalmente como una iniciativa *top-down*, donde agricultores agrupados en organizaciones como la icónica Via Campesina, abogan por una forma de producción de alimentos distinta, viendo a la alimentación como un derecho humano (MACHADO, et al., 2016). Según La Vía Campesina, los principios necesarios para alcanzar la soberanía alimentaria incluyen: Reforma agraria, protección de recursos naturales, reorganización del comercio de alimentos, eliminación de la globalización del hambre, paz social y control democrático (MACHADO, et al., 2016).

En la región mesoamericana, misma donde fue originalmente domesticado el cultivo del maíz, las iniciativas que buscan alcanzar la soberanía alimentaria necesariamente pasan por el aseguramiento de la producción suficiente de alimentos, marcadamente de cereales milenarios como el maíz. De esa forma, el presente texto busca analizar el estado de sistemas de producción agrícola en Centroamérica, con especial atención a la producción de maíz en dos países del istmo: Guatemala y El Salvador. Para ello, se toma como base dos espacios rurales en esos países: Petén y Ciudad Arce, respectivamente. Para alcanzar ese fin, se utiliza como guía cinco ejes de la soberanía alimentaria, mismos que han sido acuñados por autores relevantes, como se retrata brevemente en el apartado teórico a continuación.

Marco teórico: Soberanía Alimentaria

Como bien lo señala Machado et al. (2016), la soberanía alimentar es un concepto en construcción. El mismo ha sido históricamente asociado a una organización no gubernamental con actuación internacional La Vía Campesina. Una de las primeras definiciones del concepto aportadas por esta organización se remonta a la década de los años noventa, siendo entendido como: *“El derecho de cada nación a mantener y desarrollar su propia capacidad para producir alimentos básicos de los pueblos, respetando su diversidad productiva y cultural”* (MACHADO et al., 2016: 103).

De forma paralela a las definiciones, principios y prioridades marcadas por estos encuentros internacionales; se evidencia cómo el sector académico se involucra cada vez más en la construcción de la soberanía alimentar. Estos aportes han resultado fundamentales para darle coherencia técnica a la soberanía alimentaria y proveerla de instrumentos de análisis. De esa forma, García (2003) resalta tres aspectos para entender la producción y comercialización de alimentos a nivel internacional: El acceso a los recursos, los sistemas de producción y las políticas agrarias. Parcialmente retomando el trabajo de García (2003), Ortega-Cerdà y Rivera-Ferre, (2010) proponen la estructuración de indicadores de soberanía alimentar en torno a cinco ejes:

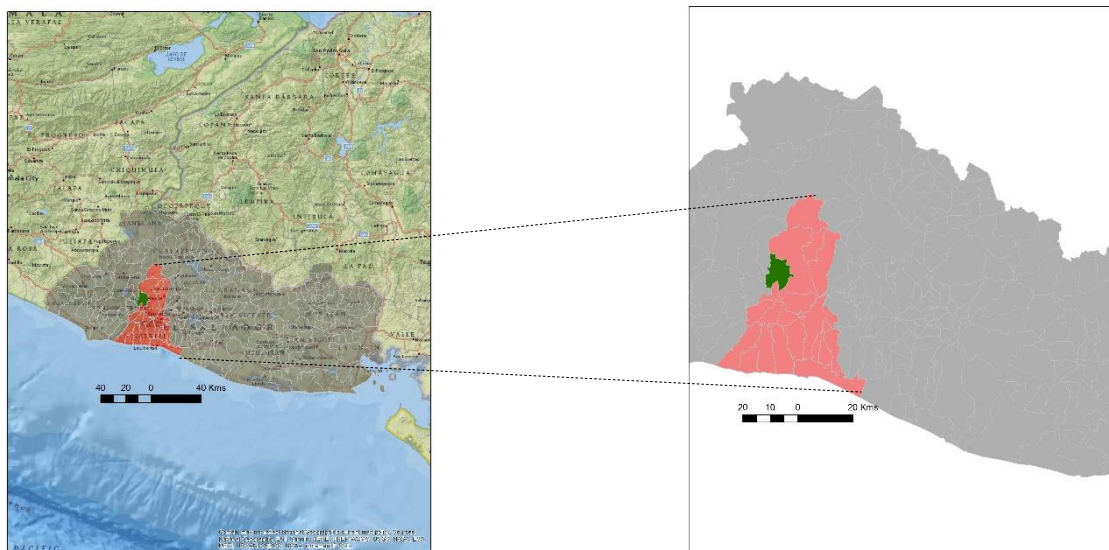
- Acceso a recursos: La Soberanía Alimentaria trata de fomentar y apoyar a procesos individuales y comunitarios de acceso y control sobre los recursos (tierra, semillas, crédito, etc.) de manera sostenible, respetando los derechos de uso de las comunidades indígenas y originarias.
- Modelos de producción: La Soberanía Alimentaria trata de incrementar la producción local familiar diversificada recuperando, validando y divulgando modelos tradicionales de producción agropecuaria de forma sostenible en términos ambiental, social y cultural.
- Transformación y comercialización: La soberanía alimentaria defiende el derecho de los productores a vender sus productos para alimentar a la población local. Ello implica la creación y apoyo de mercados locales, de venta directa o con un mínimo de intermediarios, en función del contexto.
- Consumo alimentario y derecho a la alimentación: La Soberanía Alimentaria defiende que los ciudadanos poseen derecho a un consumo de alimentos sanos, nutritivos y culturalmente apropiados, procedente de los productores locales, y producidos mediante técnicas agropecuarias agroecológicas.
- Políticas agrarias: La Soberanía Alimentaria defiende que el campesino tiene derecho a conocer, participar e incidir en las políticas públicas locales relacionadas con Soberanía Alimentaria.

La estructuración de indicadores sobre soberanía alimentaria se erige como un hito importante en esta construcción teórica. Por una parte, se dota de mecanismos de evaluación explícitos para estudiar la soberanía alimentaria. De forma adicional, se construyen patrones internacionales que pueden ser medidos y comparados, elemento fundamental en una construcción internacional desde abajo como la soberanía alimentaria.

Métodos

El presente texto tiene como foco geográfico dos localidades en Centroamérica, región de domesticación del maíz. Se utiliza dos países. Por una parte, se abordan dos localidades en Petén, Guatemala: San Andrés y San José. Por otra parte, se utiliza en El Salvador, el municipio de Ciudad Arce. Estas dos localidades en los mencionados países se encuentran aproximadamente a 350 kilómetros de distancia. Las mismas fueron escogidas en función de su relativa cercanía, importancia en la producción y cultivo del maíz en las mismas, y en el contraste que presentan sus prácticas agrícolas y biomas. Por una parte, Ciudad Arce, se localiza dentro del departamento de La Libertad, históricamente productor de granos básicos. Desde el punto de vista pedológico, el municipio está conformado principalmente por latosolos argilosos rojos y aluviales (EL SALVADOR, 2012; ORGANIZACIÓN DE MUJERES SALVADOREÑAS POR LA PAZ –ORMUSA, 2012). El mismo cuenta con una destacada disponibilidad de agua al contar aproximadamente con 13 ríos de diferente porte (ORMUSA, 2012). Asimismo, se localiza relativamente cerca de centros urbanos importantes, como Santa Tecla y San Salvador, capital del país. Parte del municipio ha sido sujeto de fuertes inversiones públicas, especialmente en lo que se refiere a la creación del Distrito de Riego y Avenimiento de Zapotitán desde los años sesenta. Asimismo, el municipio posee una importante vía de comunicación: La Carretera Panamericana, lo que permite su acceso desde la región oriental del país.

Figura 1: Localización de Ciudad Arce. En rojo, el departamento de La Libertad, y en verde, el municipio de Ciudad Arce.



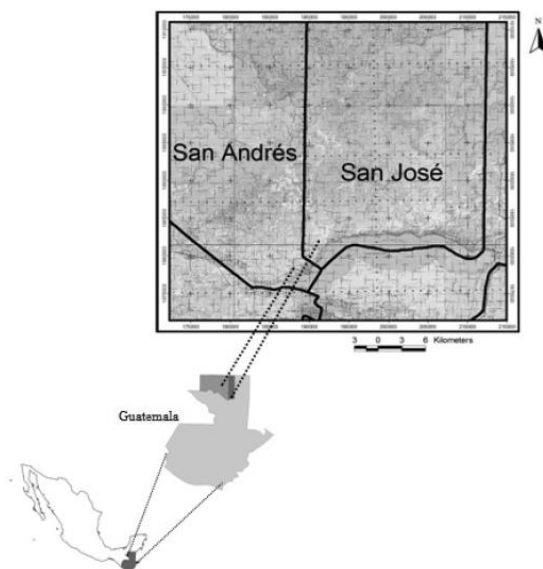
Fuente: Elaboración propia.

Ya Petén, y sus asentamientos San Andrés y San José, se encuentran dentro de la región selvática de Guatemala con una notable población indígena itzae. La cubierta vegetal de los asentamientos se compone fundamentalmente de rebrote secundario (barbecho antiguo o bosque degradado) y en menor medida bosque primario (PONCE; BARRERA; FERNÁNDEZ, 2012). Las vías de acceso son mucho más precarias para los asentamientos en Petén si se compara con la localidad salvadoreña. Los asentamientos se encuentran al borde del Lago Petén, importante afluente de agua dulce en la región norte de Guatemala. Al estar dentro de una región selvática, se observan numerosos afluentes de agua, y diversidad de vegetación y animales silvestres(LARA PONCE et al., 2012).

Para el levantamiento de datos, se utilizaron técnicas diferentes. Para el caso de Ciudad Arce, se realizó levantamiento de campo primario en el año 2017 en función de un trabajo académico mayor. En ese momento, se buscaba caracterizar el sistema socio productivo del cultivo de maíz en Ciudad Arce. Ya para el caso de Petén, se utilizó principalmente fuentes secundarias de datos, y particularmente estudios centrados en esos dos asentamientos como los de (CONSEJO NACIONAL DE ÁREAS PROTEGIDAS, 2015; LARA PONCE et al., 2012; PONCE; BARRERA; FERNÁNDEZ, 2012). La ubicación de Petén se encuentra retratada en la figura 2.

Con el estudio de estos dos espacios agrarios, se buscaban evaluar las similitudes y diferencias que pueden poseer sistemas productivos que se encuentran en la misma región centroamericana con una distancia relativamente cerca. De la misma forma, la centralidad en la producción de maíz en los dos asentamientos, podría mostrar riquezas en una perspectiva comparada.

Figura 2: Mapa de San Andrés y San José. Petén Guatemala.



Fuente: Ponce, Barrera y Fernández (2012).

La brújula que guiaba la discusión sobre soberanía alimentaria en estos espacios eran los cinco ejes teorizados por Ortega-Cerdà y Rivera-Ferre (2010). Para ello, se discuten prácticas agrarias, direccionadas al sistema productivo de maíz, en esos dos espacios agrarios según los siguientes resultados.

Resultados y discusión

El resumen de los principales resultados se encuentra resumidos en el cuadro 1.

En Ciudad Arce se evidencia unas condiciones de pequeña agricultura clásicas en América Latina: precariedad en el acceso a la tierra, sin sistemas de riego y con una baja utilización de préstamos productivos. De la misma forma, la mayoría de los entrevistados utilizan la semilla subsidiada por el Estado salvadoreño mediante su programa de apoyos públicos, al ser distribuida la semilla híbrida H-59. Diversos trabajos han retratado como el accionar público ha fomentado el uso de este tipo de tecnología híbrida en El Salvador, en detrimento de las variedades de semilla de maíz criolla (AYALA DURÁN, 2020a; AYALA DURÁN; WAQUIL, 2019, 2020). Por otra parte, en Ciudad Arce las parcelas agrícolas son usualmente de pequeño porte, con una media de 1.4 hectáreas, y con una superficie dedicado exclusivamente al cultivo de maíz de 0.60 ha.

Por su parte, las parcelas agrícolas en Petén son substancialmente mayores. En media, en San Andrés (SA) el tamaño de las mismas era 30.63ha mientras que en San José (SJ) ascendía a 25.99 ha. De la misma forma, se evidencia la existencia de una mayor diversidad de variedades de maíz utilizadas para el cultivo. Específicamente, se reportaron según Ponce, Barrera y Fernández , (2012), ocho variedades de maíz criollos en Petén, además de variedades mejoradas o híbridas.

Cuadro 1: Resumen de pilares en la producción de maíz en Ciudad Arce y en Petén.

Eje / Localidad	Acceso a recursos	Modelos de producción	Transforma/comercializa	Consumo alimentario	Políticas agrarias
Ciudad Arce (n=82)	<ul style="list-style-type: none"> - 47.6% alquilan tierra - 31.7% tierra propia - 56.1% utiliza h59 - 75% sin sistema de riego - 29% utilizan préstamos 	<ul style="list-style-type: none"> - Cultivos permanentes - Semilla híbrida H59 - Uso pesticidas: 90% herbicida - 91.46% instrumentos manuales - Utilización insumos orgánicos 25.6% hojarasca 7.3% excremento para abono. 	<ul style="list-style-type: none"> - 20% amigos vecinos - 30.5% intermedios - 39% no vende - Precio de compra: 26.6\$ media saco 200lbs - Valor añadido secado desgranado 	Consumo principal híbrido no se sabe diferenciar	<ul style="list-style-type: none"> - Gasto agrícola - Paquetes agrícolas: gran cantidad de beneficiarios - Cooperativas pocas, ninguna ligada al maíz. - Consejo indígena rescate variedades criollas.
<p>Petén (n=62)</p> <p>San Andrés (SA) (n=22)</p> <p>San José (SJ) (n=40)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Falta recurso monetario 11% - Parcela mucho más grande 0.19 a 187.25ha. - Medias 30.63 ha (SA) y 25.99 ha (SJ). 	<ul style="list-style-type: none"> - Roza Tumba Quema (RTQ). 3 a 8 años de barbecho - Mano obra fundamental familiar. - Calendario: mayo - Amplia variedad de maíces Criollos y guardan semilla. Poco híbrido - No fertilizante químico o abono - Control de plaga: químico y armas - Diversidad cultivos y huertas. Rendimiento 1652.9 kg/ha 1758.8 kg/ha 	<ul style="list-style-type: none"> - Cantidad variable consumo y venta. - Cortado y secado, similar. 	Comida auto consumo. Huerta diverso productores locales. Orgánico en buena parte.	<ul style="list-style-type: none"> - Ecoturismo - Reserva Biotz'á - Reserva Maya - Cooperación internacional

Fuente: Elaboración propia.

La utilización de germoplasmas criollos puede estar asociado a una cosmovisión propia de la población en Petén, que posee una alta concentración de poblaciones nativas que resguardan materiales genéticos. La utilización de este tipo de recursos también puede venir explicada por la baja disponibilidad de recursos monetarios, como ha sido manifestada por el 11% de los respondientes en Guatemala.

Por su parte, en relación a los modelos de producción, los sistemas varían sustancialmente en los dos países. En el caso de Petén por ejemplo, las dos comunidades encuestadas utilizan el sistema de roza-tumba-quema, que fue uno de los primeros utilizados hace millones de años cuando se domesticó la agricultura (MAZOYER; ROUDART, 2010). En el mismo, se realiza una quema del material biótico para cultivar la parcela de tierra, dejando un período de barbecho o descanso de la tierra de 3-8 años. El sistema de cultivo, utiliza insumos tradicionales en Guatemala, como semillas criollas, fertilizantes no químicos y una mezcla de control de plagas químico, manuales y armas (PONCE; BARRERA; FERNÁNDEZ, 2012). De la misma forma, se cultivan una gran cantidad de hortalizas y granos básicos como frijol o arroz (LARA PONCE et al., 2012; PONCE; BARRERA; FERNÁNDEZ, 2012).

Ya en Ciudad Arce, el cultivo de maíz se da bajo un ambiente mucho más homogéneo, existiendo una baja variabilidad en el uso de germoplasmas y en el cultivo de hortalizas u otros granos. Se utiliza fundamentalmente semilla de maíz híbrida, misma que es subsidiada de forma directa e indirecta por parte del Estado salvadoreño. El cultivo se realiza usualmente en pequeñas parcelas agrícolas donde se realiza monocultivo o asocio maíz-frijol. La producción del mismo se realiza fundamentalmente por medio de instrumentos manuales, y en menor medida con la utilización de tracción animal o mecánica. La topografía de los suelos y las condiciones económicas no permiten utilizar siempre este tipo de tecnología para el tratamiento de la tierra. Existe una alta penetración en el uso de fertilizantes de origen no orgánico, como pesticidas, herbicidas o fungicidas. Por otra parte, una pequeña cantidad de agricultores utilizan también insumos orgánicos, como material de hojas o excrementos de animales (25.6% y 7.3% respectivamente). De la misma forma, una pequeña parte de los entrevistados, realizan quema de la maleza, si bien esta es una práctica mal vista en términos ambientales y agronómicos, por lo que se utiliza cada vez menos.

Abordando este pilar de la soberanía alimentaria, se evidencia cómo en Guatemala existe una diversificación, recuperación, validación y divulgación de modelos tradicionales al emplear variedades locales de semilla, utilizando fertilizantes orgánicos, y reduciendo el tratamiento de plagas con insumos químicos. Por otro lado, para el caso salvadoreño, se evidencia una estandarización mucho mayor, que abarca una buena cantidad de insumos. En relación al tema de la sostenibilidad, el sistema de roza quema tumba utilizado en Guatemala es usualmente asociado como un método que reduce la fertilidad del suelo de forma acelerada, necesitando cada vez mayores cantidades de tierra y una expansión de los cultivos. Esto puede venir también suplantado por el hecho que las propiedades son sustancialmente mayores, permitiendo un período de barbecho que permita la recuperación de la fertilidad. No obstante, existe evidencia en que este sistema productivo puede ser sostenible (HERNÁNDEZ-XOLOCOTZI; 1994 *apud* PONCE; BARRERA; FERNANDEZ, 2012). Por otro lado, en el caso salvadoreño, las pequeñas parcelas utilizan modelos de producción

alineados con los propuestos por la agricultura capitalista y la revolución verde. En ese apartado, destaca el uso de semillas híbridas e insumos no orgánicos. Pese a ello, la utilización de otros insumos como tracción mecánica, sembradoras, recolectoras o sistemas de monitoreo más avanzados están ausentes, muy probablemente por restricciones económicas. Este tipo de prácticas en Ciudad Arce vendrían en contraposición al eje de sistemas productivos abanderado por la soberanía alimentaria.

En relación al pilar de transformación y comercialización, se evidencian algunas similitudes para el caso de los dos espacios estudiados. Por ejemplo, en Guatemala el maíz cultivado se destina tanto para el consumo como para la venta. Similarmente, en El Salvador, la mayoría del grano se utiliza para el consumo alimentario anual, mientras que los excedentes son comercializados a personas cercanas, incluyendo amigos o vecinos. En este último caso, no obstante, se reporta que el 30.5% de los agricultores también venden su excedente a intermediarios locales, que usualmente compran el maíz *in situ*. Durante el cultivo del año 2016-2017, el precio de compra del saco de maíz de 200 libras (KG) fue de \$26.6 dólares en media. De la misma forma, en el caso salvadoreño, una vez cosechado el maíz, se desgrana de forma mecánica o manual, para ser guardado en contenedores plásticos o de aluminio.

Con ello, el pilar de transformación y comercialización en estos dos espacios parece ser el más cercano a los principios de soberanía alimentaria. De tal forma, en las dos localidades existe fundamentalmente un consumo local, evidenciándose mecanismos de intercambio local de sus productos. Específicamente en Ciudad Arce, existe un consumo local predominante y adicionalmente el comercio del grano con un máximo de un intermediario. Ya en el caso de Petén, todo indica que la venta se realiza a vecinos.

Muy relacionado a este pilar, el cuarto eje de la soberanía alimentaria aboga por un consumo alimentario y derecho a la alimentación por el cual los ciudadanos puedan consumir alimentos sanos, nutritivos y culturalmente apropiados. De esa forma, en el caso guatemalteco, el sistema de cultivo de quema roza tumba, parece mucho más relacionado a las técnicas culturalmente establecidas en ese lugar. De la misma forma, la baja utilización de insumos externos de origen químico da mayor espacio a la utilización de técnicas agroecológicas. Por su parte, para el caso de El Salvador, existe una mayor utilización de insumos externos, lo cual puede estar en contraposición con lo que cultural e históricamente se utilizó en el municipio. Algunos trabajos por ejemplo retratan la mutación en los insumos en El Salvador desde mediados del siglo XX en La Libertad, El Salvador (AYALA DURÁN; DE ANDRADE MIGUEL, 2016; SAN SEBASTIÁN et al., 1988). De la misma forma, en este pequeño país, se evidencia una pequeña utilización de técnicas agroecológicas, decantándose en su mayoría por técnicas de agricultura tradicional.

Una característica particular sobre Ciudad Arce es que, según el levantamiento de información realizado en el mercado municipal y pequeños mercados locales, no existe un interés por la variedad del maíz vendido y consumido. De esa forma, de las pocas características que diferencian a los tipos de maíz es el color y el tamaño del grano. No obstante, los vendedores y consumidores suelen desconocer la raza en particular, el tipo de maíz o su origen. Con ello, esto puede indicar una des caracterización de los diversos tipos

de maíz comercializados y consumidos, adoptando una visión más estandarizada del consumo alimentario. Este hecho viene a contramano de los estudios realizados en México (FERNÁNDEZ SUÁREZ; MORALES CHÁVEZ; GÁLVEZ MARISCAL, 2013), donde se destacan particularidades especiales de los maíces en ese país norteamericano en función de la preparación culinaria específica. Para el caso salvadoreño, las diferencias entre los maíces incluyen únicamente el tono del maíz (blanco, negro, etc.) o el tamaño más dentado del mismo. Pese a ellos, aspectos nutricionales como contenido de proteína u otros nutrientes no suelen ser tomados en consideración, pese a que materiales criollos pueden poseer buenos índices nutricionales (CORTEZ AZENÓN; AYALA DURÁN, 2020).

Finalmente, el pilar sobre políticas agrarias, implica el derecho de los campesinos a conocer, participar e incidir en las políticas públicas relacionadas a soberanía alimentaria. De esa forma, este es uno de los pilares más difíciles de palpar en los asentamientos en particular. Para el caso salvadoreño, una de las políticas agrarias más notorias en Ciudad Arce es la inclusión en el programa de subsidios públicos. Actualmente, no existe evidencia apuntando a que los agricultores de esta localidad, incidan por ejemplo en el tipo o cantidad de insumos que son incluidos en la iniciativa pública. La participación se remite únicamente a la inclusión en los programas de apoyo para el cultivo de granos básicos, principalmente frijol y maíz blanco. Algunos trabajos retratan el proceso de inclusión de agricultores en el programa de subsidios a la producción de maíz y sus determinantes estadísticos (AYALA DURÁN, 2020b, 2021). Pequeñas proporciones de agricultores reportaron poseer préstamos públicos a la producción (12.2%) y asesoría agronómica pública (17.1%), pese a que no se identifica en ninguno de estas iniciativas una participación e incidencia en la construcción de las políticas públicas. Con ello, todo indica a que existe un enfoque top-down para estas políticas de apoyo a la agricultura, siendo una práctica común en políticas socio agrarias en El Salvador (AYALA DURÁN, 2018). De esa forma, no es posible palpar un apoyo explícito al tema de soberanía alimentaria en El Salvador.

Por su parte, las políticas agrarias en Petén que abordan temas sobre soberanía alimentaria y producción de maíz, están relacionadas la creación y administración de reservas de biodiversidad, específicamente Reserva Bioitza y Reserva Maya. Esta última iniciativa, por ejemplo, poseía como objetivo “la preservación del ambiente natural, conservación de la diversidad biológica y de los sitios arqueológicos, investigaciones científicas, educación conservacionista y turismo ecológico y cultural (CONSEJO NACIONAL DE ÁREAS PROTEGIDAS, 2015: 37). El conocimiento maya en términos agroforestales fue así incorporado en el modelo de agricultura sostenible en esta Reserva de la Biosfera Maya (CARE, 1999; PALMA, 2000; APUD PONCE; BARRERA; FERNÁNDEZ, 2012). Por su parte, si bien la Reserva Comunitaria Indígena Bio-Itzá es una organización indígena, la misma posee articulación con entidades públicas en Guatemala (EQUATOR INITIATIVE; UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM, 2012). De esa forma, en el caso de Petén, parece mucho mejor delineada el proceso de construcción de políticas públicas en pro de la soberanía alimentaria desde las comunidades involucradas hacia arriba.

Consideraciones Finales.

Como se ha discutido, es notable como los sistemas productivos relativos al maíz en dos espacios relativamente cercanos son notablemente diferentes. Esto puede ejemplificar la riqueza existente entre dos espacios agrarios relativamente cercanos pero marcados por biomas sustancialmente disímiles.

En función de esta misma diversidad, ejes sobre soberanía alimentaria en torno a la producción de maíz se encuentran desarrollados con diferentes grados de intensidad. Por ejemplo, existen similitudes en lo que respecta al acceso precario a recursos económicos, o en lo relativo a la transformación y comercialización del maíz mediante cadenas cortas. No obstante, los sistemas productivos se muestran notablemente variados, así como el alcance de las políticas agrarias para el fomento de la soberanía alimentaria.

Por otra parte, el eje de construcción de políticas públicas, se encuentra mucho más articulado en Guatemala. No obstante, en los dos espacios estudiados, se muestran amplios espacios de mejora en lo que respecta al acompañamiento de las políticas públicas para la promoción de la soberanía alimentaria. El fomento de este tipo de políticas puede tener efectos posibles sobre las poblaciones de los dos asentamientos estudiados. Asimismo, puede tener implicaciones para poder expandir políticas agrarias para la promoción de soberanía alimentaria más allá de estas localidades, repercutiendo positivamente en sus respectivos países. Este se torna un tema crecientemente importante en función de las perspectivas alimentarias post pandemia por el COVID-19 en Guatemala y El Salvador (AYALA DURÁN, 2020c).

Bibliografía

AYALA DURÁN, C. **Sistema agroalimentario del maíz blanco en Ciudad Arce, municipio de El Salvador**. Tesis de Doctorado—Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

AYALA DURÁN, C. Tecnología y Política Pública: El apoyo oficial a la semilla de maíz híbrida en El Salvador. **Estudios del Desarrollo Social: Cuba y América Latina**, v. 8, n. 2, p. 161–170, 2020a.

AYALA DURÁN, C. **Beneficiarios del subsidio agrícola en El Salvador: Análisis estadístico preliminar**. Anales. **Anais...** In: SIMPÓSIO DA CIÊNCIA DO AGRONEGÓCIO 2020. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020b

AYALA DURÁN, C. Seguridad Alimentaria y Nutricional en tiempos de COVID-19: Perspectivas para El Salvador. **Revista Latinoamericana de Investigación Social**, v. 3, n. 1, p. 42–46, 2020c.

AYALA DURÁN, C. Alcance local de una política agraria en El Salvador: Programa público de paquetes agrícolas 2013-2016. **REVISTA CHAKIÑAN de Ciencias Sociales y Humanidades**, v. 13, n. 1, p. en imprenta, 2021.

AYALA DURÁN, C.; DE ANDRADE MIGUEL, L. Acumulación de riqueza: sistemas agrarios en la región norte del departamento de La Libertad, El Salvador. **Ágora**, v. 18, n. 2, p. 134–149, 2016.

AYALA DURÁN, C.; WAQUIL, P. Análisis cualitativo sobre las percepciones de extensionistas públicos salvadoreños en relación al maíz criollo. **Interações (Campo Grande)**, v. 20, n. 03, p. 785–798, 2019.

AYALA DURÁN, C.; WAQUIL, P. Factores que influyen en la recomendación de uso del maíz criollo: Un estudio para extensionistas salvadoreños. **Trabajo y Sociedad**, v. 34, p. 409–427, 2020.

CONSEJO NACIONAL DE ÁREAS PROTEGIDAS. **Reserva de la Biosfera Maya. Segunda Actualización Diciembre 2015 Plan Maestro**. CONAP ed. Guatemala: [s.n.].

CORTEZ AZENÓN, M.; AYALA DURÁN, C. Contenido de proteína, hierro y zinc en maíces criollos salvadoreños. **Realidad y Reflexión**, p. 25–35, 23 jun. 2020.

EL SALVADOR. MINISTERIO DE AGRICULTURA Y GANADERÍA –MAG. **Anuario de Estadísticas Agropecuarias (DEA) Encuesta Nacional Agropecuaria de Propósitos Múltiples 2014-2015 (ENAPM 2014-2015) Precios de Mercado**. Santa Tecla: MAG, 2012.

EQUATOR INITIATIVE; UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM. **ASOCIACIÓN BIO-ITZÁ. GUATEMALA**. Nueva York, Estados Unidos.: Equator Initiative, 2012.

FERNÁNDEZ SUÁREZ, R.; MORALES CHÁVEZ, L. A.; GÁLVEZ MARISCAL, A. Importancia de los maíces nativos de México en la dieta nacional: Una revisión indispensable. **Revista fitotecnia mexicana**, v. 36, p. 275–283, 2013.

GARCÍA, X. **La Soberanía Alimentaria: un nuevo paradigma**. Barcelona: Veterinarios Sin Fronteras, 2003.

LARA PONCE, E. et al. Etnomapa: Uso de los recursos naturales por los mayas itzaes de San José y San Andrés del Petén, Guatemala. **Universidad y ciencia**, v. 28, p. 97–117, 2012.

MACHADO, A. et al. SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E A SUSTENTABILIDADE. In: KUBO, R.; DAL SOGLIO, F. (Eds.). **Desenvolvimento, agricultura e sustentabilidade**. SEAD. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016. p. 93–114.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo. Do Neolítico à crise contemporânea**. Sao Paulo: UNESP, 2010.

ORGANIZACIÓN DE MUJERES SALVADOREÑAS POR LA PAZ –ORMUSA. **Las mujeres de Ciudad Arce. Perfil Institucional**. San Salvador: ORMUSA, 2012.

ORTEGA CERDÀ, M.; RIVERA-FERRE, M. G. Indicadores internacionales de Soberanía Alimentaria: nuevas herramientas para una nueva agricultura. **Revibec: revista de la Red Iberoamericana de Economía Ecológica**, v. 14, p. 53–77, 2010.

PONCE, E. L.; BARRERA, L. C.; FERNÁNDEZ, M. A. El sistema milpa roza, tumba y quema de los maya itzá de San Andrés y San José, Peten Guatemala. **Ra Ximhai**, v. 8, n. 2., p. 71–92, 2012.

ROSSET, P. Food Sovereignty and the Contemporary Food Crisis. **Development**, v. 51, n. 4, p. 460–463, dez. 2008.

SAN SEBASTIÁN, C. et al. Estudio de un sistema agrario: El distrito de riego y avenamiento de Zapotitán. **Realidad: Revista de Ciencias Sociales y Humanidades**, n. 5, p. 413–451, 1988.

EDUCAÇÃO INFANTIL: dos jardins de Froebel aos campos de Araraquara-SP

Cássia Regina dos Santos¹
Maria Lúcia Ribeiro²
Reginaldo Anselmo Teixeira³

A Educação Infantil do Campo (EIC) é uma modalidade recente e, portanto, quase não há estudos nesta área, em especial na cidade de Araraquara. A EIC se concretiza como Política Pública por meio da luta dos Movimentos Sociais. A presente pesquisa destaca a importância de uma EI que considere a realidade camponesa, que atenda os anseios e os direitos destes povos. O objetivo deste artigo é discutir, numa perspectiva histórica, a modalidade de Educação Infantil (EI) e o paradigma da EIC. O estudo bibliográfico e documental, de abordagem qualitativa, buscou refletir sobre o surgimento, a constituição, a expansão, princípios, métodos e práticas da EI ao longo do tempo. Há um intervalo de 171 anos entre a implantação da EI do Campo nos campos de Araraquara e da criação do primeiro Jardim de Infância na Alemanha, 115 anos a distanciam da primeira instituição criada na capital do estado e, 69 anos, separam a EI do Campo, da inauguração do Parque Infantil em Araraquara. A EIC, mesmo sendo um direito estabelecido legalmente, está sujeita a avanços e retrocessos de acordo com as políticas municipais de educação, depende de formação continuada de professores e há ainda um árduo caminho a se trilhar para a real efetivação deste direito que tardiamente vem atender as populações rurais.

Palavras-chave: Educação do Campo; Educação Infantil, Políticas Públicas.

Instituição financiadora: Capes

EARLY CHILDHOOD EDUCATION: from Froebel's kindergarten to the countryside of Araraquara-SP

Cássia Regina dos Santos¹
Maria Lúcia Ribeiro²
Reginaldo Anselmo Teixeira³

Countryside Early Childhood Education (CECE) is a recent genre and, therefore, there are almost no studies in this area, especially in the city of Araraquara. CECE materializes as Public Policy through the struggle of Social Movements. This research highlights the importance of an Early Childhood Education that considers the peasant reality, that meets the wishes and rights of these folks. The aim of this article is to discuss, from a historical perspective, the genre of Early Childhood Education and Countryside Early Childhood Education's paradigm. The bibliographic and documentary study, with a qualitative approach, sought to reflect on the emergence, constitution, expansion, principles, methods and practices of ECE over time. There is a 171 years gap between the implantation of ECE in the Araraquara's countryside and the creation of the first kindergarten in Germany, 115 years away from the first institution created in the state capital and 69 years away from the inauguration of the Children's Park in Araraquara. CECE, even though it is a legally established right, is subject to advances and setbacks according to municipal education policies, it depends on continuous teacher training and there is still an arduous path to be followed for true realization of this right that comes late to attend rural populations.

Keywords: Countryside Education; Early Childhood Education; Public Policies.

¹Mestre em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente. Universidade de Araraquara – UNIARA, Araraquara/SP (e-mail: kasnen@gmail.com).

²Professora Doutora, em Química. Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara – UNIARA, Araraquara/SP (e-mail: ml.ribeiro@uneso.br)

³Professor Doutor em Educação. Universidade Estadual Paulista- UNESP, Marília/ SP (e-mail: selmoteixeira@hotmail.com)

Introdução

O presente artigo é parte da pesquisa de mestrado intitulada “Educação Infantil do Campo: do real ao ideal”, a qual vincula-se ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio ambiente da Universidade de Araraquara-SP.

A Educação do campo nasceu, segundo Caldart (2009), como crítica à realidade da educação brasileira, particularmente à situação educacional do povo brasileiro que trabalha e vive no/do campo. A identidade de uma escola do campo, segundo Araújo (2007) pressupõe valores, princípios e concepções, coerentes com a política educacional e as necessidades da escola e da comunidade, uma prática pedagógica que diminua a distância entre o real e o ideal.

Abordamos a modalidade de Educação do Campo como uma educação que brota dos anseios dos movimentos sociais e sua luta por uma educação de qualidade que considere a realidade local e esteja a serviço do homem e da mulher do campo, compreendendo que a unidade de EI estudada se enquadra nesta realidade.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) do Campo “Prof. Hermínio Pagotto”, da qual o Centro de Educação e Recreação (CER) Waldyr Alceu Trigo é um anexo, foi implantado como fruto de conquista popular, no início do ano letivo de 2002, com a municipalização da escola e a extensão do ensino fundamental, instituindo um Programa de Educação do Campo, como aponta Brancaloni (2010). O projeto foi construído de maneira democrática, contando com ampla participação de todos os segmentos, educandos, educadores, pais e representantes da comunidade, inclusive com o auxílio das universidades.

A EI do campo foi implantada no município de Araraquara em 2006, de maneira improvisada, utilizando os espaços da EMEF. O prédio adequado às especificidades da EI só foi inaugurado em 2011. Tanto o Assentamento Bela Vista como a EMEF foram muito estudados, no entanto não há estudos sobre a EIC. A EI é, de acordo com Couto (2017), uma importante etapa da formação do indivíduo, podendo propiciar à criança resultados efetivos para toda a vida, portanto é importante primar por uma educação adequada.

O objetivo deste artigo é discutir, em uma perspectiva histórica e comparativa, a modalidade de EI e o paradigma da EIC; o estudo busca refletir sobre o surgimento, a constituição, a expansão, princípios, métodos e práticas da EI, fazendo um paralelo com a EIC por meio de um estudo bibliográfico e documental de abordagem qualitativa.

Por meio de pesquisa bibliográfica buscou-se compreender a história da EI e sua expansão e para abordar a EIC necessitamos antes entender o processo por meio do qual se deu a Educação do Campo. O estudo da Educação do Campo e da EIC em Araraquara foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica e documental.

Os documentos utilizados para a produção desta pesquisa foram os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs), os Currículos da EI, os Planejamentos Pedagógicos, os Diários de Classe das docentes e os portfólios. A coleta de dados foi realizada por meio de diversas visitas ao arquivo da instituição,

Observamos que todos os nomes utilizados no texto são nomes fictícios.

CULTIVANDO A INFÂNCIA

Até meados do século XII, no período medieval, a infância não retratada na arte, possivelmente porque não houvesse lugar para ela neste mundo, tal indiferença era uma consequência direta e inevitável da demografia daquela época, pois as crianças morriam em grande número. O sentimento de idade e de infância está relacionado ao desenvolvimento e a evolução da instituição escolar, sendo, portanto, o conceito de infância uma construção histórica, conforme exposto por Ariès (1978).

No século XVIII, mais precisamente em dezembro de 1761, em Amsterdã, foi impressa uma obra denominada “Emílio ou Da educação”, de autoria do filósofo iluminista Jean Jaques Rousseau, que relata a história de um jovem de origem privilegiada, retirado da sociedade para não ser corrompido por ela. Este jovem fora levado para o campo a fim de ser educado por um preceptor cuja metodologia era a própria experiência do jovem em ambiente natural, educação considerada, por Rousseau, como ideal.

“Observai a natureza e segui o caminho que ela vos indica. Ela erigisse seu temperamento mediante experiências de toda espécie, ela ensina-lhes desde cedo o que é pena e dor [...]” (ROUSSEAU, 1995, p. 22).

Rousseau considerava sua obra um tratado filosófico, isto é, um texto de natureza filosófica, cujo objetivo é instaurar uma nova proposição à respeito de um assunto, trazendo à luz o resultado de novas descobertas e rompendo com antigas concepções (OLIVEIRA, 2012).

Ocorre que embora Emílio fosse um tratado filosófico acabou por influenciar pedagogicamente grandes teóricos da educação, a obra de Rousseau até os dias atuais é utilizada nos cursos de pedagogia. A relação entre o autor do Emílio e seus precursores – acima explicada – é, entretanto, do ponto de vista da história da pedagogia, mais tímida e discreta do que a relação entre ele e seus continuadores e críticos [...]. (OLIVEIRA, 2012, p. 12).

A ligação entre a educação e a natureza, proposta por Rousseau, influenciou diversos educadores, dentre eles Johann Heinrich Pestalozzi, nascido em Zurique, Suíça, no ano de 1746. Pestalozzi teve contato com as obras do iluminista ainda na juventude.

Fascinado pelas atividades que o avô exercia em prol dos mais necessitados, anos mais tarde, Pestalozzi decidiu estudar teologia e seguir o ministério evangélico. Iniciou seus estudos, mas, após algum tempo, mudou de idéia, pois não obteve êxito em um teste para a carreira ministerial. Essa, porém, não foi a principal razão que moveu a mudança de planos de Pestalozzi. Naquela época, circulavam clandestinamente os textos de Jean-Jacques Rousseau, pensador que havia se refugiado na Suíça após ter dois de seus livros condenados à fogueira (‘O Contrato Social’ e ‘Emílio’) e, por isso, estar fugindo da polícia. [...]. (SIQUEIRA, 2012, p.48).

Pestalozzi realizou um experimento, isto é, colocou em prática as ideias de Rousseau, inovando em alguns sentidos, por exemplo, quanto à quantidade de crianças, quanto à classe social com a qual trabalharia e à inserção da educação doméstica.

Pestalozzi, ainda que tenha trilhado um percurso todo próprio para chegar a formular sua autêntica teoria, inspirou-se certamente em Rousseau para suas investidas científicas. Se Rousseau teve a burguesia e a nobreza em vista quando escreveu o Emílio (e só depois, com Emílio e Sofia ou Os solitários colocaria seu aluno ideal na dureza do mundo), Pestalozzi e seu Leonardo e Gertrudes se instalaram na perspectiva do povo e do miserável, continuando a mesma educação de Rousseau e, inclusive, submetendo-a a uma tarefa prática. (OLIVEIRA, 2012, p. 26 e 27).

O objetivo deste educador era melhorar as condições de vida dos menos favorecidos por meio da educação, considerava a educação um estímulo à natureza de cada criança.

Entre 1798 e 1799, com sua experiência prática em Stans na Suíça, lidando com crianças muito pobres, em péssima situação de higiene e saúde, Pestalozzi (1996, p. 144) também se propôs seguir tão somente a natureza. No entanto, a imitação propugnada pelo pedagogo suíço não se limitava à natureza, mas também à educação doméstica. (OLIVEIRA, 2012, p. 26).

Nas sociedades europeias dessa época, conviviam duas concepções de educação. Uma destas, advinda da burguesia defensora de um processo educativo como meio de conformar os

indivíduos à ordem e ao espírito da burguesia e outra que emanava do povo e compreendia a educação como forma de promover a libertação da mente e da consciência para emancipação política (KISHIMOTO; PINAZZA, 2007).

Pestalozzi faleceu aos 81 anos de idade, no dia 17 de fevereiro de 1827, não antes de influenciar outro educador, Friedrich Froebel que nasceu aos 21 dias de abril em 1782 na Alemanha e viveu até o ano de 1852. Parte de sua vida transcorreu, como aponta Arce (2002), em uma época marcada por guerras e revoluções, tais como a Revolução Francesa e a Revolução Industrial. Além de uma complexa correlação de forças de luta, devido à grande heterogeneidade quanto aos avanços e aos retrocessos nos campos econômico, político e sociocultural).

Froebel seria o criador de uma nova modalidade de educação destinada à primeira infância, a qual denominou de *Kindergarden* (Jardim de Infância). “Um novo paradigma de educação, voltado às crianças de até sete anos e respeitando as especificidades da idade surge em 1840, quando Froebel inaugura seu primeiro Kindergarden em Blankenburg na Inglaterra”. (KULMANN, 2010, p.109).

Froebel utiliza a metáfora “Jardim de Infância” em uma comparação aos cuidados demandados tanto pelas plantas como pelas crianças:

[...] não é muito difícil adivinhar por que Froebel denominou assim as instituições voltadas para o trabalho educativo com crianças em idade pré-escolar: para ele, a infância, assim como uma planta, deveria ser objeto de cuidado atencioso: receber água, crescer em solo rico em nutrientes e ter a luz do sol na medida certa. O jardim é um lugar onde as plantas não crescem em estado totalmente silvestre, totalmente selvagem, é um lugar onde elas recebem os cuidados do jardineiro ou da jardineira [...] (ARCE, 2002, p.108).

Froebel destaca a importância da ludicidade, como metodologia de ensino na primeira infância e aponta como principal fonte de desenvolvimento o jogo e a brincadeira.

Froebel foi pioneiro ao reconhecer no jogo a atividade pela qual a criança expressa sua visão do mundo. Segundo Froebel o jogo seria também a principal fonte do desenvolvimento na primeira infância, que para ele é o período mais importante da vida humana, um período que constitui a fonte de tudo o que caracteriza o indivíduo, toda a sua personalidade. Por isso Froebel considera a brincadeira uma atividade séria e importante para quem deseja realmente conhecer a criança. (ARCE, 2004, P.13)

O pensamento educacional de Froebel, assim como o de Pestalozzi, compreende a formação do homem como um processo libertador e a educação como um meio de integrar o indivíduo à coletividade, tornando-o capaz de participar da vida política, social e econômica, responsável pela nova sociedade industrial e liberal, conforme exposto por Kishimoto, Pinazza (2007).

O Brasil acabaria por apaixonar-se por Froebel. Atualmente, no campo dos estudos de história da educação infantil e de suas instituições, muitos estudiosos procuram resgatar o florescer das ideias froebelianas em nosso país, dentre as fontes de pesquisa destes autores se destaca a Escola Caetano Campos em São Paulo, onde foi fundado o primeiro jardim-infância público do país, segundo Arce (2002).

UM JARDIM NA METRÓPOLE

De acordo com Kishimoto (1986), com a proclamação de Moraes (oligarca do café), Rangel Pestana político do Partido da República Paulistana (PRP) foi escolhido para elaborar a proposta educativa do partido, que seria mais tarde executada por Antônio Caetano de Campos.

Nesta época a educação era vista como único meio para se atingir as mudanças sociais desejadas. Desta forma, por meio do decreto nº 27 de doze de março de 1890, foi elaborado o projeto de reforma da Escola Normal de São Paulo e criada a Escola Modelo, anexa à Escola Normal. Tinha por finalidade atender as normalistas e seus estágios, visando uma melhoria da qualidade da educação e consistia, a princípio, em classes primárias (Figura 1).

Figura 1: Edifício da Escola Normal de São Paulo



Fonte: Wilma, Blog iecmemória, (2016).

O projeto incluía também um Jardim de Infância ou *Kindergarden* (Figura 2), que só foi instalado em 1896, destinado ao atendimento de crianças de quatro a seis anos de idade.

O primeiro Jardim da Infância (Figura 2) surge como fruto do projeto político da burguesia do café, por meio de decreto datado de 2 de março de 1896, que em seu parágrafo único declara: “fica creado o Jardim da Infância junto a Eschola Normal da Capital, como preparo à Eschola Modelo, revogadas as disposições em contrário”. A inauguração acontece em 10 de maio de 1896, com grande concorrência- trezentos inscritos para cento e duas vagas (Kishimoto,1986). Segundo Kuhlmann Junior (1994,.), o Jardim de Infância da Escola Normal de São Paulo, durante seus primeiros anos, possuía um caráter elitista, atendendo somente as melhores famílias da capital.

Figura 2: Jardim de Infância- 1939



Fonte: Wilma, Blog iecmemória, (2016).

Podemos observar, na Figura 3, no semblante das professoras, a expressão de rigidez, suas vestes denotam o status da profissão, uma delas exibindo casaco de pele, nota-se que o inverno não era tão rigoroso assim, pois as crianças embora bem trajadas, calçadas, de cabelos penteados e arrumados, estão de pernas de fora e algumas sem agasalhos. Salta aos olhos a disciplina dos corpos e a seriedade ou o descontentamento das crianças.

Figura 3: Grupo de Alunos do Jardim de Infância, SP- 1924



Fonte: Wilma, Blog ieccmemória, (2016)

Kishimoto (1986) afirma que no período de 1892 a 1930, conhecido como “anos dourados”, houve a expansão do movimento escolanovista, bem como das creches e escolas maternas no estado de São Paulo. A partir da lei Sampaio Doria, ocorre o estímulo inicial para a instalação de escolas maternas com participação social.

As creches e escolas maternas mantidas com auxílio do governo de São Paulo surgem a partir da década de vinte, com a promulgação da lei 1.750, de 8 de dezembro de 1920 que, em seu art. 1º & 1º especifica: “Onde houver continuidade do ensino e o exigir as necessidades sociais, o governo instalará Escolas Maternas, de preferência junto às fábricas que ofereçam casa para instalação e alimento para as crianças. ” (KISHIMOTO, 1986, p. 242).

Nota-se que a educação infantil destinada aos filhos de trabalhadoras possuía um diferencial, atentando-se mais aos cuidados do que à educação de fato e, é desta forma que ela se expande pelo estado e perde suas características froebelianas.

De acordo com a legislação, no estado de São Paulo, já havia, desde 1920, a previsão de instalações de escolas maternas junto às fábricas, pois as mesmas eram destinadas aos operários, mais especificamente às mães trabalhadoras. No entanto, estas instituições eram alocadas à parte dos órgãos educacionais e as poucas empresas que ofereciam o espaço e a alimentação atendiam desde o berçário até a creche (KULMANN JÚNIOR, 2.000).

Ocorre que, a educação infantil destinada aos filhos de trabalhadoras possuía um diferencial, estando mais voltada aos cuidados do que a educação de fato e, é desta forma que ela se expande pelo estado e perde suas características froebelianas.

Uma nova instituição, o parque infantil, começa a se estruturar no município de São Paulo, vinculada ao recém-criado Departamento de Cultura (DC) com a nomeação de Mário de Andrade para a sua direção, em 1935, nela permanecendo até 1938, e de Nicanor Miranda para a chefia da Divisão de Educação e Recreio, cargo que exerce até 1945. Com a criação do DC, o parque infantil é regulamentado e inicia sua expansão, freada em 1940, na gestão de Prestes Maia. Uma característica distinta

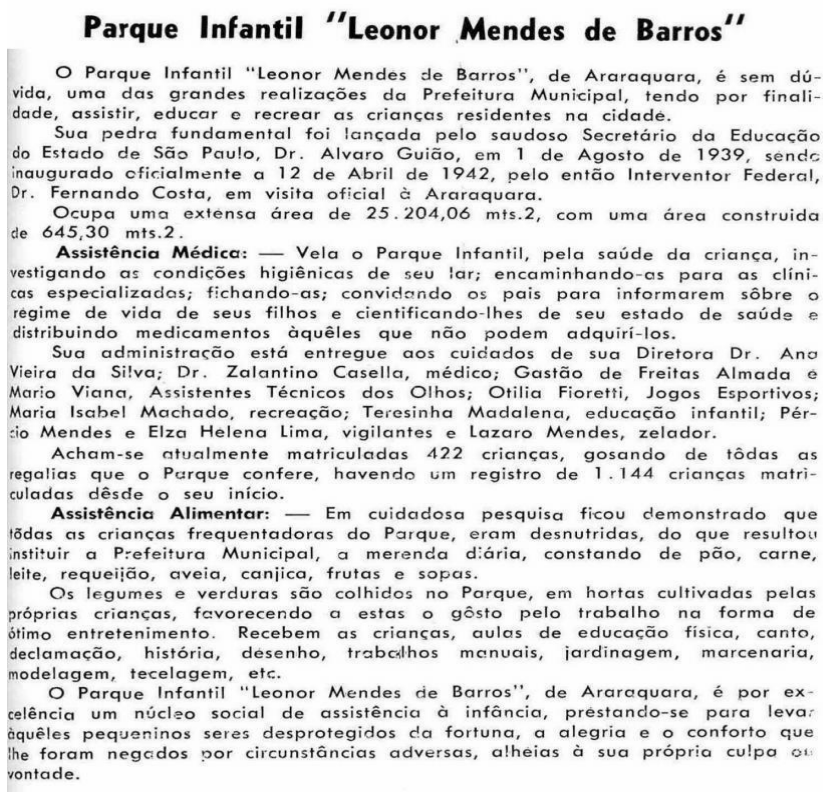
da instituição era a sua proposta de receber no mesmo espaço as crianças de 3 ou 4 a 6 anos e as de 7 a 12, fora do horário escolar. O parque infantil, na década de 1940, expande-se para outras localidades do país como o interior do estado de São Paulo, o Distrito Federal, Amazonas, Bahia, Minas Gerais e Recife e Rio Grande do Sul. Em 1942, o DNCr projeta uma instituição que reuniria todos os estabelecimentos em um só: a Casa da Criança. Em um grande prédio seriam agrupados a creche, a escola maternal, o jardim-de-infância, a escola primária, o parque infantil, o posto de puericultura e, possivelmente, um abrigo provisório para menores abandonados, além de um clube agrícola, para o ensino do uso da terra. Os médicos do DNCr não se ocuparam apenas da creche, mas de todo o sistema escolar, fazendo valer a presença da educação e da saúde no mesmo ministério, só desmembradas em 1953, quando o DNCr passa a integrar o Ministério da Saúde até o ano de 1970, quando é substituído pela Coordenação de Proteção Materno-Infantil. (KULMANN, 2000, p.9).

Podemos observar que, segundo os autores, a EI no Brasil nasce e se expande em dois formatos diferenciados, um destinado à elite e preocupado com a educação das crianças e outro destinado aos “menos favorecidos” com fins assistencialistas, preocupado menos com a educação e mais com a saúde, com o trabalho e a recreação. No entanto, as duas modalidades eram urbanas.

NEM TUDO ERAM FLORES NOS CAMPOS DE ARARAQUARA-SP

Observando o texto apresentado na Figura 4 percebemos o quanto é notável o higienismo e assistencialismo.

Figura 4: Matéria jornalística- Parque Infantil- Araraquara- SP



Fonte: Álbum de Araraquara (1948)

O caráter assistencialista do parque infantil de Araraquara, nos idos de 1942, parece-nos evidente quando analisamos o texto elaborado por Nelson Martins de Almeida, exposto na

Figura 4. O texto nos revela que a finalidade da instituição era assistir, educar e recrear, no entanto, o currículo não menciona a educação escolar, ficando restrito à educação física, canto, declamação, marcenaria, jardinagem, trabalhos manuais dentre outros.

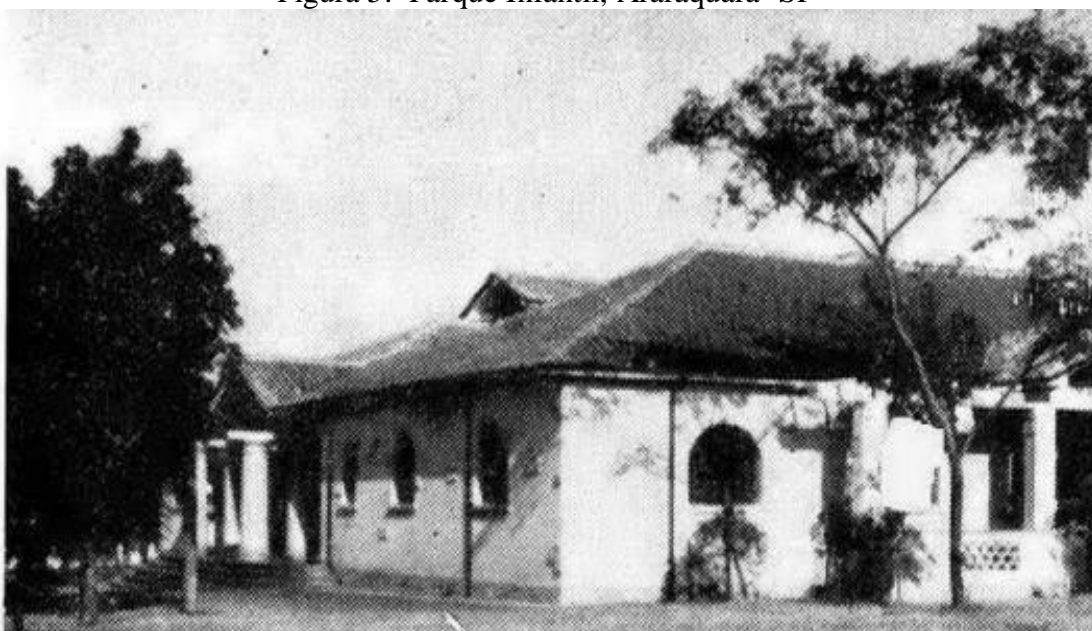
O autor refere-se aos educandos como “desprovidos da fortuna” e afirma que todos eram desnutridos. Além do caráter assistencial, este modelo de educação nos parece ter um caráter sanitário e higienista, demonstrando que a instituição tem preocupação com a higiene, inclusive a das moradias dos alunos. A direção e outros funcionários são ligados à área da saúde, conforme demonstra o texto, as profissões estão descritas, no entanto, a responsável pela EI não tem mencionada a sua profissão como professora.

Como podemos perceber a instituição preocupava-se com a assistência médica e alimentar, com o higienismo e com a formação para o trabalho, jardinagem, marcenaria, tecelagem e modelagem eram parte integrante do currículo.

Na cidade de Araraquara a história da Educação Infantil inicia-se em 1941, com a criação do Parque Infantil “Leonor Mendes de Barros”, que tinha por objetivo abrigar e proporcionar recreação às crianças oriundas das camadas populares e filhos de trabalhadores.

O prédio do Parque Infantil (Figura 5), ocupava uma área de 645,30 metros quadrado, e possuía uma área externa medindo 25.204,06 metros quadrado. Quanto à sua estrutura, podemos observar que a mesma se dá nos moldes dos *Kindergaden*, a extensa área externa era destinada a convivência das crianças com a natureza. Atualmente o prédio ainda funciona como EI, no entanto, ficou restrita ao prédio e uma pequena área, a área restante foi desvinculada e virou praça pública.

Figura 5: Parque Infantil, Araraquara- SP

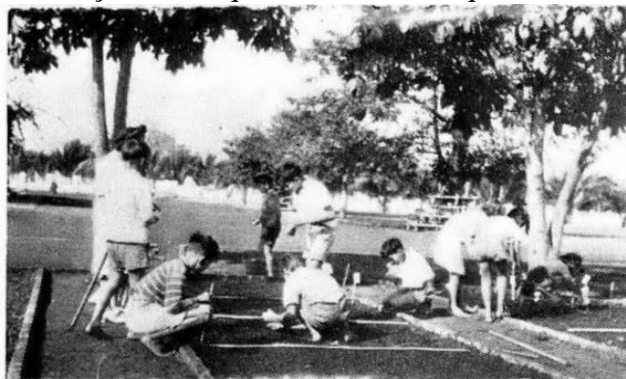


Fonte: Álbum de Araraquara (1948)

As crianças realizam trabalho agrícola, (Figuras 6 e 7), provavelmente preparando sementeiras (Figura 6), conforme demonstram as divisórias e algumas embalagens, ao fundo, colocadas sobre estacas para identificação das espécies semeadas, ou seja, crianças em contato com a natureza.

Podemos observar um grupo pequeno de meninas (Figura 7), menos de dez crianças, que aparentemente possuem idades e tamanhos similares, no entanto não aparentam ter idade compatível com a educação infantil (pré-escolar). Outro detalhe que podemos observar são as vestes simples, no entanto nenhuma das crianças parece desnutrida.

Figura 6: Crianças no Parque Infantil, Araraquara- SP



Fonte: Álbum de Araraquara (1948)

Figura 7: Plantio no Parque Infantil, Araraquara – SP.



Fonte: Álbum de Araraquara (1948)

De acordo com informações contidas no *site* da Prefeitura Municipal de Araraquara, até 1971, os Parques Infantis tinham como foco principal a recreação, conseqüentemente as professoras nem sempre possuíam formação adequada.

Em 1971, por meio da lei 1.1794 de 26 de julho, foram criados departamentos e diretorias, dentre as quais a Diretoria de Educação e Cultura. Esta nova diretoria orienta a criação de classes de pré-primário; assim, a concepção assistencialista cede lugar a uma orientação educacional.

A nomenclatura também foi alterada, as instituições de Parque Infantil passaram a ser denominadas Centros de Educação e Recreação (CER), os (as) professores (as) teriam que ser habilitados nessa área e o atendimento seria por faixas etárias específicas: três, quatro, cinco e seis anos.

Após a criação da primeira instituição de Educação Infantil no município de Araraquara, (Quadro1) houve uma lenta expansão. Podemos observar que após a construção do Parque Infantil (1941) passaram-se dez anos até a inauguração da segunda instituição de EI (1951) e dezoito para a construção da terceira (1969). Nota-se também que a partir de meados da década de oitenta ocorre uma ampliação expressiva destas instituições.

Quadro 1: Fundação das primeiras instituições de educação infantil, Araraquara- SP

ANO	BAIRRO	INSTITUIÇÃO
1941	Santa Angelina	Parque Infantil Leonor Mendes de Barros
1951	São José	CER Carmelita Garcez

1969	Vila Xavier	Eloá do Valle Quadros
1972	Jardim Brasil	Dona Cotinha de Barros
1982	Jardim Morumbi	Eduardo Borges Coelho
	Santa Angelina	Cyro Guedes Ramos
	Vila Melhado	Maria Barcarola Filié
	Gavião Peixoto	Antonia C. Barsaglini
	Motuca	Oswaldo Thomaz de Aquino
1983	Jardim América	Rosa Ribeiro Stringhetti
	Selmi Dei	Maria Pradelli Malara

Fonte: Adaptado de Fraiz (2006)

No entanto, durante a pesquisa para a realização deste artigo, nos deparamos com novos dados que revelaram a existência de ensino infantil na área rural de Araraquara, na década de 1950, mais especificamente nas terras da Usina Tamoio e inclusive nas terras que serviram à Reforma agrária, anteriormente Secção Bela Vista e atualmente o Assentamento Bela Vista.

A escassez de fontes documentais referentes às escolas rurais da região de Araraquara, pode nos induzir a pensar que a criação e expansão da educação infantil se deu atrelada ao processo de urbanização, entretanto, a configuração política e econômica dos campos de Araraquara, possibilitaram que a expansão do ensino infantil fosse também efetivada no meio rural.

Havia na Usina Tamoio, segundo o Álbum de Araraquara (1948, p.129), três grupos escolares com um total de 790 alunos matriculados e sete escolas isoladas que atendiam 260 crianças, perfazendo um total de 1050 alunos. As escolas isoladas estavam localizadas nas secções Serra d'água (2), barreiro, Salto, Morro Azul, aparecida e Beatriz e os grupos escolares estavam localizados na Sede, na Secção Jacaré e o terceiro na Secção Bela Vista. Tamanho empreendimento se deve em partes ao grande poderio da família Morganti, proprietários da Usina Tamoio.

Ao resgatar a história da Usina Tamoio, a pesquisa de Caires (2015) nos revela a existência do “Jardim de Infância do seu Hélio” (Hélio Morganti), nos idos de 1950, na sede da Usina Tamoio, Teixeira (2010) aponta, em sua dissertação de mestrado, a existência de matrículas referentes à pré-escola nos anos de 1961 a 1974, no Grupo Escolar Comendador Pedro Morganti, localizado na Secção Bela Vista.

Dentre os fatores que possibilitaram a expansão da EI no Brasil estão a incorporação da mão de obra feminina pela indústria, a pressão popular e a crença no desenvolvimento econômico do Brasil. O que não ficou restrito às áreas urbanas, como demonstra o caso do complexo agroindustrial denominado Usina Tamoio.

É durante o Regime Militar (1964 a 1985), que se inicia uma nova fase de expansão das instituições destinadas a educação infantil, que será consolidada na Constituição de 1988.

Em 1985, no decorrer desse processo, a Secretaria Municipal de Educação da cidade de São Paulo publicou um número especial da revista Escola Municipal, comemorativo dos 50 anos de pré-escola municipal. A então secretária de educação, Guiomar Namó de Mello, abria a revista na seção Carta da Secretária [...] A carta anunciava a “vontade política de construir uma pré-escola pública, gratuita e comprometida com as necessidades das crianças das classes populares, contexto deste novo momento político e econômico”, marcado pelas lutas pela “redemocratização política do país” (ESCOLA MUNICIPAL, 1985, p. 1). (KUHLMANN, 2000 p. 6).

Segundo Kuhlmann (2000), é na tardia Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, que a legislação nacional passa a reconhecer as creches e as pré-escolas para crianças de 0 a 6 anos, como parte do sistema educacional, primeira etapa da educação básica.

No entanto, mesmo sendo um direito da criança (0 a 6 anos) desde 1988, não houve implantação da EI no Assentamento Bela Vista, de forma adequada, sem que houvesse luta, primeiro pela Educação do Campo e, depois, pela EIC.

Os movimentos sociais diferenciam a Educação do Campo da Educação no Campo.

ROMPENDO AS CERCAS DO LATIFÚNDIO DO SABER

A educação no campo é compreendida pelos movimentos sociais como a educação rural. A educação do campo vem contestar este modelo - educação rural - em busca de qualidade da educação e valorização da população camponesa e, é neste sentido, que nasce o termo “Educação do Campo”.

Segundo Ribeiro (2010), o primeiro estágio da escolaridade obrigatória, por meio de classes multisseriadas de 1ª a 4ª séries oferecidas na zona rural, aparece como apêndice da legislação educacional, bem como objeto de estudo e pesquisas. Pelo menos até 1990, essa modalidade de escolarização é identificada como educação rural. De acordo com a mesma autora o modelo de escola rural se fundamenta na divisão campo/cidade atribuindo superioridade à cidade e, sendo vinculado ao sistema capitalista de produção, resulta na expropriação da terra e na exploração do trabalho, dos meios de subsistência e dos instrumentos de saberes do trabalho.

Romper com a educação rural é uma das prioridades da educação do campo. A mudança na compreensão desse conceito reflete muito mais profundamente seu significado que uma simples nomenclatura. Ela é, inevitavelmente, o resultado de um olhar politicamente referendado na busca pelos direitos sociais e nas questões que envolvem a defesa da educação politécnica, segundo Caldart (2015).

De acordo com Arroyo e Fernandes (1999), uma escola do campo defende os interesses, a política, a cultura e a economia da agricultura camponesa, além de construir conhecimentos e tecnologias na direção do desenvolvimento social e econômico dessa população. A sua localização é secundária, o que importa são suas proximidades política e espacial com a realidade camponesa.

Dalmagro (2017) relata que a configuração deste novo paradigma de escola é reflexo da luta pela terra e pela necessidade concreta de educação como pré-requisito para permanência na terra. Assim, esclarece que em 1979 tiveram início as primeiras ocupações de terra e dos acampamentos, contudo a sua regulamentação tardia provocou preocupação em relação aos estudos das crianças. Segundo a mesma autora, as primeiras atividades com crianças registradas datam de 1981, antes mesmo da fundação do MST que ocorre em 1982/83.

Caldart (2000) afirma que o movimento de luta por acesso ao estudo é simultâneo à luta pela terra, realizada pelos sem-terra, embora, no início não houvesse relação entre eles.

Os direitos referentes à Educação do Campo foram conquistas, frutos da luta do povo camponês e de seus movimentos sociais. Molina e Fernandes (2004), Caldart (2000), Ribeiro

(2010) e Dalmagro (2017) estão entre os teóricos que se debruçam sobre o estudo da relação entre a luta pela terra e a luta pela escola.

É por meio do decreto de número 7352 (4 de novembro de 2010) que se dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (PRONERA)¹. Em seu artigo primeiro, esses direitos ampliam-se e passam a incluir a educação infantil, ensino médio e ensino superior; bem como a formação continuada dos professores do campo, como um direito das populações camponesas e um dever do Estado.

Primeiro houve a mobilização das mães e dos professores, aos poucos os pais aderiram e o movimento cresceu de tal forma que passou a pressionar o Movimento dos Sem Terra (MST) e este, como consequência, assumiu o papel da formação de professores e da elaboração de uma proposta pedagógica, criando, desta forma, um setor de educação em 1987.

A iniciativa da Ciranda² (espaço de cultura e formação das crianças) surge em 1987 durante o 1º Encontro Nacional de Educadores/as da Reforma Agrária, com o objetivo de possibilitar a participação das mães nos espaços políticos do movimento.

Em 1990, iniciam-se as Cirandas nos assentamentos e acampamentos e, após um ano ocorre a Campanha Nacional de Alfabetização, neste mesmo ano o MST lança o Caderno de Formação de número 18: “O que queremos com as escolas de assentamento” (DALMAGRO, 2017). Este documento destaca a necessidade de encontros e cursos, com o intuito de aprofundamento da prática e da teoria na busca de romper as cercas dos latifúndios do analfabetismo e da educação burguesa, promovendo a reforma agrária do saber e da cultura.

O quinto Encontro Nacional de Professores de Escolas de Assentamentos acontece em 1992, e neste mesmo ano são lançados o Boletim de Educação nº 1 - “Ocupar, produzir e resistir também na educação” e o Caderno de Educação de número 1 - “Como Fazer a Escola que Queremos”. Na apresentação do Boletim, esclarece-se que a proposta de educação vem sendo construída por meio de cooperação, com a finalidade de forjar um auxílio para o enfrentamento diário na luta pela conquista e permanência na terra, apresentam como desafio a construção de material que auxiliem a conceber e concretizar esta nova forma de educação e sua ampla divulgação pelo país.

Na introdução do Caderno 1 é exposto que o mesmo é fruto da prática em educação e da reflexão de todos envolvidos, pais alunos, professores, em um processo de dez anos de educação dentro do MST. Neste documento delineiam alguns princípios básicos, filosóficos e, também pedagógicos. Ao todo, foram lançados pelo MST doze Boletins e treze Cadernos de Educação com diferentes temas pertinentes à educação do campo.

A preocupação com a Educação Infantil inicia-se com as Cirandas. De acordo com o Caderno de Educação nº 7- “Jogos e Brincadeiras Infantis” havia a necessidade da participação das mulheres nos cursos e encontros de formações, bem como nas cooperativas, associações e na militância. A primeira Ciranda Infantil Nacional ocorre no ENERA em 1997 com 80 crianças de todo o país.

O Caderno de Educação nº 12 (novembro de 2004) explica que as primeiras discussões sobre educação infantil surgiram na reunião do Setor Nacional de Educação, realizada na cidade de Santos-SP em 1996. Após esta data foram realizados debates, cursos e oficinas e, nesse ínterim, foi constituído um coletivo para pensar a educação infantil. No decorrer do tempo, os espaços de educação infantil passaram a ser denominados Ciranda.

¹ O PRONERA foi criado em 1998, por meio da Portaria nº. 10/98, pelo Ministério Extraordinário de Política Fundiária, tal programa propõe e apoia projetos de educação voltados para o desenvolvimento das áreas de reforma agrária, bem como “capacita educadores para atuar nos assentamentos e coordenadores locais – multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias” (BRASIL, 2016).

² <http://www.mst.org.br/2015/07/24/ciranda-infantil-e-espaco-de-cultura-e-formacao-para-ascriancas-najornada.html>

O Caderno (nº 12) elucida os direitos das crianças e o dever do estado no atendimento das crianças de zero a seis anos, trazendo todas as leis que as amparam.

Os Cadernos e Boletins de Educação auxiliam desde a organização para reivindicação do direito à educação até a prática educacional. Para compreender os anseios do MST há que se entender os princípios filosóficos e pedagógicos.

Princípios filosóficos:

Educação para transformação; Educação para trabalho e cooperação; Educação onilateral (voltada para várias dimensões da pessoa humana); Educação com/para valores humanistas e socialistas; Educação como processo permanente de formação e transformação humana.

Princípios pedagógicos:

Relação entre teoria e prática; Combinação metodológica entre processo de ensino e de capacitação; Realidade como base da produção de conhecimento; Conteúdos formativos socialmente úteis; Educação para o trabalho e pelo trabalho; Vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos; Vínculo orgânico entre processos educativos e processos econômicos; Vínculo orgânico entre educação e cultura; Gestão democrática; Auto organização dos/das estudantes; Criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos/das educadores/as; Atitudes e habilidades de pesquisa; Combinação entre processos pedagógicos coletivos e individuais.

As práticas podem ser distintas, atendendo as especificidades locais, desde que atendam aos princípios pedagógicos e filosóficos.

A fundamentação para a prática pedagógica apoia-se no pensamento de Paulo Freire, Vigotsky, Karl Marx, Florestan Fernandes, Makarenko, Pistrak, Saviani, dentre outros. Todo este conhecimento produzido historicamente é útil na criação de uma pedagogia adequada a realidade do Movimento.

O Caderno de Educação nº 1-i “Como fazer a escola que queremos”, datado de 1992, explicita a importância de uma escola que ajude a resistir e produzir, visando a permanência na terra duramente conquistada e a construção de uma nova vida. Desta forma, ressalta a importância de um novo currículo e oferece sugestões e orientações sobre o mesmo.

O Caderno nº 12 menciona a organização de espaços e tempo, o equilíbrio entre atividades livres, individuais e coletivas, a importância de jogos e brincadeiras prazerosas.

O caderno nº 8 menciona a necessidade do ensino a partir da prática conduzindo ao conhecimento científico da realidade, que o mesmo possa ser útil, auxiliando a enfrentar desafios da comunidade nos campos de saúde, produção, educação, habitação. O ponto inicial para desenvolver os conteúdos das várias matérias de ensino deve ser as próprias experiências de trabalho organizado das crianças, como a divisão de tarefas, a resolução de problemas.

Quanto à relação da criança com o trabalho, parece-nos válida a leitura dos versos da história “Trabalho de criança não é brincadeira, não!”, de Rossana Ramos, publicado neste caderno.

Trabalho de criança
Não pode ser com facão,
Tampouco com veneno
Que se põe na plantação.
Trabalho de criança
Não é no canavial,
É dar milho pra galinha
Que anda pelo quintal.
Trabalho de criança
Tem que ser pra aprender
Que todo mundo precisa cooperar,
Mas não sofrer.
Trabalho de criança é tarefa, ocupação,
Mas é preciso ter cuidado
Pra não virar exploração.

Quanto às práticas educativas estas devem dar-se em diferentes ambientes, tirando o foco dos conteúdos que serão desenvolvidos e adequados em razão da atividade (trabalho com temas geradores, projetos). Para tanto reconhecem a necessidade de participação da comunidade, da necessidade de o (a) educador (a) conhecer a realidade, os problemas locais e a possibilidade de as crianças serem multiplicadoras do conhecimento adquirido.

O material do MST foi sendo divulgado e as discussões sobre a Educação do Campo disseminaram-se por todo país, por meio de membros do MST ligados ao setor de educação e, desta forma alcançaram outros movimentos, outras lutas, chegando aos campos de Araraquara-SP.

A FLOR DA EDUCAÇÃO NOS CAMPOS DE ARARAQUARA

Dentre os teóricos que estudaram a escola do assentamento Bela Vista e a Educação do Campo, no município de Araraquara, podemos destacar alguns autores como Bastos (2004); Brancaleoni (2005); Flores (2015); Silva (2015); Teixeira (2019).

Ferrante (1992) e Caires (1993) apontam que em razão de uma greve dos cortadores de cana em Guariba-SP e da retaliação dos usineiros que demitiram em massa e perseguiram trabalhadores, estes se organizaram formando o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, por outro lado, Ferrante (1992, pg 4) afirma que a política de Reforma Agrária do governo Franco Montoro (1983-1987) foi um paliativo para conter os conflitos no campo,

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araraquara foi quem organizou a ocupação do assentamento Bela vista, em razão de uma possível desapropriação que seria realizada pelo governo, dentre os trabalhadores que ocuparam a fazenda, em 1988, estavam os trabalhadores de Guariba. Após um ano as terras foram declaradas de interesse social para fins de Reforma Agrária pelo decreto 97,6600 de 13 de abril de 1989. (TEIXEIRA, 2019).

Em paralelo, segundo o mesmo pesquisador, ocorre no estado de São Paulo, o fechamento maciço de escolas rurais. Na cidade de Araraquara de trinta e três escolas rurais, em 1987, só duas não foram fechadas, devido à resistência dos assentados. Após a homologação do assentamento, iniciou-se a luta por educação, pela reabertura da escola, pois havia uma demanda real de crianças em idade escolar. As aulas iniciaram no mesmo ano, contudo com turmas multisseriadas. A comunidade, por meio de reivindicações, consegue separar as turmas e garante o ensino de 1ª a 4ª série em 4 turmas distintas e, a partir desta conquista, passa a lutar para ampliação do ensino até a 8ª série.

Desta forma, conforme Oliveira; Bastos (2004), desencadeia-se o debate sobre a municipalização da escola, contudo, em contrapartida, a secretaria Municipal de Educação exige um projeto que justificasse este pedido.

Foi motivada pelo I Encontro Nacional das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (I ENERA), realizado em 1997, que a ideia de Educação do Campo chegou aos campos de Araraquara, por meio do MST que reuniu a população e promoveu discussões. Em 1999, alguns educadores de Araraquara foram convidados para discutir as mudanças necessárias à educação para a reforma agrária, como aponta Silva (2015).

Em 2001, segundo Bresler (2009), a diretora da escola do Assentamento Bela Vista, Sueli Castro Vieira e o professor Ronaldo de Alencar, elaboraram a primeira Proposta Político Pedagógica com a ajuda do MST. No mesmo ano, tal proposta foi apresentada na I Conferência Municipal de Educação de Araraquara, ganhando a adesão e apoio de André Luiz de Souza (Coordenador de Projetos Especiais da Secretaria de Educação de Araraquara) e, desta forma, foi estendida para as outras duas escolas rurais do município.

O I Seminário Estadual por uma Escola do Campo foi realizado no Assentamento Bela Vista- escola que seria denominada EMEF do Campo “Prof. Hermínio Pagotto” no ano de 2003. Ainda em 2002, as três escolas rurais de Araraquara foram municipalizadas e passaram a compor o Programa Escola do Campo.

De acordo com o primeiro PPP da EIC do assentamento Monte Alegre, elaborado pelas professoras Mariene Silva Moreira e Gabriela Pontes da Souza, desde 1985 quando as primeiras famílias foram assentadas, as crianças necessitavam deslocar-se para Araraquara ou para as cidades vizinhas para estudar, desta forma muitas desistiam ou nem se matriculavam, e as crianças mais novas ficavam sem estudar.

As comunidades precisaram se mobilizar para conseguirem que as crianças fossem atendidas nos respectivos assentamentos. No assentamento Bela Vista já havia um prédio escolar do tempo da Usina Tamoio, datada de 1942, sendo assim, a luta concentrou-se na contratação de professores e pela reforma da escola que se encontrava abandonada e em más condições de conservação. Por sua vez, a comunidade do assentamento Monte Alegre necessitou lutar pela construção do edifício escolar.

Mediante as necessidades destas mulheres e da consciência dos direitos das crianças à escola, iniciam-se às reivindicações para o atendimento à educação infantil e tanto no Assentamento Bela Vista como no assentamento Monte Alegre, a educação infantil inicia com professoras voluntárias, algumas habilitadas outras não, mas todas pertencentes à comunidade.

No estado de São Paulo, de acordo com dados levantados junto à Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária (PNERA), divulgados em 2004, havia grande dificuldade de acesso a EI. Menos de 50% das crianças tinham acesso a pré-escola e não existiam creches nos assentamentos, conforme informações prestadas pelas famílias assentadas, em Di Pierro, Andrade (2009).

A educação infantil, então, inicia-se nos dois assentamentos de forma improvisada. Professoras voluntárias, sem formação na área, e membros das comunidades assumem turmas de educação infantil multisseriada. Com o auxílio da prefeitura, são treinados por uma pessoa responsável, isto ocorre no ano de 2002, data da primeira Proposta Pedagógica da Pré-Escola do Campo.

Somente em 2005, a Prefeitura Municipal de Araraquara contrata professoras concursadas. No entanto, a educação infantil ainda funcionava de maneira improvisada, sem sala e mobiliário adequados, com poucos brinquedos, ou seja, com infraestrutura deficitária. Na medida do possível, as EMEFs (Escolas Municipais de Ensino Fundamental) foram adequadas para receber estas crianças, como por exemplo, instalando um vaso sanitário do tamanho ideal no banheiro das escolas.

De acordo com o primeiro PPP do Centro de Educação e Recreação Irmã Maurina Borges, é por meio de uma denúncia da professora Mariene, que lecionava na escola do assentamento Monte Alegre, junto ao Conselho Tutelar de Araraquara e na sequência à Promotoria Pública, que o município é movido, sob pena de multa diária, a construir as instalações adequadas ao funcionamento da educação infantil nos assentamentos.

Em 22 de março de 2011, é inaugurado o primeiro CER do Campo “Waldyr Alceu Trigo” no Assentamento Bela Vista do Chibarro e em 29 de março do mesmo ano é inaugurado o CER anexo à EMEF “Maria de Lourdes Silva Prado” no Assentamento Monte Alegre.

As duas instituições de educação infantil contam com berçário (sala para crianças de zero a dois anos e seis meses), lactário (cozinha para preparo das refeições), sala de banho, sala de multimeios (local com televisão, aparelho de som, brinquedos), sala para atividades (local utilizado como sala de aula, possui brinquedos educativos, jogos), lavanderia com depósito, sanitários e um amplo pátio.

No entanto, não possuem direção ou coordenação, pois as duas funcionam como anexos às EMEFs em razão do número de alunos matriculados e as professoras são oriundas da cidade, embora haja no assentamento Bela Vista professoras formadas pela Pedagogia da Terra. Os CERs atualmente atendem crianças de zero a seis anos.

A história da educação infantil do campo no município de Araraquara perpassa pela luta pela terra, pelos assentamentos da Reforma Agrária e pela luta por educação no campo.

Contudo, estudos mais recentes demonstram uma ruptura nesse processo que deveria estar amadurecendo e se consolidando. Com as eleições para prefeito de 2008, há uma alteração

na política, refletindo também na educação e nas escolas do campo. Conforme demonstra Pavini (2012), a Secretaria de Educação adota e implanta, nas escolas do campo, um material específico para a formação de trabalhadores da indústria, totalmente inadequado, posto que ignora totalmente a realidade local, acarretando muitos entraves ao projeto de educação do campo como conteúdo não significativo, necessidade de adaptações por parte de professores, necessidade de uso de internet constante, dentre outros.

Por se tratar de um material voltado para a indústria, é nítido o crucial estímulo à competitividade, o que contraria o Projeto Escola do Campo, que incentiva a cooperação. Outro problema encontrado ainda é em relação à questão ambiental e nutricional, pois os exemplos utilizados nos exercícios referem-se a embalagens longa vida, enlatados que não são saudáveis e geram muito lixo, além do material didático utilizado pelo aluno, que são oito livros consumíveis descartados todo final do ano, ou seja, oito livros são descartados por ano (PAVINI, 2012, p. 110).

Esta nova ideologia, urbano-industrial, introduzida nas escolas do campo, por meio do material SESI, de acordo com Silva (2015), visa institucionalizar novas formas de educar os trabalhadores no contexto político-econômico neoliberal, reordenando a relação entre escola e emprego dentro das pedagogias da competência.

Segundo Silva (2015), no início tínhamos uma escola mais condizente com a Educação do Campo:

No início do programa, se propôs rupturas com o instituído, um ensino tradicional, urbanocêntrico e etnocêntrico, sendo respeitados os sujeitos concretos do campo, com seus anseios e necessidades. Dentro de uma teoria pedagógica crítica, novas práticas pedagógicas foram plantadas e incorporadas para o ensino das crianças. O currículo foi construído, tendo como base o contexto social e cultural dos alunos, os conteúdos seguiam os parâmetros curriculares e as aulas incorporavam as concepções teóricas metodológicas relativas à realidade (SILVA 2015, p.120).

A mesma autora conclui que, em 2015, as escolas EMEF Maria de Lourdes da Silva Prado, Professor Hermínio Pagotto e Eugênio Trovatti não preservaram a perspectiva transformadora dos movimentos sociais. No entanto, alguns princípios são ainda preservados graças a um movimento de resistência de educadores que encamparam a proposta da educação do campo e buscam contribuir com as transformações sociais.

Na EIC é implantado um projeto denominado Cresça e Apareça (2012 a 2017), que embora fosse baseado na Pedagogia Histórico Crítica era tecnicista, posto que trazia atividades prontas para serem desenvolvidas pelas educadoras, desconsiderando a realidade local, o PPP e o Projeto de Escola do Campo.

Na atualidade, após as eleições de 2016, houve uma tímida retomada do projeto de Educação do Campo. O professor e mestre André Luiz de Souza, uma das pessoas mais importantes na implantação da Educação do Campo no município, foi recontratado pela prefeitura no cargo de Coordenador Executivo de Educação Básica da Secretaria Municipal de Educação.

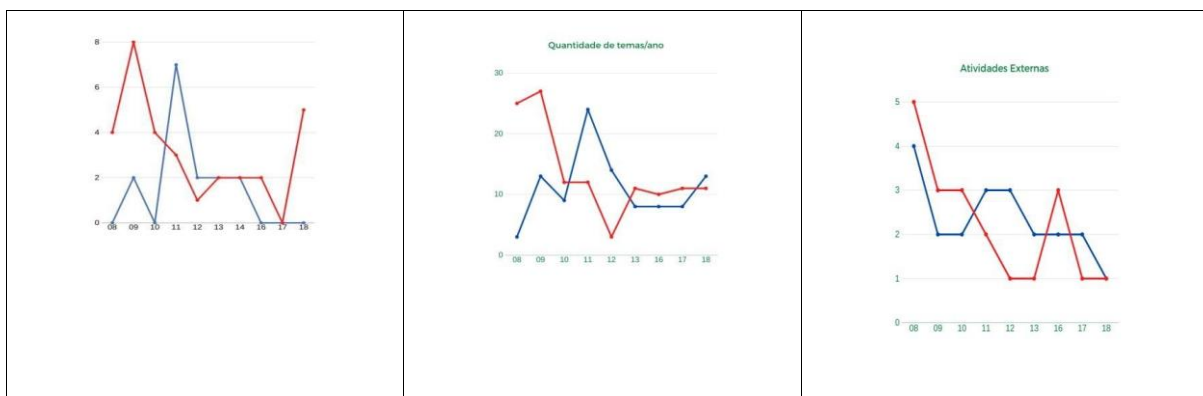
A partir disto, algumas medidas foram tomadas, a exemplo, o final da contratação de material do SESI, possibilitando trabalhar com material mais adequado à realidade do campo, assim como a realização do Seminário de Educação do Campo (9 a 11 de outubro de 2018), que objetivou a reflexão sobre a temática da Educação do Campo, seus caminhos e desafios na contemporaneidade e alguns cursos de formação.

Novos rumos vêm sendo traçados, a nível municipal, após a volta do Partido dos Trabalhadores à Prefeitura Municipal de Araraquara com a eleição (2016) do prefeito Edinho da Silva.

A pesquisa realizada para a dissertação analisou as atividades relacionadas a prática de Educação Ambiental nas turmas de quarta e quinta etapas (crianças de 4 e 5 anos), por um período de 15 anos (2004 a 2018).

Podemos observar (Gráficos 1, 2 e 3), um declínio do trabalho com projetos, da quantidade de temas trabalhados e da realização de atividades externas que compreendem trabalho de campo, passeios nos arredores da escola, nos lotes e observação, este declínio ocorre após mudança da gestão municipal e implantação do projeto “Cresça e Apareça”. Após nova eleição há o retorno do prefeito anterior (2001 a 2008, gestão do PT, 2009 a 2016 gestão do PMDB, 2017 até a atualidade nova gestão do PT) e o Projeto de Escola do Campo é retomado, pode-se observar que a partir de 2018 há (na 5ª etapa) a retomada dos projetos, as duas turmas apresentam um aumento de temas.

No entanto, podemos perceber que as atividades externas não foram retomadas, o que significa que as crianças estão passando a maior parte do tempo em sala de aula, e, ou não utilizam o espaço externo para atividades de aprendizagem.

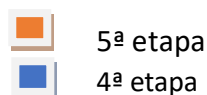


Fonte: elaborado pela autora

Gráfico 1 Quantidade de projetos/ano

Gráfico 2 Quantidade de temas/ano

Gráfico 3 Atividades externas/ano



Ocorre que frequentemente a educação passa por transformações, mudanças impostas de cima para baixo, que podem interferir negativamente na Escola do Campo e consequentemente na EIC, atualmente professores (as) de todo país estão se adaptando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Teóricos já apontam perdas em alguns campos educacionais, como, por exemplo, o ensino de Educação Ambiental que era considerado um tema transversal e com a BNCC perde esse status. A EIC, incluída nesta mudança, se adaptando a BNCC poderá sofrer impactos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na história da EI podemos observar a distinção relacionada às classes sociais, por um lado, um grupo privilegiado recebe educação e ao outro, menos favorecido, cabe o assistencialismo e o higienismo, no entanto, essas duas modalidades são urbanas. O rural, em sua maioria fica relegado e quanto há educação esta é descontextualizada e inadequada. Comprova-se pelo fato do tempo que se levou desde a criação da primeira instituição de EI na Alemanha, 171 anos, do primeiro Jardim de Infância em São Paulo, 115 anos, e da inauguração do Parque Infantil de Araraquara, 69 anos, até a construção de um prédio adequado, com mobiliário específico, destinado a EI no Assentamento Bela Vista, zona rural de Araraquara.

Embora, surpreendentemente já tenha havido EI, nos idos de 1950, na escola da seção Bela Vista, somente em 22 de março de 2011 é inaugurado o CER Waldyr Alceu Trigo, ironicamente, esse Jardim de Infância foi semeado e cultivado por sem terras.

A EI desde os primórdios conserva alguns valores básicos como a aprendizagem pelos sentidos, diretamente ligada a natureza, a valorização da ludicidade, incluindo jogos e brincadeiras, no entanto, a EIC diferencia-se por ser um projeto idealizado nas bases e em desenvolvimento por meio de um processo democrático. Este projeto idealiza uma educação transformadora baseada em valores humanos, na justiça social e no cooperativismo.

Quanto a metodologia, vimos que pode variar de acordo com cada local, contudo deve seguir os princípios filosóficos e pedagógicos da Educação do Campo, dentre eles a educação vinculada ao trabalho, teoria aliada a prática, o ensino a partir da realidade e útil para resoluções de problemas comunitários/locais. Esta modalidade prima pelo trabalho com projetos, pela interdisciplinaridade, por utilizar palavras ou temas geradores.

As práticas devem ser realizadas em diferentes ambientes e os conteúdos adequados em razão das atividades. O ensino, neste contexto exige a valorização da vivência e do saber camponês, a premissa de ensinar a ler o mundo, requer que o saber produzido escute e envolva a comunidade. Esta é, portanto, uma educação crítica, que por sua vez requer professores politizados e engajados.

Havia na Europa duas modalidades de educação, uma com objetivo de conformar e outra emancipatória e libertária, neste sentido podemos fazer um paralelo entre a educação rural e a Educação do Campo. Esta última oriunda da necessidade, dos anseios, da luta e conquista dos movimentos sociais, que visa e desenvolve uma pedagogia diferenciada.

Contudo, há entraves a serem solucionados, os assentados costumam dizer que: “mais difícil que a luta pela conquista da terra é a luta pela permanência na mesma”, por exemplo, temos a dificuldade de formação de professores (as), principalmente enquanto os (as) mesmos (as) ainda forem citadinos (as) a formação é extremamente necessária, outra solução seria a criação de políticas que primem por contratar pessoas com formação específica, como é o caso de assentadas com formação em pedagogia da terra. A educação é um campo em disputa.

As políticas impostas por todos os níveis (municipal, estadual ou federal) podem intervir negativamente no projeto de EIC, como é o caso da implementação de programas municipais como o “Cresça e Apareça” e a política federal de implantação da BNCC.

A questão da BNCC necessita de estudos sobre o quanto a mesma pode vir a interferir e trazer entraves ao projeto de Educação do Campo e a EIC.

O primeiro passo para uma EIC é a construção do Projeto Político Pedagógico e o maior desafio é fazer com que seja respeitado, a começar pelos próprios docentes.

É papel da EIC promover a conexão e o respeito das crianças para com a natureza, no entanto, o estudo demonstra um declínio da convivência destes educandos com o campo, contradizendo todo o caminho histórico da EI. Cabe a EIC promover um vínculo afetivo e proporcionar o sentimento de ligação e interdependência entre os seres, o conhecimento sobre o consumo excessivo de alimentação industrializada e suas consequências, bem como o incentivo a alimentação natural

Algumas das atribuições da EIC, como tratar de problemas reais, por exemplo, o uso de agrotóxicos, o plantio de transgênicos, a recuperação de nascentes, o problema das queimadas, problemas que devem ser tratados, ainda que com uma abordagem condizente, desde a mais tenra idade e que, portanto, exigem formação diferenciada e que o (a) professor (a) vá a campo.

O estudo realizado para o mestrado abordou somente atividades de Educação Ambiental, desta forma, consideramos que as práticas educacionais nas EICs carecem de maiores estudos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. M. *Álbum de Araraquara – 1948*. Disponível em:

<<http://nelsonmartinsdealmeida.blogspot.com/2012/09/album-de-araraquara-1948.html>>.

Acesso em: 20 de ago. 2019.

ARARAQUARA. Projeto Político Pedagógico (PPP) “EMEF do Campo Prof. Hermínio Pagotto”, 2011/2013.

ARARAQUARA. Projeto Político Pedagógico (PPP) CER anexo à EMEF “Maria de Lourdes Silva Prado, 2008.

ARAÚJO, M. N. R. **As contradições e as possibilidades de construção de uma educação emancipatória no contexto do MST**. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação: 2007 (Tese de Doutorado). 335p. p. 46 a 203.

ARCE, A. O jogo e o desenvolvimento infantil na teoria da atividade e no pensamento educacional de Friedrich Froebel. **Cad. Cedes**, Campinas, v.24, n. 62, p.9-25, 2004. Disponível em < <http://cedes.unicamp.br>> Acesso em 31 de maio de 2019.

_____. **Friedrich Froebel: o pedagogo dos jardins-de-infância**. Petrópolis: Vozes, 2002.

ARIÈS, P. **História social da infância e da família**. Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978.

ARROYO, M. G.; FERNANDES, B. M. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília, DF; Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, 1999.

BASTOS, V. A.; OLIVEIRA, T. A proposta de educação do campo das escolas rurais de Araraquara-SP: destaques na construção da qualidade de vida. In: **Retratos de Assentamentos**, nº. 9, 2004. p. 147 a 166.

BRANCALEONI, A.P.L. **Um olhar acerca do processo de elaboração e implementação de um projeto político-pedagógico em uma escola do campo do município de Araraquara**. Tese (Doutorado) Universidade de São Paulo – USP. Ribeirão Preto/SP, 2005.

BRESLER, R. “et al”. O Programa Escola do Campo de Araraquara (SP): a EMEF Hermínio Pagotto e o assentamento Bela Vista do Chibarro. **Cadernos de Gestão Pública e Cidadania**, V.14, N.55- Jul/Dez de 2009.

CAIRES, Ângela Cristina Ribeiro. Usina Tamoio: lugar de trabalho e de vida. **Revista Uniara**, v. 18, n. 1, 2015.

CALDART, R.S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 2. Ed., Petrópolis: Vozes, 2000.

CALDART, R. S.; STEDILE, M. E.; DAROS, D. [Orgs.]. **Caminhos para transformação da Escola 2: Agricultura camponesa, educação politécnica e escolas do campo**. Expressão Popular, 2015.

DALMAGRO, S.L. História da Escola no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **HISTEDBR On-line**, Campinas, v7, n3 [73], p.782-810, jul/set.2017. Disponível efile:///C:/Users/Windows10/Downloads/8645847-Texto%20do%20artigo-33944-11020171213%20(2).pdf> Acesso em: 10 de ago. de 2019.

CAMPOS, C. **Ieccmemórias**. Inauguração da Escola Normal e da Escola Modelo Caetano de Campos. Disponível em: <<https://ieccmemorias.wordpress.com/2014/08/04/02-de-agostode-1894-inauguracao-da-escola-normal-e-da-escola-modelo-caetano-de-campos/>>. Acesso em: 10/01/2020.

FERRANTE, V.L.S.B. **A chama verde dos canaviais: uma história das lutas dos bóias frias**. (Tese de Livre Docência), Araraquara: Unesp, 1992.

FRAIZ, R.C.C. **A Organização Escolar em ciclos na Rede Municipal de Araraquara-2001 a 2005**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos (FCL), São Paulo; 2006, 134p.

KISHIMOTO, M. T. **A Pré Escola em São Paulo: (DAS ORIGENS A 1940)**. 1986. 348 f. TESE (Doutorado em educação) - USP, São Paulo, 1986.

KISHIMOTO, T. M.; PINAZZA, M. A. Froebel: uma pedagogia do brincar para a infância. In: FOMOSINHO, J. O.; KISHIMOTO, T. M.; PINAZZA, M. A. Pedagogia(s) da infância: dialogando com o passado construindo o futuro. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 37-64.

KUHLMANN, J. M. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

KUHLMANN, J. M. A História da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, ano 2000, n. 14, p. 5-19, Mai/Jun/Jul/Ago 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a02.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2019.

OLIVEIRA, F. B. **O Emílio de Rousseau: uma obra de Pedagogia? Filosofia e Educação**, Campinas-SP, v.4, n.2, p.7-33, out/2012 a mar/2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8635422>. Acesso em: 12 maio de 2019.

PAVINI, G. C. **O método Sesi de ensino na escola do campo: a controversa chegada do estranho**. Dissertação de mestrado, Universidade de Araraquara, 2012. 118p.
ROUSSEAU, J. J. **Emílio, ou Da educação**. Tradução de Sérgio Milliet – 3. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SILVA, S. **A utopia da Educação do Campo frente à ideologia industrial: o caso de Araraquara-SP**. Araraquara: Centro Universitário de Araraquara-UNIARA, Dissertação de Mestrado, 2015.

TEIXEIRA, R. A. **Grupo Escolar Comendador Pedro Morganti: estudo histórico sobre a cultura escolar de uma escola rural – 1942/1988**. Dissertação de Mestrado FCL/UNESP – Araraquara, 2010. p. 95

_____. **Escolas do Campo de Araraquara (2001/1012): História, Memória e Experiência Percebida**. (Doutorado em Educação), FFC/ UNESP – Marília, 2019.p.204

WILMA. A história da Escola Caetano de Campo Parte II, in Blog ieccmemórias; 20 de nov de 2016. Disponível em: < <https://ieccmemorias.wordpress.com/2016/11/20/2-dainstalacaona-praca-da-republica-ate-a-decada-de-1970/> >

UTILIZAÇÃO DE BIOFERTILIZANTE BOVINO LÍQUIDO EM CULTIVO DE CHICÓRIA (*Cichorium endivia* L.)

Cesar Augusto Feliciano¹

Olavo Nardy²

Manoel Baltasar Baptista da Costa³

Vera Lucia Silveira Botta Ferrante⁴

Antônio Wagner Pereira Lopes⁵

Resumo

Em 2017, o PIB da chicória teve produção média equivalente a produtividade 10,42t/ha, no estado de São Paulo, por isto busca alternativas na produção que reduzam o seu impacto nos agroecossistemas. O objetivo principal é avaliar a eficiência dos biofertilizantes na nutrição, repelência e presença das pragas na chicória. O experimento foi realizado em solo da região classificado como Latossolo Vermelho-Escuro Distrófico na Fazenda Escola-UNIARA, Araraquara /SP. O experimento foi conduzido em canteiros com 30x1,5m usando adubação de cobertura esterco bovino curtido e cobertura morta. Após o plantio das mudas, foi realizado a aplicação do biofertilizante Supermagro 30%, e no início da maturação da chicória, o Vairo 5% aplicado quinzenalmente e a presença das pragas foram feitas semanalmente. Os parâmetros avaliados apresentados são ocorrência de pragas segundo tratamentos (T₀ Controle; T₁ Biofertilizantes; T₂ Consórcio+Biofertilizantes e T₃ NPK) e coletas (C₁; C₂; C₃ e C₄). As variações encontradas foram nas coletas com maiores médias C₂ e C₄. As ocorrências de pragas foram menores na C₁, seguindo por aumento neste valor em praticamente todos os tratamentos, com exceção no T₃, quando apresentou nova redução de ocorrência em C₃. Podemos observar que T₂ acumulou menor ocorrência de pragas ao longo das 3 coletas, sendo C₄ responsável por 70% das ocorrências de praga neste tratamento. Devemos levar em consideração os fatores exógenos como a radiação, a temperatura, a umidade, a luz e o vento que influenciam no desenvolvimento, distribuição e abundância das pragas. O uso dos biofertilizantes mostrou-se satisfatório podendo apresentar resultados melhores com maior número de aplicações a partir do meio do ciclo da cultura da chicória.

¹ Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – Universidade de Araraquara (UNIARA) São Paulo – SP – Brasil

² Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – Universidade de Araraquara (UNIARA) São Paulo – SP – Brasil.

³ Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – Universidade de Araraquara (UNIARA) São Paulo – SP – Brasil.

⁴ Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – Universidade de Araraquara (UNIARA) São Paulo – SP – Brasil.

⁵ Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – Universidade de Araraquara (UNIARA) São Paulo – SP – Brasil.

Palavras-chave: Olericultura, biofertilizantes líquidos, chicória (*Cichorium endivia* L.), pragas e consorcio.

1 – Introdução

Para IEA (2017) a produção de 53 espécies de hortaliças, em 2017 no Estado de São Paulo foi de 4,19 milhões de toneladas, cultivadas em 156,77 mil hectares, produtividade 26,73 t/ha. Em 2017, o PIB da chicória teve produção média equivalente a produtividade 10,42t/ha, no estado de São Paulo, por isto busca alternativas na produção que reduzam o seu impacto nos agroecossistemas (IEA, 2017). Atualmente o consumo das hortaliças e legumes, está presente em grande parte na alimentação da população, trazendo benefícios a saúde, como é o caso da chicória, a qual é nutritiva e serve como fonte das vitaminas A, B6 e C, além de oferecer fibras, proteínas, carboidratos, potássio, cálcio, ferro e magnésio ao organismo de quem consome o vegetal em suas refeições (XXV SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNIJUÍ, 2017).

Conforme De Medeiros et al (2003) a produção convencional de hortaliças e seu modelo é pautado no uso elevado de insumos externos principalmente agrotóxicos, adubos minerais solúveis, sementes híbridas e mecanização com base no emprego de combustíveis fósseis, provocando poluição e aumentando o custo da produção, bem como apresentando altos riscos para o produtor, por isso não são duradouros. O emprego de fertilizantes químicos e agrotóxicos tem sido amplamente utilizado na produção convencional de hortaliças, porém o uso extensivo desses produtos pode ser prejudicial à saúde do consumidor e ao meio ambiente, bem como, aumenta os custos de produção. De acordo com os estudos Silva (2008), a Teoria da Trofobiose preconiza que todos organismos vegetais sofre ataque de pragas e doenças quando os excessos de aminoácidos livres e açúcares redutores estão presentes no sistema metabólico, provocando condições favoráveis para sua alimentação, maturação e reprodução. O equilíbrio trofobiótico destaca-se como um mecanismo de resistência fisiológica vegetal que contribui para a sustentabilidade do agroecossistema. Frente a este cenário da agricultura convencional o uso dos biofertilizantes nas últimas décadas vem ganhando maior atenção, e os produtores convencionais vêm substituindo o este modelo de produção por práticas sustentáveis, os quais se encontra o sistema alternativo no controle de pragas e doenças, como é o caso dos adubos orgânicos líquidos.

De acordo com Faldoni et al (2011), o decreto nº 4.954 de 14 de Janeiro de 2004 – MAPA (ministerio da agricultura pecuária e abastecimento), biofertilizante “é um produto e contém princípio ativo ou agente orgânico, isento de substâncias agrotóxicas, capaz de atuar, direta ou indiretamente, sobre todo ou parte das plantas cultivadas, elevando a sua produtividade, sem ter em conta o seu valor hormonal ou estimulante”. Os biofertilizantes líquidos, produtos naturais obtidos da fermentação de materiais orgânicos com água, na presença ou ausência de ar (processos aeróbicos ou anaeróbicos) (SILVA, et al., 2007). Conforme Marrocos et al. (2011), os autores Santos (1992) e Magro (1994) desenvolveram fórmulas de produção de biofertilizante enriquecido, conhecido como Supermagro desenvolvido e patenteado por Magro (1994) no Centro de Agricultura Ecológica Ipê, Rio Grande do Sul, é um biofertilizante foliar enriquecido com micronutrientes e vem sendo utilizado com sucesso em culturas como maçã, pêssego, uva, tomate, batata e hortaliças, em geral. Os biofertilizantes se destacam por serem de alta

atividade microbiana e bioativa e capaz de produzir maior proteção e resistência à planta contra o ataque de agentes externos (pragas e doenças) (DE MEDEIROS, 2003). A microbiota presente nas formulações de biofertilizantes atuam em importantes processos do solo como na fixação biológica de nitrogênio, solubilização de fosfato, produção de hormônios vegetais (fitoestimuladores), de forma indireta na supressão de patógenos ou na proteção a condições de estresse abiótico (BONFIN, 2016). Além disso, por ser um produto obtido da fermentação, com a participação de bactérias, leveduras e bacilos, quando aplicado devidamente, pode possuir também efeito fito hormonal, fungicida, bacteriológico, nematicida, acaricida e de repelência contra insetos (SILVA, et al., 2007). O efeito repelente do hospedeiro pode ocorrer pela presença de macro e micronutrientes presentes no biofertilizante, exercendo valiosas funções no metabolismo vegetal, influenciando não somente no crescimento vegetal e produção da planta como, também, o aumento e redução da resistência da mesma em determinados patógenos (FALDONI, et al., 2011).

Diante do exposto este trabalho pretendeu avaliar a eficiência dos biofertilizantes Vairo e Supermagro na nutrição, na repelência e na presença das pragas na chicória (*Cichorium endivia* L.).

2- Metodologia

De acordo Moschini et al., (2005) o município de Araraquara está localizado na região noroeste do estado de São Paulo aproximadamente entre as coordenadas 21°97' e 21°53' de latitude sul e 48°39' e 47°94' de longitude oeste, circundado pelos municípios de Américo Brasiliense, Boa Esperança do Sul, Gavião Peixoto, Ibaté, Matão, Motuca, Ribeirão Bonito, Rincão, São Carlos e Santa Lúcia

Segundo a CEPAGRE (2017), a classificação climática para a região, segundo Köppen, é do tipo Cwa, ou seja, subtropical úmido caracterizado por duas estações bem definidas; um verão com temperaturas altas (média de 31°C) e pluviosidade elevada e um inverno de temperaturas amenas e pluviosidade reduzida, com precipitação média anual situando-se próxima de 1.300mm e 21 a 23°C.

Conforme Prefeitura de Araraquara (2020) a vegetação original dominante foi o cerrado, com formações florestais e campos. Como consequência da estrutura geológica, o relevo é levemente ondulado. A topografia se apresenta com características tabulares, pouco onduladas, aplainadas pelo trabalho da rede hidrográfica, comandada pelo Rio Mogi-Guaçu e cursos d'água da bacia do Rio Tietê. É formado por Podzolizado, Latosol Vermelho-Amarelo, Latosol Roxo e Rochas Basálticas.

A região possui um Produto Interno Bruto (PIB) de 12,5 bilhões, e uma renda anual per capita de 13.553,78 dólares, quase 43 mil reais por pessoa/ano. A região também possui um bom Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), com destaque para o município de Araraquara, o 7º no ranking estadual (0,815), e de São Carlos, ocupando o 14º no ranking (0,805) (FIESP, 2017).

A universidade conta com uma Fazenda Escola UNIARA, instalada em uma área de 38 ha, situada na latitude de 21°42'56.9"S, longitude de 48°11'59.0"W, e altitude de 646m em relação ao nível do mar, localizada na estrada municipal que liga Araraquara a Bueno de Andrada (Distrito de Araraquara) (Foto 1). O experimento foi desenvolvido na Fazenda Escola da UNIARA, sobre o uso de biofertilizantes como estudo de presença e presença

de doenças na chicória. O solo da região é do é classificado como Latossolo Vermelho-Escuro distrófico A moderado textura argilosa relevo levemente ondulado (ANDRIOLI; CENTURION, 1999).

A região de Araraquara caracteriza-se ainda pelo alto dinamismo do agronegócio, com empresas sucroalcooleiras e madeireiras cobrindo uma vasta extensão territorial. Evidenciando o contraste com este tônus de riqueza, a região apresenta um histórico de exploração e precarização dos trabalhadores e do uso da terra, com um tipo de agricultura convencional extremamente nociva em termos da utilização dos recursos naturais, voltada às *commodities* e à agroexportação (FERRANTE et al., 2012).

Figura 1 – Área do experimento na Fazenda Escola da UNIARA.



Fonte: GOOGLE MAPS (2020).

Foi preparado quatro canteiros com blocos casualizados para cada tratamento que foram os seguintes: T0 testemunha (sem o uso dos biofertilizantes), T1 uso dos biofertilizantes Supermagro e Vairo, T2 chicória consorciado com plantas aromáticas (coentro e manjeriço) e biofertilizantes Supermagro e Vairo, T3 uso de NPK. A aplicação do biofertilizante Supermagro foi no sétimo dia após o plantio das mudas e no início da maturação das plantas 15 dias após, as aplicações do Vairo feitas quinzenalmente e as avaliações das pragas feitas semanalmente.

Para as análises foram consideradas como variáveis independentes os Tratamentos e as coletas medidas repetidas para cada tratamento, visto que as medidas efetuadas ao longo do tempo foram realizadas nas mesmas parcelas, mesmo que em plantas aleatórias em cada coleta. Já as parcelas, foram consideradas réplicas de cada tratamento e as plantas por parcelas utilizadas para o cálculo das médias de ocorrência de pragas (variáveis dependentes) (PIMENTEL-GOMES, 2000).

Caso fossem identificadas diferenças significativas nas análises, testes *a posteriori* foram efetuados para identificar as diferenças entre Tratamentos (PIMENTEL-GOMES, 2000; VIEIRA, 2011; ZAR, 2010; TRIOLA, 2017). Os mesmos dados também foram analisados de forma qualitativa com gráficos lineares e tabelas descritivas (TRIOLA, 2017).

Para verificar a ocorrência de pragas, considerando as variedades de pragas registradas, foi utilizada uma Análise de Componentes Principais (ACP) para verificar a distribuição de espécies de plantas, campanhas de coleta e de tratamentos em relação a variedade de pragas, visto que, em alguns indivíduos mais de uma praga foram registradas, embora que seja um evento de pequena proporção (HAIR JR., BLACK, *et al.*, 2009; MALHOTRA, 2001). Foram considerados os dados totais de ocorrência de pragas, desconsiderando os eventos onde não foram registradas pragas, e pragas que apresentaram um ou menos eventos por espécie. Esta análise também foi utilizada para definir as variáveis que seriam testadas com as análises de proporções.

Resultados e Discussões

Na figura 1 são apresentados os dados de estatística descritiva para os dados de Ocorrência de Pragas em Chicória, segundo os tratamentos (T₀ -Controle; T₁ – Biofertilizante; T₂ – Consórcio + Biofertilizante; e T₃ – NPK) e coletas (C1 – 19/10/2019; C2 – 26/10/2019; C3 – 02/11/2019; e C4 – 09/11/2019) e também os dados empregados na elaboração das figuras 2 e figuras 3.

Tabela 1 – Estatística descritiva para os dados de Ocorrência de Pragas em Chicória, segundo os tratamentos (T₀ -Controle; T₁ – Biofertilizante; T₂ – Consórcio + Biofertilizante; e T₃ – NPK) e coletas (C1 – 19/10/2019; C2 – 26/10/2019; C3 – 02/11/2019; e C4 – 09/11/2019).

Presença de Pragas – Chicória

Tratamentos	T ₀	T ₁	T ₂	T ₃
Média	0,46	0,24	0,18	0,34
Desvio Padrão	0,196	0,248	0,259	0,411
Variância	0,0383	0,0615	0,0669	0,1688
Tamanho amostral	20	20	20	20

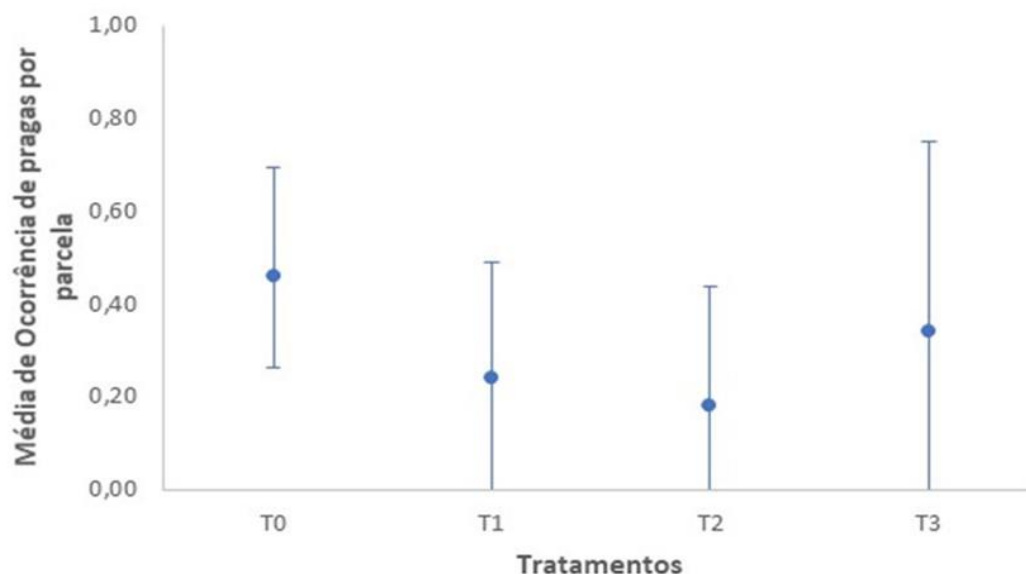
Coletas	C1	C2	C3	C4
Média	0,18	0,27	0,16	0,61
Desvio Padrão	0,233	0,277	0,167	0,294
Variância	0,0543	0,0769	0,0278	0,0862
Tamanho amostral	20	20	20	20

Fonte: Núcleo de Extensão em Agroecologia - UNIARA (2020).

Na figura 2 podemos notar que, para a chicória, a média de Ocorrência de pragas variou entre 0,18, para T₂ (Consortio + Biofertilizante) e 0,46, para T₀ (Controle), que também apresentou a menor variação, vale destacar que os tratamentos T₁ (Biofertilizante) e T₂ (Consortio + Biofertilizante), apresentaram os menores valores para ocorrência de pragas, (**Tabela**). No entanto vale destacar que as médias são próximas e com grande sobreposição de variação, anotada com o desvio padrão na

Figura .

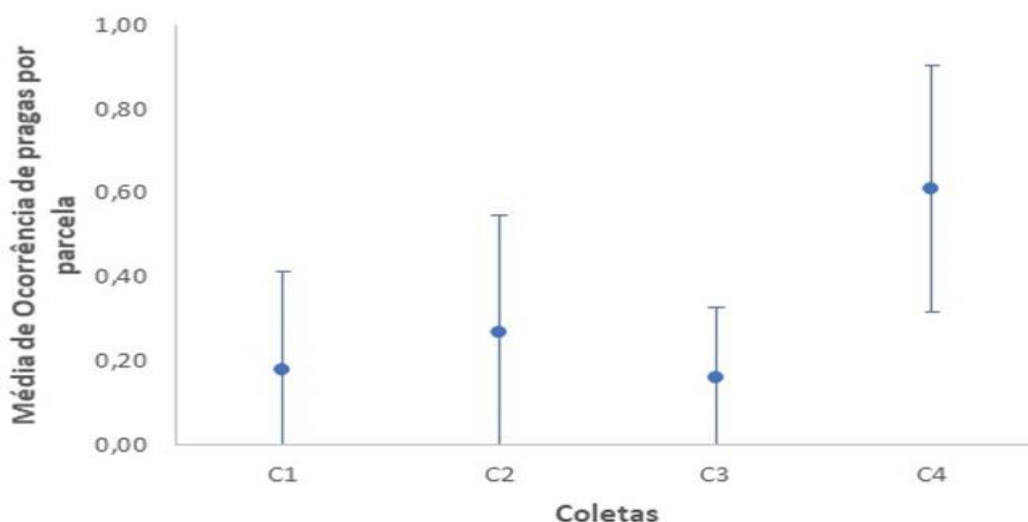
Figura 2 -Distribuição das médias e desvio padrão de Ocorrência de pragas para a Chicória nos tratamentos, sendo T₀ -Controle; T₁ – Biofertilizante; T₂ – Consórcio + Biofertilizante; e T₃ – NPK.



Fonte: Núcleo de Extensão em Agroecologia-UNIARA (2020).

Na figura 3 podemos notar que houve um aumento na média de Ocorrência de pragas ao longo das coletas, sugerindo um ciclo ascendente no tempo, sendo semelhante em formato ao apresentado pelo Alface (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**), reforçando a tendência encontrada, no entanto apenas com mais coletas poderíamos determinar este processo. As maiores variações encontradas foram nas coletas com maiores médias (C2 - segunda coleta, e C4 – quarta coleta), igualmente ao encontrado anteriormente para o Alface (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**).

Figura 3 -Distribuição das médias e desvio padrão de Ocorrência de pragas para a Chicória pelas coletas realizadas, sendo C1 – 19/10/2019; C2 – 26/10/2019; C3 – 02/11/2019; e C4 – 09/11/2019.



Fonte: Núcleo de Extensão em Agroecologia-UNIARA (2020).

Na tabela 1 são apresentados os dados de médias para os dados de Ocorrência de pragas na Chicória, segundo os tratamentos (T₀ -Controle; T₁ – Biofertilizante; T₂ – Consórcio + Biofertilizante; e T₃ – NPK) e coletas (C1 – 19/10/2019; C2 – 26/10/2019; C3 – 02/11/2019; e C4 – 09/11/2019), na Figura o acúmulo de médias para cada um dos tratamentos de acordo com a coleta utilizada e na figura 4 a distribuição das médias de Ocorrência de pragas segundo tratamento e sequencia de coleta.

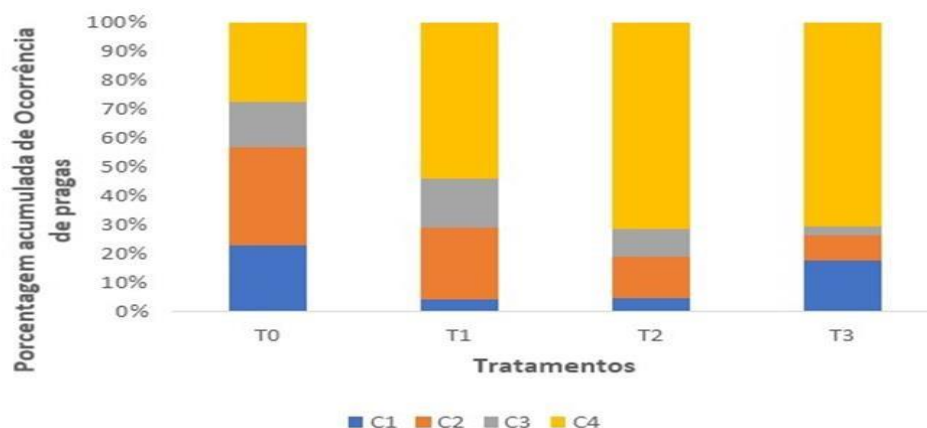
Tabela 1 – Médias para os dados de Ocorrência de Pragas na Chicória, segundo os tratamentos (T₀ -Controle; T₁ – Biofertilizante; T₂ – Consórcio + Biofertilizante; e T₃ – NPK) e coletas (C1 – 19/10/2019; C2 – 26/10/2019; C3 – 02/11/2019; e C4 – 09/11/2019).

		Tratamentos			
		T₀	T₁	T₂	T₃
Coletas	C1	0,4	0,04	0,04	0,24
	C2	0,6	0,24	0,12	0,12
	C3	0,28	0,16	0,08	0,04
	C4	0,48	0,52	0,6	0,96

Fonte: Núcleo de Extensão em Agroecologia-UNIARA (2020).

Na figura 4 podemos perceber nitidamente que a Ocorrência de pragas para a Chicória foi menor na coleta 1 (C1 – Azul), nos tratamentos T₁ (Biofertilizantes) e Consórcio + Biofertilizante (T₂), seguido por um aumento neste valor em praticamente todos os tratamentos, com exceção de T₃ (NPK), que apresentou uma redução, vale destacar também que este mesmo tratamento apresentou nova redução de ocorrências na terceira coleta (C3 – Cinza), quando foi registrado o menor valor de ocorrências de pragas para Chicória (0,04) (**Tabela**). Podemos perceber também (**Figura**) que T₂ – Consórcio + Biofertilizante foi que acumulou menos ocorrência de pragas ao longo das 3 primeiras coletas, sendo C4 – Amarela responsável por mais de 70% das ocorrências de pragas neste tratamento.

Figura 4 -Acúmulo de porcentagens das médias de Ocorrência de pragas para a Chicória em cada um dos tratamentos (T₀ -Controle; T₁ – Biofertilizante; T₂ – Consórcio +



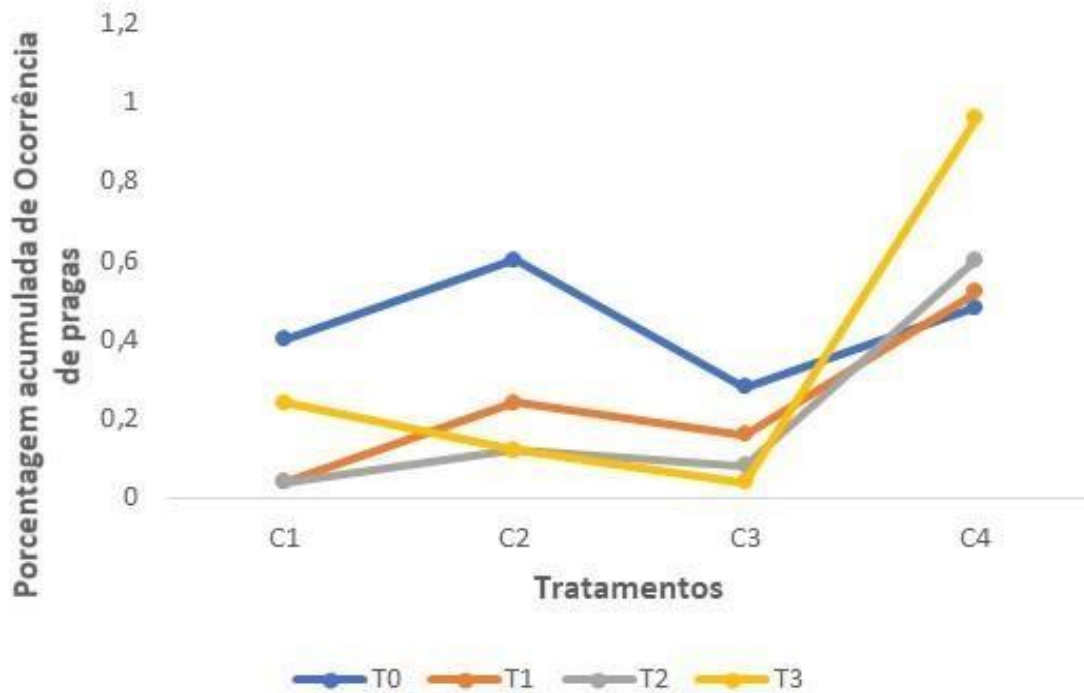
Biofertilizante; e T₃ – NPK) para cada uma das coletas realizadas, sendo C1 – 19/10/2019 – Azul; C2 – 26/10/2019 – Laranja; C3 – 02/11/2019 – Cinza; e C4 – 09/11/2019 – Amarelo.

Fonte: Núcleo de Extensão em Agroecologia-UNIARA (2020).

Na figura 5 podemos perceber nitidamente que T₁ – Biofertilizantes (Laranja), T₂ – Consórcio + Biofertilizante (Cinza) e T₃ – NPK (Amarelo) apresentara menores valores nas 3 primeiras coletas, aumentando sua incidência na última coleta (C4), sendo maior em T₄, invertendo de posição com Controle (T₀) (azul).

Na **Figura 6** podemos perceber nitidamente que entre a terceira (C3) e quarta (C4) coletas houve uma inversão dos tratamentos em relação ocorrência de pragas. O tratamento T₃ – NPK (Amarelo), que apresentava pequenos valores de ocorrência de pragas se tornou o tratamento com maior incidência em C4, e o tratamento Controle (T₀ – Azul), que vinha sendo o que apresentava maior incidência, passou a ser o de menor Ocorrência de pragas, Os tratamentos T₁ – Biofertilizantes (Laranja) e T₂ – Consórcio + Biofertilizante (Cinza) apresentaram a mesma tendência de T₃ (NPK), mas em menores proporções.

Figura 6 -Distribuição das médias de Ocorrência de pragas para a Chicória para cada um dos tratamentos (T₀ -Controle – Azul; T₁ – Biofertilizante – Laranja; T₂ – Consórcio + Biofertilizante – Cinza; e T₃ – NPK – Amarelo) ao longo das coletas realizadas, sendo C1 – 19/10/2019; C2 – 26/10/2019; C3 – 02/11/2019; e C4 – 09/11/2019.



Fonte: Núcleo de Extensão em Agroecologia-UNIARA (2020).

Pela análise quantitativa para a Chicória os pressupostos de normalidade e homogeneidade de variâncias foram comprometidos, assim optou-se pelo Teste de Friedman, correspondente não paramétrico para Análise de Variância de um fator com medidas repetidas, o qual apresentou significância ($p > 0,05$) ($p = 0,001$), indicando que foram identificadas diferenças significativas entre os tratamentos ao longo das coletas.

Conclusão

Devemos levar em consideração os fatores exógenos como a radiação, a temperatura, a umidade, a luz e o vento que influenciam no desenvolvimento, distribuição e abundância das pragas. O uso dos biofertilizantes mostrou-se satisfatório podendo apresentar resultados melhores com maior número de aplicações a partir do meio do ciclo da cultura da chicória.

Referências

ANDRIOLI, I., CENTURION, J. F. Levantamento detalhado dos solos da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias de Jaboticabal. CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIA DO SOLO, 27, Brasília, 1999. Anais. **Brasília, Sociedade Brasileira de Ciência do Solo**, 1999. 32 p. [TO25-3 CD-ROM].

BOMFIM, C. A. **Biofertilizante Hortbio®: características microbiológicas e efeito na qualidade da alfaca**. 2016. Dissertação de Mestrado. 2016. Instituto de Ciências Biológicas da Universidade de Brasília. Programa de Pós-Graduação em Biologia Microbiana.

CEPAGRI, Centro de Pesquisas Meteorológicas Aplicadas a Agricultura. Disponível em: <http://www.cpa.unicamp.br/outras-informacoes/clima_muni_037.html>. Acesso em: 02 nov. 2020.

DE MEDEIROS, M. B. et al. **Uso de biofertilizantes líquidos no manejo ecológico de pragas agrícolas**. 2003.

FALDONI, L. et al. **Efeito do biofertilizante no desenvolvimento de porta-enxertos de citros e na indução de resistência à gomose de Phytophthora**. 2011. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Carlos. Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural

FERRANTE, V.L.S.B. et al. Um retrato das regiões da pesquisa. **Retratos de Assentamentos**, v.15, n.1, 2012.

FERREIRA, P. V. **Estatística Experimental Aplicada às Ciências Agrárias**. Editora UFV. p.588.

FIESP – **Federação das Indústrias do Estado de São Paulo**. Capital Humano Departamento de Ação Regional. Disponível em: <[https://apps.fiesp.com.br/CapitalHumano/\(S\(gexq3uxa1yinu111o5e00mbe\)\)/DadosDadosSocioEcono/RankingIDH.aspx?](https://apps.fiesp.com.br/CapitalHumano/(S(gexq3uxa1yinu111o5e00mbe))/DadosDadosSocioEcono/RankingIDH.aspx?)>. Acesso em: 30 out. 2020.

GOOGLE MAPS – Área Experimental na Fazenda Escola da UNIARA. Disponível em: <<https://www.google.com/maps/place/R.+Jos%C3%A9+Barbieri+Nto,+4785++Jardim+Botanico,+Araraquara+-+SP/@-21.71718,48.198695,429m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0x94b8f0806b958eff:0x977468e646fd71!8m2!3d-21.716221!4d-48.198432?hl=pt-BR>>. Acesso em: 02 nov. 2020.

HAIR JR, J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J. **Multivariate Data Analysis**. 7th Edition., p. 816). 2009.

HAMMER, Ø. Paleontological statistics (PAST). Reference manual. Version 3.25. **Natural History Museum, University of Oslo, Oslo**, 2019.

IEA – Instituto de Economia Agrícola. **PIB da produção de hortaliças no Estado de São Paulo**. Disponível: <<https://attaleadigital.com.br/iea-instituto-de-economiaagricola-pib-da-producao-de-hortalicas-no-estado-de-sao-paulo-2017/>>. Acesso: 02 nov. 2020.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de Marketing-: Uma Orientação Aplicada**. Bookman Editora, 2001.

MARROCOS, S. T. P de et al. **Composição de biofertilizante e sua utilização via fertirrigação em meloeiro**. 2011. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Pró-Reitoria de Pós-Graduação. Fitotecnia área de concentração em tratamentos culturais.

MOSCHINI, L. E. et al. **Diagnóstico e riscos ambientais relacionados à fragmentação de áreas naturais e semi-naturais da paisagem**. Estudo de caso: município de Araraquara, SP. 2005.

PIMENTEL-GOMES, F. Course of experimental statistics. **Piracicaba: FEALQ**, v. 15, 2000.

Prefeitura Municipal de Araraquara. Número e dados. Disponível em: <http://www.araraquara.sp.gov.br/nossamorada/conteudo-nossamorada/numeros-e-dados>. Acesso em: 29 set. 2020.

SILVA, A. F. et al. Preparo e uso de biofertilizantes líquidos. **Embrapa Semiárido Comunicado Técnico (INFOTECA-E)**, 2007.

SILVA, C. V. L e. **INFLUÊNCIA DA TROFOBIOSE NA SUSTENTABILIDADE DO SISTEMA DE PRODUÇÃO ORGÂNICA DO AGRESTE SERGIPANO**. 2008. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Sergipe. Curso de Mestrado em Agroecossistemas, área de concentração Sustentabilidade em Agroecossistemas.

SOKAL, R. R.; ROHLF, F. J. Descriptive statistics. **Biometry, the principles and practice of statistics in biological research 4th edition**, Freeman and Co, New York, 2012.

TRIOLA, Mario F. et al. **Introdução à estatística**. Rio de Janeiro: Itc, 2017.

VIEIRA, Sonia. Bioestatística: tópicos avançados. In: **Bioestatística: tópicos avançados**. 2018. p. 288.

VIEIRA, Sonia. **Introdução a Bioestatística**. Elsevier Brasil, 2011.

XXV SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNIJUÍ, 25., 2017, Estado do Rio Grande do Sul. **Anais eletrônicos[...]**. Estado do Rio Grande do Sul, 2017. Disponível:<<https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/artic le/view/7878>>. Acesso: 02 nov. 2020.

ZAR, J. H. Biostatistical Analysis. Pearson, fifth edition, 2010.

ECOSSISTEMAS DE INOVAÇÃO E AS CADEIAS CURTAS NO ABASTECIMENTO DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS ÀS POPULAÇÕES VULNERÁVEIS EM MATO GROSSO DO SUL DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

INNOVATION ECOSYSTEMS AND SHORT CHAINS IN HEALTHY FOOD SUPPLY TO VULNERABLE POPULATIONS IN MATO GROSSO DO SUL DURING THE COVID-19 PANDEMIC

**Christiane Marques Pitaluga¹
Cleonice Alexandre Le Bourlegat²**

RESUMO

Inseridos nesse contexto da pandemia causada pela Covid-19 e da insegurança alimentar tem sido importante a manifestação do repensar de “novas formas” de comercialização, distribuição e consumo territorializados, que possam envolver a participação de coletividades, na busca de soluções rápidas e mais ágeis. O objetivo do estudo foi verificar as condições em que se estruturaram e funcionaram em Mato Grosso do Sul dois ecossistemas de inovação, que emergiram por incentivo da Fundação Banco do Brasil durante a pandemia da Covid-19, funcionando por meio de cadeias curtas, na busca de soluções urgentes para o abastecimento de alimentos saudáveis às populações mais vulneráveis. O objeto desta investigação foram os ecossistemas articulados pela Central dos Trabalhadores/as da Economia Solidária em Campo Grande e Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul (APOMS) em Glória de Dourados, com área de atuação em diversos municípios do entorno, envolvendo os fornecedores e a população beneficiária. A pesquisa, do tipo descritiva e exploratória, baseou-se em uma revisão bibliográfica inicial, seguida de coleta de informações em fontes bibliográficas e documentais e ainda aplicação de entrevistas semiestruturadas aos responsáveis pelas entidades articuladores de cada ecossistema. Foi possível constatar que a estrutura e funcionamentos dos dois ecossistemas de inovação responderam em grande parte, não só ao contexto das circunstâncias e territórios em que se manifestaram, como à natureza das políticas públicas de incentivo. Além de dinamizar a economia local, favoreceram a inclusão social de populações vulneráveis e, mesmo que de forma paliativa, garantiram a segurança alimentar de diversas famílias dos territórios em que se manifestaram no Mato Grosso do Sul, numa forma inovadora de se construir mercados sociais.

Palavras-chave: Ecossistema de Inovação. Cadeias Curtas de Abastecimento Alimentar. Segurança Alimentar.

ABSTRACT

¹ Mestre em Agronegócios, docente da ESAN - UFMS. Bolsista CAPES e doutoranda em Desenvolvimento Local - PPGDL UCDB.

² Doutora em Geografia, docente do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local - PPGDL-UCDB e coordenadora no Brasil do Mestrado internacional Erasmus Mundus em Desenvolvimento Territorial Sustentável.

Inserted in this context of the pandemic caused by Covid-19 and food insecurity, it has been important to reflect on the rethinking of “new forms” of territorialized commercialization, distribution and consumption, which may involve the participation of communities, in the search for quick and more agile solutions. The objective of the study was to verify the conditions in which two innovation ecosystems were structured and operated in Mato Grosso do Sul, which emerged at the encouragement of the Banco do Brasil Foundation during the Covid-19 pandemic, working through short chains, in the search urgent solutions to supply healthy food to the most vulnerable populations. The object of this investigation was the ecosystems articulated by the Central dos Trabalhadores/as da Economia Solidária in Campo Grande and the Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul (APOMS) in Glória de Dourados, with an area of activity in several surrounding municipalities, involving suppliers and the beneficiary population. The research, of the descriptive and exploratory type, was based on an initial bibliographic review, followed by the collection of information from bibliographic and documentary sources and also the application of semi-structured interviews to those responsible for the articulating entities of each ecosystem. It was possible to verify that the structure and functioning of the two innovation ecosystems responded in great part, not only to the context of the circumstances and territories in which they were manifested, but also to the nature of public incentive policies. In addition to boosting the local economy, they favored the social inclusion of vulnerable populations and, even if in a palliative way, they guaranteed food security for several families in the territories where they demonstrated in Mato Grosso do Sul, in an innovative way of building social markets.

Key Words: Innovation Ecosystem. Short Food Supply Chains. Food Security

INTRODUÇÃO

A pandemia provocada pelo coronavírus COVID-19 no Brasil proporcionou diversos desafios a serem transpostos, até então pouco comuns, dentre eles no campo da saúde e da economia. Diante dos sistemas de saúde prevalentes e dada a natureza completamente atípica e peculiar da Covid-19, os reflexos se deram tanto na manutenção da saúde como da economia. Nesta última, chamaram atenção os desafios detectados em relação à oferta e demanda de produtos e serviços, que afetaram do lado da oferta, os agricultores familiares e pequeno comércio e, do lado da demanda, as populações mais vulneráveis em termos de poder aquisitivo.

Como respostas urgentes dadas para esta situação, chamou atenção em Mato Grosso do Sul, a emergência de dois ecossistemas de inovação, deflagrados por incentivo da Fundação Banco do Brasil (FBB, 2020). A finalidade neste caso, foi procurar trazer soluções territoriais, rápidas e ágeis, por meio de cadeias curtas de abastecimento, tanto para o mercado de oferta da agricultura familiar e pequeno negócio comercial, como para o mercado da demanda das populações em situação de insegurança alimentar e conseqüentemente vulnerabilidade.

Assim diante deste contexto, o objetivo do estudo consistiu em verificar as condições em que se estruturaram e funcionaram em Mato Grosso do Sul dois ecossistemas de inovação, que emergiram por incentivo da Fundação Banco do Brasil durante a pandemia da Covid-19, articulando-se por meio de cadeias curtas, na busca de soluções urgentes para o abastecimento de alimentos saudáveis às populações em situação de vulnerabilidade.

A redação do artigo foi estruturada, além da Introdução e Considerações Finais, em três seções. A primeira destinou-se à apresentação de um Referencial Teórico, este selecionado

para facilitar os caminhos metodológicos e as reflexões a respeito dos resultados obtidos da pesquisa. Na segunda, foi apresentada a metodologia de estudo. Para a última seção foi reservada a apresentação e discussão das condições da emergência deste ecossistema de inovação, assim como de sua estrutura, articulação e funcionamento.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Ecossistema de Inovação

A noção de ecossistema, uma abordagem ecológica da natureza construída no âmbito da biologia, foi trazida para a economia por James Moore (1993), quando escreveu a obra “A morte da competição”. Segundo ele, por maior que fosse uma empresa, sozinha já não conseguiria controlar com agilidade e flexibilidade, a complexidade e a rapidez dos fluxos apresentadas nas diversas realidades vivenciadas no mundo.

Partindo dessa ideia, Chesbrough (2003), propôs a prática da “inovação aberta” (*open innovation*), fruto de uma articulação em rede de empresas com outras instituições, para poder inovar. Nesse novo modelo em rede, de natureza interativa, combinam-se as competências e habilidades para poder agir e inovar, condição essa que deixa uma fronteira porosa entre os participantes.

Mais tarde, Cayarannys e Campbell (2009), vieram apontar a importância da participação da sociedade civil, seja como cliente ou usuária do serviço, neste processo coletivo de natureza ecossistêmica em que a inovação é aberta, que eles chamaram de “quádrupla hélice”, uma vez que envolve quatro naturezas de participantes: governo, empresas, instituições de pesquisa e tecnologia e a sociedade civil.

Ocorreram diversos avanços na economia, na direção da conceituação de ecossistemas, sob diversas abordagens (THOMAS e AUTIO, 2000). Foram concebidos, segundo esses autores, de um lado, sob forma de modelos territorializados e neste caso, mais focalizados na dinâmica da coletividade que habita o mesmo local ou região, podendo se manifestar inclusive em escalas mais amplas até a global. De outro lado, os ecossistemas também foram abordados em dimensões não territorializadas, envolvendo atores de diferentes localidades, neste caso, preferencialmente por meio de plataformas digitais.

Do ponto de vista de sua estrutura de organização, segundo Thomas e Autio (2020), os ecossistemas podem se manifestar sob três modalidades: ecossistema empresarial, ecossistema de conhecimento e ecossistema de inovação. A primeira modalidade é estruturada para funcionar como um novo modelo de negócio, construída de forma compartilhada, do qual o cliente também participa, visando gerar um valor em forma de produto ou serviço. O ecossistema de conhecimento emerge para produção de novos conhecimentos baseados em pesquisa. Já o ecossistema de inovação, tanto de produtos como de serviços, emerge de um grupo diversificado de participantes, que se combinam para uma oferta customizada, ou seja, destinada a um determinado tipo de usuário previamente definido.

De acordo com Thomas e Autio (2020), o ecossistema se define por quatro características básicas. Uma delas diz respeito à heterogeneidade de participantes, geralmente envolvendo organizações governamentais, empresariais e de ciência e tecnologia. A segunda se refere à sua maior abrangência e agilidade, resultante de uma combinação realizada de forma coerente, para produzir rápidas mudanças, mesmo as mais inesperadas. A terceira diz respeito à interdependência dos participantes co-especializados no âmbito das redes de interações por eles constituídas. Esta interdependência pode ser, tanto tecnológica, como no

exercício de diferentes papéis, seja na oferta do produto ou serviço que cada um pode oferecer. Mas também pode se manifestar como uma interdependência cognitiva, dada pelas diversas competências que se combinam de forma coerente, como por regras e valores estabelecidos em comum. A interdependência cognitiva pode contribuir para definir uma identidade de coesão ao grupo em relação à sua finalidade. Por fim, a quarta característica diz respeito ao estabelecimento de uma forma de governança construída entre os participantes. Neste processo, cada participante mantém sua própria autonomia, mas que se coordenam de forma coerente entre si, mediante relações de interdependência, numa estrutura de co-alinhamento.

No ecossistema de inovação, do qual participa uma variedade de partes interessadas, direcionadas à solução de problemas de um público pré-definido, segundo uma estrutura compartilhada e de co-alinhamento, destacam-se duas características. De um lado, verifica-se uma combinação de diversos recursos, sejam materiais e imateriais, gerados no conjunto desta coletividade. De outro, a fluidez dos contatos de natureza relacional atribui maior agilidade nos processos de inovação, especialmente quando mediado por tecnologias digitais.

1.2 Cadeias curtas de abastecimento alimentar

As cadeias curtas de abastecimento alimentar, vêm sendo abordadas como uma das alternativas mais significativas como forma relações a serem mantidas entre o produtor e o consumidor. De acordo com Renting, Marsden, Banks (2003), esta modalidade de abastecimento contribui para extirpar o modelo da cadeia convencional, via construção de novos relacionamentos entre produtores e consumidores. Isto significa para Goodman (2003), uma redefinição de novas relações entre os mercados de oferta e demanda. Na abordagem de Schneider e Ferrari (2014) estas se apresentam como mais uma das estratégias empreendedoras, seja para capturar uma fatia do valor produzida nas cadeias de alimentos, seja para revalorizar produtos rurais produzidos segundo um “saber-fazer” da própria cultura.

A venda direta do produtor ao consumidor, segundo Chiffoleu (2017), não é um fenômeno novo. No entanto, diante do atual contexto de complexidade e de rapidez de transformações, as cadeias curtas vêm se apresentando como uma forma renovada de trazer respostas alternativas a determinados tipos específicos de consumidores, para quem a agricultura padronizada vendida em grandes mercados não é capaz de atendê-los. Conforme já assinalavam Renting, Marsden, Banks (2003), o consumo de alimentos está cada vez mais entrelaçado com os diferentes estilos de vida. De fato, na atual complexidade vivenciada no mundo, expressam-se coletividades com diversos estilos de alimentação e exigências de qualidade que fogem da padronização dos mercados. Por outro lado, a condição de pobreza, aprofundada pela desigualdade de renda, exclui grande parte da população como consumidora desse mercado padronizado dominante.

Para Matte *et al* (2016), as cadeias curtas emergem de mercados construídos socialmente e envolvem ações coordenadas entre os diversos atores participantes, mobilizados no local de vida comum, como estratégia apropriada de desenvolvimento, no enfrentamento ao modelo hegemônico da agricultura padronizada. O desenvolvimento dessas novas formas de abastecimento alimentar configura-se como um fator essencial nas ações que sustentam essas novas práticas (RENTING, MARSDEN, BANKS, 2003).

Marsden, Banks e Bristow (2000), referiram-se às cadeias curtas baseadas no modelo da venda direta, que chamaram de *face-to-face*. Identificaram ainda um segundo tipo denominado espacialidade proximal, em que o produto é dotado de algum atributo local, fruto da proximidade espacial de determinados agricultores enraizados em determinados saberes e

tradições culturais. Neste segundo tipo podem se manifestar redes emergentes, construídas socialmente, com vendas realizadas por meio de intermediário, adotadas num processo coletivo de desenvolvimento rural. Schneider e Ferrari (2014), lembram que no Brasil esta última modalidade pode reunir agricultores de diversos municípios. Por fim, no terceiro tipo apontado por Marsden, Banks e Bristow (2000) inserem-se as cadeias curtas espacialmente estendidas, ou seja, aquelas em que os produtos passam a ser vendidos fora da região, mas diferenciados em função das informações dadas sobre o contexto territorial de suas origens.

Os dois primeiros tipos de cadeias curtas são desenvolvidos numa menor distância relacional, oportunizando aos consumidores maior comunicação com os produtores, mediante diálogos, por meio dos quais estes apresentam quesitos que gostariam de ver incorporados nos alimentos que adquirem. Também possibilitam maior transparência nessa relação, quando o consumidor pode ir até a propriedade para confirmar sobre as informações fornecidas pelo produtor (ROSS, 2007). Os benefícios oriundos de valores que o consumidor está disposto a pagar pelas informações recebidas, por exemplo, não seria possível num mercado de *commodities* dentro das tradicionais cadeias agroalimentares (RICHARDS, 2015).

De acordo com Chifolleau (2008), na cadeia curta a estratégia de venda pode se dar diretamente entre o produtor e o comprador, ou mobilizar um intermediário neste processo. No primeiro modelo de relação direta, a venda pode ocorrer sob três formas de relação. Uma delas é aquela feita diretamente entre o produtor individual e o consumidor e, a segunda, entre produtores que atuam coletivamente. Nestas duas modalidades do primeiro modelo, o produto pode ser buscado diretamente pelo consumidor na propriedade agrícola ou numa barraca do produtor, como também pode ser colocado pelo produtor em feiras, em mercados ou pontos de venda coletivo, ou ainda entregues sob a forma de cestas ao consumidor. A terceira modalidade desse primeiro modelo é aquela em que se constrói um arranjo cooperativo entre um coletivo de produtores e consumidores, sendo os produtos entregues por meio de cestas.

No segundo modelo de cadeia curta, segundo Chifolleau (2008), o consumo ocorre por meio de um intermediário, ou se dá na ausência do produtor. Neste caso, o produtor também pode ser individual ou coletivo. No caso do produtor individual, ele pode realizar a venda pela Internet, entregar a restaurantes ou até mesmo em supermercados. Já o produtor coletivo pode entregar os produtos a distribuidores como associações ou cooperativas, ou ainda em lojas de consignação ou revenda em um determinado grupo de restaurantes.

A análise comparativa de abordagens apresentadas já deixa entrever, a existência de concepções diferenciadas entre os diversos estudiosos, a respeito das cadeias curtas de abastecimento alimentar. Para Renting, Marsden, Banks (2003), isto se deve, sobretudo, à diversidade de sistemas agrícolas e suas configurações territoriais hoje existentes, como também da grande variedade de consumidor e de suas percepções sobre alimentos e, ainda, das diferenças de apoio institucional e político que essas iniciativas vêm recebendo. Nas abordagens de Schneider e Gazzola (2017), sobre as cadeias curtas de abastecimento alimentar no Brasil, elas têm também servido de alternativa para mitigar a crise instalada, promovendo a inclusão socioeconômica de um grupo de produtores excluídos pelo sistema agroalimentar dominante.

Mas é preciso reconhecer, segundo estes autores, que essas cadeias curtas de abastecimento criam novas relações entre a agricultura e a sociedade, produtores e consumidores, assim como entre consumidores e seus alimentos, num processo de ressocialização e localização dos alimentos. Visto assim, Niederle e Weiss (2018), entendem que só será possível compreender a força desses mercados quando os atores envolvidos estiverem aptos a produzir ou conseguirem se condicionar às suas realidades, inovações tecnológicas, institucionais e organizacionais de acordo com suas expectativas de vida.

Existem diversos outros estudos que assinalam a importância desses modelos de abastecimento alimentar, dotados de arranjos mais regionalizados e/ ou localizados (RENTING MARSDEN, BANKS, 2017; DONALD, GERTLY, GRAY, LOBAO, 2010). Neste caso, já destacava e acrescentava Kirwan (2004), a produção, o processamento e o abastecimento dos alimentos ocorrem dentro de um espaço geográfico definido, oportunizando melhorias, impactos socioeconômicos e ambientais desejáveis.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O objeto desta investigação consistiu em apresentar dois Ecossistemas de Inovação que emergiram por incentivo de uma política pública da Fundação Banco do Brasil, utilizando-se das cadeias curtas de abastecimento alimentares, destinadas a abastecer populações vulneráveis de duas regiões de Mato Grosso do Sul, uma sob influência de Campo Grande, capital do estado e outra sob influência do município de Glória de Dourados.

A pesquisa do tipo descritiva, exploratória e de ordem qualitativa, baseou-se em uma revisão bibliográfica inicial a respeito das teorias existentes sobre ecossistemas de inovação e cadeias curtas de abastecimento. As primeiras informações a respeito destas da estrutura e funcionamento destas iniciativas, foram buscadas em fontes bibliográficas e documentais.

A estas informações de fontes secundárias procurou-se correlacionar, dados coletados diretamente junto a dois atores que protagonizaram a construção social deste ecossistema de inovação. Destaca-se a adoção de uma abordagem empírica e indutiva, que buscou compreender a comercialização e o abastecimento aos novos mercados enquanto um ecossistema. Foram utilizadas ferramentas que facilitassem o diálogo com os mesmos, ou seja, entrevistas semiestruturadas.

As entrevistas semiestruturadas foram aplicadas e realizadas via *Google meet*, a dois dos responsáveis pela execução do processo de comercialização dos produtos, sendo: 1) <https://meet.google.com/zyz-ksug-wea> entrevista com a coordenadora da ação da CTES e 2) <https://meet.google.com/bxs-opmr-bzy> entrevista com o coordenador técnico da APOMS, durante o momento vivenciado pela pandemia da COVID-19. Cabe evidenciar que ambas as entrevistas foram devidamente autorizadas pelos atores chaves para gravação e posterior reprodução e divulgadas na forma deste conteúdo, consideradas na elaboração do artigo.

No que se refere às apreciações e interpretações promovidas, dada à análise qualitativa dos dados, tanto as falas dos entrevistados quanto as publicações aqui elencadas foram submetidas às técnicas de análises de conteúdo (Bardin, 1977), e as interpretações foram realizadas com o suporte do referencial teórico, e desta forma permitiram a elaboração de categorias de análises.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pandemia do novo coronavírus gerou um contexto de grandes desafios à dinâmica da economia brasileira em 2020, afetando, entre outros, a comercialização dos produtos dos pequenos negócios na cidade e das propriedades familiares no campo. Para estas últimas, desde 2003, o Governo Federal havia criado dois programas de aquisição de alimentos, visando seu escoamento para o abastecimento das escolas públicas: O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em 2003 e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em 2009. Conforme assinala Holt (2005), a política de aquisição de alimentos emanada do setor público procurou valorizar esta forma de abastecimento alimentar de instituições públicas (redes de ensino, o sistema de saúde e penitenciário), por aquelas produções baseadas em

modelos sustentáveis. Essa natureza de política também veio revelar a urgência de novos mecanismos e trouxeram outros significados para seus fins (GRISA, SCHNEIDER e VASCONCELOS, 2020).

No que tange ao consumo, os referidos Programas oportunizam o direito à alimentação, em especial a grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Entre estes, estavam não só alunos de todos os níveis educacionais e de todas as esferas públicas, como beneficiários dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, enfermos, assim como aqueles que se encontram no sistema penitenciário. Além do suporte destes programas governamentais, uma parte destas propriedades familiares atendia ao consumo urbano, por meio de feiras livres e mercados locais (FUTEMA *et al*, 2020). Mas o fechamento das escolas, assim como das feiras, restaurantes, lanchonete, bares e mercados urbanos, dificultou a possibilidade de escoamento da produção da agricultura familiar.

Por outro lado, o Brasil já se encontrava mergulhado em um processo de desaceleração do crescimento econômico, contribuindo para o enfraquecimento das políticas sociais desde 2016. Essa situação repercutiu no aprofundamento da condição de pobreza e vulnerabilidade social de grande parte da população brasileira e, por consequência, no agravamento da fome e insegurança alimentar. A situação de pandemia do novo coronavírus atribuiu grande magnitude a estas questões, expondo muito mais estas populações vulneráveis à contaminação pela Covid-19. O grande desafio no mercado de alimentos saudáveis, nessa condição de pandemia, portanto, passou a se dar, tanto do lado da venda, como para a compra.

Os desafios na situação de emergência criada durante a pandemia da Covid-19 passaram a ser enfrentados de diversas maneiras, sob forma de soluções urgentes, que pudessem contemplar a agricultura familiar e também os pequenos negócios, no atendimento imediato às populações mais vulneráveis. De acordo com Ribeiro-Silva *et al* (2020), essas iniciativas ocorreram por meio de redes sociais e com entregas no domicílio, mediante apoio financeiro de fundos bancários e empresariais, assim como iniciativas de várias organizações da própria sociedade civil.

3.1 Constituição dos Ecossistemas de Inovação com cadeias curtas de abastecimento alimentar

Dentre estas iniciativas, o destaque neste estudo foi dado àquela da Campanha “*Ação de Assistência Social e Saúde: Proteja e Salve vidas*”, com recursos originados de empresas do conglomerado do Banco do Brasil, da cooperativa de Crédito Cooperforte e de outros doadores institucionais, repassados à Fundação Banco do Brasil. Esta iniciativa, que a instituição bancária chamou de ciclo de solidariedade, procurou envolver, de um lado, o atendimento à pessoas em situação de vulnerabilidade social, especialmente aquelas pertencentes aos grupos de risco. De outro, buscou inserir micro e pequenos empreendedores, do campo e da cidade, na condição de principais fornecedores de alimentos saudáveis.

Em cada território-alvo de atendimento para estes dois mercados, o de oferta e demanda, a Fundação Banco do Brasil procurou eleger, via chamada pública emergencial, uma entidade sem fins lucrativos, reconhecida regionalmente por sua notória atuação na área de assistência social e saúde. A função desta entidade foi receber o repasse dos recursos financeiros da Fundação Banco do Brasil, com a finalidade de adquirir os alimentos dos agricultores familiares, associações/cooperativas e pequenos negócios urbanos e, simultaneamente organizar a distribuição dos alimentos adquiridos às populações vulneráveis, sob a forma de cestas básicas.

Para garantir estas operações com maior rapidez, agilidade e eficiência, exigidas pela urgência da situação, seja do lado da aquisição, como da distribuição dos alimentos, cada entidade definida, além de operar junto ao Banco do Brasil, precisou se articular com outras organizações, estas no exercício de papéis específicos de suporte. No conjunto, constituiu-se em cada território de abrangência, uma rede interativa e articulada de partes interessadas, dotada de uma arquitetura específica, para operar como ecossistema, por meio de cadeias curtas de abastecimento alimentar.

Em Mato Grosso do Sul foram averiguados dois ecossistemas voltados ao abastecimento de alimentos saudáveis, constituídos a partir do convite para participarem da chamada pública realizada pela Fundação Banco do Brasil. Para este fim foram a Central dos Trabalhadores/as da Economia Solidária (CTES) em Campo Grande e a Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul (APOMS) em Glória de Dourados. Cada uma delas se tornou o “nó” de articulação de um ecossistema para poder inovar na construção social dessas soluções. A área de abrangência territorial dos participantes foi desenhada em função da concentração dos produtores conectados a cada entidade, assim como das populações vulneráveis a serem atendidas nas proximidades dos produtores. No caso da CTES, a campanha atingiu os municípios de Campo Grande, Anastácio, Aquidauana, Terenos, Sidrolândia e Douradina. Já no ecossistema articulado pela APOMS, os produtores e consumidores dos alimentos concentraram-se nos municípios de Dourados, Glória de Dourados e Ivinhema.

A Central dos Trabalhadores/as da Economia Solidária (CTES) tem sua sede e funciona em Campo Grande desde 2008, emergindo do movimento nacional de Economia Solidária. O objetivo tem sido incentivar pessoas a protagonizar uma nova economia e uma nova forma de viver, baseadas na solidariedade, democracia, autogestão, justiça social, procurando valorizar o saber local, o ser humano e o consumo consciente. Em Campo Grande, a CTES mantém uma Central de Comercialização de Economia Solidária. Ela se constitui de diversos grupos organizados, seja para produzir alimentos orgânicos, ou ainda artesanato, roupas e acessórios, seja para prestar serviços, a exemplo de massagens terapêuticas, de costura e de cabeleireiro. A finalidade é promover efetivamente a melhoria socioeconômica de seus integrantes, garantindo-lhes trabalho e renda com dignidade.

A Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul (APOMS), por seu turno, foi formalizada em 2000, por um grupo de produtores de café orgânico, evoluindo para uma rede de produtores agroecológicos de diversas naturezas, inclusive a prática do extrativismo sustentável. Operam por meio de Núcleos de Produtores organizados por afinidade e/ ou proximidade, no âmbito dos quais se estabelece um coordenador para garantir a articulação dessa rede. O grande objetivo dos integrantes da rede APOMS tem sido a estruturação de seu Sistema Participativo de Garantias (SPG) para produtos orgânicos, adotando os critérios do Comércio Justo e Solidário.

3.1.1 Seleção dos fornecedores e beneficiários das cestas básicas

Para o fornecimento dos alimentos saudáveis vindos do campo, foram estabelecidos com cada uma das duas entidades eleitas e, mediante diálogo ininterrupto com representantes da Fundação Banco do Brasil diversos critérios, que permitissem selecionar fornecedores no território de abrangência que estivessem mais impactados pela pandemia. Um quadro de colaboradores foi mobilizado por cada uma das duas entidades para se proceder ao devido levantamento das informações sobre os locais com disponibilidade dos produtos e da possibilidade de um fornecimento coletivo.

Desta forma, da CTES, passaram a fazer parte deste quadro sete colaboradores ligados a coletividades de propriedades de agricultura familiar. Dois deles eram de Campo Grande (Associação de Pequenos Produtores Rurais Nova Era e Assentamento Terra Solidária), um de Anastácio (Cooperativa dos Produtores Rurais do Pulador de Anastácio - Copran), três de Terenos (Cooperativa Mista Agropecuária do Assentamento Campo Verde - Coopverde e Cooperativa dos Produtores Rurais do Assentamento Nova Aliança - Cooperana) e um de Sidrolândia (Assentamento Eldorado). Também foram incluídos no conjunto de fornecedores da CTES alguns agricultores familiares isolados e desvinculados de associações, de modo a permitir sua inclusão socioeconômica. Já o quadro de colaboradores da APOMS para o levantamento dos fornecedores foi constituído dos próprios produtores integrantes dessa rede, em Glória de Dourados e Dourados. É preciso salientar que essas organizações coletivas da agricultura familiar também contribuíram com o fornecimento de outros produtos complementares da cesta básica, tais como pães caseiros, ou mesmo de sabão líquido, desinfetante e máscara, por grupos organizados por mulheres rurais.

Além da agricultura familiar, fizeram parte do complemento da cesta básica, fornecedores urbanos de alimentos (como arroz e feijão) ou de outra natureza. A CTES elegeu para este fim, alguns pequenos estabelecimentos comerciais nos bairros da periferia das cidades de Campo Grande, Aquidauana e Anastácio. A APOMS contou, para esse fim, com parceiros urbanos, a exemplo do Grupo Pirê de Economia Solidária de Dourados, que se ocupou da oferta dos produtos de higiene. E ambas as instituições também elegeram as mulheres, vinculadas a Central de Economia Solidária, que produzem sabão líquido e em barra para complementarem com itens de higiene as cestas básicas.

A seleção das populações em condições vulneráveis, para serem beneficiadas com as cestas básicas, requereu outras formas de parceria e ajustes, também num processo dialogado. Os colaboradores selecionados, neste caso, foram mobilizados, não só no interior de cada entidade envolvida, como por meio de outras parcerias. Para a seleção das famílias beneficiárias e distribuição das cestas na área urbana, foi fundamental a parceria com os órgãos de assistência social dos Municípios, em particular dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS e da Pastoral da Criança, movimento religioso vinculado à estrutura da Igreja Católica. Mediante apoio desses colaboradores foi possível ainda planejar a forma e logística de distribuição, assim como o agendamento de entregas das cestas básicas, mediante o respeito e rígido atendimento às normas sanitárias de segurança.

Na seleção dos beneficiários das cestas de alimentos, foram levados em consideração outros critérios além da pobreza, tais como famílias com pessoas idosas, doentes, gestantes e com crianças. Dentre estes, também foram priorizadas famílias de aldeias indígenas em condições de extrema vulnerabilidade. No ecossistema articulado pela CTES, foram contemplados indígenas de aldeias de Aquidauana e Anastácio, além de alguns outros moradores de Douradina. Já no caso do ecossistema articulado pela APOMS, foi selecionada a aldeia Jaguapiru, situada em Dourados, para se identificar famílias mais vulneráveis. Neste caso, os colaboradores para indicação das aldeias foram as próprias lideranças indígenas e os agentes de saúde indígenas ficaram responsáveis pelo mapeamento das famílias mais necessitadas.

O diálogo mantido entre os participantes destes dois ecossistemas e o fato de todos vivenciarem o mesmo território favoreceu, em grande parte, a rápida negociação na composição das cestas básicas, que embora similares, não foram idênticas para os dois casos. É preciso lembrar que este conhecimento local na apreciação dos ingredientes básicos para uma alimentação saudável, também requereu um diálogo com o conhecimento científico de nutricionistas. Nem todos os componentes das cestas básicas puderam ser contemplados pelos fornecedores selecionados da agricultura familiar, em função da natureza de suas práticas

dominantes, mais baseadas no cultivo de verduras, legumes, frutas e tubérculos. Assim, bens, a exemplo do arroz, feijão e produtos de higiene básica, foram fornecidos pelos pequenos negócios urbanos. Em alguns casos, alguns produtos puderam ser obtidos artesanalmente, mediante participação solidária do grupo de mulheres dentro das propriedades familiares ou mesmo na área urbana, tais como pão, sabão, detergente e até mesmo máscara de proteção contra a Covid-19.

Cabe salientar ainda que a construção e funcionamento desses dois ecossistemas, dada a urgência na busca de soluções, requereram rapidez e agilidade nos fluxos de contato entre seus participantes, tanto do lado dos fornecedores como dos beneficiários. Embora tenham ocorrido alguns encontros presenciais entre os participantes do ecossistema, a própria condição de pandemia e a situação de urgência induziram o uso das tecnologias digitais neste processo comunicativo. Diversas decisões precisaram ser tomadas com agilidade e rapidez, envolvendo entre outras, a mobilização de entidades colaboradoras, os constantes diálogos para o nivelamento das informações para adoção de critérios em comum, incluindo entre outros, definição dos fornecedores e beneficiários, dos itens que deveriam compor as cestas básicas e valores a serem pagos, do cronograma de entregas.

O suporte de ferramentas de Tecnologia e Informação (TIC), tais como contatos por e-mail, reuniões pela plataforma do *Google Meet*, uso do *Whatsapp* para criação de grupos de discussão, vendas, listas de transmissão, envios de áudios, fotografias e documentos foram fundamentais para a agilidade nos processos, concretização e sucesso da ação. Ainda que alguns agricultores familiares tivessem alegado falta de familiaridade com o uso dessas novas tecnologias, os entrevistados foram unânimes em afirmar que o acesso e a disponibilidade do sinal de *internet* acabou sendo o mecanismo que proporcionou a ampla utilização das plataformas. Segundo os mesmos, as diversas ferramentas digitais das quais passaram a aprender a se servir, haviam facilitado e agilizado sobremaneira a condução dos processos.

3.2 Desempenho dos ecossistemas de inovação com cadeias curtas de abastecimento alimentar

Os resultados da pesquisa, ao serem correlacionados ao referencial teórico selecionado, permitiram algumas discussões, relativas ao desempenho dos ecossistemas e das cadeias curtas. Foi importante ainda neste processo, conhecer estes desempenhos por meio das percepções dos responsáveis pelas duas entidades que articularam os ecossistemas de inovação avaliados.

3.2.1 Desempenho dos ecossistemas de inovação em ações de urgência

Com base na abordagem de Thomas e Autio (2020), os dois arranjos institucionais, articulados pela CTES e pela APOMS, emergiram e se comportaram como ecossistemas, tanto pela heterogeneidade de participantes, como pela capacidade de maior abrangência e agilidade dos envolvidos, ainda graças a uma combinação realizada de forma coerente para produzir rápidas mudanças, assim como pela autonomia e interdependência dos participantes e coesão em relação à sua finalidade, que se coordenam por uma estrutura de co-alinhamento.

Do ponto de vista de sua natureza, baseando-se nas colocações de Thomas e Autio (2020), a arquitetura e o desempenho destes dois arranjos foram típicos de um ecossistema de inovação. A combinação estabelecida entre os participantes voltou-se para uma produção customizada, ou seja, a cesta básica destinada a um determinado tipo de usuário, as populações vulneráveis. Os recursos, como se pôde constatar, foram gerados pela própria

coletividade. Os recursos financeiros foram providenciados pela organização governamental, a Fundação Banco do Brasil, que também acolheu doações de outras empresas e da sociedade civil. Os recursos em bens de consumo para compor a cesta básica foram fornecidos pelos agricultores familiares e pequenos negócios, inclusive pelo grupo Pirê de economia solidária urbano. Também foram utilizados recursos cognitivos, sejam as competências e valores de cada participante para garantir o bom desempenho dessa rede de interações. Chamou atenção ainda neste sentido a construção de um espírito de coesão do grupo, atribuído pela cumplicidade comum no cumprimento das metas estabelecidas por todos.

A Fundação Banco do Brasil teve a iniciativa de eleger entidades articuladoras para atuar como “nó” desses dois ecossistemas, que já se constituíam como sistemas organizados autônomos, funcionando de acordo com os princípios, valores e regras de coordenação próprias de cada um. Em função disso, a mobilização de seus colaboradores, especialmente na condição de fornecedores, foi facilmente agilizada, regida por laços de confiança já anteriormente construídos entre si. Por outro lado, é preciso salientar que para compor o ecossistema, cada sistema construído historicamente no âmbito dessas duas entidades teve que se abrir para se relacionar com outras organizações parceiras também autônomas. Mesmo funcionando segundo princípios próprios, estas entidades construíram uma estrutura de interdependência, na qual cada um exerceu papel relevante e dela participaram, inclusive, representantes da população beneficiada. Note-se que entre os participantes estiveram organizações financeiras, órgãos de assistência social governamental e religiosa, grupo de comunidade solidária, comunidades indígenas. Essa condição atribuiu a esse arranjo o caráter de um ecossistema de inovação aberta, funcionando de forma dialogada, num processo de alinhamento.

Assim, ainda que de caráter temporário, o ecossistema emergente foi inovador, demonstrando agilidade em trazer, mediante recursos financeiros alocados, fornecedores mobilizados com seus próprios recursos, associados a recursos cognitivos próprios de cada um dos integrantes, soluções rápidas que puderam contemplar ao mesmo tempo, necessidades urgentes dos fornecedores e usuários. No conjunto, cada ecossistema se constituiu num formato relacional, com maior força sinérgica na sua forma de desempenho. O contexto da situação e o novo formato relacional também contribuíram para a inovação na forma de interagir, inclusive mediante suporte de tecnologias digitais.

3.2.2 Desempenho das cadeias curtas de abastecimento alimentar na relação entre fornecedor e usuário

As cadeias curtas estabelecidas na relação proximal entre o fornecedor e o usuário, conforme a concepção de Matte *et al* (2016), apresentaram-se como sendo as mais convenientes nestes dois ecossistemas estudados, envolvendo uma diversidade de atores, mobilizados no próprio território de vida comum.

Como se pôde observar, grande parte da agilidade na dinâmica de comercialização pôde ser atribuída nos dois ecossistemas constituídos, à prática das cadeias curtas de abastecimento alimentar, na relação estabelecida entre o fornecedor e o usuário. Além de simplificar e agilizar as relações, foi possível, conforme assinalaram Schneider e Ferrari (2014), capturar uma fatia do valor produzido nas grandes cadeias produtivas de alimentos e, ao mesmo tempo, possibilitar a inclusão socioeconômica de um grupo de produtores excluídos pelo sistema agroalimentar dominante.

Por outro lado, dada a intenção dos participantes do ecossistema em oferecer alimentos saudáveis, este arranjo se constituiu numa situação preconizada por Renting,

Marsden, Banks (2003), de revalorização dos bens produzidos no campo, segundo um “saber-fazer” da própria cultura, neste caso, não só de produzir, como também de consumir e se relacionar. O desempenho produtivo no campo pôde ser vislumbrado, por exemplo, por meio da prática agrícola, como também por aquele grupo de mulheres na produção artesanal de pão, sabão, detergente e máscara, para compor a cesta básica. Junte-se a esta cultura do saber local, aquela da prática de economia solidária, na forma de se relacionar, reinante entre os agricultores familiares selecionados ou entre os beneficiados pelas cestas básicas. Também foi possível constatar recursos de um saber local para selecionar itens dentro de uma cesta básica, que estivessem mais entrelaçados com as especificidades do estilo de vida dos usuários.

A estrutura e funcionamento das cadeias curtas de abastecimento alimentar construídas no âmbito dos dois ecossistemas de inovação analisados, em realidade, não corresponderam fielmente a nenhum dos modelos apresentados por Chiffolleau (2017), que se baseou nos exemplos franceses. Até certo ponto, apresentaram uma combinação entre eles, dada as especificidades contextuais em que se manifestaram. De um lado, cada cadeia curta se construiu no âmbito de um ecossistema, sob forma de um arranjo cooperativo entre um coletivo de produtores e, em parte, de usuários, com produtos entregues sob forma de cestas. Mas neste caso, as relações entre produtor e usuário não se deram de forma direta. Elas foram mediadas pela coordenação da entidade articuladora dessa rede, com apoio de outros parceiros do ecossistema construído. De fato, pode-se concordar com Renting, Marsden, Banks (2003), que esses modelos diferenciados se devem, entre outros, às configurações territoriais e diversidade dos arranjos, como também do tipo de consumidor e as percepções que mantém sobre os alimentos, assim como do tipo de apoio institucional e político prevalente.

3.2.3 Desempenho visto por meio da percepção dos articuladores dos dois ecossistemas

Além da discussão a respeito do desempenho dos ecossistemas de inovação e das cadeias curtas de abastecimento alimentar estudados com apoio teórico, se considerou válido, conhecer a percepção desses desempenhos, junto às entidades articuladoras de cada um destes ecossistemas. Em princípio, os relatos obtidos permitiram contemplar olhares, que consideram grande parte dos princípios e valores praticados no âmbito de seus próprios sistemas, assim como o grau de abertura para operar com parceiros inseridos em sistemas autônomos, regidos por outros valores específicos.

De acordo com a representante da Central de Trabalhadores/as da Economia Solidária - CTES, dado o momento tão atípico e de restrição para comercializar os produtos, a emergência do ecossistema de inovação se utilizando de cadeias curtas de abastecimento, teve vários significados positivos para os agricultores familiares que assistiam a suas produções se deteriorando no campo. Em parte, significou a renovação da esperança para se construir e firmar novos mercados sociais, segundo princípios solidários. De outro, o resultado do desempenho desse arranjo atribuiu a todos os componentes maior força e resiliência para vencer desafios, sobretudo diante de mercados incertos. Foi possível verificar vínculos de confiança nas relações estabelecidas neste conjunto e, ao mesmo tempo, uma valorização dos produtos e da cultura local. Afinal, os produtos fornecidos são carregados de valores sociais, identidade, enraizamento, que revelam uma (re)conexão com o lugar. A construção desses novos mercados sociais significou ainda para a entrevistada “construção do bem viver, respeitando a natureza, e o que ela tem para oferecer... A pandemia afastou fisicamente as pessoas, mas não afasta os objetivos, as crenças e o carinho com a terra e com as pessoas”.

O representante da Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul - APOMS também relatou sua percepção sobre os resultados desse arranjo ecossistêmico. Na

visão dos agricultores familiares, segundo ele, essa iniciativa significou um alento, ao propiciar uma nova entrada de recursos financeiros. Até então, conforme pôde lembrar, o abastecimento às redes de escolas era tido como certo, seguro e constante. De todo modo, assinalou que todos estão conscientes de que, como uma solução emergencial, ainda não foi suficiente para solucionar a gravidade e complexidade da situação. Afinal, as cestas básicas dessa iniciativa contemplaram apenas três a quatro bens produzidos por esses agricultores. Via de regra, suas produções são compostas por uma variedade muito maior de produtos alimentares. De toda forma, na opinião do entrevistado, tal condição não excluiu o sentimento de democratização e valorização do alimento saudável vindo do campo, assim como dos elos de confiança estabelecidos entre os participantes. Em realidade, ter-se-ia inaugurado um novo formato de mercado social. O responsável pela APOMS também ressaltou sua percepção de gratidão por parte das famílias beneficiadas pelas cestas básicas. O momento que lhe pareceu mais marcante como forma de gratidão foi quando teve oportunidade de estar presente na cerimônia de entrega das cestas básica numa aldeia indígena. Ele pôde presenciar a “realização de uma oração coletiva indígena, na língua guarani, como forma de manifestar seu profundo agradecimento e na sequência vários depoimentos espontâneos ressaltando a ação social em benefícios deles.”⁷⁷ Por fim, o entrevistado da APOMS ressaltou alguns outros aspectos valorizados particularmente por ele nesta experiência, entre eles a maior aproximação e diálogo com o gerente do Banco do Brasil em que atua. Chamou atenção, por exemplo, o acompanhamento de perto, por parte do gerente, de todos os processos, demonstrando interesse e reconhecendo os esforços para o atendimento deste novo mercado social. Nessa situação de maior proximidade e diálogo, à APOMS foi dada a oportunidade de se inscrever em outros programas governamentais de apoio à agricultura familiar. O coordenador da APOMS também reconheceu que esta experiência ampliou a valorização e visibilidade dos agricultores familiares, tanto em mercados convencionais como em novas modalidades de mercado, como foi esta da produção de cestas básicas organizadas por um coletivo de consumidores.

3.3 Constituição das categorias

O referencial teórico aqui apresentado tanto quanto às entrevistas com os atores chaves foram submetidos à técnica de análise de conteúdo, esta que permitiu a elaboração de uma estrutura baseada na construção de três (3) categorias, sendo elas:

Figura 1: Categorias de análises



Fonte: Elaborado pelas autoras (2020).

Compreender os elementos que se destacam nos ecossistemas inovadores e no estabelecimento das cadeias curtas de abastecimento alimentar tem sido um dos grandes

desafios e também objeto de investigação de diversas pesquisas. Assim, para este estudo, a construção desses ecossistemas mediados pelas relações de co-alinhamento estabelecidas entre instituições, agricultores familiares e populações em situação de vulnerabilidade exigiu entender quais fatores foram dominantes e que exerceram influência para a concretização e firmamento das ações, desta forma chegou-se a estas três categorias: O estabelecimento de vínculos de confiança entre os agentes; a valorização e (re)conexão com o local, ou seja a força e o papel do localismo culminando na construção de novos mercados sociais.

Assim, destaca-se que essas três categorias propostas, além de também presentes na literatura apresentada, foram observadas nos dois ecossistemas estudados, ou seja, cada ecossistema, ao seu modo e respeitando suas especificidades e idiossincrasias locais, estabeleceram seus laços e vínculos de confiança, consideraram a importância do localismo para suas respectivas atuações e diante da atual conjuntura econômica, social e sanitária imposta pela pandemia da COVID-19 buscaram, através das sinergias desenvolvidas, a construção de novos mercados sociais. Corroborando a esta proposição de categorias, *Matte et al* (2016), defendem a urgência do localismo como ator central na ressignificação da produção alimentar, esta que conecta e promove a valorização dos elementos como o enraizamento social do lugar, o estabelecimento das relações de confiança e destacando a constituição de cadeias curtas de abastecimento na produção de alimentos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos a partir dos estudos realizados, de sua discussão feita à luz de um referencial teórico e das percepções apresentadas pelos responsáveis das entidades articuladoras dos dois ecossistemas de inovação, foi possível tecer algumas considerações finais.

Como se pôde constatar, tais ecossistemas de inovação foram construídos de forma territorializada, em situação de emergência, que requereu um arranjo institucional, que pudesse contribuir com a produção de resultados urgentes. Nessas condições emergiram tais arranjos entre diversas instituições, interagindo de forma aberta, que à exceção das cadeias curtas de abastecimento alimentar, envolveram práticas inovadoras ainda pouco conhecida e vivenciada no âmbito do estado do Mato Grosso do Sul.

A compreensão da estrutura e funcionamento destes arranjos ecossistêmicos exigiu melhor conhecimento do contexto das circunstâncias e especificidades do território em que se manifestaram, assim como da natureza das políticas públicas que lhes serviram de incentivo. Como ecossistemas de inovação, ambos estiveram focalizados na dinâmica inovadora, construída socialmente por meio de partes interessadas num mesmo território, incluindo neles a participação da sociedade sob a forma de beneficiada. Em complemento, foi possível observar que o estabelecimento de vínculos de confiança entre os agentes; a importância do localismo na produção dos alimentos e a construção de novos mercados sociais emergem como elementos norteadores inseridos nos dois ecossistemas estudados.

Para que essa dinâmica pudesse ser impulsionada, a escolha das organizações que já vinham trabalhando com base nos princípios da economia solidária e produção orgânica foi fundamental, no sentido de atribuir maior coerência à estrutura adotada. Por outro lado, permitiu que estas organizações reconhecessem a abrangência e agilidade que os ecossistemas podem atribuir a suas ações. Além de dinamizar a economia local, os ecossistemas de inovação favoreceram a inclusão social de populações vulneráveis e, mesmo que de forma paliativa, garantiram a segurança alimentar de diversas famílias dos territórios em que se manifestaram no Mato Grosso do Sul, via construção de novos mercados sociais.

Importante destacar nesse sentido, a avaliação junto às entidades articuladoras dos dois ecossistemas, que perceberam neste formato ecossistêmico de inovação territorializado, apoiado em cadeias curtas, novas possibilidades de se construir mercados sociais.

REFERÊNCIAS

Ajuda Humanitária - Coronavírus COVID-19. Fundação Banco do Brasil. Disponível em: <<https://coronavirus.fbb.org.br/>>. Acesso em: 27 de ago 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977. 226 p.

BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Decreto nº 9.214 de 29 de novembro de 2017.** Brasília, DF, 2017.

CARAYANNIS, E.G e CAMPBELL, D.F.J. “Mode 3’ and ‘Quadruple Helix’: toward a 21st century fractal innovation ecosystem. **Int. Journal of Technology Management**, Vol. 46, N. 3/4, p. 201-233, 2009

CHESBROUGH, H.W. The Era of Open Innovation. **Mit Sloan Management Review**, Massachusetts Institute of Technology, p. 35-41, 2003.

CHIFFOLEAU, Y. **Les circuits courts de commercialisation en agriculture: diversité et enjeux pour le développement durable.** In Les circuits courts alimentaires : bien manger dans les territoires, Gilles Maréchal (org). Dijon, Éducagri, 2008, p.21-30.

DONALD, B.; GERTLER, M.; GRAY, M.; LOBAO, L. Re-regionalising the food system?, **Cambridge Journal of Regions, Economy and Society**, v. 3, n. 2, p.171– 175, 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1093/cjres/rsq020>>. doi: 10.1093/cjres/rsq020.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Proteja e salve vidas: doe e ajude a transformar realidades,** 2020. Disponível em : <https://coronavirus.fbb.org.br>. Acessado em 2 de outubro de 2020.

FUTEMA, C. *et al.* A pandemia da Covid-19 e os pequenos produtores rurais: superar ou sucumbir?. **Preprint**, p.15-26, 2020.

GOODMAN, D. The quality 'turn' and alternative food practices: reflections and agenda. **Journal of Rural Studies**, v. 19, n. 1, p. 1-7, 2003.

GRISA, C. SCHNEIDER, S.; VASCONCELOS, F. C. As compras públicas como instrumentos para a construção de sistemas alimentares sustentáveis . In: PREISS, P. V.;

KIRWAN, J. Alternative strategies in the UK agro-food system: interrogating the **ENCICLOPÉDIA BIOSFERA**, Centro Científico Conhecer - Goiânia, v.14 n.25; p. 2017 287 alterity of farmers’ markets, **Sociologia Ruralis**, v. 44, n. 4, p. 395–415, 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-9523.2004.00283.x> Acesso em 01 ago 2020.

HOLT, G., «Alimentos locais e mercados locais: estratégias para fazer crescer o setor local no Reino Unido», **Anthropology of food** [Online], 4 |Maio de 2005, Online desde 01 de maio de 2005, conexão em 04 de setembro de 2020. URL: <<http://journals.openedition.org/aof/179>>; Acesso em: 11 jun 2020.

MARSDEN, T.; BANKS, J.; BRISTOW, G. **Food supply chain approaches: exploring their role in rural development.** Sociologia Ruralis, Wageningen, v. 40, n. 4, p. 424-438, 2000.

MATTE, A.; BORBA, M. F. S.; NESKE, M. Z.; WAQUIL, P. D.; SCHNEIDER, S. A construção social dos mercados da pecuária familiar no sul do Rio Grande do Sul: o caso do cordeiro do território Alto Camaquã. In: CRUZ, F. T.; MATTE, A. SCHNEIDER, S. **Produção, consumo e abastecimento de alimentos: desafios e novas estratégias**. Porto Alegre: Editora. UFRGS, 2016.

MOORE, J.E. **The dead of competition**: leadership and strategy in the age of business ecosystems. Harper Business, 1996.

NIEDERLE, P. A.; WEIS, JUNIOR, W. J.; **As novas ordens alimentares**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

RENTING, H.; MARSDEN, T.; BANKS, J. Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development. **Environment and Planning A**, v. 35, n. 3, p. 393–411, 2003. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1068/a3510>>.

RIBEIRO-SILVA, R.C. *et al.* Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Ciências & Saúde Coletiva**, 25 (90), p. 3421-3430, 2020.

RICHARDS, R.R. **Short food supply chains**: expectations and reality. Tese (Doutorado), University of Vermont, 2015.

ROSS, N. J. **How civic is it?** Success stories in locally focused agriculture in Maine. *Renewable Agriculture and Food Systems*, 21(02), p.114–123, 2007. doi:10.1079/RAF2005134

SCHNEIDER, S. e FERRARI, D. L. Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar – o processo de realocação da produção agroalimentar em Santa Catarina. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 17, n. 1, p. 56-71, 2015.

SCHNEIDER, S. e GAZOLLA, M. Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas**: negócios e mercados da agricultura familiar. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2017.

THOMAS, L.D.W. e AUTIO, E. **Innovation ecosystems in management**: An organizing typology. *Business and Management*. Oxford University, p.1-38, maio de 2020. doi: 10.1093/acrefore/9780190224851.013.203.

AGRADECIMENTOS:

À CAPES e aos participantes da pesquisa.

Educação do campo, auto gestão e a participação da comunidade

Cláudia Praxedes¹

Elenara Ribeiro da Silva²

Ronaldo Pereira Souza³

Sebastião Ferreira⁴

Resumo

Neste artigo discutiremos uma concepção de educação escolar em uma perspectiva alargada a partir da experiência de Educação do Campo da Escola Teresinha de Moura, localizada em um Território de Reforma Agrária, Assentamento Pirituba II, no município de Itapeva/SP. Partimos do entendimento que um dos grandes desafios da educação sempre foi o de interpretar a realidade e quando a escola centraliza os objetivos nela mesma, isto é, quando o ensino e a aprendizagem se orientam por objetivos, conteúdos e avaliação distante da realidade da comunidade escolar, há o estreitamento do conceito de educação. Porém, quando a escola se reconhece enquanto espaço constitutivo da vida da comunidade, os aprendizados acadêmicos dialogam com as vivências, dentro e fora da unidade de ensino, possibilitando a inter-relação entre os conhecimentos científicos e os saberes populares. Um aspecto relevante da relação entre a escola Teresinha de Moura e a comunidade é que a participação da comunidade foi forjada junto com a luta pela terra, isto é, o envolvimento com o Movimento dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST) propiciou aprendizado no âmbito político organizativo (CALDART, 2004), contribuindo também para re-significar o conceito de educação e de participação. Para compreender esse movimento dialógico contínuo entre a escola e a comunidade, que faz com que a escola rompa as cercas do autoritarismo e do latifúndio do saber, utilizaremos três princípios da pedagogia do MST, que são: i) conteúdos formativos socialmente úteis; ii) auto-organização dos/das estudantes e iii) gestão democrática. Os dados sobre a escola e a comunidade apresentados fazem parte da pesquisa de mestrado, em andamento, intitulada “Escola do Campo e Assentamento: diálogos possíveis”.

¹ Mestranda Faculdade de Educação/Unicamp

² Doutoranda Faculdade de Educação/Unicamp

³ Mestrando Faculdade de Educação/Unicamp

⁴ Doutorando Faculdade de Educação/Unicamp

Palavras-chaves: Educação do Campo, Pedagogia do Movimento, Gestão Democrática.
1 Introdução

Um dos grandes desafios da educação sempre foi o processo de ensino aprendido buscando aproximar-se e interpretar a realidade. Nesse processo, quando os educadores e as educadoras dialogam de forma objetiva com os educandos e as educandas é um saber que está sendo desvelado e construído.

Como seres *inacabados*, reconhecemos que estamos em constante aprendizagem, isto nos diferencia do cachorro e da árvore, assim nos alerta Paulo Freire (1987). Como seres humanos, temos consciência do inacabamento e da formação constante. Quando a escola assume a educação, centralizando os objetivos nela mesma, ela traz para seu interior limitando a concepção de educação à escolarização.

Com esta racionalidade, que entende educação com escolarização, as atenções voltam-se, quase sempre, para o segundo eixo – o da escolarização, por ser algo mensurável e comum a todas as escolas. Com isto, a escola capitalista pautada no desenvolvimento econômico e na competitividade do mercado de trabalho, potencializa este eixo e, a partir dele, planeja e executa sua prática pedagógica, deixando de interpretar a realidade e não assumindo o princípio do inacabamento como uma condição humana.

Quando movimentos sociais, universidades, ONGs e outras organizações e sujeitos sociais, defendem e reivindicam a Educação do Campo fundamentada em uma compreensão ampliada da Educação.

Compreendendo a Educação numa concepção alargada, o desafio é provocar a reflexão e compreensão de que a educação é mais que escolarização. É nesta compreensão que se insere a Educação do Campo, isto é, uma Educação comprometida com o projeto político dos povos do campo. O adjetivo qualitativo “Campo” nomeia e define estrategicamente e politicamente a Educação que se pretende; quem são os sujeitos participantes; em que espaço esta será desenvolvida; os conteúdos; metodologia; didática; etc.; ou seja, uma concepção própria da *organização do trabalho pedagógico*. Para compreender, defender e potencializar esta Educação, são necessários espaços formativos de vivência democrática participativa, que envolva educandos e educandas, comunidade escolar, famílias, comunidade rurais.

A experiência de Educação do Campo que aqui será apresentada integra momentos formativos dentro e fora da unidade escolar buscando a inserção na comunidade e a formação dentro da realidade e não distante dela.

Nesta perspectiva de educação, os movimentos sociais do campo entendem que é crucial a formação dos educadores e das educadoras que atuam ou que atuarão nas escolas do campo. Além disto, é importante que esta formação seja comprometida e orientada pela perspectiva da emancipação da classe trabalhadora, isto é, uma formação que trabalhe com os vários aspectos que caracterizam os seres humanos (intelectuais, emocionais, éticos, artísticos, entre outras dimensões da especificidade humana), evitando, com isto, focar apenas nas questões relacionadas ao conteúdo. Nesse processo, o Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (Pronea) assume função fundamental.

A formação desenvolvida pela escola deve considerar que o trabalho faz parte da identidade dos camponeses e das camponesas, dessa maneira, o trabalho representa não apenas “um ganha pão”, mas se mistura com suas formas de ser e de estar no mundo. Logo, os conteúdos trabalhados podem se articular com essa realidade no sentido de produzir novos conhecimentos. Nesse sentido, o manejo agroecológico que é um desafio para as famílias camponesas pode se tornar uma estratégia da escola para se aproximar do cotidiano das famílias assentadas e elaborar conhecimentos socialmente necessários.

Etimologicamente, a palavra *princípio*, assim como a maioria das palavras do vocábulo ocidental, nos reportam ao latim. Sendo um substantivo masculino, que pode ter mais de um significado ou possibilidade de uso, a palavra *princípio* pode ser definida como causa primeira, origem, início, ou ainda, servir de base para “alguma coisa”. Além disto, sintonizado no campo da razão e de seus desdobramentos como racionalidade, moral, ética, filosófica, etc. Pela nossa compreensão, todos os povos têm a capacidade humana de ver e interpretar o mundo e a partir disto, elaborar *princípios*. Trazendo o termo princípio para a Educação do Campo, reconhecemos que eles se originam nas experiências dos movimentos sociais vinculados ao campo.

Por isto, fundamentaremos a discussão em três princípios da pedagogia do MST, que são: i) conteúdos formativos socialmente úteis; ii) auto-organização dos/das estudantes e iii) gestão democrática. Os dados sobre a escola e a comunidade apresentados fazem parte da pesquisa de mestrado, articulando com as informações trazidas pelas observações realizadas no trabalho de pesquisa de mestrado intitulada “Escola do Campo e Assentamento: diálogos possíveis”.

2. Princípios da Pedagogia do Movimento

No processo histórico da luta social, os Movimentos Sociais do campo sempre compreenderam que a aprendizagem é um ato de liberdade (conhecimento liberta, liberta da ignorância de um não saber), que a educação é um ato político e também que o processo de luta sistematizado é uma forma de aprendizado.

Desta intencionalidade, que compreende a educação mais do que escola, que o coletivo de educação do MST sistematiza os princípios filosóficos⁵ e os princípios pedagógicos⁶ da Pedagogia do Movimento – que tem como bases os princípios socialistas e humanistas.

Nesta perspectiva, quando o MST começa a sistematizar a proposta pedagógica das escolas dos assentamentos e acampamentos levanta a seguinte questão: *O que queremos com as escolas de assentamentos? Como dever ser a escola de assentamentos?* Ou seja, desde a origem, o Movimento compreende a educação como um ato político e de liberação dos oprimidos e das oprimidas. Um instrumento que deve ser palmejado, executado, avaliado e coordenado pelos próprios sujeitos que a vivenciam.

⁵ Os **princípios filosóficos** dizem respeito a visão de mundo, nossas concepções mais gerais em relação à pessoa humana, à sociedade, e ao que entendemos que seja educação. Remetem aos objetivos mais estratégicos do trabalho educativo do MST. (MST, 2005, p. 160).

Como estrutura didática, os princípios filosóficos estão apresentados em números, isto não quer dizer que tenha hierarquia entre eles, pois que todos os princípios se integram na potencialidade e na totalidade da educação aqui apresentada e defendida. Estes princípios são: **1** - educação para a transformação social: educação de classe; educação massiva; educação organicamente vinculada ao movimento social; educação aberta para o mundo; educação para a ação; educação aberta para o novo; **2** - educação para o trabalho e a cooperação; **3** - educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana; **4** - educação com/para valores humanista e socialista; **5** - educação como um processo permanente de formação e transformação humana. (MST, 2005).

⁶ Os **princípios pedagógicos** se referem ao jeito de fazer e de pensar a educação, para concretizar os princípios filosóficos. Dizem dos elementos que são essências e gerais na nossa proposta de educação, incluindo especialmente a reflexão metodológica dos processos educativos, chamando a atenção de que podem haver práticas diferenciadas a partir dos mesmos princípios pedagógicos e filosóficos. [...]. (MST, 2005, p. 160)

Os princípios pedagógicos⁶ foram enumerados, mas isto também não quer dizer que haja hierarquias entre eles, e são: **1** - relação entre teoria e prática; **2** - combinação metodológica entre processos de ensino e de capacitação; **3** - a realidade como base de produção de conhecimento; **4** - conteúdos formativos socialmente úteis; **5** - educação para o trabalho e pelo trabalho; **6** - vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos; **7** - vínculos orgânicos entre processos educativos e processos econômicos; **8** - vínculo orgânico entre educação e cultura; **9** - gestão democrática; **10** - auto-organização dos/das estudantes; **11** - criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores/das educadoras; **12** - atitude e habilidade de pesquisa. (MST, 2005).

Dito isto, entende-se que, a Educação do Campo dos assentamentos e dos acampamentos surge de uma intencionalidade, que é formar a classe trabalhadora no seu tempo histórico – na atualidade.

3. A gestão democrática, a auto organização e os conteúdos socialmente úteis na escola Teresinha de Moura

i) Gestão democrática

Discutiremos a partir do território camponês de reforma agrária a gestão do processo educacional a partir das experiências de Educação do Campo na Escola Municipal de Educação Infantil e Fundamental I “Teresinha de Moura”, localizada no Assentamento Pirituba II, área I, no município de Itapeva/SP. Trazendo o desenvolvimento da gestão dessa escola do campo, analisando as lutas e ressignificando o contexto de educação e a participação da comunidade.

No entanto, uma das questões mais polêmicas da gestão educacional diz respeito à exigência constitucional de ela ser democrática e, portanto, de envolver, como condição do exercício da democracia, a participação das comunidades escolar e local, e da sociedade civil organizada, nas decisões relativas às políticas e projetos educacionais, num regime de corresponsabilidade. Ela prevê, também, a participação dos profissionais da educação nos projetos político-pedagógicos das instituições de ensino. (ARELARO, 2012, p.387).

Ao discutir a gestão da escola pública no campo, consideramos, também, as demais perspectivas da classe trabalhadora, principalmente em relação ao acesso e a qualidade da educação ofertada a essa classe. De acordo com a história, a escola pública brasileira, mais precisamente a educação básica, apresenta fragilidades em seu processo de universalização.

Assim, partimos da premissa que o modelo de gestão da escola pública do campo, pode influenciar na diminuição ou aumento da qualidade do processo educativo como espaço constitutivo da vida da comunidade, constituído de saberes popular e aprendizado escolar, dialogados em vivências que possibilitam a inter-relação do que acontece no ambiente escolar e na comunidade, mas que perpassa para todas as áreas da vida. Por isso, é importante lutar, defender e re/significar o que é imposto pelo Estado, emitido ou

omitido por sua coerção e omissão da sua obrigação com a criação e manutenção da escola pública, universal e gratuita, como defendia Anísio Teixeira (1956).

É preciso admitir que não pode haver gestão educacional democrática se não se enfrentar a necessidade de mudanças imediatas no aparelho político administrativo-burocrático, transformando-o por meio de estruturas mais democráticas e participativas que permitam ações e decisões mais autônomas por parte das comunidades. (ARELARO, 2012, p. 388).

A gestão democrática por ser uma discussão que muitas vezes se limita aos aspectos formais, mantendo apenas o que a legislação exige, acaba não sendo participativa. Em contraposição, o MST reivindica uma educação discutida e que propicie a participação das famílias assentadas, dos educadoras e educandas/os e da equipe escolar.

Este desafio de propiciar a participação de todos/as, discutir e sistematizar as ideias, é feito com intencionalidade e com cooperação. Segundo Christoffoli (2012), “Cada experiência de cooperação deve definir espaços (instâncias) e formas que permitam, organizadamente, a participação de todos” para assim, trabalharem na defesa de uma educação emancipadora, divergindo de uma educação tecnicista promovida pelo capitalismo. Saviani (2008) justifica ser esta a razão pela qual o período ficou conhecido Gestão Educacional como “tecnicista”, pois, baseado na neutralidade e inspirado nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, reordenava o processo educativo e a gestão educacional, de modo a torná-los objetivos e operacionais, porque mensuráveis. Uma das consequências previsíveis era a tentativa de padronização da ação educativa, com base em modelos de planejamento previamente formulados por órgãos centrais exteriores às instituições escolares e educacionais. (ARELARO, 2012, p. 384).

Buscando-se distanciar da educação tecnicista, exige-se percorrer caminhos que apontam para uma educação no campo de qualidade. Considerando as características específicas como a localização e o processo histórico de conquista da própria escola Terezinha de Moura, que se constituiu desde a formação do acampamento até a criação do assentamento. Assim, nestes 36 anos de escola e assentamento, a comunidade assentada segue reafirmando o direito à escola, que passou por inúmeros processos de construção e reconstrução, seja da estrutura física, seja dos processos e experiências educativas.

Neste contexto de construção e re construção das experiências educativas surgiu a demanda da elaboração do Projeto Político Pedagógico, que descreveremos aqui. Este processo é um exemplo de uma outra forma de gestão democrática, que provocou a atenção e participação, propiciando aprendizados tanto da comunidade escolar quanto da comunidade do entorno, fazendo com que todos/as refletissem sobre o processo

pedagógico, trazendo questões e inquietações, inclusive para a comunidade escolar, a quem prima pelo pensar e o fazer pedagógico. Desta maneira, na elaboração do PPP podese ouvir todas as vozes dos sujeitos da comunidade, fugindo da concepção de “dar a voz” a esses sujeitos, pois que eles possuem suas próprias vozes.

Como era de se esperar, a discussão coletiva do PPP foi um processo acompanhado de muitos conflitos, até porque a escola não parou suas atividades escolares e demandas exigidas. Desta maneira, a gestão teve o desafio de conciliar a construção do PPP e o tempo adequado para que a comunidade assentada pudesse realmente participar juntamente com trabalho das professoras/es e funcionários/as.

Também houve erros e acertos, no começo alguns encontros não aconteceram, pois não houve participação, por inadequação de horários tanto da comunidade assentada, como da equipe pedagógica. Outro exemplo, foi a falta de garantia do transporte para a comunidade assentada participar das reuniões, considerando que as longas distancias dentro do próprio assentamento. O caminho encontrado foi realizar encontros em momentos separados: com funcionários/as, professores/as, estudantes, com a comunidade assentada. No final, houve uma semana pedagógica em que foram realizadas atividades com todas as pessoas envolvidas.

É importante destacar que uma das características da forma de gestão nesta escola é a coletividade e o diálogo, vivenciados nos processos decisórios, sem tirar a autonomia da escola. Em uma gestão democrática é fundamental a organização da comunidade em que a escola está inserida, por isto é fundamental a presença dos movimentos sociais do campo, pois eles contribuem para que os sujeitos organizados tenham o direito a voz e serem ouvidos.

Considerar a democracia um princípio pedagógico significa dizer que, segundo nossa proposta de educação, não basta os educandos estudarem e discutirem sobre ela; precisam também, e principalmente, vivenciar um espaço de participação democrática, educando-se pela e para a democracia social. [...] (Dossiê - MST, 2005, p. 173)

Assim, partimos do entendimento que democracia e participação se aprende, assim mesmo que a gestão da escola se proponha a envolver a comunidade, se esta não se reconhece e tampouco dá importância a esta participação, a escola não consegue sozinha fazer a comunidade participar efetivamente.

Portanto, esta forma de gestão da escola Teresinha de Moura, implica, necessariamente, em maior participação da comunidade na tomada de decisões como

também na partilha de poder. O que demanda criar condições reais de auto-organização e para equipe pedagógica poder trabalhar os conteúdos socialmente úteis, para que os objetivos educacionais e sociais sejam alcançados.

ii) Auto-organização dos/das estudantes

Como parte integrante do princípio anterior, Gestão Democrática, se insere a *autoorganização dos/das estudantes*. Ao tratarmos esse princípio separadamente não significa colocá-lo como maior ou menor, mas é no sentido de potencializá-lo dentro da educação e dos processos formativos desenvolvidos.

Os aprendizados que estão em jogo nesta prática são:

- a capacidade de agir por iniciativa própria, ao mesmo tempo em que respeitando as decisões tomadas pelo seu coletivo ou por outro a que este seja subordinado;
- a busca de soluções para os problemas sem esperar salvação de fora;
- o exercício da crítica e autocrítica;
- a capacidade de mandar e de obedecer ao mesmo tempo, ou seja, de assumir ora posições de comando, ora posições de comandados;
- a atitude de humildade, mas também de autoconfiança e de ousadia;
- o compromisso pessoal com os resultados de cada ação coletiva e o compromisso coletivo com a ação de cada pessoa e a solidariedade em vista de objetivos comuns;
- a capacidade de trabalhar os conflitos que sempre aparecem nos processos coletivos... (MST, 2005, p. 174)

Este princípio articula a formação de coletivos de estudantes na condução dos desafios organizativos que os afetam numa escola. Nesse processo formativo de crianças e adolescentes, seja dentro ou fora da escola, compreende-se que a participação de uma pessoa adulta, como orientador e mediador, é importante no trabalho de auto-organização.

Quando a escola se desafia a ser de fato um espaço democrático, ela traz para seu interior uma concepção de formação ampliada. Pistrak (2013, p. 121), ao discutir a educação vinculada com a atualidade, aponta três pontos básicos para seu desenvolvimento: “(...) i) habilidade de trabalhar coletivamente, habilidades de encontrar seu lugar no trabalho coletivo; ii) habilidade de abraçar organizadamente cada tarefa; iii) capacidade para a criatividade organizativa.”

Estes três pontos possibilitam que os/as estudantes vivenciem processos formativos que impactarão, positivamente, em atuação na realidade. Para que esta

formação ocorra, todos e todas devem vivenciar experiências de direção e de subordinação.

Adaptação e flexibilização, também, fazem parte dos processos formativos. Se a escola, e os professores e as professoras, não isolarem se em si, encontrará uma extraordinária variedade e possibilidade de espaços para trabalho de auto-organização.

Por último, porém não menos importante, Pistrak (2013, p.121) pontuando os processos criativos, afirma que estes “[...] podem ser desenvolvidos nas crianças apenas em condições suficientes de liberdade e iniciativa nas questões organizativas.”

Dito isto, pontuaremos a seguir algumas experiências de auto-organização vivenciadas pelos/pelas estudantes da Escola Teresinha de Moura:

- Participação na elaboração do PPP: dentro de seus coletivos, com a mediação dos professores, discutiram os pontos que os afetariam e apresentaram propostas para apreciação na assembleia da comunidade escolar;
- Auto-organização dentro da sala de aula: autogestão nas aulas (com algumas professoras);
- Grêmios estudantis: processos organizativos e avaliativos de grupo que possibilita vivência de em alguns momentos assumir a direção e em outros de submeter se a decisão coletiva;
- Assembleia de estudantes (integrada ao grêmio): momentos de decisões em prol do coletivo;
- Assembleia da escola: participação representada nas assembleias da escola;
- Participação em atividades externas: como jogos escolares e visitas de estudo;
- Místicas: planejamento e realização de místicas;

Vale ressaltar, que nesta escola não existe muros, apenas cerca que delimita seu espaço, e tampouco não há guarda e segurança, mesmo assim ela se mantém cuidada, o que reflete o quanto a escola é valorizada pela comunidade assentada.

iii) Conteúdos formativos socialmente úteis

Partimos da compreensão que os conteúdos são as teorias construídas pela ciência para explicar o mundo e que no processo de ensino aprendizagem se articulam profundamente com as dimensões intelectuais, emocionais, cognitivas e por isso não é

possível refletir sobre os conteúdos sem pensar nessas articulações. Além disto, entendemos que o currículo é o conjunto dos conteúdos organizadas em cada etapa do desenvolvimento escolar, assim utilizaremos os dois termos conteúdos e currículo.

Assim os conteúdos escolares organizados no currículo são elementos fundamentais na educação pois, o processo educativo ocorre por meio da articulação dos conhecimentos relativos ao conteúdo estudado com a própria reflexão científica, no sentido de que os sujeitos se apropriem do modo de pensar científico. Além, é claro, deste processo possibilitar o contato e a apropriação por parte dos/as estudantes das informações e das teorias a respeito do tema.

Há um consenso entre os/as pesquisadores/as da área da educação como também no senso comum sobre a importância da educação de qualidade e que um dos elementos que constituem essa educação de qualidade é o currículo e por isto é importante a discussão sobre quais conteúdos devem constitui-lo. Desta maneira, embora existam conhecimentos fundamentais principalmente na área das linguagens, nas Ciências da Natureza e da Ciências Humanas, há que se refletir sobre a intencionalidade pedagógica que se orienta por uma perspectiva política. Isto nos leva a indagar sobre a seleção de conteúdos destinados a formação da classe trabalhadora: Porque este e não aquele conteúdo? Quem os seleciona? E ainda, qual a abordagem (social, política e histórica) ao trazer este conteúdo? Segundo o Dossiê do MST essa seleção

[...] tem a ver com nossos objetivos educacionais e sociais mais amplos. Se dizemos conteúdos socialmente úteis, é porque no nosso entendimento, nem todos os conteúdos são igualmente formativos e nem todos são socialmente úteis. (MST, p.168)

Desta maneira, a escolha dos conteúdos passa por uma reflexão sobre em que aspectos esse tema contribui para a formação dos/as camponeses/as no sentido de preparalos para a transformação social.

Além disto, há uma preocupação com questão didática que busca relacionar o conteúdo selecionado com a realidade e vivência deste sujeito, para que seja possível que ele se aproprie deste conhecimento e que não seja apenas uma aproximação literária e retórica, buscando, com isso, o distanciamento de uma educação enciclopedista.

Cabe ressaltar, que não se trata de selecionar conteúdos estritamente relacionados à luta da classe trabalhadora, impedindo que ela acesse ou tenha conhecimento de outras teorias e expressões artísticas e culturais, mas sim a valorização do saber construído pelas

peças que estão no processo de ensino aprendido (ARROYO, 2011). Compreendese, com isso, que é o diálogo entre o conhecimento acumulado pela ciência com o conhecimento produzido pela comunidade que se elabora novos conhecimentos. A valorização da capacidade de cada pessoa de re elaborar e re significar os conteúdos e conhecimentos científicos rompe com a ideia de hierarquização entre os conhecimentos popular e científico, e aponta para uma relação de complementariedade. Assim, o conhecimento científico ganha vida por meio da sua aproximação, explicação e indagação crítica das vivências cotidianas; e nesse processo o conhecimento popular pode ser elaborado e sistematizado.

Esse diálogo entre saberes pode ser observado na escola Teresinha de Moura na relação que a comunidade escolar estabeleceu com a proposta do Ministério da Educação (MEC) sobre a obrigatoriedade de cantar o Hino Nacional nas escolas. Houve um debate na equipe pedagógica pois haviam pessoas que defendiam a necessidade da realização da cerimônia de hasteamento da bandeira brasileira juntamente com a entoação do Hino Nacional, como forma de construir um sentimento de amor à pátria. Havia outras pessoas que discordavam da forma, mas concordavam sobre a importância da discussão do projeto desenvolvimento da nação brasileira e fundamentalmente sua relação com a soberania nacional. Articulando estas questões com o debate do papel da agricultura nos dois grandes projetos desenvolvimento social e econômico brasileiro, um pautado pelo modelo agroexportador e o outro na perspectiva de um campo (e cidade) diversificado, plural e com gente.

Esse processo conflitivo propiciou a re significação da proposta do MEC no sentido de transformar esse momento cívico em tempo pedagógico, no qual as turmas de estudantes trouxessem pesquisas e apresentações sobre os vários aspectos sociais, culturais e econômicos que constituem o povo brasileiro. Essas apresentações podiam ser feitas por meio de intervenções artísticas ou por apresentações mais formais, dessa maneira estas atividades articularam os conhecimentos científicos e populares e se aproximaram também dos momentos de Místicas que são uma característica do MST.

Este diálogo entre os diferentes conhecimentos, que produz a inserção do saber popular no currículo da escola, também se expressa, na escola Teresinha de Moura, pela organização do calendário em que estão contempladas atividades pedagógicas que se relacionam com o assentamento, como a comemoração do aniversário da escola e o

Encontro dos Sem Terrinha (que são atividades do MST desenvolvidas com todas as crianças de assentamento e acampamentos). Além disto, outras datas comemorativas, como o dia do Meio Ambiente é trabalhado levando em consideração a realidade atual do assentamento.

4 Considerações Finais

Esta experiência demonstra que há outros caminhos de se construir uma educação pública, que garanta qualidade no acesso ao saber acumulado, e também apreender sobre os saberes locais e mesmo sobre outros caminhos de organização e do fazer pedagógico. Podemos dizer que mesmo em uma escola pública é possível desenvolver uma gestão participativa, principalmente neste momento conjuntural em que o país passa, que se caracteriza pelas perdas de direito e pela desvalorização da escola pública. Além de uma defesa cada vez maior para que as empresas privadas assumam a gestão da educação básica. Somado a isto, tem-se a redução dos investimentos nas áreas públicas no setor da educação e da saúde.

Considerando este contexto, ainda assim as escolas do campo têm obtido boas avaliações estatais, mesmo partindo de um outro projeto educacional. Mas é preciso considerar também que há contradições e dificuldades, pois atualmente a questão da coletividade tem cada vez mais perdido espaço para a questão da competência individual, mas é preciso aflorar o debate sobre que mundo queremos para nós, e para os que virão.

Esse debate só pode ser enriquecido por políticas educacionais, principalmente com a valoração da educação do campo, pelo qual pode recuperar um viés histórico, a partir da sua função estrutural para poder problematizar o engajamento necessário contra o domínio simbólico nas relações imprimidas pelos instrumentos ideológicos de uma falsa humanização.

Compreendendo que Educação é mais que escola, reconhecemos que todo processo educativo é um ato político; toda aprendizagem formal, não formal e informal que amplia a compreensão de mundo, sua leitura e interpretação e as possibilidades de intervenção na realidade. Dito isto, apontamos que a educação, enquanto ato político, é resultado dos princípios que as orienta.

5. Referências Bibliográficas

ARELARO, Lisete R. G. Gestão Educacional In. CALDART, Roseli Salete. Et al. Dicionário da Educação do Campo. 2 ed. Rio de Janeiro, São Paulo, Expressão Popular, 2012. p. 383 – 389.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Currículo, território em disputa. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CERIOLI, P. R. Método Pedagógico. Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária – ITERRA, Coletivo Político e Pedagógico do Instituto de Educação Josué de Castro, Veranópolis-RS, 2004

CHRISTOFFOLI, P. I. Cooperação Agrícola In. CALDART, Roseli Salete. Et al. Dicionário da Educação do Campo. 2 ed. Rio de Janeiro, São Paulo, Expressão Popular, 2012. p. 159 – 165.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 57ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

PISTRAK, M.M. **A Escola Comuna**. 2ª ed. São Paulo, Expressão Popular, 2013.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Dossiê: MST** Escola. Documentos e Estudo 1990-2001. Caderno de Educação, nº 13, edição especial. Veranópolis-RS, ITERA, 2005.

CULTURA GERAIZEIRA E O EXTRATIVISMO DO PEQUI: APONTAMENTOS PARA A EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS NOS GERAIS

Claudiane Silva Antunes¹

Diógenes Valdanha Neto²

INTRODUÇÃO

A Educação em Ciências tem paulatinamente reconhecido a necessidade do diálogo entre a ciência dominante e os conteúdos escolares com outros sistemas culturais de produção do conhecimento (CHASSOT, 2019). Assim, colocam-se desafios para a sociedade e as escolas de reconhecimento e ressignificação de concepções limitadas de “conhecimento” e de “Ciência” (VALDANHA NETO et al., 2018). Whitaker e Fiamengue (2002) já denunciavam o olhar preconceituoso que muitas vezes é lançado sobre os saberes populares, sobretudo os camponeses – resquícios da ideologia urbanocêntrica hegemônica no capitalismo e, no Brasil, sustentada pelo modelo econômico de constituição do meio rural como local de exploração pelos latifúndios e monoculturas (WHITAKER; BEZON, 2006).

O movimento de discussões acerca da validade e desafios de operação curricular e didática dos saberes tradicionais em diálogo com os escolares foi fortalecido no Brasil, no campo da Educação em Ciências, sobretudo com a implementação de dezenas de cursos de Licenciatura em Educação do Campo em instituições públicas de ensino superior do país. Essas licenciaturas visam a formar camponeses a atuarem na Educação do Campo por meio de um olhar mais desenvolvido acerca das questões rurais e suas decorrências educacionais, e uma das principais áreas de concentração que se encontra ofertada por várias instituições é a de “Ciências da Natureza”, formando e habilitando professores a atuarem nos componentes curriculares da área de Ciências da Natureza tanto nos anos finais do Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio (SOUZA; VALDANHA NETO, 2018; MOLINA, 2015).

Convergente a esse movimento histórico de implantação e fortalecimento de políticas públicas para a população camponesa, este trabalho relata o movimento de pesquisa de uma camponesa geraizeira apresentando aspectos do conhecimento tradicional de sua cultura para possibilitar o diálogo com elementos da ciência dominante. Este estudo teve os objetivos de compreender quais saberes (biológicos) são mobilizados na prática social do extrativismo do pequi na comunidade de Monte Alegre II, localizada no município de Rio Pardo de Minas-MG. Ademais, almejou-se entender alguns valores culturais relacionados à árvore e fruto do pequi e apresentar possibilidades de conexões de saberes relacionados ao pequi com alguns conteúdos de Ciências da Natureza da educação básica.

¹ Licenciada em Educação do Campo (UFTM). Membro do Laboratório de Meio Ambiente, Ciência e Educação (LAMACE-UFTM).

² Biólogo. Mestre em Educação Escolar. Doutor em Educação. Docente da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, onde coordena o Laboratório de Meio Ambiente, Ciência e Educação (LAMACE-UFTM).

A COMUNIDADE DE MONTE ALEGRE II E O EXTRATIVISMO DO PEQUI

A comunidade de Monte Alegre II se reconhece como uma comunidade geraizeira. Um tipo de identidade rural nomeada de “povo tradicional”. Segundo a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (BRASIL, 2007), entende-se que

Povos e Comunidades Tradicionais [são] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição

Os Geraizeiros são povos que habitam a região norte de Minas Gerais, incluindo a região do município de Rio Pardo de Minas, onde fica localizada a comunidade de Monte Alegre II (BRITO, 2013). Nogueira (2009) destaca que a cultura geraizeira é impregnada de religiosidade, e carrega marcas como as rezas de terço, festas juninas, festas do padroeiro da comunidade, procissões rústicas, romaria e uma moral profundamente cristã nas relações entre ser humano e a natureza.

Antes dos adventos das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), tinham os cultos dominicais que eram rezados por grandes grupos de pessoas de parentesco e vizinhança geraizeira, quando não tinha padre eles mesmos rezavam – um dos rezadores e rezadora conduzia o culto. Só poderia contar com o padre quando fosse ministrar um sacramento com o casamento ou batizado. Embora a religiosidade geraizeira tenha se desenvolvido habituada à ausência dessa mediação, além do culto dominical ele desenvolvia outras rezas como novena e romaria que poderia ser até mais importante que algumas práticas oficiais do sacramento.

Os cultos foram mudados pouco a pouco sob a influência da nova teologia. Antes o culto era dominado pela as rezas e cânticos de louvor que eram aprendidos de memória por parte das tradições culturais do grupo, e as reflexões partilhadas eram críticas sobre os problemas que tinha na comunidade (NOGUEIRA, 2009). A autora (NOGUEIRA, 2009, p.171) destaca que

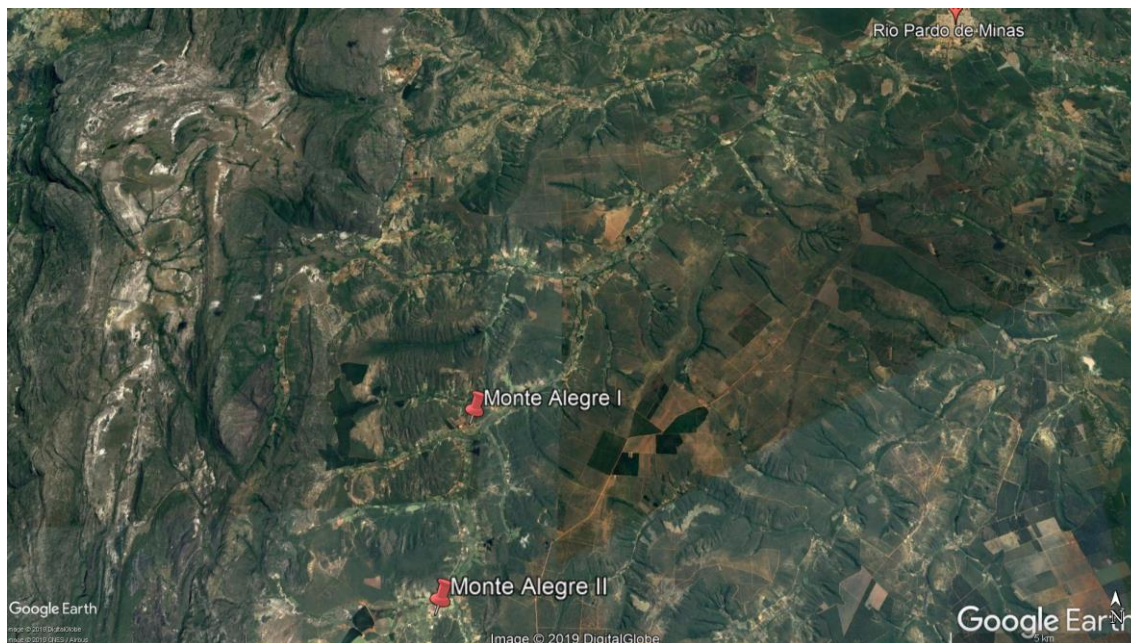
Os geraizeiros se encontravam em situação de vulnerabilidade, tendo suas redes de sociabilidade afetadas pelo encerramento a que foram submetidos pelo monocultivo de eucalipto e consequente desestruturação dos seus meios de vida tradicionais.

Assim, cabe destacar que que o avanço da monocultura do eucalipto sobre o território do norte de Minas Gerais tem tensionado os modos de vida geraizeiros pela limitação de seu território. Rio Pardo de Minas é um município imerso nessa dinâmica da formação da cultura geraizeira. Sua economia é centrada na agricultura familiar e da monocultura de eucalipto, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sua população em 2010 era de 29.099 habitantes, a população estimada para 2015 é 30.732 habitantes, o município tem uma expansão territorial de 3.117.698 km².

A comunidade de Monte Alegre II (Figura 01) está localizada a cerca de 36 km da sede do município de Rio Pardo de Minas. Nela vivem aproximadamente 160 famílias. Atualmente ela está subdividida em três comunidades religiosas católicas: Bem Posta (igreja São Sebastião), Boa Vista do Monte Alegre II (Igreja São Sebastião) e Cabeceira

do Monte Alegre II (Igreja São Geraldo Mangela), e uma igreja evangélica Congregação Crista do Brasil.

Figura 01 – localização da comunidade de Monte Alegre II em relação à cidade de Rio Pardo de Minas



Fonte: elaborada pelos autores.

Segundo COTRIM (2000) a comunidade é muito antiga. Em 1819 já existia fazenda na comunidade de “Bem Posta”. A principal fonte de renda da comunidade é agricultura familiar e extrativismo, onde a maioria das famílias sobrevive do plantio de mandioca para a fabricação do polvilho.

Antigamente, o extrativismo do pequi era a atividade econômica mais importante da comunidade. Atualmente pode-se dizer que essa é o cultivo da mandioca. Com o passar dos anos, foi se expandindo a monocultura do café e do eucalipto na região. Com isso, vem diminuindo o território da comunidade e conseqüentemente a área do extrativismo do pequi. Silva e Tubaldini (2013, p. 302) argumentam que

Pelas suas características morfológicas, ecológicas e nutricionais, o pequizeiro é a máxima representatividade dos Cerrados brasileiros. Não há outra espécie capaz de ilustrar a paisagem e representar os Cerrados tão bem como o pequizeiro. Ele está presente em praticamente todas as fitofisionomias do bioma do Brasil Central, bem como na culinária, na economia, na cultura, na música, na poesia, na arte, no artesanato e na memória popular. Por isso, o pequizeiro, no estado de Minas Gerais, foi eleito árvore símbolo em um concurso popular realizado pelo Instituto Estadual de Florestas – IEF-MG, no ano de 2001. Ele também simboliza o Cerrado Brasileiro. A simbologia, neste sentido, é político-cultural.

Pelo fato de ser extrativista moradora da comunidade de Monte Alegre II, a primeira autora deste trabalho sempre conviveu com a colheita do pequi para a produção da gordura (óleo) de pequi. Essa prática era muito frequente, porém ultimamente é notável uma grande diminuição na colheita. Por isso o interesse em pesquisar as razões que levam à diminuição do extrativismo dentro da comunidade.

O Pequi é o fruto da árvore conhecida como pequizeiro. É uma espécie típica do Cerrado, e tem o nome científico de *Cayocar brasiliense*. Os períodos de floração e frutificação das árvores variam conforme região. No norte de Minas Gerais a floração das árvores ocorre nos meses de julho a outubro, e a frutificação (e coleta) de dezembro a fevereiro (OLIVEIRA; SCARIOT, 2010).

A colheita do pequi é uma prática realizada secularmente pelos geraizeiros. Ela é chamada localmente como “caçar pequi”, “catar pequi”, “apanhar pequi” e “coletar pequi”. Além de um valor econômico, o fruto tem um valor social que está completamente ligado à cultura desse povo, como destacaram Silva e Tubaldini (2013). Entender o porquê da diminuição dessa prática é contribuir para a garantia e preservação de um povo e uma cultura.

Os povos e comunidades tradicionais têm importância essencial na preservação da cultura nacional, são verdadeiros “guardiões do meio ambiente”. Por isso esse estudo se justifica como de extrema importância, aprofundando pontos de conexão entre a comunidade de Monte Alegre II e a universidade, de modo que a academia possa contribuir com a luta por políticas públicas e direitos dos povos e comunidades tradicionais.

METODOLOGIA

Este trabalho se configura como uma pesquisa qualitativa, uma vez que a autora está imersa em experiências e na situação investigada. Características que potencializam este tipo de estudo (STAKE, 2011).

Foi realizado um exercício de pesquisa no qual um antigo morador da comunidade foi entrevistado. O senhor Joaquim Francisco Antunes, pai da autora. Nascido na comunidade quando ela ainda era conhecida como “Fazenda Cabiceira”, o participante está hoje com 48 anos de idade

A pesquisa de campo, portanto, foi composta pela entrevista semiestruturada de um sujeito com ampla experiência na coleta do pequi. A entrevista foi gravada e transcrita para análise. A entrevista foi do tipo semiestruturada pois não foi realizada de forma rígida com o participante.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para discutir os resultados obtidos serão apresentados alguns dos trechos mais representativos referentes ao objetivo de estudo. A entrevista foi iniciada caracterizando o participante:

- *Onde o senhor nasceu? Qual sua idade e a atividade que pratica diariamente?*
- *Eu nasci aqui na fazenda Cabiceira, hoje conhecida como Monte Alegre II. Tenho 48 anos, e a atividade que a gente faz hoje é a cultura da mandioca. Fazemos goma, que hoje é mais conhecida como polvilho, que é a goma, né? Meu nome é Joaquim Francisco Antunes.*
- *Há quanto tempo que o senhor mora na comunidade de Monte Alegre II?*
- *Desde quando nasci, e tenho 48 anos.*
- *O senhor pratica a coleta do pequi? Há quanto tempo? E por que que o senhor pratica?*
- *Hoje não pratico mais. Nós sempre praticamos. Fazíamos para comer, né? E até para vender. Antes era cultura mesmo, né? Sempre fazia.*

É possível perceber que o participante tem uma relação histórica com o território do estudo, e que apresenta de modo direto a principal atividade econômica da comunidade. Também, apresenta a transformação da forte presença da prática do extrativismo do pequi na região. Mas, em seu discurso, essa “cultura” já se manifesta como algo do passado.

Entende-se que, como já destacou Nogueira (2009), sobretudo em decorrência do avanço das monoculturas de eucalipto, os modos de vida dos geraizeiros foram se transformando. Uma das principais mudanças é a prática do extrativismo do pequi e a produção e comercialização de seus derivados.

O participante também revela alguns aspectos dos geraizeiros e sua relação com a planta do pequizeiro. A seguir, o participante destaca algumas de suas características biológicas:

- *Como é possível reconhecer uma árvore de pequi?*
- *Ela é uma árvore assim, diferenciada das outras árvores, né? Porque é uma planta que ela dá os pequi como se fosse um pé de manga, né? Diferente.*
- *Quais são as melhores épocas da colheita do pequi? Por quê?*
- *A coleta do pequi é no mês de janeiro, na época que ele cai, né? Aí faz a coleta.*
- *Quais são os frutos que estão bons para colher? Como saber?*
- *Eles ficam bons a hora que caem no chão, né? Aí nós vamos e apanhamos eles no chão.*
- *Todos os frutos que estão no chão estão disponíveis para coleta? São todos bons para coletar?*
- *Nem todos, né? Ali você deve coletar uns 70%, né? Porque tem uns que já sai podre e doente, né? Não prestam pra fazer o produto.*
- *Quando o senhor está olhando os pés de pequi, o senhor percebe se tem alguma árvore que produz mais que a outra?*
- *Acontece que tem uns que produzem mais e outros menos, né?*

Pela entrevista não foi possível captar nas palavras do participante os elementos que permitem aos geraizeiros a identificação da árvore do pequi. Apenas aparece uma comparação com uma mangueira (*Mangifera indica*), mas sem explicitar os aspectos mais chamativos.

O sr. Joaquim destaca que a coleta dos frutos é realizada no mês de janeiro. O que corresponde ao já apresentado por Oliveira e Scariot (2010). É importante destacar que esse período de coleta do pequi varia para cada região. E o participante apresenta aqui a realidade do Norte de Minas Gerais.

Também, o participante apresenta, a partir de sua experiência, a percepção de uma porcentagem aproximada dos frutos que estarão bons para serem colhidos e utilizados na produção de alimentos. Cerca de 70%. Também, destaca que cada árvore (indivíduo) tem uma produção diferenciada de frutos. Esse dado que é captado a partir da prática social do extrativismo do pequi revela algumas possibilidades ao Ensino de Biologia na Educação do Campo local.

Como os sujeitos percebem, cada indivíduo é diferenciado. Esse fato pode ser um caminho para se apresentar conceitos e discutir questões de variabilidade genética na escola. Como os pequizeiros se reproduzem de forma sexuada (com troca de material genético entre diferentes indivíduos), cada novo indivíduo terá uma genética única. Seguramente esse é um dos principais fatores a interferir em sua produção.

Também, em termos ecológicos, pode-se discutir a influência dos microecossistemas para a produção de frutos. Como as variáveis de sombra/luz, oferta de água, e tipo de solo podem influenciar em sua produção? O instrumento metodológico aqui utilizado não permitiu compreender esses aspectos a partir das percepções do participante. Mas, é provável que os estudantes da região apresentem hipóteses para essas

questões, que poderão ser utilizadas como caminhos ao ensino de questões ecológicas. Inclusive da noção de ecossistema, uma vez que ela pode passar desde um Bioma (Cerrado) até pequenos espaços ecológicos, como uma área mais baixa que capta mais águas da chuva em determinado local.

Por fim, mas não menos importante, o participante destacou alguns usos e percepções sobre o fruto pequi e seu valor cultural:

- Após a coleta do pequi, quais são os usos que são feitos? Como que o senhor faz depois que colhe os pequis?

-- Tira-se o óleo do pequi, né? E também a gente come eles também. E tira o óleo para comer, né? Para fazer biscoito... faz biscoito também.

- O que o senhor pensa do pequi? O fruto dele é bom?

-- O pequi hoje é bom. Ele é considerado até antibiótico. Ele é um remédio, e continua sendo remédio até hoje.

- O que pensa da gordura do óleo do pequi? Para que ela serve?

-- Além de ser gostoso, é muito bom. Ela não tem química nenhuma, é uma coisa pura, né?

- A castanha do pequi serve par alguma coisa?

-- Serve sim. Muita gente faz o óleo do pequi também. E a gente come a castanha também.

Os dados deste estudo também estão alinhados com o que Silva e Tubaldini (2013) discutem acerca da importância cultural do pequi para o povo geraizeiro. O fruto é aproveitado em sua totalidade – polpa e castanhas (semente do fruto).

Interessante destacar que ao ser questionado se o fruto “é bom”, a resposta foi no sentido de “fazer bem à saúde”. O participante afirma que o fruto tem propriedades antibióticas. Faz uma defesa do valor cultural e biológico do fruto. Mesmo o extrativismo do pequi não sendo praticado na mesma frequência que antes, sr. Joaquim comunica: “Ele é um remédio, e continua sendo até hoje”. Ou seja, sua importância cultural não diminuiu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir acerca do papel do Ensino de Ciências na Educação do Campo deve implicar em reconhecer que o acesso ao conhecimento sistematizado não pode prescindir do reconhecimento e valorização dos saberes advindos dos modos de vida camponeses, uma vez que os camponeses constantemente veem seus saberes questionados, sua realidade depreciada. Trata-se da superação de preconceitos contra os modos de vida rurais e do reconhecimento de que em suas diversas práticas sociais há produção de saberes que têm sua validade no cotidiano, e que, por isso, ao serem dialogados com conteúdos escolares de ciências da natureza, poderão contribuir tanto para uma expansão das compreensões da realidade dos estudantes quanto a dos educadores (CHASSOT; 2019; WHITAKER; FIAMENGUE, 2002).

Este estudo auxiliou na compreensão de alguns saberes envolvidos na prática social do extrativismo do pequi. Mesmo o número de participantes sendo reduzido, considera-se que alguns apontamentos e reflexões podem ajudar a pautar essa prática social em processos da educação do campo voltados para a população geraizeira.

Foi destacada a compreensão da variabilidade de produção entre os indivíduos, e também apresentada uma percepção percentual dos frutos que podem ser utilizados na produção de alimentos ou não. Aspectos culturais da relação com o pequi também foram enfatizados, inclusive sua importância médica na cultura popular geraizeira. Esses pontos podem ser utilizados na realização de uma educação em ciências contextualizada e que valorize a realidade geraizeira.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Decreto no. 6.040, de 07 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 5p, 2007.
- BRITO, Isabel Cristina Barbosa de. **Ecologismo dos Gerais: conflitos socioambientais e comunidades tradicionais no Norte de Minas Gerais**. Tese (doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, 2013.
- CHASSOT, Attico. **A ciência através dos tempos**. 2ª edição. 32ª impressão. São Paulo: Moderna, 2019.
- COTRIM, Dário Teixeira. **Ensaio histórico do distrito de Serra Nova - Município de Rio Pardo de Minas**. Montes Claros: A Pena Editora e Gráfica, 2000.
- MOLINA, Monica Castagna. Expansão das licenciaturas em Educação do Campo: desafios e potencialidades. **Educar em Revista**, n. 55, p. 145-166, 2015.
- NOGUEIRA, Mônica Celeida Rabelo. **Gerais a dentro e a fora: territorialidade entre Geraizeiros do Norte de Minas Gerais**. Tese (doutorado em Antropologia Social). Universidade de Brasília, 2009.
- OLIVEIRA, Washington Luis de; SCARIOT, Aldicir. **Boas práticas de manejo para o extrativismo sustentável do pequi**. Brasília: Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, 2010.
- SILVA, Marcos Nicolau Santos da; TUBALDINI, Maria Aparecida dos Santos. O ouro do cerrado: a dinâmica do extrativismo do pequi no norte de Minas Gerais. **Revista Eletrônica Georaguaia**, v. 3, n. 2, p. 293-317, 2013.
- SOUZA, Daniele Cristina; VALDANHA NETO, Diógenes. A educação do campo como caminho para a transformação social: notas desde o Triângulo Mineiro. **Cadernos CIMEAC**, v. 8, n. 1, 2018.
- STAKE, Robert E. **Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. Porto Alegre: Penso, 2011.
- VALDANHA NETO, Diógenes et al. Infância, educação e meio ambiente: representações de crianças da RESEX do lago do Cuniã/RO. **Retratos de Assentamentos**, v. 21, n. 02, 2018.
- WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta; FIAMENGUE, Elis Cristina. Ciência e ideologia: as armadilhas do preconceito. *In*: WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta (org.). **Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes**. Presidente Venceslau-SP. Ed. Letras à Margem, 2002.
- WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta; BEZZON, Lara Crivelaro. **A Cultura e o Ecosistema: reflexões a partir de um diálogo**. Campinas, São Paulo: Editora Alínea, 2006.

EMPREENDEDORISMO SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO NA EMPRESA FLORA TIETÊ DA CIDADE DE PENÁPOLIS – SP

Clayrmen Candido Peron¹

Janaína Florinda Ferri Cintrão²

RESUMO

O empreendedorismo social, atualmente, apresenta grande relevância devido ao enfrentamento das questões de caráter ambiental, social e econômico. Assim, empreender nesse segmento pode ser uma grande oportunidade para melhoria das condições de vida das pessoas e do meio ambiente. Para o desenvolvimento da pesquisa, o objetivo geral desenvolvido foi identificar os principais fatores que motivaram o empreendedor a investir no segmento social. Para tanto, foi realizada pesquisa bibliográfica sobre o tema de empreendedorismo social, pesquisa qualitativa com a utilização de uma entrevista com o engenheiro agrônomo da empresa Flora Tietê e o método utilizado foi o estudo de caso na empresa. Foi identificado que o principal fator que motivou o empreendedor a investir no segmento social foi a oportunidade de ter um negócio sustentável tanto socialmente como financeiramente. Também foi verificado que, dentre as oportunidades de se investir no segmento social, havia possibilidade de criar uma nova consciência ambiental de preservação da fauna e flora ameaçadas. Em se tratando das dificuldades, a maior é a legislação ambiental, por sempre estar mudando, o que acaba por deixar os produtores rurais indecisos na forma e onde executar seus reflorestamentos. A Flora Tietê tem dois viveiros com capacidade para produzir 2,5 milhões de mudas de eucalipto, 1,7 milhão de mudas de mais de 130 espécies nativas e já foram plantadas mais de 31 milhões de mudas. Além disso, a empresa já recebeu a visita de mais de 35.000 crianças de escolas públicas e privadas de Penápolis e região, o que colabora para a educação ambiental. Assim, observa-se que o empreendedorismo social proporciona benefícios ao meio ambiente, à qualidade de vida das pessoas e também retorno financeiro para o empreendedor.

Palavras-chave: Empreendedorismo Social. Negócio Sustentável. Meio Ambiente.

¹ Doutorando em Desenvolvimento Territorial - Uniara, e-mail: clayrperon@funepe.edu.br

² Doutora em sociologia pela UNESP de Araraquara, Docente do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – Uniara, e-mail: jcintrao.mestrado@uniara.com.br

ABSTRACT

Currently, social entrepreneurship has great relevance due to facing environmental, social and economic issues. Thus, undertaking in this segment can be a great opportunity to improve people's living conditions and the environment. For the development of the research, the general objective developed was to identify the main factors that motivated the entrepreneur to invest in the social segment. For this purpose, a bibliographic research was carried out on the theme of social entrepreneurship, qualitative research using an interview with the agronomist of the company Fora Tietê and the method used was the case study at the company. It was identified that the main factor that motivated the entrepreneur to invest in the social segment was the opportunity to have a sustainable business both socially and financially. It was also found that, among the opportunities to invest in the social segment, there was the possibility of creating a new environmental awareness for the preservation of endangered fauna and flora. When it comes to the difficulties, the biggest is the environmental legislation, as it is always changing, which ends up leaving rural producers undecided on the form and where to carry out their reforestation. Flora Tietê has two nurseries with the capacity to produce 2.5 million eucalyptus seedlings, 1.7 million seedlings of more than 130 native species and more than 31 million seedlings have already been planted. In addition, the company has already received the visit of more than 35,000 children from public and private schools in Penápolis and the region, which contributes to environmental education. Thus, it is observed that social entrepreneurship provides benefits to the environment, people's quality of life and also financial return for the entrepreneur.

Keywords: Social Entrepreneurship. Sustainable Business. Environment.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho justifica-se pela importância do tema para o enfrentamento das questões sociais, econômicas e ambientais. Assim, empreender é uma ferramenta que contribui para o desenvolvimento econômico, a geração de emprego, a produção de riquezas e os benefícios presentes nas inovações, que ajudam a sociedade a reduzir as instabilidades e o empreendedorismo social surge como instrumento para melhoria das condições de vida das pessoas e do meio ambiente.

O empreendedorismo é tratado como um fenômeno ligado à criação de um negócio com o propósito de explorar uma oportunidade, eles também são responsáveis pela maior parte de geração de postos de trabalhos. De acordo com Dornelas (2008), empreendedorismo significa fazer algo novo, diferente, mudar a situação atual e buscar, de forma incessante, novas oportunidades de negócio, tendo como foco a inovação e a criação de valor.

Nos dias de hoje, o empreendedorismo por necessidade vem crescendo por causa dos momentos de crise, quando os profissionais não conseguem uma recolocação no mercado de trabalho partem para abertura de suas empresas.

O empreendedorismo social, em contrapartida, não tem como objetivo apenas a lucratividade, mas também buscar valores em forma de benefícios transformadores para a sociedade. Dessa forma, busca produzir desenvolvimento sustentável, qualidade de vida e mudança de paradigma de atuação em benefício de comunidades menos privilegiadas.

Ser empreendedor social é preocupar-se constantemente em atender seus colaboradores, procurando novas maneiras de servi-los de forma a agregar valor aos serviços existentes, pois ele sabe que isso gerará resultados. O segredo do empreendedor social é fazer uma boa administração estando disposto a correr riscos moderados por seus recursos humanos, entendendo que eles são investimentos administrativos e promovendo ações que visem não somente um retorno social mais financeiro também.

De acordo com Oliveira (2004), o empreendedorismo social se apresenta como uma ação emergente com capacidade de gerar emancipação social e desenvolvimento humano. Para o autor, o empreendedorismo social tem como principal característica a socialização de fato e verdade, das ideias e ações, gerando uma nova forma de consciência e de postura no enfrentamento das questões sociais.

O objetivo geral da pesquisa foi identificar os principais fatores que motivaram o empreendedor social a investir no segmento social. Já os objetivos específicos foram os seguintes: verificar os principais resultados socioambientais apresentados pela empresa Flora Tietê; identificar as principais dificuldades enfrentadas pelo empreendedor social e identificar as certificações que a empresa Flora Tietê possui.

Como questionamento para realização da pesquisa, foi elaborada a seguinte pergunta-problema: quais os principais fatores que motivaram o Empreendedor a investir no segmento social?

E para responder a essa questão, surgiram as seguintes hipóteses: o principal fator que motiva o empreendedor social é a identificação de uma oportunidade e o segundo fator que motiva o empreendedor social é o fato de poder contribuir com a preservação do meio ambiente.

Com relação à estrutura, o segundo capítulo apresenta o referencial teórico no qual foram abordados a história e o conceito de empreendedorismo, o perfil do empreendedor, o intraempreendedorismo e empreendedorismo social. Já no terceiro capítulo, foi abordada a metodologia utilizada para realização da pesquisa. No quarto capítulo, foi apresentado o

estudo de caso da empresa Flora Tietê. No capítulo cinco foram apresentados os resultados e discussões do trabalho e, no capítulo seis, a conclusão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para realização dessa pesquisa, foi elaborada uma revisão da literatura sobre o tema: empreendedorismo e sua história, perfil do empreendedor, intraempreendedorismo e empreendedorismo social, visando fornecer a estrutura para a pesquisa de campo e posterior análise dos resultados obtidos. Assim, este capítulo se apresenta de maneira a contextualizar o tema Empreendedorismo Social.

2.1 O empreendedorismo

O empreendedorismo apresenta papel importante na vida e na economia moderna. Atualmente, é responsável por grande parte das riquezas geradas na economia global. De acordo com Dornelas (2008), o empreendedor é aquela pessoa que assume os riscos de forma ativa, físicos e emocionais. Já o capitalista assume os riscos de forma passiva.

Ainda para Dornelas (2008, p. 6), existe a crença de que os empreendedores estão eliminando barreiras comerciais, e culturais, encurtando distâncias, globalizando e renovando os conceitos econômicos, criando novas relações de trabalho e novos empregos, quebrando paradigmas e gerando riqueza para a sociedade.

O mesmo autor afirma que a partir do século XVII o empreendedorismo passa a ganhar um significado mais concreto, ser estudado e associado a pessoas inovadoras que assumiam riscos em seus negócios para adquirir mais lucro.

No século XVII, surge a relação entre assumir riscos e o empreendedorismo. O termo empreendedorismo surge nesse período e tem o objetivo de diferenciar o capitalista, fornecedor capital, do empreendedor, aquele que assume riscos. Porém, com o início da industrialização, no século XVIII, o capitalista e o empreendedor passaram a ser diferenciados complementemente.

A industrialização é o fenômeno que acontecia em todo o mundo através da primeira revolução industrial que ocorreu na Grã-Bretanha, no final do século XIX e início do século

XX. Nesse período, os empreendedores começaram a ser confundidos com os administradores, sendo analisados meramente pelo ponto de vista econômico.

Atualmente, o conceito se refere ao profissional que dá início a uma organização tanto em setores inovadores quanto tradicionais, antes o conceito era sobre um profissional que possuía habilidades técnicas para produzir, colaborando no desenvolvimento econômico com a transformação de recursos em negócios lucrativos.

Para o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (2013, p.15), o empreendedorismo é um conjunto de pessoas e processos que levam á transformações de ideias em oportunidades, onde se assume riscos e desafios, mas recebendo recompensas de satisfação econômica e pessoal.

Os empreendedores, na prática, diferenciam-se pelo elevado grau de realização que possuem. São, essencialmente, realizadores, são pessoas que fazem acontecer, que colocam as ideias em ação. Independente das atividades e funções que se dedicam, os empreendedores buscam promover o movimento contínuo e ascendente da roda do crescimento e do desenvolvimento econômico e social, gerando benefícios individuais e coletivos.

De acordo com Dolabela (2003, p. 122)

Se o tema do empreendedorismo é o desenvolvimento, sabemos também que não se trata de qualquer desenvolvimento – menos ainda de mero crescimento econômico. [...] porque desenvolvimento mesmo só ocorrerá quando mais capital humano gerar capital social, que irá gerar mais capital empresarial, que produzirá mais renda, que resultará em mais capital humano etc. etc. Um processo de novos e múltiplos laços de realimentação e reforço de cada fator e de todos em conjunto. Quando isso ocorrer, o sistema adquirirá vida própria e, por assim, dizer, “rodará” sozinho, percorrendo os círculos virtuosos daquilo que chamamos de desenvolvimento humano e sustentável.

O autor destaca que, devido ao seu papel e à sua grande influência na sociedade e na economia, é necessário que os empreendedores sejam guiados por princípios e valores éticos. Não se pode considerar o empreendedorismo exclusivamente como uma via de enriquecimento individual. O empreendedor deve apresentar alto comprometimento com o meio ambiente e com a comunidade e ser alguém com forte consciência social.

Ainda de acordo com Dolabela (2003), empreender é essencialmente um processo de aprendizagem proativa, em que o indivíduo constrói e reconstrói ciclicamente a sua representação do mundo, modificando a si mesmo e ao seu sonho de autor-realização em processo permanente de autoavaliação e autocriação.

Já para Ângelo (2003), empreendedorismo é a criação de valor por pessoas e organizações trabalhando juntas para implantar uma ideia por meio da aplicação da

criatividade, capacidade de transformar e o desejo de tomar aquilo que comumente se chamaria de risco.

De acordo com o SEBRAE (2013), para empreender, é preciso relacionar de forma equilibrada o “ser” com o “saber” e com o “fazer”. É necessário que conheça a si mesmo, saber o que se pretende alcançar, posicionar-se em um ciclo de contínuo de aprendizado e agir de forma planejada e focada aos objetivos propostos.

Empreender é buscar, é uma ação cíclica, e não permite chegar e parar. Como se percebe, para ser empreendedor é preciso se predispor a isso, predispor-se a se desenvolver como tal. É necessário compreender o empreendedor como uma forma de ser, independente da função ou do setor no qual atua. O empreendedor pode estar presente em qualquer atividade.

2.2 Perfil do empreendedor

O empreendedor é visto como um comportamento e não como um traço de personalidade e, para tanto, algumas características em seu comportamento são necessárias para empreender.

Segundo Dornelas (2008), o empreendedorismo pode ter duas definições: oportunidades e necessidades. Na oportunidade o empreendedor faz um planejamento prévio, onde, quando e por que, quer chegar naquele objetivo, visando a geração de lucro, riquezas e empregos. Está ligado ao desenvolvimento econômico. Já na necessidade, o empreendedor cria a empresa por falta de opção, por estar desempregado, desmotivado a trabalhar para terceiros, falta de qualificação e escassez de emprego.

Assim, quando não é feito um planejamento prévio, o negócio, muitas vezes, fracassa rapidamente. Para que a criação de novas empresas leve ao desenvolvimento econômico, é preciso que elas sejam criadas por oportunidades no mercado.

Dornelas (2008) busca relacionar alguns perfis dos empreendedores bem-sucedidos, sendo: líderes, dedicados, determinados, dinâmicos, comprometidos, éticos, enxergam riscos e desafios como oportunidades, criam boas relações e valores para a sociedade. Todas essas características os levam a construir um bom relacionamento com clientes, fornecedores e entidades de classe, gerando oportunidades de emprego, ao serem produtivos na busca por novas tecnologias e soluções para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Os empreendedores são pessoas diferenciadas, que possuem motivação singular, apaixonadas pelo que fazem, não se contentam em ser mais um na multidão, querem ser reconhecidas e admiradas, referenciadas e imitadas, querem deixar um legado (DORNELAS, 2008, p. 21)

Dornelas (2008) foi mais além e afirmou que o lado positivo de ser empreendedor é ter autonomia para criar regras; o ponto negativo é trabalhar dobrado; sua força é otimismo, perseverança e criatividade; suas fraquezas são causadas pelo desgaste de querer resolver tudo ao mesmo tempo.

Machado (2005) ressalta que o perfil empreendedor pode nascer junto com o indivíduo ou ser desenvolvido com estudos e experiências vividas no dia a dia. Até o momento, não há confirmação de êxito garantindo o sucesso de pessoas que aprenderam a empreender.

Já segundo Chiavenato (2008), um empreendedor possui três características básicas: necessidade de realização, disposição para assumir riscos e a autoconfiança. O autor ainda complementa que os empreendedores apresentam elevada necessidade de realização em relação as outras pessoas da população em geral, têm capacidade para assumir riscos, atentar se os obstáculos ligados a um negócio, entretanto conseguem ser alto confiantes em sua aptidão para superar desafios.

Dolabela (1999) afirma, e é importante destacar, que vários autores veem estudando a ligação entre causa e efeito, e não se pode afirmar que uma pessoa com todas essas características seja um empreendedor de sucesso, e sim que esse conjunto pode aumentar a chance de serem empreendedores tanto nas áreas empresariais e econômicas.

O SEBRAE destaca a necessidade de algumas características para que se possa empreender com sucesso. De acordo com o SEBRAE (2013), o empreendedor necessita de dez características essenciais:

- a) busca de oportunidade e iniciativa: são pessoas que não esperam que fatores externos resolvam seus problemas. Eles vão atrás do que querem, agindo com pró atividade em cada situação e buscando possibilidades para expandir seus negócios e usando situações inusitadas para progredir;
- b) persistência: quando está motivado, convicto e crente nas possibilidades, é capaz de persistir e insistir até que as coisas comecem a funcionar;
- c) corre riscos calculados: o empreendedor assume desafios, porém ciente dos riscos que lhe são apresentados. Avalia cada alternativa e toma decisões buscando diminuir as chances de erro, aceitando desafios com boas chances de sucesso. Ele faz o que é necessário para ter êxito e não fica preocupado com o fracasso;

- d) exigência de qualidade e eficiência: busca a excelência e encontra maneiras alternativas de fazer melhor, mais rápido e mais barato. Ele procura sempre utilizar produtos e serviços que assegurem seu trabalho;
- e) comprometimento: essa característica envolve sacrifício pessoal, colaboração com funcionários e dedicação aos clientes. O empreendedor traz para si todas as responsabilidades, seja de sucesso ou de fracasso. Atua em conjunto com sua equipe para atingir os resultados necessários e coloca o relacionamento com os clientes acima das necessidades no curto prazo;
- f) busca de informações: o empreendedor precisa se manter constantemente atualizado sobre os dados de clientes, fornecedores e principalmente sobre o próprio negócio. O empreendedor se envolve na avaliação de seu mercado e busca orientações de especialistas para oferecer novos produtos e serviços;
- g) estabelecimento de metas: o empreendedor precisa estabelecer objetivos claros para a empresa para curto e longo prazo. Ele persegue objetivos desafiantes e tem visão de longo prazo. Esse tipo de empreendedor se compromete pessoalmente com o desempenho para atingir as metas estabelecidas;
- h) planejamento e monitoramento sistemático: desenvolve a organização de tarefas de maneira objetiva, com prazos definidos, a fim de que possam ter os resultados medidos e avaliados. Também adequa rapidamente seus planos às mudanças e variáveis de mercado, acompanhando os indicadores financeiros e levando-os em consideração no momento de tomada de decisão;
- i) persuasão e rede de contatos: o empreendedor, em geral, não é um “fazedor”, no sentido obreiro da palavra. Ele cria a equipe, distribui funções, acredita nos outros, obtém resultados por meio deles e interage de maneira estratégica, interagindo e persuadindo a equipe. Ele também faz uso de multiplicadores como agentes de persuasão para atingir seus objetivos, investindo e cultivando relações comerciais;
- j) independência e autoconfiança: essa característica desenvolve a autonomia para agir e manter sempre a confiança no sucesso. Pessoas empreendedoras são capazes de se motivarem mesmo em meio a desafios e às tarefas nas quais acreditam. Não necessitam de prêmios externos ou como compensação financeira. Igualmente, por sua motivação, conseguem se entusiasmar com suas próprias ideias.

Dornelas (2005) acredita que ensinar o exercício do empreendedorismo é possível, por meio de práticas e qualificações para despertar o espírito empreendedor. Dentre os ensinamentos necessários, deve-se ressaltar como preparar e utilizar um plano de negócio, inovar, desenvolver habilidades empreendedoras, analisar oportunidades e ameaças, planejar e fazer dar certo.

2.3 Empreendedorismo social

O termo empreendedorismo vem ganhando cada vez mais força nos dias atuais e isso ocorre devido aos benefícios proporcionados à sociedade e ao meio ambiente pelas organizações inseridas nesse contexto.

Para Neto e Fróes (2002), o empreendedorismo social é uma ação coletiva que envolve pessoas da comunidade buscando a sua integração e o seu desenvolvimento. O objetivo por meio dessas ações é solucionar os problemas da comunidade, produzindo bens e serviços. Portanto, o foco é buscar soluções para os problemas sociais mediante necessidades da sociedade, medindo o sucesso através do desempenho, impacto social das atuações, atitudes e comportamentos.

O empreendedorismo social é um campo de ação socioambiental e de realização de negócios, que visa atingir duas metas consideradas de certo ponto antagônicas que são a geração de impacto social e de valor econômico.

Atualmente, desenvolve-se um debate sobre a definição desse campo de atuação, envolvendo o papel do empreendedor social na economia e sua interação com a sociedade civil e as políticas públicas.

De acordo com Oliveira (2004, p. 12)

O empreendedorismo social não é responsabilidade social empresarial, pois esta supõe um conjunto organizado e devidamente planejado de ações internas e externas, e uma definição centrada na missão e atividade da empresa, ante as necessidades da comunidade. Não é uma profissão, pois não é legalmente constituída, não havendo formação universitária ou técnica, nem conselho regulador e código de ética profissional legalizado; não é também uma organização social que produz e gera receitas, a partir da venda de produtos e serviços, e muito menos é representado por um empresário que investe no campo social, o que está mais próximo da responsabilidade social empresarial, ou, quando muito, da filantropia e da caridade empresarial.

Ainda conforme Neto e Fróes (2002), existem algumas diferenças entre o empreendedorismo empresarial e o empreendedorismo social que são apresentadas no Quadro 01.

Quadro 1 – Diferenças entre o empreendedorismo comercial e o empreendedorismo social

Empreendedorismo Comercial	Empreendedorismo Social
a) é individual; b) produz bens e serviços para o mercado; c) tem foco no Mercado; d) sua medida de desempenho é o lucro; e) visa satisfazer necessidades dos clientes e ampliar as potencialidades do negócio.	a) é coletivo; b) produz bens e serviços para a comunidade; c) tem foco na busca de soluções para os problemas sociais; d) sua medida de desempenho é o impacto social; e) visa resgatar pessoas da situação de risco social e promovê-las.

Fonte: Neto e Fróes (2002, p.11).

Neto e Fróes (2002) afirmam que o empreendedorismo social não produz bens e serviços para vender, mas com a finalidade de solucionar problemas sociais. O empreendedorismo social não é direcionado para mercados, mas sim para segmentos populacionais em situações de riscos. O foco desse modelo de se empreender está nos problemas sociais, o objetivo a ser alcançado é a solução ou a amenização do problema identificado e o escopo de atuação é a comunidade ou a própria cidade em sua extensão territorial.

Oliveira (2004) sugere algumas ações devido à importância e a profundidade do empreendedorismo social:

- a) a inclusão do empreendedorismo social na formação profissional universitária e no ensino médio, a exemplo do que está ocorrendo com o empreendedorismo empresarial;
- b) a implementação e adoção do empreendedorismo social no campo da gestão social pública, nos níveis federal, estadual e municipal;
- c) a implementação e adoção do empreendedorismo social nos Conselhos de Direito das categorias profissionais;
- d) a criação de mais espaços de apoio, incentivo, pesquisa e disseminação dos fundamentos e das estratégias do empreendedorismo social no Brasil, como uma política nacional de estímulo à inovação de novas tecnologias sociais empreendedoras;

- e) a potencialização das ações das faculdades e universidades por intermédio de projetos de extensão na perspectiva do empreendedorismo social.

De acordo com Bueno (2017), o empreendedorismo social se caracteriza pela criação de produtos e serviços que possuam foco principal na resolução, ou minimização, de problemas em áreas como educação, violência, saúde, alimentação, meio ambiente, etc., com o objetivo destas empresas é gerar transformação nas comunidades em que estão inseridas.

Ainda de acordo com o autor, os focos de atuação do empreendedorismo social podem envolver as principais áreas a seguir:

- a) educação, alfabetização e inclusão digital;
- b) moradia de baixo custo;
- c) reciclagem, indústrias limpas e energias alternativas;
- d) agricultura, floresta e uso de água;
- e) saúde e nutrição comunitárias;
- f) diversidade e multiculturalismo;
- g) oportunidades para deficientes;
- h) serviços em geral;
- i) apoio ao empreendedorismo e microcrédito;
- j) direitos humanos.

Na prática, o empreendedorismo social enfatiza os aspectos da inovação e da visão social. Para tanto, tem como finalidade a inovação no modelo de negócios e a forma de operação, bem como a construção de uma visão compartilhada de como atender as demandas sociais e resolver os problemas ambientais.

3 METODOLOGIA

Para realização da pesquisa foram utilizadas pesquisa bibliográfica e qualitativa para obtenção de conhecimento científico e informações referente ao tema escolhido e objeto do trabalho proposto. Foi utilizado também do método do estudo de caso.

3.1 Pesquisa bibliográfica

Com a finalidade de buscar informações sobre os temas empreendedorismo e sua história, perfil do empreendedor e empreendedorismo social foi realizada uma pesquisa bibliográfica.

Segundo Gil (1999), a pesquisa bibliográfica utiliza material já publicado, constituído basicamente de livros, artigos de periódicos e atualmente com informações disponibilizadas na Internet. Ainda segundo o próprio autor, sua principal vantagem é possibilitar ao investigador a cobertura de uma gama de acontecimentos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.

Sendo assim, a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites.

3.2 Pesquisa qualitativa

Também foi realizada uma pesquisa qualitativa com a aplicação de uma entrevista com o engenheiro da empresa Flora Tietê no dia 23 de setembro de 2019 com a finalidade de buscar informações para complementar a pesquisa.

De acordo com Gil (1999), considera que tudo pode ser quantificável, o que implica traduzir em números opiniões e informações para classificá-los e analisá-los. Requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas (percentagem, média, moda, mediana, desvio padrão, coeficiente de correlação, e outros). Os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados.

3.3 Estudo de caso

O método utilizado foi de estudo de caso na empresa Flora Tietê na cidade de Penápolis –SP, o que permitiu um maior e detalhado conhecimento a respeito do tema proposto e forneceu dados capazes de obter informações a respeito dos motivos que levam a empreender socialmente.

Conforme afirma Dencker (2000), o estudo de caso pode abranger análise de exame de registros, observação de acontecimentos, entrevistas estruturadas e não-estruturadas ou

qualquer outra técnica de pesquisa. Seu objeto pode ser um indivíduo, um grupo, uma organização, um conjunto de organizações, ou até mesmo uma situação.

4 A EMPRESA FLORA TIETÊ

Para compreender melhor o segmento de empreendedorismo social, optou-se pela realização de um estudo de caso na empresa Flora Tietê, cuja atuação tem gerado benefícios ao meio ambiente.

Fundada em agosto de 1986, a Flora Tietê Associação de Recuperação Florestal é uma organização não governamental formada por consumidores de matéria prima florestal, ambientalistas e profissionais que se uniram para trabalhar na recuperação das nossas florestas e colaborar na construção do desenvolvimento sustentável da sociedade. A empresa está localizada Av. Presidente Getúlio Vargas, 151-A - Parque Industrial - Penápolis/SP.

A ONG (Organização Não Governamental) é credenciada pelo IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo para o recolhimento da Taxa Obrigatória de Reposição Florestal, uma poderosa ferramenta contra o desmatamento, pois, ela exige que produtores e empresários cumpram seu papel ao reverter o possível impacto que suas atividades possam causar ao meio ambiente.

Hoje, atua em mais de 174 municípios Paulo e conta com dois viveiros de mudas, localizados nos municípios de Penápolis e São José do Rio Preto. Já foram plantadas mais de 31 milhões de mudas viáveis – mudas que se transformaram em árvores de 130 espécies diferentes, todas nativas do Brasil-, um número recorde para os padrões brasileiros.

As mudas produzidas são utilizadas na recuperação de matas ciliares, na manutenção de fragmentos florestais e em projetos de repovoamento de áreas degradadas. Em conjunto, os dois viveiros de mudas são capazes de produzir quatro milhões de mudas por ano, o que torna a Flora Tietê um dos maiores viveiros particulares do Estado de São Paulo.

Desde sua criação a Flora Tietê oferece soluções para empresas que precisam reflorestar, mas encontravam dificuldades em viabilizar a atividade por agirem isoladamente. Além disso, a ONG produz as mudas, fornece o projeto e a assistência técnica totalmente gratuita aos produtores rurais interessados no plantio de mudas de rápido crescimento.

Com a Flora Tietê, é possível participar do programa de reflorestamento gratuito. A quantidade de mudas doadas por empresa deve atender um mínimo de seis mil mudas e um

máximo de 50 mil. As espécies nativas utilizadas e a quantidade referente a cada espécie devem obedecer às resoluções Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo.

A empresa ou propriedade rural que participa do Projeto de Doação de Mudanças da Flora Tietê recebe, gratuitamente, um plano técnico elaborado por nossos profissionais com fotos, mapas e croquis da área a ser reflorestada. A ONG conta com profissionais como engenheiro florestal, técnicos agrícolas e de meio ambiente com vasta experiência na produção e execução de reflorestamentos.

O motivo que os levou a investir no empreendedorismo social foi a oportunidade identificada devido à necessidade das empresas consumidoras de lenha. Para obter matéria-prima (lenha/carvão) mais barata, essas empresas pagavam uma taxa pelo consumo de lenha/carvão, e esse valor era encaminhado ao IBAMA, porém sem qualquer retorno. Assim, a Flora Tietê foi criada inicialmente com essa finalidade: receber essa taxa e através dela, fornecer mudas do gênero eucalipto.

Dessa forma, foi criado o projeto de implantação com assistência técnica durante cinco anos, totalmente gratuita para os produtores rurais interessados em seu plantio. Tal projeto foi um sucesso, pois se tinha madeira em nossa região, os produtores rurais tinham uma nova fonte de renda e o projeto foi disseminado para mais 23 cidades no estado de São Paulo.

A Flora Tietê tem dois viveiros com capacidade para produzir 2,5 milhões de mudas de eucalipto e 1,7 milhão de mudas de mais de 130 espécies nativas. O principal deles está localizado em Penápolis. O segundo fica em Bady Bassit, ambos no interior de São Paulo e, juntos, são capazes de produzir mais de 4 milhões de mudas por ano.

As mudas são cultivadas com técnicas modernas, que proporcionam excelente padrão de qualidade. Elas são encaminhadas a campo já aclimatadas e rustificadas, apresentando baixíssimo índice de perda.

As mudas produzidas pela Flora Tietê recebem todos os tratamentos culturais necessários para um ótimo desenvolvimento no campo, os insumos utilizados são os melhores do mercado e a água para irrigação provém de poços artesianos.

Nos viveiros são reproduzidas cerca de 130 espécies de árvores nativas da mata atlântica cujas sementes são coletadas por uma equipe de técnicos da própria instituição. Algumas das espécies produzidas são: pau-brasil, mogno, cedro-rosa, jequitibá-rosa, jequitibá-branco, peroba-rosa, araucária, imbuia e amburana. As mudas de espécies nativas são utilizadas na recuperação de matas ciliares, na manutenção de fragmentos florestais e em projetos de reflorestamento de áreas degradadas.

4.1 Educação ambiental

Com o objetivo de promover educação ambiental, a Flora Tietê fundou há nove anos, o Parque de Educação Ambiental – PARBI, na cidade de Penápolis, que visa educar através de atividades temáticas ao ar livre. O PARBI é aberto a visitas de escolas, associações e do público em geral e tem por objetivo a conscientização ambiental de crianças e adultos.

Desde sua fundação, recebeu mais de 35.000 crianças cadastradas em livros de visitas, de escolas públicas e privadas de Penápolis e região. Inclusive, junto com a Flora Tietê, o PARBI foi vencedor do “1º Prêmio Noroeste paulista de Meio Ambiente”.

Para a comunicação de suas ações e divulgação da empresa, a Flora Tietê utiliza a internet e as redes sociais. A empresa possui um site e, com o objetivo de convidar as pessoas a conhecerem o trabalho desenvolvido e dar visibilidade às ações, possui também Twitter e Facebook.

4.2 Parcerias

Com o objetivo de aperfeiçoar e otimizar os programas que desenvolve para recomposição de florestas nativas em áreas degradadas, a Flora Tietê mantém parceria com entidades e organizações não governamentais. Com isso, obtém suporte necessário para ampliar resultados. Dentre os principais projetos, destacam-se:

- a) Consórcio Ribeirão Lajeado: responsável pelo abastecimento de água na cidade de Penápolis e para as atividades agropecuárias de Barbosa e Alto Alegre, o Ribeirão Lajeado forma uma bacia de 43 mil hectares na região noroeste do Estado de São Paulo. O desmatamento generalizado, a devastação da mata ciliar e o uso inadequado do solo vêm provocando a erosão continuada das terras, o que obrigou a celebração de um convênio com a Flora Tietê cujo objetivo é a recuperação da área degradada e a preservação da bacia. Durante o trabalho de recomposição da mata ciliar, a Flora Tietê doou mais de 100 mil mudas, que foram plantadas em propriedades rurais localizadas ao longo da bacia e incluídas nas áreas de recomposição.
- b) DENACOOP (Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural): Parceiros em três convênios já executados, a Flora Tietê e o Ministério da Agricultura permitiram a transferência da tecnologia de produção de mudas de eucalipto, construção de viveiros e organização associativa por várias regiões brasileiras. Com

isso, a experiência da Flora Tietê e os recursos públicos estão resultando na implantação de novas entidades sem fins lucrativos. A expectativa do convênio DENACOOOP resultará, no futuro, em reposição florestal adequada em vários pontos do país.

- c) A Flora Tietê também mantém parcerias internacionais. Através de recursos do Banco Mundial, vem colaborando de forma ímpar com o replantio de árvores nativas. O projeto PD/A, por exemplo, já resultou no plantio de 200.000 árvores nativas em nossa região. Os recursos obtidos foram responsáveis pelo aprimoramento da tecnologia de manejo das sementes e em melhor conscientização sobre a necessidade de que as nativas voltassem a ocupar áreas devastadas em nossa região. Graças a essa parceria, a Flora Tietê é hoje uma autoridade em árvores nativas e eucalipto, além de prestar colaboração decisiva na recuperação de nossas florestas.
- d) AMA – Associação dos Municípios da Araraquarense /FEHIDRO: representando a sociedade civil, a Flora Tietê tem participação ativa no COMAR -Consórcio dos Municípios da Araraquarense , órgão responsável pela formulação política de recursos hídricos no Estado de São Paulo. Através da participação nos comitês, a Flora Tietê executa, como contratada, a implantação de modelos demonstrativos de matas ciliares em municípios da região. Também é atribuição da Flora o fornecimento das mudas e orientações técnicas para que cada cidade possa desenvolver, individualmente, o cuidado com a boa preservação da bacia hidrográfica e dos recursos hídricos municipais.

Além disso, a empresa também mantém parcerias com a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo, a Polícia Militar Ambiental, SOS Mata Atlântica, IBAMA, Asperbrás, Canta Claro e Cerâmica Santa Cruz.

5 RESULTADOS E DISCUSÕES

Para busca de informações sobre a empresa e o segmento para realização da pesquisa foi aplicada uma entrevista com engenheiro da empresa Flora Tietê no dia 23 de setembro de 2019.

Segundo o entrevistado, a primeira dificuldade encontrada nesse segmento foi a aprovação por parte do governo federal da empresa Flora Tietê como recebedora das taxas das

empresas consumidoras de linha. Foram anos de luta até a sua aprovação, inclusive com a legislação em vigor até hoje. Também a sazonalidade de plantio das mudas, que durante os meses de seca em nosso Estado, que ocorre de maio a setembro, o plantio se reduz drasticamente. Outra grande dificuldade é a legislação ambiental, sempre com mudanças, o que acaba por deixar os produtores rurais indecisos na forma e onde executar seus reflorestamentos.

Dentre as vantagens de empreender nesse segmento estão o auxílio na geração de renda dos produtores rurais em suas terras, a geração de trabalho na cidade e a fixação do homem no campo.

Com relação a expectativas de crescimento, não há no momento, pois o viveiro está operando com 60% de sua capacidade total já há mais de três anos, devido principalmente, pela fase pelo qual nosso país atravessa e pela mudança prometida em nossa legislação ambiental que ainda não entrou em vigor.

Quanto às oportunidades que o empreendedorismo social apresenta para o empreendedor são nova fonte de renda, tanto para os empreendedores quanto para os recebedores dos serviços/produtos gerados pela empresa e possibilidade de criar uma nova consciência ambiental de preservação da fauna e flora tão ameaçadas.

Já o motivo de ter escolhido a cidade de Penápolis para empreender, é por estar localizado num ponto estratégico geograficamente. Na época, possuía mais de 50 cerâmicas ativas com grandes dificuldades em obter madeira legal para usar em seus fornos, tendo que buscar essa matéria-prima em outros estados (MG, PR e MS), o que encareceria muito seus produtos.

Questionado sobre as dificuldades para gerar capital social e sobre os desafios encontrados, o engenheiro afirmou que como o início da Flora Tietê foi em agosto de 1986, não há como mensurar quais foram às dificuldades encontradas pelos criadores da Flora Tietê com relação ao capital obtido na época.

Sobre ser mais responsável socialmente como fator de competitividade, o engenheiro relatou que é muito importante, pois torna a empresa mais atrativa e competitiva, e com isso identificaram vantagens com relação ao mercado na obtenção de novos contratos e vendas e assim, melhorando a imagem da empresa.

A empresa Flora Tietê possui as certificações do IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, do RENASEM - Registro Nacional de Sementes e Mudanças e da Associação Credenciada na Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

Além disso, já foram plantadas mais de 31 milhões de mudas viáveis – mudas que se transformaram em árvores de 130 espécies diferentes, todas nativas do Brasil, o que demonstra um grande benefício proporcionado pela empresa ao meio ambiente e à diversidade. A empresa também proporciona benefícios no que diz respeito à educação ambiental. Já foram mais de 35.000 crianças cadastradas em livros de visitas, de escolas públicas e privadas de Penápolis e região.

Para o engenheiro, o melhor feedback que a empresa Flora Tietê tem de uma ação social é o reconhecimento por parte da sociedade, em especial dos produtores rurais uma vez que a empresa contribui para seu melhor desempenho financeiro pelo aporte do programa de Reposição Florestal obrigatório no estado de São Paulo e retorno pessoal por poder auxiliar os produtores rurais em uma nova fonte de renda e assim, melhorar sua qualidade de vida.

6 CONCLUSÃO

Analisando os dados apurados da empresa, podemos concluir que a resposta para a pergunta problema: Quais os principais fatores que motivaram o Empreendedor a investir no segmento social? Pode-se afirmar que o principal fator é a oportunidade que eles enxergaram de um negócio sustentável tanto socialmente como financeiramente. Uma vez que eles identificaram que poderiam receber uma taxa que já era recolhida a um órgão do governo, porém sem qualquer retorno conforme previa a lei (Programa de Reposição Florestal Obrigatório do Estado de São Paulo).

Quanto às hipóteses que afirmavam que o principal fator que motiva o empreendedor social é a identificação de uma oportunidade e o segundo fator que motiva o empreendedor social é o fato de poder contribuir com a preservação do meio ambiente, pode-se afirmar que são verdadeiras, uma vez que identificado uma oportunidade no segmento social, não só o empreendedor, mas também toda comunidade ao seu redor pode ser beneficiada direta ou indiretamente. Os principais benefícios são os novos empregos que são gerados e também poder contribuir com a preservação do meio ambiente.

Com relação ao objetivo geral, que era indentificar os principais fatores que motivaram o empreendedor social a investir no segmento social, o entrevistado relatou que o motivou a investir no empreendedorismo social foi à necessidade das empresas consumidoras de lenha obtiveram matéria-prima mais barata.

Em relação ao primeiro objetivo específico, que era verificar os principais resultados socioambientais apresentados pela empresa Flora Tietê, identificou-se que A Flora Tietê tem dois viveiros com capacidade para produzir 2,5 milhões de mudas de eucalipto, 1,7 milhão de mudas de mais de 130 espécies nativas e já foram plantadas mais de 31 milhões de mudas. Além disso, a empresa já recebeu a visita de mais de 35.000 crianças de escolas públicas e privadas de Penápolis e região.

Quanto ao segundo objetivo específico, que era identificar as principais dificuldades enfrentadas pelo empreendedor social, o engenheiro agrônomo da empresa entrevistado revela que a primeira dificuldade encontrada foi a aprovação por parte do governo federal da empresa Flora Tietê como recebedora das taxas das empresas consumidoras de lenha. Foram anos de luta até a sua aprovação, inclusive com a legislação em vigor até hoje. Também a sazonalidade de plantio das mudas, que durante os meses de seca em nosso Estado, que ocorre de maio a setembro, o plantio se reduz drasticamente. Outra grande dificuldade é a legislação ambiental, por sempre estar mudando, o que acaba por deixar os produtores rurais indecisos na forma e onde executar seus reflorestamentos.

Em relação o terceiro objetivo específico sobre identificar as certificações que a empresa Flora Tietê possui, são eles: as certificações do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), do RENASEM (Registro Nacional de Sementes e Mudas) e da Associação Credenciada na Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

Com respaldo no que foi pesquisado podemos constatar verificar que as contribuições dessa pesquisa para com a sociedade são inúmeras, como auxílio na geração de renda dos produtores rurais, dando uma qualidade de vida melhor, na cidade consegue atender seus clientes com produtos/serviços que antes eles teriam que se deslocar para outro estado gerando custos altíssimos para adquirir e repassar para seus consumidores, já para as pessoas em geral traz oportunidades de empregos e desenvolvimento da cidade.

Este trabalho, além de ser uma complementação dos conhecimentos adquiridos em disciplina ministradas na grade curricular do curso de Administração, também servirá como aprimoramento para o conhecimento sobre o tema empreendedorismo social. Para os acadêmicos desta e de outras instituições de ensino, este trabalho servirá como mais uma fonte de consulta e pesquisa, assim como para administradores ou pesquisadores que se interessem pelo tema.

REFERÊNCIAS

- ÂNGELO, E. B. **Empreendedor corporativo: a nova postura de quem faz a diferença**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- BUENO, J. R. **Empreendedorismo social: propósitos em equilíbrio com os negócios**. Sebrae, 2017. Disponível em: < <https://blog.sebrae-sc.com.br/empreendedorismo-social/>>. Acesso em: 20.Set.2019.
- CHIAVENATO, I. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- DENCKER, A. de F. M. **Metodologia: Métodos e técnicas de pesquisas em turismo**. 4. Ed. São Paulo: Futura, 2000.
- DOLABELA, F. C. **O segredo de Luísa**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.
- _____. **Empreendedorismo, uma forma de ser: saiba o que são empreendedores individuais e coletivos**. Brasília: Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2003.
- DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas em pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.
- MACHADO, M. R. L.; ANEZ, M. E. M.; RAMOS, R. E. B. **A educação superior e o potencial empreendedor: um estudo de caso em uma Instituição de Ensino Superior** In: EGEPE- encontro de estudos sobre empreendedorismo e gestão de pequenas empresas. 4. 2005, Curitiba, Anais... Curitiba, 2005, p. 244-255.
- MONTENEGRO, M. C. **Empreendedorismo e intraempreendedorismo: a bola da vez**. São Paulo: Sebrae, 2018.
- NETO, F. P. M.; FROES, C. **Empreendedorismo Social: a transição para a sociedade sustentável**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.
- OLIVEIRA, E. M. Empreendedorismo social no Brasil: atual configuração, perspectivas e desafios. **Revista da FAE**, Curitiba, vol.7, n. 02, pp. 9-18, jul./dez. 2004. Disponível em: <<https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/416/299>>. Acesso em: 26.Ago.2019.
- SEBRAE. **Disciplina de empreendedorismo**. Brasília: Manual do aluno, 2013. Disponível em: <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/bc0a1b29c05ef9eb60a43c1303b881e8/\\$File/5696.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/bc0a1b29c05ef9eb60a43c1303b881e8/$File/5696.pdf)>. Acesso em 26.Ago.2019.

LOGÍSTICA REVERSA E PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS A PARTIR DO CURSO DE EXTENSÃO HORTAS CASEIRAS E REAPROVEITAMENTO DE ALIMENTOS DO IFSP CAMPUS BOITUVA-SP¹

Daiane Roncato Cardozo²
Jaqueline Domingos da Silva³
Cesar Augusto Feliciano⁴
Joviro Adalberto Junior⁵
Marcelo Monteiro⁶

Resumo

O objetivo geral deste trabalho foi apresentar a importância e a conexão entre a logística reversa e práticas sustentáveis no sistema produtivo, por meio da participação e análise de um curso de extensão com foco em hortas caseiras e reaproveitamento de alimentos, ofertado na modalidade à distância pelo IFSP Campus Boituva, configurando-se para muitos até como uma alternativa ao atual período de pandemia vivenciado. A metodologia foi baseada na pesquisa participativa, pela observação direta e participação dos pesquisadores no curso; na pesquisa bibliográfica e documental; além da abordagem qualitativa. O curso de extensão em Hortas caseiras e reaproveitamento de alimentos foi ofertado pelo ambiente virtual de aprendizagem – AVA *Moodle*, sendo dividido em 9 módulos que abordaram as seguintes temáticas: segurança alimentar, sustentabilidade, agricultura urbana, agroecologia, logística reversa (Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS), alimentação, nutrição, saberes tradicionais, compostagem, aproveitamento integral de alimentos, Plantas alimentícias Não Convencionais - PANCs, entre outras. Contou com a inscrição de 53 alunos e a participação efetiva de 35 destes na primeira turma, objeto deste trabalho. Constatou-se uma boa interação entre os participantes, entendimento do conceito de sustentabilidade no âmbito da logística reversa, satisfação ao participar do curso, conhecimento adquirido e conscientização ambiental através de instrumentos orientativos e avaliativos como textos, vídeos, *chats*, fóruns, questionários, tarefas, atividade de autoaprendizagem e formulário de avaliação do curso. A temática se mostrou extremamente relevante para a pesquisa e extensão e suas aplicações, principalmente no que tange ao desenvolvimento sustentável emergencial, deixando a necessidade de continuação por meio de outros possíveis temas voltados à logística reversa de forma mais prática bem como temas específicos relacionados a plantas ornamentais e análise do solo, demandas estas relatadas pelos participantes do curso.

Palavras-chave: SAN; PNRS; hortas caseiras; agroecologia; extensão.

¹ Cabe destacar que o curso de extensão, objeto deste trabalho, contou com a participação de docentes e pesquisadores do NEADS/IFSP Campus Boituva e do NUPEDOR/UNIARA.

² Coordenadora do referido curso e Docente na área de Gestão – IFSP Campus Boituva.

³ Discente dos cursos de Logística e Pedagogia – IFSP Campus Boituva.

⁴ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial – UNIARA e Pesquisador do NUPEDOR/UNIARA.

⁵ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial – UNIARA e Pesquisador do NUPEDOR/UNIARA

⁶ Especialista em Aplicações Web e Técnico de Tecnologia da Informação – IFSP Campus Boituva.

1 Introdução

Para Jacobi e Besen (2011), dentre os vários problemas na sociedade, a gestão do excesso de produção de resíduos e a adequação do destino final dos mesmos vem sendo uma tarefa difícil, já que o destino não adequado pode gerar mais problemas, entre eles, os socioambientais, como a contaminação de fontes de água potável e degradação do solo.

O Brasil produziu 79 milhões de toneladas de resíduos e tende a alcançar 100 milhões de toneladas até 2030, sendo que, somente um pouco mais da metade tem um destino adequado (ÉPOCA, 2019). Sob esse cenário nacional, a logística atua como parte imprescindível no desenvolvimento sustentável, contribuindo para a minimização ou resolução dos problemas ambientais.

Segundo Moura (2006), a logística em todos os seus âmbitos se tornou vital para os consumidores, para organizações e para a economia. Isso acontece pela dispersão dos bens e serviços que são realizados e a interação entre fornecedores e clientes em todo um espaço geográfico. Sabendo-se de sua importância e relevância, a logística possui vários significados. Para Ballou (2006), a logística é a inserção de processos de planejamento, implantação e contínuo controle de um fluxo de materiais, a fim de que a cadeia de suprimentos seja eficiente e eficaz de ponta a ponta, ou seja, desde a matéria prima até os seus clientes finais.

Contudo, o aumento do consumo e a integração econômica internacional, além da criação de produtos com ciclos de vida mais curtos, fizeram com que houvessem fluxos cada vez maiores de produtos, e conseqüentemente, a produção deles. Devido a esses processos, deve-se considerar a reciclagem e o descarte consciente e correto dos produtos consumidos (WILLE; 2012). Desse modo, a logística reversa realiza a gestão e a movimentação dos resíduos descartados, resultando no retorno desses bens e materiais ao ciclo produtivo ou do negócio, inserindo valores ecológicos, econômicos e legais (WILLE, 2012).

A educação e tecnologia ofertadas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - IFSP faz parte de um conjunto de ações que busca relacionar os princípios e aplicações científicas dos conhecimentos tecnológicos com a ciência, aplicando isso de forma técnica, cultural e com atividades produtivas, com o objetivo de elevar a qualificação da mão-de-obra local e microrregional. Possui como missão “consolidar uma práxis educativa que contribua para a inserção social, a formação integradora e a produção do conhecimento” (IFSP, 2017). E a forma de interação e contribuição social com a comunidade que as instituições de ensino encontram, principalmente os IFs, se dá por meio da prática de extensão.

Nesse sentido, o objetivo geral deste trabalho foi apresentar a importância da logística reversa para a sustentabilidade no sistema produtivo, por meio de um curso de extensão com foco na agricultura urbana e no reaproveitamento de alimentos, ofertado na modalidade à distância pelo IFSP Campus Boituva entre os meses de julho a novembro de 2020, devido ao período de pandemia vivenciado. Para isso, como objetivos específicos, foram realizados:

- 1) O levantamento de livros, artigos e trabalhos sobre logística reversa, geração de resíduos e sustentabilidade;

- 2) Acompanhamento remoto do curso de extensão Formação Inicial e Continuada - FIC Hortas caseiras e reaproveitamento de alimentos, pela plataforma *Moodle*;
- 3) Descrição e análise dos resultados do curso, identificando quais efeitos ele gerou na vida e/ou nos hábitos e conhecimento dos participantes do curso.

2 Revisão bibliográfica

2.1 Logística reversa e Gestão ambiental

A logística reversa trata do reaproveitamento de produtos e tem como principal objetivo reutilizar o produto e retorná-lo ao mercado de consumo, reciclando e substituindo os materiais, dando assim, uma nova utilidade aos mesmos. De uma forma geral, abrange um conjunto de operações e ações ligadas à redução de matérias-primas até o destino correto de produtos, materiais e embalagens com o seu reuso, reciclagem e produção de energia (PEREIRA *et al.*, 2014).

De acordo com Fachin (2003), é a área da logística empresarial que tem a preocupação com os aspectos logísticos do retorno ao ciclo de negócios ou produtivo de embalagens, bens de pós-venda e de pós consumo, agregando-lhes valores de diversas naturezas: econômico, ecológico, legal, logístico, de imagem corporativa, entre outros.

Segundo Chaves e Martins (2005), o processo gerencial da logística reversa é responsável por tornar possível o retorno de materiais e produtos, após sua venda e consumo a seus centros produtivos de negócios, por meio de canais reversos de distribuição, agregando valores aos mesmos. A rapidez com que um produto é lançado no mercado, o avanço da tecnologia, juntamente com um grande fluxo de informações, a alta competitividade das empresas e o crescimento da consciência ecológica quanto às consequências provocadas pelos produtos e seus descartes no meio ambiente estão contribuindo para a adoção de novos comportamentos por parte das empresas e da sociedade de um modo geral, sinalizando assim para uma valorização maior dos processos de retorno de produtos e materiais descartáveis no meio ambiente.

A gestão ambiental abrange o sistema que inclui atividades de planejamento, responsabilidades, processos e recursos para desenvolver, implementar, atingir, analisar criticamente e manter a política ambiental. Dentre as muitas definições apresentadas na literatura, destaca-se, por sua concisão, aquela adotada por Nilsson (1998, p. 134):

Gestão ambiental envolve planejamento, organização, e orienta a empresa a alcançar metas [ambientais] específicas, em uma analogia, por exemplo, com o que ocorre com a gestão de qualidade. Um aspecto relevante da gestão ambiental é que sua introdução requer decisões nos níveis mais elevados da administração e, portanto, envia uma clara mensagem a organização de que se trata de um compromisso corporativo. A gestão ambiental pode se tornar também um importante instrumento para as organizações em suas relações com consumidores, o público em geral, companhias de seguro, agências governamentais etc.

As competências relacionadas ao gestor ambiental incluem: administração geral, implementação de processos, auditoria interna, gestão de riscos, segurança, sensibilização de pessoal, relações com representantes de diferentes setores da sociedade, comunicação externa, manutenção, qualidade, relações jurídicas e *marketing*. Assim, o campo de atuação do gestor ambiental é bastante amplo, incluindo, essencialmente, profissionais da área de logística.

A legislação que rege a gestão ambiental e que guia a logística reversa nas organizações e na sociedade é a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), um instrumento que prevê a prevenção e a redução na geração de resíduos, tendo como proposta a prática de hábitos de consumo sustentável e um conjunto de ferramentas para propiciar o aumento da reciclagem e da reutilização dos resíduos sólidos e a destinação ambientalmente adequada dos rejeitos. Além disso, institui a responsabilidade compartilhada dos geradores de resíduos: fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, o cidadão e titulares de serviços de manejo dos resíduos sólidos urbanos na logística reversa dos resíduos e embalagens pós-consumo e pós-consumo (BRASIL, 2020).

2.2 Práticas sustentáveis: agricultura urbana e reaproveitamento de alimentos

. Como visto, a logística reversa busca minimizar ou eliminar o descarte dos resíduos em locais impróprios que causam fortes impactos no ambiente. Além disso, o tratamento dos resíduos contribui positivamente para o desenvolvimento sustentável ou para a sustentabilidade, influenciando na economia e proporcionando recuperação dos valores materiais que fazem fluxos reversos, podendo também diminuir os custos das empresas, já que o material reciclado é bem mais barato (CORRÊA, 2010; PEREIRA *et al.* 2012).

O consumo sustentável pode ser entendido como um conjunto de práticas relacionadas à aquisição de produtos e serviços que visam diminuir ou até mesmo eliminar os impactos ao meio ambiente. São atitudes simples e positivas que buscam a preservação dos recursos naturais, mantendo assim, o equilíbrio ecológico em nosso planeta (PEREIRA *et al.*, 2014).

O desenvolvimento sustentável se expressa na capacidade de ver as situações presentes (em relação a atender as necessidades humanas), buscando uma melhoria sem colocar em risco as gerações futuras (CMMDA, 1988). A sustentabilidade apresenta três tipos de dimensões: a social, que abrange os impactos que são causados nas comunidades (poder, mudanças de classes social, projetos sociais); a ambiental, que inclui os impactos ambientais causados pela poluição do homem; e a econômica, que se preocupa em gerenciar a economia e inovação (JACOBI, 2003).

Pensando nas práticas sustentáveis, a agricultura urbana é uma forma de transformar o meio ambiente e contribuir com o desenvolvimento sustentável, visando também a questão econômica, social e ambiental. Ela visa o aproveitamento de espaços na cidade ou ao seu redor, de maneira a contribuir com as condições alimentares da população, com a paisagem, com o convívio entre as pessoas e a conscientização ambiental. Assim, a instalação de hortas caseiras, por exemplo, é uma opção para os quintais, terrenos baldios, para o cultivo de hortifrúteis pelos próprios moradores interessados como alternativa barata e eficiente na ocupação dessas áreas, muitas vezes, bem próximas de residências (ADALBERTO JUNIOR, 2020).

O reaproveitamento de alimentos é um outro tema inserido nas temáticas de desenvolvimento sustentável, logística reversa e agricultura urbana com hortas caseiras. Reaproveitar alimentos significa utilizar alimentos que normalmente são jogados fora, como cascas, sementes, folhas, permitindo a preparação de outras receitas até mais saudáveis, além de proporcionar diminuição na quantidade de resíduos e lixos, contribuindo e preservando o meio ambiente e adquirindo bons hábitos alimentares, importantes para a saúde e qualidade de vida (CARDOZO *et al.*, 2018).

2.3 Cursos de extensão no âmbito do IFSP

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, “é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação dialógica e transformadora entre o IFSP e os outros setores da sociedade, por meio da troca de saberes, da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa” (IFSP, 2019).

De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Logística do IFSP Campus Boituva (2017, p.11), desde 2013, projetos de extensão foram sendo desenvolvidos no Campus com envolvimento de professores, profissionais técnicoadministrativos e alunos, transformando a instituição educacional, “que visa o desenvolvimento do ensino de qualidade e amplia seus olhares para a pesquisa e inovação tecnológica, levando suas produções para a comunidade local”, ou seja, as atividades de extensão devem promover a transformação social, tecnológica ou cultural no IFSP e nos territórios em que estão inseridos, envolvendo servidores e discentes por meio de atividades extensionistas (IFSP, 2019).

No IFSP, os chamados cursos FIC são considerados uma modalidade de extensão. Os Cursos e Programas de FIC de profissionais são ofertados pelos institutos federais e tem por objetivo a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização em todos os níveis de ensino, nas áreas da Educação Profissional e Tecnológica (Art. 3º da Lei 11.892/2008). Eles são o ponto de partida para o ingresso no mercado de trabalho, habilitando o indivíduo à atuação em determinada área do conhecimento. Já a Formação Continuada é compreendida como um processo permanente de aperfeiçoamento e atualização das experiências profissionais adquiridas, onde o trabalhador tem a oportunidade de ampliar suas competências profissionais (IFAL, 2019).

De acordo com o Projeto Político Pedagógico Institucional - PPPI (IFAL, 2019), os objetivos dos cursos FIC são:

- Implementar programas de formação inicial e continuada para os trabalhadores do mercado formal e informal;
- Democratizar o acesso à Educação Profissional e Tecnológica para os segmentos diferenciados da sociedade, em parcerias com empresas, instituições, associações e organizações não governamentais;
- Ofertar cursos para o público de desempregados, micros e pequenos empresários, além daqueles que não tiveram acesso à escolarização em tempo regular;
- Implementar medidas, no âmbito da instituição, que assegurem aos programas de Educação de Jovens e Adultos trabalhadores a qualidade necessária à formação profissional desse segmento da população.

3 Metodologia

Como metodologia para este trabalho foi utilizada a pesquisa bibliográfica (a partir do levantamento de livros e artigos científicos sobre os temas abordados), a pesquisa participativa com observação direta (observação dos dados e participação dos pesquisadores no curso), sob uma abordagem qualitativa (quanto à interpretação dos dados). O período de coleta dos dados ocorreu de julho a novembro de 2020, mês de encerramento do curso.

O local de estudo foi a plataforma *Moodle*, utilizada pelo IFSP Campus Boituva para oferecer disciplinas e cursos à distância (ead), principalmente no período de pandemia, onde as atividades estão sendo realizadas de forma remota. Além do *Moodle*, os pesquisadores se reuniram por grupo de *whatsapp* e por *skype* para acessar o curso de extensão FIC Hortas caseiras e reaproveitamento de alimentos e trabalhar com as informações contidas nele.

As informações do curso foram anotadas, interpretadas e analisadas, sem a identificação nominal dos participantes por questões éticas. Aspectos relacionados à idade, escolaridade, trabalho, bem como a percepção dos participantes quanto à importância do curso, entendimento dos temas, interação a partir da realização dos fóruns avaliativos e da prática final de autoaprendizagem, que incluiu a construção de uma horta caseira em pequeno espaço, foram importantes para análise dos efeitos que o curso causou aos participantes.

4 Resultados e Discussão

4.1 Caracterização do curso de extensão FIC “Hortas caseiras e reaproveitamento de alimentos” do IFSP Campus Boituva

O curso FIC “Hortas caseiras e reaproveitamento de alimentos” do IFSP Campus Boituva, objeto deste artigo, apresentou como um diferencial o fato de ter sido construído na modalidade EaD, devido ao atual período de pandemia vivenciado. Normalmente, cursos voltados a esta temática costumam ser oferecidos somente de forma presencial, assim, inicialmente, foi um desafio pensar em como construir e aproximar ao máximo a prática que até então seria realizada a campo (fisicamente) pelos participantes.

Foi viabilizado pela plataforma *Moodle*, por meio de computador/notebook e/ou dispositivos móveis com acesso à internet. Além disso, o curso também chamou a atenção pelo fato de trabalhar com atividades que envolvem os cuidados com a alimentação, saúde, meio ambiente, cultura, agricultura, e principalmente, com a logística reversa, importante para estudantes e técnicos em Logística e de diversas outras áreas, cumprindo assim, com uma proposta educadora interdisciplinar.

Sua estruturação foi pensada, elaborada e mediada por professores do IFSP Campus Boituva em parceria com núcleos de pesquisa voltados à agroecologia (NEA-IFSP BTV) e ao desenvolvimento rural da Universidade de Araraquara (NUPEDORUNIARA). O corpo de docentes foi composto por graduados, mestres, doutores e uma discente do IFSP Campus Boituva como mediadores, os quais possuem suas formações nas áreas de: Administração, Logística, Ciência da Computação, Pedagogia, Agronomia, Gestão ambiental, Biologia e Nutrição.

A principal metodologia aplicada foi a navegação e ambientação com a plataforma *Moodle*, um *software* gratuito disponível e utilizado pelo IFSP (Figura 1). Por meio desta, outras ferramentas tecnológicas utilizadas foram: vídeo-aulas, fóruns interativos, fóruns de discussão e dúvidas, mensagens, *chats*, textos, e questionários *online*. A carga horária total do curso foi de 40 horas com certificado para os discentes que completassem no mínimo 75% das atividades de todos os módulos.

Figura 1 – Imagem do curso FIC na plataforma *Moodle*

Moodle IFSP-Boituva

FIC - Hortas caseiras e reaproveitamento de alimentos

Olá! Sejam bem-vindos (as) ao curso de extensão Formação Inicial e Continuada (FIC) de Hortas caseiras e reaproveitamento de alimentos!

O objetivo deste curso é inserir conceitos da agroecologia, agricultura orgânica e urbana na perspectiva da educação ambiental e da segurança alimentar e nutricional (SAN) para a saúde e qualidade de vida da população, por meio do incentivo à montagem e manutenção de hortas caseiras e do reaproveitamento de alimentos, a fim de fortalecer valores, atitudes e gerar mudanças na cultura e nos hábitos alimentares do ser humano.

O conteúdo do curso está dividido em 9 módulos que foram elaborados e serão mediados por professores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP Campus Boituva), em parceria com núcleos de pesquisa voltados à Agroecologia (NEA-IFSP BTV e ao Desenvolvimento Rural da Universidade de Araraquara (Nupedor-UNIARA).

Módulo 1 - Ambientação da plataforma Moodle

Módulo 2 - Introdução ao Curso

Módulo 3 - Bem-estar e saúde: resgate e valorização de saberes tradicionais

Módulo 4 - Agricultura urbana e orgânica com base na Agroecologia

Módulo 5 - Conceitos básicos de fisiologia vegetal e solo

Módulo 6 - Noções de compostagem e reaproveitamento de resíduos

Módulo 7 - Montagem e manutenção de hortas em pequenos espaços

Módulo 8 - Alimentação e nutrição: reaproveitamento de alimentos

Módulo 9 - Autoaprendizagem: desenvolvimento, implementação e manutenção de horta caseira

A carga horária total do curso é de 40 horas. Será atribuído certificado para quem completar as atividades em todos os módulos.

Fonte: Autores (2020).

O curso teve como principal objetivo a inserção dos conceitos de: agroecologia; horticultura orgânica e urbana em pequenos espaços voltados para a educação ambiental e saúde nutritiva através dos alimentos saudáveis; montagem estrutural e manutenção de hortas; reaproveitamento de alimentos que seriam descartados, resgatando culturas, trazendo economia doméstica e industrial, gerando valores, trazendo bem estar e contribuindo assim, tanto para a saúde mental como a saúde física dos indivíduos e da sociedade, principalmente, em épocas de crise econômica e de saúde como a pandemia. Ele foi dividido em módulos e subdivido em tópicos:

O Módulo 1 – Ambientação da plataforma *Moodle*, apresentou a importância da *moodle* como ambiente virtual de aprendizagem (AVA) no apoio do processo de aprendizagem e suas principais funcionalidades, recursos disponíveis para o manuseio dos tópicos disponibilizados nos módulos do curso, como realizar uma pesquisa e como construir um documento.

No Módulo 2 – Introdução ao curso, foi realizada uma apresentação prévia dos vários conceitos e aspectos abordados durante o curso, por meio de slides narrados pela coordenadora do curso.

No Módulo 3 – Bem-estar e saúde: resgate e valorização de saberes tradicionais, foi abordado o resgate de saberes e práticas populares por meio de texto e vídeo caseiro do cultivo de alface de forma simples e com material acessível (como um exemplo), focado nas práticas que perpassam gerações, além de vídeo sobre as plantas alimentícias não convencionais (PANCs).

No Módulo 4 – Agricultura urbana e orgânica com base na Agroecologia, foram destacados pontos positivos da instalação de hortas caseiras em espaços otimizados, melhoria da paisagem urbana, reciclagem /conservação de água, reciclagem de pneus e embalagens (e o uso em hortas em pequenos espaços), alimentos sem resíduos agrotóxicos, reciclagem de resíduos orgânicos urbanos com redução de lixo urbano, educação ambiental, visão econômica, biodiversidade, diversidade de cultivos e recuperação de áreas degradadas.

O Módulo 5 – Conceitos básicos de fisiologia vegetal e solo trouxe os conceitos básicos de fisiologia vegetal e solo, os fatores que afetam o desenvolvimento das plantas, além da importância da água na irrigação, do solo e nutrientes.

O Módulo 6 – Noções de compostagem e reaproveitamento de resíduos, apresentou detalhes sobre planejamento, condução e avaliação desses processos, objetivando o conhecimento e as principais formas de utilização de compostos orgânicos.

O Módulo 7 – Montagem e manutenção de hortas em pequenos espaços demonstrou o passo a passo para a construção e a manutenção de hortas em pequenos espaços, ou seja, uma maneira de cultivo mais ecológico envolvendo o uso responsável do solo, do ar, da água e de todos os recursos naturais, com impacto positivo direto na saúde, já que não se utilizam adubos químicos e agrotóxicos, hormônios, drogas veterinárias, antibióticos ou transgênicos no cultivo de hortaliças, ervas e frutas.

O Módulo 8 – Alimentação e Nutrição: aproveitamento integral de alimentos abordou noções de alimentação e nutrição com o reaproveitamento de alimentos e redução de desperdícios.

Por fim, o Módulo 9 – Autoaprendizagem: desenvolvimento, implementação e manutenção de horta caseira encerra o curso com a proposta de elaboração de uma horta em pequeno espaço, aplicando na prática o conteúdo abordado nos módulos anteriores, além da avaliação do curso pelos participantes por meio de um formulário *Google* (Figura 2).

Figura 2 – Imagem do Formulário *Google* para Avaliação do curso pelos participantes



Formulário de Avaliação do Curso

Avaliação do curso de extensão FIC "Hortas caseiras e reaproveitamento de alimentos" do IFSP Campus Boituva - 1/2020

Endereço de e-mail *

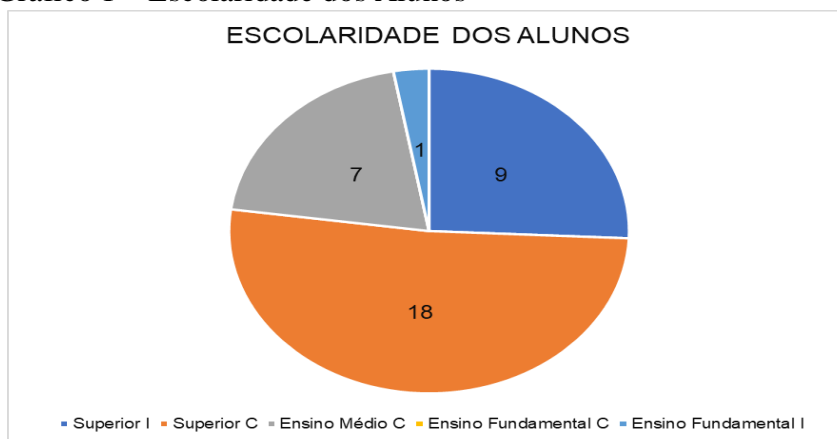
Fonte: Autores (2020).

O curso FIC de Hortas caseiras e reaproveitamento de alimentos contou com perfis diversificados de discentes. O curso incluiu alunos formados em Direito, Biologia; professores cursando licenciatura em Pedagogia e Geografia; alunos do próprio Campus IFSP Boituva e de outras instituições, além de alguns idosos, o que surpreendeu a todos envolvidos. No total, se matricularam 53 alunos, e devido ao número maior de vagas oferecidas, foram abertas duas turmas, sendo a primeira (referente a este trabalho) formada por 35 alunos.

Os gráficos abaixo demonstram o perfil e a quantidade de discentes matriculados e a aderência ao curso FIC. Os participantes eram de Boituva, cidades vizinhas (Iperó, Porto Feliz, Itapetininga) e distantes (como Américo Brasiliense), e apenas dois relataram ser do Estado da Paraíba.

Como pode ser visto no Gráfico 1, pessoas com nível superior completo compõem mais da metade da turma, seguido de pessoas com nível superior incompleto e do ensino médio completo.

Gráfico 1 – Escolaridade dos Alunos



Fonte: Autores (2020).

A faixa etária dos participantes é bem distribuída, sendo a maioria com mais de 25 anos e menos de 60 anos (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Faixa etária dos alunos



Fonte: Autores (2020).

Em relação à ocupação profissional, mais da metade dos participantes trabalham (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Ocupação Profissional



Fonte: Autores (2020).

4.2 Percepção dos alunos do curso de extensão “Hortas caseiras e reaproveitamento de alimentos” do IFSP Campus Boituva sobre a oferta e temática do curso

O curso FIC possibilitou a interação entre jovens, idosos e docentes de outras instituições, principalmente, no fórum geral de conhecimentos tradicionais e no fórum de autoaprendizagem, onde os participantes desnudaram suas experiências empíricas sobre os temas propostos: as plantas/hortaliças que conheciam (sendo questionado quando e como conheceram estas plantas/hortaliças – através de cursos ou pessoas da família, amigos, etc.) e a construção da própria horta, respectivamente.

O diálogo transcorreu de forma assíncrona e bem coordenada. Percebeu-se que os participantes notaram as observações de seus colegas e se sentiram motivados a interagir de acordo com suas diferentes percepções e experiências, muitas delas, trazidas do período da infância e do seio familiar, no caso dos conhecimentos tradicionais, como pode ser visto nos relatos abaixo:

“com a ajuda da professora e também com coisas que eu já tinha utilizado e outras que eu não conhecia, vi os benefícios na internet; a maioria dessas plantas e ervas realmente funcionam; a beterraba é um desses alimentos que minha mãe me dava quando eu era pequena para anemia; o hortelã também quando eu era pequena usei para combater o verme” (PARTICIPANTE, estudante de 19 anos).

“Essas hortaliças, plantas medicinais, etc. todas fizeram e fazem parte do meu cotidiano, são heranças culturais que vem de família e passarei para novas gerações, conheci outras ervas e redescobri umas que já conhecia na graduação de Ciências Agrárias, na cadeira de Plantas Medicinais, Horticultura e Fruticultura”.

“Minha mãe também sempre fazia chá quando eu era pequeno para curar as gripes com as ervas hortelã, poejo, guaco e outros que não me lembro. Era uma forma de economizar também porque era 7 filhos e naquele tempo era caro os medicamentos e muitas dessas ervas minha mãe cultivava no quintal de casa ou pegava com alguns familiares principalmente minha avó”.

“os chás a grande maioria quando criança que minha mãe fazia a gente beber qdo ficava doentes , ou mesmo citando que seria bom para determinada coisa, também pesquisei bastante coisa na internet, livros, revistas e uma área que sempre me interessou”.

Grande parte dos participantes declarou interesse antigo pelo tema de hortas caseiras e reaproveitamento de alimentos por inmensuráveis motivos, contudo, notouse que a alimentação saudável sem resíduos agrotóxicos, a economia em tempos de crise e a horta como terapia foram o móbil latente do entusiasmo, como podemos ver nos relatos abaixo:

“Amei ver as plantinhas crescerem, já colhi 2 vezes. valeu as dicas e o tempo percorrido nesse curso”.

“...todas estas informações são novidades para mim e ficou o aprendizado para quando eu for morar numa casa com mais espaço num futuro próximo”.

“A experiência é maravilhosa, tanto no aspecto do aprendizado, quanto no emocional, é uma terapia tocar a terra, trabalhar a terra, plantar, ver o crescimento e colher, saber que você faz parte de tudo isso, não tem preço. Além dos benefícios de reaproveitar cada parte do que você plantou ou comprou”.

“Está foi a MELHOR experiência vivenciada nesta pandemia. Gratidão por todo o aprendizado que levarei para a vida e o meu muitíssimo obrigado aos profissionais competentes por me auxiliarem a me tornar uma pessoa melhor, mais consciente e FELIZ”.

“Naquele módulo dos chazinhos e sucos descobri uns super chás naturais que me ajudaram a perder 7kg. Rsrs”.

“Agora com as informações adquiridas com o curso poderei aprimorar as próximas plantas que pretendo ter”. (PARTICIPANTES DO CURSO FIC HORTAS CASEIRAS E REAPROVEITAMENTO DE ALIMENTOS, 2020).

Na atividade de autoaprendizagem, os participantes relataram os processos vivenciados na elaboração e manutenção de suas hortas, além de enviarem fotos pelo *whatsapp* de suas hortas, canteiros, composteiras e vasos. A devolutiva foi extremamente positiva, pois, pode-se notar que os participantes ingressaram no curso não somente para um conhecimento teórico, mas também para colocar a teoria em prática, e realmente colocaram (Figura 3).

Figura 3 – Hortas caseiras e composteira construídas pelos participantes do curso



Fonte: IFSP Campus Boituva (2020).

Em relação à avaliação do curso, os alunos que responderam o formulário Google até o momento (n=20) expressaram a satisfação com a temática abordada e principalmente com a didática do curso:

“a maneira fácil e clara como foi conduzido. Uma linguagem acessível a todos”.

“Ideias práticas e acessíveis para todos”.

“a maneira que foi proposto de forma bem didática”.
(PARTICIPANTES DO CURSO FIC HORTAS CASEIRAS E REAPROVEITAMENTO DE ALIMENTOS, 2020).

Quando questionados sobre pontos negativos, disseram que não há o que melhorar, apenas de continuação do curso, com sugestão de temas voltados à análise de solo e plantas ornamentais. Isso mostra o quanto os alunos estão gostando do curso e motivados a continuar com a participação em outros cursos nesta modalidade de extensão EaD. Estes participantes classificaram o curso como excelente (quanto ao conteúdo, professores e conhecimento adquirido) e bom (quanto ao curso no geral e metodologia dos módulos).

5 Conclusão

Neste estudo investigou-se a aplicação da logística reversa direcionada através do seu conceito de base que é a sustentabilidade, uma aplicação direta a partir de um curso FIC ofertado no formato EAD a participantes convocados por meio do edital nº 75/2020 do IFSP Campus Boituva.

A pesquisa encontrou alguns percalços devido ao momento de crise causado pela pandemia do novo coronavírus. Reuniões presenciais dos autores do trabalho foram feitas de forma remota para elaboração do artigo e participação/acompanhamento do curso, todavia os resultados foram satisfatórios em relação ao curso FIC mesmo que no formato EAD. A análise feita do curso constatou uma boa interação entre os discentes

matriculados, entendimento do conceito de sustentabilidade, conscientização ambiental através dos fóruns, questionários e formulário de avaliação do curso.

A temática se mostrou e se mostra extremamente relevante para dentro da área de pesquisa e suas aplicações, principalmente no que tange ao desenvolvimento sustentável emergencial, deixando a necessidade de continuação por meio de outros possíveis temas voltados à logística reversa de forma prática.

Referências

BALLOU, R. H. **Gerenciamento da cadeia de suprimentos/logística empresarial**. 5. ed. São Paulo: Bookman, 2006.

BARBIERI, J. C. **Gestão Ambiental Empresarial**: Conceitos, modelos e instrumentos. São Paulo: Saraiva, 2004.

BRASIL. Lei n. 12.305 de 2 de agosto de 2010. **Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências**. Brasília: Presidência da República, 2010.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **PNRS**. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/politica-nacional-deresiduos-solidos.html>. Acesso em: out. 2020.

CARDOZO, D. R. et al. Hábitos alimentares: desvendando padrões e escolhas sociais. **RINTE**, v. 4, p.1-14, 2018.

CHAVES, G.; MARTINS, R. Diagnóstico da Logística Reversa na Cadeia de Suprimentos de Alimentos Processados no Oeste Paranaense. In: SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO da PRODUÇÃO, LOGÍSTICA E OPERAÇÕES INTERNACIONAIS, VIII. 2005, São Paulo, **Anais...** São Paulo: FGV, 2005, p. 1-16.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1988.

CORAZZA, R. I. Gestão Ambiental e mudanças da estrutura organizacional. **RAE**, v. 2, n.2, 2003.

CORRÊA, H. **Gestão de suprimentos**: integrando cadeias de suprimentos. São Paulo: Atlas, 2010.

ÉPOCA NEGÓCIOS, Produção de lixo no Brasil cresce mais que capacidade para lidar com resíduos, 2019. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2019/11/epoca-negocios-producao-delixo-no-brasil-cresce-mais-que-capacidade-para-lidar-com-residuos.html>. Acesso em: 24 ago. 2020.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. 4.ed. Sao Paulo: Saraiva, 2003.

IFAL. **Extensão**. Disponível em: http://www.extensao.ifal.edu.br/acoes/copy_of_atividades-de-extensao. Acesso em: dez. 2019.

IFSP. **Creditação da Extensão** – oficina. Guarulhos: IFSP, 2019.

_____. **Projeto Político de Curso de Logística**. Boituva: IFSP, 2017.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cad. Pesqui.**, n. 118, 2003.

JACOBI, P. R.; BESEN, G. R. Gestão de resíduos sólidos em São Paulo: desafios da sustentabilidade. **Estudos avançados**, v. 25, n. 71, p. 135-158, 2011.

LACERDA, L. **Logística reversa: uma visão sobre os conceitos básicos e as práticas operacionais**. Rio de Janeiro: COPPEAD/UFRJ, v. 6, 2002.

LEITE, P. R. **Logística reversa meio ambiente e competitividade**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

MOURA, B. C. **Logística: Conceitos e Tendências**. Lisboa: Centro Atlântico, 2006.

NILSSON, W. R. Services instead of products: experiences from energy markets - examples from Sweden. In: MEYER-KRAHMER, F. (Ed.). **Innovation and sustainable development: lessons for innovation policies**. Heidelberg: Physica-Verlag, 1998.

PEREIRA, A. L. et al. **Logística reversa e sustentabilidade**. São Paulo: Cengage Learning, 2012; 2014.

SESC. **Banco de alimentos e colheita urbana: aproveitamento integral dos alimentos**. Rio de Janeiro: SESC/DN, 2003.

VGRESÍDUOS. **Por que a logística reversa é uma ferramenta para a sustentabilidade?** 2019. Disponível em: <https://www.vgresiduos.com.br/blog/por-que-a-logistica-reversa-e-uma-ferramenta-para-sustentabilidade/>. Acesso em: ago. 2020.

WILLE, M. M.; BORN, J. C. Logística reversa: conceitos, legislação e sistema de custeio aplicável. **Revista de Administração e Ciências Contábeis**, n. 8, 2012.

**ASSENTAMENTOS E PATRIMÔNIO RURAL - ESTUDO DE CASO DO
ASSENTAMENTO PRIMAVERA EM PRESIDENTE VENCESLAU – SP**

Dambrenio Odacir Boró¹

Luis Antonio Barone²

RESUMO

O patrimônio e a memória são pilares do conceito de identidade e pertencimento dos indivíduos, seja em relação à nação ou aos locais de ocupação. Esses espaços, em geral, são criados com base em uma narrativa excludente, onde os vencedores (no caso as classes que detêm o poder) submetem os vencidos (as classes que não detêm poder) e os locais criados pela e para a elite são reconhecidos como elementos merecedores de salvaguarda oficial. Mas, não é esse ponto de vista que será debatido nesse trabalho. Essa pesquisa busca compreender e entender o patrimônio incorporado pelas classes que não detêm poder, a partir da luta pela terra ocorrida em uma Fazenda pecuária transformada em Assentamento de Reforma Agrária. Os atores sociais ali envolvidos apropriam-se de estruturas e edificações já existentes e alteram e acrescentam usos. Todo esse processo ocorre num rico pano de fundo da região denominada usualmente como Pontal do Paranapanema, no oeste paulista, palco de intensos conflitos de luta pela terra.

Palavras-chave – Patrimônio Rural, Memória, Assentamentos de Reforma Agrária, Assentamento Primavera.

¹ Graduando em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP) – Campus de Presidente Prudente / dambrenio.boro@unesp.br

² Professor Doutor em Sociologia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP) – Campus de Presidente Prudente / luis.barone@unesp.br

ABSTRACT

Patrimony and memory are pillars of the concept of identity and belonging of individuals, be it in relation to the nation or the places of occupation. These spaces in general are created on the basis of an excluding narrative, where the victors (in the case of the classes that hold power) overlap the losers (the classes that do not hold power) and the places created by and for the elite are recognized as elements worthy of official safeguard. But it is not this point of view that will be debated in this research; this research seeks to understand and understand the patrimony incorporating by the classes that do not have power, from an occupation occurred in a Farm and later transformed into Agrarian Reform Settlement, the social actors involved therein appropriated structures and existing buildings and alter and add uses. All this process takes place in a rich backdrop of the region usually denominated as Pontal do Paranapanema, in the west of São Paulo, a stage of intense conflicts of struggle for land.

Keywords - Rural Heritage, Memory, Agrarian Reform Settlements.

Introdução

Nem sempre as sociedades humanas tiveram a percepção de que alguns dos elementos criados deveriam ser resguardados para a posteridade, sendo apenas alguns desses preservados por acordos políticos, culturais e religiosos (PELEGRINI, 2009) De fato, o patrimônio, e sua suas definições são frutos de construções históricas, que ainda estão em curso, e, sendo assim, podem ser revistos no futuro.

Tanto, que sua origem latina, segundo Molina (2019), *patrimonium*, que, entre os “antigos habitantes de Roma se referiam a tudo que pertencia ao pai, *pater* ou *pater famílias*, pai de família”, se constituindo como algo essencialmente “patriarcal, individual e privado da aristocracia” (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p.11) romana. Seu status como algo privado mantém-se até a eclosão da Revolução Francesa, quando há uma mudança drástica na relação com o patrimônio, uma vez que, literalmente, do dia para a noite, os revolucionários derrubaram o governo, e como consequência, comprometeram a integridade de uma série de bens na tentativa sistemática de destruição do lastro que

estruturava o antigo regime e suas relações. Desse modo, posteriormente se suscitou a necessidade de que os revolucionários conservassem os “testemunhos históricos” da história nacional francesa, julgando esses monumentos como de interesse público, ao repelir a pilhagem e a destruição de imóveis e das obras de arte. Tem se aí uma inflexão importante, pela primeira vez, o patrimônio sai da esfera do privado, do sagrado e do real, e transpassa para o sentido de público, aquilo que de fato seria do povo e pertenceria a todos, estabelecendo uma noção de patrimônio nacional, que se “engrenou mediante um embate que, simultaneamente, recorreu ao sentimento nacional e as conveniências financeiras relativas ao valor econômico” (PELEGRINI, 2009, p.196)

Tem se, a partir disso, uma tentativa de balizamento do patrimônio, uma vez que: com a destruição – tanto física, quando social – das estruturas que davam a ideia de nação, surge uma lacuna de se onde pode estruturar a ideia de um passado comum, que passa então a ser preenchida pelo patrimônio, ou nas palavras de Choay:

Se as antiguidades se tornaram riqueza, de sua parte as obras arquitetônicas recentes adquirem os significados históricos e afetivo das antiguidades nacionais. O conceito de patrimônio induz então a uma homogeneização dos valores (CHOAY, 2001, p.98-99)

Essa noção, de que o patrimônio estrutura o ideal de nação se manteve relativamente estável, não apenas no mundo europeu, mas também após a emancipação política das nações americanas, que usaram o patrimônio para estruturar a nação recém constituída. O Brasil, por exemplo, utilizou dentro desse raciocínio, a criação do Museu Nacional no Rio de Janeiro e do Museu Paulista – popularmente conhecido como Museu do Ipiranga – significou, assim, nas palavras de Guimarães (1998, p.474) “dotar o país, carente de unidade e recém-saído da condição de colônia, de um passado comum”.

Mesmo essas iniciativas, de proteção patrimonial, o Brasil só começa, de fato a se preocupar com o patrimônio histórico no século XX, em um momento histórico de grandes mudanças, tanto nas relações sociais, quanto nas formas em que essas relações de configuravam na paisagem. A criação do SPHAN – Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1932 e o tombamento da cidade mineira de Ouro Preto marcam um período vinculado do nacional desenvolvimentismo a do populismo.

Nesse sentido, a noção de povo, seria estratégica nesse momento histórico, servindo como estratégia de inserção e controle dos trabalhadores,” incorporando a

questão de classe como questão nacional e neutralizando assim sua base política' (CHAUÍ, 2000, p.32). Assim, abraçar os brasileiros, a partir do que o Estado Novo define como identidade nacional, baseando-se em obras nacionais, que são eleitas baseando-se em elementos do que seriam dignos de preservação, como

sedes do poder político, religioso, militar e das classes dominantes, assim como seus feitos e modos de vida que, até os dias de hoje, mantém-se como patrimônio oficial da nação, apesar da maior parte da população não se reconhecer nesses símbolos. (ZANON; MAGALHÃES; BRANCO, 2009, p. 39)

A Paisagem Cultural e a preservação da Paisagem Rural

Após o fim da segunda guerra mundial, com a destruição de parte do patrimônio europeu, iniciasse a atuação de organismos supranacionais, a exemplo da Organização das Nações Unidas (ONU), em especial seu braço para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), que por meio de convenções, geraram cartas patrimoniais, que se tornaram a base para das políticas de proteção e preservação do patrimônio para as nações signatárias da ONU. Em 1962, a UNESCO promove a Conferência de Paris, que tem como resultado a Recomendação Paris à Paisagens e Sítios, que diferencia dos demais, ao entender a proteção dos monumentos à paisagens de

beleza e do caráter das paisagens e dos sítios a preservação, quando possível, a restituição do aspecto das paisagens e sítios, naturais, rurais ou urbanos, devido à natureza ou obra do homem, que apresentam um interesse cultural ou estético (Recomendação Paris Paisagens e sítios, 1962, p.1)

Há nesse momento uma inflexão na ideia de patrimônio, pois amplia o que se considera como patrimônio, ao se considerar a paisagem, suas características e sua beleza como dignas de proteção. Entretanto, tanto as iniciativas de proteção à paisagem têm se restringiram aos sítios urbanos e naturais, ignorando os espaços rurais no reconhecimento como paisagens dignas de receber proteção. Essa situação começa a mudar, mesmo que timidamente, quando o Conselho da Europa propõe em 1976, o “Apelo de Granada – A arquitetura rural no ordenamento do Território” por considerava que a paisagem rural europeia tradicional estava “ameaçada de extinção pelo desenvolvimento industrial da agricultura” (Apelo de Granada, 1976), e estabelece que se deve

encorajar a reutilização das construções existentes, por mais humildes que sejam (habitações, construções agrícolas ou industriais) procurando a adaptação a novas funções preservando tanto quanto possível o seu carácter inicial; ii. Aplicar nos edifícios protegidos os princípios da Carta internacional sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios, adoptada em Veneza, em 1964, pelo II Congresso Internacional dos Arquitectos e dos Técnicos de Monumentos Históricos, e preconizar na manutenção e reabilitação das restantes construções a utilização criteriosa de materiais de substituição, na impossibilidade de utilização de materiais tradicionais; iv. Promover a arquitectura local contemporânea com uma visão criativa, baseada nos ensinamentos e no espírito da arquitectura tradicional (Recomendação n.º R (89) 6 sobre a protecção e a valorização do património arquitectónico rural - 1989 in: LOPES; CORREA, 2004, p. 220-221).

Percebe-se ainda que esse conjunto de princípios vai contra alguns princípios estabelecidos na Carta de Veneza de 1964, que estabelece a preservação de grandes edifícios históricos e monumentais. Esse documento, ao contrário, parte para o princípio de refuncionalizar as edificações existentes, em detrimento das novas construções, ao compreender que essas edificações já existentes carregariam em si carga de memória e diversos saberes técnicos.

Em 1992, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura) estabelece a ideia de paisagem cultural, junto com a categoria de património cultural, que o IPHAN (Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional) considera como uma porção peculiar do território [...], representativa no processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimem marcas ou atribuíram valores (IPHAN, 2009, p.13). Pode, então a paisagem cultural ser entendida como um conjunto de elementos materiais construídos e associados a determinadas morfologias e dinâmicas naturais, formas que se vinculam a conteúdos e significados dados socialmente, em outras palavras, a

paisagem cultural traz a marca das diferentes temporalidades da relação dos grupos sociais com a natureza, aparecendo, assim, como produto de uma construção que é social e histórica e que se dá a partir de um suporte material, a natureza. A natureza é matéria-prima a partir da qual as sociedades produzem a sua realidade imediata, através de acréscimos e transformações a essa base material” (NASCIMENTO; SCIFONI, 2010, p. 32).

O IPHAN ainda acrescenta que os

espaços urbanos e rurais que, em todo território nacional, podem ser chancelados como paisagem cultural, são aqueles em que a vivência ou a ciência humana imprimiu marcas ou reconheceu valores, tornando-as suporte dos cenários, conhecimentos e das realizações que exemplificam, singularizam ou excepcionalizam a inteiração do homem com o meio natural (IPHAN/Depam, 2017, p. 3)

Essa nova categorização de patrimônio cultural, resolvia, segundo Figueiredo (2014) as dificuldades em se catalogar sítios que mostravam qualidades naturais únicas e assim dignas de reconhecimento, quanto valores culturais excepcionais, que anteriormente era resolvida mediante uma classificação mista desses elementos. Essa categorização, segundo Scifoni (2016) finalmente supera a dicotomia entre natural e cultural, e atribui à paisagem valor de patrimônio, seguindo critérios estabelecidos institucionalmente e ganhando salvaguarda oficial. A paisagem cultural carrega em si o entendimento de que uma rede de proteção, que envolva uma gestão patrimonial compartilhada, é necessária, uma vez que a preservação e proteção da paisagem cultural não passa somente pelo patrimônio edificado, porém deve levar em conta o ambiente onde os diversos grupos sociais que ocupam essa paisagem vivem e habitam, com suas tradições e manifestações próprias

O Conselho da Europa, a partir das discussões iniciadas na UNESCO em 1992, estabelece em 1994 a Recomendação R(95) e a Convenção Europeia da Paisagem. Esses dois documentos, segundo análise de Scifoni (2016) se mostrariam mais abrangentes e adequados à realidade das populações, além de contribuir no sentido de gestão, planejamento e proteção da paisagem a partir da perspectiva de diferentes grupos sociais. No caso brasileiro, o IPHAN estabelece, somente em 2007, a paisagem cultural como passível de proteção.

Classe e Patrimônio

A memória e o patrimônio são elementos que fundamentam a construção identitária, em geral vinculada a grupos que monopolizam um projeto de sociedade. Tem-se, a partir dessa premissa uma manipulação da memória por esses mesmos grupos, tentando manter o status quo. Essa discussão se relaciona diretamente ao debate sobre patrimônio histórico e preservação, uma vez que é de se indagar o que leva certo conjunto de edifícios a serem considerados patrimônio e receberem salvaguarda oficial em detrimento a outros. Não raro a história

[...] busca garantir uma tentativa de construção de uma memória única e de passado homogêneo, sem conflitos ou contradições, desconsiderando a diversidade de tradições, de manifestações culturais que poderiam ameaçar a manutenção dos poderes (ORÍ, 1997, p.32). Grifo meu .

Ainda pode-se acrescentar que

Tal perspectiva leva a um processo de exclusão material e simbólica que privilegia apenas um tipo de patrimônio, impossibilitando que classes populares se identifiquem materialmente, negando-se a possibilidade de construção ou confirmação de identidades (SILVA, 1995).

Essa situação se dá uma vez que o patrimônio na modernidade e na contemporaneidade se constitui como “recurso menos suspeito para garantir a cumplicidade social” (CANCLINI, 2013, p.160), sendo recebidos do passado com alto prestígio simbólico, não cabendo uma discussão sobre o mesmo.

E, mesmo nos conjuntos patrimoniais reconhecidos, vemos que esses elementos não pertencem realmente a todos, mesmo que formalmente seja um bem público, já que cada grupo social utiliza e se apropria de forma heterogênea das heranças culturais, existindo, na visão de Canclini (2013), uma hierarquia dos capitais culturais no mundo ocidental (e em especial na América Latina) , onde na medida em que descemos na escala econômica e educacional, diminui a capacidade de apropriar-se do capital cultural.

Mesmo em sociedades democráticas e igualitárias, “onde há um movimento que incluem os saberes tradicionais na definição patrimonial, os capitais simbólicos dos grupos subalternos têm um lugar, mas um lugar subordinado” (CANCLINI, 2013, p.1950) assim,

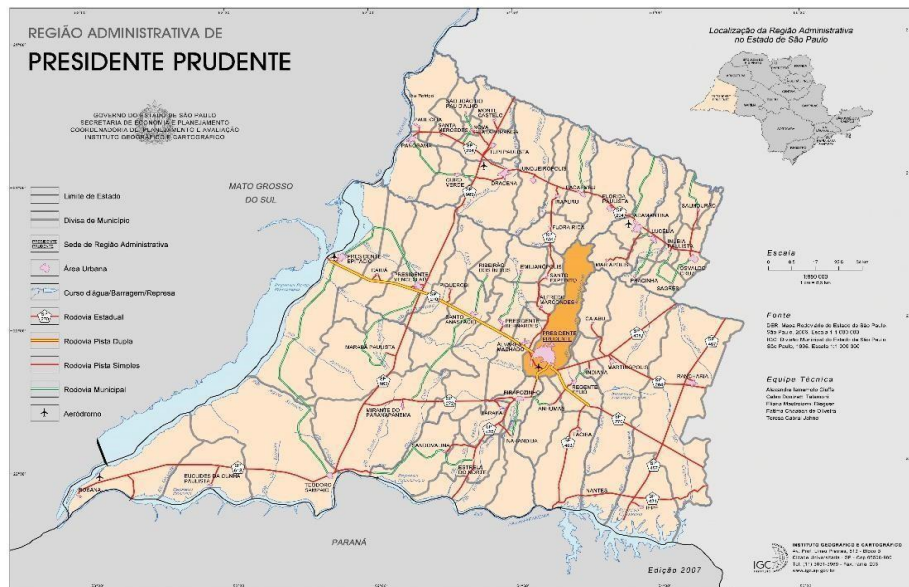
as construções dos grandes feitos da nação e das classes abastadas tem destaque, enquanto os elementos das classes populares são situados, comumente apenas como folclore.

Para que as tradições sirvam hoje de legitimação para aqueles que as construíram ou se apropriaram delas, é necessário colocá-las em cena. O patrimônio existe como força política na medida em que é teatralizado: em comemorações, monumentos e museus. Na América Latina, com um analfabetismo que começa a cair a pouco tempo, não é estranho que nossa cultura seja predominantemente visual e os ritos usados para reforçar o poder (CANCLINI,2013).

O PONTAL DO PARANAPANEMA

É necessário contextualizar a região denominada Pontal do Paranapanema, localizada do extremo oeste paulista. Passos (2004, p.177) caracteriza a região como “uma Mesopotâmia limitada ao norte pelo rio Paraná, ao sul pelo rio Paranapanema e a oeste pela confluência desses rios”

Mapa 1 - Região administrativa de Presidente Prudente.



Fonte Instituto Geográfico e Cartográfico do Estado de São Paulo – IGC/SP (2019)

Sua ocupação foi posterior em comparação as demais regiões do Estado de São Paulo, se efetivando apenas no final do século XIX e início do século XX, anteriormente, houveram tentativas colonização, mas essa só se efetivou através da sistemática degradação do ecossistema local e genocídio dos ameríndios. Além disso, evidencia-se o histórico de grilagem de terras do país (LEITE, 1999), onde, no processo de ocupação de terras, então reservadas, tudo era válido: suborno de escrivães, juízes e promotores; o compadrio político.

A estrutura fundiária do Pontal do Paranapanema só começa a sofrer alterações profundas a partir dos anos 1990, quando é implanta uma intensa política de assentamentos rurais de reforma agrária a partir de uma iniciativa do governo do Estado de São Paulo, respondendo as demandas dos movimentos sociais camponeses que começaram a ocupar terras griladas e improdutivas da região (FERNANDES, 1996). Atualmente, vivem-se aproximadamente 6.500 famílias nos assentamentos do Pontal do Paranapanema, em mais de 100 projetos de assentamento, sendo uma região de grandes conflitos agrários (DATALUTA - Banco de dados da Luta pela Terra, 2019), graças aos atritos que ocorrem entre os assentados, grileiros, posseiros e latifundiários presentes na região (FELICIANO, 2007)

Seu histórico produtivo sempre esteve ligado à produção e empreendimentos agropecuários. Primeiro o café, depois o algodão e – a partir dos anos 1970 – a exploração da pecuária de corte (BARONE, 2017). Tanto, que a grande maioria do patrimônio já

reconhecido e levantado são elementos frutos dos diversos ciclos econômicos, como exemplo o conjunto de galpões das Indústrias Matarazzo em Presidente Prudente/SP, utilizado para estocagem da produção agrícola e que hoje abriga um conjunto de equipamentos culturais chamado de Centro Cultural Matarazzo, e a fazenda Santa Sofia em Presidente Venceslau/SP, unidade produtiva do café que foi convertida em restaurante. Dentre esse rico universo, destacaremos o patrimônio cultural presente no Assentamento Primavera II, suas relações com a comunidade que o cerca, suas transformações e, parte do seu reconhecimento enquanto patrimônio daquela comunidade específica.

ANTECEDENTES

A data do estabelecimento da Fazenda Companhia Agropecuária Utoliza Ltda., ou conhecida simplesmente como Fazenda Primavera, é incerta, ocorrendo possivelmente em meados dos anos 1960 sobre o comando de Bruno Del Pollo, imigrante de origem italiana, conhecido popularmente como “Comendador” e tem seu auge econômico baseada na produção agropecuária bovina, chegando a contar, aproximadamente entre 8.000 e 9.500 cabeças de gado, segundo relatos orais³. Após a morte do mesmo, um coronel adquire a fazenda, realizando um grande conjunto de benfeitorias, como barracões e espaços de armazenamento por toda a fazenda, que tinham como objetivo dar suporte a produção agropecuária.

Grande parte dos funcionários da fazenda moravam na própria, uma maneira de manter o controle social exercido pelo proprietário, além de evitar grandes deslocamentos até o núcleo urbano, que só ocorriam uma vez ao mês, logo após o pagamento, visando reabastecimento e compra de produtos no comércio da cidade⁴.

No Pontal do Paranapanema, a luta pela terra no se inicia na passagem dos anos 1980 para os anos 1990, e, especificamente nesse universo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), que após um longo trabalho de base e socialização no território, promoveu múltiplas territorializações por meio da ocupação de terra. No Assentamento Primavera, entretanto, existe a participação outro grupo de luta pela terra: a ABUQT

³ Relato de Jair Nascimento, advogado do senhor Del Pollo no processo de desapropriação.

⁴ Idem

(Associação Brasileiros Unidos Querendo Terra), fundada em 1996, cuja principal ocupação aconteceu na antiga Fazenda Primavera, formada por um grupo de arrendatários insatisfeitos com a atuação do MST e desapropriações dos latifundiários. Maciel (2009) indica que a mesma se consolidou como um movimento que se estruturou baseada na reforma de mercado, uma vez que a mesma entrelaça relações, mesmo que essas sejam incoerentes entre si, com fazendeiros dispostos a conquistar a terra sem se envolverem diretamente em situações de luta pela terra e de conflito. Maciel indica que

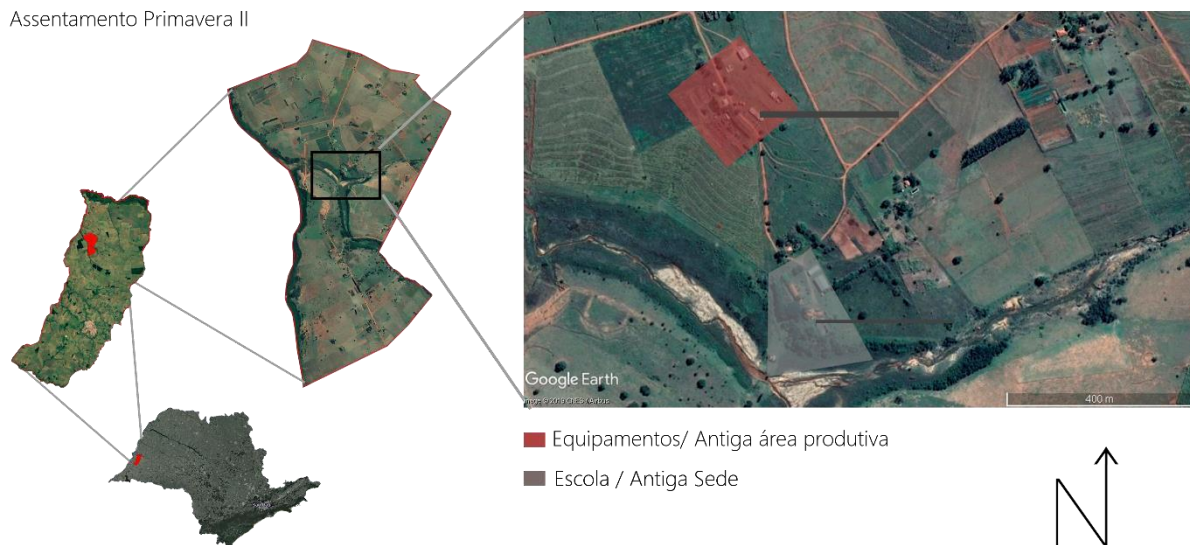
[...] ocupar a terra, mas se envolver o mínimo possível em situações conflituosas, pois a Associação Brasileiros Unidos, por estar dentro desta lógica conseguia garantir ocupações pacíficas ao grupo de trabalhadores que não queria correr este risco. A opção por ocupar em curto período de tempo e garantia de permanência na terra por se tornarem prioridade perante o Instituto de Terras de São Paulo (ITESP). (MACIEL, 2009. p.74)

A ocupação durou aproximadamente seis meses, até que em setembro de 1997, o ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo) direciona casa assentado para seu lote provisório.

O ASSENTAMENTO

Após a desapropriação da Fazenda Primavera pelo Governo do Estado de São Paulo, em 1996, a mesma foi convertida em dois assentamentos distintos, chamados oficialmente de Primavera I (que tem de extensão territorial 2.027,90 ha distribuídos em 82 lotes) e o Primavera II (que tem de extensão territorial 1.081,93ha distribuídos em 43 lotes) (ITESP, 2019). O conjunto arquitetônico estudado se localiza no assentamento Primavera II, como indica o Mapa 2 – Localização do Conjunto Arquitetônico no Assentamento.

Mapa 3 – Localização do Assentamento em relação ao estado de São Paulo e o Município de Presidente Venceslau, com destaque para o Conjunto Arquitetônico estudado



Fonte: Google Earth Pro (2019) com edição dos Autores (2020). Situação sem escala

Nos anos 2000, é estabelecida uma escola municipal na sede do assentamento, como parte de uma política pública de instalação de equipamentos de uso comunitário da Prefeitura Municipal de Presidente Venceslau (BARONE; OLIVEIRA, 2014). A antiga sede, mostrada na Figura 1, se configura como uma sobrado de madeira, com varanda e sacada, um conjunto de telhas cerâmicas portuguesas e construídos em madeira – material pouco utilizado no Brasil, devido a influências ibéricas, que privilegiaram historicamente a utilização de pedra e posteriormente o concreto armado em detrimento da madeira, porém com grande utilização no norte Paranaense, que se desenvolveu um rico rebuscado repertório de construções em madeixa, mas que não ficou apenas restrito ao Paraná, uma vez que

Também de cidades vizinhas do estado de São Paulo como Assis, Marília e Bauru, que adotaram essa prática [de construir em madeira] em menor escala e com repertório reduzido. Isto talvez se explica pela proximidade geográfica das fontes fornecedoras de madeira na época (ZANI, 2003, p.31)

Figura 1 – Antiga Sede da fazenda Primavera.



Fonte: O autor (2019)

Assim, do ponto de vista da arquitetura do casarão, é possível estabelecer diversas relações com a arquitetura oriunda do norte paranaense. Sua volumetria, se aproxima da forma pura pelo lado leste, tal qual a grande maioria da arquitetura produzida em madeira no mesmo período do estabelecimento provável da fazenda (1940~1970), que coincide com o apogeu, que Zani (2003) chama de período El Dourado.

Sua estrutura é composta por uma planta livre, que se estrutura em um conjunto de caibros, que são reforçados pela vedação vertical, constituído de um conjunto de matajuntas, como mostrado na figura 2.

Figura 2 – detalhe do conjunto Mata-junto das paredes da sede do Assentamento Primavera



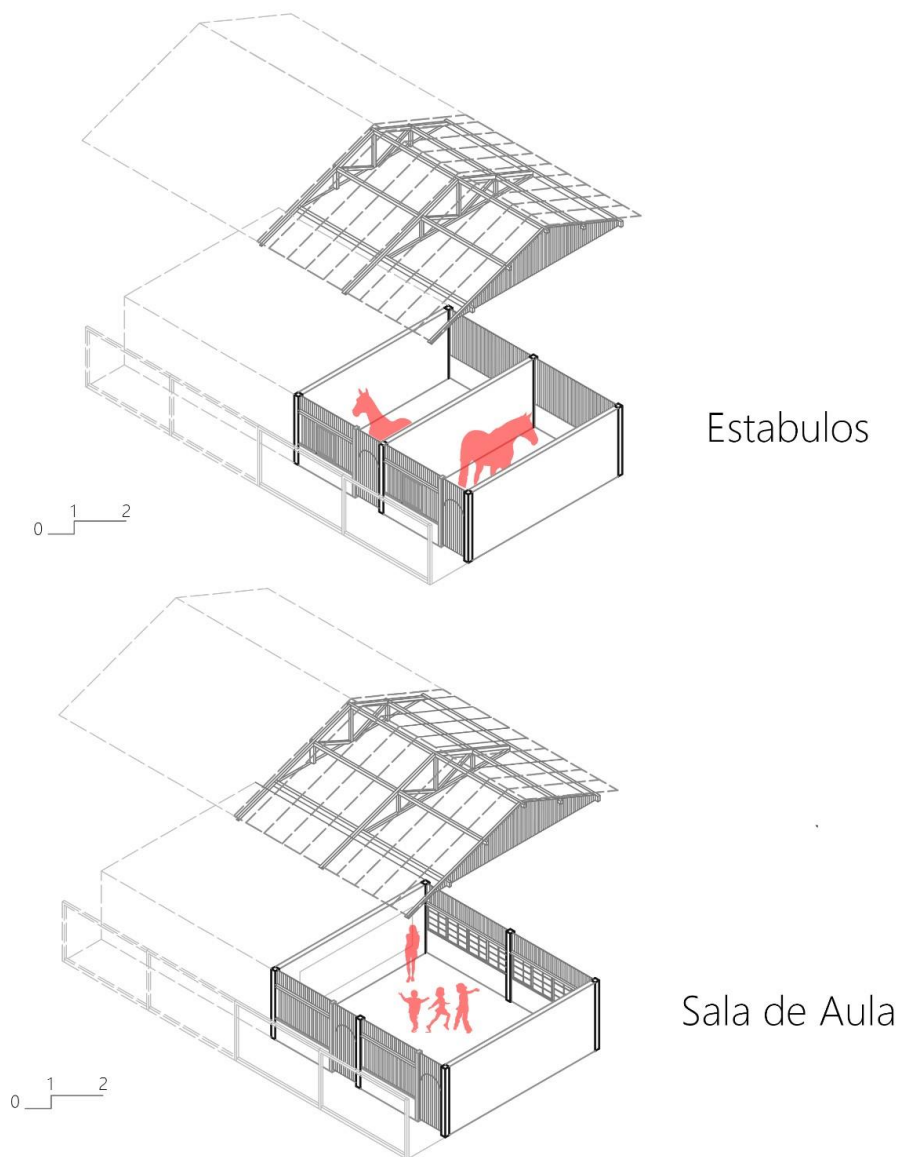
Fonte: Os autores, 2019

A escada se configura de forma diferente do resto da edificação, que, tal qual a maioria das escadas norte-paranaenses, desloca-se do volume da residência, propositalmente se destacando (ZANI, 2013) além de ser construído em material diferente do resto do volume, nesse caso alvenaria.

Do ponto de vista das modificações, o casarão que sofreu as menores alterações, tanto sua planta e fachadas pouco modificadas, sofrendo apenas uma refuncionalização do espaço interno. Atualmente, a casa abriga no primeiro pavimento: sala de professores, e demais partes administrativas, além de biblioteca, brinquedoteca. O segundo pavimento é ocupado pela caseira da escola, que o utiliza como moradia

Em anexo ao casarão, existia uma piscina, construída durante a época áurea da fazenda e após a criação do assentamento, passou a ser utilizada para lazer dos assentados e aulas de educação física. Entretanto, a mesma foi soterrada pela prefeitura, alegando dificuldades em manutenção. Os estábulos foram o local que mais sofreram alterações no conjunto; foram convertidos em salas de aula, e banheiros como mostra a esquema gráfico a seguir, onde podemos destacar a introdução de um contrapiso em alvenaria e posterior aplicação de um piso em revestimento cerâmico, demolição de paredes de alvenaria, a fim de que duas cocheiras se tornassem uma sala de aula e por fim, foi introduzido um conjunto de janelas, para iluminação das salas, como exemplificado na Figura 4

Figura 4 – Ilustração dos estabulo transformado em Sala de aula em perspectiva isométrica explodida



Fonte: Os autores (2019) utilizando os softwares *AutoCad 2020* e *Adobe Photoshop*

Infelizmente, o mesmo processo de recuperação e preservação não foi realizado nas instalações agroindustriais de davam conta da produção. Quando o processo de recuperação foi iniciado em 2000, foi elaborado um projeto para aproveitamento parcial de um barracão de máquinas, mas não foi levado adiante (BARONE; OLIVEIRA, 2014).

Figura 5 – Estrutura produtiva abandonada



Fonte: Os autores (2019)

Originalmente, havia um conjunto de barações que davam auxílio a estrutura produtiva. Todos constituídos de estrutura em concreto armado pré-moldado, tento alguns com vedação vertical em alvenaria, e que em alguns casos ainda estão em pé, e outros em que a vedação se configurava como chapas de aço, que com o tempo foram retiradas e utilizadas para outros fins (como mostra a Figura 5). A cobertura, também originalmente em aço ou fibrocimento

As estruturas em concreto armado ainda apresentam estabilidade e provavelmente ainda pode ser recuperado (não foi realizado um estudo mais aprofundado sobre patologias, porém em uma análise visual superficial, podemos constatar que existe a possibilidade de se utilizar novamente a estrutura). Entretanto, o poder público municipal não tem soluções concretas para reestabelecer o funcionamento das edificações. O ideal, seria esses edificio manterem algum uso, uma vez que os mesmos não cumprem sua função social.

Considerações Finais

É importante partir do pressuposto que, em comum, o patrimônio e espaços rurais são elementos flexíveis, e permeáveis pela sociedade contemporânea, sendo sistematicamente repensados e ressignificados, na medida em que há mudanças nos mesmos. É importante salientar além disso, que a ideia de um patrimônio puro e intocável, que unifica toda a nação não pode mais ser suficiente na contemporaneidade, uma vez que não representa totalmente um grupo social hegemônico, mas sim grupos setores da sociedade, e no geral, o patrimônio edificado grupos hegemônicos (do ponto de vista cultural e econômico, e em muitos casos esses grupos são constituídos por uma mesma classe) fixam altos valores a seus próprios patrimônios, em detrimento os patrimônios de grupos que não se constituem como hegemônicos . Tem-se a partir desses paradigmas, uma ideia de patrimônio de uma determinada classe ou grupo social, com elementos que são importantes e devem ser preservados por aquele grupo, havendo assim uma relação simbiótica entre ambos. Ou, como complementa Canclini:

O patrimônio cultural funciona como recurso para reproduzir as diferenças entre os grupos sociais e a hegemonia dos que conseguem um acesso diferencial à produção e à distribuição dos bens. Para configurar o culto tradicional, os setores dominantes não apenas definem que bens são superiores e merecem ser conservados; também dispõem dos meios econômicos e intelectuais, do tempo de trabalho e de ócio, para imprimir a esses bens maior qualidade e refinamento. (Canclini, 2003 , p.195)

Mesmo que nas classes populares, se encontre extraordinária imaginação criativa – e especificamente no estudo de caso, extraordinária imaginação para ocupar, e refuncionalizar o espaço, adequando um bem construído para e pelas classes que detinham poder econômico, aplicando soluções técnicas simples para isso. Dessa maneira, os produtos gerados e apropriados por esse determinado grupo social, são bem mais representativos da história local do grupo que o apropriou mesmo assim, eles tem menor possibilidade de ser de realizar as operações que Canclini (2003, p.265) considera como necessário para “acumular-se historicamente e tornar-se um saber objetificado (escrito e sistematizado, relativamente autônomo de um saber oral dos indivíduos)” e serem, através do método científico, aperfeiçoados.

Nesse contexto, as políticas patrimoniais advindas do movimento moderno, que visam congelar no tempo o patrimônio, como algo intocável não são mais suficientes, novamente, pois o patrimônio deve ser compreendido como algo vivido. No caso específico do Patrimônio do Assentamento Primavera, em que existe uma forte relação entre os habitantes que ocupam e utilizam o espaço tornando o mesmo vivo, a (re)funcionalização e, em determinados casos a reforma, com participação da comunidade, identificando as reais necessidades dos mesmos, visando a elaboração de projetos críticos que sejam realmente necessários para os mesmos

Referencias

ANTIGA sede da Fazenda Primavera, atualmente convertida em sede administrativa da Escola Municipal do Assentamento. 2017. 1 fotografia. Foto do acervo fotográfico do Grupo de Pesquisa Nupedor-GEPEP

BARONE, Luís Antonio. **“PATRIMÔNIO EDIFICADO E POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO PONTAL DO PARANAPANEMA EM QUESTÃO”**. Presidente Prudente: Unesp, 2017

CANCLINI, Néstor Garcia. *Culturas Híbridas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. 385 p.

CHAUÍ, Marilena. **Política Cultural, Cultura Política e Patrimônio Histórico**. In: *O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura do Município de São Paulo / Departamento do Patrimônio Histórico – DPH, 1992

CONSELHO DA EUROPA. Recomendação R (95) 9. Sobre a conservação integrada das áreas de paisagens culturais como integrantes das políticas paisagísticas, 11/09/1995.

_____. *Convenção Europeia da Paisagem*. Florença, 20/10/2000.

DA EUROPA, 1976, Conselho. *O APELO DE GRANADA, A ARQUITECTURA RURAL NO ORDENAMENTO DO TERRITORIO*, CONSELHO DA EUROPA, 1976. *Cadernos de Sociomuseologia*, [S.l.], v. 15, n. 15, June 2009. ISSN 1646-3714.

Disponível em:

<<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/340>>.

Acesso em: 26 mar. 2019

FELICIANO, C.A. “Grilos” jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários. Revista Nera – ano 10, n. 11 – julho/dezembro de 2007. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/14084065-1-PB.pdf>> Acesso em: 01/02/2018.

FIGUEIREDO, Vanessa G. B. Da tutela dos monumentos à gestão sustentável das paisagens culturais complexas: inspirações à política de preservação cultural no Brasil. 2014. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – FAU, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

FIGUEIREDO, Vanessa G. B. Da tutela dos monumentos à gestão sustentável das paisagens culturais complexas: inspirações à política de preservação cultural no Brasil. 2014. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – FAU, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. A. Patrimônio histórico e cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

GOOGLE EARTH. [Edifícios que compõem a Escola do Assentamento Primavera]. Versão 7.3. 2019. 1 imagem de satélite. Imagem editada pelo autor no software Adobe Photoshop versão 2017.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. A percepção dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: MARTINS, Ismênia de Lima, MOTTA, Rodrigo Patto Sá & IOKOI, Zilda Gricoli (Org.). História e Cidadania: coletânea do XIX Simpósio Nacional de História - ANPUH. São Paulo: Humanitas, 1998, tomo II.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN)/ DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL (DEPAM). Paisagem Cultural – Proposta de Regulamentação. Brasília: IPHAN, 2007

LEITE, Jose Ferrari. **A Ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1999.

LOPES, Flávio, Correa, Miguel Brito. Patrimônio arquitectónico e arqueológico: cartas, recomendações e convenções internacionais. Lisboa: Livros Horizonte, 2004

MOLINA, Eduardo Castejon. **ENSINAR COM O PATRIMÔNIO: O estudo para a elaboração e implementação da Política de Educação Patrimonial no ensino fundamental**

II. 2019. 148 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Planejamento e Análise de Políticas Públicas, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Campus de Franca, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2019.

PASSOS, Messias Modesto. **A paisagem do Pontal do Paranapanema: uma apreensão geofotográfica.** Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, Maringá, v. 26, no. 1, p. 177189, 2004

PELEGRINI, Sandra C.a.. **Patrimônio Cultural: consciência e preservação.** São Paulo: Brasiliense, 2009. 135 p.

SCIFONI, Simone. Paisagem cultural. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural.** 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). ISBN 978-85-7334-299-4.

SCIFONI, Simone. Paisagem cultural. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural.** 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). ISBN 978-857334299-4.

ZANON, Elisa Roberta; MAGALHÃES, Leandro Henrique; BRANCO, Patrícia Martins Castelo. **EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: Da Teoria à Prática.** Londrina: Unifil, 2009.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
MEIO AMBIENTE

Daniel Tadeu do Amaral

CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO EM ASSENTAMENTOS DE
ARARAQUARA: ENTRE OS “MUNDOS” DO SISTEMA AGROLIMENTAR

ARARAQUARA - SP
2019

Daniel Tadeu do Amaral

**CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO EM ASSENTAMENTOS DE
ARARAQUARA: ENTRE OS “MUNDOS” DO SISTEMA AGROLIMENTAR**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Doutorado, da Universidade de Araraquara – UNIARA – como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Desenvolvimento Territorial e Alternativas de Sustentabilidade

Orientado (a): Daniel Tadeu do Amaral

Orientador (a): Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante

ARARAQUARA - SP
2019



UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA

Rua Voluntários da Pátria, 1309 - Centro - Araraquara - SP
CEP 14801-320 | (16) 3301-7100 | www.uniara.com.br

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome do Aluno: *Daniel Tadeu do Amaral*

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Doutorado, da Universidade de Araraquara — UNIARA — como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Desenvolvimento Territorial e Alternativas de Sustentabilidade.

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Vera Lúcia Stivelra Botta Ferrante

Prof. Dr. Luis Antonio Barone

Profª. Dra. Vtre Mariza Henriques de Miranda Costa

Profª. Dra. Helena Carvalho De Lorenzo

Prof. Dr. Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida

Araraquara — SP, 27 de março de 2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a meus pais Rubens Firmino do Amaral (*in memoriam*) e Florinda Marques do Amaral por toda dedicação, exemplo de vida, de luta e amor. A valorização da educação, a curiosidade do aprendizado, o ouvido atento e as explicações atenciosas. Tive em vocês todo o estímulo e suporte possível.

Agradeço também a minha esposa, companheira e amiga Thauana Paiva de Souza Gomes, por todo apoio, incentivo nos momentos difíceis e ajuda com a organização da tese. Sem você nada disso seria possível!

Aos meus filhos Ayla, Aruan e Ayrú, vocês são a razão da minha existência, com e por vocês tudo passou a ter um outro sentido na vida. Obrigado por me ensinarem tanto.

A minha querida irmã, Daniela, com quem sempre pude contar e compartilhar tudo.

A minha segunda mãe e orientadora Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante, não existem palavras que possam expressar a imensa gratidão que tenho por ti. Obrigado por poder fazer parte da sua jornada e apreender tanto em tantos sentidos.

Aos queridos colegas do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (NUPEDOR) Cesar, Antônio Wagner, Joviro, Ana Flávia, Laís, Henrique, Silvani, Elisa, Larissa, João, Cesar Feliciano, Oswaldo entre outros mais antigos a quem devo parcela significativa de minha formação.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente pelo intenso aprendizado e constante diálogo. Também não poderia deixar de agradecer a toda secretaria, Sílvia, Thatiany, Fernanda, e principalmente, a Ivaní por toda ajuda e companheirismo destes anos todos.

Meus agradecimentos especiais aos assentados do Monte Alegre e Bela Vista, sobretudo às famílias que participaram diretamente da pesquisa. Obrigado pelo carinho, acolhida e aprendizado, meu caminho como pesquisador se entrelaça com a história destes lugares, com seus caminhos, descaminhos, paisagens e personagens.

Por fim não poderia deixar de agradecer a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pelo apoio financeiro concedido por meio da bolsa de doutorado.

RESUMO

Os assentados da Reforma Agrária de Araraquara, vêm reagindo e se adaptando a dois processos relevantes que vem transformando as condições de produção e de trabalho ao longo dos últimos anos. O primeiro diz respeito às idas e vindas dos projetos de integração agroindustrial na região, conduzidos pelo setor sucroalcooleiro. O segundo, envolve a emergência dos circuitos curtos de comercialização. Estes circuitos alimentares curtos podem ser verificados pela constituição e crescimento das Feiras do Produtor (Araraquara e Região) e na importância dos programas de compras institucionais. Estes mercados, entendidos como processo de construção social, envolvem iniciativas que buscam um reposicionamento nos mercados, estimulando maior autonomia e identificação de valores e significados localmente fixados. A emergência desse cenário foi observada tendo como referência o aporte teórico da perspectiva orientada aos atores (POA), da economia das conecções (EC) e da geografia econômica relacional (GER), onde busca-se observar sistemas agroalimentares alternativos e a existência de “diferentes” mundos desse sistema agroalimentar contemporâneo. O trabalho de campo envolveu famílias de agricultores familiares no município de Araraquara e região pertencentes a projetos de Reforma Agrária, estas famílias foram acompanhadas em visitas nos lotes de produção e foi feito o acompanhamento nos locais de comercialização. O trabalho aborda a importância, as possibilidades e limites destes circuitos curtos de comercialização, a luz das relações envolvendo os atores envolvidos, as dinâmicas familiares e importância econômica destas atividades. O perfil dos produtores embora apresente uma aparente homogeneidade, apresentam um *mix* de estratégias econômicas e sociais diversificadas, que privilegiam desde os mercados face-a-face (feiras com perfis diferentes), compras institucionais e vendas indiretas com a presença de um intermediador entre produtor e consumidor final. A partir destas análises buscou-se estabelecer os elementos que subsidiem a compreensão das mudanças rurais, as quais refletem dinamicamente as formas de produção, de organização e de integração dos agricultores familiares (assentados) aos circuitos mercantis, acirrando, por vezes, a disputa entre os diversos agentes que conformam os distintos mundos do alimento.

Palavras-chave: Circuitos Curtos de Comercialização, Agricultura Familiar, Desenvolvimento Rural, Assentamentos Rurais, Mercados Sociais.

ABSTRACT

Agrarian Reform in Araraquara settlers have been reacting and adapting to two relevant processes that have been transforming production and work conditions over the past few years. The first concerns the comings and goings of agro-industrial integration projects in the region, conducted by the sugar and alcohol sector. The second involves the emergence of short sales channels. These short food circuits can be verified by the constitution and growth of Producer Fairs (Araraquara and Region) and the importance of institutional purchasing programs. These markets, understood as a process of social construction, involve initiatives that seek a repositioning in the agri-food markets, encouraging greater autonomy with greater identification of values and meanings locally fixed. The emergence of this scenario was observed with reference to the theoretical contribution of the perspective oriented to the actors (POA), the economy of convections (EC) and the relational economic geography (GER), where it seeks to observe alternative agrifood systems and the existence of “different” worlds of this contemporary agrifood system. The fieldwork involved families of family farmers in the municipality of Araraquara and region intending to Agrarian Reform projects, these families were accompanied on visits in the production lots and the monitoring was carried out at the commercial locations. The work addresses the importance, the possibilities and limits of these short commercialization circuits, the light of the relationships involving the actors involved, the family dynamics and the economic importance of these activities. The profile of the producers, although apparently homogeneous, presents a mix of diversified economic and social strategies, which favor from face-to-face markets (fairs with different profiles), institutional purchases and indirect sales with the presence of an intermediary between producers and final consumer. Based on these analyzes, we sought to establish the elements that support the understanding of rural changes, which dynamically reflect the forms of production, organization and integration of family farmers (settlers) into the commercial circuits, sometimes making the dispute between the various agents that make up the different worlds of food

Keywords: Short Marketing Circuits, Family Agriculture, Rural Development, Rural Settlements, Social Markets.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Região Central de São Paulo.....	12
Figura 2 – Fatores que afetam o desempenho do empreendimento rural.....	71
Figura 3 - Subsistema comercial.....	72
Figura 4 – Classificação dos canais de comercialização	76
Figura 5 - Renda principal atrelada a forma de escoamento	104
Figura 6 – O fazer feira (etapas constitutivas)	105
Figura 7 - Formas de comercialização das famílias visitadas	104
Figura 8 – Principais Atores (Feiras do Produtor): Integração, Pedro de Toledo, Noturna	122
Figura 9 – Principais Atores (Feiras do Produtor): Feiras das Padarias	125
Figura 10 – Principais Atores (Feiras do Produtor): Feira Orgânica “Da Roça para Mesa”	127
Figura 11 – Principais Atores (Feiras do Produtor): Feiras SENAR	129

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Assentamentos Monte Alegre e Bela Vista.....	13
Quadro 2 - Principais produtos dos assentamentos de Araraquara.....	14
Quadro 3 - Principais cooperativas dos assentamentos de Araraquara	15
Quadro 4 - Tipologias de mercado para agricultura familiar	74
Quadro 5 - Feiras do Produtor	90
Quadro 6 - Valores do PAA em Araraquara	96
Quadro 7 : Famílias visitadas (pesquisa de campo)	99
Quadro 8 – Formas indiretas de comercialização.....	130

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANT - Teoria do Ator-Rede

APL – Arranjo Produtivo Local

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

CAIC – Companhia Agrícola Imobiliária e Colonizadora

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral

CNPq – Conselho Nacional de Pesquisa

COAPRA – Cooperativa de Pequenos Produtores da Reforma Agrária

CODASP – Companhia de Desenvolvimento Agrícola do Estado de São Paulo

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

COOBELA – Cooperativa dos Agricultores Familiares de Araraquara e Região

COOPAM – Cooperativa Dos Produtores Agrícolas de Motuca e Região

COOPER - Cooperativa dos Agricultores Familiares de Araraquara e Região

CPT – Comissão Pastoral da Terra

DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf

FAO – Organização para Agricultura e Alimentação

FEPASA – Ferrovias Paulista S/A

FERAESP – Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo

FLV – Frutas, Verduras e Legumes

GIAF – Grupo Interministerial de Assuntos Fundiários

IAF – Instituto de Assuntos Fundiários

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITESP – Fundação Instituto de Terras de São Paulo

LDC – *Louis Dreyfus Commodities*

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NEEA – Núcleo de Ensino e Extensão em Agroecologia

NUPEDOR – Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural

OCS – Organização de Controle Social

ONG – Organização Não Governamental

PA – Projeto de Assentamento

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar

PDS – Projeto de Desenvolvimento Sustentável

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNRA – Programa Nacional de Reforma Agrária

PPAIS – Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social

PROCERA – Programa de Crédito Especial a Reforma Agrária

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PT – Partido dos Trabalhadores

SFSC - *Short Food Supply Chain*

SIAL – Sistema Agroalimentar Local

SIM – Serviço de Inspeção Municipal

SIPCAR - Sindicato da Indústria de Panificação e Confeitaria de Araraquara e Região

SPL – Sistema Produtivo Local

UBA – Universidade de Buenos Aires

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

UNB – Universidade de Brasília

UNIARA – Universidade de Araraquara

UNICAMPO - Cooperativa Unificada dos Trabalhadores do Campo

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. A CONSTITUIÇÃO DO LUGAR DE PESQUISA: O CAMPO E O MÉTODO.....	4
1.1 Apresentação.....	4
1.2A trajetória de pesquisa	4
1.3Aspectos metodológicos	6
1.4 - A constituição do lugar de pesquisa	10
1.4.1 - A região de Araraquara e os assentamentos	10
1.4.2 - O Assentamento Monte Alegre.....	16
1.4.3 - O assentamento Bela Vista	20
2. EIXOS TEÓRICOS EM ANÁLISE: DESENVOLVIMENTO RURAL, SISTEMAS AGROALIMENTARES E CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO.....	29
2.1 Apresentação.....	29
2.2- escoamento e comercialização: assentamentos em perspectiva.	30
2.3–O debate sobre o desenvolvimento rural no Brasil: “o pano de fundo”	33
2.4A noção de circuitos, cadeias (produção e distribuição) e sistemas alimentares.	44
2.4.1 Escola norte-americana.....	44
2.4.2 Escola francesa.....	46
2.4.3 Sistemas (Agro)alimentares	48
2.4.4 Sistemas Agroalimentares: os diferentes “mundos”	51
2.4.5 - A perspectiva orientada aos atores (POA)	56
2.4.6 Economia da qualidade e teoria das convenções.....	59
2.4.6.1 Economia da qualidade: diferentes perspectivas	59
2.4.6.2 Teoria das convenções	63
2.4.7 Mercados como construções sociais	65
2.5 Tipos de circuitos curtos de comercialização envolvendo assentamentos em Araraquara.	67
2.6 Políticas públicas e circuitos alimentares curtos	77
3. OS CIRCUITOS COMERCIAIS CURTOS ENVOLVENDO FAMÍLIAS ASSENTADAS DE ARARAQUARA	82
3.1 Apresentação.....	82
3.2- Circuitos curtos de comercialização: as feiras em Araraquara	83
3.4- Circuitos curtos de comercialização: programas institucionais de compra pública.....	90
3.4.1 – Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa	90
3.4.2 - Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	95
3.6- Discussão do trabalho de campo.....	97
3.6.1- Apresentação	97

3.6.2 – Perfil socioeconômico dos entrevistados: escolarização, produção e renda.....	98
3.6.3 As famílias e suas estratégias	106
3.6.3.1 Escolha, necessidade, enraizamento e confiança.....	106
3.6.3.2 Autonomia, liberdade e dependência.....	110
3.6.3.3 A opção pelas feiras: o contato maior com os consumidores e a gestão de espaços de solidariedade.....	114
3.6.3.4 Os atores sociais envolvidos nos circuitos curtos de comercialização.....	119
3.6.3.5 Limites de dificuldades dos circuitos curtos de comercialização: as feiras e os programas institucionais.	131
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	136
Referências.....	141

INTRODUÇÃO

Um dos temas pertinentes ao universo de assentamentos rurais se refere à comercialização, à forma como estes espaços sociais complexos (FERRANTE, 2000), se inserem nas dinâmicas econômicas locais, regionais e nacionais.

As últimas três décadas concentram a criação da maior parte dos assentamentos rurais existentes no país, e também em São Paulo. Na atualidade estima-se que existam 8.796 assentamentos no país com mais de 930 mil famílias assentadas. No estado de São Paulo há por volta de 168 assentamentos com mais de 10 mil famílias (AMARAL, 2013).

Não obstante, embora os estudos sobre a reforma agrária, também tenham se ampliado, incorporando diferentes nuances ligadas à sociabilidade, construção de espaços de vida, autoconsumo, segurança alimentar, pluriatividade, multifuncionalidade e aspectos ecológicos, assuntos como produção agrícola e comercialização permanecem centrais para qualquer compreensão mais ampla envolvendo o processo de desenvolvimento rural no país.

A inserção ou a relação dos agricultores nos mercados é um fato observável cotidianamente. Os mercados, conforme veremos com mais detalhes adiante, fazem parte dos processos sociais de produção e da reprodução das atividades econômicas e das unidades familiares. Influenciam a vida das pessoas e são motivo de conflitos, tensões e disputas. As diferentes formas de comercialização, os agentes e processos envolvidos estão imersas em uma realidade social e por isso se tornam alvos interessantes para estudo.

Os estudos envolvendo os circuitos curtos de comercialização, e sua interface com a agricultura de origem familiar, vem crescendo bastante nos últimos anos e isso se deve em parte às características intrínsecas destes estabelecimentos, baseados em pequenos lotes, uso predominante da força de trabalho familiar, policultura, venda de excedentes e capacidade organizativa limitada. Outro aspecto envolve a convergência das abordagens baseadas nos circuitos curtos de alimentos (*Short Food Supply Chain – SFSC*) como forma de valorizar os processos produtivos localizados. Soma-se a isto as discussões crescentes sobre o tema da alimentação, e, entre as principais questões, estão a busca de alternativas e a criação de novas estratégias de abastecimento alimentar para a população urbana, assim como o papel que cabe à agricultura familiar.

A discussão dos circuitos curtos de comercialização, da construção social de mercados tem ganhado novos contornos com uma gama ampla e heterogênea de enfoques, principalmente derivados de pesquisas recentes relacionadas à sociologia econômica, à agroecologia, aos

sistemas agroalimentares. Neste sentido, o debate das contradições do setor agroalimentar, enseja quatro importantes tendências: primeiramente, a nova equação alimentar, sua invisibilidade, o paradigma da saúde pública, e o papel desempenhado pela agricultura, de base familiar (SCHENEIDER, 2015).

O presente trabalho propõe-se discutir os circuitos curtos de comercialização envolvendo um grupo de famílias assentadas de Araraquara, que foram selecionadas por estarem inseridas neste cenário. Tem como ponto de partida os sujeitos assentados, baseado na perspectiva orientada aos atores (POA), envolvendo a produção e a forma como criam e moldam estratégias comerciais.

O problema de pesquisa que se põe vai de encontro aos limites e perspectivas dos circuitos curtos de comercialização (ou circuitos agroalimentares curtos) envolvendo estas famílias assentadas, e os “novos” mercados construídos para sua inserção dos produtores. (Feiras do Produtor e Programas de Compras Institucionais).

O trabalho se baseia em um recorte, a partir de estudo de caso de três tipos de cadeias curtas, baseadas nos trabalhos de Marsden et al. (2000), Darolt (2013) e Guzzati, Sampaio e Turnes (2014). Assim, os casos contemplaram: (1) as cadeias face-a-face, representada pelas feiras ligadas ao Programa Negócios do Campo, no município de Araraquara; (2) as cadeias de proximidade espacial, representada pelos mercados de compras institucionais, e (3) formas indiretas de comercialização, com a interferência de apenas um intermediário ante o consumidor final.

São utilizadas algumas categorias, advindas da teoria sobre o assunto, das quais se destacam: confiança, *embeddedness* (enraizamento), agência, qualidade, local e inovação (microinovação) e autonomia. Estas noções norteadoras, foram posteriormente reelaboradas tendo em vista o trabalho de campo, abarcando temas geradores que são expostos no capítulo de discussão dos dados.

Os objetivos gerais do trabalho envolvem a emergência dos circuitos agroalimentares curtos envolvendo as famílias assentadas no município de Araraquara. Este percurso envolve a noção processo, inscritos no tempo e em um espaço específico (e fixado). A identificação dos atores envolvidos, as relações construídas (historicamente), o papel desempenhado pelas políticas públicas (indutoras), e os espaços das famílias.

A discussão dos circuitos de comercialização compreende uma forma de abordagem que configura o conjunto (complexo) de ações e interações humanas que afetam a produção, circulação, transformação, comércio e consumo de alimentos. O leque destes circuitos pode começar no circuito elementar camponês que satisfaz suas próprias necessidades de consumo –

do campo à cozinha e à mesa, passando pelo local de beneficiamento e estocagem – chegando até o circuito mais complexo e mais longo que seguem os excedentes comercializados pelo agricultor, os quais irão passar por numerosas mãos.

A venda direta a consumidores (inserida nos circuitos ou cadeias curtas de comercialização), por exemplo, envolve um mecanismo de distribuição primária, tradicional, mas que foi secundarizado com o desenvolvimento rural contemporâneo (inicialmente em países desenvolvidos e posteriormente em países em desenvolvimento), como consequência do modelo de modernização da agricultura, da industrialização alimentar e das mudanças no padrão de consumo.

Estas mudanças são resultados de uma “modernidade acachapante”, que se imaginava extinguir o rural, extinguir as feiras, extinguir a agrobiodiversidade. Isso “ocorre e não ocorre”, estes elementos não acabaram, são ressignificados e podem ser compreendidos (e são) tanto como formas de resistência às forças desenraizadoras da globalização, como formas de inserção ao mundo do capital. Contudo, é possível realçar a compreensão sobre seu papel para fomentar os produtores a captar uma fatia maior do valor adicionado, “endogeneizar” processos de desenvolvimento e aproximar os consumidores às origens dos seus alimentos.

Desta forma, o trabalho pretende contribuir minimamente para as discussões envolvendo os limites e perspectivas dos circuitos curtos de comercialização, partindo de uma análise de caso, tendo em vista a forma como no âmbito local se manifestam e se equilibram ações e mudanças sociais.

Para tanto, o trabalho está, organizado, além da introdução em quatro capítulos: o primeiro engloba o lugar da pesquisa, o universo empírico, o processo de constituição destes espaços sociais - os assentamentos estudados, e a região na qual se inserem. Nesta seção são apresentados também os aspectos metodológicos. O segundo capítulo foi direcionado a discussão teórica em torno das principais correntes associadas aos circuitos curtos de comercialização, bem como o referencial acerca dos sistemas agroalimentares, construção social de mercados, e a teoria voltada aos atores (POA).

No terceiro capítulo, destinado à discussão dos dados, apresenta-se as principais formas de circuitos curtos de comercialização envolvendo o universo da agricultura familiar assentada em Araraquara e região, seu processo de constituição e importância. Apresenta ainda o perfil das famílias estudadas (universo de análise), baseados em um conjunto de dados objetivos. Posteriormente são apresentadas as principais categorias de análise, sob a perspectiva de temas, onde explora-se as falas dos sujeitos da pesquisa em diálogo com o referencial teórico, bem como insere-as considerações finais/conclusão.

1. A CONSTITUIÇÃO DO LUGAR DE PESQUISA: O CAMPO E O MÉTODO

1.1 Apresentação

Nesta sessão serão apresentadas: (i) a trajetória de pesquisa, (ii) os materiais, métodos e técnicas utilizadas; (iii) o lugar da pesquisa, envolvendo o território em que os trabalhos de campo foram feitos. Parte-se do pressuposto de que para uma leitura adequada deste espaço social complexo e suas múltiplas determinações é necessário expor e articular suas características mais amplas, como: histórico, grupos envolvidos, dinâmicas produtivas, forças políticas, características organizativas e demográficas. A observação da história viva do local, de suas idas e vindas, permite uma compreensão mais ampla de determinadas mudanças sociais.

Assim tem-se como ponto de partida a constituição histórica dos dois assentamentos de estudo (Monte Alegre e Bela Vista) numa região dinâmica do ponto de vista agrícola e industrial, com estrutura agrícola e política fortemente influenciada pela agroindústria, onde predominam paisagens monotônicas, ligadas ao cultivo da cana-de-açúcar em larga escala. Neste espaço foram constituídos, na década de 1980, dois assentamentos de Reforma Agrária.

O assentamento Monte Alegre foi criado em terras públicas estaduais, já o assentamento Bela Vista surgiu da desapropriação de terras por parte do governo federal. Apesar do processo de constituição destes assentamentos ter ocorrido quase na mesma época (1985 e 1989) envolvendo um perfil populacional com características semelhantes (antigos boias-frias), e a participação de atores comuns¹; a forma como institucionalmente se vinculam (um federal e outro estadual), expõem diferenças significativas de gestão. Isso se faz presente nas propostas de plantio, na assistência técnica e também em questões de natureza jurídica (como exemplo, a permissão para a formalização de parcerias com agroindústrias nos assentamentos estaduais).

1.2 A trajetória de pesquisa

O interesse em estudar as possibilidades e limites dos circuitos curtos de comercialização nestes assentamentos, está ligada a uma trajetória de pesquisa associada ao Núcleo de Pesquisa e

¹ Os principais atores sociais envolvidos na constituição dos assentamentos em Araraquara na década de 1980 foram o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (FERAESP), os trabalhadores rurais, na sua maioria temporários (boias-frias), Pastoral da Terra, Pastoral do Migrante, agentes do IAF (Institutos de Assuntos Fundiários do Estado de São Paulo), lideranças políticas estaduais e o próprio poder público da Araraquara e região.

Documentação Rural (NUPEDOR), que sob a coordenação das professoras Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante e Dulce Consuelo Andreatta Whitaker vem estudando assentamentos de Reforma Agrária há mais de três décadas. O trabalho realizado junto ao NUPEDOR, há mais de dez anos, tem propiciado um intenso aprendizado, fruto do contato com outros pesquisadores das mais diversas áreas de formação (agrárias, biológicas e ciências humanas). Desta forma, os estudos envolvendo assentamentos, os trabalhos de campo, a elaboração de artigos e relatórios ocorre, muitas vezes, permitindo uma leitura destes espaços sociais (assentamentos de Reforma Agrária) de forma plural e instigante. Essa trajetória se deve muito as reuniões, discussões, aos trabalhos de campo, e sobretudo à vivência e aprendizado junto aos assentados da Reforma Agrária.

A chegada ao tema de pesquisa foi um desenrolar de estudos ligados às questões envoltas no cotidiano dos assentamentos, sobretudo àqueles situados no município de Araraquara. A produção do Núcleo, se estrutura em torno dos projetos temáticos (com apoio do CNPq); das produções individuais, relacionadas a monografias, dissertações e teses; na publicação da revista Retratos de Assentamentos; na realização bienal de Simpósios sobre Reforma Agrária, e em projetos integrados envolvendo demais instituições (de ensino ou de órgãos governamentais)².

Destes projetos e pesquisas, três em especial, propiciaram uma atenção especial ao tema da comercialização nos assentamentos. O primeiro foi convênio celebrado entre a UNIARA e o INCRA - SP (Contrato CRT/SP/Nº 100000/2010) envolvendo a prestação de serviços em assessoria em desenvolvimento nos assentamentos rurais e comunidades quilombolas do INCRA-SP em todo o Estado de São Paulo. O segundo envolveu a criação do Núcleo de Estudo e Extensão Agroecológica (NEEA) em 2015, com a perspectiva de pesquisa e extensão em agroecologia nos assentamentos de Araraquara e região. Deste projeto surgiu a criação de uma feira de alimentos saudáveis (orgânicos) no município de Araraquara. Em terceiro, e ainda em andamento, a pesquisa “Do informal para o formal: uma investigação das redes de abastecimento alimentar territoriais”, (apoiado pelo CNPq) com pesquisadores da UNIARA, UNB e UBA.

Este último projeto coincidiu com os interesses da pesquisa de doutorado, envolvendo os canais de comercialização e o abastecimento alimentar nos municípios de Araraquara e Brasília. Assim, o presente trabalho envolve, três elementos pertinentes a esta trajetória: o universo dos assentamentos de Reforma Agrária, as estratégias comerciais empreendidas pelas famílias assentadas, e a emergência de circuitos curtos de comercialização na região.

² Unicamp, Unesp (FCT – Presidente Prudente), INCRA, UNB, UBA, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD/MDA) entre outros.

1.3 Aspectos metodológicos

1.3.1 - Os caminhos da pesquisa (método, material e técnicas)

A pesquisa, foi fundamentalmente baseada nos princípios de pesquisa qualitativa. Este tipo de pesquisa se justifica principalmente quando tem-se o intuito de compreender a natureza de determinado fenômeno social, ou ainda quando o objetivo ou universo analítico envolvam situações complexas. Neste sentido a abordagem selecionada privilegia os aspectos relacionais e históricos-processuais, tendo como intuito caracterizar as relações existentes entre os diferentes atores sociais envolvidos nos diferentes tipos de circuitos curtos de comercialização observados.

Também pode ser situada como uma pesquisa descritiva, uma vez busca descrever as principais características do universo de análise (famílias assentadas inseridas em CCC), bem como as relações envolvendo algumas variáveis observadas nos trabalhos de campo. Esse trabalho de campo apresentou um caráter quantitativo e qualitativo o que por sua vez veio a permitir o estabelecimento de relação envolvendo diferentes fenômenos. A vinculação do trabalho as vertentes da sociologia e economia rural envolveram também a corte epistemológico ligado a sociologia econômica interpretativa.

Para a compreensão dos circuitos curtos de comercialização pauto-se a análise empírica, tendo como base categorias teóricas que orientam o o trabalho e a pesquisa Conforme aponta Minayo (2004), os conceitos mais importantes dentro de uma teoria são suas categorias, que são o principal suporte para o pesquisador na apreensão do objeto de análise. Diretamente ligado a estas categorias pode-se destacar nestes tipos de estudo (CCC) a confiança, o enraizamento, qualidade, inovação e autonomia.

Os estudos debruçaram-se ainda sobre fenômenos macrossociais e microssociais, sendo que *as primeiras debruçam-se sobre sistemas sociais em grande escala, como o sistema político ou a ordem econômica* (GIDDENS, 2004, p. 83) acompanhando grandes mudanças ao nível social. As teorias microssociológicas por sua vez envolvem as interações associadas a pequenos grupos sociais.

Novamente de acordo com Minayo (2004), a importância das categorias advindas do aporte teórico, veio a permitir a operacionalização do trabalho e conseqüentemente sua aplicação aos circuitos curtos de comercialização envolvendo famílias assentadas da região de Arararaquara. Desta forma, parte-se da categorização proposta por Marsden et al. (2000). Assim, os casos envolvem: (1) as cadeias face-a-face, nesta tese representada pelo estudo de

caso das feiras ligadas ao Programa Negócios do Campo, no município de Araraquara; (2) as cadeias de proximidade espacial, representada pelos mercados de compras institucionais. Seguindo a tipificação proposta pelo autor não foi verificado no assentamento e as cadeias espacialmente estendidas. Cruzando esta tipificação com a de Darolt (2013) e Guzzatti, Sampaio e Turnes. (2014), poderíamos acrescentar também um terceiro tipo, que envolve as (3) formas indiretas de comercialização, com a interferência de apenas um intermediário ante o consumidor final.

O trabalho de campo envolveu idas exploratórias, o contato com informantes privilegiados, como lideranças, agentes institucionais e também ligado ao poder público municipal. Essas idas e informações exploratórias foram fundamentais no redimensionamento do trabalho, do universo amostral e também permitiu a construção de hipóteses mais realistas acerca do tema, calibrando o planejamento das etapas sucessivas da pesquisa.

De um modo geral o trabalho foi pensado tendo em vista o que Morin (2007) chama de “visão poliocular”. O próprio universo da pesquisa (assentamentos de reforma agrária) impõe uma perspectiva de análise que leve em consideração suas peculiaridades e a categoria social do sujeito “assentado”. Para Whitaker e Bezzoni (2006) as dificuldades de se reconhecer a importância do rural e da produção de alimentos tem relação direta com o poder exercido pelo universo urbano.

Isso se traduz numa estrutura histórica que vem produzindo uma enorme quantidade de preconceitos que atuam como obstáculos epistemológicos para compreensão do rural. Whitaker (2002) em “Sociologia rural: questões metodológicas emergentes” e Whitaker e Ferrante (org.) na coleção “Retratos de Assentamentos” propõem uma construção metodológica diferenciada, voltada para o interesse que o pesquisador deve ter em acompanhar o raciocínio do entrevistado de forma a deixá-lo mais à vontade, para que os aspectos subjetivos ganhem relevância nas conversas.

Neste sentido, a construção dos cadernos de campo passa a ser não apenas um trabalho de observação e registro, mas um envolvimento com a fala, a realidade e o momento. Buscou-se desta forma, privilegiar através de entrevistas e cadernos de campo, as falas, os discursos proferidos pelos assentados sujeitos da pesquisa. Também foi dada atenção especial ao acompanhamento de suas estratégias para comercialização via circuitos curtos, envolvendo em um território, cuja a lógica é ditada por outras regras. Tomou-se como princípio que os dados obtidos são as situações vividas que foram tematizadas no processo de pesquisa.

Os encontros com os assentados em suas casas ou nos lotes permitiram atribuir significados e compreender seu movimento nas diferentes fases no processo de comercialização. Foram definidos como sujeitos moradores dos assentamentos Monte Alegre e Bela Vista do Chibarro, sob a responsabilidade de diferentes órgãos gestores. Faz-se ao perfil do território, marcado por alta

concentração da propriedade fundiária e pela predominância da monocultura com razoável aporte tecnológico e por pressões explicitadas ou não sob a forma de parcerias, os circuitos curtos de comercialização não têm expressão econômica significativa no terreno da valorização do capital, mas contam, efetivamente, como estratégias de permanência na terra.

Tais encontros tidos com os 28 assentados foram neste trabalho, a possibilidade de se obter dados sobre os caminhos trilhados no processo de comercialização. Das famílias selecionadas 22 são do assentamento Monte Alegre (incluindo Horto de Bueno de Andrade) e 6 do assentamento Bela Vista. A escolha destas famílias envolve um universo não-probabilístico e intencional, embora tenha se atentado a certa proporcionalidade existente o número de famílias selecionadas e a quantidade de lotes dos assentamentos. Neste sentido o assentamento Monte Alegre apresenta um número de lotes duas vezes e meio maior que o assentamento Bela Vista.

De acordo com Seltiz (et. al 1974), a suposição básica da amostragem intencional é que, com bom julgamento e uma estratégia adequada, pode-se escolher os casos que devem ser incluídos na amostra, a fim de chegar a amostras que sejam satisfatórias para as necessidades da pesquisa. Desta forma, a escolha dos interlocutores se deu por meio de visitas exploratórias, informantes privilegiados, como técnicos de campo do ITESP e também a Coordenadora de Agricultura do Município. O limite para as entrevistas com as famílias assentadas foi estabelecido pelo método da saturação. Saturação é um termo criado por Glaser e Strauss em obra de 1967 (MINAYO, 2017) para se referirem a um momento no trabalho de campo em que a coleta de novos dados não traria mais esclarecimentos para o objeto estudado.

Em artigo sobre amostragem e saturação em pesquisas qualitativas, Maria Cecília de Souza Minayo, menciona, uma possível quantificação desejável relacionadas a amostra em pesquisas qualitativas.

[...]Ritchie, Lewis e Elam, (2003) ressaltam que o tamanho da amostra e o ponto de saturação são resultantes da heterogeneidade da população que será pesquisada e aconselha dar-se maior destaque ao grupo principal, no caso de existirem várias, amostras num mesmo estudo. Autores como Cresswell (1998) e Morse (1994) propõem que as pesquisas de cunho fenomenológico se atenham a no máximo 25 e a no mínimo a cinco entrevistas. Para a pesquisa de histórias de vida, 15 seria um número mínimo aceitável para Bertaux (1981). Em resumo, uma quantidade consensual seria de, pelo menos, 20 a 30 entrevistas para qualquer tipo investigação qualitativa, segundo Morse (1994) e Creswell (1998). Atran, Medin e Ross (2005) falam de no mínimo 10 informantes (MINAYO, 2017).

Vale ressaltar que embora alguns estudiosos queiram se resguardar de um possível questionamento sobre a capacidade de uma pesquisa qualitativa representar a lógica interna de determinado grupo, determinar um número de entrevistados abstratamente é bastante problemático, dado o caráter de abrangência das interconexões necessárias para a compreensão do objeto. Neste sentido, parece oportuno uma passagem do texto *Capital simbólico e classes sociais* de Bourdieu, onde afirma que a maioria das análises de uma realidade social admite de um lado, uma leitura armada de um uso objetivista para estabelecer *distribuições*, expressões quantificadas da repartição de uma quantidade finita de energia social, apreendidas por meio de "indicadores objetivos"; e de outro, a leitura voltada a decifrar significações e a lançar luz sobre as operações cognitivas pelas quais os agentes as produzem e decifram. Assim, pesquisas qualitativas e quantitativas se complementam, mas são de natureza diversa. Uma trata da magnitude dos fenômenos, a outra, da sua intensidade. Uma busca aquilo que se repete e pode ser tratado em sua homogeneidade, a outra, as singularidades e os significados.

Para análise dos elementos obtidos sobre as trajetórias experiências vividas na área da comercialização, optou-se por balizar as categorias de análise, a partir dos significados identificados nas entrevistas e diários de campo e que vão, de certa forma, dialogar com os eixos teóricos explicitados na revisão bibliográfica e com as situações vivenciadas nos circuitos curtos de comercialização.

Nos levantamentos prévios a pesquisa de campo, foram coletados dados primários e secundários que ajudam a dimensionar aspectos demográficos, econômicos, e também na construção da caracterização dos circuitos curtos de comercialização. Esta revisão vem servindo de base para a descrição do ambiente onde os produtores familiares estão inseridos e para identificação dos agentes envolvidos nestes circuitos. Com o levantamento de teses, dissertações e artigos científicos (banco de dados da CAPES, SCOPUS, SCIELO), e também textos de acesso livre que não estão indexados a estas bases, foi feito o levantamento prévio do suporte teórico da pesquisa, que posteriormente se somou à literatura impressa. O período de busca dos artigos eletrônicos envolveu trabalhos publicados, sobretudo a partir da segunda metade da década de 1990, quando encontramos maiores referências de estudo acerca dos circuitos curtos de comercialização e sua interface com o sistema agroalimentar e a agricultura familiar.

Este levantamento orientou a mensuração dos fatos sociais, que por sua vez dependem da caracterização do mundo social. A interpretação dos dados qualitativos com base na abordagem descritiva se viabilizou através de um instrumento fundamental: o roteiro da pesquisa de campo. Este foi organizado em blocos temáticos, apresentados a seguir: caracterização do contexto econômico e social onde se insere a família e o circuito alimentar; resgate histórico da iniciativa;

análise do processo e da trajetória no tempo e no espaço; formas de comercialização (diretas e indiretas), relações estabelecidas nos circuitos de comercialização, enraizamento; limites e desafios.

Também foi possível levantar informações mais objetivas como: a caracterização geral da produção destas famílias, a infraestrutura instalada, nível de educação, força de trabalho, mecanização, se existe algum tipo de processamento dos produtos e a importância na renda familiar relacionada às diferentes formas de comercialização. Estas informações ajudam na construção das características socioeconômicas das famílias visitadas e são importantes para verificar elementos que favorecem, limitam ou dificultam a produção e também a comercialização.

Uma outra questão relevante envolve a importância dos elementos subjetivos expressos pelos modos de vida³. Tendo em vista às características dos sujeitos da pesquisa. Conforme aponta Duval (2009), em termos sociológicos, subjaz à definição da categoria social "assentado" a origem social e trajetórias de lutas do sujeito que a reivindica, assim tal categoria social implica num processo social de rupturas e conquistas. Assim, na busca por favorecer evidenciar narrativas pessoais e depoimentos de acontecimentos alusivos ao presente, mas também ao passado, um dos recursos para a construção e registro das histórias foi a narrativa de trajetórias individuais e familiares, procurando evidenciar situações vivenciadas num contexto de adaptação à modernização agrícola, de migração e retorno, de experimentação e de inserção nas relações sociais e econômicas do mundo urbano.

1.4 - A constituição do lugar de pesquisa

1.4.1 - A região de Araraquara e os assentamentos

³ Para Isabel Guerra (1993), ao analisar os modos de vida, devem-se levar em conta três dimensões, que geralmente são pouco utilizadas; o sistema e os atores sociais; a história e o cotidiano; e o objetivo e o subjetivo na percepção do real. Essas três dimensões deveriam ser articuladas de modo a combinar a força da estrutura com a possibilidade de ação dos indivíduos, o nível da vida cotidiana articulado com o econômico, o político, o cultural, bem como as redes de poder estabelecidas nas articulações entre as diferentes esferas do social. Na definição de estilo de vida Bourdieu a define como relativo às práticas e às propriedades que formam uma expressão sistemática das condições de existência relacionadas às diferenciadas posições dos agentes no tecido social.

A cidade de Araraquara e seus assentamentos estão situados na Região Central⁴ do Estado. Esta região é nacionalmente conhecida pelo alto dinamismo do agronegócio com empresas sucroalcooleiras (AMARAL, FERRANTE, 2007). Trata-se de um território cortado por inúmeras rodovias (Anhanguera, Washington Luis, Antonio Machado Sant'Anna, Thales Peixoto Junior) e por importantes ferrovias (tronco Araraquara - Santa Fé do Sul e ramal Tabatinga), que comporta a maior empresa exportadora de suco do país e as áreas com maior concentração de plantio de cana do Brasil. A região apresenta um histórico econômico fortemente ligado à produção do café, laranja e cana de açúcar.

Figura 1: Região Central de São Paulo



Fonte: Instituto Geográfico e Cartográfico. Governo do Estado de São Paulo, 2011.

A Região Central apresenta oito assentamentos federais, totalizando mais de 1.327 lotes (dos quais se situa o assentamento Bela Vista – alvo da pesquisa) e um assentamento estadual, com 446 lotes familiares, dispostas em seis núcleos, além dos Hortos de Bueno de Andrade e Silvânia. O assentamento Bela Vista está localizado inteiramente no município de Araraquara, enquanto que a Fazenda Monte Alegre, possui partes de seus núcleos dentro dos limites de Araraquara, Matão e Motuca. Vale ressaltar que embora apresentem diferenças, o perfil dos

⁴ A Região Administrativa Central (RA12) é uma área de governo criada pelo poder executivo do estado de São Paulo através do Decreto nº32.141 de 14 de agosto de 1990, reúne 26 municípios com uma população de mais de um milhão de habitantes e um PIB de 29 bilhões. Os maiores são: São Carlos com 241.389 habitantes, Araraquara com 226.508 habitantes e Matão com 81.439 habitantes. (IBGE, 2018).

assentados, envolve em sua grande maioria, famílias com trajetórias fragmentadas, formadas 70% por antigos boias-frias (FERRANTE, BERGAMASSCO, 1995), e errantes⁵ de várias partes do país que encontram nestas locais possibilidades de construção/reconstrução de vida.

Quadro 1: Assentamentos Monte Alegre e Bela Vista

Assentamentos	Criação	Município	Área (ha)	Lotes Familiares
Bela Vista	1989	Araraquara	3.482,41	210
Monte Alegre III	1986	Araraquara	1.099,56	77
Monte Alegre VI	1997	Araraquara	1.253,94	93
Bueno de Andrade	1998	Araraquara	472,41	30
Horto de Silvânia	1998	Matão	405,4	16
Monte Alegre I	1985	Motuca	726	47
Monte Alegre II	1985	Motuca	857,7	60
Monte Alegre IV	1986	Motuca	679,35	48
Monte Alegre V	1991	Motuca	483,76	33

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados INCRA/UCM-2016.

Especificamente a mesorregião de Araraquara é composta por 21 municípios e notadamente Araraquara e São Carlos apresentam perfis econômicos bastante diversificados, com uma produção industrial acentuada com destaque para o setor metal-mecânico, o têxtil e de confecções, o de alimentos e bebidas, o de materiais de transportes, entre outros de menor expressão. No setor primário, o destaque, como mencionado, fica com as monoculturas da cana-de-açúcar, com 79% de ocupação do solo, e da laranja com 17,4% – implicando um índice de ocupação do solo superior a 96% por apenas duas culturas (INCRA/UNIARA, 2012).

Na pecuária, merece atenção o plantel avícola que atinge 1,5% da produção do Estado, fortemente ligado à integração agroindustrial, com destaque para Descalvado. Os suínos representam 2,2% do total do estado e a criação de bovinos chega a 88.000 cabeças.

Especificamente, a cidade de Araraquara, onde se situam a maior parte dos assentamentos estudados (Bela Vista e Monte Alegre), o IBGE estima que aproximadamente 40% da área do território municipal é destinada a plantações, ou seja algo em torno de 40.000 hectares.

Segundo dados apontados pelo IBGE existiriam em Araraquara por volta de 750 unidades agrícolas (IBGE, 2006), assim os assentamentos de reforma agrária representam significativa parcela destes estabelecimentos no município e também na região (GIAF/UFSCar, 2006).

⁵ Partes destas famílias são provenientes de outros Estados como Minas Gerais, Paraná e Bahia.

Estes assentamentos representam mosaicos de diversidade agrícola e de diferentes estratégias de vida, inerentes a lógica produtiva das pequenas propriedades. Conforme apontam Ferrante, Barone e Almeida (2010), duas estratégias básicas orientam a inserção destas famílias às economias regionais: o policultivo orientado para o autoconsumo, com venda de seus excedentes de variadas formas e a integração com agroindústrias, como o caso da cana, da avicultura, produção leiteira, do milho e da mandioca. Vale ressaltar que estas formas de integração são uma constante na região, embora oscilem, representam “ciclos” que se iniciam e se encerram de tempos em tempos.

A inserção comercial ocorre igualmente de forma variada ao mercado local e regional, seja por meio da venda direta em feiras, em compras institucionais, integração com agroindústrias, ou seja através intermediadores que abastecem o mercado regional (assunto este que será melhor discutido posteriormente). Desta forma, o perfil produtivo envolve um universo heterogêneo. Nestes assentamentos a ênfase comercial envolve principalmente a horticultura, a fruticultura, com destaque atenção para a produção de manga, banana, mamão, goiaba, laranja, limão e abacate; a produção de eucalipto, milho, soja, amendoim, cana e mandioca. O quadro abaixo apresenta de forma sintética os principais produtos verificados nos dois assentamentos de Araraquara e seus destinos, tendo como base os anos de 2016, 2017 e 2018 (anos que se concentraram as visitas de campo).

Quadro 2: Principais produtos dos assentamentos de Araraquara

Produto/item	Assentamento	Destino
Milho	Bela Vista	Integração (ração)
		Integração (palha)
	Monte Alegre	Uso interno (alimentação animal)
		Integração (ração)
Soja	Bela Vista	Intermediador
	Monte Alegre	Pouco expressivo
Eucalipto	Bela Vista e Monte Alegre	Papel e celulose (intermediador)
		Carvão (intermediador)
		Construção (esporádica)
Horticultura	Bela Vista e Monte Alegre	Feiras (venda direta)
		PAA/PNAE (venda direta - compra institucional)
		Venda para varejões e pequenos mercados (intermediador)
Fruticultura	Bela Vista e Monte Alegre	Feiras (venda direta)
		PAA/PNAE (venda direta - compra institucional)

		Venda para varejões e pequenos mercados (intermediador)
Cana de açúcar	Bela Vista e Monte Alegre	Integração (Usinas)
		Uso interno (alimentação animal)
		Processamento (rapadura/melaço)
Mandioca	Bela Vista e Monte Alegre	Uso interno (autoconsumo)
		Feiras (venda direta)
		PAA/PNAE (venda direta - compra institucional)
		Integração (farinheiras)
Frango/galinha caipira	Bela Vista	Uso interno e venda excedente (carne e ovos) via comercialização direta
	Monte Alegre	Integração (avicultura de corte)

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

As cooperativas e associações existentes nestes assentamentos, também revelam pontos importantes relacionados às estratégias produtivas, comerciais e também políticas. Estes processos organizativos formais sempre tiveram importância e foram induzidos por diferentes agentes em diferentes momentos ao longo da história destes espaços, conforme aponta Grigoletto (et al. 2016). Atualmente existem 6 associações/cooperativas com maior atuação nestes assentamentos, conforme demonstrado no quadro 3, das quais as mais atuantes são a COOPAM (Monte Alegre), COBELA (Bela Vista).

Quadro 3: Principais associações e cooperativas dos assentamentos de Araraquara

Nome	Sigla	Criação	Local	Presidente
Cooperativa Dos Produtores Agrícolas de Motuca e Região	COOPAM	16/03/2000	Monte Alegre	Luiz Henrique Gomes
Cooperativa Agropecuária Mista do Assentamento Bela Vista do Chibarro	COOBELA	27/07/1997	Bela Vista	Lazaro Marcos de Souza
Associação dos Produtores Rurais de Matao/SP e do Assentamento do Complexo Monte Alegre	APRUMMA	23/05/2016	Monte Alegre	Jose Donizeti Prado
Cooperativa dos Agricultores Familiares de Araraquara e Região Morada do Sol	COOPERSOL	23/11/2017	Monte Alegre	João da Silva Santos
Associação das Mulheres do Assentamento Monte Alegre – Núcleo 6	AMA	01/10/2008	Monte Alegre	Jiseli Dias de Souza Santana
Associação dos Pequenos Agricultores de Monte Alegre e da Região	APAMAR	12/08/2004	Monte Alegre	Gustavo Henrique dos Santos

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Estas cooperativas e associações em sua maioria, cumprem papel na intermediação comercial, na organização/escalonamento da produção, inserem os cooperados aos editais e

chamadas públicas coletivas e servem também para difusão de informações, uso coletivo de maquinário e implentos e compras coletivas. Estas organizações oscilaram ao longo da história desses assentamentos, ora articulando-se em torno da integração ao complexo agroindustrial da região, ora se moldando às políticas públicas recentes direcionadas à agricultura familiar.

Embora tenham esse papel, ou venham a desempenhar um ou mais atributos, as cooperativas e associações formais nesses dois assentamentos sempre tiveram um conjunto relativamente comum de entraves e limitações aos processos organizativos. Em sua grande maioria são orientadas, para operarem sob o prisma do abastecimento institucional, como no caso dos programas PAA, PNAE e PPAIS. O que ensejou formas de organização mediadas e moldadas às necessidades do Estado, e conseqüentemente às normativas burocráticas operacionalizadas em âmbito local pelos municípios. Embora o desenho destas políticas públicas visasse estimular a organização produtiva/comercial e política empreendida coletivamente com bons propósitos, é inevitável observar a tensão existente entre a lógica própria destas famílias e a burocrática/comercial. As estratégias familiares individualizadas não necessariamente se coadunam com a vida organizacional da cooperativa. A coletivização da comercialização, no entanto, não implica, automaticamente, na coletivização do planejamento e da operacionalização administrativa da política pública destas organizações (GRIGOLETTO et al., 2016).

Nos últimos anos com as dificuldades relacionadas aos programas institucionais (assunto que será abordado mais adiante) afetaram as cooperativas e associações da região.

Torna-se relevante salientar que ao se falar sobre a inserção das famílias assentadas aos circuitos comerciais, pressupõe-se o reconhecimento de que a família é a chave para o entendimento do processo de tomada de decisões referentes à organização produtiva, formas de escoamento, alocação de trabalho e recursos financeiros (SHENEIDER, 2003). As decisões são orientadas para a realização do projeto futuro que a família tem para o seu estabelecimento e são pautadas pelas suas necessidades, que variam ao longo do ciclo demográfico familiar (CHAYANOV, 1974; SACCO DOS ANJOS, 2003). As famílias assentadas estão inseridas no todo social e reverberam em seu interior as dinâmicas advindas do jogo de forças políticas e econômicas ao qual estão expostas. A ótica que se apresenta é a ter em mente elementos internos e externos às unidades familiares, que compõem e explicam as estratégias produtivas e comerciais adotadas. A reprodução destas unidades familiares rurais baseia-se nas atividades produtivas por elas desenvolvidas e nos vínculos com os mercados que lhes são correspondentes.

Uma tentativa de caracterização geral das atividades produtivas da agricultura familiar destinada à comercialização revela a predominância da combinação cultivo de grãos, criação animal (carnes e leite), produção de hortifrútis, que podem integrar o núcleo principal dos cultivos

comerciais. Ao se considerar a unidade familiar rural no seu conjunto, tendo em conta as várias atividades produtivas e os correspondentes vínculos com os mercados, nota-se que a diversificação se vale da complementaridade existente entre diferentes atividades. Contudo ela pode também se ver frente a pressões competitivas ou a opções de estratégia que dificultam a manutenção do perfil produtivo diversificado ou tornam incompatível uma dada combinação dos recursos (MALUF, 2004).

Estes dois assentamentos vivenciaram sinteticamente nas últimas décadas duas situações específicas: a primeira envolve o período que vai de 2000 até 2010, e se relaciona ao crescimento das integrações com a agroindústria (cana, avicultura). Concomitantemente a isso foi sendo gerido novos mecanismos de compras institucionais (PAA, PNAE, PPAIS) e ocorreu a ampliação de canais de comercialização direta na região.

Com o declínio dos processos de integração, as vendas institucionais e os novos espaços comerciais passam a ser mais disputados. Assim, o aumento da produção objetivando o abastecimento alimentar local/regional e as possibilidades de inserção da agricultura familiar nos mercados agroalimentares com base em estratégias mais autônomas se ampliaram. Este processo vem estimulando a construção de mercados mais adequados à realidade destes agentes (MALUF; WILKINSON, 1999).

Nos itens a seguir serão apresentados os processos de constituição e as principais características que moldaram estes dois espaços sociais, e onde se inserem as famílias estudadas. O processo histórico de constituição, as relações existentes entre os diversos atores sociais que interagem nestes espaços são importantes para a compreensão das mudanças sociais, das estruturas de ações e das escolhas empreendidas pelas famílias assentadas, com destaque para as que constituem o universo de pesquisa.

1.4.2 - O Assentamento Monte Alegre

De acordo com Dantas (1998), ao se tratar da constituição do assentamento Monte Alegre pode-se se tratar de 3 momentos fundamentais: a década de 40; as décadas de 60 e 70; e o ano de 1985. O primeiro momento envolve a aquisição destas terras pelo Governo do Estado de São Paulo, para o plantio e produção de madeira para a Estrada de Ferro de Araraquara (posteriormente incorporada à FEPASA – Ferrovias Paulista S. A.). Nas décadas de 60 ocorre a promulgação da Lei de Revisão Agrária de São Paulo, que abre possibilidades para a criação de assentamentos em terras do Estado. Nas décadas de 1970 e 1980 a área da fazenda é arrendada para empresas do ramo de papel e celulose, conforme aponta Dantas:

Com a criação da FEPASA, a fazenda tornou-se ociosa. Porém sob a coordenação da C.A.I.C. (Companhia Agrícola Imobiliária e Colonizadora), um conjunto de empresas – em sua maioria do Estado de São Paulo - obteve financiamento do governo federal para explorar madeira na Fazenda. A intenção era a de produzir, extrair e comercializar madeira com dinheiro público, em terras públicas, direcionado para fins comerciais. Pretendia-se vender a produção para grupos como RIPASA e CHAMPION. Porém ainda assim, sobraram grandes áreas abandonadas no interior da fazenda (DANTAS, 1998, p.36).

No ano de 1982, o governo Franco Montoro define sua política fundiária através do Programa de Valorização de Terras Públicas e do Programa de Regularização Fundiária (BERGAMASCO, et al. 1997). O assentamento Monte Alegre teve início de sua constituição em 1985, resultado conjunto da mobilização de trabalhadores e sindicalistas e a mediação do extinto IAF e do Escritório Regional de Governo. Em julho de 1985 estes trabalhadores mobilizados ocuparam uma clareira de terra no interior da fazenda Monte Alegre, onde hoje se encontra o núcleo 1. De início, 44 famílias pioneiras fixaram-se numa área interna de 778 ha iniciando um processo, que posteriormente, resultaria na transformação da quase totalidade da fazenda original em terras de Reforma Agrária.

Vale ressaltar o papel exercido pelos então-criados Escritórios Regionais de Governo (gestão Franco Montoro), que se apresentavam como instâncias de governo cujo intuito era a descentralização das funções do Estado, visando criar localmente, um modo de articulação com a população (CHONCHOL, 2003). Estes escritórios serviram de base para a intermediação entre os ocupantes da área e a Companhia Agrícola Imobiliária e Colonizadora⁶ (C.A.I.C).

Ainda no mesmo ano foi constituído o núcleo II e nos anos seguintes (1986, 1991, 1997 e 1998) ocorreram novas ocupações e a constituição dos núcleos III, IV, V e VI. Na atualidade, este assentamento, conta com seis núcleos, e duas áreas anexas (Horto de Silvânia e Bueno de Andrade, criados em 1998), compreendendo um total de 446 lotes agrícolas.

Uma característica importante deste assentamento é que sua constituição ocorreu em terras estaduais, sendo assim toda a responsabilidade de regularização e assessoria técnica é realizada pela Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP). A fazenda Monte Alegre

⁶ No ano de 1987 a Companhia Agrícola Imobiliária e Colonizadora (CAIC), passou a se chamar Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo (CODASP), vinculada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (CODASP).

possuía ao todo 7.300 hectares (BERGAMASCO et al., 1997), sendo que a área destinada ao assentamento foi de 6.595,19 hectares, das quais 5.230,69 são agricultáveis (extenuando áreas de estradas, comunitárias, cursos de rios e de preservação florestal permanente).

Seu solo é descrito pela CATI como de baixa fertilidade natural, requerendo desde o início de sua exploração agrícola adequada aplicabilidade de corretivos como calcário e fertilizantes (CAMPOI, 2005).

A exploração agrícola destas terras, que inicialmente requeria a retirada da madeira para o plantio, foi orientada (inicialmente) para a gestão/produção coletiva (1985-1986), posteriormente dividiu-se o trabalho em grupos com gestão/produção por conta de cada grupo (1986-1988). Em 1988, parte-se para estratégias individuais, com a divisão dos lotes agrícolas para as famílias (BERGAMASCO et al., 1997). Esta variação na dinâmica foi determinada por problemas e dificuldades produtivas, resultando no abandono da orientação de gestão e produção coletiva. Os lotes possuem 14 hectares (lote agrícola), e nos casos dos núcleos com agrovila (I, II, III) mais 1 hectare de terra (área da casa, pomar e etc.), totalizando em média 15ha por família.

Vale ressaltar que a entrada destas famílias nestas áreas ocorreu em uma situação de penúria, um dos grandes problemas encontrados foi com relação ao uso do solo ocupado por décadas pela monocultura do eucalipto, que trouxe consequências extremamente negativas a sua fertilidade. Neste contexto, é possível identificar a falta de planejamento para se assentar as famílias. Elas foram literalmente jogadas em meio à cultura do eucalipto, sem nenhuma infraestrutura, enfrentando uma série de dificuldades para sua manutenção na terra. No caso dos núcleos mais recentes (Buena de Andrade e Horto de Silvânia) a única intervenção inicial foi o destocamento de 1 hectare de cada lote para a construção do barraco, poço e fazer o plantio de culturas para subsistência, como por exemplo: milho e feijão (GÊMERO, 2013).

Ao longo da década de 1990, o assentamento Monte Alegre passou também a ser alvo do aceno do complexo agroindustrial para a produção de cana para fornecimento às usinas sucroalcooleiras (o mesmo ocorreu com o assentamento Bela Vista), mas ainda havia forte resistência de parcela dos assentados, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, de alguns agentes do ITESP, além dos entraves jurídicos. A partir da década de 2000, com o envolvimento do poder público local (Prefeitura de Motuca) e agora apoio do ITESP, em 2002 passou a ser possível a integração dos agricultores assentados (estaduais) a qualquer tipo de cadeia agroindustrial, via integração na forma de parcerias. Estipulando-se uma área máxima correspondente a 50% do lote para tal atividade. No período de 2002 a 2008 o assentamento vivencia o auge das parcerias com usinas sucroalcooleiras, com destaque para os contratos com as usinas Santa Luiza (Motuca), Maringá (Araraquara) e São Martinho (Pradópolis).

A partir de 2010 a 2012 intensificam-se os primeiros problemas, como atrasos e não pagamento (por parte das usinas), dificuldades na colheita, a perda de sacarose e conseqüentemente perda financeira (entre outros problemas). A diferença de rentabilidade entre os dois primeiros cortes e os demais eram significativos, ou seja, muitas famílias que se entusiasmaram com os valores pagos após 18 meses, não tinham clareza da queda que ocorreria posteriormente. Outro fator importante envolve a cadeia produtiva do açúcar e álcool, que passa a sentir os efeitos da crise financeira global de 2008 a partir de 2009/2010. Os fechamentos de usinas de pequeno e médio porte, reestruturações de gestão destes complexos cada vez mais internacionalizados (grupos COSAN, CRISTALSEV, COPERSUCAR, LCD, entre outros), afeta toda cadeia, impactando principalmente em fornecedores (arrendatários, fornecedores autônomos e assentados com contrato de fornecimento).

A partir de 2012, a maioria dos assentados do Monte Alegre já havia abandonado o cultivo da cana. Em conversas informais com técnicos do órgão gestor, era comum ouvir que a cana “havia injetado dinheiro como nunca nos assentamentos”, mas quando questionados sobre a diversidade agrícola, reconheciam que era visível a redução dos cultivos praticados (perda de agrobiodiversidade), sobretudo se comparadas as cadernetas de campo do período “pré e pós-cana”.

Concomitante com o auge da parceria da cana, também merece destaque os contratos de integração para produção leiteira (“semi-integrados”⁷) e avicultura, nos núcleos que formam o assentamento Monte Alegre. De 2002 a 2008 era comum ao percorrer o assentamento verificar a construção de um novo barracão para avicultura. Em Bueno de Andrade, dado o perfil um pouco diferenciado⁸ (GÊMERO, 2013), o número de integrados ao setor avícola chegou a metade dos lotes existentes (31 lotes), com destaque para a integração com as empresas Rei Frango (desativada em 2006), Rigor (desativada em 2012).

Em sua dissertação de mestrado Gêmero (2013) observou a forma como as integrações com o sistema avícola ocorreram e também seu declínio, e conclui que semelhante a outras formas de integração, prevalecia a desinformação (assimétrica), a constituição de contratos “unilaterais” e

⁷ A criação de gado e produção leiteira cresceu no assentamento Monte Alegre no início dos anos 1990 e perdurou até por volta de 2005. Como não havia uma organização coletiva na forma de escoamento, as relações: produtor – agroindústria era pessoalizada, e muitos vendiam sua produção para um atravessador comum que possuía um tanque de resfriamento próximo ao distrito de Bueno de Andrade que posteriormente revendia o leite ao laticínio Argênio.

⁸ Segundo Gêmero (2013), muitos que aderiram a integração com agroindústrias avícolas na região eram assentados de segunda geração, ou seja, que entraram na Reforma Agrária comprando benfeitorias dos lotes, assim representam um universo de assentados que possuíam maior nível de capitalização, tendo inclusive, capacidade financeira para alguns investimentos em infraestrutura no momento de entrada nos lotes.

pouquíssimas garantias ao fornecedor integrado. Mesmo em relação ao retorno financeiro alcançado, os custos envolvidos na adequação do espaço físico (construções, adequação às normas), e reiterada elevação do custo de produção (preço dos insumos) restringem gradativamente o ganho das famílias.

Paralelamente a estes “grandes projetos”, relacionados aos ciclos de integração (auge e declínio), por sua vez ligadas a crises conjunturais nos setores sucroalcooleiro e avícola (2010 – 2015), outros projetos foram pouco a pouco se desenvolvendo, ganhando espaço e trazendo opções de escoamento e ganho às famílias assentadas. Estas outras opções, em especial a criação das feiras do produtor em Araraquara e região, e o desenvolvimento dos programas de compras institucionais ao longo dos últimos anos, representam importantes iniciativas, estruturada em ações envolvendo diversos atores sociais.

Estes diversos atores articulam-se entre si (assentados e instituições) construindo novos mercados, revitalizando e ressignificando formas de comercialização esquecidas e enfraquecidas nas últimas décadas na região, como o caso das feiras. A emergência destas iniciativas, inseridas nos circuitos curtos de comercialização, e o declínio das parcerias de integração, resultaram em um expressivo crescimento da diversidade agrícola no assentamento, embora ainda existam muitos lotes ociosos, com pouca produção e dificuldade de inserção comercial. Este e outros fatores, estimulam, a retomada da proposta de plantio da cana, agora para a usina São Martinho. Nos últimos dois anos 2017 e 2018 tem se intensificado reuniões envolvendo o ITESP (escritório regional de Araraquara), Prefeitura de Motuca e lideranças assentadas, para a retomada do plantio, estando previsto para o início de 2019 os primeiros plantios.

1.4.3 - O assentamento Bela Vista

O assentamento Bela Vista está localizado no município de Araraquara, em antigas terras da Usina Tamoio (CAIRES, 1993). Durante um século e meio a área do assentamento foi palco para o cultivo de café e cana de açúcar em sistema de *plantation*. No final da primeira metade do século XX a Usina, nas mãos da tradicional família Morganti chegou a ser a mais produtiva do país na produção de açúcar e álcool, a citação de Flores, Bezerra e Ferrante ilustram a magnitude e importância do complexo Bela Vista.

(...) a usina que foi pioneira na instalação da primeira moenda de cana do mundo e, na utilização da vinhaça como fertilizante agrícola. Entre os anos 1920 a 1930 a Usina Tamoio respondia por aproximadamente 12% da produção total de cana-de-açúcar do Estado de São Paulo (CAIRES, 1993,

p.59). A autora mostra que em 1946 a usina se transformou na maior indústria sucroalcooleira do país e da América do Sul. Foi neste contexto de expansão da produção que a Usina Tamoio comprou as terras da fazenda Bela Vista (FLORES, BEZERRA, FERRANTE, 2013, p. 218).

Na segunda metade do século XX, a Usina Tamoio e as terras que formam hoje o assentamento Bela Vista, passam às mãos do grupo Silva Gordo, iniciando um lento e gradual processo de decadência e desestruturação que culminará, duas décadas depois, na desapropriação de suas terras e instauração do assentamento Bela Vista do Chibarro, conforme aponte Gomes:

No final dos anos 60, a Usina que pertenceu à família Morganti por mais de 50 anos, teve suas terras comercializadas para o grupo Silva Gordo e o processo de decadência foi inevitável (GOMES, 2006). Rosim salienta com precisão tal fato: (...) a Usina Tamoio passou a ser propriedade do grupo Silva Gordo, e 11 anos mais tarde tem início a crise que se arrastou por vários anos, cuja magnitude fica explicitada pelos problemas que a empresa passou a apresentar: não recolhimento do FGTS, atrasos salariais, paralisação das atividades, improdutividade de cerca de 10.000 alqueires, elevados débitos fiscais para com o Fisco Estadual e estabelecimentos oficiais de crédito do Estado (ROSIM, 1997, p.43 apud MASCARO, 2005). É importante enfatizar que, desanimados com a situação do trabalho, os funcionários da Usina, desde a década de 60, com a fundação dos primeiros Sindicatos Rurais, começaram uma trajetória de lutas por melhores condições de trabalho da região. Mas foi somente na data de 1983, com a mobilização dos trabalhadores, particularmente os da Usina Tamoio, que se passou a discutir, de fato, a possibilidade de Reforma Agrária naquelas terras. (GOMES, 2011, p. 36).

A constituição deste assentamento é também resultado da organização dos trabalhadores rurais em congruência com o movimento sindical, assim como havia ocorrido no assentamento Monte Alegre. O processo de negociação da desapropriação desta área para fins de reforma agrária foi conduzido pelo Sindicato dos Assalariados Rurais (FERAESP) em decorrência da massa falida da Usina. Com base na elevada dívida legal (trabalhista e tributária), ocorreu seu perdão em troca da arrecadação das terras pela União. Ao longo de seu processo constitutivo, vão se fixar, inicialmente, 176 famílias dispostas em 176 lotes agrícolas de produção. Restou ao assentamento parte da estrutura da antiga Usina, que pode ser representada na disposição de mais de 100 casas em uma agrovila central. Estas casas foram/são utilizadas por parte das famílias assentadas e a disposição dos lotes de produção se fez no entorno das mesmas – formando assim um grande nucleado central.

No ano de 1989, ainda não havia sido regularizada a situação dos assentados, os lotes não estavam demarcados e a ocupação da área não era total, visto que, inicialmente, poderia comportar 160 famílias e apenas 79 estavam nas terras.

Para que o assentamento fosse oficializado se fazia necessário que o governo federal pagasse a indenização pela desapropriação do imóvel. Estas 79 famílias eram chamadas de pioneiras e entraram no assentamento sem que tivessem passado pelo critério de seleção. Neste momento, o sindicato dos empregados rurais de Araraquara tinha pleno domínio sobre a entrada de famílias no assentamento. No mesmo ano, o INCRA executou um cadastramento para entrada de outras famílias. No entanto, acabou por transferir, para esta área da usina “Urupês”, no ano seguinte, 29 famílias excedentes do projeto Fazenda Reunidas, da cidade de Promissão (Brancaleone, 2002, p.74).

Tal atitude resultou nos primeiros conflitos dos assentamentos com o Estado. Houve uma intensa mobilização desses trabalhadores para impedir a entrada dessas novas famílias. Nesse momento a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo, FERAESP, mostrava-se muito preocupada com essa transferência, pois estas famílias estavam articuladas com o MST e uma possível disposição em disputar politicamente com o sindicato o controle do assentamento. Depois de muitas negociações as famílias vindas do município de Promissão são assentadas no Bela Vista, este fato demarcou já de início uma divisão de grupos no interior do assentamento. Essa divisão se estendeu para organização da produção nos lotes, ou seja influenciou nas condições de produção e também na escolha da cultura a ser cultivada

Nesse assentamento, a competência de gestão e assessoria técnica passa a recair sobre o INCRA, mas por meio de convênio técnico firmado a partir de sua constituição (1989), o acompanhamento técnico passou a ser feito pelo ITESP. Estes assentamentos (Bela Vista e Monte Alegre), entendidos como processos sociais complexos, cuja singularidade, está na forte presença em sua composição – em torno de 70% de antigos boias-frias, trabalhadores rurais assalariados ligados ao complexo sucoalcooleiro regional. Estes atores sociais, constituíam uma população de ex-proletários rurais, expulsos gradativamente do mercado de trabalho por força do desemprego estrutural que se faz crescente na região (FERRANTE, BARONE, 1994).

A mobilização que levou à instalação deste assentamento, acaba sendo uma marca e conquista importante, fruto da dos trabalhadores rurais nas terras dos canaviais (FERRANTE, 1992). Mesmo assim, a trajetória deste assentamento não é muito diferente dos demais assentamentos constituídos no Estado de São Paulo, quanto às dificuldades, à falta de organização e planejamento por parte dos órgãos gestores.

A falta de planejamento, a desorganização de um cronograma racional de investimentos e o esvaziamento cíclico da estrutura de assistência técnica (FERRANTE, BARONE, 1997, 1998) acaba por prejudicar em muito o desenvolvimento econômico dos produtores assentados. Conflitos entre assentados ligados a distintas direções políticas, expressos em protestos contra os órgãos técnicos, conflitos que tiveram interferência nas experiências

frustradas de cooperativas e de associações reavivados por muitas disputas internas fazem parte desta trajetória. (INCRA/UNIARA, 2012, p. 4).

Logo após sua constituição em 1989, em uma área pouco superior a 3.400 hectares, é feita a demarcação das áreas de reserva e de preservação permanente (30% no total) e dos lotes. Na primeira safra comercial, ocorrida em 1992, as dificuldades aparecem, como o preparo inadequado do solo para plantio, a rebrota da cana, a estiagem prolongada nos meses chuvosos do verão entre outras. Com isso, a produção esperada fica aquém do desejado. Nesta mesma época, o ITESP passa a estimular o plantio de milho para venda intermediada para empresa Maizena (produtora de amido de milho comestível).

A partir do ano de 93, os assentados do Bela Vista passam a acessar o PROCERA – Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária. Como destino, parte significativa do crédito acessado pelos assentados passou a ser usada para a implementação de uma infraestrutura (mínima) nos lotes de produção (poços, cercas, iluminação). No ano de 1995 é fundada a COAPRA – Cooperativa de Pequenos Produtores da Reforma Agrária, e também, de forma tímida, iniciam-se movimentos favoráveis ao plantio da cana no assentamento via Associação Independente - grupo de assentados defensores do plantio da cana (BAÚ, 2000).

A partir de 1997, com as dificuldades crescentes no plantio do milho (baixo preço), passa a ocorrer uma maior diversificação produtiva no assentamento, onde se destacam o algodão, a soja, a horticultura, a produção de frutas e também a criação do bicho da seda. Neste sentido, apesar de uma maior diversificação em termos gerais, a frustração com o plantio do milho, e as dificuldades com a produção leiteira abrem novamente espaço para a proposta de plantio de cana consorciada/arrendada. Conforme descrito no relatório INCRA-UNIARA de 2012:

A maior parte dos assentados passa por dificuldades e não consegue transformar seus lotes de terra em atividades rentáveis. O coordenador da Associação Independente eleito representante do assentamento divulga que o então ministro da Agricultura, Raul Jungmann, autorizou o plantio de cana-de-açúcar. Mais assentados aderem ao plantio. Os que resistem à cana continuam plantando o milho, mas começam a dar espaço para outras culturas no lote como algodão, soja, bicho da seda, frutas e horta. Um grupo familiar inicia o plantio de hortaliças e passa a se destacar no assentamento (INCRA/UNIARA, 2012, p. 6).

Assim, na safra de 2001/2002, a Usina Zanin propõe parceria com os assentados do Bela Vista do Chibarro, onde adiantaria as mudas de cana e os insumos produtivos. A empresa realizaria também o serviço de logística e também colheita, adquirindo a produção, nos moldes

de um arrendamento padrão. O retorno adquirido pelos que aceitaram a proposta estimula a entrada de novos assentados. Vale ressaltar, entretanto, que ao optar pelo plantio em forma de arrendamento, os assentados ficaram em situação de risco, incorrendo em ações passíveis de exclusão, uma vez que práticas de arrendamento são proibidas em assentamentos federais, visto que contrariariam o Estatuto da Terra e os pressupostos da Reforma Agrária.

Vale ressaltar a situação ambígua vivenciada nos assentamentos de Araraquara, uma vez que as Portarias 75 e 77 do ITESP, permitiam a formalização de parcerias entre assentamentos estaduais e agroindústrias, mas não possuía validade sobre assentamentos federais, como no caso do PA Bela Vista. Curioso é que a assistência técnica no Bela Vista era prestada pelo ITESP, assim para os assentados do Bela Vista eles possuíam os mesmos direitos que os assentados do Monte Alegre.

A partir da mudança na orientação política no governo federal, com a eleição do governo Lula, importantes atores relacionados aos assentamentos, e contrários à parceria (INCRA e FERAESP) articulam-se para a execução de ações, intituladas como “moralizantes”, dentro do Bela Vista

Em 2004 o INCRA inicia uma auditoria no assentamento, onde todos os titulares foram chamados para prestarem esclarecimentos e muitas irregularidades foram diagnosticadas. Vale ressaltar que um dos argumentos utilizados para o processo de auditoria evocava diretamente a questão ambiental, pois alguns assentados estavam usando área de reserva para pastagem de animais e plantio de cana. Ainda neste ano o INCRA dá entrada no pedido de averbação destas áreas no DPRN. (INCRA/UNIARA, 2012, p. 15)

Com a mudança política, o INCRA, passa a se aproximar do dia-dia dos assentados da Bela Vista, havendo uma reestruturação das ações por parte da Superintendência Estadual do INCRA. O ITESP deixa de fazer a prestação de serviço de assistência técnica no Bela Vista. Novos técnicos são contratados pelo INCRA em parceria com a FERAESP e FEPAF, e passam a fazer o serviço de assistência técnica.

As famílias, que plantavam cana em parceria com a usina, e também com outras pendências são chamadas a regularizar sua situação perante o INCRA. Essas famílias resistem aos acordos, o que motiva os processos de reintegração de posse, por parte do órgão federal. No dia 10 de dezembro de 2007, ocorre a reintegração de posse de 11 lotes, conforme expresso por um comunicado do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, baseado em informações do INCRA:

Foram cumpridos 11 mandados de lotes: 01 construção em área comunitária, 01 ocupação e construções irregulares em área de reserva legal transformado em lote de produção, dos outros 04, que inicialmente foram regularmente assentados pelo INCRA: 02 acumulavam lotes, onde desenvolviam a monocultura da cana-de-açúcar em regime de arrendamento, disfarçado de parceria/compra e venda de insumos com uma Usina local, sem contar que estes ocupavam ainda irregularmente as áreas de reservas legais e área de preservação permanente com pastagem do gado adquirido através de financiamentos dos Programas Oficiais (PROCERA - PRONAF) e os outros 02, desenvolviam as mesmas condições de exploração. (NERA, 2008)

Nos anos de 2008 e 2009 foram estimuladas, por parte do INCRA e da FERAESP, o desenvolvimento de novas atividades produtivas, isso associado à erradicação do plantio da cana. Inicialmente, os assentados que aceitassem a condição do INCRA de rescindir o contrato com a Usina Zanin, poderiam cortar e vender a cana remanescente, sem, no entanto, realizar um novo plantio. Isso propiciaria uma transição gradual, evitando-se grandes perdas.

Paralelamente a isto, vários grupos são organizados, como os da horta, da vassoura, dos suínos, do leite e derivados, do milho, grupo do trator, grupo da farinheira e grupo da costura. Alguns destes grupos possuem relação direta com a FERAESP, outros se estabelecem de forma mais autônoma, mas ainda assim sob a supervisão do INCRA e da FERAESP (AMARAL, 2013). No ano de 2009 A FERAESP, estimula a criação da Cooperativa Unificada dos Trabalhadores do Campo – UNICAMPO. Ao mesmo tempo, as dificuldades da entidade e do INCRA em apresentarem propostas produtivas viáveis aos assentados fazem pairar sobre essas entidades o receio de promessa descumprida. No relatório do contrato de prestação de serviços INCRA/UNIARA, as coletas de dados se estenderam até o primeiro trimestre de 2012 e apresentam o panorama na época:

No início da retomada do INCRA, os grupos estavam organizados e a FERAESP atuava na organização destes, através de reuniões, capacitações e trocas de experiências. Eram traçados rumos para o assentamento, sempre acompanhados pelo olhar do Presidente da FERAESP e do Superintendente do INCRA. Além da formação dos grupos, os assentados se filiaram ao Sindicato Rural e à Cooperativa Unificada dos Trabalhadores do Campo-UNICAMPO. Neste período, alguns assentados, para se adequar iniciaram a produção de hortas e comercializavam, através da CONAB via UNICAMPO. Em 2010, muitos grupos já tinham se dissolvido e permaneciam apenas dois grupos diretamente ligados à FERAESP o grupo da Farinheira e o grupo da costura, no entanto atravessam uma crise organizacional e falta de recursos para dar andamento às atividades (INCRA/UNIARA, 2012, p. 22).

Apesar de não concretizar de fato os grupos, a retomada do INCRA resultou na volta de práticas agrícolas mais diversificadas. Hoje existem no assentamento vários grupos de hortas que são formados em sua maioria por núcleos familiares, nestas hortas há alimentos que antes não eram cultivados

e hoje aparecem em grande diversidade. Nos lotes que não dispõem de água, a diversidade de cultura também tem aumentado e os agricultores têm optado por plantar frutas para fazer a diversificação. Apesar de notarmos sinais do retorno da agricultura familiar, ainda há um caminho longo a percorrer para transformar, de fato, o modelo de produção existente no assentamento (INCRA/UNIARA, 2012, p.25).

Outros fatos, ajudam a explicar o enfraquecimento das ações do INCRA e da FERAESP no assentamento Bela Vista. O primeiro tem a ver com a mudança política no município, a gestão que se estende de 2008 a 2015, tem relações mais próximas com lideranças ligadas a Associação Independente, historicamente defensora das parcerias agroindústrias. O segundo envolve a própria dificuldade estrutural do INCRA de se fazer presente e atuante neste assentamento, seja por falta de agentes, seja pela dificuldade de construir novas propostas produtivas/comerciais que pudessem fazer frente a perspectiva de integração com usinas.

No ano de 2011, ocorre nova mudança de serviço de ATER, que passou a ser feito pela BK Consultoria. Em pouco tempo, por sua vez, esta empresa deixaria de prestar serviços em funções de ações movidas pelo Ministério Público, questionando a capacidade operacional da empresa e os valores do contrato. Ainda este ano o Superintendente do INCRA de São Paulo pede exoneração do cargo em função de ações da Polícia Federal com base em suspeitas de desvio de verba pública, no mesmo dia os funcionários do INCRA entram em greve. No segundo semestre abre-se um novo edital serviços de Ater no Estado. Neste interim os assentados do Bela Vista ficaram mais de 6 meses sem assistência técnica. A partir de 2012 o Instituto Biosistêmico (IBS) assume a ATER em assentamentos federais de São Paulo.

Estas idas e vindas do INCRA, somadas a saída Superintendente que possuía forte relação com a FERAESP, na região de Araraquara e como MST no Pontal do Paranapanema, corta o já escasso fluxo de recursos para a entidade e para a UNICAMPO.

No período 2011 – 2012, é intenso do ponto de vista político neste assentamento. Os assentados do Bela Vista recriam a Cooperativa Agropecuária Mista do Assentamento Bela Vista do Chibarro (COBELA), com a defesa do plantio da cana, e em oposição à FERAESP/ UNICAMPO e INCRA. Esta Cooperativa tem a formação de uma nova direção, novos cooperados são inseridos e a direção da entidade inicia um novo plantio de cana em parceria com a Usina Nova Era, de Ibaté-SP. No ano de 2012 a Usina Zanin é adquirida pelo grupo Raizen, mas permanecem os problemas relacionados aos pagamentos atrasados.

Paralelamente a isto, em menos de dois anos ocorrem duas trocas de Superintendentes do INCRA, dificultado as negociações e a interlocução com os assentados. No ano de 2013, o Ministério Público notifica os assentados que aderiram a cana, agora em torno da COBELA e

da Associação Representativa (antiga Associação Independente). Após negociações com o INCRA autoriza o de 40% do lote com parcerias agroindustriais, mas os assentados recusam, requerendo 50%. Cresce a demanda pela emancipação⁹ do assentamento contando, inclusive com o apoio do então prefeito da cidade.

Neste período o IBS assume a assistência técnica (2012-2016), com uma mudança de enfoque em relação aos serviços de ATER prestados anteriormente. A entidade, passa a restringir suas ações mais ao campo técnico da produção vegetal e animal. Questões relacionadas a documentação e demandas jurídicas, e também projetos de financiamento, passam a ser feitos com certa dificuldade. No ano de 2016, a empresa (IBS) rompe unilateralmente o contrato de prestação de serviços, alegando atrasos de pagamento, o que gerou dificuldade de fluxo de caixa e conseqüentemente a impossibilidade de manter os técnicos em campo.

Apesar da situação envolvendo o plantio da cana demonstrar as dificuldades de gestão e estímulo às atividades diversificadas, o processo de ajustamento de conduta executado no interior deste assentamento, sobretudo no período 2003-2012, propiciou uma busca maior por alternativas frente à cana, com o aumento da diversidade agrícola, sendo que partes que eram ocupadas com a cana cederam lugar ao cultivo de hortaliças, feijão, soja, milho e eucalipto.

Neste sentido o movimento sindical, o agronegócio, o poder público local e federal agem de maneiras, muitas vezes, opostas e, em outras, conciliatórias, nas duas últimas décadas a grande questão foi a presença da cana no assentamento. Mas com seu declínio outras frentes, ou melhor, outros empreendimentos ganharam força nos assentamentos. Ressalta-se, entretanto, na última década a continua a ser a cana. Ela mobiliza os atores envolvidos nos campos de disputa, mas paralelamente a isso outras práticas agrícolas, como a horticultura merecem destaque neste assentamento.

Assim como ocorreu no assentamento Monte Alegre, paralelamente aos “ciclos de integração”, outros projetos foram aos poucos se desenvolvendo, como o caso das famílias inseridas nas feiras do produtor em Araraquara, e também o estímulo a diversificação visando atender as compras institucionais (PAA, PNAE e PPAIS). Como dito, a emergência destas iniciativas, inseridas nos circuitos curtos de comercialização, vão se constituindo concomitantemente as idas e vindas da cana nesse assentamento, e são frutos da mobilização de

⁹ Em 2011 o prefeito Marcelo Barbieri, junto com 44 assentados, foi a Brasília em uma audiência pública com o Ministro do Desenvolvimento Agrário (Afonso Florence) requerer a emancipação do assentamento Bela Vista. A reunião contou com o apoio do senador Aloysio Nunes.

diversos atores sociais, numa tentativa de criar novas opções, com maior autonomia em relação aos processos de integração.

2. EIXOS TEÓRICOS EM ANÁLISE: DESENVOLVIMENTO RURAL, SISTEMAS AGROALIMENTARES E CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO

2.1 Apresentação

A ideia central deste capítulo é a de discutir as principais referências teóricas do trabalho, bem como promover um afinamento de termos e designações que muitas vezes aparecem de forma difusa e fragmentada. Inicialmente abordamos questões relevantes sobre a importância do tema da comercialização relacionada à agricultura familiar e assentada, suas principais características e principais entraves, baseando-se principalmente em reflexões obtidas de pesquisas que privilegiaram o trabalho de campo e os relatos de dificuldades comerciais expostas pelos produtores.

Neste trabalho ainda são utilizados os dados do Censo Agropecuário de 2006, tendo em vista que o Censo agropecuário de 2015, foi realizado em 2017 e só foram divulgados, até o presente momento, dados gerais, sem o mesmo nível de detalhamento do Censo anterior. Ressalta-se que a periodicidade dos Censos deveria ser quinquenal, porém os levantamentos de 1990, 1995, 2000, 2005, 2010 e 2015 não foram levados a efeito devido a cortes orçamentários do governo: o Censo Agropecuário 1990 não ocorreu; o levantamento de 1995 foi realizado em 1996 junto com a Contagem da População; o de 2000 não foi realizado; o de 2005 foi a campo em 2007 junto, mais uma vez, com a Contagem da População; o de 2010 não foi realizado; e o de 2015 foi a campo em 2017, desta forma, neste trabalho ainda utilizamos algumas fontes relacionadas ao Censo de 2006, até mesmo porque os dados refinados da agricultura familiar estão previstos para a versão final em julho de 2019, segundo informações contidas no endereço eletrônico do IBGE.

Posteriormente, foram selecionados alguns autores e linhas de pesquisa sobre a reforma agrária, tendo como perspectiva central, o desenvolvimento rural. Esta parte do trabalho visa apresentar um pouco sobre a evolução das pesquisas relacionadas aos assentamentos rurais nas últimas décadas. Não se tem a pretensão de elaborar uma revisão bibliográfica sistematizada, tendo em vista o grande número de autores e temáticas exploradas pela sociologia rural e áreas afins. Até por que este não é o foco do trabalho. Mas a efeito procura-se apresentar um possível diálogo entre os caminhos de pesquisa tendo assentamentos como foco, e sua influência na agenda pública e no desenvolvimento rural.

Consequentemente extrapola-se o tema da comercialização, tendo em vista que as principais discussões das décadas de 1980 e 1990, envolvendo o tema da comercialização em áreas

de reforma agrária eram postas no bojo de discussões mais amplas. Somente no final dos anos 1990 e 2000 a importância da interface comercial, recebe tratamento mais específico pelos principais estudiosos do meio rural brasileiro. Aborda-se, complementarmente, elementos relacionados à diferentes políticas públicas, às mudanças nas dinâmicas demográficas no campo, aspectos socioprodutivos e territoriais. A discussão sobre desenvolvimento rural coloca em perspectiva, um elemento importante para esta pesquisa, a estreita relação entre as ações do Estado – via políticas públicas e programas institucionais – em fomentar e desenvolver formas de comercialização ligadas à territorialidade local, abrindo caminho para o desenvolvimento de mercado mais adequados ao heterogêneo universo dos pequenos agricultores familiares.

Em seguida será enfatizado os principais conceitos referentes aos sistemas agroalimentares e circuitos curtos de comercialização, bem como as linhas metodológicas e epistemológicas que norteiam tais conceitos e temas. A revisão bibliográfica apresentada nesta parte, servirá de base para compor a análise acerca da importância dos circuitos curtos envolvendo assentamentos de reforma agrária em Araraquara.

2.2 - Escoamento e comercialização: assentamentos em perspectiva.

No Brasil, a atuação dos pequenos produtores rurais é importante envolvendo não somente a produção e abastecimento alimentar, é fonte de trabalho e renda, promotora da agrobiodiversidade, se apresenta como uma agricultura de menor impacto ambiental, é pluriativa e multifuncional. Todavia essa representatividade territorial, social, econômica, ambiental e cultural ainda não está adequadamente mensurada, pois as informações mais consistentes sobre a temática não têm como foco essa mensuração, se baseiam sobretudo em trabalhos qualitativos, e quando abordam análises mais quantitativas, o recorte regional, ou a proposta de estudos comparados, dificultam grandes generalizações – para um retrato mais fiel do panorama nacional.

Carlos Guanzioli (2007, p. 12), afirma que “pelos dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE de 2006, que é uma fotografia rica da realidade rural, ainda não permitem separar com exata precisão a “agricultura familiar da agricultura patronal”. Kageyama (2010, p 42) menciona o problema envolvendo o critério adotado para definição de agricultura familiar, que pode gerar exclusão de parte deste grupo que está inserida na “agricultura industrializada”. Da mesma forma apontam Del Grossi e Marques (2010) a dificuldade “na correta identificação da condição legal do produtor entrevistado”, quando apresentada a categoria “assentado sem titulação” por parte do recenseador. Apesar dos problemas metodológicos este

censo ajuda a clarificar o tamanho e a relevância da agricultura familiar e também assentada no contexto agrário brasileiro.

De acordo com os dados de 2006, existiriam no Brasil 4.367.902 estabelecimentos agrícolas pertencentes aos agricultores familiares. Este número representa 84,4% do número total dos estabelecimentos agrícolas do país. Este grupo ocupava uma área de 80,25 milhões de hectares, que por sua vez representa 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Estes números reiteram a histórica estrutura agrária concentrada no país, onde os grandes empreendimentos rurais e latifúndios improdutivos ocupam 75,7% da área agrícola brasileira.

Apesar de cultivar uma área menor com lavouras e pastagens (17,7 e 36,4 milhões de hectares, respectivamente), a agricultura familiar é responsável por garantir boa parte da segurança alimentar do país, como importante fornecedora de alimentos para o mercado interno. Ela é responsável por cerca de 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café e 34% do arroz (IBGE, 2006). Apesar da importância desempenhada pelo segmento, recebem os menores investimentos ligados ao crédito, a infraestrutura e apoio à comercialização.

O desafio fundamental para a pequena propriedade, numa perspectiva de inserção em mercados, de acordo com Wilkinson (1999), envolveria a busca por estratégias visando à agroindustrialização autônoma, à agregação de valor e à inserção dinâmica aouniverso mercantil. Os canais e as estratégias de comercialização podem definir a parcela de ganho dos agricultores e sua segurança em função das flutuações do mercado, sendo um aspecto tão importante quanto outros fatores diretamente ligados a produção (MALUF, 2004). A existência de diferentes canais permite aos agricultores escolher a melhor forma de escoar a produção em função das circunstâncias de um momento específico e fugir da pior situação que é a perda da produção por falta de destinação final ao produto.

A agricultura familiar, e sua inserção aos circuitos comerciais tradicionais, tem sido competitiva na produção de hortaliças, frutas e flores. Porém, a alta perecibilidade, que é uma característica inerente desses produtos, exige um arranjo no canal de distribuição que permita sua comercialização de modo eficiente. Isso está fora do alcance para a maioria dos produtores, colocando o processo de comercialização nas mãos de intermediários, que podem representar situações mais ou menos adversa dependendo do tipo de relação que se estabelece com estes sujeitos (MALUF, 2004).

Paralelamente, as mudanças ambientais de negócios decorrentes do crescimento dos mercados globalizados, com os paradoxos estabelecidos por uma política agrícola inconsistente

(SCHLACHTA, 2008), delineiam uma série de barreiras que prejudicam o desenvolvimento do pequeno produtor rural, em especial os oriundos da agricultura camponesa. Essas barreiras relacionam-se a fatores como a baixa escolarização, dificuldades econômicas e de acesso aos mercados (PONTES, SANTOS, 2015).

De uma forma geral é também reconhecido por inúmeras pesquisas e instituições que onde se implantaram assentamentos foram geradas rendas maiores do que as obtidas em atividades equivalentes (ROMEIRO, 1994; GUANZIROLI, 1996; FERRANTE, 1999). Verifica-se que a oferta de gêneros alimentares aumenta significativamente, que ocorrem efeitos de transbordamento (LONG, PLOEG, 2011), aumento da agrobiodiversidade (GAVIOLI, 2011), sem mencionar o destaque dado à multifuncionalidade da agricultura familiar (ABRAMOVAY, 2002) entre outros.

Quando se menciona as dificuldades no arranjo de canal de distribuição envolvendo o escoamento e comercialização da produção oriunda de assentamentos ou da agricultura familiar pode-se descrevê-lo em algumas etapas gerais. Quando um assentamento é criado, a perspectiva é de que os beneficiários iniciem imediatamente o cultivo de lavouras de subsistência. Isso envolve a possibilidade de autoconsumo, diminuindo o risco de insegurança alimentar. Em regiões onde existiria o predomínio da monocultura a constituição de um novo assentamento promove a reconversão para policultura (MOREIRA, 2001), entretanto este processo se dá sem um acompanhamento ou dimensionamento adequado por parte dos agentes e instituições de regularização fundiária ou de prestação de serviços de ATER.

Posteriormente, ou concomitantemente inicia-se o plantio, ou o desenvolvimento de estratégias comerciais, ancoradas nas características e potencialidades locais. Vez por outra, inserem-se elementos ou culturas importadas, sem relação direta com o conhecimento prévio dos agricultores, ou com a tradição agrária da região. Nesta etapa, os princípios racionalizantes da produção envolvem as características edafoclimáticas, nível tecnológico, disponibilidade de mão de obra, nível de capitalização, presença ou não de trabalho associativo/cooperado, acompanhamento técnico à produção. Podem haver arranjos institucionais, em maior ou menor grau que favoreçam a inserção às economias locais/regionais: poder público local, instituições de ATER, comércio alimentício local, complexos agroindústrias.

Fatos estes que a vasta bibliografia sobre assentamentos rurais vem revelado: modelos impostos, baixa autonomia dos produtores, não reconhecimento dos saberes acumulados não considerar saberes acumulados, condicionantes do crédito, idealizações (FERRANTE, 1994, 1999).

De um modo geral a ampliação de áreas plantadas, não necessariamente implica na busca por novos mercados, ou a tentativa de construção de novos mercados pelos agricultores, ou entidades de apoio. A excessiva dependência em relação ao comprador, na maioria das vezes representado pela figura do intermediador, fato que usando uma terminologia marxista, seria registrado como dominação indireta do capital, ou extração da mais-valia via capital comercial (DELGADO, 2004).

Por mais que esta figura tenha sido relativizada em discussões recentes relacionadas à comercialização agrícola (PIERRI E VALENTE, 2015), a relação estabelecida geralmente envolve fortes assimetrias entre produtores e intermediadores. A saber: o intermediário não repassa ao agricultor os lucros adicionais (quando o preço está melhor no mercado consumidor, ou quando obtém do produtor um produto melhor); os produtos que não têm bom valor comercial são usados pelo intermediário para depreciar o lote todo. Em certos aspectos, do ponto de vista da estratégia de produção, o intermediário não representa um elo de ligação, mas uma ruptura entre a produção e o consumo: o produtor fica sem as informações da evolução da demanda, nos pontos terminais de venda, tanto em termos de quantidade como de qualidade.

Sem estas informações, o produtor não adapta sua produção às oscilações do mercado. Apesar de sua importância como mediador entre produtor e consumidor, sua função não é plenamente cumprida, uma vez que não permite que essa comunicação seja completa, e que um possa saber o que o outro acha de seu produto e como poderia melhor agradá-lo. Enfim, o intermediário amortece as oscilações do mercado, não levando ao agricultor o incentivo do aumento do preço na ponta (no consumo), com isso os mercados se estabilizam sem melhoria de qualidade (DELGADO, 2004).

2.3 – O debate sobre o desenvolvimento rural no Brasil: “o pano de fundo”

Conforme o número de assentamentos de Reforma Agrária cresceu no Brasil, igualmente ocorreu um aumento nos estudos relacionados ao tema. O I PNRA (1985), o processo de redemocratização e a Constituição de 1988 foram marcos importantes na construção de agendas e planos relacionados à Reforma Agrária. Os estudos, a partir de então, passaram a abranger um “espaço social em construção”, de acordo com Long e Ploeg (2011, p.24) esses estudos eram caracterizados pelas principais correntes do pensamento social da segunda metade do século XX, onde as teorias de desenvolvimento de matriz estruturalista possuíam de um lado filiação neomarxista e de outro liberal. A vertente liberal vislumbrava um

cenário futuro positivo na integração de formas mais complexas de organização social integradas às sociedades modernas.

Na década de 1980 junto com o processo de redemocratização da sociedade brasileira, novas abordagens e interpretações do universo rural brasileiro emergem. A leitura do universo rural mais amplo e não representado exclusivamente como sinônimo de agrícola.

O fenômeno do êxodo rural, mecanização agrícola e as transformações no campo em curso se acentuam, modificando a composição do emprego agrícola, da composição da mão de obra familiar dentro da unidade agrícola gerando impactos locais, regionais e nacionais. Outros aspectos, como o rural alçado à categoria simbólica, o recorte rural-urbano em suas novas e modernas formas (FERRANTE e WHITAKER, (2015) também passam a compor o cenário da realidade do campo e conseqüentemente gerando desdobramentos epistemológicos ligados aos estudos destes espaços.

Dentre os temas citados e seus efeitos, a comercialização situa-se de forma implícita no bojo de discussões maiores envolvendo o processo de desenvolvimento rural no Brasil e na América Latina. Conforme aponta Schneider (2010), essa discussão vem sendo fortemente *influenciada pelas ações de caráter normativo e pelas políticas de intervenção do Estado*.

Essas ações do Estado refletem em um aspecto mais amplo a demanda social - *fruto da pressão dos movimentos, atores, instituições e organizações do meio rural*, que colocam na “mesa” suas reivindicações e problemas, mas também refletem os *temas do desenvolvimento rural elaborados por estudiosos, pesquisadores e acadêmicos assim como mediadores e/ou organizações que sobrevivem da elaboração de projetos e de sua interface com o Estado*. Desta

forma, uma abordagem do debate brasileiro envolvendo o tema do desenvolvimento rural possibilita visualizar como algumas políticas públicas vieram a ser desenvolvidas, impactando tanto na organização socioprodutiva, como na comercialização oriunda da agricultura familiar.

As principais questões que norteiam as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural no Brasil foram e tem sido influenciada pelas pesquisas e estudos sobre o tema. A agenda pública, e a construção de políticas voltadas ao desenvolvimento rural, mais notadamente para a agricultura familiar foram influenciadas por estudiosos e pesquisadores. Ainda que se reconheça que agenda do Estado pode refletir a demanda social, como fruto da pressão dos movimentos, atores, instituições e organizações do meio rural, é oportuno frisar que uma outra possibilidade é de que a agenda do debate, e os temas do desenvolvimento rural sejam elaborados (anteriormente), por estudiosos, pesquisadores e acadêmicos, assim organizações que sobrevivem da elaboração de projetos e de sua interface com o Estado.

Desta forma, a escolha sobre determinadas abordagens envolvendo o desenvolvimento rural, envolve a seleção de determinados autores, ou grupo de autores em detrimento de outros. Salienta-se que não buscou-se uma revisão sistemática de literatura sobre o tema, mas sim evidenciar alguns, dos principais, caminhos dos estudos rurais nas últimas décadas, privilegiando o tema do desenvolvimento rural e também a importância da análise das formas de comercialização.

2.3.1 Desenvolvimento rural, territorialidades locais e institucionalidade

A perspectiva do desenvolvimento rural que encontra abrigo nos trabalhos de José Eli da Veiga e Ricardo Abramovay constitui-se em uma proposta frutífera e de amplo espectro temático e teórico. Ao longo de vários anos de pesquisa sobre os temas rurais, a trajetória destes pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP) vem se articulando em torno de uma estrutura multidisciplinar, com destaque para a economia, a sociologia econômica e a ecologia.

Conforme aponta Schneider (2010, p.513), a seleção de determinados recortes, ou na seleção de autores ou grupo de autores pode-se utilizar como critério sua capacidade de influenciar as agendas públicas. Neste caso, tendo em vista suas trajetórias e capacidades formadoras de quadros, as perspectivas sustentadas por estes autores refletem-se nos trabalhos de vários seguidores, muitos dos quais espalhados por instituições da sociedade civil e mesmo instâncias de governo.

No caso destes autores citados, a valorização da agricultura familiar, e seu importante papel como agente indutor na dinamização das economias locais, pode ser visto como um elemento comum. Sustentam que a capacidade de inovação dos agricultores familiares e sua interação com as instituições locais são importantes no sentido de ampliar a capacidade de agregação de valor, e também podem representar redução significativa nos custos de transação e estimular economias de escopo (diversificação).

Ambos os autores, realizaram estudos sobre as condições da agricultura familiar em sociedades capitalistas avançadas, como caso da tese de doutorado de Abramovay (1990) onde centra análises da evolução do capitalismo agrário nos EUA, Grã-Bretanha e Europa Continental e no caso de José Eli da Veiga (1979), em Portugal e França. De forma geral consideram a categoria de agricultores familiares, considerando sua herança histórica com o campesinato, neste sentido a ideia de inovação, aparece como elemento central desta filiação.

Justifica-se, entretanto, que os autores distinguem a condição de camponês face a condição de agricultor familiar, e que esta diferença apresentaria-se nas distintas formas de

integração aos mercados. No caso dos agricultores familiares, estes conviveriam em um ambiente que estimula o agricultor a se tornar produtor de mercadorias, sendo assim dono de seus meios de produção, e por conseguinte suas escolhas seriam essenciais para ultrapassar os desafios sociais e econômicos ao qual são expostos. O papel da inovação é fundamental nestes ambientes, sendo expressos pela inovação tecnológica em si, e também em diferentes formas de interação territorial.

Outra tendência verificada envolve a pluriatividade. Neste sentido, os autores colocam o empreendedorismo e a inovação dos agricultores familiares como elemento fundamental para a diversificação social e produtiva dos territórios rurais em que habitam. Deste ponto de partida, os autores passam a dialogar com as dinâmicas territoriais do desenvolvimento do espaço rural. Os estudos sobre o desenvolvimento territorial no Brasil passam necessariamente por estes dois autores e a influência gerada por suas obras, e que foi incorporada às políticas públicas, sobretudo no período 2003 -2014. Em geral estas obras estão fortemente em diálogo com a bibliografia europeia, particularmente francesa, como no caso dos contratos ou projetos territoriais e de ambientes de inovação.

Outro autor importante na temática do desenvolvimento territorial foi Sérgio Schneider (2004), que alude para o processo de como se deu a introdução e uso desta noção, bem como os atributos de seu significado. Neste sentido, este autor sustenta que que foi na segunda metade dos anos 1990, quando se faz patente a necessidade de reorientar o modelo de desenvolvimento rural adotado, no Brasil, sobretudo “através da proliferação de ideias e noções que foram importadas para o Brasil por pensadores e estudiosos” (SCHNEIDER, 2004, p. 88). Segundo esse autor, essas ideias importadas, como sustentabilidade, enfoque local e territorial, atividades rurais não agrícolas e inter-relações entre o rural e o urbano, junto aos temas “genuinamente domésticos”, como agricultura familiar, Reforma Agrária e setor agroexportador marcariam a pauta sobre o rural e o agrário na atualidade, no Brasil.

Voltando a José Eli da Veiga, pode-se postular que alguns de seus trabalhos, principalmente em “A face territorial do desenvolvimento” (2002) e “O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento” (2001) e “Cidades imaginárias” (2002), indica-se que os territórios onde o processo de inovação estaria mais propício, são aqueles que possuem um “círculo virtuoso”, ou seja que as economias locais geram demanda agregada (produtos, serviços), que são dinamizadas pela circulação de riqueza em âmbito local, ativada pelo empreendedorismo. Outro ponto importante destacado pelo autor se refere a problematização da natureza territorial do espaço rural, onde aponta que o rural seria muito maior do que indicam as análises setoriais do IBGE (VEIGA, 2002).

Ricardo Abramovay, em artigos como “O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural” (2000) e em outros segue um percurso sociológico, fazendo uso da noção de capital social, presente na obra de Putnam. Neste sentido, discorre sobre os fatores que geram cooperação, reciprocidade e solidariedade, considerados fundamentais para as economias de proximidades. Esta perspectiva suavizaria os conflitos locais tendo em vista uma “ideia guia”, conforme presente em artigos como “Para uma Teoria de Estudos Territoriais” (2006) e no livro “O Futuro das Regiões Rurais” (2003).

Outro ponto de convergência interessante entre estes autores envolve a forma como destacam a importância das instituições na construção de um ambiente que minimize as incertezas e riscos no ambiente rural, criando formas de governança e gestão fundamentais para este efeito e também para a redução dos custos de transação. No caso de Veiga essas instituições são vistas como associadas ao próprio Estado ou organismos paraestatais (universidades, agências de desenvolvimento, consórcios), enquanto Abramovay enfatiza mais as organizações de agricultores e suas formas de cooperação e normas (capital social).

Esta predisposição para tratar tais temas e também a articulação constante que estes autores apresentaram ao longo de suas trajetórias profissionais com instituições que atuam no campo do desenvolvimento rural, colocam ambos em uma posição importante em relação a influência gerada na elaboração de agendas públicas de governos e organizações.

2.3.2 – Desenvolvimento rural, novo rural e pluriatividade.

Outra vertente importante nas discussões acerca do desenvolvimento rural no Brasil recente envolve autores ligados ao Projeto Rurbano, que ganhou grande visibilidade no final da década de 1990 e início dos anos 2000. Um grande grupo de pesquisadores liderados por José Graziano da Silva, com a colaboração de Mauro Eduardo Del Grossi, Clayton Campanhola e Walter Belick, começaram a analisar no final dos anos 1990, através do trabalho “Caracterização do Novo Rural Brasileiro 1992/98” (batizado de Projeto Rurbano), que o rural brasileiro do final do século XX, já não podia mais ser considerado exclusivamente agrícola.

Mobilizando mais de 40 pesquisadores, 11 unidades federais e dois núcleos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). No início dos anos 2000, os resultados das duas primeiras fases da pesquisa foram amplamente divulgados em revistas acadêmicas, lançando luz sobre uma perspectiva de análise até então equivocada, que reduzia o rural ao agrícola. Estas pesquisas passaram a ter grande impacto não só produção intelectual voltada ao

universo rural, como também no delineamento das políticas públicas. Um exemplo disso envolve o Programa de Apoio à Agricultura Familiar (Pronaf), cujo crédito beneficiava apenas os produtores rurais com 80% da renda originária de produção agrícola e os empregadores agrícolas com até dois empregados permanentes, após as primeiras divulgações dos resultados desta pesquisa houve uma alteração das regras, ainda em 1999, abrindo a possibilidade de financiamento de outras atividades.

No texto “O que há de realmente novo no rural brasileiro?” (2002), Mauro E. Del Grossi, José Graziano e Clayton Campanhola, mencionam que o surgimento do novo rural é decorrente do processo de modernização conservador da agropecuária, vivenciado no Brasil ao longo das últimas décadas. No trabalho “O novo rural brasileiro” (1999), José Graziano da Silva reitera que no início da década de 1990, principalmente na região centro-sul, surge uma “nova configuração econômica e demográfica”, que se caracteriza pela redução significativa das diferenças existentes entre o rural e o urbano, com destaque para o mercado de trabalho, onde se percebe o crescimento da população ocupada em atividades não agrícolas. Esse processo de transformação do universo rural e a diluição de suas diferenças com o urbano, levaram os autores a adotar uma expressão cunhada originalmente por Gilberto Freire (rurbanização), que serviria para explicar parcela importante da etapa atual do processo de mudança espacial e demográfica no campo.

O novo rural, a princípio seria composto por algumas atividades em especial, a primeira delas envolveria o agronegócio, produtor de *commodities*, fortemente integrado às agroindústrias; a segunda envolveria um conjunto de atividades não agrícolas ligadas a moradia, ao lazer, e também atividades industriais e de prestação de serviços. Por último se alocariam um conjunto de novas atividades agropecuárias, impulsionadas por espaços específicos de mercado.

Por outro lado, Graziano e Bianchini no texto “O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento” (2001), reitera que concomitante com o lado moderno e integrado, o rural apresenta um lado precário, empobrecido e atrasado. Onde os autores identificam o grupo social “sem-sem”, sem terra, sem trabalho, sem educação, saúde e renda. Estes personagens também apresentariam baixa ou nenhuma organização social.

O novo rural em síntese envolveria uma agricultura familiar pluriativa, onde ocorre combinações, em distintos níveis, entre atividades agrícolas e não-agrícolas, envolvendo uma integração intersetorial e interespaial (rural-urbano).

Outro ponto importante, para Graziano e autores associados, envolve o reconhecimento da não resolução do paradigma agrário, ou seja, por um lado a modernização conservadora do

campo teria equacionado os problemas de oferta agrícola, mas a questão agrária, de natureza social e demográfica ainda estariam em aberto no Brasil do final do século XX e início do século XXI. O setor agrícola moderno manteve a natureza excludente de acesso à terra e inserção destes trabalhadores no processo produtivo.

No livro “A pluriatividade da agricultura familiar” (2003) Sergio Schneider, refaz os caminhos o uso do termo pluriatividade em pesquisas no Brasil e saliente o esforço estabelecido pelos pesquisadores do Projeto Rurbano, neste sentido. A metodologia de trabalho do grupo (Rurbano) partiu do uso dos dados da PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios). Percebe-se, neste sentido, que desde a década de 1980 ocorria no Brasil uma queda constante da população economicamente ativa ocupada nas atividades agrícolas. À medida que o progresso tecnológico avança na agricultura, criam-se obstáculos a elevação dos níveis de emprego e ocupação. A solução, considerada viável para o problema agrário (remanescente) envolveria a geração de oportunidades de trabalho e renda em atividades não agrícolas (já que o setor agrícola modernizado é poupador de força de trabalho) ou, quando isto não é possível, acionar políticas sociais compensatórias, incluindo-se aí a reforma agrária seletiva, as ações de combate à fome (donde deriva o programa que mais adiante viria a ser o Projeto Fome Zero) e de segurança alimentar (apoio às formas de comercialização dos pequenos produtores), entre outras. Esta visão recebeu fortes críticas de segmentos de pesquisadores que estudam o rural brasileiro, por considerar que apesar do uso de dados estatísticos nacionais e séries temporais, o trabalho de campo privilegiado apoiou-se fortemente em regiões economicamente mais dinâmicas do país (SCHNEIDER, 2003, p. 141 - 142).

Este conjunto de políticas sociais e compensatórias, destinadas a amplos contingentes da população rural que vivem em condições de pobreza e vulnerabilidade social, deveria ser somado às políticas para o novo rural brasileiro, que incluem políticas de habitação, de turismo rural, valorização das amenidades, de regularização das relações trabalhistas e de urbanização do rural (serviços, infraestrutura e planejamento), entre outras. Em seu conjunto, a convergência das políticas para o "novo" rural e para o rural "precário e atrasado" comporiam o quadro das ações de desenvolvimento rural.

2.3.3 – Desenvolvimento rural, mudança social, dominação sociocultural

Outra leitura acerca do processo de desenvolvimento rural pode ser associada a estudos que enfatizaram os condicionantes e potencialidades dos processos de mudança social envolvendo o universo rural no Brasil. Autores como José de Souza Martins, Zander Navarro,

Maria Isaura Pereira de Queiroz, embora não apresentem uma agenda de pesquisa comum, enfatizam os limites e dificuldades ligados as mudanças gerais nas instituições, nas organizações sociais e no próprio Estado. Partem da análise da tradição política tradicional e patriarcal da sociedade brasileira (principalmente no meio rural) que cria obstáculos e dificuldades não somente às mudanças estruturais, mas também às mudanças socioculturais.

Estes autores abordam temas ligados ao estudo do clientelismo, do patriarcado e de comportamentos baseados nas formas de dominação assentadas na pessoa (carismática) e nos estamentos sociais (tradicionais), baseando-se em princípios weberianos (Max Weber). Este enfoque estabelece que as possibilidades de desenvolvimento rural e, conseqüentemente a alteração e melhora nas condições de vida das populações empobrecidas, são dificultadas pelos mecanismos de dominação social e cultural.

Estes mecanismos seriam historicamente constituídos pelas elites locais, no intuito de manter o poder e seus privilégios. Assim, as mudanças a serem promovidas, nas áreas rurais do país, dependeriam não somente de uma ampliação no acesso a recursos financeiros e materiais, mas de transformações substantivas nos processos de democratização, que permitissem libertar os indivíduos e grupos sociais do controle exercido por agentes mediadores (agentes do Estado, elites econômicas, partidos políticos e movimentos sociais).

Estes autores, com destaque para Martins sustentam, basicamente, que as próprias populações rurais deveriam organizar instâncias de gestão cuja institucionalização teria uma relação direta com o Estado. Essa relação envolve o acesso a recursos financeiros, acesso a terra, melhorias de educação e saúde entre outros. Neste sentido o desenvolvimento deve ser visto em suas múltiplas dimensões, como por exemplo, propiciar maior capacidade e autonomia destas populações, sem necessitar da permanente tutela do Estado.

Este ponto, inclusive, é alvo de análise de Martins, que alerta para o problema histórico no Brasil, de em processos de desenvolvimento condicionar situações de permanente dependência e dominação, para tanto cita marcas históricas e sócias como o clientelismo, o peternalismo, o populismo e mais recentemente a “*feição social-comunitária*” que veio a orientar a ação de entidades ligadas a igreja como a Pastoral da Terra ou mesmo partidos políticos.

A obra de Martins no período mais recente é controversa, fruto de suas críticas e distanciamento em relação a alguns dos principais movimentos sociais do campo, como o MST. Nestes trabalhos o autor centra seu foco de análise no caráter contraditório da sociedade brasileira que a medida que se modernizou econômica e tecnologicamente, manteva arraigados

valores tradicionais de dominação e subordinação, típicas do traço cultural que alicerça práticas clientelistas.

Aliás essa é uma tônica em muitos dos seus trabalhos, revelando essa característica de promover “processos modernizantes” alijados em estruturas que não permitem uma significativa mudança social. São onstantes e recorrentes transformações que mantém intacta características conservadoras e isso pode ser aplicado a muitos marcos históricos do universo agrário brasileiro, como a Lei de Terras (1850) e Estatuto da Terra (1964).

Em específico na obra “O poder do atraso” Martins salienta que o *processo de dominação privada da terra por sujeitos sociais específicos e a aliança entre propriedade da terra e capital (aliança entre as classes dos capitalistas e dos proprietários de terra) teceram duras amarras na sociedade brasileira* (FIORAVANTI, 2016, p.9).. Este passado persiste e, não apenas explica o presente, como está a cada momento permeando instituições, estruturas e valores.

Compartilhando reflexões críticas aos movimentos sociais do campo, também se destaca a produção recente de Zander Navarro, que revela um desencantamento com a capacidade transformadora dos movimentos sociais no sentido de contribuir para emancipação social no campo, em seu artigo Mobilização sem emancipação (2001) o autor sustenta que tanto os movimentos sociais como também ONGs e sindicatos são politicamente frágeis, tendo sua base social formada por atores acostumados a práticas clientelistas e dependentes de agentes externos (fincenceiramente dependentes) e potencialmente cooptados. Outra crítica apresentada é pouco vem contribuindo para uma efetiva emancipação dos atores do campo, reiterando um controle e tutela centralizadora que reforça posições ao fundo esvaziadas de sentido, e que se perpetuam mais com discursos retóricos, do que com um caráter revolucionário e transformados promovendo relações e organizações mais democráticas no universo das lutas no campo.

Conforma aponta Schneider (2010) os estudos mais recentes de Navarro e Martins receberam críticas dentre as quais se destacam: uma crítica excessivamente centrada numa leitura distante dos processos de mudança do universo rural e agrário; na construção de um posicionamento crítico (gestão Partido dos Trabalhadores), ignoram uma série de mudanças institucionais em curso, dentre as quais o desenvolvimento de importantes políticas públicas implementadas no universo rural.

2.3.4 – Desenvolvimento Rural, circuitos agroalimentares curtos/locais

A quarta abordagem a ser mencionada envolvem estudos que privilegiam as cadeias agroalimentares sob uma perspectiva que, em geral, não é aquela inspirada na teoria econômica convencional. Esta abordagem, que será melhor descrita na próxima seção, envolve autores que analisam as formas de integração dos pequenos produtores (embora não apenas destes) nas cadeias agroindustriais ou agroalimentares, revelando uma preocupação consequente com os aspectos sociais deste processo. Ou seja, não se trata apenas de examinar as formas de gestão, administração, tomada de decisão, formas de inovação, acesso a mercados e comercialização, que são usualmente os temas de interesse dos estudiosos do agronegócio, mas de verificar em que condições os pequenos produtores e suas organizações podem fazer frente aos desafios colocados pela forma atual como o capitalismo opera na agricultura e na produção de alimentos.

Estes trabalhos começaram a aparecer a partir da década de 1990, e oferecem uma interpretação alternativa aos estudos dos anos de 1980 que estavam demasiadamente presos à ideia de que a integração dos agricultores às agroindústrias (ou complexos agroindustriais) os levaria, fatalmente, à subordinação e a perda de sua autonomia (PINASSI, QUEDA, 1988).

A questão mais geral que perpassa os trabalhos de diversos autores desta corrente e mesmo suas abordagens teóricas está no diagnóstico, de que na fase atual do capitalismo, as possibilidades de sobrevivência e reprodução social dos agricultores familiares enquanto produtores de alimentos, fibras e matérias-primas depende, fundamentalmente, de sua capacidade de inserção em um ambiente em que sejam capazes tanto de inovar, quanto de adquirir um domínio relativo sobre os mercados e desenvolver formas de gestão e planejamento da propriedade.

Neste sentido, toma-se como indicação e referência os trabalhos de Wilkinson (1999, 2000, 2002) e os autores das coletâneas organizadas por Lima e Wilkinson (2002) e Souza Filho e Batalha (2005), que se baseiam, sobretudo em estudos recentes de autores da sociologia econômica, alimentar e rural de origem francesa (Bourdieu, Soborian), dos Países Baixos (Ploeg, Long, Vandergesst) e inglesa (Marsden, Murdoch, Guidens).

Os trabalhos de Wilkinson podem ilustrar algumas das questões e desafios que esta perspectiva lança sobre a temática do desenvolvimento rural. O que Wilkinson chamou de "enfoque agroindustrial" ressalta a importância de se compreender quais são as condições e possibilidades da agricultura familiar vir a desempenhar um papel importante na produção agroalimentar em um momento histórico em que o capitalismo está passando da fase fordista para um regime de produção e consumo flexíveis. Nesta nova etapa, a "vontade do consumidor" (Wilkinson, 2000) passará a orientar a organização dos processos de produção e o tipo de produto a ser produzido. Além disso, como o problema da oferta de alimentos (capacidade

instalada de produção e know-how) seria uma questão quase superada (com exceção nos países e regiões pobres), os novos desafios da produção agroalimentar se voltariam para a segurança dos alimentos (sanidade) e a busca de formas sustentáveis (impactos ambientais) e socialmente justas de produção (observância às questões éticas, morais e humanitária). Daí emerge uma discussão que, aos poucos, vai inclusive superar a noção de cadeia de produção e introduzir em seu lugar a ideia de redes que, segundo Wilkinson (2008), é uma noção útil e adequada para dar conta dos aspectos sociais e técnicos da produção.

O desafio para a agricultura familiar consistiria na melhoria de sua capacidade de interação social e inserção em mercados locais ou non-standards (merenda escolar, programas sociais) em um contexto de "economia da qualidade". A economia da qualidade refere-se às múltiplas formas de construção social (*embeddedness*) da percepção do que é qualidade, que pode estar na oferta de produtos tradicionais, artesanais ou regionais. Neste cenário, os agricultores familiares precisariam desenvolver habilidades para construir os novos mercados, saber "ler as tendências e os gostos dos consumidores", ser capaz de organizar redes sociotécnicas (de tipo fair trade ou solidárias) e cadeias curtas de produção (*short supply agrifood chains*) que permitam atender a demanda (FERRARI, 2011).

A capacidade da agricultura familiar para atender as demandas flexíveis de mercados cada vez mais segmentados e exigentes adviria de sua grande capacidade de inovação através da experimentação (*learning-by-doing*) e aprendizagem coletiva por conhecimento tácito. Como na agricultura a produção é largamente dependente da natureza e se assenta em "deseconomias de escala", somente os próprios produtores-trabalhadores conseguem fazer ajustes constantes nos processos de produção. Este conhecimento acaba se difundindo por meio de redes de sociabilidade (amizade, vizinhança, compadrio) e afeta todo o sistema produtivo local, o que gera formas de inovação por aprendizagem coletiva e uma competitividade que se reflete em nível territorial. Embora estas sejam as potencialidades, existem também os riscos e os limites. Entre eles, Wilkinson destaca, em primeiro lugar, o baixo grau de escolaridade dos agricultores. Mas outras barreiras também são importantes, como por exemplo, a restrita capacidade de absorção dos mercados locais dos excedentes produzidos ou os limites de escala exigidos pelas redes convencionais de comercialização (grandes redes de supermercados e comércio atacadista), que cobram altos preços de entrada para os produtos dos pequenos agricultores. Um outro obstáculo, ainda, refere-se à garantia dos direitos de propriedade e à apropriação dos resultados gerados, pois muitos agricultores desconhecem as formas contratuais de negociação e ficam vulneráveis a todo tipo de risco (SCHNEIDER, 2010)

2.4 A noção de circuitos, cadeias (produção e distribuição) e sistemas alimentares.

A ideia de circuito, canal e cadeia de produção e circulação de mercadorias, aparece junto com o desenvolvimento do capitalismo. Escritos dos séculos XVII e XVIII citando Quesnay, já apresentavam a noção de circulação de riqueza, e mesmo Adam Smith que descreveu pormenorizadamente os diferentes estágios da produção de alfinetes, apresentava a ideia de canal e circuito produtivo e comercial (MOUTIGAULT, 1992).

Efetivamente, os estudos e sistematização sobre a noção de cadeia produtiva ganham impulso nas áreas da administração e economia, no início do século XX, em função do aumento da complexidade industrial e crescente oligopolização. De um lado estes estudos serviam tanto para otimização e racionalização da produção, no sentido de planejamento, como para efeitos de comparação entre diferentes arranjos de cadeias existentes. Verifica-se que notadamente o uso da terminologia circuito e cadeia podem representar diferenças, mas comumente são tratados como sinônimos. Neste trabalho ao mencionarmos os arranjos e formas de comercialização local e regional oriunda da agricultura assentada optou-se pela expressão circuitos curtos de comercialização em detrimento de cadeias curtas de comercialização.

Genericamente define-se cadeia produtiva como um conjunto de etapas consecutivas, ao longo das quais diversos insumos sofrem algum tipo de transformação, até a constituição de um produto final. Este encadeamento de ações pressupõe sucessivas operações (ou estágios técnicos de produção e distribuição) integradas, realizadas por diversas unidades interligadas como uma corrente (BATALHA, 1997). Da noção de cadeia de produção, outros termos surgiram abarcando um número maior de subsistemas, como o caso da cadeia logística, ou cadeia de suprimentos. Também os subsistemas, que compõem uma determinada cadeia, passaram a ser alvos de estudos sistematizados, como o caso das cadeias de comercialização ou circuitos comerciais vinculados a uma determinada relação produtiva.

Neste sentido, numa análise bibliográfica, percebe-se que duas concepções predominantes, servem de base para que posteriormente a noção de cadeia fosse empregada a diferentes formas de produção, incluindo a agrícola; e para que também surgissem novos termos, ampliando suas concepções originais, bem como criando novas acepções (como veremos adiante).

2.4.1 Escola norte-americana.

Um primeiro destaque ao emprego da noção de cadeia na agricultura pode ser atribuído a escola norte-americana, onde se destacam autores Davis e Goldberg, criadores do termo “*agrobussines*” (DAVIS, GOLDBERG, 1957 apud CASTRO 1998), e Müller (1989). A ideia de agronegócio norteou estudos que reforçavam a noção de “soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas; das operações de produção na fazenda; do armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles”. O conceito enfatiza a mudança nas inter-relações entre o setor agrícola e o restante da economia. Esse conceito procura abranger todos os vínculos intersetoriais existentes no setor agrícola deslocando o centro de análise de dentro para fora da fazenda, substituindo a análise parcial usualmente utilizada em estudos sobre economia agrária pela análise sistêmica da agricultura. Ressalta-se que a aferição das inter-relações agricultura – indústria - serviços só aconteceu quando do desenvolvimento das técnicas de insumo produto, através da matriz de relações intersetoriais especificada por Leontief em 1946 (CASTRO, 1998 p.11).

O agronegócio viria a representar para estes autores uma forma de unificação das relações interdepartamentais com os ciclos econômicos e as esferas de produção, distribuição e consumo, relações estas associadas às atividades agrárias”.

Müller, por sua vez introduz na análise uma série de informações técnicas e econômicas, que apontam a intensificação da relação entre agricultura e indústria, com a crescimento dos conglomerados industriais a montante e a jusante da atividade agrícola.

Fazendo parte do agronegócio, apresenta-se a indústria para a agricultura, que compõe a cadeia retrospectiva da agropecuária, setor a montante, ou seja, as empresas que se incumbem da produção de bens de capital e de insumos industriais para o setor rural, ou ainda, oferecem produtos e serviços para a agricultura. Empresas que adquirem suas matérias-primas da agricultura e constituem a cadeia prospectiva da agropecuária, setor a jusante (VIAL, SETTE, SELLITTO, 2009).

O setor a jusante são complexas redes de armazenamento, transporte, processamento, industrialização e distribuição. Para Müller (1989), a modernização da agricultura é o resultado conflituoso da interação entre industrialização do campo, agroindustrialização das atividades agrárias e mudanças sociais e políticas entre os grupos sociais. Ou seja, a constituição do agronegócio é produto da modernização e sua constante manutenção e expansão são os eixos principais das mudanças sociais a eles correlacionadas (FAJARDO, 2008).

Tais mudanças referem-se, basicamente, às alterações nas relações de trabalho que ocorreram na produção agroindustrial. Para o autor, a modernização da agricultura deve ser encarada como um processo geral que acelera e prepara a base do seu desenvolvimento

capitalista, passando a predominar na atividade agrária a racionalidade empresarial. Esta postura difere de Guimarães (1979), um dos primeiros autores brasileiros a usar o termo complexo agroindustrial. Este, considerava a conexão agricultura/indústria e a consequente mudança da base técnica da produção agrícola, resultado de um desvirtuamento e numa apropriação indevida da indústria sobre o lucro e a renda da terra dos agricultores. É em função desses conceitos e contraposições que afirma-se que a industrialização do campo tem uma forte interdependência entre a agricultura e a indústria para a agricultura; sendo a agroindustrialização o processo em que ocorre forte interdependência entre agricultura e a indústria beneficiadora e processadora; e que mudanças sociais referem-se, basicamente, às alterações nas relações de trabalho. Embora a constituição das cadeias produtivas não siga padrões pré-estabelecidos, haja vista que os arranjos estão associados aos contextos regionais e às exigências de mercado.

2.4.2 Escola francesa

De acordo com o trabalho de Farina e Zilberstajn (1994), concomitantemente ao desenvolvimento da escola americana (Harvard) surge na Escola Francesa de Organização Industrial o conceito de *Filière*, onde fazem parte autores como Floriot, Lauret, Montigaud, Labonne, Perez. Outro autor importante, muito utilizado em pesquisas no Brasil, foi Louis Malassis, que se vinculava ao Instituto Agrônomo Mediterrâneo de Montpellier. Ele foi um dos primeiros autores a utilizar o conceito de sistema agroindustrial, enfatizando, diferentemente dos autores norte-americanos, uma dimensão histórica, situando o complexo agroindustrial como característico da etapa do desenvolvimento capitalista em que a agricultura se industrializa (GRAZIANO DA DILVA, 1996, p. 67).

Em sua obra mais conhecida, “Economia Agroalimentar” (1973), inicialmente o autor examina a industrialização da agricultura e seus reflexos. No segundo, adota o conceito de complexo agrícola integrado, com o propósito de descrever e analisar os resultados dos processos de integração em nível macroeconômico. Assim, introduz a análise dos fluxos e encadeamentos por produto dentro de cada um desses subsetores, utilizando a abordagem de cadeia ou *filière* agroalimentar. De um modo mais amplo, o termo *filière* apresenta significado de fileira e sua interpretação está vinculada a uma sequência de atividades empresariais levando à contínua transformação de bens, do estado bruto ao acabado ou destinado ao consumo (KLIEMANN, SOUZA, 2003). Neste sentido, cadeia agroindustrial é a sequência de ações

físicas e o conjunto de agentes e operações envolvidos na obtenção, de um produto, agroalimentar ou agroindustrial (MALASSIS, 1973). Atreladas às cadeias agroindustriais estão as atividades correlatas como a pesquisa voltada à produção, os serviços financeiros, os serviços de transporte e de informação, como também os mecanismos de regulação (estrutura de funcionamento dos mercados, a intervenção do Estado e outros).

Davis e Goldberg e também Malassis afirmam que com o desenvolvimento da agroindústria, a produção agrícola se organiza cada vez mais em grupos complexos e combinações agroalimentares. Se o grupo de “*agribusiness*” se ocupou em estudar esta articulação em termos de eficiência econômica na integração vertical (em nível de agricultura, de empresas e grupos de empresas de transformação e de comercialização), a economia agroalimentar na interpretação francesa, e fundamentalmente de Malassis, preocupou-se em demonstrar as relações de dominação da agricultura pela agroindústria e as transformações históricas da economia agroalimentar.

José Graziano da Silva (1991), demonstra que a terminologia utilizada pelo grupo francês, embora seja de vertente marxista, incorpora basicamente a mesma linha dos pesquisadores norte-americanos, que conceituaram “*agribusiness*”. Seus desdobramentos são sistêmicos, enfocando as relações de interdependência entre a agricultura e a indústria, exprimindo uma complementaridade entre as empresas capitalistas e os produtores rurais em relação a um produto dado.

Para Kliemann e Souza (2003), apesar de terem surgido em locais e épocas diferentes, as metodologias de análise da cadeia proposta por Davis e Goldberg e pela escola francesa possuem várias semelhanças: (i) ambas utilizam cortes verticais no sistema econômico de um determinado produto/serviço final (mais comum na escola francesa) ou a partir de uma matéria prima de base, posteriormente estudar sua lógica de fundamento; (ii) os dois conceitos partem da premissa de que agricultura deve ser vista de um sistema mais amplo, onde participam, também, os produtores de insumos, as agroindústrias e os segmentos de distribuição e comercialização; (iii) as duas metodologias apontam na mesma direção: estratégia, política industrial, gestão tecnológica, modelo de delimitação de espaços de análise dentro do sistema produtivo e ferramenta de descrição técnico-econômica de um setor; (iv) os dois conceitos usam a noção de sucessão de etapas produtivas, desde a produção de insumos até produto acabado, como forma de orientar a construção de suas análises; (v) ambas destacam o dinamismo do sistema e propõem um caráter prospectivo (VIAL, SETTE, SELLITTO, 2009).

Outro ponto importante é que ao verificarmos em momentos posteriores o uso da noção de circuitos ou cadeias nos estudos da agricultura familiar e também a sua ressignificação

verificamos a influência da escola francesa, a diferença principal está na importância atribuída ao consumidor final como agente dinamizador da cadeia. A análise francesa privilegia o mercado final em direção à matéria-prima básica para sua produção (KLIEMANN, SOUZA, 2003).

Entretanto estas noções, assim como sua incorporação aos estudos da agricultura familiar e camponesa estariam centradas em percepções essencialmente estruturalistas, que observam as mudanças sociais como emergindo primeiramente dos centros de poder, sobre a forma de intervenções pelo estado ou por interesses intersetoriais, seguindo o padrão abrangente de desenvolvimento guiado por estágios de desenvolvimento ou pela sucessão de modos de produção dominantes. Essas forças externas restringiriam a vidas das pessoas, reduzindo sua autonomia e subestimando formas nativas ou locais de cooperação e solidariedade. Resulta em crescente diferenciação socioeconômica e maior controle centralizado de grupos, instituições e empresas econômicas, e políticas poderosas (LONG, PLOEG, 2011).

2.4.3 Sistemas (Agro)alimentares

A partir da década de 70, estudos internacionais relacionando crise agrícola (1972/73), elevação do preço dos agrotóxicos e fertilizantes, pressão demográfica, crise energética (crise do petróleo, 1973) e queda da produção e produtividade em países em desenvolvimento (que vivenciavam o auge da revolução verde), soaram como um alerta a comunidade internacional.

No plano financeiro, a mudança do padrão de Bretton Woods, e o crescente endividamento externo de países mais pobres fizeram com que Nações Unidas realizassem em Roma (1974) a primeira Conferência Mundial de Alimentos, com a participação de 130 países. Desta reunião surge a Declaração Universal para Eliminação Definitiva da Fome e da Desnutrição, onde se reconhece que a situação dos povos com fome e subalimentação tem origem em circunstâncias históricas, e em particular desigualdades sociais, como a dominação estrangeira, a discriminação racial e o neocolonialismo sob todas as formas. Além desta declaração, a conferência adotou prioridade ao desenvolvimento agrícola e rural, ainda sob os moldes da modernização agrícola conservadora.

Esta conferência precipita o tema da crise alimentar, fenômeno entendido como global, mas com implicações severas nas regiões mais pobres do mundo. Algumas das proposituras estabelecidas nesta reunião pautaram direcionamentos políticos em países onde os interesses tanto das elites nacionais como internacionais se alinhavam ao discurso sensibilizador. Isso ocorreu no Brasil sob a égide da modernização agrícola, políticas favoráveis aos produtores

agrícolas, mais recursos para investimentos agrícolas, políticas de preço e crédito subsidiado pelo Estado. Nesta época foram criados o Fundo Internacional do Desenvolvimento Agrícola e o Conselho Mundial da Alimentação, estimulando um aumento nos estudos relacionados a alimentação e agricultura em nível mundial. No ano de 1978, o Instituto de Pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social apresenta, em um dos seus relatórios, pela primeira vez o conceito de Sistema Alimentar.

Segundo Chonchol (1987), a noção de sistema alimentar pressupõe o entendimento de uma estrutura irregular e complexa de circuitos alimentares que modificam de um país para outro e dentro de cada país, de uma região para outra, o fluxo dos produtos alimentícios mudando em função das modificações climáticas das flutuações anuais da produção de víveres e das disponibilidades alimentícias totais, tudo em função das evoluções no nível e da estrutura do consumo.

O leque destes circuitos pode começar no circuito elementar camponês que satisfaz suas próprias necessidades de consumo – do campo à cozinha e à mesa, passando pelo local de beneficiamento e estocagem – chegando até o circuito mais complexo e mais longo que seguem os excedentes comercializados pelo agricultor, os quais irão passar por numerosas mãos. Quantos aos alimentos manufaturados que chegam à mesa do consumidor dos países mais desenvolvidos, representam frequentemente a confluência de circuitos inumeráveis oriundos de todos os cantos do globo.

Cada indivíduo de cada nação participa do sistema alimentar e encontra um meio de acesso a esses circuitos, em função de seu status social, poder econômico e nível cultural (CONCHOL, 1987).

Partindo desta análise mais abrangente em uma mesma região ou país, vários destes circuitos podem funcionar simultaneamente, segundo a natureza dos produtos alimentícios, a importância relativa das populações rural e urbana, a penetração do grande comércio e da agroindústria. A grande vantagem da análise feita utilizando-se o conceito de sistema alimentar, é que este conceito une as condições dos diferentes produtores com aquela dos diferentes tipos de consumidores e suas situações específicas, passando por toda a cadeia mais ou menos complexa de intermediários comerciais e industriais (CHOCHOL, 1987).

Apesar do uso do referencial de sistemas alimentares, os principais estudos ainda no início dos anos noventa ainda tratavam a alimentação no âmbito exclusivo da produção agrária. O eixo preponderante de análise envolvia a problematização de uma agricultura que se industrializa e globaliza. No final desta década inicia-se uma nova etapa (MENDÉZ, ESPEJO, 2016) marcada pela crescente complexidade da cadeia agroalimentar. Os trabalhos evidenciam

a impactante transformação de um setor que passa de uma produção local e tradicional, dirigida por pequenos produtores e orientada a um consumidor próximo e um produtor relacionado (pertencimento) ao entorno, a uma nova forma de organização produtiva integrada a formas de comercialização que distanciam consumidores e produtores e introduzem novos agentes na cadeia agroalimentar.

Essa análise se baseou principalmente em países desenvolvidos. Concomitante a isso o final da década de 1990, pode ser considerado como a porta de entrada da alimentação na pós-modernidade, na qual podemos citar as incertezas relacionadas à alimentação em países desenvolvidos. Um dos autores que levantaram essa questão foi Ulrich Beck (1992), abordando um crescente comportamento reflexivo por parte dos consumidores envolvendo alimentos processados e industrializados, bem como também em relação a outras commodities.

Uma situação que expressa esse ponto envolve a origem dos produtos, onde situa-se as condições específicas, a ecologia envolvendo determinada localidade e que implicam em características relacionadas aos processos produtivos. Aspectos culturais envolvem essa dimensão onde os alimentos localizados são produzidos (em determinadas circunstâncias) de acordo com tradições endógenas

Ainda que evidências apontem para o afunilamento e conversão de práticas tradicionais por parte de pequenos produtores em reorientações voltadas ao mercado, ainda no final da década, trabalhos como o de Murdoch e Miele (1999) apresentam ao menos dois mundos produtivos no novo cenário alimentar global, reforçando a coexistência de formas de produção diferentes ante a aparente homogeneização propiciada pela indústria da alimentação. Verifica-se na fragmentação produtiva, elementos que apontam para a coexistência de formas alimentares alternativas e convencionais, esta última coloca a natureza à margem de sua pauta produtiva, mas a outra possui o respaldo do consumidor preocupado com a segurança e a saúde, que outorga novos valores à produção não estandardizada (incluídos estudos em países em desenvolvimento como México, Brasil e regiões da Ásia).

Esta perspectiva veio a direcionar uma série de estudos ressaltando a heterogeneidade dos sistemas agroalimentares, incorporando a perspectiva de desenvolvimento territorial, tendo como base as reestruturações produtivas contemporâneas.

Essa reestruturação, por sua vez, vem provocando mudanças nos processos locais e territoriais de produção e consumo, o que gera novas demandas e formas de políticas públicas para o desenvolvimento dos territórios. Isso requer a construção de novas formas de interpretação das teorias e políticas de desenvolvimento regional, abandonando-se os

paradigmas que pretendiam explicar os desequilíbrios regionais a partir apenas da reorganização da produção globalizada.

Este caminho impulsionou estudos que utilizam abordagens teóricas que procuram explicar o funcionamento das atuais dinâmicas de desenvolvimento, emergindo abordagens como os Arranjos Produtivos Locais (APLs), os Sistemas Produtivos Localizados (SPLs), e também abordagem teórica apoiada nos Sistemas Agroalimentares Localizados (SIALs), com perspectivas mais “locais”, “endógenas”, “territoriais” do desenvolvimento.

Na próxima seção serão apresentados elementos que norteiam a construção e o estudo dos Sistemas Agroalimentares, bem como sua interface com os circuitos agroalimentares curtos. A abordagem destes temas se baseia na perspectiva centrada aos atores e na noção de construção social de mercados.

2.4.4 Sistemas Agroalimentares: os diferentes “mundos”

Nesta parte do trabalho aborda-se os “diferentes mundos do alimento”, quando se trata de uma análise envolvendo o processo de globalização e sua interface com a alimentação, observ-se a determinação apresentada pelas estruturas ligadas às cadeias de commodities. Diferentemente a teoria da localização e diversidade dos sistemas agroalimentares aborda a relação existente entre a sociologia cultural e estrutural, dando ênfase e trazendo a tona aspectos culturais e subjetivos, bem como elementos presentes dentro das análises estruturalistas (LONG, PLOEG, 2011).

Tendo em vista esta segunda abordagem teórica apresentada os aspectos locais são vistos como essenciais na justificação da diferenciação espacial do desenvolvimento, uma vez que o “global” não se apresenta de forma igualitária em todos os lugares, tendo significações diferentes na gênese do microcosmo oriundo a interação existente entre os diversos atores locais. Assim a mudança social não ocorre como via de mão única e passiva, vinda de forças externas, mas são resultado dessa interação multidimensional envolvendo as diferentes relações que se estabelecem entre os atores locais, regionais e os agentes externos em diferentes localidades.

Nesse sentido, os trabalhos que envolvem a perspectiva orientada aos atores (POA), atribuída a diversos autores vinculados a escola de Wageningen na Holanda e Cardiff na Inglaterra (PLOEG, LONG, MARSDEN, LOWE, MURDOCH) busca conciliar e superar visões ligadas ao desenvolvimento rural por meio das perspectivas de matriz endógena ou exógena.

Long e Ploeg et al (1995), Arce (1997) e Arce e Fisher (1997), assinalam ainda a necessidade de observar os aspectos microeconômicos envolvidos e não só os macroeconômicos. Empregando uma perspectiva fenomenológica, propõem interpretar como os atores dão sentido às suas vidas, em contraposição às análises macro, que tendem a negligenciar o cotidiano e seus significados, oferecendo uma versão limitada das complexas dinâmicas da globalização. Os fenômenos globais são fragmentados e reinterpretados em nível local. Em outras palavras, os fenômenos globais seriam permanentemente mediados e reconfigurados pelos atores locais. (MIOR, 2003, p. 27).

Para o geógrafo e sociólogo inglês Terry Marsden, salientando o processo de reestruturação do sistema agroalimentar moderno no mundo, enfatiza que o mesmo pode ser definido como desigual. As cadeias agroalimentares por serem muito peculiares, acabam por tornar-se singulares em relação a outros setores.

Da mesma forma, as cadeias agroalimentares, por apresentarem inúmeras peculiaridades, tornam-se singulares em relação às de outros setores econômicos. Neste sentido, pode-se destacar a natureza biológica da matéria-prima, a dependência das condições edafoclimáticas, a variação dos preços dos alimentos, os aspectos sanitários da produção, os riscos para a saúde, a regulamentação e a intervenção do Estado na produção e comercialização, a diversidade dos sistemas de produção na agricultura e a dimensão simbólica do consumo dos alimentos são exemplos de especificidades que interferem no padrão tecnológico e na qualidade dos produtos agroindustriais (FERRARI, 2011, p.72).

Para Terry Marsden estaríamos vivenciando um período de transformações no setor agroalimentar. Essas mudanças envolveriam uma série de fatores que colocam em xeque a ideia dos alimentos, atrelando-os cada vez mais a aspectos ligados a qualidade, isso vem ocorrendo em países desenvolvidos e pode ser observado como crescente em países em desenvolvimento. Desta concepção derivam trabalhos que enfatizam a importância crescente do tema dos alimentos saudáveis e da valorização da qualidade nutricional.

Outro aspecto relevante envolve o caráter “geográfico” que esses alimentos passam a ensejar, imersos em “ecologias e culturas regionais” (MORGAN, *et al*, 2006), pertencentes a circuitos e cadeias de alimentos ecológicas ou mesmo atribuindo um valor simbólico importante para as origens dos produtos e sua natureza.

Ressalta-se também neste aspecto, a visão de Mendéz e Espejo (2016), por acompanharem mudanças recentes e geograficamente heterogêneas, que estas análises constituam-se em um corpo teórico em construção. Estão sendo testadas hipóteses que podem reforçar a perspectiva de nos encontrarmos diante de características culturais específicas de um território ou perante tendências de mudanças sociais mais amplas que possam ser

compreendidas e analisadas como tendências próprias da modernidade e integradas em teorias sociológicas mais abrangentes sobre a mudança social.

Neste sentido o processo globalizante no universo alimentar pode apresentar características e tendências verificadas em outros setores, onde se destaca a centralização da produção e transformação dos alimentos por grandes holdings e cooperações do setor alimentício, com destaque para as longas cadeias produtivas. Mas também observa-se a manutenção de práticas culturais de consumo atreladas a sua base territorial de recursos naturais.

Os alimentos para serem produzidos necessitam transformações de “*entidades naturais em forma comestível, enquanto o ato de comer em si é um exercício profundamente cultural, com dietas e hábitos alimentares variando de acordo com amplas formações culturais*” (FERRARI, 2011, p. 33).

Este caráter dual, requer que se observe o desenvolvimento do setor agroalimentar, sob a ótica do território local, para compreender como as forças que promovem a globalização interagem com naturezas e culturas que são espacialmente “fixadas” de alguma maneira. Assim, o alimento passa a ser elemento-chave, uma vez que possui atributos naturais e sociais, a biologia tem papel essencial na mediação dos processos industriais de transformação e os lugares influenciam o desempenho econômico (e o lucro) do setor alimentar industrial. Por isso elementos como a sazonalidade impõem severas restrições, revelando o quanto estas cadeias dependem da “natureza” e do seu contexto local.

Pode-se desta forma, afirmar que o setor alimentar atual possui um duplo direcionamento, tendo em vista duas principais zonas de produção, de um lado as cadeias alimentares globais e industrializadas (standardizadas), e de outro, processos de produção localizados.

Nesse sentido torna-se interessante a contribuição trazida pelas teorias ligadas a Geografia Econômica Relacional (GER) e também a teoria das convenções.

Desde os anos 1990 os geógrafos econômicos realizam estudos sobre a complexidade das relações entre atores e estruturas e como estas afetam a dinâmica espacial das atividades econômicas consolidando a chamada Geografia Econômica Relacional (Amin, 1998; Dicken & Malmberg, 2001; Ettliger, 2001; Bathelt & Gluckler, 2003; Boggs & Rantisi, 2003). Pesquisas com diferentes contribuições e fundamentações surgiram dentro da Geografia Econômica, entre as quais cabe destacar: a construção relacional de identidade espacial (Amin & Thrift, 2000) e as obras relacionadas às chamadas “janelas de oportunidade locacional” e as “interdependências não comerciais” (Scott, 1988; Storper & Walker, 1989). Juntam-se a esta discussão as contribuições da sociologia econômica com as noções de enraizamento social e relações

baseadas em confiança propostas por Granovetter. (MIKI, RUIZ, 2018, p. 140)

Um destes autores, ligado a geografia relacional, é Michael Storper, que originalmente não escreveu sobre o sistema agroalimentar, mas que adaptaram sua conceituação base para a economia das convenções. Em seu trabalho (1997) Storper apresenta combinações de “standards” ligadas ao estudo do desenvolvimento territorial no mundo globalizado. Destaca-se aqui que o autor enfatiza que as mudanças no sistema capitalista, após a crise fordista, fizeram com que o interesse pela emergência dos territórios locais surgisse, tendo em vista um aumento da competitividade dos aglomerados industriais em face de três elementos que ele intitulou de “Santa Trindade” (*Holy Trinity*), sendo as tecnologias, as organizações e os territórios, os quais foram redefinidos por processos de fatores reflexivos¹⁰.

Observando a atividade produtiva como “ação coletiva”, cujo elemento central seriam as “convenções” (acordos, práticas estabelecidas tanto em formas institucionais como informais, que resultam em ações mútuas). Storper ressalta duas expressões institucionais das formas de conhecimento, o codificado, e o não-codificado.

O mundo codificado representa o mundo da grande indústria, das regras e procedimentos padronizados e que se vincula a práticas que sustentam a chamada economia globalizada, por outro lado existiriam as convenções que edificam o aspecto local, onde aparecem o conhecimento adquirido, pequenos e micro empreendimentos. Estes conhecimentos envolveriam modelos e práticas de produção diferentes da grande escala.

Também perpassa essa análise as formas como essas “diferentes atividades” se inserem no mercado, assim o produto padronizado ou estandardizado envolveria o uso de técnicas utilizadas e consagradas globalmente, posicionando-se via preços competitivos. Por outro lado o mundo não codificado resultaria em produtos especializados onde o diferencial envolveria a noção ou atributo de qualidade, onde as relações interpessoais passam a adquirir um papel central nas estratégias de comercialização. Nesta direção as “estruturas de ação” (conjunto de convenções) ligadas a produção especializada envolveriam confiança e reconhecimento e enraizamento local.

¹⁰ Fatores reflexivos se referem à mudança capitalista onde atualmente permite que grupos de atores, nas mais variadas esferas institucionais do capitalismo moderno, como firmas, mercado, governos, sociedade civil, e outros grupos coletivos, configurarem o curso da evolução econômica. Isto se dá, pois não há parâmetros a serem seguidos como um produto em massa, os agentes podem refletir e fazer aos seus modos, podem se coordenar e utilizar dos recursos locais para suas vantagens (STORPER, 1997).

Esta tipologia apresentada por Storper é absorvida por Terry Marden (2006), que por sua vez, apresenta um desdobramento deste trabalho onde cria (com base nas dimensões da qualidade: espaço e tecnologia) quatro diferentes modos de qualidade envolvendo as relações produtor-consumidor¹¹ (FERRARI, 2011; SILVEIRA 2018). A construção de tipologias dinâmicas, associadas ao universo agropecuário, evidencia uma distinção na abordagem de Marden em relação a de Storper.

Quando observa-se sistema agroalimentar em nível mundial, o qual é caracterizado, entre outros aspectos, *pela intensificação da agricultura, padronização dos alimentos e por processos que se desenvolvem através de cadeias longas, governadas por grandes corporações e complexos agroindustriais que operam à escala planetária* (ANJOS, 2017), e o eminente surgimento de um sistema agroalimentar alternativo, percebe-se sua complexidade, operada não somente com a lógica econômica, mas também cultural e ecológica (MORGAN et al., 2006).

Essa lógica cultural e ecológica, que também é política, envolvem dois polos implícitos na dualidade do sistema agroalimentar. Se de um lado existe e se intensificam processos concentradores, por outro, nas culturas de consumo surgem processos crescentemente diferenciados. Isso permite o crescimento da produção de alimentos com qualidades diferenciadas, seja na forma de produção (artesanais), na relação com a localidade (típicos) ou atrelados a valores nutricionais e de saúde (orgânicos). Estas lógicas diferentes permite, por sua vez, descrever diferentes “mundos de alimento”.

Em seu trabalho de doutorado Luiz Carlos Mior (2003) apresenta as diferenças na concepção de enraizamento de importantes autores sobre o tema como Polany, Granovetter e Wilkinson. Enquanto para Polany enquanto *a ação econômica nas sociedades tradicionais ficou totalmente enraizada na conduta social, na sociedade moderna se caracterizaria pelo fenômeno do desenraizamento* (MIOR, 2003, p.183). Para Granovetter a ação econômica, que ele chama de super e sub socializadas, pode ser representada *num extremo como o homem é visto como sendo inteiramente dominado pelas normas e regras que ele internaliza e no outro extremo, haveria um padrão de comportamento ahistórico com o agente econômico sempre imune às determinações sociais* (MIOR, 2003, p.184). Diferentemente destas posições Wilkinson menciona que *as duas posições excluiriam a influência do tempo presente no comportamento econômico*. Assim:

A noção de enraizamento, conforme argumenta Wilkinson (2001), leva ao questionamento: em que dimensão a economia se encontra enraizada? Os

¹¹ (1) qualidade localizada; (2) qualidade “placeless”; (3) qualidade “estandardizada”; e (4) qualidade especializada.

fenômenos econômicos podem estar enraizados nas dimensões política, social, científica e cultural. É nesta perspectiva que acreditamos que a noção de redes sociais pode ser útil para estudar a construção social dos mercados. Nessa dimensão são forjadas as relações sociais que configuram, de forma crescente ou não, mercados para produtos alimentares originários das estruturas sociais da agricultura familiar (MIOR, 2003, p.184).

Neste esteio Morgam (et al. 2006) deve-se centrar a observação na irterrelação existente entre as formas econômicas (redes/ circuitos/ cadeias), o contexto cultural (comportamento da demanda), o regime político-regulatório e os impactos locais/regionais para verificar o qual enraizada ou não determinadas cadeias ou circuitos alimentares estão.

Neste sentido, um ponto a ser considerado, e que oportunamente vem crescendo em estudos envolvendo a agricultura familiar no mundo, envolve justamente dar maior atenção aos desvios do padrão estandarizado das grandes e longas cadeias de produção agrícola. Assim mesmo que existe um padrão prevalecente dos mercados de massa, não se pode ignorar o consumo de alimentos alternativos, ou com características tradicionais locais e a emergência desse fenômeno no mundo e também no Brasil.

Neste sentido, torna-se oportuno perpassar algumas abordagens metodológicas que vem se destacando nos estudos das circuitos e redes agroalimentares, como a perspectiva centrada nos atores, a teoria das convenções e a construção social dos mercados, visto que estas ferramentas de análise contribuem para a compreensão de como as relações sociais envolvem diferentes interesses e concepções em disputa.

2.4.5 - A perspectiva orientada aos atores (POA)

A perspectiva orientada aos atores foi desenvolvida por Norman Long e Jan Douwe Van der Ploeg da Universidade de Wageningen na Holanda, representa uma importante contribuição para o desenvolvimento rural na América Latina (GONZALES. PEREIRA, DAL SOGLIO, 2014). Norman Long constrói uma abordagem teórica e metodológica envolvendo a ação social e da intervenção para o desenvolvimento. Que por sua vez está associada a noção de mudança e de estabilidade envolvendo o processo de construção social.

Este autor se contrapõe às análises estruturalistas e institucionalistas relacionadas ao desenvolvimento rural e que marcaram o desenvolvimento do tema nas décadas seguintes ao pós-guerra. É dado ênfase nos processos de mudança que originam as formas sociais ou que as transformam, e como isso se consubstancia na vida cotidiana das pessoas.

Esta perspectiva teórica e metodológica também se referencia na teoria da estruturação de Anthony Giddens e apresenta interface com outras teorias do

pensamento social como o marxismo e weberiano. Em relação ao marxismo, esta perspectiva critica a ideia de que as estruturas são dadas aos indivíduos, pois se considera que estas não são fixas, elas são mutáveis e reconstruídas pela capacidade de agência dos atores. Sua relação com o pensamento weberiano está na utilização dos conceitos-chave de agência e de poder (a partir da teoria de Giddens) que brindaria aos atores a capacidade de fazer a diferença (GONZALES. PEREIRA, DAL SOGLIO, 2014, p.106).

Este enfoque permite que sejam observadas as múltiplas racionalidades, desejos, capacidades e práticas.

A premissa da orientação ao ator é de que o complexo encadeamento de projetos e práticas dos atores, e seus resultados intencionais e imprevistos, compõem os marcos da ação social. Esta, surge como alternativa às teorias lineares e externalistas que excluem de perspectiva a possibilidade dos atores influenciarem de maneira significativa os processos de mudança (FERRARI, 2011, p. 73)

As teorias neomarxistas e da modernização, segundo Long, compartilham a ideia de que a mudança social, resultante do processo de modernização, são controladas pelos grandes agentes, como o capital e o Estado. Nas áreas rurais o processo de modernização, controlado por estes agentes, modificariam por completo a dinâmica familiar, reduzindo a autonomia das mesmas, desestruturando por completo formas mais localizadas de cooperação e colaboração. A crítica posta, reforça a ideia de que estas teorias ignoram justamente práticas sociais locais que ressignificam estas “grandes mudanças”, e dão, na prática e vida cotidiana, novos contornos, permitindo também a emergência de formas de organização social endógenas.

Outra questão central envolvendo a perspectiva voltada aos atores diz respeito a singularidade e heterogeneidade da vida social, isso significa perceber que em situações pretensamente homogêneas existem formas sociais diversas, o que justificaria o estudo de como essas diferenças são produzidas, estabilizadas e transformadas. Para tanto é preciso reconhecer e identificar os processos sociais envolvidos e não apenas seus resultados estruturais.

Para Long (2007), a vantagem do trabalho com o enfoque centrado no ator é a possibilidade de perceber diferentes respostas em processos aparentemente homogêneos. Isso porque considera que os diferentes atores sociais não são destinatários passivos de intervenções, mas sim participantes ativos, com capacidade de criar estratégias através de suas interações sociais e institucionais. Assim, é possível o entendimento dos processos de construção dos projetos sociais de desenvolvimento e de como os diferentes atores agem nessa construção (GONZALES. PEREIRA, DAL SOGLIO, 2014, p.108).

Essa visão condiz também com a atenção dada a inter-relação existente entre os atores sociais, uma vez que a ação social se estabelece em coletivo, e não centrada no indivíduo. Ela

se estabelece dentro de uma rede de relações e se limita por certas convenções sociais, valores e relações de poder. A ação social se estabelece dentro de uma rede de relações, delimitado pelas arenas e campos da ação social.

Enquanto a ideia de campo (para Long) fixa-se em termos de disponibilidade e distribuição de recursos, as noções de arena e domínio permitem analisar os processos de ordenamento, regulação, disputa de valores, utilização de recursos, autoridade, poder, fronteiras sociais e simbólicas. A composição e decomposição de campos sociais particulares dependem do uso estratégico e das interconexões entre domínios sociais diferentes e da análise das dinâmicas de arenas sociais em que as lutas por recursos são explicitadas (DEPONTI, 2010, p.70)

Norman Long (2001) enfatiza que os atores sociais desenham suas estratégias de vida de acordo com as informações recebidas e ações tomadas pelos diversos atores sociais que se vinculam no campo social, bem como com as instituições externas.

O que Long e Ploeg (1994) procuraram destacar, enfim, é a necessidade de apreender as respostas diferenciais (estratégias, práticas e razões) que levam os agricultores a estabelecerem trajetórias distintas em contextos estruturais relativamente similares. Respostas diferenciais que decorrem do fato de a mercantilização ser um processo multifacetado e heterogêneo (SCHENEIDER, NIERDELE, 2009, p. 50)

Um dos principais pressupostos teóricos desta forma de abordagem (POA) envolve o conceito de agência, tendo como ponto de partida a noção estabelecida por Giddens na qual:

(...) a noção de agência humana é resultado de um processo reflexivo dos atores, a partir de sua capacidade de trazer as diferentes situações pela consciência e refletir suas escolhas. Os atores são capazes de compreender o que fazem, porque o fazem, quando o fazem. Esta agência humana é considerada o centro da perspectiva de ator social e é eixo pelo qual giram os planejamentos que tentam reconciliar as noções de estrutura e de ator. (GONZALES. PEREIRA, DAL SOGLIO, 2014, p.110).

Assim a noção de agência atribui ao ator individual a capacidade de processar a experiência social e elaborar maneiras de enfrentar a vida. Embora atribuída a Giddens nos trabalhos de Norman Long, a noção de agência e ator podem ser observadas à luz de autores como Edward P. Thompson e James C. Scott, que propõem o conceito de economia moral para compreender as estratégias de resistência e autonomia dos camponeses (MENEZES, MALAGODI, 2015).

Outro aspecto importante ligado a “agência” envolve reconhecê-la como processo resultante da contínua interação de questões cognitivas do indivíduo, pelas categorias sociais, pelas ideologias e conhecimentos existentes. Isso justifica a compreensão de que os indivíduos podem escolher, mesmo de forma limitada, entre diferentes cursos de ação. Esse processo

ocorre no meio social, assim “*a agência (...) está encarnada nas relações sociais, e só pode ser efetiva através delas*” (LONG, 2007, p. 50 apud GONZALES et al., 2014, p. 110) representando, por sua vez a existência de um conjunto de atores envolvidos conjuntamente em um projeto.

As experiências vividas, representam o conhecimento adquirido por meio do repertório de vida e da inserção ao meio social, que por sua vez são fruto de um entorno cultural da prática social. Neste ponto questões estruturais e culturais se entrelaçam, uma vez que a POA procura compreender diferentes tipos de reações envolvendo grupos sociais a situações estruturais semelhantes.

Long e Ploeg (1994) destacam que não negam o significado das relações sociais de produção e nem dispensam o conceito de relação social de produção, mas apenas enfatizam que as relações sociais específicas são construídas, reproduzidas e transformadas. O ponto importante de referência é a elaboração, a negociação e a confrontação dos projetos dos atores. A análise do ator não deseja excluir a idéia de estrutura, mas considerar a construção das relações sociais específicas como tema central na análise (DEPONTI, 2009, p. 9).

Neste sentido Long (2001, 2007) apresenta que cada ator exerce algum tipo de poder, incluindo aqueles que estão em condição subordinada. A noção de agência está associada ao poder de ação e esta depende de processos de conhecimento e da cultura na qual se desenvolvem as relações sociais, assim tanto poder quanto conhecimento são emergidos de processos de interação social, incluindo conhecer o nível que estes agentes estão e os recursos que eles dispõem para a ação (GONZALES et al., 2014).

Ao centrar a análise nos atores locais ligados ao universo agrícola, sobretudo da agricultura familiar, percebe-se que os mesmos não operam de forma única e homogênea em um mundo mercantil, as possibilidades dos agricultores desenvolverem estratégias de resistência e resiliência aos ditames externos e a plena integração mercantil, se consubstanciam em saídas e estratégias regidas em redes de relações sociais, que são constituídas, estruturadas e desestruturadas localmente. A perspectiva orientada aos atores contribui trazendo observância ao cotidiano e às estratégias de vida empreendidas pelos agricultores, sobretudo os de base familiar.

2.4.6 Economia da qualidade e teoria das convenções

2.4.6.1 Economia da qualidade: diferentes perspectivas

O tema da economia da qualidade está associado a emergência de cadeias agroalimentares alternativas, sobretudo na Europa e Estados Unidos. O sentido atribuído nesta seção não envolve a noção de qualidade preconizada pela agroindústria estadartizada, associada às normas técnicas e padrões e exigências fitossanitárias, mas sim aquelas que se estabelecem concomitantemente com a produção alimentar de caráter industrial, mas cntrada na relação de proximidade entre produtores-consumidores e na associação com a alimentação saudável.

Como afirma Nierdele (2013):

Na origem desse movimento, está o reconhecimento de uma nova dinâmica dos mercados associada à diferenciação qualitativa dos bens. Em toda parte, o chamado *quality turn* tem exposto um problema insolúvel para a Economia Neoclássica, expresso na sua incapacidade de explicar como os atores podem coordenar suas transações frente a um contexto de incertezas avaliativas radicais (NIERDELE, 2013, p. 441)

A diferenciação e qualidade dos bens mencionadas pelo autor envolve a perspectiva de mudança de comportamento de parcela da demanda e também a profusão e o crescimento de espaços de comercialização envolvendo estes produtos. Como afirma Ferrari (2011):

Tem-se assistido a uma procura crescente por produtos locais, regionais ou diferenciados em detrimento dos padrões de consumo uniformes e globais. Esses produtos caseiros, típicos de um território, estão atrelados a um saber-fazer e técnicas de produção e de processamento localizados e a condições agroecológicas singulares. São precisamente estas características específicas que diferenciam o produto, ao constituir o verdadeiro capital humano e social. Essas características devem ser aproveitadas pela agricultura familiar já que abrem novas janelas de consumo que incorporam novos (ou reincorporam históricos) hábitos, identidades, experiências e valores culturais regionais (FERRARI, 2011, p. 49)

Esse movimento apresenta características específicas que representam uma oposição a visão desenraizadora da economia moderna expressa por Ponanyi, assim cabe verificar que o processo de globalização no sistema agroalimentar, se faz em uma lógica específica em que se verificam forças contravalentes que se expressam em mercados localizados (saberes tradicionais), nichos de alimentação, de qualidade nutricional, como no caso dos orgânicos.

Como aponta Schneider (et al. 2016) a emergência da realocização como protagonista na ressignificação da produção agroalimentar, que associa e valoriza aspectos como enraizamento social ao lugar, relações de confiança e, sobretudo, a formação de circuitos curtos de de produção e distribuição de alimantos vem ganhando espaço nos debates contemporâneos em torno das estratégias de de produção e abastecimento. Esse processo não ocorre somente pelas contradições geradas pelo atual sistema alimentar industrial, como também em resposta

às relações comerciais de exploração que orientam a expansão e reprodução destes sistemas (GOODMAN, et al., 2012 apud SCHNEIDER, 2016 p. 15).

Surge nesse contexto o que Lang (2009) denomina de “paradigma da saúde ecológica”, em que a questão central dos alimentos não diz mais respeito apenas do abastecimento e aos problemas de saúde associados ao subconsumo e à pobreza, que dificulta o acesso ao alimento. O desafio atual é mais complexo, pois evidencia tanto as desigualdades das nações em relação aos alimentos como o consumo exacerbado de alimentos ultraprocessados.

Um dos pontos de entrecruzamento entre a teoria das conveções e o que passou a ser chamado de economia da qualidade envolve a noção de confiança nas relações econômicas, nas palavras de Nierdele (2012) o fio condutor perpassa o debate sobre qualidade se desenvolveu, de modo privilegiado, no interior das discussões convencionalistas. Essa noção de qualidade ma envolve compreender que sua origem situa-se na crítica promovida, sobretudo, pela sociologia econômica ao paradigma marshalliano. A solução apontada pela economia tradicional foi de endogenizar a variável qualidade, o que se expressa pela proliferação de normas e entidades certificadoras que garantiriam uma qualidade homogênea e padronizada, (evitando ou reduzindo as possibilidades de fraude e oportunismo).

Desta forma a qualidade passa a ser vista como uma *característica intrínseca ao bem e, ao fim e ao cabo, transformada em uma quantidade*. Neste sentido, essa visão de qualidade aportada por parcela significativa de autores relacionados a economia é refutada.

Como afirma Eymard-Duvernay (2009, p. 138-139), “[...] essas qualidades não têm nenhuma conotação moral; na verdade, nenhuma qualidade. Elas são somente grandezas naturais que podem ser objeto de mensuração pelas ciências da natureza”. Por sua vez, as incertezas qualitativas tornam-se riscos calculáveis passíveis de incorporação em uma matriz quantitativa, a qual permite aos atores definir probabilidades para guiar suas escolhas. (...)Nessa perspectiva, o funcionamento do mercado depende menos da criação de contratos e mecanismos de codificação e mensuração de atributos qualitativos do que de um acordo entre os atores acerca da constituição de um quadro valorativo comum, ou seja, uma forma unificada de cálculo (Eymard-Duvernay, 2002). O contrato é a superfície dos elementos morais que estão na base de um acordo mais amplo. (NIERDELE, 2012, p. 26)

A noção de qualidade, desenvolvida por esses autores se correlaciona substancialmente à confiança, e a confiança, por sua vez está atrelada às redes sociais ou melhor, a forma como ela se estabelece na sociedade promovendo boas relações, cooperação e reciprocidade. Esta confiança pode ser crescente ou decrescente, portanto flexível.

Essa qualidade, da confiança, pode ser expandida a medida que as relações sociais estabelecidas promovam sua conformação e “acumulação”, numa escala gradativa de substância de acréscimo desse quantum. A estabilidade ou instabilidade operam nesse conjunto sendo possível distinguir a essência de sua estruturação de acordo com categorias, como identificação por classe social, por questões de parentesco, de proximidade socioespacial e também pela presença de instituições mediadoras formais que podem ou não contribuir por meio de estímulos econômicos ou sociais.

Como destacado anteriormente, as cadeias agroalimentares curtas estão, do ponto de vista do referencial teórico sobre o tema, relacionadas à noção de qualidade. Como dito esse conceito ou atributo apresenta múltiplas dimensões, não sendo unicamente econômico, nem intrínseco a determinado bem ou produto. Opera como uma somatória de elementos distintivos, como a localidade, aparência, valores nutricionais, valores culturais. Este processo de qualificação ocorre de forma coletiva e é estabelecida socialmente, entre idas e vindas no contexto das relações de produção e de consumo permeada por elementos imateriais. Nesta relação os atributos de poder tornam-se importantes para análise desses circuitos e por isso a noção de qualidade envolve a relação entre os atores sociais por meio de dispositivos coletivos de julgamento.

Assim a noção de qualidade é relacional e multidimensional, e no caso específico dos alimentos, a origem, procedência, cultura, tradição e território entram em cena, são imagens socialmente construídas que legitimam e aferem determinados níveis de qualidade. Claro que quando adota-se essa perspectiva interpretativa observa-se produtos in natura e/ou processados com características específicas, diferentemente do que ocorre com o universo dos produtos e alimentos estandarizados.

Neste sentido, quando analisamos as cadeias agroalimentares percebemos que em cada tipo de cadeia pode apresentar características diferentes de qualidade, que por sua vez refletem as diferenças produtivas, de gestão, de cultura, de instituições e atores envolvidos. Essas cadeias envolvem um conjunto de dispositivos que lhes conferem especificidades e possuem determinada aderência ao território (suma base física e não física). Esse entendimento permite a compreensão da existência e coexistência de diversos sistemas agrícolas em mesmos ou diferentes espaços geográficos.

\Cabe ressaltar nesse sentido que a perspectiva apresentada pela teoria das convenções e da economia da qualidade trazem uma análise multidimensional ao tema dos circuitos, cadeias de comercialização e aos sistemas agroalimentares, que se diferencia da análise das transações econômicas. Conforme aponta Ferrari (2011):

Ao contrário da perspectiva de racionalidade limitada, da assimetria de informações, e da economia dos custos de transação, para a qual arranjos institucionais (contratos, por exemplo), viriam a ser a solução. Para a economia convencionalista, as informações são diferentemente percebidas e interpretadas pelos agentes envolvidos nos processos de qualificação, pois as escolhas se associam à existência de distintos sistemas de avaliação e julgamento (EYMARD-DUVERNAY, 1989 apud FERRARI, 2011 p. 56).

2.4.6.2 Teoria das convenções

A teoria das convenções surge no bojo de proposições teóricas que se vinculam a crítica a tradição teórico-metodológica da economia mainstream de vertente liberal. Fornece diálogo envolvendo um entrecruzamento das análises sociológicas de autores franceses como Latour e Callon (teoria ator-rede) e a nova sociologia econômica da escola de Harvard, com destaque para as obras de Granovetter (redes sociais).

Enfatiza a importância e essência dos atores sociais que se mobilizam em torno das diferentes atividades econômicas, dada a necessidade de processos de reorganização/ruptura, tendo em vista determinadas disponibilidades tecnológicas (WILKINSON, 1999). As interações envolvendo esses atores sociais se dão em um campo organizacional, onde se expressam relações de poder e convenções.

Segundo Paulo Nierdele:

Teoria das convenções permite qualificar a noção de *embeddedness*, sua concepção moral do mundo possibilita constituir um complemento institucionalista às abordagens interacionistas fundadas nas noções de redes sociais. Para tanto, sustenta ainda que a solidez dessa arquitetura teórica depende do reconhecimento de diferentes níveis convencionais (pluralismo vertical) e da necessidade de a Economia das Convenções “levar à sério” o papel das instituições, redefinindo seu estatuto ontológico no seio de uma estrutura analítica que continua reconhecendo a interação e a incerteza como componentes irrevogáveis da ordem social. (NIERDELE, 2013p.442)

Autores de origem francesa como L. Boltanski e L. Thévenot, se destacam na contribuição acerca da ação econômica. Justificando em princípios comuns que tratam de conduzir uma reflexão sobre a ação econômica, justificando em princípios comuns. Segundo Rendin (2016) tendo como base as obras de Levesque existiriam seis tipos de convenções historicamente construídas:

a) convenção mercantil: referindo-se a ordem da concorrência; b) convenção industrial: ordem da eficiência; c) convenção cívica: ordem do coletivo; d) convenção doméstica ou interpessoal: ordem da confiança; e) convenção da inspiração: ordem da inovação; f) convenção de opinião: ordem do renome. (RENDIN, 2016, p. 57).

Cada uma destas convenções ou tipificações alegóricas incide sobre diferentes modos de qualificação. Segundo Nierdele (2011) a relação entre estes mundos envolvem a paixão, confiança, a solidariedade, a troca e ligação funcional.

Segundo Ferrari (2011) exemplificando esses mundos, suas ações e suas marcas distintivas aponta que o mundo doméstico valoriza as relações de proximidade, o vínculo direto entre atores e objetos. As ações são justificadas por referência a *embeddedness* local e confiança. Seu estado de grandeza é o reconhecimento. Os grandes são as personalidades, o líder, o porta-voz. O mundo cívico caracteriza-se pelo princípio de que o interesse coletivo deve estar acima do interesse pessoal. Tem a equidade, liberdade e solidariedade como valores. Os grandes são as massas e os coletivos que organizam e agregam. O mundo mercantil tem sido erroneamente considerado pela economia. Seu valor maior é o pragmatismo, orientado pela busca da competitividade. Aqui, o grande é aquele que enriquece mediante a concorrência no mercado. O mundo do mercado envolve as cadeias globais de valor em que os atores interagem à distância mediados por tecnologias de comunicação e informação cada vez mais dinâmicas. No mundo industrial é valorizada a eficácia e nele predominam os objetos técnicos e os métodos científicos. É o mundo dos especialistas, dos profissionais capacitados, que avaliam e qualificam os meios mobilizados para a produção, os projetos de pesquisa. É o mundo que busca o controle e o planejamento e que, para isso, desenvolve testes e sistemas de avaliação. É também o mundo em que se sacrificam as oportunidades do presente em favor do que se projeta para o futuro (FERRARI, 2011, p. 57).

A teoria das convenções de acordo com Wilkinson (1999), apresentou um processo de desenvolvimento, partindo de uma análise das relações salariais, para uma teoria mais ampla, envolvendo as formas de organização econômica. Nesse sentido é destacada a heterogeneidade envolvendo organizações e as relações existentes entre elas. Seu arcabouço geral envolve a construção e validação de regras, normas e convenções que por sua vez são as bases da atividade econômica. A ação econômica é construída e mantida socialmente, historicamente determinada pela ação coletiva e individual expressa através de organizações e instituições.

A teoria das convenções envolve algum tipo de acordo entre os envolvidos, reconhecendo entretanto diferentes formas de relação de poder. Mas aceitar a ideia de constituição de um acordo não anula situações de imposição de poder, mas revela, por exemplo, que qualquer atividade econômica desenvolvida (em nosso caso agrícola) envolve o aparecimento de um conjunto de convenções em que os atores envolvidos ajustam seus comportamentos e estabelecem determinados acordos.

Novamente temos aqui os atores sociais colocados epistemologicamente no centro do processo analítico, assim as regras estabelecidas não antecedem a ação, mas são resultado de interações constantes, tensões, disputas e ações de cooperação desenvolvidas e acomodadas no neste processo de interação, tendo em vista um espectro temporal e espacial determinado.

Uma convenção envolve diretamente questões normativas sendo que sua consecução envolve a mobilização dos atores e um engajamento moral, sendo visto como algo que se estabelece na interação social entre os agentes.

Conforme aponta Wilkinson (1999, 2002) o uso das teorias das convenções tem crescido em análises envolvendo os sistemas agroalimentares e a perspectiva de construção social de mercados, pois contribuem para identificam as formas como as qualidades especiais de mercados de proximidade podem ser traspostas a diversas realidades e situações. A essência nesse caso envolve a capacidade de traduzir os valores e os mecanismos de confiança.

Por outro lado o reconhecimento do enraizamento da atividade econômica em mundos heterogêneos de ação justificável é um instrumento importante para resistir à ideologia de mercado universalizante que domina as atuais propostas de políticas agroalimentares (WILKINSON, 1999, p. 77).

2.4.7 Mercados como construções sociais

Os mercados como construções sociais envolvem a perspectiva sociológica de análise de funcionamento econômico, que por sua vez remontam as origens da própria sociologia. Quando observamos alguns dos principais autores clássicos como Weber, Durkheim, Simmel ou Veblen, percebemos que muitas de suas análises buscavam compreender as transformações de uma sociedade sob o signo do processo industrial -urbanizante.

Em uma análise conceitual sobre a perspectiva do mercado nas obras destes autores Raud-Mattedi (2005) apresenta um novo olhar sobre a construção social dos mercados evocando a contribuição +analítica destes autores frente as correntes tradicionais econômicas.

Neste contexto, a emergência da economia e das leis de funcionamento do mercado sob a perspectiva marginalista suscitou a compreensão alternativa do mercado, na qual: 1) reconhece-se sua dimensão socializadora, 2) não há que se falar em mercado e sim em mercados, 2) este não pode ser compreendido de forma autônoma da sociedade, 3) são constituídos historicamente e espacialmente, ou seja envolvem processos sociais situados no tempo e no espaço, 4) a subjetividade, a cultura, a tradição os costumes e as normas formais e informais configuram um modus operandi que passa ser visto de forma não única e não essencialmente

racionalista (diferentemente da visão maximizadora), mas que envolve o universo das trocas em si e o universo das relações sociais. Assim, a confiança, baseada em relações pessoais contínuas e duráveis, representa a condição de possibilidade da troca mercado.

Mas, na medida em que o ator econômico se enquadra na regulamentação contratual, isto é, na medida em que respeita uma série de regras sociais, seja formais (direito), seja informais (tradição e normas morais), elaboradas coletivamente e inscritas numa dimensão temporal de longo prazo, ele participa da criação de uma verdadeira relação social: mesmo sem passar por relações pessoais íntimas, na medida em que esse laço não se esgota no único ato da troca, mas se enraíza e participa do processo de reprodução das instituições sociais (RAUD-MATTEDI, 2005, p. 132)

Outro ponto importante envolve a noção de luta, consequentemente de poder, o que por sua vez reporta a dimensão política de um fenômeno econômico, Para Weber por exemplo no mercado encontram-se em conflito interesses opostos, e a troca efetivada representa uma situação de equilíbrio. Neste ponto entram os elementos ou tipos de regularidades e se alude ao fato das tradições, convenções ou mesmo regras jurídicas.

Essa abertura inicial pode posteriormente contar com a contribuição de Polanyi para a sociologia econômica. Sua interpretação acerca do *embeddedness*, foi fundamental para a emergência na nova sociologia econômica norte-americana a partir da década de 1970 e 1980. e sua importante contribuição para a sociologia econômica.

O enraizamento da ação econômica dentro de relações sociais, pode ser observado por meio das análises das redes que são tecidas, criadas e recriadas envolvendo um grupo de indivíduos que adotam determinadas decisões, estabelecem situações de equilíbrio ou acordos e distribuem os benefícios de sua atividade.

Esse tipo de enfoque, conforme aponta Wilkinson (2002), os mercados passam a ser observados como uma extrapolação das redes sociais. O elemento distintivo abranje, justamente o enraizamento em determinado território, isto é, o tipo de rede social é correlacionado com a forma de funcionamento do mercado, o que abre possibilidades para situar os diferentes atores sociais envolvidos e as formas como se estabelecem o controle social engendrada nas atividades econômicas dos grupos e indivíduos.

Assim a posição dos atores em determinada arena ou campo, são elementos fundamentais para análise das diferentes atividades econômicas e seus respectivos mercados. De um lado reconhece-se que os mercados envolvem mecanismos de formação de preços, mas por outro considera-se as estruturas sociais envolvidas – regidas pelas relações entre os atores de forma constante. Essas relações são pautadas por formas de cooperação, de conflito, e pela

capacidade de estabelecer elos de confiança cumprindo ditames, contratos e normas formais e não formais.

Este tipo de análise ajuda a elucidar a manutenção de formas de trocas baseadas na reciprocidade, mesmo que inseridas em contextos trocas comerciais modernas regidas pelas relações mercatis. Segundo Abramovay (2004) a análise dos mercados sob o ponto de vista histórico, institucional, sociológico, como coantruições sociais evitando o equívoco *mercado enaltecido e do mercado demonizado* auxiliando na compreensão dos principais entraves e desafios que envolvem os elementos de cooperação entre atores sociais.

Como aponta ainda Pierre Bourdieu (2000), *as estratégias econômicas são, geralmente, integradas num sistema complexo de estratégias de reprodução, permanecendo, portanto, plenas de história de tudo ao que visam perpetuar*. Isabel Gerra (1993) ao analisar os diferentes modos de vida, tendo como base a concepção boudiana, estabelece que se levar em conta três dimensões, que geralmente são pouco utilizadas; o sistema e os atores sociais; a história e o cotidiano; e o objetivo e o subjetivo na percepção do real. Essas três dimensões deveriam ser articuladas de modo a combinar a força da estrutura com a possibilidade de ação dos indivíduos, o nível da vida cotidiana articulado com o econômico, o político, o cultural, bem como as redes de poder estabelecidas nas articulações entre as diferentes esferas do social e sua consubstanciação nos mercados.

2. 5 Tipos de circuitos curtos de comercialização envolvendo assentamentos em Araraquara.

A agricultura familiar desenvolve sistemas de produção complexos, combinando culturas, criações animais e transformações primárias tanto para o consumo quanto para o mercado. Esses sistemas de produção são resultado não apenas das condições socioambiental-agronômica de cada local, mas também de condições econômicas e históricas (LOURENZANI, 2002). Podem ainda representar diferentes níveis de sustentabilidade social, econômica e ambiental.

Neste sentido, cabe reiterar que a categoria de agricultor familiar vem sendo entendida como aquela que diferencia produtores familiares dos patronais não apenas a partir do emprego de mão de obra, e do nível da renda agrícola monetária bruta. Mas aquela sedimentada na predominância do trabalho familiar sobre o assalariado, onde a concepção de unidade de produção agrícola e o trabalho estão intimamente ligados à família.

Alguns autores como Chayanov (1974), Wanderley (1999) e Lamarche (1993) reiteram que a caracterização do trabalho e das expectativas econômicas dos agentes envolvidos, ao se referirem aos grupos camponeses (Chayanov) e agricultores com herança camponesa (Lamarche e Wanderley). Neste sentido, observa-se a relação de equilíbrio entre a fadiga e o consumo individual dentro da comunidade, fundamentada em “determinantes demográficos” oriundos da estrutura familiar e da subjetividade culturalmente conformada, que fixa os limites entre os níveis de consumo e o esforço psicofisiológico dedicado a alcançá-lo (CHAYANOV, 1974).

Em outras palavras, ao longo de seu ciclo demográfico familiar, o grupo doméstico passa por alterações significativas na relação entre o número de consumidores e trabalhadores, e tal feito reflete em um determinado nível de autoexploração correspondente à necessidade de compensar as alterações demográficas (SACCO DOS ANJOS, 2003). O nível de alteração depende do juízo abstrato da família, que é o fator decisivo para definir o grau de autoexploração do estabelecimento familiar no que tange ao volume da atividade agrícola, intensidade do trabalho e destino da produção.

Esta especificidade da agricultura familiar demonstra que o rendimento da unidade familiar é algo indivisível, não há separação da produção pelo trabalho, pelo investimento do capital ou renda da terra. Como aponta Wanderley (1999) nas sociedades modernas, as famílias são mais reduzidas e há menor necessidade de envolver todos os membros da família no trabalho agrícola, mas ainda assim, o rendimento familiar interno continua indivisível, porém atrelado ao mercado capitalista, dependendo muito de crédito para assegurar a tecnologia e a reprodução social da produção familiar. Para Lamarche (1993), “a exploração familiar” envolve um grau de integração à sociedade econômica, corresponde a uma determinada relação com a sociedade de consumo, e um determinado modo de vida, e, acrescentando, um modo de percepção e representação do meio ambiente (1993: 19).

Por outro espectro, tendo em vista mais especificamente as relações dos agricultores com os mercados, Ploeg (1992), assume que a mercantilização não é, necessariamente, um processo de ruptura total e completo com as bases materiais da produção dos pequenos agricultores e que a inserção dos camponeses nos mercados (e conseqüente transformação deste camponês em agricultor mercantilizado) poderia inclusive fortalecer esta base interna. Segundo o autor, a interação dos agricultores com os mercados não deve ser vista como o começo do seu fim, pois a sua inserção em circuitos mercantis poderia ser benéfica para ampliar a sua autonomia. Numa tentativa de fornecer uma saída aos limites apontados pela perspectiva “chayanoviana” que privilegiava os balanços endógenos entre produção e consumo das

unidades camponesas, Ploeg sugeriu que há um gradiente que vai de formas de produção mais autônomas até outras mais dependentes dos mercados. Em obra mais recente o autor (2008), menciona o processo de mercantilização diferenciada de inserção dos agricultores nos mercados, afirmando que a mercantilização é parte de um processo mais geral de recampesinização, definida como a “luta por autonomia e sobrevivência em um contexto de privação e dependência” (PLOEG, 2008, p. 23).

Outra contribuição nessa direção pode ser dada por Schneider (2010), que, ao se referir à antropóloga Ellis (1988), resgata seu raciocínio de que os pequenos agricultores com forte herança camponesa não são grupos sociais isolados e não vivem apenas da produção para subsistência, caracterizam-se por manterem algum tipo de relação com as cidades e interagindo com a sociedade englobante. Assim, a relação dos mesmos com os mercados é parcial, porque não produzem exclusivamente para vender (trocas, autoconsumo) e nem sempre compram todos os insumos de que precisam para produzir.

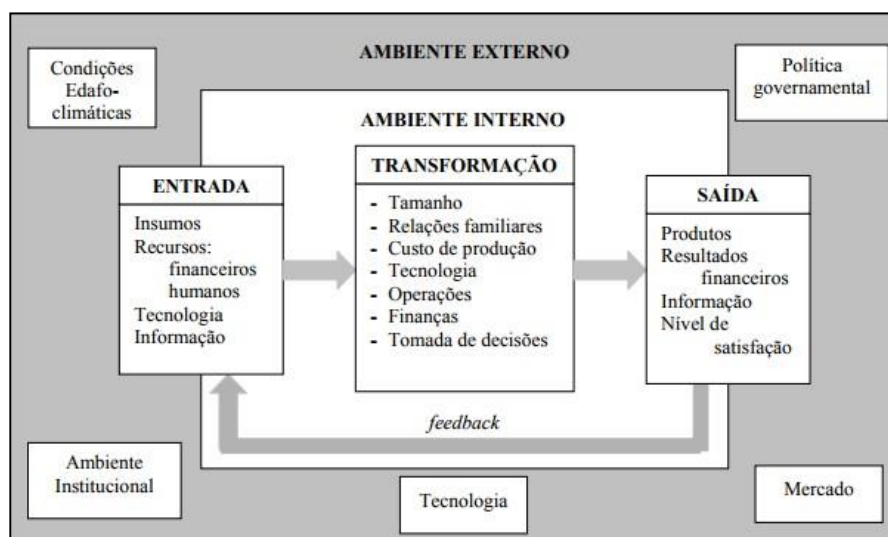
Ao interagir com a sociedade e participar da economia mais ampla, estes agricultores de base camponesa se beneficiam desta interação, mas também sofrem seus efeitos, via preços ou acesso aos recursos tecnológicos, como sementes e outros. Os mercados apresentam tanto oportunidades como pressões. Ingressar neles pode ampliar o nível de bem-estar ou diversificar o acesso a bens de consumo, mas ao mesmo tempo isso os expõe aos problemas das adversidades de preços ou das condições desiguais do poder de mercado. Isso faz com que a relação com os mercados seja uma contínua tensão entre os riscos das vantagens na sua participação ou a manutenção de uma base não mercantil para sobrevivência.

Assim, quanto mais os mercados se tornam competitivos e passam a operar em bases concorrenciais (que são dados por: diversidade e abundância de informação; transporte; mobilidade; insumos; canais de venda e acesso a bens de consumo), mais eles favorecem a transição da condição de camponeses que produzem apenas excedentes (ou no máximo diversificam a produção) para a de produtores especializados (ELLIS, 1988, p. 13, *apud* SCHNEIDER 2010). Advém daí a afirmação de Abramovay (1990), em sua tese de doutorado, de que nesse processo os camponeses se metamorfoseiam e passam a ser agricultores familiares, sendo a interação com os mercados o passo decisivo dessa transição¹².

¹² Segundo Abramovay (1990, p. 102) o camponês representa, antes de tudo, um modo de vida [...]. Nas sociedades camponesas, a economia não existe como esfera institucional autônoma da vida social [...]. As sociedades camponesas são incompatíveis com o ambiente econômico onde imperam relações claramente mercantis. Tão logo os mecanismos de preços adquiram a função de arbitrar decisões referentes à produção, de funcionar como princípio alocativo do trabalho social, a reciprocidade e a personalização dos laços sociais perderão inteiramente o lugar, levando consigo o próprio caráter camponês da organização social” (p. 117).

Neste sentido, vale lembrar a complexidade do funcionamento de uma unidade produtiva familiar rural (Figura 1), a qual é composta por diversas variáveis interdependentes e dependentes do próprio sistema (LOURENZANI, 2008).

Figura 2 - Fatores que afetam a atividade rural



Fonte: Adaptado pelo autor, de LOURENZANI *et al*, 2008.

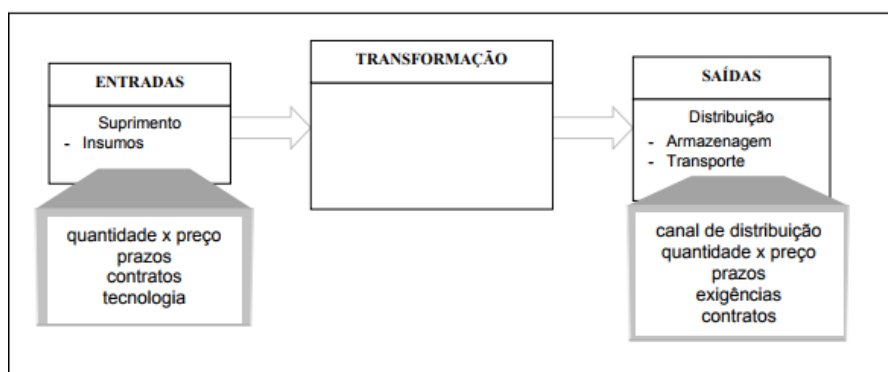
Algumas variáveis como clima, políticas governamentais, tecnologia e mercado, fazem parte do ambiente externo e fogem ao controle dos agricultores. Embora influenciem significativamente o desempenho da atividade rural, esses fatores não são controlados pelos agricultores. Nesse sentido, resta a estas famílias adotar ações de reação e adaptação frente às condições impostas.

No âmbito da unidade produtiva (ambiente interno de produção), a atividade rural apresenta fatores que estão diretamente vinculados ao controle do agricultor. Assim, cabe ao sujeito decidir, a partir das informações disponíveis, como os recursos (culturais, humanos, insumos, capital e tecnologia) serão utilizados para serem transformados em produtos finais. Decisões como o quê produzir, quanto produzir, como produzir, quando produzir e para quem produzir devem ser tomadas, considerando fatores objetivos e restritivos como área, a tecnologia disponível, recursos financeiros do empreendimento, necessidades de autoconsumo, possibilidades de comercialização; e também de inúmeros elementos subjetivos, como *habitus*¹³, predileção e influência externa.

¹³ O *habitus* é um dos conceitos da teoria de Bourdieu que pretende desfazer os antagonismos primários presentes no conhecimento científico e no senso comum, e que nos levam a pensar na ação humana de forma dual. O conceito de *habitus* define-se como um “sistema de disposições para a ação”. É uma noção mediadora entre a estrutura e o agente em que se procura incorporar todos os graus de liberdade e determinismo presentes na ação dos agentes

O sistema de comercialização agrícola é um mecanismo primário para a coordenação das atividades de produção, distribuição e consumo. Quanto maior for a coordenação entre os componentes do sistema menores serão os custos envolvidos (AZEVEDO, 2001). O subsistema comercial envolve articulação e negociação com agentes externos da propriedade. Nesse sentido, as interfaces (suprimento e distribuição) entre a unidade produtiva e o ambiente externo envolvem fluxos de informações e as decisões a serem tomadas (figura 2).

Figura 3 – Subsistema comercial.



Fonte: Adaptado de LOURENZANI et al., 2008.

No item descrito como suprimentos, as decisões envolvem o binômio quantidade/preço da aquisição de produtos, os prazos e formas de pagamento, a relação com os fornecedores e as tecnologias (informação, equipamentos e máquinas, insumos). Na distribuição, cabe ao produtor identificar e decidir sobre qual(is) canal(is) de distribuição (consumidor final, intermediário, indústria, atacado e varejo) irá utilizar para o escoamento da sua produção. Embora, os produtores rurais sejam, na maioria das vezes, tomadores de preços, as negociações sobre quantidade/preço dos produtos, bem como dos prazos de pagamento, podem proporcionar um elemento importante. Nas negociações interpessoais, e na construção de relações de confiança, os agricultores podem se beneficiar de vantagens como a qualidade, especificidade e reputação. O acúmulo e frequência das transações, cria bases para a construção de laços mais sólidos entre os agentes, importantes para o desenvolvimento da noção de reputação. Esta reputação impacta nas negociações, auxiliando na constituição de estruturas e situações mais adequadas para a comercialização, assim os agricultores, direcionam melhor suas atividades,

sociais. Assim, o *habitus* é a “interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade”, ou seja, ele capta o modo como a sociedade se deposita nas pessoas sob a forma de disposições duráveis, e modos de pensar, agir e sentir, e capta também as respostas criativas dos agentes às solicitações do meio social envolvente, respostas essas que são guiadas pelas disposições apreendidas no passado.

de acordo as necessidades dos clientes, como também passam a vender sua produção a preços mais atrativos, ou em condições mais vantajosas.

O desenvolvimento dos circuitos de comercialização envolve diferentes maneiras com que os agricultores, sobretudo envolvendo áreas de reforma agrária, estabelecem vínculos ante a produção e o consumo final. Como dito anteriormente, um conjunto de autores vem se debruçando sobre as diferentes formas e arranjos comerciais envolvendo agricultores familiares, com destaque para Schneider (2006), Wilkinson (2008), Marsden (2000), Murdoch (2000) e Darolt (2012).

Embora a categorização, dos circuitos de comercialização envolvendo a agricultura familiar, em especial oriundos da reforma agrária, possa variar de acordo com o autor e seus entendimentos sobre os vínculos existentes ante produção e consumo final. Percebe-se certo entrecruzamento de abordagens, e aproximações de trabalhos recentes sobre o tema. Como a elaboração de tipologias constitui-se em recurso heurístico; um processo de classificação de um determinado conjunto de entes ou objetos podem ser de natureza quanti ou qualitativa, podendo ainda serem agregados ou segmentados por distintos critérios, variáveis ou indicadores¹⁴.

Podemos partir da abordagem de Marsden *et al* (2000), que valoriza os circuitos ou cadeias curtas, citando o circuito face a face, de proximidade espacial e espacialmente estendida. O circuito face a face acontece quando o consumidor adquire o produto diretamente do produtor ou processador; neste caso, a autenticidade e a confiança são geradas por meio da interação pessoal. A cadeia curta de proximidade espacial ocorre quando os produtos são produzidos e comercializados nas regiões específicas e os consumidores estão cientes da natureza local do produto no ponto de varejo; são exemplos de cadeia de proximidade espacial as vendas de produtos em festas típicas e rotas turísticas. A cadeia curta espacialmente estendida ocorre quando os valores e informações das localidades de produção são traduzidos aos consumidores que estão distantes do local de produção. Esta proximidade pode não ser espacial e um exemplo claro de cadeia curta espacialmente estendida está nos serviços de rastreabilidade, selos de origem e identidades regionais.

¹⁴ Segundo Kageyama (2010) e Whatmore (1994) existem basicamente três modos de elaboração de tipologias nas ciências sociais, particularmente na sociologia rural, a saber: a positivista, a realista e a hermenêutica. Na abordagem positivista ou taxonômica, os tipos são identificados através de uma seleção de dados empíricos com o objetivo de ordenar as observações em forma ascendente ou descendente, para poder identificar os traços, semelhanças e diferenças formais e morfológicas. Na abordagem relacional ou realista os tipos são identificados a partir de pressupostos teóricos que se baseiam em relações causais ou estruturais, com o objetivo de explicar os processos e estabelecer relações de causa versus efeito. Por fim, na abordagem interpretativa ou hermenêutica os tipos são identificados a partir do sentido ou significado que atribuem a determinadas práticas ou crenças específicas através dos discursos e representações, com o objetivo de explicar aspectos comportamentais e cognitivos.

Outra abordagem, que merece destaque é de John Wilkinson (2008, 2010). Em um trabalho publicado em 2008, o autor identifica pelo menos quatro formas tradicionais de acesso da agricultura familiar aos mercados: (1) acesso direto, sobretudo no caso do mercado local (informal); (2) intermediação via atravessador; (3) integração com a agroindústria, e (4) compras por parte do poder público.

Na obra “Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar”, Wilkinson (2010) destaca as condições e possibilidades abertas pelos assim chamados mercados alternativos, especialmente os nichos e mercados de proximidades, oportunizados por novos produtos, geralmente com maior valor agregado, conforme apresentado no quadro 3. Outra novidade que emerge são os chamados produtos tradicionais, que conseguem abrir espaços em face da demanda pela artesanidade (*slow food*) ou pelos aspectos éticos (*fair trade*) ou mesmo relacionados à sustentabilidade (orgânicos, agroecológicos, etc.).

Quadro 4: Tipologias de mercado para agricultura familiar

Mercado	Perfil	Desafios
Commodities	Velhos e Novos Mercados Locais e a Distância	Padronização, Legislação, Qualidade Mínima e Escala
Especialidades (de nicho)	Discriminado por Grau de Associação com a Localidade / Tradição	Concorrência de Novos Entrantes
Orgânicos	Grau de associação à Saúde e/ou a um Modo Específico de Produção	Certificação, Escala, Pesquisa
Artesanais	Denominação de Origem ou não	Qualidade, Normas Técnicas, Autenticidade, Ação Coletiva
Solidários	Identificação ou não com a Agricultura Familiar, Mercados de Alta e Baixa Renda	Escala, Variabilidade, Qualidade
Institucionais	Licitações, Oferta para Varejo	Qualidade, Variabilidade, Escala

Fonte: Adaptado pelo autor, de Wilkinson (2010, p. 17)

Dialogando com a obra de Wilkinson (2008, 2010), Schneider (2016) apresenta sua tipologia, procurando contemplar o entendimento dos mercados a partir das três formas de definição: os mercados como um *locus*, lugar ou espaço empírico no qual ocorrem as transações; mercados como um princípio de ordenamento social e, por fim, mercados como uma construção social. De modo geral, o autor apresenta algumas das distintas possibilidades de escoamento da produção: por meio de relações de troca diretas, com os intermediários ou atravessadores, ou ainda com as agroindústrias de integração (muitas das quais também fornecem insumos); por meio da venda para mercados governamentais, para formação de

estoques ou outra finalidade; ou as vendas para mercados denominados de fair trade, que exigem requerimentos específicos em relação à natureza dos produtos ou a forma de produção.

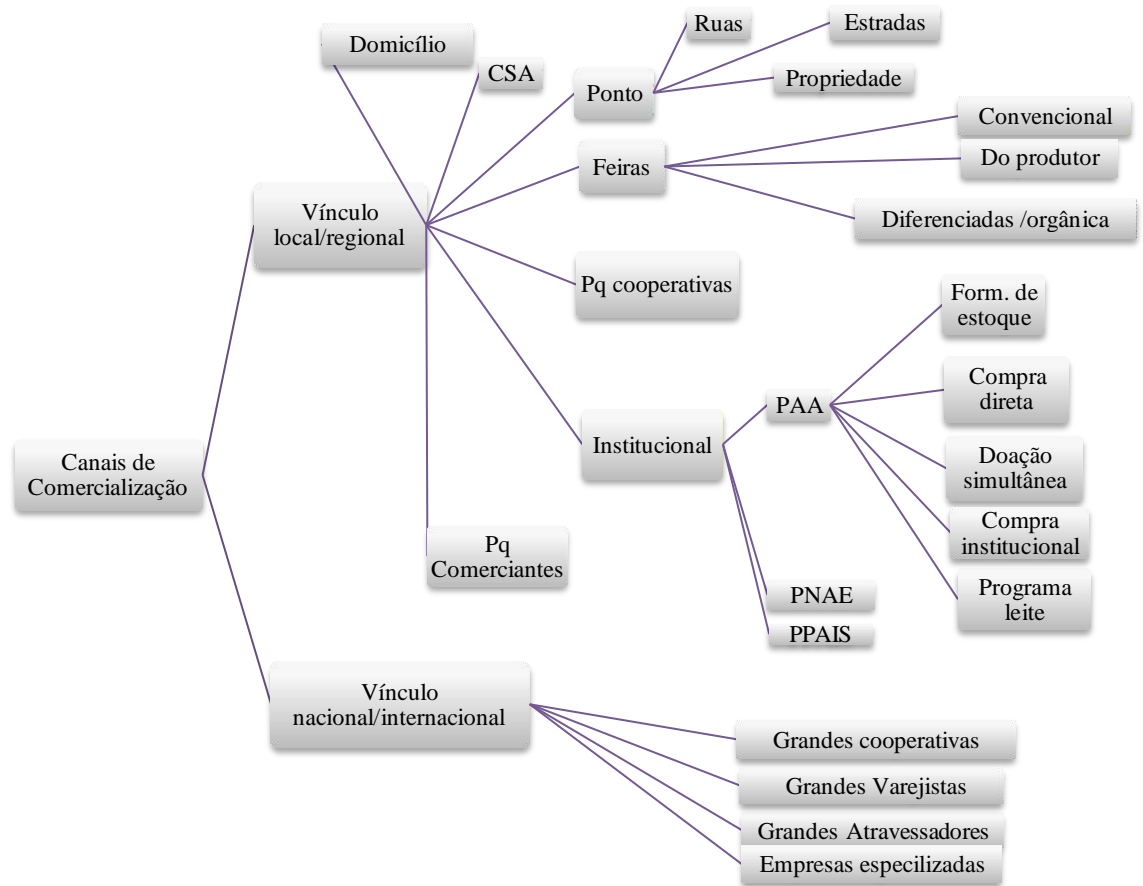
Os enfoques anteriormente citados podem ser agrupados em duas direções, conforme apresentado por Maluf (2004). Neste sentido, agricultura familiar se vincula de duas formas aos mercados dos seus produtos. Uma delas, a cadeias integradas nacional e internacional, e a outra forma, aos mercados regionais de produção, distribuição e consumos de alimentos.

A primeira forma de vínculo, direciona-se a alguns produtos de interesse geral como grãos, animais, leite e frutas destinadas a agroindústria (como na agricultura integrada). Esta forma de vínculo tem como características a tendência de uma maior especialização da produção em poucos produtos e a baixa autonomia dos agricultores, tanto no processo de escolha e na negociação de preços na cadeia produtiva.

A segunda forma de vinculação ao mercado é participação nos circuitos de produção, distribuição e consumo locais e regionais, existentes no entorno dos núcleos urbanos relativamente próximos à unidade produtiva. Esta segunda forma de vínculo é mais adequada a uma produção pequena e diversificada - típica da agricultura familiar.

O conceito dos vínculos de mercado, também abordado por Maluf (2004), e serviu de referência para as formas de comercialização, onde apresenta-se um quadro amplo dos principais canais de escoamento relacionados aos assentamentos da região (figura 4).

Figura 4- Classificação dos canais comerciais



Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

Conforme aponta Ueno (et al. 2016), os vínculos nacionais e internacionais podem ser comparados aos circuitos longos de comercialização, onde o consumidor é atingido de forma indireta, através de um ou de diversos intermediários, pois é o canal longo, mais lento em seus resultados e que permite um controle menor, menos efetivo do mercado (BARBARA, 1980, *apud* UENO, 2016). Nessas cadeias participam principalmente as grandes cooperativas e a indústria alimentar, tendo com principais produtos de circulação os bens destinados à exportação, à agroindústria e as redes de supermercados.

Os vínculos locais/regionais são também entendidos como circuitos curtos de comercialização, circuitos de proximidade (AUBRI & CHIFFOLEAU, 2009) ou circuitos locais (MARECHAL, 2008), termos que reforçam a noção de proximidade geográfica, aludindo ao aspecto social/relacional presente na ligação entre consumidor e produtor, nos processos de desenvolvimento local e na territorialização da alimentação (DAROLT, 2013).

Nesses circuitos é bastante presente a figura da agricultura familiar, comercializando principalmente matérias primas variadas produzidas em pequenas propriedades. Como exemplo, podemos citar as carnes diferenciadas (como a galinha caipira), farinhas (mandioca, milho, trigo colonial, etc.), frutas (frescas ou em polpa), hortaliças, conservas e doces em geral, condimentos, etc. Esses produtos são, na maioria das vezes, expressões de diversidade por diversas razões: são de cultivo tradicional de uma região, refletem hábitos de consumo peculiares, guardam relação com uma dada base de recursos naturais, preservam as características da produção artesanal (MALUF, 2004).

Esses circuitos curtos de comercialização tendem a promover o acesso à produção direta, já que eliminam da cadeia de comercialização o atravessador, oferecendo os produtos a preços mais justos. Estes produtos podem ainda apresentar qualidades específicas, como no caso da produção orgânica. Outro traço típico associado aos circuitos curtos, envolve a busca por um maior número de canais de comercialização, onde as vendas são mails “pulverizadas”, diminuindo os riscos e tornando o processo de comercialização mais estável (DAROLT, 2012).

Neste sentido, os circuitos curtos, se inserem no sistema agroalimentar, onde coexistem processos de padronização e de diferenciação no consumo dos alimentos, cujos reflexos vão a produção agrícola (sistema orientado para demanda). De um lado, mantém-se à continuidade da concentração do processamento agroindustrial, frente aos requisitos de escala. De outro lado, a valorização de produtos locais, com atributos específicos, que propiciam a constituição de mercados e de oportunidades acessíveis aos agricultores de pequeno e médio porte.

Esta dualidade dos “mundos dos alimentos” (MORGAN, et al., 2006) pode ser observado na região de Araraquara. Onde a presença do complexo agroindustrial (sucroalcoleiro, avicultor, leiteiro) se faz presente, com marcas e histórico sedimentado na territorialidade local. Estes complexos agroindústrias desenvolveram ao longo do tempo uma relação ambígua com os assentamentos de Reforma Agrária da região, ora acenavam em direção a constituição de formas de integração vertical, onde os assentados se tornavam fornecedores de matérias-primas, ora se distanciavam, abrindo espaço para a ampliação da diversidade agrícola e de maior variedade nas formas de escoamento.

Por outro lado, a emergência dos circuitos curtos de comercialização, criam novos espaços e novas possibilidades de comercialização direta. A participação dos agricultores assentados em diferentes modalidades de feiras e também a relevância das compras institucionais, ressaltam esta outra vertente dos “mundos do alimento”, significativas no contexto local e também em consonância com tendências extra-regionais.

A seguir apresentaremos estes espaços, onde se caracterizam os circuitos curtos de comercialização, o processo de constituição (feiras, compras institucionais), sua constituição, relevância e limites.

2.6 Políticas públicas e circuitos alimentares curtos

No levantamento bibliográfico, e nas pesquisas de campo nos assentamentos Bela Vista e Monte Alegre nos assentamentos de Reforma Agrária na região de Araraquara, fruto do trabalho de pesquisa junto ao NUPEDOR, pode-se perceber o desenvolvimento recente de políticas públicas, em nível federal, estadual e municipal nos últimos anos que estimularam a constituição e desenvolvimento de circuitos curtos de comercialização. A criação de feiras municipais e as compras institucionais, por parte do poder público (PNAE, PAAA, PPAIS, PMAIS) foram fundamentais para a emergência deste cenário.

Este movimento vem ocorrendo em todo o país. Como indicativo, observa-se o aumento expressivo de pesquisas e trabalhos que abordam circuitos curtos de comercialização e agricultura familiar. Outros exemplos podem ser dados, como o levantamento feito em 2012 pelo Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC), que identificou o crescimento dos circuitos curtos de comercialização atrelados à agricultura familiar. Neste documento, relaciona-se mais de 140 feiras orgânicas catalogadas (de constituição recente) em 22 capitais brasileiras (IDEC, 2012). Este e outros exemplos podem ser dados no contexto local, regional e nacional.

Essa relação entre as ações do Estado e os circuitos curtos de comercialização, representam iniciativas inseridas tendo como foco o desenvolvimento rural, e refletem questões maiores, como a própria posição do Estado com o contexto agrário, refletindo mudanças históricas, institucionais, políticas e sociais. Nas últimas décadas, novas relações entre Estado e sociedade civil foram estabelecidas, novos espaços de participação social foram criados, novos atores políticos foram reconhecidos como sujeitos de direito, criaram-se regras e instrumentos de política pública que foram institucionalizados, e novas referenciais globais e setoriais passaram a orientar as ações do Estado, permitindo redefinir regras e compreensões que afetaram as condições socioeconômicas da população do meio rural.

Como protagonista e objeto de muitas destas mudanças no Brasil, destaca-se a agricultura familiar, que ganha projeção nas políticas públicas a partir de meados de 1990. O reconhecimento conferido a esta categoria, mesmo com toda controvérsia a seu respeito (NAVARRO, PEDROSO, 2011), e o desenvolvimento de políticas diferenciadas para um vasto grupo social que até então não havia sido contemplado com ações específicas não foram mudanças sem importância.

Para Abramovay e Morello (2010), este processo poderia ser situado em um contexto recente de “fortalecimento da democracia”, que está na raiz das mais importantes mudanças pelas quais passa o meio rural brasileiro nos últimos vinte anos. Em relação à agricultura familiar pode-se destacar a criação de novos espaços de participação social e reconhecimento de direitos. A criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (Pronaf) em 1995 desencadeou outras políticas diferenciadas de desenvolvimento rural. A criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1999, e da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) no interior deste em 2001, institucionalizaram a dualidade da estrutura agrária e fundiária no país. Em 2006, foi regulamentada a Lei da Agricultura Familiar que reconheceu a categoria social, definiu sua estrutura conceitual e passou a orientar as políticas públicas para este grupo social (GRISA, SCHNEIDER, 2014).

Conforma apontado por Grisa, Schneider (2014), a década de 2000, marca a “constituição de um referencial pautado pela construção de mercados para a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental” (GRISA, SCHNEIDER, 2014). Esta década se inicia sob o efeito de uma mudança política importante, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República. Sua eleição contou com bases de apoio e participação de vários partidos e movimentos sociais ligados à Reforma Agrária (MIELITZ, 2011).

Não obstante, importantes alterações ocorreram no direcionamento das políticas públicas, na relação com os movimentos sociais e com a sociedade civil. Atores até então secundários nas arenas públicas tornaram-se influentes e abriram oportunidades para a institucionalização de “novas” ideias e reivindicações de políticos, estudiosos, movimentos sociais e de organizações da sociedade civil, dentre estes principalmente daqueles atuantes no tema da segurança alimentar e nutricional (e também, em grande medida, vinculados ao campo agroecológico). Com o governo de Lula, temas como fome e segurança alimentar e nutricional ganharam espaço, encontrando possibilidades para institucionalização.

A volta do Consea, a criação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (Mesa), a ascensão de José Graziano da Silva ao posto de ministro, e a implementação do Fome Zero são marcos importantes. De acordo com Menezes (2010), o programa Fome Zero, partiu do diagnóstico, de que o problema da alimentação, envolvia uma insuficiência da demanda, oriunda da incompatibilidade existente entre os preços dos alimentos e o poder aquisitivo de parcela significativa da população. Como estratégia de combate ao problema, criou-se um conjunto de políticas estruturais que atuavam na raiz binária da questão: elevação média da renda e o aumento da oferta de alimentos básicos. A capacidade de aumentar a oferta de produtos envolvia articular e fomentar a produção da agricultura familiar.

Em seu trabalho de doutorado, Cátia Grisa (2012), elaborou um interessante resgate sobre as principais políticas públicas destinadas a agricultura familiar. Neste trabalho, assim como em artigos posteriores e em obras do universo agrário contemporâneo (BECKER, SACCO dos ANJOS, 2012; SCHNEIDER, 2015), menciona-se que na primeira gestão de Lula, as áreas ministeriais e órgãos vinculados, empreenderam um importante trabalho de resgate de experiências de alguns municípios e estados brasileiros, para compor a base do que viria a ser o Projeto Fome Zero. O interessante aqui é que o local e suas experiências concretas, realizadas em diversos pontos do país, deram base aos principais moldes operacionais do principal projeto social do governo.

O diagnóstico principal envolvia o aquecimento da demanda e o papel potencial dos mercados institucionais (alimentação escolar, hospitais, presídios, distribuição de cestas básicas, etc.) no fortalecimento da agricultura familiar (criação de canais de comercialização e geração de renda), na dinamização da economia dos municípios e das regiões, no atendimento às necessidades alimentares de “uma parcela vulnerável e numericamente expressiva da população” (mormente, as crianças em idade escolar) e na introdução de “elementos de diversidade regional em cardápios com importância não desprezível na formação de hábitos alimentares” (Instituto Cidadania, 2001, p. 39). Estimava-se que uma parte importante do orçamento público era destinada à compra de alimentos para várias finalidades e esta demanda institucional deveria ser canalizada para a agricultura familiar. Estas ideias culminaram na criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e desencadearam uma efervescência em torno dos mercados institucionais, seja do ponto de vista da segurança alimentar e nutricional (sendo a alimentação escolar central), produção de biocombustíveis (GRISA, SCHNEIDER, 2014).

Em artigo SOBER, Grisa e Conterato (2011) corroboram com Schneider, Shiki e Belik (2010), ao partilhar a ideia de que estaria emergindo (2003 – 2014) uma “nova geração de políticas públicas para a agricultura familiar”. A criação do Programa de Aquisição de Alimentos, PAA, e a alteração do PNAE foram elementos fundamentais neste processo.

O PAA foi criado em 2003 visando articular a compra de produtos da agricultura familiar com ações de segurança alimentar (distribuição de alimentos) para a população em vulnerabilidade social. Com o passar do tempo e a expansão do Programa, a exposição de seus resultados foi fundamental para as dinâmicas locais e para o fortalecimento das organizações da agricultura família, e pode ser considerado essencial para o crescente debate no Brasil sobre construção social dos mercados (Niederle, 2011; Abramovay, 2009; Wilkinson, 2008; Maluf, 2004).

Após romper com importantes barreiras institucionais (como a Lei de Licitações), o PAA desencadeou uma nova trajetória para os mercados institucionais para a agricultura familiar, fortalecida em 2009 com a mudança no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a

criação da Lei nº 11.947, que determinou que, no mínimo, 30% dos recursos federais para a alimentação escolar seriam destinados para a aquisição de alimentos da categoria social. Mais recentemente, em 2012, foi estabelecida mais uma modalidade ao PAA que ampliou as possibilidades de mercados (Compra Institucional), que permite aos estados, municípios e órgãos federais da administração direta e indireta adquirir alimentos da agricultura familiar por meio de chamadas públicas, com seus próprios recursos financeiros, com dispensa de licitação.

Estas iniciativas têm estimulado governos estaduais e municipais a criarem seus próprios mecanismos de compras públicas e as organizações da agricultura familiar a demandarem e construir novos mercados públicos e privados. Estas ações (PAA e PNAE) têm contribuído para a valorização da produção local/regional e têm ressignificado os produtos da agricultura familiar, promovendo novos atributos de qualidade aos mesmos, associados, por exemplo, à justiça social, equidade, artesanidade, cultura e tradição.

Concomitante a estas iniciativas foram incrementadas ações direcionadas à agregação de valor, como o apoio às agroindústrias (promoção, infraestruturas, crédito etc.), os aprimoramentos nos instrumentos de fiscalização da sanidade agropecuária (Sistema de Inspeção Municipal, Estadual, Federal, e Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária), a criação de selos de diferenciação (Selo da Identificação da Participação da Agricultura Familiar, Selo Quilombos do Brasil, Indicações Geográficas) e a ampliação dos mecanismos de certificação, com destaque para a certificação orgânica, também viabilizada por meio de sistemas participativos de garantia.

Em seu conjunto, esta “nova geração de políticas públicas” contou com a participação proeminente de atores vinculados ao debate da segurança alimentar e nutricional (Consea), assim como organizações agroecológicas, entidades da agricultura familiar, gestores públicos e estudiosos da agricultura familiar, segurança e abastecimento alimentar. A participação destes “novos” atores e ideias nas arenas públicas provocaram certo redirecionamento das políticas para a construção de mercados vinculados à segurança alimentar sem deixar de ser igualmente importante a atuação destes atores para a afirmação política da categoria social e edificação das demais políticas públicas citadas acima (GRISA, SCHNEIDER 2015).

Retomando a análise da relação entre Estado e sociedade civil, observa-se que muitas destas mudanças engendradas encontraram resistência, expressas num campo de disputas, envolvendo o grande capital, e a própria burocracia do Estado, permeada por interesses difusos de grupos, mas no campo das políticas de desenvolvimento rural, são vários os exemplos de ações que aproximam Estado e organizações sociais na execução dos programas, como nos exemplos do Programa Um Milhão de Cisternas (2003), o PAA, o PNAE (2003), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (2003).

Deste ponto em diante serão apresentados os desdobramentos do trabalho que se situam no âmbito local (município de Araraquara), campo de atuação dos atores locais, arena sujeita às idas e vindas dos “mundos” que compõem o sistema agroalimentar moderno. Salienta-se a importância dos espaços ou circuitos de comercialização curtos, e suas limitações/impossibilidades, como também de que maneira o complexo agroindustrial (internacionalizado) opera, criando, no mínimo, um ambiente de análise que coincide com a tipificação de inserção da agricultura familiar aos mercados apontada por Maluf (2004), que via comercialização dirigida a cadeias integradas nacional e internacional, e a outra forma, aos mercados regionais de produção, distribuição e consumos de alimentos.

3. OS CIRCUITOS COMERCIAIS CURTOS ENVOLVENDO FAMÍLIAS ASSENTADAS DE ARARAQUARA

3.1 Apresentação

Este capítulo parte do território local, que pode ser entendido como uma construção conceitual a partir da noção de espaço, apresentado como produto resultante da moldagem da ação social, o que o torna passível de "uma formalização e/ou quantificação" (RAFFESTIN, 1993). Neste sentido, são apresentados os espaços específicos de interação dos atores, e as formas como estes ambientes vieram a se constituir.

O Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (NUPEDOR), possui uma extensa e abrangente produção envolvendo os assentamentos da região de Araraquara, onde sempre foi priorizado estudos com recorte local. Ao longo de sua trajetória, o grupo abordou assuntos envolvendo diversos temas, congregando diversas áreas do conhecimento, entretanto, aspectos relacionados a comercialização e aos circuitos curtos, apareceram, ao longo deste tempo, de forma secundária. Desta lacuna e também da articulação do projeto "Do informal para o formal: uma investigação das redes de abastecimento alimentar territoriais", apoiado pelo CNPq, envolvendo pesquisadores da UNIARA, UNB e UBA (2016), surgiu o interesse em observar com maior profundidade a comercialização, e o papel desempenhado pelos circuitos curtos envolvendo os assentamentos de Reforma Agrária de Araraquara.

As pesquisas em campo com as famílias assentadas, e as entrevistas realizadas com agentes públicos e mediadores, servem de suporte para o entrecruzamento entre o referencial teórico e o universo empírico.

Inicialmente são apresentados os processos de constituição dos espaços de comercialização, privilegiando as feiras do produtor. Iniciativa pioneira da prefeitura de Araraquara, que posteriormente influenciou a criação de outras feiras de agricultores familiares em cidades vizinhas ou próximas, como no caso de Matão (2016), São Carlos (2017), Américo Brasiliense (2018), Itápolis (2017) e Itirapina (2013). Posteriormente, aborda-se aspectos relacionados as compras institucionais para o poder público (PAA e PNAE) e sua relação com as famílias assentadas do município. As feiras e as compras institucionais refletem as duas formas principais dos circuitos curtos de comercialização em Araraquara e região.

Paralelamente à emergência dos circuitos curtos, os inerentes acenos envolvendo as cadeias agroindustriais locais aos assentamentos de Reforma Agrária, expressam a dicotomia existente entre a cadeia convencional de alimentos e matérias-primas (complexo sucroalcooleiro)

e os circuitos agroalimentares locais, onde verifica-se que os distintos “mundos do alimento” não ocupam necessariamente espaços exclusivos (MORGAN et al., 2006).

Na continuidade desta seção, apresentam-se os relatos e informações levantadas junto às 28 famílias assentadas. Estas famílias estão inseridas em circuitos curtos de comercialização, embora apresentem diferentes formas de participação nestes circuitos. Algumas participam exclusivamente das feiras do produtor em Araraquara, outras participam de feiras (não só em Araraquara) e ofertam produtos às compras institucionais, outras por sua vez comercializam com pequenos e médios estabelecimentos comerciais alimentícios (mercados, quitandas) e também atendem às chamadas públicas (PAA, PNAE).

Neste ponto, abre-se espaço para a caracterização de outras formas de arranjos comerciais envolvendo o universo de estudo, que não contemplados pelos exemplos citados, mas que com o entrecruzamento com as teorias abordadas, representam exemplos de mercados em construção social. Sendo assim, elementos como: relação de proximidade, confiança, inovação, enraizamento, cooperação e também disputa passam a ser privilegiados.

Neste tipo de abordagem, os mercados (como um todo) são observados, como resultado concreto da interação social e não podem ser edificados de forma dicotômica, entre “mercados enaltecidos e/ou demonizados” (ABRAMOVAY, 2004), mas sim, como processos geradores de diferenciação social. Uma maior autonomia ou dependência não devem ser tomadas como sinônimos de isolamento em relação aos mercados, mas vistos como mecanismos de inserção social e econômica e que podem resultar no fortalecimento da autonomia frente às vulnerabilidades enfrentadas.

3.2 - Circuitos curtos de comercialização: as feiras em Araraquara

As feiras livres em Araraquara possuem hoje características distintas de um passado não tão remoto. Até o início da década de 1980 estas feiras mobilizavam grande parte da população e possuíam grande número de feirantes (VIEIRA, 2017). Com base nos levantamentos de campo do projeto “Do informal para o formal: uma investigação das redes de abastecimento alimentar territoriais”, as feiras livres estariam sofrendo um processo de declínio nos últimos anos. Ainda que sejam contabilizadas pela Prefeitura de Araraquara a existência de onze feiras livres, sua realização é feita, na sua maioria, com os mesmos feirantes nos diversos locais em que se realiza. Algumas destas feiras ocorrem com a presença de apenas um feirante, sendo a mais expressiva, a que se realiza na Praça do Carmo (área central do município). Esta feira envolve o comércio de produtos hortifrúteis e é permeada por caminhões (atravessadores) vindos

de diferentes cidades, os quais abastecem não só os feirantes, como também o comércio de alimentos das proximidades (restaurantes, quitandas).

Em entrevista feita com um fiscal municipal (FERRANTE, IZIDORO, 2018), menciona-se que a vinda de grandes redes varejistas (supermercados) fez decair o movimento das feiras livres, principalmente entre final da década de 1980 e início da década de 1990. Além

das grandes redes varejistas, os consumidores encontram opções de abastecimento nos pequenos estabelecimentos alimentares (quitandas e varejões). Em sua visão a cidade não comportaria mais feiras livres, até mesmo porque existe a “concorrência” das feiras do produtor.

Diferentemente das feiras livres, as feiras dos produtores, seguiram um caminho inverso. A primeira feira do produtor, com o intuito de abrir espaço de venda para agricultores familiares, ocorreu em 2002. Em sua dissertação de mestrado, Alcir Kuranaga (2006), estudou as origens

desta primeira feira do produtor no município e entrevistou as famílias e agentes envolvidos.

Esta feira, surgiu em um contexto político-institucional interessante. Em 2001 ocorreu a eleição de um prefeito, com trajetória política ligada aos movimentos sociais. Em sua composição de governo alocou profissionais que possuíam, além de qualificação técnica, trajetórias pessoais e de pesquisa relacionadas a agricultura familiar, como o caso do então coordenador de atividades agroindustriais.

Outro elemento importante, relaciona-se ao interesse da Gestão de Segurança Alimentar em criar um espaço de comercialização de alimentos, voltado ao público de baixa renda. A ideia inicial foi de aproveitar o principal terminal de integração de transporte municipal, com a confluência de significativa parcela da população trabalhadora, com deslocamentos diários das áreas mais periféricas, desaparelhadas de comércio alimentar, para as áreas centrais. A presença no município um número significativo de famílias assentadas (Monte Alegre e Bela Vista), que pouco haviam participado de feiras regulares no município, contribuíram para a efetivação da proposta.

Assim, inspirados em um bem-sucedido programa de feiras de produtores em Belo Horizonte (Projeto Direto da Roça, 1998) e em Campinas (Feira do Terminal de Integração), em 2001 foi criado o programa Direto do Campo (KURANAGA, 2006). Inicialmente dois espaços foram reservados, um no próprio terminal de integração e outro na praça Santa Cruz, posteriormente alocado na praça Pedro de Toledo, no centro da cidade. (VIERIA, 2017)

Surgia, assim, um tímido, mas novo espaço público onde foram alocados os produtores-feirantes. Em setembro de 2002 o programa assumiu o formato de lei (n. 5.098), sendo aprovada pela Câmara Municipal. O programa passou a ser administrado pela Coordenadoria de

Atividades Agroindustriais, e em seu artigo I a lei municipal estabelece que “o programa está voltado para facilitar a comercialização direta entre produtor e consumidor de produtos hortifrutigranjeiros, conservas, produtos derivados do leite e da industrialização artesanal e artigos oriundos do artesanato rural” (Lei Municipal 5.908, 2002).

Faziam parte deste programa, nos anos iniciais, trinta e duas famílias, sendo vinte e seis assentados da reforma agrária. Esses produtores assentados tinham origem rural e precisaram, com a modernização da agricultura, deixar o campo na década de 1970, e, não se adaptando à dinâmica urbana, continuaram com o trabalho no campo como boias frias no corte de cana-de-açúcar (KURANAGA, 2006). Os entrevistados por Kuranaga (2006) eram todos produtores oriundos do Assentamento Monte Alegre.

Outro ponto apontado pelo trabalho de Alcir Kuranaga (2006) foi da importância destes espaços para a sociabilidade entre assentados. Como o assentamento Monte Alegre é muito grande, existindo seis núcleos e também pela presença de produtores do assentamento Bela Vista, o espaço da feira passou a tecer e criar relações de amizade e cooperação. A colaboração entre eles envolvia desde a venda de mercadorias, completando a cesta de produtos um do outro, como também serviços no lote em que um ajudava o outro com plantios e até colheitas.

A passagem exposta remete a interpretação de Barone (1996) que também estudando estes assentamentos cita o “*ethos*”, *próprio aos trabalhadores do campo. Esse imperativo moral orientaria delicados mecanismos de reciprocidade entre atores sociais*. A vida econômica destas famílias assentadas é permeada pela presença de uma economia moral (Barone alude a Polanyi) onde se verifica uma economia moral, que por meio de trocas, cria uma relação de interdependência ligadas a reciprocidade. Esta relação envolve parentes, vizinhos e também empresários rurais de médio e grande porte (BARONE, 1996).

Com a reeleição deste grupo político para o período 2005 - 2008, o projeto se mantém com a promulgação de um novo marco regulatório (lei 6.570 de 2007), especificando aspectos da comercialização direta da produção agrícola familiar. No período 2009 – 2016, houve uma mudança política na cidade, que fazia parte do bloco de apoio ao governo federal, mas que rivalizava com o grupo anterior na política local. Apesar da mudança o programa se manteve, dada sua relativa consolidação. Sua manutenção representava também um capital político importante, uma vez que representava uma das poucas políticas específicas de origem municipal para a agricultura familiar e para a população residente nestes assentamentos.

Em 2014, esse programa transforma-se “semanticamente”, passando a se chamar “Negócio do Campo” (lei 8.288/2014). Agora as atividades de feira são conduzidas pela Secretaria Municipal de Agricultura, envolvendo o apoio a comercialização de produtos

hortifrutigranjeiros, bem como de produtos hortifrutigranjeiros, conservas, doces, produtos derivados do leite e da industrialização artesanal, artigos oriundos do artesanato, cultura e lazer e outros gêneros alimentícios”, ficando proibida a venda de gêneros cuja produção e/ou extração danifiquem o meio ambiente (VIEIRA, 2017).

Em 2014, ocorreu ainda no ano de 2014, como parte do programa Negócios do Campo e do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural e Sustentável (2014- 2017), foi criada uma nova feira, que ocorreria a noite na Estação Ferroviária. A responsabilidade institucional ficou a cargo da Coordenadoria Executiva da Agricultura. Nas diretrizes legais menciona-se aumento de renda por parte das famílias beneficiadas e também de estímulo a diversificação agrícola, e na idealização da proposta a equipe técnica da pasta e também o apoio outras secretarias. De acordo com Vieira (2017) que estudou a feira noturna:

A feira é composta por três comércios: hortifrúti, artesanato e alimentação, sendo que a maior parte das barracas é de hortifrúti. Os feirantes dessas últimas possuem o pré-requisito de serem agricultores familiares, já a exigência para as barracas de artesanato e alimentação é que os produtos finais vendidos sejam produzidos por eles. Segundo a Coordenadoria de Agricultura municipal havia o cadastro de trinta e seis feirantes, em março de 2017, que faziam parte dessa feira. Os agricultores familiares precisam confirmar sua categorização com a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). O município de Araraquara possui trezentos e cinquenta cadastros de agricultores familiares como pessoas físicas na lista de DAP do município (Secretaria especial de agricultura familiar e do desenvolvimento agrário, fevereiro de 2017). A DAP é utilizada para identificação e qualificação da unidade familiar de produção rural (VIEIRA, 2017, p.39).

O espaço, assim como nas demais feiras, é cedido pela prefeitura, que também tornou-se responsável pela fiscalização. Os itens estruturais, como barracas, balanças, uniformes foram proporcionados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para os agricultores familiares (banca de hortifrúti). Já a estrutura das barracas de alimentação e artesanato ficou a cargo dos feirantes.

Em abril de 2014 passou a operar também no município o programa "Produtos do Campo”, conhecido como feira da padaria. Esta feira foi criada por iniciativa do Sindicato da Indústria de Panificação e Confeitaria de Araraquara e Região (SIPCAR), em parceria com a Prefeitura de Araraquara, e beneficia produtores rurais e padarias da cidade. Inicialmente o programa começou com cinco padarias e na atualidade (2018) esse número chegou a dez. Neste caso uma ou duas barracas de produtores são colocadas na frente de padarias selecionadas de acordo com sua localização. A participação dos produtores nestes pontos funciona por meio de rodízio, desta forma o mesmo produtor passa em um mês por quase todos os pontos existentes.

As feiras da praça Scalamandr  (praça da Fonte) e a feira do Vale Verde foram criadas por meio da iniciativa do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), da Federa o da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP) do Sindicato Rural de Araraquara, com o apoio da Prefeitura Municipal (Coordenadoria da Agricultura, Secretaria da Vigilância Sanitária), da Funda o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) e do SEBRAE Araraquara.

Para participar o agricultor familiar, portador de DAP, tem que passar por um curso onde são trabalhados temas como forma o de preços, atendimento, higieniza o, além de confec o das estruturas das barracas onde os produtos são expostos. A feira do SENAR na praça Scalamandr  teve início em 13 de outubro de 2017, sendo, portanto, bastante recente e apresenta alguns problemas relativos ao pequeno fluxo de consumidores no local (FERRANTE, IZIDORO, 2018). A princípio a feira era composta por 23 produtores oriundos do assentamento Bela Vista do Chibarro e do assentamento Monte Alegre, mas hoje conta apenas com 11 produtores. Segundo relato de um dos feirantes:

[...]T  pra mudar, pra acabar a feira da Scalamandr . L    um pessoal mais rico então eles compram muito pouco sabe. Quando foi feito para ir para lá, eu estava fazendo o curso do tomate com o Marcelo Sambiasi. Aí ele perguntou para mim se a turma já tinha escolhido o dia da feira e eu respondi que eles estavam querendo de sexta feira. Aí ele falou que era um dia ruim. Aí cheguei na reunião e disse que segundo o Marcelo ele disse que   dia ruim, mas acabaram escolhendo e hoje a gente está vendo que   um dia ruim. Quando a gente foi montar l  na Scalamandr  a gente se preocupou mais com estacionamento e hoje a gente viu que estacionamento não   muito prioridade. Porque a gente fazia feira em Matão e aqui a gente fazia mais para cima e não tinha muita visão, quando ia ter festa aqui eles mandavam a gente perto do batalhão do bombeiro, aumenta 30% da venda. A Scalamandr  tem estacionamento amplo sabe, mas não tem passagem (Produtor, Araraquara,2018)

Diferentemente desta feira (praça Scalamandr ), a que ocorre no bairro Vale Verde, e que também   organizada pelo SENAR, tem tido outra avalia o por parte dos feirantes e consumidores. Inaugurada em 3 de julho de 2018 a feira tem sido importante canal de comercializa o dos produtores que fazem feira e possui como característica mais marcante o preço baixo dos produtos vendidos (incentivados pela Prefeitura), o público alvo são moradores residentes no bairro, que possui muitos participantes do programa Bolsa Família. Diferente do outro ponto a demanda pela instala o de uma feira veio por parte dos moradores do bairro, que por se tratar de um bairro localizado na periferia do município, não contava com muitos canais de comercializa o de hortifrútis, sendo caracterizado por vazios alimentares (FERRANTE,

IZIDORO, 2018). Uma inovação foi a criação de uma mesa gestora, que é constituída por dois feirantes, além de representantes do SENAR e do ITESP.

A feira da UNIARA, ou feira “Da Roça para Mesa”, veio a se constituir como a primeira feira que fomentava a produção e comercialização de produtos orgânicos no município. Esta feira que iniciou suas atividades em agosto de 2016, inicialmente nas dependências da UNIARA é fruto de uma iniciativa gerida no interior do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

No ano de 2015 por meio de uma chamada do CNPq, para apoio a criação de Núcleo de Ensino e Extensão em Agroecologia (NEEAs) no país, a UNIARA teve o projeto intitulado “Pesquisa-ação e construção de proposta agroecológica para a agricultura familiar da região central do estado de São Paulo”, aprovado pelo CNPq, assim foi levantada a importância e se estimular práticas agroecológicas nos assentamentos através de diferentes formas de estímulo e sensibilização.

Como o grupo já vinha trabalhando em ações de extensão, como a criação de Organizações de Controle Social (OCSs) e de Sistemas Agroflorestais (SAFs), além de cursos variados, veio a intenção de estimular a criação de uma feira orgânica no município. A presença de um pesquisador que já havia ajudado na criação de uma feira orgânica em Campinas, foi importante para que a ideia se concretizasse.

O processo de constituição da feira se deu de forma participativa. Foram realizadas algumas reuniões para formar o grupo que participaria, estando presentes representantes dos assentamentos Bela Vista do Chibarro (Associação Chico Bento e Horta Pedra D’água) e Monte Alegre (Cooperativa dos produtores Agrícolas de Motuca e Região - COOPAM e Associação de Mulheres Assentadas - AMA). Outros produtores potencialmente aptos, mas que não estavam organizados nesses grupos também participaram, assim como três produtores não assentados.

Em reunião no dia 07/07/2016, confirmou-se seu início para agosto. Foram discutidos os pontos principais do regulamento interno, foi acordado o melhor dia para realização. No dia 09/08 ocorreu a leitura do regulamento, e estabeleceu-se o nome de Feira de Produtos Orgânicos da UNIARA. Nesta reunião ocorreu um debate em torno da precificação média dos produtos. Alguns pediram que se praticasse um valor mínimo para não desvalorizar a produção, outros que a produção orgânica deveria ter um preço ligeiramente acima do que é praticado nas outras feiras livres. Nesta data foi ainda definida uma comissão gestora responsável pelas providências e problemas que surgissem no decorrer das feiras. Houve também a assinatura do Termo de

Adesão e foi marcada uma visita em cada propriedade para aplicação de um questionário de caracterização dos sistemas produtivos – etapa realizada durante o segundo semestre de 2016.

No dia 16/08/2016 foi realizada a primeira feira, com 12 produtores. Este número oscilou bastante chegando a ter apenas um feirante de fruta, verdura, e legumes, sendo os demais comerciantes de artesanatos e composteiras. Em agosto de 2018 a feira passou a ser realizada todas as terças-feiras, das 16h às 20h, na praça do DAAE, que fica na Avenida Napoleão Selmi Dei, na Fonte Luminosa, em Araraquara. Com a mudança o movimento da feira cresceu bastante e hoje a mesma conta com cerca de 11 feirantes entre hortifrúteis, artesanato, e alimentos processados (pães, bolos, geleias e salgados).

Na atualidade (final de 2018), ocorrem no município sete feiras, descritas no quadro 5, que são formadas por cerca de 70 produtores rurais, em sua grande maioria assentados.

Quadro 5: Feiras do Produtor

Perfil da Feira	Dia da semana	Feira	Horário
Orgânica	Terça	Uniara/ DAAE	16h-20h
Tradicionalis	Segunda e Sábado	Terminal de Integração	6h-17h
	Sábado	Pedro de Toledo	6h-10h30
	Quinta	Feira Noturna	16h30 - 21h
SENAR	Terça	Vale Verde	16h-20h
	Sexta	Scalamandré	17h-21h
Feira das Padarias "Produtos do Campo"	Domingo	Panificadora Azul	6h-12h
	Domingo	Panificadora Pérola	6h-12h
	Domingo	Panificadora Altos da Vila	6h-12h
	Domingo	Panificadora Vale dos Paes	6h-12h
	Domingo	Panificadora Lalá	6h-12h
	Quinta	Panificadora Estrela	6h-12h
	Terça	Panificadora Pão Caseiro	6h-12h
	Quarta	Panificadora Tabapuã	6h-12h
	Quarta	Panificadora Tayrona	6h-12h
	Quarta	Panificadora Bortolozzo	6h-12h
Quarta	Panificadora Vale do Sol	6h-12h	

Fonte: Adaptado de Prefeitura Municipal de Araraquara, 2018.

Com exceção da Feira orgânica “Da Roça a Mesa” (orgânicos) as demais estão inseridas dentro do programa “Negócios do Campo”, estando vinculadas à Prefeitura Municipal via Coordenadoria Executiva de Agricultura (Secretaria Municipal do Trabalho e do Desenvolvimento Econômico).

Para se inserirem nas feiras (com exceção da feira da UNIARA e do SENAR), os produtores precisam realizar um cadastro na Secretaria da Agricultura e participar de uma

chamada pública que é realizada de tempos em tempos conforme a demanda por produtores. Como forma de incentivar a participação da família assentada no espaço de comercialização, a coordenadoria executiva de agricultura informou que atualmente tem priorizado nos editais a participação de filhos e mulheres, dando pontos extras para quem se enquadra neste perfil. Desta forma espera-se que outros integrantes da família participem da comercialização, aliviando o duplo trabalho de quem produz e também vende.

O perfil dos produtores que participam das feiras se faz heterogêneo, entretanto alguns pontos convergem. A maior parte são moradores dos assentamentos Bela Vista e Monte Alegre, têm o espaço da feira como principal canal de comercialização dos produtos produzidos e participam de mais de uma feira. Na realidade, a maior parte dos produtores participam de todas as feiras existentes na cidade, sendo mais restrita apenas a participação na feira da Uniara e do Terminal de Integração. O sucesso nas vendas e na renda familiar varia de acordo com a aptidão às vendas dos produtores, sendo oscilante e não necessariamente relacionada com o perfil da feira.

Também merece destaque na cidade de Matão a criação (março de 2016) de uma feira nos mesmos moldes das Feiras do Produtor de Araraquara. Esta feira ocorre às quartas-feiras no pátio do Ginásio Décimo Chiozzin. Inicialmente esta feira contava com 60 inscritos, e chegou a ter 49 participantes, mas apesar deste número ter caído a feira tem conseguido manter por volta de 25 produtores (entre assentados e não assentados).

3.4 - Circuitos curtos de comercialização: programas institucionais de compra pública

3.4.1 – Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa

Outro aspecto relevante relacionado aos circuitos curtos de comercialização envolvem compras públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Abastecimento Escolar (PNAE). Ambos os mecanismos são importantes formas de estímulo à produção e escoamento da agricultura familiar e assentada no município e região. O PAA se dá por meio da utilização de compras governamentais como mecanismos de estímulo e de garantia de melhores preços para alimentos oriundos da agricultura familiar, criando um mercado institucional para tais produtos.

O PAA foi instituído pelo Artigo 19 da Lei nº. 10.696 e regulamentado pelo Decreto nº. 4.772, ambos de 02 de julho de 2003. Coerente com a proposta do

CONSEA (Brasil, CONSEA, 2003), o Artigo 19 da referida Lei explicita que a finalidade do Programa é “incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos”, três ações fundamentais para a construção da SAN no Brasil (Brasil, Presidência da República, 2003a). Recentemente, a partir das mudanças que ocorreram no Programa e com a manifestação de seus resultados, as suas finalidades foram melhor explicitadas na Lei nº. 12.512, de 14 de outubro de 2011 (GRISA, 2012).

O PAA, foi criado objetivando contemplar o segmento mais empobrecido da agricultura familiar, esse segmento por sua vez, via-se tolhido de participar de licitações e contratos administrativos de compras públicas (LEI 8.666 de 21 de junho de 1993), dada a concorrência com segmentos empresariais, geralmente organizados a partir de escalas de produção superiores e custos de produção menores. Justamente por isso, no artigo 19, expõe-se que programa dispensa de licitações os agricultores familiares, o que representa um aspecto importante para sua efetividade junto ao público alvo. A construção do PAA foi realizada dentro do conjunto de ações relacionadas à segurança alimentar e nutricional (Fome Zero), sendo destinada a ações específicas de SAN ou a formação de estoques que podem ser doados a pessoas com insegurança alimentar ou nutricional.

Para participar do programa é necessário que o agricultor possua a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). O PAA estabelece um valor monetário anual máximo por agricultor familiar para a aquisição de produtos agropecuários, atualmente situado em R\$ 6.500,00 ou R\$ 8.000,00, dependendo da modalidade (SAF, 2018) e o compete aos Conselhos Municipais de SAN o papel de acompanhar a execução do programa.

De acordo com Becker, Anjos e Caldas (2009), além dos objetivos explícitos do programa, existem outros que se encontram implícitos, como a distribuição de renda, a circulação de dinheiro na economia local, a exploração mais racional do espaço rural, o incentivo à agrobiodiversidade e a preservação da cultura alimentar regional. Com isso, o apoio à produção para o autoconsumo, a partir do excedente para comercialização e do subsídio ao consumo igualmente são benefícios indiretos que ocorrem em virtude da recuperação dos preços pagos aos produtores.

Em termos operacionais, o PAA possui seis modalidades: Compra Direta da Agricultura Familiar, Compra com Doação Simultânea, Apoio à Formação de Estoques pela Agricultura Familiar, Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite-PAA Leite, Compra Institucional e, mais recentemente a modalidade Aquisição de Sementes. Desde a sua criação, em 2003, o PAA vem

recebendo incremento no volume de recursos, embora ainda sejam muito inferiores às demandas da agricultura familiar.

A operacionalização do PAA ocorreu desde seu início até 2012 sob a forma de convênio. A partir 2013, iniciou-se um novo modelo de operacionalização por Termo de Adesão (Lei nº191/2012). Enquanto o convênio se refere ao programa, o termo de adesão faz referência à Política de Estado. Dessa forma, garante-se a permanência do programa mesmo havendo mudanças partidárias. Esta mudança colocou em outro patamar no processo de consolidação dessa política, apesar do programa poder sofrer impactos orçamentários que reduzam significativamente sua efetividade e abrangência. Isto ocorreu em 2017, sob o governo de Michel Temer, em que o valor total destinado ao PAA no país foi de R\$ 150 milhões, sendo que no ano anterior (em 2016), ainda no mandato de Dilma Rousseff, destinou-se R\$ 609 milhões para aquisições do PAA.

Cabe ainda destacar neste Termo de Adesão a atenção dada ao COMSAN, como instância de controle social, que acompanhava todas as etapas do programa na área de abrangência da prefeitura municipal e comunicava eventuais irregularidades. Ressalta-se que este órgão (criado em 1993) foi extinto pelo Governo Federal pela Medida Provisória (MP) 870, assinada dia 01 de janeiro de 2019, pelo atual Presidente da República.

O PAA em Araraquara teve início em janeiro de 2004, sendo um dos precursores na adoção do Programa. Inicialmente, o PAA era operado através da modalidade Compra Direta, sendo posteriormente operado em outras duas modalidades: Apoio à Formação de Estoques e Compra com Doação Simultânea (ALMEIDA; FERRANTE; PAULLILO, 2010). Nessa modalidade, os agricultores familiares, na maioria assentados, fornecem gêneros alimentícios às entidades socioassistenciais e educacionais cadastradas no então MDS (suas atribuições foram assumidas, na atualidade, pelo Ministério da Cidadania) via Secretaria Municipal da Agricultura. A maior parte do público atendido pelo programa se situa nas escolas, nos restaurantes populares (dois no município) e em entidades socioassistenciais. Anteriormente ao PAA o abastecimento destes estabelecimentos era realizado em supermercados e varejões locais.

Quanto à sua gestão, é possível perceber que o programa, na modalidade Compra com Doação Simultânea, que é a principal linha de atuação do PAA, engloba atores governamentais de distintas esferas, níveis e autarquias. De 2004 a 2018 o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o MDS eram as unidades gestoras do PAA, cabendo a eles gerenciar todas as ações do programa, inclusive atuar como fonte dos recursos orçamentários. A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), que por sua vez é ligada ao Ministério da Agricultura,

Pecuária e Abastecimento (atual Ministério da Agricultura), os demais órgãos ou entidades da administração pública estadual ou municipal (estado e municípios), direta e indireta, e os consórcios públicos são as unidades executoras do PAA.

Em São Paulo a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, por meio da CATI figuraria como uma unidade executora indireta, uma vez que ela é a responsável pela emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP. No contexto do PAA, são tidos como beneficiários tanto os fornecedores, quanto os consumidores dos alimentos, que se encontram na esfera municipal. Além disso, há a prerrogativa da existência de instâncias de controle e participação social do PAA, que são os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEAS) nas esferas estadual e municipal, mesmo com sua extinção em nível federal.

Segundo Florian (2014), o município foi um dos precursores do programa em âmbito nacional, o que se justifica em função do elevado número de agricultores familiares e do ambiente institucional local, que permitiram que se destacasse no Programa Direto do Campo ou na Feira do Produtor, formas de escoamento de sua produção. Além do Programa Direto do Campo, havia no município outros programas e/ou ações de SAN que fortaleceram a implantação do PAA: o Conselho Municipal Rural, o Programa Soja é saúde, Programa Alimentos Especiais, Programa Criança na Balança, Suco de laranja na merenda e Programa pró-estrada (este voltado à locação de maquinários para os assentamentos).

O PAA representa a ação de SAN mais importante no município. As tomadas de decisões estão a cargo dos gestores, mas, em muitas situações, o processo passa por entraves institucionais, por conta da necessidade de cumprimento do edital federal, por todos os municípios do país. Para o início da operacionalização do Programa Fome Zero no município foi criado o COMSAN pela Lei nº 6.023/2003 e o Conselho Operativo Fome Zero de Araraquara (FZA), pelo Decreto nº 7.989/2003, ambos com funções de promover a inclusão social e contribuir para a concretização do direito humano à alimentação e à segurança alimentar e nutricional. Com a instalação deles, o município passou a se inscrever em editais governamentais para firmar convênios e obter financiamentos, na área de SAN.

Com o início do programa em 2004, verificou-se a falta de estrutura para armazenamento, processamento e distribuição dos alimentos. Em 2007 foi inaugurada uma Central de Abastecimento, abrigando o Banco de Alimentos e a Central de pré-processamento, para a operacionalização mais segura e adequada dos alimentos. Além disto, ocorreu a implantação do Centro Regional de Referência em SAN (convênio com o CONSEA), a regulamentação do Programa Direto do Campo (Lei Municipal nº 6.570) e a instalação do

Restaurante Popular (Lei Municipal nº6.547 dispondo sobre crédito adicional no valor de R\$ 120.000,00).

Ao longo dos anos de vigência do programa no município percebe-se a importância do mesmo, ocorrendo momentos de ampliação, recessos (2009 e 2013) e diminuição. Entre 2004 e 2008 foram beneficiados 186 agricultores e 55 entidades, com 21.622 pessoas atendidas. O montante destinado foi de R\$ 804.000,00. Em 2009 o programa foi suspenso em função da transição política no município. Entre 2010 e 2012 o programa beneficiou 431 agricultores, 56 entidades, atendeu 24.003 pessoas e o montante destinado foi de R\$ 2.473.000,00 (FLORIAN, 2014).

No ano de 2013 o programa foi suspenso pelo MDS em Araraquara, em função da Operação Schistosoma (Polícia Federal), que envolvia acumulação ilícita do patrimônio de um vereador de Araraquara. A operação teve início em dezembro de 2012 e apontava fraudes no PAA executado pelo município. A acusação se deu a partir do uso de DAPs falsas por um pequeno grupo de produtores e comerciantes em conluio com representantes do poder público. Com a suspensão, foi cortado o repasse de 1,2 milhões ao ano para os agricultores, assim como a distribuição de alimentos a 46 entidades receptoras (na época).

Após oito meses, em abril de 2014, o Programa recebeu o aval do MDS para ser retomado em Araraquara. Para tanto, foram realizados alguns ajustes para a regularização da situação do município frente ao PAA. Houve o recadastramento de 138 produtores e 36 entidades, além da apresentação de um plano de providências e alterações no processo de compra e venda. Para uma maior transparência e idoneidade, foi solicitado aos agricultores inscritos que preenchessem um formulário e às entidades, o preenchimento de cadastro. O Conselho também foi reestruturado, apresentando novos membros para executar a função de Controle Social, imprescindível para a realização do Programa, especialmente após o escândalo.

Em relação aos agricultores pesquisados (amostra da tese – 28 famílias) observou-se que muitos ainda se encontravam (ano de 2017 e 2018) com a DAP suspensa, por terem cedido seu uso a terceiros que se beneficiavam das compras do PAA. No ano de 2018 acelerou-se as negociações com a determinação de acordos e multas a serem pagas pelos agricultores envolvidos¹⁵.

¹⁵ O Ministério Público de Araraquara vem chamando os assentados que cederam o uso de suas DAPs para “laranjas” no esquema de desvio de verba (PAA e PNAE) coordenado pelo então presidente da Câmara de Araraquara Ronaldo Napeloso, condenado em 2018 por lavagem de dinheiro e fraude processual. Os assentados

Também a partir de 2014 os valores destinados ao PAA, sofrem redução em todo o país, como reflexo da diminuição da destinação do orçamento federal (PLOA) relacionado ao programa. Em Araraquara o valor destinado neste ano foi de R\$ 800.000,00. Nos anos de 2017 e 2018 o valor das compras via PAA no município caem para R\$ 577.000,00 e R\$ 575.000,00 respectivamente. Vale ressaltar que essa redução foi inferior a que ocorreu no PAA nacional, que reduziu em 66% os valores de 2016 para 2017.

3.4.2 - Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

O PNAE é outra forma importante de inserção comercial dos agricultores familiares do município e região, e expressa uma vertente dos circuitos curtos de comercialização. Embora o programa tenha sido criado em 1954 pelo Ministério da Saúde e formalizado em 1955 pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), com o objetivo de reduzir a desnutrição escolar e, ao mesmo tempo, melhorar os hábitos alimentares dos alunos; somente com a Lei 11.947 de 16 de junho de 2009, que se criou um elo institucional entre a alimentação escolar e a agricultura familiar local e/ou regional por meio de alterações no PNAE (FLORIAN, 2014).

De acordo com o artigo 14 dessa lei, no mínimo 30% dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) aos estados e municípios para a compra de alimentos para o PNAE deverão ser utilizados para a aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações (ESQUERDO, BERGAMASCO, 2014)

O PNAE tem como órgão gestor o Ministério da Educação, com a coordenação e recursos do FNDE. Além de criar um novo mercado, o da alimentação escolar, essa iniciativa colabora para a organização da agricultura familiar. A regulamentação da Lei nº 11.947 ocorreu através da Resolução 38 do FNDE, que regula os repasses de recursos federais para a alimentação escolar, prevendo a aquisição direta de gêneros alimentícios da agricultura familiar por meio das Chamadas Públicas, tornando-se um instrumento mais objetivo para a implementação do artigo 14 da Lei nº 11.947, proporcionando um contato inicial de forma legal entre os agricultores familiares e as prefeituras (MALINA, 2012).

Assim como o PAA o PNAE dispensa o uso de licitação, que ocorre por meio de chamadas públicas com ampla divulgação e informações necessárias às organizações da

que aceitam o acordo proposto podem ter suas DAPs regularizadas, mediante pagamento de multas (fracionadas em até 24 meses).

agricultura familiar que se interessem em fornecer para a alimentação escolar, como produto, período e local de entrega, quantidade, padrão de qualidade.

Inicialmente, a Lei nº 11.947/2009 previa como o limite máximo de venda dos produtos da agricultura familiar o valor de R\$ 9.000,00 por DAP, por ano. Em julho de 2012, esse limite máximo foi aumentado através da Resolução nº 25 que alterou a redação dos artigos 21 e 24 da Resolução n. 38, de julho de 2009. Com a alteração, o limite passou para R\$ 20 mil por DAP/ano (ESQUERDO, BERGAMASCO, 2014).

No município de Araraquara alguns trabalhos, recentes, acompanharam a evolução do programa, destacando as principais potencialidades e entraves, bem como sua dimensão para agricultura familiar da região (FLORIAN, 2014; PASCHOALINO et al., 2017, 2018; FLORES, ALMEIDA, 2012). A rede municipal de educação conta com 66 unidades educacionais e cerca de 20 mil alunos, aos quais são servidas refeições parciais (café da manhã/tarde e almoço/janta) para os estudantes de meio período, e refeições integrais para os de período integral (PASCHOALINO et al.; 2018).

O PNAE, por ter vinculação mais recente em relação à agricultura familiar e possuir um processo de entrega descentralizado e pulverizado (apesar dos valores monetários maiores), na maioria dos anos (executados) o poder público municipal de Araraquara vem apresentando dificuldade de conseguir atender a meta de 30% de produção oriunda da agricultura familiar. Para contornar este problema e atingir a cota mínima, ocorreram compras de alimentos estocáveis de cooperativas de agricultura familiar de regiões distantes, como Rio Grande do Sul, norte do Paraná, noroeste paulista, entre outros. Ainda que não haja nada ilícito neste expediente, a aquisição de itens de regiões tão distantes, pode, dependendo do item ser substituído por produtos locais, evitando uma distorção da aplicação da lei, que preferencialmente visa atender os agricultores do município, ensejando mecanismos endógenos de desenvolvimento e integração.

O quadro 5, mostra a evolução do PNAE em Araraquara e também o percentual adquirido da agricultura familiar.

Quadro 6: Valores do PNAE em Araraquara

Ano	Repassse Total	Repassse à agricultura familiar	Porcentagem A.F.
2011	R\$ 2.541.120,00	R\$ 151.723,89	5,97%
2012	R\$ 2.890.632,00	R\$ 522.550,70	18,08%
2013	R\$ 3.512.720,00	R\$ 826.685,90	23,53%
2014	R\$ 3.450.853,20	R\$ 312.660,37	9,06%
2015	R\$ 2.547.406,80	R\$ 761.925,19	29,91%
2016	R\$ 2.641.100,00	R\$ 1.265.086,90	47,90%

Fonte: Adptado de Paschoalino, Ferrante (2017). FNDE

A Secretaria de Educação da nova gestão iniciada em 2017 vedou o alcance do índice através da compra de estocáveis de outros municípios, determinando a obrigatoriedade da compra em hortifrútiis de produtores familiares locais, para que assim, a cota seja alcançada a partir de produtos hortifrutigranjeiros de agricultores familiares de Araraquara.

3.6 - Discussão do trabalho de campo.

3.6.1 - Apresentação

Os dados e informações que se seguem são ainda de caráter preliminar para esta qualificação. Esse trabalho de “costura” entre as práticas e relações que se estabelecem entre as famílias entrevistadas e o mercado, reflete um subconjunto de estratégias existentes no interior dos espaços sociais (como um assentamento de reforma agrária) e estão inscritas em âmbito local, regional ou mesmo integradas a cadeias longas (integração aos complexos agroindustriais). Este trabalho qualitativo não será apresentado, com todos os seus desdobramentos, neste momento, mas serão indicados alguns eixos e formas de se proceder a análise.

Neste momento serão apresentadas as principais informações objetivas levantadas, envolvendo as características socioeconômicas existentes; dentre as quais se destacam: as diferentes formas de comercialização empreendidas, os principais produtos, seus custos e receitas, e também a composição da força de trabalho e sua dinâmica. Estas informações servem de suporte para análise qualitativa, onde entrevistas descritivas e de aprofundamento foram utilizadas, e onde poderemos verificar, de forma mais adequada, os elementos que compõem e elucidam a interação entre os atores, as possibilidades e limites dos circuitos alimentares curtos e a construção social de mercados na presente pesquisa. Estes elementos dependem exatamente

da força, da organização, do poder e dos recursos de que dispõe cada parte e a abordagem sociológica dos mercados, requer atenção especial a composição geral deste cenário. Neste tipo de abordagem os mercados não são entendidos somente com a premissa da ação econômica, mas como resultados concretos da interação social (ABRAMOVAY, 2004).

3.6.2 – Perfil socioeconômico dos entrevistados: escolarização, produção e renda.

Ao todo foram visitadas e entrevistadas vinte e oito famílias. Deste total vinte e três estão no assentamento Monte Alegre e Bueno de Andrade (apêndice do complexo Monte Alegre), e seis do assentamento Bela Vista, conforme apresentado no quadro 7.

Quadro 7: Famílias visitadas

Assentados visitados		Assentamento	Assentados visitados		Assentamento
1	Carlinhos	Monte Alegre I	15	Daniel Salomão	Bueno de Andrade
2	Luciene e Jaime	Monte Alegre II	16	Luiz Regani	Bueno de Andrade
3	Deise	Monte Alegre II	17	Márcia	Bueno de Andrade
4	Sr. Pedro	Monte Alegre II	18	Sônia Manzolli	Bueno de Andrade
5	José Ricardo	Monte Alegre II	19	D. Lourdes	Bueno de Andrade
6	Genilson	Monte Alegre II	20	Luis C. Silvério	Bueno de Andrade
7	José Ferreira	Monte Alegre III	21	Nilza e Leonardo	Bueno de Andrade
8	Luiz (COOPAM)	Monte Alegre IV	22	Paulo Cororatte	Bueno de Andrade
9	Tiãozinho	Monte Alegre IV	23	Joaquim	Bela Vista
10	Jisele	Monte Alegre VI	24	Edmilson	Bela Vista
11	Toninho	Monte Alegre VI	25	João S. Pinho	Bela Vista
12	Irineu	Bueno de Andrade	26	Guilherme	Bela Vista
13	Toninho	Bueno de Andrade	27	Fátima	Bela Vista
14	Osmar e Solange	Bueno de Andrade	28	Toninho e Luciene	Bela Vista

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018

Todos as famílias visitadas possuem origem rural. A maioria está na faixa etária entre quarenta e sessenta anos (68,44%), e possuem formação técnica ou até o 2º grau no máximo, morando todos no mesmo lugar onde produzem.

A produção é realizada numa área de até quatorze hectares e 86% declaram que a produção agrícola é principal ocupação. Em todos os casos a renda principal advem de venda do que é produzido no lote, destes, apenas um possui estabelecimento comercial fora do assentamento (uma quitanda na cidade), e desta atividade retira a maior parte da renda familiar. Mas este estabelecimento, segundo o entrevistado, é abastecido 80% com itens produzidos no assentamento, ou seja, o que a própria família produz no lote abastece a

quitanda na cidade, junto com produtos adquiridos de vizinhos assentados.

As famílias apresentam em média 5,9 pessoas residentes. Este número ocorre em função de em muitos casos os filhos casados, ou então os pais e irmãos de um dos titulares residirem no mesmo lote. Em 30% destes casos existe divisão interna do lote entre estes núcleos familiares, com delimitação de parcela para cada um. Nestas situações, os lotes apresentam duas ou mais casas construídas, e cada núcleo familiar produz em uma parte do lote, este é o caso, por exemplo da família Salomão, no Horto de Bueno. Não necessariamente estas famílias fazem uso do trabalho coletivo, isso ocorre em 37% deste subuniverso, onde há clara distinção de espaços, custos e estratégias. No restante dos casos em que existe mais núcleo familiar (marido, mulher e filhos) dividindo o mesmo lote (63%) a produção e comercialização é feita de forma conjunta (compra de insumos, plantio, colheita, comercialização), com importância assumida para ampliação da capacidade de força de trabalho. Mesmo, nos casos de clara divisão interna do lote, por se tratar de parentes, existe ajuda mútua, colaboração, mas sem vinculação em termos de trabalho, compra de insumos e estratégias produtivas e comerciais, conforme relatos.

O tempo médio em que estas famílias estão no assentamento é de 17,5 anos, coincidindo, em boa medida, com o tempo de existência dos principais núcleos. Quando perguntados a maioria (cerca de 2/3) responde serem de “segunda geração”, ou seja, que adquiriram o lote do primeiro beneficiário. Uma parcela menor, de 32% disseram estar desde o início de seus núcleos (pioneiros).

Quando observada as residências e benfeitorias percebe-se o predomínio de casas de alvenaria com três quartos (88%). Muitos lotes possuem até dois barracões (78%), em 92% dos casos os cultivos e preparos são feitos usando algum tipo de motomecanização, com destaque para o uso de tobatas, para o preparo e montagem dos canteiros das hortas. No gerenciamento hídrico dos cultivos, todos responderam positivamente para o acesso regular a água em quantidade suficiente. Apenas em dois casos foi relatado que a água disponível é limitante para a ampliação das áreas plantadas.

Em relação à força de trabalho, cada família dispõe em média de 3,72 indivíduos para o trabalho (dentro do lote – trabalho diário, e fora dele – vendas, deslocamentos, compras de insumos). Este número expõe a necessidade de buscar mão de obra assalariada com recorrência. Todos responderam acertivamente para o uso, ao menos esporádico de diaristas. Quando questionados sobre o número de diárias pagas/utilizadas por semana a média ficou em 1,8 diárias/semana. Isso representa uma média, portanto algumas famílias que dispõem de pouca mão de obra, precisa recorrer com constância à contratação de trabalho.

Vale mencionar que esses trabalhadores são na sua quase totalidade formados por assentados, familiares de assentados ou agregados, que diariamente trabalham em propriedades de vizinhos ou em outros núcleos. O valor médio pago por diária pode variar, mas a maioria gira em torno de R\$ 70,00 a R\$ 90,00. Quando se trata de áreas menores ou com uso de hidroponia paga-se um pouco menos (R\$ 50,00).

Esse é um ponto delicado, relatado por muitos assentados. Algo comum de ouvir é que de que está cada vez mais difícil conseguir pessoal disponível, os filhos muitas vezes estão estudando fora ou residem em outras localidades, e que as famílias estão menores, o envelhecimento dos titulares é uma realidade concreta. A qualidade do trabalho contratado (diaristas) também é motivo de queixa, principalmente os mais idosos se referem aos mais novos como menos envolvidos e produtivos. Apesar dos valores baixos pagos por diária, recorrer ao pagamento de diárias com frequência pode inviabilizar a produção, mostrando um claro limite a expansão da produção.

Em alguns casos o gasto mensal com com diárias pode ultrapassar R\$ 1.200,00 (21%). Em 7% das propriedades existe trabalhador fixo, contratado para auxiliar nos tratos diários. Nestes casos existe relação formal de trabalho, com ordenados oscilando entre R\$ 1.600,00 e R\$ 2.200,00. Isso é mais recorrente em estabelecimentos altamente mercantilizados e integrados, que também respondem pelos maiores custos produtivos e também que aferem as maiores recitas brutas. Estes valores, são inevitáveis para a maioria das famílias, o trabalho intenso nas hortas requer cuidado diário, a colheita, preparo

A relação destes produtores com associações e cooperativas é bastante significativa. Por volta de 70% das famílias vendem com regularidade por meio das cooperativas e associações existentes nos assentamentos, sendo cinco citadas (CEDIR e COBELA – Bela Visa, CEDIR, AMA e COOPAM – Monte Alegre). Em todos os casos as vendas a cooperativas e associações estão relacionadas à inserção em mercados institucionais (PAA, PNAE, PPAIS), e abrangem exclusivamente municípios da mesorregião de Araraquara (Motuca, Araraquara, Rincão, Américo Brasiliense, São Carlos, Descalvado, Santa Ernestina e etc.). A cota/DAP paga ao fornecimento via cooperativa ou associação é 20% maior (R\$8.000,00) que o individual (R\$ 6.500,00) embora o valor retido/cobrado em uma das cooperativas seja exatamente igual ao percentual da diferença.

Os assentados visitados ressaltam a importância destas associações e cooperativas, mas sua grande maioria diz não ter uma participação ativa nestas organizações, ou seja, vendem via cooperativa, porque alguém da cooperativa liga perguntando se o assentado em questão tem determinado item. Em outros casos o assentado procura alguém da direção das

associações ou cooperativas e oferece o que tem. Apenas três famílias mencionaram serem filiadas formalmente às associações e cooperativas existentes no assentamento, dois ligados a AMA e um ligado a COOPAM.

Em todas as famílias o cultivo principal envolve frutas, verduras e legumes (FLV), com destaque para as olerícolas. As frutas representam, na fala de muitos, um gargalo, com predominância de variedades de banana, manga e citrus em geral (laranja, limão, tangerina e etc.). A formação de pomares, foi apoiado principalmente na segunda metade da década de 90 pelo ITESP, mas a iniciativa não primou tanto pela diversidade, focando principalmente no plantio da manga e laranja. Segundo Mauro (técnico do ITESP de Araraquara), “*A produção de frutas nunca se consumou como prioridade para a maioria das famílias, mas em quase todos os lotes existe diversidade de frutas, voltadas para o autoconsumo, em pomares próximos a moradia*”. A medida que as famílias iam se inserindo em feiras, percebiam a demanda da clientela, daí a colocação dos assentados percebendo sua carência. Por isso, em 25% das famílias visitadas existe o desejo de expandir a área destinada às frutíferas.

As atividades secundárias representam aquelas que os assentados definiam como tal, tendo como critério o retorno financeiro gerado. Algumas destas atividades são descritas como forma de contingenciamento financeiro para possíveis eventualidades, como o caso da madeira ou rebanho bovino. Do total a piscicultura responde por 10%, bovinocultura com 15%, milho com 10%, eucalipto com 12% e outros com 15%.

Em relação à geração de renda e inserção nos circuitos comerciais, é importante ressaltar que as famílias comercializam sua produção de várias maneiras, combinando a participação em feiras, com vendas institucionais, venda para quitandas, restaurantes e mercados, conforme descrito no diagrama 4 (p.113). A forma de inserção comercial predominante envolve as feiras (Programa Negócios do Campo e feiras em municípios vizinhos) com 61,5% e compras institucionais com 74% dos casos. Entretanto foi perguntado às famílias a forma de comercialização principal e secundária, tendo como critério a renda aferida. Os dados que se seguem demonstram as proporções destacadas pelas famílias em relação a comercialização principal.

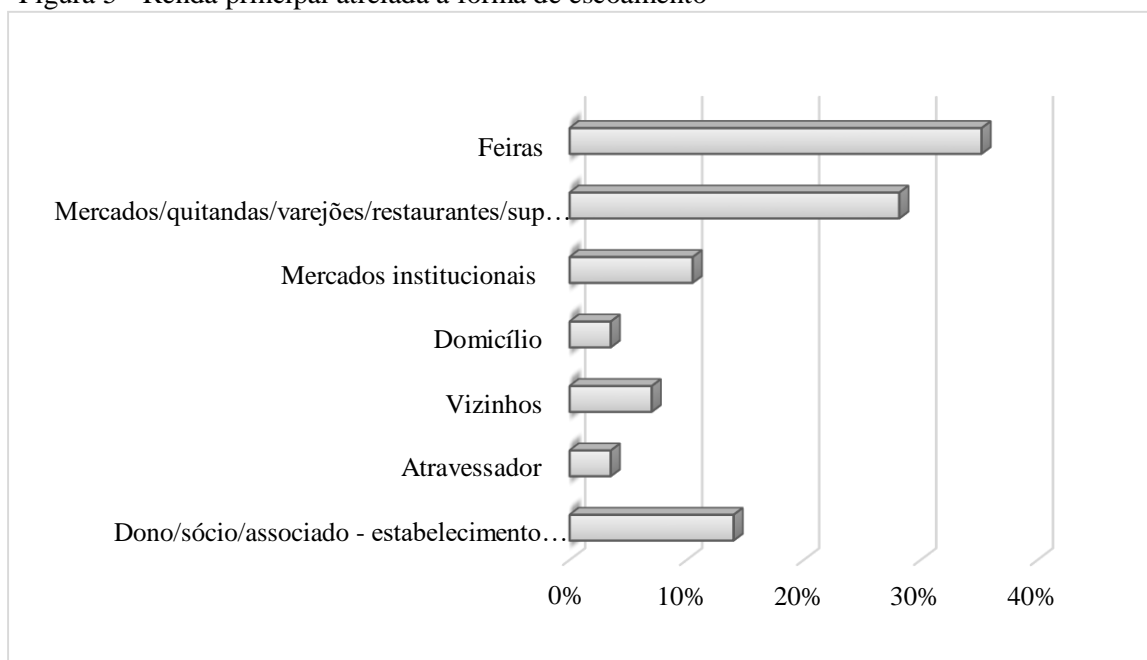
A participação nas feiras é mencionada como a principal, ou mais importante forma de inserção aos circuitos comerciais, com 35,2% dos casos. Nestes casos, a participação em feiras representa a principal entrada de recursos. Cabe resaltar que o número de famílias que pertencem a feiras é de 61,5% do total das famílias visitadas.

São citadas as feiras que compõem o projeto “Negócios do Campo” da Prefeitura de Araraquara (Padarias, Terminal, Pedro de Toledo, Estação Ferroviária) e também as feiras

ligadas ao SENAR (Fonte, Vale Verde) e Uniara. Fora de Araraquara são citadas as feiras de Américo Brasiliense (também ligada ao SENAR) e também a feira do produtor de Matão.

Em 28,16% dos casos, à forma de comercialização principal (e da renda) advém da venda regular em mercados, quitandas e varejões de hortifrutis (pequenos e médios estabelecimentos comerciais) em 7% dos casos também ocorre entregas a supermercados de médio porte, e 10% em restaurantes e lanchonetes, conforme destacado no figura 5 (gráfico).

Figura 5 - Renda principal atrelada a forma de escoamento



Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

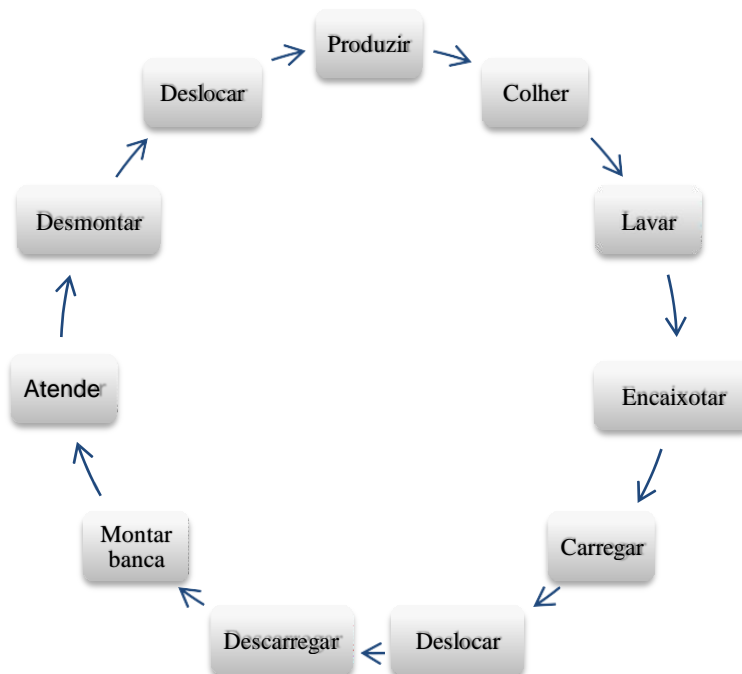
Em relação a venda para restaurantes, mercados e quitandas, os assentados alegam possuírem uma rede já estruturada de comercialização a estes atores, com quem criaram relações de confiança e compromisso. Alguns fornecem a determinados estabelecimentos há mais de uma década, e a grande maioria a mais de 3 anos. Em suas falas registra-se que estes comerciantes estão diariamente em contato, utilizando redes sociais, monitorando e fazendo pedidos, num constante fluxo de informações que altera e redefine diariamente o montante a ser colhido e o planejamento futuro.

Um dos fatores importantes que justificam esta forma de comercialização envolve (apesar do deslocamento diário) a rapidez com que a etapa de entrega se inicia e se encerra. Um maior controle das perdas, a mencionada rapidez – o que libera para outras atividades (incluído o cultivo), previsibilidade de demanda são citados como atrativos, além das relações que serão discutidas posteriormente com mais detalhes (entrevistas e diários de campo).

Embora os mercados institucionais de compra pública sejam citados em 10,5% dos casos como mecanismo principal de acesso a renda; em 74% das famílias entrevistadas ele é utilizado e acessado. Embora secundário é reconhecido como essencial, no *mix* de canais de comercialização e conseqüentemente compõem o cenário das cadeias curtas de comercialização. Os relatos envolvendo à ausência (suspensão) dos programas de compras institucionais em Araraquara foram citados em quase todas as entrevistas e dão dimensão da importância, mesmo que relativa na composição da renda, das estratégias e das dinâmicas de adaptação e reação das famílias.

As feiras junto com as compras institucionais são as formas de comercialização mais citadas (61,5% e 74% respectivamente), embora para algumas famílias o “fazer feira” não é tão preponderante como outros arranjos de comercialização. Na visão da maioria dos assentados, “fazer feira” pressupõe, acima de tudo, vocação. Envolve as relações criadas com a clientela e demais atores envolvidos nas redes de reciprocidade. O tempo decorrido para “fazer feira” (ver figura 6), os constantes deslocamentos, o limitado momento para os cuidados produtivos são citados como obstáculos inerentes à participação nestes espaços

Figura 6 - O “fazer feira” (etapas constitutivas)

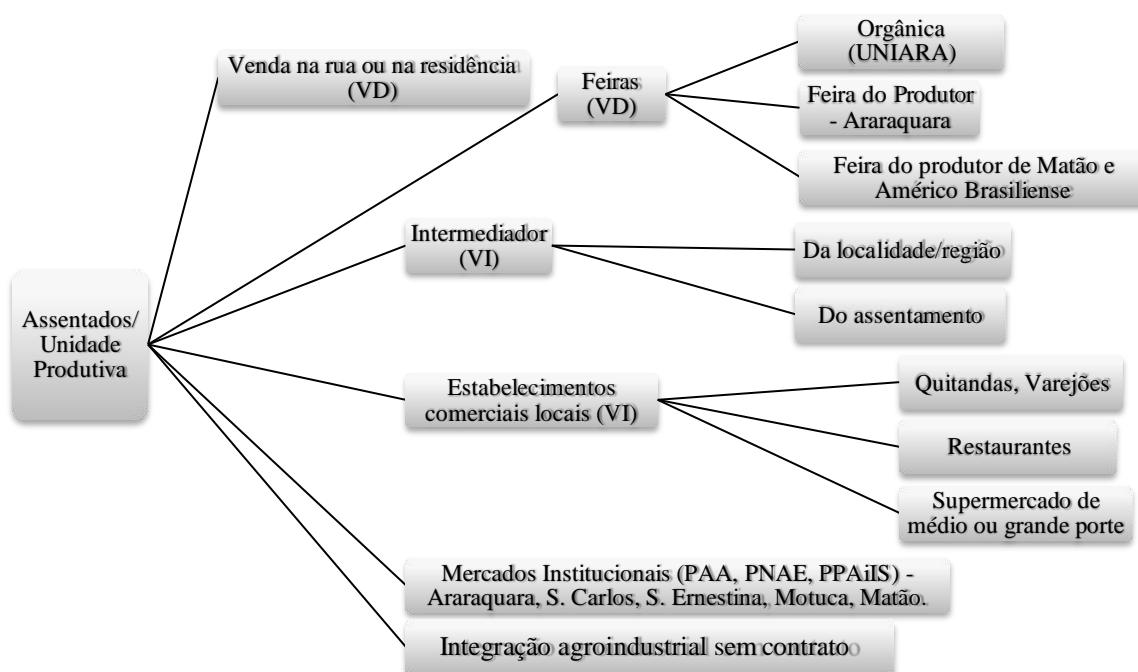


Fonte: Elaborado pelo autor, 2018

Para ter uma renda regular e significativa muitos mencionam que a família tem que estar inserida em ao menos duas ou três feiras semanais.

Os pontos são pulverizados, o morador da periferia, não se desloca com facilidade à feira do centro. Os vazios alimentares da periferia das cidades médias são mencionados de forma intuitiva. Quando mencionam a importância da feira no Vale Verde refletem o papel importante que executam, chegam a dizer que vendem a um preço menor mas o volume e a forma como são tratados são valorizados. Em um dos casos, o feirante chega a mencionar sua condição anterior de sem-terra, de personagem periférico, para se solidarizar com quem também está na rota da exclusão ou da subinclusão. Neste caso, chega a fazer fiado, mas como diz “sai gratificado”. A figura 7 resume as principais formas de comercialização verificadas em conversa com as famílias visitadas.

Figura 7: Formas de comercialização das famílias visitadas



VI- Venda Direta/ VD - Venda Direta

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Em relação à frequência, a média apresentada foi de 2,4 feiras por família, tendo como base o subgrupo de quem faz de uma a cinco feiras semanais.

Outro fato relevante diz respeito aos intermediadores. Nos relatos colhidos pode-se diferenciar “três tipos de intermediador”. O primeiro seria o próprio assentado que se torna atravessador, e que passa a ter como ocupação principal a compra e venda de mercadorias do próprio assentamento e do CEASA (principalmente de Ribeirão Preto). Ao menos dois casos foram citados e um deles foi alvo de entrevista. O segundo seria o tradicional intermediador

local (da cidade de Araraquara ou de cidades próximas). Por fim existiria o intermediador de “fora” que vem de regiões mais distantes por algum tipo de vínculo interpessoal estabelecido com algum elo do assentamento. Este elo ou ente, age como mediador deste “agente” externo legitimando sua presença, conferindo certa credibilidade, incluindo o adiantamento de entrega (um caso observado).

No total, 42,24% dos entrevistados responderam que vendem com alguma regularidade aos intermediadores. Um dos pontos interessantes foi verificar que em 64,3% dos casos, os assentados relataram uma redução significativa na presença destes agentes, que antes eram centrais para o escoamento da produção.

Em relação ao custo da produção principal (FLV) foram levantados as despesas ao longo do processo produtivo. Gastos como insumos produtivos, energia, água, transporte, diárias e aluguéis foram computados e dimensionados para um período mensal. Deste montante, o custo produtivo médio mensal foi de R\$ 1.745,00 (considerando a atividade principal), com máximo de R\$ 3.700,00 e mínimo de R\$ 470,00.

Em relação à receita bruta (não descontando os custos de produção), apresentou média de R\$ 5.184,61, com receita máxima de R\$ 9.500,00 e mínima de R\$ 1.300,00. Todos relataram melhora de renda com a participação em feiras, e em mercados institucionais. A ampliação destes espaços (feiras e mercados de compras institucionais) foram relatados como exemplos de “mudanças”, de novos mercados que surgiram nos últimos anos.

Outro aspecto considerado relevante envolve a presença de aposentados¹⁶ e a importância desta renda para as famílias visitadas. Esta informação foi inserida no roteiro de campo, com o intuito de verificar a papel desta renda fixa, para a dinâmica e escolhas das famílias. Das famílias visitadas 35,2% possuem aposentados.

Em relação à forma de produção a grande maioria produz de forma convencional, este convencional pode ser, por sua vez, desdobrado em gradientes. De um modo geral mesmo quando produzindo com uso de agrotóxicos, fertilizantes e adubos industrializados, misturam-se práticas conservacionistas e uso de técnicas tradicionais e ecológicas. Em 18% dos lotes visitados existem áreas destinadas a “experimentação/ou produção” sem o uso de agrotóxicos. Estes casos coincidem com famílias que tiveram algum tipo de contato com grupos como Núcleo de Agroecologia da Uniara, com cursos promovidos pelo Instituto Federal de Educação de Matão, ou por capacitações promovidas por ONGs, Institutos e outras

¹⁶ Esta observação foi considerada no trabalho de campo tendo em vista o processo de envelhecimento populacional da população assentada, o que por sua vez vem sendo estudado pelo NUPEDOR.

Universidades. Três destas famílias (da amostra) estão inseridas na única feira de caráter orgânico no município (promovida pela UNIARA).

Durante o trabalho de campo e nas entrevistas a agentes (ITESP e Coordenadoria da Agricultura de Araraquara) pode-se verificar o desenvolvimento de mais uma iniciativa de integração entre usinas sucroalcooleiras e assentados da região (fato notado nos dois assentamentos). Nos roteiros de campo foi reservado espaço para esta questão. Qual seria a visão destes assentados em relação a volta da cana, ou de mais um ciclo de integrações? As respostas demonstram preocupação. A forma como a nova proposta vinha sendo encaminhada no assentamento Monte Alegre com o intermédio da Prefeitura de Motuca e ITESP, por exemplo, não foi bem acolhida de início. A objeção, entretanto, não envolveria tanto a entrada da cana, mas a forma e o momento que deveriam iniciar o plantio. A forma envolvia a remoção das cercas divisórias dos lotes e o momento pressupunha a necessidade de irrigação (poucas chuvas durante a o início da primavera). Caso contornado ou modificado estes dois pontos, 52% dos assentados visitados veem com bons olhos o retorno da cana.

Este último item expõe os “mundos” do sistema agroalimentar moderno interagindo em um mesmo território social, contraditórios e coexistentes; revelando as constantes disputas, tensões e constrangimentos ao qual estão expostos os assentamentos dessa região.

3.6.3 As famílias e suas estratégias

3.6.3.1 Escolha, necessidade, enraizamento e confiança

As estratégias comerciais empreendidas por estas famílias (amostra) podem ser definidas como pertencentes aos circuitos curtos de comercialização, envolvendo: cadeia face-a-face (feiras), cadeia de proximidade espacial (mercados institucionais) e formas indiretas de comercialização, com a interferência de apenas um intermediário (MARDEN et al. 2000; DAROLT, 2013). Em todos os casos observados predominam relações comerciais curtas, mas em que medida estas estratégias consubstanciam-se como opções de escolha, ou como necessidade preeminente?

Ao entrevistar os atores principais da pesquisa percebe-se que a inserção em circuitos curtos deu-se de forma aparentemente natural, é comum expressões como “eu sempre tive que criar maneiras de vender o que produzia”, “particpei de feiras em vários momentos da minha vida”, ou “vendia para varejões e mercados, aí dei uma diminuida e agora voltei”.

O perfil da produção, ligada a verduras, legumes e frutas também é determinante para

uma maior proximidade com circuitos curtos. Talvez fosse diferentes se estas famílias produzissem soja, milho ou cana. Quando comparamos assentados mais antigos, como o caso do Sr. Tiãozinho, Fátima, Sr. Pedro e José Ricardo, que estão há mais de 25 anos no assentamento, percebemos isso com mais clareza.

Olha eu já produzi tudo quanto é tipo de coisa, mas sempre tive a horta, que dá um dinheirinho que sempre entra, mas teve época que fiquei mais no milho, depois mais na cana e investi também uma época na soja. Mas a horta é uma coisa que eu falo para os meus filhos que sempre tem venda, que sempre dá uma renda. Tem muito trabalho, regar todo dia, colher, controlar as pragas, fazer canteiro mas vale a pena. Os meus filhos querem aumentar a horta, eu deixo, aí eles percebem que acaba tendo muito gasto e que perde muita coisa. É melhor uma horta menor mas bem cuidada, você vende tudo, tem qualidade no produto. Quando você tem qualidade o pessoal te procura, não falta onde vender (Sr. Tiozinho, 12 jun. 2018).

Os grandes projetos, como da integração com usinas sucroalcooleiras ou mesmo os incentivos para produção de grãos como milho na década de 90 são pontuados, mostrando que as escolhas estavam envoltas não somente pelo cálculo econômico racional, ou por estratégias essencialmente individuais. Os mercados são instituições sociais formadas pelos processos de interação social, econômica e cultural (RAUD-MATTED, 2005). Sua análise envolve observar as bases sociais e culturais que interferem nas interações e trocas econômicas. Neste sentido, a ação econômica é vista como um fenômeno que está imerso em relações e contexto históricos, que funcionam como instituições que influenciam os comportamentos e as decisões dos agentes. A inserção da cana nestes assentamentos envolveu a construção de uma narrativa na qual a integração seria a “única saída” para os assentamentos, “a grande oportunidade”, ou então que “tudo iria mudar depois da cana”. Não se trata aqui de mitificar ou demonizar as integrações, mas o papel exercido pelas instituições ligadas ao assentamento foi fundamental.

A atuação do ITESP e da Prefeitura de Motuca, em conjunto com algumas lideranças do assentamento foram decisivas para as parcerias. Essas “ações” representam um exemplo da articulação envolvendo diversos atores – produzindo um resultado inovador na criação de um novo canal de comercialização. Como afirma Long (2001) é essencial observar as maneiras como os atores sociais se comprometem ou são envolvidos em debates acerca da atribuição de significados sociais a eventos particulares, ações e ideias.

No caso das parcerias e produção de matéria-prima, como a cana, a forma de escoamento era determinada por cadeias orquestradas a distância típicas do mundo mercantil, como se refere Storper (1997), pertencente ao universo codificado. Nestes casos os assentados

não possuem escolha sobre quanto, onde, como produzir ou escoar. Como disse Breno (assentado de Bueno de Andrade) nas integrações eles tinham muito pouco conhecimento sobre os valores pagos, bem como as interações existentes.

A gente “tomou muito na cabeça”, para você ver estamos pagando ainda o financiamento da estrutura da granja que não temos mais faz 3 anos, foram R\$ 200.000,00 investido em um barracão de 10m por 120m lá em 2007. Com a cana a mesma coisa, fizemos contrato com a Maringá e só recebemos o primeiro corte, que deu R\$ 1.200,00 de lucro. Então a gente não ganha tudo de uma vez com as feiras, mas a gente ganha com o tempo, vendendo em mais de um lugar, e a gente pode escolher mais. Tem feira que fazemos, outras não. Eu mesmo faço (sozinho) uma feira em um condomínio de Araraquara, eu chego monto a banca e acaba rapidinho, o cliente tem confiança na gente e o condomínio também, e isso a gente foi conquistando (Breno, 11, julho de 2018).

Em alguns casos a escolha sobre a forma de produção e/ou seus arranjos de comercialização surgem pela necessidade. Este foi o caso relatado por Leonardo e Nilza, assentados também do núcleo de Bueno de Andrade. Ao chegar no assentamento há sete anos, mencionaram que não sabiam ao certo o que produzir ou como garantir o sustento da família, as poucas economias que dispunham haviam sido usadas na compra das benfeitorias do lote, e em pequenos investimentos na casa para morar. Leonardo tinha experiência com café e gado, e Nilza morou muito tempo no sítio com os pais, mas não poderiam esperar a formação de um cafezal, por exemplo. Foi neste sentido que a ajuda dos vizinhos foi importante.

Nós viemos para cá e queríamos viver do lote, no começo não sabia muito bem o que fazer, mexer com gado não dava que não tinha sobrado nada, as crianças pequenas e eu ia vendendo o que tinha, só não vendi a moto (...) aí um dia o Osmar convidou a gente para almoçar lá e ele me falou para montar a horta que ele levava para vender, ele me ajudou a montar e aí a gente começou a mexer com horta e estamos até hoje. Da horta veio o gado, o carro e a escola das crianças (...) a gente foi adaptando e hoje tenho o café e o gado mas o sustento vem da horta (Leonardo, 08 de julho de 2018).

Nesta passagem do diário de campo pode-se perceber as relações de reciprocidade, que ocorre em um momento predecessor das trocas materiais ou mercantis. O valor da reciprocidade e seu tempo acabam por serem regulados por costumes e também convenções. Neste caso específico a necessidade inicial, e sua superação, veio a permitir um universo maior de escolhas.

Hoje Leonardo e Nilza mencionam que possuem mais opções, que o trabalho e as

conquistas possibilitaram isso. Essa passagem remete a noção de agência (PLOEG, 2011), onde o ator social apresenta capacidade de processar a experiência social e de delinear formas de enfrentar a vida, dentro dos limites da informação, das incertezas, e de outras restrições.

As escolhas são também orientadas por necessidades, ou por restrições e julgamentos do que é conveniente. Isso envolve o equilíbrio entre a dinâmica interna familiar e as diferentes formas de como as relações sociais foram e são estabelecidas. Esta parece ser a chave de entendimento para a saída ou mudança envolvendo os circuitos comerciais curtos. Os assentados Osmar e Solange, em entrevista, questionados sobre a decisão de abandonar as feiras do produtor em Araraquara aludem a este fato.

Olha a gente segurou um bom tempo a saída da feira, era bom o retorno, a gente levava não só a nossa produção, mas a de outros assentados que não tinham condição de vender, como a D. Lourdes, e aí a gente sabia que se saísse ficaria difícil para eles, mas mesmo vendendo a um valor um pouco mais baixo para as quitandas vale a pena, porque eu termino as entregas dez horas da manhã. Dá tempo de buscar uma mangueira, semente ou alguma coisa e voltar para o lote. A Solange também ficava muito cansada (...) no terminal era o dia todo lá, saía daqui as 5:00 e só saía de lá no final do dia. E eu tenho uma boa relação com o pessoal do varejão, eles sabem da qualidade da minha verdura, eu entrego todos os dias nos mesmos lugares e vendo a maioria a R\$1,30 a R\$ 1,50 (maço de alface). No Braghini (varejão local) eles me pagam R\$ 2,00 para o alface e para o brócolis por que ele fala que a minha verdura dura o dobro das outras, na feira eu vendia a R\$ 2,50, e eu vendo ainda no Pertuti (lanches), no Sabor Brasileiro (restaurante), no distribuidor do Vale do Sol (atravessador que vende verdura), na padaria Tairona e no restaurante Pícus (Osmar e Solange, 12 de junho de 2018).

Ainda que mantido dentro dos circuitos curtos de comercialização, Osmar e Solange saíram das feiras no terminal e nas padarias para uma forma de arranjo aparentemente desvantajosa (perspectiva do preço), mas viável diante das necessidades familiares e das exigências da dinâmica do trabalho no lote. Mesmo contando com o trabalho (fixo) de um parente (irmão) e uso eventual de diárias, era difícil mater-se nas feiras, o tempo longo dispendido era um fator preponderante na decisão tomada. A resolução dessa situação foi adiada e negociada com os vizinhos, já que muitos destes vizinhos dependiam deles para a venda do excedente.

Neste caso, a escolha não pode ser determinada apenas pelo cálculo racional de renda e retorno financeiro. Condicionantes como força de trabalho, o pertencimento aos grupos, relações sociais existentes, expectativas futuras, arranjos institucionais e reputação apresentam-se em maior ou menor medida na configuração das noções individuais e coletivas de escolha. O que numa análise estritamente econômica não pode ser apreendido.

3.6.3.2 Autonomia, liberdade e dependência

Como aponta Schneider (2016) em referência as contribuições da antropologia para a compreensão do funcionamento da relação camponesa e mercado, menciona a percepção adotada por Abramovay, tendo como referência as obras do antropólogo Frank Ellis na qual mencionar os mercados podem apresenta-se como oportunidades mas também como forma de pressão, onde *ingressar neles pode ampliar o nível de bem-estar ou diversificar o acesso a bens de consumo, mas ao mesmo tempo isso os expõe aos problemas das adversidades de preços ou das condições desiguais do poder de mercado.*

Isso denota a contínua tensão existente entre sua afetiva participação no mercado e a adoção de uma base não mercantil de sobrevivência. Mas estamos trabalhando com agricultores da reforma agrária em uma região de forte pressão do mercado, a inserção destas unidades familiares às economias regionais se faz presente desde a constituição destes espaços nos anos oitenta.

Um dos principais problemas relacionados a inserção destas famílias, seja tendo como base a região do estudo de campo, ou mesmo em outras regiões do país envolve o próprio funcionamento destes mercados, que operam com elevado nível de distorção. Essa distorção pode ser expressa na compra de insumos produtivos e também na venda de seus produtos, o que remete a uma baixa capacidade competitiva, ainda mais quando somamos a esse quadro a questão do acesso a crédito, seguro agrícola, ou mesmo às novas tecnologias. Essa pressão envolta no ambiente dos mercados, também impele aqueles que “ficam ou saem do jogo”, ficar no jogo pode representar um movimento cada vez mais direcionado ao posicionamento de produtores especializados. Ploeg também discutindo a inserção de famílias camponesas ao mercado aponta para se evitar uma tipificação dual inseridos *versus* não-inseridos, existindo diversos matizes ou gradientes de integração.

Ploeg sugeriu que há um gradiente que vai de formas de produção mais autônomas até outras mais dependentes dos mercados. A inserção dos agricultores familiares nos mercados nem sempre é desfavorável ou deletéria para sua reprodução social. Ploeg (2008) afirma que o sucesso ou o fracasso, entendido como a capacidade de se manter economicamente viável e se reproduzir como uma unidade social familiar, vai depender do modo como os camponeses operacionalizam as decisões e estratégias para organizar seu processo produtivo e a sua forma de inserção nos mercados. Mais do que isso, Ploeg (1992) mostra que há distintos “graus” e “níveis” de mercantilização, e descreve a inserção nos mercados como um processo multidimensional, que pode ser tanto de dentro para fora como na direção

oposta, de fora para dentro. Neste sentido, a mercantilização é entendida como um processo social que pode inclusive fortalecer as bases de recursos das unidades produtivas e reforçar as suas estratégias de reprodução. Pela primeira vez, a inserção nos mercados deixou de ser vista como um caminho unidirecional, que levaria os camponeses a se “descapitalizar” e, em seguida, a se decompor como um grupo social (SCHNEIDER, 2016, p. 108).

O processo de mercantilização é também um processo de sobrevivência e de resiliência, onde se observa a “luta por autonomia em um contexto de privação e dependência”. Assim a condição social e o gradiente de formas de produção, segundo Ploeg, vai mudando *de acordo com o grau e a intensidade em que se dá a inserção dos camponeses nos mercados*.

Uma mostra disso por ser exposta entre extremos observados na pesquisa de campo. De um lado verifica-se assentados com elevado nível de integração econômica e dependência ao mercado e outros em condição de produtores de excedentes destinados a ampliação da sobrevivência.

Dona Sônia (Buena de Andrade) e Genilson (núcleo 2) apresentam elevado nível de integração ao mercado, a produção para o abastecimento de mercados e supermercados da região expõem a necessidade de uma produção volumosa e intensiva, recorrem quase que exclusivamente ao cultivo de verduras hidropônicas. Estes são também exemplos dos maiores usos e gastos com insumos, os que aferem maiores rendas e também os que empregam o maior número de trabalhadores fixos e esporádicos (diaristas). Neste sentido em fala com D. Sônia percebe-se esta tênue relação entre inserção aos mercados e dependência externa.

Olha se uma bomba quebrar ou danificar uma mangueira eu não posso esperar, porque eu tenho muito pedido e muita entrega para fazer, dá uma olhada na lousa (ela mostra uma lousa grande com muitas anotações de pedido e enquanto conversávamos resolvia problemas com empregados e a sobrinha vinha lhe trazer o telefone com constância), tem pedido do Supermercado 14 e entrega diária (ele possui um caminhão refrigerado) e nos varejões, por isso eu preciso deles aqui todos os dias (aponta dois funcionários, um fixo e outro diarista), para esse eu pago R\$ 2.000,00 de salário registrado, mas ele tá comigo desde o começo e me ajuda nos concertos da bomba e do sistema. (...) Aqui fica o preparado (uma casinha com uma caixa d'água com os nutrientes da hidroponia, uma bomba grande e uma casa de força), isso tem que ser trocado, filtrado todos os dias, alimenta mais de 20 bancadas e dá muito trabalho (Sônia Manzoli, 16 de julho de 2018).

Sônia possui um filho que é vendedor da Coca-Cola e que trabalha fora do assentamento. Ela diz que ele recebe um bom salário e que a ajudou a comprar as benfeitorias do lote e também investir na produção. Seu filho, ao que menciona, é seu sócio na produção e comercialização do lote.

Percebe-se nesta e em outras propriedades, como a de Genilson que a medida que se integram de maneira mais intensa ao mercado, além do nível do elevado gasto incutido, cria-se um sistema de dependências maior, a força de trabalho contratada, as relações formalizadas de trabalho, os contratos de fornecimento, e logística e as formas de armazenamento pressupõem um enfoque empresarial similar aos moldes tradicionais. Genilson, assentado do núcleo 2, reflete sobre isso.

Eu entrego todos os dias, o carro eu tenho que trocar a cada 2 anos (...). Antes de mexer com a hortaliças nossa família mexia com leite, produzia 3.000 litros de leite (acho que diariamente) era negócio grande, aí desde 2014 a gente está trabalhando com horta, tenho muita hidroponia e estufa, mas diminuí um pouco esse ano, quando a coisa fica muito grande fica difícil cuidar, com o que tenho hoje tiro cerca de R\$ 350,00 a R\$ 400,00 por dia, mas eu entrego todo dia e começo a trabalhar as 4:00 e termino as 19:00 ou 20:00 e tem 4 pessoas comigo. Mas isso é que eu sou novo e tenho que correr atrás, para o meu pai fica difícil. (Genilson, 05 de julho de 2018).

Inclusive a escolha pela hidroponia envolveu sua noção de que isso poderia representar uma área menor a ser cuidada, o que seria mais viável apesar dos custos elevados e a maior dependência externa envolvida. Genilson vende para dois municípios em seis estabelecimentos comerciais (um deles um restaurante de Araraquara). Em outro momento quando questionado sobre os custos de produção comentou que utilizava de sessenta a quarenta bandejas por semana, com um gasto de R\$ 500,00. A adubação gira em torno de R\$ 1.500,00/mês e a energia consumida por volta de R\$ 250,00. As diárias representam o segundo maior gasto com cerca de R\$ 1.200,00 a R\$ 1.300,00 por mês.

Os assentados que exercem a feira apesar que mencionarem a rotina pesada, o cansaço dos constantes deslocamentos e a oscilação nas vendas, ressaltam o quanto a criação e construção destes espaços foi importante para suas estratégias de vida e também para os assentamentos como um todo. Um destes relatos foi feito por Toninho, produtor-feirante, que participa de quatro feiras (Estação Ferroviária, Pedro de Toledo, Uniara e Feira Noturna).

Olha as feiras foi uma coisa que ajudou muito a gente aqui no assentamento, quando deu a queda da cana muita gente se segurou nas feiras. A gente mesmo (...) não é fácil conciliar o trabalho e as feiras, a gente trabalha muito, mas eu gosto, tem que ter essa coisa de vender, já na pessoa. Os clientes me procuram e cria essa relação, um desconto, a gente ensina como fazer coisa que o pessoal não conhece (...) são essas coisas que ajudam do fazer clientela, e o produto bom, de qualidade, olha o sabor da verdura (aponta a área de produção orgânica) é outra coisa (Toninho, Bela Vista, 05 de junho de 2018).

Percebe-se nesta fala que particularmente a venda direta caracterizam-se pela reespecialização e ressocialização, uma vez que envolvem uma produção localizada e com atributos diferenciáveis e também uma reaproximação envolvendo o produtor e o consumidor local. Em outro trecho José Ricardo, assentado feirante do núcleo 2 menciona a respeito dos valores pagos e das relações que a feira proporciona.

Olha eu vendo nas feiras, mas não faço contrato com usina ou com varejão, você fica amarrado e se der algum problema tem que pagar multa e vou dar exemplo o C. (do SEASA) e o S. (do varejão) são “sangue nos olhos”, se você tem problema eles não querem saber. Na feira eu vendo a um valor melhor, coloco em saquinhos e vendo mais do que solto por quilo, tem que ter essas coisas, o consumidor quer o produto bom, mas quer preço (...) olha o produto orgânico, se é feio, e o consumidor e o próprio assentado não valorizam então a gente vende quase o mesmo preço, por que muito mais caro só um ou outro leva. E cada feira tem coisa diferente, cliente diferente (José Ricardo, 09 de junho de 2018).

Esse exemplo demonstra a importância para os produtores de conseguirem uma margem de lucro maior e que também os consumidores que passam a ter a opção de produtos de melhor qualidade com um preço justo para ambos os lados. Desta situação podemos observar que os mercados não são apenas pautados por relações mercantis impessoais, mas que o social e o econômico se misturam, não sendo clara sua distinção.

Outro casal que tem nas feiras suas o carro-chefe de suas atividades econômicas envolve Jaime e Luciene, do assentamento Monte Alegre, aqui também existe certa diferenciação em relação aos papéis atribuídos aos membros da família, Jaime diz que não gosta de fazer feira, mas que se precisar faz, e menciona que sua esposa (Luciene) tem mais jeito, que vende melhor, que o “negócio dele” é produzir.

Olha espera um pouco que a Luciene chega, ela deve estar voltando e ele te fala melhor da feira, mas se você quiser ver a produção as áreas podem ficar à vontade, eu sei tudo que tem em cada canto(...) eu tô montando mais um canteiro, então fica difícil ir com ela, ou a gente fica na produção ou vende, as duas coisas são difícil, mas ela gosta, a mulher tem isso de conversar mais (Jaime, Monte Alegre 6, 28 de maio 2018).

Apesar da separação apresentada os agricultores encontram uma maneira de combinar conjuntamente a atividade comercial com a atividade agrícola. O fato de de haver a combinação entre as “figuras” de produtor e vendedor remonta de certa maneira as tradições compones, retomando uma característica que a modernização agrícola parece querer distanciar mas que não se anula. Esse traço confere maior autonomia às famílias, e isso pode ser notado em quase todas as entrevistas feitas, criando ao mesmo tempo nas feiras condições

sociais para as trocas mercantis. Neste sentido, liberdade e autonomia são essenciais e presentes nos ambientes das feiras

3.6.3.3 A opção pelas feiras: o contato maior com os consumidores e a gestação de espaços de solidariedade.

As feiras são claramente um local de grande interação envolvendo vendedores e consumidores, nas feiras livres essa relação envolve, na grande maioria dos casos a relação de intermediadores dos produtos, ou seja comerciantes-feirantes, que adquirem produtos em centrais de distribuição (como CEASA) ou de alguns produtores e revendem ao consumidor final. Nas feiras de produtores passa a existir um elemento importante e diferenciador, nelas o consumidor por inquirir o feirante, que também é o produtor de boa parte ou da totalidade do que é ofertado na banca, sobre como ocorre a produção, quais as características destes alimentos, a diferença em relação a outras variedades da mesma cultura e até mesmo sugerir e pedir determinados itens para que futuramente sejam ofertados.

Essa relação acaba sendo bem mais intensa, se comparada com as feiras livres convencionais, e isso pode ser percebido acompanhando as duas modalidades de feiras. Por ser mais intensa passa a se construir relações de preferência baseadas na confiança, onde os atributos de valores, baseados em relações interpessoais ganham expressividade.

O bom da feira é que você sabe que está vendendo um produto de boa qualidade, direto para o consumidor. O produto é fresco foi colhido umas horas antes, e quando come o consumidor percebe a diferença. Minha verdura dura uma semana na geladeira e isso com o tempo faz o consumidor confiar na gente e procurara a gente (Nilza, Bueno de Andrade, 07 de julho de 2018).

Acaba criando uma amizade, tem alguns que compram comigo desde o começo, sabe da minha vida e eu sei da vida deles, até os filhos a gente vê crescendo, então esse pessoal não vai só comprar vai também para conversar, bater papo (Luciene, Monte Alegre 4, 16 de julho de 2018).

Tem cliente que acaba virando um amigo, tem uma moça que vem sempre aqui na feira (se referindo a feira de Matão), que falou que quer ir lá em casa e levar o marido, que eles gostam de sítio e querem visitar o lote para ver como produz (Leonardo, Bueno de Andrade, 12 de julho de 2018).

Essa relação estabelecida, conforme demonstrado pela fala do assentado Leonardo, de Bueno de Andrade, são costumeiras, assim como ao percorrer os assentamentos encontramos pessoas que visitam o lote atrás de um ou outro produto, muitos destes não são atravessadores

ou comerciantes, mas sim consumidores que por algum motivo, que envolve desde relações de amizade construídas em outros espaços que não a feira ou de parentesco, mas também se observa visitas que partiram de relações criadas nos espaços das feiras.

A noção de qualidade pode aqui ser entendida de forma subjetiva, não se trata somente da qualidade do produto em sí, mas de todo um conjunto de elementos e conveções sociais, que permitem ao indivíduo, no caso o consumidor, atribuir valor qualitativo a estes alimentos. Ao perguntar sobre a forma como é produzido ou mesmo visitar o sítio, diante da crescente incerteza e risco envolvendo a origem e processamento dos alimentos, é corriqueiro que os consumidores associem a estes produtos um valor tradicional, não convencional, ancestral.

As cidades onde ocorrem estas feiras, assim como o Brasil como um todo, possuem extração rural recente, ao comprarem de produtores, muitos destes consumidores, estão não apenas comprando alimentos mas também toda um conjunto de elementos subjetivos que fazem sentido categorizando a qualidade multidimensional atribuída.

Exite também na feira a questão da barganha e negociação, que são tradicionais e inerentes às feiras. Existem clientes que vão a feira, tendo esse traço, como um dos motivadores, acabam por se tornar clientes fieis, numa relação próxima e íntima. E uma das vistas a feira pode notar:

Eu (pesquisador) vi que o Sr. que comprava estava bem vestido e falava ao telefone, sobre a venda ou compra de terras (que me pareciam ser de uma fazenda), enquanto falava o Toninho (agricultor-feirante) foi embalando os produtos e no final ele, ainda ao telefone, perguntou quanto era. Toninho respondeu que era R\$ 25,00 (já arredondando para baixo). Ele parou a conversa no telefone e reclamou, pedindo para o Toninho um desconto maior, ele (Toninho) então falou R\$ 22,00 e ele pagou reclamando. Assim que ele saiu falei para o Toninho que o sujeito estava negociando terras que devem custar milhões e reclama, “chorando” desconto. Toninho me olhou e disse que já conhecia ele (cliente) e que era sempre assim, que ele é “rico” mas gosta de “negociar” diferente de quem só compra e o que ele chama de “cliente”, e ressaltou que na feira “é assim, tem que saber levar o cliente”. Enquanto conversávamos (questão de minutos) o Sr. voltou e falou para o Toninho que ia levar umas coisas para a filha. No final ele gastou mais uns R\$ 30,00 e não pediu desconto. Depois que ele saiu, Toninho com um sorriso no “canto do rosto” me olhou e falou “não disse que ele volta” (...) “se não dou o desconto ele vai em outro lugar” é assim que funciona. Em instantes tive um exemplo perfeito de como a feira permitia um tipo de relação, interação e de negociação que quase não existe mais no mundo codificado das relações mercantis. Aquele sujeito ia a feira talvez para isso, para negociar, para conversar, aquilo fazia ele parar o carro, atravessar a avenida e comprar os produtos deste produtor, e de frequentar semanalmente a feira. Além da qualidade (dos produtos) existia algo mais, que para aquele sujeito, envolvia a possibilidade de negociar de “barganhar” de tirar alguma “vantagem” (neste ponto simbólica e econômica – já que não pediu desconto na segunda compra), algo

que quase não existe mais outros tipos de mercado (Caderno de Campo, 18 de junho de 2018).

Essa flexibilidade das feiras contrasta com os mercados convencionais, regidos pela impessoalidade, onde se faz e se acita fazem somente o que é determinado verticalmente. O sentido “transgressor” de que com uma boa argumentação, associadas à confiança e relação pessoalizada construída remete a relações tradicionais e personalizadas, essa vantagem nasce com o fato de obter vantagem com falta de ética ou moral, a negociação e seus limites estão dados entre as partes de forma horizontal.

A minha mulher tem mais jeito que eu para a feira, tanto é que ela foi ficando com essa parte e eu mais com a produção. A gente vai junto, que sozinho as vezes não dá, mas ela sabe falar com as pessoas, faz amizade, oferece uma fruta, dá alguma coisa pra pessoa levar e experimentar (sem cobrar). Tem uma clientela que quando ela não pode ir mal fala comigo, e eles vem toda semana (Tiãozinho, Monte Alegre 25 de julho de 2018).

Quando a gente fazia feira a o pessoal as vezes perguntava se o produto era nosso ou se a gente tinha comprado no CEASA, então eu falava para ele levar comer e depois me falar se parecia produto de supermercado ou de varejão (aquelas hidropônicas). Não dava outra, depois a pessoa voltava e aí falava que era outra coisa, pronto, toda semana estava lá (Osmar e Solange, Bueno de Andrade, 14 de junho de 2018)

Estas passagens ilustram estratégias de comercialização, de fidelização do consumidor, de construção de confiança e garantia quando a procedência dos produtos. Existe uma necessidade de construir uma conexão com o alimento consumido (FERRARI, 2011). Não se trata somente em confiar no produto, a interação direta viabiliza confiar na pessoa. Isso permite o desenvolvimento de uma essência que confere alteridade, que torna estes espaços de comercialização, por menores que sejam, mesmo com poucos produtores-feirantes, singulares.

Esta é a “propaganda do negócio”. Os produtores-feirantes apreciam a interação direta com os consumidores na feira e invariavelmente manifestaram a construção de uma relação de amizade com seus clientes. Como dito por um técnico do ITESP “*aqueles agricultores que não tem essa vocação não topam assumir esse compromisso de fazer feira, porque na feira tem isso, tem que negociar, tem a conversa, tem que saber tratar o cliente, a simpatia, estão tem gente que prefere entregar para o vizinho ou conhecido do assentamento fazer isso para ele*” (Mauro, Itesp, 13 de dezembro de 2017). Assim, a força dos laços sociais que reconectam produtor e consumidor em muitos casos extrapolam a simples troca mercantil.

Outro aspecto também observado envolve o lugar da mulher nas feiras, em muitos casos os maridos, que são os que geralmente respondem as perguntas dos “pesquisadores” que visitam

seus lotes, pedem “ajuda” a mulher quando tem que falar das feiras que participam, elas são em muitos casos as “cabeças” da comercialização, conforme mencionado por Tiãozinho, e o mesmo pode ser observado com o casal Luciene e Jaime, e em quase todas as famílias visitadas que fazem feira.

Cheguei no lote deles já anoitecendo, mas tinha que aproveitar ida a campo, no dia seguinte iria a outro núcleo. Quem me recebeu foi seu Jaime, pedi desculpa pela hora, e mencionei o motivo da minha visita, foi então que ele me pediu para esperar a Luciene (sua esposa) chegar, que era ela “que sabia da feira”, ela que fazia a maior parte das feiras. Perguntou se não queria ver a produção. “- Mata o tempo dando uma olhada aqui (produção), que daqui a pouco ela chega”. Andando ia perguntando sobre o que tinha plantado, os problemas, e me chamou atenção que a decisão dos volumes e quantidades plantadas vinha da Luciene, ela trazia as demandas, era ela quem sabia as necessidades, então na dinâmica do lote, o ingresso da família nas feiras do produtor de Araraquara representou o reconhecimento e o empoderamento de sua esposa no que tange também as decisões produtivas. Uma hora (achei graça) ele me disse que tinha montado uma área de hidroponia “por conta” e que a Luciene não tinha gostado, que o gasto era maior, o curioso é que seu Jaime contava isso como uma forma de “resistência”, de rebeldia dele, já que agora a produção em si não era mais o centro econômica, a esfera comercial ganhou uma nova dimensão. Luciene chegou e mesmo cansada conversou comigo por um bom tempo, os dois estavam juntos e pude perceber que ele (marido) reconhecia o esforço e o trabalho da esposa, ele a via com outros olhos, com mais respeito. Perguntei isso a ele que me disse que (não com essas palavras) que ela tinha mais talento, e que só depois de “velho” ele percebeu que ela era “boa de negócio” (...) “devia ter ouvido ela antes” brincou (Caderno de Campo, visita ao lote de Luciene e Jaime, Monte Alegre 6, 09 de julho de 2018).

A Raquel é mais rápida que eu para dar o troco, ela atende duas, ou três pessoas ao mesmo tempo, e ela faz amizade com as mulheres, a Silvia, que conheceu na padaria Pérola (feira) vem direto aqui em casa. Ela tem família em Matão, então quando ela vai lá passa aqui no assentamento, para falar com a Raquel (José Ricardo, 09 de junho de 2018).

Esse reconhecimento veio da prática, da verificação dos limites e das qualidades da (o) parceiro, descortinando e modificando relações familiares preexistentes. Essa modificação do papel atribuído às mulheres envolve também, para estas famílias um ponto de inovação na gestão do lote, das atividades e vem permitindo de forma gradativa um reposicionamento na condição doméstica. Esse processo não ocorre isento de tensões e dominação, mas aludem uma transformação sutil no papel reservado a estas mulheres, conferindo-as maior autonomia e confiança.

Surgem elementos de ruptura, que são reordenados e acomodados em novas circunstâncias, envolvendo um espaço de aprendizagem e também de tradição. As inovações advindas desse cenário também são perceptíveis e importantes na compreensão destes circuitos

curtos de comercialização e do processo de enraizamento dos mercados locais. Essas inovações envolvem a (1) produção e introdução de novos cultivos e variedades, (2) novas formas de cultivo, (3) novas formas de gestão do trabalho e cooperação mútua, (4) novas formas de gestão da unidade produtiva e da dinâmica familiar entre outras.

Uma moça chegou e pediu para o Leonardo banana da terra e sorriu falando que não encontrava no mercado (...) outro cliente chegou e perguntou o que tinha acontecido com os brócolis dele, “está muito grande” – expressou desconfiado. Na feira tem esse contato direto. Entre uma venda e outra o Leonardo, que estava do lado do Luciano (outro assentado feirante) falou que no mercado você entrega e tem pouco contato. As vezes o dono do varejão que é mais próximo não está lá e os funcionários, que “mudam toda hora”, não falam “nem bom dia”. Mencionou que muitos clientes sabem o nome do produtor e que com alguns ficam próximos. Contou que uma vez um cliente perguntou se ele tinha banana conquista (variedade da banana-maçã), que tinha comprado de um assentado, em Araraquara, e que por causa desse cliente foi atrás dessa variedade, e acabou plantando. Mencionou que essa variedade é da Embrapa e é mais resistente às pragas. Conta que nas feiras o consumidor diz, é bem franco. “É bom pra gente ficar sempre esperto”. “Por que você não faz porção menor?”. Segundo a fala do Luciano, o feirante vai se adaptando. (Caderno de Campo, Feira de Matão, 12 de junho de 2018).

Olha eu levava porção solta sabe? Mas com o tempo fui colocando em saquinho e foi a melhor coisa, fica mais fácil para o cliente, eu vendo quase tudo, fica mais bonito e foi ideia do meu filho (Jhonatan), ele e o Luis (outro filho) vão com a gente desde o começo e acabaram pegando o jeito, hoje são eles que tocam a venda. As vezes eu faço o turno da noite (ele é também tratorista em uma usina), e quem embala, separa e colhe são os meninos e minha mulher (José Ricardo, Monte Alegre 2, 09 de julho de 2018).

O pessoal pede ovo, queijo, mel, minha vontade é fazer uma cozinha para processar e picar os produtos para ganhar um pouco mais no preço, sempre tive essa vontade de processar os alimentos e na feira se levar vende o pessoal, pede direto, tem outros feirantes que a gente conhece que começou a levar poupa de fruta, produto natural, sem química, mas aí tem que vender escondido, a mesma coisa com o ovo, por causa da fiscalização. Por isso eu queria fazer a cozinha, para não começar a vender e ter problema com a fiscalização (José Ricardo, Monte Alegre 2, 09 de julho de 2018).

Essas microinovações, são vistas como transformações da descoberta em uma nova prática e podem ser vistas como reconfigurações de sistemas de atividade econômica, como as mudanças de papéis que os agentes econômicos desempenham ao interagir em sistemas de criação de valor. As microinovações têm características que buscam pelo aumento do desempenho de produtos e serviços constituídos elas geralmente ocorrem inserindo novas funções e particularidades aos produtos e serviços sem que suas características originais sejam radicalmente modificadas (VASCONCELOS, 2001 apud FRANÇA, 2016, p. 37).

Outro ponto importante envolvendo essas microinovações se relaciona a ampliação das relações em torno dos produtores e dos produtos. Neste sentido cabe ressaltar um maior envolvimento com iniciativas, instituições e organizações que estimulam a inovação e a experimentação por parte dos produtores. Novas variedades, o acréscimo de novos itens, formas diferentes de abordagem ou de apresentação dos produtos, e também modificações envolvendo a gestão ou práticas agrícolas (como o caso dos orgânicos).

Este trecho do diário de campo releva essa característica, ressalta-se entretanto, que esse processo de inovação ocorre de forma heterogênea e gradativa no universo dos agricultores, não sendo possível coloca-lo como uma característica distintiva para todos os casos acompanhados.

Conversando com a Luciene, que estava sozinha no lote (o Toninho estava na cidade) perguntei o que ela achava da produção orgânica, da agroecologia, e ela disse que já tinha essa vontade de produzir orgânico, mas faltava um apoio, que estava acostumada com um tipo de produção e mudar a forma, tem que reaprender de novo, mas que com o estímulo de fora (NEEA), foi o empurrão que faltava. Eles foram seguindo as orientações, preparando as caldas, a compostagem, tiveram que encontrar saída para as pragas, sem usar veneno. Mas sua avaliação é positiva. “Hoje a gente quer produzir o lote todo orgânico, a hidroponia tem muito gasto e tem o risco da contaminação (...) No começo a gente duvida que vai dar certo, falam muita coisa que não é verdade, a produção não é menor, nós gastamos menos do que no convencional, só a preparação das caldas e a compostagem tomam mais tempo, mas depois que você faz, no dia-a-dia o trabalho é igual”. Em outra passagem menciona a importância da feira (orgânica da UNIARA), que as vendas e o reconhecimento dos consumidores, foi importante em querer produzir o lote todo de forma orgânica, que eles sabem que estão vendendo um produto bom, sem veneno, que isso dá muita satisfação (Caderno de Campo, Lote Luciene e Toninho, Bela Vista, 29 de abril de 2018).

As feiras também se estabelecem para estas famílias como possibilidade de autonomia e sustento financeiro, também é recorrente alusão ao fato de que a feira trouxe benefícios econômicos importantes, e que outras formas de comercialização não trouxeram. Como na fala de Luciene: “*A gente faz feira faz cinco anos e apesar de trabalhar muito, mas a gente gosta, nossa vida melhorou*” (Luciene, Bela Vista) em outra passagem Fátima, moradora do também do assentamento Bela Vista, menciona que “*Está na agricultura porque gosta, e que as feiras de Araraquara (do produtor) foi o que fez eles terem condição de investir no lote, de melhorar a produção e a vida*”.

3.6.3.4 Os atores sociais envolvidos nos circuitos curtos de comercialização

Um dos objetivos do trabalho envolvia a caracterização e identificação dos principais atores sociais envolvidos nos diferentes tipos de circuitos curtos de comercialização. Retomando a tipologia dos circuitos curtos de comercialização (MARDEN et al. 2000, DAROLT, 2013, GUZZATI, SAMPAIO e TUNES, 2014) verificados na pesquisa, destaca-se (1) as cadeias face-a-face, representada pelas feiras ligadas ao Programa Negócios do Campo, no município de Araraquara, e municípios vizinhos, (2) as cadeias de proximidade espacial, representada pelos mercados de compras institucionais, e (3) formas indiretas de comercialização, com a interferência de apenas um intermediário ante o consumidor final, das quais se enquadram as vendas para pequenos estabelecimentos comerciais, como varejões, quitandas e restaurantes (venda indireta).

Cada arranjo comercial, mencionado envolvem atores comuns, mas também apresentam algumas especificidades, relacionadas ao processo de constituição, número de entidades envolvidas, e as relações existentes entre o conjunto de atores.

No caso das feiras (face-a-face), o conjunto de atores podem ser sinteticamente resumidos em quatro polos de interação: (1) o agricultor assentado (individual), suas cooperativas e associações; (2) poder público local, por meio das prefeituras municipais da região (com destaque para Araraquara, Motuca, Matão e Américo Brasiliense); (3) órgãos gestores dos assentamentos (ITESP e INCRA); e (4) entidades de classe (SENAR, FAESP, SIPCAR).

Os motivos que conduziram os agricultores a participar das feiras, ou então em circuitos curtos de comercialização são variados, alguns entraram nas feiras após ciclos de integração com a agroindústria canavieira e de aves na região, outros nunca chegaram a ser integrados, mas vendiam com recorrência em pequenos estabelecimentos comerciais da região ou para atravessadores. As dificuldades oriundas do declínio das parcerias nos assentamentos, a emergência dos programas de compras institucionais, serviram de fio condutor a readequação de muitos destes agricultores no sentido de produzirem novamente gêneros alimentares com uma estrutura diversificada.

Foi comum ouvir relatos de que o fim do ciclo da cana, por exemplo, obrigou a retomada das hortas, ou a busca por uma maior diversificação e complementariedade das atividades desenvolvidas no lote. O primeiro apoio veio das compras institucionais, que sustentaram, em muitos casos a reconversão produtiva, posteriormente, dados os limites destas compras e o gradativo crescimento destas lavouras (FLV em especial) a busca por novos espaços fomentou a venda de porta em porta, o escoamento para varejões na cidade e também o ingresso nas feiras.

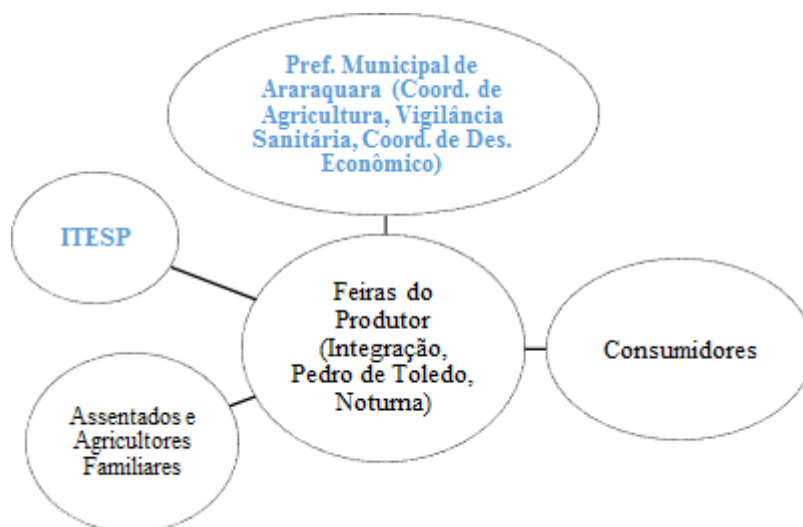
Olha eu vendo nos finais de semana, levo de carro no Maria Luiza, Águas do Paiol, Vale do Sol e Selmi Dei (bairro), mas na época que a prefeitura tava comprando eu dei uma diminuí da (PAA e PNAE), ai a gente teve que voltar, mas eu falo para o Lucas (filho), que ele tem que entrar na feira, ter um lugar fixo é melhor do que ficar andando, mas sabe como o jovem é (...) ele fala que prefere vender de porta em porta (...) ele me ajuda no caderno (venda a prazo, fiado), que eu não escrevo direito. Mas agora com a filhinha dele, ele tá pensando nisso. (Irineu, Bueno de Andrade, 05 de julho de 2018).

No começo a gente vendia nas casas em Araraquara e Matão. Fazia fiado, deixava como pessoal para experimentar (...) mas com as feiras, com um ponto de venda, como nas feiras fica bem melhor. Sabe (...) e por causa da idade eu parei de fazer as feiras, mas fiz muito tempo a Pedro de Toledo. Meus filhos foram trabalhar fora (dois são policiais) e o outro me ajuda no bar (ele tem um bar no núcleo 2) que montei aqui, então não dá mais, mas os meninos querem abrir um varejão em Araraquara (Sr. Pedro, Monte Alegre 2, 09 de julho de 2018).

Em relação às feiras, embora estejam em sua maioria envoltas no Programa Negócios do Campo, pode-se desmembrar em quatro estruturas diferentes, representadas nas figuras-diagramas (8 a 11). Estas estruturas revelam a proeminência de um ou outro ator na constituição da feira. Estas feiras foram sendo acampadas pelo poder público municipal sob o programa Negócios do Campo, ocorrendo uma maior institucionalização das mesmas.

As feiras do Terminal Integração e da Pedro de Toledo (figura 8), sendo as mais antigas, foram idealizadas inicialmente pela Prefeitura Municipal de Araraquara, envolvendo as Coordenadorias de Desenvolvimento Econômico e de Agricultura (no início da década de 2000).

Figura 8: Principais Atores (Feiras do Produtor): Integração, Pedro de Toledo, Noturna.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

O papel exercido pelos agentes municipais foi decisivo para sua estruturação. Foram visitadas e cadastradas as famílias interessadas, inicialmente foram garantidas formas de condução para os feirantes e também disponibilizada as barracas usadas (com o apoio do ITESP), bem com as regulamentações necessárias (Lei Municipal e Estatuto Geral da Feira).

O poder público foi o ator mobilizador e mesmo com passar do tempo, e de diferentes gestões, manteve o papel central. O ITESP, por sua vez, foi o principal agente mobilizador para a constituição da Feira Noturna (figura 8), que ocorre na Estação Ferroviária às quintas-feiras. Esta feira surgiu pela iniciativa do órgão que mobilizou os demais atores e contou com o apoio da Prefeitura Municipal, para a disponibilização do espaço físico, incumbindo-se também da fiscalização (fiscais municipais). O ITESP também foi o principal responsável pela criação do regimento da feira; foram ministrados cursos e novamente disponibilizadas as barracas que passaram a ser usadas pelos feirantes.

A criação da feira do produtor em Araraquara, com o amparo da prefeitura e de órgãos institucionais como o ITESP, possibilitou maior segurança e legitimidade aos agricultores permitindo um local fixo, com a existência de regulamentos e regimento interno envoltos em um programa municipal específico. Essa institucionalização da feira e conseqüentemente as relações advindas com o consumidor final (urbano) revelam de um lado a possibilidade de reconhecimento social, e de outro a ampliação da rede de clientes (que também envolvem relações interpessoais).

O reconhecimento social envolve uma perspectiva histórica da constituição destes assentamentos na região de Araraquara. Nas falas de muitos assentados, a criação dos assentamentos gerou resistências nas elites rurais e políticas da cidade e região que temiam o crescimento do movimento “sem-terra”. A sensação de alguns assentados, principalmente os mais antigos, é a de que sempre sonharam em “mostrar” para os cidadãos que não eram intrusos (origens diversas de muitas famílias), de que eram trabalhadores, de que tinham uma função, um por quê reivindicar a terra.

Esse aspecto simbólico é significativo e peculiar à condição de assentado da reforma agrária, em um contexto também específico de elevada concentração fundiária e dinamismo do setor sucroalcooleiro, onde o poder econômico e político possuem raízes rurais presentes.

Em relação a ampliação da clientela e das relações sociais com esses consumidores, as feiras não são apenas locais de trocas mercantis, mas sobretudo espaços de sociabilidade, de troca de informações, de aprendizado mútuo. Ao conversarem e formarem sua clientela, cada feirante expande sua rede social e dela recebe informações que consuzem a determinadas influências.

Com a feira hoje posso falar que onde vem o sustento da gente aqui, tem os varejões e o pessoal daqui mesmo que pega com a gente. Tem gente de fora que vem pegar aqui também. Eu tenho as verduras que saem mais, os legumes. Como a área aqui é pequena (no lote o irmão e o pai produzem também em canteiros separados), temos que plantar o que dá resultado. O preço, se a gente for olhar supermercado é bom pro pessoal, e também se a gente sobe muito não vende, o pessoal que compra da gente é gente simples. (Daniel Salomão, Bueno de Andrade, 16 de junho de 2018).

A feira ajudou muito (...) a gente consegue ganhar mais na feira. É bom para o cliente que paga um preço mais baixo e para gente que vende um pouco mais que para os mercados. (Fátima, Bela Vista, 08 de julho de 2018).

Para os feirantes a possibilidade de vender por um valor consideravelmente maior se comparado aos preços comercializados com atravessadores, quitandas e varejões é benéfico. E isso se aplica, mesmo observando e tendo ciência que os valores praticados são consideravelmente inferiores ao consumidor final em relação a estas outras formas de comercialização. A identificação do público alvo e a noção de que podem utilizar o diferencial preço a seu favor, permite a estes agricultores-feirantes a garantia de uma margem de retorno vantajosa.

Estes valores, são considerados tendo em vista o tempo dispendido com as feiras, as perdas e também o custo de deslocamento. Estas famílias consideram que mesmo com estes custos adicionais o valor recebido (preço) é vantajoso. Isso também envolve diretamente o fluxo de caixa, conforme identificado por FERRARI (2011. p.147), *a questão de receber “o dinheiro na hora” significa construir um fluxo de caixa que re-encaixa o tempo de vender e receber. Ao contrário da maioria de suas atividades produtivas convencionais, onde há sempre um “atraso” em relação à entrega da produção.*

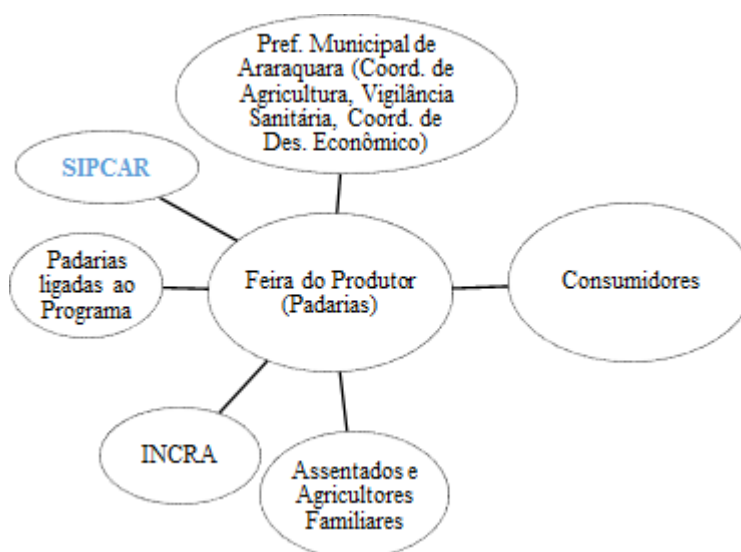
Ou como menciona Genilson do núcleo do Monte Alegre: *“supermercado é mais complicado, o que eles pagam e para entrar não é fácil”* ou ainda a assentada de Bueno de Andrade Sonia Manzoli, que é uma das poucas que fornece para supermercados da região: *“tem que ter volume de área e organização para fazer esse tipo de atividade, não pode furar nem faltar, uma vez que você começa os gastos aumentam, caminhão, câmara fria, funcionário, manutenção de equipamento, nada pode parar”*.

Outro ponto importante envolve os produtos diferenciados, como os orgânicos, que criam opções futuras de uma precificação maior, mas ainda menores em relação aos estabelecimentos comerciais do gênero, sendo positivo para o consumidor e para o produtor.

Outra feira que se estruturou no bojo do Programa Negócios do Campo foi a Feira das Padarias (figura 9), que teve início em 2014, após os problemas com o PAA e o PNAE no ano anterior. A proposta inicial e sua estruturação ocorreu por meio o Sindicato da Indústria de Panificação e Confeitaria de Araraquara e Região (Sipcar), esta feira tem como intuito

beneficiar produtores rurais e envolve onze padarias da cidade. Segundo o vice-presidente do Sipcar à época, e principal articulador da proposta, Anísio Custodio, o programa, mesmo com oscilações em relação aos assentados-feirantes “*vem estimulando há quatro anos o escoamento da produção agrícola e a diversificação dos agricultores familiares da cidade*”. Para a assentada Deise, do Monte Legre II, a ideia de unir a feira e a padaria é uma maneira de promover a produção da cidade. “*É uma propaganda para o produtor, o bairro e as pessoas vão ficar conhecendo qual o trabalho dos produtores de Araraquara*”, afirmou.

Figura 9: Principais Atores (Feiras do Produtor): Feiras das Padarias.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Anísio (Sipcar) menciona ainda que “*cerca de mil pessoas passam por dia pelas padarias do município e todos ganham com o projeto, o produtor, a panificadora e o público, a vantagem é o fluxo maior de pessoas e isso vem somar e até dobrar o nosso público*”, recordando a criação do programa menciona a necessidade de se buscar saídas para impasse em torno do PAA e PNAE. Anísio recorda que “*naquela época a gente, o INCRA e a Prefeitura (Araraquara) sabiam do problema para os produtores, saia no jornal que eles tinham perdido parte da produção, que estavam dando para os porcos, que tinha gente com mais de R\$3.000,00 para receber, então foi bom para todos*”.

Este comentário vai de encontro com os problemas que estimularam a mobilização também do INCRA para a criação da feira noturna neste mesmo ano (2014). Com poucas opções para escoar a produção, os assentados tiveram prejuízos e milhares de hortaliças de fato viraram “comida para porcos”. Nesta época o Secretário de Agricultura de Araraquara,

Fernando Cesar Guzzi, por meio de entrevistas aos jornais locais mencionava a articulação entre diversas entidades para a ampliação dos canais de comercialização direta envolvendo agricultores assentados e consumidores urbanos. *“O Sindicato junto com o ITESP procurou a Prefeitura para organizar a feira (padarias), isso é importante pois vem da iniciativa privada (referindo-se às padarias) em estimular algo que tem retorno social e isso envolve um trabalho conjunto”* (G1, São Carlos e Araraquara, 24 de abril de 2014). Em outro trecho desta matéria Fernando menciona a criação de um “selo”, que traria a garantia para o consumidor da qualidade dos produtos utilizados no estabelecimento. *“Esse selo é o compromisso do estabelecimento de comprar produto diretamente do nosso produtor rural e familiar e assim estimular a venda”*, explicou.

Esta mobilização envolvendo diversas entidades, surge de uma demanda específica dos assentados em Araraquara, que era o da ampliação dos canais de comercialização no município.

Existiam dois espaços onde o programa era operacionalizado inicialmente e existia a possibilidade de mais famílias se envolverem na comercialização direta. Neste sentido falas como a do Sr. Pedro, do Monte Alegre II e de Solange, de Bueno de Andrade, ilustram isso.

Eu e minha esposa participávamos da feira na Praça Pedro de Toledo e desde o início tinham muitas famílias que queriam entrar, mas não tinha espaço para todas, tinha aquelas que era da boca para fora, mas tinha muitas que produziam e a gente acabava levando a produção, quando ampliou, fui uma luta aqui do pessoal que pedia para prefeitura e para o Itesp aumentar as feiras. Não adianta aumentar no mesmo lugar, porque aí um “tira do outro”, diminui as vendas, mas levar para outros lugares em dia diferente (Pedro, Monte Alegre II, 09 de julho de 2018).

Mesmo que a gente não esteja mais indo (sua família em relação às feiras) tem que manter isso, desde que a gente está no assentamento a gente luta por isso, é uma coisa que não só para mim, mas é para o assentamento todo. Hoje uma família participa, depois por algum motivo não pode mais, mas aí outra família pode participar, a gente não quer que isso acabe, porque foi muita luta para conquistar essas feiras e ela foi salvação para muita gente aqui, principalmente o pessoal aqui de Bueno que tava com granja, e também o pessoal que entregava na prefeitura (Solange, Bueno de Andrade, 14 de junho de 2018).

A fala de Solange ilustra bem como os fatores externos são mediados e transformados pelas estruturas internas. Do ponto de vista externo a crise no setor avícola, e também no setor sucroalcooleiro, impactou nas estruturas internas, no modo como as famílias assentadas e instituições regionais, encontraram alternativas, isso estimulou arranjos e intencionalidades que revelam como interesse social e poder são mediados e perpetuados ou transformados em pontos de união (LONG e PLOEG, 1994). Conforme aponta Guiddens (2003) a agência atribui aos

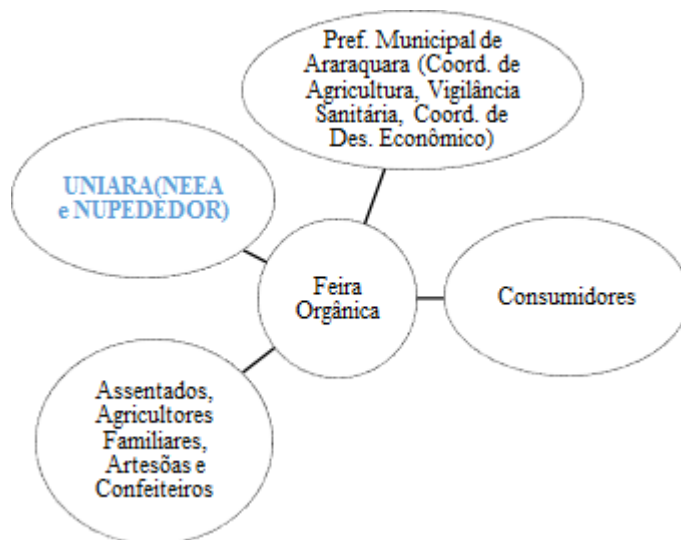
atores individuais ou coletivos “a capacidade para processar a experiência social e desenvolver meios de lidar com a vida mesmo sob as mais extremas formas de coerção”.

A feira orgânica, também ocorreu como fruto da mobilização de atores com destaque para iniciativa do Núcleo de Ensino e Extensão Agroecológica (NEEA) e do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (NUPEDOR), ambos ligados à Universidade de Araraquara (UNIARA), instituição de ensino privado no município.

Em 2015 ocorreu a criação de um NEEA, com apoio do CNPq, entre as iniciativas empreendidas pelo Núcleo, surgiu o interesse de se criar uma feira orgânica no município. Neste sentido um dos coordenadores do grupo, prof. Baltazar, menciona que “a iniciativa da feira, vem das experiências vivenciadas em outras regiões como Campinas e São Paulo, onde a criação de um espaço de comercialização foi importante para estruturar e fortalecer a produção agroecológica e orgânica”.

Assim o NEEA e o NUPEDOR em articulação com a direção da instituição conseguiram um espaço, na própria universidade, para a realização da feira. Os Núcleos visitaram assentados, realizaram cursos de capacitação e auxiliaram a criação de duas Organizações de Controle Social (OCS) nos dois assentamentos do município (Monte Alegre e Bela Vista). A feira começou em agosto de 2016 e contou, inicialmente com 12 feirantes, entre assentados e artesãos. Em 2018, com a articulação da Coordenadoria de Agricultura (Prefeitura de Araraquara), o espaço físico da feira foi deslocado das dependências internas da universidade e para a praça DAAE, na região da Fonte, um local com maior circulação de pessoas, contando com um espaço físico amplo, arborizado e de tradicional frequência na cidade. A figura 10 ilustra os atores envolvidos na construção e manutenção desta feira.

Figura 10: Principais Atores (Feiras do Produtor): Feira Orgânica “Da Roça para Mesa”.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Nas falas de Toninho (Bela Vista), mais antigo e constante feirante-assentado “*a feira foi uma semente, para uma coisa que todo mundo falava, mas que não saía da ideia, que era a produção orgânica*”. Essa iniciativa, pode sim ser vista como uma semente, conforme menciona Toninho, esta feira ao longo de sua existência foi pioneira e vem se mantendo há quase três anos.

A mudança de local e o empenho de produtores, consumidores apoiadores e dos membros do NEEA e NUPEDOR vem fazendo a feira se manter, inovar e criar estratégias para sua manutenção e ampliação. Neste sentido, parece oportuno o que Marsden e Smith (2005) que mencionam que a os produtores conseguem capturar valor em alguns casos, como o caso de inovações ou microinovações como no caso das feiras e também a multifuncionalidade.

A inovação em termos de processo produtivo envolve a introdução de uma forma de produzir que se afasta da agricultura conservadora, que faz uso de insumos industrializados e agrotóxicos. A maioria dos assentados, embora possuam conhecimentos tradicionais, que se baseiam no respeito aos ciclos naturais e na ciclagem de nutrientes, foram estimulados por décadas de políticas públicas na adoção do pacote tecnológico similar aos dos grandes proprietários, e de que a agricultura orgânica seria mais trabalhosa e desvantajosa economicamente. A modificação na forma de produzir e a reintrodução de técnicas tradicionais e de novos conhecimentos revelam um aspecto importante da iniciativa.

A abertura deste espaço de comercialização de caráter diferenciado, por sua vez tem um papel simbólico importante, representa a cristalização de valores e movimentos que vem ganhando cada vez mais a adesão dos consumidores preocupados com questões relacionadas à saúde e bem-estar. Após a iniciativa desta feira intensificaram cursos de tomate orgânico promovido pelo SENAR, e também surgiram cursos de capacitação em agroecologia oferecidos pelo Instituto Federal de Matão às famílias assentadas. Na fala de Toninho (Bela Vista) a característica que distingue essa feira das demais é o fato dos agricultores-feirantes se sentirem valorizados por estarem produzindo de forma mais saudável, como um código entre partes, nas quais as relações de confiança e reconhecimento assumem o lugar da relação de troca cujo modo de qualificação passa a ser a reputação e a fama:

[Horta orgânica] a produção começou pequena, mas os clientes foram confiando na gente e fomos aumentando e eles acabam pedindo outras coisas, confiam na gente estão (...) tem coisa que não pode, que nem ovo caipira, ou então queijo se eu colocar na feira eu vendo. O ovo a gente traz pra quem encomenda, tem um pessoal que quer frango, se a gente pudesse trazia, mas tem vigilância, fiscal, um monte de coisa, que no fundo atrapalha, é muito detalhe, e quem compra quer o produto da gente, senão ia no mercado (...) ele

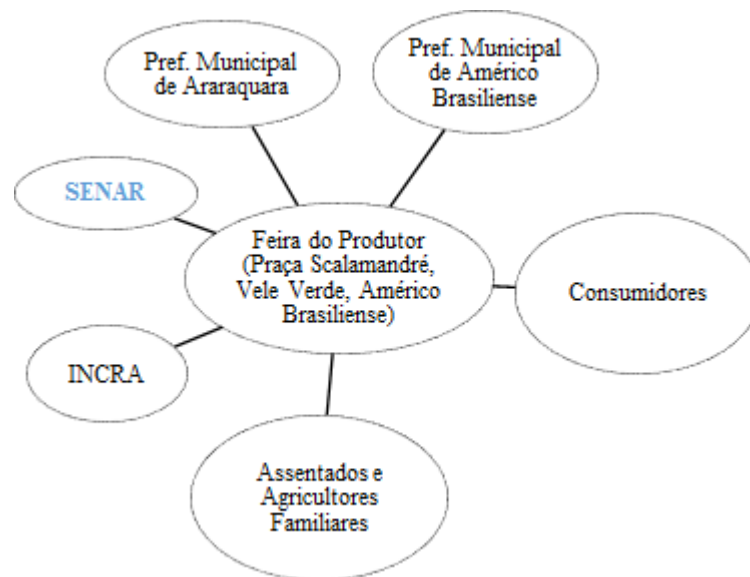
sabe que a gente tem coisa de qualidade e isso que aqui aparece mais que nas outras feiras que a gente faz (Toninho, Bela Vista, 12 de junho de 2018).

Por outro, percebe-se em sua fala os valores como o interesse e confiança, em particular. Também se percebe a questão envolta na inventividade e criatividade do agricultor que procura experimentar produtos (demanda) e também construindo uma identificação da sua figura de assentado, produtor e feirante a de produtos ecológicos.

As feiras associadas ao Serviço Nacional de Aprendizagem (SENAR), são as mais recentes em termos de existência, seu início ocorreu em 2017. Como mencionado a iniciativa de criação desta feira veio do SENAR, sendo a entidade responsável por estruturar parcerias com o Sindicato Rural de Araraquara (patronal) e ITESP e uma série de outras instituições (Figura 11).

Cada feira está atrelada a um curso de formação que dura cerca de oito meses com turmas em média de 20 pequenos produtores rurais, formados basicamente de assentamentos na região.

Figura 11: Principais Atores (Feiras do Produtor): Feiras SENAR.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Atualmente existem duas feiras em Araraquara e uma feira em Américo Brasiliense, que ocorre Praça do Coreto aos sábados e é o conjunto de feiras com o maior número de entidades envolvidas, uma vez que para implantar o programa, o SENAR e o Sindicato Rural de Araraquara tiveram que contar com o apoio da Fundação Itesp para selecionar os participantes e com o Sebrae que orienta o feirante sobre a forma que deve administrar o negócio. É envolvida

no mesmo curso a Prefeitura Municipal, por conta da Vigilância Sanitária, além do município disponibilizar sua estrutura de logística.

Em relação as formas indiretas de comercialização, com a interferência de apenas um intermediário ante o consumidor final, os atores envolvidos podem ser sinteticamente divididos em três polos de interação: (1) agricultores assentados, (2) micro e pequenos estabelecimentos comerciais, representados pelos varejões, quitandas, mercados, distribuidores, lanchonetes e restaurantes; e (3) médios estabelecimentos comerciais, representados por supermercados locais e regionais.

Na pesquisa de campo foram mapeados 23 estabelecimentos comerciais, na sua maioria de pequeno porte (micro e pequenas empresas), com os quais as famílias comercializavam com regularidade, constância e volume. Estes estabelecimentos se situam como uma terceira forma de caracterizar circuitos curtos de comercialização

Quadro 8: Formas indiretas de comercialização

Pequenos estabelecimentos (mercados/varejões/restaurantes)		Bairro/Cidade	Pequenos estabelecimentos (mercados/varejões/restaurantes)		Bairro/Cidade
1	Ideal	Selmi Dei	13	Dois Irmãos	Américo Brasiliense
2	Campeão	Jd. Pinheiros	14	Preço Único	Carmo
3	Real (1 e 2)	CECAP e Iguatemi	15	Brizolari Formenton	Selmi Dei
4	Faveral Braghini	Vila Harmonia	16	Passarinho	Centro
5	Sobradinho	Jd. Imperador	17	Hamburgueria Pertutti	Botânico
6	Bom Gosto	Vila José Bonifácio	18	Padaria Tayrona	Vila Velosa
7	Das Verduras	Carmo	19	Restaurante Sabor Brasileiro	Fonte
8	Bentinho	Jd. América	20	Restaurante Picus	Vila Xavier
9	Mac Fruta	Jd. Portugal	21	Restaurante Mandolina	Vila Ferroviária
10	Dist. de Hort.Vale do Sol	Vale do Sol	Médios estabelecimentos		Bairro/Cidade
11	Tropical	Yolanda Ópice	22	Supermercado 14 (loja 1, 2 e 3)	Santana, St. Angelina, Centro
12	Bela Vista	Américo Brasiliense	23	Supermercado Real	Vale do Sol

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Observou-se que esta seria a forma mais espontânea de constituição dos circuitos curtos de comercialização observados. Estas relações, entre assentados e pequenos estabelecimentos comerciais da cidade e região, foram estabelecidas ao longo do tempo, geralmente de caráter individual com base em relações personalizadas. A média de tempo em que estas famílias vendem para estes estabelecimentos comerciais varia bastante, em alguns casos a relação ocorre há mais de 10 anos, mas a média fica em torno de 5 anos. Conforme mencionado por Edmilson em relato de caderno de campo observa-se algumas nuances destas relações:

Ele (Edmilson) comenta que a venda para varejões tem altos e baixos. Tem varejão que as relações são mais frias e mercantis, e o assentado não se sente valorizado, não é somente uma questão de preço, claro que o preço é importante, mas Edmilson deixa claro que aqueles estabelecimentos que valorizam o assentado, ou o seu produto são preferíveis. Outras variáveis chaves envolvem o volume de produtos solicitados (e se estão de acordo com a capacidade de produção/entrega) e também a forma e o valor pago. Tendo como base sua experiência própria Edmilson diz que quando pode escolher fica com aqueles comerciantes que não tentam “explorar” o produtor e que valorizam sua produção (Caderno de Campo, Bela Vista, 18 de junho de 2018).

Em outra conversa com Paulo Cororatte, assentado de Bueno, as vendas para varejões são seu carro chefe e explica isso pela comodidade de entregar ainda cedo e ter o resto do dia para outras atividades, o mesmo argumento foi usado pelo casal Osmar e Solange, quando explicavam a decisão de sair das feiras.

Paulo reitera que entrega há cerca de 8 anos para três varejões de Araraquara e que estes varejões ou quitandas “*pedem uma quantidade meio que certa, e fica mais fácil produzir, eu não preciso nem de pedido, já sei o que eu tenho que levar*”. Esta constância e tendo por base os dias e horários certos de entrega, os assentados que optaram por dar preferência a este canal de comercialização mencionam que estes são um dos principais fatores para a manutenção do vínculo.

Genilson, morador do Monte Alegre II, diz que não trocaria a venda para os varejões e restaurantes que fornece, por outra forma de comercialização como as feiras. Segundo seu relato sua produção visa atender em primeiro lugar as quitandas e varejões e depois as compras institucionais.

Olha minha mulher queria que a gente entrasse na feira, mas eu acordo as 4, 5 horas e vou direto até as 19 horas, todo dia, imagina fazer feira ainda, e a feira tem aquela coisa de você ir e ser dia ruim e voltar com a mercadoria, aqui eu tenho dois ajudantes e a produção tá ajustada, mudei (ampliou a hidroponia) até para ficar numa área menor e poder produzir melhor, e eu tenho um pessoal que compra sempre, então deixa (...) se um dia as coisas mudarem é uma opção, mas hoje assim tá melhor pra gente (Genilson, Monte Alegre II, 12 de maio de 2018).

Para alguns assentados o valor pago, apesar de inferior ao valor das feiras, não chega a ser tão baixo, o que compensaria em alguns casos. Esta é a situação vivenciada por Osmar e Solange, por exemplo, que deixaram de vender nas feiras para se concentrar no fornecimento para estabelecimentos locais.

Para o pessoal que eu vendo eles sabem que a gente produz com qualidade, a questão do veneno, na horta não vou dizer que totalmente né, mas é um produto de boa qualidade perto daquele do mercado. Para você ter uma ideia o varejão (Braghini) me paga cinquenta centavos a menos do preço que eu vendia na feira, a média da alface está saindo R\$1,50 e o meu ele paga R\$ 2,00 (Osmar, Bueno de Andrade, 18 de julho de 2018).

Na visão da maioria das famílias visitadas, a venda para varejões, quitandas e restaurantes de pequeno porte é visto como mais uma opção importante de escoamento da produção, onde reforçam-se relações de confiança constituídas ao longo do tempo, ela é bem vista e apresenta como elemento positivo a constância e o volume relativamente regular de pedidos, embora o valor pago pelas mercadorias sejam significativamente inferiores em relação às feiras em alguns casos, a entrega rápida e uma maior disponibilidade de tempo para outros afazeres diários são colocados como contrapontos ao preço.

3.6.3.5 Limites de dificuldades dos circuitos curtos de comercialização: as feiras e os programas institucionais.

Apesar da importância verificada aos circuitos curtos de comercialização, envolvendo as famílias assentadas, alguns pontos precisam ser ponderados, relacionados aos obstáculos e limites relacionados a estes circuitos.

Quanto se observam especificamente os circuitos face a face, representados pelas feiras do produtor em Araraquara e região, observa-se nos últimos anos uma diminuição do número de famílias feirantes, isso inclusive, foi observado na amostra das famílias pesquisadas. Essa diminuição da adesão tem sido relatada por alguns como cíclico e por outros como resultado direto de questões relacionadas ao planejamento e dimensionamento do potencial das feiras em certas localidades do município.

Neste sentido em algumas falas observa-se a sensação de saturação, ou seja, que existem muitas feiras no município e que sua profusão, não se baseou tanto na noção e conhecimento efetivo dos vazios alimentares existentes no município. Assim ao estabelecer os locais e datas das feiras levou-se muito mais em consideração a conveniência para o produtor em termos logísticos, ou pontos aparentemente de grande fluxo de pessoas, potencialmente de maior poder aquisitivo, dando ênfase às áreas mais centrais ou tradicionais do município, que por sua vez gozam de uma ampla gama de estabelecimentos comerciais dos mais variados portes.

Obviamente as feiras possuem um caráter diferente destes mercados, conforme o trabalho apontou, mas as necessidades dos consumidores urbanos, são tão ou mais influentes para a frequência e estabelecimento de relações de maior proximidade entre produtores e

consumidores. Neste sentido, em conversas recentes com agentes institucionais ligados à Prefeitura e aos órgãos gestores dos assentamentos, percebe-se que essa reflexão tem sido levada em consideração para as novas propostas de ampliação dos espaços de comercialização face-a-face. Assim os bairros mais periféricos, mais desabastecidos de aparelhos públicos e privados, aludidos como espaços de renda média mais baixa, podem representar as grandes áreas ou bolsões de interesse para a expansão e oferta regular de alimentos localmente enraizados.

Um outro aspecto relevante envolve a ainda limitada abrangência destes projetos/programas. De um universo de mais de 650 lotes de produção nestes dois assentamentos, a presença de 70 a 90 produtores cadastrados, e aptos a ingressar nestas feiras, demonstram um horizonte ainda distante, no que tange a possibilidade de se apresentar como “grande saída econômica e comercial” para as famílias assentadas da região.

Outro fator a ser considerado envolve o constante aceno do capital agroindustrial (um dos “mundos” do alimento) da região a estes espaços sociais. Como mencionado, durante o trabalho de campo foi possível ver o “cerco” promovido por usinas sucroalcooleiras da região, este cerco se constrói sob a legitimação de agentes influentes e importantes na interface dos assentamentos de reforma agrária com as localidades. Aparentemente as narrativas dão a crer em uma demanda organizada de lideranças do assentamento, num movimento regional, que visa reestabelecer as parcerias para o plantio de cana no interior dos assentamentos.

Mas o que se via era a presença e o esforço contínuo e constante de agentes do ITESP e da Prefeitura de Motuca na costura de acordos e na construção de processos de convencimento. Neste sentido, uma fala de um técnico do ITESP, parece emblemática: *“a verdade é que se fala muito das parcerias da cana no assentamento, mas desde que estou aqui, foi o maior projeto econômico que já existiu nestes espaços (...) Qual política pública consegue injetar R\$ 30.000.000,00 diretos e quase 60 (milhões) indiretos nestes espaços?”*. Em outro momento reitera: *“A gente tem feito bastante reunião com os assentados para quebrar a resistência de alguns com o novo projeto, a condição da usina é de lotes contínuos, por isso tem que retirar a cerca para que vizinhos possam plantar em área contínua para facilitar a colheita mecânica, por isso a gente tem ido de casa em casa com uma liderança e um representante da usina”*.

A forma como a “nova proposta” tem sido encaminhada coloca o órgão gestor dos assentamentos estaduais como “missionário da boa nova” empreendendo grande empenho no intuito de legitimar e dar garantias sobre um novo ciclo de parcerias na região. A diversificação, estimulada com muito esforço por diversos agentes e grupos de assentados, vem sofrendo no presente momento a “competição” do universo mercantil e codificado do agronegócio.

A resistência inicial, ou o recente trauma de muitas famílias em relação a excessiva dependência das integrações avícola e canavieira (investimentos frustrados, não recebimento dos últimos cortes), vem sendo relativizada no discurso destes importantes atores. Por vezes, essa defesa da nova proposta se choca com iniciativas de diversificação, enraizamento e inovação, como o caso do ITESP e a Feira Noturna. A mesma entidade acaba por desconstruir o que estimulou poucos anos antes. Apesar de considerar as duas atividades não competitivas, uma vez que o plantio consorciado ocorre em no máximo 50% do lote, tratam-se de lógicas e dinâmicas opostas, em um ambiente de escassez de mão de obra, como o caso de muitas famílias. A retomada da cana e sua manutenção pode consumir boa parte do tempo que outrora era dedicado a uma atividade intensiva de trabalho como a horticultura.

Esse entrecruzamento de discursos e narrativas, confundem os assentados, que de fato sabem do poder econômico das usinas. A lembrança positiva dos primeiros anos de corte, e seu retorno financeiro, suaviza a memória recente relacionada a descontinuidade de projetos de vida, frustrações e inadimplência.

Estas são algumas explicações balizadas pelas conversas com famílias assentadas, representantes institucionais e do acompanhamento da forma como vem sendo conduzida a proposta.

Em relação aos programas institucionais, como o PAA e PNAE, como trabalho de campo, foi possível verificar relevância dos mesmos para as estratégias familiares, o que se faz perceptível quando de sua ausência ou hiatos (1) a grande capilaridade dos programas que abarcam e abarcaram muitas famílias assentadas, (2) o papel importante para o estímulo da organização em torno de associações e cooperativas, (3) o papel significativo na composição da renda familiar, mesmo que de caráter complementar e (4) estímulo a diversificação produtiva, com ênfase em produtos alimentares.

Como relatado, a respeito do Programa de Aquisição de Alimentos, destaca-se que ao longo da vigência do programa no município a importância que o mesmo passa a representar para as famílias. Como mencionado anteriormente ocorreram momentos de ampliação, recessos (2009 e 2013) e diminuição. Entre 2004 e 2008 foram beneficiados 186 agricultores e 55 entidades, com 21.622 pessoas atendidas. O montante destinado foi de R\$ 804.000,00. Em 2009 o programa foi suspenso em função da transição política no município. Entre 2010 e 2012 o programa beneficiou 431 agricultores, 56 entidades, atendeu 24.003 pessoas e o montante destinado foi de R\$ 2.473.000,00. Justamente a partir de 2013 o programa passa a viver um declínio no município, inicialmente com sua suspensão (irregularidades e fraudes). Com a suspensão, foi cortado o repasse de 1,2 milhões ao ano para os agricultores, assim como a

distribuição de alimentos a 46 entidades receptoras (na época). Em 2014 após sua regularização no município, os valores do PAA sofrem redução em todo o país e essa se consubstancia nos valores ano, após ano, destinados ao município. Nos anos de 2017 e 2018 o valor das compras via PAA caem para R\$ 577.000,00 e R\$ 575.000,00 respectivamente.

Em relação ao PNAE, apesar de sua existência mais recente e por possuir um processo de entrega descentralizado, na maioria dos anos (executados) o poder público municipal de Araraquara vem apresentando dificuldade de conseguir atender a meta de 30% de produção oriunda da agricultura familiar. Para contornar este problema e atingir a cota mínima, ocorreram compras de alimentos estocáveis de cooperativas de agricultura familiar de regiões distantes, como Rio Grande do Sul, norte do Paraná, noroeste paulista, entre outros. Ainda que não haja nada ilícito neste expediente, a aquisição de itens de regiões tão distantes, pode, dependendo do item ser substituído por produtos locais, evitando uma distorção da aplicação da lei, que preferencialmente visa atender os agricultores do município, ensejando mecanismos endógenos de desenvolvimento e integração.

Neste sentido a Secretaria de Educação da nova gestão iniciada em 2017 vedou o alcance do índice através da compra de estocáveis de outros municípios, determinando a obrigatoriedade da compra em hortifrúteis de produtores familiares locais, para que assim, a cota seja alcançada a partir de produtos hortifrutigranjeiros de agricultores familiares de Araraquara.

De acordo com Paschoalino e Ferrante (2017), os principais motivos apresentados pela gestora para a dificuldade em se atingir a cota de 30% com produtos locais da agricultura familiar são: (i) constante mudança de entidade executora do programa, pois em alguns anos era administrada pela Secretaria de Educação e em outros pela Secretaria de Agricultura, causando confusão interna e também confundindo os agricultores; (ii) falta de uma central de alimentação escolar municipal, dessa maneira, a entrega tem que ser feita individualmente em cada uma das 66 unidades escolares por parte dos agricultores, o que impossibilita muitos pequenos produtores que carecem de formas de realizar essa entrega, refletindo também em entraves internos de logística; (iii) atrasos no lançamento da chamada pública (como em 2017), que ocorreu só em julho do mesmo ano; e (iv) abalo na imagem dos programas no período 2013 – 2015 (fraudes); e (v) concorrência de outros municípios da região, menores e com maiores facilidades logísticas.

Ainda que os programas apresentem problemas e dificuldades, sua importância é real e concreta para as famílias assentadas (incluindo a amostra desta pesquisa), gerando desdobramentos importantes de natureza organizativa, por privilegiar associações e cooperativas que podem

realizar volumes de entrega maiores, permitindo maior eficiência (rateio de custos de transporte e escala).

Desta forma, as compras institucionais podem ser caracterizadas como uma configuração específica de mercado em que as redes de troca assumem estrutura particular, previamente determinada por normas e convenções negociadas por um conjunto de atores e organizações, onde o Estado geralmente assume papel central (GRISA, 2009, p. 5).

Estes programas, ao deslocarem a agricultura familiar, de uma posição marginal para uma posição central, ou chave no abastecimento dos mercados institucionais, se apresentam como opções estratégicas na indução do desenvolvimento no âmbito dos territórios locais. Para Anjos e Becker (2014):

Nesse sentido, um olhar retrospectivo para os dois últimos decênios aponta para um maior reconhecimento da relevância da agricultura familiar no abastecimento agroalimentar. Há, decerto, grandes dificuldades a serem transpostas, como os entraves burocráticos, o atraso na liberação dos recursos e a fragilidade das organizações que intervêm nesse processo. (ANJOS; BECKER, 2014, p. 97)

Também existe a dificuldade de modificar as merendas escolares, que enfatiza produtos muitas vezes processados ou industrializados.

Vale ressaltar que muitos casos, como em Araraquara e Matão, o amadurecimento destes programas e os embates e entendimentos envolvendo os atores sociais envolvidos (assentados, gestores, técnicos, mediadores), vem apontando para uma mudança desta concepção, onde tem ocorrido um esforço no sentido de privilegiar no cardápio produtos locais, incluído a elaboração estudos e levantamento prévios da produção da agricultura familiar local e adaptação destes produtos nos cardápios das merendas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O centro deste estudo envolve a análise e compreensão de como veio a se constituir estes circuitos curtos de comercialização na região de Araraquara envolvendo agricultores familiares (em sua grande maioria assentados). Também foi alvo do trabalho a constituição destes circuitos, sua reprodução e a forma como a inserção destes atores podem representar melhorias na qualidade de vida, bem como esses processos podem ser lidos a luz de processos mais amplos do desenvolvimento rural e sua interface com a localidade

Aspectos como realocização, enraizamento e melhoria da qualidade (iniciativas e tentativas de se melhorar a qualidade produtiva e de gerenciamento das atividades), são percebidos.

Como mencionado estes circuitos podem ser concebidos como expressões da emergência de tendências recentes no setor agroalimentar, onde o trabalho procurou buscar uma compreensão mais ampla em relação as feiras do produtor, ao papel das compras institucionais e também a venda para pequenos estabelecimentos comerciais em Araraquara e região.

A análise e revisão bibliográfica e teórica acerca dos circuitos curtos de comercialização pautou-se em uma abordagem multifacetada, com destaque para a perspectiva orientada aos atores, a economia das convenções e a construção social de mercados.

Observou-se que nestes circuitos curtos, com destaque para as feiras do produtor, a importância atribuída as relações interpessoais e a ampliação das redes sociais envolvendo: agricultores, consumidores e instituições. Estes mercados se destacam ainda pela capacidade de reespecialização, pela qualidade atribuída a estes produtos, que por sua vez, não se estabelece unicamente baseada no produto, mas de todo um conjunto de elementos e convenções sociais, que permitem ao indivíduo, no caso o consumidor, atribuir valor qualitativo a estes alimentos.

Pode-se também perceber diferentes tipos de feiras, com a presença e proeminência de determinados atores, bem como a importância econômica das mesmas, o que se verifica na análise socioeconômica das famílias (baseada em entrevistas e trabalho de campo de caráter quantitativo) como também do relato destes agricultores quando questionados sobre as dimensões e importância das feiras para a manutenção econômica da família (dimensão qualitativa).

Descontando os custos de produção, a venda direta (face-a-face) apresentou os maiores retornos, embora também são vistas como a forma de comercialização que exige maior dispêndio de tempo e trabalho. Este ponto entre outros também denotam a importância das

feiras como forma de autonomia e liberdade contrastada à condição de fornecedores integrados as cadeias agroindustriais que muitos se encontravam até bem pouco tempo.

A comercialização nestes espaços pode ser descrita também como repleta de reciprocidade, de socialidade contribuindo para promover alterações de papéis e de atributos entre os membros da família, com destaque para as relações de gênero.

Os mercados de compras institucionais e sua análise permitiu verificar os contrastes envolvendo “os valores do mundo doméstico” e do “mundo mercantil”. Questões como as oscilações dos recursos e problemas locais, como supostas irregularidades colocam a prova e em risco a manutenção destes espaços. Estes espaços, por sua vez, foram de suma importância para a conversão de monocultivos para uma agricultura diversificada, abrindo espaço e caminho para a construção de mecanismos endógenos de comercialização no âmbito local. Consubstancia-se ainda como formas complementares e regulares de criação de valor e de inserção comercial, atuando como fontes importantes e relativamente estáveis de renda.

Muito da retomada do associativismo e cooperativismo nestes assentamentos se deu sob o impulso destas políticas públicas, o papel complementar de renda, o estímulo a diversificação produtiva, a endogenidade da destinação da renda/produção são alguns dos muitos benefícios, que no atual cenário político, social e econômico estão em suspense.

Verifica-se, que a produção de alimentos com qualidades diferenciadas ainda é um processo em construção, e isso se aplica as compras/vendas institucionais da região. Neste quesito, a marca da inovação, são elementos centrais e revelam, que apesar das dificuldades técnicas e o peso residual de modelos agrícolas que foram difundidos e estimulados aos agricultores familiares, sinalizam possibilidades significativas de autonomia econômica e produtiva, e contemplam movimentos mais amplos de reconhecimento social crescente da importância da saúde pública e de seu atrelamento à produção de alimentos “limpos”.

Um outro ponto, pertinente a construção dos aspectos finais deste trabalho envolve uma pequena digressão, mas importante para observação do panorama mais amplo dos circuitos curtos de comercialização estudados. Entre 2016 e 2017 participei da aplicação de um questionário com os consumidores da feira a fim de avaliar suas motivações, perfis e preferências.

Algumas questões interessantes podem ser pontuadas e vão de encontro às informações coletadas com os assentados que participam ou participaram de capacitações e ações de estímulo a produção agroecológica. A maioria dos entrevistados era composta por adultos na faixa de 20 a 40 anos, sobre os motivos para a escolha e consumo destes produtos, 55% relata que a motivação principal envolve questões relacionadas à saúde, basicamente. Nas demais

respostas a preocupação com a saúde divide espaço com outras dimensões, como o respeito ao meio ambiente (27%) e a qualidade e sabor do produto (18% se somado). A noção de saúde, atribuída neste caso está em associação com a alimentação saudável. Neste sentido, além do sentido nutricional, o consumo de alimentos diferenciados relaciona-se à satisfação psicoemocional, como no relato de um dos entrevistados que diz: “*Nos é vendida uma ideia errada de comer bem, pois esse comer bem significa atacar a saúde (...) consumir produtos sem veneno, que você conhece o produtor, sim é uma forma inteligente de viver bem*”. Outro aspecto significativo envolve o crescente interesse em produtos diversificados, em especial para as frutas. Na fala de uma das entrevistadas ela procura estes alimentos justamente por não serem produzidos como “*linha de montagem*”, o que segundo seu relato preservaria maior qualidade nutricional aos mesmos.

A comercialização direta é valorizada por 67% dos consumidores entrevistados, justamente por beneficiar o agricultor e representar uma forma de comércio mais justo. Nas outras respostas observa-se a importância do contato direto com o produtor e as informações sobre os produtos (16%). O fato de não haver incidências de impostos foi lembrado por 17% dos entrevistados, que entendem que essa, junto a ausência de intermediários permite a manutenção de preços atrativos.

Nestes mesmos ambientes (assentamentos) encontramos ainda a presença constante das cadeias agroindustrias, seja como ecos de um passado recente, seja na forma de novos acenos que se estruturam e ganham circunstancialmente força na região. Neste ponto assinala-se o “campo de batalhas” que situam dois campos do sistema agroalimentar opostos, onde a presença física ou simbólica do grande capital transmuta-se continuamente permeando os discursos e projetos econômicos destes assentamentos, sendo apresentados como “saída econômica de grande magnitude” para as famílias assentadas.

A perspectiva do estudo procurou encontrar respostas ou elementos que oferecessem visibilidade as categorias teóricas levantadas, tais quais aludidas no contexto dos mercados de construção social, do qual se destacam a relação de proximidade e interconhecimento, confiança, cooperação entre atores, enraizamento, inovação, alianças, bem como as dificuldades inerentes.

Apesar do papel exercido pelo poder público e de agentes institucionais na implementação e construção de muitos destes circuitos curtos, os agricultores são o centro e o coração destas iniciativas, nesta perspectiva passam a ser protagonistas na construção destes circuitos. Esse caminho ou trilhar vem conferindo a estas famílias a possibilidade de novos

saberes, experimentação, aprendizagens coletivas, novas formas de organização/gestão e ampliação de suas redes sociais.

Estes processos são vistos como forma de resistir e se manter na terra, frente a pressões e constrangimentos. Um reposicionamento da figura do produtor assentado em escala local também pode ser sentido, principalmente quando se acompanha as falas das famílias envolvidas nestes circuitos. A sensação de orgulho de justificar aos olhos dos consumidores sua condição de assentado e sua contribuição econômica e social para a cidade(s) que os recebeu, isso envolve a recuperação gradativa da autoconfiança.

As feiras de produtores e participação em mercados institucionais apontam para a possibilidade de maior autonomia produtiva e comercial, mas enfrentam por outro lado claros limites. Existe uma dificuldade de se ampliar as feiras no município no intuito de abarcar mais produtores. Esta dificuldade se relaciona a: (1) uma possível saturação em relação à grande quantidade e difusão de pontos de venda; (2) o fazer-feira não é para todos, a vocação das famílias, a logística envolvida, o perfil produtivo são elementos que não podem ser desconsiderados.

Em relação ao abastecimento para o comércio varejista, nas conversas com as famílias assentadas percebe-se que ela é fruto de uma construção gradativa de relações personalizadas, chamando a atenção interações duradouras e constantes. Isso pressupõe uma confiança mútua seja do agricultor que dimensiona sua produção ante o montante a ser vendido, seja do comerciante que confia na constância, e em algumas situações valoriza a qualidade do produto. Como se tratam de relações econômicas, a precificação aferida, é retidamente inferior às outras formas de comercialização via circuitos curtos aludidas no trabalho. Ela é apenas viável para aqueles produtores que possuem maior capacidade produtiva. No entanto, os produtores que dependem apenas destes agentes para distribuir seus produtos estão recebendo os menores preços e correm grandes riscos devido à alta dependência. A distribuição para pequenos e médios supermercados locais é viável até que os mesmos não assumam um comportamento similar ao das grandes redes varejistas de autoserviço.

Alguns trabalhos (LOURENZANI et al, 2001; SOUZA, 2001) têm demonstrado que os produtores familiares não têm condições para atender muitas das exigências fixadas por estes varejistas, tais como: disponibilização de um repositório, altas quantidades de produtos, parceria em promoções nas quais os produtores entram com grande volume de produtos a preços irrisórios, entre outros. Em relação ao levantamento produtivo e comercial as informações apresentadas neste trabalho são fruto das conversas e informações repassadas pelos agentes nas idas a campo e visita as feiras.

Por fim, este trabalho pretende contribuir para o debate acerca da dos aspectos comerciais frente às inúmeras estratégias traçadas pelas famílias assentadas. O universo de pesquisa dada sua multiplicidade de situações, formas de escoamento, e variedade de produtos, advindas de uma mesma unidade produtiva, permite que em um universo de entrevistados encontre-se um rico panorama da forma como vem se dando a inserção de agricultores assentados aos mercados locais/regionais.

Referências

- ABRAMOVAY, R. **De camponeses a agricultores: paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Tese de Doutorado – IFCH, Unicamp. Campinas, 1990.
- ABRAMOVAY, R. Entre deus e o diabo: mercados e interação humana em Ciências Sociais. **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 35-64, 2004.
- ABRAMOVAY, R. et al. **Juventude e agricultura familiar: desafio dos novos padrões**. 1988.
- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. In: **Economia Aplicada** – n° número 2, vol. IV: 379-397, abril/junho 2000.
- ABRAMOVAY, R. **O Futuro das Regiões Rurais**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, Porto Alegre. 2003.
- ABRAMOVAY, R. Anticapitalismo e inserção social dos mercados. **Tempo social**, v. 21, n. 1, . 65-77, 2009.
- ABRAMOVAY, R. Para una teoría de los estudios territoriales, in MANZANAL, M.; NEIMAN, G. e LATTUADA, M. (orgs.) **Desarrollo rural: organizaciones, instituciones y territorios**. Buenos Aires: Ciccus. 2006.
- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.
- ABRAMOVAY, R. Subsídios e multifuncionalidade na política agrícola europeia. **Economia Rural**, vol.40, n.2, p.235-264. 2002.
- ABRAMOVAY, R. **O Futuro das Regiões Rurais**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, Porto Alegre. 2003.
- ABRAMOVAY, R.; MORELLO, T. F. A democracia na raiz das novas dinâmicas rurais brasileiras. In: **International Conference Dynamics of Rural Transformations in Emerging Economies**, April 14-16, Nova Deli, Índia, 2010.
- ALMEIDA, L. M. M. C.; FERRANTE, V. L. S. B.; PAULILLO, L. F. Rede de segurança alimentar de forte coesão social, a partir do programa de aquisição de alimentos (PAA) no Município de Araraquara-SP. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, Lavras, v. 12, n. 13, p. 370-385, 2010.
- AMARAL, D. T. Análise geoeconômica das parcerias entre assentados e usinas socroalcoleiras em Araraquara. **Monografia do curso de Economia**, Unesp, 2006.
- AMARAL, D. T. d; FERRANTE, V. L. S. B. Assentamentos rurais e desenvolvimento local: produção comercial de cana em parcerias com a agroindústria. In: **Raízes**. Volume 25, Nº 1 e 2 - Janeiro / dezembro 2006.

AMARAL, D. T. do; FERRANTE, V. L. S. B. Assentamentos rurais e desenvolvimento local: produção comercial em parcerias com agroindústria. In: **Anais do II Encontro de Rede Rural**. UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

ANJOS, F. S. dos; BECKER, C. Agricultura familiar e mercados institucionais: o desenvolvimento como liberdade. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 45, p. 92-101, 2014

ANJOS, F. S. dos; CALDAS, N. V. UMA RESPOSTA SÓLIDA A UM REGIME AGROALIMENTAR EM CRISE: O fenômeno GAS na Itália. **Rev. bras. Ci. Soc.** São Paulo, v. 32, n. 95, e329513, 2017

ARARAQUARA. **Lei ordinária número 6.570**. Prefeitura de Araraquara, 2007.

ARARAQUARA. **Lei ordinária número 8.288**. Prefeitura de Araraquara, 2014.

AUBRI, C.; CHIFFOLEAU, Y. Le développement des circuits courts et l'agriculture périurbaine: histoire, évolution en cours et questions actuelles. **Innovations Agronomiques**, v. 5, p. 53-97, 2009.

AZEVEDO, P.F. Comercialização de produtos agroindustriais. In: BATALHA, M.O. (Coord.). **Gestão agroindustrial**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2001. p. 64-99.

BARONE, L. A. **A Revolta, Conquista e Solidariedade. A Economia Moral dos Trabalhadores Rurais em Três Tempos**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Sociologia, UNESP, Araraquara, 1996.

BATALHA, M. **Gestão Agroindustrial**. São Paulo: Atlas, 1997.

BAÚ, C. H. R. Relações de Produção da Cana de Açúcar no Assentamento da fazenda Bela Vista do Chibarra. **Retratos de Assentamento**, n °08, 2000.

BECK, U. **The risk society**. London: Sage, 1992.

BECKER, C., ANJOS, F. S; CALDAS, N. V. Políticas públicas estruturantes e segurança alimentar: o caso do PAA. In: **Anais 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. 2009. Porto Alegre: SOBER, 2009.

BECKER, C. **Mercados institucionais e consumo social de alimentos: estudo comparativo**. Tese de Doutorado em Sistemas de Produção Agrícola Familiar. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

BECKER, C.; SACO dos ANJOS, F. Conciliando a fome com a vontade de produzir: a transversalidade nas políticas públicas. In: **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v.6, n.11, jan./abr. de 2012. pp.07-21.

BELLUZZO, L. **O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados globalizados**. Economia e Sociedade, Campinas, IE, n.4, 1995.

BERGAMASCO, S.M.P.P.; PAMARD, C. B.; CHONCHOL, M.E. **Por um atlas dos assentamentos brasileiros**. DL, Rio de Janeiro, 1997.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Difel, Rio de Janeiro, 1989.

BOURDIEU, P. Reprodução proibida: a dimensão simbólica da dominação econômica. In: BOURDIEU, P. **O campo econômico: a dimensão simbólica da dominação**. Campinas, SP: Papyrus, p. 93-119. 2000.

CAIRES, A. C. R. **Nem tudo era doce no império do açúcar. Vida, trabalho e lutas na Usina Tamoio – 1917/1969**. Dissertação de Mestrado. Araraquara: UNESP/FCL. 1993.

CAMPOI, A.M. **Sistemas de produção e estratégias de vida para a permanência na terra: um estudo no projeto de assentamento Monte Alegre - Araraquara-SP**. Dissertação de mestrado. Araraquara: UNIARA, 183p. 2005.

CARVALHO JUNIOR, L. C. A noção de filière: um instrumento para a análise das estratégias das empresas. UFSC, 1995. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/viewFile/6228/5894>>Acessado em 12 de jan. 2018.

CASTRO, C.C. **Estudos das relações entre os elos da cadeia láctea do Rio Grande do Sul e sua competitividade**. Dissertação de Mestrado. UFRS, Porto Alegre, 1998.

CERDAN, C. Produtos de qualidade, patrimônio cultural e desenvolvimento territorial: o caminho de pedra e o vale dos vinhedos: In: **Anais SIMPÓSIO DE SEGURANÇA ALIMENTAR: DEBATENDO QUALIDADE**, 2008. Bento Gonçalves, RS. **Anais ...** Bento Gonçalves, RS: SBCTA-RS, 2008.

CHAYANOV, A. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CHONCHOL, J. **O desafio alimentar. A fome no mundo**. São Paulo: Marco Zero, 1987.

DANTAS, A. O Homem Rural no Assentamento de Reforma Agrária. **Retratos de A Assentamento**, n ° 06, 1998.

CHONCHOL, M. E. F. Assentamento Monte Alegre: conflitos e negociações nas ocupações de terras. In: BERGAMASSO, S. M. P.P., AUBRÉE, M.; FERRANTE, V. L. S. B.(orgs.) **Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo**. Ed. FEAGRI/UNICAMP; UNIARA; INCRA. Campinas-SP, Araraquara-SP, São Paulo – SP. p. 65-78. 2003.

DANTAS, A. O homem rural no assentamento de reforma agrária. In: WHITAKER, D. C. A.; FIAMENGUE, E. C. **Retratos de assentamentos**. Araraquara: NUPEDOR/Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FCL, ano VI, n. 6, 1998.

DAROLT, M.R. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. **Revista Agriculturas**, v. 10 - n. 2, junho de 2013.

DAROLT, M.R. **Conexão Ecológica: novas relações entre agricultores e consumidores.** Londrina: IAPAR, 162 p., 2012.

DEL GROSSI, M.; GRAZIANO DA SILVA, J. e CAMPANHOLA, C. O que há de realmente novo no rural brasileiro? **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, 2002.

DEL GROSSI, M.; MARQUES, V.P.M.A. Agricultura familiar no Censo Agropecuário de 2006. **Estudos Sociedade e Agricultura**, vol.18, Rio de Janeiro. 2010.

DELGADO, G. C. **O setor de subsistência na economia e na sociedade brasileira: gênese histórica, reprodução e configuração contemporânea**, IPEA, Brasília, 2004.

DELGADO, N.G. **Papel e lugar do rural no desenvolvimento nacional.** Brasília, IICA-MDA-CONDRAF, Texto para Discussão. 2009.

DEPONTI, C. M. **Intervenção para o Desenvolvimento Rural: o caso da extensão pública no Rio Grande do Sul**, Tese de Doutorado, UFRGS, 2010.

DEPONTI, C. M Possibilidades teóricas para o estudo da intervenção para o desenvolvimento rural. Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia, 2009e **Anis SBS**,

DUPUIS, M. E.; GOODMAN, D. Should we go home to eat?: Toward a reflexive politics of localism. **Journal of Rural Studies**, London, n. 21, p. 359–371, 2005.

DUVAL, H.C. **Da Terra ao Prato: um estudo das práticas de autoconsumo em um assentamento rural.** Dissertação de mestrado. Araras-SP, UFSCar/PPGADR, 207p. 2009.

ELLIS, F. **Peasant economics: farm households and agrarian development.** Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

ESQUERDO, V. S.; BERGAMASCO, S.M.P. Análise sobre o acesso aos programas de políticas públicas da agricultura familiar nos municípios do circuito das frutas (SP). **Rev. Econ. Sociol. Rural** vol.52. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600011> Acesso em 05 de janeiro de 2019.

FARJADO, S. Complexo Agroindustrial, Modernização da Agricultura e Participação das Cooperativas Agropecuárias no Estado do Paraná. **Caminhos da Geografia** – revista online, Uberlândia, v. 9, n. 27, set/2008, p. 31–44.

FARINA, E.M.M.Q.; ZILBERSTAJN, D. **Competitividade e organização das cadeias agroindustriais.** IICA, 62p. 1994.

FERRANTE, V. L. S. B. Assentamentos rurais: ações coletivas na contramão das idealizações do estado. In: **Anais Ampocs.** 2000. Disponível em: <<https://www.ampocs.com/index.php/encontros/papers/24-encontro-anual-da-ampocs/gt-22/gt14-14/4836-fferrante-assentamentos/file>> . Acesso em 05 de janeiro de 2019.

FERRANTE, V. L. S. B.; BARONE, L. A. O sindicalismo rural paulista na última década: fissuras e contrapontos. **Revista Reforma Agrária**, no. 1, vol. 24, Campinas, ABRA, jan./abr.1994.

FERRANTE, V. L. S. B.; BARONE, L. A.; ALMEIDA, L.M.C. Controvérsias do Desenvolvimento dos Assentamentos Rurais em São Paulo: produção para os biocombustíveis e as alternativas de programas municipais. **Interações**, Campo Gr {<https://support.myway.com/hc/en-us>} ande, v. 11, n. 1 p. 9-21, jan./jun. 2010.

FERRANTE, V. L. S. B.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Coord.) **Censo de assentamentos rurais do Estado de São Paulo**. Araraquara: UNESP, 488p. 1995.

FERRANTE, V. L. S. B. Assentamentos rurais e agricultura regional: contrapontos e ambiguidades. **Retratos de Assentamento**, n.7, Araraquara, 1999.

FERRANTE, V. L. S. B.; IZIDORO, L. T. Do informal para o formal: uma investigação das redes de abastecimento alimentar territoriais. **Relatório Parcial**, Araraquara, dez. 2018.

FRANÇA, A. R. M. **Dinamização econômica e socioambiental na agricultura familiar: um estudo da cadeia produtiva da cajucultura no território Açú-Mossoró (RN)**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Rural do Semi-árido – UFERSA, 2016.

FERRARI, D. L. **Cadeias agroalimentares curtas: a construção social de mercados de qualidade pelos agricultores familiares em Santa Catarina**. 2011. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

FLORES, T. M. C.; ALMEIDA L. M. M. de C. A Efetividade Social do PNAE na Escola Rural de Araraquara sob o olhar da Segurança Alimentar. In: **Anais V Simpósio sobre Reforma Agrária e Questões Rurais Políticas públicas e caminhos para o desenvolvimento**, Araraquara, 2012. Disponível em: https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2012/trabalhos/sessao_1/sessao_1B/06_Tania_Flores.pdf Acesso em: 18/01/2019.

FLORES, A. F., BEZERRA, M. C. S., FERRANTE, V. L. S. B. De Grupo Escolar a Educação do Campo: O caso da Escola no Campo no Assentamento Bela Vista, em Araraquara-SP. **Cadernos de Pedagogia**, vol. 6, n.12. São Carlos, 2013, pág. 28 a 48.

FLORIAN, F. **Política Pública de Alimentação e Nutrição: o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Araraquara – SP**. Tese (Programa de Pós Graduação em Alimentos e Nutrição), 115f. Araraquara, 2014.

GAVIOLI, F. R.; COSTA, M. B. B. As múltiplas funções da agricultura familiar: um estudo no assentamento Monte Alegre, região de Araraquara (SP). **Rev. Econ. Sociol. Rural**, vol.49 no.2 Brasília Abr./Jun. 2011.

GÊMERO. C.G. **Assimetria nas relações contratuais com as agroindústrias do setor avícola no assentamento Horto de Bueno de Andrada – Araraquara – SP**. Dissertação de Mestrado. PPG em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, UNIARA, Araraquara, 2013.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

GIDDENS, A. **Sociologia**. 4 edição. Lisboa, Fundação C. Gulbenkian, 2004.

GOMES; T. P. S. **De saberes não oficiais a lugares da patrimonialidade imaterial**: um estudo da transmissão de conhecimentos tradicionais em assentamento rural. Dissertação de Mestrado, Araraquara, FCLar UNESP, 2011.

GONZÁLEZ, S.; PEREIRA, V.; DAL SOGLIO, F. A Perspectiva Orientada ao Ator em estudos sobre Desenvolvimento Rural. **Perspectivas Rurales**. 13. p.101-121. 2014

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Unicamp, Campinas.1996.

GRAZIANO DA SILVA, J. Complexos agroindustriais e outros complexos. **Revista Associação Brasileira Reforma Agrária – ABRA**, v. 21, n. 3. 1991.

GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. Campinas. In: **Coleção Pesquisas**, UNICAMP, Instituto de Economia, 1999.

GRAZIANO DA SILVA, J; BIANCHINI, J. M. O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. **Textos Para Discussão Nead**, Campinas/SP, v. 2: 5-52. 2001.

GRIGOLETTO, F.; DUVAL, H. C.; GEMERO, C. G.; FERRANTE, V. L. S. B. Transição e Permanência: formas organizacionais em assentamentos rurais de reforma agrária. In: **VII Simpósio sobre Reforma Agrária e Questões Rurais**: 30 anos de assentamentos na Nova República, Araraquara, 2016.

GRISA, C. Desenvolvimento local, políticas públicas e meios de vida: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos. **Estudo & Debate**, Lajeado, v.16, pp. 67-92, 2009.

GRISA, C. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. Tese de Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

GRISA, C.; CONTERATO, M. A. A produção para autoconsumo no brasil: entre a importância econômica e o reconhecimento social. **49º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Belo Horizonte, Minas Gerais, 2011.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. In: **Revista de Economia e Sociologia Rural**, vol.52, Brasília, 2014.

GUANZIROLI, C. E. O acesso à terra e melhorias nas condições de vida. **Anais SBPC**, 48ª Reunião, São Paulo, 1996.

GUANZIROLI, C. E. Pronaf dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. v. 45, p. 301-328, 2007.

GUERRA, I. Modos de vida: novos percursos e novos conceitos. **Sociologia: Problemas e Práticas**, 13, 59-74. 1993.

INSTITUTO CIDADANIA. **Projeto Fome Zero**: uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil. 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (IDEC). **Mapa das Feiras Orgânicas no país**. IDEC, 2012. Disponível em: < <https://feirasorganicas.org.br/>>. Acessado em 15 de nov. de 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2006**. Brasília/Rio de Janeiro: MDA/MPOG, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE Cidades**. Endereço Eletrônico. Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=354890&search=sao-paulo%7Csao-carlos%7Cinfograficos:-informacoes-completas>>. Acessado em 12 de mar. de 2018.

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA)/ UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA (UNIARA). Condicionantes para o fortalecimento das atividades econômicas dos assentamentos da reforma agrária e das comunidades quilombolas nos núcleos operacionais do INCRA no Estado de São Paulo. **Relatório Final INCRA/UNIARA**, Araraquara-SP, 2012.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **O mercado de orgânicos no Paraná**: caracterização e tendências. Curitiba, 188 p. 2007.

IPEA. **Políticas sociais — acompanhamento e análise**. Brasília, IPEA, Edição especial nº 13, 2007.

KAGEYAMA, A. Tipificação dos agricultores no contexto do desenvolvimento sustentável. In: FERREIRA, J. M. L.; ALVARENGA, A. P.; SANTANA, D. P.; VILELA, M, J. (Org.). **Indicadores de sustentabilidade em sistemas de produção agrícola**. v. 1 Belo Horizonte: EPAMIG, 2010.

KLIEMANN, F. J.; SOUZA, S. O. **Desenho, Análise e Avaliação de Cadeias Produtivas**. Porto Alegre; Bookmamn, 2003.

KURANAGA, A. **Feiras do produtor: alternativa para sustentabilidade de famílias assentadas rurais da região de Araraquara**. Dissertação de Mestrado, PPG em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, UNIARA, Araraquara, 2006.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar I: uma realidade multiforme**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

LEITE, S.P. Estado, padrão de desenvolvimento e agricultura: o caso brasileiro. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 13(2): 280-332, 2005.

LONG, N. En búsqueda de un espacio para el cambio: una perspectiva sobre la sociología del desarrollo. **Tiempos de Ciencia**, Guadalajara: Universidad de Guadalajara, p. 1-10, abr./jun. 1988.

LONG, N. **Development sociology: actor perspectives**. London: Routledge, 2001.

LONG, N. Globalization and localization: new challenges to rural research. In: MOORE, H. (Ed.) **The changing nature of anthropological knowledge**. London: Routledge, 1996.

LONG, N.; PLOEG, J. D. V. D. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstrução do conceito de estrutura. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (orgs.). **Os atores do desenvolvimento rural**. Porto Alegre, UFRS editora, 2011.

LOURENZANI, A. E. B. S.; SHIAMI, S.M.A.; SILVA, A.L.; SOUZA FILHO, H.M. Barreiras e oportunidades na comercialização de produtos hortícolas provenientes da agricultura familiar: um estudo de caso em assentamento no município de Araraquara – SP. **Anais do Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia rural**, n.40, UPF, 2002.

LOURENZANI, W. L.; PINTO, L. de B.; CARVALHO, E. C. A. de; CARMO, S. M. do. A Qualificação em gestão da agricultura familiar: a experiência da Alta Paulista. **Revista Ciências Exatas** v.4, n.1, p.62, 2008.

LOWE, P.; MURDOCH, J; WARD, N. Networks in rural development: beyond exogenous and endogenous models In: PLOEG, J. D.; DIJK, G. V. (Ed). **Beyond modernization: the impact of endogenous rural development**. Assen: Royal Van Gorcum, 1995. p. 87-105.

MALINA, L.L. Chamada Pública: instrumento legal de compra da agricultura familiar para a alimentação escolar. In: CORÁ, M.A.J. e BELIK, W. (Orgs.). **Projeto NUTRE-SP: análise da inclusão da agricultura familiar na alimentação escolar no estado de São Paulo**. São Paulo: Instituto Via Pública, 2012. p. 15-28.

MALUF, R. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaio FEE**, P. Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, 2004.

MALUF, R.; WILKINSON, J. **Ações de suporte ao Pronaf- -agroindústria na área de informações e gerenciamento de mercado**. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, 1999.

MARECHAL, G. **Les circuits courts alimentaires: bien manger dans les territoires**. França: Ed. Educagri, p.216. 2008.

MARSDEN, T. Beyond agriculture? Regulating the new rural spaces. **Journal of Rural Studies**, London, v. 11, n. 3, p. 285-296, 1995.

MARSDEN, T. **Constructing the countryside**. London: UCL Press, 1993.

MARSDEN, T.; BANKS, J.; BRISTOW, G. Food supply chain approaches: exploring their role in rural development. **Sociologia Ruralis**, Oxford, v. 40, n. 4, p. 424-438, 2000.

MARSDEN, T. Rural Futures: The consumption countryside and its regulation. **Sociologia Ruralis**, Oxford, v. 39, n. 4, p. 505-520, 1999.

MARSDEN, T. The quest for ecological modernization: re-spacing rural development and agri-food studies. **Sociologia Ruralis**, Oxford, v. 44, n. 2, p. 129-145, Apr. 2004.

MARSDEN, T. Theorising food quality: some issues in understanding its competitive production and regulation. In: HARVEY, M.; MCMEEKIN, M.; WARDE, A. (Ed.) **Qualities of food**. Manchester: Manchester University Press, 2004.

MARSDEN, T.; ARCE, A. Constructing quality: emerging food networks in the rural transition. **Environment and Planning A**, London, 27, p. 1261-1279, 1995.

MARSDEN, T.; SMITH, E. Ecological entrepreneurship: Sustainable development in local communities through quality food production and local branding. **Geoforum**, London, v. 36, n. 4, p. 440-451, 2005.

MARTINS, J.S. **O poder do atraso. Ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 2ª Edição. 1999.

MARTINS, J.S. **O Sujeito oculto. Ordem e transgressão na reforma agrária**. Porto Alegre: Ed. UFRGS. 2003.

MARTINS, J.S. **Os camponeses e a política. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Rio de Janeiro: Vozes, 1ª Edição. 1981.

MENDÉZ, C. D.; ESPEJO, I. G. O potencial da sociologia da alimentação para estudar os efeitos da globalização alimentar. In: CRUZ, F. T.; MATTE, A.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Produção consumo e abastecimento de alimentos**. Porto Alegre, URGs editora, 2016.

MENEZES, F. Participação social no Fome Zero: a experiência do CONSEA. In: GRAZIANO DA SILVA, J., DEL GROSSI, M.E. e FRANÇA, C.G. **Fome Zero: a experiência brasileira**. Brasília (DF): MDA, 2010, p.247-264.

MENEZES, M.; MALAGODI, E. **Os camponeses como atores sociais: a perspectiva da autonomia e resistência**. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (orgs.). Os atores do desenvolvimento rural. Porto Alegre, UFRS editora, 2015.

MIELITZ NETTO, C.G.A. A política agrícola brasileira, sua adequação e sua funcionalidade nos vários momentos do desenvolvimento nacional. In: BONNAL, P. e LEITE, S.P. **Análise comparada de políticas agrícolas: uma agenda em transformação**. Rio de Janeiro (RJ): Cirad/Mauad X, 2011, p. 221-251.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MINAYO, M. C. S. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 5, n. 7, p. 01-12, São Paulo, abril. 2017.

MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e território: a dinâmica das redes de desenvolvimento rural no Oeste Catarinense.** Tese do Doutorado. 316 f. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

MIKI, A. F. C.; RUIZ, T. C. D. A geografia econômica relacional e sua aplicação nos estudos de arranjos produtivos do turismo. **Rev. Bras. Pesq. Tur.**, São Paulo, V. 12, n. 2, p. 129-151, 2018 .

MORAES, J. L. A. O papel dos Sistemas e Cadeias Agroalimentares e Agroindustriais na formação das aglomerações produtivas dos territórios rurais. In: **COLÓQUIO - Revista do Desenvolvimento Regional** - Faccat - v. 10, n. 1, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/viewFile/10/pdf_5>. Acessado em 21 de julho de 2018.]

MOREIRA, R. J. Questão agrária e sustentabilidade: reflexões analíticas. **Cultura Vozes**, n.95, p. 58-70, 2001.

MORGAN, K.; MARSDEN, T.; MURDOCH, J. **Worlds of Food: place, power, and provenance in the food chain.** Oxford, UK: Oxford University Press, 2006.

MORIN, E. **O Método**, Vol..IV, Publicações Europa América, Lisboa, 1991.

MÜLLER, G. **Complexo agroindustrial e modernização agrária.** São Paulo: Hucitec. 148 p. 1989.

MURDOCH, J. Networks – a new paradigm of rural development? **Journal of Rural Studies**, London, n. 16, p. 407-419, 2000.

MURDOCH, J.; MARSDEN, T.; BANKS, J. Quality, nature, and embeddedness: some theoretical considerations in the context of the food sector. **Economic Geography, Worcester**, v. 76, n. 2, Apr. 2000.

MURDOCH, J.; MIELE, M. Back to nature: changing ‘worlds of production’ in the food sector. **Sociologia Ruralis**, Oxford, v. 39, n. 4, p. 465–483, 1999.

NAVARRO, Z. Mobilização sem emancipação: as lutas sociais dos sem terra no Brasil, In SANTOS, B.S., org. **Produzir para Viver: Os Caminhos da Produção Não Capitalista.** São Paulo: Civilização Brasileira, 2002.

NAVARRO, Z. PEDROSO, M. T. Agricultura familiar: é preciso mudar para avançar. Texto para Discussão. **Embrapa Informação Tecnológica.** Brasília – DF, 2011.

NIEDERLE, P. A. **Compromissos para a qualidade:** projetos de indicação geográfica para vinhos no Brasil e na França. 2001. Tese de Doutorado em Ciências Sociais –Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

NÚCLEO DE ESTUDOS, PRESQUIISAS E PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA (NERA). Bela Vista do Chibarro: um assentamento que recupera sua dignidade. **Artigo do mês.** INCRA/NERA, UNESP – FCT, Presidente Prudente, 2008. Disponível <<http://docs.fct.unesp.br/nera/artigodomes/janeiro2008.pdf>>. Acessado em 15 de ago. 2018.

PASCHOALINO, A; FERRANTE, V. L. S. B. Os gargalos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Araraquara sob a perspectiva da Administração Pública Municipal. **Anais Seminário de Políticas Públicas UNIARA**, 2017.

PASCHOALINO, A; FERRANTE, V. L. S. B; CARDOZO, D. R. O programa nacional de alimentação escolar em Araraquara-sp: bloqueios e perspectivas para a agricultura familiar. In: **Anais, Simpósio da Questão Agrária**, Araraquara- SP, 2018. Disponível em:<2017.https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2018/1A/3_Augusto_Paschoalino.pdf> Acesso em 12 de jan. 2019.

PINASSI, M. O.; QUEDA, O. Consórcio Canavieiro: proposta inovadora ou reedição de práticas tradicionais **In Revista Abra**, n ° 2, v. 23, maio/agosto, 1993.

PIERRI, M. C. Q. M.; VALENTE, A. L. E. F. A feira livre como canal de comercialização de produtos da agricultura. In: **Anais 53º Congresso de Economia e Sociologia Rural**. Alagoas, 2015.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

PLOEG, J. D. van der. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: GUZMAN, E. S. (Ed.). **Ecología, campesinato y historia**. Madrid: Las Ediciones de la Piqueta, 1992.

PLOEG, J. D. van der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S.A **diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PONTES, A.; DOS SANTOS, M. Produção e comercialização em assentamentos rurais: estudo do caso do assentamento São Domingos dos Olhos D'Água (Morrinhos, Goiás – Brasil). **Mundo Agrário**, 16 .2015.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática. 1993.

RAUD-MATEDI, C. Análise crítica da Sociologia Econômica de Mark Granovetter: os limites de uma leitura do mercado em termos de redes e imbricação. **Política e Sociedade**, n. 6 – abril de 2005.

REDIN, E. Construção social de mercados: a produção orgânica nos assentamentos do Rio Grande do Sul, Brasil. **Interações (Campo Grande)** vol.16 no.1 Campo Grande – MS, 2015

ROMEIRO, A. **Reforma agrária, produção, emprego-renda**. Vozes/IBASE, FAO, 1994.

SACCO DOS ANJOS, F. **Agricultura familiar, abordagens teóricas e estratégias alternativas**. Pelotas: EGUFPEL, 374p. 2003.

SALAI, R.; STORPER, M. The four worlds of contemporary industry. **Cambridge Journal of Economics**, Cambridge, v. 16, n. 2, p. 169-93, 1992.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1992.

SANTOS, M.J. Projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável, **Revista Estudos Avançados**. 2001.

SCHLACHTA, M. **O MST e a Questão Ambiental**: uma cultura política em movimento
Dissertação de mestrado. UNIOESTE, 2008.

SCHNEIDER, S. A economia política dos estudos sobre desenvolvimento rural no Brasil. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46, 2008. **Anais ...** Rio Branco, AC, SOBER, 2008.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre (RS): Editora da UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, S. **Construção de Mercados e Agricultura Familiar**. In: MARQUES, F. C. (Org.); CONTERATO, M. A.(Org.). Porto Alegre: UFRGS, 20
{<https://support.myway.com/hc/en-us>} 16.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 3, p. 511-531, 2010.

SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M.. Os atores entrem em cena In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (orgs.). **Os atores do desenvolvimento rural**. Porto Alegre, UFRS editora, 2015.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, n. 11, p. 88-125, jan./jun. 2004.

SCHNEIDER, S., SHIKI, S. e BELIK, W. Rural development in Brazil: overcoming inequalities and building new markets. **Rivista di economia agraria**, a. LXV, n. 2, p. 225-259, 2010.

SCHNEIDER, S; NIERDELE, A. Agricultura familiar e teoria social a diversidade das formas de produção na agricultura familiar. In: **Anais**. IX Simpósio Nacional sobre o Cerrado e o Simpósio Internacional sobre Savanas Tropicais, Planaltina – DF, 2009.

SELLTIZ, C. WRIGHTSMAN, J.; COOK, R. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU, 687p. 1974.

SILVEIRA, M. S. Qualidade dos alimentos e sua construção social: o Sistema de Inspeção Municipal e as feiras dos produtores na aglomeração urbana de Piracicaba (SP). **Dissertação de Mestrado**, ESALQ – USP, Piracicaba – SP, 2018.

SOUZA FILHO, H.M e BATALHA, M.O. **Gestão Integrada da agricultura familiar**. São Carlos-SP: Editora da UFSCAR, 2005.

STORPER, M. **The regional world: territorial development in a global economy**. London: The Guildford, 1997.

UENO, V.A. NEVES, M.C.; QUEIROGA, J.L.; RAMOS FILHO, L.O.; OLIVEIRA, L. P. Estratégias de comercialização da agricultura familiar: estudos de caso em assentamentos rurais do Estado de São Paulo. **Separatas**, Embrapa Meio Ambiente, Jaguariúna-SP. 2016.

VEIGA, J.E. **Cidades Imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas-SP: Editora Autores Associados. 2002.

VEIGA, J.E. Face territorial do desenvolvimento. In: **Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Vol. 3, N. 5, p. 5-19, Set., 2002.

VEIGA, J.E. O Brasil rural não encontrou ainda seu eixo de desenvolvimento. In: **Estudos Avançados**, n. 15, 2001.

VIAL, L. A. M.; SETTE, T. C. C.; BATISTI, V. S. & SELLITTO, M. A. Arranjos produtivos locais e cadeias agroalimentares: revisão conceitual. **Revista GEPROS**, V.5 (2). 105-121.2009.

VIERA, C.B. O fazer a feira: a feira noturna da agricultura familiar de Araraquara como espaço de reprodução social e econômica. **Dissertação de Mestrado, FCLar, UNESP**, 2017.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. Passo Fundo: UPF, 1999.

WHITAKER, D. C. A. **Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes**. Presidente Venceslau-SP. Letras à Margem, 2002.

WHITAKER, D. C. A.; BEZZON, L. C. **A Cultura e o Ecossistema: reflexões a partir de um diálogo**. Campinas, Alínea, 2006.

WILKINSON, J. A contribuição da teoria francesa das convenções para os estudos agroalimentares", **Ensaio FEE**, 1999.

WILKINSON, J. Distintos Enfoques e Debates sobre a Produção Familiar no Meio Rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, p. 11-19, 2000.

WILKINSON, J. Integração regional e o setor agroalimentar nos países do Mercosul: a produção familiar na encruzilhada. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 155-184, 1997.

WILKINSON, J. Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar. Editora da UFRGS: Porto Alegre – RS, **Série Estudos Rurais**. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

WILKINSON, J. Sociologia econômica e o funcionamento dos mercados. **Ensaio FEE**, v. 23, n. 2, p. 805-825, 2002.

WILKINSON, J.; MALUF, R., Cadeias Produtivas para Agricultura Familiar. **Revista de Administração**. Lavras: Universidade Federal de Lavras, v.1, n.1, jan./jun., 1999.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

A PERCEPÇÃO DOS IDOSOS E IDOSAS ASSENTADOS DE REFORMA AGRÁRIA SOBRE A APOSENTADORIA RURAL: O QUE ELES E ELAS DIZEM?

Danitielle Cineli Simonato¹

Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco²

Resumo:

Este trabalho tem como objetivo central apresentar a percepção e a relação dos idosos (as) assentados de reforma agrária com o benefício da aposentadoria rural no que concerne à independência, a autonomia, o rendimento, a segurança, o trabalho, o impacto nas relações familiares e a aquisição de bens materiais, subsidiando assim a qualidade de vida. O projeto foi realizado em seis assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema – região oeste do Estado de São Paulo. A pesquisa foi ancorada através de uma abordagem quanti-qualitativa, ou seja, através de questionário semiestruturado e entrevistas do tipo depoimentos orais, ao todo foram entrevistados 177 idosos (as). As primeiras indagações versaram sobre o perfil dos assentados (as) como gênero, escolaridade, faixa etária, estado civil e renda. No que tange a percepção sobre o benefício da aposentadoria rural, os mesmos foram indagados sobre como conseguiram o benefício, se houve ou não mudanças significativas de vida após a concessão, quais eram os significados atribuídos à aposentadoria, principalmente quando questionados se houve ou não uma melhoria na qualidade de vida, verificou-se também qual era a relação entre os idosos (as) a aposentadoria e a família e por fim, a relação da aposentadoria com o trabalho no lote. Concluiu-se que a aposentadoria trouxe mudanças significativas para os idosos, desde a melhora no padrão de consumo, a benfeitoria e melhoria nos lotes. Outros resultados apontaram que os sentimentos atribuídos a aposentadoria foram segurança, tranquilidade e felicidade. Para além, constatou-se também que mesmo com o benefício da aposentadoria os idosos (as) ainda trabalham no lote e que no que se refere a relação família-aposentadoria-idosos estes atores vêm se tornando cada vez mais assistentes/provedores da família do que assistidos/protegidos pelas mesmas.

Palavras-chave: Previdência Rural, Envelhecimento, Qualidade de Vida, Autonomia, Família Rural;

INTRODUÇÃO

O sistema previdenciário brasileiro foi universalizado com a Constituição Cidadã de 1988, naquele ano, trabalhadores e trabalhadoras rurais tiveram seus direitos reconhecidos constitucionalmente e universalmente pelo o Estado brasileiro. Esse reconhecimento veio através de muita luta e reivindicação de movimentos sociais do campo, movimentos camponeses dentre outras instituições.

Antes de 1988, houveram muitas tentativas de se reconhecer o trabalhador (a) rural como agente de direitos, mesmo essas leis não avançando tanto, destaca-se a Lei do Estatuto do Trabalhador Rural (1963) que buscou igualar os direitos dos trabalhadores do meio rural como do meio urbano.

¹ Mestra em Agroecologia e Desenvolvimento Rural (PPGADR/UFSCAR) campus Araras-SP – Doutoranda em Engenharia Agrícola – Feagri/Unicamp: E-mail: dani_simonato@yahoo.com.br;

² Doutora em Ciências (UNESP), Professora Titular da Faculdade de Engenharia Agrícola (FEAGRI/UNICAMP), soniaberga@yahoo.com;

Assim sendo, a Constituição de 1988 estabeleceu-se idade mínima para a aposentadoria, sendo 60 para homens e 55 anos para mulheres com 15 anos de contribuição.

Sobre o Sistema de Previdência Social:

Ao longo das duas décadas de vigência do sistema da Previdência Rural, verifica-se que esse sistema de direito social, combinado com a política de valorização do salário mínimo têm efetivo impacto distributivo para as famílias rurais. Essa política irá alterar o padrão de distribuição da renda familiar, independentemente das condições produtivas dos estabelecimentos rurais familiares (DELGADO, 2015 p. 09).

Nos estudos de Beltrão, Camarano e Mello (2004), analisando a situação da população rural brasileira com respeito à previdência social, puderam constatar que apesar do benefício previdenciário ter a função específica de servir como seguro contra perda de capacidade laboral é inegável a importância da previdência rural na elevação da renda no campo e, conseqüentemente, na diminuição da pobreza.

Para Brumer (2002) o acesso à Aposentadoria de homens e mulheres no meio rural provocou uma “revalorização e dignificação” da pessoa idosa, sobretudo do meio rural. Estes tornaram-se provedores e não mais dependentes de outras pessoas (filhos, netos, cuidadores e tutores).

Essa sensação de autonomia e bem estar foi evidente pelo aumento da renda e da qualidade de vida e, ao contrário, do que se assiste no meio urbano, o recebimento do benefício no meio rural não o afastou de suas atividades cotidianas, nem de seu meio social.

Sendo assim, o objetivo do presente trabalho foi conhecer quais os significados atribuídos a aposentadoria rural e a melhoria ou não das condições de vida idosos e idosas rurais que travaram a luta pela terra em Assentamentos (as) Rurais do Pontal do Paranapanema - SP

METODOLOGIA

Área de Estudo - Pontal do Paranapanema – SP

A área do território do Pontal do Paranapanema é resultante de um dos maiores grilos de terra do Brasil. Localizado na região oeste do Estado de São Paulo, faz limite com os Estados do Mato Grosso do Sul a oeste e Paraná ao sul. Especificamente, o Território do Pontal do Paranapanema é composto por 32 municípios. Essa região começou a ser ocupada desde a segunda metade do século XIX, através da grilagem de terras, por conta disso a região sempre foi marcada por muitos conflitos fundiários.

Na década de 1980/1990 houveram intervenções oficiais, sobretudo, através de reassentamentos e assentamentos de populações atingidas pelas barragens hidrelétricas na região, além dos históricos conflitos fundiários. Desde então, a mobilização e luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, posteriormente com o aparato do Estado no papel do ITESP e INCRA deu início a implantação de Assentamentos Rurais, a fim da regulamentação e ocupação de terras devolutas para fins de Reforma Agrária (FERNANDES, 1996).

Os assentamentos, experiências inovadoras na gestão econômica e social do território, sem dúvida, expressam tensões que são reveladoras das contradições e possibilidades da chamada agricultura familiar frente ao poder do grande capital agropecuário e agroindustrial, no âmbito do desenvolvimento social no campo paulista (FERRANTE, 2007)

Hoje, já são mais de 117 projetos de Assentamentos Rurais, com mais de 6,2 mil famílias assentadas, segundo informações do Banco de Dados da Luta pela Terra////////// (DATALUTA, 2010).

A implantação desses projetos modificou significativamente a dinâmica da região, no que se diz respeito a economia regional, a questão fundiária, os avanços sociais e ambientais, já que, priorizou a Agricultura Familiar, ao passo que nesta mesma região tenha se expandido

significativamente as usinas canavieiras que estão produzindo álcool, açúcar e bioenergia. Por fim esta nova roupagem do agronegócio (produção e meio ambiente) vem novamente trazendo estopim para futuros conflitos na região do Pontal (BARRETO e THOMAZ JÚNIOR (2012).

- Escolha dos Assentamentos Rurais e a Escolha dos Idosos e Idosas

Para escolha dos Assentamentos, premeditou-se que este deveria aglutinar os mais diversos contextos possíveis. Assim, primeiro, foram selecionados assentamentos de acordo com o domínio da terra, ou seja, assentamentos do (ITESP) Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” e do (INCRA) Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Dentre os inúmeros assentamentos sob o domínio destas duas instituições foram escolhidos dois (2) assentamentos de implantação mais recentes (com pelo menos cinco anos de implantação) (Assentamento Dona Carmem e Assentamento Zilda Arns) e dois (2) mais antigos (Assentamento Gleba XV de Novembro e Assentamento Água Sumida), e também, dois maiores em número de famílias/lote (Assentamento Gleba XV de Novembro e Assentamento Dona Carmem) e dois (2) menores em número de famílias/lote (Assentamento Zilda Arns e Santa Eudóxia).

Na seleção destes assentamentos vale ressaltar duas situações: primeiro, o Assentamento mais antigo do ITESP (Gleba XV de Novembro), também é o assentamento de maior número de famílias/lotés. O mesmo ocorreu quando escolhemos o Assentamento mais novo do INCRA (Dona Carmem), que também é o assentamento de maior número de famílias/lotés. Diante dessa situação, ao final foram definidos seis assentamentos rurais como áreas de estudo.

Com relação a escolha dos idosos e idosas a serem pesquisados não sabíamos ao certo a quantidade de idosos e idosas que continham nos Assentamentos, optamos pela metodologia de amostragem de Tompkin (1967) que salienta: quando o universo amostral for menor do que 5000 indivíduos ou unidades recomenda-se uma amostragem de 50 indivíduos acrescidos de mais 2% do total da população.

Sendo assim, levamos em consideração o número de lotes como amostra total, assim calculamos para os três assentamentos maiores (Gleba XV de Novembro, Água Sumida e Dona Carmem) o número de idosos (as) para serem pesquisados, como ilustrado no Quadro 1.

Quadro 1 – Amostragem de idosos (as) segundo metodologia de Tompkin (1967).

Assentamento	Número de Lotes	Amostra de idosos (as)
Gleba XV de Novembro	571	63
Água Sumida	121	53
Dona Carmem	185	54
Engenho	29	12
Zilda Arns	9	1
Santa Eudóxia	6	1
		177

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Já nos Assentamentos menores (Engenho II, Santa Eudóxia e Zilda Arns) optamos por fazer censo, ou seja, pesquisar todos os lotes que continham idosos (as).

Depois da definição de nossa amostragem de idosos (as) cabe dizer que na pesquisa de campo nossos entrevistados foram escolhidos aleatoriamente, principalmente, respeitando a quantidade de idosos (as) em relação a paridade de gênero.

É salutar dizer também que antes de cumprirmos nossa amostragem de campo, levamos em consideração a vontade do idoso e idosa de participarem da pesquisa por livre e espontânea

vontade, e isso nos foi resguardado através do TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Comitê de Ética número de CAE: 97398818.0.0000.5404), que assegurava o sigilo dos participantes, além disso, outro critério adotado foi de que os respondentes estivessem em boas condições físicas e psicológicas para nos atender, para que não houvesse nenhum constrangimento, intimidação ou imposição a participação na pesquisa.

Ao todo foram entrevistados 177 idosos (as), com idades que variavam de 60 a 91 anos.

- Instrumentos de Pesquisa

O primeiro instrumento de pesquisa delineado foi o questionário semiestruturado. Este por sua vez, foi composto por 90 questões abertas e fechadas. Todavia, neste artigo, serão apresentados os resultados relativos a aposentadoria rural.

As justificativas para o uso do questionário foram para responder as questões de cunho socioeconômico e que trouxeram de modo significativo um retrato dos idosos e idosas dos Assentamentos Rurais do Pontal do Paranapanema.

A opção pelo questionário semiestruturado baseou-se em Gil (2005), é uma técnica de pesquisa das mais utilizadas consistindo em um instrumento de coleta de informações que apresenta muitas vantagens, pois possibilita de forma rápida o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, entre outras.

Tecnicamente falando, o questionário constitui-se como um meio de obter respostas sobre determinado assunto de maneira que o respondente forneça as informações de seu domínio e conhecimento, por outro lado, todo questionário deve ser impessoal, para assegurar a uniformidade na avaliação de uma situação (CERVO; BERVIAN, 1996).

Para afinarmos nossas análises acerca deste complexo universo do envelhecimento, optamos pela Análise de Segmentação/Conglomerados (Cluster) para conhecermos grupos homogêneos que apresentavam similaridades para que assim pudéssemos escolher os idosos (as) para esta segunda etapa, coletando dos mesmos relatos/depoimentos orais sobre o processo do envelhecer.

Através da Análise de Cluster pudemos dentre os 177 idosos (as) pesquisados na primeira fase, escolher mais 16 idosos (as), destes sendo (4) suplentes para coletarmos os depoimentos orais para compreendermos subjetivamente o processo de envelhecimento. Tínhamos a compreensão de que era necessário dar voz e vez a grupos e indivíduos historicamente marginalizados e invisibilizados, Isso se justifica pelo fato de estarmos trabalhando com a categoria dos idosos e idosas e mais ainda, por estes atores estarem inseridos e serem protagonistas da luta pela terra e estarem hoje em Assentamentos de Reforma Agrária, o que dentro da diversidade da Agricultura Familiar brasileira, os torna uma categoria também com especificidades.

Logo, a importância de se dar voz e protagonismo a estes sujeitos nos remetem as palavras de Queiroz (1988 p.16) quando diz “ a experiência indizível que se procura traduzir em vocábulos” [...] “passagem daquilo que está obscuro para uma primeira nitidez – a nitidez da palavra”.

Esse rito de passagem do indizível a nitidez da palavra se traduziu quando utilizamos a história oral como norte. Sabe-se que o uso da fonte oral se dá como a maior forma de transmissão de conhecimento, saberes e de experiências nas sociedades humanas, e foi através das destas que a Ciência caminhou durante séculos, bem como também no decorrer da oralidade que foi e é possível reconstruir desde o passado longínquo aos relatos dos dias atuais (QUEIROZ, 1988).

Diante destes depoimentos, recortamos os trechos em que os idosos e idosas falavam, especificamente, da aposentadoria, desde a dificuldade ou facilidade do acesso ao benefício, como que este transformou ou não suas vidas no meio rural, principalmente, na questão da produção e trabalho, cada trecho está especificado com o nome do idoso ou idosa e em itálico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir serão apresentados os resultados quanto ao perfil dos idosos (as) e a questão da aposentadoria no meio rural.

Com relação ao gênero, (51%) dos entrevistados são homens e (49%) são mulheres, está pequena margem superior de homens, reafirma os dados de outros estudos que já foram feitos sobre isso, onde demonstram a masculinização do meio rural, ao passo, que no meio urbano este fenômeno vem de modo geral sendo feminino.

Em relação à média geral de idade dos idosos (as) são apresentados na Tabela 1 a seguir. Nota-se que o Assentamento que tem a média de idade maior é o Assentamento Água Sumida, seguida pelo Assentamento Gleba XV de Novembro, coincidentemente os dois assentamentos também são os mais antigos do Pontal do Paranapanema, o primeiro de 1988 e o segundo de 1983. Em contrapartida, o assentamento com a menor média geral de idade é o Assentamento Santa Eudóxia, seguido pelo Zilda Arns, e quando falamos em termos gerais, a média de idade de todos os idosos (as) pesquisados foi de 70,05 anos e a média geral de idade para os idosos foi de 70,06 anos e das mulheres idosas a média geral ficou em 70,09 anos.

Tabela 1 - Distribuição da média de geral dos idosos (as) entrevistados, a média de idade dos idosos (as) por Assentamento – Pontal do Paranapanema - SP.

Média de Idade dos Idosos (as) Pesquisados	Média de Idade Geral (em anos)	Média de Idade dos Idosos (em anos)	Média de Idade das Idosas (em anos)
Assentamentos			
Gleba XV de Novembro	69,45	69,78	69,18
Dona Carmem	67,84	67,88	68,20
Água Sumida	73,98	75,28	72,68
Engenho	67,75	67	68,80
Zilda Arns	62	62	-
Santa Eudóxia	61	61	-
Média	70,05	70,06	70,09

Dados da Pesquisa (2019).

Para a questão de número de indivíduos em cada faixa etária e gênero dos idosos (as) pesquisados, majoritariamente, estes estão na faixa etária de 60 a 69 anos, correspondendo a (42) homens e (46) mulheres, totalizando (88) idosos (as). Por conseguinte, a faixa etária de 70 a 79 anos está representada por (39) homens e (35) mulheres, totalizando (74) idosos (as) no total, vale descrever que estas duas faixas etárias representam idosos (as) mais jovens, segundo a literatura gerontológica. Já quando falamos de idosos (as) mais velhos, ou idosos mais idosos ou ainda idosos longevos, ou seja, os idosos acima de 80 anos, o número de idosos (as) pesquisados cai drasticamente. São (09) homens e (04) mulheres, totalizando (13) idosos (as) na faixa etária de 80 a 89 anos. Por fim, nossa última faixa etária 90 a 99 anos encontramos (02) idosos (as), um homem e uma mulher, respectivamente como representado na Tabela 2.

Tabela 2 – Distribuição do número de idosos (as) pesquisados em cada faixa etária – Pontal do Paranapanema – SP.

Quantidade de Idosos (as) por Faixa Etária		Faixa Etária 60 – 69 (em anos)		Faixa Etária 70 – 79 (em anos)		Faixa Etária 80 – 89 (em anos)		Faixa Etária 90 - 99 (em anos)	
Assentamentos	Gênero ³	H	M	H	M	H	M	H	M
Gleba XV de Novembro		12	20	14	12	2	1	-	-
Dona Carmem		18	15	11	7	-	1	-	-
Água Sumida		6	8	11	14	7	2	1	1
Engenho		4	3	3	2	-	-	-	-
Zilda Arns		1	-	-	-	-	-	-	-
Santa Eudóxia		1	-	-	-	-	-	-	-
Total		42	46	39	35	9	4	1	1

Dados da pesquisa (2019).

Em relação ao estado civil dos idosos (as) entrevistados constata-se que 75% dos idosos (as) são casados, seguidos por idosos (as) viúvos (as) 15%.

Viver no rural, especialmente para os idosos, é saber que a lida no campo será sempre contínua, que está nunca cessará com a aposentadoria. Esse fator é importante para manter o idoso ativo e valorizado, a manutenção do trabalho para estes indivíduos é sinônimo de sentirem-se úteis e satisfeitos.

A questão da previdência social rural universalizada com a Constituição de 1988 trouxe para os idosos a chance de permanência no campo, diminuindo a saída destes indivíduos do meio rural. Em relação à aposentadoria, esta proporcionou transformações, nos padrões de consumo dos idosos por vezes, mudanças no modo de vida, uma melhoria significativa de qualidade de vida, dando-os a ideia de protagonismo frente à vida.

Ainda sobre as novas estratégias de vida que a aposentadoria trouxe, hoje, muitos idosos são considerados os chefes da família, já que, o benefício é usado para manter no meio rural, filhos, netos entre outros familiares, visto que muitas vezes estes familiares saem do campo em busca de emprego e oportunidades na cidade, não obtendo êxito, retornam ao campo. Mesmo que esta seja uma realidade muito comum em áreas rurais, por vezes esta relação se configura com o idoso passando a ser o mantenedor da família deixando de ser aquele que é assistido.

A previdência social rural foi e ainda é um importante dispositivo para a permanência dos idosos no campo, sabe-se que a aposentadoria rural se dá com idade mínima de 60 anos para os homens e 55 anos para mulheres.

Em relação a aposentadoria e gênero são apresentados na Tabela 3.

Tabela 3 – Distribuição da Aposentadoria e Gênero dos Idosos (as) pesquisados – Pontal do Paranapanema – SP.

Aposentadoria		Aposentado		Não Aposentado		Pensionista	
Assentamentos	Gênero	H	M	H	M	H	M
Gleba XV de Novembro		26	31	2	0	0	2
Dona Carmem		21	20	3	8	0	0
Água Sumida		25	24	0	1	0	0
Engenho		6	4	1	1	0	0

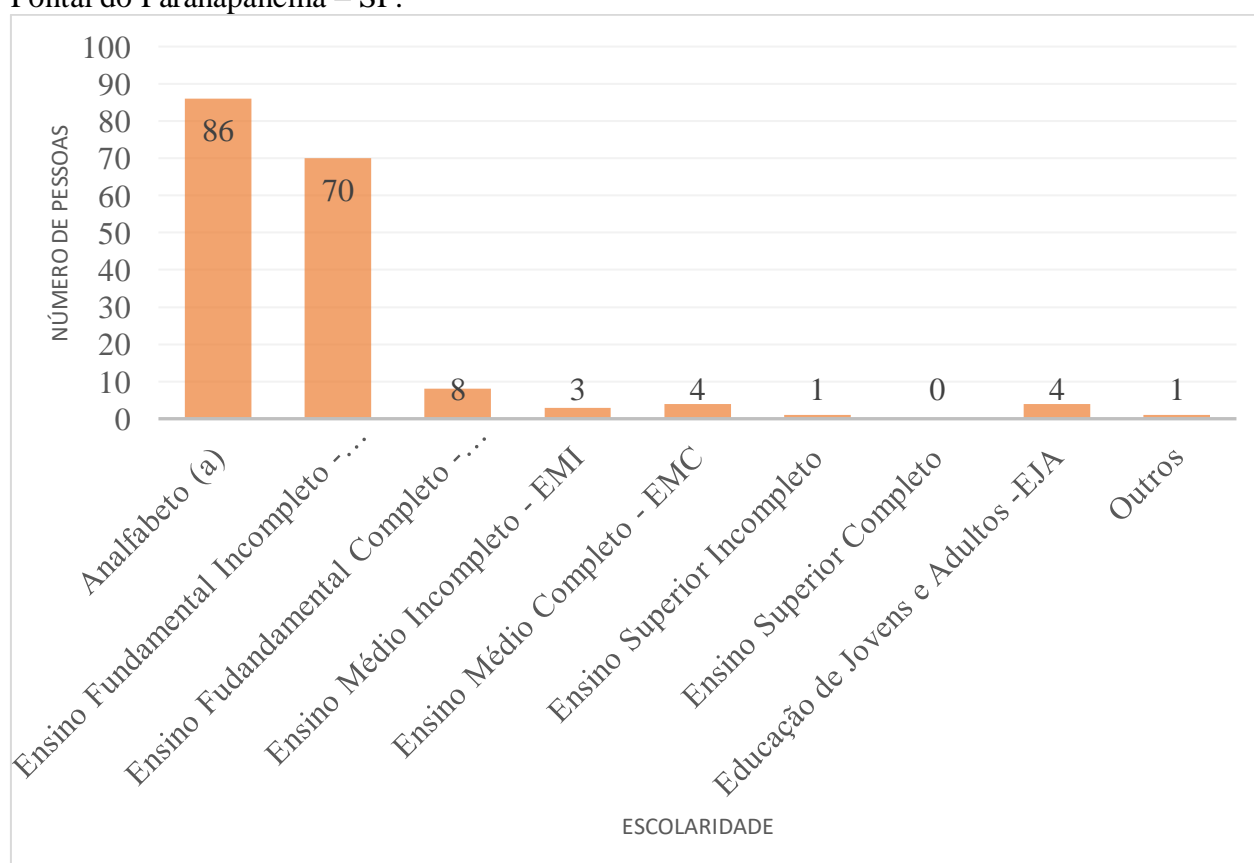
³ A representação (H) será utilizada para designar Homem e a representação (M) será utilizada para designar Mulher.

Zilda Arns	0	0	1	0	0	0
Santa Eudóxia	1	0	0	0	0	0
Subtotal	79	79	7	10	0	2
Total (H + M)	158		17		2	

Dados da pesquisa (2019).

Com relação ao grau de escolaridade dos idosos (as) pesquisados, estes são representados pela Figura 1, a seguir.

Figura 1 – Distribuição Geral do Grau de Escolaridade dos idosos (as) pesquisados – Pontal do Paranapanema – SP.



Dados da pesquisa (2019).

Em relação a aposentadoria e gênero são apresentados na Tabela 4.

Tabela 4 – Distribuição da Aposentadoria e Gênero dos Idosos (as) pesquisados – Pontal do Paranapanema – SP.

Aposentadoria		Aposentado		Não Aposentado		Pensionista	
Assentamentos	Gênero	H	M	H	M	H	M
Gleba XV de Novembro		26	31	2	0	0	2
Dona Carmem		21	20	3	8	0	0
Água Sumida		25	24	0	1	0	0
Engenho		6	4	1	1	0	0
Zilda Arns		0	0	1	0	0	0
Santa Eudóxia		1	0	0	0	0	0
Subtotal		79	79	7	10	0	2

Total (H + M)	158	17	2
----------------------	-----	----	---

Dados da pesquisa (2019).

Dos 158 idosos (as) aposentados (as) e 2 pensionistas, questionamos sobre quem tinha os auxiliados a conseguirem o benefício da aposentadoria ou da pensão. Destes 149 idosos (as) justificaram quem tinha os auxiliado e as respostas foram diversas como: “conseguiu por conta própria/sozinho (a)”, “ajuda dos familiares”, “ajuda do sindicato”, “ajuda de advogado”, “ajuda de médico”, entre outras respostas. Desta maneira, apresentamos no quadro 2 a seguir as respostas dos idosos (as).

Quadro 2 – Distribuição e correlação do auxiliador dos idosos (as) pesquisados para conseguirem aposentadoria e a frequência das respostas dadas pelos mesmos – Pontal do Paranapanema – SP.

De quem veio o auxílio para conseguir a aposentadoria	Frequência das respostas dos idosos (as) pesquisados
Conseguiu por conta própria	70
Contratou advogado	51
Ajuda do Sindicato Rural	10
Ajuda de familiares	9
Ajuda de lideranças dentro do assentamento	5
Ajuda de médicos	4
ITESP	1

Dados da pesquisa (2019).

Questionamos os idosos (as) se o benefício aposentadoria havia modificado suas vidas sim ou não, 79% afirmaram que sim, seguidos por 12% que afirmaram que não e 9% que não responderam.

Indagados se a aposentadoria havia modificado a vida cotidiana dos mesmos, as respostas foram as mais diversas possíveis. Desta forma, compilamos e agrupamos as respostas mais semelhantes e suas respectivas frequências de respostas de cada um dos Assentamentos⁴ pesquisados, como se segue no Quadro 3.

Quadro 3 - Distribuição das justificativas com relação a mudança de vida trazida pelo benefício da aposentadoria e suas respectivas frequências de respostas dos idosos (as) pesquisados – Pontal do Paranapanema – SP.

Assentamento Gleba XV de Novembro	
Justificativas em relação a mudança de vida ou não depois do benefício da aposentadoria	Frequência das respostas
Melhorou as condições de vida/Melhorou	13
Garantia de renda fixa/Garantia de poder pagar as contas mensais	12
Ajudou muito, pois agora não precisava trabalhar tanto na roça	10
Garantia para comprar os remédios mensais	5
Compra de alimentos e compra de itens para casa e lote	6
Benefício é muito pouco	3

⁴ Vale dizer que o Assentamento Zilda Arns além de ter sido entrevistado apenas um (1) assentado, este não era aposentado, por isso não tivemos a resposta para esta e outras questões relacionadas a Previdência Social (Aposentadoria).

Assentamento Dona Carmem	
Justificativas em relação a mudança de vida ou não depois do benefício da aposentadoria	Frequência das respostas
Melhorou as condições de vida/Melhorou	8
Garantia de renda fixa/Garantia de poder pagar as contas mensais	8
Ajudou muito, pois agora não precisava trabalhar tanto na roça	12
Garantia para comprar os remédios mensais	5
Compra de alimentos e compra de itens para casa e lote	2
Benefício é muito pouco/Não ajudou muito	7
Assentamento Água Sumida	
Justificativas em relação a mudança de vida ou não depois do benefício da aposentadoria	Frequência das respostas
Salário garantido/Renda fixa	13
Ajuda nas despesas da casa/Ajuda a pagar as contas do mês	10
Melhorou, pois não precisa mais trabalhar tanto na roça/ Hoje trabalho menos na roça	6
Ajuda nas compras de remédios	4
Melhorou de vida/Vida mais tranquila	7
Sim, pois o lote dá pouco dinheiro e é a única renda que temos aqui	3
Não ajudou/Benefício é pouco/Ficou a mesma coisa/Divide o benefício com os filhos	6
Assentamento Engenho	
Justificativas em relação a mudança de vida ou não depois do benefício da aposentadoria	Frequência das respostas
Melhorou as condições de vida/Melhorou	4
Garantia de renda fixa/Garantia de poder pagar as contas mensais	2
Ajudou muito, pois agora não precisava trabalhar tanto na roça	1
Garantia para comprar os remédios mensais	2
Compra de alimentos e compra de itens para casa	1
Assentamento Santa Eudóxia	
Justificativas em relação a mudança de vida ou não depois do benefício da aposentadoria	Frequência das respostas
Ótimo, agora tenho garantia	1

Dados da pesquisa (2019).

Com relação ao benefício da aposentadoria, também foi questionado como os idosos (as) se sentiam em receber o benefício. Nesta questão os idosos (as) foram enfáticos com relação aos sentimentos que eram atribuídos ao benefício como explicitado para todos os assentamentos pesquisados no Quadro 4. Vale dizer que também compilamos e agrupamos as respostas mais semelhantes e suas respectivas frequências para cada um dos Assentamentos.

Quadro 4 - Distribuição das justificativas com relação aos sentimentos que eram atribuídos ao benefício da aposentadoria e suas respectivas frequências de respostas dos idosos (as) pesquisados – Pontal do Paranapanema – SP.

Assentamento Gleba XV de Novembro	
Justificativas com relação aos sentimentos atribuídos ao benefício da aposentadoria	Frequência das respostas
Bem/Felicidade/Satisfação	53
Assentamento Dona Carmem	
Justificativas com relação aos sentimentos atribuídos ao benefício da aposentadoria	Frequência das respostas
Bem/Felicidade/Satisfação/Garantia/Tranquilidade/Sossego	19
Pior/ Mesma coisa/Não ajudou muito	4
Medo da reforma da Previdência	3
Assentamento Água Sumida	
Justificativas com relação aos sentimentos atribuídos ao benefício da aposentadoria	Frequência das respostas
Bem/Felicidade/Satisfação/Segurança/Benção/Tranquilidade	19
Melhorou, mas estou com empréstimos	3
Assentamento Engenho	
Justificativas com relação aos sentimentos atribuídos ao benefício da aposentadoria	Frequência das respostas
Bem/Felicidade/Satisfação	8
Assentamento Santa Eudóxia	
Justificativas com relação aos sentimentos atribuídos ao benefício da aposentadoria	Frequência das respostas
Ótimo, agora tenho garantia	1

Dados da pesquisa (2019).

Perguntamos aos idosos (as) se após a aposentadoria os mesmos continuavam responsáveis pela produção no lote, 59 % afirmaram que sim, seguidos por 34% que afirmaram que não. Se fizermos uma correlação com a questão anterior, as porcentagens de titularidade do lote e responsabilidade do lote se sobrepõem, onde podemos deduzir que se o idoso ou a idosa é titular do lote esse também ainda é o (a) responsável pela organização da produção, poder decisório e questões burocráticas do lote. Esta correlação também pode denotar um idoso (a) laboralmente ativo mesmo com o avançar da idade.

Perguntamos aos idosos (as) se após aposentadoria os mesmos tinham feito alguma melhoria/benfeitoria no lote, na casa, ou se adquiriram algum bem material. Dos 158 idosos (as) que são beneficiados pela aposentadoria (102) idosos (as) (58%) fizeram algum tipo de melhoria/benfeitoria seja no lote, na casa ou compra de bens materiais, outros 33% afirmaram que não fizeram nenhuma mudança e 9% não responderam.

Desses 102 idosos quisemos saber quais tinham sido essas mudanças/melhorias e aquisição de bens materiais após aposentadoria, obtivemos respostas diversas como apresentadas no Quadro 5 a seguir. Desta forma, compilamos e agrupamos as respostas mais semelhantes e suas respectivas frequências de respostas de cada um dos Assentamentos⁵.

⁵ Vale dizer que o Assentamento Zilda Arns além de ter sido entrevistado apenas um (1) idoso assentado, este não era aposentado, por isso não tivemos a resposta para esta e outras questões relacionadas a Previdência

Quadro 5 - Distribuição dos tipos de mudanças/benfeitorias realizadas nos lotes dos idosos (as) pesquisados após a aposentadoria – Pontal do Paranapanema - SP

Assentamento Gleba XV de Novembro	
Mudanças realizadas nos lotes após aposentadoria	Frequência das respostas
Construção da Casa/Reforma da Casa	26
Compra de móveis e eletrodomésticos	17
Melhorias no lote (pasto, mangueirão, poço artesiano, barracão, compra de animais (aves e gado))	10
Compra de carro e caminhão	3
Assentamento Dona Carmem	
Mudanças realizadas nos lotes após aposentadoria	Frequência das respostas
Construção da Casa/Reforma da Casa	12
Compra de móveis e eletrodomésticos	4
Melhorias no lote (pasto, mangueirão, poço artesiano, barracão, compra de animais (aves e gado))	3
Assentamento Água Sumida	
Mudanças realizadas nos lotes após aposentadoria	Frequência das respostas
Construção da Casa/Reforma da Casa	15
Compra de móveis e eletrodomésticos	13
Melhorias no lote (pasto, mangueirão, poço artesiano, barracão, aves e gado)	3
Compra de carro e caminhão	1
Assentamento Engenho	
Mudanças realizadas nos lotes após aposentadoria	Frequência das respostas
Construção da Casa/Reforma da Casa	3
Compra de móveis e eletrodomésticos	2
Melhorias no lote (pasto, mangueirão, poço artesiano, barracão, compra de animais (aves e gado))	2
Compra de carro e caminhão	1

Dados da pesquisa (2019).

Quando nos debruçamos em analisar os trechos dos depoimentos que retratam a questão da aposentadoria dos idosos e idosas encontramos diversas possibilidades de interpretação para cada indivíduo, os que conseguiram o benefício a sensação é de uma maior tranquilidade, pois conseguem garantir o mínimo desde medicamentos, alimentação, etc. Aos que ainda não conseguiram fica evidente a apreensão e os percalços inerentes a este processo.

“Graças a Deus, quando eu fui me aposentar, já estava com quase 64 anos já, porque eu não tinha documento nenhum. É, não tinha carteira registrada nem nada, porque eu nunca trabalhei e tive que ter o comprovante, como eu era junta com ela. Foi quatro anos para me aposentar. Não tinha carteira registrada, minha carteira era em branco. Tinha a carteira, mas era em branco, porque nunca fui... nunca trabalhei registrada, né, era manual. Foi. Foram três advogados. Uns

Social (Aposentadoria). Também o único idoso assentado pesquisado no Assentamento Santa Eudóxia que era aposentado não fez nenhuma mudança/benfeitoria no lote após receber o benefício da aposentadoria.

quatro anos para poder me aposentar. É e eu dou graças a Deus”
(Dona Ana, Assentamento Gleba XV de Novembro).

Nas falas de Dona Ana é perceptível essa dificuldade que idosos (as) do meio rural têm muitas vezes comprovar o trabalho no campo para conseguirem o benefício, precisando gastar com advogados para tal comprovação e tempo de serviço.

Seu Antônio relata as dificuldades de viver no lote e que se não fosse o benefício ele e sua família já tinham saído do assentamento. Também declara que com o dinheiro da aposentadoria conseguiu comprar um carro, mas que o mesmo estava “batido” e que por conta de empréstimos feitos com a aposentadoria não conseguia arrumar o carro.

Durante a pesquisa de campo, uma das principais queixas nos Assentamentos era a questão de transporte, principalmente no Assentamento Gleba XV de Novembro, pois o mesmo se encontrava bem distante da cidade e o mesmo tinha sido suspenso pelas prefeituras de Rosana e Euclides da Cunha Paulista, só permanecendo o transporte escolar e da saúde, mas nestes as pessoas não podiam utilizar, ficando à mercê de carona, transporte clandestino ou favores de vizinhos e parentes para compras na cidade, emergência ou qualquer outra demanda.

Ficou claro durante o período da pesquisa o medo de muitos idosos (as) de serem agentes de financeiras de créditos para aposentados, pois alguns relataram ter sofrido golpes do empréstimo na aposentadoria. Muitos assentados tinham empréstimos na aposentadoria

A mulher está aposentada, eu estou aposentado. Se não fosse a aposentadoria, minha filha, acho que nós já tínhamos vendido e ido embora.

Já porque esse carro aí que está batido, nós compramos ele novinho aqui, com o dinheiro de aposentadoria nosso, mas agora não compra mais, porque agora tem esse tal de empréstimo, empréstimo deixa o salário desse tamanhinho, igual o Chico Any시오, pequeninho (Seu Antonio, Assentamento Gleba XV de Novembro)

Em outro trecho Seu Antonio relata que a maior renda do lote vem da aposentadoria e as vezes consegue fazer alguma venda no lote, acrescentou também que o dinheiro da aposentadoria também é investido no lote.

É da aposentadoria. De vez em quando, quando vende algum bezerro, pega um dinheirinho extra, mas tem que gastar no lote, você tem que gastar no próprio gado, então... (Seu Antonio, Assentamento Gleba XV de Novembro).

O papel da aposentadoria na renda dos idosos (as) é mais do que simplesmente contribuir para o orçamento familiar, ela também é utilizada para custear a produção agrícola, manter a infraestrutura da unidade produtiva. Vale dizer ainda que aposentadoria é por muitas vezes a única renda existente por muitos meses do ano, principalmente, porque a agricultura é uma atividade de risco, no que se diz respeito a fatores climáticos (BELTRÃO, OLIVEIRA E PINHEIRO, 2000).

Com relação a dificuldade de se conseguir o benefício e a conjuntura política e econômica e a então Nova Reforma da Previdência. Na época da pesquisa estava em discussão a Nova Reforma da Previdência de 2019 (PEC – 287), alguns assentados que não eram aposentados estavam apreensivos com o que poderia acontecer, passado a reforma e a promulgação da mesma não houve mudanças com relação aos trabalhadores rurais, no entanto,

muitos relataram não confiar na atual conjuntura política e econômica e que isso poderia de alguma forma afetá-los.

“Ah, eu nem sei se... eu acho que não, porque quando eles aprovaram a reforma eu já estava na idade de aposentar, eu não vou entrar nessa regra nova, continuo na velha, mas não sei, o advogado falou que é tranquilo, falou “tem que entrar, o sistema é lento”.

Então, porque no sistema antigo eu não tenho essas notas para poder provar isso aí, mas na regra passada tanto você prova com nota ou com testemunho de pessoas” (Seu Claudemir, Assentamento Dona Carmem).

“Não, a minha aposentadoria ainda não saiu. Desde dezembro teve a audiência e o juiz deu parecer favorável, mas aí o INSS recorreu, aí foi para São Paulo, esperando a boa vontade do desembargador.

Pelo amor de Deus, o Bolsonaro tem compaixão, não corta a aposentadoria das pessoas desse jeito, né. Porque pessoas que nem eu, eu ainda me sinto disposta a trabalhar, agora tem muitos coitados aí que... que ele colocasse a mão na consciência aí e fizesse as coisas certas, não fizesse as coisas erradas igual ele está fazendo aí não”.
(Dona Cida, Assentamento Dona Carmem).

Nas palavras de Seu José e sua esposa Dona Lourdes estarem na terra é para eles satisfação e segurança e que o benefício da aposentadoria veio para deixá-los ainda mais tranquilos na manutenção da vida, desde medicamentos mensais, compras do mês e conseguem guardar um provento para qualquer eventualidade. Na fala deles é perceptível também que eles, inicialmente, tinham ideia que iriam ficar tranquilos após a aposentadoria, que não iriam mais “tirar leite”, mas como trabalharam a vida toda, ficar sem fazer nada não é do feitio deles.

“Para nós aqui, a terra é um lugar seguro, porque você sabe que se a gente estivesse pagando aluguel, enquanto a aposentadoria sai, não ia ter dinheiro e a terra não, a terra é só cuidar dela que é um lugar seguro e outra, dá para tirar muito da terra para alimento. Não para ganhar dinheiro, porque a gente já é pobre, não produz muita coisa, mas para sustentar a casa dá para tirar muito.

*Mudou sim, porque a gente muda, está mais sossegado, né, mas financeiramente, não está ruim, porque a gente tem, nós dois somos aposentados, então todo mês dá para você fazer sua comprinha e sempre tem o troquinho que você precisa numa emergência né, a gente segura o troco, né. Então levando controlado, dá para viver. E aposentou também, já tem o medicamento, todo mês já dá para comprar alguma coisa, né, mas dá para viver sim **(Dona Lourdes, Assentamento Gleba XV de Novembro).***

Quando nós aposentamos, falei “não vamos mais tirar leite”, nós bebíamos muito leite. Aí aposentamos, “vamos vender essas vacas velhas e vamos parar de tirar leite”, mas depois a gente sente falta, aí começamos a comprar só para tirar para beber, fazer um queijinho, tirar soro para o porco e comer o capim também, né. Parar é pior, se

ficar só dentro de casa sentado, o dia que quiser levantar, não levanta
(Seu José, Assentamento Gleba XV de Novembro).

Estudos que abordaram velhice, saúde e trabalho no meio rural apontam que:

“a carência de seguridade social obriga a trabalhar até idades muito avançadas e também por tradição, pois mulheres e, principalmente, os homens devem permanecer trabalhando, porque deixar de trabalhar é sinônimo de inatividade e anúncio de decadência (MORAIS, RODRIGUES e GERHARDT, 2008, p.380).

Dados da Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira afirma que:

Em relação ao rendimento familiar per capita, 75,6% dos idosos de 60 anos ou mais de idade eram aposentados e/ou pensionistas, em 2015, e que 69,0% do rendimento das pessoas nesta mesma faixa etária era proveniente de aposentadoria ou pensão, pode-se dizer que a menor vulnerabilidade monetária dos idosos, e dos familiares que residem com eles, estaria associada ao recebimento destes benefícios (IBGE, 2016 p.32).

Em termos simbólicos, a aposentadoria confere aos idosos (as) a sensação de tranquilidade e segurança, todavia não afasta-os das atividades cotidianas, principalmente, do trabalho na propriedade rural, ao passo que muitas vezes a aposentadoria no meio urbano, retira dos idosos (as) o espaço de sociabilidade proporcionada pelo trabalho deixando um sentimento de vazio e de inutilidade aos mesmos (BRUMER, 2002).

Considerações Finais

Os resultados do presente trabalho ilustraram que sim, a Previdência no Meio Rural, está diretamente ligada a qualidade de vida e dignificação da pessoa idosa do meio rural. Seja pela melhoria no padrão de consumo, seja para melhoria das benfeitorias no lote, seja por deixar o idoso e a idosa em posição de protagonismo do cenário familiar, mantendo estes como provedores das famílias.

Nota-se que a quantidade de idosos e idosas que utilizaram os benefícios a fim de reformar ou construir a casa própria, vale destaque, o simbolismo da moradia, traz consigo sinais de dignificação da vida. Destaca-se isso pelo fato de a maioria dos pesquisados trazerem consigo a trajetória de luta pela terra, a passagem por acampamentos rurais à beira da estrada, dentre outras situações extremas, onde a casa e a morada faz-se o lar e a qualidade de vida.

Corroboram com esses resultados os sentimentos atrelados a aposentadoria como: segurança, tranquilidade, felicidade e garantia de renda fixa, ilustrando mais ainda que a aposentadoria no meio rural além de um aparato jurídico excepcionalmente importante para estas pessoas, traduz sobretudo, para elas dignidade humana e reconhecimento por parte do Estado Brasileiro.

Referências Bibliográficas

BARRETO, M. J.; THOMAZ JÚNIOR, A. O cenário do agronegócio canavieiro na região do Pontal do Paranapanema-SP. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Uberlândia: UFU, 2012.

BELTRÃO, K. I.; OLIVEIRA, F. E. B. de; PINHEIRO, S. S. A população rural e a previdência social no Brasil: uma análise com ênfase nas mudanças constitucionais. IPEA. **Texto para**

Discussão, 759, 2000. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4008
Acesso em: 14 de mar. 2018.

IBGE: “A Síntese dos Indicadores Sociais 2016 - **Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira**”. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br> . Acesso em: 28 mar. 2018.

BRUMER, A. **Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v.12, n.1, p. 205-227, 2002.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. São Paulo: Makron Books, 1996. 308p.

DATALUTA - Banco de Dados da Luta Pela Terra, Relatório de 2013. NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. UNESP Presidente Prudente, 2013.

DELGADO, G. **Previdência social e desenvolvimento rural**. In: GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sergio. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

FERNANDES, B. M. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996
FERRANTE, V.L.S.B. Assentamentos Rurais no Território da Cana: controvérsias em cena. Revista NERA. Presidente Prudente, UNESP, v. 11, p. 1-11, 2007.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa em educação ambiental. In: PHILIPPI JUNIOR, A.; PELICIONI, M. C. F. (Org.). **Educação ambiental e sustentabilidade**. Barueri: Manole, 2005. p. 577-598.

MORAIS, E. P. de; RODRIGUES, R. A. P. e GERHARDT, T. E.. **Os idosos mais velhos no meio rural: realidade de vida e saúde de uma população do interior gaúcho**. *Texto contexto - enferm.* [online]. 2008, vol.17, n.2, pp.374-383. ISSN 1980-265X. <https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000200021>

QUEIROZ, M. I. P. de. **Relatos orais: do "indizível" ao "dizível"**. In: Experimentos com histórias de vida: Itália-Brasil[S.l: s.n.], 1988.

TOMPKIN, J. R. Estatística e métodos de pesquisa em Ciências Sociais Rurais. Piracicaba: ESALQ/USP, 1967.

DILEMAS VIVENCIADOS EM UMA PEQUENA ESCOLA DO CAMPO

Divanir Zaffani Sant'Ana - Mestre em Geografia (FCT-Unesp)

Resumo

A concepção da Educação do Campo propõe uma formação humanizadora, por meio da qual o educando se torna protagonista na construção de seus saberes. Esta proposta preconiza que as escolas do campo tenham um Projeto Político e Pedagógico que proporcione ao processo ensino/aprendizagem diretrizes que valorizem a cultura, a identidade, o modo de trabalho das famílias e dos educandos do meio rural, de modo que o conhecimento científico e os saberes populares dialoguem entre si. O objetivo deste trabalho é analisar as características e os dilemas vivenciados pela comunidade de uma pequena escola do campo situada no Assentamento Aroeira, município de Guaraçai-SP. A metodologia de pesquisa constou da aplicação de questionários específicos a cada um dos segmentos ligados ao ensino-aprendizagem (professores, alunos e dirigentes); também foram analisados dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2017 e realizadas consultas ao *site* da SEADE. Apesar de trata-se da única escola rural do município, funcionava em 2016 com apenas 19 alunos do primeiro ciclo do ensino fundamental e duas professoras, adotando-se, portanto, o sistema multisseriado. Os alunos dos demais anos do ensino fundamental são levados de ônibus escolar para a sede municipal, o que contribui para que o ensino desenvolvido na Escola, baseado na proposta da Educação do Campo, não tenha continuidade. A manutenção da pequena unidade escolar só vinha continuando devido à resistência das famílias em aceitar sua desativação. Mesmo contando com duas professoras capacitadas e comprometidas com a Escola, com o passar dos anos e a continuidade do êxodo rural, especialmente dos jovens, esta corria o risco de ser fechada, como ocorreu com tantas outras no interior do Brasil.

Palavras-chave: Educação do Campo, Ensino/aprendizagem, Políticas públicas, Êxodo rural.

Introdução

A partir de meados da década de 1990, com as reivindicações dos movimentos sociais e outras organizações ocorreram alguns avanços em relação às políticas educacionais para campo.

O processo que veio dar sustentação para a concretização de uma Política Nacional de Educação do Campo, se inicia no ano de 1997, em Brasília, com o I ENERA - I Encontro Nacional Educadores e Educadoras da Reforma Agrária. Em 1998 aconteceu a CNEC, a 1ª Conferência Por uma Educação do Campo. Estes dois eventos fizeram emergir a discussão da criação de uma educação voltada para atendimento dos anseios dos povos do campo (KOLLING et al., 2002). De acordo com Nunes e Bezerra Neto (2017), a I Conferência trouxe contribuições importantes na formulação e aprovação, em 2002, das “Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo”. A II Conferência Nacional de Educação do Campo (2004) desencadeia a necessidade do Estado assumir a Educação do Campo como política pública de maneira mais explícita, reconhecendo a dívida social, cultural e educativa para com os diversos sujeitos que trabalham e vivem no campo e na floresta.

Após anos de luta é aprovado o Decreto Nº 7.352/2010, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA (BRASIL, 2010).

De acordo com Fernandes e Molina (2004, p. 38), a Educação do Campo “pensa o campo e sua gente, seu modo de vida, de organização do trabalho e do espaço geográfico, de sua organização política e de suas identidades culturais, suas festas e seus conflitos”.

A Educação do Campo traz, portanto, uma nova abordagem para educação na área rural, em que os sujeitos do campo ganham visibilidade e protagonismo, a partir da construção de uma pedagogia humanizadora, contextualizada, reflexiva e crítica, que tem como objetivo a emancipação dos trabalhadores e moradores do campo.

Por mais de uma década teve-se avanços em relação à reflexão sobre o projeto da Educação do Campo, mas em 2016 com o advento do golpe parlamentar que destituiu a presidenta Dilma Rousseff, esta Política sofre um forte declínio em termos de recursos e prioridade, como assinala Nunes e Bezerra Neto (2017):

No governo Temer, permanece a proposta da política educacional para o campo a partir do PRONACAMPO, mas com baixíssimos recursos. Para se ter uma ideia, em 2015, foi destinado para a educação do campo R\$ 32.550.000 e para o ano de 2018 – R\$ 2.053.632,00, ou seja 86,01% de corte (CONTRAFBRASIL, 2017), o que inviabiliza totalmente a promoção da qualidade da educação do campo (NUNES, BEZERRA NETO, 2017, p.13).

Freire (1987) considera fundamental o papel da educação na libertação e emancipação dos indivíduos. Gadotti (2019), discípulo de Freire, comenta:

A palavra “emancipar” vem de *ex-manus* ou de *ex-mancipium*. Ex (indica a ideia de “saída” ou de “retirada”) e *manus* (“mão”, simbolizando poder). Emancipar seria então “retirar a mão que agarra”, “libertar, abrir mão de poderes”, significa “pôr fora de tutela”. *Ex-manus* (fora-mão), significa “pôr fora do alcance da mão”. Emancipar-se é, então, dizer a quem nos oprime “tire a sua mão de cima de mim!”. (...) Educar é posicionar-se, não se omitir. O educador, a educadora, não podem ficar indiferentes, principalmente diante da injustiça e do sofrimento humano (GADOTTI, 2019, p.34).

No caso da proposta da Educação do Campo, o processo de ensino/aprendizagem deve dar subsídios que contribuam para a emancipação dos alunos, por se tratar de uma educação pensada/construída pela população que vive e trabalha no campo. Para Bezerra e Bezerra Neto (2017) a Educação do Campo:

(...) está voltada à realidade dos sujeitos do campo, a promover desenvolvimento sociocultural e econômico respeitando diferenças históricas, uma educação política, que contribui para a permanência e a reprodução dos homens do campo e a melhora de sua qualidade de vida. O professor então, em uma escola como essa, é um articulador da comunidade e tem uma contribuição política relevante quando se pensa em sua atuação junto aos movimentos sociais e os assentados (BEZERRA; BEZERRA NETO, 2017, p. 31).

Outro entrave à proposta da Educação do Campo são os fechamentos das escolas nas áreas rurais, problema esse que tinha um olhar mais vigilante nos governos federais anteriores (2003-2016) e também contava com as lutas incessantes dos movimentos sociais do campo, mas não foi o bastante para frear esse processo de exclusão das escolas do campo, segundo dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010a, no Brasil havia quase 30 milhões de pessoas que moravam na zona rural, sendo que 47,8% desta população rural vivia na região Nordeste (IBGE, 2013). Apesar do grande número de pessoas residindo na área rural, contraditoriamente, muitas escolas foram fechadas, sendo que em alguns estados chegaram a mais da metade do total (Rondônia, Goiás, Tocantins, Ceará, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), enquanto no estado de São Paulo, 38,8% do total das escolas rurais deixaram de funcionar.

O fechamento indiscriminado de escolas em comunidades rurais, realizadas pelos governos estaduais e municipais são resultados da aplicação da Política Nacional de Educação 2001-2010, que se constituiu em política contrária às propostas da educação do campo:

(...) o fechamento da escola na comunidade coaduna-se ou seria parte de uma estratégia de imposição de um processo de desterritorialização das populações rurais tradicionais para dar lugar físico-geográfico e político a outro modelo de desenvolvimento econômico do campo com base na agricultura industrial e de mercado (MUNARIM, 2011, p.53).

O argumento para o fechamento das escolas está relacionado, na grande maioria dos casos, ao alto custo de manutenção das escolas no campo, que tem motivado os governos municipais e estaduais a optarem pela desativação das mesmas (VOMERO, 2014).

Os conflitos no campo vêm se agravando nos últimos anos como consequência de enfrentamentos pelo acesso, posse e uso da terra, e envolvem diferentes categorias de camponeses e povos tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos etc.). No caso da educação, dois fatores, em especial, explicam o acelerado processo de fechamento de instituições no meio rural: a disputa pela terra e o entendimento dos municípios e estados de que, com os altos custos para a manutenção de unidades com poucos estudantes, não vale a pena mantê-las abertas (VOMERO, 2014, sem paginação).

Em 2014 a presidenta Dilma Rousseff sancionou Lei 12.960, de 27 de março de 2014, para tornar mais difícil o fechamento de escolas rurais, indígenas e quilombolas. Essa Lei altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), aumentando o número de exigências a serem cumpridas antes do fechamento desse tipo de escola. A Lei modifica o parágrafo único do Art. 28 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação:

Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar (BRASIL, 2014).

A análise dos dados do Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) de 2014 (BRASIL, 2014) mostra que todos os esforços empreendidos, para cessar as injustiças cometidas com os povos do campo, todo trabalho ainda tem sido pouco, já que em 2014 mais de quatro mil escolas foram fechadas, e quando se observa os últimos 15 anos se verifica que mais de 37 mil escolas do campo pararam as suas atividades.

Verifica-se, também, que as regiões mais afetadas, são as mais pobres, que apresentaram um número bastante expressivo de escolas fechadas, em 2014 foram fechadas 872 escolas na Bahia, 407 escolas no Maranhão e 377 no Piauí, entre outros estados (MST, 2015).

Freire (1984, p. 90) já advertia que “seria uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceber as injustiças sociais de maneira crítica”.

Atualmente com o governo Bolsonaro, o retrocesso é marcado posturas autoritárias, que passam a nortear a educação, com proibições, perseguições e difamações de vários estudiosos, como Paulo Freire e Leonardo Boff, somente para citar os mais expoentes. Cursos ou disciplinas como filosofia e sociologia são vistos como inúteis e perigosos, portanto, não deveriam ser mantidos pelo Estado. Retoma-se a ideia de educação instrumental, como mera capacitação de mão de obra barata para atender as demandas das empresas capitalistas.

Apesar deste contexto mais geral extremamente desfavorável à uma educação libertadora, as resistências e contestações continuam presentes na sociedade. Ainda que algumas ações específicas e enraizadas no cotidiano não sejam visíveis em uma abordagem macrosocial, podem se constituir, futuramente, nas sementes de movimentos de maior escala.

O objetivo deste trabalho foi analisar as características e os dilemas vivenciados pela comunidade de uma pequena escola do campo situada no Assentamento Aroeira, município de Guaraçai-SP.

Metodologia

A metodologia de pesquisa combinou a análise documental Censo Agropecuário do IBGE de 2017 e consultas realizadas ao *site* da SEADE, e o levantamento e análise dos dados obtidos em termos quantitativos e qualitativos (TURRA, 2019), por meio da observação direta (MAY, 2004), aplicação de questionário e realização de entrevistas, com base em roteiro semiestruturado.

Foram pesquisadas as duas professoras que lecionam na Escola e, em relação aos alunos, foram escolhidas as duas últimas série atendidas na referida Escola, aqueles que em seguida deixariam o campo para estudarem no centro urbano. No total foram 8 alunos, e devido a esse número reduzido de alunos, foram pesquisados 6 alunos do 4º ano e 2 alunos do 5º ano. Tanto no caso dos professores, como dos alunos, foi aplicado um questionário padronizado (para cada segmento), na forma de entrevista padronizada (estruturada) com perguntas abertas e fechadas (GIL, 2008). Este tipo de entrevista consiste no uso de um roteiro, nos quais a formulação e a sequência de todas as perguntas são previamente determinadas. Esta sequência rígida praticamente não dá liberdade ao

entrevistador, mas permite com maior facilidade a comparação de respostas e sua quantificação (COLOGNESE; MÉLO, 1998) Também foi realizada uma entrevista com a diretora (na Escola sede EMEIEF Valeriano Fonseca) na forma de entrevista semiestruturada que, de acordo com Colognese e Mélo (1998), é composta por um roteiro em que a maioria das perguntas é prevista com antecedência em uma determinada ordem. Mas, neste caso, o entrevistador tem uma participação bem mais ativa e pode fazer perguntas adicionais para elucidar questões ou ajudar a recompor o contexto.

Características gerais do Município de Guaraçaí

O Censo Demográfico do IBGE (2010) aponta que o município possuía 8.435 habitantes, sendo 6.654 (79%) moradores da área urbana e 1.781(21%) da área rural.

Guaraçaí teve uma redução de 54,6% na taxa de natalidade, entre os período de 1980 e 2014. Em 1980 a taxa de natalidade (por mil habitantes) era de 20,36 e em 2014 caiu para 9,24 (por mil habitantes). A população do município com até 19 anos totaliza 17% do total, enquanto aqueles com mais de 59 anos são também 19%. A grande maioria da população tem entre 19 e 59 anos (64%) (SEADE, 2014).

A análise dos dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2017 (2017) mostra que o município de Guaraçaí possuía, em 2017, 401 estabelecimentos, sendo que deste total, 262 (65,3%) são estabelecimentos de agricultores familiares, mas que ocupam apenas 12,5% da área total dos estabelecimentos.

A concentração de terras se mostra bastante expressiva também nesse município. Quando são analisados os dados dos estabelecimentos com mais de 2500 hectares (03 estabelecimentos) verifica-se que ocupam mais da metade da área total dos estabelecimentos do município (50,8%) (IBGE, 2017).

Os assentamentos criados no município desde a década de 1980 foram o Assentamento Aroeira em 1987, que assentou 40 famílias; e em 1988 foi instalado o Assentamento São José II, com 39 famílias. Em 2005 foi criado o Assentamento Nova Vila, constituído com 56 famílias; em 2009 o Assentamento Santa Luzia leva para o campo mais 69 famílias; e, por último, são assentadas 22 famílias no Assentamento Moinho, criado em 2013. No total, o município conta com 05 (cinco) assentamentos rurais implantados pelo INCRA (INCRA, 2014).

A EMEIEF Aroeira, em Guaraçaí (SP)

Histórico e características gerais da EMEIEF Aroeira

A primeira escola que atendia alunos da área rural no município de Guaraçaí foi a Escola Estadual de Primeiro Grau - EEPG (Agrupada) do Bairro Cidade D'Oeste de 1953 a 1974, abrangendo do 1º ao 4º ano. De 1975 a 1980, essa escola incorpora mais duas séries de ensino e passa a atender do 1º ao 6º ano. Em 1981 foi alterado o nome da Escola que passou a denominar-se EEPG (I) do Bairro Cidade D'Oeste, vinculada à E. E. "Valeriano Fonseca" (Secretária EMEIEF Valeriano Fonseca, junho, 2016).

De 1967 a 2000 funcionou uma Escola na Fazenda Perez, responsável por atender os filhos dos produtores rurais desta região do município, que fica a cerca de 30 km do núcleo urbano do município de Guaraçaí.

Com a implantação do Assentamento Aroeira, em 1987, e do Assentamento São José II, no ano seguinte (1988), ocorreu um aumento bastante significativo de crianças em idade escolar e para poder atender a essa demanda, na época, os alunos foram divididos em 03 (três) escolas: uma turma foi para a escola que já estava localizada na

Fazenda Perez; outra para a escola que foi criada no Assentamento São José II (antigo Bairro São José que funcionou 1982 a 1995); e no Assentamento Aroeira também foi instalada outra escola, esta última de forma um pouco improvisada em um barracão no terreno onde foi construído o prédio atual. Todas as três escolas eram mantidas pelo governo estadual.

Com o passar dos anos, houve uma redução do número de alunos para as séries atendidas, o que levou à desativação de duas escolas, a do Assentamento São José II e a do Assentamento Aroeira (que continuava funcionando de maneira improvisada em um barracão), e os alunos foram todos remanejados para a escola localizada na Fazenda Perez, no Córrego dos Macacos, a cerca de 4 km de distância do antigo barracão da Escola no Assentamento Aroeira. A Fazenda Perez tinha como principal lavoura o cultivo de laranja, e um problema grave de doença na plantação (Cancro Cítrico) acometeu toda a plantação que precisou ser erradicada e, em consequência deste fato, a fazenda despediu quase todos os funcionários. Sem ocupação, esses funcionários desempregados tiveram que deixar o campo em busca de outras colocações, fato que fez também diminuir as crianças que frequentavam a Escola da Fazenda Perez, pois muitos tiveram que recomeçar as suas vidas na cidade ou longe dali.

Também nesta época (final da década de 1990) já haviam começado a construir a escola Aroeira que contava com duas salas de aulas, dois banheiros, uma cozinha, um almoxarifado (no almoxarifado foi instalado uma farmacinha, com alguns medicamentos para atender a comunidade rural, devido à falta de um posto de saúde nas imediações). Com a finalização da obra, todas as crianças dos dois assentamentos e fazendas vizinhas começaram a serem atendidas nesta Escola.

A Escola ainda permanecia com o nome de “Companhia Perez” e ainda pertencia à rede estadual de ensino. Com o objetivo de adequar a Escola para atender ao número de alunos que ali vieram estudar, esta foi reformada e ampliada (em 2006): passa a ter três salas de aulas, uma cozinha maior, o almoxarifado torna-se a sala dos professores, e continua com dois banheiros, um feminino e outro masculino.

Em 2006, a escola que era estadual foi transferida para a Administração Municipal – Programa de Ação Parceria Educacional Estado/Município, mudando a denominação para EMEF Companhia Peres (Escola Municipal). Somente em 2012 foi transformada em EMEIEF. “Aroeira”, conforme Lei Municipal nº 2581, de 11/12/2012, extinguindo-se a antiga denominação (Secretaria EMEIEF Valeriano Fonseca, junho, 2016).

Com a municipalização foi construída toda a parte externa que ainda não havia sido feita e, incluindo as varandas na parte da frente da escola, um pátio coberto e um pequeno parque infantil (Foto 1 e 2). No pátio estão distribuídas as mesas, pois é utilizado como refeitório e também para algumas atividades pedagógicas e físicas que são desenvolvidas com os alunos (Foto 3).

De acordo com a Secretária da Escola Valeriano da Fonseca (2016), “entre as décadas de 1970 a 1980 contávamos com mais de 30 escolas na zona rural vinculadas à Escola ‘Valeriano Fonseca’, todas com classes multisseriadas”. Gradativamente elas foram se extinguindo, em decorrência do êxodo rural’ (Secretária EMEIEF Valeriano Fonseca, junho, 2016).

Foto 1: Visão geral externa da EMEIEF Aroeira, de Guaraçai.



Fonte: Dados da Pesquisa, outubro 2015.

Foto 2: Varandas Externas construídas após municipalização da EMEIEF Aroeira.



Autora: Divanir Zaffani Sant'Ana, outubro de 2015.

Foto 3: Pátio utilizado como refeitório, atividades pedagógicas e de educação física da EMEIEF Aroeira.



Autora: Divanir Zaffani Sant'Ana, outubro de 2015.

A EMEIEF Aroeira atende a educação infantil (1ª e 2ª fase) e ao primeiro ciclo do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano). Quando a Escola se municipalizou, contava com três professores e três salas de aula, mas devido à redução do número de alunos, a Escola em (2015) funcionava apenas com duas salas de aula, que são multisseriadas, e duas professoras para atender esses alunos (Foto 4). Uma professora atende a educação infantil e o 1º e 2º anos e a outra atende do 3º ao 5º ano. São professoras capacitadas, com formação adequada para séries que atendem. Essas duas professoras têm curso superior em pedagogia.

Fotos 4: Salas multisseriadas do Ensino Infantil e Ensino Fundamental da EMEIEF Aroeira.



Autora: Divanir Zaffani Sant'Ana, outubro de 2015

Não foi possível ser instalado o 2º ciclo do ensino fundamental (6º aos 9º anos), segundo relato das professoras, porque estas séries necessitam de mais professores, com formação específica para cada disciplina, e também porque o número de alunos é muito pequeno (19 alunos no total) e a distância relativamente grande do núcleo urbano (em torno de 26 km). Este conjunto de fatores acaba por inviabilizar que professores façam esta viagem todos os dias.

A Escola funciona somente no período da manhã, das 7:00 à 11:30 horas, com um intervalo de vinte minutos, no qual as crianças fazem as refeições (9:30 às 9:50hs). No intervalo, as crianças recebem o almoço que é preparado pela merendeira da Escola, com produtos vindo do município de Guaraçaí, fornecidos pela Prefeitura. Faz parte do cardápio diário dos alunos, arroz, feijão, salada e legumes, muitas vezes cozidos com um tipo de carne (frango, carne bovina, peixe ou embutidos como linguiça e salsicha¹) e também é servida uma sobremesa (geralmente uma fruta). Foi verificado que a qualidade da comida é boa, preparada e organizada de maneira eficiente, com uma profissional uniformizada e cozinha limpa, além dos cuidados necessários no manuseio dos alimentos. No início da tarde, três vezes por semana (terça, quarta, quinta), são realizados dois projetos, um de reforço e outro de leitura que são executados pelas duas professoras, das 11:50 às 13:20hs. Como é logo após as aulas regulares, os alunos têm um intervalo de vinte minutos, momento em que é servido um lanche, cujo cardápio geralmente é composto com algum tipo de pão com manteiga e leite com achocolatado.

Uma vez por semana as professoras realizam o HTPC (Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo). Esta atividade é realizada no núcleo urbano, junto com outros professores do município, das 17:40hs as 19:20hs.

A Escola não conta um Projeto Político e Pedagógico específico e as professoras desconhecem qualquer documento específico da Escola. O conteúdo curricular é o mesmo que é ministrado nas escolas do núcleo urbano. Mas, as professoras tentam adaptar o conteúdo à realidade do aluno, pois tiveram contato com as propostas da educação do campo: uma por ter redigido a sua monografia do curso de pedagogia com tema da Educação do Campo e por ter participado de um curso ofertado pelo INCRA (em parceria com uma universidade, mas não se lembrava qual era o nome da instituição); e a outra por ter feito um curso oferecido pelo Pacto - Ler e Escrever. Nos dois casos, as professoras foram dispensadas das suas aulas pela Secretaria de Educação de Guaraçaí e tiveram as suas despesas pagas pela prefeitura. Cabe salientar que devido uma das professoras ter feito a monografia com tema da Educação do Campo, ser moradora do Assentamento São José II, conhecer bem a realidade local e também ter certa autonomia² em conduzir a Escola, esta acaba envolvendo a outra professora na necessidade de estar ministrando as aulas de maneira mais próxima à realidade dos alunos.

No total, a EMEIEF Aroeira contou, em 2015, com apenas 19 alunos e dois professores. Este fato causa temor aos próprios professores de que ocorra o fechamento da Escola. O envelhecimento da população dos assentamentos ao redor e a ausência de moradores nas fazendas da região têm contribuído para a redução do número de crianças nas séries atendidas pela Escola.

A Diretora e a Coordenadora Pedagógica, vinculadas a esta Escola, ficam no núcleo urbano, sendo responsáveis por outra Escola, a EMEIEF Valeriano Fonseca, que funciona como Polo da EMEIEF Aroeira. Ambas participam em atividades na Escola somente quando há reuniões com os pais e professores.

Além das duas professoras, a Escola conta com mais duas funcionárias, ou seja, a merendeira e também outra funcionária que cumpre uma dupla função, a de inspetora de alunos e a de servente (serviços gerais). As duas são moradoras do campo (assentadas),

¹ Os embutidos, como linguiça e salsicha, não são utilizados com frequência. Há uma nutricionista da prefeitura que faz o cardápio desta Escola. A comida é feita no dia e tem sabor muito bom.

² A professora mencionada leciona há 15 anos na Escola, tem liberdade para tomar algumas decisões do cotidiano da Escola, mas não trabalha de forma totalmente autônoma. Ela recebe orientação, durante o HTPC, da coordenadora Pedagógica da EMEIEF Valeriano da Fonseca, mas tem todo apoio (como relata a Diretora), no sentido de poder contribuir no processo de formação dos seus alunos, utilizando nas suas aulas o conteúdo e metodologia que seja mais próximo da realidade dos educandos (conhecimento universal, mas tendo foco o local).

já estudaram nesta escola quando crianças e os seus filhos também estudaram. Na atualidade, em virtude da Escola não atender as séries em que estão matriculados, eles estudam na cidade, dirigindo-se para lá por meio do transporte escolar municipal.

As crianças são todas provenientes da área de assentamentos, fazendas e sítios. Para virem para a Escola utilizam duas Peruas Kombi (Foto 5), que é o meio de transporte disponibilizado pela Prefeitura. Segundo as professoras, os veículos atendem todas as especificações legais, como o cinto de segurança. Todas as crianças vêm para a Escola com esse tipo de transporte. As crianças, mesmo aquelas com menor idade, do Ensino Infantil, veem para a Escola sozinhas, salvo o primeiro dia de aula, quando geralmente são acompanhadas pelos pais.

A distância da Escola em relação ao núcleo sede de Guaraçai é de 26 km. O transporte das crianças da Fazenda Perez e outras fazendas até a Escola envolve cerca de 15 km; enquanto que o transporte dos alunos do Assentamento Aroeira e do Assentamento São José II (apresentam área contígua) envolve a distância de 10 km.

Foto 5: Veículos que fazem o trajeto com os alunos da EMEIEF Aroeira.



Autora: Divanir Zaffani Sant'Ana, outubro de 2015.

A Escola tem 03 (três) salas de aula, sendo que 01 (uma) delas foi adaptada para servir como espaço multiuso (biblioteca, sala de vídeo e sala pedagógica – onde ficam os jogos para desenvolvimento motor e outros jogos lúdicos) (Foto 6); 01 (uma) sala para os professores; 01 (uma) cozinha; 01 (uma) despensa; 02 (dois) banheiros; e uma horta (mas que está a algum tempo desativada). Também dispõe de 01 (um) parquinho infantil (com escorregador, balanço, entre outros equipamentos) (Foto 7) e o pátio coberto (que é utilizado como refeitório, para atividades pedagógicas e algumas atividades de educação física) que aparece na foto 2.

Foto 6: Biblioteca, Sala de Vídeo e Sala Pedagógica da EMEIEF Aroeira e alguns jogos utilizados nas atividades pedagógicas.



Autora: Divanir Zaffani Sant'Ana, outubro de 2015.

Foto7: Equipamentos do Parquinho da EMEIEF Aroeira.



Autora: Divanir Zaffani Sant'Ana, outubro de 2015.

Em relação às reuniões com os pais, elas são realizadas a cada trimestre (3 meses), ou seja, são quatro reuniões por ano. De acordo com as professoras, a grande maioria dos pais participa, mas há um percentual considerável que acha que a escola tem que educar os seus filhos em todas as dimensões. Até os cuidados com higiene pessoal (escovar dente, olhar cabelo, unhas) muitas vezes são verificados pelas professoras da Escola, embora considerem que seria tarefa dos pais.

A Prefeitura tem dado bastante assistência para a Escola, na visão das professoras, sendo que as demandas feitas, com frequência são atendidas. Segundo relato de uma professora, o governo municipal não faz diferenciação no atendimento dos alunos da área

urbana e rural, sendo que todas as programações realizadas nas escolas da cidade³ também são preparadas para as crianças que estudam no EMEIEF Aroeira. Na época próxima ao dia das crianças e outras datas comemorativas, “tudo o que está sendo proposto para os alunos do município também está sendo preparado para as crianças da Escola”, segundo relato de uma das professoras. Em 2015, no Dia das Crianças, todos os alunos foram levados para o núcleo urbano para um passeio de trenzinho pela cidade.

A forma de gestão e avaliação da Diretora da EMEIEF Aroeira

A Diretora da Escola Municipal Valeriano Fonseca, localizada na área urbana do município de Guaraçaí, também atua como Diretora da Escola Municipal Aroeira, pois esta é vinculada à primeira. A gestão da Diretora em relação à EMEIEF Aroeira é realizada por meio de reunião com as duas professoras, sempre que necessário ou quando requisitada por elas. As professoras da EMEIEF Aroeira comparecem um dia à noite por semana na Escola Valeriano Fonseca para realizar a Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo-HTPC, juntamente com as professoras da área urbana. O contato da Diretora com os pais dos alunos é feito em reuniões, realizadas a cada três meses, ou quando requisitada. A Diretora confirmou que atribui bastante autonomia para as professoras, em especial a uma delas que já trabalha na escola há 15 anos (2016), e que também é moradora do Assentamento São José II.

Como a Escola em 2016 funcionava com apenas 19 alunos, procurou-se entender por que não houve a implantação do 2º ciclo do ensino fundamental nesta escola. A Diretora relatou que, para implantar classes do 6º aos 9º anos, a Escola precisaria de professores específicos para ministrar cada disciplina, o que seria um empecilho, pois além da distância, estas séries são geralmente assistidas pelo governo estadual.

Sobre o concurso que as duas professoras fizeram para trabalhar na área rural, a Diretora relatou que se tratou de um concurso específico para atuar nesta Escola rural, mas depois ocorreu a unificação.

Foi feito um concurso específico para a área rural, depois unificou. Por exemplo se um dia extinguir a Escola, eu acho que foi até com esta intenção, quando mudou o nome professor para zona rural, já unificou através da lei mesmo, transformando todos eles em professor do ensino fundamental (Entrevista Diretora EMEIEF Aroeira, maio, 2016).

Mas, a Diretora avalia que a escola não virá tão cedo para a cidade (ou seja, os alunos não serão transferidos para a cidade), porque os candidatos, em época de eleição, já firmam compromisso com os pais para a manutenção da Escola na área rural, e também vê sensibilidade da atual Secretária Municipal de Educação em relação à Escola Aroeira, que além dos cuidados corriqueiros, manda, quando necessário, um jardineiro para manutenção da área externa da Escola.

Sobre o livro didático, a Diretora relatou que as professoras pediram naquele ano (2016) um livro específico para a área rural; e afirma que embora utilizem a grade curricular igual à da Escola Valeriano Fonseca, os professores trabalham a especificidade dos alunos.

Perguntou-se à Diretora se ela tivesse poder de decisão e contasse com o apoio da Secretária de Educação do município, o que ela mudaria na Escola Aroeira. Ela respondeu que colocaria um zelador, pois acredita que a escola comporta um funcionário para estar

³ Como já mencionado, a EMEIEF Aroeira é vinculada à EMEIEF Valeriano Fonseca, que fica no Núcleo urbano de Guaraçaí, e todas as atividades extras, como as festividades são oferecidas pela Prefeitura para os alunos das duas escolas.

cuidando, desta parte externa da Escola. Também relata que antes havia um zelador que morava na casa que hoje é cedida para uma das professoras que leciona na escola. O antigo zelador era esposo de uma professora que se mudou; além de cuidar do jardim e toda área pertencente à Escola, ele tinha uma horta e a Diretora considera que seria necessário ter um funcionário para reativar a horta, fazer canteiro, para ensinar os alunos a plantarem, pois antes a “horta era linda, perdemos isso daí”.

Em relação à formação específica em Educação do Campo para as professoras, a Diretora disse que não foi realizada nenhuma capacitação específica no último ano, “a formação é geral, não é específica para Educação do Campo, mas esse ano eles pediram o livro que veio específico para a área rural, porque antes o material utilizado era todo apostilado”.

Segundo a Diretora, os pais não opinam sobre a especificidade do ensino, sendo que a única reivindicação é uma sala de informática, mas, que aquele momento (maio, 2016) não foram atendidos, “a única coisa que eles veem que é diferente é a falta de computador”. Ao ser questionada se os pais não discutem com a direção sobre o conteúdo que deveriam ser abordados na escola, a Diretora relata que não, e também comentou que na EMEIEF Aroeira não tem aula de inglês, não tem professores específicos de arte e educação física, disciplina que nas escolas da área urbana de 1º ao 5º ano são ministradas por professores formados nas áreas específicas, este problema não é questionado pelos pais. A Diretora expõe que a falta destes profissionais tem a ver com a distância do município e a Escola, número reduzido de aulas/alunos, o que levam os professores a não quererem lecionar naquele local.

Sobre o Projeto Político e Pedagógico, a Diretora relata que a EMEIEF Aroeira por ser vinculada a Escola Valeriano Fonseca, utiliza o mesmo Projeto desta última, assim como o HTPC é realizado na sede municipal e a Coordenadora Pedagógica é a mesma.

Sobre a não implantação da Educação do Campo, a Diretora considera que própria Secretaria Estadual de Educação:

(...) tinha que auxiliar para divulgar o que está acontecendo, como era estadual e vinha dentro dessa política da Diretoria de Ensino, nós continuamos fazendo como fazíamos aqui, sem esse olhar para a Educação do Campo. A gente tem que fazer a *mea culpa* e sentir de ter esse olhar diferenciado para a Educação do Campo, mas talvez isso dê mais trabalho e a gente se acomoda (Entrevista Diretora EMEIEF Aroeira, maio, 2016).

Podemos verificar pelo relato da Diretora que esta não se opõe a proposta da Educação do Campo, pois garante que os professores que atende a Escola têm um vínculo grande com o campo. A única preocupação é que devido ao esvaziamento do campo, envelhecimento dos trabalhadores e a opção destes por um número menor de filhos, há, a cada ano, diminuição do número de aluno na Escola. A Diretora relatou que as famílias do campo vinham exigindo dos candidatos, em cada eleição, a garantia da continuidade da Escola no local.

Característica e visão dos professores sobre a EMEIEF Aroeira

A Escola contou, em 2015, com apenas duas professoras, que são casadas, uma tem 43 anos e a outra tem 48 anos. Uma delas é moradora do campo (Assentamento) e a outra mora na cidade de Guaraçai, mas segundo relato da Diretora da Escola, a professora da área urbana fica durante a semana em uma casa (Assentamento Aroeira) que pertence à Escola, cedida pela prefeitura, não tendo custos para permanecer lá.

As duas são formadas em pedagogia, sendo que uma delas tem pós-graduação na área de inclusão. Uma trabalha como professora há 15 anos e somente exerceu esta

profissão, sendo que atua nessa Escola há 14 anos. A outra docente é professora há 8 anos e todo esse tempo de magistério foi exercido na Escola Aroeira, mas já trabalhou como inspetora de alunos em outra escola e monitora de creche.

Como já mencionado, devido ao pequeno número de alunos (19 no total), as crianças têm aulas em salas multisseriadas, sendo que uma professora atende à educação infantil e do 1º ao 2º ano, e a outra do 3º ao 5º ano. Ministram todas as disciplinas que são exigidas na série atendida (polivalente). As duas professoras começaram a lecionar nessa Escola, pois fizeram um concurso que foi específico para atuar na área rural.

Ao serem questionadas se conheciam as propostas sobre educação do Campo, uma respondeu que sim, e disse que em 2006, quando fez a sua graduação em pedagogia, a sua monografia foi sobre o tema Educação do Campo. A outra não respondeu, mas em outra questão mencionou que fez um curso de qualificação que foi oferecido pelo Pacto - Ler e Escrever, curso que achou muito favorável, pois a professora afirma que os conhecimentos adquiridos têm posto em prática em sala de aula. A outra professora fez um curso que foi oferecido pelo INCRA, ela não se lembra em detalhe de onde eram os professores que ministraram o curso (acha que foi com convênio de uma universidade, junto ao INCRA) e a prefeitura apoiou, permitindo que a professora fizesse o curso e ajudou com custo de deslocamento, alimentação, entre outros. Considerou o curso muito bom, pois soube tirar bastante proveito. (Conseguiu entender o que estava sendo apresentado pelos professores no curso e parte das proposições estava conseguindo colocar em prática nas suas aulas).

As duas professoras avaliaram que estão conseguindo colocar em prática as propostas pedagógicas preconizadas pela Educação do Campo. Uma relata que tem buscado trabalhar sempre com a realidade rural, que é a do aluno. A outra disse que no HTPC, elas organizam os planos de aulas voltados para a realidade dos alunos. Essa iniciativa é aceita pela Secretaria de Educação, e as professoras por iniciativa própria colocam em prática.

Quanto às metodologias⁴ que são utilizadas em sala de aula, uma professora respondeu que procura diversificar, usando todo material possível que enriqueça o aprendizado da criança. A outra que atende as crianças com idade menores (Educação infantil e o 1º e 2º anos) diz que usa nas suas aulas apostilas, atividades diversas xerocadas ou mimeografadas.

Ao serem perguntadas como elas avaliavam os alunos da EMEIEF Aroeira, as duas consideraram “muito bons alunos, presos à realidade do campo, pouco avanço na internet, focados nas atividades do dia a dia”; e a outra avaliou como sendo “disciplinados, interessados, dedicados, que conseguem atingir os objetivos propostos”.

Uma das professoras desloca-se, diariamente, até a Escola por meio de carro próprio, mesmo morando no campo (Assentamento São José II), está a uma distância de 10 km da Escola, enquanto a outra permanece em uma casa ao lado da escola durante a semana.

Quanto à questão de como elas se veem como educadoras do campo, uma das docentes afirma que “particularmente gosta muito, mesmo sendo multisseriadas aprendi muito, pois são séries e anos diferentes”; a outra destaca a sua colaboração para com a Escola: “sou presente, procuro me dedicar ao máximo para não deixar os meus alunos fora da realidade”.

Ao serem questionadas sobre a maior dificuldade delas em relação ao trabalho nesta Escola, uma professora declarou não encontrar dificuldades, pois tem sido bem amparada pelos seus “superiores”. A outra só ressenha nos dias chuvosos, quando a

⁴ Também nesta Escola os professores citaram os materiais que utilizam e não as metodologias empregadas no processo ensino/aprendizagem.

estrada não oferece condições adequadas para o deslocamento, pois mesmo morando no Assentamento durante a semana, em alguns dias vai até Guaraçai para resolver problemas pessoais. A quase totalidade do percurso da cidade até chegar aos assentamentos que são atendidos pela Escola, o caminho é ladeado de cana. Vários caminhões e outras máquinas envolvidas na produção desta cultura foram encontrados pelo caminho, e como são bem mais pesados que os carros de passeio, as estradas, mesmo com frequentes intervenções para manter o bom estado de conservação (como na época da pesquisa), com as chuvas, há vários lugares em que fica difícil a passagem.

Em relação aos pontos positivos de trabalhar na referida Escola, as conversas prévias e as respostas indicam que as professoras estão contentes em trabalhar no campo. Uma respondeu que “primeiramente ama o campo” e acha bastante importante o fato de ter apoio da “política municipal”. A outra enaltece os alunos referindo-se a eles como educados e comprometidos com a vida escolar, comenta também que pode ter uma visão da gestão escolar referente à alimentação, materiais escolares e pedagogia. Cabe outra vez salientar que as duas professoras conduzem o cotidiano escolar, com o apoio à distância da Diretora e Coordenadora Pedagógica do núcleo urbano. Os relatos destas professoras atendem a que tanto Paulo Freire preconizava:

Ensinar exige respeito aos saberes dos educandos, criticidade, pesquisa, estética e ética, risco, aceitação do novo, rejeição a qualquer discriminação, reflexão sobre a prática, reconhecimento e ascensão à identidade cultural, segurança, competência profissional, generosidade, comprometimento, autoridade, tomada consciente de decisão, disponibilidade para o diálogo, curiosidade, alegria, esperança, convicção que a mudança é possível e, entre outras coisas, querer bem aos alunos (FREIRE, 1996, p.37)

A última pergunta sobre o salário do professor no Brasil levou as duas professoras a declararem que ainda a profissão é mal remunerada no Brasil. Uma respondeu: “sem dúvida é difícil, me sinto desvalorizada diante de tantos outros profissionais, muito desanimada, mas só por amor ao que faço, vale a pena continuar”; já a outra comentou: “infelizmente a classe do professor foi esquecida, tanto na remuneração, como vista pela maioria das pessoas, hoje leciona quem realmente ama o que faz”.

Características dos alunos de 4º e 5º anos EMEIEF Aroeira

Do total de 19 alunos que estudam na EMEIEF Aroeira (2015), 8 alunos do 4º e 5º ano foram pesquisados. Os resultados da pesquisa mostraram que todos os alunos estão com idade/série adequados. Também todos os alunos já moraram em outras localidades além da atual, destes 75% dos alunos moraram em outras localidades na Microrregião de Andradina. Quanto à profissão que pretendem ter no futuro, a mais mencionada (3 alunos) foi a de veterinário. A maioria (5 alunos) pretende morar na cidade quando forem adultos. Os animais e a natureza são os aspectos que os alunos mais gostam no campo. As compras são citadas por 50% dos alunos (quatro) como o que eles mais gostam da cidade. O que não gostam no campo está relacionado ao medo de animais (cobra - 3 alunos) e também houve 3 alunos que disseram, genericamente, que não gostam do campo (“não tem nada”). O que não gostam na cidade está mais relacionado à vida agitada que as pessoas geralmente têm na área urbana. A grande maioria aprova a infraestrutura física, o ensino e os professores. Disseram que utilizam no sítio dos pais o que aprenderam na escola, citando conhecimentos relacionados às plantas/animais, cuidados com lixo e para não ter foco de dengue, além de leitura e brincadeira. Os alunos responderam que vão para a Escola para aprender e/ou estudar.

Considerações finais

A implantação de proposta de educação problematizadora/crítica voltada aos povos do campo, que é cerne da Educação do Campo possibilitaria aos sujeitos sociais uma base sólida, por meio da qual possam desenvolver a consciência da realidade em que vivem. A partir dessa consciência se tornam mais propensos a se unirem pela mesma luta, pelos objetivos e ideais em comum, para reivindicarem e ajudarem a construir políticas públicas que possam contribuir com o desenvolvimento sustentável do campo (nas dimensões sociais, econômicas, políticas, ambientais e culturais) e com isso melhorar a qualidade das pessoas que lá vivem e trabalham.

A Escola Aroeira, apesar do pequeno número de alunos, do sistema multisseriado e do conteúdo comum às escolas do meio urbano, buscava, por meio do esforço e comprometimento de suas duas professoras, adaptar o ensino-aprendizagem à realidade dos educandos, um dos preceitos da Educação do Campo. No entanto, a concentração de terra na região, o envelhecimento da população do campo, o número reduzido de filhos por casal, e a falta de vontade de permanecer no campo da maioria dos alunos, já indicavam que a Escola do campo corria riscos de ser fechada, o que ocorreu no final de 2018 (em 2020 foi aberta uma escola em outro assentamento do município, o Nova Vila que passou receber os alunos dos Assentamentos Aroeira e São José II, além das fazendas próximas).

Com o atual governo federal avesso à humanização e à postura crítica da educação, as pequenas unidades escolares somente terão possibilidade de continuar funcionando, quando houver mobilização e resistência das famílias em não aceitar sua desativação e uma postura minimamente sensível das administrações dos municípios.

Referências

BATTESTIN, S. **Ser jovem e ser agricultor:** a agricultura familiar como perspectiva e projeto de vida para filhas e filhos de agricultores do município de Anchieta-ES. 2009. 206 f. Dissertação (*Magister Scientiae*) - Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal Viçosa, Viçosa, 2009.

BEZERRA, M. C. S.; BEZERRA NETO, L. Escola sem Partido na Educação do Campo. **Revista Exitus**, v. 7, p. 14-33, 2017.

BRASIL. Lei nº 12.960, de 27 de março de 2014. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 mar. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12960.htm>. Acesso em: 20 mai.2016.

BRASIL. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. **Diário Oficial da União (D.O.U.)**, de 05/11/2010, p.01. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária –PRONERA. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm>. Acesso em 15 jul. 2019.

BRASIL. **Censo Escolar de 2014**. Brasília (DF): Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 2014.

CASTRO, E. G. **Entre Ficar e Sair**: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural. 2005. 444 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

COLOGNESE, S. A.; MÉLO, J. L. B. A técnica de entrevista na pesquisa social. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 143 – 159, 1998.

FERNANDES, B. M.; MOLINA, M. C. O campo da Educação do Campo. In: MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S. A. (Orgs.). **Por uma Educação do Campo**: Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo. Brasília: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2004. p. 39-66.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, M. **A escola dos meus sonhos**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2019. 332 p.

GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: ArtMed, 2009. 198 p.

KOLLING, E. J.; CERIOLLI, P. R.; CALDART, R. S. **Educação do campo**: identidade e políticas públicas. São Paulo: ANCA, 2002, p. 37-46.

MAY, T. Observação participante: perspectiva e prática. **Pesquisa Social: questões e métodos e processos**. Trad. Carlos Alberto Silveira Netto Soares, 3ª ed. Porto Alegre: Atmed, 2004.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. **Mais de 4 mil escolas do campo fecham suas portas em 2014**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2015/06/24/mais-de-4-mil-escolas-do-campo-fecham-suas-portas-em-2014.html>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

MUNARIM, A. Educação do Campo no cenário das políticas públicas na primeira década do século 21. **Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 85, p. 51-63, abr. 2011.

NUNES, K. C. S. BEZERRA NETO, L. Políticas educacionais para a Educação do Campo: uma análise histórica. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 6, n. 2, p. 289-304, 2017.

SANT'ANA, D. Z.; SANT'ANA, A. L. Características e percepções dos alunos de uma escola rural, em Selvíria (MS), sobre a vida no campo e o futuro. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 30, n. 3, p. 55-69, 2012.

TURRA NETO, N. **Pesquisa qualitativa em Geografia I**. 2013. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Necio_Turra_Neto/publication/236848335_Pesquisa_Qualitativa_em_Geografia/links/0046351962898014ff000000.pdf>. Acesso em: 15 jun.2019.

VOMERO, F. M. A voz do campo. **Revista Educação**, São Paulo, ed. 207, jul. 2014. Disponível em:<<http://revistaeducacao.com.br/textos/207/a-voz-do-campo-318118-1.asp>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

Documento

II CONFERÊNCIA NACIONAL POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO. Luziânia (GO), 2 a 6 de agosto de 2004 (Relatório final).

MARKETING RURAL: UMA OUTRA POSSIBILIDADE DE MARKETING PARA AGRICULTURA ORGÂNICA FAMILIAR

SANTOS, PAULO EDIMAR ¹

¹ Administrador de Empresas, mestre e doutorando pela, FEAGRI- Faculdade de Engenharia Agrícola - UNICAMP. edimar.santos@feagri.unicamp.br

ESQUERDO, DE SOUZA FERREIRA VANILDE ²

² Engenheira Agrônoma, Professora Doutora da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp. vanilde.esquerdo@feagri.unicamp.br

Marketing rural: uma outra possibilidade de marketing para agricultura orgânica familiar

Rural marketing: another marketing possibility for organic family farming

Comercialización rural: otra posibilidad de comercialización para la agricultura familiar ecológica

Resumo: Os produtos orgânicos entraram indiscutivelmente no mercado de alimentos, a demanda do mercado por esses produtos se expandiu rapidamente nas últimas décadas, não restando dúvidas sobre a continuidade de expansão desse mercado. Verificou-se que embora exista uma crescente demanda pelo produto orgânico, os produtores orgânicos familiares ainda possuem muitas dificuldades para comercializarem seus produtos de forma eficaz. Para tanto o objetivo do trabalho foi criar uma nova outra forma de divulgação de produtos orgânicos baseada a partir das respostas de 25 agricultores que se identificavam como produtores de produtos orgânicos familiares de Campinas-SP e região. A pesquisa apontou que 21 dos 25 entrevistados não fazem nenhum tipo de divulgação do produto, verificamos ainda que embora 23 dos agricultores acreditem na força da marca, apenas quatro dos agricultores colocam marca na embalagem de seus produtos; somente um agricultor fez personalização em carros ou veículos da frota e apenas quatro trabalham com algum tipo de personalização. A partir deste estudo ficaram evidenciados que o uso do marketing pela agricultura orgânico familiar traz diferentes interesses, prioridades e desafios, pois quando são colocados em evidência os valores ecológicos, regionais e sociais do movimento orgânico os consumidores procurarão cada vez mais adquirir o produto.

Palavras-chave: Marketing; Agricultura Orgânica; Mercado.

Organic family farmers nem semper possuem resources to disseminate their products, this way, to comunicação com o público just não ocurcendo. Ally to isso, the farmers ainda possuem pouco ou nenhum conhecimento em marketing, which could help the na promoção de seus produtos. In this context or challenge, we will develop a local marketing model for organic products from the realization of a small family farmer. For this purpose, semi-structured interviews were carried out with 25 farmers who identified themselves as producers of family organic products of many farmers in Campinas-SP e região, we verified two farmers interviewed não fazem nenhum type of product disclosure, and they were interested in coloca brand na embalagem de seus produtos. Foi mailed a new marketing proposal based on a marketing mix with evidence that the use of organic family farming traces different interests, priorities and challenges, when they are placed in evidência the ecological values and social movement sociais consumers will procure each Once you acquire or produce.

Palavras-chave: Marketing; Organic agriculture; Market.

Resumen: Agricultores familiares orgánicos nem sempre tiene recursos para divulgar sus productos, una forma, una comunidad con el público que acaba de ocurrir. Al mismo tiempo, usted puede tener mucho éxito en el marketing y la comercialización, así como en la promoción de sus productos. Este contexto o desafío debe ser empleado para el desarrollo de un modelo de marketing local para productos orgánicos a partir de la realidad familiar o familiar. Para ello, se realizaron entrevistas semi-estructuradas con 25 proveedores que se identificaron como productores de productos familiares familiares y de número de Campinas-SP y de organizaciones, verificaciones de los participantes entrevistados, y no sólo de forma gratuita. Marca na embalagem de seus produtos. Foi criada uma nova proposta de mercadotecnia baseada no mix de mercadotecnia onde ficou evidenciado que uso para mercadotecnia pela agricultura orgánica familiar familiar se relaciona con diferentes, los desafíos y los desafíos, los poemas en la posición de colocados en la evidencia de los valores ecológicos y la sociedad de los medios de comunicación de bienes y servicios. Una vez que haya adquirido o produto.

Palabras clave: Marketing; Agricultura orgánica; Mercado.

Introdução

Há algumas décadas floresceu a consciência ambiental na sociedade, especialmente em função dos impactos ambientais gerados pela agricultura convencional, baseada no modelo da Revolução Verde, altamente dependente de insumos químicos. Tal consciência gerou demanda por produtos que não agridam o meio no qual vivemos, possibilitando assim novos padrões e exigências de consumo.

O produto orgânico se encaixa nas novas exigências do consumidor, uma vez que os métodos utilizados na agricultura orgânica têm como objetivo manter os agroecossistemas os mais estáveis possíveis e autossustentáveis por meio de princípios ecológicos e de conservação dos recursos naturais.

De acordo com FIBL - *Forschungsinstitut für biologischen Landbau* (O Instituto Alemão de Pesquisa de Agricultura Orgânica) e a *International Federation of Organic Agriculture Movements* (A Federação Internacional de Movimentos da Agricultura Orgânica) FIBL e IFOAM (2018) as vendas de produtos orgânicos, em escala mundial, eram cerca de US\$ 82 bilhões em 2015, alcançaram quase US\$ 90 bilhões em 2016 e a área de produção orgânica que era um total de 50,9 milhões de hectares no final de 2015, aumentou em 2016 para 58 milhões de hectares.

Em termos de mercado brasileiro FiBL e IFOAM (2018) colocam ainda que os valores foram estimados em R\$ 2,5 bilhões somente em 2016, chegando a mais de R\$ 3,5 bilhões em 2017. Em levantamento realizado pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar – SEAF (2018), vinculada à Casa Civil, em apenas três anos foi registrado mais do que o dobro de crescimento do plantio de produtos orgânico no solo brasileiro, chegando a 950 mil hectares registrados em 2016, impulsionados, principalmente, pela agricultura familiar.

De acordo com o Censo Agropecuário de 2017 o número de estabelecimentos agropecuários com produção orgânica no Brasil foi de 68.716. A região Sudeste é a que mais produz produtos orgânicos, totalizando 333 mil hectares, tendo 19.694 estabelecimentos registrados como orgânicos.

Com o intuito de conquistarem vantagens competitivas e acessarem um nicho diferenciado de mercado, empresas passaram a realizar ações de marketing e declarações ambientais de seus produtos. Ações de marketing com base no contexto da agricultura orgânica foram criadas incorporando uma vasta gama de atividades para essa nova realidade, incluindo a elaboração e modificação de produtos, mudança nos processos produtivos, mudança nas embalagens, e também no perfil da propaganda.

Os consumidores são levados a comprar uma série de produtos ecologicamente corretos, certos de seus benefícios. No entanto, muitos desses consumidores não identificam quem são os produtores desses produtos. Estratégias de marketing adequadas podem contribuir para a promoção de produtos orgânicos, especialmente os que estão ligados à agricultura familiar.

Neste sentido, a pergunta norteadora deste trabalho foi: Quais as formas mais adequadas de promover o produto orgânico no contexto da agricultura familiar?

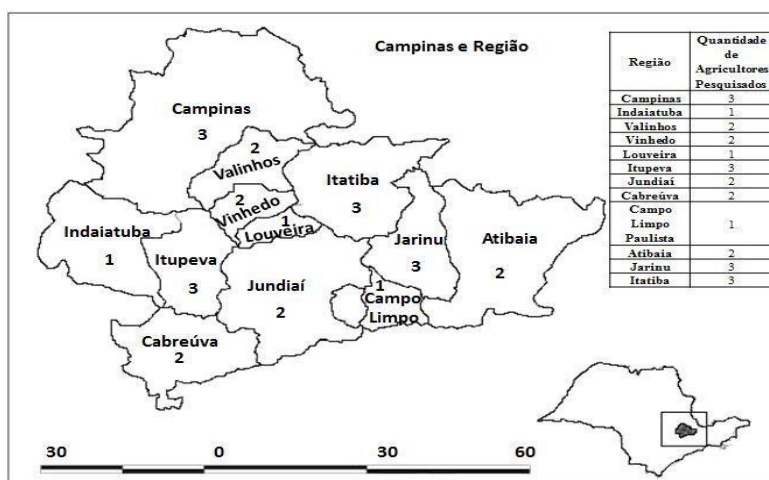
Analisar de que forma os agricultores familiares da região de Campinas e entorno podem utilizar o Mix de Marketing para a promoção dos produtos orgânicos por eles produzidos é o objetivo deste trabalho.

Metodologia

Esta pesquisa foi realizada com 25 produtores familiares, cuja característica principal estava relacionada aos membros da família representar a principal fonte de trabalho na propriedade, ou seja, o trabalho é familiar. Todos os produtores são orgânicos, sendo certificados, não certificados e em processo de certificação. A identidade dos agricultores foi mantida em sigilo.

A pesquisa foi realizada numa das principais regiões do Estado de São Paulo, a região de Campinas e entorno, que possui infraestrutura de transporte privilegiada, servido pelas principais rodovias do Estado de São Paulo, dentre elas, a SP348-Rodovia dos Bandeirantes, SP330 Rodovia Anhanguera e SP065 Rodovia Dom Pedro I. Vale destacar também a proximidade com os dois maiores centros consumidores do país, os municípios de São Paulo e Campinas, contando também com a facilidade de acesso ao Porto de Santos. Esta região também está na área de influência do Aeroporto Internacional de Viracopos, com grande vocação cargueira, localizado a 14 quilômetros de Campinas e a 99 quilômetros de São Paulo, tendo acesso pelas rodovias: Santos Dumont, Bandeirantes e Anhanguera, as quais também servem os municípios onde se localizam as propriedades pesquisadas: Atibaia; Cabreúva; Campinas; Campo Limpo Paulista; Indaiatuba; Itatiba; Itupeva; Jundiaí; Jarinu; Louveira; Valinhos e Vinhedo.

Figura 1 - Mapa da região de estudo.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE.

Nesta pesquisa nos valem da amostragem intencional não probabilística e a técnica utilizada para a amostragem dos agricultores familiares que seriam pesquisados foi a “*snowball sampling*”, amostragem bola de neve, que de acordo com Bernard (2005) trata-se de um método de amostragem de rede útil para se estudar populações difíceis de serem acessadas ou estudadas ou que não há precisão sobre sua quantidade. Assim, a cada produtor orgânico pesquisado solicitava-se que o mesmo indicasse um produtor “amigo” com um sistema de produção o mais parecido possível ao seu.

Além da técnica da Bola de Neve, estabelecemos também alguns critérios para a definição da nossa amostra:

- Agricultores familiares localizados na Região de Campinas e entorno;
- Agricultores familiares que se identificavam como orgânicos;

Para esta pesquisa, os agricultores familiares foram entendidos como aqueles cuja mão-de-obra utilizada na propriedade é familiar, podendo ter contratada desde que o número seja inferior ou igual à mão-de-obra familiar. Neste sentido, seguimos a tipologia de Kageyama, Bergamasco e Oliveira (2013, p. 110) que estabeleceram a partir de dados do Censo Agropecuário de 2016 três tipos de agricultores familiares:

- Tipo 1 – Assentado (estabelecimento originário de projeto de assentamento)
- Tipo 2 – Exclusivamente familiar (opera apenas com mão de obra da família do produtor, sem nenhum tipo de pessoa contratada);
- Tipo 3 – Familiar com contratado ou “misto” (tem mão de obra contratada, mas em quantidade menor que ou igual, em equivalentes- -ano, a mão de obra familiar)
- Nesta pesquisa, nos valem dos Tipos 2 e 3. Os agricultores familiares do Tipo 2 foram 6 e os do Tipo 3 foram 19.

Para a coleta de dados foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os agricultores. Este tipo de entrevista fornece certo grau de liberdade ao pesquisador, que faz uso de um roteiro de perguntas, podendo também acrescentar outras que julgar necessárias, sem perder a objetividade.

De acordo com Triviños (1987, p.146), a entrevista semiestruturada é

[...] aquela que parte de certos conhecimentos básicos apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta forma, o informante seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar do conteúdo de pesquisa.

Foram formuladas perguntas abertas e fechadas, bem como de múltipla escolha. As perguntas foram agrupadas e ordenadas em cinco blocos, procurando seguir uma sequência lógica iniciando com perguntas simples e gerais e terminando com as mais difíceis e mais específicas. Nesta pesquisa foram considerados os indicadores que mostram as principais características dos produtores familiares orgânicos, bem como: os instrumentos utilizados na tomada de decisão; como o produtor gerencia as atividades de produção; como busca dos melhores resultados financeiros; como se organiza e planeja as ações de capital e como divulga seus produtos sob o ponto de vista de marketing.

A realização das entrevistas ocorreu entre março e julho de 2018.

Os dados foram sistematizados e organizados em tabelas e gráficos, que foram analisados à luz da teoria de marketing e produção orgânica familiar.

A pesquisa ainda contou com a aprovação do Comitê de ética e Pesquisa da Unicamp - Plataforma Brasil. (Anexo III)

Quadro 1. Caracterização dos agricultores pesquisados.

DADOS SOBRE O AGRICULTOR PESQUISADO										
AGRICULTOR FAMILIAR (AF)	MUNICÍPIO	ÁREA	IDADE	GÊNERO	PRODUTOS COMERCIALIZADOS					
					H - HORTICULTURA	F - FRUTICULTURA	PA - PRODUÇÃO ANIMAL	T - TUBÉRCULOS	G - GRÃOS	L - LEGUMINOSAS
AF 1	CAMPINAS	27 ha	65	Masculino	H	F				
AF 2	CAMPINAS	10 ha	63	Feminino		F				
AF 3	CAMPINAS	15 ha	54	Masculino	H	F	PA	G	T	
AF 4	INDAIATUBA	13 ha	57	Masculino	H	F				
AF 5	VALINHOS	18 ha	53	Feminino	H	F				
AF 6	VALINHOS	6 ha	66	Masculino	H					
AF 7	VINHEDO	10 ha	65	Masculino	H					
AF 8	VINHEDO	5 ha	40	Masculino	H				T	
AF 9	LOUVEIRA	10 ha	60	Masculino	H					
AF 10	ITUPEVA	30 ha	40	Masculino	H	F	PA	G	T	
AF 11	ITUPEVA	28 ha	46	Masculino	H	F				
AF 12	ITUPEVA	35 ha	47	Masculino	H	F				L
AF 13	JUNDIAÍ	32 há	48	Masculino	H	F				L
AF 14	JUNDIAÍ	16 ha	66	Masculino	H					
AF 15	CABREÚVA	5 ha	64	Feminino	H	T				
AF 16	CABREÚVA	3 ha	50	Masculino	H					
AF 17	CAMPO LIMPO PAULISTA	5 ha	55	Feminino	H				T	
AF 18	ATIBAIA	30 ha	66	Masculino	H	F				
AF 19	ATIBAIA	40 ha	65	Masculino	H	F				L
AF 20	JARINU	15 ha	58	Masculino	H	F			T	
AF 21	JARINU	24 ha	59	Masculino	H	F				
AF 22	JARINU	22 ha	67	Masculino	H	F				

AF 23	ITATIBA	13 ha	65	Masculino	H					
AF 24	ITATIBA	33 ha	49	Masculino	H					
AF 25	ITATIBA	35 ha	59	Masculino	H	F				

Fonte: Dados da pesquisa.

Apenas dois agricultores na região de Cabreúva não possuíam a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Verifica-se por meio do Quadro 9 que a maior parte dos agricultores pesquisados são homens, porém as atividades realizadas pelas mulheres nas propriedades eram muito importantes, visto que na maioria das entrevistas que foram realizadas estavam presentes o homem e a mulher. Verifica-se também que apenas uma propriedade não trabalha com horticultura. Destaca-se nestas propriedades a produção de fruticultura como manga, acerola, banana, laranja, limão, pitaya, jabuticaba, caqui, morango, uva, figo.

Resultados e discussões

De acordo com o que até então foi abordado, os produtos orgânicos entraram indiscutivelmente no mercado de alimentos, a demanda do mercado por esses produtos se expandiu rapidamente nas últimas décadas, não restando dúvidas sobre a continuidade de expansão desse mercado.

O crescimento da agricultura orgânica é uma resposta a um aumento do consumo por alimento saudável, livre de substâncias químicas nocivas produzido de forma sustentável, porém, verificou-se que embora exista uma crescente demanda pelo produto orgânico, os produtores orgânicos familiares ainda possuem muitas dificuldades para comercializarem seus produtos de forma eficaz. A pesquisa apontou que 21 dos 25 entrevistados não fazem nenhum tipo de divulgação do produto.

Os problemas de marketing encontrados estão relacionados principalmente a distribuição e promoção do produto. Embora 23 dos agricultores acreditem na força da marca, apenas quatro dos agricultores colocam marca na embalagem de seus produtos; somente um agricultor fez personalização em carros ou veículos da frota e apenas quatro trabalham com algum tipo de personalização.

A utilização do Marketing para a promoção da agricultura familiar orgânica é fundamental, pois este é um instrumento importante para todos os níveis de negócios, sejam eles do meio rural ou urbano. Assim um Marketing Orgânico Familiar (MKTOF) pode contribuir para que o agricultor promova o seu produto, pois pode aproximar o consumidor do produtor em um processo de troca pelo qual uma parte troca algo de valor com outra parte pelo benefício percebido de cada uma.

Muitas vezes os consumidores são inicialmente atraídos por produtos orgânicos por razões pessoais, mas o desafio está em comunicar e cultivar o entusiasmo dos consumidores para conseguir seu apoio aos benefícios não diretos do produto.

Geralmente, as diferentes organizações de marketing enfatizam primeiramente os benefícios diretos da agricultura orgânica para os consumidores (saúde da família, do planeta etc.) e o que se percebe é a pouca visibilidade sobre quem é o produtor orgânico familiar e os benefícios da produção local. Os produtores locais de alimentos são geralmente familiares e precisam operar muitas atividades diferentes para administrar a propriedade, de modo que a ideia de colaborar com um modelo de divulgação de marketing (focado na visibilidade de quem é o agricultor, sua família, sua região) pode ajudá-los a se tornarem mais eficientes.

Os produtores locais de alimentos orgânicos muitas vezes possuem pequenas propriedades, e têm com raízes na produção agrícola com base na capacidade de trabalho da família. São agricultores que lidam com todas as operações necessárias, incluindo vendas e divulgação de pequenos volumes diretamente para os consumidores. Isso requer competências bastante diferentes e pode restringir a capacidade do negócio. Neste sentido, a utilização das ferramentas de marketing para a agricultura orgânica familiar torna-se importante. É um olhar do marketing para todos os aspectos que envolvem a produção de base familiar.

Desta forma, o MKTOF pode contribuir para que o agricultor possa divulgar seus produtos e serviços de maneira mais abrangente, contribuindo para a agricultura orgânica familiar e para a sociedade de um modo geral. A proposta de MKTOF não se refere apenas aos melhores anúncios ou promoções de alto incentivo, mas ao melhor uso de técnicas que facilitem ao consumidor o conhecimento da real importância da agricultura orgânica de base familiar e local.

Assim, o Mix de Marketing pode ser utilizado com o foco nas especificidades da agricultura orgânica familiar, para tanto observamos que é necessário:

- Melhorar o acesso à informação por parte dos consumidores sobre produtos orgânicos, principalmente sobre quem é o produtor;
- Trabalhar a consciência do consumidor sobre os benefícios da produção local;
- Demonstrar a diferença da produção orgânica familiar e a produção orgânica patronal;;
- Melhorar a divulgação dos produtos por parte dos produtores.

Os agricultores orgânicos familiares muitas vezes enfrentam dificuldades quando comercializam seus produtos em função da alta concorrência no mercado comum de alimentos. Para lidar com essa situação, apresenta-se propostas para comercialização dos produtos buscando uma conexão mais direta com os consumidores.

Os Novos caminhos de Marketing para agricultura orgânica familiar

A agricultura orgânica familiar quase sempre é orientada para o produto. A venda direta aos clientes levou subsequentemente à proposta de trabalhar as noções de marketing levando em consideração às especificidades do agricultor orgânico familiar.

Figura 1: Marketing Orgânico Familiar



Fonte: Elaborado pelos autores.

Produto Orgânico Local

O produto orgânico tem forte relação com o local, uma vez que os produtos orgânicos possuem forte conexão com a terra (a ética de cuidar do solo, da água e da biodiversidade). De acordo com Kotler e Armstrong (2005), o marketing de local refere-se à adaptação do modelo genérico e muito popular de "4ps" (produto, preço, local, promoção) e seu desempenho no procedimento de marketing de local da região.

A comunidade (local) pode fornecer uma estrutura excelente para o desenvolvimento do MKTFO, pois é equitativo em nível regional, e quando bem divulgado possui a capacidade de promover o mercado, as tradições e culturas locais, o que pode ajudar na atração e fidelização de consumidores. Os consumidores podem não conhecer o produtor orgânico pessoalmente, mas podem ao menos ter alguma garantia de que seu alimento é realmente cultivado localmente, o Marketing pode ser uma das formas mais potentes de promover o produto orgânico local porque, para que o local prospere, ele deve ser devidamente identificado e transmitido de forma confiável aos consumidores.

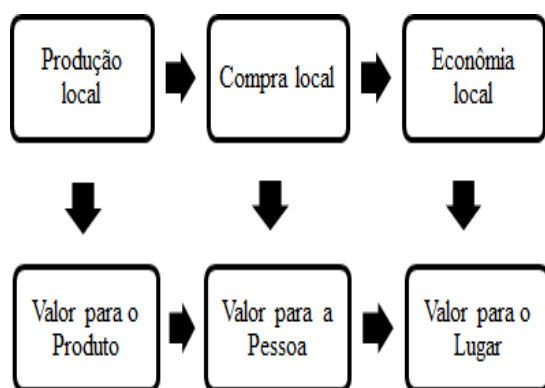
O agricultor orgânico deve reforçar nas características do seu produto a tradição, a família, o artesanato e o seu histórico.

O MKTOF de produção local pode criar uma demanda urbana e uma ligação favorável e personalizada com as áreas mais próximas, o que pode contribuir para manter os empregos e a fortalecer a agricultura orgânica familiar.

Segundo Giovannucci et al. (2009, p.6) as vantagens em consumir produtos locais são: produtos mais frescos; apoio à economia e tradições locais; redução do transporte e processamento que prejudicam a natureza; menor custo; relacionamento com os agricultores; segurança alimentar; melhor nutrição; melhor sabor; e uma reação contra sentimentos de alienação e desconexão da terra (quanto mais longe do local maior a sensação de produto industrializado).

A essa consideração Giovannucci et al. (2009, p. 9) acrescentam ainda que o local pode ser conceituado principalmente como uma comunidade, “uma eco-região ou uma biorregião que tem características distintas de pessoas e lugares”. Desta forma, promover mais a produção e compra local reforça também a economia local e mantém os alimentos circulando nas comunidades que estão próximas dos produtores. Além disso, promove o turismo, e ajuda a aumentar as vendas dos produtos.

Figura 2 – Desenvolvimento Local e Proposta de pessoa, valor e lugar.



Fonte: Elaborado pelos autores.

A proposta de valor produção local - compra local - economia local e produto-pessoa-lugar mostrada na figura 29 nada mais é do que uma maneira de fazer com que o público crie um relacionamento direto com um agricultor e, assim passe a participar de sistemas alimentares locais com um nível significativo de confiança diminuindo cada vez mais a necessidade de produtos convencionais que percorrem longas distâncias para chegar ao consumidor.

Reforçar a importância da produção local ajuda a dar credibilidade aos produtos de origem orgânica familiar, produtos cujo valor é difícil para os consumidores compreenderem, o marketing pode fornecer maior medida de integridade e honestidade sobre os produtos locais.

Pesquisas encontradas nos trabalhos de Morgan et al. (2002/2004); Kavartzis e Ashworth (2005) mostraram que as rotas locais de alimentos geram níveis mais altos de gastos retornados à economia local do que gastos por meio de pontos de venda.

Os resultados deste trabalho confirmaram a falta de uma definição clara e abrangente de marketing entre agricultores orgânicos locais. Verificamos que os mesmos reconhecem a necessidade de se conectarem com os consumidores, e os consumidores, por sua vez, com o alimento que consomem, assim a principal tarefa é transmitir isso por meio de estratégias do Mix de Marketing.

O Marketing Local de produtos deve ser enfatizado mais fortemente pelos produtores, e os consumidores também devem ser lembrados dos benefícios da comunidade para os gastos dentro da economia local. Influenciar o comportamento do consumidor através do marketing e da reeducação do que é o produto orgânico familiar local pode contribuir para o acesso a novos mercados.

Dentre as funções do marketing de produto que os agricultores desta pesquisa necessitariam desenvolver estão relacionadas com:

- Desenvolvimento de posicionamento do produto;
- Desenvolvimento de mensagem da empresa sobre o produto; e
- Desenvolvimento do diferencial competitivo do produto, frente aos concorrentes.

Os produtores apreciam o contato direto com os clientes, e as vendas diretas proporcionam quadros únicos para comunicar a qualidade do produto e, principalmente, os valores associados à mercadoria (as histórias sobre o produto e sobre o produtor).

Produto orgânico tradicional

É uma tarefa desafiadora trabalhar com marketing focado em produtos tradicionais orgânicos, porém este modelo pode ter um futuro brilhante, desde que o agricultor familiar consiga incluí-lo em seu modelo de gerenciamento da propriedade.

A compreensão de sistemas tradicionais da produção pode revelar os indícios importantes para desenvolvimento do MKTOF. Segundo Altieri (2001) os agricultores possuem conhecimento e compreensão sobre diversidade agrícola, que manuseiam, eles extraem informações do meio, através dos sistemas especiais de conhecimento e percepção, preservam e repassam informações de geração em geração, por meios orais e empíricos.

A utilização do marketing que reforce a importância dos produtos orgânicos de base familiar como demonstrado neste trabalho exige um alto grau de maturidade de marketing.

Demonstrar que não se trata apenas de um retorno ao passado, e sim que o produto familiar possui grande potencial de mercado é o desafio a ser encontrado.

A agricultura orgânica (familiar) apresenta algumas vezes uma característica de território, a produção de alimentos típicos da região preservando assim as tradições familiares e culturais do mesmo.

Preço Justo

A segunda proposta refere-se ao Preço praticado pelo agricultor, quando o consumidor desconhece o que é produzir organicamente e seus benefícios, eles simplesmente vão comparar os preços dos orgânicos com os produtos convencionais, e nesta comparação sem conhecer o benefícios dos orgânicos, o convencional sobressai.

Segundo Monroe (2003), a função do estabelecimento preço de um produto ou serviço não está relacionado apenas a indicar o custo de uma compra para o consumidor, isso é algo mais complexo. O preço é responsável pela formação da percepção de valor e um indicativo do nível de confiança e qualidade de um produto. A relevância da estratégia de preços deve ser inserida na estratégia de marketing do agricultor para a geração de melhores resultados.

No MKTOF, para justificar o preço a ser pago, é essencial comunicar o valor oferecido pela melhoria do meio ambiente, além disso, um “Preço Justo” aumenta as intenções de compra e pode aumentar a fidelidade dos clientes, sustentando assim os negócios no futuro. De acordo com Maxwell (1999, p.9) um preço considerado justo, é um julgamento de que o preço foi “justificado”, que é “livre de favoritismo, preconceito, imparcial, equitativo, consistente com regras, um preço lógico e ético”.

Em MKTOF o Preço deve se concentrar em uma orientação de comércio justo. Isso significa que a transação comercial deve basear-se na transparência, equidade e respeito por todas as partes. Diller (2008) propôs um modelo no qual considera a justiça de Preço como uma construção multidimensional cujos componentes importantes referem-se a: honestidade de preço, confiabilidade de preço e valor.

Ao oferecer um Preço Justo, o agricultor pode contribuir para um desenvolvimento sustentável, ofertando aos seus clientes um bom valor e sendo responsável socialmente. Como verificado nesta pesquisa o agricultor, em sua maioria (20 agricultores) entendem a importância do preço para a compra do produto orgânico, apenas cinco não concordam que o preço seja relevante. Embora 23 dos agricultores pesquisados tenham afirmado que os clientes não reclamam do preço, o desafio é como fazer o cliente de produto orgânico familiar compreender que o preço praticado é Justo?

Preço Justo (confiança)

Em suma, quando os consumidores julgam que o preço e o processo de precificação do agricultor são injustos, quando concluem que o mesmo não está cumprindo as regras, estes serão motivados a não comprar o produto. Porém, quando o agricultor consegue transmitir confiança de que o preço é Justo o consumidor não encontra dificuldade em pagar o que esta se pedindo. Segundo Maxuel (1999, p.15) confiança é “tomar uma decisão como se a outra pessoa ou pessoas obedecessem às regras éticas comuns que estão envolvidas na situação”. Com a confiança o agricultor prova aos clientes que entregam um produto orgânico com valor verdadeiro. Sem confiança, é impossível o consumidor entender que o preço praticado seja Justo.

Preço Justo (honestidade)

A honestidade de preços é uma nova abordagem de marketing proposta neste tópico. A honestidade de um preço respeita e considera o consumidor, se bem praticado pode promover relacionamentos com os consumidores, diminuindo a sensibilidade quanto ao preço praticado.

O que pode evidenciar se o preço praticado é honesto (preço que reflete os custos totais do agricultor, bem como a margem de lucro que leve ao atendimento das necessidades da família) é mostrar a contribuição de preço para o desenvolvimento sustentável, mostrar através do MKTOF que o preço contribui na questão ambiental, nas causas ecológicas e reduz o consumo de recursos não renováveis ou de produtos que possam afetar negativamente o meio ambiente.

Preço Justo (valor)

Para justificar o preço a ser pago é essencial comunicar o valor oferecido pelo produto. O MKTOF pode contribuir para promover o valor que está por trás do preço do produto. Através do MKTOF as intenções de compra podem aumentar e promover lealdade por parte do consumidor, sustentando assim os negócios no futuro. Ao oferecer valor o agricultor orgânico pode contribuir para um desenvolvimento sustentável.

Distribuição Local

Segundo Malone et al. (2014) uma das principais expectativas dos consumidores em um mercado de agricultores é que o produto não tenha percorrido longas distâncias, pois tratam-se de produtos perecíveis e seria prejudicial à qualidade dos mesmos. Os consumidores esperam comprar de sua própria área local, onde os produtos estão prontamente disponíveis.

Alimentos locais podem ser comprados através de canais de marketing intermediários como mercearias ou através de canais de marketing direto ao consumidor, por exemplo, mercados de agricultores, feiras.

Foram estudados dois tipos de cadeias locais de suprimento de alimentos: cadeias de suprimento de alimentos (produtor-consumidor) de mercado direto e cadeias de suprimento de alimentos intermediadas (onde um ou mais intermediários lidam com um produto produzido localmente antes de chegar aos consumidores).

Figura 3 – Distribuição Local



Fonte: adaptado de Malone et al. (2014).

Embora existam muitas definições e exemplos de cadeias locais de suprimento de alimentos, “local” geralmente se refere a alimentos provenientes de propriedades rurais do município ou da região. A proximidade entre consumidores e produtores é um componente essencial para qualquer cadeia de suprimento local, mas a estrutura dessas cadeias de suprimento pode assumir várias formas. Neste tópico será abordado mais uma alternativa para colocar no MKTOF a ideia de lugar. Isto inicia uma ligação adicional à construção da identidade local.

Magnus e Kvam (2008) argumentam que muitos produtores de alimentos preferem distribuir seus próprios produtos. A distribuição é crucial para o sucesso do marketing e por mais bem anunciados que sejam os produtos, estes devem ser acessíveis aos consumidores, isso é um pré-requisito para serem comprados.

Quando o agricultor consegue gerenciar a distribuição de maneira criativa pode ter vários aspectos positivos. A proposta neste momento é direcionar a atividade de MKTOF para diferentes canais, uma vez que, diferentes canais envolve acessar os clientes de diferentes maneiras e precisam de abordagens e técnicas diferentes.

Propaganda MKTOF

Atualmente o produto orgânico vem sendo cooptado pelo grande capital com o rótulo "orgânico", porém este pode não representar alimento tradicional, familiar ou local. O objetivo é trabalhar a Propaganda de MKTOF, criar uma imagem para agricultor orgânico familiar, bem como a propriedade (local) de estudo como um todo. A ideia é o desenvolvimento e implementação de estratégias de marketing baseadas nos elementos de identidade local de forma a contribuir para o desenvolvimento econômico e social do agricultor. O objetivo secundário inclui a promoção do agricultor como um fator significativo no desenvolvimento local.

Através da propaganda o produtor pode estimular seus consumidores a se tornarem mais conscientes sobre a origem do produto e a pessoa que produz seu alimento. Para pequenas empresas com lojas locais, só faz sentido ter um plano de Marketing focado localmente.

Segundo Halweil (2003) a comida local pode propiciar recursos financeiros para a localidade, reforçando o argumento deste trabalho ao propormos o direcionamento das ações de marketing ao local.

Uma marca regional ou local poderia valorizar a conexão entre consumidor e produtor havendo melhor comunicação, reforçando a conscientização sobre a saúde; consciência de preço; sabor; frescor de alimentos; rastreabilidade e atividades de responsabilidade social. De acordo com Kotler et al. (1993, p.8) “uma estratégia é empregada para promover seu lugar e distingui-lo de outros lugares”.

Estratégias de divulgação e agregação de valor

Os agricultores familiares, pela dinâmica que possuem em suas propriedades, acabam por não priorizar estratégias de divulgação dos seus produtos, que poderiam apontar os benefícios da produção familiar (o produtor e a comunidade local que produz este alimento) podendo ampliar o interesse pela agricultura orgânica.

A importância de destacar a origem do produto e quem é o produtor é reforçada por diversos autores (Raffaelli, 1993; Souza, 2002; Haesbaert, 2002; Bonnemaïson, 2002; Akerman, 2005), vale destacar a pesquisa feita pela Soil Association (2018) que sugeriu que os compradores e consumidores de produtos orgânicos estavam interessados em conhecer a

origem do alimento consumido, bem como sua história de produção. Ainda segundo esta pesquisa, oito em cada 10 compradores afirmaram acreditar que é importante que o local de origem fosse declarado nas embalagens dos produtos, e quatro de cada cinco compradores orgânicos regulares concordaram que a embalagem deve informar sobre o local de onde um produto vem ou as pessoas que o produziram.

Outro estudo importante refere-se à pesquisa realizada por McCrea (2007), a qual aponta uma resposta muito positiva sobre personalizar produtos (colocar o nome do produtor ou fotografar na embalagem), dos entrevistados pela pesquisa, 94% tiveram uma atitude muito positiva sobre esse tipo de personalização. Esta informação mostra que os consumidores orgânicos estão interessados em marcas de produtos orgânicos com uma história ou identidade local. Assim, propõe-se que os agricultores familiares orgânicos pesquisados encontrem uma maneira de fornecer informações suficientes não apenas sobre questões relacionada à saúde, como se faz na maioria das vezes, mas também sobre os produtores e o local de produção. Esta estratégia de marketing pode criar interesse e estabelecer mais confiança no produto. Tal estratégia é um dos pilares do marketing, pois este cria valor para satisfazer as necessidades do cliente.

O material de exibição no ponto-de-venda ou em sítios eletrônicos pode desempenhar um papel importante na comercialização de produtos orgânicos, podem garantir que os consumidores tenham acesso à informação permitindo que os próprios produtos carreguem etiquetas e imagens com informação do agricultor e do local de produção. Um exemplo é o do Site Raízers (<https://www.raizs.com.br>) um site que permite aos consumidores identificar on line onde um produto teve origem e a história deste produto e de quem o produziu.

Nas figuras abaixo apresentamos no lado esquerdo uma foto (a) tirada de produtos orgânicos de uma das propriedades orgânicas familiares pesquisada, as embalagens não possuíam nenhum tipo de personalização, e à direita, apresentamos o exemplo do café orgânico da Luci (b), produzido por uma agricultora familiar que aproveitou o rótulo para fornecer informações adicionais sobre seu café orgânico.

Figura 4. Foto de embalagem de produtos orgânicos e café orgânico familiar



(a) Produto orgânico do agricultor



(B) Embalagem de café orgânico familiar

Fonte: Edimar de Paulo Santos.

A figura da esquerda (a) é uma amostra de como o produto orgânico normalmente é vendido, neste caso específico o agricultor é certificado de forma participativa e poderia utilizar o selo orgânico, porém quando questionado a respeito diz que não entende muito desta parte, mas acredita ser importante estabelecer a marca da propriedade nas embalagens.

Figura 5. Embalagem de tomate e morango orgânico familiar



(c)Morango orgânico do agricultor



(d) Produto orgânico do agricultor

Fonte: Raízs (<https://www.raizs.com.br/>).

O morango orgânico foto (c) foi beneficiado, porém nenhuma identificação foi da propriedade foi encontrada na embalagem, o que difere da imagem a esquerda (d) onde se utiliza a estratégia de mostrar a origem e o agricultor que produz o tomate orgânico.

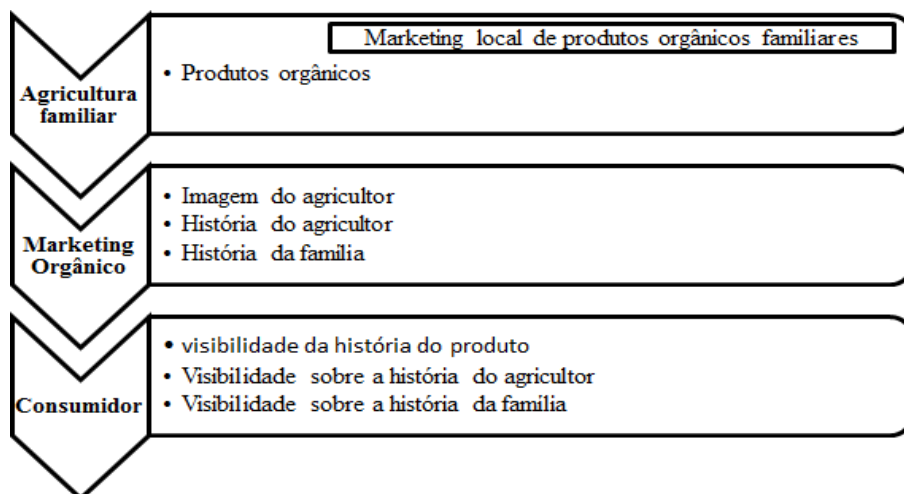
Ao contar a história da origem dos produtos procura-se com este tipo de comunicação estabelecer uma relação de confiança e proximidade entre o produtor e o consumidor. Este tipo de abordagem tem a vantagem da diferenciação, cuja história é digna de ser publicitada, sendo única.

A marca orgânica familiar pode ser uma ferramenta que contribui para definir uma imagem na mente dos consumidores, aumentar a percepção daqueles que têm pouca ou nenhuma conexão pessoal com o agricultor, além de redefinir estereótipos que podem ser amplos, enganosos ou desatualizados com relação ao produto orgânico. Se a imagem do agricultor é clara e concisamente apresentada ao público, ela convida o consumidor a criar um relacionamento com o local e com a marca. “Sua marca vai diante do consumidor como um cartão de visita, abrindo portas, criando confiança, gerando respeito e elevando a expectativa de qualidade, competência e integridade” (ANHOLT, 2008, p. 207).

As percepções dos consumidores são baseadas em vários fatores, como experiência pessoal, uso de um produto, representação de mídia, entre outros. Portanto, o agricultor familiar precisa gerenciar a marca do produto criando uma identidade para sua propriedade. Kotler et

al. (1993) reforçam esta ideia ao afirmarem que os lugares, seu povo, cultura, patrimônio, infraestrutura e qualidade de vida são produtos cuja identidade pode ser usada como ferramenta para a venda de bens e serviços.

Figura 6 – Marketing Orgânico Familiar 2



Fonte: Adaptado a partir de Kotler et al. (1993).

Propomos na Figura 33 um modelo, adaptado de Kotler et. al (1993), para descrever como a agricultor pode apresentar sua história ao consumidor. É importante que o consumidor perceba como o alimento orgânico é distribuído e pensar num pacote de ações de marketing que dê significado sobre à agricultura orgânica familiar, onde os agricultores trabalham diariamente nas atividades em conjunto com sua família. Isto pode ajudar os consumidores a tomarem decisões mais bem informadas e preferirem o alimento orgânico familiar em detrimento de outro. O produto orgânico não oferece apenas benefícios à saúde, mas é também família, é sobre pessoas, sustentabilidade ambiental. Desta forma é possível desenvolver um relacionamento com esse agricultor. O consumidor vai pensar no agricultor, onde está localizado, e principalmente quem é sua família.

Um relacionamento com o agricultor que cultiva seu alimento, esta é a nova abordagem de marketing orgânico familiar pretendida neste trabalho. De acordo com Robson e Farmer (2017) é possível através do alimento orgânico familiar (local) ajudar o consumidor a enxergar as relações entre todos em um mundo inter-relacionado e interdependente, os autores afirmam ainda que pode-se trabalhar para reconectar todos os três setores comumente identificados com o meio ambiente sustentável: o social, o ambiental e o econômico.

Conclusão

O trabalho teve como objetivo apresentar trabalhar com mix de marketing para a agricultura orgânica familiar. Este processo pode tornar-se uma ferramenta eficaz para construir a identidade do agricultor local e apoiar seu desenvolvimento no mercado.

O ponto de partida deste processo foi o desenvolvimento de estratégias de marketing mix, nos elementos da identidade local, de modo a contribuir para o desenvolvimento econômico e social do agricultor orgânico familiar.

O cumprimento total do objetivo depende também de iniciativas complementares e adicionais tomadas pelos agricultores entrevistados nos próximos anos e serão testadas em longo prazo. No momento, podem-se avaliar brevemente as ações de demonstração, sobre a importância delas para a região de estudo. Neste contexto, as seguintes conclusões são tiradas:

- Os entrevistados não possuem experiência em desenvolvimento de marketing ou gestão da marca. Além disso, cada agricultor tem características diferentes e distintas, com base nessa distinção, é que se propõe uma divulgação dos produtos, baseadas nas características únicas da agricultura familiar.
- É preciso ajudar a gerar entendimento da contribuição do *Mix de Marketing* como um fator importante para os agricultores locais.
- Comercializar produtos orgânicos é um processo educacional e leva muitos anos para educar as pessoas. A promoção do Marketing deve incluir "benefícios do produto local e familiar".
- Existem muitas restrições de marketing, que tornam a tarefa de iniciativa de marketing orgânico ainda mais desafiador, por exemplo, a falta de políticas de apoio do governo para incentivar a produção orgânica.

Diante destas constatações, sugere-se que os agricultores trabalhem com esse tipo de marca regional que de ênfase nos aspectos sociais, ecológicos e sob tudo familiar. Desta forma, podem aprimorar estratégias de marketing de produto, embalagem, propaganda, bem como no desenvolvimento de uma marca regional.

Além destas questões práticas, sugere-se que sejam realizadas novas pesquisas tomando por base as constatações aqui apresentadas sobre o Marketing Orgânico Familiar.

Referências bibliográficas

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2001. (Síntese Universitária, 54).

AKERMAN, M. **Saúde e Desenvolvimento Local. Princípios, conceitos, práticas e cooperação técnica**. São Paulo: Hucitec, 2005.

ANHOLT, S. **From nation branding to competitive identity – The role of brand management as a component of national policy**. In K. Dinnie (Ed.), *Nation branding: concepts, issues, practice* (pp. 22–23). Oxford, UK: Butterworth-Heinemann. (2008).

BERNARD, H. R. **Research methods in anthropology: qualitative and quantitative approaches**. Lanham, MD: AltaMira Press, 2005.

BONNEMAISON, P. **Viagem em torno do território**. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. *Geografia Cultural: um século*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002. pp.83-132.

Diller, "Price fairness", **Journal of Product & Brand Management**, Vol. 17 Issue: 5, pp.353-355, 2008 <<https://doi.org/10.1108/10610420810896103>> acesso em 3 de fevereiro de 2018.

FIBL; IFOAM. 2018. **The world of organic agriculture:** Presentations from the session at the Biofach congress 2018.

Giovannucci, T. Josling, W. Kerr, B. O'Connor, M. Yeung **Guide to Geographical Indications. Linking Products and their Origins** International Trade Center, Geneva (2009), p. 232

HAESBAERT, R. **Território, cultura e des-territorialização.** In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). *Religião, identidade e território.* Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2001. pp. 115-144.

HALWEIL, B. The Argument for Local Food. *World Watch Magazine.* v. 16, n.13, 2003. Disponível em: Disponível em: <http://www.worldwatch.org/node/535> Acesso em: 6 Jun 2018.

KAVARATZIS, M. (2004), **from city marketing to city branding: towards a theoretical framework for developing city brands.** *journal of place branding* 1, pp. 58–73

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dados da LSPA – **Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.** Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/lspa>>. Acesso em: 22 fevereiro 2017.

IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática. SIDRA. **Número de estabelecimentos agropecuários por uso de agricultura orgânica resultado preliminar por unidade.** IBGE, 2017c. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6652#resultado>> Acesso em: 20 setembro. 2018.

KAGEYAMA, A. A., BERGAMASCO, S. M. P. P. e OLIVEIRA, J. T. A. **Uma tipologia dos estabelecimentos agropecuários do Brasil a partir do censo de 2006.** *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba-SP, v. 51, n. 1, p. 105-122, jan./mar. 2013.

KOTLER, P., HAIDER, D., & REIN, I. (1993). **Marketing places: attracting investment, industry and tourism to cities, states and nations.** New York: The Free Press.

KOTLER, P ; ARMSTRONG, G. **Princípios de Marketing.** 9a ed. Pearson/Prentice Hall: São Paulo. (2005).

SIMON, WRIGHT; DIANE, MCCREA (EDS.). **The handbook of organic and fair trade food marketing,** Blackwell Publishing, 2007, 291 pp

MALONE; KATE; ALISON HARMON; WILLIAM DYER; BRUCE MAXWELL; AND CATHERINE PERILLO. **“Development and Evaluation of an Introductory Course in Sustainable Food and Bioenergy Systems.”** *Journal of Agriculture, Food Systems, and Community Development* (February 8, 2014): 1–13. doi:10.5304/jafscd.2014.042.002.

MAXWELL, S. (1999), **What makes a price increase seem ‘fair’?**, *Pricing strategy and practice*, Vol. 3, pp. 21 - 27

MONROE, K. B. (2003), **Pricing: Making Profitable Decisions**, 3d ed. Burr Ridge, IL: McGraw-Hill/Irwin.

MORGAN, N., PRITCHARD, A., PRIDE, R. **Destination Branding: Creating the Unique Destination Proposition**, Oxford: Elsevier Butterworth Heinemann. (eds) 2002/2004.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROBINSON J. M.; FARMER J. R. **Review of Selling Local: Why Local Food Movements Matter** Published by Indiana University Press. Available as paperback and ebook; 230 pages. (2017).

SOIL ASSOCIATION. **organic standards farming and growing** Revision 17.5 June 2018
You can search and download these standards at Soil Association organic standards.

SOUZA, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002.

TRIVIÑOS, A. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

CORRELAÇÃO ENTRE O USO E OCUPAÇÃO DO SOLO EM ECOSISTEMAS LÊNTICOS DE PEQUENO PORTE AO LONGO DO ESPAÇO E DO TEMPO

Eduardo Aparecido Roberti¹, Leonardo Rios²

1 - Mestrando do programa de pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara - UNIARA

2 - Professor no programa de pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara - UNIARA

Resumo: Muitos métodos estatísticos e matemáticos têm sido amplamente empregados para revelar as relações entre uso e ocupação do solo e qualidade da água. Aliado aos métodos estatísticos, o sensoriamento remoto é uma ferramenta fundamental para os propósitos da ciência da conservação. Estudos anteriores analisaram o impacto dos dados em análises incluindo a classificação da cobertura do solo, erosão e medidas de fluxo e qualidade da água. No presente trabalho, verificaremos quanto correlaciona as várias variáveis ambientais, como o uso e ocupação do solo, análises físicas das bacias hidrográficas e parâmetros de qualidade da água em sistemas lóticos de pequeno porte, ao longo do espaço e do tempo. Para isso, utilizaremos alguns métodos estatísticos e modelos matemáticos, dentre eles as wavelets, para padronização dos dados, métodos estatísticos como análise de componentes principais (PCA), agrupamento de cluster e análise exploratória dos dados. Também utilizaremos logaritimização como método de padronização dos dados para comparar os resultados dos dois métodos de padronização (wavelets e logaritmo) e ferramentas de Sistema de Informações Geográficas (SIG). A área de estudo são córregos localizados na região central do interior do Estado de São Paulo, em altitudes que variam entre 500 a 700 m. São de 1ª e 2ª ordem, possuem baixa velocidade (<1 m/s-1), baixa profundidade (<1,5 m) e largura estreita (<2 m). O desenvolvimento de trabalhos que correlacionam dados ambientais, como o uso e ocupação do solo e variáveis físico-químicas, contribuem para um controle mais efetivo na preservação do meio ambiente, servindo como ferramentas auxiliares para o desenvolvimento de políticas públicas. Dessa forma, podemos garantir a disponibilidade hídrica para as gerações futuras.

Palavras-chave: Correlação, SIG, Uso e ocupação do solo

INTRODUÇÃO

Considerada por muito tempo um recurso inesgotável, a água é o recurso natural mais abundante na natureza. Ela aparece em maior quantidade tanto no meio ambiente quanto no corpo humano, o que enfatiza sua importância para a manutenção da vida terrestre. Por ser considerada por muito tempo um recurso infundável, levou-se a sua utilização de forma desmedida, o que vem ocasionando uma crise hídrica no planeta (SOARES e BARBOSA, 2020).

Com o crescimento da população mundial, a demanda por bens e serviços que dependem dos recursos hídricos também aumentou. Eles são fundamentais para o desenvolvimento global de várias formas, seja através da prestação de serviços ecossistêmicos, criação de emprego,

funções recreativas, dentre outros (OKUMAH e ANKOMAH-HACKMAN, 2020; NOBRE, 2020).

O uso da terra é um fator essencial dos processos ecossistêmicos dos corpos d'água, influenciam diretamente nos insumos poluentes, na vegetação ripária e no habitat. Um aumento nos níveis de nitrogênio e fósforo, elementos químicos encontrados em produtos utilizados no cultivo agrícola, estão bem documentado e são uma das principais causas de eutrofização dos corpos d'água. A eutrofização é prejudicial aos ecossistemas aquáticos e pode ter altos custos econômicos devido aos custos elevados de tratamento de água e à limitação do seu uso (RAMIÃO; CÁSSIO; PASCOAL, 2020).

Numerosos estudos anteriores concluíram que existe uma correlação significativa entre o uso da terra e a qualidade da água. Em geral, o maior percentual de uso antropogênico da terra está associado a um nível mais alto de atividades, que contribui para uma maior concentração de poluentes nos sistemas aquáticos em comparação com áreas naturais. No entanto, essa relação é interpretada de maneira inconsistente na literatura, devido às variedades no ambiente físico, às mudanças nas atividades econômicas e ao emaranhamento das áreas naturais e antropogênicas em contato com os corpos d'água, dificultando uma avaliação abrangente (HALDAR, 2020).

Já sabemos que os recursos hídricos e o uso da terra estão interligados. O estresse hídrico é influenciado pelo tipo de uso e ocupação do solo e a sua intensidade. A variação da qualidade está altamente correlacionada com práticas antropogênicas inadequadas e processos de degradação da cobertura vegetal, como atividades agrícolas, incêndios florestais, desmatamento, dentre outros (MENESES, 2015).

Muitos métodos estatísticos e matemáticos têm sido amplamente empregados para revelar as relações entre uso e ocupação do solo e qualidade da água, como a análise de correlação, análise de redundância e regressão múltipla (ZHOU, 2016). Aliado aos métodos estatísticos, o sensoriamento remoto é uma ferramenta fundamental para os propósitos da ciência da conservação, estudos anteriores analisaram o impacto dos dados, em análises incluindo a classificação da cobertura do solo, erosão e medidas de fluxo e qualidade da água (FISHER et al, 2018).

Dentre os modelos matemáticos, as *wavelets* se destacam por serem usadas em diversas áreas, dentre elas a biologia, a física e o processamento de imagens. Com as *wavelets*, podemos decompor e quebrar um sinal em várias partes, dando a possibilidade de analisarmos os dados em diferentes domínios de frequência, ou seja, dividir um sinal em várias partes e analisar com detalhes pequenas variações de cada segmento. *Wavelets* são funções matemáticas, que representação de uma função em diferentes níveis de resolução ou escala. Desta forma, a função matemática pode ser derivada de um elemento qualquer, como por exemplo um sinal (eletromagnético, digital), uma imagem (foto, figura) ou um em conjunto de dados (tabelas, planilhas). As *wavelets*, matematicamente, nos dá outra possibilidade, que é representar por meio uma curva média e em cada escala, ou seja, nas diversas partes que compõem o sinal original, acrescentar detalhes complementares que somados ao padrão médio reconstruam exatamente a função original. Isso é importante porque nos dá indícios de que as funções derivadas de um sinal foram decompostas corretamente (PERVAIZ e AZIZ, 2020; DA SILVEIRA e KOZAKEVICIUS, 2016).

No presente trabalho, verificaremos a existência de correlações entre as várias variáveis ambientais, como o uso e ocupação do solo, análises físicas das bacias hidrográficas e

parâmetros de qualidade da água em sistemas lóticos de pequeno porte, ao longo do espaço e do tempo. Para isso, utilizaremos alguns métodos estatísticos e modelos matemáticos, dentre eles as *wavelets*, para padronização dos dados, métodos estatísticos como Análise de Componentes Principais (PCA), agrupamento de *cluster* e análise exploratória dos dados. Também utilizaremos logaritmização como método de padronização dos dados para comparar os resultados dos dois tipos de padronização (*wavelet* e logaritmo) e ferramentas de Sistema de Informações Geográficas (SIG).

O desenvolvimento de trabalhos que correlacionam dados ambientais, como o uso e ocupação do solo e variáveis físico-químicas, contribuem para um controle mais efetivo na preservação do meio ambiente, servindo como ferramentas auxiliares para o desenvolvimento de políticas públicas. Dessa forma, podemos garantir a disponibilidade hídrica para as gerações futuras, que é uma tarefa árdua e de extrema importância para a sociedade (LUSTOSA, 2020).

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1. Os impactos do uso e ocupação do solo na qualidade da água

Desde os anos 90, estudos são feitos sobre as influências do uso e ocupação do solo na qualidade da água, através de dados de uso e ocupação obtidos ao longo do tempo em muitas bacias hidrográficas (VENKATESWARLU et al, 2020).

A diminuição da qualidade da água se tornou um problema global, com a superfície terrestre sofrendo modificações em virtude das ações humanas acerca do uso e ocupação do solo, como por exemplo as atividades agrícolas, desmatamento e urbanização. Essas atividades contribuem para a alteração das características dos corpos d'água, modificando a temperatura e o volume de escoamento (BAILÃO, 2020; JHONSON, 2020).

Segundo o De Rezende (2002), a contaminação da água pode se dar de várias formas, por detritos como lixos e sedimentos, compostos orgânicos encontrados em moléculas de defensivos agrícolas, elementos químicos tóxicos dentre eles os metais pesados, nutrientes como nitrato, fósforo e microorganismos indesejáveis que são as bactérias e vírus nocivos à saúde.

Os metais pesados são indispensáveis para a manutenção da vida quando encontrados em equilíbrio, porém, em altas concentrações são um dos contaminantes mais importantes, pois, aumentam os riscos geo-ecológicos e afetam diretamente os ciclos biogeoquímicos naturais, devido à sua persistência a longo prazo nos solos e corpos d'água (KUMAR, 2020; FIERRO, 2017).

A água pode ser poluída por metais pesados de diversas fontes, direta ou indiretamente, colocando em risco toda cadeia alimentar, expondo seus consumidores a altos níveis de poluentes (TONELLI, 2020). Estudos sobre a qualidade da água com amostras analisadas de corpos d'água próximos a cultivos agrícolas, encontraram metais pesados em alta concentração na sua composição (VERMA, 2020; DE OLIVEIRA; DA SILVA; TAVARES, 2020; CORBI et al, 2018). Dessa forma, podemos deduzir que a qualidade da água está intimamente ligada a fatores de uso e ocupação do solo, como demonstram os trabalhos de Quinteros (2017), Zhang (2015) e Lari (2014).

2.2. Métodos estatísticos utilizados para verificação de correlações entre o uso e ocupação do solo e as análises de qualidade da água

Modelos matemáticos e métodos estatísticos têm sido ferramentas amplamente utilizadas para estabelecer correlações entre o uso e ocupação do solo e qualidade da água. Dentre os modelos estatísticos estão as análises de correlação, análise de redundância e regressão múltipla (ZHOU, 2016).

A regressão múltipla é um dos vários modelos estatísticos utilizados para exploração, referente ao tratamento de dados distribuídos no tempo. Ela deriva da regressão linear, que se restringe a apenas duas variáveis, permitindo apenas uma equação funcional do primeiro grau. A análise de regressão múltipla é um método estatístico de previsão de valores de uma ou mais variáveis de resposta que são dependentes, através de um conjunto de variáveis explicativas que são independentes (KASZNAR; GONÇALVES, 2011).

Este método pode ser utilizado também para avaliar os efeitos das variáveis explicativas como previsoras das variáveis de resposta, ou seja, sua aplicação serve para contribuir na obtenção de respostas a perguntas como no sentido de obter o melhor estimador para algum parâmetro. Sua aplicação permite estimar o valor de uma variável com base num conjunto de outras variáveis, ou seja, quanto mais significativo for o peso de uma variável isolada ou de um conjunto de variáveis explicativas, mais se poderá afirmar que alguns fatores implicam mais que outros no comportamento de uma variável de resposta específica (MANZIONE; NAVA; SARTORI, 2020; LOPES et al, 2020; KASZNAR; GONÇALVES, 2011).

Outro modelo estatístico muito utilizado é a análise dos componentes principais (PCA). A PCA é um modelo de estatística multivariada que consiste na transformação de um conjunto de variáveis originais em outro conjunto de variáveis de mesma dimensão, denominados de componentes principais (CPs). Os CPs apresentam propriedades importantes, onde cada componente principal é uma combinação linear de todas as variáveis originais. São independentes entre si e com o propósito de reter em ordem de estimação, o máximo de informação em de uma variação total contida nos dados. A PCA está ligada a redução de massa de dados tentando obter a menor perda de informação possível. O PCA atua de forma a redistribuir a variação observada nos eixos originais, de forma a se obter um conjunto de eixos ortogonais não correlacionados. Esta técnica é utilizada para a geração de índices e agrupamento (NASCIMENTO et al, 2020; SILVA et al, 2020; VARELLA, 2008).

Um modelo matemático muito utilizado na análise de dados é a logaritmização. Este modelo permite transformar uma equação de regressão que gera uma curva em uma equação linear, que gera uma reta. Este modelo é muito utilizado quando é necessário medir a relação entre duas grandezas não é lineares. Em uma relação linear, se torna simples o processo de definir os parâmetros envolvidos de uma equação, é mais nítido quando se observa um gráfico de dispersão que os valores envolvidos não formam uma reta, dessa forma podemos estabelecer uma linearização, utilizando uma mudança de variáveis, transformando em equações de retas mesmo regressões que formam curvas visivelmente complexas (HARA, 2019; SANTOS et al, 2015; MARCUZZO, 2014).

Outro modelo matemática que vem ganhando destaque são as *wavelets*. Apesar de não ser um conceito novo, vem demonstrando sua versatilidade no que diz respeito a análise de pequenas variações em uma massas de dados menores, ou seja, com poucos dados e variáveis para análise. *Wavelets* são transformadas matemáticas que representam uma função nos mais diferentes níveis, tanto de resolução quanto de escalas. A função que será transformada poderá ser de vários tipos, ou seja, um som, uma imagem ou qualquer conjunto de dados. O conceito

de *wavelet* mais utilizado é a *wavelet* de Haar. Este conceito se destaca pela fácil implementação, mantendo a precisão da solução e de seus derivados além de fácil implementação em algoritmos computacionais (PERVAIZ e AZIZ, 2020; DA SILVEIRA e KOZAKEVICIUS, 2016).

3. JUSTIFICATIVA

O uso e ocupação do solo tem relação direta na qualidade de água conforme demonstram muitos trabalhos (VERMA, 2020; DE OLIVEIRA; DA SILVA; TAVARES, 2020; CORBI et al, 2018; QUINTEROS, 2017; ZHANG, 2015; LARI, 2014). O uso da terra é dinâmico, dessa forma, utilizam-se ferramentas para examinar e acompanhar o desenvolvimentos dessas mudanças. Determinar os impactos no uso e ocupação do solo e alterações nos ecossistemas requer modelos matemáticos (MEDHI, 2015). O uso de sistema de informações geográficas permite que essa modelagem seja feita utilizando dados espaciais e quantificando não só os parâmetros de qualidade da água e do sedimento, mas a integração dos parâmetros fisiográficos da bacia de influência de cada ponto de coleta, detalhando as condições ambientais nelas existentes.

4. OBJETIVOS

4.1. Objetivo Geral

Verificar se existem correlações entre o uso e ocupação do solo, variáveis físicas das bacias hidrográficas e os parâmetros de qualidade da água em sistemas lóticos de pequeno porte ao longo do espaço e do tempo, utilizando *wavelet* para padronização dos dados, métodos estatísticos e ferramentas de sistema de informações geográficas (SIG).

4.2. Objetivos Específicos

Verificar se a variação no uso e ocupação do solo das bacias hidrográficas de influência de cada ponto de coleta refletem a variação da qualidade da água dos respectivos pontos. Investigar a existência de algum tipo de uso e ocupação do solo que está mais correlacionado aos parâmetros de qualidade da água. Comparar se a padronização dos dados físicos, químicos, biológicos e de uso e ocupação do solo por *wavelet* interfere de forma positiva na análise multivariada dos dados de qualidade da água. E por fim, analisar se variáveis físicas da bacia hidrográfica tem correlação com os parâmetros de qualidade da água.

5. METODOLOGIA

5.1. Área de estudo

Os córregos estão localizados na região central do interior do Estado de São Paulo, em altitudes que variam entre 500 a 700 m, são de 1ª e 2ª ordem, possuem baixa velocidade ($<1 \text{ m/s}^{-1}$), baixa profundidade ($<1,5 \text{ m}$) e largura estreita ($<2 \text{ m}$). Estão localizados em áreas de cerrado, possuem 70% de areia fina em seus substratos e baixa matéria orgânica nos sedimentos aquáticos ($<25\%$). A precipitação anual normal nas bacias hidrográficas é de cerca de 1400 mm, a estação chuvosa ocorre entre outubro e março e a estação seca ocorre de abril a setembro (CORBI et al, 2018).

5.2. Análises químicas, físicas e biológicas da qualidade das águas e sedimentos dos pontos de coleta.

Serão utilizados os resultados das análises de qualidade da água de oito córregos, desenvolvidos por Corbi et al, (2018), durante o ano de 2006 e 2016. Os córregos estão localizados nas bacias dos rios Jacaré-Guaçu e Moji-Guaçu em municípios do interior do estado de São Paulo, conforme Tabela 1 e Figura 1.

Legenda	Córrego	Cidade	Uso e Ocupação do Solo	Vegetação Ribeirinha Impactada
C1	São João	Guarapiranga	Cana-de-açúcar	Não
C2	São Vicente	Guarapiranga	Cana-de-açúcar	Sim
C3	Água Preta	Ribeirão Bonito	Cana-de-açúcar	Não
C4	Chibarro	Araraquara/Ibaté	Cana-de-açúcar	Não
C5	Andes	Araraquara	Cana-de-açúcar	Não
C6	Monjolinho	São Carlos	Vegetação Ribeirinha	Não
C7	Espraiado	São Carlos	Vegetação Ribeirinha	Não
C8	Anhumas	Araraquara	Vegetação Ribeirinha	Não

Tabela 1 - Características gerais dos locais de amostragem e uso e ocupação do solo (CORBI et al, 2018).

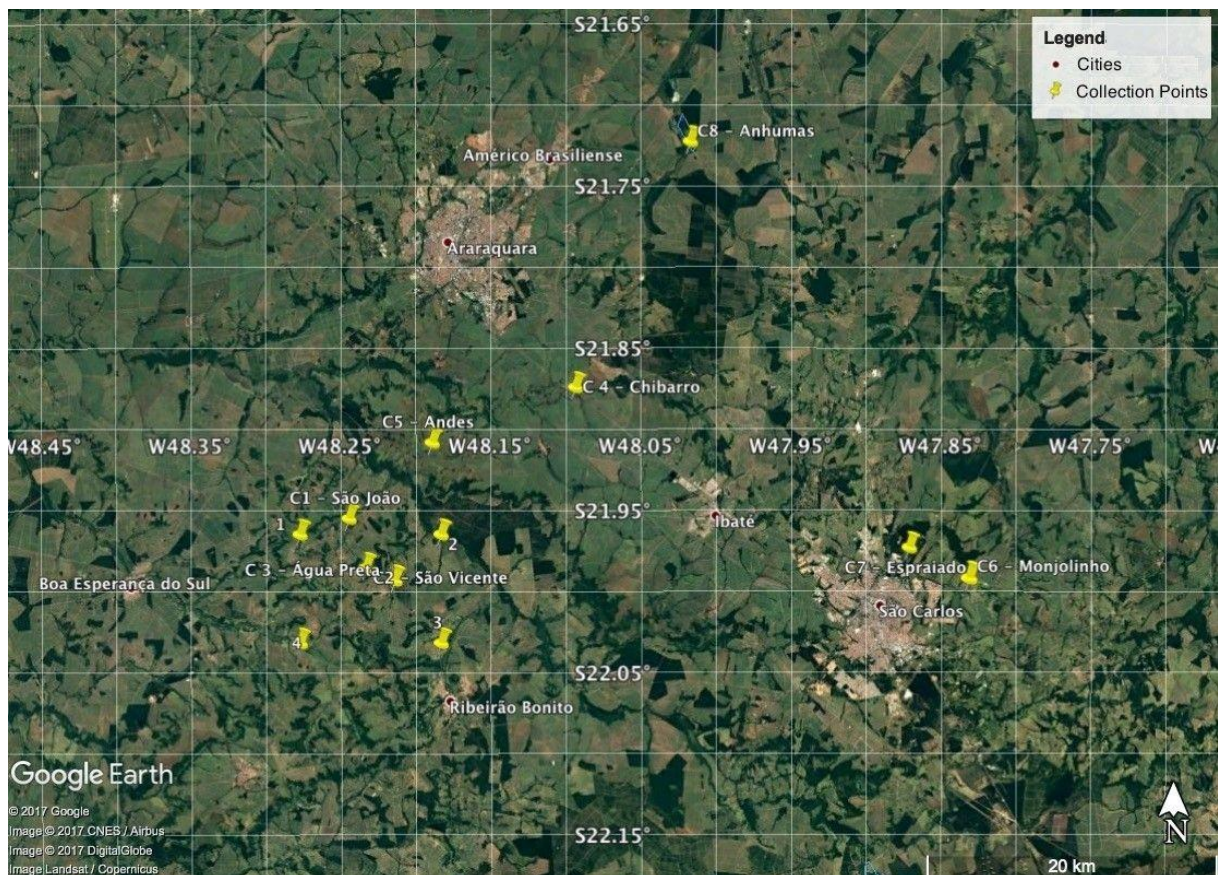


Figura 1 - Localização geográfica dos pontos de coleta. Os córregos C1 a C5 estão localizados em áreas de cultivo de cana-de-açúcar e C6 a C8 estão localizadas em áreas preservadas (CORBI et al, 2018).

5.2. Digitalização das cartas topográficas, obtenção das imagens de satélite e classificação semi supervisionada das imagens de satélites para classificação do uso e ocupação do solo da região estudada

Foram digitalizadas as cartas topográficas do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) na escala 1:50.000 completas de Araraquara (SF-22-X-D-VI-4) e Ibaté (SF-23-V-C-IV-3) e parcialmente as cartas de São Carlos (SF-23-Y-A-I-1), Rincão (SF-22-X-D-VI-2), Boa Esperança do Sul (SF-22-X-D-VI-3), Porto Pulador (SF-23-V-C-IV-1), Ribeirão Bonito (SF-22-Z-B-III-2) e Durado (SF-22-Z-B-III-1), para as feições de hidrografia e topografia. As digitalizações foram realizadas no *software* CARTALINX, onde foram corrigidos o datum de Correio Alegre para SIRGAS 2000 através do módulo RESAMPLE, levando em consideração as diferenças das coordenadas nos dois datums. Posteriormente, foi alterado o sistema de referência de UTM para latitude e longitude, a fim de unir todas as cartas com o módulo CONCAT.

A topografia digitalizada foi exportada para o *software* IDRISI TERRSET, onde foi elaborado o mapa de modelo digital do terreno com o módulo TIM INTERPOLATION. O modelo digital do terreno foi utilizado para elaborar o mapa de declividade através do módulo SLOUP. Posteriormente o mapa de declividade foi reclassificado no módulo RECLASS, para as seguintes classes de declividade: 0 a 5 %, de 5 a 10%, de 10 a 20%, 20 a 30 % e maior que 30 % de inclinação da rampa.

Serão obtidas imagens dos satélites LandSat 5, 7 ou 8, o mais próximo possível das datas das coletas dos parâmetros físico-químicos e a disponibilidade das imagens sem cobertura de nuvens através do catálogo de imagens do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), disponível no sítio de internet <http://www.dgi.inpe.br/CDSR/>.

Com as imagens de satélite serão elaborados os mapas de uso e ocupação do solo para cada data de coleta dos parâmetros físico-químicos, através de classificação digital supervisionada, utilizando-se os módulos IMAGE PROCESSING e HARD CLASSIFIERS, adotando-se o algoritmo da mínima distância MINDIST. Os dados de uso e ocupação do solo serão utilizados para verificar se ocorreu variação no uso e ocupação da área da bacia de influência de cada ponto de coleta, a fim de verificar se a variação no uso e ocupação pode influenciar na qualidade da água e sua importância como parâmetro de análise ambiental.

Com o mapa de hidrografia serão gerados mapas de áreas de proteção permanentes de acordo com o estabelecido no novo código florestal brasileiro utilizando o módulo BUFFER. Será adotado para cada segmento de rio ou lago a distância necessária para as Áreas de Preservação Permanentes (APPs) de acordo com a largura do corpo d'água. Posteriormente será realizada para cada mapa de uso e ocupação do solo uma sobreposição do mapa de APPs e uso do solo, multiplicando dois mapas através do módulo OVERLAY. Será adotado o valor do pixel de 1 (um) para dentro da área de APP e 0 (zero) fora das áreas de APPs. Assim, obteremos o uso e ocupação do solo dentro das áreas de APPs, o que possibilitará verificar a influência da ocupação dessas áreas com outros usos que não seja de vegetação nativa.

As bacias hidrográficas de influência de cada ponto de coleta serão delimitadas contornando a hidrografia e a topografia da respectiva área. Esta operação será realizada visual e manualmente para maior precisão na delimitação das áreas.

5.3. Métodos de correlação entre os resultados da classificação das imagens de satélite para determinação do uso e ocupação do solo das bacias hidrográficas e os resultados das análises das amostras de qualidade das água e sedimento nos pontos de coleta

Segundo De Lima (2002), *wavelets* são usadas em diversos segmentos, como nas áreas de biologia, física, processamento de imagens, dentre outros. As *wavelets* podem ser vistas como mecanismos de decomposição e quebra de sinais nas partes, permitindo analisar os dados em diferentes domínios de frequência.

Funções *wavelets* são a representação de uma função em diferentes níveis de resolução ou escalas. Desta forma, a função que pode ser tanto um sinal, uma imagem ou um conjunto de dados qualquer, que é representada por uma curva média e em cada escala mais refinada, são acrescentados detalhes complementares, que somados ao padrão médio reconstruem exatamente a função original (DA SILVEIRA e KOZAKEVICIUS, 2016).

Pelo fato das amostras estarem em dimensões diferentes, será necessário a padronização dos dados para que seja possível a verificação de correlações entre eles. Para que a padronização seja feita, é preciso converter todos os dados para o domínio da frequência *wavelet*, colocando todos os dados no mesmo padrão.

No conceito de *wavelets*, as funções são chamadas de transformadas. Utilizaremos neste trabalho a transformada *wavelet* de Haar, devido às suas propriedades efetivas, como ortogonalidade e aplicabilidade simples. A *wavelet* de Haar ganhou o foco de inúmeros pesquisadores nas últimas décadas e a formulação do método numérico baseado em *wavelets*

de Haar é mais direta, requer menos esforço humano e ainda mantém a precisão não apenas da solução, mas também de seus derivados. Além disso, os esquemas numéricos baseados na *wavelet* de Haar podem ser aplicados com facilidade em algoritmos computacionais e também podem gerenciar com eficiência as condições de contorno enquanto produzem resultados exatos (PERVAIZ e AZIZ, 2020).

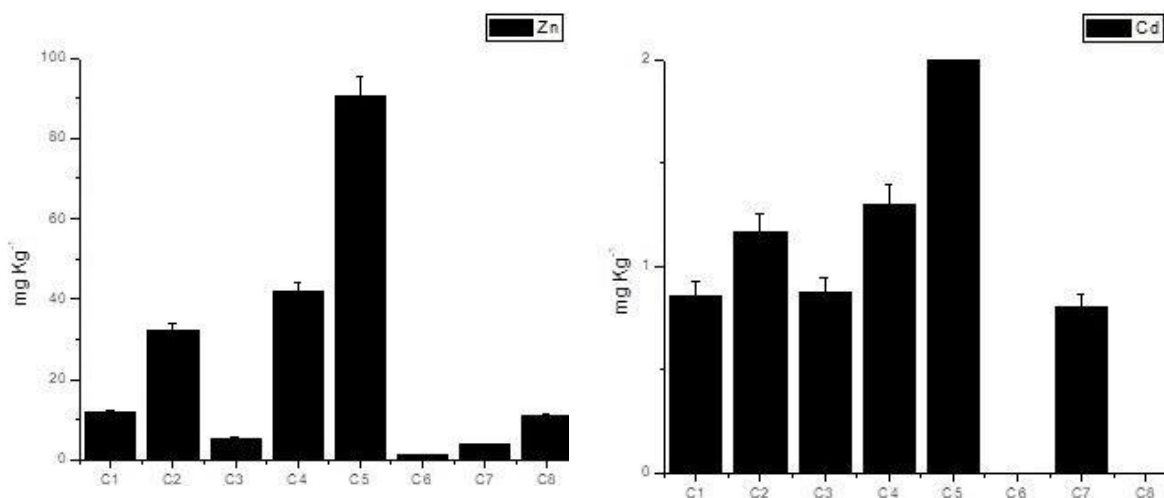
Será utilizado o transformada *wavelet* de Haar para padronização dos dados e posteriormente análise exploratória dos dados, com Análise de Componentes Principais (PCA) e agrupamento de *cluster*. Também será utilizado a logaritmização como método de padronização dos dados para comparar os resultados dos dois tipos de padronização. Essa comparação se faz necessária visto que quando se padroniza com a logaritmização dos valores das variáveis é levado em consideração as tendências médias nas análises estatísticas. Já o *wavelet* reflete a importância de pequenas variações no sistema.

6. RESULTADOS PRELIMINARES

6.1. Resultados secundários

6.1.1. Comparação dos resultados das análises da qualidade da água dos anos 2006 e 2016 nos pontos de coleta de C1 a C8.

No estudo de Corbi et al, (2018), córregos localizados em áreas próximas ao cultivo de cana-de-açúcar, apresentaram uma concentração mais alta de metais pesados em relação os córregos localizados em áreas preservadas, conforme Figura 2.



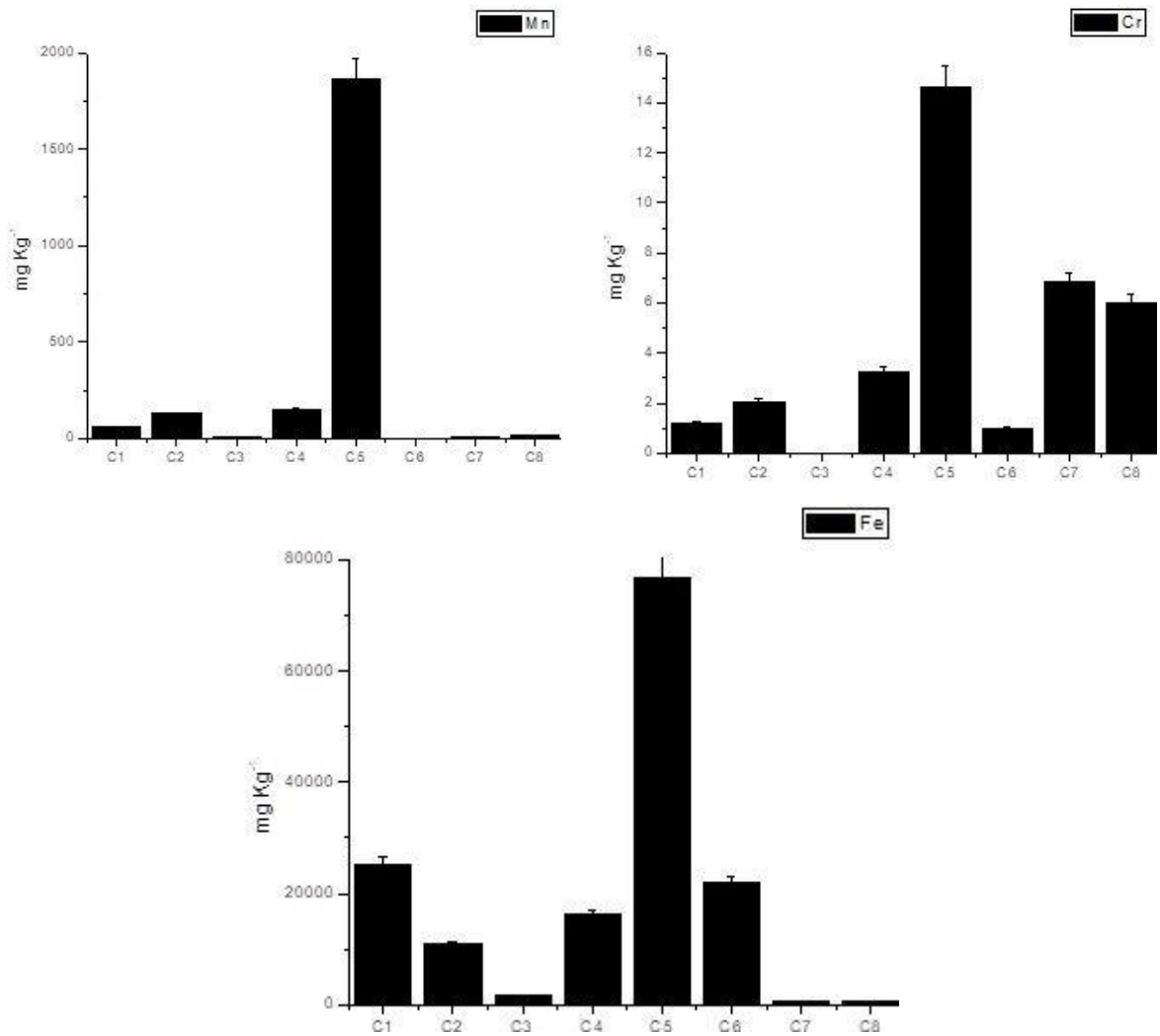
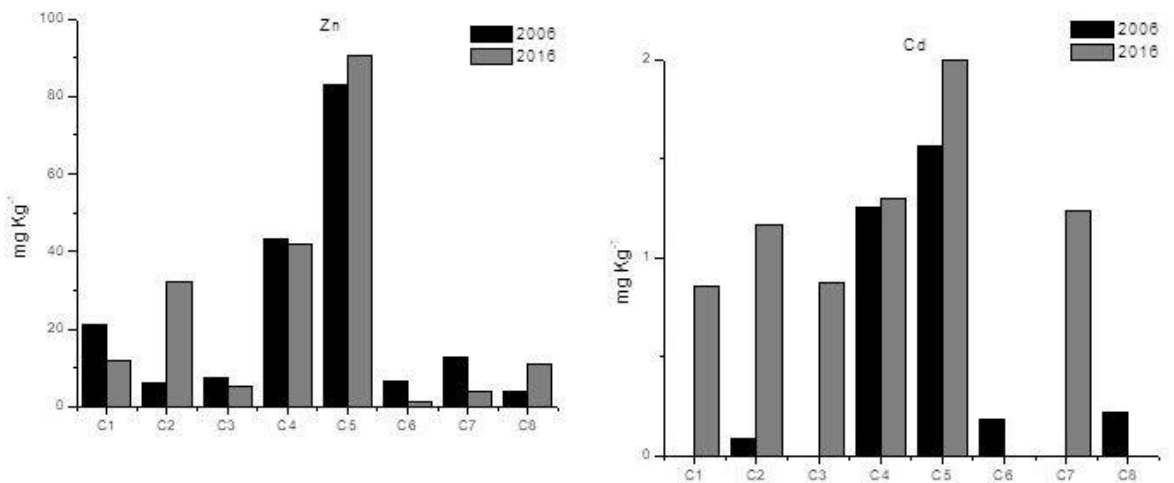


Figura 2 - Valores médios e desvio padrão das concentrações dos metais Zn, Cd, Mn, Cr e Fe, determinadas em sedimentos, no ano de 2016, nos oito locais de amostragem. Os córregos C1 a C5 estão localizados em áreas de cultivo de cana-de-açúcar, os córregos C6 a C8 estão localizadas em áreas preservadas (CORBI et al, 2018).

Os gráficos da Figura 3 mostram os valores médios das concentrações de metais em 2006 e 2016 determinados em sedimentos dos oito locais de amostragem.



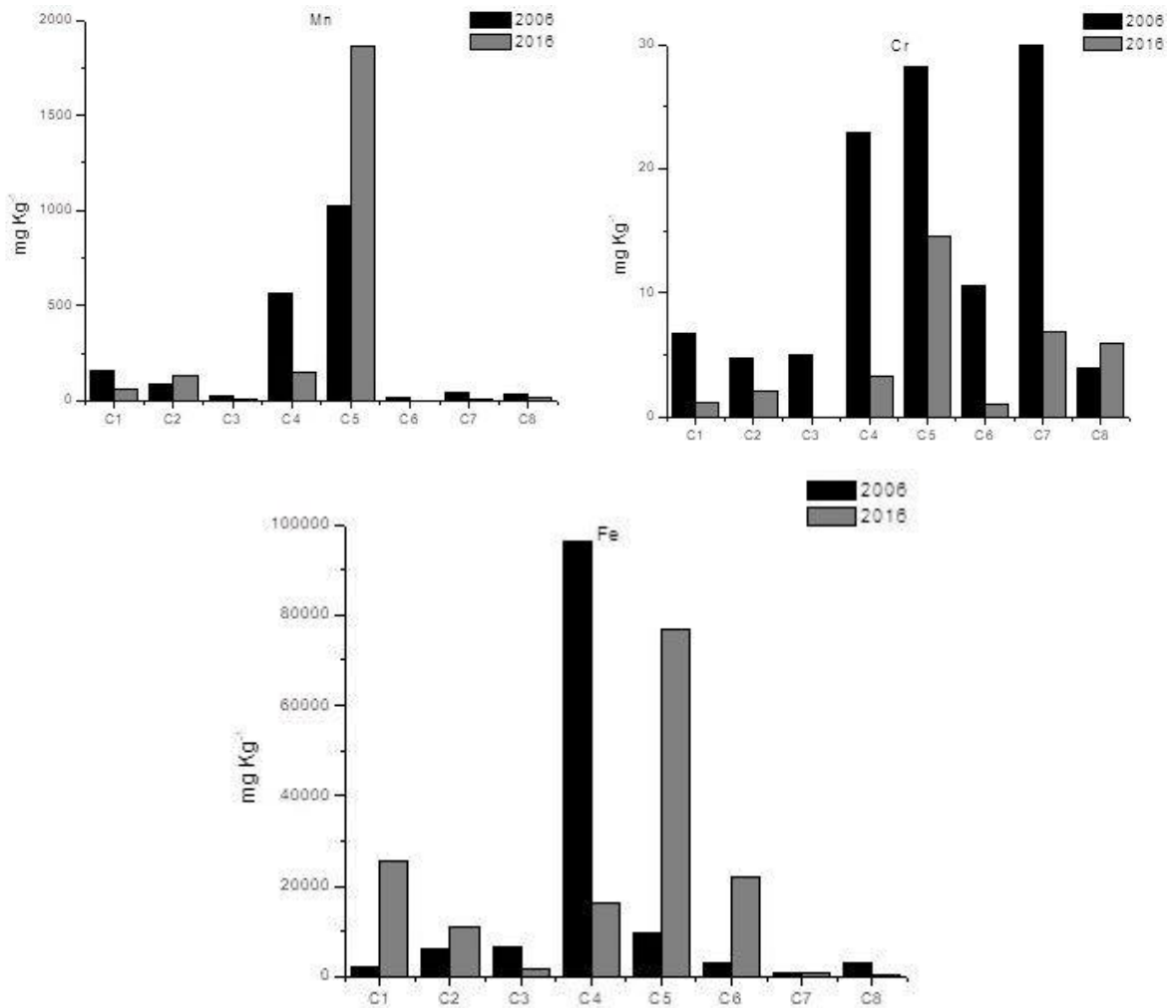


Figura 3 - Valores médios das concentrações dos metais Zn, Cd, Mn, Cr e Fe, em 2006 e 2016 determinados em sedimentos dos oito locais de amostragem. Os córregos C1 a C5 estão localizados em áreas de cultivo de cana-de-açúcar e os córregos C6 a C8 estão localizadas em áreas preservadas. (CORBI et al, 2018).

Segundo Corbi et al (2018), os metais são essenciais para os organismos, que exigem pequenas quantidades de alguns metais para desempenhar funções vitais no corpo. Porém, os metais em altos níveis de concentração podem ser tóxicos para os organismos. Metais com os como mercúrio, chumbo e cádmio são classificados quimicamente como metais pesados e considerados tóxicos. Não são naturais nos organismos e sua presença e bioacumulação podem causar doenças graves, principalmente em mamíferos, espécies do nível mais alto da cadeia alimentar.

Outra análise feita com o agrupamento, aplicada às concentrações de metal das 8 córregos, delimitou dois grupos distintos, sendo um grupo de córregos localizados em áreas preservadas e o outro grupo de córregos em áreas com cultivo de cana-de-açúcar, sem vegetação ripária. A Figura 4 mostra a análise de estatística multivariada de similaridade (ANOSIM) aplicada nos dois grupos de córregos, que demonstrou diferenças significativas entre os ambientes estudados (CORBI et al, 2018).

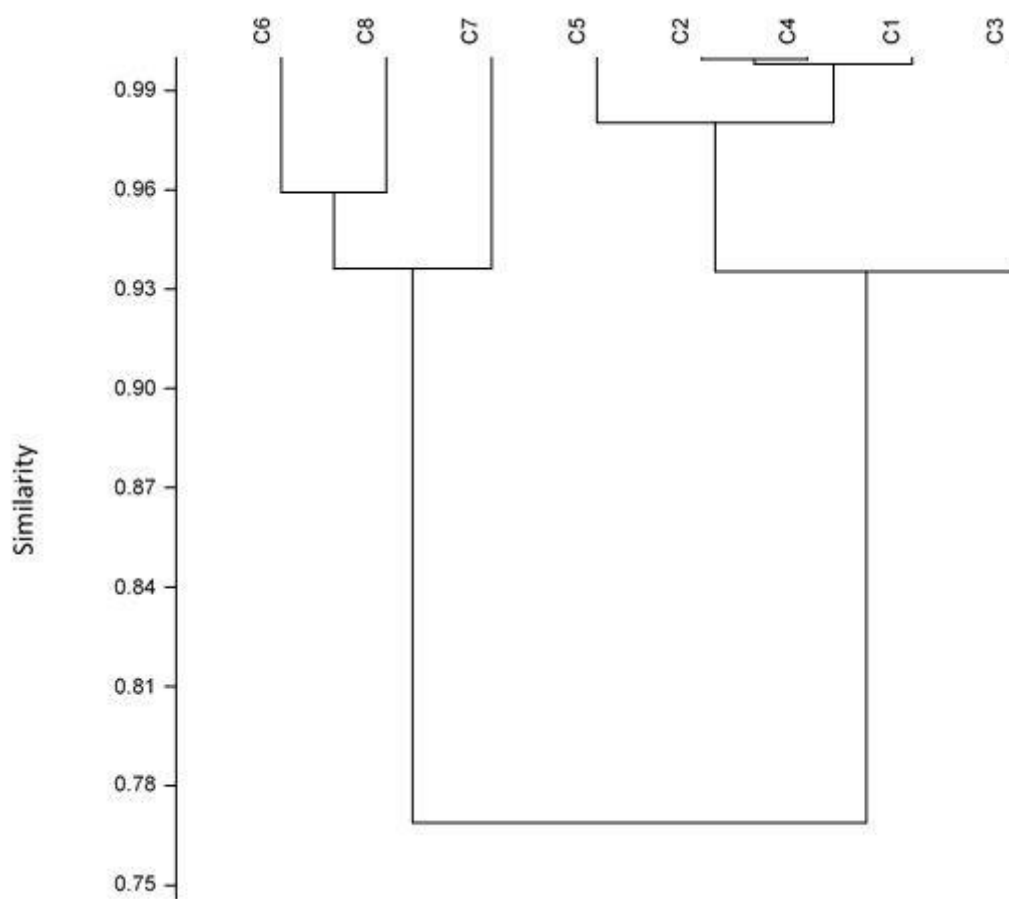


Figura 4 - Análise de agrupamento usando UPGMA com medida de similaridade de cosseno, aplicada às concentrações reais de metal das oito córregos. Correlação copetéica: 0,87 (CORBI et al, 2018).

Os dados das análises físico-químicas e biológicas dos trabalhos realizados por Corbi et al, (2006 e 2016) serão tabelados para poder realizar as análises estatísticas necessárias para verificar a influência das características físicas da bacia hidrográfica e do uso e ocupação do solo.

6.2. Resultado da digitalização da hidrografia, modelo digital do terreno e topografia da área de estudo

Nas figuras de 5 a 7 são apresentados os mapas digitalizados de hidrografia, topografia e modelo digital do terreno.

Hidrografia da área de estudo

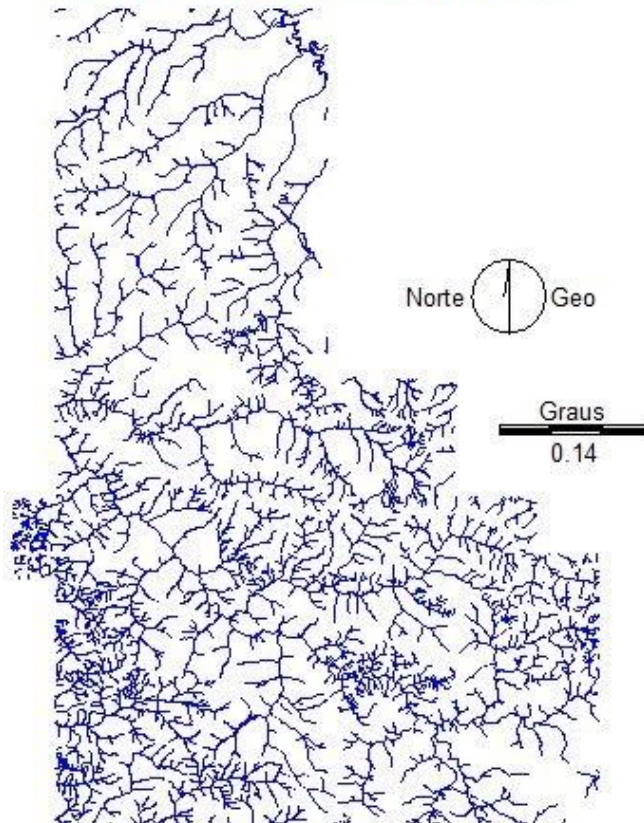


Figura 5 - Mapa hidrográfico da área de estudo.

Topografia da área de estudo

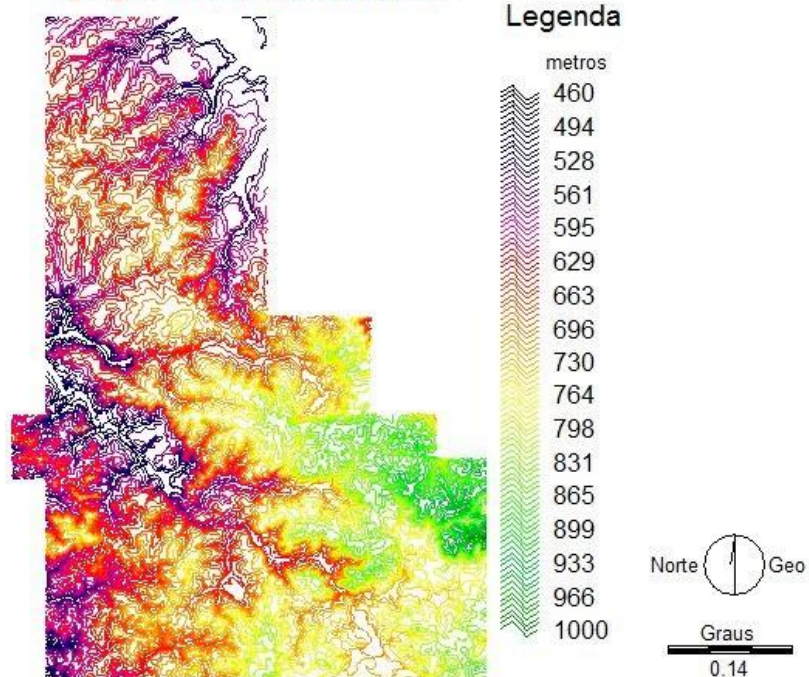


Figura 6 - Topografia da área de estudo.

Utilizando o mapa de topografia e o *software* IDRISI TERRSET, foram gerados o modelo digital do terreno com o módulo TIM INTERPOLATION, conforme figura 7.

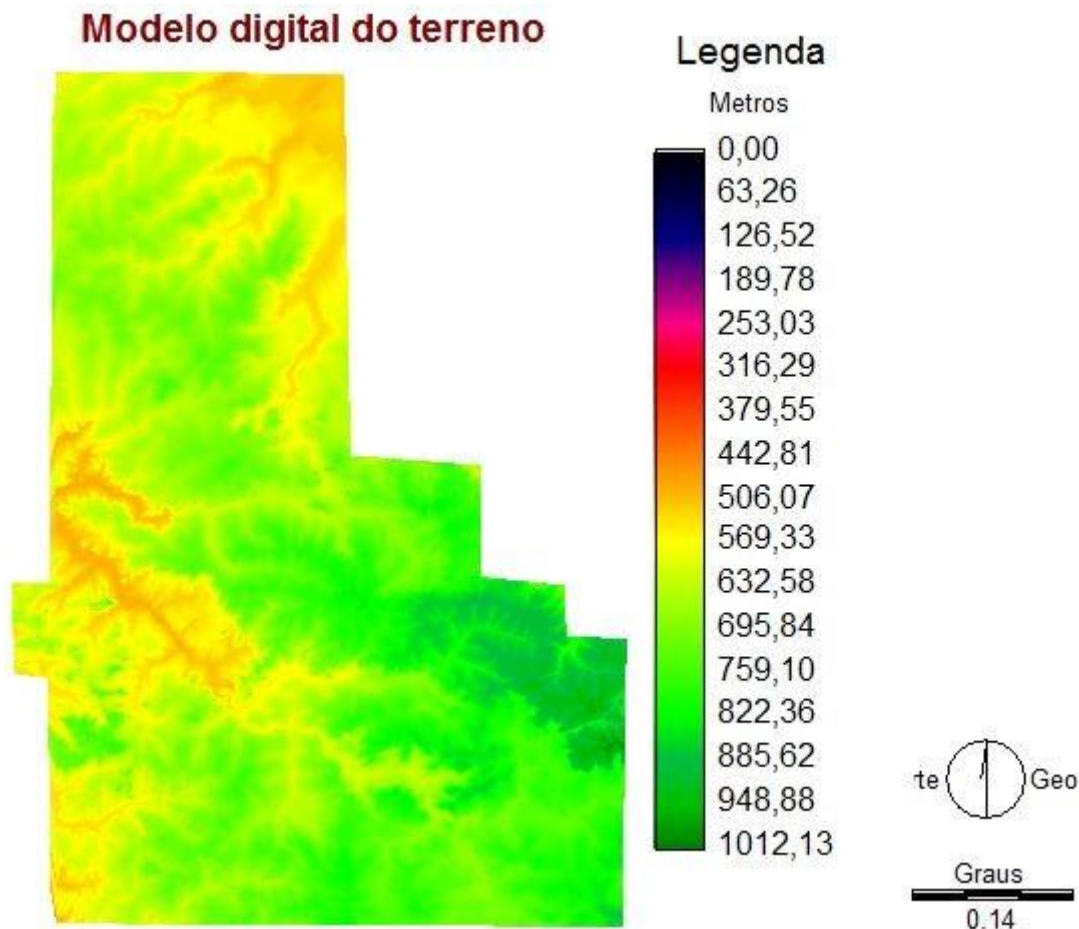


Figura 7 - Modelo digital do terreno da área de estudo.

7. CONSIDERAÇÕES

A proposta inicial do projeto de mestrado seria desenvolver um trabalho com imagens aéreas multiespectrais para verificação de possíveis criadouros do mosquito *Aedes aegypti*, através do processamento de imagens digitais. Porém, pelo fato da câmera utilizada apresentar problemas técnicos, inviabilizando o seu uso, não foi possível dar prosseguimento no projeto.

Diante desse fato, o Prof. Dr. Leonardo Rios, propôs este projeto, para trabalharmos as correlações entre o uso e ocupação do solo e a qualidade da água, utilizando técnica de análise multivariada e *wavelets*, tendo como base os resultados obtidos no artigo científico publicado pelo Prof. Dr. Juliano José Corbi no ano de 2018, citado várias vezes nesta pré-dissertação como Corbi et al, (2018).

Como citado anteriormente, o projeto da proposta inicial utilizava um equipamento de alto custo, que foi cedido gentilmente pela Profa. Dra. Kalinka Castelo Branco do Departamento de Sistemas de Computação do ICMC/USP de São Carlos.

No mês março de 2020 fizemos a coleta das fotos que seriam trabalhadas no projeto, porém ao analisarmos as fotos, verificamos que algo fora dos padrões havia acontecido e que

seria necessário verificar o ocorrido. Foi então que depois de quase um mês de tentativas, descobrimos que os cartões de memória utilizados pela câmera estavam corrompidos. Por se tratar de modelos de cartões obsoletos, seria necessário a aquisição de novos cartões, no caso um total de quatro cartões de memória. Os cartões já não eram mais fabricados e os encontrados no mercado eram muito caros, mesmo os cartões usados em bom estado, então decidimos por não continuar com o projeto.

Neste ínterim, a proposta para o novo projeto chegou dia 4 de abril de 2020 por um e-mail enviado pelo Prof. Leonardo. A partir daí, começamos as pesquisas em torno do assunto, que até então era de meu total desconhecimento. Muitas dificuldades acerca do assunto surgiram, pois, muitos termos e conceitos utilizados na literatura eram de total desconhecimento pessoal, dessa forma, buscamos na literatura base os termos e conceitos que serão utilizados neste trabalho.

Entre a proposta da novo projeto até a elaboração desta dissertação são cerca de 2 meses e 20 dias, um curto intervalo de tempo para escrever uma pré-dissertação na qual o conhecimento prévio sobre o assunto abordado era praticamente nulo.

Estas considerações são apenas uma justificativa de possíveis falhas na elaboração desta pré-dissertação, pois, vários contratempos e empecilhos ocorrerão durante este tempo, impactando diretamente na qualidade do trabalho.

Vale ressaltar também o empenho e dedicação do Prof. Leonardo, que não mediu esforços para que este trabalho pudesse entrar em vias de desenvolvimento, visto que, a elaboração dos mapas utilizados neste trabalho são de sua autoria. Dessa forma, deixo aqui meus sinceros agradecimentos ao professor que tanto nos tem ajudado e ajudará até conclusão da dissertação final.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAILÃO, E. F. L. C. et al. **Effect of land-use pattern on the physicochemical and genotoxic properties of water in a low-order stream in Central Brazil.** Ambiente e Agua-An Interdisciplinary Journal of Applied Science, v. 15, n. 3, p. 1-16, 2020.

CORBI, J. J. , TRIVINHO-STRIXINO, S., DOS SANTOS, A., DEL GRANDE, M. **Diagnóstico ambiental de metais e organoclorados em córregos adjacentes a áreas de cultivo de cana-de-açúcar (Estado de São Paulo, Brasil).** Quim Nova 29: 61-65, 2006.

CORBI, J. J. et al. **Environmental diagnosis of metals in streams near sugarcane cultivation areas: current and historical analysis in the central region of the State of São Paulo.** Anais da Academia Brasileira de Ciências, v. 90, n. 3, p. 2711-2719, 2018.

DA SILVEIRA, T.; KOZAKEVICIUS. A. J. **Transformada de wavelet de Haar: Conceitos, Formulações e Aplicações.** IV Colóquio de Matemática da Região Sul, Rio de Janeiro, Sociedade Brasileira de Matemática, 2016.

DE OLIVEIRA, C. S. P.; DA SILVA, J. C.; TAVARES, J. L. **Análise de qualidade da água e percepção ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Pitimbu (BHRP)**. Revista Brasileira de Meio Ambiente, v. 8, n. 3, 2020.

DE RESENDE, A. V. **Agricultura e qualidade da água: contaminação da água por nitrato**. Embrapa Cerrados-Documentos (INFOTECA-E), 2002.

DE SOUZA PEREIRA, M. A. et al. **A multivariate statistical approach to the integration of different land-uses, seasons, and water quality as water resources management tool**. Environmental monitoring and assessment, v. 191, n. 9, p. 539, 2019.

FIERRO, P. et al. **Macroinvertebrates and fishes as bioindicators of stream water pollution**. Water Quality. Intechopen, Rijeka, p. 23-38, 2017.

FISHER, J. RB. et al. **Impact of satellite imagery spatial resolution on land use classification accuracy and modeled water quality**. Remote Sensing in Ecology and Conservation, v. 4, n. 2, p. 137-149, 2018.

FREIRE, A. P.; CASTRO, E. C. **Análise da Correlação do uso e Ocupação do Solo e da Qualidade da Água**. Revista Brasileira de Recursos Hídricos, v. 19, n. 1, p. 41-49, 2014.

HALDAR, K. et al. **Spatio-temporal variations in chemical-physical water quality parameters influencing water reuse for irrigated agriculture in tropical urbanized deltas**. Science of The Total Environment, v. 708, p. 134559, 2020.

HARA, A. T. et al. **Estacionaridade e simetria das distribuições de umidade do solo e de variáveis de produção e suas análises variográficas**. Revista Engenharia na Agricultura, v. 27, n. 6, p. 508-517, 2019.

JOHNSON, K. R. **Land Use Impacts on Water Quality in Oak Creek Watershed**. 2020, 53 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel) - Oregon State University, 2020.

KASZNAR, I. K.; GONÇALVES, B. M. L. **Regressão múltipla: uma digressão sobre seus usos**. IBCI, Rio de, 2011.

KUMAR, V. et al. **Assessment of heavy-metal pollution in three different Indian water bodies by combination of multivariate analysis and water pollution indices**. Human and Ecological Risk Assessment: An International Journal, v. 26, n. 1, p. 1-16, 2020.

LARI, S. Z. et al. **Comparison of pesticide residues in surface water and ground water of agriculture intensive areas**. Journal of Environmental Health Science and Engineering, v. 12, n. 1, p. 11, 2014.

LOPES, E. R. N. et al. **Gestão de bacias hidrográficas na perspectiva espacial e socioambiental**. Economía, sociedad y territorio, v. 20, n. 62, p. 631-653, 2020.

LUSTOSA, R. V. **Qualidade de água para consumo humano em Riacho Frio, Piauí**. 2020, 38 f. Dissertação (Mestrado em Conservação de Recursos Naturais do Cerrado) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, Urutaí, 2020.

MANZIONE, R. L.; NAVA, A.; SARTORI, M. M. P. **Modelo híbrido de oscilação de níveis freáticos a partir de diferentes variáveis ambientais**. Revista Brasileira de Geografia Física, v. 13, n. 03, p. 1231-1247, 2020.

MARCUZZO, F. F. N. **Modelagem hidrológica utilizando regressão: conceituação matemática, logaritmização e avaliação**. XII Simpósio de Recursos Hídricos do Nordeste, 2014.

MEHDI, B. et al. **Simulated impacts of climate change and agricultural land use change on surface water quality with and without adaptation management strategies**.

Agriculture, Ecosystems & Environment, v. 213, p. 47-60, 2015.

MENESES, B. M. et al. **Land use and land cover changes in Zêzere watershed (Portugal) — Water quality implications**. Science of the Total Environment, v. 527, p. 439-447, 2015.

NASCIMENTO, W. et al. **Análise de Componentes Principais na avaliação de efeitos do clima na produção de soja (Glycine max) em Belterra, Pará.** Proceeding Series of the Brazilian Society of Computational and Applied Mathematics, v. 7, n. 1, 2020.

NOBRE, R. L. G. et al. **Precipitation, landscape properties and land use interactively affect water quality of tropical freshwaters.** Science of The Total Environment, v. 716, p. 137044, 2020.

OKUMAH, M.; ANKOMAH-HACKMAN, P. **Applying conditional process modelling to investigate factors influencing the adoption of water pollution mitigation behaviours.** Sustainable Water Resources Management, v. 6, n. 2, p. 17, 2020.

PERVAIZ, N.; AZIZ, I. **Haar wavelet approximation for the solution of cubic nonlinear Schrodinger equations.** Physica A: Statistical Mechanics and its Applications, v. 545, p. 123738, 2020.

QUINTEROS, E. et al. **Heavy metals and pesticide exposure from agricultural activities and former agrochemical factory in a Salvadoran rural community.** Environmental Science and Pollution Research, v. 24, n. 2, p. 1662-1676, 2017.

RAMIÃO, J. P.; CÁSSIO, F.; PASCOAL, C. **Riparian land use and stream habitat regulate water quality.** Limnologica, p. 125762, 2020.

SANTOS, C. A. F. et al. **Adequação de modelos no estudo do coeficiente de trilha dos componentes primários e secundários de progênies F6 de soja (Glycine Max (L.) Merrill).** Ceres, v. 42, n. 240, 2015.

SILVA, J. C. A. et al. **Espectroscopia no Infravermelho Próximo e Análise de Componentes Principais para Investigação de Solos Submetidos a Diferentes Usos da Terra na Amazônia Oriental Brasileira.** Revista Virtual de Química, v. 12, n. 1, 2020. SOARES, J. A. S.; BARBOSA, E. M. **Políticas de acesso à água no Brasil: Pensando a evolução das políticas de combate à seca no semiárido.** Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental, v. 8, n. 4, p. 443-467, 2020.

TONELLI, F. C. P.; TONELLI, F. M. P. **Causes and Effects of Pesticide and Metal Pollution on Different Ecosystems. In: Bioremediation and Biotechnology, Vol 2.**

Springer, Cham, 2020. p. 1-11.

VARELLA, C. A. A. **Análise de componentes principais.** Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2008.

VENKATESWARLU, T.; ANMALA, J.; DHARWA, M. **PCA, CCA, and ANN Modeling of Climate and Land-Use Effects on Stream Water Quality of Karst Watershed in Upper Green River, Kentucky.** Journal of Hydrologic Engineering, v. 25, n. 6, p. 05020008, 2020.

VERMA, M. **Ecotoxicology of Heavy Metals: Sources, Effects and Toxicity. In: Bioremediation and Biotechnology, Vol 2.** Springer, Cham, p. 13-23, 2020.

ZHANG, X. et al. **Water quality, agriculture and food safety in China: Current situation, trends, interdependencies, and management.** Journal of Integrative Agriculture, v. 14, n. 11, p. 2365-2379, 2015.

ZHOU, P. et al. **New insight into the correlations between land use and water quality in a coastal watershed of China: Does point source pollution weaken it?.** Science of the Total Environment, v. 543, p. 591-600, 2016.

ESCOLAS DO CAMPO: TERRITÓRIOS DIFERENTES E PRINCÍPIOS COMUNS

Elenara Ribeiro da Silva¹

Cláudia Praxedes²

Luciano Pereira³

Resumo: Este artigo pretende analisar de que modo a Educação do/na Campo e o projeto de educação do Movimento dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST) permeiam duas escolas situadas em assentamentos rurais, que atuam em diferentes níveis educacionais, a saber, a Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA), situada no Assentamento Contestado, Lapa, Paraná, coordenada e administrada pelos movimentos sociais que compõem a Via Campesina; e a escola municipal de Ensino Fundamental Teresinha de Moura, localizada no assentamento Pirituba II, Itapeva, São Paulo. Embora as duas escolas apresentem características institucionais e objetivos diferentes, é possível perceber a presença do projeto dos movimentos sociais do campo no seu fazer cotidiano, no sentido de formar camponeses e camponesas para construir a autonomia nos territórios da Reforma Agrária. Pode-se perceber este projeto a partir dos seguintes aspectos: a gestão participativa da comunidade; agroecologia como princípio e como modelo produtivo e o trabalho como princípio educativo. Este artigo é um exercício de análise conjunta a partir de duas pesquisas, uma de mestrado e outra de doutorado, que utilizaram como metodologia a observação participante.

Palavras-chave: gestão participativa, agroecologia, trabalho como princípio educativo, educação do campo.

Introdução

Neste artigo, analisaremos três características em comum presentes em duas escolas de natureza e objetivos institucionais diferentes, o que indica a presença de princípios constitutivos da educação do campo elaborada por dois movimentos sociais do campo que atuam, conjuntamente, a saber, o Movimento dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST) e a Via Campesina. Acreditamos que tais características estão relacionadas aos seguintes princípios pedagógicos: gestão

¹ Doutoranda da Faculdade de Educação – Unicamp. E-mail: giranara@gmail.com.

² Mestranda da Faculdade de Educação – Unicamp. E-mail: praxedesclaudia13@gmail.com.

³ Prof. Dr. da Faculdade de Educação – Unicamp. Email: msocial@unicamp.br

participativa da comunidade, agroecologia como princípio e como modelo produtivo e o trabalho como princípio educativo.

As duas escolas estudadas são a escola municipal Teresinha de Moura, localizada no assentamento Pirituba II, município de Itapeva, estado de São Paulo, e é fruto da luta pela Reforma Agrária, pois nasce na época do acampamento e possui 36 anos de funcionamento; e a Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA), situada no assentamento Contestado, no município da Lapa, estado do Paraná, criada em 2005 e faz parte de uma rede constituída por Institutos de Agroecologia Latino Americanos da Via Campesina.

A respeito das naturezas institucionais das duas escolas, elas guardam diferenças estruturais, a Escola Teresinha de Moura, como instituição municipal, é parte do sistema de ensino do Estado e está subordinada às regras administrativas e pedagógicas da Secretaria Municipal de Educação. Porém, devido ao seu contexto histórico-social de assentamento da Reforma Agrária marcado pela presença de movimento social mesmo após a conquista da terra e à formação política da comunidade, forjada na práxis história, que Caldart denomina de *pedagogia do movimento* (Caldart, 2004), a “Teresinha Moura”, como é chamada pela comunidade, é marcada por certa tensão produtiva entre agentes estatais e sociais e, com isso, pôde criar uma pedagogia escolar mais democrática. Assim, ao mesmo tempo em que possui a estrutura de uma instituição estatal, constrói uma certa autonomia, baseada na força da comunidade e do movimento, que defendem uma educação de qualidade e específica à realidade dos povos do campo.

Por sua vez, a ELAA é uma instituição criada e vinculada, diretamente, aos movimentos sociais do campo filiados à Via Campesina, o que a permite ter mais autonomia na organização do tempo pedagógico, dos conteúdos, das metodologias utilizadas e também na escolha de quem participa das atividades.

Entretanto, a ELAA em algumas atividades educativas de cunho formal realiza parcerias com instituições públicas, como a Universidade Federal do Paraná (UFPR), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no Paraná (IFPR) e o Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (PRONERA). Nos projetos realizados em conjunto com instituições estatais, embora a ELAA possua ainda bastante autonomia, existem normativas que orientam o processo e as decisões são feitas em diálogo com a equipe de profissionais funcionários representantes do Estado.

A metodologia empregada foi a observação participante (BRANDÃO, 1987), análise dos documentos relativos às escolas e às formulações teóricas de educação do campo dos dois movimentos sociais mencionados. A observação participante foi realizada por uma autora em uma instituição, posteriormente, os dados de campo referentes às duas escolas foram analisados, conjuntamente.

Para fazer a análise pretendida neste artigo, partimos da compreensão segundo a qual o acesso e construção do conhecimento por meio das instituições escolares é uma estratégia para o MST, pois é a formação integral das comunidades do campo que permite sua atuação na luta pela Reforma Agrária, tanto no campo das ações práticas como na disputa no campo das ideias.

O conceito de formação integral busca trabalhar com as várias dimensões dos sujeitos (cognitiva, emocional, intrapessoal e interpessoal) considerando ainda sua indivisibilidade enquanto pessoa singular, completa em si mesmo, o contexto histórico-social em que vive e a sua relação com os outros elementos da natureza (SILVA, M.S; 2007). Nesta concepção “a formação não deve ficar centrada apenas nas necessidades dos sujeitos, mas também para que repensem suas experiências e ressignifiquem seus saberes.” (SILVA, M.S; 2007, 49).

A seguir serão apresentadas algumas características de cada escola e, posteriormente, serão conceituados os princípios pedagógicos e os modos pelos quais eles se apresentam em cada uma das escolas.

Duas escolas

A Escola Municipal Teresinha de Moura é uma conquista das famílias assentadas no Projeto de Assentamento Pirituba II, reivindicada desde os primeiros dias da ocupação da terra. No início, a escola funcionava na antiga sede da Fazenda Pirituba, construída de madeira e que foi preservada até os dias atuais⁴ como memória coletiva da luta pela escola e pela terra.

Atualmente, a esta escola atende Educação Infantil (0 a 5 anos), Ensino Fundamental I (6 a 10 anos) e o Ensino Fundamental II⁵ (11 a 14 anos) totalizando

⁴ Atualmente ela é utilizada como sala de professores/as e sala de leitura.

⁵ No mesmo aparelho público funcionam duas escolas, sendo que o nível Fundamental I e II é administrado pelo município e possui a mesma diretora, porém o nome da escola do Fundamental II é Franco Montoro.

aproximadamente, 255 educandos (as), que moram no assentamento e em comunidades rurais vizinhas.

Esta escola mantém em sua equipe pedagógica como também em seu quadro de funcionários(as) da manutenção, trabalhadores(as) que são assentados(as). Há também aqueles que, mesmo não sendo assentados, se identificam com a comunidade e sua luta pela Reforma Agrária, como por exemplo, gestores e professoras que fizeram cursos promovidos pelo PRONERA. Esta presença de trabalhadores(as) vinculados(as) à luta pela terra e a uma perspectiva de educação humanizadora e comprometida com a transformação social, propicia a valorização da escola como um lugar que pertence a comunidade assentada. Como afirmam Arroyo, Caldart e Molina (2005, p.14)

A escola pode ser um lugar privilegiado de formação, de conhecimento e cultura, valores, identidades das crianças, adolescentes, jovens e adultos. Não para fechar-lhes os horizontes, mas para abri-los ao mundo desde o campo, ou desde o chão em que pisam. Desde suas vivências, sua identidade, valores e culturas, abrir-se ao que há de mais humano e avançado no mundo.

Desta maneira, estes sujeitos que participam do cotidiano do assentamento podem contribuir para a elaboração de atividades pedagógicas que estejam vinculadas à vivência das(os) estudantes “desde o chão que pisam” e articulá-las aos conceitos e conhecimentos acumulados pela ciência no sentido da ampliação dos horizontes de entendimento e compreensão do mundo. Além disto, a presença de assentados(as) na estrutura de funcionamento da escola materializa a disputa de concepções de educação pública dentro do Estado, podendo contribuir para que a perspectiva das famílias assentadas sobre educação seja considerada no fazer da escola.

Na comunidade escolar, há uma percepção de que a escola cumpre uma função importante no assentamento. Assim, uma boa escola indica uma vida melhor no assentamento, o que denota uma concepção de integração da comunidade assentada e a escola. Percepção que é possibilitada pelo *trabalho vivo* na escola e pela participação em atividades de formação do MST. De tal forma, que os(as) estudantes também percebem esta integração no dia a dia da escola.

A segunda escola que é objeto de análise desse artigo é a Escola Latino-Americana de Agroecologia, centro de formação pertencente à Via Campesina. Como já mencionado, anteriormente, esta escola é parte de um conjunto de institutos de agroecologia da Via Campesina espalhados por vários países da América Latina e Caribe.

Esta escola também atende o Ensino Médio, mas é administrada pelo Estado, com outra direção. No cotidiano, as pessoas se referem a Escola Teresinha de Moura como responsável pelo Fundamental I e II.

Estes institutos têm por objetivo formar política e cientificamente trabalhadores e trabalhadoras do campo para atuar nos seus territórios de origem, como fomentadores da organização da comunidade para o desenvolvimento do projeto camponês, baseado na agroecologia e na autonomia das famílias em relação às redes de comercialização controladas pelos complexos agroindustriais.

As atividades formativas da ELAA se dirigem aos militantes de movimentos sociais que estão articulados na Via Campesina. Nela, são realizados cursos com características diferentes para públicos diferentes. Existem os cursos de Tecnologia em Agroecologia e Licenciatura em Educação do Campo que funcionam em regime de alternância de tempo-acadêmico e tempo-comunidade, com duração de três anos a quatro anos, em parceria com instituições públicas, que conferem diplomas aos participantes para que possam atuar formalmente como profissionais. Há também cursos de formação política e técnica para mulheres, jovens, militantes e dirigentes, que, por vezes, também adotam a alternância pedagógica. Estes cursos, muitas vezes, são realizados em parceria com outras entidades vinculadas à população do campo. Na ELAA também acontecem atividades pedagógicas coordenadas por outras entidades que tem a mesma linha política, neste caso, a equipe da ELAA apenas cede o espaço para a realização do curso.

Diferentemente da Teresinha Moura, na ELAA, naturalmente, não há estudantes crianças, já que os cursos são de nível tecnológico e superior, como também para formação de militantes. Entretanto, para viabilizar a participação nas atividades formativas de mulheres e de homens que têm filhos(as) existe a Ciranda Infantil, que é constituída por um projeto pedagógico do MST de formação e acolhimento das crianças, no qual elas podem participar de atividades lúdicas e pedagógicas. Na ELAA, a Ciranda Infantil funciona em uma casa próxima do espaço onde ocorrem os cursos, isto é, o projeto tem um espaço próprio.

Gestão Participativa

A gestão participativa das escolas busca tornar os processos de discussão e decisão sobre os assuntos pertinentes à escola, mais democráticos, no sentido de que todos(as) os(as) sujeitos envolvidos na escola possam participar tanto da reflexão sobre as questões como sobre as definições e decisões. A gestão participativa é uma forma de distribuir o poder entre a comunidade escolar e também para a comunidade do entorno.

Segundo Pateman (1992), os teóricos da democracia participativa defendem que existem inter-relações e conexões entre as qualidades e características psicológicas dos indivíduos e os tipos de instituições da qual fazem parte, de tal forma que "a ação social e política responsável depende em larga medida dos tipos de instituições no interior das quais o indivíduo tem de agir politicamente." (PATEMAN, 1992, p.45). Nesse sentido, a gestão participativa das escolas pode contribuir para que os sujeitos que participam desses processos possam "aprender democracia, com a própria existência dela [...] na verdade, se há saber que só se incorpora ao homem, experimentalmente, existencialmente, este é o saber democrático." (FREIRE, 1967, p. 92).

Embora seja este mesmo autor que nos alerta para o fato de que a constituição histórica da sociedade brasileira guarda ainda marcas do período colonial escravocrata, o que dificulta a criação de condições para o exercício do diálogo democrático, pois segundo Freire (1967, p.66)

Realmente, o Brasil nasceu e cresceu dentro de condições negativas às experiências democráticas. O sentido marcante de nossa colonização, fortemente predatória, à base da exploração econômica do grande domínio, em que o 'poder do senhor' se alongava 'das terras às gentes também' e do trabalho escravo inicialmente do nativo e posteriormente do africano, não teria criado condições necessárias ao desenvolvimento de uma mentalidade permeável, flexível, característica do clima cultural democrático, no homem brasileiro

Com isto, as vivências em processos participativos - que por sua natureza requerem muita paciência e disposição para o diálogo na medida em que as perspectivas sobre o tema serão conversadas e as definições serão construídas no embate das ideias e na negociação – na sociedade brasileira, por seu passado histórico o aprendizado da democracia é mais difícil.

Mesmo com essas dificuldades, existem experiências que caminham no sentido da gestão democrática como foi o processo de criação do Grêmios com as crianças do Ensino Fundamental I da escola Teresinha de Moura.

A criação dos Grêmios Estudantis está vinculada com o princípio da autogestão escolar que, segundo Pistrak (2018), exige a formação do coletivo de estudantes, baseado na iniciativa das crianças e jovens e levando em consideração seus interesses e necessidades, de tal forma que, os coletivos não podem ser criados de cima para baixo, de maneira impositiva. Esse postulado, ressignifica o papel dos (das) educadores(as) como instigadores(as) dos diálogos coletivos, procurando garantir a participação de todas as crianças, problematizando as concepções que surgem nas discussões, trazendo outros

elementos conceituais que contribuem para compreender os problemas colocados e a tomada de decisão.

Assim, os grêmios estudantis são espaços de exercício e aprendizado de participação democrática, por isso é importante que este lugar – escola, se aproprie e propicie a vivência da democracia. Assim, como afirma Freitas (2011, p. 121)

Desta forma, quando a escola dispõe de espaço e tempo para que as crianças se organizem, ela propicia, além do acesso aos conhecimentos escolares, outras relações e ao mesmo tempo contribui para os alunos refletirem e construírem conhecimentos sobre a própria ideia de escola.

A participação efetiva na gestão e organização da escola demanda que os/as educandos/as, juntamente, com a equipe pedagógica e demais sujeitos da comunidade escolar, ampliem seus conhecimentos sobre diversos assuntos relativos à educação para que compreendam o processo como um todo. Com isto, esses espaços em que as crianças podem se organizar propiciam, além do aprendizado prático de processos democráticos, a potencialização do aprendizado de outros elementos curriculares tais como argumentação e construção de raciocínio lógico, escrita jornalísticas, edição de vídeo, aumento da sociabilidade, respeito a diferenças de pensamentos.

Além disto, em 2019, a escola Teresinha de Moura desenvolveu um processo de construção coletiva do Projeto Político Pedagógico (PPP)⁶ que abriu espaços para a participação não apenas à comunidade escolar, mas também aos(às) assentados(as) juntamente com pessoas da comunidade que não têm filhos(as) na escola, isto é, a comunidade do assentamento como um todo pode participar do processo.

A oportunidade de participação da comunidade do entorno permitiu que a escola se aproximasse desta comunidade, como também que a comunidade pudesse colocar questões sobre educação que entendiam pertinentes. Esta participação em parte foi construída pela comunidade, que se articula para conseguir melhorias para escola, pressionando a autoridades públicas por meio de tensões e conflitos entre diferentes perspectivas e interesses das famílias assentadas. Este movimento fortalece a ação dos(as) assentados(as) na estrutura de funcionamento da escola como também a proposta de educação do campo.

A estrutura organizativa da ELAA é formada pelos seguintes coletivos: i) o Conselho Gestor; ii) a Brigada Chico Mendes; iii) os Núcleos de Base; iv) as

⁶ O PPP seria implantado neste ano (2020), porém com a pandemia do Covid-19 isto não aconteceu.

Coordenações dos Núcleos de Base das Turmas e da Brigada Chico Mendes; v) a Coordenação Executiva; vi) o Coletivo das Coordenações, vii) a Coordenação dos Setores de Trabalho; viii) o Coletivo das Equipes de educandas e educandas (ELAA, 2015, p.6). Para exemplificar como funciona a organização da ELAA, descreveremos a seguir dois grupos e uma coordenação.

Os Núcleos de Base e a Brigada são os coletivos básicos que agrupam todas as pessoas que participam da ELAA. Os Núcleos de Base (NBs) são grupos formados pelos/as mesmos(as) educandos/as em cada etapa e são espaços em que são discutidas as questões relacionadas a ELAA (organização do auto serviço, questões de convivência, atividades pedagógicas) e também em que as pessoas estudam, trabalham, planejam e avaliam juntamente. Cada NB escolhe duas pessoas (uma mulher e um homem) responsáveis por coordenar as atividades e representar o grupo nas reuniões em outras instâncias.

A Brigada Chico Mendes é formada por pessoas que trabalham na escola e “que respondem pela efetivação das diretrizes gerais e gestão geral e permanente da escola.” (ELAA, 2015, p.6).

As/os representantes de cada NB e a Brigada participam da Coordenação dos Núcleos de Base das Turmas e da Brigada Chico Mendes. Esta coordenação é o espaço onde se “analisam as proposições e questões levantadas em cada NB, formulam e encaminham as decisões consensuadas e orientam os debates necessários dos conteúdos divergentes.” (ELAA, 2015, p.6).

Com isto, podemos perceber que a dinâmica é dada pela discussão nos NBs e na Brigada e que as questões consideradas relevantes são levadas para a Coordenação, em que há representantes de todos os grupos. Esses representantes debatem e buscam acordar decisões e orientações. As pessoas que coordenam os grupos têm função importante na comunicação entre os diferentes grupos. Assim, essas instâncias compõe a gestão participativa da ELAA.

O Conselho Gestor da ELAA é a instância que reúne os outros movimentos que compõe a Via Campesina do Brasil⁷, constituindo-se um espaço de participação de outros

⁷ São sete movimentos que constituem a Via Campesina no Brasil, além do MST; Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAQ), Movimento dos Pescadores e das Pescadoras (MPP).

sujeitos, considerando que a maioria dos(as) militantes que estão no dia a dia da ELAA fazer parte do MST.

Agroecologia como princípio e modelo produtivo

A agroecologia como princípio norteador busca compreender as relações entre questões técnicas, sociais e políticas que se estabelecem dentro e fora dos agroecossistemas e que os influenciam; porque segundo Sevilla-Gusmán (2006, p. 223)

A agroecologia contempla o manejo dos recursos naturais desde uma perspectiva globalizadora; isto é, que leve em conta os recursos humanos e naturais que definem a estrutura dos agroecossistemas: seus fatores sociais (étnicos, religiosos, políticos, econômicos e culturais) e naturais (água, solo, energia solar, espécies vegetais e animais). Sua análise implica, por tanto, uma perspectiva sistêmica contrária ao parcelamento setorial clássico dos especialistas nas distintas ciências tanto sociais como naturais.⁸ (tradução própria).

No âmbito da Ciência, a degradação ambiental, causada pela utilização de insumos industriais na agricultura, foi o principal problema que motivou o desenvolvimento de pesquisas sobre outras formas de produção de alimentos que não rompessem os ciclos naturais de auto regulação e de auto manutenção. Segundo Sevilla-Gusmán (2006, p. 222)

(...) A crise ecológica abalou as bases do pensamento científico, fazendo-o restaurar ‘a racionalidade contra a racionalização’ e aceitar a racionalidade ecológica do campesinato, em seu processo de adaptação simbiótica à natureza, mediante o processo de co evolução social e ecológica.⁹ (tradução própria).

Nesse sentido, as pesquisas junto às comunidades tradicionais, indígenas ou camponesas, que mantinham (e que ainda mantêm) formas de produção baseadas na utilização de recursos locais, no melhoramento genético das espécies cultivadas, no manejo conservacionista do solo e da água, contribuiriam para compreender os princípios ecológicos de funcionamento dos agroecossistemas. Segundo Altieri (2010, p.24) “Este

⁸ “La agroecología contempla el manejo de los recursos naturales desde una perspectiva globalizadora; es decir, que tenga en cuenta los recursos humanos e naturales que definen la estructura de los agroecossistemas: sus factores sociales (étnicos, religiosos, políticos, económicos y culturales) y naturales (agua, suelo, energía solar, especies vegetales y animales). Su análisis implica, por tanto, una perspectiva sistémica contraria a la parcelación sectorial clásica de los especialistas en las distintas ciencias tanto sociales como naturales.”

⁹ “(...) La crisis ecológica ha tambaleado los cimientos del pensamiento científico haciéndole restaurar “la racionalidad contra la racionalización” y aceptar la racionalidad ecológica del campesinado, en su proceso de adaptación simbiótica a la naturaleza, mediante el proceso de coevolución social y ecológica.”

microcosmos de agricultura tradicional oferece modelos promissores para outras áreas, já que promovem a biodiversidade, prosperam sem agroquímicos e sustentam produções todo o ano.”.

Porém, esse modo de produção agrícola tradicional teve suas áreas drasticamente reduzidas em função da disseminação do modelo tecnológico da Revolução Verde, que contribuiu para a erosão dos conhecimentos agroecológicos tradicionais. De tal forma, que para muitas famílias camponesas, que permaneceram ou voltaram para o campo, existe a necessidade de (re) aprender como funciona o agroecossistema em que vivem e como manejá-lo baseado nos princípios agroecológicos.

Para as famílias camponesas, a Agroecologia se coloca como uma forma de garantir a produção de alimentos saudáveis, tanto para o autoconsumo como para comercialização dos excedentes, sem depender de insumos agrícolas industriais e também sem precisar da agroindústria para vender sua produção. Pois, a industrialização da agricultura impõe um modelo produtivo baseado na utilização de insumos químicos que prejudicam a qualidade dos alimentos, causam problemas de saúde e degradam o meio ambiente. Somado a isto, subordina a agricultura aos interesses econômicos dos complexos agroindustriais e inviabiliza a reprodução das famílias camponesas. Segundo Guhur e Toná (2012, p. 60),

Além de acelerar o processo clássico de diferenciação do campesinato, “espremendo” os camponeses entre as indústrias produtoras de insumos e as agroindústrias que se utilizam de suas matérias-primas, os modelos de produção e tecnológico dominantes oferecem hoje um horizonte que pode, enfim, pôr em questão a permanência do camponês, concluindo assim o processo de separação dos produtores diretos de suas condições de produção. É dessa maneira que a reprodução social dos camponeses passa a exigir uma mudança na maneira de produzir, motivando experiências de resistência ao modelo do agronegócio.

Assim, isto remete a concepção da agroecologia como um modo de produção que ao utilizar os insumos que se encontram na comunidade rompe com a dependência em relação aos complexos agroindústrias e impérios alimentares (PLOEG, 2008)

Na escola Teresinha de Moura a discussão sobre a agroecologia passa pelo estudo da importância da água; separação do lixo e também pela valorização do trabalho das famílias camponesas. Uma forma de valorização foi a realização de oficinas em que as famílias eram responsáveis pela coordenação da atividade pedagógica, isto é, as famílias ensinavam aos(as) estudantes o que sabiam. Neste sentido, a escola também fortalece o projeto camponês e popular para o campo brasileiro, em contraposição ao projeto do

agronegócio, que está fundamentado na concentração de terras e em modelos produtivos predatórios, o que resulta em um campo sem camponeses, um campo sem pessoas.

Uma estratégia adotada pela ELAA para trabalhar junto à comunidade são as atividades práticas realizadas pelos(as) educandos(as) do Curso de Tecnologia em Agroecologia, nos lotes das famílias assentadas no Projeto de Assentamento¹⁰ Contestado, que é denominado Troca de Saberes. Estas atividades realizadas pelos(as) estudantes compõem o currículo, por isso, elas parecem se aproximar da concepção de Shulgin (2013) sobre trabalho socialmente necessário. Porque, segundo este autor, a tarefa a ser realizada além de ser necessária para melhoria das condições de vida da comunidade, precisa ter valor pedagógico, pois um trabalho pode ser útil para a sociedade, “mas pedagogicamente pode não ter nenhum valor ou até mesmo ser pedagogicamente prejudicial. E neste caso, este tipo de trabalho não deve entrar nesta categoria.” (SHULGIN, 2013, p. 89).

Neste sentido, a Troca de Saberes, que é o trabalho realizado nos lotes pelos educandos e pelas educandas, em conjunto com a equipe pedagógica, é uma atividade que permite que os/as estudantes e as famílias agricultoras aprendam uns com os outros. Este encontro entre pessoas que têm conhecimentos baseados nas práticas cotidianas e outro grupo que estão sendo formados dentro das normativas da Ciência, além de poder produzir novos conhecimentos agroecológicos é um espaço de aprendizagem, numa perspectiva dialógica em que não há uma imposição de saberes e sim, reconhecimento da interdependência destas formas de conhecimento.

Desta maneira, a agroecologia como princípio e como modo de produção está presente no processo pedagógico não formal como também na escola, devido à necessidade dos movimentos sociais de se manterem na terra com mais dignidade e saúde.

Trabalho como princípio educativo

A concepção do trabalho como princípio educativo busca valorizá-lo enquanto elemento constituinte dos seres humanos e fundamental para a reprodução da vida humana. Segundo Marx (2010, p. 65),

¹⁰ Projeto de Assentamento é a nomenclatura utilizada pelos órgãos estatais para designar os assentamentos.

O trabalho, como criador de valores de uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem - quaisquer que sejam as formas de sociedade -, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana.

No processo de criar condições materiais de suas existências, os seres humanos estabelecem relações de produção e interação com a natureza, e nesse intercâmbio, tanto os seres humanos, como a natureza se transformam. Isto é, além de o trabalho ser vital para os seres humanos, pois permite criar condições para a sua existência, o processo de transformação dos elementos naturais que resulta do trabalho contribui para a formação dos seres humanos.

O trabalho útil e concreto, que produz valor de uso, é uma manifestação de homens e mulheres, os produtos, fruto do trabalho, são formas de expressão humana, dizem respeito aos sujeitos que os produziram. Segundo Marx e Engels (1998, p.11) “(...) A maneira como os indivíduos manifestam sua vida reflete exatamente o que eles são. O que eles são coincide, pois, com sua produção, isto é, tanto com o que eles produzem quanto com a maneira como produzem.” Com isso, por meio do trabalho, os seres humanos satisfazem suas necessidades objetivas e também se realizam subjetivamente, porque é na realização do trabalho que homens e mulheres podem se exteriorizar. Nesta perspectiva, o trabalho está relacionado com a reprodução da vida, entendida não apenas como produção dos aspectos materiais, mas também simbólicos e culturais.

Além disto, o trabalho como princípio educativo possibilita a elaboração de novos conhecimentos por meio da relação dialética entre teoria e prática. Dessa maneira, as atividades práticas podem ser problematizadas, procurando estabelecer quais conhecimentos estão sendo mobilizados para aquela tarefa, o que Pistrak (2000, p. 55) denominou de "explicação científica" do trabalho:

É preciso portanto, que todas as tarefas domésticas úteis e que podem ser feitas pelas crianças sejam organizadas do ponto de vista de sua utilidade e necessidade sociais. Mas não se pode perder de vista - e isto é igualmente importante - a explicação científica das diferentes fases do trabalho. (...) É preciso suscitar todas estas questões entre as crianças, fornecendo-lhes as respostas correspondentes; é preciso que o cérebro delas trabalhe no sentido da explicação científica do trabalho doméstico.

Embora o autor esteja se referindo às crianças e às tarefas domésticas (auto serviço), consideramos que a importância da "explicação científica" do sentido do trabalho e das suas diferentes fases pode ser generalizada para todos os tipos de atividades e para todas as faixas etárias. Com isso, o trabalho como princípio educativo também

indica a intenção de estabelecer um diálogo entre o saber-doxa (cotidiano) e o saberepisteme (acadêmico), na medida em que, este princípio pedagógico propõe refletir sistematicamente e buscar a ‘explicação científica’ (PISTRAK, 2018) para as atividades práticas realizadas.

Pistrak (2018), analisando algumas experiências educacionais dos primeiros anos da Revolução Russa, aponta a dificuldade dessas experiências para efetivar a relação entre trabalho e ciência. Pois, as experiências ora davam primazia aos conteúdos científicos e as atividades manuais eram subordinadas aos conteúdos estudados em sala de aula; ora o trabalho era realizado e buscavam-se formas de relacioná-lo aos conteúdos que estavam sendo trabalhados nas salas de aula. Nesse processo, por vezes se inventavam “ligações artificialmente extravagantes” (PISTRAK, 2018, p. 62); havendo ainda algumas experiências que punham de lado o próprio objetivo de integrar teoria e prática. Nessas escolas, considerava-se a supremacia do trabalho como fonte de educação; por isso, o trabalho era executado sem nenhuma preocupação com sua relação com a ciência ou com a reflexão teórica. O autor destaca, por fim, uma quarta tendência que recusava qualquer trabalho como elemento do processo pedagógico. Para Pistrak (2018), essa dificuldade se dava na medida em que o trabalho era considerado como algo isolado, descontextualizado, pois

(...) O trabalho é parte da relação da escola com a atualidade, e nesta base o trabalho educativo e o ensino desenvolvem-se como um todo único, inseparável. A questão fundamental da escola não é a relação mecânica entre trabalho e ciência (ou como se pensa mais dissimuladamente, entre trabalho e ensino), mas, tornar ambos, partes orgânicas da escola, isto é, da vida social das crianças. (PISTRAK, 2018, p.68).

Disto decorre que as diversas atividades que podem ser desenvolvidas na e pela escola devem ter sentido social e não podem ser meramente ilustrativas, apenas didáticas; como também, não podem ser utilizadas somente para manutenção dos espaços físicos das escolas. Além disto, o trabalho não deve ficar circunscrito ao espaço da escola, segundo Shulgin (2013), o trabalho socialmente necessário contribui para estabelecer a relação entre a escola e a comunidade, de maneira que a escola crie raízes no contexto onde se insere e contribua para refletir e resolver problemas enfrentados pelas comunidades do entorno. Nesse caso, a centralidade dos processos educativos está no cotidiano da comunidade e a escola não fica isolada deste contexto social. Para tanto, é importante que a escola conheça seu entorno, realizando um diagnóstico dos principais

problemas e escolhendo quais trabalhos serão realizados por ela, segundo suas possibilidades.

Nas duas escolas, a organização do cotidiano pedagógico está relacionada com o trabalho, tanto o autosserviço (limpeza e organização dos espaços coletivos), como o trabalho nas unidades produtivas dentro da escola e nos lotes das famílias, principalmente, do assentamento Contestado.

Conforme mencionado anteriormente, a Escola Teresinha de Moura, no ano de 2019, desenvolveu um processo de construção coletiva do Projeto Político Pedagógico (PPP) na perspectiva de fortalecer a proposta da Educação do Campo. Neste sentido, foi proposto a reativação da horta agroecológica na escola como parte integrante das atividades pedagógicas. Assim, mais que refletir e praticar a agricultura agroecológica, este espaço também propiciará além de alimentos saudáveis a produção de conhecimentos. Porém, no âmbito da elaboração do PPP, no debate sobre a horta agroecológica surgiram questões sobre o trabalho das crianças, devido à concepção que a escola é espaço apenas para o estudo literário, o que evidencia uma dicotomia entre o trabalho manual e o trabalho intelectual presente na nossa sociedade.

Nesta discussão as ideias foram encaminhando para a compreensão da necessidade do trabalho na horta como possibilidade pedagógica, reforçando que as crianças aprendem melhor quando podem reconhecer no concreto a teoria.

Além disto, sobre esta dicotomia, Pistrak (2000), considera as escolas deveriam se aproximar da realidade produtiva das comunidades do seu entorno. Logo, as escolas situadas na cidade deveriam se aproximar do trabalho nas indústrias; estudando desde o trabalho com a madeira e metal, que esse autor considerava oportuno para entender como ocorrem os processos de transformação das matérias com o auxílio da química e da física, até as questões relativas à administração, passando pela organização do trabalho na fábrica. Sobre o trabalho agrícola e a escola no campo, Pistrak (2000, p. 69) afirma:

O princípio segundo o qual a escola de 1º grau no campo deve ter uma área (de meio a um hectare), onde se trabalhe racionalmente, é reconhecido por todo o mundo. (...) Não se trata, portanto, de especialização agrônômica, mas simplesmente de uma escola que ensine as crianças a trabalhar racionalmente fornecendo-lhes uma bagagem científica geral suficiente para trabalhar racionalmente uma pequena área escolar, consideradas sua idade e forças.

Dessa forma, é fundamental relacionar as práticas e os conhecimentos das diversas áreas científicas para que haja uma racionalização das atividades propostas pela escola no sentido de qualificar a educação.

Considerações finais

Podemos dizer, que as duas escolas são permeadas pela presença do MST e pelos princípios educativos da Educação do Campo, que fazem com que as experiências pedagógicas realizadas por essas escolas contribuam com novos elementos para pensar a Educação do Campo.

Em relação a gestão participativa, na escola Teresinha de Moura é evidente a presença e participação da comunidade assentada dentro e fora da estrutura de funcionamento da escola. Na ELAA, as instâncias organizativas propiciam a participação de todas as pessoas envolvidas no processo de formação e o Conselho Gestor é uma estratégia de participação ampla dos outros movimentos que compõe a Via Campesina e que não estão no dia a dia da ELAA.

A agroecologia como princípio norteia as ações nas duas escolas no sentido de refletir sobre o projeto camponês autônomo. Nestas escolas também se busca realizar experimentos de manejo com base nos princípios da agroecologia.

Também, como vimos, nas duas escolas existem experiências de um outro fazer pedagógico que se relaciona com a concepção do trabalho como princípio educativo, considerando é claro, as contradições e as disputas acerca de concepções seja com o Estado ou mesmo entre as famílias assentadas. Além disto, ambas escolas estão inseridas em comunidades que compreendem a importância da educação e lutam por garantir educação de qualidade do ensino.

Desta maneira, a importância da educação para o MST se configura nessas duas escolas como estratégias de formação integral das camponesas e dos camponeses para que possam atuar no sentido do questionamento das desigualdades sociais e na construção de relações sociais e com os outros elementos da natureza baseadas em princípios ecológicos regenerativos e na justiça social.

Referências bibliográficas

ALTIERI, Miguel. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 13, n. 16, jan-jul, 2010.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Re pensando a pesquisa participante**. São Paulo: Editora brasiliense 3ª edição, 1987

ELAA. Escola Latino Americana de Agroecologia: uma escola camponesa da emancipação humana. Lapa, PR., 2015.

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1967.

FREITAS, Luiz Carlos de. Formação de quadros técnicos ou formação geral? Riscos de um falso dilema para o MST. In; VENDRAMINI, Célia R. MACHADO, Ilma Ferreira (Orgs.). **Escola e movimento social: a experiência em curso no campo brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

GUHUR, Dominique Michèle Perioto; TONÁ, Nilciney. Agroecologia. In: CALDART, R. S. et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio / Expressão Popular, 2012, p. 57-65.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: livro I. Tradução Reginaldo Sant'Anna. 27ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Frederich. **A ideologia alemã**. Tradução Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998 (Clássicos).

PATEMAN, Carole. Participação e Teoria Democrática. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

PISTRAK, Moises Mikhailovich. **Fundamentos da escola do trabalho**. Tradução Luiz Carlos de Freitas. São Paulo: Expressão Popular, 2018. 288 p.

SEVILLA-GUSMÁN, Eduardo. El Marco Teórico de la Agroecología. In: **Desde el Pensamiento Social Agrario**. ISEC/Universidad de Córdoba, 2006. p. 221 – 248.

SILVA, Maria do Socorro. A formação do ser humano: desafio e referência da educação do campo. **Revista da Formação por Alternância**, dez/2007. P. 45 – 61.

SHULGIN, Viktor Niholoevich. **Rumo ao Politecnismo**. Tradução Alexey Lazarev e Luiz Carlos de Freitas. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 240 p.

AVANÇOS E DESAFIOS DA RELAÇÃO URBANO-RURAL NA AGENDA INTERNACIONAL: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DA CONFERÊNCIA HABITAT III

Erica Rabelo¹

Marcel Fantin²

Os problemas socioambientais associados à moradia e ao processo de urbanização são foco de atenção e debates no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) através das conferências habitat e de seus documentos norteadores. Essas conferências procuram abordar reflexões, princípios, políticas, ações e estratégias para o enfrentamento dos problemas associados ao avassalador processo de urbanização global, principalmente nos países da periferia do capitalismo. Impulsionado pela intensa migração das áreas rurais para os centros urbano, as transformações territoriais constituintes desse processo desencadearam impactos negativos tanto para as áreas urbanas quanto para as áreas rurais. Partindo da premissa que tal fato demanda uma abordagem que considere a relação de inseparabilidade entre campo e cidade a partir desse processo, este artigo aborda essa questão a partir de dois documentos norteadores: A Nova Agenda Urbana e o Relatório Brasileiro para a Habitat III (Terceira Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável). Como resultado dessa pesquisa foi possível constatar que a relação urbano-rural é pouco abordada e que, apesar desses documentos reconhecerem o alto índice de urbanização que o mundo enfrentará nas próximas duas décadas, em nenhum momento são questionados os elementos motivadores deste processo e tampouco são propostas políticas de valorização de um ambiente rural diverso, sustentável e inclusivo como uma peça chave para garantir a sustentabilidade e a justiça social e espacial em nível local, nacional e global.

PALAVRAS-CHAVE: processo de urbanização, relação urbano-rural, desenvolvimento sustentável, justiça espacial.

1. Introdução

O êxodo rural configura uma das principais transformações sociais globais do século XX por sua velocidade, intensidade, universalidade e aspectos negativos associados ao conseqüente processo de urbanização-industrialização, incluindo a favelização, o desemprego ou subemprego e as condições precárias de atendimento de serviços públicos como saneamento, saúde e educação. Modificações importantes ocorreram também no modelo de produção agrícola para um padrão menos dependente de mão de obra, reverberando na alteração física e ambiental do território com ampliação de monoculturas, uso de agrotóxicos e ampliação do processo de expulsão de camponeses para os centros urbanos.

As conseqüências negativas da urbanização acelerada se manifestaram com maior intensidade nos países da periferia do capitalismo, onde a esperança de vida digna não foi concretizada para uma parcela significativa da população pobre urbana.

É a partir desse contexto que emergem organizações e conferências que passam a permear, em nível global, o debate sobre os impactos socioambientais da urbanização e

¹ Engenheira ambiental pela Escola de Engenharia de São Carlos - USP.

² Docente do Instituto de Arquitetura e Urbanismo de Universidade de São Paulo.

do êxodo rural e também são apontadas possíveis soluções para os problemas desencadeados pela concentração populacional em centros urbanos a partir de documentos que expressam a conjuntura política internacional e os desafios e perspectivas a serem enfrentados.³

A conferência Habitat III, também conhecida como A Nova Agenda Urbana (NAU) e objeto de estudo do presente trabalho, é a terceira de uma série de Conferências sobre assentamentos humanos, eventos realizados a cada vinte anos pelas Nações Unidas e que buscam a adoção de práticas globais para o desenvolvimento das cidades e dos assentamentos humanos em seu conceito mais amplo.⁴

A seguir são apresentadas reflexões a partir dos documentos norteadores de políticas públicas oriundos dessa conferência com foco na relação campo-cidade.

2. Contexto político, econômico e social internacional

A Habitat III, realizada em 2016, se inseriu em um contexto bastante especial onde a maior parte da população mundial já habitava as áreas urbanas.

Foi em 2015 que uma pesquisa realizada pelo banco Credit Suisse revelou que 1% da população mais rica já acumulava mais riquezas do que o restante da população mundial (SUISSE, 2015). Ao mesmo tempo, a riqueza detida pela metade mais pobre da humanidade caiu em um trilhão de dólares nos cinco anos anteriores. Essa é apenas a evidência mais recente de que vivemos atualmente em um mundo caracterizado por níveis de desigualdade não registrados há mais de um século (OXFAM, 2016).

Essa concentração de riqueza se materializa nas cidades através das marcas da desigualdade que reverberam nos níveis crescentes de assentamentos irregulares, favelas, pobreza e poluição. Já, no campo, o agronegócio simboliza esse processo através da concentração cada vez maior terras e riqueza nas mãos de poucos, configurando lógicas de expulsão de população camponesa para os centros urbanos, desmatamento, violência contra comunidades tradicionais e poluição ambiental pelo uso intensivo de agrotóxicos.

A crise financeira internacional de 2008 evidencia a dimensão dessa questão, tanto por colocar em dúvida a eficácia do “livre mercado” (KRUGMAN, 2009), quanto por ter sido gerada a partir do comércio de hipotecas no mercado de moradia.

A habitação, já defendida desde a Habitat I enquanto direito fundamental, é comercializada pelos bancos internacionais, impulsionando a concentração financeira. O direito à moradia caminha, dessa forma, na contramão da lucratividade desse mercado, sendo um dos grandes desafios para sua efetiva implementação atualmente.

A acumulação e concentração do capital é, portanto, uma das características marcantes desse momento histórico, assim como a relativização de direitos e do comum que propicia e legitima violências e violações dos direitos humanos das mais diversas em prol do lucro e da concentração fundiária e de renda.

³ No Brasil, na virada da década de 1960 para 1970, a população vivendo em áreas urbanas já era maior que a rural, atingindo uma predominância urbana já na transição dos anos 1970 para os anos 1980 (CUNHA et. al, 2007). Em 2000, apenas 18,75% (31.845.211 pessoas) da população brasileira vivia em áreas rurais, passando para apenas 15,65% (29.852.986 pessoas) em 2010 (IBGE, 2020).

⁴ A Habitat I ocorreu em Vancouver em 1976 e a Habitat II ocorreu em Istambul em 1996. Já a Habitat III - Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável, ocorreu em Quito, no Equador, no ano de 2016.

O processo de elaboração do relatório brasileiro

No processo de preparação para a Conferência Habitat III, os países membros da ONU produziram relatórios nacionais, que compuseram relatórios regionais, e por fim, o relatório global. Em um universo de 34 países que responderam ao questionário específico da ONU sobre a preparação dos países para a Habitat III, pode-se afirmar que apenas três seguiram minimamente as orientações dadas: Brasil, França e EUA. O Brasil possui relevante importância nesse momento da urbanização pois, junto aos países do Cone Sul (Argentina, Chile e Uruguai), tem as mais altas taxas de urbanização da América Latina (BALBIM, 2016).

A elaboração de instrumentos de pesquisa e a redação do Relatório Brasileiro para a Conferência foram atividades desenvolvidas ao longo de um processo de quase dois anos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. O conteúdo deste documento é representativo de diversas opiniões e contribuições coletadas através de reuniões, encontros, seminários e plataforma de participação social. Estiveram envolvidos mais de 2,5 mil contribuintes, pessoas e instituições. Os usuários da plataforma foram convidados a seguir uma sequência de atividades e mecanismos de participações colaborativas em quatro etapas distintas para valorização da participação social (IPEA, 2016). O documento não espelha nenhuma posição individual ou parcial, e isso é o que fez deste relatório uma peça importante da participação brasileira na Habitat III (BALBIM, 2016).

O relatório nacional, dividido em seis capítulos (questões demográficas urbanas; planejamento urbano e territorial; meio ambiente e urbanização; governança urbana e legislação; economia urbana; habitação, saneamento e serviços básicos) se configura como um método de avaliação de políticas públicas dos últimos vinte anos e de apontamento dos desafios para a construção da Nova Agenda Urbana mundial, sendo o direito à cidade o fio condutor de todo esse processo (IPEA, 2016).

Conexões Urbano-Rurais

A agenda da Habitat II reconheceu as relações de interdependência urbano-rurais, sendo que essa temática foi reforçada na Habitat III que considerou essas relações como “funções complementares e fluxos de pessoas, recursos naturais, capital, bens, empregos, serviços de ecossistema, informações e tecnologia entre áreas rurais, periurbanas e urbanas”. Um aspecto valorizado da conexão urbano-rural que é afetado devido ao índice de urbanização crescente é a alteração territorial do espaço circundante à área urbana, isto é, a urbanização das áreas periféricas anteriormente rurais, tanto no sentido qualitativo (ex: difusão do estilo de vida urbano) quanto no quantitativo (ex: novas zonas urbanas), processo chamado de periurbanização (ONU, 2015).

Outro aspecto afetado pela urbanização são os sistemas alimentares da cidade-região, que pode ser entendido como a sobreposição de dois fatores: O fomento da agricultura urbana, ou seja, o deslocamento da atividade agrícola também para o meio urbano, e a periurbanização das áreas de assentamentos de agricultores familiares, modificando a atividade econômica desses locais com característica agrícola para outra não agrícola. O movimento de agricultura urbana ganha cada vez mais espaço no cenário global como resposta à demanda por alimentos mais nutritivos e naturais. Atualmente, entretanto, a agricultura familiar, alocada na área rural, é responsável pela produção da maioria dos alimentos consumidos nas cidades. Acredita-se que os pequenos produtores forneçam 80% dos alimentos consumidos nos países em desenvolvimento (ONU, 2015).

A agricultura urbana associada à urbanização massiva e acelerada surge como abertura para questionar qual será o futuro da produção alimentar mundial nas próximas décadas, visto que os agricultores familiares responsáveis pela produção de alimentos se alocam principalmente na área periurbana das cidades, que a partir da urbanização tem suas características alteradas, impossibilitando que a atividade agrícola não sofra modificações. A periurbanização, ao mesmo tempo que altera as características ambientais e estruturais da área periurbana rural (como ecossistemas, conectividade, adensamento, qualidade ambiental dos solos, águas, entre outros), afeta diretamente assentamentos rurais de pequenos e médios agricultores que são alocados nas regiões vizinhas às cidades pela proximidade aos serviços oferecidos na área urbana que são escassos ou inexistentes nas áreas rurais, e também pela facilidade de comercialização dos produtos, visto que o mercado consumidor de alimentos está em sua maioria na cidade.

Dessa forma, a periurbanização afeta o suprimento de alimentos para a cidade, base para a manutenção da vida humana e determinante do valor do custo da mão de obra na área urbana. Uma maneira de impulsionar a segurança alimentar nas regiões urbanas e rurais e reduzir a pobreza é incentivar os pequenos agricultores (ONU, 2015). Entretanto, alguns fatores ameaçam essa fonte de subsistência e produção de alimentos, como: os efeitos da mudança climática, degradação do solo, marginalização das áreas rurais e adoção de atividades não agrícolas (ONU, 2015). Nota-se que dentre as problemáticas apontadas, a questão ambiental apresenta especial relevância em conjunto com questões políticas de gestão e financiamento. Como, entretanto, reduzir a marginalização da área rural e atrair investimentos para as pequenas e médias cidades, e ainda mais delicado, para as áreas rurais, em um cenário de competição das megacidades pelos investimentos internacionais? Com a tendência global de crescimento econômico nas cidades, as áreas urbanas tendem a atrair a maioria dos recursos domésticos e internacionais (públicos e privados), isto pode afetar negativamente o acesso universal a recursos, serviços e oportunidades, e desvirtuar a distribuição equitativa dos benefícios econômicos, entre outros, observados no processo de urbanização.

A cidade como mercadoria na era globalizada concentra capital, dificultando que pequenos agricultores recebam efetivamente políticas de financiamento e desenvolvimento enquanto essas duas áreas forem planejadas e financiadas separadamente. As disparidades no desenvolvimento territorial formam o cerne da razão pela qual as conexões urbano-rurais fortes são essenciais na distribuição de oportunidades e benefícios equitativos gerados pelo processo de urbanização (ONU, 2015).

As pequenas e médias cidades recebem especial atenção nesse momento da urbanização. Estima-se que em economias emergentes as cidades secundárias com mais de 150.000 habitantes serão responsáveis por quase 40% do crescimento global até 2025 (ONU, 2015) e a expansão dos municípios com mais de 100.000 habitantes está prevista para crescer à taxa de 170% até 2030 (ONU, 2015). A urbanização dessas áreas afeta drasticamente as áreas rurais e periurbanas, reclassificando as vilas rurais e pequenos municípios para anexos urbanos, podendo se apropriar de terras agrícolas, obstruir corredores verdes e azuis, alterar a saúde dos ecossistemas e a conectividade, perturbar meios de subsistências rurais, afetar o suprimento de alimentos e aumentar as emissões de carbono, poluição do solo e uso de energia. E, embora a população urbana tenha quase triplicado durante a industrialização do século XX (ONU, 1996), as cidades pequenas e intermediárias enfrentam diversos desafios de desenvolvimento pois as oportunidades e a prestação de serviços favoreceram as grandes aglomerações (ONU, 2015). Como expressão dessa má distribuição de oportunidades, tem-se atualmente 1,4 bilhão de

peças vivendo com menos de US\$ 1,25 por dia, sendo 78% habitantes das áreas rurais e quase dois terços dos extremamente pobres estão envolvidos com agricultura (ONU, 2015).

O papel dos municípios menores é fundamental, tendo em vista que, frequentemente, fazem a ligação entre os habitantes rurais e os centros urbanos. Assim, o fortalecimento dos serviços básicos de saneamento, saúde, educação e geração de emprego das cidades pequenas e médias representam uma possibilidade de desafogar os grandes centros urbanos e, além disso, de fortalecer a relação campo-cidade, criando oportunidades econômicas e oferecendo mercado e acesso aos serviços básicos. Há, entretanto, uma limitação no conhecimento da dinâmica das cidades pequenas e intermediárias, onde metade dos povos urbanos vivem, fazendo delas o elo perdido para a compreensão das interações urbano-rurais. É fundamental compreender os parâmetros atuais que exacerbam a dicotomia entre essas áreas e as que promovem conexões (ONU, 2015).

Principais aspectos na relação urbano-rural da Nova Agenda Urbana e do Relatório Brasileiro para a Habitat III

O primeiro aspecto a ser destacado é a alteração do nome de Conferências das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos para Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável. Essa mudança, apesar de parecer sutil, demonstra a exaltação do ambiente urbano sobre o rural, ao deixar de ser um documento que visa abranger assentamentos humanos como um todo para focar-se no desenvolvimento sustentável dentro do ambiente urbano. Essa mudança de percepção demonstra a ideia de que pode se ter, em alguma medida, um desenvolvimento sustentável nas cidades e não no rural, isto é, que o desenvolvimento das cidades vale-se apenas das políticas de atuações internas desse ambiente. Além disso, deixa-se explícito a tendência de priorizar o planejamento urbano em detrimento do rural, tendo como solução ideológica ajustar o rural à um urbano com menos problemáticas. A confirmação desses pontos se reafirma no decorrer da narrativa da relação urbano-rural nos dois documentos, com suas especificidades.

Uma diferenciação importante que deve se apontar na análise comparativa entre esses dois documentos é que, apesar de estarem intimamente relacionados, cada um possui um objetivo próprio e distinto. A Nova Agenda Urbana tem como fim guiar as iniciativas em escala global na busca pelo desenvolvimento sustentável, tendo como foco as cidades. Já o Relatório Brasileiro tem como objetivo fazer um apanhado de análises dos últimos vinte anos de políticas públicas brasileiras acerca do desenvolvimento urbano para e, a partir disso, apontar especificidades da questão urbana e rural no Brasil, a fim de respaldar as negociações da Nova Agenda Urbana. Dessa forma, a comparação desses documentos é possível e necessária, porém com a premissa de que possuem motivações distintas, mas complementares.

Desde Habitat II, houve uma aceleração nas violações dos direitos fundiários e habitacionais, incluindo despejos violentos forçados e domínio de terras em todo o mundo (HIC, 2016), tornando-se difícil uma leitura otimista no desenvolvimento mundial, tanto para as famílias que habitam o campo, quanto para as que habitam as cidades. Cenário que é agravado pela crise financeira global, com grandes bancos e investidores de ações remodelando as cidades e o rural em um mercado neoliberal globalizante, que tem como resultado índices crescentes de urbanização por todo o globo, na transferência populacional do campo para a cidade, ou seja, na expulsão direta ou indireta das famílias

que habitam o rural para somarem a massa migrante apontada como o grande desafio para os próximos anos.

O afastamento da dimensão da migração como cerne da urbanização leva a duas graves conclusões: a alienação do urbano como solução das problemáticas globais, que se dá a partir do afastamento da materialidade histórica que gera a grande concentração humana em pequenos espaços, ou cidades; e o distanciamento ideológico da importância do rural, ou da ruralidade, que se torna aceitável e natural que haja altos índices de urbanização.

Apesar disso, deve-se encarar que as previsões indicadas na Nova Agenda Urbana já se manifestam atualmente em muitos países, inclusive no Brasil, o que indica ser possível que a urbanização continue causando males, por vezes irreversíveis, na dinâmica global, tendo como foco os países pobres. A urbanização, portanto, não é uma possibilidade para alcançar o desenvolvimento sustentável como é colocado pelo documento da Nova Agenda Urbana, na medida em que os danos da urbanização, que se manifestam na desigualdade entre campo e cidade e também dentro das cidades, são a sustentação da lógica que motiva a própria urbanização, a acumulação de capital e a concentração de terra.

Apresentar pontos de maior destaque dentro da Nova Agenda Urbana e da urbanização global não é trivial. Porém, uma relação de alguns dos aspectos importantes pode ser encontrado no Quadro 1. Ressalta-se dentre eles a necessidade colocada pelo documento na redução das disparidades de oportunidade entre as áreas urbanas e rurais como objetivo principal da relação entre esses dois espaços e que, o desenvolvimento integrado do território é condicionante para pensar em sustentabilidade, não sendo possível eximir uma área da influência da dinâmica de desenvolvimento da outra, visto que o urbano e o rural são inseparáveis e indispensáveis entre eles.

O Relatório Brasileiro para a Habitat III apresenta a mesma omissão em relação à motivação da dinâmica de migração e da importância do rural perante o desenvolvimento sustentável. Um aspecto que demonstra isso é a breve seção dedicada à análise da relação urbano-rural no relatório. No caso brasileiro, há de se haver especial interesse na questão rural, entre tantos aspectos, por ser a atividade agropecuária a principal relação econômica do Brasil com o mundo, enquanto país exportador de produtos primários. E, principalmente, pela extensão territorial que o rural representa. Pensar o desenvolvimento de um país continental perpassa além da relação urbano-rural, a relação do rural-rural, visto a gama de distintas realidades de ecossistemas, condições climáticas, relações sociais, atividades econômicas, conflitos, entre outros, que se manifestam no campo brasileiro. E que, abranger esses segmentos e compreender seus funcionamentos é imprescindível para pensar o desenvolvimento do país, a sustentabilidade ambiental e a redução das desigualdades.

Destaca-se a "migração temporária" como uma relação urbano-rural característica do Brasil, que ilustra a magnitude do agronegócio no país pois, ao mesmo tempo que força a migração das famílias do rural para as cidades, às condicionam, muitas vezes, a voltar ao campo em condições precárias de emprego e baixos salários. Vale lembrar que as cidades, apesar de oferecerem mais condições de serviço e oportunidades, não são capazes de absorver toda massa de trabalhadores migrantes, deixando uma parcela marginalizada como exército de reserva na manutenção dos baixos preços de mão de obra, sendo esses, os principais indivíduos dos empregos temporários, muitos deles nos ciclos de produção do agronegócio.

Outro aspecto importante é a periurbanização das áreas de agricultura familiar alocadas nas proximidades das áreas urbanas pela facilidade de acesso aos serviços básicos e comercialização da produção.

A agricultura familiar representa o setor numericamente majoritário do agro brasileiro. Os dados do censo agropecuário do IBGE (levantados em 2017 tendo o ano base 2016) mostraram que o Brasil possuía em 2016 um total de 5,1 milhões de estabelecimentos agropecuários dos quais 3,9 milhões poderiam ser classificados como de agricultores familiares. Isto significa que a agricultura familiar representa cerca de 77% do total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros e ocupa uma área de 80,89 milhões de hectares, o que representa 23% da área total dos estabelecimentos rurais brasileiros (IBGE, 2017).

A agricultura familiar, aqui tratada como sinônimo de campesinato para facilitar a análise, representa um papel primordial na segurança alimentar, sustentabilidade social e ecológica e desenvolvimento econômico equitativo, devendo o planejamento territorial resguardar as áreas que já são assentamentos de agricultores e camponeses a fim de evitar que a periurbanização alcance essas regiões e que, investimentos em pequenos agricultores se tornem prioridade no desenvolvimento brasileiro na redução dos danos da urbanização.

A América do Sul apresenta os índices mais drásticos de concentração de terra do mundo, tendo como base a porcentagem de agricultores familiares e a parcela de terra que ocupam. Políticas de reforma agrária, já trazida na Habitat I, visando o desenvolvimento e qualidade de vida da população, devem ser incentivadas na redução das disparidades de poder e concentração de renda e terra que são marcas históricas da nossa colonização e que permeiam a realidade brasileira e latino-americana até os dias atuais. A reforma agrária, portanto, é uma política de desenvolvimento tanto para o rural, quanto para o urbano, ao reduzir os índices de assentamentos irregulares nas cidades e todas as consequências advindas da concentração populacional rápida, sem planejamento e sem recursos.

Por fim, cabe ressaltar que a ruralidade não é uma etapa do desenvolvimento social a ser superada com o avanço do progresso e da urbanização (ABRAMOVAY, 2000). Ela é e será cada vez mais um valor para as sociedades contemporâneas. E, em torno desse valor, e não apenas das atividades econômicas setoriais, exalta-se as características mais gerais do rural: relação com a natureza, regiões não densamente povoadas e inserção em dinâmicas urbanas (ABRAMOVAY, 2000).

A importância da agricultura é essencial na revelação de aspectos da relação urbano-rural ainda pouco conhecidos, como a dependência das pequenas aglomerações urbanas de seu entorno disperso para estabelecer contato com economias regional, nacional e global (ABRAMOVAY, 2000).

Além disso, a soberania e segurança alimentar influem diretamente em aspectos que ultrapassam o planejamento do setor agrícola, como saúde pública, qualidade das águas superficiais e subsuperficiais, qualidade dos solos, preço do alimento (e, portanto, do salário mínimo) e distribuição de renda.

Quadro 1: Fichamento dos argumentos convergentes e divergentes entre a Nova Agenda Urbana e o Relatório Brasileiro para a Habitat III no âmbito da relação urbano-rural.

Nova Agenda Urbana	Relatório Brasileiro para a Habitat III
<p>A parceria entre diversos agentes, isto é, meio acadêmico, sociedade civil, setor privado e público, característica marcante da Habitat II, é novamente apontada como fundamental para a resolução das problemáticas apresentadas das conexões entre o campo e a cidade, visto que a temática engloba uma vasta gama de variáveis, agentes e contextos.</p>	<p>Prosseguir com o debate sobre criar em parceria com estados e municípios o sistema nacional de desenvolvimento urbano, efetivando a participação e o controle social e fazer convergir instrumentos de planejamento privado com princípios e procedimentos do Estatuto das Cidades.</p>
<p>Considerando a urbanização em andamento, a desigualdade e a pobreza, há interesse renovado no alcance de áreas rurais, periurbanas e urbanas complementares e mutuamente fortalecedoras.</p>	<p>O agronegócio, modelo de produção hegemônico no campo brasileiro, tem papel decisivo na dinâmica de alteração do espaço agrícola e urbano, estando relacionado diretamente com as migrações temporárias e definitivas.</p>
<p>As pequenas e médias cidades recebem especial atenção nesse momento da urbanização. O papel dos municípios menores é fundamental, tendo em vista que, frequentemente, fazem a ligação entre os habitantes rurais e os centros urbanos.</p>	<p>As cidades médias em sua maioria podem vir a cumprir um papel fundamental na possibilidade de ainda se produzir cidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.</p>
<p>As cidades pequenas e intermediárias enfrentam diversos desafios de desenvolvimento pois as oportunidades e a prestação de serviços favoreceram as grandes aglomerações.</p>	<p>As cidades médias do interior do país recebem movimentos migratórios e de crescimento populacional com a mesma lógica de desassistência e falta de planejamento das ações públicas e privadas, marcas deletérias da exclusão e da segregação.</p>
<p>Como expressão da má distribuição de oportunidades, tem-se atualmente 1,4 bilhões de pessoas vivendo com menos de US\$ 1,25 por dia, sendo 78% habitantes das áreas rurais e quase dois terços dos extremamente pobres estão envolvidos com agricultura.</p>	<p>Uma relação urbano-rural característica do Brasil é a "migração temporária", especialmente para empregos temporários na agricultura, cujas características são os baixos salários, baixos índices de escolaridade e informalidade no trabalho.</p>
<p>O fortalecimento dos serviços básicos de saneamento, saúde, educação e geração de emprego das cidades pequenas e médias representam uma possibilidade de desafogar os grandes centros urbanos e, além disso, de fortalecer a relação campo-cidade, criando oportunidades econômicas, oferecendo mercado e acesso aos serviços básicos.</p>	<p>Apesar do significativo esforço governamental na interiorização de equipamentos, bens e serviços, boa parte da população rural continua desenvolvendo atividades no meio urbano.</p>
<p>Há uma limitação no conhecimento da dinâmica das cidades pequenas e intermediárias, onde metade dos povos urbanos vivem, fazendo deles o elo perdido para a compreensão das interações urbano-rurais</p>	<p>O aumento da compreensão das relações de interdependência entre o urbano e o rural e entre o urbano e o periurbano tem se tornado objeto de interesse crescente no Brasil.</p>
<p>O foco no planejamento territorial e espacial na redução das desigualdades entre campo e cidade é fundamental, abrangendo a análise de tendências e a resolução de questões como gestão sustentável de recursos naturais, infraestrutura adequada e prestação de serviços, igualdade e inclusão social, pressões ambientais e fluxo de capital, bens e pessoas a fim de criar locais urbanos e rurais produtivos e resilientes.</p>	<p>Os próprios investimentos e recursos federais e estaduais muitas vezes não são articulados seguindo os princípios dos instrumentos de planejamento territorial e, além disso, são poucos municípios que incorporam em seus planos diretores diretrizes e instrumentos voltados para potencializar a relação urbano-rural.</p>

Fonte: Erica Rabelo, 2017

4. Considerações finais

A Nova Agenda Urbana, apesar de reconhecer o alto índice de urbanização que o mundo enfrentará nas próximas duas décadas, não aponta os motivadores da migração campo-cidade e tampouco propõe medidas que visam prevenir ou impedir que os deslocamentos ocorram com tamanha intensidade e rapidez. Pelo contrário, ela coloca a urbanização como fato consumado, buscando remediações setorizadas e leves, tendo em vista que as problemáticas são tratadas com superficialidade e ainda dentro de uma lógica neoliberal.

A política brasileira atual para o campo está inserida nessa ordem global desigual da divisão internacional do trabalho e é focada no latifúndio, no agronegócio, na monocultura, na pecuária extensiva e na disseminação indiscriminada do uso de agrotóxicos.

Além de colocar em xeque a preservação dos ecossistemas aquáticos e terrestres e representar um grave risco para o bem estar e a saúde das populações humanas, esse modelo de produção agropecuária, em função de sua lógica concentradora e de mão de obra pouco intensiva, representa um grave problema para a permanência de maneira digna, sustentável e saudável da população no campo, promovendo a partir de sua expansão a transferência de contingentes populacionais do campo para as cidades. Reflexo desse processo é o atual perfil demográfico da agricultura familiar, marcado pelo envelhecimento e pelo desinteresse dos mais jovens em permanecer no campo.

Assim, a valorização de um ambiente rural diverso, sustentável e inclusivo deve ser entendido como uma peça chave para a sustentabilidade e para a justiça social e espacial, uma vez que isso permitirá tanto reverter o êxodo rural, diminuindo a pressão demográfica sobre as cidades, como, também, facilitar o controle da expansão da mancha urbana e a proteção dos mananciais pela valorização das funções rurais dos terrenos periurbanos.

As áreas periurbanas sofrem, portanto, um processo de especulação imobiliária e valorização fundiária que determinam as novas características do ambiente urbano surgente, podendo transformar-se em um loteamento popular ou em condomínios de luxo, a depender de uma nova configuração geográfica e política do território urbano que é desejado e disputado pelas forças municipais. Dessa forma, pensar a área urbana do futuro é o mesmo que planejar a área periurbana da atualidade.

O papel do estado no planejamento e na definição de políticas públicas para esse tema ocupa um papel central e deve envolver tanto a reforma agrária e o fornecimento das condições necessárias de infraestrutura e serviços públicos (como saúde e educação) no campo, como as ferramentas necessárias para garantir a produção, a distribuição e o acesso aos alimentos a partir das políticas estatais de segurança alimentar e nutricional.

Alocar e organizar os investimentos em pesquisa científica e tecnológica para a transição agroecológica e fortalecer as ações extensionistas focadas na formação continuada dos agricultores também são tarefas essenciais no sentido de constituir uma rede de ações e inovações que apoiem o desenvolvimento sustentável dos assentamentos rurais. Atenção especial deve ser dada aos investimentos e as soluções voltadas para a superação da crescente insegurança hídrica que afeta principalmente os pequenos agricultores, quadro esse que vem se agravando em função do aquecimento global, desmatamento acentuado e ilegal e da má gestão do uso e ocupação do solo.

6. Referências

- ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. FEA e Procam/USP. Rio de Janeiro, p. 1 - 37. 2000.
- ABRAMOVAY, R.; MORELLO, T. F. **A democracia na raiz das novas dinâmicas rurais brasileiras**. International Conference Dynamics of Rural Transformations in Emerging Economies. New Delhi, Índia: [s.n.]. 2010. p. 1 - 25.
- BALBIM, R. Direito à cidade, participação local e relações internacionais. In: VANESSA MARX, M. A. C. **Participação, conflitos e intervenções urbanas: Contribuições à Habitat III**. Porto Alegre: IPEA - Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada, 2016. p. 1 - 318.
- BALBIM, R. Para entender o relatório. In: IPEA, C. **Relatório Brasileiro para a Habitat III**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2016. p. 17 - 21.
- CEBES (Centro Brasileiro de Estudos de Saúde). **OXFAM Brasil divulga relatório “Quem Paga a Conta? – Taxar a Riqueza para Enfrentar a Crise da Covid na América Latina e Caribe”**. Disponível em: <http://cebes.org.br/2020/08/oxfam-brasil-divulga-relatorio-quem-paga-a-conta-taxar-a-riqueza-para-enfrentar-a-crise-da-covid-na-america-latina-e-caribe/>. Acesso em: 08 agosto 2020.
- CITISCOPE, 2015. Disponível em: <<http://citiscope.org/habitatIII/explainer/2015/06/whats-history-habitat-process>>. Acesso em: 11 abril 2017.
- CONCIDADES; IPEA. **Relatório Brasileiro para a Habitat III**. Brasília : Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2016. p. 1 - 148.
- CUNHA, J. M. P.; BAENINGER, R. **Las migraciones internas en el Brasil contemporáneo**. Notas de Población, v. 82, p. 33-67, 2007. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/12783>. Acesso em: 09 agosto 2019.
- FAO. **The State of Food and Agriculture - Innovation in family farming**. 2014. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i4040e.pdf>.
- HIC. **Statement at Habitat III: Toward a Human Rights Habitat**. Habitat International Coalition (HIC). Quito, p. 1 - 4. 2016.
- IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, p.. 2006.
- IBGE. **Censo Agropecuário, florestal e aquícola de 2017**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rio de Janeiro, p.. 2006.
- IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, p.. 2010.
- IBGE. **Censos Demográficos**. Núcleo virtual da Rede de Memória do IBGE. Disponível em: <https://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/historicos-dos-censos/censos-demograficos.html>. Acesso em 09 julho 2020.
- IPEA. **Relatório Brasileiro para a Habitat III**. Brasília, p. 1 - 148. 2016.
- IPEA. **Relatório Brasileiro para a Habitat III**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2016. p. 1 - 148.
- JIE, ZHANG. **Top billionaires got richer during COVID-19**. Disponível em: <https://global.chinadaily.com.cn/a/202005/28/WS5ecf4796a310a8b241159268.html>. Acesso em: 02 julho 2020.
- JÚNIOR, N. S. O Direito à Cidade como paradigma da governança urbana democrática. **Instituto Pólis**, São Paulo, 30 março 2005. 1 - 8.
- JÚNIOR, N. S. **Entrevista**. Instituto Pólis. [S.l.]. 2017.

JÚNIOR, N. S. **Roda de conversa sobre direito à cidade: Desafios pós Habitat III**. São Paulo: Instituto Pólis (IPólis). 2017.

KRUGMAN, P. A crise de 2008 e a economia da depressão. **Revista de Economia Política** 30 (1), 2010, Rio de Janeiro , p. 1 - 3, 2009.

MapBiomass. **Relatório Anual de Desmatamento 2019**. Lançado em 26 de Maio de 2019.

MELLENDEZ, A. **Entrevista Nelson Saule Júnior**. Instituto Pólis. São Paulo, p. 18-22. 2017. (Publicada originalmente em Projeto Design na Edição 436).

ONU. **Planning and design for sustainable urban mobility**. Global report on human settlements. [S.l.]: Routledge. 2013. p. 1 - 348.

ONU. **Documento temático da Habitat III - Conexões urbano-rurais**. Habitat III - United Nations Conference on Housing and Sustainable Urban Development. Nova York: [s.n.]. 2015. p. 1 - 11.

ONU. Finanças municipais. **Documentos temáticos da Habitat III**, Nova York, 31 Maio 2015. 1 - 11.

ONU. **Transformando o nosso mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. [S.l.]: [s.n.]. 2015. p. 1 - 49.

ONU, U. **New Urban Agenda**, Quito, 23 Dezembro 2016. 1 - 29.

OXFAM. UMA ECONOMIA PARA O 1% - Como privilégios e poderes exercidos sobre a economia geram situações de desigualdade extrema e como esse quadro pode ser revertido. **Documento informativo da OXFAM 210**, 18 Janeiro 2016. 1 - 52.

OXFAM. **Quem Paga a Conta? – Taxar a Riqueza para Enfrentar a Crise da Covid na América Latina e Caribe**. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/quem-paga-a-conta/>. Acesso em: 08 agosto 2020.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. A Agricultura Familiar No Brasil. **Grupo de Trabajo: Desarrollo con Cohesión Territorial - Centro Latinoamericano para el desarrollo rural (RIMISP)**, setembro 2013. 1 - 80.

SUISSE, B. C. Global Wealth Databook 2015. **Riqueza líquida total à taxa de câmbio**, 2015.

MONITORAMENTO DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS

Fabia Cristina Giz Icassati- graduada em ecologia, Universidade estadual paulista- UNESP, Rio Claro/ SP; Pesquisadora associada NEEA- NUPEDOR, Universidade de Araraquara-UNIARA

Jonas Natanael De Souza- Graduando em eng. Agronomica, Universidade de Araraquara-UNIARA, Araraquara/ SP; Bolsista de treinamento tecnico II- FAPESP

Cesar Augusto Feliciano- Doutorando em ciências biológicas, universidade de Araraquara, UNIARA/ SP

Jose Maria Gusman Ferraz- Dr em Ecologia, Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP, Docente pós graduação, Universidade de Araraquara- UNIARA, Araraquara/SP

INTRODUÇÃO

Os Sistemas Agroflorestais (SAFs) são formas de uso da terra e de produção de produtos agrícolas que reúnem, no mesmo espaço, espécies agrícolas (agro), arbóreas (nativas) e animais. Todos são manejados em uma dinâmica num mesmo local, de acordo com os objetivos do agricultor. Assim, Sistema Agroflorestal é uma nova denominação para práticas antigas e conservacionistas dos povos tradicionais e das famílias de pequenos agricultores, somadas aos novos conhecimentos científicos. Podendo estar inseridos no processo de transição agroecológica, com vista numa mudança gradativa no sistema produtivo, na saúde e recuperação do solo e nas relações socioambientais, através de práticas integradas e de base ecológica; valorizando os aspectos sociais e culturais, bem como as atividades agropecuária, o funcionamento e os ritmos da natureza (Gonçalves, 2014, pg. 11)

O agricultor familiar pode adotar os SAFs para aumentar de forma sustentável a renda familiar. Além disso, pode usá-los para tirar proveito de suas vantagens potenciais quanto à segurança alimentar, saúde, qualidade de vida e envolvimento dos filhos na atividade do sítio de forma compensadora, melhorando as condições para permanência da família na propriedade rural. Os produtos podem estar relacionados ao consumo da família rural, sua autossuficiência, bem estar e serem destinados à comercialização. Lenha, madeira, frutas, pasto apícola (flores para abelhas), plantas medicinais, plantas ornamentais, forragem para alimentar animais, palmito, etc. Vários são os produtos provenientes das árvores com uma vantagem: diferente de outras culturas agrícolas, uma vez formadas, dispensam o cuidado constante. Isto significa que, mesmo se o agricultor der pouca atenção a elas por um período, as árvores continuarão crescendo e produzindo. Mas, para obter sucesso, é fundamental realizar um planejamento adequado e manejo agroflorestal.

Em 2018 a ONG iniciativa verde, sediada em São Paulo, financiado pela Petrobrás criou o projeto plantando águas com duas frentes principais: saneamento rural de baixo custo e/ou sistemas agroflorestais. Foram feitos 155 cadastro dos agricultores das regiões Vale do Ribeira, São Carlos e Araraquara e Sorocaba. No assentamento Bela vista pertencente ao município de Araraquara, 22 aderiram, duas famílias adotaram a frente do saneamento de baixo custo e 13 delas também aderiram a implantação de sistema agroflorestal. Para o planejamento e montagem dos SAFs. Foram realizadas ações coletivas e construção participativa por meio do dialogo e de saberes entre os agricultores e os técnicos para que assim cada participante do projeto montasse um SAF com característica singular e representativa.

Em 2019 ao termino de projeto Plantando Aguas, foi feito uma parceria com o grupo NEEA-NUPEDOR (núcleo em extensão em agroecologia- núcleo de pesquisa e desenvolvimento territorial rural) da Universidade de Araraquara/SP UNIARA, para dar continuidade ao trabalho que vinha sendo realizado e através do projeto da FAPESP na frente de agroecologia, que contempla a implantação e monitoramento dos SAFs e da transição agroecológica dos agricultores do assentamento Bela Vista.

O monitoramento tem como objetivo avaliar o crescimento e desenvolvimento dos SAFs, coletar dados alométricos, e mensurar o aporte de serapilheira, a partir do manejo das áreas.

Tem ainda a finalidade de incentivar a agricultura familiar a produzir alimentos saudáveis e comercializar seus produtos na feira de orgânicos, bem como estabelecer e fortalecer relações de cooperação e coletividade.

METODOLOGIA

Através de visitas de campo foi feito o levantamento dos lotes que tinham o sistema agroflorestal implantado e em desenvolvimento, com manejo do solo e das arvores; para tanto foram coletados os dados de crescimento das plantas, aporte de matéria seca e acúmulo de

serrapilheira no solo. Foi medido a altura das arvores, diâmetro do colo ou DAP, e para medição do acúmulo de serrapilheira foi montado um quadrado de 25x25 cm, e jogado a lanço aleatoriamente 16 vezes por toda a área, totalizando então 1 metro quadrado. O material coletado dentro da área do quadrado foi submetido secagem em estufa a 60° por 24 horas, para obter o peso da massa seca.

Foram também levantados dados qualitativos relacionando percepção do agricultor a espacialidade e ocupação do lote, através de diálogos e pela confecção de um desenho da propriedade, foram discutidos também as práticas de manejo do SAF, benefícios e dificuldades em trabalhar nesse sistema.

RESULTADOS E DISCUÇÃO

Na primeira campanha de coleta dos dados nas áreas do SAF, no período de julho e agosto foram visitados os 13 lotes, porém 5 deles estavam de acordo com os critérios de monitoramento determinados pela equipe do projeto. As demais propriedades que não fizeram parte do levantamento de dados, por algum motivo como intempérie sofrida pelo agricultor, seja na manutenção inadequada, manejo, força de trabalho, tempo disponível para se dedicar ao SAF, falta de recursos e outros, foram deixadas em suspenso pelo projeto até que os agricultores retornem as atividades de manejo.

Nos dados referentes a tabela 1, o agricultor já plantou e colheu milho, feijão rajado, feijão guandu nas entrelinhas; enriqueceu o SAF com novas mudas de frutíferas tais como acerola, abacate, mamão e abacaxi. Quando havia irrigação nas linhas de arvores, plantou espécies hortícolas (alface, rúcula, nirá, morango, quiabo). No SAF é composto também por espécies medicinais: erva de santa maria; cidreira de folha larga; cana do brejo; boldo. O proprietário faz muda de frutífera para reposição do SAF.

Tabela 1: SAF PLANILHA DE ACOMPANHAMENTO Data da visita 21 / 07 / 2020

Lote 90 Área 2.860 m²

Plantas	Nº	Altura (m)	DAP (cm)	Colo (cm)	Sanidade	Serrapilheira
1º linha					Plantas saudáveis	
Banana	2	2			sigatóka	
Não identificada	1	0,66		1		
Embaúba	1	4	1,3			
2º linha					Plantas saudáveis	
Urucum	1	1		39		
Embaúba	1	3,55	5,5			
Banana	1	1,5			sigatóka	
3º linha					Plantas saudáveis	
Não identificado	1	2	9,1			
Acerola	1	0,9	1,5			
Banana	2	1,26			sigatóka	
4º linha					Plantas saudáveis	
Banana	1	1,42			sigatóka	
Acerola	1	0,83		2		
5º linha					Plantas saudáveis	
Abacate	1	1,26		3,1		
Não identificado	1	1,87		4,7		
Banana	2	1,73			sigatóka	

No SAF referente a tabela 2, a primeira linha do SAF com bananeira as plantas estão com boa sanidade e algumas já produzindo. O agricultor comprou 100 mudas de frutíferas e nativas para incrementar no SAF, porém está esperando melhores condições de clima (chuva); e também programou a inserção de culturas de adubação verde nas entrelinhas (feijão de porco e mucuca de sementes).

Tabela 2: SAF PLANILHA DE ACOMPANHAMENTO Data da visita 13 / 08 / 2020

Lote 19 Área 2000m2

Plantas	N°	Altura (m)	DAP (cm)	Colo (cm)	Sanidade	Serrapilheira
1° linha					Plantas saudáveis	
Ingá	1	1,35		4		
Embaúba	1	4,22	5			
2° linha					Plantas saudáveis	
Ingá	1	1,52		8		
Café	1	0,66		1,8		
Café	1	68		2,4		
3° linha					Plantas saudáveis	
Aroeira	1	0,95		3,2		
Aroeira	1	0,96		4,2		
4° linha					Plantas saudáveis	
Tamboril	1	2,71	7,3			
Aroeira	1	0,94		3,2		
5° linha					Plantas saudáveis	
Não identificada	1	4,1	4,3			
Banana	1	1,8				

No SAF da tabela 3, recentemente foi instalado irrigação no SAF, que está se desenvolvendo bem, mesmo com pouco manejo no solo, inicialmente foi plantado mudas de juçara que pereceram e foi substituída por pupunha e abacaxi.

Tabela 3: SAF PLANILHA DE ACOMPANHAMENTO Data da visita 21 / 07 / 2020

Lote 114 Área 2500 m2

Plantas	N°	Altura (m)	DAP (cm)	Colo (cm)	Sanidade	Serrapilheira
1° linha					Plantas saudáveis	
Não identificada	1	2,42	3,7			
Pupunha	5					
Mandioca	4					

Goiaba	1	1,36		1,23	
2° linha					Plantas saudáveis
Banana	1	1,14			
Aroeira	1	2,9		7,3	
Jussara	1				
Pupunha	1				
Banana	1	0,34			
3° linha					Plantas saudáveis
Goiaba	1	1,14		1,19	
Pupunha	2				
4° linha					Plantas saudáveis
Aroeira	1	1,56		3,7	
Banana	1	0,56			
Pupunha	1				
5° linha					Plantas saudáveis
Não identificada	1	1,57		1,4	
Aroeira	1	1,52		4,2	
Pupunha	1				
Caqui	1	1,21		4	

no lote da tabela 4, o SAF foi o único em que as juçaras sobreviveram, pois estas foram plantadas entre as linhas do eucalipto.

Tabela 4: SAF PLANILHA DE ACOMPANHAMENTO Data da visita 13 / 08 / 2020

Lote ____ Área

Plantas	N°	Altura (m)	DAP (cm)	Colo (cm)	Sanidade	Serrapilheira
1ª linha					Plantas saudáveis	
Urucum	1	2,7		4,1		
Goiaba	1	2,4		4,3		
2° linha					Plantas saudáveis	
Não identificada	1	4,6	4,9			
Não identificada	1	3,9		7,3		
Não identificada	1	3,26		11,3		
3° linha					Plantas saudáveis	
Tamboril	1	4,5	4,3			
Goiaba	1	1		1,4		
4° linha					Plantas saudáveis	
Manga	1	4,64		9,6		
Embaúba	1	4,9		5,2		
5° linha					Plantas saudáveis	
Jussara	1	0,37		1,3		
Jussara	1	0,32		1		
Jussara	1	0,24		0,9		

No SAF da tabela 5, nas entrelinhas das arvores existe linhas de café, com boa sanidade e desenvolvimento, em média uns 300 pés de café, com floração. As juçaras plantadas inicialmente no SAF morreram todas. Bananal com boa produção que está sendo entregue para a prefeitura – PNAE; representando nesse período de inverno seco a única fonte de renda da propriedade.

Tabela 5: SAF PLANILHA DE ACOMPANHAMENTO Data da visita 13/08/2020

Lote 51 Área sitio São Lazaro

Plantas	Nº	Altura (m)	DAP (cm)	Colo (cm)	Sanidade	Serrapilheira
1º linha					Plantas saudáveis	
Sombreiro	1	3,5	5,3			
Ingá	1	2,6		6,4		
Goiaba	1	1,93		4		
2º linha					Plantas saudáveis	
Não identificado	1	7	11			
Lichia	1	0,89		2		
Mogno africano	1	2,7	3,2			
Gliricídia	1	4,8		7,2		
Lichia	1	0,75		1,9		
3º linha					Plantas saudáveis	
Tamboril	1	6	9			
Jurubeba	1	7	15			
Limão Cravo	1	4		10,5		
4º linha					Plantas saudáveis	
Tamboril	1	5,6	12,5			
Goiaba	1	2,4		4		
5º linha					Plantas saudáveis	
Não identificada	1	5,3	8			
Lichia	1	2,69		2,1		
Goiaba	1	2,5		3,9		

CONCLUSÃO

Os SAFs estão se desenvolvendo de acordo com a disponibilidade da força de trabalho e o interesse e importância que o agricultor enxerga nestes sistemas, percebe-se claramente a diferença de um manejo para o outro. Um dos aspectos apontados para o interesse pelos SAFs foi o da possibilidade de conter o fogo acidental no entorno da propriedade, outro fator foi a possibilidade de ter nas entrelinhas cultivos de plantas frutíferas, medicinais e de subsistência como o feijão em uma mesma área. Foi apontado também a importância para a manutenção e geração de água na propriedade. Com os levantamentos de dados previsto para o período chuvoso de 20121 esperamos obter resultados mais conclusivos referentes aos indicadores previamente determinados.

Um fator importante observado, foi o da necessidade de informações para o adequado manejo dos SAFs, que está previsto através de dia de campo em propriedades onde os SAFs estão bem desenvolvidos, utilizando-se a técnica de disseminação de conhecimentos agricultor /agricultor juntamente com os pesquisadores do projeto, que não foi realizado ainda por conta da pandemia que não permite aglomerações

REFERENCIAS

GONÇALVES, P. K. Desenvolvimento Rural Sustentavel: Agroecologia e Sistemas Agroflorestais. ed. FSC, 2014.

RODRIGUES, F. Q.; ROSARIO, A.A.S.; BRILHANTE, M.O. Agroflorestas na Paisagem Amazonica: guia de campo para implantação de sistemas agroflorestais nos vales dos rios Tarauacá, Envira e Purus. ed. Mult Graf grafica e editora, 2014.

FRANKE. I. L.; LUNZ, A. M. P.; AMARAL, E.F. Metodologia para planejamento, implantação e monitoramento de sistemas agroflorestais: um processo participativo. EMBRAPA ACRE, 2000.

Caracterização de uma propriedade rural em um estudo de geração de biogás e viabilidade econômica

Felipe Bernardo Soldano¹
Marcus Cesar Avezum Alves de Castro²

RESUMO

Com rebanho de 25 milhões de cabeças de gado, a pecuária leiteira no Brasil representa um dos setores econômicos mais importantes na agricultura, porém, a quantidade de dejetos gerados pelo setor é notavelmente alta. É comum que os dejetos sejam despejados de áreas de cultivo para enriquecer o solo com macronutrientes, porém, o seu uso sem tratamento pode ocasionar contaminação do solo e hídrica pela eutrofização. Ademais, a produção de leite do tipo “A” exige o emprego de equipamentos como a ordenha mecânica e os tanques de resfriamento, os quais apresentam alto consumo de energia elétrica. Considerando os pontos citados, este trabalho se justifica pelo uso de biodigestores anaeróbicos apresentar-se como a solução a para os dois problemas, uma vez que o tratamento dos dejetos gera biofertilizante para o solo e biogás, que pode ser convertido em energia elétrica utilizada nos equipamentos da propriedade. Entretanto, o custo de implantação do biodigestor, e a geração de biogás que varia de acordo com diversos fatores implicam a realização de um estudo de viabilidade. O objetivo geral deste trabalho é avaliar se o uso de energia gerada pelo biogás para manter os equipamentos de ordenha em funcionamento é viável, mas, para tal, é necessário que sejam realizados, primeiramente, trabalhos de campo com a finalidade de caracterizar a propriedade que sediará os estudos e gerar um diagnóstico de geração e manejo dos resíduos. O presente trabalho é focado na metodologia utilizada para obtenção de dados em campo, devido a importância destas informações para o desenvolvimento das demais etapas metodológicas do trabalho.

Palavras-chave: Biogás; Propriedade rural; Leite

ABSTRACT

With a herd of 25 million units of cattle, dairy farming in Brazil represents one of the most important economic sectors in agriculture, however, the amount of waste generated by the sector is remarkably high. It is common for waste to be dumped at plantation areas to enrich the soil with macronutrients, however, its use without treatment can cause soil and water contamination by eutrophication. In addition, the production of type “A” milk requires the use of equipment such as mechanical milking and cooling tanks, which have a high consumption of electricity. Considering the aforementioned points, this work is justified by the use of anaerobic digesters to present itself as the solution a for both problems, since the treatment of manure generates biofertilizer for the soil and biogas, which can be converted into electrical energy used in property equipment. However, the cost of implementing the biodigester, and the generation of biogas, which varies according to several factors, implies in a feasibility study. The general objective of this work is to evaluate if the use of energy generated by biogas to keep the milking equipment in operation is feasible, but, for that, it is necessary to carry out, first, a field work with the purpose of characterizing the property that will host the studies and generate a diagnosis of waste generation and management. The present work is focused on the

methodology used to obtain data in the field, due to the importance of this information for the development of the other methodological stages of the work.

Keywords: Biogas; Rural property; Milk

Introdução

O Brasil é um país agrícola e figura entre as principais nações produtoras de bens alimentícios, entre eles, o leite e seus derivados. A pecuária leiteira é uma das ramificações do setor com maior potencial econômico em escala mundial, a exemplo, em 2016 alcançou a marca recorde de produção com 798 milhões de toneladas de leite cru segundo a FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2018). O recorde de produção foi ocasionado por dois motivos, o aumento do consumo per capita de leite nos países em desenvolvimento (FAO, 2018), que no Brasil alcançou em 2017 a marca de 175kg por ano (EMBRAPA, 2019), e o aumento do número de animais do rebanho nos países produtores.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018) o rebanho do setor leiteiro nacional é de 25 milhões de vacas, produzindo aproximadamente 34 milhões de toneladas de leite cru por ano (EMBRAPA, 2019).

Contudo, entende-se que toda produção gera um resíduo, e a pecuária leiteira gera como principal resíduo os dejetos de origem animal. ENSMINGER *et al.*(1990) e FRASER (1980) Estimaram que uma vaca leiteira gere 40kg de dejetos por dia, valor que, se multiplicado pelo tamanho estimado do rebanho nacional, pode alcançar aproximadamente 1.000.000 de toneladas de dejetos gerados em um dia.

Os dejetos gerados na atividade são caracterizados pela quantidade elevada de matéria orgânica e macronutrientes, que se depositados sem tratamento e em grande quantidade no ambiente geram contaminação hídrica e do solo por meio da eutrofização. Uma alternativa para evitar os impactos ambientais é o tratamento dos dejetos pelo uso de biodigestores anaeróbicos, que possibilitam a digestão biológica dos dejetos e geram através dela biogás com potencial energético e material orgânico digerido que pode ser utilizado como biofertilizante.

A utilização de biodigestores em propriedades rurais leiteiras pode ser interessante ao proprietário uma vez que a produção de leite tipo “A” exige o uso de equipamentos como a ordenha mecânica e tanques de resfriamento, que apresentam elevado consumo de energia elétrica, e a produção de biogás em biodigestores pode propiciar a geração de energia elétrica no local, e esta energia que pode ser consumida pelos equipamentos, reduzindo os custos de produção do leite.

Para a implantação de um biodigestor em propriedades leiteiras, é necessário que se realize o dimensionamento da propriedade e se conheça a rotina de produção do local, para que não haja o subdimensionamento do equipamento. Esta etapa inicial é denominada caracterização da propriedade, e pode ser realizada através de trabalhos de campo.

Discussão

A caracterização de propriedades rurais como parte de um estudo sobre resíduos agrossilvopastoris é uma etapa essencial do desenvolvimento da pesquisa, e, devido a variedade de produtos gerados pela agricultura, cada atividade produtiva deste setor econômico tem suas especificidades em relação a geração de resíduos e seu manejo.

Na pecuária leiteira as características a serem levantadas, que diferenciam a atividade das demais e que exercem influência sobre a geração de biogás são: o sistema de confinamento e seus modelos, tamanho do rebanho, quantidade de dejetos gerados, manejo dos dejetos e alimentação. Sob o viés da viabilidade econômica as principais características levantadas condizem ao modo de produção, estrutura e equipamentos/maquinário da propriedade.

O sistema de confinamento dos animais é um dos fatores que devem ser analisados no início do desenvolvimento da pesquisa. Atualmente a pecuária leiteira se desenvolve sob dois sistemas, o extensivo e o intensivo, que se diferenciam pela criação de animais em pastos abertos (sistema extensivo) e em galpões fechados (sistema intensivo).

A influência que os sistemas de confinamento exercem sobre uma pesquisa de geração de biogás é atribuída a possibilidade de manejo dos dejetos gerados, uma vez que em sistemas extensivos os animais se alimentam em pastos abertos, local no qual também são gerados dejetos. Esta característica inviabiliza a coleta dos dejetos para a realização da biodigestão. Em contrapartida, o sistema intensivo possibilita o manejo destes dejetos por limitar o espaço de criação dos animais a um galpão onde a alimentação, o descanso, a procriação e até mesmo a geração de dejetos animais ocorre de maneira controlada, possibilitando que propriedades que utilizem este sistema de confinamento gerem biogás pela digestão dos dejetos.

Os modelos mais comuns no sistema de confinamento intensivo são chamados de Compost Barn e free stall, ambos os modelos têm como principais vantagens a diminuição de doenças que comumente acometem rebanhos de pecuária extensiva, aumento da produtividade no rebanho devido ao maior controle de temperatura do galpão e aumento no tempo de repouso dos animais, porém, as diferenças existentes entre os modelos podem influenciar os resultados em um estudo de geração de biogás.

O modelo Free stall é composto por um galpão aberto com ventilação contínua, em que cada animal dispõe de uma baía individual feita por barras de ferro ou madeira onde pode repousar e passa grande parte do dia. Neste sistema a área de repouso dos animais pode ser composta por diversos materiais orgânicos, inorgânicos ou sintéticos (colchões de borracha), sendo areia o material mais comum. Por ser um material inorgânico, com baixa retenção de umidade e boa condução de calor, o material se apresenta como o ideal para este modelo (Eckelkamp et al. 2016) sob o ponto de vista do conforto animal, entretanto, o manejo dos resíduos ocorre comumente de maneira manual, utilizando uma pá para recolher os resíduos presentes na areia. Este método de coleta e manejo dos dejetos pode tornar o modelo menos adequado para a geração de biogás.

A perda de material na área de repouso (devido à movimentação dos animais) gera a necessidade de troca da areia regularmente, gerando gastos adicionais e afetando o estudo de viabilidade econômica de maneira negativa.

O modelo de confinamento compost barns (estábulo de compostagem em livre tradução) se caracteriza por um galpão aberto com ventilação contínua, onde os animais

transitam livremente. A área de repouso dos animais é composta por materiais orgânicos como serragem, palhas, maravalha e por vezes uma combinação destes materiais. A alimentação dos animais ocorre em uma estrutura denominada rampa de alimentação, local ocupado pelos animais ao longo do dia, nos momentos de alimentação e de manutenção da área de repouso, ocasionando a acumulação de dejetos no local. A rampa de alimentação é construída em alvenaria e possibilita o recolhimento dos dejetos através de maquinário.

O sistema carrega o nome de estábulo de compostagem pois o material utilizado na área de repouso juntamente com os dejetos dos animais da origem a um composto orgânico, que, devido ao revolvimento frequente que promove a aeração do material e a mistura dos dejetos com a forração. Esta mistura garante um composto de boa qualidade, assim como uma superfície seca e macia para os animais.

O processo exotérmico de decomposição do material da área de repouso, associado ao revolvimento do material, pode tornar o modelo menos atrativo do ponto de vista do conforto animal se comparado ao modelo free stall, entretanto, no modelo compost barn a ausência de material inorgânico e a possibilidade de manejo dos resíduos de maneira mecânica torna o modelo adequado para a geração de biogás, além de produzir composto orgânico na área de repouso, o qual, se comercializado, pode se tornar uma fonte secundária de renda, afetando positivamente o estudo de viabilidade econômica.

Os sistemas de confinamento dos animais podem tornar tanto o manejo dos dejetos quanto o conforto animal mais relevante para o produtor, entretanto, ao se focar na geração de biogás, tão importante quanto o modo de confinamento dos animais é a quantidade de animais em estágio de lactação presentes na propriedade, afinal, os animais são a fonte geradora dos dejetos.

A quantidade de dejetos gerados e as características do dejetos são diretamente relacionados a quantidade de animais e a sua alimentação.

A quantidade de dejetos gerados por animal é um tópico discutido amplamente por autores. Marsh & Campling (1970), obtiveram médias de 19 a 40 kg dejetos/dia, Konzen & Alvarenga (2008) identificaram que cada animal produz, em média, 45 kg/dia enquanto Hirata(1990) verificou que o peso excretado pode variar entre 0,67 e 3,30 kg de dejetos secos/bovino em um dia. As variações nos resultados obtidos por cada pesquisador podem estar vinculados a variações de raça do animal, clima local e alimentação, demonstrando a necessidade de estudos em recorte local sobre o tema e de caracterização dos fatores que influenciam a geração de dejetos.

Não apenas a quantidade de dejetos gerados tem influência sobre o potencial de geração de biogás, a composição do material influencia diretamente o potencial de degradação do material, por isso a extensão da produção de biogás a partir dos dejetos é dependente da alimentação dos animais (ORRICO, 2010).

A alimentação dos bovinos criados em sistemas intensivos é baseada em uma ração composta basicamente por 2 elementos chamados concentrado e volumoso. A EMBRAPA define estes elementos como: Alimentos concentrados são aqueles com menos de 18% de fibra bruta na matéria seca e podem ser classificados como proteicos (quando têm mais de 20% de proteína na matéria seca), como é o caso das tortas de algodão, de soja etc., ou energéticos (com menos de 20% de proteína na matéria seca) como é o milho, trigoilho, farelo de arroz etc.

Os bovinos em geral se alimentam com grandes quantidades de alimento volumoso que será responsável pela geração de dejetos com maiores quantidades de componentes fibrosos (componentes da parede celular), o que irá acarretar em maior lentidão na produção de biogás, e provavelmente a eficiência do processo de biodigestão será menor (ORRICO, 2010).

Em estudo realizado por Moller et al. (2004, *apud* ORRICO, 2016), os pesquisadores efetuaram a biodigestão anaeróbia dos dejetos de bovinos e observaram aumentos lineares na produção de biogás e dos potenciais de produção de biogás conforme se reduzia a quantidade de volumoso na dieta. Os autores encontraram um aumento de 50 L de biogás por kg de sólidos voláteis, quando a proporção de volumoso da dieta caiu de 100 para 77%. Tais informações validam a necessidade de caracterização também dos componentes da alimentação dos animais.

O manejo dos dejetos tem grande importância ao se caracterizar uma propriedade sob o viés de geração de biogás. O manejo pode ocorrer de forma manual ou mecânica no ato do recolhimento dos dejetos gerados, entretanto, o ponto focal no manejo é a destinação final dada aos dejetos recolhidos, sendo a aplicação direta dos dejetos nas áreas de cultivo a mais comum.

A aplicação do dejetos “in natura” em campos de plantio como uma fonte de nutrientes ou como uma estratégia de disposição em áreas de produção de pecuária intensiva tem gerado grande preocupação sobre o potencial de perdas de fósforo (P) e nitrogênio (N) por escoamento superficial e a subsequente degradação de qualidade da água por eutrofização (EGHBALL & GILLEY, 1999; SHARPLEY et al., 1994 *apud* MELLEK et al, 2010) e diminuição da capacidade de autodepuração de águas superficiais e subterrâneas (PEREIRA, 2012). Tornando necessário que se caracterize o manejo dos dejetos afim de compreender, dentro da rotina da propriedade, quais ações podem ser prejudiciais ao meio ambiente e como é possível adaptar o manejo para adicionar a geração de biogás a rotina da propriedade.

Em uma propriedade leiteira os dejetos são gerados majoritariamente na rampa de alimentação, na área de repouso e na sala de ordenha. Destes locais, a sala de ordenha tem papel central no processo de geração de biogás e também no estudo de viabilidade econômica.

Partindo da geração de biogás, a operação da sala de ordenha tem papel relevante pois, durante o período no qual as vacas são ordenhadas, são gerados dejetos no local e sua limpeza pode ocorrer por raspagem ou por lavagem. O modo como a limpeza na sala é realizada pode influenciar a diluição dos dejetos a serem digeridos no biodigestor, afetando a geração de biogás.

Para caracterizar a sala de ordenha sob o viés da viabilidade econômica deve-se considerar que para a produção de leite tipo “A” é necessário que o processo de ordenha dos animais e o armazenamento e resfriamento do leite até o momento de transporte ao laticínio que comprou o produto do produtor sejam mecânicos, e para tal, os equipamentos utilizados na produção são a ordenha mecânica e os tanques de resfriamento.

Os equipamentos necessários para a produção do leite citados acima são movidos a energia elétrica e operam durante maior parte do dia. A ordenha mecânica opera, dependendo da propriedade, até 16 horas por dia, enquanto os tanques de resfriamento só cessam seu funcionamento no intervalo entre a retirada do produto para transporte e a realização da próxima ordenha onde serão reabastecidos, tornando o processo a principal

fonte de consumo elétrico nas propriedades produtoras de leite, e conseqüentemente, representam grande parcela dos custos de produção.

Metodologia:

Por se tratar de um projeto em desenvolvimento, a caracterização da propriedade será o resultado de três etapas metodológicas, das quais até o presente momento, as duas primeiras foram concluídas.

A primeira etapa se constituiu de levantamento bibliográfico sobre o estado da arte das tecnologias de geração de biogás e de equipamentos movidos a energia elétrica em uma propriedade rural. Nesta etapa buscou-se entender os fatores que influenciam a geração de biogás e quais destes fatores são relacionados a estrutura e equipamentos da propriedade ou ao tratamento dos animais e manejo dos dejetos. Para a realização desta etapa foram utilizados sites de busca especializados em artigos científicos, tais como Scopus, Google Scholar, Scielo e World Wide Science.

A segunda etapa da caracterização da propriedade se constituiu de um trabalho de campo inicial, com curta duração e sem coleta de amostras ou alteração na rotina da propriedade, porém, com aplicação do questionário quali-quantitativo elaborado através dos dados levantados na primeira etapa. Buscou-se confirmar parte das informações e pontuar diferenças entre dados obtidos na literatura e a realidade observada na propriedade caracterizada.

A última etapa será constituída de 4 trabalhos de campo, os quais terão duração de 48 horas e serão divididos entre as estações com menor e maior temperatura média, esta divisão foi idealizada se baseando na sensibilidade das vacas leiteiras ao estresse térmico causado pelo calor. Nestes campos serão obtidas informações quanto a quantidade de dejetos gerados, manejo dos dejetos, número de animais, tipo de alimentação, litragem de leite produzida e alterações na estrutura da propriedade caso houver.

Resultados Parciais

A realização de um campo inicial para a propriedade que servirá como objeto de pesquisa do artigo em questão resultou na caracterização parcial da propriedade.

Localizada no município de Divinolândia, no estado de São Paulo, divisa com Minas Gerais, a propriedade se encontra a 5 km de distância do limite urbano da cidade e possui cerca de 40 hectares, destinados para a produção de leite e plantio de milho.

A propriedade de pecuária intensiva utiliza o método de confinamento compost barns, e sua área de repouso é composta de serragem e palha. A forragem é revolvida aproximadamente duas vezes por dia em momentos em que os animais não estejam sob o processo de ordenha.

Para o revolvimento da forragem da área de repouso é necessário que os animais sejam direcionados para uma área comum até que o processo de revolvimento se encerre. O local onde os animais são direcionados é a rampa de alimentação. Esta concentração em momentos pontuais e a necessidade de alimentação frequente dos animais acarreta o acúmulo de dejetos na rampa de alimentação, que, por ter sua construção realizada em

alvenaria possibilita a coleta dos dejetos de maneira mecanizada. Tal característica torna a rampa de alimentação o ponto principal para a pesquisa em desenvolvimento quanto a geração de biogás.

O compost barn utiliza ventiladores industriais e aspersores de água na parte interna do galpão, buscando manter o conforto térmico dos animais em lactação. Devido a baixa resistência das vacas ao estresse térmico causado pelas altas temperaturas do clima subtropical, a produção de leite é sujeita a alterações de acordo com as variações climáticas.

Com 150 vacas em estágio de lactação, os animais são divididos em 4 (quatro) lotes de aproximadamente 30 vacas em estágio de lactação e 1 (um) de animais em recria ou pós-parto. Os animais em lactação são tratados e confinados no CB, enquanto o único lote de animais em recria é confinado em um estábulo ou uma pequena área arborizada e cercada.

O processo de ordenha das vacas ocorre três vezes por dia, sendo uma em cada período (manhã, tarde e noite) e cada ordenha tem duração de aproximadamente 4 horas, totalizando 16 horas de funcionamento do equipamento de ordenha. A ordenha mecânica tem capacidade de ordenhar até 8 vacas simultaneamente, e para manter a higiene da sala de ordenha, sempre que necessário os dejetos gerados no local são lavados com água corrente e escoados até um córrego que corta a propriedade.

Até o momento os dados obtidos validaram a propriedade como adequada para o desenvolvimento da pesquisa, porém, não sanam a necessidade de novos trabalhos de campo para levantamento de dados em cenários variados quanto a condições climáticas e variações no tamanho do rebanho.

Conclusão

O desenvolvimento de um trabalho com etapas práticas e trabalhos de campo para a obtenção de resultados e comprovação de dados deve, após o levantamento de informações por revisão bibliográfica, ser estruturado de maneira a otimizar a coleta de dados e caracterizar detalhadamente objeto de estudo, contemplando obtenção de informações que englobem diferentes áreas da pesquisa.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ECKELKAMP, E. A., Taraba, J. L., Akers, K. A., Harmon, R. J., & Bewley, J. M. (2016). **Sand bedded freestall and compost bedded pack effects on cow hygiene, locomotion, and mastitis indicators.** *Livestock Science*, 190, 48–57. doi:10.1016/j.livsci.2016.06.004

EMBRAPA. **Circular técnica: O mercado consumidor de leites e derivados.** 2019. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/199791/1/CT-120-MercadoConsumidorKenny.pdf>>. Acesso em: 05/08/2020

EMBRAPA. **Embrapa Gado de Corte. Engorda de bovinos em confinamento – aspectos gerais.** Disponível em: <<http://old.cnpgc.embrapa.br/publicacoes/doc/doc64/05alimentos.html>>. Acesso em: 30 de Outubro de 2020.

ENSMINGER M. E., OLDFIELD, J.E. , W.W. HEINEMANN. **Feeds & Nutrition**. 2 ed. Clovis, California, The Ensminger Publishing Company, 1990. 1544 p.

FRASER, A. F. **Comportamiento de los animales de granja**. Zaragoza (España), Editorial Acribia, p. 291, 1980.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **Milk Facts, 2018** Disponível em < <http://www.fao.org/3/I9966EN/i9966en.pdf> > Acesso em: 04/08/2020

HIRATA, M. et al. **Return of dung to be hiagrass (*Paspalum notatum* Fliigge) pasture by dairy cattle**. Journal Japanese Grassland Society Science, Nishinasuno, v. 35, n. 4, p.350-357, 1990.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística. **Produção Pecuária Municipal 2018**. Rio de Janeiro, 2018. Vol. 46, p. 1-8. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/84/ppm_2018_v46_br_informativo.pdf>. Acesso em: 11 de Abril de 2020

KONZEN, E. A.; ALVARENGA, R. C.; **Adubação orgânica, sistemas de produção**. 2008. Disponível em: <http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Milho/CultivodoMilho/ferorganica.htm>. Acesso em: 01 set. 2009.

MARSH, R.; CAMPLING, R. C. **Fouling of pasture by dung**. *Herbage Abstracts*. Bucks, v. 40, n. 2, p.123-30, 1970.

Mellek, J. E., Dieckow, J., da Silva, V. L., Favaretto, N., Pauletti, V., Vezzani, F. M., & de Souza, J. L. M. (2010). **Dairy liquid manure and no-tillage: Physical and hydraulic properties and carbon stocks in a Cambisol of Southern Brazil**. *Soil and Tillage Research*, 110(1), 69–76. doi:10.1016/j.still.2010.06.005

ORRICO JÚNIOR, Marco AP; ORRICO, Ana CA; LUCAS JÚNIOR, Jorge de. **Influência da relação volumoso: concentrado e do tempo de retenção hidráulica sob a biodigestão anaeróbia de dejetos de bovinos**. *Engenharia Agrícola*, v. 30, n. 3, p. 386-394, 2010.

PEREIRA, Luís Alberto Schwind Pedroso Stussi da Silva. **Estudo, modelagem e caracterização de processos de biodigestão com monitoramento e controle da temperatura**. 2017.

REFORMA AGRÁRIA, AGROECOLOGIA E OS DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE NOVAS FORMAS DE RELAÇÃO SOCIEDADE- NATUREZA DURANTE E PÓS-PANDEMIA

Fernanda Aparecida Matheus¹

Carlos Alberto Feliciano²

Resumo

O presente artigo se propõe a debater as interações entre campo-cidade correlacionado questões ligadas ao surgimento e disseminação da Covid-19 e o sistema alimentar baseada no agronegócio e em contraposição o papel e os desafios da reforma agrária, dos assentamentos e da agroecologia diante da crise sanitária e socioeconômica decorrentes. Sua elaboração se deu a partir das reflexões instigadas pelas ações de solidariedade e de articulação entre camponeses e trabalhadores(as) urbanos promovidas pelos movimentos sociais durante a pandemia, e pelos trabalhos de campo realizados no âmbito do projeto de pesquisa de doutorado desenvolvido no programa de pós-graduação em geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – FCT/UNESP, sobre as experiências de circuitos curtos de comercialização em áreas de assentamentos no estado de São Paulo, como ferramentas de diálogo e articulação com o meio urbano e de acúmulo de forças para promover processos de espacialização e territorialização da reforma agrária popular e da agroecologia. Desta forma, busca-se o diálogo no sentido de construir uma fundamentação teórico-conceitual sobre a importância da reforma agrária e da agroecologia para a promoção do direito humano à alimentação, à saúde e a qualidade de vida em sua totalidade, nas cidades, nas comunidades rurais e de povos tradicionais e a necessidade de se construir para tal, canais de solidariedade, articulação e alianças entre os diversos segmentos da classe trabalhadora em escala local, nacional e internacional a fim de romper com lógica do capital como fundamento para a organização e reprodução da vida e promover um sistema alimentar em bases social, econômica e ambiental, responsáveis e democráticas.

Palavras-chave: sociedade; natureza; pandemia, reforma agrária, agroecologia.

¹ Eng. Agrônoma - UFRRJ. Especialista em Estudos Latino-americanos e Caribe – UFJF/ENFF. Mestre em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe – UNESP-IPPRI/ENFF. Doutoranda em Geografia – UNESP-FCT. Militante do MST.

² Pesquisador III do Departamento de Geografia – UNESP – Presidente Prudente. Prof. credenciado no Programa de Pós-Graduação em Geografia – UNESP e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe – UNESP.

Introdução

O debate aqui proposto se insere no contexto das reflexões no período da pandemia da Covid-19, na tentativa de compreendê-la para além dos aspectos das consequências sanitárias, sociais, econômicas, culturais e emocionais, mas também a partir do questionamento das causalidades da disseminação do Sars-CoV-2, o novo Coronavírus causador da Covid-19 (WALLACE, 2020). Buscando relacionar as causas e as consequências da pandemia com o sistema alimentar hegemônico na atualidade e analisar como a práxis política, organizativa e produtiva da classe trabalhadora contribuem para a construção de metodologias e instrumentos para seu enfrentamento e superação.

A abordagem adotada parte da compreensão da doença como um fenômeno socioeconômico diretamente relacionado com a forma de organização e reprodução da vida baseada na lógica do capital (BOMBARDI, 2020). Assim, as causas e as consequências da Covid-19 devem ser analisadas no âmbito das políticas de ajuste estrutural, que provoca desemprego e precarização das condições de trabalho, retirada de direitos sociais e cortes em investimentos sociais, como saúde, saneamento básico, habitação e educação e submete as populações a um sistema alimentar baseado em uma agricultura degradante em termos sociais, econômicos, culturais e ambientais (WALLACE, 2020).

No tocante as razões para o surgimento e disseminação do Sars-CoV-2, pode-se identificar intersecções com o sistema alimentar, baseado na lógica do modelo de agricultura industrial, expresso no agronegócio. Para Wallace (2020, p.527) “esses surtos, contudo, não são apenas resultado de má sorte. Todos estão ligados, direta ou indiretamente, às mudanças na produção ou no uso do solo associadas à agricultura intensiva”.

Levando em consideração, que a pandemia da Covid-19, pode ser apenas um dentre outros possíveis surtos pandêmicos, resultantes da dinâmica de uso dos solos e recursos naturais desde a lógica do agronegócio.

O Sars-CoV-2, o novo coronavírus, causador da pandemia de covid-19 que tem atravessado o mundo, representa apenas uma das novas cepas de patógenos que subitamente surgiram como ameaças aos seres humanos neste século. Entre elas estão o vírus da peste suína africana, a *Campylobacter*, o *Cryptosporidium*, o *Cyclospora*, os ebolas Makona e Reston, a bactéria *Escherichia coli* O157:H7, a febre afosa, a hepatite E, a listéria, o vírus Nipah, o *Coxiella burnetii* da febre Q, a salmonela, o vibrião, a yersínia e algumas novas variantes do *influenza* a, como h1n1 (2009), h1n2v, h3n2v, h5n1, h5n2, h5nx, h6n1, h7n1, h7n3, h7n7, h7n9 e h9n2 (WALLACE, 2020, p.527).

Faz-se imprescindível, não apenas conhecer e discutir as causas e consequências do surgimento e proliferação de patógenos que podem afetar diretamente a saúde humana e a disseminação das doenças infecciosas, mas também observar e propor ideias, práticas e metodologias construídas desde a organização da classe trabalhadora no sentido de reivindicar e (re)inventar novas dinâmicas de sociabilidade entre os seres humanos e de relações sociedade-natureza baseadas na cooperação, no conhecimento, reconhecimento e respeito aos limites da natureza, na democratização do saber, dos meios de produção e

do acesso aos bens comuns (HOURTART, 2011; MÉSZÁROS, 2007). A nosso ver dentre essas práticas podemos incluir a reforma agrária e a agroecologia.

Desta forma, este artigo busca dialogar no sentido de construir uma fundamentação teórico-conceitual sobre a importância da reforma agrária e da agroecologia para a promoção do direito humano à alimentação, à saúde e a qualidade de vida em sua totalidade, nas cidades, nas comunidades rurais e de povos tradicionais. Para tanto, faz-se necessário se construir canais de solidariedade, articulação e alianças entre os diversos segmentos da classe trabalhadora em escala local, nacional e internacional a fim de romper com lógica do capital como fundamento para a organização e reprodução da vida e promover um sistema alimentar em bases: social, econômica e ambiental, responsáveis e democráticas.

Sua elaboração se deu com base na revisão de literatura discutindo pandemia, sistema alimentar, agronegócio, reforma agrária e agroecologia, na análise de notas e resultados de entrevistas realizadas em março de 2020, durante o Encontro Nacional de Mulheres do MST, como parte do trabalho de campo para a elaboração da tese de doutorado em geografia desenvolvido na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Faculdade de Ciências e Tecnologias – UNESP/FCT sobre a relação entre o desenvolvimento de práticas de circuitos curtos de comercialização em áreas de assentamentos no estado de São Paulo e a espacialização e a territorialização da reforma agrária popular e da agroecologia e na sistematização das ações desenvolvidas pelos movimentos sociais do campo e aliados durante a pandemia buscando minimizar seus impactos e denunciar o modelo de produção do agronegócio, sobre o qual se sustenta o sistema alimentar vigente.

A insustentabilidade do modo capitalista de produção na agricultura: consequências para a vida planetária e as relações com a proliferação e disseminação de epidemias

Para Mézáros (2007) o capitalismo quanto sistema organizador da produção e reprodução da vida não é apenas insustentável, como também tende a autodestruição. Isso em decorrência de uma racionalidade científica, tecnológica, de produção e consumo que não leva em consideração os limites da natureza. Na agricultura, segundo Altieri e Nicholls (2020) essa abordagem, que os autores denominam de agricultura industrial, busca contornar as limitações da natureza para a produção agrícola, através do uso intensivo de adubos sintéticos e agrotóxicos. E mais recentemente com a introdução da biotecnologia e da transgenia.

Essa forma de fazer a agricultura – a agricultura industrial compõe o quadro de relações ecológicas, sociais, econômicas e éticas que sustentam se constituem no agronegócio. De acordo com Fernandes (2007) é um modelo de desenvolvimento econômico, em conformidade com os princípios do capitalismo, que apesar de suas transformações e adaptações históricas, tem suas raízes no sistema colonial de exploração.

Agronegócio é, portanto, o novo nome do modelo de desenvolvimento econômico desse conjunto de sistemas que contém, inclusive a agropecuária capitalista. Esse modelo não é novo, sua origem está no sistema plantation, em que grandes propriedades são utilizadas na produção para exportação. Desde os princípios do capitalismo em suas diferentes fases esse modelo passou por

modificações, ampliações e adaptações, intensificando a exploração da terra e do homem (FERNNADES, 2007, p.89).

Segundo Szmrecsányi (2007) o agronegócio no Brasil é uma entidade que possui raízes históricas econômicas e sociais que sustenta e é sustentada por uma estrutura de poder político que tomou novos contornos mediante a aliança entre o latifúndio e o capital mercantil e financeiro internacional. Afirma o autor que o agronegócio “configura uma aliança entre o latifúndio nacional, comandado por uma burguesia agrária e colonial, com o capital mercantil e financeiro internacional das tradings, dos operadores de bolsas de mercadorias, dos especuladores em commodities” (SZMRECSÁNYI, 2007, p. 149).

De acordo com explanações durante as plenárias de debate no Encontro Nacional de Mulheres do MST, realizado entre os dias 5 e 9 de março de 2020, em Brasília, o agronegócio reflete as mudanças no padrão de dominação capitalista pela aplicação radical das medidas neoliberais no campo, ampliando a exploração sobre o trabalho e a natureza e a expropriação dos povos de suas terras, bens da natureza e cultura. Trata-se de um processo com raízes históricas, econômicas e políticas, que se sustenta na aliança de classe em defesa dos interesses do capital, que mantém estritas relações com o poder político e o Estado.

A disputa do agronegócio pelo controle do Estado no Brasil é evidenciada com o processo de golpe em 2016, que não só acelera como acentua a característica de produção de commodities, retoma o histórico processo de escravidão, degradação e espoliação ambiental e amplia o processo de proletarização e expropriação dos trabalhadores. Para tal a ação estatal é orquestrada por meio de diferentes campos de ação: uso da violência e do aparato de repressão, concessões de subsídios diretos e indiretos, salvaguardas legislativas e jurídicas. Neste contexto pode-se observar a Lei 13.465/2017, que dispõe sobre os processos de titulação dos assentamentos e regularização de áreas até 2.500 há na Amazônia Legal (MATHEUS, 2020).

Segundo Thomaz Júnior (2006) o agronegócio se insere no processo de reestruturação produtiva do capital, orientada pelas políticas neoliberais propaladas pelo Banco Mundial - BM, Fundo Monetário Internacional - FMI e Organização Mundial do Comércio - OMC.

Nos campos esses fundamentos se expressam em nível mundial de forma também contundente e diferenciada, todavia governados pelo modelo agroexportador dos grandes conglomerados agroalimentares, vinculado aos programas de ajustes estruturais do Banco Mundial (BM), do Fundo Monetário Internacional (FMI), e do regime de livre comércio da Organização Mundial do Comércio (OMC) (THOMAZ JÚNIOR, 2006, p.137).

Ramos Filho (2018) caracteriza o agronegócio como um modelo que integra diversos sistemas capitalistas, cujo principal objetivo é a ampliação da extração da mais-valia, onde envolve a produção de matérias-primas, ciência, tecnologia e aspectos envolvidos na circulação de mercadoria e reprodução do capital.

[...] modelo do agronegócio, complexo de sistemas capitalistas oligopolizados que inclui a produção agropecuária, indústria, logística, transporte, mercados, finanças, ciência e tecnologia, publicidade e propaganda. Cujas expansões se dá, tanto pela ampliação da incorporação de terras ao sistema produtivo que permita a extração de mais valia, bem como subordinando as relações sociais, o trabalho familiar e a produção realizadas(os) pelos camponeses (RAMOS FILHO, 2018, p.42).

Para Thomaz Júnior (2006) o capitalismo se propõe como um modelo único e busca a homogeneização do modo de produzir, de consumir, de viver, de pensamento e de relações entre seres humanos e deste com a natureza. Entretanto esse processo encerra contradições.

Esse processo revela os seguintes traços comuns: renovação intensa da miséria rural e da miséria urbana, considerando que as pesquisas mostram as correntes migratórias de camponeses desterrados para os centros urbanos, e a manutenção da concentração da estrutura fundiária (THOMAZ JÚNIOR, 2006, p.142-143).

No tocante à questão alimentar o agronegócio substitui a produção de alimentos em sistemas de policulturas pelas extensivas monoculturas de commodities para exportação (SZMRECSÁNYI, 2007).

Os impactos provocados na saúde humana e aos agroecossistemas são derivados desse modelo do agronegócio baseado no monocultivo que ocasiona: baixa diversidade ecológica; homogeneidade genética e conseqüentemente vulnerabilidade do sistema com a ocorrência de infestação de plantas espontâneas, insetos e fitopatógenos que causam danos econômicos, disseminação de epidemias e doenças, morte de polinizadores, inimigos naturais e outras espécies que contribuem para a decomposição da matéria orgânica, disponibilização e assimilação da água e nutrientes e mudanças climáticas (ALTIERI; NICHOLLS, 2020).

A simplificação da dieta alimentar humana também é aspecto que sofre perdas pela diminuição da diversidade de espécies utilizadas pelos seres humanos na alimentação. Segundo Altieri e Nicholls (2020) os seres humanos poderiam se alimentar de um universo de 2.500 espécies de vegetais diferentes, entretanto, a dieta da grande maioria da população está baseada em 3 espécies cultivadas industrialmente: trigo, arroz e milho, que fornecem 50% das calorias consumidas mundialmente. Além de problemas nutricionais na população, o sistema alimentar do agronegócio apresenta baixa sustentabilidade em termos econômicos, culturais e ecológicos.

Nesta perspectiva propomos a análise e compreensão do surgimento e proliferação de epidemias, desde uma abordagem que procura averiguar as razões pelas quais microrganismos comumente encontrados na natureza em animais selvagens ultrapassam a barreira de espécie, passam para animais domésticos e em seguida para seres humanos, podendo agir de forma patogênica sobre a saúde destes (SHAH, 2020).

Na realidade, grande parte de seus micróbios vive neles sem lhes fazer mal algum. O problema está em outra parte: com o desmatamento, a urbanização e a industrialização desenfreados, nós oferecemos a esses micróbios meios de chegar e se adaptar ao corpo humano (SHAH, 2020).

Para Wallace (2020) não só o surgimento de epidemias, como a transformação destas em pandemia como ocorreu com a Covid-19 se encontram no modo de produção do agronegócio, não só pelo seu caráter de degradação das condições ambientais que manteriam as populações de microrganismos em condições de equilíbrio e controle, mas também pelo seu caráter global, que ao deslocar mercadorias de um território para outro, transporta também os patógenos.

A monocultura de capital intensivo — tanto a pecuária quanto a agricultura — impulsiona o desmatamento e os empreendimentos que aumentam a taxa e o alcance taxonômico do transbordamento de patógenos: dos animais selvagens para os da pecuária e,

destes, para os trabalhadores do setor. Uma vez que esses patógenos entram na cadeia alimentar, a produção pode contribuir com a seleção de variantes de patógenos de maior mortalidade, por recombinação genética e por mudanças antigênicas, ocorrida sob circunstâncias de supressão imunológica. Através do comércio global que agora caracteriza o setor, as cepas recém-desenvolvidas podem ser exportadas para o mundo todo (WALLACE, 2020, p.527).

Por estas razões, os surtos têm sido cada vez mais frequentes e abrangentes tanto em termos de escala geográfica, quanto temporal, devido à “geografias relacionais globais”. “O que antes se encerrava na escala local agora se torna, de repente, uma epidemia — algumas capazes de alcançar redes globais de viagens e comércio” (WALLACE, 2020, p.529).

Esse novo contexto é reproduzido de modos diversos de acordo com cada região. Apesar de diferentes em suas particularidades, os circuitos locais de produção operam por meio da mesma rede de expropriação global, com impactos ambientais subjacentes. Em um extremo do circuito de produção, a complexidade de florestas primárias encerra patógenos “selvagens”. A exploração madeireira, a mineração e a agricultura intensiva dirigidas pelo capital simplificam drasticamente essa complexidade natural. Nessas “fronteiras neoliberais”, enquanto diversos patógenos morrem como resultado do desaparecimento de espécies de hospedeiros, um subconjunto de infecções que antes era interrompido de forma relativamente rápida nas florestas, mesmo que apenas em função da taxa irregular de hospedeiros típicos disponíveis, agora se propaga com maior amplitude entre populações suscetíveis (WALLACE, 2020, p.529).

Para Harvey (2020) o capital na busca das condições para sua reprodução, age sobre o ambiente modificando-o e produzindo desequilíbrios que são a base para os desastres ambientais e surgimento de ameaças à vida, como é o caso da proliferação e disseminação de patógenos.

O capital modifica as condições ambientais de sua própria reprodução, mas o faz num contexto de consequências não intencionais (como as mudanças climáticas) e contra as forças evolutivas autônomas e independentes que estão perpetuamente remodelando as condições ambientais. Deste ponto de vista, não existe um verdadeiro desastre natural. Os vírus mudam o tempo todo. Mas as circunstâncias nas quais uma mutação se torna uma ameaça à vida dependem das ações humanas (HARVEY, 2020, p.15).

De acordo com Bombardi (2020) e Shah (2020) a destruição dos habitats naturais com o avanço da agricultura e da pecuária sobre os redutos de matas primárias, são as causas para a proliferação e disseminação de doenças. Segundo as autoras as matas são áreas sensíveis e com complexas de relações entre seres vivos e funcionam como barreiras biológicas para controle da proliferação de organismos patogênicos e vetores. Logo, quando se rompe estas barreiras, é possível que organismos patogênicos saltem para comunidades humanas e/ou se criem condições para o desenvolvimento ou deslocamento de vetores transmissores de doenças para áreas urbanas, como o caso da febre amarela.

Em ecossistemas equilibrados, os processos são lentos e existem no sistema inúmeros organismos que se controlam mutuamente, quando se retira a vegetação natural e a perda de diversas espécies vegetais e animais, organismos patogênicos podem se proliferar e disseminar rapidamente e atingir animais domésticos. E isto ocorre de forma

mais intensa animais em confinamento, com sistema imunológico fragilizado (SHAH, 2020; BOMBARDI, 2020).

Para Shah (2020) os criatórios de animais em sistema industrial se assemelham a fábricas de animais, com suas linhas de montagem, alocadas em espaços reduzidos, exigem homogeneidade e uniformidade da matéria-prima. Afirma a autora “centenas de milhares de animais amontoados uns sobre os outros, à espera de ir para o matadouro: eis as condições ideais para que os micróbios se transformem em agentes patogênicos mortais” (SHAH, 2020).

Essas circunstâncias associadas ao intensivo uso de antibióticos, por vezes agravadas pelo confinamento dos animais em instalações, onde são mantidos em contato com dejetos, criam condições para que um patogênico ao atingir um plantel, se espalha rapidamente, não havendo tempo para se produzir uma resposta imunológica.

En la cadena agroindustrial, mantener con salud al ganado es una industria gigantesca. Las ventas globales de productos de farmacéutica animal ascienden a 23 mil 900 millones de dólares anuales y sólo 10 empresas controlan 83% del mercado.⁷⁵ No obstante, **60% de todas las enfermedades infecciosas humanas son transmitidas por animales con uniformidad genética extrema, domesticados para la producción masiva de carne y derivados (como la gripe aviar)**. En vez de criar y reproducir especies y variedades animales para la diversidad y la resistencia, hay campañas para eliminar las razas indígenas de pollos y cerdos para mantener la uniformidad genética de las variedades comerciales. Corporaciones estadounidenses y coreanas comenzaron a clonar ganado y una empresa chino-coreana propone enviar a China, por año, 100 mil cabezas de ganado clonado. A pesar de algunas prohibiciones, los antibióticos se siguen aplicando al ganado como promotores del crecimiento. Aunque algunos gobiernos prometieron eliminar tales abusos, su uso aumentó 23% en Estados Unidos entre 2009 y 2014.⁷⁹ La resistencia a los antibióticos cuesta anualmente 55 mil millones de dólares a la economía estadounidense.⁸⁰ Ahora, cuando tal vez ya sea muy tarde, los gobiernos del mundo reconocen que la **resistencia a los antibióticos constituye una amenaza a la humanidad quizá similar a la del cambio climático** (ETC GROUP, 2020, p.24).

Todo esse histórico de catástrofes ambientais, crise climática, social, econômica sanitária e ética não diz nada ao capital e sua atuação no campo, que ao invés de modificar suas práticas predatórias e degradantes, durante a pandemia as tem intensificado. Bem como tem visto aumentado seus lucros.

Em matéria publicada, na data de 20 de outubro de 2020, na coluna Agronegócios do Valor Econômico anuncia a inauguração de uma nova unidade de confinamento em Confreza-MT, pela empresa Friboi - grupo JBS, para este ano, com capacidade de engordar 12 mil animais ao ano. A mesma reportagem informa que outras duas unidades foram inauguradas em 2020, cada uma destas, com capacidade de engorda de 10 mil animais anualmente. Com os investimentos realizados em 2020, a empresa contabiliza 8 unidades distribuídas nos estados de São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, que juntas tem capacidade de engorda de 116 mil animais/ano.

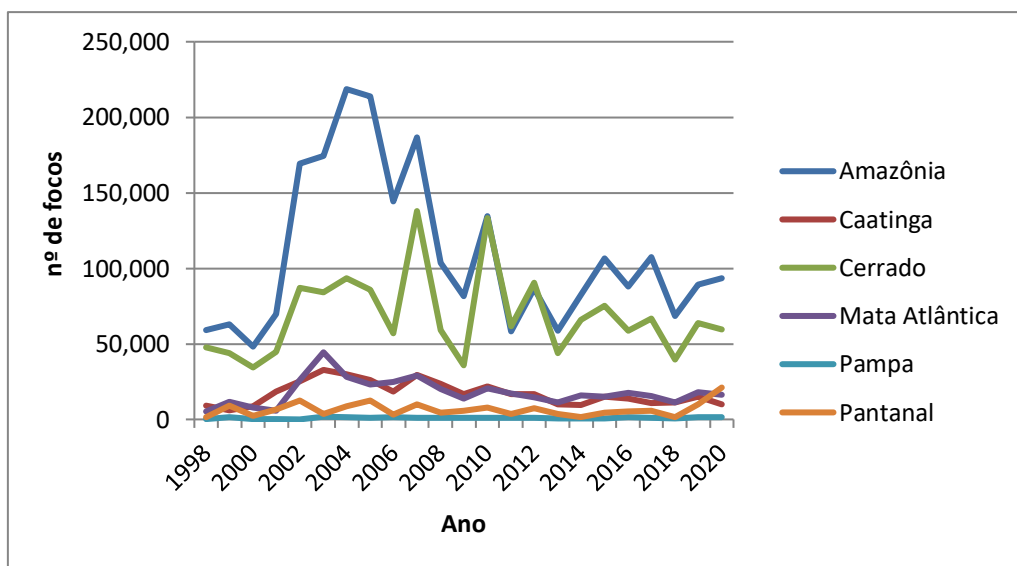
A pecuária, juntamente com a produção de soja, cana-de-açúcar, a celulose tem promovido a ampliação da fronteira agrícola, avançando sobre áreas até então com vegetação nativa e populações tradicionais. Esse processo tem ocorrido por meio de grilagem de terras públicas e devolutas, invasão de terras indígenas, desmatamento e

queimadas. Entretanto, a agricultura e a pecuária não são os únicos responsáveis por alimentar, a mineração e a produção de energia também integram esse histórico processo de devastação socioambiental.

Todo esse processo faz parte da dinâmica de reprodução do capital e conta com a atuação de empresas nacionais e transnacionais como a Vale, Anglo American, Potássio do Brasil, Cargill, JBS, Cosan/Raízen, Bom Futuro Energia, Eletronorte. E compõe o rol de investimentos internacionais com participação de corporações financeiras, dentre as quais: a Blackrock – a maior gestora de ativos do mundo, a Citigroup, JP Morgan Chase, Vanguard e Bank of America (APIB; AMAZON WATCH, 2020). É a materialização da aliança entre o agronegócio, os interesses do latifúndio e o capital transnacional.

Com base nos dados da série histórica de focos de queimadas no Brasil, organizada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) desde 1985, ilustrados no gráfico a seguir, podemos observar que o problema com as queimadas é um crime constante que atinge os biomas brasileiros, com maior incidência ao longo do tempo sobre a Amazônia e o Cerrado. Mas com ocorrências expressivas também na Mata Atlântica, Caatinga e Pantanal. O gráfico demonstra os primeiros anos do século XXI como o auge da incidência de focos de incêndios sobre os biomas de modo geral. Com relação à Mata Atlântica e à Caatinga, observa-se uma tendência a queda das ocorrências, desde os anos 2000 até o presente momento; o inverso pode ser observado com relação ao Pantanal, que nos últimos 2 anos sofreu um aumento expressivo dos focos de queimadas.

Figura 1- Série histórica de focos de queimadas por bioma e ano no Brasil



Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (2020)

De acordo com levantamento do Observatório do Agronegócio no Brasil “DE OLHO NOS RURALISTAS”, a partir da lista de multados pelo IBAMA, o perfil dos maiores desmatadores do Pantanal nos últimos 25 anos é composto por empresas e pessoas físicas, que atuam em diversos ramos da economia, são políticos e empresários influentes, proprietários de terras em várias regiões dentro e fora país e ostentam um

extenso histórico de crimes ambientais e violações de direitos das populações tradicionais (FUHRMANN, 2020a).

Segundo reportagem publicada pelo jornal Brasil de Fato (online), em 28 de outubro de 2020, a pecuária, a siderurgia, a cana-de-açúcar, a soja lideram o ranking de desmatamentos no Pantanal (FUHRMANN, 2020b). Na figura a seguir pode-se observar uma relação das 15 empresas ou pessoas físicas que receberam o maior número de multas por desmatamento no Pantanal desde 1995³.

Figura 2 – Os maiores multados no Pantanal desde 1995



Fonte: DE OLHO NOS RURALISTAS (2020).

Os elementos sobre os quais discorremos anteriormente embasam a consideração de que o sistema alimentar, entendido como processo que envolve a produção, circulação e consumo de alimentos, abrangendo as dimensões sociais, econômicas, políticas, ambientais, tecnológicas e éticas na atualidade não tem como fundamento o atendimento

³ A lista completa com 58 autuados pode ser acessada em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/10/28/gado-carvao-cana-e-soja-estao-por-tras-do-desmatamento-milionario-no-pantanal>.

das necessidades vitais e o bem comum da sociedade (HOURTART, 2011), mas sim a produção do lucro.

Assim as consequências sociais, econômicas, culturais e sanitárias provocadas pelo sistema alimentar do agronegócio afeta toda a sociedade com efeitos diretos sobre a saúde. O desmatamento e as queimadas e o uso de fertilizantes sintéticos e agrotóxicos destroem a biodiversidade e cria as condições para a proliferação vetores transmissores e patógenos que causam doenças (BOMBARDI, 2020). Esse processo expulsa populações do campo e as amontoa nas periferias dos centros urbanos onde vivem em precárias condições sanitárias, de moradia, de trabalho e de alimentação, o que por sua vez também produz efeitos sobre a saúde humana (ALENTEJANO, 2020). E a lógica de territorialização da produção em busca de melhores condições para a extração da mais-valia, exige longos circuitos para a comercialização de alimentos que requerem constantes deslocamentos de mercadorias e pessoas através dos territórios, que podem servir para transportar patógenos de um território ao outro.

A reforma agrária e a agroecologia frente aos desafios de interromper o ciclo de devastação socioambiental e construir um sistema alimentar democrático, justo e sustentável

O avanço do agronegócio aumentou as disputas pela terra, pelos bens da natureza no e pelos territórios, exigindo uma ressignificação das lutas no campo. Está é uma síntese da análise realizada pelas mulheres militantes do MST, durante seu Encontro Nacional, realizado em março de 2020 (MATHEUS, 2020). Tal análise se insere no contexto do debate da reforma agrária popular pautada pelo MST e sustenta a proposição de um novo jeito de organizar o campo e a agricultura, que tem como pressuposto a democratização da terra, a garantia de direitos às populações do campo, o cuidado com os bens da natureza, a alimentação como direito humano fundamental e a produção de alimentos com base na agroecologia (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2014). Diante do exposto neste artigo, no tópico anterior um programa de reforma agrária nestes termos está diretamente relacionado a um processo de resistência e enfrentamento ao capital e concretamente propõe o rompimento com o sistema alimentar do agronegócio.

Segundo o MST a materialização do programa de reforma agrária popular passa por uma aliança da classe trabalhadora em defesa da reforma agrária e da agroecologia como fundamento de um sistema alimentar que garanta o direito humano a alimentação e a construção de novas relações sociedade-natureza.

A construção desse processo só será possível através de uma práxis (VÁSQUES, 2007) cotidiana, que envolve conflitos e disputas com o agronegócio e com o Estado e ações práticas concretas para garantir materialidade para além da teoria. Trata-se de aliar ação e reflexão, conciliar o fazer e o pensar em uma unidade dialética, que exige constante planejamento, sistematização e replanejamento para o aperfeiçoamento da prática.

Neste debate a terra é o elemento central e a ocupação se reafirma como ferramenta fundamental para sua democratização, que só é possível com o apoio do conjunto da classe trabalhadora, para romper com o poder político e econômico do agronegócio. Sendo assim, o diálogo com a sociedade almeja não apenas a obtenção de apoio à pauta de reivindicação por terra e território dos povos do campo, mas como pauta

conjunto da classe trabalhadora para a construção de novas formas de sociabilidade e relações sociedade-natureza. Neste contexto a reforma agrária e a agroecologia se constituem em pilares para o enfrentamento ao sistema alimentar do agronegócio e a construção de um sistema alimentar baseado nos interesses e necessidades do conjunto da população e não em função da reprodução do capital.

Tal posicionamento político e teórico tem sido afirmado pelo MST e fundamenta o programa de reforma agrária, aprovado em seu VI Congresso, realizado em 2014, sintetizado pela consigna da reforma agrária popular (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2014). Entretanto, já nos primeiros anos do século XXI vários elementos que hoje compõe esta análise e embasaram a elaboração do programa agrário aprovado em 2014, foram pontuados pelo MST, como pode ser checado através palavras de ordem em seus congressos anteriores.

Em 2003 Alentejano questionava o padrão de desenvolvimento e urbanização adotado pela sociedade brasileira e apontava a reforma agrária como uma possibilidade política e econômica para atender as demandas por terra, trabalho, acesso a infraestrutura e serviços e alimentos da sociedade, além de contribuir para o processo de democratização do país.

O caráter fortemente urbanizado da sociedade brasileira deve ser o ponto de partida para a nova reflexão sobre o lugar da reforma agrária no debate sobre o modelo de desenvolvimento a ser adotado no país, mas não para negar importância à reforma agrária, mas para afirmá-la como essencial para, no curto prazo, garantir melhores condições de vida para uma imensa massa de explorados e excluídos presentes hoje no campo e na cidade e, a médio e longo prazo, possibilitar a construção de uma sociedade justa e democrática (ALENTEJANO, 2003, p. 27).

De acordo com Alentejano (2003, p.36) reforma agrária “trata-se de ampliar o número de pessoas que mora e que come, mas também que tem acesso a lazer, a cultura e a participação política”.

Ainda segundo a formulação do autor.

Portanto, a solução para a crise que se abate sobre as cidades brasileiras e o caminho para construir uma sociedade mais justa e democrática passam pelo aproveitamento do imenso estoque de terras inaproveitadas e mal aproveitadas pelos latifundiários brasileiros (e estrangeiros) para o assentamento massivo de trabalhadores rurais e urbanos, oferecendo a estes infra-estrutura adequada, apoio à produção agrícola e não-agrícola e condições para o livre exercício de sua cidadania. Isto seria o princípio de um processo de revolução da nossa organização social e territorial (ALENTEJANO, 2003, p. 38).

Em 2020 frente à pandemia da Covid-19 o autor retoma a construção teórica da reforma agrária como instrumento de combate ao desemprego e à miséria nas metrópoles, possibilitando moradia, trabalho e dignidade as populações pobres nos centros urbanos, acrescentando aspectos do debate ambiental. Escreve Alentejano (2020, p.33) “ [...] a contribuição que a reforma agrária poderia dar para a reorganização territorial da sociedade brasileira e a construção de uma sociedade mais justa, democrática e ambientalmente saudável”.

Para Alentejano (2020) a luta pela reforma agrária e a construção da agroecologia envolve a disputa territorial entre o latifúndio-agronegócio e o campesinato, que apesar de ser travado no campo, tem efeitos sobre as condições de vida da população urbana e, portanto, devem se constituir em bandeira de luta da classe trabalhadora urbana. O autor

diz que a concepção de reforma agrária que está sendo construída pelos movimentos sociais do campo em suas formulações teóricas e suas ações práticas, são a expressão de uma reforma agrária agroecológica.

A construção de uma reforma agrária agroecológica tem sido colocada como pauta pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e outros movimentos sociais do campo. Trata-se não apenas de mudar o padrão técnico dominante com a rejeição aos agrotóxicos, mas de construir outras práticas produtivas, outras formas de comercialização, outras relações de trabalho, outras relações sociedade-natureza que superem a fratura metabólica instaurada pelo capital (ALENTEJANO, 2020, p.35-36).

Altieri e Nicholls (2020) ao debater a crise sanitária diante da pandemia, realçam a relevância da agroecologia para o conjunto da sociedade, de modo especial para as populações urbanas. E apontam as potencialidades de uma abordagem agroecológica para construir novas abordagens e práxis, restabelecendo os vínculos entre a agricultura com a natureza, incluindo os seres humanos, cuidados com a saúde humana, como um dos componentes da saúde ambiental.

Diante de tais tendências globais, a agroecologia ganhou muita atenção nas últimas três décadas como base para a transição para uma agricultura, que não apenas proporcionaria às famílias rurais, benefícios sociais, econômicos e ambientais significativos, mas também alimentaria as massas urbanas de maneira equitativa e sustentável. Existe uma necessidade urgente de promover novos sistemas alimentares locais para garantir a produção de alimentos abundantes, saudáveis e acessíveis para uma crescente população humana urbanizada. Esse desafio será difícil, considerando os cenários previstos de uma base de terra arável em declínio; com petróleo caro e preços voláteis; suprimentos cada vez mais limitados de água e nitrogênio; e, em um momento de mudanças climáticas extremas, tensões sociais e incerteza econômica (ALTIERI; NICHOLLS, 2020).

Segundo os autores.

Não há dúvida de que o melhor sistema agrícola capaz de enfrentar desafios futuros é aquele que se baseia em princípios agroecológicos que exibem altos níveis de diversidade e resiliência, oferecendo rendimentos razoáveis e serviços ecossistêmicos. A agroecologia propõe restaurar as paisagens que circundam as propriedades rurais, o que enriquece a matriz ecológica e seus serviços, como controle natural de pragas, conservação do solo e da água, etc., mas também cria "quebra-fogos ecológicos" que podem ajudar a impedir que patógenos escapem de seus habitats (ALTIERI; NICHOLLS, 2020).

Para Petersen e Londres (2015) debates e ações empreendidas pelos movimentos sociais, governos latino-americanos e organismos internacionais nos últimos anos tem possibilitado o reconhecimento da potencialidade da agroecologia para a resolução da crise ambiental, energética, climática, alimentar e social. E reiteram a agroecologia como meio para transformações estruturais nos sistemas alimentares e não apenas como tecnologias paliativas para reduzir os impactos da agricultura industrial, que se restringe a produção destinada ao mercado de produtos orgânicos em benefício de uma pequena parcela de produtores e consumidores.

“[...] a agroecologia deve ser compreendida como uma reação social crítica e ativa frente aos efeitos socioambientais negativos gerados pelo projeto de modernização agrícola implantado nos países da região a partir da década de 1960. Essa reação mobiliza também parcelas crescentes do campo científico-acadêmico envolvidas na sistematização e no desenvolvimento teórico da agroecologia. Por meio dessa evolução descentralizada, que articula atores de várias esferas sociais, a Agroecologia é hoje concebida como uma prática,

como uma ciência e como um movimento social (PETERSEN; LONDRES, 2015, p.35).

Para o MST (MATHEUS, 2020) a discussão e as práticas agroecológicas estão inseridas dentre os desafios de construir formas de permanência na terra, nos acampamentos e nos assentamentos, enfrentar os processos de despejo e de privatização dos assentamentos e afirmar a função socioambiental da terra, como bem da natureza e não como mercadoria.

A partir do debate proposto no Encontro Nacional das Mulheres do MST, interpretamos que a resistência nos territórios conquistados-acampamentos e assentamentos apresenta várias dimensões. A dimensão econômica que contempla aspectos da agregação de valor à produção, organização do beneficiamento e comercialização. A dimensão sociocultural que abrange a questão da educação e do exercício e projeção de outras formas de sociabilidade que diz respeito à participação dos sujeitos nos espaços de discussão e tomada de decisão e as relações interpessoais e respeito à diversidade.

A dimensão das relações sociedade-natureza inclui o desafio de fazer o conjunto da sociedade, compreender o caráter degradante agronegócio social, econômica e ambientalmente e a importância da reforma agrária e da agroecologia para a defesa e o cuidado com a natureza, de modo especial com a vida humana. A questão da formação tanto política quanto técnica a nosso ver perpassa pelas três dimensões, pois se refere à construção das ideias e práticas sobre a qual se sustentam.

Alentejano (2003) destacava como desafios da reforma agrária para o atendimento das necessidades das famílias diretamente beneficiadas pela distribuição de terras e para o conjunto da sociedade:

o estímulo à cooperação e ao exercício da solidariedade, fazendo dos assentamentos espaços não apenas de cooperação interna na produção, mas de exercício de solidariedade em relação à população de seu entorno; a busca de um modelo de desenvolvimento sustentável, ou seja, capaz de gerar renda e alimentos suficientes para a garantia de uma boa qualidade de vida para a população, mas também de garantir a qualidade dos alimentos produzidos, a preservação (ou recuperação) ambiental, de modo que a preservação do ambiente seja parte do modo de vida dos assentados e contra-exemplo à tendência dominante de apropriação privada do que resta de recursos naturais preservados; a retomada do princípio de que os especuladores devem ser punidos por manterem a terra improdutiva, dados os custos que isso gera para a sociedade e a injustiça presente neste fato, tomando como base para a definição do valor pago pelas desapropriações não o valor de mercado, mas o declarado no ITR, sabidamente subestimado pelos proprietários; recolocar em pauta o confisco das terras exploradas com base em trabalho infantil, escravo e outras formas ilegais; negar a compra de terras, por seu caráter de prêmio aos especuladores e aos latifundiários; retomar o debate acerca do estabelecimento de limites máximos para o tamanho das propriedades, como base para a geração de uma melhor distribuição de riqueza e renda; recolocar o debate acerca da melhor forma de titulação da terra, negando a proposta imposta hoje de forma unilateral pelo governo de distribuição de títulos de propriedade, e afirmando o princípio da garantia da terra pública e de seu usufruto em benefício da sociedade (ALENTEJANO, 2003, p.38).

Via de regra, todos esses desafios continuam não só atuais, como também fazem parte da agenda de lutas dos movimentos sociais do campo. Inúmeras têm sido as ações concretas elaboradas e em desenvolvimento nos territórios conquistados, como o Plano

Nacional: plantar árvores e produzir alimentos saudáveis. A iniciativa anunciada no início de 2020 “tem como objetivo realizar a recuperação de áreas degradadas por meio da implementação de agroflorestas e quintais produtivos” (FERREIA, 2020) e prevê o plantio pelas famílias acampadas e assentadas de 100 milhões de árvores, no período de 10 anos. De acordo com o MST outra finalidade do projeto “é denunciar as ações de destruição ambiental do agronegócio, da mineração e construir no MST e na sociedade o entendimento que Reforma Agrária é sinônimo de alimentação saudável e de cuidado com os bens comuns da natureza” (FERREIA, 2020).

Especificamente no contexto da pandemia, o MST debateu e aprovou o Plano Emergencial de Reforma Agrária Popular: por trabalho, alimentação e vida digna (GOULD, 2020). O documento foi elaborado a partir de 4 pontos básicos:

a) Terra e trabalho

Assentamento das famílias que se encontram acampadas ou desempregadas nos centros urbanos mediante desapropriações de latifúndios improdutivo; retomada sem custos de áreas de devedores da União, destinação de terras públicas e terras devolutas, trocas das dívidas dos latifundiários aos bancos públicos, por terra; suspensão de despejos e reintegrações de posse; legalização de áreas de comunidades tradicionais (quilombolas, povos indígenas, ribeirinhos); garantia da integridade e a preservação de reservas indígenas e áreas ambientais, expulsando invasores, grileiros, madeireiros, garimpeiros ilegais; suspensão de subsídios e isenções fiscais às empresas de agrotóxicos.

b) Produção de alimentos saudáveis

Destinação e ampliação de recursos ao PAA (Programa de Aquisição de Alimentos); assegurar o cumprimento do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) durante o distanciamento social, com comida saudável para atender crianças e suas famílias; implantação do Plano nacional de agroecologia, para garantir alimentos saudáveis para a população; organização de hortas urbanas agroecológicas; usar linhas de crédito especial dos bancos públicos para financiar agroindústrias cooperativas para produção de alimentos e liberar fomento emergencial para os assentamentos.

c) Proteger a natureza, a água e a biodiversidade

Proteger as nascentes e fontes de água, as florestas e a biodiversidade; apoiar programas de massificação do plantio de árvores nativas e frutíferas de acordo com o bioma; destinação de recursos necessários para construção de cisternas; impedir o uso dos agrotóxicos; produção de sementes agroecológicas em todos os territórios; estimular as agroflorestas.

d) Condições de vida digna no campo para todo o povo

Garantia de acesso para todas as famílias ao Programa “Minha casa, minha vida”, para reformas e construção de moradias no meio rural; assegurar políticas para a permanência da juventude no campo com trabalho, renda e educação; não fechamento de escolas no campo; fortalecimento do FUNDEB e ampliação do PRONERA; enfrentamento à violência doméstica e lgbtfobia no campo e ampliação e fortalecimento do SUS.

Durante a pandemia, várias tem sido as atividades articuladas pelos movimentos sociais do campo e aliados urbanos, dentre os quais o MST, no sentido de afirmar a reforma agrária e a agroecologia como pares indissociáveis, na construção de alternativas

para a produção de alimentos saudáveis e a preços acessíveis para toda a sociedade. Neste contexto, as iniciativas empreendidas tentam demonstrar a possibilidade de conciliação entre a produção de alimentos, a recuperação de áreas degradadas pelo agronegócio e o cuidado com os seres humanos e os bens da natureza. E a agroecologia é reivindicada como um modo de vida e uma ferramenta para romper com todas as formas de opressão e promover mudanças de comportamento, seja na relação sociedade-natureza, seja na relação entre os seres humanos.

O dia 16 de outubro, em que se comemora o Dia Internacional da Alimentação, transformado pelos movimentos sociais e populares do campo, da cidade e das florestas, no Dia Internacional de Ação dos Povos e Contra as Corporações Transnacionais pela Soberania Alimentar. No ano de 2020 contou com uma série de atividades de denúncia com relação ao aumento dos preços dos alimentos e os vetos do governo federal à Lei Assis Carvalho⁴ – PL 735, durante a semana que intitularam de Semana Nacional da Alimentação (Gimenes, 2020), além da distribuição de alimentos e plantio de árvores em diversas localidades do país.

Segundo balanço do próprio MST, a organização havia realizado desde o início da pandemia até o dia 09 de setembro de 2020 ações de solidariedade em 24 estados do país, totalizando 3.400 toneladas de alimentos distribuídos em parceria com a Campanha Periferia Viva, constituída pelo MST, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), Levante da Juventude, Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD) e Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM) e a iniciativa Vamos Precisar de Todo Mundo, composta pelas Frentes Brasil Popular e a Frente Povo Sem Medo. Além da distribuição de marmitas com refeições prontas, equipamentos de proteção individual, produtos de higiene e livros, a organização de hortas comunitárias agroecológicas nas cidades (ALCÂNTARA, 2020) e a formação de agentes populares de saúde, para atuarem nos bairros onde vivem nas periferias dos centros urbanos, orientando a população para prevenção a Covid-19 (CHAGAS, 2020).

Alguns aspectos relevantes que se pode observar nestas iniciativas é a relação que estas têm com processos de organização e articulação anteriores a pandemia. Em audiovisual produzido pelo coletivo de comunicação do MST no Pontal do Paranapanema, apresenta pontos de contato entre as experiências de circuitos curtos de comercialização com as ações de solidariedade durante a pandemia. Tudo isso, com a finalidade de divulgar as ações em celebração do dia 16 de outubro (Dia Mundial da Alimentação).

As entrevistas realizadas⁵ pela primeira autora no âmbito do projeto de pesquisa de doutorado sobre as relações entre circuitos curtos de comercialização, reforma agrária popular e agroecologia também nos permitem detectar certas confluências entre os

⁴ Projeto de Lei aprovado na Câmara dos Deputados e Senado prevê apoio à agricultura familiar no contexto da pandemia e foi desfigurada pelos votos do presidente da República. Recebeu o nome Assis de Carvalho em homenagem ao deputado federal do Piauí, atuante na defesa da agricultura familiar, falecido recentemente.

⁵ Entrevistas realizadas entre os dias 05 e 09 de março de 2020, em Brasília, durante o Encontro Nacional de Mulheres do MST, com mulheres militantes do MST, no estado de São Paulo. Foram entrevistadas mulheres (uma mulher de cada assentamento) envolvidas nos processos e organização de experiências de circuitos curtos de comercialização nos assentamentos: Dandara – município de Promissão, Fazenda Ipanema – município de Iperó, Nova Esperança – município de São José dos Campos e Carlos Lamarca – município de Sarapuí.

princípios que orientam estas experiências e as ações de solidariedade durante a pandemia, dentre o quais o acesso a alimentação saudável como direito humano fundamental; o contato entre produtores(as) e consumidores, em um processo de coresponsabilização de segmentos urbanos da população pela produção dos alimentos e a transformação das condições econômicas, sociais, ecológicas e éticas em que estes são produzidos; a afirmação da agroecologia como base para a produção de alimentos saudáveis; o envolvimento de segmentos urbanos da classe trabalhadora na discussão sobre reforma agrária e agroecologia e a responsabilização pela manutenção das condições de produção e resistência econômica nas áreas de assentamento diante da situação de avanço do agronegócio.

De acordo com depoimentos das entrevistas se verifica uma grande diversidade de alimentos produzidos e consumidos tanto pelas famílias produtoras quanto coprodutoras, o que segundo as entrevistadas contribui para um processo de reeducação alimentar e ambiental no campo e na cidade. Estas formas de comercialização de forma geral estão associadas a processos de formação e de articulação política e contribuem para a conformação de espaços de luta e resistência ao agronegócio, como a criação de comitês locais da campanha permanente contra os agrotóxicos (MATHEUS, 2020).

Segundo a entrevistada assentada no assentamento Dandara, município de Promissão, a participação de pessoas do meio urbano nos debates sobre reforma agrária só é possível pela demonstração dos acampamentos e assentamentos como territórios de produção de alimentos saudáveis. De acordo com o relato as experiências de circuitos curtos de comercialização têm promovido várias atividades de vivências entre produtores e coprodutores, como plantio, festa, cafés, o que permite com que a população urbana conheça os assentamentos e vejam uma realidade distinta da que aparece na mídia. De maneira complementar, a entrevistada do assentamento Fazenda Ipanema, afirma que tais práticas possibilitam às pessoas a construção do conhecimento sobre o que se está comendo e como seu alimento é produzido.

Para a entrevistada assentada no assentamento Carlos Lamarca, município de Sarapuá a comercialização através dos circuitos curtos de comercialização a importância está para além das questões econômicas “não é nem pela renda, mas pelo contato, por estar mostrando os produtos nestes espaços, aí se tem uma relação muito boa, é a barraca da conversa, da divulgação e da troca de sementes”.

A entrevistada assentada no assentamento Nova Esperança, município de São José dos Campos afirma que “Se não fosse a contribuição da CSA (Comunidade que Sustenta a Agricultura)⁶ não conseguiríamos fazer a produção agroecológica. Nossa luta é pela agroecologia, no sentido do cuidado do organismo agrícola, a agricultura orgânica, somente propõe a substituição de insumos”. Para a entrevistada que destaca como desafio para a produção agroecológica e os circuitos de comercialização se expandir para as periferias “às vezes o primeiro contato é impactante para quem não conhece o MST, mas depois começam a compreender e admirar o MST”.

A partir do relatado podemos concluir que há características e princípios comuns entre as práticas dos circuitos curtos de comercialização e a articulação das ações de solidariedade realizadas durante a pandemia. É possível que esta modalidade de

⁶ Modalidade de circuito curto de comercialização baseado no princípio de coparticipação dos consumidores no processo de produção dos alimentos. Para isso, os coprodutores estabelecem um sistema de cotas para custear os custos de produção e manutenção da família de produtores de alimentos.

comercialização possa ter contribuído para a articulação das ações de solidariedade, assim como é possível que as ações de solidariedade venham a contribuir para ampliar das experiências de comercialização. Mas certamente o que está posto é o desafio da continuidade e ampliação das alianças entre movimentos e sociais e populações do campo, da cidade e das florestas em defesa da reforma agrária e da agroecologia, como fundamento para alcançar melhores condições de vida no campo, nas cidade e nas florestas.

Conclusões

As ações realizadas pelos movimentos sociais e populares do campo, da cidade e das florestas, no contexto da pandemia expressam um processo de articulação e estabelecimento de alianças entre estas organizações que diante da situação de calamidade e ausência do poder público exercitam formas de relações humanas baseadas na solidariedade, da cooperação, no atendimento as necessidades básicas da população e do cuidado com a vida.

São práticas que convidam a população a refletir sobre a importância de um processo de reforma agraria como instrumento para alcançar melhorias nas condições no campo e na cidade, principalmente no que se refere ao acesso a alimentos e as condições de produção de alimentos (qualidade, diversidade, preço, quem os produz, onde e como). Ou seja, estas ações podem vir a se constituir em importantes meios para se questionar o sistema alimentar do agronegócio e suas consequências para a saúde e a vida no planeta e produzir elementos para pensar outro modo de produzir e consumir desde os interesses e necessidades da classe trabalhadora.

Estas práticas se relacionam os cuidados com a saúde humana e da natureza em sua totalidade. Entende as doenças e propõe o tratamento não só a partir de cuidados pontuais, paliativos e curativos, mas procuram relacionar suas causas em fatores econômicos, sociais e ambientais. Neste sentido essas práticas denunciam a destrutividade das políticas neoliberais e do agronegócio, assim como seu sistema alimentar, como responsáveis pela proliferação e disseminação da pandemia da Covid-19 e outras possíveis epidemias futuras.

As ações articuladas pelos movimentos sociais tanto internamente em seus territórios ou externamente conjuntamente com grupos e organizações urbanas durante a pandemia e anteriormente, no sentido de denunciar os efeitos negativos do sistema alimentar do agronegócio e de propor a discussão da reforma agrária e da agroecologia como alternativas são fundamentais para a construção de formas de organização e reprodução da vida, fundamentadas na solidariedade, na cooperação, na promoção do bem comum e no cuidado e respeito à vida humana e a natureza. São sementes que carregam possibilidades de novas relações sociedade-natureza.

Referências

ALCÂNTARA, F. Desde o início da pandemia, MST já doou 3.400 toneladas de alimentos. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 9 set. 2020. Disponível em:< <https://mst.org.br/2020/09/09/desde-o-inicio-da-pandemia-mst-ja-doou-3400-toneladas-de-alimentos/>>. Acesso em: 28 out. 2020.

ALENTEJANO, P. R. R. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. Terra Livre, São Paulo, ano 19, v.2, n.21, p.25-39, jul./dez. 2003, p.25-39.

_____. Reforma agrária, caos urbano, agronegócio e pandemia. Rev. Tamoios, São Gonçalo (RJ), ano 16, n. 1, mai. 2020, p.32-38. Especial COVID-19.

ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I. A agroecologia em tempo de Covid-19. Disponível em: <https://www.clacso.org/pt/a-agroecologia-nos-tempos-do-covid-19/>. Acesso em: 20 set. 2020.

APIB; AMAZON WATCH. Relatório Cumplicidade na destruição III. Como corporações globais contribuem para violações de direitos dos povos indígenas na Amazônia brasileira. 2020.

BOMBARDI, L. M. Coronavírus pode ter surgido do modelo predatório do agronegócio, diz estudo. Entrevista. Rede Brasil Atual, 04 abr. 2020. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/2020/04/coronavirus-agronegocio-modelo-predatorio/>. Acesso em: 20 abr. 2020.

CHAGAS, R. Agentes populares de Saúde em ação para uma periferia viva. Brasil de Fato, 03 ago. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/08/03/agentes-populares-de-saude-em-acao-para-uma-periferia-viva>. Acesso em: 29 out. 2020.

ETC GROUP. ¿Quién nos alimentará? La red campesina alimentaria o la cadena agroindustrial. ETC Group. 3ª ed. 2017.

FERNNADES, B. M. Territórios da questão agrária: campesinato, reforma agrária e agronegócio. Reforma Agrária, v.34, n.2, jul./dez. 2007, p. 77-93.

FERREIRA, J. 100 milhões de árvores: Conheça o plano nacional de plantio do MST. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 7 fev. 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/02/07/100-milhoes-de-arvores-conheca-o-plano-nacional-de-plantio-do-mst/>. Acesso em: 28 out. 2020.

FUHRMANN, L. Acusados de desmatamento no Pantanal avançam também sobre Bolívia e Paraguai. De olho nos ruralistas, 20 out. 2020. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2020/10/21/acusados-de-desmatamento-no-pantanal-avancam-tambem-sobre-bolivia-e-paraguai/>. Acesso em: 25 out. 2020a.

_____. Gado, carvão, cana e soja estão por trás do desmatamento milionário no Pantanal. Brasil de Fato, 28 out. 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/10/28/gado-carvao-cana-e-soja-estao-por-tras-do-desmatamento-milionario-no-pantanal>>. Acesso em: 29 out. 2020b.

GIMENES, E. Movimentos sociais se unem contra a fome na abertura da semana nacional de alimentação. Brasil de Fato, 12 out. 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/10/12/movimentos-sociais-se-unem-contra-fome-na-abertura-da-semana-nacional-da-alimentacao>>. Acesso em: 28 out. 2020.

GOULD, L. Ponto a ponto: conheça o plano de reforma agrária popular defendido pelo MST. Brasil de Fato, 15 jun. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/15/ponto-a-ponto-conheca-o-plano-de-reforma-agraria-popular-defendido-pelo-mst>. Acesso em: 05 jun. 2020.

HARVEY, D. Política anticapitalista em tempos de Covid-19. In: DAVIS, M. et al. Coronavírus e luta de classes. Terra sem amos: Brasil, 2020.

HOUTART, F. Dos bens comuns ao ‘bem comum da humanidade’. Bruxelas/Bélgica: Fundação Rosa Luxemburg, 2011. Versão em português: CONCEIÇÃO, R. L. C. in: Disponível em: info@rosalux-europa.info. Acesso em: 30 set. 2017.

MATHEUS, F. A. Entrevistas e notas realizadas durante o Encontro Nacional de Mulheres do MST. Caderno de Campo, 2020. Não publicado.

MÉSZÁROS, I. O desafio e o fardo do tempo histórico. São Paulo: Boitempo, 2007.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERA. Programa Agrário do MST. Documento aprovado no VI Congresso do MST. São Paulo: MST, 2014.

PETERSEN, P.; LONDRES, F. Seminário regional sobre agroecologia na América Latina e Caribe. Agriculturas, v.12, n.3, 2015.

RAMOS FILHO, E. S. A reforma agrária como território da política e a reforma agrária de mercado como território da economia. In: FERNANDES, B. M.; RINCÓN, L. F.; KRETSCHMER, R. (Org.). La actualidad de la reforma agraria en America Latina y el Caribe Buenos Aires; São Paulo: CLACSO; Fundação Perseu Abramo, 2018. Disponível

em: http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/actualidad_reforma_2018.pdf. Acesso em: 10 abr. 2020, p. 149-154.

SHAH, S. Contra pandemia, ecologia. *Le Monde Diplomatique Brasil*, ed. 152, 28 fev. 2020. Disponível em: < <https://diplomatie.org.br/contra-a-pandemia-ecologia/>>. Acesso em: 03 mar. 2020.

SZMRECSÁNYI, T. Expansão do agronegócio e ameaças à soberania alimentar: o problema dos biocombustíveis. *Reforma Agrária*, v.34, n.2, jul./dez. 2007.

THOMAZ JÚNIOR, A. Se camponês, se operário! Limites e desafios para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil. *Geografia e trabalho no século XXI*, v.2, 2006, p. 135-170.

VÁSQUEZ, A. S. *Filosofia da práxis*. São Paulo: Expressão popular, 2007.

WALLACE, R. *Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência*. São Paulo: Elefante & Igra Kniga, 2020.

EFEITOS DA GESTÃO FLORESTAL E DA REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL SOBRE O ORDENAMENTO TERRITORIAL DA MESORREGIÃO DO MARAJÓ, PARÁ, BRASIL

Fernanda do Socorro Ferreira Senra Antelo¹

Carlos Augusto Pantoja Ramos²

Resumo

Este artigo aborda a emergência recente dos temas da gestão florestal e da regularidade ambiental como problemas públicos e a inclusão destes na agenda de políticas públicas brasileiras por meio das leis federais nº. 11.284/2006 (de Gestão de Florestas Públicas) e 12.651/2012 (novo Código Florestal). Trata-se de um estudo exploratório que articula pesquisa bibliográfica e documental, bem como observações diretas dos processos de ordenamento territorial e manejo florestal comunitário no estado do Pará no intuito de compreender: i) o contexto de “caos fundiário” e ambiental existente na região amazônica, que ajudou a levar esses temas para o topo da agenda de políticas públicas; ii) identificar algumas ideias institucionalizadas pelas políticas públicas surramencionadas; iii) os conflitos existentes entre entendimentos, diretrizes e objetivos desses marcos legislativos; e iv) apresentar dados preliminares relativos ao Cadastro Nacional de Florestas Públicas, bem como a execução do cadastro ambiental rural, ambos no território paraense. Como resultados deste trabalho destaca-se que, a despeito da mudança nos marcos normativos, no estado do Pará persiste uma lógica da apropriação ilegal dos recursos florestais a região, inclusive de grandes extensões de terras e, em alguns casos, com a facilitação por parte do Estado brasileiro.

Palavras-chaves: políticas públicas, gestão florestal, regularidade ambiental, Marajó, Pará.

Introdução

Com a publicação da Lei nº. 12.651, de 25 de maio de 2012 — conhecida como Código Florestal —, instituiu-se um novo marco regulatório sobre a proteção dos recursos naturais e o combate ao desmatamento, influenciando decisivamente no uso das florestas e na produção agropecuária nacional. Nesse sentido, o novo Código Florestal, portanto, selaria um novo pacto entre a sociedade brasileira em torno dos usos da vegetação dos distintos biomas brasileiros.

¹ Bacharel e Licenciada Plena em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Doutora e Mestre em Ciências Sociais pelo CPDA/UFRRJ, integrante do Grupo de Pesquisa Mudança Social, Agronegócio e Políticas Públicas dessa instituição (GEMAP/CPDA/UFRRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil, E-mail: icamiaba@gmail.com

² Engenheiro florestal pela Faculdade de Ciências Agrárias do Pará —FCAP (atual Universidade Federal Rural da Amazônia — UFRA), com 15 anos de experiência em manejo florestal sustentável. Suas principais áreas de atuação são: elaboração de projetos de desenvolvimento local nos municípios do Marajó; regularização fundiária de comunidades rurais; manejo florestal sustentável em áreas de terra firme e varzea a partir da abordagem de bens e serviços gerados pela floresta; implantação de tecnologias sociais que busquem a autonomia das famílias agroextrativas. Belém, Pará, Brasil, E-mail: pantojaramos@gmail.com

Um dos principais instrumentos de controle para obtenção de regularidade ambiental e direcionamento para programas de recuperação de áreas desmatadas é o Cadastro Ambiental Rural (CAR), registro eletrônico que possui informações georreferenciadas do imóvel rural e que atualmente é realizada por meio de autodeclarações no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR), gerenciado nacionalmente pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB), órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente — MMA (BRASIL, 2016).

O estado do Pará — por meio da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) — foi um dos pioneiros na constituição de um sistema próprio de cadastro e monitoramento ambiental (SILVA, 2015), a partir de 2016 integrou sua plataforma ao sistema nacional coordenado pelo SFB.

No Marajó — maior arquipélago fluvial-marítimo do mundo, localizado no estuário do rio Amazonas, com uma área de 10,4 milhões de ha — que, no período recente, foi alvo de ações de ordenamento fundiário realizadas sobre 47,5% de suas áreas habitáveis (RAMOS, FERREIRA, SILVA, 2020), a demanda pelo CAR também aumentou muito nos últimos anos, sobretudo em virtude da obrigatoriedade deste instrumento para a obtenção da regularidade ambiental e para o licenciamento de atividades econômicas.

Desde 2018, neste arquipélago — que está inserido no *Sítio Internacional RAMSAR* Estuário Amazônico e seus manguezais³ —, e que possui índices de desenvolvimento humano (IDH) de médio a muito baixos, entidades representativas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais na região e órgãos de apoio passaram a denunciar os conflitos ocasionados pelos maus usos do CAR, bem como buscaram compreender melhor a utilização dessa ferramenta de gestão territorial e sua capacidade de responder aos desafios da inclusão social e proteção ambiental no arquipélago marajoara.

Visando contribuir com esse debate, no presente artigo busca-se identificar e caracterizar elementos do contexto como o “caos fundiário”, o aumento crescente do desmatamento e o estrangulamento no setor madeireiro na Amazônia Legal, que ajudaram o tema da regularidade fundiária e ambiental a serem considerados como problemas públicos,

³ Referência ao instrumento adotado a partir da assinatura do tratado intergovernamental aprovado em encontro realizado na cidade iraniana de Ramsar visando promover a cooperação entre países na conservação e no uso racional das zonas úmidas no mundo. Ao aderir à Convenção, os países signatários devem designar ao menos uma zona úmida de seus territórios para ser integrada à Lista que, uma vez aprovada por um corpo técnico especializado, receberá o título de Sítio Ramsar. Após esse reconhecimento essas áreas poderão se beneficiar de prioridade no acesso à cooperação técnica internacional e apoio financeiro para promover projetos que visem a sua proteção e a utilização sustentável dos seus recursos naturais, bem como a implementação de um modelo de desenvolvimento que proporcione qualidade de vida aos seus habitantes.

bem como levaram a emergência da Lei de Gestão de Florestas Públicas (LGFP) e a instituição do novo Código Florestal (NCF). Discute-se ainda as tensões entre as intenções presentes nesses dois instrumentos e também a atuação de grupos de interesse, que se aproveitando do movimento de flexibilização normativa em curso, conseguiram afrouxar as exigências da legislação fundiária e ambiental, sobrepondo-se assim as ações que vinham sendo desenvolvidas por diferentes órgãos fundiários na Ilha do Marajó no intuito de garantir à estabilidade na terra pelas comunidades tradicionais que historicamente as vem ocupado.

Para a elaboração deste artigo foram utilizados inicialmente os documentos oficiais disponibilizados pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB), pelo Portal do Sistema CAR do estado do Pará e pelo SICAR para entender os objetivos e premissas dessas políticas, bem como identificar dados preliminares relativos a implementação do Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP) e do CAR. Também foi realizado um levantamentos bibliográfico e documental sobre os temas: gestão ambiental, gestão florestal, regularização fundiária e ambiental.

Além desta introdução e das considerações finais, este artigo possui mais quatro partes que procuram dar uma visão quali-quantitativa e ainda exploratória dos fenômenos observados. No primeiro tópico, discute-se brevemente o contexto sócio-econômico que interferiu no tema do desmatamento na Amazônia Legal, e que levou a compreensão dos temas da gestão florestal e da regularidade ambiental como problemas públicos. Em seguida, de maneira sucinta, aborda-se a trajetória de algumas ideias que originaram a LGFP, e NCF e alguns dados relativos a execução do CNFP e do CAR no Brasil, no estado do Pará e na Ilha de Marajó. Na terceira parte, apresenta-se alguns conflitos entre as diretrizes e objetivos desses instrumentos de políticas. Por fim, problematiza-se a captura desse importante instrumento de regularização ambiental por alguns segmentos econômicos.

1. O “caos fundiário” e o problema público da regularidade fundiária e ambiental

Em meados de 2003, o tema da acelerada mudança do uso do solo na Amazônia Legal catalisou as atenções da opinião pública. Isto, de um lado, deveu-se a modificações de pessoas em posições estratégicas dentro da estrutura governamental representado pela assunção ao poder do Presidente Lula. Este trazia a feição de um projeto “democrático popular”, a participação em vários escalões de dirigentes e lideranças dos movimentos sociais e contava ainda com o apoio de instituições historicamente identificadas com as lutas sociais; de outro, a percepção de que com o alto escalão do MMA — agora composto por representantes do

socioambientalismo brasileiro — implicava na necessária incorporação do tema do desmatamento na região na agenda governamental (ANTELO, 2018).

De acordo com os dados registrados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), no período de agosto de 2001 e julho de 2002 foi observado um crescimento do desmatamento de aproximadamente 19% em relação ao período anterior. A divulgação destes indicadores elevados em um momento de contração da economia brasileira, combinada a interpretação de que o país experimentava uma fase de aquecimento econômico, provocou um temor no governo federal quanto ao aumento futuro desses índices (BRASIL, 2004).

A divulgação desses indicadores elevados e a percepção quanto a sua tendência inercial, fez com que os gestores públicos passassem a reconhecer o desmatamento em curso como um prenúncio de uma possível crise para a qual deveria ser apresentada uma solução governamental. Isto ocorreu porque o aumento desses índices estava em contradição com os compromissos assumidos pelo país na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC), e com a percepção de uma parcela significativa da sociedade brasileira sobre a importância dessa região.

Naquele contexto, em que os diagnósticos apontavam o desmatamento na Amazônia Legal como resultado de um fenômeno com origens e consequências (ambientais, sociais e econômicas) complexas (ARAÚJO; VIEIRA, 2019). Nesse sentido, a maneira mais efetiva para se enfrentar esse problema seria vincular a execução de novos investimentos do governo federal e os repasses aos governos estaduais a um planejamento prévio.

Com a criação do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), o governo federal propunha que o enfrentamento do problema do desmatamento na região ocorresse por meio da aplicação de medidas de monitoramento e controle ambiental, mas, sobretudo, pelo desenvolvimento de ações interdisciplinares e estruturantes voltadas ao ordenamento territorial e fundiário e ao fomento da produção sustentável (BRASIL, 2004).

Nessa esteira, um dispositivo importante de fomento do tema fundiário e ambiental na agenda governamental, especialmente no que se refere ao estabelecimento de diretrizes e normas para o acesso à terra e à exploração dos recursos naturais na região foi a publicação da Portaria Conjunta Incra/MDA nº. 10/2004. Esta medida suspendeu a emissão das declarações de posses e estabeleceu a obrigatoriedade da apresentação dos documentos legitimadores dos imóveis rurais em situação de posse por simples ocupação, localizados em municípios selecionados da Amazônia Legal, sob pena de bloqueio do registro do imóvel. Embora esses documentos cadastrais não possuíssem nenhum amparo legal como prova de domínio, até então,

eles eram utilizados em um amplo leque de operações na região, tais como autorizações de desmatamento, planos de manejo florestal e operações de crédito rural (ANTELO, 2018).

Em dezembro de 2007, o MMA editou o Decreto nº. 6321 que previa novas medidas de controle do desmatamento da Amazônia Legal. Entre elas: i) a identificação de municípios prioritários para a intensificação das ações de prevenção e controle do desmatamento ; ii) a obrigatoriedade do recadastramento das propriedades rurais localizadas nos 36 municípios com maior índice de desmatamento na região; iii) o controle sobre a destinação do crédito oficial; iv) autorização para o embargo compulsório de áreas desmatadas ilegalmente, excetuando-se àquelas utilizadas em atividades de subsistência; e, v) o controle das cadeias produtivas pela responsabilização dos compradores de produtos oriundos de áreas de desmatamento ilegal embargado (ANTELO, 2018).

Com base nestes dispositivos, o Conselho Monetário Nacional (CMN) do Banco Central (Bacen) aprovou a Resolução nº 3.545/2008, que estabeleceu a necessidade do proprietário rural, a partir de 1º de julho de 2008, apresentar a licença ambiental ou qualquer documento afim do órgão ambiental, atestando a regularização da propriedade rural, para obter acesso financiamento público e privado para imóveis situados nos municípios do Bioma Amazônia. Além disso, em julho daquele ano, o MMA editou o Decreto nº. 6514, que definiu as penalidades e sanções administrativas para aqueles que cometessem infrações ambientais (ANTELO, 2018).

Com a invalidação de qualquer reivindicação de direito sob terras públicas na Amazônia Legal que estivesse assentada em documentos precários, muitos planos de manejo florestal que vinham sendo executados foram suspensos e a aprovação de novos planos passou também a ser condicionada à apresentação de títulos de domínio pelos requerentes (ANTELO, 2018). Além disso, por conta dessas pendências fundiárias, ocupantes de terras públicas não conseguiam obter licenças ambientais para a exploração e comercialização legal dos produtos e serviços da floresta. O que implicou na paralisação das atividades deste setor no estado do Pará (LINS DE GÓIS, 2011).

Deste modo, os problemas da ausência de regularidade fundiária e ambiental passaram a capturar a atenção do governo Lula. Isto ocorreu porque as medidas adotadas no âmbito do PPCDAm puseram em evidência um conjunto de problemas relativos à apropriação e uso da terra e recursos naturais na região; bem como deram visibilidade ao conjunto de atores sociais envolvidos nessas práticas, e que não conseguiam formalizar direitos de propriedade e, portanto, obter licenças ambientais para a operação de atividades econômicas em suas unidades produtivas.

Assim teve início a mobilização de alguns segmentos produtivos regionais. Na ocasião, as narrativas em defesa do ordenamento fundiário e ambiental foram angariando espaço no debate de ideias que envolvia atores visíveis (i.e. como governadores e prefeitos amazônicos, etc.), e invisíveis (especialistas, assessores parlamentares, burocratas e analistas de grupos de interesses) (ANTELO, 2018). Esses atores que apontavam a regularização fundiária e ambiental como prioritários para o desenvolvimento regional e buscavam promover flexibilizações nos marcos legais sobre esses temas.

Como efeito das mobilizações foi aprovado um conjunto de normas com o intuito de regular as questões fundiária e ambiental: a Lei nº. 11.284/2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável (BRASIL, 2006); a Lei nº. 11.952/2009, que instituiu uma ambiciosa política federal de regularização fundiária de ocupações de até 15 módulos fiscais localizadas em terras públicas na Amazônia Legal (BRASIL, 2009b); e anos depois foi instituída a Lei nº. 12.651/2012, que estabeleceu o novo Código Florestal, estabelecendo novas regras para a proteção da vegetação nativa nos distintos biomas brasileiros (BRASIL, 2012b).

2. Ideias institucionalizadas: Lei de Gestão de Florestas Públicas e novo Código Florestal

A conjuntura de crise no setor madeireiro devido à suspensão das operações dos planos de manejo em áreas públicas e a restrição do desmatamento a 20% das propriedades rurais localizadas em áreas florestais da Amazônia Legal favoreceu a formação de uma espécie de consenso em torno da aprovação do Projeto de Lei nº. 4.776/2005, que originou a Lei nº. 11.284/2006 (de Gestão de Florestas Públicas — LGFP), que estabeleceu as principais normas legais sobre o manejo dos recursos florestais em áreas públicas (LINS DE GÓIS, 2011).

A ideia básica por detrás desse instrumento era que as florestas públicas deverão continuar públicas e florestas, gerando benefícios sociais, econômicos e ambientais para toda a sociedade” (BRASIL, 2006). A partir dela foram estruturados os termos dessa Lei, que condiciona e vincula um criterioso instrumento técnico de gestão: o Plano de Manejo Florestal Sustentável —PMFS. Essa exigência nasce da ação do poder público na criação de marcos legais e na construção de um aparato institucional necessário a regulamentação, fiscalização e controle da exploração privada dos recursos florestais inseridos nessas áreas públicas.

Em sua origem, o modelo de gestão de florestas é uma espécie de resposta das grandes madeireiras internacionais a queda de produção, pela necessidade de busca de novas reservas

de matéria prima pelos mercados consumidores norte-americanos e europeus, e pelo maior rigor normativo e fiscalizador quanto às condições de exploração impostas pelos países de origem. O objetivo principal dessa medida era o de conciliar a oferta e a demanda de matéria-prima de origem florestal (TUJI, 2012).

Segundo essa autora, muito embora os países que adotaram este dispositivo não tenham logrado em obter resultados satisfatórios, o MMA resolveu adotá-lo e defendeu a ideia de que a gestão pela iniciativa privada seria uma maneira de se promover o desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo em que o Estado brasileiro poderia participar das riquezas geradas pela atividade e ainda constituir meios de diminuir o desmatamento das florestas públicas.

Antes da edição da Lei nº. 11.284/2006, as operações privadas em florestas nacionais não possuíam regulação específica e ficavam submetidas à discricionariedade do poder público em permitir ou não a sua exploração. Juntamente com a instituição do novo regime, a Lei também criou o SFB, que gerencia as concessões no âmbito da União; e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), destinado a fomentar o desenvolvimento de atividades e instituiu, também, a gestão florestal diretamente pelo poder público e pelas comunidades tradicionais, que já tinham regulação própria.

A LGFP estabeleceu o regramento para concessões de florestas públicas federais a entidades privadas e da sociedades civil. A partir dessa lei todas as florestas que estavam em áreas consideradas públicas (terras indígenas, unidades de conservação, assentamentos de reforma agrária, áreas militares e terras devolutas) passaram a ser consideradas patrimônio do Estado (União, estados ou municípios). Esse processo gerou um ativo florestal na ordem de mais de 300 milhões de ha (BRASIL, s/d).

Entre suas principais ferramentas consta o CNFP, fonte fundamental de informações das áreas públicas para a tomada de decisão quando da elaboração dos Planos Anuais de Outorga Florestal (PAOF). Deste modo, é de responsabilidade do SFB, segundo Brasil (2006): a) organizar e manter atualizado o Cadastro-Geral de Florestas Públicas da União; b) adotar as providências necessárias para interligar os cadastros estaduais e municipais ao Cadastro Nacional. Significa dizer que o CNFP permitiria ao SFB conhecer a localização de áreas com ordenamento territorial avançado como as reservas extrativistas, terras indígenas, reservas de desenvolvimento sustentável, projetos de assentamentos agroextrativistas e territórios quilombolas reconhecidos pelos estados e pela União.

A partir de 2008 se intensificaram no Congresso Nacional os debates em torno da revisão do Código Florestal brasileiro. Durante o período puderam ser observadas ideias distintas sobre a importância das florestas e demais formas de vegetação para o

desenvolvimento do país. Grosso modo, essas visões podem ser sintetizadas em dois polos que se opuseram: de um lado, socioambientalistas argumentavam que, embora o Código Florestal tivesse problemas, era fundamental avançar na sua implementação. De outro lado, os ruralistas que defendiam a ideia de que esse marco legal prejudicava a produção de alimentos em larga escala e colocava na ilegalidade milhares de produtores agropecuários, e que saíram vitoriosos dessa etapa de disputas na agenda pública sobre as florestas brasileiras (PIRES e SAVIAN, 2016).

No que se refere aos objetivos deste artigo, cabe recordar que a Lei nº. 12.651/2012, instituiu também o CAR, uma espécie de registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais e que conforma a base de informações ambientais das propriedades e posses rurais com fins de monitoramento, planejamento econômico e ambiental, e combate ao desmatamento nos biomas brasileiros.

Como mencionado anteriormente, o NCF tem nas suas origens a necessidade do governo brasileiro de enfrentar o problema público do avanço do desmatamento na Amazônia Legal. Embora o governo já contasse, desde 1988, com um avançado sistema de mapeamento e monitoramento da cobertura do solo, a partir dessas informações era muito difícil identificar e atribuir responsabilidade aos atores responsáveis pelos desmatamentos registrados a partir de imagens de satélite.

A construção do CAR foi inspirada na iniciativa pioneira de implementação do Sistema de Licenciamento Ambiental das Propriedades Rurais (SLAPR) pela extinta Fundação Estadual de Meio Ambiente do estado do Mato Grosso (FEMA-MT). Mais do que um instrumento que combinava o uso de sensoriamento remoto, sistema de informações geográficas e tecnologia da informação, o SLAPR consistia em uma estratégia de controlar atividades indutoras da degradação ambiental nos imóveis rurais mato-grossenses (AZEVEDO, 2009).

O SLAPR intentava integrar as atividades de licenciamento ambiental, monitoramento e fiscalização na mesma plataforma e no mesmo processo administrativo (AZEVEDO, 2009). Naquele contexto, os proprietários rurais, para obterem as licenças ambientais das atividades econômicas em seus imóveis, deveriam apresentar ao órgão ambiental estadual as informações sobre sua unidade produtiva, inclusive das áreas de preservação permanentes (APPs) e das reservas legais (RLs). À medida que essas informações georreferenciadas eram inseridas no sistema, o banco de dados se expandia, permitindo maior conhecimento sobre o território e sobre a dinâmica do desmatamento no estado (PIRES e SAVIAN, 2016).

Neste sistema, o licenciamento em propriedades rurais ocorria mediante o georreferenciamento do perímetro dos imóveis, com a delimitação de APPs e de RL. Por sua

vez, o monitoramento do desmatamento, no território e em cada propriedade rural era realizado a partir de imagens de satélite atualizadas sobrepostas aos polígonos georreferenciados dos imóveis rurais licenciados. A fiscalização era realizada a partir da detecção dos desmatamentos irregulares pelas cartas-imagens anuais de desmatamento (AZEVEDO, 2009).

Cabe mencionar que a implantação do SLAPR não foi acompanhada de um esforço de monitoramento ambiental, fiscalização e responsabilização dos agentes desmatadores. Assim, já no início da década de 2000, o estado de Mato Grosso despontou como um dos estados campeões do desmatamento na região (AZEVEDO, 2009). Apesar disso, este sistema foi reconhecido como o “mais avançado mecanismo de controle e monitoramento de imóveis rurais no país ao conjugar a atividade de licenciamento ambiental com monitoramento de desmatamento por imagens via satélite e fiscalização” (PACKER *et al.*, 2018, p. 4).

Ao mesmo tempo, alguns estados amazônicos passaram a investir na instalação ou melhoria de sistemas remotos de monitoramento, licenciamento e fiscalização de atividades agropecuárias e florestais (AZEVEDO, 2009; PIRES e SAVIAN, 2016). Foi assim que, em 2004, o governo paraense constituiu a sua Licença Ambiental Rural (LAR) visando regularizar ambientalmente os produtores rurais do estado. No intento de reduzir os custos e a demora observados no processo de licenciamento no Mato Grosso, o governo paraense desvinculou a verificação do cumprimento da legislação florestal do processo de licenciamento ambiental de atividades potencialmente poluidoras. Compreendia-se que nem todas as propriedades rurais deveriam ter suas atividades produtivas obrigatoriamente como objeto de licenciamento.

Em 2006, o Decreto estadual nº 2.593, formalizou o termo Cadastro Ambiental Rural, então definido como um instrumento de identificação do imóvel rural, essencial para a expedição de licenças, autorizações e demais documentos de regularidade ambiental emitidos, independentemente de transferência de titularidade. Por fim, em 2008, foi publicado o Decreto estadual nº. 1148, que instituiu o CAR-PA como um instrumento da Política Estadual de Florestas e Meio Ambiente, tornando obrigatório o cadastramento de todos os imóveis rurais localizados no território paraense, mesmo aqueles que não exercessem qualquer atividade rural economicamente produtiva (PARÁ, 2008).

Mais ou menos no mesmo período, o governo mato-grossense modificou o antigo SLAPR e assimilou o conceito de CAR, proveniente da experiência paraense, definindo-o como etapa prévia da obtenção do licenciamento ambiental. Nessa época, foram também estabelecidas negociações visando ao reconhecimento dessa iniciativa pelo MMA, o que abriria caminho para a suspensão das multas e embargos ambientais lavrados pelos fiscais do Instituto

Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis — Ibama (PIRES e SAVIAN, 2016).

Tanto na iniciativa mato-grossense quanto a paraense tiveram como grandes apoiadores as empresas vinculadas ao chamado agronegócio da soja e organizações não governamentais socioambientalistas, que compreendiam que era necessário conciliar as atividades agropecuárias e proteção ambiental. Isto seria viabilizado por meio de sistemas de georreferenciamento que ajudariam a mapear áreas de produção da soja brasileiras e demonstrar aos consumidores externos que essa conciliação de objetivos era possível conciliar. Nesse sentido, pode-se citar ainda o experimento com o CAR destinado a promover a adequação ambiental do município paraense de Paragominas e retirá-lo da lista dos municípios que mais desmataram na Amazônia Legal (MARTINS; SOUZA Jr, 2011).

Deste modo, em 2009, o modelo de cadastramento ambiental preconizado por esses instrumentos obteve alcance nacional com a publicação do Decreto nº. 7.029, que instituiu o Programa Federal de Apoio à Regularização Ambiental de Imóveis Rurais (também conhecido como “Programa Mais Ambiente”) (BRASIL, 2009a). Naquele contexto, embora não fosse obrigatória a participação dos estados, havia a intenção de se promover a adequação ambiental na agricultura familiar iniciando a elaboração de uma política nacional de regularização ambiental, que auxiliasse na integração e articulação das medidas.

Mais tarde, em 2012, foi instituída a Lei nº. 12.651/2012, que revogou o antigo Código Florestal e o substituiu por um novo que, entre outras inovações, estabeleceu o CAR no âmbito do Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente (Sinima). Posteriormente, o Decreto nº. 7.830/2012 dispôs sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural, estabelecendo normas de caráter geral aos Programas de Regularização Ambiental (PIRES, 2013)

De acordo com o artigo 29 do NCF, o CAR é um “registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento” (BRASIL, 2012b).

O CAR, de caráter auto declaratório, consiste no levantamento de informações georreferenciadas do imóvel com o objetivo de se construir um mapa digital nacional para todos os imóveis rurais. Por meio deste poderão ser obtidos e conectados dados relativos à localização e ao tamanho da propriedade ou posse, bem como informações relativas as APPs, e áreas de RL e remanescentes de vegetação nativa, consolidadas, e de uso restrito.

Como ferramenta de gestão ambiental e fonte de informação para o Programa de Recuperação Ambiental (PRA) do governo federal, o CAR passou a ser considerado como uma tecnologia indispensável para a gestão da cobertura florestal no território nacional. É também condicionante de financiamentos bancários ou subsidiados — i.e. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) —, além de ser requisito para a emissão de atestados de circulação de produtos agrícolas e florestais e até mesmo acesso a benefícios sociais a partir da localização geográfica que informa.

3. Dados preliminares do Cadastro Nacional de Florestas Públicas e do Cadastro Ambiental Rural

De acordo com dados do CNFP, 297 milhões de hectares (ou pelo menos 35% do território nacional) são áreas de florestas públicas, ou seja, que pertencem à União, estados, municípios ou Distrito Federal. Destes 110 milhões de ha correspondem as terras indígenas, 61 milhões são unidades de conservação federais, 41 milhões de ha são áreas destinadas estaduais, 10 milhões de hectares são assentamentos de reforma agrária e mais 5 milhões de ha são áreas destinadas municipais (BRASIL, s/d).

Como implementação do CAR, surgiu a faculdade de lançamento de dados no sistema eletrônico *on line* por parte de proprietários e posseiros, retirando com isso a obrigatoriedade da participação de um técnico nesse registro. Com isso, uma das expectativas era que o processo de licenciamento ambiental fosse mais ágil, pois a comprovação da regularidade da propriedade aconteceria por meio da inscrição e aprovação do CAR por um técnico e o cumprimento das condicionantes previstas no PRA dos estados, não havendo mais a necessidade de averbação em matrícula de RL das propriedades (VIEIRA, 2019).

Esse cenário provocou uma super demanda por esse cadastramento, o que fez com que, até novembro de 2019, fossem cadastrados 58,9 milhões ha a mais do que estoque de 97,7 milhões de ha cadastráveis na Região Norte (BRASIL, 2019), conforme pode ser observado no **Quadro 1**, abaixo:

Quadro 1 – Áreas cadastradas no sistema CAR na Região Norte, estado do Pará, Ilha do Marajó e município de Gurupá

Área de abrangência	Área Cadastrável (ha)	Área Cadastradas (ha)	Fonte da Informação
Brasil	397.836.864	543.032.438 ha	Boletim SFB (2019)
Região Norte	93.717.515	152.673.351	Boletim SFB (2019)
Estado do Pará	56.836.278	71.062.504 ha	Boletim SFB (2019)

Ilha do Marajó	10.408.619,14	8.111.207,45	IBGE Cidades; SICAR PA (2020)
Gurupá	854.011,31	984.423,77	IBGE Cidades; SICAR PA (2020)

Fonte: elaboração própria a partir de dados de BRASIL (2019, 2020), PARA (2020).

De acordo com dados do painel nacional sobre o CAR do SFB, até 31 de janeiro de 2020, 6,5 milhões de imóveis rurais já haviam sido cadastrados, totalizando uma área de 543.703.650,46 ha inseridos na base de dados do sistema (BRASIL, 2020), equivalente a 63% do território nacional.

Segundo o Portal do Sistema CAR do estado do Pará, informações de 7 de setembro de 2020, já haviam sido efetuados 229.755 cadastros em território paraense. Na Ilha do Marajó, com base na sistematização realizada por Ramos, Ferreira e Silva (2020), com data base de julho de 2020, haviam sido realizados 7.113 CARs, totalizando uma área de 8.111.207,45 ha, o que equivale a 73% do território marajoara.

Tabela 1 — Cobertura do Cadastro Ambiental Rural nos municípios do Marajó

Municípios	Área Total*	Área Coberta com CAR **	Número de inscrições no Sistema CAR**	% de Área Municipal Coberto pelo CAR
Afua	837.285,21	797.019,56	479,00	95,19
Anajás	691.296,50	428.273,13	625,00	61,95
Bagre	439.733,89	290.964,89	89,00	66,17
Breve	950.899,90	875.236,99	410,00	92,04
Cachoeira do Arari	310.026,42	277.611,34	128,00	89,54
Chaves	1.308.470,90	741.875,87	626,00	56,70
Currálinho	361.728,20	74.796,34	223,00	20,68
Gurupá	854.011,31	984.423,77	761,00	115,27
Melgaço	677.400,49	501.209,57	55,00	73,99
Muaná	376.332,97	227.930,05	497,00	60,57
Ponta de Pedras	336.383,44	244.681,55	917,00	72,74
Portel	2.538.510,63	2.137.833,47	1.990,00	84,22
Salvatera	103.904,75	49.969,25	62,00	48,09
Santa Cruz do Arari	107.667,19	74.610,54	71,00	69,30
São Sebastião da Boa Vista	163.228,66	148.047,92	61,00	90,70
Soure	351.738,68	256.723,21	119,00	72,99
Total no Marajó	10.408.619,14	8.111.207,45	7.113,00	

Fonte: elaboração própria a partir de dados do SICAR-PA, em 1 de julho de 2020.

Conforme pode ser observado a partir dos dados levantados, não há dúvidas de que o sistema CAR logrou êxito em promover uma aceleração na busca pela prova de regularidade ambiental via cadastro. O que, em tese, confirmaria os propósitos de criação desse instrumento,

ou seja, alternativas que simplificassem e tornassem mais expedito os processos de regularização ambiental dos imóveis rurais, visto que os métodos anteriores de cadastramento apresentavam morosidade procedimental e baixo número de processos legalizados (VIEIRA, 2019).

Embora o CAR não seja um título de domínio e sua finalidade não seja definir ou delimitar a propriedade da terra, Souza Filho, Sonda e Lemos (2015) já haviam previsto a possibilidade de uso indevido deste como um recurso para a prova da posse para fins de legitimação e usucapião. A esse respeito, em levantamento realizado em 2016, no estado do Pará, Barcelos, Barros e Gallo (2016) identificaram em um universo de 150 mil cadastros, 108 mil imóveis com algum tipo de sobreposição, ou seja, 72% do total. Além disso, na Amazônia Legal e, em particular na Ilha do Marajó, são vários os relatos de pressões sobre comunidades tradicionais, bem como de expulsões e despejos judiciais de pequenos agricultores e suas famílias a partir da utilização do CAR como documento fundiário (CAMPELO, 2017a e 2017b; PIRES, 2017).

4. Disputas entre CAR e normas afins ou correlatas

Para entender a política que envolve a aplicação do CAR como elemento de regularidade ambiental, é preciso atentar para uma lei anterior — também instituída no bojo das discussões sobre o PPCDAm — que trata da gestão das florestas públicas.

A partir desta legislação toda a área natural ou plantada localizada em algum dos biomas brasileiros passou a ser considerada “floresta pública” e poderia ser concedida as empresas florestais, nacionais ou estrangeiras, para o manejo sustentável (BRASIL, 2006).

Apesar de todo o instrumental previsto pela LGFP, com a publicação do NCF, o CNFP pouco tem sido considerado como fonte de informações para auxiliar no gerenciamento do CAR como será visto a seguir.

De acordo com o Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012, em seu Art. 6º, “a inscrição no CAR, obrigatória para todas as propriedades e posses rurais, tem natureza declaratória e permanente, e conterà informações sobre o imóvel rural, conforme o disposto no art. 21” (BRASIL, 2012a). Tal caráter auto declaratório no sistema permitiu que milhares de imóveis fossem inscritos na Amazônia e especificamente na mesorregião do Marajó sem necessariamente atestarem se havia histórico de ocupação da terra ou se essa inscrição não incidia sobre floresta pública destinada.

Muito embora não tenha sido criado com objetivos fundiários, observa-se que em inúmeros casos, o CAR seguiu para o caminho da especulação fundiária. Isto porque muitos atores sociais se aproveitaram das disposições presentes nas normas de aplicação do CAR para se enquadrarem na política pública e utilizá-la para o atendimento de seus interesses pessoais, no caso a apropriação privada de terras públicas. A este respeito afirma Moreira (2016), “o CAR jamais fora concebido como mecanismo fundiário, mas sim como mecanismo de regularização ambiental. Todavia, sempre teve por pressuposto a existência de uma propriedade ou posse válidas sobre as quais incidiria o cadastro. Ocorre, porém, que na prática este pressuposto tem sido deixado de lado e com isto o CAR passa paulatinamente a servir-se de instrumento para grilagem...”.

O MMA, por meio da Instrução Normativa (IN) nº. 2 de, de 6 de maio de 2014, estabeleceu os procedimentos para a integração, execução e compatibilização do SICAR e definiu os procedimentos gerais do CAR (BRASIL, 2014). De acordo com esta IN, a inscrição e o registro do imóvel rural no CAR é gratuita e deve conter: i) identificação do proprietário ou possuidor do imóvel rural; ii) comprovação da propriedade ou posse rural; e iii) planta georreferenciada da área do imóvel, contendo a indicação das coordenadas geográficas com pelo menos um ponto de amarração do perímetro do imóvel e o perímetro das áreas de servidão administrativa, e a informação da localização das áreas de remanescentes de vegetação nativa, das APPs, das áreas de uso restrito, das áreas consolidadas e, caso existente, a localização da RL.

Cabe mencionar que o registro do CAR é também obrigatório para os povos e comunidades tradicionais, sendo esta inscrição também regulamentada pela IN nº. 02/2014, em seus arts. 58 a 60, os quais estabelecem as responsabilidades pelo registro dessas comunidades no CAR, a responsabilização solidária de instituição competente ou entidade representativa no caso de existência de passivo ambiental e os critérios para recuperação ambiental desses passivos, no entanto há questões que dificultam a inscrição dos territórios tradicionalmente ocupados no SICAR.

A título de exemplo, no artigo 14, aponta-se para a exigência simplificada das informações acima listadas “no CAR da pequena propriedade ou posse rural familiar, que desenvolva atividades agrossilvipastoris, bem como das terras indígenas demarcadas e das demais áreas tituladas de povos e comunidades tradicionais, que façam uso coletivo do seu território...”. Mas em se tratando de comunidades tradicionais e de terras públicas destinadas coletivamente, não deveria ser papel do Estado realizar a inscrição desta área na sua totalidade no SICAR, com seus devidos detalhamentos? Ao adotar essa forma de regulamentação da auto

declaração não estaria o Estado brasileiro colocando em um patamar de igualdade apenas formal as áreas privadas e áreas públicas comunitárias (e suas instituições governamentais gestoras)?

Concebido a partir de uma lógica privada da terra, o CAR foi criado por técnicos que tomaram como referência os imóveis individuais. Neste sentido, ele torna obrigatório para todos os imóveis rurais sejam cadastrados com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais. Inclusive as formas existentes de territórios tradicionais ou de gestão comunitária, onde é possível observar múltiplas formas de cultivo do solo e preservação ambiental. Isto ocorreu porque, segundo Souza Filho e Rosito (2016), na elaboração desse instrumento se concebeu que quando completado o CAR, todas as terras rurais do Brasil estariam a ele integradas, excluídas as áreas consideradas urbanas, porque mesmo as urbanas com uso rural estariam sujeitas a esta mesma obrigatoriedade.

Nesse sentido, cabe também perguntar se esta lógica deveria ou não ser aplicada a essas áreas com grande biosociodiversidade e baixo impacto ambiental decorrente do uso tradicional sob pena de induzir desmatamento (SOUZA FILHO e ROSITO, 2016) ou se cada vez mais se deveria ser estimulado a conformação de sistemas de cadastramento que se abra a estas múltiplas formas de gestão coletiva dos territórios e da biodiversidade.

Considerações finais

Sancionado por meio da Lei nº. 12.651/2012, que o institui o NCF, o CAR desde a sua concepção foi aclamado como um instrumento capaz de promover não apenas a regularização ambiental das áreas de vegetação nativa das propriedades particulares do país, mas também de proporcionar as condições gerenciais para o combate ao desmatamento nos distintos biomas brasileiros e até mesmo para o atendimento das metas de controle e redução de emissões de gases de efeito estufa previstos no âmbito dos acordos climáticos firmados pelo país.

No entanto, cabe recordar que, embora a ideia de constituição do CAR tenha surgido dentro de um debate sobre as estratégias integradas para conter o avanço dos índices de desmatamento na Amazônia Legal, a sua lógica de normatização e execução acabou conduzindo exatamente ao oposto. Isto ocorre porque a proposta de demarcação georreferenciada das áreas de APPs e RL aparentemente acaba por favorecer a ideia de preservação de apenas uma pequena fração da vegetação nativa existente no interior dos imóveis rurais, e autorizando o corte e a queima de todo o restante.

Considerando ainda que, esta legislação anistiou e impediu que os órgãos ambientais aplicassem quaisquer autuações pelas infrações cometidas após a sanção da lei e até a implantação dos PRAs pelos estados; que a inscrição no CAR é a condição compulsória para a adesão ao PRA; e que o prazo final de realização do CAR foi prorrogado inúmeras vezes desde a edição da Lei, prevalece também a ideia de esquecimento e perdão das volumosas e graves infrações ambientais cometidas.

Concebido a partir da lógica privada e individualista, sobretudo do chamado agronegócio, e não contando com a participação na sua concepção e formulação dos povos indígenas e comunidades tradicionais, o CAR não admitia formas de cadastramento coletivas em sua origem e até hoje muitos gestores e técnicos envolvidos ainda encontram muitas dificuldades, em reconhecer e incorporar essas outras formas de gestão territorial comunitária.

Finalmente, a despeito dos investimentos técnicos e financeiros realizados, prevalece a sobreposição de cadastros rurais e a desarticulação entre as iniciativas de regularização fundiária e ambiental em curso, o que acaba emperrando as ações de validação desses cadastros ambientais e potencializando a ocorrência de conflitos pela terra.

Referências bibliográficas

ANTELO, F.S.F. **Regularização fundiária na Amazônia**: uma análise de políticas de ordenamento fundiário a partir da abordagem cognitiva de políticas públicas. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2018.

ARAÚJO, R.; VIEIRA, I.C.G. Desmatamento e as ideologias da expansão da fronteira agrícola: o caso das críticas ao sistema de monitoramento da floresta amazônica. **Sustainability in Debate**. Brasília, v. 10, n.3, p. 366-378, dec/2019.

AZEVEDO, A.A. **Legitimação da insustentabilidade?** Análise do Sistema de Licenciamento Ambiental de Propriedade Rurais — SLAPR (Mato Grosso). Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2009.

BARROS, C.; BARCELOS, I.; GALLO, J.O. As falhas e inconsistências do Cadastro Ambiental Rural. **Agência pública**, 1 ago. 2016. Disponível em: <https://apublica.org/2016/08/as-falhas-e-inconsistencias-do-cadastro-ambiental-rural/>. Acesso em: 8 set. 2020.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. Decreto nº. 7.029, de 10 de dezembro de 2009. Institui o Programa Federal de Apoio à Regularização Ambiental de Imóveis Rurais,

denominado “Programa Mais Ambiente”, e dá outras providências. **Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 11 dez. 2009a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7029.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%207.029%2C%20DE%2010%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202009.&text=Institui%20o%20Programa%20Federal%20de,%E2%80%9D%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias. Acesso em: 8 set. 2020.

_____. Decreto nº. 7.830, de 17 de outubro de 2012. Dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural, o Cadastro Ambiental Rural, estabelece normas de caráter geral aos Programas de Regularização Ambiental, de que trata a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e dá outras providências. **Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 18 out. 2012a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7830.htm#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Sistema%20de,2012%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias. Acesso em: 9 set. 2020.

_____. Lei nº. 11.284, de 2 de março de 2006. Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro - SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências. **Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 3 mar. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111284.htm. Acesso em: 9 set. 2020.

_____. Lei nº. 11.952, de 25 de junho de 2009. Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal; altera as Leis nos 8.666, de 21 de junho de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências. **Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 25 jun. 2009b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11952.htm#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20regulariza%C3%A7%C3%A3o%20fundia%C3%A1ria,1973%3B%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias. Acesso em: 8 set. 2020.

_____. Lei nº. 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 28 maio 2012b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm. Acesso em: 7 set. 2020.

_____. **Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal**. Brasília, DF: Casa Civil da Presidência da República, 2004a. Disponível em: https://www.mma.gov.br/images/arquivo/80120/PPCDAM_fase1.pdf. Acesso em: 08 jul. 2020.

BRASIL. Serviço Florestal Brasileiro. **Florestas públicas somam quase 300 milhões de hectares**, s/d. Disponível em: <http://www.florestal.gov.br/publicacoes/62-informacoes-florestais/82-florestas-publicas-somam-quase-300-milhoes-de-hectares>. Acesso em: 2 out. 2020.

_____. **O que é o Cadastro Ambiental Rural (CAR)**. 2016. Disponível em: <http://www.florestal.gov.br/cadastro-ambiental-rural>. Acesso em: 7 set. 2020.

_____. **Números do Cadastro Ambiental Rural**. 2020. Disponível em <http://www.florestal.gov.br/numeros-do-car>. Acesso em: 7 set. 2020.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 set. 2020.

CAMPELO, L. Cadastro Ambiental é usado para legalizar grilagem na Ilha de Marajó. **Brasil de fato**, 12 abril 2017a. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/04/12/cadastro-ambiental-e-usado-para-legalizar-grilagem-na-ilha-de-marajo/>. Acesso em: 7 set. 2020.

_____. Justiça “atropela” Incra e despeja ribeirinhos assentados no Marajó. **Brasil de fato**, 21 jun. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/06/21/justica-atropela-incra-e-despeja-ribeirinhos-assentados-no-marajo/>. Acesso em: 11 set. 2020.

LINS DE GÓIS, S.L. **Gestão de florestas públicas na Amazônia Legal: consensos de uma disputa**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Brasília, DF, 2011.

MARTINS, H.; SOUZA Jr., C. Avaliação do desmatamento e do Cadastro Ambiental Rural (CAR) no Pará: bases para o Programa Municípios Verdes. **O Estado da Amazônia**. Belém: Imazon, 2011.

MOREIRA, E. O Cadastro Ambiental Rural: a nova face da grilagem na Amazônia. **Abrampa**, 7 jul. 2016. Disponível em: <https://abrampa.org.br/abrampa/site/index.php?ct=conteudoEsq&id=230&modulo=NOT%C3%8DCIA>. Acesso em: 8 set. 2020

PACKER, L.A. *et al.* **CAR Pra Quem? Pra Quê?** Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/cartilha_car_web-01.pdf. Acesso em: 8 set. 2020.

PARÁ (Estado). Lei nº 6.963, de 16 de abril de 2007. Dispõe sobre a criação do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará – IDEFLOR-Bio e do Fundo Estadual de Desenvolvimento Florestal – FUNDEFLO, e dá outras providências. (Redação dada pela Lei Estadual nº. 8.096, de 1º de Janeiro de 2015 e alterações da Lei Estadual nº 8.633, de 19 de junho de 2018). **Diário Oficial (do) Estado do Pará**. Belém, PA, 16 abril 2007.

Disponível em: <https://ideflorbio.pa.gov.br/wp-content/uploads/2018/07/Lei-Estadual-N%C2%BA.-6.963-de-16-de-abril-de-2007.pdf>. Acesso em: 12 set. 2020.

PARÁ (Estado). Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade. **Autorização para Exploração Florestal 273087/2017 (mimeo)**.

_____. Decreto estadual nº. 1148, de 17 jul. 2008. Institui o Cadastro Ambiental Rural – CAR-PA como um instrumento da Política Estadual de Florestas e do Meio Ambiente. **Diário Oficial (do) Estado do Pará**. Belém, PA, 17 jul. 2008. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/2008/07/17/9687/>. Acesso em: 11 set. 2020.

_____. **Sistema do Cadastro Ambiental do Estado do Pará**. 2020. Disponível em <http://car.semas.pa.gov.br/#/>. Acesso em: 7 set. 2020.

PIRES, V. Tentativa de regularizar terras com CAR causa polêmica. **Instituto Socioambiental**. 17 jul. 2017. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/tentativa-de-regularizar-terras-com-car-causa-polemica>. Acesso em: 12 set. 2020.

PIRES, M.O; SAVIAN, G.C.P.S. In: SILVA, A.P.M. da; MARQUES, H.R; SAMBUICHI, R.H.R. (Org). **Mudanças no código florestal brasileiro: desafios para a implementação da nova lei**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016, p. 79-106.

RAMOS, P.; FERREIRA, F.; COSTA, A. **Marajó: Cobertura do Solo e Ordenamento Territorial**. 3 jul. 2020. Disponível em <https://www.recantodasletras.com.br/e-livros/6994817>. Acesso em: 7 set. 2020.

SILVA, D.F. **O Cadastro Ambiental Rural (CAR) como instrumento de informação e monitoramento da reserva legal no Estado do Pará**. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional) – Centro Universitário do Estado do Pará, Belém, PA, 2015.

SOUZA FILHO, C.F.M de; ROSITO, F.D (Org.). **Estudos sobre o cadastro ambiental rural (CAR) e consulta prévia**. Curitiba: Letra da Lei, 2016.

SOUZA FILHO; C.F.M de; SONDA, C.; LEMOS, A. Cadastro Ambiental Rural (CAR) e povos tradicionais. **R. Fac. Dir. UFG**, v. 39, n.1, p. 77-91, jan./jun. 2015.

TUJI, J.C. **Concessões de florestas públicas: realidades e discursos**. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental) – Universidade do Estado do Amazonas, Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental, Manaus, AM, 2012.

VIEIRA, S.J. Cadastro Ambiental Rural (CAR): aspectos negativos do registro. **Migalhas**. 4 jul. 2019. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/305656/cadastro-ambiental-rural-car-aspectos-negativos-do-registro>. Acesso em: 9 set. 2020.

POR UMA GEOGRAFIA DO ENVELHECIMENTO NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO PONTAL DO PARANAPANEMA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA RELAÇÃO SUJEITO-ESPAÇO

Fernando Henrique Ferreira de Oliveira

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente (SP)

Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

fer_henrique15@hotmail.com

Resumo: Esse trabalho foi construído com o objetivo de contextualizar algumas reflexões em relação ao tema da idade e do envelhecimento numa perspectiva geográfica. Nele apresentamos e debatemos como o envelhecimento foi pensado na Geografia e a sua relação com as dimensões do espaço e do território. Partindo do referencial teórico da Geografia do Envelhecimento nos propomos a compreender como os conceitos de espaço e território podem se operacionalizar nas análises sobre idade e velhice, evidenciando uma Geografia relacional, preocupada com os múltiplos sujeitos sociais, para além do mundo dos adultos. Assumimos no texto a relação entre espaço, território e envelhecimento, partindo da ideia de que o envelhecimento é uma experiência espacial heterogênea, que varia de acordo com as posições identitárias dos sujeitos (gênero, sexualidade, cor/raça). Portanto, nosso texto tem como eixo central a relação entre envelhecimento, espaço e território na trajetória de sujeitos idosos assentados no Pontal do Paranapanema – São Paulo. Os assentamentos rurais Água Sumida, localizado em Teodoro Sampaio/SP e Gleba XV de Novembro, localizado entre os municípios de Euclides da Cunha Paulista/SP e Rosana/SP compõem nosso universo empírico de análise. A questão que norteia esse trabalho é entender se o espaço (rural) interfere na forma como as(os) idosas(os) vivenciam o processo de envelhecimento. Para responder tal questão, buscamos entender como as(os) idosas(os) camponesas(es), residentes em assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema, compreendem a velhice e vivenciam a experiência de envelhecer. Ou seja, investigar como esse sujeito idoso, camponês e assentado percebe o seu próprio processo de envelhecimento vivendo no campo. Em nossa pesquisa de doutorado, debatemos como o espaço e o território em suas dimensões podem compor a vivência e a trajetória de homens e mulheres idosos em assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema – SP, entre situações de envelhecimento. Partindo de uma perspectiva multidimensional do espaço e do território (FERNANDES, 2009) mostramos como o envelhecimento pode se tornar uma categoria de análise geográfica potente para compreender as relações e as transformações no/do espaço e na vida de pessoas idosas, em que a dimensão do corpo tem um papel fundamental do ponto de vista da mobilidade e da circulação pelo espaço geográfico. O texto apresenta as múltiplas possibilidades de estudo da idade pela Geografia procurando ampliar e aprofundar o entendimento do envelhecimento a partir da dimensão dos sujeitos e do espaço e do território, entendidos aqui por meio dos princípios da indissociabilidade e da multidimensionalidade. Portanto, entendemos o espaço e o território como um todo multidimensional que compõe a realidade. Suas múltiplas dimensões são produzidas por meio das relações sociais, econômicas, políticas, ambientais e culturais (FERNANDES, 2008; 2009).

Palavras-chave: Envelhecimento. Espaço. Território. Assentamentos.

Introdução

A pesquisa apresentada nesse trabalho é desdobramento de uma tese em andamento, que busca compreender o modo como se institui as experiências de envelhecimento a partir das intersecções entre espaço, sujeitos e idade no espaço rural. Para aprofundar essa questão definimos como universo empírico dois assentamentos antigos da região do Pontal do Paranapanema, São Paulo, a Água Sumida, localizado no município de Teodoro Sampaio e a Gleba XV de Novembro, situada entre os municípios de Rosana e Euclides da Cunha Paulista.

Uma outra questão importante que norteia nosso trabalho é entender se o espaço (rural) interfere na forma como as(os) idosas(os) vivenciam o processo de envelhecimento. Para responder tal questão, buscamos entender como as(os) idosas(os) camponesas(es), residentes em assentamentos rurais, compreendem a velhice e vivenciam essa experiência. Ou seja, investigar como esse sujeito idoso, camponês e assentado percebe o seu próprio processo de envelhecimento vivendo no campo.

Em nosso trabalho, também debatemos como o espaço e o território em suas dimensões podem compor a vivência e a trajetória de homens e mulheres idosas em assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema – SP, entre situações de envelhecimento. Nesse sentido, buscamos discutir a relação entre espaço, envelhecimento e idade, com o objetivo de compreender as experiências espaciais de pessoas idosas que lutaram pela terra e que atualmente moram no campo.

Também, nos propomos ampliar o debate em relação ao tema do envelhecimento partindo das contribuições da Geografia e de seus conceitos e categorias balizadoras. Portanto, a partir de uma perspectiva multidimensional do espaço e do território (FERNANDES, 2009) mostramos como o envelhecimento pode se tornar uma categoria de análise geográfica potente para entender as relações e as transformações no/do espaço e na vida de pessoas idosas, em que a dimensão do corpo tem um papel fundamental do ponto de vista da mobilidade e da circulação pelo espaço geográfico. Portanto, nosso objetivo é compreender como as experiências de envelhecimento se expressam no espaço, sobretudo em áreas de assentamentos rurais.

De modo geral, a pesquisa centraliza suas investigações nas(os) idosas(os) assentadas(os) nos projetos de reforma agrária, com o objetivo de compreender os significados de envelhecer nos assentamentos rurais, além de entender como os sujeitos do campo estão participando e acessando aos modelos de envelhecimento da contemporaneidade.

Portanto, propomos nesse trabalho, compreender as dimensões do envelhecimento por meio do espaço e das espacialidades das(os) idosas(os) assentadas(os) nos assentamentos Água Sumida e Gleba XV de Novembro, no Pontal do Paranapanema - SP.

Área de estudo

De acordo com os dados Rede DATALUTA (2014), a região do Pontal do Paranapanema abriga 110 projetos de assentamento, tendo aproximadamente 6,2 mil famílias assentadas. Do ponto de vista territorial, o Pontal do Paranapanema é constituído por 32 municípios. De modo geral, a região destaca-se pela sua vasta extensão territorial e heterogeneidade de assentamentos, abrangendo uma área de 18.441,60 Km² comporta 32 municípios, com população total de 853.766 habitantes, dos quais 59.911 vivem em áreas rurais, correspondendo a 10,26% do total. Além de que, possui 12.349 agricultores e 5.853 famílias assentadas.

Com o processo de ocupação datado do final do século XIX, o Pontal do Paranapanema revela, em seu histórico fundiário, um dos mais conhecidos casos de grilagem de terras do país (LEITE, 1998). Ao longo do século XX, posseiros e grileiros disputaram, quase sempre à bala, o território do Pontal. Apesar da flagrante irregularidade que cercou a ocupação do Pontal, seu desenvolvimento econômico seguiu mais ou menos a trajetória de outras regiões do Estado, sobretudo na primeira metade do século passado.

De acordo com o autor, a grilagem de terras teve o seu início no ano de 1856, quando Antônio José Gouvêa teria chegado à franja pioneira oeste e assentado, junto aos registros paroquiais, uma imensa gleba de terras, denominada de Fazenda Pirapó Santo Anastácio (LEITE, 1998). Como resultado desse processo, o Pontal do Paranapanema inseriu-se no cenário fundiário brasileiro pelos problemas decorrentes da grilagem e irregularidade nos títulos de posse da terra. A ocupação territorial intensificou-se no decorrer dos anos 1920, a partir do impulso da cafeicultura e da necessidade de incorporação de novas áreas (terras urbanas e rurais), além do mercado fundiário regional em expansão.

Nos anos 1940 numa tentativa de retomar o controle sobre as terras, o Governo do Estado de São Paulo cria a Grande Reserva do Pontal, entendida como um espaço de preservação dos recursos naturais da região. Entretanto, a grilagem de terras continuou se expandindo pela região, em que a vasta área natural do Pontal acabou sendo ocupada, restando o Parque Estadual do Morro do Diabo (localizado no Município de Teodoro Sampaio, SP) como a única área preservada de Mata Atlântica do extremo oeste paulista.

Do ponto de vista econômico, o Pontal do Paranapanema desenvolveu-se sob o domínio de diversas culturas, primeiro pela cafeicultura, depois pelo algodão. Nos anos 1970 predominou a exploração da pecuária extensiva de corte e, recentemente com a introdução da cultura canavieira (FERRANTE *et al.*, 2012). As décadas de 1980/1990 se caracterizam pela materialização de políticas de reforma agrária a partir da criação e implantação dos projetos de assentamentos rurais no extremo oeste do Estado de São Paulo. Esse processo é uma resposta do governo do Estado

frente as mobilizações dos movimentos sociais de luta pela terra que se difundiram pela região durante o período.

A partir dos anos 1990 destaca-se a participação e a importância do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) na luta pela terra e reforma agrária na região. Segundo Fernandes (1996), a reconhecida irregularidade fundiária e o contexto geral da concentração das terras alavancou a territorialização do MST na região do Pontal do Paranapanema. De acordo com Ferrante *et al.* (2012), os sujeitos que participaram na luta pela terra são de diversas origens. Os primeiros foram os trabalhadores rurais arrendatários dos anos 1950-60 que se dedicavam a cultura algodoeira. Estes se opunham aos fazendeiros que supostamente tinham a posse da terra. Com a implantação da pecuária de corte nos anos 1960, os arrendatários perdem suas terras para a criação do gado. Nas décadas de 1970 e 1980, com o declínio e fim do ciclo algodoeiro, decorrente das transformações na divisão territorial do trabalho em escalas nacional e internacional, houve um grande contingente de boias-frias desempregados, que futuramente se articularam, mobilizando-se na luta pela terra. O terceiro contingente de sem terras é formado pelos ex-barrageiros, que deslocaram para a região em busca de trabalho nas obras nas margens dos rios Paraná e Paranapanema.

Envelhecimento, espaço e sujeitos: uma leitura interseccional

Quando fala-se em envelhecimento da população, geralmente se apresenta uma leitura demográfica, partindo de dados etários de determinado lugar, porém entendemos que existem outras leituras para além dessa visão cristalizada, que considerem os sujeitos para além das estatísticas, visibilizando suas práticas espaciais e o seu movimento na sociedade.

Entendemos que a Geografia enquanto ciência pode contribuir numa leitura da produção social do espaço, percorrendo as relações e os conflitos, no intuito de revelar os sujeitos sociais e suas práticas espaciais e a dinâmica da sociedade. Nosso trabalho, parte da premissa de que o espaço é um receptáculo multidimensional onde todas as dinâmicas e os processos inerentes a relação Sociedade-Natureza acontecem, de fato, ele é receptáculo e relação ao mesmo tempo (FERNANDES, 2008). Desse modo, o espaço também pode ser compreendido através das práticas espaciais, um dos elementos que nos ajudam a decifrar e identificar os sujeitos sociais em sua totalidade, as suas formas de organização e os papéis que ocupam e desempenham na sociedade.

Os processos socioespaciais é um dos caminhos que nos ajudam a pensar o mundo e suas dinâmicas a partir da Geografia, vinculando o sujeito e o espaço de forma indissociável. Essa leitura nos permite pensar geograficamente o envelhecimento e suas dimensões como um processo complexo que se materializa na dinâmica da sociedade, definindo-se como uma realidade em curso, tanto em países desenvolvidos, quanto em países em desenvolvimento e um fenômeno de espacialidade global.

Sendo assim, ampliar o significado de envelhecimento a partir de uma leitura geográfica nos permite ter um melhor entendimento desse fenômeno e os impactos na vida dos sujeitos e no espaço. Em nossa leitura, o espaço e os sujeitos são entendidos de forma indissociáveis, na medida em que uma dimensão dá sentido à outra, pois o sujeito não existe sem o espaço e o espaço não existe sem o sujeito.

É consenso de que o envelhecimento populacional tornou-se uma questão social relevante para o mundo contemporâneo, sendo um processo complexo que acarreta mudanças estruturais na dinâmica da sociedade, impactando sujeitos, Estado, sistemas de saúde, Previdência Social e as políticas públicas. Compreendemos que esse processo se tornou um dos principais desafios da contemporaneidade, assumindo novas posturas por parte do Estado e da sociedade em geral.

Sendo assim, partimos do entendimento de que o envelhecimento não é um processo homogêneo e nem linear, mas multidimensional, sendo influenciado por fatores biológicos, culturais, condições sociais e econômicas e modos de vida. Portanto, a relação entre esses elementos acarretam as mudanças na estrutura etária da população, produzindo um aumento do peso relativo das pessoas acima de determinada idade, considerada como o início da velhice (CARVALHO e GARCIA, 2003).

Espaço e sujeitos: princípio da inseparabilidade

Ao privilegiar uma leitura multidimensional do espaço entendemos que assim como o ser envelhece, o espaço envelhece também, portanto há uma relação indissociável entre sujeito e espaço, onde ambos se produzem e coexistem juntos. O espaço é ao mesmo tempo uma dimensão e um recorte da realidade, portanto, uma totalidade em que a vida se materializa a partir das relações entre os sujeitos e o espaço.

A perspectiva da indissociabilidade não separa o material do imaterial e nem o espaço dos sujeitos, portanto, se explica como uma totalidade. Fernandes (2008) aponta que a partir dessa lógica o espaço pode ser compreendido como uma superfície e uma relação ao mesmo tempo, na medida em que essas dimensões coexistem juntos. Desse modo, entendemos que o espaço e as relações sociais que o produzem são o ponto de partida para pensar a nosso trabalho.

Por se tratar de um processo complexo e não linear e uma realidade contemporânea que se espacializa a nível global, o envelhecimento da população pode ser analisado a partir de duas dimensões: do ser (inerente ao sujeito) e do espaço e território. De acordo com Santos (2006) cabe a Geografia estudar o conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações que formam o espaço de maneira inseparável. Nesse sentido,

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o

quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. Através da presença desses objetos técnico: hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades, o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico (SANTOS, 2006, p.63).

Essa leitura só faz sentido se entendermos os sistemas de objetos e os sistemas de ações juntos, um condicionando o outro, pois é a partir dessa dinâmica que o espaço se materializa e se transforma. Ao não privilegiar uma lógica essencialista e dualista do espaço compreendemos as possibilidades de uma leitura geográfica que permita entender a realidade em seu movimento, incorporando as dimensões do material e do imaterial, dos objetos e das relações em sua totalidade, evidenciando assim, o papel ativo do espaço nos processos sociais e dos sujeitos e suas práticas espaciais na dinâmica da sociedade.

Esse pensamento vai de encontro com as ideias de Santos (2006), que propõe compreender as dimensões do espaço e do tempo, mediante a inseparabilidade das duas categorias, destacando o papel dessas dimensões na composição da realidade, portanto devemos analisá-las juntas, de forma indissociável, isto é, o espaço e o tempo como constitutivos e operacionais.

Desse modo, compreendemos que o que é material não está separado do imaterial, o que é corpo não está separado da mente, o que é concreto não está separado do abstrato, portanto, partindo dessa ideia, entendemos que não é possível pensar o espaço e os sujeitos sociais sem pensar corpo e mente como dimensões coexistentes, de forma indissociável. Portanto, compreendemos que romper com as polaridades e as dualidades é um exercício necessário para pensar o nosso objeto. Também, compreendemos que toda imaterialidade ou pensamento surgem de uma materialidade, ou seja, de um sujeito, corporificado, portanto defendemos a lógica da inseparabilidade dessas categorias.

O corpo como espaço e território

Nosso trabalho parte do princípio de que a relação entre envelhecimento e espaço pode ser compreendida pela Geografia, pois, antes de tudo, o envelhecer preconiza a existência de um sujeito, que percebe esse processo subjetivo e individual a partir do seu corpo. Nesse sentido, partindo da concepção do corpo enquanto espaço, defendida por Silva e Ornat (2016), entendemos que o envelhecimento pode se operacionalizar como uma experiência corporificada, portanto espacial. Assim, o corpo define-se como um componente crucial e importante para se compreender as vivências de envelhecimento, pois os sujeitos experimentam esse processo a partir da dimensão do seu próprio corpo.

A ideia do corpo no espaço e o corpo como espaço, perspectiva discutida por Silva e Ornat (2016), nos permitem pensar as formas de opressão dirigidas em torno dos corpos envelhecidos na sociedade. Essas noções nos possibilitam a pensar a idade como um marcador social, em que o envelhecimento se apresenta como uma experiência complexa, variando de acordo com o espaço, o gênero, a sexualidade, a cor/raça e a renda.

Por meio dessa leitura, entendemos que o corpo pode ser um componente importante para pensar as experiências espaciais e de envelhecimento numa perspectiva geográfica. Em nossa compreensão o corpo e o espaço coexistem juntos, portanto, são indissociáveis. Baseamos nosso argumento no trabalho de Silva e Ornat (2016), que lançam o desafio de pensar a relação entre espaço e o corpo no âmbito da Geografia, ao trazer a ideia do corpo como espaço na narrativa geográfica brasileira.

Antes de considerar os locais de luta pelo ageísmo, é importante considerar o papel do corpo. Afinal, nossa sensação mais imediata de que alguém é jovem ou velho geralmente vem de encontros com suas aparências corporais. De um corpo, tiramos conclusões sobre a idade, sexo, raça, habilidade e saúde de uma pessoa. Dependendo de como o corpo está vestido, fazemos julgamentos sobre a idade e a posição socioeconômica de um indivíduo. Com base no comportamento e na motilidade do corpo, hipotetizamos sobre a autoconfiança, o gênero, a idade e o atletismo do sujeito (LAWS, 1995, p.5).

Partindo da noção da construção social da escala geográfica os autores definem um caminho para compreender o corpo como espaço. Nessa perspectiva, eles tensionam a neutralidade e consideram as marcas corpóreas e as diferenças na construção das subjetividades humanas e suas experiências espaciais para pensar a relação entre corpo e espaço e o corpo enquanto espaço. Por esse ângulo, entendemos que os corpos fazem diferenças em nossas experiências espaciais. “O tamanho, a forma, a saúde, a aparência, a vestimenta, o comportamento, a sexualidade e as práticas sexuais afetam como nós interpretamos e somos interpretados pelos outros” (SILVA e ORNAT, 2016, p.62).

Os autores focam na dimensão do corpo, nas suas marcas e experiências corpóreas para compreender como se estabelece a relação entre espaço e corpo e o corpo como espaço. Desse modo, partimos da ideia de que toda experiência humana é corporificada, portanto espacial.

Nos estudos geográficos o corpo jamais pode ser compreendido fora de um determinado espaço e tempo, ele é móvel, fluído, ativo e sua materialidade está em eterna negociação com a exterioridade e, nesse sentido o corpo está posicionado socialmente e geograficamente (SILVA e ORNAT, 2016, p.62).

Ao compreender a existência de inúmeros tipos de corpos, os autores argumentam que “o corpo é lugar social, político e geográfico e, além disso, o corpo se constitui na maneira como as pessoas se conectam com outros espaços e experimentam o espaço” (SILVA e ORNAT, 2016, p.63).

Os autores partem do princípio que os sujeitos vivem espacialmente por meio de seus corpos. Portanto,

Se sujeitos vivem espacialmente por meio de corpos velhos, jovens, brancos, negros, femininos, masculinos e assim por diante, cada corpo/espço (ou unidade que separar o eu e o outro) está em constante negociação com outros espaços, cujas significações construídas sobre a idade, gênero, raça são socialmente compartilhadas. Assim, os corpos não estão passivos às significações socialmente construídas (SILVA e ORNAT, 2016, p.64).

Para Silva e Ornat (2016) o corpo como espaço é compreendido a partir da perspectiva escalar (construção social da escala geográfica). Ao defender essa ideia, eles argumentam a necessidade de superar o princípio dicotômico entre o sujeito e espaço para compreender essa relação a partir do princípio da indissociabilidade. Assim, romper com a ideia de em que “o espaço é visto como algo separado do sujeito ou exterior a ele” (SILVA e ORNAT, 2016, p.64).

A noção de escala como um conceito que não é simplesmente dado, mas socialmente construído é uma das contribuições para análise do corpo como espaço geográfico. Desse modo, a escala é compreendida como uma forma das pessoas lerem o mundo, capaz de influenciar na realidade socioespacial, portanto, uma forma de leitura e interpretação do espaço.

Os autores pensam o corpo como espaço a partir da noção de escala, tendo em vista que ela não existe num sentido ontológico, mas é construída socialmente.

Embora socialmente construídas as escalas instituem materialidades na realidade socioespacial e no comportamento humano. As escalas são móveis e mutáveis no tempo e espaço e também articuladas entre si por meio das relações de poder (SILVA e ORNAT, 2016, p.71).

Diante disso, Silva e Ornat (2016) argumentam que o corpo é uma escala criada socialmente tal como a escala urbana, regional, nacional ou global. Baseando nesse argumento, acreditamos que a Geografia tem condições de contribuir nos estudos de interseção corpo e espaço, pois compreendemos que toda experiência humana é corporificada e simultaneamente espacial. Defendemos a ideia de que os corpos não são estruturas passivas, são espaços políticos tensionados pelas relações de poder e também podem ser entendidos como um lugar de resistência (SILVA e ORNAT, 2016).

Entre as principais contribuições dessa discussão do corpo como espaço, os autores apresentam como o feminismo negro questionou esses conceitos e introduziu o corpo racializado como um importante marcador corporal das experiências espaciais de mulheres negras. Ao romper essa dicotomia corpo e espaço, o corpo passou a ser considerado um importante elemento geográfico, desconstruindo a ideia de que o espaço é produzido por sujeitos neutros, sem rosto, sem

gênero, sem sexualidade, sem idade e sem cor. Assim, os sujeitos sociais puderam se fazer presentes, visibilizando seus corpos, trajetórias, lutas e locais de fala.

De certo modo, os corpos fazem diferença em nossas experiências espaciais, o tamanho, a forma, a aparência, a vestimenta, o comportamento e a sexualidade afetam a forma como nós interpretamos e somos interpretados por outros referentes. Os autores destacam que os corpos não são algo natural, dado e universal, mas formas materiais que adquirem sentidos no tempo e no espaço. Portanto, estão sempre posicionados socialmente e geograficamente. O corpo é lugar social, político e geográfico (SILVA e ORNAT, 2016) e se constitui na maneira como as pessoas se conectam com outras pessoas e espaços.

A ideia do corpo como espaço nos possibilita pensar em uma geografia corporificada, capaz de compreender as experiências cotidianas e os múltiplos estágios de condições corporais, como a infância, a juventude, a velhice, a saúde, a doença e a deficiência. Partindo do envelhecimento como uma experiência corporificada, que varia de acordo com as posições identitárias (gênero, sexualidade, cor/raça), buscamos apresentar nesse trabalho as múltiplas construções e representações sociais sobre a velhice e dar visibilidade aos homens e as mulheres idosas como sujeitos sociais importantes de serem compreendidos pela Geografia.

Em nosso trabalho nos propomos aprofundar nas dimensões do espaço para compreender o fenômeno do envelhecimento. Também nos apropriamos de uma literatura que discute sobre a relação entre espaço e velhice com o objetivo de fazer uma “leitura geográfica” sobre o processo de envelhecimento no campo brasileiro, sob a ótica dos sujeitos e do espaço, privilegiando os assentamentos rurais como o universo empírico da pesquisa.

De fato, acreditamos que o espaço é uma categoria potente para a compreensão das experiências de idade, sobretudo o envelhecimento, principalmente quando pensamos nas relações sociais, pois, ele não é um produto dado, mas está em permanente construção, conforme argumenta Massey (2008). Assim como a juventude, entendemos que o envelhecimento também pode se operacionalizar como uma categoria importante dentro da Geografia, tendo em vista que essa experiência produz espacialidades específicas. Portanto, partimos da tese de que há experiências plurais e heterogêneas de velhice em nossa sociedade.

Inicialmente, propomos entender o processo do envelhecimento a partir dos sujeitos sociais, mas também, incorporamos as dimensões do espaço e território para entender o envelhecimento no campo, partindo da premissa de que não há envelhecimento sem o sujeito, e nem há sujeitos sem o espaço e território. Portanto, entendemos o envelhecimento a partir das dimensões do espaço/território e dos sujeitos sociais.

Fazendo uma relação com a nossa realidade empírica, consideramos a possibilidade em analisar as experiências de envelhecimento do sujeito e do espaço/território por meio das dimensões

do trabalho e seus componentes, da família, da saúde, da infraestrutura do assentamento e das formas de organização, do modo de vida e das resistências vivenciadas pelo sujeito idoso, camponês e assentado. Portanto, nosso trabalho discute a relação entre envelhecimento e espaço na trajetória de sujeitos idosos assentados no Pontal do Paranapanema – São Paulo. Para analisar essa questão nos propomos a debater o tema do envelhecimento a partir de uma perspectiva geográfica, considerando a questão do espaço e dos sujeitos, para assim, entender os elementos relacionados ao fenômeno da velhice e os seus impactos nos sujeitos e no espaço/território.

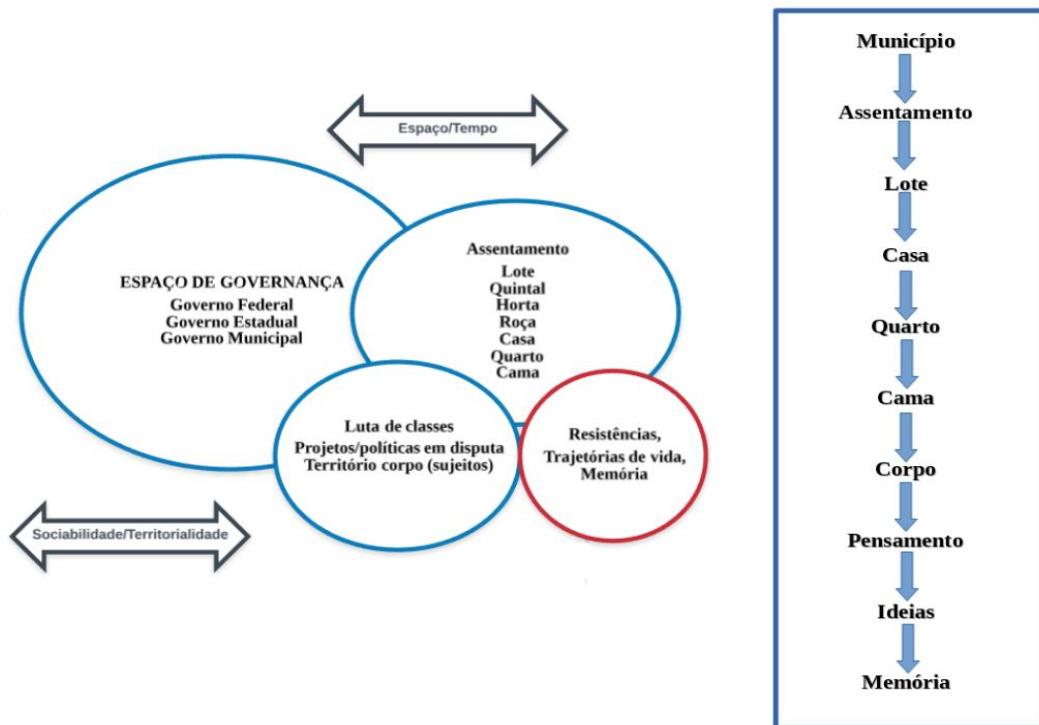
Organograma 1: Sistemas de objetos e sistemas de ações



Org: Oliveira (2019)

Nos organogramas (1 e 2) apresentamos uma das possibilidades de lidar com o nosso objeto. Para isso, buscamos realizar uma leitura geográfica sobre o envelhecimento no campo por meio da construção teórica dos sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 2006) e da tipologia de territórios (FERNANDES, 2009) com o objetivo de compreender geograficamente esses processos. Para dar sentido a essa leitura entendemos que esses elementos devem ser compreendidos a partir da lógica da indissociabilidade do espaço/território e sujeito e da perspectiva multidimensional que considere a sociabilidade e a territorialidade.

Organograma 2: Tipologia de territórios



Org: Oliveira (2019)

Em síntese, nossa pesquisa compreende o envelhecimento como um processo multidimensional que envolve aspectos cronológicos, físicos, psicológicos e comportamentais. Em síntese, entendemos o envelhecimento como um fenômeno inerente a dimensão do ser, como um processo irreversível e comum a todos os sujeitos. A velhice também se apresenta como uma experiência complexa e heterogênea, logo, envelhecer não é apenas uma questão individual, ligada a uma dimensão subjetiva, é também social, pois envolve aspectos ligados ao papel do Estado, da saúde e da previdência social, uma experiência que deve ser facilitada pelas políticas públicas.

De fato, entendemos essa questão como um tema importante, tendo em vista que estamos vivendo numa sociedade que está em processo de envelhecer. No caso brasileiro é um fenômeno recente, ou seja, ainda está em curso. Para nós, a velhice é compreendida como uma experiência heterogênea, individual e subjetiva, portanto, “é vivenciada de maneira variável, de acordo com o contexto social” (BEAUVOIR, 1970, p. 14). Essa pluralidade de velhices nos ajuda a refletir sobre a multidimensionalidade que envolve esse processo.

Nosso trabalho busca mostrar que o envelhecimento e os idosos se enquadram como temas e questões geográficas relevantes, pois entendemos que o envelhecer se apresenta como uma experiência singular, multidimensional e heterogênea, que varia de acordo com o contexto social, o

espaço, o gênero, a sexualidade, a cor/raça e a renda dos sujeitos. A partir dessa lógica, compreendemos que o envelhecimento pode se materializar como uma experiência corpórea, portanto espacial, tendo em vista que o envelhecer preconiza a existência um sujeito, isto é, de um corpo.

Perspectivas teóricas geográficas sobre o envelhecimento da população

Essa seção tem como objetivo descrever a sistematização de estudos da geografia do envelhecimento como um campo de estudos da Geografia, apresentando suas principais contribuições para a compreensão da dimensão geográfica da velhice e das condições de vida dos idosos. Nela apresentamos a trajetória de pesquisas sobre o envelhecimento na Geografia, argumentando sobre a necessidade de construção de uma base teórica e empírica de estudos relacionados a esse tema na ciência geográfica. Defendemos também o avanço e a ampliação desses estudos na geografia brasileira, reconhecendo o envelhecimento como uma categoria potente e os idosos como sujeitos sociais importantes na construção do espaço.

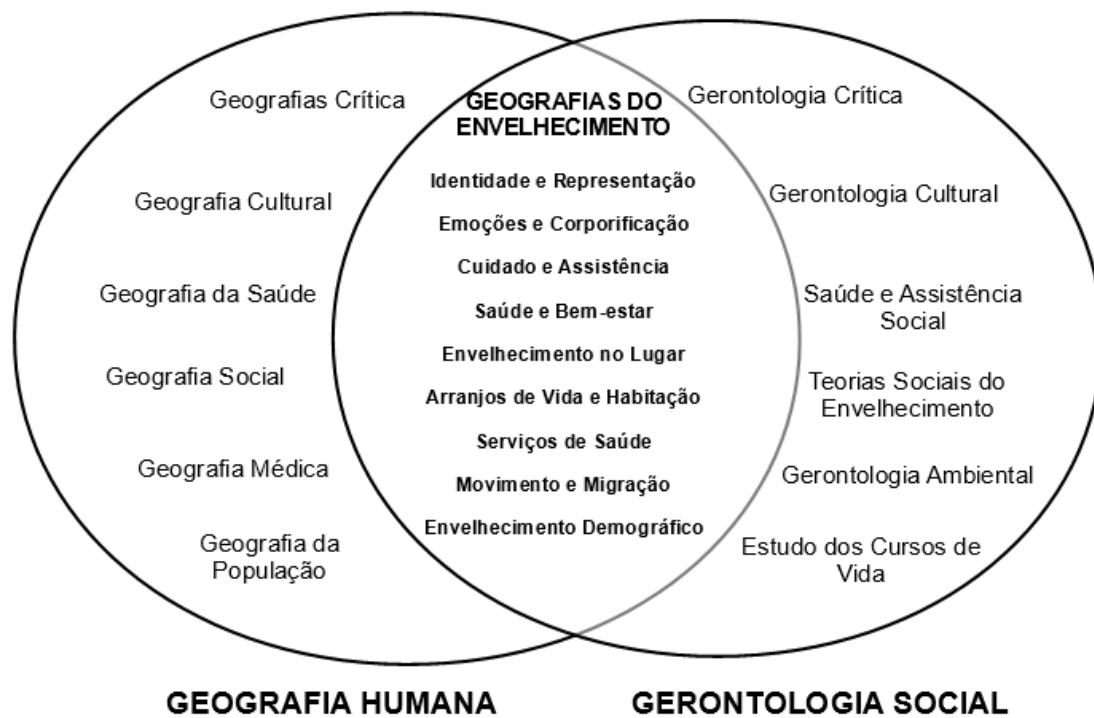
O tópico busca contextualizar algumas reflexões em relação ao tema da idade e do envelhecimento a partir de uma perspectiva geográfica. Nele mostramos como o envelhecimento foi pensado pelas lentes da Geografia e a sua relação com as dimensões do espaço e dos sujeitos sociais. Do ponto de vista teórico conseguimos identificar duas tendências de estudo em relação ao envelhecimento na Geografia: uma perspectiva clássica, que estuda o envelhecimento a partir dos aspectos demográficos e estatísticos e uma perspectiva crítica, que discute o fenômeno a partir da relação sujeito – espaço, levando em conta as condições de vida dos idosos.

Nóbrega (2017) mostra que os estudos sobre o envelhecimento na Geografia ganharam relevância a partir do século XX em países centrais, devido a mudanças significativas na estrutura demográfica, levando a um aumento da longevidade e a diminuição das taxas de fecundidade. Porém, somente a partir da década de 1980 que a Geografia desenvolve um referencial analítico para tratar do envelhecimento como uma categoria geográfica. Isso se deu por meio de um diálogo interdisciplinar entre a geografia humana e a gerontologia social, no sentido de reconhecer o envelhecimento como uma questão social relevante, além de considerar a importância dos contextos sociais e espaciais em que os idosos estão inseridos.

Uma das principais contribuições da geografia do envelhecimento foi introduzir uma perspectiva relacional do estudo da idade ao analisar as dimensões da qualidade de vida dos idosos, focando na relação que esses sujeitos estabelecem com o espaço doméstico e a dimensão do cotidiano. As conexões entre envelhecimento e espaço permitiram aos geógrafos(as) pensar numa dimensão espacial do envelhecimento, compreendendo de que forma o local pode apoiar ou desafiar os idosos em suas experiências cotidianas.

É consenso de que a geografia social, da população e da saúde foram os principais campos que contribuíram para o desenvolvimento desses estudos. Na figura abaixo, mostramos as principais contribuições da geografia humana e da gerontologia social na constituição da geografia do envelhecimento.

Figura 1: Geografias do envelhecimento, um diagrama temático. Adaptado de Skinner et al (2014).



Fonte: Elaboração dos autores, 2020.

Laws (1994); Hopkins e Pain (2007); Hardill (2009); Schwanen et al (2012); Skinner et al (2014) apontam que a aproximação da Geografia com outras tendências teóricas, como o feminismo, o pós-modernismo e a economia política, revitalizou o campo, dando um novo olhar para as questões relativas ao envelhecimento e aos idosos. Por outro lado, a geografia do envelhecimento passou a questionar o conceito e o entendimento de idade para além de um rótulo descritivo, como uma construção social contestável, que estrutura as formas de ordenamento geracional e segmentação espacial, definindo quais os espaços e os lugares são destinados para os sujeitos de acordo com a sua idade.

Também, houve interesse dos(as) geógrafos(as) em compreender os significados em torno da relação dos idosos com a dimensão do lar, tendo em vista que o espaço doméstico pode proporcionar sensações de conforto, apego, privacidade e segurança de um lado, e por outro lado, pode causar sensações de medo, perdas ou até mesmo de isolamento e retirada.

Como já ilustrado no início dessa seção, nosso trabalho busca ampliar a compreensão da idade e do envelhecimento, explorando as experiências espaciais dos idosos, a fim de considerá-los como seres únicos e relacionais dentro do contexto de suas famílias e outros sujeitos na comunidade. Portanto, construir uma leitura diferenciada e crítica em relação a velhice e aos idosos é um dos objetivos dessa análise.

Considerações Finais

O envelhecimento é um processo complexo que envolve mudanças biológicas, sociais e psicológicas no curso de vida dos sujeitos. É uma experiência individual, subjetiva e heterogênea, que em muitos aspectos, variam de acordo com a classe, a cor/raça, o gênero, a sexualidade e outros fatores sociais (LITTLE, 2016). A construção social dessa experiência muda de acordo com a cultura, o tempo e o espaço, pois compreendemos que ser idoso na contemporaneidade é diferente do que em outras épocas, isso se explica não só pelo aumento da expectativa de vida, mas também por mudanças relacionadas aos valores sociais, as relações intergeracionais e as atitudes em relação aos idosos. Nesse sentido, entendemos que as grandes mudanças sociais ocorridas nos últimos séculos, como a industrialização e a modernização, afetaram as relações e as atitudes em relação aos idosos, contribuindo para a diminuição do prestígio, da influência e do poder que esses sujeitos possuíam em outros contextos.

Nosso texto buscou compreender como o espaço e o envelhecimento podem se operacionalizar como categorias potentes no estudo de questões relacionadas a idade no âmbito da Geografia. Nosso objetivo é discutir como o envelhecimento se materializa como uma categoria de análise geográfica relevante, porém pouco atraente e pesquisada no âmbito da geografia brasileira.

Partindo do envelhecimento como uma experiência singular e heterogênea, que varia de acordo com as posições identitárias, nos propomos apresentar as múltiplas formas de como os(as) geógrafos(as) podem trabalhar as dimensões da idade e da velhice de maneira relacional, visibilizando os homens e as mulheres idosas como sujeitos sociais importantes a serem compreendidos pela Geografia.

Nosso ensaio têm a intenção de contextualizar a geografia do envelhecimento como um eixo de estudos coerente no âmbito da Geografia, apresentando possibilidades de como os(as) geógrafos(as) podem se envolver com o tema do envelhecimento através de questões relacionadas a mobilidade, serviços, bem-estar e qualidade de vida, papel do lugar e do espaço na velhice e os significados em torno dessa experiência.

Conforme o exposto, nosso objetivo é apresentar maneiras de como os(as) geógrafos(as) podem se envolver e contribuir na análise das experiências de envelhecimento, partindo da relação sujeito e espaço. Portanto, essa leitura nos permite repensar uma nova forma de Geografia, que

compreenda os sujeitos de todas as idades, considerando trajetórias plurais de crianças, jovens, adultos e idosos, numa perspectiva relacional.

Referências

DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra: **Relatório Brasil**. 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do território. *In*: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Orgs). **Campesinato e território em disputas**. 1 Ed., São Paulo, Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. *In*: SAQUET, Marco Aurélio de; SPÓSITO, Eliseu Savério. (Org) **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1 Ed., São Paulo, Expressão Popular, 2009.

HARDILL, Irene. Introduction: Geographies of Aging. **Journal The Professional Geographer**. Volume 61, 2009.

HOPKINS, Peter; PAIN, Rachel. Geographies of age: thinking relationally. **Area** Vol. 39 No. 3, pp. 287–294, 2007.

LAWS, Glenda. (1994). Oppression, Knowledge and the Built Environment. **Political Geography – POLIT GEOGR**. 13. 7-32.

LITTLE, Willian. Aging and the Elderly. *In*: **Introduction to Sociology** – 2nd Canadian Edition. OpenStax College, 2016.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 312 p.

NÓBREGA, Pedro Ricardo da Cunha. Revisão e aportes sobre a geografia do envelhecimento. **Revista Formação** (ONLINE) Vol. 1; n. 24, Jan-Abril/2017. p.34-62.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço. São Paulo: Hucitec, 2006.

SCHWANEN, Tim; HARDILL, Irene; LUCAS, Susan. Spatialities of ageing: The co-construction and co-evolution of old ageand space. **Geoforum**, (43), 2012. 1291 – 1295.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Márcio José. Corpo como espaço: um desafio à imaginação geográfica. *In*: Cláudia Luisa Zeferino Pires; Álvaro Luiz Heidrich; Benhur Pinós da Costa.(Org.). **Plurilocalidade dos sujeitos**. 1ed. Porto Alegre: Compasso, 2016, v. 1, p. 56-75.

Como as políticas públicas voltadas aos mercados institucionais garantem o reconhecimento dos agricultores familiares como promotores de sua própria Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)?

Francine de Camargo Procópio¹
Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco²

RESUMO

Desde 2014 registra-se um desmonte por parte do estado das políticas públicas voltadas aos agricultores familiares, em especial, aquelas relativas aos mercados institucionais. Nessa pesquisa, buscou-se analisar o papel das políticas públicas no reconhecimento dos agricultores como promotores de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) mesmo se considerando a presença cada vez menor do estado nesses processos. Foram utilizadas entrevistas em profundidade, além de questionários semiestruturados com agricultores, com instituições envolvidas e com entidades beneficiárias, na efetivação dessas políticas além de informações coletadas nos bancos de dados oficiais do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e no Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar (FNDE) no que diz respeito ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A pesquisa ocorreu em dois assentamentos rurais do município de Itapetininga/SP sendo eles o Carlos Lamarca e o 23 de Maio. Verificou-se que as políticas públicas de mercado institucional contribuíram para o reconhecimento dos agricultores familiares assentados como promotores da própria segurança alimentar e nutricional não se registrando esse reconhecimento nas localidades onde esses agricultores estão inseridos. Entretanto, fica claro na pesquisa a grande importância e contribuição das políticas públicas voltadas aos mercados institucionais.

Palavras-chave: agricultura familiar, políticas públicas, comercialização, segurança alimentar e nutricional.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas vários países têm se agregado em torno da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO/ONU) com a finalidade de erradicar a fome no mundo. Foram estabelecidas metas, intituladas “Objetivos do Milênio”, como modo de alavancar e incentivar ações para erradicação da fome e da pobreza extrema até o ano de 2030. O Brasil está entre as nações que assumiram tal compromisso. A principal ação adotada pelo Brasil, então, foi o Programa Fome Zero, o qual continha em seu arcabouço dezenas de políticas voltadas para saúde, erradicação da pobreza, erradicação da fome, da subnutrição, acesso à água, à educação e ao trabalho. Políticas essas desenvolvidas tanto no meio rural quanto no urbano.

Uma das alternativas realizadas foi a implantação do Programa de Aquisição de Alimentos, onde o Estado comprava a produção de agricultores familiares, na maioria das vezes marginalizados pelo mercado convencional. Isso proporcionou uma nova realidade ao campo, já que uma das prerrogativas era a organização em grupos, incentivando o associativismo e o cooperativismo. O alimento adquirido da agricultura familiar era redistribuído para organizações filantrópicas, escolas, hospitais e/ou em forma de cesta de produtos, contribuindo para a mudança do hábito alimentar dos envolvidos. Também

¹ Doutora em Engenharia Agrícola, Feagri/Unicamp

² Feagri/ Unicamp e UFSCar Araras

era incentivada a produção sem agrotóxico com agregação de 30% sobre o valor do produto convencional. Outra ação foi a alteração da Lei 11.497 do Programa Nacional de Alimentação Escolar, que instituiu a obrigatoriedade de ao menos 30% do montante encaminhado aos municípios pelo Governo Federal ser adquirido da agricultura familiar local.

Essas ações foram além das políticas públicas tradicionais destinadas ao meio rural, até então limitadas às políticas de créditos. Além de fomentarem a policultura, elas proporcionavam espaços de debates e organização de grupos na área rural e maior visibilidade dos agricultores na área urbana.

Nesse sentido, a presente pesquisa buscou analisar o papel das políticas públicas de mercado institucional no fortalecimento e apropriação de sistemas agroalimentares.

Para o desenvolvimento da pesquisa foram escolhidos os assentamentos de reforma agrária Carlos Lamarca e 23 de Maio. Ambos estão situados no município de Itapetininga, que ocupa 12º lugar no ranking de participação no PIB Agrícola estadual segundo a SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, 2014), possui IDH 0,763 (IBGE, 2010) e Índice de Gini 0,43 (IBGE, 2003). A região apresenta, também, crescente aumento do cultivo de eucalipto e pinus.

METODOLOGIA

A presente pesquisa foi desenvolvida entre 2016 e 2018 juntamente com o projeto “Avaliação de políticas públicas no estado de São Paulo a partir dos assentamentos rurais” do qual ela deriva.

O trabalho foi desenvolvido no município de Itapetininga (Figura 1), localizado na região sudoeste do Estado de São Paulo, dista aproximadamente 170 quilômetros da capital e conta com uma população de 144.377 habitantes (IBGE, 2010), desses 131.050 residem no meio urbano e 13.327 no rural. Dos habitantes rurais, estão inclusos 3 assentamentos de reforma agrária: Capão Alto, Carlos Lamarca e 23 de Maio.

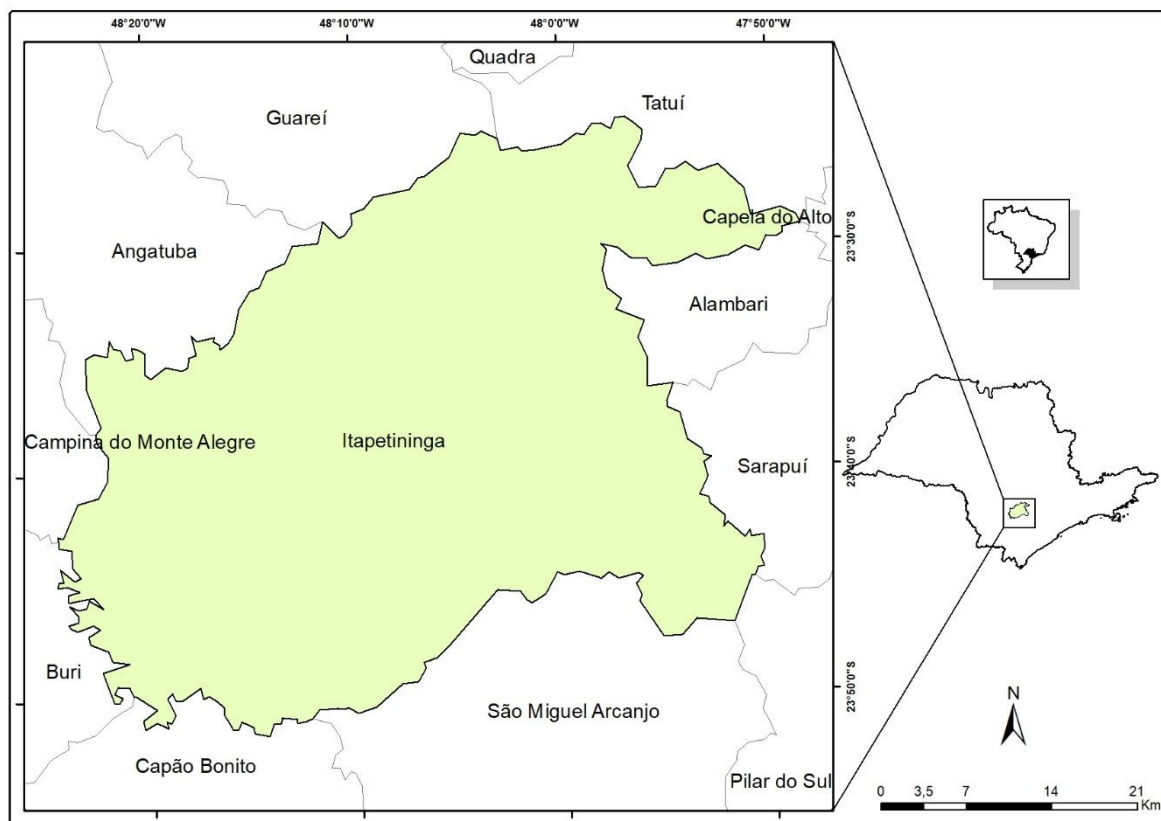


Figura 1. Mapa de localização do município de Itapetininga/ SP. Fonte: Mapa elaborado por Jully Ane Vilella.

Tais assentamentos foram constituídos com espaço temporal considerável, o que leva cada um a ter uma dinâmica diferente. Além de estarem localizado num município que por anos esteve no primeiro lugar em produção agropecuária no estado de São Paulo (IBGE, 1980 a 2010). No caso a pesquisa focou nos assentamentos Carlos Lamarca e 23 de Maio.

O Assentamento Carlos Lamarca está localizado a 24 km do centro da cidade e margeado a leste pelo município de Sarapuí e ao sul por São Miguel Arcanjo, Pilar do Sul e Capão Bonito. Enquanto o Assentamento 23 de Maio, se encontra no distrito do Tupi, 25 km do centro da cidade.

Assentamento Carlos Lamarca

A área está estabelecida em 920,46 ha, cerca de 40% da área foi destinada à preservação ambiental, 47 famílias foram então distribuídas em lotes de aproximadamente 12ha, a área comum do assentamento foi estabelecida em 4 ha (ITESP, 2013). O tamanho e a distribuição desses lotes são distintos dependendo de fatores naturais, como fertilidade do solo, e sociais, como o número de integrantes das famílias.

Com a homologação houve a divisão dos lotes (47 famílias foram assentadas) e a proposta de moradia em agrovila não foi aprovada pelo INCRA, e, por meio de sorteio as famílias foram distribuídas nos lotes. Algumas famílias que tinham o desejo de continuar trabalhando coletivamente insistiram na proposta de formar uma agrovila, pois no processo de sorteio os lotes ficaram longe um do outro e apenas um lote possuía água

(uma mina), oito famílias então entraram em acordo e após a liberação do crédito de habitação construíram suas moradias no único lote que havia água.

Assentamento 23 de Maio

O assentamento 23 de Maio, foi instituído recentemente, tendo a sua emissão de posse em 08 de novembro de 2008. Trata-se de uma área rural situada no distrito de Tupy, pertencente ao município de Itapetininga, sudoeste do Estado de São Paulo.

Diferentemente do padrão verificado em projetos de assentamentos paulistas (BUENO et al., 2007), o 23 de Maio está localizado, na opinião dos próprios assentados, sobre um solo de elevada qualidade. Ademais se situa a beira da rodovia Raposo Tavares (SP-270), um dos mais importantes corredores rodoviários do país, no Km 186. Dista 25 quilômetros do centro urbano de Itapetininga e respectivamente 80 e 180 quilômetros das cidades de Sorocaba e São Paulo. Sua área faz divisa com a zona urbana do distrito de Tupy, que possui escola, posto de saúde e atividades de comércio.

Trata-se de uma área com aproximada de 515 hectares, que foi dividida em 46 lotes cedidos para o uso de 46 famílias que antes estavam acampadas nas beiras de rodovias da região. Grande parte dessas famílias é oriunda dos municípios de Itapeva-SP e Itaberá-SP (municípios também localizados no sudoeste do Estado de São Paulo), possuindo relações de parentesco ou amizade com assentados destes municípios (CAMARGO, 2011).

No início o assentamento, reproduziu o sistema de produção executado nos assentamentos de Itapeva e Itaberá, que se caracterizam pelo cultivo de grãos (milho, feijão, soja e trigo), com a utilização de agrotóxicos.

Afim, de atingir o objetivo proposto foram utilizadas as ferramentas fundamentais da pesquisa social tais como: entrevistas e questionários.

a) Entrevistas com agricultores, instituições envolvidas e entidades atendidas:

Segundo Richardson (1999), em uma pesquisa social tem-se a necessidade de compreender o outro, suas motivações e entendimentos em determinadas situações. Esse processo pode ser conduzido ao se tentar colocar no lugar do outro e imaginar como e por que o outro reage e age de determinada forma. Todavia, essa postura é demasiada arrogante sendo impregnada de desvio e ruídos nas informações obtidas durante o ciclo de pesquisa.

Utiliza-se, então, uma estratégia de aproximação e contato que através da comunicação proporciona o diálogo face a face, o que possibilita a percepção global do outro, na busca de entender suas definições, posturas e ações. Ou seja, a entrevista é uma comunicação bilateral, reconhece dois atores e assim sua troca. Essa proximidade traz grandes avanços na capacidade de se gerar informações coerentes e verossímeis: “A entrevista refere-se ao ato de perceber realizado entre duas pessoas” (RICHARDSON, 1999).

Com o objetivo de apreender a visão daquele determinado ator social, busca-se enrijecer, delimitar, determinar e condicionar as respostas o mínimo possível para tentar não impor a visão ou influenciar os dados obtidos na pesquisa. Por esse prisma, a entrevista não estruturada, ou também chamada de entrevista em profundidade, tenta se configurar como uma ferramenta viável. Esse tipo de entrevista consiste em uma conversação guiada por determinados temas em busca de informações detalhadas que possam ser utilizadas em uma análise qualitativa. Informações essas que expressam as visões, motivações e atividades do entrevistado.

Neste trabalho essas técnicas guiaram o caráter mais geral da pesquisa, entendendo o contexto dos atores sociais envolvidos e suas relações específicas.

Inicialmente foi realizada uma pesquisa exploratória com o objetivo de validar o roteiro de entrevistas previamente construído para reformulações e inserções. Na segunda fase das entrevistas em profundidade foram levantadas informações e conceitos chave da produção, a saber:

- produtividade;
- alterações nos desenhos tecnológicos incentivados pelo PAA e PNAE (manejos, insumos empregados, biodiversidade);
- identificação de melhorias nos processos de conservação de solos, águas e biodiversidade.

Para tanto foram realizadas as seguintes entrevistas: 7 associados das organizações de agricultores, 2 representantes das organizações, 4 representantes de entidades beneficentes, 1 assistente social, 1 nutricionista, 1 representante da casa da Agricultura, 1 representante da Secretaria Municipal de Educação.

Em relação às entidades, a investigação em profundidade analisou os conceitos chaves relacionados:

- às relações entre consumidores e produtores;
- à percepção em relação à saúde dos alimentos fornecidos pelo PAA e PNAE;
- aos elementos de construção de segurança alimentar;
- às mudanças na cultura alimentar.

b) Questionários:

Para Thiollent (1980, p.25) o questionamento é um sistema de perguntas e respostas que circulam, tal que *circulação é interativa até o ponto de se chegar à melhor compreensão recíproca possível*. O autor ainda propõe que o questionamento é o encontro entre pesquisador e pesquisado *no terreno intersubjetivo de uma possível compreensão*, qual deve ser feito sob controle metodológico.

Ao todos foram 48 questionários aplicados, sendo 21 no Carlos Lamarca e 27 no 23 de Maio. A amostra se deu a partir dos agricultores familiares participantes das políticas.

RESULTADOS

As políticas públicas de mercado institucional contribuíram para que os agricultores familiares sejam reconhecidos pelas entidades beneficiárias e por eles mesmos como promotores locais de SAN. Por outro lado, os gestores públicos reconhecem parcialmente esse papel dos agricultores familiares.

Para melhor compreender os resultados, esta seção está dividida em 4 subseções, onde a primeira traz os resultados referentes ao agricultor familiar, a segunda uma reflexão sobre as entidades beneficiadas, a terceira acerca dos resultados junto aos órgãos municipais e por fim a quarta seção, que traz uma discussão a respeito dos resultados aqui apresentados.

Agricultores familiares

Ao questionar os agricultores familiares se as políticas públicas de mercado institucional contribuíram para eles se reconhecerem como promotores da própria SAN, 88% responderam que sim, conforme disposto na tabela 1.

Tabela 1. Reconhecimento dos Agricultores Familiares como promotores de SAN (%).

	23 de Maio		Carlos Lamarca
--	-------------------	--	-----------------------

	Familiar	Municipal		Familiar	Municipal
Sim	85	37	Sim	90	33
Não	15	63	Não	10	67
Total	100	100	Total	100	100

	Total	
	Familiar	Municipal
Sim	88	35
Não	13	65
Total	100	100

Fonte: Elaborado a partir da pesquisa.

Quando perguntados sobre o motivo para se identificarem como promotores da própria segurança alimentar, eles alegam ter uma boa horta, bom pomar, a criação de alguns animais como porco e galinha, um cenário que permite uma alimentação diversificada e, quando isso não é possível, há a possibilidade de vender algo da própria horta ou do pomar para poder levantar o dinheiro necessário para comprar as demais coisas que faltam.

Tenho uma horta boa e procuro me dedicar de um a três tipos de cultivos para vender, senão sobrecarrega e a gente não consegue dar conta de nada. Mas o pessoal de casa come o que tem aqui, nunca a gente se viu sem nada para comer. (ENTREVISTADO B1).

(...) não temos tudo que a gente come aqui, mas sempre tem o dinheiro de algo que vende para poder comprar o que falta. Nunca faltou o que comer. A hortinha tem bastante coisa, tem os pés de fruta tudo aí (...) (ENTREVISTADO A5)

O mesmo sentimento não ocorre, porém, referente a nível municipal (local). Como visto, apenas 35% dos entrevistados se sentem promotores de SAN local e, quando questionados sobre a razão de não se acharem promotores da segurança alimentar e nutricional do município, eles alegam que o reconhecimento dos assentamentos como produtores de alimentos começou a mudar somente após o advento das políticas públicas e focalizado nos beneficiários dos programas e nos responsáveis pela gestão das unidades. No entanto, há muito a se fazer para que a população como um todo veja o agricultor familiar como promotor de SAN.

Infelizmente os assentamentos não são vistos com bons olhos. Tem muito preconceito. Quando souberam que era a gente que produzia os alimentos, começaram a colocar mil problemas, (...) depois disso foi mudando (...) no final todos agradeceram pela variedade de produtos que levávamos pra eles.” (ENTREVISTADO A1).

Eles pegam da gente porque tem o programa, mas senão iriam comprar no mercado ou em qualquer outro lugar. A prefeitura precisa fazer alguma coisa que incentive a povo a comprar do agricultor familiar, não só do assentado, mas parece que só o grande que produz. (ENTREVISTADO B2).

Na tabela 2 é possível verificar os valores formalizados por meio do PAA. Entre 2012 e 2013 foram injetados no município R\$ 328.927,50, sendo o contrato assinado em 2012 e tendo continuidade em 2013. Com esse contrato foram atendidos 78 agricultores e 14.298 pessoas através das 11 entidades consumidoras. Já nos anos de 2014 e 2015, 35 agricultores familiares foram contemplados e 4.008 pessoas atendidas. Nota-se que a diferença de R\$ 100 mil a menos de 2012 para 2014 reduziu para menos da metade o número de agricultores contemplados e em 75% as pessoas atendidas.

Tabela 2. Número de agricultores participantes e respectivos valores formalizados.

Ano Exercício	Organizações	Assentados	Entidade Consumidora	Valor Formalizado
2011	2	70	9	R\$ 296.100,00
2012	2	78	11	R\$ 328.927,50
2014	1	35	1	R\$ 227.500,00
2016	1	7	1	R\$ 50.577,67

Fonte: Dados obtidos pelo SAGI/PAA Conab. Período de 2011 a 2017.

Enquanto isso, o Pnae possibilitou a injeção de R\$ 4.528.694,85 (Tabela 3) em aquisições da agricultura familiar entre 2011 e 2018, levando em consideração que o valor adquirido pela prefeitura no ano de 2011 não consta nos bancos de dados federais ou da própria prefeitura. Apesar do montante ser maior que o disponibilizado pelo PAA, ele permite contemplar menos agricultores familiares em razão do valor da cota que é de R\$ 20 mil/dap e a necessidade da padronização dos produtos e planejamento de produção.

Tabela 3. Valores destinados a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar.

Ano Exercício	Valor transferido FNDE (R\$)	Valor Chamada Pública (R\$)	Valor aquisições da agricultura familiar (R\$)	Número agricultores *	Percentual
2018	2.145.006,00	1.321.866,66	**	66	0**
2017	3.422.035,20	2.417.160,00	1.213.031,32	61	35,45
2016	3.386.642,71	1.401.094,18	650.115,31	32	19,20
2015	3.507.854,80	2.543.333,07	1.288.518,44	64	37
2014	2.584.528,00	***	921.966,60	46	36
2013	3.136.872,00	2.594.562,68	230.788,38	11	7
2012	2.474.268,00	-***	224.274,80	11	9,06

2011	2.226.960,00	***	***	***	0***
------	--------------	-----	-----	-----	------

Fonte: Dados obtidos pelo sigefweb/FNDE e Prefeitura de Itapetininga/Chamada Pública. Período de 2011 a 2018.

Legenda: * - Valor obtido a partir da divisão do montante pela cota permitida por agricultor; ** - Não finalizado; *** - Não consta nos bancos de dados Federal e Municipal.

Todavia, esse montante de recursos alojados na agricultura familiar não contribui diretamente para que os mesmos se sintam promotores de segurança alimentar e nutricional do próprio município, pois na maioria das vezes, no caso das escolas, os alunos não chegam a ter conhecimento que aqueles produtos foram produzidos por agricultores familiares que vivem no mesmo município que eles (ENTREVISTADO F).

Os entrevistados enfatizam que a feira é um dos locais que têm contribuído para a mudança de opinião.

Nós aqui trabalhamos com feira também, isso ajudou muito a mudarem a opinião sobre o nosso povo. Como é tudo orgânico, posso dizer que levamos segurança alimentar, mas não para todos. (ENTREVISTADO A2).

Os representantes da AAPRI, entretanto, alegam que as políticas públicas contribuíram de fato para eles serem notados como agricultores familiares do município, algo que quando da implantação do assentamento era impossível, pela desconfiança e medo fincado na ideia de que as famílias do assentamento poderiam cometer qualquer crime contra os municípios (ENTREVISTADO M). Todavia, essa relação começa a mudar depois das políticas públicas e parcerias que começam a ocorrer a fim do beneficiamento mútuo (ENTREVISTADO B).

Entidades beneficentes

Por sua vez, as onze entidades beneficiárias consideravam os agricultores familiares como seus promotores de segurança alimentar e nutricional. Estabeleceram, então, uma relação de parceria para promover melhores hábitos alimentares.

Como visto na tabela 6, foram 9 entidades atendidas em 2011, onze entre 2012 e 2013, com alteração no ano de 2014, que é quando passa a ser centralizada a entrega a uma unidade da prefeitura ou banco de alimentos para que redistribuam os produtos. No período de seis anos foram beneficiadas 39.287 pessoas (Tabela 4), com melhoria de alimentação e introdução de alimentação saudável. Nesse período, o ano de 2011 foi o que teve maior número de beneficiários, 12.695, devido ao recurso ter sido utilizado apenas para esse ano. Para um município de 165.000 habitantes, temos 8% da população demandando segurança alimentar. Nesses valores estão inclusos apenas o número de pessoas atendidas pelas entidades beneficentes e não os familiares de agricultores familiares assentados que também se beneficiaram da política, modificando a alimentação - conforme apresentado no capítulo “Mudança no padrão de consumo”- onde 74% dos entrevistados do PA 23 de Maio e 81% dos entrevistados do PA Carlos Lamarca, alegaram ter melhorado a qualidade e quantidade dos alimentos consumidos pela família.

Tabela 4. Número de beneficiários no município de Itapetininga pelo PAA.

Ano Exercício	Atendimentos de 0 a 6 anos	Atendimentos de 7 a 14 anos	Atendimentos de 15 a 23 anos	Atendimentos de 24 a 65 anos	Atendimentos Acima de 65 anos	Total
2011	3103	3959	1873	2540	1220	12.695
2012	2485	4005	2955	3119	1734	14.298
2014	376	1.044	1.222	1.081	285	4.008
2016	1.550	1.841	1.590	1.946	1.359	8.286
Total	7514	10849	7640	8686	4598	39.287

Fonte: Dados obtidos pelo SAGI/PAA Conab. Período de 2011 a 2017.

Essa parceria rendeu alteração nos produtos entregues depois do contato com os responsáveis pelas organizações de agricultores por ser possível perguntar a respeito de um ou outro plantio, como também pelo incentivo a plantar algo que não era do hábito alimentar tradicional (ENTREVISTADO G e H).

Viu-se crescer, entre os assistidos, o interesse por produtos mais saudáveis. Entretanto, não conseguem permanecer com um cardápio tão diversificado com os recursos da própria entidade.

(...) naquele período a entidade teve uma variedade muito grande de produtos. A nutricionista amava elaborar o cardápio com tanta diversidade (...) os agricultores eram nossos parceiros, era muito bom. (...) Mas só com o dinheiro da entidade é difícil manter as comprar, como eles irão vir lá de longe, para entregar um pouco de coisa? Teríamos que ver um jeito junto a prefeitura. (ENTREVISTADO I)

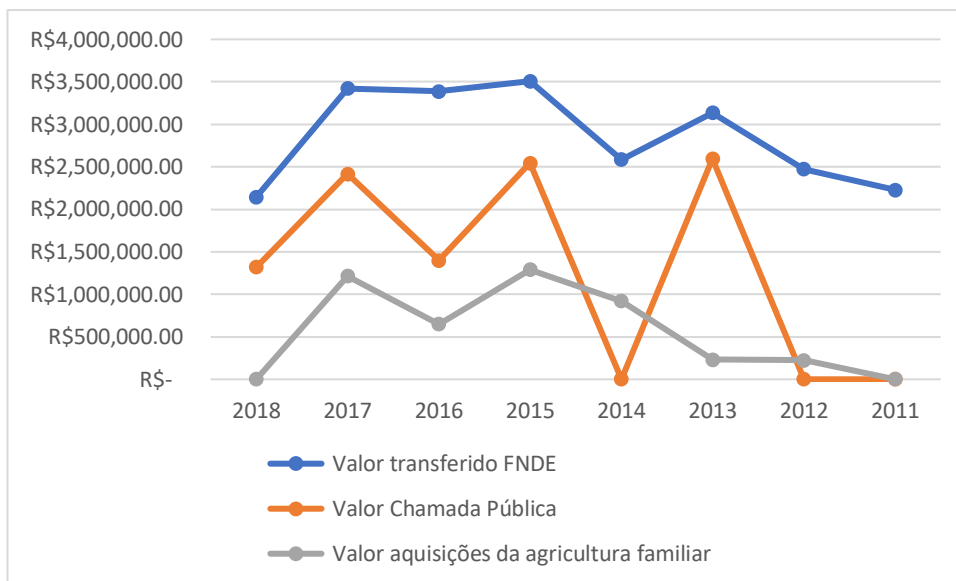
Segundo o Entrevistado L, *(...) não adianta melhorar a alimentação apenas por um curto período de tempo, são necessário políticas eficientes, que traga o produtor de volta para a cidade, e conseqüentemente deixe os preços mais baratos.* A valorização da produção local, segundo ele, é o caminho para levar a segurança alimentar e nutricional aos demais.

Órgãos municipais

Na esfera das instituições municipais constata-se que o reconhecimento ocorre de modo parcial, apenas alguns órgãos reconhecem os agricultores familiares como promotores de SAN em nível local e regional.

No caso dos recursos transferidos pelo FNDE, onde há a finalidade de compra de gêneros alimentícios e obtenção mínima de 30% dos gêneros alimentícios vindos da agricultura familiar, notamos que o órgão responsável não ultrapassou 37% em aquisição familiar deste tipo de produto (Figura 2).

Figura 2. Evolução dos recursos para aquisição de gênero alimentícios da agricultura familiar.



Fonte: Dados obtidos pelo sigefweb/FNDE e Prefeitura de Itapetininga/Chamada Pública. Período de 2011 a 2018.

Segundo o entrevistado L:

(...) o paladar das crianças mudou após a inserção dos alimentos da agricultura familiar, no entanto, ainda há muito o que fazer para esse trabalho se ampliar. Se faz necessário uma ação integrada de todos os órgãos municipais (...).

Na prática, não ocorrem ações para integração dos alunos para com os agricultores familiares de modo a dar efetiva importância ao papel do agricultor frente ao município. A aquisição através da compra direta, como é o caso, também contribui para a transição agroecológica, por dispensar mecanismos de garantia que demandariam financeiramente dos agricultores familiares.

Verifica-se que os setores que trabalham próximos da agricultura familiar buscam dar maior visibilidade à parceria, porém, é necessário que outros setores também busquem realizar o mesmo. De acordo com o entrevistado F, o governo municipal vem realizando reuniões junto aos agricultores e artesãos do município há 2 anos para implantação de uma feira noturna que promova a aproximação de agricultores e consumidores. Todavia, essa ação ainda não foi implementada. Têm sido buscados, também, projetos para aquisição de maquinário, infraestrutura, implantação de agroindústria junto a órgãos estaduais e federais que a instância municipal tem acesso (Entrevistados F e N).

No tocante aos alimentos destinados às entidades beneficentes, o entrevistado J alega que a produção da agricultura familiar era de extrema relevância por ter contribuído para a inserção de alimentos frescos no cotidiano de famílias que continham altos níveis de colesterol, triglicerídeos, entre outros problemas de saúde.

Assim, observa-se que o poder público local reconhece parcialmente a importância da agricultura familiar como parceira para segurança alimentar e nutricional dos munícipes. Parcialmente, então, pelo fato de que apenas os órgãos ligados diretamente aos agricultores familiares dão esse reconhecimento.

Discussão

Como já mencionado no início desta seção, as políticas públicas de mercado institucional contribuíram para que os agricultores familiares sejam reconhecidos pelas

entidades beneficiárias e por eles mesmos como promotores locais de SAN. Por outro lado, os gestores públicos reconhecem parcialmente este papel dos agricultores familiares.

Ao associar mercados locais no processo de desenvolvimento rural, contribuiu-se para a melhoria do quadro de subsistência do agricultor familiar (FORNAZIER e BELIK, 2013), e isso se comprova por 88% dos entrevistados considerarem-se promotores da própria SAN e de sua família (Tabela 5). Pelo fato, como visto na seção anterior, as políticas públicas contribuíram para o aumento da diversidade e da área cultivada.

Segundo Sambuichi et al (2014), no caso do PAA, 31% dos entrevistados destacaram a importância do programa para a aproximação dos agricultores com os consumidores, enquanto Hespanhol (2013) identificou um sentimento de valorização por partes dos agricultores familiares por seus alimentos irem para entidades assistenciais, dando maior visibilidade a eles mesmos e seu trabalho. Não diferente das autoras, o que identificamos foi um reconhecimento de 35%, porém com sentimento de que há muito mais a se fazer.

Segundo Maluf (2007), a aquisição de alimentos locais e regionais, além de contribuir com a segurança alimentar, fomenta a economia local e o hábito alimentar saudável, de modo a melhorar a qualidade dos alimentos. Segundo Chayanov, a partir de uma citação feita por Ploeg (2013), a relação direta do agricultor com o consumidor eleva a qualidade da produção e sua diversificação:

A individualidade do produtor direto, sua energia criativa, as particularidades da propriedade e a qualidade dos campos indicam que a propriedade individual sempre desviará do tipo médio. A curiosidade e a busca por novas soluções caracterizam todos os agricultores. Consequentemente, todas as propriedades estão numa condição cinética, em permanente mudança devido aos experimentos, buscas e tentativas criativas amplamente disseminadas. (CHAYANOV apud PLOEG, 2013, p. 65)

Outro fator que contribuiu para esse reconhecimento foi o fortalecimento das organizações de produtores, a qual permitiu viabilizar a pequena e diversificada produção, visto que a escala de produtos aumentou e se estabilizou com um mercado consumidor certo. Consequentemente, ocorreu a eliminação do atravessador *permitindo uma distribuição mais justa da riqueza gerada com a produção* (SAMBUICHI et al, 2014; FORNAZIER e BELIK, 2013; GHIZELINI, 2010; HESPANHOL, 2009).

O que foi observado na pesquisa, é a existência do preconceito com os assentamentos de reforma agrária, sendo as políticas contribuintes para a ruptura dos paradigmas da zona urbana frente ao público em questão. Almeida et al (2011), no estudo realizado em Araraquara, citam a importância das políticas públicas para a quebra de paradigmas frente aos assentamentos de reforma agrária e aproximação do rural com o urbano. Igualmente, Wittman e Blesh (2015) nos demonstram que o PAA e PNAE têm contribuído para agricultores familiares assentados do estado do Mato Grosso ganharem visibilidade após sua participação.

Tal qual, uma característica importante das iniciativas que promovem a produção agroalimentar é a de que elas conseguem conectar agricultor e consumidor, inserindo um número significativo de agricultores familiares na esfera produtiva e promovendo o desenvolvimento rural (CONCEIÇÃO, 2015; TRICHES, 2015; da SILVA et al, 2018).

No caso, vemos que o PAA consegue inserir muito mais agricultores familiares que o Pnae (Tabela 6). No entanto, a merenda escolar é uma política pública estrutural e não de conjuntura como o PAA, de modo que existem leis que garantem a continuidade de políticas estruturais de nível universal como o Pnae. O estudo realizado por Wittman

e Blesh (2015) também identificou maior inserção dos agricultores familiares no PAA em relação ao Pnae.

Mesmo a comercialização dos agricultores familiares sendo uma estratégia que possibilita a melhoria de outros fatores, como agregação de renda no campo, melhora na qualidade alimentar dos agricultores familiares e dos beneficiários, desenvolvimento do comércio local, ela ainda não é vista com o devido potencial. Conforme Carvalho (2015):

(...) as licitações sustentáveis na alimentação escolar têm promovido o desenvolvimento regional, a inclusão social, a movimentação da economia local, o consumo de alimentos mais frescos por parte dos escolares, a redução nos gastos com transportes e a promoção de educação alimentar e nutricional para além do espaço escolar (...)

Poucas são as ações, para além das políticas públicas, para o reconhecimento do agricultor familiar como sujeito e promotores de segurança alimentar e nutricional, porém, essas ações já repercutem um mínimo de reconhecimento. O caso do Grupo Ecológico Terra Viva é um exemplo, que passa a atuar em feiras, assim como a AAPRI, que consegue criar novas relações permitindo melhorias para o assentamento e permanência no Pnae. De acordo com Sambuichi et al (2014), a aproximação ocorrida entre agricultores e consumidores também estimula a venda direta, de modo a contribuir no fortalecimento do comércio local e na visibilidade do agricultor. Além de contribuir, ainda, para uma transição agroecológica, por se tratar de venda direta e, com isso, dispensar mecanismos de garantia que demandariam financeiramente dos agricultores familiares.

Vemos três tipos de redes sendo estabelecidas e reconhecidas a partir das políticas públicas. Duas ocorrem a partir do Grupo Ecológico Terra Viva, sendo a primeira abrangendo consumidores com preocupação quanto ao tipo de alimentos que estão consumindo e buscando produtos mais saudáveis e produzidos localmente. Segundo Cassol e Schneider (2015), esses são consumidores que contribuem para as “mudanças de práticas e rotinas de consumo”, fazendo da alimentação um ato político. A primeira rede vai de encontro com o que o Grupo Ecológico Terra Viva busca, que é a capacidade dos consumidores articularem valores éticos e morais nas suas rotinas diárias de abastecimento alimentar e na sua reprodução social (OTTONI et al, 2019; DAROLT et al, 2016; CASSOL e SCHNEIDER, 2015; CASSOL, 2013).

A segunda está associada aos alimentos, os distinguindo pela qualidade e pelo conhecimento estabelecido com os produtores, de modo a romantizar o rural e não propriamente pela preocupação com meio ambiente e/ou política alimentar (CASSOL e SCHNEIDER, 2015).

Já a terceira rede é a estabelecida pela AAPRI, que busca a inclusão produtiva dos agricultores familiares, dando a eles condições de competitividade, estrutura para agregar valor aos produtos e maior visibilidade. Sambuichi et al (2014) encontra a mesma característica no estudo por eles realizado quando do fortalecimento das organizações de agricultores.

A consolidação dessas novas redes comprova que os recursos menosprezados pela modernização agrícola, como a cultura, o saber local e os circuitos curtos são cruciais para o desenvolvimento rural local, para garantir segurança alimentar e nutricional. Isso se deve principalmente à *capacidade organizacional e institucional local que tem sido atribuída à evolução do capital social existente no território* (MIOR, 2007; MURDOCH, 2000).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas ainda ocorrem de cima para baixo, a partir do histórico de ocorrências na sociedade, como definido a partir do neoinstitucionalismo histórico. Na década de 1970 não houve espaço para a criação da agenda de segurança alimentar e nutricional no país, no entanto, esse tema não morreu e ressurgiu fortemente em 2003. Era um tema mais profundo, que desejava ir além da segurança alimentar e nutricional. Ele tinha a ambição de erradicar a fome e conseqüentemente incluir os agricultores familiares ao mesmo tempo em que lançava mobilização por uma agricultura limpa, sem agrotóxicos e degradação ambiental.

Nesse contexto, é lançado o Programa Fome Zero, o qual buscou, a partir de diversas diretrizes, erradicar a fome em nosso país, assim como realizar a inclusão de agricultores familiares no mercado, aumentar o número de empregos, entre outras questões. No tocante à inclusão produtiva dos agricultores familiares, a solução encontrada foi a aquisição de alimentos através das instituições governamentais. É daí que surge, então, o Programa de Aquisição de Alimentos com única regulamentação para toda a República Federativa, não respeitando as especificidades de cada região. Todavia, o Programa se mostrou capaz de organizar os agricultores familiares em associações e/ou cooperativas.

No entanto, ainda havia uma possibilidade de compra institucional muito mais abrangente e eficaz para a mudança do hábito alimentar, que era a merenda escolar. Com o desenrolar dos anos, encontrara-se um mecanismo que possibilita desburocratizar a compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a merenda escolar, e o meio encontrado foi através de Chamada Pública, qual não é necessariamente uma concorrência e sim um modo das organizações apresentarem a capacidade de comercialização frente a um preço determinado e respeitando as regras de localidade.

O mercado institucional passa a ser visto como uma grande oportunidade para os agricultores familiares, que até então eram reféns de atravessadores e, na maioria das vezes, pagavam para vender sua produção. Além disso, possibilitava agregar aqueles que não tinham condição de desenvolver uma área maior de produção que não fosse a própria horta ou pomar.

O PAA vem com essa novidade, de poder comercializar em pouca quantidade e com qualidade, sem a exigência de padrão como no mercado convencional. Enquanto o Pnae contribui para a formação de redes mais complexas de comercialização, por ter a obrigatoriedade de cumprir um calendário de entrega, quantidade e qualidade dos produtos.

Com vistas no percurso analítico da presente pesquisa, foram elaboradas as considerações finais que seguem, de modo a contemplar o objetivo geral.

Os agricultores passam a se reconhecer como promotores da própria segurança alimentar e nutricional e de suas famílias. Mesmo que não se encontre toda a demanda de alimentos que comem na área de produção, conseguem converter em dinheiro os alimentos ali produzidos possibilitando a compra do que não se produz, de vestuários, material escolar, entre outras necessidades.

Esse reconhecimento dos agricultores familiares também ocorre com as entidades beneficiárias, as quais passam a consumir alimentos frescos e de uma diversidade que não têm condições de acompanhar se adquirido em mercado local.

Por outro lado, os gestores públicos reconhecem parcialmente o papel dos agricultores familiares como promotores de SAN, pois somente os funcionários com contato direto com as organizações de agricultores reconhecem a importância que eles têm para o desenvolvimento local e para garantia da SAN.

Infelizmente, com a diminuição dos recursos voltados para o Programa de Aquisição de Alimentos, se constata que muitas entidades que eram beneficiárias deixam de ser, o que leva ao retorno de insegurança alimentar e nutricional, por não se ter capacidade financeira de adquirir uma gama tão diversificada de produtos, como também o aumento da incidência de doenças que antes eram controladas a partir da alimentação saudável.

Quanto ao Pnae, deveria ser promovido uma maior visualização dos produtos oriundos da agricultura familiar, como visitação em áreas de cultivos com os alunos. Para que possam refletir a respeito de consumo local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. M. de. **A Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM e a atuação da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB no período após a abertura comercial:** mudança institucional e novos instrumentos. 2014. 206 f. Tese (Doutorado em Ciências, Área de Concentração: Economia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2014.

ALMEIDA, L. M. M. C.; FERRANTE, V. L. S. B. Programas de segurança alimentar e agricultores familiares: a formação de rede de forte coesão social a partir do programa de aquisição de alimentos (PAA) no município de Araraquara-SP. **Anais de eventos SOBER, 47º CONGRESSO, PORTO ALEGRE, 2009.**

ARAÚJO, L.; RODRIGUES, M. DE L. Modelos de análise das políticas públicas. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n.º 83, 2017, pp. 11-35. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/spp/2662>>. Acesso em: 11/09/2019.

BENTO, B. M. A.; MOREIRA, A. D. C, CARMO, A. S. D.; SANTOS, L. C. D.; HORTA, P. M. **A higher number of school meals is associated with a less- processed diet.** J Pediatr, Rio de Janeiro, 2017.

CASSARINO, J. P. Agroecologia e mercados locais: o caminho através da economia popular solidária. In: KUSTER, A., MARTÍ, J. F. (orgs.) **Agricultura familiar, agroecologia e mercado no norte e nordeste do Brasil.** Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, DED 2004.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA (Contag). O trabalhador rural. **Boletim periódico**, n. especial, ano 11, 1979a.

CONCEIÇÃO, J. C. P. R. da. Política de comercialização agrícola no Brasil. In.: **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil.** GRISA, C., SCHNEIDER, S. (orgs.). Rio Grande do Sul/RS: Ed. UFRGS, p. 129 – 151. 2015.

da SILVA, J. G., BELIK, W., TAKAGI, M. Para os críticos do Fome Zero. In.: da SILVA, J.G., DEL GROSSI, M. E., FRANÇA, C. G. de. (orgs.), **Fome Zero: a experiência brasileira.** Brasília, MDA, 2010.

DAROLT, M. R.; LAMINE, C.; BRANDENBURG, A.; FAGGION, M. de C.; ALENCAR, L. S. A. Redes alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na França e no Brasil. **Ambiente & Sociedade n São Paulo** v. XIX, n. 2 n p. 1-22 n abr.-jun. 2016.

GROMASHEVA, O., BRUNORI, G. Cadeiras curtas de abastecimento alimentar em São Petersburgo (Rússia): perspectiva de desenvolvimento. In.: GAZOLLA, M., SCHNEIDER, S. (orgs.) **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2017, pag. 425-452.

GUANZIROLI, C. E., BUAINAIN, A. M., DI SABBATO, A. Dez Anos de Evolução da Agricultura Familiar no Brasil: (1996 e 2006). **Revista de Economia e Sociologia Rural – RESR**, v.50, n.2, p. 351-370, 2012.

HESPANHOL, R. A. M. Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. **Sociedade & Natureza**, v.25, ed. 3 , 2013, pag. 469-483.

GONÇALVES, J., MASCARENHAS, T. Grupos de consumo responsável no Brasil: aproximando consumidores e produtores em redes agroecológicas e solidárias. In: **Abastecimento Alimentar: Redes alternativas e mercados institucionais**, PEREZ-CASSARINO, J., TRICHES, R. M., BACCARIN, J. G., TEO, C. R. P. A. (orgs.), Ed. UFFS, Praia Cabo Verde: UNICV, 2018, p. 251-266.

GRISA, C. As redes e as instituições do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. G&DR • v. 6, n. 2, p. 97-129, mai-ago/2010, Taubaté, SP.

GRISA, C., SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In.: **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. GRISA, C., SCHNEIDER, S. (orgs.). Rio Grande do Sul/RS: Ed. UFRGS, p. 19 – 50. 2015.

KAGEYAMA, A. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In.: DELGADO, G. (Org.) **Agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, v. 1, 1990, p. 113 – 223.

LEITE, S. P.; FLEXOR, G. G.; MEDEIROS, L. S.; DELGADO, N. G.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. **Relatório Parcial de Realização de Pesquisa. Avaliando a gestão das políticas agrícolas no Brasil: uma ênfase no papel dos *policy markes*** (GEPOLAGRI). Rio de Janeiro/RJ, 2007.

MIOR, L. C. Agricultura familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial. **Anais do Colóquio Internacional de Desenvolvimento Rural**, Florianópolis: UFSC, 2007.

MURDOCH, J. Networks – a new paradigm of rural development? **Journal of Rural Studies** n. 16, 2000, p. 407-419. Disponível em:

<<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S074301670000022X>>. Acesso em: 13/09/2019.

OTTONI, I. C., OLIVEIRA, B. M. P. M. de, BANDONI, D. H. The National School Feeding Program as a promoter of Food and Nutrition Education actions in Brazilian schools. **O Mundo da Saúde**, São Paulo - 2019;43(2): 374-389

SANTOS, F. P. **Coalizões de interesses e a configuração política da agricultura familiar no Brasil**, Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo). Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2011.

SANTOS, H. Perspectivas contemporâneas para a constituição de redes de políticas públicas. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, vol. 5, núm. 1, janeiro-junho, 2005, p. 59-68. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=74250104>. Acesso em: 13/09/2019.

SONNINO, R. Feeding the City: Towards a new research and planning agenda. **International Planning Studies**, v.14, n.4, p. 425-435, 2009.

SOUZA, C. **Políticas Públicas**: uma revisão de literatura. **Sociologia**, Porto Alegre, ano 8, nº16, jul/dez 2006, p. 20-45.

TRICHES, R. M. Repensando o mercado da alimentação escolar: novas institucionalidades para o desenvolvimento rural. In.: **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Grisa, C., Schneider, S. (orgs.). Rio Grande do Sul/RS: Ed. UFRGS, p. 181 – 200. 2015.

VASCONCELOS, J. M.; MONTEIRO, M. do S. L. As Políticas Públicas no Semiárido Piauiense na Década de 1990: o caso do PAPP/PCPR. **Revista Interações**, v. 7, n. 11, Campo Grande, 2016.

VEIGA, J. E. da. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Hucitec, 1991.

OFICINA SOBRE O MANEJO DOS QUINTAIS PRODUTIVOS: UMA ARTICULAÇÃO ENTRE OS CONHECIMENTOS ACADÊMICO E CAMPONÊS

Francisca Érica Cardoso Nobre¹
Francisco Tavares Forte Neto² Maria
Lúcia de Sousa Moreira³

Resumo

Este trabalho visa apresentar de forma descritiva uma capacitação ministrada pelos bolsistas e colaboradores do Programa Residência Agrária sobre o manejo dos quintais produtivos no assentamento Vida Nova/Aragão, localizado em Miraíma-CE. A oficina ocorreu em julho de 2019, tendo como público alvo os (as) agricultores e agricultoras do assentamento. O conteúdo foi escolhido através de uma votação em Assembleia, na qual estavam presentes os assentados e agregados residentes do local. A realização dessa oficina ocorreu durante 4 dias, sendo abordadas questões referente a montagem dos canteiros, escolha das culturas; compostagem; confecção e aplicação de defensivos naturais e poda de frutíferas. Essa atividade permitiu a articulação de conhecimentos acadêmicos e populares, uma vez que os estudantes atuaram apenas como facilitadores desse processo. O módulo foi composto inteiramente por práticas, realizadas em um quintal produtivo escolhido de maneira coletiva, facilitando atuação dos participantes. Esse momento de troca de conhecimentos é fundamental para democratização do conhecimento e valorização das percepções tradicionais, orientando a construção de um desenvolvimento rural sustentável e representativo.

Palavras chave: Capacitação. Conhecimento tradicional. Assentamento Rural. Desenvolvimento sustentável.

WORKSHOP ON THE MANAGEMENT OF PRODUCTIVE BACKGROUNDS: AN ARTICULATION BETWEEN ACADEMIC AND PEASANT KNOWLEDGE

Abstract

This work aims to present in a descriptive way a training given by scholars and collaborators of the Agrarian Residency Program on the management of productive yards in the Vida Nova / Aragão settlement, located in Miraíma-CE. The workshop took place in July 2019, targeting farmers in the settlement. The content was chosen through a vote in the Assembly, in which the settlers and households resident on the site were present. This workshop took place over 4 days, with questions related to the construction of the beds, choice of cultures; composting; making and applying natural pesticides; and fruit pruning. This activity allowed the articulation of

¹ Engenheira Agrônoma, mestranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará – UFC; ericacn8@gmail.com;

² Engenheiro agrônomo, mestrando em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará – UFC; netofortee@gmail.com;

³ Professora do Departamento de Economia Agrícola, Universidade Federal do Ceará – UFC; majujmc2@gmail.com.

academic and popular knowledge, since the students acted only as facilitators of this process. The module was composed entirely of practices, carried out in a productive yard chosen collectively, facilitating the performance of the participants. This moment of knowledge exchange is fundamental for the democratization of knowledge and the valorization of traditional perceptions, guiding the construction of a sustainable and representative rural development.

Keywords: Training. Traditional knowledge. Rural Settlement. Sustainable development.

1. INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é fruto de um processo contínuo de resistência e adaptação aos diferentes contextos socioeconômico, cultural, político e ambiental que inserem características multidimensionais os agricultores, agricultoras e a sua maneira de produzir. Mesmo após o processo de modernização da atividade agrícola, a agricultura familiar ainda confere aos agentes envolvidos características camponesas, uma vez que a unidade familiar orienta as decisões e os objetivos que serão implementados (WANDERLEY, 2003).

Dessa forma, a produção é direcionada especialmente para o autoconsumo, ou seja, para o abastecimento da própria família. Esse modelo apresenta uma estratégia de vivência e superação de vulnerabilidade, uma vez que parte expressiva dos alimentos utilizados para compor a dieta usual das famílias são originados da sua própria produção, no seu próprio ambiente de convivência e de acordo com as suas preferências (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2009).

Grissa e Schneider definem e contextualizam o autoconsumo no meio rural, caracterizando a significação dessa produção:

A produção para o autoconsumo, também denominada mínimo calórico, mínimo alimentar vital, consumo doméstico e, popularmente, produção “para o gasto”, é definida como a parcela da produção produzida pela família e destinada ao seu consumo. É equivoco estereotipar esta produção como residual, ou ainda associar a quantidades pequenas e produtos incompatíveis com os padrões de qualidade dos mercados. O que a caracteriza é o seu valor de uso para os membros da família (GRISSA, SCHNEIDER, 2008).

Para auxiliar nesse processo diversas tecnologias sociais são implementadas, resultantes principalmente das demandas dos movimentos sociais, que proporcionam uma produção rural alternativa condizente com a realidade local. É o que se observa nos assentamentos e comunidades rurais e empreendimentos solidários (cooperativas, associações e redes de solidariedade) (REIS, 2012).

Nesse contexto, os quintais produtivos também se classificam como uma tecnologia social, representando uma alternativa agroecológica de produção sustentável norteadas para o desenvolvimento rural (DA SILVA, 2020). São considerados como espaços de convívio e produção presentes em grande parte das realidades camponesas que permitem o cultivo, a criação e a contínua reinvenção dos múltiplos atores relacionados, agricultor e agricultora em experimentador e experimentadora.

Diversas experiências bem-sucedidas relatam que os manejos empregados contribuem para a produção diversificada de alimentos, destacando-se a presença de policultivos, a preservação dos recursos naturais locais, o reaproveitamento de insumos, a valorização das

tradições e culturas, o armazenamento de sementes crioulas, o gerenciamento dos resíduos hídricos e a melhor convivência com os períodos de estiagem.

Auxiliando na diversificação dessa produção e manutenção das famílias rurais no campo, os projetos de extensão rural permitem a criação de um elo entre o saber acadêmico e o camponês, facilitando a integração de conhecimentos. Como exemplo, têm-se o Programa Residência Agrária – PRA e o Programa de Educação Tutorial – PET Agrárias Conexões de Saberes, ambos da Universidade Federal do Ceará, que nos seus 16 e 10 anos de atuação, respectivamente, formam parcerias com os Assentamentos de Reforma Agrária do Ceará, proporcionando a agregação de saberes entre a universidade e a comunidade.

Diante disso, esse estudo tem como objetivo apresentar de forma descritiva uma capacitação ministrada pelos bolsistas e colaboradores do Programa Residência Agrária sobre o manejo dos quintais produtivos no assentamento Vida Nova/Aragão, localizado em Miraíma, Ceará.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Interação entre o conhecimento acadêmico e o camponês

Definido de maneira clara, o conhecimento científico é aquele originado a partir de um processo de coleta de dados e organização de testes, ou experimentos objetivando a comprovação de uma determinada ideia (KOVALSKI; OBARA; FIGUEIREDO, 2011).

A inserção do termo científico a alguma linha de pensamento garante um grau de confiabilidade ao que está sendo proposto, fruto de uma análise mais detalhada dos fatos. Diante disso, Chalmers e Fiker (1993) conceituam o conhecimento científico da seguinte maneira:

Conhecimento científico é conhecimento provado. As teorias científicas são derivadas de maneira rigorosa da obtenção dos dados da experiência adquiridos por observação e experimento. A ciência é baseada no que podemos ver, ouvir, tocar etc. Opiniões ou preferências pessoais e suposições especulativas não têm lugar na ciência. A ciência é objetiva. O conhecimento científico é conhecimento confiável porque é conhecimento provado objetivamente (CHALMERS; FIKER, 1993, p. 18).

O conhecimento científico está explícito no ambiente acadêmico, a partir da sistematização de informações elaboradas pelas classes com maior poder aquisitivo (DICKMANN; DICKMANN, 2008). Por essa característica, apresenta muitas vezes uma linguagem inacessível para uma expressiva parcela da população, limitando a sua disseminação para aqueles que estão no meio, ou que possuem algum conhecimento prévio do assunto.

Já o saber tradicional, popular ou camponês representa todo o conhecimento adquirido e acumulado, fruto muitas vezes de experiências, que reflete as práticas, valores e tradições de um indivíduo ou da comunidade em que se encontra inserido. Esses saberes estão em um contínuo processo de transformação, sendo construídos e reformulados de acordo com a sua própria história (KOVALSKI; OBARA; FIGUEIREDO, 2011).

Dickmann e Dickmann (2008, p. 70) direcionam o conceito de conhecimento popular para as vivências e experiências adquiridas ao longo do tempo, reconhecendo que: “o saber popular é entendido como aquele adquirido nas lutas, que não está escrito nos livros, aquele que é fruto das várias experiências vividas e convivas em tempos e espaços diversos na história do povo”.

De acordo com Leite (2020) o saber tradicional é fruto de um processo educacional coletivo que se efetiva completamente quando atinge a sociedade:

A educação popular tradicional realiza-se como um processo educativo, que usa as mesmas ferramentas, mas com diferenças no uso das metodologias que deverá ser mais apropriado aos processos de formação de indivíduos e formação ao longo da vida. Distinguem-se, portanto, mais pelos destinatários do que pelos processos (LEITE, 2020, p. 2).

Focando no meio rural, a valorização do conhecimento popular e do camponês como ator principal e futuro executor das medidas que serão implementadas, indica o reconhecimento a autonomia da comunidade, frente a sua própria área de atuação e ambiente. Além disso, há a preservação de saberes valiosos, até então “esquecidos” que passam a ser fortalecidos e incrementados em espaços fora da comunidade, redirecionados para a sociedade (KOVALSKI; OBARA; FIGUEIREDO, 2011).

Objetivando-se a verdadeira integração entre os saberes é necessário adicionar o conhecimento camponês ao mesmo patamar do conhecimento científico, viabilizando um processo formativo orientado para a liberdade. Nesse cenário, a troca de conhecimentos extrapola o aspecto técnico ao considerar as dimensões social, cultural e ambiental como elementos obrigatórios na formulação de novos artifícios técnicos, metodológicos e ideológicos (DE SOUZA, 2009).

No campo, as medidas devem propor a agregação dos aspectos produtivos, pedagógicos e culturais, orientando um intercâmbio entre facilitador/educador e a comunidade com características justa, representativa, acessível, e capaz de ser implementado, construídos através de uma discussão integradora e inclusiva (DE SOUZA, 2009).

Diante disso, a implantação de metodologias participativas voltadas principalmente para o meio rural, no qual não só o agricultor - produtor está inserido no processo de escolha, mas toda a unidade familiar, representam estratégias transformadoras para a inclusão de todos os agentes envolvidos nos processos de produção, mesmo que de maneira indireta. Além disso, reforçam o vínculo familiar, promove a autonomia dos indivíduos e a partilha de conhecimentos.

2.2 Metodologias participativas na extensão rural

No contexto rural, as metodologias participativas são peças fundamentais para a implementação do diálogo de saberes, caracterizando uma extensão rural orientada para o desenvolvimento sustentável. Essa nova extensão se opõe ao modelo até então implementado, no qual o rural era observado de maneira simplista, servindo apenas como fonte de recursos, mão de obra e prolongamento da industrialização (NETTTO; HILLIG; DE VARGAS, 2012).

A construção da nova extensão rural iniciou a tomar forma a partir do momento que começaram a serem incorporados aos debates os novos anseios da sociedade rural e urbana, com relação a um novo projeto de desenvolvimento, e na medida em que foram buscadas orientações teóricas baseadas em um paradigma alternativo ao convencional. Para que realmente esta proposta de nova extensão rural se imponha é necessário o apoio de instituições de ensino e pesquisa, para que se possa trabalhar o desenvolvimento rural sob o ponto de vista agroecológico (NETTTO; HILLIG; DE VARGAS, 2012).

As metodologias participativas são definidas como abordagens adaptadas de acordo com o contexto, inseridas com o objetivo de cumprir as metas, atingir os objetivos propostos e

promover o desenvolvimento. Existe a colaboração coletiva e a responsabilização de todos os atores envolvidos para enfim possibilitar a integração dos conhecimentos, a melhoria da qualidade de vida local, e o fortalecimento das ações e planos a serem desenvolvidos na comunidade (CAMPOLIN; FEIDEN, 2011).

A experiência acumulada por diferentes atores deu origem às metodologias participativas que, em diferentes contextos, vêm contribuindo para tornar mais produtivas as relações entre agricultores e agentes de instituições externas. Estas metodologias permitem a construção coletiva de conhecimentos acerca da realidade (social, econômica, cultural e ambiental), além de fortalecer a organização das comunidades na gestão e controle do processo de desenvolvimento local, otimizando também as ações das instituições que atuam no meio rural (CAMPOLIN; FEIDEN, 2011, p. 7).

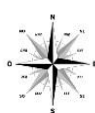
Nesse novo contexto, propõe-se uma ecologia de saberes que aborda inclusive a participação das universidades públicas. Santos (2017) defende a ecologia de saberes “como se fosse uma extensão ao contrário: não é levar o conhecimento da universidade para fora, mas identificar, valorizar e agregar conhecimentos que já circulam fora dos limites acadêmicos”. Portanto, a ecologia de saberes representa uma estratégia de transformação social a partir da transição epistemológica do conhecimento científico, norteando a democratização e descentralização dos diferentes saberes (SANTOS; MENESES; NUNES, 2006).

Diante disso, a extensão rural deve ser norteada para a promoção de integração e solidariedade entre os aspectos científicos e os não científicos. Assim, não existirá uma forma de conhecimento superior, ou inferior, pois ambas serão utilizadas com o intuito de observar a manifestação do conhecimento e a sua expansão para um nível mais complexo, definido como interconhecimento (SANTOS, 2007).

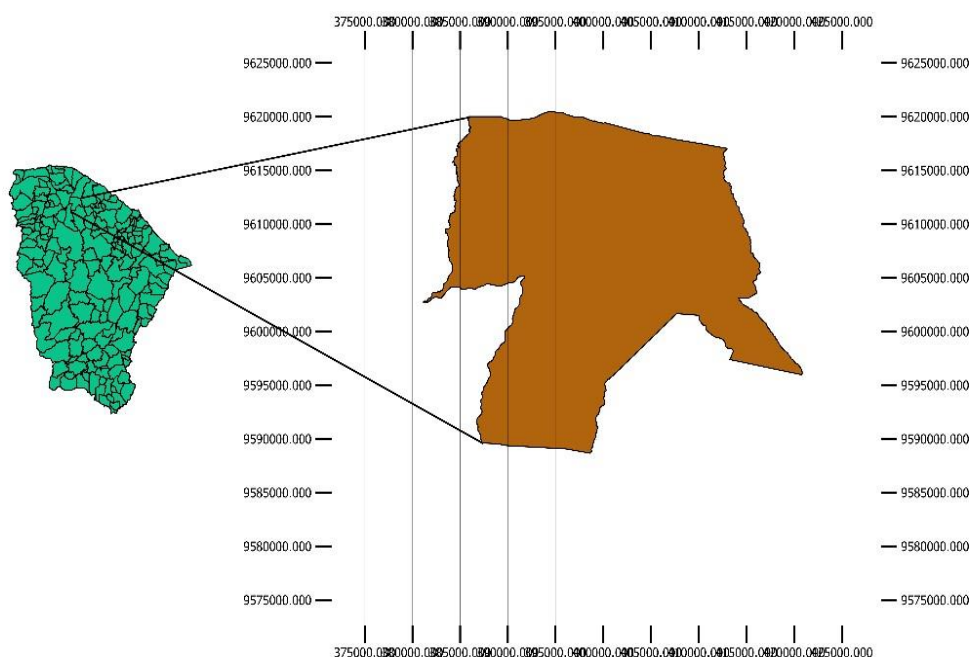
3. METODOLOGIA

Esse estudo foi desenvolvido no Assentamento Vida Nova/Aragão, localizado no município de Miraíma, região noroeste do estado do Ceará. Fundado em 1995, possui 1.266,182 hectares que comportam 47 famílias (NOBRE, 2019).

Figura 1 – Localização do município

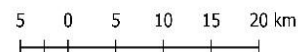


MIRAÍMA - CEARÁ



Legenda

- Miraíma
- Municípios do Ceará



Fonte: IPECE (com adaptações, 2019).

A oficina sobre o manejo nos quintais produtivos ocorreu entre os dias sete a dez de julho de 2019, tendo como facilitadores estudantes dos cursos agronomia, gestão de políticas públicas, economia ecológica e um engenheiro agrônomo colaborador, vinculados ao Programa Residência Agrária da UFC.

Essa experiência foi fruto de estágios de vivências individuais e coletivos, frequentemente realizados no assentamento. Anteriormente, nesses espaços, outras oficinas também foram ministradas abordando o manejo sustentável da carnaúba, a produção de bolos e iogurtes e a fabricação de salgados (esta ocorrendo concomitantemente com a capacitação sobre o manejo dos quintais produtivos).

Essa diversificação de conteúdos que extrapola a área das ciências agrárias demonstra a parceria do PRA com os demais programas de pesquisa, ensino e extensão existentes na Universidade, como o Gastronomia Social, que tem se contribuído regularmente com os projetos implementados nos assentamentos.

Para a escolha da oficina a ser oferecida, o assentamento organizou uma assembleia, contando com a participação expressiva dos residentes assentados e agregados, homens, mulheres, jovens e crianças. Nesse processo de decisão ouvir as demandas das próprias famílias foi fundamental para proporcionar os assuntos pertinentes e necessários dado aquele contexto. Assim, no campo das agrárias, a capacitação escolhida foi a sobre os quintais produtivos e o local definido para as práticas foi um quintal produtivo de um agricultor específico.

Afim de construir uma sequência lógica do material a ser abordado, a capacitação foi dividida em quatro dias, sendo um conteúdo por dia. Ocorreram sempre no horário da manhã, período também escolhido de maneira coletiva. Participaram desse espaço cinco agricultores e uma agricultora.

5. RESULTADOS

O diálogo foi construído com auxílio de materiais práticos. Para isso, utilizou-se majoritariamente os recursos presentes no próprio assentamento (sementes, plantas, esterco, bagana, facão), acrescentando alguns instrumentos de poda concedidos pelo laboratório de Silvicultura da UFC.

O módulo do primeiro dia abordou a implementação dos canteiros, focando na escolha das culturas, no manejo empregado (adubação, irrigação, controle de pragas e doenças e tratamentos culturais). Para garantir representatividade, abordou-se o manejo das espécies já cultivadas no assentamento, adaptadas às condições climáticas da região e preferências alimentares. Nessa etapa, objetivou-se melhorar a produção agrícola e discutir possíveis soluções para os problemas enfrentados no dia a dia.

Destacou-se ainda a relevância de se preservar as sementes crioulas a fim de fomentar a conservação do material biológico presente no assentamento. Além disso, há a possibilidade de plantio, consumo e comercialização de diferentes vegetais que contribuem para a promoção da segurança e soberania alimentar local.

O segundo módulo trouxe como conteúdo a confecção e aplicação de defensivos agrícolas alternativos, destacando a produção de bio defensivos a base de nim indiano (*Azadirachta indica*) e alho (*Allium sativum*), espécies comuns de serem encontradas no assentamento.

Os bio defensivos foram produzidos junto com os agricultores e a agricultora presentes possibilitando a inserção das suas próprias experiências de manejo. No assentamento a utilização desse tipo de defensivo configura-se como o principal manejo empregado para o controle de pragas e doenças, bem como o “remédio azul”. Além deles, o extrato da viuvinha (*Cryptostegia madagascariensis*), uma trepadeira invasora que prejudica o desenvolvimento da carnaúba (*Copernicia prunifera*), planta de interesse comercial local, também é um insumo utilizado, representando uma maneira de controle para esse problema.

No terceiro módulo o conteúdo adotado abordou a poda de frutíferas, mais precisamente a poda da goiaba, cultura bastante presente nos diversos quintais produtivos do local. Os assuntos discutidos foram relacionados aos três tipos de poda (de formação, de frutificação e de limpeza). Foram observados os procedimentos já empregados nesse manejo propondo algumas melhorias associadas com os cuidados que devem ser tomados durante e após o procedimento: (equipamentos mais indicados, orientações para o corte e aplicação de fungicidas).

No último módulo, sobre compostagem, houve um complemento de todos os conteúdos discutidos anteriormente, além da construção coletiva de um composto orgânico. Novamente foram utilizados os insumos originados das atividades agropecuárias individuais e coletivas realizadas no assentamento, como o esterco bovino e restos vegetais decorrentes das práticas de poda anteriores.

Mesmo com poucos agricultores participando efetivamente desse espaço, essa discussão já foi bastante viável, pois os conhecimentos adquiridos continuam sendo difundidos em toda a comunidade. Assim, é importante continuar promovendo esse intercâmbio entre campo – universidade, mas também expandir para a dimensão campo – campo, através do contato com demais agricultores e agricultoras de diferentes assentamentos. Esse diálogo enriquece a agricultura familiar, permite a propagação das experiências positivas e orienta a construção de um desenvolvimento rural mais sustentável e representativo.

6. Considerações Finais

Orientadas e implementadas de maneira participativa, a oficina sobre o manejo dos quintais produtivos permitiu o diálogo de saberes entre os conhecimentos obtidos na universidade com os vivenciados pelos agricultores e agricultoras no cotidiano das suas atividades. Essa integração foi fundamental para democratização do conhecimento e valorização das percepções tradicionais, devendo ser replicada nas próximas capacitações.

Diante disso, é necessário reproduzir uma extensão rural que rompa com o modelo originado da educação bancária, no qual o agricultor rural é apenas um receptor de informações, mesmo sem compreender os seus significados, ou como elas se aplicam a sua realidade.

Portanto, deve-se incentivar que a agricultura familiar atue como protagonista do processo de extensão. Entretanto, isso não significa desvalorizar os conhecimentos técnicos e científicos, mas sim aplicá-los em uma abordagem livre e acessível de acordo com a realidade e necessidade dos agentes inseridos.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPOLIN, A. I.; FEIDEN, A. Metodologias Participativas em agroecologia. **Embrapa Pantanal – Documentos (INFOTECA – E)**. 2011. Disponível em: <<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/920359/1/DOC115lancado.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2020.

CHALMERS, A. F.; FIKER, R. **O que é ciência afinal?**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

DA SILVA, M. L. G. et al. Quintais produtivos: uma alternativa agroecológica de produção sustentável para o desenvolvimento da agricultura familiar. **Cadernos de Agroecologia**, v. 15, n. 2, 2020. Disponível em: <<http://cadernos.abaagroecologia.org.br/index.php/cadernos/article/view/3509/4454>>. Acesso em: 14 out. 2020.

DE SOUZA, M. M. O. A educação popular no campo: entre o saber camponês e o conhecimento científico. **Revista de Educação Popular**, v. 8, n. 1, 2009. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/20161>>. Acesso em: 14 out. 2020.

DICKMANN, I; DICKMANN, I. Primeiras palavras em Paulo Freire. Passo Fundo: Battistel, 2008.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2007. Disponível em: <<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/283/279>>. Acesso em: 01 out. 2020.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. "Plantar pro gasto": a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 46, n. 2, p. 481-515, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010320032008000200008&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 11 out. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ - IPECE. **Fundo de Combate à Pobreza**. 2004. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/wpcontent/uploads/sites/45/2015/03/cart-fecop.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2019.

KOVALSKI, M. L.; OBARA, A. T.; FIGUEIREDO, M. C. Diálogo dos saberes: o conhecimento científico e popular das plantas medicinais na escola. **VIII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências-ENPEC**. Campinas: SP-ABRAPEC, 2011. Disponível em: <<http://www.nutes.ufrj.br/abrapec/viiienpec/resumos/R1647-1.pdf>> Acesso em: 14 out. 2020.

LEITE, P. P. **Educação Popular Patrimonial**. 2020. Disponível em: <https://recil.grupolusofona.pt/bitstream/10437/10201/1/Educa%c3%a7%c3%a3o%20Popular%20Patrimonial_CEIed.pdf>. Acesso em: 15 out. 2020.

NOBRE, F. E. C. **Análise dos quintais produtivos na contribuição da segurança alimentar das famílias do assentamento Vida Nova/Aragão, Miraima-CE**. 2019. 70 f. Monografia (Graduação em Agronomia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/50456>>. Acesso em: 13 set. 2020.

NETTO, T. A.; HILLIG, C.; DE VARGAS, D. L. Extensão e prática social: experiência com oficinas de sustentabilidade em escola rural. **Revista Monografias Ambientais**, v. 10, n. 10, p. 2252-2259, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/index.php/remoa/article/view/7154>>. Acesso em: 20 out. 2020.

REIS, M. R. **Tecnologia social de produção de sementes e agrobiodiversidade**. 2012. 288 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/11240/1/2012_MariaRitaReis.pdf>. Acesso em: 04 out. 2020.

SANTOS, B. de S. A defesa da descolonização das universidades foi o mote da conferência do português Boaventura de Sousa Santos na UFMG. 2017. **Material Audiovisual**. Disponível em: <<https://educezimbra.wordpress.com/2017/07/02/descolonizar-as-universidades-para-uma-ecologia-dos-saberes/>>. Acesso em 13 out. 2020.

SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. G.; NUNES, J. A. Conhecimento e transformação social: por uma ecologia de saberes. **Hiléia: revista de direito ambiental da Amazônia**, v. 4, n. 6, p. 9-103, 2006. Disponível em: <eg.uc.pt/bitstream/10316/42132/1/Conhecimento%20e%20Transformação%20Social_por%20uma%20ecologia%20de%20saberes.pdf>. Acesso em: 10 out. 2020.

SANTOS, B. de S.; MENESES. **Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes**. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 78, p. 3-46, 2007. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/rccs/753>>. Acesso em: 11 out. 2020.

WANDERLEY, M. de N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos sociedade e agricultura**, 2003. Disponível em: <<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/238/234>>. Acesso em: 01 out. 2020.

POTENCIALIDADES E CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS QUINTAIS PRODUTIVOS

Francisca Érica Cardoso Nobre¹

Patrícia Verônica Pinheiro Sales Lima²

Maria Lúcia de Sousa Moreira³

Sara Maria Spinosa Juvêncio⁴

Ivana Leila Carvalho Fernandes⁵

Resumo

Este estudo tem como objetivo caracterizar e relatar as potencialidades da produção agrícola familiar decorrente dos quintais produtivos do Assentamento Vida Nova/Aragão, localizado no município de Miraíma, região noroeste do estado do Ceará. Os quintais produtivos configuram-se como uma tecnologia social que permite a combinação de espécies alimentícias, florestais e medicinais, associadas com a criação de pequenos animais nos espaços adjacentes as residências. Os dados coletados foram obtidos a partir de entrevistas semiestruturadas com 19 famílias residentes no local. Observou-se principalmente a produção de frutíferas, hortaliças, verduras, plantas medicinais, leguminosas (feijão), gramíneas (milho) e a criação de galinhas, suínos e cabras. Os insumos empregados no controle de pragas e na adubação são provenientes do próprio assentamento, sendo representados pela utilização de defensivos alternativos e adubos orgânicos, respectivamente. Os resultados dessa produção destinam-se especialmente para o autoconsumo, distribuição para outras famílias dentro do assentamento e comercialização do excedente. Devido alguns fatores como o manejo ecológico utilizado, o acesso a água e demais insumos, os quintais possibilitam o cultivo de uma diversidade de espécies que se encontram acessíveis durante o ano todo, além gerarem renda por intermédio da comercialização do excesso produzido.

Palavras chave: Autoconsumo. Semiárido. Assentamento Rural. Desenvolvimento sustentável.

POTENTIALITY AND CHARACTERIZATION OF FAMILY AGRICULTURAL PRODUCTION: AN ANALYSIS FROM PRODUCTIVE BACKGROUNDS

Abstract

This study aims to characterize and report on the potential of family agricultural production resulting from the productive backyards of the Vida Nova / Aragão Settlement, located in the municipality of Miraíma, northwest of the state of Ceará. The productive yards are configured as a social technology that allows the combination of food, forest and medicinal species, associated with the creation of small animals in the spaces adjacent to the residences. The data collected were obtained from semi-structured interviews with 19 families residing at the site. It was mainly observed the production of fruit, vegetables, medicinal plants, legumes (beans),

¹ Mestranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará – UFC;

² Professora do Departamento de Economia Agrícola, Universidade Federal do Ceará – UFC;

³ Doutora em Ciências (Economia Aplicada) e Professora do Departamento de Economia Agrícola, Universidade Federal do Ceará – UFC;

⁴ Mestra em Avaliação de Políticas Públicas e Técnica do Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará;

⁵ Doutoranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará – UFC.

grasses (corn) and the creation of chickens, pigs and goats. The inputs used in pest control and fertilization come from the settlement itself, being represented by the use of alternative pesticides and organic fertilizers, respectively. The results of this production are intended especially for self-consumption, distribution to other families within the settlement and marketing of the surplus. Due to some factors such as the ecological management used, access to water and other inputs, backyards allow the cultivation of a diversity of species that are accessible throughout the year, in addition to generating income through the sale of the excess produced. In this context, they act as a strategy to promote social autonomy, food sovereignty and poverty reduction. Therefore, it is essential to create and maintain public policies aimed at the multiplication of productive backyards, especially in the context of the Brazilian semiarid, since the benefits generated contribute to the strengthening of sustainable development.

Keywords: Self-consumption. Semiarid. Rural Settlement. Sustainable development.

1. INTRODUÇÃO

Nos países em desenvolvimento, a fome e a desnutrição são problemas com magnitudes relevantes que ameaçam a permanência da vida principalmente daqueles que já se encontram em situação de vulnerabilidade. No contexto Brasileiro dados da Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO) revelam o aumento significativo da fome no país ao indicar que 43,1 milhões de brasileiros vivenciam atualmente uma situação de insegurança alimentar moderada. Além disso, em termos percentuais, 14,5% da população ainda não tem acesso a uma dieta saudável, acarretando problemas sérios de saúde como a anemia e a subnutrição (MWALUPASO, 2020; FAO, 2017).

Nesse cenário, é importante evidenciar a atuação da agricultura familiar através da produção nos quintais produtivos, como uma alternativa para garantir a obtenção de alimentos saudáveis, seja para o autoconsumo, ou para o abastecimento dos mercados locais. Os quintais produtivos são espaços que viabilizam essa produção e possibilitam o cultivo de uma diversidade de espécies vegetais, associados com a criação de pequenos animais, facilitando o acesso e consumo desses alimentos (STRATE; DA COSTA, 2018).

Essa forma de produzir alimentos garante para a agricultura familiar potencialidades que são refletidas na variedade de produtos obtidos, no aproveitamento dos recursos durante o período chuvoso, sendo também uma estratégia favorável de convivência com os períodos de estiagem prolongada (LOPES; BORGES; LOPES, 2011).

Principalmente quando comparado com as demais tecnologias sociais, os quintais produtivos apresentam características mais vantajosas devido a sua atuação multidimensional: no manejo do solo e água, na convivência com a seca, na geração de renda, no combate à fome, na promoção do desenvolvimento sustentável e na garantia da segurança e soberania alimentar (LOPES; BORGES; LOPES, 2011).

Observa-se que a agricultura familiar é um ambiente favorável a implementação e difusão de práticas sustentáveis, especialmente por adotarem técnicas alternativas que reduzem a utilização de insumos externos, como agrotóxicos e fertilizantes minerais e priorizarem os elementos presentes na própria comunidade (STOFFEL; COLOGNESE; DA SILVA, 2014).

Aliadas a esse processo de transformação as tecnologias sociais são alternativas cruciais como fomentadoras da organização, do desenvolvimento, da implementação de ações efetivas e representativas que propiciam o desenvolvimento social e a sustentabilidade (BAUMGARTEN, 2006).

Portanto, é importante promover uma modelo de produção agrícola que apresente potencial para preservar a sustentabilidade dos seus sistemas, para conservar os recursos naturais utilizados e para propiciar a produção de alimentos mais saudáveis, causando menos

impactos ao meio ambiente, ao mesmo tempo em que promove a saúde dos seus consumidores (BEVILAQUA, 2016). Entretanto, é importante também observar as limitações que rodeiam esses sistemas, afim de formular e implementar alternativas participativas eficazes capazes de eliminá-las, ou reduzi-las.

Diante do cenário exposto, esse estudo tem como objetivo geral caracterizar e relatar as potencialidades da produção agrícola familiar decorrente dos quintais produtivos do Assentamento Vida Nova/Aragão, localizado no município de Mirafima, região noroeste do estado do Ceará.

2. REFERÊNCIAL TEÓRICO

2.1 Quintais produtivos: tecnologia social para o desenvolvimento rural

Os quintais produtivos se classificam como uma tecnologia social que visa promover a segurança alimentar e nutricional e o desenvolvimento rural sustentável (LEONEL, 2010; ABRANTES, 2015). No Brasil, o termo quintal produtivo é utilizado para definir os espaços adjacentes as residências onde as famílias agricultoras desenvolvem algumas atividades agropecuárias, valorizando os seus saberes culturais e tradicionais (FERREIRA, 2018).

Caracterizam-se principalmente pela diversificação dos cultivos, representados pela variedade de frutas, legumes, verduras e ervas medicinais que contribuem para subsistência, segurança alimentar e nutricional e segurança socioeconômica das famílias (MARINHO, 2017). A importância desses espaços perpassa o aspecto alimentar, uma vez que as atividades realizadas também contribuem para a melhoria da sustentabilidade social, econômica e ambiental (FERREIRA, 2018).

Uma produção mais diversificada, de acordo com os anseios locais, contribui para a segurança e soberania alimentar e nutricional das famílias, pois na própria residência encontra-se disponível uma variedade alimentícia em quantidade e qualidade que pode tanto ser incorporada na dieta usual, quanto comercializada em feiras livres ou por intermédio de outros meios (SOUSA, 2019).

Ressalta-se, portanto, a contribuição dos quintais para a manutenção do bem-estar principalmente daquelas famílias que apresentam níveis de renda e escolaridade mais baixos. Ao produzirem seus próprios alimentos garantindo parte das suas cestas básicas mensais, agricultores e agricultoras familiares conseguem permanecer no campo, evitando ciclos longos e intensos de êxodo rural para os centros urbanos (CARNEIRO *et al*, 2013).

Nesse contexto, a produção resultante desse local tem a função primordial de atender as necessidades do âmbito familiar, facilitando o acesso aos alimentos afim de suprir as suas exigências nutricionais (FERREIRA, 2018). Para isso, têm-se implementação de cultivos biodiversos, focados principalmente nas espécies alimentícias que promovem o acesso e a melhoria da qualidade alimentar das famílias produtoras e consumidoras, incentivando também a conservação do meio ambiente (SILVA, 2019).

Observa-se a independência desse sistema a utilização de insumos externos, uma vez que os recursos utilizados são predominantemente originados dentro da comunidade. Assim, infere-se sobre a sustentabilidade desse ambiente, devido a sinergia existente e o destino dos alimentos produzidos, sendo gerenciados para ao autoconsumo, priorizando a função do espaço rural de reprodução familiar (CARNEIRO *et al*, 2013).

Como potencialidades, esses espaços extrapolam as questões produtivas, contribuindo para a promoção da saúde, reponsabilidade ambiental, influenciando também nos aspectos socioeconômico, cultural, político e ético (SOUSA, 2016). Além disso, apresentam-se como

espaços de promoção e manutenção da sustentabilidade em suas múltiplas dimensões, atuando como percussor na valorização da autonomia e soberania local (DO CARMO, 2018).

Nesse contexto, os quintais produtivos possuem papel crucial para o fortalecimento da agricultura familiar, a partir da complementação do uso da terra e autonomia produtiva (FERREIRA, 2018). Esse ambiente representa ainda uma importante tecnologia social, principalmente no contexto do semiárido, promovendo a saúde das famílias a partir da produção e consumo de alimentos mais saudáveis (SOUSA, 2016).

2.3 Multifuncionalidade da produção agrícola familiar nos quintais produtivos

Dentre as potencialidades promovidas pelos os quintais produtivos, destaca-se a valorização da multifuncionalidade de agricultura familiar, representada por quatro dimensões: concepção socioeconômica dos agentes envolvidos; promoção da segurança alimentar; manutenção do aspecto sociocultural; preservação dos recursos naturais e da paisagem rural (CAZELLA, 2009).

Essa ideia de multifuncionalidade rural extrapola a contribuição e potencialidades da agricultura familiar, focada apenas na geração de matérias primas bens e produtos, ao considerar os aspectos sociais e o papel do agricultor e da agricultora na preservação ambiental, na promoção da sustentabilidade e na manutenção da dimensão cultural, de acordo com a realidade local (CAZELLA, 2009).

Quando se analisa de forma detalhada a produção nos quintais produtivos, observa-se que alguns dos manejos empregados pelas famílias estão diretamente relacionados com a promoção dessa multifuncionalidade: Os bancos de sementes preservados garantem a defesa dos recursos genéticos locais; os reservatórios de água coletivas, como açudes, atuam como estratégias para o fornecimento de água, principalmente durante os períodos de estiagem; e os fundos de pasto promovem a utilização coletiva da terra, dos recursos e a preservação da vegetação nativa presente (SABOURIN, 2008).

As múltiplas funções dos quintais produtivos são melhor visualizadas quando o analisa minuciosamente a partir das dimensões citadas anteriormente. Assim, observa-se a presença dos seguintes aspectos: geração de renda; promoção de uma fonte alimentar segura, contribuindo para a soberania e segurança alimentar e nutricional; proteção ambiental, através da conservação da agrobiodiversidade e utilização de práticas e manejos que preservam os recursos naturais. Além disso, representam um espaço de convívio social, que proporciona a integração e diálogo de saberes dentro das famílias e da comunidade (DO NASCIMENTO; GUERRA, 2014).

Associado ao a multifuncionalidade está o termo pluriatividade, definido como “a combinação de uma ou mais formas de renda, ou inserção profissional dos membros de uma mesma família” (SCHNEIDER, 2003). Relacionando os dois termos, percebe-se que ambos atuam com uma estratégia conjunta que permite a melhoria da condição de vida dos indivíduos envolvidos, proporcionando benefícios que afetam toda a sociedade (MACHADO; CAUME, 2008).

Assim, as políticas e demais iniciativas voltadas para a agricultura familiar devem considerar os conceitos utilizados, reorientando seus significados para a promoção de um ambiente agrário sustentável que garanta a manutenção, o desenvolvimento e a qualidade de vida das famílias rurais (MACHADO; CAUME, 200),

Diante disso, é importante haver a valorização do papel multifuncional dos quintais produtivos, já que como consequências desse processo, há a conservação da agrobiodiversidade, a preservação do agroecossistema, das comunidades tradicionais e agricultores familiares, e o fortalecimento de ações que contribuem para o desenvolvimento e sustentabilidade (AMARAL, 2014).

3. MATERIAL E MÉTODOS

Esse estudo foi desenvolvido no Assentamento Vida Nova/Aragão, localizado no município de Miraíma, região noroeste do estado do Ceará. Fundado em 1995, possui 1.266,182 hectares que comportam 47 famílias, sendo 41 assentadas e 6 agregadas.

A principal fonte de renda fixa local provém das políticas de transferência de renda, destacando-se o Programa Bolsa Família. Algumas famílias também escoam o excedente das suas produções agropecuárias e se dedicam ao extrativismo da carnaúba no segundo semestre do ano. O manejo utilizado foca na sustentabilidade do agroecossistema, sendo utilizados principalmente defensivos agrícolas alternativos (extrato de plantas) e compostos orgânicos.

Das 47 famílias residentes no assentamento, 19 possuíam quintais produtivos enquanto 11 não possuíam. Os dados foram obtidos em outubro de 2019, um período de intenso trabalho nos carnaubais, por isso, alguns agricultores não se encontravam no assentamento. Para caracterizar a produção presente nos quintais, bem como pontuar suas potencialidades, implementou-se a estatística descritiva apresentando-se os dados obtidos através de gráficos.

Um diário de campo também foi utilizado para registrar as informações pertinentes à pesquisa. Além disso, diversos registros fotográficos foram utilizados, permitindo a descrição mais detalhada dos espaços observados e da leitura de paisagem realizada.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO⁶

5.1 Caracterização dos quintais produtivos

Observou-se que os quintais estão localizados na área externa às residências, próximas ao ambiente familiar. Em média são destinados 0,5ha para essas atividades com 3,6 horas de trabalho diárias. Na maioria das famílias entrevistadas (52,6%) o papel do homem sobressai o da mulher nas atividades de manutenção dos quintais. A responsabilidade da mulher e dos filhos só foi observada em 21,1% dos entrevistados. As 11 famílias que não possuem essa tecnologia social afirmam que a falta de tempo e as dificuldades de acesso aos insumos necessários a produção, principalmente água no período de seca, são os principais motivos limitantes.

Figura 01 - Apresentação do quintal produtivo.



⁶ Resultados frutos de recente monografia submetida ao curso de graduação em agronomia, em 2019, junto a Universidade Federal do Ceará.



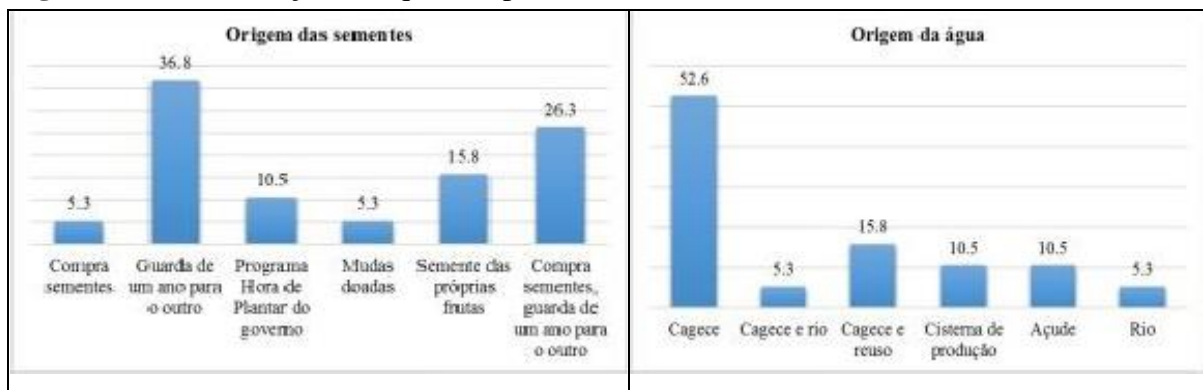
Fonte: NOBRE, F. E. C., 2019, p. 39.

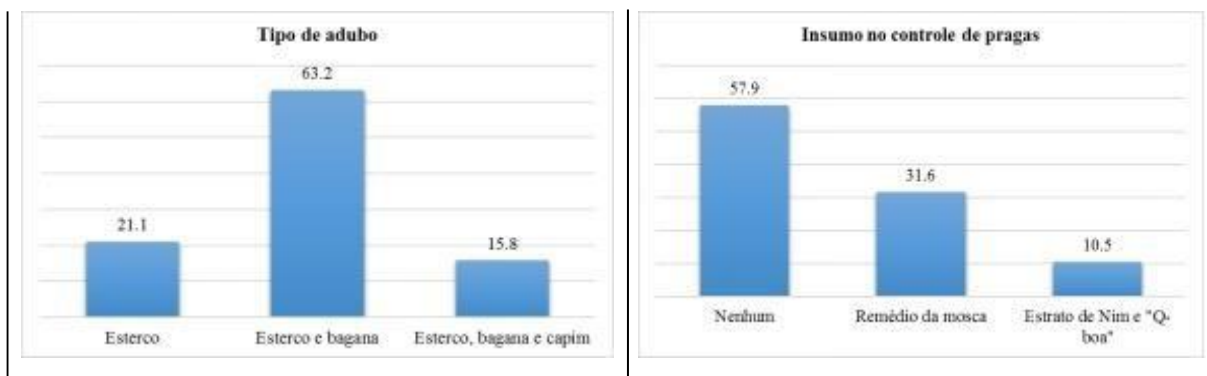
A figura a seguir apresenta informações sobre os insumos utilizados desde a implementação até a contínua manutenção da produção dos quintais. As sementes utilizadas nesse processo são originadas da própria produção, reutilizadas de um ano para o outro, ou obtidas através do Programa Hora de Plantar, principalmente as sementes de milho e feijão. Essa prática comum e que perpassa por gerações contribui para a manutenção da biodiversidade local e consequentemente, para a preservação de um potencial genético valioso.

Por estarem localizados tão próximos a residência a água utilizada na irrigação é proveniente principalmente da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – Cagece, associada muitas vezes com a água de reuso. Em seguida, há a predominância da utilização de cisternas de produção, dos tipos barreiro e trincheiro. É relevante destacar que independentemente do método utilizado, 84,7% dos entrevistados reconhecem a qualidade da água empregada como boa, enquanto 94,7% avaliam como suficiente no quesito quantidade.

Com relação as práticas de adubação e o manejo de pragas e doenças, observa-se a responsabilidade ambiental das famílias ao optarem por adubos orgânicos e defensivos alternativos. Nesse contexto, há a predominância do emprego de bagana de carnaúba associada com esterco, sendo comum também utilizar apenas o esterco, ou a junção esterco, bagana e capim. Com relação aos defensivos, quando se é necessário utiliza-se apenas o “remédio da mosca”, ou “remédio azul”, bem como o extrato de algumas plantas como o de nim indiano (*Azadirachta indica*).

Figura 2- Caracterização dos quintais produtivos.



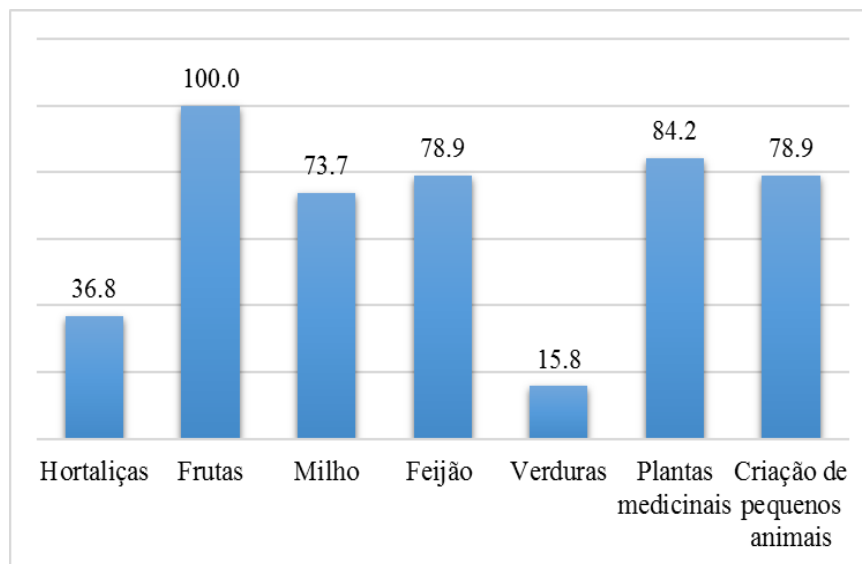


Fonte: NOBRE, F. E. C., 2019, p. 40.

Com relação as variedades produzidas, como demonstra a figura 3, observa-se principalmente o cultivo de espécies frutíferas, plantas medicinais, feijão, milho e hortaliças associadas com a criação de pequenos animais. As principais frutas produzidas são: banana, goiaba, acerola, limão, seriguela, mamão e caju; ervas medicinais: cidreira, boldo, capim-santo e malva; hortaliças: coentro e cebolinha e pequenos animais: Suínos e aves (galinhas e patos).

A produção e conseqüentemente o consumo de uma variedade de espécies contribuem para a melhoria da condição alimentar das famílias. É importante que a quantidade ingerida seja condizente com a produção, bem como suficiente para suprir as exigências nutricionais e pessoais de cada indivíduo. Nesse contexto, ao fornecer pelo menos os alimentos básicos (feijão, ovos, frutas legumes e verduras) os quintais impactam positivamente o consumo alimentar, permitindo a superação ou redução das condições de insegurança alimentar (CARNEIRO, 2020).

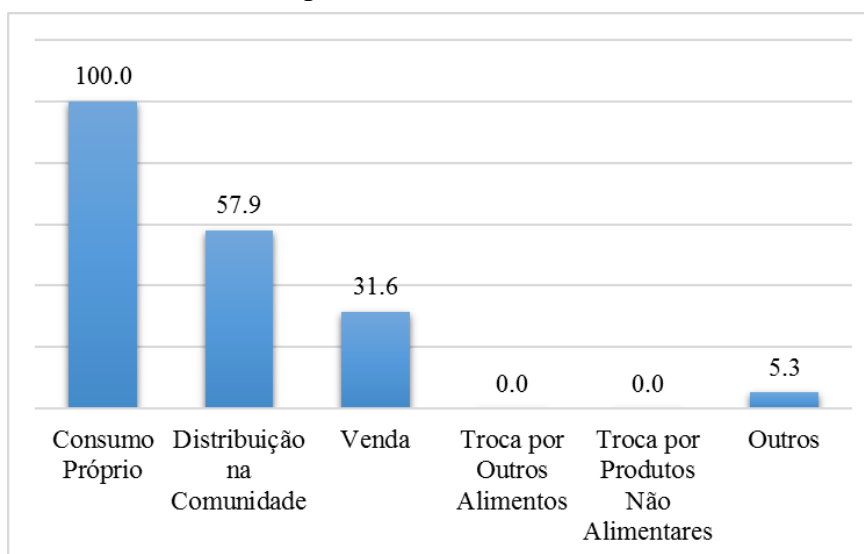
Figura 3- Principais produtivos cultivados/produzidos no assentamento.



Fonte: NOBRE, F. E. C., 2019, p. 42.

Com relação a destinação dos alimentos produzidos, têm-se que a maior parte da produção se mantém no próprio assentamento, seja através do autoconsumo ou da distribuição dentro entre as famílias. Observa-se que a venda do excedente também ocorre de forma expressiva, contribuindo direta ou indiretamente para a melhoria da renda das famílias. Entretanto, o escoamento da produção ainda é uma limitação reconhecida, sendo necessário a adoção de medidas participativas para reverter essa realidade.

Figura 4- Destino dos alimentos produzidos.



Fonte: NOBRE, F. E. C., 2019, p. 42.

Destaca-se, portanto, a importância dos quintais para a promoção da multifuncionalidade da agricultura familiar (como demonstra a figura anterior), uma vez que os alimentos e produtos originados desse local podem ser consumidos in natura, beneficiados e transformados em outros produtos, reutilizados no próprio sistema, trocados e doados na comunidade e comercializados.

Nesse cenário, promover a implementação e o manejo dos quintais produtivos contribuem para o fortalecimento e o desenvolvimento do assentamento, representando uma alternativa de geração de renda e autonomia socioeconômica. Através da comercialização da produção excedente, garante-se o surgimento de rendimentos importantes para a manutenção das famílias. Segundo Silva (2019) essa renda extra é proveniente através da combinação de dois fatores: diversidade de espécies cultivadas e venda do excesso após o autoconsumo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os quintais produtivos também atuam como agentes importantes para o desenvolvimento e manutenção da sustentabilidade local. Ao gerar uma fonte de renda direta ou indireta, a partir da comercialização do excedente, apresenta-se como uma estratégia para o enfrentamento da pobreza e manutenção da população do campo. O ambiente produtivo ainda possibilita o cultivo e interação de diferentes espécies, que controlam ou inibem o aparecimento de pragas potenciais e favorece a ciclagem de nutrientes.

Torna-se importante expandir as experiências positivas das próprias famílias para as demais, incentivando uma produção agrícola que além de focar no autoconsumo, promova a organização da comunidade. O acesso a alimentos livres de agrotóxicos e frutos da sua própria produção, representa uma grande conquista na luta pela autonomia e liberdade, principalmente no contexto de um assentamento rural.

Nesse contexto, os quintais produtivos representam uma estratégia para a promoção da autonomia social, soberania alimentar e redução da pobreza. Para isso, é fundamental a criação e manutenção de políticas públicas voltadas para a multiplicação dos quintais produtivos, especialmente no contexto do semiárido brasileiro, uma vez que os benefícios gerados contribuem para o fortalecimento do desenvolvimento sustentável.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANTES, K. K. de J.; PAULA, L. A. M. de; ESMERALDO, G. G. S. L.; ARAÚJO, J. A. de; MONTE, F. C. D. Tecnologia social quintal produtivo - uma estratégia para o Desenvolvimento Rural Sustentável. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 46, n. 4, p. 61-77, 2015. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/32823/1/2015_art_kkjbrantes.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2020.

AMARAL, C. N. do. **Multifuncionalidade e etnoecologia dos quintais de agricultores tradicionais da baixada cuiabana: agrobiodiversidade e segurança alimentar**. 2014. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/132887>>. Acesso em: 28 ago. 2020.

BAUMGARTEN, M. **Tecnologias sociais e inovação social**. Cattani AD, Holzmann L, organizadores. Dicionário de trabalho e tecnologia. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 302-304, 2006. Disponível em: <<http://projeccia.com.br/images/download/organizacional/Tecnologias-sociais-e-inovacao-social.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2020.

BEVILAQUA, K. A. **Pensando além da produção: uma análise da agricultura familiar como ferramenta de consolidação da sustentabilidade pluridimensional e da segurança alimentar**. 2016. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/148615>>. Acesso em: 14 ago. 2020.

CARNEIRO, F. F. **Práticas alimentares e estratégias de enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional de famílias em vulnerabilidade social**. 2020. Disponível em: <<https://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/41862/R%20-%20D%20%20DANIELA%20FERRON%20CARNEIRO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 29 ago. 2020.

CARNEIRO, M. G. R. et al. Quintais produtivos: contribuição à segurança alimentar e ao desenvolvimento sustentável local na perspectiva da agricultura familiar (O caso do assentamento Alegre, município de Quixeramobim/CE). **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 8, n. 2, p. 135-147, 2013. Disponível em: <<http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/rbagroecologia/article/view/10589/8902>>. Acesso em: 13 set. 2020.

CAZELLA, A. A. et al. **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Manuad X, 2009. Disponível em: <https://cursa.ihmc.us/rid=1188901167133_996607957_8434/LIVRO_FINAL.pdf#page=43>. Acesso em: 20 out. 2020.

DO CARMO, M. S. **O potencial dos quintais produtivos numa comunidade quilombola no território do recôncavo da Bahia**. 2018. Disponível em: <<http://200.128.85.17/bitstream/123456789/1562/1/180407%20TCC%20definitivo.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2020.

DO NASCIMENTO, E. C.; GUERRA, G. A. D. Quintais multifuncionais: a diversidade de práticas produtivas e alimentares desenvolvidas pelas famílias da comunidade quilombola do Baixo Acaraqui, Abaetetuba, Pará. **Revista IDEAS**, v. 8, n. 2, p. 7-40, 2014. Disponível em: <<https://revistaideas.ufrj.br/ojs/index.php/ideas/article/view/157/156>>. Acesso em: 30 ago. 2020.

FAO, OPS. **Panorama de la seguridad alimentaria y nutricional en América Latina y el Caribe. Santiago de Chile**, v. 107, 2017. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/CA2127ES/CA2127ES.pdf>>. Acesso: 01 set. 2020.

FERREIRA, O. M. F. **O uso dos quintais produtivos pela agricultura familiar na comunidade rural João Ferreira no município de Ribeirópolis-SE**. 2018. 65 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2018. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10679/2/ORTELINA_MAIARA_FARIAS_FERREIRA.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2020.

LEONEL, J. C. (2010). **Quintais para Vida: tecnologia social no semiárido. Fortaleza: CETRA**, 2010.

LOPES, K. C. S. A.; BORGES, J. R. P.; LOPES, P. R. Percepção ambiental de agricultores familiares assentados como fator preponderante para o desenvolvimento rural sustentável. **Cadernos de Agroecologia**, v. 6, n. 2, 2011. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/11112>>. Acesso em: 03 ago. 2020.

MACHADO, A. G.; CAUME, D. J. **Multifuncionalidade e pluriatividade como alternativas de desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil**. 2008. Disponível em: <<https://ageconsearch.umn.edu/record/108090/>>. Acesso em: 14 ago. 2020.

MARINHO, K. **A importância socioambiental do quintal produtivo no bairro São José Operário, Parintins-AM: um estudo nas ruas Coronel Barreto Batista e Raimundo Almada**. 2017. Disponível em: <<http://177.66.14.82/handle/riuea/701>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

MWALUPASO, G. E. et al. Ameliorating Food and Nutrition Security in Farm Households: Does Informatization Matter?. **Sustainability**, v. 12, n. 2, p. 522, 2020. Disponível em: <<file:///C:/Users/Usuario/Downloads/sustainability-12-00522.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2020.

SABOURIN, E. Multifuncionalidade da agricultura e manejo de recursos naturais: alternativas a partir do caso do semi-árido brasileiro. **Tempo da Ciência**, p. 57-72, 2008. Disponível em: <<https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-02862272/document>>. Acesso em: 16 out. 2020.

SCHENEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SILVA, J. R. S. da. **Caracterização socioeconômica e ambiental de quintais urbanos em Marituba, Estado do Pará**. Orientador: Marcos Antônio Souza dos Santos; Antônia do Socorro Aleixo Barbosa. 2019. 40 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Agronomia) – Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus Belém, PA, 2019. Disponível em: <<http://bdta.ufra.edu.br/jspui/handle/123456789/1225>>. Acesso em: 03 set. 2020.

SOUSA, E. P. de O. et al. **Quintais produtivos na agricultura familiar: caracterização e participação nas compras governamentais no município de Apodi/RN**. 2019. 77f. Monografia (Licenciatura Interdisciplinar em Educação Do Campo) - Universidade Federal Rural do Semiárido CE, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufersa.edu.br/bitstream/prefix/3315/2/ElainePOS_MONO.pdf>. Acesso em 03 set. 2020.

SOUSA, F. C. R. de. **Quintais produtivos no assentamento palmares: um resgate de saberes, sabores e beleza.** (2016). 165 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/ens-35035>>. Acesso em: 30 ago. 2020.

STOFFEL, J. A.; COLOGNESE, S. A.; DA SILVA, R. N. B. A sustentabilidade na agricultura familiar e as formas de organização produtivas em contextos locais. **Tempo da Ciência**, v. 21, n. 42, p. 53-67, 2014. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/view/12626/8739>>. Acesso em: 24 ago. 2020.

STRATE, M. F.; DA COSTA, S. M. Quintais produtivos: contribuição à segurança alimentar e ao desenvolvimento sustentável das mulheres rurais no RS–Brasil/Productive quintais: contribution to food safety and sustainable development of rural women in RS–Brazil. **Brazilian Journal of Development**, v. 4, n. 7, p. 3732-3744, 2018. Disponível em: <<https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/387>>. Acesso em: 09 ago. 2020.

ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO ASSENTAMENTO SABIAGUABA – CEARÁ

Francisco Tavares Forte Neto¹

Francisca Érica Cardoso Nobre²

Ana Vitória de Araújo Pereira³

Mariana Gomes Vieira⁴

RESUMO

Ao longo da história foi possível observar que a busca por capital monetário desencadeou diversas problemáticas em diferentes dimensões. Emergiu, a partir daí, reflexões que visavam buscar formas de desenvolvimento sustentável. Porém, a população rural possui demandas e questões diferenciadas da urbana, sendo necessárias ações governamentais e atividades internas que visem simultaneamente o progresso econômico, preservação ambiental e melhorias de cunho social. Neste contexto, o presente estudo busca elencar e analisar as diferentes alternativas de desenvolvimento rural sustentável executadas pelas famílias residentes no Assentamento Sabiaguaba, uma comunidade rural localizada na região noroeste do estado do Ceará, no município de Amontada. A pesquisa tem caráter multidisciplinar e abordagem qualitativa, na qual teve como metodologia a Análise e Diagnóstico dos Sistemas Agrários (ADSA), composta por etapas progressivas capazes de analisar a complexidade de comunidades rurais com um enfoque holístico. Foram explanadas algumas práticas desenvolvidas pelos assentados e assentadas, consideradas sustentáveis em distintas dimensões, dentre elas destacam-se o turismo rural comunitário, a pesca artesanal, o empreendedorismo feminino e os quintais produtivos. Tais atividades resultam em benfeitorias observadas nos âmbitos econômico, social e ambiental, que compõem o tripé da sustentabilidade. Dessa forma, levantamentos como este destacam a importância de discutir as alternativas que podem promover de fato o desenvolvimento sustentável em comunidades rurais.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável. Assentamento rural. Comunidades rurais.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história foi possível observar o progresso humano ocorrer de forma lenta, porém, esse processo foi intensificado no período pós-guerra, com a aceleração das atividades antrópicas, que visavam de maneira frenética o crescimento econômico, através do sistema capitalista. A expansão da economia foi e ainda é subsidiada pela

¹Engenheiro Agrônomo e Mestrando em Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFC), E-mail: netofortee@gmail.com;

²Engenheira Agrônoma e Mestranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFC), E-mail: ericacn8@gmail.com;

³Engenheira Agrônoma e Mestranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFC), E-mail: vitoria_cic@hotmail.com;

⁴Graduanda em Agronomia (UFC), E-mail: viemariana@gmail.com.

exploração desenfreada dos recursos naturais, caracterizada por não respeitar a capacidade de suporte e o período de resiliência do planeta (MARTINE; ALVES, 2015).

É evidente que o crescimento econômico desencadeou diversas problemáticas de ordem ambiental, social e econômica. Neste contexto, emerge, na década de 1960, a ascensão do debate de ambientalistas com relação a degradação ambiental e a busca por fontes alternativas na geração de energia. Assim, surgem dois conceitos muito importantes para a questão ambiental, o “Ecodesenvolvimento” em 1972, durante a Conferência de Estocolmo, e logo depois, em 1987, o termo “Desenvolvimento Sustentável” (mais utilizado), junto à elaboração do relatório Brundtland (MONTIBELLER FILHO, 1993).

Neste sentido, Barbosa (2008) conceitua o desenvolvimento sustentável como o processo de expansão econômica, que simultaneamente atenta-se para questões ambientais e sociais, que estabelecem o tripé do desenvolvimento sustentável.

A partir do entendimento do histórico e do conceito de desenvolvimento sustentável, é possível compreender que os efeitos e demandas desse processo é diferente de acordo com a realidade de determinadas localidades. A população rural, por exemplo, possui problemáticas específicas, onde destacam-se conflitos relacionadas à posse de terras, inacessibilidade de mercados para escoamento da produção, falta de ações que incentivem a agricultura familiar e a pobreza.

As nítidas desvantagens da agricultura familiar em relação ao agronegócio motivaram uma série insatisfações populares no campo. Assim, na década de 1980 surgem os assentamentos rurais, como resultado da luta pela terra, representando uma possibilidade de territorialização (FERNANDES, 2000).

É válido salientar que a posse da terra é apenas uma das demandas que a população rural necessita, pois além do espaço físico, as famílias camponesas têm direito ao acesso à meios de estabelecimento e melhoria de vida. Assim, são necessárias a implementação de políticas públicas específicas para o campo, assim como a realização de iniciativas dos próprios assentamentos e comunidades que visem o desenvolvimento rural sustentável (SILVEIRA *et al.*, 2016).

Neste contexto, muitos assentamentos rurais implementam alternativas de desenvolvimento sustentável, e pode-se citar como um deles o Assentamento Sabiaguaba, que realiza diferentes atividades que visam o progresso embasado em aspectos sociais, econômicos e ambientais. Diante disso procurou-se realizar uma pesquisa de natureza interdisciplinar, motivada pelos seguintes questionamentos: quais as alternativas de desenvolvimento rural sustentável que são adotadas pelo assentamento anteriormente citado? Quais as reflexões oriundas dessas alternativas?

As motivações acima descritas estimularam a realização do presente estudo, cujo objetivo geral é elencar e analisar as diferentes alternativas de desenvolvimento sustentável executadas pelas famílias residentes no Assentamento Sabiaguaba.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Durante o período pós guerra notou-se um crescimento exponencial das atividades industriais e da busca por crescimento econômico das nações. Dessa forma, para sustentar o ritmo acelerado da expansão do capital os grandes empresários exploravam os recursos naturais com total negligência, tal fato foi responsável pela exaustão e degradação do meio ambiente (MARTINE; ALVES, 2015).

Os mesmos autores ainda reforçam que, como se não bastassem as graves problemáticas de cunho ecológico, tal avanço do sistema capitalista também

desencadeava muitas questões socioeconômicas, como o acentuamento das desigualdades, exploração da mão de obra, êxodo rural e subdesenvolvimento.

Neste cenário de problemas derivados das ações antrópicas em busca de lucro, emergem os debates do movimento ambientalista nos anos 1960, que apontavam a importância de discutir e reduzir a depleção dos recursos naturais, a busca por fontes alternativas de geração de energia e maneiras de diminuir a pobreza em escala global.

Assim, surge um conceito fundamental para o início do debate socioambiental, o Ecodesenvolvimento, que é caracterizado por Fernandez (2011) como:

[...] um novo estilo de desenvolvimento – o Ecodesenvolvimento – representava uma espécie de “terceira via”, colocando-se como uma alternativa à bipolarização que o debate então assumira: por um lado, a proposta do “crescimento zero” e, por outro, as reivindicações desenvolvimentistas dos países do terceiro mundo: seu “direito ao crescimento” (FERNANDEZ, 2011, p. 110).

Este termo foi proposto em 1972 pelo então secretário da Conferência de Estocolmo, que determinava que o Ecodesenvolvimento de uma localidade representasse o desenvolvimento endógeno, que tinha como objetivo harmonizar os interesses econômicos e sociais com uma gestão ecologicamente eficaz (MONTIBELLER FILHO, 1993).

Fernandez (2011) explica que, por sua vez, o conceito de desenvolvimento sustentável surgiu durante a elaboração do Relatório Brundtland – Our Common Future em 1987, e foi consolidado durante a Eco-92, realizada no Rio de Janeiro.

A definição mais aceita para desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro (World Wildlife Fund, 201-, n.p).

Segundo Layrargues (1997), o surgimento e difusão destes dois conceitos foram fundamentais para o debate das consequências advindas do processo de expansão econômica em diferentes âmbitos, principalmente no social e ambiental. A partir disso, foi possível o planejamento de projetos e ações que visem o desenvolvimento sustentável em sua integridade.

Mesmo com a gradativa ampliação do debate acerca do desenvolvimento sustentável, sabem-se que as consequências da busca desenfreada pelo acúmulo de capital, continuam a afetar grande parte da população mundial. Tais efeitos são refletidos de forma diferente de acordo com as especificidades da população, tais como poder aquisitivo, prismas ideológicos e até mesmo localização geográfica (SOUZA, 2019).

Dessa maneira, a população rural sofre cotidianamente com as investidas de grandes empresários do “agrobusiness”. São problemáticas que derivam-se de questões fundiárias, inacessibilidade de políticas públicas, não atendimento das necessidades básicas e inexistência de fonte de renda fixa (MALUF; MATTEI, 2011).

Diante deste cenário, Almeida (2005) relata que tais problemas causam insatisfação da população do campo, que começou a organizar-se para debater suas demandas. E a partir disso tem-se a gênese de muitos movimentos sociais do campo como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

Há um histórico de diversas lutas e reivindicações desses indivíduos. Destaca-se entre elas, a busca pela terra. Pois, apesar de ser uma pauta antiga (que acompanha a história do nosso país desde a sua colonização), a distribuição mais justa de terras no Brasil está longe de ser uma realidade, pois não se encontrou um programa de reforma agrária realmente eficaz para se modificar esse modelo de distribuição e exploração de terras (BATISTA, 2005).

Coca e Fernandes (2009) explanam a relevância da conquista da terra por meio da reforma agrária, que origina os assentamentos rurais, que ressignifica aquele espaço:

A conquista do assentamento rural faz parte de um processo de disputa territorial que garante a reprodução do modo de vida camponês, permitindo o acesso à terra a trabalhadores que anseiam não se sujeitar ao modo capitalista de produção. Por isso, o assentamento não é simplesmente a concessão de um pedaço de terra a camponeses com pouca ou sem terra, e sim um território onde se desenvolvem relações de vida e produção diferentes das do capital (COCA; FERNANDES, 2009, p.8).

Vale ressaltar que a conquista da terra, caso não esteja acompanhada de alternativas de estabelecimento destas famílias, não resulta na melhoria de vida dessas pessoas. Neste sentido, emerge a necessidade de ações governamentais (políticas públicas) que sejam específicas para a população rural (MIELITZ NETO; MELO; MAIA, 2010). Segundo o extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (2013), algumas iniciativas e projetos obtiveram resultados satisfatórios, dentre os quais podemos destacar o: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

A implementação de tais políticas públicas foi fruto da luta dos movimentos sociais, e objetivam melhorar as condições de vida dessas famílias, e assim almejam o desenvolvimento sustentável (ALMEIDA, 2005). Porém, mesmo com essa ajuda de programas governamentais, os assentamentos e comunidades rurais possuem atividades internas que também possuem o mesmo propósito, sendo assim denominadas de alternativas para o desenvolvimento rural sustentável.

Fazer a transição para o desenvolvimento rural sustentável depende da motivação e construção de consensos, mediados por uma relação democrática e com diálogo entre a política ambiental e as populações rurais. A transição para a sustentabilidade do rural é entendida e conduzida como parte estruturante do projeto de desenvolvimento nacional em curso, cujo objetivo central é assegurar o crescimento econômico com redução das desigualdades sociais, da pobreza e da fome, com conservação dos recursos naturais e da capacidade produtiva dos ecossistemas. O desafio é duplo: por um lado, reverter o estágio atual de degradação dos ecossistemas provocada pela agropecuária, e por outro, mas ao mesmo tempo, promover, difundir e consolidar formas e estilos do sistema produtivo agrosilvopastoril e desenvolvimento rural praticados em bases sustentáveis (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 201-, n.p).

Dessa forma, muitas ações podem ser realizadas dentro dos assentamentos e comunidades rurais, com o propósito de promover fonte de renda para as famílias, e que ao mesmo tempo tenha um viés interdisciplinar, que atenta-se também para pautas sociais e ambientais (MÁLAQUE; ARAÚJO JUNIOR, 2018). São inúmeras as possibilidades de execução de alternativas que almejam o desenvolvimento sustentável, elas podem variar

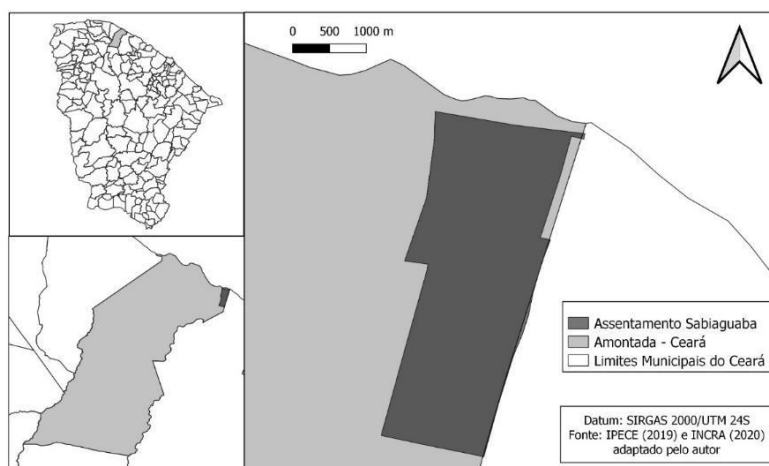
de acordo com os sujeitos envolvidos, localização geográfica, organicidade e disponibilidade de capital natural e monetário.

3 METODOLOGIA

3.1 Descrição da área de estudo

O estudo foi realizado no Assentamento Rural Sabiaguaba, localizado no município de Amontada, região noroeste do Ceará há cerca de 205 km da capital Fortaleza. Foi fundado na década de 1980, após conflitos derivados da especulação imobiliária na região, tal processo foi intermediado pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária – Incra e possui extensão de 718 hectares. Atualmente é composto por três comunidades, Caetanos de Cima, Matilha e Pixaim, possui cerca de 200 famílias, entre assentadas (famílias que possuem cadastro) e agregadas (famílias sem cadastro).

Figura 1. Localização do Assentamento Sabiaguaba.



Fonte: IPECE (2019) e INCRA (2020) adaptado pelo autor.

3.2 Origem dos dados

Os dados analisados na presente pesquisa foram de origem primária, obtidos por meio da utilização de duas técnicas distintas de coleta de dados: i) a metodologia de Análise Diagnóstico do Sistemas Agrários (ADSA) proposta por Dufumier (2007), que é formada por etapas progressivas, tal metodologia busca estudar a complexidade dos assentamentos e comunidades rurais através de um enfoque holístico, e ii) por meio de metodologias participativas nas quais foram utilizadas ferramentas como rodas de conversas, entrevista semiestruturada e a realização de uma linha do tempo junto às famílias, com o intuito de coletar o máximo de informações necessárias para subsidiar as análises e os resultados do estudo.

3.3 Abordagem da Análise

No presente escrito, a metodologia teve por base uma abordagem qualitativa, na qual foram elencadas e analisadas as alternativas de desenvolvimento sustentável presentes na área de estudo, ressaltando seus efeitos numa perspectiva multidimensional.

As alternativas de desenvolvimento adotadas pelo assentamento foram analisadas sob uma perspectiva multidisciplinar, destacando-se os aspectos sociais, ambientais e econômicos, estes entendidos como o tripé de consolidação do desenvolvimento sustentável.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Alternativas de desenvolvimento rural sustentável realizadas no Assentamento Sabiaguaba

4.1.1 “Restaurante das Mulheres”

O restaurante das mulheres é o resultado da luta do grupo de mulheres da comunidade Caetanos de Cima do Assentamento Sabiaguaba. Localizado na beira-mar, foi iniciado como forma de resistência à especulação imobiliária de grupos de empresários interessados na região. A partir disso muitas reuniões auto-organizadas eram realizadas entre as mulheres, que viam em seus cotidianos desigualdade de gênero e inacessibilidade de espaços de tomadas de decisão dentro do assentamento.

Neste contexto, Forte Neto, Souza e Gomes (2019) explanam que questões de gênero são muito comuns na realidade camponesa, que por muitas vezes as mulheres não possuem protagonismo dentro de assentamentos e comunidades rurais, assumindo um papel reducionista de apenas auxílio ao marido na agricultura ou atividades produtivas. Dessa forma, se faz necessário a ampliação do debate acerca do assunto, que gere o empoderamento dessas mulheres e que elas mesmas comecem a participar das discussões e decisões inerentes à localidade que residem.

Diante disso, o grupo de mulheres do Assentamento Sabiaguaba notou a necessidade de buscar uma alternativa que complementasse a renda de suas famílias e, ao mesmo tempo, pudesse ser um espaço de desconstrução da perspectiva patriarcal e o estimulasse o empoderamento feminino. Então, em 1997 foram iniciadas as atividades da “Barraca das Mulheres”, que posteriormente viria se chamar “Restaurante das Mulheres”.

Figura 2. A e B Restaurante das Mulheres.



Fonte: VIEIRA, M.G, 2019.

Atualmente o grupo é composto por 12 mulheres, que se dividem entre as atividades de seus lares, quintais produtivos e as demandas do restaurante. Em seus relatos as mulheres revelam que foram desacreditadas pelos próprios maridos, porém, reconhecem que debater gênero é um processo de constante aprendizado e que a persistência na manutenção do restaurante é uma forma de resistência ao machismo.

Dessa forma, o “Restaurante das Mulheres” é uma iniciática que merece destaque pela geração de renda (o lucro é dividido entre as participantes), reflexão social (pela representatividade, discussões e mensagem de empoderamento) e conservação ambiental (o grupo iniciou para como resistência a especulação imobiliária, o que alteraria o ecossistema) para a localidade. Assim, enquadrando-se nas premissas do desenvolvimento sustentável.

Figura 3 A, B e C. Mensagens empoderadoras presentes no Restaurante das Mulheres.



Fonte: VIEIRA, M.G, 2019.

4.1.2 Quintais Produtivos

Os quintais são cenários de produção agropecuária muito comuns em diversos assentamentos e comunidades rurais. Segundo Pedrosa (2016), caracterizam-se por fazerem parte da paisagem de uma pequena propriedade e são espaços de desenvolvimento da agricultura familiar. Geralmente ficam no quintal próximo à casa da família e possuem rica diversidade de plantas, como hortaliças, medicinais, frutíferas, ornamentais e leguminosas.

No Assentamento Sabiaguaba a maioria das residências possuem quintais produtivos, nos quais a produção é destinada ao autoconsumo e o excedente é destinado à comercialização, ou a políticas governamentais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Figura 4 A e B. Quintais produtivos do Assentamento Sabiaguaba.



Fonte: VIEIRA, M. G, 2019.

Outra característica dos quintais de Sabiaguaba é a não utilização de agroquímicos, o que reforça a ideia de sustentabilidade, tendo em vista as consequências que uso destes

insumos pode ocasionar, como prejuízos ao solo (aspectos físicos, químicos e biológicos), a biodiversidade e à saúde dos agricultores e consumidores.

Dessa forma, os quintais produtivos podem ser considerados ótimas alternativas de desenvolvimento rural sustentável, pois geram um complemento de renda, garante a segurança alimentar, geram organicidade de grupos para à participação de programas governamentais e não utilizam insumos sintéticos na produção.

4.1.3 *Turismo rural comunitário*

A modalidade de turismo comunitário surgiu como resposta aos impactos negativos trazidos pelo turismo convencional, e tem mostrado que a atividade pode ser realizada dentro das premissas da sustentabilidade (LOBO, 2017).

Pode-se conceituar o turismo comunitário como uma forma de visitação protagonizado pela comunidade, que gera benefícios coletivos e promove experiências interculturais, qualidade de vida, utilização sustentável e educativa dos espaços e a valorização da história e cultura dessas populações (BERALDO, 2018).

Neste contexto, o Assentamento Sabiaguaba participa da Rede Tucum (Rede de Turismo Comunitário), fundada em 2008, por grupos de comunidades da zona costeira do estado. Tem como objetivo proporcionar renda para a comunidade, assim como oportunizar os visitantes uma maneira diferente de conhecer a localidade.

A Rede Tucum possibilita aos turistas a convivência com ambientes preservados, o conhecimento dos costumes de uma comunidade tradicional e a realização de intercâmbios culturais. O respeito mútuo e à natureza é uma premissa dessa modalidade de turismo, assim, favorece a valorização da biodiversidade, do histórico e das atividades tradicionais como a agricultura familiar e a pesca artesanal.

Os hóspedes ficam em anexos construídos nas casas dos próprios agricultores, e de maneira participativa constroem os roteiros dos dias de visita. Muitas atividades são desenvolvidas, como caminhadas em trilhas ecológicas, visita aos quintais produtivos, ida aos espaços culturais, passeio de jangada com os pescadores do assentamento, dentre outras.

Figura 5 A e B. Anexos de acolhimento dos turistas da Rede Tucum em Sabiaguaba.



Fonte: REDE TUCUM, 2018.

Esta atividade é enquadrada como alternativa de desenvolvimento rural sustentável por basear-se numa perspectiva holística, que simultaneamente promove ganhos econômicos, sociais e ambientais. Sendo a troca de vivências entre pessoas de diferentes nichos e a valorização do ecossistema e da cultura local o maior diferencial dessa forma de praticar o turismo.

4.1.4 Pesca Artesanal

Para a caracterização da pesca artesanal brasileira são levados em consideração fatores sociais, econômicos e ambientais de cada região. Opõem-se à atividade de pesca em larga escala, que utiliza ferramentas tecnológicas com altos investimentos, que está acessível apenas para uma classe capitalista (SANTOS, 2012).

Os pescadores do Assentamento Sabiaguaba desenvolvem essa atividade antes mesmo da fundação do assentamento. A pesca artesanal é uma tradição passada geração a geração que visa o incremento de renda assim como a valorização das técnicas tradicionais e a preservação do ecossistema.

Figura 6 A e B. Pesca Artesanal do Assentamento Sabiaguaba.



Fonte: SOUSA, A. V, 2018.

Os pescadores atentam-se para os períodos de defeso mesmo que não pesquem em grandes proporções o que demonstra uma preocupação com a biodiversidade local. Além disso, os pescadores podem relatar suas vivências e mostrar suas técnicas nas atividades do turismo comunitário da Rede Tucum (mencionada anteriormente).

A partir dessa análise é possível caracterizar a pesca artesanal do Assentamento Sabiaguaba como uma atividade baseada no desenvolvimento rural sustentável por ter um cunho cultural, gerar renda e ainda ressaltar a importância da preservação dos serviços ecossistêmicos (de provisão, regulação e culturais).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, o estudo mostrou que o anseio para alcançar o desenvolvimento é uma questão que engloba diversas áreas, e deve ser vista por um

prisma multidimensional. E os efeitos desse processo são refletidos nos sujeitos de forma diferente de acordo com suas características como classe social e localização geográfica, sendo a população rural muito afetada com variáveis como conflitos fundiários e inacessibilidade de melhores condições de vida.

O Assentamento Sabiaguaba mostrou uma primorosa organicidade sociopolítica, pois além de ser beneficiário de diversas políticas públicas, buscou em ações do cotidiano, meios para o desenvolvimento endógeno da localidade.

Assim, foram elencadas as principais atividades realizadas pelas famílias residentes no assentamento, que revelaram a sua importância em diversas perspectivas. Dessa forma, o empreendedorismo do “Restaurante das Mulheres”, a manutenção dos quintais produtivos, a realização do turismo comunitário e da pesca artesanal no assentamento são nitidamente formas de promoção do desenvolvimento rural sustentável, pois além de representarem uma fonte de renda, mostram outras benfeitorias, como a valorização da cultura local, reflexão quanto às questões sociais, manutenção da identidade da população tradicional e a preservação do meio ambiente.

Contudo, o Assentamento Sabiaguaba merece destaque por sua resiliência e criatividade, que aliou suas demandas às noções de desenvolvimento sustentável. Assim, pode e deve servir de exemplo para outros assentamentos e comunidade rurais, de como gerar renda sem fechar os olhos para as questões sociais, culturais e ambientais.

6 REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. F. R. 2005 LUTAS SOCIAIS, DIREITOS E POLÍTICAS PÚBLICAS. **Rev. Pol. Públ.**, v. 9, n. 1, p.279-302, jul./dez. 2005.
- BARBOSA, G. S. O DESAFIO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Rev. Visões**, v. 1 ed. 4, n.4 - Jan/Jun, 2008.
- BATISTA, E.E. A espacialização (luta) e a territorialização (conquista) da terra de trabalho nos municípios de Londrina e Tamarana – PR. In: Simpósio Estadual Lutas Sociais na América Latina, 2005, Londrina. **Anais...** Londrina: PR, 2005.
- BERALDO, T. **Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais: Princípios e diretrizes.** 2016.
- COCA, E.L.F; FERNANDES, B.M. Assentamentos rurais: territórios do Território Cantuquiriguaçu, estado do Paraná. In: V Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 2009, Niterói. **Anais...** Niterói: RJ, 2009.
- DUFUMIER, M. **Projetos de desenvolvimento agrícola: manual para especialistas.** Salvador: UFBA, 2007.
- FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil.** Petrópolis, Vozes. 2000.
- FERNANDEZ, B. **Ecodesenvolvimento, Desenvolvimento Sustentável e Economia Ecológica: em que sentido representam alternativas ao paradigma de desenvolvimento tradicional?.** 2011. DOI: [10.5380/dma.v23i0.19246](https://doi.org/10.5380/dma.v23i0.19246) .
- FORTE NETO, F. T.; SOUZA, M. S.; VIEIRA, M. G. Análise e relato da oficina de beneficiamento de alimentos destinada às mulheres do Assentamento Vida Nova Aragão em Miráima-CE. In: III Colóquio Internacional de Feminismo e Agroecologia, 2019, Recife. **Anais...** Recife, v. 15, n. 3, 2020.
- LAYRARGUES, P. P. **Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito?.** 1997.

LOBO, P. N. M. O turismo comunitário como desafio ao desenvolvimento sustentável: o caso da Resex do Batoque, Aquiraz/CE. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 25-41, ago. 2017.

MÁLAQUE, Deborah de Meira; ARAUJO JUNIOR, Miguel Etinger de. Alternativas para desenvolvimento sustentável e a conciliação como o crescimento econômico: perspectivas históricas de influência do liberalismo. **Scientia Iuris**, Londrina, v. 22, n. 2, p.115-147, jul. 2018. DOI: 10.5433/2178-8189.2018v22n2p115. ISSN: 2178-8189.

MALUF, R.; MATTEI, L. Elementos para construção de uma agenda de políticas públicas para o enfrentamento da pobreza rural. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Org.). **Pobreza Rural: concepções, determinantes e proposições para a construção de uma agenda de políticas públicas**. Brasília: IICA, 2011. Cap. 01. p. 15-27. (Desenvolvimento Rural Sustentável) V Forum Internacional de Desenvolvimento Territorial.

MARTINE, G.; ALVES J. E. D. Economia, sociedade e meio ambiente no século 21: tripé ou trilema da sustentabilidade?. **Rev. bras. Est. Pop.**, Rio de Janeiro, v.32, n.3, p.433-460, set./dez. 2015.

MIELITZ NETO, C. G. A.; DE MELO, L. M.; MAIA, C. M. **Políticas públicas e desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (Brasil). **Políticas públicas para agricultura familiar**. Brasília: MDA, 2013. Disponível em:<http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/politicas_publicas_baixa.pdf>. Acesso em: 12 set. 2020.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (Brasil). **Desenvolvimento Rural**. Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural.html>>, Acesso em 11 set. 2020.

MONTIBELLER FILHO, G. ECODESENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL CONCEITOS E PRINCÍPIOS. **Rev. Textos de Economia**, Florianópolis, v. 4, a. 1, p. 131-142, 1993.

PEDROSA, R. A. **A importância dos quintais produtivos na economia familiar**. Dourados – MS, 2016.

SANTOS, M. P. N. et al. A Pesca enquanto Atividade Humana: Pesca Artesanal e Sustentabilidade. **Rev. de Gestão Costeira Integrada**. 2012.

SILVEIRA, F. G. et al. **Políticas públicas para o desenvolvimento rural e de combate à pobreza no campo**. Brasília, DF, 2016.

SOUZA, H. G. Efeitos do crescimento econômico e da desigualdade de renda sobre a pobreza no Brasil. **Econ. soc. territ** v.19 n.60 Toluca, mai./ago. 2019.

WORLD WILDLIFE FUND. **O que é desenvolvimento sustentável?**. Disponível em: <https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/desenvolvimento_sustentavel/> Acesso em: 11 set. 2020.

**AGRICULTURA FAMILIAR E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL NO VALE DO RIBEIRA:
O MANEJO DA PALMEIRA JUSSARA COMO ALTERNATIVA SUSTENTÁVEL.**

Gabriel Carvalho Grava Baptista
Fábio Grigoletto

Fábio Grigoletto, Doutor em Administração pública e governo (EAESP-FGV). Professor adjunto na UFSCAR, Campus Lagoa do Sino.

Gabriel Carvalho Grava Baptista, Cursando Administração na UFSCAR, Campus Lagoa do sino.

Centro de Ciências da Natureza (CCN) – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) Campus Lagoa do Sino.

Resumo

A capacidade de manutenção das condições necessárias à reprodução social da agricultura familiar, segmento relevante no contexto brasileiro tanto em termos demográficos como socioeconômicos, tem dependido de iniciativas como as políticas públicas de compras institucionais. Diante da instabilidade política, observada no país no período recente, e da emergência de problemas complexos como as mudanças climáticas e a erosão da biodiversidade como consequências da ação humana, ganham relevância alternativas que permitam combinar geração de renda e riqueza à conservação ambiental, especialmente aquelas que consigam congrega, ainda, efeitos redistributivos. Este trabalho apresenta resultados preliminares de uma pesquisa voltada à compreensão dos fatores condicionantes - facilitadores e complicadores - das possibilidades de estruturação da cadeia produtiva da polpa da palmeira Jussara no Vale do Ribeira. A partir de um estudo de caso duplo e de visitas exploratórias realizadas na primeira fase da pesquisa, foram identificadas como determinantes dessa possibilidade as dimensões das políticas públicas, da regulamentação e aspectos técnico produtivos

Palavras-chave: agricultura familiar; cadeia produtiva; palmeira jussara

1. Introdução

A agricultura familiar é o cultivo da terra realizado por pequenos proprietários rurais, tendo como mão-de-obra, essencialmente, o núcleo familiar. Segundo dados da ONU (2017) a agricultura familiar é muito importante, pois representa 84% das propriedades rurais e emprega pelo menos cinco milhões de famílias. Em termos econômicos, dados do censo agropecuário (IBGE, 2006) mostram que o valor anual da produção da agricultura familiar é de 54,5 bilhões de reais (33,2% do total) e o da agricultura não familiar é 109,5 bilhões (66,8% do total).

A região do Vale da Ribeira é formada por 29 municípios, sendo desses vinte e dois paulistas e sete paranaenses. Embora grandes produtores apresentem maior resiliência em relação às oscilações de mercado, como no caso dos bananicultores, comunidades formadas majoritariamente por agricultores familiares tem encontrado nas políticas públicas de compra institucional de alimentos, como o PNAE, a única opção viável para o escoamento de sua produção. Nos chamados mercados convencionais, essas famílias enfrentam situações constrangedoras impostas por intermediários e empresas atacadistas no que se refere aos preços e condições de pagamento praticadas (CHIODI, ALMEIDA e ASSIS, 2020).

Considerando a identificação da região como espaço de preservações dos maiores remanescentes da Mata Atlântica, o que a garante também a maior concentração de unidades de conservação do estado de São Paulo, torna-se relevante compreender não somente como garantir aos agricultores e agricultoras familiares as capacidades necessárias para a reprodução social de suas famílias, mas também de vislumbrar possibilidades de estruturação de cadeias produtivas que aliem a geração de renda à conservação ambiental.

Neste estudo, procuramos compreender as possibilidades de estruturação da cadeia produtiva da polpa extraída dos frutos da Palmeira Jussara, espécie endêmica do bioma e que encontra-se

Fábio Grigoletto, Doutor em Administração pública e governo (EAESP-FGV). Professor adjunto na UFSCAR, Campus Lagoa do Sino.

Gabriel Carvalho Grava Baptista, cursando Administração na UFSCAR, Campus Lagoa do Sino.

Centro de Ciências da Natureza (CCN) – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) Campus Lagoa do Sino.

atualmente ameaçada. A palmeira jussara (*Euterpe edulis*) é típica da Mata Atlântica Brasileira, sendo encontrada principalmente nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia (BORGES et al., 2011).

Segundo (REIS & KAGEYAMA et al., 2000) A palmeira jussara é considerada uma das espécies chave para o funcionamento do ecossistema em que vegeta, pois seus frutos, suas sementes e palmito são importantes para a sobrevivência de aves, roedores e macacos, desempenhando um papel importante na dinâmica florestal, pois os animais colaboram com a dispersão das sementes. De acordo com Troian (2009) Além da importância ecológica, a palmeira jussara possui relevante importância econômica e social, pois é amplamente utilizada na alimentação, na confecção de produtos artesanais, materiais de construção (ripas, escoras de andaimes e calhas), dentre outros. Atualmente, a principal forma de consumo dessa palmeira ocorre por meio da extração do seu palmito, representando uma opção de renda para muitas famílias de agricultores de comunidades tradicionais, como caiçaras, quilombolas e principalmente, indígenas.

Gerando um fruto muito similar ao açaí da Amazônia, a polpa extraída a partir dos frutos da palmeira de juçara, assume também aspecto semelhante à iguaria amazônica. A colheita é realizada sem causar danos à planta e toda a polpa produzida resulta na produção de sementes viáveis para plantio e repovoamento da espécie, sendo assim, um produto ecológico e com potencial econômico.

Segundo Melo (2007) As análises química, física e físico-químicas da polpa de juçara revelaram alto teor de fibras, em especial as insolúveis, grande percentual de lipídeos, antocianina, carboidratos e baixo teor de proteína. Já os minerais analisados nas amostras, o teor de potássio, cálcio, ferro, zinco, cobre, e manganês atendem grande parte das necessidades diárias recomendadas para o homem. Apesar dos seus benefícios, a polpa da juçara ainda é um produto desconhecido, então é importante analisar propostas para a inserção desse novo produto no mercado, que poderia ajudar a desenvolver tanto os agricultores familiares quanto a região do Vale da Ribeira.

Procuraremos apresentar os resultados preliminares de uma pesquisa que, através de um estudo de caso duplo, vem procurando identificar os fatores condicionantes à estruturação da cadeia produtiva da polpa da Palmeira Jussara. Até o momento, foram realizadas visitas exploratórias à dois bairros rurais localizados no município de Sete Barras (SP) onde existem agricultores familiares investindo no manejo dos frutos da Jussara: o Bairro Guapiruvu e o Bairro Raposa. Com base nessas visitas, serão apresentados resultados preliminares da pesquisa.

1.1 A região do Vale do Ribeira

A Bacia Hidrográfica do Ribeira abrange as regiões sudeste do estado de São Paulo e leste do estado do Paraná, numa área de 2.830.666 ha, sendo 1.711.533 ha no estado de São Paulo (ISA, 1998). O estudo presente está sendo realizado no estado de São Paulo. A região do vale do Ribeira é considerada a menos desenvolvida economicamente e a menos povoada do estado de São Paulo (HOGAN *et al.*, 1999).

Sua ocupação remete-se ao início da colonização do país e foi caracterizada por atividades tradicionais de subsistência, como a agricultura tradicional, o extrativismo e a mineração. Durante boa parte de sua história, a região permaneceu à margem do desenvolvimento econômico do país. Foi somente a partir da década de 1960 que começaram a surgir projetos governamentais de desenvolvimento e integração econômica para a região (ANTUNIASSI e REISMANN, 2001). A

Fábio Grigoletto, Doutor em Administração pública e governo (EAESP-FGV). Professor adjunto na UFSCAR, Campus Lagoa do Sino.

Gabriel Carvalho Grava Baptista, Cursando Administração na UFSCAR, Campus Lagoa do sino.

Centro de Ciências da Natureza (CCN) – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) Campus Lagoa do Sino.

estrutura produtiva da comunidade que ali se instala é baseada na prática da agricultura de subsistência, assegura os produtos básicos para o consumo e comercializa o excedente da produção (ANDRADE *et al.*, 2000).

Segundo Andrade *et al.* (2000), a vida das comunidades quilombolas do vale pouco mudou até o início do século XX. A partir de 1930, começaram a surgir algumas intervenções que influenciaram estruturalmente o modo de vida dessas comunidades, como a introdução do cultivo da banana na região e a extração do palmito juçara (*Euterpe edulis*).

1.2 Histórico de extração e regulamentação do manejo da Palmeira Jussara

Segundo Macedo *et al.* (1978), a área de ocorrência natural desse palmito concentra-se principalmente na floresta tropical atlântica, desde o norte do Rio grande do Sul até o sul da Bahia. A planta é utilizada para várias finalidades. Historicamente, o tronco e as folhas dessa palmeira eram utilizados em construções rurais. Também cultivadas em vaso e, quando adulta, em jardins, a planta é recomendada para recomposição de mata ciliar, especialmente em locais com inundações de média à longa duração (MACEDO *et al.*, 1978).

Atualmente, a polpa do fruto vem sendo extraída de forma similar ao açaí, espécie típica do Norte do país, manifesta em palmeiras multicaules (*E. oleracea* Martius) e em palmeiras monocaule (*E. precatoria* Martius), do mesmo modo que as plantas da juçara (CANTO, 2001). O processamento da polpa dos frutos de juçara tem sido apontado como alternativa e estratégia importante para a conservação desta espécie e das florestas nativas, além do potencial socioeconômico da segurança alimentar e geração de renda das comunidades rurais na área de abrangência da Mata Atlântica (NOGUEIRA e HOMMA, 1998; MAC FADDEN, 2005; SILVA FILHO, 2005).

A juçara é uma palmeira nativa da Mata Atlântica, da qual se extrai o palmito. Atualmente, essa extração é proibida. De acordo com Resende (2000) essa proibição aconteceu na segunda metade dos anos 1980, onde foram formadas campanhas pela preservação da floresta da Mata Atlântica. Como resultado desta campanha a exploração do bioma foi restringida por meio de medidas administrativas, como a portaria do IBDF nº 218/89, que vinculava a exploração à aprovação de plano de manejo florestal e que permitia o desmatamento para fins de agricultura ou pecuária em propriedades menores que 50 há, devendo o restante da área constituir Reserva Legal, averbada em cartório. Somente em 1992 o CONAMA aprovou uma proposta de regulamentação, que inspirou um novo decreto, o 750, que dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica, e dá outras providências, editado em 10 de fevereiro de 1993. O então deputado federal Fábio Feldmann elaborou o projeto de lei nº 3.285/92. O novo decreto, ainda em vigor, flexibilizou as restrições existentes, permitindo o uso da floresta nativa (RESENDE, 2000). A regulamentação da exploração da juçara se deu através da resolução SMA (Secretaria do Meio Ambiente) 189 que estabelece critérios e procedimentos para exploração sustentável de espécies nativas do Brasil no Estado de São Paulo e da normativa Nº 37 (2018) que estabelece, na forma dos Anexos desta Instrução Normativa, os parâmetros analíticos de suco e de polpa de frutas e a listagem das frutas e demais quesitos complementares aos padrões de identidade e qualidade já fixados pelo Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento através da IN MAPA nº 49, de 26 de setembro de 2018 para as seguintes bebidas:

Fábio Grigoletto, Doutor em Administração pública e governo (EAESP-FGV). Professor adjunto na UFSCAR, Campus Lagoa do Sino.

Gabriel Carvalho Grava Baptista, Cursando Administração na UFSCAR, Campus Lagoa do sino.

Centro de Ciências da Natureza (CCN) – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) Campus Lagoa do Sino.

I - Suco de fruta

II - Polpa de fruta

1.3 Cadeias produtivas e mercado

No Vale do Ribeira, a produção e comercialização da polpa do fruto não alcançou a estabilidade que caracteriza cadeias produtivas consolidadas. Desse modo, demonstra-se relevante a realização de análises que possam permitir a interpretação dos diferentes elementos que coordenam o mercado agrícola e orientam as ações dos agricultores no caso em questão.

Segundo Castro (1998), o conceito de cadeia produtiva foi desenvolvido como instrumento de visão sistêmica. Parte da premissa de que a produção de bens pode ser representada como um sistema, onde os diversos atores estão interconectados por fluxos de materiais, de capital e de informação, objetivando suprir um mercado consumidor final com os produtos do sistema. Ainda segundo Castro (1998) o enfoque de cadeia produtiva provou sua utilidade, para organizar a análise e aumentar a compreensão dos complexos macroprocessos de produção da agricultura e para se examinar desempenho desses sistemas, determinar gargalos ao desempenho, oportunidades não exploradas, processos produtivos, gerenciais e tecnológicos.

Segundo Filho *et al.* (1998), a produção com alto valor agregado se dá quando são elaborados produtos que aproveitem inteiramente as potencialidades existentes em relação às formas de produção, comercialização e distribuição. Em outras palavras, o produto alcança maior valor agregado quando atende as necessidades do segmento de consumidores a que se direciona, ao mesmo tempo em que, se beneficie dos esquemas logísticos e de vendas para chegar ao consumidor final a um preço competitivo.

Alcançar o mercado consumidor e os segmentos endereçados não é, entretanto, trivial. Segundo Kotler *et al.* (2012) os novos produtos podem variar de inovações que criam um mercado até então inexistente até aperfeiçoamentos e revisões de produtos preexistentes. Para Kotler *et al.* (2012), para ajudar a evitar erros e falhas no processo de inserção de um novo produto, é necessário conhecer em profundidade os clientes potenciais. O autor aponta, ainda, critérios como comunicabilidade e credibilidade; intenção de compra; ocasião e frequência potencial de compras;

As considerações de Kotler *et al.* (2012) partem do pressuposto de que as organizações econômicas formais apresentam departamentos de marketing estruturados, contando com equipes especializadas capazes de conduzir pesquisas de mercado, alimentar sistemas de informações de marketing e considerar os resultados desses processos no processo de desenvolvimento de produtos e na estruturação de canais de distribuição. As proposições ignoram, entretanto, a existência de múltiplas formas organizacionais, muitas delas orientadas por racionalidades administrativas influenciadas centralmente por outros fatores que não a busca pela maximização de seus resultados econômicos (GUERREIRO RAMOS, 1981). É necessário, também, que seja feita uma gestão ambiental pensando nos ecos mercados.

1.4 Eco Mercados

Segundo o Ministério do Meio Ambiente, eco mercado é a incorporação de forma integrada dos aspectos sociais, econômicos e ambientais onde suas atividades caracterizam-se como instrumentais necessários para implantação e efetivação do desenvolvimento sustentável. Os negócios

Fábio Grigoletto, Doutor em Administração pública e governo (EAESP-FGV). Professor adjunto na UFSCAR, Campus Lagoa do Sino.

Gabriel Carvalho Grava Baptista, Cursando Administração na UFSCAR, Campus Lagoa do sino.

Centro de Ciências da Natureza (CCN) – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) Campus Lagoa do Sino.

sustentáveis fazem parte de um novo modelo empresarial, pois produtos e serviços ambientais baseiam suas estratégias na superioridade ambiental para além da mera tecnologia, abrangendo todo o ciclo de vida do produto - da matéria prima à eliminação, e tem como benefícios: resguardar o meio ambiente; estimular a redução de emissões; fomentar as compras públicas sustentáveis por meio da oferta de bens sustentáveis; desenvolver a competitividade das empresas brasileiras; fomentar a inovação sustentável no setor produtivo brasileiro; estimular os consumidores ao consumo sustentável.

Para Neto (2009), as ações de gestão ambiental tratam de diversas atividades que partem de uma necessidade de conscientização e ação, que envolvem o incentivo do uso de energias renováveis, a adoção de um sistema de gestão ambiental formal, a preservação da biodiversidade, a conservação das reservas florestais, o desenvolvimento de técnicas de produção que economizem energia, o uso de matérias-primas de origem reaproveitável, a correta gestão dos resíduos que possam agredir o ambiente, a correta reciclagem de lixo, e por fim a redução dos impactos ambientais das ações empresariais e sociais. Dias (2006), coloca que se tornou parte obrigatória das ações empresariais uma medida prática voltada ao ambientalismo, de maneira que não apenas o combate à miséria no mundo, e às questões de desigualdade seriam obrigações do setor público/privado, mas hoje já é parte do composto de responsabilidade social, as medidas práticas relacionadas ao gerenciamento e planejamento das atividades empresariais, de forma a que o ecossistema seja preservado e mesmo restaurado.

2. Metodologia

A presente pesquisa possui caráter qualitativo, sendo desenhada como um estudo de casos múltiplos (STAKE, 1995; GODOY, 1995). Esse é um trabalho em andamento, onde em sua primeira etapa foi realizado um período de trabalho de campo com finalidade exploratória. Na segunda etapa, serão feitas entrevistas virtuais, em decorrência da pandemia da COVID-19, com agricultores familiares protagonistas dos esforços mencionados. Foi utilizado a estratégia de nota de campo e de diário de campo para coletar dados durante as três visitas

Até o momento foram realizadas três visitas de campo, e são os resultados dessas visitas que serão apresentados neste trabalho. A primeira, foi uma visita ao Bairro Raposa para participação no evento onde foram apresentados os Projetos SAF (Sistemas Agroflorestais) Juçara. Projeto que busca de alternativas de uso da terra, baseadas na valorização da biodiversidade do ecossistema e no conhecimento da população local, que promovam a conservação dos recursos (água, solo, biodiversidade) e a produção de bens e serviços de forma sustentável para agricultores familiares da região do entorno do Parque Estadual Carlos Botelho no município de Sete Barras, no Vale do Ribeira, SP de 2012 a 2018 e plano para 2019 elaborado por pesquisadores da ONG VERSTA, ONG japonesa cujo objetivo é a contribuição à redução do aquecimento global por meio da conservação da Mata Atlântica para o desenvolvimento da agricultura, onde se apresentaram líderes comunitários, produtores beneficiados e foi apresentado os produtos que são feitos com a polpa da juçara. Também foi feita uma visita com outros fins ao Bairro do Guapiruvu, onde foi realizada uma roda de conversa com moradores da região envolvidos em um projeto paralelo. A terceira visita foi realizada no município de Registro/SP no VIII Seminário Frutos da Mata Atlântica: o sabor da

Fábio Grigoletto, Doutor em Administração pública e governo (EAESP-FGV). Professor adjunto na UFSCAR, Campus Lagoa do Sino.

Gabriel Carvalho Grava Baptista, Cursando Administração na UFSCAR, Campus Lagoa do sino.

Centro de Ciências da Natureza (CCN) – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) Campus Lagoa do Sino.

biodiversidade. Nesse seminário teve a presença de produtores locais, representantes de órgãos públicos, líderes comunitários e pesquisadores interessados no tema.

Essas três visitas de caráter exploratório trouxe a oportunidade de contato com várias pessoas envolvidas nas atividades e nos projetos, onde foi possível conhecer o meio em que os indivíduos estão inseridos. Em um segundo momento, está planejado uma entrevista com 5 produtores da região, além de representantes de órgãos como a CONAB e EMBRAPA e líderes comunitários dos bairros envolvidos no estudo, Raposa e Guapiruvu. Estima-se que todos esses processos, assim como o projeto, estejam finalizados entre os meses de Julho e Agosto.

3. Resultados Preliminares

Após as visitas e participação dos eventos, entrando em contato com os produtores da região, líderes comunitários e pessoas envolvidas com o processo, e levando em consideração a problemática que foi levantada, foram identificadas 4 dimensões determinantes das possibilidades de estruturação da cadeia produtiva da polpa da Jussara: apoio público/políticas públicas, regulamentação e aspectos técnico-produtivos.

Em relação à produção, é perceptível que os produtores não recebem apoio governamental suficiente para produzir, não possuem tecnologia necessária para poder ter mais eficiência em todos os processos da cadeia produtiva, o que dificulta a produção em larga escala.

Ficam limitados devido as normas e legislações ambientais que regulam a região do Vale do Ribeira e pelo fato da palmeira que gera o fruto em questão estar ameaçada de extinção.

É necessário entender que esse é um projeto agrícola e não extrativista, ou seja, deve garantir as condições técnicas, o retorno econômico do investimento e a sustentabilidade financeira do projeto. É necessário romper o paradigma de que a Mata Atlântica é um problema. Segundo POR (1992) a Mata Atlântica é uma das maiores áreas de floresta tropical, ocupando o segundo lugar em extensão nas Américas, logo após a Floresta Amazônica. Atualmente, está incluída entre os principais “hotspots”, ou seja, centros de altíssima biodiversidade em que a extensão original foi dramaticamente reduzida, colocando em risco a sobrevivência de incontáveis espécies de animais e plantas (FRANKE, *et al.* 2005).

No ponto de vista da comercialização, apesar de possuir uma tendência de aumento do valor agregado e possuir estudos comprovando seu alto teor de substâncias que promovem um envelhecimento mais saudável e auxiliam nos em doenças como obesidade e osteoporose, e possui um potencial antioxidante (PINHEIRO, 2005), a polpa da juçara não possui um canal estruturado para ser comercializada. Já tiveram tentativas de inserção na alimentação escolar e de estimular o ecoturismo na região. O produto é vendido como um semelhante ao açaí, o que faz com que ele sequer tenha a chance de construir uma identidade atrelada à Mata Atlântica e a cultura da região, o que acaba enfraquecendo seu comércio.

Fábio Grigoletto, Doutor em Administração pública e governo (EAESP-FGV). Professor adjunto na UFSCAR, Campus Lagoa do Sino.

Gabriel Carvalho Grava Baptista, Cursando Administração na UFSCAR, Campus Lagoa do sino.

Centro de Ciências da Natureza (CCN) – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) Campus Lagoa do Sino.

4. Considerações finais

O projeto proposto busca entender as limitações que os agricultores familiares do Vale do Ribeira enfrentam para efetivar a produção e a comercialização da polpa da juçara. Para tanto, toma como caso de estudo dois bairros localizados no município de Sete Barras (SP), chamados Guapiruvu e o Raposa. Embora a revisão da literatura evidencie os benefícios do consumo da polpa em termos de saúde e de sua produção em termos ecológicos, são escassos os registros do consumo da mesma. Desse modo, espera-se que o presente estudo possa contribuir com o registro, a interpretação e a compreensão dos desafios que se impõem aos produtores para que a polpa possa ser reconhecida em seus méritos pelo conjunto da população do estado de São Paulo e, no futuro, brasileira.

Adicionalmente, o presente projeto poderá contribuir com a literatura sobre a construção social de produtos e de mercados. Metodologicamente, o estudo permitirá o acompanhamento e a descrição do processo de colheita realizado nos meses de fevereiro e março de todos os anos, permitindo ao autor a compreensão das técnicas utilizadas e, assim, identificando as formas de trabalho empregadas pelos agricultores familiares do Vale do Ribeira.

5. Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. O admirável mundo novo de Alexander Chayanov. **Estudos Avançados**, v. 12, n. 32, p. 69-74, 1998.

CANTO, S.A.E. Processo Extrativista do Açaí: Contribuição da Ergonomia com Base na Análise Postural Durante a Coleta dos Frutos. 2001. 114f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção), Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC.

CARRIERI, Alexandre de Pádua; PERDIGÃO, Denis Alves; AGUIAR, Ana Rosa Camillo. A gestão ordinária dos pequenos negócios: outro olhar sobre a gestão em estudos organizacionais. **Revista de Administração**, v. 49, n. 4, p. 698-713, 2014.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v. 35, n.3, p. 20-29, mai./jun. 1995.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin L. **Administração de marketing**. [S. l.: s. n.], 2013.

MAC FADDEN, J. A produção de açaí a partir do processamento dos frutos do palmitero (*Euterpe edulis Martius*) na Mata Atlântica. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2005, 100 p. Tese para obtenção do título de Mestre em Agroecossistemas.

Fábio Grigoletto, Doutor em Administração pública e governo (EAESP-FGV). Professor adjunto na UFSCAR, Campus Lagoa do Sino.

Gabriel Carvalho Grava Baptista, Cursando Administração na UFSCAR, Campus Lagoa do sino.

Centro de Ciências da Natureza (CCN) – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) Campus Lagoa do Sino.

MACEDO, J. H. P.; RITTERSHOFER, F. O.; DESSEWFFY, A. A silvicultura e a indústria do palmito. Porto Alegre: Secretaria do Estado do Rio Grande do Sul, 1978. 61 p.

MELO, Emanuel do Espírito Santo Mendes de. **AVALIAÇÃO DO CONTEUDO ORGÂNICO E MINERAL DE POLPA DE JUÇARA (*Euterpe edulis Martius*) SUBMETIDO AO CONGELAMENTO LENTO E RÁPIDO**. 2012. 64 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência e Tecnologia dos Alimentos, Instituto de Tecnologia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Cap. 1.

NOGUEIRA, O. L.; HOMMA, A.K.O. Análise econômica de sistemas de manejo de açaiuais nativos no estuário amazônico. Belém: EMBRAPA-CPATU, 1998. 38p. (Documento, 128).

POR, F.D. (1992). **Sooretama the Atlantic Rain Forest of Brasil**. SBP Academic Publishing bv. 130p.

SILVA Fo, J. L. V. Análise econômica da produção e transformação em ARPP, dos frutos de *Euterpe edulis Mart.* em açai no município de Garuva Estado de Santa Catarina. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2005, 100 p. Tese para obtenção do título de Mestre em Agroecossistemas.

STAKE, R. E. *The Art of Case Study Research*. Thousand Oaks, Califórnia: Sage Publications, 1995.

GUERREIRO RAMOS, A. *A nova ciência das organizações - uma reconceitualização da riqueza das nações*. Rio de Janeiro: FGV, 1981.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos sociedade e agricultura**, [S. l.], 12 ago. 2013. *E- book*.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. **Para pensar: outra agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, p. 29-49, 1998.

Fábio Grigoletto, Doutor em Administração pública e governo (EAESP-FGV). Professor adjunto na UFSCAR, Campus Lagoa do Sino.

Gabriel Carvalho Grava Baptista, Cursando Administração na UFSCAR, Campus Lagoa do sino.

Centro de Ciências da Natureza (CCN) – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) Campus Lagoa do Sino.

Fábio Grigoletto, Doutor em Administração pública e governo (EAESP-FGV). Professor adjunto na UFSCAR, Campus Lagoa do Sino.

Gabriel Carvalho Grava Baptista, Cursando Administração na UFSCAR, Campus Lagoa do sino.

Centro de Ciências da Natureza (CCN) – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) Campus Lagoa do Sino.

AS MATÉRIAS-PRIMAS UTILIZADAS NA CONFECÇÃO DOS TECIDOS E SEUS IMPACTOS ASSOCIADOS

Gabriela Tosetto Piva¹

Felipe Bernardo Soldano²

Prof. Dr. Marcus Cesar Avezum Alves de Castro³

RESUMO

O surgimento da indústria têxtil nacional se deu em 1814, quando foi inaugurada a primeira fábrica de tecidos no Brasil, em Vila Rica, atual Ouro Preto. Hoje, o país conta com um setor consolidado tanto nacionalmente quanto internacionalmente, estando entre os cinco maiores exportadores mundiais de algodão. O estudo das fibras têxteis, matéria-prima utilizada na confecção, é essencial, pois, dependendo do tipo de obtenção da fibra, a classificação do resíduo pode ser alterada. O presente artigo tem como finalidade realizar uma comparação entre as fibras de algodão (tradicional, orgânico e BCI), viscose e poliéster, através de um levantamento bibliográfico, levando em consideração os diferentes tipos de obtenção da matéria-prima, gerenciamento final do produto e impactos associados. Foi utilizada a norma ABNT NBR 10.004/2004 de classificação de resíduos sólidos (como perigosos e não perigosos), a fim de analisar com precisão as fibras selecionadas. O estudo em si foi dividido em três etapas: obtenção da matéria-prima, onde foi analisado sua origem, se existe ou não o uso de defensivos agrícolas e utilização de recursos para o cultivo; análise do gerenciamento final de um produto feito a partir das fibras estudadas e levantamento dos impactos associados ao cultivo e manejo das peças desenvolvidas e propõe medidas mitigadoras. Para a realização do estudo foram analisados os artigos de Sobreira e Delgado (2016), Toniollo et al (2015) e Vascelos (2011). Como resultado, foi apresentado que a fibra de algodão orgânico possui um excelente desempenho ambiental em comparação com as demais fibras analisadas, possui cultivo livre de defensivos agrícolas, é biodegradável, possui média capacidade de reciclagem e causa impactos reversíveis e de baixa magnitude no meio ambiente.

PALAVRAS-CHAVE: fibra têxtil, impactos associados, sustentabilidade

ABSTRACT

The emergence of the national textile industry took place in 1814, when the first fabric factory was opened in Brazil, in Vila Rica, now Ouro Preto. Today, the country has a consolidated sector both nationally and internationally, being among the five largest world exporters of cotton. The study of textile fibers, the raw material used in the manufactures, is essential, because, depending on the type of fiber obtained, the classification of the residue can be changed. The purpose of this article is to carry out a comparison between cotton fibers, traditional, organic and BCI), viscose and polyester, through a bibliographic survey, taking into different types of obtaining the raw material,

¹ Mestranda, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

² Mestrando, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

³ Docente (orientador), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

final product management and associated impacts. The ABNT NBR 10.004/2004 standard for the classification of solid waste (as hazardous and non-hazardous) was used in order to accurately analyze the selected fibers. The study itself was divided in three stages: obtaining the raw material, where its origin was analyzed, whether or not there is the use of pesticides ante use of resources for cultivation; analysis of the final management of a product made from the studied fibers and survey of the impacts associated with the cultivation and handling of developed parts and proposes mitigating measures. To carry out the study, the articles By Sobreira and Delgado (2016), Toniollo et al (2015) and Vasconcelos (2011) were analyzed. As a result, it was shown that the organic cotton fiber has an excellent environmental performance in comparison with the other fibers analyzed, it is cultivated free of pesticides, it is biodegradable, it has a medium recycling capacity and causes reversible and low magnitude impacts on the environment.

KEYWORDS: Associated Impacts, Sustentability, Textile Fiber.

1. INTRODUÇÃO

A história têxtil do Brasil tem sua origem no traçado feito pelos índios com fibras de origem vegetal, a fim de construir cestas para carregar alimento, redes para descanso, etc. Foi no ano de 1650 que o cultivo do algodão foi introduzido no país, com trabalho escravo em todas as suas etapas e, somente em 1814 que foi inaugurada a primeira fábrica de tecidos no Brasil, em Vila Rica, atual Ouro Preto (CHATAIGNIER, 2006).

Hoje, o Brasil é o quarto maior produtor de malha do mundo, sendo o único país a possuir a cadeia têxtil completa em ambiente nacional (ABIT, 2019). O país se encontra entre os cinco maiores produtores e exportadores mundiais de algodão, com um cenário interno promissor (ABRAPA, 2020) e, segundo a ABIT- Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção- (2019), com a descoberta do pré-sal, o Brasil deixará de importar tecidos sintéticos para se tornar potencial exportador.

O cultivo/extração da matéria-prima a ser utilizada na confecção é a primeira etapa do processo de confecção das roupas. O seu estudo é essencial para que se possa gerir o resíduo proveniente da confecção têxtil e o de pós-uso pois, dependendo do tipo de cultivo da fibra vegetal, por exemplo, a classificação do resíduo pode ser alterada.

O presente artigo tem como finalidade realizar uma análise comparativa entre as fibras de algodão, poliéster e viscose, através de uma pesquisa bibliográfica, levando em consideração seus impactos associados e a classificação de resíduos sólidos proposta pela norma ABNT NBR 10.004/2004.

2. BREVE REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Os tecidos são constituídos por fibras, que são usadas para construir a trama; são elas que trazem todas as características da peça final. As fibras podem ser divididas em dois grandes grupos, naturais-animais, minerais e vegetais- e químicas-artificiais e sintéticas- (CHATAIGNIER, 2006).

Fibras naturais são aquelas que podem ser encontradas na natureza. As fibras animais são todas aquelas que são retiradas dos animais e que podem ser fiadas como a lã, a seda,

a cashmere, por exemplo. Como exemplo de fibra mineral, temos apenas o amianto. Já as fibras vegetais temos o algodão, o linho e o bambu.

As fibras químicas são aquelas que precisam passar por algum processo químico para serem usadas como fibra. Foram desenvolvidas, inicialmente, com o objetivo de copiar e melhorar as características de propriedades das fibras naturais, tendo sua inserção no setor brasileiro quase simultaneamente ao seu aparecimento mundial (ROMERO et al, 1993). As fibras químicas podem ser: artificiais: produzidas pelo homem tendo como matéria-prima polímeros naturais como a viscose, o modal e o lyocel; sintéticas: oriundas da indústria petroquímica, como por exemplo o poliéster, elastano e acrílico (CHATAIGNIER, 2006).

A fibra de algodão, além de ser a fibra mais utilizada pela indústria têxtil, pode ser encontrada de três formas distintas de acordo com o cultivo agrícola, sendo elas: algodão tradicional, algodão orgânico e algodão BCI. O algodão tradicional utiliza alto número de defensivos agrícolas em seu cultivo. O algodão orgânico consiste em uma técnica de produção que não permite o uso de defensivos ou fertilizantes químicos, assim como tecnologias como sementes transgênicas (SOU DE ALGODÃO, 2020). Existe ainda o algodão orgânico colorido, onde as plumas já nascem em tons de marrom e bege (NATURAL COTTON COLOR, 2015). Já o algodão BCI-Better Cotton Initiative-baseia-se em uma instituição sem fins lucrativos criada em 2005 que tem como objetivo melhorar a produção mundial do algodão a partir da diminuição do uso de defensivos e fertilizantes químicos. (ABRAPA, 2016).

A viscose é produzida a partir da celulose, que é manipulada e se transforma em fibra. Apresenta características próximas ao algodão tradicional, pois utiliza compostos químicos para a sua sintetização (CHATAIGNIER, 2006). Já o poliéster é obtido a partir do petróleo, sendo conhecido também como PET. A fibra de poliéster é a mais usada em misturas têxteis, pois o PET garante um produto final com menos rugas e maior durabilidade.

3. METODOLOGIA

Por meio de leitura de artigos e de obras relevantes no âmbito da moda, procurou-se realizar uma comparação entre as fibras de algodão (tradicional, orgânico e BCI), viscose e poliéster, levando em consideração os diferentes tipos de obtenção da matéria-prima, gerenciamento final do produto e impactos associados. Para isso, foi utilizada a norma ABNT NBR 10.004/2004 de classificação de resíduos sólidos, a fim de analisar com mais precisão as fibras selecionadas.

4. DISCUSSÕES E RESULTADOS

Antes de iniciar o estudo comparativo, é necessário ter conhecimento sobre a classificação dos resíduos sólidos proposta pela norma ABNT NBR 10.004/2004, apresentada na tabela 1:

Tabela 1: Classificação dos Resíduos Sólidos

Classe I: Perigoso

Podem apresentar riscos para a sociedade ou para o meio ambiente; requer cuidado especial de destinação.

Classe II: Não Perigoso

Podem ser: A-não inertes (não se enquadram na Classe I nem no próximo); B-inertes (biodegradáveis, combustão e solúvel em água).

Fonte: adaptado ABNT, 2004.

Conforme apresentado na tabela 1 e tendo em vista os tipos de fibra, com suas várias formas de obtenção, o resíduo têxtil pode mudar sua classificação (perigoso e não perigoso), causando diferentes tipos de impacto na saúde pública e meio ambiente.

O estudo em si foi dividido em três etapas: a primeira etapa foi obtenção da matéria-prima, onde foi analisado sua origem, se existe ou não o uso de defensivos agrícolas e utilização de recursos para o cultivo. A segunda etapa analisou o gerenciamento final de um produto feito a partir das fibras estudadas. A terceira etapa faz um levantamento dos impactos associados ao cultivo e manejo das peças desenvolvidas e propõe medidas mitigadoras. Para a realização do estudo foram analisados os artigos de Sobreira e Delgado (2016), Toniollo et al (2015) e Vascelos (2011).

Sobreira e Delgado (2016) realizaram estudos comparativos de fibras de algodão, bambu e viscose e análises específicas sobre a fibra de algodão em relação ao impacto ambiental, uma vez que essa fibra deve ser estudada do seu cultivo até o pós-uso. O algodão possui uma carga de agrotóxicos elevada durante o seu cultivo e no processo de tingimento (por conta dos metais pesados utilizados nos pigmentos) e, quando descartado, toda carga química volta para o meio ambiente. Toniollo et al (2015) propõe medidas mitigadoras a fim de minimizar os danos ambientais causados pela indústria têxtil e Vascelos (2011) realizou um estudo comparativo das características ambientais de fibras naturais, vegetais e sintéticas, analisando os impactos para a saúde pública e meio ambiente, consumo de energia e eficiência, utilização de recursos e gerenciamento do final de vida.

Em relação a primeira etapa (tabela 2) temos duas formas de origem: através do cultivo, no caso do algodão e da viscose, e extração, no caso do poliéster. No caso do algodão, por apresentar três formas diferentes de cultivo, onde cada uma faz uso ou não de defensivos agrícolas, a fibra pode ser classificada tanto como perigosa (classe I) ou não perigosa. O algodão ainda consome água durante o cultivo e para o beneficiamento da fibra, chegando a cerca de 4.247 litros (BRITO, 2019). Já a fibra de viscose, obtida através do eucalipto, utiliza defensivos agrícolas de baixa toxicidade somente para o controle de plantas daninhas e no controle de pragas (DOS SANTOS; PALUDZYSZYN FILHO, 2013), sendo classificada como IIA. Em relação ao uso de recursos hídricos, o eucalipto consome cerca de 640 l/kg de fibra para ser produzido (VASCOCELOS, 2011). A pesar não consumir nenhum recurso, o poliéster é feito a partir do petróleo, sendo classificado como perigoso (classe I).

Tabela 2: obtenção da matéria-prima analisada

	Algodão Tradicional	Algodão Orgânico	Algodão BCI	Viscose	Poliéster
Origem	Agrícola	Agrícola	Agrícola	Agrícola	Petróleo
Uso de defensivos	Alto	Não utiliza	Baixo	Baixo	Não utiliza

Utilização de recursos para o cultivo	Alto	Alto	Alto	Médio	Não utiliza
Classificação	Classe I	Classe IIA	Classe IIA	Classe II A	Classe I

Fonte: SOBREIRA; DELGADO, 2016, VASCONCELOS, 2011; BRITO, 2019; SANTOS, PALUDZYSZYN FILHO, 2013.

Na etapa de análise de gerenciamento final dos produtos, foram levantadas as seguintes questões: durabilidade da peça, biodegradabilidade (onde foi levado em consideração as classificações apontadas na primeira etapa, descritas na tabela 2). As fibras vegetais, algodão e viscose, apresentam, respectivamente, média e baixa durabilidade devido ao comprimento das fibras e ambas são consideradas biodegradáveis. As fibras de algodão apresentam facilidade para serem recicladas; entretanto, a viscose apresenta certa dificuldade de reciclagem devido as propriedades da fibra. O poliéster, por apresentar filamentos longos, possui alta durabilidade e possibilidade de reciclagem. Apesar disso, a fibra não é biodegradável.

Tabela 3: gerenciamento final do produto

	Algodão Tradicional	Algodão Orgânico	Algodão BCI	Viscose	Poliéster
Durabilidade	Média	Média	Média	Baixa	Alta
Biodegradabilidade	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Reciclagem	Médio-pequeno comprimento da fibra	Médio-pequeno comprimento da fibra	Médio-pequeno comprimento da fibra	Baixa-pequeno comprimento do fio e baixa resistência ao atrito	Alta-reciclagem para plástico

Fonte: SOBREIRA; DELGADO, 2016, VASCONCELOS, 2011.

Na terceira etapa foi feito um levantamento dos impactos associados ao cultivo e a disposição final das fibras e peças confeccionadas, levando em consideração os impactos causados na saúde pública e meio ambiente. Posto isso, foram propostas medidas mitigadoras do impacto. O cultivo do algodão tradicional causa problemas de saúde tanto ao agricultor quanto ao usuário. O agricultor tem contato direto com os pesticidas e inseticidas usados durante o cultivo e, além disso, a aspiração crônica de fibrilas de algodão causa disfunção pulmonar (VASCONCELOS, 2011). O algodão BCI faz uso moderado de agrotóxicos, sendo, portanto, menos agressivo ao homem. O uso de defensivos agrícolas resulta na contaminação do solo, da água e da fauna local por pesticidas, inseticidas e fertilizantes e degradação da terra (VASCONCELOS, 2011). O algodão orgânico não utiliza nenhum tipo de defensivo, tornando-se a forma que causa menos impacto no meio ambiente. A viscose, por sua vez, causa problemas à saúde relacionados ao manuseio e contato com soda cáustica e ácido sulfúrico, liberando CS₂-sulfeto de carbono- e H₂S-gás sulfídrico- no meio ambiente (VASCONCELOS, 2011). Sobre o poliéster não existe nada na literatura referente à problemas de saúde pública. Em relação ao meio ambiente, a extração do poliéster emite para a atmosfera compostos orgânicos voláteis, além de contaminar as vias hídricas com microplásticos durante os processos de lavagem da peça (VASCONCELOS, 2011). A etapa de beneficiamento

têxtil⁴, processo pelo qual passam os tecidos feitos com algodão tradicional, algodão BCI, viscose e poliéster, resulta na contaminação das águas, visto que os corantes utilizados tem em sua composição elementos como ácidos, sólidos solúveis e compostos tóxicos. Para mitigar o seu impacto, seria necessário substituir os corantes químicos por naturais ou biodegradáveis (TONIOLLO et al, 2015).

Tabela 4: impactos associados

	Algodão Tradicional	Algodão Orgânico	Algodão BCI	Viscose	Poliéster
Saúde	Alto	Baixo	Médio	Médio	Não consta
Meio Ambiente	Alto	Baixo	Médio	Médio	Alto
Medida Mitigadora	Diminuição do uso de defensivos agrícolas, rotação de culturas para diminuir a erosão do solo e substituição dos corantes químicos para naturais	Rotação de culturas para diminuir a erosão do solo	Diminuição do uso de defensivos agrícolas, rotação de culturas para diminuir a erosão do solo e substituição dos corantes químicos para naturais	Uso e EPI's e substituição dos corantes químicos para naturais	Uso e EPI's e substituição dos corantes químicos para naturais

Fonte: SOBREIRA; DELGADO, 2016, VASCONCELOS, 2011; BRITO, 2019; TONIOLLO et al, 2015.

Os resultados demonstram que, em relação à obtenção da matéria-prima e gerenciamento final do produto, a forma mais sustentável de produção é o algodão orgânico, seguido pelo algodão BCI e viscose, algodão tradicional e poliéster. Em relação aos impactos associados, todas as fibras afetam de alguma maneira o meio ambiente. As medidas mitigadoras propostas na tabela 4 demonstram que, novamente, a produção orgânica é a mais ecologicamente correta, seguida pelo algodão BCI.

5. CONCLUSÃO

É sabido que qualquer atividade gera impactos ambientais, sejam eles de pequena ou grande magnitude, irreversíveis ou não. A indústria da moda, com seu ciclo de produção rápida deixou de usar a matéria-prima natural, pois seu processo demanda um maior tempo.

A partir da análise apresentada é possível, é possível concluir que o uso de fibras orgânicas apresenta pontos positivos em todos os aspectos analisados. O algodão orgânico, além de evitar o uso de defensivos agrícolas, pode ser encontrado colorido

⁴ Beneficiamento têxtil é todos os processos que o tecido é submetido após ser construído. Tem como finalidade melhorar as características visuais e de toque do material. Fazem parte do beneficiamento os processos de: alvejamento, tingimento, estampagem e acabamentos especiais.

naturalmente, livrando-se do processo de beneficiamento têxtil, grande causador de impacto. O algodão BCI apresenta aspectos positivos na sua forma de cultivo, pois visa diminuir o uso de agrotóxicos. O algodão tradicional, dentre as três formas de cultivo analisadas, apresenta o pior desempenho. A fibra de viscose, apesar de passar por um processo químico para ser desenvolvida, apresenta formas mais sustentáveis de ser fabricada, como por exemplo o Tencel⁵. A fibra de poliéster é extremamente nociva para o meio ambiente, pois sua matéria-prima é de fonte não renovável. Apesar disso, existem empresas que recolhem tecidos de poliéster, sintetizam o material e o transformam em um novo produto (AMARAL et al, 2014).

Portanto, conclui-se que a fibra de algodão orgânico tem excelente desempenho ambiental em comparação com as demais fibras analisadas, possui cultivo livre de defensivos agrícolas, é biodegradável, possui média capacidade de reciclagem e causa impactos reversíveis e de baixa magnitude no meio ambiente.

REFERÊNCIAS

_____. Algodão Orgânico e Algodão Sustentável são a mesma coisa? **BLOG SOU DE ALGODÃO**. Publicado em 21.fev.2020. Disponível em: <https://soudealgodao.com.br/algodao-organico-e-sustentavel-sao-a-mesma-coisa/>. Acessado em 05.ago.2020.

ABIT- Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção-**Dados do setor**. Disponível em: <https://www.abit.org.br/cont/perfil-do-setor>. Acessado em 27.dez.2019

ABNT- Associação Brasileira de Normas Técnicas. **ABNT NBR 10.004/2004: Resíduos Sólidos-Classificação**. Disponível em: <https://analiticaqmcresiduos.paginas.ufsc.br/files/2014/07/Nbr-10004-2004-Classificacao-De-Residuos-Solidos.pdf>. Acessado em 06.ago.2020.

ABRAPA-Associação Brasileira dos Produtos de Algodão- **Better Cotton Initiative**. Disponível em: <https://www.abrapa.com.br/Paginas/sustentabilidade/better-cotton-initiative.aspx>. Acessado em 05.ago.2020.

AMARAL, M. C., et al. A Política Nacional de Resíduos Sólidos e a Logística Reversa no Setor Têxtil e de Confecção Nacional. **2º Congresso Científico Têxtil e de Moda**. São Paulo, v. 1, nº2, 2014. Disponível em: <http://www.contextmod.net.br/index.php/segundo/article/view/67/57>. Acesso em: 20.abr.2020.

BRITO, C. Sua calça jeans gastou mais de 5 mil litros de água para ser produzida: entenda. **Revista Galileu**. Publicado em 14 de agosto de 2019. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/Meio-Ambiente/noticia/2019/08/sua-calca-jeans-gastou-mais-de-5-mil-litros-de-agua-para-ser-produzida-entenda.html#:~:text=S%C3%B3%20o%20plantio%20de%20algod%C3%A3o,apenas%20uma%20pe%C3%A7a%20do%20vestu%C3%A1rio&text=Talvez%20voc%C3%A>

⁵ Fibra química feita a partir da celulose. É biodegradável, não produz subprodutos nocivos e seu cultivo não requer irrigação ou pesticidas (LYOCELL, 2020).

A%20esteja%20usando%20uma%20cal%C3%A7a%20jeans%20enquanto%20l%C3%AA%20essa%20mat%C3%A9ria. Acessado em: 10.out.2020.

CHATAIGNIER, Gilda. **Fio a Fio: Tecidos, Moda e Linguagem.** São Paulo: Estação das Letras, 2006.

LYOCELL. Disponível em: <https://lyocell.info/pt/>. Acessado em 15.out.2020.

NATURAL COTTON COLOR. Disponível em: <https://naturalcottoncolor.com.br/empresa>. Acessado em: 05.ago.2020.

PALUDZYSZYN FILHO, E.; DOS SANTOS, P. E. T. Escolha de cultivares de eucaliptos em função do ambiente e do uso. **Comunicada Técnico-EMBRAPA.** Publicado em outubro de 2013. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/97498/1/CT-316-Escolha-de-cultivares.pdf>. Acessado em 10.out.2020.

ROMERO, L. L, et al. Fibras Artificiais e Sintéticas. **Têxtil.** Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/4241/1/BS%2001%20Fibras%20Artificiais%20e%20Sint%C3%A9ticas_P.pdf. Acessado em 10.out.2020.

SOBREIRA, M. A. S.; DELGADO, P. S. Análise Comparativa entre as Fibras de Bambu, Algodão e Viscose Quanto ao Potencial Sustentável a Sua Aplicação na Indústria de Moda. **4º Congresso Científico Têxtil e Moda.** Blumenau, 9 a 12/08/2016. Disponível em: <https://www.dropbox.com/s/ko7rkuf28w2w88m/422-1435-2-CE.pdf?dl=0>. Acessado em 15.mai.2020

TONIOLLO, M., et al. Indústria Têxtil: Sustentabilidade, Impactos e Minimização. **VI Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental.** Porto Alegre, 23 a 26/11/2015. Disponível em: <https://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2015/V-029.pdf>. Acessado em 08.mai.2020.

VASCONCELOS, F. B. Estudo Comparativo das Características Ambientais das Principais Fibras Têxteis. **Textile Industry.** Julho, 2011. Disponível em: <https://textileindustry.ning.com/forum/topics/estudo-comparativo-das>. Acessado em 10.out.2020.

PROJETO ESCOLA DO CAMPO: LUTAS E PRINCÍPIOS

**Prof^a Dr^a Gislaine Cristina Pavini¹
Prof^a Dr^a Maria Lucia Ribeiro²
Prof^a Dr^a Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante³**

Resumo

Aprofundar a discussão da vivência nos assentamentos, a ser incorporada ao processo de ensino-aprendizagem, permite a continuidade da discussão da relação assentamentos, Escola do Campo, desenvolvimento rural e políticas públicas para o campo. O município de Araraquara tornou-se referência em Educação do Campo, especialmente após a implantação do Programa Escola do Campo, em 2001, quando foram então estabelecidos os Princípios da Escola do Campo, os quais se busca assegurar-los, até os dias atuais (Araraquara, 2014/2016). Este estudo objetiva compreender a construção deste programa contemplando as discussões e ações que contribuíram para a sua implantação e avaliando a aplicação de um dos Princípios do Programa Escola do Campo nas Escolas do Campo de Assentamentos Rurais do município de Araraquara/SP, no período de 2001 a 2019, particularmente os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP). Os procedimentos metodológicos compreenderam análise de documentos da Secretaria de Educação de Araraquara e dos PPPs das escolas em estudo. Os Princípios do Programa Escola do Campo foram adotados para evitar problemas como evasão escolar, redução dos altos índices de repetência e diminuição dos choques culturais ao aluno do campo. Teve como proposta educativa diversos princípios que abrangem a formação do sujeito por meio de projetos descritos e desenvolvidos nos PPPs abordando os temas como: emancipação humana; valorização de diversos saberes no processo educativo; processo de ensino e uma estratégia possível de desenvolvimento sustentável. Cabe ressaltar que as propostas de gestão do governo municipal em 2001, que propiciaram as discussões e a implantação dos Princípios do Programa Escola do Campo, vêm proporcionando visível destaque do município de Araraquara, quando a questão é Educação do Campo.

Palavras-chave: Escola do Campo; Projeto Político Pedagógico; Programa Escola do Campo; Processo Ensino-aprendizagem.

INTRODUÇÃO

O município de Araraquara, localizado na região Central do Estado de São Paulo, à 270 km da capital, possui alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). E teve um imenso desenvolvimento por volta de 1850 com a chegada da ferrovia e do café. Após a

1 – Pedagoga, Especialista em Gestão Escolar e Psicopedagogia, Doutora em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, gipavini@gmail.com, UNIARA.

2 – Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, ml.ribeiro@unesp.br, UNIARA.

3 - Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Documentação Rural (NUPEDOR), vbotta@techs.com.br, UNIARA.

crise do café a cidade passou a produzir cana-de-açúcar que é ainda hoje um dos principais produtos agrícolas do município.

A cidade possui três assentamentos rurais, considerados de grande importância para a economia do município. Os assentamentos rurais de Araraquara contabilizam cerca de 2.300 pessoas, de todas as idades. Os trabalhadores assentados - juntamente com os pequenos (e os grandes) produtores rurais - geram riqueza para o município na produção de alimentos, tendo foco na Agricultura Familiar. Com as demais propriedades rurais, somam, ao todo, aproximadamente 3 mil moradores. Os assentamentos rurais da região de Araraquara, têm características marcantes desses movimentos sociais, destaque nas mobilizações e projetos que levaram às suas instalações, pois foram emblemáticos na luta dos trabalhadores rurais nas terras dos canaviais da região (FENG; FERRANTE, 2008).

Presenciou-se no cotidiano das Escolas do Campo localizadas nos assentamentos rurais, suas trajetórias junto às famílias e conquistas coletivas, ou seja, gerações de sujeitos donos da construção de sua história e respeito pelos próprios saberes, condições importantes para a construção da memória coletiva dos povos do campo dos assentamentos rurais elencados. A educação municipal das Escolas do Campo de Araraquara/SP, possui sua base teórica nos Princípios do Projeto Educação do Campo que são integralmente citados nos seus Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) de cada uma das unidades escolares.

O ensino das três Escolas do Campo, “EMEF Maria de Lourdes da Silva Prado”, “EMEF Eugênio Trovatti” e “EMEF Hermínio Pagotto”, tem seu surgimento atrelado a origem de cada assentamento, e vem sendo considerado uma forma de resistência e de preservação à perspectiva contestatória do ideário dos movimentos sociais do campo, pois buscam assegurar os Princípios do Programa Escola do Campo, detalhado na origem de cada escola.

O Programa Escola do Campo no Município de Araraquara

O município de Araraquara tornou-se referência em Educação do Campo especialmente, após a implantação do Projeto Educação do Campo. Para compreender a sua construção descrevemos as discussões e ações que contribuíram para a sua implantação, ressaltando que a Educação do Campo se baseia em prática educativa própria e orientada no espaço da vida do campo:

A Educação do Campo, nos processos educativos escolares, busca cultivar um conjunto de princípios que devem orientar as práticas educativas que promovem – com a perspectiva de oportunizar a ligação da formação escolar à formação para uma postura na vida, na comunidade – o desenvolvimento do território rural, compreendido este como espaço de vida dos sujeitos camponeses (Caldart, 2012, p. 327).

Após a I Conferência Municipal de Educação no município de Araraquara em 2001, a Secretaria Municipal de Educação implantou algumas coordenações sobre os grupos de discussões estabelecidos na conferência, como Educação Infantil, Ensino Fundamental, Gestão Democrática e, uma, em especial, dedicada à escola rural,

- 1 – Pedagoga, Especialista em Gestão Escolar e Psicopedagogia, Doutora em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, gipavini@gmail.com, UNIARA.
- 2 – Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, ml.ribeiro@unesp.br, UNIARA.
- 3 - Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Documentação Rural (NUPEDOR), vbotta@techs.com.br, UNIARA.

coordenada pelo Ms. Alexandre Freitas, atualmente Coordenador Executivo da Educação Básica na Secretaria Municipal da Educação, com o objetivo de discutir e elaborar uma proposta político pedagógica junto com a comunidade para as três escolas do campo. Feng (2007), em sua dissertação, descreveu as diversas representações que participaram desta conferência:

Através do interesse do grupo (que participou da Conferência Municipal de Educação, foram estruturadas reuniões para a elaboração do Programa Escola do Campo realizadas essencialmente entre os meses de setembro de 2001 e janeiro de 2002. Entre os colaboradores desse processo, podemos destacar: os representantes das universidades USP, UFSCar e UNESP, da ONG Brincadeira de Criança (São Carlos/SP), do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp), da Federação de Trabalhadores Rurais do Estado de São Paulo (Feraesp), do coletivo estadual de Educação do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), membros de outras escolas e voluntários (FENG, 2007, p. 45).

O Programa Escola do Campo, também conhecido como Projeto Educação do Campo, por causa dos intensos projetos desenvolvidos, foi implantado após as discussões decorrentes da I Conferência Municipal. A proposta deste programa de Educação do Campo, defendeu uma escola vinculada à cultura, aos valores e à luta dos trabalhadores. Estabeleceu também, a educação como elemento fundamental para transformação das relações no campo como determinam os movimentos sociais. E conseqüentemente, instaurado pela Prefeitura Municipal e implantado nas três escolas da zona rural.

Este projeto foi adotado para evitar problemas como abandono, reduzir os altos índices de repetência e diminuir os choques culturais ao aluno do campo. Essa proposta educativa segue diversos princípios que abrangem a formação do sujeito através de projetos de emancipação humana; valorização de diversos saberes no processo educativo; processo de ensino e aprendizagem a partir do concreto, utilizando sua realidade local e respeito perante os espaços e tempos de formação, uma estratégia possível de desenvolvimento sustentável (ARARAQUARA, 2014/2016).

Os PPPs das escolas mostram que em meio a discussões e embates, as diretrizes gerais do programa foram gradativamente constituídas no decorrer das reuniões e definidas nos seguintes dez pontos, como visualizado no Quadro 1.

Quadro 1: Diretrizes do Projeto Educação do Campo

- | |
|--|
| <ol style="list-style-type: none">1. Qualidade social da educação2. Inserção num contexto global;3. Educação voltada para a valorização da cultura de trabalho no campo (teoria e prática);4. Democratização do acesso ao conhecimento;5. Gestão democrática – participação da comunidade na tomada de decisões;6. Espaços e tempos alternativos de educação; |
|--|

1 – Pedagoga, Especialista em Gestão Escolar e Psicopedagogia, Doutora em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, gipavini@gmail.com, UNIARA.

2 – Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, ml.ribeiro@unesp.br, UNIARA.

3 - Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Documentação Rural (NUPEDOR), vbotta@techs.com.br, UNIARA.

7. Construção de um novo homem e de uma nova mulher a partir do resgate da identidade;
8. Resistência e luta do homem do campo;
9. Integração e interação com o meio ambiente e conscientização ecológica;
10. Concepção de que a história é construída pelas lutas sociais.

Fonte: FENG, 2007, p. 46.

Feng (2007), em seu trabalho, demonstra que a partir dessas diretrizes, foram definidos alguns temas para serem colocados em prática nos planos de ensino, condizendo com as faixas etárias de cada turma e utilização dos espaços da escola e da comunidade:

Para que as diretrizes se fizessem presentes na dinâmica escolar, todos os participantes puderam contribuir na definição de alguns temas, que foram chamados de complexos temáticos e seus sub-temas que seriam incluídos no Projeto e deveriam direcionar a elaboração dos planos de ensino dos professores de cada nível de ensino. As diretrizes abrangem a utilização dos diversos espaços da escola e da comunidade. E de acordo com a proposta pedagógica da escola, esses temas e sub-temas devem ser articulados com as atividades que o professor desenvolve na sala de aula e nos diferentes espaços educativos, com os conteúdos pertinentes a cada turma. Algumas dessas atividades são consideradas como *permanentes*. É importante registrar que alguns desses temas foram definidos em algumas reuniões, juntamente com toda a comunidade. (FENG, 2007, p. 48).

Definidos os temas dos projetos, conseqüentemente, foram inseridos nos PPPs das escolas para que as atividades desenvolvidas se tornassem permanentes, como podemos observar no Quadro 2.

Quadro 2: Temas dos projetos

Identidade – A partir do universo da criança, ela será capaz de identificar o lugar e valorizar a si, ao seu meio social e à cultura do lugar onde vive, bem como de reconhecer a diversidade de outros meios sociais e culturais.

Sub-temas: autoconhecimento, resgate histórico, lutas sociais, pluralidade cultural e gênero.

Meio Ambiente – Conhecer e explorar o seu ambiente, bem como as relações entre os elementos essenciais do meio e da vida dos seres vivos. Compreender a natureza como um todo dinâmico, sendo o ser humano parte integrante e agente transformador do mundo em que vive.

Sub-temas, apresentam-se questões relativas à água, saneamento básico, reciclagem, controle biológico, plantio direto, mata ciliar, transgênicos, preservação, animais, flora e fauna.

1 – Pedagoga, Especialista em Gestão Escolar e Psicopedagogia, Doutora em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, gipavini@gmail.com, UNIARA.

2 – Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, ml.ribeiro@unesp.br, UNIARA.

3 - Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Documentação Rural (NUPEDOR), vbotta@techs.com.br, UNIARA.

Ética – Desenvolver uma atitude de amizade para que progressivamente a criança construa os valores necessários para uma boa convivência em todos os espaços dentro e fora da escola.

Sub-temas: justiça, solidariedade, igualdade e amor.

Trabalho – Reconhecer a função histórica do trabalho manual como instrumento de subsistência humana, desencadeador das relações de divisão social do trabalho e suas conseqüências para a constituição da atual sociedade.

Sub-temas: cooperativismo, trabalho infantil, prostituição, exploração, artesanato, produção agrícola e criações variadas.

Saúde – Conhecer os fatores necessários para manter um organismo saudável por meio de uma alimentação adequada, balanceada, valorizando novas técnicas de aproveitamento dos alimentos para suprir as necessidades básicas. Desenvolver e valorizar atividades esportivas e de lazer para uma boa saúde física e mental. Conscientizar para manter a carteira de vacinação em ordem, como forma de prevenção de doenças de homens e animais. Orientar as crianças sobre os riscos que a falta de higiene provoca, com a proliferação de doenças e intoxicação por vários fatores.

Sub-temas: sexualidade, higiene, DST/AIDS, gravidez, dengue, drogas, verminose, esporte, nutrição e vacinação.

Política – Conhecer a necessidade e a função de um representante de um grupo social, bem como os critérios que deverão ser valorizados para a escolha do mesmo. Conhecer seus deveres e direitos, seu estatuto, bem como se posicionar criticamente sobre a lei e a realidade buscando possibilidades de transformação da sociedade.

Sub-temas: democracia, lutas sociais, liberalismo, globalização, Reforma Agrária, sindicato, aposentadoria e direitos humanos.

Fonte: ARARAQUARA, 2014/2016.

Para justificar os princípios norteadores desse programa, reafirmando a necessidade e obrigatoriedade da construção de uma proposta pedagógica diferenciada para a população que vive no campo, destacamos algumas legislações, como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) que embasaram essa proposta.

Segundo a LDB, no artigo 28, na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural (Figura 1) e de cada região, especialmente:

- 1 – Pedagoga, Especialista em Gestão Escolar e Psicopedagogia, Doutora em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, gipavini@gmail.com, UNIARA.
- 2 – Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, ml.ribeiro@unesp.br, UNIARA.
- 3 - Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Documentação Rural (NUPEDOR), vbotta@techs.com.br, UNIARA.

- I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III – adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 2010).

Figura 1: Vista do assentamento pela entrada da escola



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Essas orientações se repetem literalmente, no artigo 35, das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, na modalidade de Educação Básica do Campo e é complementada sobre a importância das especificidades da proposta pedagógica do campo, no artigo 36. Prevendo adequações necessárias à educação para a população rural, em relação às peculiaridades da vida no campo e de cada região, e definindo novamente orientações para os três aspectos essenciais à organização da ação pedagógica, já citado anteriormente na LDB:

- I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos estudantes da zona rural;
- II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Art. 36. A identidade da escola do campo é definida pela vinculação com as questões inerentes à sua realidade, com propostas pedagógicas que contemplam sua diversidade em todos os aspectos, tais como sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia.

Parágrafo único. Formas de organização e metodologias pertinentes à realidade do campo devem ter acolhidas, como a pedagogia da terra, pela qual se busca um trabalho pedagógico fundamentado no princípio da sustentabilidade, para assegurar a preservação da vida das futuras gerações, e a pedagogia da alternância, na qual o estudante participa, concomitante e alternadamente, de dois ambientes/situações de aprendizagem: o escolar e o laboral, supondo parceria educativa, em que ambas as partes são corresponsáveis pelo aprendizado e pela formação do estudante (BRASIL, 2019).

- 1 – Pedagoga, Especialista em Gestão Escolar e Psicopedagogia, Doutora em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, gipavini@gmail.com, UNIARA.
- 2 – Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, ml.ribeiro@unesp.br, UNIARA.
- 3 - Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Documentação Rural (NUPEDOR), vbotta@techs.com.br, UNIARA.

Ainda para justificar legalmente essas propostas, temos o decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010 que dispõe sobre a política de Educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), no artigo 2º, no item IV, como princípios da educação do campo:

Valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas (BRASIL, 2010).

E dentro desta proposta para as Escolas do Campo de Araraquara, em discussão principalmente com os professores, foi estabelecido um calendário próprio para as escolas estudadas: EMEF do Campo “Profº Hermínio Pagotto”, EMEF do Campo “Profª Maria de Lourdes Silva Prado” e EMEF do Campo “Profº Eugênio Trovatti”.

Outra mudança decorreu da elaboração coletiva de um calendário escolar diferenciado das datas normalmente comemoradas nas escolas. Neste calendário, podemos destacar as seguintes datas: no dia 7 de Fevereiro, homenagem a Sepé Tiarajú; no dia 21 de março, dia Mundial da Luta contra a Discriminação Racial; no dia 14 de abril, dia da Conservação do Solo; dia 22 de abril, dia da Invasão do Brasil; no dia 25 de julho, Dia do Trabalhador Rural; no dia 7 de setembro, dia da Independência do Brasil e Grito dos Excluídos, dentre outros. Essas datas também deveriam estar inseridas no planejamento anual dos professores, assim como no direcionamento de alguns encaminhamentos administrativos, pois parte dessas datas são comemoradas em pequenas ou grandes festas promovidas pela escola. (FENG, 2007, p. 50).

Esse calendário (Figura 2) mantém-se até hoje, como mostram as datas comemorativas da EMEF “Hermínio Pagotto” de 2014:

- 1 – Pedagoga, Especialista em Gestão Escolar e Psicopedagogia, Doutora em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, gipavini@gmail.com, UNIARA.
- 2 – Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, ml.ribeiro@unesp.br, UNIARA.
- 3 - Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Documentação Rural (NUPEDOR), vbotta@techs.com.br, UNIARA.

Figura 2: Calendário de Datas Comemorativas

EMEF do Campo Prof. Hermínio Pagotto Unidade de Educação Infantil do Campo "Waldyr Alceu Trigo"		
Calendário Comemorativo / 2014		
Meses	ACL	Atividades Coletivas na Acolhida
<u>Janeiro</u>		01 - Dia da Confraternização Universal 22 - Acolhida aos educadores e educandos/as integrais da Unidade de Ed. Infantil 31- Aniversário da Escola (Municipalização da Escola - Decreto nº 7.785 de 31/01/2002)
<u>Fevereiro</u>		03 e 05 - Acolhida aos educadores e educandos/as da EMEF 07 - Morte de Sepé Tiaraju (Reginaldo, dia 12) 17 - Marcha do MST (Edivan, dia 18) 19- Dia do Esporte (Fábio, dia 17)
<u>Março</u>		04 - Morte de Waldyr Alceu Trigo (Alessandra, dia 10) 04 - Carnaval (Tânia, dia 24) 22 - Aniversário da Unidade de Ed. Inf. (3 anos) 08 - Dia Internacional da Mulher (Mirai, dia 6) 22 - Dia Mundial da Água/Boa Nutrição e Saúde (Gisele, dia 21)
<u>Abril</u>	12 - Dia Internacional da Luta Camponesa (17/4)	12- Dia da desapropriação da Fazenda Bela Vista 18 - Dia Nacional do Livro Infantil (3º Ano, dia 10) 17 - Páscoa (Comunidade Escolar) 19/20 - Dia da Luta Indígena/Morte do Índio Galdino 22 - Invasão do Brasil / Encontro de dois povos (Evelise, dia 22) 21 - Enforcamento de Tiradentes (Edivan, dia 29)
<u>Maio</u>		01 - Dia do Trabalhador (Mirai dia 24 de abril) 2º Domingo -Dia das Mães (Gisele dia 9) 06 Dia da Matemática (Augusto dia 6) 26 a 30/05 - Semana de Valorização da Vida
<u>Junho</u>	29 - Festa Junina	02 a 06 - Semana da Ecologia e do Meio Ambiente (CC dia 02 Evelise, dia 03; Reginaldo, dia 04) 09 a 13/06 - Campanha Contra Incêndios 13/06- Jogos Escolares do Campo
<u>Julho</u>		09 - Revolução Constitucionalista (Edivan, dia 01) 24 - Aniversário do Assentamento(24/07/90) 25 - Dia do Trabalhador Rural 26 - Dia dos Avós (Reginaldo e Alessandra dia 30/7 e dia 1/8)
<u>Agosto</u>	22 - Aniversário de Araraquara	2º Domingo - Dia dos Pais(3º ano dia 07) 09 - Vida de Herbert de Souza - Betinho (Juliana, dia 12) 12 - Revolta dos Alfaiates (Reginaldo, dia 13) 22- Folclore (Reginaldo, dia 20)
<u>Setembro</u>		21 - Dia da Árvore (Evelise, dia 16) 07 - Grito dos Excluídos (Augusto, dia 02) 22 Início da Primavera (PIL Ciências) 15 a 19 - Semana do Trânsito
<u>Outubro</u>	11 - III Dia do Brincar no Campo	09 - Che Guevara (Edivan, dia 07) 12 - Dia da Criança (Gisele, dia 10) 15 - Dia do Professor(Alunos organizam para os professores dia 14) 14 a 18 - Semana de Incentivo à Leitura / Semana da Criança (Alessandra e Juliana) 28 a 31/10 - Mostra de Ciências, Arte e Cultura do Campo(6º ao 9º-Biblioteca Municipal)
<u>Novembro</u>		15- Proclamação da República (Alessandra, Tânia e Gi, dia 14) 17- Morte de Hermínio Pagotto / 1993 (Reginaldo, dia 5- História da escola) 20 - Semana da Consciência Negra(Morte de Zumbi dos Palmares) 07 Revolta da Vacina e Revolta da Chibata (Semana organizada pelos educadores de 17 21) 24 a 28 - Campanha de Combate a Dengue 24 a 28 - Semana de Celebração do Estatuto da Terra (30/11)
<u>Dezembro</u>		08 - Celebração do Dia da Família

Fonte: Acervo EMEF "Hermínio Pagotto", 2014.

Ao serem legalizadas as propostas, posteriormente, deveriam ser colocadas em práticas. Porém, foi necessário explicitar as propostas para as comunidades dos três assentamentos rurais, para melhor compreensão e orientação:

Ao final da elaboração do projeto, no final do mês de janeiro de 2002, depois que as diretrizes foram definidas e algumas discussões encaminhadas, houve a necessidade de explicitar essa proposta para as três comunidades (dos assentamentos Monte Alegre e Bela Vista e do distrito de Araraquara). Nestas

- 1 - Pedagoga, Especialista em Gestão Escolar e Psicopedagogia, Doutora em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, gipavini@gmail.com, UNIARA.
- 2 - Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, ml.ribeiro@unesp.br, UNIARA.
- 3 - Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Documentação Rural (NUPEDOR), vbotta@techs.com.br, UNIARA.

reuniões, foram levantados pelos membros da comunidade alguns temas que eles gostariam que fossem desenvolvidos na escola naquele ano. (FENG, 2007, p. 48).

Com a implantação do Programa Escola do Campo, em 2002, foram então estabelecidos os Princípios da Escola do Campo (Quadro 3) que se busca assegurá-los, até os dias atuais (Araraquara, 2014/2016).

Quadro: Princípios do Projeto Educação do Campo de Araraquara

I — Qualidade Social da Educação

Uma escola capaz de motivar e despertar a criança para o conhecimento e que possa proporcionar condições para a aprendizagem (objetivo de ensinar e aprender).

O que é importante aprender na escola?

- O saber historicamente elaborado pela humanidade;
- A ser um aluno pesquisador;
- Desenvolver a criatividade;
- Relacionar as diversas áreas do saber na construção do próprio conhecimento;
- Relacionar-se e conviver de maneira coletiva, fraterna, solidária e cooperativa;
- Ter autonomia reflexiva e consciência crítica com uma visão que possibilite e favoreça a construção de um mundo sustentável'

Para que e por que aprender?

Para que, por meio do conhecimento, possa identificar sua condição social bem como os meios para transformá-la ou transcendê-la.

Que tipo de educando vamos formar?

- Um/a educando/a conhecedor e participante da história/ sociedade em que está inserido
- Um/a educando/a que domine as experiências humanas de forma crítica e que atue na solução de problemas.

1 – Pedagoga, Especialista em Gestão Escolar e Psicopedagogia, Doutora em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, gipavini@gmail.com, UNIARA.

2 – Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, ml.ribeiro@unesp.br, UNIARA.

3 - Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Documentação Rural (NUPEDOR), vbotta@techs.com.br, UNIARA.

II — Inserção num Contexto Global

Ter como ponto de partida a sua realidade para entender a sociedade como um todo;

- Trabalhar a dimensão local, regional, nacional e global, valorizando adequadamente as possibilidades de vida no campo em comparação com a vida urbana;
- Valorizar a contribuição sócio-cultural e histórica dos afrodescendentes, indígenas e camponeses ...
- Contribuir para transformar o campo economicamente e socialmente.

III — Educação voltada para a valorização da cultura de trabalho no campo (teoria e prática)

- Refletir sobre o valor do trabalho, a nossa identidade de trabalhador/a e aprofundar a mística do trabalho e da terra;
- Valorizar a pertença ao campo;
- Resgatar e vivenciar repertório cultural dos diferentes membros da comunidade;
- Resgatar a cultura popular (festa junina, música raiz...);
- Estimular a sistematização do conhecimento (história oral da comunidade) depois de vivenciado.

IV - Democratização do Acesso ao Conhecimento

- Zelar pelo acesso à escola reivindicando boas condições de transporte e de estrada;
- Reivindicar a existência de material didático e paradidático diversificados;

1 – Pedagoga, Especialista em Gestão Escolar e Psicopedagogia, Doutora em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, gipavini@gmail.com, UNIARA.

2 – Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, ml.ribeiro@unesp.br, UNIARA.

3 - Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Documentação Rural (NUPEDOR), vbotta@techs.com.br, UNIARA.

- Reivindicar a contratação de professores e garantir o acompanhamento do processo de aprendizagem para todos/as os/as educandos/as.

V- Gestão Democrática - participação da comunidade na tomada de decisões;

- Valorizar os/as profissionais da educação.

- Criar espaços de discussão e encaminhamentos coletivos (Conselho de Escola/APM, Assembleias Comunitárias, Reuniões Escolares etc);

- Gerir coletivamente, respeitando e valorizando as opiniões e necessidades da comunidade escolar e local.

VI - Espaços e tempos alternativos de educação

- Ampliar o conhecimento dentro e fora da escola;

- Utilizar os conhecimentos das pessoas da comunidade e de especialistas para enriquecimento do processo de ensino e aprendizagem;

- Visitar locais diversos (universidade, laboratórios, hortas, viveiros, mata, mina, rio, pomar, jardim, etc) como laboratórios de aprendizagem;

- Potencializar o uso da Sala de Múltiplos Recursos, Biblioteca, Laboratório de Ciências, Laboratório de Informática e Cozinha Experimental para práticas Educativas.

VII - Construção de um novo homem e de uma nova mulher a partir do resgate da

sua identidade

- Resgatar a auto-estima;

- Conscientizar-se sobre a construção social dos papéis do homem e da mulher;

- Trabalhar a identidade ligada à cidadania;

1 – Pedagoga, Especialista em Gestão Escolar e Psicopedagogia, Doutora em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, gipavini@gmail.com, UNIARA.

2 – Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, ml.ribeiro@unesp.br, UNIARA.

3 - Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Documentação Rural (NUPEDOR), vbotta@techs.com.br, UNIARA.

- "Quebrar" padrões criados historicamente;
- Incluir as relações de gênero e etnia;
- Tratar adequadamente das pessoas com necessidades especiais;
- Vivenciar valores identificados com a paz e o bem;
- Desenvolver práticas escolares que valorizem as necessidades da comunidade;
- Promover atividades que estimulem a convivência comunitária.

VIII - Resistência e luta do homem e da mulher no campo

- Sensibilizar a todos para a vivência da solidariedade com aqueles que se encontram acampados ou em lutas sociais e ser capaz de indignar-se com as injustiças sociais
- Refletir sobre as mobilizações e sobre o sentido destas lutas e contribuir no repasse das informações para as famílias.

IX-Integração e interação com o meio ambiente e conscientização ecológica

- Possibilitar palestras e cursos de capacitação para a comunidade e educadores/as;
- Desenvolver a consciência crítica do consumo a fim de reduzir a produção de lixo;
- Construir espaços de recolhimento de lixo (orgânicos e recicláveis);
- Valorizar as áreas de reservas ecológicas, desenvolvendo trabalho de campo com crianças;
- Desenvolver ações sustentáveis;
- Trabalhar alternativas de combate à destruição do meio ambiente e promover um ensino agroecológico;

1 – Pedagoga, Especialista em Gestão Escolar e Psicopedagogia, Doutora em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, gipavini@gmail.com, UNIARA.

2 – Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, ml.ribeiro@unesp.br, UNIARA.

3 - Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Documentação Rural (NUPEDOR), vbotta@techs.com.br, UNIARA.

- Pesquisar e valorizar a existência dos recursos naturais locais (hidrografia e vegetação);
- Promover a valorização da vida contribuindo para que haja cuidados com a água, com a terra, com o ar;
- Incentivar e ajudar promover o embelezamento da área do assentamento.

X - Concepção de que a história é construída pelas lutas sociais

- Refletir sobre o jeito de viver da comunidade, comparando o antes, o tempo de acampamento e o hoje; cultivar os valores e a história como projetos, através do resgate de histórias, músicas, palavras de ordem ("Educação do Campo: Direito nosso, Dever do Estado"), danças, encenações;
- Fazer uma exposição permanente da história do assentamento e da luta pela terra no corredor da escola, valorizando os sujeitos que participaram da conquista de terra;
- Trabalhar com datas comemorativas importantes como: conquistas sociais, criação do assentamento, da escola etc.

Fonte: Araraquara, 2014/2016.

Com essa proposta, as escolas conseguiram maior apoio para desenvolver um papel importante na vida do estudante e da comunidade. E pode-se identificar projetos inovadores envolvendo desde direção, professores, alunos e comunidade, enfatizando histórias de lutas e reivindicações dos assentados, o que permitiu a transformação do cotidiano escolar:

Existem aspectos positivos e inovadores que vêm sendo adotados na escola Hermínio Pagotto, dentre os quais deve-se enfatizar aulas que incorporam as propostas e as concepções teórico-metodológicas relativas à realidade local. Um dos destaques é a presença marcante da concepção de educação de Paulo Freire especialmente quanto à metodologia. A experiência de construção coletiva, de gestão compartilhada que perpassa o trabalho, nas diversas etapas e processos organizativos, desde o planejamento até a vivência na sala de aula e fora dela, com a participação ativa de professores e alunos reproduz alguns dos ideais propostos por Paulo Freire. Tenta-se contemplar no currículo as particularidades sócio-culturais dos sujeitos envolvidos. Além disso, busca-se difundir uma visão do campo que na perspectiva dos movimentos sociais deve ser entendido como espaço de vida, de produção, de cultura e de lazer. A

- 1 – Pedagoga, Especialista em Gestão Escolar e Psicopedagogia, Doutora em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, gipavini@gmail.com, UNIARA.
- 2 – Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, ml.ribeiro@unesp.br, UNIARA.
- 3 - Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Documentação Rural (NUPEDOR), vbotta@techs.com.br, UNIARA.

Ao acompanhar na pesquisa de campo e nas análises dos PPPs, das três escolas, os projetos desenvolvidos regularmente e que, segundo os professores, são os que caracterizam a escola como Escola do Campo. Os professores foram unânimes em relatar que a escola desenvolve diferentes projetos durante o ano e, todos eles englobam temáticas voltadas aos princípios do Programa da Escola do Campo, como forma de integrar o campo aos conteúdos escolares.

Analisando os PPPs e comparando os conteúdos dos projetos institucionais desenvolvidos com as propostas de Educação do Campo como: Projetos de Leitura; Projeto de Identidade, Valores e Convivência; Projeto Saúde e Nutrição e Projeto Meio Ambiente, detecta-se que, com enfoques diferentes para deferir a realidade de cada assentamento e sua clientela escolar, todos os projetos, de uma forma ou de outra, atendem aos Princípios da Educação do Campo.

Ao analisar os diferentes projetos desses temas, observa-se relevantes discussões sobre autoconhecimento, resgate histórico, lutas sociais, pluralidade cultural e gênero, justiça social, solidariedade, igualdade e amor, cooperativismo, trabalho infantil, exploração e produção agrícola. E além destes, outros temas como democracia, lutas sociais, globalização, Reforma Agrária e direitos humanos, os quais estão contemplados nas discussões das diretrizes dos princípios da Educação do Campo.

AS MUDANÇAS NO SISTEMA PEDAGÓGICO EM QUESTÃO

Porém, em 2011, as escolas municipais de Araraquara adotaram o sistema didático Sesi de Ensino, tornando-o obrigatório também nas Escolas do Campo que são municipais. Apesar do Programa Escola do Campo ser uma política pública assegurada pelo Plano Municipal de Educação, alterações verticalizadas foram impostas para o uso do novo sistema de ensino, segundo alegaram os professores das Escolas do Campo. Então, como compatibilizar esta exigência com as singularidades do modo de vida do assentamento? Será que não seria um equívoco pensar que um material voltado para a indústria e, não para o campo, pudesse atender as especificidades do Projeto Educação do Campo? Observou-se que o próprio Sistema Sesi de Ensino que em seu Plano Estratégico (Sesi, 2007-2011), identifica a importância de atender as necessidades cotidianas para suprir as dificuldades de aprendizagem.

Segundo Pavini (2012), este método não é apropriado para a classe trabalhadora do campo, pois traz em seu material didático a ideologia urbana industrial que tem como propósito reordenar a relação entre escola e emprego dentro das pedagogias das competências que visam institucionalizar novas formas de educar os trabalhadores, no contexto político - econômico neoliberal.

Não obstante, a educação rural não requer uma metodologia distante da grade curricular obrigatória da educação urbana, mas um material cujos conteúdos respeitem e

1 – Pedagoga, Especialista em Gestão Escolar e Psicopedagogia, Doutora em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, gipavini@gmail.com, UNIARA.

2 – Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, ml.ribeiro@unesp.br, UNIARA.

3 - Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Documentação Rural (NUPEDOR), vbotta@techs.com.br, UNIARA.

apropriem as riquezas da cultura local para facilitar a aprendizagem do aluno, num processo de ensino e de aprendizagem que compreenda e respeite a realidade em que vivem.

Cabe ressaltar aqui a relevância das propostas de gestão do governo municipal em 2001 que propiciaram as discussões e a implantação dos Princípios do Programa Escola do Campo. Os professores alegaram que o apoio da gestão da Secretaria da Educação Municipal atual, nomeada desde 2017, permitiu a escolha e aquisição de um novo material didático para o atendimento aos Princípios do Programa Escolas do Campo. Cabe ressaltar ainda, que esses governos municipais citados, têm o mesmo prefeito, que foi reeleito (2001-2008 e 2017- até hoje), que muito valoriza e apoia em sua administração, as Escolas do Campo. É visível o destaque do município de Araraquara quando a questão é Educação do Campo, esse mérito foi certificado pela Fundação Getúlio Vargas que concedeu o Prêmio “Gestão Pública e Cidadania”, em 2004, pela adoção desta proposta pedagógica.

Constatou-se que todo o corpo docente e administrativo das escolas pesquisadas, se esforçam para contribuir e promover a articulação entre conteúdos e aspectos da realidade dos alunos. Dentro dos limites escolares, procurou-se uma aproximação com a temática, reafirmando a tensão entre concepções diversas de Educação do Campo que permanecem circulando no espaço social brasileiro e evidenciam a necessidade de acompanhamento específico e permanente como qualquer outra escola regular, ou seja, perpassa por dificuldades e conflitos da educação atual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho tem por objetivo a pretensão de contribuir com estudos realizados em Escolas do Campo localizadas em assentamentos rurais. Concluídos nossos apontamentos neste trabalho, pode-se afirmar, que há a necessidade de produzir mais trabalhos que intermedeiem diálogos e discussões sobre Escolas do Campo localizadas em Assentamentos Rurais, mostrado pela relevância do tema discutido no presente trabalho.

A educação das Escolas do Campo do município de Araraquara/SP, pertencente à região central do estado de São Paulo, nosso enfoque, contempla sua base teórica nos princípios do Programa Escola do Campo desde o início da sua implementação, em 2002. Estes princípios foram integralmente inseridos aos PPP de cada uma das unidades escolares, “EMEF Maria de Lourdes da Silva Prado”, “EMEF Eugênio Trovatti” e “EMEF Herminio Pagotto”, atendendo a realidade de cada assentamento. As escolas em questão, tem seu surgimento atrelado a origem de cada assentamento, o que pode ser presenciado no cotidiano escolar, nas suas trajetórias junto às famílias e conquistas coletivas, condições importantes para a construção da memória coletiva dos povos do campo nesses assentamentos rurais elencados.

Diante do exposto, esta pesquisa retoma análises sobre diferentes dilemas existentes entre Educação Rural e Escola Urbana. Aprofunda a discussão da vivência nos assentamentos a ser incorporada ao processo de ensino-aprendizagem e dá continuidade à discussão da relação assentamentos, desenvolvimento rural e políticas públicas. Portanto, a oportunidade de vivenciar e analisar ao longo deste trabalho, é evidente a preocupação em considerar a realidade dos seus alunos na proposta pedagógica. E, ainda, em relação a esse ponto, as Escolas do Campo do município de Araraquara, além de

1 – Pedagoga, Especialista em Gestão Escolar e Psicopedagogia, Doutora em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, gipavini@gmail.com, UNIARA.

2 – Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, ml.ribeiro@unesp.br, UNIARA.

3 - Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Documentação Rural (NUPEDOR), vbotta@techs.com.br, UNIARA.

demonstrarem destaque educacional nacional e PPP específico do campo em sua estrutura escolar, têm características próprias de participação dos movimentos sociais em sua construção.

REFERÊNCIAS

ARARAQUARA. **Projeto Político Pedagógico**. EMEF do Campo “Profª. Maria de Lourdes da Silva Prado”. (2014/2016). Assentamento Monte Alegre. Araraquara, SP.

_____. **Projeto Político Pedagógico**. EMEF do Campo “Prof. Hermínio Pagotto”. (2014/2016). Assentamento Bela Vista do Chibarro. Araraquara, SP.

_____. **Projeto Político Pedagógico**. EMEF do Campo “Prof. Eugênio Trovatti”. (2014/2016). Assentamento Horto de Bueno. Araraquara, SP.

BRASIL. Governo Federal. **Pronera**. Decreto n.7.352, de 04 de Novembro de 2.010. Brasília: 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Portal do MEC. Brasília. Disponível em: <http://BRASIL.Ministério da Educação. Portal do MEC. Brasília>>. Acesso em 03 de Jan. de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Políticas Públicas Educacionais no Campo**. Brasília: MEC, 2010.

CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Ed. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Ed. Expressão Popular, 2012.

FENG, L. Y. **Projeto Educação do Campo: estratégias e alternativas no campo pedagógico**. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Centro Universitário de Araraquara, Araraquara, 2007.

FENG, L. Y.; FERRANTE, V. L. S. Projeto educação do campo: estratégias e alternativas no campo pedagógico. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 1, n. 11, p. 195-224, 2008.

PAVINI, G. C. **O Método Sesi de Ensino na Escola do Campo: A controversa chegada do estranho**. 2012. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Centro Universitário de Araraquara, Araraquara, 2012.

Serviço Social da Indústria (SESI). **Plano Estratégico (2007-2011)**. Disponível em: sesisp.org.br/home/2006/educação>. Acesso em: 20 maio 2011.

1 – Pedagoga, Especialista em Gestão Escolar e Psicopedagogia, Doutora em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, gipavini@gmail.com, UNIARA.

2 – Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, ml.ribeiro@unesp.br, UNIARA.

3 - Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Documentação Rural (NUPEDOR), vbotta@techs.com.br, UNIARA.

UM MAPEAMENTO DA SITUAÇÃO DAS ESCOLAS DO CAMPO EM TRÊS MUNICÍPIOS DO TRIÂNGULO MINEIRO: O DIREITO À EDUCAÇÃO ESTÁ GARANTIDO?

Guiherme da Silva¹;
Gleuciane Santos Silva²;
Daniele Cristina de Souza³;
Priscila de Mattos⁴

INTRODUÇÃO

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988).

Começar citando o artigo 205 da Constituição Federal é registrar uma imensa contradição da educação brasileira, visto que apesar do reconhecimento deste direito, no período de 2010 e 2018, no Brasil, foram fechadas 21.822 escolas públicas em áreas rurais, sendo que em Minas Gerais, totalizam-se 1.751 escolas - das quais 1.644 são municipais.

De acordo com a pesquisa de Nogueira (2019), que estudou o fechamento das escolas em 12 municípios do triângulo mineiro, o cenário é de grande descaso com as populações que vivem no campo. Elas são vistas como números e custos, sendo que seus direitos de terra, trabalho e educação são continuamente negligenciadas pelo Estado. Nogueira (2019) identificou que a Lei nº 12.960 de março de 2014, que indica que uma escola só pode ser fechada mediante diagnóstico da demanda com participação da comunidade, é predominantemente desconsiderada pelos municípios que fecham a escola de maneira unilateral.

Considerando a existência dessa lei, nossa experiência tem mostrado que muitas das vezes a comunidade sabe sobre sua existência e por vezes é surpreendida com a informação do fechamento das escolas. As famílias procuram se reorganizar para que seus filhos continuem estudando, mas o impacto gerado na qualidade da formação ou mesmo em sua continuidade (muitas vezes o transporte escolar na zona rural não é feito, por falta de pagamento, por condições ruins de chuva, etc.) geralmente não são levados em conta. Sofre e sabe apenas quem está inserido neste contexto. Questões que Nogueira (2019) igualmente caracteriza, aprofunda e discute.

No trabalho realizado em 2017, no qual mapeamos o contexto da educação do campo no Triângulo Mineiro e Alto do Paranaíba (SOUZA, KATO, PINTO, 2017), a partir de dados do Censo Escolar (2015) e informações da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais, não identificamos escola do campo estadual em Campo Florido e Veríssimo e duas escolas do campo estaduais em Uberaba. No entanto, há outra categoria denominada escola anexa ou chamada segundo endereço, que contempla escolas localizadas no contexto urbano, mas que têm turmas do campo vinculadas a ela, geralmente no contexto da Educação de Jovens e Adultos em prédios de escolas do campo municipais. Em Uberaba havia 3 escolas anexas. Já no contexto da educação

¹ Estudante do Serviço Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro

² Estudante da Licenciatura em Educação do Campo Universidade Federal do Triângulo Mineiro

³ Professora Adjunto da Licenciatura em Educação do Campo Universidade Federal do Triângulo Mineiro

⁴ Doutoranda no Programa de Educação na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – USP/Ribeirão Preto

municipal, no período foi identificadas 2 escolas do campo em Campo Florido, 6 em Uberaba e 1 em Veríssimo. No entanto, como argumentamos naquela pesquisa em 2017, a identificação de uma região ser rural ou não, de uma escola ser considerada rural ou não é móvel e depende muito da política pública assumida, do zoneamento municipal feito administrativamente periodicamente pelos municípios e mesmo pelo estado.

Neste contexto, propomos o Programa de extensão “A escola do campo - direito nosso, dever do estado: mapeando e construindo a educação do campo em municípios do triângulo mineiro”, tem como objetivo geral identificar a situação das escolas do campo nos municípios mineiros de Uberaba, Campo Florido e Veríssimo e desenvolver ações de educação do campo, visando intensificar o trabalho junto à comunidade pelo direito à educação do campo e no campo. Nesse trabalho, trazemos resultados de um mapeamento da situação das escolas do campo nestes três municípios.

Assim realizamos as seguintes perguntas: quais são as escolas do campo desses municípios? Qual a situação das escolas do campo nesse momento (ativa, paralisada ou extintas)?

METODOLOGIA

Para a investigação utilizamos os dados do Censo Escolar (2010,2017, 2018,2019), do IBGE (2010 e 2018) e da listagem das escolas do Inep-Data (2019), assim como consulta ao setor de educação de Uberaba.

Dentre os pressupostos considerados para a sistematização dos dados referentes a Educação Básica, se considerou o corte etário definido em 2010 pelo Ministério da Educação pelo Conselho Nacional de Educação. A idade da Pré-Escola engloba os 4 anos de idade, o 1º ano do ensino fundamental 6 aos de idade, o 6º ano do ensino fundamental engloba os 11 anos de idade, e o Ensino médio que não tem idade mínima indicada, sendo que o ideal é cumprir a educação básica entre os 4 a 17 anos. Fora da idade escolar temos também a Educação de Jovem e Adultos (Resolução CNE/CEB nº 1/2010).

Os dados referentes a população dos municípios foram obtidos no site do IBGE. Aqueles referentes ao número de matrículas aos Microdados do Censo Escolar de 2010 e 2019. E as informações sobre a situação das escolas dos municípios obtivemos no site do QEdu. A partir da listagem das escolas que contém seu nome, localidade e situação, assim como o número de matrículas e a quantidade populacional em idade escolar (5 a 19 anos) de cada município, realizamos uma análise quanti-qualitativa dialogando com a história da educação rural e do campo no país. Fizemos uma tentativa de mapear as escolas do campo no aplicativo MyMaps do Google, no entanto, a maioria delas não foram identificadas no georrefenciamento.

RESULTADOS

Os resultados obtidos contemplam uma primeira etapa da pesquisa, a partir de dados oficiais, para que posteriormente realizemos uma pesquisa de campo para identificar e mapear as escolas, assim como a situação concreta do direito à educação dos sujeitos do campo nesses municípios.

3.1 DIAGNÓSTICO DA REALIDADE DE CAMPO FLORIDO E DEMANDAS EDUCACIONAIS

Considerando dados de Campo Florido, no IBGE (2019), o município tem uma estimativa populacional de 8.151 pessoas. O Censo de 2010 indicou 6.870 pessoas. Destas, 1826 pessoas com idade escolar entre 5 a 19 anos (Tabela 1) o que corresponde a 26,57% do total da população, sem considerar as crianças de 4 anos, que são reconhecidas como público da pré-escola (Resolução CNE/CEB nº 1/2010).

Tabela 1 – População residente em Campo Florido por idade (ano de 2010)

POPULAÇÃO RESIDENTE(Ano de 2010)	n. de pessoas
Grupo de idade	
0 A 4 ANOS	543
5 A 9 ANOS	577
10 A 14 ANOS	643
15 A 19 ANOS	606
20 A 24 ANOS	588
25 A 29 ANOS	659
30 A 39 ANOS	1.063
40 A 49 ANOS	887
50 A 59 ANOS	603
60 A 69 ANOS	379
70 ANOS OU MAIS	322
TOTAL	6870

Fonte: IBGE, 2010.

Considerando o número de matrículas do ano de 2010 houve um total de 1797 matrículas na Educação Básica. Excetuando as matrículas na creche e considerando as crianças e jovens entre 05 a 19 anos, há indicativos de 108 pessoas fora da escola.

Tabela 2. Número de matrículas na educação básica no ano de 2010

Etapa Tipo de escola		Dependência Administrativa					Total
		Federal	Estadual	Municipal	Público	Privado	
Educação Infantil	Creche	-	-	79	79	-	79
	Pré-escola	-	-	215	215	-	215
Ensino Fundamental	Anos iniciais	-	-			-	
	Anos finais	-	-			-	1247
Ensino Médio		-	256	-	256	-	256
		TOTAL					1797

Fonte: Inep, Censo Escolar, 2010

A tabela 3 indica o número de matrículas por nível de ensino, com dados referentes ao ano de 2019. Se considerar o total de matrícula apresentado em 2019 notamos que há uma defasagem em relação ao cursar o ensino médio que se mantém em relação ao ano de 2010. Em 2019, enquanto o ensino fundamental há 1.141 matrículas o ensino médio apenas 226. O que acontece com as crianças que se formam no ensino fundamental? Sem considerar aqueles que não estão na idade certa.

Tabela 3. Número de matrículas na educação básica no ano de 2019

Etapa Tipo de escola		Dependência Administrativa					
		Federal	Estadual	Municipal	Público	Privado	Total
Educação Infantil	Creche	-	-	256	256	-	256
	Pré-escola	-	-	218	218	-	218
Ensino Fundamental	Anos iniciais	-				-	
	Anos finais	-				-	1141
Ensino Médio		-	226	-	-	-	226
		TOTAL					1841

Fonte: CENSO ESCOLAR, 2019

Se compararmos o Censo de 2019 com os dados do Censo Escolar de 2017, houve aumento de matrículas da creche e pré-escola, praticamente manutenção do número de matrículas do ensino fundamental e a diminuição de matrículas do ensino médio.

Considerando os tipos de estabelecimentos de ensino, Campo Florido possui 6, de acordo com Censo Escolar 2019 (tabela 4)

Tabela 4. Número de estabelecimentos por localização em Campo Florido (urbano e rural)

Localização da escola	Dependência Administrativa					
	Federal	Estadual	Municipal	Público	Privado	Total
Urbana	-	1	4	4	-	4
Rural	-	-	2	2	-	2
	TOTAL					6

Fonte: Censo Escolar/ Inep, 2019

Tabela 5. Número de estabelecimentos* por modalidade de educação básica em Campo Florido, MG

NÍVEL DE ENSINO	Nº de estabelecimentos
Creches	2
Pré-escolas	2
Ensino fundamental anos iniciais	3
Ensino fundamental anos finais	1
Ensino médio propedêutico	1

*O mesmo estabelecimento pode oferecer mais de um nível de ensino.

Fonte: Censo Escolar, 2019.

Na plataforma QEDu⁵, que é baseada nos dados do Censo Escolar de 2018, identificamos uma lista maior de escolas vinculadas ao município de Campo Florido, no total de 26 escolas, sendo que 19 delas são identificadas como paralisadas. Dessa forma, identificamos uma escola urbana municipal ativa a mais considerando o que está disponível no Censo Escolar de 2019 (tabela 5 acima).

⁵ Disponível em: <https://www.qedu.org.br/busca>

Quadro 1– Escolas identificadas como vinculadas ao Município de Campo Florido, de acordo com Qedu.

MUNICIPAL E RURAL	Antonio Teodoro Andrade (EM)	
	Artur De Castro Cunha (EM)	
	Barao Do Campo Formoso (EM)	
	Coronel Fernandino Vilela (EM)	
	Hermila Fenelon Junqueira (EM)	
	Joaquim Rodrigues De Castro (EM)	
	Jose Pedro Dirceu (EM) - Anos iniciais*	
	Olimpio (EM)	
	Pedro Dirceu De Castro (EM)	
	Rui Barbosa (EM)	
	Santa Terezinha (EM)* Pré escola e Anos iniciais (EF)	
	Santo Agostinho (EM)	
	Santo Inacio (EM)	
	Sertaozinho (EM)	
Estadual e Rural	Fazenda Piracanjuba (EE)	
MUNICIPAL E URBANA	Centro Municipal De Educação Infantil Dona Maria Alfreda* Pré escola e Creche	
	Centro Municipal De Educacao Infantil Professora Analia Tereza Dos Santos Bernardes* Pré escola e Creche	
	Coronel Emerenciano F Junqueira (EM)	
	Nosso Larzinho (EMEI)	
	Pe Julio (EM)	
	Presidente Juscelino Kubitschek (EM)	
	Vereador Dormelino De Souza (EM)* Pré escola e Anos iniciais (EF)	
	Professor Gomes Horta (EM) Prova Brasil* Pré escola, Anos iniciais (EF) e EJA	
	ESTADUAL URBANA	Padre Henrique Peeters (EE) Anos finais (EF), Ensino Médio e EJA*
	ESCOLA PRIVADA	Monteiro Lobato (CEI)

*escola ativa

Realizando o recorte mais específico desta pesquisa, identificamos 14 escolas rurais vinculadas ao município, porém apenas 2 estão em funcionamento. No entanto, não conseguimos identificar a localidade da maioria das escolas paralisadas, visto que mesmo com os endereços das escolas, a partir do Inep- Data Catálogo de Escolas, o aplicativo MyMaps não as localiza, sendo que seus endereços estão, principalmente, em fazendas.

3.2 DIAGNÓSTICO DA REALIDADE DE UBERABA E DEMANDAS EDUCACIONAIS

A população estimada de Uberaba, de acordo com IBGE 2019 é de 333.783 pessoas, sendo que o último censo de 2010 registrou 295.988 pessoas. Deste total,

64.027 encontram-se entre 0 a 19 anos (tabela 6), correspondendo a 27,71% da população e encontra-se em idade pré-escolar e escolar.

Tabela 6 – População residente em Uberaba por idade (ano de 2010)

POPULAÇÃO RESIDENTE (Ano de 2010)	Nº de pessoas
Grupo de idade	
0 A 4 ANOS	18.000
5 A 9 ANOS	18.376
10 A 14 ANOS	21.621
15 A 19 ANOS	24.030
20 A 24 ANOS	27.290
25 A 29 ANOS	26.934
30 A 34 ANOS	24.937
35 A 39 ANOS	21.716
40 A 44 ANOS	21.178
45 A 49 ANOS	20.895
50 A 54 ANOS	18.646
55 A 59 ANOS	15.010
60 A 64 ANOS	11.765
65 A 69 ANOS	8.534
70 ANOS OU MAIS	17.066
TOTAL	295.998

Fonte: IBGE, 2010.

No ano de 2010, de acordo com o censo escolar, havia 56.904 matrículas, excetuando-se as 1603 matrículas em curso técnico concomitante e 1903 matrículas em curso técnico subsequente, visto que estes não são mais educação básica e são feitos ou concomitantes ao ensino médio ou posterior ao seu término (tabela 7). Se considerarmos o número de pessoas em idade escolar pré-escolar e escolar, teremos um déficit próximo de 7.123 matrículas, ou seja, 11,12% de pessoas fora da escola.

Tabela 7. Número de matrículas na educação básica em Uberaba, 2010.

Etapa Tipo de escola	Dependência Administrativa						
	Federal	Estadual	Municipal	Público	Privado	Total	
Educação Infantil	Creche	-	-	2063	2063	1260	3323
	Pré-escola	-	-	3801	3801	1170	4971
Ensino Fundamental	Anos iniciais	-				-	
	Anos finais	-	15401	15895	31296	5636	36932
Ensino Médio		405	9146	-	9551	2127	11678
		TOTAL					56904

Fonte: Censo Escolar, 2010.

Considerando o Censo escolar de 2019, excetuando cursos profissionalizantes de nível técnico, foram 65.444 matrículas, um crescimento de 8.540 matrículas em nove anos. Neste caso, sem a estimativa populacional para o referido ano não conseguimos identificar o déficit ou não (tabela 8).

Tabela 8. Matrículas da Educação Básica no Município de Uberaba, com base de dados 2019

Etapa Tipo de escola		Dependência Administrativa					
		Federal	Estadual	Municipal	Público	Privado	Total
Educação Infantil	Creche	-	-	4299	4299	2191	6490
	Pré-escola	-	-	4848	4848	2544	7392
Ensino Fundamental	Anos iniciais	-				-	
	Anos finais	-	13999	17406	31405	7107	38512
Ensino Médio		858	10586	-	11444	1606	13050
		TOTAL					65444

Fonte: Censo Escolar/INEP, 2019

Considerando os tipos de estabelecimentos de ensino Uberaba possui 165, de acordo com Censo Escolar 2019 (tabela 9)

Tabela 9. Número de estabelecimentos por localização em Uberaba (urbano e rural)

Localização da escola	Dependência Administrativa					
	Federal	Estadual	Municipal	Público	Privado	Total
Urbana	3	40	50	93	61	154
Rural	-	-	11	11	-	11
	TOTAL					165

Fonte: Censo Escolar/ Inep, 2019

Tabela 10. Número de estabelecimentos* por modalidade de educação básica em Uberaba, MG

NÍVEL DE ENSINO	Nº de estabelecimentos
Creches	82
Pré-escolas	98
Ensino fundamental anos iniciais	85
Ensino fundamental anos finais	78
Ensino médio propedêutico	34

*O mesmo estabelecimento pode oferecer mais de um nível de ensino.

Fonte: Censo Escolar/INEP, 2019

Quadro 2. Escolas identificadas como vinculadas ao Município de Uberaba, de acordo com Qedu.

MUNICIPAL RURAL	E	Escola Municipal Ana Santos Oliveira
		Escola Municipal Antônio Marzola Neto
		Escola Municipal Barão Do Rio Branco
		Escola Municipal Bela Vista
		Escola Municipal Capitão Domingos
		Escola Municipal Carolina Felícia Dos Santos
		Escola Municipal Celina Soares De Paiva
		Escola Municipal Otaviano Borges De Araújo
		Escola Municipal Princesa Isabel
		Escola Municipal Professora Lourdes de Oliveira
		Escola Municipal Chua
		Escola Municipal Cruzeiro Do Sul
		Cemei Maria Assis Rezende
		Cemei Professora Zita Therezinha Capuco
		Escola Municipal Doutor Augusto Cesar Antunes
		Escola Municipal Edmundo Borges De Araújo
		Escola Municipal Elizier Mendes Junior
		Escola Municipal Gastão Mesquita Filho
		Escola Municipal Frederico Peiro
		Escola Municipal Sebastiao Antonio Leal
		Escola Municipal Gastão Rodrigues Da Cunha
		Escola Municipal Ismael Machado
		Escola Municipal João Pedro Da Costa
		Escola Municipal Jose Marcus Cherem
		Escola Municipal Luiza Fonseca
		Escola Municipal Machado De Assis
		Escola Municipal Margarida Maria Correa
		Escola Municipal Maria Carolina Mendes
		Escola Municipal Mário de Assis Guimarães
		Escola Municipal Randolpho Borges De Araújo
		Escola Municipal São Joao
		Escola Municipal Tobias Antonio Rosa
		Escola Municipal Vicente Alves Trindade
Escola Municipal Maria Carolina Mendes		
Escola Municipal Marlene Cunha Rodrigues		
Escola Municipal Totonho De Moraes		
Maria Rosa De Oliveira (CMEI)		
Nicanor Pedro Da Silveira (CMEI)		
ESTADUAL RURAL	E	Escola Estadual Alaor Gouveia
		Escola Estadual Baguassu
		Escola Estadual Boa Esperança
		Escola Estadual Brasília
		Escola Estadual Da Lapa
		Escola Estadual Lageado
		Escola Estadual Professor Minervino Cesarino *(é rural?)
		Escola Municipal Adolfo Bezerra De Menezes
		Escola Municipal Almirante Barroso
		Escola Municipal Artur De Melo Teixeira
		Escola Municipal Boa Vista
		Escola Municipal Do Povoado Do Delta

MUNICIPAL URBANA	E	Escola Municipal Joubert De Carvalho
		Escola Municipal Maria Lourencina Palmerio
		Escola Municipal Pequeno Príncipe
		Escola Municipal Professora Esther Limirio Brigagao
		Escola Municipal Professora Stella Chaves
		Escola Municipal Lourival B Do Carmo Barão
		Escola Municipal Madre Maria Georgina
		Escola Municipal Machado De Assis
		Escola Municipal Monteiro Lobato
		Escola Municipal Norma Sueli Borges
		Escola Municipal Padre Eddie Bernardes
		Escola Municipal Professor Anisio Teixeira
		Escola Municipal Professor Jose Geraldo Guimaraes
		Escola Municipal Professor Jose Macciotti
		Escola Municipal Professor Paulo Rodrigues
		Escola Municipal Professora Niza Marquez Guarita
		Escola Municipal Professor Santino Gomes De Matos (CESU)
		Escola Municipal Professora Olga De Oliveira
		Escola Municipal Reis Junior
		Escola Municipal Santa Maria
		Escola Municipal Uberaba
		Escola Municipal Walter Prado Dantas
		Escola Municipal Urbana Frei Eugenio
		Escola Municipal Professora Geni Chaves
		Escola Municipal Marcio E M Dos Santos
		Inf Bela Vista (NM)
		Maria Rosa De Oliveira (CMEI)
		Integracao (CME)
		Gervasio Pedro Alves (CMEI)
		Centro Mun De Educação Infantil Solange Aparecida Cardoso Da Silva
		Centro Municipal De Educação Infantil Maria Elisabete Salge Melo Tia Betinha
		CM De Educação Paraíso
		Diego Jose Ferreira Lima (CMEI)
		Francisca Valias Wenceslau (CMEI)
		Centro Municipal De Educação Infantil Vovó Tiana
		Centro Municipal De Educação Infantil Coisa Fofa
		Centro Municipal De Educação Infantil Maria Eduarda Farnezi Caetano
		Centro Municipal De Educação Infantil Maria De Nazare
		Centro Municipal Angela Beatriz Bonadio Alves
		Cemei Professora Maria Emerenciana Cardoso
		Cemei Michelle Flavia Martins Pires
	Creche Municipal e Educação Infantil Luciano Portelinha Mota	
	Joao Miguel Hueb (CMEI)	
	Sítio Do Picapau Amarelo (EMEI)	
	Tutunas (CME)	
	Sao Judas Tadeu (EMEI)	
	Vovo Adelina (CMEI)	
	Joaozinho E Maria (EMEI)	
	Juscelino Kubitschek (CME)	

	Santa Maria (CRECHE MUNICIPAL)
	Roda Viva (EMEI)
	Octavia Alves Lopes (CMEI)
	Monica Machiyama (CME)
	Cemei Claudia Aparecida Vilela De Mesquita
	Nossa Senhora De Lourdes (CME)
ESTADUAL URBANA	Escola Estadual Aloízio Castanheira
	Escola Estadual América
	Escola Estadual Anexa A Supam
	Escola Estadual Aurelio Luiz da Costa
	Escola Estadual Bernardo Vasconcelos
	Escola Estadual Boulanger Pucci
	Escola Estadual Brsasil
	Escola Estadual Carmelita Carvalho Garcia
	Cesec Professora Maria Emília da Rocha
	Centro de Orientação e Pesquisa em Educação Especial
	Escola Estadual Deputado Marcus Cherem
	Escola Estadual Dom Eduardo
	Escola Estadual Anexa Instituto de Cegos Brasil
	Escola Estadual Doutor José Mendonça
	Escola Estadual Francisco Cândido Xavier
	Escola Estadual Marechal Humberto Alencar Castelo Branco
	Escola Estadual Professora Neide Oliveira Gomes
	Escola Estadual Quintiliano
	Escola Estadual Evaristo de Paula Pena
	Escola Estadual Felício de Paiva
	Escola Estadual Fidelis Reis
	Escola Estadual Frei Leopoldo de Castelnuovo
	Escola Estadual Gabriel Toti
	Escola Estadual Geraldino Rodrigues Cunha
	Escola Estadual Henrique Kruger
	Escola Estadual Horizonta Lemos
	Centro Interescolar e de Línguas
	Escola Estadual Irmão Afonso
	Escola Estadual Jacques Gonçalves
	Escola Estadual Lauro Fontoura
	Escola Estadual Leandro Antônio de Vito
	Escola Estadual Miguel José Arabe
	Escola Estadual Miguel Laterza
	Escola Estadual Minas Gerais
	Escola Estadual Nossa Senhora da Abadia
	Escola Estadual Nossa Senhora de Fátima
	Escola Estadual Paulo José Derenusson
	Escola Estadual Presidente João Pinheiro
	Escola Estadual Professor Alceu Novaes
	Escola Estadual Professor Chaves
Escola Estadual Professor Hidalberto Pontes	
Escola Estadual Professora Corina de Oliveira	
Escola Estadual Professora Edith Franca	
Escola Estadual Rotary	
Escola Estadual Santa Terezinha	
Escola Estadual São Benedito	

	Colégio Tiradentes PMMG
FEDERAL	Cefores (CEP)
	Instituto Federal do Triângulo Mineiro Campus Uberaba
	Instituto Federal do Triângulo Mineiro Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico
ESCOLA PRIVADA	Algodão Doce (CE)
	Alziro Zarur (EEI)
	Colégio Antares
	Colégio Antônio Augusto Alvarenga
	Aristóteles (CE)
	Arte Vida (CE)
	Asseji Centro de Educação Infantil Maria Carneiro
	Asseji Nossa Senhora Das Dores
	Associação Cristã de Uberaba
	Atendimento Espec Superação
	Colégio Balão Mágico
	Batista de Uberaba (CE)
	Colégio Cairos
	Caminho para o Futuro (CE)
	Carrossel (CE)
	Casa da Renovação
	Colégio Cenecista Doutor José Ferreira
	Centro de Educação Profissional Bit Company Uberaba
	Centro de Formação Profissional Fidelis Reis (Senai)
	Centro Educacional Caminho Suave
	Centro Educacional Sapequinha Junior
	Cetec – Centro Educacional Técnico
	Ceu C Educ De Uberaba
	Chapeuzinho Vermelho (EEI)
	Colégio Dom Bosco
	Colégio Gabarito
	Colégio Master Med
	Colégio Coliseu Mário Quintana
	Com Cássio Rezende (Creche)
	Creche Com Nossa Senhora da Abadia
	Comecinho de Vida (EEI)
	Creche Comunitária Hipolita Teresa Heranci
	Creche Comunitária Maria de Nazaré Cmn
	Creche Comunitária Frei Gabriel de Frazzano
	Creche Comunitária Monika Budeus e Ricardo Henrique Misson (Associação)
	Creche Lar da Criança Feliz
	Creche Luiza De Almeida Dona Dica
	Criação (CE)
	Criativa de Uberaba
	Centro de Aprendizagem Pequeno Estudante Semente do Amanhã
	Instituto de Escolas Técnicas e Industriais Uberaba
	Casa de Irmã Germana
	De prótese do Triângulo Mineiro
	De Uberaba (ET)
	Do Inst De Cegos do Brasil Central
	Casa do Menor Coração de Maria

Dom Pixote (CE)
Dos Sonhos (Escolinha)
Ensino Dom Bosco (Centro)
Esc Alberto Martins F Borges (Sesi)
Esc Luciana (Apae)
Esc Tec de Form Gerencial (Sebrae)
Escola Adventistaa de Uberaba
Escola Particular Carlos Drummond De Andrade
Escola Técnica de Formação Profissional de Minas Gerais
Creche Espírita Melo de Jesus
Colégio Exito
Lar Fabiano de Cristo
Factus Faculdade de Talentos Humanos
Colégio Fernando Pessoa
Colégio Ferreira Gomes
Fio da Vida (CE)
Creche Fraternidade Feminina Estrela do Troângulo Rouxinol
Fundação Bradesco
Futura (CE)
Colégio Genio S
Giz de Cera (CE)
Inovação
Instituto de Educação Interativa
Instituto de Educação Interativa
Centro Integr Atend Especial Caminhar
Integrada (CE)
Colégio Jean Christophe
Jean Piaget
Colégio José Bonifácio
Colégio Leonardus Paulus Smelle
Colégio Licau Albert Einsten
Colégio Machado De Assis Ltda
Madre Judite Cittadini (EEI)
Colégio Manaca
Maria Celia (CE)
Colégio Marista Diocesano
Menino do Dedo Verde (CE)
Educandário Menino Jesus de Praga
Colégio Monsenhor Amador
Mundo Novo (CE)
Instituto Musical Cencista Odette Carvalho de Camargos
Colégio Nossa Senhora das Graças
Nossa Senhora do Rosário (EEI)
Pré Esc Nossa Senhora do Desterro
Novo Caminhar (EEI)
Núcleo Educacional Arco-íris
Nursing Centro de Formação e Educação Permanente em Saúde Ltda Me
O Peralta (CE)
Colégio Opção
Colégio Oswaldo Cruz
Para Surdos Dulce de Oliveira
Paraíso (CE)

Parquinho Encantado (CE)
Passos Certos (CE)
Pedag Castelo Sonhos (CE)
Pequena Casa São Francisco de Assis
Pequena Geração (CE)
Pequeno Aprendiz (CE)
Pequenos e Peraltas (CE)
Pingo de Mel
Pintando o Sete (CEI)
Pré Escola Vovó Adelina
Colégio Presbiteriano Comenius
Primeiro Mundo (CE)
Cooperativa Professor Formação para o Futuro
Profissionalizante Sibep Uberaba
Proj Gente Desembargador Criat Criança
Pryt Cursos Profissionalizantes
Raio de Sol (CE)
Colégio Ricardo Misson
Colégio Rubem Alves
Sag Cor Jesus e Maria (CEI)
Santa Catarina de Sena
Instituto Santo Eduardo
Colégio São Benedito
Colégio São Francisco
Pré Esc São Jeronimo Emiliani
Senador Roberto Simonsen
Sistema Apoio de Ensino
Soc e o Mundo da Criança
Sonho e Fantasia (CE)
Colégio Tales de Milleteo
Colégio Tec Quim Industrial Uberaba
Técnico Senac Cfp de Uberaba (UE)
União da Mocidade Espírita de Uberaba Lar Espírita
Uniceu Santos Dumont
Ursinhos Carinhosos (CE)
Verde Vida (CE)
Vila Lobos (CE)
Vinícius De Moraes
Vitória Formação Profissional
Creche Vovó Zoraide

A partir do catálogo de escolas INEP-data, obtivemos um total de 264 escolas, destas 44 são escolas rurais, 11 estavam ativas. Sendo elas: Escola Municipal Celina Soares De Paiva; Cemei Maria Assis Rezende; Cemei Professora Zita Therezinha Capuco; Cemei Nicanor Pedro Da Silveira; Escola Municipal Gastão Mesquita Filho; Escola Municipal Frederico Peiro; Escola Municipal Sebastiao Antonio Leal; Escola Municipal Jose Marcus Cherem; Escola Municipal Vicente Alves Trindade; Escola Municipal Maria Carolina Mendes; Escola Municipal Totonho De Moraes. Em consulta com o departamento de inspeção escolar da Secretaria Municipal de Educação de Uberaba, no ano de 2020, a EM Celina Soares de Paiva não está listada como rural.

Como pudemos observar as bases de dados, que utilizam dados do Censo Escolar permitiu identificar um número bastante distinto de escolas, fora que ainda não

incorporou a alteração da classificação da escola informada pelo setor da secretaria municipal de educação de Uberaba.

DIAGNÓSTICO DA REALIDADE DE VERÍSSIMO E DEMANDAS EDUCACIONAIS

No último Censo do IBGE (2010) a população da cidade de Veríssimo contemplou um total de 3.483 (tabela 11). A população estimada no ano de 2019 é de 3.999. Do total da população do ano de 2010, 874 pessoas ou 25,09% encontram-se em idade escolar entre 05 e 19 anos.

Tabela 11. População residente em Veríssimo por faixa etária de acordo com Censo do IBGE (2010).

POPULAÇÃO RESIDENTE(Ano de 2010)	n. de pessoas
Grupo de idade	
0 A 4 ANOS	235
5 A 9 ANOS	283
10 A 14 ANOS	283
15 A 19 ANOS	308
20 A 24 ANOS	229
25 A 29 ANOS	269
30 A 39 ANOS	501
40 A 49 ANOS	467
50 A 59 ANOS	445
60 A 69 ANOS	253
70 ANOS OU MAIS	210
TOTAL	3483

No ano de 2010 foram 798 matrículas, havendo por volta de 76 pessoas com idade escolar fora da escola.

Tabela 12. Número de matrículas na educação básica de acordo com Censo Escolar de 2019.

Etapa Tipo de escola		Dependência Administrativa					Total
		Federal	Estadual	Municipal	Público	Privado	
Educação Infantil	Creche	-	-	12	12	-	12
	Pré-escola	-	-	105	105	-	105
Ensino Fundamental	Anos iniciais	-	-			-	
	Anos finais	-	219	323	542	-	542
Ensino Médio		-	139	-	139	-	139
		TOTAL					798

Fonte: CENSO ESCOLAR, 2010

O número de matrículas do município de acordo com o Censo Escolar de 2019 é de 695 pessoas (tabela 13). Apesar da previsão do aumento da população em nove anos houve queda de matrículas na pré-escola, ensino fundamental e ensino médio.

Tabela 13. Número de matrículas na educação básica de acordo com Censo Escolar de 2019.

Etapa Tipo de escola		Dependência Administrativa					Total
		Federal	Estadual	Municipal	Público	Privado	
Educação Infantil	Creche	-	-	20	20	-	20
	Pré-escola	-	-	77	77	-	77
Ensino Fundamental	Anos iniciais	-	-			-	
	Anos finais	-	209	231	440	-	440
Ensino Médio		-	158	-	158	-	158
		TOTAL					695

Fonte: CENSO ESCOLAR, 2019

Igualmente aos demais municípios, notamos uma grande diferença entre o número de matrículas no ensino fundamental que é mais do que o dobro da existente no ensino médio.

Atualmente, município de Veríssimo possui 3 estabelecimentos de ensino (tabela 14).

Tabela 14. Número de estabelecimentos por localização em Veríssimo (urbano e rural)

Localização da escola	Dependência Administrativa					Total
	Federal	Estadual	Municipal	Público	Privado	
Urbana	-	1	2	3	-	3
Rural	-	-	-	-	-	-
	TOTAL					3

Fonte: Censo Escolar/ Inep, 2019

Tabela 15. Número de estabelecimentos* por modalidade de educação básica em Veríssimo, MG

NÍVEL DE ENSINO	Nº de estabelecimentos
Creches	1
Pré-escolas	1
Ensino fundamental anos iniciais	1
Ensino fundamental anos finais	1
Ensino médio propedêutico	1

*O mesmo estabelecimento pode oferecer mais de um nível de ensino.

Fonte: Censo Escolar/INEP, 2019

As 15 escolas rurais municipais identificadas estão paralisadas, de acordo com Qedu (Censo escolar, 2018) e também com o Inep-data 2019 (quadro 3).

Quadro 3 – Escolas identificadas como vinculadas ao Município de Veríssimo, de acordo com Qedu.

	Escola Municipal Calcada
	Escola Municipal Cruzeiro
	Escola Municipal Dona Brigida
	Escola Municipal Edmundo Mendes
	Escola Municipal Drº João Pinheiro Da Silva

MUNICIPAL E RURAL	Escola Municipal Gibrail Idalo
	Escola Municipal João Ferreira Rosa
	Escola Municipal Newton Camargos Tibery
	Escola Municipal Nossa Sra Aparecida
	Escola Municipal Primeiro de Setembro
	Escola Municipal Santa Gertrudes
	Escola Municipal Santo Agostinho
	Escola Municipal Sete de Setembro
	Escola Municipal Tiradentes
	Escola Municipal Valeriano Ferreira Lacerda
Estadual e Rural	
MUNICIPAL E URBANA	Centro Educacional Algodão Doce
	Escola Municipal Maria Natalia Idalo
ESTADUAL URBANA	Escola Estadual Geraldino Rodrigues da Cunha
ESCOLA PRIVADA	

INICIANDO UMA DISCUSSÃO

Essa prévia diagnóstica ratifica o estudo de Leite e Chelotti (2013) que analisa a dinâmica do campo no triângulo mineiro e identifica a exclusão dos sujeitos do campo na educação e consequente demanda de educação do campo na região. Pela nossa inserção nesses municípios nos últimos quatro anos, podemos afirmar que muito da realidade educacional ainda está por ser identificada, registrada e aprofundada.

Por que essas escolas estão paralisadas, desde quando e em que condições os municípios e estado reorganizaram as comunidades escolares são perguntas que ainda não temos respostas. Temos alguns estudos que se dedicam às escolas dos assentamentos de Campo Florido tal como de Oliveira, Sampaio, Sampaio (2017), mas estes são igualmente iniciais e pontuais, trazendo um pouco sobre o histórico de três assentamentos e aprofundando um pouco a história da Escola Municipal Santa Terezinha, a única escola do campo ainda ativa no município de acordo com Inep-Data, 2019.

De maneira geral, os dados, apesar de reconhecidamente limitados para demonstrar a real situação da educação do campo nesses municípios, ratificam a história das escolas do campo no país, as quais inicialmente eram existentes predominantemente em fazendas e se prestavam a educação dos filhos de fazendeiros, as quais foram fechadas e outras tantas nucleadas para o centro das cidades (SALES, 2013). Muitas dessas escolas sequer têm registros que permitam identificar sua história, algo que precisamos avançar na investigação do ponto de vista metodológico.

Detalhamos nos resultados a seguir a realidade das matrículas dos 3 municípios, assim como as escolas que identificamos e ainda estão ativas e aquelas paralisadas.

Utilizamos a terminologia escola ativa, paralisada ou suspensa ao invés de escola do campo ativa ou fechada mais rotineiramente utilizado, pois aqueles são os termos oficiais utilizados pela base de dados do INEP/MEC. Notamos que em geral os municípios não notificam a situação do fechamento da escola do campo (extinta ou suspensa), a maioria está identificada como paralisada, o que dificulta ainda mais o enfrentamento político e legal contra o que na prática é o efetivo fechamento da escola. Conhecer essa realidade do critério oficial de registro da situação da escola é fundamental para organização das comunidades e dos movimentos sociais que lutam pelo direito à educação do campo.

Considerações finais

A maioria das escolas do campo desta região está paralisada. Muitas escolas não foram localizadas no GoogleMaps nos endereços indicados, pois encontravam-se em fazendas, o que é característico da educação rural brasileira.

Com relação ao direito à educação, os dados nos apontam o que já sabemos, ele não é garantido a todos. Percebemos uma defasagem de matrículas no Ensino Médio em relação à quantidade de matrículas na Educação Infantil e Ensino Fundamental, além de uma porcentagem da população em idade escolar que encontra-se fora da escola.

Refletimos sobre a limitação dos dados oficiais para compreender a realidade do campo e indicamos a necessidade de pesquisa de campo para aprofundamentos, visto que o cruzamento dos dados do IBGE ainda serem restritos ao ano de 2010, há dificuldade na identificação de informações sobre as escolas paralisadas ou extintas. E sabemos também que mesmo os dados referentes as matrículas dos municípios não condizem com a real existência e qualidade de educação do sujeito do campo, a exemplo considerando a dinâmica do rural e a questão do transporte escolar que nem sempre é efetivo. Estar matriculado não quer dizer que se garanta a permanência na escola e muito menos a qualidade de educação fornecida aos sujeitos do campo.

REFERÊNCIAS

BRASIL, MEC. Resolução CNE/CEB nº 1/2010.

LEITEI, R. A.; CHELOTTI, M. C. Geografia da Educação do Campo no Triângulo Mineiro. **Revista HISTEDBR** On-line, Campinas, nº 50 (especial), p. 226-237, mai., 2013.

OLIVEIRA; SAMPAIO; SAMPAIO. Fechamento das escolas do município de Campo Florido- MG: Discussões Iniciais. Em: **CIBEPoC- Congresso Interinstitucional Brasileiro de Educação Popular e do Campo**, 2017. Disponível em: <<http://congressos.sistemasph.com.br/index.php/cibepoc/cibepoc2017/paper/view/23/84>>. Aces-so em: 13 de jan. de 2019.

NOGUEIRA, Ariane Martins. **Contradições entre o campo e a cidade no Triângulo Mineiro: uma reflexão sobre o fechamento das escolas no campo**. 2019. 236 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia/UFU, Uberlândia, 2019.

SALES, S.S. Análise de um processo consolidado: histórico do percurso da nucleação das escolas rurais brasileiras (1989-1999). Em: **XXVII Simpósio Nacional de História. Conhecimento Histórico e Diálogo Social**. 22 a 26 de julho de 2013. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364749197_ARQUIVO_Textocompleto-SuzedaSilvaSales.pdf>. Aceso em 18/10/2020.

SOUZA, D. C., KATO, D. S., & PINTO, T. H. O. A licenciatura em Educação do Campo na Universidade Federal do Triângulo Mineiro: território de contradições. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, 2(1), 411-435, 2017

UM MAPEAMENTO DA SITUAÇÃO DAS ESCOLAS DO CAMPO EM TRÊS MUNICÍPIOS DO TRIÂNGULO MINEIRO: O DIREITO À EDUCAÇÃO ESTÁ GARANTIDO?

Guiherme Luiz Silva¹;
Gleuciane Santos Silva²;
Daniele Cristina de Souza³;
Priscila de Mattos⁴

INTRODUÇÃO

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988).

Começar citando o artigo 205 da Constituição Federal é registrar uma imensa contradição da educação brasileira, visto que apesar do reconhecimento deste direito, no período de 2010 e 2018, no Brasil, foram fechadas 21.822 escolas públicas em áreas rurais, sendo que em Minas Gerais, totalizam-se 1.751 escolas - das quais 1.644 são municipais.

De acordo com a pesquisa de Nogueira (2019), que estudou o fechamento das escolas em 12 municípios do triângulo mineiro, o cenário é de grande descaso com as populações que vivem no campo. Elas são vistas como números e custos, sendo que seus direitos de terra, trabalho e educação são continuamente negligenciadas pelo Estado. Nogueira (2019) identificou que a Lei nº 12.960 de março de 2014, que indica que uma escola só pode ser fechada mediante diagnóstico da demanda com participação da comunidade, é predominantemente desconsiderada pelos municípios que fecham a escola de maneira unilateral.

Considerando a existência dessa lei, nossa experiência tem mostrado que muitas das vezes a comunidade sabe sobre sua existência e por vezes é surpreendida com a informação do fechamento das escolas. As famílias procuram se reorganizar para que seus filhos continuem estudando, mas o impacto gerado na qualidade da formação ou mesmo em sua continuidade (muitas vezes o transporte escolar na zona rural não é feito, por falta de pagamento, por condições ruins de chuva, etc.) geralmente não são levados em conta. Sofre e sabe apenas quem está inserido neste contexto. Questões que Nogueira (2019) igualmente caracteriza, aprofunda e discute.

No trabalho realizado em 2017, no qual mapeamos o contexto da educação do campo no Triângulo Mineiro e Alto do Paranaíba (SOUZA, KATO, PINTO, 2017), a partir de dados do Censo Escolar (2015) e informações da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais, não identificamos escola do campo estadual em Campo Florido e Veríssimo e duas escolas do campo estaduais em Uberaba. No entanto, há outra categoria denominada escola anexa ou chamada segundo endereço, que contempla escolas localizadas no contexto urbano, mas que têm turmas do campo vinculadas a ela, geralmente no contexto da Educação de Jovens e Adultos em prédios de escolas do campo municipais. Em Uberaba havia 3 escolas anexas. Já no contexto da educação municipal,

¹ Estudante do Serviço Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro

² Estudante da Licenciatura em Educação do Campo Universidade Federal do Triângulo Mineiro

³ Professora Adjunto da Licenciatura em Educação do Campo Universidade Federal do Triângulo Mineiro

⁴ Doutoranda no Programa de Educação na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – USP/Ribeirão Preto

no período foi identificadas 2 escolas do campo em Campo Florido, 6 em Uberaba e 1 em Veríssimo. No entanto, como argumentamos naquela pesquisa em 2017, a identificação de uma região ser rural ou não, de uma escola ser considerada rural ou não é móvel e depende muito da política pública assumida, do zoneamento municipal feito administrativamente periodicamente pelos municípios e mesmo pelo estado.

Neste contexto, propomos o Programa de extensão “A escola do campo - direito nosso, dever do estado: mapeando e construindo a educação do campo em municípios do triângulo mineiro”, tem como objetivo geral identificar a situação das escolas do campo nos municípios mineiros de Uberaba, Campo Florido e Veríssimo e desenvolver ações de educação do campo, visando intensificar o trabalho junto à comunidade pelo direito à educação do campo e no campo. Nesse trabalho, trazemos resultados de um mapeamento da situação das escolas do campo nestes três municípios.

Assim realizamos as seguintes perguntas: quais são as escolas do campo desses municípios? Qual a situação das escolas do campo nesse momento (ativa, paralisada ou extintas)?

METODOLOGIA

Para a investigação utilizamos os dados do Censo Escolar (2010,2017, 2018,2019), do IBGE (2010 e 2018) e da listagem das escolas do Inep-Data (2019), assim como consulta ao setor de educação de Uberaba.

Dentre os pressupostos considerados para a sistematização dos dados referentes a Educação Básica, se considerou o corte etário definido em 2010 pelo Ministério da Educação pelo Conselho Nacional de Educação. A idade da Pré-Escola engloba os 4 anos de idade, o 1º ano do ensino fundamental 6 aos de idade, o 6º ano do ensino fundamental engloba os 11 anos de idade, e o Ensino médio que não tem idade mínima indicada, sendo que o ideal é cumprir a educação básica entre os 4 a 17 anos. Fora da idade escolar temos também a Educação de Jovem e Adultos (Resolução CNE/CEB nº 1/2010).

Os dados referentes a população dos municípios foram obtidos no site do IBGE. Aqueles referentes ao número de matrículas aos Microdados do Censo Escolar de 2010 e 2019. E as informações sobre a situação das escolas dos municípios obtivemos no site do QEDU. A partir da listagem das escolas que contém seu nome, localidade e situação, assim como o número de matrículas e a quantidade populacional em idade escolar (5 a 19 anos) de cada município, realizamos uma análise quanti-qualitativa dialogando com a história da educação rural e do campo no país. Fizemos uma tentativa de mapear as escolas do campo no aplicativo MyMaps do Google, no entanto, a maioria delas não foram identificadas no georrefenciamento.

RESULTADOS

Os resultados obtidos contemplam uma primeira etapa da pesquisa, a partir de dados oficiais, para que posteriormente realizemos uma pesquisa de campo para identificar e mapear as escolas, assim como a situação concreta do direito à educação dos sujeitos do campo nesses municípios.

3.1 DIAGNÓSTICO DA REALIDADE DE CAMPO FLORIDO E DEMANDAS EDUCACIONAIS

Considerando dados de Campo Florido, no IBGE (2019), o município tem uma estimativa populacional de 8.151 pessoas. O Censo de 2010 indicou 6.870 pessoas. Destas, 1826 pessoas com idade escolar entre 5 a 19 anos (Tabela 1) o que corresponde a 26,57% do total da população, sem considerar as crianças de 4 anos, que são reconhecidas como público da pré-escola (Resolução CNE/CEB nº 1/2010).

Tabela 1 – População residente em Campo Florido por idade (ano de 2010)

POPULAÇÃO RESIDENTE(Ano de 2010)	n. de pessoas
Grupo de idade	
0 A 4 ANOS	543
5 A 9 ANOS	577
10 A 14 ANOS	643
15 A 19 ANOS	606
20 A 24 ANOS	588
25 A 29 ANOS	659
30 A 39 ANOS	1.063
40 A 49 ANOS	887
50 A 59 ANOS	603
60 A 69 ANOS	379
70 ANOS OU MAIS	322
TOTAL	6870

Fonte: IBGE, 2010.

Considerando o número de matrículas do ano de 2010 houve um total de 1797 matrículas na Educação Básica. Excetuando as matrículas na creche e considerando as crianças e jovens entre 05 a 19 anos, há indicativos de 108 pessoas fora da escola.

Tabela 2. Número de matrículas na educação básica no ano de 2010

Etapa Tipo de escola	Dependência Administrativa						
	Federal	Estadual	Municipal	Público	Privado	Total	
Educação Infantil	Creche	-	-	79	79	-	79
	Pré-escola	-	-	215	215	-	215
Ensino Fundamental	Anos iniciais	-	-			-	
	Anos finais	-	-			-	1247
Ensino Médio		-	256	-	256	-	256
		TOTAL					1797

Fonte: Inep, Censo Escolar, 2010

A tabela 3 indica o número de matrículas por nível de ensino, com dados referentes ao ano de 2019. Se considerar o total de matrícula apresentado em 2019 notamos que há uma defasagem em relação ao cursar o ensino médio que se mantém em relação ao ano de 2010. Em 2019, enquanto o ensino fundamental há 1.141 matrículas o ensino médio apenas 226. O que acontece com as crianças que se formam no ensino fundamental? Sem considerar aqueles que não estão na idade certa.

Tabela 3. Número de matrículas na educação básica no ano de 2019

Etapa Tipo de escola		Dependência Administrativa					Total
		Federal	Estadual	Municipal	Público	Privado	
Educação Infantil	Creche	-	-	256	256	-	256
	Pré-escola	-	-	218	218	-	218
Ensino Fundamental	Anos iniciais	-				-	
	Anos finais	-				-	1141
Ensino Médio		-	226	-	-	-	226
		TOTAL					1841

Fonte: CENSO ESCOLAR, 2019

Se compararmos o Censo de 2019 com os dados do Censo Escolar de 2017, houve aumento de matrículas da creche e pré-escola, praticamente manutenção do número de matrículas do ensino fundamental e a diminuição de matrículas do ensino médio.

Considerando os tipos de estabelecimentos de ensino, Campo Florido possui 6, de acordo com Censo Escolar 2019 (tabela 4)

Tabela 4. Número de estabelecimentos por localização em Campo Florido (urbano e rural)

Localização da escola	Dependência Administrativa					Total
	Federal	Estadual	Municipal	Público	Privado	
Urbana	-	1	4	4	-	4
Rural	-	-	2	2	-	2
	TOTAL					6

Fonte: Censo Escolar/ Inep, 2019

Tabela 5. Número de estabelecimentos* por modalidade de educação básica em Campo Florido, MG

NÍVEL DE ENSINO	Nº de estabelecimentos
Creches	2
Pré-escolas	2
Ensino fundamental anos iniciais	3
Ensino fundamental anos finais	1
Ensino médio propedêutico	1

*O mesmo estabelecimento pode oferecer mais de um nível de ensino.

Fonte: Censo Escolar, 2019.

Na plataforma QEd⁵, que é baseada nos dados do Censo Escolar de 2018, identificamos uma lista maior de escolas vinculadas ao município de Campo Florido, no total de 26 escolas, sendo que 19 delas são identificadas como paralisadas. Dessa forma, identificamos uma escola urbana municipal ativa a mais considerando o que está disponível no Censo Escolar de 2019 (tabela 5 acima).

⁵ Disponível em: <https://www.qedu.org.br/busca>

Quadro 1– Escolas identificadas como vinculadas ao Município de Campo Florido, de acordo com Qedu.

MUNICIPAL E RURAL	Antonio Teodoro Andrade (EM)
	Artur De Castro Cunha (EM)
	Barao Do Campo Formoso (EM)
	Coronel Fernandino Vilela (EM)
	Hermila Fenelon Junqueira (EM)
	Joaquim Rodrigues De Castro (EM)
	Jose Pedro Dirceu (EM) - Anos iniciais*
	Olimpio (EM)
	Pedro Dirceu De Castro (EM)
	Rui Barbosa (EM)
	Santa Terezinha (EM)* Pré escola e Anos iniciais (EF)
	Santo Agostinho (EM)
	Santo Inacio (EM)
	Sertaozinho (EM)
Estadual e Rural	Fazenda Piracanjuba (EE)
MUNICIPAL E URBANA	Centro Municipal De Educação Infantil Dona Maria Alfreda* Pré escola e Creche
	Centro Municipal De Educacao Infantil Professora Analia Tereza Dos Santos Bernardes* Pré escola e Creche
	Coronel Emerenciano F Junqueira (EM)
	Nosso Larzinho (EMEI)
	Pe Julio (EM)
	Presidente Juscelino Kubitschek (EM)
	Vereador Dormelino De Souza (EM)* Pré escola e Anos iniciais (EF)
	Professor Gomes Horta (EM) Prova Brasil* Pré escola, Anos iniciais (EF) e EJA
	ESTADUAL URBANA
ESCOLA PRIVADA	Monteiro Lobato (CEI)

*escola ativa

Realizando o recorte mais específico desta pesquisa, identificamos 14 escolas rurais vinculadas ao município, porém apenas 2 estão em funcionamento. No entanto, não conseguimos identificar a localidade da maioria das escolas paralisadas, visto que mesmo com os endereços das escolas, a partir do Inep- Data Catálogo de Escolas, o aplicativo MyMaps não as localiza, sendo que seus endereços estão, principalmente, em fazendas.

3.2 DIAGNÓSTICO DA REALIDADE DE UBERABA E DEMANDAS EDUCACIONAIS

A população estimada de Uberaba, de acordo com IBGE 2019 é de 333.783 pessoas, sendo que o último censo de 2010 registrou 295.988 pessoas. Deste total, 64.027 encontram-se entre 0 a 19 anos (tabela 6), correspondendo a 27,71% da população e

encontra-se em idade pré-escolar e escolar.

Tabela 6 – População residente em Uberaba por idade (ano de 2010)

POPULAÇÃO RESIDENTE (Ano de 2010)	Nº de pessoas
Grupo de idade	
0 A 4 ANOS	18.000
5 A 9 ANOS	18.376
10 A 14 ANOS	21.621
15 A 19 ANOS	24.030
20 A 24 ANOS	27.290
25 A 29 ANOS	26.934
30 A 34 ANOS	24.937
35 A 39 ANOS	21.716
40 A 44 ANOS	21.178
45 A 49 ANOS	20.895
50 A 54 ANOS	18.646
55 A 59 ANOS	15.010
60 A 64 ANOS	11.765
65 A 69 ANOS	8.534
70 ANOS OU MAIS	17.066
TOTAL	295.998

Fonte: IBGE, 2010.

No ano de 2010, de acordo com o censo escolar, havia 56.904 matrículas, excetuando-se as 1603 matrículas em curso técnico concomitante e 1903 matrículas em curso técnico subsequente, visto que estes não são mais educação básica e são feitos ou concomitantes ao ensino médio ou posterior ao seu término (tabela 7). Se considerarmos o número de pessoas em idade escolar pré-escolar e escolar, teremos um déficit próximo de 7.123 matrículas, ou seja, 11,12% de pessoas fora da escola.

Tabela 7. Número de matrículas na educação básica em Uberaba, 2010.

Etapa Tipo de escola	Dependência Administrativa						
	Federal	Estadual	Municipal	Público	Privado	Total	
Educação Infantil	Creche	-	-	2063	2063	1260	3323
	Pré-escola	-	-	3801	3801	1170	4971
Ensino Fundamental	Anos iniciais	-				-	
	Anos finais	-	15401	15895	31296	5636	36932
Ensino Médio		405	9146	-	9551	2127	11678
		TOTAL					56904

Fonte: Censo Escolar, 2010.

Considerando o Censo escolar de 2019, excetuando cursos profissionalizantes de nível técnico, foram 65.444 matrículas, um crescimento de 8.540 matrículas em nove anos. Neste caso, sem a estimativa populacional para o referido ano não conseguimos identificar o déficit ou não (tabela 8).

Tabela 8. Matrículas da Educação Básica no Município de Uberaba, com base de dados 2019

Etapa Tipo de escola		Dependência Administrativa					
		Federal	Estadual	Municipal	Público	Privado	Total
Educação Infantil	Creche	-	-	4299	4299	2191	6490
	Pré-escola	-	-	4848	4848	2544	7392
Ensino Fundamental	Anos iniciais	-				-	
	Anos finais	-	13999	17406	31405	7107	38512
Ensino Médio		858	10586	-	11444	1606	13050
		TOTAL					65444

Fonte: Censo Escolar/INEP, 2019

Considerando os tipos de estabelecimentos de ensino Uberaba possui 165, de acordo com Censo Escolar 2019 (tabela 9)

Tabela 9. Número de estabelecimentos por localização em Uberaba (urbano e rural)

Localização da escola	Dependência Administrativa					
	Federal	Estadual	Municipal	Público	Privado	Total
Urbana	3	40	50	93	61	154
Rural	-	-	11	11	-	11
	TOTAL					165

Fonte: Censo Escolar/ Inep, 2019

Tabela 10. Número de estabelecimentos* por modalidade de educação básica em Uberaba, MG

NÍVEL DE ENSINO	Nº de estabelecimentos
Creches	82
Pré-escolas	98
Ensino fundamental anos iniciais	85
Ensino fundamental anos finais	78
Ensino médio propedêutico	34

*O mesmo estabelecimento pode oferecer mais de um nível de ensino.

Fonte: Censo Escolar/INEP, 2019

Quadro 2. Escolas identificadas como vinculadas ao Município de Uberaba, de acordo com Qedu.

MUNICIPAL RURAL	E	Escola Municipal Ana Santos Oliveira
		Escola Municipal Antônio Marzola Neto
		Escola Municipal Barão Do Rio Branco
		Escola Municipal Bela Vista
		Escola Municipal Capitão Domingos
		Escola Municipal Carolina Felícia Dos Santos
		Escola Municipal Celina Soares De Paiva
		Escola Municipal Otaviano Borges De Araújo
		Escola Municipal Princesa Isabel
		Escola Municipal Professora Lourdes de Oliveira
		Escola Municipal Chua
		Escola Municipal Cruzeiro Do Sul
		Cemei Maria Assis Rezende
		Cemei Professora Zita Therezinha Capuco
		Escola Municipal Doutor Augusto Cesar Antunes
		Escola Municipal Edmundo Borges De Araújo
		Escola Municipal Elizier Mendes Junior
		Escola Municipal Gastão Mesquita Filho
		Escola Municipal Frederico Peiro
		Escola Municipal Sebastiao Antonio Leal
		Escola Municipal Gastão Rodrigues Da Cunha
		Escola Municipal Ismael Machado
		Escola Municipal João Pedro Da Costa
		Escola Municipal Jose Marcus Cherem
		Escola Municipal Luiza Fonseca
		Escola Municipal Machado De Assis
		Escola Municipal Margarida Maria Correa
		Escola Municipal Maria Carolina Mendes
		Escola Municipal Mário de Assis Guimarães
		Escola Municipal Randolpho Borges De Araújo
		Escola Municipal São Joao
		Escola Municipal Tobias Antonio Rosa
		Escola Municipal Vicente Alves Trindade
Escola Municipal Maria Carolina Mendes		
Escola Municipal Marlene Cunha Rodrigues		
Escola Municipal Totonho De Moraes		
Maria Rosa De Oliveira (CMEI)		
Nicanor Pedro Da Silveira (CMEI)		
ESTADUAL E RURAL	Escola Estadual Alaor Gouveia	
	Escola Estadual Baguassu	
	Escola Estadual Boa Esperança	
	Escola Estadual Brasília	
	Escola Estadual Da Lapa	
	Escola Estadual Lageado	
	Escola Estadual Professor Minervino Cesarino *(é rural?)	
	Escola Municipal Adolfo Bezerra De Menezes	
	Escola Municipal Almirante Barroso	
	Escola Municipal Artur De Melo Teixeira	
	Escola Municipal Boa Vista	
	Escola Municipal Do Povoado Do Delta	
Escola Municipal Joubert De Carvalho		

MUNICIPAL URBANA	E	Escola Municipal Maria Lourencina Palmerio
		Escola Municipal Pequeno Príncipe
		Escola Municipal Professora Esther Limirio Brigagao
		Escola Municipal Professora Stella Chaves
		Escola Municipal Lourival B Do Carmo Barão
		Escola Municipal Madre Maria Georgina
		Escola Municipal Machado De Assis
		Escola Municipal Monteiro Lobato
		Escola Municipal Norma Sueli Borges
		Escola Municipal Padre Eddie Bernardes
		Escola Municipal Professor Anisio Teixeira
		Escola Municipal Professor Jose Geraldo Guimaraes
		Escola Municipal Professor Jose Macciotti
		Escola Municipal Professor Paulo Rodrigues
		Escola Municipal Professora Niza Marquez Guarita
		Escola Municipal Professor Santino Gomes De Matos (CESU)
		Escola Municipal Professora Olga De Oliveira
		Escola Municipal Reis Junior
		Escola Municipal Santa Maria
		Escola Municipal Uberaba
		Escola Municipal Walter Prado Dantas
		Escola Municipal Urbana Frei Eugenio
		Escola Municipal Professora Geni Chaves
		Escola Municipal Marcio E M Dos Santos
		Inf Bela Vista (NM)
		Maria Rosa De Oliveira (CMEI)
		Integracao (CME)
		Gervasio Pedro Alves (CMEI)
		Centro Mun De Educação Infantil Solange Aparecida Cardoso Da Silva
		Centro Municipal De Educação Infantil Maria Elisabete Salge Melo Tia Betinha
		CM De Educação Paraíso
		Diego Jose Ferreira Lima (CMEI)
		Francisca Valias Wenceslau (CMEI)
		Centro Municipal De Educação Infantil Vovó Tiana
		Centro Municipal De Educação Infantil Coisa Fofa
		Centro Municipal De Educação Infantil Maria Eduarda Farnezi Caetano
		Centro Municipal De Educação Infantil Maria De Nazare
		Centro Municipal Angela Beatriz Bonadio Alves
		Cemei Professora Maria Emerenciana Cardoso
		Cemei Michelle Flavia Martins Pires
		Creche Municipal e Educação Infantil Luciano Portelinha Mota
Joao Miguel Hueb (CMEI)		
Sítio Do Picapau Amarelo (EMEI)		
Tutunas (CME)		
Sao Judas Tadeu (EMEI)		
Vovo Adelina (CMEI)		
Joaozinho E Maria (EMEI)		
Juscelino Kubitschek (CME)		
Santa Maria (CRECHE MUNICIPAL)		

	Roda Viva (EMEI)
	Octavia Alves Lopes (CMEI)
	Monica Machiyama (CME)
	Cemei Claudia Aparecida Vilela De Mesquita
	Nossa Senhora De Lourdes (CME)
ESTADUAL URBANA	Escola Estadual Aloízio Castanheira
	Escola Estadual América
	Escola Estadual Anexa A Supam
	Escola Estadual Aurelio Luiz da Costa
	Escola Estadual Bernardo Vasconcelos
	Escola Estadual Boulanger Pucci
	Escola Estadual Brsasil
	Escola Estadual Carmelita Carvalho Garcia
	Cesec Professora Maria Emília da Rocha
	Centro de Orientação e Pesquisa em Educação Especial
	Escola Estadual Deputado Marcus Cherm
	Escola Estadual Dom Eduardo
	Escola Estadual Anexa Instituto de Cegos Brasil
	Escola Estadual Doutor José Mendonça
	Escola Estadual Francisco Cândido Xavier
	Escola Estadual Marechal Humberto Alencar Castelo Branco
	Escola Estadual Professora Neide Oliveira Gomes
	Escola Estadual Quintiliano
	Escola Estadual Evaristo de Paula Pena
	Escola Estadual Felício de Paiva
	Escola Estadual Fidelis Reis
	Escola Estadual Frei Leopoldo de Castelnuovo
	Escola Estadual Gabriel Toti
	Escola Estadual Geraldino Rodrigues Cunha
	Escola Estadual Henrique Kruger
	Escola Estadual Horizonta Lemos
	Centro Interescolar e de Línguas
	Escola Estadual Irmão Afonso
	Escola Estadual Jacques Gonçalves
	Escola Estadual Lauro Fontoura
	Escola Estadual Leandro Antônio de Vito
	Escola Estadual Miguel José Arabe
	Escola Estadual Miguel Laterza
	Escola Estadual Minas Gerais
	Escola Estadual Nossa Senhora da Abadia
	Escola Estadual Nossa Senhora de Fátima
	Escola Estadual Paulo José Derenusson
	Escola Estadual Presidente João Pinheiro
	Escola Estadual Professor Alceu Novaes
	Escola Estadual Professor Chaves
	Escola Estadual Professor Hidalberto Pontes
	Escola Estadual Professora Corina de Oliveira
	Escola Estadual Professora Edith Franca
	Escola Estadual Rotary
	Escola Estadual Santa Terezinha
	Escola Estadual São Benedito
	Colégio Tiradentes PMMG

FEDERAL	Cefores (CEP)
	Instituto Federal do Triângulo Mineiro Campus Uberaba
	Instituto Federal do Triângulo Mineiro Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico
ESCOLA PRIVADA	Algodão Doce (CE)
	Alziro Zarur (EEI)
	Colégio Antares
	Colégio Antônio Augusto Alvarenga
	Aristóteles (CE)
	Arte Vida (CE)
	Asseji Centro de Educação Infantil Maria Carneiro
	Asseji Nossa Senhora Das Dores
	Associação Cristã de Uberaba
	Atendimento Espec Superação
	Colégio Balão Mágico
	Batista de Uberaba (CE)
	Colégio Cairos
	Caminho para o Futuro (CE)
	Carrossel (CE)
	Casa da Renovação
	Colégio Cenecista Doutor José Ferreira
	Centro de Educação Profissional Bit Company Uberaba
	Centro de Formação Profissional Fidelis Reis (Senai)
	Centro Educacional Caminho Suave
	Centro Educacional Sapequinha Junior
	Cetec – Centro Educacional Técnico
	Ceu C Educ De Uberaba
	Chapeuzinho Vermelho (EEI)
	Colégio Dom Bosco
	Colégio Gabarito
	Colégio Master Med
	Colégio Coliseu Mário Quintana
	Com Cássio Rezende (Creche)
	Creche Com Nossa Senhora da Abadia
	Comecinho de Vida (EEI)
	Creche Comunitária Hipolita Teresa Heranci
	Creche Comunitária Maria de Nazaré Cmn
	Creche Comunitária Frei Gabriel de Frazzano
	Creche Comunitária Monika Budeus e Ricardo Henrique Misson (Associação)
	Creche Lar da Criança Feliz
	Creche Luiza De Almeida Dona Dica
	Criação (CE)
	Criativa de Uberaba
	Centro de Aprendizagem Pequeno Estudante Semente do Amanhã
	Instituto de Escolas Técnicas e Industriais Uberaba
	Casa de Irmã Germana
	De prótese do Triângulo Mineiro
	De Uberaba (ET)
	Do Inst De Cegos do Brasil Central
	Casa do Menor Coração de Maria
	Dom Pixote (CE)

Dos Sonhos (Escolinha)
Ensino Dom Bosco (Centro)
Esc Alberto Martins F Borges (Sesi)
Esc Luciana (Apaec)
Esc Tec de Form Gerencial (Sebrae)
Escola Adventistaa de Uberaba
Escola Particular Carlos Drummond De Andrade
Escola Técnica de Formação Profissional de Minas Gerais
Creche Espírita Melo de Jesus
Colégio Exito
Lar Fabiano de Cristo
Factus Faculdade de Talentos Humanos
Colégio Fernando Pessoa
Colégio Ferreira Gomes
Fio da Vida (CE)
Creche Fraternidade Feminina Estrela do Troângulo Rouxinol
Fundação Bradesco
Futura (CE)
Colégio Genio S
Giz de Cera (CE)
Inovação
Instituto de Educação Interativa
Instituto de Educação Interativa
Centro Integr Atend Especial Caminhar
Integrada (CE)
Colégio Jean Christophe
Jean Piaget
Colégio José Bonifácio
Colégio Leonardus Paulus Smelle
Colégio Licau Albert Einsten
Colégio Machado De Assis Ltda
Madre Judite Cittadini (EEI)
Colégio Manaca
Maria Celia (CE)
Colégio Marista Diocesano
Menino do Dedo Verde (CE)
Educandário Menino Jesus de Praga
Colégio Monsenhor Amador
Mundo Novo (CE)
Instituto Musical Cenecista Odette Carvalho de Camargos
Colégio Nossa Senhora das Graças
Nossa Senhora do Rosário (EEI)
Pré Esc Nossa Senhora do Desterro
Novo Caminhar (EEI)
Núcleo Educacional Arco-íris
Nursing Centro de Formação e Educação Permanente em Saúde Ltda Me
O Peralta (CE)
Colégio Opção
Colégio Oswaldo Cruz
Para Surdos Dulce de Oliveira
Paraíso (CE)
Parquinho Encantado (CE)

Passos Certos (CE)
Pedag Castelo Sonhos (CE)
Pequena Casa São Francisco de Assis
Pequena Geração (CE)
Pequeno Aprendiz (CE)
Pequenos e Peraltas (CE)
Pingo de Mel
Pintando o Sete (CEI)
Pré Escola Vovó Adelina
Colégio Presbiteriano Comenius
Primeiro Mundo (CE)
Cooperativa Professor Formação para o Futuro
Profissionalizante Sibep Uberaba
Proj Gente Desembargador Criat Criança
Pryt Cursos Profissionalizantes
Raio de Sol (CE)
Colégio Ricardo Misson
Colégio Rubem Alves
Sag Cor Jesus e Maria (CEI)
Santa Catarina de Sena
Instituto Santo Eduardo
Colégio São Benedito
Colégio São Francisco
Pré Esc São Jeronimo Emiliani
Senador Roberto Simonsen
Sistema Apoio de Ensino
Soc e o Mundo da Criança
Sonho e Fantasia (CE)
Colégio Tales de Milleteo
Colégio Tec Quim Industrial Uberaba
Técnico Senac Cfp de Uberaba (UE)
União da Mocidade Espírita de Uberaba Lar Espírita
Uniceu Santos Dumont
Ursinhos Carinhosos (CE)
Verde Vida (CE)
Vila Lobos (CE)
Vinícius De Moraes
Vitória Formação Profissional
Creche Vovó Zoraide

A partir do catálogo de escolas INEP-data, obtivemos um total de 264 escolas, destas 44 são escolas rurais, 11 estavam ativas. Sendo elas: Escola Municipal Celina Soares De Paiva; Cemei Maria Assis Rezende; Cemei Professora Zita Therezinha Capuco; Cemei Nicanor Pedro Da Silveira; Escola Municipal Gastão Mesquita Filho; Escola Municipal Frederico Peiro; Escola Municipal Sebastiao Antonio Leal; Escola Municipal Jose Marcus Cherem; Escola Municipal Vicente Alves Trindade; Escola Municipal Maria Carolina Mendes; Escola Municipal Totonho De Moraes. Em consulta com o departamento de inspeção escolar da Secretaria Municipal de Educação de Uberaba, no ano de 2020, a EM Celina Soares de Paiva não está listada como rural.

Como pudemos observar as bases de dados, que utilizam dados do Censo Escolar permitiu identificar um número bastante distinto de escolas, fora que ainda não

incorporou a alteração da classificação da escola informada pelo setor da secretaria municipal de educação de Uberaba.

DIAGNÓSTICO DA REALIDADE DE VERÍSSIMO E DEMANDAS EDUCACIONAIS

No último Censo do IBGE (2010) a população da cidade de Veríssimo contemplou um total de 3.483 (tabela 11). A população estimada no ano de 2019 é de 3.999. Do total da população do ano de 2010, 874 pessoas ou 25,09% encontram-se em idade escolar entre 05 e 19 anos.

Tabela 11. População residente em Veríssimo por faixa etária de acordo com Censo do IBGE (2010).

POPULAÇÃO RESIDENTE(Ano de 2010)	n. de pessoas
Grupo de idade	
0 A 4 ANOS	235
5 A 9 ANOS	283
10 A 14 ANOS	283
15 A 19 ANOS	308
20 A 24 ANOS	229
25 A 29 ANOS	269
30 A 39 ANOS	501
40 A 49 ANOS	467
50 A 59 ANOS	445
60 A 69 ANOS	253
70 ANOS OU MAIS	210
TOTAL	3483

No ano de 2010 foram 798 matrículas, havendo por volta de 76 pessoas com idade escolar fora da escola.

Tabela 12. Número de matrículas na educação básica de acordo com Censo Escolar de 2019.

Etapa Tipo de escola		Dependência Administrativa					Total
		Federal	Estadual	Municipal	Público	Privado	
Educação Infantil	Creche	-	-	12	12	-	12
	Pré-escola	-	-	105	105	-	105
Ensino Fundamental	Anos iniciais	-	-			-	
	Anos finais	-	219	323	542	-	542
Ensino Médio		-	139	-	139	-	139
		TOTAL					798

Fonte: CENSO ESCOLAR, 2010

O número de matrículas do município de acordo com o Censo Escolar de 2019 é de 695 pessoas (tabela 13). Apesar da previsão do aumento da população em nove anos houve queda de matrículas na pré-escola, ensino fundamental e ensino médio.

Tabela 13. Número de matrículas na educação básica de acordo com Censo Escolar de 2019.

Etapa Tipo de escola		Dependência Administrativa					Total
		Federal	Estadual	Municipal	Público	Privado	
Educação Infantil	Creche	-	-	20	20	-	20
	Pré-escola	-	-	77	77	-	77
Ensino Fundamental	Anos iniciais	-	-			-	
	Anos finais	-	209	231	440	-	440
Ensino Médio		-	158	-	158	-	158
		TOTAL					695

Fonte: CENSO ESCOLAR, 2019

Igualmente aos demais municípios, notamos uma grande diferença entre o número de matrículas no ensino fundamental que é mais do que o dobro da existente no ensino médio.

Atualmente, município de Veríssimo possui 3 estabelecimentos de ensino (tabela 14).

Tabela 14. Número de estabelecimentos por localização em Veríssimo (urbano e rural)

Localização da escola	Dependência Administrativa					Total
	Federal	Estadual	Municipal	Público	Privado	
Urbana	-	1	2	3	-	3
Rural	-	-	-	-	-	-
	TOTAL					3

Fonte: Censo Escolar/ Inep, 2019

Tabela 15. Número de estabelecimentos* por modalidade de educação básica em Veríssimo, MG

NÍVEL DE ENSINO	Nº de estabelecimentos
Creches	1
Pré-escolas	1
Ensino fundamental anos iniciais	1
Ensino fundamental anos finais	1
Ensino médio propedêutico	1

*O mesmo estabelecimento pode oferecer mais de um nível de ensino.

Fonte: Censo Escolar/INEP, 2019

As 15 escolas rurais municipais identificadas estão paralisadas, de acordo com Qedu (Censo escolar, 2018) e também com o Inep-data 2019 (quadro 3).

Quadro 3 – Escolas identificadas como vinculadas ao Município de Veríssimo, de acordo com Qedu.

	Escola Municipal Calcada
	Escola Municipal Cruzeiro
	Escola Municipal Dona Brigida
	Escola Municipal Edmundo Mendes

MUNICIPAL E RURAL	Escola Municipal Drº João Pinheiro Da Silva
	Escola Municipal Gibrail Idalo
	Escola Municipal João Ferreira Rosa
	Escola Municipal Newton Camargos Tibery
	Escola Municipal Nossa Sra Aparecida
	Escola Municipal Primeiro de Setembro
	Escola Municipal Santa Gertrudes
	Escola Municipal Santo Agostinho
	Escola Municipal Sete de Setembro
	Escola Municipal Tiradentes
	Escola Municipal Valeriano Ferreira Lacerda
Estadual e Rural	
MUNICIPAL E URBANA	Centro Educacional Algodão Doce
	Escola Municipal Maria Natalia Idalo
ESTADUAL URBANA	Escola Estadual Geraldino Rodrigues da Cunha
ESCOLA PRIVADA	

INICIANDO UMA DISCUSSÃO

Essa prévia diagnóstica ratifica o estudo de Leite e Chelotti (2013) que analisa a dinâmica do campo no triângulo mineiro e identifica a exclusão dos sujeitos do campo na educação e consequente demanda de educação do campo na região. Pela nossa inserção nesses municípios nos últimos quatro anos, podemos afirmar que muito da realidade educacional ainda está por ser identificada, registrada e aprofundada.

Por que essas escolas estão paralisadas, desde quando e em que condições os municípios e estado reorganizaram as comunidades escolares são perguntas que ainda não temos respostas. Temos alguns estudos que se dedicam às escolas dos assentamentos de Campo Florido tal como de Oliveira, Sampaio, Sampaio (2017), mas estes são igualmente iniciais e pontuais, trazendo um pouco sobre o histórico de três assentamentos e aprofundando um pouco a história da Escola Municipal Santa Terezinha, a única escola do campo ainda ativa no município de acordo com Inep-Data, 2019.

De maneira geral, os dados, apesar de reconhecidamente limitados para demonstrar a real situação da educação do campo nesses municípios, ratificam a história das escolas do campo no país, as quais inicialmente eram existentes predominantemente em fazendas e se prestavam a educação dos filhos de fazendeiros, as quais foram fechadas e outras tantas nucleadas para o centro das cidades (SALES, 2013). Muitas dessas escolas sequer têm registros que permitam identificar sua história, algo que precisamos avançar na investigação do ponto de vista metodológico.

Detalhamos nos resultados a seguir a realidade das matrículas dos 3 municípios, assim como as escolas que identificamos e ainda estão ativas e aquelas paralisadas.

Utilizamos a terminologia escola ativa, paralisada ou suspensa ao invés de escola do campo ativa ou fechada mais rotineiramente utilizado, pois aqueles são os termos oficiais utilizados pela base de dados do INEP/MEC. Notamos que em geral os municípios não notificam a situação do fechamento da escola do campo (extinta ou suspensa), a maioria está identificada como paralisada, o que dificulta ainda mais o enfrentamento político e legal contra o que na prática é o efetivo fechamento da escola. Conhecer essa realidade do critério oficial de registro da situação da escola é fundamental para organização das comunidades e dos movimentos sociais que lutam pelo direito à educação do campo.

Considerações finais

A maioria das escolas do campo desta região está paralisada. Muitas escolas não foram localizadas no GoogleMaps nos endereços indicados, pois encontravam-se em fazendas, o que é característico da educação rural brasileira.

Com relação ao direito à educação, os dados nos apontam o que já sabemos, ele não é garantido a todos. Percebemos uma defasagem de matrículas no Ensino Médio em relação à quantidade de matrículas na Educação Infantil e Ensino Fundamental, além de uma porcentagem da população em idade escolar que encontra-se fora da escola.

Refletimos sobre a limitação dos dados oficiais para compreender a realidade do campo e indicamos a necessidade de pesquisa de campo para aprofundamentos, visto que o cruzamento dos dados do IBGE ainda serem restritos ao ano de 2010, há dificuldade na identificação de informações sobre as escolas paralisadas ou extintas. E sabemos também que mesmo os dados referentes as matrículas dos municípios não condizem com a real existência e qualidade de educação do sujeito do campo, a exemplo considerando a dinâmica do rural e a questão do transporte escolar que nem sempre é efetivo. Estar matriculado não quer dizer que se garanta a permanência na escola e muito menos a qualidade de educação fornecida aos sujeitos do campo.

REFERÊNCIAS

BRASIL, MEC. Resolução CNE/CEB nº 1/2010.

LEITEI, R. A.; CHELOTTI, M. C. Geografia da Educação do Campo no Triângulo Mineiro. **Revista HISTEDBR** On-line, Campinas, nº 50 (especial), p. 226-237, mai., 2013.

OLIVEIRA; SAMPAIO; SAMPAIO. Fechamento das escolas do município de Campo Florido- MG: Discussões Iniciais. Em: **CIBEPoC- Congresso Interinstitucional Brasileiro de Educação Popular e do Campo**, 2017. Disponível em: <<http://congressos.sistemasph.com.br/index.php/cibepoc/cibepoc2017/paper/view/23/84>>. Aces-so em: 13 de jan. de 2019.

NOGUEIRA, Ariane Martins. **Contradições entre o campo e a cidade no Triângulo Mineiro: uma reflexão sobre o fechamento das escolas no campo**. 2019. 236 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia/UFU, Uberlândia, 2019.

SALES, S.S. Análise de um processo consolidado: histórico do percurso da nucleação das escolas rurais brasileiras (1989-1999). Em: **XXVII Simpósio Nacional de História. Conhecimento Histórico e Diálogo Social**. 22 a 26 de julho de 2013. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364749197_ARQUIVO_TextocompIeto-SuzedaSilvaSales.pdf>. Aceso em 18/10/2020.

SOUZA, D. C., KATO, D. S., & PINTO, T. H. O. A licenciatura em Educação do Campo na Universidade Federal do Triângulo Mineiro: território de contradições. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, 2(1), 411-435, 2017

A produção monopolista e corporativa do espaço na relação campo-cidade: o caso de Sinop-MT

Herick Vazquez Soares¹

O golpe militar de 1964 marcou o início de um período em que o Brasil Central passou a ser contemplado por políticas públicas direcionadas à sua incorporação ao espaço econômico nacional e aproveitamento econômico do espaço a partir da agropecuária capitalista. Projetos de grande vulto foram efetivados nas terras da Amazônia e do Cerrado, com participação ativa de capitais nacionais e internacionais através dos projetos de exploração florestal e agropecuária e de colonização particulares.

(...) não é apenas uma contrarreforma agrária nessa região, mas adquire o caráter de uma contrarreforma agrária também no Nordeste, no Sul e em outras regiões. Para não distribuir nem redistribuir as terras em nenhuma área ou região de “tensão social”, no mundo rural, o Estado foi e continua a ser levado a realizar uma modesta “distribuição” ou “redistribuição” de terras devolutas, tribais ou ocupadas em algumas áreas da Amazônia (IANNI, 1979, p. 103).

A contrarreforma agrária implementada pelos governos militares entre 1964 e 1985 no Centro-Oeste brasileiro teve como intuito criar uma alternativa de migração às populações camponesas de regiões onde a terra vinha passando por um processo de intenso fracionamento, principalmente o sul do país. Nos projetos de colonização privada, as terras eram vendidas às empresas por valores simbólicos para a criação de projetos agropecuários. Os projetos agropecuários serviam também como forma de garantir a propriedade especulativa da terra para aquisição de empréstimos subsidiados de programas de incentivo à agropecuária, numa tática que concentra terra e crédito subsidiado nas mãos de seus controladores (SOUZA, 2001, p. 77).

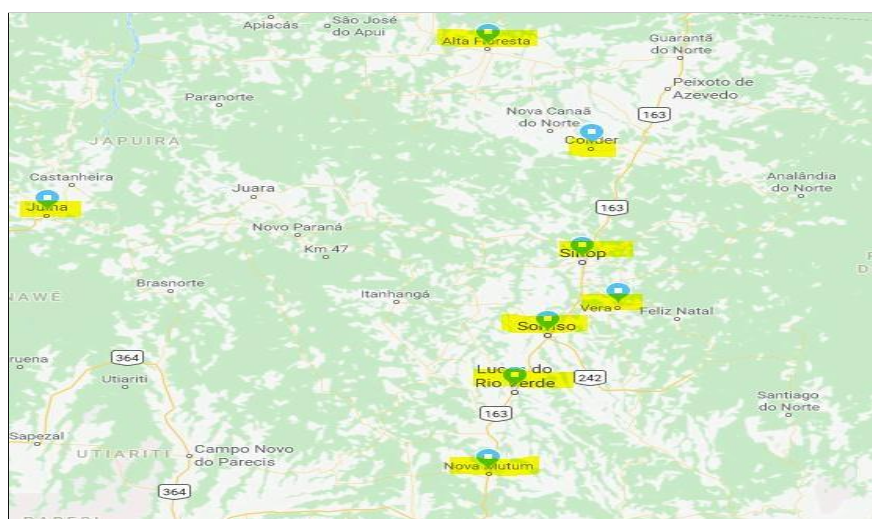
Em Mato Grosso, houve forte incentivo à criação de projetos agropecuários por empresas e à criação de projetos de colonização públicos (estaduais e federais) e privados, como é o caso de Sinop, cujo projeto foi conduzido pela colonizadora SINOP, que até hoje atua na cidade. No total, entre 1970 e 1980, foram implantados em Mato Grosso 88 projetos de colonização privada comandados por 33 empresas, totalizando 3,25 milhões

¹ Doutor em História Econômica pelo programa de História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

de hectares. Tais projetos tinham, segundo o discurso oficial, a missão de ajudar o Estado a fixar excedentes populacionais nessas regiões, bem como promover assentamentos de reforma agrária.

Além de Sinop, Nova Mutum, Sorriso, Lucas do Rio Verde, Colíder, Vera, Alta Floresta, e Juína são exemplos de municípios que surgiram de projetos de colonização privada em Mato Grosso. Conforme figura 1, a maioria deles está localizada no eixo da BR 163, o que denota a importância da rodovia na viabilização desses projetos.

Figura 11: Principais municípios surgidos a partir de projetos de colonização privada em Mato Grosso



Fonte: Organizado pelo autor a partir do Google Maps

Nesse contexto, um dos principais pontos da questão agrária brasileira e da região Centro-Oeste neste início de século é a questão da “urbanização do campo”. Em 2014, 95,6% dos residentes de Mato Grosso e 92,2% dos residentes de Goiás viviam na zona urbana, taxa que só é inferior Rio de Janeiro (97,3%), São Paulo (96,6%) e Distrito Federal (95,6%). Esse alto grau de urbanização da população da fronteira agropecuária do Centro-Oeste constitui o traço mais relevante da reconfiguração da questão agrária no final de século XX e início do XXI. Em 2010, a agropecuária era responsável por 23,5% do PIB matogrossense, mas empregava somente 18,4% da População Economicamente Ativa do estado. Vale destacar que, da PEA agropecuária, 54,2% residia em áreas urbanas (GIRARDI, 2016, p. 3).

Ao descolamento entre o peso econômico da agropecuária no PIB e sua participação na ocupação, bem como ao descompasso entre o crescimento do valor bruto da produção e do nível de emprego, acrescenta-se ainda o fato de que o campo não é mais

o local de residência da maioria dos trabalhadores rurais. Isso significa dizer que o modelo de agropecuária aqui designado como “agronegócio”, cuja expansão produziu de maneira oligopolista o espaço do Cerrado e de partes da Amazônia como “regiões produtivas do agronegócio”, tem como característica intrínseca à sua expansão a formação de uma sociedade que, embora seja extremamente urbanizada, tem como sua base material a agropecuária conectada a cadeias agroalimentares globais de valor, bem como a algumas das atividades a ela relacionadas.

A noção de Região Produtiva do Agronegócio, parte da constatação de que, no agronegócio mundializado, algumas áreas foram escolhidas para receber os mais expressivos investimentos produtivos do setor, e serem aproveitadas economicamente segundo sua lógica de produção e reprodução. Esse processo se denomina produção monopolista do espaço. As regiões agrícolas por ele produzidas se chamam RPAs (Regiões Produtivas do Agronegócio) (ELIAS, 2015, p. 25).

No nosso entendimento, as RPAs são verdadeiros híbridos, compostos quer por modernos espaços agrícolas, extremamente racionalizados, quer por espaços urbanos não metropolitanos (especialmente cidades pequenas, mas também cidades de porte médio). Essas formam nós, pontos ou manchas de redes agroindustriais e são perpassadas por parte dos circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação (SANTOS, 1988, 1993) de importantes *commodities* ou importantes produções agropecuárias, o quais evidenciam algumas das marcantes dinâmicas territoriais do agronegócio globalizado (ELIAS, 2015, p 27).

A noção de produção monopolista do espaço, que atravessa toda a compreensão do processo histórico aqui estudado parte de alguns elementos dados por Milton Santos em duas de suas obras célebres: “Economia Espacial” e “A natureza do Espaço”. Nesses livros, autor observou que as relações entre as sociedades e o espaço onde se inserem dependem de uma determinação externa que orienta sua produção e o destino de seus habitantes. Isso porque, no meio técnico científico informacional², a diferenciação do espaço agrícola devido às suas características naturais já têm relevância menos

² Trata-se do momento histórico atual, no qual a construção ou reconstrução do espaço se dá com crescente conteúdo de ciência e técnicas de informação. Como consequências, surgem importantes mudanças na composição técnica do território, determinadas pelos investimentos em infraestrutura, e mudanças na composição orgânica do território, determinadas pela cibernética, biotecnologias, química, informática e eletrônica (SANTOS, 1993, p. 37).

significativa. A técnica é responsável por criar novos processos de produção, ciência e tecnologia capazes de produzir uma natureza mais “perfeita” que o próprio meio natural. Isso cria uma situação onde o meio natural tende a recuar e deixar de ser parte significativa do meio ambiente, cada vez mais científico e tecnicista. (SANTOS, 2006, p. 160).

O novo mundo artificial criado pelo meio técnico científico informacional inclui também o mundo rural. Nesse contexto, avança uma diferenciação especulativa do espaço na qual a informação presente nas técnicas e nas ações necessárias para movê-las e fazê-las cumprir sua intencionalidade torna-se o vetor fundamental do processo social, de modo que, para um território funcionar como espaço produtivo, deve ser dotado de substratos que tornem capaz de fazer circular essa informação. Tratam-se das infraestruturas físicas, econômicas e sociais que assegurem funcionalidade e eficiência dos processos produtivos ali instalados. Esses espaços perdem sua dinâmica “espontânea” fruto da dinâmica interna das sociedades que ali habitam. Incorporados às novas correntes mundiais de acumulação passam a ser espaços produzidos para atender aos interesses dos atores hegemônicos da economia, da cultura e da política segundo sua funcionalidade ditada pela divisão do trabalho comandada por esses atores (SANTOS, 1979, p.115; 2006, p. 160).

Dada a complexidade do estágio da técnica e das informações que a operam e dão sentido ao espaço produzido no meio técnico científico informacional, nas RPA's, a oposição clássica entre a cidade e o campo já não é tão preponderante e a noção de “urbanização do campo” ganha força. Essas regiões são receptoras de expressivos investimentos produtivos inerentes ao agronegócio, ou seja, são compostas pelos espaços agrícolas e urbanos escolhidos para receber os investimentos privados e também públicos, convertendo-se em espaços dinâmicos da economia e do território do agronegócio globalizado. Nessa nova realidade, a região Centro-Oeste emergiu como “região produtiva do agronegócio”. Através dos inúmeros investimentos e políticas públicas de desenvolvimento setorial e regional que focalizaram o aumento da competitividade da cultura de soja desenvolvida em seu território, a região emergiu como uma RPA de soja, sendo o Mato Grosso, pelas distintas formas de manifestação desse aumento, como liderança na produção de soja, mobilidade da população, formas específicas de produção e de urbanização e expansão de infraestrutura para aceleração dos fluxos informacionais e de mercadorias, seu principal expoente.

As cidades do agronegócio em Mato Grosso: a produção monopolista do espaço através dos projetos de colonização privados

O avanço da fronteira da soja marcou o início de um período de grandes transformações econômicas, sociais e demográficas em todo o Centro-Oeste, em especial no estado de Mato Grosso. A articulação entre o espaço mato-grossense e as economias nacional e mundial por meio do chamado “agronegócio” vem, na esteira da industrialização da produção agrícola, difundindo no espaço agrário o chamado meio técnico-científico informacional, interiorizando o processo de urbanização (SANTOS, 1993).

Segundo Santos (2006, p. 171), a noção de urbanização do campo é uma ideia controversa cada vez mais utilizada, tendo em vista que ela define não só um processo de mudança nas relações sociais, mas também do conteúdo material do território. O novo contexto do capitalismo mundializado, aliado à ascensão chinesa, que colocou a demanda global por *commodities* em novo patamar a partir nos anos 2000 e teve papel decisivo para a expansão da soja no território do Centro-Oeste, em especial de Mato Grosso, fez com as cidades ganhassem um novo papel na acumulação de capital na agricultura. A articulação cada vez intensa entre indústria, finanças e agricultura aumenta a importância do capital financeiro e do crédito nas esferas da produção e circulação, redefinindo o processo de centralização e de urbanização, em especial nas Regiões Produtivas do Agronegócio.

Os limites entre a cidade e o campo são diluídos pela natureza da interdependência das atividades e serviços das áreas de produção, que são a um só tempo uma fronteira tecnológica, agrícola, do capital, e principalmente uma fronteira da urbanização a partir do agronegócio, capaz de definir a existência das agrocidades (VOLOCHKO, 2013, p. 20).

O crescimento das chamadas “cidades do agronegócio” se correlaciona com as estratégias de expansão da chamada “fronteira agrícola”, a qual se constitui uma fronteira de acumulação de capital (FIOVARANTI, 2017, p. 4). Esse processo ocorre porque a gestão do agronegócio mundializado necessita de espaços urbanos que atendam suas demandas de mão de obra e serviços, diminuindo a dicotomia entre rural e urbano e criando uma nova relação entre estes dois subespaços (ELIAS; PEQUENO 2007, pp. 4 - 5).

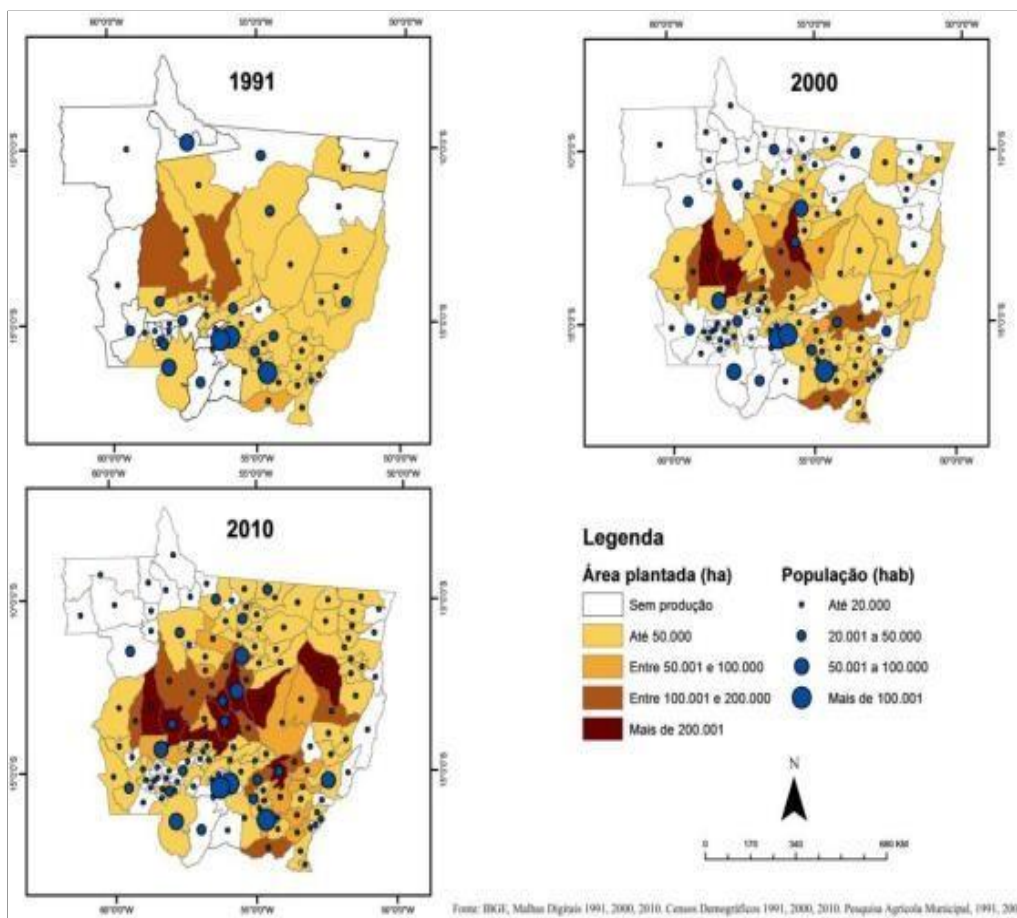
Na entrada de Cuiabá, a placa da Figura 2 com os dizeres “Cuiabá, capital do Pantanal e do agronegócio” já deixa bem clara a relação intrínseca da cidade com agronegócio, bem como sua funcionalidade na “região produtiva do agronegócio” de Mato Grosso:

Figura 2: Placa de entrada em Cuiabá



Fonte: Fotografada pelo autor (2018)

Figura 3: Mapa da População urbana e da expansão da soja em Mato Grosso entre 1991 e 2010



Fonte: Camargo (2010, não paginado).

Esses núcleos estão articulados à lógica do agronegócio mecanizado num processo de “urbanização monopolista” dirigido por companhias colonizadoras, famílias de “pioneiros” e grandes grupos econômicos que atuam no mercado de terras e no que ramo imobiliário urbano. Em outras palavras, esses grupos comandam um processo de produção de espaços urbanos que exerçam a função de centralizar as atividades de gestão e de controle dos campos cultivados.

No atual momento a produção do espaço está enredada no plano de uma circulação imaterial dos fluxos financeiros mundializados, em boa parte especulativa, e que se liga também à dinâmica dos campos mecanizados e às novas cidades produzidas que formam um espaço dialeticamente articulado um ao outro e com processos que fogem da escala do lugar e da região, ganhando a escala nacional e internacional (VOLOCHKO, 2013, p. 23).

As cidades do agronegócio se inserem num processo de produção espacial no qual a urbanização é essencial. À medida que os capitais agroindustriais nacionais e internacionais concentrados no Sudeste se descentralizam territorialmente para áreas onde a terra tornou-se meio de produção das commodities internacionais de exportação, eles não podem abrir mão da centralização urbana, já que é nas cidades que ficam concentradas a maior parte das infraestruturas de armazenamento (silos) e empresas de consultoria, informação, manutenção e controle (VOLOCHKO, 2013, p. 24).

Veja-se como exemplo, a relação cidade/campo, em que a atração entre subespaços com funcionalidades diferentes atende à própria produção, já que a cidade, sobretudo nas áreas mais fortemente tocadas pela modernidade, é o lugar da regulação do trabalho agrícola (SANTOS, 2006, p. 192).

É importante destacar que, no meio técnico científico informacional, no qual a técnica assume preponderância central nos processos produtivos, cada objeto (um silo, um edifício, um armazém, um meio de transporte) é, em sua essência, um sistema informacional que funciona de forma coordenada. Seu funcionamento tem relação de interdependência de outros objetos cuja lógica de funcionamento é a mesma e ambos estão conectados a uma ordem sistêmica. Essas atividades necessitam de coordenação, de espaços de coordenação que são as cidades (SANTOS, 2006, p 145).

Santos (2006, pp. 192-193) mostrou que regiões funcionam segundo uma solidariedade organizacional baseada em racionalidades originárias de pontos geograficamente distantes, mas que são capazes de, verticalmente, impor os fundamentos da organização e da existência dos demais espaços. Não obstante, essa verticalidade cria

interdependências entre os lugares visando assegurar a coesão do processo produtivo, de modo que as cidades tornam-se os pontos de intersecção entre as verticalidades e horizontalidades, ou seja centros de coordenação da racionalidade superior, responsáveis por garantir o funcionamento daquele subespaço segundo uma finalidade imposta de cima. É nessa esteira do processo de “urbanização monopolista” e de produção de espaços urbanos a partir das necessidades dos grandes capitais agrícolas e agroindustriais que se inserem as cidades do eixo mato-grossense da BR 163: Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso e Sinop.

O caso de Sinop, a cidade com nome de empresa.

O estudo da Região Produtiva do A agronegócio da soja em Mato Grosso feito neste trabalho teve como base a cidade de Sinop, localizada a 550 km de Cuiabá. Conhecida como a “Capital do Nortão”, pela sua centralidade que faz com que a cidade seja o carro chefe da rede urbana de toda a região norte do estado e do sul do Pará. Distante da capital Cuiabá, Sinop tem seu nome derivado das iniciais de Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná.




Sinop teve seu processo de ocupação iniciado no ano de 1972 como resultado do projeto Gleba Celeste³, e foi coordenado pela Colonizadora SINOP S.A às margens da BR 163. Neste mesmo ano, foram abertas as primeiras ruas da cidade e já no mês de maio chegaram os primeiros “pioneiros” com intuito de se estabelecer na cidade, como Enio Pepino, Antonio Sechi e Antonio Pazzeto. Por serem considerados “desbravadores”⁴ de uma região de difícil acesso e até então com povoamento escasso, essas figuras dão nomes de avenidas importantes da cidade e são reverenciados como “pioneiros”.

A partir de 1973, chegaram outras famílias de imigrantes sulistas, como as famílias Pissinati Guerra, Braz Claro dos Anjos, Mauri Weirich, Calegaro, Stanislau Belgrovicz, Sechi, Aleixo Schenatto, Lindolfo Trierweiler, Shimidel, Adelço e de Marchi (PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP, 2018).

³ Projeto de colonização implantado numa área de 645.000 hectares de terras ao longo da BR 163. Inicialmente o projeto contava com as cidades de Vera, Santa Carmem e Cláudia (SOUZA, 2001, p 16)

⁴ Essa narrativa, bastante difundida em todo o Mato Grosso, foi construída a partir da visão dos projetos de colonização e da expansão do capital carrega consigo um intuito de legitimação desse projeto e de exaltação dessas figuras como semeadores da civilização numa terra inóspita inabitada, sem considerar outras formas de vida e organização social anteriormente existente nesse território, como comunidades de pequenos posseiros não atrelados ao modo capitalista de produção e populações indígenas.

Figura 4: Cadastro de Família de “Pioneiros” durante os anos 1970

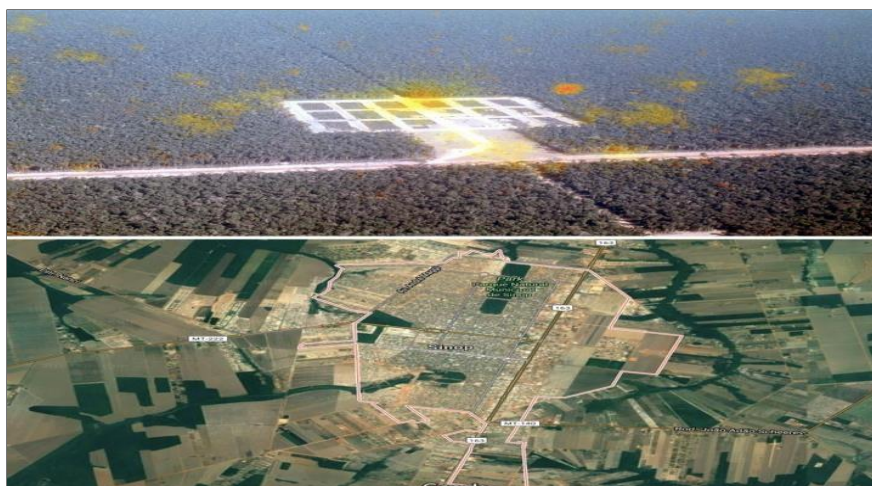
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SINOP		DIRETORIA DE CULTURA E EVENTOS		MUSEU HISTÓRICO DE SINOP	
 Casa da Cultura DIVISÃO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO		 MUSEU HISTÓRICO DE SINOP		FOTOGRAFIA PIONEIRA	
CADASTRO DE PIONEIROS		FOTOGRAFIA FAMILIA			
NOME DO PIONEIRO	DATA DE NASCIMENTO	LOCAL DE NASCIMENTO	CIDADE	ESTADO	
Selostião Brum	15/10/1940	Quiz de São	Quiz de São	MG	
NOME DA PIONEIRA	DATA DE NASCIMENTO	LOCAL DE NASCIMENTO	CIDADE	ESTADO	
Maria Vilma Brum	07/11/1943	Santa Catarina	Videira	SC	
DATA DE CHEGADA DA FAMÍLIA EM SINOP	RELIGIÃO				
13/06/1973	Católico				
NOME DE ALGUNS MORADORES QUE JÁ ESTAVAM EM SINOP QUANDO A FAMÍLIA CHEGOU Hulk, Tony, Baukling, Cuche, Tratorista da colônia adaria Nels, Oton, da Rivaneti, Bina, Carlos, dos Anjos, Dora, Teas, dos Anjos Joaquim, do acampamento, Osmar, Lorde, S-ped, do Anjos, da Rivalta do Womer, Alvaro, m, Vicente, família do (quarto de moçada)					
NOME E IDADE DOS FILHOS QUANDO A FAMÍLIA CHEGOU A SINOP (SE CASADOS), NOME DO SOBRINHO, DATA E LOCAL DO CASAMENTO Rosa Lúcia Brum 9 anos (João Brancos) Selostião Vilma Brum 7 anos Selostião Hilena Brum 7 anos Selostião Vilma Brum 7 anos					
Museu Histórico de Sinop					

Fonte: Museu Histórico de SINOP

Em 14/09/1974, foi fundada a cidade de Sinop, com cerca de 20 quadras encrustadas na mata e a sete dias de viagem do noroeste do Paraná, de onde vinha a maioria de seus pioneiros. A cidade cresceu rapidamente, sendo elevada à categoria de município em 1979.

Fazendo parte do processo de colonização particular do norte mato-grossense, em 1974 foi fundada, dentro da Gleba Celeste, o núcleo de Sinop já instalado e com o traçado da BR-163 (Cuiabá-Santarém) definido às margens da rodovia. Por sua posição estratégica às margens da BR-163, Sinop adquiriu a primazia entre os núcleos urbanos da Colonizadora, passando a concentrar as atividades comerciais, industriais e os serviços e, por suas funções, a comandar a forma de ocupação dentro da área. Os outros centros - Vera, Carmem e Cláudia -, este último criado em 1978 com a expansão do projeto, constituem centros menores. Com pequeno comércio, serrarias e serviços de saúde, educação e apoio técnico aos colonos, eles correspondem às vilas ou, em analogia com o esquema do urbanismo rural, às agrópolis (SOUZA, 2001, p. 121).

Figura 5: Sinop EM 1973 e Sinop em 2017



Fonte: The Intercept Brasil (2017, não paginado).

O rápido crescimento de Sinop, observado na figura 5, decorre, dentre outros fatores, do fato de a cidade ter sido planejada para cumprir o papel de um centro urbano de importância regional. Isso significa dizer que seu desenvolvimento não constituiu um processo histórico dado a partir de um núcleo de ocupação antigo, como uma cultura, modo de vida, etc característicos daquela área. O crescimento do núcleo urbano se deu a partir de um plano de ocupação e exploração da terra desenvolvido pelo colonizador Enio Pipino e da colonizadora SINOP. Com seu desenvolvimento planejado, o crescimento da cidade se deu a partir de técnicas avançadas de urbanismo e passou diretamente da mata virgem para um traçado urbanístico marcado por ruas e avenidas largas, bem como construções de arquitetura grandiosa (SOUZA, 2001, p. 16).

Sinop tem uma importância geopolítica dentro do projeto de desenvolvimento regional colocado em prática pelos governos militares. Dessa forma, a cidade recebeu precocemente uma ampla variedade de serviços públicos federais, estaduais e particulares. A cidade abriga representações regionais da Receita Federal, do INSS, do INCRA, do IBAMA, da Polícia Federal, bem como hotéis, bancos, restaurantes, imobiliárias, academias. Além disso Sinop também é conhecida por ser uma cidade universitária, já que lá estão instalados campi da UNEMAT (Universidade Estadual de Mato Grosso), da UFMT (Universidade Federal de Mato Grosso), da UNIC (Universidade de Cuiabá), da Faculdade de Sinop e da Uniflor. Na área das comunicações, Sinop possui três emissoras de rádio e quatro emissoras de TV afiliadas a grupos de mídia nacionais. Na área de Saúde, a cidade possui dois hospitais particulares e um público, além de diversas clínicas e três laboratórios de exames de imagem e laboratório.

Inicialmente, a companhia colonizadora planejava usar as terras da região para a cultura do café. Essa iniciativa não deu certo devido à baixa produtividade, resultado do clima adverso do bioma amazônico para esta cultura. Houve também o plantio de mandioca, incentivado pela instalação da usina de álcool, Sinop Agroquímica/A237. Contudo, esse projeto também fracassou e muitos pequenos proprietários rurais foram obrigados a vender suas propriedades para saldar as dívidas junto aos bancos e à própria colonizadora (SOUZA, 2001, p. 8).

A partir da década de 1980 os esforços voltaram-se à exploração e à industrialização da madeira. Como havia mão-de-obra disponível, dado o fracasso das tentativas de estabelecer na região um polo agropecuário; madeiras nobres em abundância, bem como preços e mercado garantidos, Sinop tornou-se num dos mais importantes polos industriais madeireiros do estado de Mato Grosso. Contudo, por volta

de 1998, as reservas florestais do município já estavam próximas do esgotamento, dado o caráter predatório de grande parte da exploração na cidade, feita com tecnologia obsoleta e sem reflorestamento. Nesse contexto, a necessidade de reflorestamento e o aumento da fiscalização inviabilizaram os pequenos madeireiros e os “pica-pauseiros”, que partiram em busca de novas áreas que pudessem ser exploradas, sem a necessidade de grandes investimentos em reflorestamento e manejo sustentado (SOUZA, 2001. P. 10).

A partir dos anos 2000, no rastro do desmatamento madeireiro, a soja começou a se expandir na região. A oleaginosa estava presente na cidade, desde 1987, quando a família Dal Mazo, plantou cerca de 1500 hectares e obteve bons resultados com a lavoura. Contudo, até fins do século XX, o dinamismo da atividade madeireira representava um entrave pra uma expansão mais vigorosa do grão. Com a decadência da atividade madeireira, a expansão da soja não só colocou Sinop como importante produtor de soja a nível estadual e nacional, bem como atraiu para a cidade demais atividades abarcadas pelo Complexo Soja, como armazenamento, assistência técnica, revendas de insumos, bancos, assessorias, etc.

A partir de Sinop, envolvendo um conjunto de municípios como Vera, Cláudia, Santa Carmen e Feliz Natal, entre outros, encontra-se a fronteira de expansão da agricultura moderna propriamente dita. As transformações em curso nessa área trazem determinações novas, gerando espaços com atividades com alto nível tecnológico, como a soja, com consequências marcantes na organização territorial das atividades, recursos e população da região, significando a substituição de atividades tradicionais (BERNARDES, 2006 , p. 18).

Santos (1993, p. 102) mostrou que o espaço total brasileiro está dividido em regiões agrícola e regiões urbanas. As regiões agrícolas (e não rurais) contém cidades e as regiões urbanas contém atividades rurais. Nas primeiras, as cidades adaptam-se às demandas do mundo agrícola, e nas segundas as atividades rurais servem para atender às necessidades das cidades. A partir desse ponto de vista, e da realidade observada em campo, entende-se que Sinop se enquadra nas cidades que compõem o chamado “Brasil agrícola” defendido por Milton Santos em “A urbanização brasileira”.

A urbanização se avoluma e a residência dos trabalhadores agrícolas é cada vez mais urbana. Mais que a separação tradicional entre um Brasil urbano e um Brasil rural, há, hoje no país, uma verdadeira distinção entre um Brasil urbano (incluindo áreas agrícolas) e um Brasil agrícola (incluindo áreas urbanas). No primeiro, os nexos essenciais devem-se sobretudo, a atividades de relação complexas e, no segundo, a atividades mais diretamente produtivas (SANTOS, 1993, p. 9).

Esse enquadramento parece ser o mais adequado porque seu crescimento e desenvolvimento estão diretamente ligada e depende das atividades agrícolas e extrativistas realizadas em seu entorno. Sua localização, às margens da BR 163, importante eixo de escoamento da produção de soja pelo norte do país, viabiliza seu papel de polo agroindustrial, comercial e de serviços diversificados que hoje atende não só o Norte de Mato Grosso, mas também o Sul do Pará. Durante conversa com o entrevistado 1, um morador da cidade nascido em Altamira, sul do Pará, esse caráter ficou bem claro:

(...) tudo pra gente é em Sinop, médico é em Sinop, faculdade é em Sinop, curso, trabalho que não seja com gado ou agricultura. Minha irmã mesmo está grávida e vem de Altamira até aqui pra fazer o pré-natal. Se o bebê tiver algum problema e precisar de cesária, vai nascer aqui, lá não tem jeito⁵ (informação verbal).

Segundo Santos (1993, p. 55), principalmente o consumo produtivo⁶, mas também, o consumo consuntivo⁷ têm um potencial de criação de demanda para os diferentes subespaços, o que tornaria mais complexa a divisão do trabalho entre os centros urbanos e intensificou sua importância demográfica e econômica:

O consumo produtivo cria uma demanda heterogênea segundo os subespaços. Os equipamentos mercantis tendem a ser diferentes. O consumo produtivo rural não se adapta às cidades, mas, ao contrário, adapta-as. A arquitetura dos diversos subsistemas é, desse modo, diversa. Há, na realidade, superposição dos efeitos do consumo consuntivo e do consumo produtivo, contribuindo para ampliar a escala da urbanização e para aumentar a importância dos centros urbanos, fortalecendo-os, tanto do ponto de vista demográfico quanto do ponto de vista econômico, enquanto a divisão do trabalho entre as cidades se torna mais complexa (SANTOS, 1993, p. 55).

Nesse quesito, além de uma ampla gama de comércio e serviços, alimentada não só pelo consumo produtivo, mas também pelo consumo consuntivo de automóveis, eletrodomésticos, higiene, construção civil, cultura, etc, Sinop se destaca pela indústria madeireira, que concentra 784 estabelecimentos focados no beneficiamento e produção de portas, taco, laminados, compensados, pincéis, cabos de escovas, vassouras e móveis, gerando cerca de 12 mil empregos diretos (PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP,

⁵ Entrevistado 1, conversa realizada em 28/02/2018.

⁶ Segundo Santos (1993), o consumo produtivo é aquele que se refere ao consumo das unidades produtivas, e que são parte do processo produtivo, seja sob a forma de matérias primas, seja sob a forma de máquinas, insumos ou equipamentos.

⁷ O consumo consuntivo é aquele que se esgota em si mesmo, ou seja, cujo objeto de consumo não é parte do processo produtivo de nenhuma mercadoria. Essa categoria abrange primordialmente os bens adquiridos pelo consumidor final, sejam eles *in natura*, ou industrializados.

2018; RAIS/MTE, 2018). Na área agroindustrial, Sinop ainda não conta com planta de esmagamento de soja, presentes na vizinha Sorriso, mas conta com armazéns das principais multinacionais do setor: ADM, Bunge, Cargill, COFCO e Fiagril, bem como revendas da John Deere e Case New Holland. No ramo financeiro, Sinop conta com duas agências de cada um dos seguintes bancos: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco e Itaú, além da SICREDI e do BASA (Banco da Amazônia S.A.).

Pode-se considerar que a cidade de Sinop está inserida na nova economia surgida no final do século XX, que Castels (2005) destaca como informacional, global e em rede, haja vista que esta cidade na sua produtividade e competitividade de unidades ou agentes, depende de sua capacidade de gerar processos e aplicar de maneira eficaz a informação. Global, pois as atividades produtivas, consumo e circulação, estão organizadas em escala global através de uma rede entre agentes econômicos. Rede, pois nas novas condições históricas, a produtividade é gerada com a concorrência existente por intermédio de uma rede global de interação entre redes empresariais (ROMANCINI e RODRIGUES, 2007, p. 51).

O aprofundamento da divisão do trabalho impõe novas formas de cooperação e controle entre os espaços. Nessa nova realidade, passa-se de uma autonomia relativa entre subespaços para uma interdependência crescente; de uma interdependência local, entre sociedade regional e natureza, a uma espécie de “socialização capitalista territorialmente ampliada” de circuitos locais, cuja ligação a circuitos mais amplos se dá por alguns poucos produtos e pouquíssimos produtores. O espaço se torna mais articulado às relações funcionais determinadas pela divisão do trabalho, e mais desarticulado quanto ao comando local das ações que nele se exercem, o que aumenta a demanda de empregos preenchidos por profissionais de origem urbana, atividades de escritório, em contraposição a atividades propriamente do campo.

Tecnoesfera e psicoesfera são os dois pilares com os quais o meio científico introduz a racionalidade no próprio conteúdo do território. Desse modo, o espaço nacional fica dividido entre as áreas onde os diversos aspectos da vida tendem a ser regidos pelos automatismos técnicos e sociais próprios à modernidade tecnicista e áreas onde esses nexos estão menos, ou quase nada, presentes. Seria uma oposição entre espaços inteligentes, racionais, e espaços opacos, não racionais ou incompletamente racionais, comandando uma nova divisão regional do país e determinando novas hierarquias: entre regiões com grande conteúdo em saber (nos objetos, nas instituições e empresas, nas pessoas) e regiões desprovidas dessa qualidade fundamental em nossa época; entre regiões do mandar e regiões do fazer (SANTOS, 1993, p. 51)

Santos (2006, p. 120) destacou que a revolução da informática tornou possível o controle à distância sobre os homens, a energia, os usos, os produtos e até mesmo sobre

o tempo por parte dos centros de decisão real, o que lhes garante um poder sobre outros espaços. Tecnoesfera e psicoesfera criaram um novo meio geográfico indutor de novos comportamentos e de uma nova racionalidade no território. As novas técnicas demandam informação a circulação dela pelo território. Essa nova realidade se expressa territorialmente a partir de uma divisão regional do país que Santos (1993, p. 51) caracterizou como uma divisão regional entre regiões do mandar, aquelas com grande conteúdo em saber (instituições, empresas, técnica, mão de obra qualificada) e logo dotada das condições de exercer as atividades de controle do novo meio técnico científico, e regiões do fazer, aquelas desprovidas desses recursos. Sinop, por sua centralidade na região norte de Mato Grosso e sul do Pará, bem como pelo fato de concentrar as variadas atividades de serviço e de controle citadas anteriormente age constitui-se como uma região ambivalente, isto é, do mandar (ou do coordenar) e do fazer. Em outras palavras, sua força como centro polarizador de atividades relacionadas à coordenação das atividades econômicas cujo controle real se dá de forma verticalizada a partir de outros pontos do país e do planeta lhe garante um status que não pode ser reduzido à categoria de região do fazer.

A produção do espaço urbano de Sinop como local central de forças produtivas agroindustriais, estabelecido através de novos circuitos espaciais de produção típicos da relação de cooperação campo-cidade amalgamada pela expansão dos capitais monopolistas no campo, é marcada por práticas urbanísticas e modificações do espaço urbano típicas do processo de conversão da terra em mercadoria e da especulação imobiliária. O processo de “urbanização monopolista” é pautado pela dinâmica do mercado imobiliário e resulta em elevação do custo de vida e na segregação sócio espacial no meio urbano, o que leva ao não atendimento de demandas por moradia popular, saneamento básico, educação, saúde e transporte para as populações mais pobres.

A paisagem de Sinop, marcada pelas largas avenidas de traçado reto, cujos nomes remetem às árvores cuja exploração ajudou a erguer a cidade, como Embaúbas, Castanheiras, Figueiras, Ítalas e Jacarandás, concentra nas ruas centrais construções grandiosas e imponentes, como o Fórum, a Câmara Municipal e a Basílica, além de bairros com casas de alto padrão, cujo projeto segue as normas colocadas pela colonizadora SINOP para manter a harmonia arquitetônica. Essas características dão a cidade ares de um grande empreendimento imobiliário cuja morfologia espacial segue à risca o projeto idealizado por uma incorporadora imobiliária, sem que se consiga

visualizar ali características locais e marcas de acontecimentos e etapas históricas heterogêneas.

Figura 7: Câmara municipal e basílica de Sinop



Fonte: Fotografado pelo autor (2018)

Vale destacar que a colonizadora Sinop ainda é proprietária de grande parte dos terrenos, edifícios e casas para aluguel na cidade, bem como controladora da expansão e implantação de novos loteamentos junto com algumas famílias pioneiras. Esse controle concentrado de propriedades rurais e urbanas nas mãos de poucas famílias pioneiras e grupos econômicos é importante pilar de sustentação da produção monopolista do espaço. Grande parte do capital investido no mercado imobiliário das cidades da soja tem suas origens nas transferências de renda do campo e dos lucros vinculados ao agrário que enxergam, no setor imobiliário, uma oportunidade para investimento. Essa dinâmica ordena o crescimento urbano segundo os interesses do mercado imobiliário que fragmenta e hierarquiza porções de terra segundo sua lógica de extração da renda da terra (FIAVORANTI, 2017, p. 9-10).

A estratégia urbanística dos loteamentos nas áreas de mais alto padrão ajuda a criar uma aparência de desenvolvimento social que, na verdade, mascara uma segregação dos trabalhadores do campo e da cidade nas áreas de periferia, cujo acesso ao centro é difícil para quem não tem motocicleta ou veículo próprio, uma vez que o transporte público da cidade é bastante limitado em relação à quantidade e frequência das linhas. Sem um planejamento urbano orientado para o interesse público, Sinop, apesar de seu PIB per capita de R\$ 34.078,81 em 2015, possuía, no mesmo ano, apenas 10,8% de esgotamento sanitário adequado e 30,6% de ruas com urbanização adequada (bueiro, calçada, pavimentação e meio fio). A figura 8, fotografia tirada em frente ao parque florestal, localizado a 2 km da região central, mostra que, já a poucos quilômetros do centro, a cidade não conta com infraestrutura de pavimentação e calçamento adequada e

compatível com sua centralidade e com um PIB de mais de R\$ 4,2 bilhões de reais (IBGE CIDADES, 2018, não paginado).

Figura 8: Avenida de Sinop sem calçamento viário



Fonte: Fotografado pelo autor

E não é só no quesito de territorial urbano que os indicadores deixam a desejar quando comparados à importância e à riqueza da cidade. Em Sinop, o rendimento médio mensal dos trabalhadores formais foi superior à média nacional em 2016, 2,4 salários mínimos, contra 1,78 da média nacional. Contudo, no mesmo ano, 30,1% da população teve rendimento nominal mensal per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, o que revela que boa parte da população está fora do mercado de trabalho formal, e também uma tendência concentradora de renda do modelo de desenvolvimento econômico com base na moderna agricultura mecanizada (IBGE CIDADES, 2017, não paginado).

O entrevistado 2, professor da Universidade Federal de Mato Grosso e membro do NERU, Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos, dedicado aos estudos da fronteira amazônica, destacou que o potencial de retenção da renda gerada pelas atividades agrícolas por parte das cidades e do estado de Mato Grosso é limitado justamente porque o setor agrícola, em especial a soja, transfere boa parte de sua renda para a indústria e para o capital financeiro através do modelo de agricultura estabelecido a partir da Revolução Verde e da internacionalização da agroindústria brasileira ocorrida entre os anos 1990 e 2000.

A maior parte da renda da agricultura não fica em Mato Grosso, vai pra tradings, pros bancos, pras sementeiras, pras indústrias químicas. Muito dessa renda na verdade nem fica no Brasil, porque a maior parte delas tem sede em São Paulo, mas são estrangeiras e têm ações na bolsa. A agricultura de Mato Grosso hoje enriquece o capital financeiro, perto do que se ganha de dinheiro na bolsa com ações e termos de opção de soja, o que fica aqui é migalha. Se não fosse assim, Mato Grosso não estaria atrasando salários de

servidores no trimestre que o PIB do Estado cresceu 100x mais que o do Brasil⁸ (informação verbal).

O atraso de salários dos servidores públicos estaduais mencionado pelo professor, ocorrido no estado de Mato Grosso entre 2015 e 2018, contrasta com o resultado do PIB estadual do terceiro trimestre de 2017. Nesse período, enquanto a economia brasileira apresentou crescimento de 0,1% o PIB de Mato Grosso, puxado pelo agronegócio cresceu 11%. No mesmo período, o governo do estado de Mato Grosso, anunciou cortes de jornada e parcelamentos de salários no serviço público alegando dificuldades financeiras. (OLHAR DIRETO, 2018, não paginado). Vale destacar que as exportações de grão *in natura* não recolhem ICMS desde 1996, ano de promulgação da Lei Kandir, o que impacta negativamente as receitas de Mato Grosso, principal estado exportador de soja em grão do país.

O entrevistado 3, pesquisador da EMBRAPA Agrossilvopastoril de Sinop, manifestou opinião parecida. Segundo ele, o Mato Grosso constitui-se um espaço em que se gera muito valor através da agropecuária, mas que se apropria de parte pequena desse valor. Segundo ele, além de pequena, essa apropriação se dá de forma concentrada nas mãos de fazendeiros e outros tipos de empresários. Isso acontece porque a capacidade de geração de empregos da principal atividade, o agronegócio, é baixa, o que, de certa forma pressiona os salários dos demais setores para baixo, uma vez que o centro dinâmico da economia da região não absorve mão de obra no mesmo ritmo que cresce, mantendo assim uma disponibilidade de mão de obra relativamente estável e contínua para os demais setores.

O pesquisador da EMBRAPA afirmou ainda que “Mato Grosso cresce, mas não se desenvolve” e que a questão do emprego é apenas uma das evidências dessa realidade:

Sinop tem uma infraestrutura urbana ruim. O transporte é deficiente tanto em relação à área de cobertura, quanto em relação à frequência. O calçamento viário e a pavimentação fora do centro são inadequados e falta manutenção e as opções de lazer são muito limitadas a bares e restaurantes. A vida cultural é bem limitada, existe apenas uma sala de cinema dentro de um supermercado. A questão é que quem mora em SINOP e tem dinheiro, quando quer se divertir ou vai pra Cuiabá ou pra São Paulo. Agora estão construindo o primeiro *shopping center*. A expectativa é de que haja pelo menos mais salas de cinema⁹.

O entrevistado 4, assentada do assentamento Mercedes relatou que considera o sistema público de saúde da cidade “aceitável” e adequado às suas necessidades.

⁸ Entrevistado 2, conversa realizada em 01/03/2018.

⁹ Entrevistado 3, conversa realizada em 27/02/2018

Confirmou que o transporte público na cidade é ruim, mas expressou maior preocupação quanto à qualidade do ensino em Sinop, bem como em relação ao apoio do poder público, essencial para o futuro do assentamento:

As nossas maiores demandas aqui são educação, assistência social e à saúde e apoio do município pra poder produzir. Tem escola, não estuda quem não quer, mas a qualidade não é boa. Os jovens saem da escola sem saber nada, queremos uma formação completa, formação profissional e desenvolvimento social e humano. Ninguém consegue ser produtivo senão tiver uma boa estrutura psicológica e formação sólida. Nossa demanda constante é apoio do município pra gente poder produzir, não é dinheiro, é assessoria, um técnico que venha aqui, que ajude, um lugar pra vender nossos produtos. Falta tudo, e a Prefeitura alega não ter dinheiro pra nada¹⁰ (informação verbal).

O entrevistado 5, médio produtor de Tangará da Serra e ex-delegado da APROSOJA, também destacou a dificuldade financeira do Estado como um obstáculo para políticas públicas que pudessem ajudar Mato Grosso a reter mais renda da atividade agrícola:

A soja hoje emprega pouco em Mato Grosso porque a lavoura em si não emprega, o que emprega é a indústria, o processamento, fabricação de máquina, de fertilizante, laboratório. Isso tudo ou vem do Sul e do Sudeste, ou vem de fora do país. Não tem política agrícola nesse país, se tivesse podia desenvolver mais, podia fazer aqui coisa que a gente importa, mas nem pra formar operador de máquina o Estado tem escola, a gente treina na fazenda mesmo¹¹ (informação verbal).

Considerações Finais

Buscou-se nesta seção discutir como as chamadas “cidades da soja” têm sua economia e sua dinâmica territorial imbricadas com a expansão territorial da soja e com os projetos de colonização e de aproveitamento econômico da fronteira agrícola empreendidos a partir dos governos militares, cujas implicações manifestam influência decisiva na forma e funcionamento dessas cidades. A partir dos indicadores e das entrevistas colhidas, pode-se perceber que o papel central de Sinop no centro-norte mato grossense e no sul do Pará contrasta com uma realidade urbana desigual e com uma dinâmica territorial que favorece a apropriação privada da renda da terra em detrimento das políticas públicas territoriais e urbanas. Essa realidade é engendrada pela produção oligopolizada e corporativa de espaços urbanos a partir da lógica do agronegócio. Nesses espaços, o controle do espaço urbano reproduz a estrutura oligárquica do controle da terra

¹⁰ Entrevistado 4, conversa realizada em 27/02/2018.

¹¹ Entrevistado 5, conversa realizada em 24/02/2018.

no campo, gerando desigualdades espaciais, sociais e econômicas que, apesar dos projetos urbanísticos grandiosos e bem formatados, ficam evidentes na análise de indicadores sociais e urbanos, na situação de penúria das contas públicas e no não desenvolvimento, nessas localidades, de atividades de ponta para as quais, existe demanda pelo próprio agronegócio.

Bibliografia

BERNARDES, Júlia A. **Circuitos espaciais da produção na fronteira agrícola moderna: BR-163.** In: BERNARDES, Júlia A.; FREIRE, Osni L. (orgs.) Geografias da soja: BR-163: fronteiras em mutação. Rio de Janeiro: Arquimedes edições, pp. 01-37, 2006.

CAMARGO, K. C. M. **Considerações sobre a expansão da soja e a dinâmica sociodemográfica nas microrregiões do Mato Grosso.** Anais do XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2010.

ELIAS, D.; PEQUENO, R. **Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio.** In: XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2007. Anais XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Belém, 2007.

FIAVORANTI, L. M. **Cidade cativa: estratégias de uma urbanização monopolista em uma cidade mato-grossense.** Anais do XVII ENAPUR. São Paulo, 2017.

GIRARDI, E. P. **Mato Grosso: expressão aguda da questão agrária brasileira.** In *Confins, Revista franco-brasileira de Geografia.* N. 27, 2016.

IANNI, O. **Colonização e Contra Reforma Agrária na Amazônia.** Petrópolis: Vozes, 1979.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) CIDADES. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em 29/03/2018.

MUSEU HISTÓRICO DE SINOP. Disponível em: http://www.sinop.mt.gov.br/museu/?page_id=37. Acesso em 03/10/2020.

OLHAR DIRETO: Notícias de MT. Disponível em: www.olhardireto.com.br. Acesso em: 03/10/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP. Disponível em: <https://www.Sinop.mt.gov.br/>. Acesso em 03/10/2020.

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS - RAIS. Disponível em: <http://www.rais.gov.br/negativa.asp>. Acesso em: 03/10/2020.

ROMANCINI, S. R. e RODRIGUES, C. O. **Urbanização na Pré-Amazônia Mato-Grossense: o exemplo de Sinop**. Revista ACTA Geográfica, ANO I, nº2, pp.43-55. jul./dez. de 2007.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Edusp, 2006.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp. 1993.

_____. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.

SOUZA, Edson Antônio. **Sinop: História imagens relatos: um estudo sobre a colonização de Sinop**. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais – Universidade Federal de Mato Grosso, 2001. 116 p.

THE INTERCEPT BRASIL. Portal de Notícias. Disponível em: <https://theintercept.com/brasil>. Acesso em 03/10/2020.

VOLOCHKO, D. A. **Da extensão d campo à centralização do urbano: elementos para o debate da produção do espaço em Mato Grosso**. Revista Mato-Grossense de Geografia. Cuiabá. N. 16, p. 18-38. Jan-jun 2013.

EXPERIÊNCIAS DE EXTENSÃO RURAL: A PNATER E A CONTRIBUIÇÃO PARA A SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Isabela Oliveira Santos¹

Jaqueline Cardoso Tofanelli²

Antônio Lazaro Sant'Ana³

Gláucia Luciane Cham Menezes Cândido de Paula⁴

RESUMO

A elaboração da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), visou fortalecer a agricultura familiar e contribuir para a construção de um modelo de desenvolvimento rural sustentável no Brasil. Este trabalho vincula-se a uma pesquisa mais ampla e objetivou analisar a experiência de extensão rural, tendo como referência um princípio transversal da PNATER, relacionado a adoção dos princípios da contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional, assim como alguns objetivos previstos na referida Política e que fizeram parte das ações extensionistas. Além da revisão bibliográfica sobre os temas abordados, selecionou-se, as experiências (projetos e/ou trabalhos) de extensão rural consideradas mais relevantes, em termos de qualidade, da Microrregião Geográfica de Fernandópolis, e com base em roteiro semiestruturado foram realizadas entrevistas com os(as) extensionistas envolvidos(as) nessas atividades. No presente trabalho analisa-se a experiência de trabalho, de uma extensionista da Casa da Agricultura de Estrela d'Oeste (SP) com a Associação de Mulheres do mesmo município, e a experiência de um extensionista do Escritório de Desenvolvimento Rural de Fernandópolis sobre um projeto com a Associação dos Pequenos Produtores Assentados do Santa Rita. Ambas as experiências ressaltaram a importância dos programas PAA e PNAE no escoamento da produção, investimento em tecnologia no processo de pós-colheita, aumento na diversificação da produção e comprometimento com a qualidade dos alimentos, sempre respeitando as culturas e a diversidade dos agricultores familiares.

Palavras Chave: Políticas Públicas, Extensão Rural, Soberania e Segurança Alimentar, Agricultura Familiar, Mulheres Rurais.

ABSTRACT

The elaboration of the National Policy for Technical Assistance and Rural Extension (PNATER), by the Ministry of Agrarian Development (MDA), aimed to strengthen family agriculture and contribute to the construction of a model of sustainable rural development in Brazil. This work is linked to a broader research and aimed to analyze the

¹ Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Curso de Graduação em Engenharia Agrônoma, Av. Brasil Sul, 56-Centro, Ilha Solteira - SP, 15385-000, io.santos@unesp.br

² Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Curso de Graduação em Engenharia Agrônoma, Av. Brasil Sul, 56-Centro, Ilha Solteira - SP, 15385-000, jaquelinetofanelli@gmail.com

³ Livre-Docente em Sociologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Professor do Departamento de Fitotecnia, Tecnologia de Alimentos e Sócio-Economia, Av. Brasil Sul, 56 - Centro, Ilha Solteira - SP, 15385-000, lazaro.sant@unesp.br

⁴ Doutoranda em Agronomia, Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, glaucia.paula@etec.sp.gov.br

experience of rural extension, having as reference a transversal principle of PNATER, relating the adoption of the principles of contribution to food and nutritional security and sovereignty, as well as some foreseen objectives in this Policy and that were part of the extension actions. In addition to the literature review on the topics covered, experiences (projects and / or works) of rural extension that were considered most relevant, in terms of quality, of the Geographical Region of Fernandópolis were selected, and based on a semi-structured script, interviews were conducted extension workers involved in these activities. In the present work, we analyzed the work experience of an extension worker at the Casa da Agricultura in Estrela d'Oeste (SP) with the Women's Association of the same municipality, and the experience of an extension worker from the Fernandópolis Rural Development Office in a project with the Association of Small Settlers Producers of Santa Rita. Both experiences highlighted the importance of the PAA and PNAE programs in the production flow, investment in technology in the post-harvest process, increased production diversification and commitment to food quality, always respecting the crops and the diversity of family farmers.

Keywords: Public Policies, Rural Extension, Sovereignty and Food Security, Family Agriculture, Rural Women.

Introdução

Em 2003, foi instituída a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a qual objetivou fortalecer a agricultura familiar e contribuir para promover o desenvolvimento rural sustentável com base nos princípios da Agroecologia, e teve como alicerce uma ampla participação de entidades e agentes ligados à extensão rural (CAPORAL, 2011).

Com a aprovação da Lei nº 12.188/2010, sete anos mais tarde, foram estabelecidos os princípios e as diretrizes básicas do trabalho de extensão rural público no Brasil. Mesmo com as críticas pelo fato de eliminar a Agroecologia do texto original (CAPORAL, 2011), a nova PNATER teve sua essência estruturada na versão de 2003, para definir os conteúdos temáticos abordados, público-alvo e a base teórico-metodológica que deveriam guiar as ações dos extensionistas.

A referida política pública visava promover o aumento da qualidade de vida da população rural, via aperfeiçoamento de seus sistemas de produção. É importante salientar que esse desenvolvimento não poderia ter sua sustentação apenas em aspectos econômicos, mas também em aspectos socioculturais, ambientais e político-institucionais. De acordo com Freire (2006), é necessária que exista uma troca entre o extensionista e o produtor dentro da atividade de extensão rural, pois, para possibilitar a criação de saberes novos, é preciso ouvir as experiências e os ensinamentos dos agricultores e valorizá-los.

No Brasil, os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) auxiliam no desenvolvimento das condições de vida da população rural. Segundo Art. 2º da Lei Nº 12.188, pode-se definir extensão rural como:

(...) serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais (BRASIL, 2010).

Na última década, houve mudanças drásticas na forma de compreender a ATER. Converteu-se de uma concepção centrada na transferência de tecnologia para outra, que tem como objetivo ações direcionadas à organização dos agricultores, à gestão de processos participativos, ao apoio à comercialização e à articulação interinstitucional desde uma perspectiva territorial, voltada à preocupação ambiental e à focalização da agricultura familiar (LANDINI, 2015).

Nesse contexto, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) propõe às entidades e aos agentes de extensão rural fomentar e dar suporte a atividades que se alinham à sustentabilidade socioeconômica e ambiental no meio rural (CAPORAL; RAMOS, 2008).

Mesmo assim, ainda é possível observar concepções de extensão rural fundamentadas apenas no aumento da produtividade e produção, em detrimento do bem-estar social (RODRIGUES, 1997), ainda como resquícios de uma extensão difusionista. Precisa-se, portanto, superar a ideia de que somente o extensionista é o detentor do conhecimento (FREIRE, 2006), visão essa que concebe o agricultor apenas como receptor. É necessário que haja um intercâmbio de informações entre ambos, para dessa forma caminhar em conjunto com as orientações contidas na PNATER as quais ficam evidentes quando se analisa os princípios básicos das ações extensionistas nela contidos:

I - Desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente; II - Gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural;

III - Adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública; IV - Adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis; V - Equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia; VI - Contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional; (BRASIL, 2010).

A respeito da segurança alimentar, sabe-se que, segundo a FAO, cerca de 820 milhões de pessoas são desnutridas. Desde a Segunda Guerra, a questão alimentar tornou-se um tema de preocupação internacional e acordos foram selados entre as nações na perspectiva de instalar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Somado a isso, constituiu-se a Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que, entre muitos objetivos, estabeleceu o “Fome Zero e Agricultura Sustentável”. (RAHAL; GENTIL, MAGALHÃES, 2020)).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi instituído pela Lei 10.696, em 2003 (BRASIL, 2003), como um alicerce do Programa Fome Zero. Esse Programa destinava-se às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino (MDA, 2012). De acordo com Muller (2007), o principal objetivo do PAA é garantir a comercialização dos produtos da agricultura familiar, por meio do estabelecimento de preços mínimos a serem praticados com a garantia de certeza de compra, ao mesmo tempo em que articula esta produção com os mercados institucionais ou para a formação de estoques, atendendo aos princípios da segurança alimentar.

Somado a isso, o PAA contribui para o abastecimento alimentar através de compras governamentais de alimentos; fortalece os circuitos locais e regionais e as redes de comercialização; valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos; incentiva hábitos alimentares saudáveis e estimula o associativismo e o cooperativismo (MDA, 2012).

Após a experiência do PAA, começaram a aparecer novas oportunidades de compras públicas para a agricultura familiar. Em 2009, houve mudanças no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Com aprovação da Lei nº. 11.947, 30% dos recursos destinados à alimentação escolar, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no mínimo, deveriam ser aplicados à aquisição de alimentos da agricultura familiar (GRISA; SCHNEIDER; VASCONCELLOS, 2020).

O PNAE tem como uma de suas finalidades apoiar o desenvolvimento sustentável, incentivando “a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos”, e também assegura que nas aquisições da agricultura familiar devem ser priorizados os alimentos orgânicos e/ou agroecológicos (BRASIL, 2009). Em consonância, o PAA traz como um de seus objetivos “promover e valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, e incentivar hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional” (MDA, 2012).

Dessa forma, o PAA e o PNAE trouxeram um novo sentido para as compras públicas, ao incorporarem diversos objetivos, princípios, finalidades e expectativas sociais, econômicas, ambientais, nutricionais e culturais a instrumentos rotineiros e operacionais da administração pública. Uma das novidades, no quesito da produção de alimentos, foi garantir mercado exclusivo ou parcialmente exclusivo para a agricultura familiar. Tratam-se de ações que tem como objetivo consolidar segmentos que foram

deixados de lado ou afetados negativamente pelas ações do Estado ao longo da história brasileira (GRISA; SCHNEIDER; VASCONCELLOS, 2020).

O presente trabalho faz parte de um projeto mais amplo, que está analisando as experiências de extensão rural mais relevantes, em termos de qualidade, na Microrregião de Fernandópolis, dirigidas aos agricultores familiares, e que analisa também a maior ou menor proximidade das mesmas com os princípios e objetivos da PNATER.

Duas das experiências estudadas foram o trabalho realizado por uma extensionista da Casa da Agricultura de Estrela d'Oeste (SP) com uma associação composta exclusivamente por mulheres e o trabalho de um extensionista do Escritório de Desenvolvimento Rural de Fernandópolis com a Associação dos Pequenos Produtores Assentados do Santa Rita, tendo como referência um princípio transversal da PNATER, relacionado à segurança e à soberania alimentar e nutricional.

Metodologia

Como já mencionado, esse trabalho é parte de uma pesquisa mais ampla que está investigando as experiências de extensão rural consideradas referências no noroeste do estado de São Paulo. No presente trabalho será abordado experiências referentes à MRG de Fernandópolis, onde a agricultura familiar é predominante, abrangendo 71,9% dos estabelecimentos agropecuários, e que apresenta como principais atividades agropecuárias o cultivo da cana-de-açúcar, a sericultura, a citricultura e a pecuária (IBGE, 2017). A MRG de Fernandópolis é formada pelos seguintes municípios: Estrela d'Oeste, Fernandópolis, Guarani d'Oeste, Indaiaporã, Macedônia, Meridiano, Mira Estrela, Ouroeste, Pedranópolis, Populina e São João das Duas Pontes.

Além da revisão bibliográfica sobre os temas que permeiam o assunto, foi selecionadas as experiências mais relevantes de extensão rural da região em estudo, indicadas por meio de um formulário, com questões abertas (GIL, 2002), aplicado junto a organizações da sociedade civil (cooperativas, associações, sindicatos rurais) e representantes de instituições públicas (Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável-CDRS, ex-CATI; ITESP, INCRA, e prefeituras com equipes próprias de ATER), em outubro de 2019.

Foram indicadas sete experiências de trabalho de extensão rural no total, das quais foram selecionadas as duas mais citadas e recomendadas pelas instituições e organizações consultadas. As experiências selecionadas foram: um trabalho realizado por uma extensionista da Casa da Agricultura de Estrela d'Oeste (SP) com uma associação composta somente por mulheres, tratada neste trabalho como Extensionista 1; e um trabalho de um extensionista do Escritório de Desenvolvimento Rural de Fernandópolis com a Associação dos Pequenos Produtores Assentados do Santa Rita, Extensionista 2. Os dois extensionistas envolvidos nas experiências selecionadas foram entrevistados entre dezembro de 2019 e fevereiro de 2020.

Primeiramente, os extensionistas entrevistados preencheram uma ficha prévia que visava coletar dados básicos (idade, escolaridade, formação) e algumas informações sobre a experiência que foi o alvo da pesquisa. Após o preenchimento da ficha foi realizada a entrevista com um roteiro semiestruturado, elaborado pela equipe que faz parte do projeto mais amplo, com um número limitado de questões, às quais foram adicionadas perguntas que surgiram no decorrer da entrevista, o que permitiu ao pesquisador maior liberdade para explorar com profundidade determinados assuntos relacionados ao tema (MARCONI; LAKATOS, 2005). Na entrevista foram abordados os seguintes tópicos: origem e planejamento do trabalho/projeto, características gerais do trabalho/projeto realizado, avaliação do trabalho/projeto e possíveis relações com PNATER.

As entrevistas foram gravadas com autorização prévia dos entrevistados e as transcrições foram feitas inicialmente por meio do transcritor automático do Google e, posteriormente, efetuou-se a correção manual, comparando o áudio original e o texto das transcrições automáticas.

Somado a isso, os textos obtidos a partir das entrevistas foram interpretados com base na metodologia de análise de conteúdo do tipo temática (CAREGNATO; MUTTI, 2006), tendo como referência o princípio VI da PNATER (contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional). Depois da releitura dos trechos, efetuou-se a escolha de palavras chaves relacionadas ao princípio da PNATER para compor os temas e observou-se a frequência das mesmas nas questões da entrevista.

Por fim, selecionou-se levando em consideração a variedade das abordagens, trechos detalhados da entrevista sobre os métodos de extensão rural aplicados nos projetos/trabalhos e procedeu-se a análise com base nos princípios e objetivos da PNATER de 2010.

Resultados e Discussão

De acordo com a PNATER, o princípio VI estabelece a contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional. Na entrevista com o Extensionista 2, são mencionados o PAA e o PNAE:

Nesse meio tempo eles estavam vendendo produto pra merenda escolar. Como Fernandópolis é um município bem grande e a prefeitura deu preferência para eles, eles chegaram a vender, chegaram a fazer contrato com prefeitura para educação e com o Governo Federal com aquela política de entregar alimentos para entidades. (EXTENSIONISTA 2)

Aqui na de Fernandópolis. Eles compraram uma máquina de mandioca foi uma das coisas que mais deu resultado. Não sei como é que tá hoje, mas na época deu bastante movimento aquela mandioca a vácuo, mas eles tiveram que se adaptar, eles tiveram que melhorar a qualidade que é o que eu te falei eles vinham daquele PAA que aceitava qualquer coisa e entraram para entregar para merenda. A merenda tem a responsável da merenda que ela vistoria os produtos que chegam. Então, não é qualquer coisa que entra. Então, o próprio pessoal começou a devolver “Você pode voltar com essa caixa aqui mesmo porque nós não vamos entregar isso na prefeitura. Se entregar, eles cortam nosso contrato”. Então mudou muito a mentalidade. O cara teve que se adaptar a essa nova realidade. (EXTENSIONISTA 2)

Eles chegaram a ter PAA de dois milhões, não, de um milhão de reais. (EXTENSIONISTA 2)

Quando o PAA deu aquela interrompida por falta de dinheiro, eles tinham um projeto de dois milhões. Eles tomaram uma baqueada legal nessa época, mas eles tinham o PAA e tinha a merenda escolar. Hoje, o cunho principal deles hoje é a merenda escolar de Fernandópolis. Eles que fornecem. Isso criou pra eles, essa participação na grande escola de Fernandópolis deu para eles, vamos dizer assim, um conhecimento muito grande. (EXTENSIONISTA 2)

O PAA foi criado como uma das políticas estruturantes, componentes do Programa Fome Zero que organizou um conjunto de ações de melhoria da renda e fomento à produção de alimentos básicos, bem como ações emergenciais de promoção do acesso e da distribuição de alimentos, com objetivo de acabar com a fome no Brasil e promover a segurança alimentar e nutricional (MULLER; SILVA; SCHNEIDER, 2012).

O Programa adquire os produtos dos agricultores familiares, com base em preços de referência, visando: o suporte de equipamentos públicos de alimentação e nutrição e da rede de entidades socioassistenciais, ou os destina para estoques públicos para prestar

assistência alimentar a populações em situação de insegurança alimentar, ou ainda estrutura circuitos locais de abastecimento (GRISA; PORTO, 2015).

Além disso, foi o primeiro programa do governo que institucionalizou a compra de produtos dos agricultores familiares pelo Estado, dispensando as licitações impostas. Sendo assim, o PAA abriu a chance de inserção dos agricultores familiares nas compras estatais e trouxe muitas experiências, muitas das quais foram incorporadas, pelo PNAE posteriormente. (SCHWARTZMAN et al., 2017).

Nesse contexto de compras públicas de alimentos, a Extensionista 1, da Casa da Agricultura de Estrela d'Oeste menciona o envolvimento da Associação de mulheres com o PNAE:

(..) depois que a gente organizou tudo, elas conseguiram esse mercado formal, da entrega da merenda escolar via, Associação, antes era feito de maneira individual pelo PNAE, então Associação, agora ela tá naquele momento, que ela pegou esse primeiro compromisso formal de entrega de merenda, então Associação ela tá caminhando para gerar um caixa, dela agora nesse momento para poder tomar outros rumos.” (EXTENSIONISTA 1)

(..) o PNAE paga aquele valor independente de ser individual ou coletivo, eu acho que entregando o coletivo eles tem como se organizar dentro da produção deles, é diferente do que acontecia antes um produtor entregava mais do que o outro, então essa divisão ficou mais o igualitária, ao meu ver. (EXTENSIONISTA 1)

Eu penso que sempre traz benefício, eu acho que no caso da merenda escolar é bom à prefeitura ter conhecimento do produto que ela tá adquirindo, você evita pregão, essas coisas que pode vir alimento de origem desconhecida, então acho que a qualidade do alimento, a proximidade, também né, é tudo muito fresco, então eu acho que favoreceu merenda escolar, as crianças né, na qualidade do produto servido. (EXTENSIONISTA 1)

Schwartzman, et al. (2017), já haviam apontado a vinculação do PNAE à agricultura familiar como uma política pública inovadora, pois tem como objetivo ir ao encontro das estratégias de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) da população em situação de vulnerabilidade social, além de atuar na diversificação da produção de alimentos.

A diversificação de alimentos também foi uma questão colocada pelos extensionistas e apontado como um dos fatores mais fortes da experiência:

Então a partir do momento que eu cheguei, os principais focos, né da minha atuação foi a diversificação das atividades da Associação, a gente ver um projeto voltado para merenda escolar, porque a gente a, Associação tem esse foco, mas a gente vê que só a merenda escolar, não é o suficiente para o desenvolvimento da Associação, então a gente trabalhou participando das reuniões, conversando tentando mostrar um leque de possibilidades de comercialização de produtos e até de produção também. (EXTENSIONISTA 1)

Isso é algo, que a gente sempre conversa, mas a nossa Associação, né o que eu via de mais dificuldade, era da organização na verdade dessa produção, a diversificação, até que, é bem diversa, Associação atende bem, ao objetivo. (EXTENSIONISTA 1)

A diversificação que teve na Associação, foi sempre voltada para a comercialização, o que eles puderam diversificar, foi para atender merenda escolar do próprio município, né, existe essa preocupação de poder atender o município, em tudo que for possível, né é claro, que tem algumas coisas que

não são da nossa região, mas tudo o que é possível produzir na nossa região, Associação procura ter, para atender essa demanda. (EXTENSIONISTA 1)

A diversificação ela veio quando eles implantaram o projeto coletivo aí veio a demanda. A diversificação veio pela demanda. (EXTENSIONISTA 2)

Junqueira (1999) destaca a organização em rede como a uma forma de interação de pessoas, de instituições, de famílias, de municípios e de estados mobilizados coletivamente ao redor de uma ideia. Entendida como uma construção social, a rede depende da sensibilização e da organização coletiva dos atores sociais em torno de um objetivo comum, que melhor seria viabilizado através da parceria. Tal afirmação é visível nos seguintes trechos da entrevista, que deixaram claro que a formação de uma rede (organização de um grupo para determinado fim comum), contribui para melhores resultados. No caso, esses grupos se organizaram para atender as demandas do PAA e PNAE:

Eu acho que o trabalho serviu para realmente dar esse ponta pé no início do funcionamento, da Associação, na organização dela, a gente viu, que durante essa caminhada algumas pessoas saíram da Associação, que quando você começa definir objetivos, aí realmente você consegue agregar pessoas que estão querendo chegar ao mesmo ponto, ao mesmo lugar, então acho que foi importante para dar um norte, a Associação, que antes você tinha várias pessoas com objetivos diferentes, não tinha como dar certo, não tinha como continuar sendo uma associação, hoje elas já tem mais definido, o que elas esperam de quem participa, o que elas querem fazer na Associação, e eu acho que a gente continuando a conversar a dar assistência, visitando a gente consegue ir congregando, sedimentando o objetivo da Associação, isso é importante. (EXTENSIONISTA 1)

Mas o ganho eu acho que foi esses caras conseguiram trabalhar um pouquinho mais em conjunto. E o que eu te falei aquele negócio do cara ter que pagar 30% não veio de graça. Nada foi dado de graça, tudo ele tinha que adquirir. Então a Associação que tinha chegou a ter mais de 200 associados. Eu falei 180, mas chegou a ter mais de 200 num período, porque era só entregar. PAA entregava qualquer coisa PAA tava entregando. (EXTENSIONISTA 2)

Eles são obrigados vamos dizer assim você participar de uma concorrência na prefeitura “Ó, são tais produtos”. Você tem que estar pronto pra atender aquilo que você pega lá. Você pega lá cinco, seis produtos, você vai entregar durante dez meses. Você tem que organizar os produtores para ter produto durante 10 meses. Não pode falhar esses dez meses, se falhar você vai ter que adquirir produtos fora para não quebrar o contrato. Então, eles aprenderam a organizar isso aí. Isso aí foi um ganho. (EXTENSIONISTA 2)

Em consonância, o PAA prioriza o atendimento às organizações da agricultura familiar compostas por mulheres, povos e comunidades tradicionais e outros grupos específicos (BRASIL, 2017). Já o PNAE prioriza os projetos de comercialização dos produtos da agricultura familiar do local da demanda e do território rural, com preferência para produção oriunda de assentamentos da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e quilombolas, e grupos sociais organizados em cooperativas (BRASIL, 2015). A experiência de extensão rural da Associação de Mulheres de Estrela d’Oeste é um exemplo disso:

O projeto da associação de mulheres, ele começou há cerca de sete anos, quando a gente ainda tinha um outro extensionista, então a associação foi criada, essas mulheres foram reunidas para criar a Associação, mas quando eu cheguei, o nosso diretor regional ,via necessidade de colocar esse projeto na

prática, então ele me pediu para desenvolver essa reorganização da Associação, essa junção das mulheres de novo, a construção dos objetivos delas para poder começar a funcionar e realmente gerar renda e mudar a realidade. (EXTENSIONISTA 1)

A extensionista da Casa da Agricultura revelou que a Associação de Mulheres de Estrela d'Oeste já havia sido criada, mas não estava ativa. Por meio do trabalho, baseado em visitas individuais e reuniões, as mulheres passaram a vender os seus produtos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), de forma coletiva, via Associação, com melhoria substancial da organização, além de beneficiar também o município com a oferta de produtos frescos e de origem conhecida.

Entre as dificuldades encontradas, a extensionista menciona o machismo presente na sociedade:

Então uma associação de mulheres é uma novidade, e a gente não pode deixar de falar do papel da mulher na sociedade, então a gente trabalha com mulheres, que são dona de casa, são produtoras, que são casadas e que estão inseridas numa sociedade machista, então muita das vezes a gente vê uma vontade dessas mulheres desenvolver atividades, mas só que você vai ter um empecilho de todas as questões familiares, religiosas, sociais, que a gente tem que enfrenta. (EXTENSIONISTA 1)

O que a gente observa muita das vezes quando você faz um contato com algumas mulheres, não são todas claro, porque associação, ela tem diversidade nesse sentido algumas são altamente dependentes dos maridos para decisões, quando a gente pergunta qualquer coisa ela fala, olha você tem que ligar para o meu marido, você tem que conversar com meu marido, eu vou ver com meu marido te respondo, isso é muito comum, então a gente observa que decisões tanto de produção, quanto do retorno dessa produção, aí a questão econômica não necessariamente da mulher, apesar de ter a força de trabalho dela ,dentro da propriedade. (EXTENSIONISTA 1)

Teve uma tentativa, a gente tentou organizar uma feira, só que a proposta foi feita num dado momento associação com seus objetivos, ela teve uma dissolução de pessoas saíram, e elas pretendem retomar, mas só que elas falam dessa dificuldade de ocupar o tempo de sair à noite, para uma feira que é complicado por causa dessa jornada dupla, tripla de produtora rural de mãe e outras coisas, né as questões domésticas que a gente até falou anteriormente, são mulheres, a grande maioria casadas com filhos pequenos, isso se torna um pouco complicado, mas assim processamento de produtos tudo, a gente não fez nenhum trabalho nesse sentido de capacitação ,de treinamento por enquanto , a gente estudo, se tem interesse mas ainda é uma ideia que está sendo amadurecida. (EXTENSIONISTA 1)

As mulheres agricultoras têm dificuldades de inserir-se nas atividades de comercialização, por causa das suas atribuições de gênero serem voltadas para a vida doméstica e para o espaço privado. A agricultura familiar caracteriza-se por ser uma forma de produção em que a unidade de trabalho se confunde com a organização da família, ambas regidas por uma estruturada divisão sexual do trabalho, em que as tarefas e os papéis sociais entre homens e mulheres, são distintos e hierarquizados. (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2011).

Considerações Finais

Apesar dos desafios enfrentados, as experiências de extensão rural, com a Associação de Mulheres de Estrela d'Oeste (SP) e com a Associação dos Pequenos Produtores Assentados do Santa Rita, evidenciaram a capacidade organizativa e o protagonismo das agricultoras e agricultores, além da ampliação da diversificação produtiva o que também está contido dentro dos princípios da PNATER.

As políticas públicas do PAA e do PNAE favoreceram a produção de alimentos nas pequenas propriedades, garantindo a segurança alimentar e a qualidade dos produtos não somente dos que recebem os alimentos, mas também dos próprios agricultores(as).

Um dos critérios para se participar do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é a inserção dos agricultores em uma organização coletiva, que se responsabiliza pela elaboração do projeto, transporte dos produtos e prestação de contas. Logo o Programa incentivou a inserção de agricultores junto as associações, além do PAA e também o PNAE incentivarem os agricultores a trabalharem com a diversificação produtiva, afim de possibilitar a entrega de maior gama possível de produtos, o que contribui positivamente na segurança e soberania alimentar, além do aumento de renda com maiores possibilidades de permanência das famílias no campo.

Referências

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Agropecuário 2017**. Resultados Definitivos. Brasília: FIBGE, 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 02/11/2020.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO –FNDE. **Resolução/CD/FNDE/MEC nº 4**, de 3 de abril de 2015. Brasília: FNDE, 2015.

BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Decreto nº 9.214 de 29 de novembro de 2017**. Brasília, DF, 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Sistema de Informações Territoriais – MDA/SDT/SIT. Imagens/mapas**. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2008, 26p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm>. Acesso em: 02 nov. 2020.

BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei nº. 11.497 de 16 de junho de 2009. Brasília, DF, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175p.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1112#resultado>> Acesso em: 02/11/2020.

CAPORAL, F. R. Lei de ATER: exclusão da Agroecologia e outras armadilhas. **Cadernos de Agroecologia**, Cruz Alta, v. 6, n. 2, p.1-7, dez, 2011.

CAPORAL, F. R.; RAMOS, L. F. (2008). **Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia**. Disponível em: <https://docplayer.com.br/1180525-Da-extensao-rural-convencional-a-extensao-rural-para-odesenvolvimento-sustentavel-enfrentar-desafios-para-romper-a-inercia-1.html> Acesso em: 02 nov. 2020.

CAREGNATO, R, C, A; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto contexto - enferm**. [online]. 2006, vol.15, n.4, pp. 679-684.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006. 13ª edição.

GENTIL, P. S.; GRISA; MAGALHÃES, E. S.; RAHAL, L. S. **A política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 17– 26. 2020.

GRISA, C.; SCHMITT, C. J.; MATTEI, L. F.; MALUF, R. S.; LEITE, S. P. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, vol. 8, nº 3, p. 34 – 41, 2011.

GRISA, C.; GRISA; SCHNEIDER, S.; VASCONCELLOS, F. C. F. **As compras públicas como instrumentos para a construção de sistemas alimentares sustentáveis**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 69– 90. 2020.

JUNQUEIRA, Luciano Prates. Descentralização, intersetorialidade e rede como estratégias de gestão da cidade. **Revista FEA – PUC-SP**, São Paulo, v. 1, p. 57-72, nov. 1999.

LANDINI, F. P. Problemas enfrentados por extensionistas rurais brasileiros e sua relação com suas concepções de extensão rural. **Ciência Rural**, v. 45, n. 2, 2015.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2005. 315p.

MULLER, A. L. **A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos**. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural)- Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

MÜLLER, A.L.; SILVA, M. K.; SCHNEIDER, S. A construção de políticas públicas para a agricultura familiar o Brasil: o Programa de Aquisição de Alimentos. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura** (UFRJ), Rio de Janeiro V. 20, p139, 2012.

SCHWARTZMAN, F., Mora, C. A. R., BOGUS, C. M., & VILLAR, B. S. Antecedentes e elementos da vinculação do programa de alimentação escolar do Brasil com a agricultura familiar. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, n. 12, 2017.

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 12-32, jul. 2011.

NOVOS MECANISMOS DE APOIO À COMERCIALIZAÇÃO: PLATAFORMAS DIGITAIS

Jader José de Oliveira¹

Introdução

Estamos em meio à pandemia do novo coronavírus (COVID-19) que já infectou mais de 44 milhões e levou a óbito mais de 1 milhão de pessoas em todo o mundo. No Brasil, a soma dos atingidos pela doença se aproxima da marca dos 5,5 milhões e os mortos já ultrapassam 158 mil, segundo os dados oficiais².

Além das mortes, o efeito da pandemia sobre o nível da atividade econômica tem sido desastroso. As estimativas reunidas no Relatório Focus, divulgado semanalmente pelo Banco Central do Brasil, apontam uma queda de 4,8% no PIB de 2020³. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD-COVID-19, coletados a partir de entrevistas realizadas mensalmente em cerca de 196 mil domicílios, indicam o crescimento contínuo da taxa de desocupação, que se aproxima dos 15%.

Os reflexos da pandemia apontados pela PNAD-COVID-19 são expressivos: 2,7 milhões de pessoas afastadas do trabalho em razão do distanciamento social; 15,7 milhões não procuraram trabalho pela pandemia ou por falta de trabalho e 19,7 milhões de pessoas ocupadas, mas recebendo menos do que ganhavam antes da pandemia⁴.

Os reflexos da doença e das medidas adotadas para enfrentar o avanço do vírus ampliaram e deixaram à mostra os índices gritantes da exclusão e da desigualdade social nos países periféricos. O agravamento da doença tem recaído sobre os segmentos populacionais mais vulneráveis. A comercialização dos produtos originários da agricultura familiar tem sofrido um revés que pode perdurar e se agravar. Cadeias de compra e venda que estavam sendo construídas, em parte sustentadas em ações políticas e coletivas criadas nas 2 últimas décadas, estão sob forte ameaça de fragilização.

Mas não apenas os níveis da atividade econômica, do emprego e da renda rural pioraram com a pandemia, cujos efeitos, na ausência de medidas efetivas de controle da propagação do vírus e da vacinação em massa da população, estão ainda longe de terminar. Há indicativos de que a qualidade, a quantidade e a regularidade do acesso a alimentos pela população brasileira também se deteriorou. Belik (2020)⁵ analisando os dados e tendências de padrões de dieta, de produção e consumo de alimentos, inclusive por região constatou, dentre outros, que caminhamos para uma “monotomia alimentar”. Um movimento facilitado para concentração da produção regional de itens específicos, em detrimento da ampla variedade e riqueza de proteínas que podem ser ofertados no estímulo aos padrões tradicionais de alimentação locais e regionais.

Este artigo busca lançar luz sobre os novos mecanismos e instrumentos de apoio à

¹ Doutor em Economia pela UNICAMP. Pesquisador da Rede Josué de Castro e do NUPEDOR/NEA-Uniara.

² Fonte: Fundação Seade: <https://www.seade.gov.br/coronavirus/>, consultado em 29/10/20.

³ Banco Central do Brasil. Relatório Focus de 23/10/20, disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus/23102020>, consultado em 29/10/20.

⁴ Fonte: IBGE-PNAD-COVID19, disponível em <https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/>, consultado em 29/10/20.

⁵ BELIK, W. Um retrato do sistema alimentar brasileiro e suas contradições. São Paulo (SP): outubro/2020.

comercialização de alimentos. No atual contexto de pandemia, algumas inovações ganharam impulso que poderá agravar as contradições do sistema alimentar brasileiro apontadas por Belik (2020), contudo, a cooperação entre os movimentos sociais, centros de pesquisa e redes de comercialização também poderão contribuir para que o uso das plataformas digitais levem a construção de novos espaços, novos consumidores e ao resgate de culturas, saberes, sabores e toda a potencialidade que o rural pode trazer na revigoração do caminho das políticas e ações para a soberania e a segurança alimentar e nutricional do país.

1. Breve retrospectiva e contextualização

Os instrumentos clássicos de apoio à comercialização dos produtos da agricultura remontam ao início do século passado, em 1906, a cafeicultura já contava com um programa de sustentação de preços⁶. A Política de Garantia dos Preços Mínimos (PGPM), de 1966, é outro mecanismo que até os anos 90 desempenhou papel importante na redução das incertezas de flutuação dos preços agrícolas e seu impacto na renda dos produtores. Nos meados dos anos 90, com a sucessiva queda dos recursos públicos para os subsídios à PGPM, a Cédula de Produto Rural (CPR) chegou a divulgada como proposta inovadora e alternativa para a canalização de recursos privados para o financiamento da agricultura. Em comum entre esses instrumentos está o contexto de uma política de apoio ao aumento da quantidade de alimentos produzidos no país e à sustentação da renda agrícola em nível suficiente para não colocar em risco a liquidez dos financiamentos agropecuários e o patrimônio do produtor rural em geral.

A partir dos 2000, ganharam destaque instrumentos que visavam não apenas a sustentação da renda agrícola, mas também a promoção da segurança alimentar e nutricional. O Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF) foi ampliado e recebeu o apoio do Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF) em 2006, somando-se ao Programa Garantia-Safra, de 2002, e ao Programa de Aquisição de Alimentos, com suas várias modalidades criadas a partir de 2003⁷.

Na América Latina, a FAO estima que a renda *per capita*, que em 2013 se aproximava dos US\$ 9.000,00, voltará para a casa dos US\$ 8.000,00 de 11 anos atrás. Já a pobreza extrema, que atingia 8% da população em 2014, avançará para 14% em 2020, superando as taxas vigentes no início dos anos 2000. Num cenário em que a queda do PIB dos 18 países da América Latina alcance 5,3% e o desemprego aumente 3,4%, em 2020, cerca de 83,4 milhões de pessoas poderão ser empurradas para a extrema pobreza (em 2018 eram 62,5 milhões)⁸.

Del Grossi (2020)⁹, com base nos dados da PNAD, concluiu que, no mês de junho, metade das famílias rurais brasileiras teve queda na renda. No estado do Ceará, esse percentual foi de 61% e o recuo dos rendimentos foi de 34% em relação à renda recebida antes da pandemia. Entretanto,

⁶V. Oliveira, Jader (2003). A gestão do crédito rural no Brasil sob a globalização financeira - o período 1995-2001. Unicamp. Tese de Doutorado.

⁷Brasil. 2013. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Combate à Fome. PAA - 10 anos de aquisição de alimentos.

⁸*Recuperación con transformación - en rol de la agricultura, los sistemas alimentarios y las zonas rurales*. FAO, 09/2020.

⁹Del Grossi, Mauro (2020). **Agricultura familiar ampliada**. Centro de Gestão e Inovação da Agricultura Familiar -CEGAFI/UNB. 31/07/20.

dentre essas famílias que tiveram a renda reduzida, apenas 53% haviam conseguido, em junho, a ajuda emergencial anunciada pelo governo federal.

É nesse contexto que se colocam as políticas de apoio à comercialização de alimentos da agricultura familiar, o que envolve também os artesanatos e os demais bens culturais, saberes, sabores e serviços que hoje podem ser encontrados no meio rural. Para tanto, com o avanço da internet, as plataformas digitais têm se apresentado como importante canal de divulgação desses produtos e serviços, de relacionamento, vendas e recebimentos. Isso, contudo, não dispensa os canais tradicionais de apoio à comercialização dos produtos da agricultura familiar, a exemplo do PAA.

2. Políticas de apoio à comercialização

Dentre as políticas públicas de apoio à comercialização de produtos da agricultura familiar, destaca-se nos anos atuais, como uma das mais importantes atualmente, de alcance nacional, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e os dele derivados, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), nos percentuais de compra recomendados da agricultura familiar.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)¹⁰ foi criado em julho de 2003, reunindo as principais ações estruturantes da política nacional de segurança alimentar, vislumbrada sob o Programa Fome Zero¹¹. Logo, comparativamente aos instrumentos clássicos de apoio à comercialização, como o EGF e o AGF, o PAA é um instrumento recente. Seus objetivos, desde a criação, podem ser resumidos em dois blocos, fundamentais para o combate à fome: de um lado, estimular a produção de alimentos, inclusive para o autoconsumo das famílias indigentes que vivem no meio rural, a partir da redução do risco da comercialização agropecuária do segmento de agricultores familiares; de outro, facilitar o acesso aos alimentos produzidos por essas famílias, por outras que vivem em situação de insegurança alimentar e nutricional¹².

Assim, separados, esses objetivos leva-nos a concluir que, em se tratando de política agrícola, estimular a produção, apoiar a comercialização e subsidiar o consumo de alimentos nada teriam de inovação. Mas o avanço rumo à construção de uma política nacional de segurança alimentar a favor de famílias excluídas da produção e do consumo de alimentos junta os objetivos do PAA, visando o enfrentamento do problema da fome no país, tal como idealizado no projeto *Fome Zero*, do Instituto Cidadania e, ratificado nas *Diretrizes de Segurança Alimentar*,-- do GT-Plano de Safra do CONSEA em conjunto com o GT Interministerial Plano de Safra da Agricultura Familiar 2003/2004.

O PAA surge em meio à articulação de um conjunto maior de ações diretamente ligadas ao combate à fome, como o subsídio às famílias de baixa renda para a compra de alimentos, as doações de cestas-básicas e a disposição dos órgãos públicos para a compra dos produtos amparados pelo Programa¹³. Todas essas ações estavam sob a responsabilidade do então Gabinete do Ministro

¹⁰ Brasil. Lei nº 10.696/03.

¹¹ Cumpre destacar que em razão do chamamento da Presidência da República para o combate à fome, diversos órgãos do Governo Federal identificaram ou implementaram entre seus programas, ações que, embora não diretamente ligadas à produção de alimentos e ao subsídio à alimentação, deveriam contribuir para os objetivos do Programa Fome Zero. Isso fez com que sob o Programa ancorassem desde o saneamento ambiental urbano, ao fomento de projetos de produção e difusão cultural, dentre outros temas.

¹² O cenário posto para o desenho do PAA, para o período 2003/2006 levava em consideração a meta de 44 milhões de pessoas estabelecidas para o Programa Cartão-Alimentação e crescimento econômico anual próximo a 3,5%, além de outros fatores.

¹³ A essas deve-se acrescentar as seguintes ações: construção de cisternas; instalação de cozinhas comunitárias; construção de bancos de alimentos; construção de restaurantes populares e os projetos de

Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA), ligado à Presidência da República.

O PAA nasce como um pilar fundamental para a construção da política nacional de segurança alimentar e nutricional, ao lado de ações estruturantes e emergenciais para o combate à fome, como os restaurantes populares. Do ponto de vista da produção, o PAA, não obstante as restrições dadas pela conjuntura macroeconômica da época, visava a geração de emprego e renda, principalmente nas pequenas cidades do semi-árido nordestino. O Programa buscava beneficiar parcela significativa de produtores rurais excluídos ou reféns dos arranjos do mercado¹⁴. Já do ponto de vista da facilitação do acesso da população de baixa renda aos alimentos de qualidade, com a regularidade e na quantidade exigidas no desafio do combate à insegurança alimentar e nutricional, o PAA constituiu-se numa ferramenta para simplificar, agilizar e ampliar o alcance das compras de alimentos para doação e abastecimento público, com dispensa de licitação nesse item de despesa dos órgãos públicos.

É da conjugação dessas ações estruturais na área da produção e emergenciais na de consumo, que se abriram as perspectivas de produção e comercialização da safra de agricultores familiares, populações, comunidades e povos tradicionais. As compras institucionais do PAA motivaram a organização, a associação e o cooperativismo dos produtores e, conseqüentemente, o planejamento da produção e da venda de alimentos às Prefeituras, aos Governos Estaduais e à CONAB. Para esses atores, surgiu a possibilidade da ampliação da distribuição de alimentos às famílias carentes, da melhoria da qualidade da alimentação escolar, do abastecimento de restaurantes populares, creches, hospitais, asilos, escolas e outras entidades voltadas para o atendimento das pessoas que precisavam da intervenção do Estado para a garantia do direito humano à alimentação.

A ideia do projeto **Fome Zero** surgiu, portanto, da tentativa de aproximação, pela intervenção do poder público, dos excluídos da produção e da comercialização agropecuária e dos excluídos da mesa.

A partir de 2003, o combate à fome permeou com vigor a maior parte das ações do Governo Federal, como o lançamento do Plano de Safra da Agricultura Familiar, em junho daquele ano. O evento destacou a importância do papel da agricultura familiar para a oferta de alimentos e antecipou as linhas gerais do PAA, como uma das principais inovações no apoio à comercialização da safra. Paralelamente à repactuação das dívidas dos agricultores familiares, o PAA foi apreciado e aprovado pelo Congresso Nacional por meio da Lei nº 10.696, artigo 19, de 02/07/03. Naquela mesma data, o Decreto nº 4772, de 2/07/03 instituiu o grupo responsável pela gestão do Programa, cujos membros foram designados pela Portaria nº 111, de 07/07/03, do então Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA). Vale ressaltar que o lançamento do PAA ratificou o compromisso do Governo Federal com a consolidação de uma política nacional de segurança alimentar, a qual guardaria relação com os demais instrumentos de enfrentamento do problema da fome no país.

Parte dos pressupostos do PAA alcançou o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no mesmo sentido, do fortalecimento da agricultura familiar e do incentivo ao consumo de alimentos saudáveis. Consultando o Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal (SIOP), em 6/8/20, notamos que o PAA - Programa “Aquisição e distribuição de alimentos da agricultura familiar para a promoção da segurança alimentar e nutricional”, a cargo do Ministério da Cidadania, dos R\$ 257,4 milhões autorizados na Lei Orçamentária Anual de 2019 foi reduzido para R\$ 163 milhões em 2020 e que desses, apenas 7% haviam sido efetivamente pagos até aquela

interesse de comunidades específicas (indígenas e quilombolas) comunitárias.

¹⁴ Inclusive do crédito, na medida em que apoiando a comercialização da safra tende a minimizar o risco de mercado da atividade, o que é um fator positivo a ser ponderado no acesso às linhas de crédito, mesmo àquelas que compõem o PRONAF.

data.

Alguns governos estaduais e municipais, num primeiro momento conveniados com o governo federal e depois, quando os recursos se escasseiam, buscam implementar modalidades próprias do PAA e do PNAE, a título de exemplo, citaremos o PAS/NE e o PMAIS.

Por meio de articulações e parcerias firmadas entre o Fórum de Gestores e Gestoras da Agricultura Familiar do Nordeste e o Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste com a participação de representantes dos movimentos sociais e da sociedade civil, foi lançado, em agosto de 2020, o Programa de Alimentos Saudáveis do Nordeste – PAS/NE¹⁵. O PAS/NE está em estreito vínculo com o **Sistema de Informações Regionais da Agricultura Familiar (SIRAF)**.

Na ponta da comercialização, a iniciativa da implementação do Sistema de Informações Regionais da Agricultura Familiar (SIRAF) será fundamental para organizar a oferta da produção, agilizar o processo de aquisições governamentais, promover a alimentação saudável, dentre outros objetivos listados em seus pressupostos.

Tanto o PAS/NE quanto os programas similares de âmbito estadual, regional e municipal podem ser considerados aprimoramentos do PAA, agora com recursos e normas dos governos estaduais e municipais. Poderíamos elencar uma série deles, em outras regiões e municípios do país. Todos, entretanto, convivem com o dilema do teto das contas públicas. Trabalham com recursos residuais e incertos, orçados anualmente, e nem sempre garantidos.

3. Alternativas de financiamento da agricultura familiar

É pela incerteza sobre a disponibilidade de recursos públicos que a agricultura familiar e mesmo a agricultura tradicional estão com frequência se deparando com propostas de mecanismos alternativos de financiamento da produção e da comercialização. Na tentativa de superar a restrição dos recursos públicos, a inovação que cabe a ser destacada aqui é a experiência do FINAPOP - Financiamento Popular¹⁶. O FINAPOP é um movimento de financiamento popular criado para estimular as pessoas a investirem com propósito e as empresas do setor financeiro a oferecer transparência em suas atividades. Pessoas físicas simpatizantes da defesa do meio ambiente e da nossa biodiversidade, conscientes do seu papel para o financiamento de atividades não agressivas ao meio ambiente, poderiam investir num fundo, a determinado rendimento, cujos projetos financiáveis atenderiam expectativas socioambientais.

A proposta está em fase de construção, caso FINAPOP venha a se consolidar, é possível que se constitua numa alternativa aos mecanismos tradicionais de financiamento à produção e à comercialização da agricultura familiar. Poderá contribuir para transpor barreiras importantes que ainda dificultam o acesso a recursos com juros acessíveis pela agricultura familiar.

4. Novos mecanismos de apoio à comercialização

Pelo lado da comercialização, a pandemia do novo coronavírus (COVID-19) levou os espaços físicos de venda dos produtos da agricultura familiar a sofrerem forte restrição de acesso

¹⁵V. <https://www.ceara.gov.br/2020/08/18/forum-expandira-politicas-publicas-para-agricultores-familiares-do-nordeste/>, consultado em 29/10/20.

¹⁶ Para cadastramento e informações, vide: www.finapop.com.br.

por decisões legais e recomendações dos órgãos de vigilância de saúde para o distanciamento social.

Mesmo nos pontos de comércio não atingidos pelas medidas restritivas, como os supermercados, as pessoas em situação de risco, orientadas a cumprir o isolamento social, reduziram a frequência às compras físicas de alimentos in natura.

Atendendo às orientações do isolamento social, muitos consumidores deixaram de ir às compras físicas e passaram a fazer encomendas por telefone, a partir de anúncios publicados nas redes sociais, principalmente no *facebook*, no *instagram* e das ofertas recebidas diretamente por *whatsapp*.

Dentre todas essas inovações, as que mais avançaram foram as plataformas digitais, que passaram a oferecer a opção de compras de alimentos à distância com entrega no domicílio, sob as mais diferentes formas de pagamento. Como apontado por Belik (2020), os alimentos são a principal fonte de lucro dos supermercados e hipermercados, “contribuindo com quase 80% do faturamento das redes em 2018”. São eles que, segundo o autor, concentram 92,9% do faturamento do varejo alimentas, deixando para os açougues, quitandas, mercearias e feiras livres os 7,1% restantes¹⁷.

Ora, se juntarmos esse predomínio dos hipermercados aos serviços de entrega no domicílio oferecido pelas empresas especializadas de *delivery*, podemos estimar que o vínculo entre produtores e consumidores existente no passado, poderá se fragilizar ainda mais num futuro próximo.

Contudo, há uma reação da sociedade civil organizada, dos movimentos sociais, de grupos formais e informais de consumidores que buscam se contrapor a esse modelo de compra centralizado nos grandes atacadistas.

A tabela 1 apresenta a relação de páginas digitais que buscam mapear, divulgar e promover as feiras livres, os locais de compras direta do agricultor familiar, as variedades oferecidas, condições de pagamento, formas de contato para encomendas e outras facilidades que se fazem cada vez mais necessários diante do isolamento social.

Entretanto, muitas páginas carregam para dentro da plataforma a concorrência comercial vigente nos mercados tradicionais. Isso pode levar agricultores de uma mesma localidade competirem entre si, quando a oferta de produtos coincidir e o mercado local for muito restrito.

Outras plataformas oferecem apenas a relação dos locais, dos agricultores e suas associações e cooperativas existentes numa região muito amplo, o que também dificulta a aproximação entre produtores e consumidores. O excesso de opções pode tornar as plataformas confusas, a praticidade exigida na navegação torna-se impossível e a formalização da compra, não funcional e segura.

A tecnologia pode ampliar o alcance das ofertas de alimentos, aproximar vendedores e consumidores, mas também exige investimentos para a qualidade dos acessos e da navegação. Algumas páginas consultadas não são atualizadas, não têm qualquer conteúdo, o que também termina afastando os consumidores.

¹⁷ BELIK, W (2020), op.cit., pag. 27.

Tabela 1: Páginas digitais selecionadas, atores e situação (2020)	
Sítio	Iniciativa
https://dahorta.org ; www.emater.tc.br	Setor Público
https://feira.centrofreihumberto.com.br	Organizações comunitárias
https://www.facebook.com/sedrafm/	Setor Público
https://acaocoletivacomidaverdade.org/sobre/	Sociedade civil organizada
https://mapadaagroecologia.org	Sociedade civil organizada
https://feirasorganicas.org.br/o-que-e/	Sociedade civil organizada
https://portal.ifood.com.br	Privado
https://moedaseeds.com/	Privado
https://www.mercadolivre.com.br/	Privado
https://armazemdocampo.shop/	Movimentos sociais - MST
http://www.depontaaponta.com.br/	Sociedade civil organizada
https://www.rappi.com.br/	Privado
https://fazfeira.com.br/loja/	Privado
https://acasadevidro.com/jardim-agroecologico/	Privado

Fonte: Elaboração do autor.

Há também as páginas de difícil navegação, que oferecem muita informação, documentos, legislação, notícias, vídeos e se tornam cansativas para o usuário. Algumas páginas oferecem dificuldade também para o agricultor familiar, fato agravado pela dificuldade de acesso à internet e a equipamentos de qualidade, quer seja um celular ou um computador.

Os custos de construção e de manutenção dessas plataformas digitais se apresentam como agravantes adicionais. Muitas plataformas pretendem ser financiadas com as mensalidades dos agricultores, cooperativas e do setor públicos. Outras buscam receita junto aos consumidores, o que pode provocar o efeito inverso e afastá-los das lojas virtuais. O repasse de custos cobrados por administradores de cartões de crédito aos produtores é outro aspecto a ser considerado, tendo em vista que há uma variedade de tarifas a serem honradas, as quais muitas vezes os produtores desconhecem.

A construção de uma plataforma digital não é um serviço trivial e requer ajustes constantes. É preciso criar um nome, um logotipo, registrar o domínio e pagar pelos serviços de manutenção, o que nem sempre está ao alcance dos movimentos sociais, agricultores e suas cooperativas. Outro ponto é que quanto maior o número de associados vendedores e mais diversificada a cesta de produtos oferecida, maior será o custo das despesas com atualização de itens, valores e controle das encomendas, entregas e recebimentos. Deve-se acrescentar também os custos com a formalização das cooperativas, dos impostos, das mensalidades dos escritórios de contabilidade e outros que envolvem desde a produção, a classificação, a embalagem e a entrega dos produtos.

Outro aspecto importante é a necessidade de se observar a legislação sanitária e trabalhista para os casos em que são necessárias as despesas decorrentes das entregas no domicílio, as quais envolvem também a manutenção de veículos, em alguns casos, adaptados para o acondicionamento de perecíveis, e demais custos do deslocamento do agricultor ou do entregador de mercadorias terceirizado.

Algumas plataformas se apresentam como de alcance nacional, entretanto, não formalizaram contrato para oferecer serviços de compra e entrega no domicílio em todo os municípios, o que termina frustrando o consumidor. Nota-se que há uma corrida pela criação de páginas que oferecem

de tudo, uma proliferação de aplicativos em que é o consumidor que deve procurar, anotar e contatar os produtores. Mas a compra de fato, não se realiza.

Em síntese, as conexões viabilizadas pela *internet* facilitaram a divulgação de listas de produtores e cooperativas, produtos comercializados e contatos para encomendas. Há várias iniciativas locais e regionais já em fase de implementação e outras estão sendo planejadas.

Contudo, nota-se que essas iniciativas não estão interligadas, a gestão das páginas eletrônicas, pelo custo e dedicação que envolvem não são adequadamente atualizadas, as linguagens utilizadas nas plataformas são antigas e limitadas diante dos sistemas de busca de grande alcance e nem sempre são acessíveis através de celulares. Além disso, nem todos, produtores e consumidores, dispõem e conhecem as ferramentas e os procedimentos digitais para utilizá-los com segurança.

Falta de apoio técnico para manuseio das ferramentas; financeiro, para os dispêndios com criadores de *softwares*, alugueis de plataformas e sistemas de pagamentos; contábil, para a organização da escrituração, recolhimento de impostos devidos e outros; comercial, para a criação de bancos de dados de clientes, divulgação de produtos e jurídico, para a adequação à nova lei geral de proteção de dados, relações trabalhistas na contratação de serviços de entregas e outros exigidos na exploração segura do chamado *e-commerce*.

Em contraponto, as redes varejistas, hipermercados e atacadistas capitalizados para superar entraves nas vendas físicas presenciais, têm investido pesado na construção de plataformas digitais para ampliar as vendas de produtos ultraprocessados, não-orgânicos, com facilidades de pagamento e entregas locais no domicílio. No Brasil, estima-se que 149 milhões de pessoas estão conectadas à *internet*. O aplicativo Ifood já foi baixado por 54 milhões de usuários. As vendas *on line* dos supermercados brasileiros representavam apenas 2,5% do total antes da pandemia, hoje, aproximam-se dos 10%. Nos Estados Unidos, do total das vendas, as realizadas por *e-commerce* representavam apenas 5% das em 2009, depois de 10 anos chegaram a 16% e agora, apenas nos 3 primeiros meses de 2020, saltaram para 34%. Esses dados foram apresentados no 32º Congresso da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes¹⁸.

Conclusão

Este artigo procurou mostrar que as medidas de isolamento social atingiram os espaços de comercialização dos produtos da agricultura familiar. Setores ligados ao turismo e à hospedagem, bem como os bares e restaurantes fecharam as portas, desestabilizando redes de comercialização físicas de alimentos da agricultura familiar construídas ao longo dos últimos anos.

A queda da renda e o desemprego também prejudicaram o deslocamento das pessoas nas viagens pelo território nacional, tanto a passeio como de negócios. Países impuseram restrições aos internacionais e, com isso, as vendas dos produtos da agricultura familiar, diretamente, para turistas, e para lojistas de mercados de produtos regionais, postos de combustíveis rodoviários e aeroportos foram prejudicadas.

Infelizmente, não há sinais de que esse quadro se reverta no curto prazo. A pandemia e seus efeitos, com a recomendação do isolamento social e o alongamento das datas de previsão de vacina em massa tendem a continuar reduzindo os espaços conquistados pelos produtos orgânicos, produzidos sem veneno e artesanais da agricultura familiar, com reflexos no emprego, na renda e no

¹⁸Disponíveis em <http://https://congressoabrase.com.br>, apresentação da JBS no Congresso da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (agosto/2020), com base nos dados do E-marketer, Bank of America, Forester Analytics, ShawSpring Research, US Department of Commerce e do McKinsey Analysis.

aumento da insegurança alimentar no meio rural.

Porém, as restrições de deslocamento podem gerar oportunidades para o comércio e o consumo de produtos locais. Com a redução das viagens aéreas, o turismo local e regional podem ganhar impulso. As normas mais rígidas para o comércio de refeições prontas em ambientes fechados devem estimular o consumo nos restaurantes rurais, bem como o turismo agroecológico, oportunidade para a comercialização de outros produtos disponíveis no meio rural. Iniciativas do poder público, como a sinalização e a criação de rotas de transporte que facilitem o acesso a esses locais, bem como o comércio dos produtos nos ciclos dos deslocamentos (rodovias, ferrovias, ciclovias, hidrovias) poderão contribuir para reverter a tendência de agravamento de queda da renda e do avanço da pobreza no meio rural em decorrência da pandemia.

O atual momento também pode viabilizar ações para reforçar, criar e promover canais públicos e privados de apoio à comercialização dos produtos da agricultura familiar no meio urbano, além dos já conhecidos varejões, sacolões, feiras livres, restaurantes populares, bancos e programas de aquisições de alimentos.

Há espaço para se avançar na formalização das associações de produtores, no planejamento da produção, armazenamento e na comercialização oportuna dos produtos da agricultura familiar. O contexto, se bem aproveitadas as oportunidades, poderá contribuir para alavancar o consumo dos alimentos da agricultura familiar, em especial da produção agroecológica e orgânica, reforçando os apelos da sua importância para a preservação da nossa biodiversidade, do meio ambiente, da fauna e flora regionais, bandeiras que ganham adeptos no meio urbano, em comunidades de consumo sustentável.

O desafio está se fazer convergir a potencialidade da agricultura familiar na oferta de bens e serviços com a demanda dos consumidores por alimentos saudáveis e qualidade de vida ao nível local. Nisso, as plataformas digitais poderão ser fortes aliadas, se construídas com base numa forma de navegação mais amigável a produtores e consumidores, sustentáveis e com resultados efetivos no apoio à produção e à comercialização de produtos, artesanatos, bens culturais e da natureza da agricultura familiar.

Referências bibliográficas

- BELIK, W. **Um retrato do sistema alimentar brasileiro e suas contradições**. São Paulo (SP): outubro/2020.
- BRASIL. Banco Central do Brasil. **Relatório Focus** de 23/10/20, disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus/23102020>, consultado em 29/10/20.
- BRASIL. Governo do Estado do Ceará. <https://www.ceara.gov.br/2020/08/18/forum-expandira-politicas-publicas-para-agricultores-familiares-do-nordeste/>, consultado em 29/10/20.
- BRASIL. IBGE-PNAD-COVID19, disponível em <https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/>, consultado em 29/10/20.
- BRASIL. Lei nº 10.696/03.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Combate à Fome. **PAA - 10 anos de aquisição de alimentos**. Brasília, DF: 2013
- DEL GROSSI, Mauro (2020). **Agricultura familiar ampliada**. Centro de Gestão e Inovação da Agricultura Familiar -CEGAFI/UNB. 31/07/20.
- FAO. **Recuperación con transformación - en rol de la agricultura, los sistemas alimentarios y las zonas rurales**. Chile: FAO, 09/2020.
- FUNDAÇÃO SEADE: <https://www.seade.gov.br/coronavirus/>, consultado em 29/10/20.
- JBS. Apresentação da JBS no **Congresso da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes**. Disponível em <http://https://congressoabrase.com.br>, (agosto/2020).
- OLIVEIRA, Jader (2003). **A gestão do crédito rural no Brasil sob a globalização financeira - o período 1995-2001**. Unicamp. Tese de Doutorado.

SEGURANÇA ALIMENTAR EM ASSENTAMENTOS RURAIS: O CASO DO ASSENTAMENTO UBÁ, SANTA QUITÉRIA-CEARÁ

JANAIÁRA MARIA DE PAIVA FERREIRA¹

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo analisar a reforma agrária enquanto política capaz de contribuir na promoção de segurança alimentar das famílias assentadas do assentamento Ubá, Santa Quitéria- Ceará. Os assentamentos rurais representam um novo espaço, o qual os assentados produzem para sua subsistência, sendo estes uma das formas de se fazer reforma agrária. Os procedimentos metodológicos empregados foram revisão bibliográfica, pesquisa participante e entrevistas com as famílias assentadas. Percebe-se, que, a segurança alimentar tem uma relação direta ao acesso a terra. Embora exista precariedades no assentamento, a vida dos assentados está melhor, uma vez que, tem acesso a terra de trabalho e, nela podem produzir sua alimentação, além disso, melhorias em termos ao acesso a educação dos filhos, moradia e saúde.

Palavras- chave: Assentamento rural, Reforma agrária, Segurança alimentar.

Introdução

A discussão aqui apresentada tem como objetivo analisar a reforma agrária enquanto política capaz de contribuir na promoção de segurança alimentar das famílias assentadas. Assim sendo, os assentamentos rurais fazem parte de uma política de redistribuição da propriedade fundiária em benefício dos trabalhadores sem-terra, com isso os assentamentos representam uma das formas de se fazer reforma agrária, pois contribui para alterar a estrutura fundiária concentradora.

Conquanto, a grande concentração de terras existente no campo brasileiro constitui um dos graves problemas vivenciados pelos trabalhadores que, organizados em movimentos sociais, têm resistido à expulsão do campo, ocupando e acampando os latifúndios improdutivos, o qual tem resultado na conquista dos assentamentos rurais. A história do assentamento Ubá, em Santa Quitéria-Ceará remete a história da luta camponesa pelo acesso à terra de trabalho.

Compreende-se que a luta por terra é constante e se mantém cotidianamente como forma de garantir aos camponeses a sua permanência na terra conquistada. Dessa maneira, os procedimentos metodológicos utilizados consistiram em pesquisa bibliográfica de autores como Bergamasco e Noder (1997), Alencar (2000), Oliveira (1984), Nascimento (1986) e Martins (1990) e participante para apreender a trajetória de luta dos camponeses pela terra. Ainda, programou-se a participação em reuniões da associação e entrevistas com as famílias assentadas.

O artigo encontra-se dividido em dois eixos. No primeiro eixo é feita uma análise da trajetória histórica dos camponeses desde sua chegada a área até a imissão de posse da terra. E, no segundo apresenta-se as melhorias na qualidade de vida das famílias beneficiárias do assentamento Ubá, Santa Quitéria- Ceará.

De latifúndio a assentamento rural de reforma agrária: o caso do assentamento Ubá, Santa Quitéria- Ceará

¹ Graduada em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú/UVA. janageo2013@gmail.com

O processo de ocupação da Fazenda Ubá teve início a partir de 1960 com as famílias do Sr. Francisco Joaquim da Silva, Manoel de Sousa Rodrigues e José Macário, sendo este último o gerente da Fazenda Ubá e, assim era quem permitia a entrada dos camponeses e, estabelecia-lhes as condições para permanecerem na terra.

A terra da Fazenda Ubá pertencia a Diocese de Sobral. Conquanto, com o consentimento do Sr. José Macário, os camponeses tinham a permissão de morar e trabalhar na terra, ficando determinado o pagamento correspondente a 1/5 de toda a produção, ou seja, milho, feijão, arroz e algodão, conforme afirmam os depoimentos.

“Os primeiros moradores daqui foram o seu Joaquim da Silva, o Manel Sousa e o próprio Zé Macário. Eu cheguei aqui só no ano de 1970. Assim, já tinham umas 10 famílias morando aqui desde 60 e, todos que chegassem aqui tinham que pedir permissão ao seu Zé Macário que logo nos dizia as regras para ficar. Naquele tempo tudo era difícil, mais a gente tinha que aguentar e pagar a renda pela terra, que era um quinto da nossa produção”. (Assentado, entrevistado em 25 de outubro de 2020).

“A gente chegou aqui no dia 18 de janeiro de 1972, aí fomos pedir morada ao Sr. José Macário que permitiu que a gente ficasse. Então no mesmo ano construímos uma casa de taipa. O patrão não ajudava em nada, tudo era feito com nossas próprias posses”. (Assentado, entrevistado em 25 de outubro de 2020).

Assim sendo, para ter acesso à moradia e poder produzir, o camponês dependia da relação com um proprietário a quem ficava subordinado ao pagamento de uma renda em produto pelo uso da terra. A partir da concessão da gleba, o morador podia começar a fazer a agricultura, sendo este quem arcava com todo o gasto do processo produtivo, ou seja, a broca, a destoca, a queima, a construção das cercas, a aquisição de sementes e a colheita. O morador ainda era obrigado a deixar os restos da cultura do roçado como forragem para o proprietário, que a usava para alimentar o gado nos períodos mais secos ou arrendava para proprietários vizinhos.

“Como a gente não criava gado, pois era uma exigência do patrão, a nossa forragem ficava toda para ele, aí ele colocava todo o gado dele no nosso roçado depois do inverno. Quando o inverno era bom, ficava muita rama para o gado comer, aí ele arrendava para outras pessoas que traziam o gado de Groáiras. Eu achava aquilo muito injusto, pois era nós que plantava tudo e, no final deixava muita coisa pra ele”. (Assentado, entrevistado em 25 de outubro de 2020).

Desta maneira, ao deixar os restos da cultura do roçado como pastagem para o gado do patrão, o morador era subordinado a outra forma de sujeição: a de renda paga em trabalho, haja vista que, o proprietário fica com o alimento para o gado, sem necessitar gastar dinheiro com a mão de obra do camponês que produzia todo o pasto. Cabe ressaltar que, o pasto era formado pela soma de todas as roças das famílias que moravam na terra do proprietário.

Conforme Oliveira (2000, p. 19), esta relação “revelou que o próprio capital pode lançar mão de relações de trabalho e de produção não- capitalistas (parceria familiar) para produzir o capital”. Sendo assim, “o capital sujeita a renda da terra produzida pelos camponeses à sua lógica, realizando a metamorfose da renda da terra em capital. Portanto, a produção do capital nunca é gerada por relações especificamente capitalistas de produção” (OLIVEIRA, 2001, p. 479).

Diante do exposto, o patrão não só deixa de pagar mão de obra para produzir o pasto, como ainda faz com que os moradores se reproduzam enquanto força de trabalho.

A subordinação do camponês em relação ao proprietário acontecia, também, na comercialização do algodão, uma vez que, a venda do produto deveria ser feita exclusivamente com o patrão, assim ele garantia a compra do algodão sempre por um preço mais baixo do que estava no mercado, e o pagamento era feito posteriormente. Em situação em que o trabalhador buscasse vender o algodão a outra pessoa, sem a permissão do proprietário, este ao tomar conhecimento usava do seu poder para impedir a venda do algodão, conforme mostra o depoimento do assentado:

“Todos nós que morávamos na terra do patrão, éramos obrigados a vender o algodão a ele e, pelo preço que ele estabelecia. Às vezes tinha gente que tentava vender escondido para outra pessoa que pagasse melhor, mas o patrão acabava descobrindo e não deixava que a venda acontecesse”. (Assentado, entrevistado em 25 de outubro de 2020).

Na perspectiva de Nascimento (1986, p. 124), a proibição consistia em uma das formas de controle encontradas pelo proprietário sobre o camponês:

Controlar no sentido de impedir que este viesse a ter condições de sair do jugo a que estava submetido, vender para outra pessoa de fora da fazenda significa receber em dinheiro vivo e frequentemente conseguir preços mais altos que os pagos na fazenda.

Para Sá Júnior (1976, p. 124), “o comércio do algodão é altamente monopolizado, havendo, em cada município, cerca de dois ou três compradores, que geralmente estabelecem acordo entre si, visando evitar uma concorrência que os prejudicasse”. Assim sendo, o patrão criava uma teia de relação, o qual deixava a produção do morador sempre atrelada a ele, visto que, quando, os camponeses comercializam seus produtos, estão vendendo não apenas o valor do seu produto, mas também o valor do seu trabalho que está contido no produto.

Conquanto, o proprietário ainda assumia o compromisso de fornecer gêneros alimentícios no período de entressafra. Para Nascimento (1986, p. 102), esta relação é outra forma de espoliação: “na qual o parceiro, via de regra, corre ao patrão para conseguir empréstimos de dinheiro, que será utilizado tanto na compra de insumos básicos quanto de alimentos que possibilitaram a reprodução de sua força de trabalho, bem como a de sua família”.

Este fato provoca um crescente endividamento que, geralmente agrava-se nos períodos de seca. E conforme analisou Nascimento (1986, p. 103)

A dívida uma vez contraída com o proprietário da terra, faz com que o camponês se subordinasse de forma direta ao proprietário pois é no momento da comercialização da produção que o proprietário procede ao que denominamos de sobre- produção.

De acordo com Oliveira (1984, p. 49)

Estes empréstimos eram feitos para financiar as entressafras, período entre uma safra e outra colheita. O proprietário financiava em espécie algumas mercadorias que o trabalhador não produzia e, descontava na colheita, cobrando preços exorbitantes, esse financiamento em espécie: no fim, restará o meeiro tão somente sua própria força de trabalho e a de sua família, com a qual recomeçará o círculo infernal de sua submissão.

Outra forma de subordinação imposta ao morador era a concessão de alguns dias de trabalho na propriedade do patrão. Isto significa que quando fosse necessário o morador deveria trabalhar alguns dias por semana para o dono da terra, recebendo uma diária geralmente com um preço inferior ao da região. Veja o depoimento do assentado:

“Nós que morava na terra do patrão, tinha que aguentar de tudo né. Além da gente pagar a renda pela terra, ainda tinha a obrigação de trabalhar dois dias na fazenda. E a gente só podia trabalhar para ele com o preço que ele determinava e, sempre era muito baixo”. (Assentado, entrevistado em 25 de outubro de 2020).

Deste modo, a situação dos camponeses é claramente marcada pela subordinação ao proprietário, que deles extraem diferentes tipos de renda. Isto acontece porque esses camponeses, não tendo a propriedade da terra, também não tinha onde morar e trabalhar, implicando com que tivessem que pagar uma renda ao dono da terra.

Neste sentido, a dependência dos camponeses ia desde a moradia ao fornecimento de alimentos ou adiantamento e, portanto, ao endividamento. Com isso, esta situação reforçava o poder dos proprietários sob os moradores, uma vez que, mantinha estes sobre sujeição e endividamento.

Desta forma, as relações sociais estabelecidas no campo entre proprietário da terra e camponês é construída a partir da relação de dominação mascarada na troca de favores, em que o primeiro cede a terra para a moradia e trabalho, faz adiantamentos, fornecimento de mercadorias fiado, ficando ao morador respeito, gratidão e fidelidade. “Nesta relação a diversas implicações e, uma delas é que o camponês passa a fazer parte da família do proprietário, o que lhe confere deveres e não direitos” (BARREIRA, 1992, p. 23).

Assim sendo, aos proprietários interessavam o fortalecimento dessas relações, pois a troca de favores era umas das formas encontradas pelo patrão de exercer controle e disciplina junto aos camponeses. Portanto, essa “troca de favores” constituía o alicerce da estrutura do sistema de dominação e, impedia os moradores de enxergar a exploração a qual estava submetido, de modo que, estes ainda tinham o patrão como um benfeitor.

Conforme Leal (1997, p. 44)

Completamente analfabeto, ou quase, sem assistência médica, não lendo jornais, nem revistas, nas quase se limitava a ver as figuras, o trabalhador rural, a não ser em casos esporádicos, tem o patrão na conta de benfeitor. É dele, na verdade, que recebe os únicos favores que sua obscura existência conhece.

O autor acrescentou ainda que:

É o fazendeiro, o “coronel”, quem assiste o jeca nas suas dificuldades de vida, é quem lhe dá um trecho da terra para cultivar, é quem lhe fornece remédios, é quem protege das arbitrariedades dos governos, é o seu intermediário junto às autoridades. Criou-se dessa forma, desde a colônia, um poder que a lei desconhece, mas que é um poder de fato e incontestável, imposto pelas contingências do meio. (p. 294).

É no contexto dessas relações que se origina a luta pelas terras da Fazenda Ubá, à época propriedade da Diocese de Sobral. Sendo que, dentre os fatores que gerou o descontentamento dos camponeses está a mudança de gerente e a ausência de prestação de conta, por parte do novo gerente, com a Igreja.

Vale ressaltar que, simultaneamente a troca do gerente ocorreu a chegada de 04 famílias vindas da Fazenda Jardim que tinha como proprietário o Sr. Antônio Machado. Estas famílias, ao tomarem conhecimento do Estatuto da Terra que previa a cobrança de 10% pela renda da terra e, não a meia como fazia o proprietário se mobilizaram e organizados decidiram enfrentar diretamente o patrão.

Desse modo, estes camponeses começaram a questionar a renda justa ao patrão e, este por sua vez contratou jagunços que passaram a ameaçar os moradores para que continuassem pagando os 50%. Ao se recusarem tiveram as cercas dos roçados arrancadas e as plantações destruídas pelos animais da fazenda e, as casas derrubadas por tratores. Esse momento da expulsão foi relatado no depoimento do camponês:

“Quando a gente tomou conhecimento desse documento então, nós vimos que o que o patrão fazia era errado né? Pois cobrava de nós a meia e não os 10% como constava na lei. Dessa maneira, nós todos se juntou e foi ter com o patrão, ele se recusou a continuar nos ouvindo. E logo em seguida contratou os jagunços para nos ameaçar e provocar ainda mais nosso sofrimento, porque eles derrubaram as cercas das terras que a gente morava, colocou o gado dele nos nossos roçados destruindo nossas plantas e, para piorar derrubaram nossas casas. Aquela cena a gente nunca esquece. Era mulher e menino chorando e a gente não podia fazer nada, pois os homens estavam tudo armado. Aí a gente veio para uma fazenda vizinha”. (Assentado, entrevistado em 25 de outubro de 2020).

Nesta perspectiva, a descoberta do Estatuto foi o elemento essencial na luta pelos direitos dos camponeses, pois justificava a luta assentada em bases legais: “antes do Estatuto, a gente aceitava tudo calado e nem pensava em questionar o patrão, embora fosse ruim aquela situação a gente acreditava nele, a gente tava sendo enganado né” (Assentado, entrevistado em 25 de outubro de 2020). Assim sendo, ao serem expulsos os camponeses destinaram-se para a Fazenda Ubá e, ao chegarem começaram a questionar os moradores acerca do pagamento de 50% da produção.

Desse modo, a descoberta do Estatuto tornou-se uma das condições que desencadeou a luta, pois ao terem tomado conhecimento do Estatuto da Terra os moradores criaram coragem para enfrentarem o patrão, de modo que, quando o gerente veio receber a renda, um grupo de 12 famílias de moradores disse que não pagaria os 50%, pois estavam decididos a pagar 10% como rezava os termos da lei.

“Então, quando os novos moradores chegaram da Fazenda Jardim, disse pra nós sobre esse 10%. Ou seja, falou pra nós que a renda de 50% era errada, afinal o patrão dava a terra nua pra gente, não ajudava em nada. Então, a gente viu que precisava mudar aquilo e, aí quando ele (o gerente), veio receber um grupo de gente já tinha combinado de não pagar ele, só os 10%”. (Assentado, entrevistado em 25 de outubro de 2020).

Para tanto, o gerente inconformado com a ação de protesto dos moradores recorreu-se a receber a renda de 10% e, para intimidá-los falou que comunicaria a Igreja sobre a atitude dos camponeses e, que daria lhes ordens de despejo por falta de pagamento. Essa situação fez com que nem todos os camponeses entrasse na luta, uma vez que, na Fazenda existiam 63 famílias e, somente 12 passaram a resistir.

“A nossa intenção era que todos participassem para tomar a luta mais forte. Aí eu juntei o pessoal para uma conversa, para falar sobre o Estatuto né, saber se eles conheciam e eles não conheciam. Aí foi quando eu expliquei o motivo do patrão ter expulsado a gente da terra. Disse a eles que aquela era renda tava errada que, conforme a lei era para ser 10%. Eles se sentiram enganados e, foi aí que eles decidiram lutar com a gente pela terra, mas teve gente que não quis entrar na luta por motivo de medo do patrão”. (Assentado, entrevistado em 25 de outubro de 2020).

Uma série de condições pode ter concorrido para que alguns camponeses não entrassem na luta. Sendo, uma delas o medo da reação do patrão que como represália podia expulsá-los da terra. Entretanto, os camponeses perceberam que a exploração a qual

estavam submetidos consistia no fato de trabalharem em terra alheia, de modo que, a luta não era pela renda justa, mas pelo fim do sistema de subordinação, conforme mostra o depoimento:

“Apesar de muitos dos moradores não ter ficado na luta com gente, a gente não desanimou. Até porque eu não culpo eles, pois todo mundo aqui tinha medo do patrão, mas quando a gente decidiu que não ia mais pagar a meia, não dava mais para voltar atrás. A única saída era lutar mesmo por nossos direitos, nós sabia que se a gente quisesse se libertar era preciso enfrentar nossos medos, a gente ia ter de aguentar e agir. A gente disse ninguém vai tirar nós daqui, somos poucos, mas vamos lutar pelo que é certo. E deu certo, pois até hoje estamos aqui né”. (Assentado, entrevistado em 25 de outubro de 2020).

Neste sentido, ao tomarem consciência de que a causa da exploração a qual estavam submetidos estava relacionada com a questão da posse da terra, os camponeses se mobilizaram e reivindicaram junto a Diocese de Sobral a desapropriação da terra. Este momento é bastante enfatizado no depoimento a seguir:

“Quando a gente se juntou e foi falar com o Bispo lá em Sobral, nós já não tava mais aguentando aquela humilhação, de trabalhar feito louco, o patrão não ajudava em nada e no final ficava sempre com uma parte do que a gente produzia. Aquilo era muito injusto com a gente. Então, quando decidimos ir até lá, era porque nós tava movido por um sentimento de querer se libertar de tudo aquilo sabe? A gente queria ser livre pra produzir o que a gente quisesse, de criar o que a gente quisesse e não mais, aceitar ordem de ninguém”. (Assentado, entrevistado em 25 de outubro de 2020).

Entende-se, pois, que a luta pela terra é uma forma de expor a situação de expropriação camponesa e, que o período de enfrentamento direto contra o proprietário representa o momento de esperança de terem acesso à terra e poderem trabalhar na terra, sem serem controlados pelo patrão.

Deste modo, participaram do movimento apenas 12 famílias que, organizados foram até a Diocese de Sobral para negociar. Nesta ocasião o Bispo Dom Walfrido Teixeira Vieira propôs a diminuição da renda cobrada que, ao invés de 1/5 passasse a 10%. Conquanto, a proposta do Bispo mostrou que a preocupação da Igreja Católica era desmobilizar a organização dos camponeses, impedindo manifestações futuras, mantendo assim o controle sobre os camponeses e, ao mesmo tempo, a estrutura dominante.

No entanto, os moradores recursam as novas regras e unidos partem para o enfrentamento direto contra o latifundiário. Nesse processo os camponeses tiveram como agentes mediadores alguns membros da Igreja Católica e, principalmente o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Groaíras. Mediante ao confronto com estratégias, os camponeses deixaram de pagar a renda da terra e, não aceitaram mais o patrão colocar o gado em seus roçados além de arrancarem algumas cercas e queimarem madeiras.

Com o intuito de desmobilizar a organização dos camponeses, a ação passou a ser noticiada pela rádio educadora de Sobral. Na qual, a rádio buscando criar uma imagem negativa e violenta dos camponeses envolvidos na luta fazia a transmissão diária, relatando o movimento como um ato de desordem no campo. Sobre esta questão os depoimentos dos assentados são bastante enfáticos:

“A rádio passava os nossos nomes de uma e uma hora, dizendo que a gente tava causando baderna no campo porque nós tínhamos parado de pagar a renda da terra. Mas, a gente só tava lutando para ter uma vida melhor porque nós éramos muito submissos ao patrão” (Assentada, entrevistada em 25 de outubro de 2020).

Conquanto, o confronto entre os camponeses e o proprietário da terra estendeu-se de 1986 a 1988, isto é, foram dois anos de conflito. Assim sendo, em 29 de julho de 1988 a Igreja finalmente aceita as reivindicações dos camponeses. De modo que, inicia-se a partir de então o processo de construção do assentamento Ubá, na qual o Estado por meio do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), faz a emissão de posse da terra aos camponeses, entregando a estes 1.950 hectares, e alguns investimentos fundiários.

Melhorias na qualidade de vida das famílias do assentamento Ubá, Santa Quitéria-Ceará

A partir da conquista da terra e posteriormente a imissão de posse começa uma nova etapa da luta dos camponeses: a de permanência na terra de trabalho. Isto significa um novo desafio para os antigos moradores de condição, agora assentados a de (re) reconstruir um território capaz de atender as necessidades dos moradores preservando valores de igualdade, justiça social e, principalmente livre de relações de autoritarismo.

Desse modo, o assentamento rural representa uma das formas de se fazer reforma agrária, uma vez que,

De maneira genérica, os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra e com pouca terra (BERGAMASCO & NODER, 1997, p. 7).

Neste sentido, o termo assentamento refere-se a um determinado espaço, no qual a população beneficiária será instalada. Trata-se, portanto, da transformação de um latifúndio em um novo território, o qual adota uma lógica de organização diferente daquela imposta pelo latifundiário. Assim, nesse novo território, cujo objetivo constitui-se a exploração agrícola, requer a disponibilidade de condições adequadas para a permanência e sobrevivência das famílias no campo.

Do ponto de vista econômico, o acesso à terra é um instrumento de fortalecimento da agricultura familiar, setor dinâmico que emprega a maior parte da mão de obra no meio rural e produz 70% da alimentação que o brasileiro consome no dia a dia. Do ponto de vista político, é fundamental para a modernização do ordenamento territorial do país e o avanço da regularização fundiária, que garantem a soberania nacional e segurança jurídica para a produção. Também porque a reforma agrária ajuda a diminuir a histórica concentração da propriedade da terra que ainda vigora no Brasil. Do ponto de vista social, é uma política de combate à pobreza e de ampliação de direitos, como acesso a moradia, alimentação, educação e renda. Finalmente, sob o aspecto ambiental, as políticas de reforma agrária e ordenamento fundiário abrem caminho para uma produção agrícola diversificada e livre de agrotóxicos e capaz de ajudar a preservar as riquezas naturais do país (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2010, p. 1).

Neste contexto, a reforma agrária constitui uma política que modifica o modelo hegemônico de sociedade, a qual possibilita, portanto, alterar a realidade da vida das famílias agora assentadas. Assim, evidenciou-se, uma melhoria na qualidade de vida dos assentados quando comparado a situação em que viviam no tempo de latifúndio, isto é, com a conquista da terra, houve melhorias no que diz respeito a alimentação, moradia, educação dos filhos e saúde.

É marcante a percepção das famílias assentadas acerca das melhorias nas condições de vida após a conquista da terra. Desse modo, 95% dos assentados afirmaram que a situação alimentar e nutricional melhorou, seja pela produção do autoconsumo, seja pela venda do excedente e, para 5% nada mudou. Conquanto, percebe-se, que a produção voltada para o autoconsumo realizada nos assentamentos favorece a minimização da situação de insegurança alimentar.

A criação de pequenos animais e o cultivo de pomares e hortas caseiras, além da produção de arroz, feijão, milho, mandioca e leite no meio rural, podem contribuir para diminuir ou minimizar a insegurança alimentar [...] (DOMBEK, 2006, p. 37).

Quando questionados se aconteceu de ficarem sem fazer alguma refeição, seja pela falta de dinheiro, seja pela falta de comida em casa quando viviam subordinados ao patrão, 80 % dos assentados disseram que sim, contra 20% que afirmaram não ter passado fome. E quando questionados se atualmente no assentamento Ubá ainda existe famílias vivendo em situação de insegurança alimentar 100% dos entrevistados responderam que não, pois hoje todos tem acesso a terra para produzir o que desejar, conforme mostra o depoimento a seguir:

“Hoje aqui no assentamento ninguém passa fome, porque todo mundo aqui trabalha. Nós todos somos agricultores, então temos os roçados, as mulheres produzem nos quintais de casa e criamos alguns animais para o nosso consumo. Então, eu não vejo ninguém aqui passando necessidade” (Assentado entrevistado em 25 de outubro de 2020).

Desse modo, identifica-se que, a segurança alimentar das famílias era mais difícil do que nos dias atuais, bem como, a existência de uma correlação direta entre o acesso à terra e a melhoria na alimentação das famílias. Isto significa que, a política de reforma agrária favorece no tocante a segurança alimentar, pois tendo acesso à terra de trabalho, o camponês resgata o direito de produzir sua própria alimentação e de sua família. No que diz respeito, melhorias nas moradias e, acesso a educação 100% dos assentados responderam que melhorou. Cabe enfatizar que, antes de tornar-se assentamento, no latifúndio inexistia escola e oferta de ensino, assim o acesso a escolarização dos filhos dos assentados constitui-se fruto da luta dos trabalhadores rurais e, em relação à moradia, todas as casas eram construídas de barro, sendo que, após a conquista da terra os assentados reivindicaram por reformas nas residências, conseguindo que todas fossem reformadas e, passando a ser de alvenaria.

Considerações

Percebe-se, pois, que os trabalhadores modificaram a sua realidade de expropriados da terra a partir de sua persistência e enfrentamento ao proprietário. Apreendeu-se, também que apesar da existência de precariedade no assentamento, as famílias assentadas afirmam que suas vidas melhoraram depois que se tornou assentamento, visto que, possuem sua moradia, os filhos tem a oportunidade de estudar, e, podem produzir para o seu próprio sustento, o que garante a segurança alimentar.

Ademais, com a conquista da terra as famílias assentadas possuem o sentimento de pertença ao assentamento, elevando-os à condição de proprietários de terra de moradia e vida, o que torna possível a reprodução da unidade familiar. Desse modo, a reforma agrária vem reafirmando enquanto política de inclusão social.

Referências

BARREIRA, Cesar. **Trilhas e atalhos no poder**: conflitos sociais no sertão. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1992.

BERGAMASCO SMPP, NORDER LAC. O que são assentamentos rurais? São Paulo: Brasiliense; 1997.

DOMBEK, L. A. Autoconsumo e Segurança Alimentar em assentamentos rurais do Pontal do Parapanema (dissertação). Campinas: Universidade Estadual de Campinas; 2006, 94 p.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Pesquisa confirma que reforma agrária é um instrumento de combate à pobreza. Publicação Especial do INCRA, ano 1, n° 2. dezembro, 2010. P. 2.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

NASCIMENTO, Edna dos Anjos. **Terra Liberta?** (a luta pela desapropriação da fazenda Monte Castelo Quixadá-Ceará). Dissertação (Mestrado de Sociologia). Fortaleza: UFC, 1986.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **“Renda da terra”**. In: Orientação, n. 5, p. 94-95. IGEOG/USP, São Paulo, 1984.

_____. **A Longa Marcha do campesinato brasileiro**: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. In: Estudos Avançados. Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Avançados. Vol. 15, n 43 (2001) São Paulo: IEA, 2001.

SÁ JR, Francisco. **O desenvolvimento da agricultura nordestina e a função das atividades de subsistência**. Estudos Cebrap III. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense/Edições Cebrap, 1976.

TRAJETÓRIAS DE EX-AGRICULTORES FAMILIARES E TRABALHADORES RURAIS QUE MIGRARAM PARA A CIDADE DE SANTA FÉ DO SUL (SP): CONDIÇÕES DE VIDA NO CAMPO, MOTIVOS E GRAU DE ADAPTAÇÃO AO MEIO URBANO.

Jaqueline CardosoTofanelli¹

Isabela Oliveira Santos²

Antônio Lazaro Sant'Ana³

A migração rural-urbana é um fenômeno de longa data que vem ocorrendo no Brasil. Na região do Extremo Noroeste Paulista, a modernização e expansão da agricultura contribuiu com a intensificação deste processo. Buscou-se a partir dessa pesquisa caracterizar a trajetória de migrantes de procedência rural para a área urbana do município de Santa Fé do Sul, visando analisar as características desses agricultores, atividades produtivas realizadas, período da migração e os motivos que ocasionaram o êxodo rural, assim como a percepção dos mesmos sobre condições de vida na cidade. Para isso, foram realizadas 20 entrevistas com a aplicação de questionários. Verificou-se que o processo migratório foi, predominantemente masculino, de indivíduos de baixa escolaridade e que o fluxo foi maior no período de 1991-2000. A maioria dos indivíduos afirmou ter mudado para a cidade devido às condições precárias de vida e trabalho no meio rural. Pouco mais da metade dos entrevistados apresentou algum estranhamento e certa dificuldade de adaptação ao meio urbano.

Palavras-Chave: Migração rural-urbana, condições de vida no campo, trajetórias, percepções dos sujeitos sociais.

¹ Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Graduanda em Engenharia Agrônômica, Av. Brasil Sul, 56-Centro, Ilha Solteira - SP, 15385-000, jaquelinetofanelli@gmail.com.

² Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Graduanda em Engenharia Agrônômica, Av. Brasil Sul, 56-Centro, Ilha Solteira - SP, 15385-000, io.santos@unesp.br

³ Livre-Docente em Sociologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Professor do Departamento de Fitotecnia, Tecnologia de Alimentos e Sócio-Economia, Av. Brasil Sul, 56 - Centro, Ilha Solteira - SP, 15385-000, lazaro.sant@unesp.br.

Introdução

A migração rural-urbana é um fenômeno de longa data, que vem ocorrendo de forma acentuada no noroeste paulista. Entretanto, suas características vêm se tornando mais complexas (incluindo-se, por exemplo, a vinda de migrantes de outras regiões do país) com a expansão da produção de *commodities*, como a cana de açúcar, em parte dos municípios da região (DEMÉTRIO, 2016).

Rosas (2014) considera que o extremo noroeste paulista, onde está inserido o município de Santa Fé do Sul, é uma região que necessita de ações que promovam seu desenvolvimento territorial rural, visto que a mesma é historicamente pautada pela falta de apoio por parte do poder público aos agricultores, no sentido de conscientização, aprimoramento da formação, condições de produção e, em alguns casos, da necessidade da utilização de novas técnicas.

Apesar das variações existentes entre os países sobre as delimitações do espaço rural e urbano, verifica-se um fenômeno global representado pelo crescimento da população urbana em relação à rural: enquanto 53% viviam nas cidades em 2010, as estimativas para 2050 são de 75% da população vivendo em áreas urbanas (GAUTHIER; LUGINBÜHL, 2012).

No período de 1980–1991, cerca de 10,4 milhões de pessoas no Brasil deixaram o meio rural para se alojarem nas cidades, o que correspondeu a 26,9% da população-base do período. Os principais responsáveis pelo êxodo rural são as melhores condições de emprego e de infraestrutura social nas cidades e a falta de investimentos em educação, saúde e habitação no meio rural (ALVES; REZENDE; CONTINI, 2006).

Entre 2000 e 2010, de acordo com dados do IBGE, citados por Demétrio (2016), a Região de Governo de Jales e o município de Santa Fé do Sul tiveram um decréscimo de 27,7% e 28,1%, respectivamente, de sua população rural. Santa Fé do Sul atingiu o percentual de 96,06% de urbanização, índice esse maior do que todos os demais municípios desta Região de Governo e ligeiramente maior que a média do estado de São Paulo. Cabe ressaltar que, nesse período, todos os 22 municípios que compõem a Microrregião de Jales tiveram redução da população rural (entre 2,10% e 8,10%), embora

o crescimento da população urbana não tenha ocorrido na mesma proporção, indicando fluxo negativo da população em relação à Região.

A redução da importância da população rural deve-se, fundamentalmente, aos movimentos migratórios, sendo cada vez maior entre os jovens que deixam o meio rural, preponderantemente as mulheres, levando assim ao envelhecimento e à masculinização da população que continua no campo (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1998).

O desenvolvimento das relações capitalistas na agricultura levou diversos autores a relatarem a tendência do desaparecimento da pequena propriedade rural, sendo que as políticas de financiamento e o sistema de integração da unidade familiar na agroindústria acentuaram as dificuldades de manutenção da propriedade, sobretudo devido ao endividamento do produtor e da sua maior dependência das exigências do capital (CANCELIER; CAMPOS, 2007).

Nota-se que o campo brasileiro sofreu profundas mudanças, em grande parte decorrentes das políticas de modernização capitalista da agricultura que privilegiaram os grandes e médios produtores rurais em detrimento da agricultura familiar. Igualmente a família vem passando por transformações, tanto em função da mudança de valores entre gerações, quanto à perda de autonomia do agricultor diante da dependência do capital financeiro e da agroindústria, além das incertezas quanto à sucessão da propriedade e ao futuro dos filhos (ZAGO, 2016).

O enfoque neoclássico sugere que a migração ocorre em função da busca de trabalho, melhores oportunidades e salários, realizando um cálculo racional-econômico para a escolha do destino. Já a abordagem histórico-estruturalista indica que a formação dos fluxos de migrantes decorreria das necessidades e ditames do desenvolvimento econômico capitalista no país. Os motivos da migração, independentemente do ponto de vista estariam relacionados ao trabalho, e os protagonistas do processo, jovens em pleno potencial produtivo (OLIVEIRA; JANNUZZI, 2005).

Ao analisar dados de 1990 sobre a distribuição de rendimentos nos meios urbano e rural, em função das classes de salário-mínimo, Alves, Rezende e Contini (2006) citam que:

[...] o cidadão recebe um salário-mínimo a mais que o rurícola. Não é uma diferença muito grande, tendo-se em conta diferenças de custo de vida e de grau de instrução das respectivas populações. [...] O maior problema na distribuição dos salários: há muito mais pobres no meio rural (ganhando até um salário-mínimo) do que no meio urbano. E há muito mais ricos no meio urbano (ganhando mais de dez salários-mínimos) (ALVES; REZENDE; CONTINI, 2006, p.31).

Os motivos de migração têm sido abordados poucas vezes em pesquisas amostrais no país. Mesmo quando presente em estudos de natureza qualitativa, as razões pessoais atreladas ao processo migração foram apresentadas em raras oportunidades (OLIVEIRA; JANNUZZI, 2005).

O objetivo deste trabalho foi caracterizar a trajetória de migrantes de procedência rural para a área urbana do município de Santa Fé do Sul-SP, buscando analisar as narrativas das condições de vida no campo, os motivos que os fizeram deixar o meio rural, o processo de mudança na dinâmica sociocultural e a adaptação ao meio urbano.

Procedimentos metodológicos

A pesquisa teve como enfoque ex-agricultores familiares que atualmente residem na área urbana de Santa Fé do Sul/SP e trabalharam em um frigorífico que, até fevereiro

de 2017, encontrava-se sob a administração da JBS - Friboi e que foi reativado no segundo semestre de 2018, sob a direção da empresa Golden Imex.

O município de Santa Fé do Sul está situado na Microrregião Geográfica de Jales, no extremo noroeste paulista. De acordo com o último Censo Demográfico, realizado em 2010, o município possuía 29.239 habitantes e área territorial total de 206,537 km² (IBGE, 2010).

A abordagem da pesquisa foi sobretudo descritiva e qualitativa com base na aplicação de um questionário na forma de entrevista. Os questionários foram formados por perguntas abertas e fechadas (MARCONI; LAKATOS, 2005) e aplicados a todos os informantes que aceitaram participar e que se enquadraram nos critérios da pesquisa: terem sido agricultores familiares, trabalhadores rurais ou filhos destes que migraram para a cidade e que trabalharam no frigorífico. As perguntas abertas possibilitaram ao informante responder livremente e emitir opiniões e as perguntas fechadas foram aquelas em que o informante definiu sua resposta de acordo com as opções apresentadas.

Com a aplicação do questionário buscou-se realizar o levantamento da trajetória desses ex-agricultores, caracterizando o tipo de trabalho que realizavam, a fonte de renda no meio rural, e os motivos que levaram à migração rural-urbana. Também foram abordados quais foram os estranhamentos iniciais com a mudança e a avaliação que fazem da trajetória que percorreram, envolvendo as percepções quanto à mudança e de como vivem no meio urbano. Além disso foram levantados dados sobre perfil dos entrevistados, como o grau de escolaridade, idade e a condição socioeconômica atual da família.

Antuniassi, Aubrée e Chonchol (1993) associam a noção de trajetória à dimensão diacrônica que liga o conjunto das circunstâncias às estratégias de um determinado grupo social. As estratégias, embora nem sempre sejam produto de uma “aspiração consciente de fins explicitamente colocados a partir de um conhecimento adequado das condições objetivas, nem de uma determinação mecânica das causas, mostram-se objetivamente ajustadas à situação” (BOURDIEU, 1990, p.23).

A técnica metodológica *snowball* (“Bola de Neve”) apresentada por Goodman (1961) foi utilizada a fim de localizar os possíveis entrevistados. Essa técnica é uma forma de amostragem não probabilística utilizada em pesquisas sociais, na qual os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes que por sua vez apontam outros novos participantes e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto denominado “ponto de saturação”. O “ponto de saturação” é atingido quando os novos entrevistados passam a repetir os conteúdos já obtidos em entrevistas anteriores, sem acrescentar novas informações relevantes à pesquisa (HUDELSON, 1994, citado por BALDIN, 2011). Este ponto foi atingido após a aplicação de 20 questionários. As entrevistas foram realizadas em abril de 2019.

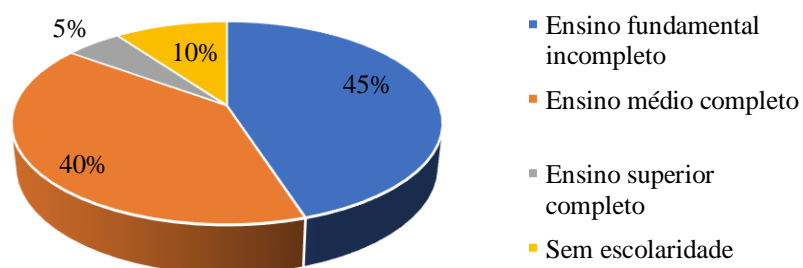
Os dados obtidos foram tabulados e estão apresentados a seguir na forma de estatística descritiva (gráficos e tabelas com percentuais). Também foi feita a transcrição dos depoimentos de modo a facilitar a análise qualitativa do conjunto das informações levantadas.

Resultados e Discussão

Os resultados apresentados a seguir referem-se às 20 entrevistas realizadas com ex-agricultores rurais cuja principal característica foi o fato de terem migrado para a cidade de Santa Fé do Sul e trabalhado em um frigorífico. Do total 15 entrevistados são homens (75%) e cinco mulheres (25%), com idade média de 53 anos.

Na Figura 1 pode-se observar que, em relação ao grau de escolaridade, nove (45%) dos entrevistados não terminaram o ensino fundamental, oito (40%) concluíram o ensino médio, um (5%) tem curso superior e duas pessoas (10%) não tiveram nenhuma escolarização formal.

Figura 1. Distribuição percentual dos ex-agricultores familiares e trabalhadores rurais que migraram para a cidade de Santa Fé do Sul (SP), em função do grau de escolaridade.

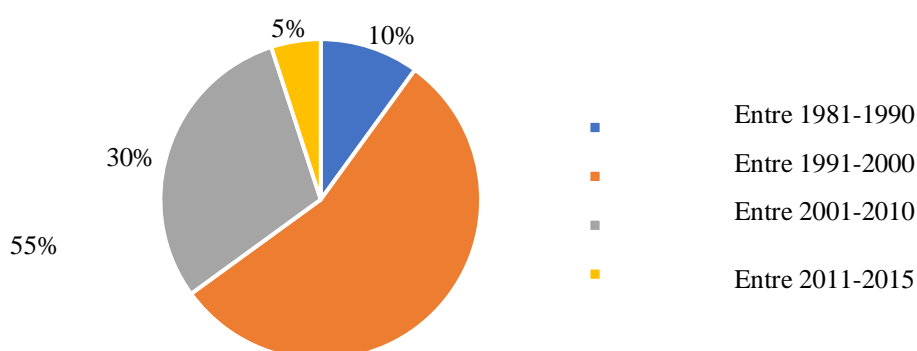


Fonte: Do próprio autor (2019).

Quanto à idade média e à escolaridade dos entrevistados, Silvestro (2001) cita que a maioria das pessoas de maior idade não tiveram oportunidades de dar continuidade aos seus estudos, visto que tinham de desempenhar atividades no campo como forma de renda e aliado a este fato, não existiam escolas próximas as zonas rurais que ofereciam ensino além do ciclo inicial do ensino fundamental (antigo primário).

Com relação ao período em que os entrevistados ou a família se mudaram para o meio urbano, na Figura 2 pode-se observar que onze (55%) migraram para a cidade no período de 1991-2000, seis deles (30%) entre 2001-2010, dois entre 1981-1990 e um entrevistado deixou o campo no período de 2011 a 2015.

Figura 2. Distribuição percentual dos ex-agricultores e trabalhadores rurais, de acordo com o período de migração para a cidade de Santa Fé do Sul (SP).



Fonte: Do próprio autor (2019).

Um terço das pessoas que viviam no meio rural em 1980 no Brasil saíram do campo durante o período, representando aproximadamente 13 milhões de pessoas. Entre 1990 e 1995 este movimento migratório superou os 5,5 milhões de habitantes (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1998).

Ferrari (2003) mostrou que nos anos 1990, em Santa Catarina, houve uma forte tendência de redução das ocupações rurais, com um predomínio da saída de jovens do campo em busca de oportunidades de trabalho nas cidades. Segundo o autor, a baixa remuneração da agricultura e a falta de terras são um dos fatores do esvaziamento do meio rural. Este processo está intimamente ligado ao processo de Revolução Verde, o qual foi responsável pela redução drástica do emprego agrícola (TELÓ, DAVID, 2012).

Dos 20 pesquisados, 16 (80%) migraram diretamente para a cidade de Santa Fé do Sul (SP) e quatro foram inicialmente para outras cidades, no caso, Taquaritinga, Jundiá e Santa Clara D'Oeste, todas localizadas no estado de São Paulo, sendo esta última, um município vizinho, também pertencente à Microrregião Geográfica de Jales.

Antes de se mudarem para a cidade, apenas um entrevistado (5%) era dono da propriedade rural, obtida por meio de compra. Dentre os demais, sete entrevistados (36,8%) trabalhavam na propriedade da família e doze (63,2%) trabalhavam em propriedades de terceiros, sendo que destes, três eram arrendatários da propriedade, quatro eram parceiros (trabalhavam e recebiam uma porcentagem – variável de 30 a 75% - da renda líquida da produção) e cinco, trabalhavam como empregados, recebendo um salário fixo mensal. Na maioria das situações não eram apenas os entrevistados que trabalhavam na propriedade, mas também os demais integrantes da família com idade para tal.

Dos entrevistados que não tinham propriedade própria (19 pessoas/famílias), todos trabalhavam na mesma propriedade em que moravam, fosse ela da família ou de terceiros.

Com relação as atividades produtivas que eram desenvolvidas nas propriedades em que trabalhavam, pode-se observar na Tabela 1 que a maioria dos ex-agricultores e trabalhadores lidavam com a produção de culturas, como o milho (70%), café (55%) e o algodão (50%), destacando-se em seguida as hortaliças, o arroz, o feijão, a pecuária leiteira e a produção de mandioca.

Tabela 1. Principais atividades produtivas que eram desenvolvidas nas propriedades rurais em que se encontravam os ex-agricultores familiares e trabalhadores rurais que migraram para a cidade de Santa Fé do Sul (SP).

<u>Tipo de atividade</u>	<u>Nº de entrevistados*</u>	<u>% de entrevistados</u>
Milho	14	70
Café	11	55
Algodão	10	50
Hortaliças	10	50
Arroz	6	30
Feijão	6	30
Pecuária leiteira	4	20
Mandioca	3	15
Banana	2	10
Outras	1	5

Fonte: Do próprio autor (2019). *Dados com repetições – entrevistado podia citar mais de um tipo.

O milho, de modo geral, era cultivado em pequenas áreas na maioria dos estabelecimentos, em função de servir tanto para o autoconsumo (animais e alimentação humana), como para a comercialização, seja entre vizinhos, seja para cerealistas locais.

O café foi a principal cultura da região até a década de 1980, mas diversos problemas climáticos (secas prolongadas), de manejo (desgaste dos solos) e fitossanitários

(nematoides) levaram a redução progressiva desta cultura. Rosas (2002) apresenta dados da produção de café referente ao Levantamento das Unidades de produção Agropecuárias (LUPA) do estado de São Paulo de 1996 (época que parte dos entrevistados tinham acabado de migrar ou ainda estavam no campo), mostrando que o número de estabelecimentos com produção de café em cidades do Extremo Noroeste Paulista ainda era importante. No município de Santa Fé do Sul havia 158 estabelecimentos rurais com o cultivo do café, sendo que no total havia 466 estabelecimentos rurais com produção cafeeira no extremo noroeste paulista (inclui os municípios de Rubinéia, Santa Clara d'Oeste, Santa Rita d'Oeste e Santana da Ponte Pensa).

Com relação ao algodão, até o início da década de 1990 ainda era cultivado na região em pequena escala com colheita manual. Porém a abertura econômica a partir de 1990 provocou queda acentuada de preços que combinada com o aumento de custo de produção, devido ao aparecimento da praga do bicudo do algodoeiro (*Anthonomus grandis* Boheman), inviabilizou a continuidade de seu cultivo.

Quanto à produção de hortaliças, apenas um indivíduo afirmou vender parte da produção, os outros nove utilizavam a produção na alimentação da família, assim como os produtores de mandioca e o produtor de abóbora. Quanto ao feijão, dos seis entrevistados que produziam, três destinavam parte da produção para a alimentação da família. Dombek et al. (2006), observaram que as famílias rurais que produzem seus alimentos estão em condições de segurança alimentar superiores àquelas que assim não procedem.

Na categoria “outros”, encontram-se 12 atividades produtivas que eram desenvolvidas por um entrevistado apenas. Este entrevistado trabalhava com inhame, laranja, batata, tomate, sorgo, limão, coco, abóbora, amendoim, seringueira, pecuária de corte e na criação de cavalos (haras).

As 21 atividades produtivas citadas eram as principais atividades realizadas nas propriedades, pois alguns entrevistados encontraram dificuldades em relatar todas elas e o período em que foram desenvolvidas no estabelecimento rural que trabalhavam e viviam.

Com relação ao trabalho realizado no meio rural, todos os entrevistados afirmaram que não atuavam apenas em uma atividade específica, participando de todo o processo produtivo das culturas, desde o preparo do solo até a colheita. Além das atividades produtivas das culturas, quatro indivíduos também trabalhavam na pecuária leiteira, atuando como retireiros (ordena das vacas).

Sobre os motivos que levaram os agricultores (ou as famílias) a migrarem para o meio urbano, de maneira geral, a maioria dos entrevistados mencionou a dificuldade de locomoção para acesso à saúde e à educação dos filhos, as condições precárias no meio rural, associadas à baixa remuneração do trabalho e dos produtos obtidos, o trabalho pesado, as perdas na produção devido principalmente à seca, pragas e doenças, a falta de apoio governamental e a instabilidade na renda familiar. Desta maneira, alguns disseram que ao mudar para a cidade estavam em busca de novas oportunidades e melhor qualidade de vida para a família.

De acordo com Brito e Ribeiro (2010), o trabalho é um fator de grande motivação para o processo de migração, pois grande parte da população migrante se desloca devido à falta de trabalho nos seus locais de origem, mas também contribui a falta de um sistema de saúde que atenda às suas necessidades básicas e de educação para os seus filhos. Muitos desses migrantes, no entanto, possuem apenas a força de trabalho e nenhuma qualificação profissional, o que irá refletir no tipo de trabalho a ser realizado na cidade.

Além desses motivos mencionados, três entrevistados afirmaram ter se mudado devido à venda da propriedade em que trabalhavam. Outros dois declararam ter vindo para a cidade porque os filhos já estavam lá e acreditavam que a qualidade de vida era melhor. “A roça ficou defasada, não tínhamos lucro, perdíamos a produção e foi mais fácil trabalhar na cidade” (ENTREVISTADO 02, 66 anos); “Viemos para a cidade a procura de melhor qualidade de vida, a roça pagava mal e dava muito trabalho” (ENTREVISTADA 15, 48 anos); “O dono da terra nos dispensou porque faliu, e como nossas filhas estudavam, viemos para a cidade em busca de oportunidades melhores” (ENTREVISTADO 04, 69 anos); “Veio a seca e não colhíamos mais nada, tudo que a gente plantava estava perdendo e não conseguimos mais ficar lá” (ENTREVISTADO 10, 54 anos); “O café acabou por causa de praga e ferrugem e meus filhos eram pequenos, então viemos para a cidade em busca de estudo para os meus filhos e condições melhores para a minha família (ENTREVISTADO 01, 59 anos).

Alves e Marra (2009) afirmam que a forte atração exercida pelo urbano que estimula o êxodo rural vincula-se a aspectos como a educação, saúde, segurança no trabalho, facilidades de aquisição da casa própria, proteção contra o desemprego e maiores oportunidades de emprego.

Além de trabalharem no meio rural e posteriormente no frigorífico já mencionado, alguns entrevistados exerceram outros tipos de profissões, visto que não foram todos que começaram a trabalhar no frigorífico imediatamente após migrarem para o meio urbano e também porque a agroindústria encerrou suas atividades no primeiro semestre de 2017, retornando apenas em 2018. Uma grande diversidade de profissões foram citadas, sendo que a maioria de baixa qualificação profissional: faxineira, ajudante geral em frigoríficos de aves e peixes, ajudante geral em usina de açúcar e álcool, marinheiro, ajudante geral na construção da ponte que liga o estado de São Paulo ao de Mato Grosso do Sul, tratorista, servente de pedreiro, auxiliar geral, operador de máquinas, vigilante, escriturário em banco, ajudante de carpintaria, operador de concreteira e motorista.

Quando questionados sobre a renda familiar logo após terem se mudado para a cidade, 90% dos entrevistados disseram que houve um aumento na renda da família, principalmente porque passaram a receber um salário fixo mensal e porque mais de uma pessoa da família começou a trabalhar. Dois entrevistados (10%) disseram que não houve mudanças significativas na renda familiar logo após terem se mudado para a cidade.

Sobre o processo de adaptação ao meio urbano e as primeiras impressões que a família teve sobre a vida na cidade, nove entrevistados (45%) consideraram a mudança muito positiva. “Foi bom, eu me adaptei bem à cidade e minha família também não teve problemas, tudo era mais fácil” (ENTREVISTADA 16, 33 anos); “Foi uma mudança muito boa, eu logo arrumei emprego e tinha acesso fácil a tudo, mercado, saúde” (ENTREVISTADA 19, 46 anos).

Para 11 (55%) entrevistados o processo de adaptação e as primeiras impressões sobre a vida na cidade foi diferente. “Eu achei ruim, era acostumado com o sítio, então eu demorei para acostumar” (ENTREVISTADO 09, 51 anos); “Foi um choque, nós demoramos para nos acostumar com o barulho, vizinhos, trabalhar fora” (ENTREVISTADO 17, 50 anos); “No começo foi ruim, não acostumávamos, tínhamos medo de não dar certo ficar na cidade” (ENTREVISTADO 01, 59 anos).

Quando indagados se em algum momento pensaram em voltar para o meio rural, 55% responderam que sim, devido principalmente à tranquilidade e à possibilidade de criar animais e cultivar alimentos, e 45% dos ex-agricultores responderam que não

retornariam para o meio rural, pois a renda é inferior à recebida na cidade e a locomoção e o acesso à saúde são mais difíceis do que na cidade.

Dentre às dificuldades encontradas no meio urbano, 11 (55%) entrevistados mencionaram como problemáticas a dificuldade em conseguir um emprego; o processo de adaptação ao meio urbano; a necessidade de pagamento de contas de água, eletricidade e aluguel; a falta de privacidade das moradias e o barulho. Abramovay (1999) já constatava, na década de 1990, que diferentemente do período até o início dos anos 1980, eram cada vez menores as chances desta população conseguir realmente integrar-se à vida urbana. Por maior que seja o dinamismo das cidades brasileiras, estas têm sido cada vez menos propícias à chegada de migrantes com formação escolar e profissional precária. Nove entrevistados (45%) disseram que a família não encontrou nenhuma dificuldade no meio urbano.

Embora estejam divididos quanto ao grau de adaptação, há quase consenso entre os entrevistados (95%) quanto ao fato de que após migrarem para a cidade a qualidade de vida da família aumentou, enquanto apenas um acredita que não houve nenhuma alteração. “Nós conseguimos comprar uma casa, um carro e ganhamos mais do que no sítio” (ENTREVISTADO 04, 69 anos); “O acesso as coisas como o mercado por exemplo é mais fácil, trabalho é menos pesado e ganhamos mais” (ENTREVISTADA 15, 48 anos); “O sítio era uma incerteza, tinha que esperar a chuva, não sabíamos se a colheita seria boa, se ia conseguir vender, aqui eu ganho um salário fixo” (ENTREVISTADO 05, 55 anos).

Considerações finais

Pode-se evidenciar que a migração para a cidade de Santa Fé do Sul (SP) foi de indivíduos de baixa escolaridade e o fluxo migratório foi maior no período de 1991-2000.

As principais atividades que desenvolviam no campo relacionavam-se com a produção de algumas culturas (milho, café e algodão) e as formas de remuneração variavam, atreladas principalmente em função da produtividade. Constatou-se que não havia grande diversificação nas atividades agrícolas, o que provocava certa inconstância na renda quando ocorria algum problema na produção. Nenhum dos indivíduos possuía uma função específica no meio rural, todos participavam de várias as etapas do processo de produção, sendo que o trabalho exercido era considerado como exaustivo. A maioria dos ex-agricultores e trabalhadores rurais entrevistados afirmaram ter migrado para o meio urbano devido as condições precárias encontradas no meio rural, como a baixa remuneração, trabalho pesado, perdas na produção e falta de apoio governamental, o que causava instabilidade na renda da família e incertezas sobre o futuro no campo.

Ao migrarem para a cidade pouco mais da metade dos entrevistados apresentaram certo estranhamento com o novo meio e relataram certa dificuldade no processo de adaptação, sendo que alguns afirmaram que voltariam para o campo caso tivessem oportunidade, porém a baixa remuneração, dificuldades de acesso a saúde e educação e falta de assistência técnica são alguns dos fatores que os fazem permanecer na cidade. Pode-se observar que foram as precárias condições de trabalho e de vida no campo que fizeram com que os entrevistados decidissem migrar em busca de uma melhor qualidade de vida e maior estabilidade da renda familiar na cidade.

Dessa maneira ressalta-se a importância das políticas públicas (crédito, reforma agrária) e assistência técnica e extensão rural dirigida aos agricultores familiares, pois segundo esses relatos obtidos, se os agricultores e trabalhadores rurais em questão tivessem mais apoio, incentivo e instrução por parte do poder público, a vontade dos que

gostariam de permanecer no meio rural seria respeitada, pois poderiam se manter no campo com uma vida digna.

Referências

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial Reforma Agrária – **Reforma Agrária**, v. 28, nºs 1, 2 3 e v. 29, nº1, 1998 / 1999.

ANTUNIASSI, M. H. R.; AUBRÉE, M.; CONCHOL, M. E. P. De sitiante a assentado: trajetórias e estratégias de famílias rurais. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 7, n. 3, p. 125-132, 1993.

ALVES, E.; MARRA, R. A persistente migração rural-urbana. **Revista de Política Agrícola**, v. 18, n. 4, p. 5-17, 2009.

ALVES, E.; REZENDE, M. L.; CONTINI, E. Migração rural-urbana, agricultura familiar e novas tecnologias: coletânea de artigos revistos. In: **Migração rural-urbana**. Brasília: Embrapa. Informação Tecnológica, 2006.

BALDIN, N.; MUNHOZ, E. M. B. Snowball (Bola De Neve): Uma Técnica Metodológica para Pesquisa em Educação Ambiental Comunitária. **Anais do X Congresso Nacional de Educação**. PUC, Curitiba, 2011.

BRITO, G. S.; RIBEIRO, A. E. M. Migrações rurais e fluxos de conhecimento agroecológico: o caso de montes claros MG. **Qualit@s Revista Eletrônica**, v. 9, n. 2, p.5-14, 2010.

BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990. 234p.

CANCELIER, J. W.; CAMPOS, N. J. de. **A agricultura familiar como agente produtora do espaço rural no município de Chapecó-SC**. 2007. 146 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas., Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, v. 15, n. 2, p. 45-66, jul./dez. 1998.

DEMÉTRIO, N. B. Migração e produção de *commodities*: o Brasil e seus rurais. In: CONGRESSO IBÉRICO DE ESTUDOS RURAIS, 11, 2016. **Livro de Atas do XI CIER**. Vila Real (Portugal): UTAD, 2016.

DOMBEK, L.A.; TERESO, M.J.A.; BERGAMASCO, S.M.P.P. Segurança alimentar e autoconsumo em assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema – Brasil. In: CONGRESSO LATINO AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 7, 2006, Quito. **Anais...** Quito: ALASRU, 2006.

FERRARI, D. L. **Agricultura familiar, trabalho e desenvolvimento no Oeste de Santa Catarina**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 190p, 2003 GAUTHIER, P.L.; LUGINBÜHL, O. L'éducation en milieu rural: perceptions et réalités. **Revue Internationale d'Éducation de Sèvres, Sèvres: Centre International d'Études Pédagogiques (CIEP)**, n. 59, p. 35-42, avril 2012.

GOODMAN, L. Snowball Sampling. In: **Annals of Mathematical Statistics**, 32:148-170, 1961.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Disp. em: < <http://cod.ibge.gov.br/8QO> >. Acesso em: 30 de outubro de 2020.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005. 315 p.

OLIVEIRA, K. F.; JANNUZZI, P. M. Motivos para migração no Brasil e retorno ao nordeste: padrões etários, por sexo e origem/destino. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 4, p. 134-143, out./dez. 2005.

ROSAS, C. A. da F. **A cafeicultura no contexto da agropecuária no extremo Noroeste Paulista**. 2002. 220 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2002.

ROSAS, C. A. da F. A. Desenvolvimento Territorial Rural no Extremo Noroeste Paulista. **Espaço em Revista**, v. 16, n.1, jan./jul. 2014, p. 105-123.

SILVESTRO, M. L. et al. **Impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis (SC) - Brasília: Epagri; - NEAD/MDA, 2001. 102p

TELO, F.; DE DAVID, C. O rural depois do êxodo: as implicações do despovoamento dos campos no distrito de Arroio do Só, município de Santa Maria/RS, Brasil. **Mundo agr.**, La Plata, v. 13, n. 25, p. 00, dez. 2012.

ZAGO, N.; Migração rural-urbana, juventude e ensino superior. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 64, p.61-78, 2016.

AUTO-ORGANIZAÇÃO E RESISTÊNCIA DE TRABALHADORES RURAIS NO SERTÃO FLUMINENSE (1950-1964)

Jéssica Andrade Costa¹

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo compreender a insurgência camponesa no Rio de Janeiro, no pré-1964, a partir de suas formas de resistência e da auto-organização dos trabalhadores rurais. Utilizando como suporte metodológico a perspectiva proposta pela sociologia das insurgências, a análise se concentrou na existência de formas cotidianas de resistência, nas resistências públicas e também no uso de violência militar, presente nos levantes armados que se iniciaram a partir de 1961. Para tanto, analisamos fontes materiais a respeito de processos insurrecionais ocorridos na região de Xerém, em Duque de Caxias, área que se destacou pela grande quantidade de levantes camponeses durante os primeiros anos da década de 1960. A insurgência camponesa surge, no sertão fluminense, a partir de um contexto de expropriação de terras, causado por instituições públicas e privadas, figuras políticas, entre outros atores, o que levou ao estabelecimento de organizações camponesas formais e informais e de distintas formas de reivindicar a desapropriação das terras, tendo esse processo de lutas sido interrompido com o golpe civil-militar de 1964.

Palavras-chave: campesinato, insurgência camponesa, resistência camponesa, sertão fluminense, auto-organização

A luta pela terra no Brasil é um elemento da insubordinação de classe que sempre existiu. Em inúmeros momentos históricos camponeses, fossem livres ou dentro do sistema escravista, se revoltaram contra as condições de exploração. Podemos citar Palmares, no século XVII, Canudos no século XIX, Contestado em 1912, entre vários outros exemplos. Apesar disso, a historiografia desses processos de resistência tendeu durante muito tempo a se concentrar em casos, regiões e atores sociais específicos: a emergência das Ligas Camponesas no Nordeste e a atuação do Partido Comunista nelas, o trabalho dos diversos organismos da Igreja Católica e etc².

Com muita frequência o camponês foi visto através da tutela de outros agentes, interpretado como uma categoria esquecida, aliado a imagens pejorativas e associado ao

¹ Graduada em História pela UFRRJ – Instituto Multidisciplinar e Mestranda do curso de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da UFRRJ – CPDA.

² WELCH, Clifford Andrew. *Movimentos sociais no campo até o golpe militar de 1964: a literatura sobre as lutas e resistências dos trabalhadores rurais do século XX. Lutas e Resistência*, Londrina, V.1, p. 60-75, set. 2006. P.60.

atraso, a fragilidade política e a dependência. Com esse quadro, o que se definia em relação aos camponeses era a pouca visibilidade, um fim constantemente anunciado, mesmo que adiado e a condição de estarem ameaçados economicamente, socialmente e politicamente. Entretanto, as revoltas camponesas ocorridas em todo o mundo durante o século XX deixaram clara a possibilidade de luta do campesinato. Suas contestações e formas de resistência desenvolvidas os elevaram à condição de protagonistas, cujas qualidades eram as habilidades de lidar com as demandas da subsistência, da justiça e da nação³. Entretanto, ainda é pouco comum, dentro da produção acadêmica, abordagens que reconheçam os conflitos armados e o uso da violência por parte dos camponeses enquanto um elemento constitutivo da luta, sendo mais frequente a análise de movimentos sociais organizados e legalistas.

Nos sertões fluminenses a luta pela terra possui uma longa história. Entretanto, tomamos como recorte para esse trabalho o período delimitado entre 1950 e 1964. Podemos afirmar que a luta pela terra no Rio de Janeiro, no pré-1964, se deu sobretudo devido a um contexto de expropriação causado, em grande medida, por um processo de especulação imobiliária, onde terras que antes pareciam abandonadas e desinteressantes para setores ligados ao capital ganharam um novo significado através da possibilidade de serem transformadas em loteamentos ou exploradas de diversas formas.

Em relação aos ocupantes dessas terras no contexto anterior ao golpe civil militar, o que sabemos é que ao longo do século XX, principalmente a partir da década de 1930, o Estado do Rio recebeu grande fluxo de imigrantes vindos de diferentes pontos do país, sendo os principais, Espírito Santo, Minas Gerais, Pernambuco e Paraíba. Também destacamos que no mesmo período houve uma mobilidade interna, com trabalhadores que migravam das áreas em que a cafeicultura se encontrava em decadência para buscar terras nos projetos de colonização empreendidos pelo governo federal, bem como o surgimento de empregos urbanos derivados da fase de expansão industrial, que foi estimulado com a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), da Fábrica Nacional de Motores (FNM) e da Refinaria Duque de Caxias (Reduc). Além disso, a mobilidade interna para as zonas de fronteira entre o urbano e o rural também se deu como consequência das políticas segregacionistas empregadas na cidade do Rio de Janeiro durante as primeiras décadas do século XX, que implicaram na remoção de

³ WELCH, Clifford Andrew [et al.]. *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*, v.1. São Paulo: Editora Unesp, 2009. P. 23-24.

pessoas da capital⁴. É necessário ainda incluir nesse contexto a construção das linhas ferroviárias, das rodovias e a implementação de políticas de transporte que facilitavam o deslocamento de quem vivia nas periferias dentro desse contexto de ocupação das terras consideradas como abandonadas dos sertões fluminenses⁵.

Na região da Baixada Fluminense, os conflitos surgem principalmente devido à queda do cultivo da laranja e extinção dos laranjais, assim como em Cachoeiras do Macacu. No Norte Fluminense, advém das mudanças nas condições do cultivo da cana. Em outras regiões, se dão devido a mudanças nas relações de trabalho nas fazendas provocadas por alterações nas regras de contrato ou pela expropriação das terras onde os trabalhadores viviam, sendo um exemplo a Região Serrana, onde a cafeicultura foi substituída pela pecuária. É possível também perceber conflitos em áreas onde houve uma intensificação da industrialização e nos núcleos coloniais, criados pelo Estado na década de 1930 como elementos fundamentais para produzir alimentos e abastecer as cidades que vinham crescendo rapidamente. Uma parte dos conflitos entre 1950 e 1960 se deu justamente nesses locais, devido à especulação fundiária que provocou a saída de colonos e posseiros⁶.

Entre o fim dos anos 1940 e a década de 1950, os camponeses do sertão fluminense desenvolveram formas de organização e de resistência, que alternavam entre tentativas de resolução dos conflitos por vias institucionais, uso de formas de ações infrapolíticas e uso de violência militar em confrontos diretos com a polícia e /ou grileiros. Entretanto, o início dos anos 1960 marca um período de radicalização e de maior articulação entre o campesinato fluminense, sendo frequentemente noticiados na imprensa os choques armados com a polícia, que apareciam caracterizados como rebeliões, levantes ou guerrilhas rurais. Em jornais como *O Estado de São Paulo* e *Correio da Manhã* eram tecidas analogias com a recém ocorrida Revolução Cubana,

⁴ No início do século XX a cidade do Rio de Janeiro passou por uma série de reformas urbanas que tinham como intuito de promover uma reordenação do espaço e marcada pela sua característica higienista. Inúmeras habitações urbanas coletivas, localizadas na zona central da cidade, então capital do país, foram fechadas devido as suas precárias condições sanitárias. O lema encabeçado pelo prefeito da época, Pereira Passos, era sanear, higienizar, ordenar, demolir e civilizar, acabando assim como diversos cortiços, casas de cômodos, estalagens, casarões antigos, o contribuiu para uma “expulsão” de pessoas da zona central para áreas do interior, como o caso das cidades da Baixada Fluminense,

⁵ MEDEIROS, Leonilde S. de. (Coord.) *Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*. Relatório Final, 2015. P. 19.

⁶ Idem, p. 41.

anunciando o medo de que um possível processo revolucionário poderia estar em curso no sertão fluminense.⁷

Como envolvidos nos conflitos, de um lado tinha-se lavradores já estabelecidos na terra há alguns anos como posseiros, colonos, lavradores, arrendatários e do outro grileiros (proprietários de terras vizinhas, policiais, companhias imobiliárias, bancos, políticos locais, pessoas ligadas a cartórios ou influentes na região), cujo interesse era expulsar os camponeses das terras. Os despejos aconteceram em diversas regiões do Rio de Janeiro, como no Norte com São João da Barra, Miracema e Macaé e outras partes do Estado, englobando Vassouras, Paracambi, Barra Mansa, Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Silva Jardim e Trajano de Moraes, o que nos leva a crer que foi um processo presente em todo o sertão fluminense. No entanto, os despejos foram mais recorrentes e intensos na região na *Baixada Fluminense*.

Para analisar a insurgência camponesa utilizamos como aporte teórico-metodológico a proposta da Sociologia das Insurgências, desenvolvida por Ferreira (2016), bem como as concepções de resistência de Scott (2013). Já para compreender a presença da auto-organização no movimento camponês do sertão fluminense, tomamos como base as ideias de auto-gestão de Castoriadis (1983), utilizando tal conceito para perceber os elementos característicos de um grupo auto-organizado ou auto-gerido.

Ferreira (2016) caracteriza a insurgência como um processo político que apresenta algumas propriedades, como o uso da violência coletiva, que pode ser não letal e difusa, manifesta sob a forma de resistência cotidiana, como os saques, sabotagens, incêndios e roubos, e o uso da violência militar sob a forma de guerrilhas ou guerra popular. O uso da violência militar é entendido pelo autor como o principal meio de alcance dos fins políticos e de expressão de visões antagônicas. Além disso, a insurgência é um processo onde uma força social mais fraca se desenvolve fora da estrutura do Estado, objetivando desafiar e anular um governo e mudar as condições sociais de um grupo que é dominado por ele. Também é um processo em que uma multiplicidade de atores não centralizados se articula de uma forma que pode aparentar ser descentralizada e desorganizada, quando, na verdade é multicentrada e regida por estruturas sociais e dialéticas específicas, o que no sertão fluminense se reflete através da auto-organização. É um processo que, por um determinado período, neutraliza o poder de governo sobre as regiões, criando novas

⁷ GRYNSZPAN, Mário. “Ação Política e Atores Sociais: Posseiros, Grileiros e a Luta pela Terra na Baixada”. In: *DADOS – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 33, nº 2, 1990. P. 36.

formas de relações ou de sistemas políticos, dualidades de poderes que podem ou não ser estatais e que podem ou não durar muito tempo⁸.

Os conflitos por terra, ocorridos no Estado do Rio de Janeiro, entre os anos 1950 e 1960, podem ser analisados sob a perspectiva aberta pela sociologia das insurgências devido a algumas características-chaves em comum, entre elas o uso de formas de resistência infrapolítica como ocupações de terras, reuniões ocorridas nos terreiros das casas dos trabalhadores, a existência de formas abertas de resistência como as manifestações públicas, denúncias em jornais e passeatas, bem como o uso de violência militar nos levantes armados que se iniciaram em 1961, a partir do caso da Fazenda São Lourenço, em Duque de Caxias.

Nos anos seguintes, outros levantes armados se desenvolveram no Estado do Rio de Janeiro. Entre os mais expressivos podemos citar o conflito ocorrido em São Lourenço, Caxias, no ano de 1961, o caso do Núcleo Colonial de Santa Alice, em Itaguaí, Fazenda São José da Boa Morte, em Cachoeiras de Macacu, Piranema e Capivari, em Duque de Caxias, tendo esses últimos acontecido no ano de 1963. Apesar de cada caso possuir suas especificidades, todos surgem a partir de um contexto de expropriação, que incluía a grilagem das terras, violências contra os camponeses e cobrança de taxas abusivas. Esses conflitos se inserem dentro de um contexto nacional de despejos, repressão, violência e desenvolvimento de resistências ocorridos no campo, em todo o Brasil. Paralelo aos conflitos aqui citados, tem-se também o desenvolvimento das Ligas Camponesas, atuando sobretudo no Nordeste, diversos conflitos locais nos demais estados, bem como a formação de guerrilhas camponesas regionais como Porecatu (1947-1951), no Paraná, Trombas e Formoso (1950-1957), em Goiás, Caparaó (1966-1967), em Minas Gerais e Araguaia (1971-1975).

Visando formular uma concepção a respeito do que seria a auto-organização, presente nos movimentos ocorridos no sertão fluminense durante o pré-1964, tomamos como base o trabalho de Cornelius Castoriadis (1983). Entre as características dos grupos auto-organizados ou autogeridos podemos citar o fato das decisões serem tomadas de forma coletiva, dos representantes serem escolhidos e destituídos pelo coletivo e também a existência de cooperação e de auxílio mútuo entre diferentes grupos. Corrobora com essa visão James Scott (2013), que percebe como a auto-organização é capaz de conferir

⁸ FERREIRA, Andrey C. (Org.). *Pensamento e práticas insurgentes: anarquismo e autonomias nos levantes e resistências do capitalismo no século XXI*. Niterói: Alternativa, 2016. P. 22 – 23.

aos grupos autonomia, a capacidade de cooperação e de criação de um jeito próprio de se organizar. Nessa perspectiva, portanto, Scott (2013) reconhece a capacidade política e de pensamento dos camponeses, que formularam seus próprios valores, objetivos e práticas, sendo dotados de potencial revolucionário e de transformação social.

A perspectiva de Scott (2013) também é essencial para esse trabalho à medida que enfatiza os componentes culturais existentes nas formas de resistência e nas revoltas do campesinato. O autor nos auxilia, principalmente, a perceber a relação de dominação existente entre os camponeses e os proprietários das terras, ou os que se dizem ser.

Como discurso oculto, Scott (2013) compreende o discurso que tem lugar nos bastidores, longe do campo de observação de quem detêm o poder. Consiste em enunciados, gestos e práticas que, fora de cena, confirmam, contraditam ou infletem no que aparece no discurso público. Assim como os subordinados, os poderosos também tendem a produzir discursos ocultos fora da presença dos primeiros. Nos bastidores, usam abertamente o exercício do poder, contradizendo o que aparece em seu discurso público. O autor aponta para algumas características do discurso oculto: é sempre específico de um determinado espaço social e de um conjunto particular de atores. Já para as elites, as formas de discurso oculto podem incluir privilégios e luxos clandestinos, contratação de criminosos, suborno e falsificação de títulos de propriedade. Além disso, a fronteira entre discurso público e oculto é uma arena de luta entre dominadores e subordinados, nunca uma parede sólida. Essa análise de discursos ocultos e subordinados oferece uma via que permite às Ciências Sociais revelar contradições e possibilidades, vendo além da aparente tranquilidade que a distribuição de poder, riqueza e estatuto aparentam ter⁹.

Um exemplo de como esse discurso oculto opera no contexto dos conflitos por terra, propostos de serem aqui estudados é o de José Pureza¹⁰, que conta em seu livro de memórias que o suposto proprietário da fazenda Penha Caixão, em Duque de Caxias, era um grileiro que criou um terreiro de “macumba” na fazenda, virando assim pai de santo. Pureza conta que se aproximou do terreiro como zelador, exercendo também outras

⁹ SCOTT, James. *A Dominação e a Arte da Resistência*. Lisboa: Letra Livre, 2013, p. 44.

¹⁰ Membro do Partido Comunista, Pureza se mudou para a região de Xerém, em Duque de Caxias, em 1947. Antes teve diversos trabalhos urbanos, inclusive na construção civil. Em Xerém, aprendeu a lidar com a terra e se tornou camponês, tendo importância na organização da associação de lavradores que se formaria no local anos depois.

funções espirituais. Com o crescimento do terreiro, Zé Pureza começou a ter contato com vários lavradores que frequentavam o centro religioso. Pureza então se aproveitou daquele espaço e do fluxo de trabalhadores que passavam por ele para arregimentá-los para uma organização dentro da já criada Comissão de Lavradores, em Xerém¹¹, que posteriormente se transformaria na Associação de Lavradores Fluminenses.

Nilson Venâncio¹² também nos conta que quando criança, ocorriam cultos evangélicos em sua casa, na Fazenda São Lourenço, em Duque de Caxias e nesses cultos, de forma disfarçada, é que se tratava da necessidade de organização contra os despejos que aconteciam na região. As reuniões em meio aos cultos representavam um ótimo disfarce, visto que na região a maioria das pessoas era de orientação evangélica. Ao convocar as pessoas para as reuniões, era muito comum que algumas metáforas fossem usadas, dependendo do teor do encontro, como mostra o relato abaixo.

[...] a gente dizia “ô irmão Carriço”, que era o presbítero da igreja lá do 51... olha não esqueça do capítulo 44, coisas assim desse tipo. Mas era o que... que era uma reunião armada. O irmão fulano de tal, não se esqueça do capítulo 38, irmão. Era o 38 porque a reunião era armada¹³.

Outro exemplo que Pureza traz em suas memórias sobre a luta pela terra no Rio de Janeiro do pré-1964 são as reuniões que ocorriam semanalmente nos terreiros das casas dos lavradores e a desmoralização das tocaias militares que ocorria nelas, que os lavradores faziam quando sabiam que, na reunião, havia policiais infiltrados. As tocaias eram constantemente percebidas pelos camponeses, que se encarregavam de avisar aos companheiros quando viam alguma clareira recentemente aberta pela mata ou pontas de cigarro jogadas no chão pelos policiais impacientes em esperar. Ao saber que havia policiais infiltrados nas reuniões, os lavradores também moldavam o discurso de forma que esses levassem aos seus superiores informações falsas sobre a organização camponesa¹⁴.

Levar em conta essas formas de ação expostas por Scott (2013) vai contra toda uma tradição historiográfica e social que acentua a incapacidade das classes baixas de se

¹¹ PUREZA, José. *Memória camponesa*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. P. 21 – 22.

¹² Nilson Venâncio se mudou com seus pais para a região de Xerém quando ainda criança, tendo ingressado para o Partido Comunista na vida adulta e devido a experiências urbanas de emprego. Ao longo da infância e da juventude, vivenciou diversos despejos, o que contribuiu para seu envolvimento na luta pela terra. Teve grande importância na organização dos movimentos ocorridos na região: São Lourenço, em 1961 e nas fazendas Piranema e Capivari em 1963.

¹³ Entrevista concedida a mim em janeiro de 2019.

¹⁴ PUREZA, José. *Memória Camponesa...* P.29.

insurgirem, sustentando um movimento político coerente. O que tentamos demarcar a partir desses exemplos é que espontaneidade, anonimato e a ausência de organização formal também representam formas de protesto efetivas e não a inaptidão política das classes populares¹⁵.

Outro elemento que se articula com as formas de resistência já citadas é o que Scott (2013) chama de infrapolítica dos grupos subordinados, consistindo num leque de práticas de resistência discretas. A contribuição do autor nesse trabalho se dá à medida que mostra que nem as formas cotidianas de resistência e as insurreições podem ser entendidas sem que antes se leve em conta a influência dos espaços sociais onde a resistência se fomentou e encontrou seu próprio sentido.

As práticas de dominação pessoal quase sempre estão ligadas a um processo de apropriação. As elites costumam reclamar tributos materiais sob as formas de trabalho, cereais, dinheiro, serviços, além de tributos simbólicos como manifestação de respeito, códigos de conduta, atitudes, fórmulas verbais e manifestações de humildade. Na prática, os dois tipos de tributo são indissociáveis, visto que todo ato de apropriação é também de subordinação. Ou seja, é impossível separar as ideias e o simbolismo da subordinação do processo de exploração material, assim como não se pode separar a resistência velada das ideias de dominação de lutas práticas que mantenham oposição à exploração. O discurso oculto não é assim um conjunto de queixas dito fora de cena, mas também a concretização de uma série de estratégias pragmáticas e discretos que tem o objetivo de minimizar a apropriação material¹⁶.

Dessa forma, não se pode dizer que um grupo de camponeses ou trabalhadores seja completamente submisso, ou completamente insubordinado¹⁷. Portanto, dentro da perspectiva do discurso oculto e da ação infrapolítica, tais grupos estão sempre testando os limites da subordinação, empreendendo práticas como furtos, queima de colheita, entre outras, apresentando constantemente micro avanços e recuos nas relações de poder¹⁸.

Se estabelece assim uma diferença entre as formas de resistência aberta das formas de resistência cotidiana, que constituem parte do que chamamos de infrapolítica. Caso o

¹⁵ SCOTT, James. *A Dominação e a Arte da Resistência...* P. 213-214.

¹⁶ Idem, p. 259.

¹⁷ Idem, p. 264.

¹⁸ Idem, p. 271.

pesquisador se concentre apenas nas resistências declaradas, não poderá compreender o processo de germinação das forças e exigências políticas que criaram as condições para elas. Como formas de resistência pública declarada, o autor cita os boicotes, as greves, ocupações de terras e rebeliões declaradas. Já como formas de resistência disfarçadas, discreta, oculta e infrapolítica, cita a caça furtiva, evasão, deserção, lentidão no trabalho, apropriações sobre disfarce, entre outras. A infrapolítica é assim a forma de resistência que os subordinados devem assumir em situações de grande perigo. Reuniões informais ocorridas em mercados, casas de vizinhos e parentes com elementos da mesma comunidade constituem uma estrutura e um disfarce para a resistência.

Através da pesquisa foi possível perceber que existia no Rio de Janeiro um ambiente de grande tensão e um clima de insurgência generalizada no campo, sendo uma grande preocupação, do ponto de vista da segurança nacional, que tais movimentos se articulassem de tal forma que criasse um cerco no Estado.

Em relação aos grupos de trabalhadores rurais que compunham o Estado do Rio de Janeiro, eram formados por posseiros, lavradores, colonos, meeiros, entre outros que viviam basicamente do trabalho familiar, sendo a agricultura o principal meio de sobrevivência. O trabalho era realizado pelos membros da família, de acordo com sexo, idade e marcado pela ausência de regulamentação trabalhista. Dada a necessidade de dinheiro, era preciso que a produção também possuísse um excedente a ser comercializado com o mercado local. Por não possuir propriedade jurídica da terra, a obtenção de créditos e de qualquer ajuda do Estado eram mínimas.

A maior parte das estratégias utilizadas pelos lavradores consistia em pequenas resistências infrapolíticas e resistências públicas declaradas como idas à redações de jornais, afim de fazer denúncias, reuniões com figuras políticas, entrega de abaixo-assinados ou memoriais a autoridades públicas, idas à Assembleia Legislativa, passeatas e outras manifestações, cujo principal objetivo era a resolução do conflito através da via institucional e pacífica, muito defendida pelo Partido Comunista naquele período. Tais formas de resistência, desde as discretas ações infrapolíticas até as manifestações públicas, são fundamentais para compreender como se deu a organização do campesinato no sertão fluminense, fosse através das organizações formais como as associações de lavradores e ligas ou por meios informais.

A primeira forma de organização formal dos lavradores nos sertões do Rio de Janeiro, que predominou até 1962 foi a associação de lavradores. Na Baixada

Fluminense, essa organização partiu de dois polos iniciais: Duque de Caxias e Nova Iguaçu, no fim da década de 1940. A Sociedade dos Lavradores de Pedra Lisa foi criada por José Matias inicialmente para distribuir os lotes de terra e regular a entrada de lavradores, que já estavam naquela área desde os anos 1930. Em Caxias, começou em 1949 com uma comissão que visava defender os lavradores das ameaças e pressões impostas pelos grileiros¹⁹.

Ulisses Lima, professor de história e autor do livro *Luta Armada na Baixada Fluminense (1961)*, realizou um levantamento das lutas mais evidentes, que teriam se organizado na região da Baixada Fluminense durante o pré-1964. A partir da análise do quadro, é possível perceber que havia um contexto de insurgência camponesa presente em todo o sertão fluminense, sendo necessário reconhecer que as populações camponesas desenvolveram modos distintos de lutar pela posse de suas terras.

Quadro 1 - Conflitos por terra no Estado do Rio de Janeiro

CONFLITOS DE TERRA NO ESTADO				
ZONA FISIAGRÁFICA	ÁREAS OU MUNICÍPIOS	LOCAL	PERÍODO DE JUNHO DE 1961 A JULHO DE 1962	
			ORGANIZAÇÃO CAMPONESA	RESISTÊNCIA
ZONA DA BAIXADA DA GUANABARA	MAGÉ	KM 11		
		F. SANDRA		
		F. MACACO		
		F. E. VERMELHA		
		F. MATO GROSSO		
		F. SANTA FÉ		
		F. SALGADO		
		F. IMBARIÉ		
		F. RIO DOCE		ARMADA
		F. CAMARÃO		ARMADA
		F. SÃO NICOLAU		
	DUQUE DE CAXIAS	F. PIRANEMA	ASS. LAVRADORES	ARMADA
		F. SÃO LOURENÇO	ASS. LAVRADORES	ARMADA
		F. SANTA RITA	ASS. LAVRADORES	ARMADA
		TERRAS DA FNM	ASS. LAVRADORES	
		XERÉM	ASS. LAVRADORES	ARMADA
		F. BARRO BRANCO	ASS. LAVRADORES	
		F. SÃO JOSÉ		
		F. CAPIVARI	ASS. LAVRADORES	ARMADA
	F. STº ANTÔNIO	ASS. LAVRADORES		
	CACHOEIRAS DE MACACU	F. SÃO JOSÉ DA BOA MORTE	LIGA CAMPONESA	ARMADA
	ITABORAÍ	F. V. GRANDE	ASS. LAVRADORES	

¹⁹ PUREZA, José. *Memória Camponesa...*P. 101.

ZONA DA BAIXADA DO GUANDU	NOVA IGUAÇU	PEDRA LISA	ASS. LAVRADORES	ARMADA
	ITAGUAÍ	N.C. SANTA ALICE	ASS. LAVRADORES	ARMADA
		PONTE LIMPA		ARMADA
	TINGUÁ	F. REUNIDAS	ASS. LAVRADORES	ARMADA
	PARACAMBI	PONTE COBERTA		ARMADA
ZONA DA BAIXADA DOS GOITACAZES	MACAÉ	F. COTIA	ASS. LAVRADORES	
		N.C. DO INIC	ASS. LAVRADORES	
		F. ORATÓRIA	ASS. LAVRADORES	
		F. BOM JARDIM	ASS. LAVRADORES	
ZONA DA BAIXADA DE ARARUAMA	CABO FRIO	F. CAVEIRA		
		F. RIO DAS OSTRAS		
ZONA DA BAIXADA DO R. S. JOÃO	CASIMIRO DE ABREU	F. CANTAGALO		
	SILVA JARDIM	F. ENGENHOCA		ARMADA
Z. DO ALTO DA SERRA DE PETROPOLIS	SANTO ALEIXO	NÚCLEO COLONIAL DE ST. ALEIXO	ASS. LAVRADORES	ARMADA

Fonte: Quadro elaborado por Ulisses M. Lima em seu livro, *Luta Armada na Baixada* (1961).

Dos 36 conflitos levantados por Ulisses Lima é possível notar claras distinções entre as formas de se organizar e resistir. Metade desses conflitos se deram através da organização dos lavradores em associações e em um caso, que é o da Fazenda São José da Boa Morte, o movimento se intitulou como Liga Camponesa. A outra metade se deu sem uma organização formal, alternando entre formas de resistência infrapolítica e também resistência armada.

Em março de 1956, por exemplo, o jornal *Imprensa Popular* noticiava a resistência dos lavradores da Fazenda Mato Grosso, em Magé, que não possuía uma organização formal. Entre as formas de resistência apontadas na reportagem, podemos citar a ida a redação do jornal e também a ida de uma comissão ao Palácio do Catete, numa tentativa de falar com o presidente. Podemos citar ainda o exemplo da Fazenda Camarão, também em Magé. Apesar de não ser organizada através de uma associação de lavradores, uma das formas de resistência utilizada foi a armada. Em agosto de 1962 o jornal *A Luta Democrática* trazia uma notícia onde o lavrador Manuel Ferreira de Lima negava a declaração do delegado Péricles Gonçalves, que alegava ter prendido armas de fogo em poder dos posseiros da fazenda. Manuel também negava ter liderado homens armados para invadir a fazenda, afirmando que os posseiros já viviam ali há mais de 15 anos e que o objetivo deles era a desapropriação das terras²⁰. Apesar de não haver na reportagem informação sobre o histórico de conflitos das terras, fica clara a existência de

²⁰ A Luta Democrática, Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1962, p. 5.

uma resistência aberta contra os grileiros, além da tentativa de ocultar a existência de armas na fazenda, de maneira a proteger o grupo de possíveis penalidades legais.

Esses exemplos também são bastante elucidativos para mostrar a auto-gestão ou auto-organização presente nos movimentos rurais do pré-1964. A auto-gestão é o elemento que abre a possibilidade para que as lutas dos camponeses ocorram sem a necessidade obrigatória de uma associação ou de um sindicato. O poder de decisão, em relação às estratégias utilizadas para resistir aos despejos e exigir a desapropriação das terras, pertence a todos os lavradores afetados, organizados através de assembleias, onde os problemas são debatidos e as possibilidades expostas, sendo executado, por todos, o que for decidido naquele espaço. Pela auto-gestão que também se explica a diversidade de formas de resistência (infrapolítica, resistência pública, resistência armada), independente do meio de organização. Isso não quer dizer que os lavradores organizados através das associações de lavradores ou da Liga Camponesa, como em Cachoeiras de Macacu, não fossem grupos auto-geridos. Através das fontes foi possível constatar que, mesmo nas associações, onde as ideias do Partido Comunista se faziam mais presente, os lavradores possuíam autonomia para escolher os camponeses a frente das associações e o que prevalecia eram as deliberações do grupo, mesmo que isso fosse contra a orientação do PCB.

O que se pode constatar é que os levantes e a resistência armada não foram opções exclusivas dos grupos camponeses organizados através de associações. Independente da forma de organização, é possível perceber que os lavradores tiveram uma ampla margem de escolha em relação às táticas e formas de resistência que seriam usadas, adaptando-as a cada situação conflitiva. Práticas infrapolíticas, como reuniões secretas, permanência na terra, recusa a pagar a meia, ocupações, entre outras, foram estratégias usadas amplamente em todo o sertão fluminense, tendo coexistido com a opção pela resistência aberta, mais expressiva a partir dos anos 1960 com os levantes armados, que aparecem por todo o Estado, independentemente da existência de organização formal ou não.

Entendemos que a auto-organização e a resistência camponesa no sertão fluminense surgem em decorrência de um contexto de expropriação das terras. A expropriação das terras não se dava apenas com os despejos, havendo inúmeras formas de violência, claras ou simbólicas que corroboravam para isso. Analisando as reportagens de jornais levantadas durante as pesquisas e as entrevistas feitas com camponeses, foi possível perceber que a mesma se dava de muitas formas: quando os interessados nas

terras falsificavam escrituras, com a destruição das casas quando ocorriam despejos, com a destruição das lavouras, quando casas eram incendiadas para coagir os lavradores a abandonarem as terras, quando, no ato do despejo, o grileiro e os policiais se apropriavam da produção e dos bens dos lavradores, quando a polícia invadia as casas e espancava camponeses com o objetivo de roubar o dinheiro deles e também através do pagamento de impostos para poder cultivar as terras, como o pagamento de parte da produção (meia, terça, quarta) ou arrendamento, pago, muitas das vezes, a pessoas que não possuíam nenhum título de propriedade das terras.

Nas reportagens de jornais analisadas, a figura do grileiro é sempre apontada como o principal responsável para que tais expropriações e violências estivessem acontecendo nos sertões. Entretanto, como pudemos perceber, a categoria grileiro abrange uma série de pessoas, figuras políticas e instituições cujo interesse principal, na maioria dos casos levantados, era se aproveitar do processo de valorização das terras e do *boom* imobiliário que diversas regiões do interior passavam, para se apropriar das terras ocupadas pelos lavradores com escrituras falsificadas, loteá-las e vendê-las.

Quadro 2 - Despejos ocorridos no sertão fluminense e pessoas/instituições envolvidas.

Nome da Área de Conflito	Cidade	Instituição/Pessoa	Área (ha)	Ano	Observação
Fazenda Caioba	Nova Iguaçu	Eduardo Duvivier/Banco da Lavoura de Minas Gerais	283	1951	Eduardo Duvivier era fazendeiro e deputado federal em 1946, sendo sócio de algumas firmas construtoras e também de bancos.
Fazendas Tinguá, Morro Agudo, Madureira e São José	Nova Iguaçu	Santa Casa de Misericórdia	-	1952	Os lavradores dessas fazendas foram surpreendidos com um processo, aberto pela Santa Casa de Misericórdia, que se dizia dona das terras e pedia a expulsão dos camponeses, que lá moravam há mais de 20 anos.
Fazenda Vitor Dumas	Santa Cruz	Ivan Villon	900	1952	Ivan Villon era vereador no Rio de Janeiro e estava construindo e vendendo lotes de terras naquela região.
Fazenda Capivari	Duque de Caxias	Orlando José Ferreira	-	1952	Orlando José Ferreira, segundo as reportagens, possuía fortes relações com políticos influentes, como Getúlio de Moura e tinha interesse nas terras às margens da Fábrica Nacional de Motores.
Lameirão	Duque de Caxias	Getúlio de Moura	-	1952	Getúlio de Moura era um político de grande influência na Baixada Fluminense, sendo prefeito de Nova Iguaçu até 1945 e Deputado Federal entre 1951 e 1968.
-	Vassouras	Banco do Brasil / Dr. Mário	-	1952	Os lavradores estavam sendo expulsos pois a fazenda havia sido vendida e viraria pasto para criação de animais.
Fazenda Chatuba	Nova Iguaçu	Banco Delamare	-	1952	Os lavradores estavam sendo expulsos pois as terras seriam loteadas e vendidas através do banco.
Fazenda Santo Antônio de Curicica	Rio de Janeiro	Polícia	-	1952	A reportagem, pequena, resume brevemente que os lavradores de Curicica estavam sendo expulsos por policiais da região.
Fazenda Coqueiros	Rio de Janeiro	Companhia Rural e Urbana do Distrito Federal e Instituto dos Industriários	-	1952	As duas companhias vinham expulsando os lavradores para realizar loteamentos na área.
Fazenda Sete Riachos, Guandu e Guandu do Sena	Rio de Janeiro	Companhia Jardim Nossa Senhora das Graças	-	1954	Os lavradores estavam sendo expulsos para que a companhia católica transformasse a região em lotes, que seriam vendidos posteriormente.
Fazenda do Largo e do Canto	São João da Barra	José Machado	484	1954	As terras foram passadas para o nome de Joaquim Brito Machado, quando era prefeito da cidade. Com sua morte, seu filho resolveu expulsar os lavradores, que pagavam o arrendamento das terras.

Piranema	Duque de Caxias	Augusto Ferreira Leitão	-	1954	Augusto Ferreira Leitão, bem como outros grileiros de Caxias, possuía ligações políticas e interesse nas terras próximas a Fábrica Nacional de Motores.
Estrada dos Bandeirantes	Rio de Janeiro	Banco de Crédito Móvel	-	1954	O banco se dizia dono dos sítios nessa região e de outras fazendas como Camorim, Vargem Pequena, Vargem Grande, abrindo loteamentos na região.
Xerém	Duque de Caxias	Yedo Fiuza	-	1954	Responsável durante o governo Vargas (1950-1954) de criar um plano rápido para o abastecimento de água da capital, Yedo Fiuza despejou camponeses da região para poder criar uma barragem.
Imbariê	Duque de Caxias	Tupinambá de Castro e Pereira Filho	-	1954	Ambos eram políticos influentes na região e tinham o interesse de criar loteamentos.
1º Distrito de Itaguaí	Itaguaí	RAISA	-	1954	A empresa, voltada para empreendimentos imobiliários, estava expulsando lavradores para lotear a área.
Fazenda do Alto	São João da Barra	Joca Sá e família Machado	121	1954	Joca Sá e a família Machado, envolvida em outro conflito na região, eram pessoas bem relacionadas com figuras políticas locais e, de acordo com os lavradores, teriam falsificado uma escritura para poder despejar os camponeses.
Km 41, 42 e 43	Duque de Caxias	Carmen Murtinho de Almeida	-	1955	A mesma era viúva de Mário de Almeida, responsável por despejar lavradores em Xerém outras vezes.
Vila São João	São João de Meriti	Antonio Ferreira Araujo e Arnaldo Silva Santos	-	1955	A área ocupada pelos lavradores fazia limite com os terrenos dos dois interessados, que entraram na justiça alegando serem donos dos mesmos e pedindo o despejo.
Fazenda Lebrão	Teresópolis	Cruz Vermelha	-	1955	As terras pertenciam a Manoel Lebrão, que ao morrer, em 1935, doou-as para a Cruz Vermelha na condição de que em 10 anos um sanatório deveria estar construído. Em 1955 a instituição resolveu tomar a propriedade e despejar os lavradores.
Vilar dos Teles	São João de Meriti	David Alberto e José Lavental	-	1955	Os dois interessados conseguiram ganhar um processo de restituição de posse, realizando um violento despejo dos lavradores da região.
Fazenda São Clemente	Volta Redonda	Bispo Dom Clemente	-	1955	Funcionava nas terras da fazenda uma escola católica, que após ser transferida de lugar, levou o Bispo a vender a fazenda. Entretanto, o comprador exigiu a expulsão dos lavradores, pois a mesma passaria a servir como pasto para animais.
Núcleo Colonial de Macaé	Macaé	Dr Cunha	-	1955	Um homem conhecido como Dr. Cunha teria invadido a área de um dos colonos do Núcleo e, ao tentar resolver junto com a administração, o colono foi despejado sob a alegação de que aquele lote, a partir de então, pertenceria ao Dr. Cunha.
Fazenda Sernambetiba	Magé	Isaac Souhmal	-	1956	Os lavradores, que pagavam arrendamento a Isaac, foram notificados, de repente, que teriam 6 meses para deixar as terras, há anos cultivadas, ou seriam despejados.
Pedra Lisa	Nova Iguaçu	Antonio Procopio e Companhia Normandia	-	1956	Pedra Lisa era uma extensa área onde Antônio e a Companhia tentavam despejar os lavradores, alegando que as terras pertenciam a Cia Normandia.
Fazenda Mato Grosso	Imbariê	Afonso Oliveira Santos	-	1956	Afonso Oliveira Santos era dono da Companhia Imobiliária Americanópolis e estava realizando loteamentos na área de Imbariê, despejando os lavradores, provavelmente, com o mesmo intuito.
Guaratiba	Rio de Janeiro	Cia Boa Vista e Agrícola Pastoril	-	1956	Os lavradores estavam sendo ameaçados de despejo pela empresa, que estava criando lotes no local.
Fazenda Piai	Sepetiba	Laudelina Lopes Monastério	-	1956	Laudelina se dizia herdeira das terras, que estavam sendo loteadas e tentou obrigar os lavradores a comprar os lotes, ameaçando expulsá-los mediante a recusa.
Fazenda Brasília	Rio de Janeiro	Prefeitura do Rio de Janeiro	-	1957	A prefeitura teria comprado a fazenda, mas, a mesma era arrendada aos lavradores por outra pessoa. A prefeitura estava então tentando despejar os lavradores, mesmo com provas de que as terras não pertenciam a pessoa que lhe vendeu.

Fonte: Quadro elaborado pela autora através de análises dos jornais Imprensa Popular e A Luta Democrática (1950-1960)

Como é possível observar através do quadro, os principais interessados em retirar as terras que os camponeses ocupavam eram empresas do ramo imobiliário, companhias que estavam realizando loteamentos, instituições como a Cruz Vermelha, a Santa Casa de Misericórdia, agentes policiais e figuras políticas ou pessoas de influência associadas a bancos, cartórios e às empresas e companhias do setor imobiliário.

Entretanto, esse processo de expropriação não foi vivenciado de forma passiva pelos camponeses. Durante anos os mesmos responderam às formas de violência

apontadas a partir do uso de resistências cotidianas, como ações infrapolíticas, práticas de discurso oculto e também com resistências públicas declaradas. Para Scott (2013), essas formas de resistência, mesmo que em pequena escala ou de forma individual, tem consequências tão importantes quanto a de um movimento social para as formas de expropriação e dominação. Mesmo quando a resistência aberta é possível e ocorre, tais formas de resistência informais continuam a ter uma significativa importância, representando, para aqueles que estão sofrendo humilhações ou sujeições pessoais, pequenos avanços e impondo limites aos que detêm o poder.

A resistência camponesa no pré-1964 se deu através do uso da resistência infrapolítica, de práticas discretas, em alternâncias com formas públicas de resistência, como nos mostra o quadro a seguir.

Quadro 3 - Formas de resistência públicas e cotidianas levantadas na pesquisa.

Formas de resistência pública, declarada:	Formas de resistências cotidianas, discursos ocultos e infrapolítica:
Passeatas	Uso de ambientes religiosos para organização camponesa
Audiências com figuras políticas	Reuniões durante cultos religiosos
Apresentação de memoriais a políticos	Reuniões em casas de lavradores
Denúncias feitas em redações de jornais	Boca-a-boca para transmitir informações
Ocupações de espaços públicos	Dissimulação ou ignorância fingida
Ações judiciais	Recusa no pagamento da meia
Saques de armas e alimentos	Recusa a sair da terra ou retorno após despejo
Revoltas armadas	Ocupações de terras sem uso
	Ameaças veladas
	Apelidos
	Construção de casas durante a noite

Fonte: Quadro elaborado pela autora, com base nos conceitos de Scott (2013) e na análise das fontes.

O discurso oculto é um comportamento meramente tático e não implica apenas um rol de reclamações feitos nos bastidores, mas sim a concretização de inúmeras estratégias discretas, cujo objetivo é minimizar a apropriação material. Como exemplos, podemos citar as reuniões que ocorriam na casa de Nilson Venâncio, durante os cultos evangélicos ou o espaço utilizado por Pureza, em um centro de Umbanda, para conversar com os camponeses sobre a necessidade de se organizar; as reuniões que aconteciam nos terreiros das casas de lavradores; as informações que eram levadas de casa em casa quando não era possível se encontrar, como relatou Joaquim Antônio; a ignorância fingida, utilizada pelo lavrador João Marques quando os guardas da Fazenda Nova

Brasília, em Paciência, o ameaçavam, bem como o hábito dos lavradores recém chegados construírem suas casas durante a noite, nessa mesma fazenda, para que os guardas não vissem e destruíssem; as ameaças de resistência veladas que apareciam nas notícias de despejos, onde os lavradores informavam que iriam se organizar para resistir e os apelidos, como o dado ao cabo da polícia em Xerém, que era chamado entre os lavradores e também na imprensa de “cabo Jumento”, numa clara expressão da raiva que os camponeses nutriam dele.

Já como exemplos de infrapolítica, podemos citar a recusa no pagamento de taxas, como ocorreu na Fazenda do Alto, em São João da Barra. Considerando as ameaças de despejo que vinham acontecendo, os lavradores decidiram parar com o pagamento da metade da produção; a recusa a sair das terras ou retorno após o despejo, iniciando novamente a construção da casa e da lavoura, o que foi muito frequente em todo o sertão fluminense e as ocupações de terras que não estavam sendo utilizadas, mesmo que houvesse proprietário, como relatou Joaquim Antônio em relação à fazenda São Lourenço e áreas vizinhas.

Tais resistências têm ligação direta com a forma de organização do grupo, visto que resistências públicas são mais constantes quando se tem uma organização formal, já que uma atividade política expressiva pode representar represálias. Já as formas de resistência cotidiana são mais expressivas em uma organização informal, visto que é preciso redes informais de parentes, vizinhos, laços comunitários para que ela se concretize. O processo de auto-organização dos lavradores do Rio de Janeiro adaptou tais formas de resistência de acordo com os contextos vividos, tendo momentos em que era possível resistir apenas através da infrapolítica e momentos que a organização levou a formas de resistência pública, como os levantes armados iniciados na década de 1960.

Os movimentos ocorridos no campo construíram-se enquanto uma forma de resistência em relação ao contexto de violência imposto por grileiros com o auxílio do aparato judicial e policial do Estado. Através de sua consciência política, os lavradores estavam tentando desnaturalizar uma situação de opressão, humilhação e expropriação impostas há mais de uma década. Além disso, como todo o conjunto de fontes apontam, a ação insurrecional ocorrida nos sertões fluminenses representou um processo descentralizado, sem a existência de lideranças permanentes, pautado em formas de resistência infrapolítica e na resistência aberta, tendo como finalidade a desapropriação das terras que há tantos anos eram ocupadas por camponeses.

Considerações finais:

Através da análise das fontes e dos conflitos ocorridos no Estado do Rio de Janeiro, foi possível perceber que quem se revoltou no sertão fluminense foi um campesinato pobre, formado por arrendatários, posseiros, parceiros, meeiros, colonos e lavradores. Também se notou que os camponeses do sertão fluminense possuíam um código cultural próprio, suas próprias concepções de justiça e também de luta, não sendo havendo necessidade de agentes externos (igreja, instituições, partidos políticos) que lhe impelisse a lutar pela terra.

O campesinato que se insurge era, em sua maioria, formado de ocupantes ou trabalhadores em terras que, até os anos 1950, se encontravam abandonadas pelos que se diziam donos. A partir dessa década os camponeses começam a desenvolver formas de resistência contra os incontáveis despejos, iniciados, na maior parte dos casos, devido à especulação imobiliária e a ganância dos grileiros. Quanto a esses últimos, a partir dos dados levantados na pesquisa, pudemos perceber que a categoria envolvia uma série de atores e instituições públicas e privadas, como bancos, figuras políticas ou pessoas relacionadas a essas, empresas ligadas ao ramo imobiliário, instituições filantrópicas, a igreja, a polícia e até mesmo prefeituras.

Em nossa opinião, a resistência camponesa surge desse contexto de expropriação e de dominação imposto pelos grileiros, que se impunha através da cobrança de taxas em terras que, muitas vezes, eram públicas, dos despejos, das violências usadas para coagir os trabalhadores a deixar as terras, na falsificação de escrituras, nos roubos, na extorsão, entre outras formas. Percebemos a existência de formas cotidianas de resistência, como reuniões secretas, uso de espaços religiosos para se reunir ou tratar da necessidade de organização, construção de casas durante a noite, dissimulação, recusa no pagamento de taxas, uso do “boca-a-boca” para transmitir informações, ameaças veladas feitas através das denúncias em jornais, incêndios, depredações e criação de apelidos pejorativos para grileiros ou policiais. Como formas de resistência pública, encontramos as denúncias feitas nas redações de jornais, as ocupações de espaços públicos ou de fazendas, ações judiciais, saques em armazéns e o uso de violência militar, sobretudo nos levantes ocorridos nos anos 1960.

A auto-organização se fez expressa no mutualismo e nas relações de solidariedade estabelecidas com trabalhadores rurais das mais distintas regiões do estado e com

sindicatos (algo que rompe com a dicotomia entre rural e urbano), bem como no fato das formas de resistência, que também alternaram entre ações infrapolíticas, resistências públicas e uso de violência militar, serem decididas pelo coletivo, independente da forma de organização ou orientações partidárias.

A insurgência camponesa se deu de forma generalizada em todo o sertão fluminense. Não sendo possível em um trabalho desse porte levantar e analisar de forma qualitativa todos os conflitos ocorridos, nos limitamos a utilizar alguns dos muitos exemplos e conflitos encontrados nas páginas dos jornais *Imprensa Popular*, *Última Hora* e *A Luta Democrática*. Apesar de cada conflito guardar suas especificidades, podemos dizer que a resistência no sertão fluminense representou a expressão regional de um contexto global de insurgência camponesa, iniciada no Brasil com a guerrilha de Porecatu (1947) e encerrado com a desarticulação da guerrilha do Araguaia (1974). A partir de movimentos auto-organizados, o movimento camponês do sertão fluminense alternou entre formas de resistência cotidiana e resistência pública, fazendo também o uso de violência militar e de levantes camponeses para reivindicar a desapropriação das terras. Tais expressões locais de luta tentaram ser silenciadas pela imprensa e por partidos políticos, o que torna difícil a sua presença em documentos oficiais, nos levando a ler nas entrelinhas das fontes as formas de resistência utilizadas.

Ao longo da pesquisa também nos deparamos com a existência de distintas formas de organização, sendo a forma mais comum as associações de lavradores. Havia também uma liga camponesa, em Cachoeiras de Macacu, na fazenda São José da Boa Morte e outras regiões que se organizaram de maneira informal para resistir aos despejos, como é o caso da Fazenda Mato Grosso, em Magé. Desapropriada em 1963, os lavradores da mesma se organizaram de maneira informal, fazendo uso das resistências públicas já citadas para reivindicar a posse da terra. Na fazenda Camarão e Rio Doce, no mesmo município, os camponeses optaram pelo uso da violência militar, mesmo não estando organizados de maneira formal, através de uma associação.

Tais exemplos comprovam a ideia de que os trabalhadores rurais do Rio de Janeiro tiveram uma ampla margem de escolha em relação às formas de resistir (infrapolítica, resistência pública, violência militar) e também de se organizar (associações de lavradores, ligas camponesas, organizações informais), elemento que em um muito caracteriza a auto-organização que tentamos demonstrar nesse artigo.

Referências Bibliográficas:

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995, p. 145-151.

CASTORIADIS, Cornelius. *Socialismo ou barbárie: o conteúdo do socialismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

FERREIRA, Andrey C. (Org.). *Pensamento e práticas insurgentes: anarquismo e autonomias nos levantes e resistências do capitalismo no século XXI*. Niterói: Alternativa, 2016.

GRYNSZPAN, Mário. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Rio de Janeiro, PPGAS/MN/UFRRJ. Dissertação de Mestrado, 1987.

LIMA, Ulisses M. *Luta armada - Baixada Fluminense (1961)*. 1985, edição do próprio autor.

MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a Política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1981.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Lutas e resistências em contextos expressivos: reflexões a partir do Estado do Rio de Janeiro *In* RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk; SECRETO, Maria Veronica (Orgs.) *Agrarismos: Estudos de história e sociologia do mundo rural contemporâneo*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

_____. (Coord.) *Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*. Relatório Final, 2015.

MENEZES, Marilda Aparecida de. O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott. *Raízes*, vol. 21, nº 01, jan-jun/2002.

PEDROZA, Manoela. Lavradores radicais: táticas da luta nos sertões cariocas (1950-68). *Trajetos Revista de História UFC*, Fortaleza, v. 2, n. 4, p. 113-126, 2003.

_____. *Terra de resistência: táticas e estratégias camponesas nos sertões cariocas*. Dissertação (Dissertação em História) – Programa de Pós Graduação em História da UFRGS, Rio Grande do Sul, 2003.

PUREZA, José. *Memória camponesa*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

SCOTT, James. *Elogio del Anarquismo*. Crítica. Barcelona 2013.

_____. *A Dominação e a Arte da Resistência*. Lisboa: Letra Livre, 2013.

SILVA, Bráulio Rodrigues; MEDEIROS, Leonilde Sérvolo. *Memórias da Luta pela Terra na Baixada Fluminense*. Mauad, 2008. THOMPSON, E. P.. *Costumes em comum*. 1998. São Paulo: Companhia das Letras, 528p.

WELCH, Clifford Andrew. Movimentos sociais no campo até o golpe militar de 1964: a literatura sobre as lutas e resistências dos trabalhadores rurais do século XX. *Lutas e*

Resistência, Londrina, V.1, p. 60-75, set. 2006.

WELCH, Clifford Andrew [et al.]. *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*, v.1. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

O DATALUTA E AS EXPRESSÕES DA LUTA CAMPONESA: REFLEXÕES PARA A COMPREENSÃO DA SOLIDARIEDADE QUE VEM DO CAMPO

João Paulo de Almeida Lopes¹

Janaina Francisca de Souza Campos Vinha²

1. INTRODUÇÃO

A luta pela terra no Brasil, perpassa gerações e capítulos da história que ilustram e escancaram a desigualdade socioeconômica presente ainda no nosso cotidiano. A disputa territorial travada entre o latifúndio, o Estado e pequenos camponeses que buscam e lutam diariamente pelo direito à terra, ilustra um Brasil marcado pela opressão voltada aos menos favorecidos, e desamparados pelo Estado que de maneira pífia, coloca em prática as poucas políticas públicas que respaldam estes indivíduos. Atualmente, diversos movimentos socioterritoriais promovem políticas de reforma agrária, e dão continuidade a uma luta diária na busca pelo reconhecimento dos seus direitos básicos.

Os movimentos socioterritoriais ao longo da sua história e formação, sempre estiveram atrelados a desigualdade territorial, econômica e social brasileira. Apesar dos percalços, a luta territorial se mantém viva e resistente dia após dia, através das suas articulações e movimentações autônomas e alheias a existência ou não, da reforma agrária. A luta se faz presente através das manifestações, ocupações de terras, entre outras maneiras, que se modificam e se adaptam a conjuntura política, social e econômica, estando presente em âmbito nacional.

O presente estudo, busca compreender a luta territorial, suas articulações e maneiras de materializar esse embate que perdura gerações na história brasileira. Indo além, diversos estudiosos se dispõem a estudar este fenômeno, e fortalecem dentro do ambiente acadêmico, a promoção da reforma agrária, levando debates, reflexões e quebra de estigmas no que diz respeito à temática. O DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra, é um grupo de pesquisa que atualmente se encontra espalhado por todas as regiões do Brasil, e segue registrando essa luta territorial através de notícias que evidenciam essas ações, se mostrando um exemplo claro destes estudos.

Assim como os movimentos socioterritoriais, a Rede DATALUTA passou por modificações na sua metodologia, sendo a última colocada em prática em 2020, que ficou marcado pelo início da pandemia provocada pela COVID-19. Através desta recente modificação, os integrantes puderam compreender, as mudanças nas articulações dos movimentos, como as ações de solidariedade promovidas por diversas organizações, e que demonstram que, as barreiras para os movimentos, se modificam conjuntamente.

2. LUTA PELA TERRA

¹ João Paulo de Almeida Lopes — Graduando em Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), pesquisador do Núcleo de Estudos Territoriais e Agrários (NaTERRA) e Extensionista DATALUTA vinculado ao Programa de Extensão Universitária (PROEXT) da UFTM. jpaulo.geouftm@gmail.com

² Janaina Francisca de Souza Campos Vinha — Coordenadora do Núcleo de Estudos Territoriais e Agrários (NaTERRA). Docente do Departamento de Geografia (DEGEO) da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e docente credenciada no Programa de Pós-graduação e Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe — Universidade Estadual Paulista (UNESP). janaina.vinha@uftm.edu.br

A luta pela terra no Brasil, perpassa gerações e capítulos da história que ilustram e escancaram a desigualdade socioeconômica presente ainda no nosso cotidiano. A disputa territorial travada entre o latifúndio, o Estado e pequenos camponeses que buscam e lutam diariamente pelo direito à terra, ilustra um Brasil marcado pela opressão voltada aos menos favorecidos, e desamparados pelo Estado que de maneira pífia, coloca em prática as poucas políticas públicas que respaldam estes indivíduos. Atualmente, diversos movimentos socioterritoriais promovem políticas de reforma agrária, e dão continuidade a uma luta diária na busca pelo reconhecimento dos seus direitos básicos. O Geógrafo e Pesquisador da Universidade Estadual Paulista - UNESP, Bernardo Mançano Fernandes em seu estudo “Formação e Territorialização do MST no Brasil: 1979-2005”, explica de maneira simples este fenômeno, ao colocar que [...] a luta pela terra avança alheia à existência ou não de um plano de reforma agrária (p. 139). Isso se deve às ações autônomas dos movimentos socioterritoriais.

A luta pela terra se faz presente e sempre esteve atrelada a questão dos privilégios de uma classe dominadora. Para isso, se torna inevitável não lembrar períodos onde a divisão territorial brasileira, sempre esteve nas mãos de grandes latifundiários que perpetuam o poder de grandes extensões de terras. Do outro lado, encontramos uma parcela de camponeses oprimidos, que resistem a estas grandes investidas e lutam pelo seu espaço e protagonismo, através de ações em paralelo a políticas impostas, acompanhando as conjunturas governamentais. Fato é que, as políticas públicas até então, não mostraram eficácia ao atender estes indivíduos e tampouco, dispostas a ouvir suas demandas. Com o passar dos anos, e com o aumento das desigualdades socioeconômicas, estes embates se acirraram consideravelmente.

A partir da década de 80, no mesmo período em que o Brasil passava pelo processo de redemocratização após o golpe militar, as ações dos movimentos socioterritoriais cresceram de maneira abundante. Embora houvesse anteriormente, pequenos vestígios de reconhecimento da luta camponesa, como o Estatuto da Terra³ elaborado ainda no regime militar na década de 60, houveram de fato, benefícios mínimos para estes agentes, como explica Fernandes (2007) ao expor que neste contexto [...] o objetivo do governo não era aplicar a lei, mas controlar os conflitos por terra (p. 141). O que ocorria então, eram respaldos que asseguravam a denominada agricultura capitalista, voltada para o grande produtor. Este contexto da história da democracia brasileira, ficou marcada pela opressão em múltiplos aspectos, e no campo, não se mostrou adversa. Anos mais tarde, a partir da década de 70 os primeiros indícios de uma consolidação dos movimentos socioterritoriais foi ganhando forma, e se consolidou com a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST em 1984, passando a ser presente em todas as regiões brasileiras e sendo oficializado como um movimento nacional. Cabe ressaltar ainda, que neste contexto, a economia global passava por mudanças e o neoliberalismo apontava como uma realidade cada vez mais próxima, causando assim, uma mobilização para promover a reforma agrária, frente às desigualdades que se acirraram, como explica Miguel Carter em sua obra “Combatendo a Desigualdade Social: O MST e a Reforma Agrária no Brasil”.

A crescente urbanização no Terceiro Mundo, o aumento da produção agrícola com a introdução de tecnologias modernas, a queda do comunismo, a ascensão do neoliberalismo e a expansão dos conglomerados do *agribusiness* global contribuíram para a formação desse novo clima de opinião com respeito à redistribuição fundiária. Nesse contexto, uma curiosa contratendência começou a se desenvolver no Brasil. Na década de 1980, surgiram diversas mobilizações

³Estatuto da Terra - 30 de novembro de 1964: Art. 1º Esta Lei regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola. Para consulta completa: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm

populares pressionando o Estado a promover a reforma agrária, criando no processo um dos movimentos sociais mais duradouros da história: o MST. (CARTER 2010, p. 37).

Desde então, os movimentos socioterritoriais permanecem dando continuidade na luta pela conquista espacial e territorial. Entretanto, no decorrer dos anos, diversos percalços dificultaram ainda mais estes embates. Um dos fatores principais que podem ser apontados neste caso, é a criminalização dos movimentos. Carter (2010), explica essa criminalização que vem crescendo de maneira abundante, ao expor que “[...] nos últimos anos, a direita chegou a ponto de caracterizar as ocupações em massa organizadas pelo MST em grandes propriedades rurais, em sua maioria ociosas, como “atos de terrorismo (p. 40)”. Isso se deve principalmente pela ascensão de políticas com ideais voltados ao conservadorismo moral, que classificam e repassam a ideia dos conflitos provocados, como ataques terroristas. Miguel Carter fez essa leitura em 2010 e contextualizando com a realidade atual, é perceptível que essa questão vem se agravando dia após dia, principalmente após a vitória do atual Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, que se autodeclara explicitamente conservador e contra políticas públicas voltadas aos planos da reforma agrária, demarcação de terras indígenas e quilombolas, entre outras pautas.

Em decorrência destas investidas da direita ultraconservadora brasileira, a luta pela terra se torna uma disputa ainda mais árdua do que a história conta. A título de exemplo, recentemente em plena quarentena em decorrência do COVID-19, um acampamento que resiste a mais de duas décadas em Campo do Meio, localizado no sul do estado de Minas Gerais, sofreu uma tentativa de reintegração de posse, que comoveu e mobilizou as redes sociais, que demonstraram indignação e puderam conhecer de maneira mais próxima, as ações do governo do estado que segue a mesma tendência de muitos outros locais no Brasil. Notícias semelhantes, se mostram cada vez mais presentes nos veículos informativos, se repetindo e escancarando o descaso e a violência regada de brutalidade que estes indivíduos vivenciam. Como citado anteriormente, os movimentos socioterritoriais diante da conjuntura política, se articulam e se organizam em ações autônomas.

A luta pela terra se materializa e se territorializa de diversas formas. Dentre estas, cabe destacar as manifestações feitas em espaços públicos, ou bloqueios de estradas, rodovias, ferrovias, entre outros; a ocupação de terras, que ocasionalmente se destaca como um mecanismo para o fortalecimento do campesinato, se tornando a forma mais explícita da resistência. Além disso, há outras maneiras de expressar a luta no campo, como marchas, eventos temáticos, rodas de conversas, debates e reflexões e aproximação com o ambiente acadêmico para levar para dentro das universidades o conhecimento acerca da realidade camponesa no Brasil, bem como fomentar e promover políticas de reforma agrária. A partir disso, diversos pesquisadores em distintas áreas e especificidades se dedicam a compreender, pesquisar e estudar estes embates territoriais, como abordaremos no próximo tópico.

3. DATALUTA - BANCO DE DADOS DA LUTA PELA TERRA

O DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra, é um projeto de pesquisa e extensão, promovido por um grupo de pesquisadores em parceria com representantes dos movimentos socioterritoriais, que mantém como pauta principal o registro das movimentações e articulações no que se refere a luta camponesa no Brasil. O projeto que surgiu em 1998 no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) campus Presidente Prudente, atualmente conta com universidades parceiras espalhadas por todas as regiões do Brasil, que fortalece essa ação coletiva no registro dos dados e ilustram o cenário do

campesinato brasileiro e suas diferentes nuances, levando para o meio acadêmico a discussão e a reflexão acerca do embate territorial que perdura pela história do Brasil.

A metodologia utilizada pelo projeto, é composta deste conjunto de procedimentos para sistematizar de forma rigorosa os dados de fontes primárias e secundárias nas escalas municipal, estadual, macrorregional e nacional (DATALUTA 2019, p. 9). De maneira breve, as fontes conhecidas como “primárias”, são aquelas passadas diretamente para a equipe do projeto e geralmente, são transmitidas pelos integrantes dos movimentos socioterritoriais. Ao lado, permanecem as fontes secundárias que são notícias referentes a temática, publicadas em veículos informativos, como jornais, folhetins ou as redes sociais - acompanhando as mudanças na forma de obter informações. Além disso, atividades pautadas na coleta de dados, organização, confrontação e análises, são promovidas para agregar e apresentar os resultados obtidos através do Relatório DATALUTA Brasil, que é publicado anualmente desde 1999. Entretanto, ao longo dos anos, modificações na metodologia foram feitas conforme as demandas internas e externas foram surgindo, acompanhando o cenário político nacional.

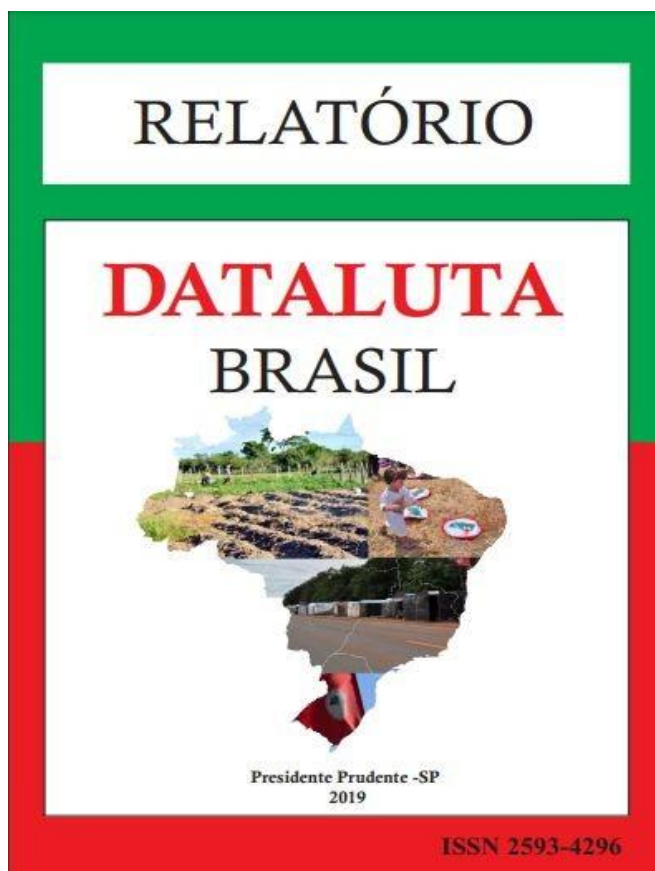


Imagem 1: Relatório anual publicado pela Rede DATALUTA. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/343268845_RELATORIO_DATALUTA_BRASIL_2019>, acesso em novembro de 2020.

Os registros são categorizados em eixos temáticos, que no passar dos anos também sofreram alterações. Entretanto, a priori, se estabelecem as ocupações de terras, os assentamentos rurais, a estrutura fundiária, as manifestações, a prática da estrangeirização de terras, e mais recentemente foi incluída a categoria JURA que é destinada às Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária - promovidas pelas instituições de ensino e grupos de pesquisas. Porém, no que se refere a cronologia dos registros, há também uma diferenciação temporal, como exemplo os dados de assentamentos rurais que são

contabilizados a partir de 1979, ou as ocupações a partir de 1988, as manifestações a partir de 2000, a estrangeirização de terras a partir de 2013 e as Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária em 2019, ilustrando assim, as alterações citadas. Além disso, outras organizações são lidas como fontes para a Rede DATALUTA, em destaque a CPT (Comissão Pastoral da Terra) no eixo das ocupações e manifestações no campo, o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) a frente dos assentamentos rurais, e o SNCR (Sistema Nacional de Cadastro Rural) na estrutura fundiária.

Ao longo da trajetória da Rede, as universidades e demais grupos de pesquisas parceiros se mostraram fundamentais na execução da metodologia adotada. Até 2019 as universidades e os grupos de pesquisas eram responsáveis pela coleta de dados referente ao estado de sua alocação. Sendo assim, os respectivos integrantes realizavam o trabalho de acompanhar a conjuntura agrária do seu estado, através da perspectiva de três categorias principais: manifestação, ocupação e estrangeirização de terras. A partir destes dados coletados, a organização se dava através da utilização do *software* Microsoft Excel. A planilha das manifestações eram categorizadas em: macrorregião; a Unidade Federativa (UF) identificando a sigla do estado que ocorreu a expressão de luta; a mesorregião ao lado da microrregião; o município da ocorrência bem como a identificação pelo código fornecido pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística); o tipo de manifestação (bloqueio de estradas, concentração em praça pública, etc); a localidade dentro do município; o número de pessoas envolvidas; o nome ou a sigla do movimento participante e responsável pela ação; a data; o grupo de pesquisa que efetuou o registro e um espaço dedicado para observações. Com relação a planilha dedicada às ações de ocupações, a metodologia era um tanto quanto semelhante, mas apresentava algumas adequações. Assim como a primeira citada, havia um espaço dedicado para a macrorregião; a Unidade Federativa (UF); a microrregião; o município e o seu código perante ao IBGE; o nome do imóvel ocupado sendo o ponto de partida nas mudanças subsequentes; o número de ocupações no local indicado; o número de famílias envolvidas na ação (sendo outra mudança perante a categoria anterior); o nome ou a sigla do movimento socioterritorial responsável; a data e também um espaço dedicado para observações. No que se refere a estrangeirização de terras, os grupos de pesquisas coletavam esses dados, armazenavam as notícias e ao final do mês enviavam juntamente com os outros materiais para a equipe geral que se encarregava da organização e posteriormente, utilizavam estes dados para a elaboração do relatório anual.

Entretanto, durante o XIII Encontro Nacional da Rede DATALUTA, que ocorreu em 2019 durante o início do mês de dezembro em São Paulo no Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista, foi apresentada mudanças metodológicas em decorrência de conflitos externos com outras fontes citadas anteriormente. A partir da reunião que contou com a participação da maior parte dos pesquisadores, ficou decidido em quorum, que a Rede passaria por mudanças no que se refere a coleta de dados, afetando diretamente as categorias e o modelo sistemático de registros. A mudança desencadeou um processo de reaprendizagem para os integrantes, que desde então, são responsáveis pela coleta de dados em âmbito nacional, quebrando a barreira estadual que se mantinha. Com a mudança metodológica, uma das ferramentas principais para o acompanhamento da conjuntura agrária no Brasil, tem sido o cadastro de palavras chaves na plataforma *Google Alerts*, que diariamente envia para o e-mail cadastrado pelos grupos de pesquisas, uma curadoria de notícias que envolvem as palavras chaves utilizadas. Além disso, os grupos parceiros ficaram responsáveis por coletar dados a partir dos seguintes eixos: Agrário, Estrangeirização de terras e as JURA.

No âmbito agrário a pluralidade de notícias, vem chamando atenção, pois desde então, todas as notícias referente a luta, a saúde, e a resistência no campo, se tornou objeto de registros para a rede, evidenciando que a luta campesina possui múltiplas facetas. Outros

temas ligados a agroecologia, a causa indígena e quilombola passaram a contabilizar e a agregar a categoria. No aspecto do eixo de estrangeirização de terras não houveram mudanças significativas com relação ao trabalho efetuado anteriormente, e o mesmo se mantém na categoria que contempla as Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária.

A Rede DATALUTA está presente como Projeto de Extensão Universitária na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) de maneira contínua desde 2015, junto ao Núcleo de Estudos Territoriais e Agrários (NaTERRA), sendo um dos representantes do estado de Minas Gerais, ao lado da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e a Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL). Os representantes do projeto na região do Triângulo Mineiro, experienciaram a dicotomia metodológica e segue de maneira constante aperfeiçoando as novas diretrizes e notando mudanças significativas na escala numérica dos registros efetuados. A leitura desta dinâmica numérica tem sido feita principalmente em decorrência do aspecto político brasileiro e a retomada da política conservadora. Anteriormente a Rede DATALUTA adotava eixos diretos e simplificados, mantendo objetivos lineares no que se refere ao conteúdo dos dados coletados. O resultado disso, foi um decréscimo acentuado no número de ocupações e manifestações a partir de 2018, se agravando ainda mais em 2019, coincidentemente com a posse do atual presidente da República Jair Messias Bolsonaro.

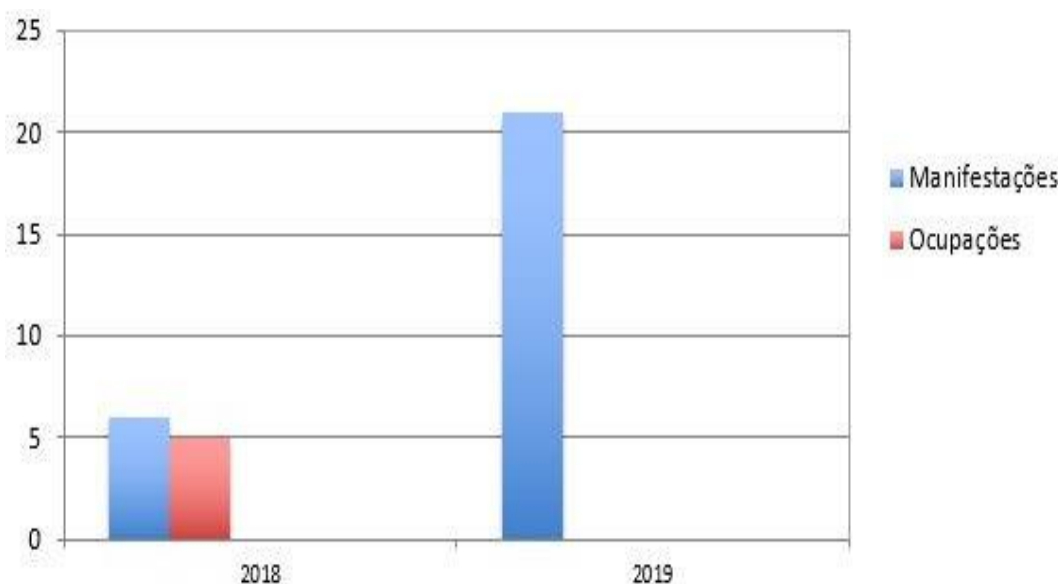


Gráfico 1: No gráfico elaborado pelo grupo de pesquisa NaTERRA da Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM, comparando 2018 e 2019, fica evidente que, o grupo de pesquisa não coletou nenhuma ocupação de terras em 2019, demonstrando assim, um período de recuada dos movimentos socioterritoriais. Entretanto, o número de manifestações cresceu consideravelmente, mas no que diz respeito ao conteúdo das manifestações ocorridas em 2019, se destacam as Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária (JURA) - que passou a contabilizar e foi adicionada na categoria de manifestações da Rede DATALUTA, e outras esporádicas como a Greve Geral contra a Reforma da Previdência.

A nova metodologia entrou em vigência para os pesquisadores da rede a partir de 2020, e desde o seu início manteve um número elevado de notícias e pautas relacionadas a questão agrária, e sobretudo, vem destacando novas formas de lutas e formas de refletir acerca do espaço. A vigência coincidiu com o período que vivenciamos atualmente frente a pandemia provocada pela COVID-19, e através deste novo modelo, vem sendo possível acompanhar as novas movimentações, e ações de lutas durante o período da quarentena que refletem diretamente nas notícias arquivadas. Temas como a saúde no campo, a agroecologia e suas feiras, ações de solidariedade promovidas pelos próprios movimentos socioterritoriais com

doações de alimentos e outros insumos para comunidades em estado de vulnerabilidade social, refletindo a ausência de políticas assistencialistas, são destaques para as temáticas encontradas nos mais de 500 registros efetuados entre março e setembro pela equipe do NaTERRA. Entretanto, a conjuntura pandêmica que enfrentamos atualmente, propiciou como um facilitador para a violência latifundiária e os embates territoriais, e indo além, para o descaso com a causa indígena e quilombola.

Com a mudança metodológica, o DATALUTA vem evidenciando que assim como o Brasil possui múltiplas diversidades, a luta campesina segue a mesma lógica com suas diferentes especificidades. Desde sua origem, o projeto se propõe a demonstrar e protagonizar estes sujeitos do campo que são negligenciados e lidos como à margem da sociedade, dando voz e levando a discussão para o meio acadêmico e reafirmando a importância de políticas de reforma agrária.

4. AS AÇÕES DE SOLIDARIEDADE EM MEIO A PANDEMIA

Em março de 2020, nos deparamos com a nova realidade que seria imposta frente a um vírus desconhecido, que obrigaria a sociedade mundial tomar novas condutas. Com diferentes tipos de *lockdowns*, a quarentena em decorrência da COVID-19 foi instaurada afetando a população de maneira geral. Após meses vivenciando esta nova realidade, é possível afirmar que todos foram afetados em diferentes escalas. Durante esse processo, acompanhamos as recuadas econômicas, e o fechamento de diversos setores empregatícios. A taxa de desemprego subiu consideravelmente, e aqueles que já enfrentavam a realidade da vulnerabilidade socioeconômica, se deparou com um obstáculo nunca antes visto, dificultando assim, a mudança deste quadro. No Brasil, após insistência da oposição ao governo Bolsonaro, houve então, a implantação do denominado Auxílio Emergencial que a priori, se pautava em três parcelas distribuídas mensalmente no valor de 600 reais, e que posteriormente foi estendido e continuará sendo pago até o mês de dezembro, mas no valor de 300 reais. Entretanto, essas medidas passaram por diversos percalços no decorrer da sua implantação, como falhas no sistema de cadastro, cortes inexplicáveis, entre outros fatores que cabem em outro estudo. Essas intercorrências apresentaram um grande déficit na relação dos indivíduos que de fato, receberam esse valor. Acompanhamos assim, diversas reportagens que denunciavam as irregularidades, e ineficácias no processo para cadastramento, e até mesmo o recebimento do valor calculado.

A partir disso, como citamos anteriormente, as vulnerabilidades socioeconômicas foram se acirrando e demonstrando de maneira ainda maior, as desigualdades que enfrentamos no nosso país. Grupos de pesquisas dedicados a acompanhar e fortalecer a luta campesina, deram continuidade nas suas atividades de maneira remota, e como foi explicado no tópico anterior, o DATALUTA é um exemplo claro deste trabalho que não parou mesmo durante este processo - embora haja algumas modificações, mas não de maneira brusca. A Rede DATALUTA, monitorando as movimentações do campo, e dando continuidade no seu banco de dados, percebeu que as temáticas registradas foram mudando, mostrando mais uma vez, que a luta no campo se altera conforme a conjuntura social e política. Essas mudanças começaram logo no início da quarentena. Embora houvesse ainda, embates e disputas territoriais - por questões de segurança -, essa luta foi direcionada para novas articulações, como por exemplo, as ações de solidariedade e amparo a comunidades em situações de vulnerabilidade. A nova metodologia adotada pelo DATALUTA no que se refere a coleta de dados, possibilitou o registro destas novas articulações.

Sendo assim, a equipe DATALUTA passou a presenciar diversas ações dos movimentos socioterritoriais que, em diversas ocasiões, se mobilizaram e propuseram a promover doações de alimentos e outros insumos para comunidades carentes no meio urbano, outras

comunidades rurais, etc. Contudo, essas ações não foram tão divulgadas nas mídias populares que obtém as maiores audiências brasileiras. Essas ações não foram transmitidas em jornais no horário nobre, e tampouco ganharam o reconhecimento em outras mídias com grande audiência. Em uma leitura simples, é impossível não relacionar a estigma de movimentos terroristas que, mesmo promovendo ações que beneficiam aqueles que não fazem parte das articulações, não merecem destaque para que haja essa outra visão, e a desconstrução do pressuposto perpetuado pela história, e fortalecido por aqueles que não reconhecem a luta, ou se recusam a dar espaço. Apesar disso, as ações deram continuidade totalizando entre março e setembro, mais de 2 mil toneladas de alimentos e outros insumos, registradas em mais de 80 reportagens, boletins e afins, publicados em mídias alternativas, e coletados pelo grupo de pesquisa NaTERRA - integrante da Rede DATALUTA -, da Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM.

Dentre os movimentos envolvidos, cabe destacar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, Movimento dos Atingidos Por Barragens - MAB, movimentos quilombolas, movimentos indígenas, entre outros. Como forma de contribuir na divulgação das ações realizadas, o grupo de pesquisa NaTERRA, em sua página no Instagram e Facebook, com um alcance de aproximadamente 2 mil acessos - contabilizando ambas -, promoveu uma publicação enfatizando e contribuindo no repasse destas ações, que merecem destaque e foram negligenciadas. Além disso, o grupo promoveu ações estimulando o compartilhamento, aumentando assim, seu engajamento.



projeto_facu



DATALUTA

MST doa 300 cestas básicas a indígenas Guarani Kaiowá de Dourados, Mato Grosso do Sul MST doa 3,5 toneladas de alimentos orgânicos em Vitória da Conquista

Sindicatos distribuem 200 cestas para moradores de São José e Jacareí Sindicatos distribuem 200 cestas para moradores de São José e Jacareí

Leite de pequenos produtores da PB é distribuído entre famílias carentes MST no Vale do Rio Doce doa alimentos para celebrar o dia das mães

No Ceará, ação de solidariedade apoia famílias atingidas por enchentes em Inhamuns Alimentos produzidos por assentados vão alimentar famílias carentes na Paraíba

Parceria entre Governo do Estado e Prefeitura beneficia famílias carentes com kits de alimentos da agricultura familiar MST produz sabão e vai distribuir para caminhoneiros em rodovias

Cestas básicas montadas por quilombolas de SP serão destinadas a comunidades indígenas MST dedica doação de 500 toneladas de alimentos a vítimas de Ebrexado de Carajás

MST doa 1.500 litros de leite para o Hospital de Clínicas da UFPR em Curitiba Indígenas doam mais de 600 kg de alimentos para famílias carentes prejudicadas pela Covid-19 em Rondônia

MST doa 5 toneladas de alimentos a comunidades urbanas e indígenas em Curitiba Em Rondônia, MST doa 3 mil quilos de alimentos para Fundação Casa e Apae

Movimentos sociais doam alimentos e máscaras para famílias de baixa renda MST REGIONAL SUDESTE FAZ DOAÇÃO DE ALIMENTOS EM ISRAEL

Em FF, famílias do MST doam 1,5 mil quilos de alimentos orgânicos para projeto social

MST doa mais de 2,5 toneladas de alimentos no Rio Grande do Sul

Durante pandemia, agricultores familiares distribuem 439 toneladas de alimentos no Ceará

DATALUTA - EDIÇÃO N. 2

SOLIDARIEDADE EM MEIO A PANDEMIA

AS AÇÕES REGISTRADAS NO BRASIL, CONTABILIZARAM APROXIMADAMENTE MAIS DE 1,2 MIL TONELADAS DE ALIMENTOS E INSUMOS DOADOS.



Para obter mais informações sobre a COVID-19, acesse saude.gov.br.



Imagem 2: Publicação autoral do grupo de pesquisa NaTERRA da Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM, publicado no Instagram e compartilhado no Facebook, evidenciando as ações de solidariedade dos movimentos socioterritoriais. Publicado em 12 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CBVz7GybbW/> acesso em novembro de 2020.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta pela terra no Brasil perpassa gerações e se perpetua em conjunto com a opressão daqueles que buscam por um espaço para viver e produzir seu próprio sustento. Reforçando a ideia proposta pelo professor Bernardo Mançano Fernandes, [...] a luta pela terra avança alheia à existência ou não de um plano de reforma agrária (p. 139). Isso se deve em decorrência das movimentações autônomas dos movimentos socioterritoriais, que desde a sua formação, passou por inúmeros obstáculos que são enfrentados ainda no contexto atual. Sua articulação alcança barreiras nacionais, reunindo milhares de indivíduos que possuem o propósito em comum, da conquista territorial que sempre esteve nas mãos dos grandes latifundiários. Sem amparo eficaz estatal, enfrentando ausência de aplicação das políticas

públicas, a luta pela terra escancara um Brasil desigual, voltado para a grande produção capitalista que despreza aqueles que vão contra essa ideia.

Grupos de pesquisas como a Rede DATALUTA que surgiu na UNESP de Presidente Prudente em 1998 e atualmente conta com parceria em diversas universidades e grupos de pesquisas espalhados por todas as regiões do Brasil, sendo a Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM um dos integrantes dentro do grupo de pesquisa NaTERRA representando o estado de Minas Gerais, fortalece essa luta ao levar para dentro do ambiente acadêmico, a importação da reflexão, discussão, e promoção da reforma agrária. A Rede DATALUTA vai além, ao expor que a luta se faz presente dia após dia, sendo um mecanismo utilizado para evidenciar que o campesinato no Brasil, embora enfrente inúmeros percalços, mantém viva a sede pela justiça da terra, através de ações próprias e autônomas.

Essas ações autônomas se modificam e se adaptam a conjuntura política e social, demonstrando a influência das demandas que vão surgindo. Esse fato se mostrou ainda mais forte, diante da pandemia seguido da quarentena em decorrência da nova COVID-19, que fez a sociedade mudar de uma forma geral. Em um período de diversos recuos, sendo o econômico um deles, ocasionando no crescimento do desemprego, as ações no campo se voltaram para a solidariedade e amparo de comunidades, e outras organizações rurais e urbanas, que se encontram em vulnerabilidade socioeconômica, mas que não foi divulgado pelas mídias de maior audiência no Brasil, sendo um dos fatores encontrados, a permanente estigma que os movimentos carregam, como sendo “terroristas” e invasores. Milhares de toneladas de alimentos e insumos foram doados, mostrando assim, um amparo que os movimentos promoveram durante este período atípico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERNANDES, Bernardo Maçano. **Formação e Territorialização do MST no Brasil: 1979-2005**. In: Abordagens teórico-metodológicas em Geografia Agrária. p. 139-168. Eduerj: Rio de Janeiro, 2007.

CARTER, Miguel; YAMAGAMI, C. **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. Unesp, 2010.

BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm> acesso em novembro de 2020.

FERNANDES, Bernardo Maçano. DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra. Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2003. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/148450>>

Sobreiro Filho, et al. **Relatório DATALUTA Brasil 2019**. Presidente Prudente, 2020.

REGIONALIZAÇÃO E CERTIFICAÇÕES: AS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS PARA PRODUTOS AGROPECUÁRIOS COMO MECANISMOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

João Paulo Rosalin¹

Nathália Oliveira Silva Costa²

Resumo

A compreensão e a avaliação de como os agentes envolvidos na produção alimentar agropecuária elaboram novos usos do território e se articulam para o desenvolvimento econômico e turístico do setor e de sua região, através da análise da criação das certificações de qualidade, coletivos de produtores, rotas turísticas e seus desdobramentos é o objetivo deste trabalho. Constatamos que as especificidades produtivas e a experiência geral do consumidor foram identificadas como imprescindíveis para o desenvolvimento de novas estratégias por parte dos empreendimentos agropecuários. Por essa razão, cresce a busca por reconhecimento da região produtora como sinônimo de qualidade, através da instituição de indicações geográficas (IGs), da criação de selos de certificação, da formação de associações de produtores e rotas turísticas. Podemos afirmar que este processo de regionalização, que nos parece evidente nesta primeira análise, se apresenta como uma ação política uma vez que regionalizar é expressar espacialmente os interesses e as práticas de distintos agentes que usam o território. As práticas sociais são dependentes das circunstâncias e das condições materiais e imateriais que enfrentam. Assim, encontram limites associados à dinâmica da totalidade, em contínua e instável configuração. Neste ensaio, propomos uma análise sobre os processos de certificação para reconhecimento de indicações geográficas para produtos agropecuários no Brasil, partindo do princípio que estas ferramentas possibilitam uma nova organização dos agentes envolvidos e municípios em busca de recursos para a região e um novo sentido na ideia de produto de origem controlada, através do uso do marketing para a criação de uma especificidade produtiva.

Palavras-chave: Regionalização; Região; Indicação Geográfica; Usos do Território; Produção Agroalimentar.

INTRODUÇÃO

O período da globalização é aquele no qual a ciência, a técnica e a informação comandam a produção e o uso dos objetos, ao mesmo tempo que provocam as ações e determinam as normas (SILVEIRA, 2003). Nesse sentido, junto aos sistemas de objetos técnicos da *tecnoesfera* está a *psicosfera* (SANTOS, 2002), conjunto de desejos, hábitos, linguagens e sistemas de trabalho associados aos padrões de uma época, que dão novos sentidos

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp) campus de Rio Claro. jprosalin@hotmail.com

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Unesp Rio Claro nathaliacosta40@hotmail.com

e dinâmicas aos lugares. Um exemplo é o consumo de produtos típicos. Para Kahil (2010, p. 478-9),

(...) podemos dizer que cada fase do capitalismo exige um *étos* específico e que hoje o consumo torna-se o grande fundamentalismo da sociedade. Que em nosso momento histórico a mercadoria torna-se o laço social organizador da sociedade é algo que certos diagnósticos de época não cessam de repetir e certamente, precisam o caráter contraditório do modo de organização do capitalismo.

Para Ducret (2015), o consumo é um meio pelo qual uma pessoa expressa sua identidade e os produtos locais e regionais (tais como as cervejas e cafés especiais, vinhos, queijos, azeites e outros) têm uma forte dimensão simbólica nesse sentido, por estarem ligados a lugares, pessoas ou objetos que associam o consumidor a sua origem geográfica, à autenticidade, ao patrimônio cultural da localidade e também à nostalgia.

Considerado como uma alternativa de renda, diversificação econômica e de conquista de mercados para os produtores rurais, o turismo gastronômico rural cresce constantemente e se consolida como uma nova forma de lazer. Para Thomazzoni, Miranda e Fontana (2019), essa modalidade pode ser definida como um segmento que articula a atividade turística com a oferta de serviços de alimentação, estabelecendo uma relação com a identidade da cultura local e regional, ao compartilhar hábitos e costumes.

As rotas turísticas gastronômicas têm como principal objetivo a criação de um potencial turístico sobre localidades, através do desenvolvimento de produtos agropecuários de qualidade³ e a adequação das produções às vertentes ambientais, sociais, culturais e gastronômicas de cada região. Neste sentido, a aplicação do conceito de *denominação de origem geográfica* (ou simplesmente *Indicação Geográfica*) a esses produtos visa não somente a preservação de um território com potencialidades para a sua produção, mas, igualmente, do “patrimônio histórico-cultural das populações que, ao longo de séculos, criaram e desenvolveram técnicas e processos de organização do espaço, de adaptação de solos e castas, de produção(...), de promoção e de comercialização” (PEREIRA, 1996, p. 179).

Para uma interpretação das regiões de indicação geográfica sob o método da geografia crítica, podemos concordar com Silveira (2003, p. 414), para quem as compartimentações dos territórios

são formas de valorização feitas, crescentemente, pelas firmas, mas com a ajuda de um poder público devotado a ‘inventar’ a viabilidade do território para as empresas. (...) Essa compartimentação é mais uma manifestação do papel ativo do território, uma vez que, como prerrogativa de um lugar, ela se alastra pela formação socioespacial, exigindo imitações em outras regiões.

Em concordância com Cataia (2013), entendemos que as articulações entre os entes da Federação brasileira no atual período são mais competitivas que cooperativas e essa postura

³ Sobre o uso do conceito “qualidade”, Bizinelli et al. (2013, p. 353-4) dizem que “durante muito tempo o termo qualidade esteve conexo tão somente a bens e produtos manufaturados. Nas últimas décadas, as empresas do setor de serviços começaram a usar técnicas de gerenciamento da qualidade no seu cotidiano, com a finalidade de melhor atender seus clientes. A qualidade dos serviços configura-se como um fator essencial para a competitividade nos domínios do turismo. Os empreendimentos que ofertam serviços turísticos, especialmente os de alimentos e bebidas, devem ter em seu planejamento e gestão essa premissa, congregando-a em suas estratégias corporativas (...)”.

gera desenvolvimento desigual das localidades. “A Federação é um arranjo político que permite que cada ente e cada lugar tenham uma participação solidária no conjunto da nação. Com isso, o território tem papel ativo na constituição da arquitetura política nacional” (CATAIA, 2013, p. 1137). Em pesquisa anterior, ao analisar as transferências voluntárias de recursos públicos, constatamos a importância do orçamento público nas relações entre os entes federados, uma vez que a sua composição “regula maiores ou menores autonomias municipais e regionais, tendo em vista que algumas parcelas do território recebem mais recursos do que outras, proporcionando assim uma modernização pontual e seletiva” (ROSALIN e GALLO, 2018, p. 311). Na ocasião, observamos que a criação da Região Metropolitana de Campinas e de uma autarquia estadual responsável pela sua gestão (a Agência Metropolitana de Campinas - Agemcamp) tornaram-se importantes ferramentas para a captação de recursos juntos ao ente federado estado de São Paulo, relevantes sobretudo para os municípios com menor arrecadação de tributos próprios, pois possibilitaram uma ampliação da densidade técnica em seu território.

Para o presente trabalho, propomos como objetivo uma análise das propostas de criação de indicações geográficas para produtos agropecuários a partir de coletivos e associações de produtores do setor no Brasil, uma vez que partimos da hipótese de que essas organizações de solidariedade entre os agentes da produção agroalimentar possibilitam novos usos do território e um novo processo de regionalização que atende aos interesses dos envolvidos. Conforme Antas Jr. (2004), juntamente ao Estado (agente hegemônico), agentes corporativos e institucionais influenciam, regulam e dão novos sentidos ao território, através dos diversos usos dos conjuntos indissociáveis de objetos e ações⁴. Podemos afirmar que este processo de regionalização, se apresenta como uma ação política pois regionalizar é “a expressão espacial dos interesses e das práticas de distintos agentes”, em concordância com Ribeiro (2004, p. 200). As práticas sociais são dependentes das circunstâncias e das condições materiais e imateriais que enfrentam. Ainda, “estas práticas encontram limites associados à dinâmica da totalidade, em contínua e instável configuração” (RIBEIRO, 2004, p. 195).

AS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS NO BRASIL E OS SIGNOS COMO SINÔNIMO DE QUALIDADE

Apesar de ser uma prática antiga na Europa, a criação e estabelecimento das *indicações geográficas* (IGs) no Brasil é bem recente. Segundo o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), *denominação de origem* (DO) e *indicação de procedência* (IP) compõem as duas modalidades de IGs previstas pela Lei de Propriedade Industrial (Lei Nº 9279, de 14 de maio de 1996)⁵ e têm sido vistas como formas de mobilização e valorização dos territórios, além de ferramentas de potencialização de valor para produtos típicos regionais, com qualidade diferenciada. Ao INPI, autarquia federal ligada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, cabe a responsabilidade pelo estabelecimento das condições de registro dos produtos, conforme sua resolução Nº 75/2000⁶. Tal resolução elenca uma série de documentos

⁴ Sobre regulação híbrida do território e a influência de diversos agentes, dentre outros autores, sugerimos a leitura de: Antas Jr. (2004); Gallo (2013, 2017).

⁵ Disponível em:

https://legislacao.presidencia.gov.br/ficha/?legisla/legislacao.nsf/View_Identificacao/lei%209.279-1996&OpenDocument Acesso em 24 jun. 2020.

⁶ Disponível em: <https://www.wipo.int/edocs/lexdocs/laws/pt/br/br070pt.pdf>. Acesso em 14 out. 2020.

necessários para o reconhecimento e registro das IGs⁷), dentre eles, o regulamento de uso do nome geográfico, a delimitação da área geográfica, a descrição do produto ou serviço exclusivos da localidade e sua respectiva notoriedade.

O regulamento de uso de uma IG consiste em uma série de regras definidas e acordadas entre os produtores estabelecidos dentro da área delimitada pela IG, as quais deverão ser seguidas para que eles possam usar a IG em seus produtos (BRASIL, 2008). A extensão da área de abrangência deve delimitar, com a máxima precisão possível, o território onde se produz o produto original (INPI & SEBRAE, 2011). A base territorial para obter o direito de usar uma IG deve estar estreitamente relacionada com a especificidade do produto e seu vínculo com a origem geográfica. Ela representa também o principal limite do sistema, já que não permite que nenhum outro produtor externo à área delimitada utilize a IG (FAO & SINERGI, 2010) (VALENTE, PEREZ e FERNANDES, 2013, p. 1330).

No Brasil, existem já algumas IGs consolidadas para produtos agropecuários. O quadro 1 mostra quais regiões já são reconhecidas pelo INPI:

Quadro 1: Indicações Geográficas para produtos agropecuários no Brasil (2020)

Indicações Geográficas para produtos agropecuários no Brasil			
Região	Indicação Geográfica	UF(s)	Produto
Centro-Oeste	Maracaju	MS	Linguiça
	Pantanal	MS/MT	Mel de Abelha
	Região de Mara Rosa	GO	Açafrão
Nordeste	Costa Negra	CE	(Camarões marinhos cultivados da espécie <i>Litopenaeus Vannamei</i>)
	Manguezais de Alagoas	AL	Própolis vermelha e extrato de própolis vermelha
	Microrregião Abaíra	BA	Cachaça
	Mossoró	RN	Melão
	Oeste da Bahia	BA	Café
	Piauí	PI	Cajuína
	Sul da Bahia	BA	Amêndoas de Cacau
	Vale do Submédio São Francisco	BA/PE	Uvas de Mesa e Manga
Norte	Cruzeiro do Sul	AC	Farinha de Mandioca
	Maués	AM	Guaraná
	Tomé-Açu	PA	Cacau
	Uarini	AM	Farinha de Mandioca
Sudeste	Alta Mogiana	SP	Café
	Canastra	MG	Queijo Canastra
	Linhares	ES	Cacau em Amêndoas
	Paraty	RJ	Cachaça
	Região do Cerrado Mineiro	MG	Café
	Região de Pinhal	SP	Café
	Região da Própolis Verde de Minas Gerais	MG	Própolis Verde
	Região de Salinas	MG	Cachaça
	Região São Bento de Urânia	ES	Inhame

⁷ Sobre IGs e certificações para produtos agropecuários, ver Barone (2017), Coguetto (2014), Alves, Santos e Azevedo (2012), Mascarenhas (2007), Reynolds (2012).

	Região da Serra da Mantiqueira de Minas Gerais	MG	Café
	Sabará	MG	Derivados de Jaboticaba
	São Tiago	MG	Biscoito
	Serro	MG	Queijo Minas Artesanal do Serro
	Venda Nova do Imigrante	ES	Socol
Sul	Altos Montes	RS	Vinhos e Espumantes
	Banana da Região de Corupá	SC	Banana subgrupo <i>Cavendish</i>
	Campos de Cima da Serra	RS/SC	queijo artesanal serrano
	Capanema	PR	Melado
	Carlópolis	PR	Goiaba
	Colônia Witmarsum	PR	Queijo
	Farroupilha	RS	Vinhos e Espumantes
	Litoral Norte Gaúcho	RS	Arroz
	Marialva	PR	Uvas de Mesa
	Monte Belo	RS	Vinhos e Espumantes
	Norte Pioneiro do Paraná	PR	Café
	Oeste do Paraná	PR	Mel de Abelha
	Ortigueira – PR (Mel de abelha – <i>Apis Mellífera</i>),	PR	Mel de Abelha (<i>Apis Mellífera</i>)
	Pampa Gaúcho da Campanha Meridional	RS	Carne Bovina e derivados
	Pelotas	RS	Doces tradicionais de confeitaria e de frutas
	Pinto Bandeira	RS	Vinhos Tintos, Brancos e Espumantes
	São Matheus	PR	Erva Mate
	Vale da Uva Goethe	SC	Vinhos e Espumantes
	Vale dos Vinhedos	RS	Vinhos e Espumantes

Elaboração: João Paulo Rosalin **Fonte das informações:** INPI

O estudo das indicações geográficas permite uma nova interpretação para o uso do território, já que a categoria atribuí aos objetos geográficos, e à materialidade, novos significados. A realização qualificada do espaço também depende da ideologia e dos símbolos. Conforme Santos, 2002:

Quando, num lugar, a essência se transforma em existência, o todo em partes e, assim, a totalidade se dá de forma específica, nesse lugar a história real chega também com os símbolos. Desse modo, há objetos que já nascem como ideologia e como realidade ao mesmo tempo. É assim que eles se dão como indivíduos e que eles participam da realidade social. Nessas condições, a totalidade social é formada por mistos de "realidade" e "ideologia". É assim que a história se faz. (SANTOS, 2002, p.127).

Cada símbolo, ainda segundo o autor, guarda a mesma identidade, não importa qual seja o contexto, mesmo numa situação de movimento e mudança. Assim, os objetos passam a ter um significado advindo de sua estrutura revelando assim sua funcionalidade. “É o discurso do uso, mas, também, o da sedução. E há o discurso das ações, do qual depende sua legitimação” (Santos, 2002, p. 127). Criam-se, dessa maneira, tradições e através destas os produtos específicos de determinadas regiões ganham sentido de qualidade e exclusividade, atraindo assim um novo público consumidor.

Os lugares se especializam, em função de suas virtualidades naturais, de sua realidade técnica, de suas vantagens de ordem social. Isso responde à

exigência de maior segurança e rentabilidade para capitais obrigados a uma competitividade sempre crescente. (SANTOS, 2002, p. 248).

Nesse sentido, a relação com o ambiente ao qual a prática produtiva está inserida, seja pela produção ou consumo, está intrinsecamente relacionada ao produto comercializado. Esse ambiente, proporciona certa particularidade e, com isso, suas propriedades “exclusivas”, tornando o produto único.

REGIONALIZAÇÃO COMO MECANISMOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: O EXEMPLO PAULISTA

No tocante à região, há de se considerar que esta é um recorte findado na diferenciação espacial (HAESBAERT, 2020) e que pode mudar conforme sua escala e os propósitos e critérios de quem a delimita e analisa.

Jamais podemos ignorar que as regionalizações são sempre historicamente datadas, assim como as periodizações têm sua validade regionalmente delimitada, pois nunca podem ser amplamente generalizadas. Essa contextualização espaço-temporal, não podemos esquecer, refere-se tanto às transformações histórico-geográficas concretas quanto – e às vezes de maneira dissociada – no campo da história das ideias. Por diferentes motivos, entretanto, algumas regionalizações, como veremos, podem resistir no tempo. (HAESBAERT, 2020, p. 2).

O conceito de região e a regionalização são preocupações antigas da geografia. Conforme Leopoldo (2020), geógrafos como Bernad Kayser e Pierre George definiam região pelos laços existentes entre seus habitantes, sua organização em torno de um centro e sua existência como parte integrante de um conjunto, de uma totalidade, “levando em conta desde o cotidiano até a escala do mundo, desde a produção até o consumo, ao mesmo tempo em que faz o levantamento deliberado das camadas do passado e aponta as tendências e perspectivas futuras” (LEOPOLDO, 2020, p. 04).

Posteriormente, Becker (1982) desenvolve uma proposta de regionalização através de “interações espaciais”, fundamentada na teoria dos sistemas e na ideia de desenvolvimento gerido por centros difusores de inovações. Para a autora, “à medida que as inovações se difundem pelo sistema espacial, o desenvolvimento é alcançado” (BECKER, 1982, p. 16) Assim, o desenvolvimento e a integração nacional, se realizam pela multiplicidade de inovações.

A partir da década de 1990, Lencioni (1991, 1999, 2006, 2017) trabalha os processos de urbanização, reestruturação produtiva, metropolização e urbanização perante a ótica regional. As ideias de *cidade-região*, *metropolização regional* e *megarregião* são presentes em suas reflexões, a fim de compreender as formas, funções, estruturas e processos atuais de urbanização.

Haesbaert (1995, 1999, 2004, 2010, 2020), por sua vez, desdobra uma interpretação das identidades regionais mais voltada ao simbólico-cultural, mesmo diante do processo de globalização:

(...) a região pode ser vista como um “espaço-momento” cuja diferenciação resulta muito mais da efetiva articulação espacial em rede, complexa,

amplamente aberta à transformação, cuja dominância em termos de densidade, disposição e dimensão espaciais (econômica, política, cultural ou “natural”) dependem dos grupos sociais e do contexto geo-histórico em que estiver inserida. Enquanto espaço-momento, ela pode manifestar-se como um conjunto mais articulado ou integrado na leitura e/ou vivência de um grupo e não na de outro, colocando os sujeitos sociais, portanto, no centro da regionalização enquanto ação (também) concreta de diferenciação espacial [a região como arte-fato] (HAESBAERT, 2010, p. 196).

O tratamento dado ao conceito de região por Milton Santos (2002) sugere que interpretemos a região e o lugar como sinônimos, uma vez analisados à luz de aspectos geográficos e não geométricos. Ou seja, a dimensão demarcatória do conceito região como uma escala intermediária entre o local e o nacional assume uma nova interpretação, na qual ambos – lugar e região – passam a ser considerados subespaços subordinados “às mesmas leis gerais de evolução, onde o tempo empiricizado entra como condição de *possibilidade* e a entidade geográfica preexistente entra como condição de *oportunidade*” (SANTOS, 2002, p. 165). Desta forma, os limites anteriormente existentes cedem lugar, sempre, a uma nova espacialização conforme as novas solidariedades praticadas, num novo acontecer solidário. Segundo o autor, “a região pode ser considerada como um lugar, desde que a regra da unidade, e da continuidade do acontecer histórico se verifique” (SANTOS, 2002, p. 166).

A noção de regionalização é, para Ribeiro (2004), polissêmica, referindo-se à capacidade de produção de regiões baseada em ideologia, dados da paisagem, valores culturais comuns ou critérios político-científicos que legitimem fronteiras e limites. Para a autora, a comunhão entre regionalização como *fato* e regionalização como *ferramenta* traz aumento da influência da ação instrumental na formulação da questão regional e novos vínculos entre território, política e economia. Assim,

(...) a problemática da regionalização possui duas faces, instavelmente conectadas. Na primeira, regionalizam-se os atores, interesses e instituições e, na segunda, atores interesses e instituições reconhecem, valorizam e formalizam regiões. (RIBEIRO, 2004 p. 199).

Ainda em concordância com Ribeiro (2004), podemos afirmar que a região expressa a área formada pela articulação entre *verticalidades* (ordens, comandos) e *horizontalidades* (cooperação, conflitos locais, cotidiano) (SANTOS, 2004). “A região corresponde ao extenso de uma forma social (...), ao corpo de relações sociedade-natureza, incluindo: organização social, cultura e decisão política” (RIBEIRO, 2004 p. 199), tornando-se assim uma representação no espaço das práticas e interesses de diversos agentes que fazem uso do território.

Entendemos ser coerente a interpretação das áreas de IGs através do estudo da *regionalização como fato* e da *regionalização como ferramenta* (RIBEIRO, 2004), já que estes conceitos permitem simultaneamente uma reflexão conjunta da dinâmica socioeconômica e político-jurídica da formação da sociedade e da estrutura espacial brasileira. A regionalização como fato se dá através do longo processo de apropriação (construção e uso) do território, independentemente da ação hegemônica do presente; já a regionalização como ferramenta é um mecanismo de sustentação da ação hegemônica para seu período,

através da mutação da cultura em mercadoria, pela imposição do agir instrumental e estratégico e pelo desvendamento contínuo de contextos de inovação. (...) A *regionalização como ferramenta* é disputada pelo Estado, pelas corporações e pelos movimentos sociais, sendo também contestada nos conflitos territoriais relacionados a afirmação, em diferentes escalas, de novos

sujeitos e redes sociais, o que pode ser melhor apreendido em áreas de fronteira. (RIBEIRO, 2004 p. 197).

Compreende-se, portanto, que as IGs são *regiões produtivas* (SANTOS, 1994; ELIAS, 2007; 2011⁸), ou ainda, territórios muito distintos entre si, em seu processo de formação, em sua permanência através do tempo, nas configurações de seus limites e naquilo que lhes dá coesão. Uma vez que a *solidariedade organizacional* (SANTOS, 1994) e a *solidariedade orgânica* (idem) entre diversos agentes estão por trás das IGs, é válida ainda a compreensão do conceito de *solidariedade institucional* (CASTILLO, TOLEDO JUNIOR, ANDRADE, 1997; CASTILLO, 2015), isto é,

forças de coesão político-institucionais que definem um recorte do espaço geográfico com fronteiras reconhecidas e bem demarcadas, um sistema normativo que lhe é exclusivo, certa autonomia tributária, um papel específico no sistema federativo (no caso do Brasil) e, em decorrência, uma capacidade de interferir nas dinâmicas e no nível de competitividade das regiões produtivas (CASTILLO, 2015, p. 106).

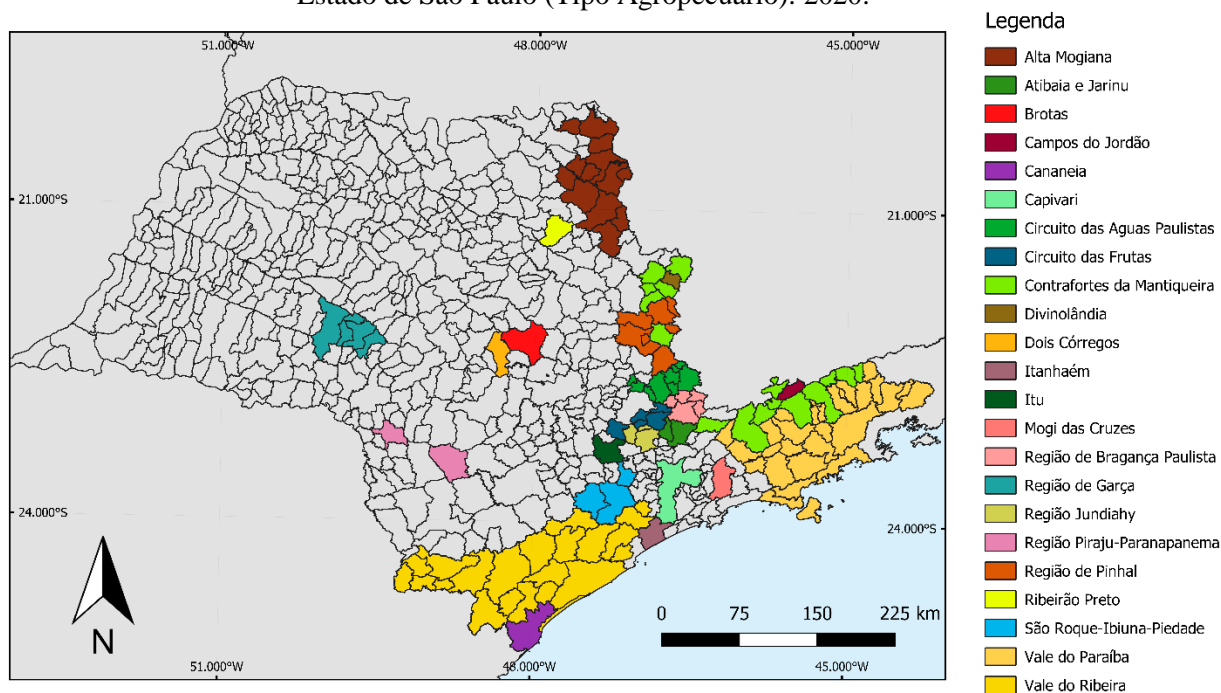
Sobre a competitividade das regiões produtivas, o conceito de *regiões competitivas* (GIORDANO, 2005; CASTILLO, 2007, 2009, 2011, 2013) é sustentado pelas articulações e coexistência entre as diversas formas regionais e as suas múltiplas escalas de território:

Podemos dizer que a competitividade é, por um lado, um parâmetro mundializado de desempenho de agentes econômicos e de qualidade e custo dos produtos e, de outro, um discurso que busca justificar a política das empresas e a política dos Estados para assegurar a inserção de alguns produtos em seus respectivos mercados internacionais. (CASTILLO, 2015, p. 105).

Em São Paulo, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) lista as seguintes áreas com potencial para IG: APA Capivari (hortaliças); Brotas (ketchup de goiaba); Campos do Jordão (pinhão); Cananéia (ostra); Centro-norte Paulista (limão tahiti); Circuito das Frutas (frutas); Circuito das Águas (café); Contrafortes da Mantiqueira (azeite); Divinolândia (café); Dois Córregos (café); Itanhaém (bananada), Itu (café), Mogi das Cruzes (caqui); Região de Atibaia e Jarinu (morango); Região de Bragança Paulista (linguiça de carne suína); Região de Garça (café); Região de Jundiahy (uva Niágara rosada de mesa); Região de Piraju – Paranapanema (café); Região de Ribeirão Preto (cerveja artesanal); São Roque, Ibiúna e Piedade (alcachofra); Vale do Paraíba (arroz) e; Vale do Ribeira (banana). A figura 1 abaixo mostra a distribuição dessas regiões no estado de São Paulo.

⁸Para Elias (2011): “As *Regiões Produtivas Agrícolas* (RPAs) são os novos arranjos territoriais produtivos agrícolas, os territórios das redes agroindustriais, escolhidos para receber os mais expressivos investimentos produtivos inerentes ao agronegócio globalizado, representando suas áreas mais competitivas. Nelas encontram-se partes dos circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação de importantes commodities agrícolas, evidenciando a dinâmica territorial do agronegócio”. (ELIAS, 2011. P. 153). A autora ainda afirma que as RPAs se distinguem das delimitações clássicas de região, pois “a configuração das RPAs não respeita os limites político-administrativos oficiais e, assim, é bastante comum uma mesma RPA ser formada por municípios de diferentes Estados. Algumas dessas delimitações, muito embora não existam oficialmente, são reconhecidas pelas populações locais e empresas atuantes nas respectivas “áreas. (ELIAS, 2011. P. 157).

Figura 1: Signos Distintivos Registrados e Produtos Potenciais para Indicações Geográficas no Estado de São Paulo (Tipo Agropecuário): 2020.

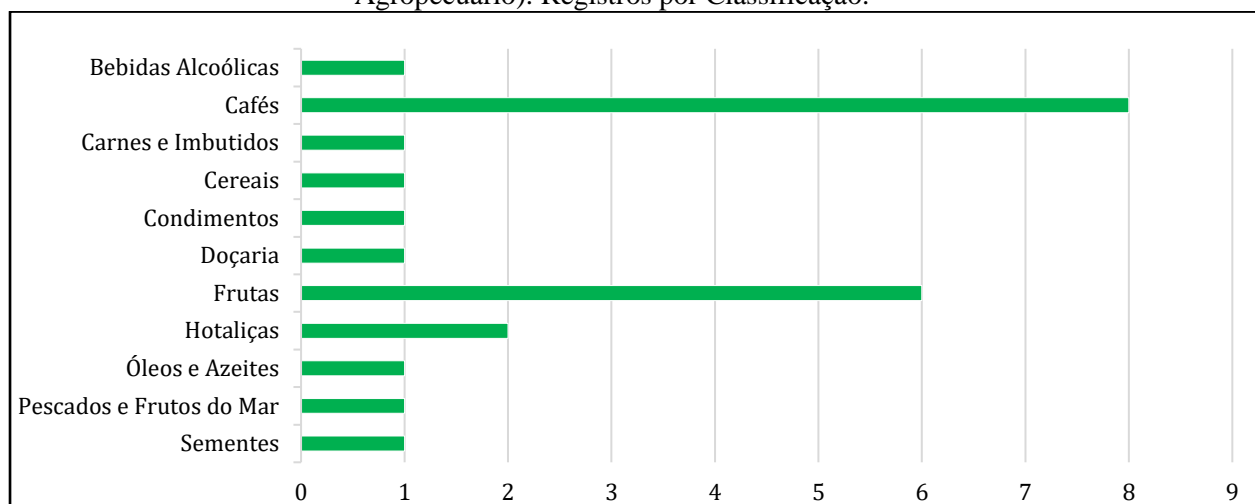


Elaborado por: ROSALIN, J. P.
Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Projeção: Universal Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000

Elaboração: João Paulo Rosalin. **Fonte:** Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Além das regiões de produtos potenciais para IG, que buscam seu reconhecimento junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, o cartograma também mostra as regiões Alta Mogiana e Pinhal, unidades já reconhecidas pelo INPI. Ademais, indicamos que em alguns casos um município pode estar contemplado em mais de uma indicação geográfica (tais como Amparo, Águas de Lindóia e Itapira e que no caso da Região Piraju-Paranapanema (produtora de café) os municípios que pleiteiam o *signo distintivo* (outra denominação oficial para IG) formam uma região não contínua. No Gráfico 1, organizamos os registros dessas regiões conforme a classificação do MAPA.

Gráfico 1: Signos Distintivos Registrados e Produtos Potenciais no Estado de São Paulo (tipo Agropecuário): Registros por Classificação.



Elaboração: João Paulo Rosalin. **Fonte:** Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Note-se que, dentre as IGs em potencial no estado, 08 delas produzem café, 06 produzem frutas, 02 produzem hortaliças e outras 08 regiões têm uma produção de outro tipo (bebidas alcoólicas, carnes e embutidos, cereais, condimentos, doçaria, óleos e azeites, pescados e frutos do mar e sementes). Tais dados evidenciam a herança da produção de café em São Paulo⁹ e a variedade produtiva do estado. No entanto, vale lembrar que, para Santos (2002), as ações não se geografizam indiferentemente. Há, em cada momento, uma relação entre o valor das ações e o valor do lugar em que elas se realizam. Sem essa relação, todos os lugares teriam a mesma significância. Em outros termos, o território usado – social, econômica e culturalmente – não se reduz à divisão político-administrativa do território nacional.

Reduzir uma região ao seu status político-administrativo, sem considerar que o sistemismo dos objetos e ações ultrapassa seus limites e que os agentes têm força desigual, pode tornar ineficaz uma política pública (SILVEIRA, 2011, p. 96).

Nesse sentido, o que já sabemos é que existem mecanismos para a formação de uma IG nas três esferas da federação, além da iniciativa a nível de produção, como a promoção do cooperativismo e associativismo e a delimitação da área. Em nível federal, os encargos de registro e fiscalização ficam por conta do INPI e do MAPA. Ao SEBRAE cabe a consultoria técnica e o aparato instrucional e ao Ministério do Turismo cabem as iniciativas de fomento, tais como planos de turismo e convênios. Em nível estadual, as secretarias de Desenvolvimento Regional e de Turismo se encarregam das estratégias e mecanismos de formação e suporte a essas regiões, enquanto a Secretaria de Agricultura atua na fiscalização e na criação de programas para o fomento da produção agropecuária. Aos municípios cabem os mecanismos de suporte aos produtores através de sua legislação própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Creemos ser essencial uma análise sobre o poder de decisão de agentes estatais, que operam nas disputas em torno da transformação dos espaços locais, e criam tradições

⁹ Sobre essa temática ler Frederico (2017).

produtivas para dar significado aos lugares. Também se torna imprescindível “qualificar as novas formas de produção social e política do território, colocando as questões do poder do Estado – dos agentes hegemônicos – e agentes não hegemônicos no centro da análise e da ação” (CATAIA, 2013, p. 1144), uma vez que é através do Estado, enquanto financiador de recurso, que os projetos para desenvolvimento regional tornam-se viáveis.

Por esta razão, vemos como relevante a discussão sobre o território usado e seu papel ativo na constituição de pactos sociais, e no desenvolvimento regional. Por meio de um sistema dialético, o território ativo condiciona a ação política, ao mesmo tempo em que as políticas públicas reconfiguram o território (SANTOS, 1985, 1994; CATAIA, 2013) e dão novo sentido ao seu uso.

Entender como alguns agentes do setor agropecuário paulista atuam e viabilizam sua produção no período atual é uma das pretensões da pesquisa propomos realizar. O que nossos estudos nos mostraram até agora¹⁰ é que as densidades técnica e normativa que se aplicam à alguns produtos agropecuários no Brasil encontram-se marcadamente concentradas no estado de São Paulo. A participação deste no contexto nacional aponta para um conjunto de agentes e a uma grande parcela de consumidores necessários ao funcionamento da produção agroalimentar. Os pontos fortes e oportunidades do mercado de produtos agropecuários vinculados a uma associação de produtores ou a uma indicação geográfica incluem a questão de não fazer parte da produção em massa, a crescente conscientização dos consumidores e a infinidade de receitas e sabores que contrastam com a homogeneização presente no setor *mainstream* e nas grandes companhias. As associações, rotas e festivais permitem maior interação entre os produtores, seus fornecedores e seus consumidores e geral articulações para melhorias do setor como um todo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, C. C. S. O Processo de Inserção das Associações Rurais ACAL e APRALA no Comércio Justo. **Dissertação** (Mestrado). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2005.

ALVES, A. C. O.; SANTOS, A. L. S.; AZEVEDO, R. M. M. C. Agricultura orgânica no Brasil: sua trajetória para a certificação compulsória. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 7, n. 2, p. 19-27, 2012.

ANTAS Jr., R. M. ELEMENTOS PARA UMA DISCUSSÃO EPISTEMOLÓGICA SOBRE A REGULAÇÃO NO TERRITÓRIO. **GEOUSP Espaço E Tempo (Online)**, 8(2), 81-86. São Paulo, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2004.73956>.

BARONE, M. Cafés especiais e salto de escala: análise do circuito espacial produtivo e dos círculos de cooperação dos cafés especiais do Sul de Minas Gerais. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2017.

BARRIOS, S. Dinâmica social e espaço. In **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 4, n. 2, 2014 [1980]. Tradução de Luciano Duarte e Gustavo Teramatsu, Revisão: Melissa Steda. Disponível em

¹⁰ Entre 2017 e 2019, desenvolvemos uma pesquisa de Mestrado (com bolsa Fapesp – processo:17/00464-8) intitulada “Circuito espacial produtivo e círculos de cooperação no espaço do setor microcervejeiro no Estado de São Paulo. Uma proposta de estudo do processo de distribuição das cervejas especiais e artesanais”. Esta pesquisa permitiu que se abrisse uma nova possibilidade de leitura de como a interpretação das densidades técnica e política se aplicavam a outros produtos e serviços semelhantes, tais quais os produtos com selos ou potencialidades de Indicações Geográficas (como cafés, queijos, cachaças, azeites, entre outros), as diversas certificações e as consultorias especializadas.

<http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletim-campineiro/article/view/201/2014v4n2_SBarrios>
Acesso em 18 dez. de 2016.

BECKER, B. Crescimento econômico e estrutura espacial do Brasil. In: BECKER, B. **Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: Zahar, p. 15-32, 1982 (1972).

BIZINELLI, C. et al. Experiências de Turismo Cervejeiro em Curitiba, PR. In: Revista Rosa dos Ventos. Vol. 5(2) 349-375, abril-jun, 2013. Caxias do Sul: 2013.

CASTILLO, R. A. Dinâmicas recentes do setor sucroenergético no Brasil: competitividade regional e expansão para o bioma Cerrado. **GEOgraphia** (UFF), v. 17, p. 95-119, 2015.

CASTILLO, R. A. Agronegócio e logística em áreas do Cerrado: expressão da agricultura científica globalizada. **Revista da ANPEGE**, 3. pp. 33-43. 2007

CASTILLO, R. A. Região competitiva e logística: expressões geográficas da produção e da circulação no período histórico atual. Anais. IV Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul: Unisc. 2008.

CASTILLO, R. A. Região competitiva e circuito espacial produtivo: a expansão do setor sucroalcooleiro no Brasil. **Anais. VIII Encontro Nacional da ANPEGE** (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia). Curitiba. 2009.

CASTILLO, R. A. Agricultura globalizada e logística nos cerrados brasileiros. In: SILVEIRA, M. R. (org.). **Circulação, transportes e logística: diferentes perspectivas**. São Paulo: Outras Expressões. 2011.

CASTILLO, R. A. A expansão do setor sucroenergético no Brasil. In: BERNARDES, J. A.; SILVA, C. A.; ARRUZZO, R. C. (org.). **Espaço e energia: mudanças no paradigma sucroenergético**. Rio de Janeiro: Lamparina. pp. 75-84. 2013.

CASTILLO, R. A.; FREDERICO, S. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. In **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 22 (3), 2010.

CASTILLO, R. A.; TOLEDO JUNIOR, R. ; ANDRADE, J. . Três dimensões da solidariedade em Geografia. **Revista Experimental**, São Paulo, v. ano III, n.3, p. 69-99, 1997.

CATAIA, M. Território usado e Federação: articulações possíveis. In: **Educ. Soc.**, Campinas, v. 34, n. 125, p. 1135-1151, out.-dez. 2013.

COELHO-COSTA, E. R. A bebida de Ninkasi em terras tupiniquins: O mercado da cerveja e o Turismo Cervejeiro no Brasil. *Revista Iberoamericana de Turismo*, Penedo, v. 5, p. 22-41, 2015.

COELHO-COSTA, E. R. Turismo cervejeiro no Brasil: uma realidade? *Turismo e sociedade*, v. 11, p. 336-357, Curitiba, 2018.

COGUETO, J. V. Indicação Geográfica e cafés especiais: circuito espacial produtivo e círculos de cooperação dos cafés da Região da Serra da Mantiqueira de Minas Gerais. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2014.

COSTA, A. O Enoturismo em Portugal: O Caso das Rotas do Vinho. **Revista da Ciência da Administração** – versão eletrônica, vol. 01, jan. / jun. Recife, 2007.

DUCRET, M. L'identité: un concept clé dans la consommation de produits régionaux. Quels leviers marketing pour ressourcer le sentiment régional des consommateurs? **Gestion et management**. 2015. <dumas-01270617>.

ELIAS, D. Agronegócio e Novas Regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais** (ANPUR), v. 13, p. 153-170, 2011.

ELTERMANN, E.E.; MATOS, A.M.; SILVA, D.A. Microcervejarias catarinenses e o turismo: da formação de tipologias do produto às aproximações com a atividade. In: **Applied Tourism**, v.1 - n2 - 2016 - 73-95.

GALLO, F. (2013). Aspectos da reorganização das solidariedades federativas no território nacional: o engessamento tributário planejado no Brasil e a difusão seletiva do meio técnico-científico-informacional - DOI 10.5216/bgg.v33i3.27328. **Boletim Goiano De Geografia**, 33(3), 355 - 372. 2013.

GALLO, F. Usos do território e o papel do Estado no Brasil: notas sobre a atuação da Agência Desenvolve SP. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 21, n. 2, p. 480-496, agosto. 2017. ISSN 2179-0892.

GIMENES-MINASSE, M.H.S.G.; LYRA, M. O.; SANTOS, R. P. dos. Turismo cervejeiro no Estado de São Paulo (BR): uma análise exploratória. In: TURyDES, 1(1), dez.2016. Disponível em: <http://www.eumed.net/rev/turydes/21/cervejeiro.html>.

HAESBAERT, R. Desterritorialização, multiterritorialidade e regionalização. In: Limonad, E.; Haesbaert, R.; Moreira, R. (orgs.). **Brasil Século XXI: por uma nova regionalização?** Agentes, processos e escalas. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2004.

HAESBAERT, R. “Gaúchos” no Nordeste: modernidade, des-territorialização e identidade. São Paulo, 1995. **Tese** (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

HAESBAERT, R. Região, diversidade territorial e globalização. In: **Geographia**, ano 1, n. 1, Rio de Janeiro: 1999.

HAESBAERT, R. **Regional-Global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2010.

HAESBAERT, R. Regionalizações brasileiras: antigos legados e novos desafios. In: **Confins** [Online], 44, 2020, posto online no dia 15 março 2020, consultado em 24 março 2020. URL : <http://journals.openedition.org/confins/26401> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/confins.26401>.

ISNARD, H. **O espaço geográfico**. Coimbra, Portugal: Livraria Almeida, 1982.

KAHIL, S. P. Psicoesfera: uso corporativo da esfera técnica do território e o novo espírito do capitalismo. In: **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 22 (3): 475-485, dez. 2010.

KROL, A. 2005. Vivement une vraie bière locale! In: **La Presse**. Montréal, Canadá, 20 ago. 2005. Disponível em http://collections.banq.qc.ca:8008/lapresse/src/pages/2005/08/20/C/82812_20050820LPC15.pdf> Acesso em 10 jan. 2017.

LENCIONI, S. Da Cidade e sua Região à Cidade-região. In: SILVA, J. B.; LIMA, L.; ELIAS, D. (orgs.). **Panorama da Geografia Brasileira I**. São Paulo: Annablume, 2006.

LENCIONI, S. **Metrópole, Metropolização e Regionalização**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

LENCIONI, S. Reestruturação Urbano-Industrial: Centralização do Capital e Desconcentração da Metrópole de São Paulo. A Indústria Têxtil. São Paulo, 1991. **Tese** (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

LENCIONI, S. **Região e Geografia**. São Paulo: Edusp, 1999.

LENCIONI, S. O capital e seu espaço. Para além de produzir valor e espaço, o capital produz o desenvolvimento geográfico desigual. In: **Confins** [Online], 44 | 2020, posto online no dia 15 março 2020, consultado o 24 março 2020. URL: <http://journals.openedition.org/confins/26177>; DOI : <https://doi.org/10.4000/confins.26177>

LEOPOLDO, E. A teoria regional na atualização da Geografia Crítica contemporânea: a urbanização da fronteira na Amazônia, a região do Sul e Sudeste do Pará. In: **Confins** [Online], 44 | 2020, posto online no dia 17 março 2020, consultado o 24 março 2020. URL: <http://journals.openedition.org/confins/26851>; DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.26851>.

- MASCARENHAS, G. C. C. O movimento do comércio justo e solidário no Brasil: entre a solidariedade e o mercado. **Tese** (Doutorado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- MORAES, A. C. R. Los Circuitos Espaciales de la Producción y los Circuitos de Acumulación en el Espacio. In: YANES, L. e LIBERALLI, A. (Org.) **Aportes para el Estudio del Espacio Socio-económico**. Buenos Aires: [s.n.], 1985.
- MORAES, A.C.R. de; COSTA, W.M. da. **A geografia crítica. A valorização do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1984.
- PEREIRA, A.A.; LIMA, B.C.; SANTOS, D.D. Gastronomia: cerveja dos sabores amazônicos como elemento atrativo para o turismo em Belém (PA). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.10, n.2, mai/jul 2017, pp.247-269.
- PEREIRA, Gaspar Martins. A Região do Vinho do Porto: Origem e Evolução de Uma Demarcação Pioneira. In: **DOURO- Estudos & Documentos**, vol. 1 (1), 1996 (1º), 177194.
- RAYNOLDS, L. T. Fair Trade: Social regulation in global food markets. **Journal of Rural Studies**, 28, p. 276-287, 2012.
- RIBEIRO, A.C.T. Regionalização: Fato e Ferramenta. In LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (org.). **Brasil, Século XXI: por uma regionalização**. Agentes, processos, escalas. São Paulo: CNPq/ Max Limonad, 2004.
- ROJAS, G. A. H.; SAA, I. L. **TLC Estados Unidos – Colombia: oportunidades de negocio en el sector cervecero colombiano**. Trabajo de Grado, Universidad del Rosario: Bogotá, Colombia 2013. Disponível em: <<http://repository.urosario.edu.co/handle/10336/4894>> Acesso em: 17 jan. 2017.
- ROSALIN, J. P. Circuito espacial produtivo e círculos de cooperação no espaço do setor microcervejeiro do estado de São Paulo: uma proposta de estudo do processo de distribuição das cervejas especiais e artesanais. – **Dissertação** (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro 2019. 103p.
- ROSALIN, J. P.; GALLO, F. Uma proposta de análise do Circuito Espacial Produtivo e dos Círculos de Cooperação no Espaço das “Cervejas Especiais” a partir do crescimento das microcervejarias no estado de São Paulo. **Revista Formação (Online)** Vol. 2; n. 23, ago/2015, p. 82 -103.
- ROSALIN, J.; GALLO, F. A relevância das transferências de recursos aos municípios na federação brasileira. Notas sobre a Região Metropolitana de Campinas (SP-Brasil). **Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)**, n.º 14 (setembro – 2018). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, p. 307-332, dx.doi.org/10.17127/got/2018.14.013.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2002.
- SANTOS, M. Circuitos espaciais da produção: um comentário. In: SOUZA, M. A. A.; SANTOS, M. (org.). **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986.
- SANTOS, M. et al. O papel ativo da Geografia. Um manifesto. In **Anais** do VII Encontro Nacional de Geógrafos, Florianópolis, 2000.
- SANTOS, M. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. In: **Revista Território**, ano IV, n. 6, jan/jun. p. 05-20. 1999.
- SANTOS, M. O retorno do território. In SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (org) **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Anpur/Hucitec, 1994, p. 15-20.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI**. 2ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SANTOS, R. dos. As microcervejarias catarinenses: da gênese à dinâmica atual. **Dissertação** (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Florianópolis, 2013.

SCHNELL, S.M; REESE J. Microbreweries as tools of local identity. **Journal of Cultural Geography** 21(1):45-69 · September 2003.

SILVEIRA, M.L. A região e a invenção da viabilidade do território. In: SOUZA, M. A. (org). **Território Brasileiro: Usos e abusos**. Campinas: Edições Territorial, 2003.

SILVEIRA, M. L. Ao território usado a palavra: pensando princípios de solidariedade socioespacial. In VIANA, A.L.d'Á.; IBAÑEZ, N.; ELIAS, P. E. M. (org.). **Saúde, desenvolvimento e território**. São Paulo: Aderaldo &Rotschild, 2009.

THOMAZZONI, A.; MIRANDA, R.; FONTANA R. F.; Potencialidades da gastronomia no desenvolvimento do turismo rural no município de Medianeira. In: In: XI Congresso Brasileiro de Turismo Rural, 2019, Piracicaba - SP. **TURISMO RURAL E TERRITÓRIOS CRIATIVOS**: In **Anais** do 11º Congresso Brasileiro de Turismo Rural. Piracicaba - SP: FEALQ, 2019. v. 1. p.315-330.

TREMBLAY, M. **Du Territoire au Boire: La Bière Artisanale au Québec**. Département D'histoire, Faculté des Lettres, Université Laval: Québec, 2008. Disponível em <<http://www.theses.ulaval.ca/2008/25300/25300.pdf>> Acesso em 12 dez. 2016.

VALENTE, M. E. R.; PEREZ, R.; FERNANDES, L. R. R. de M. V. O Processo de reconhecimento das IGs de alimentos e bebidas brasileiras: regulamento de uso, delimitação da área e diferenciação do produto. **Ciência Rural** vol.43 no.7 Santa Maria July 2013.Epub June 07, 2013.

PODER ECONÔMICO E EXTRAECONÔMICO DO AGRO LATIFUNDIÁRIO NO BRASIL

Joelson Gonçalves de Carvalho¹
Wagner de Souza Leite Molina²
Sebastião Ferreira da Cunha³

Resumo

A questão agrária brasileira é marcada pela subordinação da agricultura à lógica do capital, com sua tendência à concentração da propriedade da terra e dos meios de produção, tais como máquinas, equipamentos, insumos, entre outros. Para uma compreensão de caráter mais estrutural desse processo, buscamos analisá-lo a partir de uma categoria analítica por nós denominada de “poder do dinheiro”. A hegemonia do agronegócio no rural brasileiro alterou padrões anteriores de acumulação de capital, todavia, nossa hipótese é que a categoria analítica aqui apresentada e discutida é estrutural e estruturante da (e na) questão agrária brasileira, notadamente pelas imbricações que ela estabelece na política, em especial, na disputa de fundos públicos. Portanto, mesmo passível de alteração na aparência, o agro latifundiário brasileiro mantém, dialeticamente sua essência no processo de acumulação ampliada de capital, reiterando por meio de sua capacidade de apropriação privada e concentrada da terra, avançar em formas concretas de acumulação patrimonial da riqueza capitalista e, para tanto, valendo-se inclusive do poder coercitivo que a propriedade da terra lhe confere. Temos assim, como antítese da modernidade, um agro latifundiário que se sustenta na exploração predatória dos recursos naturais, na super exploração da força de trabalho, na violência e na captura de políticas públicas e recursos financeiros estatais para o atendimento de demandas específicas que pouco contribuem na dinâmica no desenvolvimento mais geral da economia brasileira.

Palavras-chave: Agronegócio, poder econômico, poder extraeconômico, Frente Parlamentar da Agricultura, conflitos no campo.

¹ Doutor em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e professor associado do Departamento de Ciências Sociais (DCSo/UFSCar) e professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da UNIARA. É pesquisador do Núcleo de Pesquisa e Extensão Rural (NuPER/UFSCar) e coordenador do Núcleo de Estudos em Agroecologia (NEA/UFSCar). E-mail: joelsonjoe@yahoo.com.br.

² Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e professor associado do Departamento de Ciências Sociais (DCSo/UFSCar) e do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos (PPGGOSP/UFSCar). É pesquisador do Núcleo de Pesquisa e Extensão Rural (NuPER/UFSCar). E-mail: molinawsl@gmail.com.

³ Doutor em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e professor adjunto do Departamento de Ciências Econômicas e Exatas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (DCCEx/UFRRJ). E-mail: sebacunha@yahoo.com.br.

Introdução

Esse trabalho problematiza, de maneira geral, o que se convencionou chamar de Questão Agrária, buscando apresentar uma leitura diferente do pensamento conservador, segundo o qual o agronegócio seria a solução dos problemas agrícolas e agrários no país. A proposta também contribui para reforçar a existência e a atualidade da questão agrária nacional, enquanto um problema, e sua não resolução mesmo com a materialização de uma agricultura moderna, diversificada e rentável.

Partimos do pressuposto que o debate sobre a questão agrária brasileira está intimamente ligado ao processo histórico de desenvolvimento do país, uma vez que, a posse e apropriação privada da terra sempre foi um tema, além de relevante, extremamente atual para se entender a dependência nacional desde nossa inserção, mesmo como colônia, no capitalismo internacional. Soma-se a isso a manutenção da concentração da terra e da perpetuação de relações sociais calcadas no patriarcalismo e patrimonialismo, que passaram incólume a diversas crises e mudanças políticas que acometeram o Brasil. Visto em retrospectiva, em que pese o expressivo crescimento da economia nacional, ele não foi suficiente para arrefecer as históricas pendências nas relações sociais e produtivas do campo.

A agricultura tradicional, baseada em pequenas propriedades alicerçadas na diversificação da lavoura, cedeu rapidamente espaço para uma agricultura capitalista que, por meio da modernização da agricultura, estabeleceu relações intersetoriais com a indústria dando sentido, primeiro aos Complexos Agroindustriais e, a posteriori, ao agronegócio. Em outras palavras, no Brasil, o modelo de desenvolvimento da agricultura superou a fase dos complexos agroindustriais, avançando para uma fase na qual o capital financeiro passa a ser decisivo no processo de acumulação de capital na agricultura, destacado aqui como agronegócio e entendido como o resultado de uma associação entre o grande capital agroindustrial, a grande propriedade e o capital financeiro que ao se fortalecer, aumenta a vulnerabilidade da produção agropecuária nacional às determinações externas, colocando o Brasil, como exportador de commodities de baixo valor agregado, especialmente grãos, carnes e minérios.

Com o objetivo de mostrar que, em meio a transformações de forma, a essência do agro latifundiário brasileiro é pautada na captura de fundos públicos garantida pela cumplicidade de agentes políticos e ajudada pela ação coercitiva que a apropriação privada da terra lhe garante, esse artigo está estruturado em três seções além dessa introdução e das considerações finais. A primeira é destinada a uma trajetória histórica a fim de mostrar as transformações conjunturais e o caráter estrutural presente nas relações sociais de produção no campo. A segunda seção foca o histórico processo de captura de fundos públicos para, em seguida, na terceira seção, falarmos dos transbordamentos que o poder do dinheiro confere ao agro latifundiário no país, a saber: o poder político e coercitivo que ele exerce.

1 – Trajetória histórica e quadro recente do agro latifundiário brasileiro

A apropriação privada e concentrada da terra no Brasil é uma variável de extrema importância para se entender a trajetória histórica do desenvolvimento brasileiro. O sistema de *plantation* foi muito conveniente à lógica de colonização estabelecida no país. Esse sistema tem sido ratificado, mesmo com alterações, ao longo da história do Brasil. Se antes tínhamos a produção de monoculturas, em grandes extensões de terras, com trabalho escravo e produção destinada, quase exclusivamente, ao mercado internacional, agora temos a produção de commodities por meio de relações de trabalho caracterizadas muitas das vezes pelo elevado grau de superexploração comum aos trabalhadores rurais.

Sabe-se que da colonização até 1930, o modelo de desenvolvimento brasileiro foi pautado na agroexportação e só a partir de 1930, com a paulatina alteração do eixo dinâmico da economia brasileira para a lógica urbano industrial, houve a suplantação do setor agroexportador pelo industrial, que notoriamente só de deu efetivamente a partir de 1950, quando se rompem os constrangimentos à industrialização nacional em bases mais capitalistas (CARDOSO DE MELLO, 1975). O período que se inaugura – o da industrialização pesada – a partir de 1956, trouxe mudanças extremamente relevantes para a dinâmica econômica e para o processo de urbanização, com alterações significativas no desenho agrícola e o agravamento da questão agrária.

Observados os dados dos censos agropecuários do IBGE, pode-se concluir que houve aumento na concentração na distribuição da posse da terra no mesmo período no qual o país avançava na sua industrialização.⁴ Já as décadas seguintes, notadamente os anos de 1960 e 1970, foram marcadas pelo aumento vertiginoso da utilização de máquinas pesadas, insumos específicos, adubação química e consequente aumento da produtividade. Este conjunto de alterações caracterizados pela pecha de “modernização agrícola” foi de grande valia para a consolidação dos grandes complexos agroindustriais (CAIs), incapazes, diga-se, de amenizar a pobreza rural agravando sobretudo as discrepâncias da estrutura agrária nacional.

Desde o surgimento e consolidação dos Complexos Agroindustriais, o processo de modernização foi altamente excludente de determinados grupos sociais e regiões econômicas. Portanto, as políticas públicas voltadas para um modelo produtivista que privilegiou a formação de cadeias complexas teve como consequência três características complementares entre si: a primeira foi a verticalização da produção agrícola, voltada à consolidação de complexos agroindústrias internacionalizados; a segunda foi a formação de nichos regionais de especialização produtiva e a terceira foi o elevado grau de concentração tanto da terra como do capital (KAGEYAMA et al, 1990; DELGADO,1985).

Esse modelo foi incentivado pelo governo federal até o final da década de 1980, quando os Complexos Agroindustriais já estavam bastante estruturados. Este modelo, que ratificou o avanço das forças capitalistas na agricultura brasileira, desconsiderou o fato de ser, a questão agrária brasileira, marcada pela desigualdade de acesso à terra e a trabalho. Já na década de 1990, a adoção das políticas neoliberais, trouxe à realidade brasileira o agravamento dos problemas sociais no campo. Este quadro de agravamento ocorreu *pari passu* com a redução das possibilidades de ação estatal concreta e coordenada para a efetiva superação do atraso social e econômico nacional.

A dinâmica agropecuária brasileira apresenta tendências que são comprovadas a cada censo, todavia, uma das reiterações principais do censo agropecuário de 2017 foi, uma vez mais, a constatação da elevada e persistente concentração fundiária no Brasil. Segundo os números, os estabelecimentos rurais com menos de 10 hectares ocupavam, na data do censo, aproximadamente 2,0% da área total, mas em número representavam 51% de todos os estabelecimentos rurais no país. Por outro lado, os estabelecimentos maiores que 1000 hectares concentravam 48% do total de área, mas representavam apenas 1% dos estabelecimentos rurais brasileiros (Tabela 1).

⁴ Observado o índice de Gini calculado estimando desigualdades intraestratos em metodologia proposta por Hoffmann (1979), temos o seguinte: 1960: 0,842; 1970: 0,844 e 1975: 0,855.

Tabela 1 – Área e número de estabelecimentos rurais no Brasil por estratos de área no Brasil (2017)

Estabelecimentos	Área	%	Número	%
Menos de 10 ha	7.993.969	2%	2.543.681	51%
De 10 ha a menos de 100 ha	63.810.646	18%	1.980.684	40%
De 100 ha a menos de 1000 ha	112.257.692	32%	420.719	8%
1000 ha e mais	167.227.511	48%	51.203	1%
Total	351.289.818	100%	4.996.287	100%

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário (2019).

No que se refere ao uso e a ocupação do solo, observados os dados estruturais do Censo Agropecuário, pode-se perceber que a área dos estabelecimentos rurais que tinha diminuído entre os dois últimos censos antes do de 2017, voltou a crescer, mesmo com a redução de 102.312 estabelecimentos e com a redução de área ocupada com lavouras permanentes e pastagens naturais.

Tabela 2 – Dados estruturais e área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de atividade econômica no Brasil (1980/2017)

Dados estruturais	Censos				
	1980	1985	1995-1996	2006	2017
Estabelecimentos	5.159.851	5.801.809	4.859.865	5.175.636	5.073.324
Área total (ha)	364.854.421	374.924.929	353.611.246	333.680.037	351.289.816
Utilização das terras (ha)					
Lavouras permanentes	10.472.135	9.903.487	7.541.626	11.679.152	7.755.817
Lavouras temporárias	38.632.128	42.244.221	34.252.829	48.913.424	55.761.988
Pastagens naturais	113.897.357	105.094.029	78.048.463	57.633.189	47.323.399
Pastagens plantadas	60.602.284	74.094.402	99.652.009	102.408.873	112.174.148
Matas naturais	83.151.990	83.016.973	88.897.582	95.306.715	106.574.867
Matas plantadas	5.015.713	5.966.626	5.396.016	4.734.219	8.658.850
Pessoal ocupado	21.163.735	23.394.919	17.930.890	16.568.205	15.105.125
Tratores	545.205	665.280	803.742	820.718	1.229.907

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário (1980/2017).

É expressivo o montante, em hectares, das áreas destinadas a pastagens plantadas, que ocupam 32% da área recenseada e isso se deve a expressiva participação da criação de bovinos no país com um total de 172.719.164 cabeças, segundo o Censo Agropecuário de 2017, representando 73% de todo o efetivo animal exclusive aves, no Brasil. Por suposto, isto tem impactos na (sub)utilização do uso do solo no Brasil dado o caráter extensivo da pecuária nacional.

No que se refere ao pessoal ocupado, a redução é expressiva. Comparando os dois últimos censos, mais de 1,4 milhão de pessoas abandonaram as atividades rurais. Analisando-se os números do último censo com o censo de 1985, tem-se um número mais expressivo ainda: 8,2 milhões de trabalhadores ou uma redução de aproximadamente 35% do pessoal ocupado que é acompanhada pelo aumento da mecanização que pode ser observada pelo número crescente de tratores durante todo o período coberto pelos censos. Todavia, é necessário ressaltar que não é apenas a terra que é concentrada, a tecnologia também: comparados o número de tratores e o de estabelecimentos rurais no Brasil,

teríamos um resultado de 0,25 trator por estabelecimento, indicando que o alcance da aludida revolução verde é menos extensa do que se supõe.

Em síntese, enquanto características mais gerais de um longo processo de industrialização da agricultura, pode-se dizer que a questão agrária no Brasil está marcada pela permanência do êxodo rural e redução do número absoluto de trabalhadores no campo e pelo crescente, mas seletivo, aumento na produtividade do trabalho no meio rural (CARVALHO, 2011).

Em outras palavras, uma análise da dinâmica agropecuária no Brasil deixa evidente que o desenvolvimento do capitalismo no campo, com os significativos aumentos da produtividade do trabalho e aumento da maquinização da produção ocorreu de maneira concentrada e concentradora e à revelia do aumento de oportunidades de trabalho na agropecuária. Ademais, ao passo que se reafirma a concentração fundiária e tecnológica, também se evidencia a concentração de crédito, o aumento da influência política dos representantes do agro latifundiário, além do recrudescimento da violência no campo.

Adiantamos que, em termos estruturais, podem ser observadas algumas características merecedoras de comentários. Primeiro é a apropriação privada e concentrada da terra que se materializa como uma das formas concretas de acumulação patrimonial da riqueza capitalista. Uma outra característica marcante está presente nas relações patrimonialistas entre as oligarquias regionais e o poder central na distribuição e apropriação dos fundos públicos (TAVARES, 2000). Essa última característica abre uma chave analítica bastante profícua para se pensar, por exemplo, a lógica de oferta e demanda de créditos, subsídios e financiamentos diversos e, também, a forma como se dão as articulações políticas na defesa de interesses desse agro latifundiário brasileiro, como veremos nos próximos tópicos.

2 – O poder do dinheiro: captura de fundos públicos

Sob o manto (e o mantra!) do discurso do aumento da produtividade, da liberdade de mercado, da chamada modernidade e do crescimento das exportações, os sistemas de crédito e de financiamento brasileiros privilegiaram, ao longo de sua história, o caráter seletivo, concentrador e desigual das estruturas produtiva, distributiva, agrícola e agrária. As decisões políticas e econômicas a envolver esses sistemas na conjuntura atual são reflexo e correlatas à consecução de iniciativas que privilegiam saídas concentradoras e centralizadoras da produção, da propriedade e, como causa e consequência, do capital.

As alterações pelas quais passou esse sistema no Brasil são resultado de influências do poder do dinheiro sobre as decisões do Estado. Como será visto adiante, o poder do dinheiro direcionou as ações em vários momentos dentre eles: a) na política de crédito agrícola inaugurada no pós-crise de 1929 e início do processo de industrialização brasileira; b) nas diretrizes contidas no Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), notadamente observada em sua seletividade e concentração, em que o Estado era praticamente o único fomentador de crédito, praticando taxas de juros reais negativas, sob o argumento do aumento da produtividade; c) na consolidação dos complexos agroindustriais, que verticalizaram a produção, ainda que sustentada, em grande parte, por capital público, e que ampliaram a utilização de máquinas, insumos, defensivos, adubação química, sob o guarda-chuva do discurso da modernização e, d) na consolidação do agronegócio, solidamente ancorado nas chamadas políticas neoliberais, que reestruturou o padrão de acumulação no setor e que aprofundaram o histórico elevado grau de concentração da terra e do capital.

O caminhar dessas políticas ratificaram e reforçaram, assim, o modelo de desenvolvimento rural baseado na produção monocultora de *commodities*, notadamente destinada ao mercado internacional, que se transmutou, primeiro, de apoio a um setor exportador, específico, para um sistema organizado de financiamento centralizado de atividades concentradoras (fundiária e de capital) e, ao final e ao cabo, de um genérico Complexo Agroindustrial a um modelo denominado de Agronegócio, fortemente ancorado nos interesses privados associados à valorização financeira.

O crédito oficial rural passou a ser institucionalizado no Brasil, a partir do pós segunda guerra e, pelo menos até fins dos anos 1950, deu origem ao que viria a ser a estrutura de financiamento para o setor até os anos 1980. Pode-se dizer que este o marco temporal para esse período se dá em 1937, com a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI), do Banco do Brasil, substituído apenas na metade dos anos 1960, quando da criação do SNCR. A partir da criação da Carteira tem-se a primeira iniciativa de institucionalização do crédito agrícola, e é a partir dela que o Estado passa a ser o principal agente nessa modalidade de crédito. A CREAI apareceu como tentativa de pôr em prática as determinações da Lei 454, criada no segundo governo Vargas, e que tinha como objetivo gerar estímulos para dar condições aos produtores de comprarem máquinas, equipamentos e insumos, num intuito maior de modernização da agricultura. Segundo Garcia Munhoz, a criação da CREAI teria “constituído o passo decisivo para a formulação e consolidação de uma política de assistência creditícia ao setor rural na qual se lastrearia no futuro a política agrícola do país” (MUNHOZ, 1982, p. 20).

O Banco do Brasil, através da CREAI, tornou-se a principal instituição financeira a operar com crédito agrícola. Alguns bancos estaduais também operavam, mas sem ter a mesma importância do primeiro. Os bancos privados não se interessaram em operar com este tipo de crédito. Apesar da CREAI ter criado condições de plantio, investimento e, enfim, "modernidade" para alguns agricultores, ela não atingiu grande parcela dos produtores agrícolas nacionais.⁵ Essa modernização pretendida no discurso se deu de forma seletiva e restrita a poucos produtores.⁶

Paralelamente à Carteira, foi lançado em 1943, com a criação da Comissão de Financiamento da Produção (CFP), o Programa de Preços Mínimos, em que os agricultores podiam vender seus produtos ao mercado ou então negociar com o governo pelo preço mínimo, que realiza, então, uma Aquisição do Governo Federal (AGF). Os primeiros preços mínimos foram fixados dois anos depois para serem aplicados na colheita seguinte de arroz, feijão, milho, amendoim, soja e semente de girassol.

Se a CREAI representou a institucionalização do crédito rural e a introdução do Estado como seu principal fomentador, com a criação do SNCR⁷, o Estado passou a ser o único fomentador de recursos para a agricultura e para o setor rural como um todo, por um longo período. Período esse caracterizado por um grande volume de crédito e por altas taxas de subsídios, particularmente na década de 1970.

⁵ “Em 1952, 546 municípios brasileiros desconheciam qualquer modalidade de crédito agrícola. Não dispunham de recursos de crédito agrícola 80% dos municípios paraenses, 18,7% dos paulistas, 40% dos paranaenses, 43% dos catarinenses. Somente em 168 municípios brasileiros funcionavam naquele ano cooperativas de crédito. O Banco do Brasil só aparecia como principal entidade financiadora em 45% do total de 1874 municípios existentes naquele ano” (PAIM, 1957, p. 85).

⁶ Falando sobre a realidade brasileira em 1952, segundo Paim (1957) observou que: “A enxada é o instrumento de trabalho predominante na quase totalidade dos municípios e somente em 222 deles a Comissão Nacional de Política Agrária encontrou o arado como o instrumento básico, embora, na maioria dos casos, de tração animal. Quanto à meação, é a modalidade de parceria mais comum em 1.280 municípios, enquanto em 1.294 o arrendamento da terra se faz por contratos verbais e por prazos raramente superiores a dois anos” (PAIM, 1957, p. 56).

⁷ Lei nº 4.829, de 05.11.65.

O SNCR foi criado como parte das reformas implementadas pelo Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), de 1964 a 1966. O uso de insumos e implementos avançados traria, como pretendido, aumento do produto e da produtividade para o setor e para o País. Mas isto só ocorreu com incentivos financeiros para o setor agrícola e com apoio à importação e/ou entrada de grandes produtoras de máquinas, equipamentos, insumos *etc.*, através de uma forte intervenção no setor com vistas a alterar a estrutura de produção, e consolidando a expansão da fronteira agrícola com reprodução da concentração fundiária.⁸

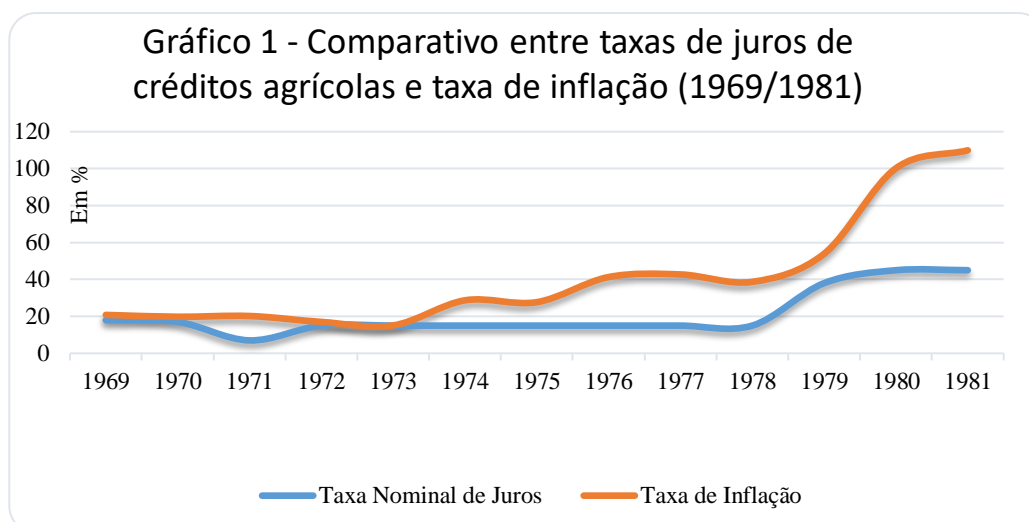
Até 1979, a taxa de juros no crédito agrícola era fixada, em termos nominais, em 15% ao ano para o crédito de custeio, com valores mais baixos ainda para compras de fertilizantes e alguns outros insumos. O crédito de investimento era concedido à taxa de juros em torno de 17%, no entanto, cerca de ¼ desses empréstimos para investimento era distribuído a taxas mais baixas em programas especiais, dirigidos a regiões ou atividades específicas. O crédito de comercialização, usado principalmente para estocagem da safra no Programa de Preços Mínimos, era concedido à taxa de juros de cerca de 16%.

Após 1979, a taxa de juros passou a ser parcialmente ajustada de acordo com um coeficiente aplicado à correção monetária. A fórmula foi concebida para fornecer um mecanismo para a redução gradual dos subsídios, mas, na prática, o coeficiente aplicado à correção monetária permaneceu fixo em 0,4. Além do mais, muitos dos programas especiais ficaram isentos dessa indexação. O efeito global em 1980, quando a inflação ultrapassou 100%, foi que o teto da taxa de juros para o crédito agrícola ficou em 36% e a taxa de subsídio aumentou.⁹

Como se observa no gráfico 1, apesar de o governo cobrar juros dos produtores, o que se verifica é que essas taxas de juros ficavam abaixo do patamar inflacionário. O período em que houve maior diferença entre a taxa nominal de juros e a inflação vai de 1974 a 1981, chegando à incrível taxa real de juros, negativa, de 37,7% em 1980. Até 1973, devido à baixa taxa de inflação (abaixo de 21%), a subvenção aos produtores era pequena quando observamos a taxa real de juros. Mas, a partir de 1974, quando ocorre um aumento na taxa inflacionária, e mantendo-se a mesma taxa de juros para os financiamentos, verifica-se um incremento nas transferências para os agricultores beneficiários do crédito rural oficial.

⁸ Dados sobre o SNCR obtidos de Cunha (1999).

⁹ Nas palavras de Delgado (1985, p. 80): “os limites concedidos por finalidade e as taxas reais negativas, além de outras condições favoráveis de financiamento (prazos e carências elásticas), constituem-se no principal mecanismo de articulação pelo Estado dos interesses agroindustriais. Por meio dessa política expansionista, cresceu rapidamente a demanda por insumos modernos, criando-se, assim, o espaço de mercado para consolidação do chamado Complexo Agroindustrial”.



Fonte: Delgado (1985), apud Carvalho (2011, p. 24).

Não bastasse a transferência real de recursos públicos para o setor agrícola, grande parte do crédito foi concedida a produtores que possuíam grandes áreas. Os pequenos produtores, que demonstraram uma maior relação entre participação no produto final e participação nos empréstimos oficiais, detiveram uma pequena atenção e parcela dos empréstimos totais (GUEDES PINTO, 1981).

Tabela 3 – Comparações entre o valor do financiamento com o valor da produção e com a área, em diferentes estratos de área (1970 e 1975)

Área do estabelecimento (ha)	Financiamento		Financiamento	
	Valor da produção (%)		Área de Lavoura (Cr\$)	
	1970	1975	1970	1975
Menos de 10	5	6	38	200
10 a menos de 100	13	19	87	631
100 a menos de 1.000	23	35	182	1.256
1.000 a menos de 10.000	24	42	255	1.654
10.000 e mais	36	75	840	3.143

Fonte: Fundação IBGE apud Guedes Pinto (1981, p. 22).

Como resultado desses dados percebe-se que os grandes produtores, seja pela relação entre valores monetários do financiamento por hectare, seja pelo produto obtido em relação ao financiamento contratado, foram mais contemplados, ou fizeram mais uso dos incentivos oferecidos pelo governo através dos subsídios em forma de transferências indiretas (taxa real de juros). Poderíamos dizer que os ganhos obtidos com as transferências para o setor agrícola e, mais precisamente, para os grandes produtores, produziram uma maior oferta de produtos e que acabariam trazendo uma redução dos preços, ou que estes ganhos acima do nível de ganhos da economia atrairiam novos produtores, o que viria a trazer uma equiparação ou redução no nível dos ganhos, o que notoriamente não ocorreu.

Fica evidente pelos dados e argumentos apresentados o papel do financiamento enquanto estratégia pública na consolidação dos complexos agroindustriais. As consequências dos CAIs foram óbvias: a primeira foi a verticalização da produção agrícola, a segunda foi a formação de nichos regionais de especialização produtiva e a terceira foi o elevado grau de concentração tanto da terra quanto do capital (CARVALHO, 2015). O crédito de custeio era centrado em recursos para insumos modernos, tais como fertilizantes, defensivos, sementes, entre outros componentes da

agricultura e da pecuária. Além destes, também medicamentos, mudas, rações e concentrados. No período analisado, o crédito de custeio sempre foi o maior destino dos recursos, representando, em alguns anos, mais de 50% do total do volume destinado ao crédito rural. Pela característica moderna e seu elevado grau de industrialização, estes insumos foram fundamentais para a consolidação das relações intersetoriais entre agricultura e indústria, com clara predominância da indústria sobre a agricultura.¹⁰ O modelo agrícola baseado na elevada produtividade foi incentivado pelo governo federal durante a década de 1980. E foi no modelo de financiamento que o governo ratificou essa matriz agrícola, desconsiderando, portanto, o fato de ser a questão agrária brasileira marcada pela desigualdade de acesso à terra e, por consequência, a financiamentos.

A modernização conservadora não alterou o padrão de crescimento da agricultura brasileira, marcado pela expansão extensiva. O crédito rural subsidiado permitiu uma expansão desproporcional da produção agropecuária, além de infraestrutura de suporte e apoio, expansão esta que se adequou convenientemente aos interesses mais imediatos, tanto do governo quanto dos grandes produtores, e que, contudo, gerou um crescimento de fôlego curto que, a partir dos anos 1980, mostrou seus limites e explicitou seus impasses (SZMRECSÁMYI; RAMOS, 1997, p. 242).

É interessante ressaltar, ademais, que houve uma notória transferência de responsabilidade dos empréstimos agrícolas, do estado para a iniciativa privada, refere à inserção mais ativa das agroindústrias como ofertadoras de crédito. Com a queda do volume de recursos oficiais diante de um contexto de crise com redução da importância do SNCR, as agroindústrias foram assumindo papel importante na concessão de crédito. Sejam elas empresas de fertilizantes, defensivos, sementes, máquinas, tratores ou de processamento de commodities, o que interessava era dar condições aos produtores de comprarem seus produtos. Alguns empréstimos eram (e ainda são) realizados através de convênios com os bancos, em que algumas indústrias correm atrás do *funding* da operação, recorrendo às suas matrizes no exterior.¹¹

A partir dos final dos anos 1980 e início da década de 1990, a adoção de políticas neoliberais trouxe à realidade brasileira um duro golpe: o agravamento dos problemas estruturais nacionais, a exemplo da concentração de renda e da propriedade. Este quadro de agravamento se deu concomitante com a redução das possibilidades de ação estatal concreta e coordenada para a efetiva superação do atraso social e econômico nacional. Em outras palavras, com a opção pelo neoliberalismo, ocorreram alterações na capacidade de ação estatal e isto, por seu turno, acarretou rebatimentos sociais significativos que, para o que nos interessa, podem ser expressos no agravamento da realidade agrária, no aumento de ocupações de áreas rurais por famílias sem-terra e, infelizmente, no aumento da violência no campo.

Aqui cabe algumas considerações sobre o PRONAF, em função de ser apontado como uma resposta dada em meados da década de 1990 para, como o próprio nome diz, o fortalecimento da agricultura familiar. É inegável que ele se constituiu como uma importante política pública voltada à agricultura familiar, entretanto, os valores recebidos pelo programa a partir de meados dos anos 2000 foram resultados de um longo processo de tensionamentos por parte dos agricultores e movimentos sociais. No ano de sua

¹⁰ Segundo Delgado (1985), a priorização para a agroindústria era tão patente que a participação dela nos financiamentos concedidos foi 64,8% nas safras de 1977/78, aumentando para 72,7%, em 1978/79, reduzindo-se para 69,2% na safra seguinte (1979/80), queda essa pouco representativa no período como um todo. As cooperativas de produtores rurais, por exemplo, não foram superiores a 23% no período.

¹¹ Esta estrutura de crédito é frágil por conta de sua instabilidade. A fragilidade dessa forma de crédito está na dependência em relação ao capital externo e sua relação direta com a política cambial, controlada sobremaneira pelas forças de mercado não apenas no Brasil, mas também em boa parte da América Latina.

implantação, em 1995, a taxa de juros era demasiadamente elevada, atingindo 16% ao ano. No ano seguinte, mesmo com a inflação já estável em níveis baixos, os juros foram reduzidos, mas a 12% ao ano, continuaram elevados, levando-se em consideração o público alvo. Outro ponto a se destacar é o volume de recursos efetivamente liberados: sobre isso, Graziano da Silva (1998, p. 251) escreveu que, em 1997, o valor liberado, dividido pelo público potencial naquele ano, daria menos de R\$ 120,00 por ano para cada família de agricultores rurais.

Dito isso, cabe ressaltar que mesmo nos anos em que o PRONAF recebeu mais recursos, esses foram demasiadamente aquém dos créditos concedidos ao agronegócio por meio do Plano Safra. Apenas como ilustração:

Em junho de 2015, em plena crise de recessão pela qual passa a economia brasileira, o MDA e o MAPA divulgaram os planos-safra para a agricultura camponesa e para o agronegócio, respectivamente. Para a agricultura camponesa, o MDA (2015) previu o investimento de R\$ 28,9 bilhões, um aumento de 29% em relação ao plano-safra anterior (2014-2015). Já no que se refere ao agronegócio, o MAPA (2015) trouxe uma previsão de orçamento de R\$ 187,7 bilhões, um aumento de 20% com relação à safra anterior. Nesses termos, percebe-se que em números absolutos, os recursos do MAPA são cerca de 6,5 vezes maiores do que os que serão destinados ao MDA, por mais que o segundo tenha tido um crescimento percentual maior do que o primeiro se comparado à última safra (BARBOSA JUNIOR; ESTEVAN COCA, 2015, p. 20).

Não nos cabe aqui fazer um aprofundamento sobre o Plano Safra, mas é necessário apontar ele como o principal programa de financiamento público do agronegócio na contemporaneidade e tem valores crescentes ao longo de sua trajetória, a exemplo dos R\$ 236,30 bilhões – incluídos nesse valor R\$ 33 bilhões para o PRONAF – que foram liberados em julho de 2020 para a safra 2020/2021, período em que as receitas públicas foram bastante comprometidas em função dos efeitos diretos e indiretos da pandemia de coronavírus.¹²

Em resumo, a contribuição do governo para a estruturação do agronegócio no Brasil foi e é notória. A sustentação do paradigma produtivista brasileiro pôde contar, diferentemente da agricultura familiar, com o tripé pesquisa, extensão e crédito que deu gênese aos complexos agroindustriais e foi o berço do agronegócio. Para tanto, para além do crédito, dos juros subsidiados e de outras benesses, o governo também direcionou, instituições públicas, como a EMBRAPA, a operar em perfeita sincronia com empresas multinacionais do agronegócio. Além disso, ainda diminuiu o controle sobre áreas devolutas e trabalhou com políticas cambiais de modo funcional ao interesse do setor. O resultado foi uma economia rural baseada na reiteração do latifúndio monocultor produtor de commodities destinadas ao mercado externo sob a égide do capital financeiro, valendo-se da superexploração da força de trabalho, gerando desemprego estrutural e deixando elevados custos ambientais e sociais: eis a caracterização mais assertiva de agronegócio no Brasil.

¹² Conforme publicação do Ministério da Agricultura, pecuária e abastecimento em 01/07/2020. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/plano-safra-2020-2021-entra-em-vigor-nessa-quarta-feira>. Acesso em 03. nov. 2020.

3 – Para além do dinheiro: o poder extraeconômico do agro latifundiário no Brasil

O imenso segmento econômico identificado em linhas gerais pelo termo “agronegócio”, embora inquestionavelmente poderoso em termos estritamente econômicos, talvez não tenha sido inteiramente capaz, ainda, de gerar um equivalente político, na medida em que não há um amplo consenso em torno do agronegócio como portador de um modelo social, um projeto político que inclua os interesses de amplos setores da sociedade (MORAES; ÁRABE; SILVA, 2008). Em grande medida, tal limitação pode ser explicada por ao menos dois fatores:

- i) Boa parte da atuação política da assim chamada “bancada ruralista” no Congresso Nacional, assim como da atuação das associações representativas do setor (CNA, OCB, associações por produto e intersetoriais) por meio de lobbies junto ao governo, não se propunha – ao menos até fins da primeira década dos anos 2000 – a constituir uma concertação política que garantisse ampla legitimidade ao setor. Ao contrário, os esforços até então sempre eram mais focados na garantia de seus interesses diretos, como a manutenção de recursos junto ao SNCR, aprovação de leis ambientais mais favoráveis ao setor, etc. (DELGADO, 2012). Este pragmatismo político, apesar de bem sucedido no atendimento a seus objetivos imediatos, não ajudou o agronegócio em termos de imagem pública e,
- ii) Como resultado do sucesso das ações elencadas no item anterior, houve, principalmente nas últimas duas décadas, um enorme avanço do setor rumo a terras indígenas, de populações tradicionais, de camponeses, etc. (ALMEIDA, 2010), o que intensificou os conflitos fundiários junto a estes grupos, além de colocar em evidência outros efeitos colaterais da “expansão agro”, como o aumento no ritmo do desmatamento. Como consequência, as resistências – e as denúncias – contra o setor se multiplicaram, afetando sua imagem pública e assim, sua capacidade de articulação de amplos consensos políticos.

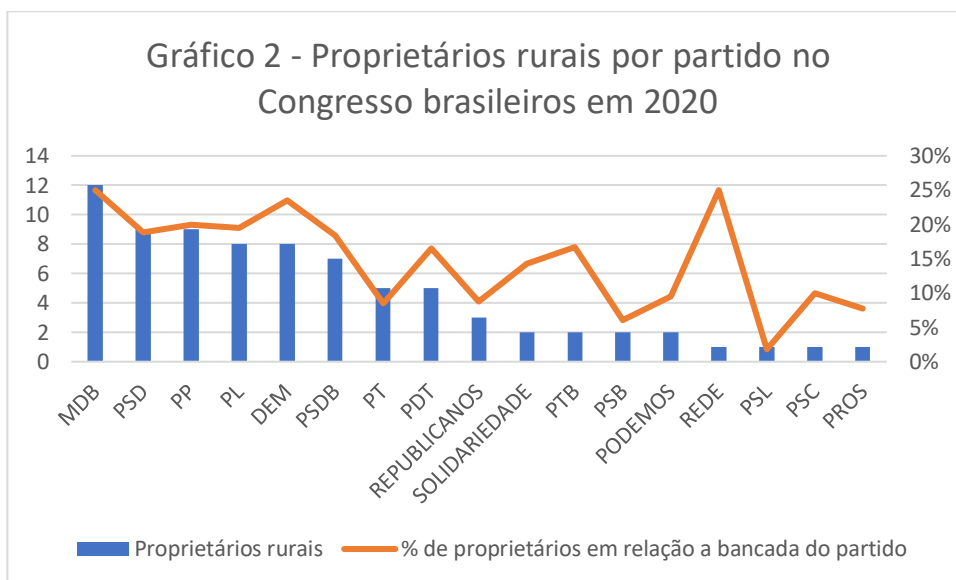
Não obstante a supostamente baixa capacidade de articulação política em torno de amplos consensos, não se pode negar a eficácia do agronegócio em consolidar e manter condições privilegiadas no âmbito das políticas públicas, inclusive logrando bloquear pautas históricas, como a reforma agrária. Neste íterim, para exemplificar, quando observado o trabalho de Carvalho (2017), ao analisar todas as Mensagens ao Congresso, Discursos Presidências, Decretos, Medidas Provisórias dos dois mandatos do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e do primeiro governo Lula (2003-2006), chegou à conclusão que: “Se na era FHC, os movimentos sociais de luta pela terra não conseguiram implantar uma política de reforma agrária, no governo Lula, por sua vez, as pressões dos proprietários de terra não conseguiram extinguir a reforma agrária da pauta” (CARVALHO, 20017, p. 78). O fato a se destacar é que, mesmo na pauta, o país não avançou na reforma agrária, mesmo considerando os 14 anos de gestões petistas no executivo federal.

Compreender a origem desta eficácia política, por parte desses agentes agremiados em torno do agronegócio, não é algo tão difícil, numa primeira análise: o poder econômico que financia lobbies e candidaturas explicaria boa parte deste sucesso.¹³

¹³ A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), grupo de parlamentares dedicado à defesa dos interesses do setor, existe desde a Assembleia Constituinte - seu surgimento se deu entre 1987 e 1988 - e tem sido

Mas a força do dinheiro, por si só, não seria suficiente, se for levado em conta a existência de outros (poderosos) segmentos econômicos não necessariamente identificados com o agro, como a indústria, o setor financeiro, para ficar no óbvio.

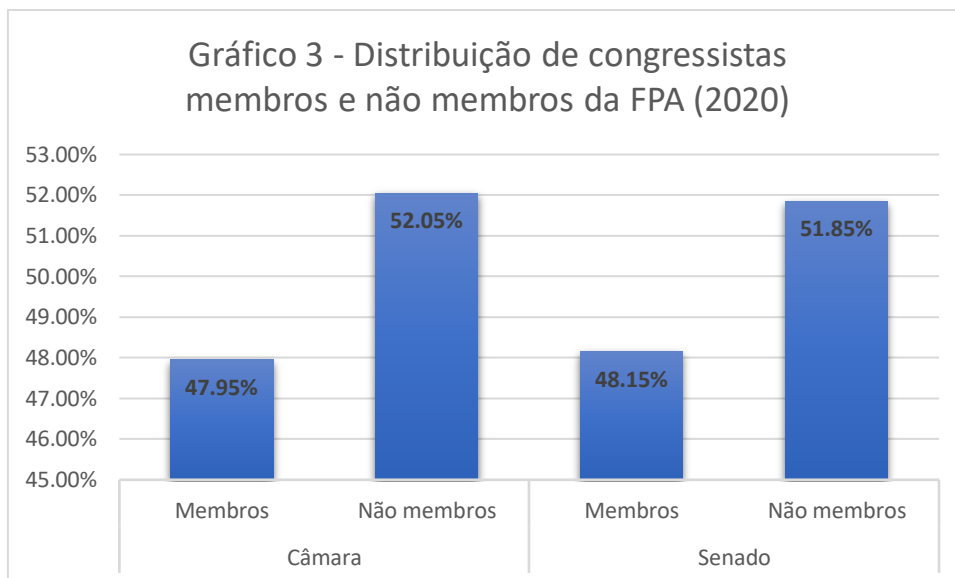
A questão que se coloca é como os interesses do agronegócio passam a ser defendidos por outros segmentos não diretamente ligados a atividades agropecuárias, ao meio rural. E isso implica admitir que nem todos os parlamentares da bancada ruralista ou agropecuarista (FPA) são “fazendeiros”, ainda que grande parte dos parlamentares em geral seja proprietário rural, como pode ser verificado no gráfico 2.



Fonte: Adaptado de Gershon, Meireles e Barbosa (2020).

Sabe-se que o Congresso brasileiro é composto por duas Casas, a saber, a Câmara e o Senado com, respectivamente, 513 deputados e 81 senadores. Observados os números apresentados no trabalho de Gershon, Meireles e Barbosa (2020), fica evidente que a bancada ruralista é composta por parlamentares proprietários e não proprietários de terras, agremiados a partir de interesses difusos que juntos detém quase 50% das cadeiras nas duas casas, conforme demonstra o gráfico 3.

uma das principais frentes temáticas no Congresso. Segundo o Observatório do Legislativo Brasileiro (OLB), trata-se da maior frente parlamentar mista atualmente existente, reunindo quase 50% dos membros de cada casa – 246 deputados e 39 senadores. Ver <https://olb.org.br/>.



Fonte: adaptado de Gershon, Meireles e Barbosa (2020).

Como possível explicação da grande aderência dos temas de interesse do agronegócio junto a parlamentares não necessariamente vinculados ao meio rural, pode ser destacado o grande leque de atividades que pode ser incluído dentro da cadeia produtiva do mundo “agro” (BELIK, 2007), e a própria presença de setores empresariais urbanos (mineração, indústria alimentícia, energia elétrica, bancos, etc.) como proprietários de terras em diversas áreas do país (FLEXOR; LEITE 2017), além do fenômeno do *contract farming* adaptado ao contexto brasileiro (GUANZIROLLI; DI SABBATO, 2014). A convergência desses fatores faz com que a teia de interesses em torno da manutenção de políticas voltadas aos grandes negócios agropecuários se estenda para muito além do campo e dos interesses diretos dos latifundiários do país.

Por outro lado, essa multiplicidade de interesses associados à cadeia do agro, mais do que ampliar as fileiras em defesa de políticas como os subsídios agrícolas, linhas do SNCR, entre outras, pode esclarecer muito sobre o viés antirreforma agrária que caracteriza coalizões políticas entre setores produtivos e segmentos sociais muito distintos. Mais que isso, a teia de interesses em torno da complexa rede de contratos e contatos por trás do aludido *agribusiness* brasileiro pode inverter a lógica de políticas públicas pensadas para a agricultura familiar (como o PRONAF), na medida em que seu público alvo passa a figurar como uma mera rede de captação de crédito que flui para contratos firmados junto a grandes grupos negociadores de commodities (SARON; HESPANHOL, 2012).

Não obstante as coalizões políticas em defesa do agronegócio e contrárias à teses como a da necessidade de reforma agrária possam ser compreendidas e delineadas a partir da explanação feita até aqui, uma questão emerge a partir da afirmação inicial de que o agronegócio não teria sido capaz de criar um projeto com pretensões hegemônicas, no sentido político gramsciano.¹⁴

¹⁴ A noção de hegemonia, presente na obra do pensador marxista Antonio Gramsci, diz respeito à capacidade de um segmento ou conjunto de segmentos sociais (articulados em um “bloco histórico”) de cooptar outros segmentos da sociedade civil em torno de um mesmo projeto de poder e permeado por uma ideologia específica. Para uma introdução ao debate em torno do conceito, ver Alves (2010).

Uma questão que merece atenção futura é saber se os fatores que teriam impedido este segmento econômico de se lançar a tal empreitada até o presente momento – apresentados no início do tópico – continuam (e continuarão) valendo. Na tentativa de avançar nessa questão, alguns elementos de análise são inescapáveis, a começar pelos os efeitos deletérios (ambientais, sociais) da expansão do agronegócio, que tendem a se acumular, gerando resistências e minando as bases de qualquer consenso, ao ponto em que campanhas midiáticas não seriam suficientes para salvar a imagem do agronegócio junto à opinião pública. Ou seriam suficientes apenas para isso, mas não na construção de amplos consensos políticos?

De outro lado, análises como a de Caio Pompeia (2020) indicam que estaríamos hoje vivenciando uma terceira fase da representação política do agronegócio, não mais apoiada em grandes complexos agroindustriais e sindicatos patronais (fase da “revolução verde”) ou cooperativas e associações de produtores por produto (segunda fase, a partir dos anos 1990), mas agora assumindo uma configuração híbrida entre os padrões de representação política anteriores e acrescida de uma maior participação de entidades intersetoriais – mais condizente com a realidade constatada em termos de coalizões políticas engendradas pela crescente capilaridade das cadeias do agro – e com uma inédita capacidade de articulação em torno de narrativas capazes de se contrapor a visões antagônicas que tendem a se avolumar a partir de temas ambientais, sociais e econômicos.

A real dimensão dos efeitos da agressiva e frouxamente regulada expansão agropecuária e a efetiva capacidade das novas formas políticas do agronegócio para promover acordos que conduzam a uma concertação política parecem concorrer entre si na determinação do alcance do poder político do agronegócio. Mas, no curto prazo, nada indica que este poder apresenta sinais de debilidade.

Independentemente da debilidade ou não do poder político do agro latifundiário no Brasil, uma breve análise dos dados organizados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e sistematizados nos Cadernos de Conflito no Campo nos ajuda a perceber que houve um evidente recrudescimento da ação da burguesia agrária expressa no uso da violência, notadamente contra pessoas ligadas a movimentos sociais de luta pela terra.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do CEDOC Dom Tomás Balduino (CPT, 2020).

Importante ressaltar que o gráfico 4 apresenta apenas a violência expressa em assassinatos. Sabe-se que além dela, ainda existem tanto as ameaças de morte, tentativas de assassinato e agressões físicas como aquelas que não se expressam fisicamente como as expulsões realizadas por grileiros, fazendeiros ou mesmo o Estado. Outro dado importante alertado é que a redução dos assassinatos nos dois últimos anos da série não significa a redução da violência, pois, segundo a CPT (2020), o que ocorreu foi a ação direcionada a lideranças de movimentos sociais, denotando uma ação especializada de criminosos profissionais.¹⁵

Considerações Finais

Esperamos ter deixado claro que mesmo com a forte integração agricultura e indústria, o processo de desenvolvimento da agricultura brasileira ainda foi marcado pela convivência conflituosa e a reprodução de relações sociais que reafirmam relações de dependência economia e social que recolocam a desigualdade de acesso a propriedade no centro da questão agrária brasileira.

Sobre essa desigualdade, ela tem se mostrado tanto social quanto territorialmente, marginalizando uma imensa massa de despossuídos do meio rural, inexoravelmente migrantes para cidades, geralmente médias ou de grande porte ou ainda para regiões de fronteiras agrícolas, constantemente em movimento. Este quadro de agravamento ocorreu com a redução das possibilidades de ação estatal concreta e coordenada para a efetiva superação do atraso social e econômico nacional no bojo das políticas neoliberais pari passu à consolidação do agronegócio como modelo hegemônico de produção agrícola no país.

O avanço do agronegócio sobre antigas áreas gerenciadas pela ótica patriarcal-patrimonialista é ambíguo, o que dificulta pensarmos sobre um bloco. Todavia, os antagonismos são superados pelos arranjos tácitos e formais que transcendem a lógica econômica, expresso pelo poder do dinheiro, transbordando em poder político e coercitivo, na medida em que se seculariza e se ratifica a terra muito mais que um fator de produção e sua apropriação privada como um signo de poder extraeconômico.

Tornou-se perene a expropriação, a expulsão e o desemprego, que continuam se configurando como elementos centrais da questão agrária nacional com rebatimentos sociais significativos, assim como o favorecimento ao capital tipicamente especulativo e essa é uma questão que precisa ser mais bem observada academicamente.

¹⁵ Reforça essa tese o assassinato de Ênio Pasqualin, líder do MST no Paraná. Ele foi retirado de sua casa por sequestradores na noite de 24 de outubro de 2020. Seu corpo foi encontrado no dia seguinte com sinais de execução, conforme reportagem do Jornal Brasil de Fato, disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/10/26/lider-do-mst-no-parana-e-encontrado-morto-com-sinais-de-execucao>. Acesso em 03. nov.2020.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. (2010), Agroestratégias e desterritorialização: os direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios, in A. W. B. Almeida et al. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro, Lamparina: 101-143.

ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. **Lua Nova**, São Paulo, 80: 71-96, 2010.

BARBOSA JUNIOR, RICARDO; ESTEVAN COCA. Conflitos entre o campesinato e o agronegócio no Brasil: os Planos-Safra 2015-2016. **Eutopia. Revista De Desarrollo Económico Territorial**, n.º 8, dez, 2020, pp. 11-27. Disponível em: <https://doi.org/10.17141/eutopia.8.2015.1828>. Acesso 03. nov. 2020.

BELIK, Walter. Agroindústria e Política Agroindustrial no Brasil”, in P. Ramos (org.). **Dimensões do Agronegócio Brasileiro Políticas, Instituições e Perspectivas**. Brasília, NEAD, 1: 141-170, 2007.

CANO, Wilson. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. São Paulo: T. A. Queiroz, republicado pela Editora do IE/Unicamp, 2007.

CANO, Wilson. Reflexões sobre o papel do capital mercantil na questão regional e urbana do Brasil. **Texto para discussão** n.º 177, maio, 2010.

CARVALHO, Joelson Gonçalves de. **Economia Agrária**. Fundação Cecierj, Rio de Janeiro, 2000.

CARVALHO, Joelson Gonçalves de. **Questão agrária e assentamentos rurais no Estado de São Paulo: o caso da Região Administrativa de Ribeirão Preto**. Tese de doutorado – Instituto de Economia, Unicamp, São Paulo, 2011.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA/Centro de documentação Dom Tomás Balduino. **Conflitos no Campo – Brasil 2019**. [Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Paulo César Moreira dos Santos [Goiânia]: CPT Nacional, 2020.

CUNHA, Sebastião Ferreira da. **As Transformações Ocorridas no Financiamento Agrícola nos Últimos Anos**. Uberlândia: UFU, 1999.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2012.

DELGADO, Guilherme. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil**. Campinas: Ed. Ícone/ Ed. da UNICAMP, 1985.

FLEXOR, Georges Gérard.; LEITE, Sergio Pereira. (2017), Mercado de terras, commodity boom e land grabbing no Brasil. In: G. Flexor; R. Maluf. (org.). **Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas**. Rio de Janeiro, E-papers, 1: 56-74.

GERSHON, Débora; MEIRELES, Fernando; BARBOSA, Leonardo M. Mapa do agronegócio no Congresso. Rio de Janeiro, 2020. **Observatório do Legislativo Brasileiro** - UFRJ. Disponível em <https://olb.org.br/mapa-do-agronegocio-no-congresso/>, postado em 13/08/2020. Acesso em 27. out. 2020.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O Que é Questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

GUANZIROLI, Carlos Henrique; Di SABBATO, Alberto. Existe na agricultura brasileira um setor que corresponde ao *family farming* americano? **Rev. Bras. Ciências Sociais**, vol.35 no.104, São Paulo, 2020.

GUEDES PINTO, Luís Carlos. **Notas Sobre a Política de Crédito Rural**. Campinas: Unicamp, 1981.

MORAES, Reginaldo Carmello, ÁRABE, Carlos Henrique, SILVA, Maitá de Paula. **As cidades cercam os campos: estudos sobre o projeto nacional e desenvolvimento agrário na era da globalização**. São Paulo, Editora Unesp, 2008.

MUNHOZ, Dércio. Gargia **Economia Agrícola – agricultura, uma defesa dos subsídios**. Petrópolis: Vozes, 1982.

PAIM, Gilberto. **Industrialização e Economia Natural**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1957.

POMPEIA, Caio. Concertação e poder: o agronegócio como fenômeno político no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.35 no.104 São Paulo ,2020 Epub 20-Jul-2020

SARON, Flávio de Arruda; HESPANHOL, Antonio Nivaldo. O Pronaf e as Políticas de Desenvolvimento Rural no Brasil: o desafio da (re)construção das políticas de apoio à agricultura familiar. **Geo UERJ** - Ano 14, nº. 23, v. 2, 2º semestre de 2012 p. 656-683

SZMRECSÁNYI, Tamás; RAMOS, Pedro. O Papel das Políticas Governamentais na Modernização da Agricultura Brasileira. In: SZMRECSÁNYI, T. & SUZIGAN, W. (Orgs.), **História Econômica do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Hucitec, 1997.

UNIDROIT, FAO e FIDA. 2015. **Legal guide on contract farming**. Disponível em: www.fao.org/3/a-i4756e.pdf

KAGEYAMA, A. A. (coord.) (1990). O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: Delgado, G. et al. (org.) **Agricultura e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA.

IBGE, **Censos Agropecuários**. Rio de Janeiro, 1960-2019.

HOFFMANN, Rodolfo. Estimação da desigualdade dentro de estratos no cálculo do índice de Gini e redundância. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 719-738, dez, 1979.

TAVARES, Maria Conceição. Subdesenvolvimento, dominação e luta de classes. In: Tavares, M. C. (Org.). **Celso Furtado e o Brasil**. Ed. Fund. Perseu Abramo. São Paulo, SP, 2000.

EFEITOS DO USO DE BIOFERTILIZANTES NA CULTURA DO ALFACE PARA REPELÊNCIA DE PRAGAS

Jonas Natanael De Souza- Graduando em eng. Agronomica, Universidade de Araraquara-UNIARA, Araraquara/ SP; Bolsista de treinamento tecnico II- FAPESP

Fabia Cristina Giz Icassati- graduada em ecologia, Universidade estadual paulista- UNESP, Rio Claro/ SP; Pesquisadora associada NEEA- NUPEDOR, Universidade de Araraquara-UNIARA, Araraquara/ SP

Cesar Augusto Feliciano- Doutorando em ciências biológicas, universidade de Araraquara, UNIARA/ SP

Olavo Nardy- (coorientador) Dr. Ciências Biológicas, Docente Universidade de Araraquara-UNIARA, Araraquara/SP

Manoel Baltazar Baptista Da Costa- Dr em Agronomia, Livre Docente Universidade de Araraquara-UNIARA, Araraquara/SP

INTRODUÇÃO

A diminuição de custo na produção de alimentos é uma das principais formas que a agricultura familiar busca conseguir para aumentar a margem de lucro, podendo assim, investir ainda mais em inovações que contribui para melhorias na produção e na qualidade de vida (ANDRIOLI, 2019). Uma das formas de encontradas pelos produtores é investir no cultivo orgânico, ou seja, sem o uso de insumos como agrotóxicos e adubos químicos, diferente da agricultura convencional que exige um certo grau elevado de investimento só acessível para aqueles que já possuem algum capital acumulado para conseguir adquirir o devido maquinário e os produtos químicos necessários (VASCONCELLOS, 2006)

Em virtude desta condição, a utilização de biofertilizantes tem sido uma alternativa relevante na suplementação de nutrientes e controle de pragas e doenças em hortaliças, podendo o mesmo ser aplicado via solo, via sistemas de irrigação ou em pulverização folhar (BARBOZA, 2019). O preparo dos biofertilizantes pode ser feito com matéria prima encontrada na própria propriedade dos agricultores, ou mesmo comprados pronto (BARBOSA, 2019)

A hortaliça descrita nesse experimento é uma das várias variedades da alface (*Lactuca sativa* L.), sendo a hortaliça com maior produção e consumo no Brasil, e na perspectiva de produzir de forma orgânica, um dos principais problemas é o de ataque de pragas que pode causar grandes prejuízos aos produtores (SILVA, G.S., et al, 2019)

OBJETIVO DO TRABALHO

O trabalho tem o objetivo de avaliar eficiência dos biofertilizantes Vairo e Supermagro na repelência das pragas através da análise da ocorrência, tendo como planta teste a alface (*Lactuca sativa* L.).

MÉTODOS

Foram preparados quatro canteiros com blocos casualizados para cada tratamento da seguinte forma: T₀ testemunha (sem o uso dos biofertilizantes); T₁ uso dos biofertilizantes Supermagro e Vairo; T₂ alface consorciado com plantas aromáticas (coentro e manjeriço) e biofertilizantes Supermagro e Vairo; e T₃ uso de NPK. A aplicação do biofertilizante Supermagro foi no sétimo dia após o plantio das mudas e no início da maturação das plantas (15 dias após), as aplicações do Vairo foram efetuadas quinzenalmente e as avaliações das pragas anotadas semanalmente.

Para as análises foram consideradas como variáveis independentes os Tratamentos, as coletas medidas repetidas para cada tratamento, visto que as medidas efetuadas ao longo do tempo foram realizadas nas mesmas parcelas, mesmo que em plantas aleatórias em cada coleta. Já as parcelas, foram consideradas réplicas de cada tratamento e as plantas por parcelas utilizadas para o cálculo das médias de ocorrência de pragas (variáveis dependentes) (PIMENTEL-GOMES, 2000). Para as análises foram utilizadas a Análise de Variância (ANOVA), caso as mesmas não apresentassem os pressupostos de Normalidade, Homogeneidade e Homocidastidade, optou-se pelo teste não

paramétrico de Friedman, caso fossem identificadas diferenças significativas nas análises, testes *a posteriori* foram efetuados para identificar as diferenças entre Tratamentos (PIMENTEL-GOMES, 2000; VIEIRA, 2011; ZAR, 2010; TRIOLA, 2017). Os mesmos dados também foram analisados de forma qualitativa com gráficos lineares e tabelas descritivas (TRIOLA, 2017).

Para verificar a ocorrência de pragas, considerando as variedades de pragas registradas, foi utilizada uma Análise de Componentes Principais (ACP) para verificar a distribuição de espécies de plantas, campanhas de coleta e de tratamentos em relação a variedade de pragas, visto que, em alguns indivíduos mais de uma praga foram registradas, embora que seja um evento de pequena proporção (HAIR JR., BLACK, *et al.*, 2009; MALHOTRA, 2001). Foram considerados os dados totais de ocorrência de pragas, desconsiderando os eventos onde não foram registradas pragas, e pragas que apresentaram um ou menos eventos por espécie. Esta análise também foi utilizada para definir as variáveis que seriam testadas em análises de proporções.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na Tabela 1 são apresentados os dados de estatística descritiva para os dados de Ocorrência de Pragas em Alface, segundo os tratamentos (T_0 - Controle; T_1 - Biofertilizante; T_2 - Consórcio + Biofertilizante; e T_3 - NPK) e coletas (C1 - 19/10/2019; C2 - 26/10/2019; C3 - 02/11/2019; e C4 - 09/11/2019) e também os dados empregados na elaboração das Figura 1 e Figura 2.

Presença de Pragas – Alface					
	Tratamentos	T_0	T_1	T_2	T_3
Média		0,31	0,30	0,17	0,36
Desvio Padrão		0,258	0,210	0,187	0,347
Variância		0,0664	0,0442	0,0348	0,1204
Tamanho amostral		20	20	20	20
	Coletas	C1	C2	C3	C4
Média		0,12	0,34	0,23	0,46
Desvio Padrão		0,164	0,291	0,165	0,284
Variância		0,0269	0,0845	0,0272	0,0804
Tamanho amostral		20	20	20	20

Tabela 1 – Estatística descritiva para os dados de Ocorrência de Pragas em Alface, segundo os tratamentos (T_0 - Controle; T_1 - Biofertilizante; T_2 - Consórcio + Biofertilizante; e T_3 - NPK) e coletas (C1 - 19/10/2019; C2 - 26/10/2019; C3 - 02/11/2019; e C4 - 09/11/2019).

Na Figura 1 podemos notar que, para a Alface, a média de Ocorrência de pragas variou entre 0,17, para T_2 (Consorcio + Biofertilizante) e 0,36, para T_3 (NPK), vale destacar que os tratamentos T_1 (Biofertilizante) e T_2 (Consorcio + Biofertilizante), apresentaram os menores valores para ocorrência de pragas e também as menores variações (Tabela 2). No entanto vale destacar que as médias são muito próximas e com grande sobreposição de variação, anotada com o desvio padrão .

Figura 1:

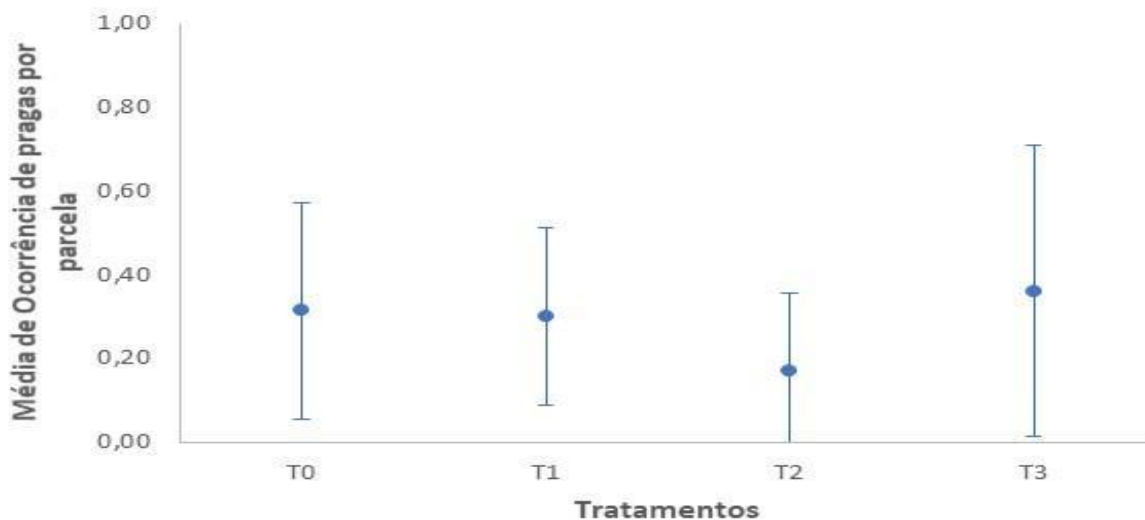


Figura 1 -Distribuição das médias e desvio padrão de Ocorrência de pragas para o Alface nos tratamentos, sendo T₀ - Controle; T₁ – Biofertilizante; T₂ – Consórcio + Biofertilizante; e T₃ – NPK.

Na Figura 2 podemos notar que houve um aumento na média de Ocorrência de pragas ao longo das coletas, sugerindo um ciclo ascendente no tempo, no entanto apenas com mais coletas poderíamos determinar este processo. As maiores variações encontradas foram nas coletas com maiores médias (C2 -segunda coleta, e C4 – quarta coleta).

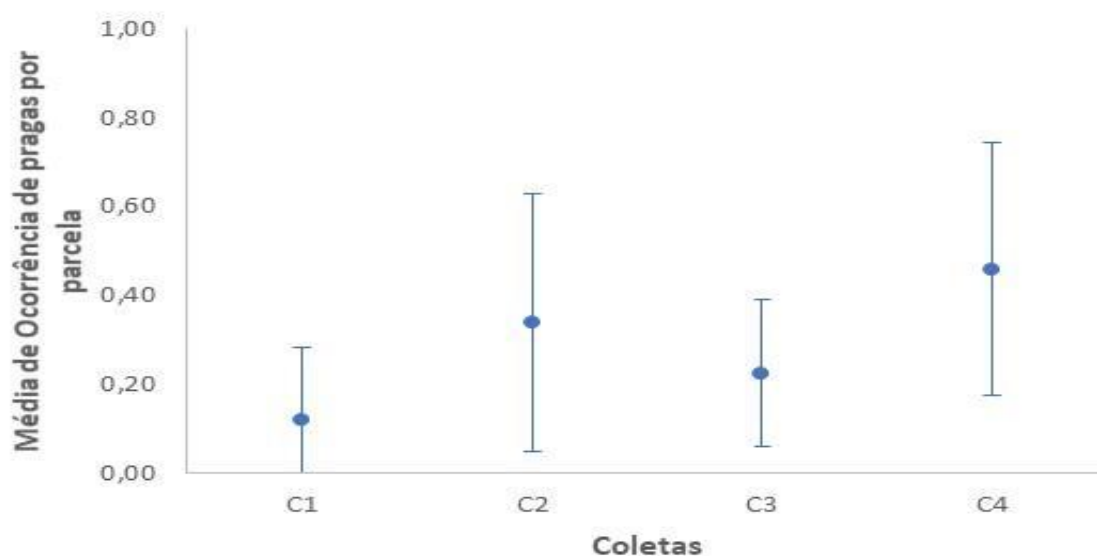


Figura 2 -Distribuição das médias e desvio padrão de Ocorrência de pragas para o Alface pelas coletas realizadas, sendo C1 – 19/10/2019; C2 – 26/10/2019; C3 – 02/11/2019; e C4 – 09/11/2019.

Na Tabela 2 são apresentados os dados de médias para os dados de Ocorrência de Pragas em Alface, segundo os tratamentos (T₀ -Controle; T₁ – Biofertilizante; T₂ – Consórcio + Biofertilizante; e T₃ – NPK) e coletas (C1 – 19/10/2019; C2 – 26/10/2019; C3 – 02/11/2019; e C4 – 09/11/2019), na Figura 3 o acúmulo de médias para cada um dos tratamentos de acordo com a coleta utilizada e na Figura 4 a distribuição das médias de Ocorrência de pragas segundo tratamento e sequencia de coleta.

		Tratamentos			
		T0	T1	T2	T3
Coletas	C1	0,12	0,2	0,08	0,08
	C2	0,515	0,32	0,08	0,44
	C3	0,36	0,24	0,12	0,2
	C4	0,28	0,44	0,48	0,72

Tabela 2 – Médias para os dados de Ocorrência de Pragas em Alface, segundo os tratamentos (T0 -Controle; T1 – Biofertilizante; T2 – Consórcio + Biofertilizante; e T3 – NPK) e coletas (C1 – 19/10/2019; C2 – 26/10/2019; C3 – 02/11/2019; e C4 – 09/11/2019).

Na Figura 3 podemos perceber nitidamente que a Ocorrência de pragas para o Alface foi menor na coleta 1 (C1 – Azul), em todos os tratamentos, seguido por um aumento neste valor em praticamente todos os tratamentos, com exceção de T₂ – Consórcio + Biofertilizante, quando se manteve estável em 0,08 (Tabela 3) na segunda coleta (C2 – Laranja). Podemos perceber também (Figura 3) que T₂ – Consórcio + Biofertilizante foi que acumulou menos ocorrência de pragas ao longo das 3 primeiras coletas, sendo C4 – Amarela responsável por mais de 50% das ocorrências de pragas neste tratamento.

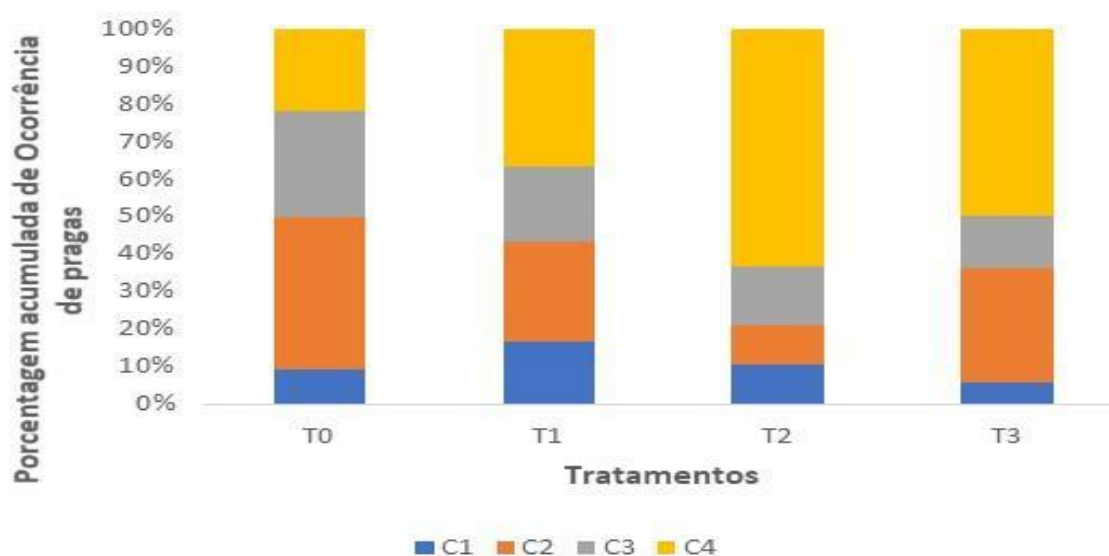


Figura 3 -Acúmulo de porcentagens das médias de Ocorrência de pragas para o Alface em cada um dos tratamentos (T0 -Controle; T1 – Biofertilizante; T2 – Consórcio + Biofertilizante; e T3 – NPK) para cada uma das coletas realizadas, sendo C1 – 19/10/2019 – Azul; C2 – 26/10/2019 – Laranja; C3 – 02/11/2019 – Cinza; e C4 – 09/11/2019 – Amarelo.

Na Figura 4 podemos perceber nitidamente que T₂ – Consórcio + Biofertilizante (Cinza) apresentou os menores valores nas 3 primeiras coletas, aumentando sua incidência na última coleta (C4).

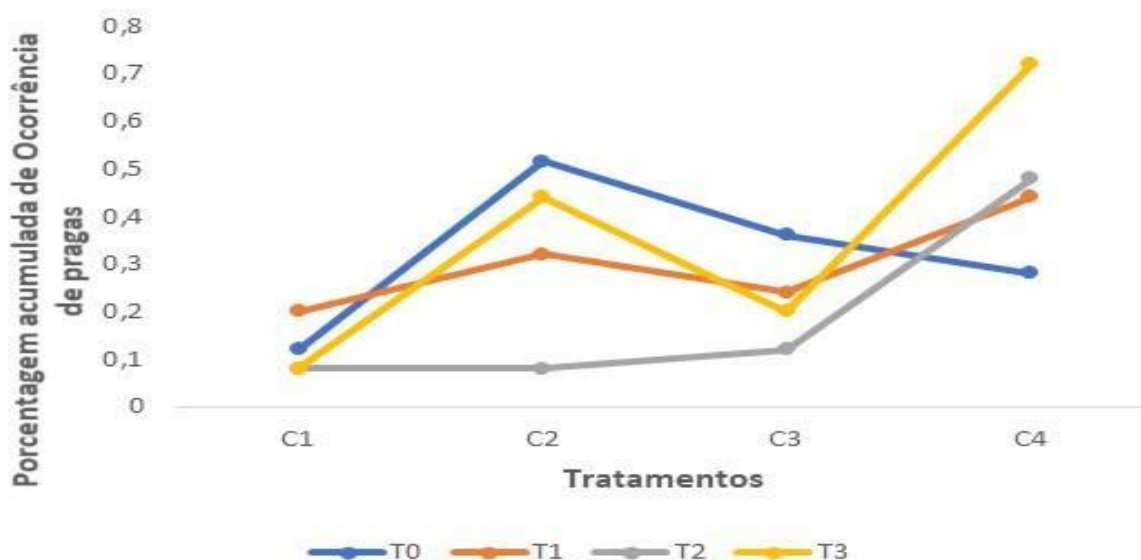


Figura 4 -Distribuição das médias de Ocorrência de pragas para o Alface para cada um dos tratamentos (T₀ -Controle – Azul; T₁ – Biofertilizante – Laranja; T₂ – Consórcio + Biofertilizante – Cinza; e T₃ – NPK – Amarelo) ao longo das coletas realizadas, sendo C1 – 19/10/2019; C2 – 26/10/2019; C3 – 02/11/2019; e C4 – 09/11/2019.

Pela análise quantitativa para a Alface os pressupostos de normalidade e homogeneidade de variâncias foram comprometidos, assim pelo Teste de Friedman não foram encontradas diferenças de significância ($p > 0,05$) entre os tratamentos ao longo das coletas.

CONCLUSÃO

Comprovou-se um aumento na média de ocorrência de pragas ao longo das coletas, sugerindo um ciclo ascendente das pragas no tempo, no entanto apenas com mais coletas poderíamos determinar este fenômeno, porém o uso dos biofertilizantes não indicou uma mudança significativa na ocorrência de pragas para Alface, podendo apresentar resultados melhores com maior número de aplicações a partir do meio do ciclo da cultura. Uma condição que pode ser levada em conta, mas não quantificada neste estudo até o presente momento, é o consumo de insumos para cada tratamento, visto que a incidência de pragas é alta para o tratamento Testemunho (T₀), ao longo da cultura, a utilização de NPK (T₃) alta ao final do ciclo produtivo a utilização de outros insumos que atuem como repente ou biocidas para estas pragas aumentaria o custo de produção, enquanto que a utilização dos biofertilizantes (T₁ e T₂) ao longo do processo mantiveram os níveis de pragas mais estáveis e sempre intermediários entre os outros dois tratamentos (T₀ e T₁). Assim a posterior análise na produtividade (ainda não realizada, mas em fase de análise) poderá indicar qual o real efeito do uso destes biofertilizantes na busca de uma produção de Alface mais barata para o produtor, com menos riscos para o consumidor.

Palavras chave: biofertilizantes; Pragas; Repelência; Agroecologia

REFERENCIAS

- ANDRIOLI, A. I. **AGRICULTURA FAMILIAR E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**, 2019 Disponível em : <<https://www.andrioli.com.br/index.php/artigos/74-agricultura-familiar-e-sustentabilidade-ambiental>> acesso em: 31/10/2020
- BARBOSA, C. H. **EFICIÊNCIA NUTRICIONAL DE DIFERENTES BIOFERTILIZANTES PRODUZIDOS A PARTIR DE RESÍDUOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO**

DESENVOLVIMENTO DA PIMENTA DE CHEIRO, 2019. Disponível em: <https://ppgca.ufam.edu.br/images/arquivos/dissertacoes/2019/Dissertacao_Cleisson_Barbosa_PPGCA.pdf> acesso em: 31/10/2020

SILVA, G.S.; REZENDE, B.L.A.; FILHO, A.B.C.; JUNIOR, A.P.B.; MARTINS, M.I.E.G.; PORTO, D.R.Q. **VIABILIDADE ECONÔMICA DO CULTIVO DA ALFACE CRESPA EM MONOCULTURA E EM CONSÓRCIO COM PEPINO**, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/cagro/v32n5/24.pdf>> acesso em: 31/10/2020.

VASCONCELLOS, M.A. **AGRICULTURA CONVENCIONAL**, 2006. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/economia/agricultura-convencional/>> acesso em : 04/11/2020

ESTUDO DE CASO SOBRE APLICAÇÃO DE RADIESTESIA NA AGRICULTURA AGROECOLÓGICA DO SÍTIO ALDEIA PURI, EM PIRACAIA, SERRA DA MANTIQUEIRA (SP)

José Miguel Garrido Quevedo¹

Antonio Carlos Pries Devede²

RESUMO: A radiestesia é uma técnica antiga utilizada para caracterizar a energia telúrica que transita no planeta. A aplicação dos parâmetros radiestésicos à Agroecologia pode auxiliar os(as) agricultores(as) no planejamento de atividades agrícolas e conservacionistas, como neste estudo de caso em uma pequena propriedade rural situada na Serra da Mantiqueira no estado de São Paulo, Brasil. Detectamos estreita relação do movimento do pêndulo na caracterização edafo-ecológica de cinco áreas, com rotação no sentido horário para áreas de uso agrícola e anti-horário para áreas de conservação (preservação permanente e regeneração natural), além de movimento vertical qualificado como área de reforço de recarga hídrica, conferindo resultados consistentes como ferramenta no planejamento do uso do solo.

Palavras-chave: análise de meio ambiente; planejamento agropecuário; pêndulo; Agroecologia.

CASE STUDY OF APPLICATION OF THE DOWSING IN AGROECOLOGICAL AGRICULTURE IN THE ALDEIA PURI SITE, IN PIRACICABA, MANTIQUEIRA SAW (SP)

ABSTRACT: Dowsing is an ancient technique used to characterize the telluric energy that transits the planet. The application of dowsing parameters to Agroecology can assist farmers in planning agricultural and conservation activities, as in this case study on a small rural property located in Serra da Mantiqueira in the state of São Paulo, Brazil. We detected a close relation of the pendulum movement in the edaphological-ecological characterization of five areas, with clockwise rotation for areas of agricultural use and counterclockwise for conservation areas (permanent preservation and natural regeneration), in addition to qualified vertical movement as an area of reinforcement of water recharge, providing consistent results as a tool in land use planning.

Keywords: environmental analysis; agricultural planning; pendulum; Agroecology.

INTRODUÇÃO

A radiestesia é uma prática conhecida desde o Egito Antigo, também, chamada de rabiomancia, tradicionalmente utilizada na busca de veios de água no solo e minérios (SILVEIRA 2011), mas, também, no trato da saúde humana como ferramenta complementar no diagnóstico de enfermidades (CHOW 2005).

A aplicação da radiestesia na agricultura pode se tornar útil para o planejamento da unidade agrícola, como subsídio da análise do ambiente de cultivo, da escolha de culturas em função de cada nicho no ambiente, dos métodos de preparo do solo, da prospecção hídrica e de subsolo (geobiológica) a fim de promover o equilíbrio do agroecossistema,

¹ Perito Agrário, Mestre, INCRA – São Paulo, jose.quevedo@spo.incra.gov.br ² Pesquisador Doutor, APTA/SAA – São

Paulo, antonio.devide@sp.gov.br (SILVEIRA 2011) e como subsídio à aplicação de homeopatia para incremento produtivo das culturas (OLIVEIRA et al. 2011).

Os trabalhos ligados à conservação do solo no Estado de São Paulo ganharam importância com o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas – PMBH, realizado desde o ano de 1997 pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento, por meio da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI. Dessa maneira, foram criadas classes de uso do solo com base em levantamento conservacionista da propriedade, segundo um planejamento bioenergético da vocação agrícola e práticas mais adequadas para cada gleba (BERTOLINI, BERLLINAZZI 1994). O planejamento com o uso do pêndulo, embora seja genérico, poderá indicar as áreas a serem destinadas à preservação da flora, fauna e áreas para fortalecer a recarga hídrica e também àquelas com aptidão para produção agrícola.

Muitas teorias foram elaboradas para explicar os movimentos dos pêndulos e das forquilhas que são instrumentos utilizados pelo radiestesista. O abade Alexis Mermet descreveu que “os corpos emitem ondas e radiações, cujo campo denominado radiestésico produz no corpo humano determinadas reações nervosas”. Através dessa ‘conexão’ Mermet empregou o pêndulo para escolher o melhor preparado homeopático no tratamento de enfermidades (CHOW 2005).

Para Silveira (2011), há sensores magnéticos no corpo humano que registram as variações do campo energético denominado geocampo. Esses sinais são enviados ao cérebro humano. Essas reações, segundo Mermet, geram uma corrente que se desloca pelas mãos do(a) radiestesista. Assim, o cérebro, pela ação neuromuscular, promove a microconcentração das miofibrilas dos dedos o que gera o movimento do pêndulo (SILVEIRA 2011) (Figura 1).



Figura 1 - Captação do geocampo pelo cérebro do radiestesista, corrente elétrica que se desloca até as mãos e sentidos dos movimentos do pêndulo. Fonte: Borba 2014.

É preciso compreender que o pêndulo se movimenta em sintonia e consonância com a energia telúrica do local, conforme a capacidade radiestésica e em resposta às perguntas mentais realizadas pelo observador. A manipulação do pêndulo requer a dedicação e o treinamento prático do radiestesista. O exercício é interior e deve partir do despertar do poder supressensível que possibilita o religar humano ao Criador (Energia Universal) (DEVIDE 2019). Assim, o movimento do pêndulo, aos poucos, torna-se involuntário da vontade do observador e passa a refletir as emanções das energias de todos os componentes vivos e não vivos que interagem no meio em que se realiza o estudo.

Nesse trabalho realizou-se a avaliação preliminar da aplicação da radiestesia com o uso do pêndulo para o planejamento do uso do solo de uma propriedade rural situada no município de Piracaiá/SP em uma importante área de conservação ambiental na Serra da Mantiqueira. A justificativa desse estudo é reunir elementos técnico-científicos em subsídio à elaboração de um protocolo de análise radiestésica com foco na redefinição da biogeografia agrária e construção do saber sobre radiestesia no âmbito da ciência cidadã em Agroecologia.

METODOLOGIA

Este estudo de caso foi realizado no Sítio Aldeia Puri, localizado no município de Piracaia/SP (22°59'56'' S e 46°17'28''W) em relevo suave ondulado com altitude média de 792 m. A paisagem apresenta mosaico de conexões de solos hidromórficos, vegetação em estágio inicial de regeneração e áreas de uso consolidado (cultivos e moradia).

A escolha do local para o estudo ocorreu em função de dois aspectos principais: o perfil dos agricultores do novo rural que migraram de áreas urbanas com o objetivo de empreender no campo com um modelo de agricultura biodinâmica que utiliza a agroecologia, o calendário agrícola balizado nos ciclos da lua, o uso da energia universal em terapias holísticas bioenergéticas e no manejo de preparados biodinâmicos; e o insucesso inicial na escolha de algumas áreas para a produção agroecológica de olerícolas (espécies, local e sistema de cultivo).

Dentre as qualidades atribuídas por Graziano da Silva (2002) para definir os agricultores do novo rural, destacam-se as pessoas que possuem alguma formação e especialidades de trabalho em diversas áreas e buscam desenvolver um conjunto de atividades agropecuárias em nichos específicos de mercados. Para Matzembacker (2019), há os neo-rurais que migraram no sentido urbano-rural em busca de novos ambientes para residir. Estes grupos são compostos, na maioria das vezes, por pessoas desiludidas com o modo de vida nas grandes cidades e que estão preocupadas com a sustentabilidade, a qualidade de vida e da alimentação.

Já a definição para agricultura biodinâmica, conforme Miklós (2017), é a seguinte: A agricultura biodinâmica é diversificada, os sistemas de cultivo visam à fertilidade duradoura em que adubar consiste em vitalizar o solo e o efeito do composto sobre solos e plantas é aperfeiçoado por meio de preparados biodinâmicos, de modo a favorecer a vida do solo e o aproveitamento da luz pelas plantas. O método eleva a qualidade do ecossistema e, por conseguinte, a qualidade nutritiva dos alimentos (selo Demeter), o que resulta, por sua vez, da ótima relação entre os fatores de crescimento (solo, biosfera, atmosfera, Cosmos). A agricultura biodinâmica descortina ao espírito humano novas possibilidades de relação clara e consciente com o mundo dinâmico dos fenômenos vitais e anímicoespirituais.

Como subsídio ao planejamento do uso do solo utilizou-se um pêndulo constituído de uma chave de ferro suspensa por um cordão de algodão de 20 cm de comprimento. O manuseio do pêndulo foi realizado por um engenheiro agrônomo radiestesista que passou por um longo treinamento para a aplicação do método.

A aplicação do método foi realizada em uma caminhada percorrendo todas as áreas (sub-parcelas) em um total de 2,0 hectares, aplicando-se o princípio proposto por Silveira (2011): captação da energia telúrica emanada da terra e de acordo com o movimento do pêndulo, como característica intrínseca ao local percorrido, foi qualificado o uso do solo, as técnicas de produção e a escolha das culturas, bem como identificadas áreas destinadas à conservação da natureza. Para tanto, o radiestesista imprimiu questionamentos mentais avaliando-se se movimento do pêndulo resultava em uma 'resposta' positiva ou negativa, da seguinte forma: rotação do pêndulo em sentido horário do relógio (resposta afirmativa), em sentido anti-horário (resposta negativa), balanço do pêndulo em sentido horizontal ou vertical (ausência de resposta) e quando o pêndulo ficou imóvel significou que a pessoa estava não sensitiva ou cansada (SILVEIRA 2011) (Figura 2).

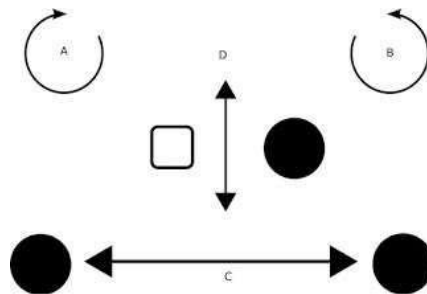


Figura 2 - Modelos de movimentos do pêndulo. Fonte: Pintrest>Establishment

Os questionamentos mentais realizados pelo radiestesista (Figura 3) se restringiram à pergunta se o território era adequado para o cultivo de culturas e criações animais, se o território deveria ser reservado à natureza, qual seja, à recuperação de fragmento vegetal nativo ou se a área deveria sofrer intervenção conservacionista para fortalecer a recarga hídrica. Restava ainda as áreas de divisa entre os territórios descritos anteriormente.



Figura 3 - Aplicação da radiestesia através do movimento do pêndulo em uma área de agricultura familiar em Americana (SP). Fonte: o Autor, 2020.

Com base nos resultados foi elaborado um croqui que serviu de subsídio ao planejamento agropecuário da unidade de produção agroecológica dos agricultores familiares e biólogos Marina Savaresi Bomfim e Victor Dimitrov.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No extremo norte (Figura 4) do Sítio Aldeia Puri, a área 1, situada na divisa da propriedade, estava recoberta por espécie pioneira típica da regeneração natural, conhecida popularmente por assa-peixe (*Vernonia polysphaera*). Esta área está localizada próximo da estrada vicinal e serve de caminho para águas pluviais que se acumulam e a percorre até desaguar na parte mais baixa do terreno. Anteriormente, tentou-se realizar o cultivo de hortaliças nessa área, contudo, sem sucesso, devido ao solo degradado por erosão. O movimento do pêndulo nessa parcela se deu em sentido anti-horário do relógio, indicando que se tratava de área estratégica para a regeneração da natureza.

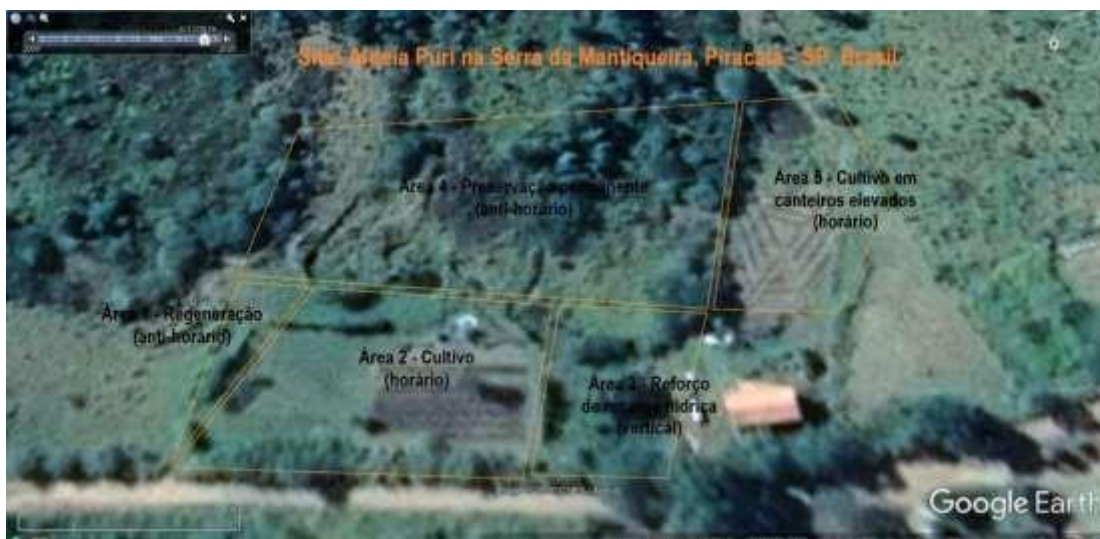


Figura 4. Zoneamento do uso do solo do Sítio Aldeia Puri na Serra da Mantiqueira em Piracaia – SP, Brasil (junho/2019). Fonte: Google Earth Pro (2020).

Quando os índices de precipitação são elevados as águas pluviais percorrem um caminho natural, partindo de cotas elevadas de onde a iluviação remove sedimentos que se acumulam nas baixadas (ambiente de eluviação). Esses territórios devem ser manejados com muita cautela para evitar o depauperamento dos solos e a cobertura vegetal deve ser restaurada para reforçar a recarga hídrica e combater a erosão (QUEVEDO et al. 2019).

A área deste estudo é considerada estratégica para a proteção da biodiversidade e produção agroecológica no município de Piracaia na Serra da Mantiqueira, seja por seu relevo acidentado e cobertura remanescente de Mata Atlântica (Figura 5A) que precisa ser preservada para prover serviços ecossistêmicos, como recursos para a fauna e a recarga hídrica (Figura 5B) para abastecer nascentes e rios que são importantes para o suprimento das necessidades humanas.



Figura 5. No Sítio Aldeia Puri se observa a Mata Atlântica da Serra da Mantiqueira (A), nas áreas baixas de recarga hídrica aptas para conservação da vegetação de brejo (B) e o cultivo de hortaliças agroecológicas em canteiros elevados em áreas com maior aptidão (C), de cujas sementes são produzidas localmente (D). Fonte: @aldeiapuri

Logo ao lado, a área 2 (Figura 4) é o local onde se pratica o cultivo agroecológico de hortaliças (Figura 5C), com o solo manejado com adubação verde, rotação de culturas, adição de composto e irrigação. O movimento do pêndulo nessa área se deu em sentido horário do relógio, sinalizando o adequado uso do solo para produção agrícola.

Na área 3 (Figura 4), caminhando em direção à moradia, havia uma pequena depressão no relevo onde o ambiente encharcado registrava o efeito do caminho e acúmulo das águas subterrâneas determinante na seleção de vegetação adaptada (Figura 5B). O pêndulo, primeiramente, traçou o limite das áreas através do movimento horizontal e quando adentrou no território do deflúvio das águas passou a se movimentar de forma linear vertical, direcionando-se ao observador. Este movimento sinalizou o território das águas ou de reforço da recarga hídrica.

Na lateral desses territórios observa-se o acúmulo de água em um brejo (área 4). Os territórios super úmidos devem ser destinados à conservação da natureza, dominado por lírio-do-brejo (*Hedychium coronarium*) e taboa (*Typha domingensis*) que são espécies difundidas localmente como PANC – plantas alimentícias não convencionais; além de capim-angola (*Panicum numidianum*) e arbóreas da regeneração natural tolerantes à inundação tais como maricá (*Mimosa bimucronata*) e ingá (*Inga* sp.) (Figura 5B). Caso haja o interesse no uso agrícola, a drenagem encarece o empreendimento além de configurar uma intervenção inadequada. Os mananciais hídricos devem ser destinados à preservação como áreas de refúgio para a fauna silvestre. Nesse território o pêndulo movimentou-se no sentido anti-horário em que se convencionou chamar por “destinado à natureza”. A Serra da Mantiqueira é uma importante formação de cadeia de montanhas com abundância de recursos hídricos essenciais para as comunidades camponesas (GALIZONI, RIBEIRO 2013).

Restou um último território (área 5) de baixada com drenagem deficiente. O movimento do pêndulo surpreendeu ao apresentar a conformidade da escolha intuitiva do jovem casal como área de expansão dos cultivos orgânicos. Mesmo necessitando de drenagem e o plantio de hortaliças em canteiros elevados (Figura 5C), ao contrário da área de brejo anterior, o movimento do pêndulo no sentido horário caracteriza adequação do uso do solo destinando a área como “território de culturas”.

O Sítio Aldeia Puri é uma importante unidade de produção por gerar e disseminar tecnologias de base agroecológica, tal como a produção de sementes próprias de hortaliças (Figura 5D), além de implantar novas formas de comércio direto por meio do projeto ‘Barraca Livre’ (Pegue e pague), da valorização das plantas alimentícias não convencionais (PANC) e do uso de princípios biodinâmicos na produção.

Em muitos estudos, tal como no presente caso, observa-se uma recuperação dos ambientes e mudanças na produtividade dos solos com a chegada dos novos habitantes chamados de neo-rurais que se mostram, na maioria das vezes, bastante preocupados e engajados com as questões socioambientais. Ao adotar técnicas mais ecológicas provenientes da Permacultura³, da agricultura orgânica familiar⁴ e da Agroecologia⁵, tem se

3

Permacultura – criado por Bill Mollison e David Holmgren, na década de 1970, representa um “sistema integrado em evolução, de espécies animais e vegetais perenes ou autopropagadoras úteis ao homem”, em outras palavras, trata-se de um modelo que abriga diversas técnicas, “ideias, habilidades, modos de vida que precisam ser descobertos e desenvolvidos” para que possamos estar cada vez mais próximos de um futuro sustentável (HOLMGREN, 2013, p. 33, *apud* MATZEMBACKER 2019).

4

Agricultura orgânica familiar – Castro Neto et al. (2010) descrevem que a diversificação da produção deste tipo de agricultura, confere ao pequeno agricultor a vantagem da estabilidade da renda durante o ano,

observado uma revitalização dos territórios rurais (MATZEMBACKER 2019). Nesse sentido, a radiestesia é uma técnica complementar aos interesses dos jovens agricultores que buscam integrar a agricultura com a paisagem em sintonia com as energias do Universo.

CONCLUSÕES

Este estudo preliminar sobre o uso da radiestesia no planejamento agropecuário evidencia a coerência da aptidão do uso do solo com base nas características edafocológicas de cada área avaliada.

Com a radiestesia obteve-se a indicação do uso ideal para cada área. Apesar da viabilidade dessa técnica, é necessário que se mantenha o estudo de monitoramento por mais tempo a fim de verificar se ocorrem mudanças do uso do solo com a evolução dos sistemas produtivos.

Para validar cientificamente o método do uso do pêndulo no planejamento ambiental do uso do solo, são necessários mais estudos que envolvam os agricultores tradicionais que já fazem o uso de técnicas radiestésicas.

AGRADECIMENTOS

Ao casal Marina Savaresi Bomfim e Victor Dimitrov pela disponibilidade para o trabalho e às sugestões das amigas Maria Thereza Quevedo e Verônica Andressa de Castro.

diminuindo a influência da sazonalidade, ao mesmo tempo em que melhora a sua segurança, pois reduz o risco de quebras na renda devido à flutuação nos preços e a incidentes naturais, tais como a ocorrência de pragas e doenças e o efeito de geadas, chuvas de granizo e assim por diante. Por sua vez, a menor dependência de insumos externos está associada à menor área cultivada pelos pequenos agricultores e também à maior facilidade de manejo dos sistemas produtivos com recursos da própria propriedade (fertilizantes orgânicos, produtos naturais para controle fitossanitário, controle biológico natural, tração animal, combustíveis não fósseis, etc.).

5

Agroecologia – Termo proposto por ecologistas nos anos 30 para definir estudos e conhecimentos de processos ecológicos aplicados na agricultura (GLIESSMANN, 2018). A Agroecologia é definida como a aplicação de conceitos e princípios ecológicos para desenhar agroecossistemas sustentáveis (ALTIERI et al. 2015).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALDEIA PURI - Piracaia. 2020, Agosto 19.

ALTIERI M. A., NICHOLLS C. I., HENAO A., LANA M. A. Agroecology and the design of climate change-resilient farming systems. **Agronomy for Sustainable Development**, v. 35, p. 869– 890, 2015.

BERTOLINI D., BELLINAZZI R. **Levantamento do meio físico para determinação da capacidade de uso das terras**. Campinas: Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI. 1994. (Boletim Técnico 175).

- BORBA M. Cure a si mesmo - IV - Radiestesia (Pêndulos) - Radiônica. **Alquimya da Cura**, 8 jul. 2014. 2014. Disponível em: <<https://aalquimiadacura.blogspot.com/2014/07/cure-se-si-mesmo-ivradiestesia-pendulo.html>>. Acesso em 15. set. 2020.
- CASTRO NETO N., DENUZI V. S. S., RINALDI R. N., STADUTO J. A. R. Produção Orgânica: Uma Potencialidade Estratégica para a Agricultura Familiar, Maringá, PR. **Revista Percorso – NEMO**, v.2, n.2. p. 73-95, 2019.
- CHOW, J. Pendular Diagnosis: from dowsing to diagnostic methodology? **Seminars in Integrative Medicine**, p. 38-43, 2005.
- DEVIDE A. C. P. Sistemas Agroflorestais. *In: Simpósio de Restauração Ecológica*, 8ed., 2019, São Paulo. Anais... São Paulo (SP): Instituto de Botânica, p. 43-50, 2019.
- GALIZONI F. M., RIBEIRO E. M. Água, terra e família: uma etnografia dos recursos hídricos nas comunidades camponesas da Mantiqueira mineira: uma etnografia dos recursos hídricos nas comunidades camponesas da Mantiqueira mineira. **Rev. UFMG**, v. 20, n.2, p. 68-93, 2013.
- GLIESSMAN S. Defining Agroecology. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 42, n. 6, p. 599-600, 2018.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. 2ª. ed. Campinas, SP : UNICAMP, IE. 2002. 151 p. (Coleção Pesquisas, 1).
- MATZEMBACKER C. A. **Movimento Neo-Rural em Rolante/RS: Novos atores, resgate e troca de saberes**. 2019. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Campus Litoral Norte, Tramandaí, RS. 2019.
- MIKLÓS A. A. V. Agricultura biodinâmica, nutrição e desenvolvimento humano – ênfase na digestão do etérico do alimento. **Arte Médica Ampliada**, v. 37, n. 3, p. 107-12, 2017.
- OLIVEIRA H. J., CARVALHO J. O. M., LEONIDAS F. C., SANTOS D. A., ALMEIDA G. G., MACHADO M. A. R. Diagnostico radiestésico e uso da homeopatia em área de cultivo de Cupuaçu. *In: Congresso Brasileiro de Agroecologia*, 7º ed., 2011. Fortaleza, CE: Cadernos de Agroecologia, v. 6, n. 2, 6p., 2011.
- QUEVEDO J. M. G., CASTRO V. A. C., COUTINHO T. R., GONÇALVES E. F., DEVIDE A. C. P. Oficina de Planejamento Conservacionista para Ocupação do Assentamento de Lagoinha – SP. *In: Seminário Paulista de Extensão Rural*, 7ed., 2019, Campinas. Anais... Campinas (SP): Associação Paulista de Extensão Rural, 2019.
- SILVEIRA, J. C. **Caderno de Radiestesia: Instruções Práticas Tradicionais sobre Investigação dos Efeitos das Ondas de Baixa Frequência na Saúde dos Seres Vivos e do Ambiente Rural**, 1 ed., Viçosa (MG): Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Fitotecnia. 2011.

**CONSTRUINDO LAÇOS - OS PROCESSOS DE RELAÇÕES DE CONFIANÇA
NA FORMAÇÃO DE OCS E AVANÇOS NA AGROECOLOGIA**

Joviro Adalberto Junior¹

Fábia Cristina Giz Icassati²

José Maria Gusman Ferraz³

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante⁴

¹ Bacharel em Agronomia com ênfase em Agroecologia, Doutorando no Programa de Pós graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – UNIARA – Universidade de Araraquara

² Bacharel em Ecologia – UNIARA – Universidade de Araraquara

³ Pós doutorado em Agroecologia e Professor Titular no Programa de Pós graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – UNIARA – Universidade de Araraquara

⁴ Pró Reitora e Coordenadora do Programa de Pós graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – UNIARA – Universidade de Araraquara

INTRODUÇÃO

O modelo convencional de produção agropecuária, originado do período Pós Segunda Guerra Mundial provocou e tem provocado inúmeras consequências sociais e econômicas desastrosas a toda a sociedade e, principalmente, ao meio ambiente. Porém, os efeitos desse padrão quase dominante vêm provocando a resistência de diversos segmentos sociais/ambientais, os quais buscam mudanças alternativas desse modelo.

Esses movimentos já vinham se organizando desde a década de 1920, no entanto passou a se fortalecer ainda mais a partir da década de 1960, em contraposição ao sistema de agricultura implantado no pós-guerra, que pautava a disseminação de novas tecnológicas. No final da década de 1970 esses grupos começam a se instalar no Brasil, conhecidos então por Movimento de Agricultura Alternativa, tinham como premissa a defesa de uma agricultura de base ecológica, a preocupação com a saúde dos consumidores e a sustentabilidade ambiental, mas não se atendia nas pautas os princípios sociais (COSTA, 2017).

Em função dos crescentes movimentos a favor da agricultura ecológica no mundo e, posteriormente no Brasil, ocorridos nos anos 70, ampliaram-se os mercados para produtos ecológicos, o que exigiu providências públicas no aspecto legal (MADAIL J.C.M., LUIZ BELARMINOM.C., BINI D.A., 2010)

A Lei Nº. 10.831 de 2003, art.1º, sobre especificação de Sistema Orgânico assim define:

Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente. (BRASIL, 2003).

A lei brasileira abriu uma exceção à obrigatoriedade da certificação de produtos orgânicos para a venda direta aos consumidores finais por agricultores familiares. Sendo entendida como venda direta aquela que acontece entre o produtor e o consumidor final, sem intermediários ou ainda a venda feita por outro produtor ou membro da família que participe da produção e/ou que também faça parte do grupo vinculado à Organização de Controle Social (OCS) (ALVES, et al., 2012)

O mecanismo de certificação participativa, reconhecido por lei, atende às expectativas de um processo histórico de regulamentação da agricultura orgânica no Brasil.

A LEI Nº 9.637, de 15 de maio de 1998. Art. 1 define Organização de Controle Social no seguinte entendimento:

O Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos aos requisitos previstos nesta Lei.

De acordo com o Mapa (2009), existem três mecanismos de certificação implementados no Brasil para que os produtores possam ser reconhecidos como produtores orgânicos. Destacamos aqui a OCS.

Organização de controle social

Mecanismo disposto para os pequenos produtores, que pode aplicar-se partindo de fiscalizações entre os mesmos produtores de uma região iniciando com criação da Organização de Controle Social (OCS). Esta organização pode ser conformada por um grupo, associação, cooperativa ou consórcio, com ou 'sem personalidade jurídica, de agricultores familiares. No momento em que um produtor este vinculado a uma OCS e cumpra com os requisitos propostos, obtém a declaração de registro que garante ao consumidor um produto orgânico. Dessa forma, o produtor pode vender de forma direta ao consumidor nas feiras de produtos orgânicos (MAPA, 2009).

A OCS tem o papel de orientar os associados sobre a qualidade dos produtos orgânicos e, para que tenha credibilidade e seja reconhecido pela sociedade, precisa estabelecer uma relação de organização, comprometimento e confiança entre os participantes (LIMA et al, 2011)

A comercialização de produtos orgânicos de um modo em geral depende da confiabilidade entre produtores e consumidores. Isso se deve ao fato de que a venda direta para o consumidor seja de extrema importância e a partir dela é que são estabelecidos preços mais justos e produtos de melhor qualidade fazendo com que o produtor esteja mais preocupado com o cultivo dos alimentos, com a própria saúde familiar, e que, no caso dos orgânicos, leva em conta o respeito à natureza e à saúde pública, no emprego de técnicas e dispositivos utilizados.

A credibilidade do controle social se assegura ainda no que se chama de responsabilidade solidária, que é uma declaração assinada por todos os membros do grupo que forma a Organização de Controle Social (O.C.S.), comprometendo-se a cumprir os regulamentos técnicos da produção orgânica e responsabilizando-se solidariamente nos casos de não cumprimento das exigências técnicas por alguns de seus membros. O papel da Organização de Controle Social é orientar de forma correta os agricultores que fazem parte dela. Por isso, quando necessário, ela deverá consultar a Comissão da Produção Orgânica - CPOrg da unidade onde estiver situada sobre decisões técnicas que lhe estejam atribuídas pelos regulamentos da produção orgânica (MAPA/ACS, 2009). Mesmo depois de sua extinção em 2019 pelo governo de Jair Bolsonaro.

A Universidade de Araraquara logo após a aprovação do projeto FAPESP sob nº de Processo 2018/14021-3, passou a pesquisar, validar e socializar orientações, técnicas, métodos, práticas e processos produtivamente eficientes e compatíveis ecologicamente com a realidade socioeconômica da agricultura regional de Araraquara-SP. Foram priorizados os métodos participativos e interativos na relação com os agricultores e as

comunidades rurais, ao se analisar as distintas realidades produtivas, identificando os problemas centrais que afetam o setor, buscando as alternativas para a sua superação, difundir a proposta agroecológica voltada à geração de trabalho e renda e à consecução da segurança e da soberania alimentar, em âmbito local e regional. Um dos focos centrais diz respeito às atividades a serem conduzidas sobre o manejo eficiente dos recursos naturais

A partir daí foi iniciada a fase importante do processo da formação de uma OCS - Organização de Controle Social - com o objetivo de dar respaldo às ações que já estavam em andamento, mas carentes de fundamentação técnica e teórica, isso já justifica a intenção de se trabalhar com agricultores familiares na proposta da criação de organismos de comércio participativo, embora esses produtores já praticassem esse tipo de agricultura por mais de 2 anos pois todos os envolvidos no curso detinham informações sobre produção orgânica e fomento de organizações sociais de comercialização na transversalidade de cursos e palestras outrora ofertados por algumas instituições ou pelo modo de formação colóquio/autodidata.

Nesse contexto vários encontros foram realizados e ampliados através de reuniões quinzenais, não só no aspecto tecnológico, mas no econômico, social e ambiental. Este estudo foca a agricultura orgânica, no aspecto econômico da produção, mercado e consumo, com vistas a conhecer o fluxo destas atividades objetivando fortalecer as relações entre produtores na abordagem do desenvolvimento sustentável e agroecológico, buscando a inserção de novos produtores na feira de orgânicos, gerida pelo Nupedor (Núcleo de Pesquisas e Documentação Rural), espaço de comercialização e educação ambiental desde 2016 com o apoio da UNIARA, estabelecendo laços concretos entre produtores e consumidores. Isso é um importante instrumento de política pública, pois os sistemas participativos de avaliação de conformidade da produção orgânica propiciam novos horizontes ao universo dos agricultores familiares, sendo capazes de imprimir uma nova dinâmica de desenvolvimento local, alicerçada, no que poderia ser denominado de “institucionalização da confiança” (BECKER; ANDERSSON; MEDEIROS, 2013, p.20).

A estratégia utilizada pelo SENAR -Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, o Núcleo de Estudos e Extensão em Agroecologia – NEEA, o Programa de Pós graduação em Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente – DTMA da Universidade de Araraquara - UNIARA e o ITESP – Instituto de terras do Estado de São Paulo, foi a de mostrar que, apesar das complexidades que norteiam a formação dessas organizações, existe a possibilidade da utilização de técnicas para apoiá-las nas suas decisões e informá-las sobre a necessidade de utilizá-las. Nesse caso, todo o processo explicativo relata que cada unidade produtiva é única e as práticas a serem utilizadas também.

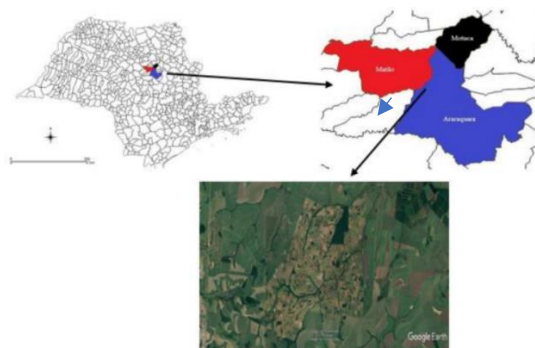
Portanto, esse trabalho procurou conhecer, quantificar e atestar quais eram os estabelecimentos rurais que estavam aptos e adotaram processos de produção sem a utilização de insumos artificiais proibidos nesses sistemas produtivos (agrotóxicos, fertilizante químico solúvel, sementes transgênicas e etc...) respeitando as medidas de conservação dos recursos naturais e o meio ambiente.

MATERIAIS E MÉTODOS

Esse trabalho, de pesquisa-ação, foi realizado em parceria com os agricultores familiares e instituições envolvidas no processo de constituição de um Organismo de Controle Social, SENAR e UNIARA, entre agricultores familiares assentados do

assentamento Monte Alegre que engloba três municípios da região, Araraquara, Motuca e Matão (fig.1).

Figura 1 – Área de trabalho e Pesquisa



Localização regional dos municípios do estado de São Paulo e o Assentamento Monte Alegre – Fonte – Google Earth

A técnica de coleta de dados para alcançar os objetivos traçados foi a de realizar uma reunião de sensibilização com integrantes de extensão das instituições, SENAR e UNIARA, aos assentados logo após a divulgação feita através do ITESP da realização do curso de formação de OCSs, curso esse requerido por 09 (nove) famílias agricultoras assentadas que já estavam incentivadas com a possibilidade da formação dessas organizações e praticavam uma agricultura orgânica sem validação técnica.

A trabalho transcorreu todo período em que o curso foi realizado e desenvolvido entre os meses de junho a outubro de 2020. Valemo-nos inicialmente de uma observação participante, que é uma técnica de investigação social em que o pesquisador partilha, na medida em que as circunstâncias o permitam, as atividades, as ocasiões, os interesses e os afetos de um grupo de pessoas ou de uma comunidade. Essa técnica possibilita graus diversos de integração no grupo observado e de sistematização dos procedimentos de coleta de dados, de acordo com os objetivos que o pesquisador estabeleça para o estudo (ANGUERA, 1985).

Quanto à abordagem da pesquisa o estudo foi definido como qualitativo, já que essa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. e empenha-se em trazer aspectos da realidade que não podem ser quantificados, concentrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais (CÓRDOVA; SILVEIRA, 2009).

Apesar de, desde antes da intenção da formação da Organização, já haviam iniciativas de certificação alternativa, como o caso da extinta OCS “*Orgânicos Monte Alegre*” e vários cursos de capacitação requeridos pelos agricultores familiares do assentamento como: Produção de biofertilizantes, olericultura orgânica, Rações avícolas alternativas, Produção de tomate orgânico e a participação de pessoas desse território em muitos simpósios sobre Reforma Agrária e Agroecologia promovidos pela UNIARA e UNICAMP.

Figura 2 – Cursos e Capacitações



A – Agricultores em palestras à campo, B – Montagem dos canteiros, C Montagem do viveiro de mudas, D – Biofertilizante Vairo (Olericultura Orgânica)

As ações ocorreram quinzenalmente no estabelecimento “Rancho 3 Ramos” situado no lote 72 do assentamento Monte Alegre núcleo III (Tabela 1), participamos de todas as etapas das quais o curso estava agendado através de atividades coletivas, tanto com o enfoque direto na certificação de orgânicos, como de desenvolvimento de estratégias de sua formação, e também no estabelecimento de novos canais de comercialização desses produtos, proposta essa que já havíamos relatada às pessoas interessadas da participação na feira denominada “Da roça para Mesa” uma edição semanal da feira de alimentos orgânicos e artesanais promovida pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – PPG-DTMA da Universidade de Araraquara – Uniara. Nesses encontros observamos alguns elementos importantes para avaliar as reais condições para a implantação da OCS.

Detalhamento das atividades

Os encontros de diagnóstico e decisão foram realizados nos lotes dos assentados com o apoio das instituições supracitadas. As visitas de construção do plano de manejo, bem como de vistoria das propriedades foram pré-agendadas em reunião e realizadas nas propriedades agrícolas pela equipe responsável pelo projeto. Os planos de manejo foram construídos individualmente com cada produtor e seus resultados discutidos com o grupo para verificar a necessidade de adequações finais.

Sob a ótica da responsabilidade todos os lotes avaliados receberam resposta positiva através de declarações emitidas pelas instituições e pesquisadores atestando que o regime do período de conversão/transição (12 meses) não seria necessário pelo fato ao efeito retroativo temporal do conhecimento e práticas aplicadas por esses agricultores há mais de 2 anos.

Tabela 1 – Cronograma das atividades preliminares ao curso

Mês	Pauta	Ementa
Abril/2020	Sensibilização	Agricultura familiar: boas práticas replicáveis de comercialização de produtos da sociobiodiversidade e agroecologia
Abril/2020	Certificação	Sobre a declaração que deve ser assinada por todos o OCS, documento que atesta que o produto realmente atende as especificações previstas na lei 10.831 e no decreto nº 6.323.

Abril/2020	Legislação	Discussão sobre o regulamento que estabelece todos os segmentos envolvidos e adequação aos procedimentos que não estejam anteriormente estabelecidos por regulamentação oficial
------------	------------	---

Fonte – Os autores/as, 2020

As etapas preliminares foram necessárias para o entendimento sobre a condução do processo. Os passos apresentados com as devidas etapas, constituem um guia geral para uma adequada implantação do sistema, principalmente se necessários àquela determinada situação, pois nem todas as pessoas participantes tinham a exata noção sobre as responsabilidades que permeiam tais organizações. Nesse momento 4 agricultores se declararam inaptos ao exercício de tais responsabilidades usando como alibi a dificuldade técnica e tecnológica, sendo assim o grupo aceitou suas exclusões.

À partir de junho de 2020, após os nomes dos agricultores e a formalização do grupo serem consumados inicia-se efetivamente o programa de formação, onde começaram a ser realizadas as reuniões quinzenais para o fortalecimento do grupo, visitas aos lotes e averiguação da documentação necessária.

Visitação técnica

Na visita técnica, além da averiguação da conformidade propriamente dita, buscou orientar e esclarecer dúvidas dos agricultores, essa abordagem foi necessária para a identificação do que eles produziam, de que forma produziam, as fontes de alternativas de fertilizantes e adubação, os tipos de controle sustentável de espécies vegetais espontâneas, o manejo e o tamanho e adequação da área proposta como questão para saber se havia e como era feita a separação dos modos de produção nas propriedades. Assim foram descritas (tabela 2). Evidentemente, cada uma dessas questões assume aspectos diferenciados em cada sistema, podendo ser ou não ponto chave de dificuldade.

Tabela 2 - Avaliação da averiguação de conformidade

<i>CARACTERISTICAS DOS PRODUTORES AVALIADOS</i>				
Nome da propriedade	Área de produção	Produção	Forma e tempo de transição na produção	Algumas fontes alternativas de manejo
Sítio Santa Paula	2 hectares	Legumes e verduras	Orgânica/5 anos	Compostagens, caldas bioativas e mulching
Sítio São Francisco	2, 5 hectares	Legumes, frutas e verduras	Orgânica/>5 anos	Biofertilizantes, compostagem e rotação de culturas
Sítio Bom Jesus	2 hectares	Legumes e verduras	Orgânica/> 2 anos	Consórcio, adubação verde e plantio direto

Sítio São João	2,5 hectares	Verduras, frutas e legumes	Orgânica/> 3 anos	Produção própria de Vermicompostagem, rotação de culturas e capina manual
Sítio Raiar do Sol	1,5 hectares	Legumes e verduras	Organica/< 2 anos	Adubação verde.compostagem e caldas fitoprotetoras

Fonte – Os autores/as

O Encontro Virtual com o MAPA

O decreto 6.323/2007 estabelece que: no momento da venda direta de produtos orgânicos aos consumidores, os agricultores familiares deverão manter disponível o comprovante de cadastro junto ao órgão fiscalizador, sendo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) estabelecerá as regras para identificação dos agricultores familiares que vendem diretamente aos consumidores, contemplando a emissão de cadastramento do agricultor familiar pelo órgão fiscalizador.

Os produtos orgânicos não certificados comercializados diretamente entre agricultores familiares e consumidores finais devem ser identificados de forma que permitam associar o produto ao agricultor responsável pela sua produção e este à Organização de Controle Social a que está ligado. Nesse contexto é obrigatória a reunião com o auditor fiscal. Esse encontro é importante para a avaliação das ações que serão desempenhadas juntos aos agricultores para que possamos identificar os pontos passíveis de aperfeiçoamento cada vez mais inerentes à condução da OCS e assim ofertar mais diversidade e qualidade aos consumidores.

Como atividade de avaliação e aprimoramento dessas ações, ocorreu no mês de setembro de 2020 um encontro virtual com o auditor federal agropecuário, responsável pelo estado de São Paulo, através do aplicativo *Google Meets™* junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sendo pontuado estratégias para o controle social da organização, bem como melhorias para as unidades produtivas e o aprender partilhado nos intercâmbios e visitas, discorrendo de maneira explicativa todo o processo até a finalização deste. Explicita-se que o encontro remoto se deu devido aos tempos de pandemia causado pela Covid-19 e o impedimento legal afim de evitar aglomerações, sem descartar a possibilidade e comprometimento de um encontro presencial futuro assim que possível.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O evento que formalizou a organização foi realizado em dois momentos diferentes. O primeiro ressaltou a importância em conhecer a estruturação que evidencia a formação jurídica de uma Organização de Controle Social. O segundo se refere à coletivização do grupo de agricultores interessados, suas responsabilidades e ações conjuntas para a coesão da coletividade. Ambos os encontros foram importantes e nos permitiram revelar de como acontece os meandros estruturais, não só da OCS, mas também de que maneira esses agricultores se interagem através de seus interesses comuns para se tornar um grupo na materialização dos objetivos coletivos.

Um desses objetivos foi a construção de um estatuto que atendesse, não só, as necessidades do grupo, mas que também não o excluísse das responsabilidades jurídicas que envolvem os processos edificados. Isso se deu em uma das várias reuniões promovidas pelo curso, especificamente no mês de outubro de 2020, sendo a participação, voluntária e democrática, entre os assentados e as instituições parceiras, o que da mesma forma tornou possível a concretização da composição da diretoria executiva e seus respectivos cargos.

No andamento do curso de formação, cinco famílias se mostraram aptas nessa construção social e apenas quatro famílias desistiram na fase inicial por não se adaptarem ao projeto devida à dificuldade sócio/tecnológica do processo. Os principais entraves percebidos se referem na dificuldade da conectividade que elas tinham em projetos coletivos e o temor do não comprometimento dos vieses legais impostos,

As visitas aos lotes foram menos frequentes do que as reuniões, exatamente pela consciência geral dos agricultores sobre processos de transição. No entanto as reuniões junto aos assentados permitiram abordagens mais específicas e temas mais sensíveis como, por exemplo, maior conhecimento do estatuto e suas diretrizes, o preenchimento dos cadernos de campo, a necessidade do aporte e atualização documental, como a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e dinâmica interativa das reuniões mensais aos lotes com a formulação das atas como exige a lei.

Outro ponto expressivo foi a conscientização criteriosa que envolve o fornecimento de dados aos formulários de controle produção e comercialização, como observado na figura 2, reunião realizada em outubro de 2020, visto que este procedimento descreve os mecanismos internos de todo esse controle de forma individualizada, contudo compartilhada

Casella, et al., 2009 ressalta que:

...mais do que uma ferramenta, trata-se de um espaço onde se concretiza esse projeto coletivo comum, que pode ser concebido como arranjos de atores sociais e institucionais em função de um objetivo e recursos compartilhados que modificam o território. Desta maneira, este espaço favorece ainda troca de experiências e saberes.

Figura 2 – Preenchimento das fichas de controle da produção



Fonte – Os autores/as

CONCLUSÃO

Concluimos que essa experiência em se trabalhar com agricultores familiares envolvidos em processos associativos evidenciou o interesse em buscar mostrar os pontos fortes e limitantes na formação de grupos sociais organizados que busque o fomento das produções embasado por processos de base agroecológica. Dessa forma, toda dinâmica envolvida nesse projeto pôde superar seus gargalos por meio da aplicação das funções gerenciais como: Planejamento, organização, direção e controle da administração para mitigar os entraves de gestão geralmente encontrados em formas organizativas que precisam alavancar a autogestão.

As reuniões foram de fundamental importância, pois proporcionaram a aproximação entre diferentes atores sociais do território. O cadastramento da OCS possibilitará ao grupo organizado comercializar seus produtos diretamente ao consumidor (venda direta) através da confecção de cestas, na feira de produtores orgânicos “Da roça para a mesa” organizada pela equipe NUPEDOR/NEEA/UNIARA e participar de Programas governamentais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), venda institucional.

As visitas técnicas com os agricultores foram de suma importância para a percepção aos detalhes de cada propriedade. Isso possibilitou conhecerem o sistema de produção e tomarem conhecimento das principais necessidades e dificuldades que cada um possuía, mesmo com a consciência de informação que tinham de projetos e processos adquiridos ao longo do tempo. Além disso, de modo muito prático, os produtores puderam visualizar as conformidades ou inadequações da propriedade. As propriedades estão próximas geograficamente, sendo este aspecto positivo para a realização de reuniões e visitas entre os cooperados, facilitando na implantação do Sistema de Controle Interno.

Todas as propriedades produzem no sistema orgânico há vários anos e não apresentaram restrições significativas em relação à legislação da produção orgânica. A certificação em grupo foi possível devido as características favoráveis desse grupo de agricultores. As ações, como essa evidenciada nesse trabalho, ressaltam a necessidade do fortalecimento dessas iniciativas, o que pode ser considerada uma estratégia para a superação dos entraves na produção e comercialização, além disso, é fundamental para garantir o desenvolvimento da agricultura orgânica familiar, outrora tão relegada em substituição aos sistemas convencionais de produção contemporâneos.

Depois de todos esses encontros e discussões, foi decidido em assembleia realizada na 2ª quinzena do mês de outubro, com a participação de todos/as agricultores/as e instituições parceiras a denominação da sigla “**P.O.M.A.R. – Produtores Orgânicos da Monte Alegre e Região**” o registro denominativo dessa Organização de Controle Social.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. C. de O. SANTOS, A. L. de S. dos; AZEVEDO, R. M. M. C. Agricultura orgânica no Brasil: sua trajetória para a certificação compulsória Rev. Bras. de Agroecologia. 7(2): 19-27 (2012) Disponível em: http://orgprints.org/22814/1/Alves_Agricultura%20org%C3%A2nica.pdf. Acesso em: 15/10/2020.

ANGUERA, M. T. Metodología de la observación en las Ciencias Humanas. Madrid: Cátedra. 1985, 122p.

BECKER, C.; ANDERSSON, F. S.; MEDEIROS, P. M. Inovação e controle social na produção e comercialização de alimentos ecológicos: institucionalizando a confiança? Revista Agriculturas (Impresso), v. 10, p.18-21, 2013.

CAZELLA, A. A. BONNAL, P. MALUF. R. S. (ORG.) “Agricultura Familiar multifuncionalidade e desenvolvimento território no Brasil”. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

CÓRDOVA, F. P.; SILVEIRA, D. T. A pesquisa Científica. In: Métodos de pesquisa.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). URFGS. 1º Ed. Porto Alegre, 2009.

COSTA, M. B. B. Agroecologia no Brasil – História, Princípios e Práticas. Edit. Expressão Popular, set. 2017.

LIMA, P. C. de, et al, Tecnologias para produção orgânica, Viçosa, MG: Unidade Regional EPAMING Zona da Mata, 2011

MADAIL J.C.M.,LUIZ BELARMINOM.C., BINI D.A. **Evolução da Produção e Mercado de Produtos Orgânicos no Brasil e no Mundo** EMBRAPA 2010 Disponível em : < <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/42389/1/artigo-20110220123621.pdf>> Acesso em

MAPA/ACS - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Controle social na venda direta ao consumidor de produtos orgânicos sem certificação. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. Brasília: Mapa/ACS, 2009.

BRASIL, Lei 10831 de 23 dez de 2003, dispõe sobre agricultura orgânica. Ministério da Agricultura, Pecuária e ACS DF. Disponível em: Acesso em: 13 mar. 2017

AQUAPONIA: DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO DE CULTIVARES DE ALFACES

SUTANI, Jussara¹
SOSSAE, Flávia Cristina²
CASTRO, Marcus Cesar Avezum Alves²
SOUSA JUNIOR, Gilmar da Silveira³

RESUMO:

Aquaponia apresenta vantagem sobre outros tipos de sistemas de cultivos, pois trabalha com dois tipos de produtos simultâneos, peixes e hortaliças, oferecendo maior rentabilidade ao produtor e pode ser implantado desde pequenos, médios e grandes sistemas de cultivo de produção. Este estudo avaliou o desempenho produtivo do sistema de cultivo aquapônico, comparando o desempenho produtivo e de crescimento entre as variedades de alfaces roxa, americana, lisa e crespa. Em uma estufa agrônômica, o sistema de cultivo aquapônico foi instalado aplicando a técnica *NFT*, transplantado 42 mudas de alface germinadas em badeiras de poliestireno com substrato de fibra de coco. O sistema aquapônico foi conduzido sob a aplicação da técnica com proporção de 11 kg de tilápias (*Oreochromis niloticus*) de acordo com Simon (2019). A condutividade elétrica no sistema e os dados de umidade e temperatura do ambiente foi medido diariamente e para as características agrônômicas dos cultivares, foi verificado: número total de folhas (un.); massa da matéria fresca (úmida) do cultivares de alface (g); massa da matéria fresca (úmida) da alface fracionada em folhas, caule e raiz, (g); massa da matéria seca das folhas. A análise estatística foi realizada sob o de variância pelo teste F e aplicado o teste de Tukey, ao nível de 5% de probabilidade, utilizando o Software AgroEstat. Dentre os cultivares, a alface lisa apresentou maior número de folhas, portanto maior produtividade, porém, a alface americana e crespa não demonstrou diferença significativa estatisticamente para o teste de Tukey, No entanto, a alface americana foi a que apresentou quanto ao desenvolvimento produtivo. Concluímos que o sistema de aquaponia apresentou ótimo índice de crescimento e produtividade da alface americana, pois os nutrientes são derivados da ração ofertada aos peixes e resíduos gerados das excretas, portanto, o crescimento ocorre de forma natural e contínua. O sistema aquapônico pode ser mais bem explorado para se obter maior renda financeira ao produtor.

Palavras-chave: Aquaponia, Nutrientes, Cultivares, Produtividade, Crescimento.

¹Mestranda em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente pela Universidade de Araraquara (UNIARA) Araraquara, São Paulo, Brasil.

²Docentes e Pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara (UNIARA) Araraquara, São Paulo, Brasil.

³Doutorando em Agronomia em Produção Vegetal (UNESP/FCAV) Jaboticabal, São Paulo, Brasil.

ABSTRAT:

Aquaponics has an advantage over other types of crop systems, as it works with two types of simultaneous products, fish and vegetables, offering greater profitability to the producer and can be implemented from small, medium and large production cultivation systems. This study evaluated the productive performance of the aquaponic cultivation system, comparing the productive and growth performance among the purple, American, smooth and curly lettuce varieties. In an agronomic greenhouse, the aquaponic cultivation system was installed using the NFT technique, transplanting 42 lettuce seedlings germinated in polystyrene whitening with coconut fiber substrate. The aquaponic system was conducted using the technique with a proportion of 11 kg of tilapia (*Oreochromis niloticus*) according to Simon (2019). The electrical conductivity in the system and the humidity and temperature data were measured daily and for the agronomic characteristics of the cultivars, it was verified: total number of sheets (un.); fresh (wet) mass of lettuce cultivars (g); fresh (wet) mass of lettuce fractionated into leaves, stem and root, (g); dry matter mass of the leaves. The statistical analysis was performed under the variance by the F test and the Tukey test was applied, at the level of 5% probability, using the AgroEstat Software. Among the cultivars, the flat lettuce had a higher number of leaves, therefore greater productivity, however, the crisp and lettuce did not show a statistically significant difference for the Tukey test. We conclude that the aquaponics system showed an excellent growth and productivity index for American lettuce, because the nutrients are derived from the feed offered to fish and residues generated from excreta, therefore, growth occurs naturally and continuously. The aquaponic system can be better exploited to obtain greater financial income for the producer.

Keywords: Aquaponics, Nutrients, Cultivars, Productivity, Growth.

¹Mestranda em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente pela Universidade de Araraquara (UNIARA) Araraquara, São Paulo, Brasil.

²Docentes e Pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara (UNIARA) Araraquara, São Paulo, Brasil.

³Doutorando em Agronomia em Produção Vegetal (UNESP/FCAV) Jaboticabal, São Paulo, Brasil.

INTRODUÇÃO

A produção de alimentos depende da disponibilidade de recursos naturais como terra, água doce e energia, atualmente o consumo exagerado junto a degradação desses recursos são excedentes, apontando limites ambientais com que a humanidade pode usufruir com segurança, em relação a sua escassez. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, cita que é preciso traçar ações com prioridade na produção sustentável de alimentos e ainda minimizar os impactos ambientais (ONU, 2020). O grande desafio global sobre a produção alimentícia, é a diminuição do uso de recursos naturais associados a sistemas integrados de produção que apontam para um desenvolvimento futuro de tecnologias, baseado em um paradigma eco econômico equilibrado (CONIJN, *et al.* 2018; STEFFEN, *et al.* 2015).

O cultivo sem uso de solo, é adotado como meio de produção protegido utilizando a técnica da hidropônica, o que promove a recirculação da água com nutrientes e possibilita o cultivo durante o ano todo, facilita o manejo de culturas e oferece um produto muito mais limpo ao consumidor final. Sistemas que integra aquicultura e hidroponia, podem ser considerados alternativas ambientais responsáveis para produção de hortaliças cultivadas em campo e para a pesca silvestre. A partir da combinação destes sistemas a aquaponia se ajusta à definição de agricultura sustentável combinando a produção de plantas e animais, integrando o fluxo de nutrientes por ciclos biológicos naturais (nitrificação) e faz o uso mais eficiente dos recursos não renováveis (FRY *et al.*, 2016; SANCHEZ, 2007.)

O conceito da aquaponia foi desenvolvido devido à necessidade de reciclagem de nutrientes dos resíduos da aquicultura, reduzindo os impactos da eutrofização no leito dos rios, oferecendo um potencial de sustentabilidade na produção agrícola combinando os benefícios da agricultura ambiental controlada e intensiva. Em uma unidade aquapônica, a água do tanque de peixes passa por filtros sedimentadores onde os resíduos de peixe são removidos e através de um filtro biológico, local onde as bactérias promovem o ciclo do nitrogênio transformando as toxinas presentes na água em nutriente acessível para as plantas. Este processo é chamado nitrificação. A água, contendo nitrato e diversos nutrientes viaja pelos canteiros de plantas, pelo sistema de irrigação e retorna ao tanque de peixes purificada, fechando um ciclo de recirculação. Esse processo permite que os peixes, plantas e bactérias prosperem simbioticamente e trabalham juntos para criar um ambiente saudável de crescimento um para o outro, desde que o sistema esteja adequadamente equilibrado (GODDEK, 2019; YANG, 2020).

Os estudos iniciais com aquaponia, eram voltados a plantas menos exigentes em nutrientes e não se tinha pesquisas com folhosas. No entanto pesquisas atuais demonstram a possibilidade de produção satisfatória para culturas como alface, manjericão, agrião, repolho, rúcula, morango, pimenta, tomate, quiabo, pepino e muitas outras (Carneiro, *et al.*, 2015). Com base nas necessidades do mercado, é possível desenhar um sistema de aquaponia capaz de produzir, teoricamente, qualquer vegetal de pequeno e médio porte (Goddek *et al.* 2019; Graber e Junge 2009; Rakocy *et al.* 2004).

A alface, (*Lactuca sativa*), é a folhosa mais comumente cultivada em sistemas aquapônicos comerciais (Pantanella *et al.*, 2012). Existem várias razões pelas quais a

¹Mestranda em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente pela Universidade de Araraquara (UNIARA) Araraquara, São Paulo, Brasil.

²Docentes e Pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara (UNIARA) Araraquara, São Paulo, Brasil.

³Doutorando em Agronomia em Produção Vegetal (UNESP/FCAV) Jaboticabal, São Paulo, Brasil.

alface é popular entre os produtores de aquaponia: é uma planta anual (tempo de produção rápido da semente à folha ou colheita da cabeça), tem um longo histórico de cultivo (<4500 AC) e demanda de muitas cultivares disponíveis, além de possuir um sistema radicular fibroso e raso (Welbaum, 2015). A aquaponia como sistema de produção alimentícia, pode transformar o modo de vida de agricultores familiares permitindo que eles produzam alimentos para o sustento da família e comercialização, com menor custo de produção associado a uma tecnologia inovadora e sustentável. O presente estudo teve como objetivo avaliar o crescimento e desenvolvimento de cultivares de alface em sistema aquapônico, a fim de trazer informações de produção ao agricultor familiar.

MATERIAL E MÉTODOS

O experimento foi desenvolvido em uma empresa do ramo de Aquaponia localizada em Araraquara SP. O experimento foi realizado no período de 66 dias, de 06 de Julho a 10 de Setembro de 2020. O sistema de cultivo aquapônico foi instalado e conduzido em uma casa de vegetação, denominada de estufa agrícola modelo em arco convencional, confeccionada com arcos de galvanizados, filme plástico difusor na cobertura de 150 μ (micras), aditivada contra raios ultravioleta, tela sombrite refletora prata 50 % em toda lateral, com pé direito de 2,50 metros de altura, largura de 6,40 metros e comprimento de 9,0 metros protegendo o cultivo de intempéries ambientais.

Foi aplicado a técnica de *NFT (Nutrient Film Technique)*, composto por 01 (uma) bancada hidropônica (material em PVC) de 1,40 metros de comprimento e 1,40 metros de largura, e 3% de inclinação, possuindo 08 perfis hidropônicos com a capacidade produtiva de 42 plantas cada sistema e possuindo 0,20 cm entre plantas, como proposto por Furlani (2009). O sistema aquapônico foi acionado por temporizador analógico (timer) e foi regulado para o período de 15 minutos de circulação das irrigações e 15 minutos desligados, durante 24 horas.

No experimento utilizou-se mudas de alface (*Lactuca sativa L.*) das variedades americana, lisa, roxa e crespa adquiridas diretamente do viveiro sendo 10 mudas de cada variedade, que foram germinadas em badeiras de poliestireno com substrato de fibra de coco e após 30 dias de semeadura, transplantadas nos sistemas de produção. Para o transplante, as mudas foram escolhidas aleatoriamente diretamente da bandeja, e colocados em todos os orifícios dos perfis hidropônicos, totalizando 42 mudas. O sistema de aquaponia é de escala semi-comerciais e foi conduzido sob a aplicação da técnica eficiente que permita o desenvolvimento da planta com exata proporção de peixes, fornecendo proporcionalmente, os nutrientes necessários ao crescimento dos cultivares de alfaces, obedecendo a metodologia de Goddek (2019).

A estrutura do sistema aquapônico é composta por um (01) tanque de 500 litros para o cultivo de peixes; um (01) recipiente de 100 litros discriminado como filtro de sedimentação, decantando os dejetos e resto de ração de peixes; um (01) recipiente de 100 litros discriminado como filtro biológico, onde contém as mídias biológicas para a colonização de bactérias nitrificantes, que irão converter a amônia em nutrientes para as plantas; 01 bancada hidropônica. A água passa pela bancada hidropônica, onde estão as

¹Mestranda em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente pela Universidade de Araraquara (UNIARA) Araraquara, São Paulo, Brasil.

²Docentes e Pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara (UNIARA) Araraquara, São Paulo, Brasil.

³Doutorando em Agronomia em Produção Vegetal (UNESP/FCAV) Jaboticabal, São Paulo, Brasil.

hortaliças em crescimento, que absorvem os nutrientes contidos na água. A água retorna da bancada para o tanque de peixes, por um coletor (PVC) límpida, fechando um ciclo de recirculação, podendo ser observado no croqui do sistema de aquaponia (Figura 1).

FIGURA 1: Sistema de aquaponia montado que foi utilizado durante o experimento.



Fonte: Autora

A irrigação das mudas foi realizada com água contendo os nutrientes dissolvidos na água residual, proveniente da criação de tilápias (*Oreochromis niloticus*) já em período de engorda, totalizando 11 kg de biomassa de peixes. Nesse experimento optou-se por utilizar a tilápia, por ser um peixe bastante rústico e resistente, e por ser o peixe mais utilizado em sistemas de aquaponia (MARENGONI, 2006).

A alimentação diária dos peixes foi realizada com ração extrusada e com 32% de proteína bruta e arraçoamento de 70g de ração e dois (02) tratos ao dia (35g por trato). O fornecimento de ração foi manual, permitindo contato visual e monitoramento dos peixes e controle de ingestão. A oxigenação dos peixes dentro do tanque de criação foi realizada por uma bomba da marca Sarlo Better com vazão de 2.700 litros por hora conectado a um Aerador Fishair O², produzindo oxigenação 24 horas por dia (SENAR, 2019).

Foi verificado a qualidade da água e do ambiente. Para a qualidade da água foi analisado: pH, condutividade elétrica, oxigenação dissolvida e temperatura, medidos por sonda multiparâmetro *YSI* diariamente no período da manhã sempre no mesmo horário e anotados em planilhas. As leituras foram realizadas retirando água do tanque de criação de peixes e retorno da água da bancada hidropônica. E para o parâmetro de umidade e temperatura ambiente utilizou-se termômetro *Digital Thermometer*, verificado diariamente no mesmo horário por 35 dias.

¹Mestranda em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente pela Universidade de Araraquara (UNIARA) Araraquara, São Paulo, Brasil.

²Docentes e Pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara (UNIARA) Araraquara, São Paulo, Brasil.

³Doutorando em Agronomia em Produção Vegetal (UNESP/FCAV) Jaboticabal, São Paulo, Brasil.

As características agronômicas dos cultivares de alface analisou-se: o número total de folhas (un.), foi obtido pela contagem direta do número de folhas de cada planta; os cultivares foram pesadas individualmente em balança digital analítica, considerando peso total dos cultivares, como usualmente é vendido no comércio. Cada alfaces foram fracionados e separados por parte, folhas, caules, e raiz, verificando a massa da matéria fresca (úmida). Após, apenas as folhas de cada cultivar foram acondicionadas em estufa com circulação de ar forçado a 60°C por 96 horas, até que atingissem peso constante e foram submetidas à nova pesagem, verificando a massa da matéria seca.

Os dados coletados foram submetidos à análise de variância pelo teste F, de acordo com o experimento inteiramente casualizados, utilizando o programa Sistema para Análises Estatísticas de Ensaio Agronômicos, utilizando o Software AgroEstat versão 1.1.0.712, 2014. Para a comparação das médias obtidas, foi aplicado o teste de Tukey, ao nível de 5% de probabilidade, e realizado a análise conjunta dos experimentos visando a possibilidade de interação entre os cultivares.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Durante o experimento, a temperatura média observada foi de 25° e 87%) de umidade (Figura 2 e 3). De acordo com Radin (2004) a temperatura média indicada para o desenvolvimento da produção de alface varia de 18°C, máxima 24°C e a mínima de 7°C, cita também, que a umidade mais adequada para a produção pode variar de 60 a 80%, umidade muito elevada facilita o aparecimento de doenças principalmente em ambientes controlados como estufa agrícolas. A ação dos elementos climáticos sobre o desenvolvimento vegetal é um problema muito enfrentado, observou-se maior influência nos sistemas de cultivo, principalmente com temperatura do ar, localidades com maior altitude garante um clima mais ameno que favorecem a cultura da alface nas variações ótima de 4 a 27°C.

Para Favorato (2017) o ambiente influenciou no número de folhas alfaces cultivadas em estufa, em relação a alfaces cultivadas a campo. O ambiente de estufa apresentou maior temperatura durante o período do experimento, pode-se sugerir que motivou aumento na produção de número de folhas. A temperatura exerce efeito significativo na taxa de aparecimento de folhas em diversas espécies de plantas por exemplo, o aumento de temperatura acelera o aparecimento de folhas (HERMES, 2001)

¹Mestranda em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente pela Universidade de Araraquara (UNIARA) Araraquara, São Paulo, Brasil.

²Docentes e Pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara (UNIARA) Araraquara, São Paulo, Brasil.

³Doutorando em Agronomia em Produção Vegetal (UNESP/FCAV) Jaboticabal, São Paulo, Brasil.

FIGURA 2: Parâmetros ambientais, temperatura verificados desenvolvimento da produção de alface na aquaponia.

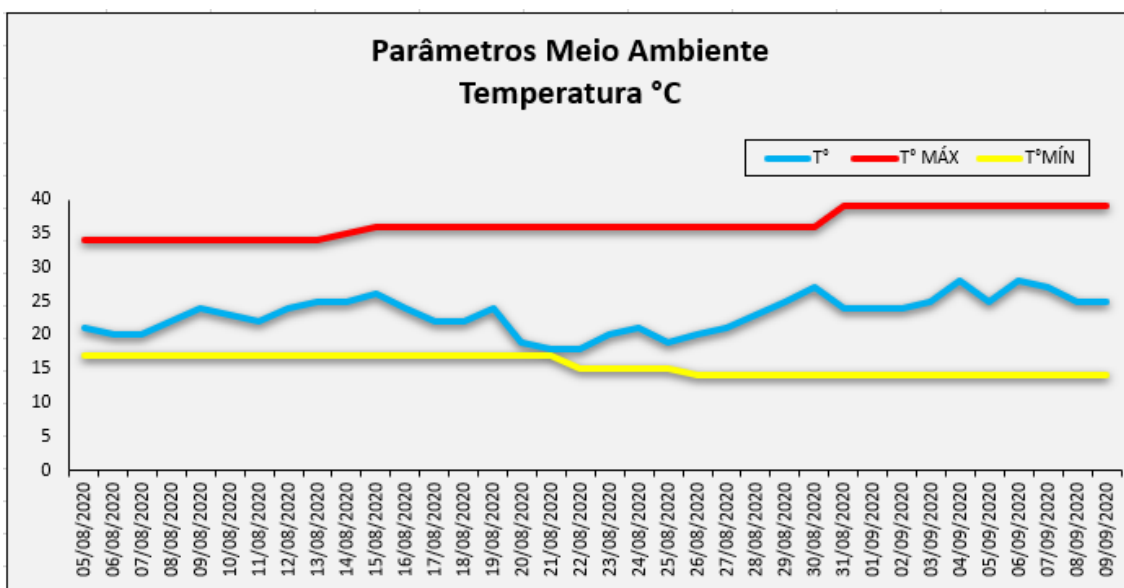
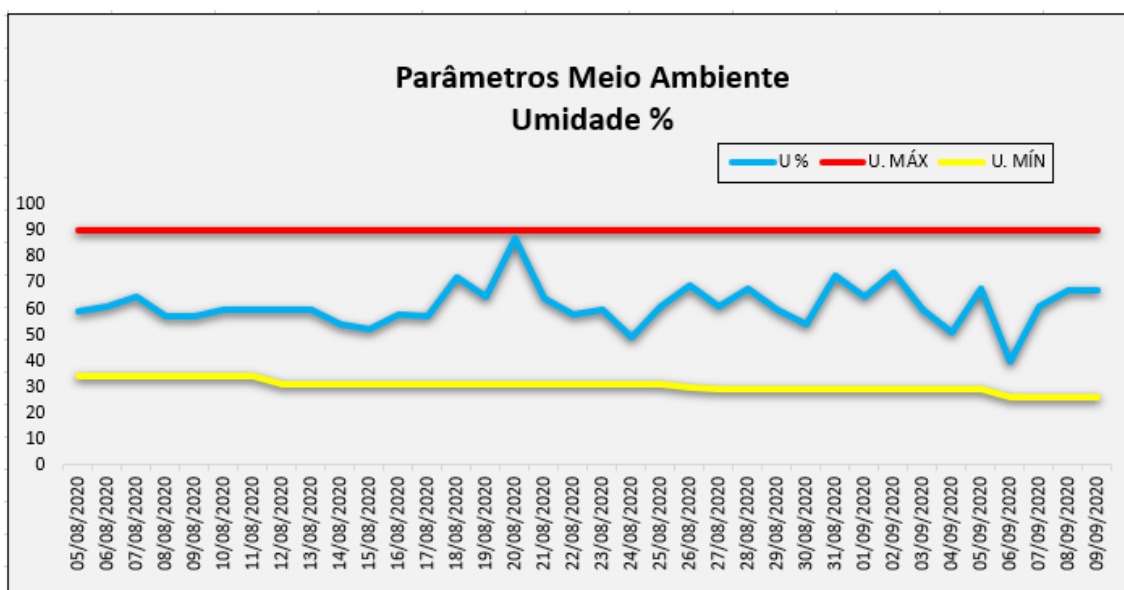


FIGURA 3: Parâmetros ambientais, umidade verificados desenvolvimento da produção de alface na aquaponia.



A temperatura do tanque de criação de peixes e retorno da hidroponia, apresentou máxima de 23° e mínima de 12°, não apresentando dificuldades no desempenho produtivo dos vegetais e peixes (Figura 4). Kubitz (2000), cita que temperatura da água no tanque de peixes, influencia diretamente no desempenho produtivo e metabólico, pois

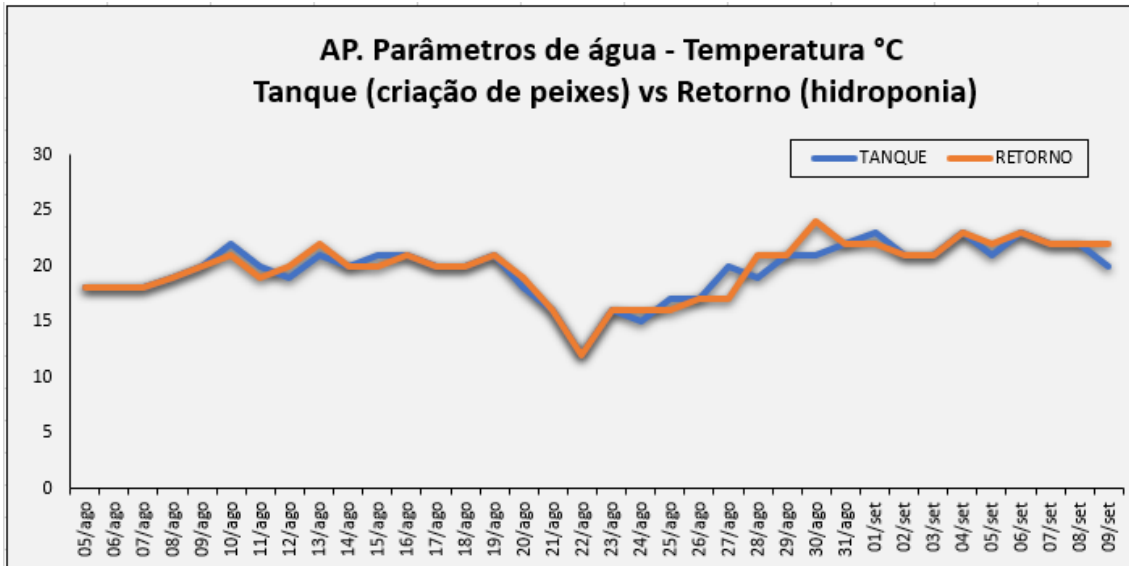
¹Mestranda em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente pela Universidade de Araraquara (UNIARA) Araraquara, São Paulo, Brasil.

²Docentes e Pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara (UNIARA) Araraquara, São Paulo, Brasil.

³Doutorando em Agronomia em Produção Vegetal (UNESP/FCAV) Jaboticabal, São Paulo, Brasil.

pode alterar a qualidade dos tecidos, muscular, adiposo e ósseo, afetado o crescimento e produtividade dos peixes. Já para os vegetais, níveis elevados da temperatura da água, estão associados às condições de hipóxia na raiz, diminuindo a condição de absorção dos nutrientes, sendo uma das causas de redução no crescimento das plantas ao longo dos perfis em cultivos com uso da técnica de *NFT*. A temperatura considerada ideal, está na faixa entre 23 e 27°C (BREMENKAMP, 2012).

FIGURA 4: Parâmetros de água, temperatura do tanque de peixes e retorno na bancada da produção de alface na aquaponia.



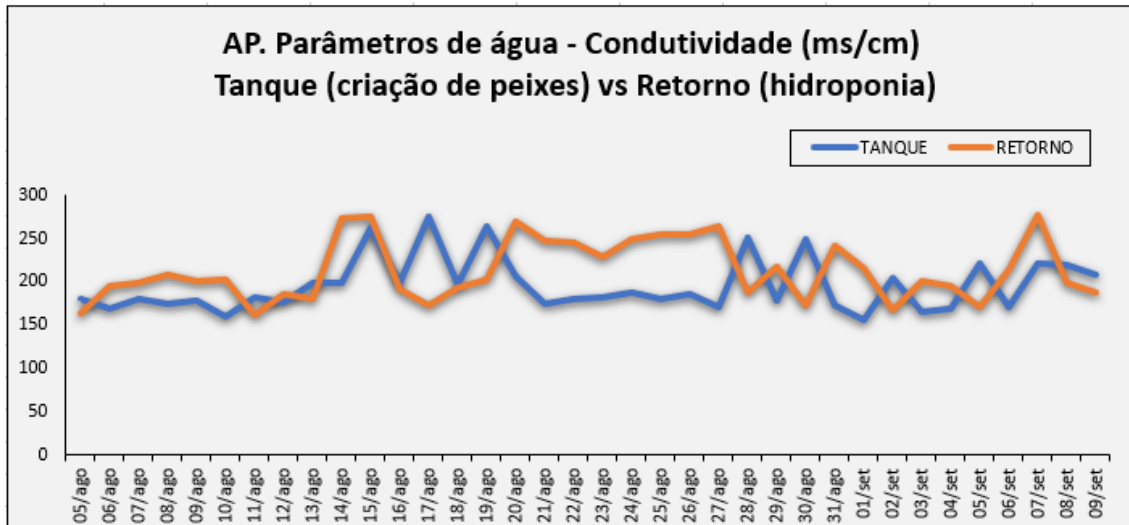
A condutividade elétrica (CE) é a medida que expressa o movimento dos elétrons através de um meio como a água. Os fertilizantes sintéticos são feitos de sais solúveis como nitratos ou amônia, fosfatos, potássio, cálcio, magnésio ou sulfatos, já os nutrientes orgânicos não possuem elevados níveis de sais e muitas vezes têm uma CE muito baixa. A CE no período do experimento, apresentou-se 180 a 206 (mS/cm) (Figura 5), pois os nutrientes são de origem orgânica derivados dos resíduos dos peixes. As plantas obtiveram um crescimento significativo e não apresentaram nenhum sinal de deficiência nutricional como clorose ou necrose, indicando quantidade nutricional suficiente ao seu desenvolvimento e crescimento. Gondim (2010) cita que a CE deve obter de 200 mS/cm² podendo reduzir até 170 mS/cm² para suprir a necessidade nutricional da planta.

¹Mestranda em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente pela Universidade de Araraquara (UNIARA) Araraquara, São Paulo, Brasil.

²Docentes e Pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara (UNIARA) Araraquara, São Paulo, Brasil.

³Doutorando em Agronomia em Produção Vegetal (UNESP/FCAV) Jaboticabal, São Paulo, Brasil.

FIGURA 5: Parâmetros de água, condutividade elétrica do tanque de peixes e retorno na bancada da produção de alface na aquaponia.



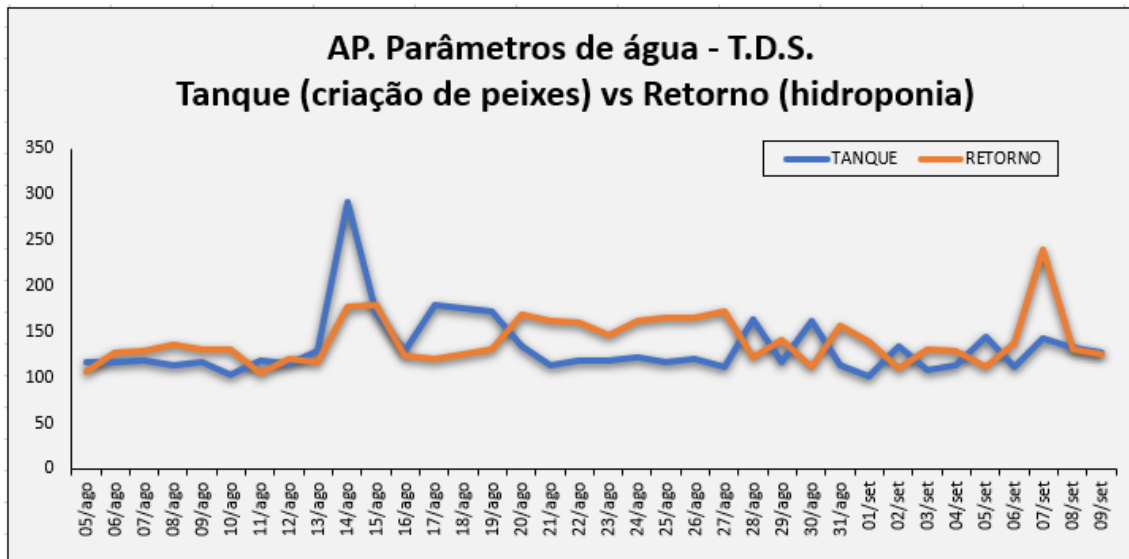
O Sólido Total Dissolvido (TDS) mede a quantidade de sais que foram dissolvidos na água, esses minerais dissolvidos não são removidos pela filtragem mecânica ou biológica, sendo absorvidos através de membrana celular das plantas por osmose reversa ou destilação, se a quantidade de TDS no meio de cultivo for elevada, os sistemas radiculares das plantas acabarão apresentar problemas de absorção nutricional, afetando seu desenvolvimento. (QUEIROZ, 2017). Os valores máximos de TDS apresentados no experimento foram de 292 mg/l para tanque dos peixes e de 179 mg/l no retorno na hidroponia (Figura 6). Estudos que avaliaram a qualidade de água no desenvolvimento de sistemas aquapônicos, encontraram valores de TDS de 344mg/L a 361mg/L, observando menores valores nas primeiras fases do desenvolvimento das plantas, destacando-se um aumento ao longo das semanas (KUHNNEN, *et al.*, 2016). Os valores recomendados para sólidos dissolvidos totais devem permanecer abaixo de 500mg/L (CONAMA 357/2005).

¹Mestranda em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente pela Universidade de Araraquara (UNIARA) Araraquara, São Paulo, Brasil.

²Docentes e Pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara (UNIARA) Araraquara, São Paulo, Brasil.

³Doutorando em Agronomia em Produção Vegetal (UNESP/FCAV) Jaboticabal, São Paulo, Brasil.

FIGURA 6: Resultados dos parâmetros de água. TDS do tanque de peixes e retorno na bancada no sistema de aquaponia.



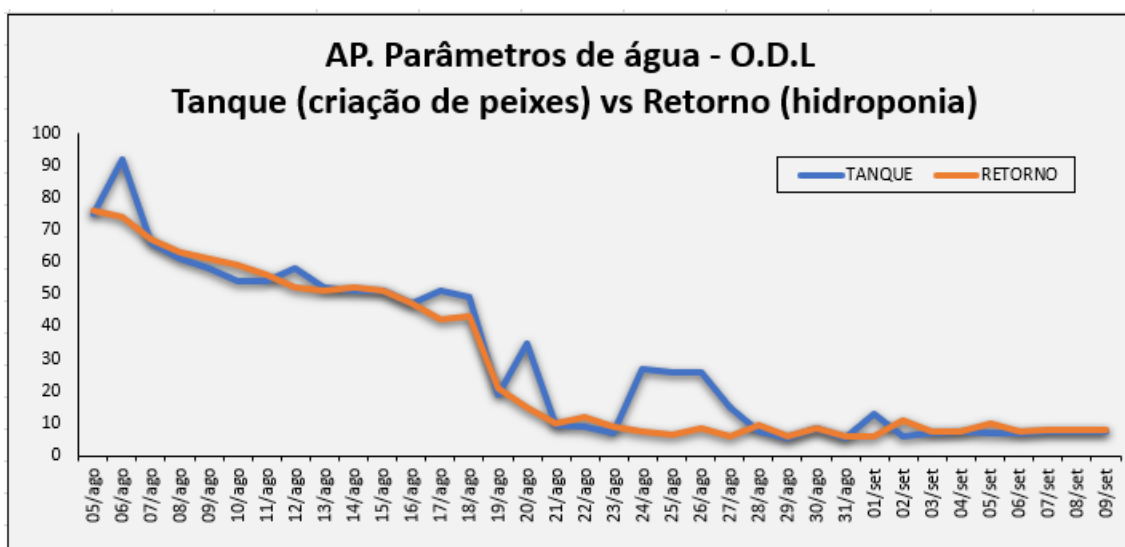
Oxigênio dissolvido (OD), é quantidade de oxigênio que está dissolvido num determinado fluido. A unidade padrão medida é miligramas por litro (mg/l) ou partes por milhão (ppm). A concentração de oxigênio presente na água pode variar de acordo com a pressão atmosférica (altitude) e com a temperatura ambiente. De acordo Queiroz (2017) oxigênio dissolvido é essencial para o crescimento de qualquer produção aquática sendo necessário ser superior que 3ppm ou 10mg/L. Cita também, que durante a degradação da matéria orgânica, as bactérias nitrificantes fazem uso do oxigênio nos seus processos respiratórios (FIORUCCI, 2005). Foi observado uma variação do OD no período do experimento atingindo de 90mg/L a 10mg/L (Figura 7), dentro dos limites normais para o crescimento e desenvolvimentos dos peixes.

¹Mestranda em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente pela Universidade de Araraquara (UNIARA) Araraquara, São Paulo, Brasil.

²Docentes e Pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara (UNIARA) Araraquara, São Paulo, Brasil.

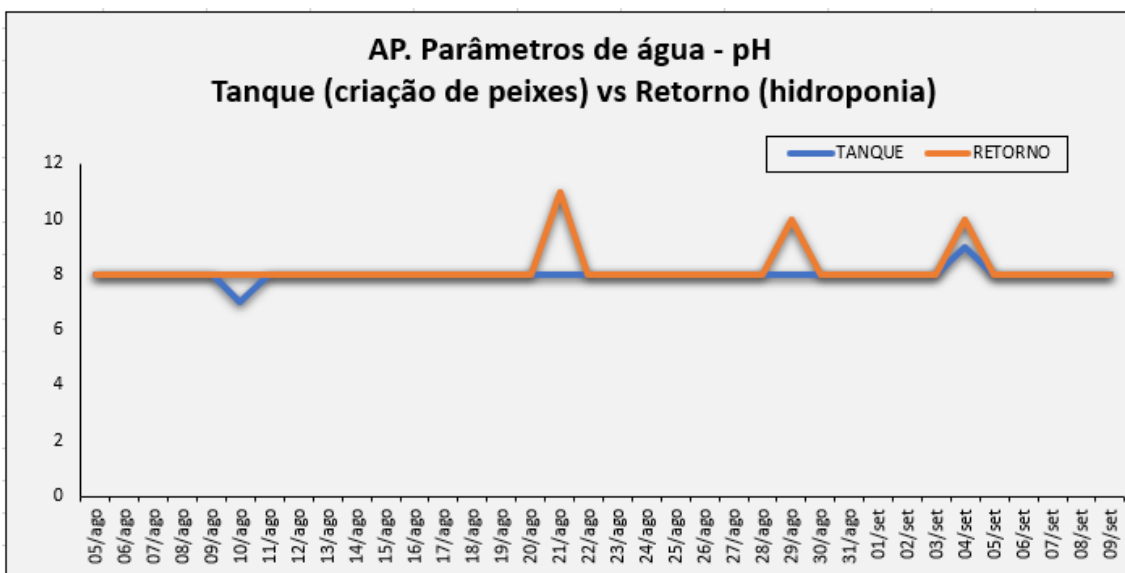
³Doutorando em Agronomia em Produção Vegetal (UNESP/FCAV) Jaboticabal, São Paulo, Brasil.

FIGURA 7: Resultados dos parâmetros de água. O.D. L do tanque de peixes e retorno na bancada no sistema de aquaponia.



Para a maioria das plantas a absorção de nutrientes é satisfatória em pH entre 6 e 7,5. Já para os peixes, espécies como a Tilápia toleram pH entre 6 a 8. Durante o experimento o pH permaneceu entre 7 e 8, o que não interferindo no crescimento das plantas e peixes (Figura 8).

FIGURA 8: Resultados dos parâmetros de água. pH do tanque de peixes e retorno na bancada no sistema de aquaponia.



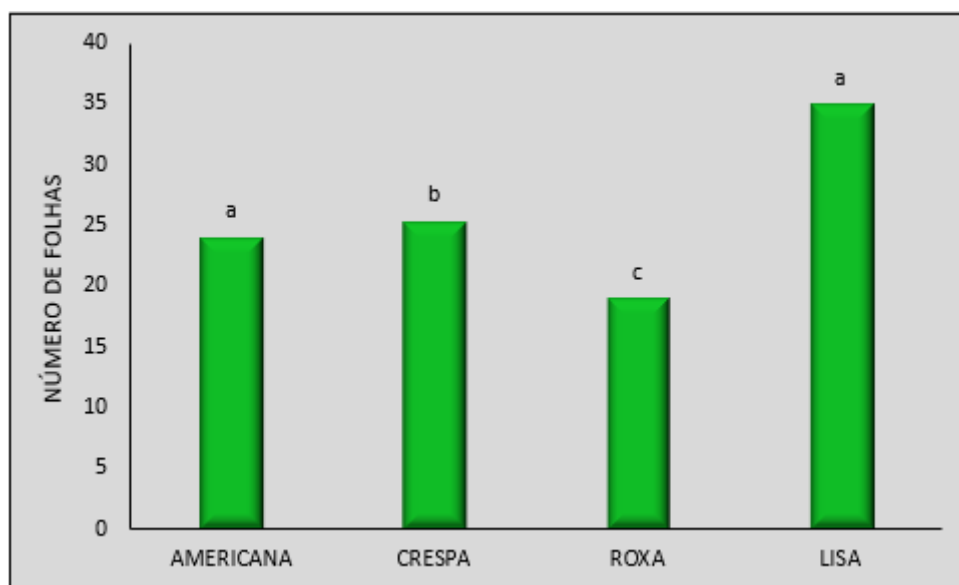
¹Mestranda em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente pela Universidade de Araraquara (UNIARA) Araraquara, São Paulo, Brasil.

²Docentes e Pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara (UNIARA) Araraquara, São Paulo, Brasil.

³Doutorando em Agronomia em Produção Vegetal (UNESP/FCAV) Jaboticabal, São Paulo, Brasil.

Para as variáveis de crescimento dos cultivares de alface, sob a análise de variância (ANAVA) todas apresentaram interação significativa entre os todos os cultivares analisados. O número de folhas, obtido pela contagem direta de cada planta após colheita, as cultivares lisa e americana (Figura 9), diferem significativamente e apontaram melhor produtividade, logo após, a crespa apresentou melhor desenvolvimento, corroborando com os dados de Feuzer (2016) que também observou diferenças significativas entre cultivares, apontando maior número de folhas para a cultivar lisa em comparação com a cultivar roxa.

FIGURA 9: Número de folhas obtido pós colheita dos cultivares de alfaces produzidos do sistema de aquaponia. As médias seguidas pela mesma letra não diferem estatisticamente entre si.



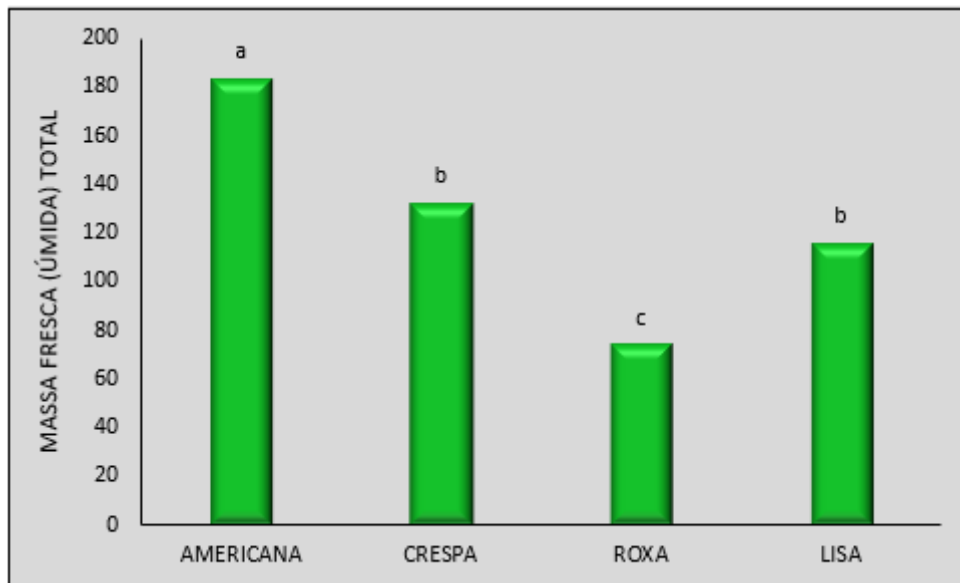
O peso total fresco dos cultivares apontou interação significativa entre os todas as variedades de alfaces e o melhor desenvolvimento e produtividade também foi observado para os cultivares americana e crespa (Figura 10), o que confirma a preferência do cultivo entre os olericultores, a variedade do cultivar pode apresentar aspecto importante na escolha para determinação da produção comercial, indicando o potencial de produção por área (SANTOS, 2011). Logo após a crespa demonstrou bom desenvolvimento, e a cultivar roxa menor peso.

¹Mestranda em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente pela Universidade de Araraquara (UNIARA) Araraquara, São Paulo, Brasil.

²Docentes e Pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara (UNIARA) Araraquara, São Paulo, Brasil.

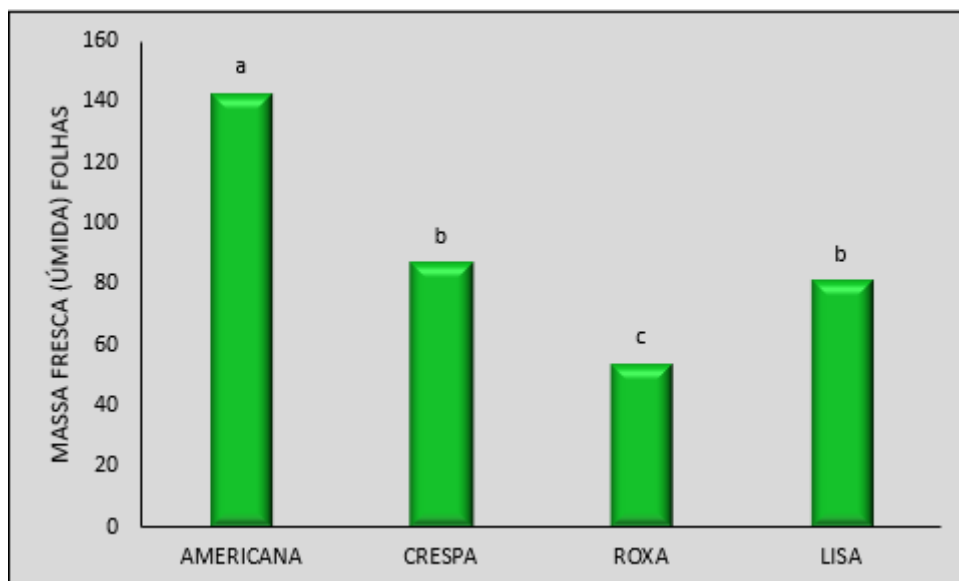
³Doutorando em Agronomia em Produção Vegetal (UNESP/FCAV) Jaboticabal, São Paulo, Brasil.

FIGURA 10: Peso da massa da matéria fresca (úmida) total dos cultivares dos cultivares de alfaces produzidos do sistema de aquaponia.



Para a avaliação da matéria fresca das folhas, a americana apresentou maior peso e conseqüentemente, melhor desenvolvimento, fato observado também no estudo Madar (2019). As cultivares crespa e lisa (Figura 11), apresentaram bom desenvolvimento e não apresentou diferença estatísticas. A cultivar roxa apresentou menor produtividade.

FIGURA 11: Peso da massa da matéria fresca (úmida) das folhas dos cultivares de alfaces produzidos no sistema de aquaponia. As médias seguidas pela mesma letra não diferem estatisticamente entre si.



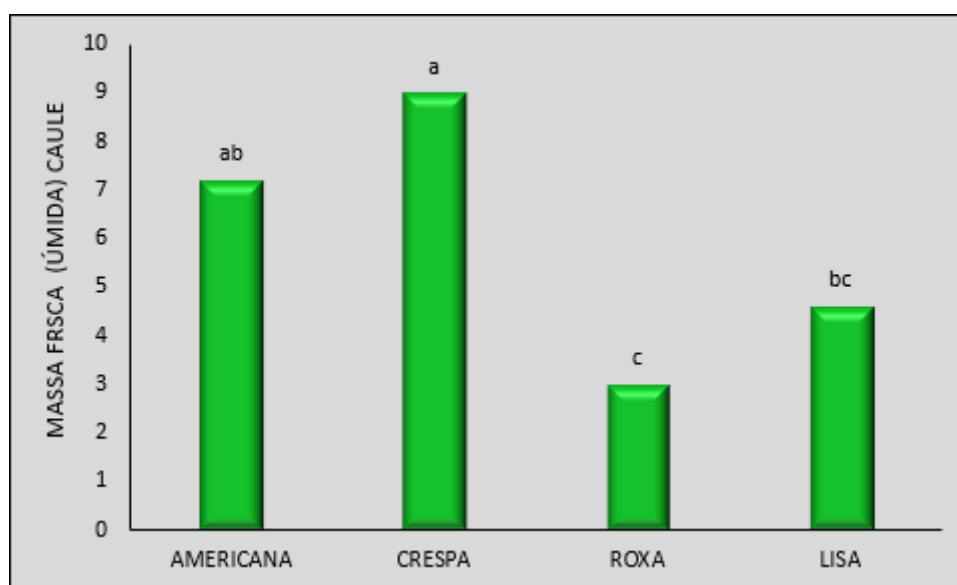
¹Mestranda em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente pela Universidade de Araraquara (UNIARA) Araraquara, São Paulo, Brasil.

²Docentes e Pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara (UNIARA) Araraquara, São Paulo, Brasil.

³Doutorando em Agronomia em Produção Vegetal (UNESP/FCAV) Jaboticabal, São Paulo, Brasil.

De acordo com Carini (2012) o comprimento de caule nas alfaces apresenta-se indesejável em função a que se destina o produto e a tendência ao pendoamento do genótipo, o que confere uma característica indesejável do ponto de vista mercadológico, pois o pendoamento oferece maior teor de látex que dá um gosto amargo ao alface e folhas mais duras. Observou-se diferença estatística significativa para o peso do caule entre os cultivares, observando alface crespa com maior massa, e as cultivares americana e lisa, não apresentou diferenças estatísticas (Figura 12).

FIGURA 12: Peso da massa da matéria fresca (úmida) do caule dos cultivares de alfaces produzidos no sistema de aquaponia. As médias seguidas pela mesma letra não diferem estatisticamente entre si.



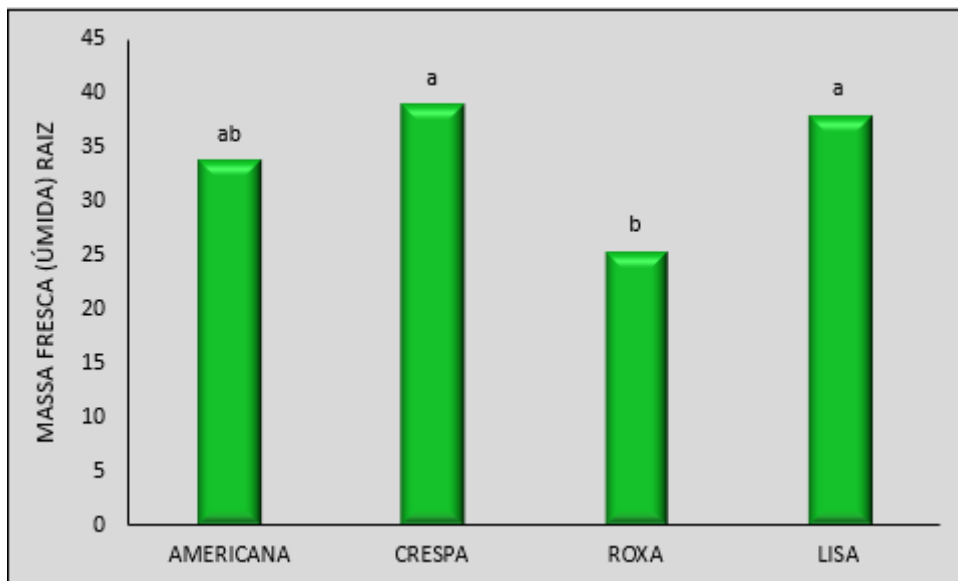
Para o desenvolvimento radicular, as alfaces crespa e lisa não apresentaram diferença significativa, observando maior desenvolvimento, posteriormente a americana apresentou maior crescimento radicular e a alface roxa, menor desenvolvimento (Figura 13).

¹Mestranda em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente pela Universidade de Araraquara (UNIARA) Araraquara, São Paulo, Brasil.

²Docentes e Pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara (UNIARA) Araraquara, São Paulo, Brasil.

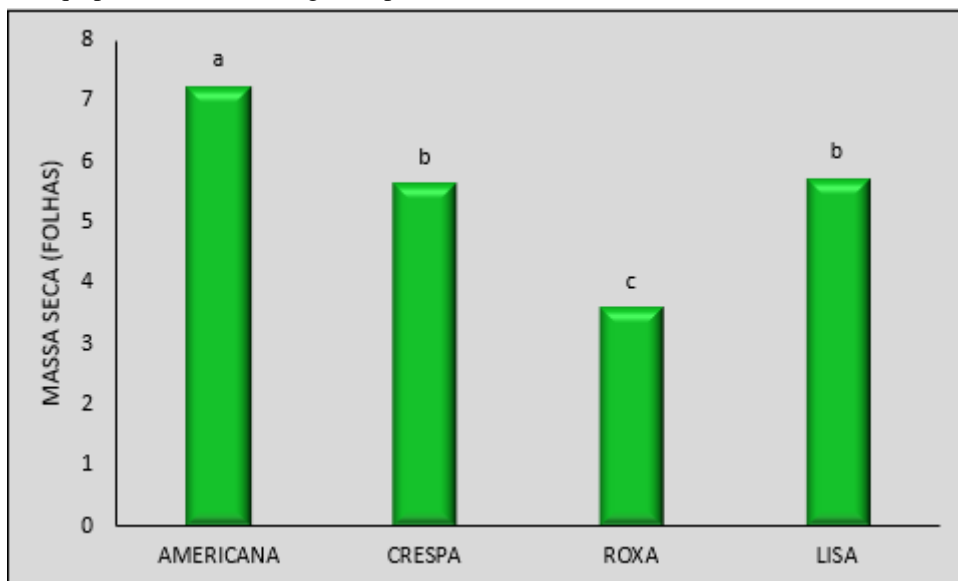
³Doutorando em Agronomia em Produção Vegetal (UNESP/FCAV) Jaboticabal, São Paulo, Brasil.

FIGURA 13: Peso da massa da matéria fresca (úmida) da raiz dos cultivares de alfaces produzidos no sistema de aquaponia. As médias seguidas pela mesma letra não diferem estatisticamente entre si



A avaliação do peso da matéria seca das folhas dos cultivares, a alface americana foi observada maior massa, justificando melhor desenvolvimento e produtividade, posteriormente as cultivares crespa e lisa não apresentaram diferença estatisticamente significativa e a cultivar roxa, com menor massa (Figura 14).

FIGURA 14: Peso da massa da matéria seca das folhas dos cultivares de alfaces produzidos no sistema de aquaponia. As médias seguidas pela mesma letra não diferem estatisticamente entre si.



¹Mestranda em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente pela Universidade de Araraquara (UNIARA) Araraquara, São Paulo, Brasil.

²Docentes e Pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara (UNIARA) Araraquara, São Paulo, Brasil.

³Doutorando em Agronomia em Produção Vegetal (UNESP/FCAV) Jaboticabal, São Paulo, Brasil.

Embora os níveis de nutrientes dissolvidos em água no sistema aquapônico observados pela condutividade elétrica são baixas, todos os cultivares apresentaram-se ótimo desenvolvimento e crescimento, e não foram observados qualquer anormalidade nos aspectos das folhas ou coloração que apontassem deficiência nutricional. No entanto, o desempenho produtivo das alfaces foi observado que a cultivar americana se destacou em produtividade frente as outras variedades. A alface americana já se demonstra mais aceita pelo consumidor por oferecer crocância sendo muito utilizada em lanches gourmet e em pratos especiais. Outra cultivar que demonstrou melhor desempenho e crescimento entre as outras variedades cultivadas, foi a alface crespa, que também é popularizada sendo presente as saladas do brasileiro. Os resultados observados no estudo frente ao desempenho produtivo, vai de encontro ao cenário da agricultura atual garantindo a lucratividade no cultivo das duas variedades que apresentaram ótimo resultado estatístico.

Ainda não está claro em que grau o efluente da aquicultura gera um impacto no desempenho do crescimento das plantas, pois se faz necessário avaliar a presença e a quantidade de nutrientes disponível na água residuária. O conteúdo de nutrientes na folha pode fornecer informações sobre a saúde das plantas, no entanto, isso ainda não foi investigado em aquaponia.

O bom desempenho das cultivares em sistema de aquaponia, através das variáveis da massa fresca e seca, temos aqui um fator rentável para que o pequeno produtor possa produzir as variedades mais consumidas e com características ecológicas a fim de agregar valor no produto final oferecido e conseqüentemente, melhora a economia e o social dentro da área de produção e comercialização.

CONCLUSÕES

No sistema de cultivo aquapônico, os nutrientes são derivados da ração ofertada aos peixes e resíduos gerados das excretas, portanto, o crescimento dos cultivares se dá de forma natural e contínua. Este sistema poderá apresentar melhor viabilidade financeira por obter dois produtos produzidos simultaneamente e em simbiose. Em relação aos cultivares, podemos concluir que a alface americana e crespa apresentaram maior produtividade, podendo ser maior explorada para se obter maior renda financeira ao produtor, já alface roxa foi a cultivar que não obteve desempenho, sugerindo menor produção.

¹Mestranda em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente pela Universidade de Araraquara (UNIARA) Araraquara, São Paulo, Brasil.

²Docentes e Pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara (UNIARA) Araraquara, São Paulo, Brasil.

³Doutorando em Agronomia em Produção Vegetal (UNESP/FCAV) Jaboticabal, São Paulo, Brasil.

REFERÊNCIAS

- CARINI F; PERIN L; MARQUES GN; COSTA RL; FERREIRA LV; PEIL RMN. 2012. Produção e partição de biomassa e características produtivas de cultivares de alface crespa em cultivo de verão e sistema hidropônico. **Horticultura Brasileira** 30: S480-S487.
- CARNEIRO. et al. Aquaponia: produção sustentável de peixes e vegetais. In: Tavares-Dias, M. & Mariano, W.S. (Org.). Aquicultura no Brasil: novas perspectivas. São Carlos, Editora Pedro & João, 2015.
- CONIJN, J. G.; BINDRAN, P. S.; SCODER, J. J.; JONGSCHAAP, R. E. E. Can our global food system meet food demand within planetary boundaries? *Agric Ecosyst Environ* 251:244–256. (2018).
- CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução nº 357/2005. Estabelece a classificação das águas doces, salobras e salinas no Território Nacional. Brasília, SEMA, 2005.
- BREMENKAMP DM; GALON K; HELL LR; PASSOS G; CAZAROTI EPF; COMETTI NN. 2012. Efeito da temperatura da solução nutritiva no crescimento da alface (*Lactuca sativa* L.) em hidroponia. **Horticultura Brasileira** 30: S596-S604.
- FAVARATO, L. F.; GUARÇONI, R. C.; SIQUEIRA, A. P. O.; SOUZA, J. L. Influência de diferentes sistemas de cultivos de alfaces outono/inverno sobre a variação termina e temperatura do solo e planta. **XXI Encontro Latino-Americano de Iniciação Científica, XVII Encontro Latino-Americano de Pós-Graduação e VII Encontro de Iniciação à Docência – Universidade do Vale do Paraíba**. 2017.
- FEUZER, C. Desempenho de três variedades de alface (*Lactuca sativa*), em sistemas de aquaponia. 2016. 21 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) **Bacharel em Engenharia Agrônômica**. Rio do Sul, 2016.
- FIORUCCI, A. R.; FILHO, E. B. A importância do oxigênio dissolvido em ecossistemas aquáticos. **Química nova na escola**. nº 22, nº 22, 2005.
- FURLANI, P.R.; SILVEIRA, L.C.P.; BOLONHEZI, D.; FAQUIN, V. Cultivo Hidropônico de Plantas: Parte 2 - Solução Nutritiva. 2009. Artigo em Hypertexto. Disponível em: <http://www.infobibos.com/Artigos/2009_2/hidroponiap2/index.htm>. Acesso em: 15/8/2020.
- FRY, J. P.; LOVE, D.C.; MACDONALD, G.K.; WEST, P.C.; ENGSTROM, P. M.; NACHMAN, K. E.; LAWRENCE, R. S. *Environmental health impacts of feeding crops to farmed fish*. **Environment International**. 91. p. 201-214. 2016.
- GONDIM, A. R. O.; FLORES, M. E. P.; MARTINEZ, H. E. P.; FONTES, P. C. R.; PEREIRA, P. R. G. Condutividade elétrica na produção e nutrição de alfaces em sistemas de cultivo hidropônico NFT. **Biosci. J. Urberlândia**, v. 26, 0. 894-904, 2010.

¹Mestranda em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente pela Universidade de Araraquara (UNIARA) Araraquara, São Paulo, Brasil.

²Docentes e Pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara (UNIARA) Araraquara, São Paulo, Brasil.

³Doutorando em Agronomia em Produção Vegetal (UNESP/FCAV) Jaboticabal, São Paulo, Brasil.

GODDEK, S.; JOYCE, A.; KOTZEN, B.; BURNELL, G.M. *Aquaponics Food Production Systems Combined Aquaculture and Hydroponic Production Technologies for the Future*. **Gewerbestrasse Cham, Switzerland**. 11, 6330, 2019.

GODDEK, S.; KONERB, O. *A fully integrated simulation model of multi-loop aquaponics: A case study for system sizing in different environments*. *Agricultural Systems*. n. 171, p. 143–154. 2019.

HERMES, C.C.; MEDEIROS, S.L.P.; MANFRON, P.A.; CARON, B.; POMMER, S.F.; BIANCHI, C. Emissão de folhas de alface em função de soma térmica. **Revista Brasileira de Agrometeorologia**, Santa Maria, v.9, n.2, p.269-275, 2001.

KUBITZA, F. *Tilápia: tecnologia e planejamento na produção comercial*. Jundiaí, 2000.

KUHNEN, A. D. R. *et al.* Aquaponia como alternativa para cultivo de peixes e hortaliças. **XIV ENEEAmb, II Fórum Latino e I SBEA – Centro-Oeste**, 2016. p. 882-889.

MADAR, A. K.; RUBÓCZKI, T.; HÁJOS, M. T. *Lettuce production in aquaponic and hydroponic systems*. **Acta Universitatis Sapientiar Agriculture and Environment**. 2019. v. 11, p. 51-59.

MARENGONI, N. G. Produção de tilápia do Nilo *Oreochromis niloticus* (linhagem chitralada), cultivada em tanques-rede, sob diferentes densidades de estocagem. *Archivos de Zootecnia*, v. 55, n. 210, p. 127-138. 2006.

MOTA JH; YURI JE; FREITAS SAC; RODRIGUES JUNIOR JC; RESENDE GM; SOUZA RJ. 2003. Avaliação de cultivares de alface americana durante o verão em Santana da Vargem-MG. *Horticultura Brasileira* 21: 234-237

ONU BRASIL. *Transformando Nosso Mundo: Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Brasília, 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/2/>>. Acesso em: 12 de Julho de 2020.

PANTELLA, E.; CARDARELLI, M.; COLLA, G.; REA, E.; MARCUCCI, A. Aquaponics vs. hidroponia: Produção e qualidade da cultura da alface. **Acta Horti**. 2012, 927, 887–893.

YANG, T.; KIM, H. *Characterizing Nutrient Composition and Concentration in Tomato, Basil, and Lettuce-Based Aquaponic and Hydroponic Systems*. 2020.

QUEIROZ, J. F.; FREATO, T. A.; LUIZ, A. J. B.; ISHIKAWA, M. M.; FRIGUETTO, R. T. S.; Boas práticas de manejo para sistemas de aquaponia. Jaguariúna: **Embrapa Meio Ambiente**, 2017.

RAKOCY, J. *Ten guidelines for aquaponic systems*. *Aquaponics J*. n.46, p.14-17, 2007).

RADIN, B.; REISSER JÚNIOR, C.; MATZENAUER, R.; BERGAMASCHI, H. Crescimento de cultivares de alface conduzidas em estufa e a campo. **Horticultura Brasileira, Brasília**, v.22, n.2, p.178-181, abril-junho 2004.

¹Mestranda em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente pela Universidade de Araraquara (UNIARA) Araraquara, São Paulo, Brasil.

²Docentes e Pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara (UNIARA) Araraquara, São Paulo, Brasil.

³Doutorando em Agronomia em Produção Vegetal (UNESP/FCAV) Jaboticabal, São Paulo, Brasil.

SANTOS D; MENDONÇA RMN; SILVA SM; ESPÍNOLA JEF; SOUZA). SANTOS D; MENDONÇA RMN; SILVA SM; ESPÍNOLA JEF; SOUZA AP. 2011. Produção comercial de cultivares de alface em Bananeiras. **Horticultura Brasileira** 29: 609-612.

SANCHEZ, S. V. Avaliação de cultivares de alface crespa produzidas em hidroponia tipo NFT em dois ambientes protegidos em Ribeirão Preto (SP). Dissertação (mestrado) - **Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias**. Jaboticabal, 2007. 63 p.

Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Piscicultura: alimentação. / Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. – Brasília: **Senar**, 2019. 48 p.

STEFFEN, E. *et al.* Planetary boundaries: guiding human development on a changing planet. *Science* 347(80):736. (2015).

STOTZ, E. N. Os limites da agricultura convencional e as razões de sua persistência: estudo do caso de Sumidouro, **RJ. Rev. bras. Saúde ocup.**, São Paulo, 37 (125): 114-126, 2012

TYSON, R. V.; TREADWELL, D. D.; SIMONNE, E. H. *Opportunities and Challenges to Sustainability in Aquaponic Systems. HortTechnolog*, 21 (1). 2011.

¹Mestranda em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente pela Universidade de Araraquara (UNIARA) Araraquara, São Paulo, Brasil.

²Docentes e Pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara (UNIARA) Araraquara, São Paulo, Brasil.

³Doutorando em Agronomia em Produção Vegetal (UNESP/FCAV) Jaboticabal, São Paulo, Brasil.

AS CONEXÕES ENTRE O SISTEMA ALIMENTAR DOMINANTE E A COVID-19

THE CONNECTIONS BETWEEN THE DOMINANT FOOD SYSTEM AND COVID-19

Karina de Paula Carvalho¹

RESUMO

A reflexão feita aqui está envolta numa simbiose de questões sistêmicas que vem, paulatinamente, comprometendo a saúde da biodiversidade terrestre. Por isso tem como objetivo refletir sobre as conexões entre o sistema alimentar dominante e a Covid-19, pois estas evidenciam um processo de falência múltipla da ação antrópica sob a natureza. Apesar de todo um arcabouço que vem discutindo seus efeitos ao redor do mundo nos últimos anos, este sistema expõe cada vez mais as pessoas a riscos, sobretudo as mais vulneráveis. A conjuntura vem mostrando a disseminação do vírus da fome em um mundo já faminto, dessa forma, o direito humano à alimentação adequada e saudável vem sendo comprometido. A promoção da SSAN é entendida como estratégia vistas a sanar os problemas que envolve o alimento e a alimentação.

Palavras Chaves: Covid-19, Sistema alimentar, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, Fome.

ABSTRACT

The reflection made here is enveloped in a symbiosis of systemic issues that has been gradually compromising the health of terrestrial biodiversity. That is why it aims to reflect on the connections between the dominant food system and Covid-19, as these show a process of multiple failure of anthropic action under nature. Despite an entire framework that has been discussing its effects around the world in recent years, this system increasingly exposes people to risks, especially the most vulnerable. The conjuncture has shown the spread of the hunger virus in an already hungry world, thus, the human right to adequate and healthy food has been compromised. The promotion of SSAN is understood as a strategy aimed at solving the problems involving food and nutrition.

Key words: Covid-19, Food system, Sovereignty and Food and Nutritional Security, Hunger.

Introdução

O comprometimento da biodiversidade e da diversidade cultural tem se intensificado nos últimos duzentos anos. Atualmente, essa tendência geral se expressa, por exemplo, pelo “sistema alimentar dominante” Shiva (2018). Por meio desse sistema,

¹ Mestranda pelo programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Planejamento e Território\Universidade Federal De São João Del Rei\E-mail: karinadepaula18@hotmail.com\ ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5674-1268>

colocam-se em risco as condições de sobrevivência de bilhões de pessoas ao redor do mundo.

A rigor, esse sistema coloca em risco toda a população mundial, por causa da péssima qualidade dos alimentos que produz e também da forma como os produz. Isto é, de um lado, compromete a diversidade cultural, dificultando e até mesmo impedindo o acesso à terra e à água, rompendo com laços comunitários, incluindo aqui os laços que as comunidades mantêm com a natureza que os circunda. Por outro lado, produz alimentos que prejudicam a saúde das pessoas e também poluição. As mudanças no clima têm sido apontadas como um dos resultados perversos desse processo.

Ao eclodir uma crise sanitária provocada pelo Covid-19, o debate se intensifica e fica cada vez mais evidente a insustentabilidade da forma como se produz alimentos e como se conduz o uso dos recursos comuns. Neste sentido, este trabalho permeia sobre a temática com foco na perspectiva que estabelece nexos entre alimento e saúde (IPES-Food, 2017; EAT-Lancet Commission, 2019)

Aqui, pressupõe-se que seja possível averiguar a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional – SSAN na fronteira entre os problemas do processo de desenvolvimento da agro-ecossistema e a problemática que envolve o alimento e a alimentação. É sabido, com base nessa literatura recente, que os sistemas alimentares que vigoram atualmente possibilitam diversos condicionantes. Sua complexidade e suas conexões com os problemas de saúde (saúde humana, animal e ambiental de forma integrada) são alguns deles.

Uma das principais preocupações do enfoque na SSAN diz respeito exatamente ao direito dos povos de definirem suas estratégias de produção, distribuição e consumo de alimentos. Sendo estes alimentos ricos em nutrientes, em qualidade e quantidade. A garantia desse direito se vê, portanto, afetada pelos conflitos que surgem da interação entre os diferentes sistemas alimentares coexistentes.

Na ordem do dia, o estabelecimento do nexo alimento-saúde se torna mais visceral ainda, no que tange às respostas imediatas, como traz a EAT-Lancet (2019), para reverter os danos já causados e mitigá-los para o futuro. A discussão aqui se faz na contra-hegemonia do sistema alimentar dominante, acumuladores de capital, de especialização produtiva e financiadores dos recursos naturais.

O problema abordado aqui é que cada vez mais as populações estão sendo expostas a riscos e ameaças, sobretudo aquelas que a política de SSAN tem prioridades, como a população empobrecida, vulnerabilizada, população tradicional, originária, sem-terra, em situação de rua, agricultores familiares, ribeirinhos, dentre outros. Nos tempos sombrios de pandemia estas pessoas têm maior dificuldade no acesso aos alimentos, mais suscetíveis a fome, piorando ainda mais com a alta dos preços dos alimentos.

O objetivo é discutir que, ao se criar condições degradantes em termos da forma como conduzem a agro-produção, via insumos químicos, pesticidas, antibióticos dentre outros químicos, contamina-se o solo, a água, os animais, trabalhadores e consumidores. Em tempos de Covid-19, a reflexão se faz mais relevante no sentido de fazer transparecer a simbiose entre a suscetibilidade que este sistema provoca ao ataque de pragas e evidentemente no surgimento de doenças nocivas que acomete humanos, como a história

vem mostrando, vide o Ebola, na África Central, a gripe aviária, que se propagou em 1997, e o SARS.

O fato é que os efeitos deste sistema estão em constante ataque aos direitos humanos, e, sobretudo ao direito à alimentação adequada e saudável. Dessa forma, acredita-se que se pode colocar a promoção da SSAN como estratégia vistas a sanar os problemas que envolve o alimento e a alimentação.

Isto porque ela permite enriquecer a reflexão para que esta transformação se realize na prática, por ter aspectos imbricados que trazem o respeito aos direitos humanos, ao acesso à terra e ao território, a autonomia econômica e da auto-organização dos povos, em todas as dinâmicas da vida e das relações sociais.

A Covid-19 como um agente do sistema alimentar dominante

No momento atual, eclodiu uma crise sanitária, em conjunto, intensificou os desafios para os campos da alimentação e da cultura pela perspectiva da agroecologia. Dessa forma, como pensar a Segurança Alimentar e Nutricional nos tempos de Covid-19? Esta questão será posta em discussão aqui, ao fazer uma correlação entre o agroecossistema e os componentes bióticos, físicos e antrópicos e o cenário atual em uma perspectiva também figurativa, mas não menos real, das interações e das contradições e dos impactos do atual modelo de produção e consumo de base capitalista.

É o que Altieri e Nicholls (2020) discutem no “Observatório Social Del Coronavirus” uma reflexão para pensar a Agroecologia nos tempos do Covid-19, e, acima de tudo pensá-la em um novo sistema alimentar. Em suma, este modelo de cultura de uma espécie só, marcado pela ausência da diversidade que associadas às práticas normalmente degradadoras do ambiente natural, reflete no campo uma alta vulnerabilidade da espécie cultivada, e, reflete também numa maior suscetibilidade ao ataque de pragas e, evidentemente, de doenças. Por sua vez, toma-se por justificativa para aplicação de pesticidas e venenos. Este sistema vem contaminando gradativamente o ambiente, os animais, os alimentos e as pessoas. As organizações de âmbito internacional já vinham alertando há um tempo sobre os impactos dessas práticas de cultivo e consumo alimentar sobre a saúde na terra.

Este alerta vem da perspectiva de estabelecer nexos entre alimento e saúde, como a EAT-Lancet Commission (2019) que propõe uma agenda integrada para a alimentação pelo Antropoceno. Este, de modo geral, é posto como um novo período geológico proposto, que é caracterizada pela humanidade sendo a força dominante da mudança no planeta. Ele reconhece que os alimentos formam um elo inextricável entre a saúde humana e a sustentabilidade ambiental. Sendo assim, a EAT-Lancet Commission (2019), sugere que o sistema alimentar global deve operar dentro dos limites da saúde humana e da produção de alimentos para garantir dietas saudáveis a partir de sistemas alimentares sustentáveis para quase 10 bilhões de pessoas até 2050.

Segundo a EAT-Lancet Commission (2019) “a comida é a alavanca mais forte para otimizar a saúde humana e a sustentabilidade ambiental na Terra”. A comida está a ponto de colocar o planeta em colapso porque os sistemas alimentares hegemônico (o sistema alimentar agroindustrial) é insustentável. Há uma grande produção alimentar, mas ainda são recorrentes a fome e a desnutrição. Segundo o relatório, 820 milhões de pessoas ainda não têm comida suficiente em calorias e de qualidade nutritiva.

A ameaça é de que a produção global de alimentos intimida a estabilidade climática e a resiliência dos ecossistemas e já é considerado o maior degradador ambiental e da transgressão dos limites planetários. Dessa forma, a EAT-Lancet Commission (2019) alerta que “[...] é urgentemente necessária uma transformação radical do sistema alimentar global. Sem ação, o mundo corre o risco de não cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e o Acordo de Paris”.

Anteriormente, em 2017, o IPES-Food lançou, juntamente com a “Formação de uma Aliança Global para o futuro da Alimentação”, um compilado de estratégias e ações necessárias para solucionar os problemas envoltos nonexo entre alimento e saúde. A meta geral é: endereçar práticas, políticas, economia e relações de poder para construir sistemas alimentares mais saudáveis; medidas de caráter urgente para reformar as práticas dos sistemas alimentares e transformar as maneiras pelas quais o conhecimento é reunido e transmitido, os entendimentos são forçados e as prioridades são definidas.

Rumo à uma “grande transformação”, o caminho traçado veio se construindo por uma colaboração única de fundações filantrópicas que se uniram para estrategicamente alavancar recursos e conhecimentos, desenvolver estruturas e caminhos para a mudança e promover a agenda por sistemas alimentares e agrícolas mais sustentáveis em todo o mundo (IPES-FOOD, 2017). A perspectiva de estabelecer relações entre alimento e saúde planetária e o desafio de promover o desenvolvimento é constituída por interesses e conhecimentos diversos, abrangendo saúde, agricultura, alimentação, conservação, diversidade cultural, e bem-estar social.

O relatório identifica cinco alavancas que apoiam a reconstrução de sistemas alimentares em fundações novas e saudáveis: (a) promover o pensamento dos sistemas alimentares; (b) reafirmar a integridade científica e a pesquisa como um bem público; (c) trazer as alternativas à luz; (d) adotar o princípio da precaução; (e) construir políticas alimentares integradas sob governança participativa.

Revisitar estas alavancas na atual conjuntura de pandemia permite auxiliar a responder algumas perguntas que surgem na ordem do dia, quais sejam: Como os sistemas alimentares afetam o bem-estar dos ecossistemas? Como jogar luz às evidências que conectam o alimento e saúde? Como integrar coletivamente entendimentos amplos, multissetoriais e de longo prazo que previnam e mitiguem a exposição humana e animal a riscos?

E isto deve ser pensado também no âmbito do campesinato, na produção de alimentos de pequeno e médio porte, de pessoas que estão em contato direto com estas culturas, referindo aqui aos trabalhadores rurais, que estão em contato direto com estes venenos e também aqueles que consomem estes alimentos, internalizando seus resíduos.

Nessa associação aqui estabelecida, as pragas não são o problema central, mas sim o modelo produtivo adotado que opta pelo desequilíbrio ambiental, pela insustentabilidade e pelo conseqüente envenenamento de maneira geral, ao invés de minimizar seus impactos da produção sobre a natureza, sobre a saúde sobre a segurança alimentar, como por exemplo a disponibilização de produtos sem veneno. As pragas são tão e somente uma resposta desse sistema organizativamente doente e ambientalmente fragilizado.

Como nunca antes na história, a pandemia de Covid-19 veio nos revelar a essência sistêmica do nosso mundo para recordar que a saúde humana, animal, de toda a biodiversidade estão estreitamente vinculadas e ligadas, como vasos comunicantes e, sem dúvida, essa crise sanitária é um chamada para a humanidade repensar este modelo de desenvolvimento vigente e questionar a forma que relacionamos com a natureza, isto é discutido de maneira globalizada, como traz estes relatórios do IPES-Food e da EAT-Lancet (2019).

Como em Altieri e Nicholls (2020) para os autores, boa parte dos problemas globais atuais, tais como escassez de energia e de água, degradação ambiental, mudança no clima, desigualdade econômica, insegurança alimentar dentre outros, são interconectados e manifestam simbioticamente de maneira interdependentes. Por isso, seus efeitos se estendem por todo o sistema, dessa forma, quando um problema se agrava ele reflete e aguçã em outros.

Este sistema alimentar dominante tem o atendimento ao grande mercado e acaba esmagando a demanda pela oferta real de alimentos, evidencia aí uma polarização entre mercado e como os alimentos chegam até as pessoas, e logicamente vai desembocar como essa oferta chega à população como um todo. Ocorre também uma polarização entre a produção de alimentos a qualquer custo que contrapõe o conceito de sustentabilidade e o núcleo busca imperar sobre a vida e tudo isso alinhado com as grandes indústrias. O novo coronavírus, similarmente com essa relação estabelecida com as pragas do cultivo ele não é o motor, nem a causa ou o cerne da crise, ele mais se aproxima de ser uma consequência ou um agente nesta crise sanitária pública e humana.

O sistema alimentar associado à economia de princípios capitalista, ambos hegemônicos estão contrapostos a perspectivas contra-hegemônicas, como por exemplo a perspectiva de produção alimentar agroecológica, em respeito à diversidade cultural, das tradições dos povos originários e remanescentes quilombolas, da economia popular e solidária. Esta perspectiva adota outras formas de se relacionar economicamente (REIS, 2018)

Um texto da Fiocruz, por Silva e Lopes (2020) sobre este debate relacionado ao covid-19, ressalta que menos do que o elemento da natureza que rompe sobre a sociedade humana, tais pandemias decorre desses entrelaçamentos entre humanos e não humanos ocasionados pela atividade antrópica. Então, o modelo de produção vigente, e o modo de vida provocado por este se apresenta como determinantes. O novo coronavírus é uma reposta a este sistema.

Esta é a problemática que carece diálogo, porque ao adotar medidas de enfrentamento desta crise e para se resguardar contra novos riscos mortais; é preciso garantir uma mudança drástica nos modelos de produção e nos modos de vida. A natureza tem mandado vários outros emissários para sinalizar os equívocos sistematicamente cometidos pelo ser antrópico interagindo com o ambiente. Podendo citar outras pandemias que como os vírus que compõe a própria Sars-CoV-2, a Mers (Síndrome Respiratória do Oriente Médio), gripe aviária, gripe suína. É bom que seja demarcado como se dá essa correlação e que se perceba as características dessas epidemias e pandemias com as relações de produção e consumo (SILVA & LOPES, 2020)

A história humana vem mostrando que esta não é a primeira, e se continuar esta exploração e modos de vida, certamente pode não ser a última. Esta perspectiva não tem

nada a ver com a visão apocalíptica, mas vem dizer que estes eventos devem ser analisados de forma bem precisa. Para que não cause outro caos à saúde pública e economia. A discussão requer análise bem mais aprofundada, não basta saber onde o vírus surgiu, mas sim se perguntar: o que havia antes de seu surgimento? Por que ele surgiu? Tratá-lo não como cerne, mas como consequência que algo que se não se percebia.

Além de questionar como os alimentos são distribuídos, quem é que comanda estes processos de produção e distribuição de alimentos, qual é o papel do agronegócio e qual é o papel da agricultura familiar em tempos de pandemia. Como a população que está desassistida de diversas políticas, vide um governo que já iniciou desconstruindo o CONSEA, e a política de SAN, o PNAE e PAA, que estão sucateados.

Decerto, como afirmou Davis (2020) “a crise do coronavírus é um monstro alimentado pelo capitalismo”, não somente ele, mas também outros “exterminadores” como o Ebola na África Central, a gripe aviária, que se propagou aos humanos em 1997, e pelo SARS, que surgiu no final de 2002. Os estudiosos vêm dizendo que a sociedade está diante de um “caos sistêmico iminente” capaz de levar a um colapso completo na organização do sistema (Santos 2020; Harvey, 2016; e, Mészáros, 2011).

A SSAN antes e depois da Covid-19

Antes de entender as consequências do sistema alimentar na segurança alimentar e nutricional das pessoas, é preciso entender quais suas relações, seus nexos, como discutidos acima. Existem muitos dados disponíveis em todo o mundo que vem, paulatinamente, demonstrando o problema de saúde pública que dizem respeito aos grandes números de pessoas ao redor do globo em desnutrição, ou com deficiência de micronutrientes, em privação de alimentos, ou com sobrepeso ou obesidade. Os dados estão amplamente disponíveis na internet, como em Brasil (2017), IBGE (2018), Maluf e Segall (2019), FAO (2016) dentre outras plataformas, estes são passíveis de estudos e reflexões.

Neste sentido, é preciso compreender os impactos na saúde no contexto de sistemas alimentares dominante. Estes sistemas alimentares contrastam com milênios na construção de dietas de subsistência de cada povo e etnia; os sistemas alimentares de hoje conseguem produzir em maior escala em muitas partes do mundo. Paradoxalmente, eles também representam algumas das maiores ameaças à saúde e prosperidade contínuas.

Como aponta os estudos referenciados anteriormente, os sistemas alimentares também estão falhando com os próprios produtores de alimentos. Muitos pequenos agricultores lutam para emergir acima do nível de subsistência, muitas vezes sem acesso ao crédito, insumos externos, suporte técnico e mercados ou diante das incertezas de preços voláteis (Silva & Tavares, 2008)

Na contra-hegemonia têm-se aqueles que tentam quebrar as correntes e denunciam práticas insustentáveis e criam estratégias e ações como alternativas viáveis para a vida como um todo, e, além da preservação de hábitos culturais e da diversidade, estes trazem como *slogan* a ideia de que a especialização produtiva não converge com a diversidade. Os autores deste processo podem ser caracterizados pelos movimentos sociais, movimento pela terra, agricultores familiares, ambientalistas, povos tradicionais, acadêmicos, dentre outros.

Para entender isso, é importante compreender conceitos que são basilares e que se referem desde o processo de produção do alimento e da dificuldade no acesso de todos e todas a estes alimentos e na qualidade deste em termos de nutrição humana. Estes termos dizem respeito à realização na prática de conceitos-chaves ao tema da alimentação: Direito Humano à Alimentação Adequada – DHAA; Segurança alimentar e nutricional – SAN; Soberania Alimentar, Alimentação Saudável, e justiça alimentar, que é a justiça social e ambiental por intermédio dos alimentos (PACHECO, 2013).

Já está disponível uma ampla discussão científica e midiática sobre a Covid-19 e a questão alimentar, mais precisamente sobre seu acesso e consumo. São levantamentos, estudos e debates que vão desde a preocupação nas mudanças de hábitos alimentares até as já perceptíveis transformações na comercialização e no consumo de alimentos após o início da pandemia. Quer dizer, está aí um cenário em que há indivíduos e famílias que vivenciam a redução do consumo de alimentos saudáveis e aumento de alimentos não saudáveis. E também há indivíduos em situação de vulnerabilidade sob o ponto de vista da fome, da dificuldade no acesso aos alimentos e que estão sofrendo com o aumento dos preços de alimentos, que estão na base da dieta popular, como arroz, feijão, leite e o óleo de soja (DIEESE, 2020)

O trabalhador brasileiro agora tem de lidar com os efeitos do modelo agroexportador, que é vinculado ao dólar, que só ascende. Os dados que trazem a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos (DIEESE, 2020), vem mostrar o que já há um tempo se discute sobre volatilidade dos preços internacionais dos alimentos, inflação e a segurança alimentar e nutricional no Brasil. De acordo com Maluf & Speranza (2016) os preços dos alimentos ocupam lugar central para a segurança alimentar e nutricional, atrelada aos seus princípios base de soberania alimentar e do direito humano à alimentação adequada e saudável.

Isto veio se intensificando e moldando as relações de mercado alimentar na medida que o sistema alimentar global veio assumindo desde 2006\7 a volatilidade marcada por picos de alta dos preços internacionais das commodities alimentares, e isso se tornou algo particular e característico aos mercados agrícolas Maluf & Speranza (2016).

Para os autores, o comportamento volátil com picos de alta dos preços das commodities alimentares está para além de fatores conjunturais como desajustes de curto prazo entre oferta e demanda. Ele é resultado de fatores de natureza sistêmica, que resulta da conformação de um sistema alimentar mundial em que se constata as elevadas demandas por monoculturas destinadas à alimentação animal e de combustíveis, como o milho e a soja; aumento do barril de petróleo impactando nos custos de transporte da produção agrícola; efeitos da sazonalidade da agricultura pela mudança no clima global, como secas prolongadas e enchentes, e problemas fitossanitários (ressurgimento de pragas agrícolas); as commodities alimentares que reage de acordo com especulação financeira em bolsa.

Acrescenta agora a reorganização dos mercados agrícolas em incorporar os efeitos da pandemia aos seus processos produtivos. É a vida regida pela Teoria dos jogos e das expectativas adaptativas da economia. O fato é que o sistema alimentar vigente antes da pandemia já vinha se mostrando incapaz de preservar e garantir a vida, nesta pandemia ele evidencia que seus interesses não tem nada que ver com a redução da fome, e com a saúde da biodiversidade.

Como trouxe Maluf (2020) sobre os tempos sombrios de pandemia, está colocado aos pesquisadores a responsabilidade de promoverem debates para além da fronteira nacional a respeito dos temas da SSAN e do DHA. Isto porque muitos destes fenômenos são internacionais. Permite assim jogar luz sobre as inumanidades e é um modo de inserir um pouco de humanidade no âmbito público da forma como o Brasil está inserido nestes processos e como conduz sua política agroexportadora.

O vírus da fome em um mundo já faminto

Estas questões discutidas aqui já estão postas à mesa de milhões de pessoas pelo mundo. O coronavírus já é reconhecido como o vírus da fome. Como traz o relatório da Oxfam Brasil no relato de Kadidia Diallo, produtora de leite em Burkina Faso:

A COVID-19 está criando muitos problemas para nós. Ficou difícil dar o que comer aos meus filhos de manhã. Somos totalmente dependentes da venda de leite e, com o fechamento do mercado, não estamos mais conseguindo vendê-lo. Se não vendemos leite, não comemos (Oxfam Brasil, 2020).

Esta é a realidade de muitas famílias, como traz este relatório, a pandemia está potencializando a fome em um mundo já faminto. A fome que ascendia, mesmo antes da pandemia, agora cresce sem precedentes. O vírus veio intensificar os impactos dos conflitos, da desigualdade e crescente crise climática. O vírus veio como um agente nesta crise sanitária pública e humana evidenciar um sistema alimentar global já falido e que vem deixando um contingente adicional de milhões de pessoas à beira da fome.

Na realidade das famílias brasileiras, dos trabalhadores pobres e precarizados, na realidade dos que vão de graça para o subemprego, na realidade das famílias rurais, estas conexões são sentidas de maneira dura. Para estas famílias, a necessidade de prover refeições em casa para os filhos, em um contexto de suspensão das atividades econômicas representa uma ameaça à segurança alimentar de todo grupo familiar. São famílias que perderam sua renda por conta do isolamento, como vendedores ambulantes, diaristas, agricultores familiares que vendiam sua produção em feiras livres e tantas outras que desempenham funções informais.

Neste sentido, a população pobre está vulnerável e sujeita a todo e qualquer risco social, sofrendo efeitos diversos. Se já vinham sofrendo pela falta de acesso a renda e do consumo do mínimo, ao eclodir uma pandemia mundial, a problemática fica ainda maior. Neste cenário de horror que o mundo vem vivendo, toda a população mundial está vulnerável, no entanto, aqueles acometidos pelo fosso de desigualdades sociais ficaram mais vulneráveis ainda.

Um outro fenômeno social que crescia de maneira alarmante antes da pandemia e agora se agrava, é a quantidade de pessoas em situação de rua nos centros urbanos. No Brasil, a população em situação de rua, ela cresce e fica mais exposta à Covid-19 (IPEA, 2020). Uma estimativa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA registrou em março deste ano, quase 222 mil brasileiros vivendo nas ruas. Se levantamentos anteriores já mostravam a gravidade da situação, ela se manifesta ainda

pior nesta conjuntura, sendo este contingente a população em maior situação de risco frente à Covid-19.

Neste sentido, se a insegurança alimentar vinha crescendo nos lares das famílias brasileiras, a situação se agrava sobre aqueles no território da rua, onde o habitar se faz em logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e sustento, de forma temporária ou permanente, como traz a Política Nacional para População em Situação de Rua – PNPSR (BRASIL, 2009). Neste caso, como seguir medidas sanitárias? Como manter a higiene pessoal e os cuidados para não se contaminar? Quanto ao acesso à alimentos, como fica a segurança alimentar e nutricional deste contingente? O vírus da fome se espalhou pelo mundo já faminto, se todas as pessoas estão vulneráveis a ele, estão mais ainda aquelas que já vinham sendo expostas a riscos.

Considerações finais

Para finalizar, a associação que aqui se pretendeu fazer entre o surgimento do Covi-19 e o sistema alimentar dominante quis mostrar que o problema é bem maior do que discutir onde o vírus surgiu, mas sim questionar o que havia antes dele e o que será depois dele. E, mais do que nunca, evidencia as conexões entre a pandemia da covid-19 e os desafios para a promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional.

Por isso é preciso ter em mente que ao estabelecer relação sobre estas conexões joga-se luz a problemas que não surgiram somente por conta da pandemia, mas estão somados a várias outras questões. São fenômenos sistêmicos que vira-e-mexe vem à tona em forma de catástrofes. Sendo assim, ficam todas em aberto, em um cenário atual e pós pandemia.

Referências

ALTIERI, MA. NICHOLLS, CI. A Agroecologia nos tempos do COVID-19. Pensar La Pandemia, Observatório Social Del Coronavirus [Internet]. 2020 Apr 10 [cited 2020 Sep 20]:1. Available from: <https://www.clacso.org/a-agroecologia-nos-tempos-do-covid-19/>

BRASIL/Presidência da República (2009): Decreto de Lei Nº 7.053 de 23/12/2009 Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências.

BRASIL\Ministério da Cidadania. Mapeamento da Insegurança Alimentar e Nutricional (Mapa InSAN) março 2017 [acesso em 20 de setembro]. Disponível em <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/portal-san/artigo.php?link=15#:~:text=O%20Mapeamento%20da%20Inseguran%C3%A7a%20Alimentar,a%20partir%20de%20dados%20do>

DAVIS, M. “A crise do coronavírus é um monstro alimentado pelo capitalismo”. In: DAVIS, M. et.al. (orgs.). Coronavírus e a luta de classes. Brasil: Terra sem Amos, 2020.

DIEESE. Pesquisa nacional da Cesta Básica de Alimentos, agosto de 2020. Brasil, [acesso em 20 de setembro de 2020]. Disponível em <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2020/202008cestabasica.pdf>

EAT-LANCET COMMISSION. Dietas Saudáveis A Partir De Sistemas Alimentares Sustentáveis: Alimento, planeta e saúde. Relatório Sumário. This report was prepared by

EAT and is an adapted summary of the Commission Food in The Anthropocene: the EAT-Lancet Commission on Healthy Diets From Sustainable Food Systems. [cited 2020 Sep 20]: Available from: https://eatforum.org/content/uploads/2019/04/EAT-Lancet_Commission_Summary_Report_Portugese.pdf

HARVEY, David. 17 contradições e o fim do capitalismo. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

IBGE. Extrema pobreza atinge 13,5 milhões de pessoas e chega ao maior nível em 7 anos. Agência IBGE notícias. 2019 Nov 06:1.

IPEA. População em situação de rua cresce e fica mais exposta à Covid-19. Brasil, 2020. [acesso em 20 de setembro de 2020]. Disponível em https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35811.

IPES-FOOD. 2017. Unravelling the Food–Health Nexus: Addressing practices, political economy, and power relations to build healthier food systems. The Global Alliance for the Future of Food and IPES-Food. October 2017 © IPES-Food. [cited 2020 Sep 20]: Available from: [http://www.ipes-food.org/_img/upload/files/Health_FullReport\(1\).pdf](http://www.ipes-food.org/_img/upload/files/Health_FullReport(1).pdf)

MALUF, RS. SEGALL, A. Emergência da fome em tempos de crise: o que mostram os dados EBIA 2017-2018 [Internet]. Brasil; 2020 Sep 17. Rede Brasileira de Pesquisa em SSAN Rede PENSSAN; [cited 2020 Sep 17]; Available from: https://www.youtube.com/watch?v=dcwad3M5IjY&ab_channel=RedeBrasileiradePesquisaemSSANRedePENSSAN

MALUF, RS. SPERANZA, JS. Preços dos alimentos, modelos de agricultura e abastecimento alimentar no Brasil: os casos da soja e do feijão. Rio de Janeiro (RJ). [acesso em 10 de setembro de 2020]. Disponível em [http://r1.ufrj.br/ceresan/wp-content/uploads/2016/docs/CERESANRelatTecnico7EstudoprecosAAid\(2\).pdf](http://r1.ufrj.br/ceresan/wp-content/uploads/2016/docs/CERESANRelatTecnico7EstudoprecosAAid(2).pdf)

MALUF, RS. Tempos sombrios de pandemia e fome. Segurança Alimentar e Nutricional, v. 27, p. e020020, Brasil, 10 jun. 2020.

MÉSZÁROS, I. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Editora Boitempo, 2011.

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). Coordenação: Alan Jorge Bojanic. Superação da fome e a pobreza rural: iniciativas brasileiras, Capítulo 1 e 2. Brasília, 2016.

OXFAM BRASIL. O vírus da fome: como o coronavírus está aumentando a fome em um mundo faminto. Comunicado de imprensa Oxfam Brasil, 8 julho 2020. [acesso em 20 de setembro de 2020]. Disponível em <https://d2v21prk53tg5m.cloudfront.net/wp-content/uploads/2020/07/O-Virus-da-Fome-FINAL.pdf>.

REIS, Marcio Carneiro. Reflecting on Counter-Hegemonic Strategies of Food and Nutritional Security: Notes on the Brazilian Case. In: Alessandro Bonanno; Steven A. Wolf. (Orgs.). Resistance to the Neoliberal Agri-food Regime: A Critical Analysis. 1ed. New York: Routledge, 2018, v. 01, p. 95-105.

SANTOS, B. S. A cruel pedagogia do vírus. Coimbra: Editora Almedina, 2020.

SILVA, André Felipe Cândido da Silva. LOPES, Gabriel. *A pandemia de coronavírus e o Antropoceno*. **FIOCRUZ**. Disponível em <http://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/a-pandemia-de-coronavirus-e-o-antropoceno/> Acesso em 30 de agosto de 2020].

SHIVA V. (2018). Vandana Shiva convida Brasil para Congresso de Biodiversidade na Índia em outubro de 2018. [access in 06/20/2018]. Disponível <https://www.youtube.com/watch?v=Y7kOtUDRToE>. Silva AFC, Lopes G. A pandemia de coronavírus e o Antropoceno, abril, 2020.

SILVA, JG. TAVARES, L. Segurança alimentar e a alta dos preços dos alimentos: oportunidades e desafios, *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, 15(1): 62-75, 2008. [acesso em 10 de março de 2019]. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/1825/187>

ORGANIZAÇÃO E ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DAS MULHERES EXTRATIVISTAS DA “ASSOCIAÇÃO AROEIRA” EM PIAÇABUÇU, ALAGOAS

Kleciane Nunes Maciel¹

Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco²

Luciano Celso Brandão Guerreiro Barbosa³

Resumo: O debate em torno da organização do trabalho de mulheres rurais extrativistas, embora ainda seja incipiente são importantes nos estudos contemporâneos, tendo em vista a necessidade de compreender os modos de vida e de organização dessas mulheres e demais grupos sociais que mantêm a economia agroextrativista e fortalecem os projetos de desenvolvimento numa perspectiva da sustentabilidade. Neste contexto, este trabalho busca discutir a organização social e as estratégias de sobrevivência adotadas pelas mulheres extrativistas integrantes da “Associação Aroeira” localizada no município de Piaçabuçu, Alagoas. Trata-se de um estudo de caso, onde foram realizadas entrevistas semiestruturadas, além das observações e anotações registradas em diário de campo. Os resultados demonstram que as mulheres entrevistadas obtêm remuneração e contribuem de maneira significativa para a renda familiar, através das suas múltiplas ocupações, dentre elas a pesca, sua principal atividade, o extrativismo sustentável da pimenta rosa e agroindustrialização de produtos agroextrativistas. Elas organizam suas estratégias socioproductivas através do associativismo, de modo que, a Associação, enquanto espaço de organização social e produtiva, viabilizou o trabalho coletivo, melhores condições produtivas e de capacitação técnica, bem como, a valorização do trabalho das mulheres extrativistas. Constatou-se também, a importância social atribuída à atuação das mesmas na Associação, posto o maior reconhecimento de sua força de trabalho, o maior engajamento social, o protagonismo e maior afirmação social conquistada por elas dentro e fora do grupo doméstico.

Palavras chave: Protagonismo feminino; associativismo; mulheres extrativistas; extrativismo sustentável.

Introdução

No rural, as experiências associativas fazem parte de um projeto de organização social dos diversos atores rurais (agricultores e agricultoras, extrativistas, pescadores, povos tracionais e etc.), onde eles, enquanto grupo buscam meios de se desenvolverem, seja a partir da organização da produção ou na comercialização coletiva, seja na representação político e institucional. Posto que, as experiências associativas foram avaliadas principalmente no contexto rural, como estruturas organizativas de sociabilidade e reciprocidade (SABOURIN; MILANI, 2009; SABOURIN, 2007; 2014; 2015) ou ainda na perspectiva territorial por França Filho (2002; 2003) como instrumento de ações integradas para o desenvolvimento rural.

¹ Mestra em Agroecologia e Desenvolvimento Rural (PPGADR/UFSCAR) campus Araras-SP, Kleciane.n.maciell@gmail.com;

² Doutora em Ciências (UNESP), Professora Titular da Faculdade de Engenharia Agrícola (FEAGRI/UNICAMP), soniaberga@yahoo.com;

³ Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE/UFPR), Professor Adjunto do Curso de Ciências Econômicas, Campus Sertão/UFAL, luciano.barbosa@santana.ufal.br.

Na perspectiva de gênero, tais percepções ajudam a compreender o papel do associativismo no enfrentamento e na superação de desigualdades socialmente e culturalmente construídas, que afetam em grande medida as mulheres rurais. Isto porque os espaços de inserção das mulheres rurais, principalmente em grupos produtivos organizados, viabilizam os questionamentos da invisibilidade política, social e econômica em que elas estão imersas, sendo assim, um caminho para a democratização do meio rural (Bruno, 2011).

De acordo com Bruna Vasconcellos (2015), apesar de ainda ser incipiente a literatura existente sobre gênero e trabalho associado, os estudos que objetivam analisar as relações de gênero perante as experiências do trabalho associado têm como centralidade na argumentação destes trabalhos os pressupostos de que as experiências das mulheres com o trabalho associado são:

[...] formas através das quais as mulheres se fortalecem como sujeitos políticos e ampliam os espaços organizativos para gerar uma série de debates sobre a condição das mulheres rurais, discutindo os problemas enfrentados pela pobreza no campo, reforma agrária e as desigualdades das relações de gênero que afetam seu cotidiano. É unânime a referência da literatura ao processo de empoderamento, autodeterminação e ampliação da autonomia das mulheres, invariavelmente citadas como conquistas obtidas a partir dessa experiência (VASCONCELLOS, 2015, p.358).

Sob esta perspectiva, as mulheres rurais por meio de sua organização social e trabalho associado têm criado melhores condições de viabilidade de suas atividades produtivas, assim como, de valorização do seu trabalho, contribuindo com sua inserção produtiva e a geração de renda, relevantes fatores para sua reprodução socioeconômica e de seu grupo doméstico.

A partir desta problemática, nos interessa discutir a organização social e as estratégias de sobrevivência adotadas pelas mulheres extrativistas integrantes da “Associação Aroeira” localizada no município de Piaçabuçu, Alagoas. O lócus da pesquisa é a referida Associação, um empreendimento de autogestão, criado em 2011, no município de Piaçabuçu, Alagoas. Neste espaço geográfico encontram-se as áreas extrativistas de aroeira-rosa⁴, localizadas em vegetação natural da Mata Atlântica e mantidas em áreas de conservação da Biosfera da Mata Atlântica alagoana no município de Piaçabuçu. Nesta localidade vivem comunidades rurais que detêm uma lógica reprodutiva de múltiplas atividades para sua subsistência, a maioria delas sazonais, que se complementam, como a pesca, que possui predominância, o extrativismo vegetal (aroeira-rosa, outras sementes, espécies frutíferas, ervas e raízes), e a agricultura de subsistência.

2. Trajetória metodológica da pesquisa

A pesquisa foi realizada na “Associação Aroeira” localizada no município de Piaçabuçu, Alagoas no período de 2018 e 2019. As principais envolvidas são as mulheres extrativistas organizadas pela referida Associação, posto que, embora, a mesma seja mista em termo de gênero, a escolha das mulheres se fez pela maior representatividade no grupo associado e pelo recorte de gênero do estudo. A Associação já possuiu o quantitativo de 85 membros associados, deste total 83% (77 eram do sexo feminino), todavia, atualmente há somente 30 membros ativos, sendo ainda, as mulheres a maioria.

Com a finalidade de analisar a experiência destas mulheres rurais extrativistas, considerando as suas ações organizativas e as estratégias de sobrevivência a partir das particularidades do território e realidade em que estão inseridas optou-se,

⁴ São áreas formadas naturalmente da espécie vegetal *Schinus terebinthifolium raddi*, árvore popularmente conhecida como Aroeira-rosa ou aroeira-vermelha nativa da Mata Atlântica e mantidas nas matas ciliares do Rio São Francisco e nos porções remanescentes da Mata Atlântica em Alagoas.

metodologicamente, pelo estudo de caso. Gil (2008) esclarece que o estudo de caso caracteriza-se pelo estudo exaustivo e profundo de um ou poucos objetos, isso torna o conhecimento do objeto em estudo amplo e detalhado.

No desenvolvimento do estudo, além da revisão de literatura sobre o tema foram realizadas entrevistas semiestruturadas e observações diretas. No total foram realizadas dezessete entrevistas semiestruturadas, contendo perguntas abertas e fechadas, que foram registradas em áudio, após consentimento das participantes por meio do acordo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do comitê de Ética de Pesquisa. As entrevistas foram feitas com todas as mulheres associadas que apresentaram interesse e disponibilidade de tempo para participar da pesquisa durante as visitas.

As entrevistas contemplaram um perfil diversificado do grupo, sendo realizadas com sócias fundadoras; associadas; membros do conselho e da diretoria; recém-associadas e ex-associadas, que estão reingressando na Associação. A maioria delas participa a cerca de três anos, há algumas recém-associadas que estão a menos de um ano e três sócias fundadoras.

Quanto ao método de observação direta, este também se apresentou como importante instrumento na coleta de dados no estudo de caso e ocorrem durante quatro dias de visitas à “Associação Aroeira” e a “Unidade de Beneficiamento Artesanal da pimenta rosa”. Em uma dessas visitas foi possível acompanhar um dia de trabalho e conhecer uma das áreas de coleta extrativista. Estas observações e acontecimentos foram devidamente registrados em diário de campo e contribuíram para apoiar e confrontar com os dados coletados por meio das entrevistas, posto que “[...] todas as situações vivenciadas pelo pesquisador são de igual importância, cada momento de silêncio ou de fala, manifestações frequentes ou raras, ocasionais ou constantes” (CARVALLHO, 2008, p.42).

3. Enfoque teórico: associativismo e mulheres rurais

O associativismo, de maneira geral, trata-se de um movimento de organização social onde as pessoas coletivamente agem no sentido de uma satisfação ou realização de interesses, a partir de ações coletivas. Estas ações coletivas por sua vez, são fundadas nas relações de cooperação e a ajuda mútua entre os indivíduos participantes, posto que para Cotrin (2018) é uma forma de união pela qual a sociedade se organiza para solucionar problemas e superar dificuldades do dia a dia, bem como, a “[...] ação coletiva deve ser apreendida como uma construção social, na qual os diferentes atores estão ligados entre si por uma rede ou um sistema de relações sociais” (HESPANHOL, 2007, p.156)

Para as mulheres rurais especificamente, o associativismo toma outras direções além do favorecimento de sua organização produtiva. É possível afirmar que elas têm participado nas últimas décadas de diversas experiências associativas que vêm conduzindo no meio rural um processo de resistência e de protagonismo, diante das suas problemáticas de gênero e para sua reprodução socioeconômica, a partir das diversas iniciativas econômicas coletivas de trabalho, classificadas aqui de “trabalho associado”.

Nas experiências analisadas por Vasconcelos (2015) e Brandão (2016), ambas relatam as estratégias de mulheres agricultoras agroecológicas circunscritas no âmbito do associativismo, como o caso das agricultoras da Associação de Mulheres ‘Resgatando Sua História’ no sertão sergipano no Nordeste estudada por Brandão, que discorre sobre a autonomia, emancipação social e política das mulheres por meio do associativismo; os trabalhos de Castro (2014) e Dantas (2005) versam sobre aprendizagem coletiva, a rede de Mulheres Produtoras do Recife/PE, as iniciativas de comercialização e do crédito solidário no âmbito da rede Xique-Xique/RN também no Nordeste; Oliveira et al. (2011) e Silva (2014) abordam as experiências de coletivos de mulheres organizados nos assentamentos da reforma agrária na região sudeste; e Barbosa (2007) e França *et al.* (2015), relatam sobre a experiência de trabalho coletivo, educação ambiental e defesa do território (acesso e

preservação da natureza) do grupo de mulheres extrativistas organizadas no Movimento Interstadual das Quebradeiras de Coco do Babaçu (MIQCB) na região Norte.

Compreende-se ainda, o papel central que o associativismo desempenha para organização social e o cooperativismo, uma vez que a socialização dos sujeitos e as ações coletivas desenvolvidas pelos mesmos tendem a fortalecer suas demandas e viabilizam suas ações. Isto é, o sucesso da ação coletiva está sujeita a capacidade que as pessoas tenham de cooperar e agir conjuntamente, pois segundo Santos *et al.* (2008, p. 1) a expressão cooperativismo “[...] significa operar conjuntamente”, como sendo parte de uma cultura, que deve “[...] ser desenvolvida, praticada, construída no dia-a-dia das pessoas, representando uma atitude básica diante da vida” (GARRIDO; SEHNEM, 2006, p.77)”.

Posto isto, a cooperação é vista, portanto, como sendo um valor humano, uma atitude e uma forma pela qual as pessoas exteriorizam sua confiança no outro e agem em conjunto, bem como, colaboram entre si para uma finalidade comum. E isso ocorre pelo fortalecimento de uma estrutura social caracterizada por Coleman (1998) como capital social⁵, que facilita as ações dos indivíduos que fazem parte da mesma. Nesta mesma perspectiva, Robert Putnam discute que o capital social "refere-se a aspectos da organização social, tais como redes, normas e confiança, que facilitam a coordenação e a cooperação para benefício mútuo" (1995, *apud* MILANE, 2004, p.5).

O aprofundamento destes valores de confiança e criação de redes de relações do capital social é comumente notado e/ou tendem a serem aprofundados nas associações e cooperativas dentro do campo da economia solidária⁶ e são valores que influenciam positivamente quando presentes, posto que, os empreendimentos econômicos solidários possuem uma lógica reprodutiva diferenciada e construída por meio de princípios, tais como.

[...] democracia, cooperação e igualitarismo, e tem o trabalho, e não o lucro, como foco das suas ações, são chamados de empreendimentos econômicos solidários (EES), dos quais fazem parte cooperativas, associações, grupos informais (sem registro legal) ou empresas autogestionárias (METELLO, 2007, p. 1).

Posto isto, nota-se que o associativismo como uma via da organização socioproductiva importante no rural, a partir das iniciativas de ação coletiva e de ajuda mútua entre os produtores e produtoras rurais. E, enquanto uma iniciativa solidária, o associativismo realizado a partir dos empreendimentos econômicos solidários (associações e ou cooperativas) é pautado também por princípios que buscam a realização dos indivíduos, seja pela sua participação social, seja por sua reinserção no mercado de trabalho, com a possibilidade de autogeração de ocupação e renda.

4. Perfil socioeconômico e o trabalho das mulheres rurais extrativistas organizadas pela “Associação Aroeira”

É sabido que, a categoria social “mulheres rurais” é uma categoria bastante ampla e aglutina mulheres que vivem em áreas rurais com perfis étnicos, socioculturais e econômicos heterogêneos refletindo o que o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

⁵ Em síntese Milani (2004) caracteriza o ‘capital social’ como uma categoria de capital bastante particular. Para ele, enquanto o capital físico da teoria econômica é um estoque de bens, o capital humano é um estoque de competências, qualidades e aptidões. Dessa forma, “[...] o capital social seria assim, um estoque de relações e valores; seria coletivo (para muitos autores) porque compartilhado pelo conjunto da sociedade; seu aumento dependeria do aprofundamento destas relações, de sua multiplicação, intensidade, reatualização e criação de redes de relações” (MILANI, p.2004, p.108).

⁶ “A economia solidária compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais cujo processo produtivo é organizado pelos trabalhadores que são gestores da produção e das relações de trabalho e participam do processo decisório. A produção é caracterizada pela solidariedade e pela cooperação, e pode se constituir em formas de cooperativismo e associativismo” (ZANCHET, p. 2008, P.1).

(IICA, 2019) chama de pluralidade do espaço rural. Torna-se, portanto, importante para essa discussão e para o campo teórico do estudo traçar um perfil das mulheres rurais extrativistas organizadas pela “Associação Aroeira”, assim como, a caracterização do seu trabalho.

Assim, verifica-se inicialmente, que estas mulheres são predominantemente da área rural, geograficamente, vivem em área ribeirinha na foz do Rio São Francisco⁷, área de ocorrência natural da pimenta rosa, fruto de árvore nativa da Mata Atlântica conhecida popularmente como Aroeira-vermelha (*Schinus terebinthifolium raddi*), que possui alta incidência na região e caracteriza-se com um dos principais produtos extrativistas local.

Quadro 1: Produtos extrativistas coletados e sua orientação econômica, Piaçabuçu, Alagoas, 2019.

Produtos extrativistas (nome científico da espécie frutífera)	Orientação Econômica
Pimenta rosa (<i>Schinus terebinthifolium raddi</i>)	Comercialização
Manga (<i>Mangifera indica</i>)	Autoconsumo/comercialização
Jenipapo (<i>Genipa americana</i>)	Autoconsumo/comercialização
Cambui (<i>Myrcia laruotteana</i>)	Autoconsumo/comercialização
Araçá (<i>Psidium cattleianum</i>)	Autoconsumo
Mangaba (<i>Hancornia speciosa</i>)	Autoconsumo
Ingá (<i>Inga edulis</i>)	Autoconsumo/comercialização
Cajá (<i>Spondias mombin</i>)	Autoconsumo/comercialização
João melão (<i>Momordica</i>)	Autoconsumo
Coco de piaçaba (<i>obsoleto Palmae</i>)	Autoconsumo
Tamarindo (<i>Tamarindus indica</i>)	Autoconsumo/comercialização
Caju (<i>Anacardium occidentale</i>)	Autoconsumo/comercialização
Maçaranduba (<i>Manilkara bidentata</i>)	Autoconsumo/comercialização

Fonte: dados da pesquisa (2019).

Beneficiárias de programas sociais do governo Federal destinados a populações em vulnerabilidade socioeconômica⁸, elas são as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e também pela mobilização de recursos monetários e não monetários para garantia de subsistência da família. Entre o grupo associado, as mulheres entrevistadas possuem idade que varia entre 20 e 50 anos, a maior parte delas é casada e possui uma minoria de divorciadas ou mães solteiras e com exceção de uma delas, todas são mães, com um número que variam entre 1 a 5 filhos.

Elas possuem baixo nível de instrução, 8 delas (47% do grupo) possuem apenas o ensino fundamental incompleto e muitas delas são semianalfabetas, sabendo apenas assinar o nome. Analisando a totalidade de escolaridade do grupo entrevistado 13 delas (77%) não chegaram a finalizar o ensino médio, com exceção de uma extrativista (atual presidenta da Associação), que está cursando o ensino superior, como mostra **tabela 1**.

⁷ O Rio São Francisco é um curso de água de grande relevância econômica, social e cultural na região Nordeste, principalmente para as comunidades pesqueiras como ocorre em Piaçabuçu, Alagoas.

⁸ Os programas federais dos quais são beneficiárias são os programas de transferência de renda direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza “Bolsa Família” e o “Seguro Defeso” benefício social destinado à remuneração ao Pescador Artesanal durante o período em que fica impedida a pesca, medida tomada para preservação das espécies.

Tabela 1: Distribuição das mulheres extrativistas associadas quanto ao nível de escolaridade, Associação Aroeira, Piaçabuçu, Alagoas, 2019.

ESCOLARIDADE DAS MULHERES ASSOCIADAS	Nº	%
F. Incompleto	8	47
F. Completo	1	6
M. Incompleto	4	24
M. Completo	3	18
E. Superior incompleto	1	6
Total	17	100

Fonte: dados da pesquisa (2019).

O trabalho destas mulheres inclui o trabalho reprodutivo, como os cuidados da casa, dos filhos e idosos e demais atividades de cuidado não remuneradas, comumente práticas pelas mulheres na unidade familiar. Quanto ao trabalho produtivo e remunerado, as principais ocupações baseiam-se na pesca e no extrativismo de coleta de frutas e sementes nas matas locais, com predominância da pimenta rosa. A pesca é a principal atividade econômica e o extrativismo desempenha caráter secundário no que se refere à geração de renda, posto à natureza da atividade que é sazonal. Quando a pesca é interrompida na época de defeso⁹ a renda é mantida pelo “Seguro Defeso” e pelo benefício social “Bolsa Família”. O trabalho assalariado entre elas é pouco comum, quando ocorre são informalizados e precarizados, na forma de diaristas, cozinheiras e cuidadoras de crianças (babás).

Quanto ao trabalho das mulheres extrativistas na “Associação Aroeira”, caracteriza-se pelo trabalho coletivo de beneficiamento da pimenta rosa e a agroindustrialização de alimentos por meio do sistema socioprodutivo desenvolvido e que será mais bem analisado no tópico 5.1 deste trabalho. Cabe ressaltar inicialmente que, estas atividades produtivas são mantidas como estratégia de geração de renda das extrativistas, que minimizam os impactos da sazonalidade da sua renda ao longo do ano, pela diversificação dos rendimentos financeiros e como atividades complementares no período de entressafra da pesca.

Elas se autodenominam em sua maioria como ribeirinhas extrativistas. Essa autodenominação ocorre principalmente em função do território que habitam e das funções que desempenham. Historicamente, elas têm mantido papel principal no extrativismo local, por maior predominância. O ato de coletar frutas, sementes e raízes é uma ação comum na sua tradição cultural e é atividades realizada naturalmente pelas mulheres e crianças que seguem as mães na coleta, pois se constatou que na divisão social do trabalho do grupo doméstico há uma maior responsabilidade das mulheres nesta atividade. Ainda para Oliveira (2016, p.102), “[...] esta participação maior de mulheres no extrativismo se deve ao fato das mesmas tentarem reverter sua situação social através da diversificação de atividades para a geração de renda”.

A participação masculina, na maioria das vezes, ocorre apenas com um ajuda as mulheres quando necessita acompanha-las as áreas de coleta. Essa função é exercida na maioria das vezes pelos filhos homens e pelos seus companheiros. Os homens geralmente dedicam-se a pesca ou aos trabalhos temporários no corte de cana-de açúcar ou nos centros urbanos, com predominância na prestação de serviços na construção civil.

⁹ Período em que fica impedida a pesca, medida tomada para preservação das espécies.

Tabela 2: Distribuição das mulheres extrativistas associadas, em função da origem e da sua autodenominação, Associação Aroeira, Piaçabuçu, Alagoas, 2019.

Autodenominação das mulheres	Rural	Urbano	Total
Ribeirinha	2	3	5
Extrativista	4		4
Extrativista e ribeirinha	1		1
Extrativista e agricultora familiar	1		1
Extrativista, ribeirinha e agricultora familiar		1	1
Agroextrativista	1		1
Produtora rural	1		1
Pescadora e catadora	1		1
Doceira	1		1
Estudante	1		1
Total	13	4	17

Fonte: Pesquisa de campo (2019).

Ressalta-se ainda que, a agricultura familiar embora seja praticada no município e por algumas entrevistadas (3), apenas uma delas se autodenomina como produtora rural. Isto pode ser explicado pelo fato de que agricultura familiar, mesmo que seja importante para subsistência das familiares agroextrativistas, ela não é a principal atividade, bem como, poucas mulheres associadas possuem propriedade rural e autonomia da terra que sempre foi instrumento de disputa e de poder no litoral alagoano, como no município Piaçabuçu, onde a propriedade da terra é concentrada, em sua maioria, nos latifúndios da cana-de-açúcar. Entre as associadas, apenas uma delas possui propriedade e duas delas mantém uma pequena roça em propriedade cedida por terceiro e mantida em sistema de meeiro.

Entre as mulheres entrevistadas, identifica-se, com exceção de duas associadas, que todas elas realizam ou já realizaram alguma coleta extrativista, mesmo nos casos em que não se autodenominavam como tal. Esse caso foi verificado com uma associada mais jovem (21 anos), que se autodenomina como estudante, mas relata desde criança fazer a coleta de frutas para o autoconsumo.

Cabe ressaltar, no entanto, que o termo “extrativista” é pouco popularizado na região, sendo mais comum expressão “catadora” - em referencia as mulheres que praticam o extrativismo, sendo, portanto, a identidade de “Extrativistas” uma construção coletiva das mulheres integrantes da “Associação Aroeira” e que vem se tornando mais difundido na comunidade local em função do trabalho desenvolvido por elas na Associação, como revela fala de uma das associadas.

A partir da associação falar que é extrativista, é vista como uma atividade, que tem nome e é reconhecida. A pimenta rosa como produto a cada ano tem se tornado mais valorizada. Hoje tem pessoas que têm orgulho de falar que faz extrativismo (Entrevista 11).

Quanto à renda própria das mulheres extrativistas associadas, constata-se um nível de renda declarado baixo, com uma Renda Média Mensal das Associadas (RMMA) de R\$996,71, pouco menos de um salário mínimo¹⁰. Foi verificado também que, oito das entrevistadas (47,06 % delas) pertencem ao grupo com faixa de renda inferior a um salário mínimo, sete (41,18%) possuem uma faixa de renda que se encontra entre um e dois

¹⁰ Valor de referência para o salário mínimo em 2019 na data da pesquisa de campo era de R\$ 998,00.

salários mínimos e as outras duas (11,76 %) têm rendimentos acima de dois salários mínimos, como mostra a **tabela 3**.

Tabela 3: Distribuição das mulheres extrativistas associadas por faixa de renda, Associação Aroeira, Piaçabuçu, Alagoas, 2019.

Faixa de renda própria das mulheres extrativistas / por salário mínimo (R\$998,00)	Nº	%
Inferior 1 salário	8	47,06
Entre 1 e 2 salários	7	41,18
Acima de 2 salários	2	11,76
Total	17	100

Fonte: dados da pesquisa (2019).

Verifica-se ainda que, há uma dificuldade de avaliar com exatidão o nível de renda das mulheres extrativistas para além do que foi declarado por elas durante as entrevistas, pois normalmente, a renda não provém de uma única atividade e sim de várias fontes de renda esporádicas que se complementam e as mesmas possuem dificuldade para caracterizar sua renda. Há também, a renda não monetária que não é contabilizada por elas, mesmo havendo casos (três associadas) que produzem para o autoconsumo parte da pauta de alimentos da família, como a mandioca, feijão, abobora, quiabo, maracujá ou consomem produtos extrativistas (frutas normalmente).

Em relação à renda familiar total, identifica-se uma Renda Média Mensal Familiar (RMMF) de R\$ 2.196,5. Este valor equivale um pouco mais de dois salários mínimos e tem como finalidade custear as necessidades básicas da família (alimentação, moradia, educação, saúde, roupa e etc.). Foi constatado ainda que, estes dados por si só não demonstram que a situação é idêntica para todas as mulheres entrevistadas, pois há casos específicos que a renda familiar é menor que meio salário mínimo (R\$ 411,00) enquanto a renda familiar de outra associada equivale aproximadamente quatro salários mínimos e meio (R\$ 4.286,00), como demonstrado na **tabela 4**.

As mulheres que possuem melhor nível de renda combinam a pesca, como principal atividade, com a coleta extrativista (atividade secundária), que ocorre geralmente no período de entressafra da pesca, aliado as demais atividades desenvolvidas na Associação, como a agroindustrialização de alimentos. A produção agrícola de subsistência, embora seja praticada somente por três associadas também tem relevância na composição da renda familiar, seja por meio da comercialização do excedente, como pela garantia de parte da pauta alimentar da família, garantido, portanto, também a segurança alimentar do grupo doméstico. E as que possuem menor nível de renda entre o grupo pesquisado, são aquelas que não realizam nenhum outro tipo de atividade remunerada, tem apenas o programa bolsa família como uma fonte de renda fixa familiar e realizam o extrativismo durante as safras (no caso da pimenta rosa dura 6 meses e os demais produtos tem períodos incertos ao longo do ano).

Tabela 4: Nível de renda total da família e a participação das mulheres extrativistas associadas na renda familiar total, Associação Aroeira, Piaçabuçu, Alagoas, 2019.

Entrevistadas	Renda das associadas (R\$)	Renda total familiar (R\$)	Participação feminina na renda total familiar (%)
1	200,00	411,00	49
2	1.700,00	2.698,00	63
3	0,00	1.340,00	0
4	1.200,00	1.917,00	63
5	1.698,00	3.607,00	47
6	0,00	908,00	0
7	0,00	1.378,00	0
8	1.295,00	4.286,00	30
9	350,00	575,00	61
10	500,00	1.698,00	29
11	1.400,00	3.060,00	46
12	2.260,00	3.779,00	60
13	891,00	2.007,00	44
14	600,00	3.347,00	18
15	1.000,00	1.180,00	85
16	1.050,00	1.930,00	54
17	2.800,00	3.220,00	87
---	RMMA*= 996,71	RMMF*=2.196,53	---

Fonte: dados da pesquisa (2019).

Nota: Na determinação da renda das extrativistas associadas foi contabilizada a renda obtida com o trabalho no extrativismo e beneficiamento da pimenta rosa e demais atividades na Associação, na pesca, na produção agrícola e de outros serviços realizados (não agrícolas). Há três entrevistadas recém-associadas que não declarou renda, apenas recebe bolsa família, que foi contabilizado na renda total da família. Na renda total da família foi contabilizada a renda adquirida por todos os membros da unidade familiar, benefícios sociais (bolsa família e seguro-defeso) e a renda própria das mulheres extrativistas associadas.

*Renda média mensal das associadas (RMMA)

*Renda média mensal da família (RMMF)

Por fim, nota-se também um dado bastante relevante, em termo de gênero, sobre a composição da renda familiar das mulheres extrativistas, onde foi constatada na **tabela 4** uma expressiva participação feminina na renda total da família. Com exceção de três associadas que não possuem renda própria, as mulheres participam com 18% até 87% da renda familiar total. Classificando por nível de participação, identifica-se que seis (35,30 %) das mulheres entrevistadas são responsáveis por uma contribuição entre 25 e 50% da renda familiar; cinco delas (29,41 % das associadas) tem uma participação entre 50 e 75 % e duas (11,76 %) delas têm participação acima de 75%.

Este é um fator importante para sua maior afirmação doméstica e social, uma vez que, “[...] o acesso da mulher a alguma forma de renda própria deveria torná-la mais independente do marido e mais participante nas decisões que envolvem tanto o grupo doméstico como a sociedade mais ampla” (PAULILO, 2016, p.249). Logo, para Butto et al (2014) dimensionar o significado do acesso das mulheres a renda passa por analisar a participação das mulheres na divisão das despesas familiares, o que tende a conquista de autonomia por parte das mesmas, entendida aqui como “[...] mudanças que interferem positivamente nas condições

individuais das pessoas e reposicionam seu poder de negociação no interior da família” (*idem*, p.111).

Constata-se ainda que, a condição de ter alguma renda diferente do parceiro é vista como uma forma de ser mais independente. Desde coisas simples, como poder comprar um perfume, um batom, ajeitar o cabelo, “*alguma coisinha*”, como assim relatam, sem pedir dinheiro ao marido são conquistas significativas. Isso também acontece quando a renda própria torna-se uma garantia e proporciona segurança financeira para fazerem investimentos maiores, planejar sua vida, como reformar ou construir uma casa, investir em uma propriedade rural ou em um pequeno comércio, como foi identificado nas entrevistas. Portanto, confirma-se que “o direito de tomar decisões sobre sua vida depende de uma certa retaguarda financeira” conforme relata (PAULILO, 2004, p.195) e a renda gerada pelas mulheres influencia na forma como planejam e conduzem suas estratégias reprodução social.

5. O associativismo e o sistema socioprodutivo das mulheres extrativistas da aroeira: uma análise das suas estratégias de sobrevivência

Analisando o histórico na “Associação Aroeira”, nota-se que esta foi fundada no âmbito de um projeto social voltado a população extrativista em situação de vulnerabilidade socioeconômica e, portanto, a escolha das mulheres extrativistas de se associarem e participarem desta organização foi motivada pela busca de melhoria de suas condições de vida e de trabalho. Ao se organizarem por meio do associativismo e do cooperativismo, promoveram maiores condições produtivas e de capacitação técnica para valorizarem o trabalho extrativista, bem como, o processo coletivo de formação e agregação de conhecimento possibilitou a construção de um capital humano e social importante para transformação da realidade das mulheres extrativistas.

Neste contexto, Viana Silva e Valente destacam alguns dos benefícios atrelados à associação e das ações coletivas dela decorrentes, como, o:

[...] fortalecimento organizacional; construção de redes e alianças sociais; aprofundamento de normas e valores (tais como a solidariedade, a reciprocidade, a confiança) que contribuem para o alcance do bem comum; modificação das relações sociais no interior do assentamento e, particularmente, as relações de poder (no caso, ligadas a questões de gênero) com influência sobre as políticas públicas, a partir do maior acesso à tomada de decisão e ampliação das oportunidades de desenvolvimento, de modo a enfraquecer ou superar os sistemas de exclusão e de discriminação (2013, p. 396).

Brandão (2016) colabora com essa percepção ao argumentar que nos processos de organização e participação social desenvolvem-se relações de cooperação, fator este que se classifica como eixo importante para o fortalecimento e conquista das mulheres de seu espaço na esfera política e social.

5.1 O Sistema socioprodutivo desenvolvido pelas mulheres associadas

Todavia, o grande desafio para sobrevivência das mulheres extrativistas e demais atores sociais do espaço rural, que mantém seus modos de vida ligados diretamente aos recursos naturais e aos ciclos econômicos da atividade é criar estratégias para manter suas condições de reprodução alinhando-se a necessidade da preservação ambiental.

Nesse contexto, Leff (2001, p. 47) expõe que

É assim que dos países tropicais do Terceiro Mundo emerge um novo paradigma de produção, baseado no potencial ecológico de sua geografia e na pluralidade de suas

identidades étnicas. Este paradigma ambiental promove a sustentabilidade a partir de suas bases ecológicas e culturais, através da descentralização da economia e da diversificação dos tipos de desenvolvimento, mobilizando a sociedade a reapropriar-se de seu patrimônio de recursos naturais e a autogerir seus processos de produção.

Neste sentido, corroborando com Chaves (2001), a estratégia de produção e renda em comunidades ribeirinhas, por exemplo, exigem alternativas diversificadas, devido típicas características do contexto socioambiental existentes. A cerca disto, dentre os trabalhos desenvolvidos pelas mulheres da “Associação Aroeira”, identifica-se o extrativismo da pimenta rosa dentro de um modelo de gestão sustentável da sua cadeia produtiva, baseada na coleta sustentável e na agregação de valor ao produto extrativista, por meio do beneficiamento e comercialização coletiva via Associação.

Mesmo não conseguindo criar um mercado efetivo para a pimenta rosa, possuindo ainda dificuldades na sua comercialização (oscilações nas vendas, quanto à frequência e o volume), atualmente o grupo associado faz a coleta, beneficia e comercializa para o consumidor final agregando valor ao produto, o que não seria possível na sua ausência, quando a comunidade extrativista era explorada por atravessadores, que compravam a pimenta logo após coleta por valores irrisórios que não expressavam o valor do trabalho realizado. Consta-se que, houve um de incremento 8.600% no valor do produto beneficiado em comparação a venda realizada a atravessadores¹¹.

A organização, neste sentido promoveu melhores condições produtivas e de trabalho, a construção de uma unidade de beneficiamento, transporte e equipamentos de coleta, programas de capacitação técnica para coleta e beneficiamento, minimizando as dificuldades inerentes à produção e o acesso ao mercado. Lazzarotto (2002) e Cotrin (2018) corroboram com esta análise ao discutirem que o associativismo tende ampliar as oportunidades econômicas no meio rural e qualifica uma importante alternativa para viabilização dos agricultores familiares e sustentação de suas unidades produtivas, em especial pela superação das muitas dificuldades existentes na produção, por ampliar as vantagens dentro da economia de mercado.

No que concerne a agroindustrialização de alimentos, esta atividade inicialmente passou a ser desenvolvida pelas mulheres como estratégia para geração de renda no período de entressafra da aroeira, e atualmente se mantém ao longo de todo ano. Este setor é conduzido por um grupo de mulheres já associadas e novas associadas que se integraram ao projeto e foram capacitadas para produção de bolos, doces, tapioca, pizzas com massa de mandioca e pães, criando, portanto, uma alternativa econômica que reduziu impacto da zanonalidade da aroeira na renda das mulheres e vem favorecendo o processamento e valorização de outros produtos extrativistas e produtos da agricultura familiar local.

No que diz respeito à comercialização a “Associação Aroeira” possui atualmente dois sistemas de comercialização da pimenta rosa, caracterizados como circuitos curtos de comercialização pela característica da venda direta ao consumidor final ou admitindo até um intermediário. Dentre eles, funciona o sistema de venda indireta a partir de parceria com comerciantes locais da área turística. Quanto ao sistema de venda direta, há a venda para os consumidores finais por encomenda e nas feiras livres. A Associação também acessa os

¹¹ A agregação de valor ao produto final dar-se pelo processo de beneficiamento da pimenta rosa, e a comercialização direta realizada por meio da Associação. Atualmente a Este incremento de renda é calculado em cima do valor de comercialização do quilo de pimenta beneficiada (R\$130,00) em comparação ao valor da mesma sem beneficiamento pago pelos atravessadores (R\$1,50 kg). Atualmente a pimenta é comercializada em granel por R\$130,00/kg, este valor confrontado ao valor pago pelos atravessadores (R\$1,50 kg) equivale ao incremento de renda 8.600%. Além da venda em granel, há a venda do produto em varejo em caixas com 40 unidades de 30 gramas por R\$ 8,00 a unidade - valor pago pelo consumido final, isto equivale um valor de R\$320,00 a caixa.

mercados de compras institucionais do governo federal: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de aquisição de Alimentos (PAA), somente para comercialização dos demais produtos agroindustrializados¹².

Um ponto de destaque, como sendo elemento chave para a sustentabilidade da cadeia produtiva da pimenta rosa, considera-se o plano de coleta extrativista desenvolvido na Associação. Embora ainda haja práticas predatórias de coleta, cometidas pelos demais extrativistas não associados, que no longo prazo podem impactar ou impossibilitar a atividade extrativista na região, diferentemente desta lógica predatória, as mulheres associadas foram capacitadas para fazer o manejo e a coleta extrativista a partir de um modelo de coleta baseado em métodos ecologicamente adequados à sustentabilidade da atividade extrativista¹³.

Nota-se ainda que, o uso comum das áreas extrativistas e a dependência da comunidade local a estes recursos naturais reforça a necessidade de se pensar a sustentabilidade da cadeia produtiva extrativista e neste contexto, a “Associação Aroeira” e, sobretudo, as mulheres associadas tem tido um papel importante, pois são detentoras de um vasto conhecimento ecológico do extrativismo da pimenta rosa.

Este papel também é reforçado pelas extrativistas, conforme perspectiva de Sabourin (2010) pelo fato de depender de uma mesma fonte limitada de recursos, e ato de fazer em conjunto também cria um sentimento de grupo, onde cada indivíduo coopera entre si para manter a estrutura do qual se beneficiam. Esse tipo de cooperação é uma estrutura elementar de reciprocidade binária (o *face to face*) baseada no compartilhamento ou na partilha (OSTROM, 1998 *apud* SABOURIN, 2010).

Os mutirões, a locação coletiva de transportes (carros ou barco) para acessar as áreas de coleta, bem como, a divisão dos seus custos são alguns outros exemplos identificados e que constituem formas de ajuda mútua e de reciprocidade importantes para reforçar os valores de socialização, confiança mútua e cooperativismo entre o grupo associado.

E no que diz respeito à organização das mulheres, verificou-se que, os novos papéis assumidos pelas mulheres extrativistas na Associação (participação em reuniões e cursos, intercâmbios, eventos, feiras e o contato com técnicos e agentes institucionais e demais atores envolvidos diretamente ou indiretamente com a Associação) têm ampliado sua experiência social, ultrapassando os limites do espaço privado (lar) e participando do espaço público e do sistema produtivo. Estes espaços lhes conferem novos aprendizados e capacidades, o desenvolvimento de novas relações sociais, ganhos de autoestima e também uma maior afirmação social dentro e fora grupo doméstico, traduzida na expressão “*A gente é conhecida como mulher da aroeira, as meninas da aroeira, assim a gente é conhecida* (E1)”. Questões estas que influenciam também na forma como organizam seus modo de vida e suas estratégias reprodutivas que não necessariamente tem haver com geração de renda.

6. Considerações finais

De modo geral, a primeira questão a se considerar neste trabalho é de que o associativismo enquanto forma de organização social e produtiva é elemento chave para a reprodução socioeconômica das mulheres extrativistas da “Associação Aroeira” e de seu grupo doméstico, visto que elas tem participação significativa na composição da renda familiar, seja por meio da agregação de valor da pimenta rosa no modelo de beneficiamento,

¹² Os processos de compra também incluem produtos da agricultura família das associadas que possui produção agrícola e realizam-se de três em três meses, sendo renovados dependendo das condições e necessidades do município.

¹³ Este modelo de coleta visa boas práticas ao manejo das áreas extrativistas e conservação da biodiversidade local, como: definição das áreas de coleta e ponto de maturação adequado; uso de equipamentos de corte e de poda adaptados. Também cerca de 20% dos frutos de cada árvore não devem ser coletados, a fim de preservar a espécie e garantir a alimentação da fauna local (Instituto Ecoengenho, 2010).

assim como, pela maior estabilidade financeira ao longo do ano com o processamento dos diversos produtos agroextrativistas

E com base nos resultados obtidos na pesquisa, foi possível identificar algumas particularidades em relação ao modo de vida e as estratégias de sobrevivência das mulheres ribeirinhas extrativistas, dentre elas: a) o protagonismo no extrativismo da aroeira e no agroextrativismo local, ou seja, há uma presença majoritária das mulheres nas atividades produtivas que representam importância para a renda familiar; b) uma maior afirmação social das mulheres e no contexto familiar, no que se refere às decisões sobre sua vida e reprodução de sua família; c) as mulheres acumulam grande conhecimento quanto à atividade extrativista e contribuem diretamente para conservação da biodiversidade local, d) liderança das mesmas no processo organizacional do grupo extrativista por meio do associativismo; e) a adesão ao associativismo como fator importante a organização socioprodutiva das mulheres e do grupo extrativista; e) múltiplas ocupações como fator importante para geração de renda; f) beneficiamento artesanal da pimenta rosa como estratégia de agregação de valor ao produto extrativista; g) Comercialização circuito curto de comercialização; h) diversificação da renda com a agroindustrialização de alimentos para minimizar sazonalidade dos ingressos financeiros ao longo do ano.

Nota-se ainda que, Associação tem fomentado também um processo de inclusão social e produtiva das mulheres extrativistas. Isto porque, a organização das mesmas possibilitou uma alternativa à sua organização socioprodutiva e a possibilidade de participar ativamente de todos esses processos econômicos, assim como, passam cada vez mais a serem devidamente notadas como atores sociais e sujeitos políticos ao alcançarem maiores níveis de reconhecimento social.

O reflexo pontual desta pesquisa é que outros grupos produtivos não só de extrativistas possam utilizar como referência as estratégias conduzidas pelo grupo em estudo aqui identificadas, buscando se fortalecer a partir da organização social e do espaço do trabalho associado, viabilizando suas atividades em um sistema autogerido voltado a valorização do potencial endógeno local e adequado à realidade ambiental, social e econômica em que estão inseridos.

Referências

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 4, n.2, p. 379-397, abr./jun. 2000.

BARBOSA, V. O. Sou quebradeira eu sou! Quebrando coco eu vou!: movimento social, gênero e identidades. In: **II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia**. Florianópolis, SC: UFSC, 2007, p. 681-696.

BRANDÃO, T. F. B. **Mulheres Empoderadas: uma experiência de gestão no sertão nordestino**. 166f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural)–Centro de Ciências Agrárias, UFSCAR, Araras, SP, 2016.

VASCONCELLOS, B. M. Mulheres rurais, trabalho associado e Agroecologia. In: NOVAES, H.; MAZIN, Â. D. ; SANTOS, L.(Orgs). *Questão agrária, cooperação e agroecologia*. São Paulo: Outras Expressões, 2015, p.341-370.

BRUNO, R. *et al.* Organização produtiva das mulheres assentadas da reforma agrária. In: BUTTO, A.; DANTAS, I (orgs.). **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011, p.55-84.

CARMO, J. C. *et al.* Voz da natureza e da mulher na Resex de Canavieiras-Bahia-Brasil: sustentabilidade ambiental e de gênero na perspectiva do ecofeminismo. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.24, p. 155-180, jan./abr. 2016.

CARVALHO, C. D. d. **Análise qualitativa de um projeto com uma família de agricultores no assentamento rural fazenda Pirituba II.** 115f, Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento rural), São Carlos: Ufscar, 2008.

CASTRO, M. P. **A auto-organização feminista como processo de aprendizagem coletiva:** a experiência da Rede Xique-Xique. Dissertação (Mestrado em Educação)– Faculdade de Educação, USP, São Paulo, 2014.

CHAVES, M. do P. Socorro Rodrigues. **Uma experiência de Pesquisa-ação para Gestão comunitária de tecnologias Apropriadas na Amazônia:** o estudo de caso do assentamento de reforma agrária Iporá. Tese de Doutorado. UNICAMP/CIREC, Campinas, 2001.

COLEMAN, J. S. Social capital in the creation of human capital. **American Journal of Sociology**, v. 94, p. 95-120, 1988.

COTRIM, D. S. Organização social e associativismo rural. In: GEHLEN, I.; MOCELIN, D. G. (org.). **Organização social e movimentos sociais rurais.** 2 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2018. p.55-63.

DANTAS, I. A construção da economia feminista na Rede Xique-Xique de comercialização solidária. *Revistas Agrícolas*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 27-30, 2005.

FRANÇA, G. B. et al. Gênero e território: a participação das mulheres nas práticas de sustentabilidade e a afirmação da territorialidade enquanto elemento de cidadania. *Cadernos da Escola de Direito*. Centro Universitário Autônomo do Brasil, Paraná, v.3, n.16, p. 294-306, 2015.

FRANÇA FILHO, G. C de. A Temática da Economia solidária e suas implicações originais para o campo dos estudos organizacionais. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, jan. 2003, p.11-32.

FRANÇA FILHO, G. C de. Terceiro setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia análise & Dados**. Salvador, v.3, nº1, p. 9-19, junho 2002.

GARRIDO, L. R; SEHNEM, S. Gestão Associativa no empreendimento rural. **Revista de Administração**, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, v.5, n.8, p.65-88, jun. 2006.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HESPAHOL, R. Ap. de M. As organizações de produtores rurais na França. **Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 44, p.155-174, jul./dez. 2007.

IICA. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. **Gênero e mulheres rurais no desenvolvimento agrícola e nos territórios Rurais.** Disponível em:<<http://mujeresrurales.iica.int>>. Acesso em 29 jun. 2019

INSTITUTO ECOENGENHO. Caderno Técnico: Síntese do Projeto Aroeira. Maceió: Ecoengenho, 2011.

LAZZAROTTO, J. J. Associativismo rural e a sua viabilização: estudo de caso comparativo de duas associações de produtores rurais do município de Pato Branco (PR). In: Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós Graduação em Administração, 31, 2002, Salvador. **Anais...** (On-line). Salvador: ANPAD, 2002. p.1-14. Disponível em:

< <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad2000-org-1033.pdf> > Acesso em 20 jul. 2019.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LEONELLO, J. C. **O associativismo como alternativa de desenvolvimento na dinâmica da economia solidária**. 147f. Tese (Doutorado em Serviço Social)- Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP, Franca, 2010.

MENEZES, A. F. de; CALVACANTE, A. T.; CASADO AUTO; P. C. **A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado de Alagoas**. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2004, 56p.

METELLO, D. G.. **Os benefícios da associação em cadeias produtivas solidárias: o caso da justa trama cadeia solidária do algodão agroecológico**, 2007.157f. Dissertação (mestrado em Engenharia de Produção)- Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

MILANI, C. Teorias do capital social e desenvolvimento local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). **Organizações & Sociedade**, Salvador, v.11, p.95-113, 2004.

OLIVEIRA, M. L. S. *et al.*. Do silêncio a palavra: relações de gênero associadas a processos emancipatórios em um assentamento de reforma agrária no sul de Minas. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, 15, 2011, Curitiba. *Anais do XV Congresso Brasileiro de Sociologia*. Curitiba, PR: UFPR, 2011, p. 1-20.

OLIVEIRA, A. J. **Capital social e tecnologia social: um estudo de caso na Associação Aroeira em Alagoas**. Salvador, 2016. 162f. Tese (Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento) – Faculdade de Educação, UFBA, Salvador, 2016.

PAULILO, M.I. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Estud. Fem.** [online]. 2004, vol.12, n.1, pp.229-252.

PAULILO, M.I. **Mulheres Rurais: quatro décadas de diálogo**. Florianópolis: UFSC, 2016.

RICCIARDI, L.; LEMOS, R. J. *Cooperativa, a empresa do século XXI: como os países em desenvolvimento podem chegar a desenvolvidos*. São Paulo: LTr, 2000.

SABOURIN, E.; MILANI, L (trad.). **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 336p.: il. (terra viva). (ano publicação original, 1958).

SABOURIN, E. **A reciprocidade e os valores éticos da solidariedade econômica**. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, 13, 2007, Recife: UFPE, 2007. v.1.

_____. Acesso aos mercados para a agricultura familiar: uma leitura pela reciprocidade e a economia solidária. **Rev. Econ. Ne**, Fortaleza, v.45, suplemento especial, p. 21-35, out./dez., 2014.

_____. Gestão territorial e economia social e solidária: uma análise pela reciprocidade. **Guaju**, Matinhos, v.1, n.1, p.3-26, jan./jun. 2015.

SILVA, V. Z. Da. *Espaços coletivos de trabalho: entre a produção e a reprodução*. Belo Horizonte, 2014. 378f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura e Urbanismo, UFMG, 2014.

VASCONCELLOS, B. M. Mulheres rurais, trabalho associado e Agroecologia. In: NOVAES, H.; MAZIN, Â. D. ; SANTOS, L.(Orgs). **Questão agrária, cooperação e agroecologia**. São Paulo: Outras Expressões, 2015, p.341-370.

VIANA SILVA, C. M.; VALENTE, A. L. E. F.. Um estudo sobre a construção territorial do assentamento Nova Lagoa Rica. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 51, n. 2, p. 387-400, abr/jun, 2013.

ZANCHET, M.S. *Características dos empreendimentos econômicos solidários no Paraná*. Nota técnica-Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), 2008. Disponível em:

<http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/Caracteristicas_Empreend_Econ_Solidarios_Parana.pdf>. Acesso em 14 de jul. 2019.

AS FEIRAS E O COMÉRCIO ATACADISTA EM ARARAQUARA/SP ENTRE 1970 – 2020

Laís Túbero Izidoro¹

Vera Lucia Silveira Botta Ferrante²

Oswaldo Aly Junior³

RESUMO

Este trabalho apresenta resultados preliminares, derivados sobretudo de revisão bibliográfica, de uma pesquisa que procura analisar em que medida a política autoritária de gestão pública local sobre o sistema de abastecimento alimentar impactou negativamente sobre o comércio de alimentos in natura nos equipamentos públicos de comercialização entre os anos de 1970 e 2020. Por meio de levantamento bibliográfico e pesquisa documental, foi possível descrever os processos intervencionistas (ou falta deles) da gestão pública nos equipamentos públicos de abastecimento e que contribuíram para uma dinâmica de abastecimento alimentar que se encontra desestruturado, pouco receptivo para a agricultura familiar e que se coloca a responder demandas pontuais. Embora existam canais de curtos de comercialização já consolidados no município, eles ainda não conseguem ser suficientes para incorporar de modo efetivo a agricultura familiar do município. Ainda que existam um número considerável de feiras, vendas informais, comércio atacadista e mercados institucionais, são canais de comercialização ocupados por poucos agricultores, sendo que a maior parte dos agricultores dos assentamentos rurais do município não acessam estas formas de comercialização.

Palavras – chave: Abastecimento alimentar; Agricultura Familiar; Comercialização; Poder Local

¹ Doutoranda em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, Universidade de Araraquara - UNIARA

² Doutora em Ciências Sociais e Pró-Reitora da Pós Graduação, Universidade de Araraquara - UNIARA

³ Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Ambiente, Universidade de Araraquara - UNIARA.

INTRODUÇÃO

O trabalho apresenta, de modo geral, um panorama sobre a atuação do poder público local na área do abastecimento alimentar em Araraquara/SP e as ações executadas com o objetivo de fortalecer os canais curtos de comercialização, compreendendo o período entre 1970 a 2020. A delimitação deste período ocorreu uma vez que é a partir de 1970 que se tem início as intervenções públicas locais (e federais) mais relevantes para o abastecimento alimentar do município. Embora à primeira vista pareça pretensioso entender a dinâmica do abastecimento alimentar em um período tão extenso, frente o limitado tempo para a execução da pesquisa, na prática esta análise se faz possível justamente pelo fato dos equipamentos públicos de abastecimento alimentar do município terem sofrido pontuais intervenções por parte da gestão pública ao longo destes 50 anos, sendo relativamente mais frequentes somente após o ano de 2001, com a criação da feira de produtores rurais. Este recorte temporal se faz relevante também ao analisarmos os processos atrelados ao desenvolvimento rural do município neste período, principalmente no que diz respeito a implantação dos assentamentos de reforma agrária e seus desdobramentos, que estão intrinsecamente relacionados com as dinâmicas de produção e consumo neste local. Portanto cabe dizer que o recorte temporal se faz como elemento de contextualização da pesquisa e não propriamente nosso objeto de estudo.

A escolha em estudar a relação entre o poder público local e o abastecimento alimentar se fez por meio da aproximação com o tema em um projeto do qual a autora fez parte. O projeto “Do informal para o formal: uma investigação das redes de abastecimento alimentar territoriais” (financiado pelo CNPq e coordenado pela UnB por meio do professor Newton Gomes Junior, contando com a participação da Uniara e da Universidade de Buenos Aires) procurou estabelecer parâmetros de análise e comparação das redes de comercialização e abastecimento destes três territórios distintos. A proximidade com o estudo dos assentamentos rurais vem sendo pertinente em toda a trajetória de pesquisa da autora, tendo sido aprimorada principalmente com sua inserção, durante seu Mestrado, no Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (NUPEDOR), grupo de pesquisa com notável relevância nas pesquisas e publicações acerca dos assentamentos rurais e a trama de tensões em que estes se inserem.

Além das feiras e suas diferentes modalidades, outros equipamentos públicos de abastecimento alimentar serão analisados, como o comércio de hortifrúteis em formato de atacado que ocorre em caráter informal em frente ao mercado municipal da

cidade. Ele foi uma resposta à burocracia gerada por um modelo de gestão autoritário e burocrático com pouco sintonia com a realidade do abastecimento alimentar de Araraquara que gerou, entre outros problemas, dificuldade de acesso por parte dos agricultores à Central de Abastecimento (CEASA) de Araraquara. Neste ponto de comercialização muitos agricultores do município, inclusive assentados, e de cidades vizinhas conseguem escoar sua produção aos varejistas e vendedores ambulantes da cidade. Consiste em um ponto de comercialização de intenso fluxo, que ocorre desde o final dos anos de 1980, coincidindo com o período de inauguração da CEASA na cidade.

Também será analisado o papel da CEASA frente o abastecimento alimentar na cidade, contextualizando sua criação e influência na comercialização de hortifrútiis no município. No Brasil, as Centrais de Abastecimento são criadas a partir de 1970 para suprir a necessidade de se organizar a comercialização de produtos agrícolas visto o intenso crescimento dos centros urbanos, impulsionado pelo desenvolvimento industrial. Este foi um cenário cuja finalidade foi aprimorar o sistema de comercialização dos hortifrútiis , independente dos resultados.

Até o momento, podemos afirmar que existem dificuldades de se estabelecer uma estratégia de abastecimento alimentar por falta de uma secretaria específica, e assim a gestão pública acaba assumindo frequentemente o papel de responder às demandas, o que acaba gerando alguns gargalos em relação às estruturas de comercialização na cidade. Sendo assim, a garantia de uma alimentação saudável em Araraquara passa pela mudança do modelo de gestão local do abastecimento e segurança alimentar que favoreça os espaços de comercialização como as diferentes modalidades de feira, o reconhecimento da importância do comércio atacadista informal e que dê maior destaque aos alimentos in natura oriundos da produção familiar (assentada ou não).

Embora existam canais de curtos de comercialização já consolidados no município, eles ainda não conseguem ser suficientes para incorporar de modo efetivo a agricultura familiar. Ainda que existam um número considerável de feiras, vendas informais, comércio atacadista e mercados institucionais, são canais de comercialização ocupados por poucos agricultores, sendo que a maior parte da população assentada não acessa estas formas de comercialização.

O abastecimento alimentar em Araraquara aparece em ordem transversal, não existindo um órgão diretamente responsável por este tema. Isso faz com que as ações no campo do abastecimento alimentar se coloquem de forma a responder demandas e não

propriamente a traçar estratégias que garantam a integração da segurança alimentar, do abastecimento alimentar e do desenvolvimento territorial.

Os hipermercados e supermercados se caracterizam por uma crescente importância na distribuição varejista de produtos hortifrutigranjeiros em todo o mundo (MACHADO, 2002). Isto ocorre por diferentes aspectos e como consequência fragilizam os canais curtos de comercialização, caracterizados como os mais relevantes economicamente para os agricultores familiares, por aproximarem o consumidor final e eliminarem intermediários que acabam por diminuir o faturamento das vendas das produções.

Ao ser mais exigente que o setor varejista tradicional em termos de qualidade, grau de maturidade, data de entrega e embalagem dos produtos, o varejo moderno transmite credibilidade a respeito da qualidade dos produtos frescos oferecidos ao consumidor nas lojas, conquistando os clientes insatisfeitos com produtos vendidos em outros equipamentos varejistas e, conseqüentemente, provocando um progressivo aumento de sua participação na comercialização de FLV” (MACHADO, 2002). Este processo explica a relação entre a instalação de supermercados e o esvaziamento das feiras livres

Os dados da figura 1 mostram que as feiras-livres têm um potencial subutilizado para ocupar na comercialização local, porém, a política municipal que se ausenta nas questões de abastecimento e o alto rigor e burocracia da vigilância sanitária se coloca como um freio na materialização desse potencial.

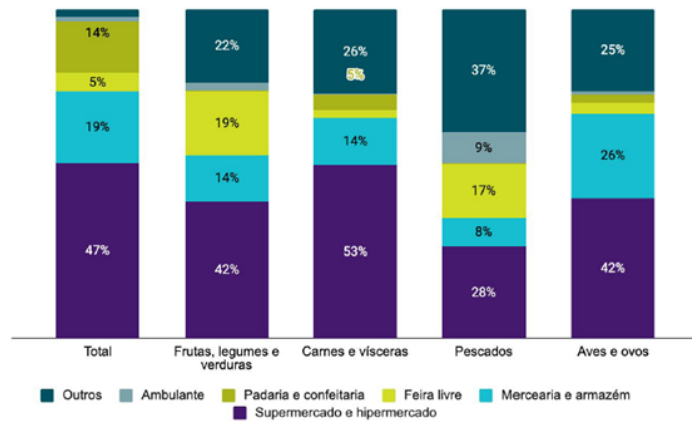
Figura 1 – Distribuição das unidades de alimentos in natura adquiridos para o domicílio no Brasil, segundo local de aquisição no ano de 2008.

Comercialização

No país, os alimentos adquiridos para o domicílio são, em grande parte, comprados em supermercados e hipermercados (47%)

Para frutas, legumes e verduras e pescados, a participação das feiras livres é relevante

Distribuição das unidades de alimentos in natura adquiridas para o domicílio, segundo local de aquisição. Brasil, 2008.



Fonte: Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017/18, IBGE

Fonte: Instituto Escolhas



U R B E M



Em contrapartida a este processo, a redemocratização do país e retomada das lutas por reforma agrária via os processos de desapropriação de terras improdutivas, pelo governo federal, e o de valorização de terras públicas, pelo governo estadual, permitiu o ressurgimento da produção familiar em Araraquara que vem ganhando papel no abastecimento local.

O advento da maturidade dos assentamentos na região veio a reforçar o movimento não organizado e silencioso de contestação do modelo burocrático-autoritário de gestão do abastecimento alimentar local. Os assentados tornaram-se, de forma não visível, um agente que abastece o comércio atacadista e varejista de alimentos in natura, especialmente com folhosas, algumas frutas e agora avança na produção de ovos caipiras.

Esses novos atores também passaram a incidir sobre a gestão de políticas públicas de abastecimento e isso levou ao revigoramento do comércio de produtos in natura que tem boa aceitação pelos consumidores locais, via as feiras do produtor, feira do Senar, os pontos de comercialização na porta de padarias e ao surgimento da feira que valoriza a transição agroecológica (esta última criada como parte das ações de extensão universitária do NUPEDOR/NEA/UNIARA). Esta situação também é vista no pequeno comércio local de alimentos (supermercados de bairro, sacolões e varejões).

Sendo assim, o estudo também permitirá apontar para possíveis estratégias para o fortalecimento dos canais curtos de comercialização como as feiras livres, que se

encontram em processo de decadência desde a década de 1980 com a entrada de grandes redes de supermercado na cidade, identificar a relevância do comércio atacadista na dinâmica do abastecimento alimentar, como também analisar a importância de se investir nos mercados institucionais como forma de possibilitar o escoamento da produção da agricultura familiar do município e a segurança alimentar da população em vulnerabilidade social.

Elucidar os equipamentos públicos de abastecimento alimentar, possibilita indicar caminhos para garantia da segurança alimentar do município, o desenvolvimento da agricultura familiar e a possibilidade da criação de uma base de dados a respeito do abastecimento alimentar que podem auxiliar na gestão e formulação de políticas públicas para o desenvolvimento socioeconômico do município.

METODOLOGIA

O trabalho está sendo desenvolvido com caráter descritivo analítico, buscando por meio de coleta de dados primários e secundários agrupar informações necessárias para as análises propostas. A priori foi realizado o levantamento bibliográfico e documental (documentos oficiais e registro em jornais locais) referentes a temas pertinentes como agricultura familiar, comercialização e políticas públicas, sendo que as bibliografias de outros temas transversais foram também consultadas.

Destarte, partindo de uma abordagem qualitativa, iniciamos a construção de todo o arcabouço metodológico necessário para a realização de uma pesquisa exploratória e documental. A abordagem qualitativa nas pesquisas científicas pressupõe uma investigação e um nível de realidade que não pode ser mensurável. Se faz necessária quando ao invés de contabilizar variáveis, há a necessidade de se compreender uma gama de elementos que partem do subjetivo, mas que se materializam nas relações sócio - espaciais e produzem fenômenos e processos. (MINAYO, 2000).

UNIVERSO EMPÍRICO

A região de Araraquara caracteriza-se pelo alto dinamismo do agronegócio com empresas sucroalcooleiras, madeireiras e de suco de laranja. Contrastando com este tônus de riqueza, a região apresenta um histórico de exploração e precarização dos trabalhadores e do uso da terra com um tipo de agricultura convencional extremamente

nocivo em termos da utilização dos recursos naturais e voltada às *commodities* e à agroexportação, que pouco contribui com o abastecimento local, a segurança e a soberania alimentar (FERRANTE, et. al., 2012).

O potencial da agricultura familiar pode ser desenvolvido não necessariamente vinculado à noção produtivista e ao modelo do agronegócio. Há outras perspectivas que vêm sendo realizadas no âmbito da diversificação tanto da produção como da comercialização. Uma delas são as feiras de produtores no município, que despontam como uma alternativa viável aos pequenos agricultores rurais e urbanos, devido principalmente à grande participação da população, que traz uma demanda por alimentos produzidos de forma mais saudável e valorizam a compra direta do produtor. De um total de 600 famílias assentadas no município de Araraquara, aproximadamente 5% estão envolvidas nessas feiras (AMARAL et. al., 2018).

Desse modo, a agricultura familiar nesta região se estabelece com sistemas produtivos voltados à produção de alimentos tornando-se agente com o potencial de participar e promover o abastecimento local de hortifrútiis. Os entraves para a consolidação deste cenário se relacionam principalmente às dificuldades de permanência nos mercados agrícolas convencionais e às dificuldades enfrentadas para a sucesso da agricultura familiar em sistemas agroalimentares alternativos (SAA), sobretudo no processo de comercialização por meio de cadeias curtas.

Contudo, conforme destaca Duval (2015), contextos econômicos e aspectos de sociabilidade dos assentados flexibilizam suas práticas de comercialização, que podem ocorrer de outras maneiras que não as contempladas pelas modalidades formais, como por exemplo a venda entre vizinhos e a venda para atravessadores que acessam os assentamentos. O autor também menciona a inconstância nas vendas aos mercados institucionais como PAA e PNAE, em momentos de paralização dos programas por fatores diversos. Estes desafios são alguns dos exemplos da complexa dinâmica do abastecimento alimentar no município.

Se tratando da gestão pública, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento é um órgão da administração direta do Governo do Estado de São Paulo. O abastecimento alimentar em Araraquara aparece em ordem transversal, não existindo um órgão diretamente responsável por este tema. Isso faz com que as ações no campo do abastecimento alimentar se coloquem de forma a responder demandas e não propriamente a traçar estratégias que garantam a integração da segurança alimentar, do abastecimento

alimentar o desenvolvimento territorial de forma integrada.

Em relação ao abastecimento alimentar e as cadeias curtas, as tentativas de mediar essas questões tem sido pontuais através das normativas e leis, que se iniciam na década de 1950 com a tentativa de regulamentar as feiras livres, tendo sido publicada uma última lei a respeito de feiras livres em 1977. As feiras de produtores se constituem a partir de um programa denominado Direto do Campo, que teve como objetivo criar mecanismos para o escoamento da produção dos agricultores familiares do município.

Se tratando do comércio atacadista de hortifrutigranjeiros, o processo intervencionista mais relevantes se deu com a criação da Ceasa em 1980 e por consequência o fim do comércio atacadista e varejista que ocorria nas dependências do Mercado Municipal da cidade.

Quanto às políticas públicas de instituição de mercados institucionais, o setor responsável é a Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Econômico juntamente com a Coordenadoria Executiva da Agricultura. Com o intuito de promover a segurança alimentar e garantir a elevação da renda dos agricultores familiares foram criadas algumas políticas públicas de compras institucionais de produtos da agricultura familiar. A priori os dois principais programas instituídos foram o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Com os crescentes cortes de verba no PAA e PNAE, a prefeitura de Araraquara criou em abril de 2013 o Programa Municipal da Agricultura de Interesse Social que tem entre outros objetivos “fomentar a organização e modernização da produção e melhorar o escoamento dos produtos da agricultura familiar e do empreendimento familiar rural” (ARARAQUARA, 2013). Entretanto, por diversos motivos o PMAIS só começa a ser incluído na lei orçamentária do município em setembro do ano de 2018, onde foram direcionados R\$94,500 (noventa e quatro mil e quinhentos reais) para a execução do programa a partir de 2019.

Diferentemente das cotas estabelecidas nos programas federais e estaduais em que 30% das compras institucionais devem ser oriundas da agricultura familiar, no caso do PMAIS esta exigência é de 20%, sendo realizada como os outros programas por meio de chamadas públicas. O limite de participação por produtor é de até R\$10.000,00 (dez mil reais) por mês, sendo que no caso de cooperativas este valor é multiplicado pelo número de membros participantes (ARARAQUARA, 2013). Considerando-se a forte presença de assentamentos rurais e agricultores familiares no município e poucos canais de comercialização estabelecidos, o programa visa também a ampliação dos canais de

compra.

CONTEXTUALIZAÇÃO E REFERENCIAL TEÓRICO

1 Sistemas agroalimentares alternativos e cadeias produtivas

O sistema agrícola industrial surge no final do século XIX na Grã-Bretanha devido a diversas questões tecnológicas e institucionais. Este conjunto de fatores foram fundamentais na formação das primeiras grandes empresas agrícolas. Desde então houve os primeiros processos para a mecanização da agricultura e a implementação de uma rede de maquinários e tecnologias, que exerciam influência ao longo de toda cadeia produtiva. Com a solidificação do sistema capitalista e a conseqüente implementação do livre comércio, o mercado comercial se estrutura, eliminando a necessidade de estocagem de matéria-prima com a ampliação da demanda (SANTOS & GLASSA, 2018).

Com a formação de corporações que dominavam a cadeia produtiva tanto na perspectiva da produção (com maquinários, sementes e agrotóxicos) quanto da comercialização (internacionalização das redes de varejo e demanda exportadora), a agricultura familiar vai sendo cada vez mais confinada e quando não, incorporada e desmantelada pelos setores altamente capitalizados. Posteriormente a uma série de processos que envolveram desde a consolidação de uma agricultura altamente mecanizada e dependente de insumos químicos até a novas demandas de alimentação saudável, na medida que a renda global aumentava, se inicia nos países periféricos a entrada intensiva do capital empresarial agrícola, fragilizando e desestruturando o controle estatal sobre o mercado agrícola nacional. Desta forma, “os grandes varejistas começaram a organizar novas cadeias de suprimentos para se abastecerem de produtos frescos oriundos dos países em desenvolvimento” (SANTOS & GLASSA, 2018, p. 10). Em contrapartida, a agricultura familiar vê sua reprodução econômica e social cada vez mais ameaçada, e as políticas públicas que possam garantir seu desenvolvimento no campo com a construção de mercados e demandas se tornam cada vez mais urgentes.

A relação entre a agricultura e a economia no Brasil tem sido atrelada à produção de commodities desde época colonial, conforme apontam Carvalho & Costa (2013) que realizaram uma análise histórica da relação da agricultura com a economia no Brasil, partindo dos conceitos de cadeia produtiva e comercialização e sua relação com as políticas agrícolas executadas desde o primórdio da ocupação do território brasileiro.

Entre o período colonial até recentemente, a inserção da agricultura na economia nacional se dá fundamentalmente na associação entre capital privado e estatal, oscilando entre governos mais intervencionistas e outros mais abertos ao capital privado fundamentalmente estrangeiro. De modo geral, houve uma tendência (que acompanhava o desenvolvimento capitalista) a manter a economia de exportação calcada na comercialização majoritária de commodities. Se tratando do abastecimento alimentar, esta dinâmica se reproduz, deixando também para a iniciativa privada os processos regulatórios do mercado de gêneros alimentícios (BELIK & MALUF, 2000).

Contudo, ainda que tenham sido inconstantes, as práticas intervencionistas na perspectiva da comercialização de alimentos, são fundamentais para se compreender a dinâmica do abastecimento alimentar que se coloca na atualidade. Isto porque com o avanço da desregulamentação e a incorporação do setor agroalimentar ao capital privado, a segurança alimentar é colocada em risco, já que “ *a agricultura alimentar, a indústria de alimentos e a distribuição formam um sólido conjunto econômico que toma suas decisões segundo estratégias de maior lucratividade e participação no mercado*” (BELIK & MALUF, 2000, p. v). Portanto, o acesso aos alimentos pressupõe a necessidade de políticas públicas que incentivem o cultivo de produtos que fazem parte dos hábitos alimentares da população e a garantia da distribuição destes alimentos da forma menos onerosa possível.

Intervenções públicas com o objetivo de garantir a manutenção de uma alimentação básica não se constituem como práticas recentes, tampouco exclusivas de governos progressistas como se supõe pelo senso comum. Nos Estados Unidos, por exemplo, ainda durante o período de Segunda Guerra Mundial houveram programas de de alimentação para os mais pobres, chamados de cupons de alimentação, estratégicos para a distribuição de excedentes agrícolas sob domínio do Estado e que eram resultantes de medidas protecionistas que começariam a se acentuar no período pós guerra (FRIENDMANN, 2000). Ainda segundo a autora, foi a partir desta política de controle de excentes, inclusive, que os Estados Unidos passariam a ter controle sobre o comércio mundial e sobre os padrões de produção entre as década de 1950 a 1970. Além da prática de exportação de excedentes a países de Terceiro Mundo, exportavam também as práticas agrícolas, pautadas no uso de insumos e tecnologia americanos.

Com o avanço do meio técnico-científico-informacional há uma mudança de paradigma no processo de produção industrial por volta de 1970, caracterizado sobretudo por células de produção. Se tratando da indústria agroalimentar esta mudança ocorre na

produção que passa de grãos para proteína animal, impulsionada pela mudança nos hábitos alimentares, caracterizados pelo aumento do consumo da carne bovina típico de um modelo de alimentação americana. De modo geral toda cadeia produtiva atrela-se ao capital industrial e o comércio internacional é ampliado por meio da intensificação de exportações da produção agropecuária e por meio da importação para o abastecimento alimentar. (BELIK, 1995; FRIENDMANN, 2000; MALUF, 200).

Posteriormente despontam os chamados mercados de nicho que reivindicam aspectos regionais e atraem consumo elitizado, ao passo que avança o processo de globalização do comércio. A globalização do sistema alimentar, no entanto, tem dificuldades em se materializar, pois, os hábitos alimentares tornam-se uma sólida barreira cultural à homogeneização mundial da alimentação. Neste sentido, a agricultura familiar se faz como principal meio de garantir a oferta de alimentos diversificados num contexto de soberania e segurança alimentar. (PLOEG, 2016; FERRARI, 2011).

Em relação ao Brasil, o intervencionismo nos mercados agrícolas também tem suas origens com o período da Segunda Guerra Mundial, já que neste contexto as relações comerciais eram prejudicadas gerando insuficiência no abastecimento interno. Criados nos dois períodos do Governo Vargas, Institutos e Autarquias em resposta a demandas setoriais de produtos agrícolas serão fundamentais na expansão do mercado interno (DELGADO, 2000). Entretanto, os primeiros registros de crise no abastecimento interno do país datam de período anterior, conforme aponta Belik (2000), já que ainda em 1870 a crise no abastecimento era na verdade uma crise na produção, uma vez que com o avanço da Segunda Guerra Mundial o valor arrecadado com as exportações declina e desta forma cai o poder de importação. Em resposta o governo cria núcleos de colônias para a produção de grãos e alimentos para consumo interno e facilita as exportações retirando encargos.

Posteriormente, houveram outras crises pontuais, que foram incrementando cada vez mais a iniciativa intervencionista do governo e esta vai se tornando cada vez mais relevante na medida que o crescimento populacional urbano se acentua de forma desordenada. Outros marcos na relação entre poder público e abastecimento ocorrem tendo como consequência a instituição do Comissariado de Alimentação Pública, - criado em 1918 e responsável em regular preços e estoques de gêneros de primeira necessidade –, a implementação de restaurantes populares e no início dos anos 1960 a crise no abastecimento é utilizada como argumento político em favor da reforma agrária (BELIK, 2000).

Contudo, será no período da ditadura militar (1964 – 1985) que a intervenção do Estado no setor agroalimentar ocorrerá de maneira mais intensa, e por motivos óbvios, autoritários. É neste período que são criadas as Centrais de Abastecimento (CEASA), processo que será melhor discutido em seção posterior. Durante o período de ditadura, aparatos de intervenção são reforçados e nacionalizados, inseridos como integrantes das políticas nacionais que dizem respeito ao setor. O que ocorre no período pós ditadura é um desmonte deste aparato e uma sucessão de processos intervencionistas que chegaram a concretizar a regulamentação de preços e estoques públicos de commodities, mas que foram se dissolvendo gradualmente com o processo de liberalização e abertura comercial a partir de 1995. (BELIK, 2000; DELGADO, 2000).

Maluf (2004) analisa que a abertura comercial sem as devidas práticas protecionistas gerou impactos negativos para a agricultura familiar brasileira, porque perde em relação ao preço e principalmente em relação ao mercado:

De outro lado, para que os pequenos agricultores participem significativamente no esperado aumento das exportações, é requerida não apenas sua capacitação para atender as exigências de conformidade de seus interesses logrem se expressar institucionalmente na complexa política comercial antes referida (MALUF, 2004, p. 304)

Esta política que ele se refere é caracterizada por uma maior competitividade e de conquista de novos mercados. Para o autor este é um exemplo de como as políticas comerciais prevalecem frente às políticas de desenvolvimento. O autor mencionado indica a existência de duas tendências antagônicas que coexistem que consiste na padronização e simultaneamente na diferenciação do consumo de alimentos, que resultam na influência dos processos produtivos. Esta coexistência se materializa basicamente na produção de larga escala para atender à demanda das exportações e do outro lado a especificação de produtos, como por exemplo (mas não somente estes) os alimentos orgânicos.

A abertura comercial também surtiu efeitos na perspectiva de consumo e alimentação, conforme aponta Gomes Júnior (2005) em sua importante contribuição nas reflexões acerca da segurança alimentar. Para o autor a substituição da atuação do Estado pelo capital privado nos preceitos sobre desenvolvimento e liberdade, atuam negativamente no processo de constituição da plena cidadania. Os direitos, incluídos os referentes ao acesso a alimentação, não são possíveis de hierarquização e, portanto, as políticas públicas de segurança alimentar são falhas quando apontam para o atendimento de uma alimentação mínima. Sendo assim, esta lógica pressupõe que a própria Segurança

Alimentar seja um princípio orientador de políticas públicas, diferentemente do tem sido proposto (e não atingido) pelos governos até o momento.

Atualmente, embora o Estado tenha papel importante na construção de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural, suas ações não têm sido suficientes para eliminar o capital privado do processo produtivo, principalmente na etapa de comercialização. Seja por meio de atravessadores, de indústrias integradas ao agronegócio e por vezes da atuação de ambos, o capital privado é o protagonista na consolidação da comercialização agrícola. Por consequência, o desenvolvimento da economia agrícola ocorre privilegiando o capitalismo agrário no processo de comercialização, eliminando o pequeno comerciante e privilegiando as redes agroalimentares convencionais, que se estruturam através de cadeias longas de comercialização caracterizadas pela presença de vários agentes ao longo do processo de distribuição dos produtos agrícolas. É neste contexto que a comercialização dos produtos agrícolas tem como agente principal o grande capital comercial (CARVALHO & COSTA, 2013).

O protagonismo da agricultura familiar no processo de constituição de sistemas agroalimentares alternativos e mais sustentáveis reverbera cada vez mais nas pautas das principais organizações internacionais que promovem o debate sobre questões alimentares, tendo como maior expressividade a declaração em 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) (RETIRÉRE, 2014). Neste sentido, Cassol e Schneider (2015) alertam para a necessidade de compreender que na prática, os sistemas agroalimentares alternativos não são completamente divergentes aos convencionais e que por muitas vezes se fazem sobrepostos, com demarcações flexíveis. Os SAA podem designar, segundo RETIÉRE (2014), processos produtivos associados ao território (selos de garantia de origem), como também diferentes tipos de cadeias curtas de comercialização, caracterizadas de modo geral, pela venda direta entre produtor e consumidor.

De modo geral, podemos definir canais de comercialização como estruturas que transformam matéria prima em mercadoria. A noção de cadeia de comercialização, portanto, deriva da concepção de cadeia de produção, que por sua vez é entendida como a soma de todas as operações de produção e de comercialização para passar de uma ou várias matérias-primas de base a um produto final, até que este produto chegue às mãos do consumidor final (BATALHA & SILVA, 2007). Uma cadeia produtiva envolve um

conjunto de etapas da produção de um bem, desde o planejamento e design do mesmo até que ele esteja entregue ao consumidor. Além disso, podemos dizer que uma cadeia produtiva sustentável é aquela que faz tudo isso reduzindo o impacto de cada ação de forma eficiente, com menor custo, com menor índice de obsolescência, com menos impacto ambiental, social e nos hábitos alimentares.

Os estudos sobre cadeias curtas de comercialização têm sido cada vez mais colocados em foco, pois possibilitam a distribuição dos alimentos com uma menor presença de agentes intermediários e, conseqüentemente, maior rentabilidade para os produtores. Por outro um consumo mais sustentável e de qualidade, fortalecendo a cultura alimentar local (CASSOL & SCHNEIDER, 2015). De acordo com os autores, essas cadeias agroalimentares são relevantes estruturas de comercialização pois: [...]engendram diferentes relações com consumidores e podem envolver diversas convenções e construções de qualidade, embasadas no enraizamento social (*embeddedness*), hábitos e cultura alimentar locais e regionais em que tais relações estão imersas e através das quais esses novos mercados são socialmente construídos (CASSOL & SCHNEIDER, 2015, p. 150).

Estas estruturas de comercialização podem ser divididas em três tipos diferentes quando se analisa a relação espacial entre produtor e consumidor, e entre a produção e o território, classificadas em : **a) cadeias face a face**, que, conforme o nome indica, se refere à venda direta feita pelo produtor ao consumidor. Promovem um intercâmbio e um comércio mais justo com a possibilidade de relações igualitárias entre produtores e consumidores **b)cadeias de proximidade espacial**, que ocorre quando o consumidor sabe onde os produtos foram produzidos, como por exemplo no caso de festas típicas e as vendas feitas para o pequeno comércio; **c) cadeia curta espacialmente estendida** compreendida pelos selos de origem, ou seja, produtos vinculados ao território que são produzidos. Este tipo de cadeia curta, ocorre com uma maneira de garantir qualidade na procedência e aumentar o nível de escala de consumo. (CASSOL & SCHNEIDER, 2015; AMARAL, et. al, 2018).

Importante destacar que a modalidade de venda direta, sem a presença de intermediários, foi secundarizada a partir dos anos 1970 pela entrada dos grandes supermercados, inseridos em um contexto de mudança nos hábitos alimentares instigada pelo discurso de consumo globalizado (AMARAL, et. al., 2018). Esta questão converge com o processo de declínio na comercialização de hortifrútiis pela agricultura familiar nas feiras livres em Araraquara, concomitantemente a instalação de um supermercado no

município nos anos 1980.

Se tratando das cadeias de comercialização, outros arranjos também ocorrem e se caracterizam com a existência de vários atores ao longo da rede e por isso denominam como cadeias longas, em contraposição às cadeias curtas. Um exemplo típico de cadeias longas pode ser representado pelo Sistema de Abastecimento Atacadista no Brasil (“Sistema Ceasas”), envolvendo uma rede de logística complexa, composta por um conjunto de agentes que disponibilizam de entrepostos e capacidade de transportes de grande porte, possibilitando a reunião dos produtos a nível nacional, facilitando a distribuição através dos mais diversos canais de comercialização, em centros urbanos, e mercados regionais (AMARAL, et. al., 2018). A organização da cadeia produtiva, portanto, revela um alto grau de interdependência entre todos os elos e as ações e dinâmicas que atingem um elo, acabam por influenciar todos os outros. Na lógica da cadeia produtiva, a produção de FLV demanda análise minuciosa visto sua especificidade em relação à produção, decorrente da perecibilidade dos produtos.

1.2 A agricultura familiar e a comercialização de Frutas Legumes e Verduras (FLVs)

A comercialização de hortifrúti (horticultura associada à fruticultura) passou a ser uma atividade extremamente relevante para a agricultura familiar. Isto porque, embora hábitos alimentares venham se modificando, principalmente no que diz respeito ao aumento do dispêndio e da alimentação fora do domicílio, paralelamente existe um movimento crescente em prol da alimentação saudável e equilibrada. Cada dia mais a agricultura familiar se depara com consumidores mais exigentes “ [...] de uma alimentação saudável (...) quanto ao nível de qualidade dos produtos frescos” (MACHADO, 2002, p. 54).

Um outro olhar para o tema das cadeias curtas não ocorre apenas pela proximidade geográfica, pois é composta por diversos elementos sociais formadores, deste modo, de processos socioespaciais. Existe uma gama de produtos que se expressam a diversificação da produção familiar em relação aos cultivos tradicionais de uma região, hábitos de consumo e características da produção artesanal (MALUF, 2010).

No caso dos assentamentos rurais em Araraquara, esta diversificação se limita à horticultura. A produção de carnes, processados e produtos artesanais se limitam ao uso para autoconsumo, sendo pouco expressiva a comercialização desses produtos, haja vista

a ausência de espaços destinados ao processamento de alimentos e questões que envolvem a vigilância sanitária, entraves que serão melhor apresentados posteriormente neste trabalho.

Destarte, garantir a eficiência da comercialização na agricultura familiar é um importante caminho para assegurar a reprodução econômica de agricultores. Mesmo com a existência de diversos canais de comercialização em diferentes níveis de complexidade, são poucos os agricultores familiares que conseguem se inserir de maneira autônoma e integral. Conforme destacam Lourenzani et. al. , (2002) o caso da produção de hortaliças é significativo em relação a esta problemática:

A agricultura familiar tem sido competitiva na produção de parcela significativa da produção de hortaliças, frutas e flores. Porém, a alta perecibilidade, que é uma característica inerente desses produtos, exige um arranjo de canal de distribuição que permita sua comercialização de modo eficiente, que está, muitas vezes, fora do alcance dos produtores. Isso deixa o processo de comercialização nas mãos de intermediários, sujeitando os produtores ao oportunismo por parte dos agentes à jusante da cadeia produtiva, levando a comportamentos adversários (LOURENZANI et. al., 2002, p. 3).

Por não conseguirem se inserir com eficiência nos canais de comercialização disponíveis e tampouco se organizar para a construção de novos mercados, os agricultores familiares não conseguem se capitalizar e, desta forma, perpetuam a situação de precarização do seu desenvolvimento econômico. A dificuldade encontrada em todo o processo produtivo faz com que a atuação do agricultor seja mais intensa na produção do que na comercialização (GUANZIROLI, 1998). Entendemos a partir de estudos anteriores a cerca da organização produtiva dos assentamentos rurais presentes no município, que a dificuldade é produzir e comercializar, provavelmente aliado a um processo de concentração de poder do pai de família, que alija mulher e filhos da gestão. Desta forma a intermediação resolve o problema da dificuldade organizativa em associação ou cooperativa de produtores com esse fim.

Para além da dificuldade de se apropriar de conceitos financeiros e empresariais que são pressupostos para a lógica da comercialização, a venda direta pressupõe que o agricultor insira em sua rotina um número maior de tarefas e muitas vezes a agricultura familiar e assentamentada nem sempre dispõe de membros em número suficiente (RETIÉRE, 2014). Em pesquisa realizada sobre os canais curtos de comercialização⁴, esta

⁴ Projeto “Do informal para o formal: uma investigação das redes de abastecimento alimentar territoriais” (financiado pelo CNPq e coordenado pela UnB por meio do professor Newton Gomes

situação é unânime em relatos de assentados que enfrentam dificuldades em se inserirem nos canais de comercialização. Também foi a motivação aos que optaram por dar preferência pela comercialização em detrimento da produção, conforme será melhor detalhado em seção posterior.

Contudo, se a inserção em canais curtos de comercialização se faz de maneira complexa, no mercado convencional as possibilidades são ainda mais restritas, uma vez que a garantia do sucesso comercial em cadeias longas depende do grau de investimento para se adequar a escala e padrão exigido pelas grandes redes de supermercados (RETIERE, 2014). Se faz necessário a partir desta perspectiva é proporcionar, por meio da garantia de renda e de qualidade de vida, condições para que a mão de obra familiar permaneça no campo e que assim tarefas produtivas e comerciais possam ser distribuídas entre os membros da família. Entretanto, a saída de jovens do campo e a sua inserção em outros ramos da economia é um complicante a ser enfrentado pela família. .

Como uma alternativa possível para esta realidade, os canais curtos de comercialização podem garantir o aumento da renda e segurança alimentar e econômica para as famílias agricultoras. A construção de cadeias curtas está associada à estruturação de relações de confiança entre consumidores e produtores, sistemas descentralizados de comercialização, e ao fortalecimento da agricultura familiar e assentada nos territórios.

Juntamente com as cadeias curtas, dentre as estratégias possíveis de construção da autonomia vislumbra-se a diminuição da dependência da aquisição de insumos externos, o aumento da diversificação das atividades produtivas e da produção de alimentos, a recorrência à iniciativas individuais e coletivas de comercialização, porém em certa medida da dependência de maior disponibilidade de força de trabalho. Ferrari e Schneider (2015, p.57) consideram que a autonomia dos agricultores não representa apenas resistência: “Na verdade, tratam-se de estratégias que traduzem tentativas de capturar uma fatia maior do valor gerado nas cadeias de alimentos, também implicam na recuperação e revalorização de processos artesanais, de um “saber fazer” vinculado ao patrimônio histórico e cultural”.

Adotando a perspectiva territorial recomendada por diversos autores, é possível analisar que a produção de hortaliças se concentra próxima aos grandes centros consumidores, denominados cinturões verdes. Este fator pode contribuir para a comercialização dos produtos já que necessita de uma logística menos complexa e requer

Junior, contanto com a participação da Uniara e da Universidade de Buenos Aires).

menos gastos com transporte. Entretanto, por ser uma produção que se caracteriza pela rapidez na deterioração, exige uma mão-de-obra mais intensa e costuma ser mais suscetível a intempéries, que vão determinar sua sazonalidade (MACHADO E SILVA, 2003). Todos estes fatores se fazem como barreiras que se colocam nas cadeias de comercialização destes produtos. Quanto maior a presença de intermediários na cadeia produtiva de frutas, legumes e verduras (FLV), maior a possibilidade de os produtores arcarem com prejuízos oriundos da perda da produção.

Ainda adotando a perspectiva territorial, a questão dos mercados em que agricultura familiar está inserida é um dos eixos centrais para se analisar a inserção da agricultura familiar na comercialização. Se tratando destes mercados a agricultura familiar participa de dois mercados principais, concomitantemente, sendo um de âmbito mais nacional com menor intensidade e outro denominado como “circuitos regionais de produção, distribuição e consumo de alimentos” localizados em torno dos núcleos urbanos de pequena e média dimensões (MALUF, 2004, p. 307). Canais de comercialização compreendem empreendimentos urbanos, industriais e comerciais de pequeno porte ligados à distribuição e consumo de produtos alimentares, que compreendem:

[...] pequena indústria alimentar, pequenos supermercados, um conjunto diversificado que compõe o varejo tradicional e o comércio especializado de alimentos e refeições prontas (armazéns, empórios, quitandas, padarias, açougues, rotisseries, casas de frios, etc.), equipamentos de abastecimento (feiras livres, varejões, sacolões, etc.). Nos circuitos regionais, está incluída, ainda, a venda direta aos consumidores realizada pelos agricultores (MALUF, 2004, p. 308).

Machado e Silva (2003) apontam para a necessidade de se diferenciar as categorias de intermediários existentes ao longo das cadeias de comercialização. Enquanto o atacado vende para clientes institucionais, os varejistas vendem diretamente para os consumidores, tendo uma relação mais estrita com o consumidor final e, portanto, adquirindo vantagens nas relações comerciais.

Os canais de comercialização, entretanto, se inserem na dinâmica da cadeia produtiva e podem ter mais ou menos presença de diferentes intermediários, assim como nenhuma presença, como ocorre nas cadeias curtas de comercialização. A organização da cadeia produtiva “ [...] descreve a maneira como as atividades entre os agentes estão inter-relacionadas e distribuídas” (MACHADO, 2002, p. 45).

A comercialização de FLVs precisa ser rápida devido ao processo de deterioração. As transações realizam-se diariamente entre o atacadista e diferentes produtores, estando o primeiro sujeito à incerteza quanto à qualidade do produto e o segundo quanto ao preço, quantidade e variedade do produto. Em suma, as transações ao longo da cadeia de FLV apresentam alto grau de incerteza, informação assimétrica e são extremamente específicas. “A estratégia mais adequada é a adoção de medidas que visem amenizar tais problemas, visto que sua eliminação completa envolve custos extremamente elevados, tornando a tarefa impraticável” (MACHADO, 2002, p. 60).

. Ademais, conforme já mencionado, a agricultura familiar vem perdendo espaço na comercialização direta de FLVs com o avanço dos supermercados

A redução do peso dos supermercados ocorreu nos grupos em que mantinham forte liderança (mais de 70% das compras totais): cereais, farinhas e massas, açúcares, óleos e gorduras, enlatados. A participação dos supermercados cresceu, simultaneamente, nos produtos nos quais eles respondiam por 50% ou menos das compras totais, com a única exceção dos panificados: legumes e verduras, frutas, carnes, aves e ovos, leite e derivados. As principais perdedoras foram as feiras livres nos casos de legumes, de verduras e frutas, produtos nos quais os mercados e os “sacolões” aumentaram bastante sua participação (MALUF, 2004, p. 317).

Os pequenos e os médios empreendimentos comerciais contribuem para a equidade social pelos empregos e pelas oportunidades de trabalho que geram e têm maior propensão a refletir a diversidade de hábitos alimentares no âmbito de circuitos regionais de produção, distribuição e consumo de alimentos, nos quais participam os pequenos agricultores e suas associações. Promover a aproximação desse tipo de agricultor com os pequenos e os médios empreendimentos antes citados constitui-se num caminho que, ademais, “possibilita uma inserção mercantil na qual os agricultores podem apropriar-se de um maior valor pelos produtos que fazem” (MALUF, 2004, p. 318).

Maluf (2004) aponta que para conseguirem se inserirem nos mercados, os agricultores familiares dependem da disponibilidade de recursos e da combinação dos recursos produtivos disponíveis no interior do lote, entretanto, no caso dos assentamentos rurais a disponibilidade de recursos esbarra na questão da redução da mão-de-obra no núcleo familiar. Com relação ao mercado, há a necessidade de se evidenciar um aspecto relacionado ao avanço de uma série de mudanças que este mercado hortifrutigranjeiro

vem sofrendo e que impacta diretamente no entendimento da dinâmica do abastecimento alimentar em Araraquara.

Conforme analisa Belik (2000), com o avanço do volume de vendas no mercado de hortifrutigranjeiros, novos mercados vão emergindo, acompanhando novas demandas e a necessidade de segmentação da oferta destes produtos. Com isso o mercado tradicional (spot) se torna insuficiente para contemplar novas formas de relacionamentos entre os agentes do processo de comercialização. O aumento da demanda de produtos processados e ultraprocessados faz com que a análise de mercado deixe de ser relevante a questão da distribuição passa a interferir de maneira mais incisiva na questão da comercialização.

São vários os aspectos decorrentes deste novo paradigma na comercialização de hortifrutigranjeiros. Observa-se impactos importantes desde a produção agrícola até nos hábitos e compra do consumidor. Surgem também novos agentes na cadeia produtiva, como é o caso das empresas encarregadas da logística. No entanto, queremos destacar neste texto a obsolescência dos equipamentos atacadistas na distribuição de alimentos frescos, em especial em FLV. Este é um fenômeno geral presente nas economias desenvolvidas e que começa a se fazer presente no Brasil. O avanço destas nova formas de relacionamento está por terminando por eliminar os últimos traços de intervenção governamental no abastecimento de gêneros alimentícios que ainda persistiam baseados no modelo implantado na década de 70 (BELIK, 2000, p.149).

Para o autor a decadência das feiras livres seria o precursor do processo que ele chama de obsolescência dos equipamentos atacadistas. Isto porque, em seus levantamentos, o comércio varejista, representado pelas feiras livres, se constituía como principal comprador de produtos hortifrutis dos atacados. Além disso o comércio em formato de atacado estaria sendo substituído por formas híbridas de comercialização, calcados sobretudo na constituição de uma Grande Distribuição que se desdobram em Centrais de Compra e Centrais de Distribuição, tendo como característica a redução drástica de custos de distribuição e estocagem (BELIK, 2000). Ainda que este processo seja verídico em um contexto nacional, não se aplica ao caso de Araraquara, se tratando da relevância da Ceasa para a dinâmica do abastecimento alimentar local. Isto porque, ainda que em situação de oligopolização e com perda de suas potencialidades na dinamização do abastecimento hortifrutigranjeiro, a Ceasa ainda se coloca como referência no preço dos produtos e principalmente, ainda fornece parte da mercadoria (ainda que mínima) revendida pela feira-livre. O que nossas pesquisas preliminares

apontam é que em Araraquara, o processo de declínio da feira é resultante da perda de eficiência do papel da Ceasa no abastecimento local, e não ao contrário, como aponta o autor.

2. OS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR EM ARARAQUARA/SP

2.1. As feiras de produtores rurais

Em Araraquara, as feiras de produtores pode ser subdividida em 4 categorias e delas participam 70 produtores rurais, em sua maioria assentados. As primeiras iniciativas de formalizar uma feira de produtores ocorreram a partir de 2001 por meio do programa Direto do Campo. O programa objetivou o escoamento da produção, elevação da renda dos agricultores familiares e ampliação da oferta de produtos agrícolas à população. A seguir é feito uma breve caracterização dos diferentes tipos de feira existentes em Araraquara:

- i. Feira das padarias: são constituídas por apenas um produtor em padarias parceiras do programa Negócio do Campo. Elas não foram contempladas no presente trabalho por não representarem um canal de comercialização relevante na dinâmica do abastecimento alimentar local.
- ii. Feiras tradicionais: são as mais antigas e as mais conhecidas pela população da e com maior expressão tanto em número de barracas como em volume comercializado.
- iii. Feira organizada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). São as mais recentes instaladas no município. Surgiram a partir de parceria entre a prefeitura e o SENAR e têm como característica principal a venda dos produtos embalados, a capacitação na formação de preço e confecção das próprias barracas.
- iv. Feira de produtos agroecológicos: resultou da iniciativa do Núcleo

de Estudos em Agroecologia (NEA) e do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (NUPEDOR) inseridos na Universidade de Araraquara (UNIARA), com a proposta de organizar uma feira de produtos orgânicos na cidade. Incentivando a transição agroecológica e fornecer produtos sem agrotóxicos aos consumidores. Após o funcionamento por dois anos em uma unidade da universidade, a feira passou a contar com a parceria da prefeitura e a feira foi deslocada para a praça localizada no Departamento de Água e Esgoto (DAAE) . Para inserir-se nas feiras (exceção à feira da Uniara), os produtores precisam realizar um cadastro na Secretaria da Agricultura e participar de uma chamada pública que é realizada conforme a demanda.

Como forma de incentivar a participação da família assentada a coordenadoria de agricultura informou que passou a priorizar a participação de filhos e mulheres, dando pontos extras para quem se enquadra neste perfil. Desta forma espera-se estimular a participação de outros integrantes da família, aliviando o trabalho de quem produz e vende.

Segundo informações de pesquisa anterior, inicialmente havia uma feira no formato de entrega de produtos em caixas, e esse comércio era realizado no prédio da Cooperativa Mista Agropecuária de Araraquara (COMAPA), localizado no centro da cidade. Após um período houve o processo de cadastro destes produtores e a consolidação das feiras nos formatos de hoje em dia.

Dentre as feiras existentes atualmente merece destaque a do bairro Vale Verde localizada em um bairro formado principalmente pelo público do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, situado na área periurbana do município. Distante de grandes supermercados e varejões, até 2017 a população tinha acesso a produtos agrícolas por meio de vendedores ambulantes itinerantes e pequenos estabelecimentos que vendiam majoritariamente as hortaliças dos agricultores dos assentamentos.

Em julho de 2018 uma feira de produtor foi inaugurada no bairro com a prática de baixo preço dos produtos vendidos, incentivado pela prefeitura devido ao perfil dos moradores dos moradores, que se caracterizam pela baixa renda e são beneficiários de programas federais como o bolsa família. Segundo a coordenadora da agricultura, a prática de preços baixos foi acordado com os produtores para atender a demanda deste

bairro. A feira enfrentou o vazio alimentar desse bairro, possibilitando, via este equipamento de comercialização, o acesso a produtos agrícolas frescos por uma população em situação de vulnerabilidade social, garantindo desta forma a sua segurança alimentar. Do ponto de vista dos produtores, esta feira tem sido rentável por não precisarem disputar a clientela com outras feiras,

O aspecto relacionado com a localização das feiras se constitui, de acordo com alguns comerciantes, como um fator problemático. A feira localizada na praça Scalamandrê Sobrinho, por exemplo, ocorre em um espaço de pouco trânsito de pessoas e é de mais difícil acesso. Ao contrário da feira do Vale Verde, ela se encontra em um bairro de renda mais elevada, possui uma boa área de estacionamento e tem um baixo volume de venda e de barracas, sendo a fidelização de uma pequena clientela o único motivo de ainda resistir. Ainda que seja pouco rentável aos produtores, estes preferem continuar, pois ainda que pequena a renda obtida vale a pena.

A feira tradicional que acontece na Praça Pedro de Toledo, localizada no centro da cidade é a que tem maiores volumes de comercialização e o número de barracas supera às demais feiras. Além da tradição e da localização, essa feira funciona como um centro de comercialização para os atacadistas que operam em frente ao Mercado Municipal e a comercialização para esses agentes ocorre bem cedo, antes do fluxo dos consumidores. Essa situação coloca esta feira como um ponto dinamizador dos fluxos de comercialização dos produtos da agricultura familiar e do comércio atacadista e varejista de Araraquara.

O perfil dos produtores que participam das feiras é heterogêneo. Em comum, a maioria são moradores dos assentamentos Bela Vista e Monte Alegre, têm na feira o seu principal canal de escoamento e comercialização de hortaliças, e participam de mais de uma feira. O sucesso nas vendas e na renda familiar varia de acordo com a aptidão para a venda

Vale destacar que o frescor dos alimentos é um elemento importante na determinação da preferência dos consumidores pela feira de produtores, e que os grandes supermercados competem no preço, mas não garantem o frescor dos alimentos.

As hortaliças são o principal produto vendido na feira que ocorre na antiga estação ferroviária e que também são o principal produto encontrado das quitandas e varejões e cujo fornecedor é a agricultura familiar e assentada do município.

No caso das frutas os produtores têm maior dificuldade em comercializá-las em função da estacionalidade da produção. Ademais, isso demandaria maior disponibilidade de força de trabalho e investimento em tecnologias para ampliar o calendário de colheita..

Esta sazonalidade dificulta a consolidação de acordos comerciais com o pequeno varejo uma vez que eles não conseguem garantir a oferta de produtos ao longo do ano. Neste caso, os varejistas acabam optando por comprar dos intermediários situados nas CEASAS ou no atacado em frente ao Mercado Municipal.

2.2. As feiras livres

Segundo registros históricos, as feiras livres existem em Araraquara desde 1930, e foi em 1952 que surgiu uma lei que tratou desse assunto. Houveram outras leis no decorrer dos anos com o objetivo de delimitar os produtos a serem vendidos. Isso evidencia o crescimento das feiras (VIEIRA, 2017). Ainda hoje, a maior parte do que é vendido nas feiras livres é comprado dos atravessadores com origem diversas.

A Feira realizada na praça do Carmo é relevante pela importância histórica que teve no abastecimento alimentar da cidade e é a mais antiga, em meados dos anos 1980 era a mais frequentada. Ela se constituía como um elemento de sociabilidade e, atualmente, é constituída por apenas três barracas (duas realizam a venda de produtos agrícolas e a outra produtos de utilidade doméstica). A população idosa é a clientela mais expressiva desta feira.

Muitos comerciantes que hoje participam das feiras livres relataram em uma conversa informal que anteriormente foram produtores e comercializavam seus produtos nas feiras, mas admitem que é quase impossível manter as duas atividades (produção e venda) e optaram por ficar apenas com as vendas. Este entrave é o que mais reverbera nos depoimentos de todos os produtores entrevistados em todos os canais de comercialização. A falta de mão de obra familiar devido a saída dos jovens dos assentamentos, faz com que os produtores cada vez mais concentrem as funções de produção,. A diminuição da intermediação entre produtores e clientes faz necessária uma maior profissionalização e organização das atividades realizadas pelos produtores. (MACHADO E SILVA, 2003, p. 16).

Enquanto nas feiras de produtores a qualidade do alimento é o que garante a sua dinâmica e persistência frente o avanço das vendas dos supermercados sobre o mercado das feiras tradicionais. Esse avanço também é resultado da qualidade do alimento ofertado na feira livre não é melhor que o ofertado pelos supermercados já que são adquiridos de atravessadores.

2.3. O Comércio Atacadista (formal e informal)

Em Araraquara existem dois pontos centrais onde se encontram os atravessadores e os distribuidores responsáveis pelo abastecimento dos hortifrúteis na cidade: a CEASA de Araraquara e a Feira Atacadista informal que ocorre em frente ao Mercado Municipal de Araraquara. Nestes dois locais são realizados o comércio mais expressivo de FLVs. Entretanto, embora menos expressivo o comércio de hortifrúteis entre vendedores atacadistas e os feirantes da feira que ocorre na praça Pedro de Toledo aos sábados também é relevante na dinâmica do abastecimento na cidade, pois quando não conseguem ter acesso a algum produto relevante os comerciantes compram diretamente dos feirantes e estes por sua vez compram alguns produtos dos comerciantes para vender em feiras de cidades vizinhas, onde não existe a regra sobre vender somente o que foi produzido pelo próprio feirante como ocorrem nas feiras de produtores.

A feira atacadista em frente ao Mercado Municipal, ocorre todas as quintas-feiras e sábados das 5h até as 8h, sendo que aos sábados o fluxo é maior que às quintas-feiras. Muitos comerciantes frequentam este local há mais de 30 anos,

O comércio atacadista tem como característica ser um espaço com grande volume de vendas, tendo como clientes os varejistas (HOFFMANN et. al., 1981). Na feira atacadista de Araraquara existem atores relevantes para o abastecimento alimentar da cidade, e que atuam em diferentes canais de comercialização, não somente neste espaço, entregam também suas mercadorias para quitandas e varejões. Conforme citado anteriormente alguns comerciantes, são assentados. O Mercado Municipal está localizado próximo ao terminal central de integração, a 1,2km do centro da cidade, foi fundado em 1959. Mais tarde, nos anos 1980, o governo do Estado construiu a Ceasa e a prefeitura local obrigou os pequenos comerciantes a deslocar o seu comércio para a Ceasa localizado fora dos limites centrais da cidade. A distância foi um fator que dificultou o acesso, pois naquela época nem todos dispunham de veículo.

Um comerciante entrevistado e tem comércio no mercado municipal há aproximadamente 35 anos, relatou a perda da força de atração dos hortifrúteis em diferentes etapas, sendo a primeira quando começaram a surgir os varejões. O mercado, segundo ele, era considerado o “auge da alta sociedade na época” pois dispunha de frutas importadas. (Comerciante do Mercado Municipal, 2019).

As CEASAS foram criadas a partir de 1970 para organizar a comercialização de produtos agrícolas visto o intenso crescimento dos centros urbanos, impulsionado pelo desenvolvimento industrial.

A estruturação de um arranjo organizacional impositivo, cujo esquema de incentivos estava baseado em vantagens e benefícios economicamente artificiais, como subsídios e vantagens privadas, fez com que as Ceasas brasileiras crescessem sob o duplo estímulo da força coercitiva, associada a leis de proibição de comércio atacadista fora dos espaços delimitados dos entrepostos (a “lei do perímetro”), com vantagens econômicas, e incentivos e privilégios aos comerciantes atacadistas recém instalados. Esta situação (...) foi útil mas ao fim limitador da expansão do modelo Ceasa. Generalizou-se, neste período, uma imagem de (...)agentes privados, como intermediários não funcionais ou como forças de cartel. (REALINO, 2016)

Tal arranjo organizacional se fez de maneira tão equivocada, que até nos dias atuais repercute negativamente na estruturação do comércio atacadista de Araraquara. Os problemas ocorrem, não somente, mas, principalmente pela “lei do perímetro”. O comércio atacadista que ocorre na frente do mercado municipal do município é muito dinâmico e tido como informal e reflete o equívoco da Lei à época. Corroborando com a literatura acerca do funcionamento do CEASA, foi identificada, através de pesquisa anterior, a existência de uma oligopolização do espaço por meio de duas empresas instaladas. Esta oligopolização ocorre desde a criação do CEASA no município. Também foi a partir da criação do CEASA que o Mercado Municipal da cidade entrou em declínio perdendo sua capacidade em aglutinar a comercialização de produtos agrícolas em seu espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos aspectos relevantes caracterizam os circuitos curtos de comercialização no município. Alguns deles na esfera subjetiva, consistindo em tensões e conflitos gerados entre os diferentes canais de venda na cidade, recaindo parte das críticas aos vendedores ambulantes. Durante o processo de pesquisa pudemos notar que a relação entre comerciantes e consumidores demonstrou um fortalecimento e um comprometimento de ambas as partes, criando, uma relação de respeito sustentada pela troca de informações, receitas e costumes. As feiras se apresentam em um formato cíclico, com fases de grande e baixo movimento. A periodicidade dos alimentos pode ser considerada como um grande fator para este movimento, uma vez que em determinadas épocas frutas, legumes e verduras são mais escassas, uma vez que são produtos de época, e no caso das orgânicas não se encontram disponíveis.

Outra questão referente à sazonalidade da oferta e que impacta nas estratégias de comercialização dos agricultores familiares é a dificuldade em se estabelecer acordos comerciais com os pequenos estabelecimentos. Uma vez que para atender essa demanda por FLVs ao longo do ano, seja preciso que os varejistas recorram aos intermediários ou atravessadores, pois conseguem oferecer o produto durante todo o ano. Há uma trama envolvendo as negociações comerciais, que é exigência da fidelização dos varejistas com seus fornecedores. Desta forma a possibilidade de a agricultura familiar escoar sua produção por meio do pequeno varejo fica restrita às folhosas devido a sua extrema perecibilidade e fácil cultivo ao longo do ano.

Por meio da coletada de dados primários foi possível identificar que a falta de agroindústrias também se constitui como um gargalo quando se considera as potencialidades de atuação da agricultura familiar nos canais curtos de comercialização existentes e na criação de outros mercados. Diferentemente do que é sobre a agricultura familiar na região sul do país, existe um vasto mercado de grãos, processados e produtos de origem animal que os assentados não conseguem acessar pela dificuldade em realizar o processamento. A venda de produtos por tanto se faz majoritariamente de produtos in natura, limitando a possibilidade de atuação dos agricultores nos canais de comercialização.

Em relação ao processo de declínio das feiras livres do município, o processo ocorre contrapondo a tendência nacional, conseqüente da redução da oferta diversificada de produtos in natura nestas feiras, em função da postura americanizada da vigilância sanitária, da oligopolização da Ceasa do município, além da não atualização das formas de se adquirir produtos como é o caso da compra com cartão (seja na forma de crédito ou débito). Este cenário favoreceu a escolha dos supermercados e pode ter contribuído para essa mudança de hábitos de compra. Se a qualidade é baixa e o preço é igual ou superior ao dos supermercados, o consumidor por praticidade, preço e qualidade acabou por mudar o seu hábito de compras.

A CEASA em Araraquara desencadeou um processo de oligopolização do comércio atacadista de alimentos enfraquecendo o comércio de alimentos de FLV e levando à piora da qualidade dos produtos ofertados na feira-livre e que levou à sua decadência. Essa situação levou à uma reação da parte dos antigos comerciantes atacadistas já estabelecidos no comércio local e na criação do sistema atacadista informal nesta cidade.

A redemocratização do país e retomada das lutas por reforma agrária via os processos de desapropriação de terras improdutivas, pelo governo federal, e o de valorização de terras públicas, pelo governo estadual, permitiu o ressurgimento da produção familiar em Araraquara que vem ganhando papel no abastecimento local. O advento da maturidade dos assentamentos na região veio a reforçar o movimento não organizado e silencioso de contestação do modelo burocrático-autoritário de gestão do abastecimento alimentar local. Os assentados tornaram-se, de forma não visível, um agente que abastece o comércio atacadista e varejista de alimentos in natura, especialmente com folhosas, algumas frutas e agora avança na produção de ovos caipiras.

Esses novos atores também passaram a incidir sobre a gestão de políticas públicas de abastecimento e isso levou ao revigoração do comércio de produtos in natura que tem boa aceitação pelos consumidores locais, via as feiras-livres (barracas de verduras), as feiras do produtor, feira do Senar, os pontos de comercialização na porta de padarias e ao surgimento da feira que valoriza a transição agroecológica (esta última criada como parte das ações de extensão universitária do NUPEDOR/NEA/UNIARA). Esta situação também é vista no pequeno comércio local de alimentos (supermercados de bairro, sacolões e varejões). Conforme sugerem as pesquisas é de suma importância fortalecer a construção de novos mercados para a agricultura familiar, aproximando produtores de consumidores para garantir assim o fortalecimento dos vínculos entre camponeses e cidadãos, em defesa de uma agricultura sustentável.

Por fim, é válido apontar que embora existam canais de curtos de comercialização já consolidados no município, eles ainda não conseguem ser suficientes para incorporar de modo efetivo a agricultura familiar do município. Ainda que existam um número considerável de feiras, vendas informais, comércio atacadista e mercados institucionais, são canais de comercialização ocupados por poucos agricultores, sendo que a maior parte da população assentada não acessa estas formas de comercialização. O que se aponta como possível estratégia para a evolução deste cenário é a estruturação de uma secretaria no âmbito municipal para formular estratégias em prol do abastecimento alimentar, levando em consideração não somente as demandas dos agricultores em relação a escoamento de produtos, como também aspectos da demanda urbana relacionados ao acesso a alimentos saudáveis e de qualidade.

REFERÊNCIAS

AMARAL, D. T.; FERRANTE, V. L. S. B; GOMES, T. P. Abastecimento alimentar no município de Araraquara e assentamentos rurais: Formas de produção convencional, diferenciada e estratégias de comercialização. In: **VIII Simpósio sobre Reforma Agrária e Questões Rurais**. 2018, Araraquara. Anais. Araraquara. Uniara. 2018.

ARARAQUARA. **Lei nº 7920**, de 11 de abril de 2013. Disponível em: <http://www.camara-arq.sp.gov.br/Siave/Documentos/Documento/120403>. Acessado em fevereiro de 2019.

BATALHA, M. O.; SILVA, A. L. Gerenciamento de sistemas agroindustriais: definições, especificidades e correntes metodológicas. In: BATALHA, M. O. (Org.). **Gestão agroindustrial**. São Paulo: Atlas, 2007.

CARVALHO, D. M; COSTA, J. E.. Cadeia produtiva e comercialização agrícola no Brasil. **Revista GeoNordeste**, n. 2, 2013. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/geonordeste/article/view/1509>. Aceassado em Abril de 2020.

CASSOL, A; SCHNEIDER, S. Produção e consumo de alimentos: novas redes e atores. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 95, p. 143-180, 2015.

CAVALCANTI, H. Trabalhadores querem reverter cortes de até 99% nas políticas de agricultura familiar. 2017. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2017/09/agricultores-familiares-discutem-cortes-no-ogu-2018-para-o-setor-que-chegam-a-cerca-de-80>>

D'ÁVILA, C. R. ROVERSI, M. M. S. Programa de Aquisição de Alimentos. In: CONTI, Irio Luiz. ROMERO, Cláudia. [et.al]. Programa de Aquisição de Alimentos: Uma Inovação em Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional. Passo Fundo-RS, IFIBE, 2010.

DUVAL, H.C. **Bens Materiais e Simbólicos: condição camponesa e estratégias familiares em assentamentos rurais na região central do Estado de São Paulo**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2015

FERRANTE, V. L. S. B. et al. Um retrato das regiões da pesquisa. **Retratos de Assentamentos**, v. 15, n. 1, p. 45-87, 2012.

FERRARI, D. **Cadeias agroalimentares curtas: a construção social de mercados de qualidade pelos agricultores familiares em Santa Catarina**. Tese de doutorado em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre: UFRGS. 345f. 2011

FERRARI, D.; SCHNEIDER, S. Cadeias Curtas, Cooperação e Produtos de Qualidade na Agricultura Familiar : o processo de realocização da produção agroalimentar em Santa Catarina. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 17, p. 56-71, 2015.

GRUPO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. Análise territorial, desenvolvimento e avaliação de políticas públicas para a agricultura familiar: Painel AF. 2018. P. 1-14.

GUANZIROLI, C. E. (COORD.) Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil. Brasília: Convênio INCRA/FAO. 1998. Base de dados. Disponível na Internet < <http://www.incra.gov.br/fao> >. Acessado em 04 de janeiro de 2019.

IBGE. Censo Agropecuário 2017. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>>. Acessado em janeiro de 2019.

LOURENZANI, A. E. B. S. et.al.. Barreiras e oportunidades na comercialização de produtos hortícolas provenientes da agricultura familiar: um estudo de caso em assentamento no município de Araraquara – SP. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 40., 2002. Anais... Passo Fundo: UPF, 2002. 1 CD-ROM.

MACHADO, E. L. **O Papel da Reputação na Coordenação Vertical da Cadeia Produtiva de Frutas, Legumes e Verduras Frescos.** (Tese de Doutorado) São Paulo: USP. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, 2002. 180p.

MACHADO, M. D.; SILVA, A. L. Canais de distribuição para produtos provenientes da agricultura familiar: um estudo multicaso na região de São Carlos e Araraquara. In: **XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**, 2003, Juiz de Fora. Anais... Juiz de Fora/MG. 2003.

MALUF, R. **Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais.** Ensaios FEE, P. Alegre, v. 25, n. 1, p. 299- 322, 2004.

MINAYO, M. C. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. **de Souza-Minayo MC, compilador. Pesquisa social: teoria, método e criatividade**, v. 23, p. 9-29. 2000.

OLIVEIRA, L.G. **Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na agricultura familiar: estudo de caso na microrregião de Ubá- MG.** São Carlos: UFScar, 2015. 149 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção, São Carlos, 2015

PLOEG, J. D. Mercados aninhados recém criados: uma introdução teórica. In: **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

REALINO, M. A.A. **CEAGESP e a segurança alimentar e nutricional.** Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos) - Universidade Federal de São Carlos. 136p. 2016

RETIÉRE, M. I. H.. **Agricultores inseridos em circuitos curtos de comercialização: modalidades de venda e adaptações dos sistemas agrícolas.** 2014. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2014

SANTOS, M. GLASSA, V. (Orgs) Fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Rio de Janeiro. **Atlas do Agronegócio** Fundação Heinrich Böll, 2018.

SILVA, M. E. S. **A Representação da Social e a Territorialidade da Reforma Agrária no Espaço Urbano a Partir do Programa de Aquisição de Alimentos.** Dissertação de Mestrado. Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2013.

VIEIRA, C. B. **O fazer a feira: a feira noturna da agricultura familiar de Araraquara-SP como espaço de reprodução social e econômica.** Araraquara: Unesp, 2017. 128f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara) Araraquara, 2017.

DE BÓIAS-FRIAS E BARRAGEIRAS À HERDEIRAS DA TERRA: TRAJETÓRIAS E SORORIDADE ENTRE ASSENTADAS RURAIS DO INTERIOR DE SÃO PAULO

Larissa Araújo Coutinho de Paula¹

Resumo

Neste artigo contextualizamos a história de dois grupos de mulheres assentadas em diferentes regiões do Estado de Paulo, quais sejam: A Organização de Mulheres Unidas (OMUS), localizada no Assentamento Gleba XV de Novembro, em Rosana; e a Associação de Mulheres Assentadas do Assentamento Monte Alegre VI (AMA), inserida no Assentamento Monte Alegre, em Araraquara. A partir de procedimentos metodológicos como a história oral e mapas mentais, reconstruímos o processo de luta pela terra e da formação de grupos de trabalho feminino criados pelas trabalhadoras rurais participantes da pesquisa. Constatamos que apesar de várias adversidades, por meio de estratégias socioespaciais individuais e coletivas -associativismo, produção para autoconsumo, panificação, artesanato, comercialização em feiras livres e em programas de compras institucionais (Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Nacional de Alimentação Escolar), realização de cursos de capacitação, utilização de aposentadoria, uso do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, Programa Nacional de Habitação Rural e Bolsa Família - estas mulheres têm demonstrado a relevância de seus trabalhos, contribuindo para a permanência de si e de suas famílias na terra, alcançando melhorias para os assentamentos e tensionando as relações de gênero estabelecidas nos espaços rurais, fragilizando assim, as dicotomias estabelecidas, entre: trabalho e ajuda, espaço doméstico e espaço público. Isso nos permite compreender que as relações de gênero, bem como as estratégias de reprodução e a situação geográfica são fluidas, estão em permanente devir, pois acompanham o movimento contínuo de transformação empreendido pelas associadas, que encontram nestas atividades, fissuras capazes de subverter hierarquias e opressões.

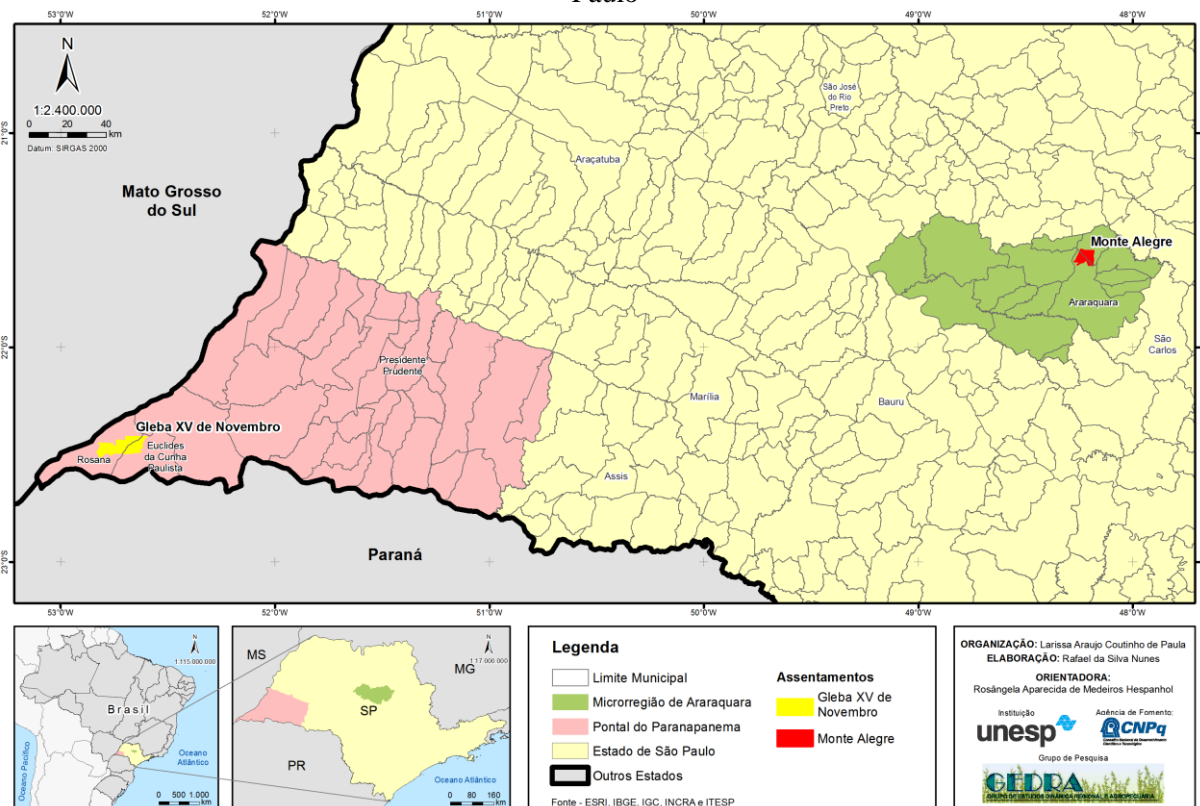
Palavras-chave: Gênero, Assentadas Rurais, Associações de Agricultoras, Estratégias de Reprodução Socioespaciais.

Introdução

O intuito deste artigo consiste em expor alguns resultados obtidos a partir de uma pesquisa de doutorado em Geografia recentemente defendida, na qual foram estudadas as estratégias de reprodução socioespaciais de dois grupos de mulheres, quais sejam: a Associação de Mulheres Assentadas do Assentamento Monte Alegre VI (AMA), pertencente ao Assentamento Monte Alegre, que abrange os municípios de Araraquara, Matão e Motuca, área central do Estado de São Paulo; e a Organização das Mulheres Unidas da Gleba XV de Novembro (OMUS), inserida no Assentamento Gleba XV de Novembro, situado nos municípios de Rosana e Euclides da Cunha Paulista, no extremo oeste do Estado (Mapa I).

¹ Doutora em Geografia (2020) pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Integrante do Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária (GEDRA), da Rede de Estudos de Geografia, Gênero e Sexualidade Ibero Latino-Americana (REGGSILA) e do Laboratorio de Geografía y Género 'Cuerpos X' (Universidad de Chile).

Mapa I. Localização dos assentamentos Monte Alegre e Gleba XV de Novembro no Estado de São Paulo



Organização da autora.

Ambos os assentamentos abordados na pesquisa, constituem-se, segundo as informações da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), como os maiores assentamento de São Paulo, tanto em termos de extensão territorial quanto ao número de famílias assentadas. Isso configura relações importantes entres os assentamentos e os municípios nos quais estão inseridos. Seja em termos de geração de renda, mão-de-obra, formação de grupos de consumidores(as), produção de alimentos, ou ainda no tange aos conflitos territoriais, já que estes assentamentos estão imersos por grandes extensões de exploração do agronegócio, sobretudo dos setores sucroenergético e de cítricos.

De igual modo, as estratégias de reprodução desempenhadas pelas famílias, na tentativa de sobrevivência e permanência no campo, são conduzidas por uma série de fatores que permeiam as realidades históricas, geográficas, econômicas, sociais e políticas de cada região administrativa na qual inserem-se.

Apesar das inúmeras dificuldades as famílias têm conseguido desenvolver atividades agrícolas e não-agrícolas, nos lotes e fora dos lotes, o que mantém um rendimento necessário para custear sua alimentação, saúde, estudo dos(as) filhos(as) e a própria atividade agropecuária. Neste caso, destacamos a atuação feminina. As mulheres organizadas formalmente por meio de associações de trabalhadoras rurais, têm alcançado êxito, na obtenção de uma renda autônoma, na contribuição para a permanência de suas famílias nos assentamentos, além de gerarem benefícios para toda a comunidade assentada, ao levarem até instâncias externas, as demandas por saúde, educação, lazer e infraestrutura dos(as) assentados(as).

As mulheres das duas associações, a partir do uso combinado e diversificado de diferentes estratégias de reprodução socioespaciais, além de promoverem o desenvolvimento local, têm criado fissuras que lhes permitem subverter as lógicas de machismo e opressão, tão

presentes no espaço rural. Assim, reforçam os laços de amizade, parceria e trabalho, alcançam o amplo reconhecimento do trabalho desenvolvido e dotadas de autoestima e diferentes capacidades adquiridas, conseguem reconfigurar as relações de trabalho no âmbito familiar, o que reverbera na fragilidade das dicotomias privado-público, ajuda-trabalho e na criação de relações de gênero mais igualitárias.

Destarte, buscando alcançar o objetivo de expor essas alterações observadas na pesquisa, estruturamos o presente artigo, além desta introdução, das considerações finais e das referências, em mais quatro tópicos, quais sejam: O Monte Alegre e o Gleba XV de Novembro: contextos históricos e espaciais dos maiores assentamentos do Estado de São Paulo, no qual explicaremos o contexto de formação de ambos assentamentos; Entrevistas, história oral e cartografias alternativas como caminhos na produção coletiva de informações em pesquisas sobre gênero, item no qual nos debruçaremos sobre os principais procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa; Organizações de mulheres assentadas em São Paulo: sororidade, persistência e mudanças, tópico destinado a explanação sobre a criação das associações estudadas e suas características; e por fim, o quarto e último item: As estratégias de reprodução socioespaciais como fissuras para a construção de relações mais igualitárias no campo, discutiremos as principais estratégias de reprodução socioespaciais identificadas nos grupos estudados, elencando como as mesmas têm gerado contribuições no sentido da autonomia e sororidade feminina, além de propiciarem relações de gênero mais justas.

O Monte Alegre e o Gleba XV de Novembro: contextos históricos e espaciais dos maiores assentamentos do Estado de São Paulo

Embora ambos os assentamentos estejam localizados em distintas áreas do Estado de São Paulo, e conseqüentemente, inseridos em diferentes contextos sociais, históricos, geográficos, econômicos e políticos, há semelhanças.

Além de se serem grandes assentamentos e de estarem envoltos por grandes setores do agronegócio nacional, o que reflete em conflitos territoriais, conforme já explanado, há outra característica em comum entre estes assentamentos rurais: as famílias que viriam a integrá-los, não eram consideradas aptas a tornarem-se beneficiárias das políticas de assentamentos rurais (CAMPOI, 2005), pois, na visão errônea e preconceituosa de alguns gestores, tais programas deveriam incorporar preferencialmente trabalhadoras e trabalhadores rurais. E entre essas famílias, apesar de haver uma variedade de ocupações, a maioria era composta por trabalhadores(as) volantes também por trabalhadores(as) de construção civil e ribeirinhos(as) atingidos(as) por barragens (Rosana), sendo em geral constituída por migrantes.

Trabalhadores(as) volantes são descritos por Silva (1999) como migrantes, geralmente oriundos de Minas Gerais e da Bahia que se deslocaram em virtude da expropriação provocada pela modernização do campo. Um processo que, segundo a autora, os(as) excluíram duplamente, já que a tecnologia agrícola foi gradativamente reduzindo seus postos de trabalho, que mesmo sob condições adversas, garantiam o seu sustento.

Em Araraquara, Ribeirão Preto e municípios do entorno, o processo de adoção do pacote tecnológico agrícola foi marcante, configurando uma territorialidade aflorada por conflitos entre a agricultura altamente capitalizada, mecanizada e a exploração e precarização das famílias de trabalhadores(as) rurais (CAMPOI, 2005; GAVIOLI, COSTA, 2011; ARO, 2012; GOMES et al, 2012; DUVAL, 2015).

Este conflito também está presente no Pontal do Paranapanema. Esta área do Estado de São Paulo tornou-se nacionalmente reconhecida em fins dos anos 1980 e início dos anos 1990 por causa dos confrontos envolvendo trabalhadores(as) rurais e latifundiários(as). Fernandes e Ramalho (2001) explicam que o Pontal do Paranapanema teve sua estrutura fundiária altamente concentrada por meio da grilagem de terras públicas com documentação falsa. E, após o

enfrentamento de movimentos de trabalhadores(as) rurais, transformou-se na área com o maior número de assentamentos rurais do Estado de São Paulo.

O Assentamento Monte Alegre tem sua origem vinculada à aquisição de uma fazenda pelo Governo do Estado de São Paulo em meados da década de 1940, visando a exploração de madeira para a construção da Estrada de Ferro Araraquarense. Após alcançar este objetivo, o empreendimento tornou-se ocioso, até que por intermédio da Companhia Agrícola Imobiliária e Colonizadora (CAIC), algumas empresas tiveram financiamento do Governo Federal para a exploração de madeira nesta fazenda, e assim fabricarem celulose (ARO, 2012).

Posteriormente, a área passou a ser utilizada pela Companhia de Desenvolvimento Agrícola (CODASP), como um horto florestal para a fabricação de dormentes, até tornar-se uma área destinada à criação do assentamento rural. O Monte Alegre, em virtude da extensão da propriedade (mais de 5.183,23 ha) abrange além de Araraquara, os municípios de Matão e Motuca e possui seis núcleos: os primeiros setores (I, II, III e IV) foram instalados nos anos de 1985 e 1986. A instalação completa (com os demais setores e apêndices) ocorreu quase dez anos depois (SOUZA et al, 2008; SANTOS, SANT'ANA 2012).

O movimento social que culminou na criação do assentamento partiu dos(as) trabalhadoras(es) volantes, que diante de situações de pobreza e injustiças, recusaram-se a seguirem migrando à procura de trabalho, e organizaram ações políticas e acampamentos com o apoio da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP).

Segundo a Analista de Desenvolvimento Agrário do ITESP de Araraquara que entrevistamos:

A área do Assentamento Monte Alegre era uma área da CODASP, de produção de eucalipto, para a produção de dormentes. A maioria das pessoas trabalhava no corte da cana e colheita de laranja, por conta da mecanização, acabaram ficando sem emprego e começaram a se organizar, através de sindicato, tudo, da agricultura familiar daqui, aí começaram a ocupar estas áreas da fazenda Monte Alegre (Analista de Desenvolvimento Agrário do ITESP de Araraquara 26/03/18).

Após a instalação do assentamento, a luta das famílias continuou para manterem-se na terra, produzir e coadunar forças nas tentativas de trabalhos coletivos. A representatividade feminina já se mostrava relevante desde então (TEIXEIRA, 2016), já que foram as mulheres que levavam as demandas das famílias às assembleias e orçamento participativo. Por meio de suas ações, aos poucos, o assentamento conquistou instalações de saúde (unidade básica de saúde e de pronto atendimento) educação (escola e creche) e lazer (quadra de esportes).

A Gleba XV de Novembro, por sua vez, é o assentamento mais antigo do Estado de São Paulo em termos de implantação. A origem deste assentamento remete aos impactos sociais das construções de usinas hidrelétricas. Como Rosana situa-se na confluência dos rios Paraná e Paranapanema, foi um local estratégico para a construção de duas usinas em meados da década de 1970, sob a política energética de governos militares (BOTELHO, 2006).

Como a região já apresentava conflitos agrários, alguns fatores contribuíram para acentuar os confrontos entre trabalhadores(as) rurais e latifundiários. Ao término dos contratos de arrendamento e parceria que eram comuns na região, muitos(as) trabalhadores(as) decidiam permanecer nas fazendas, estimulados(as) pela disputa das terras entre o governo estadual e famílias de latifundiários. Os(as) trabalhadores(as) eram então ameaçados de morte e suas lavouras e casas destruídas, além de receberem liminares judiciais com ordem de despejo. De certo modo, a construção das hidrelétricas absorveu essa mão de obra por um tempo, amenizando as disputas (SILVEIRA et al, 1993).

Até que em 1982, uma intensa enchente dos rios deixou a população que vivia às suas margens desabrigadas. Tal fato coincidiu com o término da construção das usinas e o consequente desemprego em massa de trabalhadores(as) rurais e urbanos(as) (SOUZA, 1994).

O técnico do ITESP de Rosana, nos descreveu com detalhes o processo da luta pela terra e a formação do Assentamento Gleba XV de Novembro:

O Gleba XV começou em 1985. No governo (do estado de São Paulo) Montoro foi feita a desapropriação de várias fazendas aqui na época. Um pessoal que estava acampado aqui na região. Na época, praticamente não existia Movimento Sem Terra. Era mais o pessoal que se formava mesmo e sindicatos. Na época da Gleba XV de Novembro teve um desemprego muito grande por causa da usina hidrelétrica. Em 1985, foi um pessoal, formado por muitos desempregados na época da usina hidrelétrica Sérgio Motta e na usina hidrelétrica Porto Primavera, tanto é que a gente tem muitos assentados que eram carpinteiros, pedreiros, que trabalhavam nessa área nas usinas (Técnico Agrícola, ITESP de Rosana, 24/04/2018).

As famílias sofreram bastante, mesmo após a consolidação do assentamento, pois travaram outras lutas para a obtenção de serviços básicos como energia elétrica, abastecimento de água e saneamento, além das dificuldades de permanência na terra por meio da reprodução social. O Assentamento Gleba XV de Novembro também envolve a extensão territorial de mais de um município, além de Rosana, abrange parte de Euclides da Cunha Paulista.

De forma similar ao Monte Alegre, na Gleba XV de Novembro as responsáveis pelas reivindicações e esforços para a construção de unidades de saúde, escola, quadra de esportes, polo de acesso à internet foram as mulheres. As imagens a seguir ilustram as implementações de educação, saúde, lazer e informática conquistadas pelas mulheres integrantes da AMA e da OMUS nos assentamentos estudados.

Fotos I e II. Escola e Unidade de Saúde da Família no Assentamento Monte Alegre



Fonte: Trabalho de campo, 2018.

Fotos III, IV, V e VI. Escola, Unidade de Saúde, Escola de Informática e Agência dos Correios no Assentamento Gleba XV de Novembro.



Fonte: Trabalho de campo, 2018.

O envolvimento dessas mulheres na busca de melhorias não somente para si e suas famílias, mas para toda a comunidade do assentamento é algo evidente para vários agentes, as famílias assentadas, lideranças políticas e prestadores de serviços. Como podemos verificar nos seguintes trechos de entrevista:

E desde então, quando a associação foi criada, a ideia vingou tanto que elas estão lá até hoje, tens uns 15, 16, 17 anos. A ideia vingou, depois elas ampliaram a panificação, compraram mais equipamentos, melhoraram a parte de embalagem, comercialização. Então iniciou assim, a ação da AMA no assentamento Monte Alegre, desta forma, a associação de mulheres assentadas. E a principal atividade delas é em torno da panificação, que é a padaria. Elas também participam de alguns eventos que envolvem outras mulheres, ajudam em eventos sobre questões de saúde das mulheres, Outubro Rosa, algumas palestras. E elas inclusive já ganharam prêmios da Consul (Técnico agrícola do ITESP de Araraquara, 26/03/18).

No caso da AMA, tivemos a oportunidade de acompanhá-las numa reunião de Orçamento Participativo, no distrito de Bueno de Andrada, e pudemos verificar o empenho delas em conscientizar as famílias acampadas sobre a importância da política, reunindo as pessoas, organizando o transporte para levá-las até o local da reunião. Foi por meio do Orçamento Participativo que elas conquistaram a construção do prédio da padaria da associação.

Em relação à OMUS e ao assentamento Gleba XV de Novembro:

[...] Hoje, o assentamento, acho que conseguiram sensibilizar muito, muitas áreas do Governo Federal e Estadual, tem acesso a Conab que antes ninguém

conhecia, previdência social. Hoje o pessoal da Previdência Social do INSS vai no assentamento, explicam os direitos que tem, de aposentadoria, de pensão. O pessoal vai mais para o assentamento, o assentamento é mais reconhecido. Crédito eles têm, acho que saúde melhorou muito, os postos de saúde dos assentamentos são muito bons, com médico, ambulância 24 horas, tem que melhorar muito, mas foi muita conquista que eles tiveram. Hoje tem até programa ACESSA São Paulo, tem internet, tem escola do Estado até 2º grau, ensino médio, tem muita conquista, né? Então, hoje eu acho que de 1985 para cá melhorou muito, e melhorou graças as mulheres, eu acho, porque o envolvimento que as mulheres tinham, com a associação, buscando parcerias, envolvendo mais a área pública, política, tudo, né? Eu vejo assim que melhorou muito o assentamento, no caso da Gleba XV de Novembro. Do que eles passaram e estão até hoje, eu acho que teve muito ganho e principalmente por causa da associação e mulheres como dona Margarida (liderança da OMUS), que perseveraram, que vão atrás, que buscam (Técnico Agrícola, ITESP de Rosana, 24/04/2018).

Após essa breve contextualização sobre a formação dos assentamentos, no próximo tópico, antes de abordarmos as estratégias socioespaciais, explanaremos a respeito dos principais procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa.

Entrevistas, história oral e cartografias alternativas como caminhos na produção coletiva de informações em pesquisas sobre gênero

A geógrafa García-Ramón (2008) alerta que uma pesquisa feminista deve reconhecer que os resultados de sua investigação não são neutros, são influenciados pela reflexividade e pelo posicionamento de quem exerce a pesquisa.

Tradicionalmente, a ética científica presume o afastamento necessário do objeto de pesquisa, a fim de não “contaminar” o(a) cientista pelas emoções e sentimentos, que o(a) dispersam da objetividade da ciência. Contudo, às vezes, a produção da ciência implica na transgressão desta regra, sobretudo em pesquisas de ciências humanas.

Isto não significa que não devemos fazer uso de conceitos e da metodologia proveniente dos métodos tradicionais da geografia, pelo contrário, todavia, esse uso deve ser tensionado e refletido de modo crítico, demonstrando assim que há conflitos e disputa pelo poder no discurso epistemológico da ciência, no nosso, da geografia.

A subversão é compreendida como ações de pesquisadores(as) que, em virtude de privilegiarem temas e sujeitos invisibilizados pelo discurso científico, não compartilham as normas hegemônicas estabelecidas. Todavia, o fazer científico implica estes(as) pesquisadores(as) na operação de conceitos e métodos já consensuados na academia. E esse impasse leva à adoção crítica dos conceitos, evidenciando as relações de poder inerentes às construções teóricas e metodológicas. Além de ampliar novos recortes de grupos sociais, introduzem questionamentos, renovam métodos e acrescentam fontes alternativas de pesquisa, anteriormente desprezadas como pertencentes ao domínio do científico um método de investigação, permitindo a inserção do(a) pesquisador(a) no movimento da sociedade como um todo (SILVA, 2009, p.15).

No campo, a informação é produzida a partir da relação, da interação, de caminhos e (des)caminhos, encontros e (de)sencontros, a depender do esforço do(a) pesquisador(a) em desenvolver uma relação de respeito com os(a) participantes, à medida que estes(as) se colocam mais ou menos suscetíveis à contribuir com a pesquisa.

Nossos trabalhos de campo foram realizados em três etapas, considerando os meses de março a setembro de 2018. Acreditamos que a divisão dos procedimentos metodológicos seria mais interessante e produtiva, além de pautarmos as atividades de modo que não prejudicasse a rotina de trabalho das mulheres participantes.

O trabalho de campo consiste numa etapa na qual as informações não são simplesmente obtidas, mas sim produzidas através da relação que o(a) pesquisador(a) estabelece no decorrer da pesquisa com os sujeitos que integram seu objeto de investigação. Através do respeito ao espaço e tempo no contexto dos(as) pesquisados(as) e dos diálogos estabelecidos com eles(elas) (TURRA NETO, 2011).

Neste sentido, retomamos as ideias de Haraway (1995), ao defender que as pesquisas sobre gênero não devem considerar os sujeitos pesquisados como objeto, mas sim como agentes no processo de pesquisa. Deve-se reconhecer a identidade plural das pessoas envolvidas na pesquisa, evitando assim uma visão essencialista dos sujeitos. São pesquisas que resultam em diferentes conclusões, já que toda construção científica é parcial, situada e corporificada no tempo-espaço (HARAWAY, 1995).

Por esta questão da autorreflexão do pesquisador, consideramos importante dedicar um capítulo para o aprofundamento da metodologia utilizada na pesquisa, através do qual buscamos explicar o caminho de produção da tese, evidenciando quais foram as escolhas tomadas diante das especificidades das participantes da pesquisa. A produção de conhecimento implica numa postura de autorreflexão sobre as teorias articuladas ao tema de pesquisa, os procedimentos metodológicos, a construção da relação entre a estudante e as pessoas inseridas neste processo.

A reflexibilidade do(a) pesquisador(a), trabalhada pela geógrafa Gillian Rose (1993, p. 1), refere-se à produção do conhecimento. Este conhecimento é situado e parcial, pois implica em uma posicionalidade de quem desenvolve a pesquisa. Ou seja, o processo de pesquisa, mesmo quando intenta expor a determinados sujeitos, historicamente invisíveis, não está isento das relações de poder e hierarquias. Por isso, consideramos importante a utilização de um conjunto de metodologias qualitativas, que explorem ao máximo os ângulos das questões estudadas.

Pesquisar implica na busca por respostas para dúvidas que permeiam a nossa relação com o mundo e com nós mesmos(as) (SUERTEGARAY, 2002). Neste ínterim, pesquisas mais articuladas com a Geografia Humana dependem significativamente das relações construídas com o objeto de pesquisa que, frequentemente nestes casos, é também sujeito.

É necessário superar a visão dualista entre estes elementos para que a produção do conhecimento aconteça na interação relacional entre pesquisador(a) e participante da pesquisa. Neste sentido, a liberdade preconcebida em procedimentos metodológicos permite a revelação de aspectos impensados na realidade (SILVA; SILVA, 2014).

Para alcançar os objetivos previstos, lançamos mão de um conjunto de metodologias, sobretudo de cunho qualitativo. Além da coleta e sistematização de dados de fonte secundária e mapeamentos; realizamos trabalhos de campo com observação participante, entrevistas semiestruturadas, temáticas e de história oral, além de cartografias alternativas, com a elaboração de mapas mentais. As entrevistas foram realizadas com agendamento prévio, mediante a gravação, com a autorização registrada de todos(as) os(as) participantes da pesquisa. Ao todo fizemos 24 entrevistas em profundidade, com as mulheres integrantes da AMA e da OMUS e também com funcionários(as) de órgãos que prestam serviços aos assentamentos, técnicos agrícolas da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), assistente social, professora etc. Tais entrevistas foram gravadas em áudio, com a permissão registrada de todas(os) as(os) envolvidas(os), e posteriormente, transcritas, analisadas e categorizadas (GIBBS, 2009).

As entrevistas consistem em uma interação social, “conversa interessada”, na qual o(a) entrevistador(a) visa obter informações do(a) entrevistado(a) e apreender questões sobre o

comportamento e a consciência do(a) participante da pesquisa. As informações que se buscam alcançar com as entrevistas referem-se, geralmente, a um objetivo específico (COLOGNESE; MÉLO, 1998). Thompson (1998) adverte que o principal objetivo das entrevistas não é a obtenção de informação ou evidências, mas sim fazer um registro “subjetivo” de como indivíduo olha para traz e enxerga a própria vida, em sua totalidade, ou em uma de suas partes.

Apesar das entrevistas serem condicionadas de modo a estabelecer um diálogo, na horizontalidade, devemos admitir, conforme Colognese e Mélo (1998) que as mesmas constituem uma interação verbal que não ocorre de forma em que as posições sociais sejam simétricas, já que o(a) entrevistador(a)/pesquisador(a) costuma estar numa posição de controle da situação. Este fator já diferencia a entrevista de uma simples conversa. E isso pode fragilizar os resultados, de modo que o(a) entrevistado(a) se sinta coagido a responder aquilo que o(a) entrevistador(a) espera, para agradá-lo(a), ou permanecer passivo(a). Daí a importância, dentro das possibilidades, de assegurar que a pessoa entrevistada tenha o máximo de liberdade e expressividade, para expor com o mínimo de desconforto possível, suas opiniões e informações sobre os fatos questionados.

No que se refere às cartografias alternativas, temos a cartografia social, que provem das pessoas de uma comunidade, na busca por reivindicar suas lutas e delimitar suas conquistas; a cartografia afetiva, tão utilizada por psicólogos na tentativa de oferecer uma técnica para a exposição de traumas; a cartografia embasada nos mapas mentais, utilizados desde uma sistematização de estudos por temas até como uma forma de representação espacial dos lugares sobre os quais se projetam as práticas espaciais e valores das pessoas. Estes são exemplos de como os mapas podem subverter uma ordem hegemônica, pré-estabelecida, hierárquica e institucionalizada, o que se circunscreve muitas vezes nessas tentativas não é uma cartografia propriamente dita, mas uma linguagem cartográfica, de narrativas cartográficas, de metáforas espaciais.

Os mapas não podem ser definidos apenas em termos da precisão de longitude e latitude, isso reduz a atividade de mapear a uma operação matemática (SEEMANN, 2012). Mapas não se restringem apenas às representações cartográficas projetadas. Se o mapa deve representar existências, fenômenos, relações, há ampliadas formas pelas quais essas representações podem ser desenhadas. Podem estar imbuídas de linguagem cartográfica, nos remeter a relações espaciais e mesmo assim, não resultar num mapa tradicional.

De acordo com Seemann (2012, p. 70), para cartografar lugares e significados no papel, precisamos ir além das medidas, coordenadas e objetos. Há uma visão tradicional na cartografia que “separa a representação do espaço dos agentes, ações e mecanismos, que são responsáveis pela transferência e transformação (carto)gráfica de dados geográficos para o papel”.

Nosso intuito com a elaboração dos mapas mentais foi possibilitar à essas mulheres que elaborassem representações de suas espacialidades, por meio de desenhos, logo, teríamos mais elementos que indicassem as suas práticas espaciais, itens aos quais elas atribuem maior ou menor valor, como as mesmas compreendem o espaço cotidiano e como interpretam as transformações experimentadas pelos lugares advindas com o tempo.

De modo geral, notamos que nas ilustrações feitas pelas mulheres da AMA há um elemento bastante evidente, que consiste na relação com grupos de ciclistas de Araraquara e de municípios vizinhos. Há uma forte relação de amizade entre as assentadas e este segmento, que hoje compõe o seu principal público de atendimento na Padoka, inclusive tal nome foi cunhado por eles. O adentrarmos na padaria é possível ver cartazes de competições de ciclismo que têm a premiação sediadas na padaria, além da venda de cadeados e lanternas para capacetes no balcão. Outro fato interessante é que as associadas passaram a criar produtos veganos e sem glúten, para atender as demandas deste público (figuras I e II).

Figuras I e II. Mapas mentais elaborados pelas assentadas da AMA, representando a padaria



Em relação as associadas da OMUS, utilizamos uma dinâmica diferente, já que este grupo é mais dependente de políticas públicas federais, pedimos então, que elas representassem como eram os seus lotes antes, e dez anos depois de participarem desses programas.

Figuras III e IV. Mapas mentais elaborados por assentada da OMUS



As ilustrações acima foram elaboradas por uma das integrantes da OMUS, podemos verificar alterações significativas em seu lote, como a reforma da casa, antes de madeira e posteriormente construída com alvenaria; a ampliação da área destinada à produção agrícola e diversificada, com horta e pomar, a melhoria de infraestrutura como a construção de mangueira para os bovinos, além da inclusão de antena parabólica e acesso à internet, que são elementos importantes para o conforto dessas famílias.

Escolhemos apenas essas ilustrações em razão do limite de páginas do artigo, mas frisamos que estas foram as mais representativas, e que seus elementos se repetem nos mapas mentais das demais assentadas de cada associação.

No próximo subitem abordaremos com mais detalhes o processo de criação e características da AMA e da OMUS.

Organizações de mulheres assentadas em São Paulo: sororidade, persistência e mudanças

As mulheres da AMA, conforme sugere o nome da associação, pertencem ao setor VI do assentamento, ou seja, o último núcleo criado. Atualmente a associação conta com dez integrantes. Quatro delas trabalham diretamente com a produção na padaria e as demais são colaboradoras, auxiliando em demandas eventuais e contribuindo com a taxa cobrada mensalmente.

As mulheres que viriam integrar a AMA, há anos já fabricavam pães e bolos em suas casas e vendiam em pontos da área central da cidade de Araraquara. Elas decidiram, então, reunir-se com o intuito de obter outras fontes de renda monetária que garantissem a subsistência de suas famílias (SANTOS; SANT'ANA, 2012). A partir do Orçamento Participativo da prefeitura do município de Araraquara, elas vislumbraram a possibilidade da construção de uma padaria comunitária, a Padoka (nome cunhado posteriormente por seus/suas principais fregueses/as, os/as ciclistas). A padaria e o estatuto da associação ficaram prontos em 2008. A partir daí, essas mulheres alcançaram várias conquistas, tais como doações de *kits* de panificação, cursos de capacitação, premiações, parcerias com universidade para a realização de *coffee breaks*, convites para palestras em eventos etc.

A AMA dedica-se prioritariamente à produção de itens de panificação (fotos VII e VIII) (pães, doces, salgados, bolos etc.), inclusive possuem um cardápio de produtos veganos. Individualmente, as associadas também cultivam hortas e pomares em seus lotes, para autoconsumo, e também utilizam estes alimentos na fabricação dos produtos da padaria.

Fotos VII e VIII. Padaria da AMA e produção de pães, bolos e tortas pelas associadas



Fonte: Trabalho de campo, 2018.

A OMUS foi formalizada como associação em meados da década de 1990, sendo então considerada um grupo pioneiro de mulheres assentadas (ALMEIDA; RAMIRO, 2016). É também reconhecida como a primeira experiência de trabalho coletivo em assentamentos de Rosana. A formação da OMUS, que atualmente conta com nove integrantes, ocorreu mediante uma sucessão de razões, eventos e tentativas.

O primeiro fato apontado pelas entrevistadas quando questionadas sobre quais foram as motivações para a formação do grupo trata-se do preconceito de gênero que sofriam por parte dos homens assentados. Eles as impediam de participar ativamente das decisões coletivas do assentamento e essa condição de exclusão e silenciamento as impulsionaram na busca por mudanças. Somado a este fato, as dificuldades financeiras e o interesse em contribuir com o orçamento familiar, também consistiram em motivações para a criação do grupo.

À princípio as associadas tentaram realizar um projeto sob a gestão do ITESP para a criação de bovinos, porém, apesar de o Pontal do Paranapanema ser reconhecido como uma grande bacia leiteira, tal atividade não teve sucesso. Elas também trabalharam com o cultivo de mandioca. Foi nesta fase que se organizaram para ocupar um lote inutilizado do assentamento, reivindicando o uso do mesmo para a associação. Elas enfrentaram as imposições jurídicas para tal feito e conseguiram o lote. Posteriormente, também ocuparam uma unidade do Banco do Brasil em Rosana, pois necessitavam da obtenção de empréstimo para investimentos, e apesar das dificuldades e preconceito de gênero institucional por parte de bancários naquela época, conquistaram o crédito.

Assim como as mulheres da AMA, as associadas da OMUS também faziam pães e bolos para venda em Rosana, como uma fonte de renda monetária extra. Tal atividade surgiu quando ainda extraíam leite e fabricavam derivados, ao perceberem que poderiam fazer alimentos de panificação para abastecer as escolas da cidade e de municípios próximos. Até serem contempladas com um *kit* de panificação, e ainda conquistarem a construção de uma padaria comunitária. Eventualmente elas realizam cursos de aperfeiçoamento oferecidos pelo ITESP, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

No caso da OMUS, além da panificação, há outra atividade mais relevante para as associadas: a produção de alimentos de horta, pomar e de produtos artesanais, como polpas de frutas, que são comercializados com programas de compras institucionais, principalmente com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Algumas delas também fabricam artesanatos como crochê, bordado, pinturas, confecção de bonecas e bichos de pelúcia (fotos IX, X e XI).

Fotos IX, X e XI. Entrega de alimentos para o PAA, produção de panetones para o PNAE e fabricação de artesanato por associadas da OMUS



Fonte: Trabalho de campo, 2018.

A políticas públicas de comercialização mencionadas propiciam a compra de alimentos oriundos da agricultura familiar pelo Governo Federal, com isenção de licitação. E os alimentos são, após uma logística local, distribuídos em escolas, hospitais, albergues, asilos, creches, projetos sociais e diretamente para famílias em situação de vulnerabilidade social.

As estratégias de reprodução socioespaciais como fissuras para a construção de relações mais igualitárias no campo

Segundo Antuniassi (1993), as famílias de pequenos(as) agricultores(as) são levadas a construir estratégias para a reprodução social do grupo familiar e, assim, terem asseguradas a sua permanência no campo, especialmente nos assentamentos rurais. Ela afirma que a noção de estratégias, que no caso é denominada por ela como “estratégias familiares”, é um elemento indispensável para a compreensão das ações dos(as) agricultores(as) no processo de inserção e sobrevivência nos assentamentos de reforma agrária.

A autora supracitada entende que as estratégias são contínuos ajustes nas práticas adaptativas das famílias assentadas, como núcleo habitacional e como base de sistema de produção. São as estratégias de reprodução que possibilitam às famílias a sobrevivência nos assentamentos, apesar de toda a rusticidade das condições ambientais e do desinteresse do setor público (ANTUNIASSI, 1993).

De acordo com Bourdieu (1994) as estratégias de reprodução das famílias rurais integram em cinco grupos gerais: estratégias de investimento biológico (relacionadas à fecundidade, cuidados preventivos e de saúde); estratégias sucessórias (nas quais se objetiva a transmissão de terra entre as gerações); estratégias educativas (por meio das quais valoriza-se

a educação, o conhecimento e a ética); estratégias de investimento econômico (que objetivam o aumento de capital); e estratégias de investimento simbólico (relacionadas ao âmbito cultural, percepções e coesão do grupo familiar).

Para Sant'Ana (2003) existe um conjunto complexo e multideterminado de estratégias desenvolvidas pelas famílias que também interferem no destino deste segmento social. As estratégias foram classificadas pelo autor como sendo de: ampliação/manutenção da terra e do patrimônio; produção e comercialização; arranjos intrafamiliares de gestão da unidade familiar; e à cooperação e outras formas de organização comunitária. Para ele, o uso combinado destas estratégias permitia à maioria das famílias a sua reprodução social, mantendo-as na atividade agropecuária.

Sant'Ana (2003, p. 32) afirma que as estratégias de sobrevivência ou reprodução social: “podem ser bem sucedidas ou não, em função das restrições impostas pelo contexto econômico, social e político”. Concordamos com o autor, e ademais, acrescentamos que a situação geográfica também se insere no rol de condicionantes que podem facilitar ou dificultar a promoção de estratégias de reprodução social das famílias, direcionando-as para quais devem adotar, como demonstramos com a comparação de contextos dos municípios dos assentamentos estudados, por isso as denominamos de estratégias socioespaciais.

A herança é uma estratégia relevante para a perpetuação do patrimônio da terra e da condição social das famílias rurais. Há outras estratégias que se vinculam à reprodução de patrimônio, são as que lhes oferecem novas fontes de renda, sem que a atividade agropecuária fique em segundo plano (SOUZA, 2002).

De acordo com as especificidades de cada família, podem ocorrer distintas combinações de estratégias, a depender das suas particularidades, das características da terra e das atividades que exercem. Em um determinado momento, uma estratégia pode assumir importância maior do que a outra (SANT'ANA, 2003).

Acreditamos que as estratégias assim como o espaço, e as relações de gênero, são fluidas, passam por constantes re(construções) e adequações, não se encontram finalizadas e engessadas:

As estratégias estão fundamentadas em um *habitus*, mas também envolvem projetos, e estes estão em permanente construção, em constante adaptação às condições e possibilidades do campo e ao próprio *habitus* e experiências dos sujeitos. As estratégias são processos, construções que nunca atingem uma forma definitiva, são fluidas e não estruturas rígidas, pré-concebidas (SANT'ANA, 2003, p. 43).

Baseando-se em Bourdieu, Sant'Ana (2003) afirma que as condições sociais, econômicas, políticas e o *habitus*² influenciam as estratégias utilizadas, mas frisa que nem todas as ações/práticas desenvolvidas pelas famílias têm uma finalidade consciente. Deve-se ter em mente que a família, apesar do nível alto de intimidade, não representa uma instância totalmente

² O *habitus* é uma unidade de estilo que articula práticas e bens de um agente ou de uma classe de agentes. Trata-se de um princípio que retraduz características intrínsecas e relacionais de uma posição de estilo de vida singular (BOURDIEU, 1996). Duval (2015), em sua tese de doutorado, dedicada a análise das estratégias de reprodução social em assentamentos da região central do Estado de São Paulo, fez um estudo aprofundado das obras de Bourdieu e suas contribuições teóricas para os estudos rurais. Em seu entendimento, o conceito de *habitus* foi elaborado pelo autor para evitar o mecanicismo e o estruturalismo, que consideravam as práticas dos sujeitos como uma simples execução e determinação. Logo: Comportamentos, representações, modos de ser, de pensar e de agir, são o que Bourdieu chama de pré-disposições operacionalizadas pelo *habitus*, esse acúmulo de experiências que as pessoas incorporam histórica e socialmente, de forma intergeracional em seus grupos sociais e que são, portanto, partes constituintes e que fluem pelos agentes por meio de suas estratégias de reprodução social (DUVAL, 2015, p. 68).

coesa, homogênea, por isso as estratégias são seguidamente reelaboradas por seus membros. A família é uma instituição que, como as demais, expressa consensos, divergências, continuidades e mudanças.

Segundo Duval (2015), estudar as estratégias das famílias rurais requer a contemplação de vários aspectos do modo de vida destas pessoas. É necessário olhar com cuidado para as organizações formais e informais, as redes de relações às quais as famílias se articulam, as relações com os agentes técnicos regionais e, até mesmo, os fluxos migratórios. Podemos pensar as estratégias das famílias como: as próprias formas de organização social e produtiva; o modo de organização da mão de obra familiar; a criação de novos mercados; o uso de inovação tecnológica; e atividades não necessariamente agrícolas, tais como o assalariamento agrícola e urbano, a constituição de parentela nos bairros e /ou assentamentos rurais, ou ainda a opção por se manterem ligados a movimentos sociais e grupos produtivos (DUVAL, 2015).

Há ainda outro termo para explicitar essa situação, a pluriatividade. A pluriatividade é um recurso utilizado historicamente pelos camponeses e camponesas, de acordo com determinados contextos e o crescimento atual entre as famílias possui múltiplas razões. Trata-se de uma das alternativas possíveis, não é a única, e também não significa o abandono das atividades agropecuárias. Ela também representa uma forma de resistência entre as famílias, pois os(as) agricultores(as) utilizam das mesmas para a reprodução social da família e do estabelecimento/lote rural (SOUZA, 2002; SANT'ANA, 2003).

Schneider (2001), em estudos sobre as atividades pluriativas pelas famílias rurais de Estados do Sul do país, afirma que a pluriatividade trata-se de uma condição permanente entre atividades agrícolas e não agrícolas praticadas por uma mesma família, podendo ser de ordem coletiva ou individual. As estratégias, segundo o autor:

Ocorrem nos limites de determinados condicionantes sociais, culturais, econômicos e até mesmo espaciais, que exercem pressões sobre as unidades familiares. Portanto, a tomada de decisões e as opções, sejam quais forem, de indivíduos e famílias, possuem um referencial que na prática se materializa segundo as relações sociais, econômicas e culturais em que vivem. Assim, embora se tratem de estratégias conscientes e racionais, essa consciência é mediatizada por uma racionalidade informada pela realidade, que tanto é a expressão das relações materiais presentes, como daquelas herdadas de seu passado e transmitidas culturalmente. Desse modo, as estratégias não são causais ou teleológicas, mas resultado da ação humana frente às contingências e situações objetivas (SCHNEIDER, 2001, p. 172).

A pluriatividade e a contínua troca e contato com as dinâmicas urbanas produziram mudanças nas estratégias de reprodução em termos de gestão familiar. A visão do homem chefe de família e provedor, da mulher circunscrita ao espaço doméstico e dos filhos rigidamente disciplinados, embora ainda exista no espaço rural, vêm perdendo a força.

[...] a crise desse modelo está ligada ao processo mais geral de industrialização e modernização da sociedade. Pode se manifestar de uma maneira prática como a perda ou redução do poder de coerção econômica do chefe ou pelo simples questionamento dessa hierarquia pela geração atual de esposas e filhos(as) (SANT'ANA, 2003, p. 160).

De modo geral, as estratégias das famílias rurais envolvem aspectos produtivos, desde crédito, formas de organização, comercialização, formação técnico-profissional e de administração, além de aspectos imateriais, como as tradições, valores, normas internas das famílias, relações comunitárias, alianças políticas, parentesco, casamentos e migração (SANT'ANA, 2003).

De acordo com Moreira (2012, p. 273), pra quem as “estratégias são diversificadas e vinculadas ao contexto geográfico em que os produtores rurais estão inseridos”, há uma relação entre as estratégias adotadas pelos(as) agricultores(as), elas não ocorrem de forma efêmera ou espontânea, mas seguem uma conjuntura complexa, que inclui relações familiares e extrafamiliares. “Um(a) produtor(a) rural desenvolve suas estratégias a partir e dentro das condições sociais, econômicas, políticas e culturais em que vive.” (MOREIRA, 2012, p. 273).

Para Moreira (2012) há inúmeros exemplos de estratégias de reprodução social e econômica praticadas pelas famílias de agricultores e dois princípios regem tais estratégias: a localização geográfica (relação econômica, espacial e comercial) e as relações institucionais (políticas).

Silva (2015) corrobora, como ao demais estudiosos, de que as estratégias elegidas pelas famílias rurais se dão dentro de variados condicionantes: sociais, culturais, econômicos e espaciais, que cerceiam suas vidas. A autora também considerou a questão espacial como uma das esferas das estratégias. Para ela: “A reprodução social é um processo dinâmico, isto é, dá-se por meio das transformações e adaptações ao longo do tempo.” (SILVA, 2015, p. 92).

As relações na agricultura se mostram como um processo dinâmico, portanto não estático, sofrendo diferentes influências, de acordo com cada peculiaridade. Essa multiplicidade e heterogeneidade constantes denotam diferentes formas e racionalidades vinculadas à propriedade e as experiências anteriores, bem como o contexto macro que dinamizam, em mais ou menos, na tomada de decisão por determinadas estratégias na sua unidade de produção, de acordo também a uma forma de gerir mais integrada ao mercado ou mais autônoma (SILVA, 2015, p. 92).

As mulheres possuem uma grande capacidade de iniciativa e planejamento sobre a renda, a organização de consumo e gestão familiar. Ao se colocarem diante de projetos que lhes provenham retorno financeiro, elas adquirem não apenas um rendimento monetário, mas uma maior autonomia e poder de decisão. Mesmo que, de modo geral, o rendimento por elas obtido seja inserido no orçamento total da família.

Concordamos que uma mudança de perspectiva na observação da trajetória das mulheres rurais é necessária. É inegável as assimetrias de poder nas relações e decisões, bem como na valorização laboral, porém, não se deve atribuir à estas mulheres uma condição de vítimas resignadas. Elas estão em constante movimento de enfrentamentos e conquistas por direitos que lhes foram injustamente negados ao longo do tempo, contestando, assim, o *status* de inferioridade (SILVA; SANT’ANA; MAIA, 2018).

Sant’Ana (2003) aponta a importância de que as decisões familiares pelos membros que se envolvem diretamente na produção agropecuária, sejam pautadas pela ética do trabalho. Assim, por mais que em muitos casos prevaleça a decisão masculina, as relações de gênero somadas à ética do trabalho, garante às mulheres o poder de decisão. É claro que isso não deixa de sobrecarrega-las, pois mesmo que angariem recursos com trabalho agropecuário ou não agrícola, elas não são dispensadas das responsabilidades domésticas, tendo assim, que se adaptarem às jornadas exaustivas (SANT’ANA, 2003).

Entendemos que as estratégias de reprodução socioespaciais são aberturas que permitem mudanças significativas nas relações de gênero no espaço rural. As estratégias assim como o espaço, e as relações de gênero, são fluídas, passam por constantes re(construções) e adequações, não se encontram finalizadas e engessadas:

As estratégias estão fundamentadas em um *habitus*, mas também envolvem projetos, e estes estão em permanente construção, em constante adaptação às condições e possibilidades do campo e ao próprio *habitus* e experiências dos sujeitos. As estratégias são processos,

construções que nunca atingem uma forma definitiva, são fluídas e não estruturas rígidas, pré-concebidas (SANT'ANA, 2003, p. 43).

A fluidez também está presente nas relações de gênero. A discussão sobre tais relações não reconhece nenhuma justificativa biológica, psíquica e econômica que fundamente a desigualdade entre homens e mulheres (BEAUVOIR, 1970). Mas rejeita o determinismo biológico e considera que muitas das funções atribuídas aos homens e às mulheres são socialmente apreendidas e utilizadas de modo a significar relações de poder e hierarquias (SCOTT, 1995). Por isso, consideramos que a oposição binária entre feminino e masculino não são fixas, nem permanentes, por serem influenciadas pela subjetividade, linguagem e performatividade do gênero são fluídas, estão em devir e são, portanto, suscetíveis a alterações, graças às fissuras que tensionam esta estrutura normativa e dicotômica entre os sexos (BUTLER, 2017).

Compreendemos que as estratégias de reprodução socioespaciais são fissuras, e seus efeitos refletem no âmbito cotidiano e familiar, ao constatarmos que os companheiros das participantes da pesquisa passaram a realizar atividades antes delegadas às suas esposas, tais como cozinhar, limpar a casa, cuidar dos filhos. Tal fato, além de propiciar a reconfiguração da divisão do trabalho entre membros da família, gera a possibilidade de espaços paradoxais no campo.

Esse conceito geográfico, elaborado por Rose (1993), complexifica as relações de poder, demonstrando que elas presumem contraditoriedade e complementariedade, de modo a romper com os binarismos, e demonstra que, mesmo entre segmentos dos que estão na ala mais fraca, não são passivos, pois são dotados de poder, e se há poder, há resistência. Essa dinâmica de transferência de poder se estabelece constantemente entre os outsider (margem) e insider (centro), ou seja, elas não são fixas, são plurilocalizadas, e seus movimentos propiciam transformações. Acreditamos que, assim, as mulheres associadas conseguem subverter a lógica estrutural das relações de gênero no espaço rural.

Salvaro; Stevam e Felipe (2014) ao estudarem a participação feminina em cooperativas rurais virtuais no sul de Santa Catarina, apontam que a visibilidade social e reconhecimento laboral das agricultoras perpassam essas formas de organização coletiva, a profissionalização das agricultoras e, assim, ressignificam saberes, afazeres, jornadas de trabalho e divisão de tarefas nas propriedades/lotês, antes desvalorizados.

A articulação com o trabalho coletivo, em busca de reconhecimento de direitos, redistribuição de renda também propicia às agricultoras, além de visibilidade, novas subjetividades, pois a partir do trabalho associativo, essas mulheres não são mais apenas donas de casa, ou mesmo agricultoras, são associadas, gestoras de um projeto coletivo, comerciantes, empreendedoras (SALVARO; STEVAM; FELIPE, 2014).

Defendemos estas ideias a partir das observações feitas em campo, além dos relatos obtidos por meio das entrevistas. Verificamos que alguns homens se sentem ameaçados quando percebem que suas esposas passam a desempenhar atividades produtivas de êxito e, conseguindo autonomia econômica, os casos são ainda piores, quando a renda obtida pela mulher é a mais alta nas atividades da família. Observamos em campo que esta é uma realidade presente, quando uma associada nos revelou que seu esposo se sentia desconfortável pelo fato que ela tinha uma renda mensal maior que a dele.

-Às vezes meu marido fala umas coisas: “que eu ganho mais que ele na associação”, que isso não é certo.

-Como assim? Ele reclama pela senhora ganhar mais do que ele?

-É, isso aí! Ele se sente ofendido, sabe? Inferior, né?

-Que triste. E o que a senhora pensa sobre isso?

-Ah! Eu falo pra ele que isso aqui foi batalhado. Que a gente lutou pra conseguir. Foi uma luta grande. Não foi fácil, não. Então, quando eu cheguei

o meu seguro desemprego, foi acabando tudo, eu ficava preocupada, aí a gente correu atrás pra arrumar isso daqui (a padaria), pra poder ajudar com o salário do sítio, porque no começo, agora tudo que a gente planta a gente vende, mas no começo não era assim não,. Perdia as coisas. Você não conseguia vender então a gente passava dificuldade

-Então a senhora acha que não necessariamente o homem tem que sustentar a casa?

- Bobagem! Nada a ver! Claro que não. Claro que não! Assim como pode ser ele, eu também que eu posso trabalhar e precisar. Um precisa do outro! (Begônia, associada à AMA, 28/03/2018).

- E como vocês dividem as tarefas aqui, tem coisas que só você faz ou coisas que só o seu esposo faz?

- Aqui quem é responsável pelo gado, tudo é ele, né? Ele retira o leite. Eu praticamente fico mais dentro de casa, saio pra vender as coisas, faço queijo e aí cuido da parte de banco, compro as coisas do sítio, corro atrás das coisas. Isso aí eu que faço (Hortênsia³, associada à AMA, 28/03/2018).

As falas a seguir refletem as reconfigurações na divisão de trabalho, indicando, conforme apontado pela teoria de espaços paradoxais, que atualmente, em virtude da inserção das mulheres em grupos coletivos e do desenvolvimento de diferentes estratégias de reprodução socioespaciais, as assentadas vivenciam outras formas de ser agricultoras e outras espacialidades, ao passo que os homens, seus companheiros, passaram a exercer funções importantes no âmbito doméstico, anteriormente relegadas apenas às mulheres:

- E aqui na casa vocês dividem as tarefas ou é mais a senhora quem faz?

- Nós dividimos, ele faz também.

- É! O que ele faz?

- Ele lava a louça, faz comida.

- Que maravilha! Tem uns que não tiram o copo da mesa.

- Eu cheguei aqui hoje e o almoço estava pronto, foi só esquentar o feijão. O meu marido, a única coisa que ele fazia era botar o feijão no fogo. Quem tinha que fazer almoço era eu. Agora ele faz, porque esse negócio da padaria nós saímos muito tarde, você viu, né? (Azaleia, associada à AMA, 26/03/2018)

- Como vocês dividem as atividades aqui, quem faz o que?

- Todo mundo faz tudo um pouco, eu, meu esposo, meu neto. Limpeza, comida.

- Que legal! O seu neto também colabora?

- Sim, aqui todo mundo faz de tudo. O menino de quatorze anos faz tudo também (Kalanchôe, associada à OMUS, 26/03/2018).

Esse aspecto positivo, de reconfiguração do trabalho das famílias assentadas, é um princípio fundamental para a desestabilização de hierarquias e o estabelecimento de relações de gênero mais igualitárias. E a isto soma-se ainda o reconhecimento social do trabalho desenvolvido pelas associadas, que sentem-se valorizadas, contribuindo para a sua autoestima e para reafirmar que seu trabalho é sim visível e necessário para suas famílias e para toda a comunidade dos assentamentos.

³ Este nome, bem como todos os demais mencionados no texto são fictícios.

Considerações Finais

A pesquisa realizada nos possibilitou conhecer melhor o universo das trabalhadoras rurais assentadas. Longe de resignarem-se às condições de desvalorização infelizmente ainda bastante presentes no espaço rural, permeado pelo machismo e demais formas de violências, as integrantes da AMA e da OMUS travaram há décadas lutas que reverberam benefícios não apenas para si mesmas e suas famílias, mas para os assentamentos Monte Alegre e Gleba XV de Novembro.

As diversas estratégias socioespaciais, envolvendo o associativismo, a produção para autoconsumo, a panificação, o artesanato, o uso de aposentadorias rurais, a venda de produtos em feiras livres, a realização de cursos de capacitação e a participação em diferentes políticas públicas, de comercialização, financiamento, reforma e construção de residências, transformaram a realidade dessas mulheres em variadas dimensões: espacial, social, econômica e cultural. Ao se empenharem na realização de seus projetos, elas vivenciam novas espacialidades, interagem com pessoas de perfis diversos, contribuindo para uma visão de mundo mais ampliada; adquirem conhecimentos que agregam valores aos produtos e serviços oferecidos pela associação à sociedade.

Isso reforça a importância do estímulo à criação de grupos de trabalho entre a população assentada, sobretudo em relação às mulheres, que por longo tempo têm sido silenciadas, oprimidas e relegadas à uma condição secundária, mas que diante de oportunidades como as que foram apresentadas neste artigo, conseguem ressignificar os espaços produtivos e reprodutivos as relações de gênero e a hierarquia estabelecida aos trabalhos dos membros da família.

Referências

ALMEIDA, Olivia Alves; RAMIRO, Patrícia Alves. Mulheres unidas na luta contínua pela terra: uma das histórias da Gleba XV de Novembro. In: VII Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2016, Natal-RN. Anais do VII Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2016.

ANTUNIASSI, Maria Helena Rocha. Estratégias familiares de trabalhadores rurais em núcleos de reforma agrária. **Informações Econômicas**, v. 22, p. 17-21, 1993.

ARO, Daniele Torres. **Mulheres Assentadas**: da invisibilidade ao protagonismo. 2012. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara. Araraquara, 2012.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo – Livro 1: Fatos e Mitos**. 4ª Edição. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo – Livro 2: A Experiência Vivida**. 4ª Edição. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BOTELHO, Maria Auxiliadora Leite. **O Protagonismo dos Grupos Subalternos do Campo**: entre a resistência e a subordinação. 2006. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2006.

BOURDIEU, Pierre. Stratégies de reproduction et modes de domination. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, n° 105, p. 3-12, 1994.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Coleção Sujeito & História, 2017.

CAMPOI, Antonio Marcos. **Sistemas de Produção e Estratégias de Vida para Permanência na Terra**: um estudo no Projeto de Assentamento Monte Alegre – Araraquara/SP. 2005. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara. Araraquara, 2005.

COLOGNESE, S. A.; MELO, J. L. B. de. A técnica de entrevista na pesquisa social. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 143 – 159, 1998.

DUVAL, Henrique Carmona. **Bens Materiais e Simbólicos**: condição camponesa e estratégias familiares em assentamentos rurais na região central do Estado de São Paulo. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2015.

FERNANDES, Bernardo Mançano; RAMALHO, Cristiane Barbosa. Luta pela terra e desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema - SP. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 43, p. 239-254, 2001.

GARCÍA RAMÓN, Maria Dolores ¿Espacios asexuados o masculinidades y feminidades espaciales?: hacia una geografía del género. **SEMATA**, Ciencias Sociais e Humanidades, Rioja, v. 20, p. 25-51, 2008.

GAVIOLI, Felipe Rosafa; COSTA, Manoel Baltasar Baptista. As múltiplas funções da agricultura familiar: um estudo no assentamento Monte Alegre, região de Araraquara (SP). **Revista de Economia e Sociologia Rural** (Impresso), v. 49, p. 449-472, 2011.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: ArtMed, 2009.

GOMES, Thauana Paiva de Souza *et al.* Assentamentos da região central do estado de São Paulo sob uma perspectiva analítica a partir de indicadores sociais: apresentação de resultados da pesquisa contratual INCRA/UNIARA N°100000/2010. In: **V Simpósio sobre Reforma Agrária e Questões Rurais**, Araraquara, 2012.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, 1995.

MOREIRA, Erika Vanessa. **A ruralidade e a multifuncionalidade nos espaços rurais de Piedade e Pilar do sul-SP**. 2012. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. 2012.

ROSE, Gillian. **Feminism & Geography**: The limits of Geographical Knowledge. Cambridge: Polity Press, 1993.

SANTOS, Arlei Rosa dos; SANT'ANA, Raquel Santos. **O Desafio de Geração de Trabalho e Renda**: A Experiência da Associação de Mulheres Assentadas (AMA) de Araraquara/SP. In: Anais do V Simpósio Sobre Reforma Agrária e Questões Rurais, Araraquara, 2012.

SANT'ANA, Antonio Lázaro. **Raízes na Terra**: as estratégias dos produtores familiares de três municípios da mesorregião de São José do Rio Preto (SP). 2003. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2003.

SCHNEIDER, Sergio. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura** (UFRJ), Rio de Janeiro, v. 16, p. 164-184, 2001.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

SEEMANN, Jörn. Tradições humanistas na cartografia e a poética dos mapas. In: Eduardo Marandola Jr.; Werther Holzer; Lívia de Oliveira. (Org.). **Qual o Espaço do Lugar?** Geografia, Epistemologia, Fenomenologia. 1ed. Rio de Janeiro: PERSPECTIVA, 2012, v. 1, p. 279-303.

SILVA, Flaviana Cavalcanti. SANT'ANA, Antônio Lázaro; MAIA, Ana Heloísa. Grupos de mulheres em assentamentos rurais do território rural Prof. Cory/Andradina: alguns desafios e conquistas. **Revista Científica Rural**, v. 20, p. 32-49, 2018.

SILVA, Joseli Maria; SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento. Introduzindo interseccionalidades como um desafio para a análise espacial no Brasil: em direção às pluriatividades do saber geográfico. In: SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento; SILVA, Joseli Maria (Orgs). **Interseccionalidades, Gênero e Sexualidades na Análise Espacial**, 2014.

SILVA, Joseli Maria. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. In: SILVA, Joseli Maria. (Org.). **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do Fim do Século**. Editora Unesp, São Paulo, 1999.

SILVEIRA, Fátima Rotundo. *et al* Origem e formação do assentamento Gleba XV de Novembro-SP. In: Anais do **IV Encuentro de Geógrafos da América Latina**, Mérida – Venezuela. p. 171-173, 1993.

SOUZA, Maria Antonia de. **A Formação da Identidade Coletiva: um estudo das lideranças de assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema**. 1994. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1994.

SOUZA, Vanilde Ferreira de; FERREIRA, Lucia; RAMIREZ, Gláucia Miranda; BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa Pereira. Processos Evolutivos na ocupação dos espaços nos assentamentos Monte Alegre 1 e Monte Alegre 4, Araraquara, Estado de São Paulo. **Revista de Economia Agrícola** (Impresso), v. 55, p. 5-14, 2008.

SOUZA, Vanilde Ferreira de. **Agricultura Familiar: permanência e/ou resistência num bairro rural de Araraquara-SP**. 2002. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola), Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2002.

SUERTUEGARAY, Dirce Maria Antunes. Pesquisa de Campo em Geografia. Revista **GEOgraphia**. Ano IV, nº 7. Niterói, 2002.

TEIXEIRA, Iraí Maria de Campos. **Processos de educar-se de mulheres do Assentamento Monte Alegre -SP nas ações de cuidado à saúde**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Carlos. São Carlos. 2016.

TURRA NETO, Nécio. Metodologias de pesquisa para o estudo geográfico da sociabilidade juvenil. **RA'E GA: o Espaço Geográfico em Análise**, v. 23, p. 340-375, 2011.

O PROCESSO SUCESSÓRIO NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA

Larissa Sapiensa Galvão Lealⁱ

Luiz Gustavo Ennes Pizzaiaⁱⁱ

Henrique Carmona Duvalⁱⁱⁱ

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante^{iv}

Resumo

O presente projeto pretende estudar a atual situação da sucessão dos estabelecimentos rurais de agricultura familiar, o êxodo rural de jovens e o envelhecimento da população de agricultores, a fim de compreender as estratégias de resistência e manutenção das famílias nos assentamentos. Com o objetivo fundamental de dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos nessa temática pelo Núcleo de Estudos e Documentação Rural (NUPEDOR) da Universidade de Araraquara – SP, levantando hipóteses de trabalho e indicando caminhos futuros de pesquisa e intervenção pública sobre o assunto, foram escolhidos como território de pesquisa os assentamentos do município de Araraquara, PA Bela Vista do Chibarro e Monte Alegre, e o PDS Fazenda da Barra, situado em Ribeirão Preto. A pesquisa se justifica por existirem poucos estudos sobre o assunto com foco no núcleo familiar e pela problemática causada pela falta de políticas públicas voltadas à permanência da juventude no campo, principal causa do alto índice de êxodo rural, da falta de mão de obra no campo e do aumento do número de idosos como responsáveis pelas propriedades rurais. Como metodologia optou-se pela pesquisa qualitativa utilizando questionários e entrevistas com roteiros semiestruturados a serem aplicados com as famílias escolhidas. Para definição das famílias entrevistadas serão utilizados os bancos de dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e do Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP, além de dados fornecidos pelas unidades de postos de saúde dos assentamentos. Os dados das entrevistas serão transcritos e analisados para apresentação dos resultados.

i Doutoranda em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – UNIARA

ii Doutorando em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – UNIARA

iii Doutor em Ciências Sociais – UFSCAR

iv Doutora em Ciências Sociais – UNIARA

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo principal estudar o processo sucessório em assentamentos do município de Araraquara – SP e região, com foco nas famílias rurais, considerando toda a trama de tensões que cerca o sistema familiar. Dando continuidade à pesquisa realizada durante o mestrado sobre o papel das mulheres rurais na produção agroecológica, pretendo estudar outras invisibilidades existentes nos assentamentos rurais, agora com um olhar para os núcleos familiares e as estratégias de permanência no campo a partir da sucessão dos lotes. Esta pesquisa também pretende complementar os projetos realizados pelo Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (NUPEDOR), vinculados ao Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara-UNIARA.

Nesta esfera, a pesquisa sobre sucessão familiar vem ao encontro dos estudos realizados pelo NUPEDOR, apresentando dados sobre a atual situação dos assentamentos da região, identificando os papéis dos sujeitos e as questões que permeiam o processo sucessório.

A agricultura familiar é o maior segmento em número de estabelecimentos rurais do país e tem significativa importância econômica em diversas cadeias produtivas, além de ser responsável por garantir boa parte da segurança e soberania alimentar do País, sendo considerada como a principal fornecedora de alimentos para o mercado interno (BRASIL, 2006). Atualmente, a agricultura familiar vem sendo o centro das atenções por ser um meio alternativo de desenvolvimento para a zona rural, a qual tem capacidade de diminuir a miséria, as desigualdades sociais e econômicas e os impactos ambientais. Destaca-se também a intenção da redução do êxodo rural já que o Brasil tem um histórico de carência de políticas públicas voltadas à área rural, e de falta de incentivo/atrativo à permanência de homens e mulheres, sejam jovens, adultos, crianças e idosos no campo, o que vem contribuindo para que a população urbana cresça a cada ano em um ritmo acelerado (SILVA et. al. 2006).

Dentro do contexto de permanência no campo, este projeto tem como objetivo principal estudar o processo sucessório em assentamentos da região de Araraquara – SP, considerando toda a trama de tensões que cerca o sistema familiar. Pretende-se conhecer a velhice em contraste com a juventude rural, enfocando, principalmente, a vida cotidiana das famílias e suas estratégias de reprodução, manutenção e resistência no campo diante

de algumas transformações ocorridas ao longo dos anos como o êxodo rural e a aposentadoria.

A importância de se analisar a sucessão em assentamentos rurais reside no fato de que a continuidade ou não dos filhos no campo pode modificar as estruturas locais de produção e organização das atividades produtivas, já que o futuro do empreendimento rural depende desses jovens.

Partindo disso, torna-se necessário compreender como essas mudanças configuram o espaço rural, modificando realidades tradicionais, formas de ser e estar nesse espaço, de modo a instaurar papéis sociais, com ênfase nas relações intergeracionais, e quais os gargalos existentes no processo de sucessão no campo. Neste trabalho, portanto, as análises serão centradas nas famílias. Para Bourdieu (2013), a família é descrita como um “campo” onde se desenrolam relações de força física, econômica e simbólica, onde se conserva e reproduz a estrutura do espaço e das relações sociais.

É a partir desse olhar que se pretende usar essa categoria para estudar as estratégias e compreender os processos de transmissão do modo de viver no campo, garantindo o espaço da família, o patrimônio material e cultural.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Muito se sabe sobre os movimentos migratórios do campo para o urbano, mas ainda são necessários estudos mais aprofundados que tratem sobre a sucessão dos lotes, analisando como as famílias estão constituídas, quais as condições dos idosos no meio rural, qual a visão dos jovens sobre a permanência nos estabelecimentos rurais, de que forma se dá a transferência da responsabilidade das propriedades rurais, quais as burocracias e dificuldades enfrentadas, e como são as relações familiares que envolvem esse processo.

Nesta revisão bibliográfica, que será aprofundada no decorrer da pesquisa, serão apresentados trabalhos que tratam sobre o tema da sucessão familiar e alguns resultados das pesquisas que discorrem sobre a juventude rural, o envelhecimento da população do campo, as ferramentas e estratégias da agricultura familiar na produção, nas relações sociais, na manutenção da cultura e dos costumes.

De acordo com Facioni e Pereira (2015), que estudaram os determinantes da sucessão em um assentamento rural no Estado do Mato Grosso do Sul, além dos fatores que contribuem para a saída dos jovens do meio rural como falta de estrutura, dificuldades de acesso às políticas públicas voltadas à agricultura familiar, dificuldades financeiras e a baixa escolaridade dos agricultores, foram confirmadas as hipóteses de que quanto menor a renda agrícola, mais se agrava o processo de sucessão, e de que quanto maior o tempo no meio rural, maior será a escolha pela sucessão. Outro ponto importante indicado pelos pesquisadores foi a importância da diminuição das burocracias a que está condicionada a transferência do lote em vida para os filhos e a conscientização dos atuais responsáveis por estes lotes de que é preciso se discutir a sucessão em vida. Souza (2017) também afirma que a sucessão familiar do lote de reforma agrária não é discutida e planejada com antecedência, mas que há, no interior das famílias, uma convergência de opiniões sobre o futuro herdeiro ao lote.

Outro estudo realizado no Sudoeste do Paraná por Kischener et. al. (2015) apontou a renda, a convivência na comunidade e a inclusão dos projetos de vida dos filhos nas estratégias de reprodução social da família como principais fatores que influenciam na sucessão geracional e favorecem a permanência dos jovens no meio rural.

Existe no interior das famílias o que podemos chamar de uma relação de autoridade e hierarquia, onde os filhos são cobrados para que fiquem no campo ajudando nos trabalhos do lote, que sigam as regras e obrigações impostas pelos pais/ “chefes de família”, porém, não lhes é dada a oportunidade de opinar ou mesmo de receber um pagamento pelo trabalho realizado. É na família que os jovens encontram seu refúgio, mas também é nela onde vivem a maior parte de seus conflitos, como afirma Carneiro (2007):

Apesar de o jovem perceber a importância que a família tem para ele, seja como apoio afetivo e material, seja como referência social, a família também representa uma restrição a seus projetos, justamente pela dificuldade que ele encontra de ser visto como um indivíduo que tem interesses próprios que podem não ser coerentes com os objetivos coletivos, da família, sobretudo da família camponesa. Percebemos, então, uma relação de ambiguidade do jovem em relação à família: ao mesmo tempo que ela representa um espaço de proteção, de conforto e enraizamento social, é também um espaço onde

vivencia as restrições mais severas à realização de seus desejos (CARNEIRO, 2007, p. 78).

Essa cobrança da permanência dos jovens no campo como possível reversão do quadro de esvaziamento do meio rural deve problematizar esse olhar que percebe no jovem o ator heroico da transformação social. “A mudança dessa realidade e da situação de desigualdade social que atinge jovens e velhos demandam ações coletivas e políticas públicas de longo alcance que gerem transformações mais profundas na realidade brasileira” (CASTRO, 2009).

Os dados apontados por Duval (2015) nos estudos sobre a condição camponesa e as estratégias familiares em assentamentos rurais na região central do Estado de São Paulo indicam o baixo índice de exploração do potencial de trabalho que os assentamentos possuem, sobretudo dos jovens, como fator limitante para a permanência no campo. A sua participação no trabalho agrícola é baixa e, por outro lado, não há um perfil de lote no qual seja gerada uma renda suficiente para o jovem. O autor complementa sobre as estratégias das famílias em adquirir renda:

...outro aspecto digno de nota são as diferentes formas de composição de renda que as famílias assentadas podem se valer, o que faz variar o aproveitamento da mão de obra dentro ou fora dos lotes, a combinação com benefícios previdenciários e/ou de programas sociais. Ou seja, entendemos que se trata de estratégias que as famílias lançam mão para obter uma renda total necessária para suprir as suas necessidades, o que é conseguido de diferentes maneiras conforme seus interesses e possibilidades, em distintos períodos nos assentamentos (DUVAL, 2015).

Costa e Ralisch (2013) verificaram que a maioria dos jovens quer continuar vivendo nos assentamentos, porém, como a renda obtida na propriedade é limitada, muitos precisam abandonar o assentamento em busca de sua independência financeira. Muitos se tornaram proletários para assegurar condições mínimas de subsistência. A prática familiar redefiniu a posição social dos membros e movimentou o “espírito de família” (BOURDIEU, 2013) para evitar a diluição da unidade doméstica.

Diante da dicotomia rural/urbano, os jovens rurais se permitem, cada vez mais, vivenciar os dois universos. Ter acesso a “experiências” urbanas, sem, contudo, abandonar o espaço rural ou deixar de vincular-se a ele (KUMMER, 2013). O fato de os jovens quererem incorporar práticas urbanas no espaço rural, portanto, não significa a

negação do rural, mas sim um processo de adaptações. João Rua (2006, p. 86), afirma que “rural e urbano fundem-se, mas sem se tornarem a mesma coisa, já que preservam suas especificidades”. Dado o processo de industrialização do campo, desencadeando a interação entre os dois espaços, o autor chama atenção para o “surgimento de espaços híbridos”, ao qual vai denominar de “urbanidades no rural”:

As “urbanidades” decorrentes dessa interação não serão apenas novas ruralidades, e sim, o urbano presente no campo, sem que cada espacialidade perca suas marcas. Logo, o espaço híbrido que resulta dessas interações não é um urbano ruralizado nem um rural urbanizado (RUA, 2006, p. 95).

Elisa Guaraná de Castro (2009) fala em seu artigo sobre a formação da identidade social da juventude rural a partir da organização destes jovens. Eles que assim se identificam em diversos movimentos sociais, vêm se mobilizando em espaços específicos de discussões que ocorrem a nível regional e nacional. As demandas dessas formas de organização revelam muito sobre como esses jovens se percebem. Se por um lado reforçam questões como acesso à educação e a terra, por outro constroem essas demandas no contexto de transformações sociais da própria realidade do campo e da sociedade brasileira (CASTRO, 2009).

Em 2016, a mesma autora publicou sobre a primeira geração jovem dos movimentos sociais no Brasil e sua incidência nas políticas públicas de juventude, descrevendo esse fato como “uma atuação política que atravessou fronteiras invisíveis”. A presença da juventude rural como ator político nesse cenário ampliou a visibilidade da diversidade das juventudes do campo. Os jovens organizados participaram de debates para políticas públicas voltadas para a juventude rural, como também para a transformação do campo brasileiro. Contudo, esse processo resultou antes na formação e fortalecimento dessa geração de lideranças do que em políticas efetivas e de largo alcance que atendessem as demandas e agendas propostas. Suas principais reivindicações continuam sendo o acesso à terra por meio da Reforma Agrária, sustentabilidade, inclusão digital, transporte público, acesso à produção e à cultura, geração de renda, tecnologias para a produção e, em especial, para a produção agroecológica, assistência técnica, crédito, comercialização. Essas, dentre tantas outras, seriam condição para a permanência dos jovens no campo, de acordo com a pesquisadora. “Trata-se não só de acesso aos bens e serviços, mas da mudança do modelo de desenvolvimento econômico, em que se

percebe na juventude um ator estratégico nesse processo de disputa política” (CASTRO, 2016).

Os dados apresentados por Alcântara (2010) nos estudos sobre a velhice na cidade e no rural, evidenciam aspectos interessantes sobre o viver no campo. Ela diz que, entre os entrevistados, era comum a continuidade do trabalho entre os idosos do campo mesmo após a aposentadoria, o que não acontecia no meio urbano. A autora disserta que, independentemente do mercado formal de empregos, as categorias terra, família e trabalho, que não se desvinculam umas das outras, tornam compreensiva a percepção dos idosos rurais em torno da vida associada ao valor-trabalho, cuja falta, segundo a autora, representa sua morte social. O grande impedimento para a continuidade das atividades é, portanto, a limitação física. Outra questão relacionada a paralização das atividades dos idosos é o peso dado aos filhos em assumir a responsabilidade de gestão da propriedade. Nas palavras da autora: “não foi raro ouvir dos filhos suas contestações pelo fato de os pais insistirem com o trabalho na roça, visto não terem mais idade para isso”.

O rumo das unidades familiares no espaço rural aponta para a multifuncionalidade e pluriatividade na agricultura. Após algumas pesquisas realizadas por Schneider (1999) com trabalhadores do Rio Grande do Sul e Silva (1999) no Paraná, foi constatado em que os agricultores familiares obtêm renda das atividades agrícolas e não-agrícolas. Essas rendas advindas da produção não agrícola são interpretadas como pluriatividade, e esse processo maior é entendido como a multifuncionalidade do espaço rural, ou seja, as atividades desenvolvidas pelos agricultores não são somente agrícolas (ALVES et. Al., 2008).

Essa pluriatividade encontrada no meio rural, especialmente nos assentamentos que farão parte desta pesquisa, é apresentada em estudos científicos que tratam do assunto, como uma tendência para a reprodução socioeconômica das famílias. Graziano da Silva et al. (2002) trata sobre o Novo Rural Brasileiro, e fala sobre a diversidade de atividades no meio rural e que “é preciso tomar o rural como um espaço de múltiplas dimensões e não apenas como um local onde se realizam atividades agropecuárias”.

O rural não é somente um espaço de produção, mas deve ser visto como espaço de atividades humanas onde a atividade agrícola é uma delas. Carneiro (1998) fala que esse espaço rural não pode ser definido somente pela produção agrícola; há também várias outras possibilidades de utilização desse espaço como o turismo rural, exemplo dado pelo

autor sobre procura das pessoas por uma alternativa de lazer fora das cidades. Nesse sentido as políticas públicas devem ser pensadas a partir desse prisma onde nada é homogêneo; há uma diversidade de pessoas e atividades no campo, a multifuncionalidade citada, que precisam ser consideradas para um planejamento das ações no meio rural. Segundo Alves et. al. (2008):

...o enfoque multifuncional da agricultura estimula a diversificação produtiva dos alimentos, além de contemplar suas inúmeras funções como o desenvolvimento local, equidade socioeconômica, diversidade sociocultural, preservação ambiental e da heterogeneidade do espaço rural (ALVES et al., 2008).

Diferentemente do que se lê em outros estudos sobre sucessão rural, a pesquisa realizada por Souza (2017) no Vale do Juari em Tocantins, afirma que as famílias vêm desenvolvendo um conjunto de arranjos fundiários, econômicos e sociais que vem possibilitando as novas gerações verem o campo como o que a autora chama de “um negócio possível”, o que garante as práticas de produção da agricultura familiar e a sucessão da condição camponesa em assentamentos rurais. Esta pesquisa indica ainda que as mulheres não são excluídas do projeto de sucessão, e que elas também não renegam a vida rural.

Pelo contrário, do ponto de vista da geração, vêm enfrentando tanto a luta pela terra como a luta na terra. A lógica que orienta as decisões dos pais e demais membros da família sobre o possível herdeiro do patrimônio familiar está norteada pela fragilidade social dos filhos ou da filha em relação aos demais membros (SOUZA, 2017).

De acordo com os resultados obtidos na pesquisa sobre as mulheres na agricultura orgânica da região de Araraquara (LEAL, 2019), pudemos identificar que as mulheres têm se destacado e são fundamentais no processo produtivo, especialmente no processo de constituição da transição agroecológica. As mulheres agricultoras, principalmente as mulheres idosas, pioneiras dos assentamentos, detêm grande parte dos conhecimentos tradicionais no que se refere a plantas, sementes e técnicas de plantio, sendo responsáveis pela transmissão de saberes para as gerações seguintes, e contribuindo para a manutenção da cultura local.

Conforme as experiências de transição foram sendo consolidadas pelas mulheres, ocorreram alterações nas relações familiares e sociais. Estas modificações não foram

apenas porque as experiências passaram a ter validação econômica na esfera produtiva, mas também pela persistência e convicção das mulheres em relação à concretização dos projetos. Parte do que se pode chamar de empoderamento destas mulheres, envolveu a desconstrução ou a amenização das estruturas que reproduzem a posição subordinada da mulher, dentre as quais, aquelas que conformam as noções de gênero.

Contudo, é nessa esfera que este trabalho pretende analisar os dilemas existentes no processo sucessório nos assentamentos rurais e como esses dilemas interferem diretamente nos sistemas familiares e na reprodução social.

OBJETIVOS

Objetivo geral

O objetivo geral deste trabalho é estudar sobre a sucessão dos lotes nos assentamentos Bela Vista do Chibarro e Monte Alegre, da região de Araraquara, e também no assentamento situado no município de Ribeirão Preto, o PDS Fazenda da Barra. Identificar a atual situação das famílias, analisando os perfis e as trajetórias de vida desses agricultores, e estudando as questões sobre gerações existentes nesses territórios.

Objetivos específicos

Como objetivos específicos pretende-se:

- (1) investigar como as famílias assentadas estão arrançadas nos lotes, como se dá a participação de cada membro do núcleo familiar;
- (2) investigar os motivos pelos quais a população jovem tem abandonado a vida no campo e migrado para a cidade;
- (3) a relação que o trabalho na cidade tem com a permanência da família no campo;
- (4) as relações existentes entre gênero e geração na manutenção da família no campo e as perspectivas de futuro dos jovens na agricultura;
- (5) identificar os principais gargalos existentes no processo de sucessão das propriedades rurais da Reforma Agrária,
- (6) e indicar caminhos futuros de pesquisa e intervenção pública sobre o assunto.

METODOLOGIA

Como metodologia, optou-se por realizar uma pesquisa qualitativa através de observação e entrevistas, a fim de captar a atual situação da sucessão dos estabelecimentos rurais de agricultura familiar, e as inter-relações compreendidas entre o êxodo rural de jovens e o envelhecimento da população de agricultores nos assentamentos, tendo como foco principal as famílias assentadas.

O primeiro passo metodológico adotado é a escolha do universo amostral. Com o objetivo fundamental de levantar hipóteses de trabalho e indicar caminhos futuros de pesquisa e intervenção pública sobre o assunto, o presente projeto de estudo tem como território de pesquisa os assentamentos do município de Araraquara, PA Bela Vista do Chibarro e Monte Alegre, com predomínio da agricultura familiar em ambos os assentamentos, totalizando 620 famílias. Visando ampliar o universo da pesquisa e também inserir um assentamento com um histórico diferenciado, optou-se por estudar também o assentamento localizado no município de Ribeirão Preto, o PDS Fazenda da Barra, criado mais recentemente, com cerca de 460 famílias.

Desta maneira, primeiramente, serão identificadas todas as famílias que possuam idosos (indivíduos com idade igual ou maior de 60 anos) como titulares dos lotes a partir da relação de beneficiários da Reforma Agrária disponibilizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP. Será solicitado também nos postos de saúde dos assentamentos a relação de membros destas famílias, a fim de levantar dados relacionados a formação destes núcleos familiares. Destas famílias serão entrevistadas pessoas idosas e pioneiras dos assentamentos, bem como os mais jovens. A proximidade da pesquisadora com os assentamentos e com os assentados facilitará a identificação das famílias com potencial para obtenção dos dados de interesse deste estudo.

O instrumento de pesquisa adotado para conhecer esses idosos e suas famílias será o questionário semiestruturado e entrevistas. O método de “história de vida” será utilizado para ajudar a construir as estratégias de reprodução social. A intenção é analisar as trajetórias de vida, captar elementos que permitam compreender as transformações sociais e as rotinas das famílias rurais e suas práticas que de permanência no campo. Valer-se do uso da história de vida nesta pesquisa significa poder representar, a partir de

um depoimento, como grandes acontecimentos podem provocar mudanças sociais e culturais (Mintiz, 1984). Partindo disso, serão selecionadas famílias com uma representatividade que possam, através de suas histórias, vivências e experiências, contribuir para compreender as dinâmicas sociais que envolvem a questão agrária, o acesso à terra e a sucessão familiar nestes locais.

Para alcançarmos os objetivos específicos deste projeto, serão realizadas entrevistas com roteiros semiestruturados distintos, aplicados individualmente com os jovens e com os idosos das famílias e pioneiros dos assentamentos, que respondam sobre a saída ou permanência destes jovens dos lotes, sobre as relações existentes entre gênero e geração na manutenção da família no campo, e identificando os principais gargalos existentes no processo de sucessão das propriedades rurais da Reforma Agrária. Após a aplicação dos questionários e realização das entrevistas, os conteúdos serão transcritos para facilitar a análise dos dados coletados.

Como forma de contribuir para uma análise mais profunda e detalhada, um caderno de campo será utilizado para o registro de observações que sejam pertinentes a pesquisa. O caderno de campo é um instrumento que o pesquisador se dedica a produzir dia após dia ao longo de toda a experiência etnográfica.

Complementando a pesquisa, serão analisados dados do Censo Agropecuário realizado nas últimas décadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, bem como dados fornecidos pelos órgãos do Governo Federal, INCRA, e Estadual, ITESP.

Este projeto será encaminhado e submetido à avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa da UNIARA.

Sobre os locais da pesquisa

Assentamento Bela Vista do Chibarro

No município de Araraquara – SP, existe o assentamento promovido pelo Governo Federal através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA: o projeto de assentamento Bela Vista do Chibarro. Este assentamento se encontra inteiramente no município de Araraquara, fazendo parte da macrorregião de Ribeirão Preto, região considerada um grande centro agroindustrial.

Este assentamento teve, em seus momentos históricos, diferentes rumos em relação à região centro-oeste do Estado de Paulo na qual está inserida, pois segundo Mascaro (2003), está constituído nas terras de uma antiga fazenda de café chamada Bela Vista, estabelecida no fim do século XIX. Em agosto de 1934 a fazenda foi agrupada às terras de uma usina de açúcar (Usina Tamoio), sendo aumentada e utilizada como vila operária (prédios, habitações, mão-de-obra) que acabaram servindo à produção do açúcar. Com a decadência da usina, as áreas da fazenda foram desapropriadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA – para reforma agrária, no ano de 1989.

De acordo com Ferrante (2015), os boias-frias aparecem como protagonistas do movimento de luta pela terra a partir de 1984/ 1985, quando se fez necessário rediscutir interpretações do processo de modernização/expropriação no campo. Segundo dados do Censo de Assentamentos Rurais do Estado de São Paulo (Ferrante e Bergamasco, 1995), 66,5% dos assentados nestes núcleos vieram da condição de assalariados rurais (os boias-frias das lavouras de cana e laranja). No projeto Bela Vista do Chibarro, 50% dos assentados vieram do assalariamento rural tendo uma maior participação de trabalhadores com passado de agricultor em relação a outros assentamentos da região, dado que se explica pelo fato de a Bela Vista ter recebido vários grupos de trabalhadores oriundos de outras regiões do Estado de São Paulo, onde a proletarianização não é tão intensa, e até de outros Estados, como Minas Gerais e Paraná.

Segundo Duval (2015), a característica da agricultura familiar se estabelece a partir do contraponto ao agronegócio, considerando a influência do complexo agroindustrial canavieiro na região. Esta característica, de acordo com o autor, tem a ver com o índice de concentração fundiária, o tipo de atividade produtiva e de organização do trabalho que predominam historicamente na região. No caso específico do município de Araraquara, pode se visualizar a paisagem agrícola tomada pelas grandes extensões de terras ocupadas por cana-de-açúcar, e, mais recentemente, eucalipto.

O projeto de assentamento Bela Vista do Chibarro, originalmente com 176 lotes, possui atualmente 204 famílias e uma agrovila.

Assentamento Monte Alegre

Hoje o assentamento Monte Alegre (figura 2) que fica numa tríplice divisa de municípios (Araraquara, Motuca e Matão), conta com 6 núcleos, perfazendo um total de

416 lotes agrícolas, segundo dados da Fundação ITESP. No mesmo período em que o ITESP instalou um dos núcleos mais recente do projeto de assentamento Monte Alegre - o de número VI, o mesmo órgão assentou 31 famílias no Horto de Bueno de Andrade, área anteriormente pertencente à Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo (CODASP) localizada no distrito de Bueno de Andrada (município de Araraquara), que dá nome ao Horto.

A política de assentamentos rurais desenvolvida nessa região do Estado foi também uma resposta estatal ao potencial de organização e contestação dos boias-frias (WHITAKER, 2008). Ferrante e Silva (1988) consideram as mobilizações desses trabalhadores no sentido da conquista da terra “como meio de garantir a sua subsistência, como estratégia de sobrevivência, uma vez que nem o Estado, nem o capital fornecem estas garantias. A constituição dos assentamentos rurais na região, portanto, é mais um capítulo da luta dos boias-frias da região, sendo que os primeiros núcleos do P.A. Monte Alegre estão diretamente ligados às greves dos assalariados rurais. A constituição dos assentamentos rurais na região, portanto, é mais um capítulo da luta dos boias-frias da região, sendo que os primeiros núcleos do P.A. Monte Alegre estão diretamente ligados às greves dos assalariados rurais. A partir da tensão social gerada pelas greves dos boias-frias e manipulada pelo sindicato de Araraquara em sua pressão sobre o Poder Público, foi instalado, em julho de 1985, o primeiro núcleo do assentamento Monte Alegre.

Entre 1995 e 1998, no Governo Mário Covas, o Monte Alegre sofreu a maior ampliação do assentamento com a instalação do núcleo VI (com 88 lotes), e com a inserção de uma nova parte no núcleo III. Na mesma época foi instalado pelo ITESP um núcleo isolado de assentamento, no Horto Florestal de Bueno de Andrade. Esta área recebeu um excedente de famílias que não encontraram lugar na Monte Alegre.

Assentamento PDS Fazenda da Barra

A Portaria/INCRA n.º 477/99, define o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) como “uma modalidade de projeto de assentamento, de interesse sócio-econômico-ambiental, destinado às populações que já desenvolvem ou que se disponham a desenvolver atividades de baixo impacto ambiental, baseado na aptidão da área”. Este tipo de projeto de assentamento nunca havia sido implantado no Estado de São Paulo.

A Fazenda da Barra, além do modo de produção alternativa, seguramente apresenta um diferencial em relação aos outros assentamentos estudados neste trabalho, que é a

localização. O PDS está situado ao lado de um bairro da periferia do município de Ribeirão Preto, região nordeste do Estado de São Paulo.

A área do assentamento, fundado pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) há 17 anos, era anteriormente propriedade da conhecida família Junqueira, responsável por grande parte do setor canavieiro no Estado de São Paulo.

A primeira ocupação ocorreu em 2003, articulado pelo movimento social MST, onde 425 famílias ficaram acampadas durante 5 anos e formaram o assentamento Mário Lago. Em 2004, ocorreu uma grande divisão e fez com que surgisse um segundo assentamento dentro da própria Fazenda da Barra com 160 famílias, denominado Santo Dias, agora constituído pelo Movimento de libertação dos Sem-Terra (MLST). Nesse segundo assentamento, ocorreu também uma outra divisão, fazendo surgir um terceiro assentamento na Fazenda da Barra, o intitulado Índio Galdino, que, por sua vez, não se encontra vinculado a nenhum movimento social (FILHO; FERRANTE, 2009). Por divergências de grupos, outras pessoas que pertenciam ao MST e ao MLST se juntaram e formaram um novo núcleo em setembro de 2009, o Luíza Mahin, que reúne 62 famílias, e é liderado por três mulheres.

Estruturalmente, o universo empírico da pesquisa apresenta-se como um universo social que mantém suas propostas de organização política centradas nos princípios do movimento social do qual se originou, o MST. A organização da produção apresenta-se comprometida com o atendimento ao que foi postulado em seu Projeto de Desenvolvimento Sustentável, o que significa usufruir dos recursos naturais sem agredir o meio ambiente, uma proposta de assentamento postulada pelo próprio MST e assimilada pelo Incra.

O projeto de Desenvolvimento Sustentável integra, portanto, aspectos que valorizam as relações de cooperativismo e a empatia entre os assentados, bem como o espírito de pertencimento ao local onde se vive, produz e reproduz costumes e culturas.

CONCLUSÕES

A partir da revisão bibliográfica realizada durante a escrita do projeto, foram pontuadas questões importantes relacionadas à sucessão familiar no meio rural com destaque para a inclusão dos projetos de vida dos filhos nas estratégias de reprodução

social da família, a masculinização do campo, a formação da identidade social dos jovens e a participação nos movimentos sociais, o surgimento de espaços híbridos com os jovens nos espaços rural e urbano, a multifuncionalidade e pluriatividade dos lotes. São temas a serem aprofundados no decorrer da pesquisa, iniciando com o histórico dos assentamentos através da análise de documentos e especialmente dos depoimentos dos entrevistados e entrevistadas.

Outros temas que farão parte desta pesquisa estão relacionados às leis da Reforma Agrária para a sucessão familiar, quais as relações entre gênero e geração, um discussão sobre envelhecimento e juventude, quais as estratégias de reprodução social das famílias para a manutenção da agricultura familiar e quais as políticas públicas existentes para jovens, fazendo aqui um paralelo com a realidade da região estudada.

A fim de dar conta dos nossos objetivos serão analisados os seguintes pontos: a relação dos membros da família com a terra, o uso da terra e os mecanismos utilizados para assegurar a reprodução social e a manutenção do seu modo de vida para as outras gerações. Serão levantadas questões como a forma que se deu a configuração do espaço rural estudado; quais as dinâmicas sociais existentes nos assentamentos; quais estratégias são utilizadas pelas gerações que passaram que lhes permitiu garantir o acesso à terra; quais as perspectivas e expectativas das famílias e dos descendentes quanto à condição de agricultores e, quais os arranjos das gerações mais novas para a permanência nos assentamentos rurais.

Serão analisados também os indicadores: (a) o número de pessoas que residem e que trabalham nas unidades produtivas; (b) o número de moças e de rapazes que residem e que trabalham nas unidades produtivas; (c) a idade média dos membros das famílias; (d) as perspectivas de sucessão a partir do depoimento dos filhos e do depoimento dos pais; (e) os projetos profissionais dos filhos; (f) a forma com que estes veem a atividade agrícola e o mundo rural; e (g) o histórico de vida da família no lote.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, A.de O. **Da velhice da praça à velhice da roça: revisitando mitos e certezas sobre velhos e famílias na cidade e no rural.** Tese de mestrado. Campinas (SP): Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2010.

ALVES F. M.; LINDNER M.; RODRIGUES S. De. L.. Formas de (re) produção familiar no espaço rural: campesinato, agricultura familiar e pluriatividade. In: **Geo UERJ** - Ano 10, v.2, n.18. 2008.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação.** Campinas: Papiрус, 2013.

CARNEIRO, Maria José & CASTRO, Elisa Guaraná de (orgs.). **Juventude rural em perspectiva.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CASTRO, E. G. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista Latino americana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud.** Vol. 7 no. 1. Junho 2009).

CASTRO, E. G. Juventude do campo, das águas e das florestas: a primeira geração jovem dos movimentos sociais no Brasil e sua incidência nas políticas públicas de juventude. **Política e trabalho: Revista de Ciências Sociais,** nº 45, Julho/Dezembro de 2016, p. 193-212.

COSTA, F. L.M.; RALISH, R. A juventude rural do assentamento Florestan Fernandes no município de Florestópolis, PR. **RESR,** Piracicaba, v. 51. n. 3, 2013.

DUVAL, H.C. **Bens materiais e simbólicos: condição camponesa e estratégias familiares em assentamentos rurais na região central do Estado de São Paulo.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UNICAMP. Campinas, 2015.

FACIONI, D.; PEREIRA, M. W.G. Análise dos determinantes da sucessão em assentamento rural no Estado de Mato Grosso do Sul. In: **Organizações Rurais & Agroindustriais,** Lavras, v. 17, n. 1. 2015.

FERRANTE, V.L.S.B., SILVA, M. A. M. “A política de assentamentos rurais do Estado de São Paulo: o jogo das forças sociais no campo”. **Revista Perspectiva,** vol. 11, São Paulo: UNESP, 1988.

FERRANTE, V. L. S. B e BERGAMASCO, S. M. P. P (Coord.) **Censo de Assentamentos Rurais do Estado de São Paulo,** Araraquara: UNESP, 1995.

FILHO, D. B.; FERRANTE, V. L. S. B. A luta pela Terra na Região de Ribeirão Preto: o Processo de Formação e Organização do Assentamento Mário Lago. **Retratos de Assentamentos,** v. 12, n. 1, p. 305-330, 2009. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/60>. Acesso em: 24 set. 2020.

KISCHENER, M. A.; KIYOTA, N.; PERONDI, M. A. Sucessão geracional na agricultura familiar: lições apreendidas em duas comunidades rurais. In: **Mundo Agrário**, 2015. ISSN 1515-5994.

KUMMER R.; COLOGNESE S. A.. Juventude Rural no Brasil: entre ficar e sair. In: **Tempo da Ciência**. Vol. 20. Número 39. 2013.

MINTZ, Sidney W. Encontrando Taso, me descobrindo. **Dados**, v. 27, n. 1, p. 45–58, 1984.

LEAL, L.S.G. As mulheres na produção orgânica na região de Araraquara: rompendo invisibilidades. 2019. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente). – Universidade de Araraquara UNIARA, 2019.

RUA, João. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. Campo Território — In: Revista de Geografia Agrária, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev., 2006.

WHITAKER, D. C. A. Dezoito anos de assentamentos rurais: Diferentes dimensões desta difícil maioria. **Retratos de Assentamentos**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 11-60, 2008. DOI: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2004.v7i1.1. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/1>. Acesso em: 23 set. 2020.

SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura familiar e pluriatividade**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Porto Alegre: UFRGS, 1999.

SILVA, José G. **O novo rural brasileiro**. 2. ed. Campinas: UNICAMP. 1999.

SILVA, P. S.; FILHO, E. T. D.; MARACAJÁ, V. P. B. B.; MARACAJÁ, P. B.; PEREIRA, T. F. C. Agricultura Familiar: Um Estudo Sobre a Juventude Rural no Município de Serra do Mel – RN. **Revista Verde** (Mossoró – RN – Brasil) v.1, n.1, p. 54-66 janeiro/junho de 2006.

SOUZA, A. F. De geração em geração: famílias na luta por um pedaço de chão – estratégias de reprodução social camponesa no vale do Juari, TO. 2017. **Tese** (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, 2017.

Ferias agroecológicas como puente entre el campo y la ciudad: la construcción de alternativas de comercialización campesina directa en la ciudad de Buenos Aires.

Alternative agroecological agri-food systems: challenges of building local alternatives to a global food and environmental crisis

Lucas Henrique Pinto
(FONCYT-Agencia/PERT-IIGEO-UBA)
lucashpinto@gmail.com

Resumen:

La presente ponencia pretende problematizar los desafíos políticos y económicos para la construcción de sistemas agroalimentarios agroecológicos desde la Agricultura Familiar Campesina e Indígena (AFCI). Las respuestas productivas a las crisis alimentarias y sanitarias generadas por el sistema agroalimentario corporativo vienen siendo cada vez más visibilizadas desde la implementación de la agroecología por organizaciones campesinas de base.

Como estudio de caso presentaremos los desafíos de un proceso concreto de construcción de canales cortos de comercialización agroecológica: la Feria Agroecológica “De La tierra a tu Mesa”. Programa municipal que desde el año de 2019 comercializa de forma directa en 5 parques de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 6 toneladas mensuales de verduras y frutas, en la modalidad de bolsones agroecológicos, producidos en el cinturón frutihortícola de La Plata.

La experiencia que articula productores campesinos, consumidores urbanos y funcionarios públicos municipales viene generando tanto alternativa de comercialización como fuente de alimentos sanos en la ciudades.

Abstract

This presentation aims to problematize the political and economic challenges for the construction of agroecological agri-food systems from Peasant and Indigenous Family Agriculture (AFCI). Productive responses to the food and health crises generated by the corporate agri-food system have been increasingly visible since the implementation of agroecology by grassroots peasant organizations. As a case study, we will present the challenges of a specific process for the construction of short channels for agroecological marketing: the Agroecological Fair "From the land to your Table. Municipal program that since 2019 has directly sold 6 tons of vegetables and fruits per month in 5 parks of the Autonomous City of Buenos Aires, in the form of agroecological bags, produced in the fruit and vegetable belt of La Plata.

The experience that articulates peasant producers, urban consumers and municipal public officials has been generating both a commercial alternative and a source of healthy food in the cities.

I Introducción

La presente ponencia pretende problematizar los desafíos políticos y económicos para la construcción de sistemas agroalimentarios agroecológicos desde la Agricultura Familiar Campesina e Indígena (AFCI), campesina, ecológica y localmente referenciada. Las respuestas

productivas a las crisis alimentarias y sanitarias generadas por el sistema agroalimentario corporativo vienen siendo cada vez más visibilizadas desde la implementación de la agroecología, de forma protagónica- pero no exclusiva- por organizaciones campesinas de base.

Como estudio de caso presentaremos los desafíos de un proceso concreto de construcción de canales cortos de comercialización agroecológica: la Feria Agroecológica “De La tierra a tu Mesa”. Programa municipal que desde el año de 2019 comercializa de forma directa en 5 parques de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 5 toneladas mensuales de verduras y frutas, en la modalidad de bolsones agroecológicos, producidos en el cinturón frutihortícola de La Plata. El programa es una articulación entre organismos públicos de extensión agropecuaria (INTA, Fundación ArgenINTA), Organizaciones campesinas, el gobierno de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires (CABA) y nuestra participación extensionista desde el PERT-UBA.

II Metodología y análisis de datos

La presente propuesta -de forma cualitativa- pretende a partir de análisis de los sujetos sociales campesinos actuantes en la feria “De La tierra a Tu mesa”, analizar la agroecología en su tridimensionalidad *como ciencia*, como práctica y como movimiento social (Toledo, 2012).

También analizaremos las dinámicas de comercialización realizadas en la feria, cantidades y variedades de productos comercializados, perfil de los consumidores que buscan productos agroecológicos, mapa de las ferias en la Ciudad de Buenos Aires. Analizando cualitativamente las distintas problemáticas surgidas en la constitución de un circuito corto de comercialización local, alternativo y agroecológico. La relación entre productores y consumidores, además del rol del Estado, a partir de sus distintas agencias actuantes, en la construcción del programa de comercialización directa en parques públicos. Actores involucrados: Dirección General de Desarrollo Saludable, Subsecretaría de Bienestar Ciudadano, Ministerio de Desarrollo Económico y Producción del Gobierno de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Fundación ArgenINTA, Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria (INTA). Productores rurales campesinos; el Movimiento de Trabajadores Excluidos- rama rural (MTE-R) que estado desde el principio de la acción y la Asociación de Medieros y Afines (ASOMA) posteriormente incorporada.

II.I Modos de producción alternativos, agroecología y soberanía alimentaria

El modelo productivo agroecológico es una concreta posibilidad de adaptación de la matriz productiva agrícola familiar, frente los retos socioeconómicos y ambientales que se imponen desde la agricultura transgénica industrial (el calentamiento global y su relación directa con la dieta (Delgado, 2013) y el modo de producción agrícola convencional, principal emisor de gases de efecto invernadero), en el actual régimen alimentario corporativo (McMichael 2015).

Con el análisis de los resultados de la presente propuesta, buscaremos identificar las potencialidades y limitaciones de los circuitos cortos para una transición agroecológica y nutricional (a corto y mediano plazo) centrada en la modalidad de comercialización directa de verduras de estación en parques urbanos.

El concepto de soberanía alimentaria nace en 1996 desde La Vía Campesina Internacional (Desmarais, 2007) como contrapunto político-semántico a la idea de seguridad alimentaria (vinculada al modelo de agricultura convencional que defiende el uso de agroquímicos) (Carballo, 2011) planteada de forma hegemónica hasta aquel entonces por la FAO (Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura). Nace como concepto en el contexto de las reformas estructurales neoliberales que ocasionaron la producción intensificada de un régimen alimentario corporativo de exclusión social a nivel mundial (McMichael, 2015).

La soberanía alimentaria se muestra desde entonces no sólo como un proyecto de cuestionamiento a tal régimen de hambre y marginación, sino también como propuesta de alternativas concretas en múltiples escalas -desde lo doméstico, comunitario y local hasta lo regional y nacional-, representando una respuesta popular al actual calentamiento global y la necesidad de cambiar la agricultura industrializada hacia modelos más sustentables para el medio ambiente y las sociedades, democratizando, efectivamente, la producción y el acceso a los alimentos, planteando la necesidad de una Reforma Agraria Popular e Integral (Pinto, 2016).

El análisis de las prácticas campesinas agroecológicas¹ demuestra el ejercicio constante de plantear salidas contrahegemónicas frente las crisis alimentarias, sanitarias y climáticas que nos afectan. En este sentido las distintas propuestas de las organizaciones campesinas abogan por una salida colectiva que construya soberanía alimentaria regional y políticas de complementariedad productiva, basadas en un redireccionamiento productivo hacia los alimentos sanos (agroecología), en detrimento de los *commodities* y del contaminante modelo de los transgénicos y sus impactos en los ecosistemas y en la sociedad.

La percepción global de los efectos ambientales contraproducentes provocados por la producción capitalista (como los monocultivos del sistema agroalimentario corporativo) apareció con fuerza en la arena pública a partir de la Conferencia de Estocolmo en 1972, convocada por las Naciones Unidas (ONU) en base a la propuesta de Suecia, que padecía las externalidades de la “contaminación en el mar Báltico, por lluvias ácidas, por pesticidas y metales pesados encontrados en pescados” (Lopes, 2004:19). Estos problemas no eran exclusivos de ese país, sino que eran reflejo de todo el gigantesco aumento productivo vivido por Europa en los años

¹“La agroecología surge a partir de la década de 1970 como respuesta teórica, metodológica y práctica a la crisis ecológica y social que la modernización e industrialización alimentaria generan en las zonas rurales. Como práctica, la agroecología propone el diseño y manejo sostenible de los agroecosistemas con criterios ecológicos a través de formas de acción social colectiva y propuestas de desarrollo participativo que impulsan formas de producción y comercialización de alimentos y demás productos agroganaderos que contribuyen a dar respuesta a la actual crisis ecológica y social en las zonas rurales y urbanas” (Sevilla Guzman y Soller, 2009: 38)

posteriores a la Segunda Guerra Mundial. Desde entonces el tema ambiental pasó a ocupar un papel preponderante en la agenda política de gobiernos, movimientos populares, etc., tal como plantean Lago y Pádua:

Si aceptamos la idea de que el surgimiento y la difusión de una corriente de pensamiento están profundamente vinculados al momento histórico en que ella se manifiesta, podemos encarar la Ecología Social [política] como un caso ejemplar: ella es un fruto típico de nuestra época. Aunque existan raíces de ese tipo de estudio hasta en pensadores de la antigüedad, el hecho es que la percepción de su importancia crucial solamente se torna presente a partir de la enorme radicalización del impacto destructivo del hombre sobre la naturaleza provocado por el desarrollo del industrialismo. La Ecología Social, por lo tanto, no nació de la cabeza de algunos iluminados, sino de las propias contradicciones reales engendradas por la sociedad urbano-industrial (Lago y Pádua, 1989: 24).

Existen desde ya diferentes formas de apropiación y utilización del discurso ambiental. Algunas de ellas, en procura de la manutención del orden vigente, buscan “internalizar” las “externalidades” productivas capitalistas, es decir, mensuran económicamente los desechos de los procesos productivos para mitigarlos técnicamente. Otras cuestionan desde una mirada ecológica el sistema y sus modos de producción (metabolismo social), a los que se los juzga responsables de los problemas ambientales.

Por ende, al cuestionar el modelo agroalimentario convencional desde la perspectiva de la soberanía alimentaria y la agroecología se está problematizando los aspectos sociopolíticos, socioambientales y culturales involucrados en los procesos de alimentación (producción, procesamiento, distribución, elaboración y consumo de alimentos). Haciendo hincapié en la constitución soberana de una dieta adecuada a cada grupo humano específico, basada en su agroecosistema local e historia socioeconómica particular. La constitución de una dieta pensada desde la perspectiva de la soberanía alimentaria y agroecología significa llevar en consideración la ubicación geográfica, oferta de biodiversidad local, clima y cuestiones políticas y sanitarias específicas de cada comunidad.

III. Estudio de caso y análisis de los resultados

Las propuestas agroecológicas de la AFCI como parte de la construcción de sistemas agroalimentarios alternativos (Soller y Pérez, 2013) son respuestas concretas para el desafío de producir alimentos saludables a precios justos en la Argentina actual. La agricultura sostenible que plantean estos sujetos sociales es una síntesis entre los modos de producción tradicionales de las comunidades campesinas (previos a la Revolución Verde) y los procesos de transición ecológica desarrollados en los últimos 40 años, en los marcos de la construcción de sistemas agroalimentarios alternativos, que tienen en la agroecología su matriz filosófica y productiva más

difundida, construyendo así una singular propuesta de desarrollo rural agroecológico (Pinto, 2020).

Las experiencia puntal analizada es una inédita articulación entre órganos públicos locales, nacionales y organizaciones campesinas que promueven la comercialización alternativa, procesos que viene creciendo de forma constante en los últimos años. Entre estas propuestas de comercialización directa hay tanto las modalidades de locales (almacenes) propios y ferias, como también canales cortos articulados entre productores y movimientos de consumidores urbanos organizados vía plataforma web. En general esas experiencias carecen de escala y estabilidad en las ventas (lo que se atenuaría con políticas públicas específicas para el sector, compras públicas para hospitales, escuelas, acceso a la tierra, seguros para cultivos, permisos para realización de ferias etc.).

La experiencia analizada es novedosa- en varios aspectos- en el ámbito de la ciudad de Buenos Aires; tanto por la frecuencia semanal de realización de la feria, como por ser exclusiva a productores agroecológicos, como también por la escala de consumidores que logra atender. Tal experiencia es además una articulación inédita entre las organizaciones campesinas familiares, el INTA y la alianza partidaria que hace más de una década gobierna la ciudad más rica del país.

"**De la Tierra a Tu Mesa**" (DLTM) como se denomina la feria, es una iniciativa de la Fundación ArgenINTA, del Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria (INTA), del Gobierno de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires y del Programa de Estudios Regionales y Territoriales de la Universidad de Buenos Aires (PERT-UBA), que trabajaron en conjunto para el proyecto asesorando a organizaciones de la Agricultura Familiar del Área Metropolitana de Buenos Aires (AMBA) para que puedan vender sus productos en las ferias realizadas en parques públicos.

DLTM es una política de comercialización de verduras y frutas agroecológicas que producen y comercializan productores familiares campesinos del cordón Frutihortícola de La Plata, asesorados por el INTA, dentro del programa BA Capital Gastronómica.

Desde la Dirección General de Desarrollo Saludable, dependiente de la Subsecretaría de Bienestar Ciudadano y perteneciente al Ministerio de Desarrollo Económico y Producción del Gobierno de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires se diagnosticó en el 2018 la necesidad de políticas que facilitaran y ampliaran el acceso directo de las y los vecinos de la ciudad a productos agroecológicos, en espacios públicos para incrementar las políticas relacionadas a la alimentación de productos frescos y sanos en Buenos Aires.

Por el lado de los órganos como el INTA y grupos de investigación como el PERT que venimos acompañando a distintos procesos de transición agroecológica de organizaciones de pequeños productores del Cinturón Hortícola Platense (CHP), la comercialización es un tema que siempre inhibe y dificulta al crecimiento de las producciones agroecológicas, como comentado a seguir:

Siempre lo hemos evaluado (hacer producción agroecológica), el tema es que todo eso necesitás... no te digo que capital. Sí capital en personal, digamos. Alguien que salga,

haga la venta. Porque el otro factor es la venta, si no la tenés organizada no va a funcionar... porque por ejemplo acá en el mercado no se puede vender... Ahora, si nosotros salimos por ahí puerta en puerta, con una camionetita, como lo hacen algunos en Varela... bueno, ahí podría andar. Pero tenés que buscarle el nicho, tenés que dedicarle tiempo a la venta, para que te sea rentable (Productor Mediano Convencional Propietario) Citado en (Baldini, 2019:234).

Teniendo en cuenta tal problemática es que DLTM como esquema de comercialización viene a generar una alternativa de comercialización directa para los productores agroecológicos y/o que quieren desarrollar la transición agroecológica y un acceso directo a los consumidores que buscan también alimentos sanos y de cercanías en la ciudad, que a la vez sean económicos.

La idea del proyecto es que los vecinos de la ciudad puedan adquirir bolsones de verduras agroecológicas a un precio más bajo que la oferta en verdulerías, ferias convencionales o supermercados en las 5 Estaciones Saludables ubicadas en cada parque. Garantizando también un mercado estable en ventas y precios para sostener e incentivar la producción agroecológica en las organizaciones de pequeños productores.

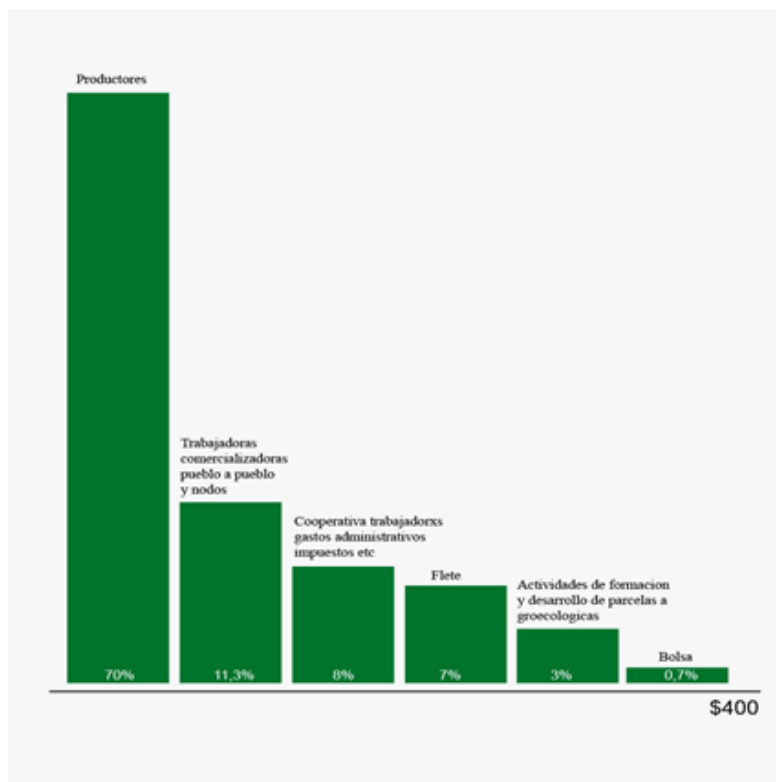
La logística y comercialización están a cargo de los productores y es coordinada por Fundación INTA y PERT-UBA. El programa del gobierno brinda un gazebo para la comercialización, la difusión y promoción de dicha oferta en redes sociales. El precio es definido por los productores, teniendo en cuenta siempre una construcción de precio que sea rentable y justo a los productores al vez económico en la ciudad.

Objetivos definidos al inicio del programa fueron:

- Promover un mayor consumo de frutas y verduras en los vecinos de la CABA.
- Mejorar el acceso de frutas y verduras a los vecinos de la CABA.
- Promover el consumo de frutas y verduras agroecológicas y de transición.
- Informar a los vecinos de la CABA sobre distintos aspectos de este grupo de alimentos (origen de los productos, circuitos productivos, estacionalidad, formas de preparación, etc.)
- Impulsar la comercialización de pequeños productores y su acercamiento con consumidores.
- Posicionar a las Estaciones Saludables de cada parque como un espacio de promoción y acceso a mayor consumo de frutas y verduras. Se pueden adquirir así bolsones a \$400 pesos argentinos (octubre de 2020) con 5 kg con 9 o 10 variedades de una selección de verduras de estación agroecológicas producidas en el CHP. Según la disponibilidad estacional, se ofrecen también bolsones en transición agroecológica de verduras pesadas 6kg (papa, cebolla y calabaza) y bolsones de frutas agroecológicas de 4 kg. Los dos últimos bolsones son comercializados con productos de otras zonas del país, pero de miembros de las mismas organizaciones, atendiendo tanto a la demanda de los consumidores por mayor variedades en los puestos como aprovechando el circuito de comercialización directa en CABA para generar canales de venta a productores de

otras zonas. La jornada acompaña actividades y eventos de las Estaciones Saludables, como clases de cocina, charlas sobre alimentación saludable y propuestas lúdicas.

Gráfico 1. Estructura de precios de bolsones de verdura agroecológica de estación (5kg) del MTE-Rural

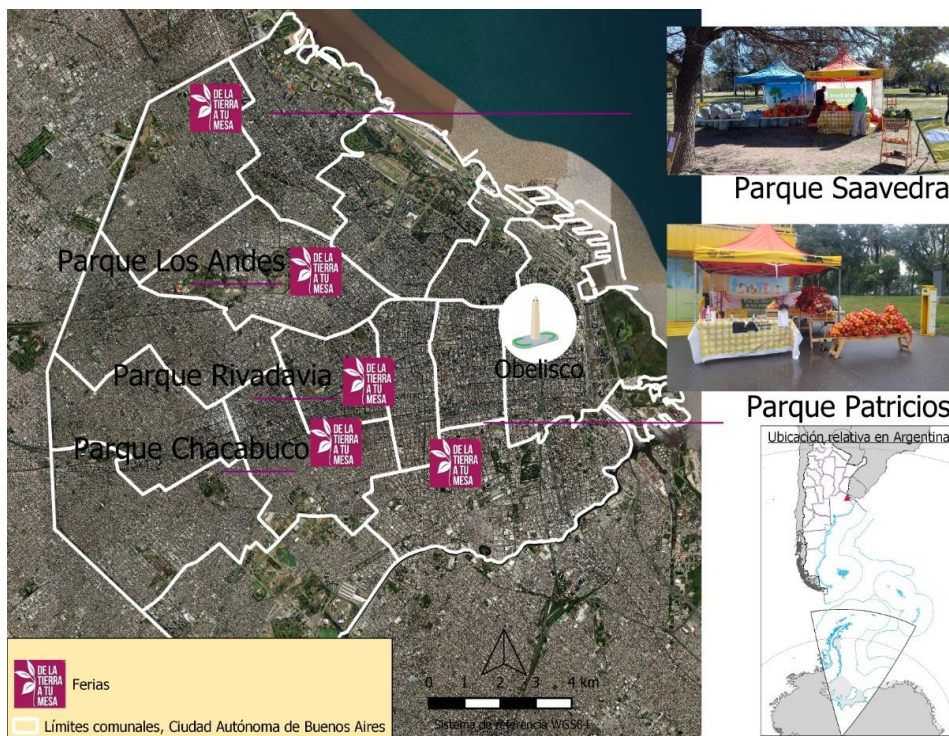


Fuente: MTE-Rural

Las ventas empezaron en junio de 2019 en los Parques Saavedra y Chacabuco y son semanales (a cada 15 días en cada parque), en 2020 durante la pandemia COVID-19, se sumaron 3 nuevos parques. Las ventas se hacen con reservas previas por Internet durante la semana, también hay venta libre en el parque.

La ferias hoy se expandieron a 5 comunas de CABA (ver mapa a seguir): la comuna 4 (Estación Saludable Parque Patricios); la comuna 7 (Estación Saludable Parque Chacabuco); la comuna 12 (Estación Saludable Parque Saavedra); la comuna 15 (Parque Los Andes) y comuna 6 (Parque Rivadavia).

Mapa 1- Ciudad Aires de Buenos Aires, ferias DLTM.



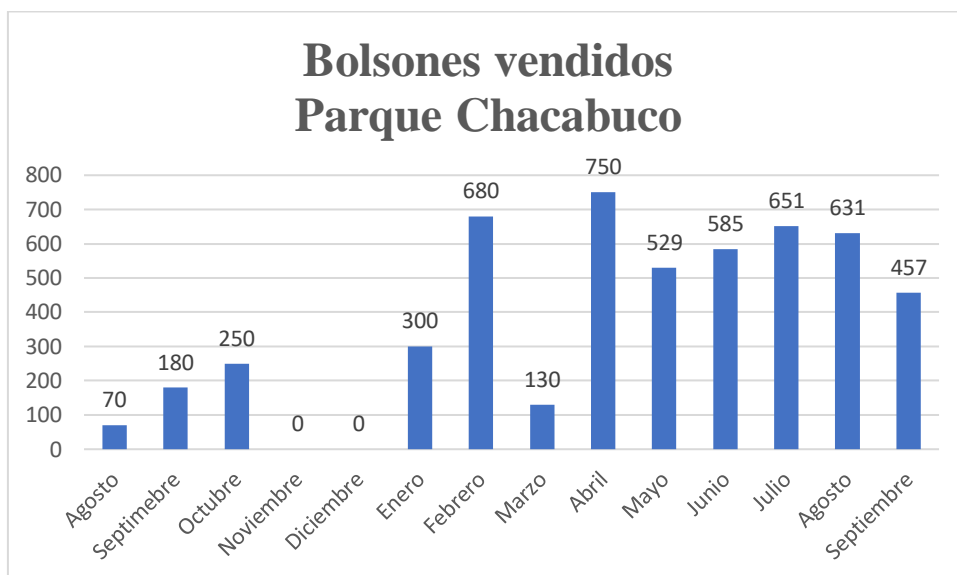
Fuente: Mapa elaborado por la Lic. Julieta Saettone en base a datos obtenidos del autor y de www.ign.com.ar, software Qgis 3.10.10, octubre 2020.

La idea del proyecto en post pandemia de la COVID-19 es ampliar a las demás zonas de CABA cubriendo así al total de las comunas, con por lo menos una feria a cada 15 días, fortaleciendo la comercialización de los productores, y una visibilización creciente al proceso de transición agroecológica.

A partir del 20 de marzo de 2020, con el decreto presidencial del Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio (ASPO), se logró mantener abiertas las ferias aun en los períodos de aislamiento más extremos en la zona del AMBA. Se logró el aval de excepcionalidad del programa por su carácter esencial, siendo la única feria de verduras agroecológicas (y en general) al aire libre que ha funcionado durante todo el período de vigencia de la ASPO. Eso permitió a los productores mantener e incrementar las ventas, aun durante la cuarentena.

Aumentando el alcance del proyecto con el incremento de la demanda de verduras y frutas durante la pandemia, las ferias han visto un fuerte incremento en las ventas, que después fue bajando con el aumento de la competencia y la apertura del aislamiento estricto. Datos que podemos vislumbrar en los gráficos a seguir divididos por cada parque:

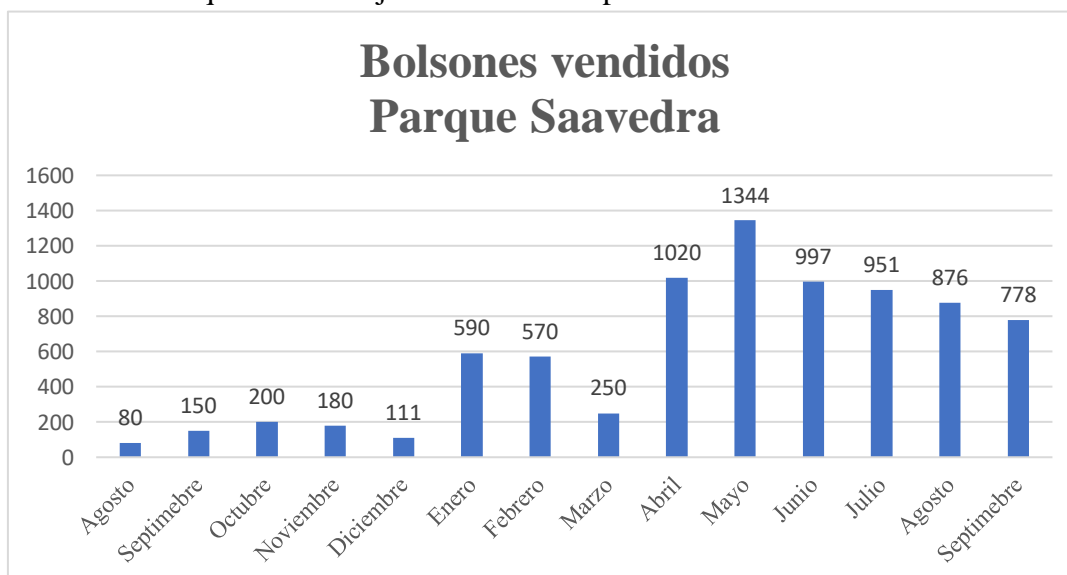
Gráfico 2- Parque Chacabuco agosto de 2019 a septiembre de 2020



Fuente: Programa De la Tierra a tu Mesa

La feria empezó en agosto de 2019. En marzo de 2020 se sumaron Bolsones de Verduras de transición: calabaza, papa y cebolla y Bolsones de frutas agroecológicas. La disminución de marzo se debe al inicio de la cuarentena donde la acción estuvo suspendida durante un fin de semana. Acumulado: 19 acciones – 4267 bolsones entre agosto de 2019 y septiembre de 2020. Agrupación a cargo MTE-Rural.

Gráfico 3- Parque Saavedra julio de 2019 a septiembre de 2020

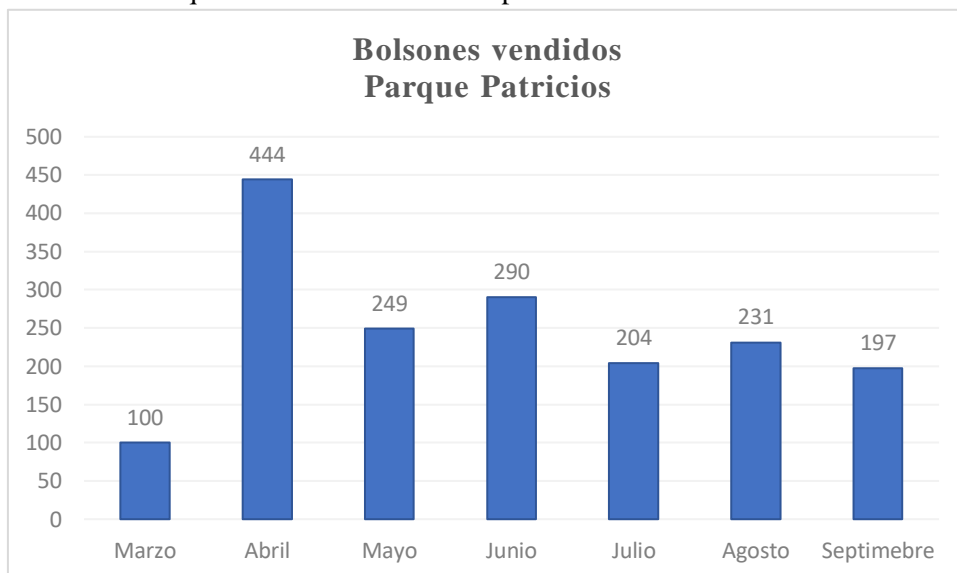


Fuente: Programa De la Tierra a tu Mesa

La feria en Saavedra empezó en Julio de 2019. En noviembre y diciembre de 2019 se suspendieron las acciones por mal clima. En marzo de 2020 se sumaron Bolsones de Verduras de transición: calabaza, papa y cebolla y Bolsones de frutas agroecológicas. La disminución de marzo se debe

al inicio de la cuarentena donde la acción estuvo suspendida durante un fin de semana. Acumulado: 21 acciones – 6632 bolsones. Agrupación a cargo MTE-Rural.

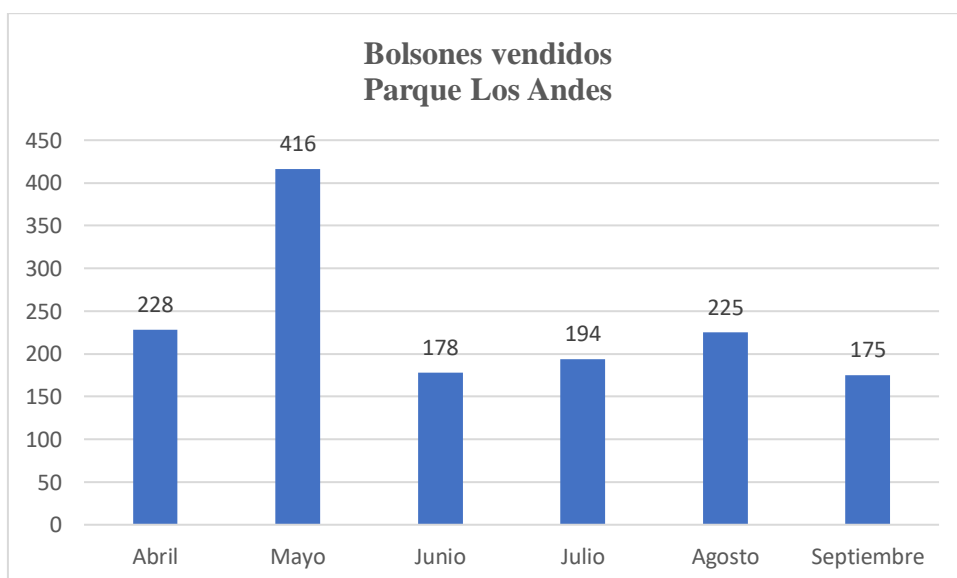
Gráfico 4- Parque Patricios de marzo a septiembre de 2020



Fuente: Programa De la Tierra a tu Mesa

La acción en parque Patricios se inició en febrero de 2020, ya con las tres ofertas de bolsones. Acumulado: 11 acciones – 1388 bolsones vendidos. Agrupación a cargo MTE-Rural.

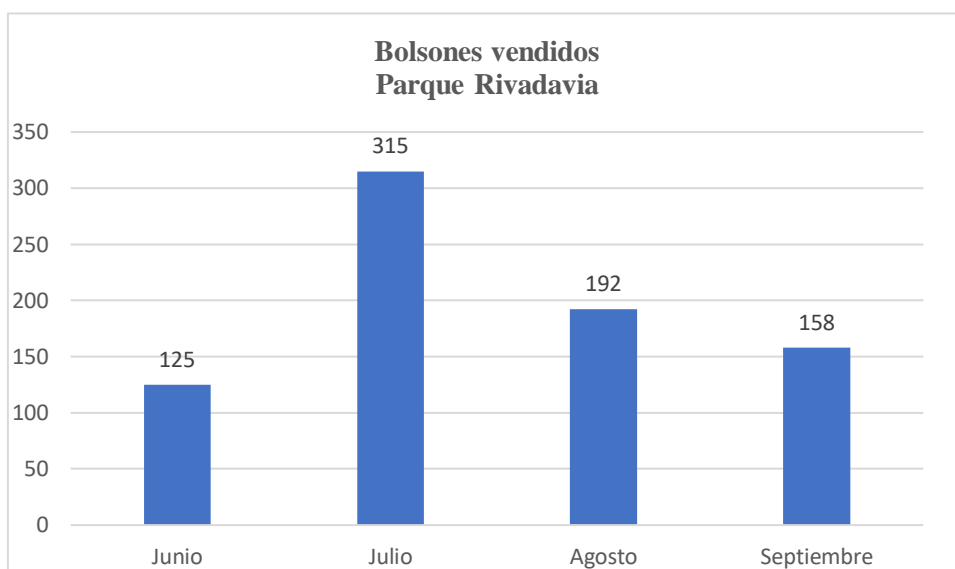
Gráfico 5- Parque Los Andes de marzo a septiembre de 2020



Fuente: Programa De la Tierra a tu Mesa

La feria empezó en marzo de 2020, ya con las tres ofertas de bolsones. Acumulado: 10 acciones – 1054 bolsones. Agrupación a cargo MTE-Rural.

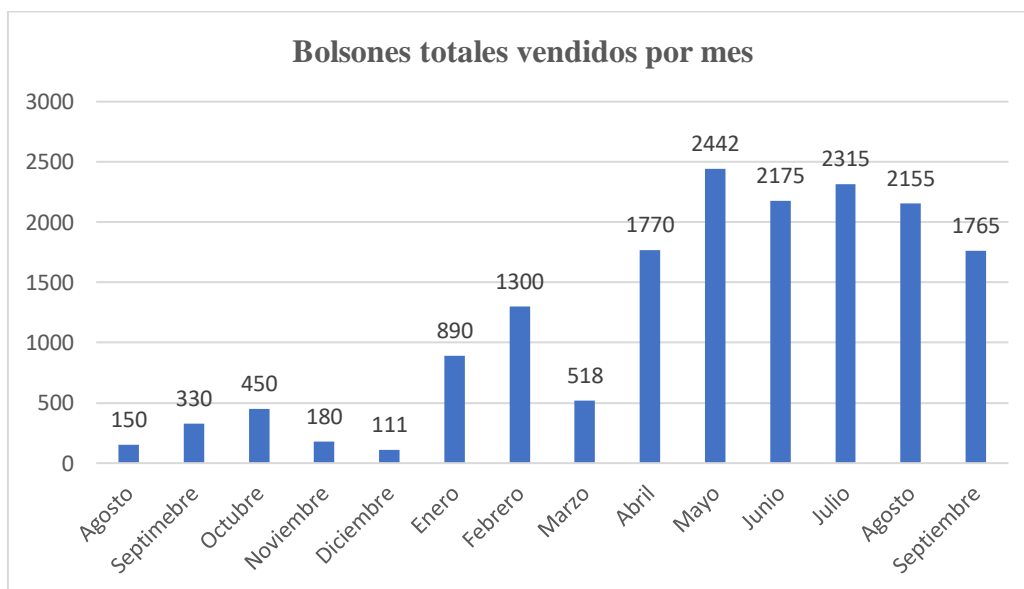
Gráfico 5- Parque Rivadavia de junio a septiembre de 2020



Fuente: Programa De la Tierra a tu Mesa

La acción dio inicio en junio de 2020. La agrupación a cargo es Asoma. La oferta en este caso es de dos bolsones: Pesadas: calabaza, cebolla y papa, y Hortalizas de estación. Ambas son de transición agroecológica. Acumulado: 4 acciones - 440 bolsones.

Gráfico 6- Total de bolsones vendidos entre agosto 2019 a septiembre de 2020



Fuente: Programa De la Tierra a tu Mesa

El aumento de las ventas que se puede apreciar en los gráficos ha generado una estabilidad comercial inédita para los y las productoras del MTE-Rural que están en el sector de agroecología. Como comentando por Mabel Vidal una de las referentes del sector en La Plata ciudad de La Plata, en una entrevista sobre el programa DLTM en el marco del

aumento en el consumo de productos agroecológicos durante la pandemia, al Diario de circulación Nacional Clarín:

En La Plata vendíamos 300 bolsones por [por mes]. Ahora que sumamos las ferias en la Ciudad de Buenos Aires [DLTM], son entre 600 y 800, estima Mabel Vidal, militante del MTE y productora desde hace 13 años, los últimos dos de verduras agroecológicas. Destaca que antes, por falta de canales de venta, no podían colocar toda la mercadería y terminaban rematándola a un precio muy bajo, como si fueran vegetales convencionales²

III.1 MTE-Rural

El MTE-R surgido en 2015 está presente en todas regiones del país, en más de 20 provincias, cuenta con 30 mil familias afiliadas. Está vinculado también a otras organizaciones campesinas y urbanas de la economía popular en los marcos de la Unión de Trabajadores de la Economía Popular (UTEP) en Argentina y de La Vía Campesina Internacional. Siendo uno de los destacados representantes de un proceso más amplio de campesinización y recampesinización (Pinto, 2020) en el agro argentino actual, teniendo como importante punto de inflexión y visibilización al Primer Foro por un Programa Agrario Soberano y Popular realizado en mayo de 2019 en la Ciudad de Buenos Aires, por más de 60 organizaciones del sector de la Agricultura Familiar Campesina e Indígena (AFCI).

Un año después de la conformación del MTE-Rural y como resultado de las dificultades encontradas por la organización para comercializar su producción de manera directa, sin intermediarios, y de forma justa tanto a los productores como a los consumidores, nace en el año de 2016 *Pueblo a Pueblo*. Con el objetivo de vincular: “Pueblo productor de alimentos y el Pueblo trabajador de los centros urbanos, con el fin de eliminar la intermediación especulativa que genera enormes aumentos en los precios de los alimentos y no reconoce de forma justa el trabajo de las familias productoras” (Cooperativa Pueblo a Pueblo, 2020).

Al principio la iniciativa comercializaba solamente bolsones de hortalizas de estación de 5 kg en transición agroecológica,³ desde las quintas productivas en el cinturón frutihortícola de la Ciudad de La Plata (donde nace el MTE-Rural en 2015), provincia de Buenos Aires, hasta la Ciudad Autónoma de Buenos Aires (60 km de distancia).

² “El consumo de nicho que se hizo masivo por la cuarentena: el boom de los bolsones de verdura agroecológica” 30/08/20: https://www.clarin.com/ciudades/consumo-nicho-hizo-masivo-cuarentena-boom-bolsones-verdura-agroecologicos_0_y33wzxLiG.html

³Para la transición agroecológica son necesarios algunos años. Hay necesidad de desintoxicar la tierra y de recuperar e incorporar saberes tradicionales, técnicas y tecnologías, lo que también exige cierto tiempo de aprendizaje y formación. El trabajo humano y las técnicas manuales, por lo menos en parte, precisan sustituir las pesadas máquinas. La posibilidad de generación de renta no siempre es inmediata, sobre todo comparada a los cultivos convencionales” (Schreiner, 2012: 11).

La propuesta surge de un vínculo directo entre los y las productores del MTE-Rural y organizaciones de consumidores y activistas sociales urbanos, que buscaban tanto alimentos de mejor calidad nutricional y a precios accesibles, como apoyar de forma directa los productores rurales que buscaban la transición desde modos de producción convencionales con agroquímicos a procesos productivos agroecológicos.

Las entregas de verdura se realizaban una vez por mes con la modalidad de reservas previas en formularios digitales, difundidos a través de redes sociales y boca a boca, en un momento (2016) que apenas empezaban a difundirse este tipo de comercialización directa, que vive actualmente un momento de alta difusión pública y crecimiento cuantitativo como ya mencionamos.

De forma simultánea *Pueblo a Pueblo* se organiza en Buenos Aires y en La Plata y se va nacionalizando junto al crecimiento del MTE-Rural. También se fueron sumando otras variedades de productos ofertados tanto bolsones de Verduras “pesadas” de 6 kg (papa, zapallo, cebolla y batata) en transición agroecológica como bolsones de fruta de 4 kg (manzana, naranja y limón), y posteriormente productos procesados de las diferentes cooperativas vinculadas al MTE-Rural y organizaciones de la UTEP.

Dicho proceso de nacionalización se refleja en la presencia de la iniciativa de comercialización en los tres principales centros urbanos del país: Rosario, provincia de Santa Fé, Córdoba capital y en el Área Metropolitana de Buenos Aires (AMBA). En el AMBA está presente en la Capital Federal, La Plata, Zona Sur, Zona Norte, Zona oeste y Zona noroeste. También en las provincias de Misiones: Posadas, Puerto Libertad, San Pedro, Eldorado, y en Azul, Junín, Olavarría, y Tandil (Provincia de Buenos Aires).

En el AMBA la primera regional, de *Pueblo a Pueblo*, y donde se concentra el mayor núcleo poblacional urbano del país, las entregas mensuales realizadas en centros sociales, sindicatos y sedes de organizaciones políticas y barriales (intercaladas con la presencia en distintas ferias como de la Facultad de Agronomía de la UBA), pasaron a partir del 20 de marzo de 2020, con el decreto presidencial del Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio (ASPO), a ser semanales y domiciliarias.

El cambio en la frecuencia y dinámica de las entregas y el crecimiento de la demanda de alimentos frescos durante la pandemia representó un importante aumento en la venta mensual de verduras y frutas (tanto agroecológicas como en transición). Hasta marzo de 2020 se vendía un promedio 8 toneladas mensuales, en la zona del AMBA, a partir del ASPO y con entregas semanales tanto domiciliarias como presenciales en ferias y locales (nodos de consumo) se pasó a un promedio de 55 toneladas que se mantienen estables hasta octubre de 2020, según datos consultados con el sector de comercialización de *Pueblo a Pueblo*, en visita de campo realizada en el centro de acopio del MTE-rural en La Plata. Están llegando así a 10.000 familias en todo el país con verduras, frutas y otros alimentos frescos producidos por la agricultura familiar.

Una de las decisiones fundamentales tomadas por las asambleas de productores fue de no subir el precio de frutas y verduras durante la pandemia. Dicha decisión económico-política sumada a la modalidad de entrega domiciliarias de bolsones, entre otros factores vinculados a la salud, medio ambiente, explican en partes el crecimiento de las ventas durante el año de 2020.

Además del precio y calidad de las verduras, las cooperativas de consumo popular como *Pueblo a Pueblo* tienen como valor agregado al componente social y político que buscan visibilizar en sus redes sociales y actividades. Con parte del aumento de ingresos que representó la suba de las ventas y con apoyo de donaciones individuales de parte de sus consumidores mediante los mismos formularios de reservas semanales de pedidos, se hacen donaciones mensuales de verduras a comedores y ollas populares:

También asumimos la responsabilidad de acompañar el enorme trabajo de nuestras compañeras y compañeros en los barrios populares, escuelas y hospitales y decidimos impulsar una campaña de donaciones a través de la cual ya pudimos abastecer a más de 300 comedores y ollas populares con más de 120.000 kg de verduras y frutas frescas [entre abril y octubre de 2020] (Cooperativa Pueblo a Pueblo, 2020).

Pueblo a Pueblo se manifiesta entonces como un espacio de consumo alternativo en el que la feria DLTM se suma como un canal más de comercialización del MTE-Rural en CABA.

Tanto en la feria DLTM como en las entregas a domicilio el MTE- Rural busca problematizar las forma de producir, la cadena de producción, comercialización y consumo, procurando el ejercicio de la soberanía alimentaria. Además, apuestan a generar un consumo responsable “que implique acceso a alimentos producidos sin mano de obra esclava, sin contaminar el ambiente ni enfermar a quien los produce ni a quien los consume, que sean nutricional y culturalmente adecuados, pagando por ellos un precio justo.

El proceso de vinculación que propone realizar- *Pueblo a Pueblo*- entre campesinos y su red de consumidoras y consumidores urbanos, involucra no sólo la venta de productos sino además, la realización de talleres y charlas sobre soberanía alimentaria, agroecología, reforma agraria etc. Como parte de la construcción de Sistemas de Garantía Participativa (SPG), organizan visitas semestrales a las quintas productivas. Proceso que busca reforzar los lazos entre productores, consumidores y territorio, generando otros tipos de certificación de la producción agroecológica, que no impacten en una suba de precio de los productos. Lo que ocurre en general con los sellos de certificación orgánica, y/o los de denominación de origen geográfica.

III.II ASOMA

La Asociación de Medieros y Afines (Asoma) es una organización de pequeños productores arrendatarios, y nuclea a cerca de 600 productores en la zona del cinturón hortícola de La Plata. ASOMA se suma a la comercialización en las ferias DLTM casi un año después de su inicio, al principio estuvo solamente el MTE-Rural. Como parte el éxito del programa y aumento sostenible de la demanda en CABA el INTA-AMBA invito la organización para sumarse a la iniciativa. La

producción en transición agroecológica en la ASOMA es reciente empezaron a formarse en el año de 2019. Martín Picchioni, referente de comercialización de ASOMA comenta sobre el programa DLTM:

Si esta propuesta avanza y funciona –agrega Gómez– es un objetivo que ASOMA pueda vender en otros parques de CABA para disponer de nuevos espacios de ventas. Y esta posibilidad de venta tracciona a que estos productores sigan apostando a la transición de sus sistemas y que cada vez sean más sustentables para la generación de hortalizas más sanos.⁴

La organización está vendiendo sus bolsones en el Parque Rivadavia y comercializa dos tipos de bolsón de verdura de hortalizas de estación de 5kg y de verduras pesadas de 6 kg los dos en transición agroecológica.

IV Envases retornables

En los marcos del proyecto y buscando mejorar la calidad de las verduras en su traslado, desde las quintas productivas hasta la casa de los consumidores, se ha generado para el programa un envase retornable. Sumándose así a las iniciativas que buscan reemplazar las bolsas de plástico descartable, por una modalidad de entrega que genere menos residuos y permita un mejor traslado de las verduras.

Imagen 1- Envase retornable



V Consideraciones finales

Las experiencias de comercialización alternativa que vienen creciendo de forma constante en los últimos años, tanto las de comercialización directa (locales propios y ferias), como las de canales cortos articulados entre productores y movimientos de consumidores urbanos, son una real

⁴ El Inta Amba acompaña la venta de alimentos sanos en Estaciones Saludables” 18/06/20: <https://www.noticiasagropecuarias.com/2020/06/18/caba-inta-amba-acompana-la-venta-de-alimentos-sanos-en-estaciones-saludables/> .

alternativa a las cadenas oligopólicas del mercado convencional de alimentos. No obstante, carecen de escala y estabilidad en las ventas (lo que se atenuaría con políticas públicas específicas para el sector, compras públicas para hospitales, escuelas, acceso a la tierra, seguros para cultivos etc.) y programas de venta directa como DLTM.

Para lograr el complejo objetivo de la transición agroecológica y la posibilidad de acceso estable y económico a alimentos sin venenos por parte de los sectores populares urbanos, aportando a la constitución de sistemas agroalimentarios locales y alternativo, es fundamental que tanto el Estado (nacional, provincial y local) como instituciones pública de investigación y extensión, aporten elementos técnicos y teóricos para la construcción de alternativas de comercialización, asesorando y acompañado tanto a productores como a consumidores.

Frente a los desafíos de la comercialización las organizaciones van generando una variada gama de modalidades de venta directa, como los bolsones de verdura de estación, ventas por Internet, entregas a domicilio y la apropiación de espacios públicos como ferias y protestas “verdurazos”. En el intento de generar alternativas tecnológicas y políticas a los retos ambientales y sociales que actualmente vivimos, la agroecología surge como un modelo alternativo propuesto desde las organizaciones de pequeños productores que visibilizan a los procesos de construcción de un sistema agroalimentario alternativo y agroecológico en Argentina. Diferenciamos analíticamente la agroecología popular de los movimientos sociales de la “agricultura orgánica” basada en el cambio de insumos, pero que siguen los mismos lineamientos del agronegocio: monocultivos, concentración de tierras, productos (alimentos) con alto precio para el consumo suntuoso/sano de las clases medias “ambientalizadas”. La agroecología se basa tanto en la justicia social (reforma agraria) como ambiental, no siendo solamente una forma individual de incrementar los ingresos agropecuarios o de consumir alimentos sanos, sino la propuesta de un modelo productivo sustentable alternativo para la sociedad como un todo.

VI Bibliografía

BALDINI, Carolina. (2020) *Territorio en movimiento: las transformaciones territoriales del Cinturón Hortícola Platense en los últimos 30 años*. Tesis de doctorado: UNLP.

CARBALLO, Carlos. (2011) Soberanía alimentaria y producción de alimentos en Argentina. En GORBAN, Miryan K; CARBALLO, Carlos. MERCEDES, Paiva; [et.al.] *Seguridad y Soberanía alimentaria*. Buenos Aires: Colección Cuadernos.

DELGADO RAMOS, Gian Carlo. (2013) “Cambio climático y la alimentación de las ciudades”. *Revista Investigación Ambiental*. Vol. 5., N° 1. Instituto Nacional de Ecología y Cambio Climático. México, pp. 85-111.

DESMARAIS, Annette Aurélie. (2007) *La Vía Campesina. La globalización y el poder del campesinado*. Madrid: Editorial Popular.

GONZÁLEZ DE MOLINA, Manuel. (2011) “Agroecológica e Historia Agraria. Una hibridación necesaria.” en Estudios Rurales. Publicación del Centro de Estudios de la Argentina Rural. Bernal, vol.1 n° 1. pp. 01-29.

LAGO, Antonio; PÁDUA, José Augusto. (1989) *O que é Ecologia?* São Paulo: Brasiliense.

LOPES, José Sergio Leite. (2004) “Introdução”, en LOPES, José Sergio Leite. (Org.) (2004) *Ambientalização dos conflitos sociais. Participação e controle público da poluição industrial*. Rio de Janeiro: RelumeDumará., pp.17-38.

MARTÍNEZ ALIER, Joan. (2009) [2004] *El ecologismo de los pobres: Conflictos ambientales y lenguajes de valores*. Barcelona: Icaria.

McMICHAEL, Philip. (2015). *Regímenes alimentarios y cuestiones agrarias*. México. D.F.: Universidad Autónoma de Zacatecas; Red Internacional de Migración y desarrollo

PINTO, Lucas Henrique (2016b) “Soberanía alimentaria, justicia ambiental y resistencia campesina territorial frente a los cambios metabólicos del libre comercio: apuntes teóricos y empíricos desde la experiencia mexicana”. *Razón y Palabra*. Dossier “Prácticas alimentarias desde una perspectiva sistémica completa”. Vol. 20. Núm. 3_94 jul. - Quito- Ecuador, Sept., pp. 517-542.

PINTO, Lucas. Henrique. (2020) “Agroecología y recampesinización cualitativa en el agro argentino contemporáneo (2014-2019).” *Boletín De Estudios Geográficos*, (113), 161-180, 2020.

SAUER, Sérgio e BALESTRO, Moisés. (orgs.) (2013) *Agroecologia e os desafios da transição agroecologica*. São Paulo: Expressão Popular.

SCHREINER, Davi F. (2012) “Territorialidades em disputa. Os assentamentos, o MST e a luta coletiva.” Mendoza: *Actas de las 3ras Jornadas Internacionales de Problemas Latinoamericanos: Movimientos Sociales, Estados y partidos Políticos en América Latina: (re) configuraciones institucionales, experiencias de organización y resistencia*. (CD-ROM).

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo y SOLER MONTIEL, Marta. (2009) “Del desarrollo rural a la agroecología. Hacia un cambio de paradigma”. *Documentación Social*, Núm. 155.

SOLLER MONTIEL, Marta y PÉREZ NEIRA, David. (2013) “Canales cortos de comercialización alimentaria en la construcción de sistemas agroalimentarios alternativos.” en CUÉLLAR, Mamen., CALLE Ángel y GALLAR, David (eds.) *Procesos hacia la soberanía*

alimentaria: Perspectivas y prácticas desde la agroecología política. Barcelona: Icaria. pp.63-80.

TOLEDO, Víctor Manuel. (2012) “La agroecología en Latinoamérica: tres revoluciones, una misma transformación.” *Agroecología*, Núm. 6.

QUINTAL PRODUTIVO E AGRICULTURA URBANA: UMA EXPERIÊNCIA DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E AUTOCONSUMO NO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA – MT

Lucinéia Mata¹

Ana Luisa Araujo de Oliveira²

RESUMO:

Os quintais urbanos podem ser espaços estratégicos para a produção de alimentos e a formação social da família, contribuindo para que os alimentos produzidos e destinados ao autoconsumo assumam singularidades. Neste sentido, este trabalho tem como objetivo analisar uma experiência de quintal urbano produtivo desenvolvida em perímetro urbano na cidade de Alta Floresta, norte do Estado de Mato Grosso. O estudo foi realizado em um quintal residencial, localizado em área urbana, onde vive uma família com 06 pessoas, em que todos participam das atividades cotidianas do quintal. Por meio da observação direta e registros fotográficos da proprietária do quintal (primeira autora deste trabalho), na ocasião da pesquisa foi realizado um levantamento das espécies cultivadas na área, no período de um ano (entre o mês de maio de 2019 e abril de 2020). De posse da lista de alimentos produzidos, foi realizada uma pesquisa de preços em um supermercado local e realizado um cálculo estimando o que a família deixou de dispendir, caso fosse adquirir os produtos no comércio local, da mesma forma foi estimada qual seria a renda monetária da família se tomasse a decisão de comercializar os alimentos produzidos. Ao mesmo tempo, foram obtidos os registros fotográficos e relatos de membros da família sobre aspectos sociais intangíveis envolvidos no ato de produzir alimentos no quintal. Como resultado, evidencia-se que no quintal são produzidos verduras, frutas, tubérculos, plantas medicinais e flores. Além de contribuir com a ornamentação do local, constata-se que a produção conquistada nesse quintal produtivo tem sido uma fonte viável de economia para a família, além de contribuir para uma vida mais saudável e com princípios sociais mais enriquecidos.

Palavras-chave: Diversidade; sistemas produtivos; socioeconômico.

ABSTRACT: Urban backyards can be strategic spaces for the production of food and the social formation of the family, contributing for the food produced and destined for self-consumption to assume singularities. In this sense, this work aims to analyze a productive urban backyard experience developed in an urban perimeter in the city of Alta Floresta, north of the State of Mato Grosso. The study was carried out in a residential yard, located in an urban area, where a family of 06 people lives, in which everyone participates in the daily activities of the yard. Through direct observation and photographic records of the owner of the yard (first author of this work), at the time of the research, a survey of the species cultivated in the area was carried out, in the period of one year (between the month of May 2019 and April 2020). In possession of the list of produced foods, a price survey was carried out in a local supermarket and a calculation was made estimating what the family stopped spending if they were to buy the products in local stores, in the same way

¹ Graduanda do curso de Bacharelado em Agronomia, Faculdade de Ciências Biológicas e Agrárias (FACBA), Campus Universitário de Alta Floresta, Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).

² Docente no curso de Agronomia, Faculdade de Ciências Biológicas e Agrárias (FACBA), Campus Universitário de Alta Floresta, Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Doutoranda em Desenvolvimento Rural no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

it was estimated what the monetary income would be family if the decision was made to commercialize the food produced. At the same time, photographic records and reports from family members about intangible social aspects involved in the act of producing food in the yard were obtained. As a result, it is evident that vegetables, fruits, tubers, medicinal plants and flowers are produced in the yard. In addition to contributing to the ornamentation of the place, it appears that the production achieved in this productive yard has been a viable source of savings for the family, in addition to contributing to a healthier life and with more enriched social principles.

Keywords: Diversity; productive systems; socioeconomic.

INTRODUÇÃO

Os quintais têm sido vistos como espaços importantes e estratégicos para as famílias desde o período neolítico, quando o homem e a mulher deixaram de ser nômades e começaram a cultivar seus próprios alimentos e a domesticar os animais. Para Siviero *et al.* (2011), o quintal é um espaço de fácil acesso para que os moradores cultivem uma diversidade de espécies de plantas e que podem desempenhar funções como estética, lazer, alimentação e medicinal, além de poder associar com animais de pequeno porte.

Importante destacar que, desde a segunda metade do século XX, o processo de urbanização passa por acelerações com o aumento da população vivendo nas cidades. Ao mesmo tempo, as constantes crises econômicas e pelas mudanças climáticas, repercute na produção agrícola, oferta de alimentos e na qualidade de vida da população, resultando em constantes variação nos preços dos alimentos (CARNEIRO *et al.*, 2017), e assume protagonismo nas cidades os quintais urbanos produtivos.

Neste sentido, os quintais podem ser classificados como rurais, urbanos ou periurbanos, a depender de onde se localiza a residência da família que cultiva os alimentos. No que se refere aos quintais urbanos, de acordo com Lobato *et al.* (2017) no contexto histórico estes estão ligados às atividades próprias de uma sociedade agrícola que, transferida para a área urbana, reproduz práticas do meio rural. Para Silva *et al.* (2019), a manutenção da tradição em cultivar diferentes espécies no quintal está relacionada com a segurança alimentar e aumento da renda familiar.

Neste contexto, a pergunta norteadora deste artigo foi de que forma um quintal urbano contribui para a obtenção de uma renda monetária e/ou não monetária, bem como para a segurança alimentar e nutricional (SAN) de uma família?

Dito isto, o objetivo deste trabalho foi analisar uma experiência de quintal urbano produtivo desenvolvida na cidade de Alta Floresta, norte do Estado de Mato Grosso,

evidenciando as contribuições deste espaço na produção de alimentos, na segurança alimentar da família, bem como na sustentabilidade econômica e social.

Além desta introdução, o texto está dividido em mais três sessões. Na segunda sessão são apresentados os materiais e métodos da pesquisa, abordando uma descrição da área de estudo e metodologia adotada. Na terceira sessão são apresentados os resultados discutindo-os com a literatura. Por fim, são apresentadas as considerações finais da pesquisa, sinalizando novos caminhos para outros estudos.

MATERIAL E MÉTODOS

Área de estudo

O estudo foi realizado em uma área urbana do município de Alta Floresta (Figura 01), localizado ao norte do estado de Mato Grosso, 830 km da capital Cuiabá. O município foi fundado em 19 de maio de 1976, com famílias na maioria vindas da região Sul do Brasil, com o objetivo de realizar atividades agrícolas. Está localizado nas coordenadas 09°52'32" S e 56°05'10" W, possui área de 8.947,07 km² e uma população de 49.233 habitantes, segundo o Censo Demográfico do ano de 2010 (IBGE, 2010).

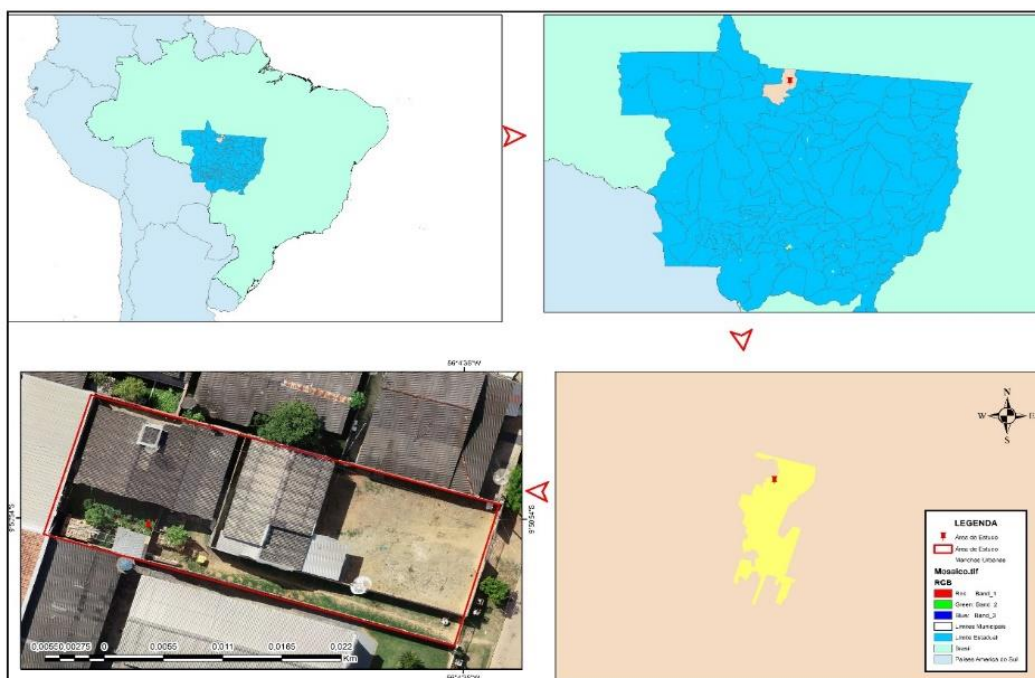


Figura 01. Localização da área estudada. Fonte: Lucinéia da Mata (2020).

As características edafoclimáticas da região contribuem para a produção agrícola, sendo o clima de acordo com a classificação de Köppen-Geiger, é tropical chuvoso do

tipo Am (com chuvas tipo monção) com duas estações bem definidas (verão chuvoso e inverno seco), temperatura em torno de 26°C e precipitação média anual na faixa de 2.800 a 3.100 mm (ALVARES *et al.*, 2013). Há predominância de solo do tipo ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico e LATOSSOLO VERMELHO Distrófico (IBGE, 2009).

O trabalho é resultado de pesquisa realizado em uma área urbana localizada no bairro Jardim Imperial, região periférica de Alta Floresta. Conforme pôde ser observado na Figura 01, esta área possui 800 m² e duas residências construídas, as quais são divididas por um muro. A pesquisa foi realizada no quintal dos fundos que ocupa 450 m², apresenta pouca declividade, sem presença de afloramento rochoso, o que facilita o manejo das atividades.

Metodologia

Na ocasião da pesquisa foi feito um levantamento de todas as espécies presentes no quintal no período de um ano, iniciando no mês de maio de 2019 até abril de 2020. As informações referentes as espécies cultivadas ou que já existiu ali durante o período estudado, foram obtidas por meio de observação direta, e dos registros fotográficos da proprietária, que é a primeira autora deste artigo.

De posse da lista de alimentos produzidos, foi realizada uma pesquisa de preços em um supermercado local e realizado cálculos estimando o que a família deixou de dispendar, caso fosse adquirir os produtos no comércio local.

REVISÃO BIBLIOGRAFICA

Os quintais como espaços de produção

A técnica de cultivar uma diversidade de plantas e domesticar animais passou por uma evolução nos últimos dez mil anos, no entanto somente no período neolítico evidenciou-se as transformações que reinventa uma nova forma de bem viver dos grupos humanos, com o início dos primeiros povoados e avanço da agricultura. Naquele momento as mulheres eram responsáveis por cuidar das plantações, fabricação de cestos e tecer tecidos, e os homes construam abrigos e cuidava dos animais (SILVA, 2011).

O relacionamento cultural da sociedade com o ambiente provém do processo de domesticação das paisagens, como um seguimento da manipulação humana, onde

origina-se em mudanças ecológicas da paisagem e demografia de populações de animais e plantas, transformando-se em uma paisagem mais produtiva e segura aos seres humanos (LINS, 2013).

Dessa forma, pode-se afirmar que, historicamente, os quintais são espaços produtivos, que geralmente ocupam espaço no entorno da casa, podendo ser classificados como rurais, urbanos ou periurbanos, a depender de onde se localiza a residência em relação ao perímetro urbano.

No Brasil, desde os tempos coloniais foram previstos em Cartas Régias os quintais, presentes nas residências urbanas (TOURINHOI; SILVA, 2016), porém inicialmente possuíam como principal função a ornamentação das casas.

Com o passar os anos os quintais urbanos foram assumindo novas funções. Atualmente nos quintais acontecem atividades variadas, como por exemplo reuniões familiares, confraternizações com amigos e conhecidos, atividades domésticas, criação de animais, produção de vegetais, entre outras, construindo um elo entre social e biológico, onde liga as espécies que são cultivadas e o ecossistema natural, preservando a diversidade genética, e construindo uma alternativa de baixo custo para a conservação da diversidade local e resgate do etnoconhecimento (ZORTEA *et al*, 2018).

Neste sentido, pode-se afirmar os quintais como sistemas diversificados, onde pode ser cultivado frutas, verduras e plantas medicinais (no rural, é comum a criação de pequenos animais), contribuindo para a obtenção de uma renda monetária e/ou não monetária, bem como para a segurança alimentar e nutricional (SAN) da família e a sociabilidade do indivíduo e/ou família.

A complexidade das espécies que são cultivadas nos quintais não ocorre de forma natural, mas sim o resultado da administração e manejo que os proprietários exercem, para que se tenha produtos que é de relevância para a sobrevivência familiar (MOURA, 2016).

Os quintais como espaços estratégicos para a segurança alimentar e nutricional

Segundo dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) até 2030 cerca de 60% da população mundial estará vivendo em cidades (FAO, 2000). No Brasil a taxa de urbanização tem apresentado crescimento contínuo desde a década de 1970. Segundo dados do IBGE (2010), em 1970, 55,9% da população brasileira encontrava-se em áreas urbanas, em 2010 a taxa de urbanização chegou a 84,4%. Na região sudeste a porcentagem da população que vivia em áreas

urbanas em 1970 era de 72,7% e em 2010 passou a 92,9% (IBGE, 2010). Para a FAO, esse processo de urbanização está intimamente relacionado ao crescimento da pobreza e da insegurança alimentar (FAO, 2000).

No Brasil a segurança alimentar e nutricional é estabelecida como a realização do direito de todos terem acesso regular e constante a alimentação saudável e de qualidade, e em quantidade satisfatória, não comprometendo outras necessidades consideradas essenciais, visando práticas alimentares que promovam a saúde e considerando a diversidade cultural, econômica e social sustentáveis (MEDEIROS, 2015).

Segundo dados da FAO a fome voltou a ameaçar o Brasil, tendo em vista que 37,5 milhões de pessoas viviam em situação de insegurança alimentar moderada no país nos anos de 2014 e 2016. Já em 2017 a 2019 este número chegou a 43,1 milhões de pessoas e isso em porcentagem subiu de 18,3 % para 20,6%. Importante destacar que, a insegurança alimentar é ocasionada por uma circunstância ao acesso físico, social e econômico de um ser humano ter ao seu alcance um alimento saudável de um ponto de vista nutricional (CORREIA; SANTOS; CAMOLAS, 2018). Apesar do aumento da produtividade em diversas culturas agrícolas e pecuárias apresentar um papel importante para a população, a segurança alimentar mundial depende de muitos outros fatores que consiste na criação e desenvolvimento de acessos mais facilitados aos alimentos e a sistemas alimentares mais resilientes (COSTA, 2013).

Neste contexto, a produção para autoconsumo assume importante protagonismo. Carmo (2018) aponta que a produção para autoconsumo na unidade produtiva familiar caracteriza-se como uma estratégia de sobrevivência de agricultores, onde permite uma interação com o mercado através dos excedentes e consolidar a estrutura dos recursos e minimizar as dependências de meios externos.

Segundo Silva, Anjos e Anjos (2016) a produção para autoconsumo é praticada não apenas por famílias residentes em áreas rurais, mas também por um grande número daquelas situadas em áreas urbanas e periurbanas, como uma estratégia de ampliar o acesso familiar à alimentação ou parte dela. Dessa forma, insere-se na agricultura urbana suas prerrogativas da qualidade de vida, com base na disponibilidade de alimentos isentos de agrotóxicos e com um alto teor nutritivo (MENDES, 2016).

No entanto os hábitos alimentares da população têm mudado, e cada vez mais aumenta o consumo de produtos industrializados vem substituindo os alimentos naturais e caseiros, e isso se deve a influências de mercados publicitários, globalização e o ritmo acelerado que as cidades apresentam (TOLONI *et al*, 2014). Dessa forma vale ressaltar

que em uma visão mais sistêmica os alimentos que podem ser produzidos pela própria família em seus quintais, embora sejam mais trabalhosos fazer parte do processo produtivo, possibilita uma produção ao seu gosto, gerando assim, uma maior diversidade de alimentos. Presentes em sua mesa, permitindo-lhes a colher esses produtos frescos, dispensando o consumo de produtos industrializado e conseqüentemente melhorando a qualidade de vida e corroborando para sua segurança alimentar (ROCHA, 2017).

Neste contexto, frente as mudanças de valores, onde questionam a qualidade da alimentação oriunda do sistema agroindustrial juntamente com os efeitos que isso provoca no meio ambiente e na saúde humana, os antigos saberes e práticas tradicionalistas estão sendo retomados e ganhando cada vez mais importância, devido essas práticas virem acompanhadas de olhares conscientes de sua importância, unidas ao conhecimento científico podem agregar e gerar diversos benefícios aos ambientes urbanos e rurais (BEZERRA, 2014).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A produção cultivada no quintal

A decisão de transformar o espaço em um quintal produtivo agrícola ocorreu no ano de 2017. No período da pesquisa (maio de 2019 a abril de 2020), dentre os produtos cultivados destaca-se as hortaliças, frutas, condimentos, tubérculos, plantas alimentícias não convencionais (PANCs), plantas medicinais e plantas ornamentais (Tabela 01, Figura 02 e 03).



Figura 02. Espécies cultivadas. Fonte: Lucinéia da Mata (2020).

Vale ressaltar que alguns dos alimentos cultivados no quintal não foram incluídos no estudo para fins do cálculo apresentado a seguir, tendo em vista que, para a realidade de Alta Floresta, município em que a pesquisa foi desenvolvida, não há comercialização destes, mas sim troca entre vizinhos e familiares, principalmente, o que dificulta calcular o valor em supermercado local.

Tabela 01. Produtos cultivados no período de um ano, entre maio de 2019 e abril de 2020*.

Produtos			
Verduras	Condimentos	Frutos	Plantas alimentícias não convencionais (PANCs)
<i>Lactuca sativa</i> (Alface crespa)	<i>Curcuma longa</i> (Açafrão)	<i>Cucúrbita moschata</i> (Abobora menina)	<i>Pereskia aculeata</i> (Ora-pro-nobis)
<i>Cichorium intybus</i> (Almeirão)	<i>Zingiber officinale</i> (Gengibre)	<i>Solanum melongena</i> (Berinjela)	<i>Xanthosoma sagittifolium</i> (Taioba)
	<i>Capsicum baccatum</i> (Pimentas dedo de moça)	<i>Gilo group</i> (Jiló)	Plantas medicinais
<i>Allium fistulosum</i> (Cebolinha)	<i>Capsicum spp</i> (Pimenta doce)	<i>Carica papaya</i> (Mamão Papaia)	<i>Aloe vera</i> (Babosa)
<i>Coriandrum sativum</i> (Coentro)	Tubérculos	<i>Carica papaya</i> L. (Mamão comum)	<i>Peumus boldus</i> (Boldo)
<i>Brassica oleracea</i> (Couve)	<i>Colocasia esculenta</i> (Inhame)	<i>Cucumis sativus</i> (Pepino)	<i>Cymbopogon citratus</i> (Capim cidreira)
<i>Spinacia oleracea</i> (Espinafre)	<i>Manihot esculenta</i> (Mandioca)	<i>Abelmoschus esculentus</i> (Quiabo)	<i>Chenopodium ambrosioides</i> L. (Erva Santa Maria)
<i>Sinapsis alba</i> (Mostarda)	<i>Raphanus sativus</i> (Rabanete)	<i>Solanum lycopersicum</i> L. (Tomate cereja)	<i>Mentha sp</i> (Hortelã)
<i>Eruca sativa</i> (Rúcula)			<i>Ocimum basilicum</i> (Manjericão)
<i>Petroselinum crispum</i> (Salsinha)			(Vick)

Fonte: A família agricultora. *A classificação foi realizada de acordo com as características agrônômicas da planta.



Figura 03. Espécies cultivadas. Fonte: Lucinéia da Mata (2020).

Como constatado na tabela acima, há grande diversidade em uma área considerada pequena para os padrões do município de Alta Floresta, onde há bairros (principalmente os mais antigos) em que os terrenos urbanos possuem 1.000 m².

A escolha dos produtos cultivados no quintal baseia-se no gosto familiar para o autoconsumo, o que dialoga com (MOURA, 2016) que afirma ser a complexidade de espécies resultado da administração e manejo que família realiza de modo a ter produtos de relevância para os responsáveis. Da mesma forma, coaduna com Silva, Anjos e Anjos (2016) tendo em vista que, a decisão de produzir no quintal foi uma estratégia de ampliar o acesso familiar à alimentação ou parte dela.

O quintal para além da produção agrícola

Na área estudada reside uma família com seis pessoas, sendo o casal (pais), e quatro filhos ainda menores de idade, de modo que todos participam das atividades cotidianas do quintal, trabalhando e contribuindo com a gestão do espaço, caracterizando a agricultura familiar urbana.

A idealização e construção de um quintal produtivo surgiu a partir do desejo de consumir produtos livres de agrotóxicos, com total conhecimento de como eram produzidos, além da economia familiar e a satisfação em consumir alimentos frescos todos os dias. De acordo com a família do quintal que compôs a pesquisa, com o cultivo no quintal

“Ganhamos muito mais do que idealizamos, porque toda a preparação dos canteiros nos trouxe algo a mais do que não esperávamos, que foi o envolvimento familiar, onde todos se envolviam nas atividades. Com o tempo, observamos que o interesse das crianças em consumir aqueles alimentos foi aguçado, trazendo um prazer ainda maior para nós pais, que como todos os outros pais tem essa preocupação, em oferecer alimentos saudáveis para nossos filhos.”

Conforme ocorreram as atividades de implantação das espécies, notou-se uma mudança na paisagem e no clima, pois o quintal que antes era de solo exposto e pobre começava a ganhar cores e vida, juntamente com elogios de vizinhos e familiares, saúde, economia e bem-estar. Para a família,

“A transformação do quintal nos fez recordar lembranças de infância, porque com origem camponesa, cada vez mais percebe-se que esse costume tem se deixado para traz, pela correria do dia a dia, a maioria prefere comprar em um supermercado produtos que poderiam estar cultivando em seus quintais e resgatando o valor cultural e social que isso traz.”

Todos os produtos que são cultivados no quintal são destinados ao autoconsumo da família, porém apesar do espaço ser pequeno, há produção além da demanda de muitos produtos excedentes, que são destinados ao restante da família/parentes e amigos. Além das doações, a família realiza-se a troca com outros agricultores por produtos que não são cultivados e alguns ainda são destinados a comercialização, onde podem ser processados ou *in natura*.

Como pode ser observado na Tabela 02, constata-se que a produção conquistada nesse quintal produtivo tem sido uma fonte viável de economia para a família, que no total de um ano deixou de dispendir mais de 2 mil reais, além de contribuir para uma vida mais saudável de família que passa a ter conhecimento da origem do alimento, produzido sem agrotóxicos.

Tabela 02. Produtos e quantidades cultivadas no período de um ano, preço no supermercado local e valor que a família deixou de dispendir no período entre maio de 2019 e abril de 2020.

Produtos	Quantidade em Kg ou maço	Preço no supermercado (R\$/kg ou R\$ /maço)	Valor que a família deixa de dispendir por produto (R\$/ano)
<i>Cichorium intybus</i> (Almeirão)	40 maços	2,59	103,60
<i>Eruca sativa</i> (Rúcula)	45 maços	2,59	116,55
<i>Brassica oleracea</i> (Couve)	30 maços	2,59	77,70
<i>Abelmoschus esculentus</i> (Quiabo)	13 Kg	4,00	52,00
<i>Sinapsis alba</i> (Mostarda)	30 maços	2,59	77,70
<i>Cucumis sativus</i> (Pepino)	16 Kg	2,95	47,20
<i>Capsicum spp</i> (Pimenta doce)	12Kg	2,79	33,48
<i>Solanum lycopersicum</i> L. (Tomate cereja)	28 Kg	11,99	335,72
<i>Manihot esculenta</i> (Mandioca)	40 Kg	2,80	112,00
<i>Colocasia esculenta</i> (Inhame)	30 Kg	6,65	199,50
<i>Xanthosoma sagittifolium</i> (Taioba)	25 maços	2,50	62,50
<i>Curcuma longa</i> (Açafrão)	10 Kg	2,50 (fresco)	25,00
<i>Zingiber officinale</i> (Gengibre)	8 Kg	3,00 (fresco)	24,00
<i>Carica papaya</i> (Mamão Papaia)	40 Kg	3,95	158,00

<i>Capsicum baccatum</i> (Pimenta dedo de moça)	8 Kg	2,50	20,00
<i>Spinacia oleracea</i> (Espinafre)	20 maços	2,50	50,00
<i>Cucúrbita moschata</i> (Abobora menina)	30 Kg	3,50	105,00
<i>Solanum melongena</i> (Berinjela)	12 Kg	2,99	35,88
<i>Gilo group</i> (Jiló)	6 Kg	2,59	15,54
<i>Allium fistulosum</i> (Cebolinha)	50 maços	2,59	129,50
<i>Coriandrum sativum</i> (Coentro)	45 maços	2,59	116,55
<i>Petroselinum crispum</i> (Salsinha)	35 maços	2,59	90,65
<i>Mentha sp</i> (Hortelã)	22 maços	2,50	55,00
<i>Lactuca sativa</i> (Alface)	20 maços	2,59	51,80
<i>Raphanus sativus</i> (Rabanete)	4 Kg	3,99	15,96
TOTAL		84,42	2.110,83

Fonte: A família agricultora.

Neste quintal, além da ornamentação, diversas outras funções são desenvolvidas, como a sociabilidade, confraternização, produção de vegetais, promovendo o que ZORTEA *et al*, (2018) apontam como a construção de um elo entre social e biológico, em que as espécies e a família compõem um agroecossistema em espaço urbano.

O quintal pesquisado também contribui para a afirmação de que são sistemas diversificados, produtivos, que contribuem para a promoção da sociabilidade do indivíduo e/ou família, para a segurança alimentar e nutricional (SAN) da família a obtenção de uma renda não monetária, expressa na economia de recursos financeiros.

CONCLUSÕES

A elaboração deste trabalho mostra que os quintais produtivos em áreas urbanas são importantes, pois deixa transparente todos benefícios que ocorre através desta pratica. Além da contribuição para a segurança alimentar, saúde nutricional e bem-estar, possibilita uma alimentação mais saudável com alimentos frescos de origem conhecida, ainda impacta de forma positiva na vida social e econômica da família.

Portanto, conclui-se que o quintal urbano produtivo contribui para o aproveitamento do espaço como um todo e servir como ocupação recreativa para crianças,

jovens e idosos, que por muitas vezes sentem falta de ocupar seu tempo com alguma atividade e também corroborar com um resgate de heranças culturais, além de ser uma estratégia de geração de renda para a família.

Ao mesmo tempo, o artigo sinaliza para um “novo” grupo de agricultores familiares, aqueles que desenvolvem suas atividades produtivas em espaços urbanos, juntamente com sua família e que definem a gestão do espaço. Que apesar da ruptura com o mundo rural, aqui fazendo referência a professora Nazareth Wanderley, mantém continuidades da realidade rural, agora no espaço urbano. Estaríamos diante da agricultura familiar urbana? Este é uma nova pergunta para pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVARES, C.A. STAPE, J.L; SENTELHAS, P.C.; GONÇALVES, J.L.M.; SPAROVEK G. Köppen's climate classification map for Brazil. **Meteorologische Zeitschrift**, Germany, v. 22, n.6, p. 711-728, 2013.

BEZERRA, J. P. **O papel dos quintais urbanos na segurança alimentar, bem estar e conservação da biodiversidade. 2014. 87 f.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e meio ambiente) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

CARMO, M. S. **O potencial dos quintais produtivos numa comunidade quilombola no território do recôncavo da Bahia.** Cruz da Almas, Bahia. 2018. Monografia (Tecnólogo em Agroecologia) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, 2018.

CARNEIRO, M. F. B. et al. Desenvolvimento da agricultura em quintais urbanos. ISSN: 2317-9430. **Revista Tocantinense de Geografia, Araguaína.** 2017.

CORREIA, C.C; SANTOS, A. B; CAMOLAS, J. O paradoxo insegurança alimentar e obesidade: uma revisão da realidade portuguesa e dos mecanismos associados. **Acta Portuguesa de Nutrição**, n.13, Porto, 2018.

COSTA, L. V. et al. Produtividade agrícola e segurança alimentar dos domicílios das regiões metropolitanas brasileiras. **Revista de Economia e Sociologia Rural.** Brasília, v.51, n. 4, 2013.

FAO - FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. Food into cities. Colecion, Rome, 2000.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2010. Disponível em:. Acesso em: 14/06/2013. 2010.

LINS, J. **Terra preta de índio e as populações do presente: a herança que chega até o quintal**. Manaus, 2013. Dissertação (Mestre em Ciências Biológicas) - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Manaus, 2013.

LOBATO, G. J. M. et al. Diversidade de uso e aspectos socioambientais de quintais urbanos em Abaetetuba, Para, Brasil. **Revista Brasileira de Agroecologia**. Abaetetuba, 2017.

MEDEIROS, N. S. **Quintais urbanos e a situação de (in) segurança alimentar de famílias beneficiárias do programa bolsa família, no município de Viçosa, Minas Gerais**. 2015. 130 f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2015.

MENDES, L. S. **Agricultura urbana e periurbana como fonte de renda através do autoconsumo**. Florianópolis, Santa Catarina, 2016. Monografia (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

MOURA, S. S. **Quintais como espaços para conservação no Chaco**. Mato Grosso do Sul, 2016. Dissertação (Mestre em Biologia Vegetal) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso do Sul, 2016.

SILVA, J. R, O. et al. As plantas e seus usos nos quintais de Alta Floresta, Mato Grosso. **Revista Verde**, Pombal, v. 14, n.3, 420-428 p., 2019.

ROCHA, F. R. F. **Quintais produtivos e horta escolar: conservação ambiental, segurança alimentar e educação para saúde em Mossoró (RN)**. 2017. Dissertação (Mestre em Ciências Naturais) – Universidade do Estado do Rio Grande Do Norte, Mossoró, 2017.

SILVA, A. C.G.F; Anjos, M. C. R; Anjos, A. Quintais produtivos: para além do acesso à alimentação saudável, um espaço de resgate do ser. **Revista Brasileira de Desenvolvimento territorial sustentável**, Matinhos, v.2, n.1, p. 77-101, 2016.

SILVA, M. R. F. O uso dos quintais domésticos por populações humanas. **Cadernos de Agroecologia**. Fortaleza, v. 6, n. 2, 2011.

SIVIERO, A. et al. Cultivo de Espécies Alimentares em Quintais Urbanos de Rio Branco, Acre, Brasil. **Acta Botanica Brasilica**. Feira de Santana, v. 25, n. 3, 549-556 p., 2011.

TOLONI. M, H, A. et al. Consumo de alimentos industrializados por lactentes matriculados em creches. **Revista Paulista Pediatra**. São Paulo, 2014. 2014.

TOURINHOI, H. L. Z; Silva, M. G. C. A. Quintais urbanos: funções e papéis na casa brasileira e amazônica. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**. Belém, v. 11, n. 3, 633-651 p., 2016.

ZORTEA, M. et al. Quintais agroflorestais urbanos: refúgio de resiliência? 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/342663904_QUINTAIS_AGROFLORESTAIS_URBANOS_REFUGIO_DE_RESILIENCIA. Acesso em: 09 de out, 2020.

SISTEMAS PARTICIPATIVOS DE GARANTIA: INOVAÇÃO DA RELAÇÃO ENTRE PRODUÇÃO E CONSUMO?

Luiz Gustavo Ennes Pizzaia ¹

Larissa Sapiensa Galvão Leal ²

Henrique Carmona Duval ³

José Maria Gusman Ferraz ⁴

¹ Engenheiro Agrônomo (UNESP/FCAV) e Mestre em Desenvolvimento Territorial (UNIARA), ² Zootecnista (UNESP/FCAV) e Mestra em Desenvolvimento Territorial (UNIARA), ³ Doutor em Ciências Sociais (UNICAMP) e Prof. Dr. UFSCar, ⁴ Doutor em Ecologia (UNICAMP) e Prof. Dr. PPG Desenvolvimento territorial e meio ambiente (UNIARA).

RESUMO

O presente trabalho é fruto de um projeto de doutorado em andamento que pretende refletir sobre as relações de produção e consumo de alimentos orgânicos e sobre estratégias de desenvolvimento territorial, considerando os Sistemas Participativos de Garantia (SPG) como uma alternativa ao modelo de certificação por auditoria. O objetivo geral é investigar as potencialidades e desafios dos SPG em fomentar a produção e o consumo de alimentos orgânicos em diferentes territórios do estado de São Paulo. Tem-se como hipóteses que a criação de mercados para os produtos orgânicos é um meio (e não o objetivo final) no processo de desenvolvimento destas experiências. A literatura consultada aponta que antes de produzir somente com o intuito de atender nichos de mercado elitizados, os SPG têm propostas de construção de mercados justos e locais, aproximando agricultores e consumidores. A metodologia contará com entrevistas a representantes (servidores, técnicos e lideranças de movimentos sociais) que participaram da regulamentação da produção e da comercialização de orgânicos e na criação dos modelos de certificação participativa, além de representantes de Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade (OPAC), que operacionalizam os SPG no Estado de SP. Para analisar se a certificação participativa realmente representa uma inovação na relação entre produtor e consumidor, e identificar quais os valores que os consumidores buscam no alimento certificado como orgânico, será construída uma amostragem composta por consumidores de orgânicos dos SPG do Estado de São Paulo. **Palavras chave:** Agricultura familiar, Certificação Participativa e Produção Orgânica.

I. INTRODUÇÃO

Atualmente os orgânicos são produzidos em mais de 180 países, mas apenas 87 tem regulamentação própria. Eles estão presentes em 1,4% das terras agricultáveis do planeta, algo em torno de 69,8 milhões de hectares, distribuídos por mais de 2,7 milhões de produtores orgânicos (IFOAM, 2019). Tendo em vista estes números, Liu (2019) aponta que o mercado de produtos orgânicos é território fértil para inovação e novos empreendimentos. Ainda que a produção orgânica apresente uma tendência crescente, é escassa a produção científica que faça uma caracterização dos mecanismos de controle de qualidade orgânica e o modo de organização dos produtores que adotaram esse sistema de produção e comercialização.

Apesar desse crescimento exponencial, não se pode esquecer que o Brasil possui um dos mercados “menos restritivos” quanto ao uso de agrotóxico (BOMBARD, 2017) e ainda mantém o posto de campeão mundial no uso de agrotóxicos na agricultura, alcançando a marca de 7,3 litros de agrotóxico por habitante (CARNEIRO, 2015). Além disso, tanto o sistema produtivo quanto a comercialização de produtos orgânicos enfrentam diversos desafios, tais como: o pouco destaque dado pela mídia sobre os perigos dos agrotóxicos, o monopólio das indústrias químicas, falta de assistência técnica e crédito rural no período de transição do convencional para o orgânico, gastos energéticos com transporte e embalagens, processos de certificações caros e excessivamente burocráticos e pouca ênfase dada a sistemas agroecológicos na formação de técnicos e agrônomos (TUBALDINI, 2002; DIAS, 2016). Brandenburg (2002) afirma que o perfil institucional do agrônomo, de modo geral é do tipo convencional, os “profissionais alternativos” não obtêm sua formação nas escolas, mas por sua iniciativa a partir de grupos informais de estudantes, buscam formação complementar nas experiências de grupos de agricultores, associações ou organizações não governamentais.

Além disso, a certificação ainda é um gargalo da produção orgânica, apresentando-se como um processo, muitas vezes, oneroso, burocrático, de alta complexidade técnica e que pouco considera as práticas locais e os critérios sociais (OTTA, 2016). Desta forma, pode-se considerar que a certificação deve fazer parte de um processo democrático de desenvolvimento agrícola sustentável, no qual os agricultores, principais personagens nesta empreitada, não deixem de ser sujeitos.

No Brasil, as regulamentações posteriores à Lei 10.831 (BRASIL, 2003), que trata especialmente os mecanismos de controle da qualidade e informações sobre os produtos orgânicos, oficializaram três mecanismos de garantia (Brasil, 2009): as Certificadoras por Auditoria, os Sistemas Participativos de Garantia (SPG) via cadastro dos Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade (OPAC) e as Organizações de Controle Social (OCS). Portanto, todo produtor que almeja a comercialização da produção como orgânico deve fazer parte do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos via algum dos mecanismos de controle, os quais possuem o objetivo comum de classificar e padronizar as atividades agrícolas utilizadas na produção orgânica (PINHEIRO, 2012). Todos procedimentos foram baseados nas normas de garantia da Federação Internacional dos Movimentos da Agricultura Orgânica¹ (IFOAM, 1998) e para as certificadoras, também é exigido o padrão internacional ISO 65 (ABNT, 1997).

Por meio da Instrução Normativa nº19 (BRASIL, 2009) o Brasil, foi pioneiro ao reconhecer os SPG de produtos orgânicos de forma equivalente à certificação por auditoria, inovando em relação às normativas internacionais vigentes, pois pela primeira vez um país permitiu oficialmente uma modalidade de SPG a comercialização em todo território nacional de seus produtos, e não apenas em circuitos curtos de comercialização. Isso é visto como algo muito positivo por conta da perspectiva de inclusão do pequeno produtor no mercado de orgânicos, possibilitando geração de renda, conservação da biodiversidade, melhoria da qualidade de vida no meio rural e agregação de valor aos produtos. E a partir da experiência brasileira, diversos países modificaram suas legislações e reconheceram formas de controle social como alternativas à certificação de terceira parte em suas legislações sobre o tema.

É interessante destacar que as iniciativas das certificações participativas de todos os continentes, em sua maioria, buscaram se opor à certificação por auditoria por conta

¹ A IFOAM define agricultura orgânica como um sistema baseado em um conjunto de processos, resultando em um ecossistema sustentável, alimento seguro, boa nutrição, bem-estar animal e justiça social (IFOAM, 2002).

dos altos custos e da burocracia, que no mundo todo criam barreiras à inclusão dos pequenos agricultores nos mercados de bens de crença², como é o caso dos orgânicos.

Os Sistemas Participativos de Garantia (SPG), são caracterizados pela responsabilidade coletiva dos membros do sistema, que podem ser produtores, consumidores, técnicos e demais interessados e são definidos como organismos através dos quais se dá, de forma participativa, a avaliação do grau de aplicação de uma norma e, portanto, a garantia de seu cumprimento. Para ter existência legal, um SPG deve possuir um OPAC cadastrado no MAPA, que responderá pela emissão do selo (TORREMOCHA, 2011). Na composição dessas redes o OPAC funciona como uma comissão que se responsabiliza pela interlocução formal com os órgãos fiscalizadores no que diz respeito às ações relacionadas à certificação participativa (HIRATA, 2020).

Dessa maneira se constitui como alternativa direta à certificação por auditoria, sendo ambas as formas consideradas Organismos de Avaliação da Conformidade (OACs). A principal diferença está no fato de que em um OPAC o controle da qualidade e as informações sobre os produtos orgânicos ocorre de maneira participativa e seus membros são corresponsáveis pela garantia. Em ambos os casos, os produtos avaliados podem exibir o selo oficial de orgânico e ser comercializados em todo território nacional.

Pode-se dizer que um SPG funciona como uma espécie de rede de várias OCS, formando um grupo local de agricultores. Por esta razão, uma hipótese é que uma OCS é um SPG em potencial, à medida em que passa a se articular com outros grupos de produtores e/ou consumidores. Nos sistemas participativos e de controle social, é importante haver um elo forte entre os que estão produzindo e os que estão comprando, de forma que todos os atores (produtores, consumidores e técnicos) possam participar do processo de garantia da qualidade orgânica. Muito embora, a participação dos técnicos e consumidores não seja obrigatória, apenas recomendada. É de extrema importância a inclusão de consumidores e técnicos para aperfeiçoar os mecanismos que, se forem bem desenvolvidos, podem ser mais efetivos que a certificação por auditoria.

Embora que, ao não se submeter a uma auditoria por terceira parte independente, o risco de comportamento oportunista pode aumentar, a história mostra que sempre existiu uma diversidade de mecanismos para avaliar a qualidade do produto, principalmente quando há aproximação entre produtores e consumidores, por meio de relações de confiança, controle social e circuitos curtos de comercialização. E ainda, cabe mencionar que existem experiências da mesma natureza que os SPG, em outras áreas além da agricultura, como saúde, educação e construção civil (THOMSON, 2015).

Fornazier (2010) pesquisando sobre a confiança entre agricultores na garantia do atributo ecológico de sua produção, constatou que o SPG é considerado um mecanismo importante, pois evita de ter uma empresa especializada para controlar a qualidade dos produtos, além de que uma empresa especializada causaria aumento nos custos. Perez (2012) confirma que a metodologia de encontros, debates e tomadas de decisões com a participação de agricultores, consumidores e técnicos garantem um perfil metodológico centrado na horizontalidade.

Santos (2007) avaliando a experiência da rede Ecovida de Agroecologia no sul do Brasil, entende que o processo participativo de certificação se justifica pela incompatibilidade que o outro modelo, por auditoria, tem frente à agroecologia desenvolvida no Brasil e na América Latina. Se requisitos como respeito às culturas locais, manutenção e ampliação da biodiversidade e acesso amplo aos produtos de qualidade a preços justos aos produtores e consumidores fazem parte da proposta, o

² Mercados de bens de crença é aquele mercado, que mesmo certificado, o consumidor não consegue distinguir se o produto possui os atributos desejados. Nesse caso, o fortalecimento da confiança estimula a comprovação, além da rastreabilidade do produto ao longo do sistema produtivo (SOUZA, 2000).

processo de certificação adotado deve contribuir e não dificultar o alcance destes objetivos.

Na América Latina, os sistemas participativos surgiram em meio ao debate da rede de gestores públicos, movimentos sociais, a sociedade civil, e à atuação de empresas certificadoras (nacionais e internacionais), como estratégias de organizações de produtores e grupos de consumidores para viabilizar a comercialização de seus produtos em rede. Com o desenvolvimento dos movimentos sociais, emergência dos eventos de cunho ecológico na sociedade e do mercado para seus produtos, as instituições políticas e sociais não apenas passaram a reconhecer a agroecologia como um movimento alternativo, como estimular e regulamentar a sua produção (BRANDENBURG, 2002).

Nos últimos anos os SPG vêm sendo recomendados pela IFOAM, UNEP (United Nations Environmental Program) e UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development) como políticas eficientes e confiáveis para o aumento da oferta de produtos orgânicos, assim como para o fortalecimento da população rural frente aos desafios que a modernização da agricultura trouxe a esta parcela da sociedade (IFOAM, 2011).

Pesquisas apontam que essas iniciativas desenvolvem os seus próprios mecanismos de avaliação da qualidade a partir da realidade em que estão inseridas e dos recursos disponíveis para tal. Assim, a Certified Naturally Grown, dos EUA, por exemplo, desenvolveu um mecanismo com base no uso da Internet para monitorar, acompanhar, relatar e tomar decisões acerca da certificação, garantindo transparência ao processo para os produtores e consumidores. Contudo, isso só foi possível graças ao acesso que tais produtores têm a essa tecnologia, nos EUA, o que é bem diferente nos países em desenvolvimento. Já a Keystone Foundation, da Índia, funciona a partir do trabalho de uma ONG do mesmo nome que atua em parceria com comunidades tradicionais em áreas de conservação ambiental desenvolvendo mecanismos de avaliação e de monitoramento conforme o trabalho destas pessoas de coleta de produtos florestais.

Em outras palavras, não é a visão centrada no indivíduo ou na estrutura isoladamente, mas a ampliação desta visão para a relação entre indivíduos que são agentes inseridos em dada estrutura social organizada por instituições. Para Field (2008), estabelecendo e mantendo conexões, as pessoas conseguem trabalhar juntas para alcançar objetivos que não conseguiriam sozinhas ou que exigiria muito tempo e esforço. Essas redes interpessoais ajudam a arrumar emprego, escola, indicação de médico, ou seja, acessar informações e serviços adaptados aos valores específicos de um grupo. Neste sentido, como coração do conceito estão os membros da rede e os valores

Torremocha (2011), defende que os SPG devem ser idealizados como ferramentas estratégicas para o desenvolvimento local da Agricultura Familiar de base ecológica. A temática da trajetória da agricultura de base ecológica tem sido estudada por diversos autores. No Brasil, Brandenburg (2002) identificou três importantes fases: i) a emergência de um movimento contra a industrialização da produção agrícola; ii) o surgimento de novos grupos e de formas de organização social; iii) e a institucionalização da agricultura de base ecológica.

Caldas (2013) estudando e comparando o funcionamento de alguns SPG nacionais e internacionais, relata que o sucesso deste mecanismo de certificação está condicionado a consolidação de capital social, onde estejam bem estabelecidas estruturas de confiança e reciprocidade entre os membros da organização. Nesse caso, o conceito de capital social trata-se da importância das relações entre os indivíduos para se atingir objetivos comuns. Sendo assim, o destaque é para as relações entre os indivíduos inseridos em determinada estrutura social organizada.

Atualmente para concorrer no mercado, os “ecoprodutos” necessitam ser certificados, para serem identificados, devem ter qualidade e seguir normas de

apresentação de embalagem, além de um sistema de distribuição que possa competir com as formas tradicionais de comercialização. A agricultura ecológica, segue os padrões de um mercado de consumo massificado. Com isso, cede aos princípios que regem o mercado convencional, segue padrões, se ajustando às estruturas do sistema agroalimentar convencional (SCHMIDT, 2002; BRANDENBURG, 2002).

Diversas pesquisas apontam que a busca por orgânicos faz a produção crescer e supermercados investem em parceiros locais. Dessa maneira, Mercuri (2019) constatou que os orgânicos ganham cada vez mais espaço entre os consumidores, principalmente as pessoas que estão preocupadas com a saúde, o meio ambiente e com a qualidade do produto. E para serem comercializados dessa maneira, esses produtos devem ser certificados por organismos credenciados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Para Canuto (1998b), as características de mercado e as demandas dos consumidores influenciam diretamente a tecnologia de produção na agricultura orgânica, reduzindo procedimentos e minimizando a questão ecológica. Acrescentando que isto se dá a partir da produção com base em normas de acesso a mercados especiais, nos quais a certificação que se observa é a do produto em detrimento do sistema de produção como um todo, citando a figura reconhecida em nível de mercado e do "produto limpo".

A agricultura orgânica tem por princípio estabelecer sistemas de produção com base em tecnologias de processos, ou seja, um conjunto de procedimentos que envolvam a planta, o solo e as condições climáticas, produzindo um alimento sadio e com suas características e sabor originais, que atendam às expectativas do consumidor (PENTEADO, 2000). E por sua vez, favorece a propriedade de pequeno a médio porte, capazes de promover economicamente a agricultura familiar em espaços locais (ALTIERI, 2012).

Desta forma, propõe-se adotar no presente trabalho, uma postura crítica em relação ao mercado de produtos orgânicos, tendo este considerado como meio e não como objetivo principal no processo de desenvolvimento. Antes de produzir com o intuito de atender nichos de mercados, um dos principais objetivos da produção orgânica é desenvolver mercados a partir de uma ação local. Possivelmente, será a partir da construção destes mercados e aproximando-se agricultores e consumidores, que os agricultores orgânicos, familiares em especial, enquanto participantes da sociedade civil organizada, poderão lutar pelo estabelecimento de processos de certificação democráticos, que não inibam a participação de agricultores menos capitalizados de baixa renda em mercados que lhes garanta este reconhecimento.

Assim, este projeto para tese de doutorado consiste em refletir sobre as inovações na relação de produção e consumo de orgânicos e contribuir com a criação de estratégias de desenvolvimento territorial e agroambiental, considerando os Sistemas Participativos de Garantia (SPG) como uma alternativa ao modelo hegemônico de certificação, tanto do ponto de vista de como esta tecnologia social pode se tornar um instrumento de política pública, quanto da observação dos casos dos SPG no estado de São Paulo.

II: OBJETIVOS

O objetivo geral desse projeto é estudar o Sistema Participativo de Garantia (SPG), analisando suas potencialidades e desafios em fomentar a produção e o consumo de alimentos orgânicos em diferentes territórios do estado de São Paulo.

E como objetivos específicos analisar como os mecanismos de certificação participativa inovaram na relação do produtor com o consumidor de orgânicos e

diagnosticar quais os valores que os consumidores buscam no alimento certificado como orgânico e se eles conhecem os modelos de garantia de qualidade (Certificações).

III. HIPÓTESES DA PESQUISA

Levando em consideração estudos anteriores, encontrados durante a construção da revisão bibliográfica foram elaboradas as seguintes hipóteses:

- O consumo de produtos orgânicos aumentou, e não foi devido a produção proveniente de produtores certificados por auditoria. O aumento do consumo de orgânicos se deu pelo aumento das certificações participativas que popularizaram o acesso aos produtos, oferecidos em feiras, cestas montadas diretamente por produtores e entregas em programas de compras institucionais como o PAA e o PNAE. E durante a pandemia produtores certificados se mostraram mais resistentes quanto ao prejuízo de comercialização que afetou parte dos pequenos produtores.

IV. METODOLOGIA.

Para atingirmos os objetivos desta pesquisa, serão considerados dois eixos referenciais, o primeiro eixo relacionado aos SPG encontrados no CNPO e o segundo eixo correspondente as informações sobre os consumidores de orgânicos. A pesquisa contará com uma metodologia interdisciplinar, buscando compreender as inter-relações dos fatores políticos, econômicos, ambientais, culturais e sociais que contribuiram no aumento da produção e consumo de orgânicos.

A metodologia usada para identificar no SPG suas potencialidades e desafios contará com um resgate histórico através de entrevistas à atores chaves do movimento ecológico brasileiro (servidores, técnicos e lideranças de movimentos sociais) que participaram e contribuiram na regulamentação da produção e comercialização de orgânicos e na criação dos modelos de certificação participativa, complementando com revisão bibliográfica de outros trabalhos sobre o tema e análises documentais da legislação brasileira sobre o assunto.

Ao longo do trabalho serão realizadas visitas e entrevistas com membros dos SPG e representantes dos OPAC que operacionalizam os SPG no estado de SP, com a finalidade de entender como os agricultores organizados conseguem atestar a qualidade orgânica e gerar relações de mercado que vão além do auto interesse. Todo roteiro de entrevistas e construção de questionários serão planejados e elaborados junto ao NUPEDOR, o que possibilita um prévio planejamento, mas também a possibilidade de conduzir a conversa para determinados assuntos mais relevantes, menos explorados ou de maior interesse e conhecimento do próprio entrevistado.

Segundo Gaskell (2008), a entrevista auxilia na percepção do mundo social das pessoas, permitindo um entendimento da realidade do entrevistado. Essa compreensão possibilita o acesso informações contextuais esclarecedoras de pontos específicos e inicialmente sem sentidos.

Afim de identificar os OPAC do estado de São Paulo foram analisados os dados do Cadastro Nacional de Produtores de Orgânicos (CNPO). O Mapa disponibiliza em seu site, desde 2011, o CNPO, que consiste da relação das unidades de produção orgânica do Brasil, e também apresenta o sistema de certificação usado (Certificado, OPAC ou OCS), a listagem dos organismos de controle e os produtos certificados para comercialização. Além disso, o cadastro também caracteriza as unidades orgânicas por município e unidade da federação, CNPJ, número de inscrição, e é atualizado mensalmente.

Comparando a evolução das certificações entre o período de 2015 e 2020 foi possível perceber que o mecanismo de certificação por auditoria contou com incremento de 4.8833 produtores e os mecanismos participativos receberam 6.732 novos produtores, refletindo em um crescimento de 2,7% em cada grupo. Importante deixar claro que o CPNO aponta todas as pessoas envolvidas na produção (familiares e colaboradores).

Quadro 1. Síntese do CNPO, disponibilizados pelo MAPA.

	2015	%	2020	%
Auditados	4931	46,94	9.764	44,24
Participativos	5574	53,06	12.306	55,76
Total	10505	100	22.070	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor de acordo com o CNPO.

Interessante destacar que as organizações responsáveis pela certificação por auditoria se resumem em 12 que atendem todo o Brasil, e 7 que atendem os produtores do Estado de SP. E dentre os 26 OPAC que atuam no Brasil, somente 4 atuam no Estado de São Paulo, sendo elas a Associação de Agricultura Natural de Campinas (ANC) certificando 186 produtores, a Associação Biodinâmica (ABD) com 73 produtores, a Rede Ecovida (ECOVIDA) com 34 produtores e a Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro com apenas 5 produtores.

Dessa forma, através da avaliação de dados secundários do CNPO disponibilizados pelo MAPA foi possível identificar os OPAC de maior representação, ANC e ABD, que terão produtores selecionados aleatoriamente para serem entrevistados. Claro que, os números em relação ao cadastro são dinâmicos, se alteram mensalmente, mas mesmo assim mantêm a capacidade de uma boa estimativa.

No segundo eixo correspondente as informações sobre os consumidores de orgânicos, para se analisar a hipótese de que a certificação participativa proporcionou uma inovação na relação entre produtor e consumidor. E complementando com o diagnóstico de quais os valores que os consumidores buscam no alimento certificado como orgânico e buscar indicativos que revelem se os consumidores conhecem os modelos de garantia, será elaborada uma amostragem composta por consumidores de orgânicos dos SPG do Estado de São Paulo.

O instrumento usado para a coleta dos dados será um questionário composto por questões fechadas, constituído de três blocos: a) perfil dos respondentes; b) grau de conhecimento dos respondentes sobre os produtos orgânicos; c) atribuição dada pelo respondente a cada um dos aspectos apresentados para sua decisão de consumir produtos orgânicos. Devido o momento de Pandemia, pretende-se fazer uso de aplicativos e redes sociais para distribuição dos questionários aos consumidores de produtos dos SPG, sendo que os mesmos serão respondidos voluntariamente.

A pesquisa também contará com a fotodocumentação das reuniões dos SPG consolidadas e dos espaços agrícolas das unidades produtivas, a fim de buscar relação com demais informações desconhecidas, compartilhar e fomentar a aplicação desse mecanismo de garantia de qualidade orgânica com as Organizações de Controle Social da região de Araraquara-SP.

Serão realizadas pesquisas bibliográficas, sistematização e análise de materiais já publicados sobre o tema, como livros, artigos científicos, políticas públicas e relatórios de avaliação governamentais e não governamentais.

V. UNIVERSO AMOSTRAL

Terminamos este trabalho com uma breve apresentação do Universo amostral da pesquisa, que será representado pelas organizações de produtores responsáveis pela documentação necessária para inserção no CNPO. Sendo assim, podemos considerar o objeto da pesquisa os SPG, com seus OPAC e os agricultores e consumidores a eles associados.

Associação de Agricultura Natural de Campinas (ANC)

A Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região (ANC) é uma organização não governamental (ONG) sem fins lucrativos que surgiu em 1991, inicialmente com a demanda de se comercializar produtos de base ecológica na região de Campinas. Hoje, conta em seu quadro de associados, consumidores e produtores de alimentos orgânicos, além de muitas parcerias com instituições públicas, de ensino, privada e alguns coletivos.

A ANC possui um OPAC cadastrado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), portanto, é função de seu Departamento de Certificação ser o representante legal do SPG, assumir a responsabilidade legal pela avaliação da conformidade, emitir documentos relativos ao funcionamento do SPG; organizar e guardar os registros e documentos relativos à avaliação da conformidade; apontar as não-conformidades e propor as ações preventivas e corretivas necessárias aos fornecedores.

Uma das principais atividades da ANC é a certificação de produtos orgânicos, através do sistema participativo de garantia, regulamentado pelo MAPA, no fim de dezembro de 2010, onde a qualidade dos produtos é aferida pelos produtores, consumidores, técnicos e outros membros da sociedade que tenham interesse em participar do processo. Fica assim permitida a utilização do Selo Orgânico, para alimentos produzidos e processados dentro de normas que garantem aos consumidores a origem e o tipo de produção daquele alimento.

A ANC é responsável pelas três feiras ecológicas que acontecem no município de Campinas-SP. Nesse sentido, tem apoiado e incentivado as feiras de produtos orgânicos onde podem ser encontradas grande variedade de frutas, verduras e legumes de época cultivadas sem utilização de insumos químicos, além de alimentos como pães, geleias e laticínios processados com matéria-prima orgânica.

Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica (ABD)

Fundada em 1982 com o nome de Centro Demeter, a partir do 1º Encontro sobre Agricultura Biodinâmica no Brasil em 10/06/82, e em 1984 o nome foi modificado para Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural (IBD) em Botucatu, quando um grupo de antropósofos, em busca de seus objetivos de aplicar na prática os ensinamentos da Antroposofia no Brasil, resolveu enfrentar o desafio de adaptar a Agricultura Biodinâmica para condições tropicais, através de pesquisa, cursos e publicações.

A atividade de certificação orgânica e biodinâmica (selo Demeter) é iniciada em 1991, e teve um crescimento tão grande que passou a canalizar todas as atividades, em detrimento das outras áreas de atuação tão importantes para a organização.

Em 1995 foi criada a Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica (ABD), e houve a separação da Associação Tobias, com a missão de fomentar a Agricultura Biodinâmica no Brasil.

Em 1996 a Associação recebeu o prêmio SARD de destaque como instituição de fomento de agricultura orgânica na Conferência Internacional da IFOAM (Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica).

Em 1999 nasce a Associação de Certificação Instituto Biodinâmico (IBD) e renasce a Associação Biodinâmica. Assim foi deixado de lado a certificação e passaram a fortalecer a atividade de consultoria e assistência técnica em agricultura biodinâmica.

Em 2000 a organização priorizou a consultoria junto a grupos de pequenos agricultores, em 2003, preocupados com o escoamento dos produtos agrícolas gerados pelos produtores familiares foi criado na Associação o grupo de comercialização de produtos biodinâmicos, com a função de estudar e traçar estratégias de comercialização. Através do trabalho deste grupo, no final de 2005 foi inaugurado o ponto de venda da organização, a feirinha de Santo Amaro, onde os agricultores familiares da região de Maria da Fé, Gonçalves e Sapucaí Mirim em Minas Gerais e Botucatu, em São Paulo, vendem seus produtos diretamente aos consumidores.

Em 2006 a Associação Biodinâmica ficou entre os finalistas do Prêmio Empreendedor Social da Fundação Ashoka/Mackinsey com o projeto de uma Rede de escoamento de produtos biodinâmicos na cidade de São Paulo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, M.; **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3.ed rev. Ampl. - São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA 2012

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Requisitos gerais para organismos que operam sistemas de certificação de produtos**. ABNT ISSO/IEC GUIA 65/1997. Rio de Janeiro, 1997b, 9p.

BOMBARDI, L. M. **Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia** - São Paulo: FFLCH - USP, 2017. 296 p.

BRANDENBURG, A. **Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas**. Desenvolvimento e Meio ambiente, n. 6, p. 11-28, jul. /dez. 2002. Editora UFPR

BORDA, O. **Aspectos teóricos da pesquisa participante**: considerações sobre o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). Pesquisa participane. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BRASIL. **Lei Federal nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003**. Dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/civil_03/leis/2003/I10.831.htm> Acesso em 10 fev.2019

BRASIL. Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Instrução Normativa nº 19, de 28 de maio de 2009**. Mecanismos de controle e informação da qualidade orgânica. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 29 de mai. 2009.

CALDAS, N. V. **A certificação de produtos orgânicos no Brasil e na Espanha**. Ed. Universitária, UFPel: 2013.

CANUTO, J. C. Agricultura ecológica e sustentabilidade socioambiental. **Raízes**, Campina Grande, n.16, p. 13-24, 1998b.

CARNEIRO, F. F. **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

DIAS, R. Mercado de Orgânicos no Brasil. In: FÓRUM INTERNACIONAL DE AGRICULTURA ORGÂNICA E SUSTENTÁVEL, São Paulo, 2016.

FIELD, J. **Social capital**, Routledge, New York: 2008

FORNAZIER, A.; PEDROZO, E. A. **A confiança entre os agricultores na garantia do atributo ecológico de sua produção**. Rev. Bras. de Agroecologia, Porto Alegre, 5(1): 114-126 (2010)

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. Editora Atlas, 6. Ed. São Paulo, 2008.

HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D. **Sistemas participativos de garantia do Brasil: Histórias e Experiências** – Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2020.

IFOAM. **Global organic area reaches another all-time high**. Media release February 13, 2019. Disponível em: < www.ifoam.bio/en/system/files/fibl-press-release-world-2019-02-13-english.pdf>, acesso em: 13/02/2019.

IFOAM **Annual Report**. Bonn: 2011. Disponível em <http://ifoam.org/public/Annual%20Report/IFOAM_Annual_Report_2011_web.pdf>. Acesso em: 07/02/2019.

IFOAM. **General Assembly em Mar Del Plata**. Argentina, Nov. 1998.

INTERNATIONAL FEDERATION OF ORGANIC AGRICULTURE MOVEMENTS (IFOAM). II. IFOAM Basic Standards for Organic Production and Processing. Victoria, Canada, August 2002. Disponível em: <<http://www.unikassel.de/fb11/fnt/download/frei/dII/IFOAM%20Standards.pdf>>. Acesso em: 06/01/2019

LIU, M. **O ano de 2019 pode ser o marco para os produtos orgânicos**. Sustentabilidade, 31 de Janeiro de 2019. Disponível em: <<https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Sustentabilidade/noticia/2019/01/o-ano-de-2019-pode-ser-o-marco-para-os-produtos-organicos.html>> Acesso em: 13/02/2019

MERCURI, I. **Busca por orgânicos faz produção crescer e supermercados investem em parceiros locais**. Disponível em: <<http://www.olhardireto.com.br/conceito/noticias/exibir.asp?id=16980¬icia=busca-por-organicos-faz-producao-crescer-e-supermercados-investem-em-parceiros-locais>> Acesso em: 13/02/2019.

OTTA, D. V. **Estudo Comparativo entre os Três Sistemas de Averiguação da Qualidade Orgânica Adotados por Agricultores Familiares do Cinturão Verde de São Paulo**, 2016. 142 pp. Trabalho Final (mestrado): IPÊ – Instituto de Pesquisas ecológicas

PENTEADO, S. R. **Introdução à agricultura orgânica: normas e técnicas de cultivo**. Campinas: Grafimagem, 2000. 110 p.

PINHEIRO, K. H. Produtos orgânicos e certificação: o estudo desse processo em uma associação de produtores do município de palmeira - PR. Dissertação (Mestre em Engenharia de Produção). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Ponta Grossa. 2012.

PEREZ-CASSARINO, J. **A construção social de mecanismos alternativos de mercado no âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia.** Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba: 2012.

THOMSON, C. R. **Sistemas participativos de garantia:** o caso da Associação de Agricultura Natural de Campinas (SP) e Região – muito além do controle. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, 2015.

TORREMOCHA, E. Sistemas Participativos de Garantía. Uma herramienta clave para la soberania alimentaria. In **Revista Soberania Alimentaria. Biodiversidad y Culturas.** Mundubat, 2011.

TUBALDINI, M. A.; COELHO, P. E. **Formação de pólo de horticultura orgânica: a influência do trabalho familiar e assalariado e o meio ambiente.** In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Ouro Preto, MG. Anais eletrônicos... Ouro Preto, MG: Unicamp, 2002. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MA_PO40_Tubaldini_texto.pdf>. Acesso em: 09/02/2019

SANTOS, L. C. R.; MAYER, P. H. **A experiência da REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA no sul do Brasil.** Rev. Bras. de Agroecologia/Out. 2007 Vol.2 No.2
SCHMIDT, G. **Auf dem misthaufen gekratz.** Frankfurter Allgemeine Zeitung, samstag, 1juni 2002. Nr. 124/seite 49.

SOUZA, M. C. M. de. **A Qualidade No Segmento De Cafés Especiais.** FIPE. São Paulo: FIPE/USP, no. 236, p.24-26, maio/2000. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/LerTexto.php?codTexto=88>> Acesso em 01/03/2019

THIOLLENT M. **Metodologia da pesquisa-ação.** 14. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ARTICULAÇÃO SOCIAL EM REDE: AÇÕES E PROPOSTAS DA REDE AGROFLORESTAL DA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO

Luna Peres Guimarães¹
Luiz Octávio Ramos Filho²
Joaquim Lauro Sandro³
Ana Luiza Soares Bovoy⁴
Denise Bittencourt Amador⁵

Resumo: O cenário político associado à crise gerada pela Covid-19 em virtude do isolamento social impactou fortemente a geração de renda dos agricultores familiares e gerou um excedente de produção no campo. Na região de Ribeirão Preto, conhecida pela força do agronegócio, algumas iniciativas de Agrofloresta vêm se desenvolvendo há anos, em diversos contextos. Em 2019 foi articulada a Rede Agroflorestal da Região de Ribeirão Preto visando criar mecanismos de apoio e sinergias entre os vários atores envolvidos. O grupo é um organismo informal, composto por assentados da reforma agrária, técnicos, pesquisadores, estudantes, cooperativas e ONGs, que encontraram a partir da congruência de ideias e ideais em torno da difusão dos Sistemas Agroflorestais, os mecanismos necessários para apoiar localmente a produção agroecológica nos assentamentos rurais, o fortalecimento do cooperativismo e associativismo, a comercialização de alimentos agroecológicos, o amparo àqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social nos centros urbanos e a geração de renda às famílias assentadas. O artigo tem o objetivo de apresentar o coletivo e sinalizar a importância das articulações em rede para os movimentos sociais contemporâneos, evidenciando uma alternativa prática de organização social horizontal que buscou e busca fortalecer as iniciativas, criando a força de um corpo coletivo diverso e complementar, potencializando as ações. Uma ação de destaque é a Campanha solidária “Alimentos Agroecológicos para Todos” realizada pela Rede, que através da arrecadação de recursos da sociedade civil, adquire alimentos agroecológicos dos assentamentos e realiza doações para famílias em situação de vulnerabilidade social de comunidades de Ribeirão Preto.

Palavras-chave: Agrofloresta; Agroecologia; Redes; Agricultura familiar; Reforma Agrária.

INTRODUÇÃO

A necessária medida de isolamento social para combater a disseminação da COVID-19 tem trazido impactos intensos a toda a sociedade. Em relação ao campo, o fechamento das feiras livres e outros espaços de comercialização, aliado ao progressivo enfraquecimento das políticas públicas nos últimos anos, trouxe dificuldades para o escoamento da produção de

¹ Graduanda em Geografia na UNICAMP e estagiária na Embrapa Meio Ambiente;

² Doutor em Agroecologia e pesquisador na Embrapa Meio Ambiente;

³ Engenheiro Agrônomo e membro do CONSEAM Ribeirão Preto;

⁴ Engenheira Ambiental pela UNESP e membro da Rede Agroflorestal da Região de Ribeirão Preto;

⁵ Mestra em Ciências Florestais, membro do Mutirão Agroflorestal e docente da FAFRAM.

alimentos, principalmente aos agricultores menos favorecidos, como os assentados da Reforma Agrária. Do lado urbano, em particular das comunidades periféricas, a retração da economia tem agravado a situação de pobreza, colocando muitas famílias em situação de extrema vulnerabilidade e insegurança alimentar.

Diante desse quadro, muitas ações têm sido realizadas, formando um grande senso de solidariedade na sociedade. Já começam a surgir, a partir do movimento Agroecológico e de vários movimentos sociais, tanto a demanda pela retomada de políticas públicas como também iniciativas solidárias da sociedade civil, que buscam garantir a segurança alimentar da população urbana mais vulnerável, e ao mesmo tempo preservar a renda da agricultura familiar, evitando a fome na cidade e a perda de produção no campo, combatendo assim um ciclo perverso de ampliação das condições de pobreza.

Na região de Ribeirão Preto (SP), dominada pela monocultura de cana de açúcar e latifúndios, iniciativas desse tipo tornam-se urgentes e emergenciais para o presente, mas principalmente para garantir o futuro dessas populações mais marginalizadas no campo e na cidade.

Criada em julho de 2019 por um conjunto diversificado de atores, a Rede Agroflorestal de Ribeirão Preto (Rede-RP) vislumbrou, em meio às limitações de mobilidade impostas pela pandemia, uma importante oportunidade para avançar a consciência da humanidade quanto à falência de nossa sociedade urbano-industrial-financeira. Em meio a essa situação de profunda crise, buscou-se uma ação coletiva voltada a fortalecer a importância da solidariedade, do Trabalho em Rede, da Agroecologia, da Agrofloresta, da Agricultura Familiar, dos Circuitos Curtos de comercialização, da alimentação saudável, da Economia Solidária e da Reforma Agrária.

Assim, sem perder a força do sonho e da utopia, mas com realismo e pragmatismo, a Rede-RP iniciou no mês de abril diversas ações por meio de reuniões virtuais e ferramentas digitais, voltadas a fomentar a comercialização dos produtos agroecológicos e agroflorestais cultivados nos Assentamentos Mario Lago e Sepé Tiaraju. Essas ações, em que pese todas as dificuldades e desafios, vêm permitindo que os produtores tenham garantido o escoamento de suas produções e sustentado o mínimo de renda, neste difícil momento de pandemia. E por outro lado, têm garantido o acesso de alimentos agroecológicos de qualidade tanto a consumidores que ainda os podem comprar, como também a comunidades vulneráveis da periferia de Ribeirão Preto, mediante a arrecadação de doativos junto à sociedade civil e a compra de alimentos dos agricultores para doação a essas comunidades em situação de insegurança alimentar.

Nesse sentido, foram postas em marcha diversas ações pela Rede-RP, como: a Campanha Solidária – “Alimentos agroecológico para todos”; a criação do GCA- Grupo de Consumo Agroecológico Pau Brasil; a integração entre diversos polos de produção agroecológica visando a estabelecimento de cadeias curtas de comercialização, sem atravessadores, aproximando produtores de diferentes regiões (“Redes de Redes”).

No presente artigo são descritas a evolução e aprendizagens de algumas dessas experiências, referenciadas nos marcos conceituais da agroecologia e da agrofloresta, buscando contextualizá-las no momento político atual e nas características socioeconômicas regionais, sinalizando a importância das articulações em rede para os movimentos sociais contemporâneos.

DESENVOLVIMENTO Agroecologia

Segundo Sevilla Guzmán (1995), a agroecologia preconiza o manejo ecológico dos recursos naturais que, por intermédio de um enfoque holístico e a aplicação de uma estratégia sistêmica, pode reconduzir o curso alterado da coevolução social, ecológica e econômica. Segundo o autor, isso se daria mediante um controle democrático das forças produtivas, que restrinja seletivamente as formas de produção e consumo degradantes da natureza e da sociedade.

Conforme Caporal e Costabeber (2004), não raro tem-se confundido a Agroecologia com um modelo de agricultura, ou com a adoção de determinadas práticas agrícolas e até com a oferta de produtos “limpos” ou “ecológicos”. Estes Autores ressaltam, de forma crítica, que as chamadas “Agriculturas Ecológicas”, entre elas a Agricultura Orgânica, nem sempre aplicam plenamente os princípios da Agroecologia, já que parte delas está orientada quase que exclusivamente aos nichos de mercado, relegando a um segundo plano as dimensões ecológicas e sociais.

Para Gliessman (2000), a noção de agroecossistema é central e a ênfase do conceito de Agroecologia está na aplicação dos conhecimentos da Ecologia à produção agrícola. Os agroecossistemas convencionais, se comparados com agroecossistemas naturais, são bem menos diversos e só conseguem manter sua produtividade às custas de grandes incrementos de energia e insumos produzidos pelo homem, com grande consumo de recursos naturais não renováveis. De acordo com o autor, para se obter um agroecossistema sustentável, que represente um meio termo entre o ecossistema natural e os sistemas da chamada agricultura convencional (ou moderna), deve-se imitar a alta diversidade, resiliência e autonomia dos ecossistemas naturais, e produzir excedentes de biomassa que sirvam para o consumo humano. Portanto, na visão de S. Gliessman, é o efeito “*biodiversidade*” que vai conferir aos sistemas produtivos um maior equilíbrio e resiliência, em função das interações bióticas e abióticas e às sinergias entre os fatores ambientais.

Neste sentido, embora seja igualmente crucial que explorações agropecuárias de larga escala reduzam a sua insustentabilidade, dificilmente elas poderão implementar as múltiplas dimensões da sustentabilidade. Monocultivos extensivos carecem, por exemplo, da base de biodiversidade suficiente para garantir a estabilidade e o equilíbrio, necessários para sua manutenção sem o uso de agroquímicos. Da mesma forma, sua estrutura não foca na inclusão social das populações pobres. Portanto, na ausência de reformas estruturais de base, que incluem a reforma agrária, os monocultivos não comportam mais do que uma ecologização parcial, insuficiente para lograr uma sustentabilidade de longo prazo. Monocultivos ecologizados e Agriculturas Ecológicas simplificadas podem implicar na redução dos impactos negativos e viabilizar a participação nos nichos de mercados, onde a substituição de agroquímicos e fertilizantes sintéticos é suficiente. Porém, para adquirir graus significativos de estabilidade ou resiliência, a partir das relações ecológicas internas, o redesenho dos sistemas agrícolas baseado na incorporação de médios a altos graus de biodiversidade somente poderá desenvolver-se em sistemas complexos (MARCO REFERENCIAL EM AGROECOLOGIA, 2006, p.28).

Nesta perspectiva, os Sistemas Agroflorestais (SAFs) ou Agroflorestas, caracterizadas por serem modos alternativos de uso produtivo da terra que se aproximam ecologicamente de florestas naturais (em estrutura, complexidade e diversidade), emergem como importante alternativa para restauração de áreas degradadas e para o uso sustentável dos ecossistemas tropicais e subtropicais, representando uma proposta radical de redesenho dos agroecossistemas (RAMOS-FILHO, 2013).

Ainda que necessária e urgente, a transformação das bases ecológicas da produção nem sempre ocorrem de forma linear ou abrupta. Um autor que buscou sintetizar possíveis “passos” da transição agroecológica interna ao sistema produtivo agropecuário foi Gliessman (2000): Passo 1 - Redução e racionalização do uso de insumos químicos; Passo 2 - Substituição de insumos químicos por outros de origem biológica; Passo 3 - Redesenho dos sistemas produtivos, com incremento da biodiversidade e complexidade em termos de desenho e manejo dos agroecossistemas. Cabe destacar, porém, que posteriormente Gliessman e Rosemeyer (2010) acrescentam um quarto e necessário passo do processo de transição agroecológica, relacionado a uma mudança cultural e ao restabelecimento dos vínculos diretos entre agricultores e consumidores.

Portanto, para além da transição interna ao sistema produtivo, é importante destacar a necessidade de um processo de “transição externa”, pois embora as mudanças técnicas e tecnológicas sejam de grande importância, entende-se que a transição agroecológica só poderá alcançar sua plenitude quando outras condições, externas à unidade de produção, forem estabelecidas. Assim, há um conjunto de condições mais amplas a serem construídas pela sociedade e pelo Estado para que a transição agroecológica possa se tornar realidade, tais como a expansão da consciência pública, a organização dos mercados e infraestruturas, a reforma agrária, as mudanças institucionais na pesquisa, ensino e extensão, a formulação de políticas públicas com enfoque agroecológico e as inovações referentes à legislação ambiental. Considera-se, portanto, que a transição interna aos sistemas de produção não teria sentido sem uma mudança geral nos padrões de desenvolvimento. (MARCO REFERENCIAL EM AGROECOLOGIA, 2006, p. 29)

Agrofloresta

A Agrofloresta vem se consolidando cada vez mais no cenário mundial como uma tecnologia social altamente indicada para responder aos imensos problemas socioambientais do nosso tempo, frutos do caminho civilizatório baseado no capitalismo e exploração. Muito adaptada aos ambientes tropicais, é uma agricultura que inclui árvores, recupera ambientes, envolve e integra os seres humanos na promoção da dinâmica dos processos naturais, e propõe uma mudança de paradigma da nossa relação com a natureza.

O conceito de Agricultura Sintrópica foi desenvolvido recentemente por Ernst Gotsch, cientista-agricultor suíço que vive no Brasil há 40 anos. O termo “sintropia” é usado para os processos que complexificam, crescem e acumulam energia, como a vida em nosso planeta. Teoria e prática que integram a produção de alimentos e a restauração do ambiente criando assim um balanço energético positivo à medida que regenera os solos, recupera a biodiversidade, regula os ciclos da água, estabiliza o microclima, além de ser altamente produtivo e diverso. As agroflorestas apontam a uma visão diferenciada chamando à participação nos processos naturais, onde a cooperação prevalece sobre a competição e os humanos compõem uma das espécies integrantes de um sistema inteligente. Uma visão biocêntrica que apresenta uma percepção funcional dos ecossistemas e dos processos de vida. Esse entendimento é fundamental para a criação de uma civilização ecológica baseada no respeito, amor e consciência da importância da biodiversidade.

As práticas agroflorestais guiadas pela sintropia baseiam-se na observação, reprodução e aceleração dos processos naturais como:

i) Biodiversidade e densidade: é a estrutura e estratégia das florestas tropicais. Nas agroflorestas são realizados plantios de diversas espécies vegetais, que ocupam os diferentes estratos, durante as fases do desenvolvimento florestal, misturando plantas nativas e exóticas, usualmente plantadas a partir de sementes, promovendo regeneração e rápido sombreamento

do solo; ii) Sucessão natural: eixo de condução da vida pelo planeta. Cada ser vivo participa deste movimento constante de aumento de quantidade e qualidade de vida acumulada em combinações de consórcios de plantas, com diferentes ciclos de vida que sucessivamente substituem um ao outro. Plantam-se espécies dos mais diversos ciclos, a fim de que o sistema tenha continuidade e, em todo momento, haja produção para o ser humano e alimento para todo o sistema vivo, ou seja, para o solo, para a macro, meso e micro fauna, o que irá garantir a ciclagem dos nutrientes e não apenas a manutenção, mas o incremento da vida no lugar. Cada consórcio melhora as condições do ambiente para os consórcios seguintes, ou seja, as plantas adaptadas à cada condição ocorrem com a função de crescer, se multiplicar e acumular energia, deixando o ambiente mais rico em água e vida; iii) Dinâmica da Matéria orgânica: importância e valorização da vida nos solos tropicais como condição à produção e regeneração. Nas agroflorestas são adotadas plantas produtoras de biomassa com ciclos de vida diferentes, promovendo diversidade de materiais vegetais, ciclagem de nutrientes, cobertura do solo, maior porosidade do solo que promove maior infiltração de água, e alimentação constante dos organismos do solo que transformam a matéria orgânica em nutrientes disponíveis; iv) Manejo e dinâmica de clareiras: promoção frequente de podas para fornecimento de biomassa e manejo de luz. As podas imitam a formação de clareiras das florestas e são vistas como momentos de renovação, fertilidade e dinâmica. Nas agroflorestas as podas são promovidas em maior ou menor intensidade, dependendo das culturas envolvidas;

v) Manejo guiado por observações e compreensão da função ecofisiológica dos seres vivos e suas ações na seleção natural: animais e vegetais são considerados indicadores das condições do ambiente e apontam para os pontos fracos do sistema e os manejos adequados;

vi) A cooperação entre as plantas de ciclos e estratos diferentes, otimizando a captação da energia solar e a melhoria das condições do lugar através da ação dos seres ali presentes.

A Agrofloresta não pode ser tratada como mais um “pacote tecnológico” e, por isso, a perspectiva de construção de conhecimento baseada em trocas e diálogos é essencial. Os mutirões e as redes são meios importantes, promotores de educação agroflorestal e da sinergia de ações. Como na orquestração da natureza, onde cada ser realiza sua função, os seres humanos em rede, inspirados pela Agrofloresta, se unem para realizações coletivas. Vivemos um grande crescimento do reconhecimento e adoção da Agrofloresta por agricultores, técnicos, cientistas, educadores, consumidores, e pela sociedade que toma consciência da necessidade de mudança de sua relação com o planeta.

Articulação em rede

As tecnologias de informação, originadas pela expansão do capitalismo, proporcionaram ao mundo uma nova forma de se organizar socialmente. Constituem ferramentas indispensáveis para a maioria dos setores da sociedade atualmente, transformando as relações humanas, políticas e econômicas. Segundo Castells (2002, p. 17), essas tecnologias trouxeram principalmente a potencialização das redes:

A revolução da tecnologia da informação e a reestruturação do capitalismo introduziram uma nova forma de sociedade, a sociedade em rede. Esta sociedade é caracterizada [...] por sua forma de organização em redes [...]. Por uma cultura de virtualidade real construída a partir de um sistema de mídia onipresente, interligado e altamente diversificado. E pelas transformações das bases materiais da vida – o tempo e o espaço – mediante a criação de um espaço de fluxos e de um tempo intemporal como expressão das atividades e elites dominantes.

Os movimentos sociais contemporâneos têm se apoiado nas inovações tecnológicas para se organizarem através das articulações em rede. As redes são consideradas peças-chave no processo de mobilização dos movimentos sociais, visto que eles são constituídos de diversas

relações informais. Sendo vista por alguns autores como o “resultado da crise do modelo corporativo tradicional” (GOULART; FALCAO VIEIRA; FURLAN DA COSTA, et al. 2010: 7), a articulação em rede traz uma alternativa à integração vertical dos funcionamentos hierárquicos, usualmente utilizados nos modelos empresariais. Segundo Castells (1999, p.498 apud GOULART; FALCAO VIEIRA; FURLAN DA COSTA, et al. 2010: 7), a “rede é um conjunto de nós interconectados”, sendo estruturas dinâmicas e abertas, com capacidade para inovações e expansões, integrando novos agentes que consigam se comunicar dentro da rede, agentes que compartilhem dos mesmos objetivos e princípios.

Diversos movimentos surgiram nos últimos anos e muitos deles são iniciativas agroflorestais e agroecológicas, tais como: a Rede Agroflorestal da Região de Ribeirão Preto (Rede-RP), tema que será aprofundado mais adiante; a Pertim, coletivo que surgiu na pandemia para atender comunidades carentes no município de São Paulo, levando até elas alimentos agroecológicos de uma fazenda em Itatiba-SP; a Rede de Sistemas Agroflorestais Agroecológicos do Sul (SAFAS), que busca promover construção de conhecimento e propor ações para superar obstáculos relacionados; entre outros. O que todos esses coletivos possuem em comum é, principalmente, a articulação em rede, organizada com atores que nem sempre localizam-se no mesmo município, criando assim uma rede de agentes em busca de um mesmo objetivo, organizados com o auxílio das tecnologias de informação.

A Rede-RP foi uma dessas iniciativas que tiveram a articulação em rede como o caminho para se organizarem em busca de um objetivo comum. Alguns atores que praticam e vivem agrofloresta na região de Ribeirão Preto viram a necessidade de se reunir em busca de formar um coletivo composto por pessoas e instituições que trabalham com agroflorestas na região, buscando trocas de experiências, sinergias e fortalecimento das iniciativas agroflorestais em localidades próximas em meio ao contexto do agronegócio dominante na região.

Região de Ribeirão Preto

A Região de Ribeirão Preto é considerada referência para o agronegócio brasileiro. Localizada na região Nordeste do Estado de São Paulo, consolidou-se inicialmente devido às grandes plantações de café, favorecidas pelas condições climáticas da região. Já a partir de meados do século XX a monocultura de cana-de-açúcar passou a hegemonizar a paisagem agrícola da região. Segundo o site da prefeitura da cidade, a região ocupa ocasionalmente a posição de maior produtora mundial da cana-de-açúcar e, no passado, já contou com 21 usinas e cerca de 8.000 funcionários. Esse contexto torna a região fundamental para a economia do país, visto que em 2020 o Brasil registrou a maior produção de etanol de toda sua história e o biocombustível é originado a partir da cana-de-açúcar, grande parte produzida na região, e do milho (BARBOSA, 2020).

Segundo Fronzaglia (2007), o grande aumento de área de cana na região aconteceu na década de 90, momento em que a cana teve um ganho de 24,28% de sua produção em toneladas. O Escritório de Desenvolvimento Rural de Ribeirão Preto (EDR) é composto por 19 municípios e teve, no ano de 2020, uma produção de 27.764.112 toneladas de cana voltadas para a indústria. O total de área plantada em cana na região no ano de 2020 é de 351.172 hectares (REDAÇÃO REVIDE, 2020).

Rede Agroflorestal da Região de Ribeirão Preto

A Rede Agroflorestal da Região de Ribeirão Preto teve seu primeiro encontro em cinco de julho de 2019. Sediado na Fazenda São Luiz, localizada em São Joaquim da BarraSP, o encontro contou com a participação da equipe da própria Fazenda, alguns participantes da ONG Mutirão Agroflorestal, agricultores do Assentamento Sepé Tiaraju e do Assentamento Mário Lago, pesquisadores da equipe de Agroecologia da Embrapa Meio Ambiente (Jaguaríuna-SP), a Equipe do projeto de Educação Ambiental Arte na Terra, técnicas e técnicos do Sítio Agroflorestal, da Fazenda da Toca, do CSA Santa Fé e outros atores autônomos.

Com o intuito de fortalecer as experiências agroflorestais da região, criaram-se três frentes de atuação: “troca e construção de conhecimento”, “comercialização” e “articulação e união”. A primeira frente foi criada visando a ampliação do número de centros de referência em pesquisas em agrofloresta e agroecologia, a assistência técnica para os agricultores, a promoção de trocas técnicas e construção de conhecimento, buscando recursos para os encontros da Rede, a criação de ferramentas digitais para circulação de informações vinculadas ao coletivo, e buscando criar também formas de economia criativa, como vivências e cursos.

O grupo de trabalho de comercialização foi criado com o intuito de ampliar as redes de relações já existentes, mas também para construir novas relações com cooperativas de consumidores, articulando um centro de venda contínua para os agricultores integrantes da Rede, como o GCA (Grupo de Consumo Agroecológico), com o objetivo de valorizar a relação entre produtor e consumidor, buscando também alternativas para o escoamento dos alimentos, como a possibilidade de investir em processamento de produtos para agregação de valor. Essa frente de atuação também foi pensada visando a conscientização de consumidores acerca da produção orgânica e agroecológica, alertando a respeito da saúde de seres humanos e do solo.

A frente de atuação denominada “Articulação e União” foi criada visando promover a articulação entre os integrantes da Rede através da promoção de vivências entre os grupos, a criação de um mapa de diagnóstico com iniciativas da região e a criação de um calendário para mutirões e outras atividades comuns. O grupo de trabalho também tem o objetivo de promover a agrofloresta, divulgando a produção agroflorestal para a população. Nesse sentido, várias propostas foram pensadas: organização de Jornadas Agroflorestais entre os núcleos para os grupos visitantes, oferecer turismo agroflorestal, promover eventos e espaços com a temática da agrofloresta, bem como produzir a realização de uma feira regional de produtos agroflorestais.

O segundo encontro da Rede Agroflorestal da Região de Ribeirão Preto foi marcado pela busca para definir um sonho coletivo que direcionasse as ações do grupo. Através de diálogos e de propostas realizadas por todos os presentes, o resultado foi: *“Por meio da construção coletiva, promover, disseminar e viver agrofloresta, conectando produção, comercialização e educação para transformar e emancipar a realidade da agricultura, dos agricultores e da sociedade gerando um mundo abundante”*.

Posteriormente, aconteceram mais quatro encontros presenciais: no Sítio Agroflorestal (agosto/2019); no Assentamento Sepé Tiaraju (Outubro/2019); no Assentamento Mário Lago (novembro/2019); e na Fazenda Painal (fevereiro/2020). Nesses encontros foi dada continuidade à discussão dos grupos de trabalhos, buscando definir os princípios nos quais os objetivos da Rede-RP se estruturam, e sempre realizando uma visita de campo na organização que se sediava cada encontro. Após o início da pandemia do covid19, em março, o grupo decidiu fazer um encontro virtual por meio da plataforma Zoom para discutir possíveis ações para o momento. Os agricultores estavam perdendo alimentos em suas roças e as populações mais carentes estavam passando fome. Por isso, a Rede-RP decidiu construir estratégias de escoamento da produção dos agricultores e ajudar as comunidades, como a Campanha

“Alimentos Agroecológicos Para Todos” e o Grupo de Consumo Agroecológico – GCA Pau Brasil.

A campanha solidária “Alimentos Agroecológicos para Todos” teve sua articulação realizada no início da Pandemia, devido à demanda que foi colocada pelos agricultores integrantes da Rede-RP: com a interrupção temporária das já enfraquecidas políticas públicas, como o PAA e o PNAE, eles estavam com dificuldade de escoamento de produção. Para isso, o coletivo decidiu realizar arrecadações de recursos da sociedade civil para comprar alimentos agroecológicos da agricultura familiar e doá-los em comunidades carentes no município de Ribeirão Preto. As arrecadações ocorreram nos meses de abril a setembro de 2020, dividida em duas fases: por meio de depósitos bancários e por financiamento coletivo - Catarse. A aquisição dos alimentos agroecológicos ocorreu diretamente com os agricultores familiares do assentamento Mário Lago e Sepé Tiaraju. As comunidades beneficiadas são as declaradas em situação de vulnerabilidade, cadastradas na UMM – União dos Movimentos de Moradia, no município de Ribeirão Preto.

O Grupo de Consumo Agroecológico Pau Brasil (GCA Pau Brasil) foi iniciado em 18 de junho de 2020 a partir da criação da Cesta Agroecológica Solidária (CESTA). O GCA segue em atividade até o momento, tendo como principal objetivo aproximar produtores e consumidores de produtos agroecológicos, distanciados pela redução dos espaços de comercialização, que trouxe dificuldades para o escoamento e aquisição da produção das famílias assentadas da reforma agrária dos assentamentos Mario Lago e Sepé Tiarajú (Figura 2) localizados em Ribeirão Preto - SP e Serra Azul - SP, respectivamente, face às medidas sanitárias adotadas para contenção da pandemia.

Para Calabro e Retière (2016) os grupos de consumo responsável (GCR), ou grupo de consumo agroecológico como denominado pela Rede-RP, são iniciativas de pessoas organizadas para acessar produtos que estejam alinhados com seus valores, representando uma alternativa aos principais canais de comercialização do mercado. Pretendem viabilizar a compra de alimentos saudáveis (entre outros itens) a preços acessíveis, além de apoiar pequenos produtores. Em geral, baseiam-se na autogestão e em diversas atuações voluntárias e militantes, e também não visam o lucro, diferenciando-se de lojas convencionais e empreendimentos comerciais.

Neste momento de distanciamento social a CESTA permite a aproximação segura de agricultores familiares, produtores de alimentos agroecológicos, dos consumidores residentes na cidade de Ribeirão Preto– SP que optam por uma alimentação saudável, de alto valor nutricional, produzida de forma agroecológica. Esses consumidores são chamados pelos organizadores do GCA Pau Brasil de “prossumidores”, um neologismo criado com a junção dos termos “produtor” e “consumidor”. A palavra “prossumidor” não é nova, sua criação foi atribuída originalmente ao escritor americano Alvin Toffler em seu livro *The Third Wave* (A Terceira Onda) de 1980, para explicar o surgimento de ações participativas do consumidor de produtos digitais que passou a contribuir com a criação de conteúdo, ou seja, esse consumidor tornou-se um “prossumidor”, aquele que, na medida das possibilidades, produz ou colabora com a produção daquilo que consome (Revista EBS, 2020).

Cenário Político e Legislação

Segundo o ABRAF (2019) a agricultura familiar constitui a base econômica de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes. É um setor extremamente importante

para o desenvolvimento econômico do país, bem como para a promoção da inclusão social. O pequeno produtor tem papel essencial no desenvolvimento da economia nacional, sendo responsável por 74% dos postos de trabalho no campo, o que corresponde a 84% dos estabelecimentos produtores, segundo dados do Censo Agropecuário.

Observado esse contexto, até o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff o governo brasileiro vinha criando programas e destinando recursos a políticas públicas voltadas à agricultura familiar, que propiciavam condições mínimas para o desenvolvimento da atividade. Dentre elas, segundo o PPAF (2013), estão:

1) **Programa Nacional de Fortalecimento da agricultura familiar (Pronaf):** permite acesso a recursos financeiros para o desenvolvimento da agricultura familiar, beneficiando agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais, que podem fazer financiamentos de forma individual ou coletiva, com taxas de juros abaixo da inflação, tanto para operações de custeio quanto para investimento;

2) **Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER):** o programa leva assistência técnica às propriedades rurais, melhorando processos de trabalho e, conseqüentemente, a qualidade de vida dos agricultores, buscando ampliar conhecimentos e implantar tecnologias com a finalidade de aumentar a produtividade e a renda, mas respeitando as diversidades sociais, econômicas, étnicas, culturais e ambientais de cada território;

3) **Programa de aquisição de alimentos (PAA):** permite que órgãos públicos federais, estaduais e municipais possam adquirir alimentos diretamente dos agricultores familiares, destinando-os a populações em situação de insegurança alimentar e nutricional. Dentre as suas modalidades está, também, a “compra institucional” que permite a compra de alimentos da agricultura familiar por meio de chamadas públicas, com dispensa de licitação. Podem comprar as instituições que fornecem refeições regularmente, como hospitais, quartéis, presídios, restaurantes universitários e refeitórios de entidades assistenciais públicas;

4) **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE):** prevê a compra de pelo menos 30% dos alimentos provenientes da agricultura familiar para serem consumidos pelos alunos das escolas da rede pública de ensino;

5) **Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF):** visa facilitar o acesso à terra e aumentar a renda dos trabalhadores rurais por meio do financiamento para aquisição de imóveis rurais não passíveis de desapropriação. No financiamento está incluída a possibilidade de investimentos em infraestrutura básica, estruturação da unidade produtiva e projetos comunitários de convivência com a seca no Semiárido e de recuperação ambiental.

Além das acima citadas, outras políticas públicas foram criadas e implementadas, tais como: Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC2); Sistema Unificado de Atendimento a Saúde Animal (SUASA); Terra Legal; Programa Cadastro de Terra e Regularização Fundiária; Terra Forte; Biodiesel; e Garantia Safra.

No campo do “Direito à Cidadania” do agricultor familiar e sua família, o PPAF (2013) cita:

1) **Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária (PRONERA):** garantia de alfabetização e educação fundamental, média, superior e profissional de jovens e adultos nas áreas dos assentamentos;

2) **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC):** visa qualificar trabalhadores por meio de cursos de educação profissional e tecnológica para jovens e adultos da área rural.

Também são citados: Reforma Agrária; o Programa Nacional de Documentação do Trabalhador Rural (PNDTR); Organização Produtiva das Mulheres Rurais; Territórios da

Cidadania; Arca das Letras; e Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (Proinf).

Esse cenário de políticas públicas e recursos voltados ao desenvolvimento da agricultura familiar, reforma agrária e valorização dos trabalhadores rurais e suas famílias começa a mudar a partir da posse de Michel Temer na Presidência da República, em 2016. Atendendo a pressões de setores conservadores do campo, principalmente daqueles que defendem os interesses hegemônicos do agronegócio brasileiro, iniciam-se vultosos cortes orçamentários. Para citar como exemplo, uma das primeiras reduções ocorreu junto ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): a estratégia não foi extinguir o programa, mas sim promover a redução paulatina de recursos, desamparando aqueles que tinham nessa política pública uma forma para geração de renda. Deste modo, observa-se o comprometimento de uma política pública que vinha se mostrando extremamente importante para a redução da pobreza, fortalecimento da agricultura familiar e alimentação de um grande contingente de pessoas em situação de insegurança alimentar.

Observa-se na Tabela 1 que no auge do Programa para Aquisição de Alimentos (PAA), em 2012, o governo federal liberou R\$ 586 milhões para a compra de alimentos, mas assim que assumiu o governo, Michel Temer promove sensíveis reduções orçamentárias. Em 2017 o valor aplicado sofreu redução no valor de R\$ 72,8 milhões, representando 36,9% a menos que o ano anterior. Em 2018 o programa é reduzido novamente, desta vez no valor de R\$ 61,4 milhões, sendo aplicada a cifra de R\$ 63,3 milhões, muito distante dos valores destinados ao programa no governo anterior.

Tabela 1. Evolução dos recursos aplicados na aquisição de produtos do PAA de 2003 a 2018

ANO	Valor (R\$)					TOTAL
	CENTRO-OESTE	NORDESTE	NORTE	SUDESTE	SUL	
2003	12.238.974	31.672.408	12.386.912	7.603.665	17.639.249	81.541.208
2004	3.386.094	42.307.978	28.391.528	8.903.396	24.196.831	107.185.827
2005	5.538.352	34.745.917	16.149.222	13.876.678	42.481.492	112.791.661
2006	10.045.899	54.857.717	17.812.507	32.440.707	85.510.564	200.667.394
2007	8.706.953	56.116.343	18.799.859	42.080.968	102.648.840	228.352.963
2008	9.893.516	80.838.353	15.679.112	73.486.284	93.032.175	272.929.440
2009	13.225.303	102.830.480	15.549.939	78.842.348	153.516.168	363.964.238
2010	21.400.943	121.858.906	28.348.787	79.151.714	128.975.115	379.735.465
2011	32.025.103	153.674.198	29.386.137	111.741.509	124.209.257	451.036.204
2012	43.282.942	154.904.344	36.045.217	131.776.716	220.557.912	586.567.131
2013	24.075.247	66.487.272	22.938.796	67.812.376	43.203.433	224.517.124
2014	31.155.531	79.992.989	37.860.917	128.709.065	60.286.440	338.004.942
2015	29.589.161	92.549.198	33.399.258	77.902.561	54.075.037	287.515.215
2016	17.187.827	88.470.743	27.873.958	41.313.390	22.730.799	197.576.717
2017	8.858.337	48.870.701	20.628.993	19.644.592	26.705.879	124.708.502
2018	5.392.765	27.560.385	13.025.289	10.280.640	7.070.990	63.330.069
TOTAL	276.002.947	1.237.737.932	374.276.431	925.566.609	1.206.840.181	4.020.424.100

Fonte: Conab

Ao assumir o Governo Federal em janeiro de 2019, o Presidente Jair Messias Bolsonaro mostra-se indiferente aos anseios da agricultura familiar e reforma agrária, promovendo ações que visam o esvaziamento de políticas públicas voltadas a essas áreas. No início de 2020 é publicado no Diário Oficial da União (DOU) o Decreto nº 10.252, de 20 de fevereiro de 2020, que enxuga significativamente a estrutura do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Nesse mesmo ato, por consequência, inviabiliza a execução do Programa

Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), do programa Terra Sol e outros programas que davam incentivos aos assentados, quilombolas e comunidades extrativistas.

Observou-se, contudo, um pequeno recuo no esvaziamento das políticas públicas voltadas agricultura familiar, quando o Governo Federal publica a Medida Provisória 957, de 24 de abril de 2020, abrindo crédito extraordinário, em favor do Ministério da Cidadania, para a compra de produtos da agricultura familiar por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no valor de R\$ 500 milhões, ação esta destinada ao enfrentamento da pandemia de Covid-19. No entanto, até o momento foram aplicados apenas R\$ 85,3 milhões conforme informações obtidas por meio da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), transcritas no tabela 2.

Tabela 2. Aplicação de recursos do Programa de Aquisição de Alimento (PAA), ano de 2020. Ação de enfrentamento a Covid-19

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Valor R\$	UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Valor R\$
Acre	1.044.993,50	Paraná	5.580.578,81
Alagoas	5.070.195,77	Pernambuco	4.797.806,96
Amazonas	3.583.493,07	Piauí	6.720.179,68
Bahia	12.196.971,07	Rio de Janeiro	2.711.390,27
Espirito Santo	223.130,75	Rio Grande do Norte	2.818.827,96
Goiás	4.087.548,02	Rio Grande do Sul	5.191.437,98
Maranhão	4.254.267,15	Rondonia	591.151,48
Mato Grosso	1.678.794,05	Roraima	504.000,00
Mato Grosso do sul	1.768.723,26	Santa Catarina	516.254,71
Minas Gerais	6.816.009,55	São Paulo	5.497.982,70
Pará	463.520,73	Sergipe	3.365.787,72
Paraíba	4.659.374,60	Tocantins	1.178.028,40
VALOR TOTAL R\$ 85.320.448,19			

Fonte: Conab

Segundo dado divulgado pela Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (AFBNB), mantendo posição de descaso frente às necessidades do campo, o Governo Federal encaminhou ao Congresso Nacional o texto do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA/2021), que prevê cortes de recursos para a agricultura familiar em relação ao ano de 2020, definindo um montante considerado insuficiente pelos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Cita a AFBNB um forte alerta dado pelos representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (Contraf-Brasil), que dizem: *Se o orçamento for aprovado deste jeito e se nada for feito em defesa do fortalecimento da agricultura familiar, a fome vai aumentar desenfreadamente e os alimentos que chegam às mesas dos brasileiros estarão ameaçados.*

Pandemia do Covid-19

Os cortes dos programas governamentais de incentivo à agricultura familiar e os desafios impostos pela pandemia do Covid-19, como a necessidade do isolamento social, diminuição da atividade econômica e a falta de mercados, resultaram em restrições na comercialização de produtos e queda da renda familiar. Outros efeitos associados, tais como 1) aumento do preço dos insumos, 2) restrição ao crédito, 3) flutuação dos preços dos combustíveis (FORTE e MAXIMO, 2020), impactam a manutenção das atividades agrícolas, colocando os agricultores familiares em uma situação de maior vulnerabilidade econômica (PEDROSO et al., 2020).

A agricultura familiar é a principal responsável pela produção da grande diversidade de alimentos que chegam à mesa da população brasileira, e, portanto, uma das principais responsáveis pelo acesso contínuo a alimentos com qualidade nutricional (IBGE, 2017). No entanto, as restrições impostas pela pandemia, simultaneamente com a redução do poder de compra e a alta taxa de desemprego, contribuíram para o aumento na insegurança alimentar e nutricional da população, afetando principalmente os mais vulneráveis (ALPINO, 2020).

A insegurança alimentar está associada à renda familiar, e já estava presente no Brasil antes mesmo da pandemia: segundo dados oficiais, em 2018 cerca de 25,3% da população brasileira se encontrava em situação de pobreza ou extrema pobreza (IBGE, 2018), convivendo com a fome ou a ingestão de uma dieta com baixa qualidade nutricional, insuficiente para suprir as necessidades básicas do indivíduo (MONTEIRO, et al., 2014). Para essas famílias, que apresentam maior vulnerabilidade socioeconômica, as consequências da pandemia podem ser piores, aumentando os índices de pobreza.

As políticas emergenciais adotadas pelos governos têm sido insuficientes para atender aqueles que já viviam em situação de pobreza ou limitações nas condições socioeconômicas, principalmente no Brasil, com as políticas sociais já fragilizadas. Em contrapartida, observam-se iniciativas da sociedade civil, que através de articulações em rede, estão providenciando alimentos e refeições nas comunidades pobres e periféricas de centros urbanos, sendo essenciais para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada em tempos de COVID19 (JAIME, 2020).

Dentre essas iniciativas, merece destaque a campanha solidária “Alimentos Agroecológicos para Todos”, realizada pela Rede Agroflorestal da Região de Ribeirão Preto – Rede-RP, que através de arrecadações da sociedade civil, tem conseguido fornecer alimentos nutritivos para famílias em situação de vulnerabilidade no município de Ribeirão Preto e contribuir com escoamento de produtos da agricultura familiar, auxiliando na composição da renda dos agricultores.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Campanha Solidária “Alimentos Agroecológico para Todos”

Os resultados da campanha solidária “Alimentos Agroecológicos para Todos” são significativos, demonstrando grande participação da sociedade civil e a potencialidade das ações em rede por meio de plataformas digitais. Na primeira fase, que aconteceu entre abril e julho de 2020, a mobilização ocorreu através da rede social Instagram e WhatsApp e as arrecadações ocorreram via depósito bancário, tendo como resultado o explicitado na Tabela 3.

Tabela 3. Resultados da Primeira Fase da Campanha Solidária “Alimentos Agroecológicos para todos”

Valor arrecadado	R\$ 10.464,00
Quantidade de Doadores	69
Tempo de arrecadação	90 dias
Total de alimentos doados	5.349 kg
Variedades de alimentos doados	21 variedades
Associação de agricultores beneficiados	Agrofloresteiros Sepé; Comater; Comuna da Terra; Acampamento Paulo Botelho; Brigada Ana Primavesi
Comunidades atendidas	Nazaré, Locomotiva, Itaú, Descalvado, Porto Ferreira, Comunidade da Família
Estimativa de famílias beneficiadas	1.225

Dois aspectos foram determinantes para o sucesso dessa fase: 1) a variedade e qualidade dos alimentos, decorrentes dos cultivos biodiversos em sistemas agroecológicos e/ou agroflorestais praticados nos assentamentos da região; e 2) a expressiva participação e colaboração dos agricultores na campanha, já que cerca de 1(uma) tonelada foi doação direta dos agricultores.

Durante as entregas, observou-se a necessidade de uma quantidade de alimentos superior à que a campanha havia conseguido ofertar, demonstrando a fragilidade das comunidades atendidas, desamparadas de quaisquer outras ações de assistência. Devido à necessidade de promover a segurança alimentar, surgiu por parte das lideranças comunitárias o interesse de implantação de hortas, solicitando inclusive uma assistência técnica por parte da Rede-RP.



FIGURA 1. Entrega de alimentos agroecológicos do acampamento Paulo Botelho – MST na comunidade da Família. Ribeirão Preto – SP, Brasil, 2020. Foto de: Rede Agroflorestal da Região de Ribeirão Preto

Buscando aumentar o alcance das doações, a segunda fase da campanha foi realizada através do financiamento coletivo pela plataforma Catarse. As arrecadações ocorreram entre os meses de agosto a setembro de 2020. As entregas das doações estão em andamento e estima-se doar dez toneladas de alimentos agroecológicos até o fim do ano. Os resultados estão expostos na tabela 4.

Tabela 4. Resultados da Segunda Fase da Campanha Solidária “Alimentos Agroecológicos para todos”

Valor arrecadado	R\$ 32.870,00
Quantidade de Doadores	321
Visitas no site	3.333
Tempo de arrecadação	37 dias
Estimativa da quantidade de alimentos	10 toneladas

O diferencial dessa fase foram as estratégias de mídias, com séries de postagens semanais, interação com novos seguidores e intensa divulgação pelos membros da Rede-RP. Essas ações possibilitam um alcance em visitas no site de 3.333 pessoas, que resultaram em 322 doadores, de 19 estados brasileiros. Além disso, a campanha repercutiu no exterior e recebeu 11 doações internacionais, totalizando R\$3.580.

Uma importante ação foi a Live em prol da campanha, que ocorreu através da parceria com o canal de mídia independente “PorQueNão?”, transmitida pelo YouTube. Na ocasião, 200 pessoas assistiam ao vivo, Nelson Correa (MST), Denise Amador (Mutirão Agroflorestal) e Osvaldo Souza dialogaram sobre o tema “Agrofloresta, Soberania Alimentar e Ações em Rede”. Nos dois dias após essa ação, ocorreu o maior número de visitas no site, alcançando 369 visitas em um único dia.

Apesar dos resultados positivos e do amplo alcance da campanha, vê-se a necessidade de que as ações se estendam para além de uma ajuda emergencial. Nesse sentido, a Rede-RP prevê ações de implantação de agroflorestas, que são fundamentais para promover a segurança alimentar. Além disso, busca através da articulação com outras entidades da região encontrar alternativas que facilitem o escoamento dos produtos da agricultura familiar. Uma dessas iniciativas é o Grupo de Consumo Agroecológico Pau Brasil (GCA Pau Brasil).

GCA Pau Brasil



Figura 2. Pequenos produtores, assentados da reforma agrária, membros da Rede-RP. A esquerda: Nivalda, Presidenta da Cooperativa Agroecologia Mãos da Terra, Assentamento Mário Lago. A Direita: o casal João e Áurea, agricultores do Assentamento Sepé Tiarajú. Fotos: Carlos Corrêa Moro.

Embora o atual momento não recomende a aproximação entre pessoas, inviabilizando a gestão/co-produção dos alimentos ofertados via CESTA, na visão dos organizadores do GCA Pau Brasil entende-se que ao aderir ao projeto Cesta Agroecológica Solidária o “prosumidor” aceita receber uma relação de produtos integrantes dos seguintes grupos: frutas, legumes, folhas, temperos, medicinais e plantas alimentícias não convencionais (PANCs). Ou seja, mesmo não sendo responsável por parte da produção, divulgação e escoamento dos produtos, como preconiza a literatura sobre o tema, o “prosumidor” concorda em receber aquilo que é colocado na CESTA, evitando que o produtor tenha perda de produção,

respeitando ainda sua *expertise* e condições edafoclimáticas em relação aos produtos ofertados. Torna-se, portanto, agente ativo do processo, pois de fato consumirá o que lhe é partilhado. Porém, faz parte dos planos da Rede-RP uma maior integração entre consumidores e produtores, o que poderá ser iniciado assim que for encontrada uma solução para a pandemia.

A CESTA carrega em seu escopo de atuação, além da oferta e consumo de produtos agroecológicos, a sensibilização da sociedade para outro problema: a insegurança alimentar de muitas famílias brasileiras. Segundo o Jornal do Brasil (2020), que cita dados divulgados em setembro pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a fome no Brasil chegou a 10,3 milhões de pessoas, sendo 7,7 milhões de moradores na área urbana e 2,6 milhões na rural. A insegurança alimentar grave, condição na qual as pessoas relatam passar fome, atingiu 4,6% dos domicílios brasileiros, o equivalente a 3,1 milhões de lares. Ressalva o periódico que esses índices foram obtidos com base em informações colhidas entre junho de 2017 e julho de 2018 em quase 58 mil domicílios de todas as regiões do país, ou seja, a situação pode ser ainda mais grave, pois se trata de período anterior ao início da pandemia. Em função dessa situação, a Rede-RP lançou a campanha solidária “Alimentos agroecológicos para todos” tendo a CESTA como um dos mecanismos de arrecadação de recursos que serão utilizados para compra e doação às famílias em situação de insegurança alimentar da cidade de Ribeirão Preto - SP, de produtos agroecológicos oriundos dos assentamentos de reforma agrária citados anteriormente. Dessa forma, a partir de uma contribuição voluntária (doação) dos “prossumidores”, que gira em torno de 10% a 15%, em média, sobre o valor de sua CESTA, acreditam os integrantes da Rede-RP estarem promovendo uma tripla ação de cidadania: incentivam a produção e consumo de alimentos agroecológicos; geram renda ao pequeno produtor, assentado da reforma agrária; e contribuem para a redução da insegurança alimentar de muitas famílias.

Segundo informações dos organizadores, desde sua criação a CESTA vem oscilando em número de “prossumidores” que aderem ao projeto. Os integrantes da Rede-RP entendem como natural essa oscilação, pois cada indivíduo/família vive um momento específico.

Tabela 5. GCA Pau Brasil em números: Junho a Outubro de 2020

Ano 2020	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Total
Renda extra(R\$)	666,25	3.507,07	3.176,40	2.799,90	3.257,00	13.406,62
Doações(R\$)	99,23	470,58	456,93	346,20	415,26	1.788,20
Cestas entregues (un)	9	27	31	28	25	120
Peso (kg)	68	402	366	287	347	1.470

Fonte: Rede-RP, por meio de informações obtidas junto ao GCA Pau Brasil.

Desde sua criação em junho/2020, até o momento foram entregues 120 Cestas Agroecológicas Solidárias a pelo menos 40 famílias “prossumidoras”, que ao longo desse período consumiram cerca de 1,5 toneladas de alimentos agroecológicos, gerando renda extra aos assentados da reforma agrária no valor de R\$ 13,4 mil e doações para a campanha solidária “Alimentos agroecológico para todos” no valor de R\$ 1,78 mil (Tabela 5).

Após cinco meses de constituição do GCA Pau Brasil e ajustadas todas as arestas inerentes à criação deste tipo de iniciativa, acreditam seus organizadores ser necessário consolidar a ação através da ampla divulgação da Cesta Agroecológica Solidária e envolvimento de novos “prossumidores”, integrando-os primeiramente ao processo de gestão e assim que possível à produção, visando criar um espaço de interação que leve a todos em direção a relações mais próximas, valorização da qualidade dos produtos ofertados e do trabalho de quem os produz, com resultados positivos para o meio ambiente e economia local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As redes e articulações em coletivos têm trazido a potência de ação necessária para a reação ao momento desafiador que a humanidade vive como um todo, com a pandemia da Covid-19, e no Brasil, com o desmonte das políticas sociais vividas recentemente e a ausência do Estado. Junto às crises sociais, econômicas e políticas, o planeta vive ainda a grande crise ambiental, trazendo urgência em ações regenerativas e novas relações na sociedade. Os arranjos de circuito curto apresentados neste artigo representam exemplos importantes que serão referências a outras iniciativas. A sociedade urbana se envolve e participa da paisagem socioambiental rural, ampliando a consciência e responsabilidade do consumo como ato político.

As Agroflorestas e a Agroecologia vêm trazendo respostas importantes aos grandes desafios da humanidade e tendem a se ampliar no Brasil e no mundo, apesar da dominação das grandes corporações dos agroquímicos e dos alimentos. O momento é chave para criar bases sólidas de grupos comprometidos com a produção agroecológica e a educação socioambiental para a consolidação da reforma agrária agroecológica e da mudança de paradigma da sociedade para uma cultura de justiça social e ambiental, o fortalecimento da agricultura familiar, e a agroecologia como base da produção de alimentos.

O sucesso das ações implantadas pela Rede-RP desde o início da pandemia ampliaram as alternativas de comercialização e geração de renda, trazendo bastante motivação aos agricultores assentados agroecológicos e agrofloresteiros, configurando assim uma situação mais favorável sob o ponto de vista de escoamento de seus produtos agroflorestais, em relação à que havia no início do ano. Novos desafios se fazem presentes, como a demanda por incrementar a produção, estimulando novas ações da Rede e em Rede, voltadas a capacitações e trocas de saberes, planejamento produtivo, implantação/ampliação de novas áreas de agroflorestas, entre outras. De forma totalmente inesperada, mas a partir de uma ação coletiva deliberada e baseada em laços de solidariedade e cooperação, vem sendo possível enxergar a materialização do objetivo fundamental da criação da Rede-RP, que é estimular o fortalecimentos e expansão da Agrofloresta na região, mediante ações de fomento à produção agroflorestal agroecológica e intercâmbio de conhecimentos, acompanhadas de ações para consolidação e avanço das estratégias de comercialização iniciadas a partir da Pandemia.

Referências bibliográficas

ALPINO, Tais de Moura Ariza et al. COVID-19 e (in)segurança alimentar e nutricional: ações do Governo Federal brasileiro na pandemia frente aos desmontes orçamentários e institucionais. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 8, e00161320, 2020.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE AGRICULTURA FAMILIA (ABRAF). **Cenário da agricultura familiar. 2019**. Disponível em: <https://digital.agriculturafamiliar.agr.br/pub/agriculturafamiliar/>. Acesso em: 31 out. 2020.

BARBOSA, Fernando. **Brasil registra a maior produção de etanol da sua história.**

Revista Globo Rural. Disponível em:

[https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Agricultura/noticia/2020/04/brasil-registramaior-producao-de-etanol-da-sua-](https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Agricultura/noticia/2020/04/brasil-registramaior-producao-de-etanol-da-sua-historia.html#:~:text=Segundo%20a%20Conab%2C%20o%20pa%C3%ADs,que%20na%20afra%202018%2F2019&text=O%20Brasil%20alcan%C3%A7ou%20a%20sua,hist%C3%B3ria%20na%20safra%202019%2F2020..)

[historia.html#:~:text=Segundo%20a%20Conab%2C%20o%20pa%C3%ADs,que%20na%20afra%202018%2F2019&text=O%20Brasil%20alcan%C3%A7ou%20a%20sua,hist%C3%B3ria%20na%20safra%202019%2F2020..](https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Agricultura/noticia/2020/04/brasil-registramaior-producao-de-etanol-da-sua-historia.html#:~:text=Segundo%20a%20Conab%2C%20o%20pa%C3%ADs,que%20na%20afra%202018%2F2019&text=O%20Brasil%20alcan%C3%A7ou%20a%20sua,hist%C3%B3ria%20na%20safra%202019%2F2020..) Acesso em: 23 abr. 2020.

CALABRÓ, GUILHERME; RETIÈRE, MORGANE. **Criando um Grupo de Consumo**

Responsável: um passo a passo para começar e estabelecer um GCR. Piracicaba :

Instituto Terra Mater, 2016. 22p. Disponível em:

<https://consumoresponsavel.org.br/cartilhagcr/>. Acesso em: 01 nov 2020.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios.**

Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário - Secretaria da Agricultura Familiar DATER: IICA, 2004.

CASTELLS, Manuel. (2002), **O poder da identidade**. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Compêndio de Estudos Conab**. v. 20 - Brasília: Conab, 2019. Disponível em:

<file:///C:/Users/14491/Downloads/CompndioZZPAAZ2018.pdf>. Acesso em: 01 nov 2020

_____. **Transparência Pública PAA - Brasília: Conab, 2020**. Disponível em:

<https://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultatransparenciapaa.do?method=abrirConsulta>. Acesso em: 01 nov 2020

EBAPE.BR, vol. 8, núm. 3, septiembere, 2010, pp. 388-403 Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas Rio de Janeiro, Brasil

Enquanto a fome cresce no Brasil, Bolsonaro reduz recursos para agricultura familiar.

Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (AFBNB), 27 out 2020. Seção Saiu na imprensa. Disponível em: <https://www.afbnb.com.br/enquanto-a-fome-cresce-nobrasil-bolsonaro-reduz-recursos-para-agricultura-familiar/>. Acesso em: 01 nov 2020.

FORTE, Marcus Bruno Soares; MAXIMO, Guilherme José. O impacto da crise sanitária de 2020 na agricultura familiar e o fortalecimento da cadeia produtiva como estratégia para contornar a crise. **Migrações Internacionais e a Pandemia da Covid-19**, p. 356, 2020.

FRONZAGLIA, Thomaz. **Cana-de-açúcar na região de Ribeirão Preto**. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/TerTexto.php?codTexto=8911>. Acesso em: 03 nov. 2020.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora Da UFRGS, 2000. 654 p.

GLIESSMAN, S.; ROSEMEYER, M. **The conversion to sustainable agriculture: principles, processes and practices**. Boca Raton: CRC Press, 2010. 370 p.

GOULART, Sueli; FALCAO VIEIRA, Marcelo Milano; FURLAN DA COSTA, Camila; DA COSTA KNOPP, Glauco. **Articulações em rede e acontecimentos no território: subsídios teóricos para a formação de políticas públicas para o desenvolvimento**. Cadernos

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

JAIME, Patricia Constante. Pandemia de COVID19: certo para (in) segurança alimentar e nutricional. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 7, pág. 2504, julho de 2020.

MARCO REFERENCIAL EM AGROECOLOGIA. Brasília-DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. 70 p.

MONTEIRO, Elma Lúcia de Freitas; DE SOUZA, Cassília Rodrigues; DE PINHO, Lucinéia. Diagnóstico de Insegurança Alimentar e Nutricional entre beneficiários do Programa Bolsa Família participantes da oficina de intervenção nutricional. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 21, n. 2, p. 469-480, 2014..

Pandemia agravou a insegurança alimentar e Brasil pode voltar ao Mapa da Fome, dizem economistas. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 17 out 2020. Seção Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.jb.com.br/pais/direitos-humanos/2020/10/1026078-pandemiaagravou-inseguranca-alimentar-e-brasil-pode-voltar-ao-mapa-da-fome-dizemeconomistas.html>. Acesso em: 01 nov 2020.

PEDROSO, Maria Thereza Macedo; CORCIOLI, Graciella; FOGUESATTO, Cristian. A crise do Coronavírus e o agricultor familiar produtor de hortaliças. **Gestão E Sociedade**, v. 14, n. 39, p. 3740-3749, 2020.

POLÍTICAS PUBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR (PPAF). Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4137306/mod_resource/content/0/politicas_publicas_baixa.pdf. Acesso em 01 nov 2020

Quem são os Prosumers? **Revista EBS**, São Paulo, 24 abril 2020. Seção *Brand Experience*. Disponível em: <https://www.revistaebs.com.br/brand-experience/prosumers-consumidordigital/>. Acesso em: 01 nov 2020.

RAMOS FILHO, L. O. **Reforma agrária y transición agroecológica en una zona de grandes monocultivos de caña de azúcar: El caso del Asentamiento Sepé Tiaraju, región de Ribeirão Preto, Brazil**. Tesis Doctoral. Universidad de Córdoba, 2013. 381p.

REDAÇÃO REVIDE. **Produção de cana na região de Ribeirão Preto se mantém estável na safra 2019/2020**. Disponível em:

<https://www.revide.com.br/noticias/agronegocio/producao-de-cana-na-regiao-de-ribeiraopreto-se-mantem-estavel-na-safra-20192020/>. Acesso em: 03 nov. 2020.

RIBEIRÃO PRETO, **Prefeitura Municipal de. Plano Municipal de Saúde.** Disponível em: <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/ssauade/vigilancia/planeja/i16plano.php>. Acesso em: 02 nov. 2020.

SEVILLA GUZMÁN, E. **Origen, evolución y perspectivas del desarrollo rural sostenible.** Trabalho apresentado na Conferência Internacional “Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável”, Porto Alegre, 18 a 22 de setembro de 1995.

ANÁLISIS COMPARADO DE LAS FUENTES DE RENTA DE DOS COMUNIDADES RURALES EN PARAGUAY Y COLOMBIA

Leticia Diana Molinas Bogado¹

Lynda Mayerli Ospina Rengifo²

RESUMEN

Los modernos procesos productivos que ha generado la agricultura comercial, ejercen una fuerte influencia sobre las pequeñas propiedades, por lo que cuando no cuentan con los medios y recursos necesarios para adherirse a este proceso, se les anima a desarrollar estrategias de supervivencia asociadas a otras actividades generadoras de ingresos, que pueden llegar a ocupar un porcentaje importante de sus ingresos brutos. La venta de mano de obra, las transferencias sociales y los aportes generados por los ejercicios de autosuficiencia adquieren mucha vigencia en relación a la agricultura. En este sentido, este trabajo tiene como objetivo brindar una perspectiva sobre la ambivalencia de los territorios rurales y la necesidad de entenderlos como escenarios de dinámicas económicas profundas, impulsados por valores intangibles, esenciales para la reproducción social, su identidad y producción sostenible, a través de un análisis comparativo de la composición y fuentes de ingresos de dos comunidades rurales, ubicadas en el distrito de Escobar, departamento de Paraguarí, Paraguay, y en el municipio de San Juan de Arama, departamento de Meta, Colombia. Para ello, se utilizó, además de la revisión bibliográfica, la recolección de datos de campo con la aplicación de una encuesta que tuvo como objetivo caracterizar la propiedad, la familia, la composición de sus ingresos, así como sus perspectivas en relación a la agricultura y el medio rural. Un instrumento desarrollado colectivamente por el Grupo de Estudios e Investigación sobre Agricultura Familiar en América Latina de la Universidad Federal de Integración Latinoamericana, como parte de una investigación más amplia. Algunos resultados indican, la existencia de 5 fuentes principales de ingresos, la importancia de las actividades no agrícolas y la consecución de ejercicios económicos negativos debido a las actividades agrícolas en algunas familias.

INTRODUCCIÓN

¹ Aluno do curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. E-mail: lmo.rengifo.2018@aluno.unila.edu.br

² Aluno do curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. E-mail: leticia.bogado@aluno.unila.edu.br

Los procesos históricos de desigualdad rural que han sufrido a lo largo de las generaciones las familias campesinas, son un peso que hasta nuestros días deben soportar, ahora estos se manifiestan en estados de fragilidad social y económica a los que se adhieren, aspectos como el aumento de la incertidumbre y el nulo control sobre los riesgos asociados a la producción agropecuaria, consecuencia en mucha parte de la presión que ejercen sobre las pequeñas propiedades las transformaciones y la agresiva mercantilización que la agricultura ha tenido en las décadas recientes, sin embargo, la falta de medios para su incorporación en esta modalidad productiva, termina por incentivar el desenvolvimiento de estrategias de sobrevivencia asociadas a otras actividades generadoras de renta.

Probablemente un porcentaje sustancial de familias rurales Latino-Americanas obtengan una parte importante de su renta bruta de la realización de actividades diversificadas, diferentes a la mera producción agrícola y pecuaria, dentro de la propiedad. En ese sentido una de estas actividades es la obtención de ingresos por la prestación de fuerza de trabajo, que generalmente puede ser trabajo agropecuario en otras fincas con producciones más comerciales o en la prestación de otros servicios. La proporción del trabajo asalariado agropecuario en el total de la renta, varía de un territorio a otro, no obstante, un factor determinante en la necesidad de acudir a esta fuente complementaria de renta es el limitado acceso a medios y bienes para ejercer la agricultura en sus propias parcelas, por lo tanto, en muchas oportunidades son campesinos pobres con poca o sin tierra los que presentan una mayor dependencia y un nivel de asalarización más alto.

Según Boltovínik (2007), que una unidad agrícola familiar pueda vivir adecuadamente sólo de las jornadas de trabajo invertidas en su parcela y por tanto no tenga necesidad de buscar fuentes adicionales de empleo depende evidentemente de los factores que explican la productividad del trabajo agrícola, así como los precios relativos que enfrenta. Dada la condición de estacionalidad de la agricultura, incluso la comercial, los requerimientos de fuerza de trabajo a lo largo del año son desiguales, siendo pocas las labores que deban realizarse de manera permanente. De este modo, en los periodos de escaso trabajo los campesinos deben desarrollar una variedad de oficios que complementen su renta, o que fortalezcan sus producciones de subsistencia, lo cual puede derivar en periodos donde aumenta la vulnerabilidad de las familias y las situaciones de pobreza además de estar supeditados en gran forma a las condiciones que el mercado de trabajo disponga.

Aun con la importancia del trabajo asalariado en la formación de la renta bruta de muchas familias, también se da el desarrollo de otras actividades que más allá de ser económicamente significativas, tienen valores de reproducción sociocultural en las comunidades, asimismo generalmente se incorporan en éstos, procesos de transformación de alimentos primarios o el aprovechamiento de productos forestales no maderables.

Por lo anterior tal cual entender el espacio rural como sinónimo de producción agropecuaria, no sería del todo correcto, ya que ciertamente en estos territorios se generan dinámicas mucho más complejas, más significativas y más enriquecedoras, bajo este criterio, en el presente trabajo se traen a análisis y contraste los casos de dos comunidades campesinas ubicadas en Colombia y Paraguay, que confirman este planteamiento y entregan elementos que permiten comprender la composición de su renta, sus dinámicas de diversificación, la carga de valores y contribuciones no económicas que emplean.

METODOLOGÍA

Inicialmente se construyó un instrumento de recolección de datos en el marco de la Pesquisa Fuentes de Renta de las familias latinoamericanas, desarrollada por el Grupo de Estudio y Pesquisa en Agricultura Familiar en América Latina (Gepal) en el cual participan estudiantes de distintas nacionalidades de la Universidad Federal de Integración Latinoamericana UNILA. El cuestionario contenía preguntas dirigidas no solo a la identificación de las fuentes de renta, sino también la caracterización de la familia, de la unidad de producción y las perspectivas de la familia hacia la agricultura y el espacio rural.

Se llevó a cabo la aplicación del instrumento en las dos comunidades objeto del presente estudio, a 12 familias de la comunidad de la vereda *Los Micos* que pertenece al municipio de San Juan de Arama, del departamento del Meta en Colombia, y 10 familias de la comunidad *Ybyraty* ubicada en el distrito de Escobar del departamento de Paraguarí en Paraguay, las preguntas fueron formuladas a los jefes de cada hogar quienes las direccionan entre los miembros de la familia para recopilar los datos.

Una vez realizado el trabajo de campo y obtenidas las informaciones se inició un proceso de tabulación de los datos levantados, de ahí el análisis, comparación y sistematización del presente trabajo.

Los valores de las rentas de cada comunidad fueron calculados inicialmente en monedas nacionales de los dos países, guaraníes PYG, moneda paraguaya y pesos colombianos COP,

moneda colombiana respectivamente. Para el análisis utilizamos como moneda de referencia dólar estadounidense USD en su precio promedio para el año 2019.

CONTEXTO LOCAL

1.1 COMUNIDAD RURAL YBYRATY EN PARAGUAY

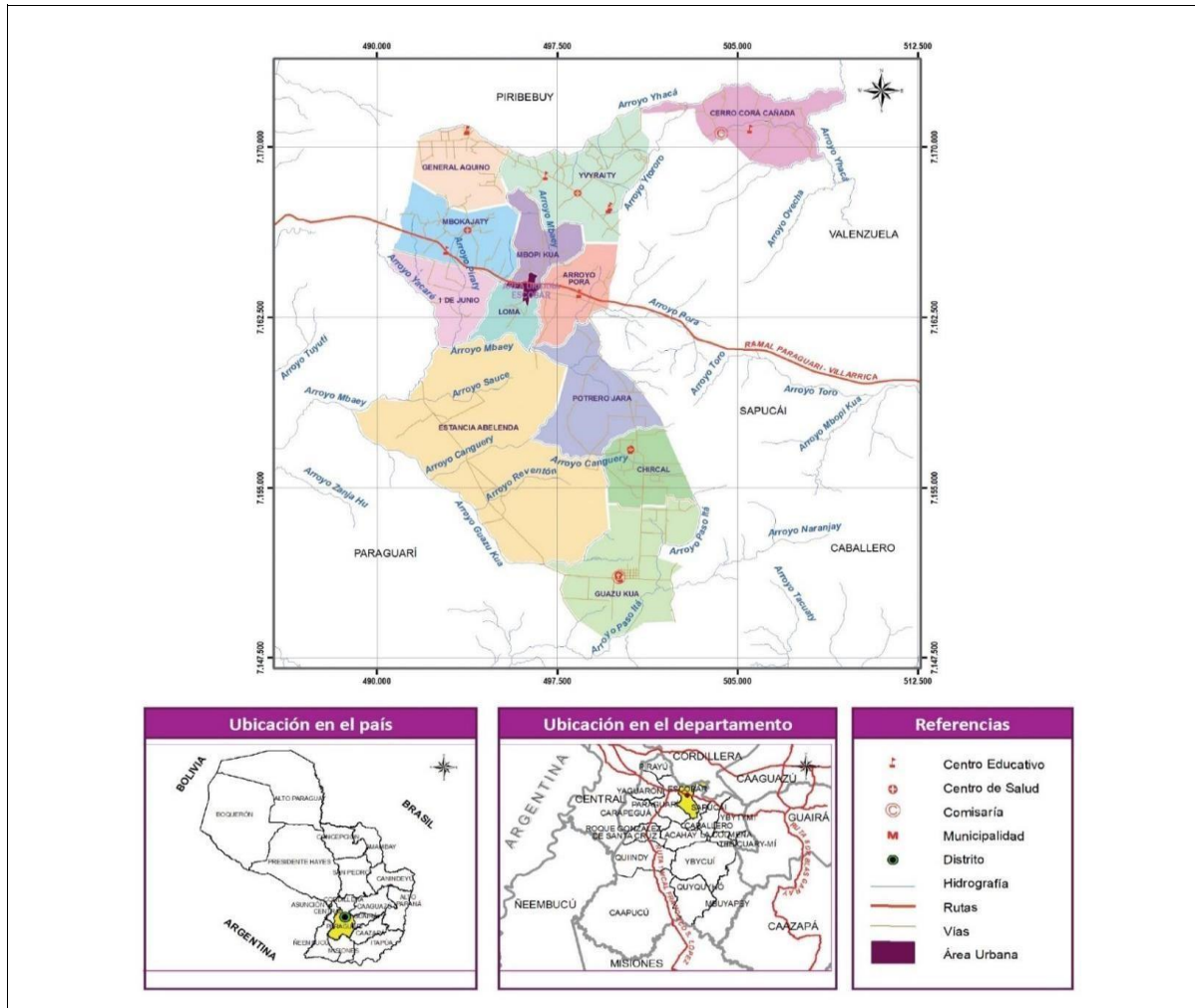
El municipio de Escobar pertenece al departamento de Paraguairí, este departamento posee un perfil altamente rural. En la región viven menos de una decena de aborígenes, integrados a la población no indígena, geográficamente se encuentra ubicado en el centro de la región oriental del Paraguay, aproximadamente a 12 kilómetros de la ciudad capital del departamento y a 78 kilómetros de la capital del País, Asunción. Este municipio está subdividido en pequeñas comunidades, una de ellas es la compañía de Ybyraty que se encuentra sobre la zona alta de Escobar, dicha compañía está ubicada a unos 8km aproximadamente del área urbana.

Escobar está a una altura de 121 metros sobre el nivel del mar, la temperatura en media es de 21°, sin embargo, en época de verano puede alcanzar máxima de 39° y en invierno una mínima de 2°, Escobar lleva su nombre en honor al General Patricio Escobar uno de los héroes de la recordada guerra de la triple alianza.

Según la Dirección General de Estadísticas, Encuestas y Censos DGEEC (2015), en su proyección poblacional, el municipio en el 2020 cuenta con una población de 8.725 habitantes de los cuales 4.608 son hombres y 4.117 son mujeres. La actividad económica principal de este municipio es la ganadería y la agricultura de la que se destacan los cultivos de Mandioca, Poroto, Maíz, Algodón y Caña de azúcar, también cabe destacar la importancia y crecimiento del sector turístico, donde es posible ubicar balnearios, cerros y arroyos.

El ESCOBAR (Dpto. de Paraguairí). Esta ciudad forma parte de un circuito adornado por hermosa serranía y que se extiende desde Paraguairí, pasando por Escobar, Sapucaí, Caballero y llegando a Ybytymi, en el Noveno Departamento, las personas que habitan allí son gente cordial y trabajadora. (ADN PARAGUAYO, 2020).

Figura I. Distrito-Escobar, ubicada en el departamento Paraguairí- Paraguay.



Fuente: STP/DGEEC. Cartografía digital Censo Nacional de Población y Viviendas (2012)

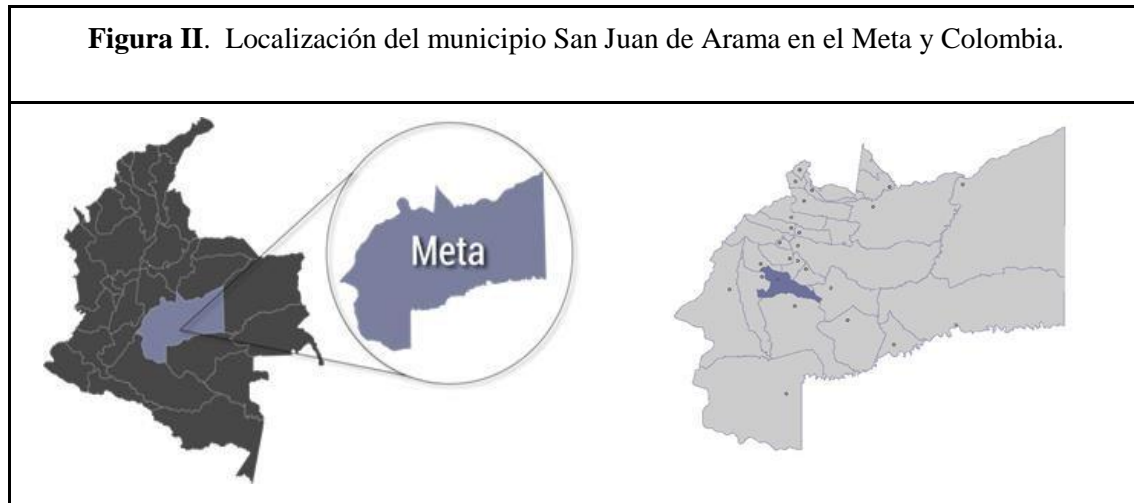
1.2 COMUNIDAD DE VEREDA LOS MICOS EN COLOMBIA.

Fueron aplicados 12 formularios de recolección de datos a familias residentes de la vereda Los Micos, en el municipio de San Juan de Arama, perteneciente al departamento del Meta en Colombia. El municipio se encuentra en un importante nodo de comunicaciones entre la región del Ariari y la Serranía de La Macarena. Está ubicado a 205 Km al sur oriente de Santa Fe de Bogotá D. C. en el sur occidente del departamento del Meta (Perfil productivo, Corporación Retoños, PNUD-2013).

Desde el punto de vista climático se encuentra entre los pisos térmicos cálidos y templados cuya temperatura oscila entre 18 y 32 ° C, con promedio de temperatura de 29°C. Presenta cuatro zonas o paisajes claramente diferenciados por sus características topográficas: montañas, piedemonte Andino Macareno, Altillanura y terrazas altas, y formaciones aluviales (vegas). (Perfil productivo, Corporación Retoños, PNUD-2013).

Para el año 2011, la población total del municipio se contemplaba en 8.948 habitantes, la cabecera urbana alberga 3.805 personas, mientras en el área rural viven alrededor de 5.143.

La principal actividad en la región es la ganadería, que se desarrolla de manera diferenciada en 2 formas principales, en las grandes explotaciones se desarrolla a través de producciones extensivas, basadas en la cría de las razas Cebú y San Martinero, sin embargo, la ganadería de las pequeñas explotaciones se viene consolidando como una actividad ganadera de doble propósito, con una orientación hacia practicas agroecológicas y de reconversión ambiental.



Fuente: Cero setenta Uniandes (2019).

La vereda Los Micos en su estructura fundiaria, fue en gran parte determinada por procesos de distribución de tierras, derivados del crédito fundiario, a través del Instituto Colombiano de la Reforma Agraria INCORA entre los años 1964 al 2002 y, además por las distribuciones y variaciones en la propiedad, dadas por las dinámicas de libre compra y venta de tierras en los siguientes años hasta nuestros días y por las actividades de colonización y posesión de algunas zonas.

Esta comunidad presenta un vasto contraste con respecto al acceso y uso de las tierras, por una parte, el territorio de la vereda está ocupado y destinado a la producción de ganado bovino de carne a partir de modelos productivos extensivos en haciendas ganaderas de 200 a 2.500 hectáreas, mientras existen propiedades con extensiones menores a 1 hectárea, donde el principal fin es el autoabastecimiento familiar.

Las 12 familias caracterizadas, tienen una ubicación territorial en la comunidad, determinada por la presencia de la escuela Primaria Peñas Frías, estando sus viviendas instaladas alrededor de esta y de la vía principal de acceso a la comunidad, una particularidad, es la proximidad de las familias, no solo territorialmente, si no por relaciones de vecindad y reciprocidad establecidas por los trabajos cotidianos del campo, sin embargo estos procesos de cercanía no

se generan en el mismo grado con las familias de fincas de mayor extensión, ya que espacialmente son alejadas de las demás y generalmente son administradas por foráneos que en la mayoría de casos son contratados temporalmente.

Esta es una de las primeras comunidades municipales a la que se le atribuyó personería jurídica, por otra parte, los habitantes más antiguos son de algún modo sobrevivientes del proceso de violencia en las décadas recientes.

1. CARACTERÍSTICAS DE LAS FAMILIAS Y LA UNIDAD DE PRODUCCIÓN.

En la comunidad paraguaya Ybyraty se entrevistó a 10 familias, los hogares están en promedio conformados por 3,7 individuos, por lo que la investigación allí alcanzó a 37 personas de la comunidad, de estas, 20 son mujeres y 17 hombres, de otro lado, en la comunidad rural de la vereda Los Micos, la encuesta aplicada en 12 familias, alcanzando a 32 personas de las cuales 10 son mujeres y 22 son hombres y los hogares se integran en media por 2,6 personas.

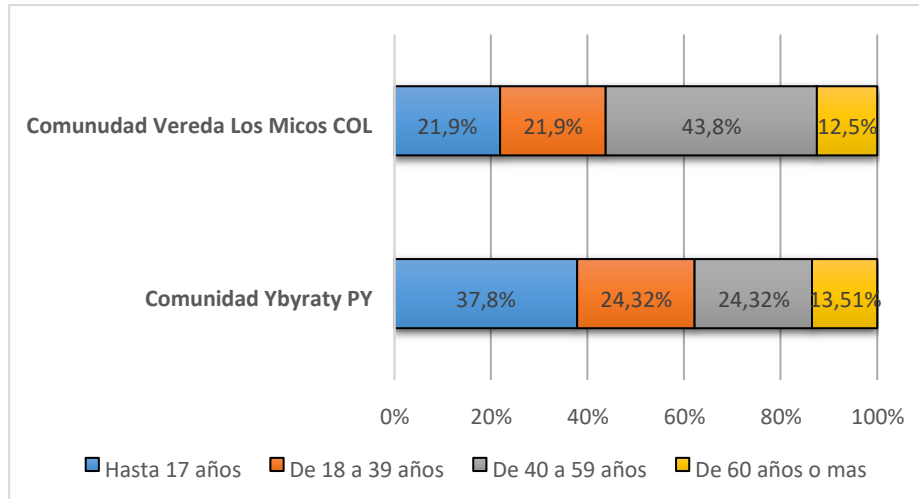
El trabajo de campo en ambas comunidades alcanzó a 69 personas, quienes se encuentran dentro de los siguientes rangos de edad como se muestran en la tabla I, de la que podemos extractar que la mayor parte, de las personas entrevistadas en la comunidad *Ybyraty*, son niños y jóvenes menores de edad, en proceso de formación escolar, también que 9 miembros de la comunidad, es decir el 24,3% de las personas, se encuentran en el rango de 18 a 39 años y en una misma proporción las personas de entre 40 y 59 años, teniendo apenas 5 miembros de la comunidad mayores de 60 años. En contraste con la con la comunidad *Ybyraty*, en la comunidad de la Vereda Los Micos, donde fueron involucradas 32 personas, la mayor parte de los entrevistados están entre los 40 y los 59 años, seguido de los menores a 17 años y de 18 a 39 que se conforman en una misma proporción, para el caso de ambas comunidades hay una proximidad en el porcentaje de adultos mayores de 60 años de ambas comunidades.

Tabla I. Distribución por edad de las personas entrevistadas.

	Hasta 17 años	De 18 a 39 años	De 40 a 59 años	De 60 años o mas	Total
Comunidad Ybyraty PY	37,8%	24,3%	24,3%	13,5%	100,0%
	14	9	9	5	37
Comunidad Vered Los Micos COL	21,9%	21,9%	43,8%	12,5%	100,0%
	7	7	14	4	32

Fuente: Investigación de campo por Leticia Molinas y Lynda Mayerli Ospina (2019).

Gráfico I. Distribución de las personas por rangos de edad.



Fuente: Investigación de campo por Leticia Molinas y Lynda Mayerli Ospina (2019).

La extensión total de las propiedades estudiadas en la comunidad Ybyraty es de 39 hectáreas, el área media por propiedad es de 3,9 hectáreas sin embargo la propiedad de menor extensión abarca 1 hectárea y la de mayor 16, lo que evidencia que el 41% del área total formada por las 10 propiedades son de propiedad de 1 sola. Cabe notar que en términos de posesión de la tierra, de estas 39 hectáreas, 31 poseen título de propiedad, apenas 6 son tierras sin titulación y 2 son trabajadas en asociación por las familias. Según manifiestan los encuestados la principal destinación de la producción agropecuaria es la comercialización, y en segunda medida el autoconsumo, la totalidad de las familias están vinculadas a alguna cooperativa de productores, que son las organizaciones de quienes reciben principalmente apoyo para la producción. Por otra parte, las familias pesquisadas ocasionalmente contratan fuerza de trabajo externa de manera temporal.

El uso del suelo en las dos comunidades se da de manera bastante diferenciada, como se especifica en la tabla II, por un lado, en la comunidad de la Vereda Los Micos las propiedades tienen en media 12,18 hectáreas, por lo tanto, el área total de las 12 fincas encuestadas es de 145,25 has, la finca de menor extensión tiene 0,5 y la de mayor 45. Estas parcelas en su totalidad son tierras con título de propiedad y que están destinadas en su mayor parte a la producción agropecuaria, allí, el 61,1% de las tierras están utilizadas en pasturas para ganado bovino, el 13,7% en cultivos permanentes como cacao y cítricos, apenas 1,3% en cultivos temporales y un 2% representadas en estanques para peces y otros, por último sobresale la destinación muy importante del 21,2% de suelos para la conservación de bosques nativos.

En aspectos productivos una de las actividades agropecuarias más comunes entre las 12 familias es la producción de leche, seguida por la siembra de la mandioca, de cacao, de plátano y cítricos, así como la cría de aves y pescado. Otro factor común entre las familias de estas comunidades es la producción de frutas y legumbres para el autoconsumo, en una proporción bastante pequeña.

De otro lado, la comunidad Ybyraty, tienen una distribución más diversificada y menos concentrada, la mayor parte de las tierras, es decir el 34,6% están destinadas a los cultivos temporales, como mandioca, poroto y maíz, el 23,1% a pasturas para ganado y el 16,7% en cultivos permanentes, también hay una conservación del 10,3% del territorio de estas familias destinada al bosque natural. Aun con esto, allí se da un uso diferenciado del suelo, en plantaciones forestales de especies introducidas que corresponden el 12,8% del área total. Por último, se contabiliza además el 2,6% del área de estas propiedades como tierras no aptas para la agricultura o en un estado de degradación.

Tabla II. Uso del suelo por hectárea.

Comunidad rural	Cultivos temporales	Cultivos permanentes	Pastos naturales o cultivados	Bosques nativos o áreas de preservación	Floresta plantada	Tierras inap. e degradadas	Otro (Estanques)	Área total
Comunidad Vereda Los Micos	1,3%	13,77%	61,1%	21,2%	0,7%	0%	2,0%	100%
Comunidad Ybyraty	34,6%	16,7%	23,1%	10,3%	12,8%	2,6%	0%	100%

Fuente: Investigación de campo por Leticia Molinas y Lynda Mayerli Ospina (2019).

Cotejando los dos casos, el promedio del área de las propiedades de ambas comunidades tiene una diferencia bastante marcada, por lo cual podríamos afirmar sin tener en cuenta factores como la vocación y aptitud de los suelos propios de cada territorio, o aspectos socioculturales e históricos de ambos países, que la comunidad de la vereda Los Micos tiene un mayor acceso a tierras, sin embargo al analizar cómo se distribuyen las fincas por las extensiones de sí mismas, encontramos que en ambos casos la mayoría de las propiedades tienen entre 1 y 5 hectáreas, sin embargo hay también propiedades mayores 20 hectáreas que hacen que el promedio aumente en función de un número de hectáreas mayor, pero que son de propiedad de 1 o 2 familias, como se expresa en la tabla II, también su correspondencia en valores relativos como se muestra en el gráfico II.

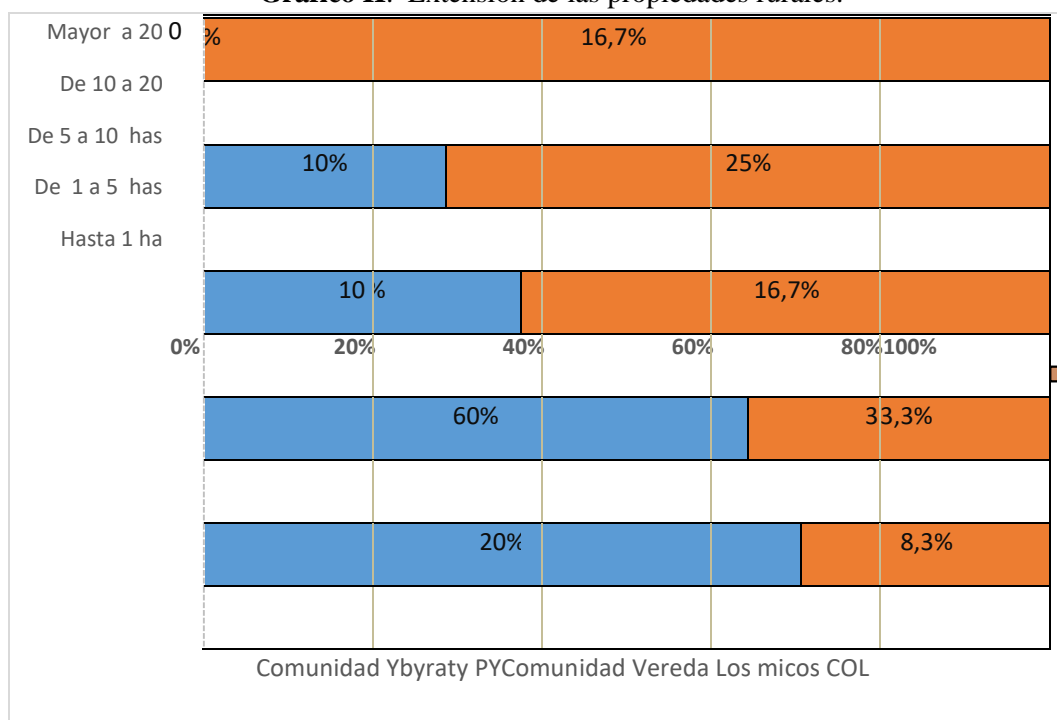
Tabla III. Extensión de las propiedades rurales de las familias.

Comunidad rural	Hasta 1 ha	De 1 a 5 has	De 5 a 10 has	De 10 a 20	Mayor a 20 Has
-----------------	------------	--------------	---------------	------------	----------------

Comunidad Ybyraty PY	Valores relativos	20%	60%	10%	10%	0%
	Valores Absolutos No. propiedades	2	6	1	1	0
Comunidad Vereda Los Micos COL	Valores relativos	8,3%	33,3%	16,7%	25%	16,7%
	Valores Absolutos No. propiedades	1	4	2	3	2

Fuente: Investigación de campo por Leticia Molinas y Lynda Mayerli Ospina (2019).

Gráfico II. Extensión de las propiedades rurales.



Fuente: Investigación de campo por Leticia Molinas y Lynda Mayerli Ospina (2019).

1. FUENTES DE RENTA DE LAS COMUNIDADES RURALES DE LA VEREDA LOS MICOS E YBYRATY.

Teniendo como base las informaciones recopilada en ambos casos, identificamos principalmente 5 tipos de fuentes de renta, así: **A. Renta comercial agropecuaria.**

Producción agrícola, ganadera, piscícola, productos con agregación de valor, artesanías.

B. Rentas provenientes de actividades no agrícolas.

Rentas obtenidas a través del trabajo asalariado en actividades agropecuarias fuera de la finca, como servidores públicos, educación, servicio doméstico o trabajadores de empresas de otros sectores la industria o la prestación de servicios.

C. Renta no monetaria generada del autoconsumo.

Rentas originadas del consumo de productos agrícolas, pecuarios y piscícolas, así como de productos con algún nivel de agregación de valor o transformación, productos artesanales, destinados al consumo y utilización de la misma familia.

D. Rentas por beneficios o transferencias sociales.

Rentas obtenidas por subsidios o programas sociales, pensión, jubilación, auxilio de enfermedad o desempleo y otros. **E. Otras fuentes.**

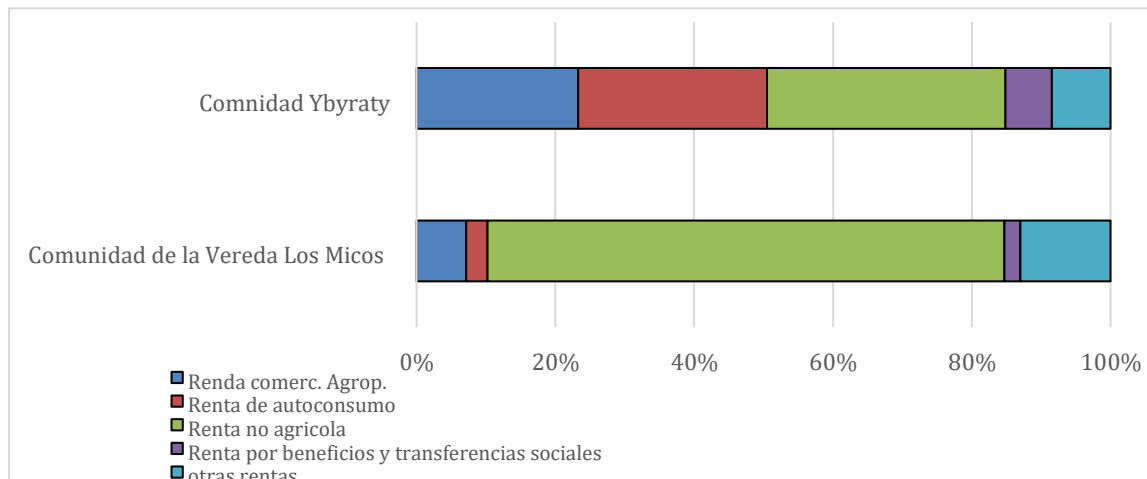
Rentas por alquiler de tierras, arrendamiento de vivienda, maquinaria, aportes de familiares etc.

Estas cinco fuentes de renta identificadas, están presentes en las dos comunidades, y están distribuidas en proporciones distintas, como se evidencia en el gráfico 3, entonces, la renta comercial agropecuaria, representa en la comunidad Ybyraty el 23% de la renta bruta, mientras en la comunidad de la vereda Los Micos apenas el 7%, estos valores contrastan bastante si tenemos en cuenta el área disponible para ambas comunidades, pues las fincas de las familias paraguayas tienen en media un área menor en las propiedades que la comunidad Colombiana. Seguidamente la renta no agrícola tiene una significación muy importante sobre todo para la comunidad de la vereda Los Micos, pues representa el 74% de la renta total de las 12 familias, esta renta no agrícola se concentra ante todo en la venta de la fuerza de trabajo, que en la mayoría de los escenarios se centra en el trabajo agropecuario, desarrollado en fincas de gran extensión cercanas a la localidad. En la comunidad Ybyraty las rentas no agrícolas también son mayores a la renta comercial agrícola, a pesar de esto, no se da en una proporción tan alta. La prestación de la fuerza de trabajo no se da solamente en actividades de campo, los sectores en los que se prestan servicios son variados, ubicamos entre esos, que las personas se emplean en establecimientos de comercio, otros son servidores públicos, prestan servicios domésticos, entre otras.

Las rentas contabilizadas por la producción para el autoconsumo apuntan una importante discrepancia. Para la comunidad Ybyraty simboliza el 27% del total de las rentas,

siendo la segunda fuente más importante, estando por encima de la renta comercial agropecuaria, esto nos indica, que las familias priorizan la producción agropecuaria para el consumo familiar antes que, para la comercialización, para la comunidad de la vereda Los Micos, el autoconsumo es apenas el 3% de la renta bruta, de modo que esta fuente de renta solo está por encima de los ingresos obtenidos por beneficios o transferencias sociales.

Gráfico III. Renta bruta en valores relativos de las dos comunidades



Fuente: Investigación de campo por Leticia Molinas y Lynda Mayerli Ospina (2019)

La fracción que representa la producción para el autoconsumo está muy relacionada para ambos casos con la cantidad de área de las fincas destinadas a los cultivos transitorios o también llamados de pan coger. Dando una mirada desde lo que comprende la agricultura familiar, encontramos muy interesante la relación que hay entre la consideración de la producción para el consumo, con la presencia de niños y jóvenes en las familias, además de adultos jóvenes con plena fuerza de trabajo como jefes de hogar, que puede ser entendido como una estrategia de las familias por generar seguridad alimentaria hacia los integrantes con mayores requerimientos nutricionales.

Las rentas obtenidas por beneficios o transferencias sociales tienen una menor escala con relación a las otras fuentes, sin embargo, estas no carecen de importancia, puesto que generalmente estos beneficios son derivados de políticas públicas o programas de los gobiernos orientados a ciertos segmentos de la población en situación de vulnerabilidad, para las familias de la vereda Los Micos, estos beneficios están representados en su mayoría por el aprovechamiento de un subsidio entregado a nivel nacional a las familias de menores ingresos, como parte del apoyo la política pública de seguridad alimentaria y nutrición para la población infantil, de forma similar ocurre para las familias de la vereda Ybyraty, agregado a estos también beneficios sociales cedidos a personas de la tercera edad en ambas comunidades por programas sociales similares. Por último, los ingresos clasificados como otras rentas, son

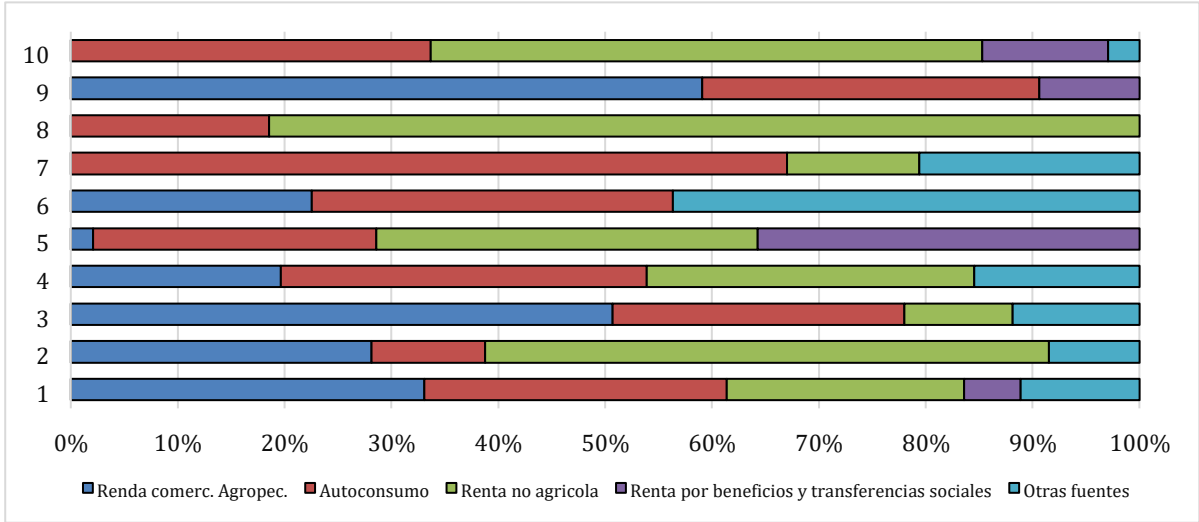
significativas en las familias de ambos casos, estas fuentes de renta incluyen actividades como el arrendamiento de tierras o de viviendas a terceros, así como la obtención de transferencias económicas por parte de familiares, que se da generalmente en las propiedades con personas mayores.

2.1 DIVERSIFICACIÓN DE LAS FUENTES DE RENTA POR FAMILIA EN LA COMUNIDAD YBYRATY.

Las familias de la comunidad Ybyraty, en la configuración de la renta de cada una, tiene importantes alteraciones, sin embargo, conserva de algún modo como factor común la producción agropecuaria destinada al consumo de la familia. Todavía en la familia número 2, donde prevalece la renta no agrícola, el autoconsumo representa el 11% del total de la renta que no deja de ser importante, en ese sentido sobresale el caso de la familia número 7 que deriva el 67% de su renta de esta fuente, esto visto desde una perspectiva de seguridad alimentaria, significa un proceso de independencia familiar en el abastecimiento de alimentos.

Los casos de las familias 1, 2, 3, 4, 5, 6 y 9, es decir la mayor parte de las encuestadas en esta comunidad, nos indica que la economía campesina se desarrolla bajo la dinámica de la producción para el autoconsumo, colocando un importante valor de autonomía en el acceso a alimentos, también nos muestra el fortalecimiento y complementación de la renta bruta con la comercialización de excedentes agropecuarios.

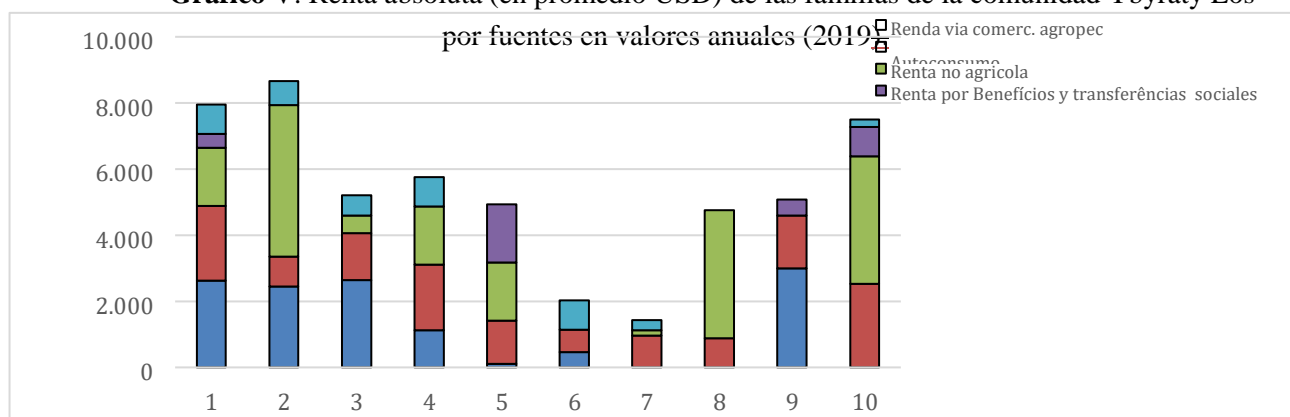
Gráfico IV – Fuentes de renta en valores relativos de las familias de la comunidad Ybyraty anuales (2019).



Fuente: Investigación de campo por Leticia Molinas y Lynda Mayerli Ospina (2019)

La renta por comercialización agropecuaria está fundamentada en la producción de alimentos bastante comunes entre las familias, como la mandioca, muy relevante en comparación con los demás productos por el volumen de su producción y el número de familias que la cultivan, a esta se suman también el cultivo de maíz y poroto, que son alimentos básicos de la alimentación paraguaya, la cría de aves y cerdos, así como del ganado bovino, que son producidos sobre todo para el consumo de las familias y para el que se destina buena parte del área útil de la comunidad.

Grafico V. Renta absoluta (en promedio USD) de las familias de la comunidad Ybyraty Los



Fuente: Investigación de campo por Leticia Molinas y Lynda Mayerli Ospina (2019).

Tabla IV – Renta absoluta (en promedio USD) de las familias de la comunidad Ybyraty por fuentes en valores anuales (2019)

Unidad Familiar	Renda via comerc. agropec	Autoconsumo	Renta no agrícola	Renta por Beneficios y transferencias sociales	Otras fuentes	Renda total
Familia 1	2.632	2.250	1.764	423	882	7.952
Familia 2	2.440	919	4.573	0	735	8.667
Familia 3	2.643	1.422	529	0	617	5.211
Familia 4	1.132	1.970	1.764	0	882	5.748
Familia 5	103	1.308	1.764	1.764	0	4.940
Familia 6	456	684	0	0	882	2.021
Familia 7	0	956	176	0	294	1.426
Familia 8	0	882	3.867	0	0	4.749
Familia 9	2.999	1.598	0	476	0	5.074
Familia 10	0	2.525	3.867	882	221	7.495
total	12.405	14.513	18.305	3.546	4.513	53.283

Fuente: Investigación de campo por Leticia Molinas y Lynda Mayerli Ospina (2019).

La producción hortícola en Ybyraty es muy significativa, tanto para la renta agropecuaria, ya que ha sido orientada hacia cadenas cortas de comercialización, especialmente en ferias campesinas locales, y de otros municipios cercanos cuando se hace necesario, también para el abastecimiento de establecimientos comerciales de la localidad, debido a la gestión de las propias familias que están vinculadas a los comités de productores/as de las organizaciones campesinas. En este proceso, las familias no solo venden sus productos, sino que se abastecen de los que no producen en sus fincas, pero que son producidos por sus propios vecinos, de esta manera no solo generan su renta por la comercialización de sus productos, si no que están adquiriendo otros de los que conocen su origen y la forma en que fueron cultivados, lo cual genera tratos recíprocos, y el desarrollo desde las familias productoras, pues según las personas entrevistadas no hay un trabajo coordinado con la municipalidad, ni se generan iniciativas significativas o proyectos de apoyo a la agricultura

Como análisis general, podemos afirmar que las contribuciones que hacen las familias de esta comunidad por las actividades de autoconsumo son muy importantes y positivas, que han sabido establecer mecanismos de comercialización directa. De otro lado debemos destacar la diferencia entre el nivel de renta de las diez familias, como es posible observar en el gráfico IV, las familias 1,2 y 10 tienen una renta superior en contraste con las otras, especialmente las familias 6 y 7.

2.2 DIVERSIFICACIÓN DE LAS FUENTES DE RENTA POR FAMILIA EN LA COMUNIDAD VEREDA LOS MICOS.

De la renta comercial agropecuaria, en el caso de la comunidad de la Vereda Los Micos los productos más comunes entre las familias es la producción de leche de vaca, que es una actividad presente en casi la mitad de las 12 propiedades, a parte de esta, se encuentra el cultivo de cacao, plátanos, mandioca, la cría de aves de corral y cerdos. Estas producciones agrícolas y pecuarias, aunque sean principalmente de finalidad comercial, son realizadas con el doble propósito de utilizarse además para el consumo y alimentación del grupo familiar. Como factor diferencial encontramos la explotación piscícola, por el cultivo de tilapia y cachama, en solo dos fincas, que, aunque en el ejercicio productivo del año en análisis, no presenten resultados positivos, ha sido una actividad en proceso de consolidación, en esta y otras comunidades del municipio de San Juan de Arama.

La piscicultura en este caso posee un enfoque muy interesante dado por un proceso asociativo que han desarrollado las familias de varias comunidades, alrededor de una organización rural de pequeños productores, a través de la cual gestionan de manera colectiva el acceso financiado a los alevinos, las raciones de alimentos, el apoyo técnico y otros beneficios, importantes. Sin embargo, como es característica de la producción agrícola y pecuaria los riesgos por factores como los ambientales y climáticos, además de la volatilidad de los precios, pueden jugar en contra de los campesinos, que incluso con recibir apoyo de organizaciones de productores, pueden terminar teniendo pérdidas económicas, como se puede ver en la tabla de fuentes de renta, especialmente de la renta agropecuaria vía comercialización de la familia 1 y la familia 3, en estos dos casos, según los jefes de familia, en la cosecha de tilapia para el ejercicio económico de ese año, se obtuvieron estos resultados por cuenta de las mudanzas en los precios de venta con respecto a los ejercicios productivos anteriores, a diferencia de la familia 1, la familia 3 complementó su renta con actividades adicionales que pueden clasificarse en otras fuentes de renta, ya que se derivan del arrendamiento de tierra y vivienda. La familia 1 tiene una renta bruta negativa, sin embargo, aunque no se refleje, han conseguido sostener su unidad familiar, con excedentes del trabajo piscícola del año anterior, que en este caso no han sido considerados como una fuente de renta del año en cuestión.

Tabla V – Fuentes de renta absoluta (en promedio USD) de las familias de la comunidad de la Vereda Los Micos (2019)

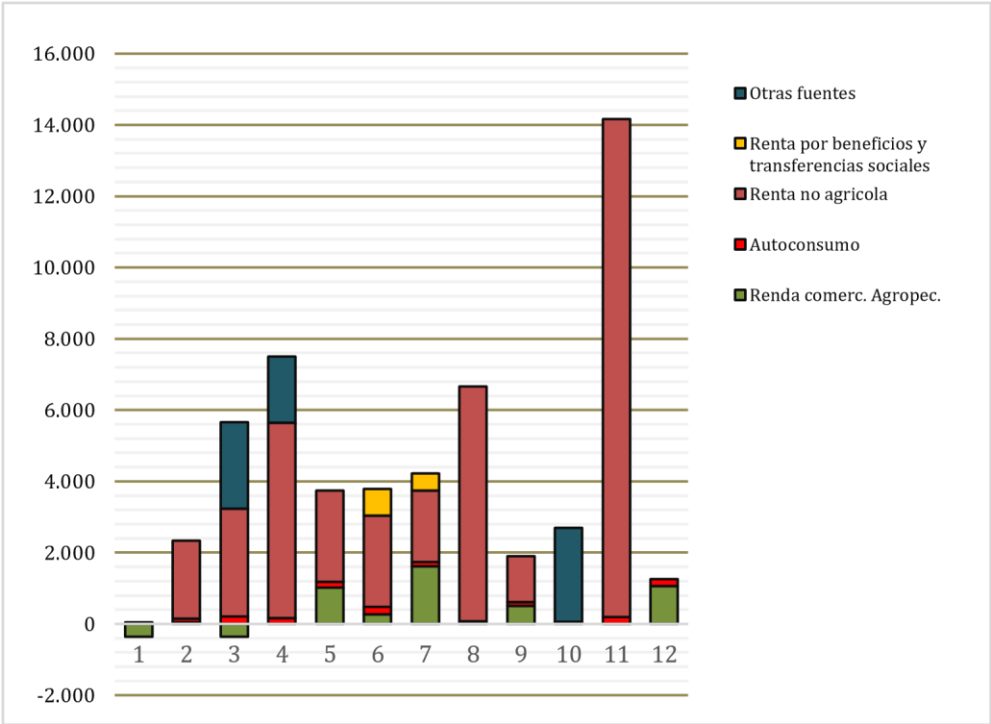
Unidad familiar	Renda comerc. Agropec.	Autoconsumo	Renta no agrícola	Renta por beneficios y transferencias sociales	Otras fuentes	Renta total
Familia 1	-356	38	0	0	0	-318
Familia 2	50	98	2.193	0	0	2.341
Familia 3	-363	212	3.016	0	2.437	5.301
Familia 4	0	164	5.483	0	1.850	7.497
Familia 5	1.014	163	2.559	0	0	3.736
Familia 6	276	210	2.559	749	0	3.794
Familia 7	1.620	110	2.010	475	0	4.215
Familia 8	0	80	6.579	0	0	6.660
Familia 9	511	108	1.279	0	0	1.898
Familia 10	0	66	0	0	2.632	2.698
Familia 11	2	194	13.963	0	0	14.159
Familia 12	1.068	191	0	0	0	1.259
Valores totales USD	3.822	1.634	39.641	1.224	6.918	53.239

Fuente: Investigación de campo por Leticia Molinas y Lynda Mayerli Ospina (2019)

A modo general podemos es notoria la importancia de las actividades no agrícolas en la composición total de la renta total de estas familias rurales, en este sentido la venta de la fuerza

de trabajo es la principal actividad generadora de renta, allí es importante notar que es una actividad común en todas las propiedades pesquisadas, estas personas se emplean principalmente en actividades u oficios relacionados a la actividad agropecuaria en fincas de mas grandes, también como servidores públicos y otros. La producción para el autoconsumo es la actividad con menor proporción en relación a la renta total, sin embargo, es una práctica realizada por la totalidad de las familias encuestadas, las rentas por beneficios o transferencias sociales tienen una mínima contribución en el total de la renta, ya que los beneficios sociales pertenecen principalmente a programas sociales dirigidos a niños niñas y adolescentes menores de 18 que requieren apoyo económico para tener una adecuada alimentación.

Grafico VI. Renta absoluta (en promedio USD) de las familias de la comunidad de la Vereda Los Micos por fuentes en valores anuales (2019)



Fuente: Investigación de campo por Leticia Molinas y Lynda Mayerli Ospina (2019)

Los ingresos clasificados como otros fuetes de renta están presentes en solo 3 de las 12 familias, con todo y esto, en valores absolutos tienen una contribución importante en valor de la renta bruta de los tres escenarios, y son originadas de la renta o alquiler de vivienda o tierras para cultivo.

2. CONSIDERACIONES FINALES.

Consecuentemente a lo expuesto en las páginas anteriores y en los análisis realizados, las familias rurales de la comunidad de la vereda Los Micos no se dedican principalmente a la agricultura, aunque este sí forme parte de su renta bruta. Que la principal fuente de la que originan sus ingresos son las actividades no agrícolas, específicamente la venta de la fuerza de trabajo, y que las contribuciones realizadas por los ejercicios de autoconsumo en esta comunidad, así como las transferencias sociales y beneficios sociales son mínimas. De este panorama podemos decir que esta comunidad tiene una dependencia importante para la obtención de ingresos de su asalarización, esto agregado al nivel mínimo de producción para el autoconsumo, denota la situación de riesgo en el aseguramiento del acceso a alimentos, y servicios básicos en periodos de escaso empleo, también, que aunque los datos obtenidos en la comunidad Ybyraty nos sugiera que el área de las propiedades, tiene relación con una mayor renta agrícola, en el caso de la comunidad de la vereda Los Micos no se percibe de esa manera. De esta forma las familias de la vereda Los Micos, corresponden una reserva de fuerza de trabajo de la que disponen las empresas o propiedades grandes a un bajo costo, y que es sostenida en épocas de escases por actividades de autosuficiencia. Para el caso de Ybyraty, es muy significativo el aporte por actividades de autoconsumo y los procesos que las familias desarrollan alrededor de él, sin embargo, son necesarias políticas o programas que ayuden a mitigar los riesgos asociados a la producción agropecuaria, que ayude a paliar los aspectos variables que influyen en que los campesinos sean económicamente productivos o caigan en ejercicio de pérdidas económicas.

Se concluye por otra parte el valor de las rentas en algunas familias es insuficiente para cubrir todas las necesidades básicas para el desarrollo y reproducción social de la familia, mientras otras por tener un nivel de renta más elevado tienen accesos a productos y servicios que les proporcionan mayores facilidades para el bienestar familiar y mayores posibilidades que les fortalecen su rol dentro de la sociedad.

Se evidencia desarraigo por las actividades autoconsumo, que permitirían mejorar las condiciones de alimentación auto abastecimiento e intercambios de alimentos entre fincas vecinas.

Para una mejoría de las condiciones de renta las comunidades podría iniciar procesos relacionados a la prestación de servicios turísticos, pues cuentan con una gran oferta de recursos naturales y ambientales en ambas esa zona que les permitirá aumentar sus ingresos y al mismo tiempo solventar sin muchos problemas los efectos de su situación económica y tener mayor participación en redes como las políticas públicas, enfocadas a mejoras de la productividad,

capacitaciones e informaciones, el fortalecimiento de las cadenas productivas de sus productos agropecuarios principales.

A pesar de importantes avances hacia la diversificación de las fuentes de ingresos en las familias campesinas, la agricultura debe fortalecerse, recoger y aplicar de nuevo la cultura de producción para el consumo y todos los valores que consigo trae.

3. BIBLIOGRAFÍA

AGRICULTURA DE LADERA EN AMÉRICA TROPICAL, 1980, Centro agronómico tropical de investigación y enseñanza CATIE Torralba Costa Rica. Ingreso familiar y trabajo no agrícola entre los pequeños productores de América Latina y el Caribe [...]. [S. l.: s. n.], 1981. Disponible en: <https://books.google.com.br/books?id=afcOAQAIAAJ&pg=PA151&dq=ingreso+familiar+y+trabajo+no++agricola+entre+los+peque%C3%B1os+productores+de+am%C3%A9rica+latina+y+el+caribe+deere+wasserstrom&hl=es&sa=X&ved=2ahUKEwjNmLOJ8ezsAhWIHhQKHco8AcIQ6AEwAHoECAEQAg#v=onepage&q=ingreso%20familiar%20y%20trabajo%20no%20%20agricola%20entre%20los%20peque%C3%B1os%20productores%20de%20am%C3%A9rica%20latina%20y%20el%20caribe%20deere%20wasserstrom&f=false>. Acceso en: 5 nov. 2020.

ALCALDIA MUNICIPAL (Colombia, Meta, San Juan de Arama). Jose Alonso Ruiz Ruiz y asociados. Acuerdo 019 de 2001. Esquema de Ordenamiento Territorial: E.O.T., San Juan de Arama, Meta, 28 dez. 2001.

BOLTVINIK, Julio. Hacia una teoría de la pobreza campesina: El Colegio de México. Población periódica: Universidad Autónoma del Estado de México, Centro de Investigación y Estudios Avanzados de la Población, Mexico, v. 13, 2007. Disponible en: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-74252007000400003&fbclid=IwAR1e10IfhbScYIMo76xPskPZjbeCQs8BhrqyiK8ctSuaMscuizU576BOgU. Acceso en: 22 set. 2020.

CANO, Nancy et al. Atlas demográfico del Paraguay, 2012. Dirección general del estadística, encuestas y censos, Fernando de la Mora, Paraguay, 2016. Disponible en: <https://www.dgeec.gov.py/publicationsingle.php?codex=MzU%3D&fbclid=IwAR3XW8Cw1xgjiirtY7ig8F6JHBmf860t8h0AO7gmMZgI0b2h-KhOmRctGoQ>. Acceso en: 8 set. 2020.

DURAN DIAZ, Alix Solange, et al. Diseño de una herramienta de verificación al desarrollo social incluyente en el Municipio de San Juan de Arama-Meta. 2019.

FARGÜELLO, Ricardo, et al. Informe sobre el desarrollo mundial 2008: Agricultura para el desarrollo. 2008.

FUNDACIÓN RETOÑOS (Col). Perfil productivo Municipio San Juan de Arama: Insumo para el diseño de estrategias y alternativas para la generación de empleo a las víctimas de la violencia. Ministerio del trabajo. Programa de las Naciones Unidas para el desarrollo PNUD, [s. l.], 2013. Disponible en: https://issuu.com/pnudcol/docs/perfil_productivo_municipio_san_jua. Acceso en: 3 set. 2020.

LEIVA, Mirta et al. Atlas demográfico del Paraguay, 2012. Dirección general del estadística, encuestas y censos, Fernando de la Mora, Paraguay, 2016. Disponível em: https://www.dgeec.gov.py/publicationsingle.php?codec=MzY%3D&fbclid=IwAR1TFFICKLqzUVsFBYmMq7fBoiAYDpTFRWlAsut80N bosByTxIL_GEWKPNk. Acesso em: 25 set. 2020.

A CACHAÇA ARTESANAL NA COMUNIDADE MOREIRA EM RIO PARDO DE MINAS: A CERTIFICAÇÃO NA VOZ DO PEQUENO PRODUTOR

Magno Rodrigues Santos¹

Camila Lima Miranda²

Neste trabalho buscou-se compreender a relação que a comunidade estabelece com o processo de certificação da produção artesanal da cachaça, na voz de um pequeno produtor da comunidade Moreira, em Rio Pardo de Minas – Minas Gerais (MG). A certificação se refere as análises da documentação do produtor, estrutura física, procedimentos e características do produto, critérios estabelecidos pelo Regulamento de Avaliação da Conformidade da Cachaça do INMETRO. Para isso, foi utilizada, como instrumento de coleta de dados, entrevista semiestruturada com um pequeno produtor de cachaça artesanal não certificada. Como resultados, a produção de cachaça configura-se como uma fonte de renda secundária. Também é fonte de prazer, o produtor relata que se sente bem em fabricá-la, desenvolvendo uma prática social quase que extinta na comunidade. Embora não tenha clareza de todas as etapas envolvidas na certificação, deixou claro que considera inviável fazer a adesão a tal procedimento. Torna-se importante destacar que a total responsabilização dos produtores para se adequarem aos critérios estabelecidos para a obtenção da certificação e o custo elevado de tais adequações, podem obrigar os pequenos produtores a trabalharem na clandestinidade. Em sua fala, o entrevistado compreende a necessidade da criação de uma cooperativa para que isso se modifique. Por fim, o presente trabalho, ao dar visibilidade a produção artesanal da cachaça e dar voz ao discurso não oficial, costumeiramente silenciado, aqui na presença do pequeno produtor de cachaça artesanal não certificada, reforça seu compromisso com a Educação do Campo. Uma Educação que apresenta estreita relação com a valorização das várias culturas e os modos de vida dos camponeses, com a comunidade e tudo o que a envolve.

Palavras chaves: Cachaça de alambique. Comunidade Tradicional. Certificação. Educação do Campo.

Introdução

A Educação do Campo nasce em um contexto de lutas dos movimentos sociais para uma Educação de qualidade que atenda as demandas dos sujeitos do campo (CALDART, 2009; CALDART, 2012; MIRANDA; NASCIMENTO, 2020; MOLINA; FREITAS, 2011).

¹ Graduado em Educação do Campo, área de conhecimento Ciências da Natureza. Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

² Doutora em Ensino de Ciências (Modalidade Ensino de Química) pelo Programa de Pós-Graduação Interunidades em Ensino de Ciências da Universidade de São Paulo (USP). Professora da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) no curso de Licenciatura em Educação do Campo e Coordenadora Substituta do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática (PPGECM/UFTM)

Ao compreender a Educação do Campo com sua estreita relação com a comunidade e tudo o que a envolve, por meio da valorização das várias culturas e os

modos de vida dos camponeses, o presente trabalho buscou destacar uma prática tradicional de uma pequena comunidade, a saber a produção artesanal da cachaça não certificada, na voz do pequeno produtor da comunidade Moreira, que se localiza no município de Rio Pardo de Minas – Minas Gerais (MG).

O município supramencionado localiza-se em uma região de semiárido. A canade-açúcar, matéria-prima na produção da cachaça, é a segunda maior cultura cultivada pelos pequenos agricultores no município, ficando apenas atrás da mandioca (SOUZA, 2017). A região do Alto Rio Pardo possui uma grande produção de cachaça, a título de ilustração, a produção dos municípios de Rio Pardo de Minas e Indaiabira, próximos geograficamente, em 2006 foi de mais de cinco milhões de litros do produto, obtidos de 320 alambiques, sendo a maior porcentagem oriunda do pequeno produtor familiar (DAYRELL; BARBOSA; COSTA, 2017), o que denota a importância da produção do pequeno produtor para a economia local.

A produção da cachaça não certificada, na voz do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), encontra-se em condições mínimas de segurança e higienização. Veloso (2018) apresenta um levantamento do MTE, onde afirma que a cidade de Rio Pardo de Minas possui o maior número de produtores de cachaça de Minas Gerais, o que representa cerca de 20% da produção do país, esses alambiques não são regulamentados de acordo com o MTE. Em função disso, o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) realizou, ainda de acordo com Veloso (2018), um evento no dia 20 de junho de 2018, em parceria com a prefeitura da cidade com o intuito de sanar dúvidas dos produtores e orientá-los quanto ao processo de certificação.

Para compreender essa certificação, sob um olhar diferente do MTE – o discurso oficial, foi dada a voz a um pequeno produtor de cachaça artesanal não certificada. Assim, trabalho relata-se uma investigação que teve como um de seus objetivos compreender a relação que a comunidade estabelece com o processo de certificação da produção artesanal da cachaça, na voz de um pequeno produtor da comunidade Moreira, em Rio Pardo de Minas – Minas Gerais (MG).

A certificação da produção de cachaça

O Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), juntamente com o Ministério da Agricultura, Pecuária e a Abastecimento (MAPA), criaram o Programa Nacional de Certificação da Cachaça (PNCC) (INMETRO; SEBRAE, 2015).

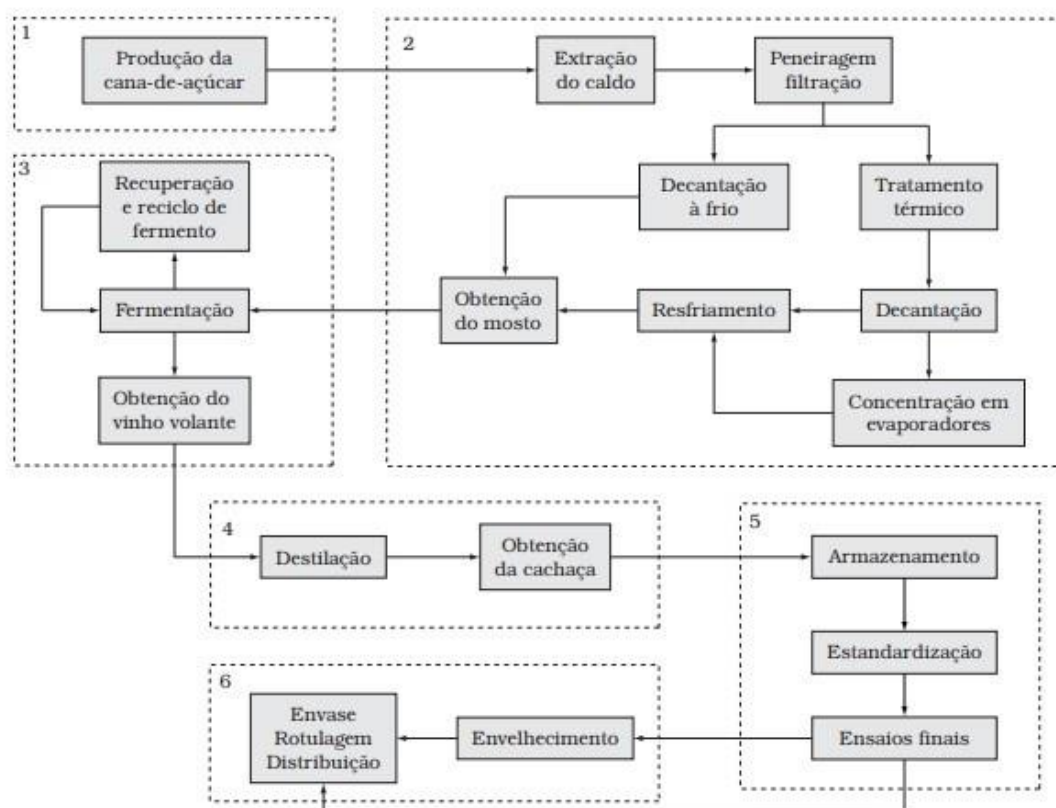
Neste programa foi criado o Regulamento de Avaliação de Conformidade (RAC), para a cachaça, o qual reconhece as marcas, caso as cachaças sejam produzidas dentro dos requisitos propostos, levando em conta aspectos técnicos e ambientais. O produtor que passa por todas as etapas do processo de certificação, passa a ostentar na sua embalagem o selo de conformidade, podendo ser impresso ou colado, indicando assim que o produto atende todos os requisitos pedidos pelo INMETRO.

Na defesa dessa certificação divulga-se que os produtos dos pequenos produtores poderiam ter a oportunidade de competir com grandes marcas do mercado (INMETRO;

SEBRAE, 2015). Sendo assim, o PNCC, no discurso oficial, aponta alguns dos benefícios de uma cachaça certificada, “[..] Acesso a novos mercados tanto no Brasil quanto no exterior; mais credibilidade do consumidor no produto, que reconhece no selo de identificação do INMETRO; redução de custos operacionais” (INMETRO, SEBRAE, 2015, p. 6-7)

A certificação se refere principalmente as análises da documentação do produtor, também são levadas em conta a vistoria na estrutura física, nos procedimentos e nas características do produto, critérios estabelecidos pelo Regulamento de Avaliação da Conformidade da Cachaça publicado pela Portaria 126 de 28 de junho de 2005 do INMETRO. Os Decretos 2.314, de 04/09/1997, 4.062 de 21/12/2001 e 4.851 de 21/10/2003 do Governo Federal, bem como a Instrução Normativa nº 56 de 30/10/2002 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento dispõem sobre uma série de requisitos como padronização, classificação, registro, inspeção, produção e a fiscalização para a cachaça no Brasil (SORATTO; VARVAKI; HORII, 2007) . Essa certificação possui alguns requisitos, que envolvem seis fases (Figura 1).

Figura 1: Representação genérica do processo de produção da cachaça em seis fases.



Fonte: Soratto et al. 2007, p. 683.

1. Fase 1, vem desde o cuidado com a terra, ou seja, adubação, escolha de mudas e controle de defensivos agrícolas, produtos estes que devem ser aprovados pela legislação vigente e que não devem ser poluentes. O produtor deve ter a capacidade de demonstrar através de registros que mantém controle das quantidades usadas das áreas aplicadas e dá obediência às leis trabalhistas e uso de equipamentos de proteção individual. Em relação aos cuidados com a cana, não pode exceder a quantidade que vai moer a cana, pois não deve passar de 48 horas, é aconselhável moer apenas o

- necessário para o dia. Passados o prazo estimado, a cana perde características tanto no teor açucareiro, quanto na quantidade de caldo produzida pela levedura.
2. Fase 2, quanto ao caldo da cana de açúcar em estoque, deve-se manter em local limpo, protegido do sol e da chuva. A área de moagem deve obrigatoriamente estar limpa, coberta e com piso que possa ser limpo e dê segurança, para que não haja acidentes. Não é permitido animais na área de produção.
 3. A fase 3 explicita sobre a fermentação, a qual deve ser em local bem iluminado e com ventilação. A fermentação é onde faz o uso de nutrientes naturais como o fubá de milho ou farelo de arroz devendo manter todo o processo documentado, permitindo que o produtor esteja assegurado no grau alimentício e a higiene desses produtos, não é permitido o uso de aditivos industrializados.
 4. Na fase 4, o caldo é nomeado vinho, pois já passou pelo processo de limpeza, o líquido é resultante da fermentação, produzindo vapores que são condensados por resfriamentos que resultam na formação do etanol. O destilador deve ser de cobre ou aço inoxidável sendo específico para a destilação da cachaça. Nesse processo o produtor tem que ter o controle de variáveis, no caso: a pressão, temperatura e o grau de álcool. O produto resultante da destilação é dividido em três frações que são: a cabeça, o coração e a cauda. A primeira fração e a última são ricas em substâncias indesejáveis sendo eliminadas, pois são prejudiciais à saúde e pode comprometer o sabor da cachaça. Saber separar o coração do destilador é um dos principais requisitos para obter um produto bom e de qualidade tornando o produto com teor alcoólico na medida certa, não excedendo a medida recomendada (Tabela 1);
 5. A fase 5 é o armazenamento, o produto deve ser colocado em recipientes de madeira, aço inoxidável ou aço carbono isolado com madeira para evitar a perda de vaporização, todos os locais devem obedecer aos padrões de temperatura.
 6. A Fase 6 já concluídas todas as etapas acima, respeitado o tempo de envelhecimento da bebida que geralmente é de um ano, para ser comercializada são utilizadas garrafas de 600 ml ou de 1 litro de vidro que possa ser fechado com rolha. Para que seja rotulado e destinado a comercialização.

Tabela 1: Itens e tolerâncias para composição físico-química da cachaça certificada.

Item analisado	Tolerâncias
Grau alcoólico	38 a 48% v.v-1 a 20 °C.
Cobre	Máximo 5 mg. L-1 de produto
Acidez volátil (expressa em ácido acético)	Máximo 0,150 g.100 mL-1 (álcool anidro)
Ésteres totais (expressos em acetato de etila)	Máximo 0,200 g.100 mL-1 (álcool anidro)
Aldeídos (expressos em aldeído acético)	Máximo 0,030 g.100 mL-1 (álcool anidro)
Furfural	Máximo 0,005 g.100 mL-1 (álcool anidro)
Álcoois superiores	Máximo 0,300 g.100 mL-1 (álcool anidro)
Soma dos componentes secundários	0,200 a 0,650 g.100 mL-1 (álcool anidro)
Metanol	Máximo 0,25 mL.100 mL-1 (álcool anidro)
Carbamato de etila	Máximo 0,150 mg. L-1

Fonte: Soratto et al. 2007, p. 685.

A Comunidade Moreira

A Comunidade Moreira (Figura 2) é uma comunidade rural, nas narrativas de seus moradores, teve seu início há aproximadamente duzentos anos quando seus antepassados ocuparam os cursos de água que formam o Córrego que dá nome a povoação e que assim foi nomeado devido à existência de muitas árvores de mesmo nome em sua área. Desde a criação, seus habitantes se dedicaram a criação de gado solto nas chapadas, e culturas como feijão, milho e mandioca.

Foi constituída abaixo das três cabeceiras d'água o córrego do Moreira já foi batizado localmente por Veredas do Jardim, do Cantim e do Brejo do Meio. É possível identificar seis troncos principais que se fixaram nesse espaço em decorrência da disponibilidade de água, terra, vegetação para alimentação de todos e do gado: a família do velho Roque, o povo da Olaria do velho Dindim de sobrenome Martins, o povo de José Augusto e o povo de José Manuel. Esses seis troncos deram origem às trinta e seis famílias que vivem atualmente nesse lugar. A comunidade em si, é bastante unida, em todos os aspectos, desde juntar toda a comunidade para um bem próprio ou em até ajudar uma família a construir sua casa, ou trabalhos no cotidiano, trocando assim dias de trabalho. (laudo antropológico comunidade Moreira, pg, 32).

Figura 2: Território da Comunidade Moreira.



Fonte: Arquivos STTR/RPM (LAUDO ANTROPOLÓGICO COMUNIDADE MOREIRA, p. 46)

As pessoas que traziam mantimentos para a comunidade como frutas, derivados da cana-de-açúcar como a rapadura e cachaça, também a mandioca e derivados como farinha, polvilho e biscoitos, essas pais de família foram apelidados de “cacunda de librina”, povos tradicionais que viviam e vivem até os dias atuais nos cerrados do norte

do estado de Minas Gerais, fazendo o uso e manejo de recursos naturais. Essas práticas, o tropeirismo

[...] se caracteriza como uma forma de trabalho ligada à circulação de produtos por meio da utilização de animais para a travessia de longas distâncias, frequentemente geograficamente desafiadoras. Essa prática já ocupou lugar central na economia e nos modos de vida de populações do norte de Minas Gerais, mas atualmente tem sido substituída por outros meios de circulação de produtos (RODRIGUES, 2019, p. 18).

Os moradores vêm mantendo suas famílias através de plantações de cana de açúcar, milho, feijão e mandioca e vendendo seus derivados de várias culturas, como essas citadas acima. Além disso, há a criação de pequenos e grandes animais, associado ao extrativismo desenvolvido em áreas de uso comum e intercomunitárias.

Nos dias atuais a comunidade Moreira é reconhecida como tradicional geraizeira. Geraizeiros são povos tradicionais que vivem nos cerrados no Norte do Estado de Minas Gerais, ao lado da serra do geral, ou em chapadas. São povos que dependem de recursos da terra para sobreviver, estão naquela terra há muito tempo, são camponeses que lutam principalmente para a conservação e manutenção da água, discutindo principalmente a monocultura do eucalipto, que na região é muito forte. Têm como marcas identitárias derivados da mandioca: a farinha, goma; pequi e cachaça e a luta contra o avanço da monocultura do eucalipto.

Procedimentos metodológicos

A partir desses pressupostos, a pesquisa, aqui relatada, é de abordagem qualitativa (YIN, 2016). Tendo em vista seus objetivos, a saber: compreender o modo de produção artesanal da cachaça na comunidade e a relação que se estabelece com a certificação da mesma, foi realizada uma entrevista semiestruturada com um produtor de cachaça artesanal, tradicional, familiar, não certificada, morador da comunidade Moreira, zona rural de Rio Pardo de Minas (MG).

A entrevista foi realizada na casa do entrevistado, teve a duração de 58 minutos, no dia 19 de junho de 2019. Os dados obtidos por meio da entrevista foram analisados visando responder os objetivos do trabalho.

O morador pesquisado, nomeado na presente pesquisa como Martin, para garantir seu anonimato, mora há aproximadamente 35 anos na comunidade, conhecendo bem a vida da comunidade e de seus moradores, conhece também como se dava a vida na comunidade nos tempos em que seus moradores comercializavam os produtos que eles mesmos produziam, suas culturas, como exemplo a mandioca e seus derivados. Segundo Martin, os moradores de Moreira também levavam para a venda produtos como pequi e gordura de pequi. Tais produtos eram transportados nos lombos de burros fazendo uma rota, faça sol, vento ou chuva, sendo assim apelidados por aqueles que compravam seus produtos de “cacunda de librina”, chegando ao seu destino muitas vezes molhados e exaustos.

O pesquisado tem uma grande influência na comunidade, além de conhecer bem a comunidade e seus moradores, ele já foi um tropeiro levando culturas como foi citado acima e trazendo de volta frutas do cerrado como a pinha, o umbu, para serem revendidas na própria comunidade ou na feira da cidade.





Martin morava anteriormente na comunidade de São Camilo, zona rural de Rio Pardo de Minas até casar-se e criar raízes na comunidade, vindo morar em Moreira logo após seu sogro falecer, residindo na casa do sogro até os dias atuais, onde criou sua família. O pesquisado é o único da comunidade a produzir cachaça de modo artesanal e familiar.

Resultados e discussão

A produção artesanal de Martin iniciou-se a partir da compra de um engenho e sua mudança para comunidade Moreira, há cerca de 22 anos. Esse processo aprendeu com um senhor de uma outra comunidade que fica a mais ou menos 30 quilômetros de distância de Moreira, aqui denominado com velho Chico: “[..] *ele trouxe um pequeno alambique para mim. Ele me ensinou a fazer a cachaça. [...] Nós fomos moer a cana e fazer o fermento, preparando o alambique*” (MARTIN, 2019).

O primeiro passo para a produção de cachaça é a plantação da cana-de-açúcar. Martin planta cinco variedades, as quais estão no Quadro 1.

Quadro 1: Canas cultivadas pelo Sr. Martin.

Cana Java (nome popular)	Cana Ozina (nome popular)
	
Cana brejeira (nome popular)	Cana caiana preta (nome popular)
	

Fonte: Os autores.

A partir de colhida a cana, Martin passa a cana pelo processo chamado de moagem para extração do caldo. A primeira moenda da família requeria o uso de bois para seu funcionamento. No início de sua fabricação de cachaça, ele usava animais de outras pessoas, pois não tinha os animais para fazer o maquinário funcionar. A atual moenda é elétrica. Ele corta a cana moendo-a no mesmo dia, o Sr. Martin afirma que pode esperar até no máximo vinte e quatro horas para moer, ele obedece a esse tempo pelo Velho Chico ter o ensinamento assim.

[...] Então panho mesmo dia moeu, é 24 hora, fermento tá bom, você pode moer hoje à noite, pode moer no caso cinco hora da tarde que no outro dia amanhece pronto, fermento tanto pronto pode acorda cinco hora se atrasar um pouquinho pode pega lá pra 10 por ai, é 24 hora agora quando a cana tá boa (MARTIN,2019).

Sr. Martin aponta que sua maior dificuldade foi aprender a fazer o fermento. No modo artesanal de produção de cachaça costuma-se acrescentar fubá, milho moído cru ou tostado, farelo de arroz ou suco de limão ao caldo para auxiliar o desempenho da fermentação. Ao ser questionado qual o fermento que usa na fabricação da cachaça, Sr. Martin diz que “*[...] Milho, eu só faço a de milho, torro o milho e jogo nos coxos, aí vai jogando pouquinho de garapa todo dia, não falhava um dia, no caso. Quando ela que parou de ferver pode ir para o alambique, está com 22 anos que eu a fabrico.*” Quando cessa a fermentação, o caldo é levado para o alambique. A destilação é feita em um equipamento feito de cobre (Figura 3), que é aquecido em sua base pela queima do bagaço da cana ou de madeira.

Figura 3: Aparelho utilizado pelo Sr. Martin para destilação da bebida



Fonte: Os autores.

Durante a entrevista, o Sr. Martin explicitou as razões da escolha de sua produção em detrimento ao cultivo de mandioca, a cultura mais desenvolvida na região, conforme discutido por meio da Tabela 2. Na fala do Martin percebe-se que ele vê mais lucro em plantar cana e beneficiar seus derivados:

[...] Mexer com cachaça é melhor que com mandioca, a mandioca fica 2 anos lá na roça depois tira, rala, moer, deixar de molho, e não sei mais o que, por isso não labuto com mandioca. A cachaça não, tirou hoje, amanhã você já está com ela na mão, se quiser vender. Já pega a grana, no causo (MARTIN, 2019).

De acordo a fala do senhor Martin, ao relatar que a fabricação da cachaça é melhor, ressalta o tempo que se gasta plantando a mandioca e produzindo seus derivados. A título de ilustração, para a produção da farinha: a mandioca após ser plantada na roça fica dois

anos para que se complete o seu ciclo, para assim estar propícia para a colheita. Logo após a colheita é retirada, depois descascadas, lavadas e logo depois trituradas, depois de triturada a mandioca, a massa obtida é misturada em água, retira-se e repete-se a trituração. Terminando esse processo coloca-se para secar em girais e após esse processo colocada para torrar.

A partir da análise da Tabela 2, observa-se que a produção da cana de açúcar concentra quantidade de hectare menor em relação a mandioca, no entanto, a produção da cana chega a quase 150 mil toneladas produzidas no ano (SOUZA, 2017). Outro ponto positivo é a questão do tempo, tendo em vista que a mandioca demora mais tempo do que a cana para se desenvolver. Tais dados fortalecem o argumento do Sr. Martin quando diz [...] “*Mexer com cachaça é melhor que com mandioca*”. Isso demonstra que, mesmo o senhor Martin não sabendo esses dados no seu cotidiano, suas vivências lhe propiciam a compreensão que é mais vantajoso trabalhar com a cana, seja no plantio quanto na produção dos derivados.

Tabela 2: Culturas produzidas no município de Rio Pardo de Minas

Produto	Área (hectares)	Produção (Ton.)	Valor produção (R\$)
Mandioca	3.400	44.200	10.254 mil
Cana-de-açúcar	2.480	148.800	11.904 mil

Fonte: Souza (2017, p 36).

A visão do pequeno produtor sobre o processo de Certificação da produção da cachaça

No Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade aconteceu uma reunião no dia 20/06/2018, onde o sindicato convidou os produtores de cachaça de alambique da região para uma discussão sobre agentes de fiscalização que estavam visitando as casas e alambiques dos pequenos produtores sem nenhum aviso antecipado.

Ao ser perguntado sobre a reunião, Martin afirma que não se prontificou em ir à reunião, pois, em sua visão isso não ele lhe traria benefícios:

[...] Nós não fomos na reunião não, é porque para fazer a certificação fica muito caro, e pra nós não compensa, se for olhar para você certificar ai vem várias coisas para pagar como imposto para pagar ai para nós não compensa, nós litramos ela e vender sem nenhum custo de pagar um imposto é melhor nós pegar e engarrafar ela, ai fica caro e nós não tem muita produção pra tirar o lucro do que gastou (MARTIN, 2019).

Para ele, uma grande parte dos pequenos produtores não aderem a essa certificação, já que teriam que aplicar uma certa quantia no local de trabalho e o preço que iria investir para agregar valor no seu produto, não teria um retorno em curto prazo e sim ao longo prazo.

Cabe apontar que a ausência de certificação não impede a comercialização da cachaça produzida. Um dos modos mais usuais de venda da cachaça produzida é na feira, na Figura 4 observa-se Martin comercializando suas cachaças no mercado municipal do município, com algumas frutas que ele produz na sua comunidade.

Figura 4: A venda de cachaça na feira



Fonte: Os autores.

Esses dados demonstram a forte presença da clandestinidade da produção e venda de cachaça e da dificuldade, vislumbrada por Martin, para aderir a um programa de Certificação, como acima mencionado. Em sua fala, Martin compreende a necessidade da criação de uma cooperativa para que isso se efetive: [...] *de uma cooperativa, a demanda tá tendo demais, se viesse, melhorava. Se fosse uma coisa bem organizada* (MARTIN, 2019).

Destaca-se que o entrevistado, ao ser questionado se o valor da cachaça que ele vende é valorizada, menciona *“Ai é, a cachacinha minha ai, para onde ela vai o valor que vendo ela ai onde é que vai todo gosta, pra quem sabe quem entende o que é cachaça, todo mundo gosta, teve gente que já comprou até 50 tubos”* (MARTIN, 2019). Além do valor monetário nota-se que o valor sentimental que o produtor possui pelo seu produto é amplo, fazendo a venda da cachaça até para aqueles que a revendem e aqueles que a consomem diretamente sem intermediários. Torna-se importante esclarecer que, para Martin, a cachaça é vista como um complemento a renda familiar: *“Assim, dá pra dizer que dá, não que direto tem outras ajuda né?!, mas sempre que serve muito, para manter, mas serve”* (MARTIN, 2019). Na fala do produtor a cachaça não é a principal fonte de renda da família e sim uma fonte extra, para ajudar a complementar. Mesmo tendo outras opções de renda como cultivo de hortaliças e a criação de animais, como porcos e aves, e sendo aposentado, não deixa de produzir, pois gosta do que faz e se sente bem em fabricá-la, desenvolvendo uma prática social quase que extinta na comunidade.

Considerações

Sr. Martin fabrica a cachaça há vinte e dois anos, a partir da análise da entrevista, infere-se que, para ele, é muito gratificante essa produção, pois está nele uma prática social da comunidade, visto que não há outro na comunidade que produz a cachaça. É

uma forma de levar adiante e não deixar acabar. A atuação em volta desse produto possibilita que enxergue essa prática como uma oportunidade de manter laços de familiaridade com aqueles com quem trabalha. O pequeno produtor entrevistado vislumbra seu produto como bem valorizado, dada a procura. Importante reforçar que essa produção é tida, ainda, pelo entrevistado como um complemento à renda familiar.

A certificação, a qual se refere principalmente as análises da documentação do produtor, também são levadas em conta a vistoria na estrutura física, nos procedimentos e nas características do produto. É importante mencionar que a produção da cachaça não certificada, na voz do MTE, encontra-se em condições mínimas de segurança e higienização (VELOSO, 2018).

Por sua vez, os resultados desse estudo indicam que a visão do pequeno produtor, embora não tenha clareza de todas as etapas envolvidas na certificação, deixou claro que considera inviável fazer a adesão a tal procedimento. Torna-se importante destacar que a total responsabilização dos produtores para se adequarem aos critérios estabelecidos para a obtenção da certificação e o custo elevado de tais adequações, podem obrigar os pequenos produtores a trabalharem na clandestinidade. Em sua fala, o entrevistado compreende a necessidade da criação de uma cooperativa para que isso se modifique. A continuidade do trabalho desenvolvido por Martin, as margens da certificação, evidencia como a cultura tradicional tem resistido às pressões do mercado para continuar existindo.

Por fim, o presente trabalho, ao dar visibilidade a produção artesanal da cachaça de um pequeno produtor e dar voz ao discurso não oficial, costumeiramente silenciado, aqui na presença do pequeno produtor de cachaça artesanal não certificada, reforça seu compromisso com a Educação do Campo.

Referências Bibliográficas

CALDART, R. S. Educação do Campo: notas para uma análise de percurso. **Trab. Educ. Saúde**, v. 7 n. 1, p. 35-64, 2009.

CALDART, R. S. Educação do campo. In: CALDART, Roseli Salete.; PEREIRA, Isabel Brasil., ALENTEJANO, Paulo.; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 257-269.

DAYRELL, C. A; BARBOSA. R. S; COSTA, J. B. A. dinâmicas produtivas e territoriais no norte de Minas: O lugar invisível das economias nativas e apontamentos para políticas públicas. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 12, n. 27, p. 128-151, 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL; SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Certificação da Cachaça de Alambique**. INMETRO, SEBRAE, 2015, 32 p. Disponível em:

<[https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/08EF03D0C42761248325763F0062D66F/\\$File/NT0004292E.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/08EF03D0C42761248325763F0062D66F/$File/NT0004292E.pdf)>. Acesso em 15 jul. 2019.

MARTIN. **Entrevista**. Rio Pardo de Minas (Minas Gerais), 19 jun. 2019.

MIRANDA, C. L.; NASCIMENTO, W. E. Narrativas autobiográficas: elementos para Educação em Direitos Humanos. **Práxis Educacional (online)**, v. 16, p. 412-430, 2020.

MOLINA, M. C.; FRETAS, H. C. A. Avanços e desafios na construção da Educação do Campo. **Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 85, p. 17-31, 2011.

MONÇÃO, G. N.; DAYRELL, C. A. A cachaça no contexto histórico, cultural e econômico da Região do Alto Rio Pardo – Minas Gerais. Relatório Final, Rio Pardo de Minas: Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, 2007.

Relatório Antropológico de caracterização de identidade étnica e de territorialidade da comunidade Moreira- Rio pardo de minas, julho 2017.

RODRIGUES, J, L. **A ETNOMATEMÁTICA DOS TROPEIROS E SUAS TECNOLOGIAS: HISTÓRIAS E LEMBRANÇAS “DO GERAIS PRAS CAATINGA”** (Monografia). Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2019.

SOUZA, J. R. **Terras geraizeiras em disputa:** os processos de autoafirmação identitária e retomada territorial e de comunidades tradicionais de Rio Pardo de Minas frente a concentração fundiária. (dissertação de mestrado). Universidade de Brasília, DF e Rio Pardo de Minas, 2017.

SORATTO, A. N.; VARVAKIS, G.; HORII J. A certificação agregando valor à cachaça do Brasil. **Cienc. Technol. Aliment. Campinas**, n. 27, v. 4, p. 681-687, 2007.

VELOSO, V. Levantamento do MTE mostra que maioria dos alambiques no Norte de Minas trabalha de forma precária. G1 Grande Minas, 20/06/2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/grande-minas/noticia/levantamento-do-mte-mostra-quemaioria-dos-alambiques-no-norte-de-minas-trabalha-de-forma-precaria.ghtml>. Acesso em 01 mai. 2019.

YIN, R, K. **Pesquisa Qualitativa:** do início ao fim. Porto alegre: Bookman. 2016.

OFICINA DE HOMEOPATIA NO ASSENTAMENTO RURAL ESTRELA DA ILHA - ILHA SOLTEIRA (SP)

Mairê Butzer Viñales¹

Natália Gabriela Rós Marques de Oliveira²

Letícia Macedo Pereira³

Beatriz Silvério dos Santos⁴

Antônio Lázaro Sant'Ana⁵

RESUMO

Homeopatia é uma ciência que visa, entre outros objetivos, tornar os agricultores(as) menos dependentes das empresas que produzem medicamentos e insumos. Este trabalho consiste no relato do planejamento e execução de uma oficina sobre Homeopatia aplicada à agroecologia, a qual foi realizada pelo Guatambu (Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Desenvolvimento Rural e Sustentabilidade da Unesp de Ilha Solteira) e ministrada por uma ex-bolsista do grupo e hoje técnica do Centro Paranaense de Referência em Agroecologia. O objetivo da oficina foi apresentar os princípios da homeopatia para os participantes, além de demonstrar como fazer os preparados de matrizes. A oficina foi dividida em duas partes, uma teórica e a outra prática. Na parte teórica foram apresentados os princípios da homeopatia, enquanto na parte prática foi ensinado como dinamizar e aumentar as potências das matrizes homeopáticas, sendo que os participantes também realizaram, junto com a instrutora, todas as etapas de aumento e dinamização de potência. As duas partes foram realizadas na propriedade de uma agricultora, no assentamento Estrela da Ilha - Ilha Solteira (SP), onde já vinham sendo desenvolvidas atividades relacionadas à Extensão Rural e Agroecologia. Houve a participação da agricultora, membros do Guatambu e outras pessoas interessadas. Foram apresentados onze matrizes de medicamentos homeopáticos e suas finalidades sendo eles: *Arnica montana*, *Apis mellifica*, *Belladonna*, *Carbo vegetabilis*, *Calcarea carbonica*, *Phosphorus*, *Pulsatilla*, *Staphysagria*, *Sulfur*, *Thuya occidentalis*, *Nux vômica*. A oficina teve grande sucesso em termos de aceitação por parte dos participantes. A inserção da homeopatia no dia a dia dos agricultores familiares pode facilitar suas atividades de prevenção e tratamento de doenças e outras disfunções relacionadas em seus sistemas de produção.

Palavras-chave: Matrizes homeopáticas; Transição agroecológica; Extensão rural; Agricultura familiar.

1. Graduanda em Ciências Biológicas, Unesp – Ilha Solteira (SP).
2. Mestranda em Agronomia, Unesp- Ilha Solteira (SP).

3. Zootecnista pela Unesp – Ilha Solteira (SP) e Mestranda Zootecnia UFPR (PR).
4. Graduanda em Ciências Biológicas, Unesp – Ilha Solteira (SP).
5. Livre-Docente em Sociologia, Unesp- Ilha Solteira (SP)

1. INTRODUÇÃO

As práticas convencionais nos sistemas de produção agropecuário acarretam em diversos problemas ao meio ambiente. Diante disso, aumentou-se a preocupação com a preservação da biodiversidade e dos recursos naturais e passaram a ser recomendadas ações menos agressivas ao ecossistema, objetivando o desenvolvimento rural sustentável. Uma das estratégias com viés ecológico é a homeopatia (ALTIERI,2002).

A homeopatia agrega grande valor à agricultura por ser uma prática acessível e ecológica, já que sua preparação utiliza pouca matéria prima, além de não deixar resíduos no meio. Dessa forma, ao invés de eliminar espécies, ela auxilia no equilíbrio das mesmas (ANDRADE; CASALI, 2004; TOLEDO, 2009). É um método que proporciona ao agricultor a exclusão ou redução da utilização de algumas práticas que o tornam dependente, as mesmas originadas do modelo convencional, como por exemplo, a utilização de agrotóxico (MAPELI, 2015).

O processo em que se baseia a homeopatia é distinto de outros medicamentos, como o da alopatia, pois trabalha com o princípio do “semelhante cura o semelhante”, filosofia esta utilizada desde o início dos estudos sobre essa prática, em 1796, na Alemanha, por meio do médico Samuel Christian Frederick Hahnemann (REZENDE, 2009). O que a difere das outras é que o mesmo agente causador de sintomas, pode atuar também como profilático, à medida que auxilia na estimulação do sistema imunológico dos indivíduos em busca do equilíbrio, trabalhando como um sistema terapêutico natural (LIGNON et al,2015; CARVALHO et al, 2007). Assim, são utilizadas doses mínimas de substâncias dinamizadas, em organismos sadios. São ao todo quatro os pilares da homeopatia: a cura do semelhante pelo semelhante, a experimentação em organismos sadios, a utilização de uma substância única e a utilização de doses mínimas obtidas a partir de substâncias “dinamizadas” (REZENDE, 2009).

Modifica-se também, dentro da concepção da homeopatia, o conceito de doença, que se torna algo invisível, declarado como um distúrbio da força vital ou da vida. A doença agiria em um caráter energético, apresentando-se como o desequilíbrio da energia vital do corpo. Quando utilizamos medicamentos alopáticos, estamos na verdade tratando os sintomas do desequilíbrio energético do corpo, não obtendo assim a cura real, a qual só poderia ser obtida através da homeopatia e o reequilíbrio que ela proporciona ao organismo (BONATO et al., 2014).

A prática da homeopatia em animais e vegetais foi regulamentada a partir da Lei nº 10.831, do Ministério da Agricultura e Abastecimento, Instrução Normativa nº 46, de 06 de Outubro de 2011. Esta lei liberou a utilização de compostos homeopáticos inclusive para a produção orgânica, sendo recomendada no tratamento de pragas, doenças e para o reequilíbrio fisiológico de plantas (BRASIL, 2011).

O objetivo deste trabalho foi relatar como ocorreu o planejamento e a execução de uma oficina sobre Homeopatia, realizada pelo Guatambu (Grupo de Extensão Rural da Unesp - FEIS) e ministrada por uma ex-bolsista do Grupo e hoje técnica do Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA), Letícia Macedo Pereira, no Assentamento Estrela da Ilha, em Ilha Solteira (SP). A oficina visou propiciar informações a respeito da ciência homeopatia, como forma de complementar a formação acadêmica dos alunos participantes; promover a troca de experiências e conhecimentos entre os participantes e a instrutora,

permitindo a construção do conhecimento a respeito do tema e de sua aplicação prática; tornar possível a inserção da homeopatia no dia-a-dia dos agricultores do Estrela da Ilha, através da informação construída na oficina, e o compartilhamento da mesma pelos participantes, especialmente por parte da agricultora.

2. METODOLOGIA

Além da revisão bibliográfica referente à temática, para a elaboração do artigo foram consultados os documentos, anotações e registros fotográficos do Guatambu-Grupo de Extensão e Pesquisa sobre Desenvolvimento Rural e Sustentabilidade da Unesp de Ilha Solteira (SP) e da responsável pela oficina, a Zootecnista Letícia Macedo Pereira. Este conjunto de dados e informações foram organizados e apresentados na forma de tabelas e quadros, com a descrição das etapas que compuseram a Oficina de Homeopatia, inclusive com os comentários posteriores dos participantes sobre a percepção dos mesmos sobre a atividade.

3. RESULTADOS

A Oficina de Homeopatia aplicada na agroecologia foi realizada no dia 04 de setembro de 2019. Foi dividida em duas partes, sendo uma teórica e a outra prática, sendo que ambas foram realizadas na propriedade da agricultora Rosângela, no Assentamento Estrela da Ilha (Ilha Solteira-SP). Este lote já vem sendo acompanhado pelo Guatambu, o qual desenvolve atividades relacionadas à extensão rural agroecológica no referido Assentamento. Na oficina houve a participação da agricultura, de alunos e pessoas da cidade.

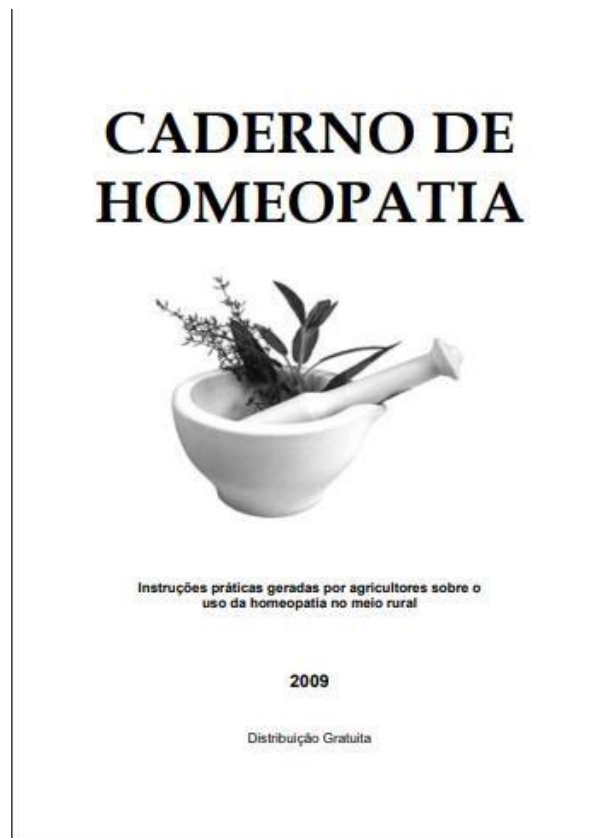
Primeiramente foram apresentados aos participantes os preceitos da homeopatia, conjuntamente com alguns conceitos e definições relacionados com a ciência, tendo como suporte uma lousa e canetas pincel. Foi aberta discussão a respeito do tema com os presentes e foram levantadas dúvidas e curiosidades (Figura 1). Ainda durante a parte teórica, foi distribuída aos participantes uma cartilha de homeopatia (Figura 2).

Figura 1. Apresentação teórica da zootecnista do Centro Paranaense de Referência em Agroecologia-CPRA, Letícia Macedo Pereira, durante a Oficina de Homeopatia, no Assentamento Estrela da Ilha, Ilha Solteira SP.



Fonte: Os Autores, 2019.

Figura 2. Cartilha de homeopatia, elaborada por REZENDE (2009), distribuída pela ministrante durante a Oficina.



Fonte: Rezende, 2009.

[Digite aqui]

Os materiais utilizados na oficina, em sua parte prática, foram: onze matrizes prontas, vidrarias, conta gotas, uma proveta de plástico e álcool 70% (Figura 3).

Figura 3. Materiais utilizados durante a Oficina de Homeopatia, no Assentamento Estrela da Ilha, em Ilha Solteira (SP).



Fonte: Os Autores, 2019.

Em seguida, já com o embasamento teórico a respeito do tema e preparados os materiais, passou-se à parte prática da oficina.

De início foi feita a desinfecção da vidraria com água (sem cloro) em ponto de ebulição. Logo após foi realizada a multiplicação das matrizes, por meio de diluição, conforme descrito na Tabela 1.

Tabela 1: Tabela de diluição centesimal para homeopatia.

VOLUME LÍQUIDO (ml)	MATRIZ ÁLCOOL (número de gotas)	MATRIZ ÁGUA (número de gotas)
10ml	4	2
15ml	6	3
20ml	8	4
30ml	12	6
50ml	20	10
70ml	28	14
100ml	40	20

Fonte: Carniatto, 2019

Em vidros de 30 ml já esterilizados com água fervente, com o auxílio de um conta gotas, foram colocados 19.9 ml de álcool 70% e 8 gotas da matriz mãe (Diluição). Após isso, iniciou-se a dinamização da substância obtida através da rápida movimentação do frasco pela instrutora, 100 vezes no mesmo ritmo (processo denominado sucção). Obteve-se assim uma nova matriz com centesimal hannemaniana mais alto.

[Digite aqui]

Na parte prática foram usadas diversas matrizes, cujos nomes e funções estão descritos no Quadro 1. As matrizes apresentam diversas funções, que abrangem aspectos que melhoram a qualidade de vida de animais, plantas e dos próprios agricultores.

Quadro 1: Tipos de matrizes de medicamentos homeopáticos trazidos para Oficina, com a descrição de suas finalidades.

Matrizes	Funções
<i>Arnica montana</i>	Mais indicado nos casos de estresse (choque do transplante, desbrotas, desbastes, colheitas que danificam os galhos, deficiência hídrica). Em animais, no caso de retenção de placenta. Contribui com a descida do leite e atua nos traumas como choque.
<i>Apis mellifica</i>	Afasta as abelhas das tachas ao fazer rapadura, e também dos cochos de ração nos currais.
<i>Belladonna</i>	Atua no equilíbrio da quantidade de formigas.
<i>Carbo vegetabilis</i>	Age quando plantas e animais apresentam fraqueza geral. Exemplo: ataque de insetos, desfolhamento.
<i>Calcarea carbonica</i>	Auxiliam plantas com clorose ou crescimento lento, como na germinação e crescimento de feijão deixando-o com folhas mais vigorosas e verdes. Para os animais ajuda com a paralisia do parto.
<i>Phosphorus</i>	Anti-hemorrágico em animais. Estimula o crescimento das plantas, além de atuar no controle de fungos.
<i>Pulsatilla</i>	Estimula a frutificação das plantas.
<i>Staphysagria</i>	Cicatrizante pós-operatório de animais. Nas plantas auxilia em casos de infestações por pulgões, nematóides ou ácaros.
<i>Sulfhur</i>	Ajuda na desintoxicação de plantas, solos e animais. Coceiras e sarnas em animais. Florescimento.
<i>Thuya occidentalis</i>	Nos casos de aparecimento de “calos” nas plantas. Após vacinação.
<i>Nux vômica</i>	Desintoxicação (alimentos estragados e piretróides). No caso em que a água está com poluição química.

Fonte: Rezende, 2009, adaptado pelos autores.

A metodologia empregada na Oficina foi importante, pois requereu o envolvimento ativo de todos os presentes e possibilitou a aquisição e troca de conhecimentos e experiências entre a ministrante da atividade, a agricultora, os estudantes membros do Guatambu e demais participantes da cidade (Figuras 4 e 5).

[Digite aqui]

Figura 4. Atividade prática durante a Oficina de Homeopatia em que os participantes estão realizando a diluição das matrizes, Assentamento Estrela da Ilha, Ilha Solteira-SP.



Fonte: Os Autores, 2019.

Figura 5. Troca de conhecimentos entres os participantes da Oficina de Homeopatia, Assentamento Estrela da Ilha, Ilha Solteira-SP.



Fonte: Os Autores, 2019.

Não foi possível multiplicar e potencializar os preparados homeopáticos de todas as 11 matrizes apresentadas na oficina trazidos para a Oficina, apenas de algumas, sendo dado enfoque para os homeopáticos voltados ao controle de pragas e doenças em animais (principal problema relatado pela agricultora Rosângela), devido ao curto período de tempo disponível para a realização do evento.

A agricultora Rosângela que cedeu o espaço para a realização da atividade ficou grata por todo aprendizado, e a partir dos ensinamentos e práticas realizadas durante a oficina conseguiu renovar seu estoque de homeopatia, além de aprender com a atividade a sanar alguns problemas relacionados a carrapatos que infestavam o gado bovino da propriedade.

Todos os participantes manifestaram satisfação com o que foi apresentado, pois permitiu ampliar seus conhecimentos sobre o assunto e/ou complementar a formação acadêmica dos alunos presentes visto que, esse tema é pouco abordado na universidade.

[Digite aqui]

Posteriormente também ocorreram debates e comentários sobre a Oficina na reunião do Guatambu, permitindo a troca de conhecimentos e construção do mesmo por todos os participantes do Grupo. Portanto a Oficina de Homeopatia teve impacto tanto na formação dos alunos quanto na geração de conhecimento entre todos os presentes, como deve ocorrer em processo de extensão rural.

A extensão rural pode ser compreendida como uma atividade educativa de comunicação de conhecimentos de quaisquer natureza, técnicos ou não técnicos, portanto não se trata mera passagem de informações de forma unidirecional, mas sim um processo realmente comunicativo, dialógico, de troca de conhecimentos, envolvendo o técnico extensionista e o agricultor (PEIXOTO, 2008)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se que a Oficina de Homeopatia proporcionou um espaço de troca de conhecimentos, para contribuições futuras, assim como para a formação acadêmica e profissional de todos os presentes.

Os participantes foram incentivados a usar os conhecimentos obtidos na Oficina em suas atividades cotidianas, visto que a homeopatia é uma ciência que possibilita uma maior autonomia dos agricultores e usuários em geral em relação às empresas que produzem medicamentos e insumos.

Considera-se muito importante a ampliação da divulgação das práticas da homeopatia entre os agricultores para que possam ter a opção de utilizá-la no manejo de animais e das explorações vegetais, proporcionando-lhes, além de economia, também maior equilíbrio ecológico e produtos saudáveis para suas famílias e para os consumidores.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba, Agropecuária. 592p, 2002.

ANDRADE, F. M. C., CASALI, V. W. D. A homeopatia e as plantas medicinais. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO SOBRE HOMEOPATIA NA AGROPECUÁRIA ORGÂNICA, 2, Espírito Santo do Pinhal, 2001. **Anais...** Viçosa, MG, 2001.

BONATO, Carlos Moacir *et al* (ed.). **Homeopatia Simples**: alternativa para a agricultura familiar. 4. ed. Marechal Cândido Rondon: Universidade Estadual de Maringá – UEM - Centro de Apoio Ao Pequeno Agricultor (Capa) - Núcleo de Mal. C. Rondon/PR, 2014. 52 p.

BRASIL. **Instrução Normativa** N° 46 de 08 de outubro de 2011. Dispõe sobre as normas para produção orgânica animal e vegetal. Diário da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 08 de outubro de 2011- Seção I, p. 11 a 14.

CARNIATTO, L. S., Apostila de homeopatia. Curso de Homeopatia na agroecologia ministrado no CPRA. Pinhais - PR. p 20. 2019.

CARVALHO, L. M.; CASALI, V. W. D.; LISBOA, S. P.; SOUZA, M. A.; CECON, P. R. A homeopatia Arnica Montana no cultivo de Artemísia. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.2, n.1, p.1107-1110, 2007.

LIGNON, G. B.; BOTTECHIA, R. J. Criação de animais sob influência de um sistema integrado de produção agroecológica. In: AQUINO, A. M. de; ASSIS, R. L. de (Ed.). **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica; Seropédica; Embrapa Agrobiologia, 2005, p.342-386.

MAPELI, N. C. et al. Deterrência alimentar em *Ascia monuste orseis* Godart (Lepidoptera: Pieridae) induzida por soluções homeopáticas. **Rev. Ceres**, Viçosa, v.62, n.2, p. 184-190, 2015.

PEIXOTO, M.. EXTENSÃO RURAL NO BRASIL? UMA ABORDAGEM HISTÓRICA DA LEGISLAÇÃO. Textos para Discussão da Consultoria Legislativa do Senado Federal, v. 48, p. 1-47, 2008.

REZENDE, Jesus Moreira de. **Caderno de Homeopatia**: instruções práticas geradas por agricultores sobre o uso da homeopatia no meio rural. 3. ed. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2009. 51p.

TOLEDO, M. V. **Fungitoxicidade contra *Alternari solani*, controle da pinta preta e efeito sobre o crescimento do tomateiro (*Lycopersicon esculentum* Mill) por medicamentos homeopáticos**. Marechal Cândido Rondon, 2009. 95p. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Oeste do Paraná. Viçosa, MG: UFV, Departamento de Fitotecnia, 537p, 2009.

TECNOLOGIA SOCIAL DE SANEAMENTO BÁSICO: REFLEXÕES A PARTIR DE UMA AÇÃO EXTENSIONISTA NO ASSENTAMENTO NOVA SÃO CARLOS

Mario Berni De Marque¹

Marcel Fantin²

João Fontes Lopes Neto³

Julia Maria dos Santos Silva⁴

Kevin Yukihiro Goia⁵

Resumo

O saneamento básico é um direito constitucional e se configura como um elemento essencial para políticas de promoção da saúde pública e do desenvolvimento sustentável. Contudo, o déficit e a desigualdade de acesso aos serviços de saneamento são evidentes quando analisada a disparidade entre as zonas urbanas e rurais, mesmo em regiões que apresentam bons índices gerais de atendimento, como é o caso da região de São Carlos e Araraquara - SP. O não atendimento desse direito em assentamentos rurais acarreta uma dinâmica pontilhada de negatividades e demanda ferramentas, técnicas e tecnologias adequadas e adaptadas a uma diversidade de ambientes e contextos. Nesse sentido, esse artigo apresenta uma experiência de prática extensionista no meio rural voltada para a implementação de uma tecnologia social de saneamento no assentamento Nova São Carlos (São Carlos - SP). A atividade desenvolvida pelo grupo GEISA (Grupo de Estudos e Intervenções Socioambientais), da Universidade de São Paulo, selecionou um lote através de um diagnóstico socioambiental e, com base na demanda dos moradores, selecionou uma tecnologia social de saneamento descentralizado a partir de pesquisas, interações e diálogos entre o corpo discente participante e os moradores. Optou-se então pela construção de Tanque Séptico seguido de Filtro Anaeróbio e Zona de Raízes para tratamento das águas de vaso sanitário, sendo a mesma aplicada no formato de oficina, com momentos de diálogo e aplicação da tecnologia. Com isso, buscou-se valorizar a saúde dos moradores e promover a educação ambiental para as pessoas envolvidas na atividade. A partir dessa experiência, apresenta-se um debate sobre a potencialidade do uso de tecnologias alternativas e descentralizadas de saneamento no campo das políticas públicas para o meio rural, considerando também o papel da universidade no fomento deste debate a partir de práticas extensionistas que valorizem as relações entre a academia e a sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Saneamento rural. Tecnologia social. Assentamento. GEISA. Filtro anaeróbio.

¹ Graduando em engenharia ambiental pela Universidade de São Paulo.

² Docente do Instituto de Arquitetura e Urbanismo de Universidade de São Paulo.

³ Graduando em engenharia ambiental pela Universidade de São Paulo.

⁴ Graduando em engenharia ambiental pela Universidade de São Paulo.

⁵ Graduando em engenharia ambiental pela Universidade de São Paulo.

1. Introdução

O saneamento básico é um direito assegurado pela Constituição Federal e envolve um conjunto de medidas que objetivam garantir a saúde e o bem-estar da população, assim como melhorar e preservar as condições ambientais. A Lei Federal nº. 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, define esse campo de ação do Estado como o conjunto dos serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, drenagem urbana, manejos de resíduos sólidos e de águas pluviais (art. 3º, inc. I).

Em que pese o Brasil tenha apresentado avanços importantes nos diversos campos de atuação voltados saneamento básico, a ausência de investimentos nesse setor nas últimas décadas tem deixado o país ainda longe das metas de universalização desses serviços.⁶

Os resultados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD - IBGE) realizada em 2015 demonstram que 14,6% da população brasileira ainda não possui acesso à rede de distribuição de água e 40,9% não é atendida pela coleta de esgoto sanitário. Além disso, Souza et. al (2014) argumentam que mesmo na parcela da população ligada aos sistemas de abastecimento de água e coleta de esgoto, a qualidade desses tratamentos varia e muitas vezes são insuficientes, mostrando também a fragilidade nos dados da PNAD que não abordam o acesso qualitativo ao saneamento.

Na zona rural os índices de acesso são ainda piores em face da precariedade ou inexistência de saneamento. A falta de políticas públicas nos locais onde reside a população vulnerável e fragilizada são a essência desse problema (MURTHA;CASTRO; HELLER, 2015; HOLGADO-SILVA et al., 2014). Segundo o Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB) de 2019, 60,3% das residências rurais não possuem soluções adequadas para o afastamento do esgoto sanitário, sendo este conduzido, principalmente, para fossas rudimentares (48,6%) ou para valas, rios e lagos (11,7%).

As fossas rudimentares (também conhecidas como negras ou caipiras) envolvem a disposição do esgoto bruto em um buraco sem impermeabilização do solo. Isso facilita tanto a contaminação⁷ de lençóis freáticos pelos poluentes presentes no esgoto (como sólidos em suspensão, matéria orgânica, nutrientes e patógenos) como a propagação e vetorização de doenças de vínculo hídrico como diarreias, infecções por nematoides, bactérias, vírus e protozoários (BUGELLI; FELÍCIO, 2019; FORESTI, 2013; GONÇALVES, 2003; VON SPERLING, 1996).

Gondim (2008) evidencia a relação entre a falta de saneamento básico e saúde pública, cuja escassez de medidas sanitárias propiciam sérios problemas, principalmente relacionadas com patologias infectocontagiosas. Estimativas apontam que 88% da carga dessas epidemiologias estão relacionadas com a falta de tratamento de água, esgotamento sanitário e hábitos de higiene inadequados, afetando principalmente crianças que se encontram em localidades de baixa condições de salubridade ambiental⁸ (SILVA et al., 2017; PRUSS et al., 2002).

⁶ Em 2013 foram investidos no Brasil R\$ 13,2 para apenas R\$ 10,96 em 2017, de acordo com o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) (TRATA BRASIL, 2020).

⁷ Utiliza-se a definição de Jordão e Pessoa (1975): “Quando ocorre a presença de substâncias tóxicas ou de organismos patogênicos oferecendo risco à saúde da população”.

⁸ Para ARAVÉCHIA JÚNIOR (2010), conceitua-se o termo como: “conciliação entre a qualidade de vida, a qualidade ambiental e as condições ideais para desenvolver um ambiente saudável e socialmente igual”.

Para Batista e Silva (2006), a falta de salubridade ambiental está diretamente relacionada com a falta de infraestruturas sanitárias capazes de prevenir e conter a ocorrência de doenças relacionadas e Heller (1998) pondera que levar infraestruturas para toda população permite promover a saúde pública pelo saneamento. O mesmo autor avalia que, para se atingir esse objetivo, é preciso também avançar nas pesquisas científicas, experiências alternativas e demais estudos voltados à universalização do saneamento básico.

Para além das questões ambientais e de saúde pública, o acesso ao saneamento também se enquadra como empoderamento de cidadania. Para Pitassi (2019), inspirado em Leoneti, Prado e Oliveira, (2011), a questão do saneamento básico está “intimamente relacionada às ideias do mínimo existencial, da dignidade humana e do acesso à cidadania sanitária”. A exclusão de acesso das classes sociais à infraestrutura amplifica a desigualdade social e contribui para o agravamento de diversos problemas sociais, econômicos, culturais, educacionais, psicológicos, ambientais e de saúde, sendo estas variáveis amplificadas quando a questão é atrelada ao meio rural (MOISÉS et al., 2010; SAWAIA, 2009).

Nesse contexto, a abordagem de promoção de saneamento na zona rural deve ser própria e distinta da convencional usada para os sistemas urbanos centralizados, inviáveis para locais que apresentam baixa densidade habitacional e grandes distâncias entre residências. Nesses casos são recomendados os sistemas descentralizados (in situ) para reduzir a proporção de pessoas sem acesso ao esgotamento sanitário (DE MARQUE; FANTIN, 2018; LOTFI, 2016; LIBRALATO; GHIRARDINI; AVEZZÙ, 2012).

Abordando tecnologias acessíveis e com viabilidade econômica e ambiental, Tonetti et al. (2018) abordam diversos sistemas descentralizados para tratamento de esgoto sanitário em comunidades isoladas e/ou rurais, destacando as fossas sépticas biodigestores, tanque séptico, filtro anaeróbio, círculo de bananeiras, banheiro seco compostável, dentre outras. Entretanto, para além da viabilidade econômica, ressalta-se a necessidade da viabilidade social e cultural para as tecnologias serem bem aceitas e exercerem sua função.

Nesse contexto, para a ampliação do acesso ao tratamento de esgoto em zonas rurais, a adoção de tecnologias sociais é uma alternativa que permite respeitar o modo de vida local considerando as condições sociais, ambientais, econômicas e culturais⁹. Para Rodrigues e Barbieri (2008), para ser considerada social, uma tecnologia deve corroborar com os seguintes critérios: 1. Razão de ser da tecnologia social — atender as demandas sociais concretas vividas e identificadas pela população; 2. Processo de tomada de decisão — processo democrático e desenvolvido a partir de estratégias especialmente dirigidas à mobilização e à participação da população; 3. Papel da população — há participação, apropriação e aprendizado por parte da população e de outros atores envolvidos; 4. Sistemática — há planejamento, aplicação ou sistematização de conhecimento de forma organizada; 5. Construção do conhecimento — há produção de novos conhecimentos a partir da prática; 6. Sustentabilidade —

⁹ Entende-se Tecnologia Social por “um conjunto de técnicas, metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhorias das condições de vida” (ITS, 2004). Já Dagnino (2002) define Tecnologia Social como “aquela que busca adequar a tecnologia convencional (e, inclusive, conceber alternativas) adotando critérios suplementares aos técnico-econômicos usuais e aplicando-os a processos de produção e circulação de mercadorias visando a otimizar suas implicações”.

Abrangendo os conceitos anteriormente abordados, o grupo de extensão universitária GEISA (Grupo de Estudos e Intervenções Socioambientais) da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo (EESC/USP) buscou realizar uma prática extensionista para a edificação de uma tecnologia social de saneamento básico em diálogo com a comunidade rural do assentamento Nova São Carlos (TAVER; VARISON; MONTAÑO, 2017).

O objetivo desse trabalho foi aproximar o meio acadêmico das zonas rurais, em especial do assentamento rural Nova São Carlos, através de um processo educativo, crítico e transformador de extensão universitária. Arelado a este propósito, busca-se fomentar o debate entre os agentes envolvidos (alunos e alunas, comunidade assentada e terceiros interessados) quanto a importância do saneamento rural por meio de uma experiência prática de aplicação de uma tecnologia social. Além disso, toda a prática desenvolvida partiu do entendimento e da compreensão de que a luta pela Reforma Agrária deve aliar o direito à terra ao direito à qualidade de vida que traz, entre seus componentes, o saneamento básico.

Para tanto, essa prática extensionista envolveu diálogos e contatos pessoais com os assentados, visitas de campo ao assentamento e a elaboração de um diagnóstico quantitativo para melhor compreender a realidade local. Foram entrevistadas 38 residentes dos 83 lotes existentes no assentamento. Dos entrevistados, metade possui fossas rudimentares para os esgotos domésticos, destinação esta considerada não adequada para promoção da segurança sanitária, o que reforça a importância do trabalho descrito nesse artigo. Com relação a saúde, o mesmo trabalho indica a ocorrência de dengue, principalmente em crianças até 12 anos de idade, cuja doença possui veiculação hídrica. Ademais, gripes e resfriados foram constatados em diversas faixas etárias.¹⁰

2. O Assentamento Nova São Carlos

Em âmbitos nacional, regional ou local, os assentamentos são uma das formas mais objetivas de promover a reforma agrária, concretizando a luta pela terra por parte da população que exige a efetivação de seus direitos constitucionais à moradia, qualidade de vida, desenvolvimento e trabalho (FERRANTE; WHITAKER, 2013; SOUZA-ESQUERDO; BERGAMASCO, 2011).

O Assentamento de Reforma Agrária Nova São Carlos (Figura 1) se localiza na região sul do município de São Carlos, interior de São Paulo (coordenadas 22°5'20"S e 47°52'14"W), às margens da rodovia Domingos Innocentini (SPA - 149/215), na bacia hidrográfica do Feijão.

¹⁰ Diagnósticos e caracterizações, mesmo que básicos, servem como referência para determinar as vocações, suscetibilidades e obter informações importantes dos fatores ambientais, geográficas, históricas, econômicas e sociológicas do local (SOUZA, 2000; AB'SABER, 1969).

Figura 1 - Localização do Assentamento Nova São Carlos em São Carlos/SP



Fonte: autoria própria

De acordo com as lideranças e moradores do assentamento (TABARIN; FANTIN, 2018), a mobilização da ocupação começou entre 2006 e 2007 na área onde havia uma monocultura de eucalipto em área pertencente à FEPASA (Ferrovia Paulista S.A.) e arrendada pela CONPACEL (Consórcio Paulista de Papel e Celulose, antiga RIPASA) através de um contrato com governo federal.

Devido às dificuldades para o cultivo da terra e de organização social, a ocupação se deu, de fato, em setembro de 2008, contando com 150 a 200 famílias e, após muita luta social, o assentamento foi reconhecido apenas em agosto de 2009, constatado no Relatório de Gestão de 2009 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2010), registrando 110 famílias, em uma área total de 1.158,50 hectares. Atualmente, residem cerca de 83 famílias no assentamento, muitas com dificuldades de acesso a água, esgotamento, educação, saúde, lazer, dentre outros fatores de suma importância para qualidade de vida (PERRIN; FERREIRA, 2017).

3. Metodologia

3.1. Seleção do lote

Para implementação da tecnologia social, levou-se em consideração a necessidade de garantir o saneamento, tendo em vista os aspectos sociais, ambientais e econômicos do lote com base no diagnóstico quantitativo realizado pelo GEISA (TAVER; VARISON; MONTAÑO, 2017).

Utilizando aspectos determinados por Souza (2000) para compreender as vocações, suscetibilidades e obter informações importantes a partir do diagnóstico, foi elaborado uma simplificação da matriz FOFA (Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) para orientar a escolha do lote. Desta forma, a matriz FOFA simplificada foi dividida em (1) potencialidades, (2) fragilidades e (3) fatores relevantes.

Os aspectos dos lotes foram divididos em: potencialidades, fragilidades e fatores relevantes. Assim, nas potencialidades foram evidenciados os conhecimentos em construção civil, técnicas de cultivo e posse de ferramentas. Nas fragilidades, retrata-se situações precárias de saúde, saneamento, sociais e econômicas e, quanto aos fatores relevantes, foram elencados o número de integrantes na família, renda per capita, tipo de casa (barraco, alvenaria inacabada, etc), acesso à políticas de instalação, interesse em participar do projeto, dentre outros.

Após análise do diagnóstico quantitativo, selecionou-se o lote 65, evidenciado pela necessidade ambiental de promover a destinação correta das Águas Negras, visto que a fossa rudimentar em sua residência estava exposta, propiciando a contaminação e vetorização de doenças. Segundo a moradora, além do mal cheiro, animais de estimação haviam caído e morrido na fossa, o que demonstra, também, a necessidade social de promover o saneamento neste lote.

Em seguida, o grupo entrou em contato com a moradora para iniciar o contato e diálogo e informar a vontade dos alunos e alunas na realização da atividade extensionista. Em visita ao lote, a moradora aceitou trabalhar em conjunto com o grupo e demonstrou a problemática atrelada ao destino dado às águas de vaso sanitário, relatando o mal odor gerado e eventos como queda de animais na fossa. Foi constatado que os moradores dividem o encanamento do esgoto sanitário das águas de origem do vaso sanitário e das águas cinzas (água proveniente de pias, chuveiros, tanques) a qual faz o reuso para lavagem de pisos. Importante observar que, diante dessa situação, a família residente no lote selecionado demonstrou grande interesse em participar do projeto, o que é fundamental para aceitação e apropriação da tecnologia.

Em uma segunda visita ao lote, foi construído um diálogo para avaliar a melhor forma para enfrentar o problema retratado, ou seja, as possibilidades de realizar o tratamento das águas de vaso sanitário, visto que as águas cinzas eram reutilizadas no cotidiano. Deste modo, foram levantadas hipóteses de tecnologias como tanque de evapotranspiração, banheiro seco, fossas sépticas sequencias, dentre outras.

Na sequência, tendo em vista o conceito de Tecnologia Social, buscou-se na literatura alternativas para promover o tratamento do esgoto descentralizado e que poderiam ser aplicadas naquele contexto.

3.2. Definição da tecnologia

As águas residuárias domésticas podem ser divididas conforme seu uso, sendo denominada Águas de Vaso Sanitário (AVS) o efluente com maior carga de matéria orgânica, nutrientes e patógenos, proveniente dos vasos sanitários contendo fezes, urinas e papel higiênico, e Águas Cinzas (AC) advinda dos outros usos diversos no domicílio como pias, chuveiros, ralos e lavatórios, com maiores concentrações de sabão, detergentes e componentes químicos. (JABRI et al., 2020; FERNANDES et al., 2019; MELO, 2018; NUÑEZ et al., 2014; PALMQUIST; HANÆUS, 2005; PILZ; SATTLERDEL, 2004; OTTERPOHL, 2001).

A AC pode corresponder de 50 a 82% do uso total na residência, contudo a AVS, mesmo gerada em menor volume, possui elevado potencial de contaminação e risco à saúde pela presença de nutrientes e patógenos (GALBIATI, 2009; DEL PORTO; STEINFELD, 2000).

Nota-se que tanto as AC quanto as AVS necessitam de tratamento adequado antes da destinação final do efluente e deve-se considerar as suas características físico-químicas específicas e os diferentes potenciais de contaminação. Como a situação referente às águas de vaso sanitário do lote selecionado era bastante precária, os moradores e o grupo optaram por focar no tratamento das AVS e sua correta destinação final.

Os moradores constataram que a declividade do terreno, em cerca de 10%, poderia inviabilizar sistemas de tratamento que necessitem de mais espaço, como é o caso do tanque de evapotranspiração. Também foi levantado a hipótese da construção de um banheiro seco. Entretanto, por motivos de foro íntimo e aspectos culturais e sociais, os moradores retrataram que não seria efetivo, ou seja, o mesmo não seria usado. Logo, foram descartadas ambas as possibilidades.

Os moradores relataram experiências positivas de outros assentados que utilizaram tanques sépticos para tratamento do esgoto doméstico, guinando o estudo para sistemas de tratamento semelhantes, visando melhor aceitação por parte de quem utilizará a tecnologia no cotidiano.

Deste modo, iniciou-se uma busca na literatura para embasar a construção de um sistema de tratamento descentralizado, partindo da caracterização das AVS (Tabela 1).

Tabela 1 - Caracterização das águas de vaso sanitário.

Parâmetros	Valor ¹	Valor ²	Unidade
pH	7,5	7,84	-
Sólidos Suspensos Totais (SST)	2296	2365	mg.L ⁻¹
Demanda Química de Oxigênio (DQO)	6857	6619	mgO ₂ .L ⁻¹
Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO)	1757	1893	mgO ₂ .L ⁻¹
Nitrogênio Total Kjeldahl (NTK)	454	365	mgN.L ⁻¹
Fósforo Total (FT)	20,4	-	mgP.L ⁻¹
Coliformes Totais	-	1,5.10 ⁹	NMP.100mL ⁻¹

Fonte: Gonçalves et al. (2006)¹ e Rebouças, Bianchi e Gonçalves (2007)²

Ambos os trabalhos caracterizam as AVS compondo amostras com 6 litros de água, sendo 250 ml de urina, fezes e papel higiênico. Essa proporção corresponde à descarga estimada da geração relativa de uma pessoa adulta. Foram observadas elevadas concentrações de DBO, DQO, NTK e coliformes totais, poluentes que facilmente podem contaminar corpos hídricos se descartados sem tratamento.

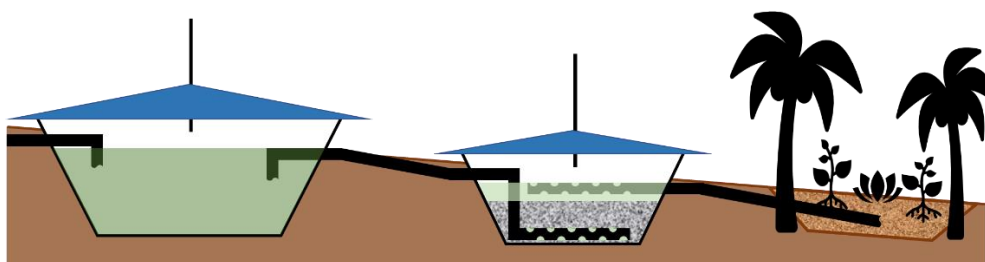
Pelas características do esgoto produzido no lote (AVS), foram observadas grandes eficiências de remoção de matéria orgânica e outros poluentes do esgoto sanitário a partir da utilização de bactérias que realizam processos biológicos em unidades de tratamento anaeróbios (METCALF; EDDY, 2016; FORESTI; ZAIAT; VALLERO, 2006). Nesse caso, o sistema mais comum para tratamento descentralizado é o tanque séptico, devido a sua simplicidade e eficiência de remoção de materiais sedimentáveis e flutuantes e pela digestão de matéria orgânica sem a presença de oxigênio (CHERNICHARO, 2007).

A NBR 13969 (ABNT, 1997) apresenta possibilidades de promover tratamento complementar pós tanque séptico, incluindo valas de filtração, filtro de areia, lagoas com plantas aquáticas, lodo ativado por batelada e filtro anaeróbio de leito fixo com escoamento ascendente. Destaca-se o Filtro Anaeróbio como alternativa viável pois o mesmo promove o tratamento com menores custos de aplicação e operação e, também, com menores demandas energéticas e de área (OLIVEIRA JÚNIOR, 2013).

Os tanques sépticos seguidos de filtros anaeróbios apresentam grande potencial de promoção do tratamento de esgoto descentralizado em regiões periféricas/rurais, (MANARIOTIS; GRIGOROPOULOS, 2006; VIANNA; MESQUITA; ROSA, 2018). Gomes (2015) utilizou tanque séptico seguido de filtro anaeróbio e filtro de areia como tratamento descentralizado em Campinas/SP. Nesse estudo, utilizou-se cascas de coco no filtro anaeróbio, como meio suporte e, nas condições experimentais, observou-se que após o filtro anaeróbio, atingiu-se eficiência de remoção de poluentes suficiente para disposição final, segundo a legislação.

Com isso, optou-se pelo tanque séptico e filtro anaeróbio seguido de uma zona de raízes (Figura 2) para aplicação no lote selecionado e, permeando o conceito de tecnologia social, buscou-se reduzir os custos do projeto para torná-lo o mais acessível possível. Assim, como meio suporte para o filtro anaeróbio, foi utilizado entulho moído, fornecido por uma empresa da cidade. Esse meio suporte, além de fornecido gratuitamente, tange a perspectiva ambiental pelo reaproveitamento de resíduos sólidos de construção civil.

Figura 2 - Representação da tecnologia de tanque séptico, filtro anaeróbio e zona de raízes.



Fonte: autoria própria

Com a confirmação da tecnologia a ser adotada por parte dos moradores, bem como do local de implementação do sistema, deu-se início a fase de dimensionamento do sistema.

O dimensionamento da tecnologia seguiu as normas NBR 7229 (1993) e NBR 13969 (1997) para o tanque séptico e para o filtro anaeróbio, respectivamente. Apesar de possuir 4 residentes no lote, a tecnologia foi projetada para 6 pessoas, estimando o aumento no número de moradores ao longo do tempo. O sistema implementado possui vida útil de 20 a 30 anos e inclui monitoramento e limpezas anuais.

A limpeza anual envolve a remoção de lodo no primeiro tanque séptico através de caminhão limpa-fossa e o manejo da zona de raízes na disposição final do efluente, adicionando mais plantas quando necessário ou removendo quando o crescimento é exacerbado.

Os materiais utilizados foram tubos de PVC de 100 mm, conexões, colas, ferramentas, entulho moído, caixas d'água de 1000 e 2000 litros (filtro anaeróbio e tanque séptico, respectivamente) e mudas de plantas (bananeira e taioba). O custo total de implementação da tecnologia foi de R\$ 1.700. Entretanto, como as duas caixas d'água foram doadas pela Comissão de Graduação da Engenharia Ambiental da EESC/USP, o grupo de trabalho arcou apenas com o restante das despesas (R\$ 500) para os demais materiais.

3.3. Implementação do tanque séptico e do filtro anaeróbio

A implementação do tanque séptico e do filtro anaeróbio foi realizada em formato de oficina com o intuito de agregar mão de obra e de promover a educação ambiental para todos os participantes: moradores, membros discentes docentes do grupo extensionista GEISA e público interessado.

A oficina foi dividida em dois momentos: Formação e Aplicação.

A formação ocorreu no período da manhã e teve início com uma roda de conversa com os presentes, sendo apresentados os moradores do assentamento, os universitários e demais interessados. Na sequência foi discutido o espaço de atuação (porque atuar em assentamentos rurais e a importância do vínculo extensionista universitário); educação ambiental; a história e realidades presentes no assentamento Nova São Carlos; a importância da promoção do saneamento rural; e a forma de construção e detalhamento da tecnologia social aplicada possibilitando que outras pessoas tenham acesso ao “como fazer”. Todos esses tópicos estavam presente em uma cartilha distribuída no início da formação (Figura 3).

O segundo momento foi dedicado a construção da tecnologia em si, onde os presentes se revezavam nas funções previamente instruídas pelas (os) membras (os) do grupo para a implementação do sistema. Foram escavados dois buracos para a instalação das caixas d'água, assim como cortados e colados os tubos e conexões da rede sanitária do banheiro à tecnologia. Também foram realizados o manejo das mudas de bananeira e taioba na zona de raízes ao final do sistema (Figuras 4 e 5).

Figura 3 – Dia da aplicação da tecnologia (a) membra no GEISA iniciando a formação e (b) moradora apresentando o assentamento e a residência



Fonte: Acervo próprio.

Figura 4 - Construção da tecnologia



Fonte: Acervo próprio.

Figura 5 - Participantes da oficina realizada no dia 9 de março de 2019



Fonte: Acervo próprio.

3.5. Monitoramento

Após a oficina, foi mantido o contato com os moradores e realizadas as visitas ao lote para monitorar o andamento do sistema. Nesta etapa, foram encontradas dificuldades no que tange o monitoramento qualitativo de eficiência de tratamento.

Por mais que o sistema esteja em operação, ainda não foi possível realizar as análises físico-químicas do afluente e do efluente final na saída do sistema para constatar e validar a eficiência de tratamento quanto a remoção de poluentes, incluindo matéria orgânica, nitrogênio, fósforo e microrganismos. Tal monitoramento é imprescindível para consolidar o sistema de tratamento como ambientalmente eficaz.

Por parte dos moradores, não foram reportadas necessidades de chamar um caminhão limpa-fossa para manutenção do tanque séptico e não foi necessário adicionar novas plantas à zona de raízes, o que indica que a quantidade de efluente gerado está sendo consumido pelas plantas alocadas.

Com intuito de estimular a apropriação da tecnologia, os moradores que utilizam o sistema possuem total controle do mesmo e, caso seja de interesse dos mesmos, eles podem alterar, modificar e/ou aperfeiçoar o sistema. Ademais, o GEISA se colocou disponível para contato em caso de eventualidades que demandem a atuação do grupo.

4. Considerações finais

Com análise do diagnóstico e o debate entre os membros do grupo, foi possível selecionar um lote do assentamento que, em virtude de aspectos ambientais, econômicos e sociais, necessitava de soluções para saneamento. No caso, tratamento do esgoto sanitário. Já a prática dialógica com os moradores e o levantamento bibliográfico permitiram a adoção da melhor alternativa para aquele contexto, sendo projetado e implantado um tanque séptico seguido de filtro anaeróbio e zona de raízes para tratar as águas negras da residência.

A aplicação em formato de oficina serviu como ferramenta de troca de saberes, vivências e educação ambiental que contribuiu para formação pessoal, acadêmica e coletiva dos envolvidos: membros do grupo extensionista, assentados e participantes convidados. Tal fato propiciou um debate integrado sobre as temáticas de saneamento rural, tecnologia social, assentamentos da reforma agrária e inclusão social. Configurando-se assim como um momento rico e inovador de ensino e aprendizagem, de impossível reprodução através de práticas pedagógicas expositivas em sala de aula e / ou laboratórios.

Essencialmente, a implementação da tecnologia evidenciou a importância do Ensino, da Pesquisa e da Extensão⁴ para construção do conhecimento de todos os envolvidos. Assim, a extensão possibilitou o contato e diálogo com os assentados que se encontravam em uma situação ambiental e social vulnerável; a pesquisa propiciou maneiras para solucionar os problemas enfrentados pelos moradores da residência; e o ensino esteve presente em todos os momentos, desde a concepção até a aplicação do sistema de tratamento, promovendo o aprendizado a todos – alunos e alunas, moradores e demais participantes – sobre saneamento rural e tecnologia social.¹¹

¹¹ Ensino, Pesquisa e Extensão dão sustento às universidades brasileiras, amparados pela lei (Art. 207 da CF de 1988) e, segundo Moite e Andrade (2009), estes 3 pilares nos quais a universidade se apoia, auxiliam a instituição a exercer sua função ética, política e social para com a sociedade.

Também foi fortalecida a relação entre a Universidade e a zona rural de São Carlos através do incentivo ao desenvolvimento contínuo de projetos extensionistas e pesquisas em comunidades vulneráveis com intuito de gerar conteúdo crítico e promover o debate sobre a potencialidade do uso de tecnologias alternativas e descentralizadas de saneamento no campo das políticas públicas para o meio rural.

Por fim, seguindo os critérios de tecnologia social enunciados por Rodrigues e Barbieri (2008), foi compreendido que o sistema implementado em questão pode ser considerado uma tecnologia social a ser aplicada no meio rural por: (1) atender demandas concretas no contexto do estudo de caso; (2) tomar decisões em conjunto com os moradores, os quais possuem o domínio da tecnologia; (3) participação dos agentes envolvidos em todas as etapas (concepção, implementação e operação); (4) organização para aplicação prática do conhecimento teórico; (5) produção de novos conhecimentos gerados pelo contato entre ambiente universitário e assentamento de reforma agrária; (6) promoção da sustentabilidade, entretanto, em déficit com a questão ambiental pela dificuldade de monitoramento da eficiência do sistema e (7) ampliação da escala de fomento a pesquisas e experiências de extensão universitária no meio rural pela produção geração de conteúdo crítico e promoção do debate no campo das políticas públicas.

5. Agradecimentos

Agradecemos aos demais integrantes do GEISA pelo trabalho e por fortalecer a extensão universitária no curso de Engenharia Ambiental da EESC/USP; aos participantes da oficina para aplicação da tecnologia; a Comissão de Graduação da Engenharia Ambiental da EESC/USP pela doação das caixas d'água e, principalmente, aos assentados, pelo aprendizado e trabalho em conjunto nessa experiência.

6. Referências

AB'SABER, Aziz Nacib. Geografia e planejamento. **Revista de História**, v. 39, n. 80, p. 257-271, 1969.

ARAVÉCHIA JÚNIOR, J.C. Indicadores de Salubridade Ambiental (ISA) para a região Centro-Oeste: um estudo de caso no Estado de Goiás. Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2010.

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 13969: Tanques sépticos - Unidades de tratamento complementar e disposição final dos efluentes líquidos - Projeto, construção e operação**; 1997

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 7229: Projeto, construção e operação de sistemas de tanques sépticos**, 1993.

BATISTA, M. E. M.; SILVA, T. C. O modelo ISA/ JP – indicador de performance para diagnóstico do saneamento ambiental urbano. **Engenharia Sanitária e Ambiental**, v.11, n.1, p. 55-64, mar. 2006. DOI: [http:// dx.doi.org/10.1590/S1413-41522006000100008](http://dx.doi.org/10.1590/S1413-41522006000100008)

BERNARDINO, Neuza Fujiko (2013). **Assentamento Comunidade Agrária Nova São Carlos: levantamento florístico e ambiental para análise do potencial para meliponicultura - São Carlos/SP**. Monografia (Graduação em Engenharia Ambiental) - Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo.

BRASIL. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. **Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico**.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional Secretaria Nacional de Saneamento. **Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANSAB** de Março de 2019. Disponível em: https://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNSA/Arquivos_PDF/plansab/Versaoatualizada07mar2019_consultapublica.pdf. Acesso em 19/04/2020.

BUGELLI, Camila Barcellos; FELÍCIO, Júlia Dedini. Saneamento rural: a experiência da implementação de uma tecnologia de saneamento no Assentamento Nova São Carlos (São Carlos-SP). **Revista Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, v. 15, n. 35, p. 78-91, jan./abr. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/7698>>. Acesso em: 19/04/2020.

CARVALHO, Gabriela de Souza. **Identificação e análise dos elementos essenciais da rede institucional de suporte à promoção do saneamento básico nos assentamentos rurais: estudo de caso do Projeto de Assentamento Comunidade Agrária Nova São Carlos (São Carlos - SP)**. 2016. Trabalho de Graduação - Curso de Engenharia Ambiental, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2016.

CHERNICHARO, Carlos Augusto de Lemos. **Reatores anaeróbios**. 2. ed. Belo Horizonte: Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental. Universidade Federal de Minas Gerais, 2007. 380 p. (Princípios do tratamento biológico de águas residuárias, v.5).

DAGNINO, Renato. **Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2014, 318 p. ISBN 978-85-7879-327-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>

DAGNINO, Renato. **Em direção a uma Estratégia para a redução da pobreza: a Economia Solidária e a Adequação Sócio-técnica**. Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2002.

DE MARQUE, Mário Berni; FANTIN, Marcel. **Implementação de tecnologia de saneamento rural no assentamento Nova São Carlos, São Carlos - SP**. In Resumos. São Carlos: IAU/USP. Recuperado de https://www.iau.usp.br/pesquisa/images/Informativo/Caderno_26_SIICUSP_IAU.pdf. 2018.

DEL PORTO, David; STEINFELD, Carol. The composting toilet system book : a practical guide to choosing, planning and maintaining composting toilet systems. Massachusetts. **The Center for Ecological Pollution Prevention**, 2000. 235 p.

FERNANDES, José Wanderson de Andrade; NETO, Renato Américo Araujo; FARIAS, Joelmir José Albuquerque; AMORIM, Ranieri Carlos Ferreira . QUANTITATIVO DE ÁGUAS CINZAS E NEGRAS EM BANHEIROS DE UM CENTRO UNIVERSITÁRIO EM MACEIÓ-ALAGOAS. **Revista Engenharia e Tecnologia Aplicada-UNG-Ser**, 2(1), 5-8. 2019

FORESTI, Eugênio. Tratamento de esgoto. Org. CALIJURI, Maria do Carmo; CUNHA, Davi Gasparini Fernandes. **Engenharia ambiental: conceitos, tecnologia e gestão**. 2013.

FORESTI, Eugênio; ZAIAT, Marcelo; VALLERO, Marcus Vinicius Guerini. Anaerobic Processes as the Core Technology for Sustainable Domestic Wastewater Treatment: Consolidated Applications, New Trends, Perspectives, and Challenges. **Reviews in Environmental Science and Bio/Technology**, 5(1), 3–19. 2006. doi:10.1007/s11157-005-4630-9

GALBIATI, Adriana Farina. **Tratamento domiciliar de águas negras através de tanque de evapotranspiração**. 2009. Campos Grande. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil.

GOMES, Bianca Graziella Lento Araujo. **Tratamento de esgoto de pequena comunidade utilizando tanque séptico, filtro anaeróbio e filtro de areia**. 2015. 1 recurso online (138 p.). Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/258423>>. Acesso em: 18/04/2020

GONÇALVES, Ricardo Franci et al. Desinfecção de Efluentes Sanitários. Vitória: **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes)**, 2003. p 435

GONDIM, G.M.M. Espaço e saúde: uma (inter)ação provável nos processos de adoecimento e morte em populações. In: MIRANDA, A.C.; BARCELLOS, C.; MOREIRA, J.C.; MONKEN, M. **Território, ambiente e saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

HELLER, Léo. Relação entre saúde e saneamento na perspectiva do desenvolvimento. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 3, n. 2, p. 73-84, 1998.

GONÇALVES, Ricardo Franci et al. Caracterização e Tratamento de diferentes tipos de águas residuárias de origem residencial após segregação. **AIDIS-Asociación Interamericana de Ingeniería Sanitaria y Ambiental**. SecciónUruguay. Rescatando Antiguos Principios para os Nuevos Desafíos Del Milenio. Monte video, p. 1-10, 2006.

HOLGADO-SILVA, Heloiza Cristina et al. A qualidade do saneamento ambiental no Assentamento Rural Amparo no município de Dourado-MS. **Sociedade & Natureza**, [s.l.], v. 26, n. 3, p.535-545, dez. 2014. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1982-451320140311>>. Acesso em: 19/04/2020

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – Síntese dos Indicadores**. Rio de Janeiro: IBGE. 2015.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL (ITS). Reflexões sobre a construção do conceito de tecnologia social. In: DE PAULO, A. et al. **Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

TABARIN, Isadora Andrade; FANTIN, Marcel. **Estudos e aplicações de metodologias para o Diagnóstico Socioambiental do Assentamento Nova São Carlos - São Carlos (SP) - Segunda edição: etapa qualitativa**. Relatório final do Programa Unificado de Bolsas da USP (PUB), 2018.

JABRI, Khaoula Masmoudi; NOLDE, Erwin; CIROTH, Andreas.; BOUSSELMI, Latifa. Life cycle assessment of a decentralized greywater treatment alternative for non-potable reuse application. **International journal of environmental science and technology**, 17, 433-444. 2020. doi: 10.1007/s13762-019-02511-3

JORDÃO, Eduardo Pacheco; PESSÔA, Constantino Arruda. **Tratamento de esgotos domésticos**. Cetesb, 1975.

LIBRALATO, Giovanni; GHIRARDINI, Annamaria Volpi; AVEZZÙ, Francesco. To centralize or to decentralize: An overview of the most recent trends in wastewater treatment management. **Journal of Environmental Management** v. 94. p. 61- 68. 2012.

LOTFI, Pedro Carlos Sztajn. **Avaliação preliminar da eficiência de fossas biodigestoras no tratamento de esgoto unidomiciliar – Assentamento Nova São Carlos e Santa Helena, São Carlos (SP)**. 2016. 79 f. TCC (Graduação) – Curso de Engenharia Ambiental, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2016.

MANARIOTIS, Ioannis; GRIGOROPOULOS, Sotirios. Municipal-Wastewater Treatment Using Upflow-Anaerobic Filters. **Water Environment Research**, 78: 233-242. 2006. doi:10.2175/106143005X90029

MELO, Mikhael Rangel de Souza. **Estratégias de aplicação de efluente de água cinza no cultivo do girassol ornamental**. 2018. 73 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Manejo de Solo e Água, Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró, 2018.

METCALF, Leonard; EDDY, Harrison. **Tratamento de efluentes e recuperação de recursos**. Tradução: Ivanildo Hespagnol, José Carlos Mierzwa. 5ª ed. Porto Alegre: AMGH. 2016.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA; INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – Incra. SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SÃO PAULO. **Relatório de Gestão do Exercício de 2009**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/servicos/publicacoes/relatorios/relatoriosde-gestao/2014/sr08-sp.pdf> Acesso em 20/04/2020.

MOISÉS, Marcia; KLIGERMAN, Débora Cynamon; COHEN, Simone Cynamon; MONTEIRO, Sandra Conceição Ferreira. A política federal de saneamento básico e as iniciativas de participação, mobilização, controle social, educação em saúde e ambiental nos programas governamentais de saneamento. **Ciência & saúde coletiva**, v. 15, p. 2581-2591, 2010.

MURTHA, Ney Albert; CASTRO, José Esteban; HELLER, Léo. Uma perspectiva histórica das primeiras políticas públicas de saneamento e de recursos hídricos no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, 18(3), 193-210. 2015. <https://doi.org/10.1590/1809-4422ASOC1047V1832015>

NUÑEZ, Lidia; MOLINARI, Claudia; PAZ, Marta; TORNELLO, Carina; MANTOVANO, Julián; MORETTON, Juan. Análisis de riesgo sanitario en aguas grises de la provincia de Buenos Aires, Argentina. **Revista internacional de contaminación ambiental**, 30(4), 341-350. 2014.

OLIVEIRA JÚNIOR, José Lima. **Tratamento descentralizado de águas residuárias domésticas: uma estratégia de inclusão social**. LIRA, WS., and C NDIDO, GA., orgs. Gestão sustentável dos recursos naturais: uma abordagem participativa. Campina Grande: EDUEPB, p. 213-232, 2013.

OTTERPOHL, Ralf. Black, brown, yellow, grey - the new colors of sanitation. **Water** 21. p37-41, out. 2001.

PALMQUIST, Helena; HANÆUS, Jörgen. Hazardous substances in separately collected grey-and blackwater from ordinary Swedish households. **Science of the Total Environment**, v. 348, n. 1-3, p. 151-163, 2005.

PERRIN, Anaïs Guéguen; FERREIRA, Thiago Lopes. Casa Suindara: formação, experimentação e construção no habitat rural. **Paranoá: Cadernos De Arquitetura E Urbanismo**, (17). 2017. <https://doi.org/10.18830/issn.1679-0944.n17.2016.09>

PILZ, Silvio Edmundo; SATTLER, Miguel Aloysio. Banheiros compostáveis: uma solução mais sustentável evitando a geração de águas negras. In: **Congresso brasileiro de ciência e tecnologia em resíduos e desenvolvimento sustentável**. Anais... Costão do Santinho–Florianópolis–Santa Catarina. 2004.

PITASSI, Sandro Lucio Barbosa. Direitos humanos, saúde e saneamento: aspectos conceituais e regulatórios e os desafios para a adoção de políticas públicas. Dissertação (mestrado) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2019.

PRÜSS, A.; KAY, D.; FEWTRELL, L.; BARTRAM, J. Estimating the burden of disease from water, sanitation, and hygiene at a global level. **Environmental Health Perspectives**, v. 110, n. 5, p. 537-542, 2002.

REBOUÇAS, Thais. Cardinali; BIANCHI, Gabriela; GONÇALVES, Ricardo Franci. Caracterização de águas residuárias de origem residencial. In: **Conferência Internacional em Saneamento Sustentável: Segurança alimentar e hídrica para a América Latina**, Fortaleza. 2007.

RODRIGUES, Ivete; BARBIERI, José Carlos. A emergência da tecnologia social: revisitando o movimento da tecnologia apropriada como estratégia de desenvolvimento sustentável. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro , v. 42, n. 6, p. 1069-1094, Dec. 2008 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122008000600003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 Abr 2020. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122008000600003>.

SAWAIA, Bader Burihan. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 364-372, Dec. 2009. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822009000300010>.

SILVA, Suzana de Araújo; GAMA, José Aparecido da Silva; CALLADO, Nélia Henriques; SOUZA, Vladimir Caramori Borges de. Saneamento básico e saúde pública na bacia hidrográfica do Riacho Reginaldo em Maceió, Alagoas. **Engenharia Sanitaria e Ambiental**, v. 22, n. 4, p. 699-709, 2017.

SOUZA, M. P. Instrumentos de Gestão Ambiental: Fundamentos e Prática. São Carlos. 112 p.Ed. Riani Costa. 2000.

SOUZA, Marcos José; FERNANDES, Elaine; CARVALHO, Lucas Vitor. Determinantes estructurales en la difusión de las patologías del agua en Brasil. **Problemas del Desarrollo**. Volume 45, Issue 179. 2014. Pages 117-136. ISSN 0301-7036. [https://doi.org/10.1016/S0301-7036\(14\)70143-9](https://doi.org/10.1016/S0301-7036(14)70143-9).

SOUZA-ESQUERDO, Vanilde Ferreira; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. Reforma Agrária e Assentamentos Rurais: perspectivas e desafios. In: **V Jornade Estudos em Assentamentos Rurais**. Campinas, SP, 2011. Disponível em: <http://transformatoriomargaridas.org.br/sistema/wp-content/uploads/2015/02/1406231456wpdm_Texto-REFORMA-AGR%C3%81RIA-E-

ASSENTAMENTOS-RURAIIS-PERSPECTIVAS-E-DESAFIOS-.pdf> acessado em: 23/04/2020

TAVER, Ligia Cristina; VARISON, Leticia Rabelo; MONTAÑO, Marcelo. **Diagnóstico do Assentamento Comunidade Agrária Nova São Carlos e Região (ACASCAR)**. Relatório final do Programa Unificado de Bolsas da USP (PUB), 2017.

TONETTI, Adriano Luiz; BRASIL, Ana Lúcia; MADRID, Francisco José Peña y Lillo; FIGUEIREDO, Isabel Campos Salles; SCHNEIDER, Jerusa; CRUZ, Luana Mattos de Oliveira; DUARTE, Natália Cangussu; FERNANDES, Patrícia Moreno; COASACA, Raúl Lima; GARCIA, Rodrigo Sanches; MAGALHÃES, Taína Martins. Tratamento de esgotos domésticos em comunidades isoladas: referencial para a escolha de soluções. **Biblioteca/Unicamp. Campinas, São Paulo**, v. 153, 2018.

FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta; WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. Revista do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor) - **Retratos de Assentamentos**. Vol.16. Nº02. 2013

VIANNA, Thomás Corrêa; MESQUITA, Tayane Cristiele Rodrigues; ROSA, André Pereira. Panorama do emprego de tanques sépticos e filtros anaeróbios no tratamento descentralizado de efluentes no Sudeste brasileiro. **Edição especial saneamento rural**, p. 157, 2019.

VON SPERLING, Marcos. **Introdução à qualidade das águas e ao tratamento de esgotos**. Editora UFMG, 1996.

A ESTRATÉGIA DE CERTIFICAÇÃO PARTICIPATIVA EM TEMPO DE PANDEMIA

Marenilson Batista da Silva¹

Maria Amália da Silva Marques²

RESUMO

A Rede Borborema de Agroecologia (RBA) é o primeiro Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC) do estado da Paraíba, credenciado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), com sede localizada no Assentamento Queimadas, município de Remígio. É uma organização formada por agricultores familiares, assentados da Reforma Agrária e pequenos produtores. A RBA possui um Sistema Participativo de Garantia (SPG), responsável por desenvolver as atividades de Certificação Participativa nos sistemas de produção orgânica dos agricultores vinculados ao OPAC. Além de registros documentais, as atividades de certificação participativa promovem visitas presenciais entre agricultores, técnicos, pesquisadores, porém, nesse período da pandemia, provocada pela contaminação da COVID 19, a RBA teve que elaborar novas atividades de avaliação da conformidade orgânica para dá a garantia da qualidade orgânica dos sistemas de produção dos agricultores, se adaptando e respeitando as regras de isolamento social e cuidados para evitar a contaminação do coronavírus. Desta forma, foram realizadas as seguintes atividades: reuniões remotas, vídeos de autoavaliação, fichas de autoavaliação e visitas presenciais com restrições. Este trabalho tem como objetivo apresentar as estratégias de certificação participativa adotada pelo SPG Rede Borborema de Agroecologia no período da pandemia, provocada pela contaminação do coronavírus - COVID 19.

Palavras chaves: Certificação participativa; COVID 19; Pandemia; Produtos orgânicos.

1. INTRODUÇÃO

Para usar o termo orgânico nos produtos ou fazer uso do selo de orgânicos do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SISOrg), é necessário está regulamentado pela Lei de Orgânico do Brasil, Lei Nº 10.831 de 23 de dezembro de 2003, o órgão fiscalizador desta lei é o Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). A Lei de Orgânicos do Brasil, regulamenta três mecanismos de avaliação da conformidade orgânica, dentre eles

¹ Pesquisador da Embrapa Algodão; Engº Agrônomo - UFPB; Mestre em Fitotecnia - UFPB
marenilson.silva@embrapa.br/marenilsonbatistadasilva@hotmail.com

² Engª Agrônoma - UFPB; Mestra em Extensão Rural e Desenvolvimento Local – UFRPE; Consultora Técnica; amaliamarques@yahoo.com.br

o Sistema Participativo de Garantia, conhecido popularmente como Certificação Participativa. O SPG é representado juridicamente por um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC).

A Rede Borborema de Agroecologia (RBA) é o primeiro OPAC do estado da Paraíba, credenciado no MAPA. Com sede localizada no Assentamento Queimadas, município de Remígio. É uma organização formada por agricultores familiares, assentados da reforma agrária e pequenos produtores. O Sistema Participativo de Garantia (SPG) é composto por: Conselho de Ética, Comissão de Avaliação da Conformidade Orgânica, Comissão Técnica e Conselho de Recurso, cada um possui responsabilidades e desenvolve atividades distintas no processo de Certificação Participativa (MARQUES, 2019).

Segundo Marques (2019), o Manual de Procedimentos Operacionais, apresenta e regulamenta como deve acontecer às atividades de avaliação da conformidade orgânica realizados pela Rede Borborema de Agroecologia (RBA). Tais ações são organizadas, planejadas e executadas durante o ano, por isso, a RBA organiza o calendário anual de atividades (MARQUES, 2019). As atividades de certificação participativa são intensas, exige dedicação e participação de todos e todas que compõem e precisam da avaliação da conformidade orgânica desenvolvidas pelo SPG.

Este manual estabelece como deve acontecer cada atividade, porém devido à pandemia, provocada pela contaminação da COVID 19, a RBA teve que elaborar novas atividades de avaliação da conformidade orgânica, para serem desenvolvidas nos sistemas de produção, se adaptando e respeitando as regras de isolamento social e os critérios de cuidados para evitar a contaminação do coronavírus.

Para isso, a RBA aprovou de maneira excepcional novas estratégias de execução das atividades da certificação participativa. Sendo regulamentadas por meio de reuniões remotas, as atividades aprovadas foram as seguintes: Fichas de Sutoavaliação, Vídeos de Autoavaliação, Visitas Presenciais com Restrições e Reuniões Remotas.

Portanto, este trabalho tem como objetivo apresentar como aconteceu o processo de adaptação das atividades de certificação participativa, descrevendo como foram desenvolvidas cada atividade de avaliação da conformidade orgânica, nas unidades de produção dos agricultores familiares, assentados da reforma agrária e pequenos produtores vinculados ao SPG Rede Borborema de Agroecologia, dando desta forma a garantia da qualidade orgânica dos sistemas de produção.

2. OBJETIVO

Apresentar as estratégias de certificação participativa adotada pelo SPG Rede Borborema de Agroecologia no período da pandemia, provocada pela contaminação do coronavírus - COVID 19.

3. METODOLOGIA

Devido o momento de pandemia a Rede Borborema de Agroecologia (RBA) estabeleceu novas estratégias de certificação participativa orientada pela Comissão Técnica. As estratégias criadas e adotadas pela Rede Borborema de Agroecologia envolveu as seguintes atividades: Visitas presenciais com restrições, Fichas de Autoavaliação, Vídeos de Autoavaliação e Reuniões Remotas. A orientação técnica ocorreu por meio de gravações de vídeos e áudios, publicações nas redes sociais (Facebook e Instagram), conversas em grupos de WhatsApp e aplicação de vídeos chamadas. E alguns momentos teve orientação técnica de forma presencial.

Para descrever como se deu esse processo, adotamos como metodologia uma abordagem qualitativa, desenvolvendo de participação direta. A participação direta em eventos, atividades, conversas, promove a compreensão e gerar uma maior profundidade sobre o fato, fenômeno, ações desenvolvidas (LIMA, 2008 apud GUERRA 2014 p.31). As atividades que engloba a metodologia de participação direta, realizadas para desenvolver esta pesquisa foram: observação participante, verificação de documentos criados exclusivamente para esse período de pandemia, acompanhamento das publicações nas redes sociais da Rede Borborema de Agroecologia (Facebook e Instagram), participação das reuniões remotas, participação das conversas realizadas no grupo de WhatsApp e conversa formal com representantes da Comissão Técnica do SPG.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante esse período da pandemia, a Coordenação de Produção Orgânica (CPOR)/MAPA, por meio de ofícios, passou algumas orientações a respeito do período de restrições para contenção do avanço da epidemia provocada pelo Coronavírus (COVID-19). Na impossibilidade de desenvolver as atividades de avaliação da conformidade, e sabendo da situação do sistema de produção dos produtores vinculados ao OPAC/SPG, os certificados de conformidade orgânica, poderiam ser prorrogados por 6 (seis) meses ou até 1 (um) ano (OFÍCIO N° 26/2020/CPOR/DTEC/SDA/MAPA, 2020). Os sistemas de produção que já tinha histórico de visitas de verificação, que não oferecia nenhum risco significativo que viesse comprometer a qualidade orgânica estavam aptos a prorrogação dos certificados sem realização de visita (OFÍCIO N° 26/2020/CPOR/DTEC/SDA/MAPA, 2020).

O documento orientava também, que a prorrogação deveria apresentar documentação de excepcionalidade das circunstâncias e promovendo a avaliação de itens que possam ser verificados sem o deslocamento, enfatizando entre os produtores que esta eram condições temporárias, podendo haver complementação das atividades de verificação com visitas presenciais (OFÍCIO N° 26/2020/CPOR/DTEC/SDA/MAPA, 2020).

Porém, a Rede Borborema de Agroecologia durante reuniões remotas realizadas com a participação dos representantes da Coordenação geral, comissões e conselhos, resolveram não prorrogar os certificados de conformidade orgânica, por entender que as ações do SPG vão muito além do processo de certificação orgânica dos sistemas de produção (ALMEIDA; SILVA; SILVA; MARQUES; MACHADO; AGUIAR, 2020). O conjunto de atividades promovidas pelo OPAC, aproxima às pessoas, colabora diretamente com a organização social, com a construção do conhecimento agroecológico e orgânico, contribuindo diretamente com o fortalecimento dos grupos de produção vinculados ao OPAC/SPG (ALMEIDA; SILVA; SILVA; MARQUES; MACHADO; AGUIAR, 2020).

A RBA também entendeu que seria possível (re) adaptar as atividades de avaliação da conformidade orgânica estabelecidas no seu manual de procedimentos operacionais, as ações desenvolvidas por outros SPGs do Brasil, a exemplo do SPG Vale do Jequitinhonha - em Minas Gerais, também contribuiu com a elaboração e adaptação das atividades à serem realizadas nesse período da pandemia.

As atividades de avaliação da conformidade orgânica criadas excepcionalmente para o período da pandemia, foram elaboradas pela Comissão Técnica do SPG Rede Borborema de Agroecologia. Esta comissão é responsável por orientar tecnicamente o sistema de produção orgânica e as atividades de relacionadas à certificação participativa, também é responsável pela emissão de pareceres técnicos. Foi fundamental a participação efetiva e direta da comissão técnica durante esse período de contaminação da COVID 19.

As atividades elaboradas pela comissão técnica foram: Visitas presenciais com restrições, Fichas de Autoavaliação, Vídeos de Autoavaliação e Reuniões remotas. Estas atividades foram apresentadas e aprovadas durante reuniões remotas promovidas pela RBA. O processo de orientação técnica para o desenvolvimento das atividades ocorreu por meio de gravações de vídeos e áudios, material elaborado e editado pela comissão técnica. Esse material era disponibilizados nos grupos de WhatsApp, para posterior publicação nas redes Sociais da Rede Borborema de Agroecologia (Instagram, Facebook), facilitando o acesso ao material. As orientações e acompanhamento técnico também aconteceram durante remotas através do uso de aplicativos (Zoom e Google Meet). Em ocasiões específicas, também teve orientação técnica de forma presencial.

As atividades iam sendo realizadas tendo como base as orientações apresentadas no Decreto Nº 40.304/2020, publicado pelo Governo do Estado da Paraíba, o qual estabelecia as condições epidemiológicas e estruturais da COVID 19 no Estado da Paraíba. Os itens a seguir descrevem como aconteceu cada atividade.

4.1 Visitas Presenciais com Restrições

As visitas presenciais são atividades de avaliação da conformidade que estão estabelecidas no manual de procedimentos operacionais, desde quando a Rede Borborema de Agroecologia foi criada. Durante esse período de pandemia essa atividade permaneceu no planejamento anual, porém com restrições.

As visitas presenciais, tanto do Conselho de Ética como da Comissão de Avaliação, poderiam acontecer após a verificação da situação da COVID 19, tendo como base a bandeira de classificação do estágio da COVID 19 nos municípios paraibanos, sobretudo nos municípios de atuação da Rede Borborema de Agroecologia. A Secretaria Estadual de Saúde da Paraíba apresentava e denominava o estágio dos municípios por cores de bandeiras: Vermelho, Laranja, Amarelo e Verde (DECRETO Nº 40.304 - GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, 2020).

Sendo assim, as visitas presenciais poderiam acontecer atendendo as seguintes condições:

- ✓ Verificar o quadro de estágio do município, de acordo com a cor bandeira de classificação estabelecida pelo Governo do Estado da Paraíba;
- ✓ O responsável pela unidade de produção deveria permitir a realização da visita presencial;
- ✓ Limite de participação de apenas 3 à 4 pessoas durante as visitas;
- ✓ As pessoas envolvidas na visita deveriam está fora do grupo de risco;
- ✓ Respeitar o distanciamento de 2 metros entre pessoas
- ✓ Fazer uso de máscara e álcool em gel, durante toda à visita
- ✓ Ao visitar os estabelecimentos da propriedade (Banco de Sementes, local de armazenamento dos equipamentos ferramentas de trabalho, armazenamento da produção, criação e manejo dos animais, etc), manter controle e organização a entrada e saída das pessoas, entrar uma pessoa por vez.

4.2 Vídeos de Autoavaliação

Os Vídeos de Autoavaliação é uma nova estratégia de avaliação da conformidade orgânica, elaborada especialmente para ser realizada neste período da pandemia, direcionada para famílias agricultoras que se enquadravam no grupo de risco e não podiam receber visitas presenciais. Os vídeos de autoavaliação, substituíam às visitas locais, realizadas pelo Conselho de Ética. Para gravação dos vídeos foi apresentado um roteiro de orientação. Os vídeos teriam que apresentar informações referente às atividades desenvolvidas no sistema de produção, à saber:

Quadro 1: Atividades para elaboração dos Vídeos de Autoavaliação

Atividade 1	Vídeo de apresentação da família responsável pela unidade de produção
Atividade 2	Apresentação da produção do roçado
Atividade 3	Anotações das atividades realizadas na unidade de produção
Atividade 4	Apresentar as dependências da unidade de produção
Atividade 5	Problemas com pragas e doenças
Atividade 6	Destino da produção: consumo e comercialização da produção
Atividade 7:	Assessoria Técnica/Parceiros

Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

O roteiro apresentava orientações gerais sobre como deveria acontecer às gravações, dentre elas estavam listadas as seguintes recomendações:

- ✓ Gravar vídeos curtos, com duração de 1 à 3 minutos, para facilitar o envio para o Escritório Central de Rede Borborema de Agroecologia;
- ✓ Para cada atividade deve-se gravar um vídeo (se a atividade necessitar de mais gravações, pode-se gravar quantos vídeos achar necessário, desde que cada vídeo tenha a duração de 1 à 3 minutos).
- ✓ Poderia haver reverzamento dos integrantes da família no processo de gravação das atividades, tornando o processo ainda mais participativo.

A atividade 8, estava relacionada a certificação orgânica, a família realizava a gravação respondendo as questões: “Por que deseja certificar seu sistema de produção como orgânico? Você se considera apto a ser certificado como agricultor ou agricultora orgânico? Por quê?”.

Os Vídeos de Autoavaliação eram acompanhados dos registros fotográficos referente ao Plano de Manejo Orgânico e Caderno de campo, todo esse material, são considerados documentos do processo de certificação orgânica, que posteriormente passariam pela análise e avaliação da comissão de avaliação da Rede Borborema de Agroecologia, dando o parecer final do processo de certificação orgânica.

4.3 Fichas de Autoavaliação

As Fichas de Autoavaliação é uma das estratégias de avaliação da conformidade, também direcionada para famílias agricultoras que se enquadravam no grupo de risco e não podiam receber visitas presenciais ou ainda, para aqueles que apresentavam dificuldades na gravação dos vídeos. A Ficha de autoavaliação, substituíra as visitas locais, realizadas pelo Conselho de Ética.

A Ficha de Autoavaliação se tratava de um documento claro, fácil e prático de preencher, construído com perguntas abertas, objetivas e de múltipla escolha. O documento foi elaborado seguindo a lógica de organização e planejamento do sistema de produção orgânica e do processo de certificação participativa. A ficha apresentava as orientações gerais de preenchimento do referido documento.

As informações solicitadas na Ficha de Autoavaliação eram as seguintes: registro de local e data de preenchimento do documento, nomes das pessoas envolvidas diretamente no sistema de produção, listar dos produtos e criações existentes na unidade de produção, listar os problemas/desafios ocorridos na unidade de produção e como se deu a resolução dos mesmos, origem das sementes, informações sobre a comercialização (produto/mercado), assessoria técnica, registros fotográficos das informações do caderno de campo e plano de manejo

orgânico, registros fotográficos da produção e das dependências da unidade de produção.

Após apresentar as informações sobre o sistema de produção, a família teria que responder perguntas relacionadas à Certificação orgânica, tais como: “Por que deseja certificar seu sistema de produção como orgânico? Você se considera apto a ser certificado como agricultor ou agricultora orgânico? Por quê?”. Para concluir o preenchimento do documento os integrantes da família assinam e declaram que as informações são verdadeiras, responsabilizando-se pelos dados apresentados na ficha de autoavaliação.

A ficha de autoavaliação foi acompanhada de registros fotográficos, os quais são caracterizados como documentos comprobatórios do processo de certificação orgânica. Estes documentos eram analisados e avaliados pela comissão de avaliação da Rede Borborema de Agroecologia, para ser dado o parecer final do processo de certificação orgânica.

4.4 Reuniões Remotas

As Reuniões remotas foram uma das primeiras estratégias à serem testadas, desenvolvidas e incorporadas nas atividades de certificação participativa da Rede Borborema de Agroecologia. Foram realizadas durante todo ano, geralmente aconteciam 1 (uma) vez por mês ou a cada 15 (quinze) dias, a partir das 18:00 horas (horário que garantia uma maior participação dos agricultores e agricultoras), eram realizadas através dos aplicativos Google Meet e Zoom.

Nas reuniões remotas aconteciam diferentes atividades, reuniões com a coordenação geral, com representantes das comissões e conselho do SPG; formação e orientação técnica e reuniões remotas da Comissão de Avaliação.

As reuniões remotas da Comissão de Avaliação eram realizadas para validar o processo de certificação orgânica. Após a análise dos documentos e pareceres elaborados durante as visitas presenciais com restrições, fichas e vídeos de autoavaliação, a Comissão de Avaliação agendava reuniões remotas com as famílias para conversar sobre as atividades desenvolvidas, tirar dúvidas e dar o parecer final sobre o processo de certificação orgânica do sistema de produção.

Estas reuniões eram específicas, geralmente participava um grupo de 3 à 4 famílias, de diferentes lugares, tendo a participação dos representantes da Comissão de Avaliação. O documento final deste processo de validação eram registrados por meio de atas, no livro ata da Rede Borborema de Agroecologia.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste período de pandemia a Rede Borborema de Agroecologia conseguiu desenvolver as atividades de avaliação da conformidade orgânica (re) adaptando as atividades existentes, estabelecidas em seu manual de procedimentos operacionais, organizou, planejou e executou novas atividades de verificação.

As diferentes ações realizadas excepcionalmente neste período de pandemia, aproximou ainda mais as pessoas envolvidas diretamente no processo de certificação participativa, promoveu o fortalecimento, a seriedade, o cuidado/atenção na execução do processo de avaliação da conformidade orgânica.

É fundamental considerar também, a importância do trabalho realizado pela Comissão Técnica da Rede Borborema de Agroecologia, pois em tempo hábil conseguiu propor estratégias, elaborando atividades de avaliação da conformidade orgânica, capazes de garantir a qualidade orgânica dos sistemas de produção, respeitando a realidade dos agricultores e agricultoras. Além de criar uma metodologia de orientação e acompanhamento técnico das ações propostas, fazendo com que as informações chegassem de fato até as pessoas com clareza.

Por fim, as novas atividades de avaliação da conformidade orgânica, criadas especificamente para este período de pandemia poderão ser avaliadas e incorporadas futuramente no Manual de Procedimentos Operacionais da Rede Borborema de Agroecologia.

6. REFERÊNCIA

ALMEIDA, Advana de Aguiar; SILVA, Alexandre Almeida da; SILVA, Marenilson Batista da; MARQUES, Maria Amália da Silva; MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo; AGUIAR, Suzana Cordeiro de. **Uma rede que cria laços e fortalece a produção de algodão agroecológico e de alimentos na Paraíba**. In: Sistemas participativos de garantia do Brasil: Histórias e Experiências. Org. Aloísia Rodrigues Hirata, Luiz Carlos Dias Rocha – Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2020.

DECRETO Nº 40.304/2020. Dispõe sobre a adoção do plano Novo Normal Paraíba, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pela COVID-19 (Novo Coronavírus) no âmbito da Administração Pública direta e indireta, bem como sobre recomendações aos municípios e ao setor privado estadual. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/governo-do-estado-apresenta-plano-de-retomadagrual-e-segura-das-atividades-na-paraiba/DecretoNovoNormalPBconvertido.pdf>. Acesso: 02 de novembro de 2020.

GUERRA, Elaine Linhares de Assis. Manual de pesquisa qualitativa. Centro universitário UNA, Belo Horizonte, 2014

MARQUES, Maria Amália da Silva. **Autonomia ou submissão? Uma análise sobre os mecanismos de certificação orgânica adotados pelos agricultores familiares do estado da Paraíba**. 2019. 187 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife. Disponível em: <http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/handle/tede2/8515>. Acesso: 03 de novembro de 2020.

OFÍCIO Nº 12/2020/CPO/DTEC/SDA/MAPA. Orientações a respeito do período de restrições para contenção do avanço da epidemia provocada pelo Coronavírus (COVID19). Brasília, 17 de março de 2020.

OFÍCIO Nº 15/2020/CPO/DTEC/SDA/MAPA. Retificação do OFÍCIO nº

12/2020/CPO/DTEC/SDA/MAPA sobre orientações a respeito do período de restrições para contenção do avanço da epidemia provocada pelo Coronavírus (COVID-19).
Brasília, 14 de abril de 2020.

OFÍCIO Nº 26/2020/CPOR/DTEC/SDA/MAPA. Retificação do OFÍCIO nº 15/2020/CPO/DTEC/SDA/MAPA sobre orientações a respeito do período de restrições para contenção do avanço da epidemia provocada pelo Coronavírus (COVID-19).
Brasília, 31 de julho de 2020.

PROTAGONISMO FEMININO NO CAMPO: RELATO DA LUTA DO GRUPO DE MULHERES DO ASSENTAMENTO SABIAGUABA – CE

Mariana Gomes Vieira¹

Francisco Tavares Forte Neto²

Resumo: No meio rural, uma das problemáticas que assolam a dinâmica no campo é a desigualdade e a falta de fortalecimento do protagonismo das mulheres. A discussão de gênero nos interiores é, na maioria das vezes, suprimida por justificativas baseadas no modelo patriarcal, sendo constantemente embasadas nos argumentos de divisão de trabalho, onde a mulher acaba por ter as suas atividades, em casa e no campo, totalmente desvalorizadas. Na década de 90, no assentamento Sabiaguaba, em Amontada – CE, um grupo de mulheres se uniu formando uma frente de organização e resistência à especulação imobiliária presente no local. A partir disso, deu-se início o processo de criação do Restaurante das Mulheres de Caetanos de Cima. O objetivo deste trabalho é levantar o histórico e fazer uma breve análise dos efeitos resultantes desta organização. Os dados foram oriundos da Metodologia de Análise e Diagnóstico de Sistemas Agrários (MADSA), por meio da utilização de algumas ferramentas como o caminhamento livre, as entrevistas semiestruturadas e a roda de conversa. Ao se fazer a análise dos dados, foi observado que umas das principais motivações para a criação do grupo foi o fato de não haver o poder de fala dentro das suas residências. Com isso, foram iniciadas as reuniões com a presença inclusive de suas filhas, ato que fortaleceu o trabalho de base passado entre as gerações. Dentre os resultados, o mais positivo foi a criação do restaurante das mulheres, que se tornou pólo da gastronomia local, posteriormente se tornando uma das principais atrações do turismo comunitário exercido no assentamento. A partir disso, ressalta-se a importância de se fortalecer o protagonismo das mulheres no âmbito rural, pois o mesmo pode ser fonte de benefícios para toda a comunidade.

Palavras-chave: Feminismo, Assentamento Rural, Agroecologia.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é decorrente do estágio de vivência promovido pelo Programa Residência Agrária e pela Universidade Federal do Ceará nos dias 19 e 20 de novembro de 2019 no Assentamento Sabiaguaba em Amontada – CE. Ao observarmos a dinâmica de relações históricas pré-existentes entre os atores sociais do meio rural, percebemos que o lugar de fala e vivência das mulheres do campo sempre tendeu-se a ser inferiorizado. Esta perspectiva, decorrente da adoção de um modelo patriarcal de relações sociais, é altamente presente no contexto da agricultura familiar no Brasil. De acordo com Drumont (1980), o papel do machismo, como instrumento ideológico, é propor uma influência autoritária masculina atrelada à invalidação do pensamento da mulher. Para a autora, essa relação é estimulada desde a infância, no momento em que a menina recebe atribuições domiciliares e vistas como não geradoras de renda, enquanto o menino é incitado a prestar atividades de caráter profissionalizante.

No âmbito rural, este fato é bastante perceptível. Todavia, uma das possibilidades

¹Graduanda em Agronomia (UFC), E-mail: viemariana@gmail.com;

²Engenheiro Agrônomo e Mestrando em Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFC), Email: netofortee@gmail.com.

de contribuição para a quebra hegemônica desse sistema é o trabalho de base na perspectiva da agroecologia. Para Almeida (2016), os princípios agroecológicos possibilitam a criação de relações baseadas na igualdade e equidade, para com o ser humano e também com a natureza. Ao analisarmos a situação deste cenário no estado do Ceará, percebe-se um movimento de transição, indicando a consolidação do pensamento que fortalece o pertencimento e que, conseqüentemente, acarreta em um maior protagonismo destas mulheres.

A história do assentamento Sabiaguaba, desde o seu início, é baseada na prática agrícola de subsistência e na pesca artesanal. Localizado na região noroeste do estado do Ceará, especificamente no município de Amontada, o local sempre foi almejado pela especulação imobiliária por ser dotado de grandes belezas naturais. No ano de 1988, impulsionado pelo descontentamento diante da ação de posseiros sobre a região, ocorreu o surgimento da Associação dos Pequenos Agricultores, Pescadores e Assentados do Imóvel Sabiaguaba. Dentro deste espaço de discussão, ao serem levantadas as demandas de combate à ocupação indevida do local, já era percebido uma supressão aos pontos de vista elaborados pelas poucas mulheres presentes. Este fato, reflexo do comportamento desempenhado pelos próprios companheiros dentro de suas residências, serviu como ponto de partida para a mobilização que posteriormente deu início ao grupo. Ao se observar isso, podemos fazer a análise da organicidade das mulheres do assentamento Sabiaguaba e, assim, avaliar a sua respectiva importância dentro do papel de fortalecimento da discussão de gênero na região.

Levando em consideração o que foi explanado anteriormente, este trabalho tem como objetivo principal levantar o histórico de organização do grupo, fazer uma breve análise dos resultados gerados, observando os efeitos de sua repercussão no contexto do assentamento e na vida das participantes, além de propor iniciativas que fomentem a organização social feminina e o protagonismo das mulheres nas mais diversas dinâmicas do meio rural.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Ao longo do desenvolvimento humano, as relações sociais foram erguidas baseadas em um sistema patriarcal, tanto no aspecto urbano como rural. Apesar de ser um modelo propulsor de desigualdade, atingindo ambas as dinâmicas, observa-se uma notória divergência de efeitos quando analisamos as mesmas. Segundo Heredia e Cintrão (2006):

As desigualdades de gênero na zona rural brasileira se inscrevem num conjunto de outras desigualdades sociais, que se expressam historicamente quando se compara a população rural e a população urbana, bem como na comparação entre as diferentes regiões do país. Assim, a análise das desigualdades e das condições de vida das mulheres rurais deve levar em conta as péssimas condições de vida e de acesso a políticas públicas nas zonas rurais, especialmente nas regiões mais pobres do país, que afetam sobremaneira as mulheres rurais, aprofundando ainda mais as desigualdades específicas de gênero (HEREDIA; CINTRÃO, 2006, p. 2).

Dando continuidade ao pensamento das autoras, uma das justificativas para essa divergência de efeitos é o fato de os trabalhadores rurais terem tido acesso tardio ao leque de políticas públicas e direitos trabalhistas, quando comparado aos trabalhadores urbanos. Para Almeida (2016), ao se analisar as diferenças entre homens e mulheres são inseridos valores e elementos culturais, e isso acarreta em diferentes interpretações, o que facilita o entendimento de superioridade e conseqüentemente gera a desigualdade de gênero.

O confinamento da mulher exclusivamente ao âmbito privado e doméstico é o principal exemplo disso. Os trabalhos são hierarquizados, e as funções reprodutivas (das mulheres) e produtivas (dos homens) se mostram como mundos separados. O primeiro como sinônimo de valor imaterial, já o segundo é compreendido como valor mercantil (ALMEIDA, 2016, p. 11).

Devido ao fato das responsabilidades e demandas de caráter doméstico serem repassadas para as trabalhadoras rurais desde cedo, as mesmas acabam por extrapolar os limites da jornada de trabalho muitas vezes sem perceber, fruto de uma visão errônea de que as respectivas atividades não podem ser caracterizadas como trabalho de fato por não trazer retorno financeiro. Este panorama, na maioria das vezes, é reiterado pelos próprios companheiros.

Para Heredia e Cintrão (2006), além dos afazeres domésticos são atribuídas a estas mulheres a responsabilidade dos cuidados com o quintal, e isto inclui o tratamento de pequenos animais para posterior alimentação da família, o desenvolvimento de hortas e canteiros, o manejo do roçado, entre outras funções. Por não ser aferido o retorno econômico dessas atividades, o trabalho de caráter agrícola é visto pelas próprias mulheres como um acréscimo das tarefas domésticas.

De acordo com o pensamento das autoras Costa e Nunes (2014):

Suas atividades não são consideradas trabalho, e portanto, não fazem parte da composição da renda familiar, sendo consideradas apenas uma extensão das suas atividades domésticas, não remuneradas. O que torna invisível o papel da mulher na agricultura familiar. Isto se deve a propagação de representações patriarcais, onde o trabalho da mulher é considerado apenas uma ajuda, ocupando uma posição de subordinação, o que dificulta o reconhecimento da mulher como trabalhadora rural (COSTA; NUNES, 2014, p. 4).

Uma importante reflexão empregue pela economia feminista, segundo Di Sabbato et al. (2009) é de idealizar as mulheres como protagonistas econômicas, levando em consideração todo o trabalho feito pelas mesmas, entretanto, sem atribuir elementos negativos que o equiparem ao modelo de trabalho mercantilista comumente empregado:

É necessário reconhecer que o trabalho doméstico tem características próprias não comparáveis com as de mercado. Seu sentido não é de ganhar benefícios e está fortemente marcado pela dimensão subjetiva. Para a sustentabilidade da vida humana e seu bem-estar há um conjunto de necessidades, como de afetos, de segurança emocional, que é parte das atividades realizadas no âmbito doméstico pelas mulheres (DI SABBATO et al, 2009, p. 17).

Dentro da discussão sobre divisão sexual do trabalho e desigualdade de gênero no âmbito rural, conta-se com um instrumento de grande relevância para diminuição deste panorama que é a disseminação da agroecologia e seus princípios. A agroecologia, para além do conceito de ciência que corrobora com a agricultura sustentável, de acordo com Siliprandi (2015) fomenta a valorização dos saberes tradicionais, propondo assim um maior protagonismo por parte dos atores sociais. O seu enfoque é na transdisciplinaridade como ponto chave para fortalecer esse diálogo. Ao inserirmos nesse contexto as mulheres do campo (agricultoras, camponesas, quilombolas, indígenas, entre outras) podemos fortalecer o protagonismo das mesmas por meio da troca de experiências e saberes. Segundo Serrano (2014):

Acredita-se ainda que a lógica de dominação sobre a natureza e seus recursos, na qual o desenvolvimento da agricultura moderna se dá, é a mesma sobre estrutura as desigualdades entre os gêneros e a dominação dos homens sobre as mulheres. Nesse sentido, aqui se faz o esforço de aproximar feminismo e Agroecologia enquanto contribuições teórico-metodológicas que vêm

questionar os pressupostos de universalismo, neutralidade e objetividade que são atribuídos ao conhecimento científico tradicional (SERRANO, 2014, p. 22).

Levando em consideração o início do movimento organizacional do campo, momento em que a agroecologia não era tão conhecida como uma possibilidade de emancipação do protagonismo feminino, segundo Tamanini (2017) as mulheres, apesar de não serem reconhecidas como sujeito político, marcavam presença nos movimentos sindicais e nas pastorais sociais. Todavia, notava-se uma marginalização das mesmas. Este foi o ponto de partida para a promoção e efetivação do movimento social feminino no campo.

Diante disso, elas começam a questionar a hegemonia masculina na representação sindical e o direito à autonomização na sua representação como trabalhadoras, desvinculando-se de seu papel subordinado na relação familiar camponesa, na qual a mulher é representada pelo chefe e provedor da família (TAMANINI, 2017, p. 146).

Para Heredia e Cintrão (2006):

Embora historicamente as mulheres participem das lutas e movimentos sociais no campo, a história de movimentos específicos de mulheres trabalhadoras rurais no Brasil é relativamente recente e é possível notar uma grande evolução do período imediatamente anterior à constituinte até os dias atuais. As primeiras organizações específicas de mulheres rurais datam do início dos anos 80, estimuladas principalmente pela igreja católica, movimento sindical e partidos políticos, e tomaram maior força no Sul do país (especialmente no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina), e no Nordeste (especialmente Pernambuco e Paraíba). Estes movimentos se expressam e ganham visibilidade através de encontros, congressos, passeatas, marchas. (HEREDIA; CINTRÃO, 2006, p. 6).

Corroborando o pensamento das autoras, as principais motivações para a criação do movimento de mulheres trabalhadoras rurais foram a constatação da profissão agricultora, além da busca por sindicalização e direitos básicos relacionados à saúde e aposentadoria. Após a contextualização temática acima, pode-se aferir que a construção do pensamento feminista aliado às lutas camponesas e aos princípios agroecológicos é de grande importância para o fortalecimento do protagonismo feminino na dinâmica rural.

3 METODOLOGIA

3.1 Caracterização da Área de estudo

A área de estudo em questão é o Assentamento Sabiaguaba, localizado na região noroeste do estado do Ceará, no município de Amontada. O Assentamento é composto atualmente por três comunidades: Matilha, Pixaim e Caetanos de Cima, sendo essa última o espaço mais próximo ao litoral e que conta com a organização feminina mais fundada. Possui uma extensão territorial de 718 hectares, contando com aproximadamente 200 famílias entre assentadas e agregadas (28 assentadas e mais de 100 agregados).

3.2 Ferramentas Utilizadas

Para a construção do trabalho, foram utilizadas algumas ferramentas constituintes da Metodologia de Análise e Diagnóstico de Sistemas Agrários (MADSA), tal metodologia foi proposta por DUFUMIER (2007) e permite realizar análises multidimensionais de comunidades e assentamentos rurais e seus sistemas agrários.

Primeiramente, no dia 19 de novembro foi feito o caminhamento livre pela área da comunidade de Caetanos de Cima, onde foram explorados os quintais produtivos, a sede da Associação dos Pequenos Agricultores, Pescadores e Assentados do Imóvel

Sabiaguaba, a escola infantil, a igreja, a área da praia e o restaurante das Mulheres. Durante o caminhar, foram propostas entrevistas semiestruturadas com alguns agricultores da região, acerca do manejo dos quintais produtivos, projetos e políticas públicas nos quais eles estavam inseridos.

No dia 20 de novembro ocorreu, no restaurante das mulheres, a roda de conversa com as representantes do grupo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como foi citado anteriormente, a inferiorização da opinião feminina, mesmo diante da presença das mulheres nos espaços de discussão, foi o gatilho inicial para a auto-organização das mesmas durante o desenvolvimento da luta no campo. A

mobilização do assentamento Sabiaguaba, motivada pela especulação imobiliária cada vez mais presente no local, gerou a Associação dos Pequenos Agricultores, Pescadores e Assentados do Imóvel Sabiaguaba no ano de 1988. Neste espaço, dominado por indivíduos do sexo masculino, as poucas mulheres presentes tinham o papel de fazer companhia aos seus maridos. Ao serem geradas considerações, logo eram descredibilizadas.

Em meados do início da década de 90, o assentamento começou a receber visitas de representantes das Comunidades Eclesiais de Base. Por intermédio das irmãs Beth e

Maria Alice eram feitas breves reuniões periódicas com as mulheres, tendo como principal propósito relatar sobre a fé, religiosidade e suas respectivas dinâmicas domésticas. Por não ter poder de fala em suas casas, as mulheres se utilizavam dos encontros como instrumento de motivação, o que fez com que o número de participantes fosse se expandindo ao longo dos meses.

Mediante a ação dessa entidade religiosa em conjunto com a motivação pelo poder de fala foi criado o “grupo das esposas”. Apesar de ser uma organização inicial, a percepção de luta e equidade de gênero já era presente e significativa, gerando inclusive conflitos com os seus maridos, que questionavam a verdadeira atribuição dos encontros. No momento das reuniões, as mulheres levavam suas filhas muitas vezes no colo, o que retrata simbolicamente a continuação dessa luta sendo passada para as gerações seguintes. Apesar da resistência, muitas participantes desistiram por causa de seus maridos.

No ano de 1994, foi construída na praia a “barraca das mulheres”, servindo como uma imposição física determinante para a ocupação e conquista do local diante da especulação. Posteriormente, a barraca virou o Restaurante das Mulheres do Assentamento Sabiaguaba. Além do local físico ser tido como uma construção envolta de histórias de resistência, o espaço conta com pinturas colaborativas feitas pelos visitantes, promovendo ideais que fortalecem o feminismo e a equidade de gênero de forma artística. Atualmente, o grupo conta com 12 participantes (6 no restaurante e 6 no cercado), e é totalmente autossuficiente. Muitas delas levam a produção adquirida em seus quintais produtivos para serem feitas as refeições no restaurante. Além dos quintais das participantes, o grupo conta com o incremento da renda por parte da venda do côco, caju e manga proveniente de uma área manejada por elas que fica atrás da escola da comunidade. Parte do dinheiro arrecadado no restaurante é voltado para a associação, e a outra parte é dividido entre as participantes, dependendo do rendimento mensal do empreendimento.

A relevância do restaurante das mulheres dentro do assentamento foi um elemento importante para o desenvolvimento da principal forma de renda local, que é o turismo comunitário. Proporcionado pelas suas belezas naturais e com a assistência da Rede TUCUM, a comunidade se transformou em um importante ponto do turismo local, onde as atrações oferecidas englobam os quintais produtivos, as dunas, o restaurante das mulheres, entre outros, fortalecendo o contexto comunitário tradicional.

Ao longo da jornada de construção do protagonismo feminino das mulheres de Caetanos de Cima, é perceptível a importância do trabalho de base feito pelas mesmas. Atualmente, as filhas das participantes da primeira geração contribuem ativamente para as discussões e demandas do grupo, perpetuando assim, as histórias e tradições envoltas no coletivo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do desenvolvimento do estudo foi possível observar a importância do debate de gênero em todos os setores da sociedade, o que inclui o meio rural, pois por muitas vezes as mulheres camponesas têm seu papel reduzido apenas como suporte na produção agropecuária. A inacessibilidade em posições de liderança e tomada de decisões também podem ser constatadas no campo, dessa forma a auto-organização feminina se faz fundamental para a desconstrução desta realidade, que apesar de ser discutida durante décadas ainda persiste em todos os espaços.

Assim podemos destacar a iniciativa do grupo de mulheres do Assentamento Sabiaguaba como um sólido exemplo de empoderamento e desmistificação da ideia do patriarcado. Muitas benfeitorias podem derivar das ações promovidas pelo grupo aqui citado, além da geração de renda, a reflexão dos homens e empoderamento das mulheres, que no decorrer de debates podem aprender e crescer mutuamente.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. S. R. **O Protagonismo Das Mulheres no Movimento Agroecológico do Distrito Federal**. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Ambientais), Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2016.

COSTA, M. M. M DA; NUNES, J. B. A. **Políticas públicas de gênero voltadas à mulher do campo: uma caminhada em busca da cidadania**. XI Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea. VII Mostra de Trabalhos Jurídicos Científicos, 2014.

DI SABBATO, A.; MELO, H. P.; LOMBARDI, M. R.; FARIA, N. **Estatísticas Rurais e a Economia Feminista: Um Olhar Sobre o Trabalho Das Mulheres**. MDA, Brasília, 2009. 168 p.

DRUMONT, M. P. Elementos para uma análise do machismo. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 3, 1980.

DUFUMIER, M. **Projetos de desenvolvimento agrícola:** manual para especialistas. Salvador: UFBA, 2007.

HEREDIA, B. M. A DE; CINTRÃO, R. P. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista Nera**, ano 9, n. 8. p. 1-28. Janeiro/Junho, 2006.

SERRANO, J. S. **Mulheres da Borborema Construindo a Agroecologia e a Igualdade de Gênero.** Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias), Universidade Federal da Paraíba, Bananeiras, 2014.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e Agroecologia: transformando o Campo, as Florestas e as Pessoas.** Editora UFRJ, Rio de Janeiro, 2015. 356 p.

TAMANINI, M.; BOSCHILIA, R.; SCHWENDLER, S. F. **Teorias e Políticas de Gênero na Contemporaneidade.** Ed. UFPR, Curitiba, 2017. 200 p.

IX SIMPÓSIO SOBRE REFORMA AGRÁRIA E QUESTÕES RURAIS

MEMÓRIA: NOTAS DO PASSADO RURAL DE ARARAQUARA

MÁRIO SÉRGIO DEMARZO¹
DULCE ANDREATTA CONSUELO WHITAKER²

RESUMO

Araraquara (SP), fundada nos inícios do século XIX, por Pedro José Neto, tem longa tradição rural. Os bandeirantes, em demanda do interior do continente, utilizavam uma picada próxima ao núcleo urbano, conhecida como “Picadão de Cuiabá” e que corresponde, hoje, à atual Avenida 9 de Julho, ou Rua Dois. Uma das primeiras culturas, de então, em maior escala, foi a da cana-de-açúcar, sendo suplantada, depois, pelo café. Consta que a plantagem cafeeira expandiu-se a partir de um episódio fortuito quando os primeiros produtores do café, Joaquim Sampaio Peixoto e Francisco de Paula Correa, teriam sofrido falta de água na fazenda e, portanto, não podendo utilizar mecanismos de moer a cana e fazer açúcar, iniciaram uma plantação de café na década de 1860, o que lhes rendeu bons resultados, sendo seguidos por outros agricultores. Um líder aqui residente, oriundo de Piracicaba, tornou-se grande produtor e ganhou poder político, Antônio Carlos de Arruda Botelho, o Conde do Pinhal. Como o café precisava ser transportado pelos escravizados e em lombo de burros até Jundiá, onde terminavam os trilhos da estrada de ferro que vinham de Santos, para exportação, o custo alto diminuía o lucro dos produtores. O Conde do Pinhal influenciou decisões e conseguiu trazer os trilhos até perto da então vila de Araraquara (por questões técnicas não foi possível chegar ao núcleo citadino). A Cia. Paulista de Estrada de Ferro chegou a Araraquara em 1885 e a EFA - Estrada de Ferro Araraquara iniciou o assentamento de seus trilhos em 1896. Hoje a cidade abraçou os trilhos, de tal forma que eles atravessam toda a cidade. Mas a vinda do trem expandiu enormemente a cultura cafeeira, de tal forma que Araraquara passou a ser uma das maiores produtoras e exportadoras do produto, com grande progresso ao município. Um episódio com profundas implicações políticas (o assassinato dos Britos) influenciou negativamente os negócios, impingindo à cidade o epíteto de Linchaquara, de tal sorte que foi necessário reinventar a urbe no início do século passado, o que acabou por desenvolver o espaço urbano. Aliás, com o fim da escravidão, iniciou-se a chegada de imigrantes, principalmente italianos, para suprir a mão-de-obra rural escravizada. Os imigrantes que se instalaram no espaço urbano influenciaram decididamente os fatos posteriores. Por exemplo, a primeira e maior indústria da época foi a Fábrica Lupo, de projeção internacional. Mais tarde, a Usina Tamoio, de outro ramo de imigrantes, os Morganti, revolucionou a lavoura da cana no município, contando, inclusive, com uma linha de trem particular percorrendo as suas lavouras. Ainda posteriormente, a laranja (família Cutrale) mostrou-se forte no município, que hoje é sede da maior indústria de processamento de suco de laranja, dominando 25% de tal comércio no mundo. Ainda hoje é importante registrar a presença da agricultura familiar no município, herdeira, certamente, daqueles pioneiros que forneciam alimentos aos bandeirantes que demandavam o interior do país.

Palavras-chaves: cana-de-açúcar, café, estrada de ferro, imigrantes italianos.

¹ Mestre e Doutor em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, da UNIARA - Universidade de Araraquara. Ex-professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Fundação Santo André. Ex-professor da Faculdade de Ciências Econômicas do Sul de Minas – Itajubá (MG).

² Mestra, Doutora e Pós-Doutora, Professora Emérita da UNESP; Professora Doutora aposentada no Departamento de Sociologia e Professora Voluntária no Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da UNESP-FCL/CAR; Professora no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da UNIARA – Universidade de Araraquara.

INTRODUÇÃO

Para compreender o presente e planejar o futuro, é importante conhecer o passado.

O recorte que se faz, neste artigo, compreende o do município de Araraquara (SP), o qual se situa no Planalto Ocidental Paulista, uma “porção do planalto arenítico basáltico” brasileiro (CORRÊA, 2008, p. 21). No ano de 1832, quando foi elevada a vila, seu território se estendia até as barrancas do Rio Paraná, área que foi a origem a mais de 150 outros municípios (COSTA, 2015, p. 29).

Quando se percorre a região, é notória a presença de extensas áreas dedicadas ao cultivo da cana-de-açúcar – o que alguém desavisado poderia interpretar como uma atividade recente do município, o que não corresponde à verdade, quando se visita a história agropecuária da cidade. Tal visita nos permite, em tese, vaticinar que a cultura da cana provavelmente deverá estar sempre ligada à região, pois se trata de uma de suas vocações agrícolas, conforme se verá.

Por outro lado, a presença de dois assentamentos de agricultores pode nos despertar questões do porquê de dois e não de um, ou se suas existências representam algo novo na produção de alimentos de subsistência ou, ainda, respondem a uma retomada de antiga tradição. A reflexão acerca de tais indagações pode ratificar e contribuir para enfoques de políticas públicas.

A propósito, o estudo de antigos saberes dos agricultores tradicionais reveste-se de grande pertinência para a ampliação da memória cultural brasileira. A Dissertação de Mestrado da Dra. Thauana Paiva de Souza Gomes é um exemplo³.

Portanto, seria importante nos debruçarmos sobre parte da memória rural de Araraquara.

Metodologia

A maioria dos dados utilizados decorre das pesquisas do autor, nos seus Mestrado e Doutorado.

As fontes são as mais diversas: pesquisas, entrevistas, jornais, revistas, sites e blogs.

Ocorrendo em fontes diversas, apresentam um quadro caótico, muitas vezes com informações desencontradas que necessitaram sofrer cruzamentos com outras fontes, a fim de que se apurasse o que realmente ocorreu ou, quando não foi possível, apresentar as versões conflitantes.

Pretendeu-se, neste artigo, percorrer os principais dados obtidos, tanto no Mestrado, como no Doutorado, naquilo que pertine à história agropecuária de Araraquara (SP), dispondo-os numa sequência lógica.

I – ORIGENS DA CIDADE

Pedro José Neto é dado como o fundador de Araraquara e teria nascido em Barbacena (MG), em 1760 (TELAROLLI, 2003; SOUZA, 2003, entre outros). Todavia, conforme Aparecida J. G. Aguiar (2003), Pedro José Neto apenas teria morado lá. De acordo com a certidão de seu casamento, em 12/08/1784, quando já residia nesta última cidade, nascera em “N. Senhora da Piedade de Inhomirim, Bispado do Rio de Janeiro” (AGUIAR, 2003, p.14 e 15).

³ “De Saberes não Oficiais a Lugares da Patrimonialidade Imaterial: um estudo da transmissão de conhecimentos tradicionais em assentamento rural” (UNESP, Araraquara, 2011).

Consta que teria participado, lateralmente, da Inconfidência Mineira (CORREA, 2008, p. 31), evadindo-se para a cidade de Itu (SP). Lá, por volta de 1790, ter-se-ia incompatibilizado com autoridades. Preso, fugiu quando era conduzido para Piracicaba, embrenhando-se nos então denominados Campos de Araraquara, habitados por negros fugidos e índios de várias etnias que perambulavam pela região.

Embora se afirme que os índios que por aqui se encontravam seriam os guaianases, pesquisas recentes mostram que, em verdade estes nunca existiram. Marcel Mano (2018), professor da Universidade de Uberlândia, explica que, até o século XVIII (quando foi banida pelo governo do Marquês de Pombal), a língua mais usada no Brasil era a “língua geral brasílica ou nheengatu”, utilizada pelos paulistas na sua comunicação entre si e com outros grupos, inclusive inventando nomes de lugares e de povos.

Corroboram com isso dois fatos. Primeiro, o de que a identidade na sociedade colonial opunha não-índios e índios mansos (escravizados e/ou catequisados) a índios bárbaros e hostis, cujo homólogo seria uma falsa e aleatória oposição entre Tupi e Tapuia. Segundo, de que os termos “Guayaná” e “Cayapó” não correspondem a uma etnotaxinomia social porque correspondem, respectivamente, a termos como “gente selvagem” e como “macaco”. [...] Por isso [...] nunca existiu um grupo indígena Guayaná nos Campos de Araraquara. (TURNER, 1992, p. 311, *apud* MANO, 2018, p. 67)

No ano de 1805, Pedro José Neto construiu uma capelinha, coberta de palha, com paredes de taipa, que consagrou a São Bento, suposto padroeiro daquelas paragens (VIDAL, 1915, p. XIII). Tal capela passou por diversas transformações, sendo que no lugar está hoje a igreja Matriz de São Bento.

Ao tempo, os caminhos eram incertos e perigosos, pois se tratava de região isolada. Pedro José Neto assenhoreou-se de extensa área de terras. Como fugitivo da justiça utilizou-a para trocar grande parte delas com pessoas de influência política, as quais pudessem aliviar sua situação e, inclusive, legalizar sua sesmaria⁴. Assim é que:

com a condição de o livrarem das justiças de Itu, cedeu a diversos, a maior parte das terras que possuía; ao Major Duarte, vendeu Monte Alegre e fez doação das posses do Ouro, Cruzes e Rancho Queimado; a João Manoel do Amaral, a do Bonfim; a Domingos Soares de Barros, a do Lageado e ao Coronel Joaquim de Moraes Leme, da do Cambuy. (VIDAL, 1915, p. XIII e XIV).

Os indígenas ensinaram aos bandeirantes seu conhecimento sobre rios, acidentes geográficos e localização de outras tribos. Não deve espantar, portanto, que as bandeiras parecerem conhecer todos os caminhos, uma vez que, além do conhecimento adquirido junto aos nativos, frequentemente “*os sertanistas apenas seguiam caminhos já existentes pelos quais se comunicavam entre si os índios de diversas tribos relacionadas, ou grupos de uma mesma tribo*” (Orville Derby; *apud* HOLANDA, 1994, p. 25).

Os bandeirantes paulistas descobriram minas de ouro ao oeste e ao norte do atual Estado de São Paulo, no século XVII, mas perderam seus direitos de mineração para os emboabas, como eram chamados os portugueses e outros forasteiros (DEL PRIORE e VENANCIO, 2010, p. 115 e 116), na denominada Guerra dos Emboabas, da qual participou o paulista Luís Pedroso de Barros, autor da referência mais antiga da

⁴ “Sesmarias eram dadas de terras incultas a cidadãos ou a colonos que as beneficiassem. [...] Comumente cada sesmaria concedida no interior deste Estado, tinha uma légua de testada sobre três de fundos”. (V. VIDAL, 1915, p. VIII, nota de rodapé 1 e BENÉVOLO, 1953, p. 391-A, nota 2).

região de Araraquara, em 1724. Esse personagem foi o responsável por desbravar um caminho até o Rio Paraná, quando passou pela região, escrevendo um relatório ao governo (FRANCO, 1954, *apud* CORREA, 2008, p. 24, nota de rodapé n.º 9).

A atual Rua 9 de Julho era conhecida, nos primórdios do povoado, como “picadão de Cuiabá”. Por volta de 1854, a estrada que seguia de Piracicaba para Cuiabá, passando a cerca de cinco léguas do povoado de Araraquara, e conhecida como “picadão”, estava em péssimas condições. E, assim, “*as pessoas que se dirigiam a Mato Grosso preferiam passar pela vila de Araraquara*” (CORREA, 2008, p. 81).

Ora, tudo isso causou o aumento do número daqueles que, demandando o interior do País e evitando os perigos do caminho fluvial (face ao ataque de índios que estavam, logicamente, defendendo seu espaço) passavam por Araraquara. Quando os bandeirantes descobriram ouro em Goiás e em Mato Grosso, seus caminhos cruzavam nosso espaço geográfico. A necessidade de pouso e, principalmente, de alimentos, despertou o espírito empreendedor dos habitantes do lugar: já existia, então, uma vila por aqui e os sitiantes se dedicaram a produzir carne e alimentos para os que demandavam ao interior.

II – INÍCIO DA AGROPECUÁRIA

Deu-se, então, o início de nossa atividade agropecuária. Obviamente, nos primeiros tempos, ela se resumia à subsistência.

Com um mercado consumidor representado pelos que demandavam às minas de ouro, aumentam a criação de gado e alimentos básicos, como milho, arroz e feijão, incluindo-se, posteriormente, cana-de-açúcar e algodão (CORREA, 2008, p. 26 a 38).

Assim, diversos comerciantes também começaram a se estabelecer no município, acabando por juntar capitais e adquirir parte das terras dos que aqui já estavam – ou as conseguindo por dotes matrimoniais. O mesmo ocorria com lavradores que haviam acumulado capitais em outros lugares e vieram em busca de terras novas (CORREA, 2008, p. 111). Num passo seguinte, quando o café se tornou a riqueza dominante, todos eles reforçaram o surgimento de uma classe econômica e politicamente poderosa, uma verdadeira oligarquia, a qual viria a influir decididamente no traçado das linhas férreas até Araraquara.

Para abrir caminho era preciso mão de obra e instrumentos de trabalho. Para o sustento das pessoas era preciso que houvesse alimentos cultivados pelo caminho. A criação de gado era necessária, não só para a alimentação, mas também para o transporte. Esse círculo vicioso foi o processo inicial da construção das primeiras estradas que ligaram Araraquara à civilização. O caminho pelo Rio Tietê mostrava-se inconveniente porque deixava os viajantes vulneráveis aos ataques dos índios. Melhor era transferir a rota pela via dos Campos de Araraquara. Foi com o objetivo de ir atrás do ouro de Cuiabá, sempre por terra, que o caminho foi aberto. (MARTINS e BERGAMIN, 2012, p. 33).

III – CANA E CAFÉ

Na região de Araraquara e Rio Claro, a cultura agrária comercial predominante era, então, a cana-de-açúcar, reservando-se as terras menos férteis para criação de gado. Assim sendo, é remota a tradição da cultura da cana, por aqui, bem como da criação de bois e vacas, o que foi o início da formação de uma bacia leiteira que ensejaria, mais de século depois, a instalação, em Araraquara, da maior produtora de alimentos lácteos, a Nestlé.

Todavia, uma importante cultura mudaria os rumos econômicos da região: “*Na década de 1850 a 1860, no entanto, já se torna perceptível a presença de outra cultura*

que, pela importância vindoura, varreria tanto as fazendas canavieiras quanto os latifúndios pastoris da região: o café” (TRUZZI *et al*, 2008, p. 22).

O café começou a ser plantado em escala comercial, na região, em 1854, em Jaboticabal (que, na época, pertencia a Araraquara), por Manuel José de Alencar, na fazenda Bonfim (CORREA, 2008, p. 60), espelhando um movimento que, na primeira metade do século XIX, já ocorrera no Vale do Paraíba.

Entretanto, Rodolpho Telarolli (2003, p. 64) faz um registro diferente quanto aos primeiros produtores, em termos comerciais, do café, quando registra que, tendo sofrido falta de água na fazenda e, portanto, não poderem “mover a roda para moer a cana e fazer açúcar”, Joaquim Sampaio Peixoto e Francisco de Paula Correa iniciaram uma plantação “de café na década de 1860” (TELAROLLI, 2003, p. 64).

O autor (1977, p. 22) registra:

Com o café e pelo café, já algumas décadas antes do fim do século [rectius: XIX], membros de tradicionais famílias vinham se fixando no Município, provindos principalmente de regiões mais antigas como Capivari, Tietê, Porto Feliz, mesmo de Minas Gerais e de outras partes, dinamizando a economia local, à medida que as feições do território do Município iam sendo alteradas, com a ocupação dos espaços, divididos entre as atividades tradicionais (cana, cereais e criação) e o café; a princípio, divididos os espaços, para, na década dos 90, ocorrer a supremacia absoluta da nova lavoura.

III.1 – A revolução econômica com a chegada dos trilhos

Ademar Benévolo (1953, p. 271), a respeito do café e da cana e com referência às estradas de ferro, observa:

O estabelecimento do parque ferroviário de São Paulo – não devemos nos esquecer desta coordenada sociológica – se efetua quando o café empolga definitivamente a grande província, expulsando aos poucos a cultura do açúcar. A lógica tem pouco que ver com a história dos povos. Por este ou aquele motivo os povos ricos se viciaram definitivamente no uso do café, e este viria ser, nas terras favoráveis ao seu plantio, uma riqueza maior que as minas de ouro do passado.

Aqueles que mantinham posses na região de Araraquara, com a valorização das terras pelo crescimento da cultura do café, viram seu poder econômico e político se expandir enormemente.

O café impunha-se cada vez mais:

Assim, em 1895, a produção do café fora de 700.000 arrobas e do total do valor da produção agrícola do Município, 8 570:000\$000, 8 400:000\$000 referiam-se ao café. Do total de sessenta e nove Municípios que enviaram os dados solicitados pela Repartição de Estatística do Estado, os números só foram menos eloquentes, tanto no total geral da produção, quanto no que se prende ao café, ao Município de Campinas. Em 1897 “o município que mais concorreu com sua produção agrícola para a riqueza do Estado foi o de Araraquara” (Relatório da Repartição de Estatística e Arquivo, ano de 1895, mapa n.º 1, *apud* TELAROLLI, 1977, p. 22 e 23).

A implantação de uma ferrovia ligando o porto de Santos ao interior de São Paulo, com a pretensão de atingir a cidade de Jundiaí, visou a favorecer o escoamento da produção. Os cafeicultores usaram de sua influência para trazer os trilhos mais para perto de suas culturas, mas, inicialmente, somente conseguiram seu intento até a cidade de Campinas e, depois, Rio Claro.

A extensão total da ferrovia era de 139 quilômetros, sendo 79 de Santos a São Paulo e 60 de São Paulo a Jundiá. Nesse momento, o café já integrava a pauta das exportações brasileiras como elemento de primeira grandeza. Com o advento da ferrovia não se abrirão mais novas estradas de rodagem, e as existentes foram relegadas ao abandono. Tanto a calçada de Lorena quanto a Estrada da Maioridade deixaram de ser frequentadas. Só foram resgatadas em 1913, por Rudge Ramos, que reconstruiu a Estrada da Maioridade, motivado pela presença cada vez maior do automóvel na sociedade paulista de então. A estrada velha São Paulo-Santos foi depois construída sobre muitos trechos da Estrada da Maioridade. (MARTINS e BERGAMIN, 2012, p. 60).

A Companhia Paulista pretendia, na verdade, a partir de Campinas, ir em direção a Moji Mirim e “*justificava o traçado alegando ser mais conveniente gastar uma légua a mais de bom caminho do que levar a estrada por terrenos impróprios, acusando o Barão de Pinhal de pretender estender a estrada para junto de sua fazenda*” (CORREA, 2008, p. 149). O café fizera do Barão, o Conde do Pinhal, um homem muito rico e de grande influência e a linha férrea, em vez de Moji Mirim, acabou tomando a direção de Rio Claro.

Mas os trilhos da linha férrea, chegando a esta última cidade, pararam novamente. Embora fosse mais perto do que Jundiá, o produto da região de Araraquara precisava, de tal modo, ser levado até lá e “*o transporte deveria ser feito em carros ou tropas de burros. De Araraquara a Rio Claro, a estrada era tão ruim e a viagem tão penosa a ponto de ser preciso, em alguns pontos, que os carreiros e tropeiros levassem a carga às costas*” (CORREA, 2008, p. 148).

Fazia-se necessário, portanto, prolongar os trilhos até São Carlos e Araraquara, pois um traçado diferente implicaria em “*encarecer o transporte aos moradores de São Carlos, Araraquara e Jaboticabal, em 30 a 40 réis por arroba*” (O Correio Paulistano, São Paulo, 15.01.1880, *apud* CORREA, 2008, p. 148).

Quem foi o Conde do Pinhal?

O primeiro presidente da Câmara Municipal de Araraquara foi o Tenente Coronel Carlos José Botelho, que era de Piracicaba. Além de interesses aqui, como comerciante e fazendeiro, produzindo cana-de-açúcar e criando gado (CORREA, 2008, p. 50 e 69), era também herdeiro da Sesmaria do Pinhal. Teria sido o responsável pela plantação das primeiras mudas de café e laranja, embora não em escala comercial, na área de Araraquara, em 1833 (MARTINS e BERGAMIN, 2012, p. 72).

Um de seus filhos foi Antônio Carlos de Arruda Botelho, futuro Conde do Pinhal. Este nascera em Piracicaba, em 23 de agosto de 1827, tendo chegado a Araraquara com cerca de 5 anos. Em 1856, juntamente com os irmãos, cunhados e um compadre, Jusuíno José Soares de Arruda, construiu uma capela numa área da Sesmaria do Pinhal, origem da cidade de São Carlos (FRANÇA, 1915, p. 66 e 67). Faleceu em 1901, na Fazenda do Pinhal, em São Carlos (SP). Foi Barão em 1879, Visconde em 1885 e Conde do Pinhal, em 1887, desfrutando de grande poder econômico e político:

Organizou a Companhia de Estrada de Ferro Rio Claro, que constitui a estrada de Rio Claro a Araraquara e Jahú, organizou bancos, abriu e formou várias fazendas de café, foi chefe proeminente do partido Liberal da Província, deputado Provincial da Assembléia, Deputado Geral, Senador Estadual, etc. (FRANÇA, 1905, p. 67)

Ao utilizar sua influência para trazer os trilhos até São Carlos e Araraquara, ajudou a tirar a região do isolamento, ligando-a com o mercado internacional e aos grandes centros consumidores de café (MARTINS e BERGAMIN, 2012, p. 74). Um típico representante da classe dominante, com poderes de obter os meios para a defesa

de seus interesses.

Os trilhos da Paulista, finalmente, chegaram a São Carlos do Pinhal a 15 de outubro de 1884 e, em novembro, à localidade do Chibarro, já no município de Araraquara, mas a 20 quilômetros da sede; nesta última, a estação foi inaugurada em 18 de janeiro de 1885.

As consequências econômicas para Araraquara foram revolucionárias, tendo a receita do município, entre 1889 e 1896, experimentando uma elevação de 2.100% (TELAROLLI, 1997, p. 22).

As locomotivas (apelidadas carinhosamente de Marias Fumaça) tinham como combustível o carvão importado da Inglaterra, o que era muito caro. Decidiu-se, então, utilizar a lenha, uma vez que, à época, havia muitas matas no interior do estado. Mas a lenha tem baixo poder calorífico e, já nas primeiras décadas do século XX, após várias décadas de operação ferroviária, mesmo a lenha estava cada vez mais distante e cara. (Tal fato demonstra que a destruição de nossas matas tem, às vezes, algumas origens insuspeitas.)

Isto motivou a Companhia Paulista de Estradas de Ferro a implantar a tração elétrica em suas linhas, em 1922. A alta flexibilidade e a economia das novas locomotivas elétricas confirmaram o padrão de excelência que sempre marcou essa ferrovia (GORNÍ, 2008, p. 08 - revista).

III. 2 – O episódio dos Britos e suas consequências econômicas.

O episódio dos Britos influenciou profundamente a história araraquarense⁵.

Trata-se de disputa entre um jornalista, Rosendo de Souza Brito, e o chefe político local, o Coronel Antônio Joaquim de Carvalho, resultando na morte de Rosendo e de seu tio, Manoel de Souza Brito, arrancados de suas celas na cadeia e brutalmente assassinados por asseclas do Coronel.

Houve repercussão nacional dos fatos, recebendo Araraquara o epíteto de Linchaquara, de tal sorte que os habitantes da cidade, quando em viagem pelo País, serem profundamente discriminados. A repercussão dos fatos motivou, também, a diminuição dos negócios locais, principalmente ligados ao café.

Em função disso, políticos que aqui também desenvolviam atividades agrícolas resolveram “repaginar” a cidade, dotando-a de todas as vantagens tecnológicas do início do século passado, inclusive com a construção de prédios, arborização das ruas, criação de hospitais e bancos.

As medidas surtiram efeito e a economia voltou a crescer, mas a cidade se tornou, cada vez mais, a preferência para a morada das pessoas, em detrimento do rural.

Com o fim da escravidão, já no final do século XIX, iniciara-se o movimento da imigração, mormente de italianos, para suprir a mão-de-obra defasada pela não mais existência de africanos escravizados.

Os italianos influenciaram decididamente a implantação da área industrial em Araraquara, tendo como exemplos principais: a Fábrica Lupo, que se posicionou mundialmente como produtora de meias (200 anos de Araraquara – site); a Usina Tamoio, da família Morganti (FERNANDES, 2015 - artigo), a qual, em meados do século passado se tornou a maior fabricante americana de açúcar, inclusive possuindo linha de trem particular em suas propriedades, para movimentar a produção; a Citrusuco

⁵ Para maiores detalhes, ver TELAROLLI, 1977, 1997 e 2003. Também: DEMARZO, 2019, pág. 57 e seguintes, tese de Doutorado (UNIARA): MEMÓRIA COLETIVA NA CIDADE DE ARARAQUARA (SP):DESTRUIÇÃO/RE-CONSTRUÇÃO. (Disponível em: [https://www.uniara.com.br/ppg/desenvolvimento-territorial-meio-ambiente/producao-intelectual/teses/.](https://www.uniara.com.br/ppg/desenvolvimento-territorial-meio-ambiente/producao-intelectual/teses/))

Cutrale (CUTRALE, Wikipedia), hoje a maior produtora mundial de suco de laranja, dominando 25% da produção em todo o planeta.

Obviamente, outros empreendimentos, principalmente comerciais, influenciaram a vida urbana, como, por exemplo, a lendária Casa Barbieri (CASA BARBIERI, Museu da Pessoa), símbolo de sofisticação no interior, mas que, infelizmente, hoje não mais existe.

Todos esses fatos conduziram a uma urbanização crescente.

CONCLUSÕES

Evidente, mesmo pelo pouco que se viu, que a tradição agropecuária, no município de Araraquara, aparece com força desde os seus primórdios.

A produção inicial de subsistência deu lugar a variados produtos, inicialmente destinados a suprir as necessidades dos bandeirantes, mas que se prolongou pelo tempo.

São seus legítimos herdeiros e continuadores os agricultores familiares que labutam no entorno da cidade e, não por acaso, a existência de dois assentamentos rurais no município, Bela Vista e Vista Alegre.

As extensas plantações de cana-de-açúcar na região, conforme se mostrou, bebem seu início nas primeiras plantações efetuadas pelos pioneiros da cidade, inclusive a laranja (o pai do Condo do Pinhal foi um pioneiro) e, mais tarde, o café. Este se tornou hegemônico durante muitas décadas. Porém, hoje, teve a importância de sua produção bastante diminuída.

Os agricultores familiares, com presença marcante nos assentamentos rurais, ressuscitam antigos saberes agrícolas e medicinais da longa tradição rural de nossa cidade, além de serem fornecedores de importante produção orgânica de alimentos. As políticas públicas não podem, portanto, ignorá-los, dando-lhes todas as condições indispensáveis para o seu desenvolvimento, como preito à sua importância e proteção à qualidade alimentar dos habitantes de Araraquara (SP) e região.

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, Aparecida J. G. **Araraquara** – Aspectos de sua História. Edição da autora: Araraquara (SP), 2003. 245 p.

BENÉVOLO, Ademar. **Introdução à história ferroviária no Brasil**. *Estudo social, político e histórico*. Edições Folha da Manhã: 1953, Recife.

CORRÊA, Anna Maria Martinez. **Araraquara, 1790-1930** – Um Capítulo da História do Café em São Paulo. Acadêmica: Araraquara (SP), 2008. 320 p.

COSTA, Luiz Flávio de Carvalho. **Fotografia e memória em Araraquara**. 1ª e. Cultura Acadêmica Editora: São Paulo, 2015. 209 p.

DEL PRIORE, Mary, e VENÂNCIO, Renato. **Uma Breve História do Brasil**. Editora Planeta do Brasil: São Paulo, 2010. 319 p.

DEMARZO, Mário Sérgio. **Remoção dos Trilhos Ferroviários em Araraquara: Aspectos Históricos e Culturais**. Dissertação de Mestrado. UNIARA: 2014. 196 f. (Disponível em <<https://www.uniara.com.br/arquivos/file/ppg/desenvolvimento-territorial-meio-ambiente/producao-intelectual/dissertacoes/2014/mario-sergio-demarzo.pdf> >.)

_____. **Memória Coletiva na Cidade de Araraquara (SP): Destruição/Re-Construção**. Tese de Doutorado. UNIARA: 2019. 346 f. (Disponível em: <<https://www.uniara.com.br/ppg/desenvolvimento-territorial-meio-ambiente/producao-intelectual/teses/>>)

FERNANDES, Andressa. **Comendador Pedro Morganti: o Rei do Açúcar**. (Artigo, p. 62 a 65). *In* Kappa Magazine. Revista publicada por Abelhaneda Editora e Serviços de Comunicação Ltda., Ano 5, Edição 106: Araraquara (SP), 17 de junho de 2015.

FRANÇA, Antônio M. (organizador). **Álbum de Araraquara -1915**. João Silveira, Editor: Araraquara (SP), 1915. 343 p.

GOMES, Thauana Paiva de Souza. **De saberes não oficiais a lugares da patrimonialidade imaterial: um estudo da transmissão de conhecimentos tradicionais em assentamento rural**. Dissertação de Mestrado. UNESP: Araraquara (SP), 2011. 138 f.

GORNI, Antônio Augusto. **Locomotiva, a Alma da Ferrovia** (p. 6 a 23). *In*: Caminhos do Trem: locomotivas e vagões (revista n.º 3, da série comercializada pela História Viva). VASQUEZ, Pedro (org.). Duetto Editorial: São Paulo: 2008

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Caminhos e Fronteiras**. 3ª e. Companhia das Letras: São Paulo, 1994. 301 p.

MANO, Marcel. **Os Campos de Araraquara: um estudo de história indígena no interior paulista**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas (SP), 2006. 357 f. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/280084/1/Mano_Marcel_D.pdf> Acesso em 25 jan. 2018.

MARTINS, Felipe Turioni, e BERGAMIN, Francisco de Assis. **Máquina estranha que consumia água e carvão e cuspiu fumaça**. Contribuições para a história da ferrovia em Araraquara. TCC, Curso de Comunicação Social. Edição dos autores: Araraquara (SP), 2012. 204 p.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 24ª e. ver e atualiz. Cortez Editora: São Paulo, 2016. 315 p.

SEGNINI, Liliana R. Petrilli. **Ferrovia e Ferroviários** (edição da dissertação de Mestrado – PUC/SP, de 1981). Cortez: São Paulo, s/d [1982?]. 103 p.

SOUZA, José Maria Viana de. **A Ideologia da Cidade-Modelo**. Compacta: São Carlos (SP), 2003. 63p.

TELAROLLI, Rodolpho. **Poder local na República Velha**. Cia. Editora Nacional: São Paulo, 1977. 222 p.

_____. **Britos – República de Sangue**. Reedição. Edições Macunaíma: Araraquara (SP), 1997. 231 p.

_____. **Para uma história de Araraquara (1800 a 2000)**. Laboratório Editorial, UNESP Araraquara: Araraquara (SP), 2003. 230 p.

TRENS & LOCOMOTIVAS – *de 1804 até a atualidade*. (Enciclopédia). Edições del Prado do Brasil Ltda: Rio de Janeiro, 2010.

TRUZZI, Osvaldo Mario Serra *et al.* **Café, Indústria e Conhecimento** – São Carlos, uma história de 150 anos. Edufscar/Imprensa Oficial: São Carlos (SP)/São Paulo, 2008. 200 p.

VIDAL, Bento de Abreu Sampaio. **Estudo Histórico e Geográfico da Cidade e Município de Araraquara** (pp. III a LIV), *in* FRANÇA, Antônio M. (org.). *Álbum de Araraquara -1915*. João Silveira, Editor: Araraquara (SP), 1915.

Sites e blogs

ABPF - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PRESERVAÇÃO FERROVIÁRIA – (site). Disponível em: <<http://www.abpfsf.com.br/ferrovias.htm>>. Acesso em: 14.09.12.

CASA BARBIERI. (Foto do Museu da Pessoa). Disponível em: <<http://www.museudapessoa.net/pt/conteudo/imagem/fachada-da-casa-barbieri-67517>> Acesso em 25 de set. 2017.

CUTRALE. Wikipédia. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Cutrale>> Acesso em 20 fev. 2019

200 Anos de Araraquara (Site). Disponível em <<https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/200-anos-de-araraquara-conheca-fatos-e-curiosidades-sobre-a-morada-do-sol.ghtml>> Acesso em 30 de set. 2017.

HÉLIO MORGANTI, com Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros (Blog do Ronco). Disponível em: <<http://blogdoronco.blogspot.com/2010/09/helio-morganti-uma-das-maiores.html>> Acesso em 15 jul.2017.

SINFERP – Sindicato dos Ferroviários de Trens de Passageiros da Sorocabana, blog. 2012. Disponível em <http://saopaulotremjeito.blogspot.com.br/2012/01/e-la-se-vao-os-trilhos-de-araraquara-sp.html>. Acesso em 14 de set. 2012

PURIFICAÇÃO DO GLICEROL BRUTO DA PRODUÇÃO DO BIODIESEL EM RESÍDUOS CITRÍCOLAS DE ASSENTAMENTOS RURAIS

Mirian Barbosa da Silva Rufino¹

Sandra Imaculada Maintinguer²

RESUMO

O biodiesel é o segundo biocombustível mais produzido no Brasil. Sua produção é regida, por leis governamentais com porcentagens crescentes deste biocombustível à matriz energética brasileira, visando substituir gradativamente o óleo diesel de origem fóssil. O glicerol bruto é o principal co-produto gerado na produção do biodiesel por processo de transesterificação e a cada 100kg produzidos são gerados 10 kg desse resíduo. Além disso, o glicerol bruto gerado contém muitos contaminantes como água, sais inorgânicos (oriundo do catalisador não reagido), álcoois, sabões e ácidos graxos livres, exigindo purificação para ser utilizado em diversos setores industriais. Os grandes desafios das refinarias é obter um glicerol de maior pureza com baixo custo. Os assentamentos rurais possuem uma diversidade muito grande de culturas agrícolas que geram rendas às famílias assentadas. Porém algumas culturas enfrentam dificuldades para entrar no mercado, mesmo com a intermediação da agricultura familiar. O limão cravo é uma fruta de fácil manejo, produtividade perene e baixas perspectivas em relação às demais, frutas cítricas. Algumas características como coloração da casca, tamanho do fruto e maturação são importantes para a sua comercialização. Além disso, a qualidade da fruta produzida pelas famílias assentadas não é padronizada para o mercado consumidor. Com isso, muitos frutos não são colhidos, permanecendo no campo, sendo descartados no meio ambiente. Uma proposta sustentável seria o reaproveitamento desses resíduos citrícolas, como os do limão cravo de assentamentos rurais, na obtenção de resinas e sua utilização na purificação do glicerol da produção do biodiesel. Nesse sentido, foi realizada uma pesquisa documental sobre a possibilidade de purificar o glicerol bruto da produção de biodiesel através de resinas adsorventes de resíduos do limão cravo (casca, bagaços e sementes) como alternativa sustentável no seu re-aproveitamento nos plantios dos assentamentos rurais.

Palavras-chave: glicerol bruto, agricultura familiar, adsorção, resíduos orgânicos.

¹ Mestranda em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente na Universidade de Araraquara (UNIARA) .

² Profa. Dra. do IPBEN – Unesp – Rio Claro e do Programa de PG em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente UNIARA

ABSTRACT

Biodiesel is the second most produced biofuel in Brazil. Its production is governed by government laws with increasing percentages of this biofuel to the Brazilian energy matrix, aiming to gradually replace diesel oil of fossil origin. Crude glycerol is the main co-product generated in the production of biodiesel by the transesterification process and for every 100 kg produced, 10 kg of this residue are generated. In addition, the crude glycerol generated contains many contaminants such as water, inorganic salts (from the unreacted catalyst), alcohols, soaps and free fatty acids, requiring purification to be used in various industrial sectors. The major challenges for refineries is to obtain higher purity glycerol at low cost. Rural settlements have a very large diversity of agricultural crops that generate income for settled families. However, some cultures face difficulties to enter the market, even with the intermediation of family farming. The lemon is a fruit of easy handling, perennial productivity and low perspectives in relation to the others, especially the clove lemon. Some characteristics such as skin color, fruit size and ripeness are important for their commercialization. In addition, the quality of the fruit produced by the settled families is not standardized for the consumer market. With this, many fruits are not harvested, remaining in the field, being discarded in the environment. A sustainable proposal would be to reuse these citrus residues, such as those from cloves lemon from rural settlements, to obtain resins and use them to purify glycerol from biodiesel production. In this sense, a documentary research was carried out on the possibility of the purification of crude glycerol from biodiesel production through adsorbent resins from cloves lemon residues (peel, bagasse and seeds) as a sustainable alternative for its reuse in the plantations of rural settlements.

Keywords: crude glycerol, family farming, adsorption, organic waste.

1-INTRODUÇÃO

A poluição ambiental causada pelo aquecimento global e as mudanças climáticas têm causado sérios problemas. Novas ações renováveis e sustentáveis são exigências necessárias para que as indústrias destinem corretamente seus rejeitos, sem agredir a natureza.

O biodiesel tem crescido nos últimos anos no Brasil. Sua produção é regida, por leis governamentais com porcentagens crescentes deste biocombustível à matriz energética brasileira, visando substituir gradativamente o óleo diesel de origem fóssil. De acordo com Agência Nacional do Petróleo Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) a mistura de biodiesel ao diesel fóssil iniciou em 2004 porém a obrigatoriedade veio através da Lei nº 11.097/2005. Entretanto, a mistura do biodiesel ao diesel se tornou mandatória a partir de 2008 com a adição de 2% (B2) à matriz energética brasileira (GUABIROBA et al., 2017). Em 2009 essa adição era de 3% (B3); 4% (B4) a partir de julho de 2009, 5% (B5) em 2011 e 2012 e 6% (B6) em 2014 (CÉSAR et al., 2019). Uma nova lei (No. 613/2015) de 23 de março de 2016 estabeleceu a adição de 8% de biodiesel ao diesel até março de 2017, 9% até março de 2018 e 10% até março de 2019, onde esta última porcentagem encontra-se em vigor atualmente (“ANP”, 2019; GUABIROBA et al., 2017). Perspectivas atuais têm mostrado que poderá ocorrer adições de 15% (B15) em 2025 e 20% (B20) em 2030 (CÉSAR et al., 2019).

O glicerol bruto é o principal co-produto gerado na produção do biodiesel por reação de transesterificação de óleo vegetal ou gordura animal na presença de metanol ou etanol e catalisador ácido ou básico. Importante salientar que a cada 100kg de biodiesel produzidos são gerados 10 kg de glicerol bruto (RODRIGUES et al. 2016). Entretanto, poderia ser utilizado pela indústria farmacêutica e a alimentícia, mas necessita ser purificado para a eliminação de impurezas como metanol, sabão, ácidos graxos livres, triglicerídeos, tornando esse processo oneroso e inviável (RODRIGUES et al, 2020). Portanto é de extrema importância a purificação do glicerol bruto para sua reutilização, a fim de reduzir problemas ambientais devido ao seu acúmulo e tornar o biodiesel mais rentável (ALVES, RODRIGUES e MENDES, 2017).

Entre os métodos mais utilizados de purificação do glicerol bruto destacam-se a destilação e adsorção por resinas catiônicas e aniônicas; porém, ambos de custos elevados. Outros processos de pré-purificação têm sido utilizados através de lavagem com solvente, acidificação e neutralização, seguida de purificação com carvão ativo e resinas catiônicas e aniônicas. Mas também são onerosos e sua viabilidade econômica deve ser analisada (MENDES; SERRA, 2012). A destilação do glicerol bruto também é um processo oneroso porque deve ser realizada em alto vácuo e a temperatura não deve ultrapassar 204°C, a fim de prevenir a sua polimerização e a decomposição em acroleína substância indesejada devido à toxicidade (FERREIRA, 2009 e CONSTENARO, 2009).

Os assentamentos rurais são formados por pequenos agricultores que em sua maioria produzem no sistema multi-cultivos de frutas, legumes, hortaliças entre outros. No entanto, enfrentam entraves no comércio de hortifrútis, mesmo com a ajuda de Políticas Públicas, com destaque para o limão cravo.

O limão-cravo é uma fruta cítrica de nome científico *Citrus × limonia*. É conhecido popularmente no Brasil como limão-rosa, limão-cavalo, limão-égua, limão-francês, limão-capeta, limão-china, limão-vinagre e limão tambaqui. Mesmo sendo uma

das frutas mais plantadas nos assentamentos, o limão cravo possui baixa qualidade e não atende os padrões exigidos no mercado consumidor. A qualidade do produto é de fundamental importância na comercialização, pois influencia diretamente os preços. Alguns aspectos como coloração da casca, tamanho do fruto, quantidade de suco, maturação e ausência de defeitos causados por pragas ou doenças, são imprescindíveis para qualquer tipo de negociação (JUNQUEIRA 2013). Com isso se perde muito do fruto ainda no pé e os resíduos orgânicos gerados como bagaço, casca, sementes e a própria fruta, não são devidamente reutilizados para benefícios agrícolas e nem de forma lucrativa.

Com o crescimento produtivo de biodiesel e a regulamentação da sua mistura ao diesel, a geração do glicerol bruto tem se elevado. Sua utilização em escala comercial é inviável, devido aos contaminantes nele contidos. Uma alternativa seria a retirada dos seus contaminantes por processos de purificação. Cada vez mais, se faz necessário, novas aplicações para aproveitar os resíduos dos limões descartados no campo, em assentamentos rurais.

Utilizar resíduos da citricultura dos assentamentos rurais, na purificação do glicerol bruto, advindo da indústria do biodiesel pode ser alternativa econômica, sustentável e viável.

Neste contexto, foi realizada uma breve revisão da bibliografia apontando as dificuldades na comercialização do glicerol bruto com a possibilidade de sua purificação por dois métodos principais, sendo eles, de adsorção por colunas e o de dispersão seguida de filtração vácuo empregando, de forma sustentável, resíduos do limão cravo (cascas, bagaço e sementes) como material adsorvente, advindos do campo nos assentamentos rurais.

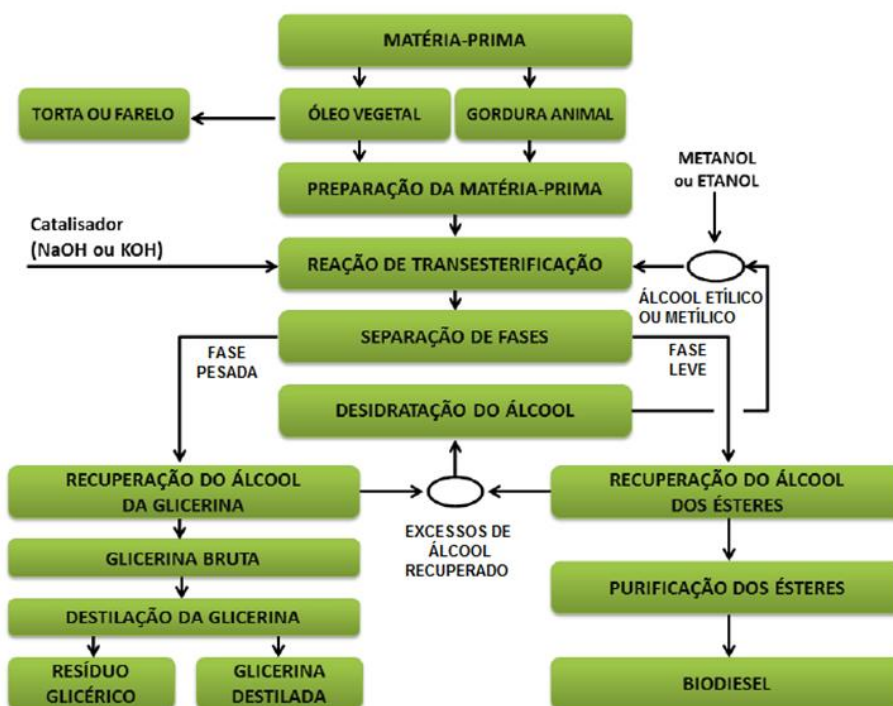
2-BREVE REVISÃO DA BIBLIOGRAFIA

2.1. Produção de Biodiesel

O biodiesel é um combustível biodegradável obtido através da transesterificação da mistura de óleos vegetais como, soja, canola, milho, palma, pinhão-roxo, mamona, amendoim, etc., gorduras animais como sebo de boi, banha e porco entre outros e óleos residuais de frituras domésticas com álcool (metano, etanol) e catalisador (básico ou ácido) (Figura 1). É segundo biocombustível mais produzido no Brasil. Políticas públicas têm sido adotadas como o marco regulatório em 2004 para a adição de porcentagens do biodiesel ao diesel de origem fóssil e a obrigatoriedade com a Lei 11.097/2005. Segundo a ANP (2020) obedecendo ao cronograma previsto na Resolução CNPE nº 16, de abril de 2018 o percentual mínimo dessa mistura na atualidade é de 11%.

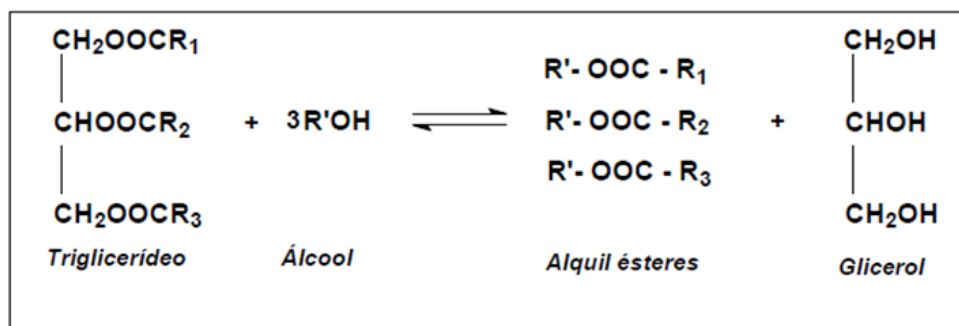
Na estequiometria dessa reação de transesterificação, uma molécula de triglicerídeo reage com três moléculas de álcool para produzir três moléculas de mono alquil éster (biodiesel) e uma molécula de glicerol como subproduto (MENEZES, 2016) (figura 2). A separação do glicerol do biodiesel metílico ocorre por decantação, facilitando o processo de purificação. Na transesterificação, como o metanol é adicionado em excesso, forma-se duas fases: uma rica em metanol e uma rica em biodiesel. O glicerol distribui-se entre essas duas fases, predominando, porém, na fase metanólica. No entanto, quando se utiliza etanol, a separação das fases dos produtos finais é menos eficaz (BEATRIZ; ARAÚJO; LIMA, 2011).

Figura 1: fluxograma da produção de biodiesel



Fonte: Scientific Diagram researchgate.net

Figura 2: produção de biodiesel a partir de transesterificação de óleos vegetais



Fonte: (FERREIRA, 2009).

2.2. Glicerol

O glicerol bruto oriunda da transesterificação de triglicerídeos com álcool contém, aproximadamente, 45-85% de pureza e apresenta impurezas como: material oleoso, álcool não reagido (entre 23,4% e 37,5%), água, sais inorgânicos (oriundo do catalisador não reagido), ácidos graxos livres que não reagiram, mono-, di-, e triglicerídeos, ésteres e impurezas inerentes à matéria prima, que a torna inapta para o uso em certas indústrias, mas que podem ser purificadas atingindo os valores exigidos pela USP (United States Pharmacopeia) ou transformadas em matéria prima para obtenção de produtos de alto valor agregado na indústria química (BOURNAY et al., 2005; THOMPSON e HE, 2006; CONTRERAS-ANDRADE et al., 2015). Além disso, pode ser produzido por diferentes processos químicos, dentre os quais, destacam-se os seguintes: cloração e hidrólise do

propeno e recuperação da glicerina formada por transesterificação de óleos e gorduras (SHREVE. 1997) na produção do biodiesel. É um líquido claro, incolor, com sabor adocicado, inodoro, oleoso, viscoso, solúvel em água e álcool e insolúvel em hidrocarbonetos, pouco solúvel em éter, acetato de etila e dioxano, higroscópico e apresenta risco de explosão, quando em contato com agentes oxidantes.

A seguir a tabela 1 mostra as caracterizações do glicerol.

Propriedade	Valor
Ponto de fusão (°C)	18,17
Ponto de ebulição (°C)	290
Densidade (g/mL) a 25 °C	1,2620
Pressão de vapor (Pa)	
50 °C	0,33
100 °C	526
200 °C	6100
Viscosidade dinâmica (Pa.s) a 20 °C	1,499
Ponto de fulgor (°C)	
Copo fechado de Pensky-Martens	199
Ponto de inflamação (°C)	204
Temperatura de auto ignição	429

Fonte: Sala (2012)* e Nicrom (2013).

O termo glicerol também é aplicado ao principal coproduto das usinas de biodiesel, em que a pureza pode variar bastante dependendo da eficiência do processo de produção ou mesmo das etapas de tratamento e purificação aplicados (SEQUINEL 2013). O glicerol tem como nome oficial pela União Internacional de Química Pura e Aplicada (IUPAC) o propano-1,2,3-triol. A molécula de glicerina apresenta em sua fórmula estrutural três grupos hidroxílicos (Figura 3). Os grupos hidroxilas são responsáveis por sua solubilidade em água. Seu ponto de fusão é 17,8 °C e ponto de ebulição com decomposição a 290 °C (FISPQ) (Tabela 1).

Segundo Larsen 2009, a glicerina comercial 95% a 99% de glicerol é apropriada para o uso industrial em diversas áreas como farmacêuticas em composições de xaropes, antibióticos, antissépticos, entre outros medicamentos. Na fabricação de alimentos, como umectante para conservação de bebidas e refrigerantes, bolo, balas, pastas de queijos. Nas empresas de cosméticos como umectante e emolientes em produtos como batons, cremes para pele, loção pós-barba, creme dental entre outros, além de fábricas têxteis, tabacos tornando as fibras do fumo mais resistentes e outros usos na fabricação de tintas, resinas, dinamite, papel, etc.

2.3. Assentamentos

O assentamento Monte Alegre, foi criado durante o governo Franco Montoro, com a desapropriação de um horto da FEPASA em 1985. Hoje, existem 6 conjuntos de assentamentos em tal área, totalizando 418 famílias distribuídas entre os municípios de Araraquara, Motuca e Matão (ALMEIDA, 2007). A esses assentamentos foi incluído o

assentamento do Horto Bueno de Andrade fundado em 1998, que possui 31 lotes, localizados na vicinal que liga Araraquara (SP) à Matão (SP), próximo ao Distrito de Bueno de Andrada, supervisionados pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP). Os assentamentos situam-se numa região de agricultura modernizada, praticamente ocupada pelas culturas da cana-de-açúcar e de citros (aí se situa a maior indústria de sucos cítricos do país, a CUTRALE), além da presença intensa da avicultura (ALMEIDA, 2007).

Os assentamentos possuem uma diversidade muito grande de culturas agrícolas, que geram rendas às famílias assentadas. Porém algumas culturas enfrentam dificuldades para entrar no mercado consumidor, mesmo com a intermediação da agricultura familiar. A comercialização das frutas é o principal entrave dos produtores, pois não conseguem vender seus produtos devido à grande oferta e dificuldade de escoamento da produção. As frutas são vendidas *in natura*, sem classificação ou benefícios e, devido aos intermediários, os preços praticados são injustos. Além disso, mangas, limões e abacaxis são as frutas mais encontradas nos assentamentos (Almeida, 2017).

2.4. Resíduos do Limão

A grande maioria das plantas cítricas, como os limões, limas e laranjas provêm da Ásia. O limoeiro era um simples arbusto que se espalhava espontaneamente nos campos compreendidos entre a Índia e o sudeste do Himalaia. (ITACITRUS, 2010). O limão cravo é uma fruta de fácil manejo, produtividade perene e baixas perspectivas em relação às outras frutas. Além disso, o limão cravo é uma das frutas mais plantadas nos assentamentos. Entretanto, as culturas de limão cravo apresentam dificuldades de serem inseridas no mercado consumidor, devido à sua qualidade não atender os padrões exigidos para a sua comercialização. A qualidade do produto é de fundamental importância na comercialização, pois influencia diretamente os preços. Alguns aspectos como coloração da casca, tamanho do fruto, quantidade de suco, maturação e ausência de defeitos causados por pragas ou doenças, são imprescindíveis para qualquer tipo de negociação (JUNQUEIRA 2013). Com isso se perde muito do fruto no pé e os resíduos orgânicos gerados como bagaço, casca, sementes e a própria fruta, não são devidamente reutilizados para benefícios agrícolas e nem de forma lucrativa.

Os limões cravo são conhecidos pelo alto teor de vitamina C. Segundo Masnello 2015 o limão cravo possui uma aparência meio enferrujado, com aparentes fungos que no interior do Brasil aparece em quase todas as propriedades rurais (Figura 3). Além disso, possuem fonte de minerais como cálcio, potássio, fósforo, magnésio, entre outros (Tabela 2).

Figura 3: Limão cravo: características de aspecto enferrujado em suas cascas



Fonte: <https://www.euorganico>, <https://br.pinterest.com> , <https://gespianos.wordpress.com>

Tabela 2: Composição Nutricional em porção de 100g de Limão cravo suco

Micronutrientes/Minerais	Quantidades
Energia	14 kcal
Carboidrato	5,2g
Proteínas	0,3g
Cálcio	10mg
Magnésio	9mg
Manganês	0.03mg
Fósforo	11 mg
Ferro	0.1mg
Potássio	120mg
Cobre	0.03mg
Vitamina C	32.8mg

Fonte: baseada na Tabela Brasileira de Composição de Alimentos (TACO).

2.5 Métodos Purificação

Existem vários métodos industriais de purificação do glicerol bruto, dentre eles destacam-se dois: destilação e troca iônica. Ambos envolvem operações unitárias (evaporação e destilação) e processos unitários (acidificação e neutralização), com grande consumo energético, gasto de tempo e baixo rendimento (BAILEY; HUI, 2005).

2.6. Destilação

A destilação do glicerol ocorre por vaporização, condensação e injeção a alto vácuo com temperatura de aproximadamente 200°C. Importante salientar que a temperatura e a pressão devem ser controladas para impedir a polimerização e a decomposição do glicerol em acroleína que é uma substância tóxica. O controle desse processo eleva o custo da destilação tornando-se inviável economicamente (FERREIRA, 2009). A destilação à vácuo é uma das operações de maior consumo energético, geralmente efetuada em evaporadores de múltiplos efeitos a baixas pressões (46,7 mmHg

no 1º efeito e 18,67 mmHg no 2º efeito), o que torna o processo dispendioso (OPPE, SALVAGNINI e TAQUEDA, 2007).

2.7. Troca iônica

A purificação por troca iônica consiste na passagem da glicerina loira por sucessivos leitos de resina catiônica forte, resina aniônica fraca e de resinas mistas de cátion e ânion fortes. Esses leitos de troca iônica funcionam com eficiências de 90% de remoção para soluções aquosas diluídas de glicerol, contendo de 20 a 40% de material glicérico. Na etapa seguinte, a solução purificada de glicerina passa por evaporadores de múltiplo estágio a vácuo, de tal forma a se obter, no final, uma glicerina com pureza de mais de 99% (MENDES, D. B.; VALDÉS, J. C., 2009).

2.8. Adsorção

A adsorção é considerada um processo de transferência de um ou mais constituintes de uma fase fluida para a superfície. O método de purificação que vem recebendo grande aceitação por sua simplicidade nas operações e baixo consumo de energia, são métodos de troca iônica por resinas de adsorção. Neste método é possível pela viabilidade de resinas de troca iônica e apropriado para o refino do glicerol obtido da hidrólise ou da transesterificação de triglicerídeos. A passagem do glicerol bruto através das resinas elimina sais, ácidos graxos livres, impurezas que conferem cor e odor, entre outras impurezas minerais presentes (GERVAJIO, 2005). Há uma variedade de adsorventes, os mais utilizados são micro porosos como carvão ativado, filtros poliméricos, sílica e alumina ativada. Entretanto, as resinas podem receber pré-tratamentos com adição de soluções ácidas ou soluções básicas, que além de causar danos ambientais, também são processos onerosos.

Algumas pesquisas estão sendo realizadas sobre o poder de adsorção dos resíduos cítricos para o tratamento de efluentes de água, de corantes têxteis e produção etanol 2G, além de que já é utilizado para extração da pectina e produção de ração animal. Os limões são conhecidos pelo alto teor de vitamina C. Também são fontes de minerais como cálcio, potássio, fósforo, magnésio, entre outros.

Devido, a falta de tratamento pelos produtores na planta do limão cravo e a grande suscetibilidade que o mesmo possui por algumas doenças cítricas diminui a qualidade do fruto na comercialização, contudo há uma quantidade relevante de pé do limão cravo nos assentamentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O glicerol bruto é o principal resíduo gerado nas usinas de produção de biodiesel. Sua comercialização é inviável, uma vez que possui contaminantes, principalmente sais, sabões e álcoois como metanol e etanol. Técnicas de purificação do glicerol bruto poderiam ser empregadas, entretanto ainda se apresentam impraticáveis financeiramente.

Resinas de resíduos cítricos poderia ser uma solução para a indústria do biodiesel. Entretanto, na maioria dos casos o seu emprego é destinado para a ração animal, principalmente.

Sendo assim, a utilização o limão cravo não comercializado e seus rejeitos deixado nos campos dos assentamentos rurais pode ser um dos caminhos para a purificação do glicerol bruto oriundo da produção de biodiesel. Tal ação poderá viabilizar o reaproveitamento desses importantes resíduos orgânicos gerados na agroindústria nacional, sem utilização de pré-tratamentos químicos (adição de soluções ácidas ou básicas), oferecendo, dessa forma, um destino ambientalmente correto ao glicerol bruto e os rejeitos do limão cravo dos assentamentos rurais.

REFERÊNCIAS

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6294**: óleos lubrificantes aditivos: determinação de cinza sulfatada. Rio de Janeiro, 2008. 8 p.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCMBUSTÍVEIS - ANP. **Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis**. ANP, 2020. Ano Base 2019. Acesso em: 14 de julho de 2020. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br>>.

ALMEIDA, Luis Felipe Paes de. **Produção de frutas em assentamentos rurais na região de Araraquara, São Paulo**. Revista. Brasileira de Agroecologia, v.2, n.2, 2007.

ALVES, P. Amanda, RODRIGUES, M. G, MENDES, F. M. **Avaliação técnica de diferentes processos de separação para purificação do glicerol como subproduto – revisão**. Revista Brasileira de Energias Renováveis, v.6, n.5, p. 955-982, 2017.

AMERICAN OIL CHEMISTS' SOCIETY. Official method Ca 2c-25. section C: moisture and volatile matter, air oven method. In: (Ed.). Official methods and recommended practices of AOCS. 6th ed. Urbana, 2009a.

AMERICAN OIL CHEMISTS' SOCIETY. Official method Cc 17-95 section C: soap in oil, titrimetric method. In: (Ed.). Official methods and recommended practices of AOCS. 6th ed. Urbana, 2009b.

AMERICAN SOCIETY FOR TESTING AND MATERIALS. E203: standard test method for water using volumetric karl fischer titration. West Conshohocken, 2007. 6 p.

APHA - AMERICAN PUBLIC HEALTH ASSOCIATION; AMERICAN WATER WORKS ASSOCIATION; WATER ENVIRONMENT FEDERATION. Standard methods for the examination of water and wastewater. 21th ed. Washington, DC, 2005.

BAILEY, A. E.; HUI, Y. H. **Bailey's industrial oil and fat products**. 5. ed. p. 275-308, New York: John Wiley v. 5, 2005.

BEATRIZ, A., ARAÚJO, J.K. Y, LIMA, P. D. **Glicerol: um breve histórico e aplicação em sínteses estereosseletivas**. Quím. Nova, v. 34, n. 2, São Paulo, 2011.

BOURNAY, L.; CASANAVE, D.; DELFORT, B.; HILTON, G.; New heterogeneous process for biodiesel production: a way to improve the quality and the value of the crude glycerine produced by biodiesel plants. *Catalysis Today*, Amsterdam, v. 106, n. 1-4, p. 190-192, 2005.

BONDIOLI, P.; BELLA, D. L. An alternative spectrophotometric method for the determination of free glycerol biodiesel. *European Journal of Lipid Science and Technology*, v. 107, n. 3, p. 153-157, 2005.

CÉSAR, A. S.; BATALHA M.O. 2010. Biodieselproduction from oil in Brazil: A difficult reality. *Energy Policy*. p. 4031-4039. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.enpol.2010.03.027>. Acesso em: 22 jul. 2020.

COSTENARO, Hellen Sonego. **Hidrólise ácida e Retirada de Sais da Glicerina Bruta Proveniente da produção de biodiesel**. 136f. Dissertação de Mestrado em Engenharia química Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009, disponível em <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/3/3137/tde-15092009-165348/en.php>, acesso em: 25/abr/2020.

CONTRERAS-ANDRADE, I. AVELLA-MORENO.E, SIERRA-CANTOR, J. F, GUERRERO-FAJARDO, C. A.; SODRÉ, J. R. **Purification of glycerol from biodiesel production by sequential extraction monitored by H NMR**. *Fuel Processing Technology*, v.132, p.99-104, 2015.

FERREIRA, M.O. **Purificação da Glicerina Bruta Obtida a Partir da Transesterificação do Óleo de Algodão**. 127p. Dissertação de Mestrado em Programa de pós-graduação em Engenharia Química, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2009, <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/15767> . Acesso em: 25.abr.2020.

GERVAJIO, G.C. Fatty Acids and Derivatives from Coconut Oil. IN: *Bailey's Industrial Oil and Fat* , 2005.

GUABIROBA, R. C. DA S. et al. Value chain analysis of waste cooking oil for biodiesel production : Study case of one oil collection company in Rio de Janeiro - Brazil. **Journal of Cleaner Production**, v. 142, p. 3928–3937, 2017.

ITACITRUS. A origem do limão tahiti. 2010. Disponível em <http://itacitrus.com/international/pt/Tahiti.aspx>. Acesso em: 19.out. 2020.

JUQUEIRA, P. L. Efeito de fertilizante, fungicida e indutor de resistência na produtividade, taxa de vingamento de flores, incidência e severidade de gomose e características físicas de frutos de limeira ácida ‘tahiti’, 2013, f, 135. Tese de Doutorado em Agronomia, Universidade de Brasília. Disponível em <https://repositorio.unb.br/handle/10482/13860>. Acesso em 19.out.2020.

LARSEN, A. C. Co-digestão anaeróbia de glicerina bruta e efluente de fecularia. 2009. Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Cascavel, 2009. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/handle/tede/2763>. Acesso em: 14. abr. 2020.

MENDES, D. B, SERRA, J. C. V. **Glicerina: uma abordagem sobre a produção e o tratamento**. Revista Liberato, v. 13, n. 20, p. 1–9, Rio Grande do Sul, 2012.

MASNELLO, D. Limão-cravo, cavalo, rosa, vinagre... 2015.

<https://gespianos.wordpress.com/2015/01/03/limao-cravo-cavalo-rosa-vinagre/>

OPPE, Evelyn E. G.; COSTENARO, Hellen S.; SALVAGNINI, Wilson M.; TAQUEDA, Maria E. S. **Separação de impurezas da glicerina bruta obtida da produção de biodiesel a partir de sebo bovino**. CONGRESSO BRASILEIRO DE PLANTAS OLEAGINOSAS, ÓLEOS, GORDURAS E BIODIESEL, 2009, Montes Claros. Anais eletrônicos, 2009. Disponível em: http://oleo.ufla.br/anais_06/artigos/294. Acesso em: 04/jun/ 2020.

RUTHVEN, Douglas M., Principles of Adsorption and Adsorption Process. John Wiley & Sons. New York, 1984.

SALA, M. Properties of pure glycerol. (Stazioni Sperimentali per l’Industria Divisione SSOG – (Milano) 2013. Comunicação Pessoal.

SEQUINEL, Rodrigo. **Caracterização físico-química da glicerina proveniente de usinas de biodiesel e determinação de metanol residual por CG com amostragem por headspace estático.** 2013. 102 f. Tese doutorado - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Instituto de Química de Araraquara, 2013. Disponível em <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/105816?locale-attribute=en>. Acesso em 01.junho.2020.

SHREVE, R, Norris, Joseph A. Brink, Jr. **Indústrias de Processos Químicos: sabões e detergentes.** Rio de Janeiro, 1997.

TACO. Tabela Brasileira de Composição de Alimentos. Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação – NEPA Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, p.38, ed.4, 2011 Campinas-SP. Disponível em. <https://www.cfn.org.br> Acesso em 03.Nov.2020.

O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A CONSTRUÇÃO DE NOVAS FORMAS DE ASSENTAMENTOS NA AMAZÔNIA: UM ESTUDO EM ALTAMIRA (PA)

Monique Helen Cravo Soares Farias¹

André Cutrim Carvalho²

Norma Ely Santos Beltrão³

Cleber Assis dos Santos⁴

Monaldo Begot da Silva Junior⁵

1 INTRODUÇÃO

O Brasil tem uma longa história de lutas por direitos de propriedade na Amazônia. A política de reforma agrária no final dos anos 80 e início dos anos 90 criou incentivos crescentes para a violência entre invasores e entre invasores e proprietários de terras, pois a invasão de terras era uma técnica comum para obter controle e, eventualmente, um título para a terra (LIPSCOMB e PRABAKARAN, 2020).

Embora o intuito ideal de um assentamento de reforma agrária seja o de proporcionar um espaço em que as famílias de agricultores possam desenvolver atividades relacionadas à agricultura familiar, gerando renda, a realidade é que esta situação também gera outras vertentes. Muitas ações tiveram amplo potencial de geração de desmatamento, queimadas e degradação de remanescentes florestais, que levaram a impactos negativos sobre os ecossistemas. Além disso, as incoerências na construção e implantação de políticas públicas que possibilitassem ao agricultor permanecer na terra de maneira sustentável (VALE et al., 2020).

O Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) é uma nova modalidade de assentamento que vem sendo investigada, especialmente pela sua finalidade de promover e valorizar a sustentabilidade neste universo, o acesso à terra e a conjuntura familiar em suas diversas dimensões e relações (ARRUDA et al., 2018).

Assim, este trabalho tem como objetivo analisar a implantação de Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) no município de Altamira, estado do Pará, com ênfase no desenvolvimento do PDS Brasília, verificando sua eficácia em conciliar a atividade produtiva e o respeito ao meio ambiente.

¹ *Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM), da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: adm.moniquefarias@gmail.com.*

² *Pós-Doutor em Economia; Professor-Pesquisador Permanente do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia/Núcleo de Meio Ambiente (PPGEDAM/NUMA) da UFPA.*

³ *Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA), da Universidade do Estado do Pará (UEPA).*

⁴ *Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência do Sistema Terrestre (PGCST), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).*

⁵ *Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM), da Universidade Federal do Pará (UFPA).*

2 A RELEVÂNCIA DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (PDS)

O Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) é uma nova modalidade de assentamento que vem sendo investigada, especialmente pela sua finalidade de promover e valorizar a sustentabilidade neste universo, o acesso a terra e a conjuntura familiar em suas diversas dimensões e relações. Essa foi criada por meio da Portaria do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) nº 477/99, a qual define o PDS como uma modalidade de projeto de assentamento, de interesse socioeconômico ambiental, destinado às populações que envolvem ou que se disponham a desenvolver atividades de baixo impacto ambiental baseados na aptidão da área (ARRUDA et al., 2018).

Desde sua concepção em 1999, conforme demonstrado por Porro et al. (2018), devido à ênfase ambiental, os chamados Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) contrastam com os Projetos de Assentamento (PA) convencionais. Dentre as modalidades de reforma agrária implementadas na Amazônia, o PDS proporcionaria condições para iniciativas de manejo florestal comunitário que contribuiriam para geração de renda, meios de vida locais e sustentabilidade ambiental.

Assentamentos ambientalmente diferenciados, como os do tipo PDS, constituem-se em um regime diferenciado de relação jurídica com a terra. Com o objetivo de garantir o cumprimento da função ambiental, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) definiu que, para estes assentamentos, não há titulação de domínio da terra, mas apenas um Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU). Além disso, a adoção da Agroecologia e da cooperação como matrizes organizativas neste regime contratual aparecem como condições sine qua non para a permanência das famílias no assentamento (MELO et al., 2016).

Uma das manifestações práticas da associação da reforma agrária com a questão ambiental foi a criação do modelo de assentamento denominado Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS). Os PDSs foram criados pela Portaria nº 477 de 04 de novembro de 1999, para atender a demanda por terra de comunidades extrativistas da região Norte. Essa modalidade de assentamento apresenta como característica diferenciadora um forte viés ambiental e a prevalência de áreas coletivas. Os princípios básicos norteadores destes projetos recaem no associativismo e na agroecologia como condição básica para a concessão do uso da terra e conseqüentemente acesso a crédito.

Segundo o Incra, em um PDS, deve-se desenvolver atividades ambientalmente diferenciadas e dirigidas para populações tradicionais (ribeirinhos, comunidades extrativistas, etc.), e não há a individualização de parcelas (Titulação coletiva – fração ideal) e a titulação de responsabilidade da União (CAMARGO et al., 2016).

Assim, apenas na primeira metade da década do século XXI, a proposta de Reforma Agrária diferenciada para a Amazônia, com novos instrumentos de regularização fundiária que contemplasse suas especificidades ambientais, foi ganhando corpo. Os chamados assentamentos ambientalmente diferenciados, e o Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) dentre eles, seria a solução para os agricultores sem-terra neste contexto, enquanto as concessões florestais absorveriam o empresariado do ramo, segundo as regras da Lei de Florestas Públicas (Lei Nº 11.284/2006). Desde então, no âmbito do INCRA, na Amazônia e em todo Brasil, observou-se a criação de número significativo desses assentamentos ambientalmente diferenciados, com relevantes áreas e número de famílias beneficiárias.

É importante lembrar, conforme destacado por Porro et al. (2016), que esses instrumentos de regularização congregando objetivos fundiários e ambientais estão conectados em um arcabouço geral, em que a meta final é o combate às mudanças climáticas, ainda que agregando objetivos de justiça social através de distribuição de terras. Para tanto,

estabeleceu-se todo um aparato ambiental, que engendraria a chamada ambientalização dos conflitos sociais.

3 A CONCEPÇÃO DO PROJETO NO ÂMBITO FEDERAL

Por meio da Portaria INCRA Nº 477, de 04 de novembro de 1999, foi criada a modalidade de Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS, de interesse social e ecológico, destinada às populações que baseiam sua subsistência no extrativismo, na agricultura familiar e em outras atividades de baixo impacto ambiental, baseados na sustentabilidade e promoção de qualidade de vida como seus pontos determinantes.

Já a Portaria INCRA Nº 1.032, de 25 de outubro de 2000, aprovou a Metodologia para Implantação de Projetos de Desenvolvimento Sustentável.

Na Portaria INCRA nº 1.040 de 11 de dezembro de 2002, alterou a redação do art. 3º da Portaria INCRA/P nº 477/99, dispondo então que os Projetos de Desenvolvimento Sustentável - PDS serão criados no atendimento de interesses sociais e ecológicos, para as populações que já exercem ou venham a exercer atividades extrativistas ou de agricultura familiar em áreas de preservação ambiental, com supervisão e orientação do INCRA, IBAMA, órgão estadual ou municipal de meio ambiente ou organização não-governamental - ONG previamente habilitada.

4 METODOLOGIA

Os aspectos teóricos e conceituais sobre a dinâmica do desmatamento em projetos de assentamentos foram obtidos por meio da análise de artigos científicos nacionais e internacionais, legislações e relatórios e publicações institucionais.

Primeiramente, foi realizada coleta de dados oficiais sobre os Projetos de Assentamentos existentes, localizado no Portal do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA). Também foram levantados dados que demonstrassem a evolução do desmatamento. Essas informações foram obtidas através do Portal do Programa de Cálculo do Desmatamento da Amazônia (PRODES/INPE).

Com base cartográfica oriunda do PRODES e os perímetros das áreas de assentamento, foi utilizado o software ARCGIS 10.5 para projetar as áreas de assentamentos afetadas pelo desmatamento. Após o cruzamento de shapes, foi feita a identificação e cálculo das áreas dos desmatamentos nas áreas selecionadas.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos 3.518 assentamentos identificados na Amazônia Legal, o estado do Pará detém maior número (32%), seguido por Maranhão (23%) e Mato Grosso (16%). Os demais assentamentos (29%) estão distribuídos nos outros estados que a compõem, cujos quantitativos são mostrados na Tabela 1:

Quadro 1: Quantidade de Assentamentos na Amazônia Legal.

Estados	Nº de Assentamentos	Nº de Famílias Assentadas
Acre	161	32.661

Amapá	54	14.723
Amazonas	145	57.234
Maranhão	808	112.269
Mato Grosso	549	82.424
Pará	1.132	247.410
Rondônia	224	38.963
Roraima	67	16.566
Tocantins	378	23.405
Total	3.518	625.655

Fonte: Paineis dos Assentamentos INCRA (2020).

De acordo com classificação definida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), esses municípios encontram-se agrupados em 4 Superintendências Regionais: SR n° 01- Belém, que engloba 52 municípios; SR n° 27- Marabá, composta por 37 municípios; SR n° 30- Santarém, que agrupa 18 municípios; e SR n° 31- Altamira, que conta com apenas um município.

No ano da publicação da Portaria INCRA N° 477/ 1999, foram criados 34 PDS no estado do Pará (quadro 2), distribuídos em 18 municípios, contando com 9.604 famílias assentadas em uma área de 18.007,88 km², contabilizados no período de 2000 a 2020:

Quadro 2: Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) criados no Estado do Pará.

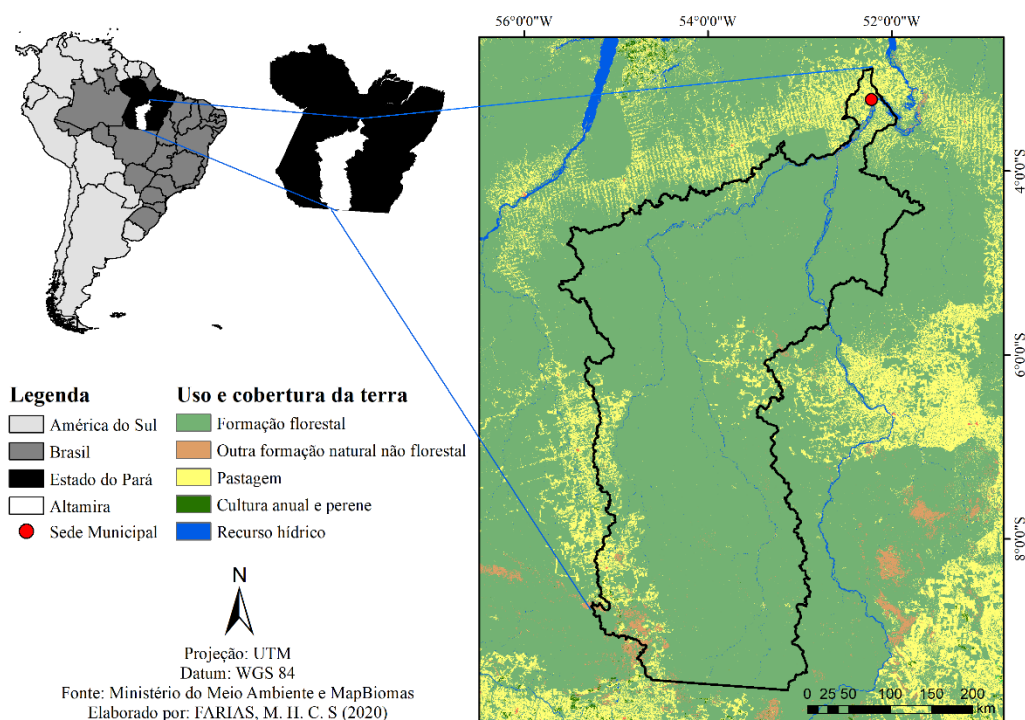
SR	Assentamento	Município	Criação
SR 30 - Santarém/PA	PDS Paraíso	Alenquer	28/12/2005
SR 30 - Santarém/PA	PDS Mário B. P. Silva	Aveiro	05/10/2006
SR 30 - Santarém/PA	PDS Maloca	Curuçá	28/11/2005
SR 30 - Santarém/PA	PDS Nova União	Itaituba	05/10/2006
SR 30 - Santarém/PA	PDS Nova Brasília II	Itaituba	21/11/2006
SR 30 - Santarém/PA	PDS Laranjal	Jacareacanga	27/12/2006
SR 30 - Santarém/PA	PDS Serra Azul	Monte Alegre	19/10/2005
SR 30 - Santarém/PA	PDS Vale do Jamaxim	Novo Progresso	12/12/2005
SR 30 - Santarém/PA	PDS Nelson de Oliveira	Novo Progresso	06/06/2006
SR 30 - Santarém/PA	PDS Liberdade I	Pacajá	17/10/2006
SR 30 - Santarém/PA	PDS Cupari	Rurópolis	13/12/2004
SR 30 - Santarém/PA	PDS Divinópolis	Rurópolis	13/12/2004
SR 30 - Santarém/PA	PDS Novo Mundo	Rurópolis	13/12/2004
SR 30 - Santarém/PA	PDS Renascer II	Santarém	28/12/2005
SR 30 - Santarém/PA	PDS Esperança do Trairão	Trairão	05/10/2006
SR 30 - Santarém/PA	PDS Boa Vista do Caracol	Trairão	23/11/2006
SR 30 - Santarém/PA	PDS Pimental	Trairão	27/12/2006
SR 31 - Altamira/PA	PDS Brasília	Altamira	23/11/2005
SR 31 - Altamira/PA	PDS Esperança	Altamira	14/12/2006
SR 31 - Altamira/PA	PDS Mãe Menininha	Altamira	14/12/2006
SR 31 - Altamira/PA	PDS Terra Nossa	Altamira	03/06/2006
SR 31 - Altamira/PA	PDS Anapu I	Anapu	05/10/2004
SR 31 - Altamira/PA	PDS Anapu IV	Anapu	13/08/2004

SR 31 - Altamira/PA	PDS Ademir Fredericce	Medicilândia	23/11/2005
SR 31 - Altamira/PA	PDS Água Preta	Placas	12/12/2005
SR 31 - Altamira/PA	PDS Castanheira	Placas	12/12/2005
SR 31 - Altamira/PA	PDS Arthur Faleiro	Placas	12/12/2006
SR 31 - Altamira/PA	PDS Avelino Ribeiro	Placas	12/12/2006
SR 31 - Altamira/PA	PDS Horizonte Novo	Porto de Moz	20/10/2006
SR 31 - Altamira/PA	PDS Castanheira II	Senador José Porfírio	25/09/2014
SR 31 - Altamira/PA	PDS Itatá	Senador José Porfírio	08/11/2006
SR 31 - Altamira/PA	PDS Ouro Branco	Uruará	27/12/2006
SR 31 - Altamira/PA	PDS Irmã Dorothy	Uruará	28/12/2006
SR 31 - Altamira/PA	PDS Santa Clara	Uruará	13/10/2006

Fonte: Painel dos Assentamentos INCRA (2020).

Altamira, juntamente com São Félix do Xingu, lidera a lista dos municípios com as maiores taxas de incremento de desmatamento no Estado desde 2012 e, também, figuram como os maiores recebedores de repasses sob o ICMS Verde. Trata-se de um município que apresenta altas taxas de desmatamento e é constituído por territórios contíguos, compartilhando espaços protegidos (TUPIASSU et al., 2019) (figura 1):

Figura 1- Localização do Município de Altamira (PA).

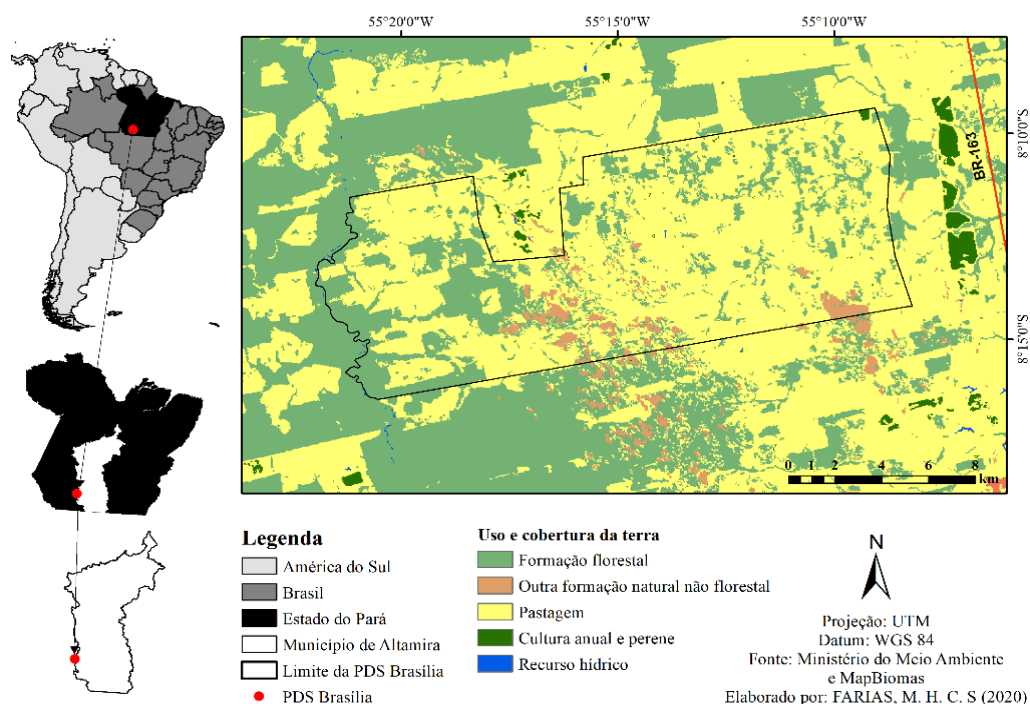


Fonte: MMA/ MAPBIOMAS (2020).

O município de Altamira possui nove projetos de assentamentos, sendo quatro Projetos de Assentamento Federal (PA), quatro Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e um Projeto Integrado de Colonização (PIC). Dentre os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS), destaca-se o PDS Brasília, criado em 23 de novembro de 2005, com área

total de 198,5 km², com previsão de 500 unidades familiares beneficiárias, contando atualmente com a instalação de 340 famílias.

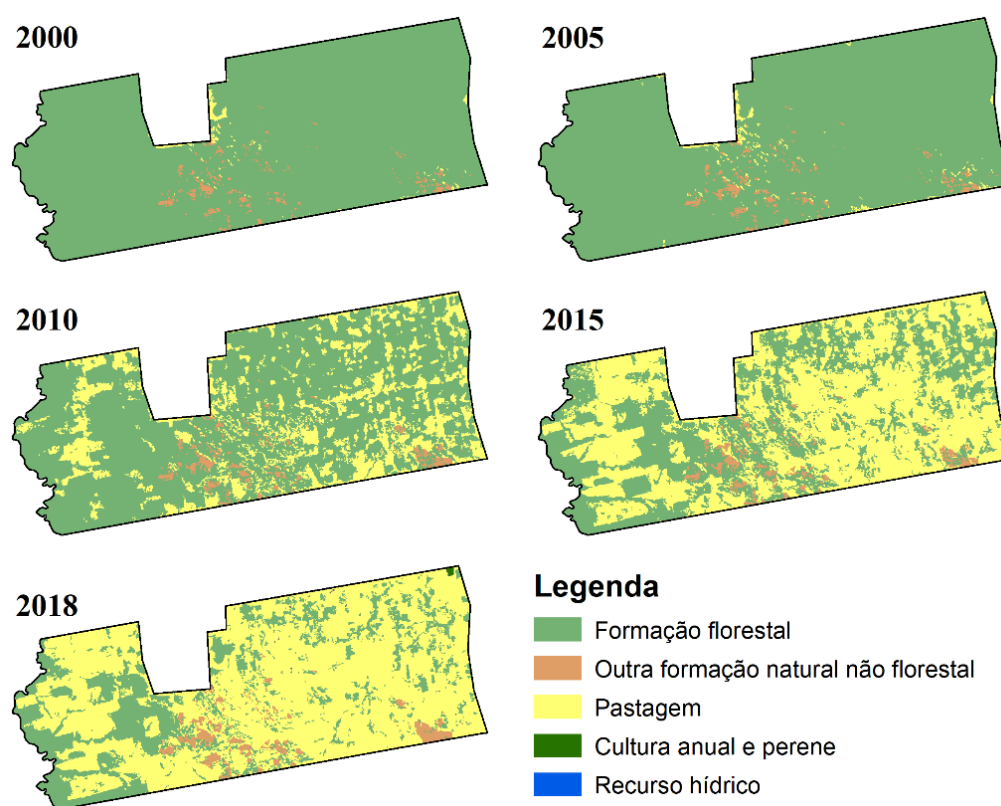
Figura 2- Localização do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Brasília.



Fonte: MMA/ MAPBIOMAS (2020).

No período de 2000 a 2018, 141,7 km² de áreas desmatadas foram detectadas no PDS Brasília. O avanço do desmatamento no município acompanhou as tendências de crescimento enfrentadas pelo Estado do Pará, tal qual como nos demais territórios da Amazônia Legal. No ano de 2000, início do período de análise, o Projeto de Assentamento dispunha de área desmatada de 1,9 km², representando 1% de sua área total. Apesar de ter havido uma redução no incremento ao desmatamento a partir de 2008, em 2018 só restavam 50,1 km² de remanescente florestal, o equivalente a 25% da área de floresta do PDS, conforme apresentado na figura 3, o que compromete o processo de desenvolvimento sustentável para a região.

Figura 3- Evolução do Desmatamento no PDS Brasília.



Fonte: MMA/ MAPBIOMAS (2020).

Foi possível verificar que, apesar de ser idealizado como proposta para combinar agricultura ao uso sustentável, visando a manutenção da cobertura florestal, expõe-se a influência do PDS Brasília como um forte potencial para resultar desmatamento na área em estudo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A iniciativa de criação dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) visou reverter a lógica de desenvolvimento como crescimento econômico, com a adoção de um modelo capaz de conciliar a atividade produtiva e a conservação do meio ambiente. E, durante muito tempo, desconsiderou-se o fato de que toda e qualquer atividade agrícola, mesmo a realizada nos assentamentos rurais, constitui-se de alteração e transformação do meio natural.

Em relação ao PDS Brasília, percebe-se a necessidade de articulação entre os atores envolvidos (assentados, Poder Público, organizações não-governamentais), possibilitando assim a conscientização quanto às novas práticas produtivas necessárias, bem como o suporte técnico e financeiro compatível com a realidade desta modalidade de projeto, visando assim desenvolvimento econômico sustentável.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, T. P.; FERRANTE, V. L. S. B.; CARDOZO, D. R.; ALMEIDA, L. M. D. M. C. Modo de vida e segurança alimentar e nutricional de agricultores familiares de um projeto de desenvolvimento sustentável (PDS). **Cadernos CERU**, v. 29, n. 2, 2018.

CAMARGO, R. A. L.; BOCCA, M. F.; FIGUEIREDO, D. S.; MATO, J. M. S. O PAA e PNAE em assentamentos PDS no norte paulista. **Retratos de Assentamentos**, v. 19, n. 1, p. 149-173, 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Portaria INCRA Nº 477, de 04 de novembro de 1999**. Cria a modalidade de Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS, de interesse social e ecológico, destinada às populações que baseiam sua subsistência no extrativismo, na agricultura familiar e em outras atividades de baixo impacto ambiental.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Portaria INCRA Nº 1.032, de 25 de outubro de 2000**. Aprova a Metodologia para Implantação de Projetos de Desenvolvimento Sustentável, apresentada pelo Grupo de Trabalho Interministerial instituído pela Portaria nº 1/99, dos Ministérios de Desenvolvimento Agrário - MDA e Meio Ambiente - MMA. Diário Oficial da União de 26 de outubro de 2000, nº 207, Seção 1, pág. 11.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Portaria INCRA nº 1.040 de 11 de dezembro de 2002**. Dispõe sobre a criação de Projetos de Desenvolvimento Sustentável. Diário Oficial da União de 12 de dezembro de 2002.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Painel dos Assentamentos**. 2018. Disponível em: <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>> . Acesso em: 12 de outubro de 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). **Monitoramento do Desmatamento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (PRODES)**. 2020. Disponível em: < <http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodesuc.php> > . Acesso em: 12 de outubro de 2020.

LIPSCOMB, M.; PRABAKARAN, N. Property rights and deforestation: Evidence from the Terra Legal land reform in the Brazilian Amazon. **World Development**, v. 129, p. 104854, 2020.

MELO, T. G.; SCOPINHO, R. A.; GONÇALVES, J. C. Entre o legal e o real: assentamentos rurais do tipo PDS na macrorregião de Ribeirão Preto. **Retratos de Assentamentos**, v. 19, n. 1, p. 41-67, 2016.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Geoprocessamento**. 2020. Disponível em: < <https://www.mma.gov.br/governanca-ambiental/geoprocessamento> > . Acesso em: 12 de outubro de 2020.

PORRO, N. M.; PORRO, R.; ASSUNÇÃO, H. D. N. Roças e Florestas em Assentamentos Ambientalmente Diferenciados na Amazônia: Reflexões para uma Agroecologia no PDS Virola Jatobá. **Retratos de assentamentos**, v. 19, n. 2, p. 188-214, 2016.

PORRO, R.; PORRO, N. S. M.; WATRIN, O. D. S.; ASSUNÇÃO, H. D. N. Implicações Sociais, Econômicas e Ambientais de Uma Iniciativa de Manejo Florestal Comunitário em Assentamento na Amazônia Oriental. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 56, n. 4, p. 623-644, 2018.

TUPIASSU, L.; FADEL, L. P. S. L.; GROS-DESORMEAUX, J. ICMS Ecológico e desmatamento nos municípios prioritários do estado do Pará. **Rev. Direito GV**, v. 15, n. 3, e1928, 2019.

VALE, J. C. E.; BARRADAS, A. C.; MIRANDA, R. P.; WEIHS, M. L.; YAMASHITA, O. M. Socioenvironmental problems in agrarian reform settlement projects in the Amazon region portal, Brazil. **Scientific Electronic Archives**, v. 13, n. 1, p. 51-59, 2020.

ANÁLISE COMPARATIVA DA QUESTÃO AGRÁRIA NA MICRORREGIÃO DE JALES (SP) SEGUNDO OS CENSOS AGROPECUÁRIO DE 2006 E 2017

Natália Gabriela Rós Marques de Oliveira¹

Débora Pavani Silva²

Gláucia Luciane Cham Menezes Cândido de Paula²

Diego Oliveira da Paz¹

Antonio Lázaro Sant'Ana³

Resumo

A agricultura familiar brasileira apresenta um cenário bem diverso, sendo necessária a compreensão da realidade regional para a formulação de estratégias de desenvolvimento, bem como a elaboração de políticas públicas. A fim de colaborar com a compreensão das realidades regionais, o objetivo deste trabalho foi realizar uma análise comparativa da questão agrária na Microrregião Geográfica (MGR) de Jales (SP) entre os dados disponíveis nos Censos Agropecuários de 2006 e 2017. Os dados levantados foram analisados por meio da estatística descritiva com a elaboração de gráficos e tabelas. Mediante análise dos dados do Censo Agropecuário de 2017, em comparação com os dados do Censo de 2006, para a Microrregião, observou-se uma diminuição do número total de estabelecimentos em 15,10%, predominantemente dentre aqueles constituídos por até 4 módulos fiscais (até 120 ha, para a Microrregião), os quais foram responsáveis por 97,5% dessa redução. Esta maior redução incide sobre a faixa de estabelecimentos que abrange a agricultura familiar, além de indicar também uma maior concentração de terras. Com relação ao recebimento de assistência técnica, foi observado um aumento da assistência técnica privada recebida e uma redução da assistência técnica governamental, dado que pode ser legado ao corte de recursos destinados aos programas de ATER, ocorrido a partir de 2017. A redução do número de estabelecimentos familiares evidencia um quadro de fragilização da agricultura familiar na MRG de Jales entre os dois Censos e a recente diminuição das atividades de ATER gratuita pode agravar essa situação.

Palavras-chave: Estrutura fundiária; Agricultura familiar; ATER.

1. Introdução

A construção de políticas públicas voltadas para campo, em especial para produtores familiares, se alicerça na compreensão do meio material e social em que as unidades produtivas estão inseridas e para isso é necessária à realização de diagnósticos.

Uma importante ferramenta para obtenção de dados para diagnósticos regionais é o Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o qual teve sua primeira realização em setembro de 1920, sendo desde então já foram realizadas 11 edições do mesmo até sua última em 2017. Este importante levantamento apresenta dados detalhados sobre os estabelecimentos rurais de todas as regiões do Brasil, permitindo o acompanhamento e análise da evolução e das transformações que vêm ocorrendo no meio rural brasileiro, em termos de estrutura fundiária e produtiva, características da população, dentre outros aspectos (IBGE, 2020).

Nesse trabalho focaliza-se, no Estado de São Paulo, a região conhecida como extremo noroeste paulista, mais especificamente para a Microrregião Geográfica (MGR) de Jales. Esse interesse se deve em razão da existêcia expressiva participação da produção familiar dentro dessa região, logo sendo uma área de interesse para aplicação de políticas públicas voltadas para este público alvo.

De acordo com os dados do IBGE (2017) a MGR de Jales possui a dimensão de 3.929km², abrangendo 23 municípios. Esta região, por fazer divisa com os estados de Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, possui grande importância no fluxo de bens e produtos entre os estados confrontantes. Esta condição estabeleceu um maior dinamismo no processo de ocupação do território, tendo uma densidade populacional de 39,7 habitantes por km² e contingente populacional estimado de 155.797 habitantes.

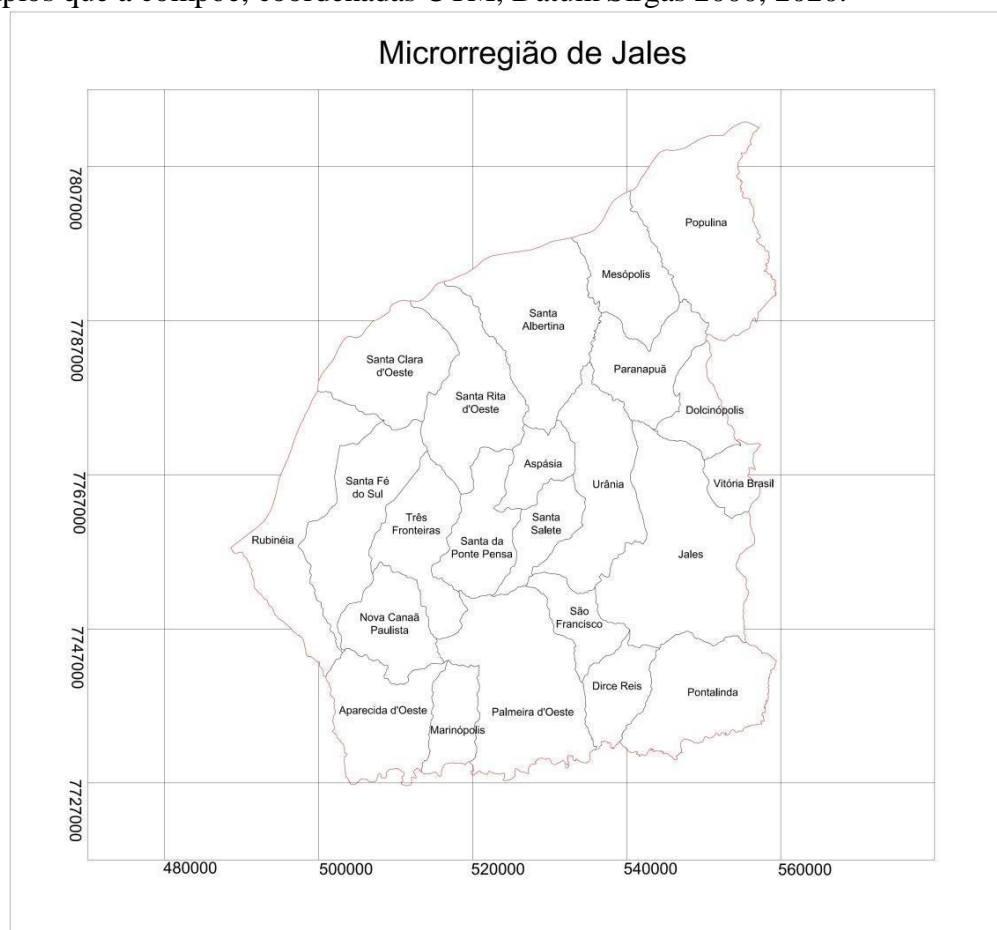
O objetivo desse trabalho foi realizar uma análise comparativa entre dados do Censo Agropecuário de 2006 e o Censo Agropecuário de 2017, no intuito de analisar quais as principais mudanças ocorridas entre os dois levantamentos na Microrregião Geográfica de Jales (SP).

Estas informações sobre a evolução das características agropecuárias dessa Microrregião poderão apontar suas principais fragilidades atuais, assim como identificar suas potencialidades, tornando-se uma ferramenta importante para subsidiar a decisão de retomada de determinados programas ou a formulação de novas políticas públicas para a agricultura familiar. Por meio dessas informações obtêm-se também ferramentas que são referência para estabelecimentos, órgãos de pesquisa públicos e empresas privadas na definição de suas ações de posicionamento no mercado, no conhecimento de características estruturais e conjunturais da economia da região e na realização de estudos para prospecção de potenciais clientes e consumidores.

2. Metodologia

O objeto desta pesquisa foi a MGR de Jales (Figura 01) sendo a metodologia da mesma baseada na compilação e análise de dados secundários. Os dados analisados foram obtidos através dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017, os quais são disponibilizados (acesso público) no site oficial do IBGE. Durante o intervalo que compreende os anos de 1989 e 2017, o IBGE adotou como divisão geográfica do país as Mesorregiões e Microrregiões embasados na Resolução PR n. 51, de 31.07.1989, publicada no Suplemento do Boletim de Serviço, ano 38, n. 1763, de circulação interna à Instituição do IBGE, e aprovada pelo Presidente do IBGE. Com base nesta resolução, compreendia-se por Mesorregião uma região individualizada em uma das Unidades da Federação, à qual possuía processo social semelhante, quadro natural condicionante entre os municípios pertencentes, e rede de comunicação e de lugares como articulação espacial. As Microrregiões foram definidas por partes da Mesorregião, as quais eram definidas com base em sua estrutura agropecuária, industrial, extrativa mineral e pesqueira (IBGE, 1990). Como os Censos Agropecuário de 2006 e 2017 foram realizados durante o vigor desta resolução, foram apresentados dados com base na Microrregião Geográfica de Jales, ao invés da atualmente chamada Região Geográfica Imediata de Jales. A então Microrregião de Jales compreendia 23 municípios, sendo eles: Jales, Santa Fé do Sul, Palmeira D'Oeste, Urânia, Santa Albertina, Três Fronteiras, Pontalinda, Aparecida D'Oeste, Populina, Paranapuã, Rubinéia, São Francisco, Santa Rita D'Oeste, Dolcinópolis, Santa Clara D'Oeste, Marinópolis, Mesópolis, Nova Canaã Paulista, Vitória Brasil, Aspásia, Dirce Reis, Santa Salete e Santana da Ponte Pensa (BRASIL, 2020).

Figura 01 – Croqui da Microrregião Geográfica de Jales com as distribuições dos municípios que a compõe, coordenadas UTM, Datum Sirgas 2000, 2020.



Fonte: Os Autores, 2020.

Primeiramente foram selecionados alguns tópicos de maior interesse para serem agregados, tanto do Censo Agropecuário de 2006, quanto dos dados consolidados do Censo Agropecuário de 2017, para que fosse realizada a comparação entre os mesmos. Posteriormente, os dados foram organizados em gráficos e tabelas com auxílio do software Excel e foram calculadas as respectivas porcentagens para os dados julgados pertinentes.

Os dados foram analisados por meio da estatística descritiva a partir dos gráficos e tabelas geradas para auxiliar a discussão sobre a diferença entre os dois levantamentos censitários referentes à Microrregião de Jales (SP).

3. Principais Resultados

3.1 Características dos Estabelecimentos

Ao analisar o número total de estabelecimentos abrangidos no Censo Agropecuário de 2017, e comparando-o com o número total de estabelecimentos do Censo de 2006, podemos observar uma diminuição no número total em 15,10% com relação à quantidade anterior (Tabela 1). Houve, entretanto, um aumento do número de produtores sem área (aumento de 19,05% com relação ao número anterior) e do número de estabelecimentos com tamanhos compreendidos entre 2.500 ha e 10.000 ha (aumento de 83,33% em relação ao número anterior). Dentre as faixas que apresentaram maior diminuição do número de estabelecimentos estão às faixas de 20 ha a menos de 50 ha (redução de 19,66% com

relação ao total de 2006) e a faixa com estabelecimentos compreendidos até 10 ha (redução de 6,95% com relação ao Censo anterior). Considerando-se que o módulo fiscal varia entre 22 ha e 30 ha dentre os municípios da MRG de Jales, segundo o Sistema Nacional de Cadastro Rural (2013), podemos constatar que a maior redução é do número de estabelecimentos com até quatro módulos fiscais, sendo essa a faixa compreendida pelas áreas dos agricultores familiares (até 120 ha), a qual teve redução de 14,73% com relação à quantidade de 2006 (desconsiderando a categoria de 100 a 200 ha, pois esta categoria contém estabelecimentos com mais de quatro módulos fiscais). Ocorreu a redução em apenas 38 estabelecimentos do total com mais de quatro módulos fiscais (desconsiderando as compreendidas na categoria de 100 a 200 ha), enquanto reduziram 1.149 estabelecimentos do total com menos de quatro módulos fiscais (desconsiderando as compreendidas na categoria de 100 a 200 ha).

Tabela 1 - Número de estabelecimentos agropecuários, por grupos de área total.

Grupo de área	Censo 2006		Censo 2017	
	Valores Totais	%	Valores Totais	%
Mais de 0 a menos de 10 ha	3091	36,70	2876	40,21
De 10 a menos de 20 ha	2020	23,98	1655	23,14
De 20 a menos de 50 ha	1983	23,54	1593	22,28
De 50 a menos de 100 ha	704	8,36	525	7,34
De 100 a menos de 200 ha	345	4,10	256	3,58
De 200 a menos de 500 ha	179	2,13	152	2,12
De 500 a menos de 1.000 ha	52	0,62	39	0,54
De 1.000 a menos de 2.500 ha	22	0,26	18	0,25
De 2.500 a menos de 10.000 ha	6	0,07	11	0,15
De 10.000 ha e mais	-*	-	1	0,01
Produtor sem área	21	0,25	25	0,35
Total de estabelecimentos da MGR	8423	100,00	7151	100,00

Notas: *As células preenchidas com “-” representam a falta de informações sobre o segmento em questão.

Fonte: IBGE, 2006 e 2017.

Como já esperado da Microrregião Geográfica de Jales, que é conhecida por seu elevado número de estabelecimentos familiares, do total de 7.151 estabelecimentos rurais, 5.135 (71,8%) são estabelecimentos de agricultores familiares. Deste total (5.135), apenas 1.340 (26,09%) recebem algum tipo de assistência técnica, o que indica a necessidade de se reforçar a assistência técnica (e extensão rural) pública para a região, já que a maioria dos estabelecimentos familiares não recebe assistência técnica (53,07% de todos os estabelecimentos familiares).

Observa-se que atualmente cerca de 69,8% de todos os estabelecimentos não contam com nenhuma forma de assistência técnica, conforme os dados publicados pelo Censo Agropecuário de 2017. Ao se comparar com os dados do Censo Agropecuário de 2006

constata-se que na época, quase 62% dos estabelecimentos rurais não recebiam nenhuma forma de assistência técnica, portanto ocorreu retração no acesso à assistência técnica (Tabela 2).

Tabela 2 - Relação entre o número de estabelecimentos e o acesso à assistência técnica.

Condição em relação à Assistência Técnica nos Estabelecimentos	Censo 2006		Censo 2017	
	Valor total	%	Valor total	%
Recebe assistência técnica	3204	38,04	2159	30,19
Não recebe assistência técnica	5219	61,96	4992	69,80
Total	8423	100	7151	100

Fonte: IBGE, 2006 e 2017.

Entre os imóveis que recebem assistência técnica, as principais formas de acesso são via serviços ofertados pelo poder público e assistência técnica própria (contratação de serviços técnicos), sendo que em 2006 a principal forma era a assistência técnica governamental. Porém os dados mais recentes apontam para uma inversão desta situação, havendo mais presença em 2017 da assistência técnica particular nos estabelecimentos. Acredita-se que essa situação ocorreu em razão da retração dos recursos destinados aos programas de ATER a partir do ano do último Censo.

Tabela 3 - Origem da Assistência Técnica Prestada na Microrregião de Jales, dentre os Estabelecimentos que recebem Assistência.

Origem	Censo Agrop. 2006		Censo Agrop. 2017	
ONG	8	0,25%	1	0,05
Sistema S	-**	-**	9	0,42
Cooperativas	140	4,37%	257	11,90
Empresas Integradoras	329	10,27%	205	9,49
Empresas Privadas	484	15,11%	50	2,31
Governo	1576	49,19%	820	37,98
Própria	833	26,00%	901	41,73
Outra Forma	68	2,12%	181	8,38
Total	*3.438	-	*2.424	-

Nota: *Os totais somados consideram respostas de agricultores que alegaram receber mais de um tipo de assistência técnica, sendo o valor total, portanto, diferente do número total de estabelecimentos que recebem assistência técnica.

**As células preenchidas com “-” representam a falta de informações sobre o segmento em questão.

Fonte: IBGE 2006 e 2017.

Em relação às formas de manejo da produção verifica-se que a maioria dos estabelecimentos não faz o uso de formas de manejo consideradas orgânicas. Durante o período compreendido entre os dois censos (2006 e 2017), houve um pequeno aumento da produção orgânica, quando se compara em termos percentuais. Porém, quando se observa os números absolutos, o resultado torna-se diferente, pois o número de estabelecimentos que aparecem com alguma forma de manejo orgânico é praticamente três vezes superior em

2017 (embora represente ainda menos de 2% do total dos estabelecimentos. Uma das orientações estratégicas para as ações da Ater pública é a construção de sistemas produtivos e estratégias de desenvolvimento rural sustentáveis norteados pelos princípios da agricultura ecológica (PNATER, 2010), Entre os dois Censos algumas políticas públicas implementaram ações nessa direção, o que pode ter contribuído para essa nova realidade.

Tabela 4 - Relação entre as formas de manejo orgânico e não orgânico praticado nos estabelecimentos agropecuários da Microrregião de Jales.

Forma de manejo da Produção	Censo 2006		Censo 2017	
	Nº	%	Nº	%
Sem Manejo Orgânico	8374	99,42	7011	98,06
Agricultura/ Pecuária Orgânica	49	0,58	140	1,96
Prod. Vegetal Org.	22	44,90	39	27,86
Prod. Animal Org.	27	55,10	94	67,14
Prod. Animal e Vegetal Org.	-*	-	7	5,00

Notas: -*As células preenchidas com “-” representam a falta de informações sobre o segmento em questão.

Fonte: IBGE, 2006 e 2017.

Quando se analisa apenas os estabelecimentos que adotam práticas orgânicas em seu manejo, vemos que a produção orgânica animal se sobressai em relação à produção vegetal, segundo os dados do Censo Agropecuário de 2017. Porém esta relação, em 2006, apresentava apenas uma pequena diferença entre as duas modalidades de produção, não considerando estabelecimentos que continham conjuntamente produção vegetal e animal como uma classe separada das outras duas.

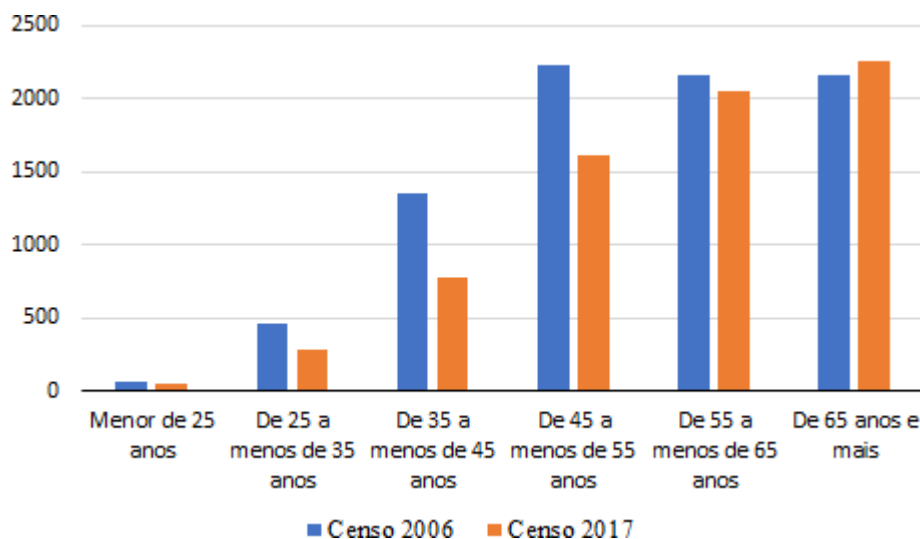
3.2 Características dos Produtores

Ao analisar as faixas de idades dos produtores e comparando os dados do Censo Agropecuário de 2006 com o de 2017, pode-se notar grande diminuição de agricultores na faixa de idade com menos de 65 anos (15,27% com relação à 2006). Em contrapartida, a faixa de agricultores com idades maiores do que 65 anos teve aumento de 8,25% com relação ao valor de 2006 (Figura 1). Nas últimas décadas, essa realidade do êxodo rural familiar modificou-se substancialmente e políticas públicas, como a aposentadoria rural, aumentaram a possibilidade de permanência das pessoas mais idosas no espaço rural (FROEHLICH; PIETRZACKA, 2004). Estes dados podem refletir o envelhecimento da população rural que Froehlich et al. (2011) designa como o fenômeno social que marca o período mais recente do campo brasileiro. Os subsídios, os incentivos econômicos e o aparato institucional mobilizados para estimular a adoção de técnicas produtivas e culturas altamente poupadoras de mão-de-obra são certamente a razão principal de um êxodo tão rápido (ABRAMOVAY, 2000).

A produção orgânica, agroecológica e livre de agrotóxicos, vem aumentando nos últimos anos no país, como nos mostra estudos da Embrapa (FERREIRA et al., 2014), e a maior parte da produção orgânica e a totalidade da produção agroecológica são produzidas pela agricultura familiar, portanto é de grande importância essas análises em termos de gerações se sucedendo nessa missão, para garantir a segurança alimentar que o Brasil vinha conquistando (CASTRO, 2016). Nesse contexto, enfrentar o problema do êxodo rural faz parte das preocupações relevantes, uma vez que não é possível pensar em uma política

continuada sem relacionar com a juventude presente no campo e por meio da Figura 2, observa-se que a faixa com maior percentual de diminuição é a que compreende agricultores com idades entre 35 e 45 anos (32,85% com relação ao valor do Censo Agropecuário de 2006).

Figura 2 - Número de estabelecimentos agropecuários da MRG de Jales (SP) por classes de idade do produtor (Censos 2006 e 2017)



Fonte: IBGE, 2006 e 2017.

A Tabela 5 apresenta os dados relativos à distribuição dos estabelecimentos em relação ao sexo do dirigente na MRG de Jales. Apesar de uma pequena queda na diferença, os homens ainda são majoritariamente os dirigentes dos estabelecimentos, representavam 92% no Censo Agropecuário de 2006 e 89% no de 2017. Esse fato reflete uma questão cultural enraizada toda a sociedade brasileira que favorece os homens para assumirem posições de liderança.

Tabela 5 - Número de estabelecimentos em relação ao sexo do produtor dirigente na MRG de Jales (SP) - Censos Agropecuários de 2006 e 2017.

Sexo do dirigente	2006		2017	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Homem	7.748	92,00	6.263	89,00
Mulher	675	8,00	766	11,00

Fonte: Censo Agropecuário, 2006 e 2017.

Em relação à alfabetização pode-se observar uma melhora do nível de instrução dos dirigentes dos estabelecimentos rurais na MGR de Jales entre os dois referidos Censos (Tabela 6). Em 2006, a Microrregião estava abaixo da média do estado de São Paulo, porém, no Censo Agropecuário de 2017, ultrapassou o estado na razão de produtores que sabem ler e escrever, ocorrendo um aumento de 1,77% pontos percentuais em relação ao Censo de 2006.

Tabela 6 - Nível de instrução do produtor dirigente no estado de São Paulo e na MRG de Jales (SP) - Censos Agropecuários de 2006 e 2017.

Nível de instrução do dirigente	2006		2017	
	São Paulo (%)	MRG Jales (%)	São Paulo (%)	MRG Jales (%)
sabe ler e escrever - sim	96,7	95,6	96,9	97,3
sabe ler e escrever - não	3,3	4,4	3,1	2,7

Fonte: Censo Agropecuário, 2006 e 2017.

3.3 Pecuária

De forma geral, durante o período da análise do presente estudo constatou-se que o total de estabelecimentos dedicados à atividade agropecuária teve uma redução de aproximadamente 15%. Na contramão desta retração temos o aumento significativo (340%) de estabelecimentos com criação de bovinos, esse movimento provavelmente teve como principal fator a valorização da comercialização dos bovinos para produção de carne durante o período (Tabela 7). Segundo dados da série histórica realizada pelo CEPEA com os valores médios da arroba do boi gordo para o estado de São Paulo, verifica-se que no início do período de avaliação o valor da arroba do boi gordo era, em média, R\$53,65 e ao final estava com R\$139,91, representando uma alta de aproximadamente 260% (CEPEA, 2020).

Tabela 7 - Número de estabelecimentos agropecuários com pecuária (principais espécies) na MRG de Jales – Censos 2006 e 2017.

Espécies	Censo Agrop. 2006		Censo Agrop. 2017	
	Valores Totais	% em relação a MGR	Valores Totais	% em relação a MGR
Bovinos	1.226	14,56	5.392	75,40
Ovinos	599	7,11	355	4,96
Suínos	2.390	28,37	1.525	21,33
Aves ¹	3.726	44,24	2.769	38,72

Notas: ¹galinhas, galos, frangas e frangos. -* falta de informação sobre esse segmento

Fonte: IBGE (2006; 2017).

Já quando se busca compreender a redução do total de estabelecimentos dedicados à produção animal (exceto bovinos), uma hipótese provável é que esteja relacionada com a redução dos estabelecimentos familiares que criavam ovinos, suínos e aves para autoconsumo e comercialização em pequena escala. O avanço da cadeia produtiva sucroalcooleira na região de estudo, embora tenha ocupado algumas áreas de pastagens (muitas vezes degradadas), em seu conjunto não afetou a bovinocultura em geral. No entanto, ocorreu redução do número de estabelecimentos familiares dedicados à pecuária leiteira (Tabela 8).

Tabela 8- Número de estabelecimentos agropecuários que produziram leite (Unidades).

Grupos de área	Censo 2006		Censo 2017	
	Valores Totais	%	Valores Totais	%
Mais de 0 a menos de 10 ha	724	27,20	566	35,85
De 10 a menos de 20 ha	679	25,51	361	22,86
De 20 a menos de 50 ha	739	27,76	401	25,46
De 50 a menos de 100 ha	270	10,14	138	8,74
De 100 a menos de 200 ha	142	5,33	57	3,61
De 200 a menos de 500 ha	69	2,59	42	2,66
De 500 a menos de 1.000 ha	22	0,83	6	0,38
De 1.000 a menos de 2.500 ha	11	0,41	3	0,19
De 2.500 a menos de 10.000 ha	-*	-	1	0,06
De 10.000 ha e mais	-	-	0	0,00
Produtor sem área	6	0,23	3	0,19
Total de estabelecimentos	2662	100	1578	100

Notas: -* falta de informação sobre esse segmento
Fonte: IBGE (2006; 2017)

Mas quando se analisa os dados referente à produção de leite dentro da MGR, observamos que em 2006 aproximadamente 35% da produção era oriunda de propriedade de pequeno porte (0 à menos de 20 hectares), os estabelecimentos de médio porte (de 20 à 100 hectares) concentravam cerca de 40% do total da produção, já os estabelecimentos de grande porte (<100 hectares) ficavam com 25% do total da produção. Situação essa que pode ser reflexo do fato de que nesse período que dentro os estabelecimentos que se dedicavam à produção de leite mais de 50% eram caracterizados como pequenos estabelecimentos.

Em face ao decréscimo na ordem de 40,69% dos estabelecimentos dedicados a produção de leite observou que em 2017 ocorreu um ligeiro movimento de centralização do volume da produção para os estabelecimentos de médio porte, sendo que os mesmos passaram a representar cerca de 48% da produção total de leite na MGR.

Em relação à produção de leite, ao se comparar os dados obtidos pelo Censo Agropecuário de 2006 e de 2017, observamos que o principal estrato de tamanho de propriedade para quantidade da produção é o de “**20 a menos de 50 hectares**”. Em 2006, representava 26,16% e em 2017 representou 29,43% da produção total da MGR. Os dados apontam para certa estabilidade em relação à distribuição da produção leiteira, não ocorrendo grandes mudanças para o período de análise e estando concentrada nas propriedades de menores dimensões.

Tabela 9 - Quantidade produzida de leite de vaca (mil litros) no ano nos estabelecimentos agropecuários (Censo Agropecuário de 2006 e 2017).

Grupos de área	Censo 2006		Censo 2017	
	Valor (100L)	% do total produzido	Valor (1000L)	% do total produzido
Mais de 0 a menos de 10 ha	9742	18,32	6200	14,01
10 a menos de 20 ha	8835	16,61	7020	15,87
20 a menos de 50 ha	13914	26,16	13019	29,43
50 a menos de 100 ha	7732	14,54	8100	18,31
100 a menos de 200 ha	6085	11,44	3358	7,59
200 a menos de 500 ha	3452	6,49	5432	12,28
500 a menos de 1.000 ha	3130	5,88	412	0,93
1.000 a menos de 2.500 ha	-*	-	x**	x
Produtor sem área	297	0,56	21	0,05
Total produzido na MGR	53187	100	44243	100

Notas: -* falta de informação sobre esse segmento. ** dado omitido para não identificar o informante
 Fonte: IBGE (2006; 2017).

3.4 Produção Vegetal

Por meio de análise da produção, área e rendimento abrangidas no Censo Agropecuário de 2017, e comparando-as com o número total de estabelecimentos pesquisados no Censo Agropecuário de 2006, observa-se que a cana-de-açúcar teve grande aumento (955% em relação área plantada e 8,80% em produção). Esse fenômeno se deve à grande expansão que o setor sucroalcooleiro do contexto nacional, que ocorreu no período de 1988 até 2016. Outro fator de impacto para esse aumento foi influência do programa ProÁlcool e da inserção de carros Flex no mercado (RONQUIM; FONSECA, 2018).

Em relação às demais culturas como podemos observar na Tabela 10 as variações não são significativas para o território da MGR de Jales. Sendo que a essas alterações são regidas por questão de oportunidades do mercado local que influenciam a decisões dos produtores para escolha de suas atividades produtivas.

Tabela 10 - Quantidade produzida, área colhida e rendimento, por produtos da lavoura temporária (Censo 2006).

Lavoura temporária	Censo Agrop. 2006				Censo Agrop. 2017			
	Produção toneladas	Prod. (uni.)	Área (ha)	Rendimento (t/ha)	Produção (toneladas)	Produção (uni.)	Área (ha)	Rendimento (t/ha)
Cana-de-açúcar	456049	383	6311	72,26	4017292	192	60326	66,59
Cana forrageira	72961	1106	1850	39,44	26861	514	801	33,53
Milho forrageiro	433957	261	21645	20,05	31061	173	1392	22,31
Milho em grão	25575	719	5864	4,36	7356	188	1443	5,1
Sorgo forrageiro	6655	32	311	21,40	9888	57	403	24,53
Outros produtos	-	-	-	-	1954	30	136	14,37
Mandioca	1440	318	185	7,78	950	243	172	5,52
Forageiras para corte	705	27	75	9,40	1886	38	189	9,98
Tomate rasteiro	103	5	25	4,12	977	19	35	27,91
Abóbora	3620	71	162	22,35	559	68	82	6,82
Soja em grão	1274	7	459	2,78	1445	12	791	1,83
Melão	-	2	-	-	48	5	7	6,86
Feijão de cor em grão	-	35	378	-	45	29	37	1,22
Abacaxi	360	28	27	13,33	188	16	17	11,06
Melancia	296	14	29	10,21	55	11	6	9,17

Nota: As células em branco representam valores tão pequenos que foram considerados não significativos pelos censos 2006 e 2017.

Fonte: IBGE (2006)

Em relação às lavouras permanentes houve uma redução de 43,9% no número total de estabelecimentos desde 2006, sendo que foi mais acentuada nas culturas da laranja e do café (Tabela 11). As plantações de café seguiram a tradição de se moverem para solos mais férteis (GONÇALVES, 1998), pois se percebe nitidamente a queda, saindo de 590 para somente 31 estabelecimentos cultivando café na MRG de Jales. A produção de borracha apresentou o aumento mais significativo entre as lavouras permanentes, vindo a seguir a tangerina e a banana.

Apesar da redução do número de estabelecimentos rurais que cultivam uva na Microrregião, a cultura ainda se mostra muito relevante para a economia local, sendo cultivada em 20,8% dos estabelecimentos. A região de Jales é tradicional na produção de uva e segundo Bolognesi et al. (2017), a produção no município de Jales-SP se mantém favorável ao produtor.

Tabela-11 Número de estabelecimentos agropecuários por produtos de lavoura permanente na MRG de Jales (Censo Agropecuário de 2006 e 2017).

Lavoura permanente	Censo Agrop. 2006		Censo Agrop. 2017	
	Nº	%	Nº	%
Laranja	1360	38,43	596	30,0
Limão	460	13	449	22,6
Uva (mesa)	551	15,57	414	20,8
Borracha (látex coagulado)	132	3,73	417	21
Banana	166	4,69	242	24,2
Tangerina, mexerica	44	1,24	104	5,2
Manga	193	5,45	77	3,9
Café arábica em grão (verde)	590	16,67	31	1,6
Borracha (látex líquido)	33	0,93	24	1,2
Goiaba	10	0,28	19	1,0
Total	3539		1985	

Fonte: IBGE (2006; 2017)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Microrregião Geográfica de Jales possui grande número de agricultores familiares, o que a torna de grande interesse para a aplicação de políticas públicas voltadas para o mesmo. Como forma de embasar a formulação destas políticas o Censo Agropecuário realizado periodicamente pelo IBGE é um instrumento muito relevante, pois permite acompanhar a evolução da estrutura fundiária, produção e características dos agricultores ao longo do tempo.

A partir das interpretações realizadas pela comparação entre os dados dos censos agropecuários de 2006 e de 2017, observou-se um processo de concentração fundiária, com a redução do número de estabelecimentos rurais, especialmente aqueles de menor porte que, em sua maioria, se enquadram como de agricultores familiares. Este fenômeno ocorreu apesar dos esforços de algumas políticas públicas dirigidas à agricultura familiar no período entre os censos, mas que foram anuladas por outros incentivos públicos para o grande capital agropecuário que resultaram nos avanços da cadeia produtiva sucroalcooleira, que tem como prática comum incorporação de área subutilizadas (como pastagens degradadas) e/ou com baixos rendimentos. Porém, esse avanço se dá também de forma competitiva com áreas de produção plena, pois a instalação de extensos canaviais possuem impactos significativos na matriz que compõe a paisagem da MGR trazendo uma homogeneização de agroecossistemas, que por si só resulta em prejuízos para biodiversidade local, tornando práticas como a agricultura orgânica e agroecológicas mais difíceis de serem conduzidas.

Ainda em relação aos estabelecimentos rurais a única atividade que teve um aumento expressivo foi o aumento dos estabelecimentos dedicados a bovinocultura de corte, esse movimento se deve à expressiva valorização da comercialização desta produção, tendo um aumento de 260% do valor da arroba do boi gordo para o período de análise.

Pode-se inferir, portanto que concentração fundiária está estrelada ao avanço de produção de *commodities* dentro do território da MGR de Jales.

Referências

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Instituto de Terras**, São Paulo, SP, vol. 28 n. 1,2 3 e vol. 29, n.1, Jan/dez 1998 e jan/ago 1999. Disponível em: < <http://wp.ufpel.edu.br/ppgdtsa/files/2014/10/Texto-Abramovay-R.-Agricultura-familiar-e-desenvolvimento-territorial.pdf>. Acesso em: 25 out. 2020.

ASSIS, A. G. de et al. Sistemas de Produção de Leite no Brasil. Juiz de Fora: **Embrapa Gado de Leite**, 2005. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/595700/1/CT85SistprodleiteBrasil.pdf>. Acesso em: 03 out. 2020.

BOLOGNEZI C.T.; FERRARI J.V. **Viabilidade da produção de uva Niágara no município de Jales-SP**, Botucatu. 2018. IX Simpósio Nacional de Tecnologia em Agronegócio. Botucatu/SP. 2018 disponível em www.sintagro.cps.sp.gov.br/art/download.php?id=109 acesso em 14/03/2019.

BRASIL. **Lei nº 12.188**, de 11 de janeiro de 2010. Brasília, 2010.

CASTRO, E. G., Iluminando fronteiras invisíveis: aproximações e distâncias entre ser jovem no campo e nas cidades no Brasil. In: PINHEIRO, D. et al. (Orgs.). **Agenda Juventude Brasil**: leituras sobre uma década de mudanças. Rio de Janeiro: UniRio, 2016. 185 p. Disponível em: <<https://www.academia.edu/>>.

CEPEA (Piracicaba (Sp)). Esalq - Usp. **Consultas ao banco de dados do site**: boi gordo - média a prazo estado de São Paulo. Boi Gordo - Média a Prazo Estado de São Paulo. 2020. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/consultas-ao-banco-de-dados-do-site.aspx>. Acesso em: 15 out. 2020.

CIDADE-BRASIL (BRASIL). **Microrregião de Jales**. Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/microrregiao-de-jales.html>. Acesso em: 28 out. 2020.

FERREIRA, A. L. **Agricultura orgânica cresce com adoção de resultados de pesquisa**. 2014. EMBRAPA. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/1884777/agricultura-organica-cresce-com-adocao-de-resultados-de-pesquisa#>: Acesso em: 20 out, 2020.

FROEHLICH, J. M. et al. Êxodo seletivo, masculinização e envelhecimento da população rural na região central do RS. **Cienc. Rural**, Santa Maria, v. 41, n. 9, p. 1674-1680, set 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84782011000900030&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 out, 2020.

FROEHLICH, J.M.; PIETRZACKA, R. Dinâmica populacional rural: análise de gênero e faixa etária na Região Central do Rio Grande do Sul no período 1996-2000. In: CONGRESSO DA SOBER, 42, 2004, Cuiabá. **Anais ...** Cuiabá: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2004. p.1-14.

GONÇALVEZ, M. F. **As engrenagens da locomotiva**: ensaio sobre a formação urbana paulista. 1998. Tese (Doutorado em sociologia) - Instituto de filosofia e ciências humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas 1998.

IBGE. **Censo Agropecuário completa 100 anos e retrata história do setor no país.** 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28727-censo-agropecuário-completa-100-anos-e-retrata-historia-do-setor-no-pais>. Acesso em: 25 out. 2020.

INCRA. Constituição (2013). **Sistema Nacional de Cadastro Rural.** SI, Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/indices-cadastrais/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2006.** Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2006/segunda-apuração>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017.** Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2017>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Mesorregiões e Microrregiões Geográficas 1990.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional.html>. Acesso em: 28 out. 2020.

RONQUIM, C. C.; FONSECA, M. F. (ed.). **Avanço das áreas de cana-de-açúcar e alterações em áreas de agropecuária no interior paulista.** Campinas: Embrapa Territorial, 2018. 48 p.

PROTEÇÃO AOS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS ASSOCIADOS À BIODIVERSIDADE

1. GOMES, Patrícia Guedes Gomide Nascimento – UNIARA;
2. HERRMANN, Hildebrando – UNIARA; 3. ALVES JUNIOR, Wilson José Figueiredo – UNAR

RESUMO

O uso e acesso desautorizado ao patrimônio genético e aos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade e a sua posterior conversão em patente, proporcionados pelo desenvolvimento tecnológico e industrial, levou ao debate sobre a necessidade de proteção desses conhecimentos tradicionais, oportunizando a Convenção sobre a Diversidade Biológica, proposta pela ONU durante a Rio-92, firmada pelo Brasil, com objetivo, dentre outros, de respeitar e manter a diversidade biológica e esses conhecimentos. O Brasil não dispunha de uma lei para garantir a proteção pretendida pela CDB, o que levou especialistas a desenvolverem um regime *sui generis* de proteção, capaz de tratar esses conhecimentos como: um direito intelectual coletivo e permanente, transmitido oralmente de geração para geração, cujo acesso e uso dependem de prévia autorização. Assim, surgiu a Medida Provisória nº 2.186-16/2001, sucedida pela atual Lei 13.123/2015 e seu regulamento. A pesquisa objetivou verificar a proteção conferida a esses conhecimentos, o regime jurídico *sui generis* de proteção e ainda se a nova lei tratou adequadamente dessa proteção. A metodologia consistiu no levantamento bibliográfico, análise da legislação nacional, acordos e convenções internacionais e demais que abordam o tema, e através do exame do caso Acheflan®, que é uma ação judicial proposta pelo Laboratório Aché contra a União, na qual o laboratório obteve em primeira instância o direito de não repartir benefícios nem com a União e nem com a comunidade tradicional que detém o conhecimento usado. O trabalho concluiu que a atual legislação garante proteção aos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade.

Palavras-chave: conhecimentos tradicionais associados, biopirataria, proteção, regime *sui generis*.

PROTECTION OF TRADITIONAL KNOWLEDGE ASSOCIATED WITH BIODIVERSITY

ABSTRACT

The unauthorized use and access to genetic heritage and traditional knowledge associated with biodiversity and its subsequent conversion into a patent, provided by technological and industrial development, led to the debate on the need to protect this traditional knowledge, giving opportunity to the Convention on Biological Diversity, proposed by the UN during Rio-92, signed by Brazil, with the objective, among others, of respecting and maintaining biological diversity and this knowledge. Brazil did not have a law to guarantee the protection sought by the CBD, which led specialists to develop a *sui generis* protection regime, capable of treating this knowledge as: a collective and

1. Doutoranda, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente - Universidade de Araraquara - Uniara, Araraquara/SP.

2. Docente (Orientador no doutorado), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente - Universidade de Araraquara - Uniara, Araraquara/SP.

3. Docente (Orientador no mestrado), Universidade de Araras – UNAR, - Araras/SP.

permanent intellectual right, transmitted orally from generation to generation, whose access and use depend on prior authorization. Thus, Provisional Measure 2,186-16 / 2001 emerged, followed by the current Law 13,123 / 2015 and its regulation. The research aimed to verify the protection afforded to this knowledge, the *sui generis* legal regime of protection and whether the new law adequately addressed this protection. The methodology consisted of a bibliographic survey, analysis of national legislation, international agreements and conventions and others that address the theme, and through the examination of the Acheflan case, which is a lawsuit filed by the Aché Laboratory against the Union, in which the laboratory obtained in first instance, the right not to share benefits with either the Union or the traditional community that holds the knowledge used. The work concluded that the current legislation guarantees protection of traditional knowledge associated with biodiversity.

Keywords: associated traditional knowledge, biopiracy, protection, *sui generis* regime

INTRODUÇÃO

Com a finalidade de respeitar, preservar e manter os conhecimentos tradicionais associados, dentre outras, o Brasil assinou a Convenção sobre a Diversidade Biológica- CDB, em 05 de junho de 1992, a qual foi submetida ao Congresso Nacional que a aprovou por meio do Decreto Legislativo nº 02, de 03 de fevereiro de 1994. Foi posteriormente promulgada pelo Decreto no 2.519, de 16 de março de 1998.

A Convenção foi o marco internacional abordando os temas patrimônio genético e conhecimentos tradicionais associados (SANTILLI, 2005). Entretanto, o presente artigo versará apenas sobre os conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade.

Com efeito, diante da CDB e suas disposições nosso país iniciou a corrida pela sua interpretação e escoreita aplicação, o que levou estudiosos, órgãos do governo e diversas entidades a pensar sobre o tema, sobre a proteção e sobre como poderia ser legalmente enquadrada e definida a proteção aos conhecimentos tradicionais associados, de modo também a privilegiar a repartição equitativa de benefícios decorrentes de seu uso.

Importa esclarecer que de uma forma geral a Convenção trata da proteção dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade no sentido de conservação, ou seja, preservação dos conhecimentos como ações estatais para a sua manutenção (SANTILLI, 2004).

Pois bem, a partir da CDB muitos autores: SANTILLI, 2004; MOREIRA, 2008; SHIVA, 2001; DIEGUES, 2001; CARVALHO, 2014; MAIA, 2007; MARIOT 2010, BENSUSAN, 2005) entenderam que os conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade deveriam ser protegidos através de um regime *sui generis* de proteção, por não haver em nosso ordenamento jurídico nada que lhes garantisse escoreita proteção.

É importante tal abordagem, porquanto a utilização dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade passou a ser de grande interesse e valia a partir do século XX, quando se verificou uma grande ascensão científica e tecnológica diante da possibilidade de seu uso na indústria (MOREIRA, 2008, p. 2), revelando que esses conhecimentos tinham grande importância para o desenvolvimento.

Constatou-se com o passar dos tempos que os conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade têm muita importância para as empresas que trabalham com biotecnologia, notadamente aquelas que se dedicam aos produtos medicamentosos, químicos e agrícolas (SANTILLI, 2004, p. 5).

Finalmente, em 2015, foi promulgada a Lei nº 13.123/2015, denominada por Marco Legal da Biodiversidade. No ano seguinte, foi promulgado o Decreto nº 8.772/2016 que a regulamenta. Importante esclarecer que a Lei criou o regime *sui generis* de proteção aos conhecimentos tradicionais associados.

OS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS ASSOCIADOS À BIODIVERSIDADE E O REGIME *SUI GENERIS* DE PROTEÇÃO

O conceito de biodiversidade não é uniforme entre todos os estudiosos do assunto, mas é do senso comum que o termo passou a ser utilizado a partir da Conferência das Nações Unidas, ocorrida no Rio de Janeiro, em 1992 (NASCIMENTO, 2012).

A toda evidência as definições da palavra biodiversidade abrangem variados níveis de organização da vida. Não é demais esclarecer que biodiversidade e diversidade biológica tem o mesmo significado.

Nascimento (2012), fazendo uma introdução sobre a biodiversidade narra que desde tempos remotos os humanos estudam a fauna e flora e deduz que na antiguidade foram arroladas as espécies conhecidas naquela época. Nascimento (2012) define biodiversidade como:

a variabilidade de vida na Terra, mas a expressão, seja do ponto de vista científico, seja na sua significação jurídica, alcança a diversidade de espécies, a diversidade genética dentro das espécies, a variabilidade de ecossistemas, as relações complexas entre os seres vivos e entre estes e o meio ambiente (NASCIMENTO, 2012, p. 26).

A CDB definiu a expressão “diversidade biológica” no seu artigo 2º, da seguinte forma:

Significa a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas (CDB, artigo 2º).

Importa lembrar que a biodiversidade é um recurso local do país onde situado, o qual é responsável pela sua conservação (SANTILLI, 2005). A Constituição Federal dispõe no seu artigo 225 que todos têm direito ao meio ambiente equilibrado, bem de uso comum do povo. A recente Lei nº 13.123/2015, no inciso I do seu artigo 1º, também trata o patrimônio genético como “bem de uso comum do povo”.

A nova Lei define, no inciso I de seu artigo 2º, o que vem a ser patrimônio genético, dispondo que se trata de “informação de origem genética de espécies vegetais, animais, microbianas ou espécies de outra natureza, incluindo substâncias oriundas do metabolismo destes seres vivos.”

Pois bem, uma vez traçada a definição de biodiversidade, passa-se ao conceito do que vem a ser conhecimento tradicional associado à biodiversidade, que, de acordo com a nova lei (nº 13.123/15), denominada por Marco Legal da Biodiversidade (incisos II e III do artigo 2º), tem a seguinte definição:

II - conhecimento tradicional associado - informação ou prática de população indígena, comunidade tradicional ou agricultor tradicional sobre as propriedades ou usos diretos ou indiretos associada ao patrimônio genético;

III - conhecimento tradicional associado de origem não identificável - conhecimento tradicional associado em que não há a possibilidade de vincular a sua origem a, pelo menos, uma população indígena, comunidade tradicional ou agricultor tradicional;

Definido o conhecimento tradicional associado à biodiversidade, importa deixar claro quem o produz.

Os conhecimentos tradicionais são produzidos e detidos por diversos povos tradicionais, que são grupos culturalmente diferenciados e assim se reconhecem, e que abrangem as populações indígenas, quilombolas, ribeirinhos, assentados, agricultores e outras comunidades locais (MOREIRA, 2008). Acerca da extensão dos grupos que podem ser considerados como populações tradicionais descreve Moreira (2008):

Vale ressaltar que o que faz um grupo social ser identificado como tradicional não é a localidade onde se encontra, ele pode estar em uma unidade de conservação, terra indígena, terra quilombola, à beira de um rio da Amazônia, num centro urbano, numa feira, nas casas afroreligiosas, nos assentamentos da reforma agrária, enfim, não é o local que define quem elas são, mas sim seu modo de vida e as suas formas de estreitar relações com a diversidade biológica, em função de uma dependência que não precisa ser apenas com fins de subsistência, pode ser também material, econômica, cultural, religiosa, espiritual, etc. (MOREIRA, 2008, p. 4).

Na década de 90 já havia uma intensa movimentação dos povos tradicionais a fim de garantir seus direitos intelectuais coletivos (SANTILLI, 2005). Demorou bastante até que houvesse uma consciência de que a diversidade biológica e os conhecimentos tradicionais associados a ela deveriam ser protegidos, essa conscientização e o interesse em equilibrar as relações entre países em desenvolvimento e países desenvolvidos, de modo a acabar finalmente com a prática da biopirataria, o que levou a diversos estudos (SANTILLI, 2005).

Santilli (2005) relata que não há um conceito jurídico para biopirataria, mas que é aceito o conceito de que:

biopirataria é a atividade que envolve o acesso aos recursos genéticos de um determinado país ou aos conhecimentos tradicionais associados a tais recursos genéticos (ou a ambos) em desacordo com os princípios estabelecidos na Convenção da Diversidade Biológica, a saber: a soberania dos Estados sobre os seus recursos genéticos e a necessidade

de consentimento prévio e informado dos países de origem dos recursos genéticos para as atividades de acesso, bem como a repartição justa e eqüitativa dos benefícios derivados de sua utilização. Quando a atividade envolve conhecimentos, inovações e práticas de povos indígenas e populações tradicionais, a Convenção da Diversidade Biológica estabelece a necessidade de que a sua aplicação se dê mediante a aprovação e a participação de seus detentores e a repartição, com estes, dos benefícios (SANTILLI, 2005, p. 138).

A definição de Santilli (2005), acima transcrita, é a mais completa e adequada, sendo importante enfatizar que a biopirataria consiste na junção de duas ofensas: a primeira, diz respeito ao uso não consentido da diversidade biológica e o seu respectivo desvio; a segunda, diz respeito à apropriação de conhecimentos tradicionais associados. A pesquisa revela que a biopirataria existe desde que o mundo é mundo, pois sempre houve interesse dos povos desenvolvidos pela biodiversidade dos países em desenvolvimento (SHIVA, 2001).

Pois bem, a conscientização acerca do uso e acesso desautorizado da biodiversidade dos países em desenvolvimento e dos conhecimentos tradicionais associados de todos esses povos pelos países desenvolvidos, foi mundialmente debatida, e, de forma a solucionar a questão a ONU propôs a todos os Estados-membros a criação de uma Convenção apta a proteger a biodiversidade e os conhecimentos tradicionais associados. Assim, em 1992, durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, realizada no Rio de Janeiro, denominada por Eco-92. A Convenção foi ratificada por quase todos os países signatários, incluindo o Brasil, que o fez através do Decreto Legislativo nº 2, de 1994 (SANTILLI, 2005).

A Convenção revela-se o início de tudo, e a partir dela começaram os debates acerca da necessidade de criação de um regime jurídico *sui generis* de proteção para esses conhecimentos, tendo em vista o entendimento da grande maioria de que as legislações em vigor, mesmo que adaptadas, não seriam capazes de conferir a adequada proteção a esses especiais conhecimentos (SANTILLI, 2004).

Esses conhecimentos têm caráter social dentro dessas comunidades. Não há intuito econômico na sua transmissão, a intenção é a difusão e a perpetuação do saber entre os membros da comunidade e de outras comunidades, justamente para que o conhecimento não se esvaia no tempo e os povos não percam a sua tradição (SANTILLI, 2004).

Veja-se que tradicional – conhecimento tradicional- não tem o sentido de velho ou antigo, mas sim o de hábitos, costumes e comportamentos tradicionais, justamente o que essas comunidades transmitem de uma geração a outra.

Os pensadores sobre o tema imaginavam ainda conferir-lhe uma proteção permanente, além de impor que o seu acesso seja previamente autorizado e que haja repartição do benefício advinda do seu uso (SANTILLI, 2004).

Fator interessante para esse estudo é a forma como são transmitidos esses conhecimentos. Não há anotação, papel ou outro que documente o conhecimento. O conhecimento em geral é coletivo se perpetua através da transmissão oral de uma geração a outra (SANTILLI, 2004). Mostra-se evidente que os mais novos são integrados à cultura do grupo desde cedo e aprendem, ao longo do crescimento, todo o conhecimento que a comunidade acumulou desde sempre.

A titularidade coletiva visa garantir que seja conferida aos conhecimentos tradicionais associados uma proteção intelectual de caráter coletivo, por serem provenientes do coletivo dessas comunidades. Não há como, tampouco razão para entendê-los como conhecimentos provenientes do intelecto individual de cada qual dos membros das comunidades, pois pensar assim é desvirtuar o caráter dessas próprias comunidades, que trabalham em prol do coletivo, em todos os sentidos e áreas (SANTILLI, 2004).

A intenção desses estudiosos no assunto é, portanto, a de que os conhecimentos tradicionais associados sejam assim considerados (SANTILLI, 2005):

- a) direito intelectual coletivo,
- b) transmitido oralmente de geração para geração,
- c) criação coletiva compartilhada coletivamente,
- d) proteção perpétua,
- e) acesso através de consentimento prévio fundamentado
- f) possibilidade de negar o acesso – direito moral – e,
- f) haja repartição de benefícios decorrente do uso – direito patrimonial.

Semelhante é o entendimento de Barbosa (2003) que assim afirma:

- a) autoria plural, seja tribal ou comunitária, em oposição ao autor determinado e individual da propriedade intelectual clássica; b) a inexistência de novidade – conforme definida nas leis de patentes ou de variedades de plantas; c) a antiguidade da obra para o caso de criações estéticas – o que importaria em esgotamento de quaisquer direitos pertinentes; d) a titularidade incerta – coletiva, comunitária, ou exercida através de agências governamentais? (BARBOSA, 2003, p. 784).

Antes de adentrar ao tema propriamente dito, importante lembrar que o termo latino *sui generis* significa “um tipo especial”. Santos (2008) esclarece que regimes jurídicos *sui generis* de proteção são “regimes protetivos que não se enquadram nas categorias existentes, como o Direito de Autor e o Direito Patentário, mas que utilizam institutos e características dessas disciplinas para estabelecer uma sistemática de proteção similar” (SANTOS, 2008, p. 51).

Trata-se de um sistema *sui generis* típico de propriedade intelectual, onde são abordados especificamente dos seguintes pontos: a) o objeto da proteção, b) o beneficiário, c) os direitos amparados, d) as suas respectivas exceções, e e) prazo de duração (WIPO, 2014).

Importante para o deslinde da presente pesquisa, analisar se a Lei nº 13.123 de 20 de maio de 2015, que regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto no 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória no 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências, que entrou em vigor no dia 17 de novembro de 2015, criou um regime *sui generis* de proteção intelectual para os conhecimentos tradicionais associados e o Decreto nº 8.772/2016 que a regulamenta também o aborda.

A verificação foi feita com base nos dispositivos da legislação em vigor observadas as diretrizes da Organização Mundial da Propriedade Industrial – OMPI, em inglês denominada por WIPO

– World Intellectual Property Organization – (WIPO, 2014), organização internacional criada através de uma Convenção realizada em Estocolmo em 1967, onde foram realizadas alterações na Convenção da União de Paris, e entrou em vigor em 1970, e tem por objetivo, fomentar o crescimento dos países em desenvolvimento protegendo e amparando a propriedade intelectual (SICHEL, 2008).

O artigo 2º da lei estabelece que os conceitos e definições da Convenção sobre a Diversidade Biológica são considerados para as finalidades da nova lei a qual também traz conceitos para o que aborda (Lei nº 13.123/2015, artigo 2º).

O inciso II do artigo 2º da lei define como conhecimento tradicional associado a informação ou prática de população indígena, comunidade tradicional ou agricultor tradicional sobre propriedades ou usos diretos ou indiretos associada ao patrimônio genético (Lei nº 13.123/2015, artigo 2º, II).

O artigo 10 garante proteção ao conhecimento tradicional associado, criado, desenvolvido, detido ou conservado por povos indígenas e comunidades tradicionais. O § 1º do artigo 10 da lei esclarece que qualquer conhecimento tradicional associado será considerado de natureza coletiva, ainda que apenas um indivíduo do grupo o detenha (Lei nº 13.123/2015, artigo 10).

A lei também distingue o conhecimento tradicional associado e o conhecimento tradicional associado de origem não identificável. Essa distinção é feita para que sejam estabelecidas condições de acesso e repartição de benefícios (Lei nº 13.123/2015, artigo 2º).

Os dispositivos demonstram que o primeiro requisito – *objeto da proteção* – foi garantido pela legislação. A legislação nacional dispõe ainda quanto à criação de uma base de dados, dispondo que o conhecimento tradicional associado é patrimônio cultural brasileiro, de modo que poderá ser depositado em banco de dados (§ 2º do artigo 8º), outro tipo de informação a ser inserida em banco de dados, ou base de dados, termo usado no inciso IX do artigo 6º, é o registro das autorizações concedidas, contratos firmados, autorizações de acesso, coleções *ex situ* de instituições credenciadas, e outros.

O segundo item do regime – *beneficiário* – também está garantido pela nova lei, na medida em que a lei garante proteção aos conhecimentos tradicionais associados criados, desenvolvidos, detidos ou conservados em benefício de populações indígenas, comunidades tradicionais e agricultores tradicionais ((Lei nº 13.123/2015, artigo 10).

No que diz respeito à comunidade tradicional o inciso IV do artigo 2º da nova lei trata esse grupo como aquele culturalmente diferenciado, com organização social própria que ocupa, usa o território e a biodiversidade para subsistência, utilizando conhecimentos e práticas transmitidas pela tradição (Lei nº 13.123/2015, artigo 2º).

A legislação em vigor trata do conhecimento identificável e não identificável, garantindo proteção a ambos, inclusive repartição de benefícios.

O terceiro item - *direitos amparados ou escopo da proteção* – também é abordado pela nova legislação, e estão dispostos nos incisos do artigo 10:

Art. 10. Às populações indígenas, às comunidades tradicionais e aos agricultores tradicionais que criam, desenvolvem, detêm ou conservam conhecimento tradicional associado são garantidos os direitos de:

- I - ter reconhecida sua contribuição para o desenvolvimento e conservação de patrimônio genético, em qualquer forma de publicação, utilização, exploração e divulgação;
 - II - ter indicada a origem do acesso ao conhecimento tradicional associado em todas as publicações, utilizações, explorações e divulgações;
 - III - perceber benefícios pela exploração econômica por terceiros, direta ou indiretamente, de conhecimento tradicional associado, nos termos desta Lei;
 - IV - participar do processo de tomada de decisão sobre assuntos relacionados ao acesso a conhecimento tradicional associado e à repartição de benefícios decorrente desse acesso, na forma do regulamento;
 - V - usar ou vender livremente produtos que contenham patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado, observados os dispositivos das Leis nos 9.456, de 25 de abril de 1997, e 10.711, de 5 de agosto de 2003; e
 - VI - conservar, manejar, guardar, produzir, trocar, desenvolver, melhorar material reprodutivo que contenha patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado.
- § 1º Para os fins desta Lei, qualquer conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético será considerado de natureza coletiva, ainda que apenas um indivíduo de população indígena ou de comunidade tradicional o detenha.
- § 2º O patrimônio genético mantido em coleções ex situ em instituições nacionais geridas com recursos públicos e as informações a ele associadas poderão ser acessados pelas populações indígenas, pelas comunidades tradicionais e pelos agricultores tradicionais, na forma do regulamento.

O artigo demonstra que a lei garante o direito patrimonial e moral incidentes sobre os conhecimentos tradicionais associados.

O dispositivo legal obriga que o acesso a conhecimento tradicional associado de origem identificável ocorra apenas mediante consentimento prévio informado da comunidade detentora do conhecimento. O usuário do conhecimento comprovará o consentimento obtido através de: a) assinatura de termo, b) registro audiovisual, c) parecer o órgão oficial competente, d) adesão na forma prevista em protocolo comunitário. Por sua vez, o acesso a conhecimento tradicional de origem não identificável independe de consentimento.

O direito moral está garantido no inciso II do artigo 10, quando o dispositivo garante o direito de identificação da comunidade detentora do conhecimento tradicional associado nas publicações, usos, explorações e divulgações do mesmo. E ainda, o artigo 13 do Decreto nº 8.772/2016, que regulamentou a lei em vigor, dispôs que as populações e comunidades têm o direito de negar o consentimento ao acesso a seu conhecimento tradicional associado.

O direito patrimonial pode ser visto no inciso III do artigo 10, ao garantir o direito de receber benefícios pela exploração econômica, direta ou indireta, desses conhecimentos por terceiros. O artigo 17 impõe a repartição de benefícios, justa e equitativa, resultantes da exploração de produto acabado obtido mediante acesso a conhecimento tradicional associado.

O artigo 10 também garante as populações e comunidades o direito de continuar a utilizar o patrimônio genético, sem que seja necessária autorização do CGen, bem assim que possam utilizar e comercializar livremente produtos que contenham patrimônio genético, e por fim lhes garante o direito de continuar a manejar material reprodutivo que contenha patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado (Lei nº 13.123/2015, artigo 2º).

Finalmente, o legislador estabeleceu sanções de natureza administrativa, sem prejuízo de sanções cíveis ou penais pelo acesso e uso desautorizado do conhecimento tradicional associado (Lei nº 13.123/2015, artigo 27).

O quarto item do regime - *as exceções* – foram previstas na legislação. As exceções trazidas pela lei à proteção conferida ao conhecimento tradicional associado ocorrerão nas seguintes situações: a) quando o acesso e todas as etapas de desenvolvimento do produto final tenham ocorrido antes de 29 de junho de 2000; b) quando o fabricante do produto acabado for uma microempresa ou empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais, estará dispensado de repartir benefícios; c) os agricultores tradicionais e suas cooperativas, com receita bruta anual igual ou inferior ao limite máximo estabelecido em lei.

Quanto ao último item do regime - *prazo de duração* – não foi verificado na legislação. A legislação não diz se há um prazo para a proteção, porém, ao estabelecer no artigo 43 do Decreto que a repartição de benefícios é devida enquanto houver exploração econômica de produto acabado obtido através do acesso ao conhecimento tradicional associado, demonstra, que a proteção é permanente, ou seja, perpétua.

Logo, para utilizar conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade será sempre necessário fazer o cadastro no sistema do CGen e obter junto à comunidade o consentimento prévio informado para acessar o conhecimento, e, se a partir do consentimento, for obtido um produto, será necessário repartir benefícios.

A repartição de benefícios decorrente do acesso e uso de conhecimentos tradicionais associados poderá ser monetária ou não monetária. No entanto, conforme a exceção da lei será preciso verificar se a fabricante do produto acabado ou material reprodutivo se enquadra no rol daquelas dispensadas de repartir benefícios. Nesse caso, o detentor não receberá pela comercialização do produto acabado ou material reprodutivo diretamente, mas a lei engloba as populações e comunidades no Programa Nacional de Repartição de Benefícios estabelecido no artigo 33 da lei. A lei e o Decreto contemplam outras exceções que merecem um estudo mais detalhado.

Sempre que se tratar de uso de conhecimento tradicional associado de origem não identificável a repartição de benefícios será a monetária. Quando se tratar de conhecimento tradicional identificável, poderá, a critério da comunidade, ser repartido benefício em pecúnia ou através de alguma das formas estabelecidas no inciso II, letras “a” a “f” do artigo 19 da referida lei.

A repartição de benefícios, como mencionado anteriormente poderá ser monetária ou não e será devida enquanto houver exploração econômica de produto acabado ou material reprodutivo oriundo de acesso ao conhecimento tradicional associado, o que comprova a perpetuidade do direito patrimonial incidente sobre o mesmo (artigo 43 do Decreto). A lei (inciso XVIII do artigo 2º) e o decreto trazem um detalhe quanto à repartição de benefícios, ao determinar, nos incisos III e IV do artigo 34 que:

Art. 34. Para a realização da notificação do produto acabado ou material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado, o usuário deverá preencher formulário eletrônico do SisGen, que exigirá:

III - informação se o patrimônio genético ou o conhecimento tradicional associado utilizado no produto acabado é determinante para a formação do apelo mercadológico;

IV - informação se o patrimônio genético ou o conhecimento tradicional associado utilizado no produto acabado é determinante para a existência das características funcionais;

No que diz respeito ao conhecimento tradicional associado, que é o objeto desse trabalho, o parágrafo 1º do artigo 43 do Decreto, assim como a lei, estabelece que no caso de produto acabado o componente do conhecimento tradicional associado deve ser um dos elementos principais de agregação de valor ao produto.

O legislador considera elementos principais de agregação de valor aqueles cuja presença no produto acabado é determinante para a existência das suas características funcionais ou para a formação do apelo mercadológico (§ 2º art. 43). O parágrafo 3º, incisos I e II do mesmo artigo esclarece o que considera por apelo mercadológico e características funcionais:

Art. 43. A repartição de benefícios de que trata a Lei nº 13.123, de 2015, será devida enquanto houver exploração econômica de:

§ 3º Para os fins deste Decreto, consideram-se:

I - apelo mercadológico: referência a patrimônio genético ou a conhecimento tradicional associado, a sua procedência ou a diferenciais deles decorrentes, relacionada a um produto, linha de produtos ou marca, em quaisquer meios de comunicação visual ou auditiva, inclusive campanhas de marketing ou destaque no rótulo do produto; e
II - características funcionais: características que determinem as principais finalidades, aprimorem a ação do produto ou ampliem o seu rol de finalidades.

Portanto, apenas haverá repartição de benefícios se o conhecimento tradicional associado acessado for elemento principal de agregação de valor ao produto final acabado ou a material reprodutivo.

Deve repartir benefícios o fabricante do produto acabado ou o produtor do material reprodutivo. Os valores em moeda, obtidos com a repartição de benefícios pelo uso do patrimônio genético e do conhecimento tradicional associado de origem não identificável serão depositados no Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios. Esse Fundo será gerido por um comitê gestor do qual farão parte representantes de ministérios e por representantes da sociedade civil (artigos 43 e seguintes do Decreto).

Vê-se, pois, que a repartição de benefícios é tema extenso e intrincado que necessita e requer estudo mais apropriado e específico, porquanto a pretensão dessa pesquisa é apenas aferir se o legislador cria um regime *sui generis* de proteção ao conhecimento tradicional associado.

O CASO ACHEFLAN®

A pesquisa teve conhecimento de um caso relatado por Mariot (2010), que relatou um caso clássico de aproveitamento de conhecimentos tradicionais associados sem a repartição justa de benefícios. O caso ocorreu no litoral sul de São Paulo, quando o Presidente do laboratório Aché®, que costumava jogar futebol com caixaras, passou a se medicar por suas contusões com a chamada “garrafada” produzida pela referida comunidade a partir do seu conhecimento específico da erva baleeira. O executivo resolveu utilizar o conhecimento da comunidade e produzir um medicamento. Enfatiza o autor que:

Pesquisas ocorreram de 1998 a 2004, para isolar os princípios ativos da erva baleeira e, com aprovação da ANVISA foi feito o depósito do pedido de patente no INPI em 2002. O CGEN (Conselho de Gestão do Patrimônio Genético) viu necessidade de avaliação em razão do acesso a conhecimentos tradicionais.

O Laboratório Aché, então, impetrou um Mandado de Segurança para garantir o lançamento do produto sem passar pelo CGEN e foi bem sucedido. O produto foi lançado e se transformou em líder de mercado. O caso está no Poder Judiciário aguardando julgamento. (MARIOT, 2010, p. 2).

Pois bem, com a intenção de conhecer a fundo o sobredito caso, a pesquisa obteve cópias da Ação Ordinária Cumulada com Obrigação de Não Fazer e Pedido de Tutela Antecipada promovida pelo Aché Laboratórios Farmacêuticos S/A contra a União Federal, proposta perante a Justiça Federal de Guarulhos-SP, distribuída em 10/03/2006, para a 6ª Vara da Seção Judiciária Federal Cível de Guarulhos-SP (TRF – 3ª Região-SP), e posteriormente encaminhada ao Distrito Federal, e distribuído à 14ª Vara da Seção Judiciária Federal Cível do Distrito Federal (fls. 486/487 do processo judicial nº 2007.34.00.009828-0), na qual o laboratório visa a livre utilização do patrimônio genético e do conhecimento tradicional associado sem a repartição de benefícios (MARIOT, 2010, p. 10). Abaixo será elaborado um resumo da demanda e ao final o nosso entendimento do caso, vejamos:

A petição inicial, ora versada de forma bastante resumida, narra que o laboratório iniciou o processo de bioprospecção na década de 80, ou seja, a “pesquisa para isolar a informação de origem genética contida na amostra coletada de material biológico da *cordia verbanacea*”. Relatou que buscava encontrar substância anti-inflamatória na planta, tal qual noticiavam estudos específicos realizados com essa erva na década de 60 (fls. 02/29 do processo judicial nº 2007.34.00.009828-0), esclarecendo que a prova cabal de que teve acesso ao patrimônio genético na década de 80 é feita através da verificação do pedido de patente requerido pelo laboratório perante Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI, em 10.04.1988. Relata que a planta foi domesticada em parceria com a UNICAMP e com o CPQBA, para evitar a extração da erva junto à vegetação nativa, e que o acesso ao patrimônio genético somente pode ocorrer uma única vez (fls. 02/29 do processo judicial nº 2007.34.00.009828-0), e que por todas essas questões entende que não se aplica ao caso do processo o artigo 24 da Medida Provisória nº 2.186-16/2001, porquanto referido dispositivo não estava regulamentado (fls. 02/29 do processo judicial nº 2007.34.00.009828-0).

A ação foi proposta sob a alegação de que o CGEN sustenta que é aplicável ao caso do laboratório a Medida Provisória nº 2.186-16, o que motivou o encaminhamento de ofício para a instauração de processo para a concessão de autorização de acesso ao patrimônio genético e

ao conhecimento tradicional associado, o que o laboratório entende incabível, sob o argumento de que a legislação entrou em vigor tempos após o acesso e que a lei não poderia retroagir e atingir fato jurídico perfeito e consumado, tempos antes a sua vigência (fls. 02/29 do processo judicial nº 2007.34.00.009828-0). Logo, no seu entender não tem de repartir benefícios nem com a União nem com a comunidade tradicional.

A União Federal apresentou contestação na qual, preliminarmente alega a incompetência do juízo para julgar a demanda e, no mérito, alega que a Medida Provisória 2.186-16/01 decorre das obrigações assumidas pelo Brasil como signatária da Convenção sobre a Diversidade Biológica – CDB, informando que desde a promulgação da Convenção no país, o que ocorreu em 1998, a legislação local passou a garantir a repartição de benefícios decorrente do uso e acesso aos conhecimentos tradicionais associados e ao patrimônio genético (fls. 341/365 do processo judicial nº 2007.34.00.009828-0).

Esclarece que o CGen editou diversas Orientações Técnicas com a finalidade de instruir os leigos e especialistas na área acerca da exegese da Medida Provisória. Para tanto e dentre essas, editou a Orientação Técnica nº 1 de 24 de setembro de 2003, que estabelece no seu artigo 1º que (fls. 341/365 do processo judicial nº 2007.34.00.009828-0): “obtenção de amostra de componente do patrimônio genético” a atividade realizada sobre o patrimônio genético com o objetivo de isolar, identificar ou utilizar informação de origem genética ou moléculas e substâncias provenientes do metabolismo dos seres vivos e de extratos obtidos destes organismos.”

Portanto, obtenção de amostra de patrimônio genético, não se confunde com a colheita de material na natureza e não é essa a data utilizada para a comprovação do acesso. A bem da verdade o acesso está intimamente relacionado com as finalidades do processo de desenvolvimento de um novo produto em laboratório (fls. 341/365 do processo judicial nº 2007.34.00.009828-0).

A União esclareceu de forma contundente que o acesso não ocorre uma única vez como pretendeu fazer crer o laboratório, mas sim que o acesso se prolonga no tempo e só restará concluído, se a bioprospecção resultar em produto ou processo cujo protótipo esteja apto a ser comercializado (fls. 341/365 do processo judicial nº 2007.34.00.009828-0).

Enfatizou a União que os pedidos de patente – proteção intelectual para o produto – que visam à proteção do princípio ativo anti-inflamatório finalmente encontrado em 2001 que é o alfa-humuleno, datam dos anos de 2002 e 2003, o que comprova que o acesso não se deu em 1988 como alegado pelo laboratório, pois o pedido de patente depositado em 1988 contempla o princípio ativo artemetina, o qual o laboratório verificou a longo dos anos não ser o que tinha potencial anti-inflamatório (fls. 341/365 do processo judicial nº 2007.34.00.009828-0).

O relato da União demonstra a toda evidência, que a pesquisa apenas teve início devido ao conhecimento tradicional associado a que o então Presidente teve acesso, e não a partir de pesquisas havidas em bibliografia existente sobre o tema da década de 60 (fls. 341/365 do processo judicial nº 2007.34.00.009828-0).

Por essas razões todas é que a União insiste que a Medida Provisória que tem força de lei deve ser aplicada ao laboratório, logo, o laboratório precisaria se regularizar perante o CGen cumprindo os ditames legais e repartindo os benefícios resultantes da produção e comercialização de medicamento

obtido através do acesso ao patrimônio genético disponível no país e ao conhecimento tradicional associado (fls. 341/365 do processo judicial nº 2007.34.00.009828-0).

A perícia judicial realizada no processo com a finalidade de verificar quando e como foi desenvolvido o produto Acheflan®, foi favorável à tese desenvolvida pelo laboratório, entendendo que o produto é um óleo essencial, logo, não amparado pela Medida Provisória. O laudo foi duramente criticado pelos assistentes técnicos da União, que esclareceram de forma clara e contundente que a perita judicial incidiu em equívoco ao não apreciar adequadamente os conceitos da Medida Provisória e das Resoluções do CGen, além de esclarecer, de forma bastante objetiva que no caso do Acheflan® não estamos diante de óleo essencial:

No caso do Acheflan, o produto final é o medicamento e não o óleo essencial, portanto, não cabe sequer cogitar a aplicação da Resolução nº 29 do CGen. Esta afirmação é corroborada pela própria apresentação no laudo pericial da fórmula transcrita da bula do medicamento, em que o medicamento não é o próprio óleo essencial. Depreende-se, de puro raciocínio lógico, que se assim o fosse, a empresa comercializaria o próprio óleo extraído (fls. 923 do processo judicial nº 2007.34.00.009828-0).

A assistente da União esclarece também que “pesquisa científica, bioprospecção e desenvolvimento tecnológico são finalidades do acesso e não fases componentes do acesso” (fls. 923 do processo judicial nº 2007.34.00.009828-0), de forma que não se tratam de fases, como dito pela perita judicial, mas sim de finalidades, levando a necessidade de obtenção de autorização para cada uma dessas finalidades. Pela documentação acostada com o parecer do assistente é possível observar que a pesquisa teve início na década de 80, porém o desenvolvimento tecnológico iniciou-se em 2001 quando se apurou que o princípio ativo antiinflamatório não era a artemetina, mas sim o alfa-humuleno (fls. 919/957 do processo judicial nº 2007.34.00.009828-0).

A sentença julgou procedente a ação, sob o entendimento de que como o último acesso ao patrimônio genético ocorreu em agosto de 2001, quando foi descoberto o verdadeiro princípio ativo do fitoterápico Acheflan®, o alfa-humuleno, e as Orientações Técnicas provenientes do CGen necessárias a interpretação do disposto na geral Medida Provisória, que no entender do julgador pretende proteger tudo, sem detalhar e especificar melhor as questões versadas, ocorreram após essa data, de modo que não há amparo legal para se exigir a repartição de benefícios (fls. 1141/1167 do processo judicial nº 2007.34.00.009828-0). Exalta o magistrado o entendimento do laudo pericial produzido, exarando a lucidez do trabalho realizado pela perita judicial e transcrevendo trechos do referido trabalho para a sentença proferida (fls. 1141/1167 do processo judicial nº 2007.34.00.009828-0) e conclui que “o acesso ao patrimônio genético ocorreu muito antes da edição da Medida Provisória nº 2.186-16, de 2001, por isso que todo o processo desenvolvido pela Autora concernente ao medicamento Acheflan® não se submete à regência da referida lei” (fls. 1141/1167 do processo judicial nº 2007.34.00.009828-0).

A União Federal apresentou recurso de apelação que foi respondido pelo laboratório autor e os autos seguiram para julgamento junto ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região – DF, onde até hoje aguarda julgamento.

De todo o processado, ousamos dar nossa interpretação e divergir da respeitável sentença proferida, dos argumentos do laboratório autor e do laudo produzido pela perita judicial, pois coleta e acesso na concepção da então Medida Provisória não tem o mesmo significado, não se confundem e não ocorrem no mesmo momento. O que sob o termo legal era passível de coleta na natureza era o material biológico. Desse material biológico é extraída a informação genética, que é obtida através de pesquisa e isolamento desse material em laboratório. Esse processo por si só demorado poderia, como ocorreu no caso analisado, se prolongar por muitos anos. E ainda, a Medida Provisória diferenciava coleta de acesso no seu artigo 16, estabelecendo que coleta significa recolher amostra de patrimônio genético ou coletar informação. Importante também para o entendimento a redação do artigo 7º, incisos IV, V, VII e o artigo 1º da Orientação Técnica nº 4, de 27 de maio de 2004 do CGen.

Pois bem, verificadas as definições dos dispositivos legais em questão, temos que o Aché® primeiro coletou o patrimônio genético na natureza, partindo de uma informação prévia, um conhecimento tradicional associado. Após a coleta iniciou o acesso com a finalidade de bioprospecção, extraiu do patrimônio genético o componente com capacidade antiinflamatória, realizou inúmeras pesquisas e em 2001 descobriu o real princípio ativo antiinflamatório, o alfa-humuleno. A partir daí iniciou o desenvolvimento tecnológico, redigiu seus pedidos de patente e lançou o produto final no mercado em 2005. Assim, a partir de 2001 é que teve início o desenvolvimento tecnológico, pois antes de descobrir que o princípio ativo era o alfa-humuleno a etapa que o laboratório estava praticando era a bioprospecção.

No que diz respeito ao conhecimento tradicional associado, a toda evidência o produto final, o Acheflan®, somente foi possível devido ao conhecimento que o Presidente do laboratório Aché teve da “garrafada” preparada pelo caseiro de seu sítio para tratar a contusão no joelho que sofreu durante uma partida de futebol. Se a pesquisa tivesse partido dos estudos científicos que o Aché® juntou ao processo, com toda certeza a pesquisa teria iniciado na data desses estudos e não após o uso da “garrafada”. Consequentemente, também houve acesso a conhecimento tradicional associado, o que igualmente pressupõe a repartição de benefícios.

CONCLUSÃO

O estudo realizado demonstrou que de fato o legislador construiu o regime jurídico *sui generis* de proteção aos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade, baseado num regime *sui generis* em propriedade intelectual, construído com a estrita observância das características específicas dessas comunidades tradicionais.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Denis Borges. **Uma introdução à propriedade intelectual**. 2ª edição. Rio de Janeiro. Lumen Juris, 2003.

BENSUSAN, Nurit. Biodiversidade, recursos genéticos e outros bichos esquisitos. In: RIOS, Aurélio Virgílio Veiga e IRIGUARY, Carlos Teodoro Huguene (orgs). **O Direito e o Desenvolvimento Sustentável: curso de direito ambiental**. São Paulo: Peirópolis, p. 31-69, 2005.

BRASIL. Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998. Promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada no Rio de Janeiro, em 5 de julho de 1992. Brasília, 1998.

BRASIL. Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015. Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto no 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória no 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências.

BRASIL. Decreto nº 8.772, de 11 de maio de 2016. Regulamenta a Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade.

CARVALHO, Fábria Ribeiro Carvalho de. LELIS, Acácia Gardênia Santos. Conhecimento tradicional: saberes que transcendem o conhecimento científico. 2014. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=44b4596c7a979aa7>. Acesso em: 16 Jun. 2015.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, RSV. Saberes tradicionais e Biodiversidade do Brasil. Ministério do Meio Ambiente. Universidade de São Paulo. Núcleo de Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileira–NUPAUB. 166p, 2001.

MAIA, Ynna Breves. Uma abordagem sobre o regime de proteção jurídica dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade. Patentes x regime "sui generis". Jus Navigandi, Teresina, ano 12, n. 1289, 11 jan. 2007. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/9377>. Acesso em: 21 Jan. 2015.

MARIOT, Gilberto. Conhecimento Tradicional e sistema da proteção da propriedade intelectual. Disponível em: http://mbek.com.br/artigos/Conhecimento_tradicional.pdf. Acesso em: 22 Ago. 2015.

MOREIRA, Eliane. Conhecimentos tradicionais e sua proteção. 2008. Disponível em http://www.boell.de/sites/default/files/assets/boell.de/images/download_de/ecology/Beitrag_Eliane_Moreira_portugiesisch.pdf. Acesso em: 10 Ago. 2015.

NASCIMENTO, Danilo Lovisaro. **Biopirataria na Amazônia, uma proposta jurídica de proteção transnacional da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais associados**. Curitiba. Juruá, 2ª reimpressão, p. 157, 2012.

SANTILLI, Juliana, Povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais: a construção de novas categorias jurídicas. Terras indígenas & unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições. São Paulo: ISA, p. 42-49, 2004.

_____ Acesso aos recursos genéticos e aos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade: aspectos jurídicos. **Revista Brasileira de Direito Ambiental**, p. 21-65, 2005. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3811>. Acesso em: 31 jan. 2015.

_____ Conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade: elementos para a construção de um regime jurídico *sui generis*. In PLATIAU, Ana Flávia Barros. VARELLA, Marcelo Dias. Diversidade Biológica e Conhecimentos Tradicionais. **Coleção Direito Ambiental**. Belo Horizonte, Del Rey, p. 341-369. 2004.

_____ A política nacional de biodiversidade: o componente intangível e a implementação do artigo 8 (j) da Convenção da Diversidade Biológica. **Terras Indígenas & Unidades de Conservação**, São Paulo, p. 76, 2004.

_____ **Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural**. São Paulo, Peirópolis, 2005.

SANTOS, Manoel J. Pereira dos. **A proteção autoral de programa de computador**. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2008.

SICHEL, Debora Lacs. **Direito Patentário no Brasil, do estado nacional para o mundo globalizado**. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2008.

SHIVA, Vandana. **Biopirataria a pilhagem da natureza e do conhecimento**. Petrópolis, Vozes, 2001.

WIPO – World Intellectual Property Organization. Intergovernmental Committee on Intellectual Property and Genetic Resources, Traditional Knowledge and Folklore. TwentyEighth Session. Geneva, July 7 to 9, 2014. THE PROTECTION OF TRADITIONAL KNOWLEDGE: DRAFT ARTICLES. Disponível em: http://www.wipo.int/edocs/mdocs/tk/en/wipo_grtkf_ic_28/wipo_grtkf_ic_28_5.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2017.

O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA E A BANDEIRA DA SOBERANIA ALIMENTAR

Pedro Henrique Soares Somini¹

Resumo

A presente pesquisa tem como objetivo compreender o conceito de Soberania Alimentar do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Após a investida neoliberal implementada no Estado brasileiro durante os anos de 1990, o MST teve de se reorientar politicamente, integrando à Via Campesina Internacional em 1993, e assimilando as suas causas ambientais, como a Soberania Alimentar. Contrapondo-se à ideia de Segurança Alimentar – formulada pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) –, a Soberania Alimentar defende por meio do acesso à terra, sementes e meios de produção o direito dos povos à produção e distribuição do próprio alimento, se colocando enquanto posição contrahegemônica ao latifúndio e à Revolução Verde. Por meio de um levantamento e um estudo bibliográfico e documental sistematizado das principais produções acerca dos temas anteriormente citados, a pesquisa pretende analisar a conceito de Soberania Alimentar do MST, verificar a sua origem, e de que forma ela é operacionalizada por meio de ações práticas.

Palavras-chave: Soberania alimentar, Movimentos camponeses, Questão agrária, Via Campesina, Agroecologia.

Abstract

This research aims to understand the concept of Food Sovereignty of the Landless Rural Workers Movement (LWM). After the neoliberal onslaught implemented in the Brazilian State during the 1990s, the LWM had to reorient itself politically, joining La Via Campesina in 1993, and assimilating its environmental causes, such as Food Sovereignty. In opposition to the idea

¹ Graduando em Ciências Sociais pela UNESP de Marília. Endereço: Rua Alice Brandão, 55, Jardim Califórnia, Taubaté- SP, CEP: 12062-150. E-mail: pedrohsomini@gmail.com.

of Food Security - formulated by the Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) - Food Sovereignty defends, through access to land, seeds and means of production, the right of peoples to the production and distribution of their own food, placing itself as a counterhegemonic position to the latifundium and the Green Revolution. Through a systematic bibliographic and documentary survey and study of the main productions on the themes previously mentioned, the research intends to analyze the LWM's concept of Food Sovereignty, verify its origin, and how it is operationalized through practical actions .

Keywords: Food sovereignty, Peasant movements, Agrarian issue, Via Campesina, Agroecology.

INTRODUÇÃO

A pandemia do COVID-19 não apenas expôs, como também acentuou a desigualdade e a miséria que assola o Estado brasileiro. Diante de um cenário de 10,3 milhões de sem acesso regular à alimentação básica, a iniciativa de movimentos sociais populares como a do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em coordenar a nível nacional a distribuição de toneladas de alimentos para famílias carentes têm atraído cada vez mais atenção para aqueles que buscam algo de positivo dentro do atual cenário, e em consequência, volta ao debate as bandeiras de luta do movimento: a reforma agrária, a luta contra o agronegócio e a soberania alimentar em bases agroecológicas.

A disputa entre conceitos: Segurança Alimentar ou Soberania Alimentar?

Em seu livro “Geografia da Fome”, Josué de Castro categoriza a fome como um problema social consequente da forma que a produção e a distribuição de alimentos são organizadas socialmente. Apesar da teoria de Castro ter ganho imensa notoriedade - sendo titular do cargo de primeiro secretário-geral pela Organização das Nações Unidas para

Alimentação e Agricultura (FAO) na década de 1950 -, ela foi extremamente combatida pelos Estados Unidos nas décadas de 1960 e 1970.

O governo norte-americano creditava o problema da fome à baixa produtividade física das lavouras, ou seja, apenas era necessário propagar técnicas de produção agrícola que visassem o aumento da produtividade, como a mecanização agrícola e o uso de venenos. Este conjunto de técnicas veio a ser chamado de Revolução Verde.

A Revolução Verde pode ser vista como ferramenta do governo dos Estados Unidos durante a Guerra Fria, influenciando grande parte dos países capitalistas em sua esfera de influência a adotá-la. Conforme apontado por Stédile e Carvalho (2012):

Passadas quatro décadas da aplicação da Revolução Verde, a fome aumentou dez vezes. O que se pode constatar, de fato, é que as tecnologias agrícolas da Revolução Verde foram, antes de tudo, uma forma das empresas norte americanas difundirem e venderem, em todo o mundo, suas máquinas, seus adubos e seus venenos agrícolas. Menos do que equacionar a problemática da fome e da desnutrição, o resultado principal da Revolução Verde foi a mais intensa concentração da propriedade da terra e da produção, que ampliou o êxodo rural e as migrações entre países, ocasionando maior empobrecimento dos camponeses e mais fome em todo o mundo. Nesse processo, poucas e grandes empresas transnacionais norte-americanas se transformaram em grandes grupos internacionais oligopolistas, controlando a oferta de insumos para a agricultura, a produção agrícola e o comércio dos alimentos. (STÉDILE; CARVALHO, 2012, p.721)

Durante a década de 1970, a fome atingia aproximadamente 60 milhões de pessoas, e foi neste contexto que a Assembleia Geral das Nações Unidas convocou a primeira Conferência Mundial da Alimentação (CMA), onde por meio da Declaração Universal Sobre a Erradicação da Fome e Desnutrição (DUEFD) se cunhou pela primeira vez o conceito de Segurança Alimentar.

Neste primeiro encontro, ocorrido em 1974, o debate foi acerca da crise alimentar que assolava “países em desenvolvimento”, e como estes eram incapazes de gerir as próprias necessidades alimentares, necessitando de ajuda internacional. A DUEFD se propunha a definir um plano de aumento da produção de alimentos em países subdesenvolvidos, entretanto, segundo Hoyos e D’Agostini (2017):

[...] as ações propostas nessa conferência evidenciam que, na verdade, a Declaração foi um instrumento internacional que legitimou e promoveu a revolução verde e as respectivas ações para o aumento da produtividade agrícola, criando a plataforma base para o monopólio internacional de produção de alimentos (HOYOS; D’AGOSTINI, 2017, p.173)

A Segurança Alimentar defendida pela Declaração de 1974 era pautada no controle corporativo internacional da alimentação, e que os países considerados desenvolvidos possuíam responsabilidade em colaborar pela erradicação da fome dos países tomados como subdesenvolvidos, contribuindo com a inserção de sistemas de produção agrícola dependentes de insumos químicos, transferência tecnológica e concedimento de créditos. A definição de Segurança Alimentar segundo a DUEFD é posta nos seguintes termos:

El bienestar de todos los pueblos del mundo depende en buena parte de la producción y distribución adecuadas de los alimentos tanto como del establecimiento de un sistema mundial de seguridad alimentaria que asegure la disponibilidad suficiente de alimentos a precios razonables en todo momento, independientemente de las fluctuaciones y caprichos periódicos del clima y sin ninguna presión política ni económica, y facilite así, entre otras cosas, el proceso de desarrollo de los países en vías de alcanzarlo; [...].(CMA, 1974) .

Portanto, é de se apontar para a crise alimentar da década de setenta como pretexto para a disseminação da agroindústria internacional e da Revolução Verde sob tutela da Organização das Nações Unidas. Em 1996, foi organizada a Cúpula Mundial Sobre Alimentação, onde se foi retomado o conceito de Segurança Alimentar a partir de sua proposta de erradicar a fome por meio das relações econômicas internacionais, entretanto, com o adicional de se aumentar a produção de alimentos básicos, “na criação de um ‘sistema de comércio mundial’ e no desenvolvimento de programas de cooperação internacional.” (HOYOS; D’AGOSTINI, 2017). Segundo a primeira Cúpula Mundial da Alimentação, de 1996:

Existe Segurança Alimentar quando todas as pessoas têm em todo momento acesso físico e econômico a suficientes alimentos inócuos e nutritivos para satisfazer suas necessidades alimentícias e suas preferências quanto aos alimentos a fim de levar uma vida ativa e sadia. (CMA, 1996)

Apesar da Segurança Alimentar ter sido importante ao reconhecer um “compromisso ético de todos os governos para resolver o problema da fome, constatado em parcelas da sua população.” (STÉDILE; CARVALHO, 2012); ela é consonante ao neoliberalismo, ao agronegócio e a Revolução Verde, incitando a construção de uma alternativa contrahegemônica a este modelo. Assim, durante a primeira Cúpula Mundial da Alimentação, realizada em Roma pela FAO, foi-se introduzido pela Via Campesina, pela primeira vez, o conceito de Soberania Alimentar.

A Soberania Alimentar se contrapõe à Segurança Alimentar ao não atribuir ao alimento valor de mercadoria, crítica que os movimentos camponeses realizaram durante o CMA de 1996

aos governos por vincularem o direito à alimentação à liberalização do comércio de alimentos, transformando o objetivo de erradicação da fome em um mercado lucrativo para as multinacionais. A soberania alimentar trabalha com a proposta de que a produção e distribuição de alimentos é uma questão de soberania popular e nacional, ou seja, além do acesso ao alimento, populações de cada país, estado ou município possuem o direito de produzir o seu próprio alimentos, garantindo a elas a “soberania sobre as suas existências”. Nas palavras da Via Campesina (1996):

Soberanía alimentaria es el derecho de cada nación para mantener y desarrollar su propia capacidad para producir los alimentos básicos de los pueblos, respetando la diversidad productiva y cultural. Tenemos el derecho a producir nuestros propios alimentos en nuestro propio territorio de manera autónoma. La soberanía alimentaria es una precondition para la seguridad alimentaria genuina. (Via Campesina, 1996)

Na Declaração de Nyéléni, documento redigido durante o Fórum Mundial pela Soberania Alimentar, realizado em Mali, no ano de 2007, consta:

A soberania alimentar é um direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e seu direito de decidir seu próprio sistema alimentício e produtivo. Isto coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentarias, por cima das exigências dos mercados e das empresas. (Fórum Mundial pela Soberania Alimentar, 2007)

Para Stédile e Carvalho (2012), esta declaração é um complemento importante na visão da Soberania Alimentar como um “fortalecimento de uma visão de mundo favorável a uma democratização econômica, social, étnica e de gênero contra-hegemônica à visão neoliberal de democracia”. A Soberania Alimentar defende que a soberania de um povo é inegociável e não pode estar a mercê da vontade política de governos e empresas estrangeiras.

A Soberania Alimentar enquanto pauta do MST

No Brasil, a Soberania Alimentar é uma das principais bandeiras do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), integrantes da Via Campesina, ao lado de outros movimentos como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Fundado em meados da década de 1980, o MST é um movimento social e político

organizado pela luta da terra, pela implementação de uma reforma agrária popular e pela defesa da agricultura familiar.

Na década de 1990, o MST inicia um processo de reorientação de suas pautas políticas, antes voltadas no questionamento da estrutura fundiária e na reivindicação de políticas públicas para a pequena agricultura, agora se aproximando muito mais das causas ambientais, incorporando-as em suas bandeiras de luta. Segundo Picolotto e Piccin (2008), um dos principais motivos para esta mudança foi a integração do movimento na Via Campesina Internacional, em um contexto de fortalecimento do modelo agrícola agro-exportador e do fim do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA) em 1999.

Segundo os autores, a Via Campesina fez com que os dirigentes do movimento pudessem entrar em contato com outros dirigentes e lideranças de outros países, que já haviam assimilado a questão ecológica em sua pauta e agregado referenciais para além do marxismo agrário, mais especificamente os ramos derivados do pensamento de Chayanov.

Foi em 2000, partir do IV Congresso Nacional do MST, que o movimento decide debater a questão da “organização dos assentamentos”, e como estes priorizavam as dimensões ligadas ao trabalho e à produção, priorizando os aspectos econômicos da existência e negligenciando as demais dimensões da vida (BORSATTO, 2007). Colocada estas questões, o movimento decide por meio deste congresso se reorientar a partir de um modelo mais sustentável, sugerindo-se que a produção fosse voltada à segurança alimentar, como consta no documento redigido durante o congresso:

Deveremos estimular a prática agrícola sem a utilização de insumos externo ao lote, sem a utilização dos agroquímicos. Deveremos ao longo dos anos ir ajustando esta forma de produzir, evitando gastar dinheiro com adubos e venenos, com horas máquina, buscando utilizar mais e melhor a mão de obra disponível e desenvolvendo técnicas adaptadas a nossa realidade, evitando de nos intoxicar e de envenenar a natureza. Deveremos abrir para a criatividade da companheirada, produzindo uma nova matriz tecnológica. (MST, 2000, p. 50-51)

A Agroecologia também se mostrou presente dentro do novo projeto elaborado pelo MST, se apresentando como alternativa ao modelo monocultor e produtor de *commodities* da Revolução Verde, e como um meio para se alcançar uma agricultura descentralizada e autônoma, - se contrapondo ao discurso anterior, vinculado às questões sindicais e ao centralismo-democrático. Para Fernandes (2008) a fome “não é somente disputa conceitual, mas disputa de modelos de desenvolvimento, de formas de organização política da sociedade que

produz diferentes territórios”. A agroecologia, contrária ao modelo imperativo do agronegócio, depende do conhecimento camponês e se vale de imenso respeito à natureza.

Como pontuado por Pinheiro-Machado (2014):

Sendo a agroecologia uma ciência racional, implica axiomáticamente, raciocínio, cérebro. As decisões são alicerçadas na pesquisa, e nos saberes consagrados pela prática... as decisões são tomadas através da aplicação dialética de princípios, em face de cada realidade (MACHADO, 2014 p.22-23)

Em seu V Congresso, ocorrido em 2007, o MST aprofunda ainda mais a valorização dos preceitos agroecológicos como caminho para a consolidação da reforma agrária, que passa a ser denominada de popular (BORSATTO, 2011). A Soberania Alimentar por meio de bases agroecológicas passa ser importante bandeira de luta do movimento.

A nação, por meio do Estado, do governo, das leis e da organização de seu povo deve zelar permanentemente, pela soberania, pelo patrimônio coletivo e pela sanidade ambiental. É preciso realizar uma ampla Reforma Agrária, com caráter popular, para garantir acesso à terra para todos os que nela trabalham. Garantir a posse e uso de todas as comunidades originárias, dos povos indígenas, ribeirinhos, seringueiros, geraiszeiros e quilombolas. Estabelecer um limite máximo ao tamanho da propriedade de terra, como forma de garantir sua utilização social e racional. É preciso organizar a produção agrícola nacional tendo como objetivo principal a produção de alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos e organismos geneticamente modificados (transgênicos) para toda a população, aplicando assim o princípio da soberania alimentar. A política de exportação de produtos agrícolas deve ser apenas complementar, buscando maior valor agregado possível e evitando a exportação de matérias-primas. (MST, 2009)

Segundo Borsatto (2011), para os membros do MST, a Agroecologia não é apenas uma técnica produtiva ou uma ciência, pois abarca diversas dimensões para além do manejo de um determinado agroecossistema, como dificuldades na produção, falta de meios de produção, saúde e alimentação. A Agroecologia também é vista pelos assentados como um forte discurso opositor ao agronegócio e a Revolução Verde. Assim, existe dentro do movimento dois diferentes discursos acerca da Agroecologia, sendo um voltado para os assentados, relativo à produção, à saúde e alimentação, e outra voltado para o público externo, apoiado no discurso político contra-hegemônico.

Apesar da luta ambiental historicamente não ser bem aceita dentro do movimentos sociais, o MST nos últimos anos tem cada vez melhor assimilado a causa ecológica dentro do movimento, encontrando cada vez menor resistência. Entretanto, não se pode afirmar que a Agroecologia é concretizada por todos os assentamentos, pelo contrário, são poucos que abriram mão do modelo de produção anterior. Para compreender esta resistência ao modelo

agroecológico, que não possui como causa a ideologia, Borsatto (2011) se utiliza dos conceitos de *poder simbólico* e *hábitus* elaborados por Bourdieu (1989) para justificar a preferência de grande parte dos agricultores pelo modelo da Revolução Verde, segundo o autor “ [...] o poder simbólico do agronegócio tem determinado um *habitus* aos agricultores, o que, por sua vez, tem impedido que eles modifiquem os seus sistemas produtivos, mesmo conscientes das deficiências desses sistemas.”

Sendo assim, apesar da reconhecida promoção da Agroecologia pela direção do MST por sua base social, ela ainda assim é considerada limitada e ineficaz, devido o pouco poder de influência que o movimento tem sobre a decisão dos agricultores assentados. Assim, o Estado, por sua estrutura e recursos, passa a ser o principal agente pela baixa adesão dos assentados ao modelo agroecológicos, sendo de sua responsabilidade o fomento da Agroecologia, por meio de políticas de crédito, de formação, comercialização, de assistência técnica e rural (ATER), entre tantas outras.

Segundo Zanotto (2017), a Agroecologia e a Soberania Alimentar são duas pautas caminham juntas, pois é o modelo agroecológico, baseado no conhecimento camponês, que permite a própria autonomia, pois defende “a produção de insumos da própria realidade, reproduz e partilha as sementes e convive com a contradição da própria natureza para dela extrair vida.”

Durante o primeiro encontro mundial sobre agroecologia e sementes em 2012, em Surin na Tailândia, a Via Campesina defende a Agroecologia como parte estratégica para a construção da soberania popular e alimentar, afirmando que:

No podremos alcanzar la soberanía alimentaria si la agricultura depende de insumos controlados por las corporaciones, si los impactos de la tecnología destruyen la Madre Tierra, si no confrontamos la mercantilización y la especulación de los alimentos y de la tierra, y si no conseguimos un mejor sustento para aquellas personas que proporcionan alimentos saludables y accesibles a la comunidad (Declaração do encontro de Via Campesina na Tailândia, 2012 p.2)

As políticas públicas voltadas para a promoção da Soberania Alimentar

Para Fernandes (2008), “defender a proposta de Soberania Alimentar é transformá-la em Políticas Públicas, que significa assumir uma posição contra as políticas de commodities, das

agriculturas exportadoras do agronegócio que provocam a fome no mundo”. Foram nos governos Lula (2003-2011) e Dilma (2012 - 2016), por meio de programas como o Fome Zero e o Brasil Sem Miséria, com a colaboração de organizações do campo e das cidades, que o Brasil conseguiu sair do mapa da fome no ano de 2014. Segundo a FAO em seu relatório SOFI 2014, este feito apenas foi alcançado graças às “políticas públicas para a segurança alimentar e nutricional dos últimos anos com o fortalecimento da agricultura familiar camponesa que também lhes permitiu capacidade de mercado institucional e organização da produção”. (ZANOTTO, 2017).

Entretanto, é importante ressaltar que mesmo com a promoção destes programas, os governos Lula e Dilma não impediram a expansão do agronegócio, o que se demonstra contraditório e o quanto estes governos eram alinhados ao neoliberalismo. Dados do IBGE de 2010 consta que mesmo a agricultura familiar sendo responsável por alimentar 70% da população brasileira, é o agronegócio quem acumula créditos, mesmo com uma produção inferior, monocultora e voltada para a exportação de *commodities*.

O direito à alimentação é garantido por lei no Brasil, inerente à dignidade humana.

Como consta na lei:

A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável a realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população. (Art. 2º da lei 11.326, p. 3)

Segundo Zanotto (2017), o termo soberania alimentar se encontra no decreto 7.272 de agosto de 2010 no capítulo II quando define os objetivos e diretrizes do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e sua política, como "apoio a iniciativas de promoção da soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada em âmbito internacional e a negociações internacionais", (decreto 7272, cap. II, art. 2º). Portanto, assegurar alimentos não é o suficiente para se superar a fome, e “só um povo soberano pode alimentar a si mesmo por meio de processos que incluem a produção saudável de alimentos e o acesso autônomo aos mesmos, sem interferência dos Estados [...]”.

Para Fernandes (2015), os movimentos camponeses nas últimas décadas têm conseguido influenciar mais na elaboração de políticas voltadas para o desenvolvimento da agricultura, saúde, educação, saúde e habitação, batendo de frente com o agronegócio.

A elaboração de políticas públicas para promover o desenvolvimento são possibilidades de construção de alternativas, pois uma política pode fortalecer ou enfrentar o sistema

hegemônico.... Pois é este conjunto de políticas que tem provocado às mudanças recentes no País. (FERNANDES, 2015, p.19)

O Brasil criou em sua legislação diversas leis e programas que convergem com as premissas da soberania alimentar, como pode ser visto na criação do Programa Nacional de de Agricultura Familiar (PRONAF), em 1995, antes mesmo que esta viesse a se tornar pauta de luta dos movimentos camponeses do Brasil.

Para garantir a segurança e soberania alimentar, também se formularam leis complementares e programas tais como a Lei da Agricultura familiar nº 11.326 de 24 de julho de 2006, marco importante na disputa interna com o agronegócio e que permite estabelecer um trato diferenciado na política nacional para o campo. A Lei de alimentação escolar nº 11.947 de 16 de julho de 2009 – PNAE, que obriga as escolas a comprar 30% do que se consome diretamente da agricultura familiar e dos assentamentos de reforma agrária em seu artigo 14; O PAA – programa de aquisição de alimentos da Agricultura familiar, criado sob a lei 10.696 em 2003 e modificado sob o artigo 19 da lei 11.512 de 2011; o PLANAPO – plano nacional de agroecologia e produção orgânica, que foi uma demanda das organizações sociais, que segundo o MDA, tornou-se uma política pública, mas que ainda não tem leis complementares; o Plano de desenvolvimento rural, sustentável e solidário que levou a realização de duas conferências nacionais de desenvolvimento rural sustentável e solidário. (ZANOTTO, 2017, p.98).

Mesmo que o Brasil não assuma a Soberania Alimentar enquanto conceito desenvolvido pela Via Campesina Internacional, não há como contestar a importância destes programas para o fortalecimento do campesinato, e conseqüentemente, para a construção de uma soberania. Tanto o Fome Zero quanto o Brasil Sem Miséria, mesmo defendendo a Segurança Alimentar, se relacionam com a Soberania Alimentar ao favorecerem acesso ao serviço público, transferência de renda e inclusão produtiva.

Dentro do programas abrigados no Brasil Sem Miséria, o PAA e o PNAE são, segundo Zanotto (2017), o que “trazem elementos que significam a busca da soberania alimentar, e se tivessem mais abrangência, poderiam levar este País a resolver mais a fundo seus dilemas, dentre eles a fome”.

O PNAE foi implantado em 1955, com o intuito de oferecer alimentação escolar para a rede pública. Este programa passou por uma série de mudanças, sendo a mais importante a de 2009, que define 30% dos produtos para a alimentação escolar da rede pública sejam adquiridos diretamente da agricultura familiar, sem licitação, da educação infantil ao ensino de jovens e adultos. Como consta na Lei 11.947:

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. (Lei 11.947, 2009, art. 14)

O PAA data de 02 de julho de 2003, durante o Governo Lula, visando promover o acesso a alimentação e incentivar a agricultura familiar. O programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar e os destina às pessoas em estado de insegurança alimentar. Como consta na Lei 10.696:

Fica instituído o Programa de Aquisição de Alimentos com a finalidade de incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos (Lei 10.696, art. 19)

Entretanto, apesar da reconhecida importância destes programas para o incentivo da agricultura familiar e da soberania alimentar, eles ainda se mostram como um todo como insuficientes. A dependência do campesinato nas instituições pode ser visto como uma debilidade para se atingir a soberania alimentar, como pode ser constatado pela extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário durante o Governo Temer (2016-2018), responsável por coordenar estes programas, que vieram a ficar sob tutela do Ministério do Desenvolvimento Social.

Portanto, não seria correto depositar nestes programas como panaceia para se atingir a Soberania Alimentar, pois não é com 30% da produção voltada para as escolas que isso se concretizará. Para isso, é necessário que os camponeses sejam soberanos de sua produção e distribuição, por meio de acesso de terra, sementes e meios de produção. Que não sejam dependentes da volátil vontade dos governantes.

Assim como apontado por Stédile e Carvalho (2012), “como advertia José Martí [...], um povo que não consegue produzir seus próprios alimentos é um povo escravo. Escravo e dependente de outro país que lhes fornece as condições de sobrevivência”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão da fome e da produção de alimentos foi um tema bastante debatido no decorrer do século XX, mobilizando governos mundiais e órgãos internacionais a tomarem projeções e medidas para sanar esta questão tão cara há diversas populações ao redor do globo. Entretanto, como bem apontaram Stédile e Carvalho (2012), esta pauta foi conduzida para produzir resultados que iriam não apenas de encontro com os interesses de multinacionais, como paralelamente confrontaria o sistema de produção socialista que vinha se apresentando como uma alternativa viável em comparação à um sistema marcado pela reprodução da desigualdade e concentração de renda como o capitalista.

Esta ideologização do debate acerca do combate à fome é sintomática na atualidade ao se constatar que a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura operacionaliza por meio da Segurança Alimentar, conceito este que se encontra de total acordo com o interesse pelos lucros das multinacionais e dos latifúndios, enquanto não reconhece a Soberania Alimentar como alternativa para sanar a questão da fome, deixando com que em países subdesenvolvidos como o Brasil, movimentos camponeses que adotam a Soberania Alimentar como bandeira de luta fiquem à mercê de políticas públicas como o PNAE e o PAA, que se encontram cada vez mais com orçamentos desestruturados e limitados, em um cenário onde 10,3 milhões de brasileiros vivem sem acesso regular à alimentação básica, recolocando o país novamente no Mapa da Fome.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, Plínio Sampaio, O impacto do MST no Brasil de hoje in CARTER, Miguel (Org), **Combatendo a desigualdade social o MST e a Reforma Agrária no Brasil**, São Paulo, Editora Unesp 2008 P 397-408

BORSATTO, Ricardo Serra. **A Agroecologia e a sua apropriação pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e assentados da reforma agrária**. Orientador: Profa. Dra. Maristela Simões do Carmo. 2011. 319 p. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/256858>. Acesso em: 12 ago. 2020

BOURDIEU, P. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989

CARTER, Miguel (Org), **Combatendo A Desigualdade Social O MST e a Reforma Agrária No Brasil**, São Paulo, Editora Unesp 2008 P 287-330

CASTRO, Josué . **Geografia da Fome**. 10.ed. São Paulo: Brasiliense, 1967a.

CONFERÊNCIA MUNDIAL DE ALIMENTAÇÃO, 1974, Roma. **Declaración Universal Sobre la Erradicación del Hambre y la Malnutrición**. Roma: ONU,1974. RES 3348 (XXIX). Disponível em: <https://www.ohchr.org/SP/ProfessionalInterest/Pages/EradicationOfHungerAndMalnutrition.aspx> . Acesso em: 12 ago. 2020.

CÚPULA MUNDIAL DE ALIMENTAÇÃO, 1996, Roma. **Declaración de Roma**: Sobre la seguridad alimentaria mundial y plan de acción. Roma: ONU, 1996. (WFS/96/3). Disponível em: . Acesso em <http://www.fao.org/docrep/003/w3613s/w3613s00.HTM> : 12 ago. 2020

FERNANDES, Bernardo Mançano. Soberania Alimentar como território, 2008. In. TÁRREGA, Maria Cristina Vidotte Blanco (org); SCHWENDLER, Sônia Fátima (org.). **Conflitos Agrários**: seus sujeitos, seus direitos. Goiânia, Ed. Da PUC Goiás, 2015 p. 29-52.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Políticas públicas questão agrária e desenvolvimento territorial rural no Brasil. In GRISA, Catia (org.), SCHNEIDER, Sergio (org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. (p. 381-400).

Fórum Mundial pela Soberania Alimentar. **Declaração de Nyéléni**. Nyéléni (Mali), 2007. Disponível em: <https://nyeleni.org/spip.php?article327>. Acesso em: 12 ago. 2020.

HOYOS, Claudia Janet Cataño; D'AGOSTINI, Adriana. Segurança Alimentar e Soberania Alimentar: convergências e divergências. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 20, n. 35, p. 174-198, Jan-Abr 2017. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/4855>. Acesso em: 12 ago. 2020.

Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003 – PAA. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/727660.pdf>. Acesso em: 11.07.2016

Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 12.08.2020.

Lei nº 11.346, de 15 de novembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e

Nutricional – SISAN. Disponível

em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2006/Lei/L11346.htm. Acesso em: 12.08.2020

Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm. Acesso em: 12.08.2020

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; FILHO MACHADO Machado, Luiz Carlos **Dialética da agroecologia**. 1ª edição, São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. **Reforma agrária: por um Brasil sem latifúndio**. São Paulo: MST, 2000

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. Programa de Reforma Agrária do MST – 1984. In: STÉDILE, J.P. (Org.) **A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária 1946-2003**. São Paulo: Expressão Popular, 2005a, p. 177-179.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. Proposta de Reforma Agrária do MST – 1995. In: STÉDILE, J.P. (Org.) **A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária 1946-2003**. São Paulo: Expressão Popular, 2005b, p. 187-210.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. **Sistematização de experiências agroecológicas do MST**. [São Paulo]: [s.n.], 2007a.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. **Carta do 5º Congresso nacional do MST**. MST, 2007b. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2007/06/carta-do-5-congresso-nacional-do-mst/>. Acesso em 12 ago. 2020.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. **Reforma Agrária**. MST, 2009a. Disponível em: <https://mst.org.br/2009/07/08/reforma-agraria-2/> . Acesso em 12 ago. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO. FAO. **El Estado Mundial de la Agricultura y la Alimentación**. In: CONFERENCIA MUNDIAL DE LA ALIMENTACIÓN, 1974, Roma, Itália, 1974. (64 período de sesiones). Disponível em: <http://www.fao.org/3/f3350s/f3350s.pdf> . Acesso em: 12 ago. 2020.

REFORMA Agrária. [S. l.], [2016-2020]. Disponível em: <https://www.promissao.sp.gov.br/portal/servicos/39/reforma-agraria/>. Acesso em: 25 ago. 2020.

PICOLOTTO, E.L.; PICCIN, M.B. Movimentos camponeses e questões ambientais: posituação da agricultura camponesa? **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, ano XV, n. 16, p. 5-36, jul/dez 2008.

SILVEIRA, Daniel. Fome no Brasil: em 5 anos, cresce em 3 milhões o nº de pessoas em situação de insegurança alimentar grave, diz IBGE. **G1**, Rio de Janeiro, 17 set. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/09/17/fome-no-brasil-em-5-anos-cresce-em3-milhoes-o-no-de-pessoas-em-situacao-de-inseguranca-alimentar-grave-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 3 nov. 2020.

STÉDILE, João Pedro; CARVALHO, Horácio Martins de. Soberania Alimentar. In: CALDART, Roseli Saldet; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 716 - 725. ISBN 978-85-7743-193-9

VIA CAMPESINA. **Declaración de Surin**: Primer Encuentro Global de la Vía Campesina sobre Agroecología y Semillas Campesinas. Surin. 11 nov. 2012. Disponível em: <https://viacampesina.org/es/declaracion-de-surin-primer-encuentro-global-de-la-viacampesina-sobre-agroecologia-y-semillas-campesinas/>. Acesso em: 12 ago. 2020

VÍA CAMPESINA. Soberanía alimentaria un futuro sin hambre. In: FÓRUM DE ONG PARA LA SOBERANÍA ALIMENTARIA, 1996, Roma. **Declaración dirigida a la Cumbre Mundial de la Alimentación**. <https://nyeleni.org/spip.php?article38>. Roma, Itália, 1996. Disponível em: . Acesso em: 12 ago. 2020

ZANOTTO, Rita. **Soberania Alimentar como construção contra-hegemônica da Via Campesina**: Experiências no Brasil e na Bolívia. Orientador: Bernardo Mançano Fernandes. 2017. 185 p. Tese (Mestranda em Geografia) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/153897>. Acesso em: 12 ago. 2020.

POLÍTICA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: Um Estudo De Caso Do Projeto De Assentamento Lavrinha No Município De Goiás–Go

Pollyanna Ferreira da Silva Xavier¹
Pollyannaferreira@discenete.ufg.br

Erika Macedo Moreira²
erika.moreira@ufg.br

Esse é um trabalho que se propõe refletir a política de regularização fundiária no Projeto de Assentamento Lavrinha, localizado a 33 Km da Cidade de Goiás, antiga capital do Estado. O debate da titulação tem gerado muita inquietação entre os estudiosos da questão agrária no Brasil. A partir de estudos já formulado por outros autores e da experiência empírica, é possível elencar questões fundantes para esse debate, dentre eles destacamos: a titulação é garantia constitucional; a ausência de título nunca impediu a comercialização da posse em áreas de assentamento; a propriedade privada é o fundamento da ordem capitalista; o assentado não quer só a posse, quer a propriedade. Nesse sentido, o objetivo desse trabalho é contribuir com o debate da regularização fundiária pautando os elementos já pontuado por outros autores, bem como trazer elementos da realidade empírica a partir da convivência e diálogo estabelecidos com os assentados do P. A. Lavrinha. Esse trabalho apresenta o ponto de vista tanto da autarquia responsável pela efetivação dessa política, o INCRA, por meio de entrevista com o Chefe de Desenvolvimento da SR – 04, quanto do ponto de vista dos assentados por meio de rodas de conversas com os assentados.

Palavras chave: Regularização Fundiária; Reforma Agrária; Titulação.

DA AÇÃO A REAÇÃO: a luta por acesso à terra no Brasil

A concentração agrária; a monocultura; a economia baseada na exportação de produtos primários está na gênese de todos os problemas sociais brasileiro.

Para além da concentração fundiária, é preciso entender e problematizar como a classe dominante brasileira tem conseguido por mais de 500 anos garantir o poder sobre as terras brasileiras e mantendo a servidão ao grande capital.

Quando retomamos o debate agrário a partir dos marcos regulatórios é possível perceber que todos os avanços, sejam eles no âmbito legislativo ou tecnológico, ocorreram para manter a estrutura agrária nos moldes do grande latifúndio.

Enquanto a elite se mobilizava para legitimar seu domínio, homens e mulheres lutavam para sobreviver. Muitos se tornavam meeiros, e assim que derrubavam o mato eram expulsos para abrir novas fronteiras, legitimando as ações possessórias dos grandes fazendeiros.

¹ Graduanda em Direito pela Universidade Federal de Goiás – UFG, Campus Cidade de Goiás. Educanda da Turma PRONERA, Turma Fidel Castro.

² Dr. em Direito pela UNB. Membro do OFUNGO. Coordenadora Geral da 2ª Turma de Direito para Beneficiários da Reforma Agrária e Agricultura Familiar, da UFG – Campus Cidade de Goiás.

Mas a luta pela sobrevivência vai capacitando esses andarilhos dos sertões brasileiros³ na organização e na luta pelo direito à terra. Segundo Morissawa (2001), de 1888 (abolição da escravidão) a 1964 (Início do Regime Civil Militar), as lutas pelo acesso à terra podem ser divididas em três tipos: as messiânicas até 1930; lutas radicais e espontâneas de 1930 à 1954 e as lutas de caráter ideológico organizada em movimentos sociais do campo.

As lutas de 1888 à 1930 são conhecidas por messiânicas por causa da relação de fé e religiosidade existente entre o povo e seu líder. Desses os mais conhecidos foram “Canudos” (1893 – 1897), com seu arraial localizada no sertão da Bahia, e tinha como líder Antônio Conselheiro. Eram trabalhadores rurais e escravos recém libertos que buscavam sobreviver. No arraial de Canudos todos trabalhavam de forma cooperativista, a terra era comum. Havia também um fundo destinado a assistência social para atender velhos e doentes. A grande questão era que Antônio Conselheiro criticava a igreja e recusava-se a pagar impostos a nova república. Por isso foi acusado de defender o retorno da Monarquia, motivo suficiente para serem perseguidos. No final de 1897 foram completamente massacrados por militares.

Outra luta que ficou bem conhecida nesse período foi a dos “Contestados” (1912 – 1916). Ela surge em uma região de disputa entre o Paraná e Santa Catarina. No início do século XX o governo concedeu a exploração de madeira à uma empresa norte-americana no trecho de construção da ferrovia São Paulo – Rio Grande do Sul. Em 1912 eram mais de 8 mil trabalhadores desempregados, pois a construção da ferrovia e a derrubada da mata tinha cessado. Entre esses trabalhadores estavam os que tinham ido pra região em busca de trabalho na construção da ferrovia e as famílias que já viviam na área e foram expropriadas. É nesse contexto que temos o surgimento de um movimento político e religioso liderado pelo “Monge” José Maria. Mesmo sofrendo os ataques militares lançam um manifesto acusando o governo de matar trabalhadores e de entregar as terras a estrangeiros, declarando assim a “guerra santa”. A reação do governo foi a mais dura possível, pela primeira vez na história brasileira se utilizou aviões para fins militares. Foram dizimados. Das 20 mil pessoas, sobraram 3 mil.

Observemos que esses dois grandes movimentos são formados por trabalhadores do campo expulsos de suas terras que viviam perambulando em busca da boa vontade de um fazendeiro para lhes conceder o direito de cultivar a terra, mas até isso os era negado, pois muitos fazendeiros tinham medo de perder o direito de “suas terras” caso fosse alegado *atos possessórios* por parte do camponês. Estamos falando de algumas décadas após a Lei de Terras (1850) que visava regularizar a ocupação das terras brasileiras estabelecendo os limites das propriedades e transformando a terra em mercadoria, e dos anos subsequentes a abolição da escravidão (1888).

Márcia Maria Menendes Motta, em sua obra “Nas Fronteiras do Poder”, traz vários casos de disputas que vão surgindo a partir das interpretações que vão sendo construídas a partir da Lei de Terras. Um dos casos que nos chamou a atenção é o do agregado que se volta contra o filho do fazendeiro. De acordo com trecho do relatório do Presidente da Província que analisou o ocorrido, diz estrar ocorrendo “uma falsa interpretação da lei de terras, que faz crer a alguns que lhes assistia o direito de poder legitimar a posse dos terrenos que cultivavam por consenso do proprietário, há mais de dez anos” (p.15). Nesse sentido, muitos fazendeiros preferiam ter suas terras sem benfeitorias a ter que correr o risco de ter posseiros disputando com eles o domínio das terras.

³ Aqui sertões brasileiro não se refere as regiões do nordeste, mas sim das áreas que eram pouco ou ainda não haviam sido exploradas.

A segunda fase de lutas pela terra no Brasil, ocorrida entre 1930 a 1954. Estamos falando do período caracterizado por governos populistas. Primeiro Getúlio Vargas que chega ao poder que buscou investir na indústria de base e na produção de café. Na contrapartida, temos os ideais defendido por Luís Carlos Prestes, membro do PCB, que defendia a suspensão do pagamento da dívida externa, a realização da reforma agrária e a nacionalização das empresas. Getúlio ignorou a miséria no campo e se limitou a alguns projetos de colonização em áreas de fronteiras. Foi sucedido por Eurico Gaspar Dutra que era alinhado aos Estados Unidos na Guerra Fria e proíbe o funcionamento do PCB. Vargas volta ao poder em 1950. Sua forma de governar no que tange as expectativas do campo não muda. Perseguido e acusado da morte de seu adversário político, Carlos Lacerda, suicidou-se em 24 de agosto de 1954.

Ainda nesse período tivemos mais dois presidentes, JK que tinha como lema político o crescimento do país, “cinquenta anos em cinco”. Conseguiu, mas como herança ficamos com uma elevada dívida externa e uma inflação descontrolada. Juscelino Kubitschek foi substituído por Jânio Quadros que renuncia ao mandato sendo substituído por seu vice João Goulart.

É nesse contexto de governos populistas que teremos revoltas camponesas que se estenderam de norte ao sul do país. É necessário também que retomemos os dados aqui já trabalhados quanto as Constituições de 1934 e a de 1946. A primeira define o conceito de Propriedade Privada condicionada ao exercício da função social e a aquisição por meio do instituto de usucapião Pro Labore. A segunda que vai garantir o uso da propriedade condicionada ao bem estar social e a promoção da “justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos.”

Dentre as lutas por acesso à terra destacada por Morissawa (2001) está a organização dos posseiros expulsos de suas terras no entorno da construção da rodovia Rio – Bahia, que para enfrentar os fazendeiros que iam aparecendo alegando ser donos das terras os expulsavam ou impunham condições exploratórias para os deixar continuar na região. Esses posseiros exigiram a desapropriação de uma fazenda do governo federal invadida por fazendeiros. O presidente à época, Jango, marcou a desapropriação para o dia 30 de março de março de 1964, porém, a desapropriação foi inviabilizada pelo golpe civil militar.

Ocorreram conflitos também na região nordeste do Estado do Espírito Santo, no norte e sudoeste do Paraná, no sudoeste do Maranhão, no Estado do Rio de Janeiro, em São Paulo e em Goiás na região de Trombas e Formoso. Nos ateremos ao conflito de Trombas e Formoso por ser o que regionalmente nos interessa nesse momento⁴.

A terceira fase (Morissawa, 2001) se deu entre os anos de 1950 a 1964, marcado pelo surgimento de 3 grandes organizações camponesas de luta pela Reforma Agrária: a Ultab (União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas; o Master (Movimento dos Agricultores Sem Terra) e o mais, as “Ligas Camponesas”.

A Ultab foi criada pelo PCB, era um movimento que unia trabalhadores do campo e da cidade, com atuação em quase todos os Estados, com exceção a Pernambuco onde estava organizada as Ligas Camponesas e ao Rio Grande do Sul, onde estava organizado o Master. Um de seus principais líderes, Nestor Veras foi perseguido pela ditadura civil militar e desapareceu.

O Master, como já mencionado foi um movimento que atuou no Rio Grande do Sul. Surgiu nos anos de 1950 a partir da resistência de 300 no município de Encruzilhada do Sul e posteriormente se espalharam por todo estado. Um dos seus

⁴ O livro, “A história de luta pela terra e o MST”, de Mitsue Morissawa, traz um estudo mais detalhado sobre cada um desses conflitos.

principais líderes foi João Sem Terra. Possuíam uma forma particular alcançar seus objetivos, organizavam-se em acampamentos. Enfraqueceu-se a partir dos anos de 1962.

Das Ligas Camponesas já falamos um pouco quando tratamos do Estatuto da Terra. Porém é necessário que contextualizemos a formação dessa organização. Na década de 1950 era comum, na região de Pernambuco os fazendeiros entregar suas terras a trabalhadores em troca do foro, uma espécie de aluguel. Em 1955 os donos do Engenho Galiléia, em Vitória Santo Antão, impõem um aumento do foro, na tentativa de expulsar os foreiros. A partir de uma Sociedade Agrícola dos Plantadores de Pernambuco, que tinha como intuito o auxílio mútuo para a garantia de enterro digno aos pobres, os foreiros se organizam tendo como advogado Francisco Julião. Em poucos anos a Liga se espalhou por vários estados do nordeste. As ligas passaram a organizar encontros e congresso que tinha como finalidade criar estratégias de resistência e luta pela reforma agrária. Para os integrantes do movimento a reforma agrária deveria ocorrer de forma radical enquanto para o PCB e para a igreja deveria ocorrer de forma gradual. Com o lema “reforma agrária na lei ou na marra”, Julião foi perseguido e preso pela ditadura. Sem seu líder o movimento se dispersou.

A LUTA PELA TERRA NO ESTADO DE GOIÁS: Trombas e Formoso (1948 – 1964)

Os conflitos ocorridos em Goiás, assim como em muitas outras regiões do país foi puxado pela ocupação de terras valorizadas por causa da construção e rodovias a partir da década de 1940. Na região de Uruaçu isso ocorreu por causa da construção da rodovia Transbrasiliana em 1948, e do projeto de colonização e da especulação com os projetos de construção do Distrito Federal. Em Goiás, muitas terras eram devolutas, e muitos posseiros vindos do Maranhão e do Piauí resolveram buscar melhorias nessa região. José Porfírio era a liderança desses posseiros. Uma das formas que esses posseiros encontraram para se organizar foi por meio da associação.

O conflito se instaura com o início do processo de grilagem dessas terras que teve como colaborador um juiz e um dono de cartório. Os grileiros tentaram de várias formas retirar os posseiros de “suas terras” mas não conseguiram. Por fim mandam incendiar as roças e as casas dos posseiros. A esposa de José Porfírio morre em decorrência desses ataques. O conflito acaba por ganhar proporção nacionais, ganhando a atenção do governo local que envia tropas para dispersar a população que se organizava em dois povoados, Trombas e Formoso. O PCB entra na negociação e por meio de acordos políticos convence o governo a retirar suas tropas. As negociações logram êxito. A região torna-se território livre, com governo próprio.

A organização dos posseiros tendo como liderança José Porfírio chama a atenção de outro líder, o advogado Francisco Julião, que liderava as Ligas Camponesas em Pernambuco, e foi a partir do contato entre essas duas lideranças que teremos a formação das Ligas Camponesas no Estado de Goiás. De acordo com Duarte (apud XAVIER, P.38, 2012), a primeira Liga Camponesa foi criada na Cidade de Dianópolis no ano de 1962, ligada a um grupo de estudantes e um desistente do grupo de Francisco Julião. A autora afirma ainda que em Goiás a organização camponesa sempre esteve intermediadas por ideologias estranhas ao meio rural, ora direcionadas pelo PCB, ora pela igreja pelo MEB (Movimentos Eclesiais de Base)

Em 1962 José Porfírio é eleito deputado estadual, foi o terceiro mais bem votado do estado. Em 1964 o Golpe Civil Militar, José Porfírio é perseguido, preso em 1972, solto em 1973, e dois dias depois de ser solto desaparece, para sempre.

O CAMPO E A DITADURA

Os anos subsequentes golpe civil militar foram marcados pela perseguição dos movimentos de luta pela reforma agrária, pois falar em reforma agrária, em igualdade de acesso à terra era sinônimo de comunismo. Era preciso estratégia para manter a luta e sobreviver a perseguição política e militar. Nesse sentido a luta se manteve por meio da igreja nos Movimento de Educação de Base (MEB), nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

O MEB nasce dentro da igreja, e ela por sua vez, se demonstrava preocupada com as interferências do comunismo no campo. No entanto, o MEB foi um movimento que buscava mudar os índices de analfabetismo no campo. Era ligado ao governo por meio de financiamentos. Com uma metodologia que falava a linguagem do homem do campo usando, por exemplo, as cantorias de Santos Reis vindas de vários municípios, e com aulas radiofônicas, ganhava cada vez mais espaço entre os trabalhadores rurais. A consciência da situação e do papel social que cada um possuía e o poder da organização coletiva vai ganhando força a partir da educação. Em trabalho anterior (XAVIER, 2011)⁵ demonstramos por meio da canção do trabalhador rural José Moreira Coelho, a consciência tomada a partir da educação, do poder de transformação que a educação é capaz de fazer na vida do homem do campo. Por ser tão marcante retomamo-la novamente em nossa análise.

Muita gente aí na regalia
Vivendo num carrancismo de algum dia
Que nem meio de transporte não existia
Transporte de condução era o caixão que se conhecia
Digo isto porque vejo aqui no sertão
O povo não tem guarita nem união
Não conhece as leis civis e nem da religião
Em nosso sertão goiano o que está reinando
É a superstição
Tudo isto acontece eu digo porque
Só falta instrução pro povo
O pobre está esquecido sem ninguém vê
Sofrendo calamidade e infelicidade por não saber
Precisamos buscar a evolução
Pra ver de desenvolve a nossa nação
Pra tira o camponês desta escravidão
Prá vida que vivemos hoje já temos solução
Temos aula irradiada pra aprende
Temos sindicato prá defende
Aí vem a reforma agrária nos proteger
O povo politicado e bem preparado tem que vence
Nosso ponto de partida é a organização
Que dar aos camponês minha sugestão
Confiam neste sistema de educação
Que visa levar o povo a um Brasil novo sem exploração
(José Moreira Coelho)

Por mais que não fosse a intenção da igreja fazer formação intervir nas questões agrárias, contribuiu muito para uma formação crítica com a tomada de consciência, colaborando para a mudança na perspectiva de direitos que esses homens e mulheres do campo tinham.

⁵ Trabalho de Monografia apresentado em 2012 ao Curso de Licenciatura Plena em história da Universidade Estadual de Goiás – Unidade Universitária da Cidade de Goiás, intitulada: ASSENTAMENTO RANCHO GRANDE: realidade de embates e sonhos da reforma agrária

Se a intenção inicial era alfabetizar, a tomada de consciência faz com que o número de trabalhadores do campo filiados aos sindicatos aumente, causando preocupação aos fazendeiros.

Com as mudanças políticas pós 1964 o MEB tem seus recursos financeiros reduzidos e cada vez mais a igreja se aproxima da realidade do homem do campo e por atuar tanto no processo de reflexão, impulsionando a organização dos camponeses, o MEB também passa a ser perseguido pela ditadura civil militar. “Assim a prisão dos trabalhadores rurais e de pessoas ligadas a equipe central do MEB pela Ditadura Militar, no ano de 1966, fez com que este trabalho chegasse ao fim. O MEB teve uma forte atuação no Estado de Goiás.” (XAVIER,2012). Mesmo com o fim do MEB o pensamento crítico estava possibilitou a organização dos movimentos sociais do campo em goiás a partir do anos 1970.

As CEB's, em Goiás, se formaram a partir de grupos religiosos que se reunião para ler a bíblia, era uma atividade predominantemente pastoral. A metodologia de estudos estava baseada em “ver, julgar e agir”

As CEB's foram à prova de que os sujeitos do campo já eram capazes de se organizar e buscar seus direitos, no entanto, a colaboração da igreja foi fundamental, a união da fé e dos conceitos de direitos humanos se tonou uma forte arma na luta contra as injustiças sociais em todo país, inclusive na Cidade de Goiás. (XAVIER, p.48, 2012)

O envolvimento direto da igreja nas questões agrárias e na luta pelo acesso à terra se deu por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT). A igreja se compadece do sofrimento vivenciado pelo trabalhador do campo e passa a atuação a partir das práticas da Teologia da Libertação, onde aliam-se a fé e a cidadania na busca por dignidade.

NA REDEMOCRATIZAÇÃO: Movimento dos Sem Terra (MST)

O MST é um movimento que tem seu surgimento datado em 1984, ano também das “Diretas Já”. Como diria Caldart (2004), o MST é símbolo de contestação social. De todos os movimentos de luta pela reforma agrária foi o que êxito logrou.

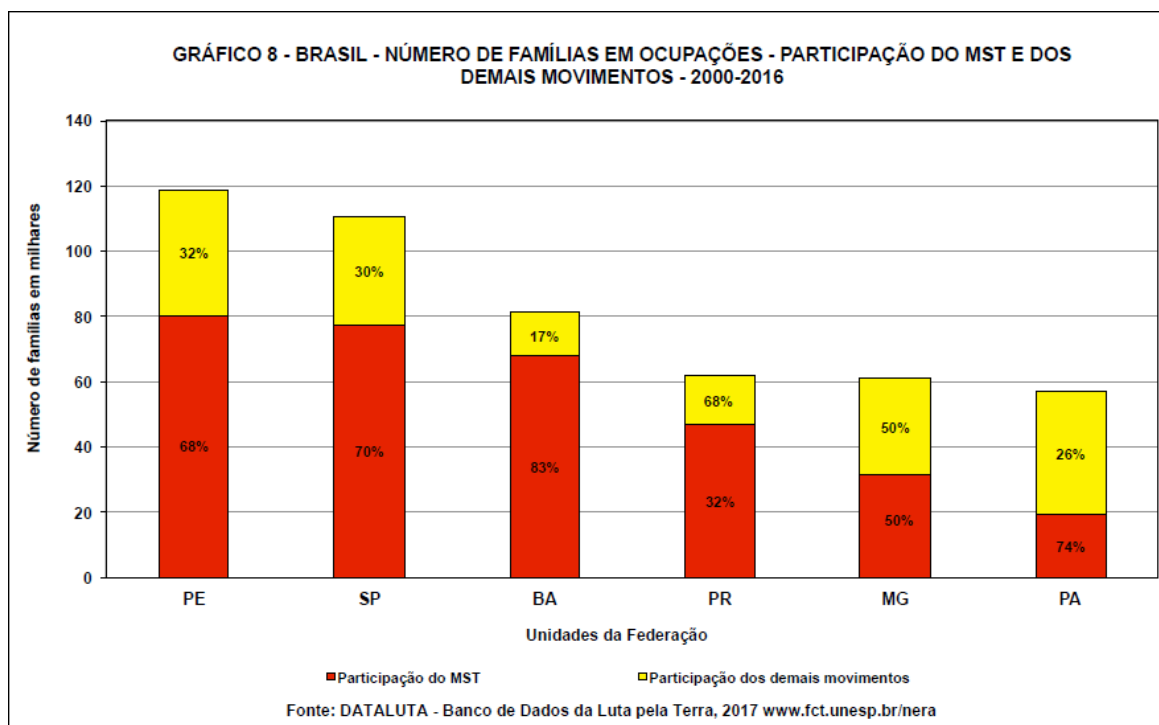
Foi no ano de 1984 que, na cidade de Cascavel, estado do Paraná ocorreu a primeira Assembleia dos trabalhadores Sem Terra, e é dessa reunião que fica definido a criação de um movimento de luta pela reforma agrária nacional.

Há um consenso no sentido de reconhecer o papel da CPT como colaboradora para o surgimento dessa organização social. Para Caldart (2004) o MST tem sua gênese fundada no campesinato e na religiosidade. Para o professor e advogado Dr. José do Carmo, “o MST é filho da CPT, no entanto, a CPT não é uma mãe ciumenta e nem o MST é um filho que vive na barra da saia da mãe.” (XAVIER, 2012).

Em todos esses anos o MST tem sido um movimento que tem lutado pelo acesso à terra bem como pela permanência, incentivando o trabalho em cooperativas. Também atua na conquista de uma educação voltada para atender a realidade do campo, desde a formação de base, que consiste na conscientização da importância social que cada um tem na conquista de um mundo melhor, à educação escolar que vai do ensino fundamental ao nível superior por meio do PRONERA.⁶

⁶ Esse é um tema que por si só poderíamos elaborar vários TCCs, desde sua origem, a preço de sangue de muitos trabalhadores ao desmonte que o atual governo realizou. Mas não é esse nosso objeto de análise.

Ainda hoje, mesmo com a criminalização dos movimentos sociais, com maior ênfase ao MST, sua atuação nacional se destaca. Segundo o relatório Dataluta⁷ de 2016.



Ainda segundo tabela do relatório Dataluta 2016 (p.41), o MST esse período atuou em 15 estados da federação brasileira e no Distrito Federal, são eles: Alagoas, Bahia, Ceara, Brasília (D F), Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará, Paraná, Rio Grande do Norte, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins.

A LUTA PELA TERRA NA CIDADE DE GOIÁS

A Cidade de Goiás tem em seus 293 anos o legado de ter sido a capital do Estado que leva seu nome, Goiás. Assim como em várias regiões do país teve em seu processo político e econômica a figura do coronel.

A Cidade de Goiás surge como Arraial de S'Antana no século XVIII na corrida do ouro. Porém o ouro não durou muito. Predominou-se a agropecuária extensiva formando-se os grandes latifúndios. Aqui também tinha o apadrinhamento e o voto de cabresto protagonizado pelos coronéis. Ainda hoje nomes como Bulhões, Fleury, Curado e Caiado fazem parte da política não só da Cidade bem como do Estado.

Assim como em todo território brasileiro, aqueles que tinham influência política e econômica conseguiam estabelecer os limites de suas terras como desejassem. Muitos posseiros começaram a ser expulsos de suas terras em função da alegação de que estavam em propriedade alheia. É assim que pela primeira vez vai ocorrer uma mobilização em prol famílias que estavam sendo expulsas de suas terras.

No ano de 1984, 6 famílias que viviam na Fazenda Estiva a mais de 30 anos estavam sofrendo pressão de grileiros para deixar a área. Com o apoio da CPT da Diocese

⁷ In: <http://www2.fct.unesp.br/nera/relatoriosbr.php>

de goiás, na pessoa da Irmã Zenaide conseguiram se organizar e mobilizar outras famílias para garantir a permanência dessas famílias na área.

Foi a partir da luta e da conquista dessas famílias que ocorreu a primeira ocupação, segundo Morissawa (2001) “O MST nascente formou, então, um grupo de famílias para realizar sua primeira ocupação.” (p.191) foi a primeira ocupação no Estado; no Município e do MST.

Hoje são 23 projetos de assentamentos e 1 pré-projeto. A seguir conheceremos um pouco mais da história do Projeto de Assentamento Lavrinha. Como já mencionado antes, este trabalho tem como objetivo analisar a Lei 13.465/2017 e a MP 910/2019 e seus efeitos em assentamentos no Município de Goiás. Escolhemos o P.A. Lavrinha, pois, é o assentamento que foi possível acompanhar seu processo de busca pela titulação.

P. A. LAVRINHA E A BUSCA PELA TITULAÇÃO

Diferente do que alguns possam imaginar, a busca pelo título definitivo para os assentados da Reforma Agrária no município de Goiás não é algo que nasce com a Lei 13.465/2017. Todo “posseiro” quando vinha para luta recebia a informação de que depois de 10 anos ele teria o título definitivo de sua terra e seria “dono”. Para os assentados do P. A. Lavrinha isso não foi diferente.

Em nossa trajetória para conhecer como estava o andamento dos processos de titulação nos Projetos de Assentamento no município de Goiás, procuramos estabelecer um diálogo com o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Sérgio de Paula, que prontamente nos recebeu. Após nos falar um pouco sobre o trabalho que o sindicato está realizando, nos convidou para acompanhar a primeira reunião que fariam no P. A. Lavrinha no dia 31 de outubro de 2019. E fomos.

Na data agendada acompanhamos a equipe do Sindicato até o P. A. Lavrinha. A reunião o Presidente do Sindicato ressalta o desmonte das políticas públicas que tem acontecido no atual governo, dando destaque ao PRONERA, da importância que é a existência da Turma Fidel. Em sua fala também destacou que a política de regularização fundiária beneficiará principalmente os grileiros, que para nós os assentados ficam “só as migalhas dos grandes”. Também fala sobre o desmonte das entidades que buscam a organização do homem do campo, como os sindicatos; CPT; CUT; Fetaeg, pois “eles não querem resistência, por que nós conseguimos essas terras aqui foi na base da pressão, da organização”.

O Presidente do Sindicato ainda explicou como está a questão orçamentaria no INCRA, onde, a falta de recurso dentro da autarquia impede que o Georeferenciamento seja custeado pelo próprio INCRA. Assim sendo, os projetos de assentamentos que se enquadram no perfil de consolidação estabelecido na lei, e que tenham interesse em receberem o Título de Domínio, deverão custear o GEO e fazer a doação do memorial ao INCRA. Ainda na ocasião foi entregue aos assentados cópia da Nota Técnica Conjunta nº 01/2017/DD/DF de 10 de julho de 2017 que trata dos “procedimentos para orientação e recepção de serviços de georeferenciamento contratados por associação de famílias assentadas”; cópia de modelo do “Termo de doação sem ônus que entre si celebram a associação dos assentados e a empresa, por intermédio do INCRA”, e o “ANEXO I – REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE GEORREFERENCIAMENTO EM ASSENTAMENTO FEDERAL”.

FOTOGRAFIA: Reunião no P. A. Lavrinha, dia 31 de outubro de 2019



FONTE: Xavier (2019)

Depois de retiradas as dúvidas de como proceder junto ao INCRA para solicitar o GEO e posteriormente o Título Definitivo, os assentados do P. A. Lavrinha agendaram outra reunião a ser realizada no dia 09 de novembro, a fim de elaborar a Ata solicitando a autorização do INCRA para a realização do Georreferenciamento. Fomos convidados para estar presente e contribuir na elaboração do registro em Ata da reunião, e prontamente aceitamos o convite e nos colocamos a disposição dos assentados.

No dia 09, como combinado com os assentados, tivemos a oportunidade de acompanhar a elaboração da Ata para solicitação da autorização de início dos trabalhos de georreferenciamento. É importante ressaltar que até esse momento os assentados não haviam conseguido contato com nenhuma empresa que realiza-se o trabalho. Mesmo assim a Ata foi elaborada deixando a conversa com a empresa para outra oportunidade.

Uma situação que nos chamou a atenção foi a necessidade de reescrevermos a ata que não foi aprovada pelos assentados em sua primeira leitura. Ocorre que no cabeçalho da primeira ata foi colocado que aquele documento era requisito para a solicitação do georreferenciamento com fins de atender os requisitos para a solicitação do título seja ele o CDRU ou o TD. Uma das assentadas pediu para a abreviação CDRU fosse retirado da ata para que posteriormente o INCRA não usasse isso como desculpa para não entregar o Título de Domínio. A Ata foi refeita retirando a sigla Concessão de Direito Real de Uso, só assim foi feito o fechamento da ata e as assinaturas dos ali presentes.

Alguns dias depois nossa presença foi novamente solicitada para outra reunião. Os assentados iriam receber a visita de um técnico que apresentaria a proposta de realização do trabalho da empresa..., que apresentou proposta de valores e prazos para a entrega dos trabalhos. Na oportunidade o técnico também falou sobre a mudança que a MP 910, publicada no dia 11 de dezembro, ou seja 3 dias antes, que dispensava a

assinatura do confrontante, e que, agora seria necessário esperar a nova Instrução Normativa do INCRA para confirmar como isso se daria na prática.

FOTOGRAFIA: Reunião com a empresa que realizará o Georreferenciamento



FONTE: Xavier (2019)

A reunião foi concluída com a Ata apta para ser registrada em cartório e com o “Requerimento de Autorização Para a Realização de Georreferenciamento em Assentamento Federal”.

Mesmo com tudo regularmente organizado para as devidas solicitações o processo ainda não teve andamento. Isso ocorre por causa da Pandemia da Covid-19 que chegou ao país.

A continuidade dos trabalhos de pesquisa de campo também foi interrompida, pois se faz necessário, para mais detalhamento a realização de pesquisas individuais.

Ainda como parte desse trabalho estava previsto uma entrevista com o Chefe de desenvolvimento do INCRA SR-04. Para além de entender as demandas dos assentados também é preciso conhecer as expectativas da autarquia responsável pela efetivação da política de regularização fundiária.

UM OLHAR INSTITUCIONAL: entrevista com o Chefe da Divisão de Desenvolvimento SR – 04

Agendada para o dia 09 de janeiro, fomos recebidos na sala da chefia do Departamento de Desenvolvimento da SR – 04, localizada na rua João Leite, bairro Santa Genoveva, nº1520, Goiânia/GO.⁸

⁸ A entrevista foi realizada a partir de um questionário com perguntas abertas. O entrevistado só teve acesso ao questionário no momento da entrevista quando entregamos uma cópia das perguntas que

Zenaldo de Souza Almeida, com formação em Economia, pela Universidade Católica desde 2005, atualmente responde como Chefe do Departamento de Desenvolvimento do INCRA SR – 04, trabalha nessa autarquia desde 2006. Iniciou sua atuação junto ao INCRA como analista de reforma agrária.

Para ele a reforma agrária é:

o programa do governo que tem como objetivo a distribuição da terra de forma que garanta o seu cumprimento da sua função social, pegar aquela terra que não está cumprindo a sua função social, distribuir pra quem não tem essa condição e fazer com que ele comece a produzir realmente e, trazer renda, qualidade de vida para as famílias que são beneficiadas com o programa. (Zenaldo, 2020)

Sabemos que o INCRA é o responsável pela efetivação da reforma agrária, no entanto a cada ano que se passa temos visto que cada vez menos as terras, que não cumpre sua função social, sendo distribuída para quem realmente à fará produzir.

Para o entrevistado, desde 2017 a prioridade do INCRA não tem sido assentar famílias, mas realizar a Regularização Fundiária “que significa exatamente documentar as terras que foram concedidas as famílias beneficiadas pelo programa de reforma agrária. Entre essas ações, a principal delas é a titulação”. Ainda aponta como meta nacional é a entrega de 600.000 (seiscentos mil) títulos até final do ano 2022.

No município de Goiás, o principal desafio para a efetivação da titulação, apontado por Zenaldo, tem sido a realização do georreferenciamento. Esse é um trabalho que deveria ser realizado com custeio do INCRA, no entanto, como sucateamento de tudo que é público nesse país, o INCRA não tem recursos. As áreas que tem conseguido avançar no processo de georreferenciamento é custeada pelos assentados que ainda precisam autorizar a doação do memorial descritivo do GEO ao INCRA, para só então o INCRA autorizar a empresa realizar as medições.

No município de Goiás, alguns assentamentos receberam títulos na legislação anterior. Muitos desses beneficiários nunca se interessaram em quitar a parcela para realizar a quebra das cláusulas resolutivas, é o caso de vários dos assentados do P. A. Rancho Grande. Antônio Xavier de Paula e Divino Oscar, que possuem o Título, mas nunca quitaram. O Sr. Antônio alega que estava pagando anualmente, mas que ao tentar quitar a XX parcela foi surpreendido com a cobrança da parcela anterior com juros e correção, e por mais que tentasse provar que já havia quitado aquela parcela não teve êxito, então desistiu, e nunca mais procurou verificar sua situação junto ao INCRA.

Segundo dados que nos fora passado na entrevista

No período entre 96 e 2002 houve a entrega de títulos em alguns assentamentos lá, a gente vai citar o Acaba Vida II; o Vila Boa; o Magali; o São João do Bugre; o São Felipe; Varjão; Lavrinha; Retiro; Mosquito, isso na legislação anterior, nesse período entre 96 e 2002, foram entregues alguns títulos, não para todos os assentados, mas para alguns. (Zenaldo, 2020)

Note que na fala do entrevistado aparece o assentamento que temos acompanhado o processo de titulação. Ocorre que das 28 famílias originalmente assentadas, só ainda estão lá XX famílias, algumas ainda em situação irregular. Na fala

nortearia nossa entrevista, assim sendo, não foi lhe dado a oportunidade de pensar em alternativas de formulação para as respostas. Com a autorização do entrevistado fizemos o registro da entrevista em áudio, depois a transcrevemos.

do entrevistado também não aparece o P. A. Rancho Grande, porém, esse assentamento também recebeu os títulos⁹.

Entre os assentamentos que estão em estágio mais avançado no processo de titulação estão: Vila Boa; Engenho Velho; Holanda; São Carlos; União dos Buritis; Paraíso; Don Tomás; Magali e Mata do Baú. Todos estão na execução do georreferenciamento.

Buscamos em nossa entrevista trazer também abordar temas que expressão as discordâncias entre o Estado e os movimentos sociais. Nesse sentido, procuramos entender se, em Goiás, o Incra havia encontrado resistência quanto a iniciativa de entrega de títulos por parte dos assentados.

A princípio, a gente teve algumas e locais, pontuais, em alguns assentamentos, que uma parte quis e outra parte não quis, mas isso lá no início quando começou e 2017, hoje a gente não vê mais essa resistência, todos os assentamentos que a gente tem visitado, mesmo os que a gente não tem visitado, que tem vindo ao INCRA, tem cobrado essa questão da titulação. Então, as vezes, o pessoal, no início por falta de esclarecimento, não saber realmente como que era que funcionava, teve resistência, mas hoje a gente não enxerga mais nenhum tipo de resistência em receber essa titulação. (Zenaldo, 2020)

Fica claro que para o INCRA, o único resquício de resistência é da parte de quem não tem informação. Eles informam, esclarecem e tudo se resolve.

Um dos pontos mais criticados da Instrução Normativa nº 99, a não obrigatoriedade da vistoria in locu, é o ponto que Zenaldo defende sendo o que mais “simplificou e tornam ágeis à execução” da titulação.

Dentre essas alterações que houve na Instrução Normativa, inclusive através de um Decreto, o Decreto 10.166, que possibilitou essa alteração normativa, a principal delas é a não obrigatoriedade da vistoria nos lotes para emissão do título, que hoje é uma grande dificuldade do INCRA pela sua questão operacional. (Zenaldo, 2020)

É compreensível seu ponto de vista, pois, é sabido de todos, e reafirmado por ele, que

Nós temos um quadro de funcionários hoje reduzido e que está reduzindo constantemente por conta das aposentadorias e a nossa falta de reposição, por que a gente não tem concurso desde 2010 e desde 2010 que vem acontecendo as aposentadorias, as saídas para outros órgãos através de outros concursos. Então essa Instrução normativa, ela possibilitou, a partir do momento que o assentado está em situação regular perante o INCRA, ou seja, ela tem o contrato com o INCRA, se ela apresentar uma documentação robusta de que tá no lote, de que ta cumprindo com seu com seu contrato, é dispensada a vistoria pra se fazer esse título. (Zenaldo, 2020)

É claro que isso resolverá o problema apenas da autarquia que tem meta a ser cumprida. No entanto, quando observamos nosso histórico de uso das normativas para regularizar terras griladas, a expectativa é de que, cada vez mais quem usurpa terra é recompensado. Chega ser utópico acreditar que com a ressalva da necessidade de vistoria em terras que exista embargo ambiental; conflito registrado na ouvidoria ou denuncia de trabalho escravo resolvera as irregularidades.

Outro tema trago à entrevista foi a definição do que é “consolidação” em áreas de assentamentos. Em entrevista ao Jornal Brasil de Fato o INCRA foi criticado por um dos representantes do MST, afirmando não ser reforma agrária a política de titulação

⁹ Sou assentada no P. A. Rancho Grande, por isso trago essa informação com muita segurança.

assumida pelo INCRA nos últimos anos. Mesmo sendo extenso, é muito importante que o posicionamento do entrevistado seja lido na íntegra.

(...) O acréscimo de um capítulo que dispõe sobre a consolidação e a garantia legal de que a entrega dos títulos não encerrará o processo de consolidação é uma resposta a essas críticas?

Sim, é... Muitas pessoas tem essa visão que a partir do momento que o assentado pegar o título, ele se retira da reforma agrária e na verdade não é bem assim. A princípio a gente tenta filtrar, como eu falei o estoque é muito grande, a gente tenta filtrar, para que os títulos se inicie por aqueles assentamentos que já estão consolidados na prática, talvez não esteja ainda no papel, mas na prática este, ou seja, as famílias já possuam renda, as famílias já acessaram todas as políticas públicas disponível pelo INCRA e pelos órgãos parceiros, e, de modo que essas pessoas ao receberem o título, elas já estejam numa condição de realmente andarem com as próprias pernas sem estarem dependendo dessa questão de investimentos e recursos do governo. Então como o estoque é muito grande, a gente sempre está dando preferência pra esses assentamentos que já estão nessa condição, ou seja, a pessoa que vai pegar o título ela não vai ter aquela necessidade de estar vendendo a terra pra pagar o título, ela já vai poder pagar o título, o título é um valor bastante subsidiado, e isso, a questão do título não tem nenhuma vinculação com a retirada da pessoa do assentamento. Muitas pessoas já estão ali, já estão acostumada a tá ali no seu local de moradia, e simplesmente por que vai pegar o título, ninguém vai sair correndo nos assentamentos e entregando a qualquer preço. Então o que pode acontecer, muitas vezes é de, aquela pessoa que se desenvolveu mais que outra incorporar um ou outro título natural de uma pessoa que está progredindo, ela teve um progresso ali, talvez essa pessoa que está se desfazendo do lote também ela possa até estar adquirindo uma área até maior, numa área mais afastada, menos valorizada. Então a gente não pode fazer esse pré julgamento achando eu todo mundo vai pegar seu título e entregar na mão de um fazendeiro ou de quem quer que seja, e sair correndo pra cidade, eu acho que as pessoas lutaram todos esses anos e ali fizeram suas moradias, fizeram seus lotes ali desenvolvendo, fazendo ali toda estrutura necessária não foi pra poder chegar, pegar o título e sair de qualquer jeito. Então, quando esses assentamentos que ainda não tem as estruturas necessárias, que não tem o desenvolvimento necessário chegar a receber o título elas também, quando for receber o título elas já passaram por esse caminho e também já estarão num estágio de desenvolvimento melhor. A gente não tem intenção de chegar em assentamentos novos, que ainda não tem essa condição e entregar título a Deus dará, sem que as pessoas tenham condição de renda, de sobrevivência e de fazer daquilo seu modo de vida e seu ganha pão. Então a nossa estratégia é essa, a gente vai iniciar, está iniciando, por aqueles assentamentos que realmente já estão consolidados e que a formalização da consolidação não vai trazer prejuízo nenhum, por que são pessoas que já estão num nível de desenvolvimento bem avançado, lógico que não é 100%, por que sempre fica um ou outro, mas isso é um questão pessoal de cada um, tem gente que é mais empreendedor e tem gente que é menos, então tem gente que recebeu o lote a 20 anos e continua do mesmo jeito, mas isso é uma exceção, uma minoria. Então a gente entende que a titulação, ela continua no caminho que é do pequeno agricultor, a pessoa vai continuar sendo um pequeno agricultor. Ele vai sair da reforma agrária mas vai continuar sendo um pequeno agricultor familiar. Então a gente não tem esse receio de que isso se torne uma reconcentração de terras, ou um êxodo rural em massa por conta de titulação não. (Zenaldo, 2020)

De fato, não acreditamos que “todo mundo vai pegar seu título e entregar na mão de um fazendeiro ou de quem quer que seja, e sair correndo pra cidade”, no entanto, não só pode negar que essas terras estarão sendo colocadas novamente no mercado de

terras, e estarão sujeitas as confiscos de bancos e a investidas de mineradoras. Outro debate que precisa ser feito é justamente sobre os elementos que são apontados como constituintes da consolidação, o tempo de homologação definitivamente deve ser refutado.

Uma das armas de atuação dos movimentos contra a política de recolocação dos assentamentos no mercado de terras era a titulação por meio do CDRU. No entanto, a Instrução Normativa do INCRA nº 99 exclui a possibilidade de titulação por meio do CDRU em assentamentos que não sejam “Ambientalmente Diferenciados”. No caso da Cidade de Goiás, bem como de todo o Estado, não existe nenhum Projeto de Assentamento que se enquadre nesse perfil, assim sendo, todos os títulos de definitivos serão Títulos de Domínio (TD).

Segundo Zenaldo, a Normativa só veio regulamentar o que já ocorria na prática, pois nenhum assentamento buscou a titulação por meio do CDRU. Em nossa perspectiva isso se deve ao fato de que os assentados não tinham conhecimento da existência de outro título definitivo, nunca foi do interesse do INCRA conceder título a assentamentos e o mantivesse como tutor. Para Zenaldo, a titulação não cessara as responsabilidades do INCRA com essas famílias. Na prática, e é isso que tem levado a grande maioria dos assentados a buscar sua desvinculação junto ao INCRA por meio da titulação definitiva, mesmo sob a tutela do Estado essas famílias não tem conseguido acessar as políticas públicas. Nesse sentido, a dúvida que fica é, se sob a tutela do INCRA nada tem sido feito a essas famílias por parte da autarquia, fará ela depois de emancipar esses assentamentos?

Para finalizar nossa entrevista pedimos para que ele (Zenaldo) pudesse fazer uma avaliação das políticas de governo de FHC, Era PT e atual governo. Para o entrevistado, cada governo atuou com prioridades distintas. Nos anos finais do governo de FHC e início do governo Lula até 2010 houve um avanço no número de famílias assentadas. Ainda no governo PT

(...) houve uma retração grande, mesmo no governo PT ali entre 2011 e 2016 quando houve ali a questão do impeachment. O orçamento do INCRA nesse período foi também continuamente diminuído. A estrutura do INCRA também continuamente diminuída...(Zenaldo, 2020)

A queda no orçamento refletiu na diminuição de famílias assentadas bem como na assistência dada as famílias já assentadas

Houve a extinção de programas dentro do INCRA, como o programa de ATER, já teve aí em anos anteriores a 2011 que tinha um recurso, um orçamento bem graúdo que ele dava pra fazer, aí foi diminuindo, diminuindo até que acabou. A questão da infraestrutura também, construção de estradas, pontes, ela também praticamente se extinguiu. Então hoje o INCRA, ele passou por essa fase de criação, já mais ou menos uns 4 ou 5 anos que não se cria mais assentamentos, e a tendência é que realmente, nos próximos anos aí fique parada a questão de criação de assentamentos e a prioridade realmente seja diminuir esse estoque, por que a estrutura que o INCRA possui hoje, ela não comporta mais esse estoque de assentados. (Zenaldo, 2020)

No que tange a infra estrutura interna do INCRA, como servidores, material, recursos para deslocamento à campo, tudo foi reduzido

(.)nos anos 2000 tinha-se a prioridade de criar assentamentos pra atender as famílias, foi atendido (..) e a tendência agora é que esse estoque comece a diminuir com essa questão da liberação dessas famílias após essa

fase de titulação e consolidação dos assentamentos. (...) se hoje a prioridade é titulação, a gente vai atrás de atender a titulação, se amanhã ou depois mudar a prioridade a gente vai tentar cumprir também. (Zenaldo, 2020)

Mas uma vez temos a comprovação de que o a máquina do Estado trabalha para atender o interesse do grande capital, e que a reforma agrária só acontece com a luta do povo do campo. Se analisarmos a atuação do Estado no sentido de efetivação da política de reforma agraria ela vai coincidir com a atuação dos movimentos sociais. Se o campo deixa de se mobilizar, os ruralistas ganham força e atuam “Legalmente” no sentido de criminalizar a luta, deslegitimar as conquistas e retornar tudo ao status quo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei. (Brasil, 1988)

O interesse social; a função social e a justa indenização são garantias constitucionais. Ficando em seu parágrafo §3º, do artigo 184, estabelecido a criação de lei complementar que organize as questões processuais para a realização da desapropriação para a reforma agrária.

Não foi fácil garantir que na constituição estivessem presentes o instituto da reforma agrária. A ideia de defesa da propriedade privada se sobrepõe a do interesse social e coletivo. Mesmo depois de três décadas da promulgação Constituição da República Federativa do Brasil, esse ainda é um debate que se mantém, não se resolveu na constituinte, não se resolveu no campo, não se resolveu no judiciário. A luta pela garantia social e coletiva de acesso à terra se mantém.

Amplios debates foram realizados quanto o que seria a “função social da terra” e “propriedade produtiva” e esse debate se estende até os dias atuais. O “Jornal da Constituinte”¹⁰ nos dá uma noção do quanto foram acalorados os debates no que tange a reforma agrária. Para muitos constituintes a função social e a produtividade poderiam divergir, essa noção é expressa no próprio jornal da constituinte que traz em sua página 4 da edição nº46, como título da matéria a seguinte frase “Entre a terra Produtiva e a Função Social”. Assim era necessário a garantia de que a “propriedade produtiva” não seria desapropriada para fins de reforma agrária, e conseguiram. O Art. 185 que trata das propriedades insuscetíveis de desapropriação, traz em seu inciso “II – a propriedade produtiva” e em seu parágrafo Único, a lei garante tratamento especial a propriedade produtiva.

Para além dos debates e dos resultados alcançados nos mais de 30 anos da Constituição, ainda há um elemento apontado pelo constituinte Benedicto Monteiro (PMDB – PA), como entrave para a reforma agrária que ainda se mantem:

¹⁰ Jornal da Constituinte In: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/Jornal%20da%20Constituinte/n-%2046%20-%2009%20a%2015%20maio%201988.pdf

(...) uma das principais medidas a serem tomadas após a promulgação da nova Constituição seria a de haver no país uma reformulação completa no ensino do direito agrário. Justifica o parlamentar sua opinião sustentando que será através de um maior conhecimento da matéria que a classe jurídica, o Poder Judiciário, fará com que se realize a reforma agrária.

Lembrou o parlamentar que o Estatuto da terra, já com 24 anos de vigência, já consagrara o princípio do direito agrário como matéria constitucional e, apesar disso, a sociedade brasileira em nada evoluiu para uma melhor distribuição de terras. Acha Benedicto Monteiro que entre os juízes e os desembargadores dos tribunais as questões agrárias adquiriram uma concepção civilista, de quase absolutismo da propriedade, sem se conceder, em nenhuma hipótese, a função social da terra. (Jornal Constituinte, nº 4, p.4)

Esse é um debate que precisa ser levantado. A Reforma Agrária não deve ser debatido como matéria Civil, mas sim, como matéria Constitucional. Não se trata de direito de propriedade, mas sim, da função social.

No que tange aos novos marcos regulatórios, uma das maiores inquietações que a lei 13.465/2017 causa é a reintegração das terras de reforma agrária no mercado de terras. Se por um lado a falta de um Título de Domínio nunca ter impedido a venda de lotes da reforma agrária, a desvinculação dessas terras do INCRA regularizará essa prática. A possibilidade de unificação de matrículas em até 4 módulos fiscais escancara ainda mais essa política de reconcentração fundiária. No município de Goiás será possível integrar em uma só matrícula parcelas até o montante de 180 hectares.

O assentado vê na possibilidade de ter acesso ao Título de Domínio a sua segurança jurídica, pois os retrocessos aos quais a luta pela terra tem chegado tem feito com que centenas de famílias, após anos de assentadas percam suas terras. Muita informação errada também chega ao assentado, ou as vezes nem chega. A maioria acredita que o CCU (Contrato de Concessão de Uso) não garante a sucessão aos herdeiros, o que é um equívoco. Antes do Decreto 10.166/2019 era possível ter acesso ao CDRU (Concessão de Direito Real de USO), uma modalidade de Título Definitivo gratuito que permitia inclusive a sucessão inter vivos, com a ressalva de que o comprador se encaixasse no perfil de beneficiário da reforma agrária, no entanto, os assentados sequer ficavam sabendo da existência dessa possibilidade.

Vivemos em uma sociedade capitalista, com suas bases fixadas na propriedade privada, nem mesmo os que dedicaram anos de sua vida na luta por uma reforma agrária não se veem sob a tutela do Estado, querem usar, gozar e usufruir de todos os direitos que a propriedade privada garante.

LEVANTAMENTO DO USO E PREPARO DE PLANTAS MEDICINAIS PELOS MORADORES DA CIDADE DE BANDEIRANTE – SC

OLIBONI, Priscila¹
SOSSAE, Flávia Cristina²
FERRAZ, José Maria Gusman²
RIBEIRO, Maria Lucia²
SCHLINDWEIN, Marcelo Nivert³
GALLO, Zildo²

Resumo

O uso de plantas medicinais na recuperação da saúde tem evoluído ao longo do tempo, utilizadas pelo homem primitivo, até as mais sofisticadas formas tecnológicas adotadas pelo homem moderno. Representam uma importante ferramenta na promoção da saúde em muitas regiões do Brasil, e veem sendo investigadas também no estado de Santa Catarina. O presente trabalho teve como finalidade realizar um levantamento das plantas e o seu uso medicinal, junto aos moradores do município de Bandeirante-SC. Durante o período de janeiro a julho de 2019, uma amostra de 40 pessoas foram entrevistadas, escolhidas pela técnica conhecida como bola de neve (snowball sampling), utilizando um roteiro de entrevista estruturado, com questões abertas e fechadas, que abordou dados referentes às características pessoais como idade, escolaridade, tempo de residência no município e a utilização das plantas como remédio pelos moradores. Os entrevistados mencionaram 40 espécies distribuídas em 18 famílias e Lamiaceae (11), Asteraceae (09) foram as que apresentaram maior número de espécies. As plantas mais mencionadas como Gervão (*Stachytarpheta cayennensis*), Cavalinha (*Equisetum hiemale*), Mentinha (*Hyptis atrorubens*), Quebra Pedra (*Phyllanthus niruri*), Cancorosa (*Maytenus ilicifolia*), Macela (*Egletes viscosa*), Anador (*Justicia pectoralis sp*), Carqueja (*Baccharis trimera*) e Guaco (*Mikania glomerata*) são nativas do Brasil. Destas plantas *Baccharis trimera*, *Maytenus ilicifolia* e *Mikania glomerata* compõem a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME), sendo as folhas indicadas para uso. Quanto à transmissão dos conhecimentos e uso das plantas verificamos que ocorre através de rodas de conversas juntamente com o uso de outra planta medicinal, o *Ilex paraguariensis* que é utilizada no chimarrão. A multiplicidade de usos de algumas das espécies mencionadas demonstra o etnoconhecimento da população, o que resulta no registro desse conhecimento, adquirido no contato direto com o ambiente em que vivem, relevante contribuição para a preservação da biodiversidade.

Palavras-chave: Plantas medicinais; Práticas populares; Santa Catarina.

Abstract

¹ Mestre em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente pela Universidade de Araraquara (UNIARA) Araraquara, São Paulo, Brasil.

² Docentes e Pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara (UNIARA) Araraquara, São Paulo, Brasil.

³ Docente e Pesquisador da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Sorocaba, São Paulo, Brasil

The use of medicinal plants in health recovery has evolved over time, used by primitive man, up to the most sophisticated technological forms adopted by modern man. They represent an important tool in health promotion in many regions of Brazil, and are also being investigated in the state of Santa Catarina. The purpose of this study was to carry out a survey of the plants and their medicinal use, with the residents of the municipality of Bandeirante-SC. During the period from January to July 2019, a sample of 40 people were interviewed, chosen by the technique known as snowball (snowball sampling), using a structured interview script, with open and closed questions, which addressed data related to the characteristics personal information such as age, education, length of residence in the municipality and the use of plants as medicine by residents. The interviewees mentioned 40 species distributed in 18 families and Lamiaceae (11), Asteraceae (09) were the ones with the highest number of species. The most mentioned plants like Gervão (*Stachytarpheta cayennensis*), Horsetail (*Equisetum hiemale*), Mentinha (*Hyptis atrorubens*), Breaking Stone (*Phyllanthus niruri*), Cancorosa (*Maytenus ilicifolia*), Macela (*Egletes viscosa*), Anador (*Justicia pectoralis*) *Baccharis trimera* and Guaco (*Mikania glomerata*) are native to Brazil. Of these plants *Baccharis trimera*, *Maytenus ilicifolia* and *Mikania glomerata* make up the National List of Essential Medicines (RENAME), the leaves being suitable for use. As for the transmission of knowledge and use of plants, we verified that it occurs through conversation wheels together with the use of another medicinal plant, *Ilex paraguariensis*, which is used in chimarrão. The multiplicity of uses of some of the mentioned species demonstrates the population's ethno-knowledge, which results in the recording of this knowledge, acquired in direct contact with the environment in which they live, a relevant contribution to the preservation of biodiversity.

Keywords: Medicinal plants; Popular practices; Santa Catarina

INTRODUÇÃO

As plantas têm sido utilizadas pelo homem há milhares de anos e continuam tendo o seu valor não apenas nas comunidades tradicionais como também são objetos de estudos interdisciplinares na busca de novos fármacos (MACEDO et al., 2002).

Para que uma planta seja caracterizada como medicinal e possa ser utilizada como fitoterápico, é necessário que ela possua em um ou vários de seus órgãos, substâncias que possam ser empregadas para fins terapêuticos, ou seja, precursoras de substâncias utilizadas para tais fins (AMOROZO, 2002).

Apesar das plantas medicinais já fazerem parte da cultura popular, nas últimas décadas o interesse pela Fitoterapia teve um aumento considerável entre usuários. Desde então, a Organização Mundial da Saúde tem expressado a sua posição a respeito da necessidade de valorizar a utilização de plantas medicinais no âmbito sanitário e na atenção básica à saúde (ROSA et al., 2011).

Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), 80% da população mundial dependem da medicina tradicional para atender às suas necessidades básicas de tratamento de saúde. Obstante essa história e riqueza socioambiental, no Brasil não se utiliza esse recurso terapêutico em todo o seu potencial. Na Alemanha, os fitoterápicos estão em 30% das receitas médicas. No Brasil, esse total não chega a 5% (ALMANAQUE BRASIL SOCIOAMBIENTAL, 2005).

A degradação ambiental e a intrusão de novos elementos culturais acompanhados pela desagregação dos sistemas de vida tradicionais ameaçam, além de

um acervo de conhecimentos empíricos, um patrimônio genético de valor inestimável para as futuras gerações (AMOROZO; GELY, 1988).

Outra ameaça deve-se ao fato da pesquisa científica sobre plantas, utilizadas por comunidades tradicionais brasileiras, ser recente, sendo assim, pouco documentada, aliada à forma delicada como este conhecimento é mantido, através da tradição oral (PINTO et al., 2006).

Segundo Brasileiro et al., (2008), o estudo de plantas medicinais, a partir de seu emprego pelas comunidades, pode fornecer informações úteis para a elaboração de estudos farmacológicos, fitoquímicos e agrônômicos sobre estas plantas, com grande economia de tempo e dinheiro. Desta forma, podemos planejar a pesquisa a partir de conhecimento empírico já existente, muitas vezes consagrado pelo uso contínuo, que deverá ser testado em bases científicas.

Os recursos da biodiversidade são fundamentais para o desenvolvimento econômico, social e cultural das sociedades humanas. A cultura tradicional das populações deve ser estudada, protegida e valorizada, pois com isso torna-se maior a probabilidade de assegurar os serviços ambientais dos ecossistemas naturais, combinando a manutenção da cobertura vegetal e a melhoria da qualidade de vida do homem nas áreas onde vivem (DIEGUES, 2000).

O uso de plantas com o objetivo de tratamento de enfermidades pode estar associado à comprovação de sua eficácia, com o uso popular. O referencial de conhecimento aqui utilizado é tradicionalmente construído com outros saberes, embora distintamente particularizado como medicina popular. Suas propriedades são constantemente validadas por experiências e saberes passados de geração para geração e, na maioria das vezes, transmitidas oralmente (MACHADO, 2009).

O uso popular de plantas medicinais são o que muitas comunidades têm como alternativa viável para o tratamento de doenças ou manutenção da saúde. Portanto, este trabalho teve como objetivo realizar um estudo similar das espécies utilizadas para fins medicinais pelo Município de Bandeirante-SC.

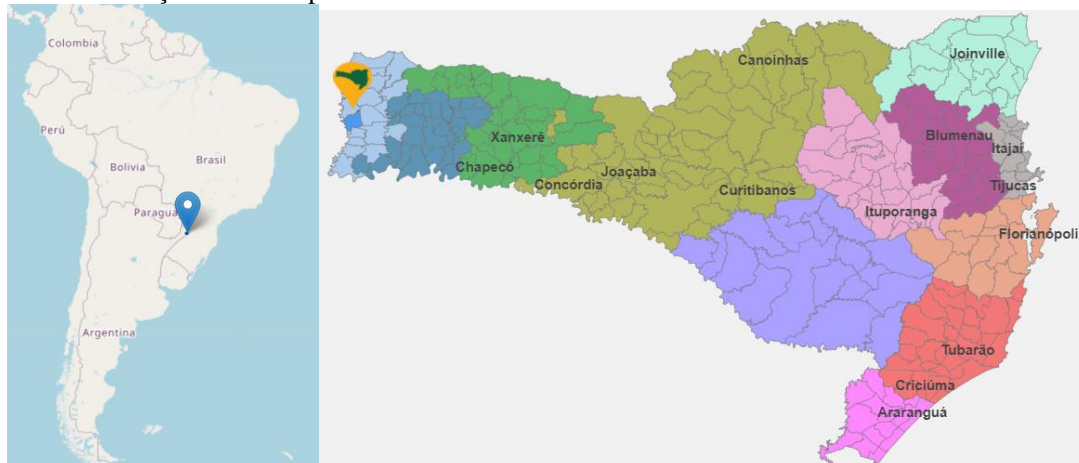
METODOLOGIA

Espaço da pesquisa

O município de Bandeirante está localizado na microrregião de São Miguel do Oeste, na mesorregião do Oeste Catarinense, sendo Município de faixa de fronteira, ao norte noroeste faz divisa com o Município de Paraíso, ao sul com o Município de Belmonte e a vizinha República Federativa da Argentina, ao leste com o Município-mãe São Miguel do Oeste, ao sudeste com o Município de Descanso e ao oeste com a República Federativa da Argentina, pela Província de Misiones (BANDEIRANTE, 2018) (Figuras 1).

O Município de Bandeirante-SC foi selecionado para esse estudo, pois o uso de plantas medicinais é uma prática normalmente utilizada pelos moradores, que possuem uma forte relação com essa vegetação local.

Figura 1- Localização do município Bandeirante-SC



Fonte: (BANDEIRANTE, 2018, <http://www.mapnall.com/pt/>).

Coleta dos dados

Na seleção dos entrevistados foi utilizada a técnica conhecida como bola de neve (snowball sampling) que é um método que não se utiliza de um sistema de referências, mas sim de uma rede de amigos dos membros existentes na amostra (GOODMAN, 1961; SPREEN, 1992).

Com o objetivo de obter informações de cada entrevistado, optou-se por utilizar o modelo de entrevista estruturada com a elaboração de um roteiro com perguntas fechadas e diretas. Abordando dados referentes às características pessoais como idade, escolaridade, tempo de residência no município e a utilização das plantas. Ainda, em relação aos dados sobre o uso dos vegetais utilizados como remédio pelos moradores do município de Bandeirante-SC, foi elaborado outro roteiro para a catalogação das plantas medicinais usadas pelos informantes, contendo questões diretas, abertas e fechadas, onde os entrevistados puderam relatar os seus conhecimentos empíricos sobre o uso das plantas medicinais encontradas na região (Anexo A).

O roteiro estruturado com questões abertas e fechadas utilizado foi baseado em Alonso e Sossae (2011) onde abordam dados referentes às características pessoais como idade, escolaridade, tempo de residência no município e a utilização das plantas como remédio.

A pesquisadora informou e esclareceu que ao participarem da pesquisa não sofreram danos físicos, psíquico, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual, e ainda, com o intuito de assegurar a confidencialidade e a privacidade das identidades dos participantes e das informações, os seus nomes serão substituídos pela letra E seguido por numeração. Posteriormente, os participantes que concordaram em participar da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), onde consta a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar.

Ainda, cada participante foi informado sobre a liberdade de não responder as questões ou interromper a entrevista quando lhe convier e a qualquer momento. Também, foi ressaltado que a participação permitirá realizar um resgate histórico do uso das plantas pela comunidade, e ainda, um registro científico e inédito do uso de plantas com fins medicinais no município.

Durante as visitas nas casas foram utilizadas as técnicas de observações participantes através de entrevistas com os moradores, tendo como finalidade verificar a maneira como utilizam as plantas como remédio e a linguagem que eles utilizam para se

referirem aos vegetais mencionados (KOTTAK, 1994 apud FONSECA – KRUEL e PEIXOTO, 2004). E foram observados, ao longo da entrevista, sinais verbais e não verbais de desconforto dos informantes e caso isso ocorresse, a entrevista seria interrompida imediatamente.

As visitas com o objetivo de realizar as entrevistas foram previamente agendadas e com o consentimento dos informantes foi realizado o registro fotográfico das plantas utilizadas com fins medicinais, mencionadas pelos mesmos.

O trabalho foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética processo 18902619.0.0000.5383.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Caracterização dos Entrevistados

No período de janeiro de 2020 a julho de 2020, foram entrevistadas 40 pessoas, moradores do município de Bandeirante-SC.

Sendo 97% do sexo feminino (39) e 3% do sexo masculino (1), onde todos fazem uso da medicina alternativa através da própria planta ou de medicamentos naturais.

Dos 40 entrevistados, todos utilizam as plantas como medicamentos. Sendo que estes foram escolhidos pela amostragem bola de neve um indica o outro (VINUTO, 2014) no intuito de coletar o maior número possível de informações e analisar se realmente fazem uso da medicina caseira, contribuindo assim, com levantamento e registros de plantas medicinais mais utilizadas como forma alternativa de tratamento de doenças mais corriqueiras.

A faixa etária dos entrevistados foi agrupada para facilitar a análise dos dados e o resultado obtido foi que 1 pessoa (2%) possui até 24 anos; 2 (5%) de 25 a 34 anos; 8 (20%) de 35 a 44 anos; 7 (17%) de 45 a 54 anos; 9 (23%) de 55 a 64 anos; 5 (13%) de 65 a 74 anos; mais de 75 anos 8 (20%).

Dos 40 entrevistados 3 (7%) são analfabetos; 6 (15%) possui Ensino Fundamental (1ª a 4ª série) incompleto; 12 (30%) possui Ensino Fundamental (1º a 4º série) Completo; 3 (8%) Ensino Fundamental (5ª a 8ª série) incompleto; 4 (10%) possui Ensino Fundamental (5ª a 8ª série) Completo; 6 (15%) 2º Grau Completo e 6 (15%) o Ensino superior.

Dos entrevistados, 7% nasceram no Município e são descendentes de imigrantes italianos que foram fundadores da cidade que se fixaram mantendo as suas tradições, enquanto que de os outros 93% dos informantes são oriundos de cidades vizinhas e outros estados (Tabela 1).

Os dados pessoais dos entrevistados como a nacionalidade; cidade onde o pai nasceu; cidade onde a mãe nasceu; como aprendeu a utilizar as plantas como remédio; se repassar seu conhecimento a outras pessoas? Como e para quem? foram analisados e organizados na Tabela 1.

Constatou-se que 100% dos entrevistados é de nacionalidade brasileira, os pais e as mães dos entrevistados são de demais localidades e estados, sendo que o pai de um entrevistado é da Hungria (este vindo fugido para o Brasil, se instalando no Rio Grande do Sul e migrando para o Oeste Catarinense).

Esta pesquisa também detectou a importância da transmissão oral dos conhecimentos de geração para geração, pois a maioria das famílias consumidoras (90%) afirmou ter aprendido com parentes mais velhos, como avós sobre a importância das plantas medicinais e as formas de preparo destas, geralmente através de rodas de conversas tomando o chimarrão que é feito com outra planta medicinal, o *Ilex*

paraguariensis. Essa transferência de conhecimentos de geração para geração já foi notada por Albuquerque (1999) em estudo realizado com descendentes culturais do africano no Brasil (Tabela 1).

Dos entrevistados, 7% nasceram no Município e são descendentes de imigrantes italianos que foram fundadores da cidade que se fixaram mantendo as suas tradições, enquanto que os outros 93% dos informantes são oriundos de cidades vizinhas e outros estados.

Tabela 1 - Nacionalidade e conhecimento dos entrevistados pertencentes ao Município de Bandeirante/SC.

E	Nacionalidade	Origem do pai	Origem da mãe	Como aprendeu a utilizar as plantas como remédio	Troca de conhecimento
E1	Brasileira	Hungria	Horizontina/RS	Mãe	Para vizinhos
E2	Brasileira	Antônio Prado/RS	Romelândia/SC	Livro de plantas medicinais	Rodas de conversas.
E3	Brasileira	Taquara/RS	Bandeirante/SC	Mãe	Rodas de conversas.
E4	Brasileira	Braga/RS	Bandeirante/SC	Mãe	Para os familiares
E5	Brasileira	Guarujá Sul/SC Do	Guaraciaba/SC	Mãe	Não repassa
E6	Brasileiro	Antônio Prado/RS	Bandeirante/SC	Mãe	Para as filhas
E7	Brasileira	Antônio Prado/RS	Antônio Prado/RS	Mãe	Para os vizinhos
E8	Brasileira	Bandeirante/SC	Bandeirante/SC	Mãe	Para os vizinhos
E9	Brasileira	Paraíso/SC	Paraíso/SC	Mãe	Para as filhas
E10	Brasileira	Encantado/RS	Três Passos/RS	Mãe	Para frequentadores de sua casa
E11	Brasileira	Itá/SC	Itá/SC	Mãe	Para filhas e noras.
E12	Brasileira	Muçum/RS	Muçum/RS	Mãe	Para vizinhos
E13	Brasileira	Mortugaba/BA.	Teófilo Otoni/MG	Mãe e a sogra	Para filhos
E14	Brasileira	Novo Hamburgo/RS	Novo Hamburgo/RS	Palestras.	Para vizinhos e familiares
E15	Brasileira	Encantado/RS	Encantado/RS	Mãe	Rodas de conversas.
E16	Brasileira	Antônio Prado/RS	Antônio Prado/RS	Cursos	Rodas de conversas.
E17	Brasileira	Encantado/RS	São Miguel Do Oeste/SC	Mãe	Rodas de conversas.
E18	Brasileira	Nova Roma/RS	Nova Roma/RS	Mãe, palestras, vizinhos.	Para frequentadores de sua casa
E19	Brasileira	Ibirubá/RS	São José Do Hortêncio/RS	Mãe	Para vizinhos e familiares
E20	Brasileira	Guaporé/RS	Guaporé/RS	Mãe	Rodas de conversas.
E21	Brasileira	Guaporé/RS	Guaporé/RS	Mãe, livros e cursos.	Rodas de conversas.

E22	Brasileira	Flores Da Cunha/RS	Flores Da Cunha/RS	Mãe e cursos.	Para filhas e vizinhos
E23	Brasileira	Arco Verde/RS	Arco Verde/RS	Cursos e palestras.	Rodas de conversas.
E24	Brasileira	São Sebastião Do Caí/RS	São Sebastião Do Caí/RS	Mãe	Rodas de conversas.
E25	Brasileira	Monte Negro/RS	Monte Negro/RS	Cursos, com sua mãe, sogra e avó.	Rodas de conversas.
E26	Brasileira	Aratiba/RS	Aratiba/RS	Mãe e em cursos.	Para seus alunos e familiares.
E27	Brasileira	Lageado/RS	Lageado/RS	Mãe	Rodas de conversas.
E28	Brasileira	Monte Negro/RS	Foz Do Iguaçu/PR	Mãe	Rodas de conversas.
E29	Brasileira	Lageado/RS	Lageado/RS	Mãe e em cursos.	Para filhos.
E30	Brasileira	Encantado/RS	Encantado/RS	Mãe	Para filhas e rodas de conversas.
E31	Brasileira	Putinga/RS	Putinga/RS	Mãe	Rodas de conversas.
E32	Brasileira	Campo Novo/RS	Campo Novo/RS	Mãe	Rodas de conversas.
E33	Brasileira	Várzea Grande/RS	Várzea Grande/RS	Mãe	Para filhas e em rodas de conversas.
E34	Brasileira	Flores Da Cunha/RS	Flores Da Cunha/RS	Cursos e Palestras	Para filhos.
E35	Brasileira	Porto Alegre/RS	Porto Alegre/RS	Mãe, avó e sogra.	Rodas de conversas.
E36	Brasileira	Nova Brescia/RS	Nova Brescia/RS	Mãe e sua avó.	Para filhos e vizinhos.
E37	Brasileira	Iporã Do Oeste/S	Iporã Do Oeste/SC	Mãe	Para filha.
E38	Brasileira	Nova Brescia/RS	Nova Brescia/RS	Avó	Rodas de conversas.
E39	Brasileira	São Miguel Do Oeste/SC	Campo Bom/RS	Mãe	Rodas de conversas.
E40	Brasileira	Flores Da Cunha/RS	Flores Da Cunha/RS	Mãe e pastoral da saúde do município.	Rodas de conversas.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.

No município de Bandeirante-SC, os informantes com idade acima de 35 anos (Tabela 1) totalizando 37 entrevistados, citaram mais plantas que os demais entrevistados. O grau de escolaridade interfere nas plantas citadas, os mais velhos e com menos grau de instrução, carregam saberes herdados de sua mãe e suas avós repassando esses com mais facilidade, enquanto 3 (três) entrevistados, com menos de 34 anos, têm conhecimento, mas precisam do auxílio da mãe e das avós para identificar algumas plantas, bem como a forma de preparo, mostrando que a tradição familiar é transmitida através de gerações.

Plantas Mediciniais Utilizadas pelos moradores do Município de Bandeirante – SC

Durante as entrevistas foi possível, através do diálogo, constatar que os moradores do município, utilizam plantas medicinais introduzidas na região e que

cultivam esses vegetais em hortas, jardins e canteiros. Mencionaram ainda, suas decepções ao relatarem que a vegetação local se encontra um pouco escassa. Esse desmatamento, segundo os moradores, ocorreu devido à ocupação do homem que para construir suas moradias e para implantação da agricultura e da pecuária, provocou queimadas e a retirada de plantas que formavam essa vegetação.

Constatou-se que todos os entrevistados fazem as coletas das plantas medicinais no seu quintal, canteiro e horta e que, quando há necessidade de uma planta, não existente no quintal de um morador, ela pode ser suprida, muitas vezes, pelo vizinho que a cultiva, revelando assim a troca de informações entre os entrevistados, que contribui para ampliar o espectro de espécies utilizadas medicinalmente.

Hanazaki et al., (2006), Pasa et al., (2005), Kumar e Nair (2004) destacam a relevância das áreas de quintais na manutenção de coleções de espécies medicinais. As plantas medicinais encontradas nos quintais do presente estudo compreendem: plantas nativas, introduzidas - oriundas de compra, coleta, trocas de mudas e doação - e naturalizadas, independentes de cultivo. Entre as plantas naturalizadas incluem-se as espécies espontâneas ou daninhas, porém mantidas nos quintais em função de suas propriedades medicinais.

Não obstante, os quintais representam também espaços de sociabilidade, de troca de saberes e de material genético, através da doação de mudas e sementes. Segundo Santos et al., (2013) esta característica garante a reprodução genética e do etnoconhecimento associado.

Nas visitas e entrevistas, os informantes citaram as plantas pelos nomes populares, sendo que, através do material coletado, foi possível realizar uma comparação com a bibliografia para obter o nome científico (Tabela 2), para isto, consultou-se os seguintes autores: Rodrigues; Carvalho (2001); Faria (1998); Lorenzi; Matos (2008), que possibilitou a identificação dos nomes científicos de cada espécie, garantindo a eficácia na obtenção correta da planta. Baseado nos nomes populares das plantas relatadas pelos informantes, foi constatado que estes variam de região para região podendo causar confusões e riscos no consumo de uma planta errada, ou seja, “usar uma pensando que é outra”. Por isso, é necessário ressaltar a importância da identificação da planta estudada para evitar esse tipo de problema.

Os moradores mencionaram 40 espécies que estão distribuídas em 18 famílias e as que apresentaram maior número de espécies foram Asteraceae (09), Lamiaceae (11), Verbenaceae (2), Boraginaceae (1), Plantaginaceae (1), Rutaceae (1), Liliaceae (1), Apiaceae (1), Euphorbiaceae (1), Equisetaceae (1), Celastraceae (2), Acanthaceae (1), Zingiberaceae (1), Moringaceae (1), Umbelliferae (1), Amaryllidaceae (1) Anonaceae (1), Malvaceae (1) (Tabela 2).

De acordo com os dados, os entrevistados utilizam predominantemente plantas exóticas cultivadas, sendo que Gervão (*Stachytarpheta cayennensis*), Cavalinha (*Equisetum hiemale*), Mentinha (*Hyptis atrorubens*), Quebra Pedra (*Phyllanthus niruri*), Cancorosa (*Maytenus ilicifolia*), Macela (*Egletes viscosa*), Anador (*Justicia pectoralis* sp), Carqueja (*Baccharis trimera*), Guaco (*Mikania glomerata*) são nativas do Brasil (Tabela 3). Destas plantas nativas apenas *Baccharis trimera*, *Maytenus ilicifolia* e *Mikania glomerata* são nativas do bioma Mata Atlântica segundo levantamento do número de publicações a partir dos nomes científicos, na base de dados eletrônica CAB Abstract, de 1990 a 2011 realizado por Ming et al., (2012).

Ainda, as plantas *Maytenus ilicifolia*, *Mikania glomerata* e *Mentha piperita*, citadas pelos entrevistados, compõem a RENAME, sendo as folhas indicadas para o uso.

Entre os espécimes introduzidas e naturalizadas ocorreu predomínio das famílias Asteraceae (09) e Lamiaceae (11). Muitas destes espécimes são historicamente cultivadas em quintais, cujo uso tem sido reproduzido ao longo dos tempos, como *Artemisia absinthium*, *Artemisia alba*, *Artemisia vulgaris*, *Achillea millefolium*, *Rosmarinus officinalis*, *Mentha spp.*, *Plectranthus barbatus* (Tabela 2). O predomínio das famílias Asteraceae e Lamiaceae também foi registrado por Amorozo et al., (2001) no Estado do Mato Grosso (ZANK et al., 2012) no litoral de Santa Catarina (ALMEIDA et al., 2012) no nordeste brasileiro.

De acordo com Cronquist (1981), a Lamiaceae que foi a mais citada; é importante devido à produção de óleos essenciais e de conhecida atividade bacteriostática.

A família Asteraceae é uma das mais bem sucedidas entre as Angiospermas por apresentar muitas espécies herbáceas e serem encontradas em locais ensolarados. São ricas em lactonas sesquiterpênicas e óleos essenciais. As lactonas formam um grupo de substâncias que possuem atividades antitumorais; e os óleos essenciais têm atividades bactericidas (RODRIGUES et al., 1979; LADEIRA, 2002).

Tabela 2 - Famílias e espécies citadas pelos entrevistados pertencentes ao Município de Bandeirante/SC.

Nome popular	Nome científico	Família	*PU	Indicações	Formas de Preparo
Catinga de mulata	<i>Tanacetum vulgare</i> L.	Asteraceae	F	Cólica, má digestão, pressão alta.	Chá
Erva Cidreira	<i>Lippia alba</i> Mill.	Verbenaceae	F	Pressão alta, calmante, relaxante, febre, gripe, limpar o sangue.	Chá
Hortelã	<i>Mentha piperita</i> L.	Lamiaceae	F	Gripe, digestão, calmante, tosse.	Chá
Losna	<i>Artemisia absinthium</i> L.	Asteraceae	F	Dor de estômago, má digestão, enjoo.	Chá
Menta	<i>Mentha sp.</i>	Lamiaceae	F	Dor de barriga.	Chá
Mentinha	<i>Hyptis atrorubens</i> Poit.	Lamiaceae	F	Calmante.	Chá
Poejo	<i>Mentha puleguim</i> L.	Lamiaceae	F	Calmante, cólica, gripe.	Chá
Pulmonaria	<i>Pulmonaria officinalis</i> L.	Boraginaceae	F	Gripe.	Chá
Tanchagem	<i>Plantago major</i> L.	Plantaginaceae	F	Anti-inflamatório,	Chá
Poejo	<i>Mentha puleguim</i> L.	Lamiaceae	F	Calmante, cólica, gripe.	Chá
Arruda	<i>Ruta graveolens</i> L.	Rutaceae	F	Dor de estômago, cólica, dor de cabeça, má digestão.	Chá
Manjerona	<i>Origanum majorana</i> L.	Lamiaceae	F	Verme, cólica, calmante, espasmo, dor de barriga.	Chá
Boldo	<i>Vernonia condensata</i> Backer	Asteraceae	F	Fígado, má digestão, dor de estômago.	Chá
Babosa	<i>Aloe vera</i> L.	Liliaceae	F	Problemas de	Compress

				pele, cicatrizante, azia, má digestão.	a
Funcho	<i>Foeniculum vulgare</i> Mill.	<i>Apiaceae</i>	F	Descer o leite, dor de cabeça, cólica, dor de barriga, febre.	Chá
Gervão	<i>Stachytarpheta</i> <i>cayennensis</i> Rich	<i>Verbenaceae</i>	F	Má digestão.	Chá
Quebra Pedra	<i>Phyllanthus niruri</i> L.	<i>Euphorbiaceae</i>	F	Rim.	Chá
Alcachofra	<i>Cynara scolymus</i> L.	<i>Asteraceae</i>	F	Dor de estômago, pressão alta, colesterol, diabete.	Chá
Salvia	<i>Salvia officinalis</i> L.	<i>Lamiaceae</i>	F	Tosse, gripe, pulmão.	Chá
Cavalinha	<i>Equisetum hiemale</i> L.	<i>Equisetaceae</i>	F	Rim, diurético, bexiga.	Chá
Cancorosa	<i>Maytenus ilicifolia</i> (Schrad.) Planch.	<i>Celastraceae</i>	F	Rim, estômago, limpar o sangue.	Chá
Bardana	<i>Arctium lappa</i> L.	<i>Asteraceae</i>	F	Ovário, útero.	Chá
Melissa	<i>Melissa officinalis</i> L.	<i>Verbenaceae</i>	F	Cólica, calmante.	Chá
Macela	<i>Egletes viscosa</i> L.	<i>Asteraceae</i>	F	Estômago, dor de cabeça.	Chá
Anador	<i>Justicia pectoralis</i> sp	<i>Acanthaceae</i>	F	Dor de cabeça.	Chá
Alecrim	<i>Rosmarinus officinalis</i> L.	<i>Labiatae</i>	F	Queda de cabelo.	Banho
Gengibre	<i>Zingiber</i> <i>officiinale</i> Roscoe	<i>Zingiberaceae</i>	F	Infecção de garganta.	Chá
Espinheira Santa	<i>Maytenus ilicifolia</i> Mart. ex Reissek	<i>Celastraceae</i>	F	Estômago.	Chá
Carqueja	<i>Baccharis trimera</i> (Less.) DC	<i>Asteraceae</i>	F	Azia.	Chá
Camomila	<i>Matricaria recutita</i> L.	<i>Asteraceae</i>	F	Dor de estômago.	Chá
Graviola	<i>Anona muricata</i> L.	<i>Anonaceae</i>	F	Câncer, diabete, cicatrizante, estômago, colesterol.	Chá
Moringa oleifera	<i>Moringa oleifera</i> Lam.	<i>Moringaceae</i>	F	Imunidade baixa.	Chá
Guaco	<i>Mikania glomerata</i> Sprengel.	<i>Asteraceae</i>	F	Gripe, tosse.	Chá
Erva Doce	<i>Foeniculum vulgare</i> Mill.	<i>Umbelliferae</i>	F	Dor de cabeça.	Chá

Malva	<i>Malva sylvestris</i> L.	<i>Malvaceae</i>	F	Bexiga, inflamação	Chá
Confrei	<i>Symphytum officinale</i> L.	<i>Boraginaceae</i>	F	Inflamação na pele	Banho
Dente de alho	<i>Allium sativum</i> L.	<i>Amaryllidaceae</i>	F	Fígado	Chá
Orégano	<i>Origanum vulgare</i> L.	<i>Lamiaceae</i>	F	Tosse	Chá

*(E) pertencentes ao Município de Bandeirante/SC com os respectivos nomes popular e científico; família; parte usada – PU (R = raiz, C = caule, F = folha, Fl = Flor, Fruto = Fr, S = Semente, Pa = parte aérea, Pt = Planta toda, Se = seiva); Indicações e Forma de preparo.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.

Baseado nos nomes populares das plantas relatadas pelos informantes, foi constatado que estes variam de região para região podendo causar confusões e riscos no consumo de uma planta errada, ou seja, “usar uma pensando que é outra”. Por isso, é necessário ressaltar a importância da identificação da planta estudada para evitar esse tipo de problema. No nosso estudo verificamos que alguns entrevistados utilizam erva-cidreira (*Cymbopogon citratus*), mas a verdadeira erva cidreira é considerada a *Melissa officinalis* L. pertencente à família Lamiaceae (Tabela 2). Outro aspecto com relação aos vários nomes de plantas, que foram citados pelos informantes é que muitos são idêntico a nome de aos “fantasia” de remédios alopáticos, usados rotineiramente, como o anador, cujos efeitos sugerem alguma similaridade química com os medicamentos sintéticos, fato este que ainda necessita de estudos para a sua validação.

Modo de preparo das Plantas Medicinais Utilizadas pelos moradores do Município de Bandeirante – SC

No que diz respeito ao preparo, as folhas foram as partes mais citadas durante as entrevistas. Sendo folhas soltas, inteiras e frescas, pois garantem melhor qualidade e sabor ao chá. O predomínio das folhas como parte utilizada de plantas medicinais também foi registrado em comunidade rural no Estado do Rio de Janeiro (MEDEIROS et al., 2004), em duas comunidades rurais na Bahia (PINTO et al., 2006), em comunidades de pescadores no litoral de Santa Catarina (MERÉTIKA et al., 2010). A maior disponibilidade de folhas ao longo do ano pode estar relacionada a predileção pelo uso das folhas.

Dados que corroboram com a pesquisa de Borges et al. (2008), a preferência pela folha em 38% dos casos levantados, e que representavam a maioria dos entrevistados. A prática mais comum de preparação relatada foi a infusão, em quase 70% dos casos, e a decocção, nos 30% restantes. Esse resultado também foi observado por Arnous et al. (2005) que verificaram que 75,2% dos indivíduos entrevistados confirmaram a preferência pela infusão como forma de preparo das plantas medicinais.

Nos depoimentos sobre plantas que possuem valor medicinal, os entrevistados possuem ótimo conhecimento sobre as plantas medicinais, em termos de reconhecimento e forma de preparação. Isto revela a interação cultural com a biodiversidade vegetal presente na região.

Dispuseram também de receitas caseiras, as quais são preservadas até hoje e têm um importante significado, por terem sido transferidas pelas suas mães e avós (Tabela 3).

Tabela 3 - Receitas utilizadas pelos entrevistados: finalidade, dose e modo de preparo relatado pelos entrevistados pertencentes ao Município de Bandeirante/SC.

E	Receitas mais importantes
E1	Cidreira: ferver 1l. de água, adicionar 5 folhas. Ferver por 3 minutos, desligar o fogo e tampar. Beber morno para pressão alta.
E2	Simpatia: aconselha-se não misturar variedades de chá para beber.
E3	Graviola: 5 a 8 folhas, 1l. de água. Deixar por 5 minutos na água fervente e depois substituir por água. Para colesterol. Bugre: 5 folhas, 1l. de água. Deixar por 5 minutos em água fervente. Substituir por água. Para emagrecer.
E4	Cidreira: ferver 200 ml de água, acrescentar 3 folhas de cidreira. Tampar, deixar esfriar e adoçar. Calmante para crianças.
E5	Cidreira: ½ de água fervente, acrescentar 4 folhas. Tampar e beber morno (pode ser adoçado). Para febre, calmante e relaxante.
E6	Hortelã: 1 xícara de água, 5 folhas. Ferver a água, desligar o fogo, acrescentar as folhas e tampar. Calmante.
E7	Pulmonária: 2 brasas, 1 colher de sopa de açúcar, 2 folhas. Acrescentar água fervente e beber. Para gripe.
E8	Losna: esmagar 3 folhas em um copo de água (200 ml). Dor de estômago.
E9	Losna: esmagar 4 folhas em um copo de água (200 ml). Dor de estômago.
E10	Babosa: cortar a babosa em pequenos pedaços e beber um por dia. Para corrimento vaginal.
E11	Simpatia - Manjerona: 3 folhas, 200 ml de água. Preparar o chá às 18h, hora “da Ave Maria”. Macela e casca de laranja: preparar o chá de macela e acrescentar a casca de laranja. Não beber o chá se estiver tomando remédio, isso serve para todas variedades.
E12	Losna: esmagar 1 folha e acrescentar 200 ml de água gelada. Para dor no estômago.
E13	Babosa: 0,500 kg de mel, 3 folhas de babosa. Bater no liquidificador com 2 colheres de sopa de cachaça. Para dor de estômago.
E14	Mentinha: 100g de folhas, ½ de água. Ferver a água e colocar sobre as folhas e tampar. Beber morno para gripe.
E15	Salvia: ferver 200 ml de água, acrescentar uma colher de sopa de mel e beber. Para gripe. Boldo: esmagar uma folha em 200 ml de água gelada. Para dor de estômago.
E16	Âncora: 200 ml de água e 1 folha da planta. Bater no liquidificador e beber. Para o câncer.
E17	Hortelã: Ferver 200 ml de água, acrescentar 5 folhas e 1 colher de sopa de açúcar mascavo. Para gripe
E18	Alcachofra: 200 ml de água gelada, acrescentar 5 folhas e deixar por 5 minutos. Para pressão alta.
E19	Cancorosa: 10 folhas, 1l. de água. Deixar por 15 minutos na água fervida. Cavalinha: 10g em 1l. de água. Alcachofra: Aconselha secar as folhas. Para dor de estômago.
E20	Amora miura: 2 colchas de sopa das folhas secas, 1l de água fervente. Deixar descansar por 5 minutos. Coar e deixar na geladeira para beber. Melhora o funcionamento do fígado e rins, ajuda a emagrecer, combate a pressão alta, ajuda a diminuir o colesterol, reduz os sintomas da menopausa.
E21	Salsa: 1l. de água, 10 folhas. Ferver por 15 minutos, adicionar as folhas e beber. Para Rim e bexiga.
E22	Dor de estômago: 1/2 de água, 1 folha de graviola, 1 folha de tanchagem, 1 folha de carqueja. Ferver a água por 15 minutos, adicionar as folhas e beber.
E23	Olina caseira: 8 colheres de sopa das folhas picadas de boldo, carqueja, macela, losna, catinga de mulata, alecrim, cacorosa, serralha, tanchagem, dente de leão, poejo, alcachofra e louro. Lavar, cortar e secar bem. Colocar em vidros com cachaça de alambique, deixar macerar por 21 dias em local escuro. Coar e colocar em vidros escuros.
E24	Cidreira: 2 garrafas de cerveja preta, 5 folhas de cancorosa, 3 folhas de confrei. Deixar a cerveja aberta por 1 dia na geladeira. Ferver com as folhas e beber depois de frio. Para limpar o sangue.
E25	Coração de banana: colocar em 1l. de água fria uma folha de coração de banana. Beber

	para o coração.
E26	Graviola: 3 folhas, 1l. de água. Deixar por 3 minutos na água fervente. Beber frio para inflamação.
E27	Funcho: ½ água, 2 colheres de chá de funcho, 1 colher de chá de açúcar. Beber depois de frio para cólica e dor de barriga.
E28	Macela: 100 g da planta, uma xícara de água fervente. Deixar agir por 5 minutos, coar e beber morno. Para dor de cabeça e dor de estômago.
E29	Moringa oleífera: encher um vidro com as plantas, preencher com álcool de cereais. Deixar por 3 dias. Coar e beber. Para problemas digestivos.
E30	Graviola: 4 folhas de graviola, 1 pedaço de casca do ypê roxo, Ferver durante 5 minutos em 1 l. de água. Beber gelado.
E31	Hortelã: 3 folhas, 1 xícara de água fervente. Deixar por 5 minutos, coar e beber. Para verme.
E32	Chá para amarelão: 5 folhas de lima, 3 raízes de picão, 1 ½ de água, ½ xícara de açúcar, 2 folhas de catinga de mulata, 10 folhas de hortelã. Ferver tudo durante 5 minutos. Coar, colocar na geladeira e beber duas vezes ao dia.
E33	Salvia para gripe e tosse: ferver a água e despejar sobre a brasa, açúcar e as folhas.
E34	Chá milagroso para o fígado e o estômago: deixar as folhas na água fervente e beber gelado.
E35	Folha de laranjeira para prisão de ventre: ferver 2 folhas em 500ml de água. Beber morno.
E36	Babosa para Detox: 1 folha em 200ml de água, deixar no copo por 12h (uma noite) e beber.
E37	Gengibre para garganta: limão, mel e água não ferventes.
E38	Orégano para tosse: ferver a água, adicionar as folhas e beber.
	Losna para estômago: deixar no álcool por 60 dias e tomar em gotas para o estômago.

(E) entrevistados pertencentes ao Município de Bandeirante/SC.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

Nas receitas disponibilizadas, a cidreira (*Cymbopogon citratus*) foi citada pelos E1, E4, E5 e E24, utilizando-se das folhas frescas, sendo indicados geralmente para pressão alta, febre, calmante e relaxante (Tabela 3).

A losna (*Artemisia absinthium*) foi mencionada pelos E8, E9 e E12, como sendo utilizada para má digestão, dor de estômago e enjoo. Cabe ressaltar que é uma planta amplamente difundida para uso em problemas digestivos.

Em relação ao modo de preparo, verificou-se que as plantas medicinais podem ser usadas de diversos modos, mas de acordo com o relato dos informantes o uso na forma de chás, e por infusão, predominou 92% (Tabela 2).

Segundo Alonso (2001), chá por infusão é indicado quando usamos partes das plantas junto com a água. E por decocção, é indicada quando usamos partes mais duras de plantas, mais lenhosas como sementes, raízes e casca, que são resistentes à ação da água ricas em componentes voláteis, aromas delicados e princípios ativos que se degradam pela ação da água e do calor prolongado. Dessa forma, a planta não deve ser fervida, e para ervas não aromáticas, que têm princípios ativos estáveis com a temperatura.

No uso tópico, plantas frescas ou secas, são utilizadas em banhos alecrim (*Rosmarinus officinalis*) e confrei (*Symphytum officinale*), sendo que este pode ser parcial (assento) ou de corpo inteiro (imersão) e ainda, e compressa com folhas da babosa (*Aloe vera*) utilizado para problemas de pele e cicatrizante (Tabelas 2 e 3).

A combinação de remédios convencionais com plantas é comum, como no caso do uso de comprimidos para dor de cabeça e resfriados tomados com chás hortelã (*Mentha piperita*), de poejo (*Mentha puleguim*).

A partir da análise dos dados, as plantas foram organizadas em sete categorias de uso terapêutico, adaptadas de Ankli et al., (1999), sendo elas: doenças associadas ao aparelho digestivo (APD); doenças associadas ao aparelho respiratório (APR); doenças associadas às condições dermatológicas (CD); doenças associadas à inflamação e dor

(IND); doenças associadas ao sistema nervoso (SIN); doenças associadas ao sistema sanguíneo (SIS); doenças associadas à problemas urológicos (UR).

Na categoria das doenças associadas ao aparelho digestivo (APD) constam dezesseis (16) espécies usadas como disfunções hepáticas, gastrites, úlceras, azias, diarreias (Tabela 2). Para as cólicas gastrointestinais e menstruais de adultos e bebês seis (6) plantas, sendo erva-cidreira (*Cymbopogon citratus*), catinga de mulata (*Tanacetum vulgare*), manjerona (*Origanum majorana*), melissa (*Melissa officinalis*), funcho (*Foeniculum vulgare*) (Figura 11) e poejo (*Mentha puleguim*). Nas diarreias e nas demais doenças aparecem com menor número de plantas citadas, mas indicando sempre mais de uma espécie consumida, para a manipulação dos remédios, demonstrando sempre a diversidade de espécies utilizadas e multiplicidades de usos de algumas plantas catalogadas (Tabelas 2 e 3).

Algumas espécies possuem mais de uma indicação de uso terapêutico como a losna (*Artemisia absinthium*) e a graviola (*Anona muricata*), que em forma de infusão, é indicada tanto para dor de estômago, como para emagrecer.

A cidreira (*Cymbopogon citratus*), pulmonária (*Pulmonaria officinalis*), hortelã (*Mentha piperita*) e sálvia (*Salvia officinalis*) combatem os males das doenças associadas ao aparelho respiratório (APR) estão relacionados à rouquidão, tosse, bronquite, pneumonia, gripes, dor de garganta, resfriados, doenças comuns na comunidade (Tabelas 2 e 3).

Para a cicatrização do machucado, a maioria dos entrevistados utiliza a babosa (*Aloe vera*) e o confrei (*Symphytum officinale*) na forma de compressa e banho no local ferido (Tabela 2).

Na categoria das doenças associadas à inflamação e dor (IND) foram inseridas doze (12) espécies utilizadas para aliviar dores e moléstias infecciosas, como gripes, resfriados, dores musculares, dor de cabeça, febre e outras (Tabela 2). Para o tratamento de gripe e resfriado, a maioria dos entrevistados utilizam folhas de guaco (*Mikania glomerata*), poejo (*Mentha puleguim*), pulmonária (*Pulmonaria officinalis*), hortelã (*Mentha piperita*), cidreira (*Cymbopogon citratus*) e sálvia (*Salvia officinalis*). Para cólicas as folhas de boldo (*Vernonia condensata*), erva cidreira (*Cymbopogon citratus*), hortelã (*Mentha piperita*), poejo (*Mentha puleguim*) e macela (*Egletes viscosa*) são ingeridas na forma de infusão.

Na categoria das doenças associadas ao sistema nervoso (SIN) foram indicadas (4) espécies com atividades calmantes e que atuam no sistema nervoso (Tabela 2). As folhas de funcho (*Foeniculum vulgare*), hortelã (*Mentha piperita*), macela (*Egletes viscosa*) e losna (*Artemisia absinthium*) são administradas na forma de infusão com a finalidade calmante.

Na categoria das doenças associadas ao sistema sanguíneo (SIS), relacionadas às plantas para diminuir a pressão alta, a catinga de mulata (*Tanacetum vulgare*), a cidreira (*Cymbopogon citratus*) e a alcachofra (*Cynara scolymus*), foram a mais citada na forma de infusão ou decocção. Para diminuir o colesterol, os entrevistados citaram o uso de infusão de folhas de carqueja e para aumentar a imunidade mencionaram a moringa.

Na categoria das doenças associadas à problemas urológicos (UR) mencionaram losna (*Artemisia absinthium*) e graviola (*Anona muricata*) como diuréticos, para rim e bexiga (Tabela 2).

Baseando-se na análise dos dados, onde as plantas foram organizadas em grupos de uso medicinal, verificamos que a categoria das doenças associadas ao aparelho digestivo (APD) é a mais frequente. Em várias menções, podem-se constatar relatos como: “essa planta serve para dor no estômago, enjoo, para o fígado”, sugerindo-se diversas interpretações, onde todas estão associadas aos problemas do sistema digestivo,

como para o caso do uso da macela (*Egletes viscosa*), boldo (*Vernonia condensata*), losna (*Artemisia absinthium*), carqueja (*Baccharis trimera*), arruda (*Ruta graveolens*), gervão (*Stachytarpheta cayennensis*), hortelã (*Mentha piperita*), alecrim (*Rosmarinus officinalis*), funcho (*Foeniculum vulgare*), o mesmo acontecendo para losna (*Artemisia absinthium*) que serve para os problemas dos rins, da bexiga e diurética.

Todas as plantas citadas não foram descritas como sendo específicas para uma determinada doença. Durante as visitas e conversas notou-se que as pessoas relataram que uma planta pode ser utilizada para diversas doenças. Fato este que podemos considerar que os usos terapêuticos das plantas relatados pelos informantes muitas vezes não coincidem com as indicações que são encontradas em livros científicos, cursos e meios de comunicação.

Muitos informantes mencionaram que o preparo e o uso terapêutico aprenderam com suas mães e suas avós, eles demonstraram preocupação com a forma de preparo e com a toxicidade que a planta pode apresentar e que possuem um considerável repertório sobre plantas medicinais.

Com base nos resultados obtidos nesse estudo, as indicações da utilização das plantas medicinais permitem o fortalecimento do conhecimento cultural, incentivando a preservação ambiental de diversas espécies medicinais utilizadas na região.

CONCLUSÕES

Os moradores de Bandeirante - SC utilizam plantas medicinais para tratar doenças, talvez pela facilidade de aquisição das plantas porém, devemos ressaltar a importância de estudos científicos que venham comprovar ou não estas informações, a fim de poder servir à população com maior segurança e eficácia, pois das espécies mencionadas apenas *Maytenus ilicifolia*, *Mikania glomerata* e *Mentha piperita*, compõem a RENAME.

Apesar do grande número de citações de plantas medicinais, constatamos a multiplicidade de usos de algumas das espécies mencionadas, que demonstra o etnoconhecimento da população.

A transmissão do conhecimento é outro aspecto relevante que se pode constatar durante esse estudo, sendo que essa tradição é repassada por gerações, procurando transmitir seus conhecimentos adquiridos ao longo do tempo, através do contato direto com os recursos vegetais, resgatando aspectos culturais e as diferentes maneiras de utilização das plantas medicinais, elencando as espécies mais usadas, gerando subsídios, informações em benefício das próprias pessoas, para novos estudos e fornecendo ferramentas para a ciência na descoberta de novos medicamentos

REFERÊNCIAS

- ALONSO, A. M. Plantas medicinais para uso caseiro: produção vegetal. **Apostila de Plantas Medicinais**. UNESP-Jaboticabal: 50p, 2001.
- ALONSO, A. M; SOSSAE, F. C. **Plantas medicinais na Educação Ambiental: uma proposta transdisciplinar** in Cadernos do Cescar – Educação Ambiental; Metodologias e temas socioambientais na formação de educadoras(es) ambientais (2001– 2008) – Projeto Viabilizando a Utopia (ViU) 2005–2011. Org. SANTOS, Silvia Aparecida Martins; OLIVEIRA, Haydée Torres; DOMINGUEZ, Isabel Georgina Patronis; KUNIEDA; Edna. – São Carlos Gráfica e Editora Futura, 2011.

- ALBUQUERQUE, U.P. Referências para o estudo da etnobotânica dos descendentes culturais do africano no Brasil. **Acta Farmacéutica Bonaerense**, v.18, n.4, p.299-306, 1999.
- ALMANAQUE BRASIL SOCIOAMBIENTAL, São Paulo: Takano Editora Gráfica, 2005. 479p.
- ALMEIDA, J. R. G. da S. et al. Uso de plantas medicinais em uma unidade de saúde da família no município de Juazeiro-BA. **Revista Interfaces Científicas - Saúde e Ambiente**, v.01, n.01, p. 9-18, 2012.
- AMOROZO, M. C. M. Uso e diversidade de plantas medicinais em Santo Antônio do Leverger, MT, Brasil. **Acta Botanica Brasilica**, v.16, n.2, p.189-203, 2002
- AMOROZO, M.C.M.; GÉLY, A. Uso de plantas medicinais por caboclos do Baixo Amazonas, Barcarena, Pará, Brasil. *Bol. Mus. Paraense Emílio Goeldi, sér. Bot.*, v. 4, n. 1, p.47-131, 1988.
- ANKLI, A.; STICHER, O.; HEINRICH, M. Medical Ethnobotany of the Yucatec Maya: healers consensus as a quantitative criterion. **Economic Botany** v.53, n.2, p.144-160. 1999.
- ARNOUS, A. H. et al. Plantas Medicinais de uso Caseiro - Conhecimento Popular e Interesse por Cultivo Comunitário. **Revista Espaço para a Saúde**, Londrina, v.6, n.2, p.1-6, jun. 2005.
- BANDEIRANTE. Disponível em: <https://www.bandeirante.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/9648>. Acesso em: 17/12/2018.
- BRASILEIRO, B.G. et al. Plantas medicinais utilizadas pela população atendida no programa de saúde da família de Governador Valadares-MG Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas*, v.44, n.4, p.629-636, 2008.
- BORGES, K.B.; BAUTISTA, H.B.; GUILERA, S. Diabetes - utilização de plantas medicinais como forma opcional de tratamento. **Revista Eletrônica de Farmácia**, v.5, n.2, p.12-20, 2008.
- CRONQUIST, A. An integrated system of classification of flowering plants. New York: Columbia University Press, 555p., 1981.
- DIEGUES, A. C.. **Etnoconservação da Natureza: Enfoques Alternativos**. p. 1-46. In: Diegues, A.C. (org.). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. NAPAUB, São Paulo. 2000
- FARIA, C. O. P. A. **O Uso de Plantas Medicinais em Juscimeira e Rondonópolis Mato Grosso: Um Estudo Etnoecológico**. 1998, 168 F. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências Biológicas, Curso de Ecologia e Conservação da Biodiversidade), Instituto de Biociências, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá-MT, novembro/1998.
- HANAZAKI, N. et al. Ethnobotany of rural people from the boundaries of Carlos Botelho State Park, São Paulo State, Brazil. **Acta Botanica Brasilica**, v.20, n. 4, p.899-909, 2006.
- KOTTAK, C.P. **Antropologia - una exploración de la diversidad humana con temas de la cultura hispana**. 6ª ed. Madrid, Mc Graw-Hill, 1994 in MEDEIROS, M.F.T.; FONSECA, V.S.; Andreato, R.H.P. Plantas medicinais e seus usos pelos sítiantes da Reserva Rio das Pedras, Mangaratiba, RJ, Brasil. **Acta Bot. Bras.**, São Paulo, v.18, n.2, abril/junho, 2004.
- KUMAR B.M.; NAIR P.K.R. The enigma of tropical homegardens. **Agroforest Systems**, v.61, p.135-152, 2004.
- LADEIRA, A.M. **Plantas medicinais com óleos essenciais**. São Paulo. Instituto de Botânica. 40p. 2002.

- LORENZI, H.; MATOS, F. J. A. **Plantas medicinais no Brasil: nativas e exóticas**. 2. ed. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 544 p. 2008.
- MACEDO, M.; CARVALHO, J.M.K.; NOGUEIRA, F.L. **Plantas medicinais e ornamentais da área de aproveitamento múltiplo de Manso, Chapada dos Guimarães**, Mato Grosso. Cuiabá: Ed. da UFMT, 188p. 2002.
- MACHADO, L.H.B. As representações entremeadas no comércio de plantas medicinais em Goiânia/GO: uma reflexão geográfica. **Sociedade & Natureza**, v.21, n.1, p.159-172, 2009.
- MEDEIROS, M. F. T.; et al. Plantas medicinais e seus usos pelos sítiantes da Reserva Rio das Pedras, Mangaratiba, RJ, Brasil. **Acta bot. bras.** v.18, n.2. p; 391-399, 2004.
- MERÉTIKA, A. H.C.; PERONI, N.; HANAZAKI, N. Local knowledge of medicinal plants in three artisanal fishing communities (Itapoá, Southern Brazil), according to gender, age, and urbanization. **Acta Botanica Brasilica**, v. 24, n. 2, p.386-394, 2010.
- MING, L.C.; FERREIRA, M.I.; GONCALVES, G.G.. Pesquisas agronômicas das plantas medicinais da Mata Atlântica regulamentadas pela ANVISA. **Rev. bras. plantas med.**, Botucatu , v. 14, n. spe, p. 131-137, 2012 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-05722012000500001&lng=en&nrm=iso>. access on 02 Mar. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1516-05722012000500001>.
- PASA, M.C.; SOARES, J.N. ; GUARIM-NETO, G. Estudo etnobotânico na comunidade de Conceição-Açu (alto da bacia do rio Aricá Açu, MT, Brasil). **Acta Botanica Brasilica**, v.17, n.19, p.195-207, 2005.
- PINTO, E. P. P.; AMOROZO; M. C. M.; FURLAN, A. Conhecimento popular sobre plantas medicinais em comunidades rurais de mata atlântica – Itacaré, BA, Brasil. **Acta bot. bras.** 20(4): 751-762. 2006.
- RENAME. Relação Nacional de Medicamentos Essenciais. MINISTÉRIO DA SAÚDE Secretaria de Ciência, **Tecnologia e Insumos Estratégicos Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos**. Brasília – DF 2018.
- RODRIGUES, G. E. V.; CARVALHO, A. D. **Plantas Medicinais no Domínio dos Cerrados**. 1. ed. Lavras, MG; UFLA, Editora \UFLA;180p. 2001.
- RODRIGUES, Z. E.; TOWERS, G.H.N.; MITCHELL, J.C. Biological activities of sesquiterpenes lactones. **Phytochemistry**, v.15, p.1573-80, 1979.
- ROSA, C.; CÂMARA, S.G.; BÉRIA, J.U. Representações e intenção de uso da fitoterapia na atenção básica à saúde. **Ciências & Saúde Coletiva**, v, 16, n. 1, p. 311 – 318, 2011.
- SANTOS, A.C.B. et al. Levantamento etnobotânico, químico e farmacológico de espécies de Apocynaceae Juss. ocorrentes no Brasil. **Rev. Bras. Pl. Med.**, Campinas, v.15, n.3, p.442-458, 2013.
- SPREEN, Marinus. Rare populations, hidden populations and link-tracing designs: what and why? **Bulletin de Méthodologie Sociologique**. v.36, p.34-58, 1992
- VINUTO, Juliana. A Amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: Um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, 22, (44): 203-220, ago/dez. 2014
- ZANK, S.; HANAZAKI, N. Exploring the links between Ethnobotany, Local Therapeutic Practices, and Protected Areas in Santa Catarina Coastline, Brazil. **Evidence-Based Complementary and Alternative Medicine**, ID 563570, 2012.

Pretas, periurbanos, produtores e protestantes na luta pela terra no MST DFE.

Resumo

A proposta do texto é refletir as características da militância do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Distrito Federal e Entorno (DFE), o MST-DFE.

O dito rural está no outro lado da rua do urbano, todo tempo as paisagens de produção de alimentos é composta por “cidades”. A agroecologia é princípio de produção de vida do movimento e é ferramenta de formação das famílias, essas tem, raça, classe, região geográfica e religião, maioria das vezes alienada nas análises. Este trabalho é resultado de pesquisas a partir dos últimos 3 anos, sem desmerecer, todavia, os 8 anos anteriores no MST-DFE de minha família e minha dissertação com o mesmo título.

No trabalho serão privilegiadas 3 áreas da região norte da capital federal, sem que sejam postas com isoladas das outras dezenas de áreas de atuação do MST-DFE nos 24 anos de luta na região.

Palavras Chaves: MST ; agroecologia ; cidades;DF

Abstract

The proposal of the text is to reflect the militancy characteristics of the Movement of Landless Rural Workers (MST) of the Federal District and Surroundings (DFE), the MST-DFE.

The rural saying is on the other side of the street from the urban, the landscapes of food production are always composed of “cities”. Agroecology is the principle of life production of the movement and is a tool for the formation of families, which have, race, class, geographic region and religion, most of the time alienated in the analyzes. This work is the result of research from the last 3 years, without undervaluing, however, the previous 8 years in the MST-DFE of my family and my dissertation with the same title.

At work, three areas in the northern region of the federal capital will be privileged, without being isolated from the other dozens of areas of activity of the MST-DFE in the 24 years of struggle in the region.

Keywords:MST; agroecology; cities; DF

Periurbanos

Estamos literalmente às margens das cidades, logo fazem parte da paisagem das áreas. As aglomerações metropolitanas caso do DF, apresentam arranjo estrutural nitidamente assinalado como produto de processos de desigualdade socioespacial e da prática de políticas públicas que alicerçam uma configuração dicotômicas ao centros e periferias.

Esse modelo induz a uma dinâmica de deslocamento que produz uma aproximação e certo contínuo dos espaços ocupados, sobrepondo áreas rurais. As áreas urbanas e as áreas rurais eram vistas como espaços nitidamente delimitados, com arranjo estrutural visto como “diferenciados”. Posteriormente, com a intensificação da industrialização, migração e urbanização, houve, de modo geral, uma reconfiguração

espacial das áreas rurais, interpretada como a expansão da área urbana e avanço desta sobre a área rural. Para identificar espaços urbanos e espaços rurais, considerando a dinâmica das grandes cidades, é importante estudar e destacar as suas zonas periféricas. Elas constituem processos formadores das zonas de transição, que ora são urbanas ora se confundem com as funções rurais no espaço. O Acampamento Nova Jerusalém por exemplo que fica na RA¹ Ceilândia, uma área verde onde não se vê casa e sim árvores e a produção variadas de alimentos e ao outro lado da rua, uma bairro, de casa uma ao lado da outra e milhares de famílias. Todas as semanas mudas são plantadas na vizinhança e entregues para as famílias e também para a escola CEF² 30 no posto de saúde. O acampamento foi destruído pelo governo com o pretexto de estar na área urbana e por isso não poderia ser ocupado para fins de reforma agrária.

Protestante

O objetivo é apresentar a intensa presença de um discurso religioso de inspiração evangélica em cenários de atuação na luta pela terra. A presença do protestantismo nos acampamentos não se deu de imediato, as conquistas dos territórios pelo MST DFE foi feita mediante a muita luta. Citações bíblicas, referências cristãs, argumentações fundamentadas em ensinamentos religiosos, são encontrados difusamente nos enunciados proferidos por militantes. Cultos evangélicos acontecem nas áreas, os aparelhos de rádio não deixam de estar sintonizados nas programações evangélicas. Cultos são semanalmente realizados por pregadores evangélicos no interior das áreas e a maioria das áreas tem seus próprios templos religiosos.

Em relação a igreja católica maioria no País³ os “crentes”⁴ não são maioria. Por encontrar maior resistência ao seu crescimento nos centros urbanos, onde o catolicismo assumia uma postura dominante pela presença física tanto das igrejas como dos párcos, o protestantismo buscou terreno para seu crescimento no ambiente rural ou periurbano no caso do DF, muito jovem que cresce junto com os templos protestantes.

O evangelho protestante chegou como uma proposta alternativa plausível tanto no plano das crenças como no das condições de existência, por que os cultos nunca estão descolados das condições materiais das “ovelhas”. A produção de alimentos é elemento central nessa vertente protestante presente nas áreas de reforma agrária em especial, alimento é um benção de Deus ao trabalho da família para cuidar do que foi lhe dado. Então o cuidar da terra é o cuidar do presente divino. A agroecologia é uma dimensão muito forte da religião nos espaços de reforma agrária, como o relato de Janice, Produtora, Negra, crente emigrada da Bahia.

1 Região Administrativa

2 Centro de Ensino Fundamental

3 O censo demográfico realizado em 2010, pelo IBGE, apontou a seguinte **composição** religiosa no **Brasil**: 64,6% dos brasileiros (cerca de 123 milhões) declaram-se católicos; 22,2% (cerca de 42,3 milhões) declaram-se protestantes (evangélicos tradicionais, pentecostais e neopentecostais)

4 Autodenominação do protestantes em todas as áreas, com variações entre

“vou comer, vou cozinhar e vou partilhar a alegria de levar a compreensão de que alimentação é parte do nosso diálogo, enquanto igreja, porque nós nos envolvemos e estamos juntos na comunhão a partir da mesa, fruto do trabalho na terra que Deus deu”

Cultivar a terra, cuidar do presente de Deus, produzir alimentos saudáveis em respeito a terra e partilhar é a boa nova dos fiéis na luta pela terra.

Pretas

Não uso caderno, minhas notas de campo são construídas no celular e boa parte deste trabalho também foi escrito com essa ferramenta. Não venho de um lugar distante, não sou reconhecido ou me defino com pesquisador em campo. Minha pesquisa tem como base muitas “prosas e cafés”, “causos” e “picuinhas”. Embora eu seja um “nativo”, no sentido de partilhar de um universo comum com meus interlocutores, não deixo de tentar me pôr no lugar do outro para captar vivências e experiências. No entanto, em razão de meus engajamentos com o movimento, soa difícil para mim demarcar no tempo e no espaço as fronteiras entre “eu” e “eles”. Outro exercício que compõe a pesquisa é a tradução e a “escrita antropológica”. Um movimento que consiste na confrontação intelectual e emocional de discursos e diferentes interpretações da vida no dentro dele, em um linguajar antropológico. Não há dúvidas sobre a limitação simbólica das palavras e gestos na descrição dos eventos. Todavia, essas são estruturantes da minha perspectiva e causaram estranhamento como nativo, o que pretendo explorar a partir de situações especiais que narrarei no trabalho. Pretendo pensar meus apontamentos não a luz de um Iluminismo lunático, mas as pessoas serão acionadas a fim de dar carne e sangue para as categorias estruturantes em suas relações de classes e interesses (MARX, 1988)

Por isso é necessário refletir a ecologia de práticas que permite reposicionar as várias fezes dos processos que coexistem e alterando-se mutuamente em nossa percepção. Dentro dos limites de que as interlocuções foram prioritariamente por mulheres, maioria da base.

Ser negro, afro brasileiro é carregado de significados diversos, alguns tem a ver com a comida na região. A produção de alimentos nas áreas tem suas raízes nítidas, na alta produção de feijão guandu, por exemplo que é alimento para as famílias, usado para alimentação animal e recuperação de áreas degradadas. O milho para produção de fubá ou cuzcuz são as cultura mais presentes em meio a variados cultivares. Esses dois principalmente são mencionados como algo que sempre foi plantado pela família. Como a criação de porcos, por causa da gordura e do aproveitamento de todas suas partes para a tradicional feijoada. Prato criado por escravizados que hoje é visto como atração em todo o país. Por fim há uma referência particular no DF ao matriarcado Africano, na maioria das famílias tem como chefe da casa mulheres, na maioria da vezes negras, mães solo e também acompanhadas de companheiros. Mais alguns traço de tradições africanas presentes nas práticas das famílias.

Conclusão

De um ponto de vista etnográfico, pensar um acampamento consolidado implica levar em consideração a historicidade da forma social e espacial, a consolidação no processo espaço e temporal, atravessado por relações de poder nas diversas escalas e momentos. Ao pensar nas transcrições das conversas, contextos, captar e descrever a vida em um acampamento, caminho por versões situadas, circunscritas que foram resultado da vida em campo.

A agroecologia evidências as ligações através das práticas em cada espaço, não isoladas ou tomadas em si, mesmo para os praticantes que transitam em muitos espaços. Não apenas como método de produção de alimentos, produção da vida e relacionamento com o meio. A prática de justiça social e respeito ao conhecimento ancestral. Por fim, espero ter evidenciado pistas do contexto nas áreas de luta pela reforma agrária do MST-DFE e suas bases agroecológicas na luta pela reforma agrária popular

Referências Bibliográficas

Marx Karl. O Capital. (1988) Vol. 2. 3ª edição, São Paulo, Nova Cultura.

A água e os desafios à sustentabilidade da agricultura familiar em Piedade, SP.

Raimundo Carvalho Palmeira Junior¹
Vanilde Ferreira de Souza Esquerdo²
Osvaldo Aly Junior³

RESUMO

O artigo trata de estudo de caso relativo ao conflito de uso da água entre o uso por agricultores familiares e o consumo urbano no município de Piedade, São Paulo, durante a crise hídrica de 2014 e 2015. Foram realizadas entrevistas qualitativas com os diferentes atores envolvidos no conflito com o objetivo de analisar o uso múltiplo da água e sua relação com a produção irrigada, a agricultura familiar e o abastecimento urbano. Os resultados revelaram a permanência das condições que levaram à crise hídrica em 2014 e 2015, relacionadas ao aumento do consumo de água pela irrigação, os sistemas produtivos, a expansão da área irrigada e o abastecimento urbano. Destaca, também, que o poder local tem um papel a cumprir na gestão territorial e nas políticas públicas de sorte a promover a agricultura sustentável, a preservação ambiental e a disponibilidade da água, apoiando a transição da agricultura familiar, que tem peso destacado na economia local.

Palavras-chave: conflitos por água, usos múltiplos da água, agricultura familiar.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil apresenta características que o inscrevem, ao mesmo tempo, na condição de suscetibilidade e escassez de água, pois é o país com a maior quantidade de água doce do planeta e tem uma distribuição desigual em seu território.

Neste caso, o Estado de São Paulo, apesar de ser pioneiro na implementação de políticas públicas de água, com avanços na governança da água implantada ainda na década de 1990, apresenta uma situação muito preocupante em relação à disponibilidade hídrica, sobretudo nas regiões metropolitanas (Tundisi et al., 2008; Mello, 2017), e isso foi evidenciado durante a crise hídrica dos anos de 2014 e 2015 que atingiu o estado e a região Sudeste. Na região de Sorocaba (SP) destacaram-se os casos de Itu e Salto, com impactos no meio urbano e na indústria, e de Piedade e Tatuí com perdas na produção agrícola (Jacobi et al., 2016).

A crise hídrica evidenciou a situação de problemas relacionados à gestão da água, envolvendo a contaminação, o desperdício, aumento do consumo de água, saneamento público precário, má conservação de áreas de mananciais com impermeabilização e supressão de vegetação, e urbanização excessiva (Custódio, 2015).

As limitações relacionadas à gestão integrada dos recursos hídricos e ocupação e uso do solo (Biswas, 2004), em que pesem os avanços alcançados nessa área (Carvalho, 2011; Veale e Cooke, 2016), muitas vezes não incluem os espaços rurais, especialmente aqueles ocupados por agricultores familiares, que muitas vezes ficam à margem do alcance das políticas públicas de água. Entretanto, esses espaços cumprem funções ecológicas fundamentais para a conservação ambiental e da água, além da produção de alimentos (Pimentel et al., 2004). Esse é um dos problemas relacionados à água, que, na maioria das vezes, fica invisibilizada ante a

¹ Eng. Agrº, Mestre em Engenharia Agrícola, Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

² Professora Doutora da Faculdade de Engenharia, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

³ Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Ambiente, Universidade de Araraquara - UNIARA.

sociedade, problema que se acentua dada a baixa participação popular e dos agricultores familiares na gestão de recursos hídricos (Cardoso, 2003; Santos, 2014).

Esta realidade é que despertou o interesse pelo estudo de caso do município de Piedade/SP, onde mais de 50% da população vive em bairros rurais ocupando-se, principalmente, da produção de hortaliças comercializadas na região macrometropolitana. Nesse município, entre 2014 e 2015, ocorreu um conflito pelo acesso à água entre a agricultura irrigada e o abastecimento urbano, que é realizado pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp. Esse conflito culminou em interdições dos equipamentos de irrigação situados a montante da captação de água da Sabesp (FABH-SMT, 2018) e na diminuição da produção agrícola prevista, e poderá interferir na reprodução das unidades de agricultura familiar caso medidas para melhorar a disponibilidade de água não sejam tomadas.

A agricultura é um dos principais motores da economia local com destaque para a produção familiar, categoria que é responsável pela maior parte dos alimentos e que garante a segurança alimentar da população no país (IBGE, 2006), ela possui ainda potencial para desenvolver uma agricultura sustentável (Carmo, 2008) e, portanto, com maior resiliência diante das mudanças climáticas globais.

Desta forma, esta pesquisa teve o objetivo de analisar os impactos da crise hídrica em Piedade-SP, sua relação com a agricultura familiar e com a gestão da água, com destaque para os anos de 2014 e 2015. Ainda, as informações aqui apresentadas colaboram com o planejamento e a elaboração de estratégias que compatibilizem a gestão eficiente da água garantindo o abastecimento da agricultura familiar, da produção de alimentos e do abastecimento urbano.

1.1 Escassez, planejamento e gestão de água

Segundo o “Relatório para Água e Emprego”, da ONU (2016, p.2), “a escassez da água é o resultado da combinação da variabilidade hidrológica e do elevado uso humano”. Para Rebouças et al. (2006) a crise da água, mais do que escassez ou contaminação é, sobretudo, uma crise de gestão. Embora pareçam divergir, essas definições se complementam, porque se são os fatores hidrológicos e de uso que determinam crise e escassez de água, as saídas se darão através da gestão.

Porém, como os problemas relacionados à água mudam de uma região para outra e no decorrer do tempo, mesmo dentro da bacia hidrográfica, as soluções devem ser construídas de modos diferentes, obedecendo às especificidades locais, pois não dependem somente da disponibilidade hídrica, mas de fatores como os mecanismos e processos de gestão da água, da economia, da cultura, do uso do solo, da agricultura, dentre outros (Biswas, 2004).

De modo que fazer gestão da água implica em conservar a água em quantidade e qualidade para a satisfação das diferentes necessidades humanas e dos ecossistemas naturais, e impõe, dentre outros fatores, a necessidade de definir a importância que as áreas rurais possuem para o território, tanto para a captação, infiltração e armazenamento da água, quanto para a produção de alimentos, agroindústrias, lazer e turismo rural. Isso conduz ao tema do rural desempenhar outros papéis como, por exemplo, da conservação da água (Pimentel et al., 2004). Relaciona-se à discussão de Gleick (2000) sobre a necessidade de um novo paradigma para as políticas de água no século XXI, que priorize as necessidades básicas humanas e a saúde dos ecossistemas, priorizando temas como a eficiência no uso de água e de outra racionalidade de consumo.

1.2 Conflitos por água e o Brasil

As limitações na gestão política da água em nosso país, em que pesem os avanços da Lei 9.433/1997, associadas às mudanças climáticas, abrem espaço para a ocorrência de conflitos, eles estão associados às consequências negativas das atividades humanas sobre a possibilidade e necessidade de múltiplos usos de água. Geralmente resultam do impacto das externalidades

das atividades produtivas (agricultura, mineração e indústria), e da urbanização que interferem na disponibilidade, demanda e qualidade da água superficial e subterrânea (Tundisi, 2014).

Analisar os conflitos por água, sua natureza e comportamento favorece o aprimoramento dos sistemas de gestão, por esclarecer situações que poderiam permanecer latentes e que aparecem quando ocorrem períodos de estresse hídrico. Pois, assegurar o direito de acesso aos diferentes usos e usuários em um território com demanda saturada ou escassez relativa significa fazer uma verdadeira gestão de conflitos (Martín e Justo, 2015). Ainda mais quando as perspectivas são elevação do consumo e risco de escassez para as próximas décadas com a possibilidade de que os conflitos aumentem, a exemplo do que ocorreu, em 2014 e 2015, no Estado de São Paulo.

Martín e Justo (2015) estabeleceram uma tipologia para os conflitos por água: 1) conflitos entre usos, 2) conflitos entre usuários, 3) conflitos com atores não usuários, 4) conflitos intergeracionais, 5) conflitos interjurisdicionais, e 6) conflitos institucionais. No caso da presente pesquisa a análise se deterá no conflito de tipo 2, o conflito entre diferentes usuários:

“O conflito entre usuários está assentado nas características de uso que os diferentes sujeitos possuem em relação ao recurso hídrico. Esse tipo de conflito é sensível aos vínculos entre empresa e grupos vulneráveis, usuários consuetudinários e formais e entre usuários atuais e potenciais.”

O contexto em que os conflitos socioambientais ocorrem na América Latina e no Brasil está relacionado ao histórico do desenvolvimento, ocupação e exploração do território, acrescentando-se à configuração atual do contexto do metabolismo social da economia mundial e a inserção do continente sul-americano como provedor de matéria-prima (Tetrault et al., 2019).

No Brasil, a reprimarização da economia, iniciada na década de 1990, vem gerando perdas na produtividade do trabalho no sistema econômico do país e custos ambientais não internalizados pelo empreendedor, que resultam na degradação da qualidade e quantidade de água, do solo, florestas etc. (Delgado, 2013). Esta configuração econômica se expande cada vez mais para novas fronteiras e territórios de alta biodiversidade e valor cultural, que se somam à condição de troca comercial ecologicamente desigual, principalmente na agricultura, constituindo conflitos socioambientais de toda sorte (Svampa et al., 2009; Martinez-Alier e Walter, 2015).

Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que realiza anualmente o levantamento dos conflitos agrários e desde 2002 inclui os conflitos envolvendo a água, houve o aumento dos conflitos a partir de 2010, geralmente relacionados às disputas por território. A partir de 2014 ocorreram recordes anuais e sucessivos totalizando 808 conflitos até 2018. Considerando os casos ocorridos em 2018, as populações tradicionais foram as mais atingidas (ribeirinhos, 36,23%, e pescadores, 34,78%). As regiões com maior ocorrência foram a Nordeste (48,1%) e a Sudeste (30,8%), com destaque para os estados da Bahia e Minas Gerais (CPT, 2019). Outro dado relevante foi a constatação de que 139 casos, mais de 50% dos conflitos, envolveram água e a mineração. Diferentemente do que é feito pela CPT, esta pesquisa retratou um tipo de caso não abordado por esta organização, o conflito de uso entre abastecimento urbano e irrigação na agricultura, que acaba sendo invisibilizado.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Esta pesquisa adotou uma abordagem qualitativa de estudo de caso sobre as consequências da escassez hídrica para a agricultura familiar do município de Piedade/SP nos anos 2014-2015; foram entrevistados 10 agricultores familiares localizados na microbacia do rio Pirapora, local em que ocorreu o conflito pelo uso da água nesse período. Também foram

entrevistados 08 agentes atores sociais, sendo: três 03 representando entidades de agricultores e 05 representando o Poder Público local.

A amostragem para escolha dos agricultores familiares foi definida através da técnica bola de neve (Malhorta, 2006), obedecendo ainda o critério de possuírem DAP (declaração de aptidão ao PRONAF) nos termos da Lei nº 11.326 de 2006 (Brasil, 2006) e estarem distribuídos na área de estudo. A escolha dos gestores públicos e agentes políticos foi realizada por meio de convite direto aos que exerceram a função no período investigado, ou no período da realização da pesquisa, e que tinham relação com os temas do estudo. O número de entrevistados foi definido com base no conceito de saturação teórica, que considerou a quantidade de entrevistados suficiente quando se observou a redundância sobre os tópicos abordados nos objetivos da pesquisa (Fontanella et al., 2008).

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com os atores envolvidos no tema, apoiada por análise de documentos (relatórios, planos, leis e decretos). A realização das entrevistas foi antecedida de visitas exploratórias para identificação da área de estudo, dos gestores municipais e dos agricultores a serem entrevistados (Minayo, 1994; Triviños, 1992; Richardson, 1999).

O conteúdo das entrevistas foi sistematizado, decomposto e distribuído em categorias e subcategorias de análises (Quadro 1) e descritos os resultados agrupados nas categorias, de acordo com Gil (2008) e Bardin (2002).

A pesquisa de campo foi realizada na microbacia do rio Pirapora (Figura 1), região a montante do ponto de captação de água para abastecimento urbano de Piedade/SP. Os entrevistados foram selecionados entre os agricultores residentes nos bairros Godinhos, Piraporinha, Furnas e Oliveiras.

O município de Piedade está situado na Região Metropolitana de Sorocaba, na porção sul da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê (UGRHI 10), possui uma área territorial de 746,868 km², e 52.143 habitantes ao todo, sendo que 54% residem na zona rural (CBH-SMT, 2016; IBGE, 2010).

Quadro 1: Categorias de análise das entrevistas com atores do conflito em Piedade/SP.

Categoria nível 1	Categoria nível 2	Categoria nível 3	
1. Caracterização do conflito			
2. Fatores que incidiram na crise hídrica	2.1 Climáticos	2.1.1 Precipitação de chuvas	
		2.1.2 Temperatura	
	2.2 Degradação da disponibilidade hídrica		2.2.1 Erosão
			2.2.2 Assoreamento
			2.2.3 Cobertura vegetal
	2.3 Consumo de água		2.3.1 Irrigação
		2.3.2 Abastecimento urbano	
3. Estratégias dos agricultores	3.1 Internas à propriedade	3.1.1 Fazer ou reparar reservatório	
		3.1.2 Aprimorar sistema de produção	
	3.2 Externas à propriedade	3.2.1 Proposta de reservatório para a Sabesp	
		3.2.2 Demanda por conhecimento e capacitação	
		3.2.3 Demanda por infraestrutura de estradas rurais	
4. Estratégias dos gestores municipais	4.1 Drenagem e estradas	4.1.1 Implantação de Plano de drenagem	
		4.1.2 Encascalhamento e reparos de estradas	
	4.2 Conservação da água	4.2.1 Programa de recuperação de nascentes	
		4.2.2 Programa de pagamento por serviços ambientais	
	4.3 Abastecimento de água	4.3.1 Demanda por novo manancial	
		4.3.2 Demanda por reservatório para regularização do fornecimento de água	
	4.4 Saneamento	4.4.1 Elaboração de novo plano de saneamento	
		4.4.2 Ampliação da oferta de saneamento	

O clima do município é do tipo temperado úmido com inverno seco e verão quente - Cwa na classificação climática de Koeppen, com temperaturas médias que variam entre 15,8°C no inverno e 22,8°C no verão (Cepagri, 2018). O solo predominante em Piedade é do tipo argissolo vermelho-amarelo, distrófico típico, com textura média a argilosa, característico de relevo ondulado e forte ondulado (Rossi, 2017).

Na economia local se destacam os setores de serviços e agropecuário, com participação no Produto Interno Bruto (PIB) do município, respectivamente, de 58% e 34% (Seade, 2018). Na agricultura são 1.722 estabelecimentos agropecuários, dos quais 1.404 são de agricultura familiar, 772 possuem DAP, com uma área produtiva total de 14.089 hectares, sendo 9.058 de lavouras e 5.031 de pastagens (IBGE, 2017; Brasil, 2018).

Figura 1. Localização da a área de estudo.

Fonte: Adaptado de Ceriso, 2018; e CBH-SMT, 2018.

A produção agrícola se baseia no cultivo de hortaliças e frutas, com destaque para a produção de repolho, cebola, cenoura, beterraba, inhame, alface, brócolis, caqui, morango, tomate, dentre outros (Lupa, 2008).

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Caracterização da agricultura familiar e do uso da água em Piedade (SP)

A predominância da agricultura familiar no município de Piedade/SP foi influenciada: a) pelas condições do relevo; b) alta disponibilidade de água em grande quantidade de rios, córregos e nascentes, que facilitou posteriormente a instalação de agricultura irrigada; e c) a proximidade de mercado consumidor em cidades como Sorocaba, Campinas e São Paulo. Estes aspectos permitiram a viabilização econômica de pequena unidade agrícola, resultado de inúmeras “divisões das fazendas dos pioneiros aos seus descendentes” que se mantém até os dias atuais graças às condições favoráveis da reprodução familiar.

Deste modo Piedade ocupa uma posição geográfica privilegiada na região macrometropolitana paulista, o que favorece sua vocação agrícola. Neste quesito se destacam aspectos como:

- Logística favorável: a proximidade em relação aos grandes centros urbanos como Sorocaba (23 km), Campinas (115 km) e São Paulo (98 km);
- Água disponível e mais fria: além de três bacias hidrográficas (do rio Sorocaba e médio Tietê, rio Paranapanema e rio Ribeira), são “...860 nascentes de água somente no rio Pirapora”, a temperatura da água mais fria favorece o estabelecimento de lavadores de tubérculos que impulsionam a economia local;
- Mão de obra disponível: com 56% da população vivendo na área rural, significa disponibilidade de mão de obra para as operações de plantio e colheita, quando é necessário complementar a mão de obra familiar.

O município tornou-se também um centro de abastecimento regional de hortaliças, centralizando a distribuição de inúmeros produtos, com destaque para a distribuição da cenoura, que fez do município o principal local de distribuição na região.

A partir da década de 1990, as mudanças no mercado regional provocaram alterações na produção agrícola local, conforme relatos dos entrevistados, corroborados pelos Censos Agropecuários de 2006 e 2017. A produção baseada nos cultivos de lavouras de cebola, batata-

inglesa, feijão e milho, nas décadas de 1970 e 1980, passou, nas décadas seguintes, para as culturas de alface, repolho, cenoura, beterraba e acelga, dentre outros (Figura 2). A mudança foi de cultivos menos intensivos para mais intensivos em insumos e água, respondendo à dinâmica do mercado regional (Moreira e Hespanhol, 2013). Esse sistema intensivo aumentou o desgaste dos solos que já eram sensíveis às condições edafoclimáticas locais (Schneider e Costa, 2013).

Os agricultores familiares entrevistados possuíam em média cinco membros na composição familiar, sendo que três trabalhavam diretamente na produção agrícola. A maioria contratava diaristas, principalmente no plantio e na colheita. A área média de produção é de 4,5 hectares por família e, em média, se cultivavam seis tipos de hortaliças como principais produtos para o mercado.

Entre os entrevistados os cultivos mais frequentes foram: coentro (7), alface (6), morango (6), couve (5). Porém, no município, os cultivos que se destacam são: cebola (323,2 toneladas), alface (190,8 toneladas), acelga (167,8 toneladas), repolho (150 toneladas) e morango (71 toneladas). O morango é o produto que possui o maior valor monetário por quilograma produzido e o que melhor remunera o agricultor, porém, exige maior grau de especialização e melhores condições de manejo da cultura.

Em geral os entrevistados possuíam mais de uma fonte de água na propriedade, sendo uma para o abastecimento doméstico e outra para a irrigação. A maioria possuía um meio de reservar a água para irrigação (represa, tanque ou açude), a exceção foram dois agricultores cuja área de produção se localizava ao lado do rio Pirapora e do ribeirão das Furnas (afluente do rio Pirapora), estes retiravam diretamente do rio. Encontrou-se seis agricultores nos bairros Godinho e Piraporinha que tinham fornecimento da rede de abastecimento da Sabesp para o domicílio, entre os demais, que residiam fora desses dois bairros, a fonte de água para o abastecimento doméstico provinha de nascente ou poço comum.

Quanto ao esgoto sanitário, a maioria utiliza fossa comum, que consiste em um uma vala escavada e tampada. Em três casos utilizavam fossa séptica, e em um deles, o esgoto era lançado diretamente em um córrego. Esta situação revela as condições do esgotamento sanitário de 56% da população residente no meio rural, indicando o risco à saúde das pessoas e de contaminação dos recursos hídricos, especialmente porque as residências se concentram nos bairros rurais e não nos estabelecimentos agrícolas. Estas informações também foram constatadas em pesquisa realizada por Schneider e Costa (2013).

Apesar de quatro entrevistados participarem de cooperativa de agricultores e um agricultor participar de empresa familiar (com oito famílias), predominava entre os agricultores entrevistados o desinteresse em participar de alguma forma de uma organização social. Tal fato pode estar relacionado à falta de acesso às políticas públicas como a Extensão Rural (Souza-Esquerdo e Bergamasco, 2014), pois os agricultores que participavam de organização social (cooperativa e empresa familiar) eram os que acessaram políticas públicas de crédito rural (Pronaf), compras institucionais (PNAE e PAA), além do programa de Microbacias do governo estadual.

3.2 Conflitos por água e suas características em Piedade

O conflito estabelecido no município de Piedade nos anos de 2014 e 2015 ocorreu em função da diminuição da vazão do rio Pirapora no segundo semestre de 2014, e foi o resultado da baixa precipitação e da disputa pelo uso de água entre os irrigantes e o abastecimento urbano. A este respeito um dos entrevistados informou que: “*o rio chegava a secar durante o dia, devido à baixa vazão e aos usos*”. Isso levou o poder público municipal a embargar a captação de água pelos irrigantes.

A captação de água retira aproximadamente 79 L s⁻¹ durante 24 horas por dia (Arsesp, 2017) realizada pela Sabesp, está localizada antes do rio Pirapora entrar no perímetro urbano,

sendo retirada diretamente do rio, não havendo nenhum tipo de armazenamento anterior que atue para normalizar o abastecimento durante a estiagem. Esta situação é uma ameaça para o abastecimento urbano e foi uma das causas da escassez em 2014. Esta avaliação foi unânime entre os entrevistados. Porém, o contrato com a Sabesp informa que o responsável pelos investimentos em infraestrutura de saneamento é o município.

Esta situação está referendada no Atlas Brasil (ANA, 2010) que, desde 2010, apontava que a situação em Piedade requeria um segundo manancial para seu abastecimento até 2015. Também a revisão do Plano de Bacia do Rio Sorocaba e Médio Tietê, em 2018, recomendou a criação de reservatórios para os municípios que utilizam a água do rio Pirapora para o abastecimento urbano (FABH-SMT et al., 2018). Ademais de Piedade, o rio Pirapora também é o principal manancial para abastecimento urbano dos municípios de Salto de Pirapora e Araçoiaba da Serra, que sofreram ameaças de falta de água para o abastecimento urbano nos anos 2014 e 2015.

Em Piedade, cerca de 300 estabelecimentos que praticam a agricultura irrigada estão localizados a montante da tomada de água para o abastecimento urbano, individualmente a maioria dos volumes retirados são pequenos, porém somados têm impacto relevante sobre a vazão do rio Pirapora. Em sua maioria as captações são informais, não registradas ou outorgadas pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), que é o órgão gestor dos recursos hídricos no Estado. Foi essa situação, que era do conhecimento dos gestores, que facilitou a ação do município para embargar os maiores irrigantes e, assim, impactar os agricultores e conseguir reuni-los na busca de uma solução conjunta.

Neste conflito, a polarização foi entre a empresa de saneamento e a Prefeitura de um lado, e do outro os agricultores com a mediação da Câmara de Vereadores. Foram realizados três encontros e foi adotado o escalonamento, a alternância de dias, para a retirada de água para irrigação no território de drenagem da bacia indicado na Figura 1. Segundo os gestores municipais entrevistados, a medida “*garantiu água para o abastecimento urbano no período*”, já os agricultores consideram que isso só foi possível porque “*algumas semanas seguidas a esses eventos, começou a chover e a vazão do rio Pirapora melhorou*”.

Durante o processo de negociação de medidas mitigadoras da escassez hídrica, foi elaborada uma proposta de lei municipal, na qual o Executivo auxiliaria os agricultores a realizarem outorgas de uso de água, melhorarem seus tanques reservatórios e as estradas internas. Entretanto, após o período de crise hídrica o projeto foi retirado da Câmara Municipal sem controvérsias, após o início das chuvas no final do ano de 2014, estabeleceu-se um “...certo comodismo tanto da Sabesp e Prefeitura, quanto dos produtores...” para buscar uma solução para o conflito. Desta forma, a situação que provocou o conflito não foi alterada e permanece a ameaça de um novo conflito entre abastecimento urbano e produção agrícola.

3.3 Relação Escassez, Clima e Solo em Piedade

No verão de 2014 foi registrado o menor valor de precipitação da série histórica de 1961 a 2015 e a região recebeu apenas 47,8% do total acumulado de precipitação no verão de 2014, estendendo déficits acumulados de precipitação até o verão 2015, quando recebeu apenas 75,4% da média de precipitação acumulada para o período.

Assim, no município, as maiores anomalias de precipitação de 2014 ocorreram nos acumulados mensais dos meses de janeiro e outubro, que registraram respectivamente 41,25% e 19,21% da precipitação acumulada mensal para o período, considerando a climatologia da série histórica de 1971 a 2019 disponibilizadas na base de dados do DAEE (2019). Para os meses de janeiro e março, registrou-se a precipitação acumulada de 84,24% e de 71,58% para o período de janeiro e outubro de 2014. Já no ano de 2015, foram registradas anomalias de precipitação para o acumulado do mês de janeiro e do período de abril a junho, com 41,09% e 57,91% de precipitação acumuladas registradas para os períodos respectivos.

Os entrevistados destacaram que o período mais crítico da crise hídrica ocorrida no município de Piedade aconteceu “de junho a agosto de 2014” quando foram verificadas vazões históricas mínimas no rio Pirapora, o que culminou em conflito pelo uso de água, finalizando-se com as chuvas de outubro. De fato, o ano de 2014 acumulou déficits de precipitação desde o mês de janeiro até o mês de outubro. Em 2015, apesar de ter havido anomalias de precipitação, com cerca de 60% de precipitação acumulada para o período dos meses de abril a junho, segundo os entrevistados: “não houve problemas de falta de água para irrigação, pois o ano foi menos seco que 2014”.

Quanto à interferência da cobertura vegetal na disponibilidade hídrica, está associada ao tempo de permanência da água na área de drenagem. Quanto maior a cobertura vegetal maior será a capacidade de infiltração e menor a evaporação e o escoamento superficial da água, conforme observaram Costa e Rodrigues (2015). Contudo, a área de drenagem do rio Pirapora, que soma aproximadamente 9.637 hectares, possui 57% da área ocupada por matas, que é considerado ótimo (Ceriso, 2018; Veiga, 2017). Porém, do total das áreas utilizadas pela agricultura, 1.644 hectares são considerados terras impróprias para cultivos intensivos e, segundo levantamento da capacidade de uso do solo realizada por Ceriso (2018), recomenda-se a prática de agricultura com restrição. De modo que a produção intensiva e convencional de hortaliças nessas áreas provoca a degradação dos solos e da água. Isso é reconhecido pela maioria dos agricultores entrevistados, que declararam existir erosão em suas áreas de produção.

Com relação ao consumo de água urbano, os dados levantados sobre a população e atendimento de saneamento revelam que a elevação do consumo água, em Piedade, não resultou do aumento da população total. Ele foi consequência da ampliação do abastecimento urbano de água, com tendência à universalização. Em 2000 eram atendidos 7.216 domicílios, o número que cresceu para 9.116 domicílios em 2014, o que corresponde de 86% da área de cobertura do sistema de abastecimento de água, que inclui alguns bairros rurais. No mesmo período, a população total do município cresceu somente 0,05%. As previsões indicam que em 2025 100% da população em 12.127 domicílios serão atendidos na área de cobertura do sistema de abastecimento de água. Para 2042 a previsão é de 14.749 domicílios, incluindo 10 bairros rurais (Sabesp, 2012; Arsesp, 2017).

Esta evolução do atendimento do saneamento, em especial para a rede de água tratada, estrangularia a capacidade de fornecimento de água do principal manancial em 2015, conforme previsto pela ANA (2010), indicando ser este um dos problemas centrais para a escassez hídrica na área de estudo.

3.4 Agricultura irrigada

Não existem dados históricos sobre o uso de irrigação em Piedade, isso resulta em parte da situação de informalidade já descrita que dificulta um registro das vazões utilizadas. O Levantamento das Unidades de Produção Agropecuária de São Paulo, realizado pela Secretaria da Agricultura do Estado, juntamente com os Censos Agropecuários de 2006 e 2017, apresentam informações sobre a quantidade de irrigantes, tipos de irrigação e tamanho da área irrigada. Contudo, faltam informações sobre a localização, volumes e períodos de utilização, trabalho esse que poderia ser realizado pelo município dada a importância deste setor para a economia local, e permitiria mensurar a situação real da disputa pelo uso da água.

De acordo com os censos houve um aumento do número de irrigantes no município, que passa de 1.048, no Censo 2006, para 1.400, no Censo 2017, que nesse ano irrigavam uma área de 6.403 hectares, e, desse total, 1.148 eram agricultores familiares e cultivavam uma área de 4.157 hectares, 64,92% do total. Do total de irrigantes em 2017, 80,79% utilizavam o método convencional de aspersão em 81,81% da área irrigada.

Outro indicador sobre o aumento das atividades agropecuárias e do consumo de água pela agricultura em Piedade pode ser evidenciado pela evolução do Produto Interno Bruto (PIB) municipal, que representa a soma da riqueza produzida em um ano. Até 2002, o município não figurava no *ranking* estadual dos 20 municípios com maior PIB agropecuário, mas em 2014 ocupou a 6ª posição. Esse crescimento nos últimos vinte anos foi significativo, em 2012 o PIB Agropecuário era de R\$ 133,69 milhões (centro e trinta e três milhões de reais), 20% do total do PIB municipal e, em 2014 chegou a R\$ 377,42 milhões (trezentos e setenta e sete milhões de reais), 34% do total PIB local. Pode-se afirmar que existe uma relação entre o aumento do PIB e o consumo de água para irrigação (Seade, 2017).

Outro aspecto que pode ter contribuído para a elevação do consumo de água na bacia do rio Pirapora foram as substituições das espécies cultivadas. Segundo os entrevistados “nos últimos 40 anos, Piedade passou por pelo menos três ciclos de produção agrícola,”. Essas mudanças resultaram da demanda do mercado, da produtividade das espécies e da perda de fertilidade das terras. O cultivo de cebola é um exemplo, pois de acordo com os entrevistados, além dos fatores elencados perdeu mercado pela concorrência de outras regiões do estado, do país e da importação da Argentina. Dessa forma a alternativa produtiva adotada pelos agricultores de Piedade de diversificação dos cultivos, indo dos menos para mais intensivos, que possibilitou atender nichos de mercado, não deve ser analisada apenas pela análise econômica mas, também, enquanto uma estratégia de reprodução da produção familiar, que enfrentou problemas estabelecidos pelo mercado e pelo meio ambiente (Moreira e Hespanhol, 2012).

Figura 2. Histórico de área plantada das principais lavouras em Piedade (a) e (b), quantidade dos produtos principais vendidos.

Fonte: IPEADATA, 2019; IBGE, 1995; IBGE, 2006; IBGE, 2017.

Porém, as mudanças de culturas foram acompanhadas de aumento expressivo do uso de água em Piedade, pois a diminuição do ciclo produtivo das novas culturas agrícolas possibilitou produção praticamente o ano inteiro, variando de 3 a 5 safras, e intensificaram os processos erosivos de solo.

Coincidentemente, foi a partir de 2000 que iniciou um período prolongado de déficits de chuvas na região Sudeste, que atingiu seu ápice em 2014 (COELHO et al., 2016). Esses fenômenos não fugiram à percepção dos agricultores e gestores locais, como narrado pelos entrevistados “de uns 20 anos para cá o clima está ficando mais seco”.

Deste modo, percebe-se que a coincidência da adoção de cultivos mais intensivos pelos agricultores e o período prolongado de seca na região, a partir da década de 2000, também estão relacionados à crise hídrica vivenciada em 2014 e 2015.

3.5 Considerações sobre as perspectivas da gestão territorial e do uso da água

Diante do exposto os principais determinantes da crise hídrica em Piedade no período 2014-2015 foram: a diminuição da precipitação no período do estudo e os dez anos que o antecederam, juntamente com a intensificação do uso do solo e da irrigação, juntamente com as mudanças ocorridas na produção local de hortaliças, e a ampliação do acesso à água na área urbana pela expansão da rede de abastecimento.

A disputa entre usuários proposta por Martín e Justo (2015) é o que caracteriza o conflito em Piedade, uma vez que as vazões de água não satisfizeram os usos múltiplos na bacia estudada. Um aspecto importante dessa crise é o fato dos problemas latentes serem de conhecimento dos atores envolvidos. Como também o conflito e a necessidade do recurso possibilitaram o acordo de alternância no turno de regas, o que revela ser possível a pactuação entre diferentes usuários. Contudo, a importância da gestão pública e da bacia se faz necessária, uma vez que as soluções pensadas pela maioria dos agricultores tiveram caráter isolado ou individual, sendo insuficientes para mitigar ou adaptar os sistemas produtivos.

Apesar de apontarem a falta de reservatório para o sistema de abastecimento urbano como a principal razão da crise hídrica, os agricultores identificaram sua interferência sobre o território: erosão dos solos, diminuição de matas ciliares, assoreamento de nascentes e rios, aumento do uso de água na agricultura, e ocupação de residências nas matas ciliares (Quadro 2). Esses fatores apontados de fato colaboraram para a crise hídrica e deveriam ser um ponto de partida para que a gestão pública, o comitê de bacias e mesmo a extensão rural atuem para implantar soluções para manter a produção agrícola e os demais usos.

Quadro 2. Problemas e soluções relacionados à escassez hídrica na visão dos agricultores.

Problemas relacionados à escassez	Soluções que ajudam a evitar escassez
Falta de reservatório do sistema de abastecimento urbano	Reservatório para o sistema de abastecimento urbano
Estiagem	Reservatórios dos agricultores
Erosão dos solos	Manejo dos solos
Proteção das matas ciliares e nascentes	Espécies agrícolas que demandem menos água
Assoreamento dos rios	Sistemas de irrigação mais econômicos
Aumento do uso de água na agricultura	Conhecimento sobre manejo de água
Residências em matas ciliares	Estradas e drenagem rural

Na visão dos gestores, prioritariamente, deve-se trabalhar para a ampliação do reservatório para abastecimento urbano. A prefeitura local forneceu à Sabesp dois tanques localizados em um parque municipal com capacidade para reservar água para três dias, o ideal é ter um reservatório que alcance para 15 dias. Além desta estratégia, a gestão pública municipal trabalha outras iniciativas com a finalidade de melhorar a qualidade dos recursos hídricos (Quadro 3).

Além dessas políticas públicas, o município promoveu o zoneamento do uso e ocupação do solo discriminando duas zonas que possuem papel fundamental para a conservação dos recursos hídricos. A primeira é a Zona de Conservação Ambiental que ocupa a região de maiores altitudes (acima de 900 metros) e de relevo mais acidentado, situada no topo da Serra de Paranapiacaba, ela possui restrições ao desmembramento do solo inferior a 10.000 m² e ao desenvolvimento de atividades econômicas que modifiquem a paisagem. A segunda é a Zona de Conservação dos Mananciais e corresponde à área de drenagem do rio Pirapora, excetuando a zona urbana e a parte da área de drenagem do rio Sarapuí (Piedade, 2017). Esse zoneamento resultou da disputa entre os agricultores da bacia do rio Pirapora e uma mineradora que tentou instalar-se em área próxima às nascentes do rio. Este processo indica que as questões que envolvem a disponibilidade de água para a produção agrícola são prioridade na agenda local.

Quadro 3. Políticas públicas e ações municipais com finalidade direta ou indireta de conservação dos recursos hídricos.

Políticas públicas e ações	Finalidade
Programa - Pagamento por Serviços Ambientais – PSA	Promover a conservação ambiental remunerando os provedores de serviços ambientais - em implantação
Programa Recuperação de Nascentes	Oferece mudas nativas, orientação e acompanhamento, via assistência técnica
Serviço de Patrulhas Agrícolas	Oferece serviços de preparo de solo, terraplanagem e abertura de acessos, manutenção de açudes e construção de bacias de contenção/captação de água
Saneamento – água e esgoto	Abastecimento de água em alguns bairros rurais
Serviço de coleta de resíduos sólidos	Coleta de resíduos sólidos domésticos, inclusive na área rural
Programa de Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Rural e Irrigante do Município de Piedade	Assistência técnica pública para obter a outorga do uso de água, priorizando os produtores da bacia hidrográfica do Rio Pirapora

Contudo, a falta de pessoal técnico e de recursos financeiros do poder público municipal e a falta de organização e participação social dos agricultores limitam o alcance dessas iniciativas, a maioria dos programas e projetos é desconhecida pela população rural e, dessa forma, não conta com a sua adesão. É o caso do programa de recuperação de nascentes que conta com a participação de 30 agricultores.

As entrevistas revelaram a ausência de uma visão de gestão compartilhada e integrada da água e do território do município, situação que se reproduz no âmbito do comitê da bacia do Rio Sorocaba e Médio Tietê, por mais que se indiquem ações a serem realizadas para melhorar a disponibilidade e qualidade da água.

Quaisquer que sejam as ações para mitigar ou promover a produção de água, garantindo sua disponibilidade para os diferentes usos (agricultura ou abastecimento urbano), elas representam custos de investimentos de médio e longo prazo da parte da municipalidade, da Sabesp ou dos agricultores. Exigindo um descompromisso com o principal insumo econômico e que provê parte importante da qualidade de vida aos moradores de Piedade.

A remuneração pelo trabalho realizado na produção agrícola, de forma geral, é muito inferior aos investimentos, porém, as condições ambientais, e a ameaça de escassez de água, exige a adequação dos sistemas produtivos. Para tanto, há necessidade de aporte financeiro, tempo, capacitação e um novo arranjo social para a gestão do território da microbacia de sorte a alcançar níveis sustentáveis de produção agrícola, e de uso da água. O quadro descrito ameaça a reprodução da agricultura familiar e ao mesmo tempo a desafia a superar e se adaptar a essa nova realidade. Neste caso uma equipe multidisciplinar de assistência técnica poderia cumprir importante papel nesta política.

Diante desse quadro fica evidente a necessidade de envolvimento dos outros entes públicos relacionados com a gestão da água como o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê (SMT), o Estado e a União, no sentido de direcionar as políticas públicas e investimentos para conservação da água e produção de alimentos. Sendo essa uma forma de compensação da função ecológica que municípios produtores de água e alimentos devem receber em regiões altamente urbanizadas, como é o caso da Macrometrópole Paulista.

4. CONCLUSÕES

No presente artigo considera-se que os desafios para a sustentabilidade hídrica da agricultura familiar, em Piedade, em sua relação aos usos múltiplos da água são:

1. A necessidade de enfrentamento dos fatores que levaram à crise hídrica nos anos 2014 e 2015: (i) a seca que reduziu a precipitação; (ii) as mudanças introduzidas na produção agrícola (aumento do consumo de água, expansão da área irrigada, aumento do número de irrigantes, mudanças nos sistemas de produção, e as variedades de hortaliças produzidas); (iii) o aumento da captação de água pelo esforço da gestão local em universalizar o abastecimento urbano; (iv) a expansão do abastecimento urbano de água não estar acompanhada da infraestrutura necessária para enfrentar períodos de estiagem prolongada e; (v) os processos erosivos e de desmatamento que provocam a degradação dos recursos hídricos.
2. A escassez hídrica ameaça o desenvolvimento da produção agrícola no município e a reprodução da agricultura familiar, uma vez que incide em custos e adaptação. Assim, o poder público municipal e os agricultores familiares deveriam assumir uma estratégia para implantar a gestão dos recursos hídricos em âmbito local. Porém, o que se percebe é a busca de soluções de forma individual ou isolada para o enfrentamento do risco. Mas que revelam a disposição para a mudança.

3. Existe a necessidade de uma estratégia de ação comum em relação à gestão compartilhada e ao uso múltiplo da água que deve combinar adoção de tecnologias que economizem água nas atividades produtivas, com o monitoramento do uso e da qualidade da água. Esta estratégia de ação demanda a prestação de um serviço municipal de assistência técnica e extensão rural que reduza os impactos da agricultura sobre os recursos hídricos e o meio ambiente, e seja formado por uma equipe multidisciplinar. Ainda, esta equipe poderia buscar informações sobre a localização, volumes e períodos de utilização da água, e permitiria mensurar a real situação da disputa pelo uso da água.

COMBATENDO A DESIGUALDADE SOCIAL DIANTE DA PANDEMIA COVID-19 – AS AÇÕES DE SOLIDARIEDADE DO MOVIMENTOS DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

Raqueline da Silva Santos¹

Partilhar os produtos da terra para ajudar as famílias necessitadas das periferias das cidades é um sinal do Reino de Deus que gera solidariedade e comunhão fraterna. [...] Pedimos a Deus Pai que derrame sua bênção sobre os produtos que vocês estão partilhando e que Ele abençoe também a todas as famílias que doaram e aquelas que vão receber os alimentos. E que o Espírito Santo vos proteja do vírus da Covid-19, vos dê coragem e esperança neste tempo de isolamento social! E neste dia dos agricultores, que o nosso Bom Deus proteja e abençoe todas as famílias que trabalham na terra e lutam pela partilha da terra e pelo cuidado de nossa casa comum!

Papa Francisco ao MST²

RESUMO

O presente artigo surge como uma proposta no âmbito da disciplina da pós-graduação “Aspectos Multidimensionais do Desenvolvimento” do curso de doutorado, do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau. A disciplina desenvolvida nos instigou a pensar a questão do desenvolvimento dentro do período de Pandemia que estamos vivenciando, e com base nessas reflexões a proposta do artigo está em apresentar outra lógica de desenvolvimento pensada no seio dos movimentos socioterritoriais do campo, com base em suas ações de solidariedade à exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Neste sentido, o artigo trata de um debate sobre a COVID-19 e os impactos decorrentes desta pandemia, o MST seu surgimento e suas ações de solidariedade, o debate sobre o Plano de Reforma Agrária Popular e finaliza esse estudo com uma apresentação de dados. Resultado de um questionário aplicado online sobre a visão da sociedade em torno do MST. Por fim, o artigo traz uma reflexão que evidencia o campesinato, o qual, apesar de toda subordinação que vem passando ao longo dos séculos e vem sofrendo com os impactos decorrentes do modelo de desenvolvimento do agronegócio, tem muito a contribuir com o desenvolvimento das regiões, quando vemos ações que pautam novas possibilidades de produzir, consumir, proteção à natureza e impulsionar a qualidade de vida no campo e na cidade.

Palavras-chave: Solidariedade – Pandemia – Movimentos Socioterritoriais

¹ Bolsista Capes. Professora de Geografia. Mestrado em Geografia e discente do curso de Doutorado em Desenvolvimento Regional, pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional na Universidade Regional de Blumenau (FURB). E-mail: raquelines@furb.br

² MST. Papa Francisco parabeniza ações de solidariedade do MST. Disponível em: <<https://mst.org.br/2020/07/25/papa-francisco-parabeniza-acoes-de-solidariedade-do-mst/>> Acesso em 04 de agosto de 2020.

INTRODUÇÃO

O objetivo central de nosso artigo é apresentar uma reflexão sobre a importância dos movimentos socioterritoriais frente as ações de combate à desigualdade social nesse período de pandemia que estamos vivenciando.

O escritor e jornalista Eduardo Galeano em uma entrevista disse: “Eu não acredito em caridade, eu acredito em solidariedade. Caridade é tão vertical, vai de cima pra baixo. Solidariedade é horizontal”. Com base nessa fala de Galeano, retirada do site do MST³, é isso que o movimento promove, a solidariedade quando cria uma campanha nacional de doação de alimentos no país, chegando a doar em todo território nacional, toneladas de alimentos para populações vulneráveis.

São essas ações que explicam outro modelo de desenvolvimento pautado na proposta da Reforma Agrária Popular, é preciso pensar que, as ações dos movimentos socioterritoriais no enfrentamento ao Estado e na posição que se coloca diante da sociedade, é uma possibilidade de dialogarmos outras condições de produção, relação com a terra, o meio ambiente e qualidade de vida no campo e na cidade.

Para este estudo, tomamos como referência debates sobre a COVID-19, conceitos dos movimentos socioterritoriais, ações de solidariedade dos MST, surgimento do movimento, reforma agrária popular e aplicação de questionário online em mídias sociais, com o objetivo de obter respostas sobre como as pessoas compreendem o MST e suas relações de produção, ações de luta, projetos políticos.

Para a realização deste questionário, usamos o questionário do google. E encaminhamos para grupos, por meio de e-mail, WhatsApp e mídias sociais. Foram obtidas 85 respostas, o que nos ajudou a compreendermos um pouco da visão que algumas pessoas tem do movimento, mesmo com toda ação de luta e solidariedade que o mesmo tem na conjuntura atual, bem como em outros momentos.

O trabalho, portanto, contribui para uma reflexão, que precisa ser aprofundada, sobre os movimentos socioterritoriais e suas ações no contexto do desenvolvimento das regiões, uma vez que, o movimento em questão, não delimita suas lutas a um grupo específico, mas à sociedade como um todo.

A PANDEMIA DO COVID-19

Poderíamos começar esse texto explicando o que é uma pandemia, ou explicando o que é o COVID-19. Porém, desde março, diariamente, as notícias estão sendo veiculadas sobre esta problemática, e se eu fizer uma descrição desses conceitos, o leitor vai pular o texto, por estar tão fadigado deste tema.

Antes da pandemia o mundo já apresentava problemáticas relevantes para serem discutidas, a fome, a falta de infraestrutura, a desigualdade social, o desemprego, a precarização da saúde. Com a pandemia, parece-nos que essas situações ficaram mais claras, para alguns desavisados, pois, a situação mostra-nos a problemática que é gerada em torno da sociedade. Não importa se o país é pobre ou rico, há grandes consequências decorrentes da pandemia,

³ Solidariedade não é caridade: Em campanha de combate à fome, MST já doou mais de 2300 toneladas de alimentos em todo o país. Disponível em: <<https://mst.org.br/2020/06/25/solidariedade-nao-e-caridade/>> Acesso em 02 de setembro de 2020.

claro que, nos países mais pobres, ou em que não há uma estrutura política forte, as consequências, estão sendo mais devastadoras, como é o caso do Brasil.

As grandes transformações sociais, econômicas, ambientais tem gerado grandes choques na humanidade, principalmente se pensamos nas condições de exploração ambiental que vivenciamos em pleno século XXI e em função da dinâmica de produção e consumo que

a humanidade vem vivenciado. A globalização, tida como o período das técnicas, do avanço da ciência, da tecnologia e da informação, é um contexto que proporciona mudanças de efeitos positivos e negativos na sociedade.

Estamos cada vez mais evoluídos em desenvolvimento tecnológico, as transações econômicas ocorrem instantaneamente, a internet nos liga ao mundo, melhoramos em condições de acesso à saúde, aumento da expectativa de vida, diminuição do analfabetismo, acesso a mais conhecimento, temos melhores acessos à higiene básica, mas não temos um sistema global de saúde, capaz de frear uma pandemia, que tem se expandido rapidamente e modificou drasticamente a vida da maior parte da população mundial.

A “SARS-CoV-2 (do inglês Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavírus 2), irmão do SARS-CoV responsável pelo surto de Síndrome de Pneumonia Aguda Grave em 2002-2003. A doença provocada pelo SARS-CoV-2 foi então designada pela OMS por Covid-19 (do inglês Coronavírus disease 19)” (MARTINS, SPMI, 2020), alterou profundamente a nossa vida, como a modificação da nossa rotina, a perda do espaço de trabalho, a perda de familiares, a diminuição da circulação de pessoas, o distanciamento social estabelecido como medida preventiva no combate ao COVID-19.

Quando estabelecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma pandemia em 11 de março de 2020, foi preciso que os países tomassem medidas de enfrentamento para prevenir-se do vírus, tais como: higienizar as mãos, uso de máscaras, manter distância de 1,5m das pessoas, cuidado ao tossir, evitar ambientes cheios. As recomendações da OMS, assim como dos países, e seus respectivos estados e municípios como é o caso do Brasil, indicou uma parada brusca nas atividades cotidianas e isso levou a uma drástica mudança nas relações de trabalho, consumo, ensino e produção.

Essas mudanças refletem uma realidade de desigualdade muito grande no Brasil, presentes no problema da saúde pública, na precarização do trabalho, na uberização do trabalho a serviço das grandes multinacionais. Essas problemáticas revelam a fragilidade do Estado no que se refere a dá um retorno as condições sociais do país frente a situação problemática que estamos vivenciando. Poderíamos pensar que o capital se fragiliza nesse momento, em que o “mundo parou”, contudo, sabemos que ele está mercantilizando cada vez mais as problemáticas que estão decorrendo da situação da pandemia.

O *home office* traz outra possibilidade de pensar as relações de trabalho, com vantagens e desvantagens, seja para o trabalhador ou para o empregador, mesmo assim, esse último tende a sair mais beneficiado dentro dessa relação, uma vez que o trabalhador tende aumentar sua carga de trabalho para o lucro do patrão. Um modelo de trabalho, que pode vir a ser uma opção para a economia mundial, pois as consequências são mais sentidas individualmente, na questão dos trabalhadores sua relação com a sobrevivência.

Portanto, a crise do Covid-19 está deixando não só consequências sociais, econômicas, políticas, etc., mas também uma profunda mudança nas relações de trabalho, que podem potencializar outras formas de se relacionar, se comprometer, se dedicar ao trabalho. O trabalho é remoto, mas as consequências são sentidas de perto.

Outra questão que merece destaque é a questão da saúde dos trabalhadores, é algo que não tem sido levado em conta, nem pelo governo, nem por algumas empresas. No Brasil, as

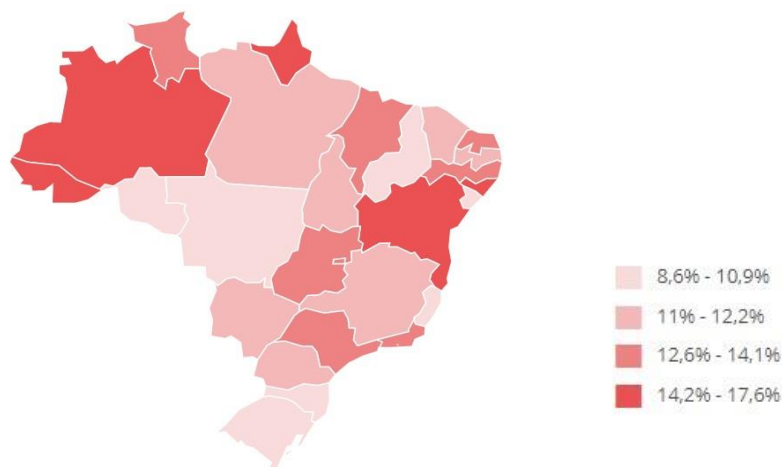
carreatas feitas por empresários solicitando que a força de trabalho voltasse aos seus postos é o reflexo dessa situação. O trabalhador é a força que move o capital, pois é através de sua força de trabalho que ele impulsiona a economia, a produtividade e o bolso do patrão.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) vem contribuindo para informações confiáveis para a sociedade sobre impactos da pandemia nos indicadores de trabalho e saúde e mostrando as desigualdades presentes em nosso país. A pesquisa no site do IBGE mostra-nos um panorama geral das condições de trabalho e saúde no Brasil.

No que tange, a categoria trabalho, a pesquisa evidencia tópicos sobre: subutilização da força de trabalho; ocupação, afastamento do trabalho (devido ao distanciamento social), trabalho remoto, auxílio emergencial, horas trabalhadas, rendimentos. Na categoria saúde, há uma delimitação precisa sobre a COVID-19, onde leva-se em consideração os sintomas da doença, sintomas associados à síndrome gripal, estabelecimentos de saúde e providências tomadas (por quem não buscou estabelecimentos de saúde).

Com base numa leitura criteriosa dos dados apresentados pela PNAD-COVID 19, percebe-se a desigualdade presente no Brasil, fator esse colocado em pauta, com a chegada desta pandemia ao país. Com base nos dados da pesquisa (junho de 2020) analisamos as unidades federativas e as disparidades no que se refere a taxa de desocupação como podemos ver no mapa 1 abaixo.

MAPA 1 - TAXA DE DESOCUPAÇÃO



FONTE: PNAD-COVID-19

Há uma elevada taxa de desocupação entre as regiões norte e nordeste, e uma menor taxa de desocupação entre as regiões sudeste e centro-oeste, mas, um número muito expressivo é a baixa taxa de desocupação na região Sul. Com base nessas informações já podemos considerar que, os níveis de renda são extremamente desiguais, quando se referem a ocupação nas unidades federativas do Brasil, implicando também no rendimento médio real efetivamente recebido pelos trabalhadores das pessoas ocupadas.

Os valores médios desse rendimento são maiores nas regiões Sul e Sudeste e menores na região Norte e Nordeste, implicando nas condições de acesso à saúde, educação, alimentação, moradia, ou seja, nas condições de sobrevivência de uma família. O quadro desta pandemia, revela a crise de empregabilidade no Brasil, mas também revela a informalidade presente no país, uma vez que, à medida que diminui a taxa de ocupação, há outras formas de

sobrevivência que vem sendo desenvolvidas, com a uberização do trabalho, expressa através da informalidade, onde os trabalhadores “empreendedores” são os que acabam por ser seus próprios patrões, e arcar com a manutenção do seu próprio trabalho, por outro lado, enriquece as ações das grandes empresas de aplicativos, como o ifood, o ubereats, por exemplo.

Portanto, essa situação leva à uma grande desigualdade. A PNAD-COVID nos mostra outros indicadores, que merecem ser destacados como o afastamento do trabalho (devido ao distanciamento social). São 7 milhões de pessoas afastadas do trabalho (PNAD-COVID-19, julho, de 2020). Esse quadro atinge principalmente trabalhadores domésticos sem carteira assinada, essa situação conseqüentemente, leva à necessidade do Estado conceder um auxílio a maior parte da população, pois tivemos 7,1 milhões de pessoas ocupadas e afastadas que deixaram de receber remuneração, isso leva a uma incerteza social e econômica muito grande, pois os impactos da pandemia se somam a crise econômica que o Brasil já vinha vivenciando.

Portanto, a COVID evidencia problemáticas já existentes em nosso país, que vem se agravando diante da desigualdade social, por cor, nível de instrução, condições de acesso à saúde, a moradia, etc. A PNAD-COVID-19 nos dá um panorama dessas problemáticas quando evidencia as diferenças e realidades nas condições de desenvolvimento e os efeitos perversos da pandemia sobre as condições de trabalho no Brasil.

Sobre as novas condições de trabalho no Brasil, merece destaque o trabalho do camponês, principalmente aqueles ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que diante da pandemia tem feito muitas ações de solidariedade, direcionadas para atender os que mais sofrem nesse momento.

Somente o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), já doou mais de 2,6 mil toneladas de alimentos frescos e agroecológicos, para as periferias das cidades, trazendo junto com os alimentos, a consciência da importância da luta pela terra e pela Reforma Agrária Popular. Movimentos mais urbanos, como a Central de Movimentos Populares (CMP), o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras por Direitos (MTD), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), também atuam levando doações e informações aos excluídos pelo governo de ultra direita que assola o país no momento mais grave da nossa história (MST, 2020).

Neste sentido, constatamos que os movimentos socioterritoriais denominado desta forma, por considerarmos que são movimentos que provocam alteração na criação ou recriação do território, são movimentos que mesmo lutando pela terra e resistindo frente as profundas mudanças pelas quais vem passando o campo no Brasil, são um exemplo de luta e solidariedade nesse país.

O conceito de movimentos socioterritoriais, elaborado pelo Prof. Bernardo Mançano Fernandes, apresenta uma perspectiva geográfica que evidencia que,

Para evitar mal-entendidos [...], enfatizamos que movimento social e movimento socioterritorial são um mesmo sujeito coletivo ou grupo social que se organiza para desenvolver uma determinada ação em defesa de seus interesses, em possíveis enfrentamentos e conflitos, com objetivo de transformação da realidade. Portanto, não existem “um e outro”. Existem movimentos sociais desde uma perspectiva sociológica e movimentos socioterritoriais ou movimentos socioespaciais desde uma perspectiva geográfica (FERNANDES, 2005, p.279).

Os movimentos socioterritoriais a partir de uma perspectiva geográfica são considerados movimentos que tem como ‘trunfo o território’ [...] e são movimentos que “criam

relações sociais para tratarem diretamente de seus interesses e assim produzem seus próprios espaços e seus territórios.” (FERNANDES, 2005, p.280)

Os movimentos de luta pela terra têm resistido desde o início do século XX diante das profundas mudanças pelas quais o campo vem passando no Brasil em função da expansão do agronegócio e das fronteiras agrícolas. Com os impactos ocasionados por esse processo de modernização no campo brasileiro os camponeses sentiram e sentem na pele a subordinação, a proletarização, a desterritorialização. E por meio da luta e da organização em movimentos socioterritoriais que eles vêm adquirindo novos espaços, ou seja, reterritorializando-se em função da conquista dos acampamentos e dos assentamentos. É por meio dessas ações que é possível considerar os movimentos socioterritoriais como principais agentes de mudanças e resistência no campo brasileiro.

Historicamente o MST é criminalizado por suas ações de luta pela terra e no enfrentamento ao capitalismo, porém, ele tem se sobressaído a partir da (re)criação da classe camponesa, e é por meio dessas ações no contexto da pandemia, que os camponeses, têm nos mostrado possibilidades de atuarmos frente a essa conjuntura de crise e tem nos permitido pensar em outras possibilidades de sociedade, de relações de trabalho, de produção e consumo.

Uma vez que, a lógica de desenvolvimento que pauta a economia agrária do Brasil, é baseada em um modelo dos países centrais, ou seja, o agronegócio, a modernização e industrialização no campo, como fonte de produção e renda. E nesse panorama de modernização a classe camponesa, precisa ser apresentada como grupos que resistem as condições impostas por esse modelo de desenvolvimento no campo.

Para pensar o campesinato no Brasil, que se mostra dentro de um debate muito amplo, poderíamos expor noções de como se formou o camponês no Brasil, sua relação com a terra, a luta pela terra, os conflitos do campo, a subordinação deste ao sistema do capital, a transformação deste em assalariados, a ampliação do agronegócio e os impactos decorrentes no modo de vida do campesinato, porém, a questão central, é como os camponeses vinculados aos movimentos socioterritoriais, como é o caso do MST, vem combatendo a desigualdade no Brasil, principalmente nesse contexto de pandemia.

O camponês apesar de toda subordinação que vem passando ao longo dos séculos e sofrimento com os impactos decorrentes do modelo de desenvolvimento global, tem muito a contribuir com o desenvolvimento das regiões, principalmente quando se refere a produção do campesinato no Brasil, pois o campesinato dentro da lógica de desenvolvimento capitalista através de sua resistência nos mostra possibilidade de outro modelo de desenvolvimento.

Os camponeses estão na lógica do modelo de desenvolvimento que luta pela terra, pela reforma agrária, busca implantar uma agricultura mais saudável e extinguir o uso de agrotóxicos. O modelo de desenvolvimento camponês, tem outra lógica de produção, progresso e economia. Há uma relação com a terra para além de reconhecer esta como mercadoria. Portanto, compreender o campesinato é entender que ele se recria constantemente e tem buscado não se sujeitar as pressões do capitalismo sobre o campo buscando alternativas de sobrevivência em meio ao avanço do agronegócio sobre seu território.

O agronegócio caracteriza o desenvolvimento do capitalismo no campo, ele é o retrato da modernização do campo e do aumento da concentração de terras em nosso país, bem como a centralização produtiva de monoculturas. O agronegócio é destrutivo, é um modelo de desenvolvimento que “promove a exclusão pela intensa produtividade” (FERNANDES, WELCH, 2004).

Diante desses modelos de desenvolvimento distintos, a resposta à pandemia veio do modelo de desenvolvimento do campo, o qual vem contribuindo no combate à fome por meio da solidariedade e das doações de suas produções.

MOVIMENTOS DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)

O MST tem como data de sua fundação, janeiro de 1984 e tem como “berço, o sul do país” (FERNANDES, STEDILE, 2005). O processo de modernização do campo alterou profundamente as relações de produção no campo no Brasil, o avanço da soja, do café, do milho, a saída do homem do campo para o contexto urbano, ou seja, o êxodo rural, foi se intensificando à medida que o campo ia se modernizando, e o camponês já não conseguia garantir sua sobrevivência. A condição de assalariado, ou proletário urbano, fez com que muitos camponeses que migraram para a cidade perdessem sua identidade de trabalho, uma vez que, na cidade os processos produtivos se diferenciavam bastante da realidade do campo.

Por outro lado, nem todos os camponeses se sujeitaram a ir para a cidade em busca da famosa melhoria das condições de vida, discurso que permeava e ainda permeia a imagem da cidade, ou seja, na cidade há melhores condições de trabalho, moradia, educação, saúde. Porém, não se leva em consideração as problemáticas enfrentadas por quem vem de regiões distintas para a cidade, como a falta de oportunidade de trabalho, devido à baixa escolarização, ou a falta de mão-de-obra qualificada, entre outros fatores.

É importante, destacar que essa conjuntura é um dos princípios para o surgimento do MST, pois, o surgimento do movimento tem uma “base social disposta a lutar, que não aceita nem a colonização nem a ida para a cidade como solução para seus problemas. Quer permanecer no campo e, sobretudo, na região onde vive” (FERNANDES, STEDILE, 2005, p.17).

O MST se constituiu e se constitui como um movimento popular, que abrange os trabalhadores e camponeses, ele traz em si, a realidade da luta do povo brasileiro. No caso de sua territorialidade, é um movimento que abrange todo o território nacional e que vem desde a década de 80 na luta por melhores condições de vida, através da luta pela terra, por moradia, por educação, por direitos necessários para a manutenção da vida no campo.

Segundo o professor João Pedro Stédile, o MST ao se constituir como movimento se organiza em sua base formativa a partir de princípios que são reconhecidos como: direção coletiva, divisão de tarefas, disciplina, estudo, formação de quadros, luta pela terra e pela reforma agrária, vinculação com a base (FERNANDES, STEDILE, 2005). É no contexto dessa base formativa que também entra o combate à desigualdade social. Segundo Miguel Carter, “o MST, é o maior e mais proeminente movimento social da América Latina”, [...] que tem feito “esforços contínuos para combater os padrões históricos de desigualdade social no Brasil” (CARTER, 2010, p.27).

Segundo pesquisa da Fundação Getúlio Vargas⁴, feita pela economista Marcelo Neri, a desigualdade social no Brasil vem aumentando nos últimos anos, principalmente quando se analisa a concentração de renda no país e o aumento do desemprego. Esses fatores são analisados a partir do índice de Gini (medida que varia de 0 a 1, quanto mais próximo de 1, mais desigual é a distribuição no país). Em nosso caso, nosso índice de Gini estava em 2019 na casa dos 0.6291, ou seja, estamos aumentando nossa desigualdade social. Para chamar atenção para esses indicadores queremos destacar os camponeses, que sofrem ainda mais com as

⁴ NERI, Marcelo C. A escalada da Desigualdade: Qual foi o Impacto da Crise sobre a Distribuição de Renda e a Pobreza? Rio de Janeiro. FGV Social. Pesquisa disponível em: < <https://cps.fgv.br/desigualdade>> Acesso em 19 de agosto de 2020.

desigualdades sociais, pois além da luta pela terra, está a luta por educação, moradia, produção, etc.

Segundo Carter, o “MST, desde a sua gênese, é uma associação de pessoas pobres” (CARTER, 2010, p.41), a pobreza referida aqui é de renda, pois no contexto da Pandemia do COVID-19 vemos a expressão da riqueza do movimento quando lemos várias matérias, as quais demonstram, o suporte e o auxílio do MST no combate a Pandemia com distribuição de alimentos agroecológicos.

Para Débora Nunes da direção nacional do MST, mesmo que o movimento venha tendo destaque com ações de solidariedade na pandemia “esta é uma prática existente desde o começo do Movimento Sem Terra, produzir alimentos saudáveis para alimentar o povo brasileiro não é uma tarefa nova para as famílias acampadas e assentadas da reforma agrária” (MST, 2020)⁵.

O MST é um movimento de luta pela terra, pela melhoria das condições de vida da sociedade, pois está articulado na sua luta a relação cidade-campo, não podemos pensar o movimento de forma isolada. A criminalização da mídia, do Estado e da sociedade em torno do movimento, é um erro, pois muitos não reconhecem as ações do movimento no combate à

pobreza. Essas ações têm sido bem marcantes nesse momento de Pandemia, em que o movimento continua fazendo ações no combate à desigualdade social no Brasil, bem como criando estratégias de combate à fome no país, com suas produções agroecológicas. Segundo o site do movimento “uma das [...] principais contribuições para a sociedade brasileira é cumprir o [...] compromisso em produzir alimentos saudáveis para o povo brasileiro”. (MST, 2020).

Portanto, o movimento é um agente na produção de alimentos saudáveis no Brasil, a partir de seus territórios, acampamentos e assentamentos. Eles fortalecem a soberania alimentar de nosso país quando se organizam em “cooperativas, associações e agroindústrias”, desenvolvendo “a cooperação agrícola como um ato concreto de ajuda mútua que fortaleça a solidariedade e potencialize as condições de produção das famílias assentadas”, nessa lógica melhorando não só as condições de vida dos camponeses, mas a condição de vida da população urbana (MST, 2020).

Os movimentos socioterritoriais no Brasil enfrentam diariamente a negação de vários direitos para a sobrevivência, seja os do campo, seja os da cidade, sejam os de gênero, entre outros. Contudo, o MST é um movimento que integra uma luta nacional desde 1984, que mesmo com suas controvérsias, é um movimento que vem contribuindo significativamente para várias mudanças sociais, econômicas e políticas. Sua luta, não é uma luta individual, mas uma luta social, que expressa “a força, a incisividade e as aspirações a uma mudança social fundamental” (CARTER, 2010, p. 495).

E nessa luta pela mudança social que o MST na pandemia do COVID-19 contribui para combater a desigualdade social em nosso país, doando alimentos saudáveis para a população. Alimentos como “abóbora, batata-doce, arroz, feijão, mandioca, ovos, hortaliças, carnes, queijo, fubá, farinha de milho (MANFORT, 2020), fazem parte da nossa alimentação diária. São alimentos saudáveis, que não se produzem nos campos do agronegócio. Na contramão do agronegócio, o MST junto aos camponeses lutam, reivindicam direitos e fazem ações que contribuem para a conquista de quatro pilares, que o Estado nega à população: “Terra e trabalho; produção de alimentos saudáveis; proteção da natureza, água e biodiversidade e a vida digna no campo” e para isso cria o Plano Emergencial da Reforma Agrária popular que tem

⁵ MST. Ações de solidariedade Sem Terra se espalham pelo país durante pandemia. Disponível em <<https://mst.org.br/2020/04/16/acoes-de-solidariedade-sem-terra-sem-espalham-pelo-pais-durante-pandemia/>> Acesso em 19 de agosto de 2020.

como objetivo, com base nesses pilares “enfrentar o problema da alimentação no Brasil: a distribuição de terra” (MANFORT, 2020).

REFORMA AGRÁRIA POPULAR

O debate da reforma agrária sempre esteve voltado para uma política de distribuição de terras, na qual diminuísse a alta concentração fundiária no Brasil. No entanto, desde que se instituiu o debate e a luta pela reforma agrária nenhum governo contribuiu de forma efetiva para a realização de tal política pública, o que se construiu ao longo do tempo foi a formação de políticas públicas dentro do contexto neoliberal assim como é a Reforma Agrária de Mercado que se consolida como uma estratégia que beneficia os grandes proprietários de terra e contribuiu para o aumento da pobreza no campo, devido ao endividamento dos camponeses, que se submetem a processos de subordinação bem como de resistência para desta forma, se fortalecer dentro do sistema que estão inseridos (RAMOS FILHO, 2013).

Estamos vivendo um ano atípico no mundo, e no Brasil além de toda a problemática da pandemia temos que lidar com um governo que dá mais complexidade as situações que ora precisamos enfrentar: problemas sociais, crise sanitária, saúde pública, educação, moradia, alimentação, direitos trabalhistas, desemprego, etc. Há uma gama de problemas que precisamos enfrentar diariamente em nosso país, e que vem se agravando com a problemática do COVID19.

A preocupação está centrada em “salvar a economia” em detrimento de salvar vidas, é neste sentido que o movimento socioterritorial, como o MST, tem uma importância significativa para os trabalhadores, sejam os do campo ou da cidade, pois o movimento tem se articulado para pensar alternativas que amplie a melhoria das condições de vida da população, como é o caso do lançamento do “Plano Emergencial de Reforma Agrária Popular: por trabalho, alimentação, moradia e vida digna” que vai na contramão da Reforma Agrária de Mercado (MST, 2020).

Segundo Kelli Mafort, em entrevista dada a página do MST, “o Plano Emergencial de Reforma Agrária Popular é uma construção do MST para a sociedade brasileira e está dentro da conjuntura da pandemia, que expôs as diversas contradições do capital, especialmente em relação à desigualdade social”. É nessa conjuntura de pandemia, que vemos a fragilidade do capital, pois este tem seus limites.

Já a Reforma Agrária de Mercado

A Reforma agrária de mercado resulta de um acordo, durante o governo de FHC, de concessão de empréstimos pelo Banco Mundial para que os governos dos países credores criassem programas de financiamento voltados à compra de terras por camponeses pobres, sem-terra ou com pouca terra, por meio de três programas: Cédula da Terra, Banco da Terra e Crédito Fundiário de Combate à Pobreza. (RAMOS FILHO, 2013, p.12)

Há conflitualidades na perspectiva de desenvolvimento da reforma agrária no Brasil. O governo desenvolve modelos que cada vez mais empobrece o camponês e o endivida, gerando cada vez mais pobreza no campo, por outro lado, a luta dos movimentos socioterritoriais, traz um modelo de desenvolvimento do campesinato sob outra lógica.

Essa lógica se reproduz a partir da ação coletiva, das cooperativas, das agroindústrias, dos acampamentos, dos assentamentos, nas ocupações, na luta pela terra de um modo geral e nesse contexto atual de pandemia o MST se sobressai mais uma vez, quando lança o Plano Emergencial de Reforma Agrária Popular.

Segundo Manfort, 2020, a pandemia expôs um problema social muito grave, e que tem relação com a crise do sistema do capital, que é “uma crise política, econômica, ambiental e social”. Para Manfort, a “pandemia também é proveniente de um enorme desequilíbrio do capital com a natureza”. É devido essa problemática que estamos enfrentando a “COVID-19 com um enorme custo humano, de vidas que estão sendo ceifadas, mortes que poderiam ser evitadas e por isso nós precisamos de medidas emergenciais” (MST, 2020). É com base nessas medidas que o Plano é um importante passo para o acesso a Reforma Agrária Popular, só sujeitos críticos, ativos e propositivos, podem contribuir para mudar a realidade em que vivemos, e temos um claro exemplo disso, através do MST.

Para Ricardo Antunes o capital é um sistema de metabolismo antissocial [...] é o sistema da relação entre o homem e a natureza dentro das relações de produção. Nessa relação há a destruição da natureza para o consumo humano, o avanço das técnicas, das mercadorias, e conseqüentemente o acúmulo do capital e o “fortalecimento do capitalismo”. Nesse sentido, o capitalismo é expansionista, incontrolável e destrutivo. Expansionista – pois necessita expandir-se para obter mais-valor. Destrutivo – explora a natureza, as relações de trabalho e tem sua expansão ilimitada com isso torna-se incontrolável, para o autor, o capital é letal e autofágico (ANTUNES, 2020 *com grifos da autora*).

E contrapondo-se a esse processo autodestrutivo que o MST busca maneiras de ampliar as possibilidades de produção, acesso à terra, à moradia, à alimentação saudável, à educação para todos. Os camponeses nesse processo de enfrentamento ao capital, buscam superar a lógica destrutiva do mercado capitalista, portanto, o Plano é uma estratégia que visa beneficiar não só o contexto do campo mais o contexto urbano, é uma luta para toda sociedade.

O Plano se estrutura em 4 pilares, a saber: terra e trabalho; produção de alimentos saudáveis, proteger a natureza, água e biodiversidade e condições de vida digna no campo.

QUADRO 1. PILARES DO PLANO EMERGENCIAL DA REFORMA AGRÁRIA DO MST

Terra e Trabalho	Produção de alimentos saudáveis	Proteger a natureza, água e biodiversidade	Condições de vida digna no campo
-------------------------	--	---	---

<p>Arrecadação imediata das terras públicas devolutas e a destinação para a Reforma Agrária.</p> <p>Cobrar dívida de empresas e converter em terras.</p> <p>Assentar famílias próximas a centros urbanos.</p> <p>Suspensão dos despejos e reintegração de posse.</p> <p>Assegurar aos povos indígenas e povos quilombolas a demarcação e o reconhecimento dos seus territórios.</p>	<p>Retomada emergencial do Programa de Aquisição de Alimento (PAA).</p> <p>Assegurar a PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar),</p> <p>Liberação de recursos para um plano nacional de agroecologia, garantindo imunidade para o povo brasileiro e o acesso à comida de verdade sem agrotóxicos.</p> <p>Incentivo para a produção de comida sem veneno.</p>	<p>Zelar pelos nossos bens naturais, pela natureza, incentivar o plantio de árvores, mas também a proliferação de agroflorestas.</p> <p>Fazer frente a toda essa política de desmatamento do Ministério do Meio Ambiente, pelo ministro Ricardo Salles.</p>	<p>Debate ao enfrentamento da violência doméstica.</p> <p>Garantir para as populações no campo de assentamentos e acampamentos, moradia digna para que também a juventude permaneça no campo.</p> <p>Não permitir que nenhuma criança esteja desassistida neste processo de pandemia em relação às escolas do campo.</p>
---	---	---	--

FONTE: MST – Entrevista exclusiva com Kelli Mafort, coordenação nacional do MST.

O Plano Emergencial é uma alternativa para que os movimentos socioterritoriais possam mostrar à sociedade e ao governo a necessidade de olhar para o campo e combater o avanço do agronegócio sob o modo de vida camponesa. O ensejo pela realização da Reforma Agrária no Brasil é algo que vem sendo discutido há muito tempo, mesmo com algumas ações de implantação de assentamentos e o desenvolvimento de políticas públicas para à educação, saúde, produção, ainda precisamos avançar muito, pois a alta concentração fundiária em nosso país é um dos pressupostos para as diversas problemáticas que há no território do campo. Além desses fatores apresentados no texto, é preciso também dialogar com a sociedade civil, que em sua maioria não tem uma ampla visão dos movimentos socioterritoriais e suas ações. É com base nesse princípio que criamos um questionário para termos uma visão de como as pessoas compreendem os movimentos sociais em suas dimensões de luta, direitos, produção e ações.

ANÁLISE DOS DADOS

A luta dos movimentos socioterritoriais, como o MST, é uma luta que vem avançando desde a década de 80, e infelizmente a maior parte da sociedade não compreende a importância da atuação do movimento. Entender o papel dos movimentos socioterritoriais na sociedade é de suma importância, uma vez que são os atores dos movimentos que historicamente vem contribuindo pela luta de direitos e enfrentamento ao Estado e até mesmo ao capital. Infelizmente boa parte da sociedade não estar a par da luta dos movimentos socioterritoriais, como o MST, nem sabem de suas ações, devido à alta criminalização feita pela mídia sobre o movimento.

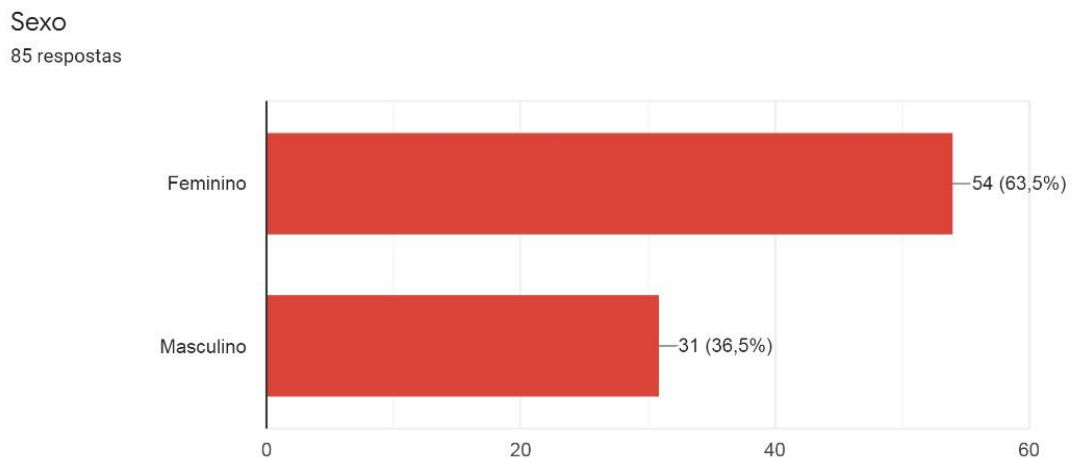
Por outro lado, na universidade, existem grupos que contribuem significativamente para melhorar a visão da sociedade sobre o movimento e compreender que a luta do mesmo é uma

luta de todos, e que é preciso uma relação campo-cidade para que as lutas do campo possam ampliar não só seus direitos bem como à melhoria da qualidade de vida de todos.

Para analisar uma visão da sociedade, lançamos no dia 27 de agosto um questionário com 13 perguntas de múltipla escolha e deixamos uma caixa de diálogo para que as pessoas comentassem sobre o movimento e tivemos 85 respostas. Das perguntas dos questionários levantamos informações sobre como as pessoas veem a luta pela terra, o que sabem sobre o movimento, como veem as ações de solidariedade do movimento em tempos de pandemia, qual a relação da produção dos camponeses e do agronegócio, se veem a necessidade de reforma agrária no país e se a reforma agrária é apenas um problema de quem está no campo e por fim se eles conhecem o Plano Emergencial da Reforma Agrária.

As redes sociais nesse período de pandemia tem sido um grande território para coleta e transmissão de informações, com base nessa realidade virtual, o questionário foi aplicado com 85 pessoas na base do google forms, das quais tivemos um alto percentual de participação feminina, como podemos ver no gráfico abaixo.

GRÁFICO 1 - SEXO PESQUISA ONLINE – “AS AÇÕES DE SOLIDARIEDADE DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS EM TEMPOS DE PANDEMIA”

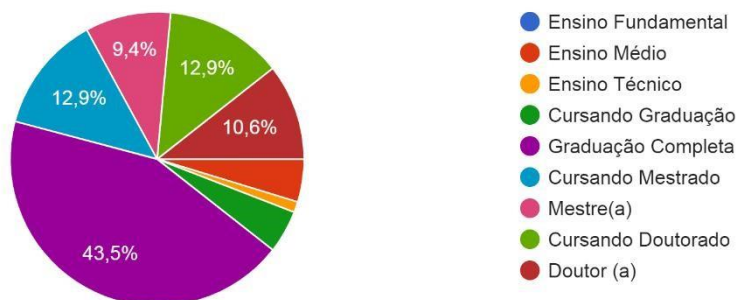


Perguntamos além do sexo, a formação das pessoas, pois compreendemos que quanto maior à formação maior o esclarecimento sobre determinadas problemáticas sociais, o que nem sempre se aplica. A maior parte das pessoas pesquisadas apresentaram um alto nível de formação, sendo 37 pessoas, ou seja 43,5% das pessoas tem graduação completa, o que pressupõe um maior grau de informação quando comparado aos que concluíram o ensino médio apenas 4,7%. Esse panorama da formação é importante para termos uma ideia de quem é o perfil dos respondentes, entretanto, não somos capazes de atribuir através do questionário quem sabe mais ou menos em relação ao movimento.

GRÁFICO 2 – GRAU DE ESCOLARIDADE – PESQUISA ONLINE: “AS AÇÕES DE SOLIDARIEDADE DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS EM TEMPOS DE PANDEMIA”

Grau de Escolaridade

85 respostas



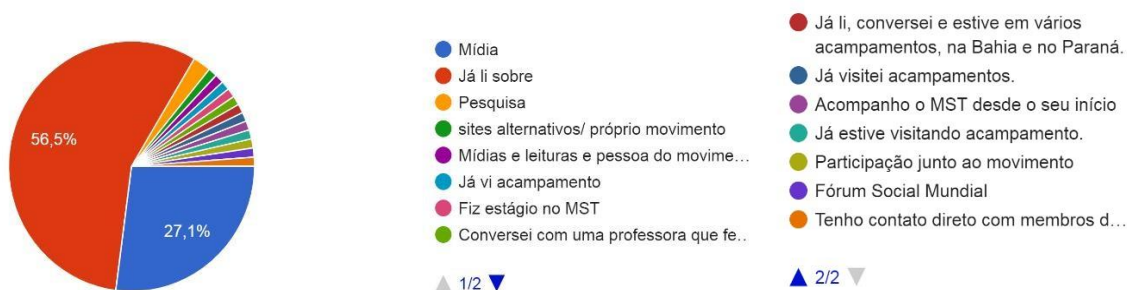
A terceira pergunta da pesquisa esteve relacionada se as pessoas conheciam ou não o movimento, e 70 pessoas, ou seja, 82,4 % disseram conhecer o movimento. Quando perguntados sobre onde ouviram falar do movimento, se na mídia, se já havia lido sobre ou outro meio, foram diversas respostas, contudo, o que me chamou atenção é que 48 pessoas ou 56,5% das pessoas responderam que já leram sobre o movimento, o que podemos relacionar com quem tem maior grau de formação. Já 27,1% dos respondentes afirmam que conhecem o movimento apenas através da mídia. As outras respostas levantadas foram, conhece o movimento através de pesquisas, sites alternativos e do próprio movimento, fez estágio com o movimento, através do Fórum Social Mundial, etc.

O que aqui se compreende é que as pessoas tiveram acesso ao questionário e se dispuseram a responder em sua maioria conhece o movimento ou tem alguma ligação com ele, o que é muito importante vê que há pessoas que estão atentas ou ligadas a uma discussão tão necessária em nossa sociedade.

GRÁFICO 3 – DE ONDE O RESPONDE CONHECE O MST – PESQUISA ONLINE: “AS AÇÕES DE SOLIDARIEDADE DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS EM TEMPOS DE PANDEMIA”

Você conhece o MST do que ouve na Mídia, ou você já leu sobre?

85 respostas



A luta pela reforma agrária está contida na luta pelo trabalho, pois é através do acesso à terra que os movimentos socioterritoriais estabelecem suas condições de vida, de produção e de acesso a outros direitos fundamentais. Na questão da produção, o MST é um movimento que tem lutado constantemente para estabelecer produções sem o uso de agrotóxicos e

possibilitar uma melhor qualidade de alimentos saudáveis para quem tem acesso as suas produções.

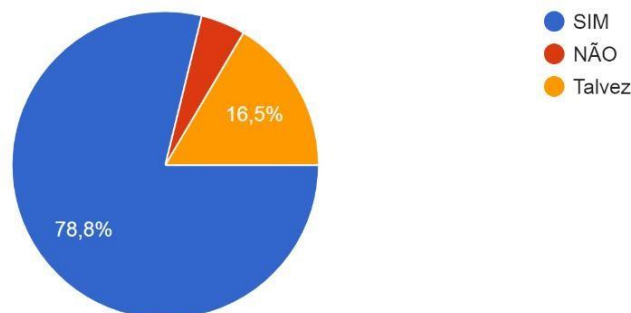
Além disso o movimento vem numa constante luta de combate à fome, como vimos nessa pandemia suas ações de solidariedade, contudo essas ações, não se restringem a este momento, uma vez que o próprio movimento em suas feiras de reforma agrária, nos armazém do campo, instalando em cidades como São Paulo e Recife, buscam atribuir preços justos a sua produções, bem como faz muitas ações de solidariedade ao longo do ano.

Sobre a pergunta: “Você considera que o MST é um movimento que pode ajudar no combate à fome no país?”, 78,8% dos respondentes disse que sim, como podemos constatar no gráfico abaixo.

GRÁFICO 4 – COMBATE À FOME- MST – PESQUISA ONLINE: “AS AÇÕES DE SOLIDARIEDADE DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS EM TEMPOS DE PANDEMIA”

Você considera o MST, um movimento que pode ajudar no combate à fome no país, por meio de sua produtividade?

85 respostas



O que evidencia que a maior parte dos respondentes conhecem o movimento. Além dessa pergunta outra que podem ser alinhadas a esta é: “Você considera que a organização popular é a melhor forma de combater as desigualdades do sistema capitalista?” Para 74,1% das pessoas as organizações populares ainda é a melhor forma de combate à desigualdade.

No Brasil, isso não é generalizado, quando vemos a grande criminalização de movimentos sociais ou comentários como esse posto no questionário: “[...] vejo muitos no MST próximo a minha casa com carros que parece pretender a pessoas de classe média alta, ou até mesmo classe alta. Deveria haver algo que tornasse o MST mais sério”. Vemos aqui que, algumas pessoas não consideram que o movimento é sério, que é organizado através de um projeto amplo, que engloba, terra, trabalho, educação, moradia, saúde e meio ambiente.

Por outro lado há pessoas que tem outra visão do movimento como o comentário a seguir “O MST, mas do que um movimento pela distribuição menos seletiva da terra, é um movimento pela justiça social; pela soberania alimentar; pelo combate à pobreza, fome e miséria; pela diminuição da desigualdade social; e pela autonomia, independência e soberania do Brasil”.

A sociedade precisa conhecer o movimento em seu processo histórico para compreender suas lutas e reivindicações, por outro lado, o próprio movimento continua se fortalecendo e buscando se reafirmar enquanto um agente propulsor de mudança nos territórios do campo e da cidade no Brasil, pois como afirma Werner Fuchs em matéria para o MST no dia 05 de junho de 2020.

A força do MST está em ser um movimento não-armado, pacífico, mas ousado e firme. A ocupação de áreas é uma espécie de sequestro para forçar o governo a aplicar a lei da desapropriação. Nem sempre os meios de comunicação e a opinião pública sabem ou quer entender essa característica dos sem-terra. É mais fácil xingá-los de sujeitos fora-da-lei. Mas não é mais possível estagnar a transformação cultural camponesa de Norte a Sul, evidenciada na solidariedade e na “mística” dos símbolos, como a cruz de Ronda Alta, bandeira, bonés, etc. (FUCHS, 2020 *com grifos da autora*).

Nesse contexto de reconhecer o movimento como um exemplo de luta, solidariedade e organização, que procuramos compreender como as pessoas veem o alimento que chega à sua mesa, ou seja, quem elas reconhecem como produtores de seus alimentos.

GRÁFICO 5 – PRODUÇÃO DE ALIMENTOS – PESQUISA ONLINE: “AS AÇÕES DE SOLIDARIEDADE DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS EM TEMPOS DE PANDEMIA”

Para você, quem produz o alimento que chega à sua mesa?

85 respostas



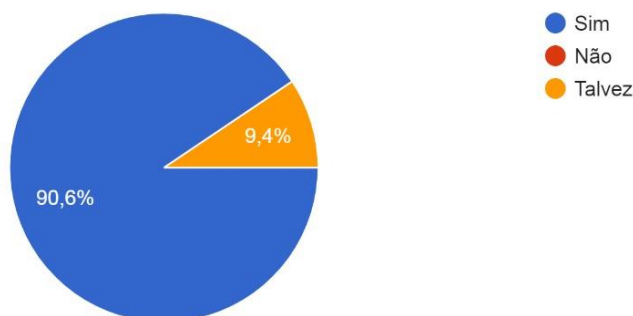
Com base no gráfico 5, a maior parte dos respondentes acreditam que seus alimentos vêm dos camponeses, ou seja, dos produtores do campo. De fato, quem produz os alimentos são os camponeses, o agronegócio se apropria da produção de *commodities*, mas quem é a base produtiva da alimentação de nosso país ainda são os camponeses, que de acordo com o Censo agropecuário de 2017 é na agricultura familiar que temos a produção de “70% do feijão nacional, 34% do arroz, 87% da mandioca, 60% da produção de leite e 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos.

Nessa conjuntura, compreendemos que a reforma agrária é cada vez mais necessária para ampliar a produção dos camponeses, dando-lhes acesso à terra e a incentivos produtivos. Em nosso questionário a maior parte das pessoas acham que a luta pela reforma agrária é necessária em nosso país, o que nos mostra a importância do movimento em suas lutas e reivindicações ao Estado.

GRÁFICO 6 – REFORMA AGRÁRIA – PESQUISA ONLINE: “AS AÇÕES DE SOLIDARIEDADE DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS EM TEMPOS DE PANDEMIA”

Você acha que a luta pela reforma agrária é necessária no Brasil?

85 respostas

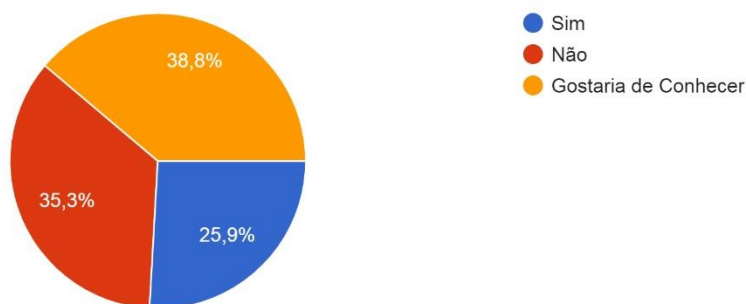


Nessa pandemia o MST, assim como outros movimentos socioterritoriais, tiveram uma ampla participação em ações de solidariedade e contribuiu para pensar uma nova estratégia da Reforma Agrária, o que o movimento denominou de Plano Emergencial da Reforma Agrária. Vemos que os respondentes, em sua maioria gostaria de conhecer o plano, outros 25,9% já conhecem a nova proposta.

GRÁFICO 7 – PLANO EMERGENCIAL DA REFORMA AGRÁRIA – PESQUISA ONLINE: “AS AÇÕES DE SOLIDARIEDADE DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS EM TEMPOS DE PANDEMIA”

Você conhece o "plano emergencial de reforma agrária" lançado pelo MST nesse contexto de Pandemia?

85 respostas



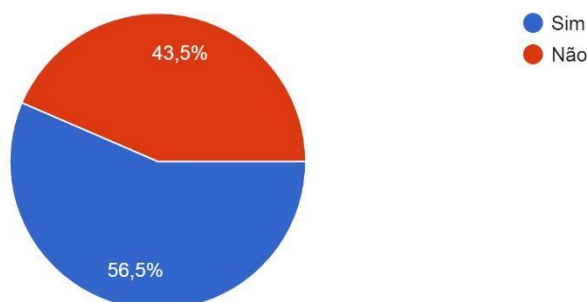
O plano está alinhado ao que a pandemia nos mostrou com tanta evidência, ou seja, a realidade de um Brasil desigual, e que muitos insistem em esconder. Sem o apoio do governo, os movimentos socioterritoriais em todas as regiões do país deram um show de solidariedade, quando distribuiu toneladas de alimentos para as populações mais vulneráveis.

Para um respondente do questionário “*O MST está dando uma aula de solidariedade durante a pandemia, mas infelizmente a grande mídia prefere mostrar a "solidariedade" das*

grandes empresas capitalista, do que mostrar o que realmente deu certo nos movimentos sociais”. E em função dessa realidade surge a seguinte pergunta: “Você conhece, ou presenciou, alguma ação de solidariedade do MST na pandemia?” Vimos nas respostas vimos que ainda há muitas pessoas que não conhecem as ações do movimento na pandemia, em torno de 43,5% o que equivale a 37 pessoas dentro do universo dos respondentes.

GRÁFICO 8 – AÇÕES DE SOLIDARIEDADE DO MST – PESQUISA ONLINE: “AS AÇÕES DE SOLIDARIEDADE DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS EM TEMPOS DE PANDEMIA”

Você conhece, ou presenciou, alguma ação de Solidariedade do MST na Pandemia?
85 respostas



O conjunto de respostas do questionário foi uma pequena amostra de que há muito para se aprender sobre os movimentos socioterritoriais, de forma muito especial, o MST, que nessa pandemia viu uma oportunidade de “demonstrar a solidariedade” presente no movimento (FUCHS, 2020 *com grifos da autora*). Para Fuchs, “o surgimento de epidemias cada vez mais agressivas (SARS, Ebola, Covid-19) está diretamente ligado ao avanço predatório do capitalismo sobre o planeta” (FUCHS, 2020).

São os movimentos socioterritoriais que através de suas ações frente ao Estado e ao capital nos mostram as problemáticas que precisam ser debatidas na sociedade, tais como: desmatamento, mineração, concentração de terra, mudanças climáticas. Portanto, um planejamento articulado entre Estado, sociedade e movimentos socioterritoriais para a efetivação de uma reforma agrária popular, pode nos ajudar a combater a degradação socioambiental, a qual o sistema capitalista nos submete viver, no território da cidade como no território do campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia do COVID-19 vem reestruturando nossas relações sociais, produtivas, econômicas, educacionais e de lutas sociais. Não imaginávamos que esse ano de 2020 seria um ano tão desafiador. No contexto desse desafio muitas pessoas precisaram se reinventar para adequar-se ao trabalho, ao ensino e até as lutas sociais que para alguns passaram a ser de forma remota.

Não podemos dizer que essa situação vai provocar mudanças drásticas na sociedade, uma vez que, à medida que houve o afrouxamento das medidas de isolamento vimos que à sociedade civil voltou a ocupar os espaços e se aglomerar.

É um novo desafio que precisamos enfrentar, conscientizando à população dos riscos e necessidades de revermos nossas práticas em relação ao nosso comportamento diante da natureza, nossa alimentação, nossa forma de produção, etc.

A COVID-19 traz desafios não só para à cidade, mas para o próprio território do campo, em meio as profundas mudanças ocasionadas diante da pandemia, o presente trabalho buscou evidenciar que é possível encontrarmos modelos de produção e de desenvolvimento mais alternativos, os quais possam possibilitar à melhoria da qualidade de vida da sociedade.

Contudo, a conflitualidade tão presente na sociedade é outro desafio que precisamos enfrentar diante do desejo de sugerir mudanças que possam desenvolver outro modelo econômico, como o proposto pelo MST.

É por meio da luta e da organização em movimentos socioterritoriais que eles vêm adquirindo novos espaços, ou seja, reterritorializando-se em função da conquista dos acampamentos e dos assentamentos. É por meio dessas ações que é possível considerar os movimentos socioterritoriais como principais agentes de mudanças e resistência no campo brasileiro.

E o movimento socioterritorial apresentado neste trabalho, mostra-nos como as ações de solidariedade são propulsoras para pensarmos mudanças diante da situação de desigualdade a qual vivemos no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio, et. al. **Sopa de Wuhan**, Editorial: ASPO (Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio), 188 páginas 1.a edición: marzo 2020.

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: O trabalho sob fogo cruzado**. E-Book. São Paulo, Boitempo, 2020.

AUGUSTO BRANDÃO, Cristiane e SANTOS, Rogério Dutra (orgs) **Pandeminas e Pandemônio** (Livro eletrônico), Tirant au Blanc, 2020. (**Pandemia da Precarização do Mundo do Trabalho**/vários autores - pp. 193 -246).

BBC. **Sars, Mers, Ebola, coronavírus – por que há cada vez mais surtos de vírus mortais pelo mundo?** Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51296088>> Acesso em 08 de agosto de 2020.

CARTER, Miguel. **Combatendo a Desigualdade Social - O MST e a Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo, Editora da UNESP, 2010.

FERNANDES, BERNARDO M.; STEDILE, João P. **Brava gente: a trajetória do MST e luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais : Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais**. En: OSAL : Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005-). Buenos Aires :CLACSO, 2005- . -- ISSN 1515-3282 Disponible en: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16MFernandes.pdf>

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Políticas públicas, questão agrária e desenvolvimento territorial rural no Brasil.** Disponível em:<<http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20GRADUACAO/GEOGRAFIA%20RURAL%202016/Aula%209b.pdf>> Acesso em 29 de agosto de 2020.

FIOCRUZ. **A pandemia de covid-10 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada.** Disponível em <<http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/1036/a-pandemia-de-covid-19-nobrasil-crnica-de-uma-crise-sanitria-anunciada>> Acesso em 04 de agosto de 2020.

FUCHS, Werner. **Reforma Agrária um caminho sem volta.** Disponível em:<<https://mst.org.br/2020/06/05/reforma-agraria-um-caminho-sem-volta/>> Acesso em 05 de agosto de 2020.

FURLAN, Reinaldo **O Significado da Crise da Sociedade Contemporânea.** In.: Aoristo. International Journal of Phenomenology, Hermeneutics and Metaphysics, Toledo, n°1, v. 1(2017) p. 159-187. <https://outraspalavras.net/podcasts/fome-no-brasil-o-mst-tem-um-plano/>> Acesso em 04 de agosto de 2020.

MAFORT, KELLI. **Plano Emergencial de Reforma Agrária Popular: por trabalho, alimentação, moradia e vida digna.** Disponível em: <[https://mst.org.br/2020/06/04/planoemergencial-de-reforma-agraria-por-trabalho-alimentacao-moradia-e-vida-digna/#:~:text=Kelli%20Mafort%20\(KM\)%3A%20O,em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0%20desigualdade%20social.](https://mst.org.br/2020/06/04/planoemergencial-de-reforma-agraria-por-trabalho-alimentacao-moradia-e-vida-digna/#:~:text=Kelli%20Mafort%20(KM)%3A%20O,em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0%20desigualdade%20social.)> Acesso em 22 de agosto de 2020.

MATTEDI, Marcos A.; Ribeiro, Eduardo A. W.; Spiess, Maiko R. e Ludwig, Leandro. **Epidemia e contenção: cenários emergentes da Pós-Covid-19.** In.: ESTUDOS AVANÇADOS 34 (99), 2020.

MATTEI, Lauro e Heinen, Vicente Loeblein. **Impactos da Crise da Covid-19 no Mercado de Trabalho.** In.: Núcleo de Estudos de Economia Catarinense (NECAT).

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** In.: Arte & Ensaios | revista do ppgav/eba/ufrrj | n. 32 | dezembro 2016. pp. 123 – 151.

MORIN, Edgar. **Pour une crisologie.** In: Communications, 25, 1976. La notion de crise. pp. 149-163.

MST. **7 de Agosto é o Dia Nacional de Luta e Luto.** Disponível em:<<https://mst.org.br/2020/08/04/7-de-agosto-e-o-dia-nacional-de-luta-e-luto/>> Acesso em 09 de agosto de 2020.

MST. **Ações de solidariedade Sem Terra se espalham pelo país durante pandemia.** Disponível em<<https://mst.org.br/2020/04/16/acoes-de-solidariedade-sem-terra-semespalham-pelo-pais-durante-pandemia/>> Acesso em 19 de agosto de 2020.

MST. **Papa Francisco parabeniza ações de solidariedade do MST.** Disponível em: <<https://mst.org.br/2020/07/25/papa-francisco-parabeniza-acoes-de-solidariedade-domst/>> Acesso em 04 de agosto de 2020.

MST. **Reforma Agrária: um caminho sem volta.** Disponível em: <<https://mst.org.br/2020/06/05/reforma-agraria-um-caminho-sem-volta/>> Acesso em 04 de agosto de 2020.

MST. **Solidariedade e Soberania Alimentar na Pandemia.** Disponível em: <<https://mst.org.br/2020/08/27/artigo-%e2%80%8b-solidariedade-e-soberania-alimentarna-pandemia/>> Acesso em 29 de agosto de 2020.

NERI, Marcelo C. **A escalada da Desigualdade: Qual foi o Impacto da Crise sobre a Distribuição de Renda e a Pobreza?** Rio de Janeiro. FGV Social. Pesquisa disponível em: <<https://cps.fgv.br/desigualdade>> Acesso em 19 de agosto de 2020.

OUTRAS PALAVRAS. **Fome no Brasil: o MST tem um Plano.** Disponível em: <

OUTRAS PALAVRAS. **Solidariedade e participação para enfrentar a fome no RS.** Disponível em: <<https://outraspalavras.net/crise-brasileira/solidariedade-e-participacao-paraenfrentar-a-fome-no-rs/>> Acesso em 23 de agosto de 2020.

POLITIZE. **Qual a situação da agricultura familiar no Brasil?** Disponível em: <<https://www.politize.com.br/agricultura-familiar/>> Acesso em 09 de agosto de 2020.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **Movimentos socioterritoriais, a contrarreforma agrária do Banco Mundial e o combate à pobreza rural os casos do MST, CONTAG e MARAM: subordinação e resistência camponesa.** São Paulo. Outras Expressões, Clacso, 2013. Coleção CLACSO- CROP

REDE BRASIL. **MST lança plano emergencial de reforma agrária: ‘Vamos reerguer o Brasil com os trabalhadores.** Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/06/mst-lanca-plano-emergencial-dereforma-agraria-reerguer-brasil-trabalhadores/>> Acesso em 04 de agosto de 2020.

UFJF. Universidade Federal de Juiz de Fora. **Pandemia e meio ambiente: impactos momentâneos ou nova normalidade.** Disponível em: <<https://www2.ufjf.br/noticias/2020/04/24/pandemia-e-meio-ambiente-impactosmomentaneos-ou-nova-normalidade/>> Acesso em 04 de agosto de 2020.

Reforma agrária e a Pandemia da COVID-19: a necessidade da democratização do acesso à terra próximo aos centros urbanos.

Marcelo Bloizi Iglesias¹
Rodrigo de Jesus França²

A pesquisa desenvolvida busca analisar as dificuldades quanto à soberania e segurança alimentar dos brasileiros e o seu suposto agravamento em relação ao contexto da pandemia da COVID-19. No plano logístico houve um impacto na produção e transporte entre os espaços em que se produz e se consome, o que está diretamente atrelado à ausência de uma política aguda de reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar na atual conjuntura política, assim como o enfraquecimento político dos direitos humanos dentro do Brasil. Diante disto, com a adoção de políticas de democratização do acesso à terra e produção agrária próxima aos centros urbanos o enfrentamento da crise de abastecimento de suprimentos básicos para a população poderia ser enfrentado de forma mais eficiente? Parte-se da hipótese de que a distribuição de terras em políticas de reforma agrária, com o fortalecimento da agricultura familiar e cooperativismo, em espaços próximos às metrópoles amorteceria o impacto do acesso à alimentação saudável no país. O objetivo geral da pesquisa é demonstrar como uma política de democratização do acesso à terra e o respeito a sua hipoteca social devem ser adotados para a garantia da segurança alimentar da população. A investigação empreendida utilizará como fontes algumas bases de dados públicas, bem como, dados apresentados por entes da iniciativa privada e do terceiro setor. Por esta razão, com base nos parâmetros metodológicos adotou-se a vertente jurídico-sociológica, ao tempo que a linha seguida foi a crítico-metodológico e o pensamento foi o dedutivo-indutivo. Isto posto, a pesquisa terá um viés propositivo de política pública para o enfrentamento de uma crise alimentar.

Palavras-chave: Agricultura familiar; COVID-19; Democratização no acesso a terra; Direitos humanos; Reforma agrária.

¹ Mestre em Direito Público pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Bacharel em Direito pela Universidade Salvador (UNIFACS). Professor substituto de Direito Agrário na UFBA.

² Graduando em Direito na UFBA.

História, Memória e Luta pela Terra em Campo do Meio: uma análise histórico-sociológica sobre as greves e o conflito agrário da antiga usina Ariadnópolis

Resumo:

O objetivo deste trabalho é analisar e compreender sociologicamente a origem histórica da luta pela terra em Campo do Meio-MG a partir da memória dos trabalhadores acampados e ex-funcionários da antiga usina Ariadnópolis, palco de um dos maiores conflitos agrários do país, no qual encontram-se famílias e comunidades acampadas, constituindo o Quilombo do Campo Grande. Para tanto, buscar-se-a, por meio de levantamento bibliográfico, fontes históricas, pesquisa documental e entrevistas semi-estruturadas investigar não só a processualidade histórica das lutas, recuperando, por meio de relatos orais, as causas das greves que deram origem às lutas e ocupações de terras pelo MST no Sul de Minas Gerais, mas também analisar como vivem, trabalham e se reproduzem os(as) ex-trabalhadores(as) da usina sem-terra. Espera-se com a presente pesquisa contribuir tanto para a constituição de um memorial sobre a história da luta pela terra quanto preencher uma lacuna existente sobre as abordagens históricas e sociológicas acerca das lutas que envolvem o Quilombo do Campo Grande.

Palavras-chave: Reforma Agrária; memória; greve; Quilombo Campo Grande

Apresentação do tema/problematização:

A história do desenvolvimento do capitalismo tardio brasileiro não pode ser dissociada das contradições inerentes da economia agrária e seu contexto de subordinação depende aos países de capitalismo central desde o início do século XX. Tal história pode ser conhecida se se observa a própria dinâmica do desenvolvimento capitalista no campo brasileiro a partir das relações sociais de produção que envolvem tanto a exploração da terra quanto a exploração do trabalho.

É no interior dessa dinâmica que o objeto a ser analisado se insere com a presente proposta de pesquisa. Trata-se de um dos maiores e mais complexos conflitos agrários do país, envolvendo a ocupação das terras da antiga usina Ariadnópolis, no município de Campo do Meio-MG, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra desde o início dos anos de 1990. Esse conflito talvez seja a síntese do complexo contraditório que articula o arcaico e o moderno como elemento central do desenvolvimento *sui generis* do capitalismo brasileiro.

Conforme as análises caiopradianas, mesmo com a formação do Brasil contemporâneo o “sentido da colonização” (PRADO JR, 2000) ainda permanece, pois é possível identificar elementos de sua continuidade e descontinuidade presentes na dinâmica histórica da agricultura brasileira. Ainda no século XIX, com o fim do tráfico negreiro e com os anúncios das lutas abolicionistas, as elites agrárias perceberam a

necessidade de manter outras formas de subordinação dos trabalhadores rurais, transformando a terra em mercadoria e propriedade a partir da Lei de Terras em 1850 (GRAZIANO, 1980). Se aquele momento representava, por um lado, a emergência das lutas pelo fim da escravidão, por outro, tratava-se de perpetuar os interesses das elites agrárias, tornando a terra cativa, como forma de subordinação do trabalho ao novo conjunto de relações de produção, instituído pela ordem social competitiva do capitalismo (FERNANDES, 2008).

O século XX, no Brasil, marca o desenvolvimento dessa lógica tanto no campo como na cidade, porém, criando novas processualidades contraditórias. Isso porque, na medida em que o avanço do capitalismo exigiu, desde a década de 1930, o desenvolvimento da indústria, ele também promoveu uma agricultura subordinada, transformando a terra tanto em valor como em reserva patrimonial (OLIVEIRA, 2001). Essa transformação histórica, pela continuidade do sentido da colonização, criou uma concentração fundiária também *sui generis* no Brasil, desconhecida em qualquer outro lugar do planeta.

Tal cenário, de concentração absurda de terras, se aprofundou ainda mais com a emergência das grandes empresas capitalistas agropecuárias que se expandiram a partir dos anos 1960 e 1970, como resultado das políticas de modernização (conservadora) agrícola realizadas pelos governos da ditadura civil-militar, o que transformou empresários industriais em latifundiárias, grandes proprietários de terras, beneficiados por amplos e violentos processos de expropriação das terras de agricultores, camponeses e indígenas.

Esse processo de modernização do campo, financiando pelo Estado, causou transformações profundas, privilegiando a agricultura capitalista em detrimento da agricultura camponesa (FERNANDES, 1998) pois instituiu, através de políticas estatais como o Sistema Nacional de Crédito Rural, o processo de industrialização da agricultura e a promoção das relações de produção do trabalho assalariado no campo. Foi essa mesma expansão “que transformou o colono em bóia-fria, agravando os conflitos entre grileiros e posseiros, fazendeiros e índios, e que concentrou ainda mais a propriedade da terra” (GRAZIANO, 1980, p. 12).

É no conjunto dessas estruturas, processos e relações sociais que os conflitos emergentes da contradição entre capital e trabalho se intensificam no campo. O conflito agrário, envolvendo a antiga usina Ariadnópolis é exemplo disso, na medida em que ele revela as mazelas sociais e as misérias das elites agrárias brasileiras. Localizada no

município de Campo do Meio-MG, a fazenda que deu origem a usina de açúcar e álcool Ariadnópolis, provavelmente foi fundada, com estrutura de engenho de cana-de-açúcar e produção de café, no final do século XIX, por Manuel Alves de Azevedo, latifundiário que viveu na região na primeira metade do século XX. A história dessas terras e, portanto, da usina, atravessou o século XX, vivendo seu apogeu no período da ditadura civil-militar, principalmente durante a vigência do PROÁLCOOL (Programa Nacional do Álcool), de 1975 a 1985, tendo mais de 8 mil hectares de cana-de-açúcar plantadas em suas terras, empregando mais de 2 mil trabalhadores nas lavouras e na produção industrial. Naquele momento a usina representava a força motriz da economia local no município de Campo do Meio¹ (LUCAS; VALE, 2014).

No entanto, com a crise do PROÁLCOOL e sua desregulamentação na segunda metade dos anos 1980, a empresa apresentou sinais de crise e esgotamento econômico, decorrentes tanto do fim das políticas de fomento ao setor sucroalcooleiro, oriundas daquele programa, como de problemas de administração e gestão dos negócios. No início dos anos 1990 a usina realizou suas últimas safras, desestruturada e com um número bastante reduzido de funcionários, ela abriu falência em 1994, razão pela qual passou a ser motivo de um grande conflito social e agrário, que explodiu na cidade, envolvendo seus trabalhadores na luta pelos direitos trabalhistas.

Com a falência, a empresa descumpriu contratos e violou direitos dos trabalhadores, gerando uma situação social de desemprego e desalento social. Desempregados, sem receber salários há mais de quatro meses, os trabalhadores decidiram se organizar por meio de greves, para reivindicar seus direitos e salários não pagos pela massa falida da empresa.

Uma das lideranças que participaram daquele movimento grevista relata que “em outubro de 1995, os trabalhadores bóias-frias da usina Ariadnópolis iniciaram a terceira greve que durou 100 dias” (MOREIRA, 2017, p. 223). O STR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais) da região apoiou a luta dos trabalhadores da usina e propôs que a massa falida da ex-usina repassasse a terra como forma de pagamento dos direitos devidos aos trabalhadores em formas de dívidas fiscais e trabalhistas. Assim, como forma de pressionar o usineiro a quitar suas dívidas, os trabalhadores organizados pelo sindicato decidiram ocupar as terras da Fazenda Jatobá, área adjacente à usina. A justificativa

¹ Uma síntese histórica sobre a Usina pode ser encontrada no vídeo-documentário “Usina Ariadnópolis – vestígios de uma história há tempos perdida”, produzido por Jaiane Cristina Rodrigues. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-M4Wyoc-grM&t=307s>. Acesso em 11 de junho de 2020.

daquela ocupação tinha a ver com o fato de que se tratava de uma fazenda falida, abandonada há mais de quatro anos e que não cumpria a função social da terra (LUCAS; VALE, 2014). No entanto, aqueles trabalhadores rurais filiados ao Sindicato não tinham conhecimento, nem tampouco experiências de mobilização e luta pela terra.

A situação da maioria desses trabalhadores(as), assalariados(as) rurais oriundos(as) da região nordeste e do Vale do Jequitinhonha, tanto dos que atuavam na colheita da cana, como na colheita do café, era de um trabalho migrante, temporário (volante), (sazonal), informal, sem nenhuma proteção social, o que os levava tanto nos canaviais quanto nos cafezais às situações de grande vulnerabilidade social, muitas das quais, de exploração de trabalho análogo ao escravo, algo registrado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais à época, conforme destaca o estudo de Moreira (2017).

Vendo que estava “enxugando gelo” diante da força da cafeicultura na região, *os trabalhadores do STR da região*, com o apoio de um militante do MST, *iniciaram um trabalho de base que buscava convencer os trabalhadores camponeses migrantes que seria melhor para eles lutarem por um pedaço de terra do que ficarem sendo explorados a vida toda trabalhando como boia-fria*. Assim, na madrugada de 18 de novembro de 1996, um domingo, em vários ônibus, para driblar policiais militares, os Sem Terra disseram que iriam para a cidade de Varginha. Por volta das três horas da madrugada [...] 80 famílias camponesas – a maioria delas de migrantes que vinham todos os anos trabalhar como boias-frias na colheita do café – ocuparam a antiga Fazenda Jatobá [...] Foi aí... que iniciou o primeiro acampamento do MST no sul de Minas. Não começou com barracas de lona preta, diferentemente da quase totalidade das outras ocupações no campo. *Poucas famílias sem-terra eram do município, pois o povo da região era ainda muito submisso aos fazendeiros da plantação de café e da pecuária*. Temiam se juntar na luta pela terra, porque, se depois, viesse a precisar de emprego, seriam rejeitados por terem se metido em ocupação de terra, coisa que era um tabu na época (SEBASTIÃO MÉLIA MARQUES, em entrevista, dia 10/02/2015, *apud* MOREIRA, 2017, p. 224, *grifos nossos*).

Diante da desolação social provocada pelo desemprego naquele momento e a falta de perspectiva quanto ao recebimento dos salários e direitos, os trabalhadores – muitos dos quais camponeses e migrantes – decidiram engrossar as fileiras de luta pela terra na região em meio às contradições encerradas pela modernização (conservadora) agrícola. Assim, nasce o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra no Sul de Minas Gerais na luta contra o latifúndio, a violação de direitos e a exploração do trabalho, mobilizando os(as) trabalhadores(as) em defesa da Reforma Agrária enquanto estratégia de luta contra o capital agroindustrial da região.

O movimento emerge com uma luta concreta cujos resultados são imediatos. Ao mobilizar cerca de 50 famílias que ocuparam a fazenda Jatobá em 18 de novembro de 1996, o movimento conquista o primeiro assentamento de Reforma Agrária na região, sendo ela desapropriada em 06 de maio de 1997 pelo governo federal mediante o pagamento de indenização ao antigo proprietário, transformando-se no primeiro assentamento do Sul de Minas Gerais. Daí seu nome, Primeiro do Sul (LUCAS; VALE, 2014).

A partir da conquista da Fazenda Jatobá um novo capítulo na história da luta pela terra em Campo do Meio começa a ser escrito pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) em Minas Gerais, pois novas ocupações ocorreram nas terras da fazenda Ariadnópolis, desde 1998, dando origem a um conjunto de acampamentos denominado pelo MST como Acampamento *Quilombo do Campo Grande*². São 462 famílias que vivem e trabalham na área reivindicada, de origem do próprio município de Campo do Meio, mas também oriundas de outras cidades da região, com destaque para os municípios de Campos Gerais, Carmo do Rio Claro, Boa Esperança, Ilicínea, Guapé, Santana da Vargem, Passos e Alfenas. Ainda, no que diz respeito às famílias, devido à proximidade com o Estado de São Paulo, muitas são oriundas da região de Campinas, Sumaré e Americana, bem como de outros Estados, como Paraná, Rio de Janeiro, Goiás, Pernambuco, Maranhão, Ceará, Alagoas e Pará (COCA; BEZERRA; CAPUCHINHO, 2019).

As terras ocupadas da fazenda Ariadnópolis tem sido, há mais de duas décadas, objeto de um dos mais complexos conflitos agrários e jurídico do país, envolvendo as famílias acampadas, de ex-trabalhadores da usina, organizadas pelo MST e o grupo econômico CAPIA – (Companhia Agropecuária Irmãos Azevedo), representante da usina, que reivindica a propriedade da área. Desde 1998 foram realizadas naquelas terras 9 ocupações com a participação de 1200 famílias, o que gerou conseqüentemente a criação de mais um assentamento, o Nova Conquista II, com capacidade para 12 famílias (COCA; BEZERRA; CAPUCHINHO, 2019).

² Constituem o Acampamento Quilombo Campo Grande, as comunidades de Tiradentes, Coloninha, Resistência, Fome Zero, Girassol, Potreiro, Sidney Dias, Rosa Luxemburgo, Irmã Dorothy, Betinho, Chico Mendes, Vitória da Conquista. A denominação Quilombo Campo Grande tem a ver com a homenagem a história do Quilombo Campo Grande que existiu na região Sul-Sudoeste de Minas Gerais entre os séculos XVII e XVIII, segundo os estudos de Martins (2008).

Entretanto, mesmo 22 anos após a primeira ocupação da área, a Reforma Agrária em Campo do Meio continua sendo uma pauta reivindicada, mas não atendida pelo Estado, prevista na Constituição Federal. Antes, o que se tem nesse período são vários movimentos de despejo das famílias acampadas, bem como a violação dos direitos humanos praticados pelos aparelhos repressores do Estado na tentativa de reintegração de posse das terras aos representantes da usina. Ainda nesse período, diversas negociações foram realizadas mediante a participação dos órgãos estatais, como MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrária) INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), Ouvidoria Agrária Nacional, CAPIA e MST, mas nenhuma resolveu o conflito definitivamente com a política de Reforma Agrária. Ao contrário, o imbróglio jurídico não só permaneceu como se aprofundou com as liminares e pedidos de reintegração de posse em face das resistências dos(as) trabalhadores(as) organizados(as).

Portanto, se por um lado os assentamentos conquistados pelo MST na região representam um avanço na luta pela Reforma Agrária, por outro, a existência de mais de 460 famílias, acampadas em condições precárias, às vezes sem acesso à água potável ou à luz, significa que a Reforma Agrária permanece sendo não apenas uma dívida social do Estado com o povo brasileiro, mas uma agenda atual e necessária na luta dos(as) trabalhadores(as) rurais sem-terra.

Diante desse contexto explosivo, no qual as famílias acampadas utilizaram-se da estratégia de ocupação de terras como forma de luta social para obterem seus direitos violados pela empresa, são raros os estudos que tratam da processualidade histórica das greves geradoras do movimento de ocupação das terras da antiga usina. Nenhum deles reconstitui histórica e sociologicamente a origem do conflito, nem tampouco as relações sociais de produção que levaram a emergência do levante e da organização dos trabalhadores naquele momento. Tendo em vista essa lacuna existente acerca das interpretações e análises sobre a situação-problema em tela, vale perguntar: por que razão o conflito (latente) ainda não se resolveu, mesmo após ações do governo estadual na tentativa de desapropriar a área para fins de reforma agrária? Considerando a situação de instabilidade e insegurança jurídica gerada pelo conflito agrário, como as famílias do Quilombo do Campo Grande tem se organizado para trabalhar e viver na(da) terra? Qual a trajetória social dos homens e mulheres que trabalharam na antiga usina Ariadnópolis e hoje vivem acampados em comunidades que reivindicam a posse da terra? O que levou tais sujeitos a se engajarem na luta pela terra, sendo muitos deles(as) assalariados(as) rurais da cana e do café? Qual a história desse movimento que envolvem as greves na

usina, a mobilização e a organização dos trabalhadores na luta por seus direitos sociais? Após 22 anos de ocupação, sem resolução do problema, de que forma esses trabalhadores e trabalhadoras percebem sua relação com a experiência de trabalho na usina e com a experiência de luta junto ao MST?

Revisão Bibliográfica

A história de resistência e luta dos assalariados rurais, camponeses e trabalhadores da antiga usina Ariadnópolis talvez seja uma síntese histórica da realidade e da questão agrária no Brasil, a qual, desde 1850 com a Lei de Terras, “o país inventou a fórmula simples da coerção laboral do homem livre: se a terra fosse livre, o trabalho tinha que ser escravo; se o trabalho fosse livre, a terra tinha que ser escrava”. O cativo da terra se tornou “a matriz estrutural e histórica da sociedade que somos hoje” (MARTINS, 2013, p. 10).

Por essa razão, acampamentos e assentamentos são, neste contexto, novas formas de luta pelo direito à terra livre e ao trabalho liberto (OLIVEIRA, 2001; STÉDILE, 2011). Em outras palavras, nos acampamentos, camponeses, peões e bóias-frias encontram na necessidade e na luta, “a soldagem política de uma aliança histórica capaz de organizar greves rurais e ocupações a fim de conquistar a terra como espaço de liberdade para o trabalho e reprodução social da vida”. Nesse sentido, o MST “é um passo na longa marcha dos camponeses brasileiros em sua luta cotidiana pela terra” (OLIVEIRA, 2001, p. 194-195). Conhecer estes passos à luz da pesquisa documental e da memória coletiva (HALBWACHS, 1990) daqueles que seguem nas fileiras da luta se tornou um imperativo diante das relações sociais que marcam a dialética do desenvolvimento do capitalismo (agrário) brasileiro na contemporaneidade (MARINI, 2000; FERNANDES, 2008). Para tanto, é preciso compreender que a relação entre os movimentos camponeses e a produção de documentos é conflituosa assim como suas próprias relações com a institucionalidade do Estado brasileiro.

A análise histórica e sociológica do conflito agrário no Sul de Minas abre a possibilidade de se pensar as particularidades da luta dos camponeses no conjunto da totalidade que envolve a manutenção do Brasil como país dependente, subordinado aos interesses internos e externos das classes dominantes. Nesse sentido, o Estado não é capaz de atender as demandas dos camponeses desamparados, mas, por outro lado, fornece uma série de artifícios jurídicos e políticos para os proprietários da massa falida, que se mantém em contraofensiva. Para tanto, é fundamental ter acesso também à memória da

luta pela terra na região de tal maneira a construir uma síntese da luta capaz de dar conta dessa relação conflituosa. Dessa forma, aprofundar-se na memória dos trabalhadores rurais sem-terra significa estudar a questão agrária brasileira, considerando não apenas os meandros da institucionalidade, mas buscando entender também como e por que os próprios sujeitos da luta se colocam em conflito.

Por ter uma difícil inserção no âmbito jurídico e político, institucionalizados, há grande dificuldade tanto no que se refere aos registros das memórias (coletivas/oficiais) como no que concerne à produção de documentos escritos por parte dos movimentos sociais no Brasil. Esse problema é ainda mais preocupante, sobretudo em relação aos movimentos camponeses, principalmente pela distância espacial entre o local onde estão assentados/acampados (meio rural) e os órgãos institucionais políticos e jurídicos. Além disso, as pesquisas que possuem temáticas ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra que trabalham com os documentos escritos, correm o risco de não considerar o próprio movimento, mas sim o que se fala deles. Para Meihy, “quando a cultura oficial aborda os grupos excluídos, colocando-os como tema de seus estudos, o faz pela via indireta, pelos documentos escritos. Assim, essas análises são sempre ‘sobre’ eles, e nunca ‘deles’” (MEIHY, 2005, p. 37).

Para além do campo das representações, pretende-se partir da síntese histórica para compreender a natureza do conflito agrário no Sul de Minas Gerais. Nesse sentido, o trabalho do historiador não pode ser considerado mera disputa de narrativas a fim de construir políticas públicas, o que acarretaria um reducionismo sobre a questão. Ao contrário dessa perspectiva, busca-se uma compreensão mais profunda da memória, não tratando de maneira binária a dialética relação entre grupos opressores e oprimidos. Isto é, não se trata de construir uma memória dos dominados, no caso, dos Sem-Terra, de modo a salvaguardá-la nos arquivos da universidade. Trata-se, na verdade, de assumir um posicionamento a fim de problematizar questões suscitadas pela história oral militante, isto é, recuperar a história dos silenciados, sua memória subterrânea (POLLAK, 1989).

Portanto, nesse trabalho, as fontes orais são condição *sine qua non* para o estudo das classes não hegemônicas, visto que o controle sobre os registros e a escrita se faz pelas classes dominantes (PORTELLI, 1997, p. 37). Por essa razão, é preciso também que o historiador compreenda o sentido de sua tomada de partido, quando se decide por estudar fatos presentes de um conflito que é histórico.

A História do tempo presente carrega particularidades para o trabalho do historiador. Destaca-se aqui uma importante reflexão de Walter Benjamin acerca do

trabalho do historiador quanto às análises dos conflitos que ainda se fazem no tempo presente. Segundo o autor,

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso (BENJAMIM, 1985, p. 224)

Sobre a proximidade temporal, o historiador do tempo presente Jean-Pierre Rioux (RIOUX, *apud* TÉTART, 2000, p.137). faz um alerta, que reforça a tarefa do historiador do tempo presente. Afirmar que o século XXI é o da imagem, do imediatismo, da atemporalidade do indivíduo, que se confunde entre passado, presente e futuro. O historiador do presente pode intervir nesse processo, pode retomar o passado para entender o presente. Portanto, nesse contexto, cabe aos historiadores: “matizar e reorganizar esses conteúdos de forma analítica e com consciência histórica, retomando o passado para entender o presente” (FIORUCCI, 2011, p. 116) Isso não deixa de ser uma forma de engajamento, na medida em que exige também problematizações acerca da história oral militante. Afinal,

A História Oral não tem sujeito unificado; é contada de uma multiplicidade de pontos de vista, e a imparcialidade tradicionalmente reclamada pelos historiadores é substituída pela parcialidade do narrador. "Parcialidade" aqui permanece simultaneamente como "inconclusa" e como "tomar partido": a história oral nunca pode ser contada sem tomar partido, já que os lados existem dentro do contador. E não importa o que suas histórias e crenças pessoais possam ser, historiadores e "fontes" estão dificilmente do mesmo "lado". A confrontação de suas diferentes parcialidades - confrontação como "conflito" e confrontação com "busca pela unidade" - é uma das coisas que faz a história oral interessante. (PORTELLI, 1997, p. 19)

Assim, se materializa a ideia que se busca superar. Ou seja, o abandono da pretensão da imparcialidade não deve levar ao primado da parcialidade, como se dependesse do historiador pressupor os “partidos” dessa disputa. Antes, é na interpretação da concretude da disputa que se encontram suas razões históricas, a atualização do conflito agrário brasileiro, construído na histórica luta dos camponeses que atualmente se encontram ameaçados no Quilombo do Campo Grande, pela ofensiva dos proprietários tutelados pelo judiciário. Portanto, não é uma questão de lados, de partidos, mas de pretender construir a verdade sobre o conflito e isso perpassa, necessariamente, o trabalho

com as memórias dos sem-terra que integraram toda a luta travada pelos acampados do Quilombo do Campo Grande. Com efeito, este trabalho só pode se desenvolver na perspectiva do materialismo histórico, pois, segundo Walter Benjamin, é

[...] com a representação do passado, que a História toma por sua causa, passa-se o mesmo. O passado leva consigo um índice secreto pelo qual ele é remetido a redenção. [...] Se assim é, um encontro secreto está então marcado entre as gerações passadas e a nossa. [...] Então nos foi dada, assim como a cada geração que nos precedeu, uma fraca força messiânica, a qual o passado tem pretensão. Essa pretensão não pode ser descartada sem custo. O materialista histórico sabe disso. (BENJAMIN, 1985, p. 222-223)

É desta perspectiva teórica que se busca realizar a História Oral. Segundo Portelli, ela é capaz de fornecer o material que revela “eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos” (1997, p. 31), esclarecendo sobre áreas inexploradas da vida das classes não hegemônicas. Ou seja, podemos ter acesso ao que pouco é (ou não é) conhecido sobre o conflito no Sul de Minas, como o conteúdo e as formas de enfrentamento contra os grandes proprietários, os eventuais sucessos e fracassos dessas formas, as consequências desses sucessos e fracassos na própria luta bem como no conflito em geral

Contada através de uma multiplicidade de pontos de vista, a História Oral trata, antes de tudo das memórias dos sujeitos, visto que, para *narrar* é preciso *lembrar*. Mas isso não quer dizer lembrar e contar os “fatos”, e sim expressar um ponto de vista sobre o passado, pois viver é interpretar, lembrar é criar e interpretar novamente, e contar é lembrar e criar: a memória é então “um verdadeiro trabalho de organização” (POLLAK, 1992, p. 5). No entanto, para que essa multiplicidade não seja mistificadora, é preciso entender que os sujeitos envolvidos no conflito são determinados historicamente, de modo que o relato se constitui numa materialização de um conflito concreto, sendo o resultado de uma multiplicidade de determinações, cabendo ao historiador interpretar sua relação. Dessa perspectiva, é preciso considerar que a reminiscência está em constante transformação não podendo ser tratada como parte pura do passado, mas como algo que compõe a memória e está intimamente ligado às necessidades do presente (BENJAMIM, 1985, p. 211).

Objetivo Geral

Analisar e compreender sociologicamente a origem histórica da luta pela terra em Campo do Meio a partir da memória dos trabalhadores acampados e ex-funcionários da antiga usina Ariadnópolis que atuaram nas greves geradoras dos primeiros movimentos de ocupação do Quilombo do Campo Grande.

Objetivos Específicos

- Mapear, identificar e conhecer os ex-trabalhadores da usina que participaram do movimento grevista no início dos anos 1990;
- Reconstituir e explicar a história da usina, as lutas e as greves a partir da memória de seus ex-trabalhadores;
- Conhecer e analisar a trajetória social, identidades, lutas e movimentos dos ex-trabalhadores da usina;
- Compreender as razões histórico-sociais da luta pela terra em Campo do Meio e analisar a trajetória do MST no Sul de Minas Gerais.

Justificativa

A presente pesquisa é parte do Programa de Extensão “*Semeando a terra: ações de fortalecimento da cadeia agroecológica e da soberania alimentar no sul de Minas Gerais*” e busca responder a uma demanda do próprio MST no que diz respeito à formação de sua identidade enquanto movimento social de luta na região. Nesse sentido, vale destacar a importância do conhecimento de sua história e registro de sua memória na constituição de sua identidade social e política.

A investigação é relevante primeiro porque os estudos levantados sobre o MST na região se detêm apenas nas dimensões sócio-territoriais do conflito agrário ou mesmo na estruturação e produção dos acampamentos e assentamentos, havendo, portanto, uma lacuna quanto às abordagens históricas e sociológicas acerca das razões do conflito. Afinal, de todos os trabalhos encontrados, nenhum se aprofunda ou busca explicar historicamente, – por meio da memória dos ex-trabalhadores da usina, hoje acampados, – a gênese e as contradições dos conflitos que deram origem às ocupações de terras do Quilombo Campo Grande e as lutas em defesa da Reforma Agrária na região.

Em segundo lugar, convém assinalar a importância dessa pesquisa, na medida em que ela pode contribuir tanto para a superação dessa lacuna, de estudos históricos e sociológicos acerca da luta pela terra na região, assim como ela também permitirá a documentação, registro e memorial dos processos de luta travados desde às greves na

Usina a partir dos relatos orais dos trabalhadores e militantes que participaram dos conflitos desde sua origem, trazendo à público uma memória esquecida e silenciada. Tal investigação permitirá ainda, ao movimento e seus sujeitos, conhecerem e se reconhecerem numa trajetória social e política de lutas e resistências constitutivas de sua identidade pelo direito de acessar e permanecer na terra através das políticas de Reforma Agrária.

Além disso, a pesquisa traz contribuições no que tange ao modo com o qual a Universidade se aproxima dos movimentos sociais e políticos em atuação na sociedade civil, trazendo suas demandas e sistematizando sobre elas. Pensar e repensar na forma e conteúdo dessa aproximação é urgente frente aos ataques que a Academia vem sofrendo nos últimos anos por parte da própria sociedade.

Metodologia

Considerando as características da realidade social investigada, envolvendo aspectos históricos de ordem macro e microsociológicos, a presente pesquisa possui abordagem qualitativa (HAGUETTE, 2005; THIOLENT, 1981) como forma de captação e análise dos dados a serem levantados em três momentos distintos, porém, complementares. Para dar conta das questões/problemas de pesquisa e objetivos pretendidos, buscar-se-á:

- 1) O levantamento e análise de material bibliográfico que analisa o conflito agrário em Campo do Meio-MG. Parte deste levantamento já está sendo realizado no âmbito do Núcleo de Estudos Trabalho, Agroecologia e Soberania Alimentar, responsável pela coordenação do programa de extensão, *“Semeando a terra: ações de fortalecimento da cadeia agroecológica e da soberania alimentar no sul de Minas Gerais”*, ação na qual o trabalho de campo com a perspectiva da observação participante será desenvolvido;
- 2) Visto que as poucas informações existentes sobre as greves e o início do movimento de ocupação das terras da antiga usina Ariadnópolis se remetem mais aos relatos coletados por outras pesquisas e menos aos documentos e fontes históricas, este trabalho buscará também o levantamento de dados a partir do uso de arquivos em sociologia (ISRAËL, 2015), pesquisa e análise documental (CELLARD, 2008) de fontes históricas que possam organizar uma síntese histórico-sociológica das greves, conflitos e movimentos de ocupação das terras. Tais dados serão captados nos arquivos da imprensa local e regional, nos documentos (escritos e imagéticos) e atas de assembleias do

Sindicato dos Empregados Rurais de Campo do Meio e região, bem como nos arquivos memoriais construídos pelo MST desde sua origem na região;

3) Considerando “a história que se apoia unicamente em documentos oficiais, não pode dar conta das paixões individuais que se escondem atrás dos episódios” (BOSI, 2003, p. 15) e que a realidade a ser investigada envolve as ações políticas de trabalhadores e trabalhadoras sem-terra na luta pela Reforma Agrária, a presente pesquisa buscará ainda ampliar o conhecimento, compreensão e análise do conflito agrário em Campo do Meio a partir da memória, depoimentos e relatos orais dos sujeitos que participaram das greves que deram origem às ocupações de terras em meados dos anos de 1990. Nesse sentido, a História Oral se constitui na metodologia principal desta pesquisa, na medida em que ela permitirá o conhecimento do tempo presente e do passado próximo pela experiência e pela voz daqueles que os vivenciaram (LANG, 2001). Em outras palavras, trata-se de compreender e analisar a versão e percepção dos sujeitos a respeito daqueles eventos sociais e políticos, no caso, as greves, que deram origem ao movimento de ocupação de terras pelo MST na região. Para tanto, serão realizadas entrevistas semi-estruturadas por meio de roteiro flexível com ex-trabalhadores(as) da usina, militantes, indicados pelo MST e que atualmente se encontram acampados ou assentados nas áreas adjacentes da antiga usina Ariadnópolis.

Tendo em vista tais procedimentos e técnicas de pesquisa e sua natureza qualitativa, a finalidade é compor um quadro analítico amplo, porém circunstanciado em fontes documentais, das partes articuladas que compõem a totalidade social em questão.

Cronograma de Atividades:

	Meses											
Atividade	09	10	11	12	01	02	03	04	05	06	07	08
Reuniões e discussões com o orientador e o co-orientador	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Levantamento, leitura e análise de material bibliográfico	X	X	X	X								
Levantamento de fontes históricas, documentos e material de imprensa sobre as greves dos trabalhadores e ocupações de terra em Campo do Meio			X	X	X							

Análise dos documentos pesquisados				X	X	X	X	X				
Identificação e contato com ex-trabalhadores acampados e assentados de Campo do Meio			X	X	X							
Realização de Entrevistas					X	X	X	X				
Análises das Entrevistas					X	X	X	X	X	X		
Elaboração do relatório final											X	X
Elaboração de artigos para publicação											X	X

Plano de Trabalho do Bolsista

A presente pesquisa será uma oportunidade ao bolsista de se formar cientificamente em processos iniciais de investigação, apreendendo não apenas as teorias sociais acerca dos processos, estruturas e relações sociais que configuram as realidades sociais dos movimentos sociais de luta, mas também os procedimentos e técnicas de pesquisa, de caráter qualitativo, o que permitirá tanto uma formação crítica no nível acadêmico, quanto uma formação inicial no campo das Ciências Sociais em geral, assim como da sociologia rural, da história oral e da sociologia do trabalho em particular.

Atividades:

- *Participar de reuniões de planejamento e avaliação do desenvolvimento da pesquisa;*
- *Realizar levantamento, estudos e análise bibliográfica e documental concernente ao tema da pesquisa;*
- *Documentar e registrar em caderno de campo todas as atividades desenvolvidas no âmbito da pesquisa;*
- *Participar de reuniões de estudos e discussões teórico-sociológicas e teórico-metodológicas;*
- *Realizar, transcrever e analisar as entrevistas*
- *Elaborar relatórios semestrais sobre as atividades desenvolvidas;*
- *Elaborar e submeter artigos científicos às revistas especializadas;*
- *Apresentar trabalho em congressos científicos;*

Resultados Esperados

Com o desenvolvimento da pesquisa, espera-se: de um lado que ela contribua com a formação do estudante no sentido de capacitá-lo teórica e tecnicamente sobre as metodologias, epistemologias e procedimentos de pesquisa adotadas, visando seu desenvolvimento como iniciante à pesquisa social; de outro, que os resultados da pesquisa

possam contribuir para a elaboração e constituição de um pequeno memorial, com documentos, imagens, vídeos e áudios dos relatos orais, da história das greves, das ocupações e das lutas realizadas pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra no município de Campo do Meio. Ademais, como resultado dessa investigação espera-se ainda, que uma síntese da gênese histórica e dos processos sociais de luta realizadas pelo MST na região seja construída em forma de memorial escrito e documentado em artigos e capítulos de livro a serem apresentados e discutidos em congressos e eventos científicos, problematizando e historicizando a situação atual do conflito agrário, envolvendo a antiga usina Ariadnópolis, mas também indicando a atualidade da Reforma Agrária no Brasil.

Referências

- BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas*, v. I, Magia e técnica, arte e política, trad. S.P. Rouanet, São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BOSI, E. *O tempo vivo da memória – ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- COCA, E. L.F; BEZERRA, C. CAPUCHINHO, M.N. *Dossiê Quilombo Campo Grande: Aspectos históricos, sociais econômicos e políticos para implantação definitiva do Assentamento Quilombo Campo Grande, antiga fazenda Adrianópolis, Campo do Meio –MG*. Campo do Meio-MG. 2019.
- FERNANDES, F. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. São Paulo: Ed. Global, 2008.
- FERNANDES, B. M. A territorialização do MST – Movimento dos trabalhadores rurais sem-terra – Brasil. Disponível em <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/artigo-e-ensaio/territorializa%C3%A7%C3%A3o-do-mst-movimento-dos-trabalhadores-rurais-sem-terra-bra>
- FIORUCCI, R. Considerações acerca da História do Tempo Presente. *Revista Espaço Acadêmico (UEM)*, v. 125, p. 110-121, 2011.
- GRAZIANO, J.S. *O que é questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1980 (Coleção Primeiros Passos)
- HALBWACHS, M. *A Memória Coletiva*. São Paulo. Ed. Vértice, 1990.
- HAGUETTE, T. M. F. *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2005.
- LANG. A.B.S.G. Documentos e depoimentos na pesquisa histórica-sociológica. In: LANG, A.B.G (Org.) *Reflexões sobre a pesquisa sociológica*. São Paulo: CERU, 1999 (Col. Textos. Série 2, nº3)
- _____. História oral: procedimentos e possibilidades. In: LANG, A.B.S.G (Org.) *Desafios da pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: CERU, 2001. pp. 91-112.
- LUCAS, K.S; VALE, A.R. Assentamento Primeiro do Sul: passado de luta, presente de resistência e futura de incertezas. In: *Revista Geografia, Ensino & Pesquisa*. Vol 18. Nº1. Jan/abr, 2014. pp. 7-22.
- MARINI, R.M. *Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis-RJ: Vozes. Buenos Aires: Clacso, 2000.
- MARTINS, J.S. *O Cativo da terra*. São Paulo: Ed. Contexto, 2013.

- MARTINS, T.J. *Quilombo do Campo Grande – história de Minas que se devolve ao povo*. Contagem-MG. Ed SantaClara, 2008.
- MEIHY, J. C. B. Manual de História Oral. São Paulo: Loyola, Ed. 5, 1996
- MOREIRA, G.L. *A luta pela terra em contexto de injustiça agrária: pedagogia de emancipação humana? Experiências de luta da CPT e do MST*. Universidade Federal de Minas Gerais. Tese de Doutorado. 2017, pp.587.
- OLIVEIRA, A.U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. In: *Estudos Avançados*. USP. Nº 15 (43), 2001. pp. 185-206.
- PRADO JR. C. *A formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2000
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. Vol.2, nº 3, 1989, pp.3-15.
- _____. Memória e Identidade Social. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. Vol.5, nº10, 1992, pp. 200-212
- PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. Projeto História, nº 14, São Paulo, fevereiro/1997.
- QUEIROZ, M.I.P. *Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991. – (Biblioteca básica de Ciências Sociais, v.7).
- QUEIROZ, M.A. O pesquisador, o problema da pesquisa, a escolha de técnicas: algumas reflexões. In: LANG, A.B.G (Org.) *Reflexões sobre a pesquisa sociológica*. São Paulo: CERU, 1999 (Col. Textos. Série 2, nº3)
- STEDILE, J.P. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Editora Atual 2011.
- TÉTARD, Ph. Pequena História dos Historiadores. Bauru, SP: EDUSC, 2000.
- THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez – autores associados, 1988.
- _____. *Crítica metodológica, investigação social e enquête operária*. São Paulo: Editora Polis, 1981.

EDUCAÇÃO POPULAR NA PESPERSCTIVA AGROECOLÓGICA.

Ronaldo Pereira Souza¹

Mestrando em Educação - Unicamp

Email- r229673@dac.unicamp.br

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

RESUMO

Construído a partir das experiências vividas no Assentamento Dois Riachões, localizado no município de Ibirapitanga-BA. Buscou-se compreender a relação do aprendizado agroecológico com os saberes prévios das agricultoras/es, por meio de uma concepção teórico prático. O texto apresenta um breve relato das concepções freiriana sobre educação dialogada com participação comunitária sobre a ótica dos fundamentos e conceitos agroecológicos em suas práticas cotidianas e das experiências da agricultura camponesa junto à educação popular como elemento de emancipação. Dessa forma apresentam-se as especificidades da agroecologia internalizadas no dia-a-dia do assentamento a partir do conhecimento tradicional e científico construído com base nos saber local. O artigo apresenta, ainda, as motivações das agricultoras/es que evidenciam como a agroecologia se materializa como um espaço de educação popular. E analisa a realidade social e os procedimentos formativos a partir de uma inspiração etnográfica, que possibilitou a ampliação do olhar sobre as práticas agroecológicas levando em consideração o saber tradicional nos processos de formação das pessoas do campo.

Palavras-chave: Agroecologia. Educação Popular. Movimentos Sociais do Campo.

RESUMEN

Construido a partir de dos experiencias en el Asentamiento Dois Riachões, ubicado en el municipio de Ibirapitanga-BA. Busca comprender la relación entre el aprendizaje agroecológico y el conocimiento previo de las mujeres agricultoras, a través de una concepción teórica y práctica. El texto presenta un breve recuento de las concepciones de Freir sobre la educación en diálogo con la participación comunitaria en la ética, dos fundamentos y conceptos agroecológicos en sus prácticas y vivencias agrícolas cotidianas en Campón, junto a la educación popular como elemento emancipador. De esta manera, las especificidades de la agroecología se internalizan, no en la vida cotidiana, al coincidir con el conocimiento tradicional y científico construido a partir del conocimiento local. El artículo también presenta las motivaciones de los agricultores que muestran cómo la agroecología se materializa como un espacio de educación popular. Analiza las realidades sociales y los procedimientos de formación a partir de una inspiración etnográfica, lo que permite ampliar el conocimiento de las prácticas agroecológicas, tomando en consideración los conocimientos tradicionales en los procesos de formación de las personas de la zona.

Palabras clave: Agroecología, Educación popular. Movimientos sociales rurales.

¹ ORCID <https://orcid.org/0000-0001-7788-5589>

INTRODUÇÃO

As reflexões aqui apresentadas foram construídas horizontalmente a partir dos conhecimentos, trocas de saberes e da observação dos resultados nas aprendizagens que nascem das experiências educativas no Projeto de assentamento (PA) rural² Dois Riachões. Localizado as margens da rodovia estadual - BA 652, na Mesorregião Sul baiano na Microrregião de Ilhéus-Itabuna, no município de Ibirapitanga-BA. Vinculado ao Movimento de Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas da Bahia – CETA.

Com base em um ordenamento legal como a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº. 9.394 na qual *A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.* (BRASIL, 1996). Apresento formas significativas de educação que contribuem para emancipação da pessoa por meio da transição agroecológica no assentamento.

A ideia é apresentar a agroecologia não apenas como modelo de produção, mas principalmente como referencial epistemológico, que contribua na estrutura, nos métodos e na fundamentação da veracidade do conhecimento, que está atrelada à ciência, mas que pode receber contribuições do conhecimento tradicional, da história da própria comunidade que está inserida, através dos seus traços culturais. E assim segundo Souza, (2019), “poder trocar experiência com as agricultoras e agricultores sobre agroecologia.” e relacionar seu caráter educacional.

“Assim, a emergência da agroecologia como uma nova e dinâmica ciência representa um enorme salto da direção certa. A agroecologia fornece os princípios ecológicos básicos para o estudo e tratamento de ecossistemas tanto produtivos quanto preservadores dos recursos naturais, e que sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis” (Altieri 2004, p. 17).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

² Basicamente, assentamento rural é um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo Incra onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário.

Na proposta metodológica desse artigo fez-se um levantamento bibliográfico e documental refletida a partir das experiências com a pesquisa em campo. Pelo qual no primeiro momento os estudos teóricos se embasaram no tripé multidisciplinar que englobou agroecologia, educação no campo em uma circulação de conhecimentos e movimentos participativos de observação no processo educacional e das práticas agroecológicas dentro do Pré-projeto de Assentamento (PA) Dois Riachões.

Na ecologia de saberes cruzam-se conhecimentos e, portanto, também ignorâncias. Não existe uma unidade de conhecimento, como não existe uma unidade de ignorância. As formas de ignorância são tão heterogêneas e interdependentes quanto as formas de conhecimento. (Santos 2007, p. 25)

Os dados qualitativos desse artigo foram produzidos por meio de caderno de campo retrospectivo no qual no final de cada dia procurava refletir sobre as situações surgidas no decorrer do dia e as formas como foram trabalhadas. Já as rodas de conversa foram adotadas por ser um instrumento pedagógico importante. E assim poder estimular o aprender entre as pessoas, a partir delas em correlação com as outras. Já que na oralidade o desenvolvimento é dado pelas próprias conversas e quanto mais conversa mais partilha do saber. Santos, (2007) mostra-nos outras possibilidades do conhecimento como “diversidade epistemológica do mundo, o reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecimento além do conhecimento científico”.

O que implicou e uma abordagem metodológica na qual foram utilizadas reflexões procedentes de estudos exploratórios e análise documental, com base no pensamento indutivo baseado nas experiências sobre fatos particulares o que inferi conclusões gerais, o que foi fundamental para este trabalho por se tratar de uma técnica qualitativa, base para complementação das informações obtidas pelas outras técnicas no tratamento de velhos aspectos sobre uma nova configuração. Bem como, levantamento e revisão bibliográfica, no qual realizamos em livros, periódicos, artigo de jornais, sites da Internet entre outras fontes. A pesquisa deteve-se a obras presentes da educação do campo, alicerçada na agroecologia em uma perspectiva educação popular.

RESULTADOS E DISCUSSÃO.

Da mesma forma que é a educação passa por um processo de planejamento a agroecologia também precisa ser planejada com responsabilidade e de forma continuada, a fim de proporcionar um desenvolvimento agricultável alternativo e humanizado, valorizando as experiências, descobertas e convivências para estimulação e o fortalecimento da transição agroecológica e da organização social. Altieri (2004, p. 21) nos diz que “restaurar a saúde ecológica não é o único objetivo da agroecologia”. O que deixa perceptível como as práticas agroecológicas são bastante didáticas e pedagógicas.

Nesse aspecto, ao perceber a agroecologia como um processo educacional, valorizamos o saber das agricultoras/es camponesas/es o que nos leva a perceber que este conhecimento pode ser tão relevante quanto o conhecimento científico. Gerando um protagonismo as agricultoras/es Camponesas/es. Verificadas assim, nas praticas agroecológicas realizações educacionais tanto didáticos quanto pedagógicos. O que contribuem para um reconhecimento e valorização das suas ações cotidianas. Varani (2019) nos diz que “Conforme ele se apropria, pela educação em sentido amplo, desse conjunto das realizações humanas, ele se forma enquanto ser social e cultural, ao mesmo tempo em que pode agir sobre as circunstâncias e modificá-las.”

Didáticas no sentido instruir, transmitindo ou adquirindo conhecimentos através da ciência ou dos processos empírico passado de geração para geração. Bem como facilitar a aprendizagem dos recursos, prontificando-se a cooperar sempre que possível, no processo de ensino e aprendizado, seja nos cultivos das plantas seja na procedência harmônica como pessoa. Além de tudo proporciona instrução e informação, como também proporciona prazer e realização nas práticas laborais cotidianas as quais não são mais vistas ou sentidas como um trabalho penoso.

Não esquece os saberes tradicionais. Acima de tudo, não é uma simples mudança de paradigma, uma mera mutação das ideias ou a emergência de uma ciência de complexidade, enquanto o mundo real e a cotidianidade da existência humana continuariam atuando sob as regras da racionalidade dominante. [...] O ambiente deixa de ser um objeto de conhecimento para se converter em fonte de pensamentos, de sensações e de sentidos (LEFF, 2012, p.130)

São pedagógicas, pois incluem desde o planejamento uma preparação do que e como vai ser o plantio, com estabelecimento de metas para saber quando e como comercializar e a sistematização do processo que coordena a organização, e estrutura os

procedimentos agroecológicos da dinâmica do processo de produção até à consumidora ou consumidor final, que ocorrem para além do campo produtivo, no qual garante não apenas, produtos que contribuam com o comércio local e regional, mas principalmente para a construção de relações horizontais entre produtoras/es e consumidoras/es em ações coletivas de cooperação e reciprocidade.

Mas qual educação relacionar com os processos agroecológicos no assentamento? Educação formal, educação não formal, educação informal ou educação popular? Falar em educação popular ao invés de falar educação não formal por quê? Para responder estas questões foi necessário um estudo teórico que permitiu o aprofundamento da ideia de educação em Paulo Freire, o que nos permitiu perceber a formação dos conhecimentos a partir das próprias pessoas.

Enquanto a educação Informal é aquela pela qual qualquer pessoa adquire e acumula conhecimentos através das experiências diárias, principalmente em casa e no trabalho. Pois o ensino e aprendizagem acontecem espontaneamente sem que parte dessas pessoas tenha consciência, pois a interação gera um conhecimento involuntário. Já que os saberes são partilhados dia a dia por meio a uma influência mútua sociocultural com base geracional.

Se antes a transformação social era entendida de forma simplista, fazendo-se com a mudança, primeiro das consciências, como se fosse a consciência, de fato, a transformadora do real, agora a transformação social é percebida como processo histórico em que subjetividade e objetividade se perdem dialeticamente. (FREIRE, 1990, p.30).

A educação não formal é definida como qualquer tentativa educacional organizada e sistemática – que normalmente é realizada por fora dos quadros do sistema formal de ensino. Porém, tem um objetivo de fazer, criar, capacitar ou sugerir o desenvolvimento de determinadas qualidades e/ou objetivos, atuando em diversas áreas com a intenção de formar indivíduo com aprendizagem de habilidades e desenvolvimento do seu potencial.

A educação não formal designa um processo de formação para a cidadania, de capacitação para o trabalho, de organização comunitária e de aprendizagem dos conteúdos escolares em ambientes diferenciados. Por isso ela também é muitas vezes associada à educação popular e à educação comunitária (GADOTTI 2005, p.03).

A educação popular também não deve ser entendida a partir de um único conceito, pois ainda existem dimensões e significados que a atravessam. Tomando contornos e espaço historicamente discriminados para se tornar instrumento essencial no diálogo dos saberes, abrangendo uma extensão do conhecimento que vai além das discussões dos direitos por uma educação comprometida com desenvolvimento de um olhar crítico e de participação comunitária.

Fora da escolarização não há saber ou o saber que existe fora dela é tido como inferior sem que tenha nada que ver com o rigoroso saber intelectualizado. Na verdade, porém, este saber tão desenhado, “saber de experiência feito”, tem de ser do ponto de partida em qualquer trabalho de educação popular orientado no sentido da criação de um conhecimento mais rigoroso por parte das massas populares (FREIRE, 1990, p.58).

Dessa forma a educação não formal, informal e a educação popular são representações de processos formativos educativos fora do sistema regular de ensino. Processos esses ricos em elementos que conectam todas essas formas de ensino. Principalmente a educação popular, que é opção desse artigo em razão de ter Paulo Freire como referencial teórico e perceber na proposta do movimento agroecológico três direcionamentos que estão contidas na proposta freiriana, que são: diálogo, conscientização e libertação.

Já que o ambiente fora do sistema regular de ensino e aprendizado se dá com recursos pedagógicos complementares. Colocamos a discussão de como as práticas agroecológicas contribuem para o aumento do interesse das agricultoras/es para continuar estudando e avançar no estudo formal. Pois a concepção de agroecologia, também como recurso pedagógico pode ajudar a comunidade com mais possibilidade de ver, sentir e tocar como ato de aprendizado.

Não podemos estabelecer fronteiras muito rígidas hoje entre o formal e o não formal. Na escola e na sociedade, interagem diversos modelos culturais. O currículo consagra a intencionalidade necessária na relação intercultural pré-existente nas práticas sociais e interpessoais. Uma escola é um conjunto de relações interpessoais, sociais e humanas onde se interage com a natureza e o meio ambiente (GADOTTI 2005, p. 4).

No assentamento discutimos sobre a importância da agroecologia, enxergando como ela é processada já que não se trata apenas das relações de produção, mas de uma relação socioambiental e como está entrelaçada com processos de construção do saber

pelas organizações e movimentos sociais do campo. Com a observação da transformação humana que perpassa a formação na qual é essencial para que as pessoas do campo tenham pensamentos e opiniões próprias a fim de lutar por seus direitos, saindo da invisibilidade dos processos urbanos para serem atores da sua produção.

A produção estável somente pode acontecer no contexto de uma organização social que proteja a integridade dos recursos naturais e estimule a interação harmônica entre os seres humanos, o agroecossistemas e o ambiente. A agroecologia fornece as ferramentas metodológicas necessárias para que a participação da comunidade venha se tornar a força geradora dos objetivos e atividades dos projetos de desenvolvimento. (ALTIERE 2004. p21)

Dessa forma, a educação que é partilhada dentro do assentamento é um aprendizado que não possui um viés mercantilizado que formam cidadãos apenas para o mercado de trabalho, mas que também forma para as relações sociais e culturais. Assim, as pessoas assentadas adquirem uma base teórico/prática para o enfrentamento e rompimento de uma educação voltado para o capital. E valoriza toda comunidade nesse processo, tornando esse espaço de educação um lugar de criação, formação e aprendizado.

Portanto, de um lado, a aprendizagem deve ser o processo para atos criativos do gênero humano na perspectiva do rompimento com a formação unilateral, que fragmenta o ser social entre pensante (*Homo sapiens*) e executor (*Homo faber*); de outro, a natureza da educação está estreitamente vinculada ao trabalho em que, na sua oposição ao capital, requisita da aprendizagem a função social de formação da força de trabalho humano para (re)produção da sociedade capitalista. (Varani, 2019, p.. 179)

É importante dizer que o trabalho no assentamento continua fundamental, não só pela dimensão econômica, mas principalmente por sua dimensão histórica, cultural e simbólica. Já que não se trata da abolição do trabalho vivo no modo de produção capitalista. “Isso requer, também, que se leve em conta, não apenas a produção econômica, mas o problema vital da estabilidade e sustentabilidade ecológicas.” (ALTIERE, 2004, p.59). Mas redescobri novos modelos de reestruturação do cultivo consignados a elementos tecnológicos, oferecendo novas alternativas para a transformação do processo de produção.

“Na quadra da história em que nos encontramos e com as crises de toda ordem que nos assolam, uma grande “questão epocal” que precisa nos mover, e que tem especial relação com a tarefa educativa,

é a de construção de alternativas reais para transformação do sistema social que ainda rege (ou tenta reger) a vida de todos e todas as dimensões da vida”. (Caldart, 2020, p.3)

Ressaltamos ainda, que a educação para a agroecologia possibilita uma nova perspectiva ao método educacional, já que, principalmente no campo da educação popular, é necessário está pautado no diálogo, o qual busca abolir a alienação a traçar caminhos que tragam à pessoa do campo representada pela multiplicidade das habilidades e atividades. Diz Altieri (2004, p.28), “a vantagem do conhecimento popular rural é que ele é baseado não apenas em observações precisas, mas, também, em conhecimento experimental”.

Portanto, a agroecologia situa-se no contexto educacional ao privilegiar situações de aprendizagem que possibilitem a formação socioambiental e sua bagagem cognitiva, bem como o aumento do tempo livre para o gozo de bens sociais e materiais. É muito relevante o que diz Freire (1990. p27). “é preciso que quem sabe saiba sobretudo que ninguém sabe tudo e quem ninguém tudo ignora.” Especialmente com relação aos conhecimentos científico e tradicional que é construído com base na realidade social.

Os problemas ambientais são, fundamentalmente, problemas do conhecimento. Daí podem ser derivadas fortes implicações para toda e qualquer política ambiental – que deve passar por uma política do conhecimento –, e também para a educação. Aprender a complexidade ambiental não constitui um problema de aprendizagens do meio, e sim de compreensão do conhecimento sobre o meio (LEFF, 2002, p. 217).

Observamos assim o crescimento das práticas agroecológica, principalmente nos movimentos sociais do campo. Com os projetos políticos em parcerias o movimento agroecológico enfatiza cada vez mais um lugar da educação como ferramenta de emancipação dentro dos movimentos sociais. Lugar segundo Escobar (2005), Lugar construído social e historicamente, envolto das questões ambientais que tem como base a educação.

Entretanto, o fato é que o lugar – como experiência de uma localidade específica com algum grau de enraizamento, com conexão com a vida diária, mesmo que sua identidade seja construída e nunca fixa– continua sendo importante na vida da maioria das pessoas, talvez para todas (Escobar 2005, p.69).

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Nesse contexto das experiências no âmbito educacional de construção coletiva do aspecto compartilhado das práticas agroecológicas, compreendida como um projeto político para a resistência das organizações e movimentos sociais, a convivência agrícola na construção de um projeto de vida. Apresentamos assim, como a educação agroecológica tem sido abordada como princípio e projeto de resistência dos movimentos sociais de luta pela terra e defesa do meio ambiente.

Notamos que a agroecologia é assumida pelo PA Dois Riachões como posicionamento político, além de ser uma base para a emancipação humana e um projeto de transformação sociocultural no desenvolvimento da pessoa humana. A agroecologia cresce a cada dia com uma ferramenta histórica no processo de formação e fundamentação para as memórias coletivas de uma história de lutas, vivida e resistida no chão do assentamento. Apesar de a agroecologia ser concebida de maneiras diferentes seu reconhecimento se dar como princípio e projeto político.

Tomamos, então que, a agroecologia também é um processo social o qual busca por melhorias nas relações sociais de produção e a integração entre pessoas e natureza no espaço rural ou urbano, a partir de um processo educacional protagonizado pela promoção da educação. Atuando no fortalecimento nas ações, como também contribuído para a superação das posturas verticais reproduzidas pelo modelo predatório imposto pela agricultura convencional de uma herança coronelista.

No processo educativo o diálogo não é ensinar nem persuadir e sim refletir sobre a prática. Não se trata de explicar às camponesas/es, mas em dialogar com ela/es sobre sua ação, pois não será simplesmente por argumentos que se fará avançar a consciência humana a agroecologia, mas sim na ação concreta e efetiva seguida de reflexão. E essa reflexão deve, necessariamente, estar conectada com as suas razões de existência. A fim de diminuir ameaças e agressões à natureza em prol de uma vida saudável que evite ou diminua o risco de doenças e pandemias como a do covid-19 que estamos Morrenciando (vivenciando).

Avalio que é na construção por debates, discussões e diálogos que nasce o processo educativo por uma interconscientização do ideário humano como parte da

natureza perpassando por suas crenças e ideias valoradas em uma dinâmica que compõe pessoas e natureza como uma totalidade. Logo SANTOS et al (2020, p.17); diz que é “da compreensão de que o enfrentamento se dá não só de forma objetiva, mas sobretudo, subjetiva, na batalha das ideias,” O Que propiciou encontrar no PA um potencial agroecológico de mobilizar novas práticas capazes de enfrentar e substituir o modelo de agricultura convencional. Pautado não apenas em proporcionar às famílias camponesas, benefícios sociais, econômicos e ambientais significativos, mas principalmente cuidar através de alimentos saudáveis da população de forma equilibrada e sustentável.

Referências

Carvalho H. M. e Costa F. de A. et al. Dicionário da educação do campo. Rio de Janeiro; São Paulo: Expressão Popular, 2012, p26-33.

Certeau, M A Invenção do Cotidiano 1 arte de fazer – Petrópolis RJ Vozes 1994.

ESCOBAR, Arturo. Cultura, ambiente y política en la antropología contemporánea. Instituto Colombiano de Antropología, 1999.

_____. “Depois da Natureza. Passos para uma ecologia política antiessencialista”. In: Parreira, C.; Alimonda, H. (orgs.). Políticas Públicas Ambientais Latino-Americanas. Brasília: Flacso-Brasil, Editora Abaré, 2005.

_____. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005, 133-168.

LEFF, Enrique. A complexidade ambiental. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. Aventuras da epistemologia ambiental: da articulação das ciências ao diálogo de saberes. São Paulo: Cortez, 2012

_____. Ecologia, capital e cultura: A territorialização da racionalidade ambiental. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. Epistemologia Ambiental. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002

Petersen P. et al. Dicionário da educação do campo. Rio de Janeiro; São Paulo: Expressão Popular, 2012, p42-47.

VARANI, A. et al. A formação humana integra a educação integral? O que as práticas pedagógicas têm a nos dizer. CEDES cadernos, 2019.

Referências online

UOL <<https://canalrural.uol.com.br/noticias/bolsonaro-conselho-seguranca-alimentar/>>
Acesso em 06/04/2019.

Revista Problemas Brasileiros < <https://www.abrasco.org.br/site/outras-noticias/movimentos-sociais/revista-problemas-brasileiros-fala-sobre-o-veneno-no-prato/27842/>> Acessado em 07/04/2019.

Conexão Planeta <<https://www.abrasco.org.br/site/outras-noticias/movimentos-sociais/revista-problemas-brasileiros-fala-sobre-o-veneno-no-prato/27842/>>
Acesso em 07/04/2019.

UOL <<https://noticias.uol.com.br/meioambiente/ultimasnoticias/redacao/2019/11/28/com-novas-aprovacoes-liberacao-de-agrotoxicos-ja-e-o-maior-da-historia.htm>> Acesso em 30/11/2019.

SANTOS, A. R. dos; BARBOSA, L. P.; ROSSET, P. M. Apresentação do Dossiê Temático. *Práxis Educacional*, [S. l.], v. 13, n. 26, 2018. DOI: 10.22481/praxis.v13i26.2818.

Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/2818>.
Acesso em: 29/08/ 2020.

SOUZA, R.P. *Chão sofrido, bosque querido*. Caderno de resumos da IX Jornada de estudos em assentamentos rurais, /Editor: Valnilde Ferreira de Souza e Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco - Campinas SP. Unicamp/Feagri,2019.

Disponível em: <https://www.feagri.unicamp.br/jornada/2019/trabalhos>. Acesso em: 12/09/2020.

IMPACTOS DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) SOBRE O SISTEMA DE PRODUÇÃO DE AGRICULTORES ASSENTADOS

Ronaldo Wilson de Godoi¹

Henrique Carmona Duval²

RESUMO

O presente trabalho parte de uma proposta de analisar os impactos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nos sistemas de produção de agricultores no assentamento Banco da Terra, localizado no município de Angatuba, região sudoeste do estado de São Paulo. Visa a realização de um diagnóstico da organização social e econômica do assentamento, buscando coletar dados sobre os principais caminhos para o desenvolvimento das famílias assentadas. Nesse contexto, destaca-se que este é um assentamento rural conhecido como “banco da terra”, que recebe apoio da prefeitura municipal e que foi implementado no ano 2000. As famílias são oriundas do município e da região circundante, não eram possuidoras de terra, mas se organizaram em uma associação e acessaram o crédito fundiário por meio do PNCF, com vistas a se dedicar à produção agropecuária, viver em uma comunidade com características associativas e de base familiar, onde pudessem ser contempladas com um lote e desenvolver atividade produtivas. O PAA vinha se apresentando como uma das melhores alternativas ao escoamento da produção, mas o seu decréscimo em meados do ano de 2017 vem causando preocupação dentre os produtores assentados. No ano de 2020 estão ocorrendo algumas iniciativas da Secretária de Agricultura e Abastecimento para retomada do PAA. O principal foco deste projeto é acompanhar e analisar estas variações do programa. Espera-se que os resultados desta pesquisa possam contribuir para o entendimento da importância desta política pública para fortalecer os sistemas de produção e as estratégias de comercialização nos assentamentos.

Palavras-Chave: Impactos, Programa de Aquisição de Alimentos, Agricultores Assentados, Sistema produtivo.

¹Mestrando em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente na Universidade de Araraquara - UNIARA, Administrador pelo CCN/UFSCar, Universidade Federal de São Carlos, Campus Lagoa do Sino.

²Doutor em Ciências Sociais pelo IFCH/Unicamp, Professor Adjunto do Centro de Ciências da Natureza da Universidade Federal de São Carlos, Campus Lagoa do Sino e Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas a agricultura familiar está cada vez mais ganhando destaque e legitimidade social, política e acadêmica no Brasil, passando a ser bastante debatida as perspectivas de futuro da agricultura familiar no desenvolvimento rural, seja em encontros e nas orientações dos movimentos sociais rurais, até os órgãos governamentais e segmentos acadêmicos, principalmente por pesquisadores que estudam esta temática relacionada ao mundo rural.

Os estudos rurais foram impulsionados na década de 1980 pelos movimentos sociais do campo, que reviveram uma efervescência neste período sobretudo em razão do sindicalismo rural, bem como com a criação de movimentos de luta pela terra, como a criação do MST, em 1984. Por outro lado, a introdução da categoria agricultura familiar nas políticas públicas nas décadas de 1980 e 1990 tornou capaz de oferecer retornos sociais favoráveis, como a criação de um setor de assentamentos rurais a partir do primeiro PNRA, em 1985, e com a criação do PRONAF, em 1996.

Em 2004, com a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) há uma nova conjuntura política e a criação de políticas públicas mais eficientes do ponto de vista do desenvolvimento rural da agricultura familiar. Porém, a partir de 2016 essa agenda sofre retrocessos.

O presente trabalho tem como objetivos apresentar essas políticas fundiárias e de desenvolvimento rural e apresentar uma proposta de pesquisa sobre os impactos do enfraquecimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em um assentamento do PNCF em Angatuba/SP, no recorte temporal a partir de 2016. Pretende-se analisar a efetividade do PAA até o ano de 2017 no assentamento e como o programa contribuía para as estratégias produtivas de comercialização dos assentados. Posteriormente, analisar quais estratégias os agricultores estão tomando após a redução orçamentária do programa em 2018, e identificar quais são os principais canais de comercialização que os agricultores estão buscando para a comercialização de seus produtos em substituição ao PAA. Trata-se de um projeto em andamento, com resultados parciais a serem apresentados.

Reforma Agrária de Mercado

O INCRA é o principal órgão responsável a pôr em prática todas as ações que são necessárias para a sociedade ter uma oportunidade de acesso à terra. O órgão conta também com a ligação dos governos estaduais e municipais, que tem o intuito de chegar aos beneficiários e produtores rurais, com ações que os auxiliem a continuar a produzir e permanecer no campo. A reforma agrária foi uma política pública de grande importância para a sociedade com o objetivo de disponibilizar terras aos trabalhadores rurais, obedecendo aos princípios da justiça social, para a ampliação da produtividade, de acordo com o Estatuto da Terra da Lei nº 4.504/64 (INCRA, 2020).

Além de promover cidadania, propõe uma desconcentração e democratização da estrutura fundiária e gerar renda no campo, a Reforma Agrária favorece:

A produção de alimentos básicos, o combate à fome e a pobreza, promoção da cidadania e da justiça social, a interiorização dos serviços públicos básicos, a redução da migração do campo-cidade, a diversificação do comércio e dos serviços no meio rural, e a democratização das estruturas de poder (INCRA, 2020).

Dentre as formas de se executar a política pública de reforma agrária, existe aquela que na literatura ficou conhecida como reforma agrária de mercado. Nas palavras de Buainain (1999, apud PEREIRA; SAUER, 2006, p. 179) um importante projeto inicial que se teve foi o Cédula da Terra, que passou por quatro fatores importantes que impulsionaram a entrada dos produtores rurais no projeto. E apesar de terem críticas sobre esta iniciativa, o projeto-piloto Cédula da Terra obteve mesmo assim certa adesão social. Em primeiro lugar, este projeto foi implantado em um ano agrícola péssimo, em meados de 1996 com as grandes secas, e em uma região com grande número de população rural, pobres, e com pouca oportunidade de trabalho. O acesso à terra imediato, foi visto como uma medida emergencial de auto sobrevivência dos agricultores.

Conforme Vitor e Sauer (2002 apud PEREIRA; SAUER, 2006, p. 179-180), em seguida, teve uma grande disseminação da possibilidade de acesso à

terra, rápido e sem conflitos, por intermédio da compra e venda, destinada preferencialmente a uma população rural, que sempre teve o sonho da posse de uma terra. Em terceiro lugar, teve um devido interesse político entre os agentes da Cédula, no qual teve uma aceleração na implantação em relação a outros projetos de combate à pobreza no meio rural. Enfim o BIRD quis implantar rapidamente o modelo de mercado, para que conseguisse melhor exportá-lo a outros países.

Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)

Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) é um projeto que teve como objetivo gerar alternativas de acesso à terra e auxiliar a Reforma Agrária. Além de compras a terras, o programa buscou financiar toda assistência técnica e outros projetos que ajudará no local dos empreendimentos, também nos investimentos da produtividade, que teve no início na aquisição das terras. Com a criação do PNCF, em 2003, o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) teve a necessidade de obter uma análise dos perfis dos beneficiários inadimplentes dos principais programas de apoio no acesso à terra e da Reforma Agrária, sendo ele o Banco da Terra (BT) e o Programa Nacional de Crédito Fundiário, em duas linhas de ação, o Combate a Pobreza Rural (CPR) e a Consolidação da Agricultura Familiar (CAF) (LIMA, VIEIRA; CASTRO, 2011).

No ano de 2003 tiveram os reordenamentos das políticas de crédito fundiário no país, com a criação o PNCF, e no momento presente se requer um diagnóstico dos perfis de inadimplentes da comunidade beneficentes, através do Fundo de Terra e da Reforma Agrária, permitindo que os gestores possam identificar os principais entraves que estão resultando nisso. Em contrapartida, os gestores do Fundo de Terra e Reforma Agrária podem tomar medidas operacionais que busquem diminuir esses efeitos e fatores que ocasionam a inadimplência dos beneficiários (LIMA; VIEIRA; CASTRO, 2011, p.18).

De acordo com a mais recente Lei nº 13.001, de 20 junho de 2014, dos beneficiários do PNCF, poderão ser beneficiados com financiamento amparados com recursos do Fundos de Terra:

- a. trabalhadores rurais não-proprietários, preferencialmente assalariados, parceiros, posseiros e arrendatários;
- b. agricultores proprietários de imóveis cuja área não alcance a dimensão da propriedade familiar, assim definida no inciso II do art. 4º da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e seja comprovadamente insuficiente para gerar renda capaz de propiciar-lhes o próprio sustento e o de suas famílias;
- c. os jovens de 16 (dezesesseis) anos e menos de 18 (dezoito) ano, desde que devidamente emancipados, com averbação no cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais.
- d. os interessados com idade entre 18 até 65 anos.
- e. Os candidatos podem acessar o Programa, de acordo com a região e desde que atendidos aos critérios de elegibilidade bem como de seu cônjuge, na forma descrita abaixo e nas linhas de financiamento específicas:
- f. Os candidatos deverão comprovar 5 (cinco) anos de experiência na atividade rural nos últimos 15 (quinze) anos. Os jovens com idade entre 16 e 19 anos, deverão comprovar 02 (dois) de origem na agricultura familiar, como integrante do grupo familiar ou como aluno de escola técnica ou dos Centros Familiares de Formação por Alternância, inclusive similares.

Ainda conforme a referida lei, tem o direito o acesso ao Programa pessoas com os seguintes critérios:

- A soma da renda familiar anual deve ser inferior a R\$ 9.000,00 (nove mil reais) e o patrimônio familiar inferior a R\$15.000,00 (quinze mil reais), não considerada a casa de moradia da família, sendo excluídos deste cálculo os membros da família aposentados rurais, desde que não beneficiários direto do PNCF;
- A candidato, bem como seu cônjuge, não tenha sido beneficiário de quaisquer outros programas de reforma agrária (federal, estadual, municipal), incluindo o de crédito fundiário, bem como de regularização fundiária;

- A candidata não seja funcionaria em órgão públicos, autarquias, órgãos para estatais federais, estaduais, municipais, ou não estejam investidos de funções parafiscais;
- A candidata tenha, no mínimo, 5 anos de experiencia com a exploração agropecuária, nos últimos 15 anos, podendo ser contabilizado o tempo destinado a escola vinculada ao meio rural (colégio agrícola, escolas agrotécnicas e Centros Familiar de Formação por Alternativa-CEFFA's);
- O prazo de experiencia previsto acima compreende o trabalho na atividade rural exercido até a data do período de empréstimo ao Fundo de Terras e da Reforma Agrária, praticado como autônomo, empregado, como integrante do grupo familiar ou como aluno de escola técnica-agrícola, inclusive similares;
- O candidato não tenha sido, nos últimos 3 (três) anos, contados a partir da data de apresentação do período de cesso ao Programa Nacional de Crédito Fundiário, proprietário de imóvel rural com área superior à de uma propriedade familiar.
- O candidato não seja promitente comprador ou possuidor de direito de ação e herança em imóvel rural;
- O candidato, bem como seu cônjuge estejam dispostos a assumir o compromisso de tomar e, posteriormente, pagar o empréstimo para a aquisição de terras e, quando houver projeto de infraestrutura básica e produtiva, a aplicação dos recursos em conformidade ao projeto aprovado.

O PNCF abrange os programas e ações de reordenamento fundiário, da Lei Complementar nº 93, de 04 de fevereiro de 1998, pelo Decreto nº 4.892, de 25 de novembro de 2003, que através das ações do credito fundiário, tem o objetivo de aumentar a redistribuição de terras, melhorar os regimes de propriedade para o uso de famílias, com o intuito de realizar o acesso a terras. O Programa Nacional de Crédito Fundiário tem uma subdivisão entre suas frentes de financiamento, se adequando a cada público. A primeira, Combate à Pobreza Rural (CPR), que tem o foco nos produtores rurais mais pobres, principalmente aos trabalhadores do Semiárido nordestino. O segundo se chama Consolidação da Agricultura Familiar (CAF), que dá prioridade aos agricultores

familiares que não tem terras, ou com poucas terras para cultivar suas produções. O Programa Nacional de Crédito Fundiário é realizado com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, do Orçamento Geral da União, com os principais agentes da Nossa Primeira Terra/CPR e Combate à Pobreza Rural, que fornecem recursos de financiamentos de investimento comunitários, servindo para a difusão, avaliação do programa e capacitações (LIMA;VIEIRA;CASTRO, 2011).

PRONAF e PAA como formas de desenvolvimento dos assentamentos

O sistema agrário brasileiro é marcado por uma desigualdade social significativa no meio rural. Historicamente, os principais agentes beneficiários de ações governamentais foram os grandes produtores instalados nas regiões sul e sudeste, no qual eram ligados a grandes setores de exportação.

Somente em 1996 o estado criou um programa que tem como principal objetivo fortalecer a agricultura familiar, que é chamado de Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Este programa de financiamento da produção fundou uma nova fase de políticas públicas para a agricultura familiar, a partir da resposta dos movimentos sindicais rurais, desde os anos de 1990, e tem o foco em oferecer de modo acessível o crédito agrícola, e amparar a categoria de pequenos agricultores rurais. A partir da efetividade do Pronaf, o sindicalismo rural brasileiro, teve de reforçar o compromisso de submeter a novas políticas públicas numa categoria social específica, que de alguma forma favorecesse os produtores rurais (SCHNEIDER, 2003).

Diante este cenário de desigualdades socioespaciais, o governo brasileiro deu iniciativas de incorporar projetos que pudessem minimizar os impactos sociais, que principalmente os agricultores familiares estavam sofrendo. Perante estas situações, foram criados programas e projetos, que de modo geral fortalecessem a agricultura familiar, e desse um devido suporte aos produtores rurais. Uma dessas iniciativas é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que foi uma das principais ações para alavancar as produções através da agricultura.

De acordo com Grisa e Schneider (2015) após meados dos anos 1980, diante um cenário de reivindicações e movimentos sociais, com o objetivo de descobrir medidas que pudessem apaziguar os efeitos da política econômica do lapso da ditadura militar em relação à agricultura familiar, no período 1964 a 1985. Após passar esta primeira fase, o governo brasileiro acabou tendo a percepção da necessidade e das demandas, materializando tal atenção em 1996 com o Pronaf. A implantação desta política teve o principal foco em edificar um novo modelo de desenvolvimento rural no país, e sua principal função era combater a desigualdade social que estava dizimando o direito ao desenvolvimento rural por parte da agricultura familiar. O Pronaf entra em cena, como uma ação governamental que pudesse ampliar as alternativas de investimentos dos produtores rurais, para que eles pudessem aumentar suas produções, gerando mais renda, e melhorando suas condições sociais no meio rural. Mas tomando consciência de que políticas de crédito trazem avanços e desafios ao desenvolvimento rural.

Nas palavras de Grisa e Schneider (2015) os beneficiários do programa ao longo os anos foram ampliados, além dos agricultores que já faziam parte do início do Pronaf, agora também podem acessar o programa, extrativistas, pescadores artesanais, quilombolas, povos indígenas e agricultores assentados do crédito fundiário e da reforma agrária. Mas os que solicitarem os benefícios do programa, precisam comprovar suas características e precisão através da Declaração de Aptidão (DAP), e que se encaixe na categoria de agricultura familiar.

Como está ilustrado no Quadro 1, o grupo A é formado pelos agricultores assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), também pelo Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária (PCRF), ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). Já no Grupo B, é formado por agricultores familiares mais pobres, que tem uma renda bruta anual de até R\$ 23.000,00, e mulheres agricultoras integrantes de unidades familiares enquadradas nos Grupos A, A/C e B do Pronaf. E no Grupo A/C, deve ter as características de agricultores(as) do PNRA, e beneficiários do PNCF.

QUADRO 1

Classificação dos grupos e linhas PRONAF na safra 2020-2021

GRUPOS	CARACTERÍSTICAS
A	Agricultores(as) assentados (as) pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), beneficiários do Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária (PCRF) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).
B	Agricultores(as) familiares com renda bruta anual familiar de até R\$ 23.000,00, para apoiar as atividades agropecuárias e não-agropecuárias desenvolvidas por pescadores artesanais, apicultores, artesãos, criadores de animais e fruticultores, dentre outros. Mulheres agricultoras integrantes de unidades familiares enquadradas nos Grupo A, AC e B do Pronaf.
A/C	Agricultores(as) assentados (as) pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Beneficiários(as) do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

Fonte: BNB (2020).

As características abordadas no gráfico, deixa evidente quais são os principais traços necessários que cada beneficiário deve ter, para se enquadrar nos requisitos exigidos pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, para que os mesmos possam ser inseridos em um dos três grupos proporcionado pelo programa.

Um desafio do Pronaf é que, apesar de impulsionar as atividades agropecuárias com crédito e fomentar a compra de equipamentos, como tratores, os agricultores menos capitalizados são pouco atendidos pelo programa e, quando são, correm ainda mais o risco do endividamento. Por outro lado, a maioria dos contratos está baseada na região sul do país e para a produção de commodities (GRISA et al., 2012), motivo pelo qual questiona-se seu real papel no fortalecimento da agricultura familiar. Análises apontam para a inserção da agricultura familiar na lógica bancária, o que muitas vezes não atende aos anseios de um desenvolvimento rural para este público.

Por outro lado, para o fortalecimento da agricultura familiar como um importante ator social, em 2003 foi criado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com o objetivo de mitigar o problema da insegurança alimentar por meio do fomento da agricultura. Pela primeira vez em sua história o país desenvolve

um programa de apoio aos processos de comercialização da produção agrícola familiar.

Segundo Grisa e Schneider (2015, p.155-156) nos estudos rurais, o PAA e os mercados institucionais passaram a ser os temas mais comuns e debatidos, contendo a realização de diversas pesquisas, dissertações e teses, em função da importância do programa na última década. Deste modo obteve uma exatidão em relação à agricultura familiar e a segurança alimentar o país a partir do aprendizado decorrente do Programa.

A “novidade” trazida pelo Programa e que despertou grande interesse consiste justamente em articular, em uma mesma política pública, o apoio à comercialização da agricultura familiar com ações de segurança alimentar e nutricional. Em termos gerais, o PAA compra alimentos e sementes da agricultura familiar e doa para equipamentos públicos de alimentação e nutrição, entidades da rede socioassistencial, famílias em situação de vulnerabilidade social, e destina para formação de estoques estratégicos” (GRISA; SCHNEIDER, 2015, p.156).

Segundo Aparecida (2013, p. 469) aponta que o PAA é vinculado e operacionalizadas por meio de convênio do MDS, administrações estaduais e municipais, com o convenio estadual, prevê a constituição de uma alta coordenação do programa em um nível estadual presando a articulação de diferentes agentes, no âmbito dos municípios, e de grande importância a aprovação por um conselho (Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, Conselho de Segurança Alimentar).

Ainda Segundo Aparecida (2013, p. 469) a origem desses recursos utilizados no programa mudou muito no decorrer dos anos. Entre o ano 2003 e 2005 o Programa de Aquisição de Alimentos foi operado com recursos do MDS, pelo Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, sendo realizada pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar (SESAN) em ligação com os governos estaduais, municipais e a CONAB. Já no ano de 2006, o MDA, por meio da Secretaria da Agricultura Familiar, compôs o Conselho Gestor do programa com a dotação de orçamentos próprios, no entanto obtendo recursos para aquisição de produtos e estoques para os agricultores e de suas organizações.

As características que marcam o programa são a sua flexibilidade, na adaptação a diferentes cenários regionais, é por isso que encontra em constância a formulação desde sua implantação Plano Safra de 2003/2004. O PAA sempre está sendo aprimorado diante o cenário jurídico-institucional, nas suas operações e modalidades, junto a suas parcerias e recursos envolvidos ao programa. Levando em consideração em termos de instituição, o programa tem sido em sua trajetória acompanhado para formação do Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA) e organizações da sociedade civil, no âmbito nacional o PAA é executado por grupo gestor que envolve alguns representantes destes ministérios; Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Planejamento, Orçamento, e Gestão; Desenvolvimento Agrário (MDA); Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Fazenda; e o Ministério da Educação. O MDS e a CONAB estão responsáveis pela parte operacional do programa (APARECIDA, 2013).

Entre 2003-2010, o MDS foi responsável por mais de 89% dos recursos efetuados no programa, indaga-se que os produtores ou suas organizações, acessem mais de uma modalidade do PAA, mas que atendam aos requisitos e critérios estabelecidos pelo programa. A CONAB é responsável em credenciar as entidades que se beneficiam do programa e os polos de compras, sendo elas cooperativas ou associações de produtores rurais, e também cabe ela transparecer aos polos de compra um padrão de qualidade de todos os alimentos produzidos e entregues pelos agricultores, no qual é estabelecido pelo MAPA (APARECIDA, 2013).

Desse modo, o PAA abrange o fortalecimento da produção agrícola familiar, como também garante a segurança alimentar de populações em situação de vulnerabilidade social. Como exposto no Decreto N. 7.775, de quatro de julho de 2012. O PAA possui as seguintes finalidades:

- I- incentivar a agricultura familiar, promover a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento, a industrialização de alimentos e a geração de renda;
- II- incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar;

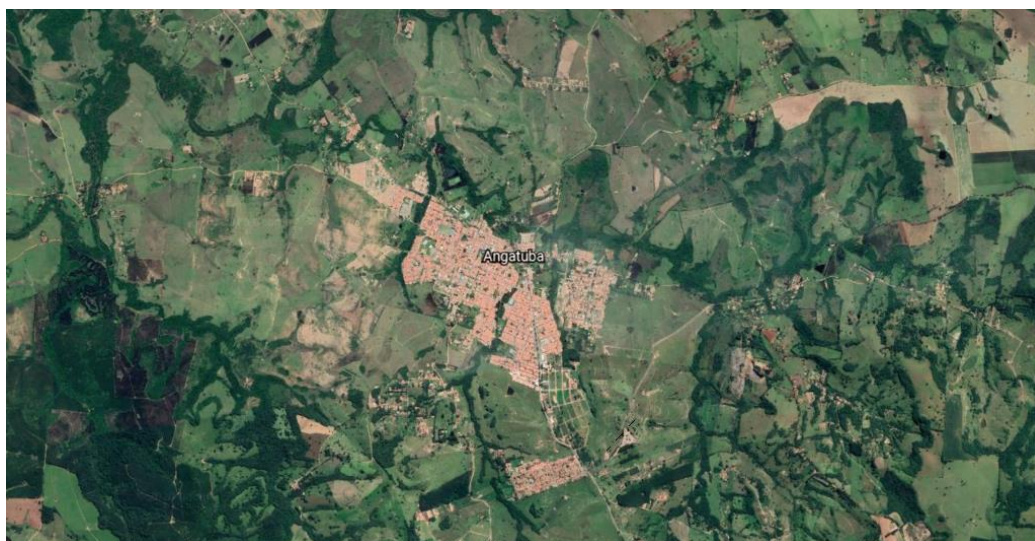
- III-** promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessária às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano a alimentação adequada e saudável;
- IV-** promover o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos, inclusive para promover a alimentação escolar e o abastecimento de equipamentos públicos de alimentação e nutrição nos âmbitos municipal, estadual, distrital e federal, e nas áreas abrangidas por consórcios públicos;
- V-** constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares;
- VI-** apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar; VII- fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização;
- VII-** promover e valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, e incentivar hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional;
- e
- VIII-** estimular o cooperativismo e o associativismo.

Metodologia

Áreas de Estudo

A cidade de Angatuba está localizada na região Sudoeste do Estado de São Paulo e conta com uma população estimada no ano de 2020 de 25.479 habitantes, sendo 15.953 residentes nos endereços urbanos e 6.257 pessoas nos endereços rurais, formando uma área territorial de 1.027.984 km² (IBGE – 2020).

Figura 01 – localização da cidade de Angatuba/SP.



Fonte: Google Earth (acesso em 27 set, 2020).

A pesquisa irá levantar e sistematizar dados secundários referentes ao programa, no município, e coletará dados primários junto ao universo dos agricultores assentados. Num primeiro momento será realizado encontros exploratórios, tanto com os gestores da cooperativa local, quanto com os agricultores assentados que participam do programa (PAA).

Também serão elaborados instrumentos de coleta de informações, (roteiro de entrevista e questionário) para a realização das entrevistas semiestruturadas. Posteriormente os questionários serão aplicados aos agentes representativos da associação, gestor municipal, ao técnico responsável pela assistência através da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), e aos agricultores assentados.

Os dados que forem coletados serão analisados para identificar as alterações ocorridas nos sistemas produtivos entre o período que o PAA estava implantado, até a diminuição da sua efetividade como programa no primeiro semestre de 2018. Também serão analisadas as estratégias de comercialização dos agricultores, e os entraves que ocorreram neste mesmo período, bem como serão identificadas alternativas que os produtores estão adotando diante deste novo cenário com falta de apoio governamental.

O assentamento Banco da Terra na cidade de Angatuba região sudoeste do estado de São Paulo, está localizado no Bairro de Aterrado, na zona rural do município. Foram adquiridas no ano de 2000 duas fazendas, no primeiro assentamento foram beneficiadas 20 famílias, e na segunda área 30 famílias. Na área 1 o assentamento conta com 311 hectares e na área 2 com 287 hectares.

Figura 02 – Localização do Assentamento Banco da Terra 1 e 2, em Angatuba/SP.



Fonte: Fonte: Google Earth (acesso em 29 set, 2020).

RESULTADOS PRELIMINARES

Espera-se que os resultados obtidos por essa pesquisa possam reforçar ou negar a hipótese descrita na introdução desse projeto. Como resultado inicial, busca-se compreender a relação entre os agricultores familiares e demais atores da rede constituída para atender o PAA no município de Angatuba-SP, entender a participação de cada um deles dentro da rede, compreender as limitações para uma maior participação dos agricultores em suas organizações sociais, além do

papel que essas organizações vêm exercendo como apoio aos assentados. Mas que também seja um importante instrumento para o fornecimento das organizações locais, para que estas possam atuar como verdadeiros agentes de desenvolvimento territorial, e de fortalecimento para a agricultura familiar e para o combate da insegurança alimentar.

Entre os anos de 2017 e 2018, ocorreram vários impactos diretos e indiretos para os agricultores assentados, relatos de agricultores do assentamento evidenciam que no ano de 2017 o Programa de Aquisição de alimento (PAA), estava sendo muito eficiente para os produtores, enquanto canal de comercialização, pois tinham segurança que suas produções teriam destino certo. A estimativa da produção esperada ao ano de 2017 foi alcançada, e o retorno financeiro para os agricultores tornou-se favorável. Já no começo do ano de 2018, o PAA continuou vinculado ao assentamento só nos primeiros dois meses. Outra cooperativa que era ligada ao assentamento Banco da Terra, a Cooperativa de Laticínios Angatubense (COLAN), também neste mesmo ano desvinculou-se por questões econômicas.

REFERÊNCIAS

Classificação dos grupos e linhas PRONAF na safra 2020-2021: Disponível em:

https://www.bnb.gov.br/documents/165130/228956/PRONAF_PLANO_SAFRA_2019-2020_QuadroResumo_TABELA_GruposPRONAF_grupos_e_Linhas_GERADO_em07_07_2020.pdf/bfa7cc05-a7e7-d8e9-0228-94f7cf4dbd49. Acesso em set 2020.

DAS FINALIDADES DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7775.htm. Acesso em set 2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama da Cidade de Angatuba.** 2020. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/angatuba/panorama>. Acesso em: 28 set. 2020.

Imagem Ilustrativa da Cidade de Angatuba/SP: Disponível em: https://earth.google.com/web/search/Angatuba,+SP/@-23.49557235,-Z8.4107018,612.45754132a,10659.81210585d,35y,0h,0t,0r/data=CigiJgokCd2rt1WjXTNAEd2rt1WjXTPAGS_pVYiwGEIAISzpVYiwGEnA. Acesso em set 2020.

Imagem Ilustrativa do Assentamento Banco da Terra: Disponível em: <https://earth.google.com/web/search/Guare%C3%AD+Velho,+Angatuba+-+SP,+18240-000/@-23.46473048,53919135,627.19152397a89,-.4405.51056769d,35y,-0h,0t,0r/data=CiqiJgokCZ5NyDt5dzfAEaKhEuN5hjfAGWP5GimLK0jAIXh817FsPUjA>. Acesso set 2020.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária: Disponível em: <http://www.incra.gov.br/pt/reforma-agraria.html#:~:text=No%20dia%20de%20novembro,do%20bra%20e%20o%20Inda>. Acesso em: Setembro de 2020.

MDA. **Manual de Operações do Programa Nacional de Crédito Fundiário**. 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/38170795/do1-2018-08-24-resolucao-n-1-de-23-de-agosto-de-2018-38170620. Acesso em: Set 2020.

SAUER, Sérgio; PEREIRA, João Márcio Mendes. CAPTURANDO A TERRA: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado. **Capturando A Terra: Banco Mundial, Políticas Fundiárias Neoliberais e Reforma Agrária de Mercado**, São Paulo, p. 171-204, nov. 2006.

SCHNEIDER, Sérgio. TEORIA SOCIAL, AGRICULTURA FAMILIAR E PLURIATIVIDADE. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 99-121, fev. 2003.

SCHNEIDER, Sergio; GRISA, Catia. Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil. **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil: O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro**, Rio Grande do Sul, p. 53-82, mar. 2015.

SCHNEIDER.2003/ SÉRGIO SCHNEIDER, Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade, revista brasileira de ciências sociais- VOL. 18 Nº. 51. Informações econômicas, RBCS Vol. 18 nº. 51 fevereiro/2003.

AGROECOLOGIAS QUILOMBOLAS: TERRITORIALIDADES E AÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE A EDUCAÇÃO DO CAMPO, NO REMANESCENTE DE QUILOMBO DO BAIRRO ABOBRAL MARGEM ESQUERDA, ELTORADO/SP.

Rosali Silva da Costa¹

Resumo:

Por meio do projeto de pesquisa investigou-se os saberes e os modos de fazer da população camponesa, no condicionamento de territorialidades em remanescente de quilombo e para além das terras legalmente delimitadas pelo Estado. Visando a compreensão de fenômenos relacionados à expropriação desses agentes sociais, como pela falta de fomento em políticas públicas voltadas para a educação do campo, que concerne ao cumprimento do DECRETO Nº 7.352 DE 04/11/2010, dispõe da política de educação do campo e do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.

Os estudos foram realizados no Remanescente de Quilombo do Bairro Abobral Margem Esquerda, no município de Eldorado/SP, a obtenção de dados se deu por meio de pesquisa qualitativa, com entrevistas narrativas com os quilombolas, para a compreensão dos fenômenos relacionados a implicação da expropriação camponesa, pela falta de investimento na educação que fortaleça o sentido de pertencimento, de autogestão e autoconsumo de seus saberes e fazeres no território quilombola.

Palavras-chave: escola, roça de coivara, alimentação.

Esse texto aborda o estudo realizado sobre o Remanescente de Quilombo do Bairro Abobral Margem Esquerda, que visa a contextualização dos saberes e modos de fazer da população camponesa, no condicionamento de territorialidades em remanescente de quilombo e para além das terras legalmente delimitadas pelo Estado, para que se tenha a compreensão de fenômenos relacionados à expropriação dos quilombolas, pela falta de investimento na educação, que fortaleça o sentido de pertencimento, de autogestão e autoconsumo de seus saberes e fazeres no território quilombola.

Existem comunidades quilombolas desde a Amazônia até a região sul do território brasileiro. A região do Vale do Ribeira, onde se encontra a área de estudo é a mais pobre do estado de São Paulo, sendo a população subalterna nos processos e dinâmicas espaciais, desde o mercado de trabalho aos vínculos políticos e à interferência cultural. (MARTINS, 2015)

O Remanescente de Quilombo do Bairro Abobral Margem Esquerda, está localizado no sudeste do Brasil, na região sul do Estado de São Paulo, no Vale do Ribeira, município de Eldorado, compreende a área de unidade de conservação da Serra do Mar e da bacia hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape, do bioma Mata Atlântica (ISA, 2017, p. 2; 14-15). Data-se que em meados do século XVI ocorria a extração do ouro no rio Ribeira de Iguape e agricultura de arroz pelos colonos portugueses que ocupavam a região, utilizando-se da mão de obra escrava para a mineração do recurso natural e nos plantios de arroz, com os negros trazidos pelo tráfico negreiro de países da África. (ANDRADE et al, 2013, p. 9 - 10)

A rede de parentesco e história da comunidade do bairro Abobral Margem Esquerda advém dos negros escravizados na fazenda Caiacanga e de indígenas da região. A formação como área de quilombo precede na primeira metade do século XIX, entretanto já se constituía assim desde o final do século XVII, com os negros que fugiam das fazendas e se refugiavam nas serras do Abobral e áreas do entorno, formando os mocambos de quilombos (ANDRADE et al, 2013, p. 15-16; 18; 62).

¹ Graduanda de Licenciatura em Geografia pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) – Campus São Paulo.

Os escravos refugiados e os libertos por seus posseiros por meio da alforria, se agruparam e constituíram famílias, formando as diversas comunidades espalhadas pela região e às margens do rio Ribeira de Iguape (ANDRADE et al, 2013, p. 16). As comunidades quilombolas foram reconhecidas na Constituição no ano de 1988, assegurando às comunidades rurais negras, quilombolas, o direito aos territórios ancestrais. (ANDRADE et al, 2013, p. 6).

Os membros da Comunidade do Abobral Margem Esquerda foram reconhecidos como remanescentes de comunidade de quilombola no ano de 2014 pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) e pela Fundação Cultural Palmares no ano de 2007 (ISA, 2014). Possui um total de 39 famílias e de 480 agentes sociais quilombolas. A região possui o menor índice de desenvolvimento humano (IDH) médio das regiões administrativas do Estado de São Paulo, com um parâmetro médio de índice 0,691, o que se compara a municípios em situação de extrema pobreza no Brasil. Os dados do ITESP (2015) indicam que embora as atividades agrícolas ocorram em 99% da comunidade, os plantios de subsistência das famílias estão presentes em 64% da comunidade onde apenas 12 % da produção é destinada aos consumidores diretos e os outros 36% não possui prática agrícola de produção de alimentos em suas áreas. (ITESP, 2015)

Na condição de camponês livres os quilombolas possuem uma relação com a biodiversidade, por meio de técnicas tradicionais de agricultura, na produção de roças (ISA, 2017, p. 108). A agricultura tradicional quilombola reconhecido como patrimônio cultural da humanidade pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). (IPHAN, 2018)

Esse sistema agrícola tradicional dos saberes e modos de fazer quilombola é reconhecido como um bem cultural, que conforme IPHAN (2016):

“Sistema agrícola tradicional é o conjunto de elementos, desde os saberes, mitos, formas de organização social, práticas, produtos, técnicas e artefatos, e outras manifestações associadas que envolvem espaços, práticas alimentares e agroecossistemas manejados por povos e comunidades tradicionais tradicionais e agricultores familiares. Nesses sistemas culturais, as dinâmicas de produção e reprodução dos vários domínios da vida social ao longo das vivências e experiências históricas orientam processos de construção de identidades e contribuem para a conservação da biodiversidade” (Iphan, nota técnica 23/2016).

Os saberes e modos de fazer agricultura tradicional pelos povos originários e camponeses é também denominado de “agroecologia”, de acordo com Gubur & Toná (2012) essa terminologia é recente e constitui-se em “conhecimentos sistematizados, baseados em técnicas e saberes tradicionais (dos povos originários e camponeses)” (GUBUR. TONÁ, 2012, p. 59) e “que incorporam princípios ecológicos e valores culturais às práticas agrícolas que, com o tempo, foram desecologizadas e desculturalizadas pela capitalização e tecnificação da agricultura”. (Leff, 2002, p. 42 *apud* GUBUR. TONÁ, 2012, p. 59)

Com o reconhecimento e titulação das comunidades quilombolas por parte da Fundação Palmares, o governo coloca como possibilidade o acesso a programas específicos aos quilombolas, como no financiamento bancário, na garantia de permanência no território e o esforço coletivo pelo

recolhimento de laudos para o reconhecimento territorial que acaba fortalecendo economicamente e politicamente a comunidade, todavia também gera-se o aumento da saída dos quilombolas para a área urbana, em busca de melhores condições de vida. As citadas terras quilombolas, estão para além da delimitação territorial institucional dos remanescentes de quilombos, mas perpassam pelo território concebido das relações socioespaciais e dos saberes e modo de fazer na agroecologia quilombola. (MARTINS, 2015; SANTOS, 2002b; SANTOS et al, 2008)

No contexto das interações em território quilombola, a educação nas escolas públicas e estaduais é uma necessidade e direito, embora as únicas escolas acessíveis concentrem-se no meio urbano, nas escolas da cidade, demonstrando a desconsideração com a vida camponesa e aos conhecimentos tradicionais dos quilombolas, que ficam submissos aos conhecimentos universais do sistema educacional, sem considerações as especificidades da educação camponesa. Nas comunidades tradicionais é necessária a presença pedagógica que considere a cultura, a vivência e experiência, para que se supere a educação funcional, voltada apenas para a mão de obra, mas que dê sentido a autonomia e emancipação aos agentes sociais. (MARTINS, 2015)

Entende-se fenômenos relacionados a implicação da expropriação camponesa, pela falta de investimento na educação que fortaleça o sentido de pertencimento no uso do território, de autogestão e autoconsumo de seus saberes e fazeres no uso do território quilombola, para construção da identidade quilombola, sendo no ano de 2018, a escola da comunidade foi extinta do sistema de educação do governo do estado, forçando a ida dos quilombolas para a escola da cidade.

As negligências aos saberes e ao modo de fazer a agroecologia quilombola, resultam no processo expropriatório, resultando em fatores econômicos, políticos e sociais nas terras quilombolas, pois é negada a produção do conhecimento que advém da tradição visual dos agentes sociais, em que o aprendizado ocorre a partir da visualização de como os outros fazem, sobretudo os anciãos, reverberando na maneira de se fazer agricultura, com técnicas específicas.

Das técnicas de uso e manejo dos recursos naturais, as populações tradicionais promovem a regeneração de áreas degradadas. Essa agricultura de conhecimento tradicional, em respeito ao ecossistema florestal tropical, agricultura itinerante, técnica denominada de roça de coivara, consiste no corte e queima de uma pequena área de mata, para o cultivo de alimentos, é semelhante ao processo natural de abertura de clareiras na floresta, que são decorrentes de queda de árvores, permitindo com que novas espécies de plantas cresçam, diversificando o ambiente. (ALTIERI, 2004; SILVA, 2008; MARTINS, 2015)

É perceptível que a especialização da agricultura, como de uma monocultura, enfraquece as práticas ancestrais de produção agrícola, que para as famílias são tanto os insumos para o autoconsumo, como para a economia de excedentes. Deixar os conhecimentos tradicionais da agroecologia apenas em narrativas é contribuir com a omissão do conhecimento tradicional, conhecimento este que é transmitido oralmente de geração em geração, precisa ser fortalecido e fomentado por uma educação do campo que considere as especificidades das relações socioespaciais dos quilombolas, com seus embates pelo território, na luta pela própria identidade pessoal e pela expressão cultural. (MARTINS, 2015, p. 63; SILVA, 2008)

Em termos políticos e legislativos, que embasem o estudo sobre o sistema de educação em comunidade quilombola, apresenta-se como uma instituição pública na consolidação da educação do Campo, o DECRETO Nº 7.352 DE 04/11/2010, que dispõe da política de educação do campo e do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. Destaca-se “os princípios da educação do campo, como o respeito à diversidade, a formulação de projetos políticos pedagógicos específicos, o desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação e a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo”. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2012, p. 5) Essa política conta com o auxílio da:

“Comissão Nacional de Educação do Campo (CONEC, criada em nov./2007), órgão colegiado cuja finalidade é auxiliar o Ministério da Educação na formulação, implementação e acompanhamento dessa

política. Esta Comissão se constitui de representantes de todas as Secretarias do MEC, do INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, da UNDIME, União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação, do CONSED – Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação e de movimentos sociais e sindicais do campo com representação nacional” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2012, p. 5).

Essa política pública voltada à educação, desenvolvida a partir do órgão federal (União) em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Destina-se à ampliação e qualificação da oferta da educação básica e superior a população do campo, considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e o disposto neste Decreto. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2012)

A população do campo a que este destina-se, são agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, trabalhadores assalariados rurais, quilombolas, caçaras, povos da floresta, caboclos e outros que produzem suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2012)

O tipo de escola que atende a esses camponeses são as que se situam em área rural ou em área urbana, desde que o atendimento seja predominantemente a populações do campo. No § 3º, do Art. 1º, considera-se que as escolas do campo e as turmas anexas devem elaborar seu projeto político pedagógico, na forma estabelecida pelo Conselho Nacional da Educação. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2012)

O § 4º, do Art. 1º, considera que a educação do campo se concretiza mediante a oferta de formação inicial e continuada de profissionais da educação; com a garantia de condições de infraestrutura e transporte escolar; de materiais e livros didáticos; laboratórios, biblioteca e área de lazer e desporto; requisitos esses que estejam “adequados ao projeto político pedagógico e em conformidade com a realidade local e a diversidade das populações do campo”. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2012)

O Art. 2º, no IV item, apresenta a:

“valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas.”(MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2012, p.82)

E no V item, “o controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo”. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2012)

Já o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, que integra a política de educação do campo, é executado no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, nos termos do art. 33 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. E tem como objetivo, apresentado no Art. 12, do Decreto Nº 7.352 de 04/11/2010, oferecer educação formal, em todos os níveis de ensino, aos jovens e adultos beneficiários do Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA.(MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2012)

Com relação a gestão do programa, consta no Art. 16, que “a gestão nacional do PRONERA cabe ao INCRA”, no âmbito de coordenação e supervisão dos projetos executados ao programa, também a definição procedimentos e produção de materiais técnicos para as atividades do programa

e ainda coordenar a Comissão Pedagógica Nacional, que trata o Art. 17, sendo esta comissão constituída por representantes da sociedade civil e do governo federal. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2012)

Dada a constituição histórica em território brasileiro, as considerações do Decreto Nº 7.352 de 04/11/2010 são básicas e devem ser consideradas com atenção, pois essa população camponesa, citada no documento, é a que por anos esteve condicionada a situação de marginalidade social, econômica e política.

A condição de capacitação de profissionais à realidade camponesa não contempla grande parte dos cursos de graduação e conseqüentemente na prática em sala de aula, sobretudo que sejam poucas as escolas especificamente do campo.

O PRONERA sendo executado no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, é problemático no sentido de que esta organização é responsável por gerir o território, no âmbito administrativo da ocupação deste. Em vista de o governo e os grandes latifundiários não terem o interesse na divisão de terras para a população camponeses, em seu aproveitamento nos modos de vida tradicionais, não se espera que sejam consideradas as especificidades dessa população, mas sim uma educação que se considera as fases agrícolas e as condições climáticas, com isso baseados na agricultura produtivista.

Essas situações de embate pela educação camponesa, na falta de uma educação camponesa que considere os saberes e fazeres da sociedade quilombola, são inerentes a acumulação negativa do capital, que reverberam em processos expropriatórios às comunidades quilombolas, uma vez que percebe-se a inadequação do modelo escolar às necessidades e condições de aprendizagem, condicionamento decorrente da fragilidade das políticas públicas e da cultura do direito à educação no decorrer da vida. O descumprimento da constituição e das políticas públicas favorecem a emigração dos quilombolas, dado os elementos de (re)produção de capital, por meio do mercado de trabalho, na busca por ocupação no mercado de trabalho e profissionalização, que gere a manutenção financeira e a sobrevivência, esses agentes sociais são expropriados de seu território e

desarticulados político-identitariamente. Denota-se com a deficiência educacional camponesa, que não há uma preocupação com o território sustentável, mas o olhar é voltado para políticas econômicas de curto prazo, de lucros imediatos, como ocorre no mercado de trabalho do meio urbano. (MARTINS, 2015)

Miguel Altieri (2004, p. 81; 84) remete considerações sobre o uso da terra de maneira sustentável, no que diz respeito ao uso por parte dos agentes sociais, na conservação e perpetuação dos saberes tradicionais através da agricultura sustentável da técnica de plantio da roça de coivara, que proporciona a regeneração da bióta e também o excedente do consumo dos alimentos colhidos. É possível realizar um paralelo com o apontamento de Altieri (2004, p. 81; 84), em que o real valor da produção, na contabilização do uso dos recursos naturais e da política agrícola devem ser analisadas para que se possa manter a custos baixos, sem prejuízos, considerando a economia redirecionada à promoção da sustentabilidade agrícola. Quando os sistemas de produção, considerados em políticas públicas, danificam a estrutura do solo, exaurindo seus nutrientes, matéria orgânica ou biota, não compreendem a capacidade de um sistema sustentável, de manutenção da produtividade quando submetido a desequilíbrios, tornando-se insustentável e não planejado para um futuro uso. (ALTIERI, 2004)

As técnicas de agroecologia territorializadas pelas comunidades quilombolas só são efetivas e de autonomia de seus agentes sociais, quando lhes são garantidas as reformas políticas e de iniciativas comunitárias bem organizadas, no fortalecimento das iniciativas coletivas. Os incentivos governamentais, as políticas agrárias e sistemas econômicos, as mudanças nas agendas de pesquisas, de maneira dialógica, são fatores fundamentais para o desenvolvimento e difusão de tecnologias agroecológicas, que promovam a agricultura sustentável. (ALTIERI, 2004)

O modo de vida dos camponeses quilombolas é assegurado pela reprodução material – de recursos naturais – e simbólica do modo de vida que lhes são pertinentes, assim como as práticas da

agroecologia camponesa, onde podem subsistir e reproduzir seus bens culturais, e o contrário disso implica na disputa de poder que sobrepõem os territórios, como os de latifundiários, de marcos legais e das estatais. (SILVA, 2008).

Deve haver uma mudança governamental sobre a produção agrícola, para que se tornem eficazes as estratégias de desenvolvimento, incorporando não apenas as dimensões tecnológicas, mas às questões sociais e econômicas, compreendendo a ecologia humana dos sistemas agrícolas, que se leve a medidas de uma agricultura realmente sustentável, o que pode alavancar na solução à crise agrícola-ambiental e a miséria rural existente no mundo. (ALTIERI, 2004)

Referências bibliográficas:

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGs, 4. ed, 2004.

SANTOS, Milton. SOUZA, Maria A. A. SILVEIRA, Maria L. **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Editora Hucitec, ANPUR. 4ª Ed, 1998.

ANDRADE, A. M. TATO, N. **Inventário Cultural de Quilombolas do Vale de Ribeira**. São Paulo - Instituto Socioambiental, 2013.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. **Educação do Campo: marcos normativos/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão** – Brasília: SECADI, 2012.

BUSTAMANTE, Patrícia G. BARBIERI, Rosa L. SANTILLI, Juliana. **Conservação e uso da agrobiodiversidade: relatos de experiências locais**. Brasília, DF: Embrapa, 2017.

ETHNOLOGICA CONSULTORIA E PROJETOS SOCIOCULTURAIS. **Relatório Técnico Científico: Comunidade de Quilombo do Abobral Margem Esquerda**. Município de Eldorado.

FILHO, A. C. et al. **Sistemas Agrícola Tradicional no Brasil**. Editoras técnicas Jane Simoni Eidt, Consolacion Udry, Brasília, DF: Embrapa , 2019.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Certificação Quilombola**. 2019.

Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/sites/mapa/crqs-estados/crqs-sp1902019>>

Acesso em: 25/10/2020

MARTINS, MARCOS H. **Jovens Quilombolas: identidade e acumulação negativa nas comunidades da Poça e do Mandira, no Vale do Ribeira de Iguape – SP**. USP, SP, 2015.

SANTOS, K. M. P dos. TATO, N. **Agenda Socioambiental de Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira, São Paulo** - Instituto Socioambiental, 2008.

SILVA, Simone R. **Negros na Mata Atlântica, território quilombolas e a conservação da natureza**. São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, 2008.

SILVA, Maíra da. **As contribuições da agroecologia para o fortalecimento da agricultura quilombola**. Campinas, SP : UNICAMP, 2015.

SALETE, Rosali. CALDART, Isabel. B. P. ALENTEJANO, P. FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Expressão Popular, 2012.

SANTOS, Milton. SOUZA, Maria A. A. SILVEIRA, Maria L. **Território: Globalização e**

Fragmentação. São Paulo: Editora Hucitec, ANPUR. 4ª Ed, 1998. SANTOS M & SILVEIRA M L, 2001. **O Brasil — Território e Sociedade no Início do Século XXI.** Rio de Janeiro: Record.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE- Cidades.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/eldorado/panorama>> Acesso em: 26/10/2020

AGROECOLOGIA UMA PRÁTICA DA AGRICULTURA FAMILIAR NOS ASSENTAMENTOS

Rosely Yavorski¹
Isabelly Yavorski de Lima²

Resumo

A Agroecologia tem como princípio o uso racional dos recursos naturais. É um mecanismo de transformação da agricultura, o qual se preocupa com a relação ser humano-ambiente buscando modelos sustentáveis para o meio rural. A agricultura familiar contribui para o desenvolvimento sustentável e qualidade de vida do homem do campo, sendo uma prática comum entre os pequenos produtores e nos assentamentos. Os produtores que utilizam desta prática estão preocupados com a preservação do meio ambiente no sentido de não prejudicar os ecossistemas do entorno. O objetivo é demonstrar que a agroecologia na maioria das vezes é praticada por pequenos agricultores dentro da agricultura familiar e nos assentamentos, com o intuito de preservar o meio ambiente e melhorar a qualidade de vida da família rural. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e de observação com a finalidade de produzir material de conhecimento para outros estudos e de observação, onde foi realizada visita a algumas pequenas propriedades com o objetivo de caracterizar os espaços das pequenas propriedades, e fazer um planejamento junto a estes agricultores para desenvolver práticas ecológicas de manejo de solo, assim como produção de adubo orgânico para a produção de hortaliças. Com este trabalho conclui-se que os participantes estarão buscando uma maior segurança alimentar para suas famílias e poderão preservar os conhecimentos populares herdados e os adquiridos através dos anos. Esta iniciativa também colabora com a troca de conhecimento entre a comunidade visitada e participante do projeto. Destacamos ainda a importância da prática baseada na agroecologia garantindo alimentação saudável aliadas ao bem estar no campo para todas as famílias que se utilizam deste método de produção.

Palavras-chave: Agroecologia. Agricultura familiar. Sustentabilidade. Alimentação saudável.

¹ Doutora em Educação, Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Pesquisadora da Universidade Internacional IberoAmericana, e-mail: rose2013yavorski@gmail.com. <http://orcid.org/0000-0001-9131-597X>.

² Publicitária. Centro Universitário Metropolitano, e-mail: isabelly.yavorski@ggmail.com.

1. Introdução

Preocupados com a relação homem/meio ambiente os agroecologistas buscam ferramentas para a transformação da agricultura atual a fim de torná-la sustentável. A agricultura familiar com conhecimentos populares auxilia na elaboração de estratégias para o desenvolvimento sustentável. Os quintais das pequenas propriedades exercem papel importante no desenvolvimento sustentável, pois nele se cultivam muitas espécies que fornecem parte das necessidades nutricionais da família, assim como, plantas medicinais e animais de pequeno porte com intuito de complementar as necessidades de alimentação das famílias e equilibrar o meio ambiente (DOS SANTOS; TONEZER; RAMBO, 2009).

A técnica denominada de agroecologia é interessante para a agricultura familiar por utilizar de forma sustentável os recursos naturais em seu sistema de produção. A

utilização dos recursos naturais gera para o agricultor economia e segurança alimentar, assim como para os consumidores (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2002).

Ao manter a diversidade de culturas, o agricultor garante segurança para os cultivos básicos e, sobretudo a possibilidade de enfrentar mudanças ambientais, melhorando a produtividade, reduzindo as flutuações da produção, e possibilitando sua integridade social e econômica (ALTIERI, 2010).

A técnica agro-ecológica combina em um mesmo espaço variedades de plantas, adequando cada cultura às suas necessidades específicas de desenvolvimento. O planejamento do plantio permite ao agricultor obter rendimentos, em curto prazo, com o plantio de hortaliças de ciclo curto, podendo disponibilizar para a comercialização e o próprio consumo maior número de produtos; aproveitando a mão-de-obra familiar (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2002).

A produção baseada na agro ecologia torna evidentes conhecimentos indígenas e de comunidades rurais de varias regiões unidas para melhorar a conservação dos recursos naturais, a agro biodiversidade e a conservação do solo e da água; valorizando ainda a sustentabilidade e o ecossistema (ALTIERI, 2010).

Os avanços tecnológicos trazem custos ambientais, a agro ecologia busca equilíbrio entre o aumento da produção que se torna necessária a cada ano e a preservação dos recursos de solo e água, que são explorados há muito tempo pelo homem. A transformação a busca da preservação máxima pode garantir a sobrevivência das gerações futuras (DE AQUINO; DE ASSIS, 2005).

A agricultura familiar de base agro-ecológica tem como prioridade produzir alimentos saudáveis sem comprometer os ciclos naturais, portanto os alimentos são produzidos sem aditivos químicos, a comercialização é realizada de forma direta (do produtor para o consumidor), e em comunidades próximas das zonas rurais (DOS SANTOS; TONEZER; RAMBO, 2009).

1.1 Características da agricultura familiar

De acordo com as leis brasileiras e as políticas agrícolas voltadas para a reforma agrária, o agricultor familiar é aquele que pratica atividades no meio rural, e atende aos seguintes requisitos: a) não tenha área maior que 4 (quatro) módulos fiscais, um módulo fiscal rural corresponde a 14 ha, sendo que 1 ha equivale a 10.000 m², o módulo fiscal rural também varia de acordo com o município onde se localiza, b) utilize predominantemente mão-de-obra familiar nas atividades econômicas, c) o percentual de

renda mínimo seja originário da atividade econômica do empreendimento e, d) a direção da atividade seja familiar (BRASIL, 2006; IAP, s/d).

Ainda, podemos considerar como características dos agricultores familiares a independência de insumos externos à propriedade, sendo que a produção está condicionada as necessidades dos grupos familiares, portanto associada à policultura, ou seja, o plantio de diversos produtos. A agricultura familiar procura ser auto-suficiente se utilizando de pouca ou nenhuma tecnologia, melhorando a sustentabilidade do setor agrícola (TODAMATÉRIA, s/d).

A agricultura familiar adota práticas de cultivo sustentáveis causando baixo impacto ambiental, e procuram produzir alimentos orgânicos colaborando com a qualidade de vida da população (TODAMATÉRIA, s/d).

2. Material e Métodos

2.1 Espaço da pesquisa

Foram selecionadas aleatoriamente pequenas propriedades no município de Sarandi, as quais praticam a agricultura familiar, sendo que as mesmas cultivam hortaliças para consumo próprio e comercialização do excedente.

2.2 Caracterização da pesquisa

Trata-se de uma pesquisa básica bibliográfica com o intuito de produzir conhecimentos, e realizar um apanhado geral dos trabalhos científicos já realizados sobre o tema fornecendo dados atuais e relevantes (BONI; QUARESMA, 2005).

A observação participativa, atividade praticada por todos os sujeitos nas ações cotidianas, e interpretadas de acordo com os interesses de cada pessoa e da forma como será utilizada, sendo que o pesquisador participa das atividades realizadas. Na observação participativa em alguns casos o pesquisador adota temporariamente o estilo de vida do grupo pesquisado para que haja uma maior integração pesquisado/pesquisador (CAMPOS Y COVARRUBIAS; MARTÍNEZ, 2012, BONI; QUARESMA, 2005).

2.3 Sujeitos da pesquisa

Com a ajuda da EMATER (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural), do Município foram selecionadas 20 famílias de agricultores os quais representam o agrupamento representativo da população de produtores de hortaliças dos 130 que praticam agricultura familiar. Os agricultores selecionados cultivam hortaliças, sendo que nestas propriedades a responsabilidade pelo cultivo é da mulher.

2.4 Instrumentos de coleta de dados

Utilizou-se da observação participante na vida real, sendo que os dados eram registrados à medida que ocorriam (DA SILVA; MENEZES, 2005).

Por se tratar de observação participante o pesquisador faz intervenções construtivas em relação ao tema, o que permite estabelecer conclusões a respeito da postura adotada pelos pesquisados (DA FONSECA, 2012).

2.5 Análise das observações

Os resultados obtidos com a observação foram organizados em tabelas e discutidos descritivamente. Com as observações foi possível organizar e planejar um cronograma de atividades buscando alcançar os objetivos da pesquisa, que foram o de caracterizar os

espaços das pequenas propriedades, planejar com os agricultores formas de desenvolver práticas ecológicas de manejo de solo e produção de adubos orgânicos.

3. Resultados e discussão

3.1 Caracterização da área rural do município

O município em sua totalidade possui área ocupada por agricultura de 10.368.30 ha, e está dividida em áreas destinadas a lavoura, mata, pastagem e reflorestamento, sendo que estas áreas de ocupação estão especificadas de acordo com a tabela 1.

Tabela 1 Área de ocupação do solo das culturas cultivadas no município.

Item	Área (ha)
Lavouras anuais	6.600.00
Lavouras permanentes	100.00
Matas naturais (outras)	220.00
Matas naturais (Preservação permanente)	200.00
Outras áreas	3.086.30
Pastagens cultivadas	132.00
Reflorestamento e cultivos florestais	30.00
Total	10.368.30

O município conta com extensão territorial de 103,3 km², com população estimada em 95.543 habitantes estimada pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2018. Nas áreas ocupadas pela agricultura também podem ser identificados públicos diferentes, que trabalham com a terra plantando diversas culturas, tanto para comercialização como para a própria subsistência. No município em estudo, a área agricultável corresponde a aproximadamente 10% da área territorial total. A tabela 2 apresenta as categorias de público existentes no município que tem relação com o cultivo e agricultura.

Tabela 2: Categoria de público.

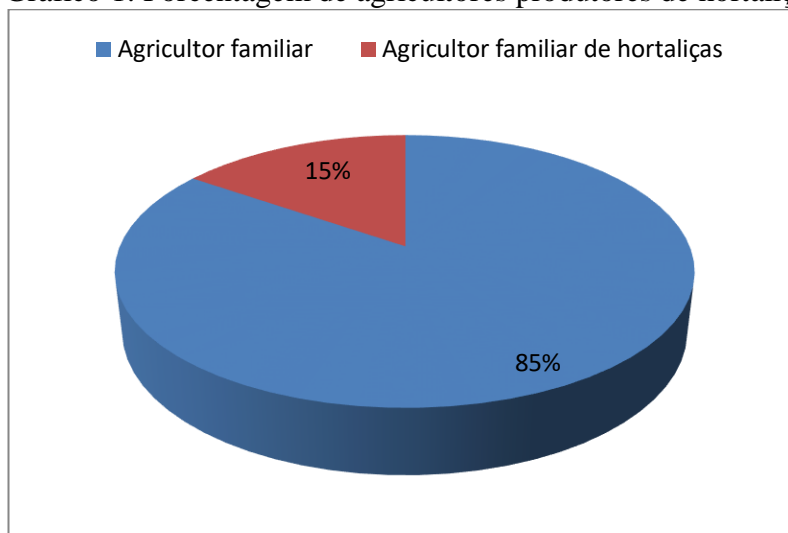
Categoria	Número
Agricultor familiar (Lei Federal)	130
Agricultor patronal	35
Agricultor Peri urbano	35
Jovens rurais	25
Mulheres rurais	60
Trabalhador rural	30
Total	315

Na tabela 2 observa-se que o número de agricultor familiar é maior que as demais categorias, sendo considerado como agricultor familiar dentro da Lei Federal 130 famílias.

Observa-se uma porcentagem grande de mulheres que estão à frente da produção agrícola. Além de cultivarem hortaliças muitas destas cuidam dos animais criados na propriedade (galinhas, vacas, porcos, ...), também cultivam outras culturas.

Os agricultores familiares que trabalham com a oleicultura são em torno de 20, sendo as culturas cultivadas a: abóbora, abobrinha, acelga, aipim, alface, alho, batata doce, berinjela, beterraba, brócolis, cebolinha, cenoura, chuchu, couve de folha, couve flor, feijão vagem, jiló, pepino, pimenta, pimentão, quiabo, repolho, salsa, tomate.

Gráfico 1: Porcentagem de agricultores produtores de hortaliças.



Fonte: Dados da pesquisa, atualizados em 2018.

Os agricultores familiares produtores de hortaliças corresponde a 15% do total, e destes 15% produtores 100% são mulheres, os homens se preocupam em produzir culturas como: milho, soja, trigo, feijão entre outras.

Alguns dos produtos são produzidos em maior escala sendo o preferido da maioria dos agricultores, para cultivo, por se tratar de produto de fácil manejo, e muito consumido entre a população do município, sendo sua comercialização rápida. Na tabela 3 se pode ter uma visão destes produtos e sua produção.

Tabela 3 Produtos mais produzido por produtores, e área de produção

Descrição	Produtores	Área (ha)
Abóbora	15	2,00
Aipim de mesa	20	40,00
Brócolis	10	6,00
Cebolinha	26	10,00
Couve de folha (couve comum)	20	6,00
Jiló	15	4,00
Quiabo	20	5,00
Salsa	20	5,00

A mulher se preocupa com a saúde alimentar da família, desta forma a mudança de práticas de manejo é aceita por estas facilmente. A mulher tem papel importante no cultivo dos quintais, pois é um espaço de grande diversidade e de fácil acesso, e são nestes quintais que são cultivadas as múltiplas espécies que vão suprir as necessidades alimentares e nutricionais da família; reduzindo a dependência de produtos externos, além de complementar a renda familiar com o excedente (DOS SANTOS; DE OLIVEIRA; CURADO; DO AMORIM, 2013).

Foram realizadas três (3) visitas em cada propriedade, com duração de duas horas cada visita. Na primeira visita se observou as espécies de plantas cultivadas nos quintais do lote agrícola, na segunda visita se observou as práticas com o manejo do solo, e na terceira visita foram levadas informações no sentido de melhorar a qualidade da produção das hortaliças.

Na primeira visita para observação se pode perceber que nos quintais também são encontradas espécies nativas, assim como plantas não nativas, que são utilizadas para complementar a alimentação ou para chá, na tabela 4 podemos observar as plantas mais encontradas nos quintais dos produtores familiares.

Tabela 4 Outras plantas encontradas nos quintais dos produtores familiares

Nome popular	Nome científico
Serralha	<i>Sonchus oleraceus</i>
Assa-peixe	<i>Vernonia polysphaera</i>
Jurubeba	<i>Solanum paniculatum</i>
Hibisco	<i>Hibiscus rosa-sinensis</i>
Taioba-roxa	<i>Xanthosoma violaceum</i>
Manjerona	<i>Origanum majorana</i>
Tanchagem	<i>Plantago major</i>
Caruru	<i>Amaranthus viridis</i>
Azedinha	<i>Rumex acetosa</i>
Trapoeraba	<i>Commelina</i>
Beldroega	<i>Portulaca oleracea</i>
Ora por nós	<i>Pereskia aculeata</i>
Dente de leão	<i>Taraxacum</i>
Alecrim	<i>Rosmarinus officinalis</i>

Algumas das plantas encontradas nos quintais são conhecidas pelos produtores, mas estes nem sempre possuem conhecimento das suas propriedades, e por este motivo não as utilizam no seu cotidiano para enriquecer a alimentação da família. Em muitas propriedades as plantas não convencionais são retiradas do solo por serem consideradas invasoras e prejudiciais as plantas convencionais.

3.2 As práticas utilizadas para o manejo do solo

Para produção de hortaliças, de qualidade, o solo rico em matéria orgânica e microorganismos é de fundamental importância, pois nas camadas superiores do solo é que se desenvolvem as raízes responsáveis por absorver os nutrientes do solo. As práticas de manejo, o plantio direto, a rotação de culturas, correção do solo, fertilização, adubação verde (DE ALCÂNTARA; MADEIRA, 2008).

Observou-se que nas propriedades visitadas (100%) a rotação de culturas e a adubação com esterco animal são as práticas mais utilizadas, em 25% das propriedades além das práticas já citadas também se utiliza de adubação verde e plantio direto. Na adubação verde os agricultores utilizam restos de culturas, ou seja, quando a plantação está com as hortaliças sem qualidade, que não conseguem comercializar tiram-nas do solo e misturam ao mesmo juntamente com esterco animal deixando por alguns dias, para plantarem nova cultura posteriormente.

3.3 Informações após análise das observações

A terceira visita destinada a fornecer informações que auxiliassem com novos conhecimentos para melhorar a qualidade das hortaliças produzidas, os participantes foram convidados para se reunirem em um mesmo local com o objetivo de trocar experiências e fornecer informações.

A respeito das plantas encontradas nos quintais da tabela 4, produziu-se uma pequena apostila com informações nutricionais, e a forma de utilização destas. A seguir segue tabela 5, que apresenta resumo com as informações contidas na apostila.

Tabela 5 Resumo de informações de plantas não convencionais encontradas nos quintais das propriedades de agricultura familiar.

Nome	Informações nutricionais	Utilização	O que indicam
Serralha	Vitaminas e minerais, fósforo, magnésio, ferro.	Saladas, suco da raiz e refogada	
Assa-peixe	Rica em sais minerais	Preparo de chás, tintura, xarope. As folhas podem ser fritas a milanesa.	Baixa fertilidade, solos secos.
Jurubeba	Rico em vitamina C, fósforo, cálcio, magnésio, manganês, vitamina B6 e B1, ferro e zinco.	Preparo de chás, comem-se os frutos, sucos, cataplasma.	Ocorre em solos com boa umidade.
Hibisco	Vitamina A, C, D, cálcio.	Preparo de chás.	Solos rico em matéria orgânica.
Taioba-roxa	Alto teor de minerais e vitaminas A, C, potássio e manganês.	Preparo de saladas, e refogadas.	Solos drenados e ricos em matéria orgânica.
Manjerona	Carboidratos, proteínas, fibras, sódio e potássio.	Podem ser utilizados como tempero, preparo de chás, óleos essenciais e produto cosmético	Solos leves ricos em matéria orgânica, bem drenado, livres de alumínio tóxico.
Tanchagem	Rica em cálcio, potássio.	Preparo de refogados, recheios de omeletes, bolinhos e pasteis.	Solos compactados e densos, argilosos e com pouca aeração.
Caruru	Rica em vitaminas A, B1, B2, C, ferro, cálcio e potássio.	Saladas, molhos, refogados, tortas, bolos.	Presença de nitrogênio livre (matéria orgânica).
Trapoeira	Rica em proteínas, fibras, minerais, cálcio, magnésio e zinco.	Saladas, refogados, ensopados, chás.	Indicam solo leve, úmido.
Azedinha	Rica em vitaminas B e C, cálcio e outros minerais.	Pode ser usada em saladas, cozida em refeições quentes, adicionada ao suco de laranja com mel.	Solo argiloso, pH baixo, falta de cálcio.
Beldroega	Omega 3, rica em vitaminas A, B e C, sais minerais.	Utilizada em sopas, saladas, cruas ou cozidas.	Solo bem estruturado, com umidade e matéria orgânica.
Ora pro nóbis	Vitamina C, A, rica em cálcio.	Pode ser consumida em chá, salada, recheio de salgados, sopa, refogados.	Protege o ambiente contra invasores.
Dente de leão	Possui proteínas, fibras, fonte de potássio.	Em chás, saladas, podendo ser consumido as folhas, raízes e flores.	Presença de boro.
Alecrim	Possui propriedades analgésicas e anti-inflamatórias, carboidratos, fibras, cálcio e vitamina B6.	Chás, tinturas e óleos essenciais, podem ser misturados a massas e saladas	

Quanto ao manejo do solo se observou que em 63% das propriedades realizava-se a capina; arrancando pela raiz todo tipo de ervas invasoras em floração evitando que as mesmas concorram com as culturas plantadas, porém se tirava estas plantas arrancadas do solo deixando-o limpo, livre de lixos. Foi sugerido para os produtores que conservem as plantas capinadas no local de onde foram tiradas para enriquecer o solo com seus nutrientes.

Mostrou-se a importância de alguns elementos, que a princípio eram retirados por serem considerados prejudiciais ao solo. A decomposição de matéria orgânica e mineral depende de seres vivos, e entre eles estão as bactérias, fungos, protozoários, algas, minhocas, besouros, ácaros e outros vermes e insetos. A utilização de agrotóxicos e adubos químicos destrói estes seres vivos que são fundamentais para o equilíbrio e qualidade do solo (MUTUANDO, INSTITUTO GIRAMUNDO, 2005).

Na produção agro-ecológica o solo deve ser preparado com cuidado, e para isso precisamos: a) descompactar o solo usando adubos verdes como a aveia preta, o nabo forrageiro e o feijão guandu; b) procurar reter a água plantando árvores e arbustos que ajudam na infiltração; c) adubação orgânica, com a utilização de adubos verdes, esterco (o mais conhecido pelos agricultores), que podem ser utilizados da forma sólida ou líquida em forma de biofertilizantes, a compostagem.

Foram oferecidas para os produtores algumas receitas de biofertilizantes explicando a forma de preparo e uso, caldas, plantas defensivas, produtos orgânicos, iscas e armadilhas.

Detectou-se que os produtores fazem a reciclagem de matéria orgânica, mas não sabem no que os produtos utilizados vão enriquecer o solo. A reciclagem de matéria orgânica em compostagem traz benefícios melhorando a estrutura do solo e aumentando os nutrientes necessários para o cultivo, aumentando a capacidade de retenção de água no solo e principalmente evitando o uso de fertilizantes sintéticos (www.lixo.com.br, 2017).

Orientaram-se os agricultores que há a necessidade de uma grande variedade de matéria orgânica para fazer a compostagem, sendo que cada matéria produz um determinado tipo de nutriente. Na tabela 6 apresentamos os materiais importantes para compostagem e suas características.

Tabela 6 Material orgânico e suas características

Material	Características
Cinza de madeira e cascas de banana, limão, pepino e cacau.	Fonte de potássio e alto teor de fósforo podem ser utilizados para a prevenção de pragas.
Penas de aves.	Ricas em nitrogênio.
Aparas de grama.	Ricas em nutrientes auxiliam com isolantes térmicos e afastam moscas.
Rochas moídas e conchas.	Possuem minerais necessários para o crescimento das plantas, e podem substituir o calcário.
Feno ou palha.	Fonte de nitrogênio.
Jornais.	Fonte de carbono.
Terra.	Fonte de microorganismos.
Ar.	Fonte de oxigênio.
Serragem.	Fonte de carbono.

A compostagem pode ser feita em recipientes, assim como em espaço ao ar livre. As realizadas em recipientes são indicadas para apartamentos e casas sem espaço. Nas feitas em espaço aberto se deve observar o declive do solo, deve estar protegido de vento e insolação direta, permitir o reviramento da mistura e a passagem de veículos para o transporte do material, e água suficiente para regar as pilhas. É importante que tanto as compostagens feitas em recipientes quanto as em espaço aberto contenham os materiais listados na tabela 6.

4. Conclusão

O presente trabalho revelou que na agricultura familiar e nos assentamentos, em geral, são as mulheres que trabalham no cultivo de hortaliças, sendo que os homens estão mais voltados ao cultivo de culturas como milho, trigo, feijão, e até mesmo a soja.

A produção familiar de hortaliças estava voltada mais ao abastecimento de qualidade da própria família, mas com as dificuldades econômicas enfrentadas nos últimos anos pelos brasileiros, os produtores viram na produção de hortaliças uma forma de aumentar a renda familiar. A produção familiar de hortaliças nos quintais rurais tem importância além da nutrição para a manutenção da biodiversidade deste espaço.

Os agricultores possuem conhecimento cultural sobre o manejo do solo, porém nem sempre aplicam este conhecimento no momento propício, assim se torna necessária a orientação, para que venham organizar seus conhecimentos e adquiram novos.

Alguns dos produtores sentiram-se estimulados em aprender novas práticas agrícolas, no sentido de melhorar as já conhecidas, muitos agricultores utilizavam práticas sem saber o motivo de tal utilização, mas porque haviam aprendido com seus antepassados, ao descobrirem a importância de cada prática mostraram-se motivados a desenvolver as conhecidas e as novas práticas, que foram apresentadas no estudo.

Nas propriedades rurais são produzidos muito lixo em decorrência da sobra das culturas, esse lixo nem sempre é utilizado adequadamente, com a compostagem é possível reutilizá-lo nas hortas trazendo qualidade aos alimentos, também é uma forma de administrar a problemática do lixo e reduzi-lo. Os agricultores familiares trabalhando a reciclagem representam um fortalecimento da luta ambiental; podendo influenciar outras pessoas a transformar o meio social. Repensar nossas atitudes e reaproveitando os modelos de ações de sustentabilidade já existente, ajuda na conscientização e valorização do meio socioambiental.

Foi possível observar, que alguns agricultores ainda resistem a mudanças, com medo de que o manejo natural da atividade venha diminuir a produção, mas a mudança deve se dar aos poucos, com a participação dos agricultores em cursos, oficinas, palestras, e o mais importante a reflexão. Com a participação dos agricultores em atividades programadas é possível manter vivo os conhecimentos que os mesmos já possuem e os conhecimentos que vão adquirindo e compartilhando com outros agricultores.

Referencias

ALTIERI, M.A. Agro ecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista NERA**, ano 13, nº 16, pp. 22-32, Janeiro/Junho, Presidente Prudente, 2010.

BONI, V.; QUARESMA, S.J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **EM TESE – Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, vol. 2, nº 1 (3), janeiro-julho, p. 68-80, 2005.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos.

CAMPOS Y COVARRUBIAS, G.; MARTÍNEZ, N.E.L. La observación, un método para el estudio de la realidad. **Revista Xihmai VII(13)**, 45-60, Enero-junio de 2012.

DA FONSECA, J.J.S. **Metodologia da pesquisa científica**. UECE – Universidade Estadual do Ceará, 2002.

DA SILVA, E.L.; MENEZES, E.M. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. 4. Ed. Ver. Atual. – Florianópolis: UFSC, 2005.

DE ALCÂNTARA, F.A.; MADEIRA, N.R. **Manejo do solo no sistema de produção orgânico de hortaliças**. Circular Técnica, Brasília –DF., julho, 2008.

DE AQUINO, A.M.; DE ASSIS, R.L. **Agro ecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. Brasília, DF: Embrapa, Informação Tecnológica, 2005.

DOS SANTOS, A. DAS S.; DE OLIVEIRA, L.C.I.; CURADO, F.F.; DO AMORIM, L.O. Caracterização e desenvolvimento de quintais produtivos agro ecológicos na comunidade Men de Sá, Itaporanga d'Ajuda-Sergipe. **Revista Brasileira de Agroecologia**, 8(2): 100-111, 2013.

DOS SANTOS, F.; TONEZER, C.; RAMBO, A.G. **Agroecologia e agricultura familiar: um caminho para a soberania alimentar**. SOBER 47º Congresso Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Porto Alegre, 26-30 de julho de 2009.

IAP – Instituto Ambiental do Estado do Paraná. **Módulos fiscais dos Municípios do Estado do Paraná**. s/d. Disponível em: www.iap.pr.gov.br. Acesso em março 2019.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Agro floresta para agricultura familiar**. Circular Técnica, 16, Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.cenargen.embrapa.br/publica/download.html> Acesso em: 01-02-2017.

MUTUANDO, INSTITUTO GIRAMUNDO. **A cartilha agro ecológica**, Botucatu, SP: Editora Criação Ltda, 2005.

O que é compostagem. Disponível em: www.lixo.com.br. Acesso em agosto de 2017.

TODAMATÉRIA. **Agricultura Familiar**. s/d. Disponível em: <http://www.todamateria.com.br>. Acesso em dezembro de 2018.

HORTAS PEDAGÓGICAS FERRAMENTA PARA A DISCUSSÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS

Rosely Yavorski¹
Maria Aparecida Santos e Campos²
Isabelly Yavorski de Lima³

RESUMO

A Educação Ambiental é tema de discussão nas escolas há muito tempo, que procura discutir e ensinar aos pequenos conceitos relacionados ao meio ambiente, a sustentabilidade, a preservação e conservação do meio ambiente buscando assim, formar cidadãos conscientes e críticos. Diante disto docentes e educadores encontram dificuldades em abordar tais temas, pois a formação inicial dos mesmos não lhes proporcionou ferramentas suficientes para efetivar o conhecimento. A horta pedagógica é elemento importante para mediar e trabalhar as questões ambientais permitindo estabelecer relação entre aluno-meio ambiente, e ensinar a importância do desenvolvimento sustentável. Portanto, o objetivo da utilização desta ferramenta foi promover a aproximação de docentes e discentes com o meio ambiente construindo um espaço para discussão dos diversos temas relacionados a educação ambiental. Nesta perspectiva o trabalho apresenta abordagem teórica sobre o ensino da educação ambiental enriquecendo a formação escolar e permitindo a discussão de temas do meio ambiente dentro e fora da sala de aula. O desenvolvimento de hortas pedagógicas propicia o aprendizado dos envolvidos tornando-os mais atentos e observadores do espaço e dos efeitos que as ações desordenadas provocam no meio ambiente. Com esta ferramenta o aluno começa a entender e aplicar práticas que futuramente irão favorecer o ambiente e a vida minimizando os impactos da atuação humana sobre o ecossistema. Esta ferramenta permite uma articulação com as demais disciplinas abordadas no espaço escolar trabalhando conceitos de educação ambiental, e envolvendo todo o corpo docente e discente da escola, já que o tema é extremamente importante e relevante no mundo atual. Demonstrando que praticas simples trazem excelentes resultados à vida.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Sustentabilidade; Formação discente; Horta pedagógica.

INTRODUÇÃO

O ambiente escolar é um importante espaço para a discussão de temas que auxiliem na manutenção e preservação do meio ambiente. O cenário de ações sociais, que causam grande impacto na formação de práticas comportamentais boas e a

¹ Doutora em Educação, Mestra em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Pesquisadora da Universidade Internacional IberoAmericana, e-mail: rose2013yavorski@gmail.com.
<http://orcid.org/0000-0001-9131-597X>.

² PHD em Educação. Universidade de Jaén, e-mail: mariaaparecidasantosecampos@gmail.com.
<http://orcid.org/0000-00011790-5438>.

³ Publicitária. Centro Universitário Metropolitano, e-mail: isabelly.yavorski@gmail.com.

capacidade de influenciar beneficemente os integrantes das comunidades no entorno, assim como os funcionários da própria unidade escolar (OLIVEIRA; VILLAR; PEREZ FLORIDO; SCHWARTZMAN; BICALHO, 2018).

Podemos considerar a escola, como um dos principais espaços responsáveis pela formação de cidadãos os quais estão comprometidos com o contexto social, principalmente temas relacionados ao meio ambiente, sustentabilidade e qualidade de vida, assim os Parâmetros Curriculares Nacionais sugerem que esses temas sejam trabalhados de forma transversal e interdisciplinarmente no sentido de facilitar o entendimento e o processo de formação do aluno (RIBEIRO; PASSOS JÚNIOR; OLIVEIRA; NONATO, s/d).

A utilização de hortas pedagógicas como ferramenta para a discussão de ações ambientais possibilita aprendizado significativo sobre diversos temas, tais como: alimentação saudável, ecologia, cultura regional, saneamento básico, entre outros, além de possibilitar trocas interpessoais entre os participantes (OLIVEIRA; VILLAR; PEREZ FLORIDO; SCHWARTZMAN; BICALHO, 2018).

No entanto, a horta pedagógica integrada ao cotidiano escolar proporciona uma fonte de pesquisa inesgotável, levando professores e alunos a reflexões diárias e a construção de conhecimento através de atividades didáticas (AGUIAR; MULULO; PEDROSO; GUIMARÃES; FACHÍN-TERÁN, 2018).

Segundo Aguiar et al (2018) a horta pedagógica dá oportunidade para que a criança desenvolva o pensamento e a aprendizagem, na relação criança-ambiente, o professor como mediador do conhecimento estimula as capacidades cognitivas dos alunos oportunizando o envolvimento dos mesmos em todas as questões levantadas.

Por outro lado, também estimulam os alunos a uma alimentação mais saudável e nutritiva proporcionando qualidade de vida ao indivíduo, e conscientizando através da vivência concreta de situações como: cuidar da terra, explorar os alimentos, sentir as diferentes texturas, e principalmente valorizar todas essas ações. A alimentação equilibrada e balanceada também é fundamental para o bom desenvolvimento físico, psíquico e social do indivíduo (OLIVEIRA et al, 2018, IRALA; FERNANDEZ, 2001).

Muitas atividades interdisciplinares podem ser desenvolvidas através da horta pedagógica, onde o professor relaciona os conteúdos aos exercícios e a prática. A matemática, a ciências o português são exemplos de disciplinas que podem associar-se ao desenvolvimento da horta resgatando a cultura alimentar da região, e colaborando para um estilo de vida mais saudável (IRALA; FERNANDEZ, 2001).

Como fazer uma horta pedagógica?

Nos municípios existem postos da EMATER – Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural, caso seja possível, o preparo da horta deve ser feito sob a orientação de um agrônomo ou técnico agrícola, que garantirá a variedade diversificando formas, cores, sabores e nutrientes, além de saber a época adequada para cada cultivo. Este processo deve ser acompanhado em todas as etapas pelos alunos, sendo a participação dos mesmos na escolha e preparo dos canteiros e plantio muito importantes (IRALA; FERNANDEZ, 2001).

Contudo, os alunos devem ser os protagonistas do processo, com o propósito de mudanças comportamentais. As estratégias didáticas para o desenvolvimento das hortas pedagógicas devem respeitar os objetivos de repasse de informações (saber/aprender), a prática (saber/fazer), e em relação as mudanças de atitude (saber/ser). A horta é um espaço de convivência, de troca, de aprendizagem, sendo baseado em competências, habilidades e atitudes. A tabela a seguir representa os conhecimentos teóricos, práticos e de comportamento que as estratégias didáticas devem promover.

Tabela 1 – competências, habilidades e atitudes propostas pelo Programa Hortas para o Ensino Fundamental.

COMPETÊNCIAS (Saber/aprender)	HABILIDADES (Saber/fazer)	ATTITUDES (Saber/ser)
Conhecimento Teórico	Conhecimento Prático	Conhecimento Comportamental
O que são hortaliças	Preparo do canteiro	Consumo
Como cultivar uma horta	Semeadura	Valorização do orgânico
Importância dos alimentos	Tratos e colheita	Alimentação saudável

Fonte: Ribeiro et al, s/d.

Os conhecimentos teóricos oportunizam a aprendizagem não só através da escola e dos livros, mas valoriza o conhecimento adquirido informalmente através da cultura local, os conteúdos repassados de forma lúdica melhoram o entendimento tornando-os mais atrativos e prazeroso. O conhecimento prático capacita o indivíduo apto a enfrentar situações diversas e a trabalhar em equipe, desde que essa prática venha sincronizada com a teoria aprendida. O conhecimento comportamental dá condições do indivíduo agir de forma autônoma e com responsabilidade, permitindo que o mesmo faça uma leitura do ambiente e consiga transformá-lo melhorando-o (RIBEIRO et al, s/d).

Cada cultura tem a melhor época de plantio, colheita e espaçamento para que produza com qualidade, a tabela 2 representa o cultivo das principais hortaliças.

Tabela 2 – Época de cultivo das principais hortaliças.

Cultura	Época de plantio	Colheita	Espaçamento (cm)
Abóbora	Julho a novembro	5 a 6 meses	200 x 200
Acelga	Abril a agosto	60 a 70 dias	40 x 40
Alface	Todo o ano	60 a 80 dias	30 x 30
Berinjela	Setembro a dezembro	120 a 130 dias	50 x 60
Beterraba	Maió a setembro	75 a 90 dias	30 x 30
Cebola	Março a junho	170 a 180 dias	15 x 20
Cenoura	Maió a julho	80 a 90 dias	20 x 10
Chicória	Abril a setembro	3 meses	30 x 30
Couve comum	Março a julho	3 meses	50 x 50
Couve-flor	Fevereiro a março	4 a 5 meses	60 x 60
Ervilha	Março a outubro	4 meses	50 x 20
Espinafre	Março a junho	2 a 3 meses	25 x 25
Feijão	Agosto a maio	40 a 60 dias	40 x 15
Mostarda	Abril a julho	45 a 55 dias	30 x 30
Nabo	Março a agosto	2 a 3 meses	20 x 20
Pepino	Agosto a outubro	2 a 3 meses	150 x 80
Pimentão	Agosto a outubro	130 a 150 dias	60 x 60
Quiabo	Setembro a dezembro	60 a 80 dias	100 x 50
Rabanete	Todo o ano	30 dias	20 x 5
Repolho	Março a julho	4 meses	60 x 60
Salsa	Todo o ano	40 a 50 dias	20 x 5
Tomate	Agosto a dezembro	4 meses	80 x 50

Fonte: IRALA; FERNANDEZ, 2001.

É importante saber a época certa do plantio de cada cultura para não correr o risco da planta não desenvolver-se, ou ainda não nascer frustrando os alunos que dedicaram-se em plantar e cuidar das mesmas.

METODOLOGIA

O projeto visa atender escolas municipais de ensino fundamental, localizadas no município de Sarandi-Pr. optou-se por desenvolver a pesquisa bibliográfica exploratória elencando fundamentos teóricos para posteriormente aplicar a pesquisa com observação participante, onde serão desenvolvidas atividades com os alunos em sala de aula e no espaço externo da escola explorando conteúdos relacionados ao meio ambiente e sustentabilidade.

Foram realizadas três visitas a duas escolas, no período de 29 de outubro a 21 de novembro de 2019, para conhecer a realidade escolar, de professores e alunos. Durante as visitas foi observado interesse por parte das professoras em trabalhar a horta pedagógica como ferramenta para discussão dos temas ambientais. A proposta foi aceita pelas escolas visitadas.

Diante disto, elaborar-se-á um roteiro dos temas a serem discutidos antes e durante a construção da horta pedagógica com a participação de professores e alunos, e auxílio de um engenheiro agrônomo da EMATER.

Para motivar e incentivar o interesse e a curiosidade dos alunos na discussão de temas ambientais e construção da horta serão utilizados diferentes estratégias de ensino tais como: desenhos, relatos de histórias realizadas através de um contador de histórias, músicas, vídeos, fantoches, palestras, dialogo com as crianças explorando o conhecimento das mesmas.

As atividades programadas serão planejadas em conjunto com os professores, sendo divididas em atividades teóricas como: pesquisa bibliográfica, leituras, discussão de textos e outros materiais didáticos, e atividades práticas como: oficinas.

As aulas teóricas discutirão: a importância de manter o ambiente limpo e organizado, a importância de separar e reciclar o lixo, a importância da alimentação variada e seu valor nutricional, cuidados com a água dos rios e das nascentes, reflorestamento, a compostagem que “além de ser uma alternativa de tratamento de resíduos sólidos orgânicos, também é ferramenta de saneamento ambiental, pois trata o resíduo no local onde é gerado” (LEMES; FERRAZ; YAVORSKI, 2019) entre outros. É importante aceitar as opiniões dos estudantes, assim podemos captar os interesses em aprender coisas novas (MONTEIRO, s/d).

Os professores receberam capacitação para trabalhar interdisciplinarmente cada um dos temas, na teoria e na prática, e nas varias disciplinas que compõem a grade curricular da escola. As oficinas terão como tema o preparo da horta, culinária, preparo de adubos naturais, objetos confeccionados com material reciclado.

AMOSTRA

Alunos de 1º ao 5º ano participaram das hortas, porém respeitando o nível de cada turma.

MATERIAL

Passos que foram levados em conta para o preparo da horta pedagógica

1º localização:

O local onde será implantada a horta deve apresentar as seguintes características:

- terreno plano
- terra fofa
- boa luminosidade, luz solar
- disponibilidade de água para irrigação e sistema de drenagem
- longe de sanitários e esgotos
- em local com pouco transito de pessoas e animais.

2º ferramentas:

Para o preparo e cultivo de hortaliças utilizou-se algumas ferramentas, tais como:

- enxada, utilizada para abrir sulcos, misturar adubos e corretivos à terra e capinar
- enxada, utilizado para cavar e revolver a terra
- regador, para irrigar a horta
- ancinho, utilizado para remover torrões, pedaços de pedra e outros objetos, além de nivelar o terreno
- sacho, serve para abrir pequenas covas capinar e afofar a terra, é uma enxada menor
- carrinho-de-mão, usado no transporte de terra, adubo e ferramentas

3º preparo do canteiro:

Antes de iniciar o preparo dos canteiros o terreno foi limpo com o auxílio de ferramentas agrícolas;

- com a enxada, revirar a terra a uns 15 cm de profundidade
- com o ancinho, desmanchar os torrões de terra, retirar pedras e outros objetos, nivelar o terreno
- os canteiros foram demarcados com auxílio de estacas e cordas, podem seguir as seguintes dimensões 1,20m x 2 ou 5m e espaçamento de 50cm entre canteiros.
- em caso do solo precisar de correção, o agrônomo ou técnico agrícola orientará qual o melhor produto

4º adubação dos canteiros:

Utilizou-se adubação natural produzida pelas crianças

5º covas e seu preparo:

Covas feitas com antecedência, sendo que o espaçamento dependerá do tipo de cultura a ser cultivada.

6º o cuidado com a horta:

As regas da horta devem ser realizadas de acordo com a região e a diferença de clima. O solo não pode ficar encharcado, evitando o aparecimento de fungos. As sujeiras devem ser retiradas diariamente, e após cada colheita deve ser feita a reposição de adubos e matérias orgânicas necessárias a boa produção.

Compostagem ou adubo orgânico

Resíduos como cascas de frutas e legumes, palhas, restos de cultura, pó de café, cascas de ovos, folhas, galhos, esterco, quando acumulados apodrecem e transformam-se em composto natural que serve para adubação de plantas em geral. Os microrganismos aeróbicos necessitam de oxigênio para viver, assim com ar, umidade, calor e nitrogênio atuam na decomposição dos materiais.

Procedimento para a obtenção do adubo orgânico:

1. Em um espaço fechado, como uma caixa, coloca-se no chão uma fileira de tijolos, cujos intervalos devem ser cobertos por sarrafos, para deixar passar o ar.
2. Em seguida, acumulam-se várias camadas, de matéria vegetal, espalhando sobre cada uma delas, uma camada de uréia que contém nitrogênio.
3. Mantém-se o composto sempre úmido, sem ensopá-lo, molhando seguidamente com o regador.
4. Quando o composto começar a aquecer, deve ser protegido da chuva, coberto com tabuas ou plástico.
5. Cerca de 1 ou 2 meses mais tarde, o composto deve ser revolvido; as partes que estavam em cima e dos lados devem ser colocados no centro.

6. Após 1 ou mais meses, o composto estará pronto para ser usado na horta ou na lavoura, para posteriormente fazer as covas e os canteiros (LUZ, 1998).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A proposta tem como finalidade direcionar as atividades desenvolvidas em sala de aula para o cuidado com o meio ambiente e a sustentabilidade. Após ouvir conhecimentos já adquiridos, as sugestões e reclamações de alunos e professores, a orientação dada foi a de iniciar o trabalho pela organização e limpeza da sala de aula, separando todo o material reciclado do não reciclado.

Com a separação dos materiais organizou-se também o intervalo, no intervalo as crianças tem um tempo para o lanche e outro tempo para extravasarem, com brincadeiras, a energia acumulada no período que ficaram em sala de aula. Portanto, cascas de frutas e outros alimentos serão depositados em recipientes próprio para serem utilizados na compostagem, produzindo adubação para a horta.

Pode-se perceber que os participantes encontram-se motivados a discutir os temas elencados sobre educação ambiental, de forma lúdica e através de vivências. Através deste trabalho pretende-se ter melhores respostas pedagógicas dos envolvidos em relação não só aos conteúdos ambientais, mas a todos os conteúdos propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Observou-se que todos possuem o conceito dos vários temas discutidos em educação ambiental, porem não sabem como aplicá-los no cotidiano, assim utilizam estes em dias e atividades pontuais como exemplo: no dia da árvore, que alguns professores incentivam e até promovem o plantio de árvores no espaço da escola, no entorno de rios e nascentes ou em parques da cidade.

Na horta pedagógica, também podem ser trabalhadas disciplinas como: matemática, fazendo a medição, espaçamento entre as covas para plantação, profundidade, situação-problema envolvendo contas, formas geométricas; português: registro de atividades individuais e coletivas, pesquisas, relatórios; natureza e sociedade: ciclo e desenvolvimento das plantas, a ação do homem sobre a natureza e suas transformações; processo de compostagem; ciências: observação de fungos e organismos vivos; cultura brasileira: dicas e sugestões de receitas e costumes alimentares familiares; inglês e espanhol: escrita dos produtos na forma popular e científica; educação artística: elaborando cartazes e desenhos das plantas.

As hortas também ajudam na preservação da memória, assim as discussões da localização da horta e do acesso será decidida pelos alunos e professores em parceria, também tipo de hortaliças a serem plantadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS (OU CONCLUSÕES)

O trabalho com a horta pedagógica proporciona ao professor ferramentas didáticas para trabalhar a educação com os alunos, por outro lado com a vivencia e experiência, espera-se que o trabalho com horta pedagógica contribua para o entendimento, dos participantes, de como é possível trabalhar respeitando e preservando o meio ambiente, através de pequenos gestos, e da ação coletiva e organizada.

As atividades realizadas serão voltadas a realidade de cada escola, levando em consideração que cada ambiente possui peculiaridades, as quais devem ser respeitadas. Pretende-se que os alunos desenvolvam espírito de solidariedade, uns ajudando aos outros, em um verdadeiro trabalho de equipe.

Diante dos objetivos e metodologias traçadas pretende-se alcançar resultados positivos, e por meio do conhecimento adquirido pelas crianças mudar atitudes, sendo estes protagonistas de novos hábitos.

Pretende-se ainda, que atividades realizadas fora da sala de aula motivem os alunos em seu processo de aprendizagem desenvolvendo também o cognitivo tão importante para o entendimento do universo. Além de que o trabalho participativo com a apresentação de conteúdos diferentes motiva a observação e a pesquisa, fazendo que alunos e professores reflitam diariamente sobre as questões que envolvem o ambiente, sendo que as mesmas serão trabalhadas de maneira concreta, integrada e interdisciplinar.

Com a separação do lixo dentro e fora de sala de aula pretende-se além de organizar a escola tornando-a um lugar mais agradável, propiciar melhores condições de trabalho aos funcionários. Dando a esta uma melhor visibilidade, para que a comunidade se espelhe na mesma.

Ensinar aos alunos que no ambiente deve haver equilíbrio entre as atividades ajuda-os a enfrentar problemas e dificuldades.

Observação: A execução prática do projeto foi suspensa devido a pandemia do novo Corona vírus, serão retomadas assim que as aulas nas escolas municipais retornarem. As discussões iniciadas em 2019 também serão retomadas para que não fique nenhuma dúvida mesmo porque a realidade da escola neste tempo de paralisação mudou.

AGRADECIMENTOS (FACULTATIVO)

Agradeço a todos que direta ou indiretamente permitiram a realização desta investigação.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, P.L. de; MULULO, J.C.P.; PEDROSO, L. de S.; GUIMARÃES, K.Q.; FACHÍN-TERÁN, A. **A horta escolar como recurso promotor para aproximação das crianças da educação infantil com o meio ambiente.** Disponível em: <http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=2980>.

IRALA, C.H.; FERNANDEZ, P.M. **Manual para escolas: a escola promovendo hábitos alimentares saudáveis.** Brasília, 2001.

LEMES, M.A.; FERRAZ, J.M.G.; YAVORSKI, R. **Compostagem doméstica: ferramenta de saneamento ambiental.** XI Fórum de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da UNIARA. Araraquara-SP, 2019.

LUZ, V.P.T. **Técnicas agrícolas.** 9ª edição, volume 1. Editora Ática. 1998.

MONTEIRO, L.P. **Horta na escola: praticando a interdisciplinaridade e desenvolvendo a sustentabilidade.** IV CONEDU – Congresso Nacional de Educação. Secretaria Municipal de Educação de São Vicente Férrer – PE. s/d.

OLIVEIRA, S. dos R.M.L.; VILLAR, B.S.; PEREZ FLORIDO, J.M.; SCHWARTZMAN, F.; BICALHO, D. **Implantação de hortas pedagógicas em escolas municipais de São Paulo**. DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde, 13(3). 583-603, 2018.

RIBEIRO, G.M.; PASSOS JÚNIOR, J.F. dos; OLIVEIRA, L. de L.; NONATO, A.K. dos R. **Plantar saber: a horta como ferramenta pedagógica**. Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA, s/d. Disponível em: www.conadis.com.br. Acesso: junho 2019.

**ANÁLISE DO PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS NAS
ASSOCIAÇÕES FAMILIARES DE PRODUÇÃO ORGÂNICA DE
ANGATUBA**

E BURI, SÃO PAULO, BRASIL

**Analysis of Food Processing in Organic Smallholder Farmers Associations
at Angatuba and Buri, São Paulo, Brazil**

¹ Sarah Mafeis de Jesus;

² Henrique Carmona Duval; ³

Ricardo Serra Borsatto.

Resumo: O objetivo deste artigo foi estudar as características do processamento artesanal de alimentos por agricultores familiares de duas associações de produtores orgânicos, buscando entender aspectos culturais e técnicos da atividade. Os resultados foram obtidos por meio de questionários semiestruturados aplicados às famílias e visitas técnicas, com o intuito de caracterizar seus sistemas de processamento. A pesquisa demonstrou que a produção e o processamento de alimentos apresentam relação com as dimensões culturais das famílias. Observou-se que apesar do processamento de alimentos não ser a principal atividade produtiva das famílias, ela complementa a renda e possibilita a agregação de valor a um alimento que geralmente é comercializado *in natura*. A ampliação de atividades de processamento de alimentos pode vir a ser um caminho para o desenvolvimento rural alicerçado nas dimensões social, cultural, ambiental e econômica.

Palavras-chave

Agricultura Familiar; Agregação de Valor; Segurança Alimentar.

Abstract: The objective of this paper was study how food processing occurs, characterizing the form of production of two Organic Associations, aiming to understand the cultural and technical aspects of this activity. The results were constructed on the basis of semi-structured interviews and technical visits in order to characterize their production systems. The research has shown that familiar food

¹ Graduada em Engenharia de Alimentos, UFSCar, mafeissarah@gmail.com;

² Cientista Social, UFSCar, henriquecarmona@hotmail.com;

³ Engenheiro Agrônomo, UFSCar, rsborsat@gmail.com;

production is related to the cultural dimensions of the family.

Moreover, the forms of processing corresponded to the skills and knowledge of farmers. It was observed that this activity can increase the family income by adding value to a food that is typically marketed *in natura*. Therefore, the expansion of activities related to processing food could be a way to build a rural development that considers the social, environmental, cultural and economic dimensions.

Keywords

Family Farming; Adding Value; Food Security.

1. Introdução

Os últimos Censos Agropecuários têm demonstrado que a agricultura familiar é responsável pela produção de grande parte dos alimentos consumidos no mercado interno brasileiro. Os dados demonstram a importância da unidade familiar rural no âmbito do abastecimento alimentar, porém não é indicativo de que os produtores apresentam retorno satisfatório por suas atividades, ainda mais quando nos referimos a processos de agregação de valor.

Para Gazolla et al. (2012), são poucas as iniciativas de políticas públicas de apoio à agroindustrialização que atuam na regularização sanitária e isso acaba não fortalecendo estrategicamente essas estratégias para a agricultura familiar. Um indicador disso é o alto número de famílias na informalidade nessa atividade, na qual 72% delas não possuem registro higiênico-sanitário exigido pela legislação para a comercialização de alimento (GAZOLLA et al., 2012). Essa barreira dificulta uma contribuição mais eficiente da atividade tanto em termos do retorno financeiro e da especialização das famílias quanto em termos do abastecimento alimentar em espaços locais e regionais. Ademais, a partir de uma perspectiva de cadeia produtiva, a agricultura familiar carece de acesso a assessorias técnicas contínuas e domínio tecnológico para o processamento de sua produção (SACCO DOS ANJOS, 2014).

Incentivos para o processamento de alimentos ainda permanecem marginais nas perspectivas de desenvolvimento da agricultura familiar, embora a instalação de agroindústrias de minimamente processados despontem como tendência em programas governamentais, tais como o Projeto Microbacias II no estado de São Paulo e o Programa Terra Forte do INCRA. Ademais, a agricultura familiar depara-se com adversidades no escoamento da produção em função de diferentes condicionantes (AGNE, 2010).

A obtenção de registros sanitários configura-se como uma das dificuldades encontradas para os agricultores conseguirem inserir produtos processados no mercado, seja de origem vegetal ou animal. Essa dificuldade está associada tanto aos altos investimentos demandados para a instalação de unidades de processamentos que atendam às exigências sanitárias, especialmente na estrutura física, quanto à pequena escala de produção da unidade de produção familiar (SCHOTTZ et al., 2014).

Se o processamento de alimentos não se configura enquanto estratégia principal de renda, por outro lado, a dinâmica e a multifuncionalidade da agricultura familiar permitem que emergja uma infinidade de experiências de processamento que superem estes obstáculos (BECKER; SACCO DOS ANJOS, 2010). Seja para o consumo da própria família ou para a comercialização em mercados de proximidade, os agricultores familiares desenvolvem estratégias de processamento de sua produção agrícola (SEPULCRI; TRENTO, 2010).

Conhecer melhor essas estratégias com o intuito de verificar os gargalos do processamento de alimentos é o que guiou o presente trabalho. O objetivo geral da pesquisa foi investigar e analisar qualitativamente as atividades de processamento de alimentos dos agricultores familiares da Associação dos Produtores Orgânicos de Angatuba (APOAN) e da Associação de Produtores Orgânicos de Buri (APOB), relacionando questões socioeconômicas e culturais da produção e da comercialização.

As associações APOAN e APOB são formadas pela agricultura familiar distribuídas geograficamente pelos municípios de Angatuba e Buri, respectivamente. Elas são caracterizadas pela produção familiar e pela comercialização de produtos orgânicos in natura, porém existe o processamento de alguns alimentos de forma artesanal mais voltados ao consumo familiar e à comercialização ocasional e informal, como feiras e encomendas. Então, buscou-se caracterizar as atividades de processamento de alimentos que não se configura como estratégia de renda principal. Destaca-se, ao final, que o processamento de alimentos tem potencial para a agregação de valor e para vir a ser um caminho possível de desenvolvimento da agricultura familiar.

2. Material e Métodos

Tendo em vista o objetivo de se analisar as atividades de processamento, fez-se o uso de metodologias qualitativas com ênfase na coleta de dados primários em dois momentos. Então, utilizou-se instrumentos de pesquisa qualitativa que, segundo Deslauriers (1991), se fundamenta em produzir informações aprofundadas, podendo ser amostras pequenas ou grandes, mas que sejam capazes de produzir novas e relevantes

informações frente aos objetivos e recortes teóricos. Assim, não se preocupa com representatividade numérica, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social ou de uma organização (GOLDENBERG, 1997).

A amostra para a pesquisa qualitativa começou a ser delineada a partir de dados obtidos por meio de dois DRP (Diagnósticos Rurais Participativos) da agricultura familiar nos municípios de Buri e Angatuba. Esses DRP são atividades de ensino da UFSCar Lagoa do Sino na qual são abordados conteúdos da área de Extensão Rural, dentro do curso de Engenharia Agrônômica. Nos DRP são identificadas as principais características e potenciais da agricultura familiar dos municípios por meio da aplicação de um questionário semiestruturado por parte dos estudantes do referido curso.

Nestes levantamentos foram identificadas famílias que fazem parte das associações de agricultores orgânicos de Angatuba e Buri e que possuem algum tipo de processamento mínimo da produção com características artesanais em suas propriedades.

Após este primeiro momento, e identificadas as associações e as famílias para a amostra do presente estudo, foram realizadas visitas exploratórias nas propriedades das lideranças de ambas as associações. Esta fase teve por característica a familiarização com o objeto em estudo e a introdução da proposta de pesquisa, permitindo escolher técnicas mais adequadas para a pesquisa e decidir sobre as questões que necessitam de maior atenção, além da possibilitar o contato inicial com as famílias que realizam o processamento via associação, para então se proceder à pesquisa de campo para coleta de dados primários, conforme recomenda Pimentel (2001).

Após as idas a campo iniciais as lideranças indicaram quais eram as famílias que processavam alimentos com as características desejadas pela pesquisa. A partir daí se organizou um cronograma de visitas às famílias visando à realização de entrevistas sobre o processamento de alimentos.

Foram entrevistadas 4 famílias, 2 de cada associação, com o intuito de aprofundar a pesquisa sobre conhecimentos e técnicas acerca do processamento de alimentos e suas variáveis. Foi elaborado um questionário semiestruturado, que teve por estrutura categorias qualitativas que são apoiadas em referências de base que se relacionam ao tema da pesquisa (MANZINI, 1991).

Dessa forma, o questionário aplicado às famílias foi baseado em temas relacionados ao desenvolvimento rural com foco na atividade de processamento e suas variáveis. Os eixos norteadores do questionário foram: composição familiar,

características dos sistemas produtivos, características do processamento. O momento de coleta de informações foi gravado com o consentimento dos entrevistados.

As informações transcritas foram analisadas utilizando-se o procedimento de categorização das falas (identificadas no questionário da pesquisa), a partir das categorias: formulação de produtos, equipamentos utilizados, insumos, efluentes, organização e divisão do trabalho, produção agropecuária, além de questões a cerca das motivações, conhecimentos e da viabilidade da atividade.

3. Resultados e Discussão

3.1. Famílias e sua relação com o processamento de alimentos

A produção agropecuária das propriedades estudadas tem elevada diversificação, visto que as famílias apresentaram tanto produção vegetal quanto animal. No entanto, a Tabela 1, a seguir, apresenta apenas as principais produções destinadas à comercialização. Dentre os cultivares vegetais predominavam frutas e hortaliças. Em relação à produção animal, duas famílias não possuem produção animal, uma família apresenta criações de aves de postura e de corte, bovino de corte e abelhas, enquanto outra possui somente criação de bovinos para leite.

Tabela 1: Composição das famílias e Características produtivas das Associações.

Identificação das Famílias	Composição (pessoas)	Associação	Características da Produção	
			Vegetal	Animal
F1	4	APOB	Tomate, cenoura, gengibre, hibisco, carambola.	Não tem
F2	4	APOB	Abacaxi, cebola, beterraba, repolho.	Não tem
F3	6	APOAN	Alface, banana, mexerica, quiabo.	Bovinos de leite e corte, aves de corte, abelhas
F4	5	APOAN	Alface, cheiro verde, mandioca.	Bovino de leite

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Os manejos agrícolas das famílias apresentaram características ecológicas, uma vez que todas as famílias visitadas possuem certificação para a produção orgânica. Nenhuma família apresentou sistemas convencionais de produção agrícola, com o uso de adubos químicos e agrotóxicos. Para classificar as famílias dentro desses modelos foram feitas observações de campo e tomadas declarações dos agricultores.

A Tabela 2 mostra as características gerais do processamento de alimentos dentre as famílias, especificando os produtos processados que cada uma delas fabrica.

Tabela 2: Aspectos gerais relacionados ao processamento de alimentos das famílias.

Identificação das Famílias	Produtos Processados	
	Quantidade	Tipo
F1	7	Gengibre em conserva, geleia de hibisco, extrato de tomate, geleia de carambola, pepino, broto de bambu e talo de inhame seco ao sol.
F2	4	Iogurte, mel, doce de abóbora e molho de pimenta.
F3	2	Queijo minas e queijo minas trufado.
F4	2	Minimamente processado de abacaxi, extrato de tomate.

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Em relação aos produtos processados, constata-se uma grande diversidade nas famílias. Pode-se observar também que a família que processava o maior número de produtos apresentou 7 produtos enquanto as famílias com menos produtos apresentaram pelo menos 2 alimentos processados. Em relação ao local de processamento, verificou-se que o manuseio dos alimentos ocorria em cozinhas na própria unidade familiar. Todas essas cozinhas eram de uso comum das famílias e destinadas também à atividade de processamento.

A principal motivação das famílias para o processamento de alimentos foi por motivos econômicos relacionados à obtenção de renda ocasional e renda não-monetária (autoconsumo). Porém também surgiu a questão cultural das famílias, ou seja, o hábito alimentar como motivador do processamento dos alimentos relatados. Outra causa foi o aproveitamento das matérias-primas que não tinham sido comercializadas, pela falta de

mercado ou não adequação comercial. A funcionalidade dessa atividade foi o uso do produto final como um elemento afetivo, cultural e socializante, com o objetivo de agradar conhecidos e a própria família.

As famílias declararam interesse em custeio ou investimento para se viabilizar a agregação de valor via processamento, em conjunto com a motivação para o registro sanitário de um produto orgânico. Para as famílias, se fosse possível trabalhar com minimamente processados orgânicos, essa atividade assumiria maior importância na composição da renda e nas estratégias familiares. No entanto, as famílias condicionaram a necessidade de apoio de instituições para investimento em infraestrutura, treinamento de pessoas e prospecção de mercado.

3.2. Caracterização do processamento de alimentos

Nesta seção apresentam-se características técnicas do processamento de alimentos como etapas do processo, insumos e materiais. Nas entrevistas, cada família escolheu um produto que julgava principal entre aqueles que processavam para detalhar seu processamento.

Os 4 produtos mais importantes e com potências das famílias entrevistadas para serem detalhados na pesquisa estão mostrados na tabela 3. A tabela também mostra os principais equipamentos e utensílios utilizados no processamento, o tempo médio para o preparo do produto e os processos tecnológicos envolvidos. Ademais, os responsáveis pela atividade de processamento na unidade familiar.

Tabela 3: Componentes técnicos dos principais processamentos de alimentos das famílias (F1, F2, F3 e F4).

Produto Principal	Equipamentos e Utensílios Principais	Tempo de Processo	Processo Tecnológico	Responsável pela atividade
Conserva em gengibre	Fogão Doméstico.	1 - 3h	Líquido de Cobertura	Mulher
Extrato de Tomate	Fogão Doméstico e Liquidificador.	10 kg em 3h	Cocção e Concentração	Mulher
Geleia	Fogão Doméstico.	3 - 5h	Cocção e Concentração	Mulher

Mel	Desoperculador, Centrífuga e Latão.	4 – 5h	Centrifugação	Homem
Queijo Minas Trufado	Fogão doméstico, formas para moldagem, escumadeira.	4 - 5h	Coagulação e Moldagem	Mulher
Iogurte	Fogão Doméstico e Geladeira.	4h	Coagulação	Mulher

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Para esse conjunto de produtos selecionados os procedimentos de processamento são em geral simples e muito ligados ao conhecimento prático e tradicional. O processo do queijo minas trufado não usa nenhum equipamento complexo. Este consiste na adição do coalho que se dá sem o uso do termômetro apenas pingando o leite na pele. Após a formação da coalhada se corta a massa baseado no aspecto do gel, e procede a separação do soro e moldagem do queijo. A etapa de prensagem da massa é realizada com cuidado deixando um espaço para a adição do recheio que pode ser doce de leite ou goiabada. Depois, o queijo é fechado com outra parte de massa e segue para a refrigeração (figura 1).

Figura 1: Queijo minas trufado com doce de leite.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Em relação ao iogurte, o processo também é bem manual. A fabricação consiste na fervura do leite, depois se resfria até a temperatura caracterizada ideal pelas vivências do processador. Para isso não utiliza o termômetro apenas pingando na pele da pessoa.

Posteriormente, adiciona-se o fermento integral e segue a mistura para o repouso. Na mistura coloca-se um suco em pó para trazer o sabor e aroma do morango mais o açúcar.

Para as geleias a principal etapa de processamento é o cozimento, onde ocorre a concentração do produto e a chegada à consistência desejada. O preparo baseia-se no cozimento em panelas grandes e fogões convencionais de forma tradicional. As etapas de descascamento são realizadas com uso de facas e tábuas, em alguns casos utilizando liquidificador. O ponto final dos doces está em geral ligado a parâmetros de experiência da pessoa, que sabe o ponto por aspecto, cheiro e consistência e, em outros casos, com critérios particulares ligados ao seu saber empírico e/ou hereditário.

O processo de produção do mel é bem simples, sendo a etapa mais relevante a de centrifugação para separar o favo do mel na qual se utiliza uma máquina conhecida como centrífuga. Posteriormente, ocorre a filtração em peneiras seguida do envasamento de recipientes grandes (latões) de 25 a 30 kg.

O processo do gengibre em conserva consiste na preparação de uma salmoura ácida. A fabricação inicia-se com as etapas de descascamento e higienização da matériaprima de forma manual. Em seguida, prepara-se o líquido de cobertura que é conhecida como salmoura ácida. Este líquido é formado pela fervura da água adicionado a ingredientes como sal, açúcar e vinagre.

O extrato de tomate é obtido a partir da concentração da polpa madura do fruto. Nas etapas iniciais, acontece a seleção manual da matéria-prima, depois a lavagem para remoção das sujidades e o corte. Posteriormente, realiza-se retirada da casca e sementes com auxílio do liquidificador de maneira tradicional. Ao final, concentra-se o produto até chegar à consistência desejada do ponto de vista da agricultora que o manuseia (figura 2). Vale ressaltar que não há adição de temperos ou outros ingredientes no produto.

Figura 2: Extrato de tomate embalado em potes plásticos para a comercialização.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Em relação aos tempos de processo, o queijo fresco, mel, conserva de gengibre e iogurte apresentam um tempo de processo curto entre 2 e 3 horas. Já as geleias e os extratos de tomate apresentam tempos de processo intermediários variando de 3 a 6 horas. Esses tempos estão relacionados em geral com as características de preparo e quantidade produzida, bem como às características da matéria-prima.

No que se refere a matéria-prima, foram identificadas um total de 5 utilizadas pelas famílias processadoras, sendo 2 de origem animal (leite e mel) e 3 de origem vegetal (frutas e gengibre). As matérias-primas mais utilizadas eram leite e frutas. Esta alta incidência pode ser justificada pela importância dessas produções na região.

Das matérias-primas identificadas, todas eram produzidas na própria unidade familiar e usadas pelas próprias famílias processadoras. Os demais ingredientes se referem a itens que eram usados na fabricação, mas não se constituíam como matéria-prima principal, como açúcar, sal, vinagre preparado de suco em pó, doce de leite e goiabada. O coalho (coadjuvante), líquido e de origem microbiana, usado pela família na produção de queijos. Nota-se que esses ingredientes convencionais (sem especificação orgânica ou ecológica) eram de origem externa.

Dentre os produtos analisados, apenas a geleia apresentava envasamento em vidro, todos os outros alimentos processados utilizavam embalagens plásticas. As embalagens de vidro podem ser recicladas e de origem renovável, além de não alterar o sabor e outras características do produto. Já as embalagens plásticas não são renováveis, trazendo preocupação relacionado a sustentabilidade.

No que se refere à energia do processo, constatou-se o uso de calor em todas as atividades exceto o mel que não usava energia térmica. As famílias usavam como principal fonte energética o gás comercial (gás liquefeito de petróleo) para a cocção. O uso de energia elétrica estava relacionado ao liquidificador e geladeira. A água de processamento usada nos processos vinha de poços artesianos, sem verificação da qualidade por instituição apta ao serviço.

O consumo de energia elétrica, água e fonte de energia para o processamento foi considerado baixo quando comparado a outras atividades familiares visto que a escala de produção é pequena. Outro fato que fortalece esta avaliação foi a verificação da escala de produção ser realmente pequena, não passando de 80 kg de produto por semana para nenhuma família.

3.3. Potenciais e Limites do Processamento de Alimentos

Os processos tecnológicos e conhecimentos evidenciaram um reflexo das práticas cotidianas tradicionais nas escolhas das etapas e equipamentos utilizados no processamento. Dessa forma, observou-se uma adequação às características culturais das famílias processadoras. No entanto, pode-se perceber que a atividade produtiva vai além da rentabilidade, o produto final das famílias tem um sentido mais cultural.

Para as famílias verificou-se que o conhecimento aplicado ao processamento era prático, ligado aos conhecimentos tradicionais passados entre as famílias e experiência prática experimentadora. A motivação, em geral, para o trabalho é econômica, mas também existem outras motivações como o gosto por manter a tradição familiar e socialização. A maioria dos produtos processados era produzida exclusivamente por mulheres.

De forma geral, através da observação direta da pesquisa, as famílias apresentavam práticas de processamento seguras. No entanto, existiam deficiências que podiam trazer riscos a saúde do consumidor. Como, por exemplo, emprego de utensílios de madeira e pano que podem trazer contaminação dos alimentos conforme as normas de segurança do alimento.

Outra fragilidade foi em relação aos procedimentos de limpeza, os quais os processadores poucos utilizavam nos processos. Essas etapas de higienização são importantes para proteger os alimentos das contaminações microbiológicas. Ademais, dependência a embalagens e outros ingredientes com exceção da matéria-prima principal criava desafios para o fortalecimento da autonomia e da autossuficiência.

Os produtos comercializados pelas famílias estudadas não estavam regularizados, não apresentando selo de inspeção municipal para a comercialização formalizada, devido à falta de recursos e conhecimento para a adequação exigida nos órgãos. Este Serviço de Inspeção Municipal (SIM) geralmente é vinculado às Secretarias Municipais de Agricultura. O serviço é responsável pela inspeção e fiscalização da produção industrial e sanitária de todos os produtos beneficiados em trânsito no município vigente (CARRAZZA; NOLETO; FILIZOLA, 2012).

Para conseguir os registros sanitários, as famílias precisam atender a inúmeros pré-requisitos, muitas vezes, de difícil acesso. Os desafios para a legalização destes produtos são: capacitação e profissionalização de pessoal, sanitários, estrutura exigida, potabilidade, embalagens adequadas e produtos de limpeza apropriados. Por essas características, em muitos casos, a regularização não é acessível (PROENÇA; COSTA; MONTAGNER, 2018).

De modo geral, muitos avanços ocorreram nos últimos 10 anos, em relação à regulação sanitária no Brasil para o processamento de alimentos em pequena escala e artesanal. Como, por exemplo, Instrução Normativa nº 16/2015 (IN 16/2015), que institui medidas que normatizam a agroindustrialização de produtos de origem animal nos estabelecimentos de pequeno porte (BRASIL, 2015). Porém, os avanços são marcados por retrocessos como a publicação de regulamentos como a IN nº 05/2017, no sentido da segregação desse segmento no mercado de alimentos processados (BRASIL, 2017).

Não se trata de negligenciar esse modo de processamento ou condená-lo, mas analisar meios sobre como contribuir para que a singularidade desses produtos seja preservada e, ao mesmo tempo, independentemente da escala de produção, sejam contemplados por critérios que viabilizem sua legalização (DELGADO; BERGAMASCO, 2017).

Nos diferentes processamentos investigados foi constatada a influência das mulheres nas decisões e organização das atividades. Isto contribui para aumento da equidade no sentido de sua valorização no âmbito familiar, uma vez que mulheres definiam e conduziam processos produtivos que geram renda. Ademais, não observou nenhuma mão-de-obra externa, trazendo também um caráter familiar às atividades.

A procura do consumidor pelos produtos do agricultor era significativa pela qualidade e confiança do produto e do processador. Esse caráter de localidade permite que o consumidor conheça as pessoas, o local e a forma como são produzidos os produtos, estabelecendo laços de confiança entre consumidores e produtores.

Em relação à água, verificou-se ter boa disponibilidade inclusive para as atividades de processamento. Ademais, as famílias declararam baixo consumo nas atividades. Assim, indicando o uso racional dos recursos hídricos e conferindo um grau de autonomia para as famílias. Na questão de fontes energéticas era usado o gás liquefeito de petróleo (GLP) que caracteriza uma situação preocupante considerando seus custos caso se passasse a uma estratégia comercial.

Essa faixa de produção das famílias promovia baixos impactos ambientais. No que se refere à geração de resíduos e de energias dessas atividades, observou-se reciclagem de matéria orgânica, reduzindo os impactos negativos do acúmulo de lixo na unidade. Estas afirmações se dão com base nas declarações dos participantes do estudo e pela observação dos locais de pesquisa.

4. Considerações finais

As famílias apresentaram domínio prático e tradicional em relação ao processamento. Trata-se de uma atividade presente culturalmente nas famílias rurais e que está relacionada a uma atividade artesanal e aos hábitos alimentares. Dentre as famílias, existe uma intenção de que o processamento possa ser aplicado como atividade comercial. Portanto, a partir da cultura, valoriza-se e acredita-se ser possível realizar adaptações tanto nos processos como nos produtos para atender legislação e mercados formais.

Apesar da constatação de que o processamento contribui com a segurança alimentar, no sentido de garantir a produção de alimentos ligados aos gostos e preferências das famílias, existem desafios no processamento de alimentos que passam por necessidade de maior infraestrutura e qualificação dos equipamentos e dos processos para tais objetivos.

As limitações de infraestrutura, capacitação técnica e créditos, enfrentadas no processamento de alimentos podem ser reflexos das políticas públicas ou de sua ausência. Mas as organizações formais investigadas no estudo são espaços propícios para o crescimento deste tipo de estratégia na forma de cooperativas e associações para agregação de valor, geração de trabalho e renda qualificados, ainda mais pela questão da produção orgânica.

Portanto, a partir dos dados obtidos conclui-se que o processamento de alimentos tem grande importância nas estratégias de produção da agricultura familiar, especificamente para a mulher como protagonista em termos de conhecimentos e práticas sociais. Apesar de não se constituir em estratégia de renda monetária relevante, estas formas de processamento de alimentos se fazem presentes em grande parte da agricultura familiar e recolocam desafios para as possibilidades de um desenvolvimento rural mais sustentável nas dimensões social, cultural, ambiental e econômico.

5. Referências Bibliográficas

AGNE, Chaiane Leal. Agroindústrias rurais familiares e a rede de relações sociais nos mercados de proximidade na região Corede Jacuí Centro/RS [tese]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 2010.

BECKER, Cláudio; SACCO DOS ANJOS, Flávio. Segurança alimentar e desenvolvimento rural: limites e possibilidades do Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar, em municípios do Sul gaúcho. Segurança Alimentar e Nutricional. 2010; 1:61-7

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa nº 16, de 23 de junho de 2015. Estabelece as normas específicas de inspeção e a fiscalização sanitária de produtos de origem animal, referente às agroindústrias de pequeno porte. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília. Recuperado em 18 de junho de 2017. Disponível em

< <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=286090>>. Acesso em: 8 dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. 2017. Instrução Normativa nº 5, de 14 de fevereiro de 2017. Estabelece os requisitos para avaliação de equivalência ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária relativos à estrutura física, dependências e equipamentos de estabelecimento agroindustrial de pequeno porte de produtos de origem animal. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília. Recuperado em 15 de julho de 2017. Disponível em

<

http://www.agricultura.gov.br/assuntos/inspecao/produtosanimal/sisbi1/legislacao/InstrucaoNormativa_05.2>. Acesso em: 8 dez. 2019.

CARRAZZA, Luis Roberto; NOLETO, Rodrigo Almeida; FILIZOLA, Bruno de Carvalho. Cadernos de Normas Fiscais, Sanitárias e Ambientais para regularização de agroindústrias comunitárias de produtos de uso sustentável da biodiversidade. BrasíliaDF: Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN); 2012.

DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2017.

DESLAURIERS, Jean Pierre. Recherche qualitative: guide pratique. Québec (Ca): McGrawHill, Éditeurs, 1991.

FACHIN, Odília. Fundamentos de metodologia. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

FERREIRA, Luiza Amélia. Estratégias de Acesso a Mercados para Agricultura Familiar. Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2013. Disponível em: < <https://www.ufrb.edu.br/proext/images/cartilha-estrategia-de-acesso-a-mercados-para-agricultura-familiar-fundacao-banco-do-brasil.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

GAZOLLA, Marcio; NIEDERLE, Paulo André; WAQUIL, Paulo Dabdab. Agregação de Valor nas Agroindústrias Rurais: uma análise com base nos dados do Censo Agropecuário. Revista Paranaense de Desenvolvimento, 2012. Disponível em: <<http://file:///C:/Users/user/Downloads/396-2272-1-PB.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar. Rio de Janeiro: Record, 1997.

KAGEYAMA, Angela Antonia; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; OLIVEIRA, Julieta Teresa Aier. Uma tipologia dos estabelecimentos agropecuários do Brasil a partir do Censo de 2006. Revista de Economia e Sociologia Rural; 2013; 1:105122.

MANZINI, Eduardo José. Entrevista na pesquisa social. Didática. 1990/1991; 26/27: 149-158.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. Cad. Pesqui. 2001; 114:179-195.

PROENÇA, Jadir Dias; COSTA, Patricia Vieira; MONTAGNER, Paula. Desafios da regulação no Brasil. ENAP (DF), 2006. Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/documents/33880/461181/Desafios+da+regula%C3%A7%C3%A3o+no+Brasil/67896a18-611f-4668-8da5-22b09a3b46e9>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

SACCO DOS ANJOS, Flávio. Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil. Cadernos de Ciência & Tecnologia. 2003. 1:11-4.

SACCO DOS ANJOS, Flávio; ROSA, Janaina Silva. Mercados institucionais como ferramenta ao desenvolvimento rural: análise da experiência de uma cooperativa na região sul do Rio Grande do Sul [tese]. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas; 2014. 19 p.

SCHOTTZ, Vanessa; CINTRÃO, Rosangela Pezza; SANTOS, Rosilene Mendes. Convergências entre a Política Nacional de SAN e a construção de normas sanitárias para produtos da Agricultura Familiar. Vigilância Sanitária em Debate. 2014; 4:115123.

SEPULCRI, Odílio; TRENTO, Edilson José. O mercado e a comercialização de produtos agrícolas [tese]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 2010.

PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E SEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL DURANTE A PANDEMIA

SILVIA APARECIDA DE SOUSA FERNANDES¹

VINÍCIUS TADEU DO CARMO²

RESUMO – O presente artigo aborda a relação entre a crise mundial do COVID-19, expressa pelo aumento do número de casos da pandemia e os caminhos construídos pelos movimentos socioterritoriais para assegurar a segurança alimentar de comunidades de baixa renda no Brasil. Apresenta dados da pandemia no estado de São Paulo, epicentro da crise sanitária no Brasil e analisa experiências distintas que envolvem a produção e consumo de alimentos agroecológicos como resposta dos movimentos socioterritoriais à crise alimentar intensificada durante a pandemia. As ações de solidariedade com a doação de alimentos em comunidades de baixa renda, a venda direta por meio da entrega de cestas em Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA) ou em Grupos de Consumo Responsável (GCR) são as ações aqui analisadas, realizadas em dois assentamentos da reforma agrária no interior do estado e um grupo de consumo na região metropolitana de São Paulo.

Palavras-chave: Segurança Alimentar; Soberania Alimentar; Movimentos socioterritoriais; Agroecologia; Venda direta.

Title: AGRICULTURAL PRODUCTION AND FOOD SOVEREIGNTY IN PANDEMIC TIMES: A BRAZILIAN EXPERIENCES ANALYSIS

ABSTRACT – This article approaches the relation between the COVID-19 world crisis, expressed by the increasing number of cases of the pandemic, and the paths created by the social-territorial movements to ensure food sovereignty to low income communities in Brazil. It presents data of the pandemic in the state of São Paulo, epicenter of the health crisis in Brazil and analyze three different experiences that involve the production and consumption of agroecological food as an answer from the social-territorial movements to the food crisis intensified by the pandemic. The solidarity actions with the donation of food to the low income communities, the direct sale through the delivery of baskets in Communities that Sustains Agriculture (CSA) or in Groups of Responsible Consumption (GCR) are the actions analyzed here, performed in two land reform settlements in the inland of the state and in a consumption group in the metropolitan area of São Paulo.

Keywords: Food Sovereignty; Social-territorial Movements; Agroecology; Direct Sale.

¹ Professora na Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília-SP, Brasil. E-mail sas.fernandes@unesp.br:

² Mestrando em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, na Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais, São Paulo-SP, Brasil. E-mail: vinicarmo1@gmail.com

I. INTRODUÇÃO

O agronegócio representa um complexo sistema envolvendo a agricultura, a indústria, o mercado e o sistema financeiro, controlado por grandes corporações internacionais. O agronegócio representa a consolidação de um modelo de desenvolvimento agrário hegemônico que tem produzido desertos alimentares e contribuído para a dependência alimentar. (Fernandes, 2019).

Por outro lado, as distintas formas de organização dos territórios camponeses e comunidades tradicionais se contrapõem ao modelo do agronegócio, pois enquanto o agronegócio se organiza para a produção de mercadorias, o campesinato organiza seu território, primeiramente, para a sua existência. Em 1996 a Via Campesina é criada como uma articulação mundial de movimentos camponeses e agregou movimentos socioterritoriais de diferentes origens, com bandeiras de luta comuns: camponeses, pequenos agricultores, indígenas, quilombolas e ribeirinhos, de 73 países, representando mais de 160 organizações. Define-se como um movimento autônomo, pluralista e multicultural. (Fernandes, 2019)

A Via Campesina defende a luta pela reforma agrária, sustentada por uma mudança do modelo de produção econômico, social e político; a soberania alimentar, pautada na produção agroecológica e agricultura camponesa sustentável, respeitando a biodiversidade. Assim, os movimentos socioterritoriais afirmam a soberania alimentar como política de desenvolvimento econômico e social, que fortaleça a autonomia dos povos em decidir seu padrão alimentar e modelos de produção, recusando o padrão imposto pelas corporações transnacionais.

Com a pandemia provocada pelo vírus Sars-CoV-2 que provoca a doença COVID-19, os movimentos socioterritoriais reafirmam as estratégias de produção e distribuição de alimentos que viabilizem a segurança e soberania alimentar em diferentes territórios. O objetivo deste texto é analisar experiências de produção agroecológica e venda direta de alimentos como estratégias que valorizam e contribuem para o empoderamento desses sujeitos sociais com base na produção agroecológica e fortalecimento da soberania alimentar, com base em três diferentes experiências no Brasil.

A pesquisa em que baseia este texto envolve a identificação, registro e análise de experiências de produtores rurais em assentamentos da Reforma Agrária no interior do Estado de São Paulo, Brasil. Os assentamentos participantes da pesquisa realizada entre 2018 e 2020 e experiências aqui relatadas são: Assentamento Dandara, em Promissão-SP e Assentamento Luiz Beltrame, em Gália-SP. Ambos comercializam cestas de produtos agroecológicos na modalidade de venda direta, denominadas de Comunidade Sustentando a Agricultura (CSA) Marília e CSA Lins. Neste artigo procuramos identificar como os CSA têm contribuído para assegurar a segurança alimentar durante a pandemia em 2020.

A terceira experiência aqui analisada é a do Grupo de Consumo Responsável da região metropolitana de São Paulo, o GCR CCRU - Associação Oeste de Diadema, município de Diadema-SP. Os Grupos de Consumo Responsável (GCR) são iniciativas de consumidores e produtores para viabilizar a compra direta de camponeses que produzem alimentos de maneira sustentável, seguindo princípios da agroecologia, da produção de orgânicos ou estão em fase de

transição para esses modelos de produção. Um dos princípios da organização de grupos de consumo é a remuneração justa aos agricultores e viabilizar a compra a preços acessíveis aos consumidores.

II. SEGURANÇA ALIMENTAR E OS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS

A modelo hegemônico produção, distribuição e consumo proporcionado pelo agronegócio - setor que mais cresceu na pandemia - juntamente com um governo que desestrutura todos equipamentos e políticas públicas de segurança alimentar, estão proporcionando a população Brasileira concentração da produção e capital,, processos perversos de acumulação por espoliação, aumento da dependência nos mercados de insumos, e mercados internacionais, além de desenvolver doenças graves na população.

O agronegócio consolida no Brasil partir da década de 1980 como regime alimentar cada vez mais transnacional e corporativo. Os países dependentes passaram de políticas agroalimentares nacionais para uma orientação agroexportadora dominadas pelas corporações. McMichael (2016) discute amplamente os processos que ocorreram para o estabelecimento da hegemonia corporativa que colocaram os mercados acima dos Estados. A financeirização no negócio de alimentos por investidores e o cálculo estritamente financeiro nas operações alimentares, converteram o alimento em uma mera mercadoria negociável no mercado mundial, as commodities, acelerando o esgotamento dos processos naturais por sua conversão em recursos especulativos. A segurança alimentar ancorada no agronegócio vem atuando no sentido de transformar o alimento em uma completa mercadorização e que não reconhece a importância do lugar onde os alimentos são produzidos, nem quem os produz (empresa/agricultor familiar), levando uma parte crescente da população a consumir alimentos cuja “produção, história e origens” ela desconhece. Esse desconhecimento é uma completo desconexão do processo produtivo partindo da crítica da alienação na produção até o consumo, com repercussões diretas nas práticas alimentares da classe trabalhadora (RIBEIRO JUNIOR, 2015). A teoria da alienação é desenvolvida por Marx pela primeira vez aos 26 anos, neste primeiro momento o fenômeno é descrito como o produto do trabalho “surge frente ao trabalho como um ente estranho, como uma potência independente do produtor”, tornando-se uma potência autônoma ao trabalhador.

Em sua fase madura Marx aprofunda os estudos na crítica da economia política e avança o conceito de alienação para esfera econômica da produção material. No modo de produção capitalista o trabalho humano tornou-se um instrumento do processo de valorização do capital (mais valia) por meio da força produtiva (MARX, [1844]1975, p. 298).

O grau de alienação perante o processo produtivo de alimentos parece relacionar direto com os hábitos alimentares, esse fenômeno foi observados nas distribuições e feiras agroecológico realizado pelo Coletivo de Consumo Rural Urbano em Diadema, as pessoas mais idosas que vieram para cidade pelo êxodo rural e tiveram contato com a produção de alimentos é possível identificar críticas e preocupações quanto a origem das comida, os jovens que não tiveram esse contato ou não estudaram o tema parece ser indiferente a origem dos alimentos, essa alienação impulsionada pela forte publicidade está combinada com aumento exponencial de alimentos processados e ultraprocessados na população brasileira e especialmente nas periferias das metrópoles.

A população brasileira está cada vez mais obesa, seguindo o caminho de outros países em que a obesidade é uma outra epidemia, aumentando em ritmo acentuado a incidência de doenças crônicas.

Muito preocupante o aumento de alimentos processados nos últimos 16 anos, nesse período, segundo documento “Um retrato do sistema alimentar brasileiro e suas contradições” organizado por Walker Belik o consumo de alimentos in natura teve queda de 7%, os alimentos ultraprocessados subiram 46%. Fatores como falta de tempo, preço atrativo e exposição à propaganda influenciam nessa mudança de hábito alimentar. Os ultraprocessados têm substituído muitas refeições no dia a dia e podem ter efeitos perversos na saúde, aumentando os índices de doenças crônicas não transmissíveis como obesidade e diabetes. (Belik, 2020), ou seja, atualmente estamos com o problema da desnutrição e obesidade.

No período de quarentena o estudo realizado com dez mil participantes da coorte NutriNet Brasil identificou aumento do consumo de frutas, hortaliças e feijão entre a população em geral. Mas continuou aumentando o consumo de ultraprocessados entre os menos escolarizados e nas regiões norte e nordeste do país, ou seja, mesmo no período crítico no qual fica muito clara a importância de se alimentar de maneira saudável constatamos o contínuo aumento de alimentos processados e ultraprocessados na alimentação dos trabalhadores (as) mais vulneráveis. Segundo o professor Carlos Monteiro, do Departamento de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública (FSP) da USP e coordenador da pesquisa NutriNet Brasil, uma das explicações para a aparente desigualdade social observada na resposta à pandemia poderia ser a maior vulnerabilidade das pessoas mais pobres à publicidade de alimentos ultraprocessados, que foi bastante intensificada durante a pandemia, incluindo doações de alimentos dessa origem.

Além da publicidade e acesso mais fácil aos alimentos processados e ultraprocessados, os trabalhadores (as) que moram nas periferias da grande cidade estão cada vez com mais dificuldade de acessar a alimentos frescos e saudáveis conforme o guia alimentar da população brasileira³. Essa uma questão que está sendo cada vez mais documentada no país, sua ocorrência está associada à desigualdade social, nos territórios de nível socioeconômico baixo cada vez mais distante locais com vendas de alimentos in natura, chamado de deserto alimentar, alterando significativamente os padrões alimentares dos moradores.

A pandemia evidencia ainda mais a insegurança alimentar grande contingente populacional no Brasil, especialmente grupos mais vulneráveis como moradores de ruas, favelas e áreas periféricas em grandes cidades. As mortes pela COVID 19 estão ligadas principalmente aos grupos de risco, especialmente idosos e pessoas com comorbidades tais como hipertensão, diabetes e obesidade, doenças que estão relacionadas ao regime alimentar. No estado de São Paulo, até o dia 27 de outubro de 2020 foram registrados 1.092.843 casos da doença, com total de 38.753 óbitos. No Brasil este número, no mesmo dia era de 5.411.550 casos, com 157.451 mortes.

Os movimentos socioterritoriais do campo e da cidade estão criando alternativas e assegurando alimentos de alta qualidade em comunidades de baixa renda no Brasil, além de assegurar estão construindo modelos não hegemônicos de produção e consumo. Os movimento socioterritoriais formam redes alternativa e independentes de produção e consumo, sendo que a

³ é de extrema importância nesse momento sombrio que vivemos a defesa do guia alimentar, esse guia é capaz de embasar muito bem os estudos de consumo em o que é saudável e o que não é saudável, já que esta classificação é imprescindível para analisar os ambientes alimentares. A fome capitalista pelo lucro nunca cerceia, não basta esse aumento exponencial no consumo de ultraprocessados e toda consequência negativa desse processo nos últimos 16 anos, o Estado juntamente com as corporações por meio da Ministra da Agricultura Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina, querem alterar o guia alimentar para que possam incluir alimentos processados e ultraprocessados como alimentos saudáveis.

produção tem como sua matriz produtiva a agroecologia e na circulação, consumo e organização da produção, aplicam os conceitos da economia solidária.

A questão agrária é estrutural e concebida pelo avanço do capital na agricultura, método dialético por meio da dinâmica de luta de classe. Sua superação está na alteração da base social, ou seja, na transformação da forma de produção.

O avanço do capitalismo no campo é contraditório ao modo de vida camponês. O camponês tem seus meios de produção, sua propriedade, porém muda a relação do camponês com o lucro em relação ao modelo capitalista na agricultura, o camponês utiliza de sua propriedade e meios de produção para sobrevivência familiar e reprodução do modo de vida camponês. A terra não se apresenta como instrumento destinado à exploração da força de trabalho de um expropriado.

Por isso é mister a distinção entre a produção camponesa e a produção capitalista. Na produção capitalista, ocorre o movimento de circulação do capital expresso nas fórmulas:

$D — M — D$ na sua versão simples, e $D — M — D'$ na sua versão ampliada. Já na produção camponesa, se está diante da seguinte fórmula $M — D — M$, ou seja, a forma simples de circulação das mercadorias, onde a conversão de mercadorias em dinheiro se faz com a finalidade de se poder obter os meios para adquirir outras mercadorias igualmente necessárias à satisfação de necessidades. É pois, um movimento do vender para comprar. (OLIVEIRA, 2007)

Na produção camponesa existem vários níveis de integração ao mercado capitalista, prefiro chamar de subordinação em vez de integração, alguns mais subordinados e outros menos subordinados. A renda da terra ao capital ou capitalista é central para compreender o nível de subordinação e exploração do camponês pelo sistema capitalista.

Para Oliveira (2007) para os camponeses sem terra as rendas da terra se realiza das seguintes formas: existem a renda da terra em trabalho, renda da terra em produto e renda da terra em dinheiro. Para os camponeses que produzem em sua própria terra, a renda da terra se realiza ao capital, seja para os bancos, comerciantes ou de ambas as formas.

As redes agroecológica de produção e consumo de movimentos socioterritoriais fortalecem o modo de vida camponês, por meio da economia solidária decidem coletivamente preço e logística garantindo uma renda da terra justa ao camponês e garante alimentação de qualidade nas periferias das grandes metrópoles.

A produção de matriz agroecológico é defendida atualmente pela maioria das organizações camponesas da América Latina, muitas organizações camponesas compõem a Via Campesina, sendo ela uma articulação mundial de movimentos camponeses e agregou movimentos socioterritoriais de diferentes origens, com bandeiras de luta comuns, defendem a luta pela reforma agrária, sustentada por uma mudança do modelo de produção econômico, social

e político; a soberania alimentar, pautada na produção agroecológica e agricultura camponesa sustentável, respeitando a biodiversidade.

A produção camponesa agroecológicas, está centrada no manejo adequado e de defesa do solo, das águas e das plantas e em princípios vinculados à reprodução e à autonomia camponesa. (ALVES; SAQUET, 2014), uma autonomia perante o agronegócio, pois a produção agroecológica criam tecnologias e insumos próprios e alternativos perante os insumos das grandes empresas do agronegócio, defendem as sementes crioulas, necessitam de águas limpas e públicas, solos férteis.

Para Altieri (1998) alguns princípios da produção agroecológica camponesa são: a) ampliação e preservação da biodiversidade; b) aproveitamento de sinergismos próprios dos componentes biológicos e dos recursos de cada unidade produtiva, trabalhando com o controle biológico de pragas; c) recuperação do solo degradado e sua proteção com manejo adequado que garanta matéria orgânica para nutrição das plantas; d) produção de alimentos sem a utilização de insumos químicos; e) contribuição para a conservação das águas, das plantas e dos animais; f) aumento da capacidade de uso múltiplo do território com o favorecimento da diversificação da produção e com as agroflorestas; g) reciclagem de nutrientes e da matéria orgânica; h) preservação das identidades culturais, valorizando o conhecimento dos agricultores, sua participação nos processos decisórios e favorecendo o uso eficaz dos recursos de cada unidade produtiva; i) comercialização direta com o consumidor, feiras e mercados alternativos, produção camponesa agroecológica defende a vida, sendo um modelo de resistência ao processos neoliberais.

Esse processo de resistência pela agroecologia, não se limita às técnicas de produção no campo, agroecologia está sendo realizado na cidade, seja no consumo, ou em formas de produção alternativa, sustentável e anticapitalista. Campo e cidade estão se relacionando economicamente e politicamente, seja na comercialização direta, nas feiras, congressos, formações, estão pipocando em todos os cantos do Brasil e na América Latina o movimento agroecológico.

Como resposta à crise sanitária e alimentar provocada pelo agronegócio e intensificada pelo covid-19, os movimentos socioterritoriais do campo buscam alternativas e promovem ações de solidariedade com a distribuição de alimentos e fortalecimento da produção agrícola, ao mesmo tempo em que reivindicam ao Estado a formulação e fortalecimento de políticas públicas que assegurem a soberania alimentar. Uma delas os mecanismos de compra antecipada por meio de programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Promovem campanhas de doação de alimentos em todo o país, reforçando o movimento da Reforma Agrária Popular.

Uma das ações dos movimentos sociais do campo foi ampliar a distribuição de alimentos saudáveis, provenientes de assentamentos da reforma agrária e pequenas propriedades em áreas urbanas de grande vulnerabilidade social. Os movimentos vinculados à Via Campesina realizam regularmente ações de doação de alimentos em diferentes cidades em todo o país. A partir de junho o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) realizam a campanha emergencial da Reforma Agrária Popular no Brasil e o MPA realiza a campanha Mutirão contra a fome. Na cidade várias Instituições, associações, coletivos e movimentos ligados agroecologia estão realizando campanha de doação em regiões com maior vulnerabilidade social.

Outra estratégia que articula o campo e a cidade é a relação direta entre produtores e consumidores, devido à restrição à mobilidade imposta pela pandemia e medidas protetivas de

isolamento social e quarentena. A venda direta em Grupos de Consumo Responsáveis (GCR) e Comunidade Sustentando a Agricultura (CSA) possibilitam que a produção dos assentamentos e pequenas propriedades cheguem às cidades mais próximas. Em parcerias com sindicatos, universidades e comunidade, o que se percebe é a ampliação do número de pessoas participantes nos grupos, em meio à pandemia.

III. CESTAS DE ALIMENTOS E SOBERANIA ALIMENTAR

Apresenta-se aqui as experiências de organização da produção de alimentos e venda direta em dois territórios específicos. O Assentamento Dandara, no município de Promissão-SP e o Assentamento Luiz Beltrame, no município de Gália-SP. Foram realizadas entrevistas com produtores em rodas de conversa e entrevistas semiestruturadas, entre junho de 2017 e fevereiro de 2020. As entrevistas foram realizadas como parte das ações do projeto de pesquisa “Tecnologias Sociais..... financiado pelo CNPq/MCTI, edital nº 16/2016, sobre Segurança Alimentar e Nutricional nos países latinoamericanos.

Uma das estratégias de venda direta utilizada pelos produtores é a entrega de cestas de produtos para grupos específicos, denominada de Comunidade Sustentando a Agricultura (CSA). Esta forma de comercialização é realizada quinzenalmente, com pontos de entrega nas cidades de Marília e Bauru, por meio da cooperativa de produtores do Assentamento Luiz Beltrame, e na cidade de Lins-SP, por meio da COPROCAM, Cooperativa de produtores do Assentamento Dandara.

Com as cestas o consumidor acaba tendo mais uma forma de acesso a um alimento saudável, com preço acessível, livre de agrotóxicos ou adubos químicos, com variedade de verduras, legumes, frutas, temperos e outros produtos. Os grupos de consumidores que participam das entregas de cestas são chamados de coprodutores, pois acompanham a produção e muitas vezes participam do processo de certificação dos produtos. A visita à área de produção agrícola e acompanhamento de atividades de produção de alimentos fazem parte do processo de certificação comunitária de produtos orgânicos.

Os alimentos produzidos e entregues pela COPROCAM e Assentamento Luiz Beltrame são produzidos no sistema agroflorestal (SAF), que segue os princípios de produção agroecológica. As cestas, com uma quantidade pré-estabelecida de itens (alimentos) são disponibilizadas a um preço fixo. Os itens que compõem a cesta variam conforme a época do ano. Tal estratégia possibilita o acesso regular a alimentos variados e saudáveis a preços mais justos. Há duas possibilidades de participação, como consumidor, das cestas para grupos específicos. Uma delas é a compra regular de cesta de produtos com itens predeterminados pelos produtores (cesta fechada) e a outra é a encomenda itens. Na cesta por encomenda os consumidores indicam quais produtos, dentre os informados pelos produtores, serão adquiridos.

Um dos pilares para a construção da soberania alimentar, pontuados por Coca (2018), é que o alimento produzido deve ser destinado às pessoas que os produzem, por meio da construção de conhecimentos e habilidades locais, desenvolvendo o trabalho agrícola com respeito aos recursos naturais. Além disto, é fundamental a autonomia dos povos e territórios sobre os seus sistemas de produção. Nos assentamentos aqui analisados a implementação dos sistemas agroecológicos contribuiu para que o camponês/agricultor familiar consiga produzir a maior

parte do que precisa para assegurar a sua alimentação, assegurando assim, a soberania alimentar da família ou cooperativa a que se vincula.

Com as cestas o consumidor acaba tendo mais uma forma de acesso a um alimento saudável, com preço acessível, livre de agrotóxicos ou adubos químicos, com variedade de verduras, legumes, frutas, temperos e outros produtos. Os grupos de consumidores que participam das entregas de cestas são chamados de coprodutores, pois acompanham a produção e muitas vezes participam do processo de certificação dos produtos.

A visita à área de produção agrícola, acompanhamento de atividades de produção de alimentos fazem parte do processo de certificação comunitária de produtos orgânicos.

O segundo mecanismo de certificação está relacionado a um processo coletivo de certificação de grupos de agricultores familiares, de projetos de assentamento, de quilombolas, de ribeirinhos, de indígenas e de extrativistas. A formação do Sistema Participativo de Garantia (SPG) ocorre a partir de um grupo de agricultores, fornecedores e consumidores, que é reconhecido como Membros do Sistema, e pelo Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC), que é uma organização com personalidade jurídica própria que corresponde às certificadoras do primeiro mecanismo. Esse mecanismo nasceu como uma forma alternativa ao sistema formal de certificação por auditoria externa. A Região Sul do Brasil, especialmente a Rede Ecovida de Agroecologia, desenvolveu a iniciativa denominada de “Certificação Participativa”. (SERAFIM, JESUS, FARIA, 2013, p. 176-77).

As cestas da COPROCAM são produzidas no sistema agroflorestal (SAF), um dos modelos que segue os princípios de produção agroecológica. As cestas, com uma quantidade pré-estabelecida de itens (alimentos) são disponibilizadas a um preço fixo. Os itens que compõem a cesta variam conforme a época do ano. Tal estratégia possibilita o acesso regular a alimentos variados e saudáveis a preços que podem ser pagos pelos trabalhadores das cidades. Há duas possibilidades de participação, como consumidor, das cestas para grupos específicos. Uma delas é a compra regular de cesta de produtos com itens predeterminados pelos produtores (cesta fechada) e a outra é a encomenda itens (alimentos específicos). Na encomenda de produtos específicos (cesta aberta) os consumidores indicam quais produtos entre os que são informados por meio do aplicativo de mensagens serão adquiridos. Na lista da cesta fechada existem três tamanhos diferentes para serem escolhidos, conforme as diferentes necessidades dos consumidores finais e suas famílias.

A COPROCAM, do Assentamento Dandara e Reunidas realizam a entrega das cestas na cidade de Lins, no grupo de consumo é denominado de CSA Lins, e na Unesp de São José do Rio Preto. O Assentamento Luiz Beltrame realiza as entregas quinzenalmente na sede da Apeoesp (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo), nas cidades de Marília e Bauru.

A estratégia de venda direta por meio das cestas para grupos específicos é uma ação bastante discutida e difundida entre os movimentos sociais, em particular o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Um dos modelos observados pela COPROCAM para organização das ações da cooperativa é o Assentamento Mário Lago, em Ribeirão Preto. “É uma experiência que nós fomos conhecer, eles fizeram oficinas, nós participamos e trouxemos para nossos assentamentos, de Gália, Promissão, em Piratininga, em Altaí. Todos esses assentamentos estão fazendo experiências tanto com cestas, quanto com feiras”. (LOPES, 2018)

IV. GRUPOS DE CONSUMO RESPONSÁVEL – EXPERIÊNCIA DO COLETIVO CRU –DIADEMA

O Coletivo de Consumo Rural Urbano- Associação Oeste de Diadema (CRU- Associação Oeste de Diadema) foi criado em 2014, no seio do movimento de moradia em diadema- SP. Associação Oeste de Diadema, além da luta por moradia que assentou mais de 8.000 famílias, têm realizados várias ações de interesse da classe proletária da cidade, uma delas é a experiência no intercâmbio produtor rural e os trabalhadores da cidade. No final da década de 80 do século XX, conheceram algumas cooperativas de produção de Rondônia e receberam várias carretas de mantimentos, entre eles, o feijão, café em grão e banana. Esbarraram esta empreitada na inexistência de um fundo que garantisse o pagamento a vista dos produtos enquanto se efetuava a distribuição para o consumo urbano. Em 2014 retomam este intercâmbio com a participação do CCRU (Coletivo de Consumo Rural Urbano) e os alimentos agroecológico.

O CCRU atua diretamente com cerca de 100 famílias camponesa e aproximadamente 300 famílias na cidade. Atualmente, a dinâmica do coletivo está muito alterada devido a pandemia da COVID-19, com alteração da periodicidade das entregas, aumento de procura e relações com produtores, o coletivo cancelou a feira e está apenas com as entregas das cestas, campanhas de doações de alimentos agroecológicos para famílias na periferia de Diadema, tais ações irão complexificar as informações e dados sobre o coletivo, no qual expressa a dinâmica da realidade existente.

Antes da pandemia a periodicidade da compra coletiva de alimentos do CCRU era semanal, eram adquiridos por volta de 2 toneladas de alimentos por semana, incluindo feira e entrega das cestas agroecológica. Nesse momento de pandemia, com o fim da feira as compras de cestas aumentou exponencialmente, passou de 80 cestas para 330 cestas de alimentos, porém a periodicidade de entrega está sendo realizada de forma quinzenal.

Normalmente os Grupos de Consumo Responsáveis (GCR) são criados por poucas pessoas, essas pessoas formam o grupo gestor dos grupos de consumo, podemos chamar de núcleo duro que compartilham determinadas vontades e princípios. A maioria dos GCRs focam sua atuação na questão do consumo de alimentos agroecológico, embora muitos também contemplem alguns outros produtos artesanais alinhados com esses valores (cosméticos naturais, por exemplo). Para iniciar um grupo de consumo responsável não necessariamente precisa de custo financeiro.

Os coletivos de consumo responsável são uma alternativa para construir estratégias de compra e venda baseadas em relações de ética e transparência entre produtores, vendedores e consumidores são os Grupos de Consumo Responsáveis, grupos de pessoas que decidem organizar-se para comprar determinados produtos, de uma forma diferente da que ocorre no mercado convencional. Essas pessoas querem ter acesso a produtos que tenham qualidade nutricional e que sejam fruto de um sistema produtivo e comercial que respeite as pessoas e o meio ambiente. Dessa forma, o objetivo desses grupos vai além do ato de consumo, buscando promover a troca de saberes entre os participantes, a reflexão e a transformação de hábitos e costumes, tornando possível para o consumidor assumir ativamente sua responsabilidade na dinâmica das relações sociais que acontecem desde a produção até o consumo dos alimentos e produtos em geral. (Instituto Kairós, 2011).

A relação com os produtores é criada pela proximidade territorial e princípios, criando uma aliança entre os grupos de consumo da cidade e grupos de produtores agroecológicos em territórios camponeses no campo.

A relação direta com os agricultores que cultivam alimentos com matriz de produção agroecológica, trazem muitos benefícios para os territórios do campo e da cidade. Para o campo, a oportunidade do produtor ter uma fonte confiável de escoamento. Os GCRs incentiva que os produtores tenham outras fontes de venda, evitando que o produtor estabeleça relações de dependência com os GCRs (MASCARENHAS, T. S. BENSADON, L. S. GONCALVES 2016). Em um GCR, o produtor tem a oportunidade de ser reconhecido por qualidade e sabor dos alimentos, fomenta o uso de ingredientes e processamentos mais naturais e culturais, aproximação e diálogo na comercialização havendo uma humanização nessa relação, visitas de campo mais frequente no qual possibilita outras frentes de conhecimento e renda para os territórios camponeses, o fortalecimento dos grupos de produção agroecológica agroflorestal nos territórios camponeses, acarretando em maior autonomia do produtor, relação mais equilibrada com meio ambiente e possibilidade concreta e real de trazer mais famílias para transição agroecológica, valoriza os valores culturais da produção. Na cidade os GCRs possibilita acesso a alimentos de qualidade e acessível. Esse movimento forma os atores envolvidos para além da relação de produção e consumo, transformando o comer como ato político.

No momento mais crítico da quarentena no qual as feiras estão sendo limitadas, os restaurantes fechados, muitos canais estão sendo fechados, o mercado restrito, os GCRs e vendas diretas estão sendo essenciais aos pequenos produtores manterem suas rendas.

O CCRU tem uma rede de produtores organizados em cooperativa, associação, coletivos e produtores individuais, conforme tabela no anexo 1.

A maioria dos GCRs não são entidades formais, são coletivos informais. Os GCRs não consideram outros grupos de consumo como concorrente, mas sim como parceiros na luta, pois os concorrentes dos GCRs são empreendimentos capitalistas.

Dessa forma, o objetivo desses grupos vai além do ato de consumo, essa relação de produção e consumo se transforma em ato político, pois além das compras os grupos passam a

refletir sobre o sistema de produção vigente, tornando possível para os participantes da rede GCRs assumirem ativamente sua responsabilidade na dinâmica das relações sociais que acontece desde a produção até o consumo dos alimentos e produtos em geral.

O CCRU tinha uma média de comprass de 90 cestas agroecológica, mas na primeira entrega realizada no período de isolamento social devido à pandemia da COVID-19, em março de 2020, as encomendas aumentaram para 200 cestas, em junho chegamos a compra 335 cestas.

São oferecidas quatro tipos de cestas: grande, média, pequena, de frutas e diversa. A cesta tem como conteúdo principalmente legumes, folhas, temperos e frutas, exceto a cesta de frutas, pois como o nome diz é formado apenas de frutas. A cesta grande contém cerca de 8 itens no valor de R\$ 39,00, a cesta pequena tem por volta de 7 itens no valor de R\$ 29,00, a cesta pequena é formada por 5 itens no valor de R\$ 22,00, a cesta de frutas são formadas por 5 itens no valor de R\$ 39,00 e a cesta diversa é formada semanalmente por produtores que não foram contemplados nas cestas anteriores, na última compra coletiva formamos uma cesta diversa de 10 itens a 40,00 reais. Essa rede gira em torno de R\$ 10.000,00 reais mensalmente. (Em tempos de coronavírus esse valor está sendo girado por quinzena.) Na feira realizada pelo CCRU a média de preço dos legumes eram de 4,00 kg e folhas R\$ 2,80 a unidade, feijão 8,00 kg e arroz 6,50 kg.

Existem grupos de consumo pelo Brasil todo, atualmente o mapeamento é realizado Rede Nacional de GCRs, gerida pelo instituto kairós, no qual atua principalmente para troca de experiências. O CCRU-Associação Oeste de Diadema faz parte dessa rede, a qual estão mapeados 31 GCRs no Brasil, conforme mapeamento: <http://goo.gl/x7S3of>, mapeamos por meio do grupo do whatsapp 34 grupos de consumo espalhado pelo Brasil, conforme tabela ANEXO 2:

O CCRU tem a especificidade e complexidade de estar em território de comunidade popular e periférica, pois a maioria dos GCRs no Brasil estão em territórios nobres, universitários ou centrais, acarretando em complexidades diferentes, pois nesses territórios a questão dos valores dos alimentos são imprescindíveis para a viabilidade do GCRs.

Os valores dos alimentos pelos GCRs são equivalentes ou mais barato que os alimentos convencionais do mercado, segundo a pesquisa realizado pela Rede Brasileira de Grupos de Consumo sobre preços.

No coletivo CCRU-Diadema a última pesquisa realizada comprovou essa argumentação, com relação às feiras os alimentos são um pouco mais caros, porém depende de quais alimentos. O instituto Terra mater realizou uma pesquisa bem interessante sobre comparações de preços dos GCRs em relação ao mercado, eles concluíram que:

Os dados levantados permitiram chegar em conclusões interessantes e consistentes, desmistificando a idéia que produtos sem veneno são sempre mais caros que os produtos convencionais e que o sobrecusto é devido apenas à custos de produção mais altos. A análise dos dados agrupados em diagramas de caixa assim como a comparação das médias dos preços mostram que, no caso dos produtos sem veneno, os preços praticados nos GCRs são muito menores que nos supermercados, com produtos equivalentes, variando entre 16% no caso do ovo até 280% no caso da abobrinha

italiana. Esta tendência dos GCRs a apresentarem preços baixos se confirma inclusive quando comparados a produtos convencionais no supermercado. Aproximadamente dois terços do produtos levantados apresentam preços equivalentes ou menores no GCR em relação aos convencionais no supermercado. As diferenças variam entre 7% para a banana nanica e 88% no caso do brócolis ninja. Sendo assim, as iniciativas de venda direta e de Grupos de consumo responsável oferecem alternativas para tornar acessíveis alimentos de qualidade, sem danos à saúde. Os GCR em particular, buscam atrelar às trocas comerciais atividades de educação alimentar, de luta contra o desperdício (pois muitos estão baseados em compras antecipadas) e de reflexão sobre o consumo e o consumismo. É importante, porém, realçar que os GCR, por serem iniciativas da sociedade civil, sem fins lucrativos, são uma forma bem particular de canal de comercialização pois as tarefas de distribuição dos alimentos e contabilidade são assumidas por agentes facilitadores (consumidores e/ou produtores mais envolvidos na gestão) que geralmente não remuneram seu trabalho (ou em proporções bem menores). Além disso, a proximidade entre os atores garante (ou obriga) a uma maior transparência e impede a apropriação abusiva do “lucro”. Por serem grupos informais que apenas facilitam a venda direta entre produtor e consumidor, as transações não estão submetidas aos impostos, ao contrário dos supermercados (Calabro, Guilherme. Retière, Morgane. Produtos sem veneno são sempre mais caros? Uma pesquisa da Rede Brasileira de Grupos de Consumo Responsável. Piracicaba : Instituto Terra Mater, 2015).

Foi realizado uma pesquisa com os participantes da compra coletiva do coletivo de consumo rural urbano, por meio de perguntas referente alimentação durante a pandemia, 130 famílias responderam o questionário, idade média de 45 anos, sendo a grande maioria 86,9% mulheres.

Das 130, 89 famílias participava das compras coletivas antes da pandemia e 71 famílias realiza a compra coletiva toda quinzena; 65 famílias tiveram a diminuição na renda familiar durante a pandemia; 62 famílias aumentaram o acesso a alimentos frescos durante a pandemia; 83 famílias diminuíram o consumo de alimentos ultraprocessados e 110 famílias diminuíram o consumo de alimentos preparados fora de casa; 64 famílias não consumiam alimentos orgânicos e agroecológico antes de conhecer o CCRU. 88 % das pessoas que responderam constataram melhora na saúde.

Com esses dados podemos observar o potencial que um grupo de consumo responsável tem nas periferias, podendo alterar os hábitos alimentares de muitas famílias contribuindo com a saúde da classe trabalhadora, além de ser um processo de formação perante o sistema agroalimentar que vivemos.

Ao estabelecer a relação campo-cidade em áreas mais periféricas das cidades, o CCRU possibilita que famílias de menor renda tenham acesso a alimentos agroecológicos por preço

justo, podendo alterar os hábitos alimentares de muitas famílias contribuindo com a saúde da classe trabalhadora, além de ser um processo de formação perante o sistema agroalimentar que vivemos.

Assim, os CGR são importantes para conscientização socioambiental e contribuem para a soberania alimentar na medida em que questionam o regime alimentar predominante e promovem a reinserção de alimentos saudáveis na dieta de grupos sociais mais vulneráveis economicamente.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos os modelos de produção agroecológica identificados assentamentos pesquisados como inovações tecnológicas que viabilizam a produção de alimentos sem o uso de agrotóxicos e envolvem decisões tomadas conjuntamente em cooperativas de produtores, grupos de consumidores e outros grupos sociais organizados coletivamente. Constituem-se, assim, como uma rede sociotécnica que merece ser valorizadas pelo seu potencial social, econômico e de desenvolvimento territorial.

Identificamos os mecanismos de venda direta seja pela formação de CSA ou GCR elementos constituintes de redes sociotécnicas, pois articulam diferentes territórios no campo e nas cidades. Participam das redes os produtores, organizados em cooperativas nos assentamentos da reforma agrária, os consumidores das áreas urbanas, organizados coletivamente em grupos de compra coletiva. Podemos inserir outros “nós” nessas redes, tais como as feiras populares, escolas beneficiárias do PNAE.

A organização por meio da economia solidária pressupõe a participação coletiva na tomada de decisões, desde a organização e modelos de produção até a comercialização dos alimentos. A soberania alimentar é viabilizada por meio do fortalecimento dos mercados e economias internas, da relação entre a agricultura camponesa e o consumidor. O fortalecimento dos mercados internos contribui para a garantia da soberania alimentar nas cidades, com a garantia de acesso aos alimentos de qualidade, frutos da produção agroecológica. Nessa questão, o enfrentamento do modelo do agronegócio, da concentração fundiária e da concentração dos meios de produção, como a terra, a água, sementes são condições para o fortalecimento dos mercados internos e a soberania alimentar.

Dessa forma, identificamos que esses processos e experiências contribuem para o desenvolvimento dos territórios camponeses e urbanos, assegurando a soberania alimentar nesses territórios. Compreendemos que as ações conduzidas pelos movimentos sociais do campo implicam diretamente na construção de novas práticas e relações sociais, tanto no campo quanto na cidade, com potencial fortalecedor do campesinato e da soberania alimentar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.

ALVES, Adilson Francelino. SAQUET, Marcos. **experiências de desenvolvimento territorial em confronto** CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 9, n. 17, p. 574-598, abr., 2014.

BELIK, Walker. **Um retrato do sistema alimentar brasileiro e suas contradições**. Ibirapitanga, 2020.

COCA, E. L. **A soberania alimentar e a releitura do conceito de região pela geografia**. *Caminhos de Geografia*, v. 19, n. 68, 2018 p. 372–388.

FERNANDES, B. M. **Regimes alimentares, impérios alimentares, soberanias alimentares e movimentos alimentares**. *Relaer – Revista Latinoamericana de estudios rurales*, n. 4 (7), 2019, p.188-209.

INSTITUTO KAIROS - Disponível em www.institutokairos.net: Acesso em 2020

MASCARENHAS, T. S. BENSADON, L. S. GONCALVES. **A atuação dos grupos de consumo responsável no Brasiul: expressões de práticas de resistência e intercâmbios em rede**. *Revista Antropolítica*, n. 41, Niterói, p.205-232, 2º Sem. 2016

Marx, K. **O capital**. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 1975.

McMichael, Philip. **Regimes Alimentares e Questões Agrárias** / 1. ed - São Paulo; Porto Alegre - Editora Unesp; Editora UFRGS, 2016.

OLIVEIRA, A. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

RIBEIRO JUNIOR, J. R. S. **Alienação das práticas alimentares e urbanização: uma análise da alimentação da classe trabalhadora em São Paulo**. (Tese) apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor. São Paulo: FFLCH/USP, 2015.

A TRANSFORMAÇÃO DOS ASSENTADOS DO NOSSA TERRA DE BATATAIS/SP EM EMPREENDEDOR RURAL:

PDRS – MICROBACIAS II

1.Sofia de Castro Gouvêa Gomes Leal*;

Oriowaldo Queda**

O Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável- Microbacias II- acesso ao mercado PDRS-Microbacias II, apresentado pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) atualmente, Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável (CDRS). Era considerada uma proposta inovadora de participação de associações e/ou cooperativas rurais, afim de promover a agregação de valor à produção agrícola. A Associação Batataense de Produtores da Agricultura Familiar (ABAFA), sediada no Assentamento NOSSA TERRA, no município de Batatais/SP, com 30 assentados, apresentou um plano de negócio para acesso ao mercado. O objetivo deste trabalho foi de avaliar esta associação, como condição necessária para justificar a implantação desse plano de negócio, bem como a participação dos assentados nesse plano ao propor uma mudança no sistema tradicional de comercialização com atravessadores pelo de microprocessamento e as possíveis razões que explicariam, seu não desenvolvimento. Foi um estudo de caso com o levantamento dos documentos oficiais e não oficiais, artigos de revistas acadêmicas e de divulgação, jornais, livros, teses e dissertações a respeito do plano de negócio, além da realização de entrevistas com assentados associados e não associados. Algumas tentativas de estabelecimento do trabalho em equipe foram feitas, resultando em conflitos internos. São 16 associados, dos quais 44% encontram-se na condição de aposentados, buscando outros referenciais de vida, além do trabalho. A possibilidade em assumir riscos inerentes a um empreendimento e formas já consolidadas de comercialização, tornaram o projeto pouco atrativo. Espera-se que com os resultados dessa pesquisa seja possível compreender o que levou um grupo de assentados, reunidos em uma associação, a não desenvolver um programa que se propunha trazer benefícios para eles e para o assentamento.

PALAVRAS CHAVE: Acesso ao mercado, Microbacias II, Associação Rural, Agricultor Familiar, Empreendedor Rural.

* 1. Universidade de Araraquara - UNIARA, Mestranda Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, Araraquara/SP ** Professor (Orientador) Universidade de Araraquara - UNIARA, Araraquara/SP

INTRODUÇÃO

O Programa Desenvolvimento Rural Sustentável- Microbacias II- acesso ao mercado é uma política pública apresentada pelo governo do estado de São Paulo, que propunha melhorias estruturais às organizações sociais que participariam do programa. Dentre os objetivos apresentados, o principal tratava do acesso dos produtores rurais ao mercado, através da agregação de valor aos seus produtos agrícolas.

A idealização, a formalização e a implementação do microbacias II contou com a participação da secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SMA), através da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais (CBRN), e recursos provenientes do Banco Mundial, mais aqueles provenientes do governo do Estado de São Paulo. (CASA DA AGRICULTURA,2013)

O critério para a participação no programa Microbacias II era a de que os produtores rurais integrassem uma associação ou cooperativa, instituídas há pelo menos um ano. A organização social, interessada em desenvolver algum projeto, deveria elaborar um plano de negócio, a fim de comprovar a viabilidade do empreendimento pretendido.

No município de Batatais, no Estado de São Paulo, no ano de 2004 houve a formação do Assentamento NOSSA TERRA, instituído e coordenado pelo Escritório da Fundação do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) “José Gomes da Silva”. (SATURI, 2012). Para tanto foi demarcada uma porção de área da fazenda Santa Inês, onde antigamente encontrava-se instalada a Fundação do Bem-Estar do Menor (FEBEM).

O Programa de Desenvolvimento Rural Sustentado – Microbacias II (PDRS) foi apresentado aos produtores rurais assentados por meio da atuação da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), por serem os únicos produtores do município a ter uma organização social já constituída, há pelo menos um ano. O plano de negócios, apresentado à Cati pela ABAFA, foi aprovado no ano de 2012, implantado entre os anos de 2015 e 2016 e inaugurado em dezembro de 2016.

O plano de negócios contemplava a instalação, em um prédio devidamente reformado, com equipamentos de pós colheita, para o processamento mínimo de hortaliças, provenientes da produção dos seus associados.

Porém, o projeto após ter cumprido à risca todas as suas etapas anteriormente planejadas, ainda não se encontra em operação até esta data. Os compromissos financeiros no valor

de R\$ 253.014,06; foram estabelecidas 6 parcelas de R\$ 42.169,00 assumidos pelos associados participantes da proposta, as quais, também não foram saldadas.

O entendimento destes participantes/beneficiários em relação ao projeto a ser conduzido é de fundamental importância, visto que os investimentos envolvidos na proposta, são significativos.

DESENVOLVIMENTO

A PROPOSTA DO PDRS- MICROBACIAS II

O Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II – acesso ao mercado, instituído pelo Decreto 56.449 de 29 de novembro de 2010, teve como objetivo aprimorar ou incrementar a competitividade da agricultura familiar no Estado de São Paulo, através da promoção da agregação de valor à produção agrícola. (SÃO PAULO, 2010)

O desenvolvimento rural do Estado proposto pelo programa, visava ampliar a sustentabilidade da atividade rural, apresentando como objetivos:

“a competitividade da produção da agricultura familiar, como exemplo a limitação da infraestrutura, ou inadequação desta, que reflete deficiências na estocagem, transporte, acesso ao crédito, dificuldade de organização entre produtores, assim como padronização dos produtos” (SÃO PAULO, 2010a).

Os investimentos e a promoção do desenvolvimento do agricultor familiar, nunca foram objetivos fortes e concretos, para a expressa autonomia dos produtores rurais, nem tão pouco do setor agrícola.

Em decorrência da chamada “modernização conservadora da agricultura” a partir da década de 60, houve) mudanças na forma de se fazer agricultura no Brasil. Como resultado dessa política de desenvolvimento do setor agrícola é constatado degradação dos recursos naturais, acelerada pela utilização de práticas agrícolas capazes de colocar a área produtiva em condições cada vez mais inadequadas de conservação.

Em 2011, com o apoio do Banco Mundial, ”é dado início à segunda fase do Programa Microbacias, com a denominação de Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II- Acesso ao Mercado, apresentando como principal objetivo a

competitividade das cadeias produtivas exploradas pela agricultura familiar e suas organizações” (Hespanhol, 2016, p.140).

As ações do Banco Mundial coloca que a temática do desenvolvimento rural é uma bandeira que passa a ser adotada pela instituição desde a emergência do assunto.(GAMEIRO 2014)

Os programas passaram a assumir diretrizes do BIRD, ou seja, tomam uma dimensão econômica, não mais ambiental ou social, sendo enfatizada a agregação de valor aos produtos e buscando maior inserção dos agricultores familiares e suas organizações, associações ou cooperativas, ao mercado. .(Neto, 2013; Hespanhol, 2016)

O PDRS- Microbacias II, conforme publicação da CATI:

“O PDRS- Microbacias II, em execução desde 2011, traz uma nova experiência e um desafio imenso de compartilhar com as associações e cooperativas de produtores rurais, a implantação de negócios competitivos e sustentáveis junto ao mercado. Discutir planos de negócios, auxiliar na identificação de novas oportunidades junto ao mercado, avaliar a viabilidade técnica e a competitividade mercadológica dos empreendimentos comerciais que estão sendo implantados por essas organizações de produtores, enfim, convencê-los a se tornarem empresários” (CASA DA AGRICULTURA, 2013, p.12).

Foi considerado como uma proposta de contribuir para que os produtores rurais da agricultura familiar pudessem contar com melhores oportunidades de acesso ao mercado, através da agregação de valor à sua produção. E de acordo com o gerente técnico do programa “[...] a condução dos trabalhos deveriam garantir ao produtor rural sua transformação em empresário” (CASA DA AGRICULTURA, 2013, p. 01).

O PDRS pressupunha a existência de condições para que a transição mencionada pudesse se dar de forma simples e promissora. Como se essa passagem tivesse todas as condições para que ela ocorresse sem qualquer conflito ou impedimento, diante da realidade de cada organização participante do projeto.

Para poder participar as organizações sociais foram categorizadas de acordo com sua capacidade gerencial. Aquelas que apresentassem um baixo grau de maturidade para atuar junto ao mercado, ou ainda que estivessem em um estágio incipiente de organização e gestão receberiam apoio para que fosse trabalhado este fortalecimento. (SÃO PAULO, 2010a)

Segundo publicado pela CATI:

“O desafio do Microbacias II é enfrentar questões essenciais da agricultura paulista, entre elas: a importância de trabalhar em grupo, o envelhecimento da população rural, o intenso processo de diversificação da produção, os aspectos multifuncionais da agricultura, a produção em escala e com qualidade, o escoamento e a comercialização da produção, a busca por novos nichos de mercado, o atendimento às diversas políticas públicas”(CASA DA AGRICULTURA, 2013, p.13).

O projeto Microbacias II foi estruturado em componentes e subcomponentes para efeito de quantificações futuras, na medida em que foram estabelecidos indicadores afim de avaliar impactos e resultados esperados do projeto. (SÃO PAULO, 2010a)

A oportunidade de estabelecimento do programa coloca em prática questões de municipalização e/ou compartilhamento de setores, entre Estados e municípios, definidos a partir da constituição de 1988. O programa Microbacias II tinha como uma de suas metas “fortalecimento da infraestrutura regional e municipal (Regionais da CATI e Casas da Agricultura);”(CASA DA AGRICULTURA, 2013), o que proporcionou uma enorme injeção de recursos, sem precedentes tendo em vista os incentivos ao setor agrícola dos últimos tempos.

De acordo com Brunelli, (2017):

“São consideradas elegíveis as organizações de produtores rurais que apresentarem Manifestação de Interesse que atendam simultaneamente as seguintes condições: estarem formalmente constituídas há mais de 1 ano; estar previsto no estatuto da organização finalidade compatível com a Proposta de Iniciativa de Negócio a ser apresentada; a Proposta de Iniciativa de Negócio deve estar em conformidade com os objetivos do PDRS – Microbacias II; envolverem na Proposta de Negócio, no mínimo, 15 produtores rurais, dos quais mais de 50% devem ser agricultores familiares; apresentarem a documentação legal exigida.”(BRUNELLI, 2017,p.07)

A participação em organizações coletivas, como uma exigência, evidenciava que o associativismo não espontâneo, “[...] aliado ao fato de o produtor rural estar interessado apenas nos benefícios de se associar e não de se organizar para atingir objetivos comuns, dificulta o funcionamento das associações, as quais acabam não tendo identidades próprias”.(Hespanhol, 2016, p. 223)

Porém o incentivo e promoção do trabalho em conjunto através das associações e cooperativas era justificado, pela proposta da integração. “O trabalho desenvolvido em grupo pelas organizações traz as dimensões do desenvolvimento social do Projeto, [...], em decorrência do aumento da renda, mas a construção de um capital social.” (CASA DA AGRICULTURA, 2013, p.13).

Nessa proposta os assentados da Associação Batataense dos Agricultores Familiares, instalada no Assentamento Nossa Terra, optaram pela adesão ao programa, com o objetivo da aquisição de uma agroindústria com a utilização de um galpão reformado e equipado para a realização do processamento mínimo de vegetais.

Apesar de ser apresentado como uma oportunidade aos produtores rurais, o programa microbacias II, após ser colocado em prática evidenciou algumas limitações, tanto no Assentamento Nossa Terra, como também na associação ABAFA.

Segundo a socióloga da divisão de extensão rural da Cati:

“A organização rural deve ter maturidade para enxergar nesta política pública um impulso para seus negócios. Não o único, mas com o apoio do Projeto, a possibilidade de inserir-se em novos mercados, buscar novos clientes e traçar estratégias para curto, médio e longo prazos, considerando que o negócio a ser implantado enfrentará os riscos do mercado por fatores macro ou microeconômicos, como qualquer outro”(CASA DA AGRICULTURA, 2013, p.13).

A dificuldade de planejamento, composição de apontamentos e organização do fluxo produtivo, não integram práticas as quais o pequeno produtor se adapta com facilidade, ou entende sua importância para o bom funcionamento e rendimento de seu trabalho. Com isso “[...]o projeto ao ser apresentado a uma categoria de produtores rurais historicamente marginalizados pelo sistema de crédito nacional, vislumbrando torna-los “pequenos empresários” do campo” (Hespanhol, 2016, p. 226), fazendo uma referência aos produtores familiares, caracterizados como beneficiários do projeto Microbacias II, e em alguns casos a aparente inabilidade em lidar com práticas administrativas, de planejamento, entre outras afins.

Diante dessas variáveis o acesso ao mercado para o produtor familiar torna-se um desafio constante, visto que para que seja garantida a venda de sua produção, não basta apenas promover o manejo no campo, do plantio à colheita. O processo é bem mais complexo,

exigindo que este agricultor busque opções adequadas e cabíveis à realidade enfrentada, desde o campo até o consumidor final. (BEZERRA,2017)

O perfil do produtor rural descrito em publicação da CATI:

“O produtor rural sabe que é preciso valorizar e vender bem seu produto, porém, encontra inúmeras dificuldades para uma postura proativa junto ao mercado. É um novo universo do qual tem pouca ou nenhuma informação: anseios e perfil do consumidor final, agregação de valor, concorrentes, parceiros, marketing, formação de preços, experiência de comercialização, posicionamento de mercado, enfim, temas sobre os quais não tem domínio e a segurança necessária. Invariavelmente fica na dependência de um comprador que encaminha seu produto ao mercado e que pouco valoriza sua matéria-prima.” (CASA DA AGRICULTURA, 2013,p.12).

Os produtores da agricultura familiar integram ou são inseridos de uma forma ou outra no mercado, seja este institucional, formal ou informal. Entretanto enfrentam também barreiras, principalmente em função das legislações sanitária e tributária.

Assim é expresso por Estevam (2018)

“Nesse sentido, a incerteza quanto ao êxito do negócio torna proibitivo e muito arriscado o investimento na formalização da atividade (autorizações, licenças, impostos, etc.). Além disso, os sistemas fiscais e sanitários são excessivamente restritivos ou complexos para um empreendimento de pequena dimensão. Por ser o mercado um ambiente hostil e imprevisível, a informalidade representa uma estratégia para reduzir o risco de não o dominar totalmente”(ESTEVAM,2018,p.06)

Nas cidades do interior do estado de São Paulo, como é o caso da cidade de Batatais, as possibilidades do agricultor familiar oferecer seus produtos para a venda, são através de mercados institucionais, feiras livres, venda direta ao consumidor, fornecimento ao comércio local ou ainda abastecendo a unidade do CEASA mais próxima de sua propriedade. A alternativa de utilizar o entreposto como canal de escoamento da produção, coloca o agricultor em algumas situações desfavoráveis quando vincula este produtor, a figura do atravessador, que acaba comprometendo parte do lucro produtivo.

Para os produtores da ABAFA (Associação Batataense de Produtores da Agricultura Familiar) as linhas de acesso ao mercado são exatamente estas citadas acima. Segundo o plano de negócio elaborado, os produtores “[...] realizam a entrega de sua produção

diretamente na mão de atravessadores ou mesmo distribuindo no CEASA, deixando os custos de produção e transporte altíssimos” (SATURI, 2012).

São agricultores que dominam as técnicas produtivas, mas não apresentam habilidades para a condução do devido planejamento e gestão da própria produção agrícola em seus lotes, para além do campo produtivo. Esta dificuldade de organização administrativa torna os agricultores mais vulneráveis a condições menos propícias de acesso ao mercado.

Como declarado e publicado:

“O PDRS – Microbacias II está apoiando as organizações de produtores rurais, muitas delas formadas ou fortalecidas no âmbito do PEMH, para que possam participar de maneira mais efetiva junto ao mercado consumidor. Assim, consolida um novo perfil de agricultor familiar empresarial, capaz de gerar mais renda a partir da atividade rural e, principalmente, de reduzir o êxodo rural da população mais jovem, permitindo que passem a participar do processo de gestão desses novos empreendimentos.” (CASA DA AGRICULTURA, 2013.p.12).

O PDRS Microbacias II desde sua divulgação, apresentação e planejamento, foi considerado uma proposta integradora, onde os produtores estariam envolvidos do princípio ao fim, por isso foi considerada uma ideia inovadora ao setor. (CASA DA AGRICULTURA, 2018).

Como aborda Wagner (2015, p.9):

“Esses resultados apontam para a característica ambígua e contraditória da prerrogativa: de um lado incentiva a profissionalização dos agricultores no sentido de organização das atividades produtivas e o cooperativismo, por outro, em decorrência das exigências burocráticas e de padrão de produção (escala, regularidade e uniformidade), pode ser excludente ao reproduzir a lógica de políticas modernizantes que, historicamente, não foram usufruídas por agricultores pouco capitalizados ou menos organizados.”

Várias propostas e iniciativas são oferecidas, sendo criadas novas relações de dependência, muita relacionadas ao modo empresarial de se fazer agricultura.

Como destaca Estevam (2015, p 05):

“A partir desse modelo, são criadas novas relações de dependência entre instituições, agentes e unidades agrícolas, as quais são de natureza dupla: incluem novas relações mercantis, bem como relações técnico-administrativas,

por meio das quais o processo de trabalho é prescrito, condicionado e controlado”

A prática da atividade agrícola para os produtores familiares, também denominados pequenos produtores rurais, corresponde ao principal objetivo desta categoria. Eles entendem o que realizam, sabem fazer, e o fazem, mesmo enfrentando condições das mais adversas e desafiadoras. Esse comportamento destemido poderia explicar a adesão, sem restrições, a toda e qualquer iniciativa, seja oriunda de políticas públicas ou não, na esperança e desejo de maior reconhecimento e valorização de seu trabalho. Além da possibilidade de incrementos consideráveis em sua renda, o que representaria, afinal, também sua recompensa. .

Entretanto, para que obtenham resultados e êxito neste mercado, seria preciso que estivessem capacitados e habilitados, entendendo a dinâmica do acesso. Como é colocado por (Estevem, 2018, p. 09), que diz que “O desafio, portanto é elaborar tipologias de mercado que sejam relevantes para a agricultura familiar”

Para Renato Maluf (2004, p.07):

“Os enfoques econômicos convencionais baseiam-se numa concepção de “acesso a mercados” supostos existentes ou que são considerados como um dado externo ao âmbito do empreendimento em questão. A ênfase é, assim, colocada na capacitação empresarial (“empresarialização”) dos pequenos empreendedores (agricultores) e em outros aspectos internos aos empreendimentos.”

Na medida em que várias alternativas são possíveis, a questão maior a ser abordada é, aquela da existência de um ou mais tipos de comercialização já estabelecida, dos produtos agrícolas produzidos pelos assentados. O acesso ao mercado não implicava em uma necessidade proeminente, apesar de representar uma alternativa positiva e conseqüente aumento de rendimentos à família produtora. Porém, estes de alguma forma entenderam que não poderiam corresponder às demandas provenientes do estabelecimento de um empreendimento desta monta.

Que poderia implicar em um incremento de produção e produtividade consideráveis, mas com retorno financeiro menor; aliado à pouca experiência técnico-administrativa. O que confere à atividade uma insegurança, sendo vista como uma fragilidade dos envolvidos, diante do desafio.

O PLANO DE NEGÓCIOS PARA O INGRESSO NO PDRS

O plano de negócios apresentado à associação buscava ampliar a área de comercialização, que atenderia o grande mercado local, com a possibilidade de expansão ao mercado regional, já que com os produtos minimamente processados, poderia ser proporcionada uma melhor aceitação e valorização desses produtos. Assim a implantação da agroindústria se justificaria. “Um dos grandes diferenciais é o envolvimento de todos associados para o projeto, mostrando sempre o comprometimento e a vontade da concretização do planejamento e instalação da agroindústria” (SatURI,2012,p.06).

Com oportunidade de comercialização com supermercados, varejões, dentre outros, com a argumentação de que o público tende a buscar mais conforto, tranquilidade e agilidade. Concluem ainda possibilidades de expansão desses mercados. (SATURI, 2012)

O estudo realizado para comprovar a viabilidade do empreendimento da ABAFA, apresentou uma análise econômica, onde o retorno financeiro ocorreria a partir do 17º mês do investimento, após iniciar suas atividades.

A elaboração e implantação de um plano de negócio não se trata de uma tarefa fácil de ser estabelecida, principalmente a uma comunidade com diversas peculiaridades, como a de um assentamento rural. Apesar de ter a função de detalhar os caminhos a serem seguidos e possíveis objetivos, poderão prever resultados positivos, ou contrariar tais expectativas. Para tanto “O Plano de Negócios se mostra também como um importante instrumento para obtenção de consenso, consistência e comprometimento.” (ROSA, 2004, p. 21).

A gestão e a condução das ações conferem grande importância na dinâmica do processo administrativo. “Gerenciar a empresa criada é o momento tão esperado de todo o processo, no qual os planos saem do papel e começam a mostrar a sua cara em contraponto com a realidade” (ROSA , 2004, p. 25).

Além de também ser afirmado que os associados assumiriam o compromisso com o empreendimento, “A Diretoria da associação será responsável por toda implantação, controle e monitoramento, da implantação aos resultados do projeto”. Após aprovação em assembleia a gestão obedeceria a critérios estabelecidos, constante em ata. (SatURI, 2012, p. 29)

O conhecimento da existência de algumas limitações foi apontado no estudo elaborado e apresentado à Cati, porém são observações relacionadas às condições adversas de produção no campo, visto que esta afirmação também compõe o corpo do projeto

“Todos os associados são agricultores familiares, que necessitam de apoio financeiro para investimentos em suas propriedades, buscando maior produtividade, bem como maior rentabilidade e aumento dos lucros, sendo o investimento compatível com a área explorada pelos mesmos” (SATURI, 2012, p. 12).

As organizações sociais, quando analisadas, é possível que sejam estabelecidos alguns fatores comuns ao insucesso das associações de produtores rurais:

“(1) falta de participação dos interessados, decorrente da imposição das formas associativistas por agentes interventores; (2) o exercício de poder pelos líderes; (3) a falta de avaliação das ações, uma vez que os produtores não são ouvidos, pois é dificultada a participação dos associados nas decisões; (4) a falta de ações concretas que busquem contribuir para a solução de tais problemas.”(LAZZAROTTO, 2002,p.03)

Assim como o insucesso de um empreendimento pode estar diretamente relacionado a fatores como:

- “*Alocação de um líder que tinha interesses diretos no resultado do projeto;
 - * Contaminação de interesses pessoais em detrimento dos da organização;
 - * Acordo de remuneração que estimulavam um diagnóstico específico;
 - * Aprovação do plano em cima de poucas reuniões e sem a participação de outras pessoas que pudessem criticar o negócio;
 - * Confiança demasiada na competência e na imagem de um grupo de pessoas;
 - * Ausência de uma análise de risco profunda e medidas preventivas.”
- (ROSA,2004,p.40)

Porém empreender exige mais do que saber fazer, implica em estar envolvido no projeto, promover a gestão, melhorar continuamente os conhecimentos, através de treinamentos e capacitações. Atitudes relacionadas ao modo de agir, para garantir o sucesso daquilo que se quer conduzir. “Gerenciar a empresa criada é o momento tão esperado de todo o processo, no qual os planos saem do papel e começam a mostrar a sua cara em contraponto com a realidade” (ROSA, 2004, p. 25)

Compreende ações humanas diretamente relacionadas ao comportamento, à socialização e a realização contínua em parceria, consolidando laços. Fortalecendo potencialidades.

RESULTADOS PARCIAIS

Diante da análise do plano de negócios elaborado por Mateus Morales Saturi, economista e consultor de Políticas Públicas e Atendimento SEBRAE/SP apresentado pela ABAFA, em muito pode ser constatado que se trata de um documento que tem como um de seus objetivos a justificativa de apresentação para a participação no PDRS Microbacias II. O que não garante a devida aplicação do mesmo, em meio a realidade vivenciada pelo grupo de produtores envolvidos. O que pode responder a várias pendências constatadas a partir da inauguração do projeto, como a descontinuidade dos trabalhos na agroindústria, ou seja, o grupo de associados da ABAFA, não mais encontrou convergência de ideias para que pudesse ser garantido o progresso do empreendimento estabelecido.

Durante todo o tempo de desenvolvimento do PDRS os associados poderiam ter se organizado para as funções elementares que proporcionassem o andamento do projeto quando assim fosse preciso. Não foram observadas iniciativas com esta finalidade.

O plano de negócios elaborado concluía que se tratava de um mercado consumidor promissor, com potencial de expansão para produtos minimamente processados, o que poderia significar, na verdade, condições adversas para o estabelecimento do trabalho do grupo. Porém, o próprio plano reconhecia que os produtores já escoavam sua produção em canais de vendas definidos nas suas modalidades tradicionais: fornecimento de produtos para a merenda escolar, comercialização em entreposto hortifruti regional, e venda direta local. Para que a agroindústria pudesse ser abastecida, representaria uma maior necessidade produtiva, o que seria traduzido em mais trabalho.

Os produtores do assentamento NOSSA TERRA, não contam com contratação de mão de obra externa ao lote, a não ser a familiar, de modo que um aumento de produção exigiria mais horas trabalhadas para muitos que já se apresentam na condição de beneficiados do INSS, ou seja, aposentados, que não buscam mais desafios dessa natureza para seus dias. Para a condução do empreendimento descrito, representou uma quebra produtiva, diretamente ligada ao planejamento executivo do negócio.

Um aspecto bastante relevante, também apurado na pesquisa realizada, foi a aceitação de produtos processados. Vale lembrar que por ocasião da apresentação do programa, em 2012, esse tipo de produto minimamente processado representava uma inovação no mercado, mas foi perdendo sua significância diante de tantas outras empresas que se estabeleceram no ramo nesse meio tempo. Além da preferência declarada por consumidores, por produtos in natura, e não processados, um outro argumento, este apresentado pelas instituições que poderiam representar um bom canal de escoamento produtivo, alegava que por possuírem uma estrutura de mão de obra já estabelecida, ou seja, auxiliares de cozinha, ajudantes, entre outros. Instituições como hospitais, prefeituras da região, não se desvinculariam desses funcionários. A aquisição de vegetais minimamente processados deixaria muitos colaboradores das equipes de trabalho ociosos. Neste caso a característica de um produto já descascado, picado, ou ralado, não expressava a realidade enfaticamente ressaltada no plano de negócio encampado pela ABAFA.

O plano de negócio elaborado não estabeleceu diretrizes que pudessem ser seguidas após a inauguração, de acordo com relatos que contribuíram para a pesquisa. No decorrer da condução do projeto, muitas despesas foram sendo criadas, que não compunham o projeto original. Ou seja, a verba do PDRS Microbacias II, não se propunha a destinação de determinados gastos que não estavam estabelecidos no projeto. Assim, os associados acabavam garantindo essas pequenas complementações, mas que de toda forma fragilizava ainda mais as condições financeiras e pessoais entre os participantes.

Neste caso um plano de negócio que a princípio representou o ingresso para a participação em uma proposta de política pública, que oferecia uma mudança, uma transformação, possibilidade de progresso; de fato não se consolidou, até o momento.

O Plano de Negócio elaborado por Saturi (2012) e encampado pela ABAFA para participação no Microbacias II é uma narrativa que está longe de representar a realidade complexa do Assentamento NOSSA TERRA. Não constam dessa narrativa os “possíveis motivos de insucesso” desse Plano (Rosa, 2012, p. 07). Um dos “possíveis motivos do insucesso” está na Própria ABAFA: “A Associação contempla 22 produtores associados, porem 4 destes não estão integrando a proposta de negócio pois não estavam dispostos a assumir os riscos do investimento, bem como arcarem com a contrapartida da Associação, onde cada associado tem sua responsabilidade, conforme registro em ata de Assembleia Geral. Estão envolvidos no negócio 18 agricultores familiares.” (Saturi, 2012, p. 23). O

assentamento 30 assentados com área de 3,5 há. Como não aceitar essa recusa senão como a “morte anunciada do plano”? Outro dos “possíveis motivos do insucesso” está ligado as formas de comercialização da produção dos assentados. Segundo Saturi (2012, p. 35) “ O CEASA do município de Ribeirão Preto consome atualmente 60% da produção total dos assentados da ABAFA, e estes recebem o valor do fornecimento de produto *in natura*, tendo gastos também com os atravessadores”. Mas a narrativa não revela quem é o principal “atravessador”. É um membro da própria Associação. Como não aceitar a ação desse atravessador senão como a “morte anunciada do plano”?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA PAULISTA DE TECNOLOGIA DOS AGRONEGÓCIOS(APTA)- Programa de Microbacias completa 20 anos em SP e busca enfoque sócio-ambiental. Disponível em: <http://www.apta.sp.gov.br/noticias/programa-de-microbacias-completa-20-anos-em-sp-e-busca-enfoque-scio-ambiental-> Acesso em: 09/07/2019

BEZERRA, Gleicy Jardim and Schlindwein, Madalena Maria Agricultura familiar como geração de renda e desenvolvimento local: uma análise para Dourados, MS, Brasil. *Interações (Campo Grande)*, Mar 2017, vol.18, no.1, p.3-15. ISSN 1518-7012

BEZERRA, Gleicy Jardim; SCHLINDWEIN, Madalena Maria. Agricultura familiar como geração de renda e desenvolvimento local: uma análise para Dourados, MS, Brasil. *Interações (Campo Grande)*, [S.l.], mar. 2017. ISSN 1984-042X. Disponível em: <<http://www.interacoes.ucdb.br/article/view/607>>. Acesso em: 29 mar. 2020. doi:[http://dx.doi.org/10.20435/1984-042X-2016-v.18-n.1\(01\)](http://dx.doi.org/10.20435/1984-042X-2016-v.18-n.1(01)).

BRASIL. Decreto nº 94.076, de 05 de março de 1987. Institui o Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas, e dá outras providências. Publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 - 6/3/1987, Página 3159. Disponível em: (Portal da câmara dos deputados) www2.camara.leg.br, acessado em 08/07/2019

BRASIL. Decreto nº 27.329 de 03 de setembro de 1987. Regulamenta o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas e da outras providências. Governo do estado de São Paulo. São Paulo, SP, 03 de setembro de 1987. Disponível em: <http://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/190058/decreto-27329-87>. Acesso em julho de 2019

BRUNELLI, J.J., VIGANÓ, V.A., BAPTISTELLA, C.A., PALLA, V.L., NOGUEIRA, N.A.M., - A Sistemática de execução de Planos de Negócios de Organizações de Produtores Rurais financiados pelo Projeto Microbacias II: Como garantir agilidade, adequação e qualidade no uso de recursos – X Congresso CONSAD de Gestão Pública, Brasília, 2017.

CASA DA AGRICULTURA. Projeto Microbacias II – Acesso ao Mercado. ISSN 0100-6541, ano 16, n. 2, abr/mai./jun., 2013. Disponível em: http://www.cdrs.sp.gov.br/revistacadaagricultura/14/RevistaCA_MicrobaciasII_Ano16_n2.pdf. Acesso em: 04 out. 2019.

CASA DA AGRICULTURA. Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável: Microbacias II – Acesso ao Mercado. ISSN 0100-6541, ano 21, n. 3, set./out./nov./dez., 2018. Disponível em: <http://www.cdrrs.sp.gov.br/revistacasadaagricultura/33/RevistaCasadaAgricultura_Janeiro_2019.pdf>. Acesso em: 04 out. 2019.

CLEMENTE, E. C. O programa de Microbacias no contexto do desenvolvimento rural da região de Jales – SP. 2011. 330f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/105081>>. Acesso em Jul de 2019.

COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL (CATI). Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - MICROBACIAS II - Acesso ao Mercado. Manual Operacional. 2012.

COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL (CATI). Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - MICROBACIAS II - Acesso ao Mercado. Disponível em: <http://www.cdrrs.sp.gov.br/microbacias2/resultados-iniciativas-negocio>. Acesso em: 13/jan/2020

ESTEVAM, D.O.; BUSARELLO, C. S. Espaços de produção e comercialização da agricultura familiar: as cooperativas descentralizadas do Sul Catarinense. Interações, Campo Grande, v. 16, no 2, p. 289-299, jul./dez. 2015. Disponível em: . Acesso em: 03 fev.2020

ESTEVAM, D.O.; SALVARO, G.I.J.; SANTOS, V.J.D. Os desafios da inserção formal de produtos da agricultura familiar no mercado. Redes (St. Cruz Sul, Online), Santa Cruz do Sul, v. 23, n. 1, p. 262-281, jan.2018. ISSN 1982-6745. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/11176>. Acesso em 11 abr.2020. doi:<https://doi.org/10.17058/redes.v23i1.11176>

FERRARI, D. 2011. Cadeias agroalimentares curtas: a construção social de mercados de qualidade pelos agricultores familiares em Santa Catarina. Tese de doutorado em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre: UFRGS.

GAMEIRO, Mariana Bombo Perozzi; MARTINS, Rodrigo Constante. O desenvolvimento rural sob regime de verdade: o discurso do Banco Mundial. Sociedade e Estado, v. 33, n. 1, p. 13-37, 2018.

HESPANHOL, A.N. O programa de Microbacias Hidrográficas e a questão do desenvolvimento de territórios rurais no Estado de São Paulo – Brasil. In: Anais da jornada de estudos agrários y agroindustriales, Facultad de Ciências Econômicas, UBA, Buenos Aires:2005.

HESPANHOL, A.N. Políticas Públicas & Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil: os mercados institucionais de alimentos e os programas de microbacias- Curitiba :CRV, 2016. 244p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Agropecuário -2017. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>. Acesso em: abril/2020

KUMMER, L. Metodologia participativa no meio rural: uma visão interdisciplinar. conceitos, ferramentas e vivências. - Salvador: GTZ, 2007. 155p

LAZZAROTTO, Joelsio J. Associativismo Rural e a sua Viabilização: estudo de caso comparativo de duas associações de produtores rurais do município de Pato Branco (PR). In: Anais do XXXI Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração – ENANPAD. Salvador. 2002.

LEONELLO, J. C. ; COSAC, C. M. D. . O associativismo como alternativa de desenvolvimento local e sustentabilidade social. In: VI Seminário do Trabalho: Trabalho, Economia e Educação no século XXI, Marília, 2008.

LEAL, G.M. Impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais do município de Teodoro Sampaio – SP 2003.189f. Dissertação(Mestrado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

MALUF, R.S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. *Ensaios FEE* 25 (1). 2004. Disponível em <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewArticle/2061>> Acesso em 29/03/2020

MAPA- Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento- Disponível em <http://www.agricultura.gov.br>>Acesso em 02/03/2020

NEVES NETO, C. D. C.; HESPANHOL, A. N. A atuação do estado brasileiro no processo de modernização agrícola e a incorporação do conceito de microbacias hidrográficas nas políticas públicas. *Caderno Prudentino de Geografia*, v. 31, n. 1, p. 94-109, 2009.

NEVES NETO, C. de C., Políticas Públicas & Desenvolvimento Rural:o Programa de Microbacias I e II no Estado de São Paulo. Tese (doutorado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, FCT?UNESP, Presidente Prudente, 312 f, 2013. Disponível em:<<http://hdl.handle.net/11449/105080>. Acesso em: 31/05/2019

NEVES NETO, C.;CLEMENTE, E. Análise da atuação do Programa Estadual de Microbacias em São Paulo em suas duas fases(I e II). *Revista Do Departamento De Geografia*, 27, 147-169,2014 <https://doi.org/10.11606/rdg.v27i0.476>

NEVES NETO, C. D. C.; HESPANHOL, A. N. Os Efeitos da descontinuidade do programa de Microbacias em São Paulo. *Revista Formação*, n.22, volume 2, 2015, p. 234-251

OLIVEIRA, A. R. de. O associativismo na região do Pontal do Paranapanema-SP: limites e possibilidades para o desenvolvimento rural. 2010. 209 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade Ciências e Tecnologia, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/105066>>.Acesso em 31/05/2019

POSSANI, Laura et al. **Acesso aos mercados agrícola para hortifruti na fronteira oeste do Rio Grande do Sul**, v. 4, n. 5, p. 2532-2550, 2018.

QUEDA, O.;SZMRECSANYI, T. *Vida rural e mudança social* (2.). São Paulo: Ed. Nacional.1976

RASCHIATORE, R.A.; MOREIRA, D.A.Inovações na implementação do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas do estado de São Paulo. *Gestão & Produção*, v. 13, n. 3, p. 517-529, 2006.

ROSA,C.Z.P.- Por que os Planos de Negócio Falham? Uma Análise Exploratória dos Fatores Críticos.São Paulo: FGV-EAESP, 117p, 2004.

SÃO PAULO (ESTADO). Decreto nº 56.449, de 29 de novembro de 2010. Institui o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável-Microbacias II, São Paulo, nov 2010. Disponível em:<<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2011/lei-14591-29.11.2010.html>>. Acesso em: 2 jul. 2019.

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria de Agricultura e Abastecimento e Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral e Coordenadoria da Biodiversidade e Recursos Naturais. Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável. MICROBACIAS II – Acesso ao mercado. Manual Operacional, SãoPaulo,2010a.

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria de Agricultura e Abastecimento e Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral e Coordenadoriada Biodiversidade e Recursos Naturais. Projeto de DesenvolvimentoRural Sustentável. MICROBACIAS II – Acesso ao mercado.Anexo1:Informações gerais da agropecuária do Estado de São Paulo, São Paulo, 2010 b.

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria de Agricultura e Abastecimento e Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral e Coordenadoriada Biodiversidade e Recursos Naturais. Projeto de DesenvolvimentoRural Sustentável. MICROBACIAS II – Acesso ao mercado.Anexo24b:Critériosparaa avaliação das propostas, São Paulo 2010 c.

SAMBUICHI, R.,GALINDO,E.CONSTANTINO,M,PEREIRA,R.- A diversificação produtiva como forma de viabilizar o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no Brasil.2014.

SATURI, M.M. Plano de Negócio elaborado para a Associação ABAFA. In: Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável Microbacias II – Acesso ao Mercado. – 2012.

SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. Cadernos de Ciência & Tecnologia, v. 31, n. 2, p. 227-263, 2014.

SIMA.Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente. Disponível em: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/tag/microbacias-ii/> . Acesso em: fev/2020

WAGNER, D.; GEHLEN, I. A Inserção da Agricultura Familiar no mercado institucional: entre o direito e o acesso ao recurso da política pública. Tempo da Ciência, [S.l.], p. 43-54, ago. 2015. ISSN 1981-4798. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/view/12639>>. Acesso em: 29 mar. 2020.

WANDERLEY, M. N. B A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. Anais SOBER, 2000.

VITAL,T.W.; MELO, L. M. Comercialização agrícola na pequena produção familiar da zona da mata de Pernambuco: novos subsídios para o planejamento. Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agrônômica, v. 7, p. 92-102, 2013.

PROCESSOS PARTICIPATIVOS PARA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO EM AGROFLORESTA: A EXPERIÊNCIA DA EMBRAPA MEIO AMBIENTE NO DIÁLOGO DE SABERES

Taína Martins Magalhães¹

Luiz Octávio Ramos Filho²

Waldemore Moriconi³

Katia Sampaio Malagodi Braga⁴

Joel Leandro de Queiroga⁵

Marcos Corrêa Neves⁶

RESUMO

Com os objetivos de aprofundar a construção de conhecimento em Agroflorestas e desenvolver sistemas para a realidade dos assentamentos de reforma agrária, foi implantado em janeiro de 2018 uma Unidade de Observação Participativa (UOP) na Embrapa Meio Ambiente, Jaguariúna, SP, inspirada principalmente nos trabalhos desenvolvidos desde 2005 com agricultoras/es do assentamento Sepé Tiaraju. A UOP de 0,12 ha é composta por 6 linhas e 5 entrelinhas: linhas com espécies arbóreas frutíferas e para produção de biomassa e entrelinhas alternando cultivos com espécies produtoras de alimentos e outras com foco em biomassa. Essa UOP foi pensada para promover, além do acompanhamento técnico, a partilha das percepções de agriculturas/es, pesquisadoras/es, técnicas/os e estudantes quanto ao desenvolvimento do sistema e ao aprimoramento de soluções, tendo em vista a adequação às condições sociotécnicas dos agricultores familiares assentados. O presente artigo visa apresentar e discutir as estratégias pedagógicas da implantação dessa UOP em Agrofloresta e de sua manutenção, em especial os eventos denominados “Dia de Campo”. Dentre esses, destaca-se a implantação do café em dezembro de 2019, no qual os agricultores foram os experimentadores protagonistas, participando diretamente do planejamento do desenho e resultando em três práticas de plantio diferenciadas que podem fornecer diferentes elementos para sua adaptação em determinadas situações. A pandemia de 2020 trouxe um grande desafio para a continuidade desses processos de construção do conhecimento, que tem como base encontros presenciais e observações no campo. Contudo, está permitindo explorar novas modalidades de interação virtual, cujos aprendizados vão além das técnicas de manejos.

¹ Graduanda em Geografia - Unicamp, magalhaes.taina@gmail.com

² Doutor em Agroecologia - Embrapa Meio Ambiente, luiz.ramos@embrapa.br

³ Especialista em Direito Ambiental - Embrapa Meio Ambiente, waldemore.moriconi@embrapa.br

⁴ Doutora em Ciências - Embrapa Meio Ambiente, katia.braga@embrapa.br

⁵ Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento - Embrapa Meio Ambiente, joel.queiroga@embrapa.br

⁶ Doutor em Sensoriamento Remoto - Embrapa Meio Ambiente, marcos.neves@embrapa.br

Palavras Chave: Assentamento, Agroecologia, Sistema Agroflorestal, Pesquisa Participativa, Agricultura Familiar

INTRODUÇÃO

A Agroecologia, mais que um conjunto de técnicas, apresenta-se como uma possibilidade para um modelo agrícola com estratégia para a inclusão social dos atores da agricultura familiar. Dentre o conjunto de saberes abarcados pela agroecologia, as Agroflorestas ou Sistemas Agroflorestais (SAFs) se configuram como uma forma de cultivo que alia a produção agrícola com a sustentabilidade ambiental, por meio da incorporação de espécies arbóreas com diferentes funções e ocupando variados estratos, e das diversas relações interespecíficas presentes em uma floresta. Diferencia-se dos sistemas convencionais fundamentados no monocultivo, baixa diversidade e alta dependência de insumos externos (CANUTO *et al.*, 2013).

Diante de um sistema múltiplo e complexo, não é possível determinar um modelo único, delimitado e acabado, que se ajuste às diversas condições ambientais, sociais e econômicas. Tampouco pode-se dizer que se trata de um conhecimento novo, no sentido de uma descoberta não antes praticada. Pelo contrário, a prática se realiza no sentido de resgatar e reconstruir o conhecimento ancestral, mostrando sua conexão com a pesquisa atual por meio do enfoque transdisciplinar.

Nesse sentido, assim como a diversidade de espécies é imprescindível para o modo de produção de um sistema agroflorestal, a construção do conhecimento sobre ele requer uma pluralidade de atores envolvidos com sua concepção, manutenção, observação e percepção. Considerando o incentivo das práticas agroflorestais na agricultura familiar, a participação desta categoria de agricultoras/es é primordial para alicerçar a troca de saberes sobre SAFs e, nesse contexto, destaca-se a atuação do assentamento Sepé Tiaraju.

O assentamento Sepé Tiaraju, localizado dentro da região canavieira de Ribeirão Preto, no município de Serra Azul, foi criado em 2004, sendo o primeiro assentamento criado pelo Incra no estado de São Paulo na modalidade de Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS). Dessa forma, é um projeto que concilia a conservação dos recursos naturais com a reforma agrária, a partir de um Plano de Manejo Sustentável e um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), que estipula a agroecologia como princípio de manejo (RAMOS-FILHO *et al.*, 2017).

A equipe de agroecologia da Embrapa Meio Ambiente (Jaguariúna, SP) acompanha o assentamento desde sua origem, e nos últimos anos intensificou a assessoria técnica a partir da implantação de SAFs com 35 famílias em seus lotes, de 2014 a 2017, com o projeto “Fortalecimento do uso de sistemas agroflorestais como alternativa de produção sustentável no Assentamento Sepé Tiaraju”, aprovado via edital público do programa Microbacias II – PDRS, coordenado pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SMA-SP). Além da Embrapa Meio Ambiente, a equipe de assessoria técnica do projeto era formada por parceiros da UNESP de Jaboticabal, da UFSCar de São Carlos e da ONG Mutirão Agroflorestal (GOUVÊA *et al.*, 2018).

A implantação dos SAFs no assentamento estimulou a continuidade da assessoria técnica, que entre diversos desafios, inclui a dificuldade de discutir e sugerir soluções técnicas para áreas que não podem ser acompanhadas no dia a dia pela equipe técnica. Além disso, embora haja

similaridade com a concepção dos desenhos originais, os SAFs implantados foram adaptados por cada agricultor ao longo do tempo, seja pela falta ou morte de algumas espécies ou por aspiração das próprias famílias agricultoras (CAMARGO et al., 2018).

Dessa forma, com o objetivo de aprimorar o desenvolvimento de sistemas para a realidade dos agricultores familiares do assentamento, em janeiro de 2018 foi implantada uma Unidade de Observação Participativa - UOP na Embrapa Meio Ambiente, inspirada nos trabalhos em SAF com o Sepé Tiaraju. Denominada “SAF Frutas”, a unidade faz parte do conjunto de tecnologias implantadas no Sítio Agroecológico, o qual se apresenta como uma estratégia complementar aos trabalhos realizados em propriedades rurais de parceiros para experimentação, disseminação de conhecimento e troca de saberes (MINE *et al.*, 2018; NEVES *et al.*, 2017). Nesse sentido, além do acompanhamento técnico facilitado pela proximidade da área e liberdade de experimentar sem comprometer as áreas de agricultoras/es, as estratégias implementadas na UOP buscam envolver diversos atores da sociedade como agricultoras(es), pesquisadoras(es), técnicas(os) e estudantes em busca da construção coletiva do conhecimento em agrofloresta.

CONCEPÇÃO DA UNIDADE DE OBSERVAÇÃO PARTICIPATIVA EM SAF

Um Sistema Agroflorestal prevê uma alta diversidade de espécies, sendo plantas lenhosas, herbáceas, arbustivas, arbóreas, culturas agrícolas, forrageiras, manejadas em uma mesma unidade (MMA, 2009). Não há modelos únicos de SAF, uma vez que em cada região as condições ambientais são específicas para o desenvolvimento de determinadas espécies. Além disso, a disponibilidade de ferramentas, máquinas e mão de obra influencia na concepção dos SAFs, que devem ser planejados de forma a se adaptar às condições socioeconômicas de quem for manejá-lo (CANUTO *et al.*, 2013).

De modo geral, no assentamento Sepé Tiaraju a mão de obra é escassa (NOBRE *et al.*, 2012) sendo um dos principais fatores a se levar em consideração no planejamento desses sistemas. Por esse motivo, para a elaboração das propostas individuais dos SAFs implementados no projeto PDRS no assentamento, a equipe do Mutirão Agroflorestal seguiu um desenho norteador que mesclava linhas de produção de biomassa intercaladas com linhas de produção com frutíferas – em que as espécies de árvores foram divididas em estrato médio, alto e emergentes, segundo sua necessidade de luz solar (CAMARGO *et al.*, 2018).

Essa concepção de desenho prevê que as linhas com as espécies de poda, divididas em ciclo curto, médio e longo, devem ser manejadas de forma a fornecer biomassa para as linhas de frutíferas. Considerando a escassez de mão de obra, caso o manejo de poda não possa ser realizado conforme a necessidade fisiológica das plantas, a separação das linhas de biomassa e de frutíferas irá proporcionar um menor prejuízo no desenvolvimento das frutíferas de interesse comercial. Uma desvantagem desse desenho, porém, é a necessidade de transportar a biomassa gerada durante o manejo de poda para outras linhas, de forma a alimentar as espécies de interesse comercial com material para ciclagem de nutrientes.

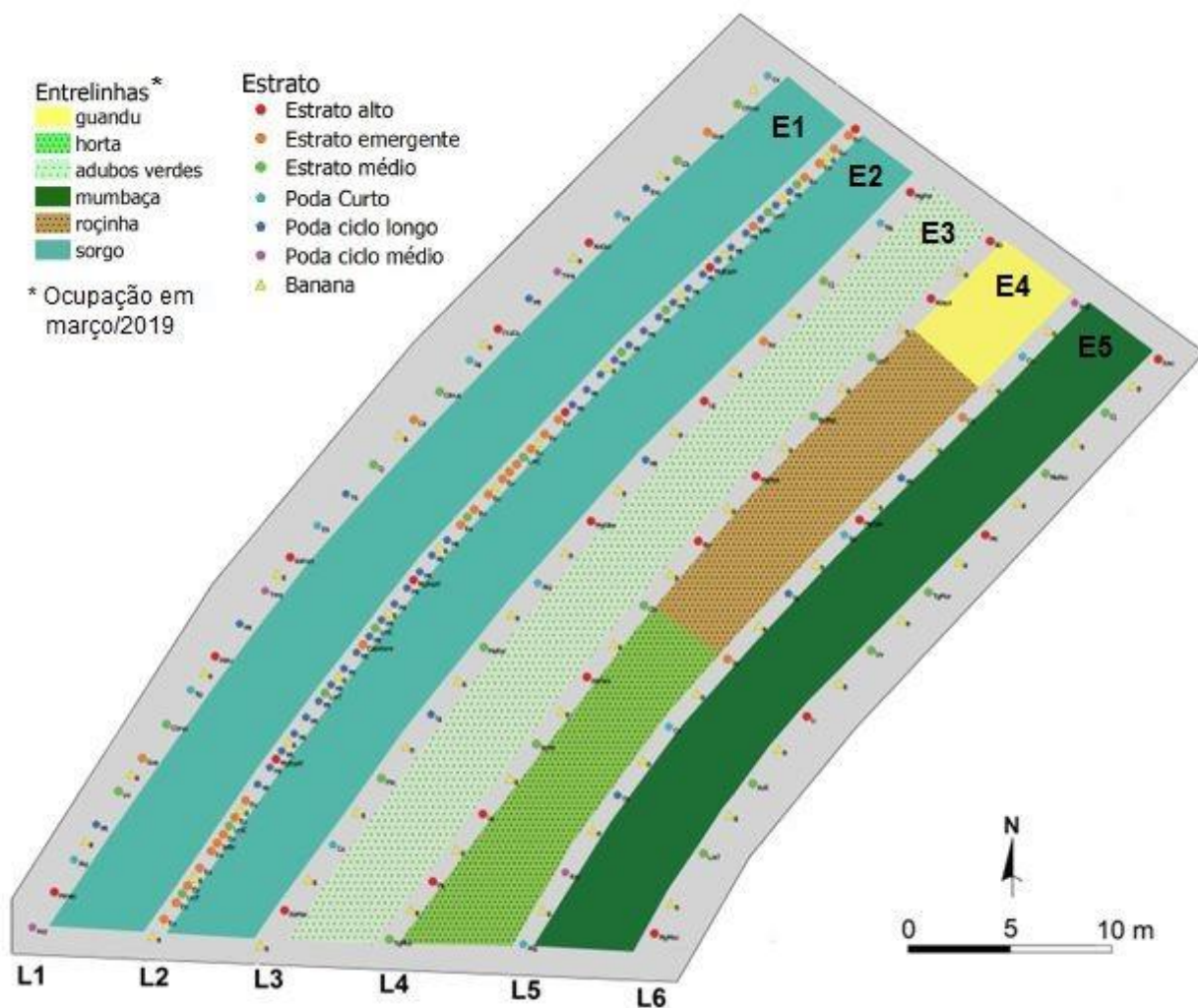
Nos desenhos em que as espécies para biomassa estão na mesma linha que as frutíferas, é importante que a poda seja realizada com a regularidade necessária, de forma a não comprometer o desenvolvimento de espécies que necessitam de maior incidência de luz solar, o que requer uma disponibilidade de mão de obra mais frequente. A vantagem, ao contrário do primeiro tipo de

desenho, é a permanência na mesma linha do material podado, evitando o deslocamento de biomassa para outras linhas do sistema.

A partir dessa realidade do assentamento e dos sistemas implantados no projeto PDRS, a UOP da Embrapa Meio Ambiente foi planejada para contemplar os dois tipos de desenhos, de forma que seja possível compreender melhor as vantagens e desvantagens operacionais de cada um. A Figura 1 apresenta o croqui do SAF implementado.

Figura

1. Croqui da Unidade de Observação Participativa em SAF implantado em janeiro de 2018 na Embrapa Meio Ambiente, Jaguariúna-SP.



Fonte: Elaborado por Marcos Corrêa Neves

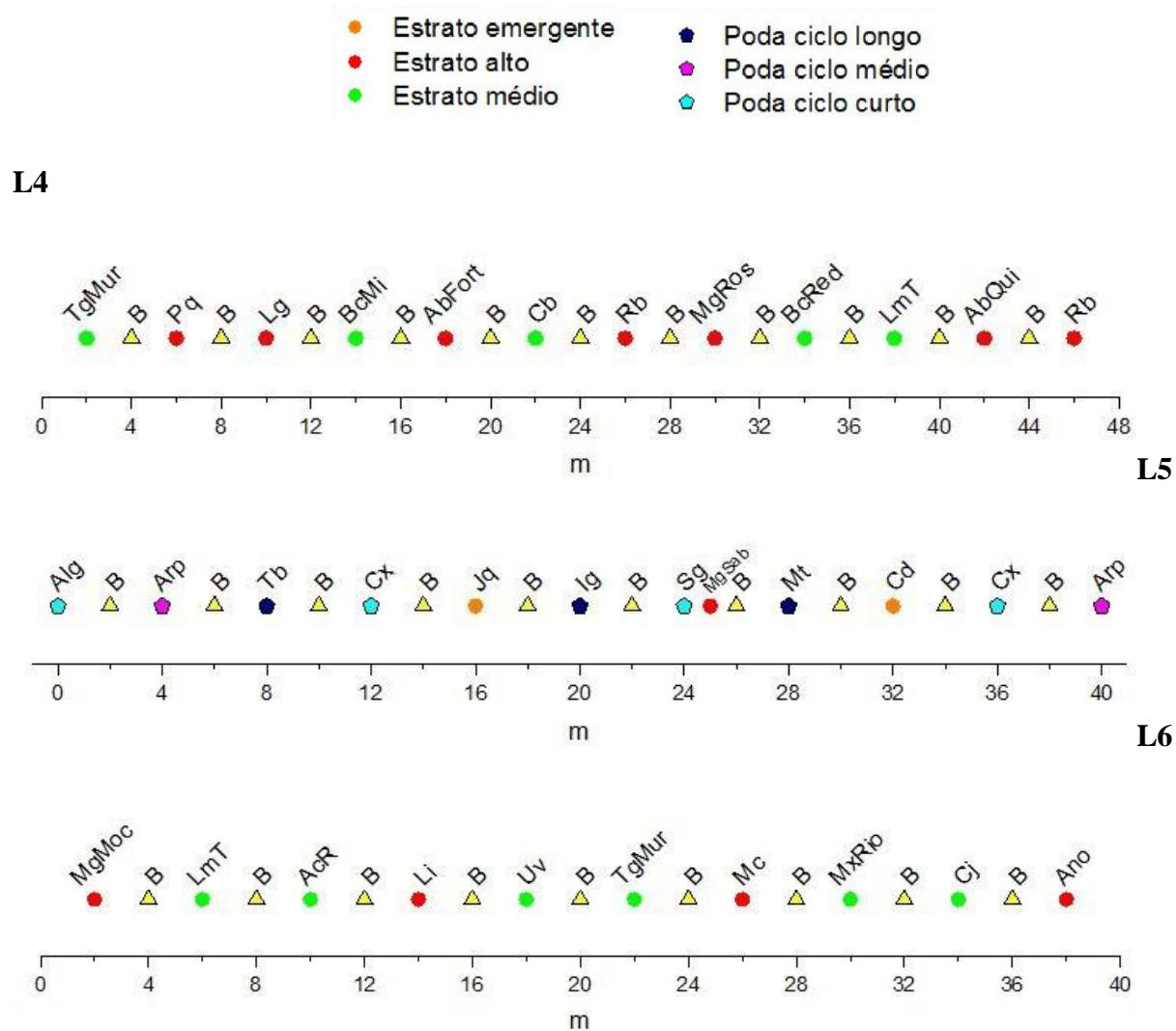
A UOP em SAF da Embrapa Meio Ambiente, de 0,12 ha, foi implantada em duas etapas:
a) Linhas de árvores (L1, L3, L4, L5 e L6) e entrelinhas (E1, E2, E3, E4 e E5) em janeiro de 2018,
e b) Linha de árvore L2, em dezembro de 2018.

Para compor as linhas, foram utilizadas espécies arbóreas exóticas e nativas, de forma a abarcar diferentes estratos e diferentes funções. As linhas L4, L5 e L6 seguem a concepção dos SAFs implementados no assentamento Sepé Tiaraju no contexto do projeto PDRS, ou seja, indivíduos para fornecimento de biomassa em linhas separadas das espécies frutíferas. A L4 e L6 são compostas por espécies frutíferas, intercaladas pela L5, com espécies para poda e fornecimento

Figura

de biomassa ao sistema. A Figura 2 apresenta o detalhamento das espécies plantadas, sua posição na linha, bem como suas características com relação aos estratos e aos ciclos de poda.

2. Detalhamento das espécies plantadas nas linhas L4, L5 e L6: posição na linha, distinção quanto ao estrato e ao ciclo de poda



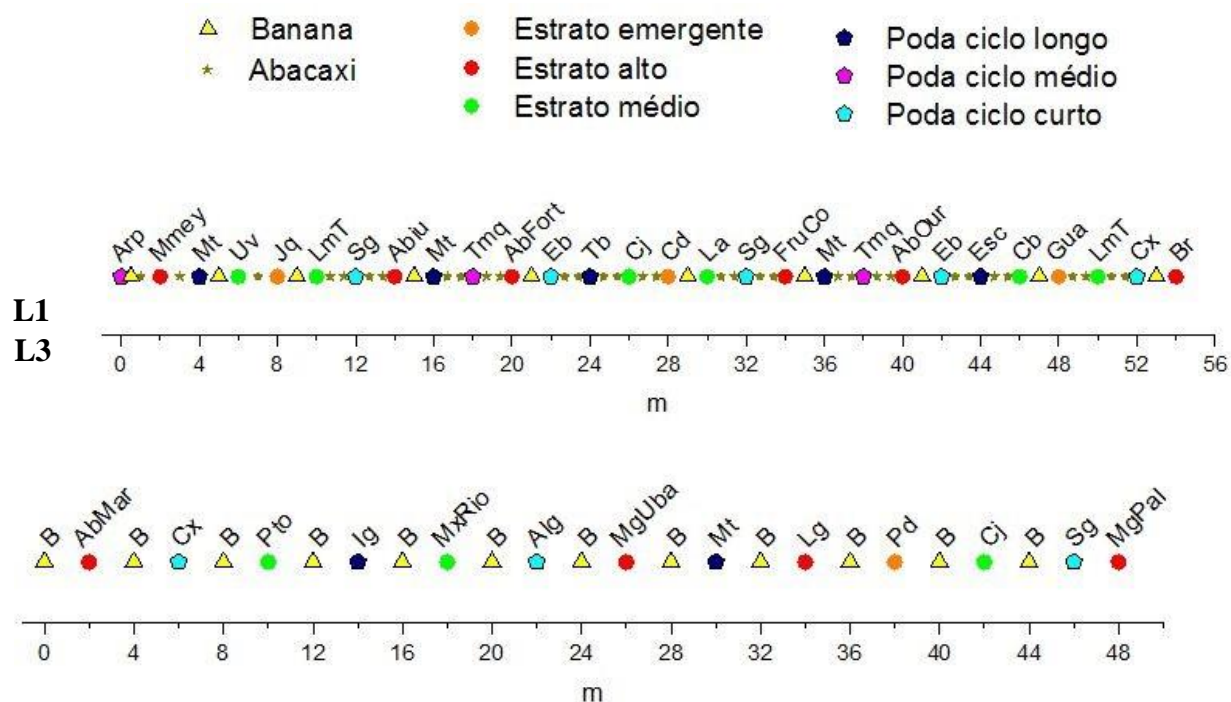
Legenda: **AbFort:** Abacate Fortuna; **Abqui:** Abacate Quintal; **Alg:** Algodoeiro; **Ano:** Anona Lisa; **AcR:** Araçá Roxo; **Arp:** Aroeira Pimenteira; **BcMi :** Bacupari Mirim; **BcRed :** Bacupari Redondo Doce; **B :** Banana; **Cb :** Cabeludinha; **Cx:** Capixingui; **Cd:** Cedro Rosa; **Cj :** Cereja do Rio Grande; **Ig :** Ingá; **IpRx:** Ipê Roxo; **Jq :** Jequitibá Rosa; **Li:** Lichia; **LmT:** Limão Tahiti; **Lg:** Longana; **Mc:** Macadâmia; **MgMoc:** Manga Pele Moça; **MgRos:** Manga

Figura

Rosa Bahia; **MgSab** : Manga Sabina; **MxRio** : Mexerica Rio; **Mt** : Mutambo; **Pq** : Pequi; **Rb** : Rambutam; **Sg**: Sangra d'água; **Tb**: Tamburil; **TgMur**: Tangerina Murcote; **Uv**: Uvaia.

As L1, L2 e L3, por sua vez, possuem espécies de poda e frutíferas na mesma linha (linha "mista"), apresentando ainda particularidades entre si: A L3 manteve os espaçamentos entre árvores conforme linhas L4, L5 e L6 (4 metros entre cada árvore, e 4 metros entre cada bananeira). Já a L1 foi implementada com maior adensamento de indivíduos arbóreos e, de forma a observar influências da redução do espaçamento de plantio no desenvolvimento das espécies na linha. Além disso, nos espaços entre as arbóreas, foi introduzido o abacaxi, como espécie que compõe o estrato baixo, cujo plantio é comumente realizado no assentamento Sepé Tiaraju. A Figura 3 apresenta o detalhamento das espécies plantadas, sua posição na linha, bem como sua distinção no estrato e ciclo de poda.

3. Detalhamento das espécies plantadas nas linhas L1 e L3: posição na linha, distinção no estrato e ciclo de poda



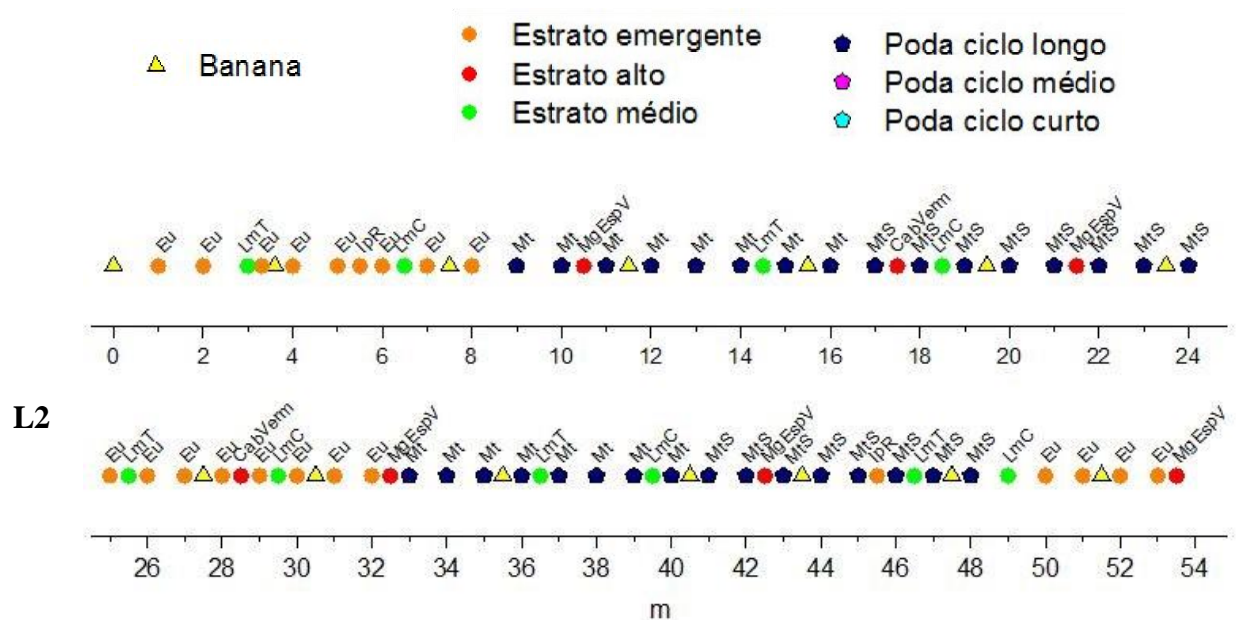
Legenda: **AbFort**: Abacate Fortuna; **AbMar**: Abacate Margarida; **AbOur**: Abacate Ouro Verde; **Abiu** : Abiu; **Alg** : Algodoeiro; **Arp**: Aroeira Pimenteira; **B**: Banana; **Br**: Baru; **Cb** : Cabeludinha; **Cx**: Capixingui; **Cd**: Cedro Rosa;

Figura

Cj: Cereja do Rio Grande; **Eb**: Embaúba; **Esc**: Escova de Macaco; **FruCo** : Fruta do Conde; **Gua** : Guanandi; **Ig**: Ingá; **Jq**: Jequitibá Rosa; **La**: Laranja; **LmT** : Limão Tahiti; **Lg** : Longana; **Mmey** : Mamey; **MgPal** : Manga Palmer; **MgUba**: Manga Ubá; **MxRio**: Mexerica Rio; **Mt** : Mutambo; **Pd** : Pau d'alho; **Pto** : Pitomba da Bahia; **Sg**: Sangra d'água; **Tmq**: Tamanqueiro; **Tb**: Tamburil; **Uv**: Uvaia

A L2, por sua vez, implantada quase um ano depois (dez/2018), em parceria com a Fazenda São Luiz, foi pensada para compor experimentos com espécies adubadoras emergentes, de rápido crescimento e com plantio mais adensado, compondo três tratamentos: 1) mutambo plantado de semente; 2) mutambo plantado de muda; 3) eucalipto plantado de muda (MAGALHÃES *et al.*, 2020). Para cada tratamento foram plantadas 2 sequências de 8 indivíduos (repetições), sempre com espaçamento de 1 m entre cada planta. Além disso, foi pensado uma composição mais simplificada em termos de frutíferas como "carro chefe", utilizando-se apenas três espécies: limão Tahiti, limão Cravo e manga espada vermelha IAC, além de duas espécies emergentes de ciclo longo para produção de madeira: Cabreúva Vermelha e Ipê Roxo. A Figura 4 apresenta o detalhamento das espécies plantadas, sua posição na linha, bem como sua distinção no estrato e ciclo de poda.

Figura 4. Detalhamento das espécies plantadas na linha L2: posição na linha, distinção no estrato e ciclo de poda



Legenda: CabVerm: Cabreúva Vermelha; Eu: Eucalipto; IpRx: Ipê Roxo; LmC: Limão Cravo; LmT: Limão Tahiti; MgEspV: Manga Espada Vermelha; Mt : Mutambo; MtS: Mutambo implantado de semente;

Cabe destacar que em todas as linhas foram plantadas bananeiras entre as árvores, geralmente espaçadas de 4 m entre si, e com dupla função: produção de fruta e de biomassa. E completando as linhas, nos espaços entre as espécies arbóreas e as bananeiras, são introduzidas culturas de ciclo curto e temporárias para produção de biomassa, como: feijão de porco, feijão guandu, margaridão, tefrósia, cratilha, cosmos, mamona, crotalária; e culturas para produção de alimentos, como: mandioca, açafrão, batata doce, inhame, gengibre, pimenta, quiabo, berinjela, jiló, milho e mamão.

As entrelinhas possuem 5 m de largura e sua composição também foi planejada para alternar cultivos com espécies produtoras de alimentos e outras com foco em biomassa (Tabela 1). Essa estratégia é importante para que haja produção de biomassa para a demanda nutricional do sistema, ao mesmo tempo que a produção de alimentos para autoconsumo e geração de renda é imprescindível pensando no contexto da agricultura familiar.

Tabela 1. Histórico de ocupação das entrelinhas da Unidade de Observação Participativa em SAF da Embrapa Meio Ambiente (Jaguariúna, SP)

Linha	Data⁽¹⁾	Histórico de ocupação
E1	Novembro 2017	Sorgo ⁽²⁾ (cv IAC Santa Elisa)
	Abril 2019	Adubos verdes de inverno (aveia preta, nabo forrageiro e tremoço) ⁽²⁾
	Novembro 2019	Capim Mombaça ⁽²⁾
E2	Novembro 2017	Sorgo (cv IAC Santa Elisa) ⁽²⁾
	Abril 2019	Adubos verdes de inverno (aveia preta, nabo forrageiro e tremoço) ⁽²⁾
	Dezembro 2019	Consórcios com café
E3	Janeiro 2018	Adubo verdes (sorgo, ⁽²⁾ milho, mucuna cinza, <i>Crotalaria juncea</i> , <i>Crotalaria spectabilis</i>)
	Novembro 2019	Sorgo ⁽²⁾ (cv Agrocerees Max)
E4		Rocinha ⁽³⁾ consorciada de milho ⁽²⁾ crioulo, mandioca e feijão ⁽²⁾ de corda (20 m) , feijão de ⁽²⁾ porco (5 m), <i>Crotalaria</i> ⁽²⁾ <i>spectabilis</i> (5 m),
	Janeiro 2018	<i>Crotalaria juncea</i> (5 m), Feijão Guandú (5 m).
	Agosto 2018	Horta (20 m), rocinha nova com consórcio milho crioulo e feijão de corda (20 m) - manutenção do Feijão Guandu (5 m)
	Setembro 2019	Horta em toda a entrelinha
E5	Janeiro 2018	Capim Mombaça ⁽²⁾ . Única ocupação até o momento.

⁽¹⁾ Data da implantação da cultura

⁽²⁾ Espécies para produção de biomassa

⁽³⁾ Comprimento em metro linear da entrelinha

O SAF implantado na Embrapa não se configura como um modelo único, fechado, concluído, a ser "difundido" para as/os agricultoras/es. Pelo contrário, a UOP em SAF foi idealizada a partir da “perspectiva de valorização dos camponeses, sua percepção e sensibilidade perante as distintas realidades” (GOUVÊA et al., 2018, p.5). Dessa forma, a partir do trabalho em conjunto realizado no dia a dia, sobretudo com as/os agricultoras/es, seja nas visitas aos seus lotes ou nos Dias de Campo na Embrapa, muitas questões foram e são suscitadas e levadas para dentro da instituição de pesquisa, na qual o SAF estabelecido opera como uma ferramenta para estabelecer o diálogo e construir o conhecimento.

Esse conhecimento, “desenvolvido na forma de se transversalizar os conceitos implícitos à prática agroflorestal” (GOUVÊA *et al.*, 2018, p.5) busca se consolidar numa visão transdisciplinar (CANUTO *et al.*, 2013), que “diz respeito àquilo que está ao mesmo tempo **entre** as disciplinas, **através** das diferentes disciplinas e **além** de qualquer disciplina” (NICOLESCU, 1999, p. 22). Dessa forma, busca-se uma comunhão de diferentes realidades, saberes e mentalidades de agricultoras/es, pesquisadoras/es, técnicas/os e estudantes para o contínuo aprimoramento de soluções para otimização do sistema, tendo em vista a adequação às condições sociotécnicas dos agricultores familiares assentados.

ESTRATÉGIAS DE IMPLANTAÇÃO

A parcela onde foi implantada a UOP de SAF mede 0,12 ha (5 entrelinhas de 5 m de largura e 6 linhas com comprimento variando entre 40 e 56 m). Era uma área colonizada principalmente por braquiária e colômbio, onde anteriormente foram realizados plantios de adubação verde. A área foi preparada de forma convencional, com o auxílio de grade aradora e grade niveladora. Não foi realizada a aplicação de nenhum corretivo ou adubação de pré plantio. Os plantios foram feitos de forma manual, em sistema de mutirões, envolvendo pesquisadores, técnicos e estagiários da Embrapa, além de convidados externos, geralmente no formato de Dia de Campo.

A implantação foi feita por etapas, em dias alternados ao longo de pouco mais de um mês, entre 12/01 e 20/02/2018, iniciando pela linha 6 e finalizando pela linha 1. Esse processo se estendeu por conta das circunstâncias climáticas, mas principalmente por serem priorizados os aspectos pedagógicos e o trabalho em mutirões, buscando compatibilizar as agendas de toda a equipe envolvida e de convidados externos.

A posição dos berços nas linhas de árvores foram demarcadas com estacas coloridas, conforme o estrato de cada planta, seguindo o croqui do desenho elaborado previamente. Foram feitos berços com cavadeira ou perfuratriz, com profundidade de aproximadamente 40 cm e largura com diâmetro médio de aproximadamente 30 cm, sendo adubados com composto orgânico e Yorin. O plantio das arbóreas foi feito mediante mudas de tubete ou de saquinho, adquiridas em viveiros da região, com altura variando entre 30 cm e 1,00 m, conforme a espécie. Somente as mudas de banana foram retiradas de outras parcelas do próprio Sítio, contemplando as variedades Prata Conquista, Prata Maravilha e “Maçã” Princesa. Após o plantio das mudas, foi feita uma cobertura morta com biomassa de sorgo, plantado previamente em parte da área (entrelinhas 1 e 2) ou cortados de parcela vizinha à UOP.

Após o plantio das árvores e bananeiras, nos espaços entre as mudas ao longo de cada linha foram plantadas manualmente culturas anuais (mandioca, milho, cúrcuma, inhame, batata doce, abacaxi e gengibre) e adubos verdes (feijão de porco, feijão guandu, crotalárias juncea e spectabilis, cratilha, mamona e margaridão), com a composição variando de uma linha para outra.

Um aspecto interessante é que o desenho de cada linha, no tocante às árvores, era feito de forma conjunta por toda a equipe, previamente à implantação; porém, o preenchimento posterior com as espécies anuais e adubos verdes era feito por sub-grupos (equipes compostas por pesquisadores, estagiários e convidados externos dos mutirões), que no momento das implantações

elaboravam a proposta, apresentavam a todo o grupo para receber sugestões, e depois se encarregavam de fazer o plantio e acompanhar o desenvolvimento e manejo inicial da linha, sendo denominados de “padrinhos” da linha.

As entrelinhas também foram sendo plantadas de forma progressiva ao longo desse período (ver na Tabela 1 os plantios iniciais e ocupações posteriores). Com exceção das áreas das entrelinhas 1, 2 e parte da 3, que já haviam recebido o plantio de sorgo forrageiro cerca de dois meses antes da implantação do SAF, as demais entrelinhas foram plantadas depois de implantadas as linhas. No caso da entrelinha 5, onde foi feito o plantio de capim mombaça destinado à produção de biomassa para alimentar o próprio SAF, a semeadura foi feita em 17/01/2018, de forma manual a lanço, na proporção de 55 kg ha⁻¹ (Valor Cultural de 35%), seguida de grade niveladora para incorporar as sementes no solo, não sendo aplicados fertilizantes nem corretivos no plantio. Já na entrelinha 4, destinada à produção de alimentos, o plantio inicial foi feito em 26/01/2018, sendo implantada um roça consorciada em metade da área, inspirada na prática de alguns agricultores do Assentamento Sepé Tiaraju (milho, mandioca, feijão carioca e feijão de corda); e na outra metade, foram plantadas pequenas parcelas de 5 m x 5 m com diferentes tipos de leguminosas para adubação verde, visando formar um espaço pedagógico de demonstração para visitas e ao mesmo tempo propiciar uma melhoria do solo para futura implantação de horta (o que veio a ocorrer em agosto do mesmo ano).

Dessa forma, praticamente toda a UOP estava implantada até 20/02/2018, e a partir daí se iniciaram os trabalhos de manejo, observação, monitoramento e algumas visitas guiadas. Somente a L2 teve sua implantação realizada em um 2^a momento, com seu desenho sendo concebido em parceria com agricultores da Fazenda São Luiz e Mutirão Agroflorestal, voltado a experimentos com espécies de mutambo (*Guazuma ulmifolia* L.) e eucalipto (*Eucalyptus urograndis*), conforme descrito em seção anterior e ilustrado na Figura 4. Cabe ressaltar que 10 meses antes, em fevereiro de 2018, foi feito um sulco com trator sobre a área que já estava plantado sorgo, seguido por semeadura de adubo verde no sulco em setembro de 2018. Para o plantio das mudas arbóreas, em 20/12/2018, foram feitos berços manuais dentro do sulco com cavadeira e enxadão, seguido do plantio das mudas. A adubação foi realizada apenas com composto orgânico. Essa implantação final da linha foi feita também em sistema de mutirão, realizado na forma de Dia de Campo aberto a convidados externos, e que contou com a presença de seus “padrinhos externos” (Rodrigo Junqueira e Denise Amador, agrofloresteiros da Fazenda São Luiz e membros fundadores do Mutirão Agroflorestal).

ESTRATÉGIAS DE MANUTENÇÃO E DIAS DE CAMPO

A UOP em SAF da Embrapa Meio Ambiente é também uma ferramenta para avançar no aprimoramento de soluções, o que torna imprescindível uma observação constante e envolvimento no dia a dia com o sistema. A partir disso, pode-se destacar duas estratégias para o acompanhamento do SAF e desenvolvimento dos manejos: a) o trabalho diário da equipe de agroecologia com estudantes estagiários; b) as visitas e eventos chamados “Dia de Campo”. Antes de detalhar as estratégias, porém, é importante definir as visões epistemológicas por trás das ações, as quais são a base para a construção do conhecimento amplo e transversal.

A observação constante parte do entendimento de que o “eu” está integrado, constituído com o “outro”, ou seja, faz oposição ao entendimento de que o “eu” é um observador externo. Assim, considerando a totalidade orgânica deste ser universal, o que ocorre com “um” implica no “outro”. E, para além disso, “Tudo o que diz respeito aos animais, às árvores, à terra, diz respeito

¹ com tudo o que em meu corpo próprio, não à minha própria vida, inseparável desta *cathexys* tenho e não sou como falta demandante que grita. Tudo é, também, comum” (PASSOS, 2014, p. 46). Essa compreensão de alteridade faz parte da fenomenologia da percepção de Merleau-Ponty (1994), que deve se transformar em uma “condição, não enxerto nem derivativo contingente e relativo, mas expressão em corpo próprio de uma inerência de impulso da nossa condição ontológica e política” (PASSOS, 2014, p. 45).

Importante destacar também que essa visão de mundo é muito mais antiga, sendo a expressão em corpo próprio da cultura Africana, Nativo-Americanas e Oceânicas. Conforme elucidado por Marimba Ani (1994), tais culturas pressupunham uma unidade fundamental da realidade baseada na inter-relação orgânica do ser. Recusavam-se, portanto, a objetivar a natureza, relacionando-se com ela com admiração, respeito, harmonia, em oposição à arrogância e exploração do cientificismo de base europeia.

A partir dessa visão de mundo explicitada, fica elucidado o caráter da observação constante requerida pelo SAF, que só é possível a partir do envolvimento **com** o sistema, de quem **com** ele trabalha. Dessa forma busca-se estimular o trabalho diário da equipe de agroecologia com as/os estudantes estagiárias/os. São alunas/os de cursos de graduação que buscam complementar sua formação com o envolvimento prático e com as/os quais se estabelece a troca de saberes, troca de percepções sobre o desenvolvimento do sistema e diálogo sobre possíveis soluções. Unido a isso, o trabalho das/os estagiárias/os auxilia na manutenção do sistema com a realização de podas, controle de espontâneas, organização da biomassa, plantios, colheitas e, sobretudo, com a observação ativa captando percepções de alterações do desenvolvimento das espécies. Trabalho que também inclui monitoramentos periódicos mais sistemáticos, como levantamentos biométricos, coletas de amostras de solo e biomassa, e os registros dos tempos gastos nestas operações.

Somado aos trabalhos diários, igualmente importantes são os “Dias de Campo”, eventos nos quais são realizadas uma programação de visita e práticas de manejo no sistema com o público participante. São oportunidades para promover o diálogo entre a instituição de pesquisa, unidades de ensino como universidades e escolas, agricultoras/es e extensionistas (CAMARERO *et al.*, 2018). Diversos eventos já foram realizados (CAMARERO *et al.* 2018, TORDIN, 2018, 2019a, 2019b), que possibilitaram a continuidade da construção do conhecimento agroflorestal e agroecológico. Como destaque, o “Dia de Campo” realizado em 12 de dezembro de 2019, para a implementação de consórcios com café na entrelinha E2, exemplifica a prática da “valorização dos camponeses”, apresentada por Gouvêa *et al.* (2018).

Os agricultores participantes deste “Dia de Campo” foram os protagonistas experimentadores de diferentes formas de cultivo do café. A demanda inicial era implantar mudas

¹ Expressão de Freud que diz respeito à união entre a libido (cargas de energia) e o objeto que recebe essas cargas, de forma que se tornem um.

de café arábica na área, porém não estavam definidos os consórcios, espaçamentos, adubação, coberturas. No início do dia, um dos agricultores com experiência em plantio de café iniciou uma conversa com sugestões de plantio, apresentando observações sobre consórcios bem sucedidos e espaçamentos adequados (Figura 5).

Figura 5. Conversa inicial com sugestão de plantio de consórcios com café na E2



A partir dessa conversa inicial, surgiram outras sugestões de formas de plantio por outros agricultores participantes, dos assentamentos Mário Lago e Sepé Tiaraju, as quais seriam mais praticadas segundo suas condições ambientais, socioeconômicas e de disponibilidade de materiais e recursos. A área disponível foi então dividida em três blocos, nos quais cada sugestão apresentada poderia ser implantada. Da mesma forma, os participantes do evento foram divididos em três equipes sendo, cada uma, capitaneadas por uma dupla de agricultores. Durante a execução das propostas, foram surgindo também outras possibilidades de experimentos dentro de cada sugestão, que foram adotadas para acompanhar e avaliar as suas influências sobre o desenvolvimento do café.

O bloco 1 foi implementado segundo as sugestões do agricultor Rodrigo Junqueira (Fazenda São Luiz), que orientou a conversa inicial. Nesse bloco, o café foi plantado em linha única, no centro da entrelinha (Figuras 6 e 7). A repetição do padrão se deu até os 28 m de comprimento da entrelinha, sendo que na primeira metade foi realizada cobertura com camada de “pó de pau” (resíduo de poda urbana triturado) em toda faixa central com café. Bem próximo a cada muda de café foram plantados feijão de porco e mandioca, para “criar” o café, sendo que as mandiocas foram plantadas com as manivas em pé, na forma de X. Já na segunda metade do primeiro bloco, a cobertura morta localizou-se apenas nos berços do café (coroa ou “ninho”),

plantado com mamão e a mandioca foi plantada de forma convencional (manivas enterradas na horizontal). O restante da entrelinha foi todo preenchido pelo plantio de adubos verdes (*Crotalárias* - *Crotalaria juncea* e *C. spectabilis* -, Guandú e Tefrósia), além de culturas anuais (açafraão da terra, mandioca e milho crioulo).

Figura 6. Croqui da implantação do Bloco 1 da entrelinha E2

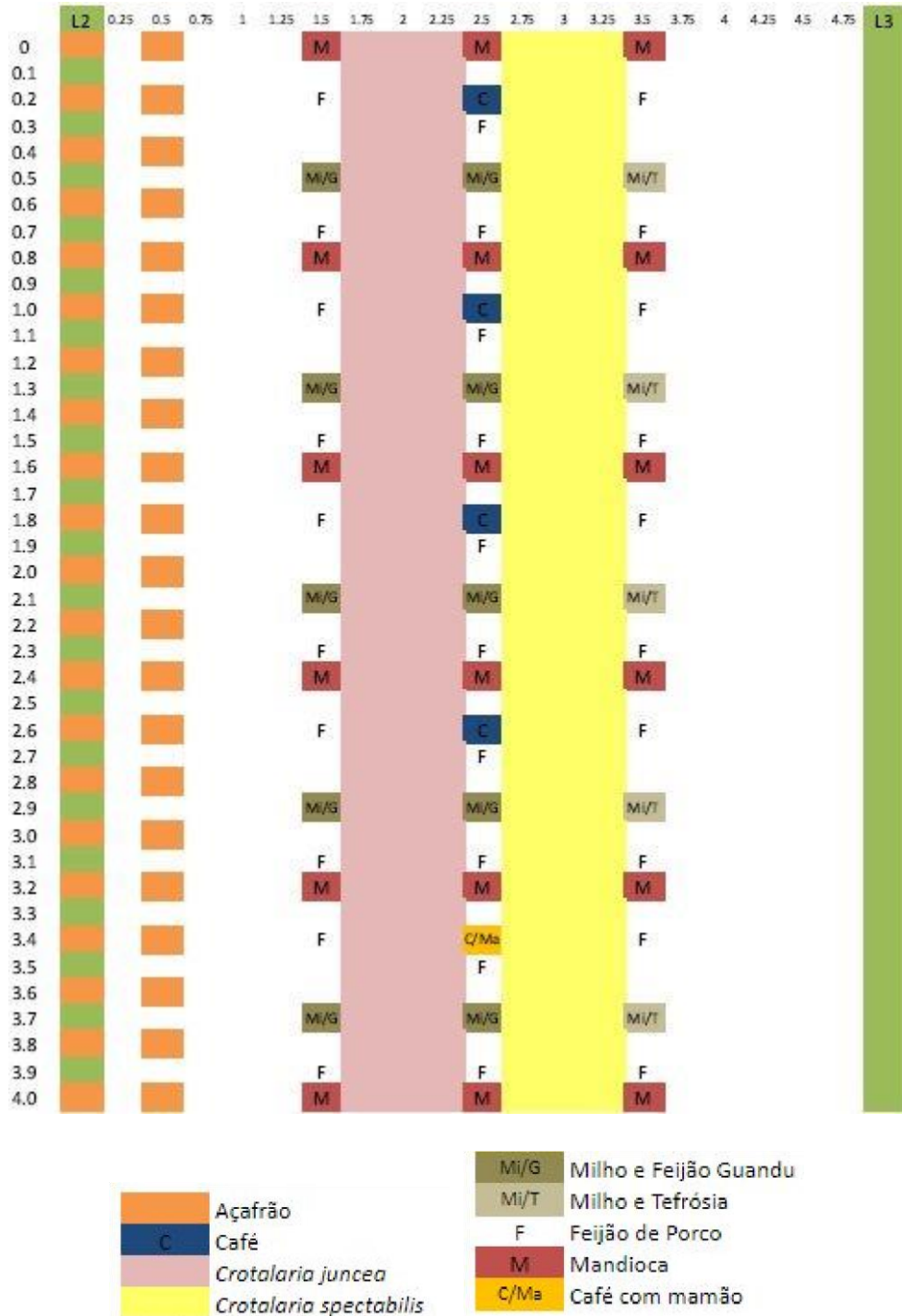


Figura 7. Fotos da implantação do Bloco 1 da entrelinha E2



O Bloco 2 foi implementado segundo as sugestões dos agricultores José Ferreira de Souza, conhecido como Paraguai (assentamento Mário Lago) e João Corrêa (assentamento Sepé Tiaraju). A repetição do padrão se deu dos 28 aos 38 m de comprimento da entrelinha. Nesse desenho, o principal diferencial foi o plantio de duas linhas de café, posicionadas de forma lateral e mais próximas da L1 e L2 do SAF (Figuras 8 e 9). Segundo o agricultor que propôs o desenho, o objetivo seria beneficiar o café com a proximidade das linhas de árvores, tanto pela sombra como pelas interações e nutrição. Outra importante diferença em relação ao primeiro desenho foi a utilização de uma espessa e contínua camada de cobertura morta com "pó de pau" nas duas linhas de café. Os demais plantios na linha (adubos verdes e plantas anuais "criadoras" do café seguiram padrão similar ao do primeiro desenho, com pequenas variações no arranjo e forma de plantio, como o plantio da mandioca junto ao café sendo feito com uma maniva única, em pé e mais alta, inclinada para fora da linha.

Figura 8. Croqui da implantação do Bloco 2 da entrelinha E2

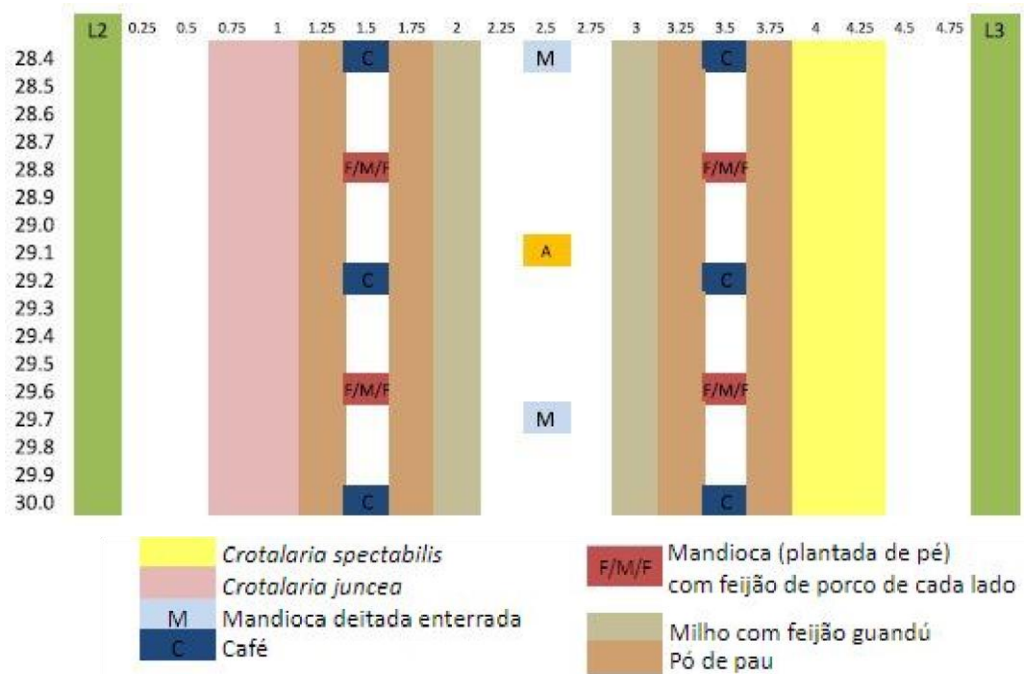


Figura 9. Fotos da implantação do Bloco 2 da entrelinha E2



O Bloco 3 foi implementado segundo as sugestões dos agricultores Elenito Hemes Lopes e Ronaldo Raimundo da Silva (assentamento Sepé Tiaraju) e Moisés Machado (Clareira Agroflorestal). A repetição do padrão se deu dos 38 aos 50 m de comprimento (final da entrelinha). Nesse terceiro bloco, a principal diferença foi o plantio do café dentro da linha de árvores (L3, já com dois anos), sendo a entrelinha ocupada apenas com um consórcio de culturas anuais (açafreão da terra - 4 linhas e mandioca - 3 linhas), além de adubo verde (*Crotalaria spectabilis*) semeada a lanço por toda a entrelinha (Figuras 10 e 11). Segundo os agricultores que propuseram o desenho, essa situação representaria bem o contexto dos agricultores familiares: falta de recursos para implantar o café desde o início do SAF e necessidade de cultivos anuais em maior quantidade na entrelinha, visando gerar uma renda maior no curto prazo. Além disso, a justificativa é que o café plantado dentro da linha de árvores já estabelecidas e bem desenvolvidas seria beneficiado pelo

sombreamento, aporte de nutrientes e um solo já mais estruturado e rico em matéria orgânica. Cabe destacar que essa opção implicou em um número bem menor de plantas de café na área, já que as mudas foram plantadas apenas nos vãos ainda disponíveis entre as árvores e bananeiras na linha.

Figura 10. Croqui da implantação do Bloco 3 da entrelinha E2

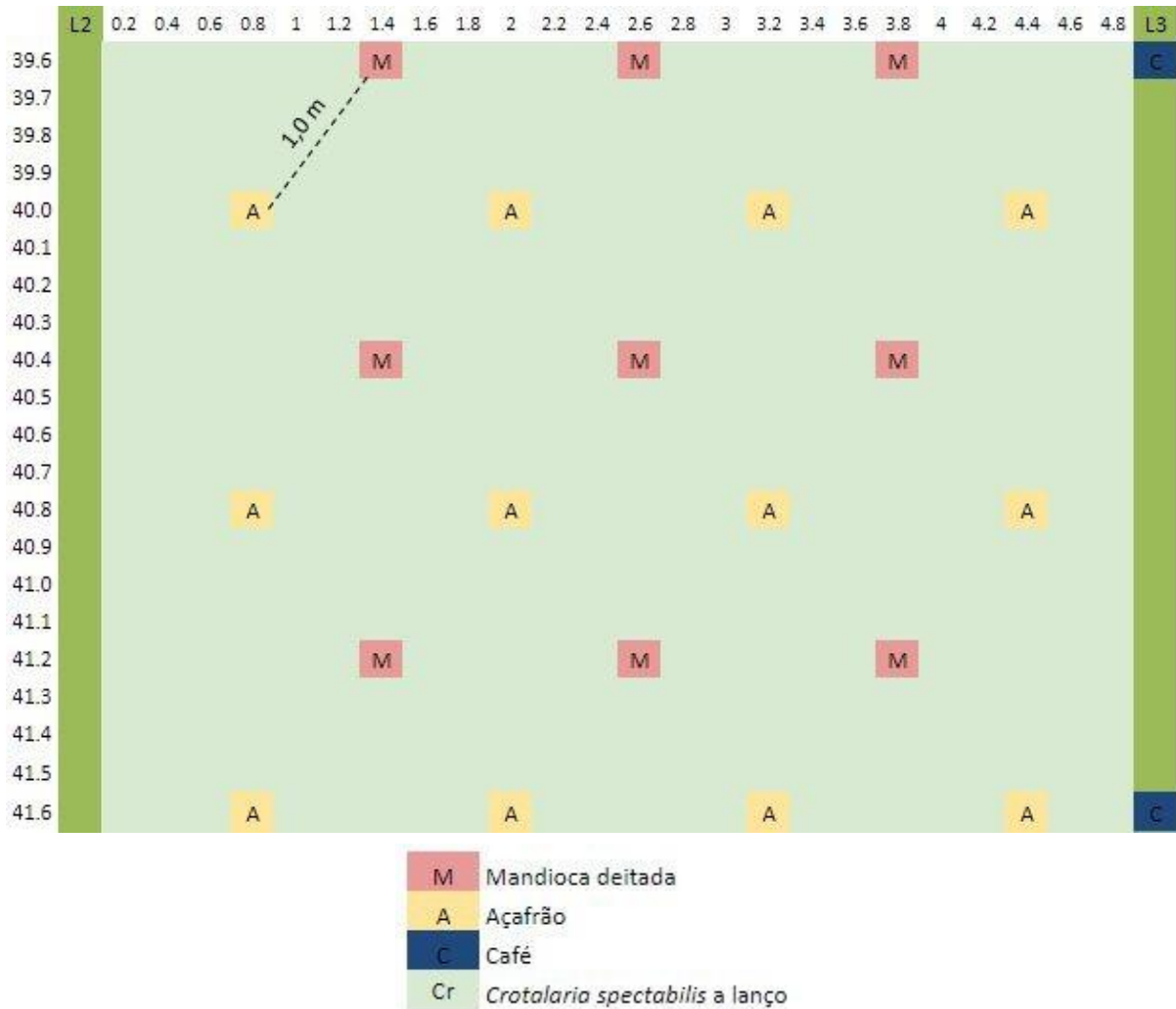


Figura 11. Fotos da implantação do Bloco 3 da entrelinha E2



Mais que promover uma disputa entre as sugestões ou estabelecer uma competição sobre qual se desenvolveria melhor, essa estratégia corrobora com a visão de valorização da diversidade, uma vez que a pluralidade de formas de plantio possibilita a multiplicidade de percepções sobre as várias influências no desenvolvimento da cultura do café. Além disso, as práticas realizadas foram totalmente protagonizadas pelos agricultores, evidenciando o reconhecimento dos diversos saberes, que muitas vezes fica ofuscado pelo cientificismo e pacote de soluções acadêmicas prontas. Com isso, buscou-se criar um ambiente de estímulo à criatividade e emergência de saberes e percepções desses "Agricultores Experimentadores".

Outra estratégia adotada nesse Dia de Campo foi a realização das atividades em mutirão, aspecto de grande valor para o trabalho agroecológico, como destacado por Camarero *et al.* (2018). Essa prática, para além do espaço da instituição de pesquisa, é bastante valorizada como maneira de otimizar a força de trabalho das/os agricultoras/es, fortalecer laços comunitários e estimular a troca de saberes, possibilitando, assim, trilhar o caminho da construção do conhecimento participativo e transdisciplinar das práticas agroflorestais.

O acompanhamento do desenvolvimento das culturas implantadas no Dia de Campo foi realizado pela equipe de agroecologia até o início de março de 2020, quando as medidas de isolamento foram aplicadas como uma das estratégias para conter a pandemia da COVID-19. Nesse contexto, além da interrupção do monitoramento frequente, suspendeu-se também a realização de novos Dias de Campo com as/os agricultoras/es, o que desafia e fomenta a elaboração de novas formas de construção do conhecimento.

DESAFIOS EM TEMPOS DE PANDEMIA

“Quando estou brincando com meu gato, como posso saber que ele não está brincando comigo?” (SENNETT, 2012, p. 329). Com essa indagação, Richard Sennett destaca a “convicção de Montaigne de que não podemos realmente conhecer a vida íntima do outro, sejam gatos ou outros seres humanos” (*Ibid.*, p. 329). A partir da metáfora do gato de Montaigne, o autor traz a forma “exigente de cooperação”, que embora trabalhosa, minuciosa, rigorosa, é possível de ser alcançada por meio da cooperação dialógica por ele defendida.

Para auxiliar nessa prática, destaca-se a importância de ser um bom ouvinte. Para isso, é importante “voltar o olhar para fora” (*Ibid.*, p. 333) e não “imaginar que os outros estão refletidos em nós mesmos ou fazer como se a própria sociedade fosse construída como um salão de espelhos” (*Ibid.*, p. 333). “O ouvinte precisa sair de si mesmo” (*Ibid.*, p. 34). Não é um exercício óbvio, e tampouco simples de se concretizar, mas é uma prática, “uma habilidade que devemos aprender” (*Ibid.*, p. 333).

O compartilhamento do tempo em que as pessoas interagem e se comunicam costuma ser parte fundamental para travar o diálogo, que pode ficar prejudicado sem o espaço cotidiano da troca. O isolamento fragiliza as relações de alteridade (MELO, 2019), e com os efeitos da pandemia da COVID-19, todos fomos incitados a pensar sobre o caráter desse isolamento.

Embora arbitrariamente imposto o distanciamento físico, ele não necessariamente precisa incorrer no isolamento social. O fenômeno da solidão, que já se colocava na ordem do dia e é ainda mais ressaltado pelas mudanças dos hábitos impostos com a necessidade de atuar diante a pandemia, pode se apresentar com uma perspectiva da alteridade (ENRIQUEZ, 2004). Essa “solidão alteritária”, conforme apresentado por Melo (2019), configura-se na possibilidade do sujeito desvencilhar da alienação e assim cooperar com o outro, ainda que fisicamente distantes.

De modo prático, o estabelecimento dessa cooperação tem se dado por meio de ferramentas virtuais, que auxiliam na continuidade das trocas de saberes. Os “Dias de Campo”, com conversas e práticas na Embrapa Meio Ambiente foram suspensos desde março de 2020, porém uma série de eventos online possibilitam a continuidade da construção do conhecimento em agrofloresta e agroecologia, promovidos por diversos atores nacionais e internacionais ligados ao tema. *Webinários* e *Lives* que trazem as perspectivas de agricultoras/es, pesquisadoras/es, técnicas/os e estudantes sobre diversas temáticas têm ocorrido com frequência, fornecendo, assim, subsídios para a continuidade do processo.

Além dos eventos para fortalecer a construção do conhecimento, é importante ressaltar a continuidade da articulação de ações práticas por meio das ferramentas virtuais, tendo em vista a necessidade de prosseguir com os trabalhos junto aos assentamentos. Para além de soluções técnicas de cultivos e manejos, as discussões exploram também formas de comercialização, articulação em rede, além de perdurar os laços entre os atores envolvidos e subsidiar o aprendizado comum de todos que se viram diante da nova forma virtual de comunicação, organização, trocas e disseminação de saberes.

Embora os esforços para garantir a continuidade dessa construção sejam imensuráveis, há um grande desafio em incluir muitas/os agricultoras/es assentadas/os na comunicação virtual. A exclusão digital assola milhões de brasileiros, realidade que se intensifica ainda mais no meio rural, seja pela falta de acesso aos recursos técnicos exigidos (computador, celular, internet) ou pela pouca familiaridade com o uso das ferramentas, quando disponíveis (NERI, 2012). Ainda assim, mesmo quando acessíveis as tecnologias, podem existir barreiras de inclusão relacionadas às linguagens utilizadas na interação virtual.

Nesse sentido, cabe exercitar a criatividade para pensar formas mais inovadoras de promoção da interação, como Dias de Campo virtuais, grupos de discussão em redes sociais a partir de relatos de situações e desafios concretos, produção de materiais com relatos de problemas e soluções encontradas, etc. Independente da estratégia utilizada, torna-se fundamental buscar

formas de incluir mais atores e trazer situações concretas do campo para a continuidade do diálogo em busca da construção do conhecimento.

AGRADECIMENTOS

Imensa gratidão a todas as pessoas que contribuíram e contribuem para a construção desse espaço tão rico de aprendizagens: agricultores/as, estagiários/as, funcionários do SCE, e participantes dos Dias de Campo e mutirões. Um número tão grande de parceir@s e amig@s que com certeza seria impossível nominar todos/as individualmente aqui.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANI, M. *Yurugu: An African-centered critique of European cultural thought and behavior* (Vol. 213). Trenton, NJ: Africa World Press, 1994.

CAMARERO, N. P., OLIVEIRA, A. D. S., RAMOS FILHO, L. O., QUEIROGA, J. L., NEVES, M. C. Construção e socialização do conhecimento em agrofloresta: a experiência pedagógica de dia de campo na Embrapa Meio Ambiente. *Cadernos de Agroecologia*, v. 13, n. 2, 2018. Edição dos Anais do 3º Seminário de Agroecologia da América do Sul; 5º Seminário Estadual de Educação do Campo; 7º Seminário de Agroecologia de Mato Grosso do Sul; 6º Encontro de Produtores Agroecológicos de Mato Grosso do Sul; 3º Seminário de Sistemas Agroflorestais em Bases Agroecológicas de Mato Grosso do Sul. Agroecol 2018.

CAMARGO, R. A. L., RAMOS FILHO, L. O., CAMPOS, M. O., GONÇALVES, D. Implantação e acompanhamento de sistemas agroflorestais no assentamento Sepé Tiaraju/SP. *Revista Elo - Diálogos em Extensão*, v. 7, n. 2, 2018

CANUTO, J. C., ÁVILA, P. C., CAMARGO, R. C. R. Assentamentos Rurais Sustentáveis: o processo de construção participativa do conhecimento agroecológico e o monitoramento de unidades de referência no Assentamento Sepé Tiaraju-SP. *Série Documentos*, v. 93, 2013.

ENRIQUEZ, E. Da solidão imposta à solidão solidária. *Cronos*, v. 5/6, n. 1/2, p. 59-77, 2004.

GOUVÊA, R. F., ALCÂNTARA, L. C. S., RAMOS FILHO, L. O., MARCHESI, C., PIRES, H. L. M., CAMARGO, R. A. L. Extensão agroecológica em sistemas agroflorestais: reflexões e desafios sobre a experiência do projeto PDRS-SMA no assentamento Sepé Tiaraju (SP). *Cadernos de Agroecologia*, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 1-7, 2018. Edição dos anais do VI Congresso Latino-Americano (CLAA), X Congresso Brasileiro (CBA), V Seminário do DF e Entorno (SEMDF), 12-15 setembro de 2017, Brasília, DF, Brasil.

MAGALHÃES, T. M., RAMOS FILHO, L. O., XAVIER, M. G. B., MONTEZUMA, L. V.,

RASSI, V. C. Avaliação da produção de biomassa por espécies adubadeiras arbóreas e gramíneas em um Sistema Agroflorestal. In: Congresso Interinstitucional de Iniciação Científica, 14, 2020. Campinas. *Anais ...*Campinas, p. 1-12.

MELO, T. G. D. *Desenvolvimento rural, trabalho cooperado e subjetividades: a trajetória de cooperação do Assentamento Sepé Tiaraju*. 2019. Tese (Doutorado em Psicologia) - Faculdade de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

MERLEAU-PONTY, M. Fenomenologia da percepção. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

MINE, R. D. O. et al. Uso de sistema de informação geográfica (SIG) para desenho e representação visual de sistemas agroflorestais. In: SIMPÓSIO SOBRE REFORMA AGRÁRIA E QUESTÕES RURAIS. Terra, trabalho e lutas no século XXI: projetos em disputa, 2018, Araraquara: *Anais ...* Araraquara: UNIARA, 2018. 10 p.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE MMA.; INSTRUÇÃO NORMATIVA No 5, DE 8 DE SETEMBRO DE 2009. Dispõe sobre os procedimentos metodológicos para restauração e recuperação das Áreas de Preservação Permanentes e da Reserva Legal instituídas pela Lei no 4.771, de 15 de setembro de 1965. Disponível em:

http://www.mma.gov.br/estruturas/pnf/arquivos/in_mma_05_2009_5.pdf. Acesso em: 15 abr. 2020.

NERI, M. Mapa da inclusão digital. Fundação Getúlio Vargas, p. 1–45, 2012.

NEVES, M. C., MORICONI, W., CANUTO, J. C., CORRALES, F. M., MALAGOLI-BRAGA, K. S., CAMARGO, R. C. R., QUEIROGA, J. L. de; RAMOS-FILHO, L. O., URCHEI, M. A., RAMOS, M. S. T. A. dos S. O Sítio Agroecológico da Embrapa Meio Ambiente In : URCHEI, M. A., CANUTO, J. C. (ed.). *Trajatória da Agroecologia na Embrapa Meio Ambiente*, 1. ed. 2017.

NICOLESCU, B. O Manifesto da Transdisciplinaridade. Triom : São Paulo, 1999

NOBRE, H. G., JUNQUEIRA, A. D. C., SOUZA, T. D. J. M., RAMOS FILHO, L. O., CANUTO, J. C. Utilização de práticas agroecológicas na construção de projetos sustentáveis para a reforma agrária: um estudo de caso no assentamento Sepé Tiaraju-SP. *Rev. Bras. de Agroecologia*. v. 7, n. 1, p. 3-13, 2012.

PASSOS, L. A. Metodologia da pesquisa ambiental a partir da Fenomenologia de Maurice Merleau-Ponty. *Pesquisa em Educação Ambiental* , v. 9, n. 1, p.38-52, 2014.

RAMOS-FILHO, L. O.; QUEIROGA, J. L. de; CORRALES, F. M.; NOBRE, H. G.; CANUTO, J. C.; NEVES, M. C.; MORICONI, W. Sistemas agroflorestais e o resgate da agrobiodiversidade em assentamentos rurais de São Paulo: breve histórico da experiência do Sepé Tiaraju. In: BUSTAMANTE, P. G.; BARBIERI, R. L.; SANTILLI, J. (Ed.). *Conservação e uso da agrobiodiversidade: relatos de experiências locais*. Brasília, DF: Embrapa, p. 487-512, 2017.

TORDIN, C. Dia de campo em Jaguariúna apresenta os benefícios ambientais e socioeconômicos de sistemas agroflorestais biodiversos. 2019a. Disponível em: <https://www.embrapa.br/en/busca-de-noticias/-/noticia/47965802/dia-de-campo-em-jaguariuna-a-presenta-os-beneficios-ambientais-e-socioeconomicos-de-sistemas-agroflorestais-biodiversos>. Acesso em: 31 de out. 2020.

TORDIN, C. Dia de campo aborda SAFs biodiversos e suas múltiplas funcionalidades. 2019b. Disponível em: <https://www.embrapa.br/en/busca-de-noticias/-/noticia/43119663/dia-de-campo-aborda-safs-biodiversos-e-suas-multiplas-funcionalidades>. Acesso em: 31 out. 2020.

TORDIN, C. Agricultores e pesquisadores trocam conhecimentos em SAFs agroecológicos. 2018. Disponível em: https://www.embrapa.br/en/meio-ambiente/busca-de-noticias/-/noticia/32332581/agricultores-e-pesquisadores-trocam-conhecimentos-em-safs-agroecologicos?p_auth=JPFsVIRy. Acesso em: 31 out. 2020.



SIMPÓSIO SOBRE REFORMA AGRÁRIA E QUESTÕES RURAIS

18 e 19 de novembro de 2020

RELAÇÕES **CAMPO-CIDADE** EM DISCUSSÃO:
SUPERANDO DUALIDADES EM TEMPOS DE PANDEMIA.

DESENVOLVIMENTO DE FERRAMENTA DIGITAL PARA PLANEJAMENTO E GESTÃO DE PRODUÇÕES AGROECOLÓGICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR

André Montanari Marques Pereira¹
Arthur Bernardes dos Santos²
André Roberto Panzarin³
Felipe Mendes Chiodi⁴
Júlia Pereira de Moraes⁵
Lucas Pires Cunha⁶
Marina Cunha Bernardes⁷
Matheus Grolla Martins⁸
Tomás José Alves dos Santos Ramos⁹

¹ Graduando em Engenharia Agrônômica na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/USP)

² Graduando em Engenharia Agrônômica na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/USP)

³ Graduando em Engenharia Agrônômica na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/USP)

⁴ Graduando em Engenharia Agrônômica na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/USP)

⁵ Graduanda em Engenharia Agrônômica na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/USP)

⁶ Graduando em Engenharia Agrônômica na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/USP)

⁷ Graduanda em Engenharia Agrônômica na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/USP)

⁸ Graduando em Gestão Ambiental na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/USP)

⁹ Graduando em Engenharia Agrônômica na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/USP)

1. Contexto histórico e a Agricultura familiar

As relações fundiárias do país às quais nos deparamos no presente derivam de uma série de processos referentes às transformações do território. A urbanização, o êxodo rural, a relação campo-cidade, capital estrangeiro e mercantil, além da industrialização e tecnificação agrícola, possuem impactos inquestionáveis sobre a agricultura e sobre os trabalhadores e trabalhadoras do setor agrário, além da sociedade como um todo.

Diferentemente da agricultura patronal vinculada ao agronegócio, a qual emprega maquinário pesado e explora trabalhadores(as) em sistemas produtivos em larga escala, a agricultura familiar é ao mesmo tempo responsável pela gestão administrativa e o trabalho desde a produção à comercialização dos alimentos. As formas familiares de produção correspondem a um modelo contra hegemônico de agricultura que não é refém de um sistema de royalties e commodities, produzem por qualidade e não apenas por toneladas, além da enorme carga ancestral que carrega em si, na qual técnicas de cultivo e extrativismo são muitas vezes baseadas em técnicas tradicionais e de conhecimento popular.

Esta forma de agricultura no Brasil é responsável por uma produção diversificada em sistemas sustentáveis que - contribuindo com a proteção, conservação e cuidado do agroecossistema - corroboram para a melhoria da saúde da população e auxiliam na garantia da segurança e soberania alimentar do povo. Além disso, a agricultura familiar desenvolve e fomenta a economia local, gerando empregos e renda para diversos setores de dentro da própria comunidade.

Apesar da evidente contribuição dos camponeses e camponesas no Brasil, a agricultura familiar tem um histórico de marginalização quanto ao acesso a programas e políticas públicas, o que complexifica o processo e traz impasses para o desenvolvimento desta agricultura. Exemplos disso são os entraves da categorização e priorização das organizações para fornecimento às redes públicas que não necessariamente correspondem a mercados locais; a escala de produção para fornecimento ao varejo e ao atacado; o estímulo em infraestrutura e vistoria sanitária quanto ao processamento e beneficiamento dos produtos da agricultura familiar além do acesso restrito à assistência técnica e extensão rural continuada.

Somado ao contexto problemático dos últimos anos em que alguns programas e políticas intersetoriais relacionadas à agricultura e abastecimento têm sofrido cortes sucessivos e desmontes institucionais, entende-se que, embora os produtores de alimentos tenham alta demanda para a produção, as interrupções e adaptações das cadeias agroalimentares no corrente período de COVID-19 trouxeram significativos impactos na atividade em especial para agricultores e agricultoras familiares. Estes impactos refletem nos meios de subsistência das famílias produtoras; na produção e disponibilidade de alimentos; nas estratégias adotadas pela organização produtiva; dentre outras situações que têm implicações diretas no acesso das pessoas que configuram as cadeias produtivas à alimentação e à água (Alpino et al., 2020). Assim, mediante a todos estes entraves, da necessidade emergiram novas e diferentes estratégias para a comercialização, produção e consumo. Neste trabalho trataremos ênfase aos circuitos curtos de comercialização¹⁰.

¹⁰ Como destacado por Pinto e Marques na revista *Retratos de Assentamentos* (2019): “a revalorização recente dos circuitos curtos de comercialização se associa à intenção de redefinir as relações entre produtor e consumidor, permitindo criar referências de qualidade vinculadas à origem e identidade cultural dos alimentos”.

2. Os circuitos curtos de comercialização e as cestas como nova alternativa

Há um número crescente de iniciativas de produção e economia/consumo solidários/conscientes¹¹ de alimentos, articulados em bases locais, envolvendo um agricultor(a) ou um grupo de agricultores(as) com um grupo de consumidores(as), materializado no fornecimento de cestas semanais. As cestas são compostas por alimentos biodiversos, e sua composição varia com a sazonalidade¹² da produção e disponibilidade de cada realidade socioambiental.

Esse movimento tem ganhado envergadura em vários países e seu vigor está associado a preocupações de diferentes ordens. Esta alternativa prima por uma comercialização mais justa e de forma direta, sem atravessadores. Em linhas gerais, apresentam uma ressignificação da comercialização de alimentos saudáveis, contribuindo para a autêntica soberania alimentar da comunidade.

Dentre outros aspectos, tais iniciativas estimulam a economia local, oferecem alimentos frescos produzidos de forma mais natural, melhoram a renda dos agricultores(as), promovem re-educação alimentar, bem estar social e melhoram a relação do setor agroalimentar com o meio ambiente. Esta forma de circuitos curtos de comercialização vem se apresentando como uma boa alternativa para os agricultores e agricultoras, haja visto que possibilita um escoamento e garantia de renda contínua, os agricultores recebem um valor justo (devido a inexistência de atravessadores) e os consumidores podem alimentar-se com alimentos mais saudáveis, produzidos com e não contra o meio ambiente, e à preços mais acessíveis que aqueles encontrados em redes varejistas.

Contudo, esse sistema de produção/consumo em bases agroecológicas traz novos desafios para os consumidores e para os agricultores, logo, adaptar-se a essa nova lógica comercial não é uma tarefa simples. Tendo em vista algumas das dificuldades da produção da agricultura familiar, o que nos chamou atenção para o desenvolvimento da ferramenta em questão é aquela que tange a produção coletiva. A gestão desse processo é complexa, requer engajamento coletivo, tempo, planejamento, organização e precisão. Contudo, a possibilidade de utilizar ferramentas digitais para automatizar e facilitar o planejamento apresenta-se como uma boa alternativa.

¹¹ Em entrevista para a FEA/USP, o economista Paul Singer define Economia Solidária: "Nós costumamos definir economia solidária como um modo de produção que se caracteriza pela igualdade. Pela igualdade de direitos, os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles – essa é a característica central. E a autogestão, ou seja, os empreendimentos de economia solidária são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma inteiramente democrática, quer dizer, cada sócio, cada membro do empreendimento tem direito a um voto. Se são pequenas cooperativas, não há nenhuma distinção importante de funções, todo o mundo faz o que precisa. Agora, quando são maiores, aí há necessidade que haja um presidente, um tesoureiro, enfim, algumas funções especializadas, e isso é importante sobretudo quando elas são bem grandes, porque aí uma grande parte das decisões tem que ser tomada pelas pessoas responsáveis pelos diferentes setores. Eles têm que estritamente cumprir aquilo que são as diretrizes do coletivo, e, se não o fizerem a contento, o coletivo os substitui. É o inverso da relação que prevalece em empreendimentos heterogestionários, em que os que desempenham funções responsáveis têm autoridade sobre os outros."

¹² Como destaca Khatounian em seu livro "*A reconstrução ecológica da agricultura*" (2001) sobre regionalidade e sazonalidade: "a natureza apresenta regionalização ao largo do espaço geográfico e sazonalidade ao longo do tempo. A sazonalidade da dieta, incorporada à cultura alimentar sob a forma dos pratos de cada época. Um segundo vínculo com o meio natural é a variação das condições dos terrenos e dos climas no espaço geográfico. Essa variação de clima e de solo determinava que algumas culturas e criações podiam ser exploradas em certa região, mas não em outra. Juntas, as condições regionais de clima e de solo e as estações determinaram diferentes combinações de alimentos."

3. O projeto da ferramenta

Compreendendo tais desafios, o grupo Terra trabalhou no desenvolvimento de uma ferramenta que auxilie e empodere as comunidades no processo de planejamento da produção e gestão da comercialização via circuitos curtos. O projeto foi elaborado visando atender à cinco objetivos centrais:

- 1) Desenvolvimento, disponibilização e aperfeiçoamento de uma Ferramenta digital que auxilie no planejamento e gestão de um projeto de venda direta de cestas;
- 2) Construção de um banco de dados coletivo que possa contribuir com o movimento agroecológico e que sirva não apenas para consulta de dados secundários, mas também como uma plataforma de intercâmbio de experiências agroecológicas;
- 3) Definir estratégias de continuidade do projeto pela identificação e incentivo de futuros agentes gestores(as) da comunidade em busca de um processo de autonomia;
- 4) Tornar a ferramenta replicável por diferentes atores a fim de fomentar e fortalecer os circuitos curtos de comercialização da agricultura familiar;
- 5) Prezar pela autonomia e emancipação das comunidades utilizadoras da ferramenta.

3.1 A ferramenta

Nesse sentido, a utilização dessa ferramenta permite aumento nos ganhos econômicos, auxilia no combate à pobreza e à exclusão digital. Dado que foi projetada para comercialização de cestas agroecológicas, contribui também na viabilização de modos de produção agrícola mais sustentáveis.

A ferramenta contribui em diversas etapas do planejamento, desde a gestão à comercialização, sendo algumas delas listadas a seguir:

- O planejamento de todas as entregas de cestas no período de um ano;
- A geração de calendários de plantio individuais para cada agricultor(a);
- A quantificação do número de sementes ou mudas a serem plantadas, bem como da área necessária para o plantio;
- A divisão de plantios entre os(as) agricultores(as) contribuintes com o projeto;
- A gestão econômica do projeto (semanal, mensal e anual);
- A análise econômica do grupo e de cada agricultor(a) participante;
- O fornecimento de indicadores de sucesso sobre o planejamento.

A planilha e seu funcionamento

A planilha está organizada em cinco ambientes principais: Configuração do projeto; Banco de dados, Planejamento de cestas, Calendário de plantio e Gestão de vendas.



Imagem 1. Menu central da ferramenta Terráquea versão beta.

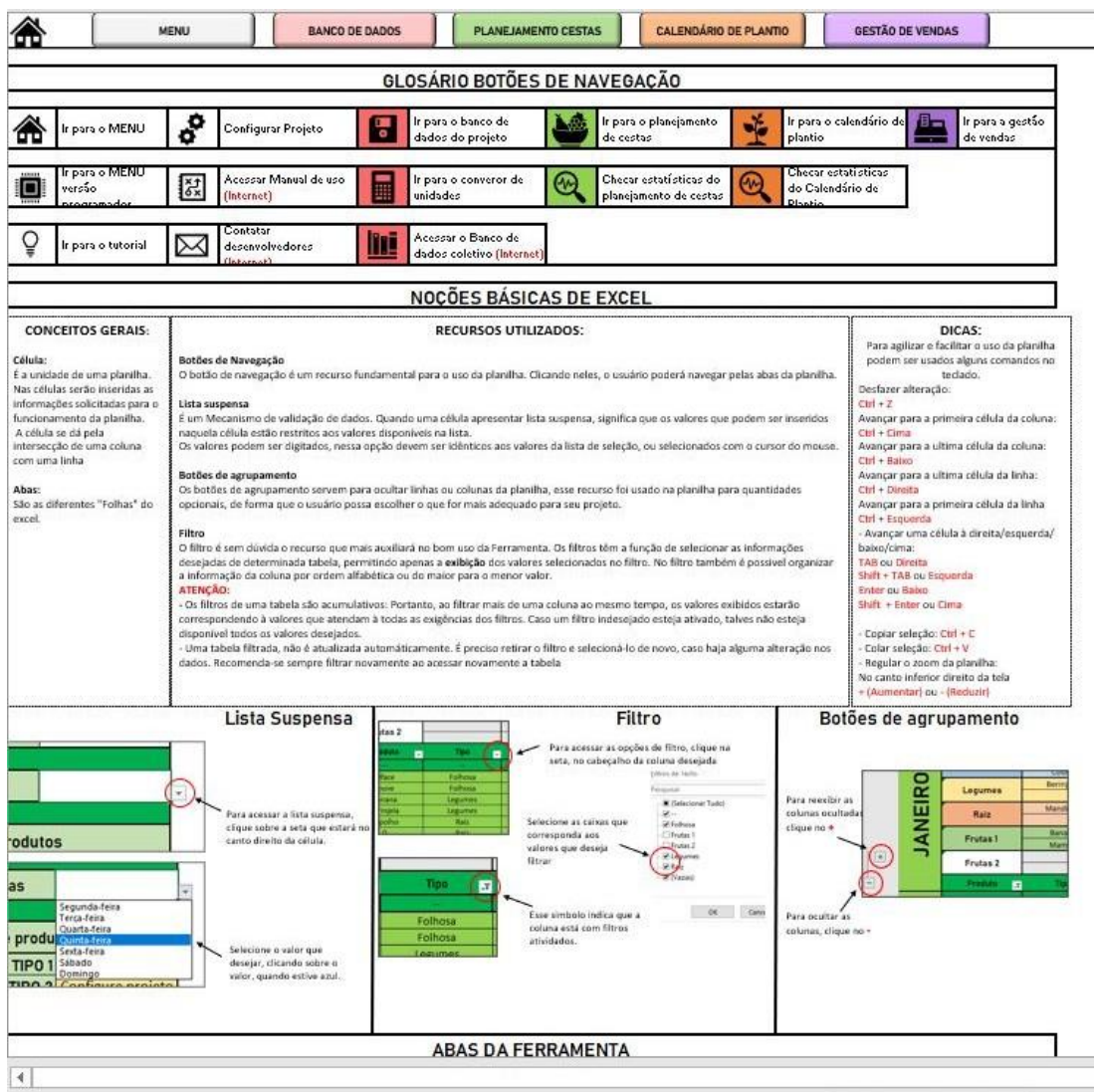


Imagem 2. Tutorial ferramenta Terráquea versão beta.

I. Configuração do projeto

O primeiro passo com a planilha é configurar o projeto, isso ajudará na identificação e caracterização do projeto no banco de dados coletivo. Os usuários deverão cadastrar algumas

informações como: quando pretendem começar a comercialização de cestas, o nome dos agricultores e agricultoras contribuintes, os custos de cada entrega e especificidades das cestas (categorias dos produtos utilizados e seu valor). Estas informações serão a base da planilha, todas as demais abas serão configuradas por estas informações.

CONFIGURAÇÃO GERAL DO PROJETO			
NOME DO PROJETO	Tutorial Terráquea		
REGIÃO	Piracicaba, São Paulo, Brasil		
DESCRIÇÃO			
Grupo de 8 agricultores e agricultoras localizado no interior do estado de São Paulo, na cidade de Piracicaba. O grupo existe desde 2008, produzindo e comercializando alimentos agroecológicos semanalmente via cestas. Costumamos trabalhar com culturas de ciclo curto, alguns legumes, raízes e frutas.			
1)			
Mês de início da comercialização	jan/21		
2)			
Dia de entrega das cestas	Quinta-feira		
3)			
Categorias de produtos			Valor cada produto na cesta
TIPO 1	Folhosas	R\$	3,00
TIPO 2	Raízes	R\$	4,00
TIPO 3	Legumes	R\$	4,00
TIPO 4	Frutas	R\$	7,00
TIPO 5	Categoria 5	R\$	-
TIPO 6	Categoria 6	R\$	-

MENU Próximo

Imagem 3. Aba “Configurar Projeto” da ferramenta Terráquea versão beta parte I.

CONFIGURAÇÃO GERAL DO PROJETO						
4) Cadastro Produtores		5) CUSTOS				
Nome produtores/as		5.1) Custos fixos por entrega		5.2) Custos Variáveis por entrega		
1	Produtor 1	Nome Custo		Nome Custo		
2	Produtor 2	1	Frete semanal	R\$60,00	1	Mão de Obra
3	Produtor 3	2	Manutenção	R\$50,00	2	Embalagem
4	Produtor 4	3	Caixinha	R\$80,00	3	Frete variável
5	Produtor 5	4		R\$0,00	4	Gestor
6	Produtor 6	5		R\$0,00	5	Outros
7	Produtor 7	6		R\$0,00		
8	Produtor 8	7		R\$0,00		
9		8		R\$0,00		
10		9		R\$0,00		

Voltar Concluir

Imagem 4. Aba “Configurar Projeto” da ferramenta Terráquea versão beta parte II.

II. Banco de dados

Após configurar o projeto, é necessário cadastrar as culturas agrícolas que pretendem ser utilizadas no planejamento. Para o bom funcionamento da planilha, cada realidade deverá levantar seus dados. Para isso, o usuário contará com um caderno de campo desenvolvido pelo grupo que auxiliará no levantamento de dados essenciais para o bom funcionamento da planilha. O caderno de campo pode ser encontrado no website do grupo.

DADOS PRODUTIVOS AGRÍCOLAS							
Número	Cultura	Entrelinha	Entreplantas	Produtividade	Meses de comercialização	CICLO [Plantio-Início Colheita]	Duração da colheita
	Nome Popular da Cultura	(m)	(m)	(kg/m ²)	Formato aceito: Mês, Mês..., Mês	Dias	Dias
0							
1	Abobrinha brasileira	1,50 m	2,00 m	2,00 Kg/m ²	04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12	65	49
2	Abobrinha Italiana	0,80 m	1,50 m	3,00 Kg/m ²	05, 06, 07, 08, 09, 10	55	49
3	Maxixe	1,50 m	1,00 m	1,00 Kg/m ²	01, 02, 03, 04, 05, 09, 10, 11, 12	35	28
4	Agrão	0,30 m	0,30 m	3,40 Kg/m ²	06, 07, 08, 09	49	28
5	Mandioca	0,80 m	1,00 m	1,50 Kg/m ²	01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12	266	56
6	Alface Americana	0,30 m	0,30 m	2,40 Kg/m ²	06, 07, 08, 09, 10	48	7
7	Alface Crespa	0,30 m	0,30 m	2,40 Kg/m ²	01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12	35	7
8	Alface Lisa	0,30 m	0,30 m	2,40 Kg/m ²	06, 07, 08, 09	42	7
9	Alho Porró	0,30 m	0,25 m	1,00 Kg/m ²	07, 08, 09, 10, 11	120	14
10	Almeirão	0,30 m	0,25 m	2,52 Kg/m ²	03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10	38	7
11	Batata Doce	0,80 m	0,40 m	2,00 Kg/m ²	01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12	126	56
12	Berinjela	1,50 m	1,00 m	4,00 Kg/m ²	01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12	65	105
13	Mandioca G 50%	0,80 m	1,00 m	1,50 Kg/m ²	01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12	266	56
14	Banana Prata	6,00 m	4,00 m	0,50 Kg/m ²	01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12	365	7
15	Banana Prata G 50%	6,00 m	4,00 m	0,50 Kg/m ²	01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12	365	7
16	Beterraba	0,25 m	0,15 m		03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11	63	14
17	Brócolis Japonês	0,80 m	0,50 m		03, 04, 05, 06, 07, 08	63	14

Imagem 5. Aba “Banco de Dados” da ferramenta Terráquea versão beta.

III. Planejamento de cestas

Terminado o preenchimento do banco de dados, o usuário pode começar a planejar suas cestas semanais. Nesta aba o usuário poderá planejar as cestas dentro de um período de um ano de comercialização a partir das culturas cadastradas. Nesta aba, deverá inserir quantas cestas estima comercializar em cada semana de cada mês, bem como sua composição. A partir dessas informações a planilha fornecerá, por meio de cálculos, a quantidade de produto que deverá conter cada cesta, a quantidade de mudas ou sementes que deverão ser plantadas, a quantidade de área requerida para plantio e a demanda por mês de cada produto. Nessa aba o usuário contará - adicionalmente - com uma análise estatística sobre a diversidade de seu planejamento, orientando a montagem das cestas.

MAYO							
TIPO	04/05/2020	11/05/2020	18/05/2020	25/05/2020	-	QUANTIDADE DE CESTAS POR SEMANA	
as e Medic e Temp	Laranja Champanhe Banana Prata	Mandioca Banana Prata	Batata doce Banana de fritar	Mandioca Banana Prata		20	
Legumes e Grãos	Açafrão in natura	Mostarda	Chicória	Rúcula			
Tuberculos	Batata Doce	Abacate	Carambola	Chuchu			
Frutas	Limão Galego	Laranja bahia	Laranja bahia	Laranja bahia			
	Limão Taiti	Mamão verde	PANC Genérico	Coentro			
Cesta G 3 itens	Limão Cravo	Limão Cravo	Milho Verde	Rabanete			
	Lima da Pérsia	Berinjela	Mamão verde	Temp Genérico			
Cesta G 50% mais	Abacate	Berinjela	Açafrão in natura	Polpas			
	Inhame	Alfavaca	Maracujá	Alface Crespa			
	Banana G 50%	Banana G 50%	Banana G 50%	Banana G 50%			
	Mandioca G 50%	Mandioca G 50%	Batata Doce G 50%	Mandioca G 50%			
Produto	Tipo	Frequência/Mês	Peso/Cesta	Demanda mês	Área	Total mudas	Colheita
Abacate	Frutas	2	0,70 Kg	27,97 Kg	288,00 m ²	3	Colheita Múltipla
Abóbora madura	Legumes e Grãos	0	0,60 Kg	0,00 Kg	0,00 m ²		Colheita Única
Abobrinha brasileira	Legumes e Grãos	0	0,50 Kg	0,00 Kg	0,00 m ²		Colheita Múltipla
Abobrinha Italiana	Legumes e Grãos	0	0,50 Kg	0,00 Kg	0,00 m ²		Colheita Múltipla
Açafrão in natura	as e Medic e Temper	2	0,25 Kg	10,00 Kg	10,00 m ²	167	Colheita Única
Alecrim	as e Medic e Temper	0	0,15 Kg	0,00 Kg	0,00 m ²	0	Colheita Múltipla
Alface Crespa	as e Medic e Temper	1	0,40 Kg	8,00 Kg	5,00 m ²	54	Colheita Única
Alfavaca	as e Medic e Temper	1	0,15 Kg	3,00 Kg	31,00 m ²	78	Colheita Múltipla
Almeirão	as e Medic e Temper	0	0,42 Kg	0,00 Kg	0,00 m ²	0	Colheita Única
Almeirão roxo	as e Medic e Temper	0	0,42 Kg	0,00 Kg	0,00 m ²	0	Colheita Única
Banana de fritar	Frutas	1	0,50 Kg	10,00 Kg	Produção Suficiente	Produção Suficiente	Colheita Múltipla
Banana de fritar G 50%	Cesta G 50% mais	0	0,25 Kg	0,00 Kg	0,00 m ²	0	Colheita Múltipla
Banana maçã	Frutas	0	1,00 Kg	0,00 Kg	0,00 m ²	0	Colheita Múltipla
Banana nanica	Frutas	0	1,00 Kg	0,00 Kg	0,00 m ²	0	Colheita Múltipla
Banana Prata	Frutas	3	1,00 Kg	60,00 Kg	Produção Suficiente	Produção Suficiente	Colheita Múltipla
Banana G 50%	Cesta G 50% mais	4	0,50 Kg	40,00 Kg	Produção Suficiente	Produção Suficiente	Colheita Múltipla
Batata Doce	Tuberculos	2	0,60 Kg	24,00 Kg	15,00 m ²	47	Colheita Única
Batata Doce G 50%	Cesta G 50% mais	1	0,30 Kg	6,00 Kg	4,00 m ²	13	Colheita Única
Berinjela	Legumes e Grãos	2	0,40 Kg	16,00 Kg	72,00 m ²	48	Colheita Múltipla
Beterraba	Legumes e Grãos	0	0,40 Kg	0,00 Kg	0,00 m ²	0	Colheita Única
Brócolis Ramoso	Legumes e Grãos	0	0,90 Kg	0,00 Kg	0,00 m ²	0	Colheita Múltipla

Imagem 6. Aba “Planejamento de Plantio” da ferramenta Terráquea versão beta.

IV. Calendário de Plantio

Quando finalizado o planejamento das cestas, a planilha gerará um calendário de plantio que atenda às entregas planejadas. Cada plantio poderá ser assinalado a responsabilidade de um(a) produtor(a) cadastrado(a) na configuração do projeto, promovendo assim uma divisão de culturas entre os(as) contribuintes. Esse calendário de plantio poderá ser impresso e servirá de consulta para os(as) agricultores(as) atingirem o planejamento estabelecido. Esta aba conta com estatísticas complementares sobre a divisão das culturas.

Gerar Relatório PLANTIO							Gerar Relatório COLHEITA		SAVE
08/07/19	Inhame	10,00 m ²	32	Colheita Única	16/03/20	Produtor 1			
15/02/20	Limão Taiti	Produção Suficiente		Colheita Múltipla	16/03/20	Produtor 2			
16/03/20	Med Genérico	5,00 m ²	5	Colheita Única	16/03/20	Produtor 4			
14/03/19	Banana Prata	Produção Suficiente		Colheita Múltipla	16/03/20	Produtor 5			
13/06/19	Banana Prata	Produção Suficiente		Colheita Múltipla	15/06/20	Produtor 3			
29/02/16	Abacate	144,00 m ²	2	Colheita Múltipla	13/04/20	Produtor 8			
11/04/19	Banana G 50%	Produção Suficiente		Colheita Múltipla	13/04/20	Produtor 8			
19/12/19	Feijão Carioca	24,00 m ²		Colheita Única	16/03/20	Produtor 3			
18/07/19	Açafrão in natura	5,00 m ²	84	Colheita Única	16/03/20	Produtor 2			
02/05/19	Banana Prata	Produção Suficiente		Colheita Múltipla	04/05/20	Produtor 2			
03/01/20	Pimenta Cambuci	45,00 m ²	45	Colheita Múltipla	27/04/20	Produtor 5			
25/04/19	Banana G 50%	Produção Suficiente		Colheita Múltipla	27/04/20	Produtor 4			
10/04/20	Chicória	4,00 m ²	45	Colheita Única	18/05/20	Produtor 8			
01/02/16	Abacate	144,00 m ²	2	Colheita Múltipla	16/03/20	Produtor 5			

Imagem 7. Aba “Calendário de Plantio” da ferramenta Terraquea versão beta.

V. Gestão de vendas

A última aba da planilha consiste em um instrumento de gestão econômica do projeto de comercialização de cestas. Diferente das demais abas, esta aba será utilizada após o início da comercialização de cestas. Semanalmente serão cadastradas as entregas e distribuídos os ganhos entre os(as) agricultores(as) conforme as contribuições respectivas. Nesta aba poderão ser cadastrados possíveis ganhos e custos extras, para além dos custos fixos por entrega cadastrados na aba “configurar projeto”.

Conforme as entregas são cadastradas, o usuário poderá acessar uma análise econômica (balanço econômico) semanal, mensal ou anual de cada produtor(a) ou do grupo.

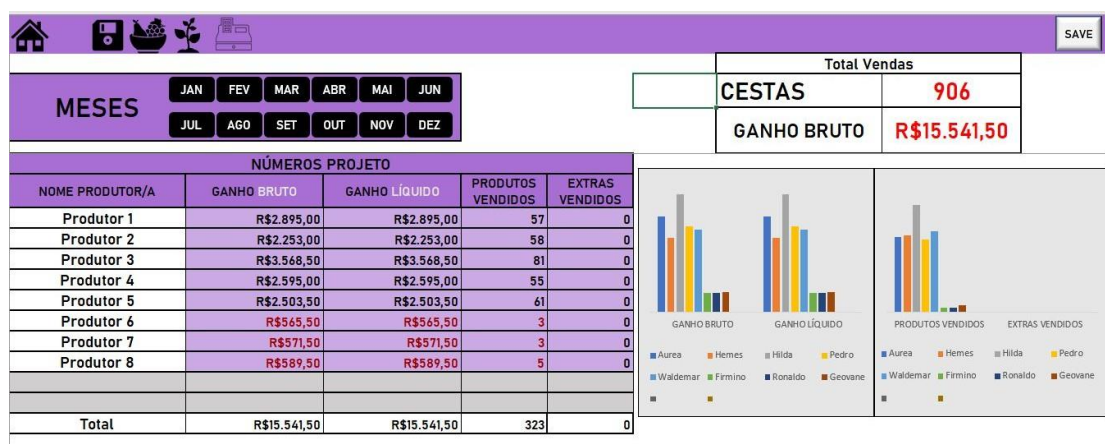


Imagem 8. Aba “Gestão de Vendas” da Ferramenta Terraquea Versão Beta.

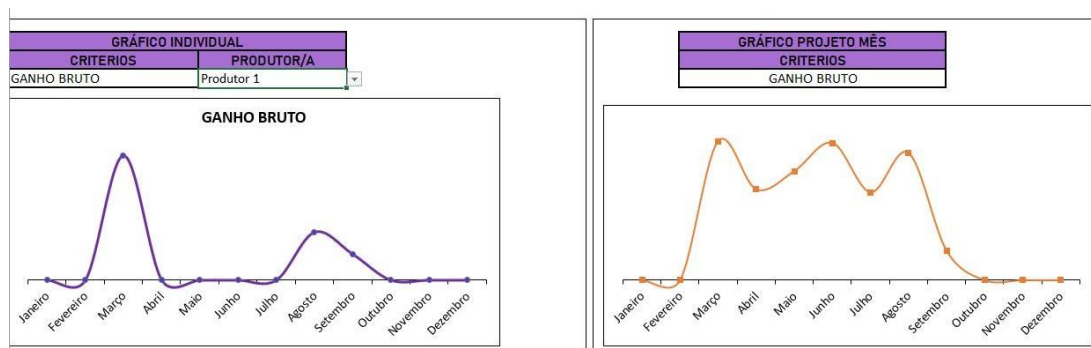


Imagem 9. Aba “Gestão de Vendas” da ferramenta Terráquea versão beta.

Materiais complementares

Além da planilha foram desenvolvidos materiais complementares¹³ que auxiliarão na execução do projeto. São eles:

- Manual de uso;
- Cadernos de campo para coleta dos dados e posterior inclusão na planilha;
- Vídeo-aulas disponibilizadas no youtube que explicam detalhadamente o funcionamento da planilha;¹⁴
- Avaliações da ferramenta para os usuários contribuírem no desenvolvimento e aperfeiçoamento da ferramenta.

NOME PRODUTOR/A: _____ NOME TÉCNICO/A: _____

Muito Alto (MA); Alto (A);
Médio (M); Baixo (B)

TABELA DOS INDICADORES DO/A PRODUTOR/A

PRODUTOR/A	DISPONIBILIDADE AGUA	DISPONIBILIDADE ÁREA	DISPONIBILIDADE MÃO DE OBRA	DISPONIBILIDADE RECURSOS FINANCEIROS

Imagem 10. Caderno de campo para registro dos indicadores do(a) produtor(a).

¹³ Acesso aos materiais complementares à ferramenta:

<<https://grupoterraesalqusp.wixsite.com/grupoterra/ferramenta-terraquea>>

¹⁴ Acesso às vídeo-aulas:

<https://www.youtube.com/watch?v=EXurQ1E1taM&list=PLMncmxxm7I_HEOhWhiVuu2AmEmHriEAkL>

CADERNO DE CAMPO	NOME PRODUTOR/A:		NOME TÉCNICO/A:	
	CULTURA:		CULTURA:	
	VALOR (kg):		VALOR (kg):	
	Informações	Observações	Informações	Observações
Variedade				
Plantio (<i>Muda, Estaca, Semente</i>)				
Entreplanta (<i>m</i>)				
Entrelinha (<i>m</i>)				
Produtividade (<i>kg/m²</i>)				
Ciclo (<i>Plantio - Início colheita</i>)				
Duração colheita				
Margem de segurança (%)				
Tipo colheita (<i>única/múltipla</i>)				
Inventário (<i>plantas produzindo / mês</i>)				
Irrigação usada				
Adubação usada				
Tipo do sistema				
Idade do sistema				
Mão de obra (<i>hora x pessoa x área</i>)				

Imagem 11. Caderno de campo para registro das informações das culturas.

Imagem 12. Canal do Youtube do Grupo Terra Esalq/USP com as vídeo-aulas.

3.2 Metodologia

Sendo um grupo inserido no contexto do movimento agroecológico, vemos como fundamental a compreensão da importância do diálogo e de métodos participativos¹⁵ na construção conjunta e coletiva para o desenvolvimento de atividades, políticas públicas, programas e projetos como este. Dito isso, prezamos pelo compromisso com a participação, transparência e representatividade no uso da ferramenta. A autonomia da comunidade por meio de incentivo à futuros gestores e gestoras é um objetivo a ser alcançado e responsabilidade de todos. Assim, seguindo tais preceitos, o projeto pode ser dividido em quatro principais etapas metodológicas:

Etapa 0: Conversa com a comunidade

Diálogo e apresentação do projeto e da ferramenta para a comunidade. Sendo importante o trabalho conjunto de técnicos, produtores e consumidores nessa etapa.

Após o diálogo inicial entre os envolvidos e envolvidas no projeto e grupo sugere uma metodologia complementar enriquecedora do processo, que vem sendo desenvolvida, para facilitar e otimizar a utilização da ferramenta. Esta metodologia consiste em 2 módulos de cursos: o primeiro abordará de maneira geral o processo de planejamento produtivo e o segundo irá tratar da parte operacional da Terráquea. O curso ainda está sendo elaborado, portanto as informações aqui dispostas estão sujeitas a futuras adaptações.

Módulo I: Planejamento produtivo

O primeiro módulo do curso visa transmitir uma visão geral das questões fundamentais a serem consideradas em um processo de planejamento produtivo. Neste sentido, esta etapa do curso aborda os seguintes temas:

- Métodos de comercialização;
- Conceito geral de agroecologia e conceitos associados;
- Centros de origem dos cultivares;
- Divisão de culturas;
- Cálculo de área de plantio e produção.

Módulo II: Utilização da Terráquea

Este segundo módulo do curso tem como objetivo a capacitação dos usuários para plena e devida utilização da ferramenta. As aulas foram divididas em cinco encontros, sendo três delas relacionadas ao uso da planilha e duas específicas sobre o básico de programação. Ao final de cada aula será sugerida uma tarefa aos presentes, as quais serão debatidas no início da aula seguinte. As aulas serão portanto da seguinte forma:

- Aula 1: abas “Menu” e “Banco de dados”;
- Aula 2: abas “Planejamento de cestas” e “Calendário de plantio”;
- Aula 3: aba “Gestão de vendas” (1);
- Aula 4: aba “Gestão de vendas” (2) e Programação (1);
- Aula 5: Programação (2).

Etapa I: Levantamento de dados

Esta etapa é fundamental para o projeto, nela os dados serão coletados e devidamente adaptados para o funcionamento da planilha. Serão coletados dois tipos de dados: Dados

¹⁵ Em seu livro “*Extensão ou Comunicação*”, Paulo Freire ressalta a importância do diálogo, em que não há sujeitos passivos na comunicação, como forma de estabelecer processos educativos participativos.

fundamentais para o perfeito funcionamento da planilha (Essenciais) e os dados complementares, os quais servirão para uma melhor caracterização da experiência no banco de dados coletivo (Complementares).

Entendendo o espaço

Antes de fazer a coleta de dados para a produção, é importante fazer um breve diagnóstico acerca do contexto da comunidade em que o projeto ocorrerá. Esse exercício será fundamental para determinar as diretrizes do planejamento e da gestão do projeto. Esta etapa deve acontecer de maneira dialógica¹⁶, prezando pela construção do saber coletivo, ao contrário da transferência de conhecimento de via única, em que o conhecimento acadêmico prevalece.

Assim, uma vez proposto um projeto que visa ser agroecológico, sem dúvida a perspectiva do diálogo é a mais coerente. Portanto, nesta etapa, assim como em todo o projeto, é importante termos isso em mente. Haja visto que nesta etapa devemos estar atentos(as) ao contexto local a fim de trabalhar com todos(as) os(as) agentes do projeto (produtores/as, consumidores/as e técnicos/as). Para isso, as seguintes informações podem servir melhor compreensão da realidade em que o projeto ocorrerá:

- 1) Identificar quais culturas agrícolas serão trabalhadas no projeto;
- 2) Identificar, para aquela realidade local, quais as necessidades e limitações de cada cultura especulada para o projeto, com relação à/ao:
 - Necessidade de água;
 - Demanda de infraestrutura;
 - Demanda de mão de obra;
 - Custo da produção.
- 3) Identificar a realidade de cada produtor/a envolvido no projeto com relação aos seguintes aspectos:
 - Disponibilidade de água;
 - Disponibilidade de área;
 - Disponibilidade de mão de obra;
 - Disponibilidade financeira para investimentos;
 - Afinidade e conhecimento.

O banco de dados coletivo

O banco de dados coletivo é o espaço em que constarão as informações cadastradas pelos diferentes usuários da ferramenta acerca das culturas produzidas. Devido às diversas possíveis combinações entre tipo de sistema, espaçamento utilizado, produtividade obtida, dentre outros parâmetros, torna-se possível comparar os dados específicos de cada cultura em diferentes contextos. Assim, esse material poderá servir como consulta por todos(as) aqueles(as) que já trabalham ou desejam trabalhar com agricultura, acessando o conteúdo levantado nesses distintos contextos.

Cadernos de campo sugeridos

Para a coleta de dados, o Grupo Terra elaborou um caderno de campo contendo espaço para a coleta de todas informações necessárias. Este material pode ser encontrado no website do grupo.

¹⁶ A dialogicidade em Paulo Freire envolve a participação do educando no processo educativo como sujeito de conhecimento, considerando ser o diálogo uma das principais categorias de uma educação libertadora.

Etapa II: Uso da ferramenta Terráquea

Essa etapa é a mais duradoura. Neste momento, agentes da comunidade farão uso da ferramenta para planejar e questionar o seu projeto a partir de quatro eixos, sendo eles: Banco de dados do projeto; Planejamento das cestas; Calendário de Plantio e Gestão econômica do projeto.

Etapa III: Avaliação e retorno de dados

Esta etapa é fundamental para a continuidade do projeto. Através de três avaliações (inicial, parcial e final), disponibilizadas na plataforma Formulários Google, compreenderemos como aperfeiçoar a ferramenta de gestão e o banco de dados coletivo para melhor atingir o objetivo do projeto. É nesta etapa também, que os dados levantados são retornados para integrarem o banco de dados coletivo do projeto, contribuindo com a agroecologia socializando experiências produtivas.

Inicial:

Serão avaliadas as expectativas e desafios dos usuários antecedentes à utilização da Terráquea. Coletar estes dados nos permite entender qual público que apresenta interesse neste tipo de tecnologia e qual o contexto em que estão inseridos. Esta avaliação ocorrerá durante os primeiros encontros dos interessados com os desenvolvedores da ferramenta.

Parcial:

Após um mês do início da comercialização de cestas, com o auxílio da ferramenta, será realizada esta avaliação. Serão coletadas informações a respeito das principais dificuldades enfrentadas na utilização da plataforma, eventuais erros que ocorram nela e sugestões de melhorias que possam vir a ser implementadas em versões futuras. É também, nesta avaliação, que os dados do projeto serão retornados para o grupo Terra e sistematizados para compor o banco de dados coletivo.

Final:

Por último, na avaliação final, há o intuito de fazer um balanço dos resultados obtidos com o fim do ciclo de utilização da ferramenta. A partir disso, buscamos compreender de que forma a ferramenta impactou a vida e a produção de seus utilizadores.

4. Entraves e dificuldades

O protótipo da ferramenta foi desenvolvido na plataforma Microsoft Excel, mas dada a complexidade proposta julgamos necessária a complexificação de funções e mecanismos já presentes na ferramenta, além da inclusão de outras funções complementares à estrutura já montada da planilha.

Assim, a ferramenta ainda apresenta alguns entraves e não expressa em sua totalidade a participação e autonomia que as comunidades camponesas demandam. Embasados na escala da participação¹⁷, podemos afirmar que o projeto ainda tem muito em que evoluir com

¹⁷ De acordo com o *Guia Prático do Diagnóstico Rural Participativo*, de Miguel Expósito Verdejo, os diferentes níveis de participação de um projeto seguem a seguinte ordem crescente de participação: Passividade: o projeto fixa os objetivos e decide sobre as atividades. A informação necessária é gerada sem se consultar os beneficiários;

Fontes de informação: a equipe de pesquisa pergunta ao beneficiário, porém não o deixa decidir nem sobre o tipo de perguntas nem sobre as atividades posteriores;

relação à participação e representatividade. Através do exercício de dialogar com as análises críticas que hão de emergir no decorrer do processo, poderemos progredir nessa escala, norteados sempre pelo objetivo do empoderamento e emancipação dessas comunidades.

Mas, não podemos falar de emancipação e autonomia sem questionarmos a continuidade do projeto. Como empoderar agentes da comunidade e adaptar a ferramenta para que a intermediação de agentes externos à essa comunidade seja reduzida? Para isto, é essencial não apenas identificar esses agentes em potencial, como cativá-los.

Uma barreira tecnológica que iremos enfrentar é a exclusão e marginalização digital. Para alcançar o objetivo de planejar a continuidade do projeto, devem ser promovidos espaços de formação e diálogo que reduzam essa exclusão digital e potencializem na comunidade agentes gestores que possam dar continuidade no projeto. Devemos buscar a identificação de potenciais membros replicadores de dentro da própria comunidade para que se empoderem da ferramenta e coletivamente, do processo.

Vale aqui ressaltar o enorme potencial de ação dos jovens inseridos no meio rural, que podem ser cativados com projetos como este em questão, fortalecendo e revigorando a permanência no campo. Assim, nosso grupo tem consciência que o desenvolvimento deste projeto é um processo continuado, dialógico e coletivo. Para desenvolver e aprimorar essas questões, devemos trabalhar juntos e juntas: Nosso grupo, equipe técnica e comunidade.

5. O grupo Terra

O grupo TERRA é um grupo de estudo, pesquisa e extensão da Universidade de São Paulo, no campus da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, localizada em Piracicaba - SP. Tem seu surgimento datado de 2008 sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Eduardo Moruzzi Marques e atualmente compõe o núcleo de agroecologia Nheengatu. É composto atualmente por oito (8) estudantes que buscamos atuar dentro de uma articulação intersetorial de agroecologia, sendo referência em estudos e projetos de extensão relacionados à Reforma Agrária. Dessa maneira, são desenvolvidos projetos de pesquisa e extensão que fomentem a consolidação de um projeto de Reforma Agrária Popular, com preceitos agroecológicos e que represente uma alternativa ao modelo de produção agrícola hegemônico no Brasil.

6. Equipe desenvolvedora

- André Montanari Marques Pereira
Graduando em Engenharia Agrônoma
andre.montanarip@usp.br

Consulta: leva-se em consideração a opinião do beneficiário, mas o grupo-meta não tem poder de decisão;

Participação à base de incentivos materiais: propõe-se, por exemplo, a participação em troca de insumos de produção, mas a possibilidade de intervir nas decisões é muito limitada;

Participação funcional: os beneficiários se dividem em grupos que perseguem objetivos fixados anteriormente pelo projeto. Na fase de execução participam da tomada de decisões e se tornam independentes no transcurso do projeto;

Participação Interativa: o beneficiário é incluído na fase de análise e definição do projeto. Participa plenamente do planejamento e execução;

Auto-ajuda: a comunidade toma a iniciativa e age independentemente.

- André Roberto Panzarin
Graduando em Engenharia Agrônômica
andrepanzarin@usp.br
- Arthur Bernardes dos Santos
Graduando em Engenharia Agrônômica
arthurbernardes1990@usp.br
- Felipe Mendes Chiodi
Graduando em Engenharia Agrônômica
felipe.chiodi@usp.br
- Júlia Pereira de Moraes
Graduanda em Engenharia Agrônômica
juliapmoraes@usp.br
- Lucas Pires Cunha
Graduando em Engenharia Agrônômica
lucaspres@usp.br
- Marina Cunha Bernardes
Graduanda em Engenharia Agrônômica
marina.c.bernardes@usp.br
- Matheus Grolla Martins
Graduando em Gestão Ambiental
matheus.grolla.martins@usp.br
- Tomás José Alves dos Santos Ramos
Graduando em Engenharia Agrônômica
tomas.ads@usp.br

7. Referências Bibliográficas

ALPINO, T. M. A. et al. **COVID-19 e (in) segurança alimentar e nutricional: ações do Governo Federal brasileiro na pandemia frente aos desmontes orçamentários e institucionais**. Cadernos de Saúde Pública, v. 36, p. e00161320, 2020.

DE OLIVEIRA, I. A. **A dialogicidade na educação de paulo freire e na prática do ensino de filosofia com crianças**. Movimento-revista de educação, n. 7, p. 228-253.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?**. Editora Paz e Terra, 2014.

KHATOUNIAN, C. A. **A reconstrução ecológica da agricultura**. Agroecológica, 2001.

MARQUES, P. E. M.; DE LUCAS, A.; DE GASPARI, L. C. **Desenvolvimento territorial em questão: estudo sobre assentamento periurbano no estado de São Paulo**. Retratos de Assentamentos, v. 17, n. 1, p. 161-177, 2014.

PINTO, S. M.; MARQUES, P. E. M. **Redução do apoio público aos assentamentos**: análise de uma resposta fundada em consumo solidário no assentamento Milton Santos. Retratos de Assentamentos, v. 22, n. 2, p. 131-146, 2019.

SINGER, P. **Economia solidária**. Estudos avançados, v. 22, n. 62, p. 289-314, 2008.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico rural participativo DRP: guia prático**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

SOCIABILIDADE E DINÂMICAS RELIGIOSAS NOS ESPAÇOS DE LUTA PELA TERRA NO RIO GRANDE DO SUL

Valter Lúcio de Oliveira¹

Resumo

A luta pela terra no Brasil contou, em vários momentos, com a presença da religião manifestada a partir de suas diversas expressões: apoio estrutural, engajamento militante de agentes religiosos, religiosidade dos sem terras. A própria origem e capilaridade do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) está marcada por esta influência. Este momento coincide com o auge do movimento político-religioso representado pela Teologia da Libertação, quando também se presenciou a emergência de muitas organizações de esquerda vinculadas, particularmente, à Igreja Católica. Mas se em sua origem os católicos representavam a maior parte dos militantes do MST e dos sem terra que compunham a sua base, a dinâmica social e religiosa presente em seus espaços de atuação se alterou e se diversificou em anos mais recentes. A partir da análise da trajetória de alguns sem terra provenientes de um acampamento e dois assentamentos do Rio Grande do Sul, se caracterizará os perfis das famílias e dos militantes e se analisará as lógicas de engajamento e retribuição considerando o processo de interação entre dinâmicas religiosas e de luta pela terra.

Palavras-Chave: MST, Dinâmicas Religiosas, Luta Pela Terra, lógicas de engajamento e retribuição

Introdução

O reconhecimento de que o MST é um movimento de acentuada importância no cenário político nacional e internacional é indiscutível, mesmo no momento presente, quando vem sendo fortemente criminalizado. Pela força de sua expressão política e pela própria necessidade de se fazer compactamente presente em vários espaços públicos, costuma-se falar do MST como algo unitário. Mas é propriamente essa forma de vê-lo como um movimento unitário e coeso que acaba por simplificar a realidade complexa de um movimento sob o qual se abriga uma enorme diversidade social e de posicionamentos políticos. Essa maneira de tratar o MST também contribui para mistificá-lo. Um ente virtual que tem vida própria, que pensa e formula estratégias e que está para além e apesar de toda diversidade de público que caracteriza sua composição.

Ainda que tal tratamento sirva aos propósitos do MST e aos de seus adversários, a realidade desmente tais generalizações. Ao se aproximar da dinâmica cotidiana de seus acampamentos e assentamentos nota-se, facilmente, que se trata de um Movimento composto por um público extremamente diverso tanto com relação aos perfis de suas lideranças quanto aos perfis dos que conformam sua base². Também são diversos os formatos de engajamento e as suas expectativas de retribuição. Além dessa diversidade que pode ser notada sem grandes esforços, há uma dimensão mais capilar que costuma estar simplificada na constatação de que seu público atual está composto não mais – ou não tanto – por “legítimos” camponeses e sim por um público

¹ Professor do Departamento de Sociologia e Metodologia das Ciências Sociais da UFF.

² A referência à “base” está bastante presente no discurso das lideranças e dos mediadores que atuam junto a certos grupos sociais. Ela remete à ideia de algo uniforme e coeso, do qual emana algum tipo de necessidade ou desejo que são catalisados pelas lideranças. Estas, por sua vez, se posicionam como porta vozes dessa “base”. Está em jogo nesse tipo de referência dimensões do poder que está investido naquele legitimado socialmente para falar em nome da “base” (Bourdieu, 2004). A “base” se torna também “moeda” de negociação para determinados fins e quanto maior e mais poderosa for a “base” em nome da qual se fala, maior é o poder deste mediador. Sobre a relação dos políticos e suas “bases” ver Bezerra (1999).

urbano. Essa constatação, quando se encerra aí, ignora que, sob a classificação de urbano³, há uma enormidade de trajetórias que se aproximam em determinados aspectos e se distanciam em outros. Ao atribuir importância a tal constatação é pertinente considerar que em tais espaços de convivência organizados pelo MST, as experiências cotidianas dessas pessoas os fazem conjugar aspectos herdados de sua comunidade de origem com aspectos próprios da nova realidade na qual estão vivendo.

Nesse sentido, este artigo busca evidenciar essa diversidade buscando compreender os fatos sociais por seus diversos lados e, ao mesmo tempo, colocar acento na questão da religiosidade como elemento marcante do estabelecimento de nexos entre os espaços de relações sociais do acampamento/assentamentos por mim pesquisados e os espaços religiosos e comunitários do qual os Sem-terra “saíram”, mas nos quais, todavia, mantém seus vínculos familiares e sociais. Faço isso a partir da caracterização de parte do público que compõem estes espaços (acampamento e assentamentos) tomando a religião como importante categoria de análise. Faço notar que ao se revestir dessa carga mítica, que é produzida interna e externamente, o MST acaba se aproximando, em determinada medida, de uma organização que carrega traços de uma religião civil (Bellah, 1976, Catroga, 2006). Além disso, e principalmente, exploro a diversidade religiosa e a identificação religiosa (religiosidade) – com ou sem pertença a uma instituição –, de seus acampados e assentados observando as transformações em seu perfil social e religioso.

As análises que são construídas neste artigo estão baseadas em trabalho de campo realizado ao longo de 2008 e 2009 em dois assentamentos e em um acampamento reconhecidamente “pertencentes” ao MST, todos situados na região metropolitana de Porto Alegre. Estes assentamentos serão designados simplesmente por “assentamento antigo”, existente, na ocasião da pesquisa, há 15 anos, e “assentamento novo” existente há 3 anos.

O que determinou este recorte temporal e organizacional está relacionado com o pressuposto de que essas formações grupais em períodos tão díspares expõem de forma mais acentuada as transformações organizativas e relativas aos novos perfis de engajamento de suas lideranças e dos Sem-terra em geral. Também possibilita uma melhor compreensão acerca da presença da religião nesses espaços atualmente. Com este recorte, a dimensão diacrônica estaria contemplada não apenas na análise da trajetória de um assentamento, mas também na dinâmica comparativa que produz evidências acerca dos diferentes perfis de engajamento no MST ao levar em conta os assentamentos e acampamentos formados atualmente. Em tais espaços, realizei entrevistas e vivenciei suas dinâmicas, instalando-me durante uma semana⁴ (ao menos) em cada

³ Lima (2008) analisa essa polaridade urbano x camponês a partir de uma pesquisa realizada em um acampamento do MST. Em suas análises a autora busca perceber os discursos e realidades daí produzidos utilizando como referência o estudo que Elias e Scotson (2000) realizaram acerca dos “estabelecidos e outsiders” de uma pequena comunidade de operários da Inglaterra.

⁴ Pesquisa realizada por ocasião de meu doutoramento que resultou na tese Oliveira (2010). Projetava estadias mais longas, no entanto, essas experiências que fiz demonstraram que minha presença provocava muitos transtornos nas dinâmicas das famílias que me acolhiam. A precariedade do acampamento acabava estrangendo as famílias anfitriãs. Sempre reclamavam, sobretudo, da qualidade da alimentação que podiam me oferecer. Ofertar algum produto alimentar ou em dinheiro para contribuir com as despesas poderia ser tomado como a confirmação de que eu buscava um tratamento diferenciado. Na verdade, sentia que minha presença, apesar de valorizada, provocava um certo mal-estar e mesmo um tipo de violência simbólica, no sentido de que, pelo contraste, lhes tornava mais aparente suas condições. Já no assentamento novo sentia que de fato atrapalhava a dinâmica cotidiana dos que me recebiam e ali também muitos ainda estavam em fase de estabelecimento. No assentamento antigo a estrutura de acolhimento própria para este fim me mantinha isolado da convivência com as pessoas e, nesse sentido, não cumpria com os objetivos de uma estadia no local. Então, como eram localidades próximas de onde eu morava, as várias visitas que fazia atendia aos objetivos da pesquisa e incomodava menos.

um deles (acampamento e nos dois assentamentos) e durante as várias visitas de curta duração, realizadas ao longo de oito meses.⁵

Portanto, discuto neste artigo alguns elementos que considero pertinentes mesmo em um contexto político em que as perspectivas e ações de luta pela terra enfrentam o descaso e a repressão por parte do poder público federal. Pensar as lógicas de engajamento e retribuição, bem como compreender a diversidade de público e os sentidos que atribuem à militância, à organização política, à produção, à relação entre religião e política, além de outros insights menos explorados, podem servir de inspiração para análises do MST atualmente e de outros movimentos sociais.

Caracterização

A metade Norte do Rio Grande do Sul tem por característica a presença marcante dos descendentes de imigrantes europeus, sobretudo os de origem italiana e alemã estabelecidos, na sua maioria, em pequenas propriedades de caráter familiar. Essa região é considerada aquela que apresenta maior grau de “desenvolvimento”. Já a metade Sul é caracterizada por extensas planícies e propriedades de maiores dimensões baseadas, historicamente, na produção de gado e de colonização predominantemente açoriana. Por seu lado, essa região está associada a um menor “desenvolvimento”. Enquanto na metade Norte os Sem terra eram, em sua maioria, pequenos agricultores ou filhos de pequenos agricultores, na metade Sul os Sem terra eram, em grande medida, funcionários de fazendas, pequenos arrendatários e trabalhadores sazonais. Para o recorte aqui pretendido, os Sem terra que se estabeleceram nos assentamentos pesquisados, localizados na região metropolitana de Porto Alegre, tem maior relação com o perfil de agricultor originário da Região da Serra. Mas essa generalização é válida apenas para o caso daqueles assentados mais antigos que foram trazidos da região de conflito, conforme destacado por um entrevistado: *“o pessoal da cooperativa era tudo o pessoal de Ronda Alta, Sarandi e Rondinha por ali, tudo filho de pequenos agricultores, foram obrigados a abandonar a família lá”*.

Percebe-se que a estratégia do MST na composição dos assentamentos mais recentes foi o de mesclar diferentes perfis de sem-terra. Uma parte destes ainda tem relação com esse perfil originário do MST, ou seja, pequenos agricultores ou seus filhos que viram no Movimento a única forma de se manterem como camponeses. Estes vieram da Metade Norte do estado. Outro perfil está constituído por trabalhadores rurais e aqueles considerados “ex-agricultores” ou filhos de agricultores que migraram para a cidade e, diante da difícil adaptação ou impossibilidade do estabelecimento socioeconômico, decidiram se incorporar à luta do MST para tentar uma nova vida ou recuperar a vida que outrora tinham a partir da agricultura. Esse perfil tem origem variada, mas com destaque para a periferia das cidades consideradas as mais pobres do estado. Essas cidades são pertencentes à metade sul do estado, mas estão relativamente próximas da região metropolitana. Portanto, não se trata de indivíduos que deixaram uma determinada região para seguir como agricultor no meio rural, um tipo de migração rural-rural, como no caso do perfil anterior e nos casos dos sem-terra mais antigos. Trata-se mais bem de um tipo social que busca outra forma de inserção econômica e social, é um tipo de migração urbano-rural, ou, no limite, rural-urbano-rural. Essa constatação é exemplarmente descrita, longamente, por este assentado:

O grupo que foi assentado no Assentamento antigo veio tudo de uma região só? Tudo ali de Ronda Alta, Sarandi, Rondinha... São filhos de agricultor. Tem uma mudança também nisso que influencia. No início era

⁵ Realizei 18 entrevistas (gravadas) no Acampamento, 20 no assentamento antigo, 21 no assentamento novo, com cinco padres (1 frei) e uma com o coordenador estadual da CPT.

os filhos de pequenos agricultores que saíam direto de junto do pai e iam para o acampamento e voltavam para a roça. Hoje não, hoje são filhos de pequenos agricultores que abandonaram a roça e foram pra cidade através daquele sonho de emprego. Na cidade não acharam mais lugares pra eles nem pra morar, estão na periferia, dá pra ver na cidade onde eles estão. Daí os que não se perderam, que não se envolveram com drogas, essas coisas, foram pros acampamentos. Então os que estão no acampamento uma grande parte, a maioria dá pra dizer, são filhos de agricultores que não acharam lugar na cidade e estão retornando pra roça de novo através do movimento. Tanto é que nosso trabalho de base hoje é boa parte nas vilas da cidade, porque é lá que estão os filhos de pequenos agricultores agora. Antes não... nós ia lá no mato, lá na comunidade e articulava o filhos, não ia na cidade, porque na cidade era diferente, mudou bastante dessa época pra agora. (...) ***Esse assentamento de um ano que você comentou, ele já foi formado a partir dessa situação?*** (...) É por isso que a sociedade fala: “eles não sabem trabalhar”. E não sabem mesmo!!! Porque eles saíram há um bom tempo lá da roça, eles já quase perderam o vínculo com a terra. Nós que estamos ajudando a resgatar o vínculo com a terra ainda. Tem pessoas que hoje estão indo pra terra que se nós mandar ele ir capinar o milho eles são capazes de capinar o milho (risos). (...) Nós saímos de lá plantando feijão e voltamos pra cá plantando feijão. Então esse vínculo tem bastante diferença, aí está um pouco da cultura eu acho. ***Isso interfere então na dinâmica..*** Interfere. Pra nós trabalhar com essas pessoas já é bem mais difícil. Tem que resgatar toda consciência dele, a importância... pra ele ter o vínculo de novo com a terra. Porque não basta ter um pedaço de terra do movimento, a pessoa tem que saber trabalhar ela, valorizar ela, principalmente agora... produzir alimento, cuidar da terra ecologicamente, o meio ambiente principalmente. Hoje pra nós não basta ser um lote de terra lá com uma casinha com 4 paus no meio e pronto, uma vaquinha amarrada no esteio da casa. Ela tem que ter a sua função social, não só a terra, mas todo o lote. Tem o meio ambiente, hoje o mundo está voltado para o efeito estufa, tem a questão da água, se não cuidar, uma coisa que é pouca, nós somos responsáveis... Tudo isso pra nós do movimento é uma forma de resgatar o assentamento em si.

Mas há um terceiro perfil pouco explicitado na fala desta liderança. Trata-se daqueles sem-terra que de fato nunca tiveram relação com a terra. No acampamento no qual realizei minha pesquisa esse era o perfil majoritário, inclusive entre suas lideranças. Em parte significativa desses acampados, encontram-se pessoas que estão ou estiveram envolvidas com drogas, álcool, criminalidade e violência. É recorrente a presença de ex-trabalhadores autônomos como aqueles empregados na construção civil e no recolhimento e separação de material reciclável. A região de origem da maior parte dessas pessoas são as “vilas”⁶ que circundam os

⁶ Como também salientado por Caballeiro (2008, p.17) o termo “vila” assume no contexto regional um sentido pejorativo, é sinônimo do que em outros lugares se denomina “favela”. Essa compreensão também me foi explicada por uma acampada evangélica. Ao se referir à parte das pessoas do acampamento como “vileiros” e, ao notar que eu não compreendia bem o sentido daquela denominação, esboçou uma expressão facial visando demonstrar que se tratava de pessoas com baixa reputação social e me explicou verbalmente que eram o que em outros lugares se chamam de favelados. Ao falar dos “vileiros” ela usava uma expressão estigmatizadora para situar sua família à distância daquele tipo de público.

grandes centros urbanos como Porto Alegre e Canoas e uma parte dessas pessoas já carregam consigo as experiências de “invasões”⁷ de áreas urbanas.

Um dirigente do MST que morava no assentamento antigo contou uma história cheia de detalhes pitorescos que é ilustrativo da mudança de perfil e de prioridades do Movimento. Ele estava rodeado por vários outros assentados que o escutava atentamente. Era um momento de descontração durante uma manifestação em frente ao prédio do INCRA de Porto Alegre e a história versava sobre um caso ocorrido por volta do ano de 1992 durante o período em que ele ainda era um acampado. Quando estavam instalando o acampamento em uma determinada área um mendigo que morava debaixo de uma ponte ali próximo resolveu, espontaneamente, se juntar àqueles acampados. No momento em que estava reservando uma área para construir seu barraco e se instalar ali entre eles, as lideranças imediatamente o expulsaram. “*Era um cara, alto, forte, cheio de desenho pelo corpo e ali nós éramos tudo colono*”. Com gestos físicos e ênfases na forma de contar ele buscava dar vida àquela história. Chamando a atenção para a força e agilidade daquele mendigo, contou que ele ainda tentou resistir, mas vários outros acampados se uniram para afastá-lo dali. Esse episódio explicita, com clareza, a transformação experimentada pelo MST nos últimos anos. Nota-se que o perfil não somente era outro, como também se evitava o envolvimento de pessoas que não se enquadravam no estereótipo do camponês. Havia um esforço de purificação de seus integrantes de maneira que não era qualquer um que podia se dizer “Sem-terra”. Atualmente, pessoas com características que naquela época nem seriam admitidas nos acampamentos, como no caso do personagem dessa história narrada por esse assentado, não apenas são facilmente encontradas ali, como também se tornaram os alvos prioritários dos trabalhos da Frente de Massa do Movimento.

É significativo observar que esta diferença entre os perfis certamente impõe implicações nas análises acerca da presença e do tipo de relação que se estabelece com a religião e mesmo a expressão da religiosidade que se verifica nestas situações. Em grande medida, o recorte empírico que realizei para esta pesquisa teve por objetivo também dar conta destas diferenças. Foi em consideração a esses aspectos que busquei estabelecer análises comparativas entre dois assentamentos escolhidos, prioritariamente, com base no seu tempo de existência. Dessa forma, foi possível o estabelecimento do contraste entre o perfil do assentado em ambos os casos e, assim, perceber, com maior nitidez, as diferentes formas de manifestação da religião e de atuação da igreja desde uma perspectiva diacrônica e sincrônica. Também baseado nessa justificativa, a pesquisa realizada contemplou, ainda, um acampamento que, por sua vez, reúne uma série de características próprias desse estágio de luta pela terra⁸ e no qual, historicamente, a presença de agentes religiosos foi marcante.

Antes de passar a outra seção, gostaria acentuar uma questão em torno da qual o MST é constantemente arrolado como exemplo empírico, aquela que o situa como “organização social” ou como “movimento social”⁹. Considerando a vivência empírica e alguns referenciais teóricos, me alio a autores (Neveu, 2005; Medeiros, 2006; Tarrow, 2009) que entendem a oposição entre organização social e movimentos social como uma falsa oposição. Existe um certo gradiente que vai desde uma forma de ação coletiva sem uma centralidade organizativa, sem a emergência clara de líderes que unificam interesses difusos (Martin, 2000; Lascoumes, 1994), o que se aproximaria de um tipo puro de movimento social, até formas organizativas extremamente centralizadas, altamente criteriosas nas suas ações, com manifestações rigidamente pautadas por regras de conduta, que investem na seleção de quadros e na relação com assessores, etc.,

⁷ O termo *invasão* não é utilizado entre os sem-terra, pois na construção da sua identidade política se consolidou a ideia de que não promovem a invasão de uma área, uma vez que tal área não está cumprindo sua função social. Por isso adotam o termo *ocupação* que indica a atribuição de função a àquela área ocupada. Esse é um dos primeiros ensinamentos que os aderentes ao MST devem incorporar. Mas entre os sem-terra o termo corrente é mesmo *invasão*.

⁸ Sobre os acampamentos veja também Sigaud (2005) e Macedo (2005).

⁹ Ver, por exemplo, Martins (2000) e Navarro (2005).

situações próprias de uma Organização *stricto sensus*. Nesse sentido, decretar que o MST saiu do primeiro para chegar ao segundo é perder a riqueza de detalhes que é essencial na compreensão de seu universo social e, portanto, diz muito pouco sobre a sociologia desse movimento. Evidencia, muito mais, uma nostalgia de algo que existiu apenas num imaginário ideal, que seleciona os fatos e produz uma coerência ilusória, do que uma proposição analítica que recupera a dinâmica cotidiana, micro-social, tensa, conflitiva, extremamente diversificada e que não deixa margem para reduções à situações espetaculares de ações pontuais, midiáticas ou não. Ao reconhecer a diversidade do seu repertório de ação, Chaves (2000) identifica ao longo de suas análises estes momentos nos quais o MST assume feições mais próximas do que pode ser definido como organização.

Nesse sentido, como salienta Neveu (2004, p.24)

Les mouvements sociaux ne sont donc nullement au pôle d'une pure expressivité, d'un refus de toute organisation. Le débat sur l'organisation, les stratégies possibles de legalization ou de domestication des mouvements sociaux suggèrent à nouveau qu'entre un mouvement social et un groupe de pression la différence n'est pas toujours de nature, mais peut aussi se penser en termes de trajectoire, de moments d'une institutionnalisation toujours possible, jamais inéluctable.

Quero acentuar que encontrei um público bastante diversos nos espaços pesquisados, jovens da classe média urbana que abandonaram a universidade, inclusive cursos de pós-graduação, para viverem o sonho da construção de uma nova sociedade, até ex-miseráveis moradores de rua, criminosos reconhecidos, passando por camponeses, favelados, aposentados, ex-operários industriais (que sempre cultivaram o sonho do sítio de final de semana), evangélicos ortodoxos, alcoólatras, toxicômanos... enfim, uma miríade de situação que impõe a esses espaços coletivos uma dinâmica social extremamente complexa e pujante e, portanto, de difícil apreensão e redução sociológica.¹⁰

Assim como é diverso seu público, os interesses que os mobilizam também se caracteriza por não ser único. Mesmo que a princípio se defina como um movimento que luta pela reforma agrária, há os que veem no MST uma possibilidade de mudanças mais profundas da sociedade, há os que buscam um sentido para a sua vida e ali encontram um seio comunitário, há os que buscam refúgio da cidade, há os que querem voltar a ser agricultores e os que querem aprender tal ofício. Todos esses interesses convergem para as ações que realizam. Suas ações entram em confronto com os interesses de grupos poderosos tanto público quanto privado.¹¹ Portanto, contra ele (o MST) se mobilizam muitos inimigos, mas ele também consegue mobilizar uma extensa rede de apoiadores. Tarrow (2009) acentua que está na base da conformação de movimentos sociais a “*ação coletiva de confronto*”. Esse tipo de ação costuma ser a única forma de se fazer presente e ser levado em conta na arena pública. O MST se caracteriza, desde sua origem, pelo investimento nesse tipo de ação e foi conjugando o reconhecimento público da pertinência da causa que defende (e a partir da qual se destacou enquanto liderança) ao seu repertório de confronto (recuperando práticas antigas e inovando em outras) que o MST se fez MST.

¹⁰ Apoiado em Laclau, Strapazon (1997, p.22) irá apontar que uma “*visão pluralista da sociedade entende os Movimentos Sociais como conflitos que foram dinamizados por um discurso que articulou as diferentes posições de sujeito que os seres humanos tem na sociedade, dotando-os de uma identidade social que não é imutável e que se transformará novamente quando outro discurso articular de maneira diferente suas posições de sujeito*”.

¹¹ “*Pode-se considerar os Movimentos Sociais como sujeitos coletivos ou uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nestas lutas*” (Strapazon, 1997, p.24). Podem ser vistos ainda, como uma minoria que introduz novas formas de pensar e atuar na realidade. (Macedo, 1986).

Portanto, mesmo que atualmente ele tenha, em determinados aspectos, se aproximado do tipo ideal definido pela noção de organização, considero que o MST se caracteriza por se apoiar fortemente naquele formato de relação com o poder dominante que esteve presente desde sua origem, ou seja, uma relação tensa, baseada na pressão e na repulsa mútua. E muitas de suas ações são definidas pela conjuntura local sem que se imponha maiores interferências de instâncias superiores. De toda maneira, ao conquistar o espaço que conquistou na sociedade, o MST se viu impelido a dar mostras de que seu projeto de produção e de sociedade era viável. Daí sua necessidade de constituir “braços” institucionais que disputam o reconhecimento em outras instâncias governamentais e privadas. Estabelecem relações fundadas em outras lógicas e buscam, inclusive, camuflar as relações intrínsecas que possuem com o MST movimento social. O que é saliente nesse processo é que o discurso do MST se institucionalizou, no sentido de que se constituiu num sujeito de autoridade para falar sobre o que fala. É um discurso que cria o próprio sujeito do discurso, o seu local de enunciação.¹²

A diferença entre acampamento e os assentamentos são várias, evidentemente, mas destaco que, nesses últimos, o que lhes caracteriza é a busca por ser assimilado à sociedade do entorno e, em certa medida, se desfazer da imagem que lhes foram coladas: baderneiros, vagabundos, radicais... Portanto, o assentamento já não é um espaço do qual emerge grandes ações de impacto e isso é evidenciado inclusive pela recusa ou postergação de muitas lideranças em serem assentadas, pois o espaço da luta por excelência é o acampamento. Nesse sentido, apesar de congregarem características de uma “instituição total”, como demonstrarei em minhas análises, é no acampamento e na dinâmica em que ele está imerso que o MST mais se aproxima do tipo ideal definido pela noção de Movimento Social. Dessas observações, concluo, juntamente com Neveu (2005, p.22) que

Tout mouvement social qui tente de s'inscrire dans la durée pour atteindre des objectifs est confronté à la question de l'organisation. L'existence d'une organisation qui coordonne les actions, rassemble des ressources, mène un travail de propagande pour la cause défendue ressort comme une *nécessité* pour la survie du mouvement, ses succès. (grifo no original)

Nesse sentido, julgo mais interessante fazer o exercício de pensar o MST a partir dos conceitos que lhe são caros e a partir da fala dos seus integrantes que lhe dão corpo. Dizer quem e o que é o MST é um exercício arriscado. Há vários pontos de vistas a partir dos quais posso pensar essas questões, não há um único discurso que captura o que é e quem é o MST. Ou seja, o MST é ao mesmo tempo aquilo que diz as suas publicações, os acampados e assentados, as lideranças, a mídia, é a relação como seu entorno, com o poder público etc. O difícil, neste caso, é encontrar uma base conceitual (o conjunto de conceitos a partir do qual os seus integrantes se pensam como integrantes do MST) comum desde onde se possa falar do MST como MST.

Religião, MST e violência urbana

Por mais que se saiba a respeito da religião, sabe-se, pelo menos que ela é sempre a resposta e a responsabilidade prescrita, ela não se escolhe livremente, em um ato de pura e abstrata vontade autônoma.

Jacques Derrida (1996, p.49)

¹² Ver as análises de Strapazzon (1997) referenciadas em Ernesto Laclau.

Um aspecto a ser ressaltado a propósito da dinâmica social na qual o MST está inserido atualmente se refere à ocorrência de muitas famílias que veem no acampamento uma possibilidade de fugir da violência de seus lugares de origem. Tanto no Assentamento mais recente quanto no acampamento, encontrei algumas famílias que, dentre as motivações para se envolverem com o MST, estava o desejo de se isolarem, ou isolarem algum de seus filhos da criminalidade presente no local de onde vinham. Em dois casos, mesmo depois de acampados, 3 filhos de duas famílias ainda se mantiveram envolvidos com traficantes e assaltantes o que quase valeu a expulsão integral dessas famílias do acampamento. Após muita negociação, apenas os seus filhos foram expulsos. Em um dos casos um dos filhos de 15 anos estava correndo risco de vida e a família resolveu mudar-se completamente (o casal e mais 4 filhos) para o assentamento novo no qual a avó materna havia conquistado recentemente um lote de terra. Todas estas famílias eram evangélicas e, neste último caso, a família construiu um templo evangélico da “Assembléia de Deus do Ministério da Restauração” dentro do assentamento. O próprio pai dessa família tornou-se pastor naquela igreja.

Estes casos induzem a pensar na relação que pode ser feita entre os papéis similares que ocupam a igreja, especialmente a evangélica, e o MST frente à dinâmica social vivenciada por estas famílias. Essa proximidade de papéis pode ser identificada a partir de duas perspectivas. A primeira delas se refere ao entendimento de ambos os lugares como espaços para superação dessas dificuldades relacionadas com a violência urbana. A segunda perspectiva está relacionada ao fato dessas igrejas e do MST criarem maiores condições para estas famílias se sentirem sujeitas e recuperarem a autoestima.

No acampamento pesquisado praticamente a totalidade das famílias que estavam ali eram provenientes das “vilas”, ou seja, da periferia das grandes cidades da região. Suas falas deixavam perceber o alto índice de violência a que estavam ou estiveram expostos. Um senhor, que disse ter 80 anos, e que recentemente havia chegado para acampar fez questão de me mostrar as duas cicatrizes de tiros que havia sofrido em duas tentativas de assaltos. Numa dessas cicatrizes o projétil ainda se mantinha alojado. Uma senhora, bastante impressionada, comentou que este senhor havia assassinado um de seus genros porque estava levando sua filha para o caminho das drogas. Um outro caso emblemático, é o do Gabriel, jovem de 29 anos que assumiu a sua condição de ex-morador de rua e o fato de que, antes de ir para o acampamento, realizava pequenos furtos quando não conseguia dinheiro suficiente para sua manutenção e da sua companheira (de 17 anos) com a venda de material reciclável¹³. Assumia-se também usuário e traficante de drogas. Vários outros acampados eram apontados, pelas próprias pessoas do acampamento, como usuários de drogas¹⁴. Além disso, parte significativa dos que residiam no acampamento também estava (ou estivera) envolvida com o alcoolismo. Pude notar que na “bodega” (pequeno armazém) do acampamento o artigo de maior consumo era a aguardente.

Toda essa situação de precariedade e insegurança que compõe o substrato social do qual estes acampados são originários proporciona os elementos, dentre vários outros, que os impulsionam a buscar refúgio espiritual e comunitário na igreja. Neste caso, como constatado por vários estudiosos, as denominações religiosas de maior inserção nestes espaços associados ao popular são aquelas do campo pentecostal. A própria retórica utilizada pelos pastores e pelos fiéis no processo de conquista de novos aderentes versa, com destaque, sobre a questão da violência, das drogas e do alcoolismo¹⁵. A recuperação e afastamento desses males são

¹³ Algumas pessoas, anteriormente à sua ida para o acampamento, haviam se dedicado à coleta de material reciclável. Em certos casos já tinham experiência associativa relacionada com essa atividade. Um interessante estudo sobre os catadores de material reciclável de um bairro da periferia de Porto Alegre no qual reconheci significativas características do público que pesquisei, pode ser encontrado em Caballeiro (2008).

¹⁴ Apesar dessas identificações, caso fossem surpreendidos usando qualquer tipo de droga ilícita a expulsão do acampamento era automática.

¹⁵ Havia no acampamento uma preocupação em encaminhar as pessoas que eram narcóticos e alcoólatras para clínicas de recuperação. Uma liderança comentou, a esse respeito, que todas as indicação que os acampados davam

apresentados como artifícios eficientes no empreendimento da conversão. Uma vez na igreja o fiel terá conforto espiritual em um seio comunitário no qual estabelecerá novas relações baseadas nos códigos gerados e já consolidados naquele meio religioso. Promove, nesse caso, um percurso identitário cuja trilha percorrida e a percorrer estão integradas pelos vários elementos de uma vida pregressa e aquela na qual está se harmonizando.

Ao longo de toda fala da Vilma, uma acampada que me concedeu uma longa entrevista, ela descreve detalhadamente o percurso sofrido que enfrentou em de sua vida e sua primeira frase, quando lhe pedi para contar a sua trajetória, é emblemática: “*A vida sempre foi muito difícil...*”. A partir dessa frase ela inicia sua narrativa. Conta sobre a separação de seus pais quando tinha apenas 9 meses, da pouca convivência com seus 5 irmãos um dos quais deficiente físico, a migração do interior de Santa Catarina para o Paraná e posteriormente para Porto Alegre, o primeiro trabalho tomando “*conta de um apartamento enorme*” aos 11 para 12 anos, a mãe que tinha muitos problemas de saúde, o fato de haver sido obrigada a ir morar com o pai aos 15 anos sem nunca tê-lo visto. Falou também sobre o casamento aos 16 anos com um homem que mal conhecia, imaginando que assim resolveria seus problemas. Com este marido teve um filho. Descreveu os problemas que enfrentou com este marido que era alcoólatra e da separação, após 5 anos, depois que o flagrou na cama com sua vizinha.

A partir de sua nova e inesperada gravidez (de gêmeos), cujo pai era um jovem de 17 anos, no momento em que ela tinha 22, decide então se afastar da Igreja Católica, na qual foi participante assídua até aquele momento. Naquela igreja ela se sentia incoerente e discriminada. Nessa etapa de sua vida ela se vê obrigada a voltar a viver com sua mãe. Seus problemas ganham dimensão ainda maior quando descobre que seu filho mais velho, com 10 anos, estava se envolvendo com drogas. Além de ter que enfrentar todos estes problemas sozinha, havia o agravante, manifestado a partir dos olhares repreensivos das pessoas de seu meio social e familiar, que era o fato dela ser mãe solteira. A igreja, e particularmente a pentecostal, foi sempre uma prescrição recorrente por parte do meio social em que ela vivia. Tentou, inclusive um novo casamento na igreja e quando a conheci estava afastada da igreja porque havia se casado com seu primo. Em suas palavras:

Novamente o pai do Mauro tinha vindo, nós tínhamos nos separado quando o Mauro tinha 3 aninhos, tive o Marco e a Renata e ele veio, quis voltar a viver comigo e eu deixei por burrice e me arrependi até o fio de cabelo e aí ele já tinha ido embora novamente... e a vida continuava difícil. Aí eu conheci uma pessoa, conheci não. O meu irmão queria que eu me casasse para ter um pai para os filhos e não viver sozinha, ter alguém para me ajudar. Novamente eu me casei e deu tudo errado, aí eu botei na minha cabeça, alguém botou na minha cabeça porque eu era idiota bastante para acreditar que se eu me casasse na Igreja tudo ia mudar¹⁶. Então eu fiz a burrice de me casar com uma pessoa que eu não gostava na Igreja. **Qual igreja?** Igreja Evangélica. **E qual era o nome, você sabe?** Assembleia de Deus. (...) Ai mais 10 anos eu vivi com ele e não aguentei mais, me separei, ai fui desprezada pela Igreja, porque há um desprezo muito grande, isso é real. Logo em seguida então eu encontrei o João, essa pessoa com quem eu vivo até hoje e até ali eu não sabia o que era gostar de alguém. Até ali a vida vivia porque vivia, não

eram de clínicas vinculadas a igrejas evangélicas.

¹⁶ Machado (1996) chama atenção para o fato das mulheres, especialmente aquelas das classes populares (mas não exclusivamente), expressar a centralidade do casamento em suas vidas. Como fica destacado nessa entrevista, o casamento vem cumprir tanto a função moral “de dar um pai para seus filhos”, quando socioeconômico, no sentido de buscar um “fim para todos os seus problemas”.

tinha sentimento e nem motivo nem nada, eu tinha muitas dúvidas, mas ninguém respondia. Aí eu encontrei ele, sofri o baque de ser criticada porque nós somos primos e perante a Igreja isso não pode. Fui muito criticada. Então eu vou na Igreja porque eu gosto, me sinto bem lá, porque me faz bem, mas eu não estou em comunhão com a Igreja.

Esse percurso marcadamente acidentado confluíu, por um certo momento, à Igreja Evangélica. Foi ali onde ela encontrou a paz de espírito e um refúgio comunitário. A dimensão comunitária é marcante tanto na sua experiência evangélica quanto católica. Nas primeiras dificuldades que enfrentou em seu primeiro casamento, quando ainda morava no Paraná, ela já havia dito sobre o seu engajamento nas atividades da Igreja Católica e acentuou a sua força comunitária, mesmo deixando explícita uma crítica doutrinária atualizada pela nova pertença ao evangelismo:

eu comecei a me envolver, a ir na missa, puxar grupo de famílias, fazer reuniões nas casas, eu fazia mas eu não entendia porque eu estava fazendo, eu fazia porque alguém estava me ensinando a fazer, mas não porque eu sentisse alguma coisa. Quando eu lia a bíblia pra mim era indiferente, não me dizia nada. (...) Eu comecei a ir na missa. ***Pelo seu marido?*** Pela comunidade, a comunidade era toda católica....

Nessa fala de Vilma ela também toca na questão que normalmente o crente acentua para se diferenciar e se distanciar do católico, o sentimento e o conhecimento da religião. Enquanto na católica ela realizava as atividades e orações religiosas de forma mecânica, sem sentimento e sem saber o que estava fazendo, na igreja evangélica, ao contrário, ela vive sua religião de forma intensa buscando compreender o que estava lendo na bíblia e expressando suas orações de forma original, sem a necessidade de alguém ensiná-la. Mas este conhecimento das escrituras sagradas se efetiva na medida em que a faz sentir. Portanto, mais do que saber o que diz a bíblia, agora, enquanto crente, ela tem sensibilidade para que esse conhecimento se converta em sentimento.

A acolhida no seio de uma comunidade em geral e, no caso específico, de uma comunidade religiosa produz o efeito de abrigo, de conforto, de afastamento momentâneo do mundo conturbado. Ali seus indivíduos se reconhecem uns aos outros, compartilham muitos princípios, sentem-se valorizados e as atividades práticas que realizam a serviço da igreja lhes aumentam a autoestima e o sentimento de estar sendo “útil” à causa do Senhor, além de lhes amenizar os impactos dos problemas afligentes. Tudo isso, em uma situação de desamparo e sofrimento, produz efeitos bastante significativos na vida dessas pessoas.

No entanto, como ela explicita em ambas as situações, aquela em que esteve vinculada à Igreja Católica e a que esteve vinculada à Igreja Evangélica, o aconchego da comunidade pode se tornar hostil a partir do momento em que se choca com determinados valores que lhes são caros. Nesse caso, a moral sexual é definidora de grande parte dessas situações de desapareço. No caso da Igreja Católica deveu-se ao fato de haver engravidado de alguém com quem não estava casada: *“quando eu engravidei eu parei porque eu me senti muito envergonhada, na minha auto crítica eu me senti muito envergonhada. Ter engravidado, uma mulher experiente, que já era mãe, eu não tomava os comprimidos de vergonha da mãe ver”*¹⁷. No caso da Igreja Evangélica o motivo foi a sua “união consensuada” com um parente, no caso, seu primo:

¹⁷ Uma agricultora ecologista que eu havia entrevistado me fez um comentário semelhante. Ao questionar sua relação com a igreja ela responde: “Totalmente desligada da igreja. ***Da igreja de maneira geral?*** É, de 2002 pra cá eu acabei me desligando pela gravidez... eu achava assim... que eu não estava sendo coerente com o que eu sempre preguei, a valorização da mulher, do casamento... então eu resolvi me afastar da Pastoral da Juventude, da catequese, da igreja, da equipe de liturgia. ***Isso em função de você haver ficado grávida sem casar...*** É. Por definição minha eu achei melhor acabar assim. E é claro, as pessoas falavam: não casou, foi morar juntos... pras pessoas também fica

No momento em que eu me separei e fui viver com o Dirceu, eu perdi aquela comunhão com a Igreja, não podia mais tomar a Santa Ceia, cantar no coral, essas coisas, mas sempre continuei indo, sempre que eu estou angustiada, que tem uma coisa dentro de mim, coisa que eu não consigo resolver eu vou lá e dobro meu joelho e oro. Sei que Deus dá uma resposta, que não é só o homem, eu vou lá pra ter um minuto meu só.

O território de sua identidade vai se compondo ao longo desse percurso. Determinadas dimensões de sua identidade como Evangélica, a partir da qual alimenta suas críticas ao catolicismo e às “coisas do mundo”, serão colocadas no alvo de seus questionamentos ao final de mais uma etapa das suas experiências, que foi o envolvimento com o MST: *“hoje eu posso até estar sendo meio cruel, mas eu não sei nem se eu acredito muito mais nisso”*. Demonstra, inclusive, um uso instrumental e particular do espaço religioso. Sua fidelidade está, agora, condicionada às suas necessidades pessoais e circunstanciais. Tudo isso, é importante ser notado, está presente numa fala que aglutina elementos de um passado distante a um passado recente, filtrados pela lente das experiências vividas no presente.

Na sua saga ainda havia um capítulo antes de ir para o acampamento. Quando lhe fiz a seguinte questão: *“Eu queria que você me contasse como foi sua chegada no Movimento”*, ela retomou uma etapa de seu percurso, como que buscando dar um curso concatenado e consequente aos eventos pelos quais passou. Como seu filho continuava envolvido com as drogas eles foram viver um período no Paraguai onde o marido tinha parte de sua família: *“a gente pega o ônibus na Ciudad del Leste ali e viaja mais quase um dia, bem no interior do Paraguai”*. Conta que seu novo marido foi um grande apoio nas tentativas de recuperar seu filho: *“o Dirceu foi aquela pessoa de pulso forte, os outros viam e diziam que esse guri não ia valer nada e ele dizia ‘você vai prestar, você vai ser um homem’”*. No Paraguai eles não se adaptaram, decidiram voltar para a vila onde moravam anteriormente e onde tinham uma casa que, mesmo sendo de vila, como fez questão de acentuar, era *“uma casa boa”*. Como parte dos esforços para resgatar seu filho das drogas, ela trocou sua casa por uma menor de forma a obter uma diferença em dinheiro e vendeu outros pertences¹⁸.

Pensava que se eu tirasse ele daqui e levasse ele pra lá [Paraguai] ele ia conhecer novas pessoas e ele ia... fui indo... até que um dia eu fui na igreja, dobrei meu joelho orei, e perguntei pra Deus até onde ia aquilo, até onde eu ia passar por aquilo ali, se já não estava bom... Ai eu vi o meu filho chegar na porta, depois de ter passado uma noite inteirinha na rua. Eu olhei pra ele na porta com o reflexo do sol, o rosto tinha grudado tudo assim, como se a pele tivesse grudado no osso, deu uma dor muito forte... e ali eu entendi que não eram as pessoas que faziam mal pra ele, que era ele que precisava de ajuda, que era ele que era fraco, não era culpa dos outros, se ele tivesse força pra dizer não ele dizia não, mas que ele era fraco, que precisava de ajuda. Esse dia eu perguntei (...), “porque isso meu filho, até quando, o que você tá fazendo da sua vida, olha pra ti Mauro!” Era um menino trabalhador, trabalhava numa serraria, ganhava

uma visão ruim, né... Então eu resolvi me afastar. Claro, de vez em quando eu vou pra igreja, mas não atuo. Quando eu tenho necessidade de rezar, eu vou, rezo...”

¹⁸ Caballeiro (2008, p.36) narra, com minúcia e perspicácia, a situação de pessoas e famílias que se desfazem de todos os seus pertences para se abastecer de drogas, especialmente o crack, e demonstra a decadência dessas famílias. No caso da família aqui analisada, não fica claro em que utilizavam os recursos oriundos daquelas vendas.

200 reais por semana, tinha a carrocinha e o cavalinho dele, a gente ajudava... Olha pra ti, veja o estado que você está. Ele olhou pra mim e disse: “mãe se tu pode e quer me ajudar me ajuda, porque eu não tenho forças pra me ajudar”¹⁹. Nesse dia eu entendi que eu podia ajudar ele. (...) Nesse dia eu entendi que era eu que tinha que lutar, que Deus podia me ajudar, mas era eu que tinha que lutar. E aí foi quando nós fomos para o Paraguai. Ai voltemos de lá. *Ele estava com que idade mesmo?* Ele estava com 17, 16... e aí quando nós voltemos e tudo deu errado, ele caiu novamente, eu troquei minha casa e deixei ele morando numa casa menor e fui para uma invasão. Eles chamam invasão, na cidade não se fala ocupação. Comprei um terreno lá porque o pessoal tinha ocupado aquela área e eu comprei um terreninho e fui morar lá, o barro dava no joelho. (...) Ai ficamos lá uns 15 dias e a polícia veio e tirou, mas nesse período foi quando o pessoal do Movimento foram lá convidar para acampar²⁰. (...) Eu falava para o Dirceu, vamos para o movimento, ele tem um irmão que é assentado em São Paulo. (...) Mas quando o Movimento chegou lá me deu um medão, aí o Dirceu disse vamos, eu vou para o Movimento, eu não vou mais ficar aqui. Eu disse, meu Deus, me deu vontade de recuar, era uma coisa que eu não conhecia o que era. Ai, ta, eu pensando, se eles vir tirar eu vou para o Movimento, se não a gente fica aqui. Não deu 3 dias a polícia fechou toda a área. Um horror de polícia, entraram com as máquinas, demoliram tudo. Tava eu na rua, sem casa, porque daí já tinha dado a casa para o meu filho, aí eu fui para o Movimento. Eles foram lá buscar a gente e nós fomos pra lá. Meio assustador assim na hora de chegar, chegamos de noite.

Quando conheci essa família, sua sociodicéia havia culminado com sua chegada e adaptação ao acampamento. Ali a encontrei bastante à vontade entre os demais acampados, vivendo uma ótima relação com as lideranças e sendo referência interna e externa. Muito calma, sempre sorridente e, ao mesmo tempo muito séria quando começava a falar da conjuntura, das lutas e das questões de organização interna. Já dominava com desenvoltura certos marcadores práticos e conceituais frequentes nos discursos e no formato organizativo do Movimento e do acampamento.

hoje eu sou feliz, vivo tranquila, gosto da minha vida. Mas hoje eu entendo muita coisa, eu gosto do meu marido, gosto da minha família, eu tenho paz de brincar com os meus filhos de amar eles, de brigar se for preciso, mas aquele ódio, aquela tristeza aquela coisa que eu tinha contra todos, contra o mundo. Então hoje eu consegui entender muitas coisas, eu vejo mães sentindo, fazendo e agindo nos filhos me doe também de ver, se eu posso sentar com aquela pessoa e ter uma prosa, tentar ajudar, eu faço.

¹⁹ Essa discussão a respeito da relação entre a mãe e o filho usuário de drogas é bem abordada por Machado (1996), também com relação ao papel da igreja evangélica nesse processo. A mãe em grande parte dos casos é identificada como “canal de libertação do filho” (p.129)

²⁰ Alguns deles já haviam participado das invasões de áreas urbanas e em certos casos a ida para o acampamento se deu após o despejo dessas áreas. Como ficou evidente em algumas falas, nessas invasões eles já experimentavam algum nível de organização, mas tratava-se de um movimento muito menos politizado quando comparado ao MST.

Como pode ser notado, ali no acampamento se configura um espaço comunitário que assume algumas das características que Vilma e os acampados em geral encontram em outros espaços, como ocorre numa comunidade religiosa. O aconchego de um espaço dotado de regras rigorosas, de princípios de convivência interna e onde se desenvolvem atividades que elevam o valor pessoal daqueles que chegam ali com autoestima bastante baixa e desesperançados, fazem daquele ambiente um refúgio do mundo (Ascetismo). Nesse sentido, em seu aspecto prático, ele cumpre a mesma função que, em certo momento, foi cumprida pela igreja.

Xidieh (2004) ao estudar o processo de integração de migrantes rurais ao lugar para onde migraram destaca o papel desempenhado pela comunidade religiosa evangélica local. Consta que os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais não ofereciam esse suporte social para que o trabalhador se ajustasse à sociedade na qual estavam se estabelecendo. Mas ao se converter a uma Igreja Evangélica o trabalhador se verá inserido em um ambiente social que lhe demandará a participação em uma série de eventos, como os cultos semanais, por exemplo. Mas também se institui “*um sistema de visitação, de auxílio mútuo, de intervigilância que devolve ao grupo de convertidos o sentido de vida comunitária*”. A repreensão aos desvios – como destacado no caso de Vilma – não visa afastá-los do mundo, mas fazê-los aptos a agir no mundo, os preparam para “*um sistema de sociabilidade que, dali por diante, não mais lhes castrará a condição de pessoas*” (Xidieh, 2004, p.250). Em suas análises Xidieh amplia sua perspectiva sugerindo que outras agências mediadoras podem cumprir a mesma função:

Outras sondagens devem ser feitas: nas *Comunidades de Base* católicas, nos centros e instituições destinadas a recuperação de transviados e crentes, enfim, em toda e qualquer agencia mediadora, constituída em termos de comunidade, onde o *outro*, o oprimido, o preto, o pobre desamparado, o marginalizado, a prostituta (o refugo social) encontrem amparo e assistência para a sua recolocação como *gente*, redescobrimo um *nós*, imediato, de comunidade, que abrirá as vias de passagem para o *nós*, mediato, de sociedade. (Xidieh, 2004, p.250, grifos no original).

O acampamento, como um todo, faz justamente isso, devolve à grande parte daquelas pessoas o “conforto” da vida em comunidade. Não é sem sentido que parte deles recusam a ida para o lote, pois a segurança – em vários sentidos – que encontraram ali, possivelmente não haviam encontrado em outros lugares por onde passaram, exceto no seio de uma comunidade religiosa.

Também no seu aspecto doutrinário essa comparação é possível. Da mesma forma que no processo de conversão à Igreja Evangélica o crente se dota dos conceitos e de uma razão prática relativos ao *ethos* evangélico, no acampamento se processa algo similar. Ao se imergir naquele universo o acampado irá, paulatinamente, assimilando os seus conteúdos rituais e conceituais. Saberá o roteiro a ser seguido e como se comportar numa reunião; compreenderá suas dimensões hierárquicas, tanto em termos organizativos quanto pessoais; saberá identificar seus principais símbolos e os mártires que compõem seu panteão; se expressará a partir de certos conceitos-chaves como o de classe, burguesia, latifúndio, lutas, conjuntura, etc.; entenderá a importância e o formato das lutas-rituais das quais deverão participar; etc. Ou seja, se no caso da doutrina religiosa da Igreja Evangélica o crente, ao se converter, se investe daqueles valores e passa a vivê-los e a reproduzi-los como verdades doutrinárias, o mesmo ocorre no acampamento e na adesão ao MST. Ali a doutrina política informada e investida nos atores sociais cumpre o papel de ocupar aquela dimensão espiritual que, no engajamento evangélico, dá sentido à vida do crente. O caráter escatológico do discurso e das místicas do MST e a força de verdade que

atribuem às suas formulações, asseguram aos seus aderentes uma segurança ontológica que se completa com aquele universo de aconchego comunitário.²¹

Obviamente eu não ignoro que essa adesão ao MST e a ida para o acampamento não se dá de forma homogênea. Aliás, posso afirmar que na maioria dos casos certos indicadores apontam para um engajamento motivado por questões urgentes e práticas. A possibilidade de conquista de uma área de terra é a principal delas. Mas também o simples fato de estar ali com a certeza de que receberão uma cesta básica que garantirá a manutenção de toda família; de ter acesso a uma moradia que, mesmo sendo precária, está igualada às demais; e, ainda assim, a possibilidade de viver num espaço de relativa harmonia, são conquistas que, no caso de algumas pessoas, por si só já justificam tal engajamento. Mesmo no caso da Vilma, um dos motivos fundamentais, como está destacado em sua fala, foi o despejo de que foram vítimas na área urbana que invadiram. Mas, da mesma forma que a justificativa redutora de tal engajamento a algo puramente ideológico conduz inevitavelmente a uma visão totalizante e discrepante da realidade, considerar que estes acampados estão ali impermeáveis à qualquer influência ao longo dos anos de convivência, apenas esperando que seus objetivos práticos sejam atendido, é uma discrepância totalizante tão grave quanto.

Nesse exercício comparativo entre o engajamento no MST e na igreja, merece destaque um outro elemento empírico aproximativo: o papel ocupado pelas mulheres como principais lideranças e como ativistas. Dos cinco casos citados apenas em um deles a mulher não ocupava papel de destaque nas organizações do acampamento e do assentamento. No caso daquela família que passou a dividir o lote da avó, eles não tinham envolvimento com a organização interna do assentamento, mas a mulher era a principal referência da igreja que haviam criado ali. Era ela a principal agente que promovia a expansão da igreja naquele assentamento.

Eu não fiz um acompanhamento empírico da atuação das mulheres diretamente nas igrejas nas quais participavam, de maneira que pudesse observar as funções que ali desempenhavam. No caso do acampamento essa possibilidade não existia, pois não haviam ali igrejas constituídas. Nos assentamentos eu dei um tratamento mais genérico e não me detive sobre essa especificidade. No entanto, de maneira geral, coletei informações suficientes para notar a centralidade da mulher tanto na liderança do MST quanto na liderança religiosa.

No caso do MST, a visibilidade das lideranças era mais acentuada no espaço do acampamento. Isto se deve às próprias características daquele espaço que impõe uma centralidade e um maior ativismo às suas lideranças. Já no assentamento o seu corpo de lideranças era mais difuso, por um lado e, paradoxalmente, mais condensado por outro. Difuso, pois o processo de se tornar líder e ser reconhecido como tal estava menos definido e determinado pelos atributos valorizados pelo poder majoritário no MST. Ou seja, mesmo sem colocar em questão sua pertença ao MST e o reconhecer como organização que os aglutinam, ali no assentamento eles não estavam tão dependentes de uma centralidade em um pequeno núcleo de lideranças. Como já vimos anteriormente, essa união maciça ocorre frente a certos interesses comuns, majoritariamente aqueles relacionados com a produção e infraestrutura. De certa maneira as lideranças que emergem naquele espaço ganham alguma notoriedade a partir de questões de caráter mais específico, como aquelas especializadas nas questões religiosas, aquelas que tomam iniciativas relacionadas ao lazer²² ou mesmo aquelas que se assumem como vozes destoantes de outros líderes.

²¹ “A motivação é saber que tu tá aqui e vai conseguir uma vida melhor. Outra motivação é essa convivência com as pessoas aqui no dia a dia, saber dos problemas dela, saber que tu pode ajudar outra pessoas. Porque na cidade muitas vezes tu passa por uma pessoa que mora do teu lado, tu não dá um bom dia. Por mais que ela conviva ali do teu lado você não conversa com ela, tu não sabe os problemas dela... Aqui não, aqui a gente consegue amizade com as pessoas, vai conversando se ela puder te ajudar ela ajuda, se a gente puder ajudar a gente ajuda,... é muito forte... a convivência com as pessoas.” Isabel, liderança integrante da Frente de Massa e “moradora” do acampamento.

²² No acampamento também há pessoas que se destacam em certas atividades, mas estão todas diretamente submetidas à centralidade de um grupo de lideranças.

De qualquer forma, no assentamento também havia um corpo bastante coeso de lideranças. Eram, como já mencionado, os chamados “militantes”. Estes ocupavam o papel de mediadores entre o assentamento e o MST como organização interna e externa. Eram eles que mantinham tal vínculo atualizado. Ao mesmo tempo era contra eles que também pesavam as principais críticas e fofocas: diziam que usavam o dinheiro do Movimento em benefício pessoal, andavam de carro para todo lado, não trabalhavam em seus lotes, eram os que tinham posições mais radicais com relação a certas ações e comportamentos, enfim, eram os que estavam em maior evidência. Como salienta Claudete: “*Ser direção dá muita queimação, sobra pouco tempo pra pessoa, então ser direção não quero nem pensar mais, dá muita mão-de-obra, muito trabalho.*” No entanto, Claudete se destaca como liderança e, no contato que tivemos, ela se expôs como uma das pessoas que promove a “queimação” moral dos atuais militantes do MST que estão estabelecidos no assentamento²³.

No acampamento, de um grupo de sete líderes de maior destaque, cinco eram mulheres e todas jovens, a de maior idade tinha 37 anos. A prática incentivada de que os coordenadores dos Núcleos de Base e de outras instâncias fossem um homem e uma mulher também possibilitava uma maior visibilidade às mulheres e as levavam a assumirem um papel mais ativo. Ao mesmo tempo, era nas suas falas onde essa dimensão mais se explicitava. O fato de ocupar esses espaços e de se sentirem reconhecidas como sujeitas eram ingredientes importantes na permanência e dedicação às ações do Movimento. Isso também se verificava nas atividades mais práticas desenvolvidas pelas equipes de trabalho. O Setor de Educação do acampamento era um destes setores composto basicamente por mulheres. Ali algumas delas foram encorajadas a assumirem postos de professoras ou, como preferem, educadoras. Duas jovens de 16 anos, ambas evangélicas, falavam com orgulho dos papéis que assumiram como educadoras. A mãe de uma delas afirmava, com altivez, que em nenhum outro lugar teriam concedido tal chance à sua filha. Uma outra mulher de 34 anos, que havia estudado até a sexta série e era educadora me disse que passou a gostar do acampamento a partir do momento em que assumiu essa função. Percebeu que tinha vocação para ser professora e considerou que em outras circunstâncias ela jamais se imaginaria em tal posição.

No que se refere à participação da mulher na Igreja e especialmente na Evangélica, essas dimensões também estão acentuadas. Mesmo que a ocorrência de Pastoras seja praticamente nula, especialmente nas igrejas do campo pentecostal, as funções que assumem nessas igrejas também ocupam em suas vidas uma dimensão importante. Os depoimentos dessas mulheres que dão destaque à importância que tem em suas vidas a participação ativa na igreja (nos corais, no auxílio aos pastores, na organização da igreja e dos cultos, etc), indicam esse sentido de completude e a expressão do sentir-se sujeito. A fala dessa acampada, a seguir, dá uma dimensão da importância que a participação na igreja tinha em sua vida. Ao ser perguntada em qual igreja evangélica participava, ela logo descreveu o seu grau de envolvimento:

²³ A fala do Isaias, destacado militante durante o período de acampamento, também expõe sua renúncia à militância, acentuando que atualmente sua prioridade era fazer seu lote produzir e prover materialmente sua família. Destaca também esse processo de “queimação” e sua referência é justamente os ataques que Claudete vem desferindo contra os militantes: “*Então isso são duas coisa que cada uma anda pra um lado, se você tá na militância geralmente você não tem tempo pra outras tarefas, vai ter que se dedicar à organização e como eu queria me dedicar à minha família, à minha estabilidade, conseguir por exemplo, comprar uma geladeira, comprar um fogão, formar a casa... (...). São algumas contradições que a gente enfrentou, bom, a gente sabe que é importante ser militante, a gente sabe que deveria ter participado mas a gente não participou... [a gente tem a consciência de que a gente fez errado, sabendo...] Não que fez errado, a gente deixou de fazer, não que eu não respeite quem é militante, pelo contrário, valorizo aquela pessoa, quero muito bem, mas se me pedir assim ‘oh Isaias assume essa tarefa?’ ‘eu não, eu não quero assumir hoje’. O assentamento vive isso, esse regionalismo, essa queimação de militantes... quem tentou ser foi queimado, é difícil a gente te dizer isso assim. Mas foi queimado em que sentido? É perseguição. [sempre levavam pelo lado pessoal não pelo lado político, entende?] Pra mim ser militante para eu defender a organização, algumas coisas eu tenho que bancar, é assim que se faz.*” (entre colchetes a fala da Mariane sua esposa).

A Igreja Evangélica Jesus é a Salvação. Lá eu era até Obrera da igreja. Era dirigente do grupo de oração, era zeladora da igreja, eu tinha um trabalho bom na igreja, operava no coral, comissão de visitas, pra ir visitar os doentes, fazer oração pra pessoas doentes, aquelas que estão problemáticas, ajudar as pessoas que tinham feito macumbaria, a gente ia e orava e Deus curava eu aprendi aquele *ofício*. Até pessoa parálitica a gente orou e levantou. ***Então a Senhora chegou num estágio bem alto na sua igreja...*** E não tenho estudo, estudei 6 meses só, quando eu tinha 12 anos.

Por esse breve relato, pode-se imaginar a relevância que esse tipo de engajamento ocupava em sua vida. Em seu caso tal dedicação à igreja tinha um sentido ainda mais redentor, tanto do ponto de vista religioso (como fica bem claro) quanto social, na medida em que ela era, além de pobre, analfabeta. Assumir todos os encargos que ela assumiu e alcançar a posição de Obrera sem ter estudado constitui uma façanha pouco provável em outros espaços sociais. A igreja apresenta-se, como pode ser notado, também como espaço de formação tanto em seu sentido estrito quanto em um sentido mais amplo. A necessidade de ler a bíblia, de aprender os cânticos, as orações, etc., certamente foram atividades que lhe motivaram a aprimorar sua capacidade de leitura, mesmo que não tenha superado, totalmente, o seu analfabetismo. Da mesma forma, outras dimensões de suas ações enquanto religiosa, como a sua desenvoltura para lidar com o público, o desenvolvimento da oratória e o desempenho de várias atividades práticas, seguramente conformam um processo de formação importante.

O desprezo de alguns pode levá-los a concluir que provavelmente se trate de uma micro-igreja, dessas que não tem nenhuma importância demográfica e na qual não existe nenhum rigor na seleção e formação de seus agentes. Postura elitista como esta, que elege aquelas denominações religiosas mais numerosas e situadas no centro do mundo moderno como as únicas legitimamente capazes e capacitadas para estabelecerem um vínculo direto com o divino, desconhecem a importância dessas micro-igrejas na transformação de seus fiéis tanto do ponto de vista subjetivo quanto objetivo.

Também o envolvimento com o acampamento (e o engajamento no MST) produz efeitos similares ao que pode ser notado nas igrejas pentecostais. Ao se separar do marido, esta senhora mencionada acima, foi acampar e ali ela voltou a desempenhar várias atividades que lhe colocava novamente em destaque. A mudança que experimentou remete a uma ideia de conversão: *“minha vida foi mudando e mudando assim de uma hora pra outra...”* Quando a conheci dava para perceber que ela vivia todo aquele universo do acampamento e do Movimento com uma dedicação religiosa. Aquilo que para um evangélico é regra de vida, o afastar-se das coisas mundanas como o álcool e o cigarro, também se realizou a partir do seu engajamento nas atividades do MST.

Daí eu acampeei, fizemos lutas pra lá e pra cá, minha vida foi mudando e mudando assim de uma hora pra outra e eu não sou mais aquela pessoa angustiada, desesperada, aflita que eu era antes, nem pra comer eu não tinha sossego, pra dormir eu tinha que andar me cuidando, parecia que eu tinha algo... eu vim para o acampamento e passou tudo aquilo, agora eu vivo tranquila com a esperança em Deus de ter o meu pedaço de terra. (...) Até fumar e beber eu tava, agora eu larguei tudo de novo, parei de fumar e beber também.

Conclusão: sociabilidade, política e religião

Eu estudei um movimento social carregado de ideologia com a hipótese de que estudando a religião eu encontraria ali uma fonte instrumental para suas ações. Ou seja, as pastorais, a CPT, os agentes religiosos “progressistas” estariam na origem e seriam os “fomentadores” de boa parte dos militantes que se engajam nessa causa. A religião seria, aliada à ideologia política, como que um veículo que potencializava tal engajamento. Ao final desse trabalho vi que as motivações dessas pessoas, tanto os militantes quanto sua base estão menos informadas por tal instrumentalismo e muito mais relacionadas com as questões mais objetivas e urgentes de suas vidas. Mas também estão carregadas de sentimentos religiosos, místicos, militantes.

Como salienta Bourdieu (1977), o real é o produto de lutas simbólicas incessantes pela constituição da realidade. Através do confronto entre os discursos dos porta-vozes do MST, da mídia, dos políticos da esquerda e da direita, da universidade, etc, vai se constituindo uma realidade visível que oculta uma diversidade de realidades particulares. Talvez o MST seja o movimento que mais diversidade aglutina em seu seio. Sua história de sucesso o fez alvo constante, tanto a ser combatido quanto a ser admirado e integrado. Mesmo aqueles que lhe integram lhe apontando sérias críticas o fazem reconhecendo que, para aceder a um lote de terra, eles não poderiam prescindir da sua força organizativa. Dessa forma, se na origem do MST, a necessidade prática da conquista da terra se conjugava mais fortemente com a militância nas pastorais da igreja, nos sindicatos e em outras organizações, atualmente as pessoas que lhe compõem veem no MST um *locus* para se realizarem socialmente, seja a partir da conquista da terra seja a partir da conquista de uma “comunidade”.

Mesmo que seus porta-vozes, seus detratores e apoiadores insistam em tratar o MST como um movimento de coesão ideológica e monolítico em suas definições e ações, o que se nota no cotidiano concreto de seus diversos espaços são pessoas movidas pela urgência de sua sobrevivência física e social e relativamente indiferentes às questões mais urgentes para suas lideranças. Por sua vez, estas lideranças estão imersas numa “luta de morte” contra representantes de outros setores e num investimento cotidiano para se fazer militante e para “fazer” militantes. De toda maneira, ao final desse processo de luta que se realiza especialmente durante o período do acampamento, mesmo que as pessoas dessa base não se transformem em militantes, elas não irão concluir a luta totalmente impermeáveis aos discursos ideológicos de suas lideranças. Essa indiferença poderá ser transformada, em maior ou menor medida, após a experiência que viveram.

Ou seja, se o MST sempre foi um movimento dotado de grande pluralidade de público, como se pôde notar a partir do assentamento antigo, sua constituição atual o faz ainda mais plural. A presença marcante de um público proveniente dos grandes centros urbanos, seja para liderá-lo ou para integrar sua base, lhe atribui uma nova dinâmica cotidiana. A chegada de jovens da classe média, com alto grau de formação, que ocupam quase que imediatamente postos na direção local do Movimento, se mistura com a chegada de favelados com trajetórias das mais diversas trazendo em comum o sofrimento de uma vida de infortúnios. A forte presença dos evangélicos também se torna um ingrediente de grande importância, como demonstrado com os casos descritos. De todo esse universo multifacetado emerge novos sujeitos que, apesar da pretensão, não serão homogeneizados pela liturgia político-ideológica do MST. Como foi possível notar no assentamento novo, mesmo os muitos anos de vivência nos acampamentos não fez eliminar a diversidade de história e de subjetividades. O que não significa uma reprovação ao MST. Ainda que muitos acampados e assentados critiquem suas lideranças, todos que conheci expressam sua fidelidade e gratidão a este movimento e além da terra almejada, reconhecem todo esse processo que viveram como um período de grandes aprendizados.

A pluralidade do MST não é visível apenas internamente, o público externo com o qual interage produz efeitos importantes na sua dinâmica cotidiana e é tão diverso quanto internamente. Ou seja, o risco de se falar ao jornalista ou ao pesquisador, a fala político-religiosa do padre simpatizante, a rejeição recíproca do padre paroquial, o assédio dos pastores, a visita de

estudantes e militantes de outras organizações nacionais e estrangeiras etc., tudo isso produz influências significativas nesses espaços.

Fica evidente que, tão importante quanto a formação interna dos espaços organizados pelo MST – voltado prioritariamente para “as lutas” no caso do acampamento, e para a produção no caso dos assentamentos – também é importante, e lhe é constitutivo, esse fluxo de visitas e contatos com pesquisadores, estudantes, jornalistas, estrangeiros, dentre os quais eu fui incorporado. Fica evidente também toda a atitude de suspeita e a dinâmica de controle de “fronteiras” que eu pude notar em relação à minha circulação naquele espaço e em relação a outros “visitantes”. A questão central está relacionada ao fato de que a descrição de minha aproximação com esse universo vai revelando as linhas de tensão existentes, “internas” e “externas”. Está em jogo, inclusive, definir o que é interno e externo. Essa definição é bastante maleável. Uma pessoa pode ser “fagocitada” para o seu interior ou mantida do lado de (ou lançada para) fora. No meu caso eu notei, por parte de alguns, a intenção de me incorporar ao seu meio e, posteriormente, de ser afastado com certa suspeita.

O acampamento e assentamentos que pesquisei não podem ser tomados como episódios a serem “predefinidos” como “luta por terra”, produzidos por pessoas que carregam “naturalmente” a vocação ideológica de contestação ao sistema vigente. Partir do pressuposto consagrado de que ao se falar do MST se está, automaticamente, falando de um grupo de pessoas organizados para promover ações com vistas à conquista da terra, evita perceber outras lógicas de engajamento e retribuição que se estabelecem de forma individual e coletiva e mediadas por uma diversidade de símbolos, inclusive os religiosos. Em tais espaços chancelados pelo Movimento se efetivam modalidades de exercício de poder, de disciplinamento, de disputa por “consciências” e de constituição de identidades. Nessa dinâmica, a cristalização da identidade de Sem-terra e a denominação desse processo como luta por terra, bem como o predomínio do MST sobre outros focos de ordenamento social (inclusive as Igrejas) só se impõe muito parcialmente. Há nesses espaços, em maior ou menor medida, uma disputa constante entre várias “agências” para produzir um sujeito adequado aos seus princípios morais e políticos. A produção de novas subjetividades através de lutas simbólicas envolve atores sociais que vão desde o MST até as Igrejas Evangélicas, passando pela mídia, pelos diversos órgãos do poder público etc. O sujeito que adere e que emerge de todo esse processo não tem um perfil e nem interesses unitários e definitivos. Ainda que o MST seja a organização catalisadora destes vários interesses difusos, ele não chega a se impor como força discursiva homogeneizadora.

Nesse sentido, o que busquei apontar ao analisar de forma prioritária a dimensão religiosa dessa luta e a religiosidade de seus aderentes, é que o trânsito entre diferentes religiões, mas também entre religião e Movimento, constituem repertórios de possibilidades para pessoas que estão inseridas em redes sociais e também para aquelas que buscam um ambiente de realização social. É dizer que o agente está inserido num campo de possibilidades definido por uma série de estrangimentos, conjunturais e estruturais, às suas escolhas. O espaço concorrencial que daí emerge estrutura o tipo de adesão a essa ou aquela organização. Define também as ações legítimas e as mudanças ou continuidades.

Pude notar que nesses espaços (acampamento e assentamentos) está em questão mais do que a conquista da terra como fonte de transformação econômica. O que, em muitos casos, está determinando o engajamento no MST, assim como nas diversas igrejas e em outras expressões religiosas, é a busca de uma comunidade e a produção de sentido à sua própria ontologia. Em realidade, as pessoas estão o tempo todo mapeando suas chances e as agarrando como podem. São como pontos a serem ocupados numa extensa rede social. Passar de uma religião a outra e/ou ingressar no MST constitui buscas por ofertas diferentes. Invadir um lote na periferia da cidade, se curar na igreja evangélica, se mudar para o acampamento do MST, devir assentado etc., são chances que brotam a partir das relações sociais que estabelecem. Daí se pode depreender que a iconoclastia não é privilégio do cientista social, os nativos também são iconoclastas, no sentido de que constroem e destroem mitos.

É a partir dessas possibilidades que vão se constituindo enquanto sujeitos. E como sujeitos eles acionam um processo de produção simbólica a partir do qual lutam para dar sentido e entender o mundo que o rodeia e, nesse mundo, encontrar seu lugar através de “uma” identidade social. Quanto a isso, faz todo sentido os dizeres do “grito de ordem” sempre presente em suas manifestações: “*Sem-terra na luta, sou Sem-terra eu sei, essa identidade é a mais bonita que ganhei*”. Portanto, mesmo incerta e instável, o ser humano desenvolve identidades, cria símbolos e se abre para a diversidade de um mundo repleto de outros mundos.

Bibliografia

- BELLAH, R. A Religião Civil na América. *Diálogo*. Vol. 09, N. 02, 1976, pp. 14-22.
- BEZERRA, M. O. **Em nome das "bases": política, favor e dependência pessoal**. Rio de Janeiro: NUAP/Relume-Dumará, 1999.
- BOURDIEU, P. Une class objet. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. 17-18, nov., 1977.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro/ Lisboa: Editora Bertrand, 2004.
- CABALLERO, I. N. V. “**O trabalho no papel**”: uma etnografia com papeleiros. Rio de Janeiro: UFRJ, Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.
- CATROGA, F. **Entre deuses e césores: secularização, laicidade e religião civil**. Coimbra: Amedina, 2006
- CHAVES, C. A. **A Marcha Nacional dos Sem-Terra: um estudo sobre a fabricação do social**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Nuap/UFRJ, 2000.
- DERRIDA, J. Fé e saber: as duas fontes da “religião” nos limites da simples razão. In: VATTINO, G. e DERRIDA, J. (org.) **A Religião e o Seminário de Capri**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996, pp. 11-89.
- ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- LASCOUMES, P. **L'Éco-pouvoir: environnements et politiques**. Paris: La Découverte, 1994.
- LIMA, G. C. D. O “sujeito da reforma agrária” e a constituição de mediadores. In: NEVES, D. P. (org.) **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: Editora da Ufrgs: PGDR, 2008, pp. 129-153.
- MACEDO, M. H. Entre a “violência” e a “espontaneidade”: reflexões sobre o processo de mobilização para ocupações de terra no Rio de Janeiro. **Mana – Estudos de Antropologia Social**. Vol.11, N.2, Rio de Janeiro: Contra Capa, Outubro de 2005, pp.473-497
- MACHADO, M. D. C. **Carismáticos e Pentecostais: adesão religiosa na esfera familiar**. Campinas-SP: Editora dos Autores Associados; São Paulo: ANPOCS, 1996.
- MARTIN, Denis. Le choix d'identité. **Revue Francaise de Science Politique**. Paris, vol 51, n. 1-2, p. 582-593, février/avril, 2000.
- MARTINS, J. S. **Reforma agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: Edusp, 2000.
- MEDEIROS, L. S. Dimensiones de la lucha por la tierra en el Brasil contemporáneo y la conformación de espacios publicos. In: Hubert de Grammont. (Org.). **La construccion de la democracia en el campo latinoamericano**. Buenos Aires: Clacso, 2006, v. 1, p. 213-242.

MENDONÇA, D. A noção de antagonismo na ciência política contemporânea: uma análise a partir da perspectiva da teoria do discurso. *Revista de Sociologia Política*. n.20, Curitiba, Jun. 2003.

NAVARRO, Z. “‘Mobilização Sem Emancipação’ – As Lutas Sociais dos Sem-Terra no Brasil”. In.: SANTOS B. de S. (org.), *Produzir para Viver: Os Caminhos da Produção Não Capitalista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005, pp. 189-232.

NEVEU, E. *Sociologie des mouvements sociaux*. Paris: La Decouverte, 2005.

OLIVEIRA, V. L. *A Ironia da Realidade e os Paradoxos da Razão Política: sociabilidade e dinâmicas político-religiosas em espaços de luta pela terra no Rio Grande do Sul*. Tese. CPDA-UFRRJ, 2010.

SIGAUD, L. As condições de possibilidades das ocupações de terra. *Tempo Social: revista de sociologia da USP*. V.17, n.1, 2005, pp.255-280.

STRAPAZZON, J. P. *E o verbo se fez terra: MST (SC) 1980-1990*. Chapecó: Grifos, 1997. 109p.

TAROW, S. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2009.

XIDIEH, O. E. A difícil viagem de retorno à aldeia. *Estudos Avançados*. Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Avançados. Vol. 18, n. 52, set-dez/2004. São Paulo: IEA, 2004, pp.239-260.

IMPLEMENTAÇÃO E MONITORAMENTO INICIAL DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS NO SUDOESTE PAULISTA

Vinícius José de Oliveira Garcia¹

Henrique Carmona Duval²

João Paulo Agapto³

Yuri Elias Rezende da Silva⁴

RESUMO

Os sistemas agroflorestais (SAF) vêm se destacando enquanto um sistema de produção agroecológico bastante adequado para a agricultura familiar. Projetos voltados à implantação de SAF passaram a despertar o interesse de um amplo leque de pessoas, movimentos sociais e instituições de pesquisa, sobretudo em torno de questões alimentares e ambientais. O presente trabalho objetiva analisar a implantação e a continuidade de três SAF nos municípios de Buri e de Itaberá, na região Sudoeste Paulista. Dois deles são sistemas implantados em propriedades de agricultores familiares que fazem parte de organizações com certificação orgânica, sendo uma cooperativa de assentadas rurais focada na produção de plantas medicinais e uma associação focada na produção vegetal de verduras, legumes, raízes e frutas. Outro SAF foi implantado na fazenda onde se localiza o campus Lagoa do Sino da UFSCar. Tendo por base uma proposta metodológica multidisciplinar, o trabalho compreende a construção e a análise de indicadores sociais, econômicos e ambientais destes SAF. No entanto, no atual estágio da pesquisa, propõe-se a apresentação de dados preliminares, que apontam uma tendência de melhoramento de indicadores ecológicos como o nível de matéria orgânica e de interações ecológicas benéficas para o controle de pragas e doenças, o que pode ocasionar uma redução da dependência de insumos externos nos sistemas.

Palavras-chave: Sistemas Agroflorestais; Indicadores Ecológicos; Agricultura Familiar.

INTRODUÇÃO

Recentemente cresceu o interesse em torno dos sistemas agroflorestais (SAF), tanto por parte da academia como por parte da sociedade como um todo. A implantação

¹ Discente em Engenharia Agrônoma no Centro de Ciências da Natureza (CCN/UFSCar) campus Lagoa do Sino.

² Docente do Centro de Ciências da Natureza (CCN/UFSCar) campus Lagoa do Sino e do PPG em Desenvolvimento Territorial (Uniara).

³ Técnico Administrativo do Centro de Ciências da Natureza (CCN/UFSCar) campus Lagoa do Sino. ⁴ Discente em Engenharia Agrônoma no Centro de Ciências da Natureza (CCN/UFSCar) campus Lagoa do Sino.

de sistemas agroflorestais vem despertando o interesse de um amplo leque de pessoas, como agricultores, consumidores, movimentos sociais, academia, ambientalistas,

gestores públicos e privados. Isso faz parte do crescimento do interesse da sociedade em torno das questões ambientais e climáticas, bem como as preocupações sobre a produção dos alimentos e do uso abusivo de agrotóxicos no Brasil. Em função disso, nos últimos anos cresceu o número de iniciativas de inúmeras instituições em torno da instalação de SAF's em parceria com agricultores.

A realização de projetos em universidades geralmente envolve trabalhos de pesquisa e extensão universitária ligados a grupos de pesquisa, como os NEA (Núcleos de Estudos em Agroecologia) e programas de pós-graduação. No entanto, um dos grandes desafios desses projetos é a manutenção dos trabalhos após o término dos mesmos (SOUZA et al., 2017). Por outro lado, a maioria dos estudos sobre SAF compreende análises baseadas somente em indicadores ecológicos, o que abre uma lacuna de conhecimento para a compreensão desses sistemas agrícolas também a partir de indicadores de análise sociais e econômicos (SCHULER, et al., 2017), como sugere o referencial teórico e metodológico da agroecologia (ALTIERI, 2002).

Desta forma, o presente projeto tem como objetivo analisar a implantação e a continuidade de dois SAF nos municípios de Buri e de Itaberá, na região Sudoeste Paulista. São sistemas implantados em propriedades de agricultores familiares que participaram de um projeto de extensão universitária. Ambos agricultores fazem parte de organizações com certificação orgânica, sendo uma associação e uma cooperativa de produtores rurais, uma delas focada na produção de plantas medicinais e outra em produção vegetal de verduras, legumes, raízes e frutas.

Tendo por base uma proposta metodológica multidisciplinar, o projeto compreende a construção e a análise de indicadores sociais, econômicos e ambientais de sistemas agroflorestais. A principal hipótese é que esses sistemas melhoram as condições ecológicas de produção e contribuem para a estabilidade da produção de alimentos de qualidade, mas sua continuidade depende, sobretudo, da organização familiar para a

disponibilidade de mão de obra, do aprendizado sobre o manejo do sistema, da comercialização da produção e do retorno financeiro. Assim, possíveis benefícios ecossistêmicos dos SAF podem ser mais valorizados em decorrência da renda e

priorizados enquanto estratégia de produção das famílias de agricultores e de suas organizações.

OBJETIVO

O presente trabalho teve como objetivo realizar o monitoramento de sistemas agroflorestais, sendo eles localizados na Universidade Federal de São Carlos - *Campus* Lagoa do Sino e em uma propriedade familiar ambas em Buri – SP e em Itaberá – SP no Assentamento “Panela Cheia”, tendo como base a adoção dos indicadores do MESMIS (Marco de Evaluación de Sistemas de Manejo de Recurso Naturales incorporando Indicadores de Sustentabilidad) (MASERA, et al, 1999).

METODOLOGIA

Local de estudo:

O primeiro Sistema agroflorestal estudado está localizado dentro da Universidade Federal de São Carlos, na Cidade de Buri - São Paulo. O SAF contém um hectare de tamanho, com 13 linhas contendo espécies frutíferas como banana (*Musa spp.*), limão-taiti (*Citrus aurantifolia*), amora (*Morus nigra*) entre outras, e madeireira eucalipto (*Eucalyptus urograndis*), cedro-australiano (*Toona ciliata*) e o mogno africano (*Khaya ivorensis*), e 12 entre linhas contendo adubo verde (crotalária, sorgo, feijão-guandu e aveia).

O segundo Sistema agroflorestal estudado se encontra na cidade de Buri – SP, na propriedade de um membro da Associação dos Produtores Orgânicos de Buri (APOB). A família já tinha um pomar que, em abril de 2019, foi redesenhado enquanto sistema agroflorestal dentro de um projeto de extensão universitária. Como o solo da área possui alta compactação, grande parte das mudas plantadas há aproximadamente 3 anos não alcançaram um bom desenvolvimento e também não havia manejo adequado. A área ocupa aproximadamente 0,5 hectare – de um sítio que tem ao todo 14 hectares – onde houve a substituição das mudas não desenvolvidas por outras espécies que passaram a compor o SAF, como abacate, banana, caqui, pupunha, eucalipto, entre outros. Nas entrelinhas, no primeiro momento foi proposto o plantio de adubo verde para restaurar a fertilidade do solo e assim aumentar a matéria orgânica no local, sendo que,

posteriormente a família pôde cultivar culturas do seu interesse para comercialização. O terceiro Sistema agroflorestal estudado está localizado no assentamento Pirituba, município de Itaberá/SP. e é caracterizado enquanto uma unidade de produção de plantas medicinais. A família é membro da Cooperativa de Produção de Plantas Medicinais da Agricultura Familiar (Cooplantas), uma cooperativa de mulheres rurais voltada à produção e ao processamento de plantas medicinais em sistemas agroecológicos. Já existe há 11 anos e atualmente possui 24 cooperadas e a certificação por meio de SPG (Sistema Participativo de Garantia). Na área cedida por ela foi elaborado um redesenho do SAF de dimensão de 38x40m, totalizando 1.440 metros quadrados, com um número de 12 canteiros. A fim de proporcionar a sustentabilidade do SAF, o cultivo dos canteiros será intercalado (a cada canteiro de arbóreas, os três consecutivos serão constituídos de herbáceas e frutíferas e, posteriormente, de capim mombaça), para proporcionar, durante as podas, a distribuição e o aproveitamento dos resíduos vegetais entre os canteiros.

No redesenho realizado definiu-se o plantio de arbustivas como aroeira pimenteira, espigueira santa, guaçatonga, pata de vaca e sabugueiro; seguido das herbáceas: capim limão, alecrim, manjeriço, hortelã, rosélia; assim como outras espécies, tais como: feijão guandu, margaridão, urucum, bragatinga, açafrao, abacaxi, goiaba, babosa, abacate, pitanga, amora, dentre outras, que poderão ser cultivadas no SAF.

Metodologia:

Para a construção dos indicadores de sustentabilidade sistêmica do agroecossistema, utilizou-se o método MESMIS, “ Marco de Evaluación de Sistemas de Manejo de Recurso Naturales incorporando Indicadores de Sustentabilidad” (MASERA et al., 1999). Foram analisados indicadores como: altura e identificação dos vegetais, taxa de fitossanidade e herbivoria, incidência de luz, porcentagem de gramíneas invasoras e nível de serapilheira nas parcelas.

Com relação as atividades de monitoramento, essas ocorrerão a cada seis meses no período de dois anos, totalizando quatro avaliações ao todo.

Aplicação dos indicadores ambientais:

Como forma de avaliação dos Sistemas Agroflorestais serão construídos e utilizados indicadores para a aquisição de dados. Esta dimensão ambiental tem como

atividades visitas aos sistemas para o monitoramento a campo, que tem como quesito de avaliação a caracterização ambiental do terreno, quantidade de luz no sistema, o solo, taxas de herbivoria e fitossanidade em plantas, além do crescimento e desenvolvimento e sanidade de plantas, e levando a ciência agroecológica, quantificar a necessidade de agroquímicos e demais insumos (energias externas) ao sistema, além de interações ecológicas e sinérgicas, de forma a avaliar a fertilidade do solo, plantas e demais agentes ativos presentes.

RESULTADOS

Dentre os três Sistemas agroflorestais citados no trabalho, até o presente momento apenas dois foram monitorados, sendo eles o da UFSCar, *campus* Lagoa do sino – Buri, SP e o localizado no assentamento Pirituba, em Itaberá – SP. Isso se deu por conta da pandemia do COVID-19 e também porque o sistema implantado na segunda propriedade, em Buri- SP é o mais recente e ainda não é possível obter dados relevantes para a análise dos indicadores desejados.

O Sistema agroflorestal da UFSCar apresentou alguns resultados importantes em seu primeiro monitoramento. Desta forma, dentre os resultados de maior relevância estão a luminosidade, com um total de 100% em toda a área analisada devido aos vegetais estarem no estágio inicial de crescimento, outro indicador analisado que apresentou informações interessantes foi o percentual de cobertura de serapilheira, sendo que, nos locais onde haviam 10% ou mais de cobertura com as plantas desejadas, não houve ocorrência de plantas invasoras, já quando o índice caía para 5% ou menos, verificou-se a presença de plantas não desejadas. Tal resultado demonstra importância da cobertura vegetal serapilheira no solo. Em relação à altura de plantas, a maior frutífera analisada foi a banana (*Musa* sp.) sendo seu exemplar analisado com 155 centímetros e a arbórea foi o Eucalipto (*Eucalyptus* sp.) sendo o maior exemplar analisado com 71 centímetros. Por fim, o último indicador mais relevante foi a fitossanidade, o qual o Eucalipto (*Eucalyptus* sp.) apresentou maior taxa de ataque, no caso, pela Ferrugem do Eucalipto (*Puccinia psidii winter*).

No Sistema agroflorestal de Itaberá – SP foi possível analisar de acordo com o primeiro monitoramento do sítio agroecológico “Panela Cheia” que a medição de luminosidade nas amostras foi de 100% em todos os sentidos de luz, por conta de a vegetação apresentar baixa estatura. A maior árvore analisada no sistema foi a Aroeira Pimenteira (*Schinus terebinthifolius* sp.) com 133 cm, seguida da frutífera Goiabeira

(*Psidium guajava* L.) com 105 cm. Em relação a herbivoria a árvore que mais sofreu foi a amoreira e a goiabeira, apresentando de 6 a 12% desta análise. Já a fitossanidade analisou que a amoreira e a goiabeira foram as mais afetadas por doenças com de 6 a 12% de ataque a suas folhas analisadas.

CONCLUSÃO

Os dados iniciais demonstram a relevância que o monitoramento ambiental proporciona para a compreensão dos dois Sistemas Agroflorestais analisados, possibilitando mensurar algumas das variáveis ecológicas e interações que podem ocorrer em sistemas altamente diversos como as agroflorestas, visto que, muitas vezes tais sistemas são tidos como complexos para análise e obtenção de informações sistemáticas. Por fim, serão ainda realizados outros três momentos de monitoramento dos sistemas já iniciados e conseqüentemente o primeiro monitoramento do sistema ainda não iniciado, com a proposta de direcionar a tomada de decisões relacionadas ao manejo, controle e otimização do sistema. É importante que este projeto tenha continuidade para uma maior base de dados, visando o acompanhamento e com isso, tendo a evolução deste.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. **Agroecologia**. Bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Editora Agropecuária, 2002.

SOUZA, Marcelo S.; STEINDORFF, Andrei S.; PAULA, Mariana C. de; FORMIGHIERI, Eduardo F. SAFBD – **conhecimento agroflorestal ao seu alcance, o banco de dados de parâmetros de consórcio para Sistemas Agroflorestais**. X Congresso Brasileiro de Agroecologia, 2017, Brasília/DF. In: **Anais...**, 2017.

SCHULER, Hanna; PARRA, Vicente; JONER, Fernando; SANTOS, Karine; SIMÕESRAMOS, Grazianne A.; SIDDIQUE, Ilyas. **Benefícios de Sistemas Agroflorestais Agroecológicos (SAFAs) no Brasil: o que dizem os artigos científicos?**. X Congresso Brasileiro de Agroecologia, 2017, Brasília/DF. In: **Anais...**, 2017.

MASERA, O.; ASTEIER, M.; LÓPEZ, S. **Sustentabilidad y manejo de recursos naturales: el marco de evaluación MESMIS**. México: Mundi- Prensa, 2000.

PATRIMÔNIO RURAL E URBANO EM PRESIDENTE VENCESLAU: ESTUDO DE CASO DA FAZENDA SANTA SOFIA

Vítor Hugo de Figueiredo Mendes¹

Luís Antonio Barone²

Resumo

A história do Presidente Venceslau/SP tem semelhança à origem das demais cidades do Oeste Paulista, marcada pela expansão ferroviária e da cultura do café, onde, Álvaro Antunes Coelho encarna a figura do colonizador/grileiro que tratou de lotear a área onde se localiza o município atualmente, de modo que, o estudo do patrimônio rural e área envoltória é revelador quanto aos agentes que escrevem a história e das vozes que se sobressaem nas disputas de narrativas. Este artigo investiga o histórico e os processos de reconhecimento social que levaram ao tombamento pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT) do conjunto constituído pela Sede e Mirante da Fazenda Santa Sofia, localizados no município, tal como sua influência no processo de transformação e usufruto da paisagem. Para tal, foram realizadas visitas de campo e, devido à pandemia do COVID-19, entrevistas online com agentes públicos e privados relacionados ao processo de tombamento e gestão do bem, além de uma campanha online para levantamento de registros fotográficos que demonstrassem a apropriação do espaço pela sociedade. Verificou-se que a especulação imobiliária ameaçava o bem, levando ao tombamento que buscava evitar qualquer descaracterização da área fruto da especulação imobiliária, e, de certa forma, foi alcançada, mas que esse mecanismo, sem o auxílio de agentes públicos, não é suficiente. A sociedade local reconhece o objeto de estudo como componente de sua história, visto que a campanha para levantamento de fotos gerou um alcance maior que o esperado de pessoas usufruindo da área.

Palavras Chave: Patrimônio rural, Patrimônio cultural, Paisagem cultural

Abstract

The history of Presidente Venceslau / SP holds a similarity to the origin of the other cities of Western São Paulo, marked by the expansion and culture of coffee, wherein Álvaro Antunes Coelho embodies a figure of the colonizer / land grabber who tried to subdivide an area wherein nowadays the municipality is located to such an extent that the rural heritage and the surrounding area's studies are unveiling in regards to the agents who write the history and the voices that stand out in the narrative struggle thereof. This article herein scrutinizes the history and social recognition processes that led to the protection by the Council for the Defense of Historical, Archaeological, Artistic and Tourist Heritage (CONDEPHAAT) of the complex constituted by the headquarters and viewpoint of Fazenda Santa Sofia, acquired in the municipality, as well as its entry into the transformation and exploitation of the landscape. For this purpose, field visits were made and, due to the COVID-19 pandemic, online interviews with public and private agents related to the protection process and management of the property. Furthermore, an online campaign was designed to survey photographic records that demonstrate the appropriation of the space by society. It was found that real estate speculation threatened the property, leading to the protection that sought to avoid any mischaracterization of the area resulting from real estate speculation, and, in a way, it was achieved, but that this mechanism, without the help of public agents, is not enough. The local society recognizes the object of study as a component of its history since the campaign to collect photos generated an outreach greater than the expected of people using the area.

Key Words: Rural heritage, Cultural heritage, Cultural landscape

Presidente Venceslau e a ocupação do Oeste Paulista

O município de Presidente Venceslau fica localizado no Oeste Paulista, região que teve sua primeira ocupação marcada por povos indígenas, em sua maioria Guaranis e Caingangues, que passam a lidar com homens brancos a partir das primeiras bandeiras, no século XVII, em busca de pedras ou metais preciosos. Depois, já no XVIII, se deparam com um povoamento jesuíta, a Aldeia de Loreto, localizada próximo ao Rio Paranapanema (Leite, 1998).

Porém, é a partir do meio do século XIX que se inicia o processo de (re)ocupação do Oeste Paulista, com a morte e expulsão dos povos que ali habitavam para as áreas mato-grossenses, sendo marcante a resistência dos povos Coroados.

Seu processo de colonização se deu a partir da vinda de posseiros, que tinham como origem Minas Gerais que, para burlar a Lei de Terras de 1850, fraudavam documentos dizendo terem ocupado um pedaço de terra, como é o caso de José Teodoro da Silva, que alegou ser proprietário de uma gleba próxima ao rio Turvo “desde o ano de 1847, medindo 10 por 25 léguas, estendendo-se do rio Paranapanema até o espigão divisor com o rio do Peixe” (Erbella, 2006, p.46).

Figura 1 - A penetração e a posse dos mineiros no vale do Paranapanema em meados do século XIX



Fonte: Erbella, 2016, p.44

O número de pessoas que saíam da decadência do ouro para a promissora terra sem dono só aumenta, conformando um fluxo migratório marcado por três correntes distintas. A atividade econômica que passa a vigorar na região então é a produção pecuária, em maioria de porco, por ser mais barata que a de gado.

A próxima fase do desenvolvimento econômico vai se dar somente com a chegada da linha férrea, que permitirá o escoamento da produção de café para o porto de Santos. A presença das companhias provoca grandes alterações nas configurações regionais, alterando a hierarquia de relevância entre as cidades, sendo as ferrovias consideradas grandes vetores de urbanização.

O oeste do estado foi atravessado por quatro companhias de estrada de ferro: Noroeste, Araraquarense, Paulista e Sorocabana. (Nascimento, 2006, p.40).

Entre os anos de 1910 e 1922, a Sorocabana se expande de Salto Grande para Presidente Epitácio, atingindo o Rio Paraná. Esse processo, em conjunto ao primeiro processo de ocupação por parte dos brancos, leva a uma destruição quase que total da paisagem natural, marcando um desenvolvimento bastante agressivo ao meio-ambiente.

Observa-se então o declínio da cultura pecuária em detrimento da agricultura, que irá marcar todo o Oeste do estado até os dias atuais. Nessa nova fase, nota-se a presença de donos de loteamentos extensivos, cujas produções são voltadas para o mercado, com um fluxo de migração interna no estado vindos de todas as áreas para ocupar as novas vagas de trabalho.

Em todas as zonas, era a Alta Sorocabana que apresentava a mais acentuada mistura. Recebera não somente italianos e espanhóis, mas também atraía alemães e austríacos, bem como a maioria dos húngaros, romenos, tchecos, letos, lituanos e poloneses. (Monbeig, 1998, p.376)

É nesse cenário de bandeirantismo e migrantes que vinham colonizar o Oeste que surge a figura de Álvaro Antunes Coelho, responsável em nome da Antônio Mendes Campos Filho e Cia. por lotear e vender as terras. O português, então procurador da companhia, chega em 1922 à área que hoje corresponde à Presidente Venceslau, utilizando todos os meios necessários para desbancar os concorrentes ali encontrados.

A chegada e a função que Coelho vai executar na região é reconhecida e abordada em entrevista com o atual proprietário do bem, Julio Fernando Martins, que coloca

ele vem para cá, ele representa a Companhia Mendes Campos, que alguns falam que ele era sócio, pode até ser, adquire uma propriedade que deve dar, a gente teve acesso a escritura original, porque hoje ainda tem essa fazenda Santa Sofia, e o gerente dela era um cliente meu, então a gente teve acesso a essa documentação, copiamos, e era por volta de 400 alqueires, hoje essa propriedade tem 300. (Informação Sonora)³ O uso comum e alastrado da prática de grilagem na região faz, décadas depois, do Pontal do Paranapanema um dos expoentes na luta pela terra, como apontam Barone e Ferrante.

Ocupada por meio de sucessivas grilagens de terras, a região extremo-oeste de São Paulo, conhecida como Pontal do Paranapanema, concentrou conflitos pela posse da terra. Durante os anos 1990, a partir da atuação do MST na região, milhares de semterra foram assentados na região (Barone, Ferrante, 2012).

Logo, tomada posse da fazenda, se dará a construção do galpão, do mirante, tratado como torre da caixa d'água, e do casarão, respectivamente, datando do término das obras de 1928, de acordo com a Prefeitura Municipal. A construção do bem se deu próximo a área urbana, facilitando a locomoção e, posteriormente, sua integração à cidade.

Figura 2 – Princesa Isabel com Rua Djalma Dutra, Sede da Santa Sofia ao fundo em destaque



Fonte: D'INCAO; NASCIMENTO, 2005, editado pelo autor.

Assim, o conjunto, que será abordado com mais detalhes adiante, é construído concomitantemente à história do município, reconhecido como tal em 1925 na Câmara dos Deputados de São Paulo, sob a comarca de Presidente Prudente.

Posteriormente, a história da fazenda será determinada por três fatores: a crise de 1929, o empenho político e o falecimento de seu proprietário. Quanto à crise, ainda hoje o maquinário no galpão se encontra em bom estado de conservação pelo pouco uso, revelando o segundo ponto, que foi a empreitada da família na vida política.

Álvaro Coelho irá disputar a liderança política regional, influenciando não somente nas decisões municipais, como nas eleições para prefeito de Presidente Prudente. Sua disputa com Alfredo Marcondes, que possuía e tratava de vender alguns lotes de terras, de mesma origem na grilagem, do outro lado da linha férrea, não apresentava grande dificuldade, visto a construção do imaginário por trás da figura do senhor Coelho, como se observa no recorte de jornal da época.

Figura 3 – Reportagem publicada em jornal local sobre o retorno de Álvaro Coelho



Fonte: Erbella, 2006, p.64

Por certo que a figura do homem detentor de tanta influência gerou inimizades, o que acarretou em 3 tentativas de morte, sendo a última, em junho de 1931, fatal. De modo que quem passa a

assumir uma liderança regional, angariando um capital político é Dona Carmem Coelho, cuja influência política deve ser investigada e melhor elaborado em outro trabalho, como ressalta o atual proprietário:

O Doutor Álvaro morre em 1931, quem assume essa parte política da história é a Dona Carmem, esposa dele, aí ela vai nessa política até 60, ela manda na região, ela é muito amiga do Ademar de Barros pai, que é o dono da Lacta, e depois tem o Ademar de Barros Filho, a turma mais da velharada vai saber todo mundo quem são esses caras e tem muita foto disso. E eles elegeram 2 prefeitos de Prudente aqui, na época que eram intenções, você elegia um nome na verdade, não tinha eleição propriamente dita. (Informação Sonora) ⁴.

A torre e o casarão

Dessa forma, o conjunto é inaugurado em 1928, tendo a torre a função de mirante e caixa d'água para abastecer o casarão. Já na década de 50, a família não residia mais na sede da fazenda, tendo adaptado sua vida a área urbana da cidade, porém, em diversos momentos, a casa virava um centro para reuniões políticas tocadas pela Dona Carmem.

Como coloca Julio

os proprietários daqui não moravam aqui, mantinham a casa por um sistema de zeladoria muito bom, tinha gente que morava, funcionários que limpavam, mantinham toda a mobília interna, e a cada 2 ou 3 meses, vinha a proprietária, ficava aqui uns 10 ou 15 dias, fazia uma faxina maior, reestabelecia laços de amizade, aquela coisa toda, e nesse meio tempo, eles foram se afastando. (Informação Sonora) ⁵.

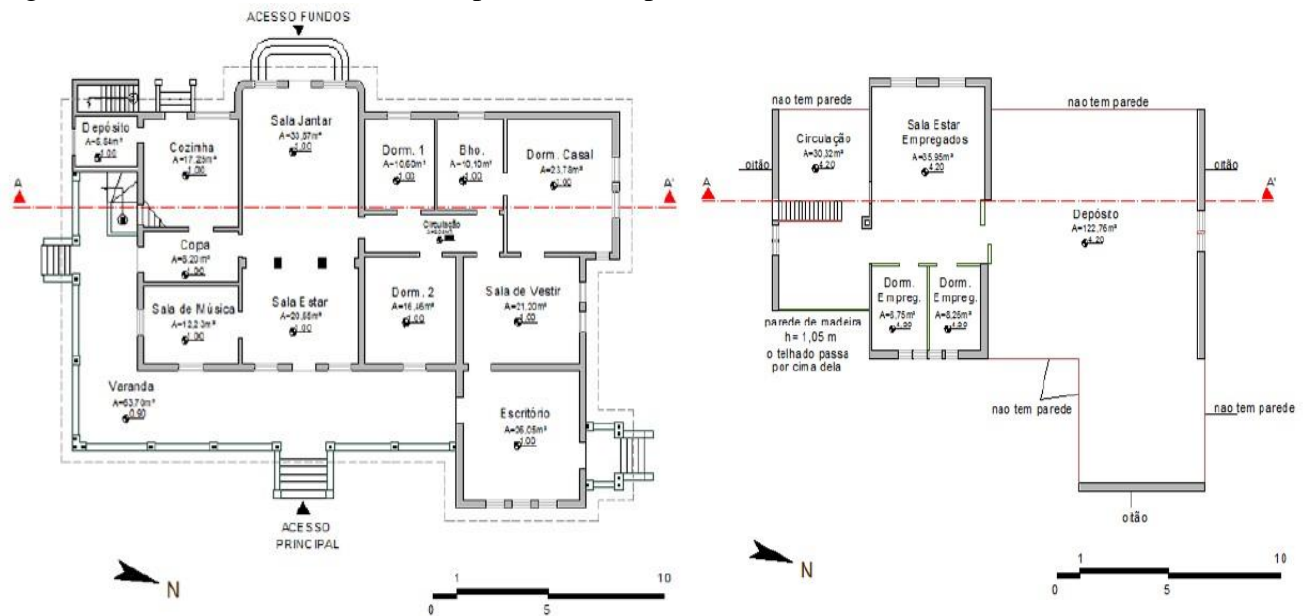
Figura 4 – Inauguração do casarão



Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Presidente Venceslau, 2018

O programa da casa continha no piso térreo 3 dormitórios, sendo um do casal, uma sala de vestir, um banheiro, um escritório, sala de estar, sala de jantar, sala de música, cozinha, copa e um depósito. No piso superior 2 dormitórios para empregados, uma sala de estar para empregados e um depósito. A casa possuía ainda uma adega no subsolo, localizada à esquerda, do ponto de vista frontal.

Figura 5 – Plantas baixas do térreo e pavimento superior



Fonte: Fernandes, 2014

Se destacou na obra não somente o tamanho e imponência, visto que se localizava numa das regiões mais altas da cidade, como também a escolha de determinados materiais de revestimento e cobertura. A casa feita toda em alvenaria, possuía banheiros com cerâmica holandesa e telhas francesas, além do requinte nos detalhes. Já o assoalho foi todo feito em peroba rosa e canelinha, dependendo do cômodo.

Essa diferença no material de acordo com o ambiente ocorre devido à reforma feita em 1968, quando o escritório vira uma sala de espera e ganha uma saída para a rua, o banheiro passa por interferências, como a adição da banheira de porcelanato, e removem o acesso externo à adega, criando um efeito arredondado na vedação.

Figura 6 – Detalhes do casarão sede da Santa Sofia



Fonte: Acervo de Marina Murari, 2019.

Quanto às modificações na torre, os relatos locais indicam que ela ganha a cobertura, que a torna semelhante a uma obra holandesa, durante a Segunda Guerra Mundial, devido a falta de combustível para alimentar o gerador da bomba que subia a água do poço. Assim, é implementado a cobertura com um conjunto de pás que forçava o bombeamento de água por via mecânica. O sistema é abandonado após uma tempestade que carregou uma das pás para o dentro da fazenda.

Em conversa informal com o comerciante de 85 anos Michel Chaim, este relata a veracidade da caixa d'água; lembra-se de um dia em sua infância, em que um temporal acometeu a cidade e fez com que a roda d'água (mecanismo responsável por retirar a água do solo) voasse para longe de seu destino. (Fernandes, 2014, p. 55)

Tombamento e apropriação

Figura 7 – Torre e fachada frontal do casarão sede da Santa Sofia



Fonte: Acervo de Marina Murari, 2019.

O patrimônio, que estará em questão aqui, é formado pelo ambiente construído das sociedades humanas. Sinônimo de patrimônio edificado no espaço pelos homens, ele é qualificado, segundo suas diversas categorias, (...) segundo seu modo de inserção na temporalidade, é dito histórico ou contemporâneo. (Choay, 2009, p.9)

Não cabe a este trabalho detalhar toda a evolução da briga judicial que perpassou o tombamento, visto a vasta produção de Rodrigo Modesto Nascimento acerca do assunto. Aqui, se faz mais necessária uma investigação quanto ao histórico e os processos de reconhecimento social que levaram ao tombamento pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT) do conjunto constituído pela Sede e Mirante da Fazenda Santa Sofia.

O conjunto se apresenta como uma obra de características técnicas e estéticas muito distintas das utilizadas até então na região. Tal singularidade foi usada como argumento pelo poder público, anos depois, para defender o tombamento, a cidade já num outro cenário de desenvolvimento, visto que na década de 1980, o município de Presidente Venceslau sofria grande pressão por parte da especulação imobiliária, o bem estava nas mãos da terceira geração da família Coelho, que desejava transformar a área do casarão num condomínio fechado, levando a necessidade do tombamento, pela preservação da história em detrimento dos anseios do mercado.

Ele também conta que estava presente quando a propriedade de Álvaro Coelho (**Neto**) começou a se desfazer, primeiramente foi sua porção frontal, que foi doada para a atual Igreja Santo Antônio, e posteriormente ocorreu a separação da terra em lotes e a venda deles. (Fernandes, 2014, p. 55, **negrito nosso**)

Os promotores públicos Eduardo Araújo da Silva e João Aparecido dos Santos frisam a importância do imóvel no momento de fundação, característica que marca o reconhecimento de diversos bens em proteção ou em estudo. No processo, que data de 1989, eles descrevem que o conjunto

formam singular conjunto arquitetônico, fruto da inteligência, criatividade do senhor Álvaro, cuja cultura foi assimilada nos claustros dos conventos lusitanos, (...). Tal beleza, inclusive já determinou a presença da torre em cartões postais da região(...) (SÃO PAULO, 1989, p. 06) ⁶.

Já a conselheira Maria Ângela D’Incao, cita em seu parecer a importância do casarão quanto ao ciclo econômico, do café, que este representa, além de suas consequências. Além de nele constar que

Neste imóvel ocorreram grande números de reuniões políticas sob a direção da chefe política da região, Dona Carmem Coelho, esposa de Álvaro Coelho e figura interessante e precursora, digamos assim, da liberdade feminina. Um estudo mais aprofundado, tanto da casa como de sua história deverá se proceder, assim como, um estudo de sua arquitetura. (Ibid. p. 29)

Assim, no ano de 1990 sai a decisão do tombamento do conjunto, determinando a preservação dos bem, tal como sua área envoltória, limitando, ainda, a altura de construções nos lotes adjacentes a um pé direito de 3,50 metros.

Dessa forma, adotada da abordagem de Rodrigues (2000) e Nascimento (2013) que traçam uma linha histórica do ideário de patrimônio tida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e CONDEPHAAT, o reconhecimento desse patrimônio ocorre já numa terceira fase, “quando se verifica a consolidação das práticas anunciadas no período anterior, incluindo a noção de memória como objeto da preservação” (Nascimento, 2013, p. 32).

Por conseguinte, entende-se que os processos de reconhecimento de um patrimônio, materializam na figura de um símbolo toda uma organização social complexa e forma de pensamento, que ajudaram a constituir o presente. Agora, pelo pressuposto de que a paisagem pode ser entendida como um território fabricado, produto das relações humanas e formas de se organizar socialmente, cabe o questionamento se tal paisagem faz parte desse conjunto que se preza preservar por via do tombamento.

E mais, por um entendimento de que as políticas públicas de patrimônio buscam sistematizar isso, ao se deparar com a noção de que a paisagem, ali constituída pelo conjunto tombado e área envoltória, vai além das noções estéticas e compreende a soma dos costumes, das práticas, das experimentações como aponta Besse (2014), uma mudança direta na constituição da paisagem, poderia ser uma agressão a tais políticas que visam preservar não somente o direito a memória, como o direito a paisagem e a satisfação de necessidades imateriais, afetivas e sociais.

As práticas preservacionistas acionadas na América Latina mantêm-se em sintonia com as políticas internacionais de proteção, que enfrentam o desafio de associar a preservação do patrimônio cultural e da memória social ao desenvolvimento urbano. Mas, no caso latino-americano, os especialistas se deparam com outros impasses, agravados pela complexidade e extensão dos acervos de bens, a dispersão desse patrimônio no vasto continente americano, as urgências sociais e a escassez de recursos. (Funari, Pelegrini, 2006, p. 36)

Haja vista a necessidade da paisagem para a garantia do direito à memória, função fim do tombamento, o caso do conjunto tombado traz duas questões à tona. A primeira, relacionada ao muro que circunda o mirante do conjunto, distando cerca de 1,00 metro do entorno da murada de tijolos.

Figura 8 – Vista aérea da torre e do conjunto tombado



Fonte: Acervo de Sergio Eleuterio Junior, 2019.

Na busca por entender como se deu a construção desse cerco, e a relação da casa logo atrás da torre com o conjunto tombado, as entrevistas orais foram essenciais.

Pra você ter uma base, esse sobrado, ele é da época de 80. A construção da casa não, a casa tem 45 anos mais ou menos, por aí, eu era moleque mesmo quando começou a construção daquela casa. (Informação Sonora) ⁷.

Logo, o tombamento, de certa forma, não chegou a tempo de preservar o entorno da torre. O terreno onde se situa a casa é um dos lotes vendidos pelo então dono, antes do processo por parte da promotoria.

Mas o proprietário atual vê a murada com bons olhos, dando a entender que outras memórias só puderam ser construídas graças a sua presença, e diz

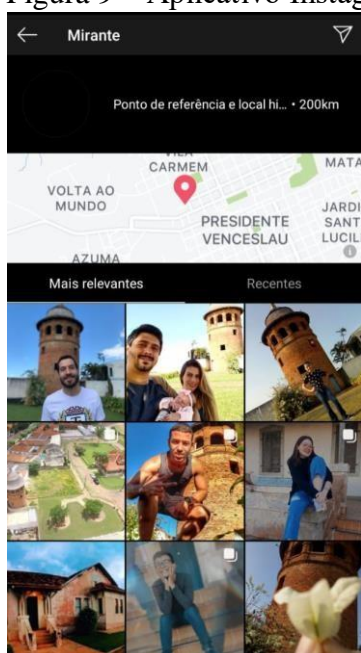
mas, eu vejo dessa forma, não tive condição, não vou me matar por causa disso, é aquilo, vários namoros começaram ali atrás, no escurinho. (Informação Sonora) ⁸. A segunda questão, era da necessidade, ou importância, da manutenção da paisagem para a apropriação do espaço e seu reconhecimento. O proprietário relata que ao comprar o bem, entre os anos de 2008 e 2009, o matagal tomava conta do lote, assim, foi necessário capinar, além de ser um serviço de terraplanagem para compensar os desníveis, e assim, voltar a ter acesso às vias pavimentadas. E frisa que, conforme ia formulando um paisagismo e melhorando as condições da área envoltória, determinada por um raio de 300 metros do centro do casarão, diminuíram os furtos e roubos, além de aumentar a sensação de segurança da localização.

A ocupação da gente mesmo, local. Porque, por exemplo, eu de área gramada, eu tenho um fundo aqui de 1200 metros quadrados, que ele era mato, fora a rua, junto com os outros proprietários dos outros terrenos, o qual eu tenho 2, então aquilo virava, você não sabia o que era rua, você parava o carro aqui na frente, não dava pra você evoluir, essa ocupação é por nossa conta, isso aí eu não tenho dúvida. Juntamente a isso vem a APAE, nós fizemos mais um prédio lá na APAE, ela tem a entrada principal dela na rua lá atrás, (...) eu acho que tá movimentando bem aqui essa entrada e teve um outro dono de terreno aqui que fez 9 *loftzinhos* que a turma reclamou um pouco, só que me dá um suporte legal de movimento bom, então hoje é tranquilo, hoje é uma delícia,

hoje você está tarde aqui, e capinando, aguando, vendo o pôr do sol, puts, é um tesão, isso aí é uma delícia. (Informação Sonora) ⁹.

De fato, a cidade se apropria do espaço e o utiliza ativamente, o que pode ser verificado presencialmente, ou como aconteceu durante a pandemia do COVID-19, que impossibilitou trabalhos de campo, por meio da rede social Instagram. Ao adicionar a localização “Mirante”, “Torre” ou mesmo “Presidente Venceslau”, você imediatamente é redirecionado a dezenas de fotos no local. Assim, o objeto não executa apenas uma função de marco turístico, visto que a apropriação se dá por moradores locais, que usufruem do espaço para passeios e demais atividades de lazer, como vemos abaixo:

Figura 9 – Aplicativo Instagram com pesquisa do local “Mirante”



Fonte: Autores, 2020.

Considerações Finais

Bem como se pretendeu mostrar, a ocupação do Oeste paulista pelo homem branco esteve marcada pela expulsão dos indígenas e demais habitantes locais, pela expansão da cultura cafeeira, marcando a história da região com figuras colonizadoras, como é o caso de Presidente Venceslau, onde Álvaro Antunes Coelho incorpora a figura do grileiro que disputa a posse e venda das terras.

Apesar disso, a construção datada de meados do século XX representa parte da história dos municípios locais, que entendem esse espaço como seu. Em grande parte, esse sentimento de pertencimento está diretamente ligado a preservação da área envoltória e da paisagem cultural ali enquadrada.

Dessa forma, cabe refletir acerca das políticas de preservação para além do tombamento, e como, de fato, assegurar que se cumpra sua função. Nesse sentido, o atual proprietário da sede da fazenda Santa Sofia entende a importância do bem, visto que é o único patrimônio rural tombado no Oeste paulista, e que a dependência do poder público não traz garantias, uma vez que o órgão responsável, o CONDEPHAAT, possui cerca de 400 obras em sua lista de bens protegidos e um orçamento insuficiente para suas demandas.

O mesmo, ainda acrescenta que suas apostas têm sido no sentido de parcerias público-privadas, como a Lei de Incentivo à Cultura, conhecida como Lei Rouanet, e eventos privados, que tragam algum tipo de renda ao local que lhe permita reinvestir no local. Julio montou seu escritório de arquitetura no casarão, onde realiza uma série de experimentos de estratigrafias e aprimora suas técnicas de restauro, pensando nas possibilidades que a ausência de restrições do CONDEPHAAT lhe dão, se comparado ao IPHAN, de acordo com o mesmo.

Notas

- ¹ Graduando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, e-mail: vitor.figueiredo@unesp.br.
- ² Sociólogo pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, e-mail: labarone@uol.com.br
- ³ MARTINS, J. F. Entrevista I. [jul. 2019]. Entrevistador: Vítor Hugo de Figueiredo Mendes. Marília, 2020. 1 arquivo .mp4 (88 min.). Entrevista concedida aos autores.
- ⁴ MARTINS, J. F. Entrevista I. [jul. 2019]. Entrevistador: Vítor Hugo de Figueiredo Mendes. Marília, 2020. 1 arquivo .mp4 (88 min.). Entrevista concedida aos autores.
- ⁵ MARTINS, J. F. Entrevista I. [jul. 2019]. Entrevistador: Vítor Hugo de Figueiredo Mendes. Marília, 2020. 1 arquivo .mp4 (88 min.). Entrevista concedida aos autores.
- ⁶ SÃO PAULO (Estado). Processo de Tombamento n. 26912. SP: CONDEPHAAT, 1989.
- ⁷ MARTINS, J. F. Entrevista I. [jul. 2019]. Entrevistador: Vítor Hugo de Figueiredo Mendes. Marília, 2020. 1 arquivo .mp4 (88 min.). Entrevista concedida aos autores.
- ⁸ MARTINS, J. F. Entrevista I. [jul. 2019]. Entrevistador: Vítor Hugo de Figueiredo Mendes. Marília, 2020. 1 arquivo .mp4 (88 min.). Entrevista concedida aos autores.
- ⁹ MARTINS, J. F. Entrevista I. [jul. 2019]. Entrevistador: Vítor Hugo de Figueiredo Mendes. Marília, 2020. 1 arquivo .mp4 (88 min.). Entrevista concedida aos autores.

Referências

- BARONE, Luís Antonio; FERRANTE, Vera Lúcia S. Botta. **Assentamentos rurais em São Paulo: estratégias e mediações para o desenvolvimento**. Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 55, n. 3, p. 755-785, 2012.
- BESSE, Jean-Marc. **O gosto do mundo exercícios de paisagem**. Tradução Annie Cambe. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.
- CHOAY, Françoise. **O patrimônio em questão: antologia para um combate**. Tradução João Gabriel Alves Domingos. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.
- D’INCAO, M. A.; PASSOS NASCIMENTO, L. E. **Presidente Venceslau: uma região, a cidade e sua gente**. 1. ed. Presidente Venceslau: Letras a Margem, 2005.
- ERBELLA, Inocêncio. **Rabiscos históricos de Presidente Venceslau**. Presidente Venceslau: Artes Gráficas Pedriali, 2006.
- ERBELLA, Inocêncio. **Presidente Venceslau: nossa terra, nossa gente**. Presidente Venceslau: Artes Gráficas Pedriali, 2016.
- FERNANDES, M. M. C. **Recuperação arquitetônica e reintegração social em patrimônio histórico de Presidente Venceslau**. 2014. 232f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente.
- FUNARI, P.P., PELEGRINI, S.C.A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. São Paulo: Zahar, 2006. 9788537802489. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788537802489/>. Acesso em: 04 Nov 2020
LEITE, José Ferrari. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Hucitec, Fundação UNESP, 1998.

MENESES, U. T. B. de. **A cidade como bem cultural - Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano**. In: MORI, H; SOUZA, M. C. de; BASTOS, R. L; GALLO, H. (orgs.). **Patrimônio: atualizando o debate**. Brasília, IPHAN, 2006

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. Tradução Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.

NASCIMENTO, Rodrigo Modesto. **A preservação do patrimônio cultural no oeste paulista**. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

NASCIMENTO, Rodrigo Modesto. **O patrimônio rural no oeste paulista: o tombamento da Fazenda Santa Sofia, 1989- 1992**. *Cultura Histórica & Patrimônio*, v. 1, n. 2, p. 30- 44, 2013.

SERRATINE, A. M. **Patrimônio arquitetônico: preservação e restauro – casarão do dr. Álvaro Coelho**. 2005. 84f. Monografia (Pós-graduação *latu senso* Patrimônio Arquitetônico: Preservação e Restauro) – Universidade Cruzeiro do Sul, São Paulo.

Viviani Regina Marchi¹

Henrique Carmona Duval²

Resumo

Este estudo, em caráter preliminar, trata das relações estabelecidas entre os consumidores e os produtores assentados na feira de alimentos orgânicos na cidade de Araraquara/SP. Ao adquirir alimentos nas feiras, os consumidores estabelecem uma sociabilidade com os produtores, porém ainda falta ser investigado se esta relação desfaz possíveis representações pejorativas sobre os assentamentos rurais e seus moradores. Esta pesquisa tem a intenção de investigar essa relação de sociabilidade e se ela tem a capacidade de ressignificar o espaço social do assentamento para o público que frequenta as feiras. O objetivo da pesquisa é analisar a representação social dos consumidores da feira sobre os assentamentos e como a feira transforma esta representação. A pesquisa possui caráter exploratório e descritivo, sendo conduzida a partir de pesquisa bibliográfica, além de entrevistas com consumidores acerca de suas representações e padrões de consumo e questionários semiestruturados com produtores para caracterizar seu modo de vida e de produção. Ambas técnicas de pesquisa poderão ser aplicadas pessoal ou remotamente. Espera-se com a pesquisa entender a percepção das pessoas que vivem no espaço urbano sobre os assentamentos rurais, a relação estabelecida entre os produtores e os consumidores através da feira enquanto um circuito curto de comercialização e as diferenças dos alimentos da feira em relação aos alimentos adquiridos em supermercados quanto à confiabilidade, custos e segurança alimentar.

Palavra-chave: Agricultura Familiar; Feira Livre; Representação Social; Mercados Socialmente Construídos.

¹ Pós-graduanda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – Universidade de Araraquara.

² Professor Adjunto do Centro de Ciências da Natureza (CCN/UFSCar) e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – Universidade de Araraquara.

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho está focando em compreender as representações sociais sobre os assentamentos rurais por parte de consumidores urbanos da feira “Da Roça para a Mesa: feira de alimentos orgânicos”, em Araraquara/SP. Com o intuito de analisar como as pessoas da cidade que compram nas feiras passaram a ver os moradores do campo, tem-se como hipótese que as feiras formam um tipo de circuito curto de comercialização que estreita as relações sociais presentes. A hipótese central é que este tipo de feira, com sua proposta diferenciada de produção e comercialização de alimentos orgânicos, seja capaz de alterar representações sociais pejorativas da população urbana sobre o que são os assentamentos rurais e a reforma agrária.

Ainda em fase de elaboração, o presente trabalho é parte da pesquisa bibliográfica que vem sendo feita em bases de dados, artigos, periódicos, teses e dissertações dentro do tema do trabalho. Em fases posteriores, o projeto prevê a realização de entrevistas semi-estruturadas com os consumidores da referida feira para entender suas representações de consumo e sobre os assentamentos, mas também realizar entrevistas com os produtores rurais para analisar seu modo de vida e seu modo de produção. Entrevistas estas que serão presenciais ou remotas, em função de como as feiras estarão no decorrer do período de pandemia do COVID-19.

FEIRAS-LIVRES

As feiras livres como conhecemos hoje teve seu surgimento na Idade Média, em Portugal. De acordo com Vieira (2017), o país não apresentava uma grande produção e também deixava a desejar em seu trânsito, mas as feiras livres se fizeram presente no seu dia-a-dia. Essas feiras foram marcadas por incentivar a economia local, as pessoas que circulavam nas feiras realizavam trocas de produtos, trocavam informações, era uma verdadeira relação entre campo e cidade. Existia rigidez no funcionamento das feiras, os feirantes só podiam participar de uma única feira sempre, não podiam mudar de feira para venderem os seus produtos e mesmo sem mercadoria para venda era preciso participar do dia da feira. Para Silva (2020), as feiras livres eram espaços participativos e colaborativos, as feiras surgiram como forma dos agricultores se desfazerem dos excedentes produzidos ou para realizar trocas com produtos que não tinham na sua produção.

Curiosamente os dias do Brasil foram marcados pelas feiras que ocorriam nos seus respectivos dias.

O Brasil, como colônia portuguesa, mantém a nomenclatura desse comércio como “feiras”, bem como carrega essa denominação nos dias da semana. Essa identificação se refere ao fato de que a primeira feira era feita no dia da missa, no domingo, com a chegada dos agricultores na cidade. No dia seguinte, com as sobras da primeira feira, era feita uma “segunda-feira”, depois no próximo dia uma “terça-feira” e assim por diante (VIEIRA, p. 25, 2017).

O conceito de feira no Brasil sofreu algumas modificações até chegar no conceito que conhecemos hoje, no Brasil colonial era espaço do comércio de luxo, já no Brasil república, as feiras viraram espaços de comercialização de todos os tipos de produtos e todos os tipos de consumidores. As feiras não eram vistas com bons olhos, pois quem participava das feiras era considerado marginal e a feira em si arcaica ao comércio, a feira já era um ambiente de produtores, intermediários e consumidores, onde realizavam variados comércios, desde alimentos, artesanato e bebidas.

As feiras livres tiveram dois momentos de grande declínio, mas depois teve que se reinventar para atrair os consumidores que estavam perdendo. Segundo Vieira (2017), o surgimento do CEASA em meados de 1960, atingiu as feiras, porque toda a comercialização de alimentos passou a ser feita nele, monopolizando o comércio da agricultura, não sobrando espaço para os pequenos produtores. Outro comércio que afetou diretamente as feiras, mas não foi logo no seu surgimento, foram os supermercados e seu crescimento exponencial, mesmo que no começo os supermercados não vendessem alimentos in natura, apenas importados e produtos de limpeza, mas com o tempo também passou a comercializar.

Os alimentos comercializados pelos supermercados causam uma relação de desconforto para os consumidores, já possuem cada vez mais aditivos químicos para durarem mais tempo, são produzidos a partir de uma agricultura convencional e sem grandes preocupações com temas como excesso de agrotóxicos, contaminação humana e ambiental.

As antigas feiras eram marcadas por uma hierarquia econômica, mas também simbólica. Os comerciantes se diferenciavam de acordo com o lugar em que estabeleciam as suas barracas, sendo que os agricultores que montavam suas barracas no chão da feira representavam os pequenos agricultores. Já os homens se aproximavam mais dos consumidores por escolher pontos estratégicos para expor seus produtos. Essas feiras não tinham lugar fixo para ocorrer, cada vez aconteciam em um lugar diferente, sendo ruas e praças os lugares mais comuns para se aproximar do público.

As feiras livres da atualidade também passaram por mudanças, porém pode-se afirmar que continuam um importante meio de abastecimento alimentar urbano na modernidade. As feiras hoje são parte de políticas públicas municipais e possuem formas de regularização as mais diversas. Há também diversos formatos com feiras de venda direta do produtor, no qual este mesmo é o feirante, assim como existe uma nova categoria profissional de feirante, como acontece em na cidade de São Paulo, onde os feirantes não são produtores, mas compram as mercadorias do Ceagesp e apenas os revendem nas feiras.

Por outro lado, é possível encontrar agricultores se moldando na nova realidade, através de vendas pelo whats app, grupos que possuem os mesmos interesses, dentre outras inúmeras modalidade de comercialização, como a venda de seus produtos em suas próprias propriedades rurais, muitos comerciantes possuem restaurantes em suas casas ou vendem para um restaurante próximo, os produtos podem ser encontrados em lojas artesanais locais ou pequenos mercados. Dentre todas, as feiras permanecem como espaços de fortalecimento de relações entre agricultores e consumidores, estreitando essa relação através de amizade e confiança. Nas feiras são estabelecidas relações entre os produtores, essas relações envolvem favores, cooperação, visto como um ambiente familiar, os consumidores também sentem esse clima de intimidade, entre os consumidores e os agricultores, é possível estabelecer uma relação de amizade e respeito entre eles, nesses locais acontecem manifestações populares, espetáculos artísticos, sendo as feiras livres uma das importantes formas de comercialização da agricultura.

O destaque a venda das feiras é ter um alimento saudável com redução dos preços que são considerados abaixo do mercado, a venda é realizada por cadeia curta, estritamente acontece à venda entre o consumidor e produtor, quando comparados a mercados tradicionais, nesse caso ocorre à venda por cadeia longa, o alimento passa por

diversas “mãos” para chegar até o consumidor final, neste caso, o consumidor e o produtor não se conhecem, distanciando as partes principais do processo alimentar.

De acordo com Kinjo e Ikeda (2005), as feiras são marcadas por dois tipos de consumidores, os que se programam antecipadamente para saber o que vai comprar e aqueles que decidem a sua compra quando estão na feira. O que acontece é que muitas vezes agem por impulso, para realizarem compras de alimentos que não tinham pensado em comprar, mas pela cor, por estarem bonitos acabam comprando. Nas feiras dificilmente são feitas reclamações dos produtos comprados, por ser uma venda pessoal, os consumidores quase não reclamam de estarem insatisfeitos com algum produto, por exemplo, o sabor, a qualidade ou durabilidade dos alimentos, quando o consumidor não gosta de determinado alimento, não liga a má produção ou algo do tipo, mas que o alimento em si não agradou muito seu paladar, o cliente frequentador da feira já utiliza da sua intimidade para falar abertamente com o agricultor, expor o que não está satisfeito, mas sempre através de uma relação de confiança e respeito.

Segundo Kinjo e Ikeda (2005), as feiras livres são espaços democráticos em que circulam pessoas de diversas profissões e compram os mesmos produtos, não existe um único público, mas variados públicos que se mesclam e os vendedores conseguem conversar com todas as classes sociais para que realizem suas compras, através do poder de persuasão. O que é possível ver nas feiras mesmo sem um público específico e com uma grande quantidade rotativa de pessoas o tempo todo, é a variação do público ao longo da feira. No começo da feira geralmente o público mais cativo e morador das proximidades. Mas ao final da feira sempre tem promoções, então as pessoas que vão em busca de alimentos mais baratos. Não é uma regra essa segregação, mas é muito comum de encontrar no final da feira, quase acabando mesmo, os alimentos que não vendidos por preços bem abaixo, a chamada “chepea”.

Para Vieira (2017), sobre a importância da venda direta, gera no agricultor maior autonomia financeira, trocas de experiências entre o rural e o urbano, novas sociabilidades. Através de circuitos curtos de comercialização, como as feiras, os consumidores têm o privilégio de saberem como são produzidos os alimentos, mantêm uma relação próxima com o agricultor, essas relações estabelecidas de proximidade são relações de confiança, reciprocidade entre os lados envolvidos.

Segundo Marsden, Banks, Bristow (2000) apud Silva (2020), existem três tipos principais de circuitos curtos que são face-a-face, proximidade espacial e especialmente estendida.

Face-a-face: o consumidor compra um produto diretamente do agricultor. Nesse caso, a autenticidade e confiança ocorrem por meio de interação pessoal.

Proximidade espacial: os produtos são produzidos e vendidos na região (ou local) específico da produção. De tal modo que, os consumidores têm conhecimento da natureza “local” do produto no ponto de venda.

Especialmente estendida: as informações sobre o local de produção e que os produzem os alimentos podem ser acessadas pelos consumidores tanto regionais como fora da região. Ou seja, esses circuitos possibilitam ao consumidor informações sobre os alimentos adquiridos (via certificação, rótulos ou selos). (SILVA, 2020, p. 26)

Para Silva (2020), o advento das cadeias curtas trouxe um comércio justo, recíproco, solidário, ético, mais confiante e respeitoso.

Vieira (2017), relata o surgimento da feira livre na cidade de Araraquara com as suas mudanças estabelecidas ao longo dos anos, mudanças essas que vieram para melhorar e regular o mercado das feiras.

A feira livre de Araraquara foi normalizada em 1953 através da sua primeira lei, mas as feiras não podiam funcionar em qualquer horário, a Lei 244, propunha o funcionamento das 6:00 às 11:00, não era permitida a revenda de produtos, as vendas eram feitas através da cadeia direta, podiam ser vendidos mercadorias, do gênero alimentício, utensílios culinários e qualquer artigo para o abastecimento doméstico. Em 1954, a lei sofreu alterações com uma nova lei, a Lei 350, a venda nas feiras eram apenas de alimentos de primeira necessidade, laticínios, hortaliças, frutas, pescados, aves e ovos. Só em 1977 com a Lei 2.281, que foi possível ter a revenda de produtos, ainda restritos a alimentos. Em 1978 com a Lei 2.406 a feira foi ampliada para artigos manufaturados de uso pessoal e doméstico, aumento do horário da feira das 6:00 às 12:00, o número de feiras aumentou na cidade, não podendo ser no mesmo local as feiras, era proibido de se chocarem no mesmo lugar. (VIEIRA, p. 35, 2017)

Os próximos passos do levantamento bibliográfico sobre as feiras em Araraquara e, em especial, da feira de alimentos orgânicos serão: atualização da situação do Programa Negócios do Campo, que envolve as feiras no município, histórico de criação e situação atual da feira Da Roça para a Mesa: feira de alimentos orgânicos.

AGROECOLOGIA

A agroecologia é uma nova abordagem da agricultura que possui diversos aspectos, desde agronômicos, ecológicos e socioeconômicos, a busca por alimentos saudáveis, é a atividade agrária da perspectiva ecológica.

Desta forma a agroecologia vai além de uma atividade de se ter alimentos saudáveis. Segundo Scopinho, Gonçalves e Melo (2016), agroecologia como bandeira do movimento social, apareceu no contexto da ocupação de assentamentos e tem sido difundida o seu crescimento, por várias formas de comunicação estabelecidas no cotidiano. A agroecologia busca uma reorganização diferente da agricultura tradicional, mas isso não acontece momentaneamente é preciso percorrer um caminho longo, constante, de forma gradativa (BARCELLO e MARTELLI, 2009). Essa transição não acontece de um dia para o outro por ser bastante complexo, pois não depende apenas da natureza e sim da relação mútua entre a natureza e o ser humano que trabalha na terra, é preciso estabelecer uma relação de cooperação e respeito.

As diferenças são notadas através da agricultura convencional e da agricultura alternativa, de acordo com Queda, Kaguyama e Santos (2009), a agricultura convencional é formada pelo uso intensivo de capital, unidades produtivas em larga escala com o foco para a monocultura e grande quantidade de agrotóxicos, o que se diferencia da agricultura alternativa, a agroecologia, marcada pela descentralização, independência entre os grupos, possui diversidade nos alimentos, conservação da natureza, não dependem de recursos externos para sobreviverem, as famílias que controlam a sua produção em primeiro lugar para a sua sobrevivência e depois o que restar comercializam em feiras e mercados.

Barcello e Martelli (2009) defendem a agroecologia como uma alternativa para a agricultura familiar, através da preservação dos recursos naturais e a biodiversidade, está presente diversidade e a rotação de culturas, é a favor de plantar uma variedade de alimentos, diferenciando dos grandes fazendeiros que escolhem apenas um alimento e plantam sempre o mesmo e empobrecem o solo. A agroecologia é pautada na venda direta ao consumidor e estabelece uma economia solidária.

A revisão sobre esta temática tem a ver com a feira que é objeto de estudos no projeto. O que os estudos na área têm apontado é que vem aumentando o número de produtores com certificação para a produção orgânica, sobretudo dentre aqueles com certificação participativa. A certificação participativa é justamente aquela na qual os produtores acessam circuitos curtos de comercialização como feiras, grupos de consumidores e programas de compra institucionais, como a merenda escolar. Assim, o presente estudo deverá se debruçar sobre essas novas perspectivas da produção e do consumo de orgânicos a partir da certificação participativa e dos mercados locais.

REFORMA AGRÁRIA

Os assentamentos rurais no Brasil são anteriores ao Plano Nacional de Reforma Agrária, mas a grande parte dos assentados se estruturou logo depois desse plano de 1985. Porém, durante o regime militar não teve distribuição de terras, pelo contrário, foi um período marcado pela concentração de grandes propriedades. De acordo com Ferreira, Silva e Antuniassi (1998), as questões agrárias são antigas, se discute a redistribuição de terras no Brasil ao menos desde o século XIX, quando houve a promulgação da Lei de Terras (em 1850) com a crise da mão de obra, mas o tamanho das terras não sofreram alterações, pelo contrário, houve uma tendência à expansão dos latifúndios.

A realização da reforma agrária é uma oportunidade para os trabalhadores rurais terem uma terra para plantarem, mesmo que de forma precária, a intenção é conquistarem através dela o cultivo para se alimentarem, o indivíduo que conquista o seu pedaço de terra, conquista também a sua dignidade para ter onde trabalhar. (WHITAKER, 2011).

Segundo Ramos (2009), para os assentamentos se consolidarem é preciso pensar no cooperativismo entre os assentados, para que trabalhem com mais vigor político e econômico, porque a competição com os grandes produtores é desleal e ela acontece o tempo todo. Martins e Mennache (2011) relatam que a Reforma Agrária é uma teia complexa que envolve terra, família e trabalho, desta forma é possível ter familiares trabalhando juntos, morando juntos em uma mesma terra em busca de um mesmo projeto de vida. A Reforma Agrária não deve ser apenas a distribuição de terras. Como afirma

Neves (2016), é preciso ter políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural, com infraestrutura de qualidade e sustentabilidade.

Os movimentos sociais foram muito importantes pelas conquistas dos direitos, também é visto a sua importância pela conquista das terras na Reforma Agrária, o movimento mais importante é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), instituído em 1984 e sempre envolvido nas causas pelas lutas sociais, com o lema de “ocupar, resistir e produzir”. De acordo com Marques, Lucas e Gasparir (2014), o primeiro Plano de Reforma Agrária estava previsto no Estatuto da Terra em 1964, esquecido durante a ditadura e retornado na Nova República, no governo José Sarney, surgiu ainda que de forma muito peculiar, sendo uma parcela muito pequena do plano inicial, mas que era uma amostra do que poderia vir no futuro.

Para Marques, Lucas e Gaspari (2014), alguns assentamentos rurais no Estado de São Paulo seguem a ideia de Comuna da Terra, do MST, e são caracterizados por estarem próximos às grandes cidades e terem a agroecologia e a cooperação como pilares dos projetos produtivos e o acesso coletivo à terra.

A cidade de Araraquara situada a 270 quilômetros da capital paulista é uma das cidades que mais produz e exporta suco de laranja, resultado do Programa Nacional do Alcool (Proálcool) e na mesma época teve investimento na cana-de-açúcar, muito forte na região, essa produção em larga escala voltada para exportação se contradiz aos assentamentos que são regiões que produzem diversos produtos e são voltados para o mercado local e sua subsistência. Atualmente a economia de Araraquara é mais variada com forte comércio, universidades que contribuem para o desenvolvimento da cidade, além de manter a agricultura tradicional da laranja.

Nas próximas etapas deste levantamento serão analisados os assentamentos de Araraquara e a nova categorial social criada nos assentamentos, a partir da reconstrução do modo de vida e de sua inserção na economia regional. Serão destacadas as principais propostas de produção e o papel que os assentamentos têm no abastecimento alimentar do município, sobretudo por meio da participação nas feiras livres.

BIBLIOGRAFIA

ABRANTES, K. K. J.; CAMURÇA, A. M. 12588 - Feira Agroecológica EcoVárzea da UFPB: espaço de novas relações entre campo e cidade. **Cadernos de Agroecologia**, [S.l.], v. 6, n. 2, nov. 2011. ISSN 2236-7934. Disponível em: <<http://revistas.abaagroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/12588>>. Acesso em: 18 set. 2020.

FERREIRA, Ângela D. D.; SILVA, C. P. da; ANTUNIASSI, M. H. R. Assentamentos rurais e reforma agrária no Brasil: Organização da produção agrícola, condições de vida e sustentabilidade. **Cadernos CERU**, [S. l.], v. 10, p. 135-172, 1999. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/75065>. Acesso em: 20 set. 2020.

KINJO, T. e IKEDA, A. Comportamento do consumidor em feiras livres, 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/265221544_Comportamento_do_Consumidor_em_Feiras_Livres>. Acesso em: 18 set. 2020.

MANTELLI, J.; BARCELLOS, C. R. H.. Agroecologia e organização cooperativa como alternativa de sustentabilidade para a agricultura familiar. **Caminhos da Geografia**, v. 10, n. 29, p. 39-48, 2009. Disponível em <<http://www.caminhosdegeografia.ig.ufu.br/viewissue.php?id=57>>. Acesso em 14 set. 2020.

MARQUES, P. E. M.; LUCAS, A. de; GASPARI, L. C. de. Desenvolvimento Territorial em Questão: Estudo Sobre Assentamento Periurbano no Estado de São Paulo. **Retratos de Assentamentos**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 161-177, 2014. DOI: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2014.v17i1.158. Disponível em: <https://www.retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/158>. Acesso em: 30 set. 2020.

MARTINS, V. S.; MENASCHE, R. Trajetórias do Lugar de Viver em Terra de Reforma Agrária. **Retratos de Assentamentos**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 69-92, 2011. DOI: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2011.v14i1.77. Disponível em: <https://www.retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/77>. Acesso em: 10 set. 2020.

NEVES, D. P. Assentamento e assentado: diversidades contextuais do processo de construção social. **Retratos de Assentamentos**, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 215-244, 2016. DOI: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2016.v19i2.244. Disponível em: <https://www.retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/244>. Acesso em: 18 set. 2020.

OLIVEIRA, M. S. B. S. de. Representações sociais e sociedades: a contribuição de Serge Moscovici. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo , v. 19, n. 55, p. 180-186, June 2004 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092004000200014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 set. 2020.

PASCHOALINO, A. **Na contramão da lógica do agronegócio**: uma feira de perspectiva agroecológica em Araraquara – SP. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, Araraquara – SP, 2019. Disponível em: < <https://www.uniara.com.br/ppg/desenvolvimento-territorial-meio-ambiente/producao-intelectual/dissertacoes/>>. Acesso em: 18 set. 2020.

QUEDA, O.; KAGEYAMA, P.; SANTOS, J. D. dos. Assentamentos Rurais: Alternativas Frente ao Agronegócio. **Retratos de Assentamentos**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 47-68, 2009. DOI: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2009.v12i1.45. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/45>. Acesso em: 10 set. 2020.

RAMOS, P. Políticas Públicas e Perspectivas de Viabilização dos Assentamentos Rurais. **Retratos de Assentamentos**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 69-86, 2009. DOI: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2009.v12i1.46. Disponível em:

<https://www.retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/46>. Acesso em: 30 out. 2020. Disponível em: <<https://www.retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/46>>. Acesso em: 15 set. 2020.

SCOPINHO, R. A.; GONÇALVES, J. C.; MELO, T. G. Entre os seres e as coisas do mundo: representações sociais de trabalhadores rurais assentados sobre agroecologia. **Retratos de Assentamentos**, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 167-187, 2016. DOI: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2016.v19i2.242. Disponível em: <https://www.retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/242>. Acesso em: 30 out. 2020. Disponível em: <<https://www.retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/242>>. Acesso em 15 set. 2020.

SERBENA, C. A. Imaginário, Ideologia e Representação Social. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, n. 13, dez. 2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/1944/4434>>. Acesso em 10 set. 2020.

SILVA, D. V. **O circuito de comercialização para o desenvolvimento rural**: Um estudo sobre as feiras-livres de Arapiraca, AL. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Araras, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/110/3785.pdf.txt;sequence=2>>. Acesso em 15 set. 2020.

VIEIRA, C. B. **O fazer a feira**: a feira noturna da agricultura familiar de Araraquara-SP como espaço de reprodução social e econômica. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2017. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/150864>>. Acesso em: 18 set. 2020.

WACHELKE, João Fernando Rech; CAMARGO, Brigido Vizeu. Representações sociais, representações individuais e comportamento. **Interam. j. psychol.**, Porto Alegre, v. 41, n. 3, p. 379-390, dez. 2007. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-96902007000300013&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 30 out. 2020.

WHITAKER, D. C. A. Direitos Humanos e Reforma Agrária. **Retratos de Assentamentos**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 173-186, 2011. Disponível em: <https://www.retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/97>. Acesso em: 12 set. 2020.

O EMITEC AJUDA OS JOVENS A PERMANECEREM NO MEIO RURAL OU OS EMPURRA PRA CIDADE?

Inaiara Alves Rolim¹
Elis Cristina Fiamengue²

RESUMO

Este trabalho é parte da pesquisa em andamento sobre o Ensino Médio no Campo com Intermediação Tecnológica - EMITec: expectativas de formação dos jovens de uma comunidade rural da EX-PEC Serra do Ramalho/BA, desenvolvida no Mestrado Profissional em Educação da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC e tem como objetivo analisar as expectativas de permanência ou não dos jovens no campo e se o EMITec contribui nessa tomada de decisão. O EMITEC está em vigor pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia desde 2011, transmitindo as aulas via satélite, e surge na escola do meio rural como uma possibilidade dos jovens permanecerem na escola em sua localidade. Um aspecto importante da realidade da juventude campesina diz respeito à permanência do jovem no campo, pois os jovens vivem cotidianamente o dilema entre ficar ou sair do campo; de um lado está a escola, o trabalho, o lazer, o acesso a serviços, e de outro estão seus desejos, expectativas e necessidades. Esta pesquisa é de abordagem qualitativa e segue o método dialético, pois visa compreender o universo dos jovens participantes e a conjuntura na qual eles estão inseridos; tem como lócus uma escola localizada numa comunidade rural do município de Serra do Ramalho/Bahia e que atende jovens estudantes do EMITec. Os participantes da pesquisa foram as três professoras mediadoras, a direção da escola e 28 alunos do EMITec. Para o levantamento de informações foram utilizadas as entrevistas com as professoras mediadoras e com a diretora da escola e o questionário com os alunos. A análise dialética dos dados tem revelado que o campo tem lugar central na vida destes jovens e que o interesse por atrativos da vida urbana, o acesso à internet e atividades de lazer, não significa necessariamente que desejam sair do meio rural.

Palavras-chave: Cultura Juvenil; Juventude do Campo; Permanecer ou Sair do Campo.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte da pesquisa Ensino Médio no Campo com Intermediação Tecnológica: expectativas de formação dos jovens de uma comunidade rural da Ex-PEC Serra do Ramalho/BA. Neste texto analisamos as expectativas de permanência ou não dos jovens no campo e se o EMITec contribui nessa tomada de decisão.

1 Professora da Educação Básica do campo no município de Serra do Ramalho/BA. Graduada em Pedagogia, na Universidade do Estado da Bahia/UNEB; Especialização em Educação do Campo, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – IF BAIANO; Mestranda do Mestrado Profissional em Educação Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC.

2 Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista – UNESP/Araraquara. Mestrado e Doutorado em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista – UNESP/Araraquara. Professora do Ensino Superior na Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, atuando na graduação nos cursos de Pedagogia, História e Matemática e no Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação – PPGE e no Programa de Pós-graduação em História – PPGH.

O estudo sobre a problemática se o EMITec ajuda os jovens a permanecerem no meio rural ou os empurra pra cidade parte da compreensão de que a educação desenvolvida nas comunidades campesinas deve valorizar a cultura e a identidade do povo do campo, sendo um meio para transformar sua realidade e lutar por direitos. Partindo de um projeto pedagógico feito pelo e para o povo do campo, agregando todas as vivências dos atores dessa história. Busca-se situar a educação dentro da realidade histórica dos sujeitos desse espaço; construída dentro de uma complexa e significativa rede de saberes passados de geração para geração. Não mais uma educação apenas para constar nos autos ou garantir votos. “Educação do campo e não mais educação rural ou educação para o meio rural. [...] um projeto de educação dos trabalhadores do campo gestado desde o ponto de vista dos camponeses e da trajetória de lutas de suas organizações (CALDART, 2004, P. 13). Partimos do reconhecimento da necessidade de modelo educacional que contemple o homem do campo em sua diversidade; visando não a permanência dos jovens no campo, mas fornecer suporte para escolher onde querem construir sua história, se no campo ou na cidade.

O ENSINO MÉDIO COM INTERMEDIACÃO TECNOLÓGICA - EMITEC

O Programa Ensino Médio com Intermediação Tecnológica - EMITEC está em vigor pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia desde 2011, em substituição ao Programa Ensino Médio no Campo com Intermediação Tecnológica (EMC@MPO), que iniciou suas aulas com mediação tecnológica efetivamente em 2008. O EMITec surge na escola do meio rural como uma possibilidade dos jovens desse espaço permaneçam na escola e deem continuidade aos seus estudos sem precisarem sair de sua localidade. Criado em 2011 e normatizado pela portaria nº 424/2011, Diário Oficial de 21 de Janeiro de 2011, o EMITec é uma política educacional que, apresenta uma proposta de oferecer o Ensino Médio aos jovens e adultos estudantes que moram e trabalham em comunidades distantes ou de difícil acesso à rede Estadual de ensino. Ao utilizar-se de serviços de comunicação multimídia com som e imagem o programa transmite as aulas via satélite e procura promover a interação entre o professor à distância por meio de chats mediados pelo professor mediador presencial.

Segundo Rabelo (2006, apud SANTOS; ARAÚJO, 2017, p. 3), a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) possibilita: “[...] não só o atendimento a grandes contingentes de alunos, dispersos geograficamente, mas também a igualdade de oportunidades educativas e, conseqüentemente, a inclusão social.” Nesse sentido, o EMITec é um programa que surge com o objetivo de superar as dificuldades de muitos jovens que reside no campo e não têm condições de frequentar o ensino regular, e está de acordo com a estratégia 3.1 da meta 3 proposta pelo Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005/2014, relacionada à renovação do ensino médio.

Institucionalizar política e programa nacional de renovação do ensino médio, a fim de incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares com conteúdos obrigatórios e eletivos, articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais (BRSIL, 2014).

O centro de produção e transmissão de aulas do EMITec está localizado no Instituto Anísio Teixeira (IAT), situado em Salvador. Nesse centro acontece o planejamento e geração das aulas, gestão da produção e postagem dos instrumentos avaliativos, acompanhamento da vida acadêmica dos alunos e promoção de cursos de capacitação para mediadores³. De com as Orientações Gerais para Mediadores do EMITec (2013), o programa está estruturado de acordo com os seguintes seguimentos: a) Coordenação Executiva do EMITec: gestão geral do Programa; b) Coordenação Pedagógica e de Área: profissionais com formação diversificada, com o papel de fornecer orientação e acompanhamento pedagógico a professores e mediadores; c) Secretaria do EMITec: composta por uma equipe que colabora com a Coordenação Executiva do EMITec; d) Setor de Avaliação: responsável pela organização, revisão e postagem no AVA das avaliações realizadas pelos estudantes do EMITec; e) Coordenação de Estúdio: equipe de profissionais que atua diretamente na gestão dos trabalhos realizados nos estúdios que atendem ao programa; f) Professores: Profissionais da Rede Estadual de Educação, especialistas em diferentes áreas do saber, responsáveis por ministrarem as aulas, construção das avaliações e pela elaboração dos instrumentos de suporte à aprendizagem dos alunos; g) NRE/CEMIT/Escolas de Vinculação: Estabelecem contato direto com a Coordenação Executiva e Secretaria EMITec, com a função de acompanhar as turmas do EMITec, através dos Coordenadores Locais e Diretores; h) Mediadores: Profissionais da área de educação que, embora não ministrem aulas, são fundamentais para o desenvolvimento das ações pedagógicas junto aos estudantes atendidos pelo Programa EMITec, realizando o acompanhamento da vida escolar do estudante, como a frequência, aplicação e correção dos instrumentos avaliativos dos estudantes; i) Alunos: jovens e adultos matriculados no Ensino Médio da Rede Estadual de Educação do Estado da Bahia, para as turmas do EMITec.

A tecnologia utilizada pelo programa para as transmissões das aulas é a plataforma de telecomunicações via satélite com o software IP.TV (Internet Protocol Television), que inclui recursos como videoconferência; as salas associadas ao programa são equipadas com Antena VSAT bidirecional, roteador-receptor de satélite, cabeamento estruturado (LAN), microcomputador, webcam com microfone embutido, TV LCD 37 polegadas, impressora a laser, no-break e acesso à Internet em banda larga via satélite. Outro recurso tecnológico que viabiliza a funcionalidade do programa é a Plataforma Moodle, que se refere ao ambiente virtual de ensino destinado a oferecer suporte teórico e metodológico aos professores especialistas e mediadores do Programa, bem como socializar as produções educativas dos estudantes. Sua estrutura é composta de diretórios de acesso, nos quais são postadas as videoaulas, informações administrativas e pedagógicas, legislação educacional, material de ensino (vídeo, áudio, slides, textos, livros, revistas, jornais e outros de interesse geral) didático e formação de professores, além de produções discentes⁴.

Nesse cenário, o programa EMITec está em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, criada através da Resolução N° 4, de 13 de julho de 2010, CNE/CEB 4/2010, Art. 13. § 3º; VII, em especial, no que se refere ao

3 BAHIA (Estado). Secretaria de Educação. Orientações Gerais para Mediadores do EMITec. Salvador: Secretaria de Educação, 2013.

4 Informações disponíveis em: tecnologiasocial.fbb.org.br/tecnologiasocial/banco-de-tecnologias-sociais/pesquisar-tecnologias/detalhar-tecnologia-39.htm.

Estímulo à criação de métodos didático-pedagógicos utilizando-se recursos tecnológicos de informação e comunicação, a serem inseridos no cotidiano escolar, a fim de superar a distância entre estudantes que aprendem a receber informação com rapidez utilizando a linguagem digital e professores que dela ainda não se apropriaram. (BRASIL, 2010).

Investigar a respeito das políticas educacionais para o Ensino Médio no campo vai além da investigação sobre leis, decretos ou pareceres. Falar da oferta do Ensino médio no Campo por meio do EMITec pressupõe refletir sobre uma educação de qualidade para a juventude desse espaço e nos questionar se o modelo educacional desenvolvido no meio rural vai ao encontro dos projetos futuros dos jovens desse espaço; se este modelo educacional está sendo construído de acordo com as especificidades da juventude em cada contexto, seja indígena, ribeirinho, quilombola, caçara, dentre outros. Assim, compreendemos que para construir um processo de ensino que vá ao encontro das necessidades formativas e especificidades culturais da juventude camponesa é essencial a existência de políticas públicas educacionais eficientes, que garantam de fato uma educação de qualidade, escolas com infraestrutura adequada e profissionais habilitados para atuarem nesse espaço de formação, no sentido de oportunizar uma verdadeira educação do campo.

JUVENTUDE RURAL: QUEM SÃO OS JOVENS QUE CHEGAM A ESCOLA

Por muito tempo o jovem do meio rural é associado apenas à questão da agricultura familiar, da sucessão na terra, ou à questão da migração para a cidade. O presente estudo, por outro lado, objetiva construir uma reflexão das expectativas dos jovens para o futuro construídas a partir do EMITec. É interesse desse estudo, portanto, analisar a proposta pedagógica EMITec desenvolvida no contexto de uma comunidade rural da EX-PEC Serra do Ramalho/BA e em que medida esta proposta dialoga com as expectativas dos jovens da comunidade em discussão. Para tanto, esta discussão perpassa pelas práticas desses jovens no que diz respeito ao trabalho, lazer, religiosidade, relacionamentos, estilos, relação com a escola, enfim, busca conhecer como os jovens do meio rural vivem e se relacionam com seu meio e o que esperam da escola.

Vale ressaltar que ao falar sobre a influência do EMITec na vida estudantil do jovem do campo não se limita apenas à discussão sobre certificação acadêmica, mas analisar, também, como a formação estudantil do jovem do campo pode contribuir para sua atuação social. Castro, (2006, p. 1), aponta que o “jovem da roça, juventude rural, jovem rural, jovem agricultor, camponês são categorias mobilizadoras de atuação política. Apesar dessa “movimentação” esse “novo ator” é pouco conhecido”. Nesse cenário, discutir sobre a atuação do EMITec com os jovens do campo, significa analisar em que medida a escola está dando condições para a formação desse sujeito enquanto ator social, consciente de sua realidade e habilitado a transformá-la. Assim surge questionamentos como, a escola concebe o jovem camponês como um “ator” dentro de sua realidade? Como a escola está contribuindo para mobilizar a atuação política do jovem do campo? O EMITec, por meio de sua proposta educacional, contribui para os jovens desejarem ficar no campo ou os empurra para a cidade?

Nesse contexto, tendo em vista que a realidade sociocultural dos jovens influencia diretamente na construção de sua relação com o outro, com a escola e nas suas ações dentro do seu grupo social, falar de juventude do meio rural exige que se

discuta também acerca da situação desse espaço no contexto político, econômico e social brasileiro, pois os problemas que permeiam o meio rural brasileiro, herança da chegada dos portugueses ao Brasil, têm afetado os jovens diretamente. Discutir sobre juventude do meio rural implica, portanto, refletir a respeito do modelo de desenvolvimento do campo na atualidade e as contradições que esse modelo impõe aos jovens que vivem nesse espaço. De acordo com Luiza Dulci, economista com mestrado em Sociologia, assessora de Juventude do Ministério do Desenvolvimento Agrário, em entrevista para o site Teoria e Debate, “há dois desafios postos para a juventude rural: conquistar o seu lugar no espaço rural e disputar seu lugar no âmbito das juventudes”⁵. O jovem do meio rural tem diante de si o desafio de enfrentar a invisibilidade da juventude em espaços como a família, cooperativas, associações, escola, etc., ao mesmo tempo em que precisa lutar por espaço nas pautas políticas e, ainda, superar a visão preconceituosa que acompanha o rural como atrasado e ingênuo, sem grande importância no desenvolvimento local e nacional.

Esses desafios, muitas vezes, impõem aos jovens do campo a ausência do desejo de ficar nesse espaço, contribuindo para que as autoridades políticas se aproveitem desse fato como desculpa para a inexistência de projetos e políticas públicas que garantam ao jovem do meio rural o acesso a direitos como saúde, trabalho, educação e lazer. Em prefácio do livro “Juventudes do Campo”, Molina (2015, p. 13) coloca que, de acordo com os organizadores do livro, é preciso reconhecer que “sujeitos nascidos em determinado tempo histórico, compartilham de seu tempo em estreita relação com as especificidades do ciclo de vida a que pertencem”. Assim, a juventude, categoria construída socialmente, se constitui de acordo com as configurações sociais de seu tempo e espaço; os jovens do campo, expostos à perversidade do agronegócio e de sua ‘modernidade’, precisam desenvolver estratégias de sobrevivência ao mesmo tempo em que conquistam espaço para expressarem sua visão da realidade e vivenciarem os elementos culturais juvenis. De acordo com Molina (2015, p. 13),

As juventudes camponesas contemporâneas enfrentam um tempo histórico no qual os horrores da sociedade capitalista se intensificaram profundamente no campo brasileiro. As transformações trazidas com a mudança da lógica de acumulação de capital no campo, pelo modelo agrícola representado pelo agronegócio, que exige cada vez mais vastas extensões de terra para implementação de suas monoculturas para exportação, transformando os alimentos em commodities, intensifica, por diversas estratégias, a superexploração dos camponeses e suas famílias, e, entre eles, dos jovens.

Nesse sentido, a juventude do meio rural faz parte de um contexto histórico dominado pelo sistema capitalista que contrapõe a agricultura familiar ao agronegócio, criando a visão de que o primeiro é sinônimo de atraso e o segundo representa a modernidade, gerando uma migração intensa dos trabalhadores rurais, entre eles os jovens, de suas terras para a cidade ou para trabalhar em grandes propriedades de cultivo da cana, laranja, café, dentre outras. Processo esse que submete os jovens do campo a condições de sobrevivência insalubres e a impossibilidade de acesso à terra, assim como, a ausência de políticas públicas que lhes possibilite a permanência em seu território.

No processo de compreensão e construção de um conceito que traduza adequadamente a categoria juventude do meio rural, Leão e Antunes-Rocha (2015, p. 21), discutem que é preciso levantar questionamentos como,

Que desafios vivenciam na superação identitária de sujeitos definidos historicamente a partir da vinculação geoespacial abordam como atrasados, ignorantes, distantes do progresso e da modernidade localizadas no espaço urbano? Como a migração em busca de trabalho e estudo impacta a continuidade e permanência dos grupos

5 Reportagem disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2016/02/15/%EF%BB%BFa-juventude-rural-e-o-futuro-da-agricultura-familiar-no-brasil/>. Acesso em: 26.10.2020.

familiares camponeses? Questões relacionadas aos aspectos geracionais, étnico-raciais e de gênero são temas importantes quando falamos em juventude camponesa? Quais os caminhos encontrados pelos jovens que persistem em continuar em seus territórios? A participação em movimentos sociais vem se constituindo como um caminho promissor para eles?

Nesse contexto, percebemos que a temática juventude do campo é ampla e ultrapassa as fronteiras geográficas. A discussão vai além das condições necessárias para ficar no meio rural ou como vivem os jovens desse espaço; o estudo a respeito desse grupo social revela a complexidade na construção de um panorama que represente fielmente a juventude em todas as suas especificidades. A esse respeito Leão e Antunes-Rocha (2015, p. 21), aponta que “ao usarmos o termo ‘juventude do/no campo’ chama-se a atenção para a dificuldade em nomear esses sujeitos sem cair em uma visão estereotipada e tradicional do campo brasileiro como espaço limitado a um perímetro não-urbano”. Sobre a abordagem a respeito dos jovens do meio rural, os autores apontam, ainda, que

Exige compreender o território do campo para muito além de um espaço de produção agrícola em contraposição à produção industrial, de uma cultura rústica versus cultura moderna ou de um lugar sem trabalho para um espaço onde se pode produzir para viver com dignidade (...). O campo como (...) território onde se forma a juventude camponesa, de múltiplas possibilidades, de novas relações entre os seres humanos e entre estes e a natureza, de novas articulações e possibilidades de produção/reprodução da vida (p. 26).

Assim, ao tratar sobre os jovens do meio rural é preciso que se considere o jovem de maneira global; é necessário levar em conta sua subjetividade e que eles sejam vistos enquanto sujeitos históricos que congregam em suas ações os traços de sua identidade construída socialmente e com maneiras próprias de entender sua realidade e produzir sua maneira de viver. Entendemos então, que os jovens do campo têm diante de si desafios que vão desde permanecer em seu território com recursos para uma vida digna, até as condições para poderem expressar-se diante de sua realidade. De acordo com Castro (2006, p. 13), na análise da juventude rural é preciso que se considere dois eixos centrais, sendo

1)juventude como uma identidade política que aglutina em torno de demandas sociais específicas e estruturais visando mudanças na realidade do campo brasileiro; 2) e juventude como identidade que é acionada relacionalmente, em oposição à “velhos” e “adultos”, nos processos de disputa pelos espaços de decisão nas organizações sociais.

A constituição da juventude está ligada às transformações sociais, as referências familiares e o convívio com seu grupo social que coloca os jovens diante de novas possibilidades e desafios a todo instante. Como tem sido observado na escola pesquisada, um desses desafios é o ingresso no mundo do trabalho e a aquisição de responsabilidades. Essa situação, segundo Frigoto (2009, p. 25) é, portanto, “muito diversa da dos jovens de “classe média” ou filhos dos donos de meios de produção, que estendem a infância e juventude”. Essa realidade relaciona a constituição da cultura juvenil, em alguns casos, à questão financeira, pois a inserção dos jovens da classe trabalhadora no mercado formal ou informal de trabalho acontece muito cedo. Esses jovens, na maioria das vezes, precisam ajudar a família e tem no trabalho um meio para garantir não apenas a sobrevivência, assim, como, adquirir os meios para viver sua condição juvenil.

CAMPO DE ESTUDO

Este estudo é de abordagem qualitativa e segue o método dialético, pois visa compreender o universo dos jovens participantes e a conjuntura social, política, econômica e cultural na qual eles estão inseridos. É uma pesquisa participante, pois “consiste na participação real do pesquisador com a comunidade ou grupo. Ele se incorpora ao grupo, confunde-se com ele. Fica tão próximo quanto um membro do grupo que está estudando e participa das atividades normais deste” (LAKATOS E MARCONI, 2003, p. 194). Como integro o quadro de professores da escola do campo, esta pesquisa é natural e nasce das minhas inquietações com relação ao processo formativo e acolhimento das experiências dos jovens do campo no contexto do Ensino Médio por Intermediação Tecnológica. Isso porque, a pesquisa participante tem como base a relação entre o pesquisador e os sujeitos do fenômeno ou situação investigada. De acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 67), a pesquisa participante “caracteriza-se pela interação entre pesquisadores e membros das situações investigadas. (...) implica compreender, numa perspectiva interna, o ponto de vista dos indivíduos e dos grupos acerca das situações que vivem”.

A pesquisa está centrada em uma escola localizada em uma comunidade rural do município de Serra do Ramalho/Bahia e que atende jovens estudantes do Ensino Médio no Campo com Intermediação Tecnológica. A criação do assentamento que deu origem ao município foi coordenado pelo INCRA que, por meio Projeto Especial de Colonização de Serra do Ramalho – PEC'SR -, criado em 13 de maio de 1975, fez a transposição das 1800 famílias, mais os sem terra de várias partes do país distribuindo-os em 23 povoados, denominados, hoje, de Agrovilas. Em 1995 a área da comunidade onde a escola está localizada foi legalizada pelo INCRA para novos assentados com a quantidade de 207 famílias, numa área de 209 lotes; contando com 2 lotes de reserva ambiental medindo um total de 5.600 hectares.

A renda dessas famílias é proveniente do trabalho da criação de gado, ovelha, porco, galinha. Na agricultura familiar cultiva-se o milho, feijão de corda, mandioca e nas pequenas áreas irrigadas há o plantio de bananeiras, mamão, melão, goiaba, cebola e melancias, alguns contam ainda com o gado leiteiro e de corte. Muitos moradores vivem do trabalho prestado como diaristas nas lavouras no Projeto Formoso, povoado que faz divisa com a comunidade pertencente ao município de Bom Jesus da Lapa.

Assim, os participantes da pesquisa foram as três professoras mediadoras, que residem em uma comunidade próxima à escola; a direção da escola; e 28 alunos das turmas de 1º ao 3º do Ensino Médio no Campo com Intermediação Tecnológica no turno noturno. Para o levantamento de informações foram utilizadas as entrevistas com as professoras mediadoras e com a diretora da escola e o questionário com os alunos. O tratamento dos dados seguiu os princípios da análise dialética, pois objetiva compreender o fenômeno em si de maneira crítica e no contexto em que ocorrem; tendo em vista que não são fixos, a análise dialética entende que os fenômenos estão em movimento, pois os sujeitos estão em constante transformação.

DISCUSSÕES INICIAIS

No curso da pesquisa compreendemos que um aspecto importante da realidade da juventude campesina, analisado durante a pesquisa, diz respeito à permanência do jovem no campo, pois as transformações que vêm afetando o campo têm colocado os jovens diante da possibilidade entre ficar ou sair do meio rural. Vários são os fatores que conduzem a juventude campesina a levar em consideração a permanência, ou não,

no meio rural: de um lado está a escola, o trabalho, o lazer, o acesso a serviços, dentre outros, e de outro estão seus desejos, expectativas e necessidades. Castro (2005, p. 245), discute que

A dualidade “ficar e sair” é marcada não só pela cobrança da atuação no lote e pela continuidade do trabalho familiar, como também pela forte valorização da formação escolar e mesmo do trabalho remunerado fora do lote, principalmente com salário fixo, o que, na maioria das vezes implica uma ocupação urbana.

A pesquisa tem revelado que o campo tem lugar central na vida destes jovens e a possibilidade de sair desse espaço está associada unicamente à garantia dos meios para a sobrevivência. “*Se um dia eu morar na cidade é por motivo de trabalho. Caso contrário, se eu arrumar um trabalho no lugar onde eu moro, eu quero ficar na zona rural*”, (Aluno 2). O acesso a serviços básicos é outra demanda que leva os jovens a pensarem em, talvez, irem para a cidade, “*Sim, mas apenas pela vantagem de ficar mais perto do hospital, etc*”, (Aluno 4). Isso denuncia a necessidade de políticas públicas de valorização do meio rural de modo a garantir condições dignas de vida para as pessoas nesse espaço. *Desejo ficar aqui, porque o sossego do campo é ótimo.* (Aluno 1)

Percebemos que os motivos para permanecer no meio rural são diversos, mas todos expressam a importância desse lugar enquanto território de identidade, *porque gosto de morar no campo.* (Aluna 3).no qual esses jovens têm construídos seus modos de vida, de ser, de relacionar-se com seu espaço e com o outro. *Não desejo morar na cidade, porque lá o meio de trabalho é difícil.* (Aluno 5).

No que concerne aos jovens participantes dessa pesquisa, eles residem, em sua maioria, na comunidade citada, mas alguns moram em uma comunidade rural vizinha pertencente ao município de Bom Jesus da Lapa. Para chegar até a escola os estudantes que moram mais distantes utilizam o transporte escolar do município de Serra do Ramalho, os que moram na comunidade vizinha vêm de moto e os que moram nas imediações da escola vêm caminhando.

Outro aspecto que se destaca na discussão sobre a condição juvenil diz respeito à categoria trabalho, que é elemento essencial para os jovens viverem sua condição. Observamos que o principal interesse dos jovens é possuir um trabalho e ter estabilidade financeira, mas para isso não colocam a saída para a cidade como elemento essencial. Nesse contexto, com relação ao trabalho a pesquisa tem evidenciado que os alunos trabalham nos lotes com a família, alguns trabalham em áreas rurais próximas à sua comunidade ou em outros setores da comunidade, como embalador nas cargas de banana e outras frutas, mercados, padarias e em casas de família. Os alunos do turno noturno trabalham em período integral, o que causa cansaço e faltas frequentes nas aulas. Ao tratar a respeito desta esfera da vida juvenil observa-se que há uma inserção precoce dos jovens no mundo do trabalho, visto que os jovens afirmaram que começaram a trabalhar por volta dos 14 anos de idade; essa inserção no mundo trabalho, entretanto, é marcada por baixos rendimentos financeiros, trabalho em excesso e sem carteira assinada. É comum os alunos chegarem atrasados para as aulas no turno noturno devido ao fato de as cargas de banana terminarem depois das 18:00 hs.

O cansaço e estresse provocados pelo trabalho pesado podem influenciar negativamente na escola, exigindo desta, estratégias metodológicas que vá ao encontro das necessidades do jovem aluno trabalhador para que não abandone os estudos. Por outro lado, o empenho em frequentar a escola, mesmo a despeito de todos os desafios, revela que a escola representa um papel importante na vida do jovem aluno, *porque na escola vou aprender o necessário para ter um futuro melhor,* (Aluno 5; nos projetos para o futuro a escola constitui-se como meio para alcançar um futuro melhor, com um trabalho mais

digno e valorizado pela sociedade, porque *com estudo a gente pode ter uma vida melhor e ajudar a família. O estudo nos ajuda a ter um futuro melhor, (Aluno 4).*

Assim, os aspectos de ordem econômica assumem grande importância no mundo juvenil por estarem relacionados com a qualidade de vida dos jovens. De acordo com Dayrell (2009, p.18), “no Brasil [...], para grande parcela dos jovens, a condição juvenil só é vivenciada porque trabalham, garantindo o mínimo de recursos para o lazer, o namoro ou o consumo”. Entretanto, esse fato não pressupõe o abandono da escola, mas exerce forte influência no percurso escolar do jovem. Isso tem sido evidenciado durante a pesquisa, ao observar que apesar de saírem tarde do trabalho os jovens alunos não deixam de ir à escola, mesmo chegando atrasados. Assim, seja como espaço de sociabilidade, de interação com o outro, seja como meio para alcançar um futuro melhor, a escola assume papel importante na vida dos jovens alunos.

No que concerne ao lazer, tem sido possível perceber que os jovens da escola se divertem de maneiras diversas e o fato de residirem no campo não constitui obstáculo à diversão, pois independente do lugar onde estiver “eles são jovens, amam, sofrem, divertem-se, pensam a respeito das suas condições e de suas experiências de vida, posicionam-se diante delas, possuem desejos e propostas de melhorias de vida”, (DAYRELL, 2009, p. 19). Desse modo, de acordo com Dayrell (2009, p. 19), formas de expressão como

A música, a dança, o vídeo, o corpo e seu visual, dentre outras formas de expressão, têm sido os mediadores que articulam jovens que se agregam para trocar ideias, ouvir “um som”, para dançar, dentre outras diferentes formas de lazer. Mas também tem se ampliado o número daqueles que se colocam como produtores culturais e não apenas fruidores, agrupando-se para produzir músicas, vídeos, danças.

Nesse sentido, no curso das experiências desses jovens o universo simbólico e sua linguagem expressiva é instrumento para comunicar-se com seus pares, posicionar-se diante da realidade e de si mesmos e atuar na sociedade. O mundo da cultura com suas produções, práticas e símbolos torna-se, portanto, espaço ideal para a construção de uma identidade juvenil e constituição de uma cultura juvenil, que se manifesta de maneira diversa. E nesse contexto, um aspecto interessante que tem chamado a atenção é o fato de que os alunos da escola pesquisada não possuem grupos definidos ou delimitados por gostos musicais, de estilo, dentre outros aspectos; embora determinados alunos curtam certos tipos de músicas, dança, estilo de roupa, festa, esses elementos não são determinantes para a constituição de grupos dentro da sala de aula ou na escola. Foi observado que há uma relação amigável entre todos os alunos, sem restrição, é certo que há aqueles alunos que se isolam um pouco, mas isso acontece mais por timidez que por qualquer motivo ligado aos elementos da cultura juvenil. Segundo Dayrell (2009, p. 20), é preciso enfatizar

Que as práticas culturais juvenis não são homogêneas e se orientam conforme os objetivos que as coletividades juvenis são capazes de processar num contexto de múltiplas influências externas e interesses produzidos no interior de cada agrupamento específico.

Desse modo, de acordo com os elementos culturais que cada jovem agrega às suas vivências e práticas é comum identificarmos diferentes agrupamentos de jovens em um mesmo espaço, e a escola se torna importante para esses jovens por se constituir um ambiente que propicia o encontro entre jovens que compartilham dos mesmos estilos de música, de vestir-se, de dança e de tantas outras práticas inerentes ao universo juvenil. E nas últimas décadas o universo juvenil tem se ampliado devido às redes sociais, que têm

assumido um lugar importante no processo de compartilhamento e absorção de práticas culturais. Por meio das redes sociais as distâncias são encurtadas e amplia-se a dimensão simbólica do mundo dos jovens, o que faz parte do processo de construção da condição juvenil no contexto das transformações socioculturais ocorridas ao longo dos últimos anos.

No que concerne ao relacionamento dos jovens com a escola e do lugar desta em suas vidas, a pesquisa tem evidenciado que os jovens relacionam a escola com seus projetos para o futuro, visto que associam o ensino formal à conquista de uma vida melhor e de um bom emprego. De acordo com as monitoras do programa EMITec, grande parte dos estudantes dizem ter o desejo de cursar uma faculdade, pois entendem que isso possibilitaria o ingresso em um emprego melhor. Percebemos, então, a centralidade da escola na vida dos estudantes, que mais que um espaço de escolarização, é também lugar de troca de experiências, de construção de amizades e de socialização. Entretanto, mesmo tendo um lugar central no cotidiano do jovem aluno, é necessário considerar que os jovens estão inseridos em outros espaços educativos e que chegam à escola com uma diversidade cultural que precisa ser levada em conta no contexto escolar. Sendo importante dar atenção aos desejos, expectativas e ao mundo simbólico dos jovens alunos, considerando ainda que o que motiva esses alunos a frequentarem a escola é a necessidade de concluir a escolarização básica para poderem, posteriormente, arrumar um emprego ou cursar uma faculdade e adquirir uma profissão. Segundo Leão e Carmo (2014, p. 28),

As relações dos jovens com a escola são complexas, pois vão além do horizonte cognitivo ou normativo que preocupa boa parte dos professores. Na ótica dos jovens, entram em jogo suas esperanças e frustrações, suas relações e construção de identidade. Eles têm grandes expectativas quanto ao impacto da escolarização nos planos futuros, muitas vezes, na forma de sonhos e projetos pouco elaborados.

Isso coloca a escola diante de um desafio: uma reorganização curricular que conceba o jovem aluno em toda a sua diversidade sociocultural, estabelecendo uma relação efetiva com os elementos culturais e os conhecimentos prévios do mesmo. É esperado da instituição escolar que desenvolva um trabalho de acordo com as características da juventude, ou das juventudes, moderna; exige-se um trabalho pedagógico pensado para alunos reais, pois “é comum ouvirmos que os alunos não são mais os mesmos”, (SPOSITO; GALVÃO, 2004, p. 353). E se a escola reconhece que os alunos não são mais os mesmos, espera-se que o planejamento escolar acompanhe as transformações sociais e se adeque às novas demandas que se impõe de acordo com cada contexto e realidade, reconhecendo que os jovens alunos possuem elementos culturais próprios que precisam ser valorizados no cotidiano escolar.

A juventude campesina convive com esses dois espaços sociais: o rural e o urbano, fazendo surgir desejos contraditórios entre permanecer em seu local de origem ou seguir para o meio urbano. Embora os jovens demonstrem interesse por atrativos da vida urbana, o acesso à internet, o uso de celulares e atividades de lazer, não significa necessariamente que desejam sair do meio rural. Assim, percebemos que os jovens participantes da pesquisa desejam permanecer no campo, mas com acesso aos recursos da modernidade, como a internet, por exemplo. Desse modo, a pesquisa tem evidenciado que os povos do campo têm sua história marcada pelas

Desigualdades econômicas, sociais e para nós desigualdades educativas, escolares. Sabemos como o pertencimento social, indígena, racial, do campo é decisivo nessas históricas desigualdades. Há uma dívida histórica, mas há também uma dívida de conhecimento dessa dívida histórica. E esse parece que seria um dos pontos que demanda pesquisas. Pesquisar essa dívida histórica (ARROYO; 2006, p.104).

Nesse cenário, percebemos a necessidade de que aliada à implementação de uma educação problematizadora, os jovens do campo tenham acesso a outras políticas públicas para as áreas do campo brasileiro, como saúde, lazer, acesso a internet, moradia, para que os jovens que decidirem viver e trabalhar no campo viva com mais dignidade. No que concerne ao objeto de estudo desta pesquisa, o EMITec, está posto no Projeto Base do Ensino Médio com Intermediação Tecnológica do Estado da Bahia que o objetivo central é possibilitar aos estudantes jovens e adultos, que residem em localidades de difícil acesso e não possuem unidades de ensino que ofertam o Ensino Médio, a permanência e conclusão da educação básica; isso por meio de uma proposta político pedagógica específica para o programa e que respeite os saberes e a multiculturalidade⁶ das comunidades. Entretanto, essa investigação tem evidenciado que esse programa assenta-se em um modelo educacional pautado no professor e no ensino; a despeito das mudanças estruturais na sociedade o programa de ensino à distância fundamenta-se na fala do professor e no livro didático, em um processo repetitivo onde o aluno precisa assimilar um determinado conhecimento em um tempo estipulado.

Assim, ao desenvolver um programa pautado unicamente na transmissão de conteúdos, no livro didático e na realização de avaliações periódicas, é possível perceber uma deficiência nesse programa no que diz respeito das perspectivas de formação e os elementos da cultura juvenil na proposta pedagógica do EMITec. Aliado a isso outro aspecto do programa carece de atenção, a atuação dos professores mediadores, que tem se limitado a manusear os equipamentos de transmissão da teleaula. Tudo isso revela a existência de uma fragilidade crônica nesta modalidade de ensino, carecendo uma reflexão e possível reformulação na constituição do programa para que, de fato, alcance os objetivos proposto em seu projeto base.

Assim, mesmo o programa contando com professores especialistas, com salas equipadas com os aparelhos tecnológicos necessários para a transmissão das aulas, sinal de internet e disponibilização do transporte escolar, por meio da parceria entre Estado e Município, há a necessidade de uma ampliação na proposta pedagógica no sentido de prever a realização de atividades extraclasse que sejam dinâmicas, elaboradas segundo os interesses dos alunos, e que oportunize o protagonismo juvenil dentro e fora da escola.

Nesse sentido está posto um desafio ao Estado, a articulação das políticas públicas já existentes no governo e a criação de novas políticas que gerem qualidade de vida, acesso à terra, geração de trabalho e renda (MDA, 2016), assim como, a concretização dos direitos dos jovens do campo, no sentido de promover condições dignas de permanência, ou não, campo e sua emancipação socioeconômica e política. No artigo 205 da Constituição Federal de 1988 está posto que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). Assim, com o avanço

6 Projeto Base do Ensino Médio com Intermediação Tecnológica do Estado da Bahia – EMITec/2011.

da modernização e utilização das tecnologias no setor educacional tem sido possível levar a educação, na modalidade à distância, a diversas comunidades que ficam distantes das escolas de ensino regular.

Desse modo, é possível perceber que “qualquer estudo do sistema educacional não pode ser separado de alguma análise implícita ou explícita dos propósitos e do funcionamento do setor governamental” (CARNOY, 1984, p. 19). Ao adentrar brevemente no conceito de Estado e das políticas públicas e, no caso desse estudo as políticas educacionais, fica claro que se por um lado o Estado mantém uma relação próxima com o setor dominante, servindo a seus interesses econômicos, por outro essa instância não pode se furtar à responsabilidade de elaborar e implementar políticas públicas que atendam aos anseios e demandas da população

CONSIDERAÇÕES

Os resultados iniciais têm revelado que, no que diz respeito à juventude do campo, observa-se que as políticas públicas ainda é um assunto pouco discutido e que não chega a muitas comunidades; marcada por influências diversas as políticas públicas para a juventude campesina ainda carece de maior atenção do poder público quanto à sua efetivação e garantia de direitos dessa categoria social. No setor educacional observa-se que a criação do EMITec constitui-se um ganho para as populações do campo, entretanto há a necessidade de investimento em infraestrutura das escolas, capacitação dos professores mediadores e elaboração de uma proposta condizente coa as especificidades de cada comunidade. Isso com vistas à valorização e emancipação política da juventude desse espaço.

De acordo com as professoras mediadoras o EMITec é um programa muito bem estruturado, com aulas bem elaboradas, com professores habilitados em cada área do conhecimento, mas falta um pouco do tradicional, como livros didáticos e mais utilização do caderno. Na visão das monitoras o ato de escrever e fazer tarefas e trabalhos de acordo com a realidade dos estudantes desperta mais atenção e interesse dos mesmos. Outro aspecto que as monitoras apontam como elemento frágil do programa é a falta de interação entre as aulas transmitidas e os alunos, pois eles só assistem às transmissões, o que causa grande cansaço e falta de foco nas aulas. Embora as aulas sejam de qualidade, com conteúdos bem explanados não despertam o interesse e atenção dos estudantes, pois falta afetividade, interação humana e problematização dos conteúdos de acordo com o contexto social e cultural dos mesmos.

Desse modo, os dados iniciais têm revelado que há a necessidade reestruturação metodológica do programa para oferecer espaços de discussão que envolva elementos da realidade sociocultural do estudante e que promova a interação dos professores com os jovens, para, desse modo, estabelecer um elo mas forte entre o processo educacional e os projetos de vida dos jovens.

REFERÊNCIAS

ARROYO, G. M. A escola do campo e a pesquisa do campo: metas. In: MOLINA, M. C. **Educação do campo e pesquisas: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução Nº 4, DE 13 de julho de 2010. Define **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de julho de 2010.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Plano Nacional de Educação (PNE)**, 2014

CALDART, R. S.. **Elementos para construção do projeto político e pedagógico da Educação do Campo**. Trabalho Necessário. Ano 2. Número 2. 2004.

CARNOY, M. **Educação, Economia e Estado: base e superestrutura e relações e mediações**. (trad. Dagmar M. L. Zibas). – São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1984.

CASTRO, E. G. de. **Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção da categoria jovem rural**. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS, 2005 (Tese – Doutorado - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social)

CASTRO, E. G. de. **Os jovens estão indo embora?** – a construção da categoria juventude rural em movimentos sociais no Brasil. Projeto de Pesquisa: DLCS/UFRRJ/FAPERJ, 2006.

DAYRREL, J. **Uma diversidade de sujeitos**. O aluno do ensino médio: o jovem desconhecido. In: BRASIL. **Juventude e escolarização: os sentidos do Ensino Médio**. Secretaria de Educação a Distância. Ministério da Educação. Ano XIX boletim 18 - Novembro/2009. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000012176.pdf>. Acesso em: 30.10.2020.

DULCI, L. A juventude rural e o futuro da agricultura familiar no Brasil.. Edição 145.15 fev 2016. Disponível em: <http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=materias/sociedade/juventude-rural-e-o-futuro-da-agricultura-familiar-no-brasil>. Acesso em: 30.10.2020

FRIGOTO, G. **Expectativas Juvenis e identidades do Ensino Médio**. Ensino Médio no Brasil: “Juventudes” com futuro interrompido. In: _____ BRASIL. **Juventude e escolarização: os sentidos do Ensino Médio**. Secretaria de Educação a Distância. Ministério da Educação. Ano XIX boletim 18 - Novembro/2009.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEÃO, G.; CARMO, H. C. do. **Os jovens e a escola**. In: CORREA, L. M.; ALVES, M. Z.; MAIA, C. L. (orgs.). **Cadernos temáticos : juventude brasileira e Ensino Médio**. Belo Horizonte : Editora UFMG, 2014.

LEÃO, G.; ANTUNES-ROCHA, M. I. (orgs.). **Juventudes do Campo**. 1ª ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. (Coleção Caminhos da Educação do Campo)

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SANTOS, L. M. dos; ARAÚJO, H. A. B. de. **Ensino Médio com Intermediação Tecnológica (EMITec):** inclusão e escolarização na zona rural e regiões remotas. Salvador/BA Maio/2017. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2017/trabalhos/pdf/153.pdf>. Acesso em: 08.03.2019.

SPOSITO, Marília Pontes; GALVÃO, Izabel. **A experiência e as percepções de jovens na vida escolar na encruzilhada das aprendizagens:** o conhecimento, a indisciplina, a violência. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 22, n. 2, jul./ dez. 2004. Disponível em: <http://www.unifal-mg.edu.br/cienciassociais/system/files/anexos/Minicurso%20-%20Ensino%20M%C3%A9dio%20-%20Texto%201.pdf>. Acesso em: 30.10.2020